

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais

TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



ANAIIS

Edição: Volume 3 - 2008
ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



Ministério do
Desenvolvimento Agrário





APRESENTAÇÃO

A Rede de Estudos Rurais é o desdobramento do Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social na Agricultura-PIPSA/CPDA/FGV que, iniciado em 1979, com o apoio da Fundação FORD, propôs-se como um espaço de intercâmbio de caráter interdisciplinar e interinstitucional, para todos os estudiosos do mundo rural no Brasil. Ao longo dos anos 1980 e até meados da década seguinte transforme-se na Associação APIPSA e amplia sua temática, incluindo a questão ambiental Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA) e a associação APIPSA constituíram-se, efetivamente, como um importante Fórum de discussão das questões agrárias, agrícolas e ambientais do país. Com o encerramento de suas atividades, pesquisadores do mundo rural sentiram a necessidade de constituir um novo Fórum. A Rede de Estudos Rurais foi concebida então para suprir essa lacuna e proporcionar um renovado espaço de debate e sistematização da produção acadêmica brasileira sobre as transformações recentes do mundo rural e sobre os desafios sociais, políticos, ambientais, econômicos e tecnológicos que a expansão do agronegócio coloca para agricultores familiares, camponeses, trabalhadores rurais sem terra, entre outros grupos sociais que buscam reconhecimento no campo brasileiro.

O 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, propôs seguindo a tendência dos encontros anteriores propôs a seguinte temática, "tecendo o intercâmbio: diversidade e perspectivas do mundo rural no Brasil contemporâneo", compreendendo que esta se organiza em torno de dois pressupostos a respeito do mundo rural. Por um lado, a convicção de que o mundo rural é parte significativa da sociedade brasileira. Questões centrais em debate hoje no país, tais como, a pobreza, a cidadania, os direitos, a segurança alimentar, a propriedade, as novas faces do trabalho, perpassam, de alguma forma, o mundo rural. Longe, portanto, de ser um universo à parte, o mundo rural.



COORDENAÇÃO

COORDENAÇÃO NACIONAL

Maria de Nazareth B. Wanderley (UFPE)
Sônia M. P. P. Bergamasco (UNICAMP/FEAGRI)
Alfio Brandeburg (UFPR/MADE)
Roberto José Moreira (LIFRRJ/CPDA)
Dalva Motta (EMBRAPA/PA))

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

Universidade Federal de Campina Grande Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Laboratório de Sociologia Aplicada
Ramonides Alves Gomes
Luís Henrique Cunha
Marilda Aparecida de Meneses
Edgard Afonso Malagodi
Ghislaine Duque
Roberto de Sousa Miranda
Aldo Manuel Branquinho Nunes
Aracele Barbosa Gomes
Jonatta Sousa Paulino
Kamilia Rocha Pereira
Renata Almelda de Andrade

Valdênio Freitas Meneses Raquel Giffoni Fiem (UFRI)

PROJETO GRÁFICO

Thayroni Araújo Arruda



SUMÁRIO

GT1. A LUTA PELA TERRA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS AGRÁRIAS.....	16
(RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL – ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DISSOLUÇÃO DOS CONFLITOS	17
“REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO BRASIL: UM SONHO QUE SE TORNOU DÍVIDA	27
A CHEGADA DAS ÁGUAS: CONFLITOS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO RURAL PROVOCADOS PELA FORMAÇÃO DE LAGOS ARTIFICIAIS.....	44
A CRISE DA ECONOMIA CACAUEIRA E O SENTIDO DA MUDANÇA DA POSSE DA TERRA NA REGIÃO SUL DA BAHIA: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS	57
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA DO TRABALHADOR RURAL NO MST	70
A GEOGRAFIA DA REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO NORDESTE BRASILEIRO (1998 – 2006)	82
A PROBLEMÁTICA DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS (PDA’S).....	101
A PROPOSTA DE COOPERAÇÃO DO MST: O SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS (SCA) OBJETIVOS E SUAS DIFERENTES MODALIDADES DE COOPERAÇÃO	116
ARAGUAIA-TOCANTINS – FRAGMENTOS DE 20 ANOS DE LUTA PELA TERRA	127
AS ASSOCIAÇÕES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: ENTRE O “MAL” E “BEM” COLETIVO.	136
AS CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA(S) DOS CAMPONESES: CONTROLE SOCIAL, GESTÃO DE CONFLITO E REDES	150
ASSENTAMENTO ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA: ENTRE O COLETIVO E O FAMILIAR	165
ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS POPULARES EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	183

COMPLEXIFICAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO ORGANIZATIVA E A O NOVO PADRÃO DE SER MILITANTE NAS CONFIGURAÇÕES DO MST-BA.....	197
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ	211
CONSIDERAÇÕES SOBRE A DAP INSTRUMENTO DE CONTROLE OU DE MANIPULAÇÃO DO CRÉDITO RURAL?.....	225
DESAGREGAÇÃO DO SISTEMA COLETIVO DE TRABALHO E PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CARLOS MARIGUELA-RS: UM ESTUDO DE CASO.....	234
DO TERRITÓRIO DO LATIFÚNDIO AO TERRITÓRIO CAMPONÊS: ASSENTAMENTO DONA HELENA – CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB.....	247
ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DA TERRA NO EXTREMO SUL GAÚCHO: ALCANCES E LIMITAÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA	263
IDENTIDADES EM “MOVIMENTO”: MEMÓRIAS DE MILITANTES DO MST.....	279
LUTA PELA TERRA E ASSENTAMENTOS NO SUDESTE DO PARÁ.....	294
O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO LABIRINTO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS	312
O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SOB PERSPECTIVA ESCALAR: UMA GENEALOGIA RECONTADA	326
ORGANIZAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS INFORMAIS NOS ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA – PONTAL DO PARANAPANEMA-SP, BRASIL	346
PENSAR A RURALIDADE NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL: UMA INTRODUÇÃO AO ESTADO DA ARTE.....	360
PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO OFICIAL EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS E NA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS ...	388
PROJETOS DE ASSENTAMENTO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA ZONA DA MATA PARAIBANA	407
REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA RENDA DA TERRA	423
REFORMA AGRÁRIA E A JUSTIÇA BRASILEIRA: A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 VINTE ANOS DEPOIS	439
REFORMA AGRÁRIA: PROCESSO E GARGALOS.....	450
SOB O LEITO DE PROCUSTO: AS MULHERES DA VIA CAMPESINA NAS TERRAS DA ARACRUZ	461
TERRA PARCELADA, TERRA ESFACELADA: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO POVO XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS INDIOS (AL).....	485
TRABALHADORES RURAIS E POSSEIROS A MARGEM DO DIREITO NA REGIÃO ARAGUAIA/TOCANTINS	501
VICISSITUDES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO MST	517

GT2. INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL532

“RPPNISTAS”: FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES NO CAMPO A PARTIR DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS?	533
A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS RURAIS	548
A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO “HISTÓRICO DE VIDA”: O PROJETO RECA	560
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO USO DE AGROTÓXICOS	577
A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: QUANDO A SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL ACABA PROVOCANDO UM PROBLEMA SOCIAL ..	591
AGENTES SOCIAIS EM DISPUTA: OS CULTIVOS DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO GRANDE DO SUL.....	606
AGRICULTURA FAMILIAR E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS COLONOS DE BOTUVERÁ/SC ..	620
AGROECOLOGIA: UM NOVO MODO DE PENSAR O DESENVOLVIMENTO RURAL OU UM NOVO MODO DE ACESSAR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	638
ALDEIA NAZÁRIO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SERTÃO DO CEARÁ	652
AMEAÇADOS E ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS DE ENGENHARIA	674
ASSENTAMENTO VEREDA I: O PAPEL DA COMUNIDADE NA BUSCA DE UM MODELO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	686
ATRIBUTOS QUÍMICOS E FÍSICOS E USO DAS TERRAS DE UMA ILHA DO RIO SÃO FRANCISCO	701
CERRADO, SENTIDOS E INTERESSES EM DISPUTA: OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM TORNO DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS (GO).....	718
CERTIFICAÇÃO E CONFIANÇA FACE-A-FACE NA FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	733
COMO ENTENDER OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS? A VISÃO DE AGRICULTORES NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA.....	748
CONFLITOS SÓCIO AMBIENTAIS: O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	760
GÊNERO E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO RURAL POTOZI	775
MEIO AMBIENTE E HISTÓRIA NO NORDESTE DO BRASIL: A MIGRAÇÃO COMO LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA BIOLÓGICA E CULTURAL DO HOMEM SERTANEJO	784

MUDANÇAS SOCIAIS E FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO MEIO NATURAL EM ÁREAS DE FRONTEIRA AGRÁRIA AMAZÔNICA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ – PA.....	804
NATUREZA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: ESTUDO PRELIMINAR DAS AÇÕES DA ‘CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO’ EM JUAZEIRO – BAHIA	821
O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO, A BR – 163 E A ECONOMIA BRASILEIRA..	838
O CAMPONÊS E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO DO CEARÁ	853
O EMPOBRECIMENTO E A VULNERABILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL A PARTIR DA SECA: O CASO DE SANTO CRISTO/RS	866
O EXTRATIVISMO (ILEGAL) ANALISADO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DO IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL.....	885
O PEIXE NOSSO DE CADA DIA: A PESCA ARTESANAL E O USO DE RECURSO PESQUEIRO NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, MADALENA/CE	903
O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	919
OS ASSENTADOS DO PAE-SF E A SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE	935
PESCADORES E PETRÓLEO NA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS: UM BALANÇO DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO PERÍODO 1950-2005	949
POPULAÇÕES TRADICIONAIS E OS MERCADOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	965
PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SEPÉ TIARAJÚ – RIBEIRÃO PRETO	979
PRESSÃO AMBIENTAL, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE ENCURRALAMENTO DAS POPULAÇÕES LOCAIS NO NORTE DE MINAS....	993
PROCESSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AGRÁRIO E AMBIENTAL E A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA MATÉRIA AMBIENTAL PARA ÁREAS DE ASSENTAMENTO	1009
PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS DE PLACAS: REFLEXÕES ACERCA DOS RISCOS E OPORTUNIDADES DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE MONTADAS-PB	1031
QUESTÃO AGRÁRIA VERSUS DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA	1046
QUESTÕES TERRITORIAIS DA OCUPAÇÃO AGRÁRIA DO LITORAL SUL E AGRESTE POTIGUAR/RN	1060
SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE RURAL ATRAVÉS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO PADRE GINO NA PARAÍBA.....	1072

GT3. CANAIS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA 1086

“ELES TAMBÉM SÃO CULPADOS”: A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “ATRAVESSADOR” NA CONJUNTURA DA LUTA PELA TERRA NO SERTÃO CARIOCA (1945-1964)	1087
“EXPERIMENTALISMO INSTITUCIONAL”: DILEMAS E CONFLITOS ENTRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AÇÕES COLETIVAS EM TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS	1095
“PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A POLÍTICA DAS ÁGUAS”	1108
A COMUNIDADE E O RURAL: CONCEITOS E VIVÊNCIAS.....	1118
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO UNIÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA – PB: ENTRE A TRADIÇÃO E OUTRAS PERSPECTIVAS	1132
A ECOLOGIA POLÍTICA DA ALGAROBA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB.....	1141
A MANIFESTAÇÃO DE RUA COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO DO PATRONATO RURAL BRASILEIRO	1154
A MEDIAÇÃO SOCIAL E O DIÁLOGO DE SABERES: O CASO DO CAPA NO ASSESSORAMENTO À TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SUDOESTE PARANAENSE	1164
A RESISTÊNCIA AYMARA: INDÍGENAS GOVERNAM NO SÉCULO XXI	1176
AS CONTRIBUIÇÕES DAS COMUNIDADES INTENCIONAIS À CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE VIDA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE MORADA DA PAZ (TRIUNFO/RS/BRASIL).....	1185
ASSOCIATIVISMO EM ÁREAS DE BABAÇUAIS: TRAJETÓRIA, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE TRABALHADORES(AS) AGROEXTRATIVISTAS NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO (MA)	1197
ASSOCIATIVISMO RURAL: UMA ALTERNATIVA PARA A CRISE SOCIOECONÔMICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS?.....	1215
CAPITAL SOCIAL E RACIONALIDADE NA REGIAO DOS CASTANHAIS NO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: ASPECTOS GERAIS	1223
CIRANDA E PROFISSIONALIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO “OS COROAS CIRANDEIROS”	1236
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: SEUS AGENTES, ATOS E REPRESENTAÇÕES... ..	1247
DOS BASTIDORES DO GOVERNO: O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO BRIZOLA (1959-1962) NO RIO GRANDE DO SUL	1264
IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIALIDADE.....	1279

JUVENTUDE RURAL E IDENTIDADE – AS OLIMPÍADAS RURAIS EM ARROIO DO TIGRE-RS	1295
MEDIAÇÃO POLÍTICA E SIGNIFICADOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA PARA OS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO NORTE EM MINAS GERAIS.....	1305
MOBILIZAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES DA COMUNIDADE ÁGUA BOA II, DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS, MG NA CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO COMUNITÁRIO E NO APROVEITAMENTO ALIMENTAR DE FRUTOS DO CERRADO	1322
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E O CRÉDITO ESPECIAL	1333
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: REFERENCIAIS PARA POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	1345
MULHERES E A SOBERANIA ALIMENTAR: NOVAS PRÁTICAS, NOVOS VALORES.....	1360
NA LUTA PELA MORADA DA VIDA: RESISTÊNCIAS CAMPONESAS FRENTE À EXPANSÃO DO MERCADO DE TERRAS NO MARANHÃO.....	1377
O DIREITO AGRÁRIO E OS INDIVÍDUOS DA AMAZÔNIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO.....	1389
O ESTADO, A CONCERTAÇÃO DE INTERESSES E A SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS RURAIS.....	1405
ONDE ESTÃO OS JOVENS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS?.....	1425
OPOSIÇÃO SINDICAL RURAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SUDESTE PARAENSE	1433
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. ESTUDO DE CASO EM LAGOA DE LAGOA SECA - PB.....	1450
TECENDO OS FIOS DA REDE SEMENTES: UMA EXPERIÊNCIA DE CONVIVÊNCIA COM A REGIÃO SEMI-ÁRIDA	1463
TERRA EM (NÃO) NEGOCIAÇÃO: AS LUTAS POR LEGITIMAÇÃO NO CONTEXTO SUL AFRICANO DE REFORMA AGRÁRIA	1475
TERRA, TERRITÓRIO E PROCESSOS POLÍTICOS EM CONTEXTOS NEGROS RURAIS.....	1488

GT4. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E AGRICULTURA FAMILIAR..... 1509

“TRABALHADORES MIGRANTES DE GUARIBA - SP: RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ESPAÇOS DIVIDIDOS E SILENCIADOS”	1510
A INSERÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA: TRAJETÓRIA DE REPRODUÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO SERTÃO SERGIPANO	1525

A INSERÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU EM SERGIPE: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE.....	1535
A JOVEM RURAL E O MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE: DESAFIO PARA A EXTENSÃO RURAL	1549
A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA PISCICULTURA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, MADALENA-CE	1564
A SOBREVIVÊNCIA DO SERTANEJO DO NORDESTE E DE SEU ESTILO DE VIDA.....	1575
AGRICULTURA E MARICULTURA FAMILIARES: UM RECORTE DE GÊNERO	1586
AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA/RN.....	1601
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA – PB: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO	1609
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O TURISMO RURAL COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR ..	1626
CAMINHOS QUE SE CRUZAM, TRAJETÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM: CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE RURALIDADES E JUVENTUDES A PARTIR DO CASO DO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM (PE).....	1635
DE RESISTÊNCIA COTIDIANA A ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA A PARTIR DE JAMES SCOTT E NORBERT ELIAS.....	1644
DESENVOLVIMENTO RURAL, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE: O CASO DAS AGROINDÚSTRIAS DE CRISSIUMAL	1654
DISTINTAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESENVOLVIDA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO DE PEQUENO PORTE: ESTUDO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC.....	1666
ESPAÇO AGRÁRIO E FORMAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB.....	1681
HOMENS SOLTEIROS NA AGRICULTURA FAMILIAR	1694
IDENTIDADE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF B SOB A ÓTICA DOS BENEFICIADOS	1710
PEQUENA PRODUÇÃO E IRRIGAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: O CASO DO PROJETO PIANCÓ-PB	1720
QUALIDADE DOS PRODUTOS NA FRANÇA E NO BRASIL: UM CAMPO DE DISPUTAS.....	1735

REFLEXÕES SOBRE A PLURIATIVIDADE: OS CASOS DO ASSENTAMENTO DE ZUMBI DOS PALMARES – CAMPOS GOYTACAZES/RJ E DA COMUNIDADE RURAL SANTANA DE MINAS – SÃO FRANCISCO (MG)	1752
REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO E FAMÍLIA NO ESPAÇO RURAL	1766
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM ÁREAS DO ENTORNO DA CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA-CGTF – CEARÁ	1781
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSU	1795
SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS: UM ESPAÇO ABERTO PARA O DEBATE. UM ESTUDO DE CASO DO PÓLO-SINDICAL DA BORBOREMA – PARAÍBA	1804
UMA VISÃO GERAL DOS ASSENTAMENTOS NO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE	1813
VIDA SOCIAL E TRABALHO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES	1827

GT5. PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E DIREITOS SOCIAIS

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO ACAMPAMENTO NOVA VIDA	1843
A INVERSÃO DE FORÇAS DE DOMINAÇÃO LOCAL POR FORÇAS DE DOMINAÇÃO GLOBAL: O CASO DAS AGROINDÚSTRIAS NO VALE DO ASSÚ	1853
A NOVA CONFIGURAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NORDESTINA E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES MIGRANTES CANAVIEIROS EM ALAGOAS	1862
A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM PRODUTO E ESTE EM MERCADORIA NO PROJETO IRRIGADO DE SUMÉ	1871
AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS (RE)PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO COREDE-MISSÕES/RS, UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍIS.....	1877
CENSO AGROPECUÁRIO DEMONSTRA AUMENTO DAS ESCALAS DE PRODUÇÃO E REDUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS.....	1892
DIREITOS SOCIAIS EM CONFLITO: APOSENTADORIA RURAL VERSUS DIREITOS TRABALHISTA.....	1912

ENTRE O TRABALHAR E “DAR TRABALHO”: AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS MIGRANTES PARAIBANOS NOS CANAVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	1927
NARRATIVAS DE ENCRUZILHADA: TECNOLOGIAS SOCIAIS E INVESTIMENTOS LIBERAIS NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL (RS)	1943
O PROCESSO DE TRABALHO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: CORTE MANUAL DA CANA, PAGAMENTO POR PRODUÇÃO E OUTROS IMPASSES	1958
O SOFRIMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O DESCASO E O ANONIMATO ALIMENTANDO A CADEIA PRODUTIVA DO ETANOL E DO AÇÚCAR	1971
OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-2.....	1984
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A INSERÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO DA PARAÍBA	1997
PREVIDÊNCIA SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL	2013
PRIORIDADE DE PESQUISA PARA AGRICULTURA FAMILIAR: DISCURSOS QUE SE RENOVAM PRÁTICAS QUE SE ADIAM	2030
TRABALHADORES DO INTANGÍVEL: AS TROCAS E A RECIPROCIDADE NAS RELAÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS COM A QUESTÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO SUL DO PARÁ	2047
TRABALHADORES RURAIS: IGUALMENTE DESPOSSUÍDOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E IGUALMENTE PRODUTORES DE MAIS VALIA	2063
UMA TENTATIVA DE DESCONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DO POLÍGONO DA MACONHA	2078

GT6. SABER E PODER NO CAMPO2085

“O PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA (ATES) E O RESGATE DO SABER LOCAL”	2086
“SABERES COTIDIANOS E PRODUÇÃO DO AZEITE DE ANDIROBA: O CONTEXTO HISTÓRICO NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES EXTRATIVISTAS DA ILHA DE JUBA – CAMETÁ/PA”	2091
A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE SABERES E LUGARES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO CARIRI PARAIBANO: REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO PROJETO UNICAMPO.....	2101
A FORMAÇÃO DO EDUCADOR RURAL, A ELABORAÇÃO DE PROJETOS AGROPECUÁRIOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	2111

A INSERÇÃO DOS TÉCNICOS FORMADOS PELO CURSO CTADS NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UNAÍ: ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS	2120
A PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE A MELHORIA DA QUALIDADE VIDA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL NO MUNICÍPIO DE ARMAZÉM - SC.....	2132
A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO	2149
A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRONERA/UFC (1998 -2002)	2158
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESPAÇO DE SABER E PODER	2170
AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA LATINO AMERICANA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, MUNICÍPIO DA LAPA – PARANÁ.....	2184
ASSESSORIA VERSUS EXTENSÃO: PROBLEMAS ANTIGOS E NOVOS DESAFIOS	2198
CAMINHOS RURAIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: OU QUANDO O LUGAR É A VIDA DOS QUE AÍ HABITAM	2209
CASA FAMILIAR RURAL: A EXPERIÊNCIA AMAZONENSE DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA.....	2225
CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRÁTICAS DOS PESQUISADORES DA EMBRAPA/CNPA	2245
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO E SEUS SABERES NO CURRÍCULO ESCOLAR	2253
EDUCAÇÃO DO CAMPO: A REALIDADE SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DE ESCOLA MUNICIPAL EM ASSENTAMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL	2261
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM ÁREAS DE RESERVAS EXTRATIVISTAS ..	2276
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CAMPO NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM (MAB)	2291
ESPAÇO AGRÁRIO E EDUCAÇÃO: LUTAS E DESAFIOS DA PROPOSTA EDUCATIVA DO MST NA ESCOLA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, PARAÍBA.....	2310
EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ: UM ESTUDO NA ESCOLA DA COMUNIDADE SANTA MARIA	2325
EXPERIÊNCIAS DE CURA E EXPRESSÕES DO CATOLICISMO NO MEIO RURAL UM ESTUDO NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO	2340

IRRIGAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: PROCESSOS E IMPACTOS.....	2353
O DISCURSO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ARIDO BRASILEIRO REDEFININDO RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO	2362
O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS	2375
PARTICIPAÇÃO E REDES SOCIAIS: UM NOVO CAMINHO PARA UM NOVO DESENVOLVIMENTO	2381
PAULO FREIRE E O MST/CE: UM DIÁLOGO ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO FREIRIANO	2390
PODER LOCAL EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA.....	2399
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA ASSESSORIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS	2412
RELAÇÕES DE CONTROLE E PODER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXÕES SOBRE TEORIA E PRÁTICA	2427
RELAÇÕES DE PODER NOS ASSENTAMENTOS: PODEREMOS VIVER JUNTOS?	2443
RESSIGNIFICAÇÕES DO RURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ): REFLEXÕES A PARTIR DA AMPLIAÇÃO NA OFERTA DE CURSOS	2453
SABERES TRADICIONAIS: DEFININDO TEMPO E ESPAÇO E INTEGRANDO GERAÇÕES NO MEIO RURAL	2466
SABER E PODER NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	2475
SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA.....	2414

GT7. COMUNICAÇÃO, ARTE, LINGUAGENS E CULTURAS NO MUNDO RURAL 2535

A “RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS” NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE PEDRO CUBAS.....	2536
A MÍDIA E OS SENTIDOS CULTURAIS DOS JOVENS DO MST: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ ANTONIO EUFROSINO (PB).....	2545
APERFEIÇOANDO A COMUNICAÇÃO NO FÓRUM ONLINE DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2561
ARTISTAS CAMPONESES E A SUPREMACIA DE DESEJOS COLETIVOS...	2571
COMUNICAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO: ENGENDRANDO REDES DE EXPERIMENTAÇÃO	2585
ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: TRADIÇÃO E POESIA ORAL NA CONTEMPORANEIDADE	2591

FOTO-HISTÓRIAS: BUSCANDO O OLHAR DO SUJEITO NAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	2608
O BELO COMO PERFEIÇÃO E LIBERDADE NA PESCA ARTESANAL.....	2622
OS “SENTIDOS” DA AGRICULTURA FAMILIAR: GLOBO RURAL E IDENTIDADES EM DOIS VIZINHOS-PR	2645
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL PROJETO PETECA	2659
TECENDO SOCIABILIDADES: AS FESTAS DE SANTO NOS BAIROS RURAIS DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG	2669
TECNOLOGIAS DIGITAIS DE EDIÇÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO AUDIOVISUAL NA COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA	2682

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais

TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
09 a 12 de setembro de 2008.



GT1

A LUTA PELA TERRA,
MOVIMENTOS SOCIAIS E
POLÍTICAS AGRÁRIAS

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**(RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL – ESTRATÉGIA POLÍTICA DE
DISSOLUÇÃO DOS CONFLITOS**

Marleide Maria Santos¹
Alexandrina Luz Conceição²

Resumo

No Brasil, as experiências de elaboração e implementação de políticas e planos destinados a ordenar o território com vistas a alcançar o desenvolvimento e/ou superar as desigualdades regionais são marcantes desde os anos de 1950. Entretanto, é a partir de 2003 que as políticas públicas voltadas para o campo têm como enfoque privilegiado o território. Este enfoque, atribuído à escala local, a responsabilidade de gerenciar e encontrar soluções, principalmente, para o fenômeno da pobreza rural. É no bojo da política de desenvolvimento territorial que se inscreve o Território Rural, materialização do planejamento do desenvolvimento local. O discurso que embala esse modelo coloca em relevo a participação da sociedade civil, o consenso e o potencial empreendedor da comunidade, entre outros. Ainda que os Territórios Rurais sejam determinações das instituições que se encontram no âmbito da centralização do poder, essa e outras escalas geográficas resultam também de confrontos e de luta social inseridos na complexidade e nas contradições que perpassam as relações sociais de produção. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender o processo que tem engendrado a criação dos territórios rurais tendo como referência o Território do Alto Sertão de Sergipe e as articulações construídas no mesmo, onde a presença e atuação dos movimentos de luta pela terra trazem à tona os graves conflitos fundiários que historicamente caracterizam este território.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Territorial, Território do Alto Sertão de Sergipe

1. Introdução

A política nacional de ordenamento territorial materializada nas políticas territoriais inspiradas em práticas experienciadas em alguns países da Europa, particularmente na Itália, se insere na Constituição brasileira de 1988 como instrumento de planejamento racional e eficiente das ações do Estado. Considerada como de tendência progressista, essa constituição é, ao mesmo tempo, resultado da influência de forças populares e do desenvolvimento patrocinado pela ditadura militar. A idéia de descentralização dos recursos financeiros que contemplassem estados e municípios trouxe em si a contrapartida de que essas unidades administrativas seriam as responsáveis pela gestão de determinados setores até então geridos pela instância federal.

¹ Doutoranda em Geografia – NPGEIO – UFS/Brasil - SE

² Professora Dra. NPGEIO – UFS/Brasil-SE.

O tema da descentralização ganha terreno na década de 1980 no cenário político marcado pela “abertura e redemocratização”, e tem o seu processo associado sobremaneira à crise do modelo desenvolvimentista que, no caso do campo, disseminou as políticas que privilegiaram a modernização afeita particularmente à tecnificação das grandes propriedades, contempladas com generosos programas de crédito. O agravamento dos custos sociais e ambientais desse modelo refletia a inviabilidade de sua continuidade, ressalta-se, como parte da própria crise do Estado Desenvolvimentista que enfrentou o esvaziamento de suas propostas. Aspectos como a reestruturação do sistema capitalista como um todo e o esgotamento do modelo de planejamento centralizado desenharam o cenário que passou a inspirar as ações voltadas à “ordenação territorial”.

É nesse contexto que novos elementos e estratégias são incorporados às ações de planejamento inerentes às políticas públicas que tornam o território como principal variável no discurso do desenvolvimento, ensejando a construir novos arranjos institucionais de gestão referendadas pelas experiências protagonizadas pelos chamados territórios rurais.

2. Políticas Públicas e Reestruturação Territorial

A meta de alcançar a superação das desigualdades regionais orientou o planejamento territorial no início da década de 1960, no bojo do processo político da reforma do Estado, onde tem lugar efetivamente a discussão para a construção da Política de Reestruturação Territorial. Desse modo, a possibilidade de identificar os novos vetores dessa reestruturação está relacionado à flexibilização do Estado e aos novos significados que revestem os usos políticos do território. (Becker, 1991). Assim, a retomada da idéia de ordenamento territorial ganha força a partir da década de 1990 com relevância desse componente espacial em associação com os temas da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento.

É importante atentar para o aspecto impreciso e polissêmico do conceito de Ordenamento Territorial (OT) levando-se em conta, inclusive, experiências registradas em países da América Latina a exemplo da Venezuela, pioneira na construção da política nacional de ordenamento territorial, aí considerada como uma estratégia de desenvolvimento territorial associada aos processos de descentralização política. (Rückert, 2003).

No Brasil, essa estratégia foi definida em dois documentos relativos ao período compreendido entre 1994 a 2002: “Eixos Nacionais de Desenvolvimento” e “Avança Brasil”, constituindo-se em um esforço par alcançar uma concepção mais integrada no planejamento do país. Entretanto,

Os eixos de desenvolvimento acabaram por adotar uma visão excessivamente circulacionista do território, dando enorme ênfase ao setor de transportes em detrimento de uma abordagem transetorial. (MORAES, 2003, p.45).

Para esse autor a construção de uma política de OT não pode desconsiderar esses e outros problemas, como é o caso da indefinição das escalas de atuação governamental, em uma referência à proposta de zoneamento ecológico-econômico contido em um dos eixos, que revelou-se ineficaz e bastante oneroso do ponto de vista dos propósitos do ordenamento. Esses, dizem respeito ao desenvolvimento econômico equilibrado das regiões, a melhora da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional do território (Santos, 2003).

A constatação por parte, inclusive, de agências internacionais como o Banco Mundial, da ineficiência das políticas públicas, particularmente daquelas voltadas para o meio rural brasileiro, empreendidas no decorrer do mandato de Fernando Henrique Cardoso, levam esse governo a estabelecer mudanças que se expressam na abordagem do desenvolvimento rural no Brasil. Esse fato evidenciado com o lançamento do programa “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural” pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A noção que se aplicou ao desenvolvimento local foi o de um paradigma alternativo à sociedade marcada por uma complexidade de conflitos. Esse modelo é apresentado como um “emplastro capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se, no lugar, bucólicas e harmônicas comunidades”. (OLIVEIRA, 2003, p.13). Desse modo, a evocação e o chamamento à participação estavam fortemente associados a uma concepção de cidadania como sinônimo de harmonia e paz social, longe do indivíduo crítico e reflexivo. Na realidade, os objetivos embutidos na proposta desse modelo para a política agrária (1999-2002), contemplavam a integração da agricultura familiar ao circuito mercantil e a despolitização dos movimentos sociais do campo, reconhecidamente combativos e organizados como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em linhas gerais, nesse período, foram implementadas estratégias e ações “sugeridas” pelo Banco Mundial³ com vistas ao combate eficaz da pobreza rural, através, principalmente da promoção de uma agricultura familiar⁴ empresarial integrada ao mercado esperando-se que

³ Relatório do Banco Mundial nº 11783 – BR de 1994.

⁴ A partir da metade dos anos 1990, o conceito de agricultura familiar tornou-se alvo de um amplo e acirrado debate que tem envolvido militantes de movimentos sociais e estudiosos do tema com visíveis implicações políticas.

a ação do mesmo desse conta da situação de pobreza existente no meio rural brasileiro. As políticas implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) fez acentuar ainda mais os efeitos perversos da lógica que defende: mais mercado e menos Estado. Nesse contexto, se expressa também os atos de violência praticados por latifundiários e órgãos repressivos do Estado com ameaças, opressão psicológica e assassinatos⁵ de trabalhadores de lideranças sindicais e religiosas acrescidas, em muitos casos, da parcialidade do Judiciário em favor do latifúndio.

O programa contido no Novo Mundo Rural sistematiza todas as orientações desenvolvidas até 1999, aprofundando a descaracterização dos movimentos sociais e os mecanismos de controle social incluindo medidas judiciais que alijam os militantes e limitam e criminalizam os movimentos mais atuantes. Com o apoio da grande mídia nacional a reforma agrária passa a ser tratada como uma questão de polícia; a criação do Banco da Terra é um dos exemplos da intenção de desqualificar e deslegitimar os movimentos sociais envolvidos na problemática agrária. Esta passa a ser encarada como uma questão de desenvolvimento que deve se traduzir: na pluriatividade, na capacitação do pequeno produtor com vistas a uma melhor acumulação do capital, na busca de consenso entre as classes sociais e a participação popular. (Gómez, 2006). Isso significa dizer que na visão apresentada por esses programas e modelos tenta-se mostrar que antagonismo de classe é coisa do passado.

A intervenção do Estado na questão da concentração da Terra introduz mecanismos que vão caracterizar uma verdadeira “reforma agrária de mercado” através do estímulo a transações de compra e venda da terra, via Banco da Terra, indo ao encontro do que prevê a Constituição que preconiza a desapropriação dos latifúndios por interesse social. Esse programa foi alvo de manifestações contrárias por parte das entidades ligadas aos trabalhadores sem terra e dos pequenos produtores o que dificultou, de certa forma, o apoio dos organismos financiadores.

É nesse contexto que o novo governo que assume o país a partir de 2003 (Luiz Inácio Lula da Silva), traduz o discurso oficial de desenvolvimento incorporando de forma mais contundente uma linguagem que ressalta a dimensão espacial e a necessidade de implementar novas formas de gestão das ações governamentais com a justificativa da ineficiência das políticas aplicadas ao meio rural brasileiro. Desse modo, a meta da OT de estabelecer a articulação transetorial e interinstitucional com vistas a um planejamento integrado da ação do

⁵ Segundo levantamento realizado pela Comissão Pastoral de Terra (CPT) e da Ouvidoria Agrária Nacional no período compreendido entre 1985 e 2005, foram assassinados 1292 pessoas entre trabalhadores e lideranças sindicais e religiosas.

poder público⁶, deveria estar em consonância com a valorização de modelos que têm o território como a variável essencial para o desenvolvimento com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e levar prosperidade às populações.

2.1 Desenvolvimento territorial – a “nova” concepção de desenvolvimento

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) se dá no interior das orientações e propostas para a “nova” concepção de desenvolvimento. Ela passa a associar as políticas públicas voltadas para o campo, sobretudo as linhas de financiamento, à noção de desenvolvimento territorial como uma orientação original das políticas de desenvolvimento rural; implícita ou explicitamente essas políticas transitam e atuam em diferentes escalas como aponta Gómez (2006).

Considerando que esse enfoque local está em sintonia com os objetivos/determinações de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e os Institutos de Cooperação para a Agricultura (IICA), de impulsionar o desenvolvimento e o combate à pobreza rural em escala regional (América Latina), mas também de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) que a partir dos 1990 retoma o seu interesse pelas questões inerentes ao campo dos países da América Latina, África e Ásia. Segundo Sauer (2004), o modelo em que se baseiam as propostas do Banco Mundial, seja na versão do “Novo Mundo Rural”, seja nas diretrizes estabelecidas no desenvolvimento territorial sustentável, se coaduna com as “sugestões” que aquele banco estabeleceu desde o início de 1990, sobretudo no que diz respeito à demanda e a luta histórica pela reforma agrária no Brasil.

Com relação ao interesse renovado do Banco Mundial pelo meio rural (tema desconsiderado na década de 1980 no qual a instituição prioriza os programas que dizem respeito aos ajustes estruturais), João Márcio M. Pereira (2005) reconhece algumas razões que motivaram aquela instituição nessa retomada. Entre elas, a necessidade de “resolver” os conflitos agrários, neutralizando as ações dos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, tendo presente a segurança e a estabilidade do capital. Essa razão contribuiria para um outro aspecto que seria a oportunidade de despolitizar o tratamento da questão agrária existente em grande parte dos países do Sul, pois, o fim da Guerra Fria, teria arrefecido a vinculação entre a luta pela Reforma Agrária e o ideário de transformação social mais radical; além destas, aparece como imperiosa necessidade, a criação de programas e

⁶ Essa meta é colocada por A. Carlos R. Moraes por ocasião da oficina “Bases para uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT” em novembro de 2003, sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério de Integração Nacional – MI.

projetos sociais para compensar, ao menos em parte, os impactos negativos das políticas de ajuste estrutural sobre parcelas significativas do campesinato.

Neste ponto, é mister situar, mesmo se de forma breve alguns aspectos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT - que dinamiza a política de desenvolvimento territorial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ao mesmo tempo em que apresenta o território como referência principal, afirma em seus próprios documentos desconhecer a função desempenhada por ele.

O programa concebe um desenvolvimento rural em um contexto territorial muito mais que setorial reconhecendo que:

os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidade diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico”. (MDA, 2003, p. 3).

Nessa *teia complexa de laços e relações*, emerge uma “nova ruralidade” – segundo o MDA – em construção a partir de múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, assegurando a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e multiplicação de oportunidades de inclusão.

É importante lembrar que esse modelo se insere em programas elaborados no seio de agências e organismos internacionais como estratégia (ao menos retórica), para diminuição da pobreza e fomento do desenvolvimento local. Desse modo é questionável a originalidade do desenvolvimento territorial inclusive em relação ao programa sintetizado no “Novo Mundo Rural”, do governo Fernando Henrique Cardoso.

La Multifuncionalidad de la agricultura y Nueva Ruralidad, son fenómenos que se han desavroelado tanto en el contexto de los países europeos como en el América Latina durante la década de los años noventa. Se trata de procesos referentes a las transformaciones productivas, sociales, territoriales y ambientales que ocurren en el medio rural; en el eje de sus análisis se plantea el reacomodo de los procesos del medio rural en el contexto de la globalización. (SÁNCHEZ, 2005, p. 1300).

Entretanto, chama a atenção o condicionante do crescimento econômico para que seja alcançada essa nova ruralidade: “(...) cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas”. (MDA, 2003, p. 11).

Algumas medidas apresentadas como inovações em relação ao governo anterior, têm representado na realidade ajustes que se traduzem basicamente no enfoque diferenciado, mas inalterado em sua lógica. Um dos exemplos que ilustra esse quadro é o Banco da Terra que, como programa foi substituído por outro, com o nome de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); apesar da ampliação das linhas de financiamento os princípios que o regem apontam para uma consolidação do paradigma neoliberal com a manutenção das assimetrias existentes no meio rural.

O arsenal teórico e prático do desenvolvimento territorial rural, que inclui a reorganização territorial, a preocupação em criar mecanismos de participação através do discurso que dá ênfase à cidadania e à escala local, como aponta Mattos (1990) em uma estrutura socioeconômica, política e ideológica do capitalismo, as reformas que objetivam a descentralização na figura do desenvolvimento local dificilmente contribuirão para o aumento da democratização e da justiça social porque se orientam a satisfazer as necessidades a satisfazer necessidades colocadas pela reestruturação capitalista de orientação neoliberal que persegue a redução e limitação das funções do Estado e a ampliação da acumulação do capital. Além disso, nos países de economias dependentes, as políticas públicas geralmente são desenvolvidas espelhando-se nas escalas nacional e/ou global.

Não obstante as experiências que evidenciam essa realidade, o MDA promove a criação de territórios rurais em todo o país, como foco das políticas públicas a partir do pressuposto da necessidade de implementar políticas com objetivos que contemplem a heterogeneidade dos territórios com vistas à integração. Com esses propósitos, o território desse desenvolvimento é visto como uma figura de planejamento que congrega municípios que apresentem certa identidade produtiva, cultural e, sobretudo coesão social a fim de que sejam promovidas ações conjuntas para o desenvolvimento.

Dessa forma,

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como território. (SCHNEIDER, 2004, p. 27).

Nesse sentido, o território torna-se de fato um “poderoso” instrumento de planejamento no qual são encontradas as soluções para os problemas das populações que aí vivem, na medida em que descobrem a sua “vocalização” e usam a capacidade criativa e

empreendedora! Essa perspectiva está completamente deslocada da abordagem e do rico debate teórico/conceitual existente na ciência geográfica tendo em vista que a idéia de ‘territórios de identidade’ que tem perpassado essa figura de planejamento tem mostrado o quão limitado tem sido a sua utilização.

É nesse bojo que se dá a construção do Território Rural do Alto Sertão Sergipano, um dos oito territórios constituídos no estado de Sergipe.

3. O Território do Alto Sertão de Sergipe – Palco de Conflitos

Primeiro a ser constituído em Sergipe, o Território do Alto Sertão Sergipano - TASS – agrupa 06 (seis) municípios localizados a noroeste do estado, parte integrante das dezoito unidades incluídas no Semi-árido sergipano. A área ocupada pelo TASS, de 4.715 km², é formada pelos municípios de Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Porto da Folha, e corresponde a 21,5% do território estadual.

Esse agrupamento de municípios está entre aqueles que apresentaram os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos mais baixos do estado assim como a maior concentração de terra do estado.

Historicamente, o atual TASS constitui-se no berço dos conflitos e da luta por terra e reforma agrária. Inicialmente com o trabalho organizativo da Igreja Católica (Diocese de Própria) e a partir da década de 1990 com a presença e atuação crescentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.

Os conflitos registrados nessas áreas desde o início dos anos de 1980, estão relacionados à persistência de uma estrutura fundiária concentrada e agravada pela ociosidade de suas terras não raro, destinadas à reserva de valor. Aliada a esse quadro o Alto Sertão, tem sido alvo de políticas públicas implantadas em áreas banhadas pelo Rio São Francisco, a exemplo da construção da hidrelétrica de Xingó e de grandes projetos de irrigação como o Califórnia (1985-1987) e o Jacaré-Curituba⁷. Esses projetos de irrigação promoveram a desapropriação de uma área considerável (em torno de 1500 há.) sendo destinadas indenizações irrisórias às famílias atingidas pelos projetos.

Desse modo, centenas de trabalhadores, desempregados, sem terra e sem perspectiva de vida digna vão ser atraídos pela proposta do MST que encontra um terreno fértil produzido

⁷ Em 1996, o Jacaré-Curituba foi ocupado pelos trabalhadores ligados ao MST e atualmente constitui-se em um dos assentamentos de Reforma Agrária.

pelo trabalho da Pastoral da Terra e pela significativa presença das Comunidades Eclesiais de Base (com forte presença nos anos de 1970 e início da década de 1980).

Os projetos têm trazido a valorização dos imóveis e aprofundado o processo de concentração das melhores terras da região. Grandes proprietários pecuaristas têm ampliado os seus domínios mediante a compra de terras a baixo custo e/ou com a pressão sobre os pequenos produtores para vendê-las, contribuindo ainda mais para que essa área continue sendo aquela que concentra o maior número de ocupações e de assentamentos rurais no contexto da realidade de Sergipe.

É nesse bojo que vai se dar a constituição do Território Rural do Alto Sertão (2004), sendo considerado um espaço de disputa que envolve terra, água e recursos financeiros (CECAC, 2006). Na lógica do desenvolvimento territorial, o TASS tem sido reconhecido como aquele que já apresenta um trabalho avançado com a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural que contava com a participação de militantes dos movimentos organizados presentes no território, especialmente os do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Nesse sentido, a articulação política e as conquistas efetivadas via Colegiado Territorial sob forte influência dos movimentos sociais têm sido vistas como novas possibilidades de mudanças para a população.

Segundo Lima (2007), o Colegiado conseguiu derrubar a proposta de Zoneamento Agrícola de 2005 que privilegiava as culturas voltadas ao agronegócio em substituição às culturas alimentícias do milho e do feijão, típicas da região.

A partir da leitura de relatórios do Colegiado do TASS apresentado em reuniões, percebe-se que existe um esforço para o aprofundamento de um debate mais incisivo sobre temas como a concentração fundiária. São momentos em que

(...) o desenvolvimento local entendido como tendência contrária aos processos dominantes, também terá seus momentos de desformalização e desregulamentação, ao mesmo tempo em que necessita inventar uma nova forma que não possa ser assimilada pelo adversário global, concentrador e antidemocrático. (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Esse autor atribui ao MST o papel de desregulamentador em sua luta pela terra porque faz a investida contra a propriedade privada ainda no seu próprio campo. De fato, é importante reconhecer que a organização e a mobilização têm um papel fundamental no processo de construção de uma nova racionalidade e de um território para todos; ao mesmo

tempo, é difícil pensar que as classes sociais e instituições que defendem o capital abram mão dos seus interesses em favor do interesse geral.

4. Referências bibliográficas

BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e debates** São Paulo, nº 31, p. 47-56, 1991.

CECAC - Centro de Capacitação Canudos. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural**. INCRA/CECAC. Aracaju, 2005

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em (dês) construção**. Narrativas escolares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2006.

LIMA, Silvana L. da Silva. **Transformações sócio-territoriais e o espaço rural do Alto Sertão Sergipano**. 2007. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-graduação em Geografia. São Cristóvão, 2007.

MATTOS, Carlos A. de. **La descentralización y una nueva panacea para impulsar el desarrollo local**. Estudios Regionales, Madrid, n 26, p. 49-70, 1990.

MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Condraf/NEAD, texto para discussão n. 4, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário SDT/MDA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.Br/index.php?ação=biblioteca & publicação ID=253>> acesso em 05 jan. 2007.

MORAES, Antonio Carlos R. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**. O que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária contemporânea do Banco Mundial: objetivos, lógica e linhas de ação**. Rio de Janeiro. 2005 Disponível em <http://www.landaction.org/display.php?article=377>. Acesso em 01 fev 2007.

RUCHERT, Aldomar Arnaldo. **O processo de reforma do Estado e a política nacional de ordenamento territorial**. In: MELO, Neil Aparecido de e JUNIOR, Rosalvo de Oliveira. Oficina sobre a política nacional de ordenamento territorial. Brasília: 2003. p. 31-39.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. p. 1292-1367.

SAUER, Sérgio. **A terra por uma cédula**. Estudo sobre a reforma agrária de mercado. In: MARTINS, M. Dias. (org) São Paulo: Viramundo, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, Jan/Jun, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**“REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO BRASIL: UM SONHO QUE SE
TORNOU DÍVIDA**

Sérgio Sauer¹

Resumo

Este artigo resgata o processo de implantação do modelo, proposto pelo Banco Mundial, de “reforma agrária de mercado” no Brasil, suas implicações e conseqüências. Situa esta implantação no contexto das políticas e programas do então Governo FHC (1995-2002), explicitando as críticas e oposições dos movimentos de luta pela terra. A partir da situação atual, ou seja, manutenção deste programa no Governo Lula (2003-2007), problematiza algumas questões relacionadas com as lutas políticas e ideológicas em torno dos programas de compra e venda como um mecanismo de acesso à terra no Brasil.

Palavras-chave: Banco Mundial; Reforma Agrária de Mercado, Luta Pela Terra, Política Pública, Movimentos Agrários.

1. Introdução

A experiência brasileira com os programas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial é a mais abrangente em nível internacional, tanto em número de famílias financiadas como em volume de recursos gastos. Até o momento, nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao Banco Mundial (BIRD) para financiar programas compra e venda de terras e há indícios, especialmente o fato do tema sair da agenda internacional do Banco, que não haverá outros empréstimos desta magnitude.

Apesar de todas as críticas e oposição dos movimentos sociais agrários, os programas de mercado vêm sendo implantados desde 1996 no Brasil. Mesmo apresentando diversos problemas como, por exemplo, dificuldade por parte das famílias para pagar as prestações e amortizar a dívida, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ampliou as linhas de financiamento e, através da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário e mudanças no Fundo de Terras, transformou essa proposta em uma política de Estado.

Este artigo resgata o processo de implantação deste modelo do BIRD de “reforma agrária de mercado” no Brasil, suas implicações e conseqüências. Situa esta implantação no contexto das políticas agrárias do Governo FHC, a partir de 1996/1997, explicitando críticas e oposições dos movimentos de luta pela terra. A partir da situação atual, ou seja, manutenção e

¹ Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Planaltina (FUP).

ampliação deste programa no Governo Lula (já a partir de 2003), problematiza algumas questões relacionadas com a luta político-ideológica em torno desta proposta do Banco Mundial.

2. A “reforma agrária de mercado” no Brasil

Os conflitos fundiários no Estado mais rico da Federação (São Paulo), a marcha do MST para Brasília (1997), o aumento dos conflitos e assassinatos no campo, entre outros motivos, recolocaram a demanda por reforma agrária na pauta nacional nos anos 1990. Somada às pressões internas, a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) forçou a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, em 1996. O Governo FHC deu início então a um conjunto de ações relacionadas à reforma agrária e aos conflitos no campo.

As ações governamentais foram sendo criadas e implementadas, a partir de 1997, com os seguintes objetivos: a) baratear e acelerar as desapropriações para fins de reforma agrária como uma forma de diminuir a pressão social por terra; b) criminalizar as ocupações de terra, impedindo que propriedades ocupadas fossem desapropriadas; c) deslegitimar as ocupações via meios de comunicação, criando uma imagem negativa dos “sem terra” e de sua forma de luta; d) implementar o processo de descentralização político-administrativa da reforma agrária, o que implicava em desfederalizar a execução da política fundiária; e) introduzir o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (Sauer e Pereira, 2005).

De uma maneira geral, os programas de acesso à terra foram concebidos como mecanismos para diminuir os conflitos e combater a pobreza rural, pois as ações agrárias não eram vista como parte do programa econômico, muito menos como uma questão política. Essa visão permitiu uma aliança com o Banco Mundial, o qual tinha interesses em financiar programas de alívio à pobreza, cumprindo sua “missão social”. Esses recursos permitiram ao Governo FHC amenizar a pressão social por terra sem alterar a estrutura fundiária ou ampliar os processos de desapropriação.

Essa junção de interesses possibilitou a formulação e a implementação do projeto piloto (Cédula da Terra), como uma experiência alternativa de acesso à terra via compra. O governo FHC instituiu o financiamento público para a compra privada de terras como um mecanismo para aliviar tensões sociais no campo e retomar o protagonismo político na condução da política agrária (Pereira e Sauer, 2006).

Desde o início do Governo FHC (1995), o BIRD preconizava a dinamização dos mercados de terras como mecanismo para atingir dois objetivos simultâneos, ou seja, permitir o acesso à terra a agricultores sem terras e aliviar a pobreza rural, agudizada pelas políticas de ajuste estrutural. Na ótica do BIRD, o modelo de mercado deveria ser introduzido no Brasil como uma espécie de “braço agrário” de políticas compensatórias já em curso (Sauer e Pereira, 2005).

O Governo FHC e BIRD tinham interesse em diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem terra. A criação de programas orientados pelo mercado (disponibilidade de financiamento para compra) deveria desconectar as ocupações das desapropriações, permitindo ao governo ações fundiárias não pautadas por mobilizações e pressões dos movimentos sociais (Sauer e Pereira, 2005).

O discurso governamental ganhou então três aspectos centrais, sendo o primeiro uma crítica radical ao instituto das desapropriações, passando a afirmar que esse mecanismo de reforma agrária devia ser repensado e mesmo abandonado porque o modelo constitucional era ineficiente e as desapropriações caras e morosas. Segundo esse discurso, as desapropriações perderam a legitimidade porque já não significam uma penalidade ao latifúndio, pois a alta liquidez dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) tornou o processo bastante rentável e atrativo. Apesar de este argumento ter um “fundo de verdade”, o Executivo deveria ter alterado a legislação e os procedimentos burocráticos para penalizar o latifúndio como, por exemplo, estabelecer prazos mais longos para o resgate dos TDAs, eliminar os juros compensatórios etc., o que não aconteceu.

O segundo argumento em defesa dos programas de compra e venda (acesso à terra via mercado) era a falta de recursos públicos. Não havendo recursos orçamentários suficientes para executar programas sociais caros como a reforma agrária, o País precisava de dinheiro e o Banco Mundial estava oferecendo recursos, criando uma nova fonte para financiar o acesso à terra. Vários argumentos poderiam ser usados para contestar este discurso como, por exemplo, o custo real de um programa de acesso à terra, além do problema de endividamento externo para financiar programas sociais.

O terceiro aspecto do discurso governamental era que, historicamente, as ações governamentais sempre foram “a reboque” dos movimentos sociais organizados. Os projetos de assentamentos, bem como todas as ações de reforma agrária, eram resultados de conflitos e pressões exercidas pelos movimentos organizados. A intenção era então tornar o governo o agente principal do processo, criando um mecanismo pacífico de acesso à terra,

disponibilizando recursos via empréstimos para a negociação entre proprietários vendedores e famílias compradoras.

Com base neste discurso, o Governo FHC (1995-2002) implementou ou deu início a quatro programas de reforma agrária de mercado, sendo que o projeto “Reforma Agrária Solidária” (uma linha dentro do programa estadual São José) foi uma experiência pequena do Ceará. Criado em agosto de 1996 (o primeiro financiamento para compra de terras foi liberado em fevereiro do ano seguinte), este projeto contemplou em torno de 800 famílias em um ano de funcionamento, sendo substituído pelo Cédula da Terra (Alencar, 2006).²

Em abril de 1997, foi criado o “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza”, mais conhecido como Cédula da Terra,³ com início efetivo no mês de julho daquele ano. Apesar de ser considerado um piloto, este projeto foi abrangente, pois contemplou em torno de 16 mil famílias de cinco Estados da Região Nordeste e foi concluído oficialmente em dezembro de 2002.

Em fevereiro de 1997, foi protocolado no Senado um projeto de lei (PLS nº 25), criando o Fundo de Terras/Banco da Terra, que foi aprovado em fevereiro de 1998 (Lei Complementar nº 93/98). Àquela altura, a implantação do Cédula da Terra mal havia começado, sem qualquer tipo de avaliação sobre a sua performance. Contra a posição das principais organizações agrárias, o Executivo Federal jogou peso político e aprovou, em tempo recorde, a criação do Fundo de Terras/Banco da Terra no Congresso Nacional.

Assim que o Fundo de Terras/Banco da Terra foi aprovado, o BIRD anunciou sua intenção de apoiar financeiramente o novo programa, que deveria ser implantado em todo o País (Banco, 1997). De acordo com o documento “Estratégia de Assistência ao País” (CAS), de 2000-2002, o Cédula serviu de “modelo para um novo programa complementar de reforma agrária por parte do Governo (Banco da Terra)”, portanto, o BIRD declarou que tinha “a intenção de apoiar, através de um APL [projeto de empréstimo] maior, uma seqüência de um projeto de reforma agrária direcionado ao segmento mais pobre dos agricultores sem terra” (Banco, 2000, § 122, item d).⁴ Este apoio acabou sendo não ao Banco da Terra, mas de um novo e quarto programa, denominado Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, criado em 2002.

² Para maiores detalhes sobre a implantação e performance dos programas de reforma agrária de mercado no Ceará, ver Alencar, 2006, pp. 207ss e a experiência do Cédula na Bahia, ver Germani et alli, 2006, pp. 229ss.

³ O Cédula da Terra contou com um empréstimo de US\$ 90 milhões do Banco Mundial, mas gastou em torno de US\$ 150 milhões. O Governo Federal aportou US\$ 45 milhões, os cinco Estados US\$ 6 milhões e as famílias foram responsáveis pelo aporte de US\$ 9 milhões.

⁴ Este apoio maior foi estabelecido em US\$ 400 milhões no CAS de 2000-2002 (p. XLIX). Segundo o seu anexo B3, este recurso seria dividido em dois desembolsos com a primeira parcela (no valor de US\$ 200 milhões) liberada ainda em 2000 e o restante na seqüência, dependendo da capacidade de implementação.

Estes quatro projetos ou programas (Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário), apesar de pequenas diferenças, constituem a materialização da “reforma agrária de mercado” no Brasil. É importante, no entanto, salientar uma diferença em relação ao Fundo de Terras/Banco da Terra, que não se reduz a um programa governamental, mas possui caráter permanente, ganhando o status de política de estado (Pereira, 2004). Este caráter foi reforçado com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em 2004.

Criticar estas propostas do BIRD não implica em desconsiderar que as atuais políticas agrárias governamentais possuem sérias deficiências e problemas. Estes são resultados do veto permanente das classes dominantes a qualquer política de natureza redistributiva, impedindo investimentos públicos capazes de oferecer as condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social dos assentamentos rurais (Sauer e Pereira, 2005). Mesmo reconhecendo deficiências e a ausência de uma verdadeira política de reforma agrária, as propostas de mercado do BIRD, além dos problemas de implantação, representam um retrocesso na luta histórica pelo acesso à terra no Brasil.

3. A oposição dos movimentos sociais agrários

A CONTAG, já em 1996, fez duras críticas à implantação do projeto piloto (Cédula da Terra). Nestes embates e lutas contra essa implantação havia um “jogo de empurra-empurra” entre o Banco Mundial e o Executivo Federal, pois um jogava para o outro a responsabilidade de promover mudanças no projeto. Nas diversas tentativas de negociação, o principal argumento de defesa do projeto era de que se constituía apenas em um piloto, portanto, limitado e experimental (Wolf e Sauer, 2001). Este argumento, no entanto, foi esvaziado com a criação do Fundo de Terras/Banco da Terra e a expansão dos financiamentos para todo o País, quando o Cédula da Terra estava começado a ser implantado e não havia sido ainda avaliado⁵.

Nesse período, as críticas e enfrentamentos ao Cédula da Terra geraram unidade nas entidades do Fórum Nacional de Reforma Agrária, que passou a articular ações contra a implantação da “reforma agrária de mercado”. Os mais de 40 movimentos e organizações do Fórum (incluindo a CONTAG, MST, CPT, entre outros) fizeram oposição explícita a este

⁵ Faz parte dos contratos dos projetos financiados pelo Banco Mundial a realização de uma “avaliação de meio termo”, ou seja, um estudo independente (com a contratação de consultores independentes) que é realizado, mais ou menos, na metade do tempo previsto para execução do projeto.

programa, colocando o Banco Mundial na defensiva, prolongando por mais de dois anos a aprovação de novo empréstimo (só aprovado pelo BIRD em dezembro de 2000).

O Fórum de Reforma Agrária organizou uma série de atividades como seminários, audiências públicas, reuniões de negociações, pesquisas de campo, procurando alterar a lógica fundante do Cédula. Encaminhou duas solicitações de inspeção ao Painel⁶ do Banco Mundial com o objetivo de demonstrar que o Cédula não estava sendo executado de acordo com as normas internas do próprio BIRD (Wolf e Sauer, 2001).

O primeiro pedido de inspeção foi encaminhado ainda em 1998. Entre os argumentos do pedido, o Fórum alegou que o Cédula não era um projeto piloto e nem estava sendo implementado como complementar ao programa constitucional de reforma agrária (acesso à terra via desapropriações), tomando como referência o volume de recursos, a abrangência, meta de famílias envolvidas, etc.

O Painel acatou a solicitação, ou seja, julgou procedentes as reclamações e decidiu fazer uma investigação preliminar, solicitando que os técnicos responsáveis do BIRD respondessem às alegações constantes no pedido. Uma equipe do Painel esteve no Brasil no início de 1999 e, após consultas com os órgãos governamentais e entidades do Fórum, decidiu pela não recomendação da investigação à diretoria do BIRD. O Painel não recomendou a abertura oficial do processo junto ao Banco, aceitando as explicações da equipe técnica do Banco e do governo brasileiro.

Com base em novos documentos, obtidos através de requerimento de informação de parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados, o Fórum de Reforma Agrária encaminhou um novo pedido de inspeção, ainda em 1999. Os documentos obtidos eram sobre a implantação do Cédula nos estados, mais especificamente laudos técnicos sobre as áreas, preços das terras, número de famílias envolvidas, e outras informações relacionadas aos projetos implantados. Estes documentos apontavam uma série de irregularidades – ou possíveis irregularidades, pois muitos laudos e documentos estavam em branco ou não eram assinados – como, por exemplo, todos os laudos técnicos em Minas Gerais foram elaborados após a compra das áreas e colocação das famílias nos projetos (Wolf e Sauer, 2001).

Diante da falta de dados sobre mercado de terras, o discurso oficial valorizava muito o laudo técnico como um mecanismo central para definir uma boa compra (avaliação da área, condições da terra, capacidade de produção, quantas famílias a área suportaria etc.). Os documentos revelavam, no entanto, que estes laudos eram feitos depois da compra, pois as

⁶ O Painel de Inspeção é um organismo “autônomo” do Banco Mundial que tem como objetivo fiscalizar as ações e empréstimos do mesmo. Para maiores detalhes, ver Wolf e Sauer, 2001.

datas eram posteriores a formalização dos contratos e as observações do técnico responsável só avalizava o número de famílias que já estava na área etc. (Sauer, 2003).

Mais importante, vários laudos apontavam problemas nas áreas adquiridas como, por exemplo, terras de baixa fertilidade ou com falta de água, áreas pequenas em relação ao número de famílias, etc. Outros laudos ainda sinalizavam que havia áreas improdutivas (áreas extensas e com baixa ou nenhuma produção), portanto, poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária (Wolf e Sauer, 2001).

Todas estas informações corroboraram as críticas do Fórum Nacional de Reforma Agrária, dando elementos para uma nova ofensiva contra o projeto (Sauer, 2003). Estes documentos formaram a base para um segundo pedido de inspeção junto ao Painel do BIRD, encaminhado em agosto de 1999. O Fórum voltou a argumentar que a implantação do Cédula não estaria seguindo as normas internas do Banco Mundial como, por exemplo, a proibição de usar recursos para a compra de terras nos países tomadores de empréstimos (Wolf e Sauer, 2001).

Novamente o Painel de Inspeção acatou a solicitação e enviou pedido de esclarecimentos aos técnicos responsáveis e ao governo brasileiro. Uma nova delegação do Painel veio ao Brasil, mas o mesmo mais uma vez não recomendou a investigação do Cédula da Terra. Diferente do primeiro pedido, os argumentos contra a investigação não foram de mérito (não houve contestações ao conteúdo das denúncias apresentadas), mas de procedimentos. O Painel argumentou que o pedido não era legítimo porque o Fórum não havia esgotado todos os canais de diálogo com o governo e com a missão do Banco Mundial no Brasil (Sauer, 2003).

É importante observar que, primeiro, os resultados desta disputa – especialmente as duas negativas de investigação pelo Painel – com o Banco Mundial eram publicados pelo governo FHC como reafirmação da “excelência” do projeto. O primeiro relatório do Painel foi, inclusive, transformado em uma pequena cartilha afirmando que o Cédula era um projeto que estava realmente funcionando e deveria ser apoiado ou ter a participação da sociedade civil (Sauer, 2004).

Em segundo lugar, esta disputa resultou em um atraso de mais de dois anos na liberação de novo empréstimo do BIRD para este tipo de programa no Brasil. Apesar do apoio inicial e da criação do Fundo de Terras/Banco da Terra, a diretoria do Banco Mundial só aprovou novo empréstimo no final de 2000 (a solicitação, o PID, havia sido encaminhada em 1998), no valor de US\$ 202 milhões, para um novo programa denominado “Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural” (Wolf e Sauer, 2001), a ser executado em 14 Estados.

Nesse processo, durante o ano de 2000, a CONTAG incluiu em sua pauta de mobilização (Grito da Terra-Brasil) a reivindicação de um programa de crédito fundiário, ou seja, a criação de um fundo com recursos públicos para financiar a compra de terras. Este foi o caminho aberto para que o BIRD, tendo um sinal positivo do governo FHC e a tão desejada “participação” da sociedade civil,⁷ mudasse o seu apoio financeiro colocando recursos no Crédito Fundiário e não mais no Banco da Terra. Contando com o apoio da CONTAG, a criação deste novo programa provocou uma divisão no Fórum que retirou a contestação da reforma agrária de mercado de sua pauta de lutas.

A luta contra este modelo deixou de aglutinar o conjunto de entidades de representação do campesinato contra as políticas liberais em curso no Brasil (Medeiros, 2007). Mesmo aqueles movimentos que são contrários a este tipo de mecanismo relegaram esse embate a um plano secundário, enfatizando que a luta deve se dar contra o grande agronegócio e os processos de exploração e expropriação realizados por este setor no campo (Sauer e Pereira, 2005).

4. A implantação dos programas de mercado no Governo Lula

Em dezembro de 2000, o Banco Mundial aprovou um novo empréstimo destinado a financiar o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, como legítimo substituto do Cédula da Terra. Segundo informações do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, no entanto, este programa “apenas iniciou a ser executado a partir de 2004” (MDA, 2005, p. 4), já no mandato do Presidente Lula (2003).

No início de 2003, diante de uma série de indícios de irregularidades, o MDA realizou uma investigação do Banco da Terra, suspendendo a sua execução.⁸ Corroborando diversas denúncias das entidades e movimentos do Fórum de Reforma Agrária, este procedimento investigativo do MDA constatou que os mecanismos de gestão do Banco da Terra

...eram frágeis e permitiram o surgimento de uma série de irregularidades, entre as quais, por exemplo, o financiamento da compra de áreas de proteção ambiental ou de terras com títulos de propriedade duvidosos, que não podem ser exploradas pelos

⁷ A ata da reunião que aprovou o novo empréstimo, em dezembro de 2000, demonstra claramente como o apoio da CONTAG foi importante no processo. Segundo esta ata, “os funcionários reconhecem que havia preocupações sobre o grau de envolvimento das organizações da sociedade civil além da CONTAG, mas acrescentaram que o Banco tem buscado uma maior participação destas entidades desde o começo” (Banco, 2000b, § 162).

⁸ Nessa época, havia “mais de 82 sindicâncias ou processos administrativos abertos, além de várias irregularidades em exame nas instâncias de controle interno e externo do governo (CGU/SFC e TCU)” (MDA, 2005, p. 2).

beneficiários. O programa resultou, por fim, em um sobreendividamento de vários empreendimentos financiados (MDA, 2005, p. 2).

Apesar destas constatações, a investigação acabou resultando apenas em mudanças pontuais como, por exemplo, da denominação de Banco da Terra para Consolidação da Agricultura Familiar, voltando a ser implementado através de convênios com os Estados (Sauer, 2006). O MDA modificou o nome, ampliou os itens financiáveis e reformulou as condições de financiamento, mas a lógica permaneceu a mesma do antigo Banco da Terra. O MDA criou um programa (2004) para recuperar os projetos financiados pelo Banco da Terra⁹ e, redefinindo alguns parâmetros, oficializou o Fundo de Terras como fonte de contrapartida nacional aos recursos do BIRD na implantação da reforma agrária de mercado.

Em novembro de 2003, o MDA criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, responsável pela gestão dos recursos do Fundo de Terras (Pereira, 2004). Estes recursos estão sendo aplicados na execução de várias linhas ou projetos, sendo que os principais são: o Crédito Fundiário (ou simplesmente Combate à Pobreza Rural), o Consolidação da Agricultura Familiar e o Nossa Primeira Terra.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tinha como meta financiar a compra de terras por 130 mil famílias entre 2003 e 2006 (dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária). A meta do programa de reforma agrária via desapropriações era assentar 400 mil famílias no mesmo período, portanto, esses projetos de mercado correspondiam a mais de 30% das metas de assentamento (Pereira e Sauer, 2006), sustentando o discurso oficial de que “constitui um mecanismo complementar” (MDA, 2004, p. 9) aos programas de reforma agrária. Segundo informações oficiais, o BIRD já teria aprovado mais duas fases¹⁰ e, se efetivamente executadas, os programas terão, em 2012, financiado a compra de terras por cerca de 190 mil famílias (MDA, 2003, p. 15).

Nos termos em que foi reestruturado, o Fundo de Terras deverá operar como um instrumento de longo prazo, sendo que as projeções estimam trinta anos de ação ininterrupta (Pereira, 2005). Até 2010, o Fundo deverá receber anualmente cerca de R\$ 330 milhões do Tesouro Nacional e, a partir de 2012, já capitalizado pela aplicação no mercado financeiro e pelo pagamento das prestações dos mutuários, poderá devolver ao Tesouro parte dos recursos aportados (MDA, 2003, p. 15). A reestruturação fortaleceu o Fundo de Terras não só como a

⁹ De acordo com informações do site do Programa Nacional de Crédito Fundiário, o MDA criou o programa “recuperação e regularização dos projetos financiados pelo Fundo de Terras (Banco da Terra e Cédula da Terra)”. Para maiores detalhes, ver <http://www.creditofundiario.org.br/principal/bt>.

¹⁰ De acordo com o Manual de Operações do Crédito Fundiário, “novos acordos de empréstimo estão previstos e dependerão do desempenho da avaliação da implantação e dos impactos do atual Projeto” (MDA, 2004, p. 11).

fonte orçamentária de contrapartida aos recursos do Banco Mundial, mas especialmente como uma política de estado de financiamento de compra de terras (Pereira e Sauer, 2006).

Apesar destas projeções, os dados sobre a execução dos projetos estão muito abaixo das metas do próprio governo federal e do Banco Mundial. Estavam previstos financiamentos, no exercício de 2003-2004, de 37.500 mil famílias pelas três linhas do programa, distribuídas em “12.800 famílias beneficiadas através do componente Combate à Pobreza Rural; 8 mil jovens beneficiados pelo Nossa Primeira Terra; 16.700 famílias beneficiados através do componente Consolidação da Agricultura Familiar” (MDA, 2003, p. 16).

Segundo dados oficiais, nesse período, foram contempladas apenas 15.707 famílias, ou seja, menos de 42% da meta prevista. Deste total, “10.880 [famílias] foram beneficiadas pela linha Combate à Pobreza Rural” e “4.905 foram beneficiadas pela linha Consolidação da Agricultura Familiar” (MDA, 2005, p. 5). É importante observar que o índice mais alto de execução (algo em torno de 85% da meta do projeto ou quase 70% do total dos financiamentos concedidos no período) foi justamente no programa que possui aporte oficial de recursos do Banco Mundial.

Isto permite deduzir, primeiro, que o simples aporte de recursos externos estimula a execução das metas em detrimento de outros programas agrários. Segundo, coloca em xeque a versão oficial de que os recursos aportados pelo Banco Mundial são, única e exclusivamente, destinados para financiar a infra-estrutura dos projetos implantados, inclusive porque o primeiro item pago é justamente o valor da compra da terra.

Ainda sobre os dados de execução, há diferentes informações sobre a performance do Programa Nacional de Crédito Fundiário. De acordo com Medeiros (2007, p. 1511), mais de 83 mil famílias tiveram acesso à terra através das ações das diversas linhas de financiamento, incluindo 35.564 famílias financiadas com recursos do Crédito Fundiário. No entanto, Ramos (2008) calcula que apenas 71.129 famílias foram beneficiadas, envolvendo a compra de 1,4 milhões de hectares de terras, durante a existência destes programas.¹¹

Os dois autores utilizam dados e fontes oficiais disponíveis e, independentemente da diferença nos números, ambos apontam na direção de que o governo não atingiu a sua própria meta de financiar o acesso à terra a 130 mil famílias no período de 2003 a 2006. O ofício do MDA (2005) não deu nenhuma justificativa para o baixo desempenho na execução dos programas. Pelo menos dois fatores influenciaram no baixo desempenho: a) as históricas

¹¹ Apesar de várias solicitações, inclusive com requerimento de informações do dep. Federal Adão Pretto (PT/RS), o MDA não tem fornecido dados atualizados sobre a execução e performance das linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

dificuldades resultantes dos cortes orçamentários do MDA e, b) a elevação dos preços das terras em função da dinamização do grande agronegócio nos anos mais recentes (Pereira, 2005).

Por outro lado, o atual governo mantém o discurso que nega a continuidade entre os programas¹² e seu caráter de mercado (MDA, 2005).¹³ O que é contraditório com os documentos do BIRD, assim como também não procede o discurso que este programa de mercado não concorre com os recursos públicos destinados aos programas agrários constitucionais. É verdade que o Fundo de Terras se constitui em uma fonte distinta, mas também são recursos públicos. Segundo, as famílias “são parte integrante da Reforma Agrária e têm, como os beneficiários dos demais programas, acesso às políticas de financiamento e de apoio previstos nos programas do MDA” (MDA, 2004, p. 9), conseqüentemente disputam os poucos recursos destinados aos programas constitucionais de reforma agrária.

Há várias avaliações destes programas, inclusive muitas financiadas pelo próprio Banco Mundial, sendo que algumas apontam dificuldades enfrentadas pelas famílias envolvidas como, por exemplo, nível elevado de abandono dos lotes devido à falta de condições mínimas de vida nas áreas (Sauer e Victor, 2002). Além disto, uma crítica constante era o processo de endividamento das famílias envolvidas e a impossibilidade de amortizar a dívida.

As pressões para renegociar as dívidas tanto do Banco da Terra como dos demais programas demonstram que o endividamento é uma realidade. De acordo com dados oficiais, (Ministério, 2008, p. 19), foram celebrados 17.834 contratos sob a égide do Banco da Terra e do Cédula da Terra até 2004. Destes, 5.097 contratos (mais de 28% do total) estavam com as parcelas atrasadas (as famílias estão inadimplentes com o banco) em julho de 2007.¹⁴ As famílias envolvidas afirmam que não podem pagar as prestações e estão pedindo uma renegociação das dívidas, com maiores rebates, taxas de juros menores e prazos mais longos

¹² Os documentos do BIRD estabelecem uma relação direta entre os diversos programas como, por exemplo, o PAD, “o projeto [Crédito Fundiário] foi precedido por dois pilotos muito bem sucedidos, financiados pelo Banco, e será seguido por futuras operações de apoio ao programa governamental de reforma agrária comunitária. O primeiro piloto foi implementado como um componente dentro do Projeto de Alívio da Pobreza Rural do Ceará (Loan 3918-BR), e o segundo foi o Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza (Loan 4147-BR, conhecido no Brasil como Projeto Cédula da Terra)...” (Banco, 2000a, item A, ponto 1).

¹³ “O Programa Nacional de Crédito Fundiário teve suas normas e diretrizes elaboradas a partir de 2.003, apoiando-se apenas na Lei Complementar 93/98. Conforme esclarecido no preâmbulo deste documento, o Programa não é, em absoluto, uma continuidade do Banco da Terra ou do Cédula da Terra” (MDA, 2005, p. 7 – grifos meus).

¹⁴ De acordo com documento interno do MDA, o “cenário é extremamente crítico”, pois a inadimplência chegou a mais de 66% dos empréstimos. “Assim, o percentual de inadimplência acumulada, apurada até o mês de dezembro/2006, corresponde a 66,46% do total previsto para reembolso no período, equivalente a R\$ 95.109,205,69” (MDA, 2007, p. 2).

para o pagamento da dívida já que não poderão quitar em 20 anos, conforme regras estabelecidas.¹⁵

Resumindo, o Governo Federal está sendo obrigado a renegociar as dívidas das famílias, mas há questionamentos se há uma saída viável para este processo. Por diferentes razões, as famílias não tiveram – e há dúvidas se terão no futuro – condições para acumular o suficiente para cumprir os compromissos assumidos junto ao banco. Mesmo assim, a proposta é continuar implementando a “reforma agrária de mercado” no Brasil.

5. A luta político-ideológica em torno do modelo de mercado

A proposta de mercado do BIRD recolocou a reforma agrária na agenda internacional como uma medida social importante, mas retirou completamente todo o conteúdo e/ou potencial de desenvolvimento e deslegitimou o papel do Estado. O Banco Mundial “procedeu a uma crítica radical ao que ele mesmo denominou de reforma agrária ‘conduzida pelo Estado’, baseada no instrumento da desapropriação” (Pereira, 2005, p. 1) como um fator central para legitimar o modelo de mercado como a modalidade de reforma agrária e alívio da pobreza.

O BIRD elaborou uma crítica abstrata, homogeneizadora e universalista ao chamado modelo “desapropriacionista”, às ações desapropriatórias de terras que não cumprem a função social. Deslocou a análise empírica dos conflitos sociais – diferenciados devido à natureza, grau, extensão, ritmo, direção e mesmo refluxo das políticas de reforma agrária em vários países – definindo as iniciativas governamentais como morosas, caras e ineficientes (Pereira, 2005, p. 7).

Com este movimento conceitual e político, o BIRD produziu um “desvio semântico” com a clara intenção de rebaixar politicamente a própria definição de reforma agrária. O objetivo foi alargar o conceito para que programas de compra de terras entre agentes privados possam ser considerados instrumentos de reforma agrária. É uma tentativa de redefinição do sentido e significado da reforma agrária em disputa direta com a visão de mundo e reivindicações dos movimentos sociais (Sauer e Pereira, 2005).

Por outro lado, os recursos do BIRD criaram as condições para disputar o protagonismo político com os movimentos sociais. A criação de uma linha de crédito para a compra de terra deslocou parcelas significativas de camponeses das mobilizações e luta, que

¹⁵ É importante salientar que, ainda de acordo com o mesmo documento do Ministério da Fazenda, 280 contratos do Crédito Fundiário também estavam inadimplentes e este número só não é mais alto porque “as operações são novas, com muitos contratos ainda no período de carência” (Ministério, 2008, p. 18).

passaram a sonhar com acesso à terra via compra. De acordo com Steil e Soares, o modelo de mercado “introduz uma disputa política e ideológica com os movimentos sociais e seus mediadores” (2000, p. 12) e a reprodução do discurso oficial do acesso à terra sem conflito, por parte das famílias envolvidas, é a explicitação de que o programa “acaba não apenas se apresentando como uma alternativa às ocupações, mas como um instrumento de desmobilização dos movimentos sociais no campo” (2000, p. 31). Obviamente, esta disputa não é admitida pelo BIRD que assume um discurso de isenção política-ideológica de seus técnicos.

O BIRD produziu também uma “mudança” significativa no caráter dos projetos e programas, ou seja, a proposta de “reforma agrária de **mercado**” se transformou, magicamente, em um “programa de reforma agrária baseada na comunidade” (Banco, 2000; Banco, 2000a). Mesmo que as associações tivessem um papel importante no processo de negociação (que não é o caso segundo o relatório da Avaliação Preliminar do Cédula da Terra, realizada em 1999), a essência da proposta é baseada na lei da oferta e da procura. Todas as medidas, encaminhamentos e propostas estão assentadas na lógica de mercado, portanto, a ênfase no aspecto “comunitário” não passa de um desvio semântico como tentativa de amenizar críticas ao modelo.

O aspecto comunitário não é o que distingue as diferentes propostas de reforma agrária. Os pressupostos do modelo de mercado do BIRD são distintos da lógica redistributiva, pois a terra é tratada como um mero fator de produção, uma *commodity* transacionável como qualquer outra mercadoria e o acesso à esta como forma de alívio da pobreza.¹⁶ A reforma agrária redistributiva considera que a terra possui um caráter multidimensional (político, econômico, cultural e ambiental), razão pela qual o controle e os direitos de propriedade sobre ela expressam relações de poder entre grupos e classes sociais (Sauer e Pereira, 2005).

As ações governamentais de desapropriação são reflexos ou conseqüências de ações comunitárias. Ações coletivas de pressão, organização, mobilização, ocupação, negociação, essência do conceito de “movimento social”. Definir a modalidade baseada na lógica da oferta e da procura como um mecanismo comunitário se transforma em uma tentativa de

¹⁶ Todos os documentos do BIRD estabelecem apenas uma relação entre reforma agrária e combate à pobreza, mas nunca com o combate à desigualdade ou com mecanismos de desenvolvimento econômico, político ou social. De acordo com o PAD, “o referido empréstimo deveria assistir ao Brasil no enfrentamento de um dos principais fatores da pobreza no meio rural: acesso inadequado à terra pela população pobre” (Banco, 2000a, item A, ponto 1).

deslegitimar as ações históricas dos movimentos sociais e de suas representações das inspirações das famílias sem terra.

Outro aspecto que merece atenção é o uso do conceito ou denominação de “tradicional” para definir a reforma agrária constitucional. Em primeiro lugar, é um equívoco de leitura da história, pois o Brasil não contou com qualquer tipo genuíno de reforma agrária. Em segundo lugar, é um uso semântico que se contrapõe à “novidade” da proposta de mercado. Em outros termos, o modelo do BIRD é “moderno” – conseqüentemente, é um modelo eficiente, ágil, prático – e não “arcaico” e “ultrapassado”, como são implicitamente definidos os processos desapropriatórios “tradicionais”.

Este caráter inovador aparece em diversos documentos, vendendo o modelo de mercado como algo moderno, barato e não conflitivo (Banco, 1998). Segundo o MOS, a aprovação do recurso de US\$ 202 milhões (Loan 7037-BR) tinha como objetivo financiar uma “abordagem inovadora baseada no mercado” (Banco, 2001). Ainda mais importante é a avaliação de que a atuação do Banco Mundial na implementação do Cédula representou sinais concretos de inovações nas políticas públicas brasileiras. Conforme termos do CAS, “em outras áreas, tais como a reforma agrária, o Banco tem dado o seu apoio a importantes inovações de políticas” (Banco, 2000, § 84), pois o “projeto piloto [Cédula] tem demonstrado como o Banco pode facilitar inovações nas políticas sociais...” (Banco, 2000, § 122, item d).¹⁷

Os argumentos teóricos de sustentação desta “inovação” foram baseados em uma crítica genérica ao “modelo tradicional” como uma ação governamental burocrática, cara e ineficiente. Por outro lado, a reforma agrária desapropriatória é vista como um processo coercitivo e pautado pela lógica do conflito, portanto, é preciso buscar uma “reforma agrária menos nociva ao funcionamento dos mercados” (Deininger e Binswanger, 1999, p. 267).

Aqui está a chave ou premissa básica do modelo proposto pelo BIRD, pois o conflito é “bad for business”. O BIRD e seus técnicos não conseguem admitir que o conflito é parte fundante de qualquer democracia. Essa não apenas o admite como o pressupõe, pois a simples noção de direitos sociais, políticos e econômicos – portanto, noções de soberania, igualdade e participação – resulta em conflitos, que são constituintes da democracia e não um perigo a mesma. No caso brasileiro, qualquer ação governamental que inclua um processo de

¹⁷ É importante observar que o BIRD tem gasto somas consideráveis em estudos e eventos relacionados aos projetos. De acordo com uma versão anterior do Manual de Operações do Crédito Fundiário, “1,9% do custo total do Projeto pode ser destinada à divulgação, à disseminação e à avaliação” (2001, p. 11), ou seja, algo em torno de US\$ 7,6 milhões, e outros “3% do custo total à difusão do Projeto, assistência técnica e capacitação dos beneficiários” (MDA, 2001, p. 10), algo em torno de US\$ 12 milhões.

desconcentração fundiária e acesso à terra aos camponeses pobres será geradora de conflitos, pois a terra foi, e continua sendo, entre outros fatores, lugar e instrumento de poder político.

As críticas do BIRD construíram uma caricatura para disputar, política e ideologicamente, a concepção sobre o papel do Estado em sociedades marcadas por graves problemas agrários. Reproduzindo claramente uma ideologia neoliberal, estabeleceu uma crítica baseada no pressuposto que o Estado é um entrave ao desenvolvimento e que as políticas sociais são apenas compensatórias, portanto, dispensáveis. Conseqüentemente, para o BIRD, qualquer política verdadeiramente redistributiva – i.e., que atinja o estoque de riqueza acumulado por uma minoria e modifique as relações de poder entre os grupos e classes sociais – deve ser rejeitada (Sauer e Pereira, 2005).

6. Conclusão

O modelo de mercado do BIRD não pode ser classificado como um programa de reforma agrária, muito menos de uma ação estatal redistributiva. O princípio fundante é a compra e venda de terra entre agentes privados, com base na lógica de oferta e procura, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos sócio-produtivos.

A reforma agrária redistributiva, por sua vez, consiste em uma ação do Estado que visa redistribuir a propriedade da terra, apropriada e concentrada por uma classe de grandes proprietários. O objetivo é democratizar a estrutura agrária e promover o desenvolvimento nacional, transformando as relações de poder econômico e político, responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto política redistributiva, implica, de acordo com a Constituição brasileira, a desapropriação punitiva de terras privadas que não cumprem a sua função social.

O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. Acessaram à terra via financiamento buscando realizar um sonho, mas terminam com o pesadelo de uma dívida impagável, conforme admitem e demonstram os documentos oficial propondo uma renegociação. É essa passagem de sonho para pesadelo que deve ser profundamente revista e não apenas renegociada.

7. Referências bibliográficas

ALENCAR, F. A. G. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. (Org). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 207ss.

BANCO Mundial. **Monthly Operations Summary (MOS)**, seção Região América Latina, Brasil, Washington, março de 2001.

_____. **Country Assistance Strategy (CAS), Projeto nº. 20160-BR**, Washington, 06 de março de 2000.

_____. **Project Appraisal Document (PAD) on a proposed loan in the amount of EUR 218.2 million (US\$ 202.1 million equivalent) to the Federative Republic of Brazil for a land-based poverty alleviation project I**, Report nº 19585-BR, 06 de novembro de 2000a.

_____. **Summary of discussion at the meeting of the Executive Directors of the Bank and IDA, November 30, 2000**, Washington, 15 de dezembro de 2000b.

_____. **PID nº. BR PE 50772**, de 07 de dezembro de 1998, parágrafo 7. In: <http://www.worldbank.org/pics/pid/br50772.txt>.

_____. **Press Release**, nº. 97/1321 LAC, de 22 de abril de 1997. In: <http://www.worldbank.org/html/extdr/extme/1321.htm>.

BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Avaliação preliminar do programa Cédula da Terra**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), Campinas, 7 de junho de 1999.

DEININGER, K. **Making negotiated land reform work: Initial experience from Colombia, Brazil, and South Africa**. Washington, World Bank, june/1998.

DEININGER, K. e BINSWANGER, H. The evolution of the World Bank's land policy: Principles, experience, and future challenges. **The World Bank Research Observer**, vol. 14, n. 2, agosto de 1999, p. 247-276.

GERMANI, G. et alli. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no Estado da Bahia. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. (Org). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2006, p. 229ss.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília, MDA, 2003.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris editor, 2003.

MEDEIROS, L. S. Social movements and the experience of market-led agrarian reform in Brazil. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 8, Londres, 2007, p. 1501ss.

MINISTÉRIO da Fazenda. **Levantamento das operações de crédito rural do PRONAF, PROCERA e Crédito Fundiário**. Brasília, março de 2008 (mimeo).

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alteração das condições e repactuação dos projetos contratados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra**. Brasília, 2007 (documento interno – não publicado).

_____. **Ofício nº. 40/2005-MDA**. Brasília, 27 de abril de 2005.

_____. **Programa Nacional de Crédito Fundiário – Manual de Operações**. Brasília, MDA, 30 de março de 2004.

_____. **Programa Nacional de Crédito Fundiário: Plano anual de aplicação de recursos – 2003/2004**. Brasília, MDA, 12 de dezembro de 2003.

_____. **Programa Nacional de Crédito Fundiário – Manual de Operações**. Brasília, MDA, fevereiro de 2001 (versão preliminar 1.3).

____. **Projeto Crédito Fundiário e combate à pobreza rural: Manual de Operações**, Brasília, MDA, novembro de 2000 (mimeo).

PEREIRA, J. M. M.. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultado. Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, 2004, dissertação de mestrado (mimeo).

____. **A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Rio de Janeiro, 2005 (mimeo).

____. **Da panacéia à crise: crítica à política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial com base na sua experimentação na África do Sul, Colômbia, Guatemala e Brasil**. Rio de Janeiro, 2005a (mimeo).

PEREIRA, J. M. M. e SAUER, S. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. (Org). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 173ss.

RAMOS, E. S. **Questão agrária brasileira atual**: territorialização e territorialidade da primeira década da reforma agrária de mercado, Aracaju, 2008 (prelo).

SAUER, S. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. (Org). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 285ss.

____. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 40ss.

____. “A ticket to land”: The World Bank’s market-based land reform in Brazil. In: SCHWARTZMAN, Stephan, SAUER, Sérgio e BARROS, Flávia (orgs). **The negative impacts of World Bank market based land reform**. Brasília, Rede Brasil, 2003, pp. 45ss.

SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. A “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. **Revista da FASE**, ano 29, n. 107/108, 2006.

SAUER, S. e VICTOR, A. D. (Coord.). **Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Programa Cédula da Terra**, Brasília, agosto de 2002 (relatório de pesquisa).

STEIL, C. A. e SOARES, M. C. C. Cédula da Terra. In: **Estudo sobre Fundos Sociais e Ambientais financiados ou administrados pelo Banco Mundial no Brasil**. Rio de Janeiro, Banco Mundial, março de 2000 (mimeo).

TEÓFILO, F. E. **Brasil**: novos paradigmas para a reforma agrária. Paper apresentado no seminário sobre Mercado de Terras da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Brasília, setembro de 2000 (mimeo).

WOLF, L. e SAUER, S. O Painel de Inspeção e o caso do Cédula da Terra. In: BARROS, Flávia (Org.). **Banco Mundial**: Participação, transparência e responsabilização – A experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília, Rede Brasil, 2001, pp. 159ss.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**A chegada das águas: conflitos sociais e transformações no mundo do trabalho rural
provocados pela formação de lagos artificiais**

Genyson Marques Evangelista^[2]
Edgard A. Malagodi^[3]

Resumo

O estudo da formação de lagos artificiais como processo de modernização capitalista do campo no Brasil é uma contribuição relativamente recente da sociologia (e também da economia rural) como forma de compreender os seus impactos nas condições materiais de reprodução dos pequenos produtores e as formas de resistência das comunidades atingidas. Isso implica, via de regra, estudar a vulnerabilidade social e política das comunidades populações atingidas e as formas pelas quais a formação desses lagos afeta a relação do homem com o meio ambiente. Finalmente, esses estudos procuram compreender o surgimento de movimentos de resistência das comunidades locais à construção de barragens e os fatores de diferenciação desses movimentos em diferentes espaços agrários. Este último é o que nos interessa mais de perto. Mas os conflitos que se instalam em áreas de construção de barragens públicas podem ser entendidos como a manifestação de um processo de resistência e luta dos produtores e trabalhadores rurais por espaços de recursos naturais de uso comunitário e, como tal, revela um aspecto da luta de classes que deve ser melhor estudado. Luta essa que envolve, de um lado a sociedade civil organizada e, de outro, o Estado, entendido este não como um bloco monolítico a serviço das classes exploradoras, para usar um termo do marxismo clássico, mas como uma instância que, embora a serviço do capital, é em si mesma conflitiva, pois abriga em seu interior forças que se opõem à sua ação modernizadora. Finalmente, devemos ter em conta que a construção de barragens enquanto instrumento de políticas públicas de desenvolvimento rural não é necessariamente maléfica para as comunidades rurais que vivem em seu entorno, pois os seus efeitos negativos estão na forma de implementação dessas políticas, de natureza autoritária e ambientalmente inadequada.

Palavras-chave: Recursos hídricos; Políticas Públicas; Conflitos Sociais

1. Algumas questões introdutórias

Certamente a forte presença estatal é a característica mais importante do processo de transformações por que passou a agricultura no Brasil. Segundo Reydon e Plata (2000) o processo de intervenção estatal, tanto na Europa como entre nós, sempre teve grande importância para moldar o papel social da terra, desde a economia feudal ao capitalismo periférico. No presente momento, porém, isso se dá mais em forma de parceria com o grande

²M.Sc. em Economia (UFPB), Professor do Departamento de Tecnologia Rural da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: genyson_marques@hotmail.com.

³Doutor em Sociologia (PUC/SP), Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: emalagodi@uol.com.br.

capital, uma vez que no atual processo de acumulação capitalista o Estado tem se limitado a mobilizar recursos em infra-estrutura como forma de “preparar o terreno” para a expansão do capital no campo em busca de maior valorização.

O pressuposto básico desse processo é o mesmo, em ambos os casos. Na Europa, a criação desse mercado de terras pela pelo estado estava fortemente ligado à superação da economia feudal. No caso do Brasil isso não foi diferente, pois até meados do século XVII a terra era domínio e patrimônio da Coroa Portuguesa, e a forma então predominante de acesso às terras incultas se dava pelo sistema de sesmaria, tipo de concessão pública derivada da tradição européia.

Há diversas formas de intervenção estatal que influenciam as mudanças econômicas e sociais na agricultura. Uma delas é através de políticas de redistribuição de terras, forma clássica de intervenção voltada para a readequação da estrutura fundiária, normalmente em decorrência de processos modernizantes já em curso. Outra diz respeito às políticas de apoio direto à produção, através da concessão de crédito, assistência técnica e financiamento de pesquisas voltadas para a produção, além da garantia de aquisição da produção em condições mais favoráveis do que o seriam pelas vias normais de funcionamento do mercado. Há uma quarta modalidade de intervenção que gera igualmente impactos no processo de modernização agrícola e na organização do trabalho rural. Trata-se da implantação de uma infra-estrutura voltada para dar suporte a processos de superação de estruturas econômicas e sociais de base tradicional. Foi assim que no Brasil criou-se todo um aparato estatal voltado para a montagem dessa infra-estrutura, como estradas, eletrificação rural, armazenamento e barragens, entre outros. Daí a forte presença do Estado na economia, através de instituições como o Banco do Nordeste, SUDENE e CODEVASF, entre outras.

De todas as formas de implantação de uma infra-estrutura voltada para a modernização agrícola, a construção de barragens é a que gera mudanças mais visíveis e de maiores proporções no âmbito do trabalho rural, uma vez que isso resulta em impactos simultâneos sobre o meio ambiente, a economia e as relações sociais locais. Grandes contingentes populacionais são deslocadas para fora da área de inundação; a agricultura, historicamente construída ao longo de muitas gerações fica submersa e impactos ambientais – na maioria das vezes negativos - surgem no entorno dessas barragens como decorrência do aumento do grau de antropização da área de influência imediata do lago, resultando (ou reforçando) numa precarização das condições de trabalho. Isso se explica, segundo Veiga, pelo fato de que “as iniciativas para enfrentar a problemática dos recursos hídricos no Brasil têm se baseado na construção de grandes reservatórios de água, sem considerar muitas vezes a realidade social e

até mesmo as condições de aproveitamento desse importante recurso pelo conjunto da população” (2003:206), devido à ausência de um controle social sobre tais políticas.

2. A relevância do tema para os dias atuais

A construção de barragens e a conseqüente formação de lagos artificiais é um problema afeto à questão agrária no Brasil e resulta de um processo de intervenção estatal no mercado de terras enquanto estratégia modernizante do Estado. Essa intervenção já se fazia presente com a criação da Lei de Terras, considerada por Silva (1980) de importância crucial na história da sociedade agrária brasileira, pois foi através dela que se instituiu juridicamente uma nova forma de propriedade da terra, qual seja, a mediada pelo mercado. Essa lei foi um marco do desenvolvimento capitalista no campo no Brasil sob a proteção do Estado, uma vez que ela: a) proibia as aquisições de terras por outro meio que não a compra e, por conseguinte, extinguiu o regime de posses; b) elevava os preços das terras e dificultava a sua aquisição pelos setores populares da sociedade e c) destinava o produto das vendas à importação de colonos. Essa lei coincide não por acaso com o período pós-abolição, quando o Estado brasileiro incentivou processos migratórios para substituir a mão-de-obra escrava.

A fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil parece confirmar a importância histórica da Lei de Terras para o processo de formação da classe trabalhadora rural. Estudando os impactos da barragem de Sobradinho, Machado (1987) classificou-os em três diferentes níveis: impactos econômicos, ambientais e sociais, estando nesses últimos, aspectos relativos às formas de organização social e religiosa, às condições gerais de trabalho e à cultura das populações ribeirinhas do rio São Francisco. Trata-se de um importante estudo que abriu um precedente para uma análise mais aprofundada das questões sócio-ambientais no Nordeste. Partindo de um diagnóstico da área de influência imediata do Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o autor fez uma análise do discurso desenvolvimentista do Estado capitalista no Brasil sob o regime militar em torno da necessidade de se mobilizar uma infra-estrutura de geração de energia elétrica voltada para a modernização (leia-se: industrialização) do Nordeste e, de outro, as formas de resistência das populações ribeirinhas à construção daquele lago, cujos impactos ainda não foram avaliados até hoje em sua real dimensão.

Para Oliveira (2005), que estudou os impactos da barragem de Acauã, no município de Salgado de São Felix, na bacia do rio Paraíba, a construção de barragens através do represamento de rios para a formação de lagos artificiais tem sido justificada por três tipos de

políticas governamentais: a construção de usinas hidrelétricas, o abastecimento de água para as cidades e a construção de perímetros irrigados. De um modo geral, isso resulta numa série de benefícios para o processo de modernização e acumulação capitalista e assim tem beneficiado uma parcela significativamente reduzida da população local ou regional, uma vez que ela destrói toda uma teia de relações sociais e uma cultura econômica que não têm como ser recriadas após a formação do lago. Além do mais, embora no Brasil a agricultura familiar seja formada por um grupo relativamente heterogêneo de agricultores, a construção dessas barragens acaba por aprofundar essa heterogeneidade, reforçando a diferenciação social com efeitos negativos no que tange à democratização do acesso à terra, à distribuição da renda e, conseqüentemente, ao acesso aos bens econômicos.

O estudo dos impactos sociais das chamadas políticas públicas de recursos hídricos faz parte, na verdade, do estudo da questão agrária no Brasil. Aos problemas da estrutura agrária se somam os impactos dessas construções, sobretudo aqueles relacionados à relocação de comunidades das áreas inundadas. Para Braga (2002) o surgimento dessas barragens contribui significativamente para a expansão da moderna agricultura por viabilizar a oferta do principal insumo do setor, a água. Mas a expansão da agricultura capitalista normalmente gera impactos socioambientais de grandes proporções quando baseada única e exclusivamente na lógica do mercado. Entre tais impactos o autor aponta a poluição dos ambientes hídricos, o desmatamento, as alterações tróficas nos ecossistemas naturais e, como conseqüência de tudo isso, a expulsão e a marginalização de comunidades humanas tradicionais.

Segundo Abramovay (1994), esses problemas que o desenvolvimento capitalista traz para as comunidades locais ocorrem de forma supostamente universal, ou seja, tanto em países avançados como em sociedades de base tradicional, pois a conservação do estoque de recursos naturais não é um pressuposto da produção “rastreada” pelo mercado e suas populações são igualmente afetadas por tal processo. A face mais visível desse problema é o surgimento dos *mab's* – movimento dos atingidos por barragens, forma de resistência social e política construída pelas comunidades atingidas por esses lagos artificiais como instrumento de luta contra os impactos negativos da ação modernizante do Estado. É uma das diversas formas de manifestação de um crescente controle social sobre as políticas de desenvolvimento rural.

3. Considerações sobre políticas de modernização agrícola

As políticas públicas de desenvolvimento rural devem ser vistas como parte de um conflito mais geral. Aparentemente seu objetivo maior é combater a pobreza através de instrumentos que possibilitem simultaneamente a preservação dos direitos conquistados pelas comunidades humanas e uma correta consideração dos custos sociais e ambientais. As ciências sociais, especialmente a economia apenas estão começando a considerar a questão ambiental como um instrumento que deve servir de base para qualquer iniciativa de desenvolvimento sem se limitar à exploração de recursos não renováveis de forma parcimoniosa. Ela vai muito além das discussões acerca dos objetivos e dos instrumentos dessas políticas e requer que se agregue a isto preocupações ecossociais, para que possamos, com o auxílio da sociologia superar a idéia que as ciências econômicas criaram de sustentabilidade baseada apenas na crença no crescimento ilimitado. É preciso, pois, introduzirmos as condições gerais de trabalho das comunidades locais como o principal foco dessas políticas.

De certo modo a sociologia tem se revelado mais preparada para explicar os impactos da intervenção estatal no campo do que a própria teoria econômica, por que na maioria das vezes esta última se concentra mais em modelos teóricos de interpretação da realidade com um nível de abstração excessivo, quando na verdade a estratégia e a dinâmica da intervenção estatal modernizante no campo não obedecem a uma linearidade. Embora esta se processe sob as condicionantes do desenvolvimento capitalista, é afetada pelas reações de classes que esse tipo de intervenção suscita, a exemplo dos movimentos sociais de resistência à construção de barragens. Isso quer dizer, pois que os impactos da intervenção estatal modernizante no campo através de políticas de desenvolvimento agrícola não refletem apenas o grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas também o estágio de organização social.

Estudando o papel do Estado na construção de barragens para a implantação de perímetros irrigados no semi-árido paraibano nas décadas de sessenta e setenta, Burzstyn (1998) chegou à conclusão de que a implantação dessas obras resultou em mudanças nas relações de trabalho e na estrutura social local como um todo, com o aparecimento de um novo ator social, o colono. Para este autor, na organização “arcaica” da sociedade rural do Sertão não havia lugar para uma classe média ligada à produção. Essa classe, agora protagonizada pela figura do colono, de certa forma foi “inventada” pelo Estado. As conseqüências dessa intervenção vão além de simples mudanças econômicas, funcionando como um instrumento de diferenciação social, na medida em que transforma parte dos

pequenos agricultores em uma porção privilegiada da sociedade local, enquanto os demais, na sua maioria, não têm acesso aos instrumentos modernizantes que vêm com a irrigação, passando a compor as outras classes “de menor importância” para o poder público. A grande dimensão desses impactos da ação estatal se origina do fato de que, como bem lembrou Furtado (1998), longe de ser apenas uma atividade econômica na qual a quase totalidade da população das sociedades de base agrária se sustenta, a agricultura constitui a principal base de organização social e política. Embora importante no plano econômico, é ela o principal fator de determinação do tamanho da família e da dinâmica das relações sociais. Daí a alta vulnerabilidade da agricultura familiar à intervenção estatal.

Também Freitas e Teixeira (2002) seguem essa linha de Burzstyn. Estudando o caso do perímetro irrigado de São Gonçalo, os autores puderam constatar que a adoção das modernas técnicas de irrigação no semi-árido não só trouxeram um quadro grave de desequilíbrios ambientais como também aprofundaram ainda mais as desigualdades sociais locais, uma vez que dividiu uma população relativamente homogênea de agricultores familiares em colonos, organizados em cooperativas de irrigantes, verdadeiros beneficiários da ação modernizante do Estado e os que não têm acesso aos benefícios da moderna agricultura: pescadores, vazanteiros e diaristas, espécies de bóias-frias do Sertão.

Tais situações revelam uma forma específica de ação do Estado para promover a acumulação capitalista através da diferenciação de classes sociais. Assim, nos anos quarenta e cinquenta, fase que Oliveira (1985) chama de intervenção voltada para a acumulação primitiva, o Estado utilizava diretamente os seus recursos para a implantação de grandes benfeitorias nos latifúndios e sua forma de financiamento constituiu-se historicamente num pilar da força e do poder dos coronéis voltado para o fortalecimento da economia algodoeira-pecuária. Essa ausência de uma classe social rural ligada à produção, decorria segundo Martins (1975) da indefinição das relações sociais de produção, as quais não se apresentavam claramente reformuladas em termos de compra e venda da força de trabalho. Daí a importância da presença direta do Estado no processo de acumulação no campo, diferentemente do que ocorre mais modernamente com a construção de barragens.

Por outro lado, dado o reduzido grau de desenvolvimento capitalista de até então, não se pode afirmar que houve uma desestruturação social como decorrência da intervenção estatal no campo. O que houve foi uma espécie de “remanejamento social”, na medida em que não se pode vislumbrar um processo de expropriação dos pequenos agricultores na sua forma direta, mas sim graças a um “processo de seleção” por parte do Estado para promover à categoria de classe média ligada à produção atores da sociedade local mediante mecanismos de

financiamento da agricultura moderna. Já no estágio atual de desenvolvimento capitalista no Brasil não ocorre uma intervenção direta do poder público nas relações de classe, já que sua atuação se dá de forma indireta, através da modernização da infra-estrutura da produção rural, a exemplo da construção de barragens, objeto de estudo deste projeto de pesquisa. Assim, são duas fases e dois processos distintos de mudança social, porém com um traço comum: em ambos os casos o capital conta com a decisiva e necessária ajuda do Estado.

Diferentemente do caso acima referido, o que se pretende analisar com o presente projeto é um processo de modernização em que, em um estágio avançado de mundialização da economia, o Estado apenas abre o caminho para a ação do grande capital em que as condições gerais de vida do pequeno produtor rural apresentam características bem distintas daquelas do período acima referido. Tais características, segundo Neto (1998) são: desemprego crescente com desregulação do mercado de trabalho, aumento da participação das mulheres na PEA, aumento dos trabalhadores em tempo parcial, queda da taxa de sindicalização, expansão do individualismo, desemprego juvenil crescente e expansão da economia subterrânea marginal. Para Antunes (2005), essas mudanças na organização do trabalho ocorrem porque o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são, por natureza, dotados de forte caráter destrutivo e tem acarretado uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza.

Essa nova função assumida pelo Estado no processo de modernização agrícola, com conseqüências visíveis no mundo do trabalho rural pode ser chamada de reparadora ou apaziguadora das classes sociais. No caso específico da construção de barragens uma dessas ações é o remanejamento de parte da população para assentamentos rurais, os quais “emergem da luta desigual na demanda por terra entre os grupos ou setores das classes sociais” (Araújo, 2005: 13), e não pela ação benevolente e humanitária do poder público. Aliás, a história do capitalismo tem consistido numa alternância entre períodos marcados por forte presença do Estado como garantia dos interesses do setor privado nacional e ao mesmo tempo provedor dos setores empobrecidos, e períodos em que prevalecem a desregulação e a liberdade para o capital, geralmente por este estar já suficientemente forte para competir por novos mercados. No caso específico do Brasil, para citar um estudioso do assunto, “ao longo dos anos 1930-1970, a política econômica governamental foi estatizante ou privatista, nacionalizante ou internacionalista, desenvolvimentista ou estabilizadora, conforme a constelação política dominante e a natureza dos dilemas existentes na ocasião” (IANNI, 1979: 255).

4. Pressão modernizante do Estado, relações sociais de produção e conflitos sociais.

A teoria social tende sempre a colocar como principal consequência das políticas modernizantes do Estado no campo a reestruturação produtiva da chamada agricultura familiar, surgindo daí uma agricultura modernizada, que incorpora as leis do desenvolvimento capitalista, como o assalariamento dos agricultores e o consumo em massa de insumos externos. Isso ocorreu na década de setenta do século passado, obedecendo a uma dinâmica de desenvolvimento dependente. No quadro atual de uma economia mundializada, as ações modernizantes do Estado se dão de forma mais indireta e têm como principal consequência, não a reestruturação da agricultura familiar, mas a sua destruição pura e simplesmente, em dois níveis: num primeiro momento, desarticulando as formas de organização e resistência social dos pequenos produtores (eufemisticamente chamados de agricultores familiares) e, num segundo, facilitar (e não mais promover diretamente) a expropriação dos minifúndios pelo grande capital, com vistas a remover o que tais políticas chamam de subdesenvolvimento.

Essa visão equivocada do subdesenvolvimento foi introduzida pelo keynesianismo, segundo a qual a principal função do Estado é promover a modernização da sociedade como forma de combater os desequilíbrios, e por trás disso está o discurso modernizante que justifica a construção de barragens. Para Bruseke (1997), esse conceito é errado para caracterizar os processos sócio-econômicos em vastas extensões do mundo, porque é o próprio desenvolvimento do capitalismo em escala global a fonte desses desequilíbrios. Ademais, conforme observou Fernandes, “a modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou superação definitiva das iniquidades sócio-econômicas, culturais e políticas do campo” (FERNANDES, 1979: 119). Como se pode ver, a destruição das relações sociais de produção e a desarticulação das formas de resistência dos pequenos produtores em prol de um uso comunitário dos recursos naturais no campo, dentro das perspectivas aqui, são uma prova cabal desses desequilíbrios resultantes da ação modernizante do Estado.

Por outro lado, os estudos sobre os movimentos de resistência à construção de barragens tendem a construir em torno desse problema uma visão simplista por reduzir os conflitos em torno da construção de barragens (os chamados movimentos de atingidos por barragens – *mab's*) a meros movimentos de protesto das comunidades rurais que reivindicam melhores preços pagos pela indenização das terras inundadas e sua transferência para áreas com qualidade pelo menos equivalente às atingidas pela formação dos lagos. Trata-se, na verdade,

de um processo de conflito que envolve, de um lado, os pequenos produtores, que reivindicam a propriedade da terra e, de outro, o capital que, à sombra do Estado moderno, busca novos espaços de valorização.

Dessa forma, a construção de barragens resulta das pressões modernizantes do grande capital sobre o Estado enquanto instrumento de desenvolvimento capitalista como estratégia de remoção do que as políticas de recursos hídricos consideram bloqueios ao desenvolvimento econômico representados pela pequena produção agrícola. Essa idéia (de bloqueio ao desenvolvimento econômico) não é nova, ela foi uma preocupação muito forte nos anos cinquenta e sessenta e influenciou tanto o debate acadêmico e a literatura social daqueles anos como a política econômica dos governos militares. Mas ela ressurgiu hoje sob uma nova roupagem pelo discurso neoliberal da economia mundializada, onde há uma precedência do econômico em relação às outras dimensões da vida social.

5. Uma proposta de teorização

A compreensão da problemática aqui proposta, qual seja, o estudo dos movimentos de resistência à construção de barragens e as transformações que isso acarreta no mundo do trabalho rural requer, de imediato, algumas considerações teóricas acerca do conceito de Estado e dos conflitos sociais que aí têm lugar.

De um modo geral, toda intervenção econômica do Estado numa sociedade capitalista sob a forma de política de desenvolvimento rural é parte da estratégia mais geral do capital em busca de novos espaços de valorização e, como tal, resulta no aumento da diferenciação social no campo. No entanto, o Estado não deve ser visto como um bloco monolítico tal como na visão do marxismo clássico, um instrumento de dominação direta de uma classe hegemônica sobre uma classe subalterna. Assim, propõe-se aqui a aplicação do conceito de Estado que o divide em duas dimensões distintas, porém complementares: o Estado Restrito e o Estado Amplo.

O primeiro diz respeito ao conjunto das instituições que compõem o governo, ou seja, os poderes executivo, legislativo e judiciário, aos quais se limita a ação do aparelho estatal. Já o segundo refere-se ao conjunto de organizações empresariais e sociais da sociedade civil organizada. Embora o Estado capitalista seja sempre o resultado de uma conjugação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito, nem sempre há correspondência entre estes dois nas ações de dominação de uma classe hegemônica sobre uma classe subalterna. Assim, o Estado Amplo é “constituído pelos mecanismos de produção de mais-valia, ou seja, por aqueles

processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração” (BERNARDO, 1991:162), enquanto que o Estado Restrito é constituído pelos processos de regulação e apoio jurídico-institucional à produção de mais-valia.

Nas suas fases iniciais de desenvolvimento do capitalismo, o Estado Amplo tem de lutar para utilizar um Estado Restrito fortemente vinculado a sistemas governamentais aristocráticos e senhoriais. À medida que se desenvolvem as forças produtivas com base em relações de produção tipicamente capitalistas o Estado Amplo vai conquistando espaços cada vez maiores e passa a regular os processos sociais e económicos em condições de equivalência com o Estado Restrito, o que significa uma maior atuação das organizações empresariais e sociais nesses processos.

As ciências sociais dão conta, desde os seus primórdios, da importância dos conflitos para se entender os processos de regulação das tensões da modernidade a partir da ação estatal. Foi assim que um dos pais da Sociologia, Emile Durkheim, concebeu os conflitos de três maneiras: conflitos como tensões normativas que ocorrem no nascedouro das sociedades modernas, confronto de interesses entre grupos sociais e, por fim, tensões em que os atores não têm interesses claros nem se chocam novas normas com as antigas, que indicam comportamentos sociais sem objetivos definidos e, por isso, aparentemente sem sentido. Para Nascimento (2001), essa noção de conflito de Durkheim tem certas semelhanças com a de Marx, pois ambas se referem ao choque de interesses entre as classes. Mas Marx ao se referir a esses conflitos com o nome de luta de classes, introduziu um conceito que assumiu uma positividade ímpar nas ciências sociais, pois é concebido como o motor da história da humanidade. À diferença de Durkheim, o conceito de conflito em Marx é totalizante, na medida em que há um conflito central que organiza e condiciona a manifestação de todos os outros conflitos, no centro do qual se encontra o Estado.

Assim, a ação modernizante do Estado ocorre a partir de uma dupla ação, a do Estado Restrito e a do Estado Amplo e, embora nem sempre haja correspondência nessa ação, o resultado final de sua ação através das políticas de desenvolvimento rural é a alienação do trabalhador. Alienação que, como afirmou Marx em seus Manuscritos Económico- filosóficos (2003), faz com que o trabalhador decaia a uma mercadoria e à mais miserável delas. Alienação que se processa, segundo Giddens (1994), em dois níveis distintos: a alienação tecnológica, que ocorre no processo de trabalho com o avanço da produção capitalista (no nosso caso, nas áreas atingidas por barragens) e a alienação do trabalhador em relação ao seu principal meio de produção: a terra, que é gradativamente expropriada pelo avanço do capital no campo no rastro do processo de modernização agrícola.

Essa ação modernizante do Estado sob a forma de política de recursos hídricos ocorre de modo a potencializar o avanço do capital em áreas que alguns estudiosos do tema chamam de área de uso comunitário dos recursos naturais e, como tal, se configura como área de economia solidária no campo, sendo esta definida aqui a partir das orientações teóricas propostas por Tiriba (2001): trata-se de um conjunto de unidades econômicas (agropecuárias) organizadas pelos setores populares que apresentam as seguintes características: i) pequena escala de produção; ii) tecnologia artesanal; iii) mercado consumidor predominantemente local ou regional; iv) alta vulnerabilidade em relação às políticas oficiais; e v) relações de trabalho não institucionalizadas.

Assim, a partir desses pressupostos e com base no estudo dos impactos da construção de barragens públicas e de suas conseqüências sobre a organização do trabalho rural, pretende-se mostrar que a intervenção do Estado no campo, através das políticas de recursos hídricos se revelem prejudiciais às comunidades locais porquanto funcionam como elemento destruidor da pequena produção, bloqueando a sua reprodução enquanto categoria social.

Aplicando-se essas considerações à pesquisa aqui proposta, pode-se afirmar que no atual estágio de mundialização do capital, o Estado aparece como articulador de um processo de destruição da pequena produção sob a determinação do capital, para o qual as políticas de desenvolvimento rural funcionam como instrumentos catalisadores de seu avanço no campo e que gera forças de resistência devido ao avanço do Estado Amplo. A partir dessas considerações, podemos apresentar os seguintes pressupostos da pesquisa:

- Os pequenos produtores se inserem na sociedade brasileira em condições desiguais e desfavoráveis e estes desenvolvem mecanismos de resistência, alianças e defesas tanto no âmbito do Estado Restrito quanto do Estado Amplo objetivando garantir a reprodução de sua classe enquanto categoria social.
- Estes dispõem de um saber ímpar adquirido no processo de reprodução social a partir da construção histórica de suas forças produtivas e que não é inferior ao saber técnico, porquanto se revela eficiente na reprodução de seu padrão de sobrevivência, e é isso que gera as forças sociais de resistência à construção de barragens.
- A construção de barragens não é, em si mesmo, um fator de desagregação social e de destruição da pequena produção agrícola, salvo o caso em que a ação estatal nega a importância das relações entre esses produtores com o seu meio ambiente, relações essas que refletem não só o saber que garante a sua sobrevivência como classe social, através do uso de espaços comunitários de uso comum dos recursos

naturais, como também gera formas particulares de trabalho e de organização social que podem ser alteradas pela construção de barragens.

- As atuais estratégias de intervenção governamental modernizantes se constituem não mais em um instrumento de garantia do poder de classes sociais baseadas no conservadorismo da vida rural, mas de uma estratégia modernização que ocorre permeada por conflitos entre o Estado Restrito e o Estado Amplo.

6. Conclusões

Diante das considerações acima, vê-se que embora a construção de barragens enquanto instrumento de políticas de desenvolvimento rural se revela como um meio de abrir novos espaços de valorização para o capital em áreas de reduzida tecnificação da produção, normalmente em prejuízo da agricultura familiar, isso não é necessariamente uma condição natural da ação modernizadora do Estado. O surgimento de movimentos de resistência das comunidades atingidas pela formação dos lagos dessas barragens é mais uma prova de que é possível a implementação de políticas de desenvolvimento rural que resultem não só em impactos mínimos para o meio ambiente como também no fortalecimento da agricultura familiar, desde que esta se dê numa perspectiva de controle social de seus instrumentos modernizantes e de uso de recursos naturais em espaços de uso comunitário. Essa alternativa, evidentemente, implica em barrar o avanço do capital nas áreas de formação desses lagos como novos espaços de valorização, ou seja, de produção crescente de mais-valia.

7. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/ Edunicamp, 2005.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRAGA, B. et al. **Introdução à engenharia ambiental**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2002.

BRUSEKE, F. J. Pressão modernizante, estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/ Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECÁNYI, T. e QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FREITAS, K. G. e TEIXEIRA, O. A. Sociedade, natureza e agricultura familiar no território de São Gonçalo – PB. In: DUQUÉ, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Presença, 1994.

IANNI, O. **O planejamento no Brasil – 1930 a 1970**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MACHADO, E. P. **Poder e participação política no campo**. Salvador: CAR/CEDAP e CENTRU, 1987.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso – ensaios sobre sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1975.

NASCIMENTO, Elimar P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NETO, J. M. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez/ UECE, 1998.

OLIVEIRA, F. G. Atingidos por barragens: anotações sobre o caso de Acauã, Paraíba. In: WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo/Campinas: Editora Polis/Ceres, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

REYDON, Bastiaan P.; PLATA, Ludwig A. **Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil**. Brasília: NEAD, Série Estudos NEAD n. 3, 2000.

SILVA, J. G. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

TIRIBA, L. **Economia popular e cultura do trabalho**. Ijuí: Editora Unijui, 2001.

VEIGA, J. E. Modernização e políticas agrícolas. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século XXI – 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

A CRISE DA ECONOMIA CACAUEIRA E O SENTIDO DA MUDANÇA DA POSSE DA TERRA NA REGIÃO SUL DA BAHIA: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima¹

Resumo

A contaminação dos cacauais no Sul da Bahia a partir do final dos anos 80, associada a outros fatores tais como clima, demanda e preço, afetou drasticamente a economia e sociedade regionais. A lavoura cacaueira, base da economia regional, até então teve como fundamento a grande propriedade fundiária e a exploração do trabalho assalariado pelo capital produtivo e comercial-financeiro. A crise que assolou a região, atingindo seu auge em meados dos anos 90, implicou em mudanças na região. Entre estas se destaca a mudança na posse e uso da terra e nas relações de trabalho. A mudança na posse da terra, que objetivamos investigar no texto, está diretamente relacionada ao destino que tem tomado as propriedades de cacau abandonadas. Assiste-se a dois cenários em processo na região: a expansão dos assentamentos resultante dos movimentos sociais de luta pela terra, e a transferência de pequenas e médias propriedades por meio da venda para médios e grandes proprietários da própria região, de outras regiões ou de outros estados. Nesse sentido, o processo em curso acerca da mudança de posse da terra na região sinaliza algumas *tendências e cenários*. O processo de reforma agrária na década de 2000 ocorreu em pequenas e médias propriedades, enquanto na década de 80 e 90 atingiu médias e grandes propriedades. Por outro lado, na década de 90 ocorreu a compra de pequenas e médias propriedades por médios e grandes proprietários. A democratização do uso da terra na região embora tenha avançado em termos do número de assentamentos criados, manteve resultados tímidos em tamanho de área desapropriada. Porém, tem permitido o acesso à terra a milhares de trabalhadores desempregados e sem perspectivas de vida na região.

Palavras-chave: Crise; Movimentos Sociais; Luta Pela Terra

1. Introdução

A microrregião Ilhéus-Itabuna, atual denominação do IBGE, conhecida por região cacaueira, é formada por 41 municípios com uma área de 19.542 Km² e uma população de 1.071.555 habitantes.

A sociedade sul-baiana esteve sustentada até a década de 80 na lavoura cacaueira. A economia cacaueira consolidou sua base na grande propriedade fundiária e no trabalho assalariado, o elemento formador da riqueza na região.

Fatores climáticos (seca prolongada) associados à queda dos preços da amêndoa de cacau e a concorrência de outros países no início dos anos 80 representaram uma inflexão ao

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

comportamento da atividade cacaueteira que vinha desde o início dos anos 70 experimentando avanços na produção.

O aparecimento da vassoura-de-bruxa em 1989 será o golpe mortal na já decadente atividade, atingindo o auge em 1994, época em que a doença se alastrou por toda a região cacaueteira.

Conforme constatou TREVIZAN (1996), a luta pela terra na região esteve associada à crise da lavoura cacaueteira. O objetivo do estudo é mostrar a relação entre a crise da região cacaueteira e o processo de democratização do acesso à terra mediado pelos movimentos sociais. O estudo abrange o período entre as décadas de 80, quando estoura a crise, e a década de 2000.

2. A CEPLAC e o sentido da modernização da economia cacaueteira

A CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira) foi criada em 1957, período em que os aportes tecnológicos da revolução verde mediante o Sistema Nacional de Crédito Rural foram estendidos à agricultura exportadora. Nesse sentido, a criação da CEPLAC coincide com a época da proposta de modernização da agricultura.

A exposição de motivos da criação da CEPLAC foi enfrentar a crise que se abatera sobre a lavoura cacaueteira no transcurso da Crise de 29 até os anos 50, levando ao endividamento dos produtores, visto que até então a economia cacaueteira, segundo a CEPLAC (1975), estava ancorada na disponibilidade dos recursos de mão-de-obra e terra. Entendemos que, na verdade, a CEPLAC foi criada para dar continuidade ao processo de acumulação de capital no setor, ao mesmo tempo que socorreu os grandes e médios produtores e cacaueteiros endividados, público-alvo da instituição.

O plano de modernização da lavoura cacaueteira abrangiu especificamente dois fatores: a aplicação maciça de adubos químicos e a utilização de novas variedades de cacaueteiros mais produtivos. Na década de 70 a lavoura cacaueteira terá saltos significativos na produção, enquanto a produtividade manteve-se nos mesmos patamares, com pouca variação, o que significa que o crescimento da produção foi ancorado na expansão da lavoura para novas terras, realimentando o processo de concentração.

Portanto foi um período de alta lucratividade para a burguesia cacaueteira, que congregava frações da burguesia agrária, comercial e financeira. Conforme aponta Baiardi (1984) os altos lucros do cacaueteiro foram favorecidos em função tanto da relação entre o preço de mercado e o preço médio de produção do produto, como em função do preço da força-de-

trabalho (salário) vigente na região, à época, ser pago abaixo do valor da força de trabalho, o que permitia uma mais-valia extraordinária para o produtor e comerciante de amêndoas de cacau.

Na medida em que a política agrícola buscava a formação de divisas através das exportações, vários estudiosos afirmam que o financiamento da cacauicultura (crédito de investimento, custeio, assistência técnica, etc.) por intermédio da CEPLAC atendia a um público de produtores bem definido: grandes e, em menor escala, médios proprietários de terras, produtores de cacau. Os pequenos produtores ficaram à margem dos benefícios dos incentivos estatais pela simples justificativa de que os médios e grandes produtores respondem rápida e eficazmente aos investimentos e à lógica empreendedora requerida pela modernização (DIAS, 1987, BAIARDI, 1984).

Na medida em que a unidade de produção familiar atendia também à lógica da acumulação capitalista, como pequenos produtores de cacau, ficavam em desvantagem em termos de produção e produtividade e na venda aos comerciantes e casas de exportação. Houve frequentemente casos de endividamento do pequeno produtor que em algumas situações tal pendência era resolvida saldando o débito com o único bem que dispunha: a terra.

A citação que se segue é bastante ilustrativa do exposto acima:

A concentração fundiária é observada como uma constante no processo de apropriação do espaço agrário baiano. Percebe-se um crescimento gradativo da concentração fundiária na referida escala temporal, com destaque para a década de 70, no qual verificou-se uma maior inserção do capital no campo brasileiro, direcionado por uma política agroexportadora que esfacelou a pequena propriedade sustentada pela agricultura familiar, impulsionando, consequentemente, a concentração de terras pelos grandes latifúndios (INCRA, 2005, p. 27).

O destaque para a década de 70 a que alude o texto acima é o período em que se darão os resultados do pacote tecnológico (aplicação maciça de insumos especificamente) da política de modernização posta em prática pela CEPLAC: expansão da área plantada, crescimento significativo da produção e da produtividade, se estendendo até meados dos anos 80.

Aponta Baiardi (1984) que o fato da pequena produção não conseguir acumular seja em função dos custos mais altos, do preço mais baixo pago pelo seu produto (mediante artifícios do comprador) e pagamento da renda da terra, que chegava a representar 40% do valor da produção, era impossível o pequeno produtor se sustentar por muito tempo nesse mercado.

Os ventos favoráveis ao grande produtor-proprietário viabilizará a concentração da propriedade e da renda em suas mãos, na medida em que, do outro lado, o pequeno produtor ou se associava à lógica da acumulação capitalista de forma subordinada, tornando-se funcional a ela, ou desaparecia.

Esse processo se acentuará nas décadas de 70 e 80 mediante a política adotada pelo Estado e colocada em prática pela CEPLAC.

2.1. A inflexão do processo: auge e decadência

Quando tudo parecia de vento em popa, alguns acontecimentos seqüenciados irão paulatinamente desencadear uma série de episódios em cadeia. Primeiramente, uma seca prolongada no início dos anos 80 trará danos à produção. Posteriormente, por volta de meados dos anos 80, produtores do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia e Costa do Marfim) acirram a concorrência com o Brasil, com custos mais baixos e maior produtividade. Os preços em queda vão estar mais favoráveis a estes, comprometendo, por outro lado, a lucratividade dos produtores baianos. Aliás, estudos mostram que a baixa produtividade da lavoura está associada a dois fatores fundamentalmente: envelhecimento dos pés de cacau e o caráter extensivo da produção associada ao baixo nível tecnológico.

Para completar o quadro de reveses, a vassoura-de-bruxa (*Crinipelis Perniciosa*) dá vôo rasante na lavoura e aí aterrissa. A sociedade cacauzeira entrou numa situação de frustração e desalento nunca vista antes. A queda abrupta na produção foi acompanhada do baixo volume das exportações e do valor exportado. Dessa situação adveio o endividamento dos produtores. Um dos aspectos ilustrativos do reflexo da crise sobre a sociedade é sentido pelo movimento de migração rural-urbana no período considerado, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Variação da população rural e urbana nos municípios mais atingidos pela vassoura-de-bruxa

Municípios	1980			2000			Evasão/Aumento	
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
Arataca	11.55	4.237	15.789	5.740	5.451	11.191	- 5.812	+ 1.214
	2							
Aurel. Leal	8.030	8.582	16.612	3.200	13.778	16.978	- 4.830	+ 5.196
Buerarema	15.08	10.546	25.633	2.880	16.249	19.129	-	+ 5.703
	7						12.207	
Camacan	25.96	15.252	41.220	6.760	24.282	31.042	-	+ 9.030
	8						19.208	
Canavieiras	27.78	15.160	42.941	8.974	26.161	35.135	-	+
	1						18.807	11.001
Coaraci	11.14	16.633	27.775	4.582	23.804	28.386	- 6.560	+ 7.171
	2							
Ilhéus	51.24	82.112	133.359	59.98	161.898	221.883	+ 8.738	+
	7			5				79.786
Ipiaú	11.91	27.887	39.806	5.693	37.899	43.592	- 6.226	+
	9							10.012
Itabuna	15.98	140.089	156.073	5.568	190.888	196.456	-	+
	4						10.416	50.799
Itajuípe	12.37	13.024	25.399	6.397	16.113	22.510	- 5.978	+ 3.089
	5							
Mascote	18.10	1.284	19.388	4.243	11.929	16.182	-	+
	4						13.861	10.645
Porto Seguro	40.99	5.834	46.829	16.10	79.557	95.665	-	+
	5			8			24.887	73.723
Ubaitaba	6.707	9.555	16.262	5.281	18.550	23.831	- 1.426	+ 8.995
Uruçuca	12.48	10.002	22.489	6.133	14.137	20.300	- 6.354	+
	7							10.298

FONTE: ROCHA, 2006; Elaboração e Adaptação do autor, 2008.

Os municípios de Buerarema, Camacan, Canavieiras, Itabuna, Mascote, Porto Seguro são bastante representativos da migração rural-urbana para o intervalo de período

considerado. Enquanto para o município de Porto Seguro a população rural cai em torno de aproximadamente 25.000 habitantes, a população urbana cresce no mesmo período para quase 74.000 habitantes. A crise da cacauicultura associada ao avanço do turismo em Porto Seguro é uma possível explicação para a migração.

Ilhéus foi o município que teve o maior crescimento urbano no período. Primeiramente, detinha a maior área plantada e maior produtor de cacau da região. Por outro lado, o setor turístico vem se ampliando fortemente, como também por representar juntamente com Itabuna as duas maiores cidades do Sul da Bahia e, nesse sentido, no imaginário dos desempregados, ter um mercado de trabalho relativamente maior. O resultado dessa migração foi o aparecimento de novos bairros no município, a exemplo do Bairro Teotônio Vilela, onde a grande maioria dos habitantes são ex-trabalhadores cacauzeiros. Acrescente-se ao exposto o crescimento abrupto da violência, da insegurança e do fluxo de drogas.

3. A emergência dos movimentos sociais de luta pela terra na região cacauzeira

A vassoura-de-bruxa se espalhou praticamente por toda a lavoura cacauzeira. Despreparada para tal infestação, a CEPLAC nada pôde fazer e os fazendeiros entram em processo de insolvência e abandono dos cacauais, desempregando contingente expressivo de trabalhadores. Costa (1996, p. 6) sintetiza o contexto econômico e social da região nos seguintes termos:

O agravamento dos conflitos sociais no campo, ocorridos na região a partir da década de 80, como reflexo imediato da crise do cacau, tornou-se assunto constante nos meios de comunicação local. Esta questão passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, e trouxe para o conjunto da sociedade novos problemas: favelização, aumento do desemprego, crescimento da violência urbana e rural.

O processo acima descrito que resultou na favelização e violência aconteceu fundamentalmente nos dois principais municípios do Sul da Bahia: Ilhéus e Itabuna. Os números do desemprego apresentados à época sinalizavam cerca de 250.000 trabalhadores.

O surgimento dos movimentos sociais na região e conseqüente formação dos acampamentos e assentamentos rurais foi possível, segundo os assentados, graças à vassoura-de-bruxa, tão endemoniada pelos coronéis, proprietários ausentes do cacau.

Trevizan (1998, p. 82) ao estudar a relação entre a crise cacauzeira e o movimento de luta pela terra, aponta que “na década de 90, aparentemente, há uma expansão inusitada do movimento social dos trabalhadores sem-terra no sul da Bahia, particularmente na tradicional

região do cacau, coincidindo com a expansão da doença da vassoura-de-bruxa (VB), *Crinipellis Perniciosa*, que dizimou os cacauais, base da economia regional”.

Da série de reuniões feitas pelo STR, em Itabuna, com os trabalhadores cacauzeiros desempregados, nasce o Movimento de Desempregados do Sul da Bahia. Os trabalhadores desempregados, em situação de desespero, passam a constituir um bloco de forças que orientará o processo de ocupações de terras. Esse bloco será formado pelo Movimento dos Desempregados, do qual resultaria futuramente o MLT (Movimento de Luta pela Terra), a militância do PC do B na região, a chegada de integrantes do MST e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Ilhéus e Itabuna (COSTA, 1996).

A orientação ideológico-prática do bloco de forças criado ia na direção do ideal dos assentados de Pitanga estudados por WANDERLEY (2003): os trabalhadores cacauzeiros em movimento não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por terra para morar e trabalhar, conforme citação abaixo:

Ao definirem a ocupação como nova bandeira de luta, mudou a identidade social e política do grupo, que passou a ser visto como “sem-terra”, o que provocou uma mudança na condução do Movimento. Não lutavam mais por melhores condições de trabalho, mas por **terra para morar e trabalhar** (grifo nosso). A luta pela terra passou a significar a possibilidade de retomarem a sua condição de trabalhadores rurais, numa nova perspectiva, não mais como assalariados e sim como pequenos proprietários, concretizando o antigo sonho: ter um “pedaço de terra” (grifo da autora) (COSTA, 1996, p. 79).

O MLT, formado pelos trabalhadores desempregados do cacau e ex-integrantes do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia, juntamente com o apoio do PC do B (Partido Comunista do Brasil), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) criarão o primeiro assentamento em 1996, com a ocupação da fazenda de cacau Bela Vista, no município de Ilhéus. O MST ocupará a Fazenda Bela Vista no município de Arataca, improdutiva, criando o Assentamento Terra Vista.

A atuação do MST na região foi anterior à crise, não esteve atrelada à crise cacauzeira. Mas, com a crise, ocorre a territorialização do MST, deslocando-se do Extremo Sul do Estado para o Sudeste, na região cacauzeira. Nos anos 90 o MST fará uma série de ocupações de terras, formando vários assentamentos na região.

À medida que avançava a vassoura-de-bruxa e aumentava o número de fazendas de cacau improdutivas, em caráter de “abandono”², crescia a pressão dos movimentos sociais de

² O caráter de abandono significa que a fazenda estava improdutiva, tendo tão somente um morador como segurança contra “invasões”, ou seja, apenas para não caracterizar abandono total.

luta pela terra na região por toda a década de 90 e início do século XXI. Ao mesmo tempo, os coronéis do cacau entravam em estado de desolação e desespero, pois dois fatores corriam em paralelo: o mesmo processo que aos olhos dos coronéis faz ver a riqueza escorrer de suas mãos, faz, por outro lado, aumentar o seu endividamento.

A consolidação dos movimentos sociais na região, fundamentalmente o MLT, fará com que o movimento passe a atuar, num momento posterior, sem a mediação do PC do B. A crise e o estarecimento dos proprietários-ausentes, imunes frente a tal situação, fortalecia ainda mais a ação dos movimentos sociais. A expansão dos acampamentos e assentamentos, exposto no item a seguir, será a resultante desses ventos favoráveis aos trabalhadores.

4. A expansão dos assentamentos rurais e a mudança na posse da terra

A formação e expansão dos assentamentos rurais na região começam a partir da segunda metade dos anos 80, mesmo antes da infestação da vassoura-de-bruxa. É que, conforme expomos antes, alguns fatores surgem para comprometer o bom andamento da lavoura cacauera, que viveu até o início dos anos 80 o seu auge.

No período da década de 1980 à década de 2000 observa-se um número expressivo de assentamentos criados. O abandono das fazendas acompanha a expansão do fungo e o conseqüente movimento de ocupações de terras intermediado pelos movimentos sociais, principalmente MLT e MST.

O estudo de Leite & Heredia et al. (2004, p. 277), sobre os impactos dos assentamentos rurais em diferentes regiões do país onde havia concentração dos assentamentos, que os autores denominaram de *manchas*, evidencia a expansão dos assentamentos a partir da segunda metade dos anos 80. Observa-se que os assentamentos pesquisados pelos autores foram criados no período entre a crise da cacauicultura e no auge da expansão da vassoura-de-bruxa, isto é, depois de 1994.

Trevizan ressalta em trabalho de 1996 que o movimento social pode se constituir num mecanismo de redistribuição fundiária na região, tendo como pressupostos a crise do cacau e a vassoura-de-bruxa. Analisando os dados atualizados de ocupações de terras, conforme tabela abaixo, Trevizan estava certo quando associou a possibilidade da relação entre movimento social e redistribuição fundiária na região. Concentração da posse da terra e da renda, a luta pela sobrevivência, desemprego e subemprego e a busca de um futuro digno para a família foram fatores que acionaram o movimento de luta pela terra que desencadeou na formação de vários assentamentos rurais na região.

Tabela 2 – Número, área, capacidade para assentar e número de famílias efetivamente assentadas nas décadas de 80, 90 e 2000/2006 no Sul da Bahia (região cacauzeira)³

Período	Número de assentamentos	Área (há)	Capacidade p/ assentar	Famílias assentadas
Década de 80	12	16.017,78	470	324
Década de 90	40	35.421,80	1.991	1.439
2000/2008	34	15.728,88	1.117	872
Total	86	67.168,54	3.578	2.635

FONTE: INCRA, 2008; Elaboração e adaptação do autor, 2008.

Segundo dados do INCRA (2008), conforme apresentado na Tabela 2, surgiram na década de 80, particularmente na segunda metade, 12 assentamentos rurais com área de 16.000 hectares, no entorno do núcleo central da região cacauzeira. Esses assentamentos estavam ligados a várias organizações sociais, algumas já existentes na região, outras que foram surgindo com as mudanças ocorridas na região.

Nos anos 90, auge da crise do cacau, período no qual a vassoura-de-bruxa se expandirá por toda a região do cacau, houve o surgimento de 40 novos assentamentos rurais ocupando uma área de 35.421 hectares, assentando aproximadamente 1.500 famílias⁴. Os assentamentos criados nessa década estavam ligados a novas organizações sociais (movimentos sociais) que terão expressiva participação nas ocupações de terra na região: surge o MLT, Movimento de Luta pela Terra, formado pelos trabalhadores cacauzeiros desempregados e subempregados, o qual será responsável pela formação de 6 assentamentos na região no período. O MST terá expressiva participação nas ocupações de terras e formação dos assentamentos: foram 15 assentamentos criados pelo MST no período da maior crise do cacau. O MST que até início dos anos 90 atuava timidamente no extremo Sul do estado, amplia suas bases e se fortalece como movimento social na região com a crise do cacau. O MLT será responsável pela criação de 6 assentamentos. Outros movimentos atuaram na ocupação de terras e formação de assentamentos na região através da organização dos trabalhadores independentemente, sem nenhuma ligação com organizações sociais no referido período.

³ Consideramos na amostra alguns municípios que embora não pertençam à Microrregião Ilhéus-Itabuna, teve papel importante na democratização da terra, assim como teve importância expressiva na produção de cacau, localizando-se no entorno da região.

⁴ Na realidade o número de famílias assentadas é superior ao exposto, pois há falta de informação do técnico do INCRA do número de famílias assentadas em recentes assentamentos criados.

No período de 2000 até 2008, época de catalogação dos dados pelo INCRA, foram criados 34 assentamentos, ocupando uma área de 15.728 hectares. sendo 4 ligados ao RACAA, 4 ligados ao MLT, 3 independentes e 2 ligados ao MST, havendo a participação minoritária de outras organizações. Duas considerações devem ser feitas com relação à década de 2000: primeiro, o número de assentamentos criados até 2008 é aproximado do número de assentamentos criados durante toda a década de 90, o que significa que houve avanço nas ocupações de terra na região. Por outro lado, o que é mais importante para nosso estudo, a área dos assentamentos criados nesse período foi significativamente inferior à área dos assentamentos na década de 90, ou seja, praticamente menos da metade da área dos assentamentos criados na década de 90, mesmo considerando-se uma diferença de 6 assentamentos a menos para a década de 2000, a diferença é surpreendente.

Conforme tabela abaixo, observa-se para a década de 80 apenas 1 assentamento com área inferior a 500 ha, 3 assentamentos com área entre 500 e 1000 ha e 6 assentamentos com área superior a 1000 ha. Para a década de 90 são 14 assentamentos com área inferior a 500 ha, 19 com área entre 500 e 1000 ha e 9 com área superior a 1000 ha. Para a década de 2000 o número de assentamentos com área inferior a 500 ha é de 22, sendo 12 com área entre 500 e 1000 ha, não havendo assentamento com área superior a 1000 ha. Os dados demonstram que o processo de reforma agrária na década de 2000 está havendo sobre as pequenas e médias propriedades, mantendo intacta a grande propriedade.

Tabela 3 – Total dos assentamentos da região Sul da Bahia por década e área total segundo grupos de área – 1980/2008.

Grupos de Área	Década de 80	Década de 90	Década de 2000	Nº Total de Assentam.	Área Total (ha)
< 500	1	14	22	37	14.997,30
500 < 1000	3	19	12	34	24.006,82
1000 >	6	9	—	15	28.983,14
Total	10	42	34	86	67.987,26

FONTE: Elaboração do autor, 2008.

Para as três décadas em conjunto apresentam-se 37 assentamentos com área inferior a 500 ha com área total equivalente a 14.997,30 ha, 34 assentamentos com área entre 500 e 1000 ha com área total de 24.006,82 ha e 15 assentamentos com área superior a 1000 ha e área total equivalente a 28.983,14 ha. Se juntarmos a área total dos estratos de área inferiores

a 500 ha e os estratos entre 500 e 1000 ha, tem-se uma área total de 39.000 hectares. Do total de 86 assentamentos, em 71 deles o processo de reforma agrária ocorreu em pequenas e médias propriedades, o que equivale a afirmar que para a região Sul da Bahia, a região cacauceira, os efeitos da reforma agrária sobre a grande propriedade têm sido ínfimos. Para ilustrar melhor basta verificarmos, conforme tabela 2, que 29.000 hectares de área total reformada para estratos superiores a 1000 ha é um valor inexpressivo frente aos 262.605 hectares dos estabelecimentos com área superior a 1000 ha na microrregião Ilhéus-Itabuna.

Os dados da Tabela 4 reforçam os números da concentração da posse da terra. Os grupos de área de 0 a 100 hectares possuem maior número de estabelecimentos, 31.419, enquanto a área para o mesmo grupo é de 633.774 hectares. Para os grupos de 100 a 10.000 hectares tem-se 496 estabelecimentos para um total de 1.172.066 hectares. Embora os dados disponíveis sejam de 1996, o cenário apontado nos anos seguintes não sinaliza arrefecimento da concentração da posse da terra.

Tabela 4 – Grupo de área total na microrregião Ilhéus-Itabuna, 1995-96

Grupos	Grupos de Área Total (1995-96)	
	Nº de Estabel.	Área Total (há)
0 < 10	13.651	52.363
10 < 50	13.940	319.261
50 < 100	3.828	262.150
100 < 500	3.394	669.907
500 < 1000	352	239.554
1.000 < 5.000	140	230.181
5.000 < 10.000	2	10.808
10.000 < 100.000	2	21.616
Total	35.309	1.805.840

FONTE: IBGE, 1995-96; Elaboração e readaptação do autor, 2008.

Os impactos são mínimos na estrutura fundiária da região, visto que paralelo à expansão dos assentamentos há, conforme aponta TREVIZAN (1996), tendência para aumento da concentração fundiária na região, constatada pela aquisição de várias fazendas por grandes proprietários da região e de outros estados, de maneira que vem contrabalançando o processo de democratização do uso da terra pelos trabalhadores

assentados. Nesse mesmo estudo aponta Trevizan (idem, p. 7) que no núcleo Camacan-Arataca que mais sofreu com a vassoura-de-bruxa, 35% das fazendas, 11, do total de 31 fazendas “*tinham sido ou estavam sendo vendidas para outros já médios ou grandes proprietários rurais*”. Mais ainda, que as propriedades vendidas oscilavam entre 32 e 175 ha, o que dá uma média de 95,5 ha, significando que “*são pequenas e médias propriedades que passam a compor as terras de já médios e grandes proprietários rurais*”.

E conclui TREVIZAN (p. 8) que:

O processo de concentração não é o único direcionamento que pode tomar a mudança na estrutura fundiária. A desvalorização e desinteresse pela terra poderiam conduzir a um processo de descentralização da posse. Isto, entretanto, não é o que se está verificando no momento.

5. Cenários e tendências

Uma atenta observação dos dados aponta alguns cenários. Da segunda metade dos anos 90 em diante tem-se o crescente abandono de fazendas e desvalorização das terras. Para este mesmo período tem-se o avanço dos assentamentos na região, ainda em processo atualmente. Verifica-se, no entanto, o processo de descentralização da posse até final da década de 90, quando atinge, na maioria, as médias e grandes propriedades. Porém, em termos de área desapropriada, os resultados ainda são tímidos.

Na década de 2000 o processo anterior estanca, pois embora se mantenha a expansão dos assentamentos, a mesma se fará sobre pequenas e médias propriedades, mantendo intocada a grande propriedade (TABELA 3). O que se depreende do acima exposto é que o processo de descentralização da posse embora tenha avançado em número de assentamentos criados, é insignificante em termos de área desapropriada. Mais ainda quando as desapropriações na década de 2000 recaem sobre os pequenos e médios proprietários. Por outro lado, a venda de pequenas e médias propriedades para grandes e médios proprietários contribui para aumentar o processo de concentração de terras.

Porém, se temos em conta que entre os beneficiados da reforma agrária estão os ex-trabalhadores cacauzeiros, trabalhadores desempregados em geral e pessoas sem perspectivas de vida, o processo de mudança da posse da terra na região permite a democratização do acesso à terra, como espaço social de vida, espaço de moradia e trabalho.

Impõe-se, por último, evitar uma possível aparente idéia de que a reforma agrária está avançando na região cacaueteira, se atentarmos apenas para o total de assentamentos criados, pois a área total dos assentamentos é ínfima se compararmos com a área total da região cacaueteira. Pensamos por reforma agrária, no mínimo, a concretização da democratização do uso da terra, tirando daqueles que não produzem e repassando para aqueles que podem produzir. Nesse sentido, pelas características da lavoura cacaueteira, intensiva em mão-de-obra, a crise atual demonstra que sua viabilidade atualmente é incompatível com a grande propriedade sem que haja aplicação de novas tecnologias, favorecendo a exploração pelos assentamentos por disporem de abundante mão-de-obra.

6. Referências bibliográficas

- BAIARDI, A. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CEPLAC. **Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueteira**. v. 8. Ilhéus, 1975.
- COSTA, G. S. **MLT: o Movimento de Luta pela Terra – um movimento em movimento**. Dissertação de mestrado. UFCG, Campina Grande, 1996.
- DIAS, I. L. **Diferenciação da pequena propriedade familiar da região cacaueteira da Bahia**. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador, 1987.
- IBGE. Censo Agropecuário. Brasília, 1996.
- INCRA. **Estudo propositivo para dinamização econômica do Território Rural do Litoral Sul** (texto digital em arquivo PDF). Ilhéus, 2005.
- _____. **Demonstrativo dos projetos de assentamento da região Sul da Bahia**, 2008.
- LEITE, S. e HEREDIA, B. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: NEAD/EDUNESP, 2004.
- ROCHA, L. B. **A região cacaueteira da Bahia: uma abordagem fenomenológica**. Tese de Doutorado. UFS. Aracajú, 2006.
- TREVIZAN, S. D. P. Mudança na estrutura agrária no Sul da Bahia. **XXXIV CONGRESSO DA SOBER**. Aracajú, 1996.
- _____. Uma relação sociedade-natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no Sul da Bahia, nos anos 90. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. **“Morar e trabalhar”**: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: NEAD/UFRGS/PGDR.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA DO
TRABALHADOR RURAL NO MST**

Fábio Welington Blanc¹

Resumo

A questão central abordada neste artigo está inserida no cenário do projeto popular de Educação do Campo. Trata-se de um estudo realizado sobre as propostas de educação técnico-profissional no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pretendemos analisar os debates, as propostas e as ações educacionais na perspectiva dessa formação e discorrer sobre a concepção de trabalho, sempre em construção, no Projeto Político da Escola Agrícola 25 de Maio, localizada no assentamento Vitória da Conquista, situado no município de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina. Temos como objeto de investigação o projeto de formação do trabalhador, elaborado e colocado em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Como centro da investigação, este estudo busca desvelar de que maneira a formação de técnico em agroecologia pode ajudar o trabalhador rural e sua família a construir alternativas que favoreçam a sua permanência na terra e contribuir para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento agrícola de modelo camponês demandado pelo MST. Desta forma, analisaremos as estratégias ligadas aos assentados da região e a formação para a produção agroecológica, que favorece além da sustentabilidade ambiental, a saúde, e a diminuição dos custos do trabalhador do campo. Por fim, procuramos compreender a essência da formação defendida pelo Movimento, com base nos documentos referentes à criação da escola e do curso técnico, e entrevistas realizadas com educadores, estudantes e os trabalhadores Sem Terra do assentamento Vitória da Conquista, também na observação do cotidiano das vivências que fazem parte do processo de formação do Movimento.

Palavras-chave: Educação do Campo - MST - Formação Técnica

O agravamento da conjuntura sócio-econômica do país nos últimos anos se reflete imediatamente no aumento das taxas de desemprego. Este fato tem contribuído decisivamente para aumentar o contingente de famílias que se alistam nas mobilizações de massa do MST, na esperança de conquistar um pedaço de terra a fim de garantir sua subsistência. Por esse motivo, nas fileiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é cada vez maior o número de famílias que procuram no campo seu espaço de esperança, e ter um lugar para viver. É também muito comum no MST a participação de famílias que nasceram e se criaram em cidades e que sempre exerceram atividades urbanas.

¹ Formado em Biologia (UNIG, 2001) e Geografia (UERJ 2007). Este texto é fruto de pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, na linha de pesquisa Educação e Cultura. Cuja dissertação passou pela qualificação e será defendida neste ano de 2008.

O Movimento vem crescendo não só em número de participantes como também no grau de importância social em todo território. O MST apresenta uma grande diversidade de reivindicações em suas assembleias. Nelas são discutidas várias questões, como: a concentração de terra, de renda, o sistema capitalista de mercado e as privatizações. São várias as questões abordadas nos debates. Nesse palco de discussões, são apontadas alternativas sócio-políticas em direção à uma sociedade democrática.

Desta forma, o MST está se transformando em uma mobilização social que envolve mais do que a luta pela terra ou a Reforma Agrária propriamente dita. Essas questões estão diretamente ligadas ao desemprego e à precária condição social de grande parcela da população nacional.

A ação do MST com seu crescimento quantitativo e organizacional vem adotando uma postura mais ousada na luta pela terra, a fim de pressionar as autoridades e discutir a questão social de forma mais ampla e urgente. Este torna-se um dos debates mais polêmicos da atualidade brasileira, onde se percebe que os posicionamentos políticos vão se radicalizando cada vez com mais intensidade, exigindo uma reflexão de toda a sociedade sobre a Questão Agrária. Nesse sentido, a Educação do Campo se faz presente por chamar ao debate toda a sociedade, a fim de desvelar a realidade da principal necessidade da população rural “*terra, trabalho e pão*”. Aliada à questão da concentração de terras a partir da grilagem das mesmas e à implantação efetiva da Revolução Verde, abrindo caminho para a agro-industrialização. Em grande parte, criando-se objetivamente as condições que impulsionaram, através da resistência camponesa, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no ano de 1984.

O MST define os sem terra como força de trabalho rural dilapidada pelo subemprego e o desemprego ocultos (MST, 2007). Segundo essa definição, o conceito de sem terra abrange os pequenos proprietários e posseiros com menos de cinco hectares, os pequenos parceiros e rendeiros, os assalariados rurais que desejam trabalhar em terras próprias e os filhos adultos dos agricultores familiares na iminência de expulsão do campo por falta de terras.

Assim, o MST traz à tona toda a discussão, e vem questionando o pacto feito entre as elites agrárias, desde a formação do Brasil. Entretanto, muitos políticos ligados ao agronegócio, jornalistas e empresários agrícolas, vêm constantemente com o apoio da mídia, “criminalizando” a Questão Agrária e marginalizando as lideranças do Movimento.

A luta do MST continua por uma Reforma Agrária, que não é a simples distribuição de terras, ou a “pulverização da terra” como dizem os ruralistas. Em síntese, desejam a modificação da estrutura das políticas públicas no campo, na qual ainda persiste o poder dos latifundiários. Para alcançar tais objetivos, a organização do Movimento criou em sua

estrutura seu setor de educação, que desenvolve uma concepção mais ampla de luta pela terra, deixando clara a necessidade da luta por dignidade e cidadania para os trabalhadores rurais Sem Terra. Para isso, inclui-se também o direito à Educação no Campo.

Neste ano de 2008, ao completar 23 anos, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os trabalhadores do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Tendo suas ações realizadas em 24 estados, suas lutas não são unicamente por Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, *baseado na justiça social, na soberania popular e na dignidade humana* (MST, 2008). Um movimento formado por gente militante e comprometida com a luta pela terra.

Com raiz nas idéias de classe, seus integrantes têm sido alvo de assassinatos e prisões. Contudo, resistem e mostram a todos os brasileiros que é possível resistir ao imperialismo, e prova que os trabalhadores quando unidos e armados com os ideais de liberdade e dignidade humana, independente dos interesses do grande capital, podem transformar a sociedade.

No setor de educação o MST tem demonstrado um perfil dinâmico. Nos acampamentos e assentamentos tem sido desenvolvida uma práxis (teoria e ação) pedagógica. A formação de trabalhadores a nível técnico e superior vem ajudando a desconstruir a idéia de trabalhador desqualificado no campo. Por meio dessas práticas positivas de criação de perspectivas, o MST vem dando a noção de cidadania atuante que não aceita a exclusão e a expropriação de terras, de trabalho e educação.

Em entrevista feita pelo geógrafo Bernardo Mançano sobre a educação no MST, João Pedro Stédile comenta que o MST luta por Reforma Agrária e de igual modo pelo setor de educação, tendo propostas para a área de educação no meio rural. Sobre o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária disse:

Um salto de qualidade. Primeiro, porque foi reflexo de todo o processo de construção que, costumeiramente, acontece no MST. É a forma como vamos construindo a nossa estrutura orgânica. Nesse período, como é normal dentro do movimento, tudo depende de um processo de construção. Assim o Setor de educação também obedece a esse processo. (1999 p. 73).

Estudando a história do MST é possível perceber que em sua trajetória o Movimento iniciou uma verdadeira “ocupação da escola”. Os Sem Terra mobilizam-se pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido na vida presente e futura, seja nos assentamentos já conquistados, seja nos acampamentos. O MST resolve assumir a tarefa de organizar e articular uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar professores integrados com essa perspectiva. A criação

do Setor de Educação dentro do MST aconteceu em 1987 formalizando esse direcionamento. E a partir de sua atuação o próprio conceito de escola aos poucos vai sendo ampliado.

No início a luta era por escolas de ensino fundamental. Atualmente, a luta e a reflexão pedagógica do MST se estendem da educação infantil à Universidade, passando pelo desafio principal de alfabetização dos jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos, combinando processos de escolarização e de formação de militância. A escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias, compreendendo que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram percebendo que as escolas rurais não têm lugar para os *sujeitos sociais sem-terra*, porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar.

Foi percebendo esta realidade que o MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola, uma escola pela qual efetivamente vale a pena lutar, sendo capaz de ajudar o conjunto dos trabalhadores do campo.

Nessa trajetória de formulação educacional no MST, os fatos de maior densidade pedagógica segundo Roseli Caldart, foram as discussões da I Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo, em Luziânia - GO no ano de 1998, sendo apontada a partir das idéias refletidas no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – ENERA, ocorrido em 1997. Essa discussão sobre a educação básica do campo faz parte dos debates acerca da educação no MST e da opção de participar da construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. O processo desencadeado por esse encontro nos estados culminou com a criação do PRONERA em 1998.

Os movimentos sociais do campo marcaram sua participação na construção da proposta do PRONERA. Os objetivos, os princípios básicos e os pressupostos teóricometodológicos partiram dos debates realizados em diversos eventos ocorridos na Universidade de Brasília, e que contaram com a participação dos integrantes do Setor Nacional de Educação do MST e de membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG).

Com o início das propostas de Educação do Campo houve uma articulação política entre organizações e entidades para o desenvolvimento das propostas de educação no campo e lutas por políticas públicas da educação do campo, incentivando a mobilização popular à reivindicar por um projeto de desenvolvimento agrário voltado para essa classe trabalhadora.

A relação do MST com a educação é uma relação de origem. Readquirindo o entendimento de educação como formação humana, “a transformação dos ‘desgarrados da terra’ e dos ‘pobres de tudo’ em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É

também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade”.(CALDART, 2004, p.96).

Toda esta associação de saberes vem sendo aos poucos ampliada com os novos saberes adquiridos em palestras, reuniões e cursos. Os conteúdos gerais são significativos para a elaboração de uma visão ampla do território nacional e da realidade global.

O Movimento acredita que só dessa maneira, construindo espaços de autoformação, o povo poderá formular um projeto de educação que pensa um Brasil livre dos tentáculos do capital internacional (MST, 2007).

Existe um jeito de olhar para o MST em sua trajetória de lutas e trocas de saberes, que em nossa visão, é o que os mantêm juntos num ideal comum. Como disse Paulo Freire “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (2006, p.23). Por isso, há necessidade de enxergá-los nas suas preocupações com a educação. Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação da identidade Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST.

Participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação mais significativo do ponto de vista social e político por ser movido por uma luta social centrada em questões vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho e identidade.

Durante toda história do Brasil o progresso teve seu foco no urbano, no homem da cidade. O camponês era relegado ao abandono, tendo até os dias de hoje somente quatro anos da educação básica. Posto à margem, sem direitos, está o homem comum, irremediavelmente afastado de qualquer experiência de autogoverno, de dialogação. “Constantemente submetido. Capaz, na verdade, de algazarra, que é a voz dos que se tornam ‘mudos’ na constituição e crescimento de suas comunidades, quando ensaiam qualquer reação”.(FREIRE, 1983, p.76). Portanto há necessidade de se pensar uma Educação do Campo, desobediente do modelo urbanocêntrico, e alinhada com as heranças, memórias, resistências das lutas pela terra, e com a realidade sociocultural do homem do campo.

Tal cultura vai sendo reconhecida e desfeita a partir do diálogo entre educador e trabalhador rural, reconhecendo as esparrelas montadas para lhes amarrar numa realidade que pode ser desfeita e transformada partindo de uma ação cultural para a liberdade. Como nos círculos de cultura propostos pelo professor Paulo Freire, que desenvolveu uma outra forma pedagógica, avessa à simples repetição de sílabas e palavras entranhas ao cotidiano do educando. “O educar participativo, reflexivo e crítico, do ato de se reconhecer participante do mundo, cidadão de visão ampliada”. (FREIRE, 2006)

O MST apresenta o trabalho como um processo educativo. Este projeto baseia-se na premissa da íntima relação entre trabalho e escola no meio rural, ou seja, na realidade vivida. Essas análises marcaram as discussões acerca de qual escola interessa aos trabalhadores rurais.

Situar o processo educativo no trabalho é um importante passo para a superação do ensino tradicional, principalmente para o trabalhador do campo onde a escola já é vista como um espaço de trabalho. Nesse processo, as famílias rurais refletem sobre a interferência e a importância do saber científico no seu cotidiano, evidenciando que seu conhecimento prático busca fundamento nas pesquisas mais atualizadas em relação ao trabalho no campo.

A trajetória do MST vem sendo moldada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os sem terra se aprofundam na organização coletiva, passam a viver experiências de formação humana encarnadas neste Movimento. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade sem terra que lhe corresponde, e está se transformando e se reeducando como ser humano.

A proposta educativa do MST não pode ser considerada 'fechada', pois está em constante processo de reelaboração e readaptação diante das diferentes realidades geográficas, políticas, sociais, econômicas ou culturais. A proposta educacional do MST, respeitando a dinâmica própria de cada assentamento, apresenta diretrizes que promovem a unidade de princípios pedagógicos, mas leva em conta a realidade social vivida pelo assentado. (MENEZES NETO, 2003, p.97).

Neste processo, o MST constitui como princípio a formação dos sem terra. Construindo um Movimento que produz e reproduz sua própria identidade e sua formação humana e histórica. O desenvolvimento de uma consciência crítica amplia a percepção do indivíduo sobre si e seu espaço, tendo como indicadores: abertura ao diálogo, agilidade mental e independência para não se deixar manipular, flexibilidade para revisar as próprias idéias e mudar de posições, a capacidade de identificar propagandas ideológicas. Porém não basta ter conhecimento, deve ocorrer um salto para o nível ético, pois se conscientizando terá que agir para transformar a realidade.

O modelo econômico capitalista é por si mesmo, contraditório, ele se faz e refaz, modificando-se a fim de se manter como pensamento hegemônico na sociedade de mercado. A globalização como resultado da atual face do capitalismo tende à universalização de sua ideologia, com isso cria a idéia de um mundo informacional, onde "todos" poderiam desfrutar da informação e comunicação. O consumo de informação não chega à mesma medida a toda

população, ela é segregada, fragmentada, carregada de ideologias que mantêm a massa comportada.

Para se contrapor a esse modelo, o MST entende que a escola é o lugar de transformação social, lá mora a resistência, onde a cultura popular é aprendida, ensinada e fortalecida. Uma escola do campo, no campo e para o campo, participativa com a comunidade, a família e a cultura letrada, buscando uma equalização dos saberes popular e científico. Buscando desmascarar a cultura do silêncio denunciada por Paulo Freire, deixando a percepção de que não basta informar, o dever da escola do campo é formar cidadão crítico para uma democracia participativa e assim se mostrar atuante no cenário político.

A luta por escola nos acampamentos e assentamentos rurais, fruto da luta política do MST por uma educação no campo para o campo, teve início em 1985 no primeiro assentamento do MST na Fazenda Anonni – RS, onde se formou a consciência da amplitude do processo social que está sendo desencadeado pelo Movimento. A luta não é só por terra, mas também por mudar o modelo de produção, sua comercialização e administração, a fim de projetar um outro tipo de organização da sociedade. Com isso abre-se espaço para discutir mais profundamente a questão da educação, pois ela passa a ser considerada como um avanço fundamental da luta.

A proposta de educação do MST deixa clara a necessidade de se formar pessoas engajadas com a transformação social combinando com a militância política das lutas populares, sendo capaz de agir com autonomia a fim de ser um instrumento de continuidade da luta contra o latifúndio e por uma educação da população no campo.

O MST desenvolveu um conjunto de princípios pedagógicos que se mostram presentes de forma constante na trajetória do Movimento, valorizando conceitos como: organização, cooperação, trabalho, produção agropecuária, e cultura. Tais palavras, geradoras de debates, críticas e reflexões, constituem-se como raízes pedagógicas das práticas de construção do Movimento.

O MST, como movimento social atuante no campo e na cidade, possui em suas ações centrais uma organização de base que visa organizar os trabalhadores rurais a partir de acampamentos, marchas, ocupações e outras formas de luta política, especialmente do setor de educação, que demonstra uma vertente de esperança. Por outro lado “A resistência de muitos sem-terra à escola, antes de ser uma desvalorização da educação, sempre foi uma reação ao tipo de escola que conheciam e que realmente não tem nada a ver com a dinâmica em que estão inseridos” (CALDART, 1990, p.18). A diferença começa nos objetivos dessa educação proposta, que deve ajudar no avanço da luta.

Podemos defender que a Educação do Campo foi pensada no contexto de situações particulares ao campo e a situação social das famílias trabalhadoras: o aumento da pobreza, o aumento da desigualdade social, a violência provocada pela implantação do modelo capitalista de produção agrícola. Diante disso, a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e à escola para as famílias e para os trabalhadores do campo, o abandono de projetos públicos que desenvolvam experiências educativas que expressavam a resistência cultural e luta política por educação da população do campo, fazem parte das diferentes tentativas de sua destruição.

Podemos dizer que se trata de um diálogo que ao mesmo tempo será formulação de suas concepções e de seus desdobramentos práticos. A Educação do Campo está ajudando a construir, um novo perfil para a área de educação que tenha como referências o campo e as lutas sociais. E a permanente luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação.

O MST propõe um projeto político para a Educação do Campo que desenvolve a possibilidade efetiva dos trabalhadores do campo em conquistar o seu próprio projeto de educação, ao aprenderem a pensar o trabalho no campo, o lugar, seu espaço concebido, e sua educação como ferramenta de luta.

O trabalho e a cultura são produções basicamente coletivas e não individuais. Esta concepção faz muita diferença na forma de se praticar o ensino, e por isso deve ser uma preocupação específica na formação dos professores da Escola do Campo. Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distintos do mundo urbano, e que incluem diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o lugar, e o meio ambiente, como também de vivência e de organização familiar, e na educação. Portanto, são necessárias políticas públicas específicas para essa população do Brasil.

Assim, partindo da observação de que, mesmo com as limitações estruturais, existem brechas que podem e estão sendo exploradas na gestão local do desenvolvimento socioeconômico no campo, torna-se necessário investigar como os fatores locais podem ser potencializados. Para suplantarmos a desigualdade socio-espacial, os Movimentos Sociais atuantes no campo, lutam pela implementação de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade desses indivíduos.

A escola do MST vem contribuindo para a construção da Educação do Campo, unindo a luta social pela Reforma Agrária e dignidade ao trabalhador do campo. É uma escola pública onde toda a comunidade participa de sua gestão. Seguindo uma trajetória de luta e organização, construindo uma nova concepção de educação. Buscando com isso o processo de

formação humana vivenciado pela coletividade, pensando a educação centrada no desenvolvimento humano, preocupada com a formação e transformação social. Na concepção do próprio movimento, as escolas devem fortalecer outras formas de desenvolvimento do campo.

Ao compartilhar reflexões acerca da Questão Agrária e às propostas de educação no campo elaboradas e realizadas pelo MST, que descreve a forma com que os assentados de Reforma Agrária ligados ao MST desenvolvem técnicas alternativas de produção, visando superar as dificuldades encontradas na produção agrícola em uma sociedade capitalista, onde no campo está imposta a lógica do agronegócio.

Desta forma, procuramos refletir sobre a formação do curso técnico em agropecuária oferecido na Escola Agrícola 25 de Maio, apontando principalmente os reflexos que a formação se dá como mais uma ferramenta no processo de luta e resistência de fixação do homem no campo, e essa relação com a proposta de desenvolvimento camponês do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

É interessante lembrar que a proposta de formação técnica oferecida pela Escola Agrícola 25 de Maio não é a mesma do movimento que identificamos como “ruralismo pedagógico”, que com a modernização agrícola e a transformação tecnológica no espaço rural crescente dos produtores ligados às agroindústrias, foram condicionando para que o capital agroindustrial necessitasse de um profissional inserido nessa lógica vinda com a Revolução Verde. Nesse sentido, este técnico em agropecuária passou a ser exigido pelas agroindústrias por ser um agente de difusão deste modelo agrícola.

Este profissional trabalha com a concepção de modernização tecnológica na agricultura, que tem como pressuposto a utilização de agroquímicos, ou seja, agrotóxicos, substituindo os insumos tradicionais, transformando o pequeno produtor em consumidor dependente desse novo modelo. Fazendo surgir a produção agrícola tecnificada e integrada diretamente ao capital agroindustrial, e a exaltação ao modelo agroexportador.

Com isso, o pequeno produtor foi tornando-se altamente dependente do capital agroindustrial, que gerou a industrialização do campo, surgindo os complexos agroindustriais. Com a “urbanização” dos espaços rurais houve um intenso descrédito com a educação no campo e os cursos de formação técnica existentes, que em sua larga maioria são profundamente ligados à formação para o mercado agroindustrial.

Para subverter essa ordem hegemônica, atender a necessidade de técnicas alternativas na agropecuária dos assentados da região meio-oeste de Santa Catarina e iniciar uma das

ferramentas de resistência indicada pelo Movimento, foi criada a Escola Agrícola 25 de Maio, e mais especificamente seu curso técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia.

Este curso é um projeto e realidade de formação profissional agrícola que prioriza a coletividade, a autonomia e a emancipação camponesa do modelo agroindustrial instalado no campo brasileiro. E aponta além da agroecologia, o sistema de cooperativas de produção, pois constituem-se na formas adotadas pelo MST, como uma via de fortalecimento e coesão dos assentados, em termos produtivos, econômicos, sociais e políticos, visando manter o trabalho em coletividade e solidariedade na produção agrícola e ligado aos projetos do Movimento.

O espaço, à medida que ganha familiaridade, que surge com o cotidiano desenvolvendo a “*cultura de vizinhança*” sendo cada vez mais conhecido, definido e resignificado pela população, transforma-se em lugar, espaço concebido, onde estes se sentem seguros e à vontade, emergindo assim experiências do dia-a-dia, do trabalho, educação, formação e sobrevivência. Lugar cuja concepção depende não simplesmente da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, onde a convivência entre eles deriva da proximidade dos ideais de luta e resistência e com a necessidade de cooperação.

A Escola Agrícola 25 de Maio foi oficializada por iniciativa da comunidade assentada, recebendo poucas considerações da esfera do poder local e do Estado. Oferece à comunidade assentada educação integral e profissionalizante, buscando a auto-sustentabilidade dos assentamentos por meio da produção agrícola agroecológica desde a implantação do curso técnico em agroecologia.

No curso Técnico em Agroecologia inscrevem-se estudantes assentados e acampados, militantes ou não, de diversos municípios do estado de Santa Catarina. Todas as ações ligadas à questão agrícola, realizadas nesta escola, estão firmemente baseadas nos princípios da agroecologia. É um laboratório de recepção, experimentação e divulgação de experiências socioeconômicas favoráveis à permanência do trabalhador rural na terra.

Neste sentido, existe a possibilidade real de examinar, testar, e construir conhecimentos nesta área muito difundida no cenário internacional. No entanto, há pouca prática e muito discurso, que aliados à burocracia, tornam-se quase que impraticáveis na conjuntura agrícola brasileira, dependendo de uma ampla transformação na realidade atual do campo.

O curso tem seu foco na produção agroecológica, entendendo que o modelo tradicional de produção está esgotado. Embora tenha aumentado a produção de algumas culturas, o padrão moderno vem acarretando deteriorações ambientais, culturais e

socioeconômicas do espaço rural. Nos últimos anos, o modelo de produção tradicional tem sido responsável pela concentração de renda, desenvolvimento e ampliação de tecnologias baseadas na utilização de insumos que demandam altos investimentos e desestruturação das pequenas propriedades familiares de produção que levaram e, ainda hoje levam milhares de famílias a abandonar suas comunidades rumo às cidades.

A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico local está diretamente associada à continuidade do processo de expansão da Educação do Campo. Essa relação se estabelece a partir de duas vias de transmissão. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade das propriedades, contribuindo para o crescimento econômico e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior mobilidade social, na medida em que há uma mudança de condição de simples reprodutor de técnicas tradicionais de produção à agenciador de alternativas agroecológicas de produção.

Na formação agroecológica, nas práticas produtivas, nas cooperativas, e nos laços de sociabilidade e solidariedade destas localidades, apresentamos um ponto muito importante: o sentimento de uma consciência da construção por eles mesmos do espaço vivido, concebido, o lugar. Logo, se refere à reflexão da relação que os indivíduos têm com o mundo. “O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história...” (SANTOS, 1988, p.35).

Contudo, o mais importante desse trabalho é a relação que a Educação do Campo proposta pelo MST tem com o local do assentamento, transformando-o e sendo transformado enquanto movimento social. Deste modo, indicaremos que a Educação do Campo proposta pelo MST é a chave para essa interpretação, pois une os Sem Terra pela causa agrária e pela dignidade humana, e dá bases para que o trabalhador rural permaneça na terra quando assentado.

1. Referências bibliográficas

CALDART, Roseli S. Por uma educação no campo. Petrópolis, Editora vozes, 2004

_____. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004

_____. Dossiê MST Escola: Documentos e estudos 1990-2001. ITERRA, 2005

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000

_____. Formação e territorialização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2006

_____. Educação com prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1983

GUTERRES, Ivani. Agroecologia Militante. São Paulo: Expressão Popular, 2006

MARTINS, José de Sousa. Os camponeses e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

MENEZES NETO, Antonio Julio de. Além da terra, cooperativismo e trabalho na educação do MST, Rio de Janeiro: Quartet, 2003

MOHR, Matheus Fernando. Agroecologia e Territorialidade do MST: Espacialização da Resistência e da Luta Social no Território da Escola Agrícola “25 De Maio”. Monografia, Brasília, UNB, 2005

MOHR, Naira Estela Roesler. Formação Para o Trabalho no Contexto do MST. Dissertação, Florianópolis, UFSC, 2006.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp, 2007

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**A GEOGRAFIA DA REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA DE
MERCADO NO NORDESTE BRASILEIRO (1998 – 2006)**

Eraldo da Silva Ramos Filho¹

Resumo

Nos últimos anos, as modalidades de assentamentos de reforma agrária foram diversificadas tendo em vista diferentes fatores dentre eles o reconhecimento, por parte do governo, da diversidade e pluralidade de espaços geográficos e grupos camponeses demandantes por terra. Por outro lado, a introdução das políticas agrárias neoliberais também vem interferindo na tipologia de assentamentos implantados. Neste caso, vale ressaltar a difusão da concepção do desenvolvimento territorial sustentável e a difusão de ações voltadas à redução da pobreza rural - embora, nunca se fale no seu extermínio - diretamente influenciada pelas diretrizes agrárias do Banco Mundial (BM) para os países pobres. Portanto, busco neste artigo contribuir com a (1) compreensão do processo de territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado no Nordeste; (2) analisar a premissa dos gestores públicos e sindicalistas rurais que a RAM é apenas instrumento complementar à reforma agrária; (3) discutir a validade da argumentação dos latifundiários e agronegociantes que a RAM cumpre um papel de pacificar o campo, já que existem créditos.

Palavras-chave: Territorialização; Reforma Agrária; Crédito Fundiário

1. Apresentação

Nos últimos anos, as modalidades de assentamentos de reforma agrária foram diversificadas tendo em vista diferentes fatores dentre eles o reconhecimento, por parte do governo, da diversidade e pluralidade de espaços geográficos e grupos camponeses demandantes por terra (ROCHA; FERNANDES, 2007). Por outro lado, a introdução das políticas agrárias neoliberais também vem interferindo na tipologia de assentamentos implantados. Neste caso, vale ressaltar a difusão da concepção do desenvolvimento territorial sustentável e a difusão de ações voltadas à redução da pobreza rural - embora, nunca se fale no seu extermínio – diretamente influenciada pelas diretrizes agrárias do Banco Mundial (BM) para os países pobres.

¹ Professor Assistente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. E-mail: eramosfilho@gmail.com.

Neste bojo, foi introduzido no Brasil um mecanismo de ação fundiária, patrocinado pelo Banco e voltado a financiar a compra de terras por camponeses pobres. Com isto criou-se uma modalidade de acesso a terra popularizada como reforma agrária de mercado (RAM). Desde sua criação no Ceará, em 1997, esta modalidade amplia gradativamente o número de famílias atingidas, as linhas de financiamento e a escala de atuação. Muita controvérsia existe em torno deste mecanismo, gerando uma problemática relacional na qual o embate dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Brasil, busca eliminar este mecanismo tendo em vista os impactos negativos, enquanto que os governos federal e os estaduais conveniados buscam legitimar expandir o montante de empreendimentos.

Portanto, busco neste artigo contribuir com a (1) compreensão do processo de territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado na região nordeste; (2) analisar a premissa dos gestores públicos e sindicalistas rurais de que a RAM é um apenas um instrumento complementar à reforma agrária; (3) e discutir se a argumentação dos latifundiários e agronegociantes de que a RAM cumpre um papel de pacificar o campo em face da disponibilidade de créditos fundiários e funcionamento do mercado de terras é válida.

Nessa perspectiva, o presente artigo está estruturado em cinco seções. Na primeira apresento os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do texto. Na segunda seção discuto teoricamente o processo de territorialização da reforma agrária e demonstro empiricamente este processo na região Nordeste. Em seguida, realizo o mesmo para a reforma agrária de mercado. Na quarta parte discuto a lugar de cada mecanismo de acesso a terra na região e em seguida remeto o leitor às considerações finais.

2. A territorialização da reforma agrária na região Nordeste

Antes de tudo tem-se o espaço físico-material e seu conjunto de complexos naturais. Com o desenvolvimento da história, as relações sociais se materializam, e a partir destas uma gradativa alteração neste espaço inicial, com a mediação do trabalho. Neste movimento de alteração cotidiana da natureza, a partir das relações entre os homens e a natureza e entre os homens, que estes últimos alteram-se a si próprios. Ocorre, então, uma tendência irreversível, e cada vez mais complexa, de tecnificação da realidade. De modo que, o espaço geográfico para Santos (2004, p. 63) “é formado por conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Fernandes (2005) enfatiza, que do processo dialético de construção do espaço geográfico, decorre a

construção de um conjunto de outros espaços materiais e imateriais que também são dimensões da realidade, a exemplo do espaço político, espaço econômico, espaço social, espaço natural, espaço cultural, ciberespaços, etc.

As relações sociais são carregadas de intencionalidades que se expressam nos objetivos, crenças, pontos de vista e ações de indivíduos, grupos, classes, povos, nações. Geralmente por meio destas realizam-se a materialização dos indivíduos no espaço. Para tanto, promovem uma fragmentação do espaço mediante sua apropriação/dominação por uma dada relação social que pode ser material ou imaterial. A fragmentação do espaço geográfico é determinada por uma forma de poder que impõe, a uma dada coletividade, visão, crença, objetivo, ações do grupo mais forte em dado momento histórico. Este movimento de exercício do poder para controle de um dado fragmento espacial desemboca em conflitos e cria o território. Neste raciocínio, o território é uma concessão para aqueles que nele podem entrar e uma confrontação para os que ficam de fora.

Territórios são construídos, desconstruídos e reconstruídos em escalas temporais e espaciais distintas, que podem alcançar séculos, décadas, anos, meses, dias e até mesmo temporalidades menores. Suas escalas abrangem continentes, países, estados, ruas, um lote agrícola ou unidades espaciais menores. Sua existência pode assumir caráter permanente ou periódico. Ao processo de construção dos territórios se denomina territorialização e este é acompanhado de outros dois processos contraditórios e complementares: a desterritorialização e a reterritorialização. Ou seja, quando um determinado sujeito se territorializa promove a desterritorialização do outro que, obrigatoriamente se reterritorializará em outro espaço. Os objetivos da territorialização podem variar ao longo do tempo e do espaço. Para isso, deve-se levar em conta a intencionalidade do(s) sujeito(s) que o criou.

Neste marco teórico pode-se considerar as políticas públicas como territórios pois apesar de serem de competência do Estado, a sua formulação e implementação depende do jogo de interesses, da correlação de forças estabelecida entre os movimentos sociais, o capital e o mercado. O sujeito que apresentar maior força política em dado momento histórico determina a elaboração da política pública. Todavia, muitas vezes, para garantir que a política elaborada seja implementada nos moldes do segmento social que a idealizou é preciso uma intensificação do exercício de poder, em particular quando se trata de programas emanados das classes populares.

No caso brasileiro, as elites, em diferentes momentos, negaram a necessidade da realização de uma política de reforma agrária ou simplesmente não permitiram que tais políticas fossem implementadas. Nos últimos vinte anos os governos têm sofrido uma

crescente pressão dos movimentos camponeses, pela realização de um programa de reforma agrária e garantia de um conjunto de políticas sociais e agrícolas à população do campo. São variadas as formas de luta e ações de resistência dos trabalhadores contra os processos de expropriação e exclusão que perpassam: o trabalho de base, a ocupação de terras, o enfrentamento com os latifundiários, a construção de acampamentos, a realização de marchas, as negociações com o governo, ocupação de prédios públicos, a conquista de assentamentos, a reivindicação de políticas agrícolas, a implantação de escolas e de outros recursos básicos.

Uma referência de leitura geográfica sobre esse processo foi realizada por Fernandes (1996) ao demonstrar que a luta pela terra e pela reforma agrária se realiza mediante dois processos geográficos complementares: a espacialização e a territorialização da luta pela terra. A luta pela terra constrói cotidianamente um espaço de socialização política multidimensionado. O espaço comunicativo constitui a primeira dimensão. Ele caracteriza-se pela apresentação, pelo reconhecimento da(s) entidade(s) mais engajada(s) na luta, pelo auto reconhecimento, bem como pela definição dos objetivos. A segunda dimensão é o espaço interativo, no qual, as famílias, a partir do resgate e troca de suas experiências vividas, constroem uma identidade política, fazem articulações, relações e alianças. Por fim o espaço de luta e resistência seria a terceira dimensão, identificada pelo autor como o acampamento em si, onde os trabalhadores partem diretamente para o conflito contra o latifundiário e o Estado.

A ocupação é o ato de cortar a cerca é adentrar as terras do latifúndio. Quando as famílias decidem permanecer na terra e constroem seus barracos, cortam a terra e iniciam a produção; o espaço se converte em um acampamento. É a construção e resistência deste território efêmero (RAMOS FILHO, 2002), articulado com um conjunto de alianças políticas, mobilizações na(s) cidade(s) (marchas, caminhadas, ocupação de prédios públicos, etc.) que tem gerado a pressão necessária para a conquista da maioria dos assentamentos de reforma agrária criados nas últimas décadas no país.

Por sua vez, a territorialização da RA é compreendida como a conquista de frações do território do capital pelas organizações camponesas. A implantação de assentamentos se mantém a reboque da ação dos movimentos e apresenta um conjunto de incompletudes (desde a implantação da infra-estrutura até a garantia de políticas sociais e agrícolas permanentes e com qualidade). Neste contexto, essa fração do território do capital conquistada na luta política assume a condição de trunfo na luta pela terra e na conquista das políticas e programas que viabilizem a permanência no campo e o avanço da reforma agrária.

A região Nordeste como parte do conjunto federativo brasileiro reflete esse

raciocínio no tocante aos processos de criação e recriação do campesinato por meio da reforma agrária. Entre os anos 2000 e 2006, atuaram na luta pela terra 22 movimentos socioterritoriais, praticando diferentes metodologias de ação e orientações políticas. (Quadro 1) Dentre os quais, destaca-se o MST por: ser o único que mantém atuação em todos os estados da região, responder pela quase da totalidade das ocupações de terras, dispor do maior quantitativo de famílias articuladas neste ato de luta de por direitos. Em seguida, destaca-se a CONTAG com segunda maior base e número de ocupações de terras. (DATALUTA, 2006; SILVA e FERNANDES, 2007) Entre 1998 e 2006 foram realizadas 1.982 ocupações de terras envolvendo 269.108 famílias, montante que expressa apenas uma parte do campesinato demandante por terras. Destas, foram conquistados 2.357 assentamentos, beneficiando 164.009 famílias e incorporando 5.005.649 hectares.

Ao analisar a Figura 1 abaixo, podemos constatar que a luta pela terra é uma constante na região, embora apresente uma tendência de forte declino entre 1998 e 2002, em virtude dos efeitos punitivos da Medida Provisória das Ocupações². Acompanhando a curva descendente das ocupações está o comportamento das famílias em assentamento de reforma agrária. Comprovando empiricamente a premissa de que as ocupações realizam a pressão política necessária para desencadear de ações do Estado para a realização da reforma agrária.

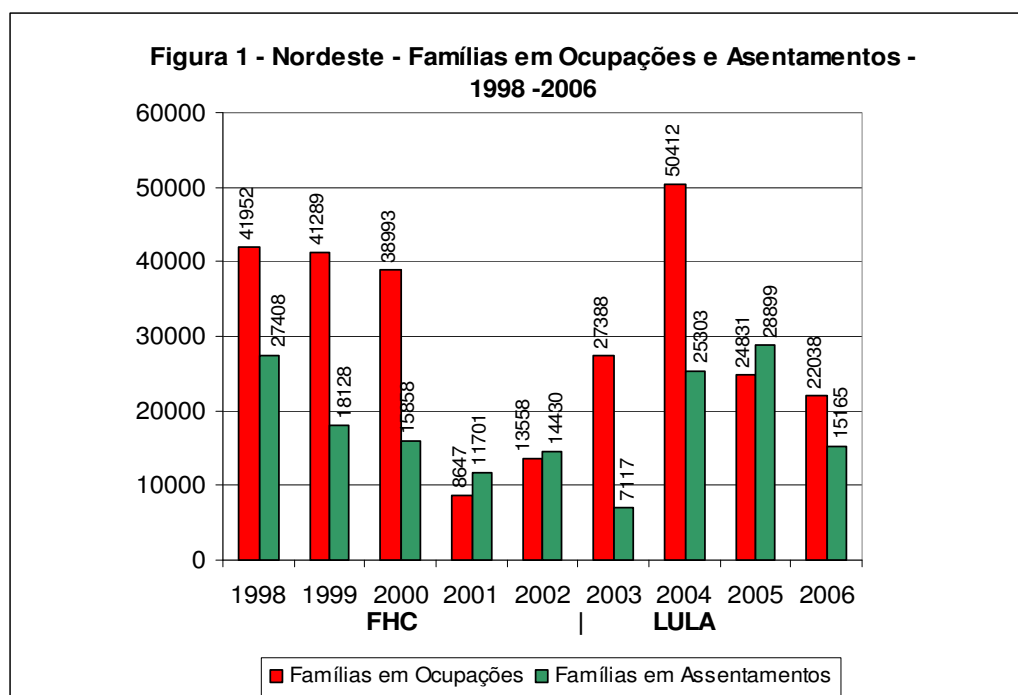
Quadro 1 Nordeste – Movimentos socioterritoriais que atuam no campo – 2000 - 2006

Sigla	Nome do Movimento	UF
ACRQBC	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas	PE
CETA	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados	BA
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	BA, MA, PE, PI, RN
COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta Pela Terra	BA
CPT	Comissão Pastoral da Terra	AL, PE
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar	PI, PE
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, PE, RN
MLT	Movimento de Luta Pela Terra	BA
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	PE
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
MT	Movimento dos Trabalhadores	AL, PE
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil	PE
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	PE

² Medida Provisória nº 2.183-56 de 2001, conhecida como “MP das Ocupações” impediu a vistoria e desapropriação dos imóveis ocupados e excluía da reforma agrária as pessoas envolvidas em ocupações de terras.

MTD –	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA
MTL	Movimento Terra Trabalho E Liberdade	AL, BA, PB, PE
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	PE
OLC	Organização dos Trabalhadores no Campo	CE
RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia	BA
Sem Sigla	Qulombolas	PE
Sem Sigla	Via Campesina	PI
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	RN
UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco	PE

Fonte: DATALUTA, 2006



Fonte: DATALUTA, 2006.

A partir de 2003, com a eleição e posse na Presidência da República do presidente Luís Inácio *Lula* da Silva, primeiro presidente advindo da classe trabalhadora, a referida Medida Provisória apesar de não ter sido revogada, não foi utilizada como instrumento de coação dos movimentos sociais e adotou-se uma postura de interlocução com os principais segmentos da luta política camponesa. Nesta conjuntura, os movimentos camponeses retomaram as ocupações, embora com metodologia diferenciada, ou seja, não entrando nos limites do latifúndio e realizando o enfrentamento desde a cerca do imóvel em litígio. No primeiro ano do governo Lula as ocupações de terras foram retomadas. Contudo, o número de famílias assentadas resultou irrisório. No ano seguinte (2004), diante da publicação do II Plano Nacional de Reforma Agrária os movimentos camponeses intensificaram as ocupações a fim de criar a pressão necessária para o cumprimento das metas estabelecidas no II PNRA.

No final do mandato (2006), ocorreu uma redução das famílias em ocupações, não efetivamente por ampliação do número de famílias assentadas mas, sobretudo, por conta da conjuntura política eleitoral, na qual Lula foi candidato a reeleição com apoio dos movimentos camponeses, assim como a difusão do projeto de expansão dos canaviais para produção de Etanol que reativou a produção agrícola em muitos latifúndios.

Realizando um balanço dos 9 anos representados no gráfico, verifica-se que nos 5 anos do ex-presidente FHC 144.439 famílias realizaram ocupações de terras contra 124.669 famílias nos 4 anos do primeiro governo Lula. Ainda que pesem as oscilações no número de famílias ocupantes a cada ano em virtude da conjuntura política, a intensidade das ocupações de terras no Nordeste manteve-se em patamar semelhante nos dois governos, assim como as respostas de FHC que assentou 87.529 famílias nos 5 anos e de Lula que assentou em 4 anos com 76.484 famílias, praticamente o mesmo desempenho que seu antecessor.

3. A territorialização da reforma agrária de mercado na região Nordeste

As diferentes linhas de financiamento de compra e venda de terras, destinadas aos camponeses pobres, praticadas ao longo da última década tem sua aprendizagem desenvolvida com a incorporação de um componente fundiário ao Projeto São José (PSJ)³ e criação da “Reforma Agrária Solidária” em 1996, no estado do Ceará, durante a segunda gestão do governador Tasso Jereissati⁴. Segundo Alencar (2006, p.209), o governo do estado contratou um empréstimo do Banco Mundial para implantar um mecanismo de ação fundiária, inspirado em programas em curso na África do Sul e Colômbia, para desenvolver “um projeto-piloto com duração de um ano (1997), que deveria acumular experiência para subsidiar um programa de abrangência regional”

Segundo Hidalgo (1999), o projeto contou com um orçamento de R\$ 4.165.600,00 (quatro milhões, cento e sessenta e cinco mil e seiscentos reais) do Fundo Rotativo de Terras, criado pelo estado do Ceará e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) provenientes do Banco Mundial (BM). Durante o seu tempo de operação o programa comprou 44 imóveis,

³ Criado durante o primeiro mandato do governador Tasso Jereissati em 1987. Tratava-se de um Projeto de Combate à Pobreza Rural, que com o intuito de se aproximar das pessoas, utilizou o codinome de Projeto São José, tinha por objetivo de combater e erradicar a pobreza, financiando para pequenos agricultores investimentos produtivos (casa-de-farinha, fábrica de doces, etc.), infra-estrutura (lavanderia comunitária, eletrificação rural, etc.), e equipamentos sociais (reforma de postos de saúde, creches comunitárias, etc.).

⁴ Tasso Jereissati é fundador do Partido da Social Democracia Brasileira, foi governador do estado do Ceará de 1987 até 1991, e de 1995 a 2005.

abrangendo uma área de 23.622,59 ha, atingindo 694 famílias em 27 municípios. Apesar de não conseguir cumprir a meta de atingir 800 famílias em um ano de operação, devido a elevação do preço da terra estimulada pelo próprio programa e de apresentar uma série de incompletudes na implementação dos empreendimentos, que geraram evasões e substituições de famílias, o governo do Ceará avaliou o projeto como um sucesso na *agilização* da aquisição de terras.

Em nível federal, o governo FHC, pressionado pelo elevado número de ocupações de terras e a repercussão internacional dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás⁵, partilhou desta mesma avaliação. E, criou em agosto de 1997, quando ainda se encontrava em operação a Reforma Agrária Solidária, o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, mais conhecido como Cédula da Terra (PCT). Na verdade consistia em uma ampliação da ação local do Ceará para os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais, em face da enorme concentração de pobreza, que deveria ser amenizada por mecanismos de mercado. O PCT operou até o final do mandato FHC, em dezembro de 2002.

Com a federalização da reforma agrária de mercado FHC buscou produzir um aprendizado em escala regional para posteriormente ampliar este instrumento para todo o país. Os argumentos apresentados coincidem com aqueles apresentados pelo BM em diferentes países onde políticas semelhantes estavam em curso, uma vez que: a) acelera a realização da reforma agrária ao eliminar a burocracia e longas disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social; b) tem um custo inferior ao mecanismo desapropriatório tendo em vista o caráter negociado das operações de compra e venda, fator que possibilitaria sua ampliação; c) estimula o mercado de terras através da compra e venda; d) promove uma atitude colaborativa entre trabalhadores e proprietários de terras, uma vez que os primeiros podem escolher livremente as terras que desejam adquirir e negociar seus preços, eliminando os confrontos.

Imediatamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) se opuseram à implantação do PCT e da RAM no Brasil, tendo em vista sua intencionalidade de substituir a realização de uma legítima reforma agrária. Deste modo, em outubro de 1998, movimentos camponeses, sindicatos rurais e Organizações Não-Governamentais organizados no Fórum

⁵ Em agosto de 1995, no Massacre de Corumbiara, estado de Rondônia e, em 17 de abril de 1996, no Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, respectivamente, foram assassinados pela polícia militar, que atuava na defesa dos interesses dos latifundiários, 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados.

Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo solicitaram do BM a instauração de um Painel de Inspeção para investigar as denúncias sobre o PCT. Corrupção na implantação dos projetos, compra de propriedades passíveis de desapropriação para reforma agrária, superfaturamento dos projetos, dentre outros questionamentos endossava o pedido.

No início de 1999, o Painel de Inspeção visitou áreas na Bahia e Pernambuco, que foram previamente maquiadas para evitar que os impactos negativos do programa viessem à tona. O Painel recusou todas as denúncias e o governo brasileiro, diante dos resultados da *investigação* do Painel, colecionou fôlego e argumentos para ampliar o raio de ação da reforma agrária de mercado (RAM) no Brasil. Nesse sentido, no mesmo ano começou a operar no Brasil uma segunda experiência de RAM: o Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra. Este programa resulta da aprovação de lei federal (Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998) e não apenas de um empréstimo financeiro tomado junto a um organismo multilateral.

Este programa, ao mesmo tempo em que buscou esquivar-se do enfrentamento realizado pelos movimentos camponeses, limitando o tamanho das propriedades a serem financiadas para evitar a compra de imóveis passíveis de desapropriação, aprofundou as diretrizes programáticas da instituição supranacional priorizando a individualização do ingresso no programa, além de reduzir o valor financiado como forma de forjar uma ampliação do programa. Operado entre 1999 e 2003, o Banco da Terra implantou empreendimentos de RAM em 17 dos 27 estados da Federação, a saber: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Nos anos que se seguiram, os embates entorno do Cédula da Terra e do Banco da Terra continuaram, seus impactos negativos ficaram cada vez mais explicitados. Todavia, o governo FHC preferiu atender os interesses do BM em tornar o Brasil uma referência na implantação da RAM. Valendo-se da institucionalização do Fundo de Terras e da contração de novos empréstimos junto ao BM, criou em 2001 o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), iniciando sua operação em abril de 2002.

O governo Lula elaborou um novo arranjo institucional ao criar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que está sendo executado mediante empréstimos concedidos pelo BM em 2001 e operação do Fundo de Terras agora incorporado à política fundiária do Estado brasileiro que funciona como um instrumento de longo prazo. Abriga todas as modalidades de linhas de financiamento da RAM elaboradas durante o governo anterior. Embora, cada uma delas tenha passado por um *melhoramento* nas regras

operacionais e ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma.

No lugar do PCT e do CFCPR foi criado o Combate à Pobreza Rural (CPR) no qual o ingresso dos mutuários se dá mediante a formação de associações e apresenta como principal locus de implementação os estados da região Nordeste. Outra linha de financiamento é a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) cujo acesso dos mutuários se dá individualmente. Configura-se como substituto do Banco da Terra e foi inicialmente voltado para atender os estados da região Sul e Sudeste, hoje já abrange estados das regiões nordeste e centro-oeste do Brasil. Criou-se, também, o Nossa Primeira Terra (NPT), programa voltado para jovens sem-terra, agricultores e filhos de agricultores, e/ou egressos das escolas agrotécnicas, escolas rurais dentre outras, que se encontrem na faixa etária de 18 a 24 anos, dentre outros critérios de elegibilidade. Ademais, neste governo as ações de compra de terras continuaram em todos os estados anteriormente mencionados e além da expansão da RAM para os estados do Mato Grosso do Sul, Rondônia, e Tocantins.

Recentemente, foram criadas duas ações dentro do PNCF: Terra Negra Brasil (TNB), Terra para Liberdade (TL) com a mesma lógica de funcionamento da RAM, visam atender, respectivamente, populações quilombolas, trabalhadores vulneráveis ou resgatados de situações análogas ao trabalho escravo. Os empreendimentos são implantados por meio de qualquer uma das linhas de crédito (CPR ou CAF). O TL integra as ações do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo do MDA/INCRA e está articulado prioritariamente com a linha de crédito CPR.

Permanece nas diferentes modalidades de RAM o deslocamento ideológico do BM em relação à reforma agrária constitucional. Insiste-se que a recriação do campesinato pela relação de compra e venda de terras promoverá a redução da pobreza. Além disso, a própria nomenclatura das linhas de crédito indica um alinhamento com os pressupostos teóricos das políticas agrárias do BM. As linhas de financiamento de crédito fundiário, obedeceram no Brasil à três fases: a primeira de *introdução da RAM* com a implantação do Projeto São José, Cédula da Terra e Banco da Terra; a segunda de *ampliação e consolidação* com o Crédito Fundiário, o Combate à Pobreza Rural e o Consolidação da Agricultura Familiar; e, mais recentemente, uma terceira fase de *mercantilização das políticas afirmativas* expressa na criação das linhas de financiamento Nossa Primeira Terra e das ações Terra Negra Brasil, Terra para Liberdade. A última fase materializa a intencionalidade das políticas agrárias neoliberais em capturar públicos distintos e com uma potencialidade surpreendente de luta, em face dos processos de exclusão e subordinação que estão submetidos.

À luz da teoria geográfica, verifica-se que os empreendimentos de RAM também

resultam dos processos geográficos de espacialização e territorialização. A espacialização é formada por três dimensões distintas, articuladas e complementares. A primeira delas é o Espaço Financeiro composto pelas instituições financeiras supranacionais, governo (federal, estadual, municipal) e bancos públicos nacionais, onde se discute e delibera sobre a contratação de empréstimos para a execução do programa, se estabelece as formas de repasse dos empréstimos aos camponeses e planejam-se os objetivos estratégicos a serem perseguidos com o Programa. Outra dimensão é o Espaço Jurídico-Institucional no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa. Reúne os diferentes sujeitos envolvidos no processo como: as três esferas de governo e seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, entidades sindicais de trabalhadores rurais e movimentos camponeses, instituições financeiras, gestores do Programa nos níveis estadual e federal e associações de camponeses.

Para que as diretrizes e metas definidas no Espaço Financeiro e Jurídico-Institucional se concretizem é necessário que um conjunto de condições seja criado, como: a disponibilidade de recursos financeiros, a criação de ambiente institucional favorável à sua utilização, bem como, a existência de uma conjuntura política propícia à implantação do Programa. Nesse sentido, os gestores públicos em nível federal e estadual promovem espaços *formativos* cuja intencionalidade é forjar um imaginário coletivo favorável à proposta. Realizam reuniões de planejamento e/ou de *capacitação* com o intuito de capturar a forma de interpretar e atuar diante destes programas, ou seja, busca o controle do pensamento e ação dos sujeitos, forjando territórios imateriais. Este campo de poder se dimensiona como um Espaço Comunicativo, no qual a informação produzida para “capacitação” e/ou difundida pela mídia (programas de rádio, propagandas na televisão, páginas na internet, cartazes, panfletos, cartilhas, etc.) almeja controlar o modo de pensar de um dado grupo social, no tocante às linhas de crédito fundiário.

Na RA, o campesinato é protagonista da sua criação e/ou recriação. Por meio da luta política, promove sua (re)territorialização enquanto classe e desterritorialização do latifúndio, principalmente via desapropriação. Na RAM, o campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra (à vista) de fração do território do capital. Evidentemente, neste processo o sujeito que detém o controle efetivo do território, até que o camponês integralize o pagamento de todas as parcelas do financiamento, é o capital financeiro. A desterritorialização dos proprietários ocorre apenas no plano físico, com a venda de pequenas porções de terras mal localizadas e de qualidade duvidosa. Sua reterritorialização pode ser evidenciada no plano econômico, mediante

investimentos em outros locais e/ou setores de atividade com os recursos advindos da transação de venda da terra. Portanto, é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros.

Na região Nordeste, durante o período analisado, foram contratados 2.910 empreendimentos, totalizado uma área de 1.226.088 hectares destinados a 53.421 famílias acessados a partir das diferentes linhas de financiamento de compra e venda de terras (PCT, BT, CFCPR, CPR e CAF). Ao analisar a tabela 1 abaixo, verifica-se que os estados da região que apresentam maiores efetivos de famílias atingidas por estes programas, coincidem com os pioneiros na implantação destas políticas na região, caso do Maranhão, Bahia, Ceará e Pernambuco. Contudo, chama-nos à atenção o desempenho do estado do Piauí, com o segundo maior número de mutuários da região, mesmo que a operação da RAM tenha sido iniciada no ano 2000. Uma explicação válida para tal condição está relacionada com o compromisso político do governador do estado com as diretrizes políticas do presidente Lula, tendo em vista ambos serem correligionários. Os demais estados, também, já apresentam consideráveis quantitativos de famílias na RAM.

Tabela 1- Nordeste - Número de famílias em empreendimentos de reforma agrária de mercado por estado (1998 - 2006)

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Maranhão	1818	54	1064	758	1880	846	1043	2025	2515	12003
Piauí	0	0	179	492	1230	1248	1517	1681	3356	9703
Bahia	2122	97	1143	306	1797	842	410	848	502	8067
Ceará	133	2612	1278	823	565	258	160	541	384	6754
Pernambuco	714	0	3289	114	685	349	146	525	490	6312
Rio Grande do Norte	0	0	0	15	580	619	805	910	877	3806
Paraíba	0	0	0	325	655	515	515	512	244	2766
Sergipe	0	0	0	578	329	308	364	301	141	2021
Alagoas	0	0	102	230	473	170	173	410	431	1989
TOTAL	4787	2763	7055	3641	8194	5155	5133	7753	8940	53421

Fonte: SRA/PNCF; EMDAGRO; PRONESE.

Trabalho de campo realizado em Valença do Piauí em fevereiro de 2006 revelou que as políticas de RAM assumiram no imaginário social uma interpretação relacionada à viabilidade, agilidade e referência de desenvolvimento, já que há celeridade na implantação dos empreendimentos. Enquanto que os assentamentos de RA demandam longo período de implantação, seja pela longa resistência para conquistar a terra e posteriormente pela burocracia do órgão gestor no estado.

O caso de Sergipe é semelhante ao do Piauí. Apesar da análise do desempenho ao

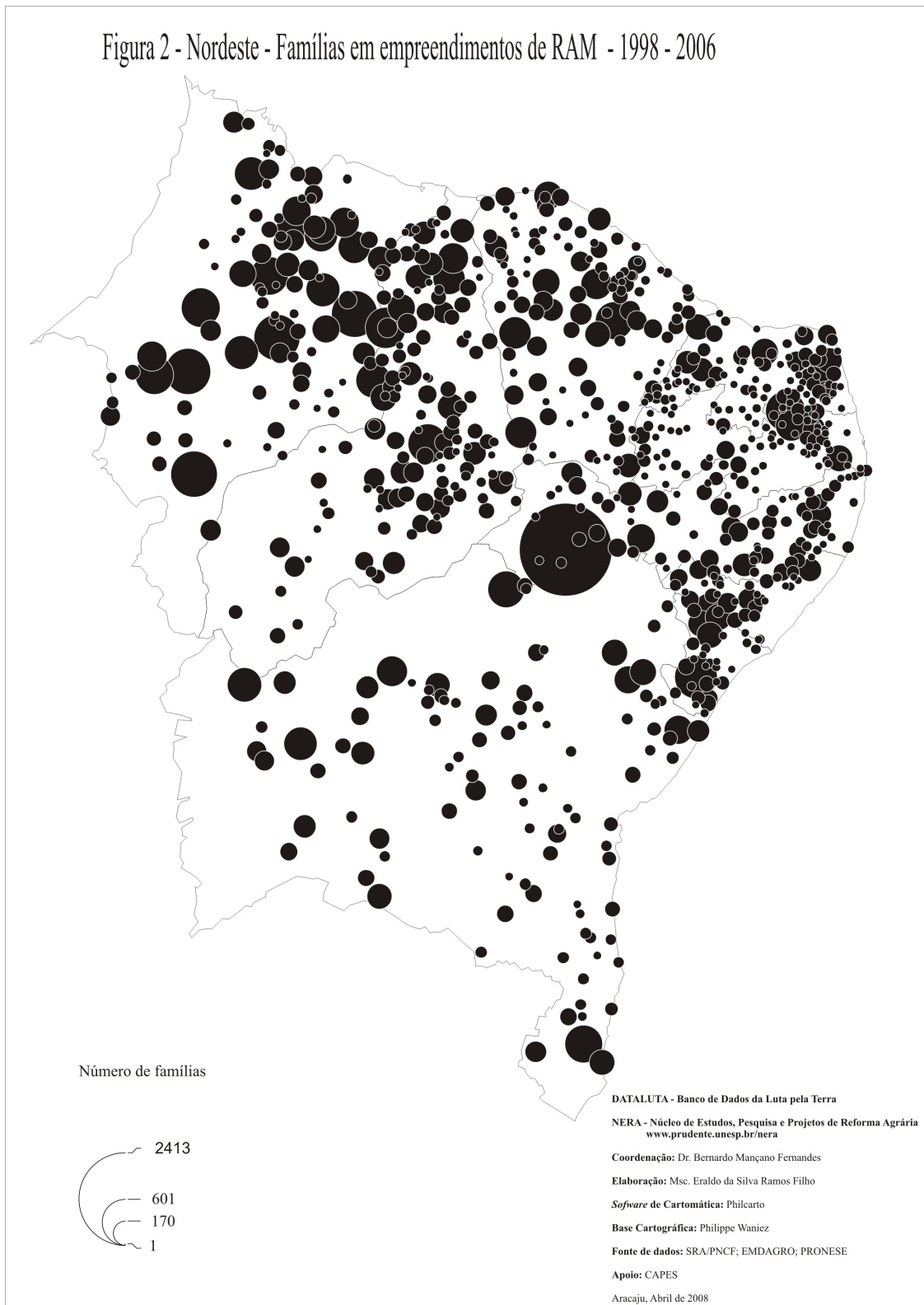
longo do período demonstrar uma tendência decrescente do número de famílias ingressantes, a eleição do governador Marcelo Chagas Déda, filiado ao Partido dos Trabalhadores, adotou a meta de atingir 1.000 famílias por ano (vale ressaltar que o governo anterior, ligado ao Partido da Frente Liberal, estabeleceu e cumpriu a meta de atingir 1.000 famílias durante todo o mandato 2003 – 2006) Portanto, os esforços dos governadores petistas de Sergipe e Piauí na implementação da RAM, indicam que este instrumento será ampliado ao máximo e difundido como um instrumento alternativo de acesso à terra para camponeses pobres, solução de conflitos agrários e instrumento de desenvolvimento rural. Estes fatos evidenciam que a RAM é uma política assumida pelo Partidos dos Trabalhadores e possivelmente o atual governador da Bahia (Jaques Wagnes – PT) seguirá a mesma postura dos seus correligionários.

No tocante à localização do quantitativo das famílias em empreendimentos de RAM constata-se uma forte dispersão por toda região, embora haja maior concentração nos estados setentrionais. Verifica-se ainda uma pulverização de famílias por toda a faixa agrestina e concentração na porção interiorana correspondente ao sertão integrante do polígono das secas, sub-região onde há o predomínio do clima semi-árido e condições edafoclimáticas mais limitantes ao desenvolvimento da prática da agropecuária. Ao longo do litoral, verifica-se a existência de poucas famílias com destaque para a porção meridional do estado da Bahia, pois segundo Germani (2006, p. 236), a implantação da RAM visa confrontar uma área de forte influência do MST, existência de grande número de sem terras e desempregados dado a crise cacaueteira dos últimos anos, fator que também contribui para destinação de terras para venda (Figura 2).

4. Qual o lugar da reforma agrária e da reforma agrária de mercado no Nordeste?

Nesta primeira década de operação da reforma agrária de mercado o quantitativo de famílias mutuárias, área comprada, número de empreendimentos contratados, diferentes linhas de financiamento e institucionalização do programas, faz do Brasil uma referência internacional da implantação das diretrizes agrárias neoliberais orientadas pelo Banco Mundial. No contexto nacional, diferentes interpretações foram construídas sobre estas políticas, de modo que o governo, gestores estaduais e municipais e o sindicalismo rural (CONTAG e FETRAF) do programa afirmam a viabilidade técnica e o caráter complementar à reforma agrária, deste instrumento de recriação do campesinato. Sobretudo para o primeiro sujeito, a RAM sequer realiza uma concorrência com os assentamentos de reforma agrária.

Figura 2 - Nordeste - Famílias em empreendimentos de RAM - 1998 - 2006



Por sua vez, a classe dos proprietários representadas pelos agronegociantes e latifundiários vem defendendo nos diferentes meios que a RAM é a única alternativa legítima para ser colocada em curso na atualidade. Uma defesa incisiva pode ser verificada no documento CPMI da Terra: Voto em Separado, do deputado ruralista Abelardo Lupion. Por

sua vez, os movimentos sociais camponeses ligados à Via Campesina têm denunciado de diferentes formas exatamente o inverso destas argumentações e demonstrado por meio de estudos científicos os impactos negativos destes programas. (Citar)

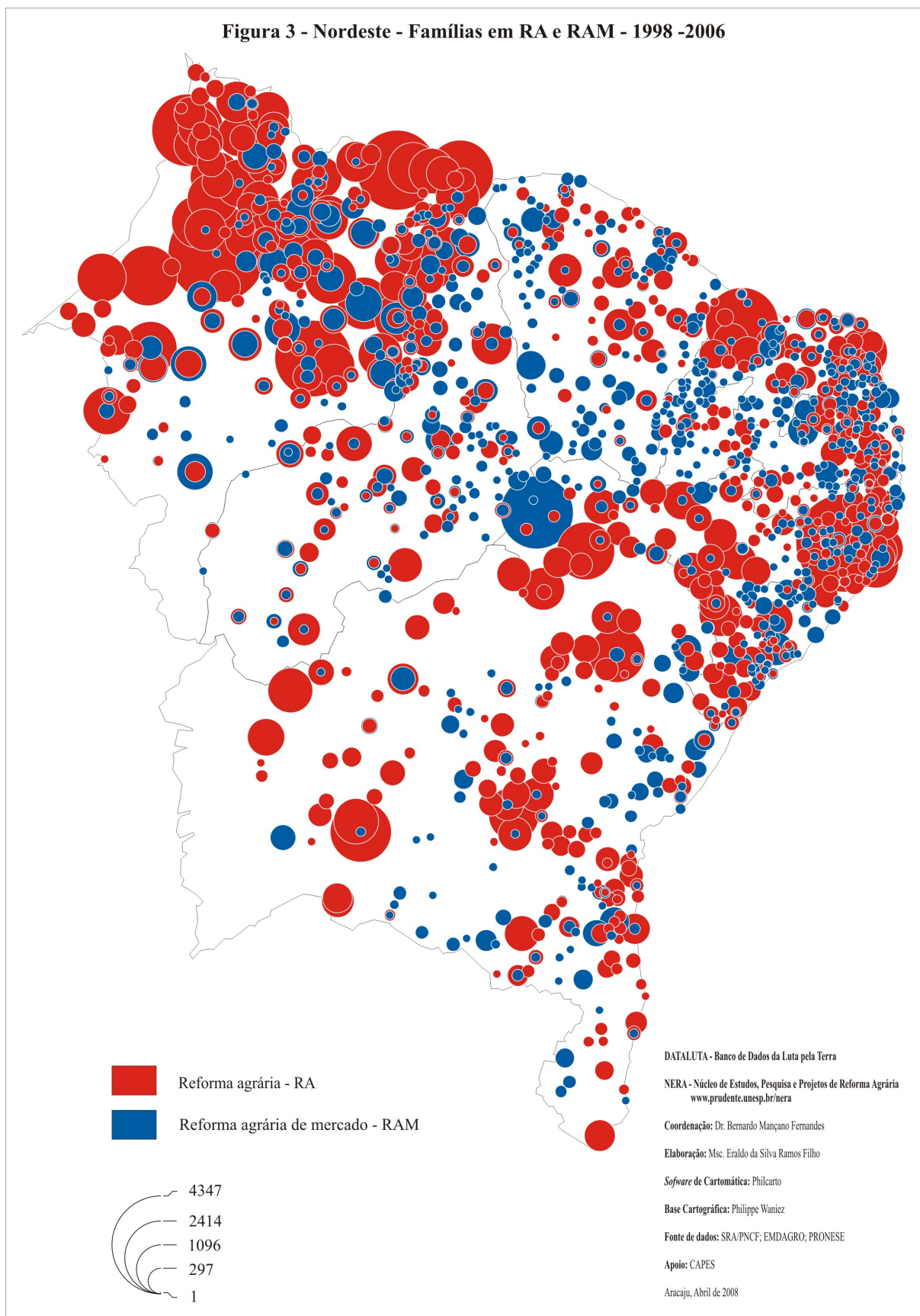
Ao confrontar os resultados das duas políticas, no período 1998 - 2006, verificamos que foram criados mais projetos de RAM (2.910 contratações) que assentamentos de RA (2.357) na região. Este conjunto de empreendimentos de RAM abarca uma área de 1.226.088 hectares o equivalente a 24,5% dos 5.005.649 hectares dos assentamentos de RA. Se tomarmos a área total reformada temos 6.231.737 ha dos quais a RAM já representa 19,6%. No tocante ao número de famílias, apresentei anteriormente que entraram na terra 53.421 mutuários de RAM enquanto 164.006 famílias foram assentadas na reforma agrária, ou seja, um total de 217.430 famílias entraram na terras por estes dois mecanismos. De modo que a RAM representa 32,5% das famílias assentadas na reforma agrária e 24,5% das famílias que entraram na terra no período na região nordeste.

Os dados absolutos e relativos, apresentados acima, demonstram primeiramente que a que reforma agrária na região nordeste segue a tendência nacional, ou seja, configura-se como principal mecanismo de acesso a terra para trabalhadores sem-terra. Contudo, é vertiginosa a territorialização da reforma agrária de mercado nesta última década. Observe que celeridade dos mecanismos de mercado permitiu que este instrumento atingisse a criação de maior número de projetos de assentamento, mesmo que a luta pela terra fosse constante, mobilizando 269.108 famílias nas ocupações de terras. Há que considerar, ainda, que o desempenho em número de famílias e área incorporada à RAM pode ser considerado elevado tendo em vista o pouco tempo de operação desta política, que apresenta-se como responsável por aproximadamente 1/3 das famílias e áreas destinadas ao campesinato.

A figura 3 abaixo nos apresenta a distribuição espacial do quantitativo de famílias na RA e RAM e permite inferir que a reforma agrária e reforma agrária de mercado estão territorializados por toda a região. Sendo que a primeira já havia iniciado este processo há décadas e a RAM o realizou apenas nos últimos dez anos. O cartograma permite visualizar que a RA é efetivamente a responsável pelo maior número de famílias que acessam terras, mas chama à atenção a tendência a concentração espacial dos assentamentos e famílias em determinadas porções como a zona da mata, porção setentrional do Maranhão e Piauí, sertão baiano. Em contrapartida, favorecida pelos mecanismos de mercado, especialmente pela oferta e demanda de terras, a RAM apresenta uma forte pulverização no território, com a criação de muitos empreendimentos com pouco número de famílias. De modo que sua

territorialização se faz, na maior parte das áreas onde há existência de assentamentos, assim como, em muitas das quais ainda não há assentamentos de reforma agrária.

Figura 3 - Nordeste - Famílias em RA e RAM - 1998 -2006



5. Considerações finais

Atualmente no Brasil estão institucionalizados dois mecanismos criação e/ou recriação do campesinato: a reforma agrária e o crédito fundiário. A primeira é preceito constitucional; está regulamentada pela Lei Federal de Reforma Agrária e norteia-se principalmente por procedimentos desapropriatórios dos imóveis que não cumprem a função social da propriedade. O crédito fundiário tem seus princípios inspirados nas políticas de terras do Banco Mundial que financia, atualmente, a infra-estrutura dos empreendimentos, e regula-se pela legislação federal relacionada ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária e deliberações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Ambas políticas públicas se realizam mediante os processos geográficos de espacialização e territorialização que na reforma agrária são dimensionados através da luta política do campesinato no seu movimento reivindicatório por direitos. No caso da reforma agrária de mercado o dimensionamento deste processos geográficos compete aos gestores públicos, agentes financeiros e ao capital; o campesinato é convertido em mero coadjuvante de sua recriação.

A análise dos dados referentes à região Nordeste evidenciam que a reforma agrária ainda é o principal mecanismo de criação e/ou recriação do campesinato na atualidade. Contudo, este processo materializado no assentamento de famílias em projetos de assentamento de reforma agrária somente são criados mediante a realização da luta popular, mediante as ocupações de terras.

Por outro lado, percebe-se na região e período em tela, o crescimento gradativo do número absoluto e relativo de famílias e áreas incorporadas à reforma agrária de mercado, que já atinge o patamar de aproximadamente 1/3 da montante realizado na reforma agrária. Um fato inédito é a superação do número de projetos de crédito fundiário com relação aos assentamentos de reforma agrária. Este elevado incentivo assume destaque quando observamos que tal política pública encontra-se ainda na sua primeira década de operação. Caso a RAM mantenha a curva ascendente do quantitativo de famílias que ingressam por ano no programa e a RA persista no ritmo atual em médio prazo haverá, também, a superação do número de famílias tal ocorreu com o número de empreendimentos.

Embora as evidências ainda não permitem afirmar que a RAM é um substituto da RA, pode-se seguramente afirmar que ela é complementar à reforma agrária na região Nordeste, inclusive com uma participação significativa no processo de criação e/ou recriação das famílias camponesas. Ademais, a RAM é também concorrente da RA pois avança sua

territorialização nas áreas onde estão presentes os assentamentos de reforma agrária, geralmente lócus de existência de conflitos agrários em virtude da existência de latifúndios; disputa ainda o mesmo público que demanda a reforma agrária e tenta constantemente anexar o apoio dos diferentes movimentos sociais em luta pela terra, exemplo emblemático é a participação em Sergipe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no financiamento de terras pelo crédito fundiário. A RAM concorre ainda com a RA na perspectiva que a existência de créditos; possibilita a fragmentação da propriedade e negociação de lotes antes que a mesma se converta em um latifúndio, passível portanto, de desapropriação pela reforma agrária.

Estes elementos, associados à conseqüente elevação dos preços das terras provocado pela existência e manutenção de um mercado de terras financiado pelo Estado, têm criado uma distorção que leva ao incentivo programado da irracionalidade da minifundização. Diante da elevação dos preços das terras, tornou-se freqüente a formação de associações para compra da terra com número de famílias superior ao limite compatível com a dimensão da área em negociação, determinando a compra de parcelas inferiores ao módulo fiscal de dado microrregião.

Diante do exposto até aqui, alerto que a ampliação da participação da RAM no processo criação e/ou recriação do campesinato brasileiro contribui para a afirmação, realização, aprofundamento do rentismo fundiário e da minifundização programada. Contribuindo para, no curto e médio prazo, a ampliação do processo de subordinação, geração do endividamento e manutenção da pobreza do segmento camponês capturado por esta política de acesso à terra.

6. Referências bibliográficas

ACCIOLY BORGES, P. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI – IBASE, 1984.

ALENCAR, F. A. G. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M.. (Orgs.) **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 207-228.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2006.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- _____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GERMANI, G.; OLALDE, A. R.; OLIVEIRA, G. G.; CARVALHO, E. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.) **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.229-258.
- HIDALGO, Z. C. 1999. **Reforma agrária solidária**: estado do Ceará. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania.
- LUPION, A. **Voto em Separado**: relato dos trabalhos da CPMI “da terra”. Brasília: Congresso Nacional, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito “da Terra”. nov. 2005.
- OLIVEIRA, A. U. Reforma agrária. In: MOTTA, M. (Org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 385-391.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária brasileira atual**: territorialização e territorialidades da primeira década da reforma agrária de mercado. In: Pensar a contracorrente V. La Habana: Editorial Ciencias Sociales/Instituto Cubano del Libro, no prelo.
- RAMOS FILHO, E. S. A crise do contrato social da modernidade: o caso da “reforma agrária” do Banco Mundial. **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 02, n. 13, p. 287 – 306, 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/formacao_13_v2.pdf>, Acessado em 21 mar. 2008.
- _____. **“Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado”**: MST e novas territorialidades na Unisa Santa Clara. Aracaju, 2002. 162. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://cinelandia.ufs.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=59>. Acessado em 09 abr. 2008.
- ROCHA, H. F.; FERNANDES, B. M. Análise da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985 – 2006. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4 2007, Londrina. **Campesinato em movimento. Anais do Simpósio**. Londrina: UEL/AGB/UNESP/USP/UFMS/UNIOESTE, 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.) **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.229-258.
- SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. **Compreendendo os diferentes movimentos camponeses e as ocupações de terras no Brasil (2000-2006)**. mimeo, 2007.
- SILVA, J. G. **A reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **DATALUTA**: Banco de dados da luta pela terra. (Relatório 2006). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. <Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acessado em 09 abr. 2008.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**A PROBLEMÁTICA DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS (PDA's)**

Roberto de Sousa Miranda¹

Resumo

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) figura entre as primeiras políticas públicas implementadas nos assentamentos rurais. Sua formulação, contudo, é desafiante porque as famílias são “convidadas” a elaborar um documento que contenha orientações sobre: a) aplicação do crédito de apoio à instalação, b) acesso do beneficiário à capacitação básica e treinamento, c) local de construção das casas (se em agrovilas ou nos lotes), d) implantação de atividades produtivas, e) disponibilização de assistência técnica, f) implementação de infraestrutura básica. Como a interlocução entre o Estado, representado pelo INCRA, e as famílias assentadas se dá através de instituição formal criada nos assentamentos (associações ou cooperativas, em sua maioria), a elaboração do PDA depende da capacidade das instituições envolvidas possibilitarem a redução dos custos sociais e das incertezas relacionadas às decisões tomadas, que, aliás, abrem portas para a execução de políticas públicas futuras. Na tentativa de compreender esses processos analisa-se a elaboração do PDA dos assentamentos José Antônio Eufrosino (Campina Grande-PB) e Osiel Pereira (Remígio-PB) e o papel das instituições sociais dos assentamentos rurais e dos movimentos sociais na execução da política.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Instituições, Paraíba.

1. Introdução

A problemática da consolidação dos assentamentos rurais é recorrente nos debates acadêmicos sobre as políticas de reforma agrária executadas no Brasil a partir da redemocratização (CARVALHO, 1998; GALINDO e MACEDO, 1991). Os desafios relacionados à conversão dos latifúndios têm ressaltado as dificuldades dos produtores familiares terem acesso ao mercado e à inovação técnica (SABOURIN et al., 1999) e os entraves ao desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais (BERGAMASCO e CARMO, 1991; CARVALHO, 1998). No entanto, pouco se considerada o processo de formulação e implementação de políticas destinadas às famílias assentadas.

A vida num assentamento de reforma agrária implica, cotidianamente, a realização de diferentes ações coordenadas e diversos momentos de tomada de decisão coletiva. Nos primeiros anos, principalmente, as demandas das famílias assentadas e a escolhas a serem

¹ Professor da Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Campina Grande (Campus de Pombal). E-mail: robertosmiranda@yahoo.com.br.

feitas são significativamente grandes e os custos sociais associados são normalmente altos (MIRANDA, 2007).

Logo que assentadas, as famílias são incumbidas de gerir a vida social, política, econômica e produtiva. Para tanto, novas dinâmicas institucionais são estabelecidas na tentativa de ordenar e regular os comportamentos individuais e coletivos. As instituições sociais, responsáveis pela regulação das “novas” relações sociais que permeiam o cotidiano dessas famílias, são marcadas por redesenhos e reformulações que procuram dar conta da diversidade de ações que os assentados têm de executar e implementar, ao longo dos anos, para a consolidação do assentamento.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), uma das primeiras políticas públicas implementadas nos assentamentos exige a participação das famílias na elaboração do documento. A formulação do PDA é desafiante porque estabelece que os assentados definam questões que irão orientar a vida social e produtiva futura. A disponibilidade de linhas de crédito para a produção agropecuária é um dos aspectos que depende exclusivamente da aprovação do PDA. Neste sentido o PDA é a porta de entrada para o acesso a novas políticas públicas estatais.

Nesse trabalho será analisado o processo de elaboração do PDA de dois assentamentos do Agreste paraibano mediados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a saber, José Antônio Eufrosino (Campina Grande-PB) e Osiel Pereira (Remígio-PB), enfatizando o papel das instituições sociais dos assentamentos e dos movimentos sociais rurais na execução da política.

Antes de tudo farei uma breve discussão sobre o papel das instituições sociais nos processos de tomada de decisão referentes à formulação e implementação de políticas públicas estatais. Para articular melhor a idéia de que as instituições sociais dos assentamentos rurais são determinantes, pela ausência ou presença, no processo de implementação de políticas públicas que visem a estruturação do assentamento.

2. O papel das instituições na formulação e implementação de políticas públicas

Souza (2003) ao fazer um mapeamento das pesquisas em políticas públicas no Brasil ressalta alguns problemas devem ser evitados. O primeiro refere-se à falta de acúmulo de conhecimento na área, os trabalhos procuram construir programas normativos de pesquisa. O segundo é decorrente da abundância e diversificação de estudos, o que tem dificultado o

fortalecimento da literatura produzida. Por fim, as agendas de pesquisa tende a serem orientadas pelos órgãos governamentais que em muitos casos financiam os trabalhos.

Devido a esses entraves as análises de políticas públicas tendem a se concentrarem no fracasso e a deixar de lado os processos sociais e políticos que engendram a formulação e implementação das mesmas. Os trabalhos que conseguem se desvencilhar, em certa medida, estão sendo orientados pela literatura neo-institucionalista, em suas ramificações da escolha racional e histórica (SOUZA, 2003, 2006).

Os processos de formulação e implementação de políticas públicas estão intimamente ligados às instituições sociais que agregam os representantes do poder público e os demandantes por ações políticas oriundas do Estado. Tendo essa questão como referência o neo-institucionalismo da escolha racional² é uma chave analítica eficaz, porque destaca o papel das instituições na vida social e no empreendimento de ações coletivas que visam o provimento de benefícios coletivos³.

Instituições possibilitam a redução das incertezas (DIMAGGIO e POWELL, 1999; HALL e TAYLOR, 2003; NORTH, 1990; PETERS, 2003; ROMERO, 1999) ao fornecerem regras⁴ e normas que regulam os comportamentos individuais, que institucionalizam o contexto no qual se darão as relações sociais, políticas e econômicas (NORTH, 1990). Portanto facilitam e agilizam os processos decisórios.

As políticas públicas destinadas à Reforma Agrária vêm sofrendo uma constante influencia dos movimentos sociais rurais, seja na tentativa de agilizar a criação de novos assentamentos rurais ou na redefinição de políticas, para que se tornem mais adequados à vida sócio-econômica dos trabalhadores rurais sem-terra e, também, reduzam os conflitos no campo.

Outra contribuição do neo-institucionalismo da escolha racional está no fato de reforçar a idéia de que as instituições sociais são regras e normas que regulamentam a vida social dos indivíduos que a constituem (MIRANDA, 2007). Assim, pode-se entender que a formulação de políticas públicas está ligada ao processo de superação dos dilemas da ação

² Abordagens como o marxismo, a teoria das elites e o neo-institucionalismo histórico tem orientado importantes trabalhos em políticas públicas (MARQUES, 1997).

³ Um benefício público, coletivo ou comum é aquele que se for consumido por uma pessoa X_i em um grupo $X_1, \dots, X_i, \dots, X_n$, não pode ser negado a nenhum dos demais membros desse grupo (OLSON, 1999).

⁴ O conceito de regras é o centro das análises institucionais. Na literatura encontramos três usos do termo regras: a) enquanto regulamentos, b) enquanto instruções, c) enquanto preceitos e d) enquanto princípios (OSTROM, 2006). Neste artigo adotamos a uso de regras enquanto regulamentação de comportamentos.

coletiva⁵ que entravam os processos de tomada de decisão e impedem a implementação exitosa das mesmas.

A elaboração do PDA depende da articulação entre as instituições sociais que representam os assentados, os movimentos sociais rurais que mediam o processo, da empresa executora, bem como, do poder público, para que o benefício coletivo seja provido adequadamente. A não superação dos dilemas da ação coletiva que envolve a confecção do documento implicará em grandes custos para as famílias assentadas, visto que as demais políticas públicas, em sua grande maioria, são orientadas pelo PDA.

3. PDA's: características e importância

A elaboração de PDA's é regulamentada pela Instrução Normativa n. 02 de 20 de março de 2001⁶, fundamentada nas Leis 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 8.629 e respectivas alterações, introduzidas pela Medida Provisória 2.109-49, de 23 de fevereiro de 2001, que regulamenta a elaboração, supervisão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos Rurais (BRASIL, 2002). O PDA deve conter: a) aplicação do crédito de apoio à instalação, b) acesso do beneficiário à capacitação básica e treinamento, c) execução dos serviços topográficos, d) aquisição de material para construção das casas, e) implantação de atividades produtivas, f) disponibilização de assistência técnica, g) implementação de infra-estrutura básica.

O PDA é o documento que contém dados técnicos da área, como a localização e acesso; as condições ambientais e climáticas; os sistemas produtivos adequados à região; os serviços necessários ao apoio da produção e a capacitação técnica; informações básicas das famílias assentadas, como o histórico da ocupação da área, o perfil etário e escolar dos assentados e os tipos de organização social existentes (BRASIL, 2002); e contar com a participação das famílias porque a definição dos regimes de propriedade (formalizados com o parcelamento), a existência de agrovilas ou casa nos lotes, dependem das escolhas feitas durante a elaboração deste.

⁵ A aquisição de benefícios coletivos traz consigo uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, chamada de dilemas da ação coletivas. Embora o interesse pelo benefício seja coletivo, “cada membro preferiria que os outros pagassem todo o custo sozinhos” (OLSON, 1999:33). A resolução de dilemas sociais, para Olson, ocorre através da ação de um interventor externo que ofereça incentivos ou imponha sanções que estimulem os indivíduos a agirem coletivamente. Já Ostrom (1998) sugere que em alguns casos os dilemas podem ser superados através da reciprocidade e confiança existente entre os indivíduos.

⁶ Essa instrução foi revogada pela Instrução Normativa n.º 10 de 11 de novembro de 2002, que, por sua vez, foi revogada pela Instrução Normativa n.º 11 de 14 de abril de 2003. Ambas instruções estabelecem normas gerais para a implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária, abrangendo as ações de assentamento de trabalhadores rurais e as atividades complementares de regularização fundiária (INCRA, 2007).

3.1 O papel das instituições na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento José Antônio Eufrosino

O assentamento José Antônio Eufrosino está localizado na porção semi-árida do Município de Campina Grande-PB, na microrregião de Campina Grande e na mesorregião do Agreste (BRASIL, 2002), ocupando uma área de 2.990,6401 ha (Figura 1). Criado no ano de 2001, mediante a desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, ofertadas ao INCRA pelo antigo proprietário. A ocupação das fazendas foi encabeçada por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e ocorreu de forma pacífica (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

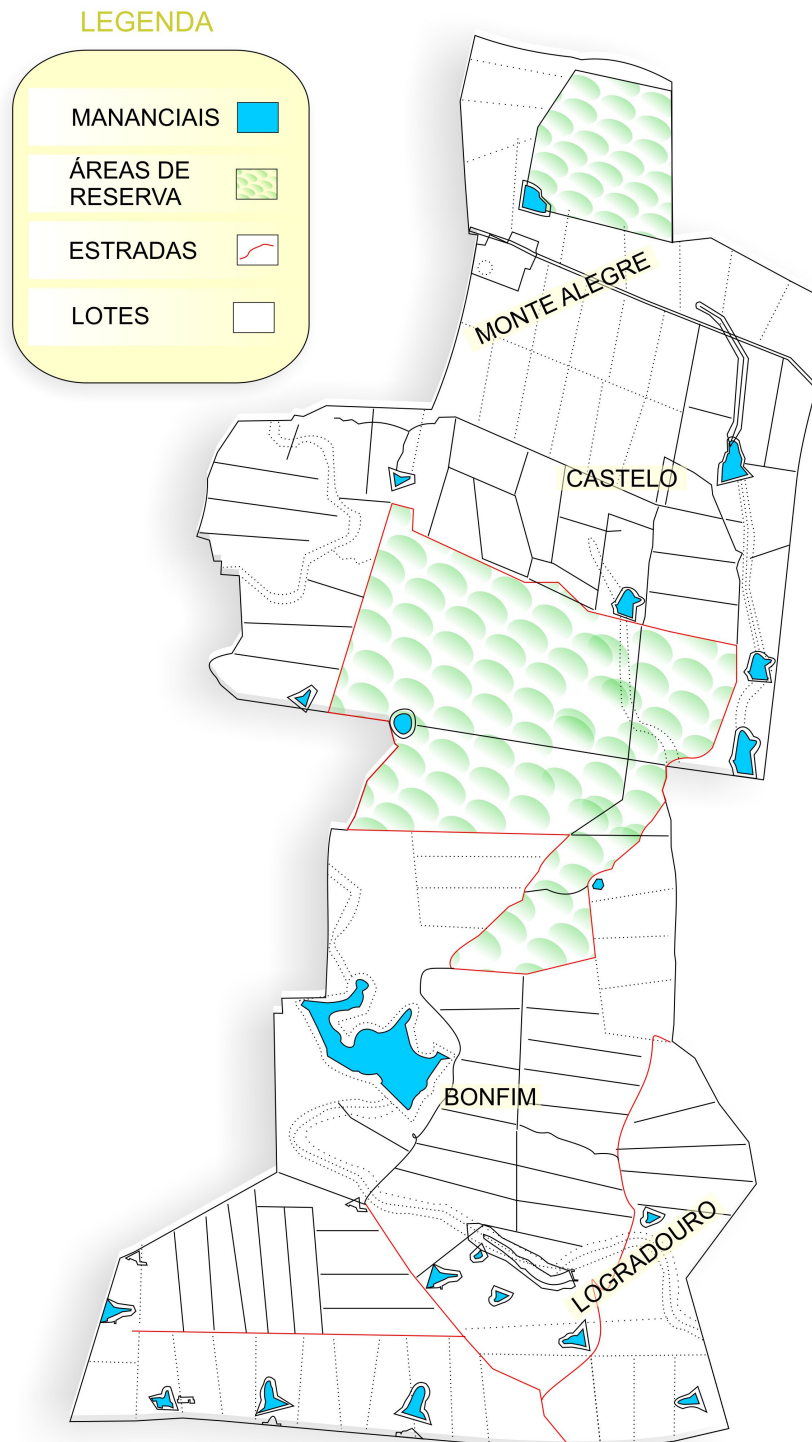
A maioria das famílias assentadas estava acampada no Assentamento Venâncio Tomé de Araújo (nas antigas fazendas Quixaba e Trapiá) e se deslocaram para as áreas das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro depois de um acordo com o INCRA. As famílias ligadas ao MST haviam sido mobilizadas e recrutadas pelo “trabalho de base” feito nos sítios vizinhos e nos bairros periféricos de Campina Grande ou vinham de outros acampamentos. As ligadas à FETAG já moravam nas fazendas desapropriadas ou eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

Já as instituições do assentamento José Antônio Eufrosino foram sendo criadas de acordo com as exigências formais (associação) e as necessidades de redefinição dos arranjos institucionais que visavam possibilitar a superação dos dilemas sociais inerentes às ações coletivas empreendidas pelas famílias para executar e implementar políticas governamentais encaminhadas pelos representantes do INCRA. Nos dias atuais, o assentamento possui dois tipos de instituições principais: a associação e os núcleos de família⁷.

A elaboração do PDA fora executada por meio de um convênio firmado entre a ATECEL e o INCRA. O desenvolvimento do trabalho contou com a parceria da Engenharia, Geoprocessamento e Recursos Hídricos Ltda. (ENGERH), e a colaboração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB) e do Banco do Nordeste (BNB).

⁷ Os núcleos de família são partes do modelo organizacional implementado pela direção nacional do MST a partir de 2005. Para maiores esclarecimentos ver Miranda (2007, p. 75-78).

Figura 1 – Área do PA José Antônio Eufrosino



Fonte: Adaptado de Brasil (2002).

Apesar de constar no documento que a elaboração ocorreu em sintonia com as famílias, os assentados afirmam, tacitamente, que não participaram do processo e que a

associação passava por problemas internos e tinha dificuldades de solucionar os conflitos ambientais. Alguns assentados ajudaram os técnicos a colherem informações sobre o solo e a vegetação. Porém, a grande maioria não sabia nem quem era e, muito menos, o que queriam as pessoas que andavam no assentamento (técnicos da ATECEL). Os que tinham um pouco de conhecimento não sabiam responder qual era o nome da empresa que estava trabalhando na elaboração do PDA.

Insatisfeitos com a maneira pela qual os técnicos da ATECEL estavam realizando as atividades, ao lerem parte do documento, os assentados, com o apoio de militantes e lideranças do MST, solicitaram ao INCRA a paralisação da elaboração do PDA. A principal argumentação era que a metodologia empregada não era adequada:

(...) pelo o que nós entendemos por PDA, ele é uma coisa que tem que envolver os assentados, porque PDA já tá dizendo, Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Se eu estou fazendo um documento que vai ser responsável pelo desenvolvimento do assentamento, não tem como deixar de fora as pessoas, que fazem parte do assentamento. É a vida deles que está em andamento, não tem como você fazer um PDA aonde só os técnicos trabalham (...), então essa parte não foi feita por parte da ATECEL, foi feita simplesmente a parte “escritorial”, que é feita em escritório, fizeram alguns levantamentos, alguns dados, algumas coisas simples, mas não dá forma que deveria ser, e (...) a gente depois, tomando conhecimento deste documento, vimos que algumas coisas estavam equivocadas (...) inclusive o que seria as nossas futuras criações (Assentado do núcleo Castelo, membro da direção estadual do MST).

O documento regulamentava: a) a criação de quatro agrovilas, cada uma com 50 famílias; b) a organização coletiva da piscicultura, da apicultura, da avicultura (criação de galinha caipira para a produção de ovos e de frango para o corte) da caprinocultura, da bovinocultura; c) o plantio de capim para o fornecimento de alimento aos animais; e) implantação de uma agroindústria de abate de frango e bovinos. Cada uma dessas opções requer uma comissão específica que regulamente o processo produtivo e faça o controle de qualidade.

Entre o final de 2003 e o início de 2004, uma equipe da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentamentos da Reforma Agrária (COOPTECARA-PB) – empresa de assistência técnica, vinculada ao MST, que presta serviços ao INCRA – retomou o processo de elaboração do PDA, para realizar mudanças no que já havia sido feito e concluir o que faltava. As mudanças realizadas, relacionadas à criação de animais e culturas a serem plantadas futuramente, contaram com a participação dos assentados, o apoio da associação

(que apoiou aos trabalhos), da coordenação do assentamento⁸, dos núcleos de família e da militância do MST.

Para facilitar e agilizar o trabalho, foram organizadas, duas frentes de trabalho, para ajudar os técnicos da COOPTECARA na locomoção dentro do assentamento: uma composta por assentados das áreas de Logradouro e Bonfim, que se responsabilizavam pelos trabalhos nestas áreas; e uma composta por assentados das áreas de Castelo e Monte Alegre, responsáveis pelas atividades da área. No período, a maioria das famílias foi entrevistada e assembleias foram realizadas para explicar, aos assentados, o que era PDA e sua importância para o desenvolvimento de futuras atividades agropecuárias.

Apesar do esforço dos técnicos da COOPTECARA e das famílias, o PDA do Assentamento José Antônio Eufrosino não pôde ser concluído. Somente as informações referentes ao clima, tipos de solo e recursos hídricos já haviam sido colhidas e sistematizadas, estão completas. A organização do processo produtivo não foi por dois motivos: a) ou não representava o que as famílias realmente queriam plantar e criar b) ou era inviável devido às condições impostas pelas características naturais do assentamento (semi-árido).

Os núcleos de família e, principalmente, a associação não possibilitaram a redução os custos referentes à mobilização dos assentados, para saber quais seriam a melhores formas de organização espacial e produtiva. Não quero com isso retirar do processo as dificuldades externas, associadas ao tipo de contrato firmado entre a ATECEL e o INCRA, que visa realizar o trabalho o mais rápido possível. Mas ressaltar que os assentados, através de suas instituições sociais, poderiam e deveriam ser mais atuantes e fiscalizadoras das políticas implementadas pelo INCRA, para que a estruturação do assentamento não prejudicasse ações futuras.

3.2 O papel das instituições na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Osiel Pereira

O assentamento Osiel Pereira localiza-se nos municípios de Areia (aproximadamente 100 ha) e Remígio, Estado da Paraíba, nas microrregiões do Brejo e do Curimataú Ocidental, ocupando uma área de 2.960,1759 ha. O decreto 2.250/97 deu início à desapropriação da Fazenda Queimadas, formalizada no dia 07 de dezembro de 1998. Já a emissão de posse e a criação do Projeto de Assentamento datam dos dias 19 de novembro de 1999 e 23 de novembro de 1999, respectivamente.

⁸ A coordenação do assentamento é composta pelos coordenadores dos grupos e por representantes dos setores de educação, produção etc.

A ocupação da área foi organizada por lideranças do MST e apoiada pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio. O INCRA já havia considerado que a Fazenda Queimadas era improdutiva. Mas, a direção do Sindicato não sabia como mobilizar as famílias para ocupar a área. Lideranças do MST realizaram um “trabalhado de formação” com famílias de municípios vizinhos, mobilizaram outras que tinham sido retiradas, por ordem judicial, de uma das fazendas de José Maranhão, para que juntamente com moradores da fazenda ocupassem as terras.

Com a criação do assentamento, em 1999, as famílias formaram a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Osiel Pereira (ATRAOP), que representava 150 famílias. O processo de criação da associação, assim como em muitos assentamentos do país, contou com o apoio de representantes do Sindicato, do INCRA e do MST. As primeiras ações apoiadas ou coordenadas pela associação foram a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e a ordenação social e espacial da área.

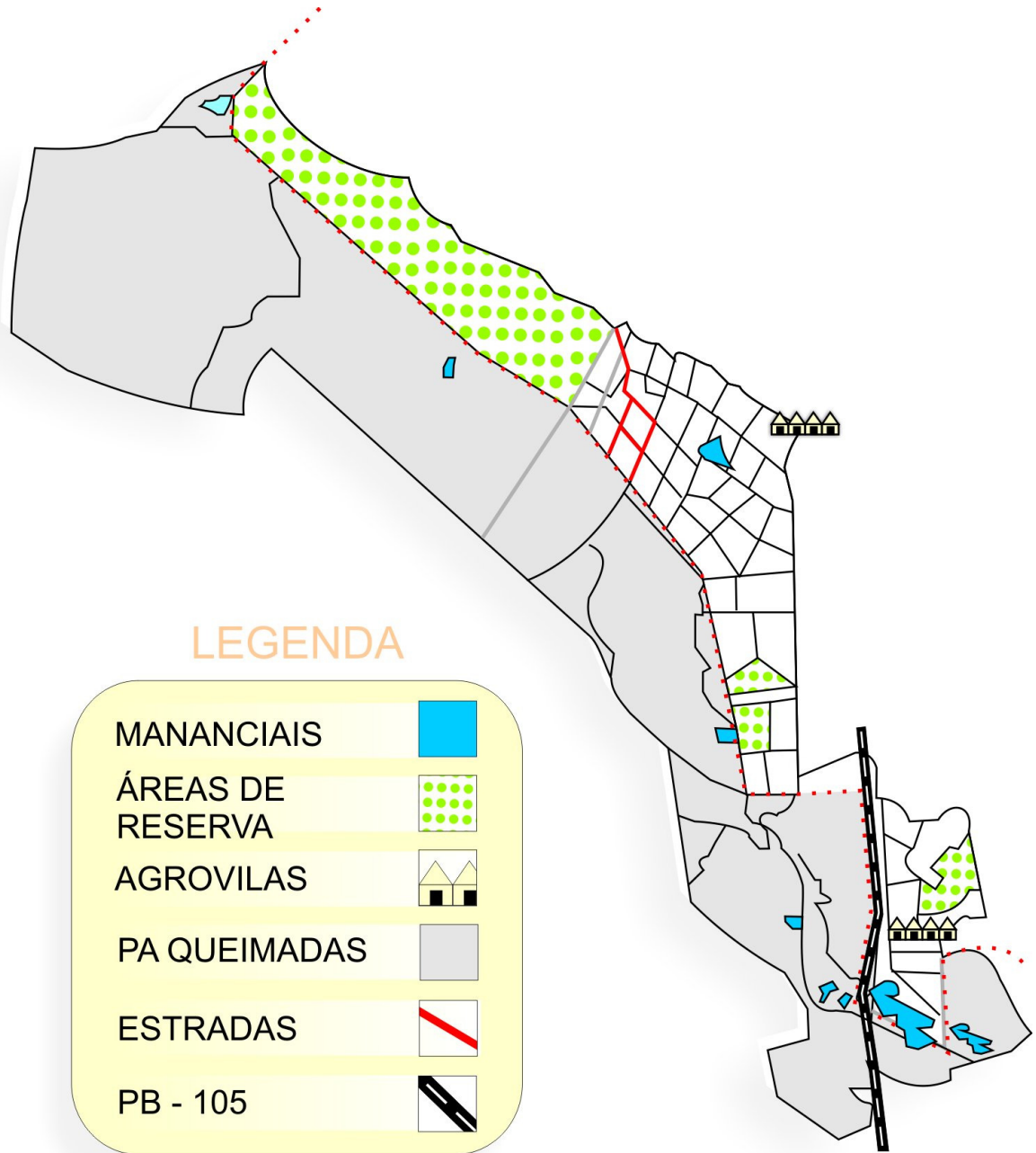
Devido à dificuldade de superar dos conflitos que envolviam as famílias assentadas, foi criada no início de 2002, com apoio e orientação de militantes do MST e representantes do INCRA, a Cooperativa Agropecuária do Assentamento Osiel Pereira Ltda. (COOPAP). A COOPAP passou a representar as famílias ligadas ao MST, inclusive nas audiências para a separação do assentamento.

Como os conflitos se agravavam a cada dia. O INCRA tomou a inédita decisão de apoiar a divisão do assentamento, formalizada no dia 27 de julho de 2002, e, conseqüente, a criação de um novo assentamento (Queimadas). As famílias ligadas ao MST ficaram no assentamento Osiel Pereira, que passou a ter 986,7253 ha (ver Figura 2) e 50 famílias assentadas. A sua localização foi significativamente alterada, dos 100 ha localizados no município de Areia (microrregião do Brejo), restaram apenas 30 ha e 956,7253 ha no município de Remígio (microrregião do Curimataú Ocidental).

Desde então a organização do assentamento passou a ser orientada pela cooperativa e pelos núcleos da família (Cajá, com 15 famílias; Pia com 15 famílias e Lagoa de Jogo, com 20 famílias). Existe também um grupo de mulheres que se reúne para fazer louças de barro e organizar a produção de plantas medicinais, e alguns ex-moradores fazem parte da Associação da Pia⁹, que possui sua sede fora do assentamento e congrega famílias da região.

⁹ As principais atividades da associação são organizar e manter a tradição de fabricar louças de barro e realizar festas nas principais datas comemorativas do ano (dia das Mães, dia dos Pais, Páscoa, Natal etc.).

Figura 2 – Área do PA Osiel Pereira



Fonte: Adaptado de Brasil (2000).

A presença de todos esses arranjos institucionais no assentamento se deve, em parte, à história de vida dos assentados. As famílias do núcleo Pia moravam na área e, portanto, se conhecem há muito tempo, possuem laços de amizade, parentesco e compadrio. As famílias do núcleo Cajá, apesar de serem de regiões diferentes, estão juntas desde a época da primeira ocupação da fazenda. Por sua vez, as famílias do núcleo Lagoa de Jogo chegaram por último e são oriundas de diferentes acampamentos organizados pela direção estadual do MST na microrregião do Curimataú.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Osiel Pereira¹⁰, assim, como no assentamento José Antônio Eufrosino, foi realizada pela ATECEL, com a parceria da Engenharia, Geoprocessamento e Recursos Hídricos Ltda. (ENGERH), e a colaboração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB) e do Banco do Nordeste (BNB).

O documento informa que seriam construídas três agrovilas no assentamento, cada uma com cinquenta famílias. Em relação ao processo produtivo, destaca a pecuária, a piscicultura, a apicultura, a avicultura (criação de galinha e frango caipira e codornas), a suinocultura, a caprinocultura, a ovinocultura, a bovinocultura; o plantio de palma e capim elefante; e a implantação de uma unidade piloto de abate de caprinos e ovinos; além disso, ressalta o desenvolvimento de atividades artesanais com o couro de caprinos que envolvam as mulheres e jovens do assentamento. Ao propor atividades artesanais com couro, os técnicos da ATECEL desconsideraram que as mulheres possuem grande experiência em fabricar louças de barro.

Os assentados ressaltam que o processo de elaboração do PDA foi muito complicado, acirrou os conflitos entre as famílias ligadas ao Sindicato e as ligadas ao MST (forasteiros) e deu início à divisão do assentamento. Como o Sindicato tinha o maior número de famílias, apenas uma assentada ligada ao MST acompanhou a elaboração do documento.

Segundo depoimentos, foi nessa ocasião que o Sindicato, que teve mais acesso à equipe da ATECEL que trabalhava no assentamento, começou a desarticular as ações empreendidas por militantes do MST no assentamento:

(...) eles [Sindicato] iam pra base, faziam a desarticulação do movimento. No começo o povo teve acesso ao PDA, viram o que seria plantado no assentamento. Foi feito um monte de levantamento. Depois o Sindicato conseguiu que a coordenadora se afastasse do grupo que estava ligado ao MST. Então, assim, eles não conseguiam mais se reunir com o povo, o povo perdeu a confiança neles.

¹⁰ O PDA foi elaborado antes da divisão do assentamento, por isso os dados se referem às 150 famílias e não a 50.

Basicamente eles fizeram o PDA do jeito que eles queriam, pediram apoio ao pessoal do Sindicato, eles disseram que a gente ia plantar isso aquilo (Assentada do núcleo Pia, ex-membro da diretoria da cooperativa, coordenadora do núcleo, membro do grupo de mulheres, e militante do MST).

A partir do momento em que o Sindicato tomou a frente dos debates, os técnicos da ATECEL não se dirigiam mais aos assentados e sim à diretoria do Sindicato que tinha a grande preocupação de expulsar as famílias ligadas ao MST e deixar o assentamento só para as famílias de Remígio. O resultado dessas ações foi o acirramento dos conflitos.

Ao final da elaboração do PDA, os assentados, principalmente os ligados ao MST, não concordaram com o documento. As opções disponibilizadas para a organização da produção não condiziam com as experiências das famílias e com as condições climáticas locais. As famílias que já moravam na propriedade foram contra e juntamente com os forasteiros não assinaram o documento.

De maneira, geral a elaboração do PDA foi marcada por desencontros e insatisfação dos assentados. A equipe da ATECEL entrou em contato com alguns assentados para formar uma equipe de trabalho, e insistiu em não discutir e debater com todos os assentados quais seriam as culturas e animais mais adequados para as condições do assentamento, levando em consideração as questões climáticas, a experiência agropecuária das famílias e a disponibilidade de assistência técnica.

A estratégia dos técnicos da ATECEL foi concluir, o mais rápido possível, o PDA. Então, para agilizar os trabalhos apresentou aos assentados algumas opções de atividades agropecuárias e argumentou que elas são as mais adequadas para a região, no caso, o semi-árido. Como o PDA é sempre elaborado no primeiro ano do assentamento, os assentados que auxiliaram a equipe técnica estavam mais preocupados em saber se iriam continuar no assentamento e quando seriam construídas as casas do que com a elaboração do PDA.

Na elaboração do PDA a associação não possibilitou a mobilização das famílias para que todas as questões referentes ao processo produtivo e à organização espacial do assentamento fossem discutidas. Deste modo, as ações não corresponderam às necessidades dos associados, e a instituição não foi capaz de superar os dilemas sociais, reduzir as incertezas e os custos sociais, pelo contrário, contribuiu para que os conflitos, as incertezas e os custos sociais aumentassem.

A primeira atividade agropecuária orientada pelo PDA a ter linha de crédito disponibilizada foi a criação de galinhas. Em 2004 as famílias receberam o crédito e adquiriram as galinhas. Porém, a criação foi um fracasso, quase todas as galinhas morreram.

Para que o prejuízo não fosse maior, as famílias venderam as galinhas que restaram para comprar bode.

Em 2005, a direção estadual do MST, através da COOPTECARA, firmou um convênio com o INCRA para a realização do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), para rever as incompatibilidades presentes no PDA. A elaboração do PRA mobilizou as famílias que, nos núcleos de família, apresentaram suas idéias e as atividades agropecuárias que acreditavam serem mais viáveis.

Os núcleos de família e a cooperativa desempenharam um importante papel na elaboração do PRA, reduziram os custos relacionados à mobilização das famílias e possibilitaram a superação dos dilemas sociais que entravaram as ações referentes à definição do PDA. Ao final de 2005, o documento foi aprovado e assinado por todos os assentados.

4. Considerações finais

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento é a primeira ação estruturante da vida social e produtiva dos assentados e uma das mais importantes. No entanto, o processo de elaboração do documento ocorre no período de conflitos e incertezas associados à permanência no assentamento e à apropriação dos recursos naturais que dificultam a mobilização e reunião das famílias para discutirem e tomarem decisões importantes (MIRANDA, 2007).

Além das dificuldades internas, a elaboração do PDA é realizada de maneira padronizada. O PDA dos assentamentos José Antônio Eufrosino e Osiel Pereira não representam os anseios e necessidades das famílias, ao contrário, são o resultado de decisões tomadas por poucos assentados que, muitas vezes, estão preocupados com outras questões e aceitam as argumentações dos técnicos responsáveis pelo trabalho que, por sua vez, procuram terminar o trabalho o mais rápido possível.

O descaso na elaboração do PDA é tão significativo que os documentos dos assentamentos em questão apresentam orientações praticamente idênticas. As formas de organização espacial recomendadas são as agrovilas a produção agropecuária orientada a receber financiamento é idêntica, e a maneira como o trabalho foi realizado também. A incompatibilidade dos dados do PDA com os interesses das famílias assentadas resulta no fracasso de uma ação que deveria estruturar ações a serem desempenhadas futuramente.

Não quero com isso isentar as famílias assentadas do processo de mediação existente com o Estado. Mas ressaltar que, devido à fragilidade (caráter puramente formal de

instituições como associações e cooperativas) ou a ausência de regras e normas que regulem os comportamentos individuais e coletivos, nos primeiros anos do assentamento, compromete o empreendimento de toda e qualquer ação que se proponha ser estruturante. A questão que salta aos olhos é se a maneira e o momento em que o PDA é elaborado são os mais adequados ou, se não seria o caso de, primeiramente, estabelecer as famílias para depois tentar orientar ações futuras.

Tendo em vistas todas as questões apresentadas conclui-se que a análise das políticas públicas de reforma agrária destinadas aos assentamentos rurais é imprecisa quando não se avalia o desenho das políticas, o modo e o momento em que é implementada e, especialmente, o papel desempenhado pelas instituições sociais, que representam as famílias assentadas, nos processos de tomada de decisão. Além disso, associações e cooperativas de assentamentos rurais influenciam, positivamente ou negativamente, na execução de políticas públicas.

5. Referências bibliográficas

BERGAMASCO, S. M. P. P. e CARMO, M. S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 21, n. 01, 1991. p. 60-68.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Osiel Pereira**. João Pessoa, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento José Antônio Eufrosino**. João Pessoa, 2002.

CARVALHO, H. M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária do Brasil**. Curitiba: IICA/NEAD, 1998.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B.; MIRANDA, R. S. Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006. CD-ROM.

DIMAGGIO, P. J. e POWELL, W. W. Introdução. In: POWELL, W. W. E DIMAGGIO, P. J. (Comp.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 33-75.

GALINDO, O. e MACEDO, W. Aspectos econômicos e sociais de alguns projetos de reforma agrária no Maranhão e no Ceará. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 7, n. 01, 1991, p. 21-35.

HALL, P. A. e TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Revista Lua Nova**, n. 58, 2003, p. 194-223.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas públicas estatais e atores políticos. **Revista Brasileira de Indicação Bibliográfica**, n. 43, 1997, p. 67-102.

MIRANDA, R. S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 01, 1998, p. 1-21.

_____. **Understanding institutional diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

PETERS, B. G. **El nuevo institucionalismo**: teoria institucional en ciencia política. Barcelona: Gedisa, 2003.

ROMERO, J. J. Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanías. In: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Comp.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 7-29.

SABOURIN, E. et al. Mudança Institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira: coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado. **Revista Raízes**, n. 20, 1999, p. 101-110.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003, p. 15-20.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, n. 16, 2006, p. 20-45.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**A PROPOSTA DE COOPERAÇÃO DO MST: O SISTEMA COOPERATIVISTA DOS
ASSENTADOS (SCA) OBJETIVOS E SUAS DIFERENTES MODALIDADES DE
COOPERAÇÃO**

Heldo Donat¹

Resumo

O processo de organização da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra leva em conta diversas possibilidades para o desenvolvimento da cooperação entre camponeses. O objetivo deste trabalho é apresentar as principais modalidades de organização cooperativa desenvolvidas pelo movimento, bem como também as características que marcam as mesmas, discutindo como cada modelo é proposto e em que momentos devem ser ampliadas e colocadas em prática.

Palavras chaves: MST; Ação Coletiva; Cooperação

1. Introdução

O trabalho de pesquisa que apresentamos é uma análise da cooperação tal como pensada pelo MST, procurando demonstrar as peculiaridades deste modelo e as modalidades que existem nos assentamentos, dando ênfase à questão do funcionamento de cada uma.

Para entender o funcionamento da cooperação do MST, apresentaremos anteriormente os objetivos do MST ao tentar introduzir o cooperativismo nos assentamentos, para depois mostrar, passo a passo, as diversas formas de organização da cooperação estimuladas pelo movimento como experiências para facilitar a introdução do cooperativismo nos assentamentos.

2. Os objetivos da cooperação via SCA

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) nasce com o objetivo de ser o meio fomentador do cooperativismo nos assentamentos apoiados pelo movimento, sendo ele responsável, tanto pela elaboração de projetos, quanto pela implementação da discussão com os assentados para buscar a melhor maneira de por em prática estes objetivos.

Esta nova perspectiva em relação ao cooperativismo que o MST busca construir, tem a

¹ Filiação Institucional: FECILCAM: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. ITEPA: Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária

pretensão de atingir o assentado, tanto na questão econômica, como também no seu desenvolvimento sócio-político. O “SCA nasceu para se especializar na organização da produção. Hoje ele aglutina e organiza os assentados, os representa politicamente, mobiliza-os, presta serviços, desenvolve a capacitação técnica e contribui com a organicidade do MST” (MST, 1998; 12).

Este novo sistema pretende representar um grande avanço rumo ao objetivo final que o movimento visa construir no meio rural. Ele visa possibilitar uma grande melhoria na qualidade de vida dos assentados, trazendo uma nova oportunidade de manutenção dos trabalhadores rurais na sua terra, desenvolver uma nova mentalidade para o homem do campo, politizando e ensinando uma forma de trabalhar a terra, onde o importante é o desenvolvimento de todo o grupo e não apenas de alguns indivíduos:

A cooperação agrícola não pode ser organizada apenas visando resolver o aspecto econômico, tendo em vista o estágio de desenvolvimento do capitalismo, a descapitalização dos assentados, as questões culturais, o custo de produção de alguns produtos etc. É preciso ter uma política ampla que possibilite levar em conta todos os problemas: econômicos, políticos e sociais, sabendo que nem tudo é possível resolver neste estágio de desenvolvimento (GUERRA, 1990; 146).

Neste sentido, o SCA tem alguns objetivos a realizar:

1) *Objetivos orgânicos*: estes se referem às formas de organizar os assentados, na sua ação política, fazendo com que cada vez mais gente se integre ao movimento. Isto deve fortalecer a base do MST. Para tanto, se deve liberar quadros para trabalhar em novas frentes, que vão ampliar a atuação do movimento, fomentar novos espaços de luta e programar as estratégias que vão nortear e dar sustentação econômica aos assentamentos. Precisa ainda financiar, dentro do possível, todos os projetos que devem ser construídos, e desenvolver a consciência política e social, para que o assentado possa perceber as vantagens que o trabalho coletivo pode trazer para o grupo.

2) *Objetivos sócio-políticos*: estes devem ser pensados no sentido de ser uma forma de resistência ao capitalismo. Não é possível construir um novo modelo agrário levando em conta somente a questão econômica, acreditando com isto que se esteja livre da exploração capitalista. O movimento pretende transformar as ações econômicas no campo, na defesa de toda a coletividade, fazendo disto uma luta política e ideológica, para servir de exemplo, mostrando com isto que. “A reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista do desenvolvimento econômico” (MST. 2005: 18).

Pretende usar isto como propaganda, para que a sociedade possa ver que a construção

de um mundo melhor é possível, conquistando desta forma novas alianças, unindo mais gente na luta pela reforma agrária, acumulando forças para a transformação da sociedade.

Outros objetivos imprescindíveis para o MST são: criar melhores condições de infraestrutura nos assentamentos, como moradia, energia elétrica, educação, cultura, etc. para, “contribuir para a construção do novo homem e da nova mulher. Pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros” (MST.1998. 13).

Isso possibilitará que, cada vez mais, o conjunto da sociedade perceba a necessidade da reforma agrária, e também compreenda a importância da luta do movimento, buscando a construção de um mundo com justiça social e igualdade de oportunidades.

3) *Objetivos econômicos*: os objetivos econômicos devem ser trabalhados no sentido de resolver os problemas das famílias assentadas, desenvolvendo a cooperação agrícola, para que se possa obter “sobras”, ou seja, resultados financeiros, aumentando o progresso econômico e social. Estas propostas devem estar de acordo com a realidade dos assentamentos, de forma que possam suprir as carências da agricultura familiar. Para isso deve se desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade de cada assentamento. (MST. 2001)

O movimento entende que a reforma agrária beneficia todo o conjunto da sociedade, pois ao resolver o problema do camponês e trazendo de volta ao campo o agricultor que foi expulso da terra, estará resolvendo também, ou pelo menos diminuindo a pobreza nas cidades.

3. As tarefas do SCA e as estratégias do MST

O Sistema Cooperativista dos Assentados tem como principal tarefa constituir a estrutura que vai dar sustentação ao projeto do MST. É ele que vai criar os mecanismos necessários, inclusive a sustentação financeira, para o processo de transformação pretendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este avalia que o SCA vai mostrar que a construção de uma nova sociedade com base em valores éticos e morais é possível, fazendo com que o capital perca sua força, dando lugar a uma nova forma de sociedade.

O SCA deve alimentar a esperança num futuro melhor, não só para os assentados no imediato, mas também para as gerações futuras:

Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, para toda a sociedade (MST, 1998; 10).

Com estas propostas, segundo o MST, será possível atrair as pessoas para o lado do movimento, para que cada vez mais pessoas passem a acreditar na sua luta, demonstrando que o que o movimento busca construir é algo novo; mas esse “novo” não é contra a sociedade, muito pelo contrário; vem justamente atender àquela parcela da população que hoje está fora da ação do Estado, que mais precisa ser valorizada, tendo minimamente os seus direitos de cidadania respeitados.

Também é tarefa do SCA demonstrar o bom desempenho dos assentamentos organizados segundo esses princípios, mostrar como eles têm propiciado uma vida melhor para aquelas famílias que antes estavam relegadas a um segundo plano nas periferias das grandes cidades, tendo agora estas mesmas famílias, o seu destino nas próprias mãos.

A questão da organização dos assentamentos também é fundamental para o crescimento do MST. Sem uma forte estrutura organizacional, não será possível manter o bom funcionamento dos assentamentos. O SCA deve ser construído partindo da base, isto é: os assentados devem perceber o que é necessário para o assentamento, pois somente quando todos se sentirem parte integrada de uma organização social, irão dar o devido valor, se esforçando para que cada vez mais a sociedade trilhe caminhos onde o importante é o ser humano e não o capital.

O MST entende que para ser possível construir uma nova sociedade, é preciso primeiro, construir uma nova maneira de se pensar o mundo, onde os valores cultuados devem levar em conta a sociedade como um todo, não privilegiando apenas a elite.

Desta maneira, o SCA deve desenvolver novos valores éticos e morais, participando e se integrando nas discussões do assentamento, trazendo isto para a convivência no dia a dia dos assentamentos:

Através da organicidade, que é a relação das diferentes dimensões da vida humana com as diferentes áreas de atuação da organização, da convivência social e política, é possível aprofundar e controlar os aspectos relacionados com o comportamento ético ou moral dos camponeses, tanto em relação à organização como também ao comportamento na vida social (...) (BOGO, 1999; 146).

Pautado nesta perspectiva, o SCA quer fomentar cada vez mais, no cotidiano dos assentamentos, esta nova maneira de ver o mundo, pois avalia que isso dá uma nova chance para aquelas pessoas que o capitalismo exclui.

Além das tarefas voltadas para os assentamentos, o SCA não deixa de ter uma preocupação com os problemas que enfrenta todo o povo brasileiro, pois ele entende que este

só será realmente forte quando toda a sociedade brasileira tiver também os seus direitos mínimos de cidadania: “Precisamos desenvolver a consciência de nação e de pátria a partir dos interesses da classe trabalhadora. O Brasil tem que ser do povo brasileiro, ele é nosso. Só assim faremos frente à globalização” (MST, 1999; 28).

O MST entende que somente trabalhando um projeto para todo o povo brasileiro é que será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. Não é possível trabalhar somente a causa dos trabalhadores da agricultura, pois sozinho, o MST não atingirá seus objetivos. A estratégia está voltada para que uma nova sociedade surja da luta de todos os trabalhadores, e que, portanto, como parte integrante da nação brasileira, o MST estará solidário com todas as causas que envolvam os trabalhadores do Brasil.

4. As diversas formas de cooperação do SCA e suas funções

Para produzir este texto, utilizamos cartilhas do MST (MST, 1995, 1998, 1999, 2001,) que descreve os modelos de cooperação existente nos assentamentos, como também o texto *Associativismo de produção na agricultura* (GUERRA, 1990; 115-181) o qual discute detalhadamente cada modelo e sua função.

O Sistema Cooperativista dos Assentados trabalha com as mais diversas formas de cooperação, sendo toda e qualquer maneira muito bem vinda. Essas formas vão desde as mais simples até as mais complexas. O importante é o ato de cooperar, é esta ação que é vista como o meio necessário para o desenvolvimento de uma nova maneira de se conceber a ação coletiva. Assim sendo, vamos mostrar a seguir as principais formas de cooperação praticadas nos assentamentos acompanhados pelo MST.

Mutirão, puxirão, troca de serviços:

Esta é a forma mais simples de cooperar. Ela é praticada naqueles momentos de muito apuro, quando uma grande tarefa deve ser feita em um curto espaço de tempo. Para tanto, os vizinhos, amigos ou parentes se unem para realizar essa determinada tarefa. Esta forma de trabalho funciona de acordo com as necessidades de cada agricultor.

Núcleo de produção:

Neste caso, alguns assentados se unem para trabalhar com uma determinada linha de produção, que tem por finalidade aumentar o volume da produção (leite, hortaliças, etc.), para obter uma renda maior e também maior facilidade para a comercialização.

É uma experiência ainda nova, em fase de implantação. Busca juntar famílias que têm algumas características em comum, como vizinhança, parentesco ou linha de interesse. Está

sendo utilizada naqueles assentamentos que ainda trabalham de forma individual e que não tiveram uma experiência com a cooperação, ou tem dificuldade em buscar uma forma de cooperação mais avançada. Trata-se de uma experiência que pode demonstrar as vantagens da cooperação, como Kautsky (1986) o recomendava.

Nesse caso, a terra, o trabalho, o capital e o planejamento da produção continuam de forma individual e familiar. A moradia tanto pode estar no lote individual como em agrovila, dependendo das condições. Quanto aos aspectos legais, os grupos ou famílias fazem parte de cooperativas de prestação de serviços regionais ou de grandes associações, funcionando como instâncias das mesmas, não tendo registro legal autônomo; eventualmente podem estar organizados somente em grupos de famílias.

Associações:

Podem ser de vários tipos, como de transporte, comercialização, benfeitorias, aquisição de animais, máquinas agrícolas, etc. As associações apenas prestam serviços de interesse comum, têm por finalidade facilitar o trabalho de todos os membros do grupo, como também diminuir os custos de determinadas atividades que, sendo trabalhadas individualmente, seriam muito onerosas.

As associações podem trabalhar com diversas áreas de atuação, sendo formadas por pessoas que se juntam para buscar soluções para os problemas que dificilmente resolveriam sozinhas; a mais presente nos assentamentos é a associação de máquina. A terra é em parte destinada ao grupo coletivo e em parte ao uso individual, sendo que a proporção destinada a um ou a outro varia de grupo para grupo. O capital, da mesma forma, é repartido de acordo com a proposta da associação. As atividades já apresentam algum grau de divisão social do trabalho, o tempo é dividido entre a área coletiva e os lotes individuais, estabelecendo-se condições para isso.

Nesta forma de organização, as moradias ficam normalmente em agrovilas, podendo em alguns casos permanecer nos lotes individuais, dependendo da decisão dos assentados.

Grupos semi coletivos:

Este modelo de associação é trabalhado tanto em lotes individuais quanto coletivos. Nos lotes individuais é produzida normalmente a subsistência; já os lotes coletivos têm uma ou duas linhas de produção, voltadas para o mercado.

Esta experiência de cooperação na produção foi muito utilizada no período de 85 a 88. Com o tempo foi se reduzindo, dando lugar a outras formas de associação mais completas. Na prática, esta forma de cooperação não alcançou os objetivos desejados, por ficar marcada a contradição entre os interesses particulares com os coletivos. Ou estes grupos avançam para

formas mais avançadas ou retrocedem para o individual. Os procedimentos em relação ao trabalho, terra, capital, planejamento e moradia, seguem os mesmos moldes da associação.

Quanto ao aspecto legal, os grupos semicoletivos têm sido organizados de várias maneiras, registrados formalmente ou sem registro, segundo o modelo elaborado livremente por cada assentamento.

Grupos de ação coletiva

Nestes casos, a produção é toda coletivizada, tendo seu estatuto e seu regimento interno, porém esses grupos não são registrados em cartório. A comercialização é realizada em conjunto, sempre no nome de cada assentado, pois a escritura ainda é individual.

Os grupos de ação coletiva, para o MST, representam um passo a mais na organização da produção. Seus membros já possuem um grau de conscientização política bastante elevada, o que pode facilitar a organização; cada sócio compreende seu papel dentro do trabalho cooperativo. As famílias que buscam este tipo de cooperação estão dispostas a exercerem ativamente seu papel político dentro do MST, tanto no desenvolvimento da agricultura familiar como na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O título da terra está no nome do membro do grupo. O que não é feito neste caso é a divisão dos lotes, os quais ficam sob controle do coletivo, sendo em alguns casos reservados pequenos lotes para a agricultura de subsistência. Todo e qualquer investimento é feito coletivamente, não é realizada nenhuma atividade econômica fora do grupo de cooperação. Nestas experiências, como já existe uma conscientização maior, o trabalho é realizado coletivamente, existindo uma divisão do trabalho social, onde todas as atividades realizadas passam por um planejamento prévio. Os grupos são divididos por setores. Cada indivíduo terá a sua função específica dentro do grupo. O planejamento da produção passa sempre por uma ampla discussão pelo coletivo dos sócios, cabendo a palavra final à assembléia. A construção das moradias se dá em agrovilas, pelo fato de não haver a divisão dos lotes.

Estes grupos não possuem registro formal, não precisam ser legalizados, o que não significa que dispensam organização e controle. Possuem regimento interno e registram suas decisões, com normas regulamentando seu funcionamento.

Esta forma de organização tem sido uma experiência importante como exercício prático, na busca de um modelo totalmente coletivizado. Serve de exemplo para que outros grupos busquem formas mais complexas de cooperação, sendo este modelo o que mais tem avançado na direção da formação das cooperativas de produção agropecuária (CPA).

Cooperativas de Prestação de Serviços de um assentamento (CPS):

Neste caso, já se trata de verdadeiras cooperativas que trabalham para dar sustentação

às outras formas de cooperação, e aos assentados que produzem no lote familiar. Elas vão ajudar tanto na comercialização dos produtos, como também na assistência técnica, no fornecimento de insumos agrícolas e ainda fabricando algum produto do interesse dos assentados.

Este modelo vai servir basicamente para dar apoio logístico para os assentamentos, sendo importante na definição das estratégias; vai ser fundamental nos novos assentamentos, pois será o primeiro tipo de verdadeira cooperativa funcionando na prática.

Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR):

São cooperativas que abrangem uma região, fazendo parte dela vários assentamentos. Esta é a principal característica de uma CPSR, pois, na sua área de atuação, segue o mesmo caminho e atua nas mesmas áreas que a cooperativa de prestação de serviços.

A CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) e a CPSR são cooperativas que têm as mesmas formas de atuação, diferenciando-se somente pela suas áreas de abrangências. Elas não possuem terras, pois como prestadoras de serviços, não trabalham diretamente com a produção nos assentamentos. O capital social é controlado pela cooperativa, as sobras (ou renda) são distribuídas entre os sócios.

Cooperativas de Crédito:

Têm como finalidade fazer com que o dinheiro dos assentados circule entre os próprios assentados, e com isto oferecer juros mais acessíveis para os mesmos, estando todas elas ligadas ao SICREDI, (Sistema de Crédito Cooperativo) que é o banco das cooperativas de todo o Brasil.

Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS):

Tem como proposta planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção de forma coletiva, além de oferecer os mesmos serviços para várias linhas desenvolvidas nos lotes familiares dos assentados.

Este modelo é uma forma de transição entre a CPS (Cooperativa de Prestação de Serviços) e a CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária); ela começa quando uma cooperativa de prestação de serviço busca novas formas de trabalhar, partindo para a produção.

Pode ser classificado em dois tipos:

a) O mais simples, onde a cooperativa começa a trabalhar tanto na prestação de serviços como também na produção. Isto ocorre quando a cooperativa atinge certo grau de desenvolvimento econômico, começando a industrializar algum produto dos assentados ou até mesmo de terceiros.

b) O nível mais avançado é uma combinação entre o interesse do coletivo e o interesse dos indivíduos. A cooperativa vai trabalhar com parte da produção centralizada nela e outra parte ficando com os sócios. É um modelo mais próximo daquele pretendido pelo MST como modelo ideal. Nesta forma de cooperação, a terra pode tanto ser totalmente coletivizada, como parcialmente coletivizada, uma parte ficando individual. Quanto ao capital, deve ser centralizado na cooperativa. O trabalho pode ser realizado de duas formas. No primeiro caso, o trabalho é coletivizado, e cada núcleo da cooperativa disponibiliza a mão de obra necessária para a realização das atividades de produção. No segundo caso, a mão de obra é assalariada, incorporando um associado para cada posto de trabalho; esta segunda forma é mais simples do ponto de vista da organização e mais complexa quanto à questão jurídica, por causa do vínculo empregatício (os encargos sociais devem ser garantidos de acordo com a CLT).

Quanto ao planejamento da produção, ele é centralizado, decidindo-se o que deve ser produzido para o mercado e o que será produzido pelos associados nas diversas formas de cooperação, pois este modelo de cooperativa pode tanto trabalhar com um grupo de pessoas individuais, com uma cooperativa ou com várias cooperativas.

Quanto aos aspectos legais, a CPPS segue as leis que regulamentam as cooperativas; é registrada na junta comercial, pois é uma empresa com fim econômico, fiscalizada pelo governo, e sofrem um controle muito maior que os grupos e associações.

Cooperativa de produção agropecuária (CPA):

É a “menina dos olhos” do MST, a forma final de cooperativismo que o movimento pretende implantar em seus assentamentos. Este modelo é totalmente coletivizado, desde as terras que ficam de posse da cooperativa, de propriedade social, até a produção, onde os sócios trabalham e repartem as sobras entre si, conforme o trabalho aportado por cada um.

A história da cooperativa de produção agropecuária começa a partir de 1989, como forma de experiência do MST, tendo muitas características de uma associação coletiva; a principal diferença é a sua personalidade jurídica, porque este modelo deve ser regido pela legislação cooperativista brasileira.

A complexidade da CPA se deve às dificuldades que são inerentes a esta forma de cooperativismo. Além de toda a questão burocrática com a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, existem outros fatores que devem fazer parte dela: a terra deve ser totalmente coletiva, ela deve ser situada numa área estratégica para o movimento, formar novos líderes e também liberá-los para continuarem a luta.

Nos estados do sul, já existem algumas dessas cooperativas, inclusive com o título da terra em nome da cooperativa.

A questão fundamental nesta forma de cooperação diz respeito à formação dos associados. O MST entende que para que estas cooperativas alcancem seus objetivos, cada sócio deve saber claramente como funciona e quais objetivos devem ser atingidos. “Compreendemos que as mudanças resultam de uma sucessão e acumulação de micro transformações que estão ocorrendo no assentamento. E, isso, acreditamos ser de fundamental importância para a evolução das ações coletivas ali em desenvolvimento” (LAZZARETTI, 2000; 169).

Assim, cada assentado deve saber que ele é “mais um” na luta muito maior que o movimento tem pela frente, devendo estar disposto a continuar defendendo os interesses de todos que ainda não conquistaram a sua terra.

5. Considerações

A organização da cooperação nos assentamentos da reforma agrária é uma temática latente para o MST. Neste sentido este trabalho pretende contribuir para o desenvolvimento da cooperação, bem como possibilitar a discussão da viabilidade ou não de processos cooperativos.

Acreditamos que a cooperação só é possível, partindo das necessidades dos assentados e o modelo a ser implementado, deve estar de acordo com a situação de cada assentamento, pois não existe receita pronta para a cooperação, é preciso construir cada etapa levando em conta as perspectivas de quem está envolvido com os problemas, visto que a cooperação deve ser o meio de se buscar soluções e não de trazer novos problemas.

6. Referências bibliográficas

BOGO, A. **Lições de luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999.

GUERRA, J. S. **Associativismo de produção na agricultura**. São Paulo: Perceu Abramo, 1990.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **Como organizar os assentamentos individuais**. São Paulo, 1995.

_____. **Marcha nacional pela reforma agrária**. V mutirão nacional de Formação, São Paulo, 2005.

_____. O que levar em conta para a organização do assentamento. **Caderno de cooperação agrícola**, n. 10, São Paulo, maio 2001.

_____. Trabalho de base. **Cartilha n. 4**, março de 1999.

_____ Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de cooperação agrícola**. n. 5, São Paulo, junho de 1998.

LAZZARETTI, M. A. **Processos de ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: o caso do assentamento Massangana III**. Campina Grande. Dissertação de (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

ARAGUAIA-TOCANTINS – FRAGMENTOS DE 20 ANOS DE LUTA PELA TERRA

Rogério Almeida¹

Resumo

O presente artigo recupera momentos da trajetória camponesa no sudeste do Pará. O mesmo recompõe fragmentos de duas décadas (1987-2007) de história da luta pela terra na região em foco, a partir da criação do primeiro Projeto de Assentamento da região, o PA Castanhal Araras, localizado no município de São João do Araguaia. A partir de tal episódio o autor aborda as mediações por que passaram as entidades de representação camponesa, até se afirmar como o sujeito econômico, político e social numa área de fronteira na Amazônia.

Palavras-chave: Campesinato; Território; Amazônia

1. Introdução

É lugar comum dedicar aos anos redondos algumas linhas. Seja no sentido de exaltar ou de oposição. No ano de 2007 alguns fatos relacionados com a luta pela terra no Pará somam duas décadas. Faz 20 anos que o primeiro projeto de assentamento (PA) da reforma agrária no sudeste do Pará foi criado, o Castanhal Araras, no município de São João do Araguaia.

Mesmo tempo do assassinato do advogado ligado ao PC do B, o deputado Paulo Fonteles, reconhecido pela militância junto aos camponeses (as). Ao longo das duas décadas ocorreu no sul e sudeste do Pará uma reconfiguração que passa pela dimensão física, política, social e econômica, com a efetivação do campesinato na fronteira.

Período igual de vida tem a obra *Oligarquia dos Castanhais*, assinada pela professora Marília Emmi, da Universidade Federal do Pará (UFPA). A dissertação de mestrado defendida no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), sob a orientação do professor Jean Hébert, recupera que elementos políticos, sociais, jurídicos e econômicos concorreram para a construção da oligarquia no sudeste paraense.

Ainda hoje a obra é leitura indicada aos que buscam compreender a aguda disputa pelos recursos naturais e território na região celebrizada sob a lente triste onde mais se matou

¹ Graduado em comunicação social, mestre em planejamento pelo NAEA/UFPA, autor do livro *Araguaia-Tocantins: fios de uma História camponesa/2006*. Colabora com a rede www.forumcarajas.org.br e é articulista do IBASE/RJ e Ecodebate.

camponeses no Brasil. Na fronteira agro-mineral concorrem índios, empresas mineradoras, fazendeiros, madeireiros, camponeses de toda ordem, com terra ou ocupantes e garimpeiros. Ao longo dos séculos é o extrativismo que tem regido o diapasão da economia amazônica, ou saque, como preferem alguns. É o almoxarifado a condição irreversível da região? Cá aflui a tecnologia de ponta de uma das principais mineradoras do mundo, a Companhia Vale do Rio do Doce (CVRD), com formas rudimentares de cultivo. *Locus* onde não raro trabalhadores são libertados aos montes do cativo da terra, escravizados para amansar a floresta, que cede cada vez mais lugar ao gado e a monoculturas.

Na região a floresta arde em carvoarias para a produção de carvão vegetal que alimenta siderurgias no Maranhão e Pará. Pedaco de chão onde se agita um “movimento” separatista ancorado num discurso emocional, que visa ao calor de cada eleição a criação do estado de Carajás. O mesmo se dá a oeste e sul do Maranhão. Uma terra marcada por passivos de todos os vernizes.

Numa viagem no quente rincão, em todos os sentidos, assalta-nos uma paisagem de terra arrasada. Nas serrarias montanhas de resíduos de madeira ladeiam as oficinas. Nas rodovias estaduais e federais cerca e pasto entediam qualquer viajante. Ao longe o gado busca sombra sob a torre de alta tensão do linhão da hidrelétrica de Tucuruí, que alimenta empresas de produção de alumínio no município de Barcarena, no Pará, controladas pela CVRD, e na capital do Maranhão, São Luís, de propriedade da estadunidense ALCOA.

Uma foto em 3X4 do que foi a conquista da fronteira, baseada em pólos de produção: madeira, gado, energia, mineração e siderurgia. Estado e o capital nacional e internacional dançavam de mãos dadas numa trilha sonora econômica marcada pelo planejamento pragmático.

2. Terra arrasada- dias de luta

Para que um território seja construído outro deve fenecer. Tem sido assim ao longo das eras a eterna construção e a desconstrução dos territórios e a alternância de poder. Assim, sob o decreto de número 3938, no dia 15 de janeiro de 1987, numa área de 5.058.4728 hectares foram assentadas 92 famílias do que veio a ser o primeiro PA da reforma agrária no sudeste do Pará, o Castanhal Araras, localizado no município de São João do Araguaia. Dava-se o início da desconstrução do que ficou conhecido como polígono dos castanhaias.

Fruto de atos de ocupação por posseiros da terra indígena do povo gavião e inúmeros acampamentos em órgãos públicos.

Cupuaçu, castanha do Pará, pupunha, açaí constavam na flora do lugar. Um experimento de modelo de organização social e política através de fomento de caixa agrícola, organização de movimento de mulheres, realização de festival ecológico foram realizados no PA Araras, 40 km de Marabá. A ONG Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) foi um dos principais animadores no PA.

Pelo pioneirismo a comunidade acabou por servir de berço a vários dirigentes que ocuparam e ainda ocupam cargos na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri) e na central de cooperativas da região. Conseguiu eleger vereadores e até um vice-prefeito. A experiência de Araras se alastrou para os municípios vizinhos de Nova Ipixuna e Eldorado do Carajás.

O prognóstico na fronteira não previa a permanência do campesinato. Sucedia afirmar que o mesmo seguiria em itinerância cedendo lugar à “eficiência capitalista”. Mas, o que se desnudou no sudeste seguiu o sentido contrário. Até fevereiro de 2006 a Superintendência Regional (SR) 27 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contabilizava 450 PA's no sudeste e sul do Pará, além de cem áreas em avaliação para desapropriação.

O universo de 58.152 famílias se espria por 14.753419.1623 hectares, o que corresponde a 52% do território de 36 municípios do sul e sudeste do Pará, gerenciados pela SR-27, INCRA de Marabá. Os dados do INCRA indicam um déficit a menor de 26.909 famílias. À primeira vista tem terra sobrando. Então o que falta para ocorrer a distensão? Sabe-se que cortar a terra (demarcar) é apenas um passo.

Mas, há como inverter a agenda de pesquisa dos institutos, coadunar ações conjuntas das diferentes esferas do poder público com vistas a melhorar a qualidade de vida do assentado (a), ainda preta de precariedade? Defende-se que a região deva ser ocupada por cientistas, que o conhecimento preceda os sistemas de uso dos recursos naturais, mas questiona-se: que ciência cara pálida, para quem?

Aos alinhados ao capitalismo agrário, não tem sentido a efetivação de PA's, aos olhos deles, uma mera representação do atraso ou favelas rurais, como preferem.

A territorialização camponesa iniciada ao apagar da luzes da década de 1980, além da dimensão física registra a construção de representações políticas e institucionais. Como a efetivação de uma regional da FETAGRI, o MST e a recentemente criada Federação dos

Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (FETRAF). Trata-se de uma cidadania conquistada e não concedida, que ultrapassa os limites da mera análise física da reconfiguração da região. Considera-se prudente ponderar sobre o reconhecimento político, social e econômico da categoria.

Tem-se registro da Escola Família Agricultura (EFA) dedicada aos filhos (as) dos assentados (as), com sede em Marabá, a edificação de cooperativas e associações de produtores e prestadoras de assistência técnica, aos moldes da COOPSERVIÇOS, ligada à Fetagri, bem como a mobilização de uma organização de combate a impunidade no campo, como o Comitê Rio Maria. Instituição que conseguiu levar a julgamento os assassinos dos militantes Expedito Ribeiro e João Canuto, ainda que a luta tenha ultrapassado a casa de uma década. Mas, a naturalização das mortes de camponeses (as) e a impunidade tem sido a regra. Ainda na esfera da educação a primeira turma de Pedagogia foi formada ano de 2006, e encontra-se em curso primeira turma de Agronomia, com o debate da formação de uma turma de Letras. Ainda que insuficientes tem-se políticas de crédito para fomento, produção e moradia. Como se nota, são direitos garantidos pela Constituição e somente efetivados através de mobilizações. O que há demoníaco nisso? Qual o sentido da parcialidade nos meios de comunicação de massa sobre a ação da categoria, o de criminalizar a ação da mesma? Os ricos fazem *lobby*, os marginais mobilização.

A memória é outra dimensão do processo de territorialização, como a nomeação de PA's e ocupações com nomes que lembram chacinas e mortos na disputa pela terra. A exemplo do PA 17 de Abril, em memória do Massacre de Eldorado, Paulo Fontelles, Gabriel Pimenta, ambos advogados, José Dutra da Costa (Dezinho), militante da FETAGRI assassinado em 2000, no município de Rondon do Pará, a ocupação 26 de Março, que homenageia os militantes assassinados do MST "Fusquinha" e "Doutor", PA Pe Josimo Tavares, PA Expedito Ribeiro, entre tantos. Registre-se ainda que locais marcados por chacinas de posseiros na década de 1980, a mais sangrenta, são hoje PA's, como o Castanhal Cuxiú e Ubá e a fazenda Princesa.

Na dimensão política tem-se a exoneração de dois superintendentes do INCRA de Marabá, Petrus Emile Abi-Abib e Victor Hugo da Paixão. Bem como a participação dos representantes dos assentados no processo de definição do Programa Operacional (PO) da SR-27 que até 1997 era definido a portas fechadas entre prefeitos e técnicos do INCRA. Verifica-se a participação dos dirigentes na disputa por cargos nos legislativos e executivos municipais, que tensiona o *status quo* nos rincões.

Se antes não se decidia um pleito eleitoral sem a mediação da família Mutran, -o tronco familiar com maior robustez no tempo dos castanhais- registra-se nos dias de hoje um refluxo. Atualmente não tem nenhuma representante na Câmara Municipal de Marabá, e não goza de quase nenhuma influência nos pleitos do executivo. Na derradeira eleição a representante da família, a ex-deputada estadual Cristina Mutran, saiu como vice numa chapa encabeçada por também ex-deputada estadual Elza Miranda, que conseguiu somente o terceiro lugar.

Registra-se ainda a perda do único assento na Assembléia Legislativa. A fazenda Peruano, localizada no município de Eldorado do Carajás e a Cabaceiras, localizada no município de Marabá estão ocupadas pelo MST. As mesmas constam no livro da “lista suja” do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT), assim como a Mutamba. A fazenda Cedro também em Marabá foi repassada ao banqueiro Daniel Dantas, que tem adquirido inúmeras fazendas na região com o maior rebanho de gado do Pará.

Se nas décadas pretéritas o universo camponês do sudeste paraense era povoado por vários mediadores, como a Igreja Católica através de suas Pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), o Movimento de Educação de Base (MEB), partidos políticos legítimos e clandestinos, ONG’s, Universidade Federal via o programa do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), tem-se hoje uma apropriação do discurso pelo próprio ator social, o camponês, motivo de inquietação de um cipoal de pesquisas.

Sublinhe-se que no início da desapropriação dos castanhais era o ministro da reforma agrária nada mais, nada menos que o senhor Jader Barbalho, no então governo do presidente José Sarney, instantes da redemocratização do país. A corda e a caçamba. A pasta da comunicação tinha como titular o finado ACM. Era ou não era uma linha de ataque capaz de causar terror a qualquer defesa? Cumpre pontuar que o processo serviu mais para oxigenar a vida econômica dos coronéis, onde a luta dos posseiros de São João do Araguaia foi assim desvirtuada do seu sentido original.

Dias em que os latifundiários mobilizados no que ficou conhecido como “Centrão” fez radical oposição ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Radicalização que ganhou aspectos de esquadrão da morte através de sua entidade de representação, a União Democrática Ruralista (UDR), que tinha (tem) como timoneiro o goiano Ronaldo Caiado. O Bico do Papagaio, sudeste do Pará, oeste do Maranhão e o norte do atual estado do Tocantins, saiu do anonimato neste período. Região imortalizada pelas inúmeras chacinas e execuções de camponeses (as) e seus pares.

3. Números da luta e institucionalidades

Nos anos de 1987/1988 foram desapropriados 24 áreas/castanhais para fins de reforma agrária. Já entre 1989 a 1991 experimenta-se um imobilismo com a efetivação somente de sete PA's. Ao se investigar o período que compreende entre 1992 a 1995 são criados 33 PA's. É a ação reativa do Estado ante o Massacre de Eldorado de Carajás que ativa a criação massiva de PA's na região. No período entre 1996 a 1999 são criados 202 PA's, 44.8% do total de 450 PA's. Dias do governo de Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu numerosas áreas ocupadas na Amazônia como PA. Trata-se de reforma agrária ou regularização fundiária?

Já entre 2000 a 2005 criam-se 184 PA's, o que equivale a 40.8%. O Massacre de Eldorado do Carajás é o estopim para efetivação de inúmeras instituições. No momento o posto avançado do INCRA ganha o *status* de superintendência regional, Polícia Federal e Ministério Público Federal são instalados na tensa fronteira amazônica. Mesmo modelo realizado no Xingu após o assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, região para onde se desloca a violência antes concentrada no sul e sudeste do estado.

Se num sentido na década de 1990 por vários fatores internos, como a luta pela terra e as chacinas de Corumbiara, Rondônia (1995) e o Massacre de Eldorado do Carajás, Pará (1996), e a externos, como a política mitigadora de reforma agrária do Banco Mundial, com vistas a assanhar o mercado de terras e a distensionar a luta pela terra na América Latina, Ásia e África o tema da reforma agrária vigorou na agenda política do governo; em oposição os eixos de integração desenhados pela macro-política econômica (energia, comunicação e transporte) operaram no sentido oposto da demanda dos movimentos sociais do campo.

Efetiva-se em sua contradição a territorialização camponesa, marcada por pelo menos em dois pilares. O de semblante camponês, a luta pela terra; e o segundo pelo processo capitalista, com a mercantilização da terra em detrimento de sua função social, como desejavam os camponeses (as) e pares.

Interroga-se: INCRA e as entidades de classe dos trabalhadores (as) possuem pernas para administrar o vasto universo de assentamentos? Sabe-se que o apogeu da ação comunitária da luta camponesa dá-se no processo de organização e ocupação de áreas consideradas improdutivas, e que ao "cortar a terra" verifica-se o retorno da cultura do individualismo. Realidade tanto ativada pelas políticas públicas, quanto pela cada vez mais

presente igrejas neo-pentecostais em ocupações e assentamentos, que ancoram o seu discurso numa perspectiva da prosperidade individual.

Como reflete o poeta Leminski, “problema tem família grande”. É certo que ocorre ainda a crise de legitimidade de dirigentes e entidades de representação de classe, disputas internas, processo de diferenciação no interior de ocupações e assentamentos. E ainda a presença de pessoas consideradas “infiltradas” do Estado e do setor privado que monitoram as ações nas áreas, como registrado no ano de 2001, quando um serviço do Exército Brasileiro foi descortinado em Marabá. O mesmo tinha a missão de monitorar a agenda das entidades ligadas à defesa da reforma agrária, meio ambiente e direitos humanos. Ainda que tenha havido uma audiência pública em Marabá através da Câmara Federal, nunca mais se ouviu falar no assunto e não se tem conhecimento de algum desfecho.

No mesmo ano ocorreu um recrudescimento da violência pública e privada na região, com registro de inúmeras mortes, prisão de dirigentes e uma sistemática ação de reintegração de posse. É a precariedade uma marca do universo camponês, que muitas vezes não resiste e repassa seus lotes a comerciantes, médios e pequenos produtores, que reconstróem os minifúndios. Sabe-se de casos de fazendeiros oferecendo suas terras para desapropriação no INCRA.

Na imbricada engrenagem da delicada questão fundiária amazônica quem ganha com a efetivação de tantos PA's ? E a massa de camponeses (as) terá capacidade de construir um modelo de desenvolvimento a partir dos PA's? Será possível a definição de políticas para a região sem uma regularização fundiária, sem um zoneamento econômico e ecológico? A sobreposição marca a cartografia do lugar, com PA's em áreas indígenas, por exemplo.

É certa a conquista política da categoria ante o Estado marcado pelo autoritarismo numa área de fronteira militarizada por longos anos. Migração espontânea e estimulada através de projetos de colonização oficial e privado, grandes projetos e garimpos são fatores pontuados como estimuladores da migração na região. Impregnada de maranhenses, estado considerado o principal exportador de tensão social do país, como reflete o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Dos 19 mortos do Massacre de Eldorado do Carajás, 11 eram do Maranhão. Eles (as) estão nos PA's, na coordenação de entidades de classe. São alvos de preconceito na região através de piadas que os relacionam a questões pejorativas. Mesmo preconceito existente entre paraenses e amazonenses. Mesmo tratamento pejorativo que ganha relevo nos meios de

comunicação regionais quando tratam da luta pela terra, onde “sem terra” é relacionado a coisas desagradáveis.

Ainda não se tem notícia da construção de um espaço de visibilidade para produção camponesa, como o fez o latifundiário, que celebra seus bois há mais de duas décadas, na principal feira agropecuária regional, a de Marabá.

Eis o posseiro alçado a condição de assentado da reforma agrária, reconhecido pelo Estado. Fato que inverteu o cotidiano das entidades de representação dos camponeses, com agenda repleta de reuniões com órgãos públicos, guinando-as a uma tarefa burocratizada em detrimento de uma agenda política.

Em meio à criação do Distrito Florestal de Carajás, ainda um bicho anuviado no horizonte, que à primeira vista soa como um mero socorro aos produtores de gusa que ao longo de duas décadas corroboraram no desflorestamento da região e não cumpriram acordos no sentido oposto. Prestes a tornar o mundo degradado em monocultura de eucalipto.

Uma vez mais o socorro vem do Estado, desta feita via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes foi a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atual Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), a bengala do capital privado.

4. Referências bibliográficas

ACEVEDO MARIN, R. E. Conflitos Agrários no Pará. In: FONTES, E. (Org.). **Contando a história do Pará**. v. 2. Belém: Emotion, 2002, p. 211-262.

ANDRIOLI, A. I. A reforma agrária e o governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade, **Revista Espaço Acadêmico**, n. 31, 2003.

ADRIANCE, M. C. **Terra prometida**: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais. São Paulo: Edições Paulinas, 1996.

ALMEIDA, A W. B. Movimentos sociais e crises dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M. **Amazônia e a crise da modernização**: universalização e localismo. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1994. p.521-537.

_____. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA, P. e OLIVERIA, A. E. (Orgs.). **Amazônia a fronteira agrícola**: 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.

_____. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990). **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, 90/100, 1989.

_____. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005. p. 84-92.

ALMEIDA, R. H. **Apanhados do chão**: História recente do campesinato do sudeste do Pará. Belém: FIPAM/NAEA/UFPA, 2004.

_____. Araguaia-Tocantins: fios de uma História camponesa. **Fórum Carajás**, São Luís, 2006.

BECKER, B. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. In: LÉNA, P. e OLIVERIA, A. E (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 333-351.

CARVALHO, H. M. A reforma agrária que não se faz. **Revista Sem Terra**, São Paulo, ano VIII, n 33, 2005, p. 14-17.

COELHO, M. C. A CVRD e o Processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás (Pará). In: COELHO, M. C. e COTA, R. (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/NAEA, 1997, p.51-78

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT Goiânia. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2005.

COSTA, F. A. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In. XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável uma contribuição para a Amazônia 21**. NAEA/UFPA, Belém, 1997.

_____. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Centro de Filosofia e Ciência Humanas/ NAEA/ UFPA,1987

FERNANDES, M. **Donos de terras**: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GUERRA, G. A D. **O Posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/ NAEA, 2001.

HÉBETTE, J. O surgimento do Programa CAT: a luta camponesa pela terra. In: HÉBETTE, J. e NAVEGANTES, R. (Org.). **CAT – Ano décimo**: Etnografia de uma utopia. Belém, UFPA, 2000.

_____. A Velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, v. 2. 2004, p .33-43.

_____. A resistência dos posseiros. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. EDUFPA, Belém, v. 2. 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

AS ASSOCIAÇÕES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: ENTRE O “MAL” E “BEM” COLETIVO

Samuel Pires Melo¹
Mônica Cristina Silva Santana²

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar algumas indagações sobre a construção social das associações dos projetos de assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para tais questões, utilizou-se como referencial teórico a categoria *ação coletiva*, em uma concepção sobre o seu dilema, em específico a idéia de “mal” e “bem” coletivo. No quadro metodológico, pretendeu-se investigar as organizações associativas em um processo compreensivo da ação social dos indivíduos, tendo como técnicas de investigação o estudo de casos de três pesquisas realizados em torno de tal tipo de reforma agrária. Nesse sentido, observou-se em um primeiro momento, que as organizações associativas pensadas como tipo ideal de *ação coletiva*, apresentam contrastes visíveis com relação às realidades práticas, não sendo totalmente fora delas, como pode ser observado na pesquisa de Oliveira (2005). No entanto, faz-se necessário um maior amadurecimento de estudos nos processos de organização associativa proposto pelo programa.

Palavras-chave: Reforma Agrária Ação Coletiva; Associação

1. Introdução

As políticas públicas propostas pelo Estado, em nível federal, vêm apontando como alternativa para sua execução o agrupamento dos beneficiários em todas as etapas, desde a decisão, execução e usufruto. Nisso, a política pública do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF vem propondo como requisito básico, através do Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural – PCF-CPR, a organização dos indivíduos em associações para que venham ser beneficiários do programa.

Nestas perspectivas, o objetivo deste artigo é apresentar algumas indagações sobre a construção social das associações dos projetos de assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Para tais questões, utilizou-se como referencial teórico a categoria *ação coletiva*, em uma concepção sobre o dilema da *ação coletiva*, em específico a idéia de “mal” e “bem” coletivo. No quadro metodológico, pretendeu-se investigar as organizações

¹ Mestrando em Sociologia UFS e membro do grupo de pesquisa sobre transformações no “Mundo Rural”, do Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais - UFS.

² Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Transformações no “Mundo Rural” e professora do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais- NPPCS – Universidade Federal de Sergipe – monicacss@ufs.br.

associativas em um processo compreensivo da ação social dos indivíduos, tendo como técnicas de investigação o estudo de casos de três pesquisas realizados em torno de tal tipo de reforma agrária.

Assim, o artigo está estruturado em três eixos principais: contextualização do PNCF, apontando as diretrizes para uma *ação coletiva*; alguns pontos centrais sobre *ação coletiva* e a análise do processo de organização associativa dos projetos de assentamentos por meio de pesquisas realizadas em torno deste tipo de “reforma agrária”.

2. Programa Nacional de Crédito Fundiário e as diretrizes para uma *ação coletiva*

Segundo Melo (2007a, 2007b), a questão da reforma agrária, enquanto processo social para o desenvolvimento da sociedade, tem mostrado que não basta apenas “distribuir terra” para os que não a tem, mas de políticas estratégicas para o desenvolvimento dos assentamentos. Isso não quer dizer que o problema esteja somente nesse âmbito, pois além do mecanismo desenvolvimentista para os que estão assentados, ainda faz-se necessário disponibilizar terra e meios de crescimento para os que não têm.

Nesse sentido, estão sendo propostas várias políticas públicas. Entre elas, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que faz parte do Programa Nacional de Reforma Agrária, tendo como objetivo constituir-se como mecanismo complementar de reforma agrária. Ele está previsto no art. 1º do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

O PNCF está inserido na proposta do “Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, lançado em novembro de 2003, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Uma das principais metas do plano, com a previsão de atingir 130.000 famílias, é a continuidade da reforma agrária pelo Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural – PCF-CPR, que faz parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, e a realização do georeferenciamento de 2,2 milhões de imóveis no território nacional, seguindo a lógica do “mercado de terras”.

Esse projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural faz parte da estratégia executada no exercício do mandato anterior, de Fernando Henrique Cardoso, que articulou junto ao Banco Mundial um novo modelo de “Reforma Agrária” para complementar o anterior (Reforma Agrária por Desapropriação). Essa estratégia foi criada diante do contexto da pressão organizada pelos movimentos populares no campo e na cidade, começando o

governo a sair do imobilismo, pensando em uma agenda política para a questão agrária. As ações de pressão e ocupação do Movimento Sem Terra, como também dos diversos sindicatos e federações ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; as ações de abuso da violência policial contra trabalhadores rurais, conhecido como o massacre de Corumbiara em Rondônia (1995), e do Eldorado dos Carajás no Pará (1996); o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que no início do seu primeiro mandato centrou o debate na política de estabilização e combate a infração, trouxe para arena política um novo olhar da situação agrária. Tendo, assim, as proposições políticas, da questão agrária, fundamentadas em um projeto neoliberal.

No entanto, uma novidade no governo Lula, é a apresentação do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, que mesmo dando continuidade ao modelo de reforma agrária complementar do Governo anterior, trás no bojo do plano o enfoque da participação; tanto dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, quanto das instituições governamentais (seja na esfera federal, estadual ou municipal). Cujo objetivo é fazer com que a elaboração das ações de implementação dos programas de políticas públicas, em especial o Programa Nacional de Crédito Fundiário, se tornem efetivas.

Segundo o II PNRA, o estabelecimento da linha de financiamento para o Projeto de Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, deve ser um instrumento complementar à desapropriação, voltado para o atendimento dos trabalhadores rurais mais pobres, em especial do semi-árido, como os jovens e agricultores com terras insuficientes, além da inclusão social, com a promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária, a titulação e apoio às famílias remanescentes de Quilombos, o reassentamento de famílias de não-índios ocupantes de terras indígenas, o reconhecimento e cadastramento dos que moram em áreas de Reservas Extrativistas e, ainda, o reassentamento das atingidas por grandes obras, além do reconhecimento e valorização da cultura e tradições das populações ribeirinhas, tudo com vistas às suas melhorias de vida.

Apesar do PNCF ser uma ramificação dos outros projetos complementar de Reforma Agrária (Cédula e Banco da Terra), apresenta-se, em seguida, as características norteadoras do programa, por meio de categorias gerais, que vai desde a idéia genérica do que venha a ser tal política, aos dispositivos utilizados pelos órgãos executores e gestores desta política pública, levando-se, assim, a observar, em um primeiro momento, a ação social que os atores apresentam no processo de organização associativa, dos projetos de assentamentos de tal programa.

Segundo as diretrizes do PNCF, seu principal objetivo é constituir um importante mecanismo de acesso a terra, que contribua para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar. Ele deve buscar, como resultado direto, da criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural. Para alcançar tais objetivos, o programa funciona com três diferentes linhas de financiamento que tem o objetivo de beneficiar os trabalhadores rurais mais pobres, os jovens agricultores entre 18 e 28 anos e os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra, públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do Governo Federal; bem como as trabalhadoras rurais e as agricultoras familiares em cada uma de suas linhas de financiamento. Todos os investimentos, devem ser gerenciados pelas próprias comunidades, e tanto devem servir para compra de terras como para aumento da produção ou, ainda, para projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

A escolha do imóvel e a negociação do seu preço pelos beneficiários devem assegurar a aquisição de áreas mais produtivas e mais adequadas aos seus projetos, e os beneficiários devem ser assessorados pelos sindicatos, assistência técnica e pelo órgão executor. Também deve ser feita uma elaboração criteriosa na proposta de financiamento contribuindo para que sejam levadas em conta, desde o início do projeto, a viabilidade técnica e econômica do assentamento, tanto por parte dos beneficiários, quanto dos órgãos de apoio ou executores do programa.

As diretrizes do programa apontam para uma descentralização das ações para os Estados e força na participação das comunidades que detêm o maior poder de decisão. Para assegurar a participação efetiva e o controle social do programa, ele atribui um grande poder de decisão aos Conselhos de Desenvolvimento Rural, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, e a sociedade civil. Dessa forma, as associações teriam ampla autonomia, desde a seleção dos participantes até a escolha e negociação de terras. Aos governos estaduais e a sociedade civil, caberiam prover todo o apoio técnico.

A descentralização na execução do programa é apresentada também por meio de assinaturas de parcerias entre Estados e associações dos Municípios participantes. Cabendo ao Estado a elaboração e a aprovação do Plano Estadual de Implementação do Programa, definindo os objetivos, as diretrizes, as metas, as regiões prioritárias, o público e a estratégia de ação. Esse plano e a estratégia de ordenamento territorial implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA nos Estados deverão estar articulados. É também na esfera estadual que devem ser avaliadas e aprovadas as propostas de financiamento dos beneficiários

potenciais. A descentralização e a participação efetiva da sociedade civil contribuiriam decisivamente para uma maior sinergia com as ações de programas locais de desenvolvimento, como infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

Nesse sentido, a participação e a autonomia dos candidatos beneficiários podem se apresentar como algumas das principais bases de apoio do programa, pois as associações comunitárias devem ser constituídas “livremente” entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, por meio de um processo de auto-seleção. A escolha dos imóveis, a negociação dos preços e a elaboração das propostas de financiamento devem ser de total responsabilidade das associações, assim como a determinação do destino dos recursos não-reembolsáveis disponibilizados pelo programa, a execução dos projetos de investimentos comunitários produtivos e a escolha dos prestadores de assistência técnica, entre outras importantes funções, como, por exemplo, as formas de organização da associação e da produção, a divisão eventual do imóvel adquirido e a definição da forma de repartir os ônus e os benefícios entre os associados.

O programa deve assegurar a participação efetiva do movimento sindical dos trabalhadores rurais e das demais organizações da sociedade civil, até mesmo nas fases de definição de normas e na formulação da metodologia de monitoramento e avaliação. A participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais é fundamental na difusão do programa e na mobilização de potenciais beneficiários. Além disso, essas organizações oferecem apoio às comunidades, participam dos processos de monitoramento e avaliação e das decisões nos conselhos de desenvolvimento rural sustentável, exercendo o controle social do programa. Para o gerenciamento e o monitoramento, o programa deve dispor de um sistema de informações que assegura a automação de todo o processo de transação de terras, ao mesmo tempo em que deve disponibilizar informações sobre metas e execução do programa.

O sistema deve assegurar transparência em todas as etapas e em todas as instâncias, desde a apresentação das propostas iniciais pelos beneficiários até a execução financeira, em âmbito nacional. Periodicamente, em cada Estado e em todo o país, o programa deverá ser objeto de estudos externos e independentes que têm por objetivo avaliar a execução – do ponto de vista físico, financeiro e institucional –, os impactos sociais, financeiros, econômicos e ambientais do programa e propor as adequações sugeridas por essas avaliações.

3. Algumas considerações sobre a ação coletiva...

Para Orenstein (1998), o tema da ação coletiva é tão antigo quanto se queira, ele faz um resgate mostrando como se pôde ter articulado tal tema:

Teorias coletivistas podem ter começado com Aristóteles (*Nicomachean Ethics*, Book 1, P.1): *'the good has been declared to be that at which all things aim'*, ou, antes ainda, no próprio Pentateuco, que data da fase pré-monárquica de Israel e descreve a ordem social revelada por Yaweh ao povo israelita (Gottwald, 1979). A perspectiva aristotélica do bem comum como ordem inclusiva (ao contrário de Platão para quem o bem se opunha às coisas materiais e as paixões humanas) sobrevive à destruição da cidade-estado grega, reaparece na filosofia estóica do Império Romano e se estabelece nos ensinamentos da Igreja Cristã através da síntese tomista, onde o bem comum é divino e dirige a razão humana sem ser a ela acessível. Deslocadas pelas idéias da Renascença, as teses coletivistas ou holistas estarão ainda presentes nos modelos fisiocráticos, retornando em tempos modernos especialmente através da sociologia. Estarão no *Homo sociologicus* de Durkheim, nas leis da nova ciência de Comte, no *Gemeinschaft/ Gesellshaft* de Toennies, e ainda em Marx, Pareto e Spencer. A exceção é Weber e a incógnita é Simmel (Collins, 1989, p.376). Reaparecerão posteriormente no estruturalismo, funcionalismo, e no chamado marxismo holista (Jay, 1982). Podem ser encontradas até mesmo no argumento dos físicos no debate contemporâneo com os biólogos e os pesquisadores da inteligência artificial quanto a natureza do indivíduo e da consciência humana (Maynard Smith, 1990). Sobre essa última questão, uma exposição lúcida encontra-se em Penrose (1989), onde se discute a possibilidade da razão humana ser reduzida a um conjunto de algoritmos. Nesse caso o *software* seria relevante e o *hardware* apenas contingente, o que viabilizaria o projeto de se reconstruir a inteligência humana artificialmente. A *transformational grammar* de Chomsky (1965) e os modelos de simulação de Hanneman (1987) estão bem próximos dessa concepção. Contra tais idéias defendidas pela nova *cognitive science* e indiretamente por biólogos como Laborit (1988) e Dawkins (1976), argumentam os físicos como Penrose pela irredutibilidade da consciência humana a um operador universal observável (Orenstein, 1998, p.167).

Mas, Entre vários autores, para citar Orenstein (1998) e Diniz (2002), é a partir de Olson, em meados da década de 1960, com uma leitura neoclássica, que vai se ter uma discussão da noção de *ação coletiva* formal, fazendo uma crítica aos modelos anteriores sobre a teoria dos grupos sociais e das classes sociais.

O que Olson vem propor é que o tamanho da organização determina a possibilidade de ação coletiva. Nos grupos muito grandes, uma vez que o benefício desejado pode ser obtido apenas com a ação de uma parte de seus membros, e que se ele for alcançado será compartilhado com todos, eles tendem a considerar sua participação individual como dispensável e preferem esperar confortavelmente sem se manifestar.

O grupo grande também dificulta a identificação de quem participa realmente ou não, além de tornar mais elevados os custos da ação. Já em pequenos grupos os custos para manter a organização deles são menor, assim como é mais fácil observar o comportamento dos

membros e, portanto, induzi-los a participar. Posteriormente outro fator foi apresentado como determinante da ação coletiva: o status da organização na estrutura social. O prestígio de uma organização frente à sociedade e os recursos humanos e financeiros que ela dispõe, permitem manter um maior controle sobre seus integrantes, através de mecanismos de recompensas e punições que tornam a coordenação mais eficaz.

Nesse sentido, Olson propõe que a ação coletiva pode ocorrer tanto em grupos pequenos quanto em grandes. No entanto, ele demonstra que os grupos grandes não se organizarão para uma ação coordenada meramente pelo fato de existir alguma razão interna ao grupo.

Segundo Wanderley Santos (1999), Olson revelou a absoluta precariedade daquilo que então se supunha a mais óbvia verdade, isto é, que a existência de um interesse comum seja razão suficiente para que as pessoas cooperem para a maximização dessas pessoas tendo em vista fazer valer o interesse. No entanto, pesquisas posteriores irão mostrar que o *dilema* da ação coletiva não seria solucionado, como pensou Olson, com benefícios econômicos não-coletivos ou com a imposição da organização³.

Olson, segundo Gohn (2007), faz parte de uma escola de pensamento não-marxista mais bem estruturada, chamada mobilização de recursos (MR), nasce nos anos 70 a partir da crítica ao não reconhecimento da dimensão estratégica nas ações coletivas, especialmente por parte do estrutural funcionalismo, que não tratava acerca das condições que viabilizam a transformação do descontentamento em mobilização. A *MR* propõe uma compreensão dos movimentos sociais como extensão das formas convencionais de ação política, envolvendo atores racionais que perseguem interesses num ambiente (que comporta um conjunto de recursos materiais e não-materiais) em que as lideranças dos movimentos e os vínculos externos a estes têm papel de destaque, em outras palavras, atores sociais como estrategistas.

É importante destacar que as teorias sobre os Movimentos Sociais fazem parte de um tipo de *ação coletiva*. Que trouxeram, a partir da Mobilização de Recursos, novas leituras sobre outras motivações que poderiam mobilizar as *ações coletivas*. Fornecendo elementos necessários a conceituação do problema da estratégia e o dilema.

Observamos, por meio de vários argumentos, como são apresentadas as teorias para uma *ação coletiva*, passando pela escolha racional à outras motivações para agir coletivamente. Sabourin (2001), por exemplo, ao estudar a *ação coletiva* de uma organização

³ Embora para Wanderley Guilherme dos Santos, Apud Magalhães (2003), “A falha crucial do argumento de Olson sobre a ação coletiva consiste no suposto de que apenas a participação envolve custos. Se alterarmos o suposto e admitimos que a não-participação também envolve custos, então a solução do problema olsoniano é simples (...)”.

de agricultores no Nordeste semi-árido do Brasil, caracterizou a lógica explicativa de três paradigmas para entender a realidade estudada: interesse individual, obrigações sociais e reciprocidade.

O individualismo (metodológico) pretende que todas as ações, regras ou instituições provêm dos cálculos mais ou menos conscientes e racionais efetuados pelos indivíduos. O holismo (...) coloca ao contrário que a ação dos indivíduos (ou dos grupos, das classes, das ordens) não passa da expressão de uma totalidade preexistente e determinante (...) que coloca uma série de obrigações, constrangimentos ou dívidas... o da reciprocidade ou do dom é, incompreensível para os dois precedentes (...). O primeiro dissolve o dom no interesse - individual ou coletivo - e o segundo na obrigação (...). O paradigma do dom não nega a existência desses dois momentos, da individualidade ou da totalidade, mas não aceita considerá-los como os únicos dados de base »3. Caillé prossegue « O paradigma da reciprocidade, faz do dom (e do seu símbolo político) o operador privilegiado, específico da criação dos laços sociais Caillé (Apud Sabourin, 2001, pp.01-02).

Assim, observando o trabalho de Sabourin (2001), e alguma semelhança com o estudo sobre as associações dos projetos de assentamentos do PNCF, percebe-se uma ação organizada que trata de elaborações sociais como regras, normas ou convenções, numa interlocução entre interesse individual, obrigações sociais e reciprocidade.

4. Organizações associativas dos projetos de assentamentos do PNCF: entre o “mal” e “bem” coletivo

Ao pensar as organizações associativas dos projetos de assentamentos do PNCF como um processo que pode gerar *bem coletivo*, por meio da *ação* coletiva, faz-se necessário apresentar os argumentos conceituais que traduzem momentos deste processo. Segundo Orenstein (1998), na origem de um *bem coletivo* há sempre um *mal coletivo*. No entanto, ao entender a existência de um fio condutor entre *mal e bem coletivo*, observa-se uma complexidade inter-relacionada que não pode ser definida, a não ser pela existência de tipo ideal no sentido weberiano, pois para Orenstein (1999) o bem e o mal coletivo se sucedem na alteridade nada monótona, mas desorientada dos equilíbrios descontínuos, onde as instituições se apresentam como pontos focais.

O bem coletivo puro é definido em função de suas propriedades e, em geral, contrastivamente ao bem privado puro... As três propriedades fundamentais do bem coletivo puro são sua indivisibilidade, não exclusividade e não rivalidade de consumo. A primeira teve mais evidência nos estudos econômicos do bem público... a segunda na abordagem política do problema da cooperação entre os agentes sociais e a terceira, só recentemente enunciada, já resulta da combinação de ambos os enfoques (Orenstein, 1998, p.63).

Ainda para Orenstein (1998), o bem coletivo se torna indivisível quando seu usufruto, utilizado por um determinado indivíduo, não afeta (aumenta ou diminui) o resultado para os demais membros do grupo. Um exemplo, relacionado ao estudo, são os projetos de assentamentos, que mesmo não sendo um *bem coletivo* puro, e os beneficiários dos projetos “não tem preferências totalmente idênticas”, a utilidade deste bem pode variar de indivíduo para indivíduo, não alterando o resultado produzido pelo projeto, no caso assentamento.

No entanto, enquanto a indivisibilidade diz respeito à variação na quantidade de um *bem coletivo*, a não rivalidade se apresenta na função de utilidade de cada indivíduo, que no caso do *bem coletivo*, o benefício não deve variar com o número de indivíduos que demandam deste mesmo *bem*.

Com relação a exclusividade, Orenstein (1998) argumenta que ela refere-se a possibilidade de que o *bem coletivo* seja oferecido seletivamente, apenas para alguns indivíduos que compõem uma elite de referência⁴, por exemplo. No entanto, a projeção do *bem coletivo* relaciona-se com uma não exclusividade de bens por grupos seletivos.

Nesse sentido, como tipo ideal weberiano, a projeção do *bem coletivo* pode apresentar-se através de três propriedades fundamentais (indivisibilidade, não rivalidade e não exclusividade) que farão o tripé de sustentação. No entanto, deve-se observar que os mesmos podem não ocorrer simultaneamente; ou mesmo não ocorrer, necessariamente, as três propriedades.

Como se falou anteriormente, na origem do *bem coletivo* sempre há um *mal*. Esse *mal coletivo* está relacionado aos objetos ou situação que, segundo Orenstein (1998), impõem custos obrigatórios e simultâneos a um conjunto de indivíduos; tendo propriedades análogas às do *bem coletivo* como a indivisibilidade, por ser compulsório (onde os indivíduos não se excluem dos efeitos) e é não solidário (em que o fato de poucos ou muitos indivíduos estarem submetidos ao mesmo *mal coletivo* que determinado indivíduo não afeta sua utilidade negativa).

No que se refere à sua constituição, o mal coletivo apresenta dois tipos distintos: o primeiro se estabelece como uma relação entre os agentes e o exterior e passa a ser denominado mal coletivo natural (mcn) e o outro como uma relação dos agentes entre si, por isso chamado de mal coletivo social (mcs)... no primeiro caso, o mal coletivo se define pela falta de cooperação entre os indivíduos em conflito e sua superação deve se dar exatamente pela provisão de uma ordem social mínima enquanto no segundo a própria existência do problema comum (e externo) pode criar estímulos para a ação coordenada entre os agentes (Orenstein, 1998, p.70).

⁴ termo utilizado por Orenstein (1998) para designar um grupo de indivíduos que diante de um *mal coletivo*, este grupo apresentar-se-á com a qualidade de conhecer soluções ou, dito de outra forma, de projetar o *bem coletivo* correspondente, distinguindo os indivíduos em função de sua capacidade de produzir informações.

Em resumo, o objetivo da ação coletiva é a provisão de um “bem coletivo”. Na origem deste bem, há sempre um “mal coletivo” que impõe “custos” a determinados grupos. Diante disso, tais indivíduos procuram alternativas e soluções que levem a outra situação sem problemas ou pelo menos onde os efeitos do problema sejam mínimos.

Essas ações, segundo Orenstein (1998) pode ser desdobrada em três etapas distintas: decisão, execução e usufruto. A primeira diz respeito ao projeto do *bem coletivo*, que trata de determinar as alternativas existentes para superação do *mal coletivo* e selecionar aquela de maior eficiência. A segunda corresponde à produção do *bem coletivo* a partir da adesão ao projeto concebido na fase anterior; e o terceiro, apresenta-se como o consumo do *bem coletivo* pelos elementos do grupo pertinente.

Por isso, como primeiro memento das pesquisas realizadas entorno dos projetos de assentamentos deste modelo de reforma agrária complementar, serão tratados a identificação e reconhecimento do problema comum ao grupo de indivíduos – “mal coletivo”. A intenção é apontar como os indivíduos e grupos sociais reconhecem um problema comum que motivou o surgimento dos projetos de assentamentos.

Para Oliveira (2005) a busca dos camponeses pelo *bem coletivo* está nas próprias relações históricas de trabalho e produção que se revelam as formas de uso da terra, nos assentamentos por ela pesquisado, determinado em função da luta pela terra. Para ela, o *mal coletivo* é logo ultrapassado pelo *bem* porque o ideal coletivo está presente na história de vida dos camponeses pesquisados por ela.

No desenvolvimento das várias atividades agrícolas nos assentamentos, as famílias estabeleceram entre si diversas formas de cooperação/solidariedade com a prática de ajuda mútua que ocorre via troca-de-dias de serviços entre parentes e vizinhos na farinhada... a autonomia dos grupos camponeses se manifesta do ponto de vista do controle dos meios de produção e do processo de trabalho, mas também algumas vezes, na comercialização dos produtos, quando eles podem escolher para quem vender seus produtos... [ainda com relação ao usufruto] eles [camponeses] começam a se identificar como participantes de uma situação social na qual seus interesses particulares, diante da sociedade moderna, passam a ser definidos como interesses específicos dos camponeses envolvidos no processo de luta terra e pela reforma agrária (Oliveira, 2005, pp. 296-297).

Oliveira (2005) observa na sua pesquisa que os indivíduos, por meio dos grupos sociais, observado nas organizações políticas, encontrados, por exemplo, nos processos associativos, apresentam uma motivação exemplar gerador de *bem coletivo*.

As comunidades se mostraram organizadas a partir de um conjunto de normas e práticas determinadas, muitas vezes, sobre a influência dos técnicos, porém, postas em práticas pelos assentados em função de seus objetivos político-estratégicos e das necessidades imediatas do grupo. A vida no assentamento envolveu experiências anteriores de cada um dos assentados no processo de reprodução da unidade camponesa. Assim, os assentados se organizam com base nos princípios do trabalho com a terra, da responsabilidade com a família e da liberdade e autonomia no trabalho familiar (Oliveira, 2005, p.194).

No entanto, para Aragão (2003) na pesquisa realizada por ela, nos projetos de assentamentos do programa Cédula da Terra, mesmo com as estratégias montadas pelas diretrizes do programa, para o viés da organização associativa, os atores sociais parecem não ter conseguido superar o *mal coletivo*, tornando o necessário.

Foram constatadas a existência de três associações, todas elas com diferenciações em sua funcionalidade. Vale destacar que todas as famílias cadastradas como mutuárias são associadas, até pela exigência feita por ocasião da compra e contratação da dívida no banco. Analisando melhor essa medida, percebe-se uma artificialização da organização, com a criação de associações ou até dividindo as existentes em duas, para responder a um critério do programa, para efetivação da contratação da dívida, feita por meio da associação... as três associações das áreas pesquisadas são frágeis. Possuem um quadro social amorfo. As decisões são tomadas pela diretoria que apenas comunica aos demais sócios. Não há periodicidade de reuniões e nas que acontecem, segundo depoimentos de seus dirigentes, a participação é inexpressiva. Não há um plano de trabalho. As assembleias realizam-se anualmente ou em situações emergências mediante de convocação extraordinária (Aragão, 2003, p.118-119).

Já na pesquisa organizada por (SPAROVEK, 2006b), constata-se que o programa está tomando um rumo positivo, pois o enquadramento dos beneficiários está de acordo com as regras do manual do Programa e a qualidade de renda econômica dos mesmos está aumentando.

Entre 2003 (fase de implantação) e 2005 (fase de consolidação) foram registrados importantes mudanças nos projetos, a maior parte delas indicando que o CF-CPR apresentou boa focalização e demonstrou capacidade de aumentar a renda e o bem estar de seus beneficiários. As associações eram bastante estáveis (com poucas alterações de participantes e desistentes) e constituídas por pessoas que já se conheciam ou tinham laços de parentescos a mobilização para compra dos imóveis durou em média 15 meses após os quais, em aproximadamente 4 meses, as primeiras famílias ocuparam os imóveis com atividades produtivas ou com a consolidação de sua infra-estrutura... A fase de consolidação dos projetos não está completa e ainda é necessário algum tempo para o efetivo e imprescindível aumento da produção agrícola nas áreas reformadas. As tendências observadas entre 2003 e 2005 permitem prever que os objetivos do CF-CPR serão alcançados (SPAROVEK, 2006, pp.09-29).

Nesse sentido, não existe consenso com relação à reforma agrária complementar, chamada atualmente de Reforma Agrária do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Suas

diretrizes, que leva a um tipo ideal de organização associativa, pensada como tipo de *ação coletiva*, apresentam contrastes visíveis com relação às realidades práticas, não sendo totalmente fora delas, como pode ser observado na pesquisa de Oliveira (2005). No entanto, faz-se necessário um maior amadurecimento de estudos nos processos de organização associativa proposto pelo programa.

5. Considerações finais

Como se pôde observar nas pesquisas realizadas, o processo de reforma agrária complementar passou por mudanças, no entanto elas não acontecem de forma geral. A construção social das associações dos projetos de assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário é o principal alavancador deste novo viés, mas ainda não apresenta características prioritárias pelos beneficiários. O *mal coletivo* impõe custos que em muitos casos não conseguem ser superados pelo *bem coletivo*.

No caso, por exemplo, da pesquisa realizada por Aragão (2003), nos projetos de assentamentos do programa Cédula da Terra, mesmo com as estratégias montadas pelas diretrizes do programa, para o viés da organização associativa, os atores sociais parecem não ter conseguido superar o *mal coletivo*, tornando o necessário.

Entretanto, Oliveira (2005) amplia nossas indagações aponta na sua pesquisa que a busca dos camponeses pelo *bem coletivo* está nas próprias relações históricas de trabalho e produção, determinado em função da luta pela terra. Para ela, o *mal coletivo* é logo ultrapassado pelo *bem* porque o ideal coletivo está presente na história de vida dos camponeses pesquisados por ela.

Por isso, faz-se necessário um maior amadurecimento de estudos nos processos de organização associativa proposto pelo programa, procurando observar como tais indivíduos procuram alternativas e soluções que levem a outra situação sem problemas ou pelo menos onde os efeitos do problema sejam mínimos.

6. Referência bibliográfica

ARAGÃO, L. M. P. **Análise de sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária – O caso do Ceará**. Dissertação de Mestrado (PRODEMA-UFC), 2003.

CRÉDITO FUNDIÁRIO. **Programa Nacional do Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/pncf>>. Acesso em: 07 jan. 2006.

_____. **Departamento do Crédito Fundiário** – relatório 2004 dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

DINIZ, P. C. O. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido**: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. Campina Grande (PB), Dissertação de mestrado, 2002. (mimeo).

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

MAGALHÃES, R. F. **Racionalidade e retórica**: teoria discursiva da ação coletiva. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

MELO, S. P. Reforma agrária por desapropriação e reforma agrária do programa nacional de crédito fundiário: processos de (não)construção de capital social associativista. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. (2007: Rio de Janeiro). **Anais... 2º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS** [CD-ROM]. Rio de Janeiro: REDE DE ESTUDOS RURAIS, 2007a.

_____. Política pública de reforma agrária do programa nacional de crédito fundiário: um debate em construção. 13º CISO. (2007: Alagoas). **Anais... 13º ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE NORDESTE & II ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA VISUA** [CD-ROM]. Maceió: CISO, 2007b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria da Agricultura Familiar**, Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

OLIVIERA, M. A. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses do Ceará – Brasil**. Tese de doutorado, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORENSTEIN, L. **A Estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Revan/UCAM/IUPERJ, 1998.

_____. Ação coletiva e ciências sociais. In: SANTOS, F. (Org.). **Ação coletiva e ciências sociais**. Série Estudos n. 103. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA II, 2003/2010 – PNRA. Brasília, 2003.

PLANO DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ – 2003/2010 – PRRA. Teresina, 2005.

SABOURIN, E. As estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. Revista Antropolítica, UFF, n. 9, 2001.

SANTOS, W. G. A lógica dual da ação coletiva. In: SANTOS, F. (Org.). **Ação coletiva e ciências sociais**. Série Estudos n. 103. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SPAROVEK, G. **Diagnóstico qualitativo dos assentamentos implantados no Projeto de Crédito Fundiário no Programa Nacional de Crédito Fundiário**. realizado pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pelo convênio: MDA/SRA-BRA/IICA e FEALQ, Piracicaba – São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2006.

SOARES, L. E. Pressupostos cultural e condições históricas da teoria da ação coletiva: considerações introdutórias. In: SANTOS, F. (Org.). **Ação coletiva e ciências sociais**. Série Estudos n. 103. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**AS CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA(S) DOS CAMPONESES: CONTROLE SOCIAL,
GESTÃO DE CONFLITO E REDES**

Marcelo Gomes Justo¹

Resumo

A pesquisa tem um duplo objeto, um empírico e outro epistemológico. Pretende-se estudar as concepções de justiça dos camponeses, com base em materiais coletados em trabalhos anteriores (JUSTO, 2002; 2005). Visa-se explorar relatos e experiências voltadas especificamente para concepções de justiça de dois grupos camponeses. Quanto ao aspecto epistemológico, busca-se analisar as representações que os cientistas fazem sobre justiça ao estudarem os camponeses. Neste sentido, é necessário aprofundar as revisões bibliográficas sobre violência no campo, conflitos agrários, “justiça camponesa” e conflitos sociais nos assentamentos de reforma agrária. Faz-se necessário desenvolver a relação entre ciência, política e utopia (os caminhos para emancipação, na formulação de Boaventura de Souza Santos), iniciado em Justo (2005). A contribuição da pesquisa proposta é interpretar as *redes* (Bruno Latour e Claude Raffestin) que camponeses e pesquisadores tecem quando se remetem às noções de justiça. Vamos mostrar e interpretar os circuitos descritos quando os dois tipos de personagens narram algo sobre justiça. Eles podem referir-se ao Poder Judiciário especificamente ou ao Estado como um todo, à moral, à religião, à economia e ao sistema de crenças no qual se inserem. Assim, observam-se as redes tecidas pelo conhecimento científico e pelas demais formas de conhecimento, o saber camponês.

Palavras-chave: Campesinato; Luta Pela Terra; Justiça Camponesa

1. Introdução

O que há de contemporâneo no campesinato? Esta pergunta contém reflexões sobre contemporaneidade e campesinato e sobre modernidade e tradição, entre outras.

Vivemos, há mais de duas décadas, a terceira revolução industrial, liderada pela microinformática envolvendo novas tecnologias e novos rumos da ciência. Como em qualquer revolução no modo de produção, todas as dimensões da sociedade e do Estado são afetadas. Passamos por um desemprego estrutural, por mudanças culturais e pelo diálogo entre o local e o global. Como diversos autores enfatizam, o mundo do trabalho passa por drásticas alterações; diferentemente, analisam a globalização, o fim do trabalho ou do emprego, a sociedade do ócio, a extinção do poder analítico da categoria trabalho, a flexibilização, a terceirização etc.

¹ Sociólogo com mestrado e doutorado em geografia agrária pela USP. Professor de Sociologia do Centro Universitário Senac - SP

O termo campesinato remete a uma série de ambigüidades e ambivalências, como ser tradicional e ser moderno, pertencer a uma classe social, ou ser uma classe em si, ou ter um modo de vida com cultura e economia próprias subordinados ao modo de produção capitalista. Suficientemente conhecidas as referências conceituais presentes no termo em questão, enuncia-se o ponto em comum entre a contemporaneidade e o campesinato: trabalhar por conta própria e não ser empregado². Em decorrência, há a necessidade de traçar redes, para modernos e tradicionais, para urbanos e rurais. O que é, então, o camponês? É um híbrido, no sentido proposto por Latour. Estar historicamente recolocando-se, marca o camponês, porque não desapareceu como muitos tentaram prever. Se é um híbrido, tece redes, que são passíveis de serem seguidas.

A contemporaneidade pode ser entendida pela multiplicação de híbridos e suas redes (LATOURE, 2000), no sentido material e imaterial, entre outras análises. Atuando em redes sociais, outra marca dos tempos atuais é o ressurgimento da economia solidária como alternativa socialista ao desemprego estrutural (SINGER, 1998; 2002). Formas coletivas de trabalho que rompem com a lógica da compra e venda da força de trabalho e da relação patrão-empregado aproximam o trabalhador urbano e o rural. Surgem, a cada instante, laços nas redes que articulam os grupos de cooperativas e de outras formas de produção ou de prestação de serviços auto-geridos. Assim, torna-se possível mostrar que o desenvolvimento apresenta múltiplas direções e não uma única. Mais do que isto, aponta-se para uma rede que reivindica emancipação social e economia solidária (SANTOS, 2002; SINGER, 2002), etnodesenvolvimento (STAVENHAGEM, 1985) e justiça social (ILLICH, 1979)³.

Com base no marco teórico da reprodução de relações não-capitalistas pela expansão do modo de produção capitalista⁴, constata-se, no Brasil, desde formas de trabalho semi-escravo, quanto o ressurgimento de uma “economia camponesa”, com a luta pela terra, os assentamentos de reforma agrária e as cooperativas ou associações de produção no campo e

² Mesmo que muitas vezes, trabalhar para os outros e/ou se empregar também caracterizem o campesinato, como demonstra Woortman (1990).

³ Há uma proximidade entre a noção de economia solidária e o que Stavenhagem (1985) chamou de etnodesenvolvimento. Oliveira (2000: 47), ao discutir o movimento dos conceitos em Antropologia, mostra que “etnodesenvolvimento” é quase um contra-conceito por causa de sua crítica às teorias desenvolvimentistas. Ganha força neste contexto a idéia de Illich (1979) sobre justiça social: tem que ser justiça distributiva, no sentido de igualdade de acesso aos produtos e recursos da sociedade, e justiça participativa, como autonomia para todos na criação de valores de uso.

⁴ Sobre a teoria da reprodução de relações não-capitalistas com a reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ver os trabalhos de Lefebvre (1949; 1953), Martins (1997) e Oliveira (1995).

na cidade.

A questão do campesinato recoloca-se, em termos geográfico e sociológico, devido a um movimento relativamente recente de pessoas das periferias dos grandes centros urbanos participarem da luta pela terra, por meio do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e de outras entidades organizacionais de camponeses sem terra.

A questão desta pesquisa consiste das concepções de justiça(s) dos camponeses. No Brasil, a reforma agrária (e a questão agrária) está associada à peculiaridade do capitalismo nacional (capital e renda da terra estão casados, como é verificado corriqueiramente no país) e ao debate sobre o socialismo (Ex: a economia solidária).

A pesquisa tem um duplo foco, ou melhor, objeto, um empírico e outro epistemológico. Pretende-se analisar as concepções de justiça dos camponeses, com base em pesquisas anteriores (JUSTO, 2002; 2005). Visa-se explorar relatos e experiências voltadas especificamente para concepções de justiça de dois grupos camponeses, os antigos moradores do povoado de Gurugi, no município de Conde/PB, e os “novos” camponeses de um assentamento de reforma agrária em Itapetininga/SP.

Quanto ao aspecto epistemológico, busca-se analisar as representações que os pesquisadores das ciências humanas fazem sobre justiça ao estudarem os camponeses. Neste sentido, é necessário ampliar as revisões bibliográficas sobre reforma agrária, violência no campo, conflitos agrários, “justiça camponesa” e conflitos sociais nos assentamentos de reforma agrária. Cabe analisar o posicionamento dos autores em relação à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo. Rapidamente, há controvérsias acirradas sobre a necessidade e viabilidade de uma reforma agrária no país (Cf. GRAZIANO, 2003) e sobre as concepções políticas dos militantes nos movimentos sociais. Para esta empreitada, faz-se necessário aprofundar a relação entre ciência, política e utopia (os caminhos para a emancipação, na formulação de Boaventura de Souza Santos), iniciado em Justo (2005), como será visto na Metodologia.

A contribuição da pesquisa proposta é interpretar as *redes* que camponeses e cientistas sociais tecem quando se remetem às noções de justiça. Vamos mostrar e interpretar os circuitos descritos quando os dois tipos de personagens narram algo sobre justiça. Eles podem referir-se ao Poder Judiciário especificamente ou ao Estado como um todo, à moral, à religião e aos deuses, à economia etc. Assim, observam-se as redes tecidas pelo conhecimento

científico e pelo saber camponês.

2. Justificativa

Dois questionamentos sobre a modernidade atravessam a proposição de estudar as concepções de justiça do campesinato. O primeiro deles é a respeito da relação saber/poder, trabalhado por autores distintos, que estabelece assimetrias entre o conhecimento científico e as demais formas de conhecimento. A noção de simetria entre as redes de conhecimentos (LATOURE, 2000) pode ser uma saída para tal questionamento. (Não cabe aqui entrar no debate sobre a recriação do campesinato no Brasil por meios de “redes sociais”; mas, ressalta-se que este termo virou peça chave na literatura sociológica sobre movimentos sociais). Outro ponto é que a noção de que “jamais fomos modernos” (Latour), como caminho para entender a contemporaneidade acaba com a idéia de que o “moderno” representa uma ruptura definitiva com o passado, a tradição. Discussões a serem aprofundadas no item metodologia.

O projeto articula duas pesquisas anteriores. Em Justo (2002), procurei problematizar a concepção de “violência rural” e encontrei manifestações de “justiça camponesa” (concepções locais de justiça que coexistem com a reivindicação de atuação do Poder Judiciário, interpretado com base no conceito de pluralismo jurídico).

Ao refazer a história sobre o ápice do conflito de terra, como luta de classes, - através de entrevistas e de análise de documentos – constatei uma dinâmica no interior daquela comunidade camponesa em que relações de parentesco, vizinhança e compadrio geraram antagonismos e exclusão⁵.

Enfoquei numa segunda pesquisa (JUSTO, 2005) os conflitos internos num assentamento de reforma agrária. Interpretar a campesinidade como algo aprendido e com potencial de desenvolver redes de economia solidária foi uma contribuição. Entrar no promissor debate sobre relações de poder e território também o foi.

Para focar agora o tema proposto, constata-se que as concepções de justiça dos camponeses podem ser estudadas por dois aspectos: a) violência, controle social e justiça; b) assentamentos, conflitos internos e a defesa da reforma agrária

A) Violência no campo, controle social e justiça

⁵ Vale salientar a centralidade da relação entre terra, parentesco e herança para os camponeses, como já observara Chayanov. No Brasil, ver principalmente os textos de Moura (1988), entre outros.

Numa primeira pesquisa (JUSTO, 2002), constatei uma tendência dos especialistas sobre o tema da luta pela terra no Brasil a reduzir a dinâmica conflituosa ao episódio do crime cometido pelos fazendeiros e seus prepostos contra aqueles que lutam pela terra. Os textos baseados nessa tendência acabam por polarizar os agentes envolvidos em agressor e vítima e cobram as devidas aplicações legais como forma de apaziguamento. Mesmo autores que apresentam uma análise teórica em que a violência insere-se num contexto amplo de expropriação reforçam a imagem do camponês como vítima. Meu trabalho desvia-se da tendência e aponta para o fato de que o camponês é mais do que vítima, ele constrói sua justiça⁶.

Primeiro precisou-se definir o que é chamado de “violência rural ou no campo”. Basicamente, o tema separa-se em duas vertentes: violência *costumeira*, parte de um código moral, constitutiva da sociedade rústica, desde o século XIX pelo menos, e violência *política*, como manifestação da quebra das relações tradicionais de dominação. Alguns autores trabalham agrupando estas duas vertentes com outras mais e apontam para o estudo dos processos sociais agrários.

Determinados pesquisadores procuraram tratar direta e especificamente do tema da violência rural ou no campo. Independentemente de darem total autonomia a este tema ou não, eles enfocaram-no pela vertente da “violência política”. Suas análises, grosso modo, seguem um enfoque semelhante que é tratar a violência no campo, a partir da segunda metade da década de 1980, como sendo uma reação dos proprietários à organização dos camponeses com o objetivo de desestruturá-la. Isto é, os proprietários armaram-se com milícias privadas em resposta à organização dos lavradores e trabalhadores rurais em sindicatos, federações, confederações etc. Em diferentes níveis, estes autores apontam para a omissão ou a conivência do Estado em relação a tal violência.

Os trabalhos de Almeida (1992; 1997) estabeleceram uma inflexão ao debate. Enquanto Tavares dos Santos (1993) escreve que a violência é responsável por uma “cidadania dilacerada” e Martins (1997) menciona a “vítima no lugar do cidadão”, Almeida diz que o reconhecimento da condição de “vítima” é porque o camponês está lutando “objetivando o acesso à cena política e à plenitude dos direitos de cidadania” (1992: 61). Em outras palavras, este autor está vendo a expressão da cidadania nas vítimas dos conflitos no

⁶ De certo modo, a tendência a se restringir ao crime e às apurações legais permeia a maioria dos trabalhos de sociologia jurídica no Brasil, como pude apurar em outro trabalho (JUSTO e SINGER, 2001).

campo.

Em meu trabalho foi explorada a coexistência entre “justiça camponesa” e justiça estatal, pela conceituação de pluralismo jurídico, e questionada a noção de violência rural, que seria uma redução da dinâmica conflituosa. A “violência no campo” – no sentido tomado acima – é algo pontual num desenrolar conflituoso que pode durar anos. Questionou-se a aposta na capacidade da lei como único fator de efetivo controle social, porque deixa de lado o fato de que as pessoas, impelidas pela indignação moral, também cometem controle social, às vezes com conseqüências fatais⁷. Consequentemente, não bastaria ficarmos repetindo a reivindicação de mais Estado, no sentido de maior aplicação de leis, para conter a violência rural (que é o lugar comum de alguns dos artigos específicos sobre o tema que procurei fazer o contraponto). O Estado e as leis estiveram e estão presentes, de um jeito ou de outro, nos conflitos sociais agrários e trazem uma violência também. É o caso de atentar para as distintas classificações da violência e de compreender manifestações de justiça e de controle social que não passam pela esfera estatal.

B) Gestão dos conflitos sociais e defesa da reforma agrária (redes)

Minha pesquisa de doutorado (JUSTO, 2005) teve como objetos os conflitos internos num assentamento de reforma agrária cuja luta foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a relação entre a trajetória de ex-moradores de rua da cidade de São Paulo e este movimento de luta pela terra. Uma das hipóteses tratadas foi que os assentados encontram formas de gerir de maneira pública os conflitos sociais referentes à vida em comum no assentamento. Constatou-se que os assentados tanto buscam formas judiciais quanto não-judiciais de gestão dos conflitos internos e que há o potencial de uma gestão pública do assentamento com relativa autonomia em relação ao Estado. No entanto, entre aos moradores o aprendizado de formas democráticas de gestão de conflito ainda é incipiente. Concluiu-se que há possibilidade de aprendizado da gestão democrática de conflitos e da produção em assentamentos de reforma agrária.

Os estudos sobre os conflitos internos em assentamentos mostram que eles são comuns e que ocorrem “invalidações recíprocas”, decorrentes de uma socialização baseada na reprodução de relações de dominação (D’INCAO e ROY, 1995).

As contribuições da minha pesquisa foram mostrar que a opção pelos lotes individuais (ou invés de coletivos) no assentamento é uma forma de gerir conflitos e sistematizar a idéia

⁷ A análise feita tem como referência o trabalho de Black (1998).

de que há um ritmo da *conflituosidade* nos assentamentos, pois - pelo observado nos demais trabalhos -, entre os dois e os cinco anos de formação de um assentamento ocorre uma intensidade maior de união e desunião: coletivos são desfeitos, cooperativas são abandonadas ou dão origem a associações e famílias sozinhas unem-se em associações.

Outra contribuição foi interpretar as formas de gerir os conflitos sociais no interior do assentamento. Foram encontradas três formas. Uma delas é a busca da arbitragem estatal (uma ação civil contra os ex-coordenadores do assentamento decorrente de uma partilha de dinheiro), outra é a gestão pública (pelo conjunto de assentados sem a presença de agentes do Estado) restrita ao conflito específico (tentativa de “venda” de lote) e a gestão pública que trabalha com o apoio do Estado (“venda” e abandono de lote e formação de uma comissão interna para apurar irregularidades). Vale ressaltar que é relativamente comum nos conflitos pessoais entre vizinhos (briga por causa de gado que derruba cerca, por exemplo) o recurso a formas judiciais de gestão. Porém, houve somente um caso de ação judicial envolvendo o assentamento como um todo. Num momento em que não havia associações registradas (em 2002) e havia poucas reuniões e assembléias, a forma judicial apareceu como gestão de um conflito relativo ao coletivo. Vale dizer que a gestão democrática de conflitos e da produção são práticas aprendidas⁸.

Demonstrou-se como os conflitos internos configuram o território, mapeando as redes de alianças e ataques entre os assentados. Neste sentido, contribuiu-se para os estudos geográficos sobre a fração de território camponês acrescentando a noção de redes como componente central da dinâmica da disputa de poder no assentamento. Destaca-se que esta linha de estudo contém posicionamentos favoráveis à ampliação do território camponês por meio da aplicação de dispositivos legais de reforma agrária.

3. Objetivos

A presente proposta tem como objetivos: 1) interpretar as redes tecidas por camponeses e por cientistas que estudam a luta pela terra ao expressarem concepções de justiça; 2) analisar a concepção de justiça presente nos estudos sobre assentamentos (a defesa ou não da reforma agrária e para quais fins); 3) aprofundar a reflexão sobre as concepções de

⁸ Um das referências sobre as relações de poder entre a cultura camponesa e a sociedade como um todo é o trabalho de Wolf (1979).

ciência que a colocam em simetria com outros conhecimentos (acompanhamento de redes) e/ou que postulam um conhecimento emancipatório.

4. Metodologia

Tomando a metodologia em seu sentido literal, como uma reflexão sobre as delimitações e possibilidades de análise racional dos fenômenos, sobre lógica e relação entre enunciados e fatos, é necessário retomar aos caminhos relativamente recentes do discurso sobre as ciências e sobre as mudanças na *epistème*. O interesse principal é apresentar o contexto que possibilitou o questionamento da assimetria entre o conhecimento científico e as outras formas do conhecimento humano. Pretende-se resgatar as mudanças epistemológicas que apontam para as revoluções ou convivências de paradigmas e, principalmente, para as redes simétricas de conhecimentos. Pode-se, ao final do tópico, apresentar a perspectiva teórica para analisar as relações entre as concepções de justiça dos camponeses e dos estudos sobre os mesmos.

A questão vai além de um posicionamento sobre paradigmas, passa pela afirmação de alianças entre pesquisadores que compartilham afinidades teórico-metodológicas e posicionamento político. É possível, então, ampliar a rede a favor da luta emancipatória camponesa.

O foco da discussão está na relação entre as noções de redes e simetria dos conhecimentos, proposto por Bruno Latour, e conhecimento emancipatório, conforme estabelecido por Boaventura de Sousa Santos. Estas duas perspectivas não são excludentes, como trabalhou Stengers (2006); porém, há distinções a serem, posteriormente, aprofundadas. Por enquanto, pode-se dizer que enquanto Latour rompe com a grande divisão temporal que a modernidade construiu para si mesma, Santos a reafirma ao apontar para uma transição paradigmática; mas, os dois autores estão colocando em xeque a relação hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento de senso comum. Os dois recolocam a relação entre ciência e política, cada um a seu modo. É possível, então, retomar um trabalho voltado para pensar elementos emancipatórios na luta camponesa e a proposta de uma ciência com auto-reflexão (JUSTO, 2001).

Há em meus trabalhos (JUSTO, 2001 e 2005) uma preocupação em refletir como a cultura camponesa pode apresentar elementos emancipatórios. É possível dizer que tais

elementos são componentes de um determinado olhar para o sujeito-objeto e que há uma rede de pesquisadores que compartilham este modo de ver a cultura camponesa e outros que se opõem a ele. Posto isso, pergunta-se: como pode haver uma relação de simetria entre o conhecimento camponês e o conhecimento científico?

A partir dos anos 1960, surgem importantes marcos nos questionamentos sobre a racionalidade científica e sobre a Razão de modo geral. Havia um contexto de profundas transformações político-econômicas e de revoluções culturais ocorrendo no mundo. Grandes reflexões epistemológicas ocorrem nos Estados Unidos e, principalmente, na França, que são acompanhadas pelos países “periféricos”, agrupadas na crítica pós-colonial. Como resultado do processo, temos a possibilidade de pensar a simetria entre os diferentes conhecimentos (científico, mitológico, artístico, senso comum etc.).

Vamos seguir o percurso que passa pela noção de paradigma científico, pela transição paradigmática, por autores do “paradigma” marxista, pela crítica à *epistème* moderna e pela noção de rede.

Nos Estados Unidos da América, autores como Kuhn e Feyerabend trouxeram contribuições sobre os procedimentos dos cientistas e sobre a possibilidade de um método científico. Em 1962, Kuhn publica *As Estruturas das Revoluções Científicas* (1996), que coloca a importância da comunidade científica como responsável por um padrão “normal” de fazer ciência. Interessa aqui as noções de paradigma e de ciência normal, que estão relacionadas à importância da comunidade de pesquisadores no fazer científico. Ou seja, a ciência é um conhecimento coletivo, realizado por uma comunidade específica, e é comandada por paradigmas. Há ciências paradigmáticas e pré-paradigmáticas, como as ciências humanas, segundo o autor. Portanto, Kuhn reforça a divisão entre as ciências, hierarquizando-as.

Há uma leitura e apropriação que o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000) faz da noção de paradigma, que aponta para a coexistência de paradigmas em sua área de especialização. Portanto, a opção por uma matriz disciplinar (ou paradigma) não quer dizer a superação das demais, que seriam “menos científicas”. Outro uso da noção de paradigma é o de Santos (2000), sociólogo português com produção acadêmica nos Estados Unidos.

Na década de 1980, Santos inicia uma série de trabalhos sobre uma ciência pós-moderna, que revoluciona os fundamentos da ciência moderna. A contemporaneidade está marcada pela transição paradigmática entre as ciências, porque a moderna apresenta sinais de

esgotamento irreversível, analisa o autor. A ciência moderna fundamenta-se na oposição ao senso comum - caracterizada como a primeira ruptura epistemológica - e nas grandes separações entre Sujeito e Objeto e entre Natureza e Cultura. Conhecer é classificar e dividir – por meio de observações rigorosas e/ou medições - para regular e dominar, tanto o homem quanto a natureza. Como há uma relação assimétrica entre ciência e senso comum, ele propõe uma segunda ruptura epistemológica: transformar o conhecimento científico num novo senso comum e que seja emancipatório, num claro resgate da utopia socialista do século XIX.

A ciência pós-moderna⁹, proposta por Santos, visa a conciliar análise científica e ação social. Fazer a ponte entre experiências locais emancipatórias e uma globalização alternativa ao modelo neoliberal é um projeto coletivo organizado por Santos, denominado de Reinventar a Emancipação Social (SANTOS, 2002: 13-77; JUSTO, 2001). A preocupação com formas de produção alternativas ao capitalismo reflete-se na esfera da ciência na formulação do “conhecimento prudente para um vida decente”.

Atualizando o debate sobre ciência e justiça social, a proposta de Santos (2000) de um conhecimento emancipatório é uma contribuição central. Mostra que a ciência moderna surgiu num contexto em que incluía regulação e emancipação social, mas com o tempo consolidou-se o “conhecimento-regulação” em detrimento do “conhecimento -emancipação”. Por isso, o autor propõe rupturas com a ciência moderna e a constituição de um conhecimento emancipatório e uma ciência que seja auto-reflexiva.

Temos com Santos uma superação do trabalho de Kuhn porque, ao apontar para a atual revolução paradigmática, permite-nos constatar que o raciocínio de Kuhn sobre história da ciência e epistemologia expressa o “conhecimento regulação”, pois classifica e hierarquiza a Ciência (ciências naturais paradigmáticas e ciências humanas pré-paradigmáticas). Santos mostra que as ciência humanas oscilam entre não ter um consenso paradigmático (apresentando atraso científico) e a busca de um estatuto próprio. No entanto, a ciência pós-moderna romperia com essa separação porque toda ciência é ciência social, assim como toda natureza é humana. Emancipa-se, assim, o conhecimento das grandes separações modernas.

Na França, nos anos 1960, ao menos três autores se destacam pelas inovações sobre o caminhar do logos: Foucault, Deleuze e Serres, pensadores em profunda sintonia entre si e

⁹ No conjunto de reflexões sobre o caminhar do conhecimentos científico, é importante mencionar que Soja (1993) defende uma geografia pós-moderna, no sentido de que a noção de espaço seria uma superação do registro moderno pautado pela noção de tempo, tomando por influência trabalhos de autores como H. Lefebvre e M. Foucault. Soja não menciona o trabalho de Santos.

com o contexto de revoluções. Por ora, vou me ater ao primeiro deles. O ponto a ser destacado das inúmeras contribuições de Foucault é mostrar que na origem da *epistémè* moderna há exclusão de outros discursos. Para quem se propõe a ouvir as concepções de justiça camponesa estar atento a isto é primordial. A contribuição da obra de Foucault (1993) é relevante porque coloca um novo enfoque sobre a *epistémè*, ao esmiuçar a relação entre verdade e poder. Para ele, a “verdade” é um conjunto de procedimentos para a produção e circulação dos enunciados (científicos); portanto, há um regime de controle da verdade na base da formação e do desenvolvimento do capitalismo. A questão política para o intelectual é desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas atuais (FOUCAULT, 1993: 14).

No Brasil, vale acompanhar o trabalho de Chauí (1989), que há décadas debruça-se sobre a nossa sociedade autoritária. Analisa o saber competente da racionalidade científica servindo para a dominação. A dominação manifesta-se nas idéias de uma elite autoritária e a “cultura do povo”, numa dada esfera, é uma forma de resistência e não mera reprodutora do autoritarismo.

Este ponto é central: há uma polarização nas análises sobre os movimentos sociais no Brasil em relação ao autoritarismo de nossa sociedade. Para um conjunto de autores (Cf. CHAÚÍ, 1989; PAOLI, 1996), os movimentos sociais apresentam relativa autonomia em relação aos preceitos autoritários e defendem aspectos democráticos em suas lutas, e para outros, as lutas populares apenas reproduzem a formação autoritária (Cf. D’INCAO e ROY, 1995).

Temos com Chauí um contraponto importante: o saber competente da ciência como forma de dominação e as possibilidades de resistência na cultura do povo. Neste sentido, pode-se lembrar das críticas ao conhecimento baseado em certificados e à profissionalização feitas por Illich (1979).

Dentre os autores vistos, o francês Latour (2000a; 2000b) aponta caminhos promissores. A noção de redes¹⁰ e de universalização do princípio de simetria são as

¹⁰ Vale destacar que a noção de rede para Latour tem a mesma origem que para Raffestin (1980) na obra de Serres. Ressalta-se a distinção entre as noções de rede e de campo, defendida por Bourdieu (2004 [1997]). Segundo este autor, “campo” é uma espaço social de uma produção cultural específica (literatura, ciência, religião etc.) que se encontra entre dois outros, o interior, restrito aos especialistas ou iniciados, e o exterior, composto por um conjunto social mais amplo que é afetado e quer influenciar o campo. A imagem usada pelo autor é que o “campo” está entre o texto e o contexto e que é mais do que um jogo pela autonomia em relação ao ambiente externo, sendo que esta autonomia é sempre relativa e que as regras do jogo estão em discussão. Para Bourdieu, o campo científico, por exemplo, é analisado pelo grau de autonomia em relação ao contexto social; assim, uma ciência possui maior autonomia quanto mais é refratária a pressões sociais. Posto isto, deduz-se que a

principais contribuições para esta pesquisa.

Ao questionar as interpretações que estabelecem a modernidade como uma ruptura inexorável do “passado” tradicional, encontra-se uma outra perspectiva. Certa oscilação do pensamento moderno ao tratar de camponês ora como moderno ora como tradicional pode ser resolvida pela visão não-moderna, que aponta para a multiplicação de “híbridos”. Com base na teoria de Latour, pode-se colocar os camponeses na posição de “híbridos” e acompanhar as redes que eles traçam (Cf. JUSTO, 2005).

Para Latour, a contemporaneidade é não-moderna. O autor não nega a modernidade. Segundo ele, a modernidade “é uma força acrescentada a outras, as quais por muito tempo teve o poder de representar, de acelerar ou de resumir, mas a partir de agora não mais, não completamente” (LATOURE, 2000b: 45). Isto mostra que a constituição moderna não permite sua própria compreensão, em decorrência de o mecanismo crítico da modernidade encontrar-se esgotado. Por isso, propõe a atitude não-moderna (ou a-moderna): seguir ao mesmo tempo a constituição moderna e aquilo que ela proíbe ou permite, o estudo do trabalho de produção de híbridos e o de eliminação destes¹¹. É uma releitura da história que não vê mais a modernidade como uma ruptura inexorável com um passado qualquer.

A perspectiva reivindicada por Latour é uma forma de explicação que procura expor a natureza das coisas e o contexto social, sem se reduzir a uma ou a outra como determinante. Enquanto a ciência moderna coloca a natureza, a sociedade e o discurso, distintamente, como chaves para analisar os fenômenos, na posição não-moderna, os “híbridos” vão explicar a natureza, a sociedade e o discurso. O autor propõe colocar-se no ponto médio entre a produção de atributos humanos e não-humanos; posicionar-se no lugar onde irrompe a mediação entre as “naturezas-culturas”.

Por fim, para o autor, os híbridos traçam “redes”, são reais como a natureza, coletivos como a sociedade, narrados como os discursos e instáveis e arriscados; não somos nós que os criamos, mas eles que nos definem através de sua circulação e nos ligam uns aos outros. As redes realizam mediações entre o que é humano e o não-humano, entre natureza e cultura; elas são mais ou menos longas e mais ou menos conectadas, não são globais nem locais.

noção de rede, no sentido adotado por Latour (2000), é oposta; pois, mostra que a ciência passa por tentativas de purificação e por processos de hibridização de modo que no fazer científico estão presentes questões de outras naturezas, como política, econômica, religiosa etc. , compondo redes. Provavelmente, é por isso que Bourdieu aponta certo cinismo científico na posição de Latour (Cf. BOURDIEU, 2004: 49).

¹¹ Apesar de Latour (2000a; 2000b) não citar diretamente os trabalhos de Foucault, pois baseia-se nas filosofias de Serres e Deleuze, nota-se a herança do pensamento deste.

O trabalho de Latour realiza um avanço em relação ao pensamento moderno porque polemiza o registro epistemológico deste baseado na ciência. Para o autor, o conhecimento científico e, simetricamente, as demais formas de conhecimento traçam redes.

Destaca-se que uma diferença entre o posicionamento da ciência pós-moderna e a postura não-moderna está na concepção de tempo. A revolução paradigmática é a marca que o tempo sofre rupturas, para o primeiro; enquanto para o segundo, nega-se a ruptura no tempo. Esta observação é importante para se trabalhar com os dois registros nas análises sobre as concepções de justiça e as redes tecidas por camponeses e pesquisadores.

Retomando o percurso, partiu-se da noção de paradigma científico para se chegar aos avanços da transição paradigmática e da proposta de conhecimento-emancipatório e das redes. Foram vistos alguns autores do “paradigma” marxista, a crítica à *epistème* moderna e a noção de rede. A contribuição de Chauí (e outros) é fundamental porque marca uma filiação ao marxismo que vê aspectos democráticos nas lutas do povo e não só reprodução de autoritarismo da sociedade brasileira.

Vale mencionar que há diferentes marxismos, dos mais simplistas aos mais enriquecedores, e que, principalmente, no que tange à questão agrária há o debate entre a “extinção” e a “permanência” do campesinato¹². No Brasil, um trabalho de referência aponta para o esgotamento dos paradigmas do capitalismo agrário (ABRAMOVAY, 1992). Como visto na Introdução, neste projeto opta-se pela teoria da reprodução de relações não-capitalistas com a reprodução ampliada do modo de produção capitalista, o que explica a recriação do campesinato na modernidade. Assim, defende-se que a filiação teórica do pesquisador o insere numa rede de cientistas. No entanto, trata-se mais de uma leitura de redes do que um debate sobre superação de paradigmas (ou de coexistência de diferentes matrizes disciplinares). É possível acompanhar e analisar as redes traçadas pelos cientistas que estudam (e militam) a luta pela terra e a questão agrária no Brasil e observar o posicionamento em relação à justiça e à emancipação.

Aponta-se para uma re-interpretação, uma cartografia, da produção acadêmica contemporânea sobre luta pela terra, reforma agrária e justiça no Brasil com foco nas redes. Os cientistas tecem redes quando defendem ou atacam as lutas camponesas de ocupação e as formas de negociação, ou não, com o Estado. Assim, os autores estão construindo noções de justiça; ao fazer ciência (seja num mesmo ou em paradigmas distintos) estão

¹² Ver nota 3.

defendendo/atacando posições políticas. Pois, nos últimos 30 anos, há uma variação entre apoios e não apoios às organizações dos camponeses sem terra, de modo que são tecidas as redes do sociólogo que critica geógrafos, antropólogos e economistas; do antropólogo que responde àquele sociólogo; do geógrafo que se baseia naquele sociólogo; de economistas que atacam sociólogos; sendo que os orientandos de cada um ampliam as redes. Assim, os sujeitos-objetos da pesquisa se mostram. Vamos perseguir as redes.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/Unicamp, 1992.

ALMEIDA, A. W. B. Terra, Conflito e Cidadania. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas, v. 22, 1992, p. 61-86.

ALMEIDA, A. W. B. Linchamentos: atos de justiça camponesa entre a humanização da penalidade e a desumanização do indígena. In: ANDRADE, M. P. (Org.). **Justiça privada e tribunal**: camponeses no banco dos réus? v. 2. São Luís: Mestrado de Políticas Públicas/UFMA, 1997, p. 85–132.

BLACK, D. **The Social Structure of Right and Wrong**. San Diego, Academic Press, 1998.

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: EDUNESP, 2004.

CHAUÍ, M. S. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós Cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GRAZIANO, F. A Farsa dos Sem-terra. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 28/10/2003, p. 2.

ILLICH, I. **O Direito ao Desemprego Criador**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979.

JUSTO, M. G. Entrevista com Miguel Alves dos Santos. In: www.ces.fe.uc.pt/emancipa/pt/voices/gen/miguelsantos.html. Projeto Vozes do Mundo, inserido na pesquisa Reinventando a Emancipação Social, sob orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, Centro de Estudos Sociais (CES), Coimbra – Portugal, 2001, p. 2.

JUSTO, M. G. **Capim na Fresta do Asfalto**: conflito agrário violento e justiça. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

JUSTO, M. G. **“Exculhidos”**: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Geografia da FFLCH/USP, 2005.

JUSTO, M. G. e SINGER, H. Sociology of Law in Brazil: a critical approach. **The American Sociologist**, v. 32, n. 2, 2001, p. 10-25.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. 3. ed. Chicago: UCP, 1996.

- LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: EDUNESP. 2000a.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2000b.
- LEFEBVRE, H. “Problemas de Sociologia Rural” [1949]; “Perspectivas da Sociologia Rural” [1953]. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986, p:144-177.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1985.
- OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo 15, EDUNESP, 2000.
- PAOLI, M. C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. São Paulo: Marco Zero/ILDEFES/Labor, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, B. S. **Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico/84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 11-44.
- STENGERS, I. Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados? In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, p. 131-149, 2006.
- TAVARES DO SANTOS, J. V. A Cidadania Dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, n. 37, Junho, 1993, p: 131-148.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: EDUnB, 1990, p. 11-73.
- WOLF, E. Las Rebeliones campesinas. In: SHANIN, T. (Org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**ASSENTAMENTO ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA: ENTRE O
COLETIVO E O FAMILIAR**

Angelita Bazotti¹

Resumo

Este artigo buscou compreender, através de análise comparativa entre dois assentamentos rurais, como o sistema produtivo adotado pode influenciar aspectos da vida econômica e social dos assentados e também a relação deles com o MST. Esta pesquisa tem como apoio o trabalho de campo realizado no Assentamento Rosário, adepto da agricultura familiar e o Assentamento Conquista da Fronteira que desenvolve o sistema coletivo de produção. O estudo analisou as diferentes concepções dos assentados sobre o uso da terra e do sistema organizacional da produção nos assentamentos. A ligação dos assentados com MST e suas visões sobre os assuntos recorrentes podem ser influenciados pela história de ocupação, o acampamento, a presença de membros do MST e o sistema organizacional dos assentamentos. Esses fatores são de importância fundamental em relação a como estes assentados entendem ou compreendem a propriedade e a escrituração individual da terra.

Palavras-chave: Assentamento; Agricultura Familiar; Coletivo

1. Assentamento Rosário e Conquista da Fronteira: entre o coletivo e o familiar

Este artigo² traz uma análise comparativa entre dois assentamentos do Oeste Catarinense: Rosário, localizado no município de Romelândia e o Conquista da Fronteira, em Dionísio Cerqueira. O primeiro tem sua produção organizada em torno da família, enquanto que o Conquista da Fronteira é coletivo. Tenta-se compreender como estes assentados usam a terra e como isto influencia sua maneira de perceber a propriedade. Além disso, são destacadas as diferenças existentes dentro dos assentamentos, ambos do mesmo movimento: na forma organizacional, a maneira de ver as mesmas questões e sua relação com o MST.

A partir da pesquisa de campo pode-se perceber que dentro de um mesmo movimento existem visões e discursos diferentes em relação à propriedade da terra e a questões relacionadas ao assentamento. No assentamento Rosário, os assentados entrevistados preferem e adotam o trabalho individual e expressam também a vontade de possuir a escritura da terra, o que garantiria a posse sobre aquele local, como nos moldes

¹ Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

² Este artigo é fruto de minha dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFPR, sob a orientação do Prof Dr. Osvaldo Heller da Silva.

contestados pelo MST. Enquanto que, no outro, aparentemente, todos querem a posse e uso coletivo da terra, sem almejar a escritura da mesma.

Na investigação servimo-nos de uma pesquisa qualitativa para analisar a visão dos assentados do MST em relação à propriedade, procurando verificar se a mesma recebe tratamentos discursivos diferenciados para os assentados adeptos do sistema de produção coletivo e familiar³. Foram realizadas doze entrevistas semi-estruturadas no Assentamento Rosário, sendo uma com o líder do assentamento e as demais entrevistas com os outros assentados. O líder foi identificado por indicação e reconhecimento dos outros assentados, além dele mesmo se assumir como tal. No Assentamento Conquista da Fronteira foram treze entrevistas semi-estruturadas. Neste assentamento foi difícil à identificação de líderes, não há o reconhecimento do grupo sobre a existência de um ou mais líderes.

2. Caracterização dos Assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira

O Assentamento Rosário localiza-se na Linha Rosário, município de Romelândia, a 22 km de distância da sede do município. Na área de 250 hectares residem 21 famílias assentadas. A média de 4,1 membros por família se caracteriza por um casal com idade em torno de 45 anos e filhos menores de 18 anos (Tabela 1), o que reflete o êxodo rural nesta região. Este cenário compromete a sucessão dessas propriedades, pois elas não possuem população jovem significativa para substituir os pais.

Tabela 1 – Distribuição dos assentados do rosário, segundo idade e sexo em Romelândia – Santa Catarina – 2007

IDADE	MEMBROS POR SEXO		TOTAL	
	Feminino	Masculino	Abs.	%
0 à 10	12	11	23	26,7
11 à 17	10	13	23	26,7
18 à 24	-	2	2	2,3
25 à 39	4	3	7	8,1
40 à 60	15	14	29	33,7
Acima de 60	1	1	2	2,3
TOTAL	42	44	86	100,0

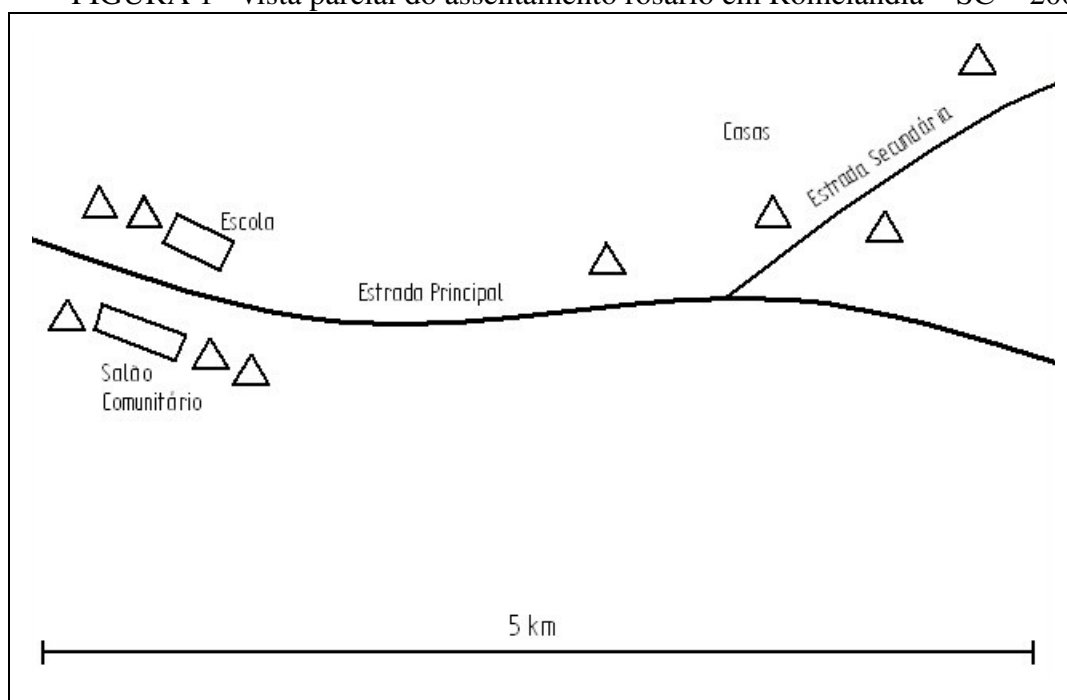
Fonte: Pesquisa de Campo

Da estrada principal que faz a ligação da sede da comunidade de Rosário até o

³ O trabalho de campo deu-se durante os anos de 2004 e 2007 para a realização do trabalho de conclusão de graduação e a dissertação de mestrado.

assentamento, atravessando-o, pode-se ver o salão comunitário do assentamento e na sua frente uma bandeira do MST. Dentro, há cartazes e uma bandeira do MST, além de um pôster de Che Guevara. Estes objetos são indícios de que o local já foi “conquistado” pelo movimento. Fora do salão, ao lado, tem-se o único espaço para lazer dos assentados, com uma cancha de bocha. O salão é o único espaço para lazer, encontros e reuniões no assentamento. No croqui de parte do assentamento, mapeou-se a estrada principal, a escola, o salão comunitário e algumas casas. É possível assim observar como as casas estão distantes uma das outras e a pouca infra-estrutura existente no assentamento.

FIGURA 1 - vista parcial do assentamento rosário em Romelândia – SC - 2007



Fonte: Pesquisa de Campo.

Na implantação do assentamento foram demarcados terrenos de 70 x 40m na beira da estrada principal, para a construção da casa de moradia para cada família em forma de agrovila. Esse sistema facilita a colocação de água e distribuição de energia elétrica. Entretanto, os assentados do Rosário reclamavam que as casas ficavam muito próximas uma da outra, o que acaba por gerar atritos entre os vizinhos. Além disso, o tamanho pequeno inviabilizaria o plantio de árvores frutíferas, hortas, entre outros elementos que fazem parte da cultura dos colonos dessa região.

O restante da área seria para o trabalho coletivo dos assentados, mas este não se efetivou e cada assentado cultivou, por um longo período, seu pedaço individualmente,

com uma divisão arbitrária dos terrenos⁴. Porém, no final do ano de 2005, por reivindicação dos assentados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) refez a divisão do assentamento, ficando cada família com um pedaço de terra. Isso provocou, entre outras mudanças, uma nova distribuição das casas, desmanchando o formato de agrovila, e cada família construiu sua casa na área que lhe coube, o que facilita o deslocamento para o trabalho, agora mais perto da roça. Algumas casas ficaram até 5 km distante uma da outra, mas os assentados se mostraram satisfeitos com este novo formato. Segundo uma assentada agora ela pode “criar suas galinhas, ter horta e vacas de leite perto de casa”.

No assentamento Conquista da Fronteira, o trabalho é coletivo com produção baseada no cooperativismo. Ele se localiza na linha Tracutinga, distante 30 km da sede do município de Dionísio Cerqueira. Na área de 1.198 ha. residem 52 famílias, com média de 3,5 membros. Pela tabela 2 observa-se uma distribuição equilibrada nas classes de idade, indício de que os jovens de 18 a 24 anos, 15,2% dos assentados, permanecem no assentamento.

Tabela 2 – Distribuição dos assentados do conquista da fronteira, segundo a idade e sexo – Dionísio Cerqueira - Santa Catarina – 2007

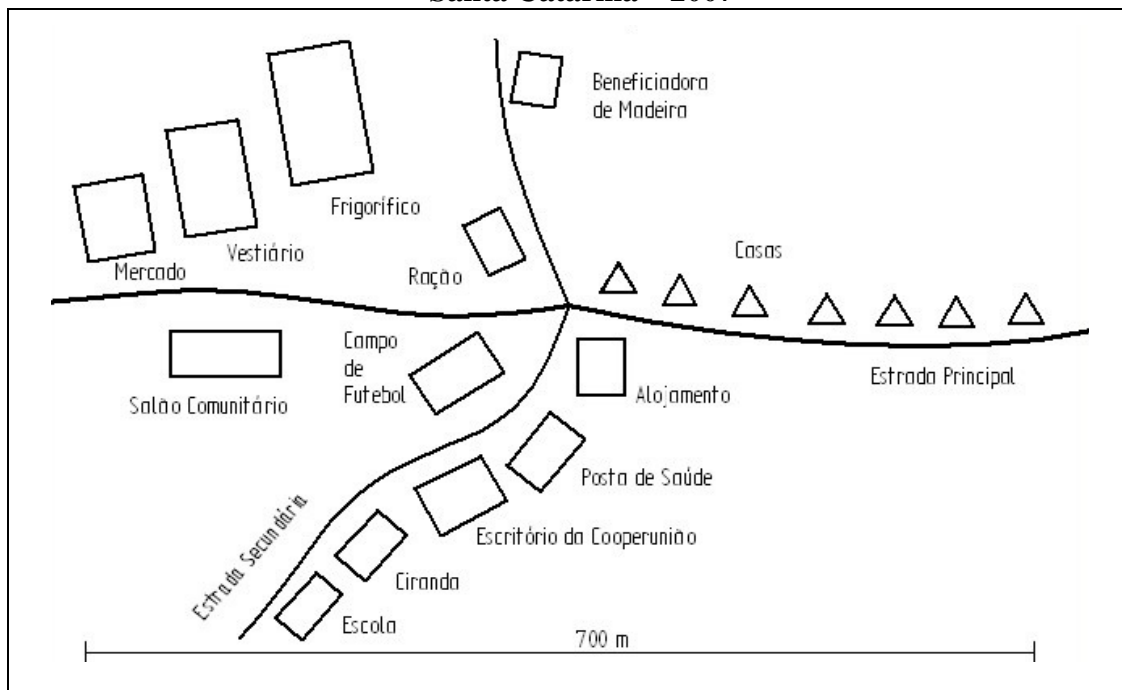
IDADE	MEMBROS POR SEXO		TOTAL	
	Feminino	Masculino	Abs.	%
0 à 10	15	11	26	14,1
11 à 17	13	19	32	17,4
18 à 24	10	18	28	15,2
25 à 39	14	13	27	14,7
40 à 60	27	34	6	33,2
Acima de 60	5	5	10	5,4
TOTAL	84	100	184	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo

As casas do assentamento são distribuídas em forma de agrovila. Existe uma sede onde se localiza o escritório da cooperativa, o frigorífico, a creche, algumas casas, entre outros. A cooperativa é a Cooperunião que foi criada com a união de todos os assentados e do trabalho coletivo. Abaixo, no croqui da sede do assentamento Conquista da Fronteira, observa-se a disposição das benfeitorias e de algumas casas.

⁴ Existia apenas uma área de terra perto do rio, chamada de vargem, em que oito famílias desenvolviam produção coletiva, onde despesas e receitas eram divididas igualmente.

Figura 3 - Sede do assentamento Conquista da Fronteira em Dionísio Cerqueira – Santa Catarina – 2007



Fonte: Pesquisa de Campo

2.1 Assentamento Rosário: a conquista da Agricultura Familiar

A primeira ocupação da Fazenda Roseira, atual Assentamento Rosário, data do ano de 1985 e foi realizada por um grupo de agricultores que, em sua maioria, eram do interior do município de Romelândia. Segundo os assentados e também em Saretta (2001) a ocupação desta área deu-se “por conta própria”, sem organização de “pessoas de fora”. Os próprios agricultores tiveram a iniciativa da ocupação, baseados em notícias divulgadas pelo rádio, que diziam que as áreas improdutivas seriam desapropriadas.

Foi tudo assim, já digo, uma coligação, um com o outro, todo mundo tinha necessidade, foi feito assim um grupo, tudo se unimos (Entrevista 2/Pesquisa de Campo).

E ainda outra assentada diz:

Nós escutávamos no rádio que a área que não era produtiva, que nem aqui era tudo mato, ia ser desapropriada pelo Incra, daí o pessoal foi escutando e colocando aquilo na cabeça (Entrevista 3/Pesquisa de Campo).

Observa-se assim que a ocupação da Fazenda Roseira não teve uma organização político-ideológica externa direta. Os colonos se organizaram ao considerarem a área improdutiva, ocuparam a área por necessidade própria. Isso não descarta a influência de alguns setores, como os membros da Igreja Católica, a qual possui grande influência na

região. Segundo o líder do assentamento, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um papel importante de apoio e esclarecimento junto a este grupo de sem terras, fazendo-os entender que a ocupação daquela área não era condenável aos “olhos de Deus e da igreja”.

Acredita-se também que tenha havido alguma influência das Operações Simultâneas de Ocupações Integradas⁵, que foi um grande acontecimento nessa região na época da ocupação da Fazenda Roseira. Isso pode ter influenciado ou mesmo ter sido a mola propulsora, tornando a idéia de ocupação algo próximo do cotidiano dos trabalhadores e os encorajando com o exemplo dos que participaram desse evento.

A participação do MST junto aos assentados ocorreu apenas na última ocupação, sendo isto apontado como um dos motivos da baixa influência do movimento junto aos assentados. Percebe-se esta falta de aderência e identificação com o MST, os assentados não se vêem como parte do movimento. Já no assentamento Conquista da Fronteira, a maioria dos assentados se vêem e se identificam como parte do MST.

O assentamento Rosário tem uma história baseada na busca pela divisão dos lotes e no desejo de um poder de desenvolvimento e decisão de produção próprios de cada família. Quando foi criado o assentamento, tanto o INCRA como o movimento faziam questão que ele fosse coletivo. Entre os vários motivos, destacam-se o fato de parte significativa da área do assentamento ser imprópria para a agricultura e a preferência que o MST tem pelo trabalho coletivo. Porém, na prática, o coletivo nunca “funcionou”, as famílias foram dividindo arbitrariamente os lotes e cada qual cultivou individualmente o seu pedaço de terra.

O trabalho coletivo nem sempre é aceito ou praticado pela maioria dos assentados. Isso porque o MST não abrange a totalidade daqueles, em função de sua pequena estrutura e de posições ideológicas que nem sempre condizem com a heterogeneidade da população assentada (KLEBA, 1994). Um dos maiores problemas apontados por Lazzaretti para a organização coletiva é a

(...) ideologia artesanal do camponês, qual seja, o jeito de trabalhar sozinho, de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho com ninguém, de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelo MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida num contexto cultural e histórico determinado (LAZZARETTI, 2003, p.30-31).

O poder de decisão sobre horários, dias de trabalho e o esforço empregado na

⁵ Sobre as Operações Simultâneas de Ocupação Integradas ver LISBOA, Teresa Kleba; A luta dos Sem-Terra no oeste catarinense. 1. Ed. Florianópolis/ SC: Editora da UFSC, 1987.

produção são os principais benefícios que o trabalho em família, na sua própria terra, traz para estas famílias assentadas. Existe toda uma tradição desse tipo de trabalho, um costume de tomar as suas decisões a partir das necessidades da família e com a família. Este conjunto contribui para que, durante estes quase vinte anos, os assentados reivindicassem junto ao INCRA a divisão do assentamento em lotes para cada família.

Estas famílias trabalharam como arrendatárias por vários anos, marcadas pela instabilidade ao final de cada safra. Possuir a sua “propriedade” tem portanto, um significado e um valor que vai além do material e do financeiro atrelado a terra. Significa além da realização do sonho, ter um endereço, um lugar para onde voltar, a criação de uma identidade ligada àquele local. Como salienta Chayanov, a agricultura familiar é um sistema econômico diferente do capitalista, que é uma economia baseada no trabalho assalariado, tendo por finalidade a maximização dos lucros. A agricultura familiar “tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade” (CHAYANOV, 1981, p.134).

Este desejo de possuir terra tem um significado diferente dos assentados para os latifundiários, que querem a terra como meio de acumular riquezas. Os assentados identificam a posse da terra como uma oportunidade de criar um meio de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida (GEHLEN, 1988, p.51). É a partir da sua terra que ele se afirma socialmente, estabelece suas relações sociais e tem a oportunidade de reproduzir essa terra para os filhos. Para o colono, “a terra é um lugar de trabalho, necessária para a produção e reprodução familiar e da vida (em sentido biológico, social, religioso e político). Sendo a parte central do patrimônio familiar, a terra é condição de afirmação da identidade e da realização da cidadania” (GEHLEN, 1988, p.54). Assim, os assentados estabelecem uma ligação histórica e “emotiva” com a terra e ainda o conjunto desses condicionantes expressam o *habitus* desse grupo.

Os assentados do Rosário justificam também que no sistema familiar de produção é permitido ao colono decidir o quanto trabalhar e usufruir diretamente do benefício do seu trabalho. Uma das reclamações dos assentados para não trabalhar em coletivo é que alguns trabalham mais que os outros e recebem a mesma quantia. Abaixo é exposto o trecho de uma entrevista, com um assentado que já trabalhou no sistema coletivo e hoje desenvolve a produção familiar:

Porque uns trabalham, outros folgam mais, então a gente vai lá uns ficam meio devarde, se baseando e a gente já não gosta muito disso, daí na hora de reparti, reparte o certo pra cada um, tudo igual. É se um trabalha cinco horas, outro trabalha quatro e no fim vai dividir certo, o cara que trabalha bem, perde (Entrevista 5/Pesquisa de Campo).

E quanto a relação que eles nutrem com a futura propriedade e a motivação para ocupar, um assentado diz que:

Pra ocupar... O sonho é que nós ia ter um pedacinho de terra, uma casa, mais tarde pra mora, coisa assim. Na roça onde nós morava, nós não morava assim pra mora, pra digo pra planta, pra nós né. Nós tava sempre de peão, é... daí nós trabalhava sempre de peão, por dia, por empreitada, nunca tinha pra trabalha, pra planta pra nós (Entrevista 10/Pesquisa de Campo).

Outro fator importante para estes colonos, propiciada pela terra, é a possibilidade de deixar para os filhos a propriedade permitindo que os mesmos perpetuem as tradições, a memória da família. Além disso, os filhos não vão precisar passar pelo mesmo “sofrimento” dos pais, de ficar migrando de safra em safra, procurando uma nova área de terra para plantar e morar. Apesar de muitas vezes esta área não ser suficiente para abrigar todos os filhos, como já foi visto, já se tem um começo.

A maioria das famílias tem a renda advinda basicamente das mesmas origens: semente de milho crioulo, leite e aposentadoria/salário com menos representação. O cultivo de semente de milho crioulo é tradicional no assentamento, sendo que 14 famílias estão envolvidas nessa produção. No ano de 2007 o valor monetário bruto advindo das sementes variou de R\$ 2,000.00 à R\$ 10,000.00 entre as famílias. O leite é outra importante fonte de renda para 20 das 21 famílias do assentamento e a sua importância aumenta quando lembramos que, geralmente, é a única fonte de renda mensal que permite pagar as contas de luz, remédio e alimentação. O valor que cada família recebe é em média de R\$ 300,00. E ainda cinco famílias têm aposentados rurais. Com a detenção dessas rendas e a posse da terra os assentados sentem-se, de certa forma, realizados, percebendo melhorias em suas vidas depois da chegada ao assentamento.

2.2 Assentamento Conquista da Fronteira: o desafio do coletivo

A maioria dos assentados do Conquista da Fronteira são participantes das “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”, que realizaram ocupações em várias áreas do oeste catarinense no dia 25 de maio de 1985, e estavam acampados no município de Quilombo ou em Itaiópolis. A área do assentamento foi desapropriada em junho de 1988. Foram assentadas 60 famílias, sendo dois grupos: 35 famílias do

movimento que vinham de acampamentos do MST e 25 famílias do município. Entre as famílias dos dois grupos desenvolvia-se o trabalho coletivo, já que este era um dos princípios do assentamento. Entretanto, “a maioria das 25 famílias (oriundas do município) foi saindo do assentamento por não se adaptar ou não estar preparada culturalmente para o trabalho coletivo. Essas famílias foram gradativamente sendo substituídas por outras famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras” (FONTANA, 1999, p.77). Essa divisão em dois grupos continuou até começo dos anos 90, quando todos se uniram e formaram a cooperativa.

No trabalho de campo, através das entrevistas, da convivência e das conversas não se percebe um desejo explícito de obter a escritura individual da terra ou então um lote individual. Pois, para eles, querer a escritura individual está ligado à idéia de venda da terra e argumentam que a querem para trabalhar e não para negociar.

A gente não sente falta da escritura, uma que a gente nunca teve terra mesmo e assim essa terra aqui a gente tem certeza de que enquanto a gente teve aqui essa terra é nossa então. E a gente tem essa consciência que a gente não quer terra pra negocia, nós queremos terra pra planta, pra produzi (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

Outro fator muito importante para a manutenção do sistema coletivo é o processo de internalização e de inculcação desses valores feito pelas lideranças do MST e por eles próprios, quando alguém “fraqueja” nos ideais outros assentados reforçam a importância do coletivo e suas vantagens. Essa constante afirmação dos valores e vantagens do coletivo é sentida no dia-a-dia dos assentados. Um elemento que colabora para essa internalização são os cursos oferecidos pelo MST aos assentados.

O trabalho é desenvolvido em cooperativa, com normas e horários a serem seguidos e reuniões que ajudam no fortalecimento das idéias em favor do coletivo. Geralmente, no final do ano, é feita uma reunião geral para avaliação do ano que passou e proposição de metas para o seguinte. Nessa mesma reunião são escolhidos os postos que cada um vai ocupar. Segundo uma assentada, sempre se consegue conciliar as demandas de trabalho do assentamento com as vontades individuais, ou seja, a grande maioria acaba trabalhando no que gosta.

3. Cooperunião: Organização e Papel na Vida dos Assentados

O assentamento Conquista da Fronteira tem sua vida produtiva e social organizada em torno e pela Cooperativa Cooperunião. Fleury (1983), ao estudar quatro cooperativas paulistas, ilustra algumas questões que as permeiam e facilita o

entendimento acerca delas. Para ela, “a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, organizada segundo certos princípios, que podem ser sintetizados em: propriedade, gestão e repartição cooperativa; ela objetiva suprir seus membros de bens e serviços. Difere, portanto da empresa privada, que em uma sociedade capitalista visa ao lucro e procura se organizar segundo um esquema que permite a realização desse objetivo” (FLEURY, 1983, p.78).

A Cooperunião foi implantada em 1990 e é dividida em cotas. Para aquisição de uma cota, a família ao chegar paga um salário mínimo, seis sacos de milho e 510 horas de trabalho para o homem e/ou 250 horas para as mulheres. A cota permite ao indivíduo o mesmo poder de voto dos outros assentados e também o usufruto de toda a estrutura, da safra plantada, da horta, etc. Em junho de 2007 o montante correspondente às cotas era de R\$ 51.894,00, divididos entre 115 sócios de 52 famílias. Para ser sócio é necessário ter 18 anos e para os filhos de assentados que estão há mais de cinco anos no assentamento não é cobrado, pois entende-se que este jovem já trabalhou o suficiente para adquirir sua cota na cooperativa.

O patrimônio da cooperativa é indivisível, ou seja, quando um sócio ou uma família sócia se retira do assentamento não tem direitos sobre o patrimônio constituído. Esta atitude foi justificada por um assentado, que trabalha na parte financeira da cooperativa da seguinte forma

Quando a família sai, ela não tem direitos sobre o patrimônio, mas também não tem responsabilidades sobre as dívidas da cooperativa, já quem entra herda o patrimônio, mas também as dívidas que ele não fez (Entrevista 23/Trabalho de Campo).

Isso pode ser contestado já que o valor do patrimônio e das dívidas possivelmente é diferente durante a trajetória da cooperativa. Assim, os sócios têm o direito ao valor correspondente a sua cota, ao que comprou para “dentro de casa” (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis) e é feito um “acerto” entre ele e a cooperativa.

Nestes 19 anos tiveram famílias que saíram e outras que entraram, porém pode-se dizer que o assentamento possui um “núcleo duro”. Das famílias que residiam no assentamento em junho de 2007, mais de 65% estão desde o início do assentamento e 19,2% estão de 10 a 15 anos no assentamento. Assim, das 52 famílias, 44 estão a mais de dez anos no Conquista da Fronteira. Estas famílias dão uma segurança e sustentação a cooperativa, pois elas já internalizaram os valores do coletivo, sua lógica, seus benefícios e prejuízos. E entendem que os benefícios são maiores que os prejuízos.

Dentro da cooperativa, os assentados têm que trabalhar um mínimo de horas, o que é estipulado por sexo e idade. Assim, homens trabalham oito e as mulheres quatro horas diárias. As mulheres trabalham menos horas na cooperativa por entender que elas realizam os serviços domésticos como limpar a casa, lavar roupa, fazer comida e cuidar dos filhos. Os adolescentes começam a trabalhar a partir dos doze anos de idade. Quando os jovens estão estudando, e residem fora do assentamento, recebem como se tivessem trabalhando na cooperativa. Os assentados recebem o valor mensal proporcional as horas trabalhadas, em junho de 2007 o valor girava em torno de R\$ 0,93/h.

A formação de cooperativas entre os assentados pode ser percebida como uma maneira de “sobrevivência” dentro do capitalismo, sem adotar totalmente a sua lógica. É uma maneira de ser solidário sem abrir mão da satisfação individual, da busca pelos objetivos propostos, entre eles, os financeiros. Na Cooperunião, pode-se dizer que existe mais que objetivos econômicos envolvidos, há uma visão de mundo construída em torno dela, envolvendo diretamente a vida dos assentados. Nesse assentamento a cooperativa toma proporções muito maiores que as cooperativas formais, sendo que, a organização e o cotidiano dos assentados giram em torno dela.

O retorno financeiro é um dos atuais desafios do assentamento, os assentados consideram a renda mensal insatisfatória. Na tentativa de aumentar a renda média foi ampliada a capacidade do frigorífico, o número de aviários e pretende-se ampliar o número de vacas leiteiras. E ainda: “enxugar os setores produtivos,⁶ para fazer com que todos sobrevivam com seus próprios recursos, sem dar prejuízo a cooperativa”. Observa-se também uma escassez de mão-de-obra. O assentamento, com capacidade de 60 famílias, atualmente possui apenas 52 e existe o interesse em preencher as vagas ociosas.

A maior parte da alimentação é produzida no próprio assentamento. Os assentados atribuem grande importância para a diversidade e quantidade dos alimentos produzidos e consumidos por eles. Existe uma variedade em tipos de carnes, frutas, verduras, legumes, cereais, mel, entre outros. Segundo um assentado, no ano de 2005 foram vinte e oito tipos de alimentos produzidos no assentamento.

A outra vantagem (do sistema coletivo) que eu vejo assim é a grande diversidade de alimentação que a gente consegue produzir, porque, eu falei esses dias, ano passado foram 28 tipos de alimentos, eu duvido que um agricultor individual consiga produzir isso (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

⁶ Os setores produtivos são a lavoura, vaca de leite, aves, suínos, erva-mate, apicultura, entre outros.

A produção de alimentos no assentamento foi reorganizada. Cultiva-se somente o necessário para a alimentação, sem formação de excedentes. Esses não são lucrativos e geram grande dispêndio de mão-de-obra, visto que todos os alimentos são cultivados sem agrotóxicos, o que aumenta o trabalho manual dos assentados.

No assentamento Conquista da Fronteira, os assentados acreditam que o agricultor familiar não possui a estrutura e o patrimônio que eles detêm e que no sistema coletivo é muito mais fácil conseguirem recursos para investimento, empréstimos. Eles se sentem com mais força para buscar o que desejam, com mais força política que uma família isolada e sentem que têm maior facilidade em atingir seus objetivos. O depoimento a seguir é de um assentado expondo sua visão sobre o trabalho coletivo:

As vantagens assim pra começa é que nós fizemo muito mais que os agricultor individual, trabalhando bem menos porque a gente consegue organiza a produção. Por exemplo, tenho parentes meu que o capital que eles tem hoje, eles tinham 30 anos atrás e, por exemplo, eles chegam em casa eles tem serviço pra faze, eles tem que faze pasto, tira leite, trata porco, trata vaca, tudo essas coisas e nós aqui conseguimos organiza o trabalho que nós não temo essas trabalhera toda, então essa é a grande vantagem. E também o crescimento do patrimônio e tal. E depois tu veja, minha filha, aqui a gente tem casa boa pra mora, a gente tem luz, água encanada, tem o estudo dos filhos garantido, mora aqui, o ônibus passa perto da porta da casa, então através do coletivo que nós conseguimos organiza isso tudo. Se nós fosse individual eu não sei se nós teria uma linha de ônibus, a gente assim consegue garanti, negocia com o prefeito então tudo a gente consegue mais fácil através do coletivo. Os problemas que existe, de inimizade, qualquer problema tem que ser resolvido (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

E para outra assentada:

Olha são muitas vantagens, tipo assim, o trabalho coletivo é um trabalho pra satisfazer mais, que rende mais, ele te dá outras condições, outras dimensões de vida, outras possibilidades tipo assim se você ta num lote individual você tem que pensa o todo, tem que pensa em tira leite, em produzir, e assim é uma vida mais tranqüila porque cada um tem seu trabalho. Na verdade tem muitas vantagens o reivindicar junto, conquista junto, não tem uma questão mais individual. Até a própria preocupação ela facilita tu te uma vida mais tranqüila porque tu pensa no coletivo, as saídas são mais fáceis (Entrevista 20// Pesquisa de Campo).

A educação é outro fator apontado como uma qualidade do sistema coletivo, pois grande parte dos assentados não teve acesso à escola ou então estudou só até a quarta série. A cooperativa garante as condições mínimas para os filhos estudarem até o ensino médio e trouxe educação para os adultos sem nenhum custo financeiro:

(...) a questão da educação, a educação hoje até o 2º grau nenhum pai se preocupa com o estudo particular que é a cooperativa que paga tudo, então

assim... compromisso com a juventude ao menos até o 2º grau, ter o estudo que nós não tivemos isso (Entrevista 15/Pesquisa de Campo).

Segundo uma assentada, os benefícios proporcionados pelo coletivo são

(...) a soma de forças para conseguir os objetivos do grupo, pois sozinhos não teriam a estrutura física que hoje possuem. No coletivo a qualidade de vida e de trabalho é melhor, comparada com o individual. No sistema familiar existem muitos serviços domésticos a serem desenvolvidos e no coletivo o indivíduo tem só uma função, é responsável por uma parte e usufrui do coletivo (Entrevista 20/Trabalho de Campo).

Os assentados no sistema coletivo consideram o trabalho é menor que no familiar, visto que não têm serviços após a jornada de trabalho, como cortar lenha, tratar os animais, entre outros serviços domésticos. No sistema coletivo, como constatado também na pesquisa de Lazzaretti (2003, p.127), existem pessoas alocadas especificamente para aqueles trabalhos.

As desvantagens desse sistema organizacional, segundo os assentados, são que as “coisas” não acontecem unicamente por necessidade individual. Por exemplo, se um assentado deseja fazer uma calçada para sua casa, como é responsabilidade do coletivo, esse projeto deve ser planejado e a prioridade individual pode não ser a coletiva, e ficar para um segundo momento. Outra desvantagem é que há pessoas que não se esforçam como poderiam, não se dedicam, mas usufruem do todo.

Eu acho beleza (o coletivo), uma coisa que pra começa nós não tinha resistido aqui, nós tinha ido embora todo mundo (trabalhar individualmente). Nós não tinha conseguido sobrevive aqui porque a terra tem muito ácido, então o coletivo foi uma forma de garantir nós aqui na terra. O coletivo é um trabalho difícil, se você me pergunta se é bom, se é ruim eu vo te diz que você tem que cede toda hora, todo dia você tem que ta cedendo, abrindo mão dos teus costumes, dos teus vícios e é só assim que funciona. Agora, se você vai ver as vantagens do coletivo isso supera de 200 a zero dá pra diz. Se nós fosse trabalha no individual quando que nós ia ter um frigorífico, quando nós ia ter um secador, nós ia ter um caminhão, nós ia ter toda essa estrutura que nós temo aqui, isso jamais (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

A pesquisa de campo indica que eles se vêem em situação superior a dos pequenos agricultores, seja por questões financeiras, ou pelas garantias que a cooperativa oferece, como diversidade da alimentação produzida no assentamento, acesso à educação e saúde. Em certos momentos chega a transparecer, por parte dos assentados, preconceito ou desprezo em relação aos pequenos produtores da região.

Não... tanto economicamente como socialmente eles (os agricultores familiares da região ou de assentamentos individuais) estão mais **atrasados** que nós, não dá pra dizer que não deu certo, deu certo, mas ele torna mais difícil a convivência (Entrevista 15/ Pesquisa de Campo).

O assentamento seja quais forem suas condições, mas principalmente o coletivo, representa uma grande melhora na situação financeira e no conforto material dos assentados. Na maioria das vezes, quando estas famílias são assentadas, estão descapitalizadas, não possuindo quase nada. O coletivo se mostra como uma forma de enfrentar as dificuldades, reunir o que cada um tem, mesmo que seja apenas a força de trabalho e boa vontade, é o início de uma nova fase para o assentado. Abaixo, uma assentada relata a mudança em sua vida depois do assentamento:

Não dá nem pra compara, mudou que nem da noite pro dia, mudou muito minha vida, coisa que eu nunca sonhei em ter na minha vida, as coisas pra dentro de casa, uma casa boa pra mora, nunca tive luz dentro de casa, água encanada... Mudou muito a minha vida, desde meus filhos, quem sofreu foi só o mais velho que sofreu, que passou fome, frio, mas os outros não sabem o que é uma necessidade de comida, as vezes tem 5 ou 6 tipos de comida e ainda acham que não tá bom. Quando tinha só feijão sem sal a gente ainda agradecia de ter aquele feijão, as vezes repartia uma colher de sal em dois ou três pra pelo menos dá um pouquinho do gosto do sal (Entrevista 21/ Pesquisa de Campo).

A cooperativa e o trabalho coletivo aproximam ainda mais os assentados do MST, o qual tem preferência por este tipo de organização. Em uma de suas “cartilhas” expõem razões para adotar este modelo. As razões econômicas são: facilidade maior na obtenção de crédito; aumento do capital e da produtividade; racionalização da produção, de acordo com os recursos naturais; e desenvolvimento da agroindústria. As razões sociais: aproximar as moradias; melhor acesso à infra-estrutura básica, como estradas, água e energia elétrica; e facilitar o ensino de crianças e adultos, agilizando as conquistas e a construção desse importante equipamento social. E as razões políticas: a maior participação em lutas, gerais e específicas; os assentados se vêem como força política que, junto com outras categorias, pode contribuir para a construção de uma nova sociedade (MORISSAWA, 2001, p.231-232)

Um motivo para o MST apoiar a criação e manutenção das cooperativas dentro dos assentamentos é a questão dos “liberados”. Quando se tem essa forma de organização da produção é mais “fácil” manter um assentado a disposição do movimento, já que ele continua recebendo, pela cooperativa, como se estivesse trabalhando no assentamento. O assentamento Conquista da Fronteira tem dois liberados para o MST, dois para a CREHNOR e um para a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda – Cooperoeste. Os assentados liberados, que estão no assentamento e recebem salário, o repassam integralmente para a cooperativa, recebendo igual aos outros assentados que trabalham dentro do assentamento. No caso

de trabalharem em lugares públicos, no meio urbano eles recebem um salário mínimo a mais para comprar roupas, calçados e outras despesas.

O cooperativismo é uma forma de trabalhar em conjunto, unindo o capital de todos, mas preservando a propriedade, através do qual os agricultores menos capitalizados conseguem obter um patrimônio maior que o individual e o lucro posterior tende a ser mais representativo. Ressalta-se que a competição e cooperação não se excluem neste modo de produção, já que as cooperativas se inserem no mercado para obter lucro, como empresa. Os integrantes vêem na cooperação uma forma de se manterem “vivos” no capitalismo, se inserindo no mercado competitivo com maior força, escala produção e estrutura, do que individualmente.

A maioria das ações do indivíduo está relacionada ou é organizada pela cooperativa, desde o horário de trabalho, tarefas a serem cumpridas, dinheiro para ir ao médico, reforma da sua casa, entre outros pontos. Em meio a tudo isso, podemos nos perguntar como fica a vida privada dessas famílias? Ao levar esse questionamento para os assentados, eles dizem não se sentem sem privacidade.

Hoje a gente não tem a cozinha comunitária que no início era um dos nossos sonhos, era uma reivindicação ter cozinha comunitária e aí com o passar do tempo a gente percebeu que isso ia tira a privacidade, tu ia convive direto fora da tua casa, café, almoço, janta, festas, discussões e o próprio trabalho tu não teria mais esse contato com a família então a gente decidiu e até hoje não tem essa cozinha comunitária. Mas acho que (não falta) privacidade, vai de tu acostuma. Eu, pelo menos, acho que não (Entrevista 18/Pesquisa de Campo).

No depoimento acima, a assentada afirma não sentir falta de privacidade, mas tomam certas medidas cautelares, por isso não construíram a cozinha comunitária. Segundo outro assentado, cada momento tem seu espaço e por isso é respeitada a privacidade das famílias “não acredito (na falta de privacidade), vamo dizer tem seu momento de trabalho, de lazer, tem seu momento de ficar com a família”.

Segundo os assentados, com o tempo de trabalho na cooperativa ocorre uma adequação na forma de pensar e ver as relações sociais e o processo produtivo, adequando-os na vida de cooperado. A maioria dos assentados trabalhava na agricultura familiar e não tinha experiências com o trabalho em cooperativa. Eles admitem que trabalhar e viver em cooperativa é um processo longo e difícil, com dificuldades de ajustamento ao sistema coletivo, como se observa no depoimento abaixo:

Chegando aqui em vez de pensar só pra tua família tu tem que pensar pra 60 famílias enfim, então não é fácil assim de tu se acostuma, tanto é que muitas famílias saíram daqui, foram em busca do sonho individual (Entrevista 17/Pesquisa de Campo).

A produção organizada em coletivo e em agricultura familiar apresentam muitas diferenças, mas também similaridades: A lógica de produção econômica de ambas é diferente da lógica capitalista pura. Os proprietários do meio de produção são a fonte de trabalho que “acionam o capital envolvido no processo produtivo”. Tanto na cooperativa como na agricultura familiar a produção não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. Outro ponto que os aproxima é o querer ficar e se sustentar na terra. O que os levou a participar de ocupações de terra foi à necessidade de possuí-la, de ter um lugar para trabalhar e morar, onde poderiam organizar suas vidas. E a conclusão dos assentados, tanto do Rosário como os do Conquista da Fronteira, foi de que a vida deles melhorou depois do assentamento.

4. Considerações Finais

Os dois assentamentos estudados foram projetados pelo Incra e pelo movimento para adotarem o uso coletivo da terra, entretanto tomaram caminhos distintos. O assentamento Rosário não se adaptou a esse projeto, buscou e implantou a agricultura familiar, dividindo a área do assentamento entre as famílias. Em contraste, o assentamento Conquista da Fronteira aceitou este “desafio”, implantando e mantendo o sistema coletivo, com sua produção e vida social organizada em torno da Cooperunião.

O sistema produtivo influencia a relação diária entre os assentados: no familiar o trabalho é mais isolado, em contraposição, o coletivo necessita de um relacionamento constante entre os assentados. A direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem preferência pelo sistema de produção coletivo, mas observa-se que nem todos os assentados se adaptam a produção coletiva. Dessa forma, é importante verificar as aspirações e pretensões das famílias para depois implantar o sistema organizacional.

Em Conquista da Fronteira foram selecionadas no acampamento famílias e pessoas que desejassem trabalhar de forma coletiva para serem assentadas, a maioria das famílias escolhidas permaneceram. Essa experiência bem sucedida mostra-se uma boa alternativa ao possibilitar que o assentamento seja composto de pessoas dispostas a viver e trabalhar no sistema organizacional coletivo. Algumas famílias não se adaptam a essa realidade. Neste caso, a divisão da área entre as famílias pode ser a melhor solução, com a gestão da propriedade feita de acordo com o interesse familiar. O Rosário essa divisão foi exitosa e permitiu aos assentados o desenvolvimento de seus projetos pessoais e maior satisfação em viver no assentamento.

O MST se mostra um movimento coeso, entretanto verifica-se entre seus atores

uma heterogeneidade nas interpretações de assuntos importantes, como a questão da titulação individual e o uso da terra. Os assentados do Rosário desejam a escritura para se sentirem donos da terra, enquanto que em Conquista da Fronteira não a querem, devido as diretrizes do movimento e pela possibilidade de comércio inerente a escritura, eles afirmam que querem a terra para trabalhar, não para vender. Uma conclusão clara deste estudo de caso é que, indiferentemente da forma organizacional adotada, as famílias afirmam que suas condições de vida, moradia e alimentação melhoraram depois da chegada ao assentamento: local fixo, seguro, onde organizam sua produção e planejam o futuro, seus e dos filhos.

5. Referência Bibliográfica

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. e STOLCKE, V. (Org.). **A Questão Agrária** – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FONTANA, A. **Construindo o Caminho**: uma educação orgânica – experiência do Assentamento Conquista da Fronteira. São Miguel do Oeste: UNOESC, 1999.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

KLEBA, J. B. Cooperação Agrícola e Coletivismo em Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v. 24, n.3, p.132-139, set./dez., 1994.

LAZZARETTI, M. A. **Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária**: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioeste: 2003 (Coleção Thésis).

MAIA, D. M. **O papel da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal do Paraná** – ITCP/UFPR no desenvolvimento humano. Curitiba: s.n., 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), UFPR/Curso de Pós-Graduação em Economia.

MORISSAWA, M. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina: UEL/Departamento de Ciências Sociais, v.8, n.2, p.9-26, jul./dez.2003.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In FERREIRA, A. D. e BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS POPULARES EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS E
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

Ana Claudia Diogo Tavares¹

Resumo

No presente artigo analisamos as concepções e formas de ação dos(as) advogados(as) que atuaram e/ou atuam na assessoria jurídica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado do Rio de Janeiro, no período de reorganização local deste movimento (1995) até os dias atuais (2006). Apontamos fatores (sócio-culturais e históricos) que podem ter influenciado a organização de advogados em uma rede, denominada, atualmente, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), e nas práticas desses profissionais. De forma que procuramos compreender não apenas o olhar de advogados(as), auto identificados(as) como advogados(as) populares, sobre os conflitos sociais que envolvem a luta pela reforma agrária, mas também os instrumentos jurídico-políticos utilizados na defesa dos movimentos populares. Nesse sentido, situamos, através de entrevistas com esses atores sociais, algumas estratégias reveladas.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica, Conflitos Fundiários, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1. Introdução

No presente trabalho, temos como objetivo abordar a assessoria de profissionais do Direito ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no Rio de Janeiro. Especialmente, analisamos as concepções e as formas de ação de advogados(as) e defensores públicos – que atuaram entre 1995 e 2006 - em relação às lutas sociais. Examinamos a constituição a organização de alguns desses advogados(as) em uma articulação denominada atualmente de Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares – RENAP.

E com a pretensão de examinar o comportamento e as ideologias desses sujeitos que se auto-identificam como advogados “populares”, procuramos cotejar a relação entre as práticas destes profissionais do campo do direito, face ao conjunto de pessoas ao qual se confere o nome “juristas”. O termo “jurista“ procura englobar todos os atores sociais que atuam no campo do Direito.

¹ Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O presente texto baseia-se na dissertação que defendemos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF. Na dissertação apresentamos algumas concepções acerca do Jurista e do Direito, buscando relacioná-las com os debates emergentes da Teoria Crítica do Direito.

Ao examinarmos a experiência citada, destacando práticas e concepções dos advogados(as), pretendemos apontar indícios para identificar o repertório de ações e compreender suas possíveis transformações, rupturas e continuidades.

Em síntese, constituem objetivos deste artigo: iniciar um debate sobre a possibilidade de articulações de advogados consistirem em estratégias de disputa contra-hegemônica dos movimentos de trabalhadores rurais e analisar as táticas jurídicas utilizadas pelos advogados dos trabalhadores rurais, bem como as ideologias presentes nos seus discursos.

A ausência de estudos e documentos sistematizados acerca da atuação de advogados populares nos levou a buscar o resgate das suas histórias, através de entrevistas semi-abertas com alguns de seus protagonistas.

Na escolha do grupo inicial de Entrevistados consideramos as pessoas que atuaram em pelo menos uma ação judicial movida em face de algum integrante do MST em razão de atuação política. Entretanto, alguns assessores ou advogados que não estão mencionados nos autos de nenhum processo, mas que atuaram processualmente colaborando com a defesa processual, a partir da participação nas reuniões da RENAP, também foram Entrevistados. Realizamos a entrevista com 16 (dezesesseis) assessores.

Neste artigo, nos limitaremos a expor alguns trechos de transcrições de narrativas que consideramos representativas da diversidade de olhares e atuações sobre os conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro. Precede, entretanto, breve exame da formação da RENAP em âmbito nacional e no Estado do Rio de Janeiro.

2. Breves considerações sobre a formação da RENAP

A RENAP é criada em dezembro de 1995 (no mesmo ano, repercute o massacre de Corumbiara.), num Seminário em Defesa dos Povos da Terra, realizado em São Paulo, que passa a ser considerado como o primeiro Encontro Nacional. A crescente criminalização e repressão dos movimentos sociais - efetuadas tanto pelo aparato militar, quanto pelo Poder Judiciário, através de decisões - aumentava a necessidade de organização de juristas para combater, em conjunto com os movimentos, a violação dos direitos dos trabalhadores.

A RENAP constitui-se em uma articulação de juristas, principalmente de advogados e advogadas, espalhados pela maioria das regiões do país, que reúne parte dos seus profissionais a cada ano. Entre seus objetivos, destaca-se a melhoria da prestação do trabalho de defesa jurídica dos movimentos populares, em especial àqueles que lutam pela reforma agrária. Tal fato se deve a rede ter surgido em virtude da organização e da conseqüente repressão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, ampliando-se para atender movimentos sociais urbanos.

De forma que essa articulação de advogados possui íntima relação com o processo de organização política dos movimentos ou grupos populares, que passam a ver como uma necessidade da luta o apoio de advogados. Nesse sentido, comenta Juvelino Strozack, advogado do MST que articulou a RENAP em âmbito nacional: “A RENAP nasceu porque especialmente o MST precisava de um apoio de um determinado especialista, e esse especialista é o advogado.”

Como uma articulação, a Rede comporta juristas de diferentes organizações e partidos políticos. Cada organização tem uma percepção de Estado, de Direito e um projeto político, com táticas e estratégias diferenciadas. O que une essas pessoas? A utopia da advocacia voltada para o interesse das classes populares. Esta utopia agrega juristas que atuam no campo da esquerda e que tem uma identidade profissional. Além de um acúmulo de percepções sobre o lado para onde pesa a balança do Judiciário.

Portanto, percebemos algumas táticas para alcançar a finalidade pretendida com a RENAP, que expressam a forma de organização da Rede: 1) a localização de advogados e advogadas que contribuía com o MST e/ou com a CPT nos Estados; 2) a criação de espaços de formação técnico-jurídica voltada para o atendimento das demandas dos movimentos, em especial do MST (Cursos realizados anualmente, no mês de julho); 3) a criação de espaços de confraternização entre os advogados e advogadas atuantes (Encontros Nacionais, realizados anualmente, normalmente no mês de dezembro); 4) envio de material escrito, pelo correio, para os advogados e as advogadas que colaboravam na defesa dos movimentos, como decisões, jurisprudências, doutrinas e peças processuais; 5) publicações que reuniam interpretações dos textos normativos favoráveis ao MST e a CPT.

A RENAP não é a primeira articulação de advogados voltados para a defesa de movimentos populares. A ANAP (Associação Nacional de Advogados Populares), criada na década de 1980, reuniu um grupo de advogados que, na época, trabalhava para a CPT, e o AJUP (Instituto Apoio Jurídico Popular), no Rio de Janeiro, que possuía um trabalho voltado para educação popular, são exemplos de grupos que se identificam como advogados ou

assessores populares. A ANATAG (Associação Nacional de Advogados de Trabalhadores da Agricultura), embora não se auto-identifique explicitamente em torno da idéia de “advocacia popular”, era composta por advogados que prestavam assessoria aos trabalhadores e organizações sindicalistas rurais, como a CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura), na época da ditadura militar no Brasil.

3. A RENAP no Estado do Rio de Janeiro

No período que antecede a formação da RENAP e a assessoria de advogados no Rio de Janeiro, a defesa jurídico-processual nos conflitos fundiários dá-se, principalmente, pela intervenção do Núcleo de Terras da Defensoria Pública e de alguns defensores públicos. Tal Núcleo constitui-se a partir de um grupo institucional formado para a mediação de conflitos fundiários, tanto urbanos, quanto rurais, embora a maior demanda apresentada em meados da década de 1980, seja de intervenção em conflitos em áreas consideradas urbanizadas.

Compreendemos, a partir das falas dos entrevistados, a inexistência de um marco definido, um ato originário da formação da RENAP no Rio de Janeiro, apesar de, para fins didáticos, termos escolhido como princípio da organização o momento em que o Entrevistado 2 percebe a consolidação da Rede, após um encontro em 1999, a partir do qual as reuniões periódicas iniciam-se. Porém, é possível identificar, antes, tentativas, articulações e encontros estaduais que já formavam os “nós” da Rede no Rio.

Nesse sentido, Juvelino Strozack nos informa que “No Rio de Janeiro em 97, tínhamos alguns contatos, entre eles o [entrevistado 12] e o [entrevistado 7]. Além disso, tinha o [entrevistado 5] que era histórico.” Diz ter apresentado a proposta de assessoria jurídica da RENAP em uma reunião realizada em 1997, quando começam a mandar, todo mês, mala direta. Comenta em que consistia a proposta: “queremos que vocês façam uma reunião no Estado chamando os advogados da capital e principalmente do interior.” Também menciona a proposta de dinâmica de tais reuniões, que deveriam ser realizadas em um final de semana, sendo que no sábado pela manhã, convidavam um representante dos movimentos sociais para apresentar os problemas concretos do Estado e fazer uma análise de conjuntura. A tarde, estimulavam que os advogados trouxessem algum professor e o domingo deveria ser reservado para a construção de alguma oficina de manhã e à tarde um churrasco para a confraternização. Assim, nos anos de 1997 e 1998 no Rio de Janeiro, afirma ter acompanhado algumas reuniões.

4. Conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro: olhares e táticas processuais

Entre os assessores entrevistados, há alguns que reúnem mais experiência na defesa da posse de movimentos ou comunidades urbanas e/ou que atuaram apenas pontualmente na defesa técnico-jurídica do MST. Outros que participaram ativamente da Rede de Assessoria do MST no Rio de Janeiro, hoje identificada como RENAP, e que expõem as táticas discutidas nas reuniões. No primeiro caso, encontram-se os entrevistados 1, 6 e 13, defensores públicos e o entrevistado 4. Estes atuaram na defesa judicial do MST antes da constituição da RENAP no Rio de Janeiro, sendo que os entrevistados 1 e 13 através do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública.

Sentimos que essa experiência acumulada nas defesas dos movimentos urbanos é aproveitada na defesa do MST. Embora, algumas diferenças de instrumentos eficazes nesse sentido possam ser percebidas.

Uma das maiores demandas urbanas verificadas, decerto, é a regularização fundiária. Os principais adversários jurídicos das comunidades, embora possam ser, como no campo, “grileiros”, são pessoas identificadas como especuladores imobiliários. E o tempo anterior de moradia dessas comunidades ameaçadas com ações de reintegração de posse poderia ensejar a propositura de ação de usucapião. Além do que possibilita maior êxito, ao nosso ver, na suspensão da referida ação, o uso de embargos de terceiro, instrumento praticamente não utilizado quando se trata de ocupações coletivas de terras.

Nesse sentido, o Entrevistado 1, recordando-se de sua atuação no Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nos fala que acredita que a medida que mais suspendia despejo era embargo de terceiros.

Questionado sobre a estratégia processual utilizada no processo da Usina São João, o Entrevistado 6, defensor público, afirma:

(...) em termos processuais, (...)é dizer como o autor cita o réu indeterminado, a não identificação dos ocupantes, dos invasores, ausência, a questão também da terra não ser produtiva, mas essa questão não ecoa muito bem no Judiciário. O aspecto formal foi o que fez o desembargador suspender. Tinha sido recente o Eldorado dos Carajás e falava que o juiz tinha determinado que o comandante da PM desocupasse, e que tal situação poderia ensejar um novo Eldorado. Foi a questão formal, o dado político, recortes de jornais da marcha. (...) A gente não sabe no final, mas, juridicamente, acho que o grande argumento foi esse da formalidade de não identificar, tanto é que (...) o desembargador que deu a liminar determinou que se identificasse todos os ocupantes.

Já o Entrevistado 13, que atuou no Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Rio de Janeiro desde meados dos anos 1980, diz: “procurávamos mecanismos metajurídicos que

rompiam com a legalidade formal. Se você não compatibilizar a norma com a necessidade ou a norma jurídica com o fato, você não dá dinâmica ao direito.”

Após perguntar se eu tenho formação jurídica, relata alguns casos exemplares das estratégias utilizadas na defesa política-processual das comunidades urbanas e rurais.

Quando eu trabalhava no núcleo e o proprietário ajuizava as ações de força nova, liminar possessória com menos de ano e dia. Proprietário sempre ajuizava a ação e o juiz ou deferia a liminar sem ouvir a outra parte, você era surpreendido, ou ele marcava uma audiência de justificação de posse. (...) Era um ato do juiz com as testemunhas do proprietário que vai confirmar que houve rompimento de cerca, o capataz. O defensor dizia que não ia à audiência porque pensava que a sua atuação se dava após o contraditório e as liminares executadas não tinha o que contestar, pelo caráter de satisfatividade. Não tinha mais a posse. Então tinham que criar um mecanismo na época que ainda é utilizado, uma petição de mero esclarecimento, entre o ingresso da ação e o momento da contestação. Instrumento fundamental para evitar vários despejos massivos. No início, os juizes não aceitavam essa petição alegando que era intempestiva.

Recorda-se que, numa das audiências, “estava com o ato de constituição da associação de moradores com mais de 20 anos”, fez a petição e o juiz não aceitou, mas foi à audiência. Destaca mais uma estratégia: “tem que ter ampla atuação.” Quando falou ao juiz que estava indo à Corregedoria relatar a recusa em receber sua petição, “na hora, ele recuou e transformou a ação em rito ordinário.” Diz: “você tem que buscar essas alternativas metajurídicas, eticidade, componentes que te levem ao fato, que levem a norma ao fato. Uma experiência que eu não aprenderia jamais no tradicional ensino acadêmico.”

Interessante notar a proximidade entre a concepção do entrevistado, que não participa dos espaços da RENAP, e a leitura de Jacques Távora Alfonsin ao se referir a Rede, ressaltando a prioridade ética de sua assessoria, antes de uma prioridade técnica de solução para cada caso “consciente de que (...) o direito não se esgota na lei, existindo problemas que essa não só ignora como, ainda quando os preveja, estão exigindo um novo paradigma hermenêutico.” (ALFONSIN, 2005)

O entrevistado 13 narra a existência de “outras lições”: “Em conflito individual que se estabelece no âmbito da comunidade, eu não atuava.” Isto após a experiência de atuação em um loteamento em que uma pessoa comprou um lote grande e distribuiu para dez famílias, o defensor ajuizou uma ação para retirar as 10 famílias e ele pelo núcleo defendia a permanência. Diz que ficaram 4 anos discutindo na Justiça, quando ligou para a presidente da associação porque julgava que não tinha competência para solucionar a questão. “Em menos de um mês foi homologado um acordo.”;

Outra lição: “dirigir sempre a atuação técnico-jurídica a partir da discussão política com a comunidade.” O Entrevistado 13, exemplifica com outro caso em que preparou documentação para instrumentalizar a ação de usucapião e falou com o presidente da associação que algumas pessoas tinham o direito ao usucapião. “Ele me perguntou: E as pessoas que estão fora da ação, sofrem risco de despejo? Falei que sim. Então não ajuízo ação nenhuma, só quando todos tiverem direito ao usucapião.” Reafirma: experiências que só se adquire nesse trabalho concreto.

No mesmo sentido, Alfonsin destaca a necessidade de troca de saberes com a pessoa a ser defendida, vítima da ação criminalizadora do Estado, acrescentando a troca de saberes com estudiosos e profissionais de outros campos do conhecimento científico. “Antes de se constituir num serviço para as vítimas, esse trabalho é realizado com elas.” (ALFONSIN, 2005)

Outra estratégia fundamental para o entrevistado 13 é “a presença da comunidade no julgamento.” E narra uma situação ocorrida na época em que trabalhava com as comunidades rurais e na qual os tribunais proibiam a presença das pessoas que não estivessem de terno e gravata (“o primeiro mecanismo de exclusão é esse”). Lembra-se do julgamento de ação de trabalhadores rurais de Vila de Cava (Caxias), quando o secretário do Tribunal falou que as pessoas não podiam entrar pela ausência de paletó e gravata. “A primeira coisa que imaginei foi tirar o meu paletó e dar pra um”, mas disse “se eles não podem, entram as mulheres e as crianças” após o que ele abriu a porta e entraram todos. “Foi a presença dessa comunidade que decidiu o destino delas, que garantiu a permanência na terra.”

Era uma ação de reintegração de posse ajuizada contra Jose da Silva, Maria, outros. Há exigência de determinação no artigo 282, II, do Código de Processo Civil (CPC) que permite a possibilidade de ação contra réu quando ele é determinável. “Valendo-se dessa excepcionalidade, os juízes (...) admitiam ações sem o elemento central, sem o elemento subjetivo da lide.” Revela a tática usada nesses casos: “sempre identificava um para poder fazer a defesa avisando que não era ainda a defesa, que apenas iria ser feita após a citação de todos.” Destaca que

(...) os tribunais criaram uma figura atípica, a da indeterminação generalizada, que não tem lastro de legalidade no direito brasileiro, uma espécie de mandado de evacuação geral, mandado expulsório. E agora a jurisprudência está pacificando uma jurisprudência complicada, que quando é impossível (...) o autor identificar o réu, o oficial de justiça pode identificar.

Diz que “Vila de Cava foi um desses casos.” Na ação possessória contra cinco ou seis réus, foi deferida a liminar,

(...) só que fora dessa relação processual ficaram vários trabalhadores rurais, mas na diligência contra três, quatro o oficial de justiça aproveitou a diligência e tirou todas as famílias. Impetrei um mandado de segurança para que pelo menos aquelas que não figuraram no pólo passivo retornassem a terra, porque a ilegalidade era flagrante.

Apesar de perderem o mandado de segurança por 2 a 1, “a comunidade estava presente, eles ouviram toda a história e dos três desembargadores que havia uma ilegalidade, mas a via mandamental não era adequada para o retorno a posse, seria o embargo”, o que considera “um contorcionismo jurídico.” Nesse caso, fala que optaram pelo mandado de segurança porque o embargo de terceiro seria para o mesmo juiz que deferiu a liminar. Em seguida, quando foi falar que perdeu para a comunidade, esta falou que ele estava errado, que tinham ganhado, “porque os três tinham falado que era ilegal o despejo.” Então ganhamos, “voltaram para a terra.”

Outros casos revertidos: em Pinheiral, em 1985, recorda-se que “houve uma vigília enorme com as cidades vizinhas (...) durante a noite” e que tinha levado a “petição de mero esclarecimento” e a juíza não aceitou alegando que era intempestivo. Porém,

(...) no dia do julgamento houve a vigília e eu fui despachar a mesma petição, mas já com todo aquele apoio político, (...) a juíza apavorada (...) falou “ – Doutor, trouxe a petição, o que eles vão fazer? (...) Eu disse: “Só vou saber depois que você negar.”(...) Transformou a ação de força nova em ação de força velha, era o que bastava para que se consolidasse lá a ocupação.

Percebemos algumas táticas afirmadas pelo Entrevistado 12, quando expõe os desafios da advocacia popular: a partir da dogmática jurídica você atrai, mas insere uma questão político-ideológica. E em relação à defesa do MST, destaca a diferença da assessoria prestada a este, que relaciona a uma dinâmica diferente:

É importante dizer que o MST tem uma dinâmica de agenda totalmente diferente de ONG, isso é um diferencial e isso reflete diretamente no tipo de intervenção jurídica que você vai fazer. Então, por exemplo, aqui (...) que somos uma ONG na área de defesa dos Direitos Humanos, na área da infância e adolescência, enfrentamento ao tráfico de seres humanos, a gente trabalha muito com o ordenamento jurídico positivado, então é muito mais um trabalho com um positivismo de combate, do que com direito alternativo, insurgente. Agora, a assessoria pro MST tem esse diferencial.

Especificamente sobre as estratégias que utilizavam na defesa jurídica do MST, o Entrevistado 7 responde: “saber as condições jurídicas da área.” Diz que aguardavam na cidade, com contato na base, no Tribunal. Faziam a discussão com [Entrevistado 5] e com o pessoal do movimento.”

O Entrevistado 2 aponta como uma das estratégias na época, que até hoje acha que continua:

(...) tentar acompanhar a distribuição da ação pra que antes que o juiz desse a liminar a gente entrar como uma preliminar. Era uma grande estratégia, eu acho que até hoje é usada. Até uma estratégia que o [entrevistado 5] usava que chamava de advogado pé no chão, que eram os próprios militantes acompanharem. Eles mesmo. Às vezes era longe, a gente não podia estar sempre Botava alguém do próprio MST pra acompanhar lá no Fórum e você ter já pesquisas anteriores do proprietário, da própria terra, sempre colocar pro juiz. A estratégia que o processo ficasse na primeira instância porque na segunda era mais complicado. Ganhar tempo na primeira instância. Enquanto isso o povo ir se organizando na terra, porque depois de organizado na terra era mais difícil efetuar um despejo. Acho que é uma estratégia até hoje adotada. E o Oziel ficou bastante tempo com isso, só não foi vencedor, né?

O Entrevistado 10 diz que desde o momento em que se lembra

(...) a nossa estratégia, a nossa tática, era sempre que o movimento ocupava ia despachar com o juiz antes dele apreciar a liminar, fazer um plantão no Judiciário e despachar uma peça que a gente chamava de alegações iniciais ou defesa prévia, algumas coisa desse tipo, falando da situação da área, da ausência de posse, que a área estava abandonada. Fazia plantão no Judiciário para despachar esse pedido de defesa prévia. Porque, nesse período, que eu entrei, não tinha muita ocupação. A gente começa mais a fazer esse procedimento quando a gente vai no caso da Abadia, quando (...) a gente despacha e consegue fazer toda uma negociação e fazer com que o juiz não cumpra a decisão nesse dia, porque não era uma área que as pessoas não ficariam, era mais para marcar uma posição com relação a utilização de trabalho escravo. E uma vez concedida a liminar de reintegração de posse, depois a gente agravava. Foi assim naquele caso de Italva, que foi um caso excepcional em que o juiz aceitou nossas teses, não concedeu a liminar. Por mais que a gente sempre tivesse o olhar que o Judiciário é elitista, defende o direito de propriedade, uma idéia de dar instrumentos para o juiz não conceder.

O Entrevistado 9 ressalta que as estratégias “variam de caso a caso.” Exemplifica com o caso no qual um desembargador aprecia a mesma causa três vezes e concede a liminar. Neste, contaram com apoios de um procurador. “A busca de aliados permitiu que o MST também se estruturasse.” E começaram a participar das reuniões da Direção Estadual. Acredita que as estratégias “são produto de uma memória.” Recordar-se da palestra da Salete Macaloz, que já falava que “quando vinha uma ordem de despejo, as pessoas trocavam de endereço para não serem citadas e despejadas.”

O Entrevistado 4 revela que “a primeira coisa, pensar a força que o grupo tem, quais os aliados que o grupo conta, se tem estrutura ou não para encarar o despejo.” Diz que não

organiza uma ocupação, mas que sempre tem um contato antes de ocupar. “A Federação não tem uma estratégia.” Tem a experiência de dizer em que situação está a área e o que pode acontecer e que os acampados devem “se preparar para o dia seguinte no Fórum”, ter vigilância e que “provavelmente vamos ter uma liminar e vamos buscar um recurso para cassar.” Às vezes estabelece um contato antecipado com o juiz, mas afirma

(...) nem sempre isso dá certo. Não tem uma, vou chamar de tática, tenho diferença com vocês processual. Eu identifico as pessoas. Aqui têm seres humanos, famílias. Sempre componho a defesa com a representação significativa de mulheres, porque acho que tem um caráter de sensibilização.

E fala que trabalha na perspectiva da identificação de todas as famílias, o que, para ele dificulta a citação. Agrava dessas situações, “mas tem uns que mandam o oficial identificar.” Acha que tal tática “tem um risco, mas é calculado, do cara querer excluir do Programa de Reforma Agrária, mas como ninguém foi excluído até hoje por conta de ocupação...” E diz recorrer sempre que possível. Esclarece que trabalha buscando prolongar a permanência das famílias na área ocupada e chama a atenção para a dificuldade das direções entenderem que trabalhamos “no risco” “porque eles sempre acham que vão ganhar.”

Diz fazerem “sempre visita ao juiz com uma comissão de assentados, sem audiência mesmo, (...) quantas famílias, a história, tem juiz que não recebe, no tribunal é mais fácil. A gente já sabe quem vota contra e que não adianta, temos mapeado as quatro turmas mas muda muito porque tem os substitutos (...) Fizemos uma visita ao presidente do tribunal, um desafio de fazer um seminário chamando o INCRA. A recepção foi boa mas não encaminhou nada.”

5. Considerações finais

Pensar em termos de campos pode facilitar a análise de algumas especificidades do exercício profissional do advogado e de sua representação. A nosso ver, o campo social incorpora o político e o jurídico, não havendo uma delimitação clara. Podemos destacar a formalização e a contribuição desse agente para a legitimação da ordem social que garante a continuidade da dominação exercida pelos detentores do capital econômico. (BOURDIEU, 2004)

Por vezes, o Direito e o Estado são alçados ao estatuto de sujeitos tanto nas análises de teóricos, como nas narrativas dos agentes, de forma que: o Direito faz, a lei diz, o Estado realiza, abstraindo-se as relações entre as pessoas que usam e constroem a lei, o Direito e o

Estado. Nesse sentido, Gramsci, com seu conceito de hegemonia (GRAMSCI, 2001), junto com Poulantzas, que destaca o Estado como relações sociais e a função dos funcionários (POULANTZAS, 1985), trazem contribuição para pensar o lugar do Direito nessa relação. Thompson torna-se uma referência teórica que utiliza elementos das análises marxistas para pensar o papel do Direito na totalidade das relações sociais, destacando os limites e os conflitos que a lei comporta. (THOMPSON, 1987)

Dessa forma, a discussão sobre a posição do jurista nas relações sociais pressupõe uma visão sobre o que o Direito representa e um determinado uso do Direito. Significa falar sobre as possibilidades de usar um instrumento concebido como legitimador da ordem para a transformação desta, conforme Luiz Fernando Coelho disserta, reunindo e classificando diversas vertentes da sociologia e da teoria crítica do Direito. (COELHO, 1991)

Traçado o panorama das diversas contribuições da teoria crítica do Direito, sublinha-se a ideologia (no sentido de ocultação de uma realidade ou de inversão) e a idéia de Direito como construção social, e que, portanto, pode ser instrumento usado na transformação social. O jurista é, por vezes, elevado à categoria de um intelectual inserido na sociedade que deve usar o instrumental e produzir categorias teóricas necessárias à libertação humana.

Dentre os juristas que entrevistamos, não se encontram apenas advogados ou defensores que participaram ou que integram a chamada RENAP - uma Rede que pretendeu reunir juristas, principalmente advogados, simpáticos ou comprometidos com o MST ou com a CPT a fim de melhorar a qualidade técnica dos serviços prestados a essas organizações. Pensamos que: a organização dos advogados em rede representou certa ruptura com a forma de atuação dos assessores que os antecederam e que não se integraram nesta Rede? Esse novo associativismo permite uma maior flexibilidade na percepção política e no debate por alternativas.

Ao explicitarmos algumas experiências de defesa jurídico-política dos movimentos populares que precederam a formação da Rede no Rio de Janeiro e as narrativas sobre as táticas e/ou estratégias processuais usadas, as continuidades se tornam mais evidentes. De que forma e em que medida a conjuntura específica do Estado do Rio de Janeiro favoreceu essas continuidades é questão a ser desenvolvida em projetos futuros, mas nos arriscamos a levantar algumas hipóteses.

Inicialmente, destacamos que o Instituto de Apoio Jurídico Popular (AJUP) possuía sede no Município do Rio de Janeiro. Antes, em meados da década de 1980, um núcleo da Defensoria Pública no Estado, especializado nos temas Terras e Habitação foi criado. Especialmente na atuação dos defensores neste Núcleo percebemos táticas que sinalizam a

transcendência da questão processual e que permanecem atuais nas práticas dos advogados que integraram ou integram a Rede.

A conjuntura do Estado também contribuiu para um perfil diferenciado de organização e da concepção dos militantes do MST no Estado, que transitam pelo espaço urbano e constroem relações com a Academia. E já mencionamos o vínculo entre a organização do movimento e a organização de sua assessoria.

Entretanto, não apenas questões concernentes à conjuntura estadual (podemos mencionar a existência de diversas Universidades) possibilitaram tal identificação entre as práticas narradas. As práticas também são condicionadas pelas regras processuais (transcendidas, em certa medida, mas utilizadas).

O questionamento de equívocos quanto aos procedimentos formais (alegações de inadequação da forma) é tática processual permanente, embora cada vez menos eficaz. Assistimos à relativização dos dispositivos legais que determinam a identificação dos réus, por exemplo, quando se trata de ocupações coletivas.

Diversas questões levantadas por nós não foram respondidas. Cremos na importância de tais indagações para a reflexão coletiva da inserção e das possibilidades de ruptura com a ordem que diversos assessores almejam. A apropriação de categorias críticas, em especial de leituras socialistas, evidencia-se ao longo do trabalho. Ao mesmo tempo, percebemos a ausência de uniformidade, porém, aproximações e distanciamentos entre as concepções.

Nesse sentido, podemos perceber diferenças, não exatamente rupturas na forma de agir e de pensar dos “co-autores” deste trabalho. Tais diferenças não se ligam ao tempo cronológico, mas a formas de inserção.

A RENAP revelou-se um espaço que permitiu a formação técnica do advogado para atuar nas demandas do MST. Ressaltando-se sempre a relação desejada pelo referido Movimento: respeito às lutas e a organização popular e manejo do instrumental técnico-jurídico para minimizar a repressão estatal e possibilitar maiores ganhos políticos.

Uma sedução pelo Direito? Ou a visão deste como uma das armas de luta que devemos usar em benefício da organização da classe trabalhadora? Nos parece mais uma necessidade (ou tática) conjuntural dos movimentos populares.

A luta pelos direitos trabalhistas, na década de 1970, se travava prioritariamente no âmbito legal e exigia a socialização do conhecimento jurídico. Tal socialização é sentida como uma necessidade pelos próprios advogados pela necessidade de aceitação dos trabalhadores (que precisariam fornecer procuração para o advogado(a)). A impossibilidade

da presença física em diversas situações nas quais os direitos são violados contribui para a construção da necessidade da socialização do conhecimento jurídico.

Na atuação prática e nas discussões de estratégias com os militantes do MST, percebemos a politização dos advogados e advogadas populares e militantes, e à absorção na fala dos militantes dos Movimentos de determinadas categorias da linguagem jurídica para legitimar perante a sociedade suas ações, como a defesa da função social da propriedade. Os advogados do MST passam a trabalhar com objetivos que não se resumem em ganhos no Judiciário, na medida em que este Poder é visto na sua parcialidade e ideologia dominante e, ao mesmo tempo, utilizam armas provenientes do positivismo jurídico na arena de lutas que o Judiciário representa.

Dessa forma, o Judiciário e o Direito, assim como o advogado, são usados como instrumentos da luta pelos movimentos populares. Entretanto, não são os únicos ou principais, uma vez que a luta política transcende a luta legal. A Judicialização das lutas por alguns dos participantes da RENAP é vista negativamente, na medida em que seria limitadora das potencialidades da luta política, que inclui outros instrumentos, como ocupações coletivas, mobilizações, debates, grupos de estudo, reuniões, meios de comunicação alternativos etc.

Parece que a unidade da RENAP exige investimentos na gestão da diversidade de opiniões e práticas políticas e jurídicas. O objetivo de utilizar o Direito como instrumento na luta dos movimentos populares unifica pessoas que podem discordar das estratégias gerais no campo político. Os laços afetivos, como ressaltado, e as místicas, emprestadas do MST, que por sua vez se inspira nas CEBs e as ressignifica, contribuem para que permaneça essa unidade.

A Rede insere-se em outras redes sociais. Por isso, não ousamos concluir a existência de construção da contra-hegemonia no âmbito do Judiciário ou no campo do Direito. Mesmo porque não podemos ler o Poder Judiciário isolado da totalidade das relações sociais. Decisões judiciais certamente influenciam e criam conjunturas políticas, ao mesmo tempo em que são influenciadas por e criadas em meio a conjunturas. Diversos exemplos dessa relação são expostos pelos agentes juristas.

Tentativas de ruptura e usos diferenciados do instrumental jurídico perpassam a atuação do grupo de advogados da RENAP no Estado do Rio de Janeiro. Porém, não podemos concluir que decisões judiciais favoráveis ao movimento de trabalhadores rurais decorram da qualidade técnica dos advogados (embora não possamos negar a importância de tal domínio da dogmática jurídica).

Os advogados populares se afirmam na relação com os movimentos, que exercem pressões que, como vimos, se tornam determinantes em diversas ocasiões. A já propagada construção do Direito na luta política, nos conflitos sociais, é apreendida, não apenas em cartilhas e palestras, mas na relação com outros protagonistas da luta.

6. Referências Bibliográficas

ALFONSIN, J. Dos Nós de uma lei e de um mercado que prendem e excluem aos nós de uma justiça que liberta. **Cadernos RENAP**, n. 6. São Paulo, 2005.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COELHO, L. F. **Teoria Crítica do Direito**. Porto Alegre: Ed. Sérgio Antônio Fabris, 1991.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: as origens da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**COMPLEXIFICAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO ORGANIZATIVA E A O NOVO
PADRÃO DE SER MILITANTE NAS CONFIGURAÇÕES DO MST-BA**

Fabya dos Reis Santos¹

Resumo

Respalhada em minha dissertação na qual analisei a experiência das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Bahia – MST-BA, no período 1987- 2007, particularmente o papel dos membros da direção estadual (DE) na relação com os assentados no processo de construção dos arranjos sociais e produtivos nos assentamentos de reforma agrária do estado, discutindo a ação dos agentes de mediação no *campo* (Bourdieu) da luta pela terra. Destacarei nesse artigo o processo de complexificação vivenciado pelo MST-BA e a incorporação de novas disposições à prática do ser militante na atual configuração.

Palavras-chave: Campo de Luta Pela Terra, Complexificação, Padrão Militante

1. Introdução

Este trabalho tem por base minha dissertação apresentada em março de 2008, da qual sublinhei para esse artigo o eixo que aborda o processo de complexificação da estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia (MST-BA) e sua relação com a incorporação de novas disposições orientando a prática do “ser militante” nessa atual *configuração*. Esse processo foi apreendido através de metodologias que se complementaram, quais sejam: História oral, observação participante e aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas. Adotei também a categoria de *campo*(Bourdieu) e a noção de *configuração e interdependência*(Elias) na orientação do nosso referencial teórico-metodológico. Opção que demandou um alto grau de vigilância epistemológica haja vista, sobretudo, aos pontos divergentes entre essas duas abordagens, sobre aos quais não investirei um detalhamento nesse trabalho, assim limito-me a dizer que busquei aplicá-las muito mais nas suas dimensões heurísticas evitando assim os usos taxinômetros.

A demarcação conceitual/ analítica do MST-BA enquanto um “*sub-campo*” do “*campo da luta pela terra*” implicou na necessidade da apreensão dos seus elementos estruturantes e suas dinâmicas os quais serão minimamente detalhados na primeira seção desse artigo, esboçarei assim alguns elementos que respaldam meu entendimento quanto a

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (doutorado) da Universidade Federal de Campina Grande.

existência de um *campo da luta pela terra*; Na segunda seção empreenderei um esforço para demonstrar as inter-relações dessas dinâmicas e o processo de complexificação do MST-BA ao longo de sua trajetória de 20 anos na Bahia exemplificados através das mudanças dos seus métodos organizativos. Nas considerações finais demarcarei as novas propriedades incorporadas ao *padrão* militante na atual configuração, apreendidas através das trajetórias das 3 lideranças que ocuparam as posições de direção nacional.

Tangenciando esse processo de complexificação proponho uma outra chave de leitura que incorpora o “caráter ambivalente” do MST em que suas várias feições, isto é, seus formatos de “organização política” com as funções/tarefas, hierarquias, ideologia, princípios, estratégias de ações políticas e suas “feições de movimento de massa” com a incorporação sistemática de novas pessoas através do processo de ocupação, ações de mobilização, protesto, reivindicações conjunturais como, por exemplo, cesta básicas para acampamentos, etc) e estruturais (construções de escolas, linhas de financiamentos da produção, etc), estão em permanente diálogo. Portanto, prescindir de algumas delas seria, talvez, incorra em certas substancializações, sempre implicados com processos de classificações não correspondentes com a prática social desse ator político.

2. Campo da luta pela terra: elementos estruturantes e dinâmicas

O objetivo desta seção é através de uma breve contextualização sobre o *campo* da luta pela terra, sublinharmos alguns acontecimentos e elementos relevantes que se constituíram como estruturantes desse *campo*, tendo como base uma literatura sobre a luta pela terra, para minimamente situarmos o MST, até porque não seria possível um descolamento desse sujeito coletivo e de nenhum outro, claro, do seu contexto histórico, muito menos de seu *campo* de atuação. Para Bourdieu, (1984, p.70):

Paradoxalmente, nesses *campos* que são palcos de uma *revolução permanente*, os produtores de vanguarda são determinados pelo passado até nas inovações destinadas a superá-lo, inscritas, como em uma matriz original, no espaço dos possíveis imanentes ao próprio campo. O que se produz no *campo* é cada vez mais dependente da história específica do campo, e cada vez mais difícil de deduzir ou prever a partir do conhecimento do estado do mundo social (situação, econômica, política etc.) no momento considerado.

Nesse sentido, o próprio surgimento das primeiras ocupações em 1979 no âmbito da luta pela terra que deram formato ao MST em 1984 e sua posterior legitimação enquanto um ator relevante na década de 1990 é uma expressão das mudanças das dinâmicas da própria luta

pela terra, a qual vai consolidando os atores, legitimando suas estratégias, ao mesmo tempo, que vai instaurando dimensões mais complexas e que nos possibilita atualmente falarmos em um “campo da luta pela terra”. Assim *campo* e atores políticos vão constituindo-se mutuamente num processo dinâmico e de permanentes transformações, as quais necessitam sempre fazer referências aos seus contextos históricos e suas configurações atuais.

Outrossim, a luta pela terra aparece sobre vários enfoques, os quais explicitam elementos relevantes que nos respaldam ao falarmos na existência de um *campo* da luta pela terra. Por exemplo: Martins (2000, 2002, 2004); Medeiros (2003); Navarro (2002); Gohn (1997, 2003, 2004); Novaes (1994); Torrens (1994); Turatti (2005); Scherer (2005); Comparato (2003); Zimmermann (1994) Sauer (2001). Estudos que remetem desde o debate clássico sobre a pertinência em construir categorias a partir de sua equivalência com a prática e a diversidade das populações rurais as quais se pensam sob várias categorias como, por exemplo: meeiro, morador, posseiro, colono, agricultor, camponês, assentado, trabalhador rural, assalariado rural, entre outros. Até os estudos preocupados em expressarem as experiências das populações rurais no exercício de sua reprodução social.

E necessário nessa tentativa de nos situarmos nesse campo o debate sobre como esses atores foram implicando diferenciações nas formas de mediação, inclusive para alterações do sentido do próprio conceito (NOVAES 1994) o qual passava a expressar um *modus operandi* desses atores nesse *campo*. Como, por exemplo, a atuação dos movimentos sociais rurais, CPT, sindicatos rurais, partido, ongs, entre outros. As disputas, os conflitos, caracterizam a luta ideológica por representação e legitimidade política incrementado as dinâmicas de demarcação de identidades coletivas e emancipações de tutelas, por exemplo o MST da CPT e do partido político, notadamente o PT. Os estudos de Jorge Romano (1995) nos ajudam, tanto na identificação desses agentes, quanto na reflexão sobre a disputa política pela representação dessas populações, que resulta num arremesso da luta pela terra ao *campo* ideológico da luta pela terra:

Os processos sociais de construção e consolidação das diferentes formas de representação e mediação do campesinato que têm se manifestado a partir do início dos anos 50 e, em especial, os conflitos pelo monopólio da representação legítima que se expressam nas relações entre esses atores, configurariam um campo político específico, o “campo político da representação camponesa”. As continuidades e descontinuidades das práticas e discursos dos principais atores, das questões em jogo, dos mecanismos de funcionamento (em especial os de legitimação e de deslegitimação), dos conflitos e dos efeitos produzidos sobre outros espaços sociais, permitiriam identificar diferentes estados da trajetória do próprio *campo*. (Romano, O.J. 1995, p.3) grifos nossos.

Essas ações conjugadas dos diversos atores têm contribuído para dar essa nova configuração à luta pela terra, implicada com os processos de consolidações, demarcação de diferenças, explicitações de tensões, mas, sobretudo com a ampliação das redes interdependentes que legitimam a existência desse *campo*, no qual esses atores o constroem ao mesmo tempo que se constroem.

De modo a sumarizar o que os diversos estudos nos indicaram para uma consolidação de *campo* da luta pela terra demarcaremos alguns elementos mais expressivos num período anterior a década de 1970 e a partir dela. Não obstante é preciso ter em mente que essas enunciações envolveram e ainda envolvem detalhamentos das análises, fundamentações bastante densas, nesse sentido, para os interessados em aprofundamentos, recomendamos alguns dos autores supracitados. Destacamos, portanto, os elementos anteriores a 1970: 1 - a) os modelos históricos de desenvolvimento baseados na concentração fundiária e na monocultura, os quais ainda fazem correspondência com a configuração atual das zonas rurais brasileiras; b) as sucessivas criações de organismos, órgãos, ligados ao governo federal como forma de minimizar as pressões dos sujeitos demandantes de terra; c) a militarização dos conflitos agrários; d) nesse período, os partidos de esquerda notadamente o (PCB) e sindicatos eram as expressões de sujeitos coletivos que se destacaram como defensores da reforma agrária, mais tarde sendo questionados quanto ao modelo de reforma agrária negociada pelas ligas camponesas, que defendem uma reforma agrária radical; e) mudanças no sentido e interpretação do que se compreende por reforma agrária. Esses elementos são fundamentais para entendermos como se estruturou o *campo*, nos remetendo a visualização e compreensão dos dilemas nacionais sobre a questão da terra e suas implicações com a questão agrária nos ajudando a compreender por que ainda podemos falar na existência de *campo* da luta pela terra no Brasil².

A partir da década de 1970, no eixo do debate sobre democratização enfatiza-se a articulação dos movimentos sociais, em bases diferenciadas, contrárias ao tipo de mediação presente no primeiro período da mediação da luta pela terra. Os movimentos sociais rurais, a partir dessa década imprimem outro rumo à luta pela terra, com as ocupações, as missões, as romarias, ocupação de prédios públicos, caminhadas, interdição de estradas, a incorporação das famílias nas mobilizações e negociações diretas com agentes mediadores do Estado,

² Para aprofundamento desse período histórico consultar: Luis Flávio Carvalho Costa e Raimundo Santos (1998), Leonilde Medeiros (1998) e (1996), José de Souza Martins (2004), Maria Aparecida de Moraes e Silva (2004), Carlos Alberto Feliciano (2006) e Regina Novaes (1998).

proprietários de terra possibilitando a criação de uma nova sociabilidade, de uma nova cultura política:

Essa nova sociabilidade política entre esses atores sociais, onde as questões giram em torno de propostas, começando a ser cristalizado num projeto coletivo de mediação política. E essa sociabilidade política acontece não apenas no interior de cada entidade e movimento, mas também se estende às práticas cotidianas de suas bases. (Silva, 1995, p 18).

Essas características favoreceram para que a luta pela terra pudesse viver um novo momento, agora, com a participação efetiva dos movimentos sociais rurais. Um novo momento que além desses novos agentes de mediação, incorporou também uma nova dimensão simbólica que repercutiria na vida prática, de modo a ultrapassar a conquista da terra pura e simples. Assim, a terra passou a representar para as famílias o lugar de vida e moradia, do trabalho e fartura, o espaço enfim da construção de uma nova práxis espacial, que levaria a constituir novas ruralidades no Brasil:

A luta pela terra – como um processo social de resistência ao modelo agropecuário e à “ruralidade de espaços vazios” (Wanderley, 2001) – se transforma em uma luta política, social, cultural, pela construção e realização da cidadania das populações rurais (Martins,1994). Está em curso uma “práxis espacial emancipatória” (Soja, 1993), ou seja, um processo social de “reinvenção” do rural no Brasil sendo que a luta pela terra materializa esta “recriação”, agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, criando uma nova ruralidade. (Sauer, 2001, p. 4)

Essa nova ruralidade caracteriza-se, sobretudo, pelo processo social, político e econômico, desencadeado pela luta pela terra, que abarca um conjunto de transformações das zonas rurais, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. As experiências de luta e de acesso à terra, além de garantir bem estar social e melhoria das condições de vida, são também impulsionadoras de transformações culturais, simbólicas e representacionais (Sauer, 2001).

Ressaltando de algum modo a entrada de novos agentes mediadores que passaram a participar, destacaram-se como novos elementos que se incorporaram ao *campo da luta pela terra*: 2 a) a ocupação como estratégia de enfrentamento político e metodologia de ação, a ação direta das famílias, a ocupação de prédios, todas introduzidas naquele período e que vêm sendo reproduzidas como prática até os dias atuais; b) a reforma agrária além de questionar a concentração fundiária, passou a contestar também o modelo de desenvolvimento econômico; c) a terra vista como lugares de vida, moradia e trabalho consolida um novo ambiente

simbólico; d) a solidariedade, a coletividade, a emancipação são incluídos como elementos a serem construídos e pelos quais se vale a pena lutar; e) a luta pela legitimação da representação das populações rurais nas mais diversas categorias que podemos citar (meeiros, posseiros, colonos, sem terra, etc), nos indicam as disputas e dinâmicas dos agentes no *campo*; f) as diferentes formas e estratégias de lutas realizadas, notadamente pelo MST, MAB, CNS, caracterizam uma nova forma de mediação desse *campo*.

3. A complexificação da estrutura organizativa do MST-BA

Uma vez situados quanto aos principais elementos que de certo modo estruturaram o *campo* de luta pela terra no qual o MST está inserido, chamo a atenção, conforme evidenciado, que esses elementos não são fixos, pelo contrário, estão em permanentes transformações. Igualmente proponho pensarmos o quanto eles também estão no contexto que pautaram as transformações do MST-BA ao longo dos 20 anos e com seu processo de complexificação. Tomaremos nessa seção os principais pontos sobre esse processo vivenciado pelo movimento na Bahia. Maiores detalhamentos sobre as peculiaridades, os conteúdos trabalhados, as reivindicações contempladas, o funcionamento de cada método, poderão ser apreendidos em minha dissertação. Nesse sentido mencionarei a partir daqui as mudanças periodizadas em quatro momentos relacionadas ao método de estruturação das instâncias internas do movimento na Bahia, mas que podem ser perfeitamente estendidas para compreensão das mudanças do método em outros estados uma vez que existe um marco mínimo orientando as mudanças nacionalmente no MST, guardadas, é claro, as devidas proporções e especificidades, são eles:

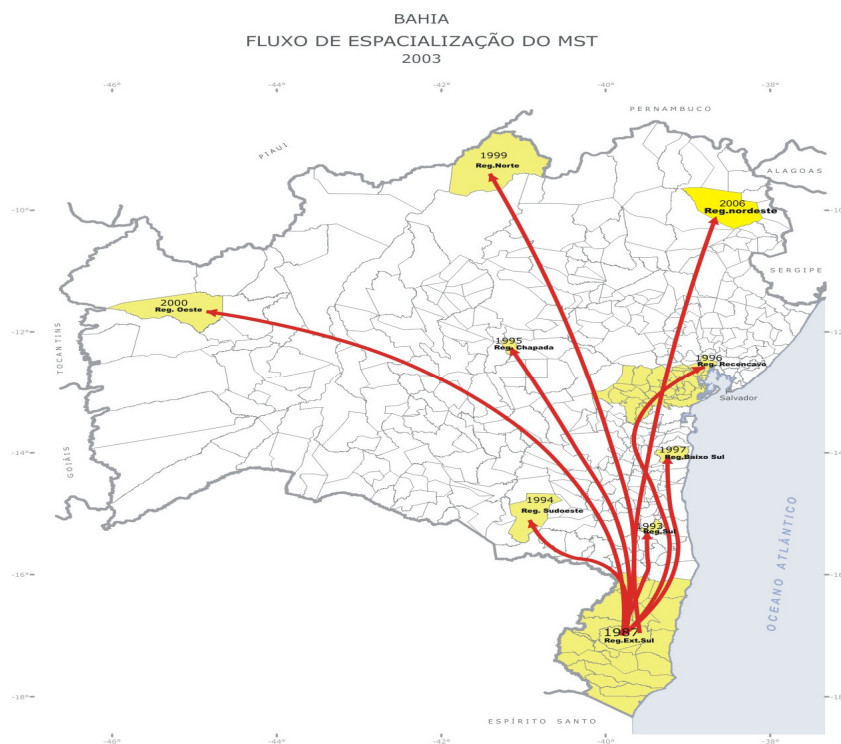
a) As primeiras experiências na construção das instâncias coletivas correspondentes ao período de 1988 a 1989, em que o fórum das lideranças estaduais recebeu a denominação de “direção executiva” e a organização das atividades desenvolvidas por um conjunto de pessoas denominava-se “comissões” a exemplo das comissões de alimentação, saúde, mulheres, mobilização, entre outras.

b) O intervalo entre 1990 a 1995, em que o fórum das lideranças estaduais passou a denominar-se “direção estadual” e as comissões passaram a denominar-se “setores”.

c) Entre 1995 a 2005, o movimento, impactado, em grande medida, por sua expansão geográfica em outras regiões do estado e ampliação do número dos seus membros, cria novos fóruns de direções. Assim, além da direção, coordenação e setores estaduais foram criadas as direções, coordenações e setores regionais. Esse modelo organizativo foi denominado pelo

movimento de método por regional. Ver figura 1 sobre expansão geográfica do MST na Bahia no intervalo de 20 anos:

Figura 1 – Expansão do MST na Bahia



d) As mudanças mais recentes foram realizadas no final de 2005, a partir do qual mais fóruns coletivos foram criados, no caso da Bahia, além das instâncias estaduais e regionais que se mantiveram, foram incorporadas direções, coordenações e setores de brigada, as regionais maiores foram subdivididas em brigadas.

Esse processo de mudanças de métodos de estruturação organizativa e complexificação do MST-BA estão implicados com a) o crescimento numérico, o MST na Bahia por exemplo tem 8.506 famílias assentadas e 17 955 famílias acampadas em 2007, momento da pesquisa; b) expansão territorial expressa na presença do movimento em 9 regionais (Extremo Sul, Sul, Baixo Sul, Sudoeste, Chapada Diamantina, Recôncavo, Oeste, Norte e Nordeste; c) e a ampliação da sua rede de interdependência do movimento ao longo de sua trajetória de 20 anos demonstrada a através das várias parcerias/alianças/articulação com outros movimentos rurais e urbanos, sindicatos, partidos, ongs, agências governamentais.

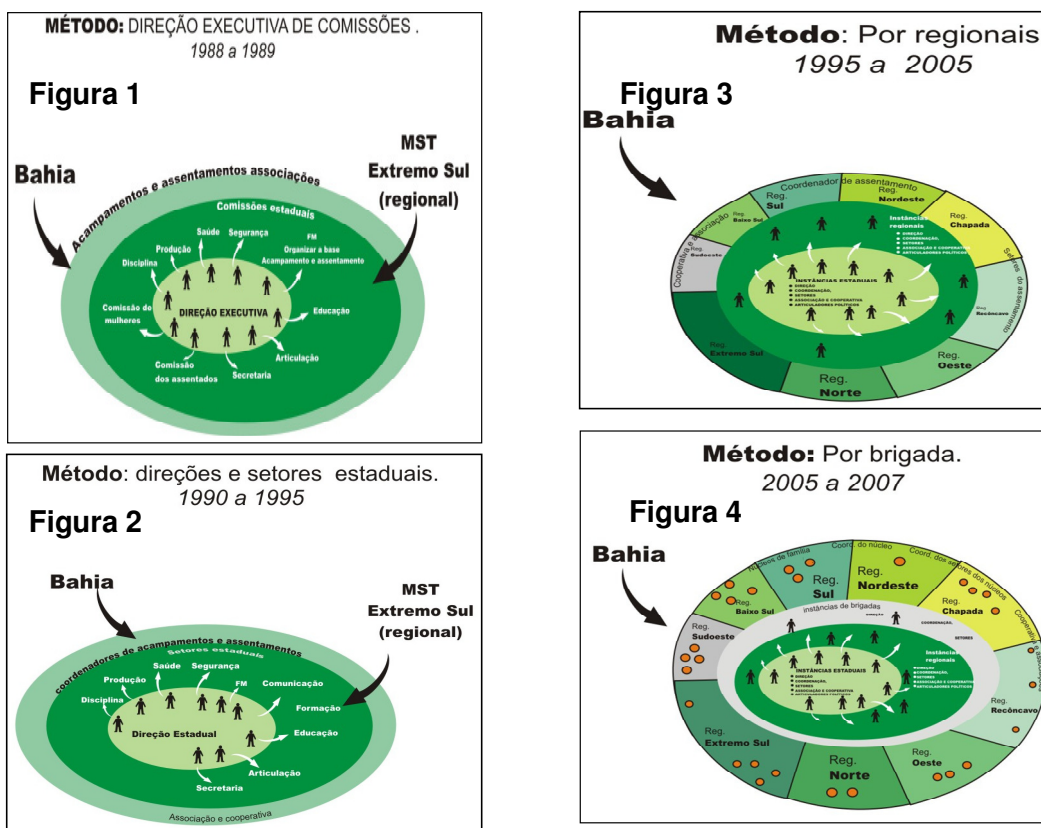
Desse modo as evidenciações sobre os quatros métodos organizativos vivenciados pelo MST ao longo dos seus 20 anos, podem ser sumarizadas nesse trabalho da seguinte maneira:

a) o “método por direção executiva e comissões” e o “método estadual de direção e setores” como característicos a um período de pouca diferenciação das funções e uma maior centralidade das decisões em um grupo pequeno de lideranças-dirigentes e um contexto que favorecia a existência relações de amizades

b) o “método de direção e setores por regionais” e o “método de direção por brigada” como característicos aos períodos mais recentes onde tem ocorrido intensificação na diferenciação das funções realizadas pelos membros do MST-BA, a criação de muitas instâncias intermediárias entre direção e base, ampliação do número de membros na composição dos fóruns deliberativos e tipos de relacionamentos mais impessoais, todas essas variáveis resultando em relações mais complexas e ampliação das redes internas e externas de interdependência.

Ainda considero importante sublinhar que esse processo de complexificação, foi perpassado por conflitos e disputas de poder internamente e que durante a conformação dos distintos métodos ocorreram também flutuações no equilíbrio de tensões nessas configurações internas, ou seja, o poder de tomar decisões incorporou mais pessoas. Essa trajetória também me indicou uma consolidação das instâncias de direção como espaços legítimos das decisões coletivas, como também, uma abertura para entrada de outros membros, diferentes dos lideranças mais antigas que estiveram nos espaços de direção desde sua fundação, promovendo desse modo uma ampliação da participação dos seus membros nas instâncias deliberativas. Saliento que uma das principais funções dessas instâncias é a mediação dos vários processos internos. Vejamos as figuras que expõem os quatros métodos:

Figura 2 – Métodos de mediação



Igualmente esse conjunto de mudanças demonstrou uma abertura dos membros do MST para o novo. As constantes mudanças dos métodos do MST na tentativa de se adequarem a novos contextos, novas agendas e às tendências macro-sociais possibilitaram, de modo não tão linear e explícito, o alargamento da participação interna no movimento e a consolidação de processos democráticos, demonstrado pela ampliação das instâncias ao longo dos seus 20 anos, que inicialmente não passavam de 10 pessoas que poderíamos assim denominar lideranças-dirigentes, enquanto que atualmente apenas o fórum da direção estadual é formado por 90 pessoas.

A problematização por parte dos seus membros-militantes de algumas regras ou até mesmo a ausência delas, como por exemplo, a falta de condições em igual proporção para os seus membros desenvolverem a tarefa/função militância, o questionamento, inclusive, das situações que entravam no conjunto das tradições (sempre foi assim) são substituídas por posturas que demandam cada vez mais transparência nos processos de mediação, a construção de regras para orientar as práticas de modo geral definidas por uma maioria; a valorização das instâncias como espaços legítimos de tomada de decisão coletivas consolidam os processos de alargamento da democracia nesse *campo*. Ainda a buscar por mecanismos de convivência

com as várias formas de moradia, de trabalho, mesmo acreditando que o coletivo é uma alternativa melhor – promove uma política para a vida, que vai para além da conquista pelas condições objetivas (terra, casa, trabalho) mas para alargamento de emancipações que levam em conta também os diferentes estilos de vida nos assentamentos.

4. Incorporações de novas disposições ao “ser militante” na atual configuração do MST-BA

Apropriei-me dessas dinâmicas através da observação das reuniões da direção do MST-BA e análise das trajetórias de 3 lideranças-dirigentes que ocuparam a função da direção nacional no MST-BA. Somente através delas foi possível remontar ao final do processo as flutuações do padrão militante peculiar ao período de gestação do MST-BA. Esclareço que padrão militante de comportamento apreende um conjunto de ações e habilidades (disponibilidade para as atividades, ser pontual nas reuniões, capacidade de trazer muitas famílias para as ocupações, saber discursar, etc) e de valores morais (preocupação com família, com a imagem diante do outro, ser honesto, não usar drogas, etc) e simbólicos (partilhar ideologia socialista, ser solidário, apreço pela mística, hinos, canções, bandeira, etc) que orientam certos membros do MST, sobretudo os denominados “militantes”. Esse padrão, portanto, é criado e recriado a partir de uma prática dos militantes que vão se legitimando, como também vão construindo um ideário para outros que desejam ser reconhecidos como “bons” militantes. Assim pude visualizar disposições de um tipo específico num primeiro momento e a incorporação de novas disposições ao longo da trajetória, como por exemplo, a delimitação mais clara das funções dos militantes e certa especialização das funções, vivenciadas pelos setores os quais englobam cada vez mais especificidades de funcionamento, assim cada membro que deseja ocupar umas dessas posições, pauta-se em certas habilidades como mecanismos de acesso.

Observei ainda que essas dinâmicas vinculadas ao padrão militante instauram processos sociais e também são capazes de estruturarem comportamentos individuais. Desse modo o padrão é alimentado pelos indivíduos ao mesmo tempo em que essa ação estrutura dimensões de sua personalidade (ELIAS) Assim o investimento das lideranças-dirigentes em buscarem se adequar às novas regras, a renovação dos seus compromissos com a luta social, a busca pelo novo padrão militante, dota de sentido sua vida pessoal. A clareza política presente no ideário da direção estadual a investe de uma convicção da necessidade de promoverem lutas que busquem diminuir essas desigualdades, da luta por direitos, por terra, por educação,

por infra-estrutura, tem contribuído para consolidação efetiva de emancipações políticas no campo da luta pela terra na Bahia e no Brasil.

5. Outra perspectiva na leitura sobre o MST no *campo da luta pela terra*

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por sua vez tem sido muitas vezes descrito em termos monolíticos, homogeneizadores e simplificadores, seja para ser criticado, seja para ressaltar suas qualidades (Mançano, 1998, 2000; Carvalho, 2002; Navarro, 1998, 2002; Martins, 2004). Contraditoriamente, no entanto, o movimento tem se caracterizado nos últimos anos por esforços permanentes no sentido de reinventar-se, promovendo transformações nas formas de organização das instâncias de liderança e mediação interna, ressaltando-se a revisão permanente e flexibilização dos modelos organizacionais, bem como a flexibilização das formas de exercício da mediação, como elemento de estruturação social e produtiva dos assentamentos.

Quando detive meu olhar aos processos de métodos organizativos observei que como a direção estadual se diferencia de outras instâncias de mediação, como por exemplo, os núcleos de famílias, as brigadas, as direções regionais, os setores e as coordenações, pelo teor e amplitude de suas decisões. Caracterizando-se no lugar de prática e reflexão dos membros que a constitui e no lugar de síntese dos debates entre as várias instâncias de “mediação interna”. É também o lugar de disputa de idéias, de demarcação e legitimação de posições das lideranças, de análise das ações, de elaboração das táticas e estratégias que funcionam como “marcos orientadores” das práticas de assentados, militantes, dirigentes e das outras instâncias. Partir da compreensão que “lideranças-dirigentes” são aquelas pessoas que foram eleitas pelos encontros regionais e estadual para comporem as direções de brigadas, as direções regional e estadual.

Outrossim, no âmbito desse debate muito mais do que concluir se o MST é ou não um mediador, minha pesquisa demonstrou como a trajetória das direções implica/ou num certo tipo de mediação a qual cumpre uma finalidade para o movimento. Portanto, a centralidade da pesquisa foi identificar como essa mediação foi construída e continua sendo permanentemente reinventada, suas características e seus desdobramentos no movimento. Possibilitou-me também a apreensão do movimento em suas multidimensões ou ainda como denominei nas suas multifeições. As quais têm implicado numa certa dificuldade metodológica de classificação do MST, promovendo debates bastante acirrados sobre a “verdadeira” natureza do MST. Para uns organização institucionalizada (Navarro, 2002), para outros, movimento de

massa (Carvalho, 2002). Neste trabalho, tal questão não tem um lugar de destaque; muito mais do que sobre a “decisão/resultado” por uma ou outra classificação, optei por apresentar uma nova chave de leitura em que essas multifeições são consideradas em seus permanentes diálogos conferindo ao MST o seu caráter ambivalente³.

Assim foi nesse contexto que a complexidade organizativa do MST, que a fecundidade dos diferentes lugares de “mediação interna” se impõe, porque embora não haja uma total autonomia dos atores em relação ao movimento, tão pouco o MST é um movimento indiferenciado. Assim, sua feição de movimento de massa, garantida pelas ocupações de terra, que possibilitam a chegada de novas pessoas continuamente, sendo a ação direta das famílias um dos seus grandes referenciais e potencializador das grandes mobilizações, dão visibilidade ao MST e se configuram, sem dúvida, na força política do movimento, na luta por reforma agrária; por outro lado a sua feição de organização com métodos organizativos bastante complexos, princípios, linhas políticas gerais e específicas para cada área de atuação e as instâncias de decisão dão a sustentação necessária para acumulação dessa força política. Ou seja, o dialogo entre essas feições instauram-se como processos complementares para fundamentarem a existência do MST enquanto um movimento social de massas que se organiza, que se renova, cujo lema parece fazer muito sentido: “Ocupar, resistir e produzir”.

O MST também fez parte das análises de Gonh (2003), a qual assinalou as três fases desse movimento, fazendo referência à gênese do MST, associando os períodos aos diferentes eixos temáticos tratados pela organização: Primeira fase de 1979 a 1985 – caracterizou a luta pela terra entendida como luta pela Reforma Agrária; a segunda, de 1985 a 1988 – o movimento adquire caráter nacional, organiza-se nos estados em que há lutas e ocupações, a expansão era o objetivo tático; e a terceira fase de 1988 a 1996 a intensificação das ocupações nos estados que deu lugar ao lema: ocupar, resistir e produzir (Gonh, 2003).

Acrescentaria ainda a quarta fase, período de 1996 a 2000, caracterizado pela consolidação da articulação com a sociedade, em que o lema “Reforma agrária, uma luta de todos”, significou as articulações deste movimento no Fórum Nacional de Reforma Agrária e na via campesina; e ainda a fase de 2000 a 2005 período de consolidação das estratégias contra o latifúndio em suas várias formas de representação sob o lema: “Reforma agrária: por

³ A ambivalência é um subproduto do trabalho de classificação e convida a um maior esforço classificatório (Bauman, 1999). Diante de feições diferentes do MST-BA, e por falta de uma palavra que definia bem esses vários aspectos em uma única forma, pensamos que ambivalência se encaixa bem para explicar o que queremos dizer sobre os vários processos presentes no MST-BA, ora movimento de massa de poucos procedimentos, não rígidos; ora altamente normatizado, com procedimentos complexos, com hierarquia decisória. Ora assemelha-se a um partido, mas não o é, ora assemelha-se a uma organização formal, mas não o é, enfim. Entendemos por todos esses aspectos, que estamos diante de um movimento com caráter ambivalente.

um Brasil sem latifúndio”; e a partir de 2005 com a fase de retorno para o debate sobre revisão da estrutura orgânica, em que o método de brigada foi colocado em prática, foi introduzida a participação das mulheres nas instâncias de decisão, passando a ser uma norma interna, a organização geográfica é substituída pela representação do número de famílias. Em 2007, a preocupação situa-se no fortalecimento e ampliação da base para construir um projeto popular para o Brasil. Traduzida pela nova palavra de ordem definida no V congresso nacional realizado em julho desse ano: “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”.

Por fim este artigo ofereceu uma visão sobre as transformações pelas quais têm passado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na Bahia ao longo dos últimos 20 anos, recusando abordagens homogeneizadoras e simplificadoras. Estas transformações foram analisadas principalmente em termos das relações entre as mudanças dos métodos organizativos e o processo de complexificação. Bem como propus uma nova chave de leitura sobre o MST. Finalmente frisar que todas as questões aqui abordadas compõem um conjunto de análises melhor detalhada em minha dissertação, não obstante espero ter conseguido explicitar minimamente alguns elementos para o debate sobre o “campo da luta pela terra”.

6. Referência bibliográfica.

- BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In: SANTOS, B. S. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 233-260.
- GOHN, M. G. **Os Sem-Terra, ONGs E cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003
- MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.
- MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MEDEIROS. L. S. **Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo. Perseu Abramo, 2003.
- MENEZES, M. A. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. **Revista Vivência**, n. 28, 2005, p. 1-13.
- NAVARRO, Z. **O MST e a cononização da ação coletiva** (resposta a Horácio Martins Carvalho). In SANTOS, B. S. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 262-281.
- NORBERT, E. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

NOVAES, R. R. “A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização”. In: MEDEIROS, L. S. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 177- 186.

SAUER, S. **Artigo a luta pela terra em Goiás como um processo de reinvenção do rural**. Brasília: UNB, 2001.

TORRENS, J. C. S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, L. S. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 145-156.

ZIMMERMANN, Neuza de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. S. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 205-224.

WARREN, I. S. **Redes de Movimento Sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA NO
PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JORGE E SÃO JOSÉ**

Edna Maria da Silva¹
Vitor de Athayde Couto²

Resumo

Este trabalho foi realizado na região do Litoral Sul em 2008, especificamente no município de Uruçuca, no Projeto de Assentamento São Jorge e São José (PASJ). Tem-se como objetivo fazer um panorama socioeconômico no assentamento e identificar a composição da renda agrícola e não agrícola, inclusive a pluriatividade, das famílias. Utilizou-se como procedimento metodológico a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, da FAO. Como resultado apresenta-se: a) em relação às atividades desenvolvidas pelas famílias foram identificados 28 agricultores exclusivamente agrícolas, 04 agricultores que são também diaristas agrícolas, e 05 agricultores que praticam alguma atividade não-agrícola, configurando-se a pluriatividade; b) em relação à composição da renda das famílias foram identificadas rendas agrícolas e rendas não-agrícolas provenientes das atividades não-agrícolas (diarista agrícola, e trabalho realizado fora da atividade agrícola) e das transferências governamentais sob a forma de aposentadoria e bolsa-escola.

Palavras-chaves: Composição da Renda Familiar; Pluriatividade, Bahia

1. Introdução

Este trabalho foi realizado na região do Litoral Sul em 2008, especificamente no município de Uruçuca, no Projeto de Assentamento São Jorge e São José (PASJ). Tem-se como objetivo fazer um panorama socioeconômico no assentamento e identificar a composição da renda agrícola e não agrícola, inclusive a pluriatividade, das famílias.

Para análise e coleta de informações, em campo, baseou-se na metodologia “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, utilizada pela FAO e Universidades latino-americanas, inspirada nas reflexões e resultados de pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Paris-Grignon (INA-PG). Como resultado apresenta-se: a) em relação às atividades desenvolvidas pelas famílias foram identificados 28 agricultores exclusivamente agrícolas, 04 agricultores que são também diaristas agrícolas, e 05 agricultores que praticam alguma atividade não-agrícola,

¹ Aluna do Mestrado em Economia UFBA/bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar UFBA / CNPq. E-mail: ednasilv@ufba.com.br

² Professor de economia da UFBA, onde coordena o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar GPAF. E-mail: vitor@ufba.br

configurando-se a pluriatividade; b) em relação à composição da renda das famílias foram identificadas rendas agrícolas e rendas não-agrícolas provenientes das atividades não-agrícolas (diarista agrícola, e trabalho realizado fora da atividade agrícola) e das transferências governamentais sob a forma de aposentadoria e bolsa-escola.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo é composto por mais 3 capítulos. No segundo e terceiro capítulo expõem-se, respectivamente o conceito da pluriatividade e das rendas não-agrícola. O quarto capítulo é o resultado da pesquisa de campo.

2. Conceito da pluriatividade³

No âmbito das transformações da sociedade contemporânea que acontecem no meio rural, o fenômeno conhecido como pluriatividade é bastante discutido; o seu conceito serve de base para pesquisas, políticas públicas, mas sua definição nem sempre é precisa ou uniforme.

Para um melhor entendimento do contexto no qual a pluriatividade emerge, associa-se a idéia de unidade produtiva a três noções fundamentais: unidade de produção, unidade de consumo, unidade de residência. 1) a unidade de produção e de exercício profissional absorve a totalidade, ou, a maior parte da mão-de-obra disponível na atividade agropecuária, de forma direta ou indiretamente; 2) existe uma unidade de consumo, na qual parte considerável do autoconsumo familiar é produzida nos limites da propriedade; 3) a residência serve de morada para a família (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Entende-se como pluriativa a família que executa atividades vinculadas à agricultura, e possui, pelo menos, um integrante que desenvolva algum tipo de atividade que não esteja relacionada à agricultura. Assim são pluriativas tanto as famílias que não conseguem ocupar a mão-de-obra familiar total na sua própria unidade produtiva, quanto às famílias que necessitam complementar o orçamento familiar com rendas não-agrícolas, sejam estas oriundas da venda da mão-de-obra (assalariamento) e/ou através de atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas que não se vinculam às atividades agrícolas (artesanato, comércio, entre outras).

Situa-se a pluriatividade enquanto estratégia específica de reprodução das explorações familiares, e consideram-se as características do ambiente no qual está inserida. Como parâmetro de análise desse trabalho é considerado a família (pluriatividade familiar) na sua

³ Sobre o conceito da pluriatividade e sua trajetória, ver: Fuller (1984 e 1990), Sacco dos Anjos e Caldas (2003).

unidade de produção, bem como sua relação com o ambiente social e econômico em que estão situadas, ou seja, o entorno onde acontecem sobretudo as relações comerciais. Na medida em que essas relações forem mais complexas e diversificadas, mais intensa é a pluriatividade.

A heterogeneidade da pluriatividade é dada tanto por elementos que compõe a família, por elementos internos a unidade produtiva, bem como por elementos externos. De acordo com Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade deve ser vista num conceito integrado, é necessário observar os elementos microssociais e os macrossociais, pois apenas os elementos internos à unidade produtiva familiar não são por si só suficientes para definir a pluriatividade.

No Brasil os primeiros estudos sobre a pluriatividade foram desenvolvidos por Flávio Sacco dos Anjos e Sérgio Schneider, realizados no Sul do País. Nesses estudos, foram identificadas situações típicas de *part time farming* praticadas por agricultores familiares. Posteriormente, na segunda metade da década de 1990, José Graziano da Silva coordenou o projeto Rurbano, que deu importante contribuição ao debate, e visibilidade às transformações que o meio rural experimentava ao identificar e mostrar as novas dinâmicas associadas à residência, ocupação. No entanto, é necessário chamar a atenção para a subestimação da renda agrícola nesses estudos desenvolvidos pelo referido autor.

Conforme aponta Guimarães (1982, p. 27), a agricultura e a indústria na antiguidade constituíam uma unidade territorial integrada. E com a queda da rentabilidade agrícola a produção artesanal surgia como atividade complementar. “No período final da Antiguidade, as atividades agrícolas e extra-agrícolas achavam-se interligadas. (...) Instalaram-se nas propriedades rurais, a partir do terceiro século, forjas, olarias, teares e outras oficinas artesanais” E posteriormente, por volta dos anos 1000 e 1100 o camponês trabalha dentro da propriedade senhorial, a domicílio, para o fabricante. E mais uma vez a atividade agrícola está vinculada às atividades não-agrícolas. Se ainda na antiguidade já existiam atividades não-agrícolas no meio rural, como se pode afirmar, atualmente, a existência de um novo rural pela presença das atividades não-agrícolas?

Sabe-se através da história que os camponeses executavam diversas atividades, e que rendimentos exteriores estiveram presentes nas sociedades rurais. Com o desenvolvimento do sistema capitalista e da industrialização eliminaram-se diversas atividades executadas pelo camponês polivalente na sua unidade produtiva, essas atividades foram paulatinamente transferidas e substituídas pelas manufaturas. Atualmente do ponto de vista das políticas agrárias, ambientais e de ordenamento territorial, se objetiva e ou idealiza o retorno ao caráter diversificado do agricultor.

3. Composição da renda na agricultura familiar

A importância das atividades não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural vem sendo objeto de várias pesquisas. Nesse estudo incorpora-se a renda oriunda da inatividade, dada a sua relevância, sobretudo para a região Nordeste, pois tem grande peso na composição total da renda familiar, e na maioria das vezes financiam as atividades agrícolas.

Entende-se que o termo atividades não-agrícolas não é sinônimo de pluriatividade, embora o termo pluriatividade englobe atividades que não estão relacionadas com a agricultura. A presença de atividade não-agrícola é condição necessária, mas não é condição suficiente para garantir a pluriatividade, portanto, é necessária a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas para que se configure a pluriatividade na agricultura familiar.

Nesse trabalho considera-se a composição da renda familiar agrícola e não agrícola, inclusive a renda oriunda das transferências do governo. Como Renda Não-Agrícola (RNA) entende-se toda a renda que não é oriunda das atividades agrícolas. Considera-se que o termo RNA abrange as rendas oriundas das atividades não-agrícolas, ou seja, a parte da renda que se configura como pluriatividade; rendas provenientes das diárias agrícolas; das Transferências Governamentais (TG) – sob a forma de aposentadoria, pensão, bolsa-família; e das Transferências Familiares (TF).

De acordo com Kageyama (2001), nos estudos desenvolvidos no Brasil, ao se estudar a pluriatividade não se considera o conceito das rendas múltiplas, ou seja, não se especificam as rendas da inatividade, como aposentadorias, pensões, auxílio maternidade, bolsa-família.

Seguindo o estudo feito pela referida autora, tem-se para o Brasil a seguinte composição das RNA nos domicílios rurais: em primeiro lugar, cerca de 56% das RNA correspondem ao trabalho não-agrícola, em segundo lugar as aposentadorias correspondem a 31% das RNA, e em terceiro, com 5,6% das RNA estão as pensões e previdências, em seguida vem aluguel, juros e doações com 3,8%; 2,2%; e 1,1% das RNA respectivamente. Kageyama (2001, p. 68) chegou à conclusão que as RNA e a localização dos domicílios são os fatores positivos que mais contribuíram para a diferença do rendimento médio familiar. “Os rendimentos dependem de fatores internos à família (escolaridade, idade dos filhos, posição na ocupação) e condições de economia local (infra-estrutura, equipamentos básicos de água, saneamento, eletricidade, mercado de trabalho)”.

De uma forma geral pode-se dizer que as RNA desempenham a mesma função para as economias agrícolas familiares – entendida como viabilizar a reprodução social e garantir a

permanência no meio rural –, mas a participação das RNA na renda total das famílias tem grande variação entre os países, bem como entre as regiões dentro de um país, até mesmo entre os Estados que formam as regiões. Além disso, os tipos de atividades geradoras das RNA, o seu peso relativo nessas rendas também variam grandemente entre países e regiões.

4 Estudos de caso: projeto de assentamento São Jorge e São José

4.1 Perfil socioeconômico

O PASJ foi implantado, em setembro de 1998, na área de duas antigas fazendas de cacau: São Jorge e São José, que foram desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e distribuída entre 42 famílias. A população do assentamento é composta por antigos meeiros das referidas fazendas, diaristas agrícolas que trabalhavam na microrregião Litoral Sul, e por acampados que foram transferidos da Fazenda Oregon (posteriormente transformada no Parque Estadual da Serra do Conduru). Ou seja, são pessoas com trajetórias de vidas diferentes, porém com objetivo similar de ter a sua própria terra para trabalhar. Para cada uma das famílias assentadas foi destinado um lote com 2.879 pés de cacau, que varia em área de 4,0 a 6,0 ha.

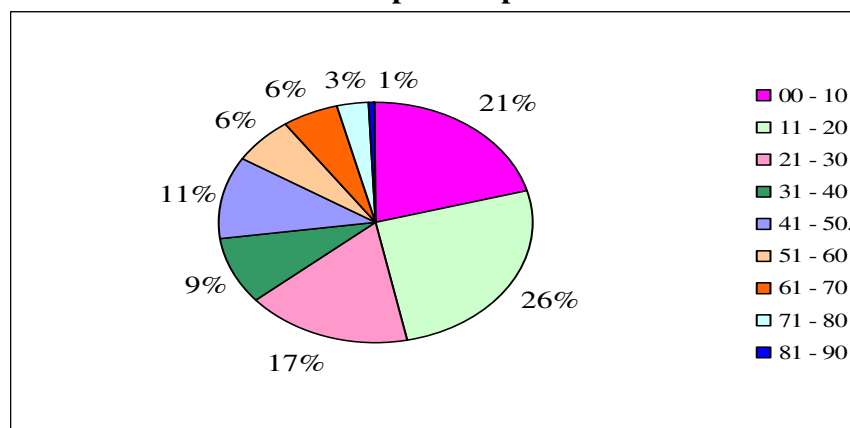
O assentamento abrange uma área total de 526 ha, sendo 16 ha remanescentes de Mata Atlântica, e o restante da terra destinada ao cultivo individual de cacau, pasto individual e ao pasto coletivo. O rebanho coletivo é mestiço, com objetivo misto (leite e carne) e totaliza 11 cabeças de gado. O restante da área coletiva é ocupado com equipamentos de infra-estrutura econômica e social: depósito, casa de farinha, curral coletivo, dez barcaças, dois secadores, duas cisternas, seis tanques. O PASJ possui duas escolas primárias e um casarão. A maioria das casas possui energia elétrica e instalações sanitárias, porém, poucas dispõem de fossa séptica.

A organização institucional na comunidade é representada pela Associação Agrícola do Projeto São Jorge (AAPSJ). A implementação do projeto de custeio para recuperação da lavoura cacauzeira e plantio do café resultou numa dívida de R\$ 7.000,00 por assentado, pois a plantação do café não apresentou resultado econômico positivo. A presença da assistência técnica no assentamento, bem como a titulação dos lotes são as demandas mais importantes para os assentados.

Atualmente, em 2008, existem 40 famílias no assentamento, totalizando aproximadamente 160 pessoas (inclusive crianças)⁴. Nessa pesquisa considerou-se a população entrevistada, composta por 37 famílias que totalizam 154 pessoas, pois três famílias não estavam presentes nos dias da entrevista.

De acordo com o Gráfico 1, a faixa etária da população é bastante heterogênea, os jovens com até 20 anos totalizam 72 pessoas, representando 47% da população; crianças de 0 a 10 anos correspondem a 21%, e jovens de 11 a 20 anos representam 26%. Os adultos entre 21 e 60 anos totalizam 68 pessoas e correspondem a 43%; e apenas 10% das pessoas têm acima de 61 anos. Essa distribuição mostra que no médio e longo prazo a área do assentamento será insuficiente à reprodução familiar, na medida em que os jovens forem constituindo suas próprias famílias, sendo necessária outra ação de política pública.

Gráfico 1 – Número de pessoas por faixa etária

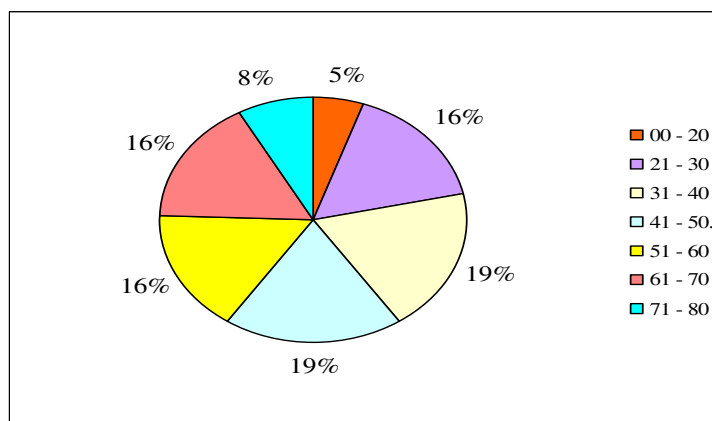


Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Ao se considerar apenas os assentados têm-se: 59% dos assentados (as) têm idade inferior a 50 anos; os jovens com até 20 anos representam 5% dos assentados (02), 16% dos assentados estão na faixa etária entre 21 e 30 anos, 19% estão com idade entre 31 e 40 anos, e 19% entre 41 e 50 anos. O percentual de assentados com idade superior a 50 anos representa 41%. O Gráfico 2 mostra o percentual dos assentados por faixa etária.

⁴ No Apêndice A estão tabulados os dados gerais do assentamento.

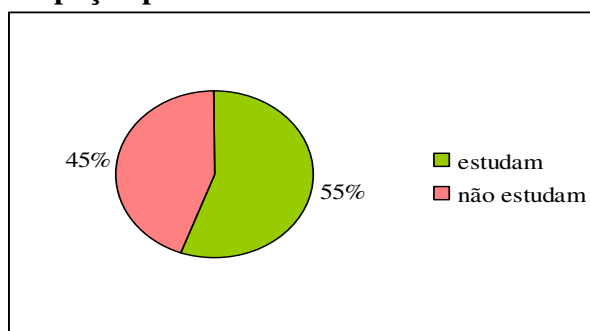
Gráfico 2 – Número de assentados por faixa etária



Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Conforme Gráfico 3, do total das pessoas (154) que vivem no assentamento, 85 dessas, que representa 55 % freqüentam a escola, este percentual é composto na maior parte por crianças e jovens. Considerando apenas os 37 assentados, 22% são analfabetos, 14% são apenas alfabetizados, 38% freqüentaram escola no máximo até a 4ª série, 19% estudaram até a 8ª série, 8% estudaram até o 2º grau, e nenhum dos assentados concluiu o 2º grau.

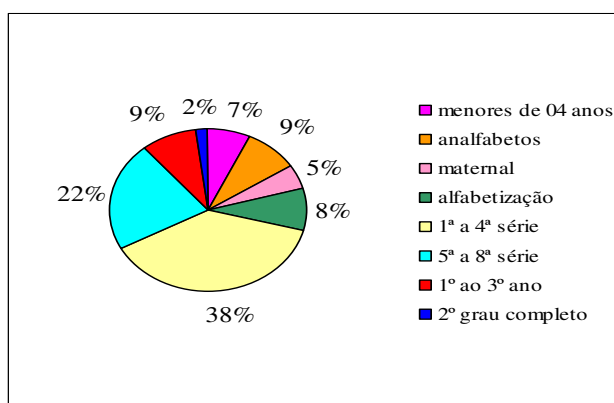
Gráfico 3 – Participação percentual do número de estudantes sobre o total



Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Entre o total das 154 pessoas, 9% são analfabetos; 8% são alfabetizados; 38%, que correspondem a 58 pessoas, estudaram entre a 1ª e 4ª série, representando o maior percentual, isso decorre do grande número de crianças que vivem no assentamento, bem como do baixo nível de escolaridade dos adultos; 22% estudaram entre 5ª e 8ª; 9% estudaram entre o 1º e 3º ano; e apenas 2% possuem o 2º grau completo. O Gráfico 4 mostra a escolaridade em percentual das pessoas que residem no PASJ.

Gráfico 4 – Escolaridade das famílias



Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

As 37 famílias praticam a agricultura, sendo que a maior parte da Renda Agrícola (RA) é proveniente da produção de cacau, e complementam a Renda Familiar (RF) com as Transferências Governamentais (TG). Todavia, além da monocultura cacauzeira, as famílias praticam diferentes combinações de sistemas de cultivos: noz de cola, banana, cana-de-açúcar, café, hortaliças, mandioca, cajá, jenipapo, acerola, e criação de bovinos. Com respeito às atividades não-agrícolas, destacam-se: camareira, professora, serviços domésticos (faxineira, lavadeira), cabeleireira, atendente, e produção de licor e doce. Os assentados antes de residirem no PASJ possuíam como ocupação atividades de ajudante de pedreiro, carpinteiro, trabalhador rural (assalariado), diarista agrícola, meeiro, barcaceiro, vaqueiro, pescador, trabalho doméstico. A política de reforma agrária foi eficaz no que se refere ao público atingido, em relação à trajetória de vida, suas ocupações, condições de vida.

4.2 Composição da renda familiar

No PASJ identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas. Conforme Figura 1, entre as trinta e sete (37) famílias, vinte e oito (28) praticam atividades exclusivamente agrícolas, que representam 76% das famílias; quatro (04) além de praticar a agricultura são diaristas agrícolas, correspondendo a 11%; e cinco (05) famílias são pluriativas⁵, representando 13% das famílias assentadas. Embora a pluriatividade seja pouco representativa, apresenta-se como uma estratégia de complementação da renda para essas famílias.

⁵ De acordo com o conceito adotado no referencial teórico, uma família é considerada pluriativa quando pelo menos um membro da família exerce alguma atividade não relacionada com a agricultura.

No Quadro 1, pode-se observar as características das famílias pluriativas e das famílias diaristas agrícolas: a pluriatividade é característica das famílias que possuem muitos filhos, o que gera excesso de mão-de-obra na unidade produtiva e / ou necessidade de complementação da renda familiar; é também característica da insuficiência da renda familiar e / ou terra; está atrelada à escolaridade, observou-se que as pessoas com algum grau de instrução formal exercem atividades não-agrícolas; está vinculada ao trabalho feminino; está relacionada à idade, na maior parte os pluriativos na família são os jovens; além disso, foi observado na comunidade que todas as famílias pluriativas também recebiam RNA oriunda das TG sob a forma de aposentadoria e /ou bolsa-família.

Quadro 1 – Características das famílias pluriativas e diaristas agrícolas

<i>Pi</i>	<i>(1)</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Série</i>	<i>Atividade</i>	<i>TG</i>
P4	4 / 1	19	M	5ª série	diarista agrícola	BF
P5a	5 / 1	33	F	2º ano	secretária	BF
P5b	4 / 1	29	F	2º grau	professora	BF
P5c	11 / 2	31 / 33	F	3º ano	serviços	AP e BF
P12	5 / 1	23	F	4ª série	serviços domésticos	AP e BF
P13	2 / 1	42	F	8ª série	camareira	AP
P15	5 / 1	24	M	2º grau	diarista agrícola	AP
P20	4 / 1	24	M	1ª série	diarista agrícola	–
P29	5 / 1	42	M	1ª série	diarista agrícola	BF

(1) N° total de membros da família / N° de membros que praticam atividade não-agrícola

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

Os diaristas agrícolas ocupam parte do tempo no seu próprio lote, e parte do tempo trabalham em unidades produtivas agrícolas de terceiros, quer seja no próprio assentamento, quer seja no entorno da comunidade; tratando-se de jovens com terra e renda agrícola insuficiente, daí ser necessário vender dias de trabalho para complementar a renda familiar, esta atividade está mais relacionada ao trabalho masculino, e a baixa escolaridade.

Do ponto de vista técnico, não há diferença entre o trabalho do diarista para o proprietário e o trabalho exercido no seu próprio lote, pois a tecnologia empregada é a mesma, o conhecimento utilizado é o mesmo, mas do ponto de vista social há um contrato de trabalho entre as partes, há subordinação do trabalhador diarista frente ao proprietário. Essa relação social se aproxima de certo modo da relação social do trabalhador pluriativo, mas em termos

cronológico essa ocupação não é um fato novo, ao contrário é pertencente ao velho rural. Dessa forma, nessa pesquisa não se considera como pluriativo o trabalhador agrícola.

Como pode ser visto na Figura 1, no PASJ a Renda Familiar (RF) é composta por Renda Agrícola (RA) e Renda Não-Agrícola (RNA). Embora vinte e oito (28) famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas 14% (cinco) das famílias assentadas auferem renda exclusivamente agrícola, enquanto 86% possuem RA e RNA. Esse elevado percentual da RNA na composição da renda não garante a presença da pluriatividade no assentamento, pois a RNA pode ser proveniente tanto das atividades não-agrícola, quanto das políticas públicas como aposentadoria, pensão, bolsa-família, ou seja, da inatividade.

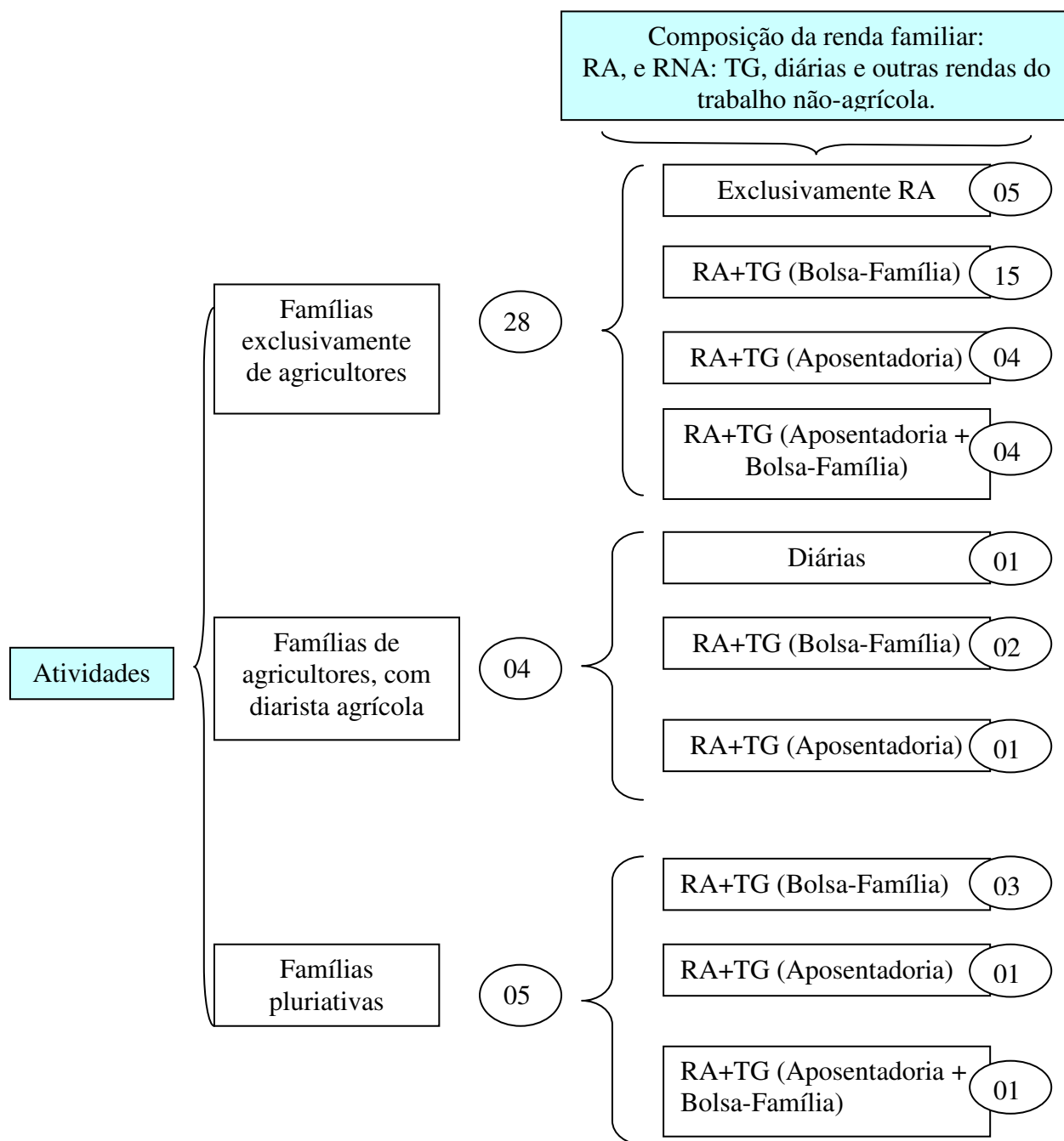
Todas as famílias (37) praticam atividade agrícola e auferem renda agrícola, dessas 86% (32) auferem RA e RNA; 67% (25) recebem TG do tipo bolsa-família; 29% (11) recebem TG do tipo aposentadoria, 10% (04) das famílias são diaristas agrícolas, e 13% (05) das famílias são pluriativas.

Das 25 famílias que recebem TG do tipo bolsa-família, 40% (15) auferem RNA oriunda exclusivamente da bolsa-família; 04 recebem RNA proveniente da bolsa-família e aposentadoria; 01 família auferem RNA da bolsa-família, aposentadoria, e pluriatividade; 03 famílias recebem RNA da bolsa família e da pluriatividade; e 02 famílias recebem bolsa família e são diaristas agrícolas. Das 11 famílias aposentadas, 04 auferem RNA exclusivamente da aposentadoria, e os demais recebem RNA proveniente da aposentadoria e bolsa-família, e /ou pluriativos, diaristas.

A pluriatividade no assentamento é pouco representativa, apenas 05 famílias são pluriativas. Entre as famílias pluriativas três (03) auferem renda da pluriatividade e da bolsa-família, e duas (02) são pluriativas aposentadas. As famílias que são pluriativas têm na sua composição da renda não-agrícola vínculos com as TG devido à presença da aposentadoria e ou bolsa-família. A renda oriunda da pluriatividade na sua maior parte está relacionada com a presença de jovens na família, ou seja, a pessoa pluriativa é jovem.

No PASJ foram identificados apenas 04 diaristas agrícolas, entre eles 01 auferem RNA exclusivamente das diárias, os demais recebem TG; 02 diaristas agrícolas recebem bolsa-família, e 01 recebe aposentadoria.

Figura 1 – Composição das atividades e da renda familiar



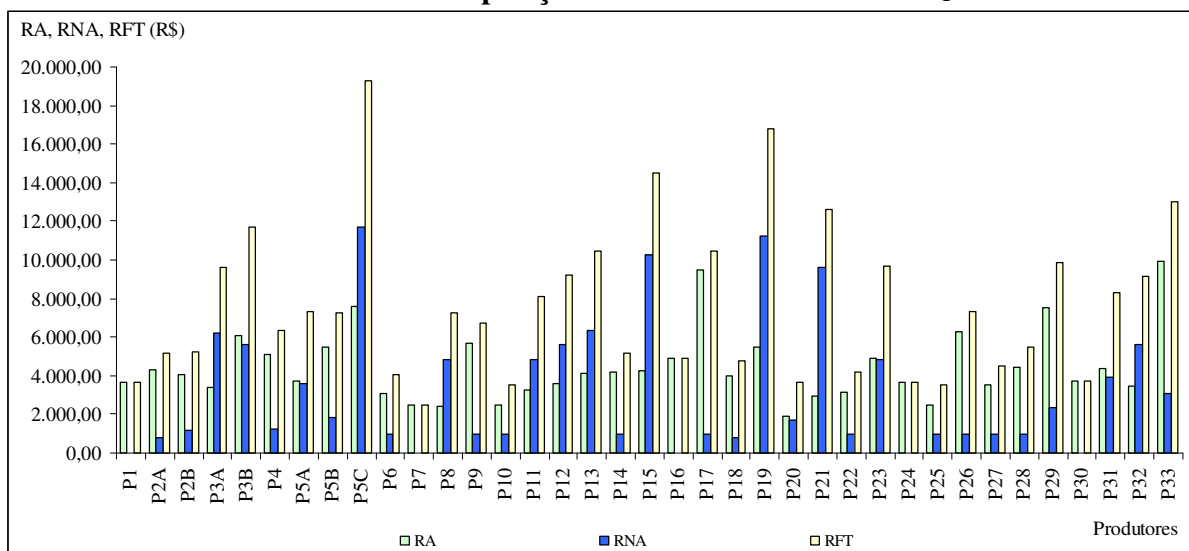
Fonte: pesquisa de campo / elaboração da autora

4.3 Participação da renda não-agrícola na renda familiar

Como foi mostrado no item anterior há múltiplas fontes de renda no PASJ. Como pode ser observado no Gráfico 5, apenas os agricultores P1, P7, P16, P24, e P30 têm como uma

única fonte de renda a agricultura. Considerando no total a participação da RNA na RF é bastante expressiva.

Gráfico 5 – Composição da renda familiar no PASJ



Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008

A renda agrícola média anual das famílias no PASJ é de aproximadamente R\$ 4.440,56; considerando a renda das atividades não-agrícolas e a renda oriunda das TG a renda familiar média se eleva para R\$ 7.754,35/ano, apresentando uma variação de 42%. As atividades agrícolas desenvolvidas dentro da unidade produtiva são responsáveis em média por 58% das rendas familiares.

A renda agrícola média é de R\$373,38/mês, comparando com o salário mínimo, que no ano de 2007 variou de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 pode-se perceber que a remuneração paga pelo trabalho nas atividades agrícolas da unidade produtiva se aproxima da remuneração paga pelo trabalho de carteira assinada. A renda média mensal se eleva para R\$ 646,20/mês ao se considerar a RNA. A renda agrícola *per capita* anual é de R\$ 1.076,50, e a mensal é de R\$ 89,71, ao se considerar a RNA a renda familiar se eleva para R\$ 1.836,06 e R\$ 155,25, respectivamente.

Tabela 1 – Renda média no PASJ

<i>Composição da RF</i>	<i>RA</i>	<i>RNA</i>	<i>RFT</i>
Renda familiar total	165.780,84	121.130,00	286.910,84
Renda média/ano	4.480,56	3.273,78	7.754,35
Renda média/mês	373,38	272,82	646,20
Renda <i>per capita</i> /ano	1.076,50	786,56	1.863,06
Renda <i>per capita</i> /mês	89,71	65,55	155,25

Fonte: pesquisa de campo, mar. 2008.

5. Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que com a implantação da reforma agrária as famílias assentadas auferem RA e RNA que lhes possibilita o custeio das despesas familiares e das unidades produtivas.

No PASJ identificaram-se atividades agrícolas e não-agrícolas, entre as trinta e sete (37) famílias, vinte e oito (28) praticam atividades exclusivamente agrícolas, que representam 76% das famílias; quatro (04) além de praticar a agricultura são diaristas agrícolas, correspondendo a 11%; e cinco (05) famílias são pluriativas, representando 13% das famílias assentadas.

Embora a pluriatividade seja pouco representativa, apresenta-se como uma estratégia de complementação da renda para essas famílias. A pluriatividade foi identificada nas famílias que possuem muitos filhos, é também característica da insuficiência da renda familiar e / ou terra; está vinculada a escolaridade, bem como ao trabalho feminino; e está relacionada à idade; além disso, foi observado na comunidade que todas as famílias pluriativas também recebiam RNA oriunda das TG sob a forma de aposentadoria e /ou bolsa-família.

Os diaristas agrícolas ocupam parte do tempo no seu próprio lote, e parte do tempo trabalham em unidades produtivas agrícolas de terceiros; essa atividade está relacionada aos jovens com terra e renda agrícola insuficiente, daí ser necessário vender dias de trabalho para complementar à renda familiar, bem como, está mais vinculada ao trabalho masculino e a baixa escolaridade.

A RF é composta por RA e RNA. Embora vinte e oito (28) famílias trabalhem exclusivamente na agricultura, apenas 14% (cinco) das famílias assentadas auferem renda exclusivamente agrícola, enquanto 86% possuem RA e RNA. Esse elevado percentual da RNA na composição da renda não garante a presença da pluriatividade no assentamento, pois

a RNA pode ser proveniente tanto das atividades não-agrícola, quanto das políticas públicas como aposentadoria, pensão, bolsa-família, ou seja, da inatividade.

A renda agrícola média anual das famílias no PASJ é de aproximadamente R\$ 4.440,56; considerando a renda das atividades não-agrícolas e a renda oriunda das TG a renda familiar média se eleva para R\$ 7.754,35/ano, apresentando uma variação de 42%. As atividades agrícolas desenvolvidas dentro da unidade produtiva são responsáveis em média por 58% das rendas familiares. A renda agrícola média é de R\$373,38/mês, comparando com o salário mínimo, que no ano de 2007 variou de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 pode-se perceber que a remuneração paga pelo trabalho nas atividades agrícolas da unidade produtiva se aproxima da remuneração paga pelo trabalho de carteira assinada. A renda média mensal se eleva para R\$ 646,20/mês ao se considerar a RNA. A renda agrícola *per capita* anual é de R\$ 1.076,50, e a mensal é de R\$ 89,71, ao se considerar a RNA a renda familiar se eleva para R\$ 1.836,06 e R\$ 155,25, respectivamente.

Neste artigo procurou-se caracterizar um assentamento originado da luta pela reforma agrária. Para essa finalidade foram entrevistadas as famílias que residem no assentamento. Considerando as entrevistas e os depoimentos dos assentados, bem como os resultados da técnica de leitura de paisagem (sinais de progresso, por exemplo), pode-se admitir que houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias.

6. Referências bibliográficas

FULLER, A. M. Part-Time Farming: the enigmas and the realites. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in Rural Sociology and Development**. Connecticut, Jai Press. 1984.

FULLER, A. M. From Part-time farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, Great Britain (London), p. 361-373, 1990.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KAGEYAMA, A. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. São Paulo. 2001, p. 57-69.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. NEA - Instituto de Economia/UNICAMP. **III Seminário Novo Rural Brasileiro**, Campinas, SP, 25p, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A DAP INSTRUMENTO DE CONTROLE OU DE
MANIPULAÇÃO DO CRÉDITO RURAL?**

Marilande Martins Abreu¹

Resumo

O presente artigo se propõe a fazer uma análise sobre a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, um instrumento que, ao envolver agentes sociais, profissionais, órgãos e entidades, teria a capacidade de ser um instrumento de participação social, entretanto, ao se tornar um instrumento de controle de acesso ao crédito rural o PRONAF, torna-se também um instrumento de disputas políticas e interesses que dificultam o acesso ao crédito por parte da Agricultura Familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PRONAF, DAP

1. Introdução

O presente artigo se propõe a levantar algumas considerações a cerca da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP², documento instituído pelo Governo Federal, com o objetivo de identificar as pessoas aptas a acessarem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

A DAP foi elaborada dentro de uma Política Pública voltada para a Agricultura Familiar, que teria como principal objetivo controlar a liberação de crédito rural somente para aqueles que realmente seriam agricultores familiares.

Para operacionalizar a DAP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA faz com que a DAP seja emitida através de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, que seriam entidades representativas da Agricultura Familiar, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Secretarias Estaduais de Agricultura, entre outros, que teriam interesse direto na efetivação deste instrumento de controle.

As considerações aqui levantadas foram elaboradas a partir da experiência empírica no Estado do Maranhão, onde nos meses de junho, julho e agosto de 2007, acompanhei a

¹ Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Programa de Doutorado em Ciências Sociais.

² Existem diferentes tipos de PRONAF, bem como existem três tipos de DAP, e estas por sua vez, são emitidas por diferentes órgãos e entidades. Assim por exemplo, os assentados de Reforma Agrária do Governo Federal emitem DAP no INCRA, e esta emissão apresenta também inúmeros problemas os quais não abordarei neste artigo.

capacitação de líderes sindicais, que teria como objetivo, capacitar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais para emitir a DAP Eletrônica, que seria um instrumento de controle social mais eficaz que a DAP manual³.

2. Objetivo da DAP

Em 1995, após a reivindicação de *movimentos sociais*, o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, institui um tipo específico de crédito voltado para a Agricultura Familiar, que é Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Ainda no ano de sua criação o PRONAF já apresentava problemas, pois além de estar atrelado a uma legislação financeira baseada na burocracia das instituições de crédito, está inserido dentro de campos de disputas os mais diversos, como o campo político e econômico, cujos interesses como mostra Bourdieu (1994), pode em alguns momentos divergir entre si, mas também pode se juntar para manter determinados interesses de quem tem mais legitimidade nesses campos.

Diante disso, é que o PRONAF será instituído na relação entre uma série de órgãos governamentais, a nível Federal, Estadual e Municipal; e entidades da sociedade civil, como os Sindicatos Rurais e Empresas particulares de assistência técnica, que através de um trabalho conjunto deveriam possibilitar o acesso do crédito rural aos trabalhadores da agricultura familiar.

É nesta relação entre órgãos, entidades e agentes sociais, que o Governo Federal cria um instrumento que serviria para controle social e monitoramento do PRONAF, a DAP, uma vez que, como consta no site do MDA, seria “o instrumento que identifica a família como beneficiária do Pronaf, diz a que grupo essa família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito Pronaf”.

Mas recentemente a DAP serviria também para acessar outros programas do Governo Federal, como programas da CONAB e do Biodiesel. Entretanto, apesar de ser criado como um instrumento de controle social e monitoramento, uma vez que, mesmo sendo um instrumento do governo para fiscalizar o acesso ao PRONAF, contaria também com participação de entidades da sociedade civil, como os sindicatos rurais, que juntamente com

³ Durante o ano de 2007 fui assessora da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão - FETAEMA, e por isso, além de ter acesso ao material fornecido pelo MDA para capacitar os dirigentes sindicais, tomei conhecimento da dificuldade de emissão de DAP através de relatos das experiências dos dirigentes sindicais.

órgãos do Governo Estadual e Municipal emitiriam esse documento nos municípios, a DAP continua sendo um dos principais entraves de acesso aos PRONAF na Agricultura Familiar.

Por isso, é necessário levantar algumas considerações sobre essa denominada participação, bem como fazer uma breve análise sobre os órgãos e entidades envolvidas na emissão deste, que seria um dos documentos obrigatórios para acessar o Crédito Rural.

3. Controle e participação social

Nos últimos trinta anos muito se fala em participação da *sociedade civil* na construção e implementação de *Políticas Públicas*, esta afirmação muitas vezes utilizada como “jargão”, parece falar por si, mas para tentar entender como se daria essa chamada *participação* é necessário se analisar alguns conceitos e definições que servem como seus instrumentos operacionais, como por exemplo, os conceitos de *controle social* e *monitoramento*.

Segundo Cunha (2003), *controle social* é a capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na escolha de prioridades e na elaboração dos planos de ação do Município, Estado e Governo Federal.

De acordo com essa definição, pode-se perceber que o *controle social* tem como pressupostos a concretização da *democracia* e da *cidadania*⁴, pois sua efetiva execução está relacionada a uma sociedade democrática onde todos (Estado e Sociedade Civil) teriam, participação igual na construção e acesso as Políticas Públicas existentes.

Um dos meios de execução de *controle social* é o *monitoramento*, que visa não só a fiscalização na implementação de Políticas Públicas, mas também, a indicação de caminhos, proposição de idéias e promoção de participação efetiva dos grupos sociais nas decisões públicas.

Diante das questões colocadas acima, questiona-se: a DAP é criada a partir da noção de participação efetiva da sociedade civil, ou seria apenas um instrumento burocrático do Governo Federal?

Teria sido elaborada como um instrumento de *controle social*, na medida em que é a identificação das Famílias aptas a acessarem o Crédito Rural destinado a Agricultura Familiar, ou serve apenas como artefato de disputa política?

Se a DAP foi elaborada como instrumento de controle social do PRONAF, por que posteriormente passa a ser o instrumento de identificação de agricultores e agricultoras

⁴ Os conceitos de Democracia e Cidadania são polêmicos e por si só exigem trabalhos e discussões aprofundadas.

familiares para outras Políticas Públicas, como Previdência Social, Habitação Rural e Programas Sociais destinados a Agricultura Familiar? Este controle e participação social são possíveis na emissão de um documento que envolve órgãos e entidades com objetivos tão distintos?

Para levantar algumas considerações sobre essas perguntas é que faremos uma análise inicial das entidades envolvidas na emissão da DAP, tendo como campo empírico o Estado do Maranhão, são elas: MDA, Secretarias de Agriculturas do Estado, Prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Empresas de Assistência Técnica⁵.

4. Ministério do Desenvolvimento Agrário

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA é um órgão do Governo Federal que tem como função a gestão de políticas públicas voltados para a Agricultura Familiar, como as questões agrárias, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, entre outros.

O PRONAF é o Programa de Crédito voltado para Agricultura Familiar, e as diretrizes do seu funcionamento são elaboradas dentro do MDA, entretanto sua execução se dá a partir de outros órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Dessa forma, o MDA tem a responsabilidade de definir o que é Agricultura Familiar, e quais são as características que definem uma família como sendo apta a acessar o crédito rural, ou seja, quais as características que uma família tem para ser considerada da Agricultura Familiar.

Nessa classificação, percebe-se dois problemas, pois, se foi necessário ao MDA elaborar um documento de identificação das famílias que se encaixam no perfil definido pela MDA, é por que o PRONAF ao ser elaborado já permite com que famílias não agricultoras possam acessar esse crédito.

E o MDA, ao tentar resolver um problema a partir de critérios que definem uma família como agricultora familiar, cria outro problema, que é a instituição de critérios homogêneos para definir algo que não pode ser homogêneo, pois cada Região, Estado, Município apresenta um história específica, que faz com não haja um conceito universalista de Agricultura Familiar no Brasil.

⁵ É importante ressaltar que estas são considerações iniciais, que exigem uma discussão teórica de alguns conceitos aqui auferidos, como *agricultura familiar, Estado, democracia, cidadania, fóruns, conselhos, participação*, entre outros.

Dessa forma, é que o dos maiores problemas da DAP é exatamente os critérios de identificação de uma família da Agricultura Familiar, pois existe um numero variado de situações, que comumente não se encaixa no perfil utilizado pelo MDA. E isso fica claro, quando se vê o MDA elaborando, a cada ano, resoluções quem tentariam sanar esse problema, no entanto, não adianta criar resoluções também homogêneas é necessário que se tenha um perfil de Agricultura Familiar para cada Estado.

O MDA, apesar de ser responsável pela elaboração do PRONAF, não é responsável por sua execução, pois este está dentro de uma política de crédito baseada numa legislação específica, e por isso, sua execução se dá através de agências bancárias e outros órgãos governamentais.

A emissão da DAP também é descentralizada, pois o MDA credencia órgãos estaduais, que por sua vez, credencia ou disponibiliza técnico para as prefeituras municipais; e entidades representativas da Agricultura Familiar, e o próprio MDA, que descentraliza suas ações através de Delegacias Regionais em cada Estado.

Sendo assim, cada Estado tem uma Delegacia Regional do MDA que seria responsável em discutir e fiscalizar, através de conselhos e fóruns, tanto o PRONAF, como a emissão da DAP. Entretanto, o cargo de delegado é um cargo político, cuja indicação é uma articulação entre órgãos dos Governos Federal e Estadual, bem como de entidades da sociedade civil. Dessa forma, o Delegado Regional do MDA já é indicado a partir da sua relação com determinados grupos políticos e é deste lugar que muitas vezes se propõe a fiscalizar a emissão da DAP.

Entretanto, este problema poderia ser remediado, se as entidades e órgãos envolvidos, que compõem os conselhos e fóruns não tivessem envolvimento também políticos para construir uma gestão que beneficiasse a Agricultura Familiar. Entretanto, na maioria das vezes as vozes críticas se tornam ecos que não ressoam para todos, por isso, a responsabilidade do crédito rural e da emissão da DAP que deveria ser de todos, passa a ser articulação política de um ou mais grupos.

5. Secretaria de Agricultura do Estado

Como forma de descentralização da Política de Crédito o MDA credencia os Estados, através de sua Secretaria de Agricultura, para juntamente com a Delegacia Regional do MDA e outras entidades, executar o PRONAF e a emissão das DAP's.

O Estado por sua vez descentraliza suas ações através das prefeituras ou de suas Agências agropecuárias, e este é um dos maiores problemas, pois é nos municípios que as relações de apadrinhamento, nepotismo e outras práticas de corrupção existentes na sociedade brasileira vão se colocar, ao se executar o PRONAF e a DAP.

Então se percebe assim, uma forte disputa entre empresas, técnicos vinculados a prefeituras, com outras entidades que se propõe a trabalhar com Agricultura Familiar. É interessante que as prefeituras não emitem a DAP, mas as relações políticas com o Estado e sindicatos fazem com que muitas vezes a prefeitura determine a emissão de DAP, inclusive para quem não é da Agricultura Familiar.

Dessa forma, o Estado acaba se utilizando politicamente do seu poder para, liberar ou não a emissão de DAP aos municípios, e as entidades representativas por ele criadas não conseguem discutir ou fiscalizar. E assim o Estado, que poderia fiscalizar e propor mudanças a partir da realidade vivida, torna-se, o mero executor de uma política pública, voltada a transformar a realidade da Agricultura Familiar no Brasil.

6. Prefeituras

As Prefeituras Municipais podem ser apontadas como os maiores entrave nas execuções do PRONAF e da emissão das DAP. Pois nelas as relações entre os técnicos, empresas privadas de assistência técnica, dirigentes sindicais se tornam disputas que determinam para quem pode ou não se elaborar projetos e emitir DAP.

Dessa forma, no interior do Maranhão há uma prática de que quando os sindicatos rurais são ligados a prefeitura, os prefeitos determinam para quem o sindicato deve emitir a DAP. Assim, por exemplo, é comum chegar pessoas para pedir emissão de DAP, que foram enviadas pelo prefeito ou secretario municipal de agricultura. Por outro lado, se o sindicato e o prefeito têm divergências políticas à emissão de DAP para crédito rural torna-se um objeto de disputa entre sindicato e prefeitura, e enquanto tal pode ser alvo de grandes disputas envolvendo entidades, órgãos e relações pessoais que acaba sendo valorizada em detrimento da Agricultura Familiar.

7. Instituições Financeiras

Para acessar o PRONAF é necessária a elaboração de um projeto que é entregue a uma instituição financeira pública para ser aprovado e liberado. Dessa forma, o PRONAF está

inserido na lógica financeira do Banco Central que, a partir de legislação determina as regras de crédito.

Entretanto, além dessas dificuldades de ordem legislativa, as agências financeiras, em sua grande maioria, não conseguem trabalhar de forma coerente com a realidade da Agricultura Familiar. De início, percebe-se que os funcionários não conseguem compreender o PRONAF como uma política específica para a Agricultura Familiar, e por isso ficam presos a regras institucionais que dificultam a liberação de crédito.

Além disso, fica claro também, que as agências financeiras ainda não conseguem ver o trabalhador para além da noção de trabalhador rural existente no senso comum. Então, freqüentemente existe um descompasso entre o discurso dos funcionários das agências financeiras, que não tem entendimento sobre a realidade da Agricultura Familiar, e os próprios agricultores familiares, que não conseguem, na maioria das vezes serem ouvidos ou entenderem os discursos dos funcionários das agências financeiras.

Além disso, freqüentemente os funcionários das agências financeiras estão envolvidos nas relações de disputas entre os políticos, sindicatos e empresas privadas, e por isso, acabam dificultando ainda mais o acesso ao PRONAF, e a aceitação da DAP emitida neste ou naquele órgão.

8. Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Os sindicatos de Trabalhadores Rurais são entidades municipais vinculadas a uma entidade Estadual – as FETAG's, e estas por sua vez constituem uma entidade Nacional, A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. E é esta última que se credencia junto ao MDA enquanto entidade de classe, e descentraliza a emissão da DAP através dos Sindicatos.

Dessa forma, em cada município os Sindicatos Rurais emitem DAP para os agricultores familiares dos municípios, e assim, com as prefeituras os sindicatos tornam-se os locais onde as relações políticas podem interferir na emissão da DAP.

As relações políticas dos dirigentes sindicais nos seus municípios pode se tornar um dos problemas na emissão da DAP, pois os dirigentes, nas disputas entre si, com órgãos governamentais e outras entidades da sociedade civil, faz da DAP um dos instrumentos dessas disputas.

A falta de orientação jurídica, e de outros conhecimentos sobre as regras do Crédito Rural e da emissão da DAP faz com que os dirigentes sindicais não apreendam a DAP

enquanto um instrumento voltado para a identificação da Agricultura Familiar. E por isso têm dificuldade de compreensão das planilhas e regras definidas pelo MDA.

Além disso, percebe-se que as capacitações para a emissão de DAP, realizadas pelo Governo Federal, são feitas de forma fragmentada, e não conseguem ser feitas de acordo com a realidade de cada município, por isso, muitas vezes a emissão de DAP, em vez de se tornar um instrumento de identificação na Agricultura Familiar, torna-se um dos maiores problemas dos sindicatos que, por exemplo, não conseguem desvincular a emissão da DAP do PRONAF.

9. Para fins de Conclusão

As considerações aqui levantadas mostram que a DAP, inicialmente voltada para o PRONAF, não conseguiu se desvincular desta relação, e por isso, freqüentemente os problemas na sua emissão estão vinculados ao PRONAF.

Dessa forma, percebe-se que a DAP, que poderia ser um instrumento de controle social e monitoramento, torna-se um instrumento de disputa política, e por isso, não consegue alcançar aquilo a que se propõe.

No Maranhão a emissão de DAP é alvo de disputas entre a Delegacia Regional do MDA, Governo do Estado, Instituições Financeiras, Prefeitura, Empresas Privadas de Assistência Técnica, Sindicatos Rurais e outras entidades da sociedade civil que se propõem a trabalhar com Agricultura Familiar.

Sendo assim, estas disputas, indicam antes de tudo, que a DAP é utilizada principalmente para fins de Crédito Rural, e ainda que o Governo Federal tenha tentando vincular a DAP a outros programas, o fez de forma equivocada, pois no Maranhão discute-se DAP, principalmente, a partir do PRONAF.

Além disso, o índice de inadimplência do PRONAF no Estado do Maranhão indica que as práticas de corrupção relativas ao PRONAF e a DAP ainda são freqüentes, pois a DAP freqüentemente é emitida para quem não é da Agricultura Familiar, com o objetivo de benefícios políticos ou financeiros, para quem nem sempre é de uma família da agricultura familiar⁶.

Percebe-se assim, que a omissão por parte de entidades, órgãos governamentais e instituições financeiros em relação a emissão da DAP, que deveria ser valorizado ou

⁶ Em diversos Municípios do Maranhão foi comprovada a liberação de projeto PRONAF para moto-taxista, policial militar, parentes de prefeitos e dirigentes sindicais. Em 2007 dois municípios foram descredenciados do MDA para emitirem DAP, por terem sido comprovadas inúmeras irregularidades.

reivindicado como instrumento de participação política, é um dos principais problemas de acesso ao PRONAF. E por isso, o crédito rural voltado para a Agricultura Familiar, que seria a possibilidade de transformação política, social, econômica e cultural para o homem do campo, é hoje um dos maiores problemas para a Agricultura Familiar.

10. Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C. **A Terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo, ATLAS, 1986.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero Ltda, 1994.

CUNHA, S. S. **O controle social e seus instrumentos**. Salvador\BA (artigo), 2003.

TATAGIBA, L. **Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política**. In: A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**DESAGREGAÇÃO DO SISTEMA COLETIVO DE TRABALHO E PRODUÇÃO NO
ASSENTAMENTO CARLOS MARIGUELA-RS: UM ESTUDO DE CASO**

Sérgio Botton Barcellos¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar algumas características do processo de mudança e conseqüente desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela, localizado no município de Santa Maria, RS. Investigou-se quais foram possíveis causas e conflitos cotidianos que levaram ao processo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva, bem como, procurou-se trazer à tona a discussão dos assentamentos do MST enquanto campo social e apontar alternativas de (re) organização social e produção. A análise considera os processos sociais para além da dinâmica econômica, em que fatores como a trajetória social e demais sociabilidades desenvolvidas no âmbito do assentamento são consideradas fundamentais para a elucidação das questões trazidas.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Sistema de trabalho e produção; desagregação.

1. Introdução

O presente artigo trata do processo de desintegração de um assentamento constituído em formato coletivista que foi considerado “modelo” pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Região Central do Rio Grande do Sul (RS). O assentamento Carlos Mariguela, localizado no município de Santa Maria, foi formado oficialmente no ano de 2000 por um conjunto de 25 famílias provenientes de variados locais do referido estado.

Desde o seu início este assentamento foi pensado como um assentamento coletivo, em um formato de cooperativa de produção agropecuária (CPA), com trabalho coletivo, sem propriedade particular e concebendo as atividades produtivas baseadas nos princípios da agroecologia. Além disso, vale destacar que a área onde foi instalado este assentamento se localiza na periferia da cidade de Santa Maria e que, em função desta localização “privilegiada” (devido à proximidade com o centro urbano), houve certa disputa entre grupos de “sem-terras” do estado para conseguirem ser assentados nesta área. A direção estadual do MST interferiu neste processo e optou por direcionar a esta área um grupo de acampados que poderiam construir ali um “assentamento modelo”. Como neste período já existiam avaliações

¹ Mestrando do CPDA/UFRRJ. E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com.

críticas às experiências anteriores² de assentamentos coletivos (aos moldes de CPA's) e um dos elementos que era identificado na época como causador de desagregação das CPA's era o “baixo” nível de consciência dos assentados, optou-se por direcionar a esta área, próxima de uma cidade de médio porte (com mercado consumidor potencial e grandes possibilidades de viabilização produtiva), um grupo de acampados que eram considerados de “consciência” mais elevada. Com isso, acreditou-se que essa área reformada poderia desenvolver-se de fato como um assentamento “modelo” no RS.

Porém, mesmo que este assentamento tenha tido certo sucesso em seus primeiros anos (como demonstram alguns fatos³), no ano de 2006, depois de ter passado por algum tempo de crise, o assentamento passou por uma reestruturação profunda, onde, inclusive, foi desintegrado o sistema de produção e organização coletiva.

Este artigo não tem como proposta trazer à tona *todos* os aspectos que desencadearam o processo de desagregação do assentamento Carlos Mariguela em Santa Maria-RS, pois faz parte de um estudo a ser prosseguido, mas procura elucidar algumas questões principais do processo de desagregação e procura fazer relações com outros casos semelhantes já tratados pela literatura acadêmica.

O tema abordado desdobra-se em algumas questões que serão problematizadas no decorrer do artigo: a) O MST e assentamentos enquanto espaços de interação social; b) caracterização do Assentamento Carlos Mariguela; c) apontar algumas causas já conhecidas que podem ter desencadeado o processo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva.

A análise do caso específico foi feita a partir da observação participante e anotações de campo, no período de 2005 a 2006, que permitiu levantar algumas questões comuns a outras experiências com assentamentos na região (Becker, 1999). Da mesma forma neste artigo, o que norteou essa pesquisa, foi uma análise qualitativa e descritiva, em virtude do objeto de pesquisa ser histórico, contraditório e marcado por conflitos sociais (Demo, 1995), tentando resgatar como a desagregação social e da produção coletiva se procedeu no assentamento.

² Entretanto, ainda na década de 1990, esse modelo começa ser questionado pelo próprio MST por esgotar os recursos naturais (erosão, compactação do solo, desmatamento, contaminação de riachos), desorganizar os laços de solidariedade entre os assentados e causar um forte endividamento dos mesmos, além desses agricultores deixarem de produzir na propriedade gêneros alimentícios básicos, como: manteiga, pão, feijão, arroz, etc. (Martins, 2004), comprometendo ainda mais a renda dos assentados.

³ Destaca-se que o Assentamento Agroecológico Carlos Mariguela foi reconhecido inclusive em nível internacional onde recebeu visitas de grupos de estudantes de vários locais do Brasil, Argentina, Uruguai e até visitantes do Canadá, durante edições da Feira Nacional do Cooperativismo e Economia Solidária em Santa Maria.

2. Assentamentos no MST: espaços de interação social

Dependendo dos agentes sociais que interagem nos assentamentos, esse espaço em si, pode passar a ter vários significados e formas de vivência. Carvalho, (1999) aponta neste sentido que, por exemplo, para as famílias assentadas tende a ser um lugar em que se abrem possibilidades para a objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais tende a ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural adquirido pelo Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária.

Os assentamentos também podem ser compreendidos como um espaço social onde se enfrentam diversos interesses específicos em jogo, constituindo um *campo de forças*, onde a posição dos agentes e grupos são definidos pelas suas capacidades de organização social, econômica e política, determinando disputas e hierarquias internas. Dessa forma o *campo social*⁴ passa a ser definido pelas posições que os agentes ocupam no espaço social segundo os diferenciais de poder entre os agentes sociais aí presentes (Bourdieu, 1989, p. 133 – 135).

Partindo do princípio de que o estudo da organização da produção nos assentamentos, além de considerar a dimensão e viabilização econômica, deve assinalar as relações sócio-políticas dos agentes sociais envolvidos e suas trajetórias sociais. A organização do trabalho e da produção nos assentamentos de reforma agrária tem se mostrado um desafio para as famílias assentadas e também para os mediadores envolvidos neste processo, marcado por uma grande complexidade de fatores.

Nesse contexto, Zimmermann (1994) considera o assentamento rural como “(...) um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos” (p. 205). Da mesma forma, Ferrante (1994) parece identificar processos parecidos, quando afirma que no processo de luta pela terra “todos os demandantes” se põem como iguais, mas isso não implicaria em “ver na terra o mesmo projeto”. Ainda considera que, “para levar adiante tal decisão, enfrentam-se outros agentes presentes nesse campo de lutas” (p. 143).

⁴ Segundo Bourdieu, campo social pode ser compreendido “... como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes...” (1989, p. 135).

É também devido a estas complexas dinâmicas que várias propostas de viabilização econômica dos assentamentos são elaboradas, principalmente pelos mediadores, como no caso, pelo MST. No entanto, a própria dinâmica interna dos assentamentos, é em si, um desafio para a materialização de propostas coletivadoras, considerando se tratar de um espaço social onde os agentes e grupos são definidos pelas suas *posições relativas*, sendo que os interesses que daí resultam podem ser contraditórios e conflituosos (Bourdieu, 1989, p. 134). Dessa forma, nesse estudo observou-se como as relações e interações sociais mantidas em um assentamento constituído para ser modelo de produção e organização social da produção se desenvolveram no sentido de afirmação das perspectivas da produção familiar e individual.

Alguns estudos de Scopinho e Martins (2003) apontam que uma das formas de organização produtiva bastante difundida nos assentamentos de Reforma Agrária do MST as CPA's, enfrentam duas ordens de dificuldades: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito insuficientes, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, estariam as dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados, relacionadas à “falta de formação cultural” para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo MST.

Ao mesmo tempo em que se reconhecem as dificuldades deste formato de organização cooperativa, estudos oficiais não deixam de mencionar as vantagens das organizações coletivas para a viabilização dos assentamentos. Um estudo FAO/INCRA (1998, p.40) constatou que “seja através da existência de grupos de produção e/ou de máquinas e equipamentos, ou pela gestão coletiva do uso das áreas, afeta positivamente os projetos de assentamentos. A organização diminuiu os custos, potencializou os recursos naturais, gerou sistemas mais produtivos e ampliou alternativas econômicas dos assentamentos”. Nos assentamentos onde existe maior organização, foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados nesta pesquisa citada, onde havia falta de organização política, resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como falta de organização produtiva, que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e potencialização dos sistemas produtivos. Ou seja, a organização de um assentamento é fator de vital importância para torná-lo viável, podendo ser esta através de uma maior organização que pressiona o governo para as demandas que um assentamento possa ter.

Fica evidente que ao mesmo tempo constata-se que a organização de cooperativas, associações, entre outras, é reconhecido como importante para viabilização dos assentamentos

de reforma agrária, por outro lado, constata-se a grande dificuldade que as experiências de assentamentos coletivos tiveram/têm para prosperar.

Diante destes elementos destacados, acredita-se que a investigação em andamento do caso proposto nesse artigo pode trazer nuances dos impasses sociais, econômicos e culturais envolvidos na formação e desenvolvimento de assentamentos coletivizados.

2.1 Caracterização do Assentamento Carlos Mariguela

O Assentamento Agroecológico Carlos Mariguela foi formado no ano de 2000 através da política de Assentamento do Governo Estadual – gestão Olívio Dutra. O Assentamento se localiza na cidade de Santa Maria - RS, a aproximadamente 12 km do centro urbano.

No período de pesquisa, estavam assentadas aproximadamente 15 famílias em sistema de produção de produção e organização coletiva. A área total do Assentamento é de 298 ha. Uma característica fundamental, no período anterior a desagregação, era o uso de práticas agroecológicas em todas as atividades produtivas, com destaque para a produção de hortifrutigranjeiros e leite (GRAC, 2007).

Neste sentido, o desenvolvimento das atividades produtivas eram fortemente realizadas dentro de uma concepção “alternativa”, tendo nos princípios da agroecologia e nas orientações das direções do MST os fundamentos organizativos. Nesta direção, os trabalhos empreendidos nas atividades agrícolas (como na lavoura de arroz e hortas) e na pecuária (com a produção de leite e galinhas poedeiras) eram estruturados de forma coletiva, onde que, para o desempenho das atividades cotidianas do assentamento, se realizava o chamado rodízio de tarefas entre os assentados. A organização espacial das moradias era concebida dentro do modelo de uma agrovila com a construção de casas baseadas em alguns princípios da permacultura, e a realização das principais refeições dava-se também em um refeitório coletivo, localizado no centro da agrovila.

Como forma de escoamento da produção e geração de renda os assentados encarregados das tarefas de comercialização, participavam aos sábados da feira de Produtos Coloniais no Terminal de comercialização em um bairro da cidade de Santa Maria e em eventos esporádicos do Projeto Esperança/Cooesperança⁵. Outra forma adotada para viabilização econômica do coletivo era a manutenção de um ponto de venda de produtos no próprio assentamento e o comércio do arroz plantado junto a comerciantes da cidade.

⁵ Projeto fundado em 1987, pela Diocese de Santa Maria-RS, que fomenta e estimula até hoje, o associativismo, a economia solidária e agroecologia na agricultura familiar na região centro do RS.

Vale à pena destacar que eram constantes as visitas de estudantes e pesquisadores de diversas universidades, até mesmo de outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Canadá, devido ao relativo sucesso que o assentamento experimentava, por estar desenvolvendo um modelo de produção agroecológica e organização social coletivizada.

Desde 2005 até o ano de 2006 acompanhou-se as atividades e a trajetória do assentamento, seja na participação em eventos e mobilizações comunitárias em comum, em atividades de extensão universitária na UFSM⁶, e até na promoção de ações em assistência e auxílio de saúde e conversas informais com assentados.

No entanto, mesmo com o relativo sucesso que o assentamento conseguiu, a partir de 2006, houve diversos tensionamentos e desentendimentos de ordem coletiva e pessoal, e, como consequência deste processo, os assentados optaram por mudar a estrutura organizativa, passando a adotar a divisão do assentamento em lotes individuais por família. A este processo chama-se nesse artigo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva.

Para os principais assessores e dirigentes do MST (MST, 1986; Goergen e Stédile, 1991; Carvalho, 1999; Caldart, 2001), o desenvolvimento de formas de cooperação agrícola nos assentamentos dependeria de condições objetivas (aspectos físicos da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade. Os autores citados, assim como diversos documentos oficiais do MST, argumentam que a experiência do processo de organização nos assentamentos seria fruto tanto do amadurecimento político das direções do MST, quanto da própria experiência e amadurecimento com pontos positivos e negativos de cada grupo de famílias assentadas.

Nesse sentido, quando houve a liberação da área para a vinda das famílias sem-terra a direção do MST selecionou indivíduos que já haviam realizado cursos de formação política ou que estavam desempenhando alguma tarefa política de direção no referido movimento. A expectativa era de formar uma coletividade de “consciência elevada”, que entendesse a necessidade da organização social coletiva e que pudesse desenvolver um assentamento modelo no país. A agroecologia e a coletivização seriam, assim, princípios orientadores do assentamento com um público beneficiário composto, supostamente, por uma condição de “compreensão política superior” do que o restante dos sem-terra.

⁶ Núcleo de Apoio a Reforma Agrária e VERSUS - Brasil (Estágios e Vivências na Realidade do Sistema único de Saúde). Este último foi um projeto vinculado ao Ministério da Saúde que visava trabalhar com formação política e social de estudantes da área de saúde. A partir de ações em comum com assentados, pôde-se ter contato e uma interação maior com a forma de vida e organização do assentamento Carlos Mariguela.

Com isso surge a questão: Quais teriam sido os principais motivos para a desagregação desse assentamento coletivo já que além de ser relativamente perto do centro urbano, podendo oferecer maior mercado demandante, acesso mais facilitado a assistência social e serviços, sendo formado com integrantes que teriam uma “consciência mais elevada”?

3. Algumas possíveis causas da desagregação coletiva no assentamento Carlos Mariguela

Em conversas realizadas com assentados e em visitas, eram corriqueiras manifestações demonstrando um sentimento de desmotivação e descrédito em relação à viabilização das atividades no assentamento. Alguns dos principais fatores alegados por desencadear “desânimo” junto ao grupo de assentados eram relativos às dificuldades do coletivo em: saldar dívidas referentes a financiamentos obtidos para compra de equipamentos e construção de benfeitorias; baixa rentabilidade financeira por família; pouca mão-de-obra para realização de atividades cotidianas de organização, trabalho na produção agropecuária e construção de instalações; exposição midiática de forma “negativa” do assentamento nos meios de comunicação do município e divergências na forma como estava sendo administradas, em especial as finanças do assentamento.

Contribuindo nesse sentido, Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização produtiva e do trabalho que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas conturbações monetárias da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir e viabilizar a produção e comercialização de seus produtos.

Em sentido semelhante, o sistema de organização e produção coletivo implementado no assentamento em foco, devido ao grande volume de trabalho e a comercialização dos produtos não estarem gerando a renda suficiente para quitação das dívidas e dos financiamentos, estaria causando angústia e tensão entre os assentados.

Segundo Schwendler (1995, p.104), referindo-se a essa reorganização do trabalho e da produção nos assentamentos, “esta passagem da forma de trabalho da pequena produção tradicional ao trabalho coletivo não é só uma questão de organização, mas uma mudança de concepção, que implica em uma nova consciência social, nova relação homem-terra e novo estilo de viver e trabalhar a terra”. É, sobretudo, um valor que se transforma em importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo (CONCRAB, 1999).

Outro fator que estaria causando dúvidas e discordâncias sobre a forma de organização efetivada no assentamento, evidenciava-se por algumas famílias estarem insatisfeitas com a baixa renda familiar, ou seja, na repartição dos excedentes da produção coletiva entre os núcleos familiares assentados. Isso ficava mais evidente entre os assentados, quando comentavam que tinham parentes vivendo em outros assentamentos onde a produção era em lotes com trabalho familiar, e que estes viviam em melhores condições, ou seja, quitando dívidas, adquirindo bens de consumo e que “realmente ganhavam o dinheiro merecido por seu trabalho”.

Nesse sentido, para Scariot (2003) as trajetórias sociais anteriores aos assentamentos dos trabalhadores rurais seria marcada por um valor/cultura gerado no âmbito da unidade familiar de produção, calcada na propriedade privada da terra e nas decisões tomadas familiarmente, o que implicaria sérias dificuldades de adaptação às organizações coletivas, como aquelas pensadas pela direção do MST. Portanto para Souza (2000), desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio, pois, historicamente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou pela forma familiar o que como produzir e comercializar. Portanto, torna-se comum os assentados quererem no momento imediato da conquista da terra é terem poder de decisão juntamente com o sucesso econômico.

Também um obstáculo insurgente para a coletividade do Assentamento Carlos Mariguela, seria a falta de mão-de-obra na realização e execução dos trabalhos coletivos de produção, onerando poucos trabalhadores com sobrecarga de serviços, dessa forma, ficavam pendentes muitas tarefas e a produtividade agropecuária já era insuficiente para geração de renda e subsistência necessária das famílias. Agravando ainda mais o quadro da falta de assentados(as) para o trabalho coletivo, conforme relatavam alguns membros da direção do assentamento, a proposta coletiva de organização e produção era pouco atrativa junto aos acampados do MST, sendo assim, as poucas famílias que tentavam assentar-se no local, tinham dificuldades de adaptação e a maioria solicitou mudança para outros assentamentos do estado. Conforme Brenneisen (2004) em uma de suas publicações, a introdução da divisão do trabalho e especialização de funções (conversão da cultura camponesa em operária) para tentar criar coesão entre os assentados, bem como a aceitação de um modelo comunitário e/ou organização coletiva além das fortes resistências, vem gerando frustrações tanto para a base social do MST como para seus dirigentes.

Também cabe relatar nesse caso, que até meados do ano de 2004 alguns quadros dirigentes do MST que residiam no assentamento, foram chamados/liberados para cumprir

tarefas em outros municípios do RS e outros estados, sendo assim, colaborando de certa forma na diminuição do número de famílias assentadas.

Somado aos fatos acima descritos, devido o assentamento não estar com 25 famílias na época, conseqüentemente haviam casas com ausência de habitantes na agrovila. Essa situação foi objeto de forte especulação por parte dos meios de comunicação municipais no período, sendo amplamente noticiado o caso, causando desgaste da imagem do assentamento perante a opinião pública, bem como, preocupação e abalo da auto-estima dos assentados.

Integrando este conjunto de circunstâncias apresentadas, observou-se também, comentários, reclamações e declarações em reuniões, sobre a possível falta de confiança do conjunto de assentados em alguns dirigentes do assentamento. Os assentados alegavam falta de transparência administrativa e financeira na cooperação estabelecida no assentamento. Mais tarde devido a esse fator e uma série de conflitos pessoais entre alguns assentados e ex-integrantes da direção, culminaram na saída de duas famílias da área comunitária interna da agrovila, sendo que estes instalaram-se em barracos em um pedaço de terra do próprio assentamento.

Segundo Carvalho (1999), casos como o relatado no parágrafo anterior, são muitas vezes gerados por falta de organicidade dos assentados nas atividades relacionadas às associações e/ou CPA's do MST, havendo poucos rodízios nessa tarefa, pois supostamente as lideranças ali estabelecidas têm “mais” esclarecimento e conhecimento administrativo. A cadeia de problemas que advém com isso é enorme segundo o autor, pois pode ocasionar: ruptura da solidariedade interna; fragmentação e debilidade das ações produtivas e da inserção nos mercados de produtos e serviços, inclusive o crédito; assimetria de informação entre assentados; centralização das decisões administrativas e assim por diante.

Esse conjunto de tensões, disputas e desentendimentos entre os assentados, chega ao ápice no ano de 2006, com a desagregação do sistema de produção coletiva do assentamento e da área comunitária do Assentamento Carlos Mariguela, ocasionando a divisão dos lotes em unidades familiares e a opção pelo trabalho familiar- individual. Esse pode ser um indicador de que a natureza essencialmente social contida nas propostas de associativismo do MST não contemplam muitas vezes as necessidades individuais e coletivas da base social do movimento.

Estudando processos de desagregação semelhantes Scariot (2003) e Zimmermann (1994) argumentam que a diversidade e complexidade que acompanham as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nos assentamentos é notória e marcada por conflitos. Existe um distanciamento entre modelos pensados e o real, isto pode gerar

atritos intra e inter-grupais que, por sua vez, podem resultar na evasão associativa. Tem-se também apontado como dificuldades e entraves nesse processo na comunicação e na condução do processo decisório, crise de representatividade e falhas no papel da coordenação. Somadas essas questões, criam um contexto organizacional propício para a fragmentação dos projetos de organização dos assentados em CPAs e /ou formas comunitárias e coletivas (Scopinho; Martins, 2003).

Nesse caminho Scariot (2003, p. 71) aponta que “Os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e re-direcionamento nas estratégias de organização da produção, o que torna os espaços dinâmicos e ricos em possibilidades.” Portanto, a desagregação aqui retratada, não significou a inviabilidade do assentamento em questão, apenas relata e problematiza acontecimentos comuns a muitos assentamentos, mas lógico com as especificidades inerentes ao caso. Esse momento e/ou até anomia, na história deste assentamento, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização sócio-cultural, política e econômica das famílias que ali optaram em permanecer e que ali poderão viver.

4. Outros caminhos apontados: agroecologia como alternativa de (re) organização?

Em contra partida, para a superação das experiências não exitosas na organização do sistema de CPA's, é preponderante para Martins (2004), o surgimento da *agroecologia* como alternativa, na perspectiva de restabelecer autonomia (mesmo que relativa) e outras formas de (re) organização no processo produtivo dos assentamentos. Possibilidade semelhante tem sido apontada como alternativa viável também por mediadores internos do MST, como Carvalho (2007), que além de definir a agroecologia como uma nova “matriz tecnológica”, também a define como uma “relação homem-natureza” mais harmoniosa na produção agropecuária e florestal, como uma síntese “mais desenvolvida” das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto agroecológico.

Outro fato que explicita essa alternativa foi que o MST no seu quinto Congresso Nacional (realizado em 2007) assumiu como um de seus compromissos: “Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (MST, 2007, sn). Nessa indicação o movimento busca se comprometer em defender as sementes “crioulas” e a biodiversidade e incentivar as “práticas de agroecologia”

nos assentamentos, porém também fica claro nessa indicação que é um processo em construção, e que o MST tenta se colocar como um ator que irá interagir nesse campo social. Nesse sentido, a agroecologia tem sido apresentada para os assentamentos como uma possibilidade a ser acionada (Piccin; Picolotto, 2007).

O assentamento Carlos Mariguela em Santa Maria-RS, remete e instiga também essa questão, pois a agroecologia sempre foi um dos temas que sempre foi marcante no reconhecimento e legitimação social do assentamento na região, juntamente com a agrovila e a produção e organização coletiva. Cabe questionar e analisar se a agroecologia seria uma forma de organização e produção que aponte alternativas na tentativa de (re) organização e prosseguimento de vida dos assentados, nesse caso. Esse questionamento nos remete para o aprofundamento do estudo que está sendo desenvolvido, como trabalho de pesquisa e dissertação em nível de mestrado junto ao CPDA/UFRRJ.

Deixa-se claro que, ao indicar e problematizar alguns limites organizacionais e produtivos na viabilização de assentamentos, como esse caso, não significa desconsiderar a importância do MST na conjuntura recente. O fato de o MST ter questionado, ao longo de sua existência, o direito da propriedade da terra no Brasil, desafiar as multinacionais do agronegócio e as estruturas de poder estabelecidas; organizar milhares de famílias excluídas pela “modernização” capitalista e dar-lhes a esperança, dignidade e a possibilidade de acesso a bens de consumo básicos (moradia, infra-estrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer), já justificam sua luta e a construção de perspectivas contra-hegemônicas que vem realizando na agricultura e na sociedade.

5. Referencias bibliográficas

- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRENNEISEN, E. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v.12, n.1, 2004, p.128-163.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- CARVALHO, H. M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: MEPF/NEAD/IICA, 1999, mimeo. 63p.(b).
- _____. **Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Curitiba, 2007 (Digitado).
- CERIOLI, P. **Comunidades de resistência e superação**. Curitiba: Editora Peres, 2002.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST**. São Paulo: CONCRAB/MST, 1999.

COSTA NETO, C. e CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. México: Clacso, 2002.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FAO/INCRA. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt *et alii*. Agosto/1998.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. In: MEDEIROS, L. S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

GRAC – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo-RS. **Carlos Mariguela**. Disponível em: <http://www.grac.rs.gov.br/principal.php?inc=ref_assent>. Acessado em: 21 ago. 2007.

MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST**. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2000. (Tese de doutorado).

MST. Caderno de formação n. 11. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo, 1986.

_____. Acampamentos 2005. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=871>>. Aceso em 21 ago. 2007.

_____. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 jun. 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. *Mesas Redondas*. Rio Claro: IGCE, 1994.

PICCIN, M. B. e PICCOLOTTO, E. L. **A luta e o processo de gestão de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br>>.

SCARIOT, A. **Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR**. 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.

SCHWENDLER, S. F. **Da utopia do acampamento à recriação social no assentamento**. Santa Maria (RS): UFSM, 1995. (Dissertação de Mestrado).

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, 2003, p. 124-143.

SOUZA, M. A. Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): dimensões educativas. Revista Online Bibl. Prof. Joel Martins, v.1, n. 2, 2000.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, J. P; GOERGEN, S. **Assentamentos**: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis, Vozes, 1991.

VENDRAMINI, C. R. A experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas do Movimento Sem Terra no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, 2005, p. 67-80.

ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**DO TERRITÓRIO DO LATIFÚNDIO AO TERRITÓRIO CAMPONÊS:
ASSENTAMENTO DONA HELENA – CRUZ DO ESPÍRITO SANTO – PB**

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo¹
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues²

Resumo

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo – PB, Zona da Mata Paraibana, com recorte temporal adotado, o período de 1991 a 2006. Os sujeitos pesquisados são os camponeses que residiam na Fazenda Engenho Novo, há décadas, que aos poucos foram expropriados da terra, ao passo que áreas restantes iam sendo suprimidas pelo cultivo da monocultura da cana-de-açúcar. O conflito teve início em 1991, envolvendo os camponeses e o proprietário da Fazenda Engenho Novo, José Fernandes Ribeiro Coutinho, quando ele derrubou a casa de um posseiro situada dentro da Fazenda. A partir desse conflito os camponeses foram se organizando com o apoio da CPT e de setores da UFPB que já atuavam na Várzea Paraibana desde a década de 1970. A luta pela conquista da terra registra atos de violência, mas sua efetivação se deu no ano de 1996 com o assentamento de cento e quatro famílias camponesas. A realização do trabalho se apóia na pesquisa etnográfica com o objetivo de registrar a maior diversidade de aspectos da cultura camponesa. Nesse exercício oportunizar a fala dos sujeitos pesquisados ao longo do texto foi nossa meta. A abordagem teórico-metodológica se deu a partir da utilização de conceitos e noções relativas à história da cultura e modo de vida camponês tais como: território, territorialidade, campesinato e o conceito de mediador social, que possui nesse Assentamento relevância considerável, pois evidencia os laços construídos com a sociedade envolvente em busca da transformação de suas realidades.

Palavras-chave: Assentamento Dona Helena; campesinato; territorialidade.

1. Introdução

Compreender a construção da territorialidade camponesa no assentamento Dona Helena requer a compreensão do entendimento dos conceitos de território e territorialidade, assim como buscamos relacionar a abordagem teórica com objeto de pesquisa. Sendo assim, evidenciamos as histórias da terra referentes à expropriação camponesa, consequência do processo de industrialização da agricultura que promoveu a supressão das áreas de cultivo agrícola em favor da expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Nesse entremeio destacamos a importância de mediadores sociais de luta pela terra na Zona da Mata Paraibana

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba/ Extensionista EMATER-PB, geo_hist@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Geociências da UFPB, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, fatimarodrigues.ufpb@gmail.com.

a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo (STRCES), mas com enfoque voltado para a trajetória de luta dos camponeses posseiros, foreiros e moradores residentes no imóvel Fazenda Engenho Novo.

Dessa forma, evidenciamos essa luta desde a desterritorialização da Fazenda Engenho Novo à territorialização camponesa com a formação do Assentamento Dona Helena, demonstrando as mudanças qualitativas ocorridas neste processo.

Apoiamos-nos na pesquisa etnográfica a partir da observação direta, realização de entrevistas semi-estruturadas entre setenta e seis famílias da comunidade e os mediadores sociais que participam do cotidiano deste assentamento, e para tanto nos utilizamos de gravador, formulários de entrevistas, máquina fotográfica e a confecção de um diário de campo.

2. Da territorialidade do latifúndio: luta e resistência camponesa

De acordo com depoimentos registrados no decorrer dessa pesquisa as terras que compõem hoje o Assentamento Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo – PB, Zona da Mata Paraibana, pertenciam a famílias distintas, dentre elas a família Ursulino Fernandes Ribeiro, que por motivo de falecimento do proprietário, e a exemplo de muitas outras famílias que detinham menores áreas, venderam suas terras a Renato Ribeiro Coutinho, grande proprietário latifundiário da região da várzea Paraibana. Reconhecido como membro de família favorecida economicamente na sociedade paraibana, representava a elite proprietária de usinas de açúcar na mesorregião da Mata Paraibana. Desde os anos de 1920 essa família era a proprietária da Fazenda Engenho Novo, incluindo a área da Empresa Rural AGROPAR e possuía uma área de aproximadamente 808 hectares.

Segundo depoimentos, algumas famílias que detinham menores propriedades de terra nesta área sofreram represálias por parte do senhor Renato Ribeiro Coutinho, que costumava tomar por força, e mesmo oferecer propostas de compra das propriedades com o intuito de aumentar o tamanho de sua propriedade, e conseqüentemente, a área produtiva monocultora de cana-de-açúcar. Na impossibilidade de venda por recusa dos pequenos proprietários de terras adjacentes às terras da usina, por vezes, amedrontava-os, assim como as suas famílias, restando-lhes duas possibilidades: a venda do imóvel ou o abandono das terras.

Tradicionalmente essas áreas destinavam-se ao plantio da monocultura de cana-de-açúcar, sobretudo a partir dos anos 1970 por incentivos do Programa do Açúcar e do Alcool

(PROÁLCOOL). Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma intensificação da expansão das áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, em substituição às áreas de vegetação natural, fato que também ocorreu nas áreas destinadas ao cultivo de policultura alimentar elevando a Paraíba ao quinto maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Esse aumento permitiu a expansão de novas destilarias de álcool, assim como a recuperação de outras que haviam entrado em decadência, e conseqüentemente, culminou na expropriação de muitos trabalhadores do campo.

Ao serem expropriados alguns camponeses da Fazenda Engenho Novo, assim como de outras áreas; os que vieram mais tarde a compor o quadro de famílias do Assentamento Dona Helena, não se renderam ao conformismo. Para alguns camponeses, o reconhecimento da luta se dá no período anterior à chegada das famílias, o que é expresso na seguinte afirmação: “as família de fora ainda não tinha chegado, mas as daqui já tava em movimento”. Neste sentido reconhecemos o caráter de resistência do camponês de se tornar assalariado e perder sua historicidade, portanto luta, resiste, e vem a concretização do acampamento com a chegada das demais famílias integrantes do movimento, reafirmando a peculiaridade do campesinato brasileiro como aquele que resiste e/ou retorna à terra.

As relações de trabalho que se davam no período anterior ao Assentamento eram variadas conforme constatamos entre as famílias entrevistadas, a exemplo da existência de antigos trabalhadores que viviam na condição de foreiros, moradores e os trabalhadores assalariados do campo, que haviam sofrido processos de expulsão/expropriação e residiam nas cidades.

Por longos anos foi mantido esse tipo de relação entre o proprietário da terra e os trabalhadores, moradores, foreiros o que garantia a manutenção de relações patronais, clientelistas, de compadrio, que se traduzia para os trabalhadores como uma aparente normalidade. Mas, por ocasião da venda da terra como é o caso de algumas propriedades que foram anexadas à Fazenda Engenho Novo, o proprietário José Fernandes Ribeiro Coutinho comprava as terras, ou “as tomava à força” e muitas das famílias eram expulsas de forma abrupta e sem garantias quaisquer de seus direitos, ou transferidas de sua área de origem para outras áreas, ocorrendo, algumas vezes, por parte do trabalhador o abandono da terra que lhes era “destinada”.

No final do ano de 1992 instaurou-se um clima de terror na Fazenda Engenho Novo. Em 01 de janeiro de 1993, o proprietário José Fernandes, insatisfeito e bastante preocupado, pois temia que recaísse sobre o seu imóvel um processo de desapropriação, agiu com selvageria e prepotência, perante os moradores, ao ordenar aos seus capangas, residentes na

fazenda, que passassem o trator nas áreas de posse até as portas da frente e de trás de suas casas, destruindo as roças que já estavam para serem colhidas.

Ato contínuo, o proprietário plantou cana-de-açúcar nessas áreas, e tal prática se repetiu sucessivas vezes, nos anos de 1993 e 1994: o patrão plantava a cana-de-açúcar e o trabalhador arrancava-a e plantava sua roça; sendo a recíproca verdadeira, processo esse que ocorreu sucessivas vezes ocasionando a denúncia feita pelo proprietário à Polícia, que interveio por duas vezes na tentativa de evitar a devastação da cana-de-açúcar e a derrubada e queima das cercas. Porém, em ambas as ocasiões, quando de sua chegada, o ato já havia sido concretizado, pois era realizado durante as madrugadas.

Os depoimentos obtidos atestam que nesse conflito, fizeram-se presentes a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua Assessoria Jurídica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz do Espírito Santo (STRCES) e a Igreja Católica do município, na defesa dos camponeses.

A interação a que nos referimos entre a CPT, como parte do segmento mais progressista da Igreja Católica e os camponeses, deu-se no sentido de apoiá-los em seus pleitos. De acordo com a Irmã Marlene, religiosa da CPT “este apoio se dá a partir de uma reflexão e posterior ação que se expressa nos mutirões, acampamentos em rodovias, em praças públicas, caminhadas e/ou romarias, dentre outras”.

Essa prática remete ao processo educativo que não deve ser analisada de forma isolada. Todos os obstáculos encontrados se contrapõem ao processo educativo e interação entre si, de forma que devem ser analisados em seu todo.

A CPT tem sido o principal mediador social na liderança, desde o princípio do conflito de luta pela terra, o que vem sendo um trabalho continuado até o momento atual. Como segmento da ala progressista da Igreja Católica com “ação preferencial pelos pobres”³ tem influenciado no processo da educação não-formal⁴, assessorando-os e conscientizando-os politicamente de seus direitos, através da fé e da política.

Na opinião do Presidente do STRCES, durante o movimento de luta pela terra na fazenda Engenho Novo ocorreram atos desnecessários por parte dos camponeses e da CPT, inclusive acusa esta última de atos de agressão e radicalidade em relação ao movimento e seus participantes. Essa situação demonstra dubiedade em relação à defesa da classe trabalhadora,

³ Depoimento de Religiosa, membro religioso da CPT. Pesquisa Direta, 2005.

⁴ Trata-se do processo de transmitir o saber podendo ocorrer em todos os lugares. A educação não-formal provém de grupos sociais distintos a partir de reuniões, seminários, cursos; experiências estas que oportunizam aos camponeses o desenvolvimento de práticas indispensáveis ao seu modo atual de vida em comunidade, práticas coletivas que contribuem para a construção/reconstrução, conservação/transformação do ideal coletivo.

assim como a fragilidade em relação à atuação de alguns mediadores durante o movimento de luta pela terra, quando ora atuam conjuntamente em favor do trabalhador, ora demonstram situação de confronto em defesa de luta comum. Ao passo em que testemunha o papel desempenhado pela CPT, define sua importância desde a fase do conflito no imóvel até os dias atuais, ora com satisfação, ora com desagrado.

Em entrevistas realizadas junto aos camponeses sobre a importância da CPT no Assentamento, estes expressam a opinião unânime de que “sem ela [a CPT] a luta não teria acontecido, a terra não teria sido conquistada e a expropriação prevaleceria”. Também enfatizaram que na luta pelos direitos humanos há entraves e subjetividade no Direito que prejudicam a luta, assim como o descumprimento das políticas públicas a exemplo da Política Fundiária e da Reforma Agrária.

3. Desterritorialização, luta e resistência pela terra: da desterritorialização ao território transitório do acampamento

Em entrevista realizada com uma Religiosa da CPT (2005), coordenadora do grupo da Zonal da Várzea Paraibana, ela nos informou sobre o contato inicial e o apoio dado pela CPT aos camponeses, denunciando as práticas de violência e os desmandos do poder local.

A CPT sugeriu ao grupo de famílias já residentes na fazenda Engenho Novo reunirem um número maior de famílias no intuito de fortalecer o movimento, assim como dar possibilidades a outras famílias, de poder receber “um pedaço de chão”. Afirmou a Religiosa que durante o conflito por terra existente na Fazenda Engenho Novo “a CPT sentiu a necessidade de agregar mais famílias, pois fortaleceria o movimento frente às forças do grande proprietário e do poder dominante”. Embora apresentasse situação de desconforto para algumas famílias posseiras do imóvel, a CPT conseguiu convencê-los de que o imóvel teria características locais de fertilidade e extensão favoráveis à possibilidade de integrar mais famílias Sem-terra. Entretanto o sentimento de direito a terra levou alguns posseiros e foreiros a recusa em dividi-la com outras famílias.

Quanto ao número de famílias existentes na Fazenda Engenho Novo, ouvimos depoimentos distintos, mas em todos eles estava presente a denúncia de expulsão, violência, um movimento de saída e chegada de camponeses que buscavam a terra para morar. Consideramos este último aspecto de inconstância do camponês na terra sob o movimento de des-re-territorialização no objetivo de territorializar-se.

O primeiro acampamento foi levantado em 24 de abril de 1995, com a participação de sessenta e nove famílias, tendo sido expulsas três dias após pelo proprietário do imóvel acompanhado por capangas, juntamente com o Batalhão de Choque de Guarabira – PB.

Durante o período de acampamento, muitas foram as tentativas de represálias por parte do grande proprietário que culminou em forte repressão contra os acampados, tendo como marco principal a morte de uma trabalhadora, Dona Helena, que sofreu um derrame cerebral, após presenciar atos de violência contra os trabalhadores acampados, a exemplo do corte das lavouras realizada no roçado coletivo dos acampados, e simultaneamente, quando ouviu dizer que a terra estaria desapropriada.

O tempo de permanência como acampados revela traços da solidariedade camponesa. Dividiam as moradias, ajudavam-se mutuamente nos roçados. No primeiro ano de vida no Assentamento, frente às dificuldades, muito dessa solidariedade prevaleceu. Com a conquista da casa e de parte da infra-estrutura, as distâncias geográficas e as dificuldades individuais repercutiram no processo organizativo, sobretudo, no coletivo.

A conquista da terra legou aos camponeses do Assentamento Dona Helena a vitória de apenas uma batalha contra o capital, a possibilidade de viver dignamente com suas famílias, porém, incitando a continuidade da luta. Esse momento representa o grande marco, a ruptura entre a situação pré-existente em que predominava o latifúndio de um único proprietário de terras, que se apropriava do sobretrabalho camponês, da renda da terra, que não cumpria a função social da terra.

A questão que move esses trabalhadores na luta por terra remete à leitura feita por diversos autores quando discutem o território e os vários movimentos que atingem os movimentos sociais, seja na apropriação desses, seja sua expropriação que os atinge, que se traduz nos movimentos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização.

Dotada de controvérsias, mas refletindo fatos da realidade vivenciada pelos camponeses e mediadores, a luta se deu por uma causa comum: a conquista da terra. Ao caracterizar o campesinato brasileiro como um campesinato sem terra e que mesmo quem foi expulso dela constantemente retorna, Oliveira (1998, p. 484) demonstra a necessidade que tem o camponês de territorializar-se, de buscar construir seu território. Essa busca, segundo Haesbaert (2004, p. 16), é reveladora da importância do território e contribui para desvelar o mito da desterritorialização, ou seja, “o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição dos territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases”.

Essa perspectiva é vista em Haesbaert (2004, p. 99) em concordância com Deleuze E Guattari (1988) ao se reportar à reterritorialização e a desterritorialização:

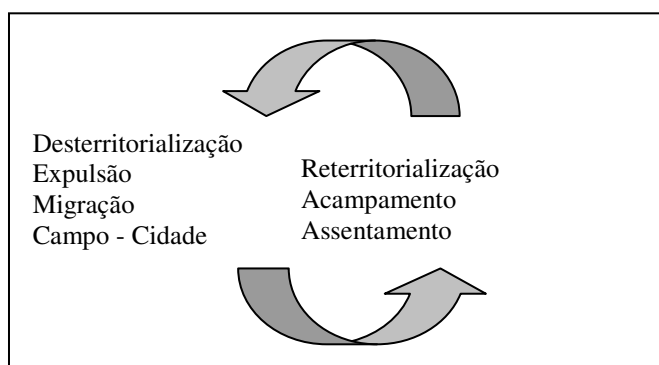
[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.

Reterritorialização que compreendemos a partir dos autores citados como sendo “o movimento de construção do território” e desterritorialização representando o movimento de abandono do território, “a operação de linha de fuga”; movimentos que se expressam na fala dos camponeses do Assentamento Dona Helena:

Quando a gente morava aqui na Fazenda era tudo muito difícil, mas ficou pior na rua porque lá a gente não tinha mais a terra pra plantar, pra pegar lenha, as criança ficava pelo meio da rua. A gente perdeu a paz. Quando acampemo foi bom porque aí a gente sentiu a força do povo todo unido e ficamo junto e conseguimos a terra. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2006).

A representação gráfica a seguir demonstra a trajetória do campesinato brasileiro, em seu movimento de territorialização/desterritorialização.

Figura 1 – Territorialização e desterritorialização



Constatamos nos depoimentos que quando os camponeses buscaram as cidades no intuito de territorializar-se, declaravam estar desterritorializados, pois se encontravam numa situação de estranhamento em relação ao novo ambiente. Nesse sentido, retornam a terra e resistem com o objetivo de conquistá-la e garantir dignidade pra sua família.

O movimento camponês desencadeador da desapropriação do latifúndio gerou a reterritorialização camponesa em novas bases, e no caso específico do Assentamento Dona Helena, área da reforma agrária, provocou a formação de novas consciências a partir da ação social, conferindo um novo modo de vida e cotidiano.

Há, portanto, uma transitoriedade no processo de territorialização. Ao ser expulso da terra, o trabalhador passa por um processo de desterritorialização implicando uma busca da reterritorialização. A construção do território camponês no Assentamento Dona Helena institui o processo de territorialização a partir da resistência, em contraposição à manutenção do latifúndio. A situação de transitoriedade se deu com o acampamento, seguido do Assentamento, ambos representando formas diferenciadas da territorialização camponesa.

O acampamento como território temporal ou território transitório envolve uma série de ações onde se enfrentam o latifúndio e os camponeses que recebem o apoio de outras instituições e mediadores sociais. Segundo Fernandes (1994, p. 178) o acampamento representa “o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e os latifundiários. É a ocupação do latifúndio cujas consequências são (im) previsíveis”.

A luta pela terra no Brasil traz consigo uma história cujos registros denunciam a violência contra as milhares de famílias camponesas, contribuem para fortalecer com esses números a ação dos poderes públicos e do poder judiciário⁵, conforme denunciam os estudos de Stédille (2004 p. 173-186) e Marques (2004, p. 255-284), praticando a judicialização e criminalização da luta pela terra de acordo com os estudos de Fernandes (2004, p. 1-5).

De modo geral, durante esses conflitos, ocorrem atos de violência que causam intimidações, ferimentos e até casos de morte entre camponeses, capangas, inclusive, policiais, e a destruição de lavouras, pois há por parte dos camponeses um sentido de resistência contra o poder opressor.

No processo de luta pela terra ocorreram sucessivos despejos, constante retorno dos camponeses à terra, demonstrando práticas de resistência, deixando nas famílias camponesas participantes do conflito, marcas que revelam distintas faces da violência material e simbólica, conforme depoimento de uma camponesa do Assentamento Dona Helena (2005):

O que mais marcou foi a fome, o sofrimento, sem casa, longe da família, a violência. A senhora acredita que eu nunca me esqueço do conflito? Já faz dez anos e foi mesmo que ter acontecido ontem. Apesar do sofrimento que nós tivemos

⁵ Cf. ANDRADE, 1987, (p. 09-12). “Os proprietários de terras, via de regra, resguardados pelo Judiciário realizam sua prática com atos violentos contra os camponeses sem terra”.

principalmente eu que sofri demais. Apesar das pressões do usineiro, também tive dificuldade no meio dos amigos.

Marcas que se revelam através da ação da polícia, mas, sobretudo, na ausência do estado na garantia de direitos fundamentais. As dificuldades passadas pelos camponeses traduzem situações que revelam violência moral e desrespeito aos direitos humanos.

Expulsão, arranque e plantio de lavoura e cana-de-açúcar, despejos, retorno à terra, acampamento, conflito, violência, acolhimento são expressões que marcaram o cotidiano dos camponeses durante o movimento de territorialização da luta pela terra na fazenda Engenho Novo, onde construía a territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena.

Percebemos o território como um a posteriori, “um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma nova forma de poder [...] poder concedido pela receptividade” (FERNANDES, 2004, p. 4). O território é ao mesmo tempo uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. De acordo com Fernandes (2004, p. 5), a territorialização é um processo geográfico entendido como “o resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto”; enquanto a territorialidade é “a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas”.

A territorialidade para nós constitui-se no modo como os camponeses se relacionam entre si, com o meio externo e com a sociedade como um todo. Ao sofrerem a expulsão/expropriação da terra os trabalhadores sofrem a desterritorialidade local, e são reterritorializados em outras localidades com outros padrões distintos do anterior, implicando construção de novas territorialidades. Posteriormente com o retorno a terra por ocasião da luta pela terra e pelas práticas de resistência ocorre a reterritorialidade destes, e segundo Martins (1990, p. 16) ao retornar “reconstitui suas histórias e práticas de solidariedade”.

Ao se reterritorializarem, os camponeses constroem uma nova territorialidade tendo em vista tratar-se de uma nova realidade. A conquista da terra possibilita-lhes dispor de olhar crítico frente à realidade que os cerca. Entretanto, essa nova concepção de mundo não se dá de forma homogênea entre os trabalhadores, pois têm origens diversas e encontram-se em estágios distintos de conscientização política, a exemplo daqueles que continuam participando de movimentos de luta pela terra através de mutirões, assembléias, conflitos, acampamentos, atos que fazem o cotidiano dos camponeses Sem-terras.

Compreendemos o território a partir das dimensões e relações sociais que nele se dão, considerando, portanto, sua historicidade, na qual vemos sob ótica mais restrita, que

representa seu contexto histórico-social, o território conquistado na luta pela terra contra o modo de produção vigente. Consideramos também que esse território não se constrói isolado, ele se conecta inteiramente com seu meio externo não se fechando em si. Daí, concordamos com Haesbaert (2004, p. 79) quando este afirma “não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas”. E ao se conectar com o meio externo, os demais territórios compreendemos seu sentido relacional quando nele se dão processos e relações sociais entre o homem e a natureza, mas também entre os próprios homens, que em seu agir produzem na historicidade as relações sociais que lhes conferem a identidade própria.

Compreendemos o território formado pelas relações sociais que nele se dão, dotado de historicidade, e corroboramos com Haesbaert (2004, p. 127) quando afirma que “sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização, um processo dinâmico de des-re-territorialização”.

O processo de desapropriação desse imóvel e a posterior imissão de posse da terra pelo INCRA tiveram como consequência a destruição/transformação do imóvel, especificamente monocultor de cana-de-açúcar num outro território. Surgiu nova territorialização pela ação social dos camponeses e os mediadores sociais, que nos embates, forçaram o Estado a desapropriar terra, onde se formou o novo território: o território camponês do Assentamento Dona Helena, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, através do Decreto de 04/09/1995, tendo o INCRA dado a imissão de posse em 07/06/1996.

4. A reterritorialização: território conquistado da agricultura camponesa

A área destinada ao Assentamento Dona Helena foi dividida em 104 parcelas de sete hectares⁶, cada parcela, restando-lhes uma área de doze hectares, reconhecida como a área coletiva do Assentamento, onde está situada a sede da antiga fazenda Engenho Novo, na qual se situa a sede da Associação dos trabalhadores do assentamento (ATRADH) e, atualmente, encontram-se as instalações do Centro Rural de Formação (CRF). Além das famílias assentadas há cerca de vinte e quatro famílias, dentre elas, filhos de camponeses desse Assentamento, que aguardam a designação por parte do INCRA para assentá-las em outras áreas reformadas ou em parcelas no próprio Assentamento já que há casos de repasse de nove parcelas.

⁶ A parcela de fracionamento mínimo – FPM – adotado pelo INCRA nesta microrregião é de quatro hectares e o Módulo Fiscal é de dez hectares. (INCRA: 2002).

No Assentamento Dona Helena os camponeses residem nas parcelas, pois se recusaram à proposta inicial do INCRA de construí-las na forma de agrovila⁷. Construir a casa na parcela conferiu aos camponeses a possibilidade de cuidar de seus lotes com maior facilidade de acesso, tendo em vista terem que percorrer menores distâncias e poderem realizar os cultivos e criações pecuárias, cuidar dos animais domésticos com maior liberdade e possibilidades. A construção das residências se deu conforme a distribuição e divisão linear das parcelas na área do Assentamento. Em sua totalidade o Assentamento é entrecortado pela estrada que dá acesso às parcelas e essas, por sua vez se interligam as localidades circunvizinhas.

O crédito destinado à construção das residências dos camponeses se deu após um ano da desapropriação da terra. De acordo com depoimentos dos camponeses no período anterior à desapropriação, o aspecto moradia apresentava um quadro diverso do atual. Cerca de cinquenta por cento das residências eram do tipo taipa com chão batido, sendo as demais em alvenaria. Com o projeto de assentamento as famílias tiveram acesso ao crédito habitação⁸. Para a maioria dos camponeses, o fato de ter sua casa construída denota o marco da vitória da conquista da terra, o que é complementado com a criação de animais e plantio de árvores como fruteiras e sombreiros nos arredores das casas.

5. Territorialidade e trabalho

Quando solicitados a falar sobre o período anterior ao assentamento das famílias assim os camponeses se expressaram:

Tinha o cabresto na venta, era sujeito a trabaiá pra fazenda. Quando o cabra não ia, a gente era cobrado deles. Trabalhava de alugado, de terça, de meia, arrancava toco, comendo farinha seca, os meus 14 filho iam crescendo e eu colocando pra trabalhar. Era explorado, sofrido, ganhava mixaria, sempre demitido. (Camponês do Assentamento Dona Helena, 2005).

Das setenta e seis famílias entrevistadas, 97,37% informaram que após a desapropriação da terra suas vidas melhoraram substancialmente. Estes famílias afirmaram que embora haja dificuldades e entraves na reforma agrária há uma infinidade de fatos que os

⁷ A agrovila constitui-se na construção de residências no meio rural, na forma de uma pequena vila, característica de algumas áreas de assentamentos rurais.

⁸ Quando da desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária as famílias são beneficiadas com o crédito habitação que se destina a construção da residência familiar em alvenaria. O valor a receber depende do tamanho da família. Neste Assentamento há três padrões de residências pela área do imóvel: 6x8m²; 6x9m² e 6x10m².

deixam orgulhosos de poderem ser administradores de suas parcelas e de ter uma vida digna, distinta da vida das populações que moram nas periferias das cidades.

Entretanto, o caminho percorrido por estes camponeses no intuito de fazer-se cumprir a reforma agrária no território conquistado, demonstra a fragilidade das políticas públicas específicas desse processo, que em geral, não têm cumprido regularmente a implantação da infra-estrutura necessária à permanência do camponês na terra.

O Assentamento Dona Helena expressa os traços de uma comunidade heterogênea no modo particular de produzir, de se organizar, de comercializar e de agir. Sendo assim, há famílias que continuam a participar de acampamentos em outras áreas de conflito, caminhadas, ocupações realizadas em prédios, praças públicas e às margens das rodovias.

É provável que a proximidade desse assentamento com a sede do município tenha contribuído para lhe conferir alguns traços do urbano. Semanalmente transitam pelas estradas vicinais do Assentamento veículos do tipo caminhões com equipamentos de som fazendo propaganda de lojas, supermercados. O mote é sempre de promoções, na tentativa de atrair a atenção dos camponeses. Também é comum a presença de caminhões de empresas que comercializam bebidas e percorrem as estradas vicinais do Assentamento destinados à distribuição dos produtos nos bares e em outras comunidades adjacentes ao Assentamento. A presença de antenas parabólicas, televisores, dentre outros equipamentos retratam aspectos do urbano no rural. Mas, a relação inversa também ocorre, ou seja, o rural se manifesta no urbano, e no caso dos camponeses beneficiários da reforma agrária, esta ocorrência se dá de modos distintos, iniciando-se primordialmente, com a denúncia pelos camponeses de suas histórias de exploração e expropriação da terra, traduzida pela demonstração dos conflitos, ocupação de prédios públicos, praças, dentre outros, a exemplo de quando acamparam na sede do INCRA reivindicando a desapropriação da terra no imóvel Fazenda Engenho Novo.

Ao se dirigirem à cidade para reclamar seus direitos demonstram os camponeses que a luta pela terra é um movimento que se estende do campo à cidade, uma vez que os seus direitos foram constantemente violados e “o camponês sozinho percebe que não tem força política e organização suficiente para cobrar da sociedade, equidade social e a garantia de seus direitos que são violados pelo grande capital”. Desde o princípio da história do conflito da luta pela terra neste Assentamento, fato que marca a construção de sua territorialidade, há registros da necessidade de integração entre a sociedade civil e o grupo de camponeses na conquista da terra.

O Assentamento Dona Helena é, pois, uma territorialização dada e organizada pelo Estado, porém sua configuração e a territorialidade construída se dão pelos sujeitos que nela

se relacionam. Desde o período do conflito até o momento atual o Assentamento Dona Helena passou por profundas transformações no que diz respeito ao processo produtivo e ao modo de viver de seus moradores.

A desapropriação da fazenda Engenho Novo deu origem a uma nova territorialização, a formação do território camponês do Assentamento Dona Helena visto por nós em sua transitoriedade. Embora tendo ocorrido a reterritorialização camponesa no Assentamento alguns camponeses nos relatam situações que revelam fragilidades e situações de subordinação frente aos usineiros da região.

As ações que se dão neste território vão além do local e se estabelecem frente às relações mantidas entre o poder local. No que compreende as constantes relações mantidas com os setores públicos municipais e as usinas localizadas no entorno do Assentamento, tomamos como base o entendimento de Marx (1986, p.1012) que afirma a existência de três classes sociais, duas das quais se destacam neste trabalho, e em geral, são representadas pelo mesmo sujeito social: os capitalistas e os proprietários de terra, formando uma classe única. No caso específico do município de Cruz do Espírito Santo há o fortalecimento dessa classe, pois o poder público municipal é por ela representado, ou seja, o prefeito, o senhor Rafaelito Fernandes é também um dos proprietários de terra e grande capitalista, dono de usina.

Discutimos as formas encontradas pelos camponeses ao se contrapor ao modelo capitalista, pois o campesinato reflete uma contradição do próprio capitalismo como estratégia de criação e recriação. O cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas tem sido uma destas estratégias do capitalismo, e os camponeses se manifestam de formas distintas desde a recusa de submissão ao capitalismo pela presença da usina e cultivo de cana-de-açúcar nas parcelas, até a subordinação àquela, pois em cerca de 86,29% das parcelas pesquisadas, as famílias propõem-se ao cultivo de cana-de-açúcar, e essas seguem defendendo ser esta a única cultura que condiciona o pagamento de suas dívidas obtidas através de financiamentos de investimentos e custeios. Constatamos nos depoimentos dos camponeses, momentos de ação, reação e subordinação por parte deles às propostas constantes advindas do poder municipal, bem como das usinas da região no sentido de plantar cana-de-açúcar nas parcelas.

São depoimentos que demonstram tanto a necessidade do camponês de garantir sua subsistência, a conscientização dos direitos humanos, como também, que o capitalismo busca meios de se apropriar do sobretrabalho camponês, e com isso, extrair a renda da terra. Registramos na pesquisa direta a adoção crescente entre as famílias de medidas preventivas em relação aos cuidados com o meio ambiente, embora seja também, progressivo o aumento da área de cana-de-açúcar plantada neste Assentamento, e que contribui para a redução da

área destinada ao plantio de culturas destinadas à subsistência familiar e a criação de pequenos animais destinados ao complemento da renda, obrigando-os a consumir mais produtos comercializados.

Esses camponeses se relacionam com a terra de modos distintos, da mesma forma que distintas são suas origens, tendo em vista que suas histórias de vida não indicam necessariamente sua aptidão para as atividades do campo, ou seja, se o camponês tem sua origem no campo, não necessariamente desenvolveu aptidões compatíveis com a realidade do campo, podendo ocorrer o inverso com aquele camponês que viveu na cidade.

A proximidade do Assentamento Dona Helena em relação à cidade de Cruz do Espírito Santo – PB traz consigo contradições que trazem como conseqüências impasses na comunidade. Enquanto caminhávamos pelo Assentamento, percebíamos algumas situações que nos levavam a interrogar-nos e a buscar respostas para nossas dúvidas. Encontramos em algumas parcelas a inexistência de cultivos agrícolas, pecuária, ou quaisquer atividades humanas, inclusive a ausência total ou parcial do camponês e sua família. Nove lotes foram repassados para outras pessoas distintas daquelas que receberam a parcela no período de desapropriação do imóvel. Conforme depoimentos de alguns camponeses a negociação de parcelas tem o envolvimento de pessoas da comunidade e também outras pessoas externas à esta, não beneficiárias da reforma agrária; assim como há a tentativa de “forçar” a cessão das parcelas negociadas para filhos de camponeses do assentamento. O repasse de parcela implica também que mesmo tendo lutado, sonhado e conquistado a terra de morada, alguns camponeses estavam desterritorializados.

A proximidade do Assentamento em relação à cidade tanto facilita o escoamento da produção seja para o mercado interno municipal, seja para outros centros como a capital do Estado, como tem ocasionado problemas referentes à insegurança no campo onde são constantes as queixas a respeito de roubo nas parcelas, o uso de drogas no interior do Assentamento, dentre outros problemas, a exemplo da insegurança no campo pela freqüência no roubo de produtos cultivados nas parcelas, animais e arrombamento de residências.

6. Considerações

O processo de construção do território no Assentamento Dona Helena invoca a necessidade de uma reforma agrária justa e revela uma experiência inusitada de gestão econômica do território. Também reflete a conjuntura sócio-política, bem como as contradições e possibilidades das áreas reformadas. Os camponeses encontram-se em situação

de dubiedade, ora subordinados às políticas públicas e poder local, ora autônomos como gestores de seus próprios lotes. Em geral há uma tentativa de luta coletiva em nome da própria comunidade, de modo que todos participam e juntos decidem sobre o presente que viabilize perspectivas para o futuro da comunidade.

A insatisfação dos camponeses sobre a ineficácia da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária, desde a aplicação de investimentos, à distribuição da terra e a assistência técnica inadequada é revelada constantemente na história desse grupo. A omissão dos poderes públicos na aplicação dessa lei tem causado grande insatisfação desses trabalhadores e reações que vão desde a tomada de atitudes que culmina no processo de venda, troca, e/ou repasse de parcelas, até as denúncias ao poder público a respeito dessas situações conflituosas. Na luta pela permanência na terra o camponês enfrenta as dificuldades de permanecer na terra por deficiência da política de reforma agrária, desde a sua implantação até a forma precária em que a mesma se encontra.

A construção cotidiana deste Assentamento se dá através da participação política, da participação nas decisões da comunidade, em âmbito local e regional, como forma de garantir a descentralização do poder e democratização das decisões. As formas de autogestão e/ou importância das estratégias autônomas adotadas na luta para permanecerem na terra, as estratégias de que se utilizam para se unir ou se contrapor aos políticos locais e ao poder dominante, ligado às usinas no sentido de subordinar-se ou recusar-se ao plantio de cana-de-açúcar nas parcelas, exprimem a existência de conflitos, tensões e resistência na relação estabelecida entre o Assentamento e o poder local.

7. Referências bibliográficas

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST. São Paulo: mimeo, 1994.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARQUES, M. I. M. Terra e modernidade em assentamento de reforma agrária. In: WOORTMANN (Org.). **Significados da Terra**. Brasília: EDUnB, 2004.

MARX, K. Crítica a economia política: o processo global de produção capitalista. In: **O capital**. Rio de Janeiro: 1986.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.

STÉDILE, J. P. (Org.). As limitações da Constituição Brasileira de 1988 em relação à Reforma Agrária. In: **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO DA TERRA NO EXTREMO SUL GAÚCHO: ALCANCES E LIMITAÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Fernanda Novo da Silva¹
Alisson Vicente Zarnott²
Flávio Sacco dos Anjos³
Nádia Velleda Caldas⁴

RESUMO

Esse artigo visa analisar as peculiaridades concernentes à dinâmica de funcionamento do Banco da Terra no Extremo Sul Gaúcho. Deste modo, o estudo aponta os alcances e limitações desse programa e traça um paralelo entre a situação sócio-econômica das famílias antes e depois do Banco da Terra. A pesquisa foi realizada com 60 famílias que adquiriram propriedades rurais entre os anos 2001 e 2002 nos municípios de Pelotas e Canguçu. Os resultados mostram que 21% das famílias entrevistadas não conseguiram quitar a primeira parcela do financiamento, muito embora 95% delas haver informado que melhoraram suas condições sociais de existência. O preço da terra sofreu uma elevação, em parte, alimentada pelo Banco da Terra. Em muitos casos, agricultores pagaram ágio ao proprietário para que a venda da terra se concretizasse. Num contexto geral, a realidade manifesta problemas similares aos que enfrentam agricultores assentados por outros programas como a questão do acesso à assistência técnica e às políticas de promoção social.

Palavras-chave: crédito fundiário; reforma agrária; políticas públicas; agricultura familiar

1. Apresentação

Se a década de 80 é comumente apontada como a “década perdida” no itinerário do processo de desenvolvimento dos países hoje referidos como emergentes, os anos noventa aparecem identificados como período da materialização do ideário neoliberal.

Tal assertiva encontra inegáveis evidências quando realizada à luz de um inventário sobre a atuação recente do Banco Mundial (BIRD) em nosso país e em outras nações latino-

¹ Agrônoma, Mestranda junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/nº, Pelotas, RS, CEP 96001-970, E-mail: agronanda@yahoo.com.br

² Agrônomo, Mestrando junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, Rodovia Admar Gonzaga 1346, Florianópolis, SC, CEP 88034-001, E-mail: alissonae@yahoo.com.br

³ Doutor em Sociologia, Docente Permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/nº, Pelotas, RS, CEP 96001-970, E-mail: flaviosa@ufpel.edu.br. Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq.

⁴ Socióloga, Doutoranda junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/nº, Pelotas, RS, CEP 96001-970, E-mail: velleda.nadia@gmail.com.

americanas, sobretudo no âmbito da formulação e apoio financeiro ao que erroneamente passou-se a chamar de modelo de “reforma agrária de mercado”.

Parte-se aqui da premissa que não se trata de um equívoco meramente semântico. Confundir Reforma Agrária — processo amplo e drástico, inexoravelmente vinculado à desapropriação por interesse social de terras improdutivas — com programas de crédito fundiário, destinados a financiar, com verbas públicas, a compra e venda de terras privadas, não pode ser visto, desde o ponto de vista dos autores do trabalho, como elemento incidental, mas como expressão do ideário neoliberal.

Com algumas pequenas nuances, trata-se de uma estratégia do BIRD que propugna instituir uma forma *moderna* de acesso a terra por camponeses pobres mediante operações de compra e venda. A implantação inicial deu-se na África do Sul e Colômbia, sendo que no Brasil e Guatemala esse processo ocorreu a partir de 1998. Tal como aludem Sauer e Pereira (2006), esse modelo inspirou a criação de programas similares em Honduras, México, Malauí e Zimbábue, bem como reforçou politicamente programas já existentes em El Salvador e nas Filipinas.

A investigação desenvolveu-se nos municípios de Pelotas e Canguçu, componentes do extremo sul do Rio Grande do Sul, onde foi implantado ingente número de projetos.

Aos objetivos desse artigo, importa indagar: A condição sócio-econômica dos agricultores se alterou após o acesso ao Banco da Terra? Que avaliações fazem as famílias beneficiadas sobre a eficácia desse programa, do ponto de vista de suas perspectivas futuras? Transcorrido o período de carência (três anos), os agricultores estão efetivamente conseguindo honrar seus compromissos no sentido de amortizar o financiamento das propriedades adquiridas?

Além dessa breve apresentação o artigo se divide em quatro secções, sendo a primeira delas dedicada a um rápido resgate sobre a implantação do Banco da Terra no Brasil, ao passo que a segunda secção trata das peculiaridades histórico-políticas do aludido programa no Estado do Rio Grande do Sul. É na terceira secção que se discutem os dados levantados a partir da realização da pesquisa, momento no qual são retomadas as grandes questões referidas, bem como se oferecem elementos que, no entender dos autores, podem contribuir ao debate sobre alcances e problemas vinculados à implantação de políticas de crédito fundiário, com vistas à realização da reforma agrária, como é precisamente o caso do Banco da Terra. A quarta, e última secção, reúne as principais considerações acerca desta pesquisa.

2. O Banco da Terra: recente experiência brasileira

As circunstâncias históricas que cercam a implantação do Banco da Terra, e de outros programas de crédito fundiários, são bastante conhecidas. Iniciava-se, em 1998, o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e com ele, a consolidação de um projeto pautado no protagonismo crescente das forças de mercado como ente disciplinador das relações entre Estado e sociedade civil, nos mais distintos âmbitos (saúde, educação, energia, telecomunicações), incluindo, obviamente, a agricultura.

Como indicam alguns estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004, p.48), esta lógica não se centrava na simples restrição da atuação estatal na economia, mas na operação de “uma modificação substancial em sua atuação, direcionando-se, doravante, tanto na criação de espaços de expansão e lucratividade para o setor privado quanto na garantia e preservação das condições de reprodução do capital financeiro globalizado”.

É neste sentido que o padrão de reforma agrária de mercado é apresentado com o desígnio de substituir a “reforma agrária tradicional”, baseada na centralidade da desapropriação de terras que não cumprem com a sua função social e posterior destinação às famílias rurais que delas necessitam. Aos olhos do BIRD, como alude Pereira⁵, o modelo “tradicional” de reforma agrária, entre outros aspectos, é politicamente conflituoso, contém uma dimensão “confiscatória”, sendo insustentável financeiramente, além de carregar um componente fortemente coercitivo, que enseja ações judiciais.

O Banco da Terra almeja, portanto, dar vazão a uma dinâmica pautada não no processo de desapropriação por interesse social, como define o artigo 186 da Constituição Federal, mas em uma sistemática centrada na compra direta de terras através de operações realizadas entre, de um lado, proprietários de imóveis rurais e, de outro, pequenos produtores minifundistas (arrendatários, parceiros, meeiros) e agricultores sem-terra interessados em adquiri-las⁶. A atuação governamental centra-se na disponibilização de recursos financeiros e em disciplinar as regras de funcionamento do referido programa.

Diversos têm sido os argumentos utilizados para defender as vantagens do “Banco da Terra” em relação aos dispositivos previstos no Estatuto da Terra e na legislação complementar. Segundo seus defensores, trata-se de um processo ágil, dinâmico e flexível que

⁵ Op.cit., p.23-24.

⁶ Os produtores contemplados têm até 20 anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência, sendo os juros pré-fixados, em média entre 6,8 e 10% ao ano, com rebate de 50% para os que quitarem suas prestações na data estipulada no contrato. Têm acesso ao programa, trabalhadores que comprovem, como mínimo, cinco anos de experiência na agricultura. O imóvel financiado é a garantia real do empréstimo, ficando alienado até o final do contrato.

transfere aos mercados a tarefa de regulação do preço do solo agrícola, conferindo celeridade ao assentamento de novos agricultores. No marco dessa dinâmica, haveria maior transparência e controle por parte da sociedade civil, pois a execução do programa ocorre de forma descentralizada e sua operacionalização se dá por intermédio das “Agências do Banco da Terra” estruturadas pelos Estados ou Associações Municipais.

Transcorridos poucos anos desde sua implementação no Brasil, cresce o coro de críticas ao programa. As principais dizem respeito à transferência massiva de recursos do orçamento do INCRA para o Banco da Terra, colocando em xeque a noção de *complementaridade* do Banco da Terra à reforma agrária *convencional*, inspirada, como alude Teófilo (2000), no princípio *demand-driven approach* (demanda dirigida por parte dos interessados) e não como um processo amplo e massivo de desapropriações e assentamento de agricultores cadastrados junto ao Incra. A lógica mercantil do programa também é criticada veementemente, pois ela seria responsável pela crescente artificialização do mercado de terras no âmbito dos municípios, acarretando uma espiral especulativa que repercute negativamente junto às comunidades rurais em que o mesmo vem sendo implantado. (Teixeira e Hackbart, apud Carvalho Filho, 2001).

A experiência brasileira ganha importância, sobretudo, diante do volume de recursos implicados e do número de famílias assentadas. Entre 1999 e 2004 o Banco da Terra consumiu quase R\$ 730 milhões no assentamento de 34.478 famílias em 1,218 milhão de hectares (MDA/SRA 2007). Toma relevo o fato de que o Rio Grande do Sul absorveu 29,7% dos contratos do Banco da Terra, 9,8% da área adquirida e 29,1% do montante dos recursos.

Todavia, ao fim da era FHC, amplos setores contrários à filosofia do Banco da Terra passam a crer na submersão do Banco da Terra e de outros programas de crédito fundiário. A extinção efetivamente ocorreu no primeiro mandato de Lula, após haverem sido atendidas 34.759 famílias, em 18.294 operações com a aquisição de 2.537.621 hectares em todo território nacional, a um valor total equivalente a R\$ 744.216.746, financiado com recursos do Fundo de Terras (MDA/PNCF, 2005). Porém, a filosofia do Banco da Terra não foi sepultada. Apesar das inúmeras críticas, o atual governo optou por dar continuidade ao ideário de reforma agrária do BIRD e, aos moldes do Banco da Terra cria o “Programa Nacional de Crédito Fundiário” (PNCF).

Dados preliminares indicam que o PNCF realizou um investimento total de R\$ 921.114.500 no período compreendido entre 2003 e 2006, assentando 42.145 famílias. O Rio Grande do Sul segue sendo a unidade federativa com o maior volume de recursos disponibilizados (23,3% do total), entretanto, se analisarmos a questão do ponto de vista do

número de famílias assentadas há um notável descenso na participação gaúcha. Em tempos de Banco da Terra o Rio Grande do Sul respondia por 29,1% entre os estados nesse quesito, passando para 12,9% com o PNCF, dado que indica uma redução de 47%.

Essa redução no número de famílias beneficiadas no Rio Grande do Sul se deve ao incremento no preço da terra, o qual repercutiu no sentido de reduzir o número de contratos possíveis de realizar, considerando um volume de recursos praticamente idêntico ao que havia sido investido à época do Banco da Terra.

3. O Banco da Terra no estado do Rio Grande do Sul

A operacionalização do Banco da Terra, como já destacado, prescinde da assinatura de termos de cooperação com os governos estaduais e da criação de agências requeridas para gerir o programa.

Desde o princípio, o governo *petista* de Olívio Dutra (1998-2002) e as organizações e movimentos sociais, que constituíam sua base de apoio, assumiram uma posição francamente contrária ao Banco da Terra. Diante desse quadro, o governo federal foi levado à adoção de uma estratégia centrada na assinatura de convênios diretamente com Associações Municipais. Em que pesem as dificuldades advindas desse novo contexto, o Rio Grande do Sul foi a unidade federativa brasileira com o maior número de assentados pelo Banco da Terra, sendo responsável pelo consumo do maior volume de recursos envolvidos em operações de compra e venda de propriedades rurais, entre os anos 1999 e 2002.

Este programa converteu-se, em última análise, na principal política fundiária levada a cabo pelo Governo FHC no Rio Grande do Sul. Como aponta Da Ros (2006), entre 1995 e 1998 foram implantados 73 projetos de assentamento no Rio Grande do Sul, envolvendo um total de 3.476 famílias. Já entre os anos 1999 e 2002, o número de assentamentos se viu reduzido a 27 com o assentamento de apenas 995 famílias. Estes dados denotam a dimensão tomada pelo Banco da Terra no Rio Grande do Sul, quando comparado com a Reforma Agrária.

O recente estudo realizado por Da Ros (2006) aponta uma série de causas para o destacado volume de projetos do Banco da Terra no Rio Grande do Sul. Segundo esse autor, figura em destaque a intencionalidade política do governo federal, que através do apoio a esse programa,

[...] esperava quebrar a conexão existente entre a pressão exercida pelas ocupações e a necessidade de implantar novos assentamentos, deixando de atuar “a reboque” da ação do MST, incidindo justamente nas regiões do RS em que a demanda por terra poderia ser canalizada para novos acampamentos. A possibilidade de acesso à terra sem ingressar no MST foi explorada politicamente pelo governo federal, pelo patronato rural e pelos setores de oposição ao governo estadual com um discurso que polarizava “a reforma agrária da paz” versus “a reforma agrária da invasão, da violência e da lona preta”. (aspas e itálico no original, p.275)

Segundo essa perspectiva, tratava-se de deslegitimar o instrumento da desapropriação, posto que “o oferecimento de uma alternativa de acesso à terra que não passava pela mediação política do MST possibilitou ao governo federal e aos agentes políticos locais um maior nível de controle sobre o processo, em particular no que tange à seleção dos beneficiários” (DA ROS, 2006, p.259).

Não obstante, a segunda metade dos anos noventa coincide com a incorporação de novas bandeiras de luta e a ampliação do espectro de atuação dos movimentos sociais rurais no Rio Grande do Sul, buscando maior diálogo com a sociedade. Esse também é um período de recrudescimento da luta pela Reforma Agrária com um aumento do número de ocupações e outros tipos de enfrentamento⁷ que tiveram como desdobramento uma relativa perda de apoio da sociedade civil em relação à reforma agrária⁸.

Não menos importante foi a atuação protagonizada, à época, pela FARSUL, representação da classe patronal gaúcha, em ações que ficaram conhecidas como movimento “vistoria zero” que visavam, como o próprio nome indica, impedir a fiscalização de propriedades por parte dos técnicos do INCRA em relação aos índices de produtividade e ao cumprimento da função social das grandes unidades de produção.

A partir do exposto, é possível inferir que a implantação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul foi sujeitada por circunstâncias de cunho político, caricaturalmente expostas anteriormente, quanto pela influência que tais organizações exercem sobre o resto do país e dos termos em que esse enfrentamento se desenvolve na arena política gaúcha.

⁷ No período compreendido entre 1995-1998, coincidente com o governo de Antônio Brito (PMDB), houve um total de 22 ocupações de terra e 21 acampamentos com 4.361 famílias envolvidas. Durante o governo Olívio Dutra (PT) ocorreram 33 ocupações, 54 acampamentos com 5.725 famílias envolvidas (DA ROS, 2006, p.261).

⁸ Esse período coincide também com uma intensa campanha de criminalização dos movimentos sociais. Essa ofensiva é responsável por parcela da queda do apoio popular de que gozavam os movimentos sociais na sociedade civil.

4. O Banco da Terra em foco: avaliação do programa sob a óptica dos próprios beneficiários

Nesta sub-região do Rio Grande do Sul a operacionalização do Banco da Terra deu-se através da criação de Unidade Técnica vinculada à Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL), que integra 23 localidades (Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Encruzilhada do Sul, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu).

Trata-se de uma ampla zona fisiográfica que aglutina tanto municípios em que a agricultura familiar é a forma social dominante, quanto municipalidades onde há médias e grandes explorações. Conjuntamente, os pequenos estabelecimentos dedicam-se a uma pauta diversificada de produtos, que inclui a produção de fumo, pêssego, morango, horticultura, milho, soja, avicultura de corte e pecuária leiteira, ao passo que as grandes explorações voltam-se, predominantemente, à produção de arroz irrigado, soja e pecuária extensiva (bovinos e ovinos).

Desde as últimas quatro décadas, a região enfrenta um processo de estagnação econômica. O parque industrial é pouco diversificado, tendo como principal setor a indústria da alimentação, bastante vulnerável à competição imposta no mercado exterior.

Entretanto, é nesta porção da geografia gaúcha que encontramos a maior concentração de agricultores assentados pelo Banco da Terra. Os dados da Tab. 1 indicam um total de 883 famílias beneficiadas com a compra de 15.489 hectares e investimentos que ascendem a R\$ 18,5 milhões. Estes dados correspondem a uma participação de respectivamente 8,6%; 13% e 8,8% em relação ao conjunto do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Número de famílias beneficiadas, área adquirida e valor total dos contratos do Banco da Terra nos municípios integrantes da Associação dos Municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul entre os anos 2000 e 2004.

Municípios	Famílias beneficiadas	Área Adquirida (ha)	Valor dos contratos (R\$)
Amaral Ferrador	12	193,66	217.284,89
Arroio do Padre	17	255,17	315.694,48
Arroio Grande	27	716,42	696.108,72
Canguçu	231	3.653,94	4.555.303,61
Capão do Leão	26	381,35	598.765,65
Cerrito	34	462,14	667.341,11
Cristal	35	535,38	570.525,85
Herval	29	867,84	678.604,25
Jaguarão	13	189,31	325.672,97
Morro Redondo	47	636,20	794.717,11
Pedras Altas	2	19,85	29.830,17
Pedro Osorio	41	627,54	824.609,94
Pelotas	80	1.072,50	1.363.007,24
Pinheiro Machado	77	1.839,85	2.312.711,72
Piratini	73	1.830,80	2.064.097,09
Rio Grande	20	283,65	417.348,06
Santa Vitoria do Palmar	22	465,33	623.711,81
Santana da Boa Vista	10	234,00	179.469,11
São Lourenço do Sul	77	1.106,27	1.196.346,33
Turuçu	10	118,22	165.715,71
TOTAL	883	15.489,43	18.596.865,82

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da AZONASUL (2007).

Quais as razões imputadas para explicar a dimensão que assumiu o Banco da Terra no extremo sul gaúcho? Segundo Da Ros (2006), essa concentração das aquisições é resultante: a) do baixo preço das terras, decorrente da menor qualidade agrônômica dos solos; b) do aumento da oferta de terras ao Incra em face da indisposição dos grandes proprietários em possuir terras limítrofes aos assentamentos de reforma agrária; c) da maior proporção de áreas identificadas como improdutivas em face da forte presença da pecuária extensiva e, finalmente, d) a intensificação das ações do MST nesta zona, “em razão dessa região apresentar maior concentração fundiária e da dificuldade de desapropriar terras na metade norte [do Estado]” (DA ROS, 2006, p.260-261).

Ademais, com a negativa do governo estadual em assumir o programa, em torno da AZONASUL aglutinaram-se as forças que apoiavam o programa no plano regional, as quais foram extremamente ágeis no cadastramento de produtores e elaboração de propostas. O não envolvimento do governo do Estado abriu passo a um concerto de atores políticos de corte eminentemente conservador no plano regional, alinhadas com as proposições do Governo

Federal, e que viram no Banco da Terra uma oportunidade única de ampliarem sua atuação junto à população rural e fortalecer seu poder político.

4.1 O Banco da Terra sob a ótica dos próprios beneficiários

Com a realização dessa pesquisa buscou-se avaliar as peculiaridades concernentes à dinâmica de funcionamento do Banco da Terra no Extremo Sul Gaúcho, uma vez que nesta região essa política assumiu vultosa importância do ponto de vista do número de projetos e de recursos envolvidos. Deste modo, o estudo aponta os alcances e limitações desse programa e traça um paralelo entre a situação sócio-econômica das famílias antes e depois do Banco da Terra.

A presente pesquisa realizou-se entre os meses de abril e maio de 2005, mediante aplicação de sessenta (60) questionários estruturados junto a agricultores assentados pelo Banco da Terra nos municípios de Pelotas (30) e Canguçu (30) entre os anos 2000 e 2001. O que a seguir é apresentado representa uma pequena parcela dos dados e informações obtidas, considerando que o foco principal desta investigação se identifica com três questões centrais, quais sejam: A alteração, ou não, da condição sócio-econômica dos beneficiários do Banco da Terra; A avaliação destes agricultores em relação à eficácia desse programa, a partir de suas perspectivas futuras; e A capacidade de amortização do financiamento da terra.

A pesquisa revelou que a condição prévia que predominava entre os assentados pelo Banco da Terra era a de arrendatário (57%), seguida de parceiro (27%), sendo o restante (16%) formado de meeiros, empregados e outra condição. Após terem sido assentados, 45% dos produtores informaram haver reduzido a área anteriormente arrendada, sendo que 8,3% aumentaram e 6,7% mantiveram a mesma área sob essa condição.

A área das propriedades adquiridas através do programa aproxima-se bastante do módulo rural regional (16 ha), sendo maior, em termos médios, em Canguçu (17,93 ha) do que em Pelotas (15,29 ha).

A partir dos dados pode-se depreender que 83% dos titulares dos imóveis rurais adquiridos através do Banco da Terra possuíam idade superior a 36 anos, sendo a idade média 42,6 anos. Neste quesito, destaca-se a preponderância dos agricultores no intervalo compreendido entre 36 e 45 anos de idade.

No que se refere ao grau de escolaridade, entre os entrevistados havia apenas um analfabeto, sendo que a escolaridade média é de 4,2 anos. Apenas 6,7% dos titulares das

explorações concluíram o primeiro grau. O número de pessoas que compõem a unidade familiar corresponde ao padrão médio dos domicílios rurais identificado nos últimos censos demográficos. Quase 2/3 das famílias (65%) possuem até quatro (04) residentes. É cada vez mais escassa a presença de grupos domésticos numerosos, tal como indicam recentes estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Muitos agricultores beneficiados alteraram a matriz produtiva a partir do momento em que passaram a explorar o estabelecimento adquirido através do programa, desenvolvendo outros cultivos e criações. Por outro lado, outros agricultores permaneceram atrelados aos mesmos sistemas de produção e atividades que desenvolviam sob a forma de regimes de parceira, meação e arrendamento.

Ao realizar esse confronto (ver Tab. 2), foi possível detectar que os produtores que se dedicavam ao leite mantiveram-se nessa atividade, do mesmo modo que os que produziam morango. Chama, entretanto, a atenção para o caso do fumo ser um tipo de atividade que ocupava 1/3 dos produtores antes de terem sido assentados pelo Banco da Terra, passando a ser cultivado em quase 2/3 dos estabelecimentos que foram objeto da investigação.

Tabela 2 – Distribuição dos agricultores entrevistados segundo o tipo de atividade agropecuária desenvolvida antes e depois do assentamento pelo Banco da Terra.

	Dedicação à atividade (%)	
	Antes do assentamento	Depois do assentamento
Pecuária de leite	31,7	31,7
Fumo	33,3	63,3
Milho	65,0	26,6
Feijão	61,7	26,6
Morango	8,3	8,3
Pêssego	6,7	18,3
Soja	16,7	13,3

Fonte: Pesquisa de Campo (2005).

De acordo com depoimentos dos próprios beneficiários, essa alteração na matriz produtiva (principalmente em relação à cultura do fumo) se deu pelas mais diversas razões, dentre elas: grande parte dos entrevistados adquiriu terra nua ou com instalações extremamente precárias; demora para liberação do PRONAF A/C (investimento para estruturação da propriedade); a falta de recurso inicial para custeio de lavoura e a carência de instrumentos de trabalho próprios. Deste modo, as empresas fumageiras cumpriram papel fundamental como agente estruturante das unidades e como financiador de toda planta produtiva.

Nas normas que regem o funcionamento do Banco da Terra não constam impedimentos explícitos com relação ao cultivo do fumo. Mas essa *opção* das famílias traz consigo implicações importantes do ponto de vista do acesso ao crédito agrícola por parte dos assentados do Banco da Terra. A vinculação preferencial com o fumo, com o aprazimento ou omissão dos técnicos responsáveis pela elaboração e execução dos projetos de exploração, restringiu as possibilidades das famílias de explorarem outras alternativas. Com efeito, apesar de constarem como público preferencial do PRONAF, apenas 23,3% dos agricultores realizaram operações de custeio todos os anos, através desse programa, desde que foram assentados pelo Banco da terra.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que 93,3% dos produtores tiveram acesso ao crédito de investimento (PRONAF A/C) disponibilizado para fazer frente às despesas iniciais de instalação das famílias nas áreas adquiridas, sendo que em vários casos a liberação deste recurso foi avaliada como demasiadamente morosa.

Os dados da Tab. 3 realizam o cotejo entre a posse de animais domésticos antes e depois das famílias terem sido assentadas pelo Banco da Terra. Chama a atenção o crescimento no número de cabeças de bovinos que, além do importante papel relativo à produção de leite, carne e tração animal, cumprem outras funções, como a de servir como reserva de valor ou “poupança” de que as famílias podem utilizar em caso de necessidade. O fato é que nada menos que 68,3% das famílias incrementaram o número de bovinos desde que foram instaladas em suas respectivas áreas.

Tabela 3 – Número médio de animais domésticos por família antes e depois do assentamento pelo Banco da Terra.

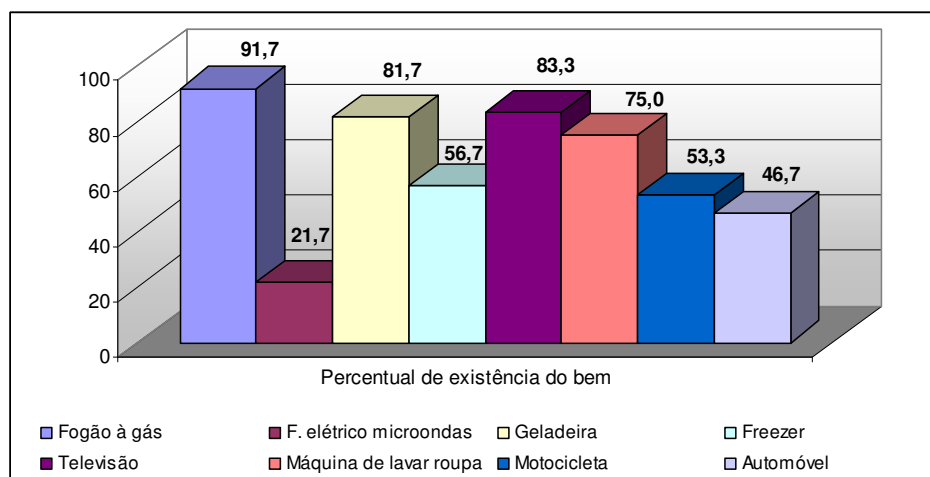
	Número médio de animais domésticos por família	
	Antes do assentamento	Depois do assentamento
Bovinos	7,8	11,9
Aves	30,2	30,8
Suínos	4,2	3,9
Equinos	0,8	1,1

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Outro indicador que permite aferir a situação sócio-econômica das famílias assentadas pelo Banco da Terra é indicado na Fig. 1. Transcorridos três anos desde que foram assentadas, 81,7% das famílias dispõem de geladeira, 83,3% possuem televisão, 56,7% possuem freezer e 75,0% possuem máquina de lavar roupa, sendo que a grande maioria desses equipamentos foi

adquirida após haverem sido instalados em suas respectivas propriedades.

Figura 1 – Distribuição percentual dos estabelecimentos segundo a posse de bens duráveis



Fonte: Pesquisa de Campo (2005).

A pesquisa mostrou a presença de aposentados e/ou pensionistas em ¼ das propriedades, sendo que para o conjunto de propriedades investigadas havia uma escassa incidência (11,7%) de casos em que as famílias contaram com receitas decorrentes de atividades não-agrícolas.

Merecem especial atenção os dados constantes na Tab. 4, os quais demonstram que dos sessenta agricultores que fizeram parte da amostra subdividem-se em três grupos. O primeiro deles é formado pelos que conseguiram quitar a primeira parcela, transcorrido o período de carência (três anos). O segundo é o dos que não pagaram e o terceiro compreende a situação das famílias cuja primeira parcela não havia vencido por ocasião da aplicação do questionário.

Tabela 4 – Situação das famílias assentadas em relação à quitação da primeira parcela do financiamento do Banco da Terra

Situação	Nº de famílias	Porcentual (%)
Conseguiu efetuar o pagamento	34	56,7
Não conseguiu efetuar o pagamento	9	15,0
A Parcela não havia vencido	17	28,3
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Quando se analisam apenas os casos em que a primeira parcela havia vencido, o índice

de inadimplência corresponde a 21%. Dos nove agricultores que não pagaram (sete deles integrados de empresas fumageiras), seis alegaram frustração de safra provocada pela seca e três declararam renda insuficiente à época da quitação da parcela. Cabe mencionar que o período compreendido entre 2003 e 2006 coincidiu com ciclos de estiagem que atingiram, em graus variáveis, mas indistintamente, o extremo sul do Rio Grande do Sul.

Para os objetivos da pesquisa interessava saber se os agricultores consideraram que realizaram um bom negócio ao contratarem o Banco da Terra como forma de acesso à propriedade da terra. A esmagadora maioria (95%) respondeu que sim. Os que responderam negativamente justificam sua posição pelo fato de não saberem se conseguirão cumprir o cronograma de pagamentos diante das atuais dificuldades econômicas em que se encontram.

Perguntamos aos entrevistados qual o valor do contrato à época da aquisição da terra, bem como o valor que atribuem à propriedade na atual conjuntura. Conforme mostra a Tab. 5 há uma sensível diferença entre ambos valores. Na avaliação que realizaram, o preço médio dos imóveis atual é 267% superior em relação ao momento em que ocorreu a transação. Sem dúvida é este um dos argumentos para explicar porque a maioria dos agricultores disse haver feito um bom negócio com o Banco da Terra. Mostra também a percepção dos agricultores de que houve um aquecimento no mercado de terras na região, mesmo diante de uma crise generalizada na agricultura, motivada tanto pela queda no preço dos produtos agrícolas quanto pelas últimas secas que atingiram o sul do Estado.

Tabela 5 – Valor médio dos imóveis rurais adquiridos através do Banco da Terra e valor atual informado pelos agricultores assentados pelo mesmo programa

	Aquisição	2005
Valor médio do imóvel (R\$)	21.619,35	79.374,00
Valor médio por hectare (R\$/ha)	1.325,13	4.855,69

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Já à época da implantação dos projetos, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural viram-se diante da necessidade de impor limites às transações realizadas sob sua égide, sob pena de comprometer a verba disponibilizada para a respectiva localidade e o número de agricultores a serem beneficiados.

Contudo, como indicam recentes estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004), essa dificuldade foi contornada mediante cobrança de ágio por parte do proprietário da terra a ser negociada, situação que era do conhecimento dos agentes envolvidos na análise das propostas. A justificativa para a cobrança recaiu, invariavelmente, na demora com que os

recursos eram liberados por parte do Governo Federal. Resta a convicção de que muitas operações excederam o valor efetivamente aprovado pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Com base nessa dinâmica o valor real da negociação, com relativa frequência superou, consideravelmente, o valor da operação autorizada pelo Conselho, fato que pode haver contribuído para alimentar, ainda mais, a espiral especulativa do preço do solo.

5. Considerações finais

A questão agrária brasileira permanece como tema inevitável no cotidiano nacional, sobretudo em face das campanhas protagonizadas pelos movimentos sociais, em que pese a posição de muitos pesquisadores que reafirmam o anacronismo da reforma agrária no Brasil, tratando-se de matéria que só encontra justificativa enquanto política compensatória no marco de uma demanda estritamente social.

Nesse sentido, seria quase impossível não examinar o alcance e particularidades de um programa de crédito fundiário sem confrontá-lo, ao menos na perspectiva dos resultados obtidos, com aquilo que se convencionou chamar de “reforma agrária clássica”.

Com efeito, se o Banco da Terra identifica-se como um processo ágil, flexível e descentralizado de permitir o acesso ao solo agrícola por famílias rurais com pouca ou nenhuma terra, também é verdade que essa modalidade de política pública encerra uma série de problemas, muitos dos quais similares, para não dizer idênticos, com aqueles enfrentados por muitos assentamentos recentemente surgidos em nosso país. Ou seja, essas modalidades de assentamentos defrontam-se irremediavelmente com a escassez e falta de continuidade nos apoios institucionais de crédito, comercialização e de assistência técnica, por exemplo.

Particularmente importantes é a questão da assistência técnica e acompanhamento aos assentados pelo Banco da Terra. Com efeito, se a elaboração das propostas e dos projetos de exploração contou com enorme agilidade por parte dos atores sociais envolvidos (sindicatos, prefeituras, Banco do Brasil, agricultores, etc.), na perspectiva do acompanhamento às famílias e orientação há severas restrições, para não dizer total impotência e descompromisso com os rumos dos projetos, uma vez que cerca de 2/3 dos assentados que foram entrevistados estabeleceram contratos de integração com empresas fumageiras, distanciando-se frontalmente do esquema de exploração indicado por ocasião da aquisição das propriedades.

Nas atuais circunstâncias não é possível afirmar que os assentados do Banco da Terra tenham assegurado alguns graus de liberdade adicionais no acesso a políticas de promoção

social e conseqüente ampliação do universo de possibilidades com base em programas já existentes, como é o caso do PRONAF. Ao contrário, muitos deles encontram dificuldades de contrair empréstimo de custeio por serem integrados a empresas fumageiras, tal como ficou demonstrado anteriormente.

Havia uma demanda latente de agricultores cuja ampla maioria era formada de arrendatários e pequenos proprietários, com escassos recursos financeiros, que viram, através desse programa, uma oportunidade de aquisição e/ou ampliação da propriedade fundiária, visando melhorar suas condições sociais de existência. Por outro lado, é evidente que existia um amplo espaço de interferência na escolha dos beneficiários do programa, cujo poder discricionário⁹ cabia a presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, prefeitos, vereadores, etc., o que por si só reacende a polêmica em torno à transparência dos processos e dos critérios adotados.

Isto posto, o dito programa revelou importante mecanismo responsável pelo incremento no preço da terra na região, contribuindo para fortalecer a espiral especulativa, mesmo naquelas localidades marcadas pelas últimas crises na agricultura.

O grande número de famílias assentadas e o elevado montante de recursos envolvidos lançam sobradas dúvidas com relação aos reais objetivos com que o Banco da Terra foi implantado no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, há que ser visto com algumas reservas o argumento de que se tratava de um programa complementar à reforma agrária clássica ou tradicional.

Por outro lado, parece óbvio que o repertório de políticas públicas há que transcender a esfera estrita da introdução de mecanismos de ampliação do acesso à terra, no sentido de convergir para a busca de alternativas de viabilização no acesso a mercados, com medidas de apoio à compra dos produtos da agricultura familiar, investimentos em infra-estrutura e melhoria das condições em que operam as unidades de produção. É inegável que o Banco da Terra representa uma alternativa de acesso à terra, que, em última análise oferece perspectivas às famílias beneficiadas. Mas, ainda assim, revela-se uma política *celular* de acesso à terra, que carece estar acompanhada por outras políticas.

⁹ Um dos documentos que faziam parte da volumosa relação constante dos projetos era a carta consulta do Presidente do sindicato que por esse instrumento podia recomendar ou não o cadastro de agricultores a serem incluídos como beneficiários do Banco da Terra.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Convênio FIPE/IPEA 07/97, Brasília, abril, 1999. (Texto para Discussão nº 641)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. **Recuperação e Regularização dos Projetos financiados pelo Fundo de Terras (Programas Banco da Terra e Cédula da Terra): Princípios e Diretrizes**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/biblioteca/view/banco-da-terra>>. Acesso em 30 de março de 2007.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão nº 621)

CARVALHO FILHO, J. J. Política Agrária no Governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001. p.193-223.

DA ROS, C. A. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M., **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.259-283.

PEREIRA, J. M. M. Neoliberalismo, Políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M., **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-47.

SACCO DOS ANJOS, F. E CALDAS, N. V. A Reforma Agrária na Contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra. **Sociedade em Debate**, v.10, n. 2, Agosto, Pelotas, 2004, p.41-74.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e desagrarização. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v.26, n. 1, 2005. p. 661-694.

SAUER, S. e PEREIRA, J. M. M. **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 352 p.

TEÓFILO, E. Brasil: novos paradigmas para a reforma agrária. In: **Seminário sobre Mercado de Terras da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)**, Santiago, Chile, 2000.

7. Agradecimentos

Os autores do trabalho registram seu agradecimento em face do apoio concedido pelas agências de fomento à pesquisa e desenvolvimento científico, sem o qual esse trabalho não poderia haver sido realizado, especificamente à Capes pela concessão de bolsa de mestrado ao primeiro autor do trabalho e ao CNPq pela concessão de bolsa de produtividade e de bolsa de mestrado ao primeiro e segundo autor, respectivamente.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

IDENTIDADES EM “MOVIMENTO”: MEMÓRIAS DE MILITANTES DO MST

Marcos Pablo Martins Almeida¹
Thelma Maria Grisi Velôso²

Resumo

Este trabalho se propõe a refletir sobre o processo de construção de identidades no contexto da luta pela terra. Utilizamos como recurso metodológico a História Oral e obtivemos 08 (oito) entrevistas de histórias de vida de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do assentamento José Antônio Eufrosino (Campina Grande/Pb) - quatro de militantes do sexo masculino e quatro de militantes do sexo feminino, com idade variando entre 28 e 65 anos. As identidades construídas através das memórias sugerem que esses “militantes fazem a militância” (ou seja, são atores da luta pela terra), ao mesmo tempo em que a militância os faz num processo contínuo e dinâmico. Assim, é a própria atividade no Movimento que os faz militantes, ou seja, a prática no movimento social é auto-educativa. Palavras-chave: Memória, Identidade, Militantes-MST.

1. Introdução

Pretendemos, neste artigo, promover uma reflexão sobre os processos de construção de identidades, partindo de “experiências militantes”³ vivenciadas no contexto da luta pela terra. Para isso, debruçar-nos-emos sobre memórias de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que residem no assentamento José Antônio Eufrosino em Campina Grande/PB. A luta pela terra tem para nós um significado amplo, ou seja, não se restringe à busca desses sujeitos por um pedaço de terra, a luta abarca também as atividades de militância no MST.

Nesse exercício de reflexão, recorreremos a oito entrevistas de histórias de vida, recolhidas quando da elaboração da monografia de conclusão do Curso de Psicologia.⁴ Os militantes entrevistados - quatro homens e quatro mulheres (cuja faixa etária varia entre 28 e 65 anos) - têm entre quatro e sete anos de militância no Movimento, e apenas um registra, em suas memórias, uma experiência anterior, isto é, militou na Pastoral Operária. É importante

¹ Graduado em Psicologia. Aluno do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Sociologia.

³ Esse termo é utilizado por Teixeira (1999) para designar a experiência advinda da militância em movimentos sociais. Nos trechos em que o utilizamos, ele aparece aspeado.

⁴ ALMEIDA, M.P. “**Da casca ao miolo**”: memórias e identidades de militantes do MST do Assentamento José Antônio Eufrosino. Campina Grande, UEPB, 2008. [Mimeografado].

lembrar que a militância é uma experiência mais ou menos recente na vida desses sujeitos, e a experiência central que atravessa as trajetórias desses militantes é a luta pela terra, que resultou na constituição do assentamento.

Convém enfatizar que esse processo de luta pela terra se caracterizou, sobretudo, como uma luta pela legalização e constituição do assentamento, já que, antes da ocupação, as fazendas que o compunham já estavam desapropriadas. Segundo as narrativas, as terras foram oferecidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo antigo proprietário. Dessa forma, a pressão feita pelo movimento foi para a constituição do assentamento. Mesmo assim, o processo de instalação do assentamento não foi fácil. Os sujeitos que pleiteavam a terra tiveram que esperar a burocracia em barracos, além de disputá-la com fazendeiros (antigos arrendatários) que utilizavam aquela área como pasto, como também com pescadores, que exploravam clandestinamente o açude da fazenda. Uma experiência de espera (espera pela demarcação dos lotes e construção de casas e cisternas) que se torna difícil e sofrida, frente aos escassos recursos e a falta de uma estrutura que permitisse a esses sujeitos retirarem da terra o seu sustento. Pressionados pelo critério do INCRA, que exige a fixação de moradia na terra pleiteada, enfrentaram, assim, uma série de dificuldades.

A luta, mesmo que tenha sido (formalmente) pela legalização, é considerada pelos depoentes como “luta pela terra”, pois as inúmeras adversidades que precisaram ser superadas apresentam-se como fonte de formulação desse sentido. Portanto, é a partir da ocupação da terra e da luta por ela que os sujeitos entrevistados entram em contato com o MST, e é através dessa relação instaurada e calcada na organização e no trabalho coletivo que esses militantes, não sem tensões ou contradições, engajam-se como militantes no MST. Esse processo, que vai do contato com o Movimento, por meio de sua luta particular por um pedaço de terra, até a atual situação de militantes do MST, numa luta coletiva pela reforma agrária, marca, de maneira decisiva, a trajetória de vida desses sujeitos.

2. Memórias e identidades

Utilizamos o conceito de memória, não como reprodução mecânica dos fatos vividos, mas como um trabalho de resignificação (BOSI, 1998). Quando narra, o sujeito lapida o fato vivido. O ato de narrar é, portanto, um labor. Consciente e inconscientemente, o sujeito que conta constrói nuances que o delineiam, enquanto personagem de um tempo passado, projetado no presente. O que queremos dizer com isso é que o papel ocupado pelo sujeito na

narrativa - o personagem construído a partir da memória - revela elementos acerca de sua identidade. A memória, portanto, é um elemento fundamental da identidade.

[...] a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante de ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLACK, 1989, p. 13, grifos do autor).

As identidades, advindas desse processo de re-arrumação das imagens de si, constroem-se no momento presente, através do combustível da memória, que é recriada pelas influências do contexto atual. Mas de que trata realmente o conceito de identidade?

O conceito de identidade era concebido como referência a um sujeito estático, aprisionado a uma repetição estéril, já que é sempre idêntico a si mesmo. Nesse sentido, o sujeito do Iluminismo, como propõe Hall (2001, p. 11), era totalmente centrado e unificado. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.” No entanto, vários autores concordam, a exemplo de Bauman (2005) e Hall (2001), que esse conceito passa, atualmente, por uma séria crise, pois “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2001, p.12). Os autores se referem, então, às identidades em movimento, fruto das transformações resultantes do próprio modo de produção capitalista, ou, como diria Bauman (2005), das “modernidades líquidas”. Nesse sentido, Hall (2001, p.17) propõe:

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele [referindo-se a Ernest Laclau], são caracterizadas pelas “diferenças”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. (Grifos do autor)

Pensando sobre o MST e seus desdobramentos, em relação às identidades, o “nome”, conforme entendemos, é a fonte primeira de elaboração de identidade: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesses termos, vale destacar que o “trabalhador rural sem terra” é fruto de um processo histórico de exclusão: a propriedade da terra sempre lhe foi negada. Ademais, essa situação parece agravar-se a cada dia, com o aprofundamento das relações capitalistas no campo.

A estrutura agrária concentradora, viciosa, que, desde o tempo das capitâneas hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de Terras de 1850, até hoje, tem sido sempre conservada e agravada, chegando-se ao máximo nos últimos vinte anos (LORENA, 1998, p.42 *apud* FERNANDES, 1998, p.11).

No bojo das inúmeras experiências históricas de resistência camponesa, surge o MST, como ator social coletivo que elabora o seu projeto de luta e suas ações, em torno do trabalhador rural sem terra. É nesse sentido que o MST auxilia na emergência e na projeção nacional do sujeito “sem terra”.

Assim, o termo “sem terra” é transposto do "nome" dado ao trabalhador rural que não tem a terra (definindo uma condição social), para tornar-se “Sem Terra”, uma identidade coletiva que, além da luta pela terra, incorpora em sua construção um projeto de transformação social que transcende a reforma agrária, como afirmado por Caldart (2001).

A fala seguinte, de um dos nossos entrevistados, confirma as palavras da autora citada:

Ernesto⁵: (...) E a gente compreendendo, porque era isso, e porque isso, né? e se apaixonar por isso, né? se apaixonou por isso... e aí transformou essa grande paixão numa coisa verdadeira que... não é só a paixão, né? em amor de verdade. E aí hoje tem assim no sangue... respira MST, pensa MST, fala MST, vive MST, e quer ver isso, né? porque vê nessa sigla, nessa... por trás desta questão dos Trabalhadores Rurais Sem Terra... uma forma de se organizar. E de tentar reivindicar... os direitos, a qual, muitas vezes são negadas a cada um de nós, e que, a gente, isoladamente, jamais, em tempo algum, teríamos força para fazer isso. Então... hoje somos MST porque participamos desse Movimento... Se tivéssemos no Movimento Estudantil, nós íamos ter essa mesma visão, né? buscando uma sociedade mais justa e igualitária. Se tivéssemos no Movimento Negro seria a mesma coisa, né? se tivéssemos no Movimento Hippie, no Movimento Gay, no Movimento de Mulheres, ou de qualquer outra coisa, nós estaríamos pensando semelhante, enquanto movimento, né? que é um espaço aonde tu vai tá, meio que... criando um.. um... conjunto de pessoas que pensa igual, que seria mais... uma coisa mais fácil do que todas elas.

Nesse sentido, Sem Terra toma a dimensão de uma identidade de projeto, conforme a concepção de Castells (2001). Entretanto, a condição social “sem-terra” não garante a identificação com a identidade Sem Terra. Tanto é que, na realidade dos assentamentos, os militantes são a minoria, e não, a maioria. Portanto, não podemos ingenuamente acreditar que o processo de identificação que desencadeou no engajamento desses sujeitos, como militantes do MST, foi linear e harmônico. É fato que qualquer processo de identificação é tenso, marcado por aproximações e distanciamentos. Também, não podemos desconsiderar que a própria “identidade Sem Terra” está “em movimento”, em transformação.

⁵ Para garantir o anonimato dos entrevistados, utilizaremos pseudônimos.

Feitas essas considerações, tratamos, agora, das narrativas dos entrevistados, objetivando aprofundar a discussão.

3. A luta por um pedaço de terra: a condição social como porta para o engajamento no Movimento

Um importante elemento envolvido no engajamento na “luta pela terra” é a condição social “sem-terra”, como podemos perceber nas seqüências narrativas destacadas abaixo:

Seu Francisco: (...) já tinha o assentamento. E eu aproveitei, vim... que eu sou caririzeiro... gostei... o... o... o sistema do Cariri eu conheço bem, como é que eu vivo, como é que eu vou buscar, como é que eu vou adquirir aquilo. Eu conheço bem isso, né? Sei entrar... não sou... o que eu sou... as características do Cariri eu tenho tudo... como se pode viver mesmo.

Ernesto: (...) Tava faltando alguma coisa. (pausa) e como a gente falou... a gente nunca tinha perdido essa vinculação com a terra... e tudo mais... isso, aquilo, aquilo outro. Então nessa época, a gente tinha alguns animais e... (ininteligível) estavam animais de grande porte, né? porque... cavalo e burro, né? então a gente tinha esses animais... é... quando estávamos na firma, arrendava pasto, pra poder botar esses animais. (pausa) saindo da firma não tem mais como manter esse arrendamento desse... do pasto, né? e... precisava arrumar um canto pra botar, né? e... logo assim em dois mil... teve um cadastro, né? noventa e nove, dois mil (...) um cadastro (...)

A condição de *trabalhador rural sem-terra*, como é possível perceber, através das narrativas, diz da necessidade da terra (condições materiais). Essas condições balizam o processo de identificação aqui discutido, já que proporcionam o contato dos depoentes com o MST. Por isso, ao entendermos a “plasticidade” da identidade, ou seja, sua característica de “reinvenção”, como afirmam Hall (2001) e Bauman (2005), não podemos perder de vista que essa “reconstrução” depende de condições objetivas e subjetivas, como afirma Ciampa (1994, p.35):

Se mil ciganos fizessem mil profecias diferentes, todas poderiam estar pressupondo identidades futuras possíveis. Todas poderiam estar expressando a inesgotável plasticidade do humano contida naquela tenra vida. É verdade que as probabilidades de cada uma e de todas essas alternativas sempre dependeriam de condições objetivamente dadas, inclusive das expectativas dos pais e de outras pessoas significativas – bem como das expectativas interiorizadas pelo próprio sujeito.

Analisando a trajetória de vida dos entrevistados, observamos que nasceram e viveram no campo durante um período de suas vidas. Como são obrigados a abandoná-lo, produzem, nas cidades, uma “identidade de falta” (não somente intermediada pela dimensão material, mas também por suas expectativas pessoais).

Ernesto, por exemplo, afirma que “faltava alguma coisa” quando vivia na cidade. O que faltava? Ele explica: A terra, já que “nunca tinha perdido essa vinculação”. Essa falta pode ganhar um significado de fortalecimento de uma imagem de si, ou seja, de sua identidade – de camponês que carrega consigo (na vida urbana) a “falta” da terra. Seu Francisco também, ao recordar de sua identificação com a região onde é localizado o assentamento (o Cariri), reafirma na narrativa a sua condição de *caririzeiro*.

Nesse sentido, nas memórias, é essa busca, condicionada pela necessidade material e pelos desejos desses sujeitos, que os impulsiona a procurar uma área de reforma agrária:

Seu Francisco: Aí eu falei pra ele o seguinte, eu disse, esse... doutor... (pausa) “Eu queria... (pausa) se eu pudesse eu comprava uma área do Cariri, pra eu criar... pra criação...” e eu disse que... aí ele disse... eu disse: “Eu não... eu não posso fazer isso porque... o meu custo de vida é muito pouco.” Então ele... falou o seguinte: “Olha Seu Francisco... porque tu não procura, uma área de um assentamento?”

Ernesto: Mas quando soubemos que... o MST tinha entrado numa área... que... (ininteligível) isso aquilo, e aquilo outro... procuramos, pra ver como é... viemos no acampamento... na época o acampamento era só conhecido como Logradouro. Sentamos, conversamos e vimos como era pra entrar nessa história desse Movimento... como era pra ta... em si na época não... não imaginávamos que era o Movimento... imaginávamos que era a terra. Como é que eu faço pra entrar nessa terra.

Seu Severino: (...) é... através de eu trazer esse gado pra aqui, né? Que tavam soltando gado... soltando gado... aí eu vim... (silêncio)

Pesquisador: Mas... alguém contou pro senhor?

Seu Severino: Contou que tinha um acampamento aqui... era dos Sem-terra... eu disse: “Eu vou entrar pra esse sem terra porque eu não tenho onde ficar...”

A condição social (sem-terra) parece ser a porta de entrada desses sujeitos na *luta por um pedaço de terra*. Alertamos, porém, que, segundo as narrativas, a *luta pela terra*, enquanto “militância”, não era inicialmente vislumbrada. A busca, conforme apontam os entrevistados, era por terra. Contudo, nessa empreitada, esses atores encontram o MST, que vai se construindo (e sendo legitimado ao longo do processo) enquanto mediador do processo de constituição do assentamento. Esse encontro é marcado por tensões, fissuras e oposições. Afinal, a identificação com o Movimento não pôde ser dada à priori, foi produto, sobretudo, da relação com ele, com a prática de organização e decisão coletiva.

Sendo assim, os depoentes relatam que a compreensão que tinham acerca do MST e de suas ações era bastante negativa e advinha, principalmente, das informações recebidas através da mídia.

Margarida: Aí passou-se um tempo, eu digo: “Não mãe, eu não vou não”. O que eu via na TV... eu achava, como Francisco falou [refere-se a outro militante)... eu

achava aquilo um horror... porque a mídia... ele mostra o Movimento... de uma maneira totalmente diferente do que ele é. Ele só mostra a parte... a parte ruim, né? Porque se a gente faz aquilo é por algum motivo. Não é por vandalismo, não é pra... entendeu? É por algum motivo. Aí eu disse: “Não mãe, eu não vou não”.

Seu Francisco: Eu via passar na televisão... as imagens do... quebra-quebra... do MST... e tal... e eu achava que aquilo pra mim era um vandalismo... era uma “bandagem”, sabe? E eu... na minha... no meu... no meu ponto de vista. (...) É... briga... furto... dentro da... na imagem passava... que eles pega isso muito nas vezes coisas que não é... mas eles passa, né? Que existe uma coisa dessas, existe sim. Mas não é pessoa que tá dentro da... da entidade. Que tá dentro do MST... essas coisas existem de pessoas que acompanham o MST pra fazer isso. (pausa) agora há pouco nós tivemos um... uma... um.. um trabalho em João Pessoa, que foi de gente que não pertencia ao MST, e fez lá... essa informação quando sai... sai como... o Movimento MST...

Não podemos, pois, deixar de ressaltar o poder que a mídia tem de construir “verdades” através de inúmeros mecanismos.

A mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros político-ideológicos dados pela rede de relações à qual está articulada. Os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde [Sic] a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público (GONH, 2000, p.23).

Contudo, as oposições ao MST entram em choque com as contradições que esses sujeitos vivenciam nas suas experiências. Essas contradições influenciam a construção de um novo entendimento, afinal, de dentro do Movimento, tendo esse sujeito coletivo como instrumento de interlocução com os agentes externos e as instituições, esses militantes são impulsionados a não cristalizar as posições anteriores, já que, mesmo encontrando barreiras, “a metamorfose” se exerce.

Sendo assim, vale lembrar: “somos atividade e o dado é resultado do dar-se” (CIAMPA, 1994, p.153). Os desafios colocados pelo processo de *luta pela terra*, evidenciados nos vários momentos vivenciados pelos narradores, nesse contexto, são importantes para a construção das identidades. Nesses termos, as atividades de militância são construídas pelos entrevistados (como no caso “Juripiranga”, que discutiremos mais abaixo) e é justamente a partir delas que eles se constroem enquanto militantes. Nesse sentido, a prática no Movimento Social é auto-educativa (MANFREDI, 1986 *apud* VELÔSO, 1998).

De acordo com a nossa leitura dos processos envolvidos na constituição da identidade militante, nesse contexto específico de luta pela terra, acontece o processo que chamamos de “da casca ao miolo”, expressão utilizada por Seu Francisco (um dos narradores), na fala transcrita abaixo. Ressaltamos, no entanto, que, ao utilizar essa expressão, não temos a

intenção de dizer que esse processo é marcado pela linearidade. Ao contrário, é marcado por uma série de dificuldades, incômodos e contradições. “Da casca ao miolo” simboliza, na verdade, os lugares do olhar, antes da luta pela terra – um olhar de fora – com o engajamento na luta – um olhar de dentro, como mostram as falas abaixo:

Seu Francisco: Em contato com o Movimento... foi que eu comecei a conhecer o... o... quer dizer o miolo. Eu conhecia a casca... só a imagem. O que eles apresentava na imagem era que eu sabia. Quer dizer que eu falava de uma coisa que não conhecia... que hoje eu sempre gosto de passar isso pras pessoas... que a gente nunca deve falar de uma coisa que a gente não conhece. (...) Qualquer hora... qualquer pessoa pode chegar aqui, junto de você... pegar uma imagem de você... do jeito que você é... colocar na mídia ali... em rede nacional ou... ou internacional e apresentar aquilo que você faz. Mas não lhe conhece, quem é você. (...) hoje eles mete a peia na gente, por quê? Porque a gente trabalha certo... a gente quer uma reforma agrária positiva... que ela avance, que ela cresça, cada dia... mas eles não querem... eles querem cortar isso de qualquer maneira. Mas eles nunca vão cortar... porque quando nós levantamos essa bandeira... (pausa) nós levantemo com ordem... com qualidade... e com confiança... quando nós levantemo ela é porque nós... nós... nós sabemos o que nós vamos fazer, o que nós tamo fazendo. E o trabalho do MST é esse. É incentivar... o homem do campo a voltar pra dentro do campo, e trazer sua família com ele pra aqui e fazer dele gente.

Margarida: Aí nisso eu comecei a participar das reuniões. Comecei a me... a conhecer o Movimento. Aí fui vendo que... que o que a mídia... pa... fa... falava sobre o Movimento não tinha nada haver... porque quando a gente ia ocupar o INCRA, a gente tava correndo atrás de uma coisa da gente... era um processo que não saía... da construção das casas... do seguro alimentação... então a gente não fazia aquilo pra ser bonito, nem pra sair na TV não. A gente fazia aquilo que é pro pessoal ver, que a gente ta aqui dentro... que a gente existe... que a gente quer um futuro pra gente... quer poder criar nossos filhos sem ta... (pausa) pedindo... esmola nas ruas... ou correndo o risco de... entrar no mundo das drogas. Esse negócio aí que você sabe, que se não tiver uma luta muito grande, não sai.

Pedro: (...) e ao mesmo tempo me revolto com a mídia... porque a mídia não mostra a realidade... o que é certo. Ela sempre queima... mostra o lado errado. Às vezes a gente vamo pro INCRA, vamos fazer um... vamo ocupar pra reivindicar alguma coisa... eles botam no jornal, na mídia... na rádio e televisão que a gente vamo invadir, que somos vândalos, que tamo quebrando... mas isso não é realidade, né? Se a gente vai, a gente vai com o objetivo de conseguir alguma coisa, que a gente temos direito, de reivindicar.

Segundo as narrativas, os militantes abandonam, aos poucos, uma compreensão anterior acerca do MST (construída especialmente através da mídia) e elaboram um novo entendimento, fruto da prática, do engajamento como militantes. Compreendemos, então, que, ao reconstruir a imagem do Movimento, os sujeitos reconstroem sua própria identidade. Assim, o MST aparece nessas seqüências discursivas não como sigla, mas como “a gente”, o que denota a apropriação da luta. O Movimento – Ele – passa a ser a gente – nós.

Falando de si mesmos, do “a gente” (MST), os participantes constroem, em oposição à imagem veiculada pela mídia, uma identidade que os mostra como pessoas que não fazem

ocupações para aparecer na TV. No entanto, aparecer na mídia, de maneira distorcida, representa, antes de uma visibilidade, o seu contrário: a invisibilidade. A distorção promovida pelo discurso midiático descaracteriza a ação política do Movimento e, por consequência, as motivações dos sujeitos para aquela luta: a mídia não sonega a existência do Movimento, mas transfigura sua imagem de acordo com os interesses que a sustentam.

(...) O MST passou a ser utilizado pela mídia como elemento de geração de medo e de insegurança junto à opinião pública. As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas (GONH, 2000, p.158).

Refletir sobre as condições envolvidas na produção da identidade Sem Terra, a partir do “incômodo” narrado pelos militantes na relação com a mídia, remete-nos às tensões e aos conflitos, afinal, a mídia constrói e veicula imagens que relacionam o MST ao crime, à violência, ao vandalismo. A discussão aponta, então, para uma interessante questão: a compreensão desses militantes acerca do Movimento, que o caracterizava como “outro”, já que “composto por criminosos, vândalos, violentos”, é ressignificada em um novo entendimento, fruto do envolvimento concreto, que caracteriza hoje o Movimento como “a gente” e, nesse caso, como pessoas que fazem ocupações para ser enxergadas e ter seus direitos reconhecidos.

Isso revela o caráter dinâmico da identidade, a fluidez que envolve os processos de identificação. Ser militante é, na verdade, “estar sendo”⁶ militante, o que pressupõe um contínuo processo de identificação, que é permeado por contradições e transformações.

Assim, vale ressaltar que o lugar de onde falam esses depoentes – fortemente marcados pela identidade militante – influencia o trabalho da memória, que é lapidada por um esforço de construção de uma certa linearidade que dê coerência aos fatos narrados, bem como à própria identidade que os sujeitos (conscientemente e inconscientemente) tentam legitimar através da história contada (GATTAZ, 1998).

4. A ocupação de Juripiranga: um exercício de militância

A ocupação da propriedade da Usina Olho D’água, localizada em Juripiranga (região da cana no estado da Paraíba), ocupa lugar de destaque nas memórias de nossos entrevistados,

⁶ Expressão utilizada por Ciampa (1994).

sendo recordada por quase todos. As condições dessa ocupação merecem ser destacadas, já que, inevitavelmente, provocam desdobramentos nas memórias e nas identidades.

Nesse sentido, convém contextualizá-la. Em Juripiranga, os entrevistados participaram de uma atividade do MST que, caso conseguisse alcançar seus objetivos, isto é, a desapropriação da terra, somente beneficiaria aos acampados do local. Ou seja, foi uma atividade que não envolveu benefícios materiais para os nossos depoentes, caracterizando-se como uma atividade eminentemente militante .

Passemos, então, às memórias dessa ocupação:

Seu Francisco: Lá... a minha experiência lá foi grande. E foi uma coisa que eu era acostumado a fazer, né? Parecido com as que eu fazia... (pausa) A gente fizemo um esquema muito bem feito... é... vi... eu vi coisa que eu me lembrei do meu passado... do meu... tempo de dezoito anos, quando eu tava no exército, né? A gente acampado no meio dos mato... deitado no chão, enrolado com um blusão, com o mosquetão nas costas, deitado no chão, com o sereno da noite, molhado. Eu vi isso. O trabalho do MST é um trabalho bonito. Que a gente gosta de fazer.

Relacionando a experiência com o período em que esteve no Exército, Seu Francisco afirma que Juripiranga o fez se recordar de seus dezoito anos, quando servia às forças militares. Essa aproximação tem sentido na experiência de vida de Seu Francisco e pode ser uma maneira encontrada pelo narrador para evidenciar o nível de organização do Movimento, o que conferiria legitimidade à ação do MST. A narrativa também parece suscitar o grau de identificação e de prazer que o depoente demonstra com relação ao trabalho do Movimento: “O trabalho do MST é um trabalho bonito. Que a gente gosta de fazer”.

Seu Francisco conta que, apesar das situações adversas, sentia-se à vontade, já que, mesmo não tendo participado antes de ocupações como aquela – em que existia um antagonista evidente, os usineiros donos da terra – o que ele fez em Juripiranga “era acostumado a fazer”.

Talvez por conta de se tratar de uma situação de conflito (que se aproxima de guerra), Seu Francisco também faça associação da sua experiência em Jupiranga a sua experiência no Exército. Inclusive, essa identificação entre as duas experiências do depoente parece ser tão forte que, em uma outra seqüência de seu relato, ele demonstra novamente as marcas dessa associação, chamando os companheiros de militância de “soldados”.

(...) E vinha seis cabra atrás deles montado nos cavalo, chega vinha... esses cabra vinha quebrando tudo. Aí eu disse... “Ernesto ali vem coisa pesada... vamo se preparar pra pegar os cabra aqui.” Oxe... que quando eu disse isso... Ernesto tava comigo, né? Vamo se preparar porque pode eles pegar os meninos. Pode eles pegar

os meninos e nós vamos... *e nós não vamos deixar os... os nossos soldados morrer não* (grifos nossos).

Nesse sentido, vale comentar a etimologia da palavra militância, que significa designação da atividade militar. Além disso, é bom lembrar que algumas denominações usadas dentro do Movimento, como “brigada” (núcleos de organização), são também utilizadas no Exército, o que pode reforçar esse processo de identificação feito por Seu Francisco, entre a atividade militante e a atividade no Exército.

Já Margarida inicia sua narrativa sobre Juripiranga falando de como se organizou o acampamento, como expresso abaixo:

Margarida: (...) Juripiranga... se eu não me engano é divisa de Pernambuco... “Oh Francisco (pergunta a outro militante presente) Juripiranga é divisa de Pernambuco, né?” Pronto... divisa de Pernambuco e Paraíba... Aí quando a gente chegou lá foi tudo calmo... de madrugada a gente chegou... desceu... fomo logo fazer... comida pro pessoal, porque era muita gente... aí a gente chegou lá, tudo bem... quando foi no dia... deu o dia, fomos montar os barraco, né? Montamo os barraco de lona... naquela chuva... uma agonia danada, tinha muita criança... e tinha que fazer comida pra esse pessoal todo...

As memórias de Juripiranga suscitam reflexões acerca da experiência militante que, como vimos acima, ganha um colorido diferente, quando relatado por homens ou por mulheres, remetendo-nos às diferenças de gênero. Por outro lado, apesar de os relatos sinalizarem também as dificuldades e o sofrimento advindos dessa experiência, é ressaltado o prazer do fazer militante, “o fazer porque gosta”.

Rose: (...) Não é uma vida fácil ser militante... *mas quando você ama o que faz, não tem como você não fazer. Porque você se satisfaz com aquilo. Você vai pra um acampamento, como a gente foi pra Juripiranga... você se arrisca a um tiro, você se arrisca a... eu não esqueço nunca, a gente tava dormindo, quando acordava era com os foguetões avisando que os pistoleiros tavam chegando. Mas assim, o amor é tão grande pelas pessoas que tão ali que você não consegue dizer: “não, eu vou socorrer meu filho e vou deixar esse aqui, porque não é meu”* Você sai ali, levando todo mundo. Então, se seu filho tiver ali, beleza, se não tiver você sabe que tem outra pessoa pra socorrer. Então você quebra esse negócio de dizer: “minha família é essa, meu povo é esse.” Você se sente assim, no meio daquele povo como seu povo. (Grifo nosso)

Margarida: (...) E hoje não parei... não paro. Porque se eu penso... se eu chegar num assentamento... e correr atrás... e viajar... e lutar... só pensando em mim, eu não to fazendo aquilo com amor... eu to fazendo só pensando em mim. Mas hoje não, hoje eu tenho uma casa... hoje eu tenho meu... meu... meu canto. Mas quando diz: “não, vamo pra uma ocupação...” eu vou. Porque eu penso em quem ta debaixo de uma lona preta, sofrendo na... na... numa BR... vendo a hora a estrada... um carro perder o controle e matar... to correndo atrás... *porque eu faço isso porque eu gosto. Porque eu me sinto bem... certo? Eu faço com amor...* (Grifo nosso)

Pedro: (...) é. A gente fomo lá pra uma ocupação. Pra uma ocupação e lá... conheci várias pessoas e reencontrei outras pessoas que já tinha... já tinha conhecimento. E

eu fiquei assim... fiquei chocado cara. De ver a força que... várias pessoas do MST têm... e o esforço que ela, tem de participar, com aquele empenho... por exemplo, tinha pessoas lá com criança lá... que tem pessoas... se fosse outras pessoas não ia. Na palha da cana, numa ocupação, naqueles barraco de lona, o vento rasgando as lona, e a gente lá resistindo, lutando, e fiquemo... e aquilo dali marcou a minha mente, num sabe? Que a gente vê que tem pessoas do MST que tem força de vontade de fazer aquilo e faz porque gosta. Porque tem prazer de fazer, não é porque é obrigado, é porque tem prazer de fazer. Que a pessoa tá debaixo de barraco de lona, com criança... inclusive, tem um colega nosso aí que tem uma criancinha que tem problemas de saúde e... ele tava lá com ele... e até adoeceu lá, passou mal.. mas ele continuou lá, continuou lá firme e forte... e ficou. Quer dizer, é a pessoa ter força de lutar, e ser um companheiro mesmo do movimento. Se desafiar e dizer assim: “eu vou fazer e vou mesmo fazer.” *Não é dizer assim: “eu vou fazer porque eu vou obrigado”.* *A gente faz porque a gente gosta... a gente tem prazer de fazer. Se sente bem.* (Grifo nosso).

O prazer e o amor perpassam esses trechos, através das palavras dos narradores: “quando você ama o que faz, não tem como não fazer”; “Eu faço com amor”; “a gente faz porque a gente gosta... a gente tem prazer de fazer. Se sente bem”.

A imagem de si mesmo, veiculada pelas narrativas, é de *pessoas que fazem com amor, com prazer; que não pensam somente em si, mas também nos outros, ou seja, são solidários àqueles com quem compartilham a luta pela terra.*

Também é possível compreender que, para os militantes entrevistados, a *luta pela terra* continua, mesmo que já tenham conquistado a terra, porque essa é uma luta maior, envolvendo um projeto compartilhado por um coletivo, pois “você se sente assim, no meio daquele povo como seu povo”, e não, simplesmente, por uma “família”, como fala Rose. Entendemos que esse é um, dentre os múltiplos sentidos da militância construído pelas narrativas.

Nas lembranças dos entrevistados, também aparecem o sofrimento vivenciado e a precariedade de condições enfrentadas pelos *Sem Terra* em ocupações, o que legitima mais ainda a idéia de que participam porque gostam e a relevância dessa participação.

Margarida: Aí... a experiência que eu passei lá foi uma experiência, entendeu? Assim... meio complicada de se explicar, porque... era barraco de lona... era muito gente pra dormir... chovendo... porque os dias que a gente passou lá foi de chuva... sofrimento grande por causa das crianças... mas, graças a Deus ocorreu tudo bem... os pessoal ficaram lá... e a turma que foi pra ajudar... voltou.

Em Juripiranga, foram enfrentadas pelos narradores condições parecidas com as do tempo em que estiveram acampados. A compreensão de que existem outras pessoas, em lugares diversos, que também passam pelo sofrimento gerado pela exclusão, ao que parece, proporciona uma identificação de muita importância para a construção do sentimento de coletividade e de pertencimento, necessários a um Movimento Social.

Margarida: Se eu não... se eu não tô errada... mas ainda existe o pessoal acampado... ainda tem pessoal acampado... porque lá a gente reivindicou as terras pra botar um... um... um pessoal que tava lá... mas se eu não estou enganada... ainda tem um acampamento lá. Inclusive, depois que a gente saiu... houve muito tiroteio... muito tiroteio... muito tiroteio mesmo... dos capanga com o pessoal do Movimento. (pausa) mas o pessoal resistiram, e... ficaram lá... *não desistiram não, porque... eu acho que se você tem um sonho... e você não correr atrás pra mim... você... não... não tem... assim... não tem vontade.* (Grifo nosso).

Assim, a identificação de Margarida com a luta dos acampados de Juripiranga parece ser, em um de seus sentidos, relacionada com o período em que ela também esteve acampada, o qual é marcado por sofrimento e persistência na busca do *sonho* (a terra). Dessa forma, a narradora parece esperar que as famílias sem-terra de Juripiranga não desistam do *sonho*, assim como ela não desistiu.

Ainda sobre Juripiranga, uma situação bastante interessante recordada revela um conflito entre o MST e os capangas do usineiro.

Pedro: (...) não... lá, essa lá de Juripiranga, no primeiro dia teve um conflitozinho, né? Os caras lá a cavalo, mandado pela usina. Mas se juntou toda... todo o pessoal do MST, todo mundo junto, unido, e eles vinha correndo ao nosso encontro e a gente ia correndo ao encontro deles também...

Pesquisador: Correndo?... todo mundo? Como era a?

Pedro: Assim. Tipo em fileira, né?

Pesquisador: Todo mundo em fileira?

Pedro: Eles vindo de lá e a gente fomo de cá. Fomo também. E ao encontro dele, aí eles pararam, a gente começamo a gritar os grito do Movimento...

Pesquisador: Tu lembra que grito era?

Pedro: (com muita expressividade): Era... “MST”... *aí eles... “Essa luta é pra valer”*... aí eles pararam assim... aí ficaram assim olhando, aí voltaram os cavalo e...

Pesquisador: Foram embora?

Pedro: foram embora... aí a gente disse: “*Pega ou não pega?*” *aí os outros gritaram... “Pega!”*... aí, dali em diante foi uma vitória, né? Porque ele viram, que eles eram poucos e a gente era muitos, e eles não tinha como pegar todos nós e fazer algo que eles queria fazer. Daí já não vieram mais, chegou o dia da gente sair de lá... saímos... graças a Deus, tudo em paz. (grifos nossos).

O coletivo parece conceder a força, a coragem que, conforme recordam os narradores, foi responsável pelo medo dos jagunços. Assim, a coragem diante do perigo aparece reiteradamente nos relatos, sendo um componente fundamental das identidades construídas.

Nessa perspectiva, a palavra de ordem que é recordada – “MST! Essa luta é pra valer!” – é o símbolo do Movimento que emerge na narrativa e que expressa a legitimidade da luta: “é pra valer”. Ao mesmo tempo, a união do grupo: “todo mundo junto, todo mundo unido”, é o que diz a fala coletiva.

Assim, a experiência advinda das atividades do Movimento, como a ocupação da usina Olho d’água em Juripiranga-PB, mostra-nos que esses militantes se fazem militantes

fazendo a militância, o que sugere que a prática do Movimento é auto-educativa. “O militante faz a militância”, pois é ele, junto com outros militantes, que a constroem. Também ocorre o inverso: “a militância faz o militante”, pois é através das atividades de militância que a identidade militante vai se constituindo. É uma relação dialética, que

(...) faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser (CALDART, 2001, p. 212).

Portanto, se o que somos, ou melhor, “estamos sendo”, é resultante do que fazemos. Supomos que o percurso *Da casca ao miolo* somente pôde se dar enquanto desdobramento do processo de luta pela terra. É assim que vai se constituindo a identidade militante nesse contexto, não de maneira linear, mas como um processo contínuo e tenso, repleto de ambigüidades e contradições, já que "(...) o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha', não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis (...)" (BAUMAN, 2005, p.17, grifos do autor).

5. Considerações finais

Este artigo é fruto de um estudo que é um recorte, uma versão sobre a complexa realidade que envolve a luta pela terra e a “experiência militante” engendrada em seu seio.

Trata-se de “luta pela terra”, num amplo sentido: é “luta por um pedaço de terra”, pois parece ser essa a situação objetiva que condiciona (pelo menos inicialmente) a aproximação desses sujeitos do MST; é “luta pela terra”, no sentido de “luta na terra”, ou seja, mesmo com a área desapropriada, esses sujeitos precisam “lutar”, tanto com os já citados arrendatários e pescadores quanto com as adversidades envolvidas na sua “sobrevivência”. Também devemos entender “luta pela terra”, enquanto “luta para além da terra”, pois as atividades de militância são produzidas num entendimento mais amplo de luta pela terra, que apontam para transformações mais profundas da nossa sociedade.

Como vimos, os narradores aprendem sobre a organização coletiva, sobre o trabalho e a decisão em grupo, participando das atividades de luta coletiva. É a própria atividade no Movimento que os faz militantes, ou seja, a prática no movimento social é auto-educativa. É assim que dizem passar da “casca” (compreensão superficial e distorcida do movimento) ao “miolo” (compreensão de dentro do movimento).

As identidades construídas através das memórias sugerem que esses “militantes fazem a militância” (ou seja, são atores da luta pela terra), ao mesmo tempo em que a militância os faz num processo contínuo e dinâmico.

6. Referências

BAUMAM, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CALDART, R.S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001, p. 207-224.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. v. 3. São Paulo: Paz e terra, 2001.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, B. M. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de formação n. 30. São Paulo: Peres 1998.

GATTAZ, A. C. A busca da identidade nas histórias de vida. **Xth International Oral History Conference: Proceedings**. Rio de Janeiro. v. 2, 1998, p. 875-84.

GONH, M. G. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

TEIXEIRA, D. M. **Subjetividade e militância: histórias de vida de militantes nos movimentos sociais em João Pessoa**. 154f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica (SP), São Paulo, 1999.

VELOSO, T.M.G. Luta pela terra e educação na Itália: algumas considerações. **Revista Temas: Formação e educação popular no Brasil**, ano 5, n.4, Araraquara, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará

Fernando Michelotti¹

Resumo

A questão central de que trata este artigo é a significativa criação de projetos de assentamento pelo INCRA entre 1987 e 2007 no chamado Território do Sudeste Paraense. No entanto, longe de ser um processo planejado de Reforma Agrária, este caracteriza-se muito mais como uma ação reativa dos diferentes Governos Federais à luta pela terra exercida pelas organizações sociais camponesas, tanto nacional, como regionalmente. Esta luta pela terra também não apresenta um caráter homogêneo. Ao contrário, ela é extremamente diversa, tanto em função do momento histórico em que ela se inicia, como em função do tipo de movimento social que a organiza. Neste trabalho, são analisados dados referentes a dois Projetos de Assentamento, resultantes da luta pela terra organizada pelos chamados “Novos Movimentos Sociais”, surgidos no período da pós-redemocratização do país. Estes movimentos reforçaram novas dimensões da luta pela terra, como a relação mais explícita com o Estado, sobretudo através da luta pelo acesso a políticas públicas e a questão ecológica. Essas características do processo de luta pela terra influenciaram na conformação dos projetos de assentamento analisados, bem como nas estratégias econômico-produtivas das famílias assentadas, o que traz uma relação direta entre a luta pela terra e a luta pela consolidação dos assentamentos.

Palavras-chave: Sudeste do Pará; Luta Pela Terra; Assentamentos Rurais

1. Introdução

Este artigo tem dupla origem. Ele é uma continuação das reflexões sobre a criação de assentamentos rurais no Sudeste do Pará que tiveram origem na construção do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS². Ao mesmo tempo, é uma análise preliminar e parcial de dados de uma pesquisa em andamento na Amazônia, intitulada “AMAZ - Serviços ecossistêmicos das paisagens agrossilvopastoris amazônicas: análise dos determinantes sócio-econômicos e simulação de cenários”³.

¹ MsC, Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará – UFPA / Campus de Marabá. End. Folha 17, Quadra e Lote Especial, Campus II da UFPA, Marabá-PA, tel (94) 2101-5900, fmichelotti@ufpa.br

² O PTDRS foi coordenado pelo Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT da UFPA, a partir de uma política desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Como resultado dessas reflexões 02 artigos foram publicados: Michelotti, F ; Ribeiro, B. e Florêncio, S.R (2006) e Michelotti, F. ; Ribeiro, B. ; Souza, H. e Freitas, R. L. de A. (2007)

³ AMAZ é um projeto interdisciplinar de pesquisa cujo objetivo é estabelecer relações entre as práticas de gestão de agricultores familiares e seus serviços ecossistêmicos em 06 diferentes localidades na Amazônia Brasileira e Colombiana. É um projeto inter-institucional, com envolvimento de cerca de 70 pesquisadores de diversas instituições do Brasil, França e Colômbia. A coordenação geral é exercida por Patrick Lavelle, do IRD, e a Coordenação no Brasil por Iran Veiga Jr., do NEAF-UFPA. Os dados utilizados neste artigo são oriundos do grupo de pesquisa em sócio-economia, coordenado por Xavier Arnauld de Sartre do CNRS.

Sobre a criação de assentamentos, em Michelotti et al. (2007) observamos que na região Sudeste do Pará, este tem sido um processo *reativo* à luta dos camponeses em busca de terra. No chamado “Território do Sudeste Paraense”⁴ a criação de assentamentos não obedeceu a um planejamento prévio, tendo sido uma resposta governamental à pressão social exercida através da luta pela terra ocorrida tanto regionalmente, como nacionalmente.

De uma maneira geral, essa luta pela terra trouxe resultados importantes para os trabalhadores como a criação, entre 1987 e 2007, de 169 projetos de assentamento nos municípios do Território do Sudeste Paraense, representando 1.205.254,0 ha ou 32,4% da superfície total. Esse significativo resultado pode ser melhor compreendido através do conceito cunhado por Fernandes (1999) de ‘territorialização da luta pela terra’. De acordo com este autor, a conquista do assentamento, como fração do território, é um trunfo dos movimentos sociais camponeses na luta pela terra (idem, p. 241) e um trunfo na luta pela construção do próprio território (ibidem, p. 26).

No entanto, é preciso ficar claro que a territorialização da luta pela terra não pode ser confundida com a territorialização do próprio campesinato. Pelo menos dois novos desafios são colocados a medida que os assentamentos são conquistados: um deles refere-se à possibilidade de estabilização relativa do campesinato nessas áreas frente às condições político e econômicas existentes ; o outro refere-se a construção de uma autonomia relativa do campesinato perante o padrão de subordinação do território pelo capital que predomina no agrário brasileiro⁵.

Portanto, dois elementos importantes estão colocados. A criação dos assentamentos não é fruto de um planejamento prévio, tampouco é uma aplicação homogênea de uma política pública. Fruto das diversas formas de luta pela terra desenvolvidas por distintos movimentos sociais em diferentes contextos históricos, os assentamentos também expressam essa diversidade. O desafio da consolidação dos assentamentos, compreendida como a possibilidade de estabilização e conquista de uma autonomia relativa pelo campesinato, não pode ser tratado de maneira igual para o seu conjunto, reconhecendo que cada um deles possui uma trajetória própria que significa um certo acúmulo de trunfos específicos.

O objetivo desse artigo é comparar alguns elementos de dois diferentes projetos de assentamento que expressam essa diversidade de situações, posto que são resultados de

⁴ O Território do Sudeste Paraense, criado pela SDT-MDA, foi recentemente incorporado como Território da Cidadania num Programa mais amplo do Governo Federal. Ele abrange os municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São Domingos e São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas.

⁵ Para a discussão de estabilização relativa do campesinato, ver Costa (2000). Para o conceito de subordinação do território pelo capital, ver Oliveira (2004).

distintas trajetórias de luta pela terra. Pretende-se ainda refletir como essas distintas situações podem influenciar nos seus processos de consolidação.

2. Perspectiva histórica da luta pela terra no Sudeste do Pará

Um primeira forma de perceber a diversidade de situações que os assentamentos representam é observar os distintos períodos históricos de ocupação da região e sua relação com a luta pela terra. Para essa análise, será feito um recorte em três grandes períodos: (i) início do séc. XX até década de 1960; (ii) 1970 a 1989 ; (iii) 1990 até hoje. O primeiro período, será caracterizado pela existência de uma ‘frente de expansão da castanha e pecuária’ ; o segundo, pela existência de uma ‘frente de expansão agrícola - posseira’ ; o terceiro, pela luta dos ‘sem terra’.

Todo o período de ocupação da região pela frente de expansão da castanha e da pecuária que predominou até a década de 1960 e a intensificação da frente de expansão agrícola até início dos anos de 1970 foram detalhadamente estudados por Velho (1972). A seguir será apresentada uma breve síntese desse processo histórico, com base nesse autor.

A região da confluência do Rio Tocantins com o Rio Itacayunas, onde atualmente se encontra Marabá, foi ocupada inicialmente em fins dos século XIX, como resultante dos deslocamentos da frente de expansão pecuária do nordeste em direção à Amazônia, com o objetivo de tornar-se uma região de produção agrícola e pecuária. As necessidades de elevados investimentos para substituir a floresta por áreas agrícolas e pastagens, no entanto, dificultaram sobremaneira a consolidação dessa perspectiva.

O aquecimento da atividade extrativista, no início do século XX, aniquilou completamente a experiência do chamado ‘Burgo Agrícola’, ao mesmo tempo que atraiu grandes quantidade de comerciantes para o local, tanto para fornecer o abastecimento no interior da floresta, como para comercializar a goma para fora da região. Com a crise da borracha, que teve início em 1912 e se arrastou até 1919, o interior da Amazônia sofreu enorme involução.

Em Marabá, no entanto, a elite local de comerciantes conseguiu reestruturar a atividade produtiva, substituindo-a pela exploração da castanha. Para isso, aproveitou-se de uma elevada densidade de árvores dessa espécie na região e de toda a infra-estrutura que havia sido montada à época da borracha e que foi transferida para a exploração da castanha, posto que são atividades econômicas fundamentalmente do mesmo tipo. Assim, Marabá tornou-se o principal centro dessa produção.

As terras nas regiões de exploração gomífera, ricas em árvores do gênero *Hevea* (seringueiras), como é o caso do Acre, por exemplo, logo sofreram forte pressão pela apropriação privada, embora nem sempre com titulação formal. Como a extração do látex das *Hevea* é feito preservando a árvore, o seringal se constituía numa área permanente de investimentos e lucros. A característica da exploração do caucho que predominava na região do Tocantins/Itacayunas, ao contrário, é que a árvore era derrubada para a extração, dificultando a formação de ‘cauchais’ permanentes e tornando-a uma atividade itinerante. Por isso, na primeira fase da exploração da castanha, herança da fase do caucho, predominaram os chamados castanhais livres e pouco ocupados de maneira permanente, sendo atrativos para os comerciantes basicamente pela manutenção do sistema de aviamento característico da época da borracha.

No entanto, diferentemente do caucho, a exploração da castanha, embora sazonal, era fixa no espaço, havendo necessidade e justificativa para investimentos no local, como armazéns, estradas, portos, além das primeiras pastagens para as tropas de animais que faziam o seu transporte da floresta até os rios. Por isso, na década de 1920 começaram as pressões da elite de comerciantes locais pelo arrendamento dos castanhais, o que iniciou efetivamente em 1925.

Na década de 1950 se iniciou uma terceira fase da produção da castanha, a partir de modificações na lei de aforamento dos castanhais, dando margem para o seu arrendamento perpétuo. Com a garantia de uma posse permanente da terra, não apenas os investimentos nas benfeitorias dos castanhais aumentaram, mas também ampliou-se a formação de pastagens artificiais e a criação de gado associado ao extrativismo da castanha.

Esse movimento de incremento da pecuária associada aos castanhais, embora significativo, não transformou Marabá de imediato num exportador de carne. Até a década de 60, a produção servia basicamente para a formação do rebanho bovino e para o abastecimento do mercado local, com uma tímida comercialização para Belém. A inversão desse processo, com o gado assumindo a importância maior, ocorreu mais tarde, já em meados da década de 70, levando inclusive a uma significativa substituição dos castanhais por pastagens.

Paralelamente à frente de expansão da castanha e pecuária, desde o início da ocupação da região havia um fluxo bastante intenso do sul do Maranhão para a região do Itacaiúnas, que se ampliou com a atividade extrativa do caucho e da castanha. Inclusive era comum migrantes que sazonalmente vinham à Marabá para a safra da castanha e retornavam na entressafra. Nessa esteira, começou a surgir uma frente de expansão de agricultores que vinham e se embrenhavam na mata, estabelecendo uma agricultura de subsistência muitas vezes

complementada pela coleta de castanha na safra, pela caça comercial (peles) e por garimpos de diamante. Eles se estabeleciam de maneira isolada ou em pequenos aglomerados, normalmente em áreas não ocupadas por castanhais.

Havia muitas dificuldades para essa frente se estabelecer em Marabá, onde as terras já eram cada vez mais amplamente ocupadas pelos castanhais associados a pecuária. Por isso, esta frente tendeu a se situar nos municípios menores e mais afastados como São João do Araguaia e Itupiranga. Apesar do relativo isolamento, começaram a surgir povoados que foram ganhando certas dimensões, sobretudo com a ampliação do fluxo migratório a partir da intensificação do comércio fluvial entre Marabá-PA e Imperatriz-MA, alcançada pela rodovia Belém-Brasília no início da década de 1960 e, posteriormente, pela abertura do ramal rodoviário entre Marabá e a Belém-Brasília em 1969 (rodovia PA-70) e, finalmente, a Transamazônica em 1971.

A abertura dessas rodovias significaram uma ligação nacional direta, sem tantas intermediações como no caso anterior da ligação fluvial por Imperatriz. Uma diferença significativa foi que o processo de ocupação a partir desse momento não se deu exclusivamente pelos pequenos lavradores. A região foi ocupada por 3 estratos distintos: (i) os lavradores da frente maranhense ; (ii) os médios fazendeiros conhecidos como “baianos” ; (iii) os grandes fazendeiros de fora e também de Marabá, inclusive com crédito da SUDAM. Os médios e grandes fazendeiros tinham muito mais facilidade de legalizar as terras ocupadas, impulsionando a frente maranhense para se adentrar cada vez mais para o interior.

Todo o impulso migratório observado começou a gerar uma escassez de terras disponíveis na região. Com isso, aumentou o número de lavradores que tentavam se estabelecer para cultivar em terrenos considerados de propriedade. Contraditoriamente, o INCRA – recém estabelecido na região – não priorizou o apoio aos lavradores que iam se estabelecendo por conta própria, mas sim concentrou todos seus esforços nos chamados Projetos de Colonização, implantados em áreas de maior extensão ainda não ocupadas (Velho, 1972).

Segundo Hébette et al. (2002 p. 182), nesse momento iniciaram-se dois modelos de ocupação da região da PA-70 e Transamazônica, que se caracterizaram como ‘colonização oficial ou governamental’ e ‘colonização por meio de iniciativas privadas’⁶. A primeira forma, organizada pelo INCRA, levou a instalação dos colonos migrantes em lotes

⁶ Os autores, seguindo uma denominação comum à época, chamam esse tipo de colonização por meio de iniciativas privadas de ‘colonização espontânea’, embora os mesmos reconheçam os problemas desse termo: “ (...) a colonização dita espontânea que, a despeito da expressão, não deixou de ser imposta pela necessidade, mas se desenvolveu por meio de iniciativas privadas ... pela força de vontade dos migrantes (...)” (Hébette et al., 2002, p. 183).

regularmente esquadrihados, predominantemente de 100 ha, conformando um modelo de ocupação que mais tarde viria a ser chamado de ‘espinha de peixe’ face a existência de uma via principal e inúmeras transversais onde eram distribuídas as famílias. Essa forma de colonização também criou as chamadas *glebas*, lotes maiores destinados às empresas agrícolas e grandes pecuaristas, de 500 a 3000 ha.

Já a colonização por meio de iniciativas privadas se fez pela força de vontade dos migrantes, que demarcaram eles mesmos seus lotes a partir da ocupação de áreas devolutas ou áreas de florestas privatizadas (castanhais) ou grandes fazendas de criação de gado (Hébette et al., 2002 p. 183). A primeira forma de colonização predominou ao longo da Transamazônica em direção Oeste, no sentido de Altamira. Na região de Marabá, embora também tenha havido algumas experiências de colonização oficial, predominou a distribuição oficial de grandes áreas e incentivos para médias e grandes fazendas, por um lado, e a colonização por meio de iniciativas privadas, por outro.

A existência simultânea na frente de expansão de três estratos, quais sejam, os camponeses-posseiros, os médios e os grandes fazendeiros, criou um caráter extremamente conflitivo para esse processo. Hébette et al. (2004) mostram uma série de exemplos de conflitos, desde a expulsão indígena até a disputa de terras entre camponeses posseiros e médios e grandes fazendeiros, em casos famosos pela violência física, pela ação de pistoleiros e pelos assassinatos. Segundo esses autores, além do confronto de indivíduos ou grupos com suas respectivas forças e estratégias para conquistar parcelas de terra, também houve o envolvimento direto e formal do Estado, por meio de seus aparelhos e mecanismos de intervenção como as leis, decretos e portarias, os tribunais de justiça, o poder executivo e suas diversas instituições (INCRA, GETAT, IBDF, SUDAM) e as forças de repressão policial.

Esse clima de violência não foi encarado passivamente pelos posseiros. Hébette (2004), num artigo chamado ‘A Resistência dos Posseiros’ sintetiza como a solidariedade de grupos que já migraram juntos para a região ou que se recriaram nela, muitas vezes evoluíram para a formação de associações independentes, enquanto os sindicatos eram dominados pelo governo e/ou fazendeiros. Essas organizações foram fundamentais para a garantia da posse da terra, embora lutassem de maneira isolada e dependentes da combatividade de seus líderes (Hébette, 2004, p. 193).

Pereira (2007) chama a atenção para o fato de que nessa luta pela terra empreendida pelo posseiro, seja na resistência à expulsão, seja na ocupação de novas áreas, predominava um relativo isolamento em pequenos grupos, cujo principal objetivo era a conquista do lote através do enfrentamento direto do fazendeiro-grileiro que o ameaçava. Quanto mais distante

e isolada fosse a área a ser ocupada, melhor, pois diminuía o risco de conflitos, seja com um pretense ‘dono’, seja com o próprio Estado, identificado como inimigo dos posseiros e favorecedor dos fazendeiros e latifundiários.

Essa relação de desconfiança com o Estado é bem ilustrada por Velho (1972), segundo o qual era denominado pelos posseiros como a ‘Besta Fera’, expressando o risco *de retorno ao cativo* que a relação com o Estado trazia. Isso pode ser compreendido tanto pela ação repressiva direta do Estado na expulsão dos posseiros da terra, como na tentativa de enquadrá-los e subordiná-los nas áreas de ‘colonização oficial’.

Ao longo da década de 1980, no entanto, esse tipo de luta foi se reconfigurando. Hébette (2004, p. 194-195) chama a atenção para o fato de que foram os militantes e as práticas das associações que permitiram a criação e a conquista de sindicatos independentes. Esse fato alargou a possibilidade de luta pela terra, quebrando o isolamento das diversas frentes de conflitos dos posseiros e permitindo paulatinamente estabelecer uma nova relação com o Estado, que passou a reconhecer os STRs como interlocutores quase obrigatórios. Pode-se perceber, nesse processo, que foi havendo uma transformação da percepção do Estado pelos posseiros em luta, da ‘Besta Fera’, a quem se devia fugir, para um inimigo a ser enfrentado.

O fortalecimento desse processo ganhou um reforço com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na região e as novas formas de luta pela terra características desse movimento. Essas transformações permitem delimitar, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, uma nova fase na periodização da luta pela terra na região, com a transformação da luta dos posseiros na luta dos sem-terra (Pereira, 2007). Diferentes elementos podem caracterizar essas mudanças, sendo os mais importantes sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Comparação das características da luta dos posseiros e dos sem-terra

	Posseiro	Sem Terra
Ocupação	“Espontânea”	“Planejada”
Movimento	Isolado	Sócio-Territorial
Local	Escondido (mata)	Visível (beira de estrada e prédios públicos)
Organização inicial	Lotes	Acampamento
Participantes	Homens	Família
Objetivo concreto	Conquista do lote	Conquista do assentamento
Perspectiva	Conquista do lote	Reforma Agrária
Enfrentamento	“Proprietário”	Estado

Fonte: Pereira (2007) – organização do autor FM.

Em que pesem as diferentes estratégias e ações na luta pela terra entre os posseiros e os sem-terra, conforme caracterizadas no quadro 01, há alguns pontos em que as rupturas devem ser relativizadas, dado que suas mudanças foram processuais e o movimento sindical as foram incorporando ao longo de sua organização ao longo da década de 1980. Hébette (2004 a), por exemplo, relativiza a diferenciação entre ‘ocupações espontâneas’ e ‘ocupações organizadas’, já que toda ocupação requer forçosamente um certo nível de organização e planejamento, embora isso nem sempre signifique a presença de alguma instituição organizadora.

Um outro marco dessa transformação foi o ano de 1987, que marca a conquista dos primeiros assentamentos nos municípios que compõem o chamado ‘Território do Sudeste Paraense’, dando início à ‘territorialização da luta pela terra’ (Michelotti et al, 2006). Desde esse ano, os camponeses e suas organizações assumiram na região uma perspectiva de que as ocupações de terras e os acampamentos, visíveis e abertos à sociedade, passavam a se configurar como um novo instrumento de pressão ao Estado para a obtenção de posse formal da terra através da criação dos Projetos de Assentamento.

A chegada do MST à região no final dos anos 1980 não pode ser vista como a única novidade, em termos de organização social camponesa. Pelo menos mais um componente deve ser acrescentado: o fortalecimento de movimentos organizados a partir de identidades tradicionais, sobretudo extrativistas, à exemplo dos seringueiros do Acre e das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Além das novas perspectivas de organização social, esses movimentos trouxeram um forte componente ecológico, de preservação de recursos naturais enquanto necessidade de preservação de seus modos de vidas e de seus territórios, fortalecendo inclusive alianças com os movimentos ambientais da região e de fora dela. No Sudeste do Pará, essa nova organização deu-se a partir da articulação dos extrativistas da castanha ao Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, enquanto uma representação de todos os extrativistas da Amazônia.

Ambos movimentos, MST e CNS, são enquadrados por Scherer-Warren (1996, p. 69-72) como ‘Novos Movimentos Sociais’. Para esta autora, os novos movimentos sociais no campo, que surgiram no Brasil a partir da segunda metade da década de 70, diferenciavam-se dos anteriores em função de sua formas de organização e dos encaminhamentos de suas lutas. Estes movimentos surgiram em função da construção de uma consciência dos seus direitos e da necessidade de lutar por eles, formando uma identidade social e política em torno de um projeto coletivo. O que caracterizou esse projeto não foi apenas os seus objetivos específicos, como por exemplo, a posse da terra ou a resistência às tentativas de expulsão da terra, mas

também a perspectiva de uma utopia de construção de uma nova sociedade, mais justa, participativa e democrática, com respeito à diversidade cultural e/ou de gênero.

Uma questão importante para parte desses novos movimentos sociais foi a inclusão da preservação da natureza enquanto luta pela preservação de seus modos de vida, complexificando as reivindicações que anteriormente era excessivamente totalizantes e centradas nos aspectos econômicas. Segundo Scherer-Warren (1996, p. 100-107), essa nova perspectiva abriu possibilidades de alianças entre os movimentos sociais do campo e os movimentos ecologistas e de direitos humanos, como no caso do Conselho Nacional dos Seringueiros. Nesse contexto, por exemplo, surgiram as Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Agroextrativistas na Amazônia.

O que é importante registrar, a partir desse breve histórico, é que esse processo de criação de assentamentos, a partir de 1987 no Sudeste do Pará, é altamente heterogêneo. Por um lado, sua heterogeneidade é fruto das variações no seu ritmo e intensidade, em função das modificações na correlação de forças entre movimentos sociais e sucessivos governos, dado que nunca se constituiu numa efetiva reforma agrária e sim numa regularização fundiária reativa às lutas pela terra. Por outro lado, porque nesse processo, houve regularização de terras ocupadas de maneiras completamente distintas, desde antigas ocupações de posseiros da década de 1970 até ocupações mais recentes organizadas por múltiplos movimentos sociais, orientados por estratégias diferenciadas.

Sobre as mudanças em ritmo e intensidade no processo de criação de assentamentos no Sudeste do Pará, apresentamos em Michelotti et al. (2007) a existência de 05 períodos distintos: (i) **1987 – 1988**: início da criação dos primeiros assentamentos na região ; (ii) **1989 – 1996**, refluxo na criação de assentamentos na região, com retomada da pressão social a partir de 1994/95 ; (iii) **1997 – 1999**, fruto da pressão nacional e local iniciada já em 1994/95⁷, da criação da Superintendência Regional do INCRA em Marabá (SR-27) e da repercussão do Massacre de Eldorado dos Carajás inicia um período de criação de elevado número de assentamentos; (iv) **2000 – 2002** (final do Governo FHC), do ponto de vista da criação de assentamentos ocorre um declínio em relação ao período anterior ; (v) **2003 – 2006** a resposta do Governo Lula ao crescimento da pressão nacional pela reforma agrária, foi um deslocamento geográfico da criação de assentamentos, ou seja, a resposta às maiores mobilizações nas áreas mais densamente ocupadas foi a criação de assentamentos nas áreas de fronteira, como o interior da Amazônia.

⁷ Regionalmente, neste período, houve a criação da Regional Sudeste da FETAGRI – Pará e do MST – Pará, ampliando o nível de organização e o alcance da luta pela terra na região.

A seguir pretende-se ilustrar essa diversidade de situações a partir de dois projetos de assentamento, o PA Palmares e o PA Agroextrativista Praia Alta e Piranha que estão sendo pesquisados no âmbito do projeto AMAZ. Além de ilustrar essa diversidade de assentamentos, pretende-se indicar como essas diferenças colocam certos desafios para as outras lutas que se seguem à conquista do assentamento, como a busca de uma estabilização relativa dos assentamentos e a construção de projetos camponeses com maiores graus de autonomia.

3. Elementos de Comparação entre os Projetos de Assentamento Palmares e Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha.

A luta pela terra que levou à criação do Projeto de Assentamento Palmares iniciou-se em junho de 1994, quando cerca de 1500 famílias ocuparam uma área que o Governo Federal havia cedido para a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD no município de Parauapebas, conhecida como ‘Cinturão Verde’. Desde essa primeira ocupação até a desapropriação de parte da Fazenda Rio Branco, onde foi criado o PA Palmares, foram 1 ano e 4 meses de um acampamento que teve que se deslocar inúmeras vezes, incluindo paradas nas sedes dos municípios de Parauapebas e Marabá, além de marchas e mobilizações públicas (Monteiro, 2005, p. 13-15).

Na fase final do acampamento o movimento dividiu-se, dando origem a dois assentamentos: o Palmares I e Palmares II. O Projeto de Assentamento Palmares II, organizado pelo MST, foi criado pelo INCRA em outubro de 1995, com uma área de 14.922 ha destinada ao assentamento de 517 famílias. As famílias estavam acampadas numa área fora do projeto, portanto a partir desse período começou o processo de ocupação inicial dessa área que em parte era formada por pastagens da antiga fazenda e em parte era coberta por florestas. Brito Filho (2004) *apud*. Monteiro (2005, p. 15) indica que a prioridade inicial foi a construção de uma agrovila e de sua infra-estrutura como casas de moradia, escola, posto de saúde, energia elétrica e agroindústrias. A demarcação dos lotes individuais só ocorreu depois, promovendo uma distribuição de lotes regulares de 25 ha para as famílias, seguindo o padrão das áreas de colonização oficial.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha (PAE) teve uma história de criação bastante diferente. Essa área era formada por antigos castanhais, sendo que parte já havia sido ocupada por pequenas e médias fazendas e por posses de camponeses que mantinham o extrativismo da castanha e do cupuaçu e a pequena agricultura e criação, além da pesca, nas áreas próximas ao Rio Tocantins que o margeia. A criação do projeto de

assentamento foi portanto uma regularização fundiária das posses existente, mas também levou a ocupação por outras famílias que chegaram com o assentamento. Pelo caráter extrativista, as famílias mantiveram-se dispersas nas suas unidades de produção, não constituindo agrovila. Parte dos lotes não foram demarcados pelo INCRA, respeitando ocupações antigas e áreas já estabelecidas, procedimento inspirado nas experiências das Reservas Extrativistas. No entanto, outros lotes, de ocupação mais recente, seguiram o padrão do INCRA de distribuição de lotes regularmente divididos.

Apesar da inspiração nas RESEX, há que se considerar que a situação desse assentamento difere-se bastante da proposta original elaborada pelos seringueiros e castanheiros do Acre, onde ela surgiu. A maior parte das famílias assentadas não era tradicionalmente identificada como castanheiros ou extrativistas, mas sim pequenos agricultores e criadores. Inclusive, a ocupação dessa área, por muitas dessas famílias, já ocorreu na fase da frente de expansão agrícola – posseira, quando a atividade extrativista já tinha declinado bastante.

Outra diferença marcante, refere-se ao tamanho das áreas de cada família, que nesse caso são, em média, muito menores que as *colocações* de seringa das Resex, dificultando a sua manutenção econômica com a atividade extrativista, que em geral, é bastante extensiva. O PAE foi criado para 440 famílias em uma área de 22.000 ha, ou seja, com uma média de 50 ha por família. A título de comparação, o PAE Chico Mendes, criado no antigo Seringal Cachoeira, palco da luta do movimento dos seringueiros acreanos, respeitou as antigas colocações de seringa e castanha. Nesse assentamento, a área média por família é de 277 ha, o que permite a obtenção de quantidade elevada de produtos extrativistas, dispersos pela floresta. No caso da RESEX Chico Mendes, na mesma região, a área média por *colocação* é ainda maior: 672 ha (UICN, 1995).

O PAE Agroextrativista Praia Alta Piranha, único dessa categoria na região, foi criado em 1997, a partir da mobilização e reivindicação de alguns grupos de moradores do local e do apoio direto do Conselho Nacional do Seringueiros – CNS e do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular – CEPASP. A justificativa da criação do PAE baseava-se na tentativa de imprimir uma outra direção produtiva aos assentamentos na região, que vinham cada vez mais sendo identificados como insustentáveis em função da predominância de um processo de pecuarização da produção camponesa.

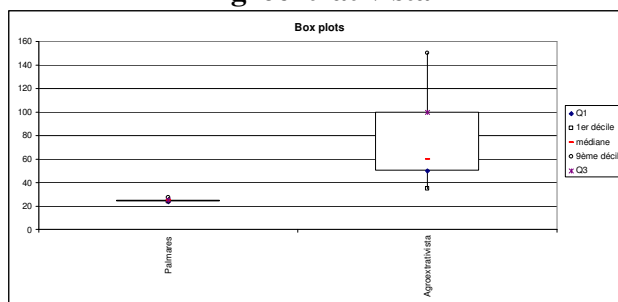
Sobre a questão da pecuarização, Hurtienne (1999) argumenta que esta foi fortemente influenciada pela instabilidade da posse da terra ocupada pelos camponeses graças à disputa acirrada com fazendeiros e grandes empresas, aliada à ausência de uma política mais ampla de

colonização organizada a favor da pequena produção. Esses processos levaram a que entre os posseiros predominassem sistemas de produção pouco complexos, baseados no corte e queima da floresta para implantação de roças de arroz, precocemente substituídas por pastagens. No entanto, a regularização fundiária com a criação dos assentamentos não significou de imediato uma reversão desse processo, com a implantação ampla e imediata de sistemas de produção mais complexos e diversificados.

A partir desse rápido histórico dos dois assentamentos em tela reforça-se a idéia da diversidade de situações que existem por trás da chamada política de criação de assentamentos. O PA Palmares pode ser considerado um exemplo da transição da luta dos posseiros para a luta dos sem terra na região, marcada pelas ocupações abertas e visíveis, na forma de acampamentos e marchas planejadas para pressionar o Estado pela criação dos assentamentos. Esse processo ocorreu entre os anos 1994 e 1995, considerados como um período de refluxo da política de regularização fundiária na região, mas onde os novos movimentos sociais vinham intensificando suas lutas e enfrentamentos ao Estado na região. O PAE Agroextrativista, criado em 1997, num período de crescimento da implantação de assentamentos em função da alteração da correlação de forças dos movimentos sociais com o Estado, ilustra também a incorporação, no âmbito da política fundiária regional, de preocupações de outras ordens que não apenas a formalização da posse da terra. Essa experiência expressa, mesmo que parcialmente, a preocupação com a dimensão ecológica e com a diversidade identitária e social dos assentamentos. Ambos podem ser considerados resultados da ação de novos movimentos sociais atuando na região, incorporando à antiga luta pela terra outras dimensões como a luta por políticas públicas e a preocupação ecológica.

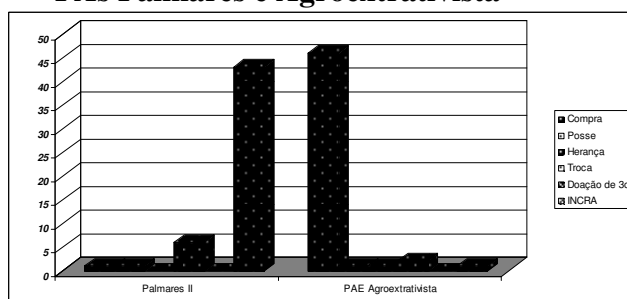
Os dados a seguir serão apresentados com o objetivo de detalhar a heterogeneidade dos assentamentos, bem como ilustrar algumas questões que emergem de suas diferenças e que afetam as estratégias econômico-produtivas dos assentados. Esses dados são oriundos de entrevistas realizadas com uma amostra de 51 estabelecimentos em cada um dos assentamentos, realizados no âmbito do Projeto AMAZ. A escolha desses estabelecimentos não foi ao acaso e sim a partir de áreas onde houvesse uma paisagem diversificada. Dessa forma, evitou-se por exemplo áreas em que já predominavam pastos desde os tempos da fazenda que antecedeu o assentamento ou ainda que tivessem sido completamente desmatadas pelos próprios assentados. Os 51 estabelecimentos são agrupados em 3 grupos de 17 vizinhos em cada assentamento.

Gráfico 01 – Comparação das áreas dos estabelecimentos estudados nos PAs Palmares e Agroextrativista



Fonte: Projeto AMAZ (2007).

Gráfico 02 – Comparação das formas de aquisição dos estabelecimentos estudados nos PAs Palmares e Agroextrativista



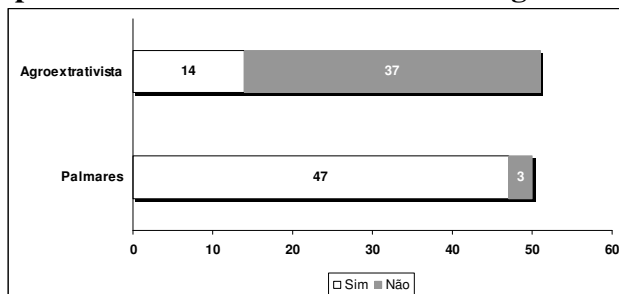
Fonte: Projeto AMAZ (2007).

Os gráficos 01 e 02 retratam as diferenças entre os dois assentamentos em relação a distribuição dos lotes e a sua forma de aquisição. No PA Palmares, predominou a aquisição via INCRA, o que levou a uma distribuição bastante homogênea em termos de área, em torno dos 25 hectares. No PAE predominou a aquisição via compra tanto antes, quanto depois da criação do assentamento. Em função desses históricos de aquisição diferenciados, no PAE há uma variação muito maior no tamanho dos lotes, que apresentam uma mediana de 60 ha e uma variação de 35 a 150 ha, considerando 90% da amostra total (Q1 e Q2).

Além da distribuição dos lotes, um outro diferencial entre esses dois assentamentos refere-se à distância e facilidade de acesso. A agrovila do PA Palmares dista cerca de 20 Km da cidade de Parauapebas, sendo que metade desta distância é percorrida em estrada asfaltada. A outra metade está sendo asfaltada neste ano de 2008, como resultado da última jornada de lutas do MST. No PAE Agroextrativista, os estabelecimentos entrevistados distam cerca de 50 Km da sede do município de Nova Ipixuna, em estrada de terra que apresenta uma maior dificuldade de locomoção, sobretudo no período das chuvas. Essa estratégia de forçar a criação de assentamentos em áreas com melhores condições de acesso, facilita posteriormente o processo de comercialização da produção. Um bom exemplo disso é a possibilidade de

participação, duas vezes por semana, de vários agricultores do PA Palmares na feira de Parauapebas, comercializando produtos agrícolas e olerícolas.

Gráfico 03 – Comparação entre o n° de famílias que receberam créditos reembolsáveis dentre os grupos estudados nos PAs Palmares e Agroextrativista

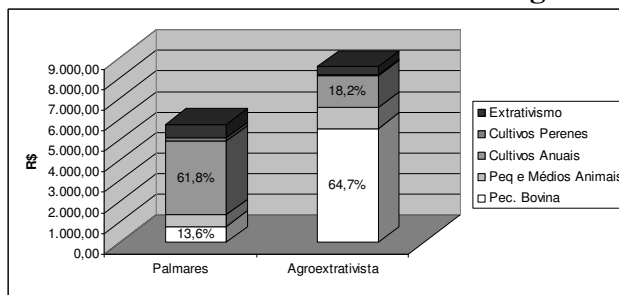


Fonte: Projeto AMAZ (2007).

Do ponto de vista do acesso à política de crédito, há uma grande variação entre os dois casos. No PA Palmares, dos 51 estabelecimentos entrevistados, 47 receberam algum tipo de crédito reembolsável. No PAE Agroextrativista, numa amostra também de 51 estabelecimentos, apenas 14 receberam algum tipo de crédito reembolsável.

Essas diferenças nos tamanhos dos estabelecimentos e na localização dos assentamentos, bem como o acesso às políticas públicas de apoio à produção, como o crédito, ajudam a explicar as opções de uso do solo que vem predominando em cada um deles. A comparação do Valor Bruto da Produção desses assentamentos (gráfico 03) indica que na amostra estudada no PA Palmares a atividade econômica mais importante é o cultivo de lavouras anuais (61,8% do VBP), enquanto no PAE Agroextrativista é a pecuária (64,7% do VBP), contraditoriamente ao objetivo inicial desse modelo de assentamento. Pode-se afirmar, assim, que os estabelecimentos estudados do PA Palmares vem adotando uma estratégia baseada na agricultura mais intensiva em termos de uso da terra do que no PAE Agroextrativista, com uma estratégia mais extensiva de uso da terra, baseada na pecuária.

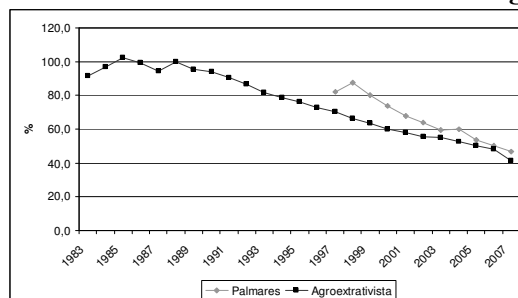
Gráfico 04 – Comparação dos Valores Brutos da Produção Agropecuária Médios entre os estabelecimentos estudados nos PAs Palmares e Agroextrativista



Fonte: Projeto AMAZ (2007).

No entanto, as conclusões dessa comparação das estratégias de uso da terra devem ser feitas com cuidado. A trajetória terra-intensiva observada no PA Palmares, que aparentemente denota uma oposição ao processo de pecuarização dos assentamentos, gera, em termos médios, um Valor Bruto da Produção Agropecuário 33,9% menor do que o encontrado no PAE Agroextrativista. Fica claro, portanto, que no atual padrão tecnológico vigente as estratégias terra-extensivas de utilização do solo nos assentamentos do Sudeste do Pará, sobretudo baseadas na pecuária, ainda geram uma melhor renda total para as famílias camponesas. Portanto, mesmo considerando a melhor situação em termos de infra-estrutura e acesso às políticas públicas verificada no PA Palmares, não se pode concluir que a consolidação dos assentamentos passa pela redução do tamanho dos lotes.

Gráfico 05 – Redução relativa da cobertura florestal primária no conjunto de estabelecimentos estudados nos PAs Palmares e Agroextrativista



Fonte: Projeto AMAZ (2007).

Mesmo do ponto de vista ecológico, as estratégias mais intensivas de uso do solo observadas no PA Palmares não eliminam um dos problemas já verificados no processo de pecuarização que é a redução significativa, no médio e longo prazo, das áreas de floresta dos lotes, que são a base para a manutenção da agricultura de corte e queima. Em ambos os casos, o desmatamento já ultrapassou os 50% da área estudada, conforme Gráfico 05. Esses dados tornam-se mais preocupantes para o PA Palmares, dado que ali há maior dependência da atividade agrícola para a reprodução econômica das famílias do que no PAE Agroextrativista.

4. Considerações Finais

Neste artigo, argumentou-se que a mera criação de assentamentos não pode ser considerada como reforma agrária, posto que não é uma ação planejada para uma mudança de grandes proporções na estrutura agrária nacional. O que se verifica é uma ação reativa dos diferentes governos ao processo de luta pela terra existente no campo brasileiro. No chamado Território do Sudeste Paraense a situação não é diferente, embora, dada a intensidade e

sucesso do processo de luta pela terra, tenha havido uma criação significativa de assentamentos que chegam a ocupar 32,4% da sua área.

A grande quantidade de assentamentos criados e a extensa área ocupada não pode ser vista como a aplicação homogênea de uma mesma política pública de regularização fundiária. Cada assentamento tem uma trajetória distinta em seu processo de luta pela criação, em função do momento histórico em que esta se iniciou e do tipo de movimento social que a organizou. Estas diferenças são importantes não apenas para explicar as especificidades do assentamento em si, como também influenciam as possibilidades e estratégias de estabilização relativa das famílias assentadas.

Os dois assentamentos estudados, PA Palmares e PAE Agroextrativista Praia Alta Piranha, são resultados de lutas pela terra em momentos históricos mais recentes, posteriores à década de 90, quando as características do tipo de organização dos camponeses havia se modificado de um padrão do posseiro para o de sem terra. Além disso, ambos foram processos coordenados por organizações que se enquadram na categoria de Novos Movimentos Sociais, que além da luta pela terra em si, inovaram na perspectiva de construção de uma nova sociedade, mais justa, participativa e democrática, com respeito à diversidade ecológica, cultural e/ou de gênero.

Nesta perspectiva, o PA Palmares, organizado pelo MST, priorizou estratégias que garantissem o acesso pelos camponeses a benefícios sociais mais amplos, como por exemplo, a infra-estrutura de estradas e as políticas públicas. O PAE Agroextrativista, cuja luta foi organizada através de uma parceria entre entidades locais com o Conselho Nacional dos Seringueiros, priorizou a preocupação com a sustentabilidade ecológica dos assentamentos criados. Esses processos influenciaram a conformação desses assentamentos em várias dimensões, dentre elas a econômica-produtiva, como o tamanho dos estabelecimentos, o acesso às políticas de crédito e as facilidades de transporte e comercialização.

A facilidade de transporte em função da localização e as possibilidades de comercialização que isso abre, o maior acesso ao crédito e o menor tamanho dos estabelecimentos levou a predominância entre as famílias entrevistadas no PA Palmares de uma estratégia de uso da terra mais intensiva. Isso foi verificado pela importância que a agricultura temporária tem na composição do Valor Bruto Agropecuário Total.

No PAE Agroextrativista, as maiores distâncias e dificuldades de escoamento da produção e o acesso mais restrito ao crédito agropecuário, aliado à inexistência de uma identidade extrativista em parte significativa das famílias que vieram a compor o assentamento, parecem ter dificultado o surgimento de sistemas de produção agroextrativistas,

como foi idealizado inicialmente. O tamanho dos lotes, maior em relação ao PA Palmares, mas bem menor do que as unidades de produção fortemente extrativistas, como no caso do Acre, acabaram por contribuir para a configuração de um sistema de produção bastante influenciado pela formação de pastagens e criação de gado, que pouco se diferenciou do processo mais comum de pecuarização observado na região.

Estas análises, não podem ser compreendidas como conclusões definitivas sobre esses assentamentos, mas apenas como a explicitação de elementos que, conformados a partir de suas diferentes trajetórias de luta pela terra, influenciaram as estratégias e projetos econômico-produtivos que foram se formando. A menor importância econômica da atividade pecuária na amostra estudada do PA Palmares não pode ser confundida com sinal de sua consolidação, risco comum às análises que apresentam a ‘pecuarização’ como o maior problema dos assentamentos. Frente ao atual padrão tecnológico e dos sistemas de produção familiares nos assentamentos, o seu mais baixo valor bruto médio da produção agropecuária e o desmatamento elevado dos lotes mostram que a sua consolidação econômico-produtiva ainda é um desafio de grandes proporções. Contudo, estas estratégias e projetos estão em constante reformulação, posto que a realidade é extremamente dinâmica, desautorizando projeções muito rígidas de futuro.

De qualquer forma, parece que as inovações trazidas nos processos de luta desses dois assentamentos, quais sejam, a importância do acesso às políticas públicas e infra-estrutura social pelos assentados e a preocupação com a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção, têm sido incorporadas de maneira mais ampla no processo geral de luta pela terra nesta região. Fato que pode ser decisivo na luta pela consolidação dos assentamentos criados.

5. Referências Bibliográficas

COSTA, F. A. **Formação Agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

FERNANDES, B. M. (1999). **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999.

HÉBETTE, J; ABELÉM, A.; PARAENSE, M. e EMMI, M. A Resistência dos Posseiros. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. II. Belém: EDUFPA, 2004, 51-189.

HÉBETTE, J. Movimentos Sociais Contemporâneos no Campo Paraense. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. II. Belém: EDUFPA, 2004a, p. 197-211.

HÉBETTE, J. A Resistência dos Posseiros. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. II. Belém: EDUFPA. 2004b, p. 191-196.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M. e QUINTELA, R. S. Parentesco, Vizinhança e Organização Profissional na Formação da Fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B. e MANESCHY, M. C. (Org.). **No Mar, nos Rios e na Fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA. 2002, p. 175-202.

HURTIENNE, T. Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, n. 1. 1999, p 75-94.

IUCN. Reservas Extrativistas. MURRIETA, J. R. e RUEDA, R. P. (ed.) Gland, Suíça e Cambridge. Reino Unido: IUCN. 1995.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B. e FLORÊNCIO, S. R. (2006) A Re-Existência Camponesa na Construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004). In: MONTEIRO, D.M.C. e MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006, p. 149-163.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B.; SOUZA, H. e FREITAS, R. L. A. O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. **Anais do II Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Rio de Janeiro, setembro de 2007.

MONTEIRO, D. M. C. **Estudo sobre a Organização da Produção em Áreas de Assentamento no Sudeste do Pará**. Dissertação apresentada no Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA. 115 fl. 2005.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Anais do XII Encontro Nacional do MST**. São Miguel do Iguazu (PR), 2004.

PEREIRA, A. R. **Do Posseiro ao Sem Terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no Sudeste do Pará**. Monografia apresentada no curso de especialização em História Social da Amazônia. Marabá: UFPA. 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO LABIRINTO DAS POLÍTICAS
AGRÁRIAS**

Maria de Fátima Yasbeck Asfora¹

Resumo

O avanço do neoliberalismo, ocorrido nesta última década, reforçou o modelo da modernização conservadora, implantado no país desde o período da ditadura militar. Dentre os principais indicadores deste processo figuram as prioridades concedidas ao agronegócio; o tratamento preferencial para as políticas agrícolas voltadas para a competitividade no mercado mundial e o gradual abandono do programa de reforma agrária. É nesse contexto que destacaremos o projeto de transposição das águas do rio São Francisco e o acordo de cooperação tecnológica para a produção do etanol, como símbolos do reformismo neoliberal, que agravam as desigualdades na distribuição da terra, da água e do poder, causando também uma diversificação de impactos ambientais negativos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Reforma Agrária de Mercado; Agronegócio

1. Introdução

Introduzindo nas ciências sociais o paradigma da modernização conservadora, Barrington Moore Jr (1966), autor não marxista, localizou na sociedade rural as alternativas de desenvolvimento econômico e político. Através deste conceito, que apresenta analogias com os de via prussiana e revolução passiva, concebidos por Lênin e Gramsci respectivamente, o autor obteve ampla repercussão no círculo político e intelectual dos países da América Latina nos anos setenta.

No Brasil o conceito da modernização conservadora foi aplicado por Alberto Passos Guimarães (1978:333) nas suas análises comparativas entre o padrão de desenvolvimento em vigor a partir dos meados de 1960 com a via prussiana referida por Lênin. Conforme Guimarães a modernização conservadora na agricultura brasileira corresponde ao processo de uma modernização sem mudança na estrutura arcaica, na qual esta expulsa dos setores “modernizados” da economia, para a periferia atrasada, contingentes cada vez mais numerosos da população agrícola ativa.

¹ Socióloga, professora de Sociologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco, doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). E-mail para contato: yasfora@terra.com.br

A utilidade deste paradigma continua presente na literatura das ciências sociais da América Latina, recebendo por parte de Delgado (1985:22) a identificação e análise dos elementos que modelaram a sua implantação no Brasil no período da ditadura militar. Foram eles: a) um novo sistema de financiamento para atividades rurais (o SNCR, Sistema Nacional de Crédito Rural); b) o crescimento das exportações e da urbanização; c) a modernização agropecuária, visando a constituição e ampliação dos diversos ramos dos complexos agroindustriais e d) a definição de novas regulações sociais e econômicas do setor rural, por parte do Estado.

Coube ao SNCR, Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, um papel significativo para implementar a modernização dolorosa na agrícola brasileira, deslocando a diretriz da “política por produtos” para a política de mercadoria rural em geral. No período anterior as políticas agrícolas eram explicitadas através de institutos “por produto”, abrangendo apenas os setores vinculados ao modelo primário exportador. Tal particularidade justificava a existência do IBC, Instituto Brasileiro do Café; IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool e CEPLAC, Comissão Especial da Lavoura Cacaueira, representativos dos interesses das oligarquias rurais junto aos interesses urbano-industriais.

O SNCR privilegiou as iniciativas dos grandes produtores do centro-sul do país, bem como as exportações, marcando de modo indelével a agricultura nacional do final dos anos 60. Delgado (1985:21) identifica o SNCR como carro-chefe da modernização do setor agropecuário até o final dos anos 70, através do qual a rede bancária passou a ocupar posição de importância central nos negócios rurais, induzindo a um processo de mudanças na base técnica da agricultura.

Este mecanismo garantiu uma modernização da base técnica da agricultura brasileira e através dele ficaram estabelecidas as condições necessárias para canalizar uma porcentagem dos depósitos dos bancos para a política da modernização conservadora.

Enfocando o período da Nova República, Ribeiro (1987:117) concluiu que: “... a partir dos meados da década de 80 o país estava “... revivendo maquiada, a linha essencial do movimento da modernização conservadora seguido anteriormente; e que nessa fase aprofundou a penetração da modernização conservadora também na produção de alimentos.. Assim, tal como aconteceu no período da implantação desse modelo conservador, o setor camponês “... estava sendo isolado, excluído pela modernização, eliminado por inanição e ilhado em determinadas regiões”.

Para Silva (1999:62) as condições de vida dos “errantes do fim de século” foram causadas por esse mesmo modelo, denominado no seu estudo de “modernização trágica”.

Através desse processo a autora chama a atenção para a eficácia jurídica do Estatuto da Terra (ET) e do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) no tocante à extinção das relações de trabalho.

Teixeira (2000:2) situa no período de consolidação do programa neoliberal, o início de uma nova fase do modelo modernização conservadora, que merece ser investigada através das suas especificidades. Seguindo esta diretriz, tentaremos identificar alguns traços específicos dessa nova fase da modernização conservadora, no período compreendido entre o governo Collor até o segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva.

2. O neoliberalismo

“Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global..”

Ianni, 1997:46.

A ideologia neoliberal, sob a égide de Washington, cresceu significativamente a partir da década de 80. Em 1989 foi realizado o Consenso de Washington, que confirmou essa adesão, visto que o seu objetivo foi avaliar as reformas econômicas já efetivadas na América Latina e ditar novas recomendações. Reunindo membros de organismos de financiamento internacional (FMI, BIRD e Banco Mundial), funcionários do governo americano e da América Latina, naquele Consenso, que foi anunciado por seu caráter predominantemente acadêmico, tornaram-se evidentes os seus fortes componentes deliberativos.

No Brasil este tipo de discurso foi assumido a partir da posse de Fernando Collor no cargo de Presidente da República em março de 1990, que impulsionou as principais diretrizes impostas pelo Consenso de Washington.

Insistindo na necessidade de modernização, tendo por base a abertura econômica e financeira, bem como a sobrevalorização do real, as intervenções públicas naquele período conseguiram desmontar o Estado, além de desequilibrar as contas públicas. O ano de 1991 representou um marco decisivo em termos de grandes reformas, devido à promulgação da primeira Lei agrícola nacional (nº8171) e de uma Lei complementar (nº 8174) , que tiveram como objetivo abrir o espaço para o mercado. Aquela lei introduziu a agricultura brasileira nas dinâmicas da globalização (anunciadas pelas negociações do Mercosul, do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio, substituído em 1995 pela OMC, Organização Mundial de

Comércio) agilizadas pela mídia e lobbings em escala mundial. Tal fato representou um maior grau de liberalização e de privatização da economia, enquanto que as políticas sociais não pareciam ocupar nenhuma prioridade.

Após o impeachment de Collor em 1992, as medidas neoliberais relacionadas à abertura comercial e privatização foram mantidas, através do Presidente Itamar Franco, cujo apoio partidário estava comprometido com o reformismo neoliberal, inviabilizando modificações. Entretanto o realce desse governo esteve voltado para a estabilização da economia, através do bem sucedido lançamento do Plano Real, que fez parte de um projeto de conquista do Estado, utilizado para eleger Presidente da República o então Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Sobre aquele período no qual a implementação dos “ajustes” assinalava que o neoliberalismo parecia ter perdido a maior parte dos seus disfarces, Nelson Werneck Sodré (1995:110) advertiu :

... o desatinado liberalismo (...) disfarçado em roupagens que fantasiam o novo (...) consagra o que temos de mais velho, aquilo que precisa realmente ser superado. Num mundo que permanece em desordem, o neoliberalismo só vê um aspecto, o da dominação externa, cujos modelos que lhe são impostos, trata de aceitar, pregar e, quando pode, executar.”

Desse modo, aceitando, pregando e executando os modelos do Banco Mundial o universo agrário do país foi escamoteado no período 1995-2002. Para corresponder às imposições de Washington as ações políticas no governo Cardoso foram bastante amplas e rápidas, tanto nos aspectos referentes aos instrumentos institucionais e financeiros para realizar o modelo proposto, como naqueles da área de articulação com a classe dominante, mantendo seu apoio aos interesses dos latifundiários;reprimindo os movimentos sociais e criminalizando os trabalhadores envolvidos em conflitos.

No setor de recursos hídricos o mandato de FHC iniciou um novo modelo de gestão, expresso pela Lei das Águas, no qual a proposta central consistiu na revitalização do São Francisco e na construção de canais de transposição.

Tais proposições surgiram naquele mandato em 1995, devido ao agravamento da crise de abastecimento de água do Nordeste, período no qual a transposição de águas do rio São Francisco passou a ser considerada como a única alternativa para solucionar o problema. Entretanto cabe lembrar que a idéia de transposição como o único meio para solucionar a seca do nordeste existe desde o período de Dom Pedro II, tendo sido retomada por Getúlio Vargas em 1943 e pelo General João Batista Figueiredo no período da ditadura militar.

Em sentido oposto se colocaram os economistas Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e o geógrafo Manoel Correia de Andrade (1999), quando se posicionaram radicalmente contrários ao projeto (1999).

Recuando do projeto da transposição, FHC a partir dos meados dos anos 90 tentou “pacificar” as pressões dos movimentos sociais e das entidades sindicais rurais, em face da extrema insatisfação pelas políticas agrárias então vigentes. Desse modo agindo em função dos assassinatos de 28 trabalhadores rurais pela polícia militar nos casos de Corumbiara /RO em agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás/PA em abril de 1996, foi criado no ano de 1996 o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária.

A partir daquele novo órgão foram realizadas atividades ligadas à concretização do modelo de reforma agrária de mercado (MRAM), criado pelo Banco Mundial e direcionado para países que apresentam intensos conflitos pela posse da terra, tais como África do Sul, Brasil, Colômbia e Guatemala. A implantação desse modelo fez com que a reforma agrária ficasse situada no âmbito das políticas sociais compensatórias, em oposição à reforma baseada na desapropriação de propriedades improdutivas que não cumprem a sua função social. Na realidade o MRAM representa um mero financiamento para a compra e venda de terra entre agentes privados..

Seguindo a lógica do BM aparece como um elemento fundamental para a avaliação dos programas de financiamento a regularização fundiária, que não pode ser tratada como parte de um projeto de reforma agrária por tratar-se apenas de uma “ação cartorial”. A relevância de uma reforma agrária deve ser medida por fatores mais amplos, relacionados ao financiamento da produção, assistência técnica, garantias de comercialização e implantação dos lotes.

Dentre os principais programas vinculados à questão agrária e financiados pelo Banco Mundial do governo Cardoso, figuram o Cédula da Terra; o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra); o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que substituiu o Banco da Terra. e o Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.

Analisando estes programas Sauer (2005) identifica um “desvio de semântica” que causa mudanças significativas no caráter dos projetos, bem como um aspecto caricatural, assumido pelo BIRD, para disputar ideologicamente a concepção sobre o papel do Estado.

... a proposta de ‘reforma agrária de mercado’ se transformou magicamente em um ‘program of community-based land reform’ (...) A ênfase, portanto, no aspecto ‘comunitário’ não passa de um desvio semântico como tentativa de amenizar críticas

ao modelo, utilizando um conceito caro às lutas, mobilizações e movimentos populares. Por outro lado, o aspecto comunitário não é o que distingue as diferentes propostas de reforma agrária. O 'modelo tradicional' brasileiro (ou simplesmente liderado pelo Estado) da desapropriação está fundamentalmente baseado em ações comunitárias ou coletivas de organização, mobilização, ocupação, negociação, essência do conceito de 'movimento social'. Definir esta 'nova' modalidade (baseada na lógica da oferta e da procura) como uma reforma agrária comunitária se transforma em uma tentativa de deslegitimar as ações históricas dos diversos movimentos sociais, representativos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo brasileiro (SAUER, 2005:16).

Em todas as diretrizes dos programas agrícolas do governo FHC os incentivos ao agronegócio, bem como à produtividade agrícola elevada estiveram presentes. Em sentido oposto cresciam os números de ocupações de terra, de acampamentos, bem como das mobilizações em favor da reforma agrária. Dentre os exemplos mais significativos de capacidade de articulação e de resistência está o MST, que expandiu suas bases a partir dos meados da década de 1990, possivelmente devido às conseqüências das políticas neoliberais que causaram falência, aumento do desemprego rural e endividamento dos trabalhadores.

Outros exemplos expressivos constituem a criação e expansão do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e do Grito da Terra Brasil.

Criado em 1994, o FNRA, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo tem suas origens nos anos 80, através da Campanha Nacional pela Reforma Agrária que aglutinava diferentes entidades de luta pela terra. A partir de 1994 o FNRA vem desenvolvendo atividades caracterizadas por uma maior articulação da sociedade civil na luta pela reforma agrária.

O Grito da Terra teve início em 1995, organizado pela Contag, apoiado pelas Fetags e pelos STRs, apresentando-se como uma manifestação de caráter marcadamente reivindicatório e de denúncias. Sobre este segundo aspecto cabe ressaltar a manifestação de 1999, que realizou amplos protestos sobre a atuação do governo FHC e em assembléia, reunida em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília o presidente da Contag, Manoel dos Santos denunciou: "O presidente comprou deputados e impediu que se fizesse a CPI da Corrupção", disse Manoel dos Santos (Folha de São Paulo, 17/setembro,1999, p.17-A).

A partir do seu segundo mandato a política de mercantilização da terra se tornou ainda mais intensa. Foram desse período as duas medidas provisórias mais repressivas, determinando o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e a não vistoria das terras ocupadas por 2 (dois) anos, quando ocupadas uma vez e por 4(quatro) anos quando ocupada mais de uma vez. Desse modo no período de 1999 a 2002 as ocupações

de terras diminuíram, assim como o número de assentamentos implantados, fato que representou um forte retrocesso para a luta pela reforma agrária.

Outra característica do segundo mandato de FHC que deve ser ressaltada diz respeito à precarização dos assentamentos implantados, nos quais a maior parte das famílias não recebeu crédito agrícola.

“Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por conseqüência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Essa tática criou uma balbúrdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato”. (FERNANDES, 2004:15)

3. O Partido dos Trabalhadores no poder

A posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, em janeiro de 2003, pareceu assinalar o início de um ciclo progressista na política brasileira, devido à história de vida do novo Presidente, bem como pela trajetória do seu partido, a coalizão político-partidária que lhe dava apoio e pelo programa de governo apresentado, que se caracterizava pela ênfase nas políticas de cunho social. Desde a Contag que fazia referências elogiosas ao “presidente-operário” até os principais analistas políticos do mundo, a atenção estava voltada para o novo governo.

Le Monde Diplomatique (jan.2003) destacava em primeira página aquele evento de primeira grandeza, na qual o novo Presidente do Brasil, líder da esquerda, rejeitava a mundialização liberal:

...Pour la première fois, l'immense Brésil – 170 millions d'habitants, dixième puissance industrielle du monde - s'apprête à être gouverné, dans des conditions démocratiques, par un leader issu de de gauche radicale qui rejette la mondialisation libérale. C'est un événement de première grandeur. (...) Venant lui-même après une funeste période de tyrannies militaires, de répressions et de révoltes armées, le cycle précédent aura duré environ deux décennies (1983-2002). Le président « Lula » s'est engagé sur un objectif minimal, déjà mentionné par les Evangiles, par la

Déclaration universelle des droits de l'homme et par la Constitution brésilienne : garantir à tous ses concitoyens qu'ils pourront manger trois fois par jour».

Entretanto as expectativas não se mantiveram por muito tempo. O recuo diante dos compromissos com os movimentos sociais ficou visível ainda no início do mandato (setembro de 2003) através da exoneração de Marcelo Rezende da Presidência Nacional do Incra, que foi substituído por um assessor parlamentar do Partido dos Trabalhadores. Em face daquela substituição, Fernandes (2004:8) identificou um sintoma do controle político, que o mandato de Lula teria sobre os conflitos fundiários.

A partir da promulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária em 2003 as linhas diretrizes do governo anterior foram mantidas. Permaneceu a medida provisória, proibindo a vistoria em terras ocupadas, bem como a efetivação de assentamentos em função das ocupações.

Quanto às linhas de financiamento disponíveis, cabe ressaltar uma diferença com o governo Cardoso, com relação à fonte utilizada, que é originária do Fundo de Terras, passou por algumas mudanças, mas mantém a mesma lógica do antigo Banco da Terra.

Em novembro de 2003 foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, responsável pela gestão dos recursos do Fundo de Terras, aplicados na execução dos três seguintes projetos: Combate à Pobreza Rural, Consolidação da Agricultura Familiar e Nossa Primeira Terra.

A precária política de assentamentos de famílias nos dois primeiros anos do governo Lula, pode ser avaliada através dos seguintes números: compromisso do governo em 2003: assentar 60.000 famílias/ assentamentos efetivados: 36.000; compromisso do governo em 2004: assentar 115.000 famílias/ assentamentos efetivados: 81.200 (Folha de São Paulo, 15/05/2005).

No que se refere ao combate do ideário neoliberalismo, não parece ser objetivo desse governo, que evita o tema da transformação social, direcionando o assunto para objetivos mais limitados, tais como a promoção de políticas compensatórias como, por exemplo, a bolsa família.

Em abril de 2004 o presidente nacional da CPT, dom Tomás Balduino, expressou o sentimento de frustração, referente à política agrária da gestão Lula: "Reivindicamos do governo federal uma postura clara e contumaz a favor da reforma agrária, contra o latifúndio, pelo limite da propriedade e pela democratização da estrutura fundiária brasileira", registrava a nota da Pastoral da Terra”.

Em face de tantas expectativas frustradas o MST realizou no ano de 2005 uma expressiva mobilização massiva, denominada Marcha Nacional pela Reforma Agrária, que chegou a Brasília no dia 17 de maio. O documento entregue ao presidente naquela ocasião foi representativo das principais reivindicações e posições assumidas por aquele movimento, ressaltando pontos prioritários na agenda agrária, tais como a punição dos assassinos de trabalhadores rurais; a democratização dos meios de comunicação e luta contra os transgênicos.

Desse modo com programas que enfraquecem o Estado nas suas atribuições e legitimam as oligarquias rurais, a transformação conservadora e dolorosa vem mostrando que continua presente.

3.1 Transposição das águas do Rio São Francisco

Diante dos protestos de diversos segmentos sociais sobre a iniciativa do governo federal de realizar a Transposição do São Francisco, o presidente Lula no seu primeiro mandato prometeu abrir um amplo diálogo com a sociedade sobre as implicações contidas naquele projeto.

Apesar das audiências, mobilizações contrárias e dos vários estudos aprofundados sobre o tema, que justificavam os protestos, o governo se manifestava de modo pouco freqüente, deixando a situação indefinida por algum tempo. Desse confronto ficou estabelecido um conflito de competências e interpretações da lei que vem sendo alvo de disputas judiciais ainda em curso, assim como ficaram definidos dois campos opostos referentes ao tema: o primeiro marcado pelos interesses do agronegócio e o segundo pela preocupação com a qualidade de vida da população e com as conseqüências nefastas para o meio ambiente.

Conforme o Dr. João Abner Guimarães, doutor em recursos hídricos e professor da UFRN “...há um projeto de transposição fantasioso, vendido à opinião pública por um forte marketing oficial e pela mídia. E há outro projeto real de transposição que está sendo sistematicamente ocultado do povo, pois é perigoso, injusto, insano e faraônico 87% das águas da transposição serão para atividades econômicas altamente consumidoras de água como a fruticultura irrigada, a criação de camarão e a siderurgia, voltadas para a exportação e com seríssimos impactos ambientais e sociais”.

Dentre as conseqüências de cunho social, que a possível realização do projeto poderá trazer, merecem ser destacadas a perda de emprego e renda nas áreas rurais causadas pelas

desapropriações; a imigração rumo aos núcleos urbanos em busca de emprego nas obras; alteração nos laços de parentesco devido à desapropriação das terras e a indesejável circulação de trabalhadores nas terras indígenas das etnias Truká e Pipipã, capazes de gerar conflitos.

Na luta contra a realização do projeto uma das lideranças mais expressivas da região constitui Dom Luis Flávio Cappio, bispo de Barra –BA, apoiado pela Via Campesina; por 900 organizações populares, integrantes da ASA, Articulação do Semi-Árido; pela CNBB; OAB do Brasil e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em julho de 2007, com a chegada do Exército para iniciar as obras do Eixo Leste, ficou caracterizada a militarização da área, fato que fez com que dom Luiz Cappio iniciasse o seu segundo jejum, significando denúncia política diante das injustiças sociais, políticas e econômicas.

Em Carta ao presidente Lula, de 04 de outubro de 2007, dom Cappio afirma:

Uma nação só se constrói com um povo que seja sério, a partir dos seus dirigentes. A dignidade e a honradez são requisitos indispensáveis para a cidadania. Portanto retorno ao meu jejum e oração. E só será suspenso com a retirada do exército nas obras do eixo norte e do eixo leste e o arquivamento definitivo do projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Não existe alternativa. Acredito que as forças interessadas no projeto usarão de todos os meios para desmoralizar nossa luta e confundir a opinião pública. Mas quando Jesus se dispôs a doar a vida não teve medo da cruz. Aceitou ser crucificado, pois este seria o preço a ser pago. A vida do rio e do seu povo ou a morte de um cidadão brasileiro.

O jejum de dom Cappio, além da repercussão internacional, motivou “jejuns solidários” de pessoas da comunidade local, cujas conotações também eram de ordem política, relacionadas às ameaças que a transposição poderá acarretar.

Um dos fatos mais relevantes da política hidráulica presente na transposição de águas do São Francisco é que não existem vínculos com nenhum projeto de reforma agrária, nem hídrica, que ofereça oportunidades de acesso à água para a população mais pobre. A transposição possibilitará o fortalecimento de uma nova classe de economia rentista: “os senhores da água”, referidos por Chossudovsky (1999:139).

3.2 A produção de biocombustíveis

Assinado pelos Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos em março de 2007, o acordo de cooperação técnica para a produção de biocombustíveis constitui uma das mais fortes ameaças para a saúde dos trabalhadores rurais e para o meio ambiente.

A sociedade organizada, os movimentos sociais e os organismos de defesa dos direitos humanos já parecem sentir os efeitos devastadores e iniciam protestos sobre este acordo de cooperação técnica. Na capital de São Paulo o MST, a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra e a Marcha Mundial das Mulheres reunidos realizaram um protesto.

Nossa opinião não é contra os agrocombustíveis. É contra o modelo que está sendo proposto”, afirmou o representante da CUT, Temístocles Marcelo Neto. Enquanto que para dom Tomás Balduino, conselheiro da CPT, a visita de Bush significou mais uma tentativa de intervenção na América Latina. “Além de não ter reforma agrária, há essa perspectiva de arrebentar o campo.

A expansão do agronegócio do açúcar e do álcool já pode ser avaliada através da superexploração dos trabalhadores; das ameaças à soberania alimentar do país; da degradação do meio ambiente, além dos aspectos políticos da geopolítica mundial. Sobre este último cabe ressaltar a chegada muitos grupos internacionais que estão vindo investir no Brasil, através da compra de usinas para produzir e exportar açúcar e álcool, causando a desnacionalização das terras, através da presença do capital especulativo internacional e o acirramento dos conflitos agrários.

O avanço da monocultivo da cana, aliado a frágil produção de alimentos vêm estimulando o arrendamento de terras, inclusive nos assentamentos. Diante das dificuldades de comercializar os alimentos, os assentados sem dispor de créditos para fazer outros cultivos e mesmo sem querer voltar a situação em que trabalhava nas usinas não sabem como pensar ou fazer para dar de comer às pessoas da sua família. “Não sou como os vereadores daqui de perto que mostram a cana plantada como quem ganhou um troféu, mas como vou sair dessa?” questiona o Sr. Juvenal, agricultor do assentamento Chico Mendes, da zona da mata pernambucana, em conversa informal.

Sobre essa questão Delgado (2008) afirma em entrevista: “O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar”. Advertindo para a existência de “... uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador, o autor explica que “Contra essa visão, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo, a aliança do grande capital com o grande latifundiário. O atraso é priorizá-lo em detrimento do crescimento industrial, do setor de serviços, da agricultura sustentável, da participação da familiar.

4. Conclusões

O exercício analítico ora realizado fez com que sentíssemos ressoar mais forte a orientação de Cornelius Castoriadis (1998:01) quando denunciando o entreguismo neoliberal ressaltou a responsabilidade das nossas atividades de cidadãos: “Devemos ser os jardineiros deste planeta. Cultivá-lo como ele é e pelo que é. E encontrar a nossa vida, o nosso lugar. Mas isto está muito longe não só do atual sistema quanto da atual imaginação dominante. É isso que devemos destruir”.

Estando o atual sistema dominado por políticas de inspiração neoliberal, no qual governos Collor, FHC e Lula seguiram as normas do consenso de Washington, entendemos o pensamento de Castoriadis como um estímulo e desafio à reflexão crítica. Através desse caminho todos poderão “... perceber algo além do horizonte visível a captar configurações e movimentos da máquina do mundo” (IANNI,1997:22).

Os protestos, mobilizações, estudos e debates que estão sendo realizados no decorrer desta década, resistindo ao projeto de transposição do São Francisco são exemplos de que é possível abalar a “administração” dos cidadãos e da soberania nacional, crescentemente reguladas pelas forças do mercado.

O mesmo processo acontece com o acordo de cooperação técnica para a produção de agrocomubustíveis. A resistência ao projeto repercute internacionalmente e reforça as críticas européias, que denunciam a realidade sobre a produção do etanol, desenvolvida em fazendas que exploram o trabalhador até a exaustão e causam danos ao meio ambiente.

As cadeias do agronegócio global não podem impedir as reivindicações em favor da vida e dignidade dos trabalhadores rurais, nem as medidas de proteção ao meio ambiente.

As forças do mercado não são estáticas, nem irrefreáveis, tampouco a submissão política dos diferentes segmentos sociais. Esta que parece ser de extrema utilidade para aqueles que preponderam no jogo político da economia internacional, poderá crescer, mutilando pessoas e avassalando diferentes lugares. Entretanto essa mesma submissão política poderá ser substituída gradualmente por uma consciência humanística, capaz de possibilitar aos segmentos excluídos uma maior capacidade de resistência em defesa dos seus mais legítimos direitos.

5. Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, P. R. R. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. **Conflitos no campo – Brasil 2007**, Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

BAHIA, P. **O Latifúndio glamourizado**: agronegócios e desenvolvimento sustentável na era FHC. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARRINGTON, M. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1967.

CARVALHO FILHO, J. J. A nova (velha) questão agrária. **Valor Econômico**, São Paulo, Fevereiro de 2008.

CASTORIADIS, C. Basta de Mediocridade. **Le Monde**, agosto de 1998.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**: impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985.

_____. Entrevista. **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, abril de 2008.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Revista Clacso**, Observatório Social da América Latina. Buenos Aires, 2004.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

PEREIRA, J. M. M. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). **Revista NERA**, Araraquara, ano 8, n. 6, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **Revista OSAL**, Observatório Social de América Latina. n. 16. Buenos Aires, 2004.

RESENDE, M. e MENDONÇA, M. L. M. As Atuais Políticas do Banco Mundial no Meio Rural. **Land Research Action Network**, Disponível em: <<http://www.landaction.org>>. Acesso em: 23 de mar. 2008.

RIBEIRO, I. O. **Agricultura, democracia e socialismo**. Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz David (Orgs). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAUER, S. e PEREIRA, J. M. (Orgs). **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado no Brasil: o custo de um futuro ilusório. **Progress in Development Studies**, University of London, 2008.

SODRÉ, N. W. **A Farsa do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

TEIXEIRA, G. **Um perfil da agricultura e da reforma agrária no Brasil entre 1995 e 1999**. Brasília, Partido dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SOB PERSPECTIVA ESCALAR:
UMA GENEALOGIA RECONTADA**

Jorge Ramón Montenegro Gómez¹

Resumo

Uma certa noção de território vem consolidando uma nova forma de entender o desenvolvimento desde os anos 1970. Trinta anos depois, essas idéias nascidas fundamentalmente para explicar o aparente sucesso de áreas industriais da chamada Terceira Itália em plena crise fordista, vem sendo “traduzidas” para fortalecer uma mudança no paradigma interpretativo e de implementação de políticas públicas no meio rural. Na tentativa de recontar essa história desde um ponto de vista crítico, neste texto lançamos mão do conceito de escala geográfica para propor uma genealogia do desenvolvimento territorial rural que foque as relações entre saber e poder, na tentativa de entender o desenvolvimento desigual do capitalismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Desenvolvimento Territorial Rural; Territórios Rurais; Escala; Genealogia

1. Introdução

A pluralidade de instrumentos de política agrária elaborados e implementados (e muitos deles rapidamente substituídos) nas quatro últimas legislaturas pareceria sintomática de uma ação governamental que não consegue firmar um planejamento de longo prazo para o agro brasileiro. Para demonstrar essa afirmação, ainda que sem ânimo de exaustividade, podemos levantar uma lista prolixa das políticas que foram sendo apresentadas como soluções para os problemas estruturais e conjunturais do setor agrário nacional, como propostas para resolver os conflitos por terra e para combater a pobreza rural: a) durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) teríamos ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (primeiro denominado Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PLANAF), Banco da Terra (antes Cédula da Terra), Projeto Lumiar de extensão rural, Reforma Agrária pelo Correio, Crédito Fundiário de Combate à Pobreza, Novo Mundo Rural etc. ; b) durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005 e 2006-): Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), II Plano Nacional de Reforma Agrária, Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à

¹ Departamento de Geografia/UFPR. E-mail: jorgemon@ufpr.br.

Reforma Agrária (ATES), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) etc.

No entanto, apesar do volume e da variabilidade dos instrumentos, o que contemplamos nessa esfera da política agrária é um conjunto maior de continuidades que de rupturas nos últimos quatorze anos, das quais destacamos: a estruturação e integração da agricultura familiar dentro do mercado (fundamentalmente via PRONAF); a utilização de dois mecanismos complementares para executar o programa de reforma agrária, mecanismos tradicionais de desapropriação e novos mecanismos com base no mercado (fundamentalmente Crédito Fundiário); a ênfase na participação social; o apelo para uma prática baseada na perspectiva territorial e não apenas setorial de elaborar e implementar a política agrária. Nessas continuidades, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) inspirado pelas idéias do desenvolvimento territorial rural, se constitui numa ferramenta essencial.

O PDSTR nasce com o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como proposta estrela para impulsionar o desenvolvimento rural sob um novo enfoque e tem como objetivo fundamental “[p]romover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (MDA, 2005, p. 7), fortalecendo as instituições que representam os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e as populações rurais tradicionais, incentivando o desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social e dinamizando e diversificando as economias territoriais (através da valorização dos recursos locais, da competitividade territorial, do crescimento e distribuição da renda e do incremento de empregos), com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e regionais e gerar riquezas com equidade social (MDA, 2005, p. 7).

Desse modo, o Programa articula no seu seio as grandes linhas de ação que destacávamos anteriormente (com uma ênfase maior nas questões associadas à pobreza rural), mas investe maciçamente numa concepção de desenvolvimento perfeitamente afinada com as novas teorias do desenvolvimento: a abordagem territorial.

Após um quinquênio de vida, o PDSTR consolidou-se como um instrumento de política agrária fundamental e de uma amplitude manifesta: até final de 2007, os territórios rurais (figura básica de planejamento do PDSTR) ascendiam ao número de 160, espalhados

por todos os estados da federação, integrando 43% de todos os municípios brasileiros e 52% do território nacional².

Contudo, para além de sua dimensão quantitativa e dos louváveis objetivos que o discurso da política pública oferece, qual é o espírito da nova proposta? Qual sua gênese e influências? A literatura nessa área é recente, mais abundante³. O desenvolvimento territorial rural incorpora a importância que o território assume nas últimas três décadas na hora de pensar estratégias de desenvolvimento. Tendo como origem os estudos de Alfred Marshall sobre os processos de aglomeração industrial no século XIX, será com o estudo do sucesso da denominada Terceira Itália nos anos 1970 que a ideia de território associada a desenvolvimento começa a ser consolidada. A ideia de que para além dos fatores clássicos de localização industrial, outros fatores ligados às interações sociais num território (o que leva a uma construção social do mercado) seriam essenciais para entender a dinâmica do desenvolvimento, geram uma perspectiva teórica que vai ganhando força tanto na academia, como na área de implementação de políticas públicas.

Noções como capital social, governança, economia da proximidade, comunidade de produtores, *clusters*, industrialização flexível, novos distritos industriais, *learning regions*, *milieu* etc. impregnam o novo discurso sobre o desenvolvimento, sobretudo quando se fala da esfera urbano/industrial.

No final dos anos 1990, e mais intensamente nos primeiros anos do 2000, encontramos uma “tradução” dessa preocupação com o território nas teorias do desenvolvimento rural. A bibliografia brasileira nessa área é paradigmática. A profusão de estudos sobre agricultura familiar dos anos 1990, dentro de uma ótica de desenvolvimento rural com base local, vai sendo substituída por estudos pioneiros acerca do desenvolvimento territorial rural que começam a forjar um outro paradigma de análise do meio rural e também de implementação de política pública.

Nessa nova perspectiva, o território, entendido como construção social, acumularia várias virtudes para estudar as áreas rurais: superar a estreita perspectiva setorial; centrar-se no problema da pobreza desde um ponto de vista multidimensional; aprofundar no estudo dos

² A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) mantém no seu *site* informações atualizadas sobre a política de desenvolvimento territorial rural no Brasil (ver www.mda.gov.br/sdt).

³ As ideias sobre o desenvolvimento territorial rural expostas a seguir foram extraídas, principalmente, dos seguintes textos: *Desarrollo territorial rural* de Alexander Schejtman e Julio Berdegúe (2004), *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas* de Sergio Schneider (2004), *Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais* de Luiz Carlos Beduschi Filho e Ricardo Abramovay (2004) e *Para una teoría de los estudios territoriales* de Ricardo Abramovay (2006).

atores e organizações assentados num território visando sua capacidade de fortalecer o empreendedorismo; e integrar profundamente o estudo da relação entre a sociedade e os recursos naturais necessários para sua reprodução. Portanto, a idéia de território seria chave para avançar numa estratégia mais aprimorada visando alcançar o desenvolvimento rural.

Até aqui reproduzimos uma versão amável e um tanto naturalizada da gênese do desenvolvimento territorial rural. Uma versão que aprofunda o caráter mítico do desenvolvimento como bem em si mesmo, como verdade, omitindo sua dimensão de saber/poder que serve à lógica de fortalecimento do modelo societário atual⁴. O objetivo principal deste trabalho consiste numa releitura crítica das condições de possibilidade do desenvolvimento territorial rural, sob uma perspectiva que prioriza os desdobramentos de poder e saber. No fundo, um exercício genealógico aos modos de autores como Foucault, que:

(...) rompa com as evidências e os esquemas pré-estabelecidos, para poder recuperar a memória dos conflitos, enfim, para poder compreender como se gestaram as condições que conformam o presente e elaborar assim novos conhecimentos que possam ser úteis para conhecer de uma forma reflexiva aquilo que está acontecendo. O conhecimento dos mecanismos e instituições da vida social, em pugna com o desconhecimento que implica quase sempre o reconhecimento do que está estabelecido, abre o caminho para práticas de liberdade, e portanto também para táticas e resistências a determinados poderes e saberes. (VARELA;ALVAREZ-URÍA, 1997, p. 61)

A sucessão dos modelos de desenvolvimento (seja em geral, ou seja no desenvolvimento rural em particular) implementados pelas diversas instituições internacionais, nacionais ou locais que detêm essa função, discorre por uma senda cheia de fracassos, de retificações, de controles, conflitos e de modulações que apesar de sustentar um “núcleo duro” dedicado a consolidar o sistema capitalista, foi se adaptando às novas correntes teóricas, às novas demandas sociais e ao mais sofisticado marketing social de controle.

Para recontar essa genealogia do desenvolvimento territorial rural que hoje domina o espectro da política agrária no Brasil, neste trabalho ao invés da categoria território, escolhemos outra categoria importante: a escala geográfica. Uma ferramenta adequada para captar a dinâmica do sistema capitalista mundializado sob uma perspectiva que privilegie as relações entre poder e saber⁵.

⁴ Nesse sentido, podemos recuperar um quase-aforismo foucaultiano: “[A] verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1988 [1977], p. 12).

⁵ Na tese *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural* podemos encontrar uma análise dos objetivos da análise escalar (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Para tanto, no primeiro item do trabalho mostramos como os discursos e as práticas do desenvolvimento vão mudando sua escala de implementação ao longo dos últimos cinquenta anos, para manter, paralelamente, uma estratégia inalterável de ordem capitalista. Já no segundo item, centramos a análise na formulação da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil, suas características e limites. Vejamos então essa história nada edificante da construção do desenvolvimento territorial rural.

2. O desenvolvimento e suas escalas: mudanças de forma e permanências de conteúdo

Desde sua institucionalização, no final dos anos 1950, os discursos e as práticas do desenvolvimento tiveram diversos ajustes⁶. Mudaram os indicadores que determinam o grau de desenvolvimento (do PIB *per capita* para o Índice de Desenvolvimento Humano), os setores principais a serem incentivados (da indústria para as atividades do setor informal), as áreas de atenção principal (pobreza, meio ambiente etc.), o público-alvo (camponeses, mulheres, comunidades de base etc.), e também mudou a escala prioritária de atuação, passando da escala nacional, num primeiro momento, para a escala regional, depois, e para a escala local, na atualidade.

Nos anos iniciais do desenvolvimento, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a escala operativa para os programas de desenvolvimento promovidos pelos organismos internacionais (especialmente o Banco Mundial) foi a escala nacional. A confiança num Estado-nação forte que, no âmbito de um paradigma de política econômica keynesiana, assumia funções diretas, tanto na promoção econômica como na providência de serviços sociais, marcou o contexto dos primeiros passos da institucionalização do desenvolvimento.

As teorias do desenvolvimento até os anos 1960, como as teorias da economia do desenvolvimento, da modernização e da dependência, colocam essa escala nacional como prioritária para pensar o desenvolvimento. Nas duas primeiras, enfatizando a imagem de uma nação que, à imagem e semelhança de um indivíduo ou uma empresa, se aprimora para competir no mercado internacional. Na última, priorizando a idéia da construção de uma

⁶ Para uma “história” da construção tumultuada do desenvolvimento, consultar: *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* obra coletiva organizada por Wolfgang Sachs (2000 [1992]), *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*, de Arturo Escobar (1998 [1995]) y *El desarrollo: historia de una creencia occidental*, de Gilbert Rist (2002) e *Sobrevivir al desarrollo. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa*, de Serge Latouche (2007 [2004]).

nação forte e independente, que conseguisse diferenciar-se e romper as amarras com as antigas metrópoles e com o imperialismo das nações mais desenvolvidas.

Assim, tomando como ponto de apoio esse Estado-protagonista e sob a crença de que o desenvolvimento era função do crescimento do PIB, as principais estratégias para o desenvolvimento se fundamentavam em: “1. Acumulação de capital; 2. Industrialização deliberada; 3. Planejamento do desenvolvimento; 4. Ajuda externa” (ESCOBAR, 1998 [1995], p. 149, tradução nossa).

Dessa forma, a partir de um planejamento realizado, em escala nacional e com o Estado como parceiro fundamental, pensava-se que os efeitos do desenvolvimento se espalhariam por todo o território dos países subdesenvolvidos. Nada mais longe da realidade.

Os anos 1960 e 1970 vão mostrar, empiricamente, que essas teorias e modelos implementados, de base puramente quantitativa e direcionados para a escala nacional, criaram mais problemas do que resolveram. Escobar (1998 [1995]) faz uma crítica contundente:

Não é surpreendente que teorias como esta conduziram a distribuições regressivas da renda que alcançaram proporções vergonhosas. Apenas no início dos anos setenta os economistas perceberam isto, em particular com as descobertas empíricas de Albert Fishlow de que o “milagre brasileiro” de finais dos anos sessenta e começos dos setenta (taxas de crescimento superiores a 10% anual sustentadas por vários anos) não só produziram uma distribuição menos equitativa da renda, todavia deixaram aos grupos de baixa renda numa situação pior em termos absolutos. O segundo aspecto importante que deveria destacar-se é que o desemprego não diminuiu na maioria dos casos, nem tampouco se elevaram significativamente os salários e o nível de vida, como a teoria predizia. O que se produziu na verdade foi um excesso permanente de mão de obra, que se ajustava muito bem às necessidades das empresas multinacionais. Junto com os aumentos no crescimento do PIB, a pobreza e o desemprego aumentaram inevitavelmente. Estas conseqüências “indesejáveis” e “dolorosas”, estes “descobrimientos dolorosos” –eufemismos freqüentes nos economistas ao analisar o “recorde de desenvolvimento”– não eram de forma alguma acessórios aos modelos usados, na verdade, formavam parte de sua estrutura interna. (p. 159-160, tradução nossa)

Diante disso, começam a promover-se outros enfoques de desenvolvimento, que vão priorizar outras escalas. Se, na etapa anterior, numa orientação nacional, os centros econômicos mais potentes de um país conseguiram concentrar ainda mais os recursos, a atividade, a mão-de-obra, as infra-estruturas etc., nas décadas de 1960 e 1970, fez-se o esforço de promover a escala regional, como tentativa de descentralização da atividade econômica e de re-equilíbrio nacional.

Assim, foram criados centros que deviam se constituir como difusores regionais de desenvolvimento, *pólos de desenvolvimento*, segundo a terminologia da época, que serviriam

de contraponto para as tendências centrípetas das grandes urbes que acabavam concentrando todo o esforço e os resultados do processo desenvolvimentista até esse momento.

Além desse direcionamento para a escala regional, promove-se um enfoque setorial, que propicia a esses pólos regionais certa identidade produtiva (pólo químico, automobilístico, alimentício etc.) e se tenta uma expansão maciça dos serviços sociais elementares (educação, saúde e moradia principalmente), por todas essas regiões.

Apesar desses esforços, essa ênfase na escala regional não vai conseguir, em geral, mudar os desequilíbrios territoriais próprios da dinâmica de acumulação capitalista, fortemente concentradora. Nessa fase, serão criados os grandes “elefantes brancos” do desenvolvimento. Investimentos custosos em regiões marginais que, ao mesmo tempo em que dilapidavam recursos escassos e/ou “engordavam” a dívida externa, não conseguiam reduzir as diferenças inter-regionais, ao contrário.

O limite dessa etapa, orientada a dinamizar a escala regional, vai ser o colapso financeiro que ela provocou, não só por conta da criação de custosos pólos com pouca produtividade, mas também porque o investimento na universalização dos serviços sociais foi ineficaz para melhorar o desempenho produtivo e financeiramente inviável. Como assevera Illich (2000 [1992]):

Tornou-se evidente [nos anos 1970] que, [...] não seria possível tornar o setor moderno da economia de mão-de-obra suficientemente intenso para fornecer empregos suficientes que justificassem a redistribuição de renda — economicamente necessária — que os gastos com serviços sociais forçosamente implicariam (p. 165).

O revezamento da escala regional chega por parte da escala local e de uma visão mais pragmática (e cínica) sobre o desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos. A partir dos anos 80, nas palavras de Illich (2000 [1992]), “os planejadores [...] dedicaram-se à colonização econômica do setor informal” (p. 165), mostrando que atingir a cobertura universal das necessidades básicas não seria mais uma política de Estado e sim um projeto individual: “[o]s que se conscientizarem de suas necessidades que busquem seus próprios meios para satisfazê-las, era a norma em vigor” (ILLICH, 2000 [1992], p. 165). Uma informalidade associada à privatização dos serviços sociais começa nessa época e se estende até os nossos dias.

O próximo passo foi estimular as atividades que deixariam ocupadas as pessoas envolvidas com o mercado negro, com a economia de permuta, ou as que ainda se auto-sustentavam no “setor tradicional”. Mais que tudo, o trabalho invisível tornou-

se quantitativamente mais importante, não somente na prática, mas também em termos de políticas. O trabalho invisível seria aquele exercício de atividades não remuneradas que, em uma sociedade orientada para o mercado, são necessárias para transformar os bens adquiridos em bens de consumo. (ILLICH, 2000 [1992], p. 165)

Para dar conta dessa micro-economia da informalidade, a escala local torna-se prioritária e, com o passar do tempo, irá consolidando-se como referência espacial básica para pensar o desenvolvimento.

Essa escolha do local é complementar de duas grandes tendências. Por um lado, o desmonte do papel do Estado como entidade provedora de serviços sociais, realizada por meio de uma política de descentralização que promete uma maior proximidade aos problemas da população, porém, que, geralmente, carece do apoio financeiro necessário para levar a escalas administrativas inferiores, além das funções, os meios para uma real distribuição de poder.

Por outro lado, o incentivo à participação da sociedade civil (geralmente decorativa) no gerenciamento dos territórios locais que, no entanto, contrasta com a tendência ao aprofundamento da individualidade competitiva, que as políticas de desenvolvimento promovem.

Em resumo, percebe-se que a ênfase na escala local, não só se incorpora à estratégia do Estado mínimo, neoliberal, mas também às formas de *governança*, que têm seu maior exemplo na Terceira Itália onde o interesse público acaba sendo controlado pelos interesses de uma classe empresarial familiar, que supostamente representa toda a comunidade e se legitima, incorporando questões como o consenso, a confiança, a participação, a cooperação etc.

Atualmente, nas formulações da política de desenvolvimento, o local continua sendo a escala prioritária de implementação. Em particular, na política de desenvolvimento rural brasileira, a partir de 2003, essa prioridade do local se expressa na figura do Território Rural: na verdade, nada mais que um local constituído por um conjunto mais ou menos amplo de municípios geralmente contíguos.

No próximo item, abordamos as principais características dessa nova escala da política de desenvolvimento rural brasileira que é o Território Rural.

3. O Território Rural como escala do desenvolvimento territorial rural no Brasil

“A escala do Território Rural”. Esta expressão parece apresentar uma confusão terminológica: como um território pode ser uma escala? Na verdade, com “escala do

Território Rural”, estamos-nos referindo ao tipo de território que a figura de planejamento Território Rural recorta, para pensar e implementar políticas públicas de desenvolvimento rural desde a SDT do MDA brasileiro.

Vejamos a definição de Território Rural com que o MDA trabalha, na sua política.

São os territórios [...] onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”⁷. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (MDA, 2003, p. 34).

Por ser esse Território Rural um tipo de território, um recorte territorial abstrato que se concretiza depois em territórios concretos (por exemplo, o Território Rural do Pontal do Paranapanema, o Território Rural do Vale do Ribeira etc.), podemos considerá-lo uma escala.

Independentemente de sua configuração territorial concreta, localizada em certa área de determinado estado da Federação, todas essas figuras de planejamento espalhadas pelo país são Territórios Rurais: figuras institucionalmente criadas para articular uma determinada política de desenvolvimento rural, que possuem umas características específicas, mas que respondem às diretrizes do MDA, tanto na criação como nas ações a serem ali implementadas.

Há, portanto, uma dupla marca nesses Territórios Rurais: aquela que o diferencia em virtude de suas características específicas e aquela que o integra numa categoria comum de tipos de territórios, que formam uma escala operacional de implementação de uma política pública.

O Território Rural, dessa maneira, com “t” maiúsculo, é uma escala local criada institucionalmente para implementar uma proposta de desenvolvimento territorial rural no Brasil.

Além dessa definição mais genérica de Território Rural, operativamente, a SDT estabelece dois critérios para considerar um município e uma microrregião como rurais: densidade e população total.

A SDT adota os seguintes critérios: município – densidade demográfica até 80 hab/km² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica – densidade demográfica até 80 hab/km² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes. Sempre que uma microrregião

⁷ “Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica e população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural” (MDA, 2003, p. 34).

atinge índices que a categorizam como “rural”, nesta categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada. (MDA, 2003, p. 35)

Com essas informações como ponto de partida⁸, tendo em conta as prioridades definidas pelo MDA⁹ e através de uma negociação prévia com instituições estaduais, pactua-se uma proposta de Território Rural que se submete a instâncias políticas e sociais dos municípios que comporiam esse Território.

No final do processo, define-se um Território Rural que deve ser o suporte administrativo para encaminhar as diversas políticas cujo alvo é o meio rural e que prioritariamente se referem a projetos de infra-estrutura, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo e apoio ao comércio e ao desenvolvimento de negócios.

O Território Rural, definido e proposto pela SDT, de cima para baixo, não sofre grandes modificações no próprio Território, depois de ser pactuado entre os órgãos federais e estaduais. As prefeituras desses municípios rurais (normalmente pequenos e pobres) e os outros atores locais, convocados para discutir os limites e o sentido do Território, não possuem a força nem, em muitos casos, a preparação para reorientar a proposta que chega a eles desde instâncias administrativamente superiores.

Dessa forma, um Território Rural definido de cima para baixo, a partir de critérios puramente demográficos (densidade populacional e número de habitantes, principalmente) e negociado nas esferas federal e estadual, constitui-se numa figura de planejamento que propõe como seus ativos principais a coesão social baseada na identidade territorial, a participação da sociedade civil organizada e a existência de um trabalho conjunto entre todos os atores institucionais (o tão louvado capital social). Só que nada disso existe, na grande maioria dos casos.

Institucionalmente, cria-se um Território Rural, com uma perspectiva de desenvolvimento territorial rural, em um meio rural como o brasileiro, caracterizado por: a) identidades territoriais pouco coesas, na maior parte do país, ou que não têm a identidade produtiva como parte importante dessa identidade territorial; b) índices baixos, pouco qualificados e nada respeitados de participação social; c) uma articulação institucional precária e sem tradição, que tem nas prefeituras municipais uma base enfraquecida pela falta

⁸ Em 2003, a SDT realizou um estudo preliminar, em que foram considerados rurais, segundo os critérios de densidade e população citados, 4.500 municípios no Brasil, ou seja, mais de 80% do total.

⁹ “Concentração de agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e pescadores artesanais. Concentração de famílias assentadas por programas de reforma e de ordenamento agrário. Concentração de famílias de trabalhadores rurais acampados” (MDA, 2004).

de recursos, com uma autonomia limitada e submetidas aos interesses de grupos locais dominantes.

No trabalhos *Descentralização e participação na Reforma Agrária: um processo em discussão*, de Tânia Bacelar de Araújo (1998), e *Conselhos além dos limites*, de Ricardo Abramovay (2001), podemos ver essas características do meio rural, em relação, o primeiro, com a possibilidade das prefeituras municipais assumirem a política de Reforma Agrária e, o segundo, com o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs). Em ambos os casos, o que se constata é o despreparo do meio rural para assumir um enfoque de desenvolvimento como o desenvolvimento territorial rural, que exige articulações, identidades, coesões, participações etc., que não fazem parte do cotidiano real do meio rural.

Araújo (1998), por exemplo, depois de um trabalho de campo, realizado em todas as regiões do país, constatou que os “principais receios” dos prefeitos e de suas equipes sobre a descentralização da política de reforma agrária eram: a) a transferência de responsabilidade sem transferência de autoridade e autonomia; b) a falta de pessoal capacitado nos municípios e nas prefeituras, para assumir as tarefas delegadas; e c) a ação fundiária dificultada, seja pelo movimento popular, seja pela pressão das oligarquias locais.

Do lado das lideranças sindicais e populares, as principais conseqüências negativas levantadas foram: a) a fragmentação da pressão dos movimentos sociais e do movimento sindical, levando para o âmbito local o conflito e possibilitando um controle maior, por parte das oligarquias locais do processo; b) a instrumentalização da política fundiária por prefeitos conservadores (a maioria), para atenderem aos compromissos locais; c) a discriminação dos municípios com prefeitos de oposição; e d) a centralização das ações nas mãos dos prefeitos (ARAÚJO, 1998).

Abramovay (2001), entretanto, mostra-se otimista, apesar das dificuldades, com esse tipo de política que se fundamenta na importância do capital social, da participação etc. O referido trabalho sobre os CMDRs começa assim:

A profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático. Não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas organizações e sua tão freqüente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram. (p. 1)

No entanto, a quantia das “falhas” dos Conselhos de Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), que ele destaca, a partir de um estudo do IPARDES (2001) intitulado

Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná, deixa-nos muito céticos sobre seu funcionamento e sua potencialidade, no âmbito nacional. Quatro seriam as linhas em que Abramovay (2001) concentra as falhas: a) os conselhos se criam apenas por serem requisitos imprescindíveis para a obtenção de recursos e não como expressão de uma demanda interna; b) a participação da comunidade nos conselhos é muito minoritária; c) a presidência dos conselhos recai normalmente em funcionários da prefeitura, o que não significa nenhuma inovação institucional ao que já está colocado; d) os conselhos, na maioria dos casos, não têm caráter deliberativo, não distribuem a pauta com antecedência, o que limita a representatividade dos conselheiros, de maneira que os planos que elabora acabam sendo realizados sem a participação efetiva dos agricultores e a formação técnica e política dos conselheiros é deficiente (p. 8-9).

Em resumo, grandes lacunas institucionais e de representação, que devemos complementar com as assimetrias de poder, existentes no meio rural. A capacidade dos conselhos para reverter esse quadro de tradicional concentração de poder é muito reduzida, segundo o retratado nos dois trabalhos citados (ARAÚJO, 1998; ABRAMOVAY, 2001). Apesar de Abramovay (2001) afirmar otimistamente que “o simples fato de existirem conselhos abre o caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos” (p. 1), parece-nos que construir um tipo de política pública sobre alicerces que não existem ou são excessivamente precários, como é o caso dos Territórios Rurais, não resulta em nenhum avanço, mas sim numa nova decepção, que poderá reduzir mais ainda a vontade de participação social no futuro.

O panorama é desalentador, quando examinamos a formação de relações horizontais que envolvem os diferentes grupos sociais de uma comunidade, junto com as instituições representativas do Estado, o que, no modelo de desenvolvimento territorial rural, se denomina capital social ou, segundo alguns autores, *governança* rural ou nova institucionalidade pública no meio rural. Em consequência, a idéia de que os Territórios Rurais se constroem com a participação da comunidade, que expressam a identidade da comunidade e que são a plataforma dos projetos que a comunidade deseja, nos provoca ceticismo.

A mensagem de “boa vontade” do MDA, sobre o enfoque territorial, que já abordávamos no primeiro capítulo, soa mais oca ainda, quando pensamos na construção da escala Território Rural.

Na abordagem territorial o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade

de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social. (MDA, 2003, p. 30)

Pensando no âmbito do meio rural brasileiro, em termos genéricos, esse território que serve de base para a construção do desenvolvimento territorial rural deixa de contemplar aspectos fundamentais, que obstaculizam a construção de todos esses laços horizontais de cooperação e solidariedade entre todos os grupos sociais formadores de uma comunidade: falta de identidade social e territorial, assimetrias de poder e renda entre grupos, conflitos ligados à concentração fundiária etc.

Por tudo isso, a construção social da escala, neste caso, da escala dos Territórios Rurais, não podemos pensá-la como uma construção equilibrada e harmônica. Ao contrário, pensar que as Comissões de Implantação das Ações Territoriais (CIATs), órgão gestor dos Territórios Rurais, conseguirão eliminar subitamente as mazelas sofridas pelos CMDRs significa, no mínimo, ingenuidade.

A margem de participação das instâncias institucionais (federais, estaduais e, em menor medida, municipais) e das comunidades-base dos Territórios Rurais, na conformação real da escala, devem variar nos 160 Territórios Rurais, não obstante, entendemos que, em virtude das características do meio rural brasileiro, corresponde muito mais às diretrizes das instituições que aos anseios das comunidades.

Portanto, apesar de todo o discurso sobre a importância do território, da identidade territorial e da participação social, no enfoque do desenvolvimento territorial rural, a nova escala local que propõe, o Território Rural, apresenta-se como uma escala forçada, reificada e só funcional aos objetivos recorrentes do desenvolvimento: reprodução e acumulação do capital e controle social.

O Território Rural representa muito bem o que Swyngedouw (1997, p. 140) chama de uso metafórico da escala e de construção de narrativas escalares, a partir de estratégias discursivas que nunca são politicamente neutras. O Território Rural se constrói apelando a valores e referências elevados: a cooperação, a solidariedade, a identidade, o arraigo, a solidez das relações, a confiança etc. Todos eles são procedentes de um imaginário coletivo que raramente existiu: o idílico mundo rural da fartura, da vida comunitária rica, das tradições remotas e das relações sociais horizontais.

O Território Rural, mitificando e mistificando os exemplos da Terceira Itália e de algumas áreas rurais européias, retoma esses valores e referenciais, para colocá-los, também,

como possibilidades de desenvolvimento. A mensagem subliminar que o Território Rural encerra é que seria possível inserir-se na dinâmica turbinada da globalização, a partir de um meio rural estável, “lento”, onde fosse possível desfrutar das comodidades e opções da vida moderna e do sossego e da segurança da vida tradicional. E tudo isso, aliás, inserido numa estratégia de desenvolvimento que permitiria ao Território desfrutar de níveis satisfatórios de emprego e renda e a afastar sua marca de pobreza.

Essa narrativa da escala do Território Rural privilegia também a valorização da cultura local (gastronomia, artesanato, folclore etc.). Apresenta-se como resgatadora de tradições que estariam em perigo de desaparecer, frente à pressão da cultura de massas, da televisão, da Internet etc., quando, na verdade, as resgata para servi-las como mercadorias, entrando para o amplo e lucrativo nicho de mercado dos “produtos tradicionais”.

Por outro lado, a escala do Território Rural, ainda sendo um tipo de escala local, demonstra algumas modificações. A escala do Território Rural se apresenta como mais bem articulada com as outras escalas. Longe de configurar-se como uma escala local com tendência ao “ensimesmamento”, paladino do endógeno e relutante ao que vem de fora, identifica-se com a articulação inter-escalar, com os “saltos” escalares que a permitam conectar-se com os centros mais dinâmicos, independentemente da escala em que se situem.

A escala do Território Rural se caracteriza precisamente pelas conexões com outras escalas. As mais evidentes, a estadual e a nacional, em virtude de sediar os órgãos que negociam sua criação, mas também a global, que sempre tem um referencial mercadológico, e a local municipal e a comunitária, que formam, em maior ou menor medida, sua base.

Em resumo, estamos diante de uma escala, a escala do Território Rural, criada no *re-escalamento* dos enfoques de desenvolvimento para o meio rural, no Brasil, cuja definição está fortemente atrelada às instituições federais e estaduais, que, além de sua evidente existência material (associada ao território real de implementação), carrega habilmente um sentido metafórico inserido numa narrativa escalar sutil, presa à subjetividade e ao imaginário, por um lado, e à mercantilização de todos os aspectos da vida, por outro. Ou seja, a escala do Território Rural é uma escala altamente sofisticada e adaptada às necessidades e características do capitalismo, na sua fase atual, que serve eficazmente como ferramenta de controle social sutil, capaz de construir um projeto social que mobilize a população com premissas bastante distantes da realidade.

Para finalizar este percurso pelas características da escala construída no âmbito do desenvolvimento territorial rural, abordamos essa distância entre seu lado material e seu lado

metafórico, focando a impossibilidade de realizar-se, nessa escala, alguns dos objetivos que se propõe. O trabalho de Carlos A. Brandão, intitulado *O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto anti-localista* (2003), e o trabalho de Carlos Vainer, intitulado *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?* (2001), ajudam-nos nesse sentido.

Brandão (2003) critica duramente as possibilidades quase miraculosas que se outorgam à escala local, nas abordagens do desenvolvimento de tipo territorial, como os “clusters, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, etc.” (p. 1). Assim, seriam banalizados conceitos como capital social, redes ou economia solidária, e se daria atenção excessiva a todo tipo de empreendedorismos, voluntariados, microiniciativas, comunidades solidárias etc., na idéia de que “a capacidade das vontades e iniciativas de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem auto-controle sobre seu destino, e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira” (p. 1) conseguiria solucionar os problemas desse local e situá-lo no grupos dos escolhidos pelo sucesso.

[...] bastaria se mostrar diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade e eficiência, para ter garantida sua inserção na modernidade. Essa luta dos lugares para realizar a melhor “venda da região ou da cidade”, com a busca desenfreada de atratividade a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, logísticos, fundiários e salariais dos empreendimentos, tem conduzido a um preocupante comprometimento a longo prazo das finanças locais e negligenciado cabalmente as questões estruturais do país de todas as suas regiões. (BRANDÃO, 2003, p. 1, grifos do autor)

Na verdade, segundo esse autor, tal reducionismo da escala local (e podemos pensar sempre na escala local do nosso estudo, o Território Rural) impede “pensar verdadeiramente as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e espaciais) de países como Brasil” (BRANDÃO, 2003, p. 9).

A escala local, portanto, não daria conta de entender e muito menos ter capacidade para solucionar os problemas nacionais. A soma das possíveis soluções locais não conseguiria combater os problemas de desenvolvimento regionais e nacionais, inclusive, porque no Brasil poucas estruturas produtivas “possuem capacidade de transformar as suas melhores posições internacionais em encadeamentos (para trás e para frente) virtuosos e internalizados à sua economia doméstica” (BRANDÃO, 2003, p. 6).

A escala local, mesmo a escala dos Territórios Rurais que se pensa fortemente articulada com as outras escalas, é uma escala muito limitada, para empreender mudanças

estruturais de abrangência nacional e com ênfase na população explorada, excluída e expropriada. Além da fragmentação que cria, esbarra na distorção que existe entre os objetivos que pretende e o poder que tem. Em muitos casos, a competência administrativa para realizar uma ação, numa escala, está nas mãos de um órgão sediado em uma outra escala.

A disparidade de competências, recursos etc., que se dá na escala local, revela um processo de descentralização ainda muito incipiente e com muitos receios políticos, o que trava ainda mais a possibilidade de pensar a escala local como investida do poder e dos recursos para alicerçar uma política de desenvolvimento capaz de solucionar os grandes problemas do meio rural.

Como também enfatiza Vainer (2001), desde o ponto de vista da cidade como escala local, esta não seria a escala propícia para um desenvolvimento alternativo e para a “construção de alternativas societárias” (p. 8). Sua proposta do que poderiam ser os “objetivos centrais de um governo local comprometido com os grupos sociais subalternos e voltado para a construção de alternativas societárias” (p. 10), serve-nos para ilustrar, por meio do seu negativo, os limites dos governos locais na linha do capital social e da *governança* que sustentam o enfoque do desenvolvimento territorial.

Vainer (2001, p. 10-11) destaca, então, três objetivos de um hipotético governo local alternativo:

1. Redução das desigualdades e melhoria das condições de vida (materiais e imateriais) das classes e grupos sociais oprimidos e explorados, transferindo recursos (materiais e simbólicos) em seu favor e em detrimento das classes e grupos dominantes.
2. Avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas e culturais que permitam a constituição de sujeitos políticos coletivos, capazes de expressar interesses das classes e grupos sociais explorados e oprimidos.
3. Enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes, desmontando seus mecanismos tradicionais de reprodução (clientelismo etc.), desarticulando suas alianças, impossibilitando a apropriação privada de recursos públicos.

Nessa breve exposição, Vainer ressalta a principal questão que falta nos receituários do desenvolvimento territorial rural, a assimetria de poder entre classes e grupos sociais oprimidos e dominantes e, sobretudo, a necessidade de mudar esse quadro, favorecendo os grupos subalternos e “enfraquecendo” os grupos dominantes.

As assimetrias são tão fortes e tão rapidamente reproduzíveis, que um governo local que pretenda realmente mudar a situação deve dirigir seu poder contra aqueles que ilegitimamente concentram e exercem a possibilidade da dominação. Não bastaria a “boa vontade”, expressada nos documentos sobre desenvolvimento territorial rural, que instam a práticas de governo promotoras de mecanismos de mercado nos quais possam se integrar os mais pobres, ou de fóruns de participação, nos quais comunitariamente, sem interferência dos interesses prévios de cada grupo, possam ser resolvidos todos os problemas, entre eles, a pobreza.

A proposta de Vainer (2001) mostra claramente a artificiosa esterilização da escala do Território Rural, subtraindo-lhe o conflito, a improcedência de certos privilégios, a inocuidade do mercado para resolver certos problemas. O Território Rural que se formula na política de desenvolvimento territorial rural do MDA “esquece” que o conflito é uma categoria fundamental, na análise do meio rural brasileiro.

A naturalização das regras do mercado que toma conta da essência do desenvolvimento territorial rural (ainda que superficialmente se revista de um caráter eminentemente social-progressista) leva a pensar que o “possível” e o necessário circulam em torno de soluções inseridas dentro das margens do capitalismo. Nesse contexto, o desenvolvimento rural centrado na escala local cumpriria um papel duplo: integrar mais profundamente à lógica mercantil as parcelas produtivas rurais locais que ainda não foram integradas e oferecer um processo capaz de criar uma miragem de que “alguma coisa está sendo feita”, um projeto no qual envolver os esforços de instituições, movimentos sociais etc., mesmo que as instâncias reais de decisão, os verdadeiros espaços onde se tomam as decisões, nunca estejam ao seu alcance.

Como Francisco de Oliveira argumentava, numa palestra (2004), o desenvolvimento local seria apenas uma “casa de bonecas” criada pelo capitalismo para entreter alguns, enquanto as ações importantes se dirimem em outros âmbitos. Poderíamos nomear isso como a trans-escalaridade da dominação capitalista, a qual consegue, por meio do desenvolvimento, configurar-se e reconfigurar-se (re-escalar-se) em distintas escalas, para manter sua posição de controle. A cerimônia da confusão instalada nas políticas públicas de desenvolvimento rural, que se orientam aos pequenos produtores, reforça essa metáfora mordaz da “casa de bonecas”.

4. Considerações finais

Genealogia como método para “analisar o saber em termos de estratégia e táticas do poder” (CASTRO, 2004, p. 146) e escala geográfica como “instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital” (SMITH, 1988, p. 195). Com esses dois pontos de apoio, ao longo deste trabalho buscamos alavancar uma leitura crítica acerca da opressiva construção do desenvolvimento territorial rural como saída “possível” e necessária para os problemas do meio rural hoje.

Não se trata de uma proposta antagonista com o anseio do monopólio da verdade, apenas se conforma como um exercício explicativo mais de uma realidade que hoje se estende pelo Brasil, pela América Latina e cada vez mais, pelo mundo afora. Uma perspectiva possível que se questiona o sentido dessas mudanças, ou seja, sua direção e seu significado e que se fundamenta na importância de construir uma genealogia crítica do processo.

O método genealógico é um método processual num duplo sentido. Por uma parte estuda os processos de mudança social em si mesmos. Por isso esta metodologia se centra nos processos de longa duração com o objetivo de dar conta das regras de constituição de um campo, as regularidades e as transformações. Contudo, também se trata de desvendar a lógica interna do funcionamento de tal campo, os discursos e o contexto material não discursivo. (VARELA; ÁLVAREZ-URÍA, 1997, p. 63).

Por conseguinte, só uma pesquisa profunda nos Territórios Rurais avaliando os impactos dessa nova política de desenvolvimento rural nos permitirá entender os detalhes da mudança social que está em curso, de suas características constitutivas, suas regularidades e suas reais transformações. Fique então, como desafio final do nosso trabalho, esse convite aberto a realizar pesquisas dedicadas a avaliar tanto os discursos como a materialidade não discursiva com os quais hoje está sendo formatado mais da metade do território brasileiro.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M (Org.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006, p. 51-70.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

ARAÚJO, T. B. Descentralização e participação na reforma agrária: um processo em discussão. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Fortaleza, 1998. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=47>>. Acesso em: 18 abr. 2004.

BRANDÃO, C. O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto anti-localista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, v. 1. p. 79-99. 2003.

CASTRO, E. **El Vocabulário de Michel Foucault**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Santafé de Bogotá: Norma, 1998 [1995].

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988a [1977]. p. 1-14.

ILLICH, I. Necessidades. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-172.

IPARDES. **Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural no Paraná**. Síntese dos principais resultados da pesquisa de campo. Contrato EMATER-PR/DESER/PRONAF. Curitiba, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/cons_municipais_des_rural.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2004.

LATOUCHE, S. **Sobrevivir al desarrollo: de la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa**. Barcelona: Icaria, 2007 [2004].

MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

_____. **Orientações para elaboração de projetos nos Territórios Rurais em 2004**. Brasília: SDT/MDA, 2004.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacao ID=253>>. Acesso em: 2 fev. 2004.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006a. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, F. Fatos e Mitos do Desenvolvimento Local. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: estratégias, instituições e políticas”**, 1., 2004, Rio Claro. Palestra.

RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2002.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000[1992].

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 31 jul. 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local. “glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin. (Ed.) **Spaces of globalization**. Reasserting the power of the local. New York: Guilford Press, 1997, p. 137-166.

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL. DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

VARELA, J.; ÁLVAREZ-URÍA, F. **Genealogia y sociología**. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1997.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**ORGANIZAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS INFORMAIS NOS
ASSENTAMENTOS SÃO BENTO E SANTA CLARA/CHE GUEVARA – PONTAL
DO PARANAPANEMA-SP, BRASIL¹**

Vanilde Ferreira de Souza²
Sonia M. P. P. Bergamasco³

Resumo

Registrou-se nas últimas décadas um incremento no número de assentamentos rurais e da população assentada no Brasil, embora não se possa ainda constatar um reordenamento fundiário importante. Neste novo espaço em construção ocorre o estabelecimento de relações sociais entre os indivíduos e as instituições e organizações que se fazem presentes nos assentamentos. Dessa forma, este trabalho objetivou analisar a formação e a atuação das diferentes instituições, associações e grupos informais presentes nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. Como metodologia realizou-se entrevistas e histórias de vida. Percebeu-se que as diversas famílias assentadas estabelecem estratégias associativas de maneira a permitir sua permanência na terra. Se num dado momento um grupo ou associação são formados por motivos puramente econômicos, no futuro essas formas organizativas podem refletir melhorias na qualidade de vida dos assentados.

Palavras-Chave: Assentamento Rural, Organização Rural, Relações Sociais

1. Introdução

No estado de São Paulo, apesar da agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar faz parte da paisagem rural e, muitas vezes, esse tipo de agricultura é representada pelos assentamentos rurais. Desta forma, esse Estado configura-se no cenário de programas de reforma agrária, uma vez que conta com 167 projetos de assentamentos rurais, acolhendo 10.049 famílias em uma área total de 220.411,82 ha, com uma área agrícola total de 163.620,57 ha (FUNDAÇÃO ITESP, 2005).

A constituição destes assentamentos resulta das lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações dos trabalhadores rurais podem ser compreendidas as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão. A extensão

¹ Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora intitulada: Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, realizada na Faculdade de Engenharia Agrícola-UNICAMP, Campinas-SP, Brasil.

² Professora Dra. da Universidade Estadual de Maringá-UEM, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Agronomia – Umuarama-PR, Brasil, e-mail: vanilde@yahoo.com.

³ Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola-UNICAMP, Campinas-SP, Brasil, e-mail: sonia@agr.unicamp.br

da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento rural é a construção de um novo território, o qual requer condições adequadas para a sobrevivência das famílias, transformando-se em uma nova lógica de organização do espaço geográfico. Em vista disso, as políticas públicas para este setor não nascem apenas do interesse do Estado, mas, sobretudo, da organização desses trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

As famílias assentadas possuem estratégias com as quais se organizam de maneira a permitir sua permanência na terra. Diante disso, essas famílias optam por participar de organizações como cooperativas, associações, ou mesmo unindo-se com parentes e/ou vizinhos mais próximos.

Na constituição de um assentamento várias ações coletivas são articuladas e concretizadas pelos atores participantes, com isso essas pessoas têm o "poder" de transformar a realidade local criando condições que se passam através da cooperação entre os envolvidos durante o processo de transformação.

Como áreas de pesquisa foram escolhidos dois assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema, os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, ambos situados no município de Mirante do Paranapanema e implantados em julho de 1994. Esses assentamentos foram escolhidos devido às dinâmicas que ocorreram durante o processo de sua constituição, contando com a atuação de diversas organizações, instituições e movimentos sociais.

A ocupação das Fazendas São Bento e Santa Clara ocorreu por meio da organização dos trabalhadores rurais sem-terra através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A fase de acampamento é bastante importante uma vez que é durante esse período que ocorre a maior participação dos indivíduos, pois todos possuem o mesmo objetivo, qual seja, o de conseguir a terra. Assim, participar do acampamento é decorrência de decisões adotadas a partir de desejos e de interesses, com a função da transformação da realidade (FERNANDES, 2003).

Diante das diversas formas de organização existentes nos assentamentos, o presente trabalho objetivou analisar a formação e atuação das diferentes associações e grupos informais presentes nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara.

Para cumprir com o objetivo do trabalho, utilizou-se como metodologia entrevistas realizadas com os assentados dos dois assentamentos, que foram escolhidos aleatoriamente. As entrevistas foram realizadas de forma diretiva, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário o uso de roteiros de entrevistas. Assim, foram entrevistados 10% do número total de famílias, sendo que no assentamento São Bento foram entrevistados 18 assentados e no Santa Clara/Che Guevara 05 assentados.

2. Metodologia

Para cumprir com o objetivo do trabalho os instrumentos de investigação adotados foram:

a) Entrevistas com agentes de atuação: nas ciências sociais, a entrevista é uma técnica por excelência utilizada para investigação em campo. A entrevista tem por definição ser um método de obtenção de informações através de uma conversa informal com um indivíduo para fins de pesquisa. É uma técnica diferente da conversa pelo fato de ser previamente planejada para que se alcance o objetivo específico (ALMEIDA, 1989).

As entrevistas, na presente pesquisa, foram realizadas de forma diretiva, ou seja, estruturadas, onde as perguntas foram determinadas com antecipação. Para isso foi necessário, portanto, o uso de roteiros de entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os assentados dos dois assentamentos e com o bispo do município de Marília. Assim, analisou-se quais seriam as melhores questões a serem feitas aos entrevistados, já que nosso objetivo foi, com a entrevista, coletar dados qualitativos referentes às parcerias, grupos de trabalho que fazem parte do cotidiano dos assentados. Escolhemos de maneira aleatória os assentados que seriam entrevistados, no assentamento São Bento entrevistamos 18 assentados e no Santa Clara/Che Guevara 05 assentados (10% do número total de famílias. b) Histórias de vida: A “história de vida” faz parte da “história oral”, mas não se pode confundir “história de vida” com entrevistas ou depoimentos pessoais, pois apesar de serem semelhantes, possuem características e definições diferentes. Diferentemente das entrevistas, as histórias de vida são técnicas, de obtenção de dados, diretivas, ou seja, sem a interferência do pesquisador na fala do narrador.

A utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo resgatar a trajetória de vida de algumas lideranças e, a partir de então, compreender as estratégias de organização nos assentamentos rurais. Sendo a história de vida uma técnica contada pelo narrador sem a interferência do pesquisador, optou-se pela não realização de um roteiro escrito. Ao realizar a

história de vida apenas pedia-se para que o assentado contasse a sua trajetória de vida até o tempo presente. Para isso, o próprio narrador relatava sua história antes da chegada ao assentamento, passando pelo tempo de acampado até se tornar um assentado, sem a necessidade da interferência do pesquisador. As histórias de vida foram realizadas com três assentados do São Bento e três do Santa Clara/Che Guevara. Para tanto, utilizou-se o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo.

3. As associações nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara

A presente pesquisa presenciou dois momentos importantes em ambos os assentamentos. O primeiro foi marcado pela falta de interesse por parte dos assentados em participarem de associações, havendo até certa repulsa quando se tocava nesse assunto. O segundo momento se caracterizou pelo movimento oposto, isto é, pela articulação dessas pessoas em se associarem formalmente. Tal movimento ocorreu pelo fato de haver, por meio da Caixa Econômica Federal, um crédito destinado à habitação, porém apenas aquele que estivesse formalmente associado teria a oportunidade de acesso a essa linha de crédito. Em vista disso, os assentados se mobilizaram para criar novas associações e reativar as que já existiam, mas estavam inoperantes.

No momento da pesquisa (2005), a articulação para formação das associações no assentamento São Bento estava mais avançada nos setores I, II e IV⁴. Os assentados do setor I já haviam registrado a associação e tinham o número exato dos associados, enquanto que nos outros dois setores as associações ainda não tinham sido registradas, dessa forma não tinham o número de associados. A associação formada no setor I do São Bento, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Pontal do Paranapanema Unipontal, contou na sua fundação com 36 associados, desses, um pertence ao setor IV do São Bento e um outro ao assentamento vizinho Santa Cruz.

Apesar das outras associações não estarem ainda registradas o processo para a formação encontrava-se bastante adiantado nos setores II e IV, pois as pessoas despertaram para a necessidade de se unirem para alcançarem determinados objetivos, mesmo que, inicialmente, essa união tivesse uma finalidade econômica.

Olha o maior estímulo que a gente teve foi a dificuldade de receber esse dinheiro da Caixa né, que teve que correr atrás, então ali tocou em cada um. Aí fizemos a

⁴ O assentamento São Bento é dividido em 4 setores.

reunião pras casas, pro dinheiro das casas e lá cada um vendo a dificuldade e a correria da gente procurar quem a gente ia englobar pra receber esse dinheiro, então tocou em cada um. (Entrevista, Sra. C.M.T., Assentamento São Bento, 2005).

No assentamento Santa Clara/Che Guevara também se encontrou um processo bastante adiantado para a formação da associação visando a aquisição do crédito da Caixa. Na verdade, nesse assentamento, houve a reativação de uma antiga associação, a Getúlio Vargas, a qual não estava em pleno funcionamento, porém funcionava entre algumas pessoas. Em novembro de 2005 essa associação contava com 35 associados.

Ela já era, ela era associação, então que nem por exemplo, eu fui reativar ela e no dia que eu fui reativar ela, o cara falou assim: olha seu Nilo a despesa vai ser grande porque a associação vocês não estão usando, mas ela está ativa, a receita federal todo ano cai, a dívida pro senhor pagar. Então só na dívida da receita federal eu estava devendo quinhentos contos, aí tenho que pagar tudo isso, eu vou pagar tudo isso né pra reativar e foi mil e quatrocentos conto. (Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

A participação tende para a organização e a organização facilita e canaliza a participação. Assim, à medida que a participação é promovida pode ocorrer uma transformação das pessoas, que se antes eram passivas e conformistas, depois de um processo participativo, muitas vezes passam a ser ativas e críticas (BORDENAVE, 1983).

Essas associações foram criadas objetivando o acesso ao recurso para financiamento da habitação, mas que futuramente têm grandes chances de prosseguir e alcançar outros objetivos.

Além dessas associações que estavam se formando nos assentamentos, existe uma outra, a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal do Paranapanema (ACAP), que trabalha com a implementação de projetos com sementes crioulas; é uma associação que engloba não apenas os assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, como também outros da região. Do total, participavam desse projeto com sementes crioulas 250 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema, dessas, 25 pertencem ao assentamento Santa Clara/Che Guevara e 30 ao assentamento São Bento. O objetivo desse projeto é fazer um resgate cultural dos assentados para a produção de sementes, para isso essa associação possui vários parceiros, sendo que a maioria deles está vinculada a órgãos governamentais.

De acordo com um dos assentados participantes desse projeto a escolha das famílias teve como critério as melhores áreas para produzir tais sementes.

A gente foi convidado, a gente viu o projeto que eles apresentaram (Acap). Tudo que vem novo hoje pra poder ter um futuro pra amanhã, se é um projeto viável, eu acredito que pra mim é bom. Aí no momento, não tinha pra todos. Eram só pras 250 famílias então nós fizemos um tipo de uma seleção por área. Por exemplo, aqui minha área é mais produtiva e tem muitas áreas que não compensa nem você jogar semente, sobra aqui área mesmo, então foi um tipo de seleção pra poder não dá semente pra quem não tinha lugar pra pôr ela. (Entrevista, Sr. J.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

O projeto de sementes crioulas desenvolvido pela Acap, como pôde ser observado, refere-se a um número restrito de participantes. Isso, se num primeiro momento manifesta-se como algo negativo, por outro lado com um número limitado de participantes pode-se haver um maior acompanhamento das atividades desenvolvidas por cada um, podendo traduzir-se como algo positivo.

Para Olson (1965) a produção de um bem coletivo está atrelada ao custo que um indivíduo do grupo está disposto a pagar para que este bem seja produzido. Nesse sentido, caso a relação custo/benefício seja atrativa para pelo menos um integrante do grupo, o bem coletivo será produzido. Este autor, ao sugerir uma análise da ação coletiva levando em consideração o tamanho do grupo, mostra que em grupos grandes uma tendência negativa é a de que seus integrantes podem assumir um comportamento denominado *free-rider* ou “carona”. Ao adotar este tipo de comportamento o indivíduo literalmente pega “carona” no grupo e com isso consegue obter, mesmo sem participar, os resultados coletivos, principalmente quando o bem coletivo não é excludente. Um exemplo desse tipo de comportamento pode ser observado em greves realizadas por trabalhadores de uma determinada categoria. Quando há greve nem todos os trabalhadores aderem a ela, mas caso aqueles indivíduos que participaram ativamente consigam resultados satisfatórios, como o aumento de salário, todos os trabalhadores da categoria irão ser beneficiados com o aumento, mesmo sem ter participado da greve. Este é o chamado comportamento *free-rider* ou “carona”, que para Olson (1965) é facilmente encontrado em grandes organizações⁵.

Em organizações pequenas a existência do “carona” é dificultada, pois a possibilidade de controle mútuo das atividades tende a minimizar tal comportamento, uma vez que em grupos menores os integrantes podem acompanhar as ações de todo o grupo, tornando-o mais eficiente. Nas associações formadas nos assentamentos, por não possuírem um número grande

⁵ A Cocamp – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, assim como outras grandes organizações, por possuir em seu quadro de associados um número grande de pessoas, configura-se numa organização que pode ocorrer esse tipo de comportamento, pois dificilmente um associado irá investigar se os seus companheiros estão contribuindo ou não para o bom desempenho da cooperativa. Contudo, é necessário frisar que as dificuldades por ela enfrentadas não foram motivadas por esse tipo de comportamento.

de associados, esse comportamento provavelmente não será encontrado, já que são grupos pequenos e as tarefas sendo divididas entre eles, cada qual tem conhecimento da atribuição dada ao outro.

Antes da movimentação para a formação de novas associações nos assentamentos, já havia alguns assentados que se encontravam organizados em associações formais e informais. Notou-se que a organização formal das mulheres no assentamento São Bento tem um papel bastante relevante. A Associação das Mulheres Assentadas do Pontal, a AMAS, conta com associadas de vários assentamentos, sendo que sua presidente pertence ao São Bento. Neste assentamento, seis mulheres fazem parte dessa associação, portanto ali dificilmente será encontrado o comportamento “carona”. Desde 1996 esse grupo se reúne para discutir melhorias que poderiam ser implementadas nos assentamentos. A partir dessa união as mulheres começaram a formar pequenos grupos (informais) para trabalhar no projeto da padaria.

O escritório da Fundação Itesp de Mirante do Paranapanema forneceu às mulheres o kit padaria para que fosse estimulado o trabalho em grupo. Como o assentamento São Bento é dividido em quatro setores, cada um recebeu o seu kit. Inicialmente, organizava-se um grupo de aproximadamente oito mulheres, porém com o passar do tempo esses grupos se dissolveram. Em novembro de 2005 no setor I apenas duas mulheres participavam dos trabalhos com a padaria; no setor II o grupo se dissolveu e o kit padaria permaneceu na casa de uma delas, porém o trabalho está parado; no setor III não foi identificado nenhum grupo e no setor IV o grupo também se dissolveu restando apenas uma mulher, que devido a problemas familiares pouco tem trabalhado com a padaria. Percebe-se que inicialmente a idéia de organização das mulheres através da padaria foi boa, porém o trabalho não foi contínuo. Tal fato pode ser explicado pela baixa renda que essa atividade ofereceu às assentadas, originando um desestímulo quanto à participação nesse grupo.

Da padaria era um grupo de mulheres, aí saíram todas e só ficou eu e a minha vizinha, porque as outras acham que não dá muito lucro. Eram umas oito mulheres da padaria, eram oito aí saiu tudo. Se junta muita gente, não tem muita renda né, então agora nem elas mesmas não querem, porque não tem muita renda. (Entrevista, Sra. A.G.B.A., Assentamento São Bento, 2005).

No assentamento Santa Clara;/Che Guevara não foi observada a participação das mulheres no projeto da padaria. A assistência a esse assentamento é realizada pela Fundação Itesp de Teodoro Sampaio e de acordo com relatos do técnico da área, já houve um trabalho

com o grupo de mulheres desse assentamento, porém o trabalho com as padarias parou de funcionar.

Mesmo observando esse revés, a organização das mulheres no assentamento São Bento para trabalhar com o kit padaria foi muito importante, pois foi por meio desta que houve o “ponta pé” para que elas pudessem se organizar através da Amas, associação esta cujo desempenho, avaliado por suas associadas, é muito bom. A Sra. M.C.S., presidente da Amas esclarece como surgiu essa associação.

Desde noventa e seis se iniciou um grupo de mulheres e através desse grupo de mulheres foi montada a associação, porque a gente é um grupo de mulheres é que tinha um objetivo de formar uma associação pra trazer melhorias né, pra nós, pro nosso assentamento. A gente se reunia através de fóruns de educação, fóruns de saúde. A gente trabalhou sempre pela luta pela saúde, melhoria, luta pela educação, aquela escola lá do pé-de-galinha foi fundada através dessa ajuda do grupo de mulheres.” (Entrevista, Sra. M.C.S., Assentamento São Bento, 2005).

Embora algumas associadas da Amas morem distantes uma das outras, isso não se convergiu numa barreira para o seu bom desempenho. Essas mulheres conseguiram ter habilidade para exercer as atividades da associação mesmo com características que, inicialmente, poderiam se traduzir num entrave à participação, assim essa associação se traduz num novo olhar sobre a participação e a organização nos assentamentos. Isso ocorre porque foi por meio dessa associação que se conseguiu organizar cursos de informática na escola do assentamento, além da aquisição de um automóvel para agilizar o trabalho das associadas.

Há também nesses assentamentos uma associação voltada para a recuperação da memória do acampamento União da Vitória, a ADUV – Associação de Desenvolvimento União da Vitória.

Aduv se propôs a fazer o resgate do acampamento União da Vitória, por isso que ela é Aduv, Associação de Desenvolvimento União da Vitória. Todo esse negócio aqui ele nasce da idéia do União da Vitória e resgatar isso é fundamental na memória e na perspectiva de reorganizar aquilo.”(História de Vida, Sr. Z.L.S., Assentamento São Bento, 2005)

Essa associação, em 2005, tinha apenas três anos de fundação sendo que suas atividades ainda estavam em fase inicial, de acordo com um de seus associados; para que pudessem pleitear algum tipo de recursos deveriam ter primeiro três anos de registro e, passado esse tempo, teriam direito a obtenção de recursos por meio de projetos. Essa associação conseguiu recursos para que fossem instalados três tanques resfriadores para o leite nos assentamentos.

O objetivo dessa associação é também ajudar a discutir o desenvolvimento rural dos assentamentos, e também, angariar recursos através de projetos, projetos de instalação de poços, instalação de tanques de resfriadores de leite, é projetos de infra-estrutura. (Entrevista, Sr. D.A.R., Assentamento São Bento, 2005)

Os assentados articulam-se de maneira bastante organizada para suprir algumas necessidades. Assim, o surgimento de associações e grupos cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida das comunidades podem se fortalecer e estimular o espírito de coletividade e solidariedade.

Apesar da presença dessa associação nos assentamentos, especialmente no São Bento, percebeu-se que o conhecimento dela está relacionado às pessoas ligadas à militância, pois apenas quem é, ou era militante tinha a informação de sua existência.

A participação não se retrata somente como um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, como uma necessidade do ser humano em exprimir suas vontades, realizar e fazer “coisas”. Desta forma, a participação possui duas bases complementares: uma base afetiva, em que o homem participa porque sente prazer em trabalhar com outras pessoas; e uma base instrumental, onde o homem participa porque o trabalho realizado em conjunto é mais eficaz e eficiente. O ideal na participação é que essas duas bases sejam equilibradas (BORDENAVE, 1983).

4.Os grupos de tratores nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara

Um tipo importante de grupo informal encontrado nos assentamentos são os grupos de tratores. Muitos desses grupos foram criados quando os assentados se encontravam na condição emergencial, ou seja, eles ainda não haviam tomado posse de suas áreas definitivas. Esses grupos foram formados entre aqueles que eram mais próximos, através dos laços de amizade. Para participar desses grupos os assentados deveriam estar associados à Cocamp, uma vez que o recurso chegava por meio desta cooperativa.

Nós, nós tínhamos um grupo que já era do, do Movimento né, as pessoas mais envolvida, aí saiu, comprou os tratores aí o pessoal, os assentado todos se reuniram em grupo, cada um tinha o seu grupo né e cada grupo pegou um trator pelo, financiado pelo banco né, aí cada grupo se organizou. (Entrevista, Sra. N.A.M., Assentamento São Bento, 2005).

Esses grupos tinham por objetivo a reunião de oito a dez pessoas para aquisição dos tratores e a partir daí a formação da associação para gerenciar esse bem. Na verdade, o trabalho com o trator é individual, cada um, de acordo com uma condição pré-estabelecida entre eles, tem o direito de usufruí-lo.

Ah, o início é o seguinte, eu sei mais, ou menos tudo, formamos o seguinte, nós recebemos o trator da cooperativa lá da Cocamp e parece que o governo cedeu pra pessoa aqui acampada, acampada não que é assentada, repartiram em, em sete, oito famílias para cada grupo de pessoas um trator, então quem pediu, foi lá pediu, aí eles cederam e então pra isso eles exigiram de sete a oito, nove família cada, é, assim foi o início.(...) Fizemos a sociedade e pusemos a regra assim, fizemos um estatuto mais ou menos. Tem a regra sabe, ninguém pode sair fora da regra, e assim começamos (Entrevista, Sr. C.K.F., Assentamento São Bento, 2005).

Alguns desses grupos de tratores, por motivos que vão desde o desentendimento entre os membros até por questões financeiras, não obtiveram resultados satisfatórios e acabaram se desfazendo.

Nós éramos em oito, tudo aqui mesmo, o nosso saiu tudo, parou tudo. Parou porque não tava dando certo as coisas, aí nós pegamos e entregamos o trator. Não, não foi por culpa do financiamento, nem nada, é que nós já decidimos parar com a associação, não foi problema de nada não, foi decisão nossa, porque ficava muito caro os gastos do trator pra nós e nós não estávamos tendo condições, aí nós resolvemos parar, entregamos o trator. (História de Vida, Sr. V.V., Assentamento São Bento, 2005).

Foram verificados, no assentamento São Bento, três grupos de tratores que estavam realizando suas atividades. No setor I apenas dois assentados pertenciam a esse assentamento, os outros que faziam parte do grupo eram assentados dos assentamentos vizinhos. No setor II, dez pessoas faziam parte do grupo. Do início até 2005, duas pessoas haviam saído e outras duas entraram no lugar delas. O grupo de tratores do setor II é formado por pessoas que faziam parte da militância do MST. O outro grupo de trator em funcionamento no assentamento São Bento encontra-se no setor III: oito pessoas fazem parte desse grupo, porém apenas uma pessoa desse grupo é assentada nesse assentamento, os outros são assentados dos assentamentos vizinhos, como o assentamento Canaã que possui outros cinco integrantes do grupo e o assentamento King Meet com dois representantes.

No assentamento Santa Clara/Che Guevara foram encontrados dois grupos de tratores em atividade ligados à associação Getúlio Vargas, que possui dois tratores, sendo um pertencente a um grupo com seis assentados, e outro com mais três pessoas, além dessas seis, totalizando assim nove pessoas.

Nossa associação tem dois tratores e por exemplo, a Getúlio Vargas está com seis pessoas num trator, por exemplo, e nove no outro. (Entrevista, Sr. N.M.A., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2005).

Embora o número de pessoas no passado ter sido maior esse grupo não deixou de existir e de realizar suas atividades no que se refere ao uso do trator. A falta de participação e a desistência dos assentados nos grupos de tratores, pode ter ocorrido em função dessa forma organizativa ter sido uma das primeiras realizadas entre essas pessoas, sendo que para muitos deles, apesar de já ter no passado um vínculo com o meio rural, a vida no meio urbano já fazia parte do seu cotidiano.

5. A presença de instituições como a CPT, ONG e Sindicato Rural

Na região do Pontal do Paranapanema existe uma organização não-governamental que possui um papel muito significativo nos assentamentos rurais, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, o qual atua há 14 anos na região visando à conservação de espécies, da fauna e da flora, ameaçadas de extinção. Existe uma parceria entre uma família assentada do assentamento Santa Clara/Che Guevara e essa Ong para a produção de buchas ecológicas. Através dessa parceria, essa família conseguiu que outras do mesmo assentamento participassem desse projeto com o fornecimento de buchas. Nesse projeto, os assentados que produzem a bucha ecológica têm por obrigação o plantio da mesma área com mudas nativas, que são fornecidas pelo Ipê.

Se ele planta meio hectare de bucha pra ser um fornecedor de bucha aqui, ele tem que plantar meio hectare de árvore nativa pra dar o título de sustentável pro projeto. (História de Vida, Sr. V.M.D., Assentamento Santa Clara/Che Guevara, 2004)

Através da atuação dessa Ong percebeu-se que a presença de instituições nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema não ocorre apenas pela ação daquelas ligadas a órgãos governamentais. Sendo assim, notou-se também outra instituição não vinculada a órgãos governamentais que tem uma presença marcante, a igreja, cuja atuação não apenas no assentamento, como também durante a fase de acampamento, foi muito significativa. Nesse caso, os relatos dos assentados se referem à participação de alguns padres da igreja católica, que por meio dos trabalhos desenvolvidos pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) deram um grande suporte nesse período. Em 2005, a CPT não possuía trabalhos que se

traduziam numa atuação de grande relevância nos assentamentos, isso se deve a diversos motivos, entre eles está a falta de agentes para a realização do trabalho de base nos assentamentos.

Faltam agentes, um dos grandes desafios é justamente esse, faltam agentes para trabalhar na Pastoral da Terra. Agentes voluntários, todos são voluntários. E nós gostaríamos de ter agentes formados em áreas distintas, por exemplo, advogados, uma pessoa formada em direito ajudaria muito a Pastoral da Terra (...). Além desse trabalho com agentes voluntários especializados, nós não podemos perder o contato com as bases, mas infelizmente nós perdemos bastante o trabalho de base né. E agora estamos aí, estamos tentando ver se fortalecemos esse trabalho das bases pra depois voltar a dar maior visibilidade à Comissão Pastoral da Terra no Estado né. (Entrevista com o bispo representante da CNBB na CPT de Marília Dom M., Rancharia, 2004)

Nesses assentamentos, a igreja ainda aparece entre os assentados como uma instituição importante na vida deles, contudo são identificadas outras religiões além da católica como, por exemplo, a evangélica. Uma organização que, surpreendentemente, surgiu nas lembranças dos assentados pela sua importância na época de acampamento foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mirante do Paranapanema.

Olha quem dava apoio no acampamento pra nós, nos acampamentos, apoio assim de fora né? Sempre tinha umas, a prefeitura, nós corria atrás dos prefeito, a igreja, o sindicato, o sindicato mesmo de Mirante ajudou muito a gente né. (História de Vida, Sr. E.M., Assentamento São Bento, 2005).

Apesar da ajuda do sindicato no tempo de acampamento, nos dias atuais uma pequena parcela atribui alguma relevância a essa instituição, uma vez que a grande maioria não é filiada a nenhum tipo de sindicato. Em certos casos, o sindicato poderia ser também um espaço de sociabilidade, onde os trabalhadores rurais poderiam marcar encontros com outras pessoas, como aparece no estudo realizado por Leite et. al. (2004), que observaram ser o sindicato um local onde os trabalhadores rurais assentados se reúnem e se identificam dentro da cidade, sendo que esses trabalhadores cada vez que vão à cidade, independente de ter a necessidade de resolver algum problema no sindicato, por lá passam.

6. Considerações Finais

Observou-se nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara que algumas formas de organização como as associações para a obtenção do crédito de habitação e os grupos de tratores foram formadas objetivando facilitar a aquisição de determinados bens.

Apesar de na maioria dos grupos de tratores ter havido desistência de um número considerável de participantes, deve-se registrar a importância da formação desses grupos no assentamento como uma primeira forma de organização das famílias quando essas passaram a ser assentadas.

Se por um lado as associações ou os grupos presentes nos assentamentos, como o grupo do kit padaria e dos tratores, não obtiveram o resultado esperado, por outro lado, foi por meio desses grupos que foi possível a formação de associações como a Ama, onde as mulheres conseguiram se reunir e se organizar formalmente. Tornando-se uma associação que engloba não só o assentamento São Bento, mas também outros assentamentos vizinhos, criada objetivando levar melhorias para os assentamentos.

Assim, percebeu-se que tanto nas associações informais, quanto nas formalizadas há uma expectativa muito grande entre os seus participantes para que esse tipo de atitude simbolize uma melhora das condições de vida. Essa melhoria pode ser de caráter econômico, através do acesso ao crédito; de caráter cultural, por meio de conquistas na educação; de caráter social, pois fortalece as relações entre eles e até mesmo de caráter simbólico, pois existe um lado simbólico, relacionado ao respeito e credibilidade, a quem faz parte de uma organização social, de acordo com a maior ou menor importância dessa.

Ao lado das organizações formadas pelos próprios assentados estão presentes também instituições, algumas desde a época do acampamento, como a igreja, a ONG Ipê e o Sindicato Rural, que ao desenvolverem um trabalho em conjunto com os assentados há a possibilidade do fortalecimento das suas organizações através da experiência dessas instituições, o que se torna importante uma vez que por meio das associações ou grupos informais os assentados estão tendo a possibilidade de conseguir melhorias para as suas vidas e para os assentamentos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. MEC/ABEAS, Brasília, 1989.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, B. M.; MENEGUETTE, A.; LEAL, G. M.; FAGUNDES, D. C. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/ Araraquara: UNIARA/ São Paulo: INCRA, 2003, p. 79-104.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000. **Anais...**, 2000, CD-Rom.

Fundação Instituto De Terras “José Gomes Da Silva” Do Estado De São Paulo. **Lista de Comunidades Atendidas**. 2005.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996.

LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S.; PALMEIRA, M.; CINTRAO, R. (Coords). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD/ São Paulo: EDUNESP, 2004.

OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Pres, 1965.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**PENSAR A RURALIDADE NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL: UMA
INTRODUÇÃO AO ESTADO DA ARTE**

Sergio Schneider¹

Resumo

Este trabalho pretende identificar as principais vertentes teóricas e analíticas das ciências sociais que utilizam o conceito de território para analisar os processos de desenvolvimento e mudança social no meio rural. Na primeira seção discutem-se três perspectivas analíticas, que são a perspectiva da geografia política, que utiliza-se do conceito para analisar o poder e as formas de dominação no espaço. A visão da antropologia e da sociologia, que analisam os territórios na perspectiva da identidade social e da construção do capital social. E a abordagem da geografia econômica, que pensa o território como uma variável do desenvolvimento econômico que permite entender o papel do espaço sobre os processos inovação, a geração de economias de escopo e a criação de externalidades. A segunda seção do trabalho é dedicada à discussão sobre como as perspectivas teóricas contemporâneas que se dedicam à reflexão sobre o tema do desenvolvimento incorporam a noção de território em seu arcabouço analítico e conceitual, mostrando-se que esta foram influenciadas tanto pelo novo regionalismo como pelas mudanças mais gerais do Estado e das políticas públicas. A terceira seção do trabalho é dedicada a discussão das principais perspectivas políticas, práticas e analíticas que operam com a noção de desenvolvimento territorial rural, que vem recebendo a adesão de formuladores de políticas tanto quanto de estudiosos. A conclusão do trabalho aponta, sumariamente, que esta havendo uma renovação do debate sobre ruralidade, territórios e desenvolvimento que vem influenciando tanto os mediadores como os analistas, que estão aprendendo a lidar com este novo referencial por meio de teorias e metodologias.

Palavras-chave: Espaço, Território, Sociologia Rural.

1. Introdução

Esta em curso uma mudança importante na forma como os estudiosos, os formuladores de políticas e os atores sociais percebem e agem no espaço rural. A implicação mais imediata que decorre desta mudança e de caráter cognitivo, pois os indivíduos e suas organizações começam a modificar suas concepções e passam a buscar novas referências e orientações. Mas estas referências ainda não estão inteiramente consolidadas, ainda não foram amplamente testadas e submetidas ao crivo da avaliação. Nestas situações, permanecem incertezas das decorrem comportamentos coletivos que tanto fazem apelo à defesa do que é conhecido e usual, assim como daqueles que aproveitam a ocasião para propor soluções de tipo novo, até então não experimentadas.

¹ Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (www.ufgrs.br/pgdr). Av. João Pessoa, 31, Porto Alegre, RS. 90040-000. E-mail: schneide@ufgrs.br

O debate atual sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento parece se encontrar neste estágio. As definições e referências do passado ainda continuam presentes na cabeça dos estudiosos e analistas, mas raros são aqueles que desconhecem sua crescente limitação para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea está trazendo a lume. Mas mudar de perspectiva é sempre difícil e exige uma longa etapa de amadurecimento e, sobretudo, experimentação, para que sejam aceitas as provas e se possa suceder uma nova etapa de estabilidade. De um modo mais sofisticado e teoricamente fundamentado, este processo foi descrito pelo cientista Thomas Kuhn para descrever como períodos de “ciência normal” são lentamente rompidos por mudanças de pequena monta, que ocorrem de forma lenta e gradual, mas aos poucos vão transformando os paradigmas científicos, que são as estruturas mentais, teóricas e metodológicas com as quais se constroem os conhecimentos em uma determinada época.

Quais são os fatores que estão causando a desestabilização e a lenta superação dos modelos cognitivos, conceituais, práticos e políticos, até recentemente aceitos e legitimados, sobre os temas da ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento? Quais são as propostas que têm surgido e de como modo elas propõem suplantar os problemas que afetam as perspectivas que estão em crise, ou melhor, que já não são mais capazes de responder adequadamente ou suficientemente as questões que estão colocadas? Estas são perguntas de difícil resposta, pois exigem um longo périplo para diagnosticar quais são as perspectivas que estão em processo de crise e superação como, sobretudo, localizar aquelas que oferecem respostas de tipo novo. Um dos objetivos deste texto foi o de tentar uma aproximação de respostas a estas questões, dentro de determinados limites e possibilidades.

O que traz a convicção de que uma mudança está em curso e o fato de que a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento são temas que vêm sofrendo tentativas de atualização e alteração não apenas no domínio acadêmico e analítico, onde a busca pela renovação de enfoques é quase uma constante. O que chama atenção é o fato de que os domínios da política (entendido como o campo de atuação das relações e disputas do poder), em sua esfera institucional e organizacional, e o domínio das práticas sociais (entendidas como as ações e interações cotidianas para viabilizar a produção e a reprodução entre os humanos e a natureza) também estão buscando novas referências que orientem seus modos de agir e fazer. Como testemunho desta afirmação, pode-se citar o número crescente de programas governamentais e as ações de agências e organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, que estão operando a partir de referências que têm em comum idéias como, por exemplo, (a) que a ruralidade é heterogênea e não circunscrita às atividades

agrícolas; (b) que os territoriais são espaços pertinentes para se pensar a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização; (c) que o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais; (d) que a mudança é um processo lento que precisa trazer efeitos práticos como melhor a renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas.

Mas é preciso reconhecer, igualmente, que a mudança de pensamento e concepção em andamento sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento pode ser entendida como uma tentativa de estudiosos, políticos e atores buscar respostas aos desafios e condicionantes impostos pelos processos mais gerais de transformação das sociedades contemporâneas. Embora seja uma metanarrativa, é preciso reconhecer que a globalização econômica e comercial exerce seus efeitos sobre as interações humanas e espaciais, redefinindo a forma e as funções da divisão social do trabalho. Da mesma forma, as modernas tecnologias informacionais, informática e telecomunicações, alteraram vagorosamente as interações sociais, os limites de espaço-tempo e a forma de produzir e trabalhar. Mas pode-se citar também as alterações do papel do Estado e a forma de interação com a sociedade civil e os indivíduos. Claro que a lista de condicionantes e fatores causais poderia ser estendida, embora sem que se chegasse a um consenso sobre o peso relativo de cada fator.

O que vale salientar, contudo, a título de introdução, é que a reflexão sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento que se pretende fazer neste trabalho tem como objetivo descrever o conjunto das mudanças que vem ocorrendo em cada um destes domínios e tentar perceber em que medida a retórica, o conceito ou a noção de território, abordagem territorial ou perspectiva territorial está presente. Parte-se do entendimento de que há diferentes visões e percepções sobre cada um destes três domínios mas, de alguma forma, cada um deles reporta-se ao território ou a abordagem territorial. Neste sentido, a questão que se pretende responder é sobre como as mudanças de concepções e entendimentos sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento se fazem e se constroem a partir de uma crescente interface com a dimensão espacial (ou territorial) da ação social e econômica.

2. O conceito de território nas ciências sociais

O conceito de território é ubíquo e amplo. Para os geógrafos trata-se de um dos conceitos fundadores da disciplina, que se relaciona com outro de complexidade ainda maior, que é o de espaço (Meo, 1998). Para os biólogos e ecólogos o conceito de território serve

como recurso heurístico para análise do habitat e das formas de uso dos biomas e ecossistemas pelos animais. Os antropólogos e etnólogos usam o conceito de território para descrever e delimitar o espaço em que transcorrem relações e interações de determinados grupos sociais em geral demarcados por meio de símbolos e representações. Já os economistas e planejadores apelaram para o conceito de território para tentar entender em que medida a localização espacial de determinado recurso ou atividade produtiva pode influenciar no seu custo e na formação dos preços relativos dos produtos.

Obviamente, foge aos objetivos desse trabalho fazer um inventário de como as diferentes disciplinas utilizam e definam o conceito ou a noção de território. Mas para sumarizar como o conceito de território é aplicado nos diferentes campos das ciências sociais, é possível classificar as diferentes perspectivas que utilizam o conceito de território segundo três paradigmas principais.

O primeiro paradigma tende a definir o território a partir da interação dos humanos com o espaço. Resultam daí formas de uso e de transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos ou espaços transformados. Além disso, esta perspectiva também pensa o espaço na sua dimensão instrumental e normativa, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles que são capazes de mantê-lo sob sua guarda e domínio. As vertentes analíticas que mais se identificam com esta perspectiva de uso do conceito de território são as perspectivas marxistas e as abordagens neo-ratzelianas.

Entre os marxistas, há um conjunto amplo e importante de autores que definem o território a partir da forma como os espaços são apropriados e gerenciados pelo processo de desenvolvimento das forças capitalistas de produção. De um maneira geral, esta forma de compreender o território remete a analogia original formulada por Marx n' A Ideologia Alemã, quando afirma que o processo de diferenciação do espaço (entre cidade e campo, por exemplo) é uma decorrência ou projeção da forma pela qual se processa a divisão social do trabalho em uma determinada sociedade. Para Marx, a interação homem-natureza assume múltiplas formas, cuja maior ou menor diversificação dependerá das condições objetivas e históricas em que se processo transcorre e opera. Uma vez que as formas de interação entre homem e natureza seguem o princípio do filósofo pré-socrático Heráclito, que afirma que não há coincidência entre o ser/fazer e o tempo, chega-se à conclusão de que cada forma de interação é singular, não há repetição e nem inexorabilidade.

Estudiosos das formas de uso do espaço e das formas de interação dos homens com os recursos disponíveis nos espaços mostram como deste modo material decorrem modelos de organização social e econômica que conformam determinadas formas de sociedade, como a

capitalista, por exemplo. Os trabalhos do filósofo Henry Lefebvre e, mais recentemente, de geógrafos como Milton Santos, David Harvey e Doreen Massey, podem ser entendidos como uma tentativa de demonstrar como as sociedades modernas produzem determinados meios de interação com a natureza que conformam ou produzem um modo específico de uso e apropriação do espaço. Nestes termos, o processo de uso e apropriação do espaço pelos homens é entendido como um processo de produção do espaço, que para muitos é a expressão da territorialização. Segundo Haesbaert (1997, 2002 e 2004), em um trabalho de longo alcance sobre estas perspectivas, este o processo de produção do espaço envolve também a sua reprodução. E este não é um processo linear e positivo. Para dar conta da complexidade com que o capital vai mudando e transformando o espaço, Haesbaert lança mão das noções de desterritorialização e reterritorialização para analisar como as mudanças nas relações homem-natureza implicam em alterações no modo como os territórios são usados.

As perspectivas neo-ratzelianas não ignoram a questão da apropriação e do uso do espaço por determinadas formações sociais. Contudo, inspiram-se em F. Ratzel, o fundador da disciplina, para insistir que mais do que o uso do espaço como tributário da divisão social do trabalho, o território e os processos de territorialização implicam em formas de dominação do espaço, de construção de instrumentos e mecanismos de poder que sejam capazes de assegurar o domínio e o controle do território. Neste sentido, tal como para Ratzel, a questão do poder é central para definição do território. Em última análise, somente existe território na medida em que se estiver discutindo a relação entre poder e espaço ou entre poder e formas de dominação do espaço. Mas os neo-ratzelianos não se restringem a questão do poder como fonte de força e potência do Estado, ou o domínio do espaço pelo poder do Estado. Como alternativa analítica a esse território estatal, Raffestin (1986; 1987; 1993), por exemplo, propõe a existência de múltiplos poderes que se manifestam de formas variadas e heterogêneas no território.

Para Raffestin, sempre que o uso do espaço implicar na geração de mecanismos de poder com o sentido de forjar formas de dominação, sejam elas quais forem, ocorre um processo de configuração territorial. Nesta perspectiva, entende-se o território como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais determinadas de diferentes graus. Mas é também a presença de energia e de informação, na forma de ações e estruturas simbólicas. Isto permite pensar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) a partir do grau de acessibilidade à informação. A informação de símbolos e significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização). Na mesma perspectiva, Souza

(1995) mostra que o território é o espaço determinado e delimitado por e a partir de relações de poder, que define um limite (alteridade) e que opera sobre um substrato referencial, o que implica que o território é definido por relações sociais e estar referenciado a formas jurídico-políticas – exemplo clássico de um Estado-nação –, culturais – de uma associação de bairro dentro de uma cidade – e/ou econômicas – de uma grande empresa.

O segundo paradigma das ciências sociais que trata do conceito de território refere-se à visão esposada pelos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas com os espaços. Neste caso, o território reflete uma configuração social que se situam em um ponto no espaço, podendo ser um grupo de jovens que vive em determinado ambiente urbano ou até mesmo um grupo de indígenas que habitam uma porção de terra. Conforme destacou Escobar (2001), tanto a fenomenologia quanto a ontologia, duas poderosas perspectivas epistemológicas das ciências humanas, tratam da relação dos indivíduos com o seu lugar no espaço.

Mas neste paradigma a questão central das relações entre os humanos e os territórios passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre indivíduos que ocupam determinado espaço e comungam entre si valores e sentimentos de pertencimento a um grupo. O território, portanto, deixa de ser apenas a delimitação do espaço físico ocupado e usado e passa a ser uma referência cultural que se manifesta através da identidade dos indivíduos em relação ao espaço que ocupam e usam (Sayago, et.alii, 2006).

Neste sentido, um termo frequentemente utilizado pelos analistas desta vertente é o de desterritorialização cultural, muitas vezes usado como sinônimo de desenraizamento ou enfraquecimento dos valores e da identidade de um determinado grupo social. Vários estudiosos mostraram que grupos sociais com forte identidade e sentimento de pertencimento são socialmente coesos e capazes de se impor de forma reativa ou proativa aos efeitos externos. Assim, grupos locais com identidade social e territorial conseguem mobilizar forças e estratégias em face às tendências de massificação e pulverização cultural provocadas pela globalização. Neste caso, o recurso ao conceito de território ajuda a explicar as estratégias de localização através do fortalecimento da identidade, dos valores imateriais e da cultura. Assim, formas de resistência podem emergir à medida que os grupos sociais sejam capazes de mobilizar-se politicamente tendo como ponto de referência a identidade social baseada no senso de lugar (*'sense of place'*).

Mesmo sem utilizar explicitamente a referência à dimensão territorial na perspectiva da mobilização social e da formação da identidade, cientistas sociais vêm oferecendo contribuições importantes para reflexão sobre a relação entre espaço/território, identidade e

formas de mobilização política. Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Putnam (1996), que se tornaram referência nas análises de grupos sociais caracterizados por uma forte identidade social (espírito cívico). Em seu referenciado estudo sobre a Itália, Putnam mostra que em determinadas regiões do norte do país a herança cultural fortemente cimentado por laços de sociabilidade e identidade local foram responsáveis pelo desenvolvimento de dispositivos coletivos (na forma de associações, agremiações e organizações de classe) que se manifestam em um sentimento de comunidade e de pertencimento a um grupo social. Segundo o autor, estes dispositivos coletivos formam um “capital social” que funciona como um recurso não apenas para garantir coesão social mas, sobretudo, para estimular a criação de formas de organização política e institucional que buscam garantir a estabilidade e o bem-estar dos indivíduos que pertencem ao território.

O terceiro paradigma das ciências sociais que lida com o conceito de território inscreve-se no amplo campo dos estudos de economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conceito de território é associado ao de região, sendo muitas vezes tratado como sinônimo. A preocupação com o espaço-região é uma questão fundamental para a geografia possibilista, inspirada em Paul Vidal de La Blache, que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, atividades econômicas e infra-estrutura. Mas foi o geógrafo alemão Von Thünen, ainda no século XIX, o pioneiro em tentar associar as regiões (o seu conteúdo físico, por assim dizer) a determinados modelos ou tipos desenvolvimento e uso dos recursos naturais disponíveis no espaço. Mais tarde, na década de 1930, Christaller e Lösch retomaram a discussão e criaram o que viram a ser as primeiras teorias do lugar central e dos efeitos da localização sobre o desempenho econômico das regiões. Mas foi através do trabalho de Francois Perroux, que os estudos sobre desenvolvimento econômico conseguiram demonstrar em que medida uma determinada região pode ser caracterizada como pólo de influência e atração por possuir uma dinâmica econômica e social definida e ser dotada de processos contínuos e potenciais de inovação tecnológica, alta mobilidade de fatores e de intenso relacionamento institucional.

Ainda no âmbito deste paradigma, o “turning point” das perspectivas regionalistas e a introdução do conceito de território ocorreu no período mais recente, a partir do final da década de 1970 e, sobretudo, ao longo dos anos 1980, quando emerge, desenvolve-se e diversifica-se o que na literatura será descrito como o “novo regionalismo”. Conforme mostra Lovering (1999), o novo regionalismo não possui apenas um marco fundante ou um ponto de partida como referência comum, nem uma única perspectiva analítica. De uma forma geral, o novo regionalismo pode ser identificado como um conjunto de narrativas e perspectivas

analíticas sobre a proeminência e as possibilidades desenvolvimento de regiões e territórios na fase do capitalismo pós-fordista. De fato, para o novo regionalismo o debate sobre o fim do fordismo e a emergência do pós-fordismo, assim como às questões sobre o desenvolvimento regional, inovação territorial, economias de aglomeração e escopo, processos de localização, enraizamento/imersão (*embeddeness*) cultural, são temas de primeira ordem.

O novo regionalismo possui uma expressiva projeção entre economistas preocupados com as questões regionais assim como geógrafos que se ocupam das economias locais e dos processos de desenvolvimento regional. Duranton e Storper (2006) procuraram fazer uma síntese desse diálogo, mostrando os temas em comum e as principais divergências no diálogo entre economistas e geógrafos. Ainda que sujeito à limitações, pode-se dizer que entre a economia e a geografia econômica há dois grupos preocupados com as relações entre espaço, território e desenvolvimento. De um lado, estão autores afiliados à perspectiva de Paul Krugman (1998), que tentam explicar os padrões de desenvolvimento das regiões a partir do modo como se articulam “as forças centrípedas” e se organizam os recursos nele existentes, tais como a qualidade da força de trabalho (capital humano), a capacidade de inovação tecnológica e o papel das instituições (Requier Desjardins, 1996; 2002). A outra vertente, identificada com Alfred Mashall, ficou conhecida como a “escola dos distritos industriais neomashallianos”.

Estes estudiosos focalizaram as especificidades da industrialização da região da Terceira Itália (Emilia-Romagna, Toscana, etc) destacando a proximidade entre firmas e instituições, a geração de externalidades sobre o território e o papel da ação coletiva na difusão de conhecimento, inovação e formação da mão-de-obra. Os trabalhos de Becattini (1994) e Bagnasco (1993; 1996), entre tantos outros, indicaram que a especificidade do caso italiano residia na formação de sistemas produtivos com forte identificação das empresas e dos agentes econômicos com os territórios em que estavam localizados. Assim, os territórios passam a ser agentes de transformação social e não um mero suporte de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos (Vázquez Barquero, 2002).

A partir do trabalho dos italianos, Piore e Sabel (1984) formularam a tese de que o desenvolvimento da terceira Itália sinalizava, na verdade, a emergência de um novo modelo de organização dos processos produtivos industriais, denominado de especialização flexível, que representaria uma alternativa ao fordismo.

Os estudos sobre a industrialização difusa na Itália ganharam excepcional projeção internacional e geraram o aparecimento de outras perspectivas sob o enfoque das economias de proximidade. Duas perspectivas se sobressaem neste debate. A primeira é a vertente que

identifica os processos locais e o papel do espaço com a criação de *clusters* que teriam a capacidade de organizar os processos produtivos em economias de aglomeração. Os trabalhos de Porter (1990) destacam que os clusters são capazes de produzir um tipo de “vantagens competitivas sistêmicas” e Schmitz (1995a, 1995b) aponta que as experiências de aglomeração de produção em territórios geram cluster que funcionam com base no que chamou de “eficiência coletiva”². A segunda perspectiva focaliza mais diretamente os processos de inovação e o papel dos territórios (*milieux* ou entorno) como espaços de aprendizagem coletiva (Maillat, 1995). Nesta perspectiva, o ambiente em que transcorrem as relações de proximidade tornam-se um elemento fundamental para compreensão das decisões dos atores e das formas de inovação tecnológica como resultados de processos coletivos de aprendizagem³.

Surge daí uma literatura relativamente extensa sobre os sistemas produtivos locais, inovação e desenvolvimento endógeno que inscreve-se no debate sobre regiões e territórios. O que há de comum entre estas perspectivas é o fato de considerarem que os sistemas produtivos e as relações de trabalho e produção operam nos marcos de uma dinâmica peculiar que é influenciada pelo espaço em que se encontram. Esta articulação, do tecido produtivo local com o ambiente sócio-econômico, levou à crescente utilização do conceito de território, que passou a ser entendido pelos economistas como uma variável a ser levada em consideração no estudo dos processos de desenvolvimento. A definição de Reis sobre os “territórios como espaços organizadores de funções econômicas, onde se iniciam, desenvolvem e potencializam processos relacionais de estruturação produtiva que originam materialidades econômicas particulares em cujo contexto de funcionamento as referências de ordem local podem ser significativas”, representa uma boa síntese desta percepção (Reis, 1992).

3. Desenvolvimento e Território

Em um trabalho anterior (Schneider e Tartaruga, 2006) sobre as relações entre território e desenvolvimento rural, já se havia destacado as diferenças entre a utilização cognitiva, analítica e conceitual do território e a abordagem territorial. Naquele trabalho

² Uma discussão interessante de como a perspectiva dos clusters pode ser aplicada aos temas agroalimentares pode ser encontrada nos trabalhos de Requier-Desjardins (2002) sobre os sistemas agroalimentares localizados (SYALES). Na América Latina, o trabalho de Dirven (2002) oferece uma visão panorâmica sobre o debate.

³ Para um sintese deste debate consultar os artigos de Schejtman e Berdegué (2003) e Veiga (1999). Entre os livros que apresentam sínteses das diferentes perspectivas teóricas vale a pena consultar as coletâneas organizadas por Benko e Lipietz (1994), Abdelmalki e Courlet (1996) e Pecqueur (1996). Uma análise crítica interessante destas e outras perspectivas pode ser encontrada no extenso trabalho de Sato y Graco (2007) e na revisão de Moulaert e Nussbauner (2005).

afirmava-se que a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, os objetivos da abordagem territorial do desenvolvimento são, prioritariamente, instrumentais e práticos. A tentativa de buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal e uma tendência recente que cresce em várias disciplinas das ciências sociais, notadamente na economia, na sociologia e na ciência política.

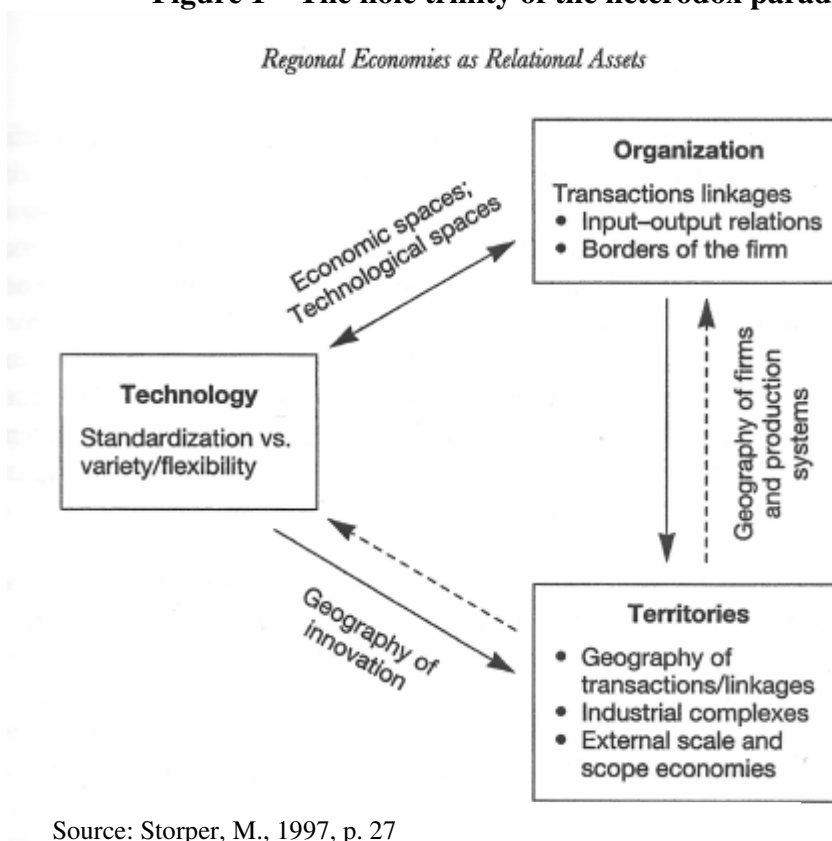
Na primeira seção deste trabalho procurou-se demonstrar que a relação entre desenvolvimento e território ocorreu de forma mais proeminente no período recente, quando o novo regionalismo passa a incorporar a noção de território e espaço como uma variável do desenvolvimento econômico no período pós-fordista. A literatura sobre o novo regionalismo e o papel dos territórios nos processos de desenvolvimento é extremamente ampla e teoricamente plural. Não sendo possível uma revisão aprofundada de todas as perspectivas, vale a pena destacar a abordagem heterodoxa de Michael Storper, que considera o território uma das três variáveis decisivas para se pensar o mundo globalizado do pós-fordismo.

Conforme mostra a figura a seguir, Storper pensa o território como um elemento da “santíssima trindade”, associada as formas de organização e a tecnologia, que conformaria os processos regionais ou endógenos de desenvolvimento analisados sob a perspectiva do que ele denomina de paradigma heterodoxo.

No esquema analítico de Storper, a tecnologia e a mudança tecnológica assumem um papel importante na sociedade pós-fordista dado o seu caráter cada vez mais reflexivo e sujeito à riscos. Para Storper, o capitalismo contemporâneo se transformou numa espécie de economia da aprendizagem (“*learning economy*”) devido ao processo dinâmico de desenvolvimento e inovação tecnológica que, por sua vez, é tributário da necessidade de renovação constante das mercadorias e da correspondente demanda por redução de custos. A tecnologia e os padrões tecnológicos não seguem uma linearidade ou rigidez tal com na época do fordismo, pois variam e podem atender a requisitos de padronização e rotinização da produção tanto quanto de especialização e flexibilização. As organizações, que são as firmas e os sistemas produtivos, buscam ampliar a produção e a rentabilidade mas, ao mesmo tempo, precisam reduzir os custos de transação, sobretudo aqueles relacionados ao alto grau de incerteza e assimetrias de informação. Neste sentido, os territórios e as economias de proximidade passam a desempenhar um papel importante, porque permite que os atores possam se conhecer melhor e aprender uns com os outros por meio da atuação em um espaço comum. Este processo de aprendizagem territorial é a chave que permite criar mecanismos

coletivos e coordenados de regulação e controle de tal forma que a imprevisibilidade e o risco possa ser atenuados por meio do próprio processo de interação social e econômico.

Figure 1 – The hole trinity of the heterodox paradigm



Nos territórios, portanto, os atores aprendem a se conhecer por meio da interação, da proximidade e dos laços de confiança e reciprocidade, o que lhes permite estabelecer normas e convenções que são aceitas, legitimadas e seguidas por todos. O território passa a ser um espaço de interação, troca, colaboração, cooperação e competição. Mas nem por isto deixa de haver também controle e dominação, o que permite coibir desvios, prever e antecipar erros ou falhas e, com isto, reduzir a insegurança e o risco. Assim, o território passa a ser o espaço de controle e poder, que pode ser exercido de forma tácita ou formal, conforme cada circunstância o exigir. Segundo Storper, “so the region is now a contributor to dynamic of modern capitalism, not just an outcome (1997, p. 44).”

Esta perspectiva de Storper soma-se ao esforço de muitos outros estudiosos do desenvolvimento no período recente. De uma maneira geral, trata-se de uma literatura que desconstrói as metanarrativas dos modelos de desenvolvimento fordistas e pós-fordistas e destaca a natureza pluralista, heterogênea e híbrida dos processos de mudança social e econômica. Um dos elementos chaves desta literatura é a idéia de que os processos de

desenvolvimento que apresenta os melhores indicadores de performance e desempenho são aqueles assentados em dinâmicas territoriais. Esta perspectiva tem sido de fundamental importância na substituição das escalas local, regional e nacional pela de espaço e território, em geral usadas como sinônimos.

Segundo Coulert e Pecqueur (1994), o território se tornou “uma variável crucial para explicar as dinâmicas econômicas relativas a diferentes espaços. As condições históricas e culturais e as características sócio-econômicas das diversas regiões jogam um papel importante, sua diversidade explica em grande parte as diferenças de trajetórias de desenvolvimento ordenadas segundo circunstâncias históricas e geográficas” (1994, p. 470). O espaço deixa de ser um simples suporte para se tornar território, que é o ponto de reencontro dos atores do desenvolvimento, o lugar onde se organizam formas de cooperação entre empresas, onde se gerencia a divisão social do trabalho, enfim, “o lugar de reencontro entre as formas de mercado e as formas de regulação social”. O território torna-se uma componente permanente do desenvolvimento.

O território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento porque o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das firmas. Segundo Pecqueur (1992) do ponto de vista material e produtivo os territórios tornam-se sistemas produtivos locais que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (reciprocidade, cooperação, concorrência, disputa, etc). Neste sentido, os territórios não possuem apenas uma dimensão econômica e material, mas também cultural e cognitiva. Neste sentido, são um resultado, pois “constituem-se em espaços particulares que permitem operar uma mediação entre o indivíduo e o exterior” (Pecqueur, 1992, p. 84).

Talvez ainda mais importante do que esta perspectiva de pensar o território como um variável do desenvolvimento econômico tenham sido os trabalhos de autores que analisaram as externalidades positivas que os processos de desenvolvimento endógenos geravam sobre os territórios. Esta perspectiva de análise ressalta as vantagens das chamadas economias de escopo (Sarraceno, 1994; 1997) sobre as economias de escala em face das externalidades que estas geram, fazendo com que o espaço ou o território em que se localizam as atividades econômicas obtenham vantagens adicionais e, até certo ponto, inesperadas do desenvolvimento. O caso italiano estudado por Bagnasco (1993; 1996) tem sido citado como um exemplo bem sucedido de desenvolvimento territorial em que a indústria foi o setor que liderou o processo de transformação econômica, mas suas vinculações estreitas com as demais

atividades, tais como a pequena agricultura, fizeram com que o território como um todo se beneficiasse. Em geral, autores concordam que as economias de escopo geram vantagens sobre os territórios e vice-versa, num movimento que se assemelha ao derramamento dos benefícios do desenvolvimento sobre o conjunto dos atores envolvidos (*win-win process*).

Um elemento particularmente importante na discussão sobre o papel dos territórios nos processos de desenvolvimento refere-se a questão da inovação e do desenvolvimento tecnológico, tal como alias já destacado no modelo analítico de Storper. Mas para além da perspectiva heterodoxa de Storper, ha outras vertentes analíticas que destacam o papel dos territórios no processo de aprendizagem regional coletiva, na constituição de regiões inteligentes ou (*millieux*) ambientes inovadores. A bibliografia sobre estes temas e igualmente extensa e diversificada, assim como também as criticas. Os trabalhos de Fernandez-Satto y Vigil-Grego (2007) e de Moulaert e Nussabaumer (2005) oferecem uma síntese critica destas perspectivas.

Mas a utilização da noção de território ou da abordagem territorial do desenvolvimento também esta relacionado a outros fatores, que estão além das questões econômicas e técnico-produtivas. Estes fatores têm a ver com as mudanças políticas e organizacionais na forma de gestão e atuação do Estado e das políticas publicas assim como os modos de interação dos atores e das instituições da sociedade civil com o Estado. Neste domínio, a relação entre desenvolvimento e território implica em mudanças nas formas de interação do que poderia se chamar de esfera publica, que e o âmbito das relações entre Estado e sociedade civil.

No caso das mudanças na forma de gestão e atuação do Estado e das políticas públicas o ponto de partida esta relacionado ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional. O desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional, inicia-se com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macro-social do Estado, que ocorre a partir de meados da década de 1970 e se agudiza na década seguinte, especialmente com a influência crescente do ideário neoliberal sobre as perspectivas keynesianas que vigoravam desde o final da segunda grande guerra. A crise do Estado refere-se à sua incapacidade crescente de regular e interferir na economia privada, especialmente a partir da ampliação da capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. As novas tecnologias de base microeletrônica e telemática (telecomunicações e informática) foram de fundamental importância para a consolidação do processo de

globalização também chamada de mundialização) que caracteriza a sociedade e a economia contemporânea.

Incapaz de acompanhar as rápidas mudanças em curso, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, que lhe haviam sido atribuídas com maior intensidade a partir de meados do século XX. Modificam-se desde as suas estruturas até o caráter de suas ações, deixando de ser o indutor do desenvolvimento econômico e passando a ser o seu regulador, alterando o seu caráter centralizador para uma forma mais suscetível e permeável à participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil.

Neste contexto, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado às fortes críticas as quais vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc.

Iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos atores da sociedade civil ganham destaque, especialmente ONGs e os beneficiários diretos das políticas. Redefine-se o papel das instituições e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras. Assim, emerge a necessidade de novas unidades de referência que tornem a ação estatal exequível e permeável à participação. Este será o terreno fértil para a evocação da noção de território e/ou enfoque territorial como a nova unidade de referência que funcionará como instância de mediação capaz de contemplar as relações entre os atores locais e as demais esferas e escalas, como a regional e nacional, além da global.

No que tange aos novos modos de interação dos atores e das instituições da sociedade civil com o Estado o enfoque territorial ganha relevo a partir do recurso crescente dos estudiosos às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de coordenação de interesses de atores. Estas perspectivas passam a ser utilizadas tanto como um recurso analítico e interpretativo pelos estudiosos como pelos formuladores de políticas (*policy makers*) e lideranças (*stakeholders*) para dar conta das novas interfaces e mediações entre os atores da sociedade civil e o Estado.

Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais (Berti e Rossi, 2007). Não deixa de ser sintomático, por exemplo o grande interesse dos estudiosos e, sobretudo, dos *policy makers* com a instrumentalização da participação dos atores sociais nas ações e intervenções do Estado, que parece ter se transformado em uma

nova panacéia para explicar a mudança social a partir do papel das formas de governança. Por sua vez, a noção de concertação social ou coordenação de interesses passou a ser pensada a partir da idéia de capital social. Na acepção que lhe emprestou Robert Putnam, o capital social seria um conjunto de dispositivos que “dizem respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (1996, p. 177). Estes dispositivos possuem uma forte ancoragem às comunidades cívicas, cujos valores culturais, normas e tradições têm um recorte territorial. Assim, o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos político e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial.

O Programa LEADER da União Européia talvez seja o exemplo mais citado de políticas de desenvolvimento com enfoque territorial que utiliza estas referencias (Ray, 1998, 2000). Desenhado para ser uma metodologia de ação temporária para testar a capacidade de reação das regiões frente as políticas de descentralização, o programa tornou-s uma referencia recorrente entre os estudiosos do desenvolvimento rural que operam com a perspectiva territorial (Sarraceno, 2007).

3. Desenvolvimento Territorial Rural

Nos anos recentes ocorreram mudanças importantes de caráter político, pratico e analítico nas formas de compreender a dinâmica da ruralidade, dos territórios e dos processos de desenvolvimento. As seções anteriores deste trabalho procuraram mostrar algumas tendências gerais nestas três dimensões. A emergência do que vem sendo denominado na literatura de desenvolvimento territorial rural esta diretamente relacionada a estas mudanças mais gerais na forma de se pensar, analisar, praticar e discutir a ruralidade, os territórios e os processos de desenvolvimento. Nesta seção final, pretende-se discutir como estas três categorias vêm sendo utilizadas em termos políticos, práticos e analíticos.

Com base no que foi descrito anteriormente, pode-se afirmar que a perspectiva territorial do desenvolvimento representa o encontro ou a confluência de novas formas de refletir sobre a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas. Neste sentido, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc) e suplantou a dicotomia

espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus* cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. Como resultado, emerge a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios, que se constitui no traço característico dos distintos caminhos e trajetórias que podem ser seguidos em direção ao desenvolvimento.

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente recente. Sarraceno (2007) indica que no caso europeu, o programa LEADER exerceu um papel importante como metodologia e influenciou decisivamente na adoção de políticas de recorte territorial e regional como uma alternativa aos enfoques setoriais agrícolas. Ao sugerir a necessidade de adotar uma perspectiva territorial para as políticas de desenvolvimento rural, Schejtman e Berdegué (2003, p.17) indagam: “Qué duda cabe de que los viejos enfoques del desarrollo rural son cada vez más irrelevantes frente a la magnitud de estos cambios en las sociedades rurales”?

Da mesma forma, Sumpsi (2007), indica que existem evidências de uma série de vantagens das políticas de desenvolvimento com enfoque territorial. Tomando como referência avaliações realizadas nos programas LEADER e projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o autor destaca que entre as principais vantagens do enfoque territorial estão (a) el fortalecimiento de la cultura participativa; (b) la adquisición de capacidades locales para la negociación y concertación entre actores locales, públicos y privados; (c) el aumento de la autoestima de la población local al sentirse protagonistas de su futuro; (d) la toma de conciencia de que el desarrollo también depende de la población y que no todo lo puede y debe resolver el Estado, lo que contribuye a crear un cambio de actitud y comportamiento de la población local, que pasa de una actitud pasiva a otra más activa; (e) el reconocimiento de la existencia de recursos locales ociosos y de conocimientos valiosos que se estaban perdiendo; (f) la mejora del acceso a la información por parte de la población local que no suele tener acceso a la información; (g) el proceso de debate social que comporta este enfoque ayuda a crear una visión colectiva de la sociedad local sobre el futuro del territorio, que permite sentar las bases de un proyecto común para dicho territorio (Sumpsi, 2007, p12).

O trabalho de Schejtman e Berdegué (2003) representa um esforço consistente e aprofundado na tentativa de fazer, ao mesmo tempo, um balanço do debate teórico e político da relação entre território e desenvolvimento rural. Segundo os autores, a adoção da perspectiva territorial do desenvolvimento rural leva em consideração sete elementos, que são tomados como ensinamentos e pontos de partida. Primeiro, é num ambiente cada vez mais

competitivo que se dão as chances de sobrevivência das unidades de produção. Segundo, a inovação tecnológica continua a ser uma variável-chave para elevar a produtividade da mão-de-obra e as rendas da população rural. Terceiro, a competitividade é um fenômeno sistêmico e depende dos ambientes e dos territórios. Quarto, a demanda externa exerce um apelo decisivo sobre as transformações produtivas locais e territoriais. Quinto, os vínculos rural-urbanos são fundamentais ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em um território. Sexto, o desenvolvimento institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Sétimo, o território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados.

Em termos teóricos, sua perspectiva define o desenvolvimento territorial rural como *“um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado com a finalidade de reduzir a pobreza rural”*. Schejtman e Berdegué (2003) sugerem que o enfoque territorial pode contribuir para mudar as políticas e redimensionar a agenda do Estado na implementação de programas e ações de desenvolvimento rural. Além disso, a abordagem territorial do desenvolvimento rural proposta pelos autores destina-se a produzir, simultaneamente, transformações produtivas e institucionais, ampliar o entendimento da ruralidade para além da agricultura, valorizar a heterogeneidade dos territórios e melhorar a capacidade de inovação das iniciativas endógenas assentadas na identidade. Deste modo, a abordagem territorial de Schetjman e Berdegué pretende não seguir fazendo *“más de lo mismo”* nas ações de desenvolvimento contra a pobreza rural, o que requer também uma nova arquitetura institucional em que o Estado e a sociedade civil passem a atuar de forma combinada e complementar em múltiplos sentidos.

Em termos práticos, o documento dos autores elabora uma definição operacional de território que permite delimitar os espaços de ação das políticas de desenvolvimento rural. Neste sentido, definem o território como *“um espaço de identidade dotado de um projeto de desenvolvimento socialmente concertado”* e sugerem oito critérios para serem levados em consideração em programas de desenvolvimento territorial.

Malgrado a consistência e a amplitude do trabalho de Schejtman e Berdegué (2003) ha quatro aspectos que merecem ser considerados para discussão. Em primeiro lugar, apesar da consistente revisão teórica, a proposta final dos autores não oferece instrumentos analíticos e conceituais para o estudo das experiências territoriais de desenvolvimento. A síntese da revisão da literatura aponta para um conjunto de lições e ensinamentos que não possuem uma

unidade epistemológica. Considerando-se a pluralidade e o ecletismo analítico que informa esta literatura, cujas fontes teóricas são diversificadas, corre-se o risco de elaborar uma definição conceitual sobre território assentada em uma bricolagem. Conforme se destacou em outro texto (Schneider e Tartaruga, 2006), para os objetivos aos quais parece se destinar o documento de Schejtman e Berdegué, que são as políticas públicas, isto pode não representar um problema ou uma limitação. Mas para os estudiosos e pesquisadores que pretendem extrair daí referências analíticas, talvez valha o cuidado para não confundir o sentido prático e aplicado da proposta com o seu uso como um instrumento analítico e cognitivo. O segundo aspecto refere-se a uma quase ausência da questão do poder e da dominação na definição conceitual dos territórios como para o entendimento de sua dinâmica em termos de desenvolvimento. O terceiro aspecto refere-se a uma possível incongruência entre a definição de território rural como espaço de identidade social e cultural e sua relação com o desenvolvimento, entendido como um processo simultâneo de transformação produtivo e institucional. Estas definições carecem de um esclarecimento adicional sobre o caráter indutivo do processo de mudança social, neste caso patrocinado pela ação estatal e institucional, que não se ajusta ao modo construtivista com que é pensado o território a partir das identidades. O último aspecto refere-se a ausência de dados empíricos que permitam avaliar o alcance explicativo da tipologia dos territórios que é apresentada no documento, o que obviamente poderá ser alvo de trabalhos futuros.

Para além desta proposta de Schejtman e Berdegué, a discussão sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural é feita a partir de duas outras perspectivas ou vertentes de pensamento. A primeira perspectiva tende a destacar a questão da coesão social e de suas relações com a questão da identidade e do capital social. A segunda vertente discute as interações entre as relações sociais e econômicas que ocorrem nos territórios a partir do conceito de imersão ou incrustamento (*embeddedness*) da sociologia econômica.

5. Territórios com identidade e capital social

Os estudos sobre território na perspectiva da identidade partem da proposição de que as formas de ação coletiva entre indivíduos e atores depende, necessariamente, da formação de uma identidade de um grupo social que vive e utiliza um determinado espaço social. Segundo Echeverri (2006), “la identidad, como expresión de los rasgos diferenciadores, distintivos, de la población perteneciente a un espacio, se convierte en el espíritu esencial, básico, estructurante del territorio, sirviendo, no sólo a la posibilidad de describir o

caracterizar un territorio, sino, más importante, a la orientación y ordenamiento de las estrategias de desarrollo, soportando y definiendo el carácter de las fuerzas motoras que permiten avanzar en el logro del bienestar (2006, p. 26)”.

Isto pode se dar tanto através de eventos históricos (luta social, revoltas, ocupação, etc) como através de determinadas características coletivas que são comungadas pelo grupo, tais como a língua, a etnia, a religião, os costumes e hábitos. Com base nisso é que se cria entre os indivíduos membros dos grupos um sentimento de pertencimento coletivo e de identificação que seriam as bases sobre as quais se assentam formas de legitimação dos valores e da cultura do coletivo social. O processo de legitimação social é fundamental porque dele se origina o sentimento de pertencimento (*belonging*) e de comprometimento (*accountability*) que se traduzem não apenas em formas de sancionamento político pelos atores envolvidos⁴.

Para esta perspectiva a cultura e a identidade social são os pontos de partida que permitem mobilizar os indivíduos e atores em torno de uma idéia ou de um projeto coletivo, política e socialmente legitimado de “baixo para cima” (*bottom up*). O território e o espaço local se constituem na esfera privilegiada deste tipo de processo porque e nesta escala que os indivíduos interagem, cooperam, trocam informações e estabelecem mecanismos de controle e coesão social. Neste sentido, a ruralidade é percebida a partir de sua dimensão cultural e simbólica, fazendo com que diferentes tipos de atores, ligados ou não a atividades produtivas agrícolas, por exemplo, se mobilizem em prol do território.

Em termos analíticos a perspectiva dos territórios com identidade está relacionada com o que Ray (2006; 1998; 1997) chamou de “economia cultural”. Segundo este autor, a economia é uma atividade eminentemente social que se inscreve num conjunto de regras e normas de natureza cultural, que forma a identidade de um grupo social. Por este motivo, os territórios são a unidade de análise e o espaço de interação social por excelência onde transcorrem processos de desenvolvimento rural endógeno. A compreensão da cultura e da identidade dos atores são dimensões fundamentais na elaboração de projetos de desenvolvimento territoriais.

Ray chega a sugerir que a teoria do desenvolvimento territorial endógeno pode ajudar a ampliar ou superar a perspectiva setorial que informam as políticas, ajudar a mobilizar os recursos em nível local e reter seus resultados e benefícios no território (2002, p. 228). Além disso, segundo o autor, esta perspectiva focaliza as ações de desenvolvimento a partir da

⁴ Segundo Ray (1999, p. 524) “.. the use of the term territory (or place) signals the intention to formulate some of the options for action available to people in territories to which they feel a sense of belonging...”

necessidade das pessoas, das capacidades e das perspectivas locais, o que confere ao processo um caráter ético e comprometido com a comunidade local. Esta abordagem dos territórios com identidade foi amplamente utilizada para analisar as ações de desenvolvimento promovidas pelo programa LEADER, da União Européia. Ray (2000) mostra, por exemplo, que o capital social disponível em determinado território pode ser mobilizado para a constituição de formas de organização locais, tais como grupos, comissões ou consórcios, que revelam-se importantes instâncias de coordenação e gestão das políticas públicas e estimulam a participação dos cidadãos nas atividades coletivas.

Mesmo sem uma relação direta, a perspectiva dos territórios com identidade cultural estabelecesse um dialogo bastante profícuo com as teorias neofuncionalistas da coesão social, tal como na modalidade representada pela abordagem do capital social de R. Putnam (1996). Putnam parte do pressuposto de que a identidade social, a cultura e os valores cívicos são ingredientes fundamentais para estimular nos indivíduos um compromisso coletivo e aguçar o agir cooperativo e associativo. Ao estudar comparativamente diferentes regiões italianas, Putnam constatou que naquelas em que havia maior propensão dos indivíduos a cooperar e agir de forma associada e coletiva os indicadores de desenvolvimento social e econômica eram mais expressivos. Esta predisposição dos indivíduos a agir de forma coletiva e associativa Putnam denominou de virtude cívica e os dispositivos coletivos criados, como associações, sindicatos e cooperativas, formariam o que designou de capital social.

Embora o trabalho de Putnam não tenha se preocupado diretamente com a dimensão espacial do capital social, estudos posteriores que se inspiraram na sua perspectiva mostram que ha uma relação entre as formas de ação coletiva, a identidade e o território. Ou seja, as virtudes cívicas e a propensão a cooperar se inscrevem em uma dimensão espacial, que e delimitada e recortada a partir do sentimento de pertencimento e de identidade dos indivíduos a um lugar.

Neste sentido, os estudos passaram a mostrar que o capital social também possui uma dimensão territorial. Como resultado, analistas e formuladores de políticas passaram a perceber a identidade territorial e o capital social nele disponível como as variáveis-chave para o desenvolvimento territorial. Organizações locais de caráter associativo e coletivo passaram a ser percebidas como potenciais fontes de capital social e criadoras de identidade, o que implicou em seu reconhecimento e legitimação como interlocutores no processo de desenvolvimento endógeno de tipo “*bottom-up*” (Boisier, 1999). Não sem motivo que as políticas publicas que estão lastreadas nesta perspectiva assenta suas estratégias de ação sob as prerrogativas da parceria, da participação e da governança.

Em certo sentido, talvez isto possa explicar porque a perspectiva dos territórios de identidade vem sendo utilizada como referencial por varias instituições, organizações não-governamentais e mesmo órgãos governamentais em vários países da América Latina (como no caso do programa de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do IICA no Brasil). No documento de Schejtman e Berdegú (2003) podem ser encontradas varias referencias assim como nos trabalhos de Ray (2000) e Sarraceno (2007). Como um exemplo, a seguinte passagem do trabalho de Echeverri (2006) parece ilustrativa, ao afirmar que “en el marco político institucional, la identidad asociada al territorio se expresa como territorialidad que denota el sentimiento político, la energía social, la voluntad colectiva, que hace que existan sentimientos como el nacionalismo, patriotismo, regionalismo, amor por el terruño y otras muchas manifestaciones de una fuerza social objetiva, de cuyo reconocimiento y comprensión depende la viabilidad de muchas de las estrategias de desarrollo” (2006, p. 26).

6. Territórios rurais imersos em processos sociais e econômicas

A segunda perspectiva de estudos sobre o desenvolvimento territorial rural inspira-se nos trabalhos de estudiosos que focalizam cuja característica é a imersão das atividades econômicas em contextos, espaços ou ambientes sociais marcados por fortes relações de proximidade, lealdade e interconhecimento. Esta literatura se inspira nas discussões da sociologia econômica de Granovetter, que recupera a idéia de Karl Polanyi, de que as relações econômicas entre os indivíduos estão imersas ou incrustadas (*embedded*) em um contexto social caracterizado por normas, códigos e hábitos, enfim, uma cultura, que podem ser vistas como instituições tácitas que tem o papel de garantir a coesão social. Mas ao contrario da perspectiva culturalista de Putnam, os estudiosos da sociologia econômica afirmam que as relações e interações entre os atores são socialmente construídas e negociadas, que formam estruturas, hierarquias sociais e lutas por poder.

Entre os estudiosos do desenvolvimento territorial rural, a perspectiva da imersão (*embeddedness*) das relações sociais e econômicas esta presente nos trabalhos do sociólogo brasileiro Abramovay (2006, 2003), para quem os “territórios não são simplesmente um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos

grupos sociais”. Segundo Beduschi Filho e Abramovay, “em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam” (Beduschi Filho e Abramovay, 2003).

Os trabalhos conduzidos no âmbito do projeto de pesquisa sobre “Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural en América Latina” – dirigido pelo Rimisp/Chile – publicados no livro organizado por Bengoa (2006), procuram demonstrar como os atores sociais, em geral movimentos sociais, são capazes de construir e elaborar propostas de desenvolvimento que se inscrevem no marco das disputas sociais e políticas locais e regionais. Nesta perspectiva, é atribuído um papel chave ao atores a ao modo como constroem suas formas de interação social e econômica no território. A capacidade de governança institucional é entendida como um indicador de sucesso no exercício do poder e da dominação sobre os resultados.

O território passa a ser visto como o espaço social e econômico em que transcorre a dinâmica de desenvolvimento assentada na colaboração e na aprendizagem coletiva. A idéia básica, que associa-se a perspectiva de Storper, e que as convenções e normas que regulam as relações sociais de um determinado grupo humano que se localiza em um território ajudam a reduzir os custos de transação, estabilizar o ambiente institucional e incrementar a eficiência econômica.

Mas o escopo analítico da perspectiva dos territórios imersos em relações sociais e econômicas é amplo e, em certa medida, marcado pela ubiquidade. No livro de Bengoa (2006) o primeiro capítulo, assinado coletivamente, (Abramovay, et. alii, 2006) trata de alargar a perspectiva de análise dos território inscrevendo-a na abordagem pós-estruturalista de Bourdieu. Assim, “los territorios son arenas, dominios, espacios sociales organizados o campos en los que actores colectivos tratan de producir sistemas de dominación —que es otra forma de denominar la obtención de la cooperación ajena— por medio de un conjunto variado de recursos materiales y culturales que les allanan caminos para interpretar, imprimir sentido, tomar posición y actuar en situaciones dadas....(Abramovay, et. alii, 2006, p.30)”.

Um tema central nesta perspectiva e a análise das relações de reciprocidade social e proximidade econômica, bem como seus desdobramentos e impactos na formas de controle, cooperação, aprendizagem em nível local e territorial. Tal como já mencionado na seção anterior deste texto, os autores signatários desta perspectiva acreditam que os processos de

inovação tecnológica e a eficiência produtiva podem se privilegiar de contextos em que as relações pessoais e o interconhecimento facilitam as interações sociais de tal forma a serem benéficas a eficiência econômica por meio da redução de riscos e incertezas.

Em seu trabalho mais recente, Abramovay (2006) indica que a visão do desenvolvimento territorial pela ótica da teoria do “*embeddedness*” revela-se um recurso analítico adequado para compreensão de dois elementos centrais para o sucesso das experiências de desenvolvimento, que são os mecanismos de cooperação entre atores e o papel dos mercados. Segundo Abramovay (2006), “a coesão territorial apóia-se sempre em formas localizadas de cooperação que correspondem à capacidade de diferentes grupos em oferecer os padrões em torno dos quais a interação social se estabiliza. Os participantes de qualquer mercado procuram, permanentemente, estabilizar suas relações ou, em outras palavras, reduzir ao mínimo os riscos que correm pelo fato de estarem expostos ao sistema de preços. Os protagonistas dos mercados não são fundamentalmente maximizadores de lucro vivendo num mundo atomizado em que as oportunidades são aproveitadas sob a forma de um leilão permanente estabelecido entre participantes anônimos e impessoais.”

7. A título de considerações finais

A perspectiva do desenvolvimento territorial rural vem evoluindo de forma expressiva no período recente, vindo a se constituir em uma abordagem que possui referências políticas, práticas e teóricas que tem influenciado formuladores de políticas, mediadores e estudiosos. Malgrado sua atração, acredita-se que se trata de uma abordagem que ainda precisa ser submetida ao crivo da experimentação, da avaliação e, sobretudo, do decurso do tempo. Muitas ações e iniciativas de caráter territorial tem recebido o apoio de governos e instituições, assim como organizações da sociedade civil passaram a organizar projetos e formas de gestão que reivindicam um aporte territorial. Os analistas e pesquisadores, por sua vez, também vem mobilizando conceitos e novas metodologias com a intenção de elaborar referências ao estudo destes processos.

De uma maneira geral, a perspectiva territorial do desenvolvimento rural recebe contribuições sistemáticas e vem sendo alimentada pelas discussões sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento. Tal como indicado na seções anteriores deste texto, vários dos temas que tem sido debatidos nestes três domínios vem sendo incorporados pelos agentes e mediadores, como no caso dos formuladores de políticas.

Isto mostra que a ampla permeabilidade da noção ou conceito de território, sua penetração como recurso analítico e seu potencial como referencial para ações normativas. Contudo, ao mesmo tempo que seu longo alcance parece ser um de seus principais méritos, também o torna ubíquo e exposto a críticas e restrições, especialmente por aqueles que fazem uso indistinto entre fins heurísticos e político-práticos. Por esta razão, sua utilização no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento, especialmente em áreas rurais, precisa ser ainda refinada e aprofundada por novas pesquisas.

Em face do caráter preliminar deste texto, não é possível apresentar conclusões ou fazer uma avaliação para apontar potenciais limites conceituais ou teóricos das perspectivas aqui examinadas. O exercício aqui empreendido teve apenas o objetivo de apresentar os termos nos quais vem se desenvolvendo o debate e as respectivas conexões entre a ruralidade, os territórios e o desenvolvimento.

7. Referências bibliográficas

ABDELMALKI, L. e COURLET, Cl. **Les Nouvelles Logiques du Développement**. Paris, L'Harmattan, 1996.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006, p. 51-70

ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. ILPES, **Cadernos 43**, Santiago do Chile, 1997.

BAGNASCO, A. Le Développement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.). **Quelles villes, pour quel développement?** Paris, PUF, 1996. p.191-213.

BAGNASCO, A., TRIGLIA, C. **La construction sociale du marche: le défi de la troisième Italie**. Paris: Juillet/Éditions de L'ENS-Cachan, 1993.

BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras-distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Celta editores: 1994.

BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (Orgs.). **Abordagens políticas e espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983

BEDUSCHI FILHO, L.C. e ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER) – 27 a 30 de Julho de 2003 – Juiz de Fora - MG** .

BENGOA, J. (Ed.). **Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago/Chile, Catalonia, 2006.

- BENKO, G., LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Celta, 1994.
- BERTI, G. e ROSSI, A. Troubles with implementing rural governance: two case studies on the hard march towards rural districts in Tuscany. In: In: XXIInd Congress of the European Society for Rural Sociology. Wageningen, The Netherlands, 2007.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul (RS), v.4, n. 1, 1999, p.61-78.
- CAZELLA, A. A. Especificação territorial e mediação de conflitos: desafios para o desenho de políticas públicas de desenvolvimento territorial. **Seminário sobre desenvolvimento territorial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- DIRVEN, M. Distancia económica, cadenas agroalimentarias y clusters locales: una mirada a América Latina . **Documento presentado a la Conferencia “Local agrifood systems: products, firms and local dynamics”**, 16 a 18 de octubre 2002, Montpellier, Francia
- DURANTON, G AND STORPER, M. Agglomeration and growth: a dialogue between economists and geographers. **Journal of Economic Geography**, v. 6, 2006, p. 1-7, 2006.
- ECHEVERRI, R. P. **Aspectos conceptuales y metodológicos de un proceso de construcción de tipologías de territorios de identidad**. Brasília, IICA, 2006.
- ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, n. 20, 2001, p. 139-174
- FERNÁNDEZ-SATTO, V. R. y VIGIL-GRECO, J. I. Clusters y desarrollo territorial. Revisión teórica y desafíos metodológicos para América Latina. **Economía, Sociedad y Territorio**, v 6, n. 24, 2007, p. 859-912.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói/EdUFF e São Paulo/Contexto,2002.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.
- KAY, C. Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. Iconos. **Revista de Ciencias Sociales**. Quito, n. 29, septiembre 2007, p. 31-50.
- KAYSER, B. et al. **Pour une ruralité choisie**. Paris, Datar/Éditions de l’Aube, 1994.
- KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- KRUGMAN, P. The Role of Geography in Development. **Paper prepared for the Annual World Bank Conference on Development Economics**, Washington, D.C., April 20–21, 1998.
- LOVERING, J. Theory Led By Policy: the inadequacies of the new regionalism (illustrated from the case of Wales). **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 23, 1999, p. 379–398.
- MAILLAT, D. Milieux innovateurs et dynamique territoriale In: RALLET, A. e TORRE, A (Coord.). **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris, Economica, 1995.

- MARSDEN T. Beyond Agriculture? Regulating the New Rural Space”, *Journal of Rural Studies*, Vol. 11, Issue 3, pp. 285-296, 1995..
- MARSDEN T. Economic perspectives. In: ILBERY, B. (ed.) *The geography of rural change*. United Kingdom, Longman, 1998.
- MARSDEN T. Rural Futures: the consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*, Vol. 39, Nº 4, pp.501-520, 1999.
- MARSDEN T., MURDOCH J., LOWE P., MUNTUN R., FLYNN A. **Constructing the countryside**. Londos: UCL Press, 1993.
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2/3, 1992, p.209-230, 1992.
- MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, 1998, p. 107-117.
- MARSDEN, T. The condition of rural sustainability, assen, the Netherlands: Royal Van Gorcum, 2003.
- MASSEY, D. **For space**. London: Sage, 2005.
- MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, IICA, Documento de trabalho, versão de setembro de 2003.
- MÉO, G. **Di. Géographie social et territoires**. Paris, Éditions Nathan, 1998.
- MOULAERT, F. e NUSSBAUNER, J. The social region beyond the territorial dynamics of the learning economy. **European Urban and Regional Studies**, v. 12, n. 1, 2005, p. 45-64.
- PECQUEUR, B. (Ed.). **Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques**. Paris: L’Harmattan, 1996
- PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. Grenoble : Institut de Géographie Alpine, 2004.
- PECQUEUR, B. Territoire, Territorialité et Développement. **Annales de Coloque Industrie et Territoire**, IREPD, Grenoble, 20-22 octobre, 1992.
- PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York, Basic Books, 1984.
- PLOEG, J. D. VAN DER, RENTING, H., BRUNORI, G., KNICKEL, K., MANNION, J., MARSDEN, T., ROEST, K. DE., SEVILLA-GUZMÁN, E., and VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, 2000, p. 391-408.
- PLOEG, J. D. van der.; VAN DIJK, G. (Eds.). **Beyond modernization: the impact of endogenous rural development**. Netherlands, Assen, Van Gorcum, 1995.
- PLOEG, J. D. van der. Agricultural production in crises. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Eds.). **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006.
- PORTER, M. E. **The need for a new paradigm**. The competitive advantage of nations. New York: The Free Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier du Groupe Réseaux**, n. 07, 1987, p. 263-279.
- RAFFESTIN, C. Territorialité: concept ou paradigme de la géographie sociale? **Geographica Helvetica**, n. 2, 1986, p. 91-96.
- RAY, C. Culture economies and local development. University of New Castle Upon Town, Centre of Rural Economy, Working Paper 25, 1997.
- RAY, C. Culture, Intellectual Property and Territorial Rural Development. **Sociologia Ruralis**, v. 38, n. 1, 1998, p. 1-20.
- RAY, C. Neo-endogenous rural development in the EU. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Eds.). **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006.
- RAY, C. Territory, structures and interpretation – Two case studies of the European Union's LEADER I programme. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, 1998.
- RAY, C. The EU LEADER Programme: rural development laboratory. The Netherlands, **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, 2000.
- RAY, C. Transnational co-operation between rural areas: elements of a political economy of EU rural development". **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 03, 2001, p. 279-295.
- REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 25/26, Portugal, 1988.
- REQUIER-DESJARDINS D. L'économie du développement et l'économie des territoires: vers une démarche intégrée. In: ABDELMALKI et COURLET (Ed.). **Nouvelles logiques du développement**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Les systèmes agroalimentaires localizes en américa latine: un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale sur des marches globalizes? *Économies et Sociétés*, Série "Systèmes agroalimentaires", A.G., n. 25, 2002, p. 9-10.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2002.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M et al. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.
- SARRACENO, E. La experiencia europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latinoamericano. Grupo de Asesores Políticos (Group of Policy Advisers), Comisión Europea, Documento de Trabajo, 2003.
- SARRACENO, E. Políticas rurales de la unión europea y proyectos territoriales de identidad cultural. *Opera*, n. 7, Colombia, 2007, p. 167-189.
- SARRACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies**, London, v.10, n.4, 1994, p.321-330.
- SARRACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a european experience. In: Memoria del Seminario Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado, Taxco, México, 1997, p. 71-105;
- SAYAGO, D.; TARTARUGA. I.GP; OLIVEIRA, M.M. ECHEVERRI, R. **Desenvolvimento sustentável e territorialidade: identidades e tipologias. (Bases conceituais e proposta metodológica)**. Brasília: PCT/SDT/MDA-IICA, 2006.

SCHEJTMAN, A. e BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, 2003;

SCHIMITZ, H. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **Journal of Development Studies**, v. 31, n. 4, 1995a, p. 529-566.

SCHIMITZ, H. Small shoemakers and fordist giants: tale of a supercluster. **World Development, Great Britain**, v. 23, n. 1, 1995b, p. 9-27.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande (PB), v. 23, n. 1 e 2, 2006, p. 99-116.

SONNINO, R. Embeddedness in action: saffron and the making of the local in Southern Tuscany. **Agriculture and Human Values**, n. 24, 2007, p. 61-74.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STORPER, M. **The regional world**. Territorial development in a global economy. New York, Guilford, Press. 1997.

STORPER, M. The resurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. **European Urban and Regional Studies**, n. 2, 1995, p. 191-222.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: EDUFRGS/FEE, 2002.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, dezembro de 2001.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Anais do 27º. Encontro Nacional de Economia**, Belém, 8-10 de Dezembro de 1999, volume II, pp. 1301-1318, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO OFICIAL EM CONFLITOS
FUNDIÁRIOS E NA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**

João Augusto de Andrade Neto¹

Resumo

A partir de um estudo de caso em dois projetos de assentamento situados no município de Peritoró, região do Vale do Itapecuru (Maranhão), são desenvolvidas algumas reflexões em torno dos processos de mediação relacionados à luta pelas terras ocupadas secularmente por um grupo étnico quilombola. Em um primeiro momento, há o relato sobre como o grupo enfrentou a luta pela obtenção das terras que foram dominadas por um fazendeiro. A relação da comunidade com o fazendeiro se alterou substancialmente a partir do chamado *tempo da greve*, quando muitos moradores se mobilizaram pelo não-pagamento do aluguel da terra, se associando ao mesmo tempo a uma série de mediadores. Num segundo momento, discutimos as implicações da ação de agentes oficiais representando o Estado-nação, tanto na resolução do conflito fundiário engendrado como na dinâmica de reconhecimento do território desse grupo como pertencente a uma *comunidade remanescente de quilombos*.

Palavras-chave: Quilombos, Luta Pela Terra, Mediações

1. Introdução

O objetivo proposto neste artigo é o de desenvolver algumas reflexões sobre os processos de mediação que possibilitam a comunicação e interação entre comunidades camponesas auto-definidas como *quilombolas* ou *comunidades remanescentes de quilombos*² e as estruturas econômicas e políticas mais amplas do Estado-nação brasileiro.

Parto do pressuposto de que a possibilidade de compreensão dos fenômenos sociais relativos a esses grupos deve levar em consideração os diversos tipos de relações estabelecidas com agentes e grupos da sociedade nacional a qual integram. Uma abordagem metodologicamente centrada na comunidade como unidade de análise exclusiva, fatalmente se

¹ Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MA.

² Sobre o debate acerca das categorias *quilombolas* e *comunidades remanescentes de quilombos*, cf. ABA, 1994. “Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais”. In: *Boletim Informativo NUER*, v.1, n.1, 1996. Florianópolis: UFSC/NUER; bem como ANDRADE, Maristela de Paula. “De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos.” In: ESTERCI, Neide et al (orgs). *Boletim Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas socioculturais*. Ano 2, n. 1. IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPA – Rio de Janeiro/Belém: 2003.

mostraria lacônica, pois omitiria processos fundamentais que podem explicar, por exemplo, a auto-atribuição da própria identidade de *quilombolas*.

Seguindo a contribuição fundamental de Eric Wolf (1984 e 2003), destacarei a importância dos chamados mediadores ou intermediadores, entendidos como os agentes e grupos responsáveis pelo estabelecimento de elos entre o nível local da comunidade camponesa e o nível das instituições nacionais e internacionais. Importa explicitar através de que meios um grupo camponês assume sua identidade étnica *quilombola* e as implicações que esta auto-identificação pode ter sobre sua organização social.

O ponto de partida para esta reflexão é o caso das *comunidades remanescentes de quilombos* que integram os Projetos de Assentamento (P.A.) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Conceição Salazar e Costa Fundamento, situados na zona rural do município de Peritoró, interior do Maranhão. Lotado no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão (SR-12), desde 2006 venho trabalhando junto a estes grupos e desenvolvendo pesquisas para dissertação de mestrado na localidade.

2. Origem do grupo e primeiros mediadores identificados

Em julho de 2006, a Superintendência Regional do INCRA no Maranhão iniciou os trabalhos de levantamento de informações em campo para realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território quilombola das *comunidades remanescentes de quilombos* do P.A. Conceição Salazar³. Ao iniciar a visita de campo, a equipe composta por um engenheiro agrônomo, uma antropóloga e este cientista social, se dirigiu para a residência de um grupo doméstico integrante da família Arruda, no povoado Pitoró dos Pretos.

Entendo como *povoado* um núcleo de residências em estreita proximidade geográfica, cujos grupos domésticos residentes produzem seu sustento prioritariamente a partir do trabalho agrícola em terras próximas reconhecidas como parte do povoado, mas também pelo extrativismo vegetal do coco de babaçu e de atividades como caça, pesca e pequenas criações desenvolvidas neste espaço.

³ INCRA. Identificação, Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Terras Remanescentes das Comunidades Quilombolas (Comunidades Remanescentes de Quilombos Localizadas no P.A. Conceição Salazar). Processo administrativo n. 54230.005015/2004-11. São Luís: Superintendência Regional do INCRA do Maranhão (SR-12), 2004.

Os membros da família Arruda são reconhecidos como descendentes daquele que teria sido o pioneiro e fundador do povoado Pitoró dos Pretos⁴, chamado Joaquim Arruda, famoso por seu peculiar ofício de *matador de onças*. Segundo relatam, no início do século XX, Joaquim teria deixado a localidade vizinha denominada Nossa Senhora das Dores (outra antiga fazenda da região) e chegado àquelas terras cujas matas eram densas e inabitadas, à exceção dos confrontantes que controlavam as fazendas Conceição e Santa Rita.

Segundo a memória oral de representantes dos Arruda, o grupo que *assituou* aquelas terras às margens do Rio Peritoró era composto por parentes e amigos de Joaquim Arruda. Com o tempo, foram chegando novas famílias e ampliando a extensão do povoado. Em uma distância que varia entre dois e nove quilômetros, havia também outros povoados, conhecidos como Resfriado, Precateira e o Costa (hoje, conhecido como Torneio do Meio). Cada um desses teria surgido em período diferente dos outros, a partir da ação de outros *assituantes*. Os moradores dos povoados habitavam e trabalhavam livremente naquelas terras, que não tinham proprietário legal conhecido.

Assituar é uma categoria nativa que remete à derrubada da mata virgem e ao conseqüente plantio de árvores frutíferas, denotando a ocupação humana. O *assituante*, conforme os membros do grupo seria aquele que detêm o *direito da terra*, mas não os documentos de propriedade. Este *direito* advém do fato de ter empregado trabalho seu e/ou de seus familiares para *amansar* a terra, ou seja, para instituir a ação antrópica nas matas e tornar o espaço domesticado e habitável.

Em idos dos anos 50, a fazenda Conceição, um velho engenho de cana-de-açúcar controlado por Colór Salazar, foi vendida para um senhor vindo de fora. Segundo os relatos dos moradores de Pitoró, esta fazenda representava uma pequena porção de terras de aproximadamente 50 hectares, nos quais o comprador, a princípio, teria plantado cana, tendo posteriormente deixado de realizar atividades produtivas. Entretanto, o comprador estendeu o domínio de suas terras para muito além da área reconhecida como pertencente à fazenda Conceição, abarcando inclusive todos os povoados citados e impondo uma relação de dominação com o *grupo étnico*.

Utilizo o conceito de *grupo étnico* como um tipo organizacional, conforme a definição de Fredrik Barth 1976[1969], para indicar a totalidade composta pelos integrantes residentes nos quatro povoados localizados em torno da fazenda Conceição, situados em parte da antiga

⁴ Pitoró dos Pretos é um topônimo. O nome *Pitoró* constitui uma corruptela de Peritoró, nome de um afluente do Rio Itapecuru que banha a localidade. O sufixo *dos Pretos* denota a predominância de pessoas de cor de pele preta no lugar, representando o contraste entre seus integrantes com relação aos “de fora”.

extensão de terras denominada Data Santana de Loura. A categoria *camponês*, neste caso, indica que os membros do grupo têm como atividade econômica fundamental a produção agrícola voltada para a sua subsistência, não para a geração de lucro, e trabalham apoiados, fundamentalmente, na força de trabalho familiar. Neste sentido, diferem do *fazendeiro*, cujas atividades econômicas são primordialmente atreladas à economia de mercado, visando à maximização dos lucros, obtidos principalmente por meio da venda de parte da produção dos camponeses, entregue em espécie como pagamento do aluguel da terra.

Nessa época, o fazendeiro transformou a fazenda Conceição em um enorme latifúndio, à custa das terras ocupadas pelo grupo étnico livremente há mais de meio século. Ao se auto-declarar proprietário de toda esta extensão de terras, impôs aos camponeses a obrigação do pagamento do *foro*, uma quantidade específica de sua produção que devia ser entregue em espécie, anualmente, como forma de pagamento do arrendamento da terra, no âmbito de um contrato informal entre patrão e clientes⁵.

Além disso, o fazendeiro decretou que toda e qualquer venda de bens produzidos pelos membros do grupo deveria ser feita em seu estabelecimento comercial, situado na sede da fazenda Conceição. Da mesma forma, aos camponeses era limitado o direito de comprar mercadorias apenas em seu comércio. Para garantir o funcionamento dessas normas, foram instituídos uma moeda local (na forma de vales cujo valor era reconhecido tão somente no dito estabelecimento) e mecanismos de coerção física e moral perpetrados pelo fazendeiro, seus filhos e capangas.

Podemos compreender o papel do fazendeiro, nesta relação, como um mediador entre o grupo camponês e as instituições políticas e econômicas da sociedade nacional. Segundo o relato dos moradores, o latifundiário detinha relativo controle sobre o voto dos arrendatários na época das eleições, definindo qual candidato deveriam escolher e possibilitando ou inviabilizando seu transporte até o centro eleitoral mais próximo. A opção por um dado candidato, por sua vez, era determinada pelas vantagens que este pudesse oferecer ao fazendeiro. Estabeleciam-se, desta forma, dois níveis de relações do tipo clientelista: o primeiro, entre fazendeiro e camponeses; o segundo, entre fazendeiro e candidatos a cargos políticos nas eleições.

⁵ Conforme Carl Landé (1983), “os sistemas patrão-cliente ou clientelas [...] são combinações de nível médio que consistem em conjuntos de relações diádicas ligadas para alcançar objetivos delimitados em limitados períodos de tempo”. Consideradas como *addenda* às relações contratuais formalizadas, estes contratos informais respondem a necessidades as quais não podem ser atendidas pelas instituições jurídicas vigentes, complementando-as de modo a possibilitar o funcionamento de certos padrões de interação entre duas partes. No caso em questão, o modelo pode ser aplicado ao considerar-se o fazendeiro como o patrão (ou, nos termos do autor, uma “estrela vertical de primeira grandeza”), que estabelece relações diádicas com cada um dos chefes de família camponês.

Quanto à intermediação econômica, o fazendeiro era o responsável por possibilitar o acesso dos camponeses ao circuito de trocas da economia de mercado, trazendo-lhes de fora as mercadorias que necessitavam e levando para comerciantes dos núcleos urbanos próximos a parte de sua produção que não era utilizada para consumo próprio, mas entregue como pagamento da renda da terra. Em idos de 1988, após um período de forte estiagem e perdas na lavoura, alguns moradores decidiram parar de pagar o *foro* e começaram a se mobilizar contra a dominação e a exploração exercidas pelos fazendeiros, representados naquele tempo pelos filhos do já falecido comprador da fazenda Conceição.

Essa época é lembrada como *o tempo da greve*, período no qual as tensões sociais latentes na relação entre os patrões e alguns de seus clientes se transformaram em disputa aberta e declarada, levando a uma situação de crise ou conflito social (Queiroz, 1966). O fazendeiro utilizou diversos meios para intimidar os que se insurgiam contra o seu poder político e econômico, contratando, inclusive, pistoleiros para residir na localidade, os quais representavam uma constante ameaça aos moradores. Por sua vez, estes elaboraram táticas de autodefesa para proteger os povoados, passando noites e dias dentro das matas a espera do ataque dos matadores de aluguel.

A descoberta dos meios pelos quais se poderia recuperar as terras apropriadas pelo fazendeiro teria ocorrido junto à comunidade vizinha São José dos Moura, cuja situação era exemplar dos conflitos fundiários no interior do Maranhão, tendo seu membros passado por violento conflito contra fazendeiro e pistoleiros em meados dos anos 80, terminando na desapropriação das terras através da ação oficial do INCRA. Uma personagem é relatada como tendo fundamental importância neste processo: Francitônia, moradora do povoado vizinho Independência, a qual teria auxiliado os primeiros insurgentes lhes fornecendo informações sobre a importância de sua organização e auxiliando-os a entrar em contato com organizações da sociedade civil e instituições do poder público que poderiam auxiliar na luta pela obtenção legal das terras. Com sua contribuição, os líderes do movimento de resistência ao fazendeiro, representados principalmente por membros da tradicional família Arruda, mas também por outros moradores⁶, escreveram, em agosto de 1989, o primeiro ofício direcionado a autoridades públicas e organizações sindicais. Nesses documentos relataram a situação de exploração e dominação vivenciada e solicitaram providências e apoio na luta para que as terras voltassem a ser livremente usufruídas como outrora.

⁶ Dentre as principais lideranças estava até mesmo um encarregado que se voltou contra o seu patrão, chamado Francisco de Assis Ferreira, que foi assassinado por pistoleiros contratados por aquele em 1991.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Codó (STR) teria sido a primeira instituição a possibilitar o acesso das lideranças da família Arruda a uma audiência no INCRA para denunciar as ações do fazendeiro, no ano de 1989. Em seguida, o presidente do STR de Codó encaminhou o ofício de denúncia à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), cujo presidente solicitou ao INCRA que iniciasse processo de desapropriação da Gleba Conceição do Salazar, a qual supostamente pertenceria à família do fazendeiro.

Em março de 1990, foi iniciado no INCRA o procedimento de desapropriação por interesse social da fazenda Conceição Salazar, no município de Codó (posteriormente, a região foi incorporada ao município de Peritoró, instalado em 1997⁷). Em 1990, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) começou a prestar assessoria jurídica em defesa dos direitos desses camponeses perante a Comarca de Codó, na figura do deputado Domingos Dutra, do advogado João Coimbra e de outros profissionais. O mencionado deputado teria sido outra figura central que contribuiu tanto para a organização interna dos resistentes, como para representar seus interesses em instâncias burocráticas, judiciais e junto à mídia maranhense.

Em 6 de novembro de 1991 foi assassinado um dos principais líderes da *greve*, Francisco de Assis Ferreira. Ex-encarregado do proprietário da Fazenda Conceição, Assis aderiu ao movimento de enfrentamento ao fazendeiro e desde então passou a ser o principal alvo de sua ira, juntamente com membros da família Arruda que também foram jurados de morte e a líder sindical Francitônia.

Eric Wolf, em *As guerras camponesas do século XX* (1984), aponta para a importância dos grupos mediadores que se situam entre a comunidade camponesa e a sociedade complexa mais ampla da qual ele faz parte. A mediação é um canal comunicativo estabelecido entre dois pólos, representados por agentes e/ou grupos locais camponeses conectados a agentes ligados a instituições externas, estabelecendo um tipo de vínculo entre si. Por intermédio desta relação se dá a confluência entre o camponês e as instituições nacionais, a rede de relações de mercado e de relações políticas. Os mediadores podem ser tanto membros da comunidade quanto membros de instituições externas que desempenham importante função na vida do camponês, merecendo particular atenção.

Não obstante, os processos de mediação representam mais do que um canal de comunicação. Cada sujeito ou grupo que assume um dos pólos nessa relação possui seus

⁷ Informação extraída do endereço eletrônico: www.ibge.gov.br, acessado em 20 de outubro de 2007.

próprios interesses e é transformado no seu decorrer. Diversos tipos de capitais são movimentados: do ponto de vista dos camponeses, o fato de se deter uma boa rede de relações pode servir como um meio de consolidar sua autoridade interna junto ao grupo. No caso dos agentes que trabalham com a defesa dos direitos humanos, por exemplo, a intervenção em um conflito dessa magnitude pode significar não só um acúmulo de experiência significativo, como também conferir maior notabilidade à ação de suas instituições e prorrogar as expectativas de financiamento via cooperação internacional.

Algumas identidades são acionadas em tal contexto por parte dos camponeses: em um primeiro momento se apresentam como trabalhadores rurais, ao escrever um primeiro ofício direcionado às autoridades do poder público. No decorrer da *greve*, passam a reconhecer suas origens como *renascentes*, termo que denota a ancestralidade dos mais antigos no grupo e cujo uso ratifica a posse secular sobre as terras. Esse auto-reconhecimento é fruto de um esforço compreensivo dos membros com relação às origens do próprio grupo, para o qual contribuiu a ação daqueles agentes externos que aderiram à luta ao lado dos camponeses.

O auto-reconhecimento dessas identidades surge em um momento de transição – pode-se afirmar que foi possível justamente em decorrência da nova conjuntura que se abria com a *greve*. Até então, os camponeses trabalhavam em regime de arrendamento dentro de uma propriedade de outrem. Sua vida, em certa medida, girava em torno de um único ator central com múltiplas funções em relação ao grupo: o proprietário de terras.

Com o início do *tempo da greve*, sua identidade deixa de ser construída tomando como uma das referências centrais a figura do fazendeiro. Torna-se imperativa a re-elaboração da identidade grupal e para tal concorre de forma auxiliar a ação dos mediadores externos. Estes lhes fornecem a assessoria jurídica necessária para que descubram os direitos que lhes são reconhecidos pelo ordenamento jurídico vigente, fornecem importantes elementos informativos que servem como importantes armas na disputa com o fazendeiro pelas terras, mas também contribuem ao ensejar a discussão sobre a ancestralidade do grupo, tanto em relação ao território como em relação a uma origem comum ligada aos antigos moradores – no caso, os *pretos* de Pitoró, os mais antigos dentre os moradores.

No processo de luta pela terra em tela, a representante sindical Francitônia representou um dos primeiros mediadores externos a auxiliar os membros do grupo que resistiam à exploração do fazendeiro. Forneceu os meios para a elaboração de um ofício de denúncia em 1989, auxiliando em sua redação e sugerindo aos membros do grupo o encaminhamento via STR de Codó para instituições em São Luís do Maranhão, além de contribuir para o fortalecimento da organização local pela instrução e aconselhamento.

O STR de Codó, a FETAEMA e a SMDDH também representam órgãos mediadores de fora da comunidade, pertencentes aos níveis municipal e estadual. A atuação de seus representantes foi fundamental no sentido de permitir o contato entre o grupo camponês no nível local e as instituições públicas no nível nacional, tais como o Instituto de Terras do Maranhão, o INCRA e as autoridades judiciais que estiveram envolvidas nas questões decorrentes do conflito com o fazendeiro.

No nível da comunidade, os membros da família Arruda se destacaram como mediadores entre os moradores dos diferentes povoados que desejavam se emancipar do jugo do fazendeiro e as estruturas políticas da nação, especialmente após a morte de Assis, encarregado dos fazendeiros que havia se incorporado à luta dos camponeses e assumido o posto de delegado sindical do STR de Codó. Em outra obra, Eric Wolf (2003: 74) teoriza de modo útil à compreensão desses fenômenos sociais de mediação, particularmente em relação aos mediadores internos à comunidade:

“A dependência das comunidades de um sistema maior afeta-as de duas maneiras. De um lado, comunidades inteiras passam a desempenhar papéis especializados dentro do todo maior. De outro, funções especiais concernentes ao todo se tornam tarefas de grupos especiais dentro das comunidades. Steward chama esses grupos de segmentos socioculturais horizontais. Vou chamá-los simplesmente de grupos orientados para a nação. Encontram-se usualmente em mais de uma comunidade e seguem modos de vida diferentes daqueles de seus companheiros orientados para a comunidade. [...] Dessa forma, as comunidades que fazem parte de uma sociedade complexa não são mais vistas como sistemas integrados e completos em si mesmos. É mais apropriado considerá-las os terminais locais de uma rede de relações de grupos que se estende, por meio de níveis intermediários, do nível da comunidade ao da nação. Na própria comunidade, essas relações podem ser totalmente tangenciais umas as outras.” [grifo nosso].

Durante grande parte do *tempo da greve*, a família Arruda era o *grupo orientado para a nação* no âmbito da comunidade que realizava as tarefas relacionadas à intermediação entre os demais camponeses e a sociedade nacional. Sendo moradores do povoado de Pitoró dos Pretos, ali estabeleceram o principal núcleo de organização da resistência ao fazendeiro. Foram acompanhados nesta luta pelos moradores de Resfriado e, em menor proporção, pelos de Precateira, os quais, além de serem um grupo numericamente reduzido à época (em torno de seis famílias), viviam mais próximo à sede da fazenda, motivo pelo qual este era o lugar onde o conflito foi vivido com maior intensidade.

O desfecho do conflito pode ser compreendido, dentre outros fatores, pelo desvelamento da relação das lideranças do grupo com os representantes de setores do

movimento negro maranhense⁸. Da mesma forma, o processo de auto-atribuição da identidade de *quilombolas* por parte dos membros dos povoados só adquire sentido mediante o esforço de conexão dos episódios vividos localmente com as mobilizações regionais e nacionais do movimento negro, conforme veremos.

3. A inserção de membros de Pitoró dos Pretos no movimento negro:

Pelos relatos colhidos nas visitas de campo, pelo menos desde a década de 90 membros da família Arruda eram militantes de base do movimento negro que se consolidava no estado⁹. Ao começar a participar das atividades da SMDDH, líderes de Pitoró se aproximaram dos responsáveis pelo Projeto Vida de Negro, uma parceria entre a SMDDH e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) com financiamento da Fundação Ford (via cooperação internacional). A mobilização conjunta com representantes de outras comunidades rurais e comunidades negras rurais do Maranhão e de todo o país fez com que o pleito pela desapropriação da Gleba Conceição do Salazar e de outras terras onde ocorriam situações de tensão e de violência em conflitos fundiários, chegasse até o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O órgão federal solicitado a responder por tais demandas foi o INCRA, cujos representantes em geral o faziam por meio de processo de desapropriação das terras que eram objeto da disputa entre proprietários e camponeses. Assim aconteceu com a área ocupada pelos quatro povoados em questão, desapropriada para fins de reforma agrária em 1997. Apesar de o proprietário ter obtido o direito a permanecer com uma parte das terras, os outros dois terços foram destinados à criação de dois projetos de assentamento denominados Conceição Salazar e Costa Fundamento.

Dessa forma, a organização do movimento negro maranhense, na década de 1990, está relacionada, em alguma medida, com o êxito que o grupo camponês obteve quanto ao processo de desapropriação das terras. Alguns eventos marcaram a participação de membros da família Arruda junto ao movimento negro no estado, na condição de representantes do povoado Pitoró dos Pretos.

⁸ A ênfase conferida neste artigo à relação dos líderes do grupo com setores do movimento negro maranhense não pretende, em absoluto, ofuscar a importância de outras agências e agentes mediadores que se faziam presentes durante *o tempo da greve*. Em espaço específico será desenvolvida a análise dos demais processos de mediação identificados.

⁹ Em entrevista feita em novembro de 2006, dois dos principais líderes durante o denominado *tempo da greve* relataram que sua participação nesse Movimento já vinha desde aquela época.

Em abril de 1995, participaram do IV Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em São Luís (PVN, 1998). Este evento resultou na criação da Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses e, durante sua realização, foram lançadas as bases para a organização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que contou com representação de Pitoró dos Pretos.

Realizada em novembro de 1995, em Brasília, essa reunião nacional resultou no encaminhamento de uma carta ao presidente da República, solicitando urgência na desapropriação de terras ocupadas por comunidades negras rurais *quilombolas* no Maranhão e em outros estados, dentre elas, a de Pitoró dos Pretos. Parece que a pressão surtiu efeito – embora evidentemente não tenha sido a única força que determinou o resultado alcançado – pois, em abril de 1996, foi assinado o decreto presidencial declarando como área de interesse social para fins de reforma agrária duas glebas ocupadas pelo grupo¹⁰.

Os primeiros esforços de organização do movimento negro no Maranhão foram realizados na década de 1970 por militantes que vieram a formar o Centro de Cultura Negra (CCN), fundado em 1979. Ao longo de sua história, o CCN teve um importante papel na mobilização de comunidades negras em áreas urbanas e rurais.

Quanto à atuação junto às chamadas comunidades negras rurais, teve relevância o Projeto Vida de Negro, que desenvolveu um mapeamento das comunidades negras rurais do Maranhão. As pesquisas efetuadas sobre as formas de uso e posse da terra, memória coletiva dos habitantes, manifestações culturais e religiosas, dentre outros temas, resultaram em alguns relatórios de identificação de tais grupos. A partir do núcleo que se gestou no âmbito do Projeto Vida de Negro, foi criada em 1997 a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ-MA), na qual o povoado de Pitoró dos Pretos foi representado por um membro da família Arruda na condição de sócio-fundador¹¹.

Após este período, a atuação das lideranças de Pitoró junto ao movimento negro arrefeceu progressivamente. Seu principal objetivo foi atingido em 17 de abril de 1997, quando o então presidente da República assinou decreto determinando a desapropriação de dois imóveis pertencentes à família de fazendeiros. Dos 7.150 hectares (há.) de terra que os fazendeiros alegavam possuir, apenas 4.705,4 ha. foram indicados para desapropriação pelos técnicos do INCRA, correspondendo a dois imóveis. O primeiro denominava-se “Costa

¹⁰ A legislação que regulamenta os procedimentos de regularização de territórios de *comunidades remanescentes de quilombos* ainda não havia sido promulgada, restando como opção no âmbito do INCRA a solicitação de desapropriação para fins de reforma agrária nesses casos de posses centenárias de terras.

¹¹ Este mesmo membro participou também da comissão provisória que viria a fundar a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) entre 1995 e 1996.

Fundamento” e possuía 2.254 ha. e o segundo, chamado “Conceição do Salazar”, tinha área registrada em cartório de 4.901,4 ha., dos quais 2.451,4 ha. foram declarados de interesse social para fins de reforma agrária. Os remanescentes 2.150 ha. com benfeitorias como a residência, a antiga capela e outras, continuaram em propriedade de um dos fazendeiros, apesar da tensão social existente.

Posteriormente, esta fazenda foi vendida para outro proprietário, o qual atualmente se encontra exercendo seu domínio e posse. Embora os camponeses tenham conseguido se ver livres dos antigos latifundiários, o novo fazendeiro cercou o tradicional cemitério utilizado pelo grupo. Segundo contam, teria também expandindo o cercado de sua propriedade para além da área a qual teria direito, abarcando uma parte do antigo povoado Costa. Atualmente, estas duas áreas são alvos do principal pleito dos membros do grupo étnico no que se refere à regularização territorial como *comunidades remanescentes de quilombos*.

4. A atribuição da identidade de *quilombolas*:

Em primeiro lugar, vale ressaltar o fato de que é bastante provável que os membros do grupo em questão jamais tenham se auto-categorizado como camponeses – o que não os destitui de forma alguma de uma identidade coletiva própria. A definição destes como camponeses é exógena e cumpre somente aos objetivos da presente análise, servindo de instrumento. Neste aspecto difere da identidade de *quilombolas*, a qual é atualmente pensada em termos de auto-identificação dos membros dos povoados em questão.

A assunção da identidade de *quilombolas* está relacionada ao anseio por reconhecimento dos membros de Pitoró e Resfriado do grupo étnico de origem secular ao qual pertencem. Este reconhecimento é buscado junto às instituições do poder público e se faz possível, nos marcos do ordenamento jurídico brasileiro, por uma série de dispositivos legais que foram desenvolvidos com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 215 e 216 da mesma, referentes à preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

A ação de representantes do movimento negro maranhense, na condição de mediadores, foi um dos elementos que possibilitou o estabelecimento de um canal de comunicação entre a comunidade local e as instituições políticas da sociedade nacional, durante os anos 90. Mas à identidade de *comunidade negra rural quilombola* se sobrepõe ainda uma outra, representada pela categoria de *trabalhadores rurais*, ligada ao movimento

sindical e, após a criação dos dois projetos de assentamento, surge também a identidade de *assentados* em um projeto de reforma agrária.

A associação representativa local de Pitoró dos Pretos foi criada em 1994 por intermédio da ação de representante do STR de Codó e membros da SMDDH, que auxiliaram aos moradores de Pitoró na compra de um livro de atas e no registro jurídico de sua associação, prestando-lhes informações valiosas para a formalização jurídica do que chamam de *comunidade*¹². Esta associação, cuja existência não-formalizada datava do começo do *tempo da greve* (fim dos anos 1980), congregava a princípio moradores de Resfriado e Pitoró dos Pretos, tendo sido posteriormente integrada também por representantes da Precateira.

Os antigos moradores remanescentes do povoado Costa teriam se mudado para a fazenda Conceição, restando apenas duas famílias residindo no lugar Costa, sendo que nenhum desses se posicionava nem a favor do fazendeiro nem a favor da *comunidade*, evitando aderir ao conflito. Durante o *tempo da greve* e até cerca de três anos depois da conquista da desapropriação das terras, a associação de Pitoró dos Pretos era considerada a sede de todos os quatro povoados, permanecendo sua diretoria composta majoritariamente por moradores de Pitoró dos Pretos.

Posteriormente, foram criadas associações representativas dos moradores de Precateira (2000) e de Resfriado/Torneio do Meio (2003). No que tange ao procedimento administrativo aberto no INCRA do Maranhão no ano de 2005 para fins de regularização do território quilombola, os representantes de Resfriado e Pitoró dos Pretos indicavam a princípio que o território a ser regularizado deveria ser constituído pela totalidade composta dos dois projetos de assentamento, Conceição Salazar e Costa Fundamento. Entretanto, alegavam que esta proposta encontrava a resistência dos líderes da associação de Precateira. Segundo os depoimentos colhidos, aqueles afirmavam não desejar “ficar de baixo do pé de preto”.

Em reunião com os membros das associações locais de Precateira, Resfriado/Torneio do Meio e Pitoró dos Pretos constatei a existência de uma disputa entre o grupo de líderes da Precateira, compreendido por membros da família Monteiro, e os membros da família Arruda, de Pitoró. Aquelles refutavam ativamente a inclusão do Projeto de Assentamento Conceição Salazar na área do território a ser regularizado como quilombola, temendo que sua autonomia local fosse sacrificada e a associação de Pitoró dos Pretos assumisse o controle sobre os dois projetos de assentamento, uma vez transformados em território quilombola.

¹² Em alguns grupos auto-identificados como *quilombolas* visitados no interior do Maranhão, tais como Santa Rosa dos Pretos e Mata de São Benedito, no município de Itapecuru-mirim, também pude observar a utilização da categoria nativa *comunidade* como significante da associação local representativa responsável pela mobilização e organização dos moradores, dotada ou não de estatuto jurídico próprio.

Esta disputa tinha origem em tensões internas prévias entre os dois grupos, culminando com um episódio em 1999 no qual o atual presidente da associação de Precateira foi destituído do cargo de presidente da associação de Pitoró dos Pretos, onde residia na época, em função de um desentendimento com membros da família Arruda relativo à compra de uma usina de beneficiamento de arroz. Este evento teve como consequência não apenas a interrupção do seu mandato, bem como sua mudança para o povoado de Precateira, acompanhado de seus parentes mais próximos. Em seu lugar, um membro do grupo dos Arruda assumiu a função de diretor da associação.

Essa ruptura entre os membros da associação de Pitoró dos Pretos não se restringiu a um problema pessoal dos Arruda com os Monteiro, mas acabou por criar uma disputa entre moradores de Pitoró e moradores da Precateira. A situação se caracteriza como uma divisão em facções formadas principalmente pelos dois grupos familiares mencionados, contando também com a adesão de outros moradores dos respectivos povoados.

Ao tomar como unidade de análise o contexto em que tal ruptura faccional se deu, foi possível encontrar as chaves para entender o novo conflito interno criado. Embora o conflito tenha ocorrido entre os próprios membros do grupo étnico, só é possível compreendê-lo a partir das ações oficiais que foram implementadas. Com a libertação dos membros do grupo do jugo do fazendeiro, a referência política central se deslocou para a associação local de Pitoró dos Pretos. Isto trouxe novas responsabilidades e prerrogativas para a *comunidade*. É natural que os membros desta eventualmente divirjam quanto ao atendimento dos seus interesses particulares e isso por vezes leva a conflitos mais ou menos abertos.

As desavenças entre os Monteiro e os Arruda vinham ocorrendo repetidas vezes após a conquista da terra e o principal mote eram questões relativas à gestão do território e dos recursos naturais. Num primeiro momento, os camponeses pensavam que o imóvel desapropriado pelo INCRA fosse um só, denominado Gleba Conceição Salazar, e que tivesse sido criado um único projeto de assentamento nessas terras. O estopim para a divisão da *comunidade* de Pitoró dos Pretos em duas facções ocorreu por influência da intervenção oficial de agentes do INCRA, por duas razões a ser explicitadas.

Primeiro, ao desapropriar as terras do fazendeiro, os técnicos do INCRA determinaram a criação de dois projetos de assentamento separados, em terras que haviam sido pleiteadas em unidade por um só grupo representado pela Associação de Pitoró dos Pretos. Levando adiante esse erro administrativo, os engenheiros agrônomos que se dirigiram para a área com o objetivo de implantar os créditos aos quais os assentados têm direito, incentivaram a criação de uma nova associação em Precateira. A princípio, esta foi presidida pelo sogro de uma

senhora da família Monteiro, sendo posteriormente dirigida pelo mesmo membro dos Monteiro que foi destituído da associação de Pitoró dos Pretos.

Ora, a divisão em duas associações implica na divisão do poder de controle sobre o grupo e sobre o território, o qual era até então centralizado na associação de Pitoró dos Pretos. Evidentemente isso representou um ato de ingerência dos técnicos do órgão sobre a organização do grupo, demonstrando uma falta de conhecimento sobre o contexto local. Em acréscimo, a chegada de novos recursos para habitação, fomento à infra-estrutura e alimentação, trazidos pelos técnicos do órgão, implicou em disputas sobre a gestão dos recursos entre o então presidente da associação, da família Monteiro, e membros da família Arruda. O primeiro se amparava na legitimidade que lhe conferiam os votos dos demais moradores durante a prévia eleição da associação, enquanto os outros baseavam sua autoridade no fato de serem nascidos e criados em Pitoró e serem descendentes do fundador do povoado, além de representarem as principais lideranças durante o *tempo da greve*.

A partir de então, a associação de Pitoró dos Pretos geria os recursos e projetos que chegavam do INCRA e demais instituições do poder público e da sociedade civil para o P.A. Costa Fundamento, enquanto a associação de Precateira, fundada em 2000, desempenhava a mesma função relativa ao P.A. Conceição Salazar. A relação entre as lideranças em ambos os povoados ficou seriamente abalada após esta ruptura, constituindo-se desde então uma disputa interna que pode tanto permanecer ligeiramente velada nas relações cotidianas, como pronunciar-se abruptamente diante de um contexto de definição do futuro dos dois projetos de assentamento.

Mas subjacente ao instável equilíbrio de poder entre os dois grupos de lideranças, de Precateira e Pitoró dos Pretos, há uma interdependência entre os membros do grupo residentes nos respectivos povoados, particularmente no que diz respeito à configuração do território e do grupo étnico ao longo do tempo. Pela consideração da figuração formada pelo equilíbrio nas relações políticas entre os dois grupos é possível encontrar-se a chave para o entendimento da estigmatização grupal que existe por trás do que erroneamente se pode depreender como “preconceito racial”, expresso por uma liderança de Precateira ao afirmar que seus moradores não aceitarão “ficar debaixo do pé de preto” (Elias & Scotson, 2000).

Entretanto, para além da análise dos equilíbrios de forças entre as lideranças das duas associações locais – tarefa esta cuja complexidade demandaria um estudo mais aprofundado – um fato descoberto nas visitas de campo tornou mais claro o motivo da tensão social que se mostrava intensa naquele momento, no qual uma equipe do INCRA se encontrava nos

projetos de assentamento com o objetivo de construir uma proposta sobre o território quilombola a ser regularizado. Neste ponto, caminhamos para a conclusão.

5. Desentendimentos com relação à regularização territorial quilombola:

Entre 2004 e 2006, representantes de instituições do poder público como o INCRA, a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial do Governo Federal (SEPPPIR, criada em 2003) estiveram presentes nos projetos de assentamento Conceição Salazar e Costa Fundamento, com o objetivo de reconhecer a existência de *comunidades remanescentes de quilombos* na localidade. Em função do seu reconhecimento prévio no âmbito do movimento negro maranhense, Pitoró dos Pretos foi escolhido como um dos povoados dentre os quais tais agentes desenvolveriam o seu trabalho.

Nesse período, teriam sido realizadas reuniões para explicar os procedimentos relativos à regularização territorial quilombola, nos termos do Decreto-Lei nº. 4.887, instituído em 20 de novembro de 2003, o qual regulamentou o artigo 68 do ADCT da Carta Magna. Em uma provável menção ao artigo 14 deste Decreto-Lei¹³, foi explicado que os ocupantes que não integrassem as terras das *comunidades remanescentes de quilombos* deveriam ser retirados dos projetos de assentamentos nos quais mantinham residência.

Esta notícia teve impacto profundamente negativo entre as lideranças e demais moradores da Precateira, contribuindo por conseqüência para o acirramento das tensões internas entre estes e os membros da família Arruda. A partir das informações apresentadas por estes representantes do poder público, os membros da família Arruda poderiam ser particularmente beneficiados pela regularização do território quilombola, posto terem sido identificados pelos agentes públicos como os “detentores” da “presumida ancestralidade negra” que caracteriza as *comunidades remanescentes de quilombos*, conforme o Decreto 4.887.

Ao serem elencados os *pretos* de Pitoró como aqueles que definiriam qual o território a ser regularizado, pelo fato de serem supostamente os portadores da história social do grupo, suas lideranças conquistaram nova posição na figuração formada pelas relações políticas entre os membros dos povoados. Cumprindo-se a possibilidade apresentada pelos referidos representantes do poder público, seria possível aos Arruda recuperar um maior controle sobre

¹³ Ei-lo: “Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber”.

a área composta pelos dois projetos de assentamento e sobre o próprio grupo, o que implicaria em uma substancial reconfiguração do equilíbrio das relações políticas não apenas com relação à Precateira, mas entre todos os quatro povoados.

Provavelmente motivadas pelo conflito interno previamente exposto, agravado pelo novo tensionamento implicado pela ação destes agentes do poder público, as lideranças em Precateira não se reconheceram e não se reconhecem como membros da *comunidade remanescente de quilombos* de Pitoró dos Pretos. O líder de Precateira que teve seu mandato anteriormente destituído da associação de Pitoró dos Pretos relatou ter estabelecido residência com seus familiares a princípio em Pitoró, desde 1991, durante o período mais intenso do conflito fundiário com a família de fazendeiros.

A maioria dos moradores do povoado de Precateira havia estabelecido moradia em período recente, após a criação do P.A. Conceição Salazar, atendendo ao convite dos que já haviam se instalado no local, e alguns deles participaram do movimento de enfrentamento do fazendeiro. Sua chegada inclusive não era avaliada positivamente por membros da família Arruda que acreditavam que o número de moradores em Precateira crescia de maneira descontrolada, o que poderia comprometer os recursos naturais em Precateira e nos demais povoados. A perda do controle sobre o ingresso de novos membros na Precateira é ainda hoje um fator que gera ressentimento às lideranças da associação de Pitoró, a qual é representada pelas pessoas que participaram da *greve* como tendo sido a sede durante o *tempo da greve*.

Grande parte destes moradores recentes de Precateira sequer conhecia a trajetória da *comunidade* de Pitoró dos Pretos, suas origens e o duro processo de luta pela terra que os seus membros enfrentaram enquanto coletividade que incluía os povoados Pitoró, Resfriado e posteriormente os antigos moradores da própria Precateira¹⁴. No *tempo da greve*, a exceção era o povoado denominado Conceição, situado na sede da fazenda, no qual os moradores aceitavam pagar a renda pelo aluguel da terra mesmo durante o *tempo da greve*. Muitos dos seus moradores eram oriundos do antigo povoado Costa e atualmente residem no povoado Torneio do Meio, tendo sido aceitos pelos membros dos outros povoados e conquistado o direito a se tornarem assentados no P.A. Costa Fundamento.

O trabalho de convencimento dos moradores em Precateira, visando a sua integração no território quilombola, começou a ser desenvolvido posteriormente por membros do

¹⁴ A princípio, os camponeses pleiteavam apenas as terras em Pitoró dos Pretos e em Resfriado, pois na Precateira restavam poucos moradores dispostos a enfrentar o fazendeiro. Por estar a meio-caminho entre a fazenda Conceição e a BR-135, a Precateira estava numa terra pela qual o proprietário se dispôs a lutar até o fim.

movimento negro quilombola maranhense, de forma incipiente, por meio de algumas poucas reuniões com lideranças e pela instalação de uma escola através de convênio da ACONERUQ com a Prefeitura de Peritoró.

6. Conclusão

Ao considerar a intervenção oficial feita pelo INCRA, revelaram-se algumas das razões agravantes da disputa interna detectada. Essa ação oficial se divide em dois momentos: num primeiro momento, pela política de implantação de um projeto de assentamento, e, posteriormente, pelo procedimento administrativo de reconhecimento de um território quilombola envolvendo os quatro povoados, cujos moradores são membros de um mesmo *grupo étnico*. Os desacertos na ação oficial em ambos os processos contribuíram para engendrar uma forte estigmatização entre os grupos, agravada por sucessivos episódios de desentendimentos entre a família dos Arruda e a família dos Monteiro, os quais vinham se intensificando após o arrefecer do movimento da *greve*.

Podemos inferir que o conflito encontrado entre os dois grupos constitui-se antes numa disputa política do que num problema racial, apesar de pessoas na Precateira apresentarem declarações que parecem remeter a certo preconceito com relação à cor da pele dos moradores de Pitoró. De fato, entre os membros de Precateira, assim como em Pitoró dos Pretos e nos demais povoados, uma significativa parte dos moradores não nasceu na localidade. Encontrase uma grande quantidade de imigrantes vindos de outros estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, tal qual em muitas outras comunidades rurais e comunidades negras rurais no interior do Maranhão. Entretanto, o fato de não serem nascidos no lugar não diminui o seu papel como membros do grupo, pois esse reconhecimento é ratificado por outros meios distintos.

Durante o tempo em que o fazendeiro constituía sozinho a principal instância de controle e regulação das terras usufruídas pelo grupo, os membros chegados posteriormente eram aceitos por meio de sua autorização. Quando o centro das decisões passa a ser a *comunidade*, novas normas são criadas para regular a admissão de novos membros, como a necessidade de residência provisória em local estabelecido pelas lideranças locais por um determinado período, durante o qual os antigos moradores verificam a conduta da família ou da pessoa recém-chegada. Em atendendo às expectativas de conduta dos moradores, o novo membro conquista o direito à construção de uma moradia definitiva num dos povoados.

Um dos maiores desafios no diálogo do grupo étnico com as instituições do Estado-nação está na incorporação por parte da totalidade dos seus membros da lógica de funcionamento das associações locais representativas dotadas de estatuto jurídico. Embora em algumas associações isso já ocorra em algumas dimensões, como o exemplo das normas de admissão de novos moradores bem o demonstra, em outras esferas como a organização e a mobilização dos membros para atividades produtivas e gestão coletiva dos recursos naturais, a instituição, na prática, se mostra frágil e o alcance de suas ações é muito limitado.

Quanto à ação oficial, o que está em jogo na atual fase é uma proposta feita por técnicos do INCRA de concessão do título de propriedade coletiva como território quilombola sobre as terras dos dois projetos de assentamento, em nome de uma única associação. O pedido de reconhecimento do território quilombola foi solicitado pelos membros de Pitoró dos Pretos, Resfriado e Torneio do Meio, por meio de suas associações locais, todos supostamente integrantes do P.A. Costa Fundamento.

No caso da recusa em definitivo dos membros da Precateira em reconhecer seu pertencimento ao território quilombola que está sendo pleiteado, resta a opção pela separação definitiva do P.A. Conceição Salazar, que é gerido pela associação da Precateira (atualmente presidida por um membro da família Monteiro). Depois de tantos equívocos nas ações oficiais que incentivaram as desavenças pré-existentes dentro do grupo, resta saber como será possível, por meio da intervenção oficial, atender ao desafio de (re)unir em um único território quilombola sob a gestão de uma só associação os quatro povoados cujos moradores pertencem ao grupo étnico, sem no entanto sacrificar as autonomias locais de ação e gestão consolidadas por meio das associações representativas dos membros dos respectivos povoados.

7. Referências bibliográficas

BARTH, F. (org). Introducción. In: **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales**. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1976[1969].

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. **Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LANDÉ, C. Political Clientelism in Political Studies. Retrospect and Prospects. **International Political Science Review**, v. 4, n. 4, 1983. p. 435-454.

PVN (Projeto Vida de Negro). **Relatório do Seminário Nacional Sobre Normas Administrativas de Titulação de Terras de Quilombo (dias 17 e 18 de setembro de 1998)**. São Luís: SMDH, CCN-MA, ACONERUQ-MA, 1998.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WOLF, E. As guerras camponesas do século XX. São Paulo: Global, 1984.

_____. **Antropologia e poder: contribuições de Eric R.Wolf** (orgs. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). Brasília: Editora UnB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**PROJETOS DE ASSENTAMENTO E A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA ZONA DA
MATA PARAIBANA**

Ivan Targino¹
Emilia Moreira²
Marilda Menezes³

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar as alterações provocadas nas relações entre campo e cidade na Zona da Mata Paraibana a partir da implantação dos Projetos de Assentamento, tomando como lócus de observação da análise os municípios de Sapé, Alhandra e Pedras de Fogo. O trabalho está respaldado tanto em dados secundários quanto em pesquisa direta. O estudo evidencia uma série de impactos sobre a dinâmica do espaço urbano decorrentes da presença de Projetos de Assentamento em cidades por eles polarizadas. Vale a pena ressaltar: a) o crescimento do dinamismo do comércio através do aumento da demanda por produtos farmacêuticos, por insumos agrícolas, por produtos de vestuários e alimentícios, entre outros; b) a expansão e diversificação da oferta de produtos nas feiras livres; c) a disputa entre cidades vizinhas pela produção dos assentados e pelo lugar de consumo dos mesmos (ex. de Goiana em Pernambuco e Alhandra e Pitimbu na Paraíba); d) o fortalecimento da economia urbana das cidades com as quais mantêm maiores ligações em virtude tanto do crescimento da demanda por produtos nelas comercializados quanto pelo provimento de bens gerados nos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos e Espaço Urbano; Relação Campo-Cidade

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar as alterações provocadas nas relações entre campo e cidade na Zona da Mata Paraibana a partir da implantação dos Projetos de Assentamento, tomando como lócus de observação da análise os municípios de Sapé, Alhandra e Pedras de Fogo.

As discussões aqui desenvolvidas estão baseadas tanto em dados secundários, quanto em informações primárias, colhidas através de diferentes instrumentos de coleta de dados, indo desde a observação de campo até instrumentos mais formalizados como realização de pesquisas semi-estruturadas e aplicação de questionários. As entrevistas foram feitas com prefeitos, secretários municipais, comerciantes, feirantes, representantes dos movimentos

¹ Professor do Departamento de Economia da UFPB.

² Professor do Departamento de Geociências da UFPB.

³ Professora do Departamento de Sociologia da UFCG.

sociais (federações de trabalhadores, sindicatos, CPT, MST e outros), trabalhadores rurais e pessoas das cidades que fazem compras nas feiras livres locais. Parte expressiva dessas informações foram colhidas no quadro da pesquisa “Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas”⁴, realizada em outubro de 2000, e atualizadas através de recentes visitas de campo aos assentamentos localizados nesses municípios.

A exposição está dividida em quatro partes. Na primeira, são feitas algumas considerações teórico-históricas sobre as relações campo-cidade ao longo do desenvolvimento capitalista, em geral, e do processo de formação do Nordeste brasileiro, em particular. A segunda aborda a dimensão da intervenção estatal na estrutura agrária regional. A terceira discute os impactos da criação dos Projetos de Assentamento na relação campo-cidade, tratando-se, portanto, do núcleo central do artigo. A última sessão expõe as considerações finais do trabalho.

2. Cidade e campo: algumas considerações teórico-históricas

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, particularmente com a consolidação da revolução industrial, os limites entre campo e cidade foram sendo nitidamente estabelecidos. Mais do que isso, estabeleceram-se relações de subordinação entre os dois espaços, na medida em que o urbano tornou-se o lócus privilegiado da acumulação capitalista. Inicialmente, sob o comando do capital comercial e, na seqüência, sob o capital industrial. Assim, ao campo cabiam as funções: a) de produção de alimentos para a população urbana a preços que permitissem o rebaixamento dos níveis salariais, reduzindo o custo de reprodução da força-de-trabalho; b) de produção de matérias primas que alimentassem a produção industrial, quer procedentes do território nacional, quer procedentes dos territórios subordinados; c) transferência de mais-valia quer sob a forma da renda da terra, quer da deterioração da relação de troca entre os preços dos bens primários em relação aos bens industrializados e dos serviços, quer ainda sob a forma de divisas; d) transferência de mão-de-obra para alimentar a oferta de trabalho urbana, pressionando para baixo os níveis salários, movimento que foi particularmente intenso durante a fase da acumulação primitiva nos países

⁴ Atividade conjunta desenvolvida pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), e pelo Núcleo de Antropologia da Política, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nuap/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), a partir de um convênio firmado entre a Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (Redes) e o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (IICA/Nead). A pesquisa foi coordenada em nível nacional por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Sérgio Leite e Rosângela Cintrão. Em nível do Nordeste, a pesquisa foi coordenada por Emilia Moreira e Marilda Menezes.

hoje desenvolvidos e; e) constituir um mercado para os produtos industrializados (bens de consumo finais, bens intermediários e bens de capital); essas vinculações para frente e para trás da agricultura com a indústria fortaleceram-se, particularmente, ao longo do século XX, com a industrialização da agricultura e a formação e consolidação dos chamados complexos agro-industriais.

No final do século XX, contudo, a distinção entre o urbano e o rural que já parecia consolidada passa por uma brusca transformação, de modo que rural e agropecuário já não se confundem. Para isso concorreu uma série de fatores dentre os quais podem ser lembrados: a) a permanência da pequena unidade de produção agropecuária e o aprofundamento da sua multifuncionalidade; b) a valorização cultural dos espaços não urbanos como sinônimo de qualidade de vida; c) o avanço tecnológico, particularmente, da telemática e de sua vulgarização através da internet e dos PC's (computadores pessoais) que reduziu as distâncias e introduziu os chamados espaços virtuais. Isto, contudo, não significa que se acabaram as diferenciações entre rural e urbano, apenas que os limites não são mais tão nítidos quanto anteriormente.

Qual o panorama das relações campo-cidade na Zona da Mata Paraibana? Como se sabe, esse espaço foi construído sob a égide do “exclusivismo colonial”, assentado na monocultura canavieira, no trabalho escravo e no monopólio fundiário. A predominância econômica do campo era de tal monta que se chegou até mesmo a falar em anti-urbanismo colonial. Evidentemente, que tal conclusão é excessiva, como afirmava o Prof. Pinchas Geiger no seu trabalho “Evolução da rede urbana brasileira”, publicado pelo IBGE em 1963. Se, de um lado, o espaço urbano colonial refletia a supremacia das atividades agrícolas, por outro lado, ele era também o espaço que estruturava a dominação metropolitana, refletindo as três dimensões básicas da dominação colonial: a função administrativa (dominação política), a função de escoamento da produção (dominação econômica) e a função educacional-religiosa (dominação cultural-ideológica).

A estruturação do espaço tanto rural quanto urbano, portanto, de toda a Zona da Mata Paraibana subordinou-se à lógica de “espaço alienado” segundo a expressão de Isnard (1978). Como a lavoura canavieira desenvolveu-se seguindo as várzeas dos rios Mamanguape, Paraíba, Abiaí e seus afluentes, as cidades também percorrerem o mesmo trajeto. No campo, ao domínio canavieiro correspondeu uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Herança que permanece até os dias atuais, quando são encontrados índices de Gini de concentração fundiária, via de regra, superiores a 0,8, elevando-se em alguns municípios (como em Cruz de Espírito Santo) acima de 0,9. Nessa estrutura concentrada, a pequena

propriedade ocupava uma posição marginal e sua persistência deveu-se tanto ao processo de fracionamento hereditário quanto à sua funcionalidade na dinâmica do monopólio canavieiro, como bem explorou Wanderley em sua tese de doutoramento (1975). Só nas áreas de contato entre a Zona da Mata e o Agreste, como é o caso dos municípios de Sapé e Mari, onde a dominação da cana não foi completa, é que a pequena produção ocupou um lugar mais importante.

Interessante observar que o dinamismo das cidades dessa região, à exceção da área de influência direta de João Pessoa (Santa Rita, Bayeux, Cabedelo) desde o início da colonização até recentemente, esteve estreitamente relacionado com a dinâmica da exploração canavieira. Quanto mais completo o domínio, menor a dimensão das cidades e menor o seu dinamismo. Vale dizer, os espaços urbanos eram mais dinâmicos à medida que outros fatores influenciavam na sua estruturação que não exclusivamente a exploração canavieira: articulação viária e ferroviária, maior presença da policultura ligada às pequenas e médias propriedades, sistema educacional, etc.

Até a primeira metade do século XX, o espaço rural dessa porção do território estadual esteve estritamente subordinado ao dinamismo da atividade canavieira. As transformações mais fortes ocorridas se deram no final do século XIX e início do século XX com a introdução do sistema de engenhos centrais e, posteriormente, do sistema usina e com a substituição do trabalho escravo pelo sistema de morada (ANDRADE, 1986; Melo, 1975).

A partir dos anos sessenta do século XX, com maior intensidade nos anos setenta, verifica-se nessa região o crescimento do êxodo rural, motivado inicialmente por condicionantes políticos (repressão às Ligas Camponesas após o golpe militar de 64⁵) e jurídicos (promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – 1963- e do Estatuto da Terra – 64). Com a implantação do Proalcool, em 1975, aos fatores políticos e jurídicos de intensificação do êxodo rural vai juntar-se o condicionante econômico. Com efeito, o Proalcool permitiu que a cana extrapolasse os limites das várzeas dos rios e subisse os tabuleiros, expandindo o seu domínio e acentuando o exclusivismo canavieiro nas formas de uso do solo. Com isso uma nova forma de articulação campo-cidade vai ser constatada na Zona da Mata.

A cidade e os núcleos rurais de habitat concentrado (distritos, agrovilas, etc) passam a ser o lugar de residência de parcela considerável da força de trabalho rural. Ampliam-se as periferias urbanas, transformando-se em verdadeiros cinturões de pobreza, senão de miséria,

⁵ Sobre o movimento camponês na Paraíba e sua repressão após o golpe militar de 1964 podem ser consultadas as seguintes obras: Lemos (1996), Bandeira, Miele e Godoy (1997), Benevides (1985).

definidores dos limites das cidades. Com isso a sazonalidade da renda e do emprego que eram características tipicamente rurais, incorpora-se à dinâmica dos espaços urbanos.

3. Ação fundiária do estado na Zona da Mata paraibana

De 1967 até 2001, foram criados pelo INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado da Paraíba (INTERPA), 201 Projetos de Assentamento no estado da Paraíba, numa área de 152.050,4 hectares onde foram assentadas 12.041 famílias. Desses Projetos, 64 (31,8%) localizam-se na Zona da Mata numa área de 63.987,10 hectares (42,1% do total da área dos assentamentos criados no estado) onde foram assentadas 6.794 famílias (56,5% das famílias assentadas no período).

A primeira área desapropriada no estado situa-se na Zona da Mata, no município de Mamanguape. Foram 18.742 hectares pertencentes à Fábrica de Tecidos Rio Tinto que deu origem, em 1967, ao Projeto Integrado de Colonização de Rio Tinto (PIC-Rio Tinto) onde foram instaladas 1.177 famílias. Grande parte das terras desse Projeto já foi reincorporada ao latifúndio através da venda dos lotes. Duas outras áreas foram desapropriadas na região durante o Governo Militar, Mucatu e Jaque, que já estão “emancipadas”⁶. A desapropriação dessas duas áreas foi resultado da luta de resistência dos trabalhadores rurais contra o processo de expulsão desencadeado com a implantação do PROALCOOL⁷. Todos os demais Projetos de Assentamento foram instalados depois de 1985.

O período de 1995 a 2001 destaca-se como aquele no qual se deu a criação pelo INCRA do maior número de Projetos de Assentamentos no estado: 156 PA's, o que representa 78,8% de todos os Assentamentos criados no Estado desde a instalação do PIC Rio Tinto em 1967. Foi também aquele em que o INCRA assentou o maior número de famílias (8.364 famílias, isto é, 69,5% de todas as famílias assentadas no estado desde 1965). A área distribuída nesse período (117.064,9 hectares) representa 72,4% do total da área distribuída pelo INCRA no estado até o ano de 2001.

Na Zona da Mata, entre 1995 e 2001, foram criados 51 dos 64 Projetos de Assentamento instalados desde 1967 na região (78,1%) numa área de 32.849,5 hectares e onde foram instaladas 4.801 famílias. Merece destaque o período de 1995-1996 quando foram instalados 35 PA's (68,6% dos PA's criados no período).

⁶ O Projeto de Assentamento de Mucatu, recentemente emancipado, encontra-se com as terras ameaçadas de serem leiloadas pelo Banco do Nordeste em consequência do não pagamento dos empréstimos contraídos e que não têm conseguido quitar.

⁷ É exemplar o caso de Mucatu (MOREIRA,1997).

Os 64 Projetos de Assentamentos instalados na Zona da Mata Paraibana até 2001 estão distribuídos em 18 dos 30 municípios existentes na região, todos, à exceção de Sapé, com menos de 20 mil habitantes no seu núcleo urbano. Merecem destaque os municípios de Pedras de Fogo, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Conde, Pitimbu e Alhandra por concentrarem 84,4% do total dos PA's criados na região, 60,1% das famílias assentadas e 50,4% da área ocupada pelos assentamentos ali instalados.

A criação desses assentamentos foi responsável por importantes mudanças na organização do espaço agrário, refletidas: a) na melhoria do padrão distributivo da propriedade fundiária nos municípios onde foi mais intenso o processo desapropriatório, isto é, naqueles onde é maior o número de PA's criados; b) na produção agropecuária, principalmente pelo crescimento da agricultura de alimentos básicos sobre áreas de tradição canavieira e pela diversificação da produção agrícola com a introdução de novas culturas; c) na paisagem, pela transformação de campos de cana em campos de lavoura alimentar, pela multiplicação de habitações, onde até bem pouco tempo o homem era ausente, pela ampliação do número de escolas rurais, pela expansão da energia elétrica no campo, pela melhoria de estradas, etc.

No que tange ao espaço urbano, as repercussões da criação de assentamentos rurais são percebidas principalmente nas cidades mais fortemente por eles polarizadas e se expressam através: a) do crescimento da circulação de pessoas e mercadorias nas sedes municipais; b) da ampliação dos serviços e equipamentos urbanos, com destaque para os serviços de educação e de saúde; c) no aumento do dinamismo do comércio e das feiras livres.

Este trabalho preocupa-se em analisar as repercussões da criação de assentamentos rurais sobre o espaço urbano na Zona da Mata paraibana através do estudo das feiras livres e da atividade comercial de três cidades: Sapé, Pedras de Fogo e Alhandra.

4. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano

Numa tentativa de aprender os elementos essenciais para conceituar a chamada “feira livre”, Galvão a define como:

(...) um espaço onde um grupo de pessoas (feirantes) realiza suas estratégias de sobrevivência, exercendo trabalhos de revenda de produtos, principalmente alimentícios, onde pessoas das mais distintas classes sociais se abastecem e um lugar onde o capital comercial exerce domínio aproveitando-se dos espaços conquistados em função do processo desordenado de desenvolvimento posto em prática na região. (GALVÃO, 1994: p.2)

Nas pequenas cidades do Nordeste, a feira se constitui no “mercado para as trocas excedentárias da pequena produção não-capitalista” (GALVÃO, 1994: p.4). Tradicionalmente ela ocorre em um ou dois dias da semana em áreas situadas na porção central das cidades (praças, ruas, proximidade das igrejas) e para ela converge tanto os pequenos produtores, como feirantes de áreas diversas e a população local ou circunvizinha para fazer suas compras. A realização da feira muda a rotina da cidade. Maia descreve essa quebra do cotidiano produzido pelas feiras da seguinte maneira:

No dia de feira, as cidades acordam de forma diferente, pois ela é toda movimento. São feirantes que chegam com suas mercadorias em carroças, caminhões e camionetas; são homens que armam as suas barracas, cavaleiros que aportam na cidade e amarram seus cavalos no entorno da feira. De longe, escuta-se o vozerio e as conversas animadas. É o dia do encontro na cidade. (MAIA, 2001: p.214).

O comércio das cidades com menos de vinte mil habitantes gira em torno de produtos de primeira necessidade, sendo constituído por bodegas, lojas de tecidos e de utensílios domésticos, farmácias e panificadoras (que detém tanto a função comercial como de transformação). Nas cidades com população entre vinte e cinquenta mil habitantes já se observa uma diversificação maior dos estabelecimentos comerciais, com lojas de produtos especializados (de móveis, eletrodomésticos, produtos agropecuários, etc).

O processo de “modernização conservadora” da agricultura na medida em que promoveu a intensificação do êxodo rural bem como a destruição de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas (arrendamento, parceria, morada, posse) e a ampliação do trabalho assalariado, particularmente o assalariado temporário, repercutiu na dinâmica das feiras livres e do comércio da região.

De um lado, a retração da produção de alimentos decorrente da sua substituição pela cana-de-açúcar reduziu a oferta de produtos vegetais e animais oriundos da pequena produção agropecuária contribuindo para o aumento dos preços dos produtos nas feiras. De outro lado, o aumento do fluxo de trabalhadores de várias regiões do estado e até de outros estados durante o período de colheita da cana para aqueles municípios onde se localizavam as usinas e destilarias como Pedras de Fogo e Sapé e/ou que, além disso, detém também a função de pólo regional, aumentou o mercado consumidor e promoveu um maior dinamismo nas feiras livres e no comércio local refletido no aumento dos dias de feira e na ampliação do número e na diversidade de estabelecimentos comerciais.

A crise do Proalcool, o subsequente fechamento das usinas tradicionais da região e o desemprego maciço daí resultante promoveram impactos negativos sobre essas atividades. No final dos anos 80 e início dos anos 90, observou-se uma desaceleração da atividade comercial e das feiras, sobretudo nos municípios onde se localizavam as usinas de açúcar que faliram e naqueles situados no seu entorno que também eram por elas polarizados. Informações colhidas nos censos econômicos do IBGE e em pesquisas de campo dão conta da estagnação do processo de crescimento do número de estabelecimentos comerciais em várias cidades da região e da redução não só do número de dias de feira como do seu tempo de funcionamento e da sua dimensão (MOREIRA et al., 1995).

A multiplicação de Projetos de Assentamento, criados a partir de 1995 na região, teria contribuído de alguma forma para alterar esse quadro? Essa é uma das questões que o trabalho procura responder a partir do estudo dos casos de Sapé, Pedras de Fogo e Alhandra.

4.1 Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Sapé

Sapé é um centro urbano da Zona da Mata paraibana com população aproximada de 35 mil habitantes, situado na microrregião do mesmo nome, a 54 quilômetros da capital do estado. Sua feira e o seu comércio apresentam, tradicionalmente, um certo dinamismo. Esse dinamismo é atribuído: a) a sua privilegiada situação geográfica (situa-se numa área intermediária entre a Zona da Mata e o Agreste); b) à presença no município do qual é sede, de uma das mais tradicionais usinas de açúcar do estado, a usina Santa Helena; c) ao fato do município se constituir num dos maiores produtores de mandioca e abacaxi do estado e num importante centro de comercialização desses produtos.

O fechamento da usina no início dos anos 90, bem como a retração da lavoura do abacaxi determinada por questões de mercado, repercutiu de forma muito negativa no dinamismo do comércio local. Parcela significativa da população residente na sua periferia urbana é constituída de ex-moradores da zona rural (expulsos do campo no auge do Proalcool) convertidos em assalariados da cana e do abacaxi (GESTAR, 1985) e de migrantes sazonais que vinham do Agreste na época da colheita para trabalhar no corte da cana. A crise das duas mais importantes atividades do município destituiu essa população de sua principal fonte de emprego e renda. Isso se refletiu de forma muito negativa sobre o comércio e as feiras livres.

A instalação de seis assentamentos no município de Sapé e de outros oito assentamentos no município vizinho de Cruz do Espírito Santo entre 1995 e 1998, se

constituiu num elemento importante de atenuação dos efeitos da crise da economia agrícola sobre as atividades urbanas municipais.

Segundo alguns comerciários e comerciantes entrevistados, a criação dos assentamentos na zona rural do município e nos municípios vizinhos constituiu “*a tábua de salvação para o comércio local*” no enfrentamento da crise do emprego gerada pela falência e fechamento da usina. Eles consideram que houve uma melhora das vendas e um crescimento do número de estabelecimentos comerciais para atender a demanda dos assentamentos. Eles fazem inclusive menção não só aos assentados individualmente como às associações de pequenos produtores assentados como potenciais consumidores dos seus produtos. Alguns depoimentos exprimem essas opiniões:

Com a criação dos assentamentos melhorou o comércio, a venda dos produtos aumentaram e houve um crescimento das casas comerciais que vendem remédios, material de construção e produtos agrícolas. Foram abertas 7 casas de produtos agrários, 6 farmácias e muitas casas comerciais” (depoimento do Sr. Armando Pedrosa, funcionário da Farmácia Central. Sapé, out. 2000).

“Melhorou porque agora eles estão com meios para comprar para eles. As associações também compram aumentando nossas vendas”. (depoimento da Sra. Maria do Rosário de Souza, gerente da loja Guará Móveis. Sapé, out. 2000).

Para os feirantes, a criação dos assentamentos no município melhorou as condições da feira, dando-lhe maior dinamismo, ainda que não tenha contribuído para a ampliação do seu tamanho. O impacto maior se deu no crescimento da oferta de frutas, verduras, inhame e feijão verde e nos preços mais baratos, conforme depoimento abaixo:

A gente compra mais barato e vende também mais barato (depoimento do Sr. João Batista Neto, comerciante de inhame na feira. Sapé, out. 2000)

Na feira de Sapé, foram identificados feirantes que são assentados nos Projetos de Assentamento de Dona Helena e Boa Vista, situados no próprio município, e no Projeto de Assentamento Canudos, localizado em Cruz do Espírito Santo.

Outro aspecto interessante observado foi a frequência de feirantes que comercializam os produtos oriundos das áreas de assentamento de Sapé. De onze entrevistados, seis enquadram-se nesse grupo. A aquisição dos produtos é feita seja diretamente nos assentamentos pelos próprios feirantes seja a atravessadores dos assentamentos e ainda diretamente ao produtor na feira.

Quanto aos consumidores entrevistados na feira livre, a maioria fez referência ao aumento da oferta dos produtos e a sua diversificação atribuindo essas mudanças à criação dos assentamentos.

4.2 Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Pedras de Fogo

O município de Pedras de Fogo situa-se na microrregião do Litoral Sul da Paraíba, a 52 km de distância da capital do estado. Uma particularidade de Pedras de Fogo é sua integração com o município pernambucano de Itambé. Na verdade, as sedes dos dois municípios formam um único aglomerado urbano. Apenas um marco formado por uma linha reta de pedra ao longo do calçamento da rua principal representa o limite entre as duas cidades e, conseqüentemente, a fronteira entre os Estados da Paraíba e Pernambuco.

Os estímulos do Proalcool à implantação de uma destilaria de álcool no município, a Destilaria Giasa (Gramame Industrial e Agrícola, do grupo Arthur Tavares de Melo, de Pernambuco), e da destilaria Agroindustrial Tabu (no município vizinho de Caaporã), bem como a influência das Usinas Central Olho d'Água e Cia. Açucareira de Goiana⁸, transformaram Pedras de Fogo num município canavieiro por excelência. O avanço da cana sobre o território municipal, porém, se fez às custas da expulsão de moradores, posseiros e foreiros.

Como resultado desse processo, observou-se de um lado, um crescimento urbano significativo entre 1970 e 1980 (a população urbana apresentou no período um crescimento da ordem de 63,5% tendo passado de 4.876 para 7.973 habitantes) caracterizado pela formação de extensas “pontas de rua”, habitadas essencialmente por canavieiros (MOREIRA et al., 1997). De outro lado, verificou-se o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais e da luta de resistência à expulsão-expropriação apoiada principalmente pela Igreja Católica (através do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba e da Comissão Pastoral da Terra) e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município. Essas lutas adentraram a década de 90 e culminaram com a desapropriação de 4.234,9 hectares de terra que originaram 10 Projetos de Assentamento (v. tabela 2).

A criação desses assentamentos foi responsável por uma melhoria significativa do desempenho das lavouras alimentares tradicionais (feijão, mandioca, milho, batata-doce). Entre 1985 e 1995, a área cultivada com esses produtos cresceu 223,7% e a quantidade

⁸ Situidas no estado de Pernambuco, mas com terras no município.

produzida aumentou em 438,8% (TARGINO e MOREIRA, 1998: p. 90). Pode-se atribuir aos mesmos a atenuação do êxodo rural uma vez que eles contribuíram para reter parcela da população rural no campo.

No que se refere aos impactos da criação dos Projetos de Assentamento sobre o espaço urbano, pode-se enumerar, com base nas informações obtidas na pesquisa de campo:

a) dinamização e crescimento do comércio local com destaque para a feira livre. Verificou-se que para Pedras de Fogo converge a produção de todos os assentamentos situados na sua zona rural e de alguns assentamentos situados no município vizinho de Cruz do Espírito Santo. A maioria dos comerciantes, feirantes e consumidores entrevistados (40, entre 45 entrevistados) afirmaram que a instalação dos PA's no município e vizinhança foi responsável pela dinamização e crescimento do comércio local com destaque para a feira livre. Teria se verificado um aumento do número de lojas para atender o crescimento da demanda dos assentamentos e teria crescido a oferta de emprego como se pode perceber a partir dos depoimentos abaixo:

Com a criação dos assentamentos o comércio da cidade melhorou. Esse pessoal com dinheiro compra diretamente em nossas lojas, melhorando o comércio. As pessoas que têm um poder de compra maior vão comprar em João Pessoa. Depois que eu cheguei (1999), abriu outras duas lojas. Eles compram diretamente em minha loja e com a criação dos assentamentos a população aumentou, conseqüentemente meus negócios melhoraram (depoimento de Ieda Ribeiro de Matos, proprietária da Loja da Margarida especializada no comércio de calçados, confecções e miudezas. Pedras de Fogo, out.2000).

Com a criação dos assentamentos o comércio melhorou. As pessoas não precisam ir para fora para comprar. A feira livre cresceu e o número de farmácias aumentou: antes só tinha três e hoje o município tem sete. Hoje a cidade tem mais gente e com isso meus negócios aumentaram (depoimento do Sr. Edilson Jerônimo de Melo proprietário da Farmácia Central. Pedras de Fogo, outubro 2000)

Sim com os assentamentos aumentou o número de pessoas comprando, eu tive que colocar duas pessoas para me ajudar porque o movimento aumentou (depoimento do Sr. João Prudêncio, dono de uma barraca de verdura na feira livre. Pedras de Fogo, out.2000)

Os entrevistados que consideram que a criação do assentamento piorou a situação do comércio fizeram referência à falta de dinheiro da população para adquirir seus produtos e/ou à diminuição das vendas (apenas dois entrevistados). Três entrevistados consideraram que a criação dos assentamentos não promoveu qualquer alteração no comércio local, um deles declarou que “o comércio cresceu, mas não foi por causa dos assentamentos e sim, por que a Prefeitura começou a pagar a seus funcionários direitinho” (depoimento da Sra. Etelvina Belarmino Gonçalves, proprietária de uma loja de confecções. Pedras de Fogo, out. 2000).

Quinze consumidores entrevistados na feira foram unânimes em atribuir à criação dos assentamentos o aumento da oferta de mercadorias, a queda dos preços dos gêneros alimentícios, o crescimento do espaço físico ocupado pela feira e até a melhoria da qualidade dos produtos ofertados. Tanto os consumidores como outros entrevistados (representante do poder local e do STR, feirantes e comerciantes) fazem referência ao aumento do tempo de funcionamento da feira (antes era só pela manhã agora dura o dia inteiro) e ao aumento dos dias de sua ocorrência (antes havia apenas uma feira na segunda-feira, agora, além desta tem outras duas sendo uma na quinta-feira e outra no sábado). Eles atribuem estas mudanças ao aumento do fluxo de consumidores decorrente do aumento da população vinda de fora para os assentamentos.

Há uma queixa dos comerciantes com a “compra fiado” dos assentados que “só pagam quando o governo libera os recursos de financiamento” (depoimento de Edilson Jerônimo de Melo, proprietário da Farmácia Central. Pedras de Fogo, outubro de 2000). Essa seria uma dificuldade imposta por este novo tipo de consumidor com a qual deve lidar o comerciante.

Os feirantes “por profissão” reclamam da “concorrência de seus produtos com o dos assentados”. Eles afirmam que os assentados, por não pagarem impostos, podem vender os produtos a preços mais competitivos e isto prejudica o comerciante que paga o imposto, pois estes não têm como rebaixar os preços. Essa mesma queixa foi notificada entre alguns comerciantes de produtos alimentícios do comércio local.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a dinâmica da comercialização dos produtos produzidos nos assentamentos. Segundo o Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pedras de Fogo, há não só um processo de circulação das mercadorias oriundas dos PA's nas feiras de vários municípios como também um movimento de integração da sua produção. Ele explica este processo da seguinte maneira:

A produção dos assentamentos sai de feira em feira não se fixa apenas em Pedras de Fogo. O pessoal daqui faz a feira dos municípios vizinhos de Timbaúba (PE), Goiana (PE), Alhandra (PB), Caaporã (PB). O pessoal dos assentamentos dos municípios vizinhos faz a feira aqui e também nos outros municípios circunvizinhos. Há uma integração entre os municípios através desse comércio e ao mesmo tempo um movimento cigano da produção, da comercialização (depoimento do Sr. Francisco Pedro Veloso Alencar, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Pedras de Fogo. Pedras de Fogo, setembro de 2000).

4.3. Impactos da criação de assentamentos sobre o comércio e a feira livre na cidade de Alhandra

O município de Alhandra não tem tradição canavieira. A instalação na década de 70 de uma destilaria autônoma de álcool no município vizinho de Caaporã determinou profundas mudanças no seu espaço agrário na medida em que propiciou o avanço da cultura da cana sobre os tabuleiros e várzeas, anteriormente consagrados à policultura alimentar ou redutos da Mata Atlântica e da vegetação de cerrado. A resistência camponesa ao processo de expansão da cana e à expulsão foi responsável pela desapropriação entre 1976 e 2001 de 10.035,7 hectares de terra que originaram seis Projetos de Assentamento, onde foram instaladas 622 famílias. A apenas oito quilômetros da sua sede municipal, já em terras do município vizinho de Pitimbu, a luta de resistência e de ocupação dos trabalhadores resultou na desapropriação de mais 3.171 hectares que originaram mais seis Projetos de Assentamento, onde se instalaram 508 famílias. Em virtude das condições das estradas, os assentados desses seus projetos têm maior articulação com Alhandra do que com Pitimbu.

A produção agropecuária dessas doze áreas converge em grande parte para a cidade de Alhandra (outra parte tem como destino o mercado de Goiana, cidade pernambucana situada ao sul de Pitimbu onde os trabalhadores também fazem compras) contribuindo para dinamizar o comércio e a feira livre local.

O depoimento da maioria dos comerciantes entrevistados atribui o aumento do número de casas comerciais e o aumento do movimento do comércio (crescimento das vendas) tanto à melhoria do padrão de renda da população assentada, como a melhor distribuição de renda no município decorrente do aumento do número de pequenos agricultores rurais através dos assentamentos. Alguns depoimentos explicitam tais argumentos:

Com a criação dos assentamentos melhorou o comércio porque aumentou o número de casas comerciais e melhorou o meu negócio porque aumentou o movimento em meu mercadinho. (depoimento da Sra. Vânia Célia B. da Silva, proprietária de um mercadinho. Alhandra, out. 2000)

O comércio melhorou de 100%. Há um maior fluxo de famílias onde o poder de compra dessas famílias aumentou. (depoimento da Sra. Vera Lúcia Lucena Barbosa proprietária de uma farmácia. Alhandra, out. 2000)

O comércio melhorou. A distribuição de renda não ficou em uma só pessoa, agora as pessoas têm direito de plantar e comprar. Se fosse um fazendeiro só ele só compraria em outro lugar (depoimento do Sr. Severino Rufino Santana Neto, proprietário da loja de produtos agropecuários “Comercial Ferreira Costa”. Alhandra, out. 2000).

O comércio melhorou. Antes só existia mercearia, hoje a cidade tem lojas de móveis, ferragens, material de construção, farmácia, etc. Contribuiu para que eu abrisse meu negócio. Se não fossem os assentamentos eu não estava aqui. O melhor dia da semana é o dia de feira; é quando os assentados vêm comprar mais (depoimento do Sr. Severino Rufino Santana Neto, proprietário da loja de produtos agropecuários “Comercial Ferreira Costa”. Alhandra, out. 2000).

Essa percepção dos impactos da criação dos assentamentos sobre o comércio formal apresentada por comerciantes entrevistados não se reproduz com a mesma unanimidade entre os feirantes. Estes, na sua maioria, se queixam da queda dos preços dos produtos e da concorrência com a feira de Goiana, para onde escoam parte significativa da produção dos assentamentos seja através da venda direta realizada pelo assentado na feira seja por meio de atravessadores.

Como Goiana é um pólo regional, sua feira é muito maior do que a de Alhandra. Isto leva os assentados a não só dirigirem para lá sua produção, como a empregar os recursos obtidos com a venda dos produtos no próprio local ali fazendo suas compras. Isso segundo os entrevistados, contribuiu para enfraquecer a feira de Alhandra, fazendo com que os feirantes considerem que os assentamentos não colaboraram para alterá-la no sentido do aumento do movimento e das vendas.

Apontam também o corte do crédito decorrente do alto grau de endividamento dos assentados de algumas áreas, sendo o exemplo mais gritante o do Projeto Nova Vida, como responsável pelo aumento da procura da “compra fiado”, impactando sobre as atividades comerciais do município. Isto porque o crédito é negado aos devedores inibindo o consumo.

Para os consumidores entrevistados o principal impacto dos assentamentos sobre a feira foi a diversificação das mercadorias comercializadas e o rebaixamento dos preços. Eles não observam nenhuma outra mudança inclusive não fazem referência ao crescimento da feira.

5. Considerações finais

O estudo evidencia uma série de impactos sobre a dinâmica do espaço urbano decorrentes da presença de Projetos de Assentamento em cidades por eles polarizadas. Vale a pena ressaltar: a) o crescimento do dinamismo do comércio através do aumento da demanda por produtos farmacêuticos, por insumos agrícolas, por produtos de vestuários e alimentícios, entre outros; b) a expansão e diversificação da oferta de produtos nas feiras livres; c) a disputa entre cidades vizinhas pela produção dos assentados e pelo lugar de consumo dos mesmos (ex. de Goiana em Pernambuco e Alhandra e Pitimbu na Paraíba); d) o fortalecimento da economia urbana das cidades com as quais mantêm maiores ligações em virtude tanto do crescimento da demanda por produtos nelas comercializados quanto pelo provimento de bens gerados nos assentamentos.

É importante também mencionar o aumento da pressão sobre a demanda de serviços, sobretudo nas áreas de assistência técnica, de educação e de saúde. Foi referenciado também pelos entrevistados, o aumento da frota de automóveis de aluguel para transportar os assentados da área de assentamento para a cidade e desta para os assentamentos e da frota de moto-táxi também muito utilizada pelos assentados em todos os municípios pesquisados.

O fluxo de pessoas e transportes nos núcleos urbanos durante os festejos religiosos, as comemorações e os eventos locais, bem como a procura de serviços de assistência médica, bancário, educacional, deu vida a muitas cidades da região que durante muito tempo pareciam estagnadas e gerou novas atividades e empregos.

Os impactos acima descritos são mais significativos uma vez que têm contribuído para minorar os efeitos negativos da crise da atividade açucareira sobre a economia urbana regional. O acesso mais fácil ao crédito de custeio e de investimento por parte dos trabalhadores assentados tem desempenhado um papel de destaque na criação e no fortalecimento da demanda dirigida para o comércio urbano desses municípios.

Conclui-se pela importância da pequena produção familiar para a dinamização das atividades urbanas nas cidades de pequeno e médio porte da Zona da Mata Paraibana, com destaque para as atividades comerciais e as feiras livres, com repercussões sobre as atividades de serviço.

6. Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BANDEIRA, L.; MIELE, N.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta**. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.
- BENEVIDES, C. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GALVÃO, P. F. M. **A feira livre em João Pessoa: evolução e mudanças sociais (período 60/90)**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1994.
- GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
- GESTAR. **Saúde e trabalho na zona rural da Paraíba: o caso de Sapé**. João Pessoa: Relatório de Pesquisa, 1985.
- IBGE. **Censo Demográfico**, 2000.
- INCRA. **Quadro demonstrativo dos Projetos de Assentamento**. João Pessoa: Incra, 2001.
- INTERPA. **Relação dos Assentamentos criados pelo Governo Estadual da Paraíba**. João Pessoa: INTERPA, 2001.
- ISNARD, Hidelbert. **L'espace géographique**. Paris: PUF, 1978.

- LEMOS, F. A. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64.** Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina / Editora da UFPB, 1996.
- MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB.** São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2000.
- MELO, M. L. **O açúcar e o homem no Nordeste.** Recife, IJNPS, 1975.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Demonstrativo das áreas desapropriadas, 1965 –2001.**
- MOREIRA, E. **Por um pedaço de chão.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MOREIRA, E. et al. **Os caras pintadas de suor e da fuligem da cana.** João Pessoa: Relatório técnico de pesquisa. DGEOC/UFPB/CNPq, 1995.
- _____. **Crise do Proalcool e emprego rural na Paraíba.** João Pessoa: Relatório de Pesquisa. UFPB/CNPq, 1997.
- MOREIRA, E. e TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- PRADO, C. **Evolução política do Brasil.** São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1933.
- TARGINO, I. e MOREIRA, E. **Políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Relatório de Pesquisa. Curso de Mestrado em Economia/UFPB; Centro Josué de Castro –PE; SUDENE. Maio, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. **L'économie sucrière de Pernambouc.** Nanterre: Université de Paris X, thèse de doctorat de 3^{ème} Cycle, 1975.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA RENDA DA TERRA

Alisson Vicente Zarnott¹
Fernanda Novo da Silva²
Flávio Sacco dos Anjos³

Resumo

O presente estudo busca refletir sobre a interferência do capital financeiro na formação do preço da terra interferindo nos programas de “reforma agrária via mercado”. Para tanto lança-se mão da teoria da renda da terra a fim de demonstrar o mecanismo de elevação do preço da terra tendo como universo empírico o município de Canguçu, o qual concentrou o maior número de projetos no Rio Grande do Sul. Foram entrevistados, em abril de 2008, 30 beneficiários que adquiriram áreas nos anos de 2000 e 2001. A partir dos dados pode-se inferir que os mecanismos de reforma agrária de mercado tem-se apresentado como concorrenciais em relação a reforma agrária clássica. Os resultados desta pesquisa mostram que o preço da terra sofreu uma elevação significativa, em parte, alimentada pelo Banco da Terra o que pode ser detectado tanto entre os dados de 2005 quanto de 2008.

Palavras-chaves: Preço da Terra, Renda Fundiária, Reforma Agrária

1. Introdução

A reforma agrária sempre foi tema de calorosos debates. Já foi, inclusive, defendida como componente fundamental da etapa do desenvolvimento capitalista, necessária à transição ao socialismo. Em outros tempos, foi motivação ao golpe militar. Nos dias de hoje, é tida como ultrapassada e anacrônica com no estágio atual do capitalismo e vê-se reduzida a uma política social compensatória, implantada via mecanismos de mercado.

Aos objetivos desse artigo, importa indagar: Que influência os mecanismos de compra de terra da chamada “reforma agrária de mercado” apresentam sobre o preço da terra nos

¹ Agrônomo, Mestrando junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, Rodovia Admar Gonzaga 1346, Florianópolis, SC, CEP 88034-001, E-mail: alissonae@yahoo.com.br.

² Agrônoma, Mestranda junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/nº, Pelotas, RS, CEP 96001-970, E-mail: fernandanovo@gmail.com.

³ Doutor em Sociologia, Docente Permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário s/nº, Pelotas, RS, CEP 96001-970, E-mail: flaviosa@ufpel.edu.br. Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq.

municípios em que são implementados? A teoria da renda da terra é capaz de explicar a formação do preço da terra nestas condições?

A investigação proposta desenvolveu-se no município de Canguçu, o qual concentrou o maior número de projetos sob a égide deste programa.

Além dessa breve apresentação o artigo se divide em quatro secções, sendo a primeira delas dedicada a um rápido resgate sobre a constituição da terra enquanto mercadoria, ao passo que a segunda secção trata dos mecanismos de reforma agrária de mercado. Na terceira secção que se discutem os dados levantados a partir da realização da pesquisa e a quarta e última secção reúne as principais considerações acerca desta pesquisa.

2. A metamorfose da terra

Por um longo período da história brasileira a terra não possuía preço. De modo sintético, se pode afirmar que, no Brasil, a terra se constitui mercadoria de fato a partir da Lei de Terras de 1850, quando o governo imperial estipulou que as terras devolutas não poderiam mais ser ocupadas livremente, apenas mediante compra do título de propriedade.

Durante o período da escravatura, o capital mais importante nas mãos do fazendeiro não era a terra, uma vez que esta não se configurava objeto de compra, venda ou troca. Para os fazendeiros o capital mais precioso era o escravo, “assim, a fazenda nada mais representava senão o trabalho escravo acumulado” (QUEIROZ, 1950 apud MARTINS, 2004, p.25).

O escravo representava para o fazendeiro sua fonte de trabalho e, também, de capital. Em decorrência da repressão à importação de escravos, o preço pago por estes se eleva e os fazendeiros se vêem impelidos a imobilizar cada vez mais capital sob a forma de renda capitalizada⁴ paga aos traficantes negreiros. Para Martins (2004), este foi um custo que se elevou muito mais do que a produtividade do trabalho nas fazendas.

A saída para essa situação ocorreu em duas vias complementares: os braços foram buscados na Europa e o acesso a terra foi restringido. Como afirma Martins, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.” (2004, p.32).

A separação do trabalhador de seus meios de produção é a gênese da acumulação primitiva de capital e a abolição da escravatura e instauração do regime de trabalho livre é a

⁴ Renda capitalizada vem a ser a expectativa de rendimentos futuros obtidos em função da aplicação de capital (a terra, por exemplo), materializada no momento da compra/venda (da terra).

vertente da renda territorial no Brasil, pois ocorre uma importante transformação na natureza da renda capitalizada, motivada pelas transformações das relações sociais de produção. Nesse período, o objeto da renda capitalizada transfere-se do escravo para a terra. Segundo Martins (2004), “no processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substitui o antigo traficante de escravos” (2004, p.69).

A transformação da terra em mercadoria é um dos quesitos fundamentais para que a agricultura se torne efetivamente capitalista. Nesse sentido, a teoria da renda da terra é um instrumental importante para a pesquisa das variações no preço da terra. Esta teoria se torna eficiente na medida em que é contemporizada em decorrência das peculiaridades do objeto a ser investigado, pois, a renda não é uma propriedade natural do solo é, antes de tudo, engendrada pelas relações sociais de produção.

Kautsky aponta que a propriedade privada da terra eleva a terra à categoria de mercadoria, mesmo ela não sendo produto resultante do trabalho humano. Se não é produto do trabalho, seu preço não é determinado pelo trabalho, na verdade “o preço de um pedaço de terra mede-se pela renda fundiária que pode dar” (KAUTSKY, 1980 p.102 – destaque no original). Esse posicionamento está de acordo com o pensamento de Marx, para quem:

“a renda fundiária assim capitalizada constitui o preço de compra ou valor do solo, uma categoria que, *prima facie*, é irracional, exatamente como o preço do trabalho, já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor. Por outro lado, atrás dessa forma irracional se esconde uma relação social real de produção.” (MARX, 1988, p.117 – destaque no original)

A posse (privada) de uma força natural – como a terra ou a água, por exemplo – constitui um monopólio, na mão de seu proprietário, e permite uma condição superior, mais favorável ao capital então investido, pois não pode ser produzida pelo próprio processo de produção, não sendo, assim, estendível a todos os produtores.

Enquanto força natural, a terra não tem valor, não possuindo também preço. Mas, forças naturais adquirem preços para venda devido à expectativa de futuros rendimentos obtidos em função da aplicação de capital a essas áreas, quer dizer, devido à renda capitalizada. Assim, o aumento da renda fundiária leva a uma elevação do preço da terra.

2.1. A consolidação da agricultura capitalista e a renda da terra

O período histórico compreendido entre meados dos anos 60 até fins da década de 80 constitui, com muita clareza, uma fase de desenvolvimento de uma agricultura capitalista e

integrada à economia urbano-industrial e ao setor externo, sob forte impulso do financiamento do setor público, o qual estimulava a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade. Incentivava-se um aprofundamento das relações de crédito na agricultura de caráter subsidiado.

O desenvolvimento agrícola brasileiro acentuou-se vertiginosamente no processo conhecido como “modernização conservadora”. Esse período é caracterizado por uma política de desenvolvimento rural voltada a valorização territorial que, segundo Delgado (1985), aumentou o preço da terra e resultou na concentração da propriedade e da renda, na deterioração das condições de reprodução dos pequenos produtores e no acesso ao trabalho formal mais problemático.

Ao estudar a “penetração” do capital financeiro na agricultura brasileira, Delgado aponta que existe uma grande confusão ao tratar a modernização técnica da agricultura brasileira e os complexos agroindustriais (CAI) como sendo o mesmo processo. Para o autor, a integração técnica e o CAI são “momentos distintos e historicamente separados” (DELGADO, 1985, p.30). Além disso, ambos seriam processos superados, haja vista que, a agricultura já estaria numa fase superior, representada pela fusão de capitais intersetoriais.

A modernização é resultado do aumento da demanda por produtos agrícolas, aumento impulsionado pela política de substituição de importações, pelo projeto de industrialização, pela rápida urbanização e pelo aumento das exportações. Nas palavras do autor, com a modernização da base técnica a:

“reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais e meios de produção em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria” (DELGADO, 1985, p.19)

Para Delgado a modernização “prepara caminho para uma integração capitalista mais profunda” (DELGADO, 1985, p.138). Para que esse processo tomasse corpo foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), “principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador” (DELGADO, 1985, p.20).

O CAI é um momento posterior em que além da integração técnica agricultura-indústria ocorre a diversificação de aplicações do grande capital (como mercado de terras). Nesse período, o capital financeiro comanda a centralização e mobilidade do capital, organiza monopólios (de mercado) e diversifica aplicações buscando a Taxa Média Lucro do Conglomerado. Essa diversificação de capitais visa à valorização dos capitais individuais

através das Margens Diferenciais de Lucro⁵, e, proporcionar Ganhos de Fundador⁶ e outras rendas especulativas no mercado de terras.

Nesse momento, o valor da terra ganha uma “avaliação prospectiva da capitalização da renda da terra” (DELGADO, 1985, p.13). Reflexo do movimento de concentração e centralização do capital, empresas buscam terra como reserva de valor na carteira de ativos das empresas, ou seja, assim como com as ações, a renda da terra se posiciona como um equivalente da aplicação alternativa do capital dinheiro com a vantagem de que as expectativas de rentabilidade independem do movimento de aplicação de capital produtivo à terra, e a “taxa de juros do mercado financeiro passa a ser um elemento de convergência na definição da renda e do preço da terra”, levando a uma elevação do preço da terra (DELGADO, 1985, p.106).

As formas de integração de capitais na agricultura brasileira se diferenciam em cada setor: no setor empresarial, fusões e incorporações entre empresas; nas grandes cooperativas, diversificação dos ramos de atuação e investimentos em títulos patrimoniais; no caso dos pequenos produtores, distintas formas de associação ao capital financeiro⁷.

Cabe lembrar que a natureza do Estado brasileiro e das classes sociais no campo, onde o capital está historicamente ligado e dependente da máquina fiscal, financeira e fundiária do Estado forma um bloco de interesses rurais composto pelo grande capital industrial, pelo Estado e por médios e grandes proprietários rurais.

A presença do capitalismo financeiro na agricultura, não permite nenhum compromisso com a produção e o abastecimento, pois ao exigir renda fundiária igual a renda financeira de outras atividades, cultiva o que melhor aprouver a esse objetivo.

A política de modernização, que engloba a valorização territorial, resultou na concentração da propriedade e da renda, na deterioração das condições de reprodução dos pequenos produtores e no acesso, mais problemático, ao trabalho formal (DELGADO, 1985).

⁵ Margens Diferenciais de Lucro decorrem do planejamento de uma corporação onde setores em situação privilegiada na concorrência inter-capitalista operam com margens de lucro maiores em face de outros ramos da corporação visando alcançar a Taxa Média de Lucro do Conglomerado.

⁶ O conceito de Ganhos Patrimoniais ou de Fundador de Delgado (1985) tem a mesma significação da IV Renda de Rangel (2000), ambos reportam-se a renda proveniente do uso especulativo da terra como ativo imobiliário. Foladori (2001) apresenta o conceito de Renda de Fundação ou Diferencial de Fundação, que também pode ser aproximado do conceito de Delgado, pois refere-se a apropriação do capital das rendas derivadas da “fertilidade natural histórica dos solos”.

⁷ Delgado (1985) agrupa as diversas formas de integração ao capital financeiro em duas grandes categorias: associados - pequenos produtores tecnificados, altamente integrados tecnicamente - e não-associados - aqueles cuja estratégia é a mera sobrevivência física ou reprodução simples.

2.2 A agricultura familiar e a renda da terra

Mesmo sob condições adversas é inegável a capacidade de adaptação e persistência das formas de agricultura familiar. Na opinião de Costa Neto (1998, p.118), o desenvolvimento do capitalismo no campo “provoca um processo de ‘recriação’ da pequena produção agrícola familiar mercantil que resulta em um tipo de ‘complementaridade contraditória’” entre agricultura familiar e capitalismo industrial-financeiro, levando-se em conta o papel desempenhado pela renda da terra neste processo de expansão da agricultura familiar mercantil.

Para Castan “ao acabar com a separação entre proprietário e agricultor, o ‘moderno produtor familiar’ desfruta de vantagem contra quem arrenda terra. Ao invés de pagar arrendamento, o produtor se apropria dessa parcela da mais-valia na forma de lucros extraordinários” (CASTAN, 1983, p.135). Marx “simula” situação em que capitalista e proprietário fundiário ou produtor e proprietário da terra sejam a mesma pessoa. Em suas palavras,

“nada se alteraria na questão se o próprio capitalista se apropriasse da queda d’água. Ele continuaria a receber sobrelucro, não como capitalista, mas como proprietário da queda d’água, e exatamente porque esse excedente não se origina de seu capital enquanto tal, mas da circunstância de dispor de uma força natural separável de seu capital, monopolizável, limitada em seu volume, é que se transforma em renda fundiária.” (MARX, 1988, p.133)

Costa Neto critica a tese da eliminação da renda da terra⁸ nas unidades familiares e propõe a idéia de uma renda fundiária “não-realizada” que “aparece como solução contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, como um processo de ‘complementaridade contraditória’ entre agricultura familiar e capitalismo industrial-financeiro” (1998, p.119) onde a parcela de trabalho transformada em renda “não-realizada” é apropriada gratuitamente pelo setor industrial-financeiro.

Silva expressa opinião semelhante ao afirmar que a “difusão da produção camponesa ‘moderna’ representa um modo de impedir a realização da renda e reduzir os preços agrícolas, a um dado nível de desenvolvimento técnico” (1981, p.145). Isso só é possível porque para o camponês não é necessário que o preço de mercado suba até cobrir o lucro médio, menos ainda um excedente para a renda. O limite para a exploração camponesa não é determinado

⁸ Para Costa Neto (1998, p.126) “é preciso lembrar que a renda da terra se constitui em parcela necessária da mais-valia gerada na agricultura e que sua eliminação somente ocorreria pela supressão da lei do valor, isto é, do fim das relações capitalistas de produção”.

pelo lucro médio do capital nem pela necessidade de uma renda. Segundo Marx:

para ele [o camponês], como limite absoluto enquanto pequeno capitalista não aparece nada senão o salário que ele paga a si mesmo, após dedução dos custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto cobrir seu salário, ele continuará a cultivar suas terras, e isso com freqüência até chegar a um mínimo físico do salário [...] Esse preço mais baixo [da sua produção] é, portanto, um resultado da pobreza dos produtores e, de modo nenhum, da produtividade de seu trabalho. (MARX, 1988, p.245)

Para Silva, essa é uma solução contraditória, pois perturba a lei do valor e representa um limite ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, porém, é “resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, do movimento do capital nas condições particulares da produção agrícola” (SILVA, 1981, p.145).

Logo, a renda da terra não é eliminada, apenas não-realizada, e se manifesta na manutenção do preço da terra, sob a forma de sua capitalização. A generalização desse processo implica que a renda não se manifeste nas variações do preço de arrendamento ou no lucro suplementar, mas no preço da terra.

3. Um novo contexto: a reforma agrária de mercado

Sob o alento do Consenso de Washington, a intervenção do Estado na economia pautada no modelo de substituição de importações encasula-se e dá lugar ao ideário neoliberal onde, como indicam alguns estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004, p.48), a ação estatal sofre “uma modificação substancial em sua atuação, direcionando-se, doravante, tanto na criação de espaços de expansão e lucratividade para o setor privado quanto na garantia e preservação das condições de reprodução do capital financeiro globalizado”.

O *culto do mercado* como via de resolução de todos os problemas da economia brasileira e, inclusive, de regularização das relações entre capital e trabalho também se assenta na política agrária, e a Reforma Agrária passa a ser *reformada*⁹ segundo estabeleceu o programa governamental da “Era FHC” intitulado “Novo Mundo Rural”.

De acordo com Resende e Mendonça (2004), a implantação do “Novo Mundo Rural” materializa a lógica do Banco Mundial a partir de três questões fundamentais: o assentamento de famílias enquanto política social compensatória; a descentralização/“estadualização” das

⁹ Segundo Cardoso (1997, apud Pereira & Sauer, 2006, p.175), com objetivo de manter seu direcionamento político e reverter sua posição desfavorável frente à opinião pública o governo FHC, a partir do programa “Novo Mundo Rural”, adotou o discurso de “reformular a reforma agrária”.

ações e projetos de assentamentos e a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela via do mercado.

A política de estabilização monetária, levada à frente pelo governo, fragiliza o setor agrícola, em decorrência das oscilações cambiais no plano internacional. Também há um contexto de descentralização político-administrativa e crescente privatização e “desfederalização” de funções antes exercidas pelo Estado (MEDEIROS, 2002). O conjunto destes fatores contribui para emergência de um “novo modelo de reforma agrária”, o qual prevê a adesão voluntária das partes (comprador e vendedor) a um contrato, gerido por regras do mercado, em que o Estado estabelece uma regulação, mas isenta-se de sua ação interventora, configurada, antes, nas desapropriações.

Carvalho Filho, em avaliação sobre a política agrária do governo FHC, argumenta que a implantação desse modelo de desenvolvimento rural evoca uma transformação no sistema de obtenção de terras para fins de Reforma Agrária, “cujo instrumento principal passa a ser o Banco da Terra e leilões de terras, em detrimento das desapropriações. Ou seja, para o governo a Reforma Agrária passa a ser feita, prioritariamente, via mercado” (CARVALHO FILHO, 2003, p. 215).

Segundo Pereira (2006, p.23), o BIRD ao adotar o termo “Reforma Agrária” para enunciar seu projeto, assume uma posição contraditória: de um lado, reconhece a necessidade da Reforma Agrária como mecanismo de desconcentração da propriedade da terra, mas, de outro nega a atualidade e eficácia da ação desapropriatória e redistributiva do Estado.

Vários projetos de “reforma agrária via mercado” são implantados, a partir dos anos 90, em diversos países: Colômbia, África do Sul, Guatemala, Brasil, Honduras, México, Filipinas e El Salvador. Em que pesem os diferentes formatos assumidos, se pode considerar que tiveram implementados, em maior ou menor proporções, projetos bastante similares, que deram vazão às políticas vinculadas ao Banco Mundial.

No que se refere especificamente ao caso brasileiro, a primeira ação concreta do Banco Mundial, no que diz respeito à redistribuição fundiária, ocorre em 1996, no Ceará. A experiência consta de um projeto-piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, conhecido como “Reforma Agrária Solidária”. Em 1997, o programa, então, batizado “Cédula da Terra” expande-se para outros estados brasileiros (Maranhão, Bahia, Pernambuco e Norte de Minas Gerais).

Embora agindo em caráter experimental, o programa “Cédula da Terra” contou com uma implantação bastante ágil para os padrões de intervenção estatal no meio rural brasileiro. De acordo com dados da Secretaria de Reordenamento Agrário (2008), entre os anos de 2000

e 2003 movimentou-se a quantia de R\$ 42,7 milhões para o assentamento de cerca de 8 mil famílias. Em termos de abrangência desta política, cita-se, dentre os estados contemplados com o “Cédula da Terra”, a Bahia com o maior número de famílias beneficiadas e com maior montante de recursos investidos e a seguir o Maranhão, com a compra da maior quantidade de terras.

O Banco da Terra, por sua vez, entre 1999 e 2004, consumiu quase R\$ 760 milhões no assentamento de 34.478 famílias em 1,218 milhão de hectares (SRA/MDA, 2008). O que se destaca é que diferentemente do programa Cédula da Terra, que centrou suas ações no Nordeste brasileiro, o Banco da Terra incidiu seus projetos predominantemente no Sul do país, concentrando 49,6% do total de famílias financiadas no Brasil e 55,1% do gasto total, sendo que o estado do Rio Grande do Sul, recordista em número de famílias beneficiadas, foi responsável por 29,7% e 28,1% dos respectivos totais do Brasil.

A operacionalização do Banco da Terra deu-se de forma bastante capilarizada, por intermédio das Associações de Municípios ou de órgãos da iniciativa estadual. A possibilidade de implantação deste programa através de associações de municípios permitia, em certa medida, que esse processo antecipasse decisões estaduais. Caso ocorrido nos estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Paraná, cujos governos não assinaram o termo de cooperação com o Banco da Terra.

Com a vitória de Lula nas eleições de 2002, amplos setores contrários à filosofia do Banco da Terra acreditavam que o programa deixaria de existir. Apesar das críticas, o governo Lula optou por dar continuidade ao ideário de reforma agrária do BIRD e, numa versão modificada do Banco da Terra, cria o “Programa Nacional de Crédito Fundiário” (PNCF). Dados preliminares indicam que o PNCF realizou um investimento total de R\$ 921.114.500 no período compreendido entre 2003 e 2006, assentando 42.145 famílias (SRA/MDA, 2008).

Estes números denotam a expressividade desta política no campo brasileiro, especialmente no Sul do país, como conseqüência da injeção de recursos do Banco Mundial e da retração da intervenção do Estado no que afeta à desapropriação de terras improdutivas.

Nesse contexto, há que se pensar nas políticas de crédito fundiário enquanto proeminente mecanismo de acesso a terra, consistindo, não na desapropriação por interesse social, como definida no artigo 186 da Constituição Federal, mas em uma sistemática que sujeita produtores minifundistas e agricultores sem-terra a negociar diretamente com os proprietários fundiários.

Abaixo apresenta-se um comparativo entre o volume de recursos, número de

beneficiados, área total, área por família e valor médio pago pelo hectare, comparando o Banco da Terra e os assentamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Beneficiários do Banco da Terra no Rio Grande do Sul 2000-2002

Ano	Famílias assentadas	Área (ha)	Área média/família	Valor (R\$)	Valor médio/ha
2000	765	8569	11,20	16.499.431,00	1.925,46
2001	4271	50823	11,90	88.754.094,00	1.746,35
2002	3431	39569	11,53	70.546.094,00	1.792,86
Total	8.467	98.961	11,69	175.800.365,00	1.776,46

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do MDA/SRA (2008).

Tabela 2 – Assentados de Reforma Agrária pelo INCRA no Rio Grande do Sul 2000-2002

Ano	Famílias assentadas	Área (ha)	Área média/família	Valor (R\$)	Valor médio/ha
2000	555	10.799,62	19,46	10.679.172,05	988,85
2001	635	15.559,02	24,50	10.822.519,64	695,58
2002	21	312,39	14,88	298.772,02	950,00
Total	1.211	26.671,03	22,02	21.798.463,71	817,31

Fonte: Modificado pelo autor a partir de Antonello (2003)

Com base nas Tabelas 1 e 2 observa-se a centralidade que o Banco da Terra assumiu no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 2000 e 2002. Enquanto o INCRA assentou 1.211 famílias movimentando menos de 22 milhões de reais, o Banco da Terra aportou mais de 175 milhões de reais em 8.467 projetos.

Os mesmos dados permitem aferir que uma família adquiriu, pelo Banco da Terra, aproximadamente metade da área que foi destinada a cada família assentada pelo INCRA. Ou seja, um hectare de terra negociado pelo Banco da Terra custou praticamente duas vezes mais, do que um hectare adquirido pelo INCRA.

Com o mercado de terras “aquecido”, observa-se uma grande valorização do preço da terra baseado apenas na perspectiva de venda, sem nenhum empreendimento concreto no horizonte, o que implica, irremediavelmente, na materialização da capitalização fundiária manifesta na possibilidade de venda da terra. Isso reforça a dedução de que o Banco da Terra impulsiona a elevação da renda capitalizada, que se *realiza* no preço da terra, por ocasião da venda.

Essa assertiva sobre os reflexos oriundos da afirmação da terra como um ativo imobiliário passivo de especulação, encontra par na afirmação de Rangel (2000), para quem:

“qualquer tentativa de “reforma agrária” baseada na desapropriação de terras, por via de compra pelo Estado, será estritamente contra-indicada, porque, fortalecendo a expectativa de valorização, elevará o preço da terra.” (RANGEL, 2000, p.218)

Na opinião desse autor, o desdobramento dessa política agrária é o encarecimento da terra não pelos motivos “convencionais”¹⁰, mas pelo que ele chama de IV Renda, qual seja, da expectativa da valorização.

3.1 As especificidades no extremo sul gaúcho

Como já havíamos aludido, o Rio Grande do Sul foi a unidade federativa recordista em número de famílias beneficiadas e recursos empenhados no Banco da Terra, sendo responsável por 29,7% e 28,1% dos respectivos totais do Brasil.

Com o PNCF, este estado segue sendo a unidade federativa com o maior volume de recursos disponibilizados (23,3% do total), entretanto, se analisarmos a questão do ponto de vista do número de famílias assentadas há um notável descenso na participação gaúcha. Em tempos de Banco da Terra o Rio Grande do Sul respondia por 29,1% entre os estados nesse quesito, passando para 12,9% com o PNCF, dado que indica uma redução de 47%. Tendo em vista um volume de recurso praticamente idêntico, essa redução no número de contratos é reflexo do incremento no preço da terra. Em artigo recente, (SACCO DOS ANJOS, *et al.*, 2007, p.240) outros autores compartilham desta mesma assertiva.

Sacco dos Anjos, *et al.* (2007) realizaram pesquisa sobre o Banco da Terra nos municípios de Pelotas e Canguçu no Rio Grande do Sul e apontaram, conforme dados da Tabela 3, que existe sensível diferença entre o valor do contrato à época da aquisição da terra e o valor que os entrevistados atribuíram às propriedades no ano de 2005. Na avaliação realizada por estes entrevistados, houve um incremento médio de 267% no preço dos imóveis em relação ao momento em que ocorreu a transação.

Na mesma pesquisa, 95% diz acreditar ter feito um bom negócio acessando o Banco da Terra. Sem dúvida, a valorização da terra é um dos argumentos para explicar porque a maioria dos agricultores disse haver feito um bom negócio com o Banco da Terra. Por outro lado, mostra também a percepção dos agricultores de que houve um aquecimento no mercado de terras na região, mesmo diante de uma crise generalizada na agricultura, motivada tanto

¹⁰ Renda Diferencial I, II ou a Renda Absoluta.

pela queda no preço dos produtos agrícolas quanto pelas últimas secas que atingiram o sul do Estado.

Tabela 3 – Valor médio dos imóveis rurais adquiridos através do Banco da Terra e valor informado pelos agricultores assentados pelo mesmo programa no ano de 2005

	Aquisição	2005
Valor médio do imóvel (R\$)	21.619,35	79.374,00
Valor médio por hectare (R\$/ha)	1.325,13	4.855,69

Fonte: Modificado a partir de Sacco dos Anjos, et al (2007)

Já à época da implantação dos projetos, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural viram-se diante da necessidade de impor limites às transações realizadas sob sua égide, sob pena de comprometer a verba disponibilizada para a respectiva localidade e o número de agricultores a serem beneficiados.

Contudo, como indicam outros estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004), essa dificuldade foi contornada mediante cobrança de ágio por parte do proprietário da terra a ser negociada, situação que era do conhecimento dos agentes envolvidos na análise das propostas. Com base nessa informação, resta a convicção de que muitas operações excederam o valor efetivamente aprovado pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e que, portanto, o valor real da negociação foi superior a R\$ 4.855,69 por hectare.

O fato do valor real da operação ter sido, com frequência, superior ao valor autorizado pelo Conselho, pode ter contribuído para *alimentar*, ainda mais, a espiral especulativa do preço do solo.

Em retorno ao município de Canguçu em abril de 2008, foram contatadas 30 famílias, no intuito de averiguarmos o possível “aquecimento” do mercado de terras. Dentre os entrevistados, solicitou-se informação sobre o preço médio atual do hectare. A partir dos dados coletados, constatou-se que o preço da terra no município sofreu nova elevação, como demonstra a Tabela 04.

Tabela 4 – Valor médio dos imóveis rurais adquiridos através do Banco da Terra e valor atual informado pelos agricultores no ano de 2008

	Aquisição	2005	2008
Valor médio do imóvel (R\$)	20.670,97	79.374,00	117.316,30
Valor médio por hectare (R\$/ha)	1.389,76	4.855,69	7.559,35

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Comparando-se as Tabelas 3 e 4 percebe-se que o valor médio à época da aquisição é semelhante, como não poderia deixar de ser, haja vista que Canguçu faz parte das duas amostras e as aquisições aconteceram no mesmo período. Porém, ao analisar o valor atual em comparação a 2005, a elevação facilmente perceptível.

Alguns entrevistados também fizeram referência a existência de ágio por ocasião da insuficiência de recursos provenientes do Banco da Terra para concluir a compra da área. Questionados sobre quais motivos teriam ocasionado essa elevação do preço da terra foi quase unânime a referência ao Banco da Terra como insuflador no preço da terra e a avaliação de que o preço pago no momento da compra (R\$ 1.389,76) foi alto para o preço médio pago na região à época da aquisição das terras.

Tabela 05 – Número de famílias beneficiados e preço pago pelo hectare nos municípios

Município		2000	2001	2002	2003
Arroio Grande	Nº famílias	2	13	7	5
	Preço por ha	566,00	756,89	675,56	918,57
Herval	Nº famílias	0	6	7	16
	Preço por ha	-	665,73	533,13	640,46
Pinheiro Machado	Nº famílias	19	31	11	16
	Preço por ha	859,30	1018,92	1058,95	1010,56
Piratini	Nº famílias	16	38	8	11
	Preço por ha	762,16	846,30	618,44	808,85
Santa Vitória do Palmar	Nº famílias	10	4	6	2
	Preço por ha	1280,70	1386,59	888,49	1060,03
Cerrito	Nº famílias	0	20	7	7
	Preço por ha	-	1194,06	1036,08	1238,55
Pedro Osório	Nº famílias	0	0	6	35
	Preço por ha	-	-	824,73	1073,18
Canguçu	Nº famílias	45	143	24	19
	Preço por ha	936,66	978,59	1040,14	1010,19
Cristal	Nº famílias	9	19	7	0
	Preço por ha	846,64	1040,13	1042,55	-
Morro Redondo	Nº famílias	17	15	6	9
	Preço por ha	661,25	846,20	1206,86	1033,04
Pelotas	Nº famílias	7	36	17	20
	Preço por ha	907,08	1031,82	1029,43	1144,12
São Lourenço do Sul	Nº famílias	22	38	11	6
	Preço por ha	838,21	855,79	1056,12	933,62

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela AZONASUL (2008)

Ao comparar-se a evolução de preços entre cidades com diferentes abrangências do Banco da Terra, Tabelas 05 e 06 é perceptível que o incremento de valor pago por hectare é maior nos municípios com maior número de projetos do que nos municípios em que o programa não foi tão abrangente.

Tabela 06 – Número de famílias beneficiados e preço pago pelo hectare nos municípios com menor número de projetos (2000-2003)

Município		2000	2001	2002	2003
Amaral Ferrador	Nº famílias	7	3	2	0
	Preço por ha	908,51	936,59	1200,00	-
Arroio do Padre	Nº famílias	3	8	3	3
	Preço por ha	908,59	1075,19	1102,94	1085,12
Capão do Leão	Nº famílias	1	12	8	5
	Preço por ha	1500,00	1318,30	1467,65	1529,69
Jaguarão	Nº famílias	0	0	7	6
	Preço por ha	-	-	1831,13	1224,49
Pedras Altas	Nº famílias	0	0	2	0
	Preço por ha	-	-	906,80	-
Rio Grande	Nº famílias	8	6	6	0
	Preço por ha	1213,08	1480,46	982,02	-
Santana da Boa Vista	Nº famílias	2	2	0	6
	Preço por ha	828,63	761,59	-	674,09
Turuçu	Nº famílias	4	2	3	1
	Preço por ha	903,37	1283,33	1337,80	1222,22

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela AZONASUL (2008)

Esse fato reforça a interpretação de que a busca por áreas elevou o preço da terra acima da média dos demais municípios, em decorrência do valor especulativo impugnado às áreas pela possibilidade de venda e realização da renda fundiária capitalizada.

4. Considerações finais

Faz-se necessário, a priori, ressaltar que essa “reforma agrária de mercado”, anunciada como complementar à Reforma Agrária *desapropriatória*, na verdade se consolida enquanto instrumento concorrencial, na medida em que se sustenta da desqualificação deste outro tipo de ação fundiária, considerada, até, inviável e anacrônica na fase atual do capitalismo. Fato comprovado, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, quando analisado o montante de recurso destinado a cada programa.

Reitera-se que, relegando a reforma agrária a uma transação de mercado, não é possível que se realize um processo de desconcentração fundiária no Brasil. Pelo contrário, ao lançar mão de instrumentos tipicamente capitalistas, o resultado alcançado tem sido o fortalecimento da especulação, a elevação do preço da terra e o fortalecimento da influência do capital financeiro na agricultura, fatores esses que encaminham para diminuição das possibilidades de acesso a terra por parte dos agricultores familiares que não tem a possibilidade de acessar os programas de crédito fundiário.

Com base nos dados apresentados afirma-se a superioridade da desapropriação como instrumento de massificação do acesso a terra, haja vista que, com igual volume de recurso foi possível adquirir praticamente o dobro da área.

Como foi apresentado, mesmo com fortes estiagens em vários anos, com o baixo preço dos produtos agrícolas, o valor da terra permanece em ascenso, confirmando que agricultores capitalizam renda da terra na propriedade e buscam realizá-la por oportunidade da venda.

Há que se ter em conta que pelo vulto deste tipo de política há necessidade de se analisar sob a perspectiva de sua função na desconcentração fundiária em novo estudo. Se acena a partir do estudo realizado é que a eficácia dos mecanismos de mercado na desconcentração da terra é bastante restrita. São agricultores familiares adquirindo terras pertencentes a outros agricultores familiares ou a médios proprietários locais enquanto a grande propriedade continua intocada. Esse fato desnuda outra característica da reforma agrária de mercado: manter intocadas as relações de poder no campo, selando a associação entre oligarquia rural e capital financeiro.

Por fim, considera-se que a teoria da renda da terra é um instrumento importante para análise do preço da terra e dos impactos dos programas de crédito fundiário no mercado de terras. Estudos mais completos sobre a flutuação do preço da terra em diferentes localidades seriam ferramentas importantes para auxiliar no debate à cerca do tema.

5. Referências bibliográficas

ANTONELLO, V. J. et al. **Impactos de economia política do Banco da Terra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2003, 30p. Versão preliminar (mimeogr.).

CASTAN, N. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura: um comentário. **Revista de Economia e Política**, Vol. 3, nº 1, jan-mar, 1983, p.131-137.

COSTA NETO, C. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, abril, 1998, p.118-134.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone-

UNICAMP, 1985. 240 p.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 329p.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 8ª Ed. 2004, 157p.

MARX, K. **O Capital** – Livro Terceiro, Vol. 5. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988, p.111-250.

MEDEIROS, L. S. Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira In: **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

PEREIRA, J. M. M.. Neoliberalismo, Políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S. e PEREIRA, J.M.M. **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-47.

PEREIRA, J. M. P.; SAUER, S. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Marcos Pereira, **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.173-206.

RANGEL, I. A questão da terra. In: GRAZIANO DA SILVA, José (org.) **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000, p.211-220.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra-reforma agrária no Brasil In: MARTINS, M. D. **O Banco Mundial: ofensiva e resistência neoliberal na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004, 223 p., p.75-82.

SACCO DOS ANJOS, F. E CALDAS, N. V. A Reforma Agrária na Contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra. In: **Sociedade em Debate**, v.10, nº 2, Agosto, Pelotas:EDUCAT/UCPEL, 2004, p.41-74.

SACCO DOS ANJOS, F. et all. O Banco da Terra no Extremo Sul Gaúcho: estudo sobre a situação socioeconômica das famílias beneficiadas. **Revista Redes**, v. 12, n. 2, p.234-256, 2007

SILVA, S. **Valor e Renda da Terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Editora Polis, 1981, 159p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**REFORMA AGRÁRIA E A JUSTIÇA BRASILEIRA: A INTERPRETAÇÃO DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 VINTE ANOS DEPOIS**

Mariana Trotta Dallalana Quintans¹

Resumo

A Constituição Federal de 1988, completa este ano, vinte anos de sua elaboração e entrada em vigor. O texto constitucional produzido no período de redemocratização, contou com a participação de diferentes setores da sociedade, dos movimentos sociais de luta pelo acesso a terra a deputados constituintes representantes do patronato rural. Assim a atual Constituição Federal aparece como um campo de disputa e, portanto, a sua interpretação também será disputada pelos diferentes atores sociais. O trabalho pretende refletir sobre a interpretação da magistratura dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 sobre o direito de propriedade e a Reforma Agrária, através do estudo de decisões judiciais nos conflitos sociais no campo no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Judiciário e Constituição Federal de 1988

1. Introdução

Este ano a Constituição Federal de 1988, completa vinte anos. O novo texto constitucional foi considerado para parte dos juristas como inovadora e um avanço na previsão dos direitos sociais. Por outro lado, para um número considerável de cientistas sociais preocupados com a questão agrária, a nova constituição foi um retrocesso. O atual quadro brasileiro de elevada concentração da propriedade da terra e de violência contra trabalhadores rurais nos levam a fazer um balanço sobre o impacto da Constituição Federal de 1988 na realidade agrária brasileira.

O trabalho pretende refletir a interpretação da magistratura dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 sobre o direito de propriedade e a Reforma Agrária, ao longo deste período, analisando a judicialização das relações sociais rurais.

A judicialização das relações sociais no Brasil é sinalizada por Werneck Vianna como uma tendência advinda da falência do Estado de bem estar social e avanço das políticas neoliberais e, também, devido à ampliação do papel do judiciário como guardião dos direitos da cidadania assegurados pela Constituição Federal de 1988. No campo, esta tendência também é destacada pelo autor. (VIANNA, 1999).

¹ Doutoranda do Centro de pós-Graduação em Ciências Sociais Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura.

Neste sentido, pretendemos analisar decisões judiciais da magistratura fluminense nos conflitos pela posse da terra envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e nos processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

2. A luta pelo direito, a Constituição Federal de 1988 e a interpretação judicial

Em 1842, Marx publicou uma série de artigos na Gazeta Renana, nos quais investigava *A Lei sobre o roubo de Lenha*. Neste trabalho Marx traz a perspectiva do direito como construção histórica (MARX, 1987). Neste sentido, entendemos o direito, portanto, uma conduta entendida como criminosa em determinado período, não será em outro. Nem todas as condutas entendidas hoje como criminosas e/ou ilegais estão de acordo com os costumes da sociedade nem foram sempre consideradas desta forma. No contexto atual brasileiro, vemos que as ocupações de terra por homens e mulheres sem-terra, são tidas como ilegais, entretanto, a prática de ocupar terras foi uma marca na formação da estrutura fundiária do Brasil.

Em 1822, com a independência do Brasil fica proibida a cessão de terras pelo instituto das *sesmarias*. Neste sentido, se antes a obtenção da terra se dava pela concessão de títulos pela coroa Portuguesa, a partir da independência passa-se a ter a ocupação como única forma de aquisição da terra. O principal ato legal que transformou as ocupações em ato ilegal no Brasil, foi a *Lei de Terras de 1850* que estabeleceu como mecanismo exclusivo de acesso a terra a compra. A nova legislação determinou que as terras adquiridas, até a data de sua promulgação, por posse ou *sesmarias* que houvessem sido cultivadas, deveriam ser demarcadas e registradas no prazo a ser estipulado. A lei ainda dispunha sobre as terras devolutas que deveriam ser discriminadas das áreas particulares.

A *Questão Judaica* foi outro trabalho, no qual Marx se preocupou com o direito, neste texto, o autor analisou o conteúdo das Declarações de Direitos do Homem elaboradas no período da Revolução Francesa (MARX, 1991). Marx analisa criticamente os direitos do homem e percebe que estes direitos que se pretendem universais, não o são, são na verdade garantias determinadas a um tipo de homem específico, ou seja, ao homem egoísta da sociedade capitalista. Para Marx, o direito e a cidadania não podem ser universais, absolutos ou naturais independentes de quem os declare, desta forma, o autor destaca a perspectiva histórica da construção dos direitos e as disputas por trás destas declarações. Desta forma, rompe com as noções jusnaturalistas e positivistas do direito. É neste ponto que a obra de

Marx apresenta-se como uma contribuição fundamental para as reflexões sociológicas sobre o direito.

Lefort se preocupou em destacar a dimensão simbólica dos direitos do homem, o direito como freio ao poder, a toda forma de totalitarismo. Seguindo esta linha, defende a perspectiva de ampliação e de conquista de novos direitos através da construção democrática, destaca como exemplo a contestação dos trabalhadores na luta pelo direito de greve, a organização sindical, a previdência social e a outros direitos (LEFORT, 1979). Para o autor, a consciência dos direitos e sua institucionalização, têm uma relação ambígua, pois de um lado a institucionalização, com a constituição de um corpo jurídico de especialistas, pode afastar e ocultar os mecanismos necessários ao exercício dos direitos pelos interessados, mas por outro lado, pode permitir a consciência do direito, ou seja, conhecer e reivindicar os direitos instituídos.

O autor destaca a perspectiva do direito que não se limita à positivação pelo Estado num corpo legal. Abre espaço para pensarmos a luta pela criação e pela interpretação da lei pelos diferentes atores sociais e, desta forma, a possibilidade da reivindicação constante por novos direitos. Boaventura de Sousa Santos em suas análises sobre o direito trabalha esta tensão entre emancipação e regulação (SANTOS, 2005).

Hobsbawn também assinala a importância da “linguagem dos direitos humanos” como instrumento de reivindicação por novos direitos e concretização dos existentes. Destaca o papel do movimento operário na conquista dos direitos econômicos, sociais e educacionais que romperam com a natureza individualista das Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão Francesa e da Constituição norte-americana. Diferente do que alguns filósofos possam defender, os direitos não são abstratos, universais e imutáveis. (HOBSBAWN, 2005). Devido aos movimentos reivindicatórios, novos direitos ao longo de vários séculos foram incorporados as Constituições.

Noberto Bobbio também observa o caráter histórico dos direitos do homem, “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004). Assinala que o que parece fundamental numa época, pode não ser fundamental para outra época e cultura. Bobbio destaca que as atuais declarações de direito instituíram além dos direitos individuais entendidos como as liberdades, ou seja, obrigações negativas impostas ao Estado e aos particulares, os direitos sociais, que são as imposições positivas aos órgãos públicos. No entanto, o autor chama atenção ao fato da maioria dos direitos sociais assegurados nas legislações nacionais e internacionais não terem saído do

papel, entretanto, destaca a importância da linguagem dos direitos de emprestar força particular às reivindicações dos movimentos dos “sem-direitos”. (BOBBIO, 2004).

As gerações de direitos, também, foram instituídas nas constituições brasileiras no contexto de lutas sociais em diferentes períodos históricos, alguns destes direitos não possuem eficácia social, como é o caso da Reforma Agrária, entretanto, esta política pública inscrita na Constituição Federal brasileira é uma bandeira afirmada por diferentes atores que lutam pela democratização do acesso a terra no Brasil, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido, há uma utilização pelos movimentos sociais rurais da linguagem dos direitos, ao reivindicarem o cumprimento pelo poder público do direito estabelecido na lei. Há assim uma disputa pela aplicação prática desta lei.

Thompson chama a atenção para a existência de uma herança de luta pela lei. O autor caracteriza a lei como um campo de disputa, cuja interpretação será tencionada pelos diferentes atores, das classes dominantes as subalternas (THOMPSON, 1997). Desta forma, desenvolve a concepção da lei não como um espaço de consenso, como defendido pelos pais do contratualismo Thomas Hobbes e John Locke, mas como uma arena de conflitos.

Márcia Motta trazendo as reflexões de Thompson para a realidade brasileira do século XIX destaca, que, as leis expressam a luta entre várias concepções e valores diferentes e, que para entendermos os vários sentidos que podem ser atribuídos a estas leis precisamos entender o processo de elaboração (os embates que ocorreram para sua criação) e os interesses que estavam em jogo. (MOTTA, 1996.).

James Holston também compartilha esta concepção da lei, em texto que analisa a apropriação da Lei de Terras de 1850 se refere à lei como “uma arena de conflito na qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporárias e sua relação é instável”. Em outro trecho destaca que “os conflitos de terra são também, explicitamente, disputas sobre o sentido da história, porque opõem interpretações divergentes a respeito da origem dos direitos de propriedade” (HOLSTON, 1993, P.68-69). Estas análises nos remetem à leitura de que as leis permitem diferentes interpretações, por serem elas espaço de disputa de diferentes interesses, por este motivo o juiz ao interpretar a lei poderá extrair diferentes sentidos da mesma lei.

Este processo de luta pela afirmação dos direitos perpassou a elaboração da atual constituição. O texto constitucional produzido no período de redemocratização, contou para sua elaboração com a participação de diferentes setores da sociedade, dos movimentos sociais de luta pelo acesso a terra ao patronato rural. A Constituição Federal produzida ao final aparece marcada por estas disputas e durante estes vinte anos foi permeada por distintas

interpretações pelos atores sociais, seja o Estado, através do executivo e judiciário, ou setores do patronato rural e dos movimentos de luta pela democratização do acesso a terra.

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabeleceu entre os direitos fundamentais da cidadania a condicionante da função social da propriedade privada (art.5º, XXII e XXIII, CF/88). Também, reconheceu a função da União Federal para desapropriar imóveis rurais para fins de Reforma Agrária, que não cumprissem com sua função social. A categoria da função social foi entendida com composta por quatro sub-funções: econômica, ambiental, trabalhista e social (art.184 e 186, CF/88). A Constituição também determinou a criação de Lei específica com as regras para esta modalidade de desapropriação. Lei esta que só foi criada cinco anos depois, Lei n. 8.629/1993. A Constituição Federal, ainda, preservou a propriedade produtiva, impossibilitando a desapropriação de imóveis considerados como produtivos e não recepcionou o dispositivo do Estatuto da Terra que previa a desapropriação de latifúndios por extensão. Devido a estes últimos aspectos, para alguns a Constituição Federal de 1988 foi um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra de 1964.

Carlos Frederico Marés defende que, a propriedade ou a posse que não cumpre com sua função social não pode ser defendida pelo judiciário, pois a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer como princípio fundamental o cumprimento da função social, condicionou a existência da propriedade ao cumprimento de sua função social. Destaca o autor que “o proprietário da terra cujo uso não cumpre a função social não está protegido pelo Direito, não pode utilizar-se dos institutos jurídicos de proteção, com as ações judiciais possessórias e reivindicatórias para reaver a terra de quem as use.” (MARÉS, 2003).

Conforme destacado por Verônica Secreto e Ligia Osório, a propriedade privada da terra foi criada nos países da América Latina em meados do século XIX, por leis agrárias que estabeleceram a distinção entre terras públicas e terras privadas. Estas leis definiram a compra como forma de aquisição fundamental das terras. No Brasil, a idéia do direito a propriedade como absoluto, ou seja, incondicional surge com a Lei de Terras de 1850 que determina dentre outras coisas, que as terras a partir de então só poderiam ser adquiridas através do instituto da compra. No período da colonização a terra no Brasil era adquirida pelo instituto das *sesmarias*, este instituto regulado pelo Código Filipino, entendia o direito de propriedade como condicional, ou seja, os *sesmeiros* para preservarem seus direitos sobre as terras teriam de utilizá-las. (OSORIO e SECRETO, s/d).

Esta concepção, de direito de propriedade condicionado, abandonada pela Lei de Terras, só é retomada com a Constituição Federal de 1934 que introduz no ordenamento jurídico brasileiro a categoria do interesse social da propriedade e o instituto da

desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Esta concepção de função social da propriedade no direito constitucional brasileiro chegou ao seu ápice com a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu entre os direitos e garantias fundamentais, junto ao direito de propriedade, o cumprimento da função social da propriedade.

O Código Civil brasileiro de 1916 estabeleceu que a posse como uma extensão do direito de propriedade. Dessa forma, o Código recepcionou a Teoria Objetiva de Ihering, segundo a qual “na relação com a propriedade se encontra a chave para a compreensão de toda a teoria material da posse.” (ALVES, 1999). Miguel Baldez ao analisar esta teoria destaca que a posse, antes entendida como fato, relação do ser humano com a terra, através de uma abstração jurídica (o dispositivo legal) foi transformada em mera exterioridade da propriedade. Dessa forma, todos os elementos relativos à posse, ou seja, a possibilidade de uso, fruição e sua disponibilização foram transferidos para a propriedade (BALDEZ, 2002).

A Constituição Federal de 1988 foi considerada como um marco na disciplina do direito de propriedade no Brasil, por estabelecer, como dito, entre os direitos e garantias fundamentais o condicionante da função social a propriedade privada. Entretanto, a interpretação judicial que encontramos deste dispositivo é a velha visão da propriedade incondicionada e da posse como decorrente da propriedade.

Ao observarmos quase a totalidade das ações de reintegração de posse movidas contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio de Janeiro, de 1997 a 2005, observamos a existência entre a magistratura fluminense do discurso hegemonicamente proprietário, que caracterizamos como aquele que interpreta o direito de propriedade como incondicional, não tratando da constitucionalização do direito de propriedade, no condicionante da função social.

São raríssimas as exceções a esta interpretação, como a decisão do juiz de Itavaia, Dr. Alexandre, no processo nº 5018/03, relativo à ocupação do Movimento Sem Terra em 25 de agosto de 2003, onde foi negada a liminar de reintegração de posse pleiteada pelo latifundiário, sobre área improdutiva que já havia sido matéria de decreto desapropriatório emitido pelo Poder Executivo. (QUINTANS, 2005).

A posição da magistratura fluminense não deve ser vista de forma isolada, durante o Encontro Nacional da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) realizado entre 14 e 17 de dezembro de 2008, em Luisiânia, Goiás, os advogados reunidos de diferentes movimentos sociais rurais caracterizaram o judiciário como elitista e comprometido como os interesses das elites rurais, principalmente nos estados do norte e nordeste.

A RENAP é uma articulação de advogados, advogadas populares e estudantes de direito que atuam na assessoria jurídica de movimentos sociais rurais, em especial do MST e CPT. A RENAP começou a ser organizada em 1995.

Este quadro também é verificado na esfera criminal, onde inúmeros trabalhadores rurais militantes da causa da Reforma Agrária são presos e condenados por crimes de formação de quadrilha, dano e outros (VIEIRA, 2004). Um avanço nesta esfera foi uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) num *habeas corpus* concedido a um membro do MST que entendeu que as ocupações coletivas não caracterizam crime de esbulho possessório, mas expressão legítima da pressão popular da cidadania buscando a efetivação da política constitucional de Reforma Agrária. (Habeas Corpus n. 5.574, Desembargador Relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, em 08 abr. 1997).

Também, observamos este olhar proprietário e conservador da magistratura nos processos relativos às desapropriações para fins de Reforma Agrária. Sérgio Brito analisou os processos administrativos e judiciais de desapropriação promovidos pela superintendência regional do INCRA no Rio de Janeiro, nos anos de 2003 a 2005, e apontou para uma diminuição do poder desapropriatório do INCRA diante da Lei de Reforma Agrária, Lei n. 8629/93. Destacou que a magistratura fluminense vem tendo uma excessiva cautela nas ações de desapropriação com o direito de propriedade individual, como com a demora em média de 78,5 dias para a decisão da imissão provisória do INCRA na posse, quando a lei de Reforma Agrária determina que tal questão deve ser decidida pelo juiz em até 48 horas.

Outro aspecto destacado é o elevado número de ações ajuizadas por proprietários de terra buscando paralisar na justiça os processos administrativos de desapropriação. Nestes casos, a magistratura tem concedido estes pedidos o que atrasa em muito estes processos, mesmo que o entendimento do Supremo Tribunal Federal seja pela não concessão, já que a própria ação de desapropriação tem um amplo caráter cognitivo, diferente das demais modalidades de desapropriação. (CUNHA FILHO, 2007).

Percebemos nos últimos anos interpretações do STF mais benéficas a Reforma Agrária. Entretanto, a nomeação do novo Presidente da Corte, o Ministro Gilmar Mendes, vem causando grande preocupação entre os setores que lutam pela Reforma Agrária. Pois, em seu discurso de posse, o Ministro Presidente criminalizou violentamente as ocupações promovidas pelos movimentos sociais.

Outro aspecto polêmico da Constituição de 1988 é a possibilidade de desapropriação de propriedades produtivas que descumpram a função social ambiental e trabalhista da propriedade. Devido à previsão no art. 185 da Constituição Federal de 1988 que proíbe a

desapropriação de propriedade improdutiva, até hoje o único critério utilizado para a desapropriação de imóveis para fins de Reforma Agrária diz respeito ao aspecto relativo à função econômica da propriedade (a improdutividade da mesma), desta forma os outros aspectos da função social da propriedade (ambiental, trabalhista e social) não foram utilizados.

José Afonso da Silva entende que o art. 185 da CF/88 impede a desapropriação de propriedades produtivas mesmo que descumpram os outros quesitos da função social. (SILVA, 2006) Já Eros Roberto Grau, atual ministro do STF, entende que a Constituição não pode ser interpretada em tiras, devendo ser compatibilizado o art.185 com o art.186 da CF/88, devendo ser desapropriada a propriedade produtiva que descumpra a função social ambiental e trabalhista da propriedade (GRAU, 2006).

No ano de 2006, após muita pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Presidente da República decretou a desapropriação da fazenda Cabaceiras no estado do Pará pelo descumprimento da função trabalhista e ambiental da propriedade. Existiam duas ações civis públicas por trabalho escravo contra a fazenda e denúncias de dano ambiental. Entretanto, o processo de desapropriação ainda não foi adiante, pois o proprietário entrou com um mandado de segurança contra o decreto de desapropriação alegando que o mesmo é contrário a Constituição que impede a desapropriação de propriedades produtivas. Esta ação ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Por fim, gostaríamos de destacar a previsão na Constituição de 1988 do estabelecimento pelos Tribunais de Justiça de juízes com competência exclusiva para atuar na questão agrária (art. 126 da CF/88) O tema da justiça agrária esteve presente em outros momentos da história legislativa brasileira, como no período da elaboração do Estatuto da Terra, Lei n. 6404/64. Entretanto, o assunto ganhou um novo destaque com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, denominada Reforma do Judiciário, que alterou o art.126 da Constituição Federal de 1988, passando a prever expressamente a criação de varas especializadas com competência exclusiva para julgar questões agrárias.

A retomada deste debate fez com que nos últimos anos o atual Presidente da República se manifestasse sobre a importância da criação das varas especializadas em outras regiões do país como solução aos violentos conflitos fundiários que vêm ocorrendo no Brasil. A criação de varas agrárias estaduais e federais apresentam-se como uma política pública de “Paz no campo” proposta pelo Governo Federal, através do departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflito (DOAMC) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é a

primeira medida enumeradas entre as metas do Plano Nacional de Combate à violência no campo.

Identificamos, atualmente, no Brasil a existência de varas agrárias estaduais e federais no estado do Pará; da vara estadual de conflitos agrários e a vara federal agrária em Minas Gerais; vara estadual de conflitos agrários em Alagoas (antiga 21ª Vara Cível da Capital, aprovada no final de 2007); da Vara Federal Agrária e Ambiental no Paraná e Santa Catarina e; no Amazonas do Juizado Ambiental e Agrário. No Pará existe a previsão para a criação de mais dez varas agrárias, além das cinco já existentes. O Tribunal de Justiça do estado de Roraima e Paraíba aprovaram a criação das Varas Agrárias na Justiça Estadual².

Entretanto, o tema das varas agrárias ainda causa polêmica entre os diferentes atores envolvidos na questão agrária brasileira, desde movimentos de trabalhadores rurais ao patronato rural. Os ruralistas temem que os magistrados especializados adotem discursos progressistas, analisando o direito de propriedade a partir do enfoque constitucional e dos direitos humanos, por outro lado, os movimentos de trabalhadores rurais e suas assessorias preocupam-se com a presença de juízes conservadores que adotem a noção absoluta e incondicional do direito de propriedade e julguem ilegais as ocupações de terra.

Temos dúvida da relevância para a questão agrária brasileira da criação destas varas, pois diante do quadro que sinalizamos sobre a magistratura brasileira, onde percebemos que os magistrados não são neutros e imparciais, meros reprodutores da vontade da lei ou do legislador ao caso concreto, como propunha Montesquieu. (MONTESQUIEU, 2000). Mas que o judiciário é um órgão político, que exerce um papel criativo do direito (STRECK, 2005). Diante desta liberdade nas decisões, a magistratura brasileira de primeira e segunda instância vem adotando um discurso de defesa da propriedade privada, em detrimento da Reforma Agrária e dos movimentos sociais rurais. Desta forma, por um lado criminalizam as ocupações de terra e, por outro, demoram muitos anos nos julgamentos das ações de desapropriações para fins de Reforma Agrária. Neste sentido, consideramos mais provável que as varas sejam ocupadas por magistrados preocupados com a defesa da propriedade privada.

² Há alguns anos atrás o estado da Paraíba contava com este órgão especializado.

3. Considerações finais

Feito este balanço, observamos que a Constituição Federal de 1988 apresentou avanços e retrocessos na questão agrária. Observamos também que de forma majoritária a magistratura brasileira tem excessiva cautela na interpretação dos dispositivos constitucionais relativos ao direito de propriedade.

Neste sentido, se existe uma judicialização da questão agrária no Brasil, com uma fase judicial da Reforma Agrária e com as ações de reintegração de posse levadas ao judiciário, esta judicialização, não pressupõe uma abertura do judiciário no sentido de reconhecer direitos dos sem terra, nem em concretizar a Reforma Agrária.

Entretanto, mesmo diante deste quadro, os movimentos sociais continuam disputando a interpretação da constituição no judiciário, através de seus advogados, mas principalmente, através da politização destas demandas com atos nos Tribunais de Justiça e denúncias públicas no caso de decisões arbitrárias e inconstitucionais.

4. Referências bibliográficas

- ALVES, J. C. M. **Posse-evolução histórica**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.
- BALDEZ, M. L. A terra no campo: a questão agrária. In: MOLINA, M.C.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- SOUZA JUNIOR, J. G, TOURINHO NETO, F. C. **Introdução crítica ao direito agrário: o direito achado na rua**. v. 3. Brasília: EDUnB/ São Paulo: Imprensa oficial, 2002.
- CUNHA FILHO, S. B. **A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007.
- GRAU, E. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 11. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.
- HOBBSBAWN, E. O operário e os direitos humanos. In: **Mundos do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 21, ano 08, 1993.
- LEFORT, C. A invenção Democrática – Os limites da dominação totalitária.
- MARÉS, C. F. **A função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2003.
- MARX, K. **A Questão Judaica**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. **Escritos de Juventude**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1987.
- MONTESQUIEU, C. Da Constituição da Inglaterra. In: **O Espírito das Leis**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 167- 178

- QUINTANS, M. T. D. **A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST**. Dissertação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.
- SANTOS, B. S. Para uma crítica pós-moderna ao direito. In: **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 26. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2006.
- SILVIA OSORIO, L. M; SECRETO, M. V. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 12, p.109-141.
- SODERO, F. P. **Esboço Histórico da formação do Direito Agrário no Brasil**. Rio de Janeiro: IAJUP/FASE, 1990.
- STRECK, L. L. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- STROZAKE, J. J. **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- _____. **Questão agrária: julgados comentados e pareceres**. São Paulo: Editora Método.
- TAVARES, A. C. **A luta pelo Direito e a assessoria jurídica popular: desafios e perspectivas da atuação da RENAP no estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- VIANNA, L. W. (Org). **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- VIEIRA, F. M. C. **Presos em nome da lei? Estado Penal e criminalização do MST**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

REFORMA AGRÁRIA: PROCESSO E GARGALOS

José Maurício Pereira¹
Márcio Miceli Maciel de Sousa²

Resumo

O artigo apresenta a discussão sobre a reforma agrária brasileira e a análise do seu processo de execução. Verifica-se que, ao longo dos anos, através dos programas e projetos, grandes entraves políticos bloquearam as transformações que a estrutura concentrada da terra está a exigir. Falta à sua execução o suporte de uma legislação e de uma estrutura institucional adequadas. A violência está presente no processo, fazendo um desdobramento se arrastam lentamente, podendo levar anos para se ter uma solução, o que favorece a violência. A falta de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização, remete os produtores a uma situação de fragilidade, apesar de que o simples acesso à terra já proporciona aos assentados uma situação mais favorável, como, por exemplo, em relação à subsistência familiar. Todavia, a nível local e regional, os assentamentos têm impactado na demanda por maior acesso aos serviços sociais, influenciam no incremento da oferta de alimentos e potencializam o mercado de consumo. Pela ausência de prioridade dada ao problema, verifica-se que a reforma agrária, na atual conjuntura globalizada, não constitui uma das estratégias para construção de um projeto de Nação.

Palavras-Chaves: Legislação Agrária; Estrutura Institucional; Assentamentos Rurais

1. Introdução

Ao longo de sua história o Brasil conviveu - e ainda convive - com o problema crucial da concentração da terra e da política agrícola inadequada. Em mais de 50 anos, apesar dos esforços de programas e projetos para democratizar a terra, a estrutura fundiária permanece quase imutável. O Estado conta com uma estrutura institucional inadequada para solucionar o problema da concentração fundiária (Reydon, 2.000). É um passado que não quer passar, é o país enfrentar no século XXI um grave problema que poderia ter sido resolvido pelo menos no século XIX, com a Independência ou a Proclamação da República.

Após a Constituição de 1988, o Congresso brasileiro levou quase cinco anos para definir o que é terra produtiva ou improdutiva. Por outro lado, a Lei 8.629, em seu parágrafo 12, determina que o preço a ser pago pela terra desapropriada deve ser o preço justo, entendido por juízes e tribunais como o preço de mercado.

Sobre a Constituinte de 1988, Sorj (1998, p.29) foi enfático ao declarar:

¹ Universidade Católica de Pernambuco.

² Faculdade do Vale do Ipojuca.

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

A violência está presente no processo de reforma agrária brasileiro, fazendo um grande número de vítimas, na maioria líderes dos sindicatos, trabalhadores, religiosos e assessores do movimento pela reforma agrária. Há registro de atrocidades no campo desde a libertação dos escravos, quando senhores de engenho quiseram obrigar pequenos produtores da área litorânea nordestina a assumir os trabalhos na agroindústria canvieira, contando com o apoio e das autoridades policiais.

A história registra reações truculentas do Estado face a tentativas de produtores organizados, inspirados no sonho da distribuição da terra, de fazer frutificar o regime de exploração coletivo. Pode-se lembrar a mais importante delas, inspirada por Antônio Conselheiro, em Canudos, sertão da Bahia, que, levado por inspiração religiosa (sendo por isso tido por alguns como beato ou fanático), tentou agrupar 25.000 seguidores, pessoas simples, em torno do uso comunitário da terra. A organização de Canudos foi considerada uma ameaça e atacada. Depois de muita resistência a comunidade foi derrotada em 1897 e morta a grande maioria dos seus componentes. O povoado foi destruído e queimado.

Pode-se falar ainda do conflito dos “povos da floresta”, na Amazônia, da luta de seringueiros contra a devastação das matas e seringais decadentes, para implantar a pecuária e suas pastagens da agricultura empresarial, e que teve repercussão internacional, culminando com o assassinato de Chico Mendes, seu líder maior, por jagunços, em dezembro de 1988. Em abril de 1996 aconteceu o massacre de 19 líderes e produtores, em Carajás, estado do Pará. A operação mostrou a colaboração entre fazendeiros e a polícia. A apuração dos fatos e o julgamento dos culpados arrastam-se no tempo.

Em 2005 verificou-se a emboscada que vitimou a freira americana Doroth Stang. O crime foi apurado com rapidez e os culpados julgados. Mais recentemente, em 2008, aconteceu grave conflito na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, quando dez índios foram recebidos a bala ao tentar recuperar parte de uma fazenda implantada na reserva.

No aspecto jurídico há a ressaltar que a Constituição de 1988 criou a Justiça Agrária, para resolver conflitos fundiários, só que esta ainda não foi regulamentada pelo Congresso

Nacional. O artigo 126 da Constituição determina que, a nível estadual, devem ser designados juizes de entrância especial, com competência específica para este fim.

O processo de desapropriação passa por várias etapas, envolvendo esferas administrativas e o Poder Judiciário. Como resultado tem-se geralmente o retardamento do processo, chegando às vezes a uma década para ser concluído, devido à máquina burocrática e às possibilidades de recursos e apelações jurídicas.

Nos anos 1990 metade das desapropriações de terras foi questionada pelos proprietários na Justiça. Como resultado destes recursos as terras tiveram seu preço aumentado em 42% e as benfeitorias em 83%.

Entidades de defesa dos direitos humanos acusam juizes, promotores e as autoridades policiais de favorecerem os grandes proprietários e acobertarem suas ações violentas, penalizando, todavia, posseiros e agricultores sem terra. Assim, de 1964 a 1992, registrou-se o assassinato de 1.730 pessoas ligadas aos movimentos sociais do campo, havendo somente 27 julgamentos e 17 condenações.

A fim de tornar o ITR – Imposto Territorial Rural - mais efetivo e reduzir o processo de especulação da terra, houve mudanças neste tributo, no sentido de penalizar o proprietário de terras ociosas. A sua arrecadação foi entregue à Receita Federal. A arrecadação do ITR representa menos de 0,5% da carga tributária total do país e são relativamente elevados os custos administrativos da sua cobrança.

De início verifica-se que há uma subestimação do valor da terra declarado pelos produtores. Ao cadastrarem suas terras, 87% dos proprietários declararam que utilizam 80% dos imóveis, enquanto o levantamento realizado pelo INCRA registra somente um grau de utilização de 59% das terras como um todo (Reydon,2.000).

A questão agrária perdeu prioridade nestes últimos anos de globalização. Para Pereira (2008), a reforma agrária na atual conjuntura globalizada foi deslocada do eixo da estratégia de construção de um projeto de Nação. No governo Lula os movimentos populares, após um início de muita pressão, deram uma trégua e reduziram este ímpeto, provavelmente pelas dificuldades de encontrar um espaço político de atuação. Assim, em 2004 no país houve 500 ocupações de terra, ao passo que em 2007 aconteceram 364. Arruda (2008), desconsiderando o aspecto político maior, atribui a perda do dinamismo da reforma agrária à ação assistencialista do Estado, através do Programa Bolsa-Família, que atua na periferia das cidades e em zonas rurais pobres, reduzindo de forma importante o número de candidatos a ocupação de terras.

2. O acesso à terra

Nos anos 1950 assistiu-se a uma grande movimentação mundial pelo desenvolvimento e a industrialização dos não-desenvolvidos. O assunto era discutido com entusiasmo, carregado de polêmicas teóricas e ideológicas. Debatia-se o conteúdo de crescimento e de desenvolvimento. Hoje se verifica que muitos países, como o Brasil, se industrializaram, acumulando, todavia uma dívida social pelas disparidades regionais internas e sociais entre populações do país. Para Celso Furtado, citado por Veiga (2006) “só há desenvolvimento onde, além do crescimento, existir um projeto social subjacente”. Furtado considera o MST como o movimento cívico mais importante surgido na história brasileira após a abolição da escravidão e a reforma agrária poderia representar o caminho para a construção do Estado-Nação.

Os programas de redistribuição fundiária sempre apresentaram resultados decepcionantes ao se comparar as metas previstas com as realizadas. Entre 1985 e 1989 o Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA - que previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias, alcançou apenas 6,5% do objetivo.

O governo Collor caracterizou-se por não dar prioridade à reforma agrária, daí resultando um reduzido número de produtores assentados face à magnitude do problema.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi o mais pressionado pelos movimentos que lutam pela reforma agrária, principalmente o MST. Apresenta como resultado uma média anual de 70 a 80.000 famílias assentadas. Atendendo aos reclamos de proprietários, de que os movimentos ligados à reforma agrária estavam exagerando em ocupações e invasões de terras, algumas produtivas, baixou a MP 2027/2000, que impede a vistoria pelo INCRA de áreas ocupadas pelos movimentos sociais. Para estes, a MP foi um ato de força que tiraria dos movimentos a sua dinâmica, beneficiando os donos de terras improdutivas.

O governo Lula publicou que no seu primeiro mandato assentou 381.000 famílias, em quatro anos, atingindo 95% do previsto pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária, com investimento de 4,1 bilhões de reais em aquisição de terras. Destaca ainda como elementos complementares o acesso dos assentados a: infra-estrutura (estradas e pontes), luz elétrica, educação, expansão do crédito.

Os números de famílias assentadas apresentados nestes dois governos – FHC e Lula - têm recebido críticas por parte dos movimentos sociais, pelo seu superdimensionamento, por contabilizarem como famílias assentadas anualmente os casos de regularização, reordenação e reassentamentos fundiários em virtude da construção de barragens, como se fossem

assentamentos novos. Acrescentam que os governos não tiveram a capacidade de altear a estrutura fundiária. Nestas críticas, o PRONAF foi considerado uma exceção, embora ainda represente pouco para significar um instrumento de apoio a uma reforma agrária efetiva (Radiobrás, 2007).

A tabela 1 apresenta a distribuição dos imóveis rurais no Brasil.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária no Brasil, 2003.

Categoria por tamanho de propriedade (Há)	Propriedades	% das propriedades	Área Total (Ha)	% da Área	Área média
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0	99,2

Fonte: INCRA- Cadastro de Imóveis Rurais, 2006.

A análise da tabela 1 revela que a estrutura fundiária brasileira continua extremamente concentrada. No estrato que compreende as propriedades com até 10 hectares percebe-se que estas representam 31,6% do total, no entanto ocupam apenas 1,8% das terras brasileiras, enquanto os estratos que contemplam os imóveis de 1.000 a 2.000 hectares e mais de 2.000 hectares, quando somados, representam 1,7% das propriedades, ocupando 43,7% das terras existentes.

No que se refere à compra de terras, o decreto 2.614, de junho 1998, autoriza o INCRA a participar de compra de terras através de leilões. Trata-se de um instrumento que poderá reduzir o custo deste fator, onde o governo exerce a função oligopsônica de único comprador, tendo do outro lado, um grande número de vendedores. O procedimento evita recursos judiciais futuros e promove a redução de custos administrativos. Está previsto o pagamento da terra adquirida em TDAs – Títulos da Dívida Agrária – em parcelas iguais e sucessivas. O prazo de pagamento varia desde cinco anos para áreas adquiridas de até 3.000

hectares, a vinte anos para propriedades maiores que 15.000 hectares (Reydon, 2.000). Todavia o processo prevê um elevado grau de exigências para a realização dos leilões.

A segurança do retorno dos créditos concedidos para a aquisição da propriedade vai depender também da política agrícola executada após a compra da terra, em termos de capacitação dos produtores, oferta dos serviços de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização.

Vale uma reflexão no caso da Amazônia. Além da histórica ocupação e grilagem das terras públicas, verifica-se o processo, eivado de conflitos, de ocupação das áreas de reservas destinadas às comunidades indígenas, para exploração da madeira e implantação da agricultura empresarial.

Em março de 2008 o Estado publicou a Medida Provisória 422, pela qual é dispensada de licitação a venda de terras públicas com áreas de até 1.500 hectares, o equivalente a 15 módulos fiscais. Pelo artigo 188 da Constituição “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”. Por outro lado, as poses das famílias camponesas não ocupam mais de 100 hectares (arioliv@usp.br, acesso em abril de 2008).

Nos debates travados sobre a reforma agrária, para as correntes favoráveis à democratização do acesso à terra, a sua concretização representa a ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, o aumento do emprego e da renda rural e a dinamização de diversas regiões brasileiras. O direito à vida e ao trabalho deve prevalecer sobre o direito de propriedade quando este se trata de terra como reserva de valor.

No caso da Amazônia vale uma reflexão a parte em relação ao assunto.

Na direção oposta, argumenta-se que não se justifica a adoção dessa clássica política redistributivista, pois o aumento da produção e do emprego no campo seria alcançado pelo modelo produtivista, aí incluindo o agronegócio. Deste modo, a reforma agrária é obsoleta em relação ao atual estágio do capitalismo ou que muitos assentados não têm vocação para a agricultura.

Stédile critica a conivência dos bancos oficiais em não cobrar as dívidas dos grandes proprietários. Para ele há alguns milhares de grandes latifundiários que em 1999 deviam somas individuais acima de R\$ 500 mil, e, notoriamente desviaram estes recursos para outras atividades (Folha de São Paulo, 1996). Sua proposta é transformar as dívidas em Títulos da Dívida Agrária – TDAs, entregá-las ao Banco do Brasil como pagamento das dívidas e destinar as terras para redistribuição com quem precisa.

3. Os assentamentos

A maioria dos assentamentos foi implantada pelo Governo Federal, embora haja um número grande de outros sob o controle dos estados da Federação. São originados de conflitos, pressão dos movimentos sociais e também de iniciativas locais. São constituídos de produtores nas condições de parceiros, arrendatários, posseiros, trabalhadores temporários, seringueiros, pequenos produtores em dificuldade de se viabilizar socialmente, quer pelo exíguo tamanho da terra, quer pelas condições difíceis de infra-estrutura e acesso aos serviços sociais e de apoio à produção, além de desempregados.

Nos anos 1970, apesar da grande repressão aos movimentos que lutavam pela reformulação da estrutura de posse e uso da terra, os conflitos se ampliaram. O III Congresso Nacional pela Reforma Agrária, realizado em 1979 constituiu um marco na definição da luta pela reforma agrária (MDA/INCRA, 2001).

Segundo o MST há no país 150.000 famílias acampadas. Pesquisa do DataFolha indica que o perfil médio dos candidatos a receber um lote de terra nos acampamentos é representado por homens entre 25 e 44 anos, com primeiro grau incompleto, agricultor, católico, casado e com filhos, nunca foi dono de terra, filho de lavradores, defendem a propriedade privada, ou seja, rejeitam a propriedade coletiva (Folha de São Paulo, 1996).

No que se refere à seleção dos futuros parceiros, há estudiosos que acham que o INCRA não deve interferir na indicação e isto cabe aos movimentos sociais, prática adotada depois da redemocratização do país. Por outro lado, verificam-se nos assentamentos, casos de produtores sem a tradição agrícola, o que poderá constituir um empecilho ao desenvolvimento do assentamento.

Vale confrontar como era a seleção no período da ditadura, constituindo uma fase demorada, onde também eram considerados os aspectos ideológicos e a atuação do candidato nos movimentos sociais, esta pesando negativamente.

Uma característica comum aos projetos de assentamento é a precariedade da sua infra-estrutura. Em alguns projetos, as condições de vida são efetivamente muito ruins, comprometendo a reprodução das famílias ali instaladas. Como resultado verifica-se, por exemplo, que, das terras desapropriadas e destinadas aos assentamentos, somente 54% são efetivamente utilizadas (Reydon, 2000). Contribui também para isto a reduzida disponibilidade de força de trabalho na família.

Vale ressaltar que, em geral, a situação das famílias no momento anterior ao da entrada no projeto era ainda pior, ou seja, que o ingresso aos assentamentos proporcionou um

processo de inclusão social. O fato de disporem de terra para produzir a subsistência e venderem algum produto já o diferencia da situação anterior. A inserção no mercado, pela venda de seus produtos, se faz em geral através de intermediários – os atravessadores. Assim, as famílias assentadas são dotadas de novas condições para a reivindicação de outros direitos e se inserem num circuito de acesso às políticas públicas e aos mercados, que antes não possuíam.

No ponto de vista da economia local e regional, os assentamentos têm estimulado o incremento na oferta de alimentos, potencializando o mercado de consumo. Por outro lado contribuem para dinamizar a demanda, pela aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas, assim como eletrodomésticos e bens de consumo em geral. No social, representam um acréscimo de pressão sobre o setor público local, pela demanda dos serviços sociais como educação formal, treinamentos em capacitação profissional, informações e serviços ligados à saúde, melhoria substancial nas condições de habitação.

Assim, os assentamentos constituem um potencial efeito dinamizador de economias locais/regionais, quer na esfera econômica propriamente dita, quer no campo político e social, tendo como base um processo produtivo diversificado. Em alguns casos, essa dinamização representa uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal, como a região sucroalcooleira da Zona da Mata de Pernambuco. Os acampamentos representam para muitos acampados o reencontro com suas raízes e sua cultura.

No aspecto político, passam a representar uma nova força que vai influenciar o quadro local, pelas novas lideranças presentes, em geral com melhor nível de informação que a maioria dos agricultores da circunvizinhança e pelo significativo número de eleitores.

Há preocupação entre setores urbanos de que trabalhadores que não vêm do campo possam dedicar-se às atividades rurais. Aliás, muitas famílias que se candidatam a um pedaço de terra são originárias do meio rural e tiveram que se deslocar à cidade por falta de condições de sobrevivência. O que deve também ser objeto de debate nas questões relativas à aptidão, habilidade e conhecimento tecnológico são os programas de capacitação e assessoria técnica, política, social e econômica às famílias dos assentados, dotando-as de condições para que possam exercer suas atividades.

Uma questão levantada com frequência na sociedade, quando o assunto é reforma agrária ou assentamentos, é a desistência da atividade por produtores ou o abandono da terra. Estudando as causas da evasão nos assentamentos, o MDA/INCRA (2001) identifica como mais frequentes a precariedade da infra-estrutura básica, o atraso na liberação do crédito rural,

o isolamento do assentado, dificuldades de inserção no mercado, carência de assistência técnica, socorro à saúde e educação para os filhos.

A evasão foi estudada segundo a origem do assentamento. Assim, aqueles onde prevalecem posseiros e antigos moradores, em sua maioria situados no Nordeste, apresentam um índice médio de evasão (IE) de 18,9 %. O segundo grupo refere-se aos originados de conflitos em áreas de fronteira, no Centro-Oeste brasileiro, com tradição da agricultura itinerante, apresentando IE elevado, da ordem de 43 %. O terceiro, resultado de demandas e pressões dos movimentos sociais, por meio de ocupações, apresenta um IE de 20,3%. Por último, nas áreas desapropriadas por iniciativa do INCRA, sem constituir resposta a uma demanda social, apresentam o IE mais elevado, de quase 50%.

3. Conclusão

Ao longo do processo de execução da reforma agrária brasileira ficaram evidentes os enormes entraves de ordem política à sua realização, a inexistência de uma estrutura institucional e de uma legislação adequadas ao que se pretende transformar.

Há mais de 50 anos, apesar dos esforços, através de programas e projetos destinados a democratizar a terra, a estrutura fundiária permanece quase a mesma. Na Constituição de 1988 as forças conservadoras do Congresso Nacional impediram o avanço na direção de se obter uma legislação que permitisse a sua realização.

A solução dada aos conflitos sobre a posse e o uso da terra são freqüentemente resolvidos na base da violência, fazendo vítimas, na maioria líderes, trabalhadores, religiosos e assessores do movimento pela reforma agrária. O julgamento desses crimes se arrasta lentamente e o número de punidos é irrisório.

No sentido de tornar o ITR mais efetivo, penalizando a grande propriedade improdutiva, faz-se necessário equipar o INCRA de instrumentos modernos como imagens de satélite, e equipes técnicas suficientes para pesquisar e checar as declarações cadastrais relativas ao tamanho da terra e ao seu grau de utilização. O leilão de terras pagáveis em TDAs constitui um instrumento valioso na direção de promover o acesso à terra pelos produtores que dela necessitam, complementado pelo acesso dos serviços de apoio à produção – crédito, assistência técnica e melhores condições de comercialização.

Uma característica comum aos projetos de assentamento é a precariedade da sua infraestrutura econômica e social. Há projetos, boa parte situada no Nordeste, em que as condições de vida são ruins, comprometendo a reprodução das famílias ali instaladas.

No entanto, vale ressaltar a situação mais vantajosa das famílias, comparando-se ao período anterior da sua entrada no projeto. O fato de dispor de terra para produzir a subsistência e vender algum excedente já diferencia o assentado em relação à sua situação anterior. Como impacto positivo pode-se considerar ainda que as famílias assentadas são dotadas de novas condições para a reivindicação de outros direitos e se inserirem num circuito de acesso às políticas públicas e ao mercado. No que se refere ao social, as famílias assentadas demandam do setor público local acesso aos serviços de educação formal, treinamentos em capacitação profissional, saúde e habitação.

Por fim, o processo de reforma agrária para imprimir o dinamismo de que necessita o desenvolvimento do Brasil, deverá constituir uma real prioridade entre as políticas públicas. A mudança da legislação, bem como a implantação da Justiça Agrária constituem-se de grande importância para viabilizar o processo de democratização da terra, embora se constate a grande dificuldade da sua concretização, dado o poder nada desprezível das forças conservadoras no Brasil.

4. Referências bibliográficas

- ARRUDA, R. Bolsa-família: bom para os pobres, ruim para o MST. In: **Jornal do Comércio**, 04/05/2008. Recife.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. C. **Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais em São Paulo (1960-97)**. São Paulo, 2003.
- MEDEIROS, L.S; LEITE, S. (Orgs). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EDUFRGS/CPDA.
- FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=19>. Acesso em: 15 set. 2007.
- Folha de São Paulo. **Pesquisa Datafolha – Sem Terra**. 30/06/1996.
- Folha de São Paulo. **O Pacote da Reforma Agrária**, 23/02/2003. p.4.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Jornal do Comércio. **Reforma agrária é a solução**, 20/06/2003, p.19
- MDA/INCRA. **Cadastro de Imóveis Rurais**. Brasília, 2006.
- MDA/INCRA. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília, 2001
- MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EDUFRGS/CPDA, 1999.
- MONIZ, E. **Canudos: a luta pela terra**. São Paulo: Global Editora, 1997.
- PEREIRA, J **A nova questão da terra**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2008).

PEREIRA, J. M. Os Assentamentos Rurais em Rio Formoso: Avanços e Desafios. **Revista Symposium**, v.4, n.2, p.5-10, Recife, 2000.

RADIOBRÁS, Disponível em: <<http://www.radioagenciaNP.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

PRADO Jr., C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense.

SORJ, B. Reforma Agrária em Tempos de Democracia e Globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1998.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIANA, N. **Plantados no chão**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**SOB O LEITO DE PROCUSTO: AS MULHERES DA VIA CAMPESINA NAS
TERRAS DA ARACRUZ**

Fernanda Maria da Costa Vieira¹

Resumo

O presente trabalho busca compreender a partir da denúncia promovida pelo Ministério Público da ação das mulheres da Via Campesina no dia 8 de Março na área de pesquisa da Aracruz Celulose a interferência do chamado Estado Penal no processo decisório judicial. Com a crise do Estado de Bem estar social gesta-se o Estado Penitenciário demarcado por um crescimento das práticas persecutórias, em especial aos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, cujas ações serão lidas, no dizer do recém empossado presidente do STF, Gilmar Mendes, como no limiar da legalidade. Nossa hipótese é a de que o Estado Penal impõe uma redução paradigmática na interpretação do juiz no campo processual penal, impondo uma redução de direitos configurando-se na metáfora com o mito grego do **leito de Procusto**. Procusto era um conhecido ladrão, que agia no caminho para Atenas. Ele não apenas assaltava os que passavam pela estrada, mas fazia um teste para que suas vítimas pudessem seguir adiante: os levava para o seu leito, uma cama de ferro, na qual, se a pessoa fosse maior, cortava-lhes os pés, e sendo menor, esticava-lhes os membros até que coubessem na cama. Estaríamos vivendo uma era em que o leito de Procusto que se apresenta aos movimentos sociais é garantidor de maiores direitos? Pensamos que no campo penal, o paradigma construído por uma sedimentação do *Estado Penal*, imporá um leito de Procusto bem reduzido, e muitos são os indivíduos vitimados pelos processos penais que demonstram a permanência do resquício inquisitorial.

Palavras-chaves: Estado Penal; Criminalização; Judiciário; Luta Pela Terra

1. Introdução

No dia 8 de Março, cerca de duas mil mulheres integrantes da Via Campesina ocuparam uma área pertencente à Aracruz Celulose, em Porto Alegre, e destruíram as mudas de eucalipto e as pesquisas que se realizavam na busca da aceleração desse plantio. Objetivavam denunciar a silenciosa luta que vem sendo travada por quilombolas, tribos

¹ Doutoranda do CPDA/UFRRJ.

indígenas, pescadores, ambientalistas e agricultores familiares contra o avanço indiscriminado da Aracruz Celulose sobre as suas terras². Não são poucas as denúncias que pesam sobre essa empresa no que se refere aos impactos ambientais e sociais.

Imediatamente a mídia se prontificou em condenar o ato como *vandalismo*, exercício de *baderna*, exigindo a rápida condenação das mulheres, como uma fiel porta-voz da Aracruz. Afinal, *os prejuízos econômicos foram enormes*, muito embora os prejuízos humanos produzidos pela Aracruz sejam de dimensão maior e ignorados pela imprensa e por grande parcela da sociedade.

Seria o ato das mulheres de fato exercício criminoso ou ato compreendido sob a ótica da desobediência civil³? Para o nosso Judiciário não há outra leitura que não seja a de enquadrar tal conduta como crime. Razão pela qual o Ministério Público ofereceu a denúncia, tipificando os denunciados em crime de formação de quadrilha, dano qualificado, furto, tendo sido recebida pelo Judiciário. O que se percebe por parte do nosso Judiciário é uma assimilação dos discursos midiáticos em nome da lei e da ordem, que constroem um imaginário de caos e desordem social justificador da persecução penal.

Assim, em nome de uma política persecutória desenfreada, os processos criminais, que a cada dia crescem no Judiciário, mais nos lembram o período inquisitorial, onde o direito à ampla defesa não era um estatuto perquirido, tal qual a presunção de inocência, dois princípios constituídos a partir de uma noção que irá impor o primado da racionalidade no processo criminal.

No entanto, o crescimento do processo de criminalização da pobreza, produto do esfacelamento do chamado Estado de Bem estar Social pela hegemonia neoliberal, irá impor novas condutas no plano processual penal: não mais a presunção de inocência, nem as garantias constitucionais do devido processo legal, nossos processos criminais invertem a

² Com relação às terras dos índios capixabas, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que vem realizando estudos sobre a invasão nas terras indígenas, aponta que a ARACRUZ CELULOSE se apropriou de 18.070 hectares de terras dos índios, no que pese terem recuperado parte das terras apropriadas ilegalmente pela ARACRUZ, lutam pela demarcação oficial.

³ O direito de resistência é uma garantia prevista na Declaração Universal dos Direitos do Homem e vem sendo compreendida como um primado na construção de uma sociedade democrática, marcada pela noção de justiça social. Nossa carta Constitucional também garante o direito de resistência como um exercício de cidadania na efetivação do princípio fundamental organizador do nosso Estado Democrático e de Direito, previsto em no artigo 1º, III, qual seja: a dignidade da pessoa humana. Ver sobre o tema GARCIA, José Carlos. O MST entre desobediência e democracia. Em: STROZAKE, Juvelino José. (org.). **A questão Agrária e a Justiça**. SP: Revista dos Tribunais, 2000.

ordem, partem da presunção da culpa e constroem um terreno propício para os estereótipos criminais. Trata-se de *Punir os pobres*⁴.

O crescimento desse Estado Penitenciário vem representando para os setores capturados por essa política persecutória uma drástica redução de direitos. Isto porque uma das dimensões mais perversas apontadas por Wacquant na sedimentação desse *Estado Penal* é a transformação do outro em um inimigo a ser vencido.

A noção de Estado Moderno e de democracia se construiu historicamente com a possibilidade de cada vez mais se alçar direitos. Diversos são os movimentos, sejam eles: sindicais, de mulheres, sociais, que no seu processo de constituição tiveram a garantia de direitos, bem como, a pressão para ampliação desses direitos, como fonte legitimadora das suas ações políticas.

Como nos lembra Norberto Bobbio “direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”.⁵

Sendo assim, como pensar a questão da democracia e dos direitos sob a égide do *Estado Penal*? É possível ampliar as garantias dos direitos quando se vivencia um paulatino Processo de redução de direitos?

Wacquant nos alerta para o brutal crescimento do encarceramento da pobreza. O que, por suposto, coloca em discussão o papel que vem sendo desempenhado pelo Poder Judiciário no processo de criminalização da miséria.

Pensamos ser o Judiciário um campo importante de reflexão da atual conjuntura, em especial, por haver um crescimento de demandas judiciais, que cresceu em razão de múltiplos fatores, dentre eles: as garantias jurídicas nas relações de consumo; uma ampliação normativa com relação à responsabilidade civil; ampliação de oferta das instituições mediadoras, como os juizados especiais em diversos locais e, por outro lado, ausência de outros espaços de resolução de conflito, que não sejam o judiciário ou a delegacia de polícia⁶.

Nesse sentido, é nossa intenção analisar o papel que o Judiciário vem desempenhando na sustentação dessa hegemonia conservadora, que aponta para um recrudescimento dos discursos da lei e da ordem como forma de contenção das massas empobrecidas. Acreditamos

⁴ WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. RJ, Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos, 2001.

⁵ BOBBIO, N. A era dos direitos. RJ, Campus, 1992, pág. 1.

⁶ Um dos autores que buscou analisar o fenômeno do crescimento das disputas judiciais foi VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. RJ: REVAN, 1999.

que a análise do discurso do intérprete torna-se significativa quando se tem em mente que a norma não fala por si só, conforme tradição positivista, que reduzia o papel da interpretação legal. Sendo assim, o texto normativo configura-se como um campo de disputa, daí a metáfora com o mito grego do **leito de Procusto**.

Procusto⁷ era um conhecido ladrão, que agia no caminho para Atenas. Ele não apenas assaltava os que passavam pela estrada, mas fazia um teste para que suas vítimas pudessem seguir adiante: os levava para o seu leito, uma cama de ferro, na qual, se a pessoa fosse maior, cortava-lhes os pés, e sendo menor, esticava-lhes os membros até que coubessem na cama. O mito há muito nos instiga para uma compreensão do papel desempenhado pelo magistrado no processo decisório. Se para o positivismo, o leito se resumia a norma positivada, que impunha sua forma aos fatos sociais, tentando condicioná-los a regra, hoje, com a multiplicidade de correntes no campo jurídico, produto de uma pluralidade do direito, o leito sobre a qual se deita os que reivindicam direitos será dimensionado pelo intérprete.

Estaríamos vivendo uma era em que o leito de Procusto que se apresenta aos movimentos sociais é garantidor de maiores direitos? Pensamos que no campo penal, o paradigma construído por uma sedimentação do *Estado Penal*, imporá um leito de Procusto bem reduzido, e muitos são os indivíduos vitimados pelos processos penais que demonstram a permanência do resquício inquisitorial.

Entendemos que a denúncia promovida pelo Ministério Público de Barra do Ribeiro, na qual figuram 37 integrantes da Via Campesina, em razão da ocupação na área da Aracruz Celulose no dia 8 de março de 2006, insere-se nesse processo de criminalização dos movimentos organizados, que irá se sustentar numa lógica criminal do espetáculo, rompendo com a herança iluminista do processo penal acusatório, em nome de uma “caça às bruxas” desenfreada. Utilizaremos aqui o método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, por entender que esse método nos propicia decifrar em um único processo a teia complexa que se constrói no discurso jurídico, sem perder de vista o seu conteúdo metafórico, os estereótipos produzidos, enfim, aspectos que, num primeiro olhar, parecem sem significado ou importância. Esse método nos permite “(...) a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente”⁸. Como nossa intenção está em perceber a ocorrência desse *Estado Penal* no processo decisório judicial, acreditamos

⁷ Há pequenas divergências com relação ao mito. Para uns seria Procrusto e em outras versões ele seria um comerciante. Adotamos aqui a referência mais difundida do mito.

⁸ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, Companhia das letras, 1989, p. 152.

que o método proposto por Ginzburg, historiador cuja produção intelectual se volta para análise dos autos processuais inquisitoriais, nos permitirá o cotejo entre a singularidade do caso analisado com a totalidade das interações sociais que atuam sobre o objeto de análise.

2. No reino da Rainha de Copas, há direitos? Então, cortem-lhes a cabeça!

Para analisarmos o papel que o Judiciário vem desempenhado na política criminal da miséria, torna-se necessário uma contextualização desse cenário, entendido por Wacquant como o do estabelecimento de um *Estado Penal*. Loïc Wacquant despontou como um importante analista desse processo crescente de penalização da pobreza. Através de uma pesquisa empírica de fôlego, realizada tanto nos EUA, quanto nos países que compõem a União Européia, ele demonstrou a relação direta ocorrida entre a fragilização do Estado de bem estar social, promovida pelas políticas neoliberais, e o crescimento do Estado penal e policial⁹.

Os efeitos sociais e econômicos das medidas reducionistas do Estado, como o crescimento da miséria, a precarização do trabalho, aumento do desemprego, potencializaram um sentimento de insegurança, que, por sua vez, acabaram por gerar um território propício para as políticas de criminalização da miséria, com o conseqüente encarceramento dos miseráveis. Assim, incapaz de dar respostas no plano econômico-social, o Estado-Nação se apresenta como um Leviatã no quesito segurança. Wacquant irá detectar na *política estatal de criminalização das conseqüências da miséria de Estado*, dois movimentos no processo de penalização. O primeiro movimento “consiste em transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e de controle das novas ‘classes perigosas’¹⁰ (...) o segundo componente da política de ‘contenção repressiva’ dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento”¹¹.

O crescimento da população carcerária, por conseguinte, seria um indicativo da ampliação de categorias criminalizadas sempre em nome da manutenção da ordem pública, um demonstrativo de que agora a repressão se volta para os pequenos delitos, em sua maioria,

⁹ WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. Em: **Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC, 2002; ver também do mesmo autor, **As prisões da miséria**, RJ, Jorge Zahar, 2001; **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. RJ, Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos, 2001.

¹⁰ Vera Malaguti, em sua dissertação de mestrado *Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro*, analisa o papel das agências de assistência, no caso voltadas para o menor infrator, no mecanismo de controle e de reprodução de práticas estigmatizadas, fortalecendo dessa forma as práticas persecutória penais sobre a juventude negra e pobre.

¹¹ WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. RJ, Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos, 2001, p. 27/28.

voltados contra o patrimônio, muito embora não haja co-relação entre as taxas de encarceramento e crescimento da criminalidade¹².

As análises de Wacquant parecem corroborar a tese do filósofo italiano, Giorgio Agamben, de que estaríamos vivendo uma permanência do estado de exceção¹³. Para Agamben, a crise pós - 11 de setembro trouxe para o cotidiano dos governos a implementação permanente do chamado estado de exceção. Toda Carta Constitucional possui em seu corpo a autorização normativa para a implementação do estado de exceção, que significa a suspensão temporária dos direitos e garantias do cidadão. Como regra, o estado de exceção se configura em um exercício temporalmente determinado, que só encontra razão de ser diante da ameaça à segurança nacional.

O que Agamben alerta é que estamos vivendo uma constância do estado de exceção, o significa dizer que “o totalitarismo moderno pode ser definido. Nesse sentido, como a instauração, por meio de estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.”¹⁴. O que esse autor discute, e reside nesse aspecto a centralidade de seu trabalho, é a transformação desse estado de exceção no paradigma para o funcionamento das instituições jurídicas que visam a normatização do campo social e político. Assim, o que se observa é uma série de *suspensões legais* que vão impondo paulatinamente um estado totalitário de supressão das garantias e direitos.

Não é mera coincidência que tenha surgido, após 11 de setembro, uma série de trabalhos teóricos no campo do direito penal, defendendo a tese do direito penal de exceção ou direito penal do inimigo¹⁵, que, em apartada síntese, significa dizer que o indivíduo que responde uma ação penal não goza das mesmas garantias constitucionais do processo, visto que sua ação delituosa representa uma agressão a normatividade, não podendo, portanto, ser beneficiário da norma que infringiu. Trata-se de uma simetria com o conceito de terrorismo.

No cotidiano das instruções criminais, tal perspectiva vem se dando com muita frequência, onde, a penetração do discurso penalizador se reflete na perda significativa das garantias constitucionais do processo, como: a presunção de inocência, a possibilidade de

¹² Ver WACQUANT, L. A ascensão do Estado penal nos EUA. Em: **Discursos, Sediciosos, crime, direito e sociedade**, ano 7, nº 11, RJ: Editora Revan/ICC, 2002, p. 19/20.

¹³ AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. SP, Boitempo, 2004.

¹⁴ AGAMBEN, 2004, pág. 13.

¹⁵ Uma dessas obras que irão reverter os direitos conquistados em termos penais, rompendo a tradição iluminista que buscou gestar uma racionalidade para a pena é JACKOBS, Günther et alii. Direito Penal do Inimigo. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.

utilização de prova obtida por meio ilegal, o cada vez mais freqüente mandado de busca e apreensão genérico, enfim, um cotidiano que vem suspendendo as garantias do réu na ação penal. É emblemática a decisão do juiz, Alexandre Abrahão Dias Teixeira, que foi o responsável por autorizar o primeiro mandado de busca e apreensão genérico, a partir de denúncias evasivas, pois foram obtidas por meio do “Disque-Denúncia”, logo, sem a garantia necessária da verossimilhança entre autoria e fato para a expedição de um mandado dessa natureza, contra a Comunidade da Grota. Sua decisão reflete esse retorno ao processo inquisitorial, produto da ampliação do *estado penal*, nos possibilitando compreender até que ponto o intérprete irá promover a ruptura com a técnica processual em nome da garantia da condenação:

Frise-se, por derradeiro, que a medida excepcional está calcada em diversas denúncias semelhantes, provavelmente endereçadas por cidadãos humildes e honestos da comunidade local que, certamente indignados com os desmandos do Elias Maluco e sua gangue, bem como o triste envolvimento de parca parcela de policiais corruptos com estes elementos espúrios, busca o único meio de reagir à impunidade crescente neste país; ou seja, denunciar as escuras!

Destarte, este grito de socorro e justiça promovido pelo povo deve ser atendido COM URGÊNCIA E RIGOR, não só pelos policiais honestos, mais também e, principalmente, pelo Poder Judiciário, que **ciente e consciente das dificuldades investigatórias dos incorruptíveis policiais e da fragilidade dos cidadãos que se aventuram em “denunciar” o lixo genético que lhes amedronta, cala e mata, não pode simplesmente encastelar-se de forma alienada para discutir meras filigranas jurídicas**”. (grifo nosso).¹⁶

Torna-se impossível não comparar o exercício da magistratura com o do ladrão Procusto. O leito em que os juízes estão obrigando os réus a deitarem tornou-se a cada dia menor, produto da ótica penal que se sobrepõe à ordem constitucional. Nossos processos penais tornaram-se verdadeiras máquinas de mutilação. O que se observa no cotidiano das instruções criminais, como já analisado por Carlo Ginzburg, é a permanência do resquício inquisitorial, que demole qualquer possibilidade de garantias do réu. Este já responde a ação com a sentença de culpado pronta e o processo só é o instrumento que convencerá o próprio réu de que ele é culpado, isto porque o juiz e o acusador (promotor) já estão há muito convencidos.

A perda das garantias no campo processual e a política de segurança, sustentada no extermínio, parecem nos remeter ao reino da Rainha de Copas, personagem de **Alice no país**

¹⁶ Relatório da Sociedade Civil para o relator Especial das Nações Unidas para Execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais. Mimeo, RJ, 2007.

das maravilhas de Lewis Carrol, que a todos os que a irritavam sentenciava impiedosamente: *cortem-lhe a cabeça!*

Há uma passagem na obra que é primorosa, pois reflete exatamente o teatro das ações judiciais penais. É o trecho do tribunal constituído para se saber quem foi o responsável por comer as tortas da Rainha de Copas. O acusado, o Valete, vivencia exatamente o que os nossos réus vivenciam em seus julgamentos:

O juiz, por sinal era o Rei (...) – Arauto, leia a acusação!, disse o Rei.
- A rainha de Copas assou umas tortas, num dia de verão. O Valete de Copas roubou essas tortas, Nelas passou a mão!.
- Considerem o seu veredicto – disse o Rei para o júri.
- Ainda não, ainda não! – interrompeu o Coelho apressado. Ainda há muita coisa antes disso!
- Chame a primeira testemunha, (...) Preste o seu depoimento, disse o Rei, e não fique nervoso, senão vou mandá-lo executar imediatamente. (...)
- Ainda há mais provas a serem examinadas, Vossa Majestade, disse o Coelho Branco, levantando-se com grande alvoroço. – Este papel acaba de ser encontrado.
- O que contém? Disse a Rainha.
- Ainda não o abri, disse o Coelho Branco, - mas parece ser uma carta, escrita pelo prisioneiro a...a alguém.
- Deve ser. Disse o Rei, - a menos que tivesse sido escrita a ninguém, o que não é muito habitual, como sabe.
- A quem é endereçada? Disse um dos jurados
- Não é endereçada a ninguém, disse o Coelho Branco. (...)
- A letra é do prisioneiro? Perguntou outro jurado.
- Não, não é, disse o Coelho Branco, - e isso é o mais estranho de tudo. (O júri parecia perplexo)
- Ele deve ter imitado a letra de outra pessoa, disse o Rei. (O júri se iluminou de novo).
-Se apraz a Vossa Majestade, disse o Valete, - eu não escrevi os versos, e eles não podem provar que o fiz. Não há nenhuma assinatura no final.
- Se você não os assinou, disse o Rei, - Isso só piora a situação. Você *devia* ter alguma maldade em vista, senão teria assinado o seu nome como todo homem honesto.
Houve um aplauso geral a essas palavras. Era a primeira declaração inteligente que o Rei tinha dado naquele dia¹⁷.

Com certeza, Lewis Carrol não imaginava traçar com perfeição o sistema judicial: culpa *a priori*; a busca por sedimentação de provas condenatórias, ainda que contrariem a narrativa dos fatos; a intimidação das testemunhas de defesa; a relação de proximidade entre o órgão acusador (promotoria) e o julgador (magistrado). Se tomarmos como referência à obra de Carlo Ginzburg, **El juez y el historiador**, veremos que suas análises sobre o processo criminal de Adriano Sofri (seu amigo, membro da Lotta Continua, acusado de atividade conspiratória e homicídio) reproduzem, mais do que gostaríamos, algumas passagens do tribunal descrito em Alice no País das Maravilhas, com a diferença de que, na literatura, é uma fantasia, e, na vida real, uma tragédia.

¹⁷ CARROL, L. Alice no país das maravilhas. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2002, págs. 163-4.

Ginzburg se demonstra impressionado ao perceber que as reminiscências do processo inquisitorial, deixaram vícios insanáveis ainda hoje na relação processual penal. Suas observações dos autos revelam seu método indiciário, onde os pequenos detalhes revelam grandes erros judiciais. Dentre os aspectos por ele analisado, um dos mais instigantes, é o da relação entre prova e verdade. Ele traça um paralelo entre o ofício do Juiz e do Historiador: ambos em busca da verdade, debruçados sobre seu material probatório, como nos lembra o historiador “un elemento común a historiadores y jueces: el uso de la prueba. El oficio tanto de unos como de otros se basa en la posibilidad de pobrar, según determinadas reglas, que x ha hecho y: donde x puede designar tanto al protagonista, aunque sea anónimo, de un procedimiento penal; e y, una acción cualquiera”¹⁸.

No entanto, o historiador recebe as provas como um dado (ainda que seja um dado criticável), à exceção do pesquisador da história oral, que interroga seu objeto de análise, sua margem de interrogação do seu material probatório se diferencia do ofício de juiz. Essa não é uma mera diferença, como salienta Ginzburg, pois como ele revela ao destrinchar os autos do caso Sofri, a gerência que um juiz possui no processo penal para extrair os elementos do seu convencimento, significa um poder abusivo com relação à prova, pois, no limite, pode representar uma seleção subjetiva do que será considerado prova ficta, válida ou não.

Pero yo, a diferencia de los jueces (y de los historiadores que se dedican a la historia oral), no estoy en condiciones de participar en la producción de las fuentes que analizo. Solamente puedo, con la ayuda – unas veces solidaria y otras antagonista – de quienes me han precedido (jueces, testigos, acusados, transcritores), participar en su desciframiento¹⁹.

Essa possibilidade de interferência se mostrará no caso Sofri (e em muitos outros) prejudicial ao réu, onde o juízo de convencimento do magistrado será levado por motivações subjetivas: como exemplo, a testemunha principal do caso Sofri (o delator) narra o fato com discrepâncias de outros elementos probatórios, o que será considerado irrelevante pelo juiz, entendendo que seus erros só confirmam que se trata de uma testemunha imbuída de *confessar* (espionar a culpa! resquíio religioso que ainda marca nossos tribunais) o crime e, por

¹⁸ GINZBURG, C. El juez y el historiador. Acotaciones al margen del caso Sofri. Madrid, ANAYA & Mario Muchnik, 1993, pag. 23.

¹⁹ GINZBURG, 1993, pág. 25. Tal gerência do magistrado no material probatório redundou no surgimento de uma corrente crítica no campo penal intitulada de *garantista*. Para seus adeptos (dentre eles, Luigi Ferrajoli, um dos que se tornaram consultores de Ginzburg) torna-se necessário, como garantia de um processo penal democrático, que se expurgue esse resquíio do processo inquisitorial, que se efetiva na junção dos três atores do Processo - julgador, acusador e defensor -, em uma única pessoa.

estar emocionalmente envolvida, não teria como lembrar com exatidão aos fatos, em especial pelo tempo transcorrido²⁰.

O atual cenário, então, está marcado por uma conjuntura em que o universo do direito parece se paulatinamente mitigado por uma ordem *penitenciária*. O Estado de Exceção não visa ampliar direitos e sim reduzi-los ainda mais, nos desafiando a pensar o papel que o ator-intérprete do texto normativo desempenha nessa conjuntura.

3. Sob o leito de Procusto: o papel do judiciário na garantia dos direitos

Pierre Bourdieu nos parece ser um autor importante para uma análise da estrutura do poder judiciário. Isto porque este autor analisará as práticas reificadas dentro do próprio poder. Trata-se de perceber uma relativa autonomia do direito e do próprio judiciário, geradora de *uma autoridade jurídica*, cujas

(...) práticas e os discursos jurídicos são, com efeito, produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: por um lado, pelas relações de força específica que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas²¹.

Para Bourdieu, é no campo jurídico que se trava o embate pela definição do “dizer o direito”. Esse campo é marcado pela disputa interna, organizado por competências que refletem a distribuição de poder, por práticas históricas, o que Bourdieu chama de *habitus*. O *habitus* impõe o ethos social de determinado campo. Assim, o poder judiciário seria demarcado por reiterações de práticas, rituais simbólicos que manteriam a estrutura de poder estabelecido:

A concorrência pelo monopólio do acesso aos meios jurídicos herdados do passado contribui para fundamentar a cisão entre profanos e os profissionais favorecendo um trabalho contínuo de racionalização próprio para aumentar cada vez mais o desvio entre veredictos armados do direito e as intuições ingênuas da equidade e para fazer como que o sistema das normas jurídicas apareça aos que impõem e mesmo, em maior ou menor medida, aos que a ele estão sujeitos, como *totalmente independente* das relações de força que ele sanciona e consagra²².

²⁰ De fato, ao esmiuçar o processo, parece-nos que estamos lendo uma segunda versão da obra de Lewis Carroll. O episódio das testemunhas que estavam atrás do carro do comissário assassinado, portanto, as testemunhas que melhor poderiam narrar e trazer as melhores evidências do crime, foram, de tal maneira, intimidadas e confundidas pelo juiz, que este só faltou bradar tal qual o Rei de Carroll: “*Preste o seu depoimento,(...) e não fique nervoso, senão vou mandá-lo executar imediatamente*”.

²¹ BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa, DIFEL, 1989, pág. 211.

²² BOURDIEU, P., 1989, pág. 212.

Nesse sentido, Bourdieu percebe o papel da violência simbólica como estruturadora desse poder nos campos. Isto porque na sua configuração está uma potência *neutralizadora*, que impõe ao texto jurídico, uma *universalização* de sentido para além do próprio poder que o gesta. O quê Bourdieu nos alerta é para a racionalidade que compõe o texto jurídico, capaz de estruturar a interpretação, ainda que divergente, sem que o texto normativo perca sua legitimidade a priori:

Como no texto religioso, filosófico ou literário, no texto jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Mas, por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. E a concorrência entre os intérpretes está limitada pelo facto de as decisões judiciais só poderem distinguir-se de simples actos de força políticos na medida em que se apresentam como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos²³.

Assim a margem de alteração de determinado poder se define não só pelo próprio campo, mas na combinação dos múltiplos campos, pois

(...) a sensibilidade à injustiça ou a capacidade de perceber uma experiência como injusta não está uniformemente espalhada e que depende estreitamente da posição ocupada no espaço social. Quer isso dizer que a passagem do agravo despercebido ao agravo percebido e nomeado, e sobretudo imputado, supõe um trabalho de construção da realidade social que incumbe, em grande parte, aos profissionais: a descoberta da injustiça como tal assenta no sentimento de ter direitos (...) e o poder específico dos profissionais consiste na capacidade de revelar os direitos²⁴.

Esse parece um ponto de convergência em muitos autores que estudam o direito. A necessidade de se ter a percepção de sermos agentes portadores de direito, para que haja a necessária reivindicação e, conseqüentemente, disputa pela sua efetivação. Mas, Bourdieu não é um autor preocupado em analisar os processos de ruptura em determinado campo analítico. Sua abordagem está em perceber as permanências históricas que definem a ação por dentro do campo. Nesse sentido, percebe, como já dito, o papel da violência simbólica como estruturadora desse poder do campo jurídico. De fato,

a repressão não pode confessar-se como tal: ela tem sempre a necessidade de ser legitimada para exercer sem encontrar posição. Eis por que ela usará as bandeiras da manutenção da ordem social, da consciência moral universal, do bem-estar e do progresso de todos os cidadãos. Ela se negará enquanto violência, visto que a violência é sempre expressão da força nua e não da lei – e como fundar uma ordem a

²³ BOURDIEU, P. 1989, pág. 213-14.

²⁴ BOURDIEU, P. 1989, pág. 232.

não ser sobre uma lei aceita e interiorizada? A relação de força vai então desaparecer enquanto tal, será sempre coberta por uma armadura jurídica e ideológica²⁵.

É nesse ponto que Bourdieu analisará a importância da linguagem jurídica que exerce uma função *neutralizadora* e *universalizante* dos conceitos. É pela linguagem que há uma reificação dos conteúdos jurídicos, que será exercida através da “referência a valores transsubjetivos que pressupõem a existência de um consenso ético, (...); o recurso a fórmulas lapidares e a formas fixas, deixando pouco lugar às variações individuais”²⁶.

Bourdieu não se seduz pelo discurso estruturalista que vê no direito uma expressão pura e simples da classe dominante, no entanto, aponta para o papel de dominação que o direito exerce, em especial, por haver uma coerência interna (daí sua relativa autonomia) que permite essa reprodução do direito sem que haja a percepção dessa dominação, como uma “cumplicidade, geradora de convergência e de cumulatividade, que une, na concorrência pelas coisas em jogo e por meio dessa concorrência, o conjunto, todavia muito diferenciado, dos agentes que vivem da produção e da venda de bens e de serviços jurídicos”²⁷. O que Bourdieu está nos demonstrando são as regras de poder que permitem a sobrevivência de determinado grupo no campo jurídico. O *habitus* de que nos fala o autor serve como mecanismo de reprodução, permitindo que o grupo dominante, que define qual o discurso é legítimo, se perpetue. As próprias regras internas acabam por impor a manutenção/reprodução do discurso/grupo dominante:

A previsibilidade e a calculabilidade que Weber empresta ao ‘direito racional’ assentam, sem dúvida, antes de mais, na constância e na homogeneidade dos *habitus* jurídicos: as atitudes comuns, afeiçoadas, na base de experiências familiares semelhantes, por meio de estudos de direito e da prática das profissões jurídicas, funcionam como categorias de percepção e de apreciação que estruturam a percepção e a apreciação dos conflitos correntes e que orientam o trabalho destinado a transformá-los em confrontações jurídicas²⁸

A divisão de trabalho será uma forma da manutenção do exercício de dominação, isso porque ao gerar uma especialização cria hierarquias, na qual um agente pela sua posição na hierarquia interna acumulará maior capital simbólico, tendo, portanto, maior cabedal na definição da interpretação jurídica. Bourdieu não perde de vista a própria estruturação do poder judiciário para compreender as manutenções de determinado poder, que age de “forma subtil de divisão do trabalho de dominação simbólica na qual os adversários, objetivamente

²⁵ FARIA, José Eduardo. Eficácia jurídica e violência simbólica. O direito como instrumento de transformação social. SP, EDUSP, 1988, pág. 125.

²⁶ BOURDIEU, P. 1989, pág. 216.

²⁷ BOURDIEU, P. 1989, pág. 216.

²⁸ BOURDIEU, P. 1989, pág. 231.

cúmplices, se servem uns aos outros. O cânone jurídico é como que o reservatório de autoridade que garante, à maneira de um banco central, a autoridade dos atos jurídicos singulares”²⁹. Há uma complexa rede de interações entre os operadores do direito, que vão desde os teóricos, advogados, magistrados. Essa força do direito consagra sua dominação, na medida em que penetra socialmente como um dado natural, produto de um discurso que importa para o direito uma concepção racionalista.

Assim, a norma se firma como o único produto possível e o mais racional, pois não é produto de interesses particulares e sim da sociedade como um todo, e como nos alerta Bourdieu,

(...) numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica ou, se se preferir, a imposição da legitimidade de uma ordem social. A norma jurídica, quando consagra em forma de um conjunto formalmente coerente regras oficiais e, por definição, sociais ‘universais’, os princípios práticos do estilo de vida simbolicamente dominante, tende a informar realmente as práticas do conjunto de agentes, para além das diferenças de condição e de estilo de vida: o efeito da universalização, a que se poderia também chamar efeito de normalização, vem aumentar o efeito da autoridade social que a cultura legítima e os seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica³⁰.

Essa mesma percepção de uma naturalização ou normalização se dará por dentro do campo jurídico, onde a história de vida familiar, os laços sociais, as visões de mundo também se unificam numa generalização, que permite a reprodução dominante no interior do próprio poder judiciário. Até porque, Bourdieu alerta para o fato de que a reprodução no interior do campo jurídico também será marcada por um capital simbólico. Tal perspectiva nos parece mais crítica do que a apresentada por Boaventura de Sousa Santos, que de certa forma, aponta para um processo de transformação, advindo do próprio poder, a partir da formação científica mais acurada do operador do direito. Bourdieu nos parece mais cético, pois nos fornece a percepção da dominação nesse processo de universalização do direito, que se sustenta desde os primeiros anos nos bancos das faculdades de direito até a entrada no poder judiciário, via concurso. Não sem razão, para Bourdieu o processo de transformação do campo jurídico seria mais dado pelas pressões externas (leia-se: outros campos).

(...) quer isto dizer que as mudanças externas nele se retraduzem mais directamente resolvidos pelas forças externas. (...) como se a posição dos diferentes especialistas nas relações de força internas do campo dependesse do lugar ocupado no campo

²⁹ BOURDIEU, P. 1989, pág. 219.

³⁰ BOURDIEU, P. 1989, pág. 246.

político pelos grupos cujos interesses estão mais diretamente ligados às formas de direito correspondentes. É claro, por exemplo, que, à medida que aumenta a força dos dominados no campo social e a dos seus representantes (partidos e sindicatos) no campo jurídico, a diferenciação do campo jurídico tende a aumentar,”³¹.

Nessa perspectiva, interessa perceber a dominação que se estrutura a partir do discurso universalizante do direito, que se estruturará na sedimentação da neutralidade do juiz, na concepção de normas abstratas de interesse geral, no consenso da legitimidade da ordem jurídica. Em termos penais, tal análise torna-se fundamental para compreensão do quanto às práticas persecutórias estão penetrando no judiciário em nome da segurança pública, objeto de toda a sociedade. A redução das garantias processuais se configura como uma expressão dos anseios da sociedade e o judiciário, parcela dessa sociedade, legitima essa ação persecutória. Podemos vislumbrar nos processos penais a dominação de Procusto, cujo leito se reduz a cada dia em nome do bem maior que é o retorno à ordem social. Há uma hegemonia discursiva no interior do poder judiciário, que nas varas criminais garantirá a reprodução desse olhar penalista, em muitos casos, os processos penais serão demarcados pela parca instrução probatória, com cada vez mais prisões cautelares, que desafiam as garantias constitucionais.

O próprio processo de ascensão funcional já é um mecanismo seletivo, pois dentre os critérios de ascensão estabelecidos em nossa Constituição está o do merecimento: categoria subjetiva que importa dizer que merece ascender a Desembargador, o juiz de 1ª instância que não possuiu decisões reformadas pelo Tribunal. Trata-se de uma verdadeira garantia de manutenção do discurso dominante, para reprodução dos seus quadros. Nesse sentido, parece haver razão em Bourdieu, quando este aponta para o difícil processo de transformação desse campo jurídico, que possui “*poucas probabilidades de desfavorecer os dominantes*”. Por isso mesmo, nos é sedutor comparar as análises de Bourdieu com Boaventura de Sousa Santos, que parece acreditar de maneira bem otimista nos processos contemporâneos de transformação do judiciário. Boaventura não ignora o processo de dominação do direito e o quanto esse direito expressa a sedimentação de interesses particulares. O que o seduz são as transformações que ele acredita gerar fissuras nessa dominação.

Dentre elas está o fenômeno do acesso à justiça, que se configuraria em múltiplas ações: transformações no campo processual, na busca da ampliação da prestação jurisdicional, como a desformalização do processo em nome da celeridade jurídica, gratuidade, novos modelos de mediação, enfim, uma série de modificações que foram

³¹ BOURDIEU, P. 1989, págs. 251/252.

produtos do Estado de Bem-Estar Social, que apresentará uma Justiça distributiva. Para Boaventura esse cenário se mostra pleno na medida em que oferece uma alteração interna na própria organização do judiciário. Daí sua preocupação se voltar para a formação do magistrado, bem como, seu *recrutamento*:

(...) todos esses estudos têm vindo a chamar a atenção para um ponto tradicionalmente negligenciado: a importância crucial dos sistemas de formação e de recrutamento dos magistrados e a necessidade urgente de os dotar de conhecimentos culturais, sociológicos e econômicos que os esclareçam sobre as suas próprias opções pessoais e sobre o significado político do corpo profissional a que pertencem, com vista a possibilitar-lhes um certo distanciamento crítico e uma atitude de prudente vigilância pessoal no exercício das suas funções numa sociedade cada vez mais complexa e dinâmica³².

O que parece escapar aos olhos de Boaventura (e das mãos de Alice) é que a própria formação (conhecimento) também integra um campo demarcado por um poder simbólico, logo, de discursos entendidos como competentes e válidos. A premissa de que uma formação interdisciplinar bastaria para garantir uma alteração no papel do ator-juiz, uma maior consciência, ignora que uma formação criteriosa não retira os vínculos de classe, os vínculos ideológicos desse ator-juiz. De fato, otimismo apresentado pro Boaventura parece ser derivado das novas possibilidades de mediação de conflitos. Dentre elas, ele elenca maior participação do juiz na produção probatória, oralidade, concentração (celeridade e economia processual). Tais transformações redundaram na criação dos chamados juizados especiais, que buscava gestar uma justiça mais célere, com menos recursos, com maior poder de intervenção/mediação do juiz. Todas essas transformações, ainda que se reconheça a ampliação de indivíduos que se serviram dos juizados para solução de seus conflitos, não significou uma alteração do *habitus* no campo jurídico.

Assim, aquilo que Boaventura vê como um palco de alteração de poder dentro do judiciário, não o está alterando na sua raiz. A ampliação de poderes do juiz vem sendo nefasta nos processos penais, pois a participação do juiz na produção probatória nos remete aos processos inquisitoriais.

O que escapa ao autor, e Bourdieu nos alerta, é para as interações dos campos. Então, se analisarmos a conjuntura atual, sob o domínio do Estado Penal: onde a mídia reforça a teia de discursos únicos, apresentando como única saída ao crescimento da violência: a ampliação de tipos penais; aumento das penas; redução da idade penal, uma série de propostas penalista; onde membros do executivo, Federal, Estaduais, ou Municipais, apontam para possibilidade

³² SOUSA SANTOS, Boaventura de. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.SP, Cortez, 2001, pág. 174.

do extermínio como forma de se combater “a guerra social”; onde o parlamento responde com aprovações de normas de exceção, diante de crimes que chocam a opinião pública; onde o judiciário não pode se prender “as filigranas” do direito para garantir as práticas persecutórias, o excesso de poder dos juizes não é uma garantia aos direitos.

Inegavelmente, concordamos com a necessidade de uma formação acadêmica que recupere o sentido humanístico do conhecimento, como nos lembra Walter Benjamin, um conhecimento que antes de nos separar nos aproxime que nos humanize, mas daí impor uma força transformadora do judiciário, vai uma longa distância, pois como Bourdieu nos lembra, o *habitus* encontra-se encravado nas estruturas, nas relações sociais, pessoais, familiares dos membros que compõe determinado campo. E o *habitus* que se sedimentou em nosso judiciário continua sendo o do leito de Procusto, como veremos a seguir na análise de um caso concreto.

4. A pena como espetáculo: a reprodução do endurecimento penal nos discursos do Judiciário e Ministério Público com relação às ações do MST e Via Campesina

Para que compreendamos o papel que o nosso judiciário se impõe no combate ao MST, não podemos perder de vista o papel fundante que a mídia irá exercer na construção desse imaginário de periculosidade do movimento, justificando, e mesmo, cobrando ações ofensivas aos seus integrantes. Para Nilo Batista

(...) o discurso criminológico midiático pretende constituir-se em instrumento de análise dos conflitos sociais e das instituições públicas, e procura fundamentar-se numa ética simplista (a “ética da paz”) e numa história ficcional (um passado urbano cordial; saudades do que nunca existiu, aquilo que Gizlene Neder chamou de “utopias urbanas retrógradas”). O maior ganho tático de tal discurso está em poder exercer-se como discurso de lei e ordem com sabor “politicamente correto”. (...) Os conflitos sociais podem dessa forma ser lidos apenas pela chave infracional: a tragédia fundiária brasileira é reduzida à dogmática do esbulho possessório (...)³³.

Nesse sentido, a *mídia* será um potencializador para os discursos de endurecimento penal sobre o MST, via proliferação de imagens impostas ao movimento, de que este representa um movimento de desordeiros, ao mesmo tempo em que irá massificar as noções de lei, ordem, caos, nação, ressaltando a inoperância da autoridade no controle efetivo sobre o movimento, requerendo dessa forma um endurecimento penal sobre seus integrantes³⁴.

³³BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Em: **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, RJ, ano 7, nº 12, 2002, p. 276.

³⁴ Para um trabalho sobre o papel da mídia na construção do imaginário social ver LERRER, Débora F. De como a mídia fabrica e impõe uma imagem. “A degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre. RJ, Revan, 2005.

Emblemático é o texto a seguir que constrói o imaginário de periculosidade que será absorvido pelo Ministério Público na denúncia das mulheres da Via Campesina:

Para quem conhece os "métodos" do MST e se lembra da recente invasão e destruição feita pela Via Campesina em Porto Alegre e as invasões e destruições que o movimento promove país afora, fica evidente que está sendo organizada a explosão urbana do País. Para quem vê saques em instalações, ocupação dos prédios públicos e destruição do patrimônio idem, para quem assiste a transgressão, a ilegalidade, o crime, dar cobertura a ações ditas "sociais", fica claro imaginar o que significa o maior movimento de massa nas ruas do Brasil, conforme a evidente declaração de guerra do integrante do MST.

Tanto esse "líder", quanto o outro, o Sr. Stédile, e os que formam a direção do MST, são useiros provocadores, ameaçadores e executores de ações cominadas como criminosas na legislação brasileira, sob a tolerância, o beneplácito, a leniência e até mesmo o apoio de autoridades públicas, a começar do presidente da República. Sob o silêncio do Legislativo e a omissão do Judiciário.

Em nome do social patrulham, anestesiaram, infringem, cometem crimes comuns e são tratados com normalidade. Caso os "métodos" de "luta" do MST fossem empregados pelos demais segmentos da sociedade que desejam melhores condições sociais, estouraria nas ruas do país uma brutal guerra civil onde todos se matariam. Há muito o MST deixou de ser movimento social para se tornar um partido político que prega a ditadura do proletariado. Não havendo espaço para revoluções ao gosto vermelho, "não bastam as eleições" que legitimam a chegada ao poder. É preciso o crime, a arruação, a instabilidade institucional, para prevalecer a "verdade" social dos zumbis de Lênin.

A sociedade brasileira está anestesiada pelo discurso "social" de quem vem se utilizando das liberdades democráticas, que permitem coexistir diferentes posições políticas, econômicas, para conspirar e derrubar essa liberdade. A imposição de qualquer regime de força impede que haja divergência, oposição e, principalmente, luta armada, como a já praticada pelo MST contra a sociedade pacífica e desarmada, em nome da justiça social.

Fosse em Cuba, um movimento como esse teria sido dizimado por Fidel no paredão. Em países cujo regime é defendido pelo MST não existem movimentos de luta social. O que querem para o Brasil?" (O crime anunciado Paulo Saab/ Diário do Comércio/SP).

Não obstante a construção midiática de que se trata de um movimento propagador da violência, a realidade se mostra divergente. Nessa perspectiva, o que se percebe é um processo violento de controle social, na qual, a pobreza, ao romper com a domesticação dos corpos de que nos fala Michel Foucault, ao romper com a disciplina que "fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'", cuja função é garantir um aumento das "forças do corpo (em termos econômicos de utilidade)" e, paralelamente, reduzir "essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)" ³⁵, será mais brutalmente penalizada e combatida. A rebeldia dos integrantes do MST em se recusar a aceitar passivamente que algum dia haja a reforma agrária servirá de elemento para uma contra-ofensiva por parte do Estado, do Judiciário, dos órgãos de segurança, da mídia sempre pronta a reproduzir discursos intolerantes ao movimento, gerando um horror ao MST, cuja raiz se encontra no fato de que,

³⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 119.

como nos diz Marilena Chauí, o “Movimento dos sem-terra que se recusam a ocupar o lugar da vítima sofredora, passiva, muda e inerte, que recusam a compaixão e por isso mesmo, numa típica inversão ideológica, são considerados não sujeitos éticos e sim agentes da violência”³⁶.

Tal leitura nos permite entender a reação violenta da mídia à ação das mulheres da Via Campesina, especialmente a RBS, ligada a Rede Globo, e o total silêncio com relação à Aracruz Celulose e às freqüentes denúncias de ataques aos direitos humanos perpetrados por essa empresa no seu processo de expansão territorial, com relação aos quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais como pescadores e pequenos agricultores familiares e a degradação ambiental provocada pelo plantio do eucalipto.

Assim, figura-se uma simetria discursiva entre JUIZ – PROMOTOR - DELEGADO DE POLÍCIA E MÍDIA no que se refere à tentativa de impor um imaginário penal. Logo, em nome da lei e da ordem justifica-se a operação policial (Polícia Civil/RS) que no dia 21 de março de 2006, com a presença da autoridade policial, invadiu a sede da Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), apreendendo computadores, danificando o patrimônio da entidade, não obstante o mandado judicial determinar apenas a busca e apreensão na Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – AMTR-RS.

Tal operação não produziu indignação na mídia e se legitimou pelo Judiciário a partir do recebimento da denúncia da promotoria, que diante dessas operações sobre organizações entendidas como “perigosas”, seja qual for o parâmetro definidor da periculosidade, se guiará pela sedimentação do papel simbólico do direito penal³⁷, marcado em grande medida pelo ideário persecutório penal irracional. Nessa perspectiva é que se torna concebível o convencimento apontado pelo Ministério Público para o oferecimento da denúncia em face dos trinta e sete integrantes da Via Campesina. Mais grave ainda quando se sabe que tal denúncia, desprovida de justa causa para o seu oferecimento, foi recebida pelo Judiciário. No texto da denúncia, há uma tentativa de criminalização dos que são compreendidos como lideranças:

³⁶ CHAUI, M. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, nº 39, out/nov/dez de 1998, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 35.

³⁷ Ver CHOUKR, Fauzi Hassan. Processo penal de emergência. RJ, Lúmen Júris, 2002; e ANDRADE, Vera R. P. de. A Ilusão de segurança jurídica. Do controle da violência à violência do controle penal. RS, Livraria do Advogado, 2003.

“O **domínio do fato** foi exercido pelos denunciados (...), os quais **planejaram e organizaram** a empreitada criminosa, valendo-se de suas condições de representantes das entidades conhecidas como Via Campesina, Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil, Associação Nacional das Mulheres Camponesas e Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Além disso, à exceção do denunciado JOÃO PEDRO STÉDILE, todos os demais estiveram presentes ao local dos fatos e participaram da **execução** do crime em análise, exercendo função de **liderança e coordenação** sobre os demais manifestantes, bem como exercendo atos típicos de dano.

O denunciado JOÃO PEDRO STÉDILE, **em que pese não ter sido comprovada sua presença no local dos fatos, exerceu função decisiva no planejamento e na execução do crime, na medida em que estimulou os demais denunciados à prática do delito** (participação moral), além de concorrer materialmente para a sua consecução, seja ao colaborar com a sua concepção, seja ao oferecer subsídios teóricos para sua execução, ou mesmo ao promover a adesão de centenas de simpatizantes de seu Movimento ao ato que culminou em resultado criminoso” (denúncia do Ministério Público de Barra do Ribeiro/RS - proc. nº 20600001785 – grifo nosso).

Da mesma forma que se torna impossível saber quem de fato estava na ação realizada pelas mulheres da Via Campesina, posto que participaram cerca de duas mil mulheres vendadas, é impossível se estabelecer a *participação moral*. Tal presunção, que sustenta a denúncia, só se valida numa prática que visa, de forma emblemática, criminalizar a liderança dos movimentos sociais, como forma de criar um consenso de que se trata de uma organização criminosa, portanto com métodos organizacionais e hierarquias.

(...) Assim, lograram articular a quadrilha, organizando eficiente mecanismo de transporte para centenas de manifestantes, conduzindo-os, em sua maioria armados de foices, facões, pedaços de madeira e varas de taquara com facas amarradas à extremidade (fotografias das fls. 286, 299, 301 e 313), até o Município de Barra do Ribeiro, onde desencadeou-se o processo de cometimento de crimes de dano qualificado, furto, seqüestro e cárcere privado, entre outros.

Os documentos apreendidos em poder dos denunciados (e juntados ao inquérito policial) **dão conta de estrutura funcional extremamente organizada, constituída e mantida de forma estável, de modo a possibilitar, tanto quanto fosse vontade dos acusados, a realização de novas empreitadas criminosas em outros municípios ou regiões.**(...) (denúncia do Ministério Público de Barra do Ribeiro/RS - proc. nº 20600001785 – grifo nosso).

A tentativa de criminalização das chamadas *lideranças* visa justificar a imputação do crime de bando ou quadrilha, e, de forma mais grave, aponta para uma construção no concreto processual da responsabilidade penal objetiva. Tal perspectiva fere de forma mortal os princípios comezinhos do devido processo legal, no mesmo sentido em que se confronta com a nossa Carta Constitucional, que preceitua como regra processualista no campo penal, o processo acusatório.

Na ocasião, os denunciados acima nominados, representantes das entidades sociais conhecidas como Via Campesina, Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil, Associação Nacional das Mulheres Camponesas e Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, algumas regularmente constituídas sob a lei brasileira, **reuniram-se sob o pretexto de realizarem manifestações de cunho ideológico e reivindicatório, mas com o real propósito de agregarem simpatizantes e, de forma organizada e estável,** cometerem atos criminosos em flagrante excesso de suas prerrogativas de protesto e reivindicação. (...)

A forma de constituição do grupo responsável pelos crimes ora denunciados, bem como o fato de que as associações de trabalhadores rurais representadas pelos denunciados ocupavam sede comum, de existência e localização revestidas de segredo e clandestinidade, são elementos que corroboram a pretensão de continuidade e estabilidade das ações criminosas inauguradas neste município.” (denúncia do Ministério Público de Barra do Ribeiro/RS - proc. nº 20600001785 – grifo nosso).

Não é a lei que define ser formação de quadrilha ou bando as ocupações reivindicatórias do MST ou de outras organizações que lutam pelo acesso à terra. Tal definição parte de uma interpretação do juízo, portanto, ideologia. Afinal, como nos lembra Gizlene Neder, “o discurso jurídico, ao erigir normas e constituir (i)legalidades, coloca-nos diante de um Direito que não é estático, nem mesmo ‘positivo’. Ao normatizar, disciplinar e/ou confinar (e exterminar), apresenta-se como resultante de uma correlação de forças sociais e políticas em formações sociais historicamente estabelecidas”³⁸.

A reorientação para crime de formação de quadrilha ou bando irá requerer um processo de ‘demonização’ da liderança, isto porque o elemento subjetivo do tipo penal “formação de quadrilha ou bando” é o fim de associar-se para o cometimento de ilícito. Assim, não é necessário que haja a concretização bem sucedida do crime em si, bastando o simples fato de se associar. Num país sem tradição democrática como o nosso, onde nossa elite governante sempre atuou com enormes desconfianças para qualquer organização social de trabalhadores, a possibilidade de criminalização por meio da tipificação em formação de quadrilha ou bando se amplia, em especial para um movimento, que questionará o cerne do direito burguês, que é a própria propriedade.

Essas estratégias processuais de endurecimento penal sobre o MST, que expressam a ampliação do Estado Penal descrito por Wacquant, também revelam um redimensionamento do direito de propriedade. Seja nas ações cíveis (possessórias), seja nas ações criminais, há uma preocupação com a garantia do *status quo* do direito de propriedade. O simples ato de ocupar coletivamente a terra já produz uma fissura nesse direito, no que pese o conceito de função social criar mecanismos utilitários para terra, entendido ainda como absoluto. Razão

³⁸ NEDER, Gizlene. **Discurso Jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995, p. 98.

pela qual se tentará criminalizar as ocupações coletivas, retirando o conteúdo político e social das ações do MST:

A luta pela terra caracteriza-se pelo ato de posse da terra, fato de profundo sentido conceitual e que, como ocorrência histórica, antecede à figura da propriedade, mero efeito jurídico construído pelo direito, para garantir na lenta passagem da formação sócio-econômica feudal para a formação capitalista, a propriedade da terra a quem não estivesse em sua posse efetiva. Construiu-se assim o conceito de propriedade como relação ou vínculo jurídico independente da posse (...) nas circunstâncias de fato da ocupação pode dizer-se que a posse na prática concreta das ocupações, é o mais forte mecanismo de correção da propriedade. Direito em construção, a ocupação coletiva infirma, ou nega, concomitantemente, os fundamentos essenciais do direito burguês: o subjetivismo jurídico individual (...)³⁹.

Podemos então compreender porque um movimento social, como o MST, que rompe com a construção de uma cidadania regulada⁴⁰, uma cidadania “outorgada” pelo Estado, ou como nos fala José Murilo de Carvalho⁴¹ uma *estadania*, reconstruindo sua agenda de direitos em conflito com o Estado, rompendo com a lógica da obediência, imposta pelo ente estatal às classes populares, torna-se um inimigo a ser vencido:

Essa insurgência do MST entra em choque com o judiciário, que busca arrefecer a luta pela terra, impondo uma prática mais submissa ao movimento. Torna-se elucidador para compreensão do papel desempenhado por nossa magistratura não perder de vista que “o juiz construído no Brasil sob inspiração externa e interna do fascismo e do nazismo irá representar, quando aguçam os conflitos de terra, importante papel repressivo em benefício das classes possuidoras”⁴².

A prática persecutória, então, fundamenta-se por si só. Trata-se de uma *cruzada* contra a desordem e a impunidade. Tal construção ideológica penetra em nosso Judiciário que acaba por recepcionar denúncias marcadas pela inépcia, como o caso da presente denúncia, especialmente com relação a imputação de furto:

Nas mesmas circunstâncias de tempo e local referentes ao fato descrito no item anterior, simultaneamente ao cometimento do crime de dano antes definido, os denunciados (...) conjugando esforços e vontades entre si e com mais aproximadamente 1000 (mil) pessoas não identificadas no inquérito policial, **subtraíram**, para si ou para outrem, um disco rígido de memória para microcomputador, tipo *winchester*, preenchido com arquivos e informações pertinentes à atividade industrial realizada no estabelecimento atacado, objeto que

³⁹ BALDEZ, M. L. **A luta pela terra urbana**. Mimeo, S/D.

⁴⁰ SANTOS, W.G. **Cidadania e Justiça**. RJ, Campus, 1979, p. 75, grifos no original.

⁴¹ CARVALHO, J.C. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. RJ: Civilização Brasileira, 2001

⁴² BALDEZ, Miguel L. **Sobre o papel do direito na sociedade capitalista. Ocupações coletivas: direito insurgente**. RJ, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989, p. 7.

pertencia à empresa Aracruz Celulose S/A, e que estava nas dependências do laboratório de pesquisas genéticas mantido junto ao Horto Florestal Barba Negra. Na ocasião, os denunciados, aproveitando-se da ação de depredação que executavam no local, subtraíram o equipamento acima descrito, conforme planejamento anteriormente definido. O **domínio do fato** foi exercido pelos denunciados (...), os quais **planejaram** e **organizaram** a empreitada criminosa, determinando aos codenunciados, expressamente, o objetivo de furtar o disco rígido de memória computadorizada.

O denunciado JOÃO PEDRO STÉDILE, em que pese não ter sido comprovada sua presença no local dos fatos, exerceu função decisiva no planejamento e na execução do crime, na medida em que colaborou para a difusão do *animus furandi* entre os demais denunciados, instigando-os a subtrair esse equipamento específico, **decerto por lhe interessar o conteúdo arquivado no disco rígido**” (denúncia do Ministério Público de Barra do Ribeiro/RS - proc. n° 20600001785 – grifo nosso e no original).

Mais uma vez o que se observa na construção discursiva do Ministério Público é a tentativa de criminalização de forma abstrata. Para garantir a criminalização das lideranças dos movimentos que integram a Via Campesina, sustenta a promotoria a partir do elemento subjetivo do tipo furto, o *animus furandi*, que vislumbra o desejo de ter para si a coisa alheia.

Dessa forma, a promotoria compõe sua denúncia com os nomes das lideranças partindo de uma presunção, de um pré-julgamento de que haveria um *interesse a priori* para obtenção da coisa, sem nenhuma comprovação concreta. Tal imputação não poderia em nome do devido processo legal ter sido recebida pelo Judiciário.

No que pese a denúncia se calcar em indícios, pois se trata de uma tese a ser verificada ao longo da instrução criminal em contradita com a tese defensiva, tais indícios devem ser fortes no que se refere à autoria e materialidade do crime, gestando a base para a promoção da denúncia, ou, em outros termos, a **justa causa** para o oferecimento da denúncia.

Porém, na denúncia analisada não há constrangimento por parte da promotoria em oferecê-la por furto sem o menos indício de autoria e mesmo da materialidade, pois como o próprio promotor esclarece no seu texto:

(...) ainda que não tenham participado da ideação do crime de furto, foram instruídos pelos demais acusados (acima referidos) a cometê-lo, sendo que o fizeram, retirando a *res* da esfera de vigilância da empresa vítima, **sem que se possa ter identificado o agente diretamente encarregado da subtração. A *res furtiva* não foi recuperada, tampouco avaliada.**”(denúncia do Ministério Público de Barra do Ribeiro/RS - proc. n° 20600001785 – grifo nosso e no original).

5. Conclusão

Podemos perceber que vivenciamos um amplo Processo de criminalização da miséria. Wacquant aponta para o fato de que o capitalismo neoliberal, ao promover a redução da ação estatal em termos de políticas sociais, requererá, em especial pelo progressivo aumento da

miséria, uma ampliação da ação estatal em termos de políticas de segurança – é o que ele denomina de *Estado Penal*.

Uma das características desse *Estado Penal* é uma intolerância com relação ao pequeno delito, à mínima transgressão. Nesse sentido, esse *Estado Penitenciário*, necessitará ampliar o rol de categorias entendidas como perigosas. Trata-se agora de exercer uma pressão máxima (o outro lado da lógica da tolerância zero) sobre os *consumidores falhos* e de certa forma expressa uma banalização da vida, onde o outro, os *refugos humanos*, não é visto mais como semelhante.

Essa é marca do atual cenário, na qual o outro é *quase humano* ou *não humano*. Esse olhar desumanizador do outro, essa indiferença com relação à vida humana é a principal ferramenta para a legitimação dos discursos de endurecimento penal, que como vimos, no limite, adota o extermínio da massa empobrecida sem nenhum constrangimento, afinal trata-se de uma guerra contra os bárbaros.

Poderíamos dizer, em lembrança de Bobbio, que a intolerância, marca desse século XXI, vem colocando em xeque os direitos da humanidade, e os discursos, seduzidos pela barbárie, crescem em locais antes atentos em rebatê-la. Não é pouco significativo que o filósofo, Renato Janine, tenha publicado um artigo no jornal Folha de São Paulo, analisando o caso do assassinato do menino, João Hélio, que, pela brutalidade e pela infância, sempre nos choca.

Em seu artigo, Janine afirma que, para os culpados, a morte seria um castigo ínfimo. Para determinados casos a pena deveria ser infligir aflição ao corpo, com dores insuportáveis, de forma permanente como meio de expiação da culpa, um retorno à vingança:

Se não defendo a pena de morte contra os assassinos, é apenas porque acho que é pouco. Não paro de pensar que deveriam ter uma morte hedionda, como a que infligiram ao pobre menino. Imagino suplícios medievais, aqueles cuja arte consistia em prolongar ao máximo o sofrimento, em retardar a morte. Todo o discurso que conheço, e que em larga medida sustento, sobre o Estado não dever se igualar ao criminoso, não dever matar pessoas, não dever impor sentenças cruéis nem tortura - tudo isso entra em xeque, para mim, diante do dado bruto que é o assassinato impiedoso. Torço para que, na cadeia, os assassinos recebam sua paga; torço para que a recebam de modo demorado e sofrido.⁴³

Esse entendimento/sentimento que perpassa nosso sistema penal, que retoma o debate medieval sobre a pena ao corpo do condenado, nos parece contrariar a *marcha da humanidade*. De fato, um debate que se impõe é justamente o de se perceber no atual modelo

⁴³ JANINE, R. Razão e sensibilidade *in* Jornal Folha de São Paulo, Caderno **MAIS**, do dia 18 de fevereiro de 2007.

de gestão neoliberal, a barbárie que Marx no Manifesto Comunista já preconizava diante do que se poderia chamar de *excesso civilizatório*.

Nosso desafio está em desvelar as construções ideológicas, os valores sedimentados, as idéias reificadas pelo neoliberalismo como forma de superação desse Processo de barbarização da vida e o quanto essa ideologia penetra em nosso judiciário.

Para o poder Judiciário romper com essa sedutora cerca jurídica, que provoca o ‘engessamento’ do direito, é romper com uma construção ideológica de um direito formal, que expressa uma noção de ‘ordem social’, hierarquizada e ‘imutável’. Torna-se necessário a ruptura com esse padrão de juiz/procuro, onde o direito destinado às camadas populares se resume ao direito penal em sua amplidão, sem o resguardo das garantias do processo.

Talvez a melhor imagem que podemos construir para o futuro dos direitos e do próprio judiciário seja a de uma justiça conforme proposta por Roberto Aguiar, que vê a Justiça como uma *bailarina*:

(...) essa bailarina que emerge não será diáfana e distante, não será de todos e nem de ninguém, não se porá acima dos circunstantes, mas entrará na dança de mãos dadas com os que não podem dançar e, amante da maioria, tomará o baile na luta e na invasão, pois essa justiça é irmã da esperança e filha da contestação. Mas o peculiar nisso tudo é que a velha dama inconstante continuará no baile, açulando seus donos contra essa nova justiça que não tem a virtude da distância nem a capa do equilíbrio, mas se veste com a roupa simples das maiorias oprimidas. Essa nova justiça emergente do desequilíbrio assumido, do compromisso e do conflito, destruirá aquela encastelada nas alturas da neutralidade e imergirá na seiva da terra, nas veias dos oprimidos, no filão por onde a história caminha. O que é Justiça? É esta⁴⁴.

Estará nosso Judiciário a altura dos desafios que o mundo da vida lhe impõe? Essa é uma resposta que não pode ser dada por agora, embora no que se refira aos milhões de trabalhadores formais e informais, o portal do Judiciário apresenta a mesma resposta que o portal do Inferno de Dante Alighieri: “*Renunciai às esperanças, vós que entráis*”.

⁴⁴ AGUIAR, Roberto citado por CARVALHO, A. Bueno. Magistrados e direito alternativo. RJ, Lúmen Júris, 2003., p. 24.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**TERRA PARCELADA, TERRA ESFACELADA: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO
POVO XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS INDIOS (AL)**

Maria Ester Ferreira da Silva ¹

Resumo

Neste artigo será abordado como os atores sociais (no caso os Xukuru-Kariri) de Palmeira dos Índios/AL ficaram excluídos do chamado “grande pacto político das elites brasileiras” e como se organizam enquanto grupo para assim fazerem frente aos senhores de terra que, tendo o Estado como garantidor de seu poder econômico, impedem que o campesinato seja ele indígena ou não, perturbe os esquemas da lógica férrea do economicismo desenvolvimentista. A concepção dialética permite abordar a problemática da expropriação das terras indígenas no entendimento da geografia como uma modalidade de abordagem histórica, dedicada à análise dos processos sociais de formação dos territórios. Para a garantia dessa análise foi privilegiada a categoria território, na leitura reflexiva do direito de posse e propriedade da terra, com o objetivo de analisar a relação de imbricamento entre o esbulho das terras indígenas e o processo de consolidação do capitalismo no espaço rural, junto com a construção de uma identidade coletiva.

Palavras Chaves: Território; Povos Indígenas; Geografia

1. Introdução

A discussão sobre o esfacelamento das terras indígenas no Brasil está no centro das preocupações daqueles que estudam sobre a questão agrária. O debate mais atual demonstra a intensidade e a centralidade da questão agrária no pensamento social e político no Brasil. É certo também que esta discussão reflete muito da conjuntura histórica e econômica do momento em que se contextualiza o discurso e também como se analisam os atores sociais envolvidos, dentro do processo agrário brasileiro. O povo Xukuru-Kariri a partir de um movimento de (re) ocupação de terras desencadeia um processo de reforço e reformulação de sua identidade étnica, tendo em vista a ampliação de seu espaço político face à sociedade nacional. Valendo-se de sua condição redimensionada de índio, esses atores visualizam a ocupação como a posse da terra de seus ancestrais. Assim sendo, reformulam sua autoimagem, dando curso ao resgate da identidade étnica e passam a projetar também para a sociedade nacional sua consciência de indianidade. Cabe também levar em conta o papel da

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Sergipe; Professora Orientadora: Dr^a. Alexandrina Luz Conceição.

tutela² no contexto desse movimento, vez que entrará em jogo a relação especial que as comunidades indígenas têm com a terra constantemente mediada pelo Estado brasileiro. A demarcação da terra é pensada, sobretudo, como ponto de partida para a consolidação final de um movimento de reconquista não somente de um território que consideram de posse imemorial, mas também de sua afirmação enquanto ser. Este direito adviria de sua condição de ser índio. Não se ocupa um pedaço de terra exclusivamente para sobreviver do que este venha a produzir. Ocupa-se uma terra pertencente aos antepassados e por esta razão revestida de sacralidade. O que está em discussão não é somente uma sobrevivência material do grupo (embora este seja um dos argumentos utilizados pelos líderes indígenas junto às autoridades), mas também a luta pela demarcação tem a força de ratificar a condição de índio para quem participa da luta. Nesse sentido demarcar terras indígenas é uma ação complexa e não um puro ato técnico administrativo que a afirmativa de Oliveira e Iglesias corrobora dizendo que: *Demarcar terras indígenas não é jamais um fato técnico isolado, mas a construção de uma nova realidade sociopolítica em que um sujeito histórico, um grupo étnico que se concebe como originário, ingressa em um processo de territorialização e passa a ser reconhecido, sob uma modalidade própria de cidadania, como participante efetivo da nação brasileira.* (OLIVEIRA, IGLESIAS. 2002,64). Todavia, esta análise não se ocupa dos conflitos locais entre índios e a população local, na situação de contato. Este enfoque nada diz das circunstâncias vividas pelo grupo antes e depois da ocupação. Tratando-se de um grupo integrado que vive dentro de uma cidade, defrontando-se com a “civilização”, desde o período colonial, o estudo dessas relações nada acrescenta a outras análises já realizadas no âmbito da Antropologia, História, etc. Além desse fato, os Xukuru-Kariri, no contexto da ocupação, elegeu como “adversário” não o segmento local da sociedade: seu confronto dar-se-á com o Estado Brasileiro. Todas as suas reivindicações dirigem-se ao Governo Federal, ao Ministério do Interior, à Fundação Nacional do Índio. Ao se organizarem na luta pela demarcação de suas terras, o povo Xukuru-Kariri se faz representar enquanto povos resistentes ao processo brutal de colonização e também se aliam a outros “irmãos índios”, espalhados no território brasileiro, reforçando e desenvolvendo o sentimento de pertença a um corpo maior dentro da totalidade da sociedade brasileira que é o “ser índio” (MATA, 1989).

² A esse respeito ver o livro *Além da Tutela: bases para uma nova lítica indigenista III*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, reúne uma série de textos que tratam de questões pertinentes aos povos indígenas no Direito brasileiro. CUNHA, Manuela Carneiro da. Definições de Índios e Comunidades Indígenas nos Textos Legais. In: *Sociedades Indígenas e o Direito: uma questão de Direitos Humanos*. Santa Catarina: Ed. UFSC, co-edição CNPq, 1985, pp.31-37.

A luta pela demarcação das terras opera como um dos elementos construtores da identidade Xukuru-Kariri, enquanto modelo diferenciador diante dos demais segmentos sociais, bem como de que modo esta diferença se transforma num instrumento de embate político. Vale salientar o uso que o grupo faz de sua condição de “índio”, articulando para tanto, fatos históricos e a memória social, através de códigos e valores inculcados pela própria sociedade nacional e transformados em símbolos étnicos eficazes em situações de conflitos com o Estado brasileiro. Os Xukuru-Kariri desenvolvem, pois uma política de reformulação positiva de sua identidade através de uma nova imagem de si mesmo e da expectativa de ser encarado como um grupo com direitos próprios e não apenas como vítima de outros grupos.

O espaço é dinâmico, no sentido de que ele, na medida em que contribui no processo de mudança do homem, é pelo mesmo transformado com o decorrer do tempo. O homem enquanto ser historicamente determinado é capaz de formar e transformar a si mesmo na relação com o espaço: homogeneizando e heterogeneizando, de acordo com a sua temporalidade. Na medida em que imprime a sua marca sobre o espaço, o homem acaba se apropriando e transformando o espaço natural; agindo assim, acaba imprimindo a sua marca sobre a natureza e tornando os objetos naturais formas úteis à vida humana.

Na sua crescente necessidade de transformação os diferentes grupos que formam a sociedade vão aperfeiçoando cada vez mais as formas de se apropriar do território. Na apropriação deste, os conflitos entre as diversas classes que compõe a sociedade são mediados pelo Estado: que é o instrumento utilizado pelas classes dominantes através de leis, decretos-leis, decretos e regulamentos para consolidar os interesses da classe social burguesa, deixando clara a sua vocação para legitimador da dominação territorial e da hegemonia desta mesma classe.

O Estado não é uma entidade que existe em si mesmo, para poder existir e interferir na vida dos indivíduos, ele carece de diferentes mediações, dentre elas poderíamos destacar a necessidade de um dado conjunto de pessoas – o povo, de uma dada estrutura econômica, e de um território. Existe então uma relação necessária de imbricação entre o tipo de território em que se vive e o modo de produção/ou formação econômico social subsistente nesse mesmo território. Neste sentido Marcelo Escolar afirma que: *O pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado-Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território onde montar, a posteriori, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante (ESCOLAR, 1996, 103).*

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, a burguesia mercantil, aliada à monarquia,

sobretudo portuguesa e espanhola empreendia a busca para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos de alto valor comercial nos mercados europeus que pudessem ser comercializados, com muito lucro. No entendimento de José de Souza MARTINS, é no Estado Moderno que repousa toda a legitimidade da expropriação das terras indígenas, que através da burocracia estatal atende aos interesses das classes que o constitui. A emancipação, segundo os critérios e preceitos definidos pelo regime militar, pressupõe que os indivíduos se definam ou se redefinem em conformidade com uma identidade social básica, que deve espelhar o modo de ser e de pensar da classe dominante, da classe que tem o controle do Estado e do seu aparato de repressão. Aquele que pensa diferente, que vive diferente, é considerado subversivo e esta subversão é construída e manipulada pelo Estado onde as mais variadas formas de repressão – desde a policial militar brutal até o paternalismo governamental – constituem as diferentes formas de homogeneizar social, cultural e politicamente a pessoa do índio, através do falso discurso da diferença. (MARTINS, 1983, 129).

A proposta do Estado para a emancipação do índio está baseada fundamentalmente na individualização da pessoa do índio onde o mesmo se reconheça na imagem do seu dominador que é o Estado e que se encontre dentro da sociedade capitalista, assumindo-se enquanto mercadoria dentro das relações perversas do modo de produção capitalista, onde o Outro se torna mercadoria, e a mercadoria é mediadora privilegiada nesse universo. Para os critérios racionais e burgueses é emancipado, ou seja, é pessoa quem se concebe a si mesmo na perspectiva da coisa, quem se descobre como objeto e não como sujeito. Ora, quem luta recusa a ver-se como objeto. Quem luta quer se impor como sujeito do processo social que vive. Os povos indígenas começam a re-elaborar as bases políticas da sua identidade, enquanto povo indígena começa a insurgir contra este “Estado-bonzinho” que propõe a emancipação do índio exatamente no momento em que o mesmo lançado na contradição do mercado se apropria do discurso das camadas dominantes para assim se contrapor ao Estado burguês, ao fazendeiro, aos grileiros na luta pela afirmação de sua identidade aliada a luta pela terra. (MARTINS, 1983, 130).

Existe uma séria contradição no conjunto de indagações com relação à demarcação das terras indígenas. Quando se coloca o problema da demarcação das terras e até na possível recuperação de territórios que foram esbulhados advém um questionamento com relação a que a recuperação das terras usurpadas implica no questionamento da legitimidade de e do poder dos expropriadores, dos interesses de classe e da dominação que exercem através do Estado. Nesse entendimento a emancipação prometida pelo Estado pretendendo outorgar ao índio a igualdade jurídica e a cidadania é uma falácia. Esta falácia é vivenciada no testemunho da

liderança indígena da Fazenda Canto Cacique Ricardo que afirma que a cidadania só pode existir quando: *Cidadania só pode existir cidadania quando der o direito dos índios, porque existir cidadania desse jeito, pode existir pra lá, mas no meio de nós... Nós não entende. Quando der os nossos direitos, se existe cidadania reforça a cidadania. Se não a cidadania está fraca.* Juridicamente a proposta de emancipação garante ao índio o direito a terra, e é aí que reside o problema.

O Estado burguês sabe que a terra como propriedade coletiva é o fundamento básico da existência dos povos indígenas, que através da igualdade jurídica da compra e venda, coloca a terra como mercadoria descaracterizando assim toda uma relação de sacralização do índio com a terra. Para o índio a terra é sagrada, é a terra dos seus mortos, dos seus mitos, de explicação da existência e de justificação das relações sociais. A presença do Estado como principal fiador da emancipação indígena representa a própria negação da emancipação, haja vista que o Estado repressor e autoritário está a serviço do capital exigente e antiético, para quem a moral é à vontade do dinheiro, da troca e como o índio recusa a coisificar-se se estabelece o conflito, às vezes abertamente, às vezes surdamente (MARTINS, 1983, 131-132)

Segundo FIGUEIREDO (1981,64), as Aldeias, são comunidades indígenas, aglomerações de nativos sob a direção e autoridade dos jesuítas. Verdadeiras “organizações sociais autárquicas”, autônomas com meios e fins específicos, as aldeias logo que crescem, prosperam e ficam poderosas e com o tempo passou a incomodar não somente aos colonos, mas também a Metrópole que não conta mais com elas como parceiras na execução da política colonial. No começo as aldeias produziam para o consumo e a circulação não tinha ainda um caráter mercantil, mas as relações mercantis são impostas pelo sistema colonial e as aldeias se desvirtuaram em benefício dos jesuítas e dos seus administradores. Não demorou muito, a força de trabalho indígena virou mercadoria, diferente, mas mercadoria. As aldeias são reserva de mão-obra numerosa e gratuita. Os índios aldeados são braços retirados das atividades econômicas dos colonos centrados no trabalho servil³. Sobre as missões PREZIA afirma: As ordens religiosas na Amazônia representavam não apenas um poder espiritual, mas, sobretudo um poder econômico. (...) Os missionários estavam isentos dos dízimos e de várias taxas alfandegárias que eram revertidos para a coroa portuguesa, além disso, tinham a sua disposição a abundante mão-de-obra indígena que trabalhava a terra e no transporte

³ Hoje existe uma nova abordagem/reflexão sobre a dinâmica das relações sociais no interior das aldeias/missões que vêm os índios como atores que reinventam suas identidades e também foge da dicotomia ou dócil ou rebelde, quando estabelece parâmetros de negociações existindo índios aldeados que eram tão poderosos quanto os Jesuítas. Ver o trabalho de ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2003.

fluvial. Assim conseguiam altos lucros, praticando uma concorrência desleal em relação aos demais comerciantes da colônia.

Convém lembrar que os missionários eram donos do principal açougue de carne de Belém, que controlavam a salga de peixe, a venda de manteiga de tartaruga e inclusive de farinha de mandioca. (PREZIA & HOONAERTH, 2000, 53). A situação dos índios aldeados ficou crítica com a promulgação da publicação do Diretório Indígena em 1758, impondo normas que visavam acabar com as diferenças culturais dos povos indígenas. Foi uma tentativa de impor a língua e a cultura portuguesa e acabar de vez com o trabalho missionário, que foi substituído por diretores leigos, nomeados pelo governador. Para os indígenas aldeados essa mudança foi catastrófica, pois: (...) *houve um aumento da exploração da mão-de-obra indígena, as terras indígenas foram reduzidas e a identidade étnica do grupo foi abalada. Para não conservar a lembrança das antigas culturas, as aldeias receberam nomes de cidades portuguesas, como Santarém, Barcelos, Bragança. As línguas indígenas foram proibidas e o português tornou-se língua oficial. A língua geral ou nheengatu, muito usada na Amazônia e no sul do Brasil, foi proibida e considerada língua de selvagens e de povos atrasados.* (PREZIA & HOONAERTH, 2000, 161-62). Em 1817 D. João VI desmembrou a Província das Alagoas da Capitania de Pernambuco (ALBUQUERQUE, 2000, 85), tornando-a assim, uma capitania autônoma. Contudo, somente pelo ato adicional da Regência, em 1834, portanto já no Brasil independente, é que define a competência dos direitos provinciais, estabelecendo suas assembleias e dando-lhes considerável autonomia.

A primeira Assembleia Provincial Legislativa nas Alagoas instalou-se em 15 de março de 1835 (MARROQUIM citado por MATA, 1989,45). A partir de então através de relatórios de Presidentes de Províncias, se podem traçar um histórico da política em relação aos índios em território alagoano. Isto significa, sobretudo, historiar que medidas foram tomadas em relação às aldeias, ou melhor, às suas terras. Uma das poucas fontes acerca da situação dos índios de Palmeira dos Índios são as informações prestadas pelos Diretores de Aldeias. Documentos em sua quase totalidade emitidos por não índios que se inseriram dentro do contexto da sociedade alagoana defendendo diferentes posturas que vão desde a visão romântica e paternalista até as visões mais radicais em que os índios são apresentados como malfeitores e vagabundos que ameaçam a calma e o bem estar da sociedade A documentação⁴ consultada é escassa. Todavia, algumas merecem destaque por vislumbrarem a atitude desses

⁴ A documentação consultada foi reunida, Sávio de Almeida em um livro intitulado: *Os índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas. Maceió: Edufal, 1999.*

Diretores, que reflete a maneira como a sociedade provincial encarava, então, o “problema do índio”.

Um Relatório datado de 26 de novembro de 1826, emitido pelo Sr. Alexandre Gomes de Oliveira Diretor da Palmeira sobre “Índole e Costumes” dos índios de Palmeira os qualifica de preguiçosos e vadios, que vivem da caça e do roubo, sendo poucos os que plantam. Sugere que, “para sossego público”, as aldeias de Alagoas sejam transferidas para o litoral, nas praias de Maceió, Francês, Barra de São Miguel, Coruripe e Piaçabuçu, para viverem de pesca, serem eventualmente encaminhados a Marinha e estarem mais próximos do Tribunal de Justiça e das autoridades. (ANTUNES, 1983, 40-42). Vale apenas colocar que as falas dos Diretores de Aldeia são fontes documentais que abordam a fala dominante, produzida no âmbito dos diferentes órgãos estatais que se ocupavam dos povos indígenas. É sabido que o manejo de um código de escrita não era usual entre os povos indígenas, daí já ser esperado uma exigüidade nas documentações escritas, pelos mesmos, como também segundo Dantas (1984): *A documentação remetida pelos nativos às autoridades da Província ou do Império enfrentava entraves da tramitação burocrática sendo muitas vezes propositadamente retida ou tomava rumos ignorados.* (p.118) É preciso reconhecer que mesmo sendo uma documentação de um ponto de vista “oficial”, sendo produzida, sobretudo por administradores que no caso remete à fala dos dominantes é necessário colocar da possibilidade de recuperar a presença dos dominados mesmo no interior do discurso dos dominantes.

Em 26 de novembro de 1829, devido aos constantes conflitos entre as aldeias e a população não índia, o Ministro do Império José Clemente Pereira determina que as terras das mesmas sejam demarcadas. Contudo, na sessão do Conselho Geral da Província em 22 de janeiro de 1830, o Padre José Henrique do Amorim propõe o desaldeamento dos índios por serem “vagabundos”, assoladores das matas, homens arruados e provocadores. (ANTUNES, 1983, 44). Até então a política anti-aldeia se baseia em preconceitos que justificariam a ocupação das terras por gente não “vagabunda”, que não perturbe o “sossego público”. Os opositores das aldeias ou da demarcação de terras para os índios, não se valiam de argumentos pseudocientíficos, depois introduzidos, a partir dos quais se passa a negar a própria existência de índios nas diferentes províncias e, portanto, a propor a extinção das aldeias.

A política de extinção das aldeias é na verdade um desdobramento do avanço da sociedade nacional sobre os territórios indígenas. Se numa primeira etapa serve para determinar o que “não é território indígena” liberando a terra para a conquista, num segundo momento nem mesmo as terras da aldeia serão preservadas. Em relação à identificação às populações indígenas isto vai significar que o índio aldeado que em princípio era o “caboclo”,

passa a ter sua própria existência negada porque agora já era miscigenado. O Decreto Imperial nº 426 de 24 de julho de 1845 regulamenta as Missões de Catequese e Civilização, através da criação da Diretoria Geral dos Índios. Em 1850 José Rodrigues Leite Pitanga (conhecido também como Roiz), torna-se o primeiro Diretor Geral da Província das Alagoas.

Em cada Província havia um Diretor Geral e em cada aldeia um Diretor Parcial. A centralização administrativa através de uma Diretoria Geral vem legitimar os Diretores de aldeia, já existentes, e reforçar a política imperial baseada, como o próprio decreto deixa claro, na catequese e na civilização. ⁵ A preocupação em assimilar as populações indígenas através da política das aldeias está sempre presente nas Falas e Relatórios dos Presidentes de Província. Há um cuidado em registrar que na Província alagoana já não mais existem “hordas de índios selvagens” vez que a população aborígine se encontra aldeada em diferentes regiões do território alagoano, é o que nos diz Antunes: *“Os índios que temos nesta província são todos civilizados e se acham confundidos pela maior parte na massa geral da população”*. (ANTUNES, 1983, 97).

A Lei de Terras de 1850 e mais eficazmente o aviso nº 172 do Ministério dos Negócios do Império dispõem sobre a terra dos índios *“que já não vivem aldeados, mas dispersos e confundidos na massa da população civilizada”* ⁶. (DANTAS, 1980, 16). Esta postura designa o que a autora citada denomina de “anti-Aldeia”. Os Presidentes de Província das Alagoas, à semelhança do que se verifica em Sergipe, vão se posicionar pela negação da existência de índios aldeados em suas províncias e para isso, vai se valer de critérios raciais, conforme registrado no Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, que em 1870 relata: *“[...] Conquanto esta Província conte oito aldeias de índios, em nenhuma se encontra atualmente indivíduos de raças primitivas, mas apenas descendentes seus a que se agregaram indivíduos de diferentes procedências”*. (ANTUNES, 1983, 75). Esses critérios eram então os argumentos de maior peso para a política do desaldeamento e conseqüente

⁵ Como observa Rocha, a política brasileira em relação às populações indígenas, em suas diferentes formas de manifestação, traduz a agressão etnocêntrica da sociedade nacional à existência de sistemas culturais conflitantes. A catequese e a civilização, bem como, posteriormente, a assimilação ou integração, se apresenta como fórmulas mágicas para a preservação da unidade nacional. ROCHA, Leandro Mendes. *A política indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia, UFG, 2003. pp .65-107

⁶ A esse respeito ver: SILVA, Edson. (1994) *“Bárbaros, bom selvagem, heróis: imagem de índios no Brasil”*. In. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco. (Série História do Nordeste. Nº15). Recife, Editora Universitária, 1995, pp.53-71. *O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*. Recife, UFPE, Dissertação (Mestrado em História), 1996. *“Confundidos com a massa da população”*: *esbulhos das terras indígenas no Nordeste do século XIX*. In. Revista do Arquivo Público de Pernambuco, nº46. Recife, dez. 196, p.17-29.

liberação dos territórios. A evidência de que já não existem “mais índios de raça primitiva”, mas caboclos resultantes de “cruzamentos” gozavam de prestígio devido à aparente neutralidade, vez que se tratava de “fato natural” ou, como preferiam alguns, verdade científica.

Ao mesmo tempo em que medidas políticas decisivas são tomadas pelo Governo Imperial, em matéria de legislação sobre terras indígenas, desenvolve-se entre a intelectualidade brasileira o argumento ideológico básico para a negação da legitimidade das aldeias indígenas e da existência de populações ameríndias no Brasil. Este argumento terá como base à teoria racista que se desenvolve no século XIX e que ganha repercussão entre a intelectualidade brasileira. Na sua forma mais elaborada, já no final do século XIX estes estudiosos adotaram os pressupostos do darwinismo social⁷ especialmente aqueles que se refere à “sobrevivência dos mais aptos”, que pretensamente tenta justificar um processo histórico de sujeição de povos com base em uma naturalização da inferioridade dos povos⁸. Na América Latina o darwinismo social está bem representado na obra de Domingos Faustino Sarmento ideólogo positivista e presidente da Argentina entre os anos de 1868-1874, que apresentavam como proposta a exterminação da população indígena como uma forma de

⁷ Escola sociológica do final do século XIX que estendeu as idéias do naturalista inglês Charles Darwin sobre a evolução das espécies por meio da seleção natural a evolução social da humanidade, confundindo a biologia com a sociologia. Alguns pensadores sociais aplicaram às condições darwinianas à ordem social, produzindo teorias que transferiram à explicação dos problemas sociais. A expressão “luta pela existência” e “sobrevivência do mais capaz” foi tomada de Darwin para apoiar a defesa que faziam do individualismo econômico. A aplicação da biologia de Darwin às teorias sociais fortalecia o imperialismo, o racismo, o nacionalismo e o militarismo. Os darwinistas sociais insistiam em que as nações e as raças estavam empenhadas numa luta pela sobrevivência, em que apenas o mais forte sobrevive, e na realidade, apenas o mais forte merece sobreviver. No livro “O espetáculo das raças, Schwarcz coloca que:” a intelectualidade brasileira se apropriando tardiamente do modelo evolucionista e especial o social-darwinista, já bastante desacreditado no contexto europeu adaptou o que “combinava” – da justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população (SCHWARCZ, 1995, p.41).

⁸ Na Geografia, o chamado Determinismo Geográfico em que a princípio estava ligado à relação entre o clima e o homem abriu precedentes para que a expansão do Capitalismo através do Colonialismo fizesse uso da idéia de superioridade da raça européia para assim pode subjugar os povos dos trópicos legitimados pelo discurso científico da época, influenciando, por exemplo, Euclides da Cunha onde na segunda parte de Os Sertões – O Homem – começa abordando a complexidade da questão da etnologia brasileira, a ação do meio na formação das raças e a formação brasileira do Nordeste. O capítulo II mostra a gênese do jagunço e do vaqueiro, a atuação dos jesuítas na Bahia, a mestiçagem e a raça forte, que é a sertaneja. Já no capítulo III, há um esboço das características físicas e psicológicas do sertanejo “Antes de tudo um forte” – do jagunço e do gaúcho; considerações sobre a seca. A religião mestiça, a religiosidade sertaneja e as missões atuais. Cunha, Euclides. Os Sertões. Otto Pierre ED.LTDA. Rio de Janeiro, 1979.p. 91-238. Caio Prado Jr. atribui em boa parte o aviltamento e degradação de índios e negros no Brasil, sobretudo a escravidão, denunciando, pois o racismo da sociedade colonial, mas ainda se nota a influência da “raciologia” científica tão comum entre a intelectualidade brasileira em meados do século XIX. Incorporou a colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores se abastardaram por completo. Caio Prado é reiterativo: índios e negros eram “povos de nível cultural ínfimo”. Caio Prado afirma adiante que “a contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz quase nula”. A posição de Caio Prado não foge a linha de pensamento dominante na época, sobre a má progênie do povo brasileiro – posto que mestiça. (Caio Prado, Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. p. 275)

eliminar o que considerava um obstáculo ao “progresso”. Em *Facundo: civilização e barbárie* (1996), Sarmiento manifesta que a empresa edificadora de uma América moderna se situa na “luta entre a civilização européia e a barbárie indígena entre a inteligência e a matéria” (p.85), no encontro entre duas forças: uma civilizada, constitucional, européia, a outra bárbara, arbitrária, americana (p.173).

Opondo-se índios de raça primitiva a cablocos, se confundido cruzamento e assimilação, passava-se a negar a existência de populações indígenas em áreas onde as disputas de terra se acirravam. Usando o critério biológico de raça para ultimar a usurpação territorial, subitamente aspectos somáticos se tornam eficientes para negar à habitante de aldeias à posse secular da terra e o direito a uma identidade diferenciada. (MATA, 1989,154). Aliado ao interesse em se apropriar das terras indígenas também estava o objetivo de criar uma nação, um conceito de nação, onde a idéia de se ter um país miscigenado era intolerante haja vista toda uma ideologia defendida acerca da pretensa inferioridade racial do “miscigenado” e da suposta superioridade racial do branco colonizador, como atesta a fala de um deputado alagoano, Aureliano Candido de Tavares Bastos, um dos mais ardorosos defensores da vinda massiva de imigrantes para o Brasil. Em estudos publicados durante a década de 1860, o parlamentar afirmava que entre brancos e negros havia “o abismo que separa o homem do bruto”. Afirmava ainda que a prosperidade atingida nos núcleos de povoamento europeu no Sul, em contraste com o atraso da Bahia, onde proliferavam os negros grosseiros, era prova cabal da superioridade da raça branca. Em resumo: Tavares culpava os negros pelos latifúndios, pela monocultura, pela falta de indústrias e, de quebra, pela deficiência das comunicações. E arrematava considerando que cada africano que tinha sido introduzido no país: “[...] além de afugentar o emigrante europeu, era, em vez de um obreiro do futuro, um instrumento cego, o embaraço, o elemento de regresso das nossas indústrias. O seu papel no teatro da civilização era o mesmo do bárbaro devastador das florestas virgens”. (Tavares Bastos in: Azevedo apud Magnoli e Araújo. 1997. 169).

Este tipo de fala encontra ressonância exatamente no grupo de pessoas que afirmava serem os povos indígenas criaturas vagabundas e arruaceiras e que por este motivo se fazia necessário e era muito mais útil para o Brasil que as terras que estivessem em poder dos índios fossem disponibilizadas para os brancos europeus ou descendentes destes, para que assim houvesse prosperidade no lugar, como afirma o Presidente da província de São Pedro (Sergipe), A. J. Pereira de Andrade, em correspondência dirigida ao Secretário Geral dos Negócios do Império: Possuindo os índios de Porto de Folha e seus descendentes uma légua de terras excelentes para criação de gado não há ali uma só casa que se possa notar como

abastada (...) Sendo essa légua de terra só própria para criar gado, e não tendo criação alguma os indivíduos que dela estão de posse, pois que se limita a algum cultivo de arroz nas margens do Rio em suas vazantes, podem essas terras ser aproveitadas e incorporadas aos Próprios Nacionais, podendo-se delas formar para o futuro muitas fazendas de gado com crescido proveito para o público.

A política do Estado brasileiro em relação às populações das aldeias vai revelar o modo como o segmento mais poderoso da sociedade define uma categoria social menos poderosa, como um grupo que deve ser posto de lado. (BANTON, apud MATA, 1989,54). No caso, a negação da existência de populações indígenas “puras” cria o problema de se definir a posição dos grupos remanescentes na sociedade nacional. Isto está ligado à ideologia do Estado-Nação em que se vê espaço para uma única nacionalidade. No livro de João Hernesto Weber intitulado *a Nação e Paraíso* o autor procura refletir sobre a constituição dos discursos de nação e nacionalidades, na leitura das obras de Silvio Romero, Nelson Werneck Sodré, Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Machado de Assis, demonstrando como as diferentes histórias se articulam como projetos constitutivos da própria nação e nacionalidade literária, atuando como discurso fundante da nacionalidade brasileira⁹. Ligado a esta idéia de que uma nação é constituída homogeneamente, a figura do índio intocado é idealizada e perseguida exaustivamente através do mito do índio romantizado na literatura de José de Alencar atendendo assim aos dois parâmetros: de um lado o índio intocado e bom que não incomoda e nem luta por terra preso nas páginas dos livros, e de outro a negação de um povo (principalmente na região Nordeste, lugar onde os povos indígenas sofreram uma influencia muito forte da sociedade envolvente) atendendo assim a política do Império, em que não tendo mais índios puros suas terras estavam disponíveis para incorporação ao patrimônio público. É válido ressaltar que nem sempre o discurso do miscigenado, enquanto criatura inferior não servia para representar o retrato da nação. Na voz de Silvio Romero, a “barbárie do indígena e a inépcia do negro”, partiam para soluções originais: estava na mestiçagem a saída ante a situação deteriorada do país e era sobre o mestiço – enquanto produto local, melhor adaptado ao meio – que recaiam as esperanças do autor (ROMERO apud SCHWARCZ. 1995,115). Por sua vez CONCEIÇÃO, afirma que: É preciso observar também que na obra de Romero não está explícita a pretensão da defesa da superioridade de

⁹ Sobre a atuação da Geografia dentro do processo constitutivo do Estado-nação brasileiro é importante ver o artigo de SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A ciência geográfica e a construção do Brasil. *In*, Terra Livre, São Paulo, n.º, p.9-20, 2000. Onde o autor afirma que a Geografia possui “Um débito intelectual e político, porque implica na leitura da geografia como instrumento de poder estatal e de encobrimento dos processos sociais e históricos que delinearão o Estado-Nação brasileiro”. Ver também o livro de MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura, e política no Brasil* 3ªed. São Paulo, Hucitec, 1996.

uma raça, mas a fraternização das raças, através da difusão cultural – aculturação, propondo o cruzamento como condição de civilização, pela “elevação das raças inferiores”. Na sua dialética de opostos sobrepõe o direito da “raça inferior” ao da “raça superior”, dessa forma não subscreve um discurso de defesa de uma raça superior, mas o direito de igualdade de superação. Em um jogo de espelhos, o reflexo que vê é a negação do que pretende espelhar. (CONCEIÇÃO. 2000, 50). Na Fala do Presidente de Província das Alagoas; em 1860.

O Presidente Pedro Leão Velloso, aborda a questão da terra articulado-a diretamente ao critério racial de indianidade: Todos vós sabeis que nesta província não há índios a catequizar e civilizar e aqueles indivíduos que vivem nas chamadas aldeias quase nada têm das características da raça aborígine. Neste assunto o que mais incomoda ao governo são as reclamações que diariamente fazem os inculcados índios por questão de terra. O Governo Imperial, para uma vez obviar tais dúvidas, ordenou-me que mandasse demarcar as terras das aldeias. (In. ALMEIDA, 1999, 44). Na realidade, na mesma fala em que se expressava favorável à demarcação das terras indígenas, o Presidente Leão Velloso, num depoimento, condizente com a ideologia racista, civilizatória e progressista de então, manifesta seu desejo de que as terras devolutas da província fossem entregues a colonos europeus, população “mais bem dotada”, imperativo das leis naturais da evolução e do progresso. Em nome da ocupação economicamente mais produtiva, porque feita por mais “apto” e de uma ideologia de estimular a civilização, dá-se respaldo a mais recente justificativa de combate ao índio. Se antes era preciso “reduzi-lo” às missões, agora é necessário negar-lhe a existência, pela miscigenação, e desaldeá-lo em benefício do progresso e da civilização (MATA. 1989 58).

No ano de 1856 o Ministro do Império L.P.Couto Ferraz apresenta proposta de criação, em cada Província, de Delegados das Repartições Especiais de Terras Públicas, em substituição às Diretorias Gerais dos Índios. As Aldeias passariam a ser administradas como Terras Públicas. Trata-se evidentemente, de uma primeira proposta de extinção das mesmas. (MATA, 1899,56). Oficialmente é decretada a extinção dos aldeamentos indígenas, da Província das Alagoas em 1872 e conseqüentemente suas terras, passam a serem chamadas de “devolutas”¹⁰, ficando incorporadas ao domínio público. O genocídio final dos índios é sentenciado por Decreto Provincial e Imperial: O Presidente da Província autorizado pelo

¹⁰ Os estudiosos observam que o termo “devoluto” se origina do latim, do verbo *devolvere*, indicando as terras que retornavam ao patrimônio da Coroa por não terem sido desenvolvidas quando doadas em sesmarias. A expressão *terras devolutas* não era utilizada apenas para indicar as terras dadas em sesmaria que tivessem caído em comisso. Durante o período colonial e nos primórdios da época imperial, a expressão tinha significado abrangente, indicativo de terras vagas, não ocupadas e, por essa razão, consideradas terras públicas. LIMA, apud LINHARES. Ação Discriminatória: terras indígenas como terras públicas. In: *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). Rio de Janeiro. Contra Capa, 1998, p. 128.

aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado de 17 de junho último, sob o nº3, declara extintos todos os aldeamentos de índios existentes nesta mesma Província, ficando incorporadas às terras de domínio público as sesmarias pertencentes aos referidos aldeamentos, na conformidade do aviso citado, e determina que neste sentido se espessam as necessárias comunicações às autoridades competentes, a fim de se tornar efetiva semelhante providencia. Palácio do Governo das Alagoas, Maceió, 03 de julho de 1872. a.a Silvino Elvidio Carneiro Cunha.(A P. A Diversas Autoridades da Província. Correspondência Ativa. Livro 280. Estante 20. 1872).

Assim como em outras situações no Nordeste, na Província de Alagoas os índios são dados como extintos em 1872, e as terras destes, passam para a administração provincial. O Presidente da Província de Alagoas, em seu relatório à Assembléia Provincial de 1872, afirma que não há mais índios em Alagoas e, assim, extingue juridicamente todo um povo. De fato, tendo em vista o discurso das agencias do Estado, gestora das classificações oficiais, o que se tem é um verdadeiro silêncio, uma lacuna de informações sobre os índios em Alagoas, que tem sido fatal para os Xukurus-Kariris e de vários outros grupos indígenas que partilham com eles dessa história de extinção por decreto a “extinção formal”. Assim a população indígena de Palmeira, que outrora viveu na aldeia desde 1773, se dispersou, para voltar a se reunir em um só território em 1952, como descendente indígena, no Posto Indígena Irineu dos Santos comprado pelo extinto SPI (Serviço de Proteção aos Índios) para abrigá-los. Em 1952, o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) hoje FUNAI, adquiriu a Fazenda Canto, com 277 ha. reagrupando parte da comunidade que vivia espalhada pela região. Em 1981 num processo de reconquista de suas terras os índios conseguem da Prefeitura Municipal a doação da Mata da Cafurna com 117 ha. Por problemas de divergências internas, a comunidade dividiu-se em dois grupos: um permaneceu na Fazenda Canto, o outro, deslocou-se para a Mata da Cafurna. O grupo reivindica a demarcação imemorial de suas terras, com a seguinte proposta: uma légua em quadra, tendo como peão central a Igreja Matriz de Palmeira dos Índios. Essa proposta foi estudada em 1988. Esta área pretendida pela comunidade atinge 13.020 ha., incluindo no seu interior, a Fazenda Canto e a Mata da Cafurna. Na reivindicação indígena, a área imemorial dos Xukuru-Kariri corresponde a 13.684, 81 hectares, envolvendo população urbana e rural, contendo mais de 500 imóveis e mais de 30 mil casas. Os trabalhos concluídos em 23 de agosto de 1988, não foram a contento da FUNAI, nem dos indígenas. Na Cafurna foram levantadas as propriedades “Jibóia, Serra da Boa Vista, Sitio Boa Vista, Serra do Amaro, Cafurna, Brejinho”, envolvendo 14 proprietários, 19 familiares, 73 pessoas, com área de 586, 93 hectares. Na Fazenda Canto, os imóveis “Salgados” a Serra dos Macacos, Sitio dos

Macacos, Sitio Baraúna, Olho DÁGUA do Pinto, Travessada, Sitio Salgado, envolvendo 27 proprietários, 23 famílias, 129 pessoas, e 588,54 hectares. (Tribuna do Sertão, Palmeira dos Índios, 08 a 14 de dezembro de 1983, p.03).

Em 1988, um grupo de trabalho da FUNAI, procedeu no município de Palmeira dos Índios, a identificação das áreas históricas dos Xukuru-Kariri. A equipe composta por um grupo interinstitucional¹¹ tinha como integrantes: Maria de Fátima Campelo Brito, antropóloga, Mariano Belarmino Maia, desenhista, Denisval Botelho, Valter Douglas e Rodolfo César, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos. Palmeira dos Índios possuía cinco aldeias – Fazenda Canto e Mata da Cafurna, Boqueirão, Capela, Cafurna de Cima e após o levantamento feito pela equipe identificou-se que a área imemorial dos índios está circunscrita a uma área de 6,6 km de raio, tomando como epicentro a Catedral Diocesana, situando-se nesta área urbana da cidade, 500 imóveis rurais e mais de 30 mil imóveis urbanos. Os técnicos não conseguiram realizar um levantamento completo da área, procedendo a pesquisas apenas nos imóveis limitantes aos dos aldeamentos e poucos imóveis foram avaliados pelo grupo de trabalho: cerca de 40 famílias compostas por 202 pessoas, e correspondente a uma área de 1.175,47 hectares.

O ITERAL (Instituto de Terras de Alagoas), Banco do Brasil e EMATER colaboraram, nesse levantamento fundiário. E a maior parte dos proprietários apresentou títulos de propriedade, por mais de cinquenta anos. Deve-se registrar que como o levantamento não atendeu as exigências da FUNAI, o novo levantamento solicitado pela mesma foi impedido pelos fazendeiros utilizando-se para isso dos direitos de propriedade, contido, na Constituição Federal, onde invasão é crime e sem a autorização dos atuais proprietários não foi possível fazer tal medição. O Processo foi retomado pelo Ministério Público Federal - Coordenação da Tutela Coletiva da Procuradoria da República em Alagoas, através do ofício nº369 de 18 de junho de 2003 (publicado no periódico semanal, Tribuna do Sertão, Palmeira dos Índios - AL, de 22 a 26/06/2003), onde o Procurador Geral da República – Al Sr. Delson Lyra da Fonseca informa ao Prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, Sr. Albérico Cordeiro, da retomada do processo administrativo de devolução às comunidades indígenas de seu território tradicional. O referido ofício reconhece a inadimplência do

¹¹ Vale apenas ressaltar que não consta nesta equipe como nas demais equipes a presença de profissionais na área de História bem como Geografia isto de certa maneira traduz tanto a visão limitada dos órgãos ministeriais que organizam as equipes bem como das respectivas ciências que não colocaram em seus discursos a questão indígena com a relevância que merece enquanto povos constitutivos da sociedade brasileira. Reproduzindo durante muito tempo o discurso da classe dominante de que os índios do Nordeste não existem mais e os de sociedade isolada são de competência da Ciência Antropológica ou Sociológica e que não se constituem em foco de interesse para as demais ciências.

Governo Federal em cumprir o prazo estabelecido pelo artigo 67 do ADCT-CF/1988, prazo este de cinco anos para o cumprimento demarcatório das terras indígenas. O referido Ofício (nº369/2003 – CTC) que informa a retomada do processo demarcatório na cidade de Palmeira dos Índios traz ainda à afirmativa da essencialidade do cumprimento da Constituição Federal no que diz respeito à legislação sobre as terras indígenas lembrando que: A área que se designa terra indígena não é uma concessão do Estado Nacional a título de compensação de perdas ou de reconhecimento da presença indígena em determinada região. Nem tão pouco se cuida de artifício jurídico que visaria a “criação” de área indígena, ao contrário. Trata-se de reconhecer a condição preexistente do território indígena em relação a qualquer ato jurídico. E que sob esse aspecto é importante lembrar que: A terra indígena, assim, apresenta-se com caráter singular, inconfundível com o que confere a sociedade envolvente. Despe-se do valor patrimonial que a ela empresta esta mesma sociedade e veste-se de vida e dignidade humanas, valores estes superiores àquele, porque fundante da ordem jurídica que tem no homem a sua referencia primeira, e como tal reconhecida pelo texto constitucional.

Neste mesmo ofício o Procurador da República Delson Lyra da Fonseca afirma que se deve inverter a lógica do senso-comum que entende apenas a demarcação de terra indígena como ato jurídico que subtrai espaço e valores do Município e sim que, apoiado em fatos históricos incontestáveis, demonstra-se que foi o projeto colonial – dando origem ao Estado Nacional – que subtraiu espaços e valores tradicionais indígenas. E que o processo de: (...) Demarcação da Terra Indígena Xukuru-Kariri, portanto significa o cumprimento do dever moral e constitucional do Estado brasileiro, na revisão da injustiça histórica e no reconhecimento da pluralidade da sociedade nacional, sem que implique negar os direitos e interesses daqueles que ocuparam ao longo dos anos esta área indígena, especialmente os atuais médios e pequenos trabalhadores rurais que têm em suas posses a garantia do sustento familiar.

BIBLIOGRAFIA: ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec.1996. MATA, Vera Lucia Calheiros. **A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPG. Antropologia Social, 1989. (Tese de Doutorado). CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia Social de Silvio Romero. **Revista Terra Brasilis**. Rio de Janeiro. Nº2. Jul/dez. 2000. pp.35-58. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados: o índio em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983. DANTAS, Beatriz Góis & DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos Índios Xocó: estudos e documentos**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1980. ANTUNES, Clovis. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: EDUFAL, 1984. ALMEIDA, Maria Regina

Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. ALMEIDA, Luis Sávio. (Org). **Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999. SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. PREZIA, Benedito & HOONAERT, Eduardo. **Brasil Indígena. 500 anos de Resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**TRABALHADORES RURAIS E POSSEIROS A MARGEM DO DIREITO NA
REGIÃO ARAGUAIA/TOCANTINS¹**

Terezinha Cavalcante Feitosa²

Resumo

A região Araguaia/Tocantins até 1970 era praticamente isolada do resto do País. Os poucos moradores, que ali se encontravam, viviam da pesca, da caça, da pequena roça de subsistência da criação de pequenos animais, poucas cabeças de gado e da extração do caucho. Eram, na sua maioria, pequenos agricultores que tinham na floresta e nos rios sua principal fonte de subsistência. Ninguém se preocupava com a regularização de suas posses. Entretanto, a partir de 1970, tiveram suas condições de vida alteradas pelo processo de colonização induzido pelo Governo Federal, que em nenhum momento hesitou em utilizar seu aparato jurídico e o braço armado para expulsá-los das terras que eram utilizadas como posse. Este trabalho pretende discutir a situação destes pequenos agricultores relacionados ao direito de posse da terra e a atuação do poder judiciário sobre a questão, posto que, foram muitas as ações de despejos (e ainda são) de pequenos agricultores que ali estavam estabelecidos e foram alijados do espaço de produção e reprodução de vida, para dar lugar ao “desenvolvimento”.

Palavras chaves: Direito de posse; Posseiro; Ocupações

1. Introdução

“Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da história”.

José de Sousa Martins
Caminhada no chão da noite, 1989.

Desde meados do século XIX a região sudeste paraense onde está situada a cidade de Conceição do Araguaia constituiu-se na porta de entrada de povoamento. A região foi, durante muito tempo, o principal centro urbano, com os principais órgãos públicos estaduais e federais, e sede da Igreja Católica. Até a década de 1970, a região era pouco conhecida e o acesso até a capital Belém só era possível por via fluvial. Os rios Araguaia e Tocantins se constituíam em verdadeiros caminhos naturais. Nesse período as poucas terras ocupadas na região pertenciam a poucos moradores que vivia da caça, da pesca, da pequena roça de subsistência, da criação de pequenos animais, (porco, galinha) e poucas cabeças de gado,

¹ O nome Tocantins aqui se refere ao rio Tocantins e não ao Estado.

² Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro-CPDA, Bolsista da Fundação Ford e Professora de Sociologia lotada na Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará. tecafe@msn.com; tcavalcantefeitosa@yahoo.com.br.

sendo estes criados de forma extensiva. Não havia preocupação em regularizar a terra, pois os mesmo se consideravam donos, baseados no costume antigo. (IANNI, 1978; THOMPSON, 1998).

A partir de 1950, com os projetos de desenvolvimento da região Sul e Sudeste do País, os trabalhadores que perderam suas terras, em virtude da infra-estrutura (ferrovias, rodovias, usinas hidrelétricas), aos poucos foram migrando para região Norte. Foi um processo lento. E só depois do golpe de Estado de 1964, com a política de integração nacional a migração foi intensificada, transformando a região amazônica em uma área de intensos conflitos agrários entre os migrantes e a sociedade local.

Este trabalho pretende discutir a situação de posseiros da região Araguaia/Tocantins relacionado ao direito. Como as questões têm sido encaminhadas à justiça e como os operadores do direito na região agem diante dos fatos de expulsão dos trabalhadores rurais de suas posses?

2. Posse e posseiro na história da ocupação do Araguaia/Tocantins

Para compreender o direito de posse tomemos a discussão de Von Ihering (1957), que faz uma argumentação bastante consistente sobre direito possessório. Para autor o possuidor que não tem outra qualidade senão a de possuído sucumbe na luta contra o proprietário reivindicante; e isto prova que a posse não é mais que puro fato, o qual desaparece quando o direito surge. Mesmo assim, isso não demonstra que a posse deixe de ser um direito de um tipo peculiar, diferente por sua natureza de todos os outros. De acordo com o autor a teoria possessória peculiar do Direito Romano, a qual exige uma qualificação especial para que a posse participe da proteção jurídica, no qual ele distingue dois tipos de posse: a posse juridicamente protegida e a posse juridicamente desprovida de proteção. Segundo o autor se há posse há o possuidor, vale discutir se o possuidor é legítimo ou não. A legitimação do possuidor é feita perante a justiça que se utilizará da legislação em vigor.

Motta (1998) afirma que a figura do posseiro surge para resolver um dos problemas da Coroa que partia da necessidade de colonizar, ocupar e explorar as terras, uma vez que os sistemas de sesmaria não tinham resolvido o problema. Na argumentação da autora ela afirma que:

A delegação de poder que acompanhava a prática dos grandes arrendamentos não só permitia o surgimento de uma nova categoria social - o grande arrendatário - como colocava obstáculo ao trabalho da Coroa de verificar o cumprimento da exigência do cultivo e a demarcação de terras. Em terceiro lugar a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento

da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava da terra, pretensa ou realmente devolutas. Por conseguinte, a aceitação do posseiro na legislação sobre as sesmarias nas terras brasileiras esteve relacionada aos esforços da Coroa em limitar o poder do sesmeiro. Ao mesmo tempo, o sistema de posse tornou-se a expressão maior da realidade da ocupação das terras brasileiras. (p. 121-2)

Percebe-se que a figura do posseiro é na verdade uma categoria criada, a partir de um determinado momento histórico, dentro de um contexto social, político e econômico. Por outro lado, o direito de posse resolveu o problema de muitas famílias rurais, que trabalhavam como arrendatários, meeiros, ou tinham apenas trabalhos sazonais. Para a autora, o reconhecimento do sistema de posse ou do posseiro se traduziu na ambigüidade da legislação de sesmaria, no caso do Brasil, no que se refere a outros ocupantes, ou seja, os não sesmeiros. Nesse sentido percebe-se que a Coroa deixou de ignorar a existência de uma ampla camada de colonos que lavrava a terra preenchendo um dos requisitos da colonização que era de produzir produtos para exportação.

Nota-se também que havia uma ocupação de terra indevida por parte do sesmeiro. Segundo Motta (1998) a coroa não podia ignorar que muitos sesmeiros ocupavam grandes extensões de terras através do apossamento das terras limítrofes a suas sesmarias, ou mesmo de outras áreas distantes, especialmente das suas concessões. Isto significa dizer, que muitas vezes à figura do sesmeiro e do posseiro se resume em uma mesma pessoa. Essa confusão não deixava de ser percebida, pois a mera existência do sesmeiro-posseiro correspondia a uma ameaça ao poder português sobre as terras brasileiras, já que eles ocupavam grandes glebas de terras, infringindo os parâmetros para a concessão.

Dando seguimento o processo de ocupação e posse das terras brasileira, depois das sesmarias, percebe-se que a luta pela terra vem de longa data e a elaboração de uma lei para aquisição de terras foi lenta e confusa, beneficiando o grande latifúndio, excluindo os pobres pela violência. Para Fonseca (1994) o camponês é vulnerável à dupla violência. Primeiro, por ser ignorado pela teoria jurídica e pelo direito oficial, que insiste em reduzir todas as relações sociais a um determinado número de padrões, organizados e sistematizados segundo os princípios de uma única racionalidade. Segundo, é marginalizado do acesso normal aos títulos e, respectivas garantias jurídicas do direito institucionalizado.

De acordo com Marés (2003), a política de terras no Brasil sempre impediu que os camponeses e os índios vivessem em paz na terra. Desde idos de 1500 sempre existiu uma luta latente entre o latifúndio e os camponeses cada vez mais despossuídos, tendo se agravado nos últimos 150 anos. O Brasil entrou para o século XX com as lutas camponesas efervescendo no Sul e no Nordeste. Basta para isso nos recordamos dos movimentos de

Canudos e Contestado. Estes movimentos, e muitos outros, reagiam à determinação da jovem República de desocupar terras de camponeses para integrá-las no sistema jurídico proprietário em nome da elite política e econômica. Marés argumenta que “para essa desocupação, foi usada uma força incrível, o banditismo mercenário privado, as polícias dos estados e o Exército Nacional. Entretanto, tanto no nordeste como no sul, quem foi chamado de bandido, jagunço, monarquista, fanático, e sofreu toda a violência e repressão do Estado era só um povo que vivia da terra e resistia aos que vinham com títulos de propriedade entregues pelos governos, para expulsá-los. De posse dos títulos de propriedade, com milícia privada ou pública, armadas sempre, agressivas e violentas, expulsavam os posseiros que trabalhavam à terra. As lutas camponesas foi uma reação a esta violência.

Nesse aspecto, se pode recorrer a Baldez que diz que “no estado capitalista é a lei que organiza a violência e inverte a realidade, criminaliza-se a luta legítima das classes oprimidas pela posse da terra e legitima-se o cerco jurídico, que exclui e expulsa o trabalhador do campo”. Para este autor, são as leis do processo civil que frequentemente repercutem contra os despossuídos no confronto com a propriedade acumulada pelos senhores da terra, cabendo ao juiz, máscara do Estado, aplicá-las. Isso quando outros meios, de violência direta, sem mediação judiciária, não são utilizados: a jagunçagem, mais comum nos meios rurais, e os aparelhos policiais. Sendo assim, a justiça e o direito não passam de instrumentos de repressão utilizados para coibir os fracos e oprimidos, pelo sistema produção de capitalista. A Lei, quase sempre, diferenciou pobres e ricos no contexto de sua aplicabilidade. Este aspecto pode ser evidenciado em Thompson (1987, 1997), onde este discorre sobre a sociedade inglesa no século XVII, XVIII, no caso do brasileiro esse aspecto não é diferente.

O mesmo efeito, de expulsão e ocupação irregular da terra, por parte da elite econômica, que ocorreu na região nordeste e sul no final do século XIX e início do século XX, também ocorreu a partir de 1970 na região do Araguaia/Tocantins. Não mais a figura do sesmeiro, mas sim, do grande empresário sulista, que muitas vezes é o grileiro, ou seja, “fazendeiro-grileiro,³” na região Araguaia/Tocantins, é uma mesma pessoa, que vai requerer na justiça o direito de posse. Outra artimanha do fazendeiro-grileiro era agregar alguns trabalhadores rurais em suas “fazendas” ceder alguns direitos. Estes podiam lavrar sua roça, criar pequenos animais, desde que semeasse o capim. Quando a fazenda se encontrava estabelecida o fazendeiro expulsavam estes trabalhadores. Uma das técnicas era soltar os animais para comer a roça. Sem ter com que se alimentarem os trabalhadores passariam a

³ Quero usar o termo fazendeiro-grileiro para classificar o ocupante que adquiriu terras de formas ilícitas e ainda utilizava de mecanismos fraudulentos para aumentar suas terras.

condição de diarista para ganhar o sustento da família. A partir daí os trabalhadores eram obrigados a sair à procura de serviços em outras fazendas. Quando o trabalhador resistia a todas as danações do fazendeiro, começavam as ameaças de justiça. Como muitos trabalhadores não tinham condições de constituir um advogado, e nem tinham um sindicato organizado a alternativa era abandonar a terra, pois, caso ele não se retirasse poderia acontecer o incêndio do barraco, a morte dos animais, ameaça à família ou aparecer assassinado.

Martins (1999), afirma que a repressão militar em si mesma abria caminho para a ação violenta dos grandes proprietários de terra, através de seus capatazes e pistoleiros, em centenas de pontos do País inteiro, na certeza e que eram impunes e, além disso, aliados da repressão na manutenção da ordem. Isso implicou no amplo favorecimento da violência paramilitar e privada dos grandes proprietários de terra. Na visão do autor nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada e nunca as forças armadas foram tão frágeis em relação a ele quanto durante o regime militar. Ou seja, era como se a Guarda-Nacional tivesse renascido como força de segunda linha do exército. Isso significa dizer que o Estado brasileiro, para garantir a posse da terra ao grande latifúndio, se omitiu diante da barbárie que se instituiu no campo brasileiro, especificamente na região sudeste paraense, onde ainda não havia organizações sólidas.

3. O cenário da região Araguaia /Tocantins a partir de 1970

Nas décadas de 1970-80, a região Araguaia/Tocantins contava apenas com os municípios de Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Paragominas. Destes apenas dois tinham importância econômica: Marabá e Conceição do Araguaia, posto que, estes estão situados as margens dos rios Tocantins e Araguaia e a partir da década de 1970 foram ligados pela rodovia PA-150, transformando-se na porta de entrada para a região. A partir desse período ocorreu aquilo que podemos denominar de explosão demográfica e atualmente a região Araguaia/Tocantins conta com 37 municípios e abrange uma área de 219.383, 66 km² com uma população de aproximadamente 1.568.101 habitantes (IBGE, 2000). As principais atividades econômicas são a pecuária extensiva e a extração mineral através do Projeto Grande Carajás.

Vários povoados surgiram desses municípios (citado acima) sob a influência de capitais estimulados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, por exemplo, Redenção e Rio Maria e Xinguara. Estes municípios foram emancipados entre 1982

à 1991. Ali se instalaram grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros (IANNI, 1978).

A construção da rodovia PA 150, que liga Conceição do Araguaia a Marabá, foi uma via que contribuiu para uma ocupação mais intensa da região. Seguindo a rodovia, milhares de famílias em busca de terra, da madeira (em especial o mogno) e do trabalho (PEREIRA, 1999). Grandes concentrações de posseiros, nessas novas localidades e nos encontramentos das estradas, aguçaram os conflitos e formavam novos povoados. (IANNI, 1978). Os moradores mais antigos costumam contar que muitas vezes chegavam à noite, todos empoeirados, pegavam restos de madeira nas serrarias e começavam fazer o barraco. Em dois ou três dias o barraco estava pronto. Enquanto isso, a família se alojava embaixo de uma lona.

Outra via de acesso da migração na região foi a pequena vila de São Geraldo do Araguaia, às margens do rio Araguaia, mais ao norte da região, palco da Guerrilha do Araguaia⁴ (1972-1975) e de intensos conflitos pela posse da terra. Esta região teve forte atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos em 1981, enquadrados pela lei de Segurança Nacional, em razão do apoio que davam as comunidades rurais. Diante disso, foi ostensiva a presença do Exército e do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins) em represália aos posseiros (FIGUEIRA, 1986; MARTINS, 1984).

Em meados de 1970, a região Araguaia/Tocantins não era mais uma fronteira de terras disponíveis; pelo contrário, não havia mais terras devolutas para serem ocupadas. Segundo os dados do INCRA, em 1980, havia na região Araguaia/Tocantins 59 projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, ocupando 4,5 milhões de hectares de terra, mais do dobro da área do Estado de Sergipe (PINTO, 1982). Ao distribuir as terras para instalação dos empreendimentos o Governo desconsiderava a presença do posseiro que ocupava determinada área de terra. O empreendedor tinha o direito de aforamento da terra, doado pelo governo. E o posseiro o direito de posse, de acordo com o Estatuto da Terra. Aqui se estabelece uma relação desigual. De um lado um empresário ladino, com recursos e apoio do governo. Do outro um posseiro desprovido de conhecimento de seus direitos e expulso de sua posse. Essa expulsão ocorria de duas formas: pelos despejos que eram bastante freqüentes ou pela

⁴ A Guerrilha do Araguaia teria sido o confronto armado entre 69 militantes do PC do B e o Exército na região do Araguaia, entre 1972 e 1975, na divisa dos Estados de Goiás e Pará. Com o objetivo de depor a ditadura militar e instaurar no País uma “democracia popular” militantes do PC do B passaram a viver clandestinamente entre posseiros da região. Descoberto pelo Exército iniciou-se, em abril de 1972, uma guerra de guerrilhas terminando somente em janeiro de 1975 após a morte de quase todos os militantes do partido. Sobre este assunto, veja IANNI (1978), POMAR (1980), FIGUEIRA (1986) e MARTINS (1991).

violência planejada, física e simbólica. Eram comuns os casos de despejos, incêndios nas propriedades, inclusive feitos por jagunços usando uniforme da polícia.

A partir da segunda metade da década de 1970, diversos imóveis já titulados, principalmente os pertencentes às grandes empresas privadas, passaram a ser ocupados por posseiros expulsos de alguns imóveis da região e por trabalhadores rurais imigrantes do Nordeste e do Sudeste (PINTO, 1982; HALL, 1991). Estes trabalhadores, desalojados pela estrutura fundiária concentracionista e expropriatória, agravada pela política governamental, que optou pela empresa privada e pela propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1991:76), e estimulados pela propaganda oficial de terra e lucro fácil na Amazônia, e mais tarde, revigorados pelo anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, em 1985, passaram a ocupar diversas terras tituladas ociosas. É comum encontrar no eixo Conceição do Araguaia à Marabá grandes propriedades, com pouca ou nenhuma produtividade. São áreas que foram desmatadas e formadas fazendas para garantir a posse e que hoje estão praticamente abandonadas por aquele que se identifica como dono.

Os relatórios da CPT indicam que de 1975 a 1990 ocorreram 211 ocupações de terra na região, quase todas com alto índice de conflito, como foi o caso das Fazendas Canaã, Tupã-ciretã, Vale da Serra, Joncon, Batente, Pecos, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira etc. Destas ocupações, 122 aconteceram entre 1975 e 1984, e 89 entre 1985 e 1990 (CPT-Conceição do Araguaia apud MELO, 1999).⁵ Com esse cenário de ocupações pode-se deduzir que os conflitos eram constantes e muitas posses foram griladas por fazendeiros que estabeleciam a “lei e a ordem”.

Por outro lado, só recentemente, surge uma perspectiva de regularização das terras devolutas ou griladas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem criado mecanismo para combater a grilagem, porém as medidas ainda são muito tímidas e não tem surtido efeito nesta região. O governo federal ainda não implementou um registro único de terras, nem ao menos um cadastro específico para os órgãos fundiários nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) some-se a isto a existência de diversos títulos de propriedade para uma mesma área e fiscalização ineficiente junto aos cartórios de registro imóveis. Dentre os principais problemas de combate à grilagem está a falta de estrutura e a grande insuficiência de pessoal dos órgãos públicos. (SAUER, 2005).

⁵ Três destas fazendas estão situadas em Rio Maria. As ocupações e os conflitos não se extinguiram na região, apenas houve um alargamento da fronteira e os conflitos foram transpostos mais para o sul da região, Novo Progresso, São Felix do Xingu, Terra do Meio.

Outro aspecto a ser ressaltado são os casos de corrupção e intimidação por parte dos fazendeiros/grileiros aos funcionários do INCRA. Estes funcionários, quando não são corruptos, podem ser perseguidos, tanto por companheiros de trabalhos, quanto por fazendeiros, sendo intimidados no ato de fazer cumprir a legislação sobre a terra.

Os processos de desocupação se arrastam na justiça e esta quando se pronuncia, na maioria das vezes, é a favor do “fazendeiro-grileiro”. Só em junho de 2005, o poder judiciário do Pará autorizou mais de 40 liminares de despejo em fazendas ocupadas na região sul e sudeste do estado, atingido quase cinco mil famílias de trabalhadores rurais sem terra. Esses despejos normalmente são seguidos de violência física. É preciso ressaltar que a maioria destas fazendas foi grilada na década de 1970-80.

Os fazendeiros e os posseiros não possuem a propriedade jurídica da terra, portanto, precisam disputar na justiça o direito de posse, contudo, para Ihering (1957) a falta de proteção possessória não priva o mero detentor de todo direito. Além do direito de manter-se na posse, o qual não lhe é negado, o Direito Romano concede-lhe, para atender aos atentados contra sua posse várias ações. Sendo assim, lutam para nela permanecer e aqueles que foram expulsos lutam para ter a acesso a ela. Nessa luta, pela posse legal da terra, os pequenos agricultores enfrentam o poder dos grandes latifundiários, de modernas empresas capitalistas nacionais e estrangeiras, bem como, o poder do Estado através de seus aparelhos repressivos entre ele o judiciário.

4. Processo de ocupação transição do direito de posse

Como foi dito antes, o acesso a terra no Brasil sempre foi imbuído de discussões conflituosas, mesmo antes, no início da colonização. No período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o país ainda não tinha uma lei que regularizasse a questão da terra. Assim, como em outros países muitos dos problemas relacionado a terra, ainda eram resolvidas através do costume (THOMPSON, 1998). Só a partir de 1850 é que passou a ser discutido nas instâncias do poder legislativo uma lei que regularizasse a situação dos “proprietários” uma vez que estava sendo discutida a entrada de imigrantes para substituir o trabalho escravo (SILVA, 1997). Segundo a autora o problema que mais incomodou os espíritos nesse período foi a questão da mão-de-obra. Embora, os efeitos do fim do tráfico sobre a questão do trabalho demorassem em se fazer sentir, o golpe sobre o antigo regime era de molde a passar despercebido, e, naturalmente, a discussão sobre as possíveis formas de realizar a transição para o trabalho livre sem traumas para a lavoura de exportação foi

relançando. O tema de migração mais uma vez volta a tona nas rodas de discussão dos políticos. Era a busca de novas soluções para os problemas colocados em virtude do crescimento do Estado e pelos desafios da modernização da sociedade. Essas discussões resultaram na lei de terras de 1850. Silva argumenta que:

No sentido de demonstrar que o governo, apesar do estancamento do tráfico, era sensível aos problemas da lavoura (no léxico imperial), lavoura significava grande lavoura de exportação, decidiu-se retomar a solução imigrantista para o problema da mão-de-obra e o projeto de 1843 sobre sesmarias e imigração, que ficara esquecido no Senado durante a vigência dos gabinetes liberais, foi retomado com a volta dos conservadores ao poder, em 1848, e adotado na forma da Lei de Terras, no contexto da extinção do tráfico. (p. 124).

Nota-se dessa forma, que as discussões giram em torno da preservação das oligarquias rurais, ou seja, do grande fazendeiro de café. Nesse contexto, parece que não se discutia sobre a utilização da mão-de-obra do escravo liberto. Com o escravo livre, quem cuidaria dos cafezais? Não se percebe em nenhum momento uma preocupação em ocupar a mão-de-obra que ia ficar ociosa, sem lugar para morar e obviamente, sem trabalho. É como se o governo também, não fosse responsável por essa gente.

Seguindo Silva (1997), uma das maiores preocupações do governo era encontrar uma estratégia de compensar os senhores de escravos. A alternativa encontrada pelo governo imperial foi substituir o escravo pela terra, bem como financiar a mão-de-obra estrangeira através da venda de terras devolutas. Para isso tornava-se necessário por ordem na apropriação territorial e demarcar as terras devolutas.

Muitas foram às questões que se desenrolaram nesse processo de regularização das terras, entre elas a imigração. Esta era classificada como imigração espontânea que diz respeito àqueles migrantes que vinham por conta própria, porque tinham recursos para fazê-lo, e também para comprar seus lotes de terras. A outra era a imigração regular e tinha que ser financiada, pois, estes imigrantes não possuíam meios para pagar as passagens.

De acordo com Vita (1997), as Ligas Camponesas, além da luta pela posse da terra aos foreiros ameaçados de expulsão, iniciaram um movimento por uma reforma agrária radical. As Ligas defendiam o fim do monopólio dos latifundiários sobre a terra. Os latifundiários seriam expropriados e substituídos pela propriedade camponesa, individual ou associada. Sonho que foi interrompido pelo Golpe militar de 1964.

Ao observar o sistema descrito por Silva (1997) pode-se perfeitamente compará-lo a colonização da Amazônia, especificamente a região Araguaia/Tocantins que segundo (FEITOSA, 2003), os migrantes do sul e sudeste do país, recebiam terras e financiamento

para abertura de fazendas. Os migrantes do nordeste eram denominados de peões, vinham financiados pelos fazendeiros para trabalhar na abertura das fazendas. Outros vinham por conta própria, porém sem recursos para fazer qualquer tipo de investimento. Estes trabalhavam nos garimpos de ouro e com a decadência do metal precioso ficaram desocupados. Muitos dos conflitos agrários dessa região estão ligados a ocupação de terras. Tanto devolutas, quanto terra apropriada por grileiros⁶ e fazendeiros. A margem da lei e do direito não tendo para quem recorrer estes atores sociais passaram a se enfrentar. Eram muitos (e ainda são) os conflitos seguidos de violência. Muitos fazendeiros passaram a organizar jagunços, que eram denominados de seguranças para vigiar suas fazendas dia e noite. A maioria destes fazendeiros eram grileiros que se apropriavam de terras devolutas.

Assim, a questão da terra nesta região sempre foi cercada de intensos conflitos, talvez, isso seja uma herança colonial, pois, segundo Silva (1997), litígios por causa de questões de divisas estavam na ordem do dia, sendo responsáveis por grande parte das brigas de famílias e dos crimes no campo. A exemplo de outros países, como Inglaterra e França, esta região passou por uma metamorfose política, social e econômica (BLOCH, 2001)

Uma questão que deve ser argumentada diz respeito à lei. Parece ser uma prática do governo brasileiro, que está em evidência, até os dias atuais. O governo não tem pressa com demarcação de terra e o proprietário só se interessa em medir quando por alguma razão vai ser favorecido.

Silva (1997) destaca que as colônias uma vez instaladas eram abandonadas à sua própria sorte e os colonos viam-se ameaçados de perderem suas terras em virtude da não legalização. A lei de terras, mesmo sendo aprovada, quase não surtiu efeito prático no campo. A própria imprensa brasileira dizia, em 1859, que as medidas adotadas pelo governo só produziram engano, confusão e perda de tempo e dinheiro (SILVA, idem). O que na verdade funcionava, (e funciona atualmente) é o poder da força, seja ele através da pistolagem ou nos tribunais onde juízes desqualificam os trabalhadores.

Um caso inusitado aconteceu recentemente em uma Audiência numa ação de reintegração de posse por Sebastião Vicente Caixeta proprietário da improdutiva Fazenda Cosme Damião datada de 4 de outubro de 2000 no Fórum da cidade de Xinguara-Pará, contra

⁶ A grilagem de terra era bastante comum por parte de fazendeiros. Como o Estado não tinha controle das terras o fazendeiro recebia o título de aforamento de uma área e grilava toda terra em torno da fazenda. Além disso, era comum a presença de capangas rondando as pequenas propriedades e ateando fogo nos roçados. Outro mecanismo de se apropriar das posses dos legítimos posseiros era o envelhecimento de documentos dentro da caixinha de grilo, que em poucos dias deixava o documento com aspecto antigo. Por incrível que pareça não se sabe se algum juiz teve a audácia de verificar no cartório a validade e veracidade de tais documentos.

os trabalhadores rurais Manoel Soares Mendanha, João da Cruz Fernandes Neves, Ismair dos Reis Mendanha e Joel Soares Mendanha que ocuparam a fazenda “largada”⁷.

Durante a audiência o juiz fez questão de humilhar os trabalhadores e perguntou: Vocês plantam limão? O trabalhador imaginou que a pergunta fosse séria e respondeu com humildade! Sim Doutor. Tenho um bonito pé de limão na minha terra⁸. O juiz irritado gritou: pois quando vocês vierem para rua poderia tomar um banho de limão para perder essa catinga de porco. Continuando a audiência e na tentativa de contestar a ousadia dos lavradores de terem ocupado terra faz a seguinte comparação: Vocês concordariam de emprestar as suas mulheres aos seus vizinhos? No final da audiência, quando um dos trabalhadores disse não saber assinar o nome, o juiz gritou: O que vocês estão fazendo? Como é possível, no Brasil, em Xinguara, existirem ainda pessoas analfabetas?! (TONETO, 2000, p. 78).

Como se percebe, o juiz se quer disfarçou a imparcialidade. Pelo tom das palavras e pelas as expressões cunhadas sabem-se perfeitamente os valores que esta pessoa defende. Este é apenas um caso, entre tantos outros, de humilhação de trabalhadores que ocorrem junto aos tribunais no Brasil. Compreende-se também, pelo teor dessa audiência, que não basta ter uma lei de terras, visto que, muitas decisões do judiciário dependem dos valores éticos e da formação moral de quem está operando o direito.

Vale ressaltar aqui que, a luta pela posse da terra na região do Araguaia/Tocantins ocorre quase todas no regime militar. As décadas de 1970-80 foram as mais violentas em se tratando do sudeste paraense. Nesse período, era intensa a migração. Porém, foi também, um período de resistência e de mudanças, não só em relação à reforma agrária, mas também em relação ao trabalhador rural sem terra (diarista) como chamam os fazendeiros.⁹ Foi a condição de penúria dos trabalhadores rurais que na década de 1950 e 1960, levaram o redirecionamento da luta pela reforma agrária e a luta pela regularização do trabalhador do campo, que passados quase 50 anos ainda não é cumprido pelos fazendeiros, que muitas vezes submetem seus trabalhadores a condição de escravos (FIGUEIRA, 2004).

Uma forma de o primeiro governo militar amenizar a luta no campo foi a aprovação do Estatuto da Terra que já vinha sendo discutido no governo de João Goulart. Segundo Bruno (1997), o Estatuto foi regulamentado com um grande número de vetos e de alterações,

⁷ Era comum fazendeiros de Goiás grilarem terras devolutas do Estado e depois sem condições de beneficiar abandonavam sem nenhum benfeitoria.

⁸ Ao afirmar que tinha um pé de limão na propriedade compreende-se que o agricultor já ocupava a terra há alguns anos, posto que, o limão é uma fruta que demora algum tempo para produzir frutos.

⁹ O trabalhador relegado à condição de peão e submetido ao pagamento por diária. Mesmo ele estando morando na fazenda os seus rendimentos, quando são pagos, é por dia trabalhado. Muitos deles nunca saem das fazendas pois o que ganham nunca dar para pagar o que consomem com alimentação e ferramentas. Nas cantinas das fazendas os preços normalmente são acima dos preços praticados no mercado.

sobretudo no que diz respeito à distribuição de terras e ao apoio do Estado ao trabalhador rural, o estatuto aparece como o instrumento de intervenção do Estado em dois níveis distintos: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola.

Para a autora o Estatuto da Terra é uma lei ambígua incorporando no seu texto duas vertentes diferenciadas. Reforma agrária e desenvolvimento agrícola. Suponho que mais uma vez os movimentos sociais campo caíram no “conto do vigário”, pois ao invés de se preocupar com a reforma agrária o governo desvia a atenção para tecnificação da agricultura, segundo ele para forçar os latifundiários se organizar. É tão bizarra a situação que na exposição proferido no seminário sobre reforma e justiça agrária o sr. Eudes de Souza Leão deu a seguinte explicação: “os latifundiários não precisam ter medo da reforma agrária, pois, o Estatuto da terra significa um processo indutivo e não compulsivo de reforma. Cabe ao proprietário decidir se vale a pena continuar latifundiário ou não. Ele tem, por lei, um prazo de dois anos de carência . Primeiro para conhecer a lei e tomar posição. O segundo para atrair interesses associados. Só a partir do terceiro ano, se o latifundiário não estiver sensibilizado, é que começará a pagar um imposto pequeno. Nenhuma lei de reforma agrária, até hoje deu esse direito ao proprietário de fazer sua escolha”. O Estatuto da Terra é o símbolo da solidariedade patrão-trabalhador, do capital e do trabalho. (BRUNO, 1997).

Mais impressionante nesse contexto na verdade não é o discurso. É denominar essa relação de solidariedade entre governo e latifundiário de reforma agrária. Percebe perfeitamente o recuo do governo, e os movimentos no campo são congelados de certa forma pela esperança, quando a esperança cessa são sucumbidos pela violência. Esta está presente no cotidiano do trabalhador rural.

Vale ressaltar ainda, que enquanto as discussões eram feitas nos arredores de Brasília, na região Araguaia/Tocantins a disputa pela terra era ferrenha sendo estas disputadas na bala, pois aqui, os latifundiários impunham a “lei e a ordem”. Para se ter uma idéia dessa dimensão basta acompanhar os relatórios da Comissão Pastoral da Terra- CPT que desde a década de 1970 se instalou no sudeste paraense procurando dar apoio técnico e jurídico aos trabalhadores rurais e posseiros. Muitos dos agentes da CPT já foram mortos, outros ainda são ameaçados. Os conflitos de terra “seguidos de mortes são muito natural”. E a matança é selecionada. Na Tabela 1 e 2 pode ser analisado o número de conflitos seguidos de mortes desde a década de 1975 até 1990. (*grifos meus*).

Tabela 1 – Relação dos conflitos agrários desde a década de 1997 à 1990 em alguns municípios da região Araguaia Tocantins

Municípios	1975 – 1984	1985 – 1990	Total
Conceição do Araguaia (inclui Floresta do Araguaia)	19	33	52
Redenção (inclui Pau D'Arco)	4	2	6
Rio Maria	15	18	33
Sta. M ^a das Barreiras	2	6	8
Santana do Araguaia	7	18	25
São Geraldo do Araguaia (inclui Piçarra)	48	3	51
Xinguara (inclui Sapucaia)	27	9	36
Total	122	89	211

Fonte: adaptação de Pereira, 2004.

Tabela 2 – Número de mortes entre 1980 e 1993 na região Araguaia/Tocantins

Períodos	Brasil	Pará	Araguaia/Tocantins
1980 – 1984	499	100	66
1985 – 1989	641	361	157
1990 – 1993	215	67	16
Total	1.355	528	239

Fonte: adaptação de Pereira, 2004.

Como pode ser observado, o Pará acumula aproximadamente 40% dos números de assassinato no campo sendo que destes 45,26% ocorrem na região do Araguaia/Tocantins. Estes sempre estiveram à margem da lei e do direito. Reflete ainda o descaso que as instituições públicas dispensam a essa parcela da população que foi relegada a própria sorte pelos governos. A maioria destes crimes se quer há indiciamento, os processos não andam e os poucos que conseguem chegar a julgamento nunca são concluídos.¹⁰ Ou seja, “a Lei de terra no Brasil promove conflitos, e não soluções, porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente. É por isso, um instrumento de desordem calculada, através da qual, práticas ilegais produzem lei, e soluções extralegais são introduzidas clandestinamente no processo judicial. A lei torna-se um instrumento de manipulação, complicação, estratégia e violência. Ela define uma arena de conflito no qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporários e sua relação instável (HOLSTON, 1993, p.60).

¹⁰ Um dos casos de grande repercussão foram os casos do fazendeiro Vatuir de Paula e do ex-prefeito Adilson Carvalho Laranjeiras, (mandantes do assassinato do sindicalista João Canuto na cidade de Rio Maria-Pará) que foram a julgamento e condenados a mais de 18 anos de cadeia e nunca cumpriram pena. Os dois com mandado de prisão decretado pelo Tribunal de Justiça do Pará fugiram e nunca foram encontrados pela justiça. Laranjeiras faleceu recentemente de problemas cardíaco e foi enterrado em Palmas, capital do Estado do Tocantins. Vantuir continua foragido.

5. Considerações finais

Ao chegar ao final desse trabalho posso considerar que as lutas dos trabalhadores rurais e posseiros, além da violência, sempre foram acompanhadas de penúria. Não apenas o enfrentamento do “outro”, mas também o enfretamento das condições adversas de assistência e da natureza. Não se conhece na história agrária brasileira algo que tenha sido feito para, verdadeiramente, beneficiar essa gente. Desde os movimentos messiânicos, até os nossos dias com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a história não revela mudanças significativas. A mudança tem sido para permanecer como está. Os posseiros continuam sendo despejados assim, como no tempo dos coronéis. A mediação do Estado é, quase sempre, em favor do latifundiário, assim como no tempo da escravidão. (CUNHA, 1987). A legalidade da terra ainda é sonho para maioria deles. Os financiamentos apesar de ter aumentado no governo Lula, ainda são irrisórios e não atendem a demanda daqueles que foram assentados até porque as terras dos posseiros não são regularizadas. Estes sofrem muitas privações dos bens sociais como: saúde, educação, transportes, falta de energia elétrica e estradas vicinais para escoamento dos alimentos produzidos.

A travessia do século XIX foi dolorosa, e não foi resolvida a questão a agrária no Brasil. Chegamos ao século XX e os conflitos de terras se intensificaram e muitas foram às lutas camponesas pela posse da terra. Desde os movimentos messiânicos (sebastianismo) e o cangaço, final do século XIX e início do século XX, até a formação das Ligas Camponesas que lutariam pela reforma agrária, além de outros inúmeros movimentos que não há espaço para registrar neste artigo, a entrada corajosa de MST no cenário, a história da terra no Brasil tem sido contada com lágrimas, suor e sangue.

Embora, muitos intelectuais tenham se esmerado na esperança de que a reforma agrária acontecesse de fato, dentro das necessidades do homem campo, com o objetivo de diminuir a miséria, o que se tem visto nos últimos anos é a intensificação êxodo rural. Além de não executar a reforma agrária, aqueles que são assentados ou ocupam terra não recebem o atendimento devido por parte dos poderes constituídos. Enfim, pode-se considerar que muito ainda tem que ser feito, em relação à reforma agrária nesse país. Uma delas a reforma do judiciário.

6. Referencias bibliográfica

BALDEZ, M. L. **Sobre o papel do direito na sociedade capitalista: ocupações coletivas: direito insurgente.** Petrópolis, CDDH, 1989. 20p.

- BLOCH, M. **A terra e seus homens**. Santa Catarina: Edusc, 2001. 527p.
- BRUNO, R. A. L. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997. 160 p.
- CUNHA, M. C. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FONSECA, M. G. P. da. Função social da propriedade e terra de trabalho. In: FONSECA, M. G. P.; CAVALLAZZI, R. L.; PAIVA, M. A. P. (Org.). **Teoria jurídica e práticas agrárias**. Rio de Janeiro, RJ., Editora Idéia Jurídica, 1994. 143p.
- FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986. 115p.
- HALL, A. L. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, J. (Org). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.144-162.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 21, ano 8, 1993.
- IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis:Vozes, 1978. 236p.
- IHERING, R. VON. **Teoria simplificada da posse**. Salvador, Livraria Progresso e Editora, 1957, 120p.
- MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, 139p.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.185p.
- _____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989. 147p.
- _____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182p.
- MELO, A. L. P. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento**: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia –PA. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. 294p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.
- MOTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 1998. 247p.
- PEREIRA, A. dos R. **O fruto da justiça será a paz**: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria (1991 a 1998). Marabá-PA: UFPA, 1999. 111p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História) – Universidade Federal do Pará, 1999.
- PINTO, L. F. Conflitos de terras no Sul do Pará. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 12, n. 2, 1982.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direito, 2005, 170p

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio:** efeitos da Lei de 1850. São Paulo. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

Thompson, E. P. Costume lei e direito comum. **Costume em comum.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 86-149.

TONETO, B. **Frei Henri de Roziers.** São Paulo, Editora Salesiana/Questão agrária, 2000, 80p.

VITA, Á. **Sociologia da Sociedade Brasileira.** São Paulo, Ed. Ática, 1997.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 1 – A luta pela terra, movimentos sociais e políticas agrárias

**VICISSITUDES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O CASO DO
MST**

Lucicléa Teixeira Lins¹

Resumo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que luta pelo acesso a terra, fonte de trabalho e renda para o camponês. Considerando seu contexto, este artigo identifica os pressupostos filosóficos e ideológicos que fundamentam a formação dos(as) educadores(as) a fim de analisar o significado dessa formação na construção de uma educação emancipadora. Busca-se compreender e aprofundar tais aspectos a partir das categorias formação, ideologia e emancipação, adotando como fundamento teórico a abordagem gramsciana acerca dos intelectuais orgânicos e hegemonia. O estudo realizado revela a necessidade de intensificar o acesso à escolarização, combinando a dimensão política da formação de quadros com o conhecimento sistematizado.

Palavras-chave: Formação, Ideologia, Emancipação.

1. Introdução

Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST prima pela formação política de seus(as) educadores(as), entendemos que esse aspecto seja norteador de uma prática educativa que tenta se diferenciar dos objetivos, princípios e práticas da educação escolar vigente, geralmente assentada sob valores burgueses e mantenedora do poder exercido pela classe dominante. Nesse sentido, em análise sócio-histórica acerca da concepção de educação praticada pelo MST, investigamos os pressupostos filosóficos e ideológicos que fundamentam a formação dos(as) educadores(as) militantes desse movimento.

Dessa forma questionamos: quais os pressupostos que fundamentam o processo de formação dos(as) educadores(as) que atuam nesse movimento social e como esses pressupostos têm subsidiado a formação política desses(as) educadores(as) na perspectiva de construção de uma educação emancipadora?

A fim de buscar possíveis respostas para tais questionamentos, partimos, então, do pressuposto que o MST busca concretizar a proposta de que educadoras e educadores que atuam em suas escolas sejam militantes, compreendendo que somente a formação técnica (domínio de conteúdo formal) não é suficiente para o projeto de construção de uma educação

¹ Mestra em educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, formação em história, membro do grupo de pesquisa em extensão popular - Extelar e coordenadora da incubadora de empreendimentos solidários – Incubes/UFPB.

voltada para a transformação humana e social, sendo necessário, portanto, a formação política e ideológica desses sujeitos educativos envolvidos com o movimento.

Aprioristicamente tais inferências nortearam a condução desse trabalho em que se objetiva compreender o processo de formação política e ideológica dos educadores(as) que atuam no MST.

2. O MST e a educação do campo

A educação como demanda a ser atendida não constitui uma reivindicação nova. Contudo, seu acesso às diferentes camadas populares processou-se através de lutas sociais, transformando-se em campo de disputa entre os que desejam difundir uma educação para o disciplinamento das classes populares e os que vêm apostando na promoção humana, através de uma educação emancipadora, constituindo-se a pauta dos movimentos sociais, urbanos e rurais, intensificados na chamada “Era da Participação”².

A mudança na conjuntura política pós-ditadura e o fortalecimento das políticas participativas e inclusivas decorrentes das reivindicações da sociedade civil desencadearam algumas conquistas, no caso específico da educação do campo, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)/1996 e mais recentemente nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do campo/2001.

As classes populares que lutam pela extensão da escola pública buscam dar sentido a mesma, exigindo do Estado a viabilidade do acesso e a qualidade do ensino, forçando, assim, políticas para seu atendimento.

Nesse sentido, o MST vem protagonizando ações reivindicativas por uma educação que atenda às peculiaridades dos que vivem no campo, tanto na área da educação básica, quanto na de formação de educadores. O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), em seus dez anos de existência³, constitui um exemplo do exaustivo esforço dos movimentos sociais rurais pela educação.

A Lei nº 9394/96 da LDB assinala alguns dispositivos que asseguram a adequação da educação à comunidade rural. No Art.28 da LDB temos: Na oferta de educação básica para a **população rural**, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

² Esse termo é utilizado para se referir aos anos compreendidos entre o final de 1970 a 1989, referindo-se à conjuntura sócio-política do Brasil. Período em que se vivenciou uma crescente mobilização social, objetivando o fim do regime autoritário e da redemocratização do país.

³ O Programa Nacional de Educação na reforma Agrária foi criado oficialmente em abril de 1998.

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Porém, a despeito desse artigo, os setores rurais que lutam por uma educação do campo, como o MST, buscaram garantir outros elementos que não foram contemplados na LDB e que constituem suas matrizes políticas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, parecer 36/2001 do CNE/CEB, contemplam muitas das reivindicações referentes à educação feitas pelos movimentos sociais rurais, como: respeito à diversidade do campo, autonomia, flexibilização, gestão democrática, etc. O que se considera um avanço em termos de garantia dos direitos sociais e humanos, resultante da dinamicidade que é próprio das lutas sociais e do seu desejo em concretizar seus objetivos.

Contudo, é necessária a vigilância permanente da sociedade civil e grupos organizados para o cumprimento das mesmas, pois existe uma certa distância entre o que é garantido em Lei e sua real aplicabilidade.

3. MST: “a escola que queremos”

No processo histórico de luta pela terra, o MST forjou, paralelamente, a luta pelo acesso à educação, tentando garantir escolas em seus assentamentos e acampamentos. Contudo, não é qualquer escola que está voltada para o atendimento de seus princípios políticos e ideológicos e que considere a realidade de mulheres e homens do campo, na condição de assentadas(os) e acampadas(os), pois para o movimento;

[...] a escola duramente conquistada para as crianças nos assentamentos por vezes desconsiderava sua história. Talvez este tenha sido um dos motivos que levou o Movimento a discutir que projeto de educação queria e que escola seus filhos precisam ter (CADERNÓ DO ITERRA, N°10, 2004, p.08).

A inviabilidade do modelo tradicional escolar em atender às perspectivas de um projeto escolar voltada para a classe trabalhadora impulsionou o movimento a pensar em que aspectos filosóficos fundamentariam sua concepção de educação e de escola, de forma que expressem para o conjunto das classes subalternas um caminho onde o desenvolvimento de suas ações os conduza à emancipação, direcionando-os ao exercício da participação política.

Portanto, a escola pública, estatal, conquistada com muita luta, ainda não tem atendido plenamente aos interesses da classe trabalhadora, uma vez que funciona estando a serviço da classe dominante, disseminando a ideologia burguesa, considerada como um dos aparelhos ideológicos de Estado. Segundo Althusser, “todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1995, p.78). Sendo a escola um desses reprodutores e consolidadores do capitalismo, torna-o aceitável, começando desde muito cedo a empreender a ideologia dominante silenciosamente na cabeça das pessoas.

A perspectiva althusseriana sobre a escola constitui-se como teoria reducionista, pois acerca do papel da escola, a atribui função reprodutora da ideologia dominante, não a percebendo como campo de disputa em que a classe trabalhadora pode utilizar para construir, elaborar e divulgar suas concepções.

De forma que à escola e à educação é atribuída uma nova perspectiva, a de constituírem-se espaços de hegemonia, como evidenciou Gramsci ao criticar a reforma educacional de Gentile⁴ na criação de uma escola instrumental, produtora de técnicos e reprodutora da compartimentação social, a partir da difusão dos conhecimentos propícios ao funcionamento do mundo da produção.

Para Gramsci a escola deve combinar os aspectos técnicos ao desenvolvimento das capacidades intelectivas; deveria ser um espaço de apreensão e difusão do conhecimento em suas relações sociais, políticas e culturais (1998, p.136).

Nas formulações gramsciana a escola pode ser um instrumento no desvendamento da ideologia dominante, ensejando às classes subalternas uma qualidade de ensino que contribua para sua emancipação, tornando-os agentes com capacidade reflexiva transformadora, ou seja, intelectual e dirigente.

Nesse sentido, a ação educativa não se destina a enquadrar os sujeitos dessa ação dentro de uma concepção funcionalista de educação, mas que esses sujeitos se tornem autônomos em sua capacidade elaborativa/filosófica e dirigente. Enquanto Althusser vê a escola apenas como espaço de reprodução da ideologia dominante, Gramsci a percebe como aparelho de hegemonia, devendo ser usada, também, para a construção de hegemonia pela/para classe trabalhadora.

Para escamotear suas reais intenções, a classe dominante discursa sobre aspectos de uma escola democrática e extensiva e cria competências e habilidades as quais os alunos

⁴ Giovanni Gentile foi ministro da educação na Itália entre os anos de 1922 e 1924.

deverão dominar e utilizá-las na sociedade. Assim, o ensino formal oficial vem executando sua formação em seu sentido de fôrma, ou seja, numa concepção utilitarista, enquadra as pessoas em uma cultura para a conformação.⁵ Concepção esta condenada pelo MST, conforme foi possível verificar, a partir das observações, quando da participação nos encontros de formação política⁶, pois constatamos aversão aos princípios da formalização do sistema escolar oficial, percebendo-o como instrumento de dominação na visão dos educadores.

Essa tendência educacional torna-se a negação dos que defendem uma educação emancipadora. O MST contrapõe-se a esse sistema escolar. Em suas publicações encontramos a concepção de escola que ensinam e defendem:

É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que têm consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade [...] Queremos que os nossos educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de conteúdos ou meros dominadores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio e fazer tudo isto sintonizados com o projeto histórico do MST, que é um projeto de sociedade e humanidade (MST, 1999a, p.11).

A escola pretendida pelo MST cultiva valores humanizantes, o que constitui uma de suas bases filosóficas; uma escola que seja por definição transformadora, promova a emancipação dos seus membros e esse é um grande desafio para o MST:

Diante da tradição de uma escola elitista, autoritária, burocrática, conteudista, 'bancária', com uma concepção estreita e pragmática de educação, o desafio de construir uma escola popular, democrática, flexível, dialógica, lugar de formação humana integral, em movimento (MST, 2004a, p.15).

A proposição do movimento em construir uma escola popular, democrática, flexível, dialógica, humana, aponta, a partir desses componentes, para a realização da emancipação humana. O caminho que o MST vem percorrendo tem sido de superar "uma concepção estreita e pragmática de educação", acrescentando esses seus componentes políticos e ideológicos para concretizar a tão desejada emancipação, que só será realizável na medida em

⁵ Um exemplo clássico na História do Brasil de propagação ideológica disseminada pela escola no período do regime repressivo militar foi a inserção nos currículos escolares de disciplinas de caráter nacionalista como Educação, Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

⁶ Observamos expressamente essa aversão dos educadores à escola formal em um encontro do MST em maio de 2005 na cidade de Campina Grande, Paraíba.

que forem sendo vivenciados, como explicita Regina Leite Garcia, tratando da luta do MST por escolas:

Em sua luta pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária se inclui a luta pelo direito à escola, pois que para construir uma sociedade realmente democrática há que se acompanhar a luta por um projeto político-pedagógico **emancipatório**, que vá preparando o novo homem e as novas mulheres para construir uma nova sociedade. E não é qualquer escola que serve a propósitos emancipatórios (GARCIA,2000, p.01, grifo nosso).

Como não é qualquer escola que vai atender aos anseios das classes subalternas e sim a que estiver formulada sob a ótica de um projeto político-pedagógico emancipador, entendemos que essa deva ter um caráter popular, ou seja, falar sua própria palavra, como afirma Garcia (2000), o que não representa tarefa fácil numa sociedade em que o acesso à educação pelas camadas populares, historicamente, é resultado de lutas.

Essa preocupação com o tipo de escola que se idealiza desloca-se para uma outra preocupação: que educador(a) vai atuar nessas escolas.

4. MST: perspectiva e afirmação de sua ação educativa

O MST em seus anos de existência buscou combinar a luta pela terra com a luta pelo acesso à educação. Conforme avaliação feita pelo próprio movimento sobre a educação em seus vinte anos: “Agimos para provocar o Estado a agir, construimos e pressionamos políticas públicas para a população do campo” (MST, 2004a, p.12). E não só foi em busca da educação básica que o movimento pressionou o Estado em sua implementação, buscou, também, criar espaços para a formação de educadores, firmando parcerias com o Estado representado pelo INCRA e universidades.

Nessa avaliação, o MST, com relação ao acesso dos assentados à educação, conclui que conseguiram praticamente que as crianças tivessem acesso à escola nos próprios assentamentos, buscando a permanência dessas crianças em seus contextos de origem, indicando o total de aproximadamente 1500 escolas públicas, ajudando a formar cerca de 4 mil educadores. Desde 2003, tem se envolvido com a educação de jovens e adultos em assentamentos e acampamentos com mais de 28 mil educandos e 2000 mil educadores.⁷

Só na Paraíba, no que concerne ao ensino fundamental, funcionam nos assentamentos e acampamentos do MST catorze escolas espalhadas pelas regiões do litoral (3), várzea (8), cariri (2) e sertão (1). Com exceção de uma escola do litoral no município de Pitimbu que

⁷ Dados da publicação Boletim da Educação: Educação no MST, balanço 20 anos. N°09, dezembro de 2004, p. 12.

contempla as oito séries do ensino fundamental, as demais funcionam de primeira à quarta série⁸.

Tendo em vista o atendimento dessa demanda educacional no meio rural, o MST também busca compor uma frente de educadores capazes de fazer funcionar essas escolas e através delas semear os fundamentos ideológicos do movimento, qual seja: uma educação voltada para a classe trabalhadora do campo. Essa é a ideologia do movimento concernente à educação, uma **educação de classe**.

Desde a gênese do movimento, começou-se a pensar na formação dos educadores, isso porque se parte do entendimento de que o professor que vai atuar nas escolas do MST deve ter além da formação técnica, a política. A idealização do educador projetada pelo MST é que ele de fato seja um militante do movimento, aquela pessoa que tem vínculo orgânico e afinidade ideológica.

Essa idealização consiste no pressuposto de que o educador/militante assume o compromisso de trabalhar para/pela classe, porque ser educador no interior de um movimento social como o MST, desencadeia algumas responsabilidades a mais: “a alfabetização também é trabalho político-ideológico na medida em que reaviva a memória subversiva do povo, ao recordar as lutas dos trabalhadores” (MST, 1999b, p.09).

Essa necessidade se estabeleceu pelo fato do movimento passar por muitos problemas com professores que eram externos e, por não incorporarem a proposta filosófica do movimento, não desenvolviam uma educação emancipadora, ao contrário, trabalhavam para a alienação como nos assevera Caldart (1997, p.31):

[...] em algumas escolas de assentamento começaram a trabalhar professoras/es de fora que desconsideravam toda a história daquelas famílias, muitas vezes tentando fazer com as crianças um trabalho ideológico contra a Reforma Agrária.

Com o fortalecimento do movimento nesses últimos anos em suas matrizes político-filosóficas, a preocupação de se trabalhar com educadores de fora tem sido em parte **superada**, não porque esses não mais constituam o quadro de professores que atuam nos assentamentos, o são ainda em sua maioria, principalmente quando se trata do ensino fundamental. Mas essa superação tem se dado, por parte desses educadores ao se depararem com a realidade dos assentamentos e necessidade de conhecer seus alunos, começam a procurar entender o movimento, sua concepção de educação, seus princípios pedagógicos e

⁸ Dados repassado pelo coordenador do setor de educação do MST/Paraíba, fevereiro de 2006. Um dado igualmente importante de ser enfatizado é que nem todas essas escolas funcionam em espaços físicos próprios, o que demanda ao Movimento construir alternativas.

tentam trabalhar conjuntamente. Isso não quer dizer que muitos desses se tornem militantes do MST, mas alguns têm se tornado militantes da educação do campo. A essa questão, temos a seguinte declaração:

No início nós tínhamos muitas dificuldades porque os companheiros que vinham da cidade pros acampamentos, pros assentamentos, trabalhavam no sentido com as crianças que seus pais eram vagabundos, são ladrões, estão roubando terra de não sei quem. Esse tipo de coisa sabe, então nós tínhamos muitos, muitos problemas em relação a isso, a gurizada chegava em casa, aquela loucura, aí comentava com os pais, aí os pais se revoltavam e a gente ia conversar, a gente do setor de educação, a gente tinha muito essa dificuldade, mas hoje em dia não é tão forte. (Educadora/Formadora 1).

Ainda nesse mesmo balanço de seus vinte anos de luta pela educação de qualidade no campo, o movimento ressalta que:

Outro acerto⁹ histórico nosso, que foi o de termos assumido a luta por professores/professoras das próprias comunidades para as escolas públicas conquistadas, nos preocupando e em alguma medida garantido seu processo de formação (MST, 2004a, p.16).

Essa foi a forma inicial de garantir professores nas escolas dos assentamentos e acampamentos, mesmo sendo muitos desses “leigos”, no sentido da falta de titulação. No entanto, essa situação foi sendo contornada pelas parcerias firmadas com as universidades e o governo federal na criação de cursos específicos para os professores que atuam no campo, como exemplo do PRONERA.

No entanto, o MST convive com uma dicotomia a respeito de sua concepção de educador, conforme texto abaixo:

Estamos ainda muito presos a um currículo tradicional de formação de educadores, e ainda não superamos uma certa dicotomia entre o **objetivo de formar militantes para o trabalho específico de educação e de educação escolar** e para outras tarefas do próprio setor ou do conjunto da organização (Ibid, p.17).

Mesmo o MST ampliando o conceito de educador, considerado aquele que está nos diferentes espaços organizativos da luta do movimento, há, porém, a preocupação com um tipo de formação específica, voltada para o educador/professor, e a isso se somam outros elementos pedagógicos e políticos necessários à sua formação, como a apropriação de conhecimentos nas áreas da Didática, Práticas de Ensino, Políticas Educacionais e outros conhecimentos afins, relacionados ao processo de ensino e aprendizagem.

⁹ O acerto que antecede esse foi à conquista de escolas públicas para os acampamentos e assentamentos.

Entendendo a importância de associar a dimensão técnica e política na formação dos educadores(as) que vão atuar nos espaços das salas de aula, a concepção de educador do MST ultrapassa a visão tradicional, haja vista que consideram que todo militante para o movimento é também um educador. Pois “no MST hoje é considerada educadora toda pessoa que faz a luta pela Reforma Agrária, em suas diferentes dimensões, na perspectiva de humanizar as pessoas e formar mais gente para as fileiras da luta por um Brasil sem latifúndios” (MST, 2004a, p.17).

Nessa perspectiva, o processo de formação deverá atingir a dimensão de elevar a consciência política do educador, fazendo-o exercitar a tarefa de educar desvendando a realidade na qual ele e o educando estão inseridos, seja na sala de aula, na marcha, no acampamento ou na rua. Nos processos formais de educação destinados aos militantes do MST, discute-se no interior do movimento a condução dos cursos, de forma que possam garantir espaços para a formação política¹⁰, pois, como podemos observar, há uma certa insatisfação por alguns tipos de formação que são executados por parceiros, a exemplo das universidades em que a forma como conduzem os cursos, distancia-se da real necessidade e realidade do movimento.

Outra observação constatada, ainda se encontra na demanda de educadores que atuam nas escolas dos assentamentos e acampamentos em várias modalidades de ensino e que precisam de formação técnica para exercer profissionalmente a função de educador/professor, corroborando, assim, para a qualidade do ensino/aprendizagem. Dessa forma, a associação da dimensão técnica e política possivelmente será bem mais eficaz.

Veremos o que propõe o MST à formação de seus educadores, qual sua base filosófica e ideológica, pois, vislumbram um outro modelo de escola, visto que a oficial não tem correspondido as suas necessidades educativas.

5. Pressupostos da formação dos educadores do MST

Na realização de análise documental, identificamos os pressupostos que sustentam a concepção emancipadora de educação e conseqüentemente a formação dos educadores do MST. Esses pressupostos encontram-se expostos no caderno de Educação nº 08: Princípios da Educação no MST, em que se delineiam os princípios filosóficos e pedagógicos, idealizados pelo movimento, e sua inter-relação.

¹⁰ Ver Ribeiro (2004, p17), *op cit.*

Ao analisarmos esse documento, verificamos que os princípios filosóficos revelam a concepção educativa do movimento, a qual deverá permear a relação sujeito/sociedade. Verificamos também que a concepção de classe trabalhadora perpassa os princípios filosóficos e os pedagógicos, de forma subjacente.

Quadro 1 – Princípios da Educação do MST

Princípios Filosóficos	Princípios Pedagógicos
<p>1- Educação para a transformação social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação de classe • Educação massiva • Educação organicamente vinculada ao movimento social • Educação aberta para o mundo • Educação para a ação • Educação aberta para o novo <p>2- Educação para o trabalho e a cooperação;</p> <p>3- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;</p> <p>4- Educação com/para valores humanistas e socialistas;</p> <p>5- Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.</p>	<p>1- Relação entre prática e teoria;</p> <p>2- Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;</p> <p>3- A realidade como base da produção do conhecimento;</p> <p>4- Conteúdos formativos socialmente úteis;</p> <p>5- Educação para o trabalho e pelo trabalho;</p> <p>6- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;</p> <p>7- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;</p> <p>8- Vínculo orgânico entre educação e cultura;</p> <p>9- Gestão democrática;</p> <p>10- Auto-organização dos/das estudantes;</p> <p>11- Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras;</p> <p>12- Atitude e habilidade de pesquisa.</p>

Fonte: MST: 2004b.

Observando os princípios filosóficos circunscritos pelo MST, conforme quadro exposto, é perceptível sua concepção ideológica, pela qual o MST não se mantém neutro em sua exposição, considerando o discurso da neutralidade uma falácia. Assim sendo, seus princípios estão permeados por ideologias que se manifestam em suas propostas educativas. Nessas propostas educativas, sua posição ideológica classista fica bastante clara, a exemplo da

dimensão do princípio da **educação para a transformação social**, que envolve a **educação de classe**, uma educação que corresponda às necessidades da classe trabalhadora do campo. “Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos e educandas, como nos educadores e educadoras” (MST, 2004b, p.06). O que se espera a partir deste princípio, “em última instância, é o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes” (Ibid, p.06). Com isso o MST vem contribuindo na construção de uma hegemonia na perspectiva de ser capaz de conduzir seus agentes à direção cultural e moral que desejam assumir.

Outra dimensão dos princípios educativos do MST é a **educação massiva**, no sentido de ser extensiva. O significado de massa, nesse caso, é no sentido de se estender a todas e todos o acesso à educação/escolarização, tanto às crianças como a jovens e adultos, vislumbrando uma educação que atenda às necessidades de quem vive no campo, que fale sua língua, que respeite sua cultura, contituido-se numa **Educação organicamente vinculada ao movimento**, significando dizer que todo esforço em construir um projeto educacional esteja diretamente ligado e voltado para os objetivos e luta do movimento.

O princípio de **Educação aberta para o mundo** indica que deve partir da realidade, sem perder de vista sua universalidade, a fim de concretizar uma **Educação aberta para o novo**, “aberta para entender e para ajudar a construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido” (Ibid, p.07).

Também se vislumbra uma **educação para a ação**, “isto é, queremos preparar sujeitos capazes de intervenção e de transformação da realidade” (Ibid, p.07). Essa preocupação se respalda na necessidade dos sujeitos interferirem profundamente em sua realidade, sem contudo, cair na ingenuidade de pensar que apenas o debate vai resolver os problemas:

Não podemos nos contentar com o desenvolvimento apenas da chamada “**consciência crítica**”, que é aquela onde as pessoas conseguem denunciar/discutir sobre os problemas e suas causas, mas não conseguem ir além disso e até se iludem que por estarem falando sobre um determinado problema, já o estão solucionando (MST, 2004b, p.07, grifo nosso).

Se a consciência crítica não é suficiente para desenvolver processos de mudanças na realidade, o cerne da questão, centrado nesse princípio educativo, volta-se para a ação, sua utilização praxiológica, assim, não cair no pragmatismo, nem menosprezar reflexões teóricas, utilizando uma “consciência organizativa, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade” (Ibid, p.7).

Outro pilar filosófico dos princípios educativos do MST é a **Educação para o Trabalho e a Cooperação**, em que se concebe o trabalho como resultado social, sem se desprender do esforço intelectual e manual do ser humano que, por conseguinte, deverá ser valorizado em sua integralidade e não visto dicotomicamente. Além disso, (re) significar a cultura do trabalho e da cooperação de modo que possa “construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para essa população” (Ibid, p.08).

No quadro seguinte, expomos as dimensões da educação onilateral, defendida pelo movimento e configurada como princípio filosófico que busca atender às várias dimensões formativas do ser humano.

Quadro 2 – Princípio da Onilateralidade

Formação Onilateral
<ul style="list-style-type: none">• Formação político-ideológica;• Formação organizativa;• Formação técnica profissional;• Formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas);• Formação cultural e estética;• Formação afetiva;• Formação religiosa.

Fonte: MST: 2004b

Nas dimensões expostas, destacamos a perspectiva político-ideológica que compõe a formação dos educadores do MST, resultando em militantes/intelectuais orgânicos que componham uma frente de educadores que contribua na perspectiva de superação do senso comum à elevação da consciência crítica de homens e mulheres. A máxima ideológica dessa dimensão respalda-se no princípio da educação para a transformação social, como já definimos anteriormente, de modo que esse princípio tem correlação com o princípio da **educação com/para valores humanistas e socialistas** que compreende, nesse sentido, a necessidade de se formar novas mulheres e novos homens para constituírem uma nova sociedade. Os princípios filosóficos se apresentam como horizontes a serem trilhados para desfazer a formação centrada em valores capitalistas, propondo uma educação libertadora, respaldada em princípios humanistas e socialistas, como infere o MST:

Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem à produção e à apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos (MST, 2004b, p.09).

A partir desses princípios busca-se o sentimento de indignação diante das injustiças e da perda da dignidade humana, o companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos, a igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais, a direção coletiva e a divisão de tarefas, etc.¹¹

Os princípios educativos do Movimento, tanto os filosóficos quanto os pedagógicos, nos fazem perceber o quanto é forte e está presente a preocupação com a formação de seus militantes. Assim:

Uma educação que se organiza, que seleciona conteúdos, que cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras [...] visando, através de cada prática, em última instância, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para as organizações de trabalhadores, a começar pelo próprio MST (Ibid, p.06, grifo nosso).

A formação de militantes na citação é bem enfática, essa é uma das metas do processo pedagógico do movimento, é, pois, através da formação desses militantes que o MST se fortalece e toma proporções. Sua ideologia está voltada para a perspectiva de desenvolver consciência de classe, e mais, uma consciência revolucionária. Nesse entendimento, o educador militante será tanto sujeito de transformação, como parte do ato de transformar, percebendo-se nesse processo, como educador/intelectual orgânico, capaz de emergir nas organizações, práticas educativas no campo das transformações sociais.

6. Considerações

Estudar e analisar a formação política dos(as) educadores(as) do MST sob os aspectos de seus pressupostos filosóficos, ideológicos e pedagógicos, constituiu-se numa caminhada de grandes descobertas, conhecimentos e de inconclusões, pois não poderíamos inferir de modo acabado sobre um processo que se encontra em permanente construção, o qual abre a possibilidade de outros estudos que possam aprofundar, complementar avançar essa discussão.

Entrelaçando as contribuições teóricas de Gramsci sobre o intelectual orgânico, pudemos entender o papel do educador/militante do MST numa definição explícita de ordem

¹¹ Ver outros valores correspondentes a uma educação humanista e socialista em MST: Caderno de Educação nº 08, 2004b, págs. 09–10.

intelectual e dirigente à qual se associa o educador/militante do movimento. Compete a esses intelectuais orgânicos desenvolver ações que fortaleçam ideologicamente a classe e sua hegemonia, pois o movimento preza pela construção de uma nova sociedade, não pretendendo contribuir nem reforçar o Estado mínimo nem a hegemonia de mercado, componente ideológico do (neo)liberalismo. Em sua perspectiva de formação emancipatória, os sujeitos desse processo, baseados em seus princípios de uma educação voltada para os valores humanistas e socialistas, buscam na negação do funcionalismo à qual se destina a educação centrada no capitalismo construir uma outra proposta educativa que valorize o coletivo e a pessoa humana.

Além da perspectiva da construção de uma nova sociedade, busca-se através da educação e da escola a possibilidade de construção de uma hegemonia. Não faria sentido dentro de um movimento social a preocupação com a formação política dos sujeitos, aqui especificados por seus educadores/professores, se não fosse, também, para que esses possam intermediar dentro dos espaços formais da sala de aula temas que freqüentemente fogem dos currículos oficiais, como a luta da classe trabalhadora.

Quando se almeja a atuação militante do educador, seu envolvimento intelectual no sentido gramsciano de um trabalho reflexivo e dirigente, deduzimos que seja para que esses intervenham ativamente, respaldados por um projeto político de classe, nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, percebemos que a proposta educativa do MST em formar politicamente seus(as) educadores(as) baseada em seus princípios filosóficos e também pedagógicos evidencia sua concepção ideológica de uma educação de classe, da classe trabalhadora. Com o objetivo de disseminar sua ideologia, o movimento forma quadros para continuar e avançar em seus projetos de luta. A formação política e ideológica é compreendida em sua dimensão de formar quadros para atuar na transformação da sociedade, tendo como opção ideológica os princípios fundamentais do socialismo e a realização do ser emancipado.

Pensar em uma formação emancipadora, que seja capaz de elevar a essência humana à sua realização ontológica, constitui um grande desafio, principalmente, para educadores das classes populares inseridos em um sistema regulado por princípios liberais. Nesse sentido, entendemos que para os educadores se assumirem enquanto agentes de transformação social é fundamental que a formação política seja acompanhada de luta e incentivo à escolarização (formação técnica) para seus militantes, essas duas dimensões precisam andar juntas. A formação política e a técnica juntas, uma dando sentido à ação da outra.

Por fim, intensificar o acesso à escolarização será possivelmente um dos caminhos pelo qual o movimento combine a dimensão política da formação de quadros com o conhecimento sistematizado, ajudando a combater as desigualdades educacionais nas quais ainda se encontra a população excluída do campo, reafirmando seus direitos econômicos, sociais e culturais e contribuindo no desenvolvimento da vida profissional e política de seus(as) educadores(as) e no exercício da cidadania.

7. Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro:Graal, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)**. N°9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: ME, 1996.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB N°1 de 03 de Abril de 2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo**. Brasília, DF, 2002.
- CADERNOS DO ITERRA. **Curso Normal**: projeto pedagógico. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, ano 4, n. 10, 2004.
- CALDART, R. S. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GARCIA, R. L. Movimentos Sociais: escola e valores. In: _____. (Org.) **Aprendendo com os Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais orgânicos e a formação da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- _____. **Concepção dialética da História**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MST. **Como fazemos a escola de educação fundamental**. São Paulo, 1999a. (Caderno de Educação n.9).
- _____. **Educação no MST**: Balanço 20 anos. 1. ed. São Paulo, 2004a. (Boletim da Educação n.9).
- _____. **Princípios da educação do MST**. São Paulo, 2004 b. (Caderno de Educação n.8).
- _____. **Alfabetização de jovens e adultos**: como organizar. 3. ed. São Paulo, 1999b (Caderno de Educação n.3).
- _____. **Pedagogia do movimento sem terra**: acompanhamento às escolas. 1. ed. São Paulo, 2001. (Boletim da Educação n.8).
- RIBEIRO, M. L. S. **A Formação Política do Professor de 1° e 2° Graus**. São Paulo: Cortez, 1984.

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



GT2

INTERFACES ENTRE A
QUESTÃO AGRÁRIA E A
QUESTÃO AMBIENTAL

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

“RPPNISTAS”: FORMAÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES NO CAMPO A PARTIR DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS?

José Irivaldo Alves O. Silva¹

Resumo

A instituição sistemática de normas jurídicas e políticas específicas com a finalidade de nortear as políticas públicas ambientais no país vem se consolidando, principalmente no último meio século, como estratégia racional de gestão ambiental, implicando o reordenamento espacial, bem como novas formas de regulação do uso e acesso aos recursos naturais. No Brasil a adoção da estratégia de conservação da natureza em áreas privadas se encontra ainda em um momento de expansão, com um interesse crescente entre os proprietários de terra pelo tema. Uma rede tem sido formada em torno da causa “Rppnista”, isto é, dos proprietários de RPPN, tendo como requisito básico ser proprietário de uma reserva privada. Esse movimento tem sido capitaneado pela Confederação Nacional de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (CNRPPN), que tem diversas associações regionais filiadas.

Palavras-chave: RPPN; Proprietários Rurais; Ambientalismo

1. Introdução

A instituição sistemática de normas jurídicas e políticas específicas com a finalidade de nortear as políticas públicas ambientais no país vem se consolidando, principalmente no último meio século, como estratégia racional de gestão ambiental, implicando o reordenamento espacial, bem como novas formas de regulação do uso e acesso aos recursos naturais. São exemplos desse processo a promulgação: do Código Florestal, de 1965; da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981; da Lei de Crimes Ambientais, de 1998; da Lei de Recursos Hídricos, de 1997; da Lei referente ao Manejo de Florestas Públicas, de 2006; o artigo sobre meio ambiente incluído na Constituição Federal, de 1988; além das regras de compensação ambiental², o seqüestro de carbono³, entre outras formas de regulação⁴. Uma das iniciativas com maior visibilidade, inclusive internacional, e que respondeu mais claramente às reivindicações do movimento ambientalista, foi a entrada em vigor, em 18 de

¹ Mestre em Ciências Sociais. Professor da UEPB e Facisa.

² Procedimento muito comum, que visa obrigar aqueles que realizam empreendimentos de grande impacto ambiental, a indenizarem o Estado, financeiramente ou até criando uma unidade de conservação.

³ Várias entidades e o Poder Público têm incentivado essa estratégia, que consiste em conservar médias e grandes áreas florestais, que, segundo eles, retêm o gás carbônico produzido pelas indústrias e carros, por exemplo, e devolvem forma de oxigênio. Inclusive, está sendo apontado como alternativa o pagamento por tal serviço ambiental.

⁴ Lei nº 4.771/65 (Lei que institui o Código Florestal), Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), Lei nº 9.605/98 (Lei de crimes ambientais), Lei nº 9.433/97 (Lei de Recursos Hídricos), Lei nº 11.248/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) e a questão ambiental foi incluída no texto da Constituição Federal de 1988 (art. 225).

julho de 2000, da Lei nº 9.985, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A Lei do SNUC tem como finalidade organizar a criação de áreas protegidas no Brasil, para fins de preservação ambiental, nas diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Um crescente corpo de trabalhos acadêmicos no campo das ciências sociais tem problematizado diferentes facetas destas unidades de conservação criadas pelo poder público: conflitos sócio-ambientais (Madeira Filho *et al.*, 2007); gestão das unidades de conservação (Araújo, 2007); divisão entre áreas protegidas públicas e privadas (Morsello, 2001); conservacionismo (Bensusan, 2006); urbanização e proteção da natureza (Mendonça, 2004); ambiente e sociedade (Ferreira *et al.*, 2006); e política ambiental (Laschefski *et al.*, 2005). Pouca atenção tem sido dada, no entanto, à possibilidade de conservação da natureza em propriedades privadas, regulamentada pela Lei do SNUC. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)⁵ – substituindo os antigos Refúgios Particulares de Animais Nativos (REPANs), instituídos em 1977 pelo IBDF⁶, transformados em Reservas Particulares de Fauna e Flora, no ano de 1988 – foram categorizadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação como áreas de preservação de uso sustentável⁷, portanto, de uso direto⁸, embora sejam, na prática, de proteção integral⁹ e uso indireto¹⁰, já representando 60% do total das unidades de conservação homologadas pelo governo federal¹¹.

Em 2006, já haviam sido criadas 656¹² RPPNs no território nacional¹³, totalizando aproximadamente 600 mil ha (Castro e Borges, 2004). Deste total, 36 Reservas Particulares do Patrimônio Natural estão localizadas no semi-árido nordestino e, dessas, seis no semi-árido paraibano (IBAMA, 2006). Em pelo menos três dos cinco grandes biomas brasileiros, a quantidade de unidades de conservação privadas já ultrapassa o número de UCs públicas (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga), ainda que a extensão ocupada pelas RPPNs ainda seja relativamente pequena (Quadro 1).

⁵ O Brasil foi pioneiro na conservação da natureza em áreas privadas na América Latina, o que já era feito nos EUA e na Europa (Mesquita, 1999).

⁶ Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal, que antecedeu o IBAMA.

⁷ exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (art. 2º, inc. XI, da Lei nº 9985/2000).

⁸ aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (art. 2º, inc. X, da Lei nº 9985/2000).

⁹ manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (art. 2º, inc. VI, da Lei nº 9985/2000).

¹⁰ aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (art. 2º, inc. IX, da Lei nº 9985/2000).

¹¹ Exemplos de trabalhos sobre as RPPNs: Paraíso (2005), Lustosa (2006), Lins (2005).

¹² <http://www.ib.usp.br/ceo/rppn.htm>, acesso: 11/10/2006, às 16 horas.

¹³ Entre aquelas homologadas pelos estados estaduais, através de seus órgãos ambientais locais, e pela União, pelo órgão federal (no caso não mais IBAMA e sim Instituto Chico Mendes).

Quadro 1 – Unidades de conservação brasileiras em relação ao bioma

Bioma	Área e número de unidades de conservação públicas – ha	Área em hectares e número de RPPN	Representação das RPPN no sistema de unidades de conservação local	
			Área	Número
Amazônia	19.261.180 (61)	39.379, 58 (40)	0,2%	40%
Mata Atlântica	2.379.914 (224)	99.028,72 (443)	3,8%	66%
Cerrado	5.001.480 (102)	63.376,16 (103)	1,2%	50%
Pantanal	910.005 (42)	247.979,18 (18)	21,0%	30%
Caatinga	752.649 (14)	65.185,54 (35) ¹⁴	8,0%	71%

Fonte: Castro e Borges (2004).

O Quadro 1 demonstra que, em termos de área, as RPPNs ainda ocupam menos espaço que as reservas públicas, porém, em número de unidades de conservação, elas já são maioria, fenômeno influenciado pelos incentivos concedidos pelo Estado aos seus proprietários. Chama a atenção, no caso das RPPNs, o entrecruzamento entre as dimensões privadas e públicas da propriedade da terra e do controle sobre recursos naturais. Os proprietários destas áreas protegidas, legitimadas pelo poder público através de seus órgãos responsáveis pela implementação da política ambiental, ao mesmo tempo em que buscam garantir seus direitos privados, reivindicam (e são atendidos) também incentivos estatais, processo que tentaremos descrever como de “institucionalização das iniciativas privadas de conservação da natureza”.

O Pantanal chama atenção pela extensão da área ocupada por RPPNs. Em 2004, as reservas particulares compreendiam quase 250 mil hectares (num total de 18 propriedades), representando 21% de toda a área ocupada com unidades de conservação no bioma. Na Mata Atlântica, na mesma época, eram 443 RPPNs, algumas delas beneficiadas por recursos públicos e de organizações não-governamentais¹⁵, mediante projetos de conservação da natureza e da biodiversidade. Essa região tem sido objeto da formação dos chamados corredores ecológicos, formados, principalmente, por áreas privadas, que servem como uma “parede” de proteção de outras áreas de preservação públicas.

No Brasil, portanto, a adoção da estratégia de conservação da natureza em áreas privadas se encontra ainda em um momento de expansão, com um interesse crescente entre os proprietários de terra pelo tema. Um encontro nacional de proprietários de RPPN, realizado

¹⁴ Hoje já são 36.

¹⁵ Bioma que tem centralizado a maior parte dos recursos para desenvolvimento de políticas ditas ambientais, através do Poder Público e de entidades como Aliança para a Mata Atlântica e a The Nature Conservancy.

em agosto de 2007¹⁶, reuniu mais de 500 proprietários, organizados em torno de mais de duas dezenas de associações regionais e estaduais. A expectativa dos organizadores do encontro é de que até o final de 2008 sejam criadas outras 500 RPPNs em todo o país. Entre os principais temas debatidos neste encontro, estavam: angariar mais benefícios fiscais para os proprietários; busca de estratégias para aliar conservação ambiental com atividades econômicas ditas sustentáveis; envolvimento das populações no entorno; atuação estatal necessária para contribuir no processo de conservação ambiental; associativismo como forma de incrementar o desenvolvimento das RPPNs nas diversas regiões do Brasil, inclusive no semi-árido, discussão acerca da cobrança dos serviços ambientais produzidos pelas RPPNs como o seqüestro de carbono, entre outros¹⁷.

Um evento que tinha como pano de fundo a preservação privada da natureza, com recursos públicos e, também, das chamadas empresas parceiras, mas que nas linhas e entrelinhas ficava claro a mudança de postura de um movimento ambiental radical, para um movimento ambiental do diálogo com todos os setores da sociedade, mas que, também, demonstrava em alguns momentos contradições entre os participantes do próprio movimento, além de buscar incessantemente o auxílio público para seus intentos.

O semi-árido tem uma representatividade considerável em relação à extensão de reservas particulares, perdendo apenas para o Pantanal e a Mata Atlântica (Quadro 1). Na Paraíba, o processo de transformação de propriedades rurais em reservas particulares tem sido, em certa medida, predominante (Tabela 1), uma vez que não há na região do semi-árido do Estado nenhuma reserva pública federal, apenas estaduais, que estão sob responsabilidade da SUDEMA¹⁸. As reservas privadas nessa região já cobrem mais de 6.000 ha. As outras unidades de conservação localizadas no semi-árido paraibano são: o monumento natural do Vale dos Dinossauros (Sousa), o Parque Municipal Engenheiro Ávidos (Cajazeiras), o Parque Estadual do Pico do Jabre (São José do Bonfim) e Parque Estadual Pedra da Boca (Araruna), totalizando 1 230,48 mil ha; e as áreas de proteção ambiental das Onças e do Cariri, totalizando 54,5 mil ha (Tabela 3).

¹⁶ III Congresso Nacional de RPPNs, realizado nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2007, em Ilhéus – BA.

¹⁷ A observação deste encontro e a realização de entrevistas com lideranças das organizações de proprietários de RPPN foi uma das nossas estratégias de pesquisa.

¹⁸ Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente.

Tabela 1 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Estado da Paraíba

RPPN	EXTENSÃO (HA)	BIOMAS	LOCALIZAÇÃO¹⁹
Almas	3.505,00	Caatinga	São José dos Cordeiros
Santa Clara	750,50	Caatinga	São João do Cariri
Fazenda Várzea	390,66	Caatinga	Araruna
Tamanduá	325,00	Caatinga	Santa Terezinha
Pedra D'água	170,00	Caatinga	Solânea
Badú	183,31	Caatinga	Catingueira
Loureiro			
Pacatuba	266,53	Mata Atlântica	Sapé
Engenho Gargaú	1 058,62	Mata Atlântica	Santa Rita
TOTAL	6 607,62		

Fonte: IBAMA (2006).

A RPPN é uma área protegida, gravada com perpetuidade²⁰, instituída em propriedade de domínio privado por iniciativa de seu proprietário, mediante ato de reconhecimento do poder público por ser considerada de relevante importância para a proteção da biodiversidade, e por possuir características que justificam ações de recuperação, de modo a promover a conservação do seu ecossistema por apresentar atributos de caráter paisagístico que mereçam sua preservação. Nos seus limites, só serão permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Aplicaram-se roteiros de entrevistas às lideranças das Associações, ONGs, OSCIPs e Confederação Nacional de RPPNs, bem como analisamos, através das informações coletadas, o perfil do movimento ambientalista que cerca atualmente as reservas privadas.

2. “Rppnistas”: um movimento dos proprietários rurais “ambientalistas”

Este tópico é dedicado a analisar a consolidação de um movimento social dos proprietários de RPPNs no Brasil (chamado de movimento dos “rppnistas”), tendo como locus de pesquisa o III Congresso Nacional de RPPN, realizado nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2007, em Ilhéus, na Bahia, organizado pela Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

¹⁹ As cidades em negrito são aquelas pertencentes ao semi-árido.

²⁰ Constará de termo de compromisso assinado perante órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

O referido evento é considerado o ponto alto de uma rede de relações políticas que tem sido formado no Brasil, tendo como circunstância a criação de reservas privadas em todo país. Participaram deste evento cerca de 500 pessoas, entre proprietários, não proprietários e parceiros em geral²¹. Com público bastante heterogêneo, formado por proprietários de RPPNs (liderados por seus representantes nas associações regionais e na confederação), membros dos governos municipal, estadual e federal (principalmente representantes de órgãos ambientais), pessoas ligadas a empresas e ONGs ambientalistas, além de participantes que não estavam inseridos em nenhum desses grupos.

O nosso objetivo principal, ao escolhermos o evento nacional de RPPNs, foi verificar em loco como se delineia esse movimento de proprietários de reservas privadas (incluindo não apenas os atuais proprietários, mas também aqueles que desejam criar áreas protegidas em suas propriedades). Dessa forma, resolvemos entrar em contato direto com alguns representantes desse movimento, ligados às associações e à confederação, destacando aquelas que estão presentes na região semi-árida do Nordeste.

Nossa presença no encontro possibilitou a observação da dinâmica desse movimento, a identidade que se constrói em torno dos proprietários de RPPN e as articulações que têm sido buscadas, bem como as reivindicações formuladas e mesmo os conflitos internos entre diferentes vertentes do movimento. Portanto, participamos como ouvinte do Congresso, bem como fizemos entrevistas com alguns representantes governamentais e não-governamentais e gravamos as palestras, que trataram, especificamente, da conservação da natureza em áreas privadas.

Nas entrevistas que realizamos, bem como nos materiais publicitários coletados e nas conversas que mantivemos no evento, bem como nas trocas de informações com a aluna de Mestrado Janaína Tudé Sevá, orientanda da Professora Regina Bruno (CPAD/UFRRJ), constatamos que se trata da formação de um movimento social de proprietários rurais que se intitulam ambientalistas. Porém, é importante realizarmos uma abordagem crítica do contexto do evento que participamos para esclarecer alguns pontos, principalmente, aquele que considera a criação de áreas de preservação da natureza como uma dinâmica sem conflitos, principalmente as de caráter privado.

²¹ Empresas, órgãos municipais, estaduais e federais.

2.1. Associativismo dos proprietários de RPPN

Diversas entidades fazem parte de uma rede do movimento ambientalista, transformando-se num conjunto de proprietários que se auto intitulam “defensores da natureza” ou “ambientalistas”. Um conjunto de entidades estaduais e regionais estão reunidas na Confederação Nacional de Proprietários de RPPN (Quadro 2).

Quadro 2 – Representatividade dos proprietários de RPPNs no Brasil

ENTIDADE	ESTADOS QUE REPRESENTA (REGIÃO)
Associação do Patrimônio Natural - APN/RJ	Rio de Janeiro
Associação Paranaense de Proprietários de RPPN - RPPN PARANÁ	Paraná e Rio Grande do Sul
Associação dos Proprietários de RPPN do Bioma Amazônico e Colaboradores da Natureza - ARBIAM - Bioma Amazônico	Região norte
Associação de RPPN e Reservas Privadas de Minas Gerais - ARPENMG	Minas Gerais
Associação de Proprietários de RPPN da Bahia - PRESERVA	Bahia
Associação de Proprietários de RPPN do Mato Grosso do Sul - REPAMS	Mato Grosso do Sul
Associação dos Proprietários de Reservas Particulares dos Estados de RN, AL e PB - MACAMBIRA	Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas
Associação Pernambucana de Proprietários de RPPN - APPN	Pernambuco
Associação dos proprietários de RPPN dos Estados de CE, PI e MA - ASA BRANCA	Piauí, Ceará e Maranhão
Associação de Proprietários de RPPN de GO e DF	Goiás e Distrito Federal
Federação das Reservas Ecológicas Particulares do Estado de São Paulo	FREPESP
Associação do Patrimônio Natural - ACPN/ES	Espírito Santo
Associação dos Proprietários de Reservas particulares do patrimônio natural de Santa Catarina	RPPN Catarinense
Associação Mato Grossense de Proprietários de Reserva Particular do Patrimônio Natural	Mato Grosso
Associação dos Proprietários de RPPN do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul

O encontro realizado em Ilhéus foi apoiado por um verdadeiro sincretismo de entidades governamentais, não-governamentais e empresariais²², tais como: Governo Federal, Souza Cruz, Veracel, Corredores Ecológicos, Governo do Estado da Bahia, Aracruz Celulose, Associação dos Proprietários de RPPNs da Bahia, Universidade Estadual da Bahia, Associação Caatinga, Patrimônio Mundial, Tintas Hidracor, WWF, The Nature Conservancy, Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, Conservação Internacional e IBAMA.

O que nos chamou atenção no conjunto desses nomes que apoiaram esse evento de proprietários de RPPNs, ou como eles se intitulam “rppnistas”, foi a presença dos empresários, que se consideram atores no meio ambientalista posto modernamente, inclusive patrocinando eventos de grande porte na área ambiental. Uma das preocupações mais marcantes expostas no encontro foi a busca por intensificar a articulação entre público e privado, no estabelecimento, em certa medida, de relações mais estreitas entre aqueles proprietários que criaram RPPNs e o Estado.

Ali estava formado um campo de disputas de interesse. Os proprietários²³ apresentaram uma pauta de reivindicações aos representantes do poder público, apoiados pelos empresários e pelos representantes das ONGs ambientalistas. As principais reivindicações apresentadas eram:

1. o Estado deveria incentivar mais as reservas privadas;
2. o poder público deveria aumentar a fiscalização do entorno das reservas privadas;
3. a redução nos prazos dos processos de homologação ou reconhecimento de reservas privadas;
4. melhorar a visibilidade das reservas privadas em relação à sociedade;
5. incentivar a criação de novas associações de defesa do rppnistas;
6. incentivar o aumento do número de RPPNs;
7. retribuição financeira acerca dos serviços ambientais produzidos;
8. criar mais rppns no semi-árido brasileiro, através do incentivo de entidades como a Aliança para a Caatinga.

²² “Ambientalismo corporativo’ é o termo usado nos Estados Unidos para descrever uma transformação recente e significativa nas estratégias empresariais dos grandes grupos econômicos. Não se trata apenas de cumprir a legislação ou de evitar os desastres ambientais que marcaram a vida de tantas empresas, sobretudo no setor químico ou petrolífero. O que há de novo é que os temas de natureza ambiental deixam de ser abordados pelas firmas como um limite, como algo exterior a seus interesses, ou (para usar a linguagem dos economistas) como “externalidades”, cuja gestão caberia apenas ao setor público por meio de taxas, proibições ou incentivos. E este não é um fenômeno exclusivamente norte-americano.” (Abramovay, 2007)

²³ Formando uma categoria: proprietários de RPPN.

Parece que há uma resignificação do rural, ou do empreendimento rural, com a inclusão de elementos já conhecidos do meio rural, e de outros inseridos modernamente, como é o caso do meio ambiente, como podemos verificar no trecho abaixo, retirado de uma publicação do próprio movimento “rppnista”:

Proprietários de terras, empresas e organizações não-governamentais estão transformando áreas ameaçadas pela degradação em santuários ecológicos para preservar as plantas, os animais, enfim a biodiversidade nestas áreas que de outra forma estariam fadadas a desaparecer. Desta forma eles estão contribuindo efetivamente para a conservação da vida na Terra dando um exemplo concreto de responsabilidade sócio-ambiental. (Castro e Borges, 2004, p. 04).

Em todos os locais há uma efetiva conflituosidade entre os mecanismos de apropriação dos recursos naturais, ou melhor, em relação ao modelo que deve ser desenvolvido. É interessante averiguar a perspectiva da natureza, ou o que Moreira (2002, p. 66), acerca do que ele chamou de “renda da natureza” aborda:

em sua conceitualização de “renda da natureza”, analisa como processos de territorialização do capital. Este processo pode apresentar também uma procura da imobilização do capital em terras não relacionadas necessariamente a processos agrícolas. Ou seja, não é apenas um processo de valorização das terras em produção, mas também um “processo de valorização das terras improdutivas” como na sua condição de ambiente natural.

A formação de territórios em torno de uma técnica ou da possibilidade de visibilidade no grupo, ou destaque, ou intenção de preservação da natureza. Dessa forma poderíamos visualizar nesse grupo heterogêneo de atores, novas e antigas dinâmicas de apropriação dos recursos naturais e de status social.

2.2. Proprietários “rppnistas” e suas modalidades

No modelo de RPPN, nos deparamos com uma resignificação da função social da propriedade, na medida em que se concede um novo direcionamento aos marcos antigos baseados no agronegócio e na agroindústria rumo a uma organização dessas propriedades em torno do turismo rural, do ecoturismo, enfim, da concessão de serviços vinculados diretamente à natureza ou aos “serviços ambientais”. Conseguimos identificar três “tipos” de proprietários de RPPNs no encontro, que assim caracterizamos:

1. um proprietário ambientalista – aquele que busca cumprir um fim propriamente ambiental, isto é, visa conservar uma parcela de sua propriedade e contribuir com o

meio ambiente do globo. Além disso, não admite o contato do ser humano com a natureza por ele preservada;

2. um proprietário sustentável – aquele que deseja preservar, porém, não concorda com a preservação integral, acredita que a RPPN deve possuir um fim produtivo;
3. um proprietário empresário – que enxerga na RPPN uma maior visibilidade para seu negócio, ou uma oportunidade de auferir maiores vantagens financeiras no mercado de consumo, bem como recurso estatais.

Com base nessa tipologia por nós sugerida, podemos dizer que ao lado dessa dinâmica de conservação da natureza, existe a possibilidade de uma modernização da própria propriedade, bem como das atividades ali desenvolvidas. Verifica-se que é muito forte e visível a sensação e concretude de perpetuidade da relação entre proprietário e propriedade, ou seja, o direito de propriedade deve ser assegurado acima de tudo pelo Estado, além da possibilidade de certificação de produtos produzidos na fazenda, assim como a visibilidade de penetração que tem seus produtos nos mercados nacionais e internacionais. Senão vejamos da citação extraída de uma publicação que defende a estratégia de criação de RPPNs:

“É importante ressaltar que uma RPPN não poderá ser desapropriada para fins sociais, uma vez que já cumpre seu papel social com a proteção do patrimônio natural ali existente. Esse aspecto é destacado por Martins (2003), que afirma que, em uma sociedade do estado de pleno direito, possuir uma RPPN em suas terras não enfraquece o conceito de propriedade, pelo contrário, consolida-o, através de sua vinculação ao paradigma da função social da terra” (Mesquita & Vieira, 2004, p. 24)

3. Considerações finais

Um passo importante de nossa pesquisa foi demonstrar a formação de um novo movimento organizado de proprietários rurais, agora em torno de um discurso que tem o meio ambiente como foco. Até certo tempo atrás, seria difícil imaginar proprietários rurais que atuam de forma coesa em prol dos direitos ruralistas (Bruno, 1997) reunir-se-iam em torno da causa ambientalista. Buscavam mais direitos, cada vez mais financiamentos. O movimento de proprietários de reservas particulares utiliza-se de um discurso semelhante, voltado a angariar mais subvenções, bem como apoio de todos os tipos por parte do Estado, e uma reclamação recorrente dos proprietários tem sido a ausência de apoio do Estado para sua causa, que é legítima, e ninguém pode pensar o contrário, pois defender o meio ambiente tornou-se uma bandeira inquestionável e legitimadora das condutas mais contraditórias, desde o proprietário que preserva 1 hectare até aquele que preserva 5 000 ou mais hectares de terra.

Uma rede tem sido formada em torno da causa “Rppnista”, isto é, dos proprietários de RPPN, tendo como requisito básico ser proprietário de uma reserva privada. Esse movimento tem sido capitaneado pela Confederação Nacional de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (CNRPPN), que tem diversas associações regionais filiadas.

Esse movimento tem crescido, à medida que o número de reservas privadas aumenta. Tal política de formação de reservas - ou como os participantes desse movimento dizem, “um processo de preservação complementar ao público” - parece-nos ser facilitado pela história fundiária nacional, que indica para uma distribuição de terras desproporcional (Forster, 2003; Bruno, 1997; Andrade, 1979; Andrade, 2005), que coloca grande parte das terras ainda na mão de proprietários privados, mas que não dispensam o favor estatal.

Mas o problema não reside na permanência dessas propriedades na mão de alguns proprietários, mas na improdutividade das mesmas. Não sabemos até que ponto o caráter de perpetuidade²⁴ da RPPN pode facilitar o desejo daqueles de evitar a redistribuição fundiária no país, barrando os movimentos sociais pela terra, sendo um instrumento jurídico eficaz para tanto, bem como não sabemos até que ponto os proprietários são verdadeiramente ambientalistas. De um lado temos os discursos ambientalizantes, ou seja, aqueles que legitimam o “ato heróico” que um proprietário de terra efetivou quando decidiu criar uma RPPN; de outro nós podemos verificar limitações de exploração por parte mesmo do proprietário, que está proibido de explorar “suas” terras a partir daquele ato de criação, podendo, inclusive, ser processado criminalmente por não zelar de forma correta aquele espaço preservado por lei. Nessas posições conflitantes, temos um novo regime de propriedade, que faz com que haja uma interação entre interesses públicos e privados, porém, não uma separação entre eles. O proprietário de terra não poderá usufruir daquele espaço que, formalmente, é seu, apenas poderá resguardá-lo da degradação e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

Entretanto, essa postura de não explorar não se trata de algo absoluto, pois em vários locais do país, como na cidade de Ilhéus, Bahia, já está havendo um processo de mercantilização das reservas privadas, na medida em que são usadas como forma de divulgação de produtos extraídos na região, como: doces, licores, frutos, entre outros; bem como, o ecoturismo, que tem como base a cobrança de um valor para que os turistas ingressem na área de reserva privada, ou seja, para que obtenham a autorização dos proprietários.

²⁴ Uma vez criada a RPPN, nunca mais poderá voltar a ser uma propriedade normal, na qual se possa explorar os recursos naturais, inclusive cultivar.

A organização dos “rppnistas” tem servido para fortalecer o movimento e ressaltar as alegadas carências dos proprietários de RPPNs, principalmente, a falta de apoio financeiro por parte do Estado, que deveria, segundo seus representantes, valorizar essa iniciativa despretensiosa. Na verdade, uma das grandes discussões hoje em relação ao meio ambiente e, principalmente, entre os proprietários de RPPN, trata-se do ressarcimento por serviços ambientais, isto é, a possibilidade daqueles que preservam uma faixa da Mata Atlântica, da Caatinga, da Amazônia ou do Cerrado, poderem ser ressarcidos pelo Estado em função do serviço ambiental realizado. Isso, segundo eles, pode ser verificado através do “seqüestro de carbono”, um processo que acontece em florestas, o qual se trata de retirar o gás carbônico da atmosfera através de um mecanismo de limpeza do ar realizado naturalmente nas florestas.

Dessa forma, os detentores de RPPN estão solicitando o pagamento desses serviços ambientais, uma vez que a captura do gás carbônico também acontece em florestas preservadas por eles. Inclusive, defendendo-se que os países desenvolvidos paguem pelo serviço ambiental produzido em território dos países em desenvolvimento. Isso já é uma realidade defendida pelas entidades de proprietários, bem como por Organizações Não Governamentais, nacionais e internacionais.

Portanto, a rede de reservas privadas que se forma atualmente no nosso país cresce pautada num discurso conservacionista, mas que não possui uma feição definida quanto à utilização dos recursos naturais oferecidos pela área que preservam. Há movimentos ambientais que defendem a utilização racional dos recursos das RPPNs, porém a maioria defende seu caráter de proteção integral. Além disso, há um campo de conflito instalado entre proprietários e o estado, uma vez que os primeiros defendem que estão cumprindo um papel que não é deles, mas que é complementar ao papel estatal, e que esse não cumpre em suas reservas públicas. Esse campo se desenvolve, dessa forma, em relação à criação de formas de incentivos, isenções tributárias, criação de projetos com linhas de crédito específicas, enfim, toda sorte de expedientes que venham a incentivar a criação de reservas privadas.

Além disso, o Estado não se encontra distante desse movimento, sua presença é sempre exigida por parte dos participantes do movimento dos “proprietários ambientalistas”, quase imprescindível, e o Estado se faz presente, através de seus agentes, agindo como mediador das discussões, interferindo nas decisões, bem como autorizando, ou não, a criação de reservas particulares. Não se trata de um movimento à margem da estrutura estatal. Verificamos, portanto, uma institucionalização patente da questão ambiental, principalmente quando se trata de unidades de conservação.

A verificação da legislação pertinente às unidades de conservação no Brasil, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nos remete, claramente, a campos de conflito entre concepções conservacionistas e preservacionistas, numa tentativa de implantar os dois modelos por meio de norma legal, havendo uma verdadeira “colcha de retalhos” no que tange à conservação da natureza, muitas vezes não respeitando as dinâmicas sociais, de clima, de solo e de vegetação das várias regiões do Brasil.

Outro ponto controverso é, de um lado, o domínio sobre a propriedade privada nas mãos de um proprietário que não pode desenvolver atividades produtivas agrícola e pecuária, e de outro, o Estado que tem a responsabilidade de proteger o patrimônio natural, que pela Constituição Federal é algo coletivo, um verdadeiro conflito de interesses. Outro detalhe que nos chamou atenção nesse processo foi a manutenção de RPPNs de qualquer extensão, inclusive aquelas de 1 hectare, que ao nosso ver não tem impacto algum na conservação da natureza, servindo apenas simbolicamente para alguns proprietários se intitularem conservacionistas e cumpridores do seu papel social, e, se for o caso, angariar algum recurso financeiro.

Além da presença sempre solicitada do Estado, segundo o que percebemos, o apoio das Organizações Não Governamentais, nacionais e internacionais, tem sido constante. A Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural encontra-se, como vimos, empenhada em angariar recursos para a criação de novas RPPNs e manutenção das existentes. Porém, é bom que destaquemos a insatisfação dos proprietários²⁵ Pierre Landolt, da RPPN Tamanduá e da Sra. Eunice Braz, da RPPN Fazenda Almas, quanto à atuação dessas entidades. Eles não soltam farpas apenas para o Estado, mas também para as ONGs que participam desse “novo” movimento, colocando em dúvida sua eficácia e sua real utilidade, questionando, inclusive, quais os verdadeiros interesses aos quais essas entidades servem, aos interesses ambientais ou particulares de um determinado grupo.

Entretanto, é visível no ambientalismo nacional e internacional a ausência de discussão acerca dessas reservas (Mesquita, 1999; Bensusan, 2006; Rodrigues, 2005; Santilli, 2005; Little, 2003), em relação às dinâmicas que acontecem com a mudança do regime de propriedade, acerca dos problemas enfrentados pela população do entorno, dos verdadeiros interesses que os proprietários das reservas privadas possuem, além de ser escasso o material acerca da movimentação ou organização dos proprietários de reservas privadas, com um

²⁵ Proprietários das RPPNs, localizadas no semi-árido da Paraíba, estudadas na dissertação: “Conflitos ambientais e conservação da natureza em propriedades privadas do semi-árido paraibano: as contradições do modelo RPPN”, defendida em 16/04/2008, pelo autor do presente artigo.

“novo” discurso que não destoa, em sua essência, daquele tão propalado à época da União Democrática Ruralista.

Retomando a discussão acerca do papel do Estado e dos proprietários em se tratando da repartição de responsabilidades, ainda deve ser tratada com mais cuidado, pois as normas existentes ainda são muito confusas e burocratizadas, operando o Poder Público com dois discursos: um que afirma apoiar a criação de reservas privadas, outro que tem como contraponto uma legislação que impõe diversos obstáculos à criação de reservas privadas; ficando mais em destaque o último, que visa, segundo o discurso oficial, evitar o oportunismo dos proprietários. Porém, temos que reafirmar que o Estado está presente de várias formas na questão ambiental, seja através da regulação por normas legais, seja através da fiscalização, seja através de destinação de recursos ao tratamento de questões ambientais, seja apoiando entidades civis que têm como finalidade a conservação ambiental.

Na verdade, o modelo de reservas privadas, sob proteção integral, no Brasil, forma um sistema que se considera autônomo, mas nem tanto, uma vez que busca, quase sempre, o apoio estatal, uma vez que tais reservas foram consideradas pelo Estado como uma modalidade de Unidade de Conservação.

Entretanto, o Poder Público demonstra-se, através de seus agentes ambientais, totalmente desinformado acerca do cumprimento das finalidades conservacionistas e da operacionalização das reservas privadas. Os órgãos ambientais não contam com estrutura suficiente para fiscalização, vistoria e outros procedimentos, tanto para reservas privadas como para as públicas. Isso preocupa, pois terras com mais de 3 mil hectares, como a RPPN da Fazenda Almas, no semi-árido paraibano, encontra-se abandonada sem utilidade, sem plano de manejo, sem representar nada, ou quase nada, para as comunidades do entorno.

4. Referências

ANDRADE, M. C. de (1979). Agricultura e capitalismo. São Paulo: Livraria editora ciências humanas.

_____ (2005). A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 7ª ed. São Paulo: Cortez.

ARAÚJO, A. *et al.* (2002). Desertificação e seca: contribuição da ciência e da tecnologia para a sustentabilidade do semi-árido do Nordeste do Brasil. Recife: Gráfica e Editora do Nordeste Ltda.

ARAÚJO, M. A. R. (2007). Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: Segrac.

BENSUSAN, N. (2006). Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV.

BRUNO, R. A. L. (2008). Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo... Rio de Janeiro: Relatório Final de Pesquisa, mimeo.

_____ (1997). Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ.

CASTRO, R. e BORGES, M (Orgs.) (2004). RPPN, conservação em terras privadas: desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN.

FERREIRA, L. da C. JACOBI, P. (orgs) (2006). Diálogo em ambiente e sociedade no Brasil. São Paulo: ANPPAS, Annablume.

FORSTER, G. de R. (2003). A Privatização das terras rurais. Barueri.

IBAMA (2006). Unidades de conservação. <http://www.IBAMA.gov.br/siucweb/rppn/>, 28/04.

LITTLE, P. E. (Org.) (2003). Políticas ambientais no Brasil. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, IIEB.

MADEIRA FILHO, W. et al (2007). Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental: o caso da reforma agrária no entorno da reserva biológica de Poço das antas. Série Pesquisas. Niterói: PPGSD/UFF.

MESQUITA, C. A B. (1999). Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Ricas.

MESQUITA, C. A. B. e VIEIRA, M. C. W. (Orgs.) (2004). RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.

MOREIRA, J. R. (2002) Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril: 47-72.

MORSELLO, C. (2001). Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Fapesp, Annablume.

MENDONÇA, F. (Org.) (2004). Impactos socioambientais. Curitiba: UFPR.

LASCHEFSKI, K., ZOURI, A., PEREIRA, D. B. (Orgs.) (2005). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica.

RODRIGUES, J. E. R. (2005) Sistema Nacional de Unidades de Conservação. São Paulo: RT.

SANTILLI, J. (2005). Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, IIEB.

SEVÁ, J. T. (2008). As Reservas Particulares de Patrimônio Natural e as associações de proprietários de RPPN: novas configurações e velhos mecanismos da apropriação privada da terra. Draft, encaminhado para publicação.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Angela Duarte Damasceno Ferreira¹

Almir Rodrigues²

Karla Emmanuela Hora³

Luciano de Almeida⁴

Resumo

Esse texto faz uma reflexão sobre a *alternatividade* de experiências que se desenvolvem em territórios rurais brasileiros. O conceito de território aqui qualifica o rural como processo socio-ambiental predominante nos espaços em que essas experiências ocorrem e guarda a idéia, inerente a de *território usado*, de apropriação de um espaço por um dado grupo social. Foram objeto da presente reflexão o Movimento dos Trabalhadores sem-terra do Brasil, no que diz respeito a algumas das suas práticas e a Cooperfloresta, cooperativa de agrofloresta organizada em Barra do Turvo, SP. O propósito principal que a sustenta é o de levantar questões que possam ser relevantes para se pensar o rural hoje e, além dele, a própria sociedade contemporânea. Isso porque ambas experiências mostram agricultores e agricultoras que constroem formas de produzir e de viver que contêm *alternatividade*, no sentido de se contraporem ao padrões dominantes. Suas práticas revelam, ao mesmo tempo, as potencialidades dos territórios rurais nesse processo que poderíamos chamar de construção de possíveis contra-hegemonias.

Palavras-chave: Alternatividades em Territórios Rurais; Sustentabilidade; Processos Potencialmente Contra-Hegemônicos

1. Introdução

Vivemos tempos complexos, tempos de crises, dados pelas grandes questões ambientais e pelos graves problemas sociais que ficaram evidentes em todo o planeta. Em tempos de globalização, um debate importante ancora-se nas possibilidades de resistência e construção de outras formas de produzir, de consumir, de viver, de outras sociabilidades em geral marcadas por lógicas que não as que se centrem na produtividade, na competitividade, no controle da natureza e seu uso irrestrito como recurso. Fala-se em globalização solidária

¹ Angela Duarte Damasceno Ferreira é professora do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Contato: angeladdferreira2@terra.com.br.

² Almir Rodrigues é filósofo e engenheiro florestal, mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFPR. Contato: filorodrigues@yahoo.com.br.

³ Karla Emmanuela Hora é arquiteta e mestre em Geografia. Atualmente é doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Contato: karlaemmanuela@gmail.com.

⁴ Luciano de Almeida é professor do Departamento de Extensão e Economia rural e do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Contato: lucianoalmeida@ufpr.br.

(Santos, 2005), em globalização contra-hegemônica e globalização alternativa (Souza Santos:2007,2008), em outra globalização (vários, dentre eles Gendron: 2007 e Fontan: 2007), assim como são identificados vários movimentos e processos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento práticas distintas das que são hegemônicas e que, nesse sentido, podem ser vistas como potencialmente construtoras de alternativas. Poderia-se denominá-las de práticas de resistência, de movimentos sociais de resistência, amplamente baseadas nos territórios locais, mas conectados em redes que lhes dão uma dimensão global.

Há inúmeros casos com essa potencialidade em curso no Brasil e no mundo. Aqui poderíamos citar exemplos rurais, em que a idéia de sustentabilidade está estreitamente ligada a de construção de alternativas: a construção de formas alternativas de assentamentos do MST; a ampliação das formas agroecológicas de produção, a formação de rede Ecovida de certificação participativa da produção agroecológica; os diversos processos de mutirão reinventados para recuperar recursos degradados ou em escassez; a apropriação das tradições quilombolas para integrá-las aos mecanismos de economia solidária, etc.

Se constituem casos localizados, nem por isso deixam de apresentar uma riqueza de possibilidades que só não são vistas por não serem reconhecidas pelas racionalidades dominantes. Como bem discute Souza Santos, as lutas, movimentos, iniciativas alternativas existentes em vários países são descartados e tratados de irrelevantes por aparentemente não apresentarem uma alternativa credível ao capitalismo. Assim, estas ricas experiências têm sido desperdiçadas pelos que proclamam que

não há alternativa, que a história chegou ao fim. Para se pôr fim ao desperdício, há de se tornar visíveis tais iniciativas e movimentos e dar-lhes credibilidade, temos de propor uma nova racionalidade que ele propõe ser a racionalidade cosmopolita que terá de expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje (Souza Santos: 2007).

A idéia de território é relevante para o reconhecimento dessas experiências e para sua própria estruturação e está no âmago das interligações e tensões ente o local e o global e na base da globalização alternativa. Tem sido comumente utilizada para compreender as relações de poder que se exercem em determinadas áreas a partir da ação dos sujeitos sociais que lhe dão vida. Mas a noção de poder, isto é, a perspectiva de se exercer o poder sobre algo ou sobre alguém não é atributo único e exclusivo do Estado, como originalmente se relacionava à idéia de território. É a partir deste entendimento, que Raffestin (1993) redefinirá

a categoria território, atribuindo-lhe um valor espacial que é construído e determinado por e a partir de relações de poder.

Sob este enfoque muitos estudos procuraram compreender as ações e situações de identidade territorializadas de grupos ou sociais. Nestes estudos, o território é compreendido a partir das identidades que se manifestam quanto um valor diferenciado do restante, quer seja pela opção cultural, religiosa, étnica ou geracional ou, ainda, por uma história comum de ocupação articulada a um projeto comum de apropriação. Trata-se de uma manifestação que se espacializa ocupando determinado local e caracterizando-o a partir das relações de solidariedade, convivência que estabelecem. Os grupos tendem a afirmar-se no “espaço” por meio da identidade e da existência singular do cotidiano.

Milton Santos utiliza o complemento “usado” para falar de território: território usado é aquele espaço que é apropriado pela sociedade, que é concreto e palpável e é o que corresponde aos fenômenos sociais espacializados. O território usado torna-se, assim, sinônimo de espaço, pois é produzido e produz este ao mesmo tempo. Portanto, trata-se de sistemas em relação ou inter-relação e isto ocorre em diferentes escalas espaciais, quer no local de maior proximidade, como a relação de vizinhança, quer entre Estados-Nação. As diferentes escalas e temporalidades são determinadas pelos fluxos de informações e pelas estratégias de comunicação e de efetividade que as relações sociais atingem, mediadas por disputas e poderes. Para Milton Santos será toda a dinamicidade e o progresso técnico dado pelas novas relações globalizadas que vão recriar o espaço (atual). Mas toda a mudança será concretizada no território e, quanto mais próximo do cotidiano e das pessoas, mais esse território poderá tornar-se um local de resistência e alternatividade aos processos globais, uma vez que estes são hegemônicos e homogeneizantes e os primeiros são frutos das relações de convivência cotidiana e dos laços de solidariedade que vão se estabelecendo como possibilidade de reprodução social da própria vida. Assim, “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (Santos,2006:14)

Partindo desses princípios, podemos identificar alguns elementos da riqueza de processos em curso no país.

2. Território e alternatividade: a experiência do MST no Brasil

A ampla literatura que analisa o MST e os assentamentos de Reforma Agrária dispensam uma retomada, aqui, das suas conclusões, a maioria mostrando seus efeitos para a conquista de direitos sociais básicos, educação política e outros bens e serviços ligados à cidadania, como também suas implicações para o desenvolvimento local.

Como diversos movimentos de luta pela terra, o MST tem denunciado as bases históricas que levaram à exclusão social do campesinato brasileiro colocando o ideário da reforma agrária como possibilidade de desenvolvimento econômico da nação. Afora toda a problemática dada pela questão fundiária e violência no campo, e pela reforma agrária não realizada, o MST tem conseguido, ao longo dos últimos 24 anos, a implantação de assentamentos rurais. Embora situados em áreas, na maioria das vezes, localizadas em terras degradadas ou impróprias para o cultivo, longes dos grandes centros consumidores, com difícil acesso⁵, os assentamentos têm sido a expressão concreta da territorialização da luta camponesa defendida pelo MST como alternativa ao modelo hegemônico de agricultura e posse da terra. A luta do MST tem como perspectiva agir a partir da demanda imediata do camponês ou pequeno agricultor expropriado, criando o sentimento e a necessidade de reforma agrária. O território do Sem-Terra vai se (re)construindo, primeiro nos acampamentos, depois, nos assentamentos. Estima-se, que hoje hajam mais de 350.000 famílias assentadas, isto é, territorializadas pela luta do MST⁶. Constitui assim uma contrapartida ao processo de expropriação que pode ser compreendido como uma desterritorialização do campesinato brasileiro (MANÇANO⁷, 1996; HORA, 2003⁸), campesinato que se reterritorializa com a luta política.

Mas esses novos territórios para se ampliarem e consolidarem precisam estabelecer laços de solidariedade local e alianças externas, em nível global. Assim, o MST organiza-se em redes de ação social em diferentes níveis escalares, o que tem viabilizado politicamente a reconstrução e o domínio do território expropriado.

⁵ Pelos dados do MDA/INCRA mais de 50% dos assentamentos estão localizados nas regiões Norte-Nordeste, grande parte destituído das condições de infra-estrutura básica e em regiões, ainda, de fronteira agrícola, principalmente, na região Norte.

⁶ Segundo MDA/INCRA existem aproximadamente 700.000 famílias assentadas em 2006, ocupando aproximadamente 32 milhões de hectares

⁷ MANÇANO, Bernardo (1996). A territorialização do MST no Brasil. São Paulo: Ática.

⁸ HORA, K.E.R. (2003). Aqui e Acolá: Territorialização e a construção do lugar – um debate entre assentamentos de reforma agrária e empreendimentos do Banco da Terra em Goiás. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG/IESA.

A luta acontece no local , mesmo se os processos que combate tenham suas origens nas sucessivas lógicas de inserção do Brasil na economia mundial e lógicas de desenvolvimento que formataram os padrões fundiários, agrícolas e ambientais que caracterizam o rural brasileiro . Portanto, o “local” reage como possibilidade de construir a resistência à expulsão e processos de inclusão contra-hegemônicos. O território se define e redefine na conquista do espaço de luta, ora local, pelos assentamentos, ora global, pela luta social mais geral.

Também é ampla a literatura que critica aspectos organizacionais do MST, a maioria levantando restrições à democracia interna do movimento e dos assentamentos. Mas o gargalo da participação está sendo enfrentado em duas frentes, ainda em construção: no que diz respeito a uma nova proposta de democracia participativa – dada pelas formas de participação direta nas formas de coordenação e de núcleos de famílias organizados pelo MST⁹ - e no que se refere à novas formas de posse da terra.

Há quase 10 anos o MST vem propondo um outro tipo de assentamento. Num primeiro momento, enfatizando-se as formas chamadas de coletivas e, posteriormente, fundamentado nos núcleos de moradia. Algumas experiências foram exercitadas e consolidadas nos processos de Planejamento dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento ao longo dos anos 2000. A organização do Projeto de Assentamento Canudos em Goiás¹⁰ foi pioneira neste sentido. O planejamento realizado resultou na reconfiguração do território permitindo a aproximação das moradias e das unidades de produção familiar. Conceitos como conservação dos recursos naturais e implantação das infra-estruturas social e produtiva balisaram os debates com as famílias assentadas.

Várias experiências de planejamento e organização participativa dos assentamentos foram implementadas nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Paraíba, Alagoas, Sergipe como resultado de um amplo processo de formação e capacitação do corpo de assessoria técnica e social que acompanhava os assentamentos. (CORTEZ e HORA, 2006a). Parte destas experiências resultou em

⁹ Um debate muito profícuo que tem se manifestado nestes “espaços” de resistência local, é a perspectiva da construção do poder desde abaixo, radicalizando-se a as formas de participação social e de tomada de decisão por todos e todas, ou a partir das minorias excluídas (Cf. RAUBER, Isabel (2003.) América Latina: Movimientos sociales y Representación política. Edição digital em: www.rebellion.org. e RAUBER, Izabel (2003). Construcción de poder desde abajo: claves para una nueva estrategia Edição digital em: www.rebellion.org.) O MST considera-se protagonista neste campo, principalmente, no que tange à participação social nos assentamentos. No entanto, muitos problemas ainda persistem nestes locais, que são ‘administrados’ pela luta global.

¹⁰ PA Canudos foi criado em 2000. É uma área com quase 13 mil hectares e 253 famílias assentadas. O planejamento foi realizado com base na proposta de elaboração de um plano ambiental, já que a área contava com uma Reserva de Preservação do Patrimônio Natural (RPPN). Cf. HORA, 2003.

assentamentos diferenciados como os *Comuna da Terra* em São Paulo ou os *Projetos de Desenvolvimento Sustentável* também no mesmo estado. (CORTEZ e HORA, 2006b).

A implantação de assentamentos passa, portanto, por um redimensionamento em que, além das questões organizacionais e participativas, são privilegiados os aspectos de preservação ambiental. O debate ambiental, se, por hora, dificulta tal implantação, proporciona um novo espaço, poderia-se dizer um novo território de luta e resistência para a consolidação e expansão de outros assentamentos de reforma agrária. A luta ambiental é reconstruída e territorializada na reforma agrária pela ação e fomento da agroecologia, reprodução das sementes crioula e defesa das formas e modos de vida do campesinato brasileiro. Ao mesmo tempo, ela possibilita alianças locais com as redes agroecológicas, e global, com a luta pela preservação e conservação ambiental.

Se de um lado, há um esforço de construir territórios alternativos como resistência local, por outro lado, temas como a campanha pelo limite máximo da propriedade e a luta contra os transgênicos, entre outros, compõem o conjunto de bandeiras de luta em níveis nacional e global. O MST insere-se também em várias redes populares de resistência global e de lutas contra-hegemônicas, a exemplo da Via Campesina Internacional e da sua participação nos Fóruns Sociais Mundiais.

3. COOPERAFLORESTA: recriando a produção e a vida cotidiana através de sistemas agroflorestais

No município da Barra do Turvo/SP, no Vale da Ribeira, comunidades de agricultores que adotam como base tecnológica os sistemas agro-florestais organizaram-se em cooperativa- a COOPERAFLORESTA (Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR). Fundada em 2003, reúne mais de 70 famílias de agricultores familiares que têm como objetivo a inclusão social dos associados e a recuperação ambiental do território local, através da valorização dos recursos dos próprios agricultores familiares, na adoção da agroecologia com o uso de técnicas agroflorestais.

A região do Vale da Ribeira, tanto em São Paulo quanto no Paraná, é caracterizada por um baixo desenvolvimento sócio-econômico, explicitado por um dos mais baixos IDH's (Índice de Desenvolvimento Humano) desses dois estados. Por sua vez, estas comunidades da Barra do Turvo começaram um processo de reorganização do sistema produtivo e de mudanças nas sociabilidades que está garantindo seu sustento e melhorando sua qualidade de vida. No aspecto produtivo, a adoção dos SAFs (Sistemas Agroflorestais) só se tornou

possível pelo resgate de ações de solidariedade entre as famílias de agricultores das quais a mais significativa é a organização do trabalho em mutirões e a organização de instâncias de discussão e organização comunitárias. Além de alterar as relações de sociabilidade entre as famílias, a experiência proporcionou o resgate de uma relação de integração com a natureza, uma espécie de consciência ecológica dada pela prática de novas formas de produzir e lidar com a terra e recursos naturais. Este processo é identificado na fala de um dos membros da COOPERAFLORESTA que lembra como anteriormente utilizavam uma prática que agredia a natureza e, por conseqüência, eles também:

Teve uma época que nós passamos apertados aqui com água, nós derrubávamos as árvores, queimávamos e plantávamos perto da nascente, então num inverno a água secou. Depois, com a agrofloresta plantada naquela área, as bananeiras e as árvores começaram a puxar a água e fizeram ela rebrotar, hoje, graças a Deus temos água da nascente de novo, esta foi uma das coisas mais importantes que a agrofloresta me mostrou! (in: POUBEL, 2008, p. 95).

Evidencia-se, assim, no âmbito do interesse pelos processos de recuperação de áreas degradadas, uma busca da qualidade de vida e saúde sócio-ambiental. Estas comunidades percebem que as ações tradicionais que eram utilizadas implicaram em impactos negativos para suas vidas, principalmente pelo uso da “coivara” (sistema agrícola que era comum na região, fundado nas práticas de corte e queima da floresta), que está sendo substituído pelos SAF’s e uma concepção de agroecologia. Esta transição permite uma mudança de postura em relação à produção, ao mesmo tempo que possibilita explicita uma releitura moral da sua própria situação como agricultores, já que passam a ter práticas ‘legais’, em acordo com de as leis ambientais vigentes (que proíbem a prática da coivara).

O mutirão também resulta num duplo benefício: de um lado, é uma forma de garantir adendo de força de trabalho, de outro, resgata princípios de solidariedade no interior destas comunidades e possibilita a formação de redes de entre-ajuda fundamentais na organização das práticas agrofloretais. O mutirão, porém, constitui uma estratégia que os fez ultrapassar os limites da comunidade: propiciou aos seus membros integrarem-se em redes mais amplas de produção agroecológica, no comércio direto de produtores orgânicos, no intercâmbio de experiências tecnológicas e organizacionais, nas formas participativas de certificação, entre outras. Para tanto, Poubel (2008, p.87) destaca que:

A associação dos agricultores de Barra do Turvo vem trabalhando de maneira a fortalecer a prática e o conhecimento dos sistemas agrofloretais sucessoriais, bem como as relações internas entre as famílias envolvidas. Dentro da associação estão sendo formados agentes multiplicadores que têm participado de encontros de

agroecologia e cursos em outros estados. Semanalmente são realizadas reuniões entre os conselheiros escolhidos pela associação e mutirões nos quais os agricultores se beneficiam tanto da força de trabalho dos companheiros quanto do conhecimento ali trocado na presença dos agentes multiplicadores. Estes mutirões servem ainda para a realização da certificação participativa estabelecida, na qual os agricultores se fiscalizam internamente para garantir que o cultivo de alimentos seja realmente ecológico e de qualidade, sem uso de queimadas ou produtos químicos.

O mutirão recriado pode ser visto como uma das expressões da solidariedade¹¹ que, por sua vez, caracteriza-se pela construção de redes comunitárias que privilegiam os processos de companheirismo e boa convivência – formação de capital social em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo. Isso não significa que dissolve o conflito. O importante é que o ideário de solidariedade coloca formas diversas de se conceber o desenvolvimento a partir da re-significação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza. A solidariedade pode permitir, neste sentido, uma reorientação do desenvolvimento no sentido contra-hegemônico.

Isso porque as ações da COOPERAFLORESTA não se reduzem aos territórios locais, mas expandem suas fronteiras através de processos de intercâmbio com outras organizações, com o intuito de troca de experiências técnicas e organizacionais, como por exemplo, dentre outras:

- Movimento do Mutirão Agroflorestal (que reúne diversas comunidades e organizações de agricultores de vários estados do país desde 1996) desenvolve vivências de manejo agroflorestal, integração de conhecimentos e avaliação do uso de técnicas.
- Rede Ecovida de Agroecologia (reúne agricultores, ONG's e cooperativas de consumidores em diversos núcleos na região sul) promove a construção da certificação participativa¹² dos seus produtos;

¹¹ A idéia de solidariedade é identificada aqui com a ajuda mútua. Pode-se entendê-la de diferentes formas das quais resgata-se a de Cândido (2001, p. 89), quando analisa as formas de solidariedade na comunidade de agricultores, em sua obra *“Os Parceiros do Rio Bonito”*. Ali, “a necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional”.

¹² A certificação participativa organizada pela Rede Ecovida de Agroecologia “é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética. A certificação participativa é uma forma diferente de certificação que além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões” (REDE ECOVIDA, 2008).

- AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná – fundada em 1995), proporciona a integração na produção e comercialização, não só em feiras de orgânicos em Curitiba e Região, mas permite acesso às redes de comercialização em outros estados.

- Projeto Iguatu¹³ (financiado pela Petrobrás) viabiliza e qualifica as ações agrofloretais e tem por objetivo “realizar ações de formação e capacitação, adoção de tecnologias, geração de referências técnico-científicas, contribuindo para a recuperação e conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades” (PETROBRÁS, 2008).

Através de algumas dessas redes, os participantes do mutirão se viram alçados a uma discussão globalizada- foi o caso da participação da Rede Ecovida nos Fóruns Sociais Mundiais.

A vinculação com a COOPERA Floresta começa a permitir aos agricultores destas comunidades a reconstrução de suas vidas nos seus diversos aspectos – econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais. A lógica que adquirem é mais ampla e não se restringe à dimensão econômica da produção:

Sidnei conta que no princípio sua intenção era de poder ter retorno financeiro maior do que vinha tendo, mas que hoje tem sua atenção voltada para o seu sustento alimentar saudável, com variedade de alimentos orgânicos, sua água e ambiente conservado e o futuro financeiro garantido pela grande quantidade de espécies ali plantada, que frutificarão ao longo de anos de forma permanente com uma tendência de melhorar a qualidade da terra e, conseqüentemente, da vida. Sidnei vê hoje a solução para a sua insegurança crescendo com o reflorestamento ao redor de sua casa. (POUBEL, 2008, p. 100)

Os agricultores das comunidades da Barra do Turvo/SP vinculados à cooperativa estão assim redefinindo suas estratégias e práticas de organização e construindo sua própria experiência de alternatividade cujos efeitos, segundo sua percepção, ultrapassam em muito o território local:

Este trabalho de agrofloresta é aprender a viver com a natureza, contribuir para que ela possa ser essa mãe natureza que a gente tanto precisa; contribuir para que dá água, dá oxigênio, dá saúde pra tudo, pois não é só nós que precisamos desta floresta, mas os vivente que tem na face desta terra. (Sezefredo – Sítio Ana Rosa. In: REPORTERECO, 2008).

¹³ O projeto Iguatu “é resultado da ação e articulação de seis organizações: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA), Federação dos Agricultores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL) Associação dos Agricultores Agrofloretais de Barra do Turvo (COOPERA Floresta), Centro Nacional de Pesquisas em Florestas (Embrapa Florestal) e Universidade Federal do Paraná (UFPR)” (PETROBRÁS, 2008).

4. Questões para discussão: alternativas em construção?

Como se pode inferir pelas experiências relatadas, os territórios rurais podem se constituir em espaços de resistência e de criação de movimentos inovadores. O território passa a criar utopias, no sentido da re-construção e re-nascimento, resistência social e participação solidária. Mesmo que as experiências que abrigam não seja de caráter anti-capitalista ou não tenham explicitamente um caráter emancipatório, criam um forte laço identitário, o que, por si só, já emerge como possibilidade de construir uma nova ordem social e ambiental. Ainda mais se, como diz Boaventura Santos, não forem ‘desperdiçadas’ pelo não reconhecimento de sua riqueza pela racionalidade dominante que cobra delas o futuro, sem valorizar seu presente:

A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a uma instante fugaz entre que foi e o que será... A contração do presente esconde assim a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo... A pobreza da experiência não é a expressão de uma carência, mas de uma arrogância – a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podem identificar e dar valor. (Souza Santos: 2007, p.14).

Estas considerações podem balizar uma discussão sobre as potencialidades dos territórios rurais brasileiros que, há algum tempo, têm prodigado a sociedade com suas experiências de construção de alternativas. Essa discussão não pode deixar de lado os limites e as contradições das mesmas, mas deve perguntar, diante de seus problemas, qual seu sentido presente, o que pode ser resumido nas seguintes questões: que relações sociais configuraram seu passado, que espaços as abrigavam e que relações sociais marcam seu presente, que espaços se criaram para a sua vida hoje? Que ecos estes espaços produzem para além deles mesmos? Mais do que fabular sobre seus resultados no futuro, seria interessante nortear sua análise pela expansão de seu presente.

5. Referências bibliográficas

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2001.

FONTAN, J. M. Point de vue écologique critique et prospectif sur la place de l'économie plurielle dans le développement local des territoires. Home-page: Colóquio Internacional sobre DRTS, na UFSC em 2007.

FRANCISCO, E. C. Agricultura familiar em área de proteção ambiental: estratégias de reprodução de um modo de vida. **Anais...** II Encontro da ANPPAS, Indaituba/SP, 2004.

Disponível no site: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/edna_francisco.pdf>. Acesso em 14/04/2008.

HORA, K. E. R.; CORTEZ, C. **Novas formas de assentamentos**: a experiência da comuna da terra. Brasília: Concrab, 2006.

HORA, K. E. R.; CORTEZ, C. **Processo de Planejamento e Organização dos Assentamentos - PPOA**. Brasília: Concrab, 2006.

HORA, K.E.R. **Aqui e acolá**: Territorialização e a construção do lugar – um debate entre assentamentos de reforma agrária e empreendimentos do Banco da Terra em Goiás. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: UFG/IESA, 2003.

MANÇANO, B. **A territorialização do MST no Brasil**. São Paulo: Ática., 1996

PETROBRAS. **Projeto Iguatu**: redesenhando a gestão dos recursos hídricos na agricultura familiar através da agroecologia. Disponível no site: <<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasAmbiental/ProjetoIguatu.asp>>. Acesso em 25/04/2008.

POUBEL, R. O. **Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UNB. Defesa em 23/03/2006. Disponível no site: <http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=743>. Acesso em 25/01/2008.

RAFFESTIN, C. **Geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAUBER, I. **América Latina**: Movimientos sociales y Representación política. Edição digital em: www.rebellion.org. 2003.

RAUBER, I. **Construcción de poder desde abajo**: claves para una nueva estratégia Edição digital em: www.rebellion.org. 2003.

REDE ECOVIDA. **Quem somos?** Disponível no site: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acesso em 13/03/2008.

REPORTERECO. TV CULTURA. **Agricultor investe em agrofloresta e troca a monocultura pelo cultivo diversificado**. São Paulo: TV Cultura, 17/10/2004. Disponível no site: <http://www2.tvcultura.com.br/reportereco/materia.asp?materiaid=123>. Acesso em 12/03/2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec. 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. B. K. (Org.) **Território, territórios**: ensaio sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.13-22.

SANTOS, M. e BECKER, B. K. **Territórios, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A. 2006 p.71-108.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, B. S. **Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Pag web do autor: 2007.

SACK, R. D. **Territorialidade humana**: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Revista Estudos Avançados**, 18, 2004. p. 51-67.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO “HISTÓRICO DE VIDA”: O PROJETO RECA

Fabio Morales Forero¹

Resumo

O presente trabalho de pesquisa focaliza os problemas, conflitos, reivindicações, formas de luta e as soluções organizativas, técnicas, produtivas, políticas e sociais do segmento de colonos hoje pertencentes ao Projeto RECA face à dimensão ecológica da sua proposta evidenciando no social e cultural a valorização de um grupo social bastante especial, conformado por “caboclos” especialistas no extrativismo, “paulistas” conhecedores das práticas pecuárias e “paranaenses” praticantes da agricultura “tradicional”, que acreditou, lutou e construiu se próprio “projeto histórico de vida”, incluídos os saberes e práticas ambientais correspondentes aos ideários da construção de sociedades sustentáveis.

Palavras-Chave: A Questão Agrária e Ambiental; O Projeto RECA; Amazônia Ocidental

1. Introdução

O presente trabalho de pesquisa focaliza os problemas, conflitos, reivindicações, formas de luta e as soluções organizativas, técnicas, produtivas, políticas e sociais do segmento de colonos hoje pertencentes ao Projeto RECA face à dimensão ecológica da sua proposta evidenciando no social e cultural a valorização de um grupo social bastante especial, conformado por “caboclos” acreanos especialistas no extrativismo, “paulistas” conhecedores das práticas pecuárias e “paranaenses” praticantes da agricultura “tradicional”, que acreditou, lutou e construiu se próprio “projeto histórico de vida” para a geração presente e futura.

O Projeto RECA é um reconhecido caso de sucesso. Já recebeu três prêmios. Foi escolhido entre as oito melhores experiências de organização e produção do planeta, apresentadas aos presidentes dos sete países mais ricos do mundo. Assim mesmo, em 2002, recebeu o prêmio Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente, na categoria Negócios Sustentáveis. Em 2003 recebeu o prêmio Chico Mendes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

¹ Professor da Universidade Federal do Acre. Mestre e Doutor em Ciências na área de concentração de Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura do CPDA/UFRRJ.

2. Problemas, Conflitos, Reivindicações, Formas de Luta e Soluções Organizativas, Culturais, Técnicas, Produtivas, Políticas e Sociais do Projeto RECA

A maneira de introdução, podemos dizer que o “Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado”, RECA, se origina como proposta privada alternativa de um grupo de colonos usuários, de um programa de reforma agrária falido, e de líderes “expertos”, em termos organizativos e políticos, que ante a crise do modelo de reforma agrária quer ficar na sua terra e dar-lhe um melhor uso em termos ecológicos e econômicos, para o qual decidiram aproveitar a possibilidade de explorar as condições e os recursos regionais com a implantação de Sistemas Agro-florestais de Produção, SAF’s², como alternativa econômica de tipo sustentável. É uma solução sustentável alternativa ao programa público de colonização em crise baseado em culturas temporárias de subsistência e na pequena pecuária em solos pobres cuja produção é limitada, como máximo, a três anos por que os nutrientes liberados pela queima da vegetação do bosque diminuem rapidamente pelo consumo das plantas e pela lixiviação produzida pelas chuvas. Depois de dito limite sucede um rápido declino da produtividade. A redução dos rendimentos das culturas temporárias e a degradação do solo forçam o abandono precoce da terra e estimula o avanço sobre o bosque mediante a repetição do mesmo processo de derrubada e queima da vegetação (Projeto RECA 2003). O Projeto RECA, **é uma experiência coletiva de reflorestamento com finalidade econômica e ecológica orientada para o mercado que não deixou de lado a produção individual das unidades familiares** fornecedora das necessidades de sobrevivência. Como parte dos objetivos do Projeto esta melhorar a segurança econômica dos produtores, reduzir o desmatamento nas propriedades e promover uma alternativa ecologicamente mais sustentável para o uso da terra (Projeto RECA 2003). A história do Projeto RECA remonta aos anos setenta. No final da década de setenta, milhares de pequenos produtores rurais migraram do Sudeste e do Sul do país à procura de melhores condições de vida na nova fronteira agrícola aberta pelo regime militar na Amazônia. Um dos últimos destinos deste contingente de migrantes foi o oeste do Estado de Rondônia onde se abriram clareiras na selva para o cultivo de arroz, feijão, milho, etc. Com a perda da fertilidade do solo e com a resultante inviabilidade produtiva e com os sucessivos surtos de malária e o escasso e precário apoio governamental, muitos dos produtores deixaram as suas terras e foram para os centros urbanos ou retornaram para seus Estados de origem. Dentre os que se negaram a voltar, estava

² Trata-se da produção combinada de extrativismo, pequena pecuária e agricultura em baixo da floresta sem derruba-lha, também conhecida como Neo-extrativismo ou Sistemas Agrosilvopastoris de Produção.

um grupo que em 1984 se dirigiu para a localidade de Santa Clara às margens da estrada BR-364, na fronteira entre os Estados de Acre e Rondônia, antigo seringal desapropriado pelo INCRA, que era disputado pelos dois Estados (Projeto RECA 2003).

- É em 1984 que na antiga Santa Clara e hoje Vila Nova Califórnia se encontram e fusionam dois projetos. De um lado, a idéia de alguns agricultores de poder trabalhar de forma combinada com espécies da própria região (cupuaçu, castanha, pupunha, açaí, etc.) e espécies de fora. De outro lado, o **trabalho ideológico** das igrejas evangélica e católica, com suas Comunidades Eclesiais de Base. A fé nos dois projetos foi se expressando na participação em sindicatos rurais, associações produtivas e organizações religiosas. **Num primeiro momento a luta era pela permanência da terra e depois era para produzir de forma racional para garantir a permanência futura da selva e dos seus recursos.** Em 1985, graças à decisão do Estado do Acre de investir na região, a comunidade foi beneficiada com a abertura de ramais, uma escola, um posto de saúde, antena parabólica, abertura de novas ruas e rede de distribuição elétrica na parte urbana, superando desta forma algumas das restrições enfrentadas. Esta atitude do Estado do Acre, em razão de que a Vila Nova Califórnia se encontra no limite dos dois Estados, despertou no Estado de Rondônia a reação de litígio pelo domínio desta área provocando a paralisação da atividade da cooperativa e o retiro do INCRA, agravando ainda mais as já precárias condições de sobrevivência dos produtores rurais. Vale a pena aclarar que o litígio foi posteriormente resolvido e que a Vila Nova Califórnia pertence hoje ao Estado de Rondônia. Com o abandono da área por parte dos poderes públicos, com as dificuldades para comprar e vender e para escoar a produção das unidades produtivas, com suas conseqüências financeiras e com o surto da malária, os agricultores estavam desanimados e partindo para outros lugares. A alternativa foi a união do pessoal através da conformação de duas associações (Projeto RECA 2003). Constituída a Associação de Produtores Rurais da Linha 5 se conseguiu uma colheitadeira de arroz e as restrições financeiras começaram a ser superadas. Igualmente, a Associação do Ramal Pioneiros conseguiu recursos para comprar 24 vacas e 4 carroças puxadas por touros. Através da amizade com a igreja, foram-se estabelecendo relações de companheirismo entre as associações, superando assim as limitações que estabelecia sua desorganização e des-coordenação (Projeto RECA 2003). Os problemas e as restrições anteriormente expostas funcionaram como uma oportunidade para que os produtores se unissem e conquistassem autonomia através do Projeto RECA, fundado em 1998, que contou com o apoio da igreja Católica e de CEBEMO (instituição católica holandesa que financiou a implantação dos sistemas

agroflorestais), da UFAC (Universidade Federal do Acre), EMBRAPA, INPA (Instituto de Pesquisa da Amazônia) e de diversas organizações filantrópicas européias. **Superada a restrição de desorganização dos produtores**, a Associação, nascida em 1988 do sonho de 84 famílias de agricultores de um projeto de assentamento fracassado, em 1994 já somava 264 participantes e 364 no ano de 1999. Acompanhando esta evolução, cresce também a base física do Projeto que já conta com uma pequena planta de processamento, uma câmara frigorífica, fábrica de benefício e embalagens, um auditório e um edifício onde funciona a administração, permitindo resolver, de forma parcial, restrições relacionadas com o processamento, armazenamento e embalagens de produtos. O Projeto foi suscitando contínuas adesões de outros produtores, ganhou parceiros públicos e privados de caráter nacional e internacional, resultando em 1989, no Projeto denominado de “Reflorestação Econômica Consorciada e Associada”, conhecido hoje como Projeto RECA. **É um Projeto que promove o associativismo local, relações de cooperação através de parcerias com ONG’s e órgãos públicos nacionais e internacionais, e uma agricultura solidária de convivência com a selva e sua dinâmica, que permite o desenvolvimento econômico de tipo sustentável, e social de seu povo** (Projeto RECA 2003). **O Projeto significou o encontro de mundos diferentes, os “paulistas”** que só queriam derrubar a vegetação e instalar pecuária e mandar, **os “paranaenses”** mais ligados à agricultura tradicional que se achavam mais espertos e fortes e que queriam mandar, **e os acreanos** de tradição extrativista que conheciam a floresta e não gostavam muito do trabalho pesado e de serem empregados e mandados. Assim foi como **se deu o intercâmbio de experiências técnicas e de vida com o conseqüente processo de integração** estimulado pela necessidade de sair adiante e sobreviver dentro da selva com todos os seus perigos e restrições (Projeto RECA 2003). Ao interior da sua proposta é de destaque a dimensão ecológica evidenciando no social e cultural a valorização de um grupo social bastante diferente, pela sua “mistura” cultural como vimos anteriormente. Dentre os **valores que norteiam o Projeto**, construídos e adotados coletivamente e incorporados nos seus hábitos, comportamentos, decisões e eleições econômicas, sociais e políticas, **que levaram ao conjunto de sócios do Projeto à superação das restrições do tipo macro, meso e microeconômicas**, se encontram:

- A valorização dos indivíduos e da sua participação;
- A solidariedade, ajuda e respeito mútuos. A força coletiva e social tem no trabalho comunitário sua máxima expressão (Projeto RECA 2003);

- A tolerância e o acoplamento harmônico dos diversos hábitos e tradições culturais da sua população;
- A importância da compatibilização entre produção, presente e futura, e o uso produtivo sustentável dos recursos naturais e ambientais;
- Todos querem crescer e sabem que ninguém cresce sozinho, então existe a vontade de querer desenvolver, de fazer a comunidade desenvolver, de fazer o grupo crescer (Projeto RECA 2003);
- O exercício diretivo, de coordenação e de liderança é visto como um serviço, e não como poder, que tem que cumprir um mandato coletivo. Dentro dessa visão, quanto mais gente envolvida nas atividades melhor, para evitar a criação e concentração de poder e para dividir as tarefas e obrigações (Projeto RECA 2003);
- O Projeto sempre foi bastante dinâmico e teve uma mobilidade bastante grande. Os membros têm uma capacidade de sentar e conversar. O Projeto cresceu independente das religiões, partidos políticos e sindicatos, sem seguir nenhum padrão ideológico pré-estabelecido;
- No Projeto são os agricultores (membros da base) os que coordenam, e na medida em que a organização cresce qualitativa e quantitativamente, a tendência é a entregar a administração para especialistas. Adiantaram muitas parcerias sem perder o controle da coordenação (Projeto RECA 2003);
- O pluralismo da organização permitiu perceber as diferenças, qualidades e problemas de cada um e usar isso para enriquecer e construir algo novo;
- As lideranças surgem “da base” através do exercício do trabalho e da capacitação.

Para aprofundar ainda mais na sua problemática e soluções, a continuação estudamos de forma detalhada a dinâmica institucional interna do Projeto RECA.

3. A Democrática Dinâmica Institucional Interna do Projeto RECA³

³ No estudo da dinâmica institucional interna do Projeto RECA foi aplicado o corpo teórico do professor Lanzara (“Por Que Es Tan Dificil Construir Las Instituciones”) num *Work Shop* de auto-reconstrução da sua dinâmica institucional interna adiantado com trinta de seus líderes. Dita metodologia já foi aplicada pelo autor no estudo da “Dinâmica na Construção e a Mudança Institucionais: O Caso da Escola Superior de Administração Pública de Colômbia”, com resultados favoráveis.

O Projeto RECA visto como uma instituição⁴ é o resultado da construção da própria história de um grupo pluri-cultural de agricultores da sociedade materializada na sua organização composta de valores, objetivos, metas, estruturas, arranjos, relações, estratégias e regras do tipo político, econômico, técnico, produtivo, ambiental, ético e social. **Sua criação pode ser considerada como uma propriedade emergente da dinâmica desse grupo social.** Os processos econômicos de crise do extrativismo e de crise do sistema agrícola (também instituições) produziram de forma endógena o surgimento de instituições, como são o Neo-extrativismo e o Projeto RECA, que tem servido para proteger os agentes econômicos da instabilidade política e da incerteza e perdas econômicas e para permitir-lhes um melhor e maior aproveitamento das possibilidades que geram e que o meio natural lhes proporciona. **A instabilidade unida à imprevisibilidade política e econômica significou uma força poderosa de inovação econômica e institucional materializada no Projeto RECA e as suas próprias instituições internas.** O anterior demonstra que os agentes não simplesmente se ajustaram de forma passiva à realidade crítica (econômica, técnica, produtiva, política e social) existente, mas que pelo contrário, **através da sua ação procuraram atuar contra a incerteza e tirar proveito das vantagens existentes, com o qual ajudaram a moldar suas próprias instituições** (Forero 2005).

O Projeto ao longo da sua história institucional tem construído e enfrentado diversas fases ou etapas, dependendo da área temática desde onde ela seja analisada. Assim, **desde o ponto de vista organizativo, para chegar à condição atual de expansão e crescimento superaram os estágios de desenho, construção, instauração e consolidação institucional,** com suas respectivas restrições. **Desde a ótica política, para colocar-se hoje em dia, como uma força relativamente independente e com considerável poder político e de barganha, tiveram que quebrar através do tempo as diferentes relações de dependência** e as suas correspondentes restrições. Desde a visão econômica, para alcançar a posição de exportadores para outros estados, passaram anteriormente as fases de produtores agrosilvopastoris, processadores e comercializadores locais, também com suas próprias restrições econômicas como foi a sua dependência externa de recursos para o financiamento do seu desenvolvimento (Forero 2005).

3.1 Os problemas institucionais de construir e mudar o projeto RECA

⁴ Segundo Chang & Evans (2000), existe um consenso mínimo de que “as instituições são padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas com suposições assumidas e consideradas como dadas, normas aceitas e rotinas de interação, que tem efeitos robustos sobre a “formatação” de motivações e comportamentos das séries de atores sociais inter-relacionados”.

A criação e a mudança de instituições, como é caso do Projeto RECA, se enfrentam, entre outros, com dois problemas fundamentais: os problemas de complexidade política e os de complexidade cognitiva (Lanzara 1999).

No relacionado com os **problemas de complexidade política**, “no Estado do Acre, antes de criar-se o Projeto RECA, a violência reinava nos seringais, promovida por grileiros, jagunços e policiais pagos pelos donos dos seringais. A situação era desoladora. Abandonados a si mesmos, os seringueiros quando não foram expulsos, fugiram para as cidades, especialmente para Rio Branco, onde formaram bairros inteiros” (Projeto RECA 2003). Posteriormente, como também já vimos, com a implantação do sistema agrícola de produção principalmente para atividades pecuárias, que pressiona pela desapareição do sistema extrativista incluídos os seringueiros e os seringalistas, se gerou uma forte tensão entre estes, o Estado, e os novos latifundiários pecuaristas vindos do Centro, Sudeste e Sul do país (Forero 2005).

Com o pessoal local e com a chegada de pessoas de outras regiões do país, deu-se o choque desses “mundos” diferentes, o que inicialmente dificultou um pouco seu entendimento, mas depois gerou, através da sua articulação, a proposta agrosilvopastoril dos SAF’s. Apesar da diversidade de visões mundo e de propostas tecnológicas, em termos políticos, os agricultores futuros membros do Projeto RECA contavam com uma identidade de classe que se solidificava através das diversas ações e relações exercidas nas suas igrejas de base, de tipo católico e evangélico e nos sindicatos rurais. **Este quadro de coerência e identidade política de classe, reforçado com práticas de solidariedade e trabalho coletivo, garantiu desde o começo a inexistência de propostas políticas antagônicas ao interior do Projeto. O dinheiro também nunca foi motivo de conflito** ao interior do Projeto. As diferentes ações foram iniciadas com recursos próprios e quando o financiamento externo chega, seu destino, alocação, distribuição e seu lugar nos orçamentos já estavam desenhados de forma prévia. **O tipo de administração interna terceirizada, com regras claras, participativa na tomada de decisões, transparente e baixo o seu controle, permitiu que fossem evitados problemas graves internos** pela gestão e alocação dos recursos e pela distribuição dos lucros (Forero 2005).

Por outro lado, apesar do conflitante ambiente político externo, **o Projeto não contou com inimigos políticos**. Pelo contrário, **através das suas relações externas, na maioria das vezes, ganhou ajudas, apoios, conselhos, assessorias, financiamentos, conhecimentos, experiências e todo tipo de recursos**. Como vimos na história do Projeto, o êxito das suas relações se encontra, entre outras razões, no fato de saber aproveitar conhecimentos e experiências fatíveis de aplicação a sua realidade; **de não permitir que posições ideológicas**

do tipo político e religioso permeassem suas decisões, a coordenação e o trabalho dos grupos e criassem assim divisões; de aceitar assessorias sem perder o controle e a coordenação do Projeto; e de “não depender da ajuda externa” para materializar suas iniciativas previamente programadas na medida em que primeiro iniciaram as atividades com recursos próprios e depois foi chegando o financiamento. Talvez, somente no período da disputa do seu território entre os Estados de Acre e Rondônia, foi que os Estados retiraram seus apoios políticos e de todo tipo para o Projeto. Apesar de que por aquela época os Estados de Rondônia e Acre nunca contemplaram os SAF's dentro da sua política agrícola e agrária, em compensação, o este último colaborou para o Projeto com infra-estrutura, projetos e serviços. Claro que só até anos recentes, os órgãos públicos do Estado do Acre contemplaram nas suas políticas os SAF's. Realmente o Projeto tem contado com a sorte de não ter obstáculos do tipo político e **a sua história de relações favoráveis conjuga com o crescimento do seu poder político.** Alguns candidatos foram já às eleições com o apoio informal do projeto, assim como também, alguns partidos políticos pediram seu apoio nos processos eleitorais (Forero 2005).

Como já vimos os líderes do Projeto foram se formando através do tempo. A semente inicial da liderança se encontra nos grupos religiosos preexistentes ao Projeto. Em razão de que seus membros participam também nas igrejas, nas organizações de vizinhos e de reforma agrária e nos sindicatos rurais, o Projeto conta com uma plena articulação com a sociedade civil e exige dela participação social.

A maneira de conclusão, o Projeto em seus processos de construção e mudanças institucionais, não tem encontrado grandes problemas de complexidade política. **Conhecendo o ambiente político externo, repleto de restrições, e rompendo sua “dependência financeira” de forma paralela à construção do seu próprio “projeto histórico de vida”, o resultado obtido foi a construção de um determinado poder político “independente” sem processos de desgaste fortes.**

A estrutura de governança do tipo administrativa, organizacional, de fornecimento, produtiva, de processamento e de comercialização desenhada e implementada pelo Projeto, como “forma superior de produção”, com todos os valores que sua “superestrutura” pratica, são de dar inveja no contexto capitalista de exploração da força de trabalho familiar e de lucro individual.

No caso do Projeto RECA, os sinais do mercado e fora do mercado, dadas pela política agrícola eram equivocadas, pela falta de informação, crédito, assistência técnica, estradas e ramais, e de canais de comercialização (falhas e imperfeições do mercado) e até pelas

ineficiências na administração pública no relacionado com a regularização de terras e o cumprimento dos direitos de propriedade, os custos de transação foram bastante elevados. Porém, a forte intencionalidade na sua eleição racional prevaleceu sobre a estrutura social, sobre o comportamento dos outros agentes e sobre toda a institucionalidade e o contexto regionais, sem alterar seus cálculos de lucro ou utilidade refletidos na sua eficiente alocação e distribuição de recursos nestes processos. **Nem as condições políticas do tipo conflitantes, nem as falhas e imperfeições econômicas, nem seus custos gerados impediram a eficiente alocação e distribuição de recursos nos processos de construção e mudança institucionais.** Segundo os próprios membros do Projeto, **a transação ou negociação interna e externa da sua proposta institucional nunca gerou desgaste, pelo contrário, sempre foi potencializando seu poder político.** No seu processo de construção institucional nunca receberam ataques de outros grupos de interesse públicos ou privados e seu comportamento foi de esquecer e não dar importância aos que não compartilhavam sua proposta e sim de convencer e apoiar-se nos seus aliados potenciais. Depois, com o tempo, alguns atores que antes não compartilhavam a proposta, mudaram e passaram a apoiá-los, como é o caso da política agrícola do Estado do Acre. Para os membros do Projeto os custos de transacionar sua proposta foram razoáveis comparados com o seu grande retorno econômico e político.

As decisões de construir o Projeto RECA e mudar a condição calamitosa em que se encontravam seus sócios afetaram positivamente os direitos de propriedade no sentido de adquirir ativos com sentido de propriedade coletiva, de obter rendas individuais e coletivas e de contratar créditos coletivos. Seu resultado foi o maior poder de negociação traduzido em maior lucro econômico. Em razão de que a aquisição de direitos de propriedade foi de tipo coletivo não gerou ao interior do Projeto fatos de complexidade política adversa. Ao nível externo, talvez o grupo de interesse mais afetado com o processo de construção do Projeto, corresponde ao grupo de intermediários que antes vendiam e compravam dos produtores individualmente, e que depois do Projeto foram eliminados (Forero 2005).

A construção e negociação interna do projeto, que não foi de tanta complexidade política, que conseguiu conciliar e integrar as visões e interesses de seus membros sem muito desgaste político ao momento de criar suas eficientes instituições e materializar suas inovações institucionais através de soluções associativas, **afetou individual e positivamente as posteriores eleições e o desempenho econômico dos seus membros, moldando sua conduta econômica.** Com os arranjos, estruturas, desenhos e mudanças institucionais gerados pelo Projeto, todos os seus membros ganharam, sendo que **a negociação participativa e democrática foi vital para garantir a legitimidade institucional da proposta.**

No Projeto, as dificuldades nas suas decisões de construção da sua proposta e de mudança das instituições que eram ineficientes, não funcionais e erradas, não dependeram da complexidade política, mas da informação que não dispunha do marco legal, das regulações e contratos, e dos conhecimentos de mercados, produtos e preços; também desconheciam a disponibilidade de tecnologias. Apesar de tudo esse desconhecimento, suas decisões foram racionais, corretas e favoráveis.

Apesar da dificuldade de alcançar um consenso no processo de construção da proposta técnica, a unidade de interesses gerais (de classe sócio-econômica que queria crescer) e de condições (todos eram vítimas das assimetrias distributivas, todos eram excluídos pelo modelo de desenvolvimento e vítimas de um projeto fracassado de assentamento rural familiar), **o consenso e a igualdade na distribuição de recursos no Projeto RECA facilitou a construção de uma institucionalidade estável**. Assim foi como convergiram em torno de soluções institucionais estáveis e consensuais.

No relacionado com os **problemas de complexidade cognitiva**, no caso do Projeto RECA, **o desenho de uma proposta técnico-produtiva**, que fosse viável técnica e ecologicamente e rentável, através da implantação de culturas regionais associadas a outras culturas e a pequena pecuária, **demorou vários anos, justamente pela falta de informação e sobre tudo, de conhecimento**, em relação com os SAF's. O problema foi superado com a implantação empírica das culturas nativas nas propriedades dos agricultores, e com o grande apoio e assessorias recebidas de parte de ONG's e órgãos públicos de caráter técnico e de pesquisa. Foi um processo empírico, de erro-acerto, de construção de uma proposta técnica. Os problemas de desconhecimento do administrativo e do financeiro foram resolvidos por meio da "terceirização" mencionada anteriormente. O desconhecimento do mercado e da comercialização exigiu diversas iniciativas empíricas que vão desde a busca deste tipo de experiências em outros projetos, passando por cursos, seminários e participação em feiras, até fazer parte de organizações relacionadas com esta temática. Conseguir clientes fixos foi um processo lento, custoso e desgastante (restrição micro-econômica). O desconhecimento de tipo legal tem sido superado com consultas. O conhecimento organizativo e do tipo político sempre foi seu forte, desde antes do surgimento de Projeto RECA, como vimos no estudo da sua história. Em termos de comunicação, o Projeto tem sido bastante difundido local, regional, nacional e internacionalmente. Desta forma, podemos concluir que por problemas de informação e desconhecimento, o Projeto enfrentou situações de incerteza, espera e demora na tomada das decisões e na aquisição e alocação de recursos (Forero 2005).

Nos processos de desenho e mudança institucionais, enfrentar com sucesso ou fracasso problemas de informação, conhecimento e comunicação, implica resultados mais ou menos desfavoráveis no seu desempenho econômico e maiores ou menores custos. O Projeto RECA assumiu uma série de custos irrecuperáveis em termos de safras e produtos perdidos por problemas de informação e desconhecimento de tipo técnico e de comercialização. Eles não sabiam que o cupuaçu era tão complicado para coletar, transportar, processar, armazenar e comercializar.

O Projeto RECA se fez aprendendo. Adaptando-se às circunstâncias e ao meio ambiente. Aprendeu da natureza e adaptou a sua produção a ela. Adaptou algumas tecnologias aplicadas em outras regiões, é quase que um co-criador dos SAF's.

Realmente, os membros do Projeto conheciam as causas que os levou a buscar a construção de uma proposta técnico-produtiva alternativa, mas desconheciam a dinâmica da construção e da mudança das instituições e todos os perigos autodestrutivos que as ameaçam. De outra parte, o Projeto tem sistematizada sua memória institucional num livro que publicaram em 2003 (“Nosso Jeito de Caminhar”) e que vale a pena dizer, é um trabalho de auto-reconstrução histórica muito bem elaborada. Os membros do Projeto através da sua experimentação também aprenderam **algumas lições de tipo causa-efeito**, assim, por exemplo: (i) solidariedade e confiança no Projeto garantem sua continuidade, (ii) combinar diferentes culturas, que o sistema *multi-estrata* produz, aumenta a produtividade e garante o êxito produtivo neste tipo de ecossistema, (iii) com um mercado em constante mudança o Projeto tem que ser flexível e diversificado e estar em contínuo processo de adaptação, razão pela qual sempre estiveram auto-ajustando o Projeto, sem mudar a essência da proposta quais são os SAF's, e (iv) o uso de tecnologias alternativas permite conseguir financiamentos extra-oficiais. A história das suas relações, mostra que na medida em que os diferentes objetivos foram superados (passando de agricultores de subsistência a empresários que também adiantam atividades de processamento e comercialização, através de uma organização de tipo “superior”) maiores foram as dificuldades apresentadas, sobre todo, no processo de comercialização, devido a sua dependência de clientes localizados nos distantes e grandes centros urbanos (Forero 2005).

Nos primeiros dez anos o Projeto RECA manteve um equilíbrio entre “busca” e “exploração” institucional. Enquanto consolidavam a sua proposta tecnológica procuraram novas alternativas produtivas e configurações institucionais, sendo que de forma paralela aperfeiçoavam as configurações institucionais de tipo administrativo e organizativo já existente. Desde aquela época, uma vez consolidada a proposta técnica, o Projeto tem buscado

pouco e ficou somente explorando as instituições e configurações existentes, desde o ponto de vista produtivo, administrativo e organizativo. Os próprios membros do Projeto estão sentindo a necessidade de mudar os mecanismos administrativos e organizativos querendo melhorar a comunicação entre as bases e seus líderes e os seus processos de controle e tomada de decisões (Forero 2005).

Desde o começo, os sócios do Projeto RECA tinham conhecimento e informação da complexidade política e do entorno institucional, **razão pela qual pensaram em construir uma instituição “própria”, “paralela”, “independente”, “democrática”, construída de “baixo para cima” e, em buscar outro tipo de apoios externos para consegui-lo.**

Apesar da complexidade cognitiva enfrentada pelo Projeto, sobre tudo na sua fase de construção, sua proposta técnica de tipo sustentável e a sua propriedade coletiva dos bens adquiridos dentro do Projeto, incluído seu Fundo Rotatório, garantem a existência futura de recursos para próximas gerações.

3.2 Os problemas relacionados com autodestruição institucional

As instituições ao ver-se envolvidas em processos de exploração das configurações institucionais já existentes e em funcionamento ou de busca de novas configurações institucionais, seja por determinantes internos ou externos, podem desenvolver processos que ao invés de facilitar sua adaptação às novas e cambiantes condições do entorno, as conduzem a aprofundar seus problemas é incluso a manter crises recorrentes. A este último fenômeno é que aludimos o conceito de auto-destruição institucional, que pode ser o resultado da própria inércia da instituição, da sua não adaptação a uma nova realidade ou das decisões dos agentes (Lanzara 1999). Dentre os problemas relacionados com a autodestruição institucional temos o dilema da aprendizagem (‘busca’ x ‘exploração’ institucional), o ‘feedback’, os ‘custos afundados’, e os ‘ciclos de fracasso’.

No relativo ao **dilema da aprendizagem: “busca” x “exploração” institucional**, como já vimos anteriormente, no Projeto RECA, durante os primeiros dez anos, conviveram busca e exploração institucional, em equilíbrio harmônico. Apesar de não ter enfrentado sérias crises, agora seus membros começam a sentir a necessidade de mudanças institucionais nos dois sentidos, tanto para melhorar sua comunicação interna, como para se expandir e partir para outro tipo de experiências, como é experimentar com outras culturas e produtos e aproveitar seu *now-how* adquirido para acompanhar a assessorar processos produtivos e organizativos similares de outras comunidades que se encontrem ainda com dificuldades. Vale a pena dizer

que no projeto RECA a proposta técnica dos SAF's é válida até para o longo prazo e que então processos de busca institucional são válidos somente em termos de produzir outros produtos e culturas. No relacionado com a estrutura organizacional, esta pode sofrer mudanças e processos de busca institucional leves segundo a necessidade de seus sócios como já aconteceu. Assim, pois nas eleições dos líderes já se buscaram três alternativas diferentes, uma primeira de postulação e eleição direta de forma coletiva, que falhou por concentrar a liderança em algumas pessoas que pertenciam a uns poucos grupos de trabalho, próximos à sede do Projeto e que eram de grande porte. Então, montaram o sistema de “chapas”, criando-se um clima parecido a aquele do sistema de “partido de governo-partido de oposição”. Finalmente, se instaurou o novo sistema de nomeação e eleição com a variante de que cada grupo de trabalho postula um líder para a diretoria e outro para a presidência, independente do tamanho do grupo, do seu número de votos e da distância em que se encontre localizado, e a eleição se adianta coletivamente em Assembléia Geral. Assim, um pequeno grupo de trabalho que esteja localizado distante, além de poder ter garantido um representante na diretoria, também pode aportar o presidente do Projeto. É de destacar que ditas mudanças e processos de busca institucional ficaram gravados com mudanças nos estatutos. Da história e realidade atual do Projeto podemos concluir que o processo permanente de busca institucional para a consolidação da sua proposta técnica, apesar de ter sido prolongado não desanimou o grupo e que a entrada de outras fontes de renda, como foi o dinheiro de CEBEMO para conformar o Fundo de Crédito Rotatório e os salários recebidos pelo trabalho na pavimentação da estrada BR – 364 serviram para que isso não acontecesse (Forero 2005).

No relacionado com o **‘feedback’ ou retorno**, no Projeto RECA, depois de vários anos de espera, tanto para a chegada da primeira safra quanto para a busca técnico-produtiva realizada, a consolidação da proposta tecnológica e da comercialização significou estabilidade e tranquilidade para a organização e para seus membros que começaram um primeiro processo de acumulação de capital, e a partir desse momento estão obtendo um *feed-back* mais rápido, de menor risco e de maior benefício econômico (Forero 2005). **Apesar da sua contínua expansão econômica e política, em termos de poder, querem diversificar suas atividades, continuar crescendo e expandir ainda mais seu poder.**

O Projeto RECA contou com duas vantagens que lhe garantiram certa estabilidade institucional no prolongado processo inicial de busca institucional de consolidação de uma proposta tecnológica, uma foi ter continuado ao nível familiar com a produção tradicional individual de forma paralela à implantação de cultivos nativos, e a outra foi a obtenção de várias fontes alternativas de renda que lhes garantiram seu sustento, sem desespero e com

certa tranquilidade. Essas duas vantagens funcionaram como uma espécie de andaime institucional até que a proposta se concretizou, deu frutos e depois o Projeto se expandiu.

Até agora a dinâmica institucional interna do Projeto RECA, com uma forte busca técnico-produtiva inicial simultânea a uma exploração da estrutura administrativa, financeira, organizacional e organizativa criadas desde o começo com algumas pequenas variações, e com a fase posterior de exploração da proposta tecnológica e de comercialização já consolidada com algumas leves ações de busca institucional, há garantido o equilíbrio da sua dinâmica e o sucesso institucional.

No que tem a ver com os **‘custos afundados’ ou irrecuperáveis**, o Projeto RECA assumiu custos afundados poucas vezes e em pequena dimensão. Por desconhecimento e falta de planejamento enfrentou perdas de produtos por problemas no transporte, por produzir sem ter cliente garantido e por não ter a capacidade suficiente de câmaras frias para armazenar a polpa de fruta. Porém, segundo o parecer dos próprios agricultores, ditas perdas não foram de grandes dimensões, pelo contrário, os lucros sempre foram mais representativos e significativos que os custos afundados assumidos nos processos de construção e mudança institucionais (Forero 2005).

Os **‘ciclos de fracasso’**, que afetam tanto as atividades de busca como de exploração institucional podem assumir as formas de: “busca tateando”, “bloqueios”, ou “mudanças rápidas e bruscas de tendência”. No Projeto RECA, toda a primeira fase, de construção de uma proposta técnica-produtiva, foi uma **“busca tateando”**, na medida em que não se contava com conhecimentos e experiências similares, então através da prática, implantando culturas regionais de meio prazo, foi se dando essa busca. A diferença do Projeto é que ele não realizou várias buscas diferentes sem deixá-las amadurecer. Sempre experimentou SAF’s e só deixou de experimentar suas diversas culturas até concluir seu arranjo produtivo. Claro que dito processo foi cansativo e seus custos não foram poucos, mais nunca, essa “busca tateando” significou para eles geração de processos autodestrutivos internamente e pelo contrário, quando encerraram a proposta, significou consolidação e lucros econômicos, políticos e organizativos (Forero 2005).

Sem existir ainda manifestações evidentes de perigo, a excessiva estabilidade (**“bloqueios”**) proporcionada pela prolongada exploração do arranjo e estrutura institucional do Projeto RECA nos últimos anos, já começa a inquietar seus membros, no sentido de que sentem a necessidade de desenvolver processos de diversificação e expansão produtivas e na comercialização e de abraçar outras atividades como consultoria e assessoria em projetos similares, para cada vez mais ganhar maior espaço político para seus líderes mais antigos; e

também sentem a necessidade de dar a oportunidade interna, na administração e gestão, a líderes mais jovens, e de fazer mudanças nas suas estruturas, roles e rotinas organizacionais. O Projeto RECA, apesar de ter enfrentado um longo processo de busca institucional, **nunca realizou “mudanças rápidas de preferência”**, por que as alternativas não eram variadas, e também **por que construir um projeto histórico de vida para uma sociedade, que contém valores e processos sociais além de estruturas e arranjos institucionais, não é de fácil construção e muito menos, é mutável repentinamente no curto prazo.**

3.3 Instâncias da dinâmica auto-destrutiva

As instituições tem uma tendência natural à criação de uma dinâmica auto-destrutiva. O estudo das instâncias da dinâmica auto-destrutiva, se aborda mediante o estudo dos conceitos de “auto-interesse”, é dizer o interesse que motiva as instituições, organizações e grupos de interesse e atores nas suas eleições e ações individuais ou coletivas; “identidade”, ou seja, a identificação de um Eu por parte de ditos atores; e a “confiança”, que possuem estes, tanto nas suas formas institucionais e organizacionais quanto nos grupos de interesse e o conjunto de atores sociais, econômicos e políticos (Lanzara 1999).

No relativo ao **auto-interesse**, segundo os membros do Projeto RECA, seu auto-interesse nunca mudou ao longo da sua história institucional. A crise do sistema agrícola, da qual eram vítimas antes do Projeto, explica a impossibilidade de ter tido “aversão à perda”, pois como já quase tudo estava perdido, assim como o anelo de superação e de construção de um mundo melhor para suas famílias, mesmo apostando a um prolongado período de busca institucional. Também, como nunca experimentaram processos significativos de mudança institucional ao interior do Projeto e nunca, depois da sua conformação, enfrentaram crise institucional nenhuma, então nunca se auto-interesse mudou, sempre foi intenso e o mesmo. Parece que os valores que eles praticam ajudaram a solidificar seu auto-interesse (Forero 2005).

A **“identidade”** individual, ou seja, a identificação dos sócios do Projeto com um Eu colono, ex-usuário de um projeto falho de reforma agrária, pobre e explorado econômica e politicamente através das diferentes gerações, além de reforçar a identidade coletiva fortaleceu também o auto-interesse e a sua confiança no RECA, visto como “projeto histórico de vida” (Forero 2005).

A **confiança**, pelas mesmas razões que explicam a manutenção do auto-interesse e da identidade, a confiança no Projeto RECA nunca se viu afetada. Claro, que no começo, quando a vida estava difícil, alguns membros desistiram e saíram da região, mais foram bastante

poucos. O grupo que permaneceu é bastante coeso, otimista, voltado para frente, com elevados auto-interesse e confiança, e forte identidade em torno de seu “projeto histórico de vida” (Forero 2005).

4. A guisa de **conclusão**, podemos afirmar que **a instabilidade e imprevisibilidade** criada pelas adversas condições e problemas iniciais enfrentadas pelos sócios do Projeto, **constituíram-se numa poderosa força de inovação institucional de tipo democrática** que foi aplicada, de forma criativa, no desenho e implementação das suas soluções para eliminar ou diminuir o impacto nefasto das restrições naturais, sociais, econômicas e políticas sobre o seu desempenho econômico.

O enfrentamento dos problemas, conflitos, reivindicações, formas de luta e as soluções organizativas, técnicas, produtivas, políticas e sociais de tipo democráticas, do segmento de colonos hoje membros, do projeto RECA, face á dimensão ecológica da sua proposta evidenciando no social e cultural a valorização do seu grupo, conformado por “caboclos” descendentes de cearenses, “paulistas” e “paranaenses”, é um claro exemplo de luta, perseverança e sucesso de reconhecimento mundial. Esse grupo social conseguiu construir seu “projeto histórico de vida”, incluídos os saberes e práticas ambientais correspondentes aos ideários da construção de sociedades sustentáveis.

Também podemos concluir que o Projeto RECA tem sido bastante criativo no desenho e implementação de soluções às restrições externas e internas, por eles enfrentadas e dribladas, que lhe tem garantido o sucesso e o bom desempenho econômicos. A visão geral do estudo do desempenho econômico do Projeto RECA⁵, mostra como o seu sucesso é explicado mais por fatores institucionais internos como é o caso da sua própria política microeconômica interna e da sua dinâmica institucional interna que por fatores tradicionalmente apontados por outros estudos anteriores, variáveis mesoeconômicas e institucionais complementam harmonicamente a sua explicação. Apesar de ter um contexto estritamente econômico de caráter nefasto com as suas externalidades negativas, da ordem nacional e regional, a sua institucionalidade interna com a sua estratégia microeconômica garantem o sucesso econômico. Recentemente colaboram também um pouco as mudanças favoráveis da política pública e do contexto regional acreano.

⁵ Ver Forero (2005).

5. Bibliografia

Forero, M. F. 2005. “O Projeto RECA: Uma Aproximação Institucional do Desempenho Econômico”. 208 pgs. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.

LANZARA, G.F. 1999. “Por Que Es Tan Dificil Construir Las Instituciones”, En Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales. Vol. 38. Buenos Aires.

PROJETO RECA. 1993. “Nosso Jeito de Caminhar”. Brasil.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NO USO DE
AGROTÓXICOS**

Janice Rodrigues Placeres Borges¹
Amaury Lélis Dal Fabbro²
Pedro Ferreira Filho³

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar a construção de riscos socioambientais dos assentados da reforma agrária paulista nos Assentamento Monte Alegre e Guarani (SP), referentes ao uso, armazenamento e disposição final de agrotóxicos e seus resíduos, considerando indicadores sócio-demográficos, práticas relacionadas à utilização e armazenamento dessas substâncias e à intoxicação associada ao seu uso, com o intuito de entender a situação de exposição e contaminação socioambiental a que estão sujeitos. Foram aplicados questionários fechados, realizadas entrevistas gravadas e fotodocumentação. Os resultados apontam para a larga utilização de agrotóxicos nos lotes amostrados. Os fatores de risco encontrados foram: alto índice da prática do processo manual de pulverização e equipamento de proteção individual precário. Sobre o armazenamento destaca-se o item depósito longe de casa e os métodos de incinerar e enterrar as embalagens utilizadas, como formas mais usuais de disposição final. Conclui-se que, as famílias se encontram em preocupante situação de riscos à saúde e ao ambiente, provenientes de sua situação de exclusão social no sentido não somente restrito à via de execução do trabalho, mas, também, a falta de acesso a informação e a capacitação profissional.

Palavras-chave: Risco Socioambiental; Agrotóxicos; Assentamento Rural.

1. Introdução

O controle de pragas e doenças na agricultura, desde os mais remotos tempos, sempre chamou a atenção do homem. Até poucas décadas atrás, os sistemas de produção agrícola dependiam exclusivamente de tradicionais mecanismos de controle biológico natural – o sistema de rotação de culturas, por exemplo, era utilizado para eliminar insetos, ervas daninhas e doenças, pelo simples fato de quebrar seus ciclos de vida (Altieri, 1992). Historicamente, a diversidade na agricultura demonstrou ser uma maneira de os agricultores se protegerem das pragas e doenças. Porém, com o advento da agricultura moderna, a estrutura ambiental de vastas áreas foi simplificada, substituindo a biodiversidade natural por um pequeno número de plantas cultivadas. Investiu-se mais, também, na expansão da

¹ Socióloga, doutora em Ciências da Engenharia Ambiental. PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, CCA, UFSCar. janicepb@terra.com.br

² Médico. FMRP, USP.

³ Estatístico. Depto. de Estatística UFSCar.

fronteira agrícola, na monocultura extensiva e no enquadramento técnico da produção agrícola, com a disseminação do uso em larga escala de insumos industriais, entre eles os agroquímicos (Santandreu et al., 2005).

Criados como armas químicas na Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra esses agentes tóxicos foram transformados pela indústria no lucrativo negócio de defensivos agrícolas, garantindo os interesses de agentes financeiros e industriais. Não sendo realizado um levantamento prévio do custo/benefício, para a saúde pública e para o ambiente, do uso desses produtos. De acordo com Silva e Fay (2004: 30), os principais inseticidas utilizados após a Segunda Guerra Mundial foram os “compostos inorgânicos e/ou inibidores da síntese do ATP, os quais são necessário para a atividade muscular”. Mas, citam-se também os inseticidas que provocam toxicidade neurológica: o piretróide e a nicotina.

A partir de então, os defensivos têm sido o centro de debates entre cientistas, ambientalistas, produtores agrícolas, industriais, comerciantes e governo, por conta dos sérios impactos sócio-ambientais, diretos e indiretos, que podem causar – estudos têm comprovado que a exposição do produtor rural a essas substâncias pode levar a graves danos à saúde, como os de ordem respiratória, gastrointestinal, neurológica, dermatológica, cardiovascular e do aparelho locomotor, dependendo da frequência e duração da exposição ao agente tóxico (Azevedo e Chasin, 2003; Antle e Pingali, 1994; Soares, 2003; Bull e Hathaway, 1986).

No Brasil, a instituição de mecanismos de controle e proteção ambiental, entre as décadas de 1970 e 1990, se expressa na criação de órgãos ambientais, como a Secretaria Nacional de Meio Ambiente, na estruturação da Divisão de Ecologia Humana e Saúde Ambiental (Minayo e Miranda, 2002), no desenvolvimento de centros de intoxicação e de laboratório de toxicologia humana, como o Sistema Nacional de Toxicologia (SINITOX), e na ampliação da legislação.

No final da década de 1980, foi promulgada a Lei 7802/89, a Lei de Agrotóxicos, que proíbe a comercialização de certos agroquímicos, além de classificá-los de acordo com sua toxicidade: Classe I (altamente tóxico) e Classe II (extremamente tóxico). Em estudo recente, Garcia et al. (2005) concluem que a Lei dos Agrotóxicos não foi eficaz no aproveitamento de instrumentos previstos na regulamentação da lei, uma vez que produtos de maior toxidade continuam a ser comercializados. Cita-se, como exemplo, o Tameron, um agente organofosforado, classificado na Classe II, comercializado como acaricida e inseticida, que age por contato, ingestão ou de forma sistêmica e ainda é empregado em várias regiões do país. Em geral, os agrotóxicos organofosforados causam seqüelas neurológicas após intoxicação aguda, isto é, em curto prazo e com rápida absorção do agente tóxico, ou pela

exposição crônica, ou seja, a longo prazo e com exposição repetida durante longo período de tempo.

Há anos o SINITOX tem denunciado os relevantes percentuais de trabalhadores intoxicados por agrotóxicos e chama a atenção para a suspeita de subnotificação de casos, pelo fato de os trabalhadores temerem represálias por parte dos empregadores. De acordo com Guivant (2003), 20.000 trabalhadores morrem por ano devido à exposição a pesticidas. Os danos causados por esses agentes tóxicos também podem atingir, indiretamente, outros membros da comunidade, por meio da ingestão de alimentos e água contaminada, por exemplo. De qualquer forma, a realidade é que o uso de agrotóxicos hoje, no Brasil, se constitui num quadro preocupante. O país é o quarto colocado na lista dos maiores consumidores de agrotóxico do mundo (Preservação, 2005).

Os agrotóxicos também são divididos, segundo seus diferentes modos de ação, em três classes: inseticidas (agrotóxicos de importância agrícola e econômica, para proteger as plantas contra o ataque de insetos, destacando-se os arseniais), fungicidas e herbicidas. Há ainda os rodenticidas, os moluscicidas e acaricidas.

Estudos sobre o que leva os agricultores a legitimarem o uso desses agentes tóxicos e sobre as percepções de risco no uso de agrotóxicos, com o intuito de compreender as motivações desses atores sociais, são instrumentos da maior valia para o sucesso de políticas e estratégias voltadas à justiça socioambiental. Citam-se, entre eles, as notáveis contribuições de Guivant (1995, 2003), Freitas (2000) e Peres (2001).

Para Guivant (1995, 2003), do ponto de vista dos agricultores, há a busca por estratégias que sirvam ao interesse de maximizar a produção, para satisfazer o crescente consumo da família e acumulação de capital em nível de propriedade. Já o uso inadequado de agrotóxicos advém do conflito entre o conhecimento prático do agricultor e o dos técnicos, em que os agricultores se sentem com o controle na implementação dos agrotóxicos, “aplicando-os à sua maneira”. Estamos diante de um problema não somente econômico e social, mas também cultural.

Segundo Freitas (2000), esse problema cultural tem como pressuposto o fato de que sociedades diferentes ou diferentes grupos populacionais reagem de maneiras distintas diante de um mesmo risco. Assim, a construção social do risco de cada indivíduo é constituída a partir de sua trajetória de vida e de seus valores culturais. Peres (2001), completando o pensamento de Freitas, destaca que é difícil obter de uma população ‘leiga’ (cujos saberes diferem, em sua origem e construção, daqueles dos avaliadores técnicos que trabalham o conceito) uma definição do que é risco, pois, para esse grupo, risco é muitas vezes sinônimo

de perigo. Assim, os riscos podem passar despercebidos pelos usuários, colocando-os numa situação de vulnerabilidade.

Nas Ciências Sociais, o quadro teórico do conceito de risco tem avançado no caminho de considerá-lo uma marca fundamental da sociedade contemporânea e do atual estágio da modernidade – aplicada com larga tradição e dedicação ao desenvolvimento de políticas públicas e com preocupação pelo bem-estar da população sujeita a diferentes tipos de situação de vulnerabilidade.

Assim sendo, risco pode ser definido como a percepção do perigo, da catástrofe possível, existindo apenas em relação a um sujeito que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Dessa forma, não haverá risco sem um sujeito que o perceba (Veyret, 2007). Sobre essa constatação, Douglas (1970, 1990) destaca que as posturas e escolhas assumidas pelos sujeitos estão diretamente relacionadas a um âmbito maior: a sociedade. Daí se poder concluir que uma situação de vulnerabilidade de dada população ou grupo social está estreitamente relacionada às desigualdades de distribuição de riscos que afetam desigualmente à população e certos grupos sociais (Beck, 1992).

Dessa forma, pode-se afirmar que a construção de risco é um processo social em que cada sociedade realiza suas combinações sobre medo e confiança (Douglas, 1990).

Diante desse quadro surge a certeza da importância dos estudos de representação social de risco, para a compreensão das motivações que levam os indivíduos a agirem de formas tão diversas diante de uma situação tão delicada/danosa como o uso, armazenamento e disposição final de resíduos de agrotóxicos.

Assim sendo, o objetivo do presente capítulo é analisar a construção social do risco, no contexto da agricultura familiar, quanto ao uso, armazenamento e disposição final de resíduos de agrotóxicos, com o intuito de compreender a situação de vulnerabilidade à qual essas famílias se encontram expostas. Para tanto, tem-se como estudo de caso as famílias do Assentamento Monte Alegre e Guarani, considerando fatores sócio-demográficos, práticas de trabalho relacionadas ao uso de agrotóxicos, intoxicação humana referida e contaminação ambiental associada a seu uso, armazenamento e disposição final dos resíduos.

2. A Construção Social dos Riscos no Uso de Agrotóxicos

Percepção das características dos lotes

Está comprovado cientificamente que o uso de agrotóxico em áreas onde ocorre erosão ou inundação intensifica um problema já grave, visto que essas características do ambiente funcionam como elemento potencializador da contaminação dos corpos d'água, via carreamento dos agentes tóxicos pela água das chuvas ou da irrigação, por exemplo.

No Assentamento Monte Alegre, 28% dos lotes têm problemas de erosão e 25,5%, predisposição à inundação, o que aumenta as chances de o local ser contaminado por agroquímicos. É sabido que o impacto ocorre à medida que os sedimentos e partículas transportam substâncias químicas que são absorvidas em suas superfícies, que, por sua vez, podem contaminar os corpos d'água. A contaminação dos solos e das águas pode se dar tanto por aplicação direta quanto por escoamento (Martim, 1995).

No Assentamento Guarani não foram observadas erosão nem áreas propícias à inundação.

Tabela 4.1 – Uso de agrotóxicos por área: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, SP, 2003.

Uso de agrotóxicos	Área			
	Monte Alegre		Guarani	
	N	Percentual	N	Percentual
Sim	163	92,0	103	38,49
Não	17	8,0	72	81,82
Geral	180	100,0	175	100,0

Práticas de trabalho e problemas de saúde associados ao uso de agrotóxicos

Quanto ao uso de agrotóxicos em Monte Alegre, verifica-se que, dos 180 lotes amostrados, em 92% deles se fazia uso desse tipo de produto “em pequena quantidade” e “por poucas horas por dia”, “somente em determinada época do plantio” ou fase “da criação” (Tabela 4.1).

Em 34 lotes, pelo menos um membro da família apresentou problemas de saúde ao entrar em contato com agrotóxicos: neurológico (11%), respiratório (18%), dermatológico (16%), gastrointestinal (23,8%), cardiovascular (5%) e do aparelho locomotor (1,6%) (Tabela 4.2).

Os entrevistados afirmam ter sentido “dor de barriga”, “tontura”, “batedeira no coração”, “coceiras”, “vômito”, “dor de cabeça”, “desmaio”, etc.

Quanto aos produtos utilizados foram citados “veneno de formiga”, DAP, “fungicida granulado”, HANDAPE, “o mais barato”, organofosfato, “pré-emergente”, Decis, DEDRIN-BODOC e Tamaron (produto altamente tóxico que age por contato, ingestão ou de forma sistêmica).

Tabela 4.2 – Problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores, por área: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, 2003.

Problemas de saúde mais frequentes entre os trabalhadores que lidam com agroquímicos	Assentamento							
	Monte Alegre				Guarani			
	Sim		Não		Sim		Não	
	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual
Respiratórios	8	4,44	172	95,56	3	3,06	95	96,94
Cardiovasculares	2	1,11	178	98,89	1	1,02	97	98,98
Neurológicos	16	8,94	163	91,06	9	9,18	89	90,82
Do Aparelho Locomotor	1	0,56	179	99,44	2	2,04	96	97,96
Digestivo	9	5,00	171	95,00	9	9,18	89	90,82
Dermatológico	2	1,14	173	98,86	6	6,12	92	93,88

No Assentamento Guarani, dos 175 lotes estudados, em 103 agrotóxicos são usados. Em 29 lotes alguém se sentiu mal nas últimas semanas depois de utilizar agrotóxicos. Os entrevistados relataram problemas respiratórios (3,0%), cardiovasculares (1%), neurológicos (9%), do aparelho locomotor (2%), digestivos (9%) e dermatológicos (6%) (Tabela 4.2).

Uso de equipamento de proteção individual

Tabela 4.3 – Tipo de proteção utilizada, por área: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, 2003.

Fazem uso de proteção?	Área			
	Monte Alegre		Guarani	
	N	Percentual	N	Percentual
Sim	117	65,00	47	26,86
Não	49	27,23	56	32,00
NSA	14	7,77	72	41,14
Geral	180	100,00	175	100,00

O único método utilizado para a pulverização dos agrotóxicos é o manual, ou seja, tanque da bomba carregado nas costas do aplicador. Do total de lotes que afirmaram utilizar agrotóxicos no Monte Alegre, em 49 não se usa proteção individual (Tabela 4.3). E do total dos entrevistados que disseram utilizar algum tipo de proteção (6,5%), foram citados como

equipamentos de segurança: macacão impermeável (4,8%), luvas (29,5%), botas impermeáveis (44%), máscara (36%), camisa de mangas compridas (80,4%), calça comprida (87%) e lenço (27%) (Tabela 4.4). Muitos entrevistados afirmaram não utilizar proteção porque “não gosta”, “usa pouco veneno”, “o local de trabalho é quente e a proteção esquenta muito”, “não tenho dinheiro para comprar”, etc.

Tabela 4.4 – Uso de equipamentos de proteção: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, SP, 2003.

Equipamentos utilizados	Assentamento							
	Monte Alegre				Guarani			
	Sim		Não		Sim		Não	
	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual
Macacão	6	4,88	11	95,12	1	20,41	3	79,59
Luvas	36	29,51	86	70,49	2	55,77	2	44,23
Botas	54	44,26	68	55,74	1	30,61	3	69,39
Máscara	44	36,36	77	63,64	2	44,90	2	55,10
Camisa de mangas compridas	99	80,49	24	19,51	2	57,14	2	42,86
Calça comprida	10	86,99	16	13,01	3	63,27	1	36,73
Lenço	7	27,20	91	72,80	1	30,61	3	69,39

No Assentamento Guarani, em 103 dos 175 lotes os entrevistados afirmaram utilizar agrotóxicos, porém, em apenas 47 deles utiliza-se algum tipo de proteção individual (Tabela 4.4). Foram citados como proteção: macacão impermeável (20,4%), luvas (55,7%), botas impermeáveis (30,6%), máscara especial (45%), camisa de mangas compridas (57%), calça comprida (63%), lenço (30,6%). Destaca-se o fato de os assentados utilizarem “proteções” que não têm efeito na prática, mas que em suas representações do que venha a ser proteção são tidas como eficazes.

Armazenamento de agrotóxicos

O armazenamento dos produtos agroquímicos é também de suma importância para a gestão ambiental e uma questão de saúde pública. Agroquímicos armazenados de forma

incorreta ou em ambientes suscetíveis, como, por exemplo, próximos a corpos d'água, podem provocar danos gravíssimos.

Hoje, é fato a preocupação com os impactos ambientais causados pela má administração de resíduos no passado. Na literatura específica e em manchetes de jornais e revistas são freqüentemente relatados tristes casos de impactos sócio-ambientais irreversíveis. Nos assentamentos aqui estudados foram observadas as seguintes formas de armazenamento de agrotóxicos. Em Monte Alegre: em depósitos longe da residência (57%), em depósitos próximos da residência (29,7%), em depósitos longe de corpos d'água (1%) e na residência (3,5%) (Tabela 4.5).

Já no Assentamento Guarani os agrotóxicos são armazenados em depósitos longe da residência (39,%), em depósitos próximos da residência (32%), em depósitos longe de corpos d'água (0%) e na residência (9%).

Observa-se que nos dois assentamentos a estocagem em depósitos longe da residência é a prática mais usual. Porém, é necessário conhecer o tipo de construção usada nesses depósitos e como esses agentes químicos são armazenados em seu interior.

Tabela 4.5 – Formas de armazenamento das embalagens de agroquímicos, por área: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, SP, 2003.

Formas de armazenamento	Assentamento							
	Monte Alegre				Guarani			
	Sim		Não		Sim		Não	
	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual
Depósitos longe da residência	9	57,23	71	42,77	3	39,58	5	60,42
Depósitos próximos à residência	5	29,76	11	70,24	3	32,65	6	67,35
Depósitos próximos aos corpos d'água	2	1,19	16	98,81	0	0,00	9	100,00
Depósitos longe dos corpos d'água	2	13,10	14	86,90	0	0,00	9	100,00
Na residência	6	3,57	16	96,43	9	9,18	8	90,82
A céu Aberto	1	0,60	16	99,40	1	10,20	8	89,80
Outros	1		15		1		8	
	8	10,71	0	89,29	2	12,24	6	87,76

Disposição final dos resíduos agrotóxicos

O destino dado às embalagens vazias é também uma externalidade séria. Sabe-se que as embalagens, mesmo quando vazias, continuam representando riscos sócio-ambientais.

Até bem pouco tempo atrás, o destino final desses resíduos eram os cursos d'água e os terrenos. O solo era tido como um filtro. Hoje, sabe-se que o solo é um reservatório de produtos químicos, interferindo diretamente nos outros compartimentos ambientais (Carvalho, 1980).

Sendo assim, a disposição dos resíduos sem os cuidados necessários pode poluir as águas superficiais e subterrâneas presentes na área de despejo e adjacências, contaminando poços e podendo causar intoxicações.

Pelas declarações dos entrevistados, observa-se que a prática de queimar os resíduos tornou-se uma “tradição” entre os assentados, assim como a de enterrar as embalagens vazias. Por conta desses sumidouros naturais, cria-se a ilusão de que o que não se pode mais ver não oferece mais perigo/risco.

Tabela 4.6 – Disposição final dos resíduos/embalagens: Assentamentos Monte Alegre e Guarani, 2003.

Resíduos de agroquímicos	Assentamento							
	Monte Alegre				Guarani			
	Sim		Não		Sim		Não	
N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual	N	Percentual	
Incinerados	82	48,81	86	51,19	60	61,22	38	38,78
Enterrados	43	25,60	125	74,40	18	18,37	80	81,63
Jogados em água corrente	1	0,60	167	99,40	1	1,02	79	98,98
Outros	55	32,74	113	67,26	19	19,39	79	80,61

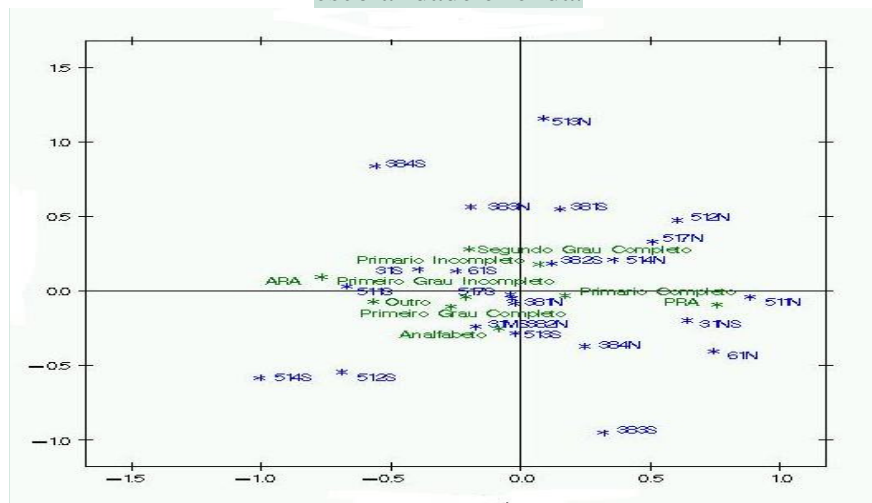
Em Monte Alegre 48,8% dos resíduos são incinerados, 32%, devolvidos à loja ou postos autorizados e 25,6% são enterrados. Já no Guarani foram observadas as seguintes práticas: incinerar (61%), devolver à loja ou postos autorizados (19%) e enterrar (18%) (Tabela 4.6).

Observa-se, por meio dos dados apresentados, o grau de risco a que esses trabalhadores se encontram expostos cotidianamente.

Perfil dos usuários de agrotóxicos

Por meio da análise de correspondências múltiplas, Gráficos 4.1 e 4.2, observa-se que o uso de agrotóxicos é uma prática comum no Assentamento Monte Alegre. Entre esses usuários, em geral, varia o nível de escolaridade (antigo curso primário incompleto, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio completo) ou são analfabetos. Residem em domicílios satisfatórios, quanto à metragem da construção, e têm à disposição hospitais públicos, PSF e posto de saúde. A renda desses assentados varia entre nenhuma, menos de um salário mínimo e um salário mínimo.

Gráfico 4.1 – Características dos usuários de agrotóxicos, por área de estudo, segundo metragem da moradia, atendimento à saúde, tipo de armazenamento do lixo doméstico, escolaridade e renda.



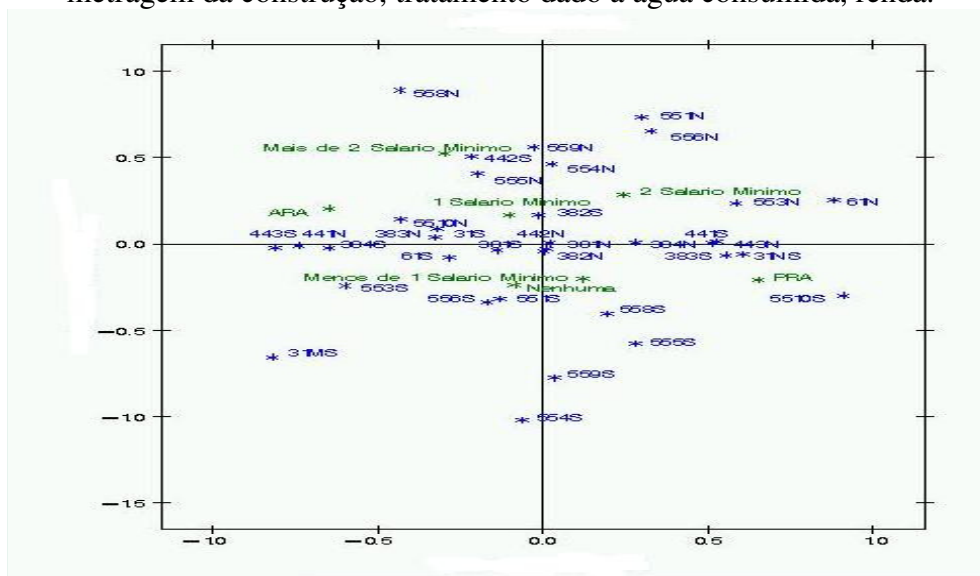
Variáveis incluídas nos Gráficos 4.1 e 4.2

Metragem

31NS = condições precárias e/ou insatisfatórias; **31S** = condições satisfatórias; **31MS** = condições mais que satisfatórias. OBS. Para as variáveis abaixo, o código (número) seguido de **S** representa que a moradia apresenta a característica; quando seguida de **N**, não a apresenta. Por exemplo: 511S = tem hospital; 511N = não tem hospital; **Atendimento à Saúde**: 511 = hospital; 512 = centro de saúde; 513 = posto de saúde; 514 = farmácia; 517 = posto saúde da família; **Uso de Agroquímicos** : 61 = uso de agrotóxico no lote; lixo armazenado em casa; 381 = recipiente fechado; 382 = recipiente aberto; 383 = não armazena em casa; 384 = queima; **Escolaridade**: analfabeto; primário incompleto; primário completo; primeiro grau incompleto; primeiro grau completo; segundo grau completo; superior; outro. **Renda**: nenhuma; menos de 1 salário mínimo; 1 salário mínimo; 2 salários mínimos; mais de 2 salários mínimos.

Variáveis Suplementares : **Área**: ARA = Araraquara ; PRA = Pradópolis

Gráfico 4.2 – Características dos usuários de agrotóxicos, por área de estudo, segundo metragem da construção, tratamento dado à água consumida, renda.



3. Conclusões

Por meio das reações físicas citadas pelos entrevistados, que estão associadas ao uso de agrotóxicos, observou-se uma proporção preocupante de trabalhadores rurais intoxicados, com destaque para o Assentamento Monte Alegre. Como a amostra foi aleatória e, por isso, representativa da população estudada, a situação, alarmante, reforça a necessidade de estudos mais aprofundados, com coleta de amostras de sangue dos assentados, de água e de solo, nas áreas de estudo, para detecção de resíduos de agrotóxicos. O resultado das análises é de grande importância pelo fato desses produtos terem efeito acumulativo, o que pode levar os trabalhadores a desenvolverem a forma crônica da intoxicação, assim como à contaminação dos recursos naturais.

Outro aspecto agravante é o fato da agricultura familiar empregar o trabalho de crianças e adolescentes da família ou pelo simples fato desses grupos sociais ficarem expostos aos produtos no momento das aplicações e, ainda, pela alimentação.

É possível afirmar que o aumento de risco de intoxicação está, também, associado ao baixo nível de escolaridade dos assentados. Por outro lado, a literatura tem destacado o fato de que programas de qualificação para o trabalhador rural são de extrema relevância, pois é positivo o impacto dessa iniciativa em relação aos índices de doenças provocadas pela intoxicação por agrotóxicos, independente da escolaridade da clientela (Lyznicki, 1997). Os meios de comunicação são também importantes canais para esses programas.

O item “armazenagem” mostrou que praticamente metade dos assentados entrevistados tem consciência dos riscos/danos que os agrotóxicos podem causar, por isso os

mantêm acondicionados em depósitos longe das residências. Porém, há a outra metade, que opta por práticas inadequadas, pondo em risco a saúde sócio-ambiental.

A decisão de incinerar e/ou enterrar os resíduos/embalagens permite observar a construção do pensamento desses trabalhadores, bem como sua percepção de risco, demonstrando que, erroneamente, associam o “fim” do perigo à “invisibilidade” das embalagens e dos “restos” de produto. É o mesmo caso daqueles que preferem jogar os resíduos nos corpos d’água, como se fossem sumidouros naturais que dessem fim aos efeitos deletérios.

A partir dos resultados discutidos até agora, é possível afirmar que para esses entrevistados existe uma hierarquia de riscos, a qual é modificada de acordo com o ‘estado’ em que se encontra o produto agrotóxico, ou seja, como se os produtos ainda em condições de uso representassem um perigo maior do que seus resíduos, daí a prática de queimar e enterrar.

Nota-se que a percepção de risco, neste caso, está associada à combinação de perigo/medo e confiança e que a hierarquia de riscos depende de valores culturais – haja vista o percentual daqueles que devolvem as embalagens em concordância com as normas técnicas estabelecidas, isto é, nas casas especializadas.

Assim sendo, podemos afirmar que a construção da percepção de risco desses trabalhadores está associada a símbolos encontrados em fatos e experiências de seu cotidiano. No tocante ao uso de equipamento de proteção individual, sabe-se que, na prática de pulverização manual de agrotóxicos, o equipamento considerado ideal é o macacão impermeável, acompanhado de botas e luvas de borracha e de máscara com filtros especiais para produtos químicos específicos. Entretanto, observou-se que isso dificilmente ocorre nos assentamentos. Do ponto de vista da percepção de risco, apesar de reconhecerem os agrotóxicos como “perigosos” e afirmarem se proteger, a maioria acha que está segura usando calças compridas, camisa de mangas longas, botas (de borracha ou não) e lenço cobrindo o nariz e a boca. Por outro lado, parcela considerável declara que a proteção ideal extrapola seu poder aquisitivo ou é muito quente para nosso clima. E ainda há aqueles que acreditam que, por utilizarem pequena quantidade dos produtos, encontram-se livres de contaminação/intoxicação.

Conclui-se, assim, que há de três grupos distintos de usuários: aqueles que reconhecem os agrotóxicos como nocivos e se protegem, mas não o fazem adequadamente por falta de informação; aqueles que reconhecem os agrotóxicos como nocivos, mas se ‘arriscam’ a não se proteger por motivos que vão desde de ordem econômica a desconforto físico; e, por fim, o grupo composto por pessoas totalmente desinformadas e desprotegidas.

Em síntese, essas conclusões apontam para o alto grau de risco de intoxicação/contaminação humana e ambiental na área, assim como ressaltam a necessidade de estudos toxicológicos aprofundados, de campanhas de informação e de cursos de qualificação desses trabalhadores familiares, sendo ainda hoje necessário investir no processo de educação e saúde e busca de técnicas alternativas.

4. Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. **Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas**. CETAL, Valparaíso, 2000.
- _____. Agricultura Tradicional. In: Altieri, M. (Org.). **Agroecología. As bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro:PTA-FASE, 1995
- _____. Modern Agriculture: Ecological impacts and the possibilities for truly sustainable farming. **Agroecology in Action**, 2000.
- ANTLE, J.M. e PINGALI, P.L. Pesticides, productivity, and farmer health: A Philippine case study. **American Journal of Agricultural Economics**, 1994, n. 76, p. 418-430.
- AZEVEDO, F. e CHASIN, A. **As Bases Toxicológicas da Ecotoxicologia**. São Carlos: RIMA, 2003. São Paulo: Intertox, 2003.
- BECK, U. **Risk Society. Towards a New Modernity**. London:Sage Publications, 1992
- _____. **World Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1999.
- BORGES, J.R.P. e FABBRO, A.L.D. Percepção de Riscos Socioambientais no uso de agrotóxicos – o caso dos assentados da reforma agrária paulista. **Anais...Caxambu: XV Encontro Nacional da ABEP**, 2004.
- BULL, D., HATHAWAY, D. **Pragas e Venenos: agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo**. Petrópolis: Vozes/Oxfam/Fase, 1986.
- CARVALHO, B.A. **Ecologia Aplicada ao Saneamento Ambiental**. Rio de Janeiro: associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1980
- DOUGLAS, M. **Natural Symbols: Exploration in Cosmology**. New York: Pantheon Books, 1970.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. London/New York: Routledge, 1990.
- FREITAS, C.M. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINO, C. e OLIVEIRA, R. (orgs.) **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- GARCIA, E.; BUSSACOS, M.; FISHER, S. Impactos da legislação no registro de agrotóxicos de maior toxicidade no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. Vol. 39, n.5, SP, out. 2005.
- GUIVANT, J.A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- _____. Pesticide use, risk, perceptions and hybrid local knowledge: a case study from southern Brazil. **International Journal of Food and Agriculture**, Vol. 11, N. 1, 2003.

- LYZNICKI, M.S. Educational and Information Strategies to reduce Pesticide Risks, **Preventive Medicine**, V. 26, p. 191-200, 1997.
- MARTIN, E.S. Agrotóxicos – Intoxicações Humanas e Contaminação Ambiental. **Revista de Geografia**, Unesp, SP, n. 12, p. 7-25, 1995.
- MINAYO, M.C.S. e MIRANDA, A. **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.
- MINAYO, M.C.S. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. Guareschi, P e Jovchelovitch, S. (orgs.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PERES, F. **É Veneno ou é Remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos**. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, rio de Janeiro, 1999.
- PERES, F. Onde Mora o Perigo? Percepção de Risco, ambiente e saúde. **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós** (Minayo, M.C.S., organizadora), Rio de Janeiro: Fiocruz, 135-141, 344 p., 2002.
- PERES, F. et al. O processo de comunicação relacionado ao uso de agrotóxicos em uma região agrícola do estado do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, 35 (6), 2002.
- PINGALI, P., 1994. Pesticides and Philippine rice farmer health: a medical and economic analysis. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 76, p. 587-592.
- SANTANDREU, A.; PERAZZOLI, A. e DUBBELING, M. **Biodiversidade, Pobreza e Agricultura Urbana na América Latina**. <<http://www.agriculturaurbana.org.br>> Acessado em abr., 2005.
- SANTANDREU, A.; GÓMEZ, A.; LAPETINA, J. **Urban Agriculture in Cities of the 21st Century: Innovative approaches by local governments from American and the Caribbean**. UMP-LAC, IDRC, IPES, FAO. 2001.
- SILAVA, C. M. S. e FAY, E. F. **Agrotóxicos e ambiente**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
- VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: QUANDO A SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL ACABA PROVOCANDO UM PROBLEMA SOCIAL.

Francisco Emanuel Matos Brito¹

Resumo

Este trabalho analisa a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e como este processo - baseado numa legislação que impede a presença humana em unidades de conservação com estas características - ao buscar equacionar uma situação de degradação ambiental, acaba acarretando novos problemas para as populações que moravam na área, mesmo antes desta ser declarada como Parque. O autor também aborda como a população tendo tomado conhecimento da sua nova condição e das implicações decorrentes deste fato, passa a se mobilizar com o propósito de negociar a permanência na área.

Palavras-chave: Parque Nacional da Chapada Diamantina; População Moradora; Participação Social.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar como parte significativa do território da Serra do Sincorá foi transformado no Parque Nacional da Chapada Diamantina e, sobretudo, evidenciar como a busca de solução para resolver aspectos referentes à questão ambiental, acaba por ocasionar novos problemas com repercussão na questão agrária, traduzidos principalmente na possibilidade de remoção das populações formadas majoritariamente por pequenos agricultores que habitam o interior desta unidade de conservação.

A Chapada Diamantina é uma das 15 (quinze) Regiões Econômicas do Estado da Bahia, situa-se no centro do território baiano, é composta por 33 municípios distribuídos numa superfície de 41.756,1 km² e conta com uma população aproximada de 504.040 habitantes.

A denominação Chapada Diamantina evoca tanto os aspectos geográficos quanto as relações sócio-econômicas decorrentes da exploração baseada na extração de diamantes, iniciada nos anos 1820, responsável pela imigração de várias pessoas que vieram trabalhar no garimpo acalentando sonhos de fortuna e sorte. Portanto, a história e a formação econômica desta região, está intimamente associada à exploração dilapidadora dos seus recursos naturais

¹ Doutor em Ciências Sociais (UFBA), Pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) da FCH/UFBA e assessor técnico da CAR/SEDIR; endereço eletrônico: frabrito@ufba.br

e à ocorrência de significativos fluxos migratórios intra e extra-estaduais, formados por bandeirantes, garimpeiros e fazendeiros de variadas origens.

2. O contexto e a criação do Parque Nacional Da Chapada Diamantina

Decorridos mais de um século e meio, a tomada de medidas ambientais viriam a ser necessárias, para combater a exploração desenfreada dos recursos da flora e da fauna da Serra do Sincorá promovida, dentre outros, pelo garimpo descontrolado, pela coleta de plantas e pela caça de animais, pela utilização do fogo, responsável pelos incêndios, e pela extração de madeira. Assim, com o intuito de tentar proteger o que restou dos atributos naturais da Serra do Sincorá, foi criado, através do Decreto Federal nº 91.655 o Parque Nacional da Chapada Diamantina com o objetivo de

proteger amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área (BRASIL, 1985, p. 1).

No Parque Nacional, criado em 17 de Setembro de 1985 e localizado na área central do Estado da Bahia, também se encontram os principais atrativos turísticos da região distribuídos numa área de 152.000 hectares, que corresponde “a mais da metade da Serra do Sincorá” (CPRM, 1994, p.6) e na qual se insere parte do território dos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê .

A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina ocorre numa década em que se observa o incremento do número de unidades de conservação criadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), enquanto parte da política ambiental brasileira dos anos 1980.

Em âmbito regional, a criação do Parque é resultado da atuação do movimento ambientalista, iniciada nos anos 80, defensor não só do Parque como, também, importante interlocutor no processo de reorientação de algumas políticas públicas ligadas ao desenvolvimento agrícola e turístico, tendo participação ativa nas lutas pela preservação das nascentes e matas ciliares, contra as queimadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a precariedade dos serviços de saneamento básico e, posteriormente, pela regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Dentre estas entidades vale mencionar o pioneirismo do movimento S. O. S Chapada, que, na segunda metade dos anos 80, foi responsável pela realização de eventos que tinham como objetivo dar conhecimento à comunidade regional sobre a existência do Parque Nacional ao tempo em que tentava aumentar o contingente de pessoas comprometidas com a luta pela sua regulamentação e preservação.

Depois de desempenhar um papel pioneiro na condução de lutas relevantes, o SOS Chapada entra em crise, no início dos anos 90. Sua saída de cena ocasiona um período de descenso no movimento e deixa como principal contribuição o fato da questão ambiental ter passado a ser discutida em vários municípios da região, num momento em que algumas entidades de defesa do meio ambiente, inspiradas no seu exemplo, estavam começando a dar os primeiros passos. A partir daí coube a outros grupos ambientalistas, a exemplo do Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), do SOS Paraguaçu, das Comissões do Meio Ambiente, da Associação de Condutores de Visitantes da Chapada Diamantina (ACV-CD) e, recentemente, da Rede de ONGs da Chapada Diamantina, a tarefa de dar continuidade à luta em defesa do meio ambiente, iniciada pelo SOS Chapada.

Mesmo estando apenas decretada no papel e com regulamentação reivindicada há pouco mais de 22 anos, a criação do Parque trouxe implicações diretas ao modo de vida das populações que habitam tanto o interior quanto o entorno desta unidade de conservação, na forma de proibições à utilização dos recursos naturais, com cada prática passando a ser enquadrada nos artigos do decreto lei nº 84.017 (BRASIL, 1979, p 1 –11), que integram o regulamento do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

3. O parque e a situação das populações rurais moradoras

O processo de transformação desta área da Serra do Sincorá em Parque não contou com a participação da população de pequenos produtores rurais. Parte significativa dos moradores somente tomou conhecimento de que estava habitando o interior de uma unidade de conservação, 13 anos depois de sua criação, durante a realização dos trabalhos de

levantamento fundiário. Tal operação da maneira como foi conduzida, além de surpresas desagradáveis, tem acarretado mudanças profundas ao modo de vida dos moradores que habitam esta unidade de conservação e seu entorno, fazendo com que um contingente significativo da população regional, “habituada a retirar da natureza boa parte de sua sobrevivência, hoje viva um tempo onde tudo lhe é proibido, além de passar a ser vista como delinqüente ambiental”(BRITO, 1997, p.25).

Assim, práticas como caçar, garimpar, coletar flores, cortar arvores para a confecção de móveis e instrumentos de trabalho, queimar a lenha para produzir carvão, antes um costume voltado para a complementação da sobrevivência, passaram a ser tratadas como pura contravenção. Esta postura institucional revela o caráter contraditório da aplicação da lei que, em vez de proteger efetivamente o meio ambiente, acaba criminalizando determinados setores da sociedade e colocando-os contra a natureza. Sentindo-se prejudicados, parte dos moradores passou a reagir com antipatia à ação fiscalizadora IBAMA e, como forma de demonstrar toda a indignação, criou siglas autotraduzíveis passando a chamar jocosamente este órgão de IBRAHMA ou IMBROMA.

O levantamento fundiário revelou a existência de 6 zonas de povoamento no interior do Parque Nacional (IBAMA, 1998, p. 17-20). Estas zonas de povoamento encontram-se ocupadas, majoritariamente, por famílias de pequenos produtores rurais que se dedicam aos cultivos de subsistência, conforme breve descrição, a seguir, da população presente em cada uma destas localidades:

- *Estrada Velha do Garimpo*. Abrange áreas de Andaraí e Lençóis e conta com 31 famílias distribuídas ao longo dos 37 km da estrada que liga estas cidades. Além da produção de subsistência, representada, principalmente, pelo cultivo de mandioca, os pequenos produtores também se dedicam à ‘faiscagem’² na serra e à caça. O levantamento fundiário sugere como alternativa para estas famílias e para as da Fazenda Velha - Marimbus, o reassentamento em outras áreas (IBAMA, 1998, p.22).

- *Baixão*, integra o município de Ibicoara e tem uma população de 40 famílias. Sua colocação no interior do Parque é questionada pelo fato do Baixão ser uma área totalmente modificada pela ação humana. Segundo um dos idealizadores do Parque a inclusão parcial desta área no interior do parque, ocorreu “por descuido na hora de traçar os limites” (Funch, 1997, p.189).

² Garimpagem praticada em caráter eventual e complementar à atividade principal desenvolvida pelas pessoas.

- *Capão do Correio*, faz parte do município de Mucugê, situa-se nas proximidades das fazendas que exploram cultivos irrigados e da Barragem do Apertado e tem um contingente de 6 famílias, vinculadas por laços de parentesco. Pronunciando-se sobre a presença na localidade após o processo de regulamentação do Parque, eles afirmaram que “ a gente sai da área se o IBAMA comprar uma terra boa prá nós”.

- *Fazenda Velha - Marimbus*, localiza-se no município de Andaraí e conta com uma população de 25 famílias, que se mobilizaram para permanecer na área e constituíram, em 2000, a Associação de Moradores da Fazenda Velha. Esta entidade enviou, em dezembro de 2001, ofício ao então Ministro do Meio Ambiente no qual buscavam esclarecimento sobre o destino da comunidade após a regularização do PNCD. Segundo o presidente³ da entidade “apesar dos apelos da associação, cinco proprietários acabaram vendendo os terrenos para pessoas que já viviam na comunidade com medo de perder a terra para o IBAMA e também pelo baixo valor previsto na indenização”. Dentre as principais atividades produtivas estão os cultivos de feijão de corda, milho e mandioca, além da pesca nas lagoas, de traíra, tucunaré, molé, apanhari e piranha. Ainda de acordo com o diretor da Associação “a entidade propõe que as famílias continuem morando na Fazenda Velha”.

- *Estrada de Mucugê – Guiné*. Caracterizada pela presença de pequenos produtores que estão localizados num trecho desta estrada e se dedicam, sobretudo, ao cultivo do café. Os técnicos que realizaram o levantamento fundiário sugerem ao IBAMA como alternativa aos “altos custos com indenização e reassentamento”, que tanto esta área como o Baixão poderiam “ser excluídas dos limites do Parque, sem nenhum prejuízo para a área de conservação” (IBAMA, 1998, p.24).

- *Vale do Pati*. Nos anos 1940 esta localidade produzia como principal cultura comercial o café, secundado pelos cultivos de milho, banana, laranja, limão, cana-de-açúcar e seus derivados, tendo se constituído em importante centro abastecedor dos municípios de Lençóis, Mucugê e, principalmente, Andaraí. No final dos anos 60 verifica-se a decadência econômica do Vale do Pati decorrente, sobretudo, da forma como foi implementada na localidade o Programa Nacional de Erradicação do Café (“política da arrancação”) que visava – através da liberação de empréstimos feitos pelo Banco do Brasil – erradicar as plantações antigas de café e substituí-las por variedades novas e mais produtivas.

Devido à ocorrência de casos de malversação de recursos, os cafezais foram erradicados, o dinheiro foi gasto e novos cafezais não foram plantados (Funch, 1997, p. 153).

³Entrevista realizada em 10.02.2003.

Quando o Banco do Brasil iniciou a cobrança dos financiamentos, ocorreu a falência de um grande número de mutuários e, como consequência, a emigração de vários produtores do Pati para outras áreas do estado e do país. Como estes produtores não puderam pagar os empréstimos, o Banco do Brasil tornou-se proprietário de 7 (sete) imóveis⁴ na área que, conforme entendimentos entre o IBAMA e esta instituição bancária, poderão integrar o patrimônio do Parque Nacional.

O Vale do Pati está localizado no centro do Parque Nacional e por ser um núcleo agrícola dentro dos seus limites “representa um desafio para o manejo do Parque” (CPRM, 1994, p. 10), vez que a legislação que regulamenta os Parques Nacionais, proíbe tanto a presença de moradores no interior destas unidades de conservação, quanto qualquer uso que se faça de seus recursos naturais.

Esta localidade conta com 20 famílias e 25 casas. Os moradores utilizam a água dos córregos para os plantios de milho, feijão, café, aipim e mandioca que ocorrem em roças de pequeno porte. A mandioca vem sendo processada nas 8 casas de farinha existentes que, além da farinha, também produz a puba, a tapioca e o beiju. A maioria dos moradores também tem pequenos pomares e hortas cuja produção, juntamente com os mencionados cultivos, destina-se ao consumo familiar, à venda na feira de Andaraí para a aquisição de produtos industrializados e, recentemente, ao suprimento da crescente presença turística.

A cultura dos moradores do Pati está estreitamente vinculada ao conhecimento que eles têm da natureza e do uso dos seus recursos. Conhecem vários tipos de animais e de plantas que são utilizadas para fazer chá, ungüentos, xarope, “garrafada” no combate a vários tipos de doenças.

Do ponto de vista organizativo, o Vale conta com a Associação dos Moradores do Pati que tem desenvolvido uma luta intensa em defesa da manutenção da presença dos moradores na área do Parque Nacional. A chegada de notícias sobre a saída dos moradores e da proibição de determinadas práticas, levou algumas famílias a deixar a localidade e tem feito com que a população fique desconfiada a tal ponto que, segundo uma entrevistada⁵, “quando chega alguém fazendo pesquisa eles perguntam o que quer e se é do IBAMA”

Segundo os patizeiros, o IBAMA já promoveu reuniões com eles falando da necessidade de redução da área de lavoura, da proibição da caça, da queimada, do garimpo e

⁴ Segundo o Documento Levantamento Fundiário do Parque Nacional da Chapada Diamantina (IBAMA, 1998), o número total de terras adjudicadas ao Banco do Brasil são 9 imóveis, todos localizados no município de Andaraí. Os dois imóveis não mencionados situam-se nas localidades de Piabas e Cachoeira da Lapinha.

⁵ Entrevista realizada em 02.05..2003.

da presença do gado no parque. Afirmam que acatam a lei e as deliberações do IBAMA mas reivindicam a manutenção da presença deles no Parque Nacional.

Pronunciando-se sobre esta questão seo Eduardo⁶, morador há mais de três décadas na área, afirma: “acho que o IBAMA não tem o direito de tirar a gente do Pati. Já tenho 75 anos que moro aqui, eu vou para onde, para passar fome e morrer de sede num lugar seco?” Esta resposta revela o sentimento de uma pessoa ante a possibilidade de ser desenraizada do seu local de moradia, de deixar para trás sua história de vida e tendo que começar tudo outra vez num estágio avançado de sua existência, num lugar estranho e sem as condições ambientais anteriores, onde ele além de sentir-se deslocado e indefeso, percebe que sua vida será colocada em risco.

O Vale do Pati se destaca por ser o núcleo populacional onde a atividade turística mais tem se desenvolvido, sendo visitado por grupos de vivências, esotéricos e turistas que desejam caminhar pela natureza. O incremento da visitação tem levado ao crescimento de casas de moradores que passaram a hospedar turistas e atualmente são em numero de oito. Os moradores também auferem receita proporcionada pelo fornecimento de alimentação e aluguel de animais para os turistas que – mediante aviso prévio - são transportados pelos guias, juntamente com suas bagagens, de locais como Guiné, Andaraí e Capão para o Vale do Pati.

Além do serviço de guia, realizado por alguns jovens, observa-se ainda como fonte de renda da localidade a existência de um *camping* e a venda de frutas e verduras, cuja produção agrícola está sendo cada vez mais articulada e dirigida para atender ao consumo turístico. Os patizeiros reinvestem os ganhos obtidos com o turismo na reforma das casas, equipando-as com novos quartos, camas e colchões buscando assim aumentar o numero de leitos disponíveis para receber um maior contingente de turistas.

O Vale do Pati por ser uma localidade onde todos se conhecem, é um local onde os moradores têm exercido um controle maior sobre a atividade turística. A falta de energia elétrica se de um lado reforça o ‘primitivismo’ da localidade, de outro restringe as opções noturnas no Pati, condicionando moradores e turistas a dormirem pouco depois das 20 horas. Este fato que para os não moradores significa um recolhimento precoce, para os patizeiros é visto como normal, uma vez que está inscrito nas suas práticas cotidianas o hábito de dormir “com as galinhas” para acordar cedo na manhã seguinte e dar continuidade ao trabalho na agricultura, ainda a principal atividade responsável pela garantia da reprodução da unidade

⁶ Entrevista realizada em 10.02.2003.

familiar. Já os turistas também utilizam a seu favor o fato de dormir cedo para o (re)início das caminhadas junto com os primeiros raios solares. Algumas vezes, registra-se a ocorrência de barulho durante a noite no Pati. Quando a intensidade passa a incomodar, os moradores mais velhos reclamam e são atendidos.

Dentre as seis áreas de povoamento, o Pati apresenta o maior nível de organização. Portanto, a continuidade daqueles Patizeiros que desejam permanecer morando no interior do Parque, em muito vai depender da força política que eles reúnam para negociar com o IBAMA.

Conforme a caracterização realizada, estes núcleos de povoamento são integrados majoritariamente por pequenos produtores rurais e suas famílias que se dedicam ao cultivo de produtos de subsistência, associado à produção de algum cultivo comercial e à realização de atividades extrativas e, em menor medida, ao turismo. De acordo com o levantamento fundiário (IBAMA, 1989, p.17)

considerando as irregularidades na grande maioria da documentação quanto ao domínio das áreas levantadas, a figura jurídica agrária que melhor se enquadra para caracterizar o ocupante no Parque Nacional da Chapada Diamantina é a de posseiro em terras devolutas.

Isto significa dizer que apesar de serem detentores de escrituras de compra e venda, cartas de sentença, certidões de partilha registradas nos Cartórios de Registro de Imóveis e Hipoteca ou recibos e declarações de compra e venda lavrados em Tabelionato de Notas, muitos ocupantes de imóveis na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina não requereram o título de domínio junto ao órgão fundiário do Estado.

4. A gestão dos parques e o debate sobre a presença humana

Atualmente existem duas correntes no interior do movimento ambientalista que discutem a forma mais apropriada de gestão dos parques nacionais considerando a exclusão ou a manutenção da presença humana dentro destas áreas. Sobre esta primeira corrente, Diegues realiza uma análise profunda enfocando as idéias subjacentes ao movimento conservacionista americano, que vê na criação de parques sem gente “a única forma de salvar pedaços da natureza [...]. Dentro desta perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa” (DIEGUES, 1998, p. 37).

Esta corrente forneceu o arcabouço conceitual para a criação dos Parques Nacionais americanos, cujo modelo paradigmático é o Parque de *Yellowstone*, criado nos EUA em 1872.

A transposição deste modelo de parque, revelou-se inadequada tendo em vista não só uma realidade diferente do ponto de vista sócio-ambiental, como também a necessidade de promover os devidos ajustes num paradigma do século XIX, para dar conta da realidade atual de países como o Brasil, marcada por problemas fundiários, desemprego rural e urbano, concentração de renda, pobreza e desrespeito aos direitos de populações que moram nas áreas transformadas em parque. Analisando a repercussão deste processo Diegues (1998, p.11) afirma que

a imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas.

A outra corrente centra sua análise na crítica à inadequação do modelo de *Yellowstone*, utilizando para tanto o enfoque sócio-ambiental, produto da politização do movimento ambientalista (VIOLA e NICKEL, 1994, p.174), que a partir da segunda metade dos anos 80, começa a ter uma relação mais próxima com os outros movimentos sociais passando a incorporar às suas lutas as bandeiras específicas dos vários grupos sociais, a exemplo do direito à terra, a crítica ao modelo de desenvolvimento, à fome, à miséria e à degradação ambiental, características do que Martinez-Alier (1999, p. 124) denomina de “ambientalismo da pobreza”.

Esta corrente encara a presença das populações tradicionais⁷ como um fato que pode ser benéfico, para as unidades de conservação, considerando-se o conhecimento adquirido e transmitido por diversas gerações sobre a flora, fauna e recursos hídricos locais. A utilização deste conhecimento local – num processo onde tem predominado o conhecimento perito (BECK, 1997) – tornará possível o manejo adequado dos recursos naturais, de forma a ocasionar pequeno impacto a estas áreas e ensejando assim, a possibilidade real destas populações atuarem na defesa de unidades de conservação, tipo parques nacionais, contra as agressões ambientais.

Observa-se que a discussão entre estas duas posições tem estado cada vez mais polarizada e motivou, inclusive, a realização de eventos de porte internacional⁸ abordando a

⁷ Aqui consideramos aquelas que ocupam o espaço e utilizam os recursos da natureza, principalmente para a subsistência, com o emprego intensivo da mão de obra familiar; encontram-se instaladas há muito tempo na área e não têm registro legal de propriedade da terra.

⁸ Tratando deste tema vale mencionar a realização, na Câmara dos Deputados, do Seminário Internacional sobre a Presença Humana em Unidades de Conservação, ocorrido de 26 a 29/11/96, que contou com a participação de vários militantes, legisladores e estudiosos desta questão.

retirada ou permanência das chamadas populações tradicionais nas unidades de conservação, sobretudo a partir do momento em que os principais interessados se põem em movimento e entram em cena para a defesa dos seus direitos.

Este debate também repercute no âmbito regional, podendo ser identificadas duas correntes com seus respectivos representantes. A primeira corrente é formada por aqueles que Diegues (1998, p.69) caracteriza como os “guardiães dos neomitos da conservação”, representados pelas instituições públicas ambientais (IBAMA), pelos ex e atuais administradores do parque. O idealizador do Parque⁹ e seu primeiro administrador expressando uma posição *parquista*, com alguma flexibilização, defende:

o Parque tem que ser uma área sagrada e ser tratado como tal. O IBAMA deve oferecer terra e dinheiro para o assentamento das famílias. No caso de permanência defendo que somente os pais continuem morando e o governo adquira área para os filhos morarem fora do parque. Se deixar ficar morando, a família vai se reproduzindo e aumentando a área ocupada do parque

Ao reivindicar para o parque a condição de área sagrada, esta proposição legitima a idéia de um local desabitado de humanos e, por sua vez, transformado num paraíso cujas belezas naturais se constituirão em objeto de contemplação turística. Assim, esta opinião termina por reafirmar o modelo *Yellowstone* na medida em que acaba propondo o desenvolvimento insustentável para estas famílias, seja advogando a saída imediata dos membros mais jovens, seja mantendo os pais na área enquanto estiverem vivos. Também integrando esta corrente e defendendo uma posição fiel ao ‘modelo *Yellowstone*’, o chefe do IBAMA na Chapada Diamantina, afirma:

a legislação recomenda a retirada e o posterior reassentamento, das comunidades tradicionais, cujo processo deverá ser discutido com o INCRA. O IBAMA ainda não apresentou nenhuma proposta e tem recomendado que as populações continuem a vida normal.

Embora reconheça a existência de precedentes em outras unidades de conservação (SERRANO, 1997) nas quais as populações permanecem habitando o interior dos parques, ele enfatiza que

a forma como os moradores conduzem suas atividades produtivas está agredindo o meio ambiente. O IBAMA aconselha algumas práticas com relação ao cultivo para que eles respeitem a área de preservação [...], não cacem, evitem o uso do fogo, retirem madeira [...] para uso próprio e não abram novas áreas para plantio.

⁹ Entrevista realizada em 26.11.2002

A outra posição é representada, dentre outros, por grupos ambientalistas como o GAP, o Grupo Ecológico de Mucugê (GEMBA) e, sobretudo, pelas Associações de Condutores de Visitantes (ACVs), que além de terem prestado assistência às populações - cujas terras estão localizadas no interior do Parque - também têm tido papel de destaque no processo de criação das Associações dos Moradores da Fazenda Velha e dos Moradores do Vale do Pati. Estas entidades defendem a permanência das populações, a qual antecede, inclusive, o processo de delimitação desta área como Parque.

Somente após decorridos 15 anos da criação do PARNA – CD, os moradores das localidades de Estrada Velha do Garimpo, Baixão, Capão do Correio, Fazenda Velha – Marimbus, Estrada de Mucugê e Vale do Pati, situadas no interior do Parque, reuniram-se pela primeira vez durante o I Encontro de Populações Tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina, realizado nos dias 23 e 24 de dezembro de 2000. Este evento além de discutir a situação de cada uma das localidades após a regularização fundiária do Parque, também buscou integrar as comunidades para que se organizassem e se fizessem ouvir no processo da regulamentação desta unidade de conservação, buscando uma definição que viesse a respeitar seus valores históricos, sócio-econômicos e, principalmente, culturais. Durante o encontro, os representantes das comunidades demonstraram preocupação quanto a pressão constante e a chegada de notícias sobre a retirada dos moradores e a proibição de determinadas práticas, que levaram algumas famílias a deixar estas localidades.

A partir daí o processo de mobilização ganha corpo com a realização do II Seminário das Comunidades Tradicionais, ocorrido em outubro de 2001, no qual os moradores reafirmaram “o desejo de permanecer na área atualmente ocupada” (Informativo ACV-CD, 2002, p.1). Neste evento, as Associações e os representantes dos Moradores dos seis núcleos populacionais receberam o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Associações Comunitárias de localidades próximas e das ONGs ambientalistas locais e estaduais.

O investimento na organização política, além de dar visibilidade e legitimidade à luta pelos direitos credenciou a representação dos moradores a integrar o Conselho¹⁰ Consultivo do Parque Nacional (CONPARNA – CD), criado no final de 2001.

¹⁰ O Conselho é constituído por 41 membros, representantes de organizações governamentais e não governamentais, que atuam na região, entre as quais: Superintendência do IBAMA, Administração do Parque Nacional, IPHAN, Corpo de Bombeiros, CRA, SRH, CAR, SUDETUR, EBDA, UEFS, UESB, Prefeituras do entorno do Parque, Representantes do Ministério Público dos municípios do entorno do Parque, Associação dos Empresários de Turismo, ACVs, Gambá, Ondazul, Associações de Moradores que estão no interior do Parque e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios do entorno do Parque.

5. O SNUC e as populações tradicionais

A partir destes e de outros eventos, registra-se a continuidade da discussão sobre a situação das populações que habitam o interior do Parque Nacional. Este processo ganha mais consistência com a implementação da Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Pode-se dizer que o SNUC embora seja produto do embate entre as duas posições mencionadas, acaba reafirmando a idéia de parques sem gente, presente no conteúdo dos seus artigos. Por exemplo, o artigo 11, parágrafo 1º, enfatiza que “*o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei*” (idem, p.5).

Para não parecer tão idêntico aos dispositivos legais que lhe antecederam e nem indiferente à emergência de uma nova sensibilidade amplamente favorável àqueles moradores que na realidade tiveram suas áreas invadidas pelos parques e outras unidades de conservação, o SNUC apresenta alguns artigos que cumprem o papel de meras declarações de intenções para que a importância das populações tradicionais não deixasse de ser mencionada, conforme preconiza o artigo 4º que, no inciso XIII, afirma como um dos objetivos do SNUC “*proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente*” (ibidem, p.3).

Isto poderia se constituir numa possibilidade para aquelas pessoas que já moram há várias décadas, antes mesmo desta área ser declarada como Parque, se credenciassem para realizar esta tarefa. Pela experiência e conhecimento adquiridos na relação estabelecida com os recursos naturais ao longo deste tempo, tais populações poderiam desenvolver sistemas, que aperfeiçoados, constituir-se-iam, inclusive, em modelos e exemplos de sustentabilidade em Unidades de Conservação. Mas diante do afirmado inicialmente, aqui vai uma pergunta singela: como seria possível “respeitar e valorizar o conhecimento, a cultura e promover as populações tradicionais social e economicamente” se elas são encaradas como um estorvo à proteção ambiental do parque e, por isso deverão ser retiradas, “conforme dispõe a lei”?

O cumprimento dos objetivos presentes nos incisos XII e XIII do artigo 4º depende da definição do tipo de categoria de unidade de conservação, a qual poderá implicar em restrições ou possibilidades tanto à permanência das populações tradicionais quanto ao uso ecoturístico da área. O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: o de Uso Sustentável e o de Proteção Integral. As *unidades de uso sustentável* permitem a conciliação

entre a conservação da natureza com a utilização econômica e sustentável de parte dos seus recursos naturais para fins de subsistência e/ou comercial. Neste grupo de unidades estão a Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Natural, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

Dadas as suas características mais flexíveis, estas áreas podem ser usadas desde que de maneira sustentável, tanto pelas populações tradicionais quanto para recreação, lazer e ecoturismo. Tomando como referência as possibilidades ensejadas por unidades de conservação desta natureza, as ACVs e os grupos ambientalistas defendem que, de acordo com a Lei 9.985 / 2000, se possa

facultar às áreas hoje ocupadas por estas populações o *status* de áreas de uso sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), integradas a toda a área do PARNA-CD, de proteção integral e de uso indireto [...] com todas as prerrogativas e possibilidades descritas no artigo 20, (da lei do SNUC) (Relatório..., 2000).

Nas *unidades de proteção integral* o objetivo primordial é a preservação da natureza, possibilitando somente o uso indireto dos recursos naturais, salvo nos casos admitidos pela legislação. Nesta situação, a proteção integral dos recursos naturais seria alcançada sem o concurso da presença humana, isto é, com a exclusão das populações tradicionais. Entre as unidades com estas características estão a Reserva Biológica, a Estação Ecológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre.

A exemplo do proposto para as unidades de uso sustentável, há também uma sugestão por parte de alguns ambientalistas de que as áreas ocupadas pelas populações moradoras, especialmente do Vale do Pati, sejam designadas como uma *zona de uso intensivo*¹¹ pois, “assim não há por que a população local não seja aproveitada no manejo do parque, principalmente quando é manifesto o seu desejo”.

A perspectiva de continuidade na área do Parque, para estas populações, se apresenta de modo contraditório. Se por um lado recebem o bônus de permanência no local – como respeito a um direito assegurado com a mobilização - contribuindo assim para preservar o seu modo de vida, suas raízes e seus laços de solidariedade vicinal e também para o desenvolvimento de práticas que se traduzam na conservação desta área, por outro lado

¹¹ De acordo com o artigo 7º, IV, do Decreto 84.017/79 esta zona é “constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio” (BRASIL, 1979, p. 2).

pagam o ônus de se submeterem às restrições impostas ao seu modo de vida pela legislação que rege as chamadas áreas naturais protegidas de uso indireto, como os parques nacionais.

6. Conclusões

Vale dizer que a criação do Parque Nacional representou a expulsão destas populações do paraíso natural cuja ordem de despejo, desde então, encontra-se decretada e em contagem regressiva, não tendo tido seu desfecho consumado graças à mobilização de alguns grupos sociais e à morosidade do Estado em concretizar suas decisões.

Na realidade, este processo acaba instituindo uma distribuição desigual dos prejuízos onde estas populações locais por arcarem exclusivamente com os custos deste processo - na forma de transtornos e restrições ao seu modo de vida - acabam tornando-se as principais vítimas da conservação de um bem que embora público, acaba se fechando à presença delas, ao tempo em que se abre à visitação e recreação de pessoas, majoritariamente do meio urbano.

A criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada Diamantina (CONPARNA – CD) é vista por alguns ambientalistas mais entusiastas como um marco na gestão do Parque, na medida em que envolve a participação de entidades governamentais, não governamentais e representantes das populações que habitam a área do Parque que, além de o constituírem, estão proporcionando a legitimidade necessária a este espaço institucional, para que suas reivindicações sejam negociadas num fórum amplo e esta unidade de conservação seja gerida da forma mais participativa possível.

7. Referências bibliográficas

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U., GIDDENS, A., LASCH, S. (Orgs.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997 p.11-71.

BRASIL. *Decreto nº 84.017, de 21 de Setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>, capturado em 21 dez. 2003, 11 páginas.

BRASIL. *Decreto nº 91.655, de 17.09.1985. Cria o Parque Nacional da Chapada Diamantina*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>, capturado em 03 ago. 2003, 4 páginas.

BRASIL *Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>, capturado em 05 nov. 2003, 14 páginas.

BRITO, Francisco E.M. Chapada Diamantina. Entre a Sobrevivência e a Preservação. In: *Travessia*. Revista do Migrante. São Paulo:CEM, nº28, maio-ago. 1997, p.22 - 26.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. *Projeto Chapada Diamantina: Parque Nacional da Chapada Diamantina: Informações Básicas Para a Gestão territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação*. Salvador: CPRM / IBAMA, 1994.

DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FUNCH, R. *Um Guia para o Visitante à Chapada Diamantina: O circuito do diamante*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / EGBA, 1997.

IBAMA. *Levantamento Fundiário do Parque Nacional da Chapada Diamantina*. Brasília: Mimeo., 1998.

IBAMA. *Informativo PNCD*. Ano II, nº 02, Chapada Diamantina, fev. de 2003, 09 páginas.

INFORMATIVO ACV-CD. Chapada Diamantina-Bahia, Mar/Abr de 2002. Ano II, nº 04.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: FERREIRA, Leila (org.) *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p.122-135.

RELATÓRIO do Iº Encontro de Populações Tradicionais do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Mucugê: Mimeo. Set. 2000, 3 páginas.

SERRANO, C. M. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C. M. de T. e BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à Natureza : Turismo, Cultura e Meio Ambiente*. Campinas – SP: Papirus, 1997, p.103 – 124.

VIOLA, E. J. e NICKEL, J. W. Integrando a defesa dos direitos humanos no meio ambiente: lições do Brasil. In: *Novos Estudos Cebrap* , n. 40, São Paulo, nov. de 1994, p. 171 – 184.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

AGENTES SOCIAIS EM DISPUTA: OS CULTIVOS DE EUCALIPTO NA “METADE SUL” DO RIO GRANDE DO SUL

Patrícia Binkowski¹

RESUMO

Esse trabalho tem o intuito de traçar um histórico sobre o debate em torno dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Tem ainda, o objetivo de analisar e discutir sobre o espaço de disputas que se configurou a partir da vinda de empresas florestais para o estado. Nesse espaço de disputas identificou-se agentes sociais, constatando-se que os mesmos tendem a se posicionar “a favor” ou “contra” os novos empreendimentos. No decorrer do texto procurou-se mostrar algumas situações onde os agentes tentam legitimar a sua “verdade” em função dos cultivos de eucalipto. Para tanto, tomou-se como base para as discussões em torno desse conflito, algumas noções bourdinianas como a de *espaço social e habitus*.

Palavras-chave: Conflito; Cultivos de Eucalipto; Espaço Social

1. Introdução

No estado do Rio Grande do Sul os primeiros cultivos de eucalipto datam da década de 1920. Inicialmente, os cultivos eram realizados para a produção e comercialização de madeira; esses plantios tinham uma segunda função, pois serviam de capão (porção de mato isolado no meio do campo) para o sombreamento do gado nas propriedades agrícolas. Atualmente o cultivo dessas arbóreas tem sido direcionado para a produção de celulose (matéria-prima para a fabricação de papel).

As principais concentrações desses cultivos no Rio Grande do Sul, ocorrem na região Centro-Oeste e Centro-Sul, mas novas áreas estão sendo compradas e arrendadas para a exploração da atividade florestal em regiões como a Fronteira Oeste, Fronteira Sudoeste e Sul (todas essas regiões fazem parte da “Metade Sul”²).

¹ Mestranda. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Segundo o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com pesquisa em andamento (2007), a Metade Sul seria o território da porção sul do RS dentro dos limites de uma linha imaginária que corta o estado entre o sul e o norte. Essa linha sairia do município de Garruchos (Oeste) até o município de Palmares do Sul (Leste); essa linha não passa

Em função dessas novas áreas serem consideradas como “potenciais” para os cultivos de eucalipto, empresas multinacionais *florestadoras*³ vieram para o estado com o objetivo principal de comprar ou arrendar novas áreas. A intenção declarada por essas empresas para a realização destes empreendimentos se detém no menor custo de produção e mão-de-obra e nas condições climáticas adequadas para a produção dessa arbórea exótica.

No Brasil, o período de crescimento vegetativo do eucalipto é de sete anos, enquanto que países de clima temperado o ciclo é de 50 anos (DALCOMUNI, 1990). Outras vantagens encontradas pelas empresas foram os incentivos fiscais dedicados ao setor e, recentemente, a criação de políticas públicas federais e estaduais direcionadas para incentivar pequenos, médios e grandes produtores ao plantio de eucaliptos. Segundo o Ministério da Agricultura foram plantados no ano de 2006, em torno de 1 milhão e 700 mil hectares de florestas para a fabricação de celulose e papel (BRACELPA, 2007).

Estados como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Espírito Santo contam com pólos florestais já há mais de duas décadas. Contudo, uma série de conseqüências sociais e ambientais para as populações locais atingidas por estes empreendimentos, tem sido motivo de vários estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas e centros de pesquisa. No estado de Minas Gerais, por exemplo, nas regiões do Vale do Rio Doce e do Aço, formaram-se extensas áreas de cultivos de eucaliptais destinados, principalmente, ao suprimento de lenha para as indústrias siderúrgicas lá instaladas.

Segundo Gonçalves (2005), a dinâmica socioeconômica desta região, até meados da década de 80, demonstra que houve uma fragilização do espaço rural local, no sentido de uma desestruturação social, onde a perda da posse da terra provocou conseqüências como migração e piora nas condições de vida. Conforme este autor, este processo concretizou-se territorialmente devido à rápida industrialização destas áreas, à alteração no padrão original de crescimento demográfico e às mudanças que foram sendo introduzidas-exigidas em termos de uso da terra pelos agricultores.

O desejo de instalação de um pólo florestal no Rio Grande do Sul firmado por empresas *florestadoras* e com o aval do Estado, desencadeou um debate polêmico em torno do assunto. De um lado, ambientalistas e ONG's preocupadas com a perda de biodiversidade

pela capital Porto Alegre. Curiosamente procurou-se em livros definições sobre a “Metade Sul” e essa não foi encontrada, por isso manteremos as aspas nesse termo para chamar a atenção dessa peculiaridade.

³Cabe comentar que os termos “*florestadora*”, “*florestas*”, “*reflorestamento*”, “*florestamento*”, “*deserto verde*”, “*monocultivo de eucalipto*” são termos basicamente utilizados pela mídia ao se referir às empresas que cultivam eucalipto ou ao próprio cultivo. Esses termos acabaram por se difundir nos diferentes discursos dos agentes. Porém, nesse trabalho será utilizado o termo “cultivos de eucalipto”, mas preservarei os termos (estes em itálico) conforme as falas dos atores, chamando a atenção dessa peculiaridade nos seus discursos.

que poderia acarretar no ecossistema pampa, além de possíveis impactos sociais, assim como os ocorridos no vale do Rio Doce em Minas Gerais.

Do outro lado do debate, as empresas *florestadoras* continuam expandindo os cultivos de eucalipto na “Metade Sul”, incentivadas pelo Estado, que por sua vez, alimenta o debate público através do discurso do desenvolvimento regional.

Assim, o Rio Grande do Sul torna-se palco de um debate onde existem oposições de discursos, divergências de idéias e disputas de interesses entre diferentes grupos, demarcando o início de um conflito socioambiental.

Portanto, esse artigo tem o intuito de aprofundar as discussões em torno dos novos empreendimentos de eucalipto na região “Metade Sul” do Rio Grande do Sul e os conflitos gerados entre os agentes sociais envolvidos nesse debate. Será traçado um breve histórico do debate e o espaço de disputas será contextualizado, além de realizar a identificação dos agentes sociais e exemplificar alguns discursos e ações que tentam legitimar esses empreendimentos. Para tanto utilizar-se-á como método de análise algumas noções *bourdinianas* como a de *habitus e espaço social*.

2. O Rio Grande do Sul como “potencial” área para os empreendimentos florestais

Assim, como já ocorreu com outros estados, hoje o Rio Grande do Sul está sendo considerado uma nova zona de fronteira para esse tipo de atividade, onde os solos e as condições de clima apresentam boas características para a implantação desses eucaliptais.

Através da mídia impressa e televisiva, nota-se que o Governo do Rio Grande do Sul está impulsionando o mercado de produção de eucaliptos. Entre as justificativas para tanto, encontra-se o argumento de que essa atividade trará desenvolvimento econômico (geralmente traduzido como mais empregos, arrecadação de impostos, melhoria da infra-estrutura local) para regiões cuja produção agrícola e pecuária vem se enfraquecendo ao longo dos anos.

Nesse contexto, em 2004, o Governo Estadual criou algumas formas de incentivo, através de políticas públicas específicas, voltadas para o plantio dessas arbóreas, principalmente, na “Metade Sul” do estado. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), através da Caixa/RS⁴ é um dos exemplos de fomento ao *reflorestamento* por parte do estado. Segundo seus idealizadores, o intuito principal dessas medidas era gerar renda e emprego em regiões menos desenvolvidas do estado.

⁴CAIXA/RS é uma empresa de fomentos onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante das ações são privadas.

Vale salientar ainda que, além das políticas públicas voltadas para fomentar a atividade florestal, o estado do RS tem disponibilizado os serviços da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) para auxiliar os produtores através de assistência técnica especializada e para a elaboração de projetos de *reflorestamento*.

Por outro lado, as empresas privadas *florestadoras* estão contratando agências de pesquisa para que investiguem locais onde poderiam ser realizados os cultivos. Segundo o discurso de tais empresas, isto seria feito com o intuito de não provocar impactos ao ambiente e à população local nas regiões escolhidas para a implantação de eucaliptos. Nesse sentido, várias parcerias têm sido estabelecidas com centros de excelência localizados em universidades particulares e públicas, os quais contribuem com pesquisas sobre os possíveis impactos que esses tipos de empreendimentos poderiam gerar ao ambiente.

Ainda do lado daqueles que vêem a expansão do cultivo do eucalipto como alternativa para a promoção do desenvolvimento regional, a “Metade Sul” do estado do RS - que compreende as regiões Sul, Fronteira Sudoeste, Fronteira Oeste e parte do Centro-Sul e Centro-Oeste – tem sido vista como região prioritária desses investimentos florestais, visto que se caracterizaria por apresentar historicamente um baixo desenvolvimento econômico.

Além disso, do ponto de vista das empresas vinculadas à expansão do cultivo de eucalipto, a “Metade Sul” apresentaria vantagens para a atividade de *florestamento*, em função da disponibilidade de grandes áreas, das boas condições de ferrovias e estradas, de apresentar condições favoráveis de clima e solo, além de estar próxima ao porto de Rio Grande, pois grande parte da matéria-prima (celulose) originada do eucalipto é exportada para outros países.

A realidade atual da “Metade Sul” é de uma região que apresenta mão-de-obra barata e uma estrutura agrária baseada em grandes extensões de terra, o que torna a compra e o arrendamento de terras facilitadas; a situação econômica precária dos produtores de gado da região, também é outro ponto que permite o discurso do desenvolvimento da “Metade Sul”, além da proximidade com o Mercosul e com as outras “novas” fronteiras de cultivos de eucalipto, como o Uruguai e Argentina.

Do outro lado desta discussão existe uma série de críticas feitas por ambientalistas preocupados com os impactos ambientais que poderiam ser gerados a partir da expansão do cultivo de arbóreas. Entre os argumentos destes últimos, está o fato de que qualquer tipo de monocultivo é prejudicial ao ambiente, principalmente em função da diminuição da

biodiversidade, da poluição de rios e fontes de água, da erosão do solo, entre outros, provocando desequilíbrio nos ecossistemas.

Cabe comentar que na “Metade Sul” encontra-se um importante bioma⁵ chamado Pampa, que se caracteriza, conforme Odum (2004), por planícies vastas e abertas, onde não há sinal de árvores nem arbustos, com capim baixo em abundância, são regiões amplas e oferecem pastagens naturais para animais de pastoreio, onde as principais espécies agrícolas alimentares foram obtidas das gramíneas naturais através da seleção natural. Boldrini (2006) chama a atenção que os campos desse bioma se caracterizam por apresentar mais de 3.000 espécies diferentes de plantas.

O bioma Pampa ocupa uma área de aproximadamente 700 mil Km², compartilhados com Argentina, Uruguai e Brasil. No território brasileiro o bioma Pampa está localizado na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul, apresentando em torno de 176 mil Km² (IBGE, 2006).

Apesar do debate entorno deste tema ter sido iniciado por uma crítica e um viés ecológico, em que ambientalistas se mostravam preocupados com a preservação do bioma Pampa, ao longo do tempo, as inquietações e indagações foram tomando outros rumos. Nesse sentido, atualmente são feitas uma série de críticas por representantes de organizações não-governamentais (ONG's) e movimentos sociais (do campo e da cidade), os quais têm alertado para os possíveis impactos sociais e culturais deste processo.

Segundo este ponto de vista, a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida poderia estar sendo drasticamente afetada devido à desestruturação que a implantação destes grandes projetos de eucalipto desencadeariam em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos recursos naturais baseado em práticas tradicionais - e, por vezes, ancestrais - vistas como mais sustentáveis.

Ferreira (2002) comenta que a partir da expansão do monocultivo de eucalipto no município de Itaúnas, Espírito Santo, ocorreram perdas importantíssimas como os saberes tradicionais, manifestações artísticas, construções simbólicas e filosóficas. Salienta ainda que se perderam alternativas de visão de mundo e práticas cotidianas dentro dessa comunidade, alterando o seu modo de vida.

Já quanto ao aspecto socioeconômico, Suertegaray (2006)⁶, sustenta que o avanço do cultivo de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul deve gerar uma ruptura de duas

⁵Em ecologia chama-se bioma a uma comunidade biológica, ou seja, fauna e flora e suas interações entre si e com o ambiente físico: solo, água e ar.

⁶Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato, Julho/2006.

tradições produtivas: a pecuária extensiva e a produção da agricultura de subsistência (realizada nos interstícios das grandes propriedades).

3. O Contexto de Disputas

No Rio Grande do Sul podemos destacar alguns conflitos rurais que marcaram o contexto social como as lutas em prol da reforma agrária, as campanhas contra a utilização de agrotóxicos, as discussões em torno da agricultura alternativa, a liberação dos cultivos de soja transgênica, suscitando a discussão das biotecnologias e mais recentemente, o debate em torno dos novos empreendimentos de silvicultura na “Metade Sul” do estado.

O trabalho realizado por Almeida (1989) serve de base para entendermos o contexto social e político das lutas engendradas na história rural do Rio Grande do Sul. A figura 1 tomou como fonte o trabalho citado anteriormente e apresenta de forma resumida, os principais conflitos que marcaram o cenário riograndense. Outros dois exemplos de conflitos, mais recentes, foram agregados à figura, a liberação da soja transgênica (final da década de 1990) e a implantação de cultivos de eucalipto (a partir de 2005).



Figura 1. O histórico de conflitos socioambientais no Rio Grande do Sul.

No contexto geral, esses conflitos trazem consigo elementos importantes, e que geralmente são marcados “pela crítica aos aspectos da estrutura socioeconômica que possuem impacto destrutivo direto sobre a natureza” (ALMEIDA, 1989, p. 118). Nessa mesma linha Gerhardt (2002, p. 141) evidencia o quanto a sociedade vem se preocupando com o meio onde está inserida e que se averiguarmos o histórico de lutas temos a “possibilidade interessante de perceber as transformações ambientais que se processam no decorrer do tempo”. O que pode ser evidenciado particularmente na figura 1, entre as décadas de 1980 e 2000.

Silveira (2004) faz uma análise sobre a obra de Almeida (1989) e sintetiza abaixo alguns elementos-chaves que foram os possíveis desencadeadores das lutas no meio rural do RS.

(...) o espaço de produção de subjetividade ali reconstruído através de uma contextualização da emergência das discussões em torno do desenvolvimento sustentável – que chegaram no Brasil por uma variante “terceiro mundista” da “crise ambiental” – representa, em um plano sociológico, um ponto de problematização de significado que, liberando as formas possíveis de enunciação discursiva, consolida os agentes como forças (potencialmente) geradoras da mudança social, os quais acabarão tensionando os limites da problemática na tentativa de conceder-lhe novas estruturas – objetivas e subjetivas. E será a partir do desdobramento sobre as bases universais de uma política de Estado voltada para a incorporação do modelo de modernização/racionalização posto em prática nos países desenvolvidos, bem como sobre as suas soluções tecnológicas, que tais discussões acabarão abrindo espaço para a emergência da diferença, de um olhar crítico que, embora com limites bastante dispersos, passará a consolidar-se na indicação de novos rumos ao processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de novas lentes através das quais tal questão deverá ser observada a partir de então. (SILVEIRA, 2004, p. 49)

Entre o que foi citado pela autora anteriormente a o contexto atual das disputas em torno dos cultivos de eucalipto, podemos notar certas similaridades. As disputas em torno dos novos empreendimentos de silvicultura na “Metade Sul” também giram em torno de “levar” o desenvolvimento às regiões; os agentes sociais através de seus discursos agem com intuito de mudança social; o Estado mais uma vez é o símbolo do poder agindo através de ações unilaterais, sem a participação coletiva da sociedade, todos esses elementos constituem o espaço atual de disputas, de interesses, de capitais, de poder, de forças, etc..

Nessa brevíssima análise percebem-se o surgimento dos agentes sociais envolvidos nessas disputas: as empresas *florestadoras*, a sociedade (agentes “a favor” ou “contra”) e o Estado.

No cenário complexo que se formou em torno dessa questão no estado, percebe-se que as principais disputas referem-se à tentativa de impor diferentes discursos, concepções e práticas sejam elas sobre a noção de desenvolvimento ou ainda, sobre as idéias de agricultura e natureza.

Num primeiro momento, todos os agentes envolvidos parecem estar em consenso, visto que todos eles (Estado, capital privado, movimentos sociais, cientistas, ONG’s, populações locais entre outros) falam em potencializar e contribuir para o desenvolvimento regional da “Metade Sul”.

Contudo, este aparente consenso se dissolve no ar a partir do momento em que se começa a discutir “como” potencializar este desenvolvimento. A partir daí conflitos os mais diversos e entendimentos os mais contraditórios vem à tona. Portanto, esse cenário configura-

se como um *espaço de diferenças* em função da diversidade de agentes sociais que trazem consigo diferentes visões de mundo, originando o conflito. Segundo Bourdieu (1996b, p. 115), “os agentes sociais constroem o mundo social através de estruturas cognitivas”.

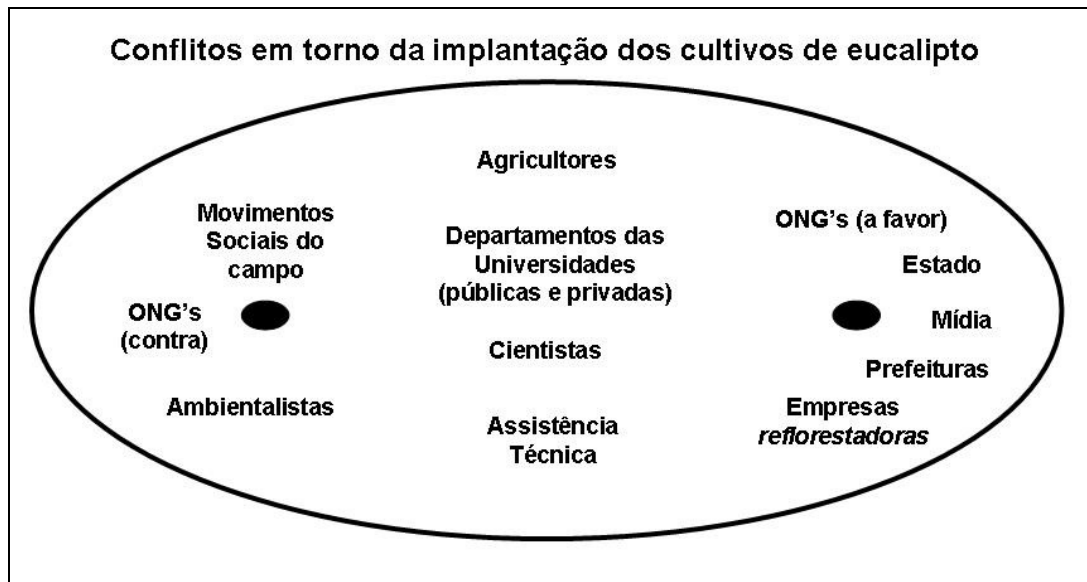


Figura 2. Representação dos agentes sociais polarizados dentro do conflito.

4. O Espaço Social e Outras Noções Bourdinianas

A noção de *espaço social* está compreendida enquanto um "conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua relação de exterioridade mútua e por relações de proximidade de vizinhança ou de distanciamento" (BOURDIEU, 1996b, p.18).

Esse *espaço social* é configurado por um campo de forças e de lutas onde os agentes sociais estão envolvidos pelas mesmas disputas e procuram ocupar suas posições no espaço. Em função das diferentes visões de mundo, os agentes têm o objetivo de legitimar discursos e assim irão estabelecer também distintas estratégias de ação conforme a posição ocupada (BOURDIEU, 1996b)

Constata-se dentro deste *espaço físico e simbólico objetivado* de disputas em torno dos cultivos de eucalipto, a existência de dois pólos e que, *grosso modo*, poderíamos nomear de agentes “a favor” e “contra” os cultivos de eucalipto.

Na analogia do *campo eletromagnético* de Bourdieu (1996b) tem-se a noção de que os agentes podem a qualquer momento estar em graus diferentes dessa linha imaginária que liga os dois pólos extremos, ou seja, podem mudar suas posições dentro do espaço de disputas. Conforme BOURDIEU (1996b, p.115), apesar dos agentes serem produto da estrutura, eles

podem criar e recriar a estrutura constantemente e podem até “transformá-la mais ou menos radicalmente”.

A partir do momento que dentro desse *espaço de luta e de forças* se identifica e localiza os agentes sociais, a próxima etapa é realizar a análise do conteúdo dos discursos dos mesmos. Para tanto é necessário saber sobre sua trajetória sócio-histórica cultural, pois através disso entender-se-á o significado de sua visão de mundo.

Quando tais agentes configuram-se no espaço social como as vozes da diferença, passamos a perceber em seus discursos, diferentes percepções de mundo, que é evidenciada em função de sua trajetória sócio-histórica, e que, Bourdieu definiu como o *habitus* do agente “esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996b, p.21-22).

E, a partir dessas significações e das diferentes visões de mundo que os agentes se posicionam dentro de um contexto de disputas “a favor” ou “contra” dentro da problemática do estabelecimento de empreendimentos de cultivos de eucalipto. Essas significações ou simbologias encontradas nas falas dos agentes podem ser analisadas através da Teoria das Representações Sociais, criada por Serge Moscovici, em 1961, na Europa.

Para Moscovici (1995) as representações sociais são formadas “quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão dispostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades”. A “herança histórico-cultural” mencionada por Moscovici é a chave para as análises das representações sociais realizadas por Bourdieu através da noção de *habitus*.

Para Guareschi & Jovchelovitch (1995) as representações sociais tem a seguinte proposta:

(...) investigar de que forma os sujeitos sociais se apropriam dessa realidade social, como dão sentido à ela e finalmente, porque se decidem pela sua transformação. (...) Como explicar as imagens, símbolos e representações que circulam e dão forma aos saberes que uma sociedade desenvolve sobre aquilo que ela teme ou deseja? Como esse saberes são atravessados pelas relações de poder e dominação? Como eles se erguem para produzir efeitos contraditórios que, apesar de tudo, resistem?

Realizou-se através de pesquisas em reportagens de jornais⁷ do ano de 2007, sobre as disputas em torno dos novos empreendimentos florestais, um exercício de análise do conteúdo dos discursos dos agentes envolvidos nesse debate, constatando-se alguns pares de oposições que foram freqüentes nas entrevistas pesquisadas (Tabela 1).

⁷ Zero Hora e Correio do Povo, Porto Alegre/RS, 2007.

Tabela 1: Pares de oposições encontrados nos discursos dos agentes sociais envolvidos no espaço de disputas da problemática dos cultivos de eucalipto.

Agentes “a favor”	Agentes “contra”
<i>Reflorestamento, florestamento</i>	<i>Monocultivos de eucalipto</i>
<i>Desenvolvimento</i>	<i>Impactos sociais e ambientais</i>
<i>Autonomia</i>	<i>Dependência</i>

* Vale lembrar que os termos foram retirados de reportagens de jornais da capital e que os termos foram reproduzidos conforme o discurso dos agentes.

Os três pares de oposições citados acima evidenciam as disputas dos agentes em torno da imposição de uma verdade única, tentando legitimar discursos em torno do conflito gerado a partir dos novos empreendimentos de cultivos de eucalipto.

5. Legitimação de Discursos e Ações

No que tange as mobilizações realizadas visando à legitimação dos discursos em torno do estabelecimento de novos empreendimentos de cultivos de eucalipto na “Metade Sul” do RS constata-se uma diversidade de interesses e agentes envolvidos.

Um fato marcante nas disputas em torno dos cultivos de eucalipto, ocorreu em março de 2006, onde 2.000 mulheres trabalhadoras rurais pertencentes a movimentos sociais do campo⁸ ocuparam e destruíram mudas e equipamentos do maior horto florestal do Rio Grande do Sul, pertencente à empresa multinacional Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro. O objetivo dessa ação, segundo a Via Campesina, era “denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos” (Jornal Folha de São Paulo 09/03/06). Já para as pessoas ligadas ao Governo Estadual, era um ato de “provocação e bandidagem” (Jornal Correio do Povo, 09/03/06). A empresa atingida se manifestou dizendo que o ato era um “ato de barbárie e alienígena ao ambiente do RS” (Jornal Zero Hora, 09/03/06).

O fato repercutiu em todo o país, e de certa forma, contribuiu para distanciar ainda mais os que já tinham optado por um dos pólos e provocando àqueles que estavam em “cima do muro” a escolher sua posição dentro do campo de disputas.

⁸ Retirado do sítio da Via Campesina “é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e medianos produtores, mulheres rurais, indígenas, jovens rurais e trabalhadores rurais. Defendemos os valores e os interesses básicos de nossos membros; somos um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de outro tipo” (Via Campesina, 2007);

No sentido de legitimar a expansão dos cultivos de eucaliptos na “Metade Sul” a Secretaria de Meio Ambiente do RS (SEMA) criou diretrizes e regras a inserção dos empreendimentos da silvicultura (licenciamentos). A partir disto, a SEMA instituiu um Grupo de Trabalho para a realização do Zoneamento, constituído por técnicos da FEPAM, FZB e DEFAP⁹ (Informativo do Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 19/04/06).

Assim, o zoneamento ambiental para a atividade de silvicultura no RS (conhecido como zoneamento florestal) tinha como objetivo ser um instrumento de gestão que possibilitasse avaliar de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente à implantação da atividade de silvicultura, ou seja, identificar as áreas agrícolas propícias aos cultivos dessas arbóreas exóticas, seguindo certos critérios como solo, vegetação, clima, entre outros. Depois de realizadas as pesquisas, produziu-se um documento, descrevendo exatamente às áreas onde se poderia cultivar eucaliptos no RS.

O zoneamento ambiental deveria ser o documento oficial de apoio aos licenciamentos dos empreendimentos da silvicultura, mas para as empresas quanto para o Estado o resultado do zoneamento foi negativo, já que imaginavam liberarem muitos empreendimentos florestais, mas, o que aconteceu foi contrário, tornou-se obstáculo aos licenciamentos.

Em resumo, o Governo do Estado solicitou de que o Grupo de Trabalho revisse os métodos adotados para o zoneamento indagando se esses eram realmente os mais adequados, livrando assim de que as novas áreas destinadas ao *florestamento* dependessem do zoneamento ambiental. Esse fato repercutiu na mídia reacendendo o debate que havia esfriado após a ocupação do horto pelas mulheres da Via Campesina. Nesse ponto, é importante comentar o papel que a mídia tem nesse debate, e o quanto ela pode, através de seus discursos, definir as posições dos agentes dentro do jogo¹⁰.

O próprio termo *reflorestamento* está carregado de significações e não obstante, os agentes midiáticos se utilizam dele para legitimar ou deslegitimar os novos empreendimentos na “Metade Sul”. Os agentes “a favor” das atividades comerciais de silvicultura utilizam-no no sentido de aproximação do termo “florestas”, como se numa tradução livre do termo fôssemos remetidos diretamente ao “plantio de árvores”, e que esse ato é sempre tido como positivo ao ambiente. Já na visão dos opositores, o termo *reflorestamento* ou *florestamento* estaria sendo utilizado de maneira errônea, já que parte-se do princípio de que florestas

⁹ FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler; FZB - Fundação ZôoBotânica e DEFAP - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, todas pertencentes à SEMA.

¹⁰ A mídia inserida nesse jogo de disputas exerce papel importante, pois ela tem o poder do convencimento dos agentes sociais através dos seus discursos, mas, infelizmente, nesse trabalho não aprofundaremos esse tema.

apresentam diversidade de espécies vegetais, o que não ocorreria com os cultivos de eucalipto.

6. Buscando uma Conclusão

Agora, partindo-se do inegável de que existe realmente uma demanda social por políticas públicas na “Metade Sul” para acelerar o desenvolvimento regional, porque então os movimentos sociais continuam contestando os novos empreendimentos florestais naquela região?

Silveira & Almeida (2006) fazem uma análise dos agentes sociais contrários aos OGM's (denominados de “críticos da cautela”) e porque eles defendem tal posição em seus discursos. A partir do exposto abaixo, conforme Silveira & Almeida (2006, p. 32) pode-se responder à pergunta acima.

Não é assim que pensam os "críticos da cautela", os quais ao darem continuidade à problematização da questão da demanda social vêm nesse processo circular atualmente legitimado tanto problemas de ordem técnica, como de ordem política. Assim é que de encontro a uma ciência por eles percebida como falseável, bem como comprometida com interesses econômicos, os mesmos positivarão antigos estigmas - "saber camponês" e "comprometimento político-ideológico" - a fim de proporem não apenas um novo modelo de agricultura, mas também de desenvolvimento e de sociedade. É neste sentido que também vão se utilizar de várias conquistas herdadas das disputas tecnológicas, na busca pela legitimação de um novo processo de formulação da demanda social que considere tanto os impactos sociais como os ambientais decorrentes do uso das tecnologias modernas. Daí decorre o fato de darem continuidade à "perspectiva tecnológica ecológico-social" anteriormente instrumentalizada pelos "agentes alternativos" quando das disputas pela terra e por tecnologias “socialmente apropriadas” nas décadas de 1980/1990.

Os movimentos contestatórios no meio rural tiveram origem nas primeiras “lutas” ocorridas no RS, como por exemplo, a Luta pela Terra que ocorreu nos anos 1960 e desde lá, se organizaram em prol da construção de um “novo modelo de agricultura, desenvolvimento e de sociedade”.

A partir do momento que os novos empreendimentos de cultivos de eucalipto se deslocaram de outros Estados para o RS, o modelo de *agricultura, desenvolvimento e de sociedade* que os movimentos “contestatórios” tentavam implantar na “Metade Sul” entrou em colapso. Conforme Almeida (1999, p. 64), “aqueles que questionam os valores da sociedade industrial vão construir uma nova imagem das relações homem/natureza”.

O efeito *reflorestamento* em alguns municípios da “Metade Sul” fez com que houvesse uma verdadeira guerra entre os agentes, onde cada um se utilizava de diferentes armas na tentativa de impor os discursos, as concepções e as práticas que mais lhe convinham.

Nesse espaço social configurado por um campo de forças e de lutas onde os agentes sociais estão envolvidos pelas mesmas disputas e procuram ocupar suas posições no espaço e a partir do momento que se sabe que os agentes tendem a ser atraídos “em direção ao pólo de maior ascendência sobre si” pergunta-se: quem serão os mais fortes? Quem serão os mais fracos?

Assim, dominantes e dominados passam a enfrentar-se com vistas à imposição de uma verdade legítima em relação aos cultivos de eucalipto, passa-se então, a se disputar um jogo de poder onde a tendência é de quem tiver mais força, quem tiver as melhores armas, enfim, quem for o “*dominante*” convencerá a seu favor o maior número de agentes desse conflito.

7. Referências

ALMEIDA, J. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”**: a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, 1989. 274p. Dissertação de mestrado.

_____. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Dados sobre os cultivos de eucaliptos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html>>. Acesso em: 20 de Fev. 2008.

BOLDRINI, I. I. Diversidade florística nos campos do Rio Grande do Sul. In: **Os avanços da botânica no início do século XXI: morfologia, fisiologia, taxonomia, ecologia e genética**. Conferências Plenárias e Simpósios do 57º Congresso Nacional de Botânica. Porto Alegre: Sociedade Botânica do Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. De Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1996a.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996b.

DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no ES – principais interesses em jogo**. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Informações sobre o termo “capão”**. Disponível em: <<http://200.225.157.123/dicaureliopos/login.asp>>. Acesso em: 18 de Out. 2007.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado da Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, 2002.

GERHARDT, C. H. **Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática” ambiental em agro-eco-sistemas.** (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2002.

GONÇALVES, M. T. Problemas e perspectivas do trabalho rural assalariado nas plantações florestais no Brasil: análise a partir de uma região do estado de Minas Gerais. In: BRUMER, A; PIÑEIRO, D. (Org.) **Agricultura latino-americana – Novos arranjos e velhas questões.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – GRIMAD. **Dados sobre a “Metade Sul” do RS.** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/grimad/>>. Acesso em: 20 de Fev. 2008.

GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Informações sobre o Bioma Pampa.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=169> . Acesso em: 25 de Out. 2007.

JORNAL BRASIL DE FATO. **Entrevista com Dirce Suertegaray.** Pesquisadora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em Julho de 2006.

MOSCOVICI, S. Prefácio Textos em Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em Representações Sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SILVEIRA, C. A. **Significados sociais das biotecnologias:** interesses e disputas em torno dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2005. 169p. Dissertação de Mestrado.

SILVEIRA, C. A.; ALMEIDA, J. Agentes Sociais e Disputas em torno das Agrobiotecnologias: o caso da soja transgênica no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** (no prelo). EMBRAPA, 2006.

SUERTEGARAY, D. **Deserto Grande do Sul – controvérsia.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekuian, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**AGRICULTURA FAMILIAR E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS COLONOS DE BOTUVERÁ/SC¹**

Cíntia Uller-Gómez²
Maria José Reis³
Luiz Fernando Scheibe⁴

Resumo

Neste trabalho analisamos a concepção de agricultores familiares de Botuverá (SC), conhecidos como colonos, a respeito do uso das margens dos cursos d'água e o significado do plantio de espécies florestais exóticas (sobretudo eucalipto) em seus estabelecimentos rurais. Constatamos que as áreas ciliares são apreendidas no bojo dos valores relativos a uma certa campesinidade, de modo geral, e do colono, em especial, como áreas produtivas para a família. O plantio de espécies exóticas como os eucaliptos, por sua vez, aparece com mais intensidade nos estabelecimentos em que os referidos valores camponeses já não têm tanta importância nas decisões tomadas, e naqueles estabelecimentos em que já não se depende exclusivamente do uso da terra. Concluímos que estratégias de conservação ambiental devem considerar as necessidades práticas e os aspectos simbólicos dos agricultores familiares, através da construção conjunta de alternativas de uso conservacionista, valorizando o aspecto de que nos estabelecimentos em que as categorias camponesas se faziam mais presentes, era maior a tendência em conservar a biodiversidade.

Palavras-chaves: agricultura familiar, colonos, áreas de preservação permanente.

1. Introdução

Uma das preocupações recorrentes dos órgãos ambientais em relação aos estabelecimentos rurais diz respeito ao uso dado aos locais que, de acordo com a legislação ambiental brasileira, constituem-se em “áreas de preservação permanente”, sobretudo as margens dos cursos d'água (artigo 2º da Lei 4771/65 – Código Florestal) e os remanescentes florestais em estágios médio e avançado de regeneração (artigo 1º do Decreto 750, de 1993).

O município de Botuverá, no Médio Vale do Itajaí Mirim (SC) apresenta relevo acidentado e grande quantidade de cursos d'água que drenam a região. Tal fato faz com que as lavouras temporárias, principal atividade agrícola desenvolvida no município (IBGE, 2004), e as pastagens estejam localizadas às margens dos ribeirões, onde, por lei, deveria estar

¹ Este tem como base a pesquisa realizada para a elaboração da tese de um dos autores, Cíntia Uller-Gómez (2006).

² Engenheira Agrônoma, doutora em Ciências Humanas pelo PPGICH/CFH/UFSC. E-mail: cintiaug@yahoo.com.br.

³ Professora aposentada da UFSC e Titular da UNIVALI, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. E-mail: masereis@hotmail.com.

⁴ Professor Titular do Depto. Geociências/UFSC e dos Programas de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e em Geografia. E-mail: scheibe@cfh.ufsc.br.

preservada a vegetação ciliar. Além disso, mais de 50% da área dos estabelecimentos agropecuários está coberta com remanescentes florestais em estágios médios e avançados de regeneração (IBGE, 2004). Em Botuverá, como em inúmeros outros municípios catarinenses, a principal cultura agrícola destinada ao mercado é o fumo que, em 1995, estava presente em 231 dos 268 estabelecimentos agropecuários do município e ocupava 906 pessoas do total de 1.054 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos (IBGE, 2004a). Vale ainda destacar a forte presença de atividades não-agrícolas exercidas pelos diferentes membros das famílias rurais.

Esses agricultores geralmente usam lenha de floresta nativa como combustível nas estufas para fazer a secagem das folhas do fumo. Atualmente, existem demandas por parte dos órgãos ambientais para a recomposição da vegetação ciliar, mas também para que os produtores façam o plantio de espécies florestais exóticas para evitar o corte dos remanescentes florestais. Neste texto discutimos a concepção dos agricultores familiares do município de Botuverá (SC) a respeito das áreas marginais aos cursos d'água e fazemos uma análise do que pode significar o plantio de espécies florestais exóticas para o modo de vida dos agricultores e para o propósito de conservação ambiental.

Do ponto de vista teórico, a grande maioria dos estabelecimentos rurais de Botuverá enquadra-se no que Wanderley (2001) definiu com “agricultura familiar”: aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essa agricultura é resultado de um processo de colonização com imigrantes italianos no final do século XIX, de forma que os agricultores descendem desses imigrantes e se autodenominam “colonos”.

Seyferth (1993:38) afirma que a categoria “colono” (para os agricultores do Vale do Itajaí, SC) expressa uma identidade social que tem duplo significado: indica, em algum grau, uma condição camponesa; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irreduzível. São citados como elementos de categorização: o trabalho familiar, a posse da terra em quantidade suficiente para permitir o cultivo, a produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se assim a policultura com criação de animais), a participação nas atividades comunitárias, etc., características apontadas pela autora (e também mencionadas por Wanderley, 2001) como comuns ao campesinato tradicional.

Especificamente em relação ao termo “colono” como categoria social, Seyferth (1993: p.41) destaca os seguintes elementos de distinção: a dedicação à terra, o trabalho árduo, a

produção de alimentos, o enraizamento (em oposição à mobilidade atribuída aos caboclos⁵), a liberdade como valor e a propriedade da terra.

Além dessas duas autoras, para compreender o significado das áreas de preservação permanente para os agricultores familiares apoiamo-nos em Woortmann (1990). Este autor sugere a utilização do conceito de “campesinidade” como uma qualidade comum a diferentes lugares e tempos e que está presente de forma mais ou menos intensa em distintos grupos específicos de agricultores familiares. A campesinidade implicaria, para o grupo que a possuísse, uma maneira especial de pensar a terra, o trabalho e a família: (...) “o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais do que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (op.cit.: p.43). Deste modo, a “terra” nunca é pensada isoladamente do “trabalho” e da “família”, sendo essas três categorias nucleantes no discurso camponês e articuladas a valores e princípios organizatórios centrais como a honra e a hierarquia.

2. A utilização das margens dos cursos d’água

Como dissemos, uma preocupação dos órgãos ambientais em relação ao uso da terra na agricultura familiar decorre do uso dado pelos agricultores às margens dos cursos d’água que, de acordo com o artigo 2º do Código Florestal Brasileiro (Lei Federal 4.771 de 1965), são áreas de preservação permanente. Por esse motivo, dedicamos especial atenção ao significado dado pelos agricultores a esses espaços. Verificamos que o uso destas áreas é apreendido pelos colonos como parte do conjunto do estabelecimento, não podendo ser pensado de forma isolada. Assim, obedece às mesmas regras de significação que o restante do estabelecimento, pautadas sobretudo no tripé de categorias nucleantes do discurso camponês – “terra-trabalho-família” ressaltado por Woortmann (1990). Da mesma forma, esse uso é sempre fundamentado pelo saber-fazer do agricultor.

Como o relevo no município de Botuverá é muito acidentado, apenas pequenas áreas dos estabelecimentos rurais podem ser “trabalhadas com o trator” – maneira como, em geral, os agricultores se referem às áreas mais planas que podem ser mecanizadas. Dificilmente essas áreas ultrapassam 3 hectares/estabelecimento. Considerando a área útil total disponível,

⁵ Seyferth (1993:51) esclarece que, em sua pesquisa, o termo caboclo é sinônimo de brasileiro descendente de luso (português), referindo-se, mais precisamente, à população dedicada à pesca e à agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, mais amplamente, qualquer estranho de origem lusa. Contudo, em outras regiões do estado, como no Oeste Catarinense, o termo “caboclo” é utilizado para designar a mestiçagem, próxima ou remota, de índios e brancos.

mesmo acidentada, para lavouras e pastagens, a maioria das famílias entrevistadas⁶ (68% - 22 de 32) dispõe de menos de 20ha, porque a maior parte dos terrenos está coberta com mata nativa e não pode ser utilizada. Agrupando os estabelecimentos rurais visitados em estratos menores verificamos que 37,5% (12 de 32 famílias) das famílias dispõem de menos de 10ha sem mata nativa e que 31,25% têm de 10 a 20 hectares nestas condições. Apenas 3 estabelecimentos situam-se na faixa de 25-30 ha. Somente duas famílias têm acima de 50 ha, uma tendo 67 ha e a outra 80 ha, no entanto, esta última abriga três grupos domésticos que trabalham em conjunto. Os hectares de mata nativa destas propriedades geralmente não trazem renda, a não ser por meio da apicultura. Além da lenha retirada, geralmente com corte seletivo da mata, raramente a família utiliza algum produto da floresta, como madeira para uso no estabelecimento ou palmito para consumo da família.

Na maioria dos estabelecimentos rurais as áreas marginais aos cursos d'água são usadas para a produção destinada principalmente (mas não exclusivamente) para autoconsumo. São, em geral, áreas com pastagem⁷ ou capineira⁸ para alimentar o gado bovino. Na grande maioria das vezes, essas áreas recebem esses usos porque, em virtude da "terra pouca", representam a maneira encontrada pelo agricultor de utilizar uma área que não seria utilizada para culturas anuais. Essas áreas fazem parte de um arranjo complexo feito pelo agricultor para retirar da área útil de seu estabelecimento o necessário para o mercado e o básico para o consumo no próprio estabelecimento.

Isto ocorre porque muitas vezes as margens dos cursos d'água são alagadas pelas enchentes que ocorrem na região. A implantação de outra cultura (como milho, feijão ou mesmo fumo) não pode ser feita sem o risco de se perder tudo o que foi plantado. Nessas situações, a **pastagem**, conforme nos foi referido, representa uma maneira de utilizar uma área "marginal" da propriedade. Em caso de enchente, o pasto não se estraga. Essa situação encontramos principalmente nas famílias cujos terrenos são banhados pelo rio Itajaí-mirim, nas localidades de Águas Negras, Salto e Pedras Grandes. Todos esses agricultores foram categóricos em afirmar que o plantio de qualquer espécie arbórea na zona de alagamento desse rio não teria êxito devido, justamente, à força das águas durante as enchentes.

⁶ Realizamos observações diretas em estabelecimentos rurais e entrevistas semi-estruturadas com 32 famílias rurais, selecionadas depois de análise dos dados disponíveis nos cadastros da Unidade de Saúde do Município, com vistas a abranger a diversidade sócio-cultural existente entre os agricultores de Botuverá (SC).

⁷ As pastagens são áreas cobertas com vegetação rasteira (nos estabelecimentos visitados, sobretudo gramíneas) destinada a alimentar o gado que é criado solto.

⁸ As capineiras são áreas do terreno também destinadas à alimentação do gado, porém não sob pastejo. Os agricultores cortam os vegetais, quase sempre capim-elefante ou cana-de-açúcar, e oferecem ao gado nos estábulos, de forma a suplementar a alimentação obtida com as pastagens. Para denominar o alimento obtido nessas áreas de capineira os agricultores usam a expressão "trato".

A recomposição da vegetação nativa acima da zona de alagamento desse rio atingiria, também, de forma ainda mais importante, a produção agrícola nos estabelecimentos rurais, em alguns casos absorvendo grande parte da única área mais plana disponível e as próprias edificações (casa, rancho, paiol).

Diante das pequenas quantidades de terra, a regeneração da mata nativa nos locais de pasto traz implicações concretas para o agricultor. Uma delas diz respeito à área em si que não poderia ser mais utilizada, como expressa um agricultor: – “Eu tenho pouca terra, se eu tirar o pasto de lá, me faz falta”. O pasto poderia ser colocado em outro local, mas a impossibilidade de retirar a cobertura vegetal nativa não deixa muitas alternativas ao agricultor. Colocá-lo em outro local sem desmatar inviabilizaria a obtenção de outros produtos. Ou seja, nas palavras de um dos entrevistados,

Não tem outro jeito. Porque já tem o mato, não tem onde plantar mais árvores. Só se diminuir o fumo. Agricultor (30 anos), Areia Alta

Por outro lado, é comum que a casa se situe perto do rio, assim o pasto também estará perto da casa. Desse modo, evita-se que a pessoa responsável pela ordenha (em geral, a mulher) se desloque grandes distâncias, em aclave, no início da manhã, a fim de trazer as vacas. Como afirma uma agricultora, se o pasto fosse colocado em outro local, “teria que subir o morro daí, né?”.

Em outras localidades com rios menores, muitas vezes as margens dos cursos d’água são utilizadas com capineira (trato). A capineira desempenha, para o agricultor, a função de proteger o terreno da erosão nas margens do rio. No entanto, além desse efeito, a capineira, assim como o pasto é a maneira encontrada de tornar aquela área útil.

Eu preciso desse trato. Segura o rio firme e aproveito o trato. (...) A gente tem que se defender com o trato, né? Vou plantar aonde?. Agricultor (50 anos), Gabiroba.

A capineira, ao lado do rio, é ainda justificada pelo saber tradicional. A qualidade do alimento (“trato”) obtido ao lado do rio não seria a mesma se ele fosse plantado no morro que é único lugar que, geralmente, resta na propriedade – “Perto do rio é sempre um pouco mais úmido. O trato fica sempre mais preto. Plantar nos morros assim, fica amarelo”. Além disso, geralmente, estando ao lado do rio, assim como o pasto, o trato também está próximo da casa e dos estábulos onde é ofertado aos animais, facilitando o trabalho. De acordo com uma agricultora entrevistada: “Corto de manhã cedo para os animais”.

Deste modo, pasto e trato ao lado do rio desempenham funções estratégicas para as famílias que dispõem de pouca terra. Mesmo os agricultores que fizeram questão de ressaltar

a importância da vegetação ciliar para a proteção dos cursos d'água, não tinham condições de deixar que a mata nativa se regenerasse ao longo de toda a distância que o curso d'água percorre em seu estabelecimento.

Bem do lado do rio, e ncostado, é mata para proteger o rio (...) 10 metros. Vem esses dez metros aí, depois vem a uva. Sempre foi assim, isso aí a gente não mexe. (...) Eu tenho esse pedaço ali e outro pedaço eu tenho trato, não planto direto. Tenho trato pros animais, aí ela me protege ainda. É permanente, então, ela protege. (...) Eu to aproveitando, só que como? Eu só tiro e não vou mexer nessa terra. (...) Porque eu quero aproveitar esse pedaço ali. Que a terra é pouca. Agricultor (56 anos), Porto Franco.

A necessidade de aproveitar o terreno ficou evidente em todas as falas dos agricultores. Muitos agricultores podiam sequer referir-se àquela área sem projetar-lhe uma utilidade. A mata ciliar como área de preservação intocada não encontra respaldo no âmbito das representações dos agricultores sobre aquele local do estabelecimento. De alguma maneira aquela área tem sua utilidade para a família.

Já vieram incentivar para plantar um pouco ao lado do rio. Mas não pode cortar, é para deixar lá e não cortar. (...) Nós temos as palmeiras e as bananas perto do rio, só que é uma coisa que a gente corta. Não é para deixar. Agricultora (55 anos), Porto Franco.

Diante da idéia de ser remunerado ou indenizado pela área de margem de rio destinada à regeneração da mata nativa, os agricultores sempre hesitavam, considerando a necessidade de ter aquela área para a produção destinada ao consumo da família. Um deles explicitamente demonstrou que aquela área faz parte do patrimônio familiar – “Aí indeniza pros filhos também, o resto da vida?”.

A grande maioria dos agricultores destacou ainda outra importante implicação negativa de uma suposta mata ciliar nos seus estabelecimentos: a sombra. Ao contrário, pasto e trato ao lado do rio não prejudicam as culturas vizinhas. Segundo os agricultores, a sombra e as raízes de árvores altas inutilizariam mais uma parte do terreno, além da área de mata ciliar em si.

Nos casos em que a mata ciliar viesse a ficar situada de modo a “esconder a casa”, os agricultores recorreram à concepção de “capricho”, de “cuidado” com a terra, já referida por Seyferth (1993) – qualidade que distingue o bom colono daquele que deixa a capoeira crescer nas roças – para demonstrar sua insatisfação em ter que “ficar escondido no meio do mato”.

Tem rio por tudo quanto é lado, nós vamos ficar escondidos no meio do mato. (...) Fica feio, né. A casa, o terreno. (...) **Para ficar bonito tem que ser aberto, tudo bem limpo.** Se não se deixa perder. Tem um monte de casas... Aqui em casa é mais ou menos, mas tem casa aí que tem capoeira até na frente de casa. **Deixar vir capoeira fica feio...** Não sei... não precisa de morar no meio dos matos assim. Eu acho que não vou me acostumar de morar no meio dos matos assim. (...) **Se tem mato mas com capim debaixo, pasto debaixo cuidado, daí sim.** Agricultora (58) e filho (29), Vargem Grande.

Assim, é no interior dessa mistura de simbolismo e pragmatismo que envolve o uso da terra, de necessidades simbólicas e práticas relacionadas com a sua reprodução social, que os agricultores familiares usam as áreas de preservação permanente, porque essas áreas fazem parte da “terra da família”. O agricultor relaciona implicações concretas, como a necessidade do pasto ou do “trato” diante de pouca terra (e terra próxima à residência), com categorias do camponês quando se refere à terra como patrimônio do família e a concepções específicas do “colono”, quando se refere à necessidade de deixar “limpo”.

Porque ali já foi, desde o meu falecido pai, plantado assim limpo na frente do terreno. Então, eu não posso deixar vir mato porque senão fica feio. Agricultor (45 anos), Pedras Grandes.

Da mesma forma, quando a utilização da propriedade não é mais visualizada no âmbito das categorias camponesas, quando as relações pragmáticas vão sendo separadas das relações simbólicas, quando o uso da terra vai se tornando possível fora da lógica camponesa e o auto-consumo requerendo pouca quantidade de terra, a intenção de recompor as matas ciliares não sofre tantas restrições. Referimo-nos a três famílias em que o cultivo da terra para auto-consumo era bastante reduzido em relação à quantidade de terra possuída, mas por outro lado, era crescente o plantio de eucalipto.

3. Eucalipto e campesinidade

Paralelamente à questão tratada no item anterior, procuraremos, a seguir, entender o significado e o alcance, para os agricultores familiares, e em termos ambientais, da orientação dos órgãos ambientais quanto ao plantio de espécies exóticas para suprir as necessidades de lenha nas estufas do fumo – principal cultivo comercial no município de Botuverá (SC). Essa orientação advém do entendimento, por parte dos órgãos ambientais, de que ao se plantar uma espécie exótica para obtenção de lenha, se impediria o corte dos remanescentes de floresta

nativa⁹. Como veremos, o plantio (ou não) dessas florestas energéticas, também está intimamente relacionado às condições práticas e aos valores prezados pelos agricultores.

Dessa forma, a discussão apresentada vai além de nossa preocupação inicial. A pesquisa em campo, trouxe-nos dados que nos fizeram questionar a eficiência, em termos de preservação ambiental, da legislação que restringe totalmente o uso das áreas de mata nativa. Assim, discutimos dados que sugerem que estimular a permanência dos agricultores familiares na condição de “colonos” pode convergir com os interesses conservacionistas, tão em voga atualmente.

Na maioria das famílias entrevistadas, as áreas destinadas ao plantio de árvores exóticas (quase sempre eucalipto) são áreas nas quais o produtor não visualiza a possibilidade de implantar outro tipo de lavoura, em geral devido à grande declividade do terreno. Os agricultores consideram que o plantio de eucalipto inviabiliza a área para futuras culturas. Até mesmo áreas próximas tornam-se inviáveis, segundo alguns agricultores, porque o solo ficaria extremamente seco. Às vezes, o agricultor não planta porque tem pouca área. Às vezes, mesmo com muita área, prefere não inviabilizar o terreno.

Na realidade, nós temos bastante área destocada, mas ainda não plantei eucalipto. Mas já pensei. [Terra destocada] é terra assim para lavrar com animal, com tração animal, que a gente planta, né. Planta um ano uma parte, outro ano outra parte. Se deixar crescer o mato muito... **Eu até pensei de plantar eucalipto. Mas a gente tem dó**, porque se plantar com outra cultura, talvez... (...) É. A terra é boa, é terra que produz bem, só que tem quem trabalhar manual, é difícil sobreviver aqui assim. Não é fácil, não. Depender só daquilo ali, não é fácil. Agricultor (51 anos), Ourinhos.

Não podemos tacar eucalipto aí. Por exemplo, nós vamos embora ano que vem, vamos plantar eucalipto e se o cara quiser voltar? Não pode mais daí... Porque nós não podemos mais plantar fumo daí, mais milho. Oh! Dá uma raizeira. Trinta metros longe não pode mais plantar também. Seca. Não pega mais umidade, nada né... tem nas beiradas das roças assim, já nas beiradas assim, não dá mais. (...) Aí eu não plantava eucalipto. Se tivesse outro negócio, não. Agricultora (58) e filhos (29 e 31 anos), Vargem Grande.

Paulilo (1990: p.150) já havia registrado, entre os inconvenientes apontados pelos fumicultores quanto ao plantio de eucalipto, o fato de que “o eucalipto é uma planta difícil de erradicar, quando se quer aproveitar o terreno”. Por isso, seu plantio só deve ser feito em locais que não serão mais usados para outras culturas. Devemos ressaltar que as áreas com

⁹ Como exemplo dessas iniciativas, encontramos registros em atas do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, a respeito de um Termo de Ajustamento de Conduta promovido pelo Ministério Público Estadual em que a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) deveria se comprometer em promover o plantio de espécies exóticas nos estabelecimentos rurais produtores de fumo.

eucalipto não eram consideradas, pelos entrevistados, como terra cultivada. Eram sempre mencionadas separadamente quando questionávamos sobre as áreas usadas da propriedade. Essas áreas não têm o mesmo significado que outras cultivadas. Um agricultor explicitamente mencionou a dedicação ao plantio do eucalipto como uma atividade extra, colocando-o no bojo das atividades não-agrícolas. Explicando como organizava o trabalho em função da mão-de-obra disponível, afirmou: “Planto para ter o tempo todo ocupado. Tem gente que planta menos para ficar livre depois e fazer outra coisa: **roças de eucalipto**, trabalhar na construção civil, capinar para outros por dia...”.

No entanto, a maioria dos agricultores começa a visualizar o eucalipto como uma importante fonte de renda, com uma garantia de venda parecida com a do fumo – só que um prazo mais longo –, sobretudo as famílias que dispõe de pouca mão-de-obra, ou mão-de-obra esporádica, no caso de famílias pluriativas¹⁰. Segundo os agricultores, todo o eucalipto plantado pode ser comercializado para indústrias próximas (em Botuverá ou no município vizinho de Brusque) onde é usado nas caldeiras.

Acreditamos que, diferentemente do fumo, pragmaticamente o plantio do eucalipto pode escapar à lógica de organização do trabalho pautada no tripé terra-trabalho-família. A quantidade de terra destinada ao plantio do fumo é, em primeiro lugar, pensada em função da mão-de-obra disponível na família, principalmente para o momento da colheita. A área que, num período do ano, é destinada ao plantio de fumo, depois pode ser usada pela família para a produção para consumo próprio. Diante da possibilidade de obter renda com um cultivo que absorva toda a mão-de-obra, como o fumo, a área de mata nativa desmatada corresponde àquela necessária para suprir a estufa de lenha. As áreas com florestas exóticas nos estabelecimentos rurais de famílias que exerciam apenas atividades agrícolas são, em geral, pequenas e têm a função de suprir a estufa de lenha futuramente. Por outro lado, verificamos que os agricultores que não produzem mais fumo, também plantam eucalipto. Quando parte dos membros do grupo doméstico dedica-se, regularmente, a atividades não-agrícolas e dela obtém sua renda, por um lado, maior área do estabelecimento fica disponível e por outro, a mão-de-obra dos membros pluriativos não pode mais ser usada numa atividade que demande um trabalho tão intensivo quanto o do fumo. Obtendo uma renda não-agrícola em substituição à cultura carro-chefe, a terra que antes era usada para esta cultura pode ser usada apenas pela

¹⁰ Utilizamos este termo para designar as famílias em que um ou mais membros exerciam atividades não-agrícolas. Schneider (2003: p.112) utiliza o termo “pluriatividade” para designar a conjunção de atividades agrícolas e não-agrícolas pelos membros de uma mesma unidade produtiva. Ou seja, “(...) um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural”.

mão-de-obra esporádica dos membros pluriativos ou dos membros que permaneceram monoativos. Da mesma forma, ao ter outra fonte de renda, é possível esperar para obter da terra uma renda mais a longo prazo, como acontece com o plantio do eucalipto – no mínimo, segundo os agricultores, 5 anos após o plantio. Nas Tabela 1 e 2 é possível constatar como é maior, proporcionalmente, a quantidade de áreas reflorestadas com espécies exóticas por famílias pluriativas em relação às famílias cujos membros exercem apenas atividades agrícolas.

Tabela 1 – Utilização das terras em estabelecimentos rurais de famílias pluriativas, nas quais a atividade agrícola é a ocupação principal apenas para os pais

Entrevista nº	Atividade agrícola é a <i>ocupação principal</i> apenas para os pais									Um cônjuge agricultor		
	Dois cônjuges agricultores											
	1	3	4	11	12	20	21	29	29	6	15	16
Área total (ha)	18,8	37,3	4	13	77	20	117	21	21	5,4	?	7
% área com Mata Nativa	31,9	53,6	7,5	34,6	85,71	45,	42,7	47,61	47,61	18,51	50	?
% área com exóticas	1	1		1		0	3					
Fumo	-	-	-	1	-	<1	7	3	3	-	-	-
								próprios				
								1				
								arrend.				

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

Tabela 2 – Área com mata nativa e usos da terra em estabelecimentos rurais de famílias monoativas em diferentes estágios do ciclo doméstico no município de Botuverá/SC

Na unidade técnica se exerce apenas atividades agrícolas											
	Dois grupos domésticos: Pais com filhos adultos independentes				Famílias com filhos pequenos		Famílias com filhos jovens/adultos agricultores				
Entrevistado n°	2	5	24	30	9	23	25	26	27	31	
Área total (ha)	90	29	80	20	1	20	100	14	96	?	
% área com Mata Nativa	77,77	75,86	87,5	50,0	?	50,0	74,0	50,0	68,75	?	
% área com exóticas	13	7	-	?	-	-	5	-	6,25	?	
Fumo (ha)	-	3	2,5	4,5	-	3	2	4 próprios 2 arrend.	4	5	

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

Com exceção da família n° 1, na qual o pai pôde investir em fruticultura, em nenhuma delas o pai visualiza a continuidade da unidade produtiva pelos filhos. O eucalipto passa a ser visto como uma cultura rentável, a longo prazo, para aquelas famílias que dispõe de áreas com vegetação nativa em estágio inicial de regeneração – “os morros de samambaia”. Ao não depender de uma concentração de mão-de-obra num período determinado – como para a colheita do fumo, por exemplo – os tratos culturais do eucalipto podem ser executados pela mão-de-obra ainda disponível na família ou ainda pela mão-de-obra esporádica dos membros pluriativos. Assim, o eucalipto pode ser usado seguindo-se uma lógica de uso da terra diferente do cultivo do fumo. Encontramos, também, vários casos de famílias pluriativas em que o eucalipto foi plantado apenas para o mercado, ou seja, não para secar fumo. São os casos das famílias n°s: 1, 3, 4, 6, 15 e 16, da Tabela 1.

Deste modo, ao contrário do que se poderia pensar, a diminuição da dependência da renda da terra por meio de uma cultura destinada ao mercado (como a do fumo), mesmo contando-se com menos mão-de-obra, não implica numa maior área de mata nativa preservada. Os dados mostram que a tendência é justamente o contrário. Entendemos que, do ponto de vista ambiental, devemos considerar alguns aspectos quando entra em questão o estímulo ao plantio de espécies florestais exóticas nos estabelecimentos familiares.

Em primeiro lugar, comparando os dados das Tabelas 1 e 2, é importante prestar atenção que, em geral, as famílias de fumicultores têm proporcionalmente maior área com floresta nativa do que as famílias que já não plantam fumo. Importante destacar também que nestas os filhos não exercem atividades agrícolas. Assim, podemos refletir sobre a acusação tão freqüente de que os agricultores estão “destruindo a floresta para secar fumo”. Entretanto, é indispensável frisar de que não se trata de defender, em hipótese alguma, o cultivo do fumo. Temos, inclusive, evidências (não apresentadas aqui) de que seu cultivo traz sérios prejuízos à saúde e, mesmo, à reprodução social dos agricultores. Limitamo-nos a apresentar importantes relações encontradas, a partir da preocupação inicial de entender a demanda para plantar espécies florestais exóticas, entre o plantio dessas espécies, valores camponeses e conservação da Mata Atlântica.

Em segundo lugar, constatamos que na maioria das famílias que já não plantavam fumo, existia proporcionalmente maior área plantada com eucalipto do que nas famílias que ainda plantavam fumo. Essas áreas acontecem em locais em que antes se plantava fumo e áreas antes cobertas por floresta nativa em estágios iniciais de regeneração. Embora se possa pensar que, no plantio de eucalipto o uso da terra não é tão intenso quanto no plantio de fumo, – afinal o eucalipto é uma cultura de ciclo longo e não necessita que o solo seja revolvido anualmente – temos importantes indícios de que, abandonando-se a cultura do fumo, a biodiversidade da Mata Atlântica tende a ser substituída mais rapidamente por monoculturas de eucalipto.

Ou seja, enquanto nas famílias produtoras de fumo o uso da mata acontece apenas para abastecer a estufa, nas famílias que não produzem fumo, o plantio de eucalipto também ocorre (e em maior quantidade) substituindo áreas de mata nativa que, do um ponto de vista preservacionista, poderiam ser regeneradas já que, na maioria dessas famílias a renda dos filhos não depende da terra e já não existe mais o plantio de fumo.

Através das entrevistas, entendemos que, numa relação dialética entre condições práticas e valores, o interesse pelo plantio de eucalipto ocorre com maior freqüência nas famílias que estão se afastando dos valores camponeses, e ao mesmo tempo, esse plantio leva a um afastamento da condição de “colono”, sobretudo entre os filhos. A necessidade prática ocasionada por diversos motivos, entre eles o descontentamento com o plantio do fumo, leva membros das famílias rurais a exercerem atividades não-agrícolas, liberando áreas antes necessárias ao plantio do cultivo carro-chefe. Essas áreas, se ficarem ociosas podem alcançar estágios médio e avançado de regeneração e seu uso ficaria permanentemente inviabilizado. O

plantio de eucalipto é uma alternativa para dar utilidade àquelas áreas, já que pode ser feito com a mão-de-obra apenas esporádica disponibilizada pelos membros pluriativos.

Por outro lado, o contato com os valores urbanos leva-os a questionar seus valores tradicionais, afastando-os do modo de pensar a terra em articulação com o trabalho e a família, questionando inclusive um dos valores mais prezados pelos colonos – a produção de seu próprio alimento.

Em síntese, o plantio de eucalipto permite uma amarração mais frouxa entre a necessidade pragmática de mão-de-obra e as categorias simbólicas “terra-trabalho-família”. Arriscamos afirmar que ele desafia os valores camponeses: a terra passa a ser usada ainda mais intensamente porque a lógica pragmática se desconecta da lógica simbólica. No fumo, uma determinada quantidade de mão-de-obra familiar é imprescindível para que a unidade produtiva continue existindo. O eucalipto desprende o homem da terra, rompe com a lógica da campesinidade. Embora nas entrevistas, as categorias nucleantes do discurso camponês tenham sido muito ressaltadas pelos pais cujos filhos já não se dedicam ao cultivo da terra, ou mesmo pelos cônjuges pluriativos – sobretudo a “comida” –, o plantio do eucalipto favorece a transição, nas próximas gerações, para um uso não-camponês da terra.

Em terceiro lugar, é necessário ressaltar que a postura de impedir a regeneração da floresta também foi verificada mesmo entre aquelas famílias em que os valores camponeses são prezados. Muitos agricultores manifestaram seu desejo de manejar a floresta nativa para obter lenha para as estufas, em vez de plantar eucalipto. Mas diante da impossibilidade desse manejo, ou mesmo da impossibilidade de obter outros produtos não madeiráveis como o palmito (*Euterpe edulis*), seja por excesso de burocracia para legalização do processo, seja pela falta de conhecimento a respeito de outros produtos como os frutos dessa mesma espécie, e desconhecimentos sobre questões de mercado, o agricultor trata de garantir que a floresta não se restabeleça. Em alguns casos, planta eucalipto, em outros, se utiliza de práticas mecânicas como derrubada com trator ainda no estágio inicial, ou mesmo cede a terra a algum familiar para que, cultivando-a, a mantenha “limpa”.

Na Tabela 3 apresentamos aqueles estabelecimentos que têm uma organização complexa entre atividades não-agrícolas e agrícolas. As duas são importantes para o grupo doméstico, seja para autoconsumo, seja para obtenção de renda. Em todas essas famílias, pelo menos um dos cônjuges desenvolve atividades não-agrícolas. Por outro lado, a atividade agrícola ainda é importante fonte de renda. Também nesse grupo de famílias o eucalipto aparece em maior quantidade naqueles estabelecimentos que não cultivam fumo.

Tabela 3 – Utilização das terras em estabelecimentos rurais para cujas famílias são igualmente importantes a agricultura e outras atividades não-agrícolas

Agricultura e pluriatividade importantes						
	Famílias com filhos pequenos ou sem filhos					Família com filhos adultos
Entrevista n°	13**	17	18	19	32	22
Área total (ha)	250	13	20	15	10,7	40
% área com Mata Nativa	68,0	30,76	80,0	70,0	65,42	60,0
% área com espécies florestais exóticas	2	23	30	21	-	-
Fumo	-	2 próprios 2 arrendados	-	-	2	4

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

(**) Este estabelecimento é usado por três famílias em conjunto (três irmãos casados).

Nas famílias apresentadas na Tabela 4, a agricultura é praticada apenas para auto-consumo, com muita importância para as famílias n° 7 e n° 8. Porém, o uso da terra no estabelecimento da família n° 7 e, com mais intensidade, da família n° 10 e n° 14, dirige-se para aquilo que apontamos anteriormente: o eucalipto pode ser pensado fora da lógica familiar, tende a tornar-se apenas um produto da terra, mas não um produto do trabalho da família. Na família n° 14, para consumo, cultivava-se apenas 300 pés de aipim, em contrapartida, tinham 30 hectares de eucalipto. Na família n° 10, o filho nega o trabalho da terra, mas vai plantar eucalipto na terra do pai que já não pode trabalhar. As famílias n° 7 e 14 são famílias em que os homens eram também responsáveis pela atividade não-agrícola. Porém, não acreditamos que as explicações se encontrem apenas no fato de o pai ser também pluriativo, porque embora não façam parte da amostra selecionada para as entrevistas, conversamos com membros de outras famílias cujos pais também eram pluriativos e nas quais os valores camponeses faziam-se bem presentes.

Tabela 4 – Uso das terras em estabelecimentos rurais nas quais se produz apenas para autoconsumo e se planta eucalipto

Agricultura apenas para autoconsumo e eucalipto				
Entrevista no	7	8	10	14
Área total (ha)	18	0,8	10	79
% área com Mata Nstiva	?	-	?	62,02
% da área com espécies florestais exóticas	77	-	-	38

Fonte: pesquisa de campo em janeiro/fevereiro de 2005.

As famílias em que os pais são pluriativos e nas quais percebemos uma amarração mais frouxa dos valores camponeses, como também na maioria das famílias em que os filhos se negam a herdar o trabalho da terra, são famílias que residem nas localidades mais próximas da sede municipal (Águas Negras, Sítio Sessenta, Pedras Grandes).

Acreditamos que estas são famílias onde os valores camponeses dificilmente serão repassados para a geração seguinte. No estabelecimento n°8 reside um casal de idosos cujos filhos não herdaram o trabalho da terra. Talvez as palavras desse agricultor sintetizem o que tentamos demonstrar:

Antigamente esses que tinham estufa não podiam mais cortar lenha nativa para secar o fumo. Então eles tinham que plantar, cada um, uma malha de eucalipto para secar o fumo. Então, eles (autoridades ambientais) deram um tempo. Eles deram 5 ou 6 anos. Até lá eles podiam tirar lenha. Mas depois, tirar para frente... Quem não tinha eucalipto não secava mais fumo, porque nativa não podia mais tirar. Todo mundo começou a plantar eucalipto, plantar eucalipto... sempre mais, sempre mais, sempre mais. Agora, meu Deus do céu... e não faz outra coisa, pelo menos aqui em cima. Só planta eucalipto. (...) Plantam eucalipto ou pinus, agora para comer não plantam mais. Agricultor aposentado (77 anos), Sítio Sessenta.

Finalmente, destacamos uma última questão que merece ser considerada quando pensamos estratégias para a conservação ambiental. Entendemos que as famílias que estão mais preocupadas com sua auto-reprodução como “colonos”, podem ser mais facilmente mobilizadas para o redirecionamento das práticas agrícolas. Nessas famílias, o uso da terra não representa apenas um meio para obter renda. Representa a possibilidade de manter sua relativa autonomia (WANDERLEY, 2001) mediante o policultivo e a garantia de produzir, em primeiro lugar, seu próprio alimento. Em casos como os aqui estudados, essa possibilidade poderá ser significativamente incrementada se forem desenvolvidas e aceitas pelos órgãos ambientais técnicas de aproveitamento sustentável das áreas ciliares recuperadas ou remanescentes, bem como de pelo menos uma parte das áreas de Mata Atlântica. Sobretudo

entre os colonos, entendemos que são várias as possibilidades a serem trabalhadas que tenderiam a dar continuidade à vida digna no espaço rural como “colonos” através de um melhor uso da terra, numa visão mais abrangente do que apenas impedir todo e qualquer uso de determinadas áreas dos estabelecimentos. Neste sentido, destacamos o que Haygerth & Dickie (2004: p.128) concluem sobre famílias rurais que estão praticando agroecologia:

...o agricultor se vê como tendo um controle maior e mais completo do ciclo produtivo de sua terra. O valor tradicional da “autonomia” (...) é resgatado através desta possibilidade que a agroecologia fornece para a autodeterminação do agricultor. Neste contexto, a terra volta a ser produtora de vida, não só pelo alimento saudável que produzirá (...), mas porque será o suporte da continuidade da família agrícola. Este um valor central do *ethos* camponês.

4. Considerações finais

Em síntese, entendemos que na atual geração de agricultores, pelo fato de serem geralmente aproveitadas para a produção para o autoconsumo, o uso das áreas próximas aos cursos d’água continuará a ter importância fundamental, mesmo com a adoção de atividades não-agrícolas pelos membros da família, e desde que se mantenha esse tipo de produção. Assim, embora as famílias entrevistadas tivessem diferentes fontes de renda e estivessem em diferentes estágios do desenvolvimento do ciclo doméstico, as margens dos cursos d’água eram regidas praticamente pelas mesmas normas que outras áreas: pensadas de tal maneira que se integrem na dinâmica do restante do estabelecimento produtivo. O fato de serem usadas diariamente lhes confere um significado um tanto particular: devem ser próximas da residência. No entanto, quando a dedicação a atividades não-agrícolas é acompanhada por uma “redução” da campesinidade, quando os valores camponeses já não ditam o uso da terra, a regeneração da mata ciliar poderá, talvez, vir a ser feita sem tantas implicações. Mas, por outro lado, a diversidade da floresta tende a diminuir, porque aumenta o plantio de eucalipto.

Importa ressaltar que apesar das dificuldades referidas pelos agricultores e até mesmo das contradições apresentadas, parte considerável dos entrevistados revela que os motivos que os levam a permanecer “na roça” refletem a valorização das categorias identificadoras do “colono”. É como se, numa balança, avaliassem os prós e os contras e o resultado dessa contabilidade apontasse para a permanência na condição de “colono”. No discurso de agricultores de comunidades distantes que preferem ficar na agricultura destacam-se, sobretudo, a liberdade de horário e de controle do processo produtivo ressaltada por Seyferth

(1984, 1993), e a possibilidade de viver ao ar livre em oposição à insalubridade percebida no trabalho nas indústrias.

Eu fui dois anos seguidos procurar emprego, mas a hora que eu chegava lá me dava um desânimo. (...) Não consegui. Aí depois eu até agradei. Aí eu resolvi comprar aqui, não sair mais também... (...) Porque eu fiz ficha na fiação, eu fui era uma hora da tarde, na hora que eles estavam trocando o turno. A hora que o pessoal sai com aquele solarão quente, com aquela penugem na cabeça, sacudindo assim... Me deu um desânimo. Aí eu cheguei lá, já tinham preenchido a minha vaga. Então eu saí contente, aí eu vim para casa e nem voltei mais também. □Na roça□a gente não é mandado de ninguém. A gente não é mandado, se a gente quiser parar, a hora que quiser a gente pára, né. E vai quando quer. Tudo mais livre. Agricultor (30 anos), casado, Areia Alta (família monoativa).

O caso da agricultura de Botuverá não é único, mas se repete em muitos locais do estado de Santa Catarina, que possui, na maioria de suas regiões, relevo bastante acidentado. Assim, a discussão aqui apresentada pode contribuir como subsídio para uma negociação social necessária entre órgãos ambientais e agricultores, na construção conjunta de alternativas de conservação ambiental que viabilizem a vida digna no espaço rural.

Dentro de uma perspectiva de construção conjunta, chamamos atenção para a necessidade de valorização crítica do conhecimento dos agricultores, levando-os a refletir sobre a necessidade de se adotar mudanças, entre outros aspectos, no uso das margens dos cursos d'água. No entanto, essa demanda aos agricultores não pode prescindir da possibilidade de recuperação para usos sustentáveis desses espaços, respeitando-se as necessidades concretas diante da exígua quantidade de terras e o significado simbólico/cultural que essas áreas têm diante do coletivo familiar. Afinal, longe de uma postura essencialista, este trabalho nos traz boas indicações de que quando os valores camponeses são preservados existe uma relativa tendência de que também se preserve a biodiversidade.

5. Referências bibliográficas

HAYGERT, M. L. e DICKIE, M. A. Produzindo Vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B. W. e PAULILO, M. I. S. **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p.109-132.

IBGE, 2004. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Tabela 11. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

IBGE, 2004a. **Censo Demográfico 2000**. (Dados obtidos com auxílio de funcionário da biblioteca do IBGE em Florianópolis/SC, em consulta pessoal realizada em maio de 2004).

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990. 182p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.254p.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p.31-63.

_____. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 29, p.73-96, 1984.

ULLER-GÓMEZ, C. **Agricultura familiar e participação na gestão das águas Bacia do Itajaí (SC, Brasil)**. 2006. 295 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.P. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p.11-73.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

AGROECOLOGIA: UM NOVO MODO DE PENSAR O DESENVOLVIMENTO RURAL OU UM NOVO MODO DE ACESSAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Cynthia Xavier de Carvalho¹
Edgard Malagodi²

Resumo

Novas estratégias de sustentabilidade vêm ganhando espaço no contexto da agricultura familiar e do campesinato. Na Paraíba, tem acontecido uma forte articulação entre camponeses, entidades sindicais, movimentos sociais rurais e entidades não-governamentais, configurando processos de resistência ao modelo convencional de agricultura e à sua perspectiva técnico-produtiva, bem como às políticas públicas com vistas à liberação de sementes transgênicas. Estas instituições terminam por criar redes e movimentos, no interior dos quais a agroecologia surge como importante eixo das discussões, criando vínculos territoriais que ultrapassam as delimitações geográficas. Nas feiras agroecológicas, por exemplo, tem-se espaço para novas formas de sociabilidade e troca de experiências de agricultores de diversas áreas. Assim, novos laços passam a ser estabelecidos pela interação social em torno da perspectiva agroecológica, construindo-se um movimento em torno de uma reconfiguração social, técnico-produtiva e mercantil para a agricultura familiar camponesa na região. Este artigo pretende discutir o caráter geral deste modelo, que tem na sua estrutura essa parceria e que tem resultado na organização da ação coletiva em vista à conquista de políticas públicas e espaços adequados a este segmento social, abrangendo uma perspectiva territorial.

Palavras-chave: Agroecologia; Desenvolvimento Territorial; Políticas Públicas; Campesinato

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir como a construção do modelo agroecológico, no Estado da Paraíba, tem conseguido gerar uma nova dinâmica territorial e um novo modo de acessar políticas públicas, considerando a contribuição das ações coletivas e da formação das redes sociais em torno dessa temática. Neste estado do Nordeste, novas estratégias de sustentabilidade vêm ganhando espaço no contexto da agricultura familiar camponesa. Tais estratégias têm sido vistas pelos seus articuladores como enfrentamento à tendência à exclusão social gerada pelo processo de “modernização” da agricultura brasileira, posto em marcha especialmente a partir da segunda metade do século XX. Tendência que foi impulsionada pela mudança e competição tecnológica na agricultura (BUTTEL, 2006) através de um amplo processo que combinou a política oficial de crédito agropecuário com o

¹ Universidade Federal de Campina Grande - PB/ Universidade Católica de Pernambuco-PE.

² Universidade Federal de Campina Grande – PB

desenvolvimento do parque industrial de insumos para a agricultura, cujos efeitos se expressaram:

Na utilização generalizada de pacotes tecnológicos, no uso intensivo de capital, na difusão de novos estilos de manejo produtivo, no aumento e especialização da natureza à lógica do mercado com forte deterioração dos recursos naturais, em especial os solos³.

Enquanto na sua introdução, o modelo de “intensificação da agricultura” apresentou aspectos considerados positivos, trazendo a idéia de “moderno” e de “desenvolvimento”, ambos como sinônimos de avanço industrial e com a imagem politicamente correta da absorção da inovação tecnológica, hoje apresenta um quadro muito diferente. Sua defesa é quase sempre acompanhada da crítica de seus impactos ambientais, bem como na referência aos equívocos praticados. Fato é que a intensificação no uso de insumos químicos e mecânicos na agricultura tem levado à degradação dos solos e à contaminação do meio ambiente, mas nem sempre ao aumento nos rendimentos e à melhoria da qualidade de vida de parcela de agricultores. As conseqüências sócio-ambientais desse processo trouxeram à cena política os atores sociais mais prejudicados: pequenos proprietários, trabalhadores rurais assalariados, agricultores sem terra e camponeses. Estes vieram acompanhados de suas organizações: os movimentos sociais, sindicatos e mediadores vindos de ações das Igrejas, de organizações não-governamentais (ONGs) e das universidades. Em sua maioria passaram a questionar o padrão tecnológico “moderno”, bem como o Estado e as políticas públicas que se apresentavam em conformidade com esse processo. Neste contexto cresceram as demandas pela valorização de formas alternativas de produção e a preocupação com a *sustentabilidade* do sistema de produção alimentar, abrindo-se espaço para introdução da *perspectiva agroecológica*.

A questão é que a agricultura familiar camponesa por vezes não contou com políticas públicas capazes de dar respostas às mudanças decorrentes das transformações do padrão técnico de produção. Deste modo, em suas decisões econômicas e produtivas, precisaram buscar novos mecanismos de segurança contra os riscos e incertezas do padrão agrícola convencional⁴ (CARVALHO e MALAGODI, 2006). É nesse contexto que a agroecologia

³ La utilización generalizada de paquetes tecnológicos, el uso intensivo de capital, la difusión de nuevos estilos de manejo predial, el aumento y especialización de la naturaleza a la lógica del mercado con un fuerte deterioro de los recursos naturales en especial del suelo (OTTMANN, 2005, p. 13).

⁴ Forma de produção orientada especialmente para o mercado, chamada também de “agricultura moderna” e caracterizada pelo uso de agroquímicos de origem industrial, com fortes impactos provocadores de danos ao

surge respondendo ao declínio na qualidade dos recursos naturais associadas com a moderna agricultura, valorizando-se não apenas os aspectos técnicos como também as questões sociais mais complexas. Nesse enfoque valorizam-se os conhecimentos decorridos da experiência, apreendidos como:

Produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas e não uma manifestação de um atraso cultural a ser superado (PETERSEN e DIAS, 2007).

Características que contribuem para introdução de elementos participativos na construção de dinâmicas produtivas e sociais no rural que envolve especialmente a categoria de campesinato.

2. A Agroecologia na Paraíba

A condição de excluídos, vivida por grande parte da população camponesa do Nordeste, ao longo do processo de intensificação produtiva no campo, tem levado a uma busca de estratégias e articulações, entre as quais vem ganhado força a *proposta agroecológica*. No campesinato paraibano tem entrado em cena uma forte articulação entre camponeses, puxada pelas entidades sindicais com as associações de base, em diálogo com outros movimentos sociais rurais e entidades não-governamentais, estabelecendo um novo cenário, destinado a promover as potencialidades da agricultura familiar camponesa. Esses atores e instituições terminam por criar redes e movimentos, no interior dos quais a agroecologia surge como uma bandeira e como uma nova identidade para o movimento de produtores. Daqui surgem fatores que levaremos em consideração como relevantes para uma nova configuração produtiva dos territórios rurais⁵.

Ressalta-se que, historicamente, na região estudada, a organização não-governamental AS-PTA⁶ chegou, pioneiramente em meados da década de 90, propondo a alternativa agroecológica. No entanto, embora anteriormente essa perspectiva não tivesse sido abordada

meio ambiente, lesões e doenças profissionais e riscos aos consumidores (modelo baseado em técnicas intensivas em capital, adequadas aos padrões correntes de altos investimentos e acumulação capitalista).

⁵ O território, aqui, está sendo entendido como uma dimensão subjetiva que envolve conjunto de laços estabelecidos pela interação social num determinado espaço (Hasbaert, 2004; Schejtman e Berdegué, 2004 apud Abramovay, 2006).

⁶ AS-PTA – “Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar”. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1>. Acesso em 11/08/2007.

com o nome “agroecologia”, muito de sua lógica já vinha sendo pensado e praticado desde a década de 70, especialmente com os trabalhos desenvolvidos pelo PATAC⁷ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Lagoa Seca e Remígio.

Destaca-se que o início da mobilização da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) – que consiste na integração das organizações em torno da troca de experiências e metodologias, tendo como foco de ação a região semi-árida do Nordeste – coincide com a chegada da AS-PTA, mais especificamente nos municípios de Remígio e Esperança (Agreste da Paraíba). Nesta época, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, município situado também no Agreste, já apresentava uma pauta de ações muito dinâmica, bastante diferente da maioria dos sindicatos da região.⁸

Aos poucos, o exemplo de Lagoa Seca foi acompanhado por sindicatos de municípios vizinhos, e surgiu na região do Agreste da Paraíba o *Pólo Sindical da Borborema*. Uma agenda de atividades organizativas, visando não apenas o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico, mas, sobretudo uma reorganização nas formas de comercialização. O fortalecimento das ações do sindicato de Lagoa Seca e de sindicatos coligados consolidou o que alguns teóricos denominam de “novo” sindicalismo rural (SCHERER-WARREN, 2005), representado na região pelo *Pólo Sindical da Borborema*⁹.

A articulação do movimento sindical, quer dizer, do *Pólo Sindical da Borborema* com as das organizações não-governamentais, a AS-PTA com o PATAC, e com outras ONG's, no contexto da rede ASA-PB, em parceria com universidades, igrejas e instituições de pesquisa, dá um impulso para que se comece a encarar a importância das ações de cunho agroecológico, percebendo-se a dimensão territorial das ações desenvolvidas. Mesmo que antes, o PATAC já fizesse parte da Rede PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas – a presença da AS-PTA na

⁷ PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – atua no semi-árido da Paraíba com o objetivo de “fortalecer processos de experimentação e difusão de inovações tecnológicas e sócio-organizativas desenvolvidos por agricultores familiares a fim de construir uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para o semi-árido”. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=ongs&id=86>. Acesso em 11/08/2007.

⁸ Este sindicato esteve, na década de oitenta, marcado pela existência de uma oposição sindical que organizou em torno de si um conjunto de pequenos agricultores, conscientes de seu papel como camponeses, isto é, como agricultores familiares cuja reprodução depende do acesso aos recursos naturais e de sua sustentabilidade. Quando assumiram, no início dos anos noventa, passaram a desenvolver uma extensa pauta de atividades organizativas de apoio à agricultura camponesa. Enquanto isso, a maioria das entidades sindicais de trabalhadores rurais, no Estado da Paraíba e em todo o Brasil, desenvolve apenas atividades assistencialistas ligadas à saúde (consultas médicas, distribuição de medicamentos) ou de assistência previdenciária (documentação e encaminhamento de aposentadorias).

⁹ Sindicatos de Trabalhadores Rurais de dezesseis municípios compõem hoje o chamado *Pólo Sindical da Borborema*, que consiste em uma atuante rede de sindicalistas e lideranças do segmento da agricultura familiar camponesa no Estado da Paraíba. No Brasil, a estrutura da organização sindical no campo está dividida por entidades de âmbito municipal.

região tem sido considerada como fator muito importante para consolidar essa idéia. No que se refere à parceria, em especial, entre PATAC e AS-PTA, as ações foram sendo construídas conjuntamente, mesmo que as atuações de cada uma destas instituições tenham algumas diferenças de foco de ação. Nas regiões mais específicas de atuação da AS-PTA (o Agreste, com foco na Micro-região de Esperança e nos municípios de Remígio e Solânea), o PATAC trouxe o programa de cisternas e fundos rotativos; e, nas áreas mais específicas de trabalho do PATAC, (o município de Soledade, e a micro-região do Cariri), a AS-PTA trouxe a idéia metodológica da *transição agroecológica*.

Ainda no contexto das articulações, o entrosamento com o MST – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra veio bem mais tarde. Esse aspecto contribuiu para que a introdução da agroecologia em assentamentos começasse mais tarde também. Isso, em parte, porque o PATAC e a AS-PTA iniciaram seus trabalhos nas áreas de agricultura familiar tradicional. Seu sucesso nesta região se deve, em grande parte, à articulação do Pólo Sindical. Foi o Pólo Sindical, através dos sindicatos de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que abriu o acesso às suas bases para o trabalho de assessoria das organizações não-governamentais. Isso também explica porque as organizações não-governamentais não tiveram o mesmo êxito em áreas úmidas, como a micro-região do Brejo Paraibano, nos municípios de Areia, Alagoa Grande, Pilões e Serraria. Tal região, anteriormente ocupada por grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, que haviam sido engenhos de açúcar e até bem recentemente fornecedoras das usinas e destilarias de álcool, sofreu um intenso processo de divisão da propriedade e de criação de assentamentos rurais. No entanto, aqui não está se desenvolvendo, no mesmo ritmo e na mesma intensidade, a proposta agroecológica. A razão tanto se deve ao fato da inexperiência destes novos camponeses, que até bem pouco tempo tinham sido assalariados da cana, como da inexistência de sindicatos voltados para a perspectiva da agricultura familiar camponesa.

Este fato nos permite defender a idéia de que a reconfiguração dos territórios rurais no Nordeste do Estado da Paraíba se deve, sobretudo, à ação coletiva dos próprios trabalhadores, organizados em seus sindicatos. Sem este instrumento, a reconfiguração dos territórios permaneceria sem uma dinâmica própria, ou apenas de forma limitada. As organizações não-governamentais têm tido um papel dinamizador imprescindível, dada a complexidade da proposta agroecológica, mas nada seria possível, nas dimensões atuais, sem uma efetiva participação dos próprios trabalhadores na direção do processo. Daí o papel determinante das direções sindicais, identificadas com a perspectiva da agricultura familiar camponesa, neste processo de reconfiguração produtiva dos territórios rurais.

Nesse momento importa salientar que, embora o principal ator envolvido no processo de construção do conhecimento agroecológico na região tenha sido o camponês “tradicional” (o produtor familiar que há diversas gerações habita o mesmo local), o crescente envolvimento de agricultores que foram assentados pelo programa de Assentamentos Rurais do INCRA, tem contribuindo para a construção de um novo perfil para o campesinato local. A questão é que a luta pela terra persiste, conforme afirma Wanderley (2006; p. 9):

No esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (...) supõe muito frequentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais.

Essa mobilidade vai moldando diferentemente os espaços rurais, contribuindo, junto a outros fatores, para uma dinâmica diferente das encontradas em países como a França e Canadá. As áreas ocupadas pelos assentamentos são áreas nas quais se tenta reconstruir as bases da vida social local, revalorizando o meio rural como lugar de trabalho e de vida, especialmente representada pelo encontro com a terra, reivindicação pela permanência ou retorno à mesma (WANDERLEY, 2000).

4. Configuração produtiva

Novas práticas produtivas vêm sendo estabelecidas e novas atividades vêm envolvendo o ambiente camponês, contribuindo para a sua caracterização e para uma dinamização territorial.

Quanto à dinâmica produtiva na agricultura, esta passa a envolver características de manejo dos recursos naturais coerentes com a sustentabilidade do agroecossistema¹⁰ que, segundo Altieri e Nicholls (2005), centra-se na busca em torná-lo o mais próximo possível do natural, e, com isso, possibilitar um ambiente mais equilibrado. A lógica produtiva associada à postura ecológica está na complementaridade, resultante das combinações de culturas, vegetações e animais presentes no local. Ou seja, na importância da biodiversidade, de forma a possibilitar a regulação biótica, que é “a regulação do crescimento de populações de organismos por outros organismos e tem grande importância no controle de todo tipo de

¹⁰ Agroecossistema significa um “trozo de naturaleza que puede ser reducido a una última unidad con arquitectura, composición y funcionamiento propios y que posee un límite teóricamente reconocible desde una perspectiva agronómica, para su adecuada apropiación por los seres humanos” (MOLINA, 2004).

explosão populacional de qualquer organismo que se converter em praga, sejam esses microorganismos insetos, mamíferos ou plantas¹¹” (GUTERRES, 2006; p. 66). Esse aspecto fortalece a crítica ao modelo intensivo em agroquímicos na medida em que pesquisas vêm demonstrando que o uso de agrotóxicos na agricultura, não apenas eliminam os organismos daninhos à lavoura, como também os organismos predadores, que favorecem o equilíbrio natural do agroecossistema, quando não propiciam a aparição de organismos mais resistentes, tornando as lavouras cada vez mais dependentes dos agrotóxicos e contribuindo para o desgaste dos recursos naturais.

Sem dúvida “a diversidade aparece como um valor para a agroecologia” (ALTIERI e NICHOLLS, 2005), contribuindo para a sustentabilidade agrícola; melhoria no uso dos recursos naturais (uso eficiente dos recursos); e, por conseguinte, possibilidade de reduzir os riscos ambientais e econômicos para o agricultor. O agroecossistema com um desenho mais próximo do natural é apontado como aquele que tem maior capacidade de reverter impactos adversos das atividades produtivas (ou seja, maior capacidade de resiliência¹²). A questão é que, quando se tem capacidade de reverter esses impactos, maior a aptidão para a sustentabilidade. Segundo Molina (2004), um agroecossistema sustentável tende a ter um alto nível de autonomia para a sua reprodução. Essa autonomia está diretamente relacionada à presença de heterogeneidades, e inversamente à presença de ambientes simplificados. Ou seja, tanto mais sustentável será um sistema quanto mais se explorem os sinergismos e as complementariedades.

Do que foi expresso, a agroecologia pode ser vista como uma prática produtiva, que valoriza os elementos vitais para o equilíbrio do agroecossistema, de modo a minimizar as externalidades negativas que se desenvolvem pela agricultura intensiva.

Outros aspectos que vem contribuindo para configuração produtiva da agricultura familiar, também presentes em ambientes agroecológicos, são: a diversidade de atividades produtivas, que podem ser realizadas pela família camponesa¹³, e a diversidade de funções

¹¹ Segundo Guterres (2006; p. 66), em todos os grupos de organismos existem espécies potencialmente pragas (organismos fitófagos e parasitas no geral), com taxa elevada de reprodução e propagação. Por outro lado, há predadores naturais que são animais que se alimentam de outros animais (reguladores biológicos ou organismos benéficos).

¹² Resiliência traduz-se na capacidade do sistema de absorver os efeitos de perturbações graves (secas, inundações, quebras de colheitas, etc.), retornando ao estado de equilíbrio ou mantendo o potencial produtivo (PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002).

¹³ Existem hoje, no campo, atividades complementares às atividades agrícolas que são desenvolvidas pelos membros das famílias de forma temporária ou não e que tem contribuído como estratégias para assegurar a sobrevivência da família e sua reprodução futura, não podendo ser vistas, portanto, como um processo de saída da agricultura (WANDERLEY, 1996). Sobre essa temática ver também: Scheneider (2003).

atribuídas aos estabelecimentos rurais¹⁴. A questão é que na busca por melhorias os camponeses passam a focalizar não apenas no espaço agrário, mas também nas diversas oportunidades geradas por distintos setores inseridos no contexto. Isso não pode ser visto como uma descaracterização do campesinato, mas como estratégias de manutenção do mesmo. Conforme enfatizam Santos, Meneses e Nunes (2005; p. 484), apesar do mito que afirma o contrário, os camponeses não são impermeáveis a mudanças, desde que minimamente aceitáveis. “Eles não são conservadores por obstinação, querem simplesmente manter o melhor do pouco que tem”. Sendo assim, pode-se pensar o campesinato e a identidade de camponês, levando em consideração suas características básicas, não como realidades acabadas ou com conceitos rígidos e tradicionais, mas como algo em construção ou reconstrução, na medida em que a sociedade envolvente está em constante mudança. Seguindo esse raciocínio, decorre também a idéia de que o campesinato não está, nem precisa estar isolado para se constituir como tal. Ou seja, os espaços locais apresentam laços de sociabilidade, que decorrem dos laços de família, de comunidade, do sentimento de pertencimento, dos acontecimentos sociais, mas também das relações que se tem com espaços sociais mais amplos. Na busca por melhorias no rural, focaliza-se não apenas no espaço agrário, mas também nas diversas representações setoriais e na conectividade entre lugares que apresentem potencialidades, e de certa forma, também problemas interligados. Fortalece-se o processo de mobilização social e construção de redes de relacionamento territoriais.

5. Das articulações à construção de novas dinâmicas produtivas

Na Paraíba, as novas práticas produtivas, características de ambientes agroecológicos, têm se expandido a partir das experimentações realizadas pelos agricultores, com apoio de diversas entidades e agentes mediadores. Aqui, a mobilização em torno de troca de saberes vem facilitando a divulgação de técnicas e criando rede de intercâmbios que ultrapassam os limites de uma comunidade. O território passa a ser, agora, uma dimensão ampla, caracterizado por dinamismo social e interesses comuns.

¹⁴ O ambiente rural não está vinculado apenas à produção de alimentos e outros bens agrícolas. Existem outras atribuições que podem ser exercidas no mesmo espaço, que vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores. Como exemplo, destaca-se a função de proteção ambiental, fornecedor de estrutura para o turismo rural, manutenção de paisagem ou habitat, entre outros. Dentre inúmeros pesquisadores da área e trabalhos importantes na área, nem sempre com os mesmos olhares, cito duas referências: Graziano da Silva e Campanhola (2000); Carneiro e Maluf (2003).

As articulações em torno das experiências e práticas produtivas vem se apresentando, em especial, através da realização de eventos, encontros, festas, visitas de intercâmbio... Construindo ações coletivas que articulam diversos atores (camponeses, consumidores...) e instituições (governamentais, não-governamentais, de pesquisa...). Estas estratégias vêm propiciando uma maior socialização e troca de experiências entre agricultores de diversas áreas, entre estes e técnicos, cientistas e mediadores, bem como entre eles e consumidores e a população rural e urbana em geral. A agroecologia surge, então, como um conjunto de técnicas, não valorizando apenas o que vem de fora, mas também valorizando o que é desenvolvido desde as experimentações e as dinâmicas de intercâmbio de saberes.

Como ressaltado por técnicos e pesquisadores entrevistados, a dinâmica pode ser resumida da seguinte forma:

- 1°. O agricultor experimenta, sistematiza a experiência e as divulga, por exemplo, recebendo agricultores em sua propriedade.
- 2°. Outros agricultores, vendo resultados, são motivados a também experimentar, fazendo as adaptações necessárias ao seu contexto. (agricultores de uma região mais úmida pode ter acesso às experiências desenvolvidas em regiões mais secas. Mas que, a partir do contato com estas experiências, passa a ter uma noção de adaptação para a sua realidade).
- 3°. No momento em que a reflexão vai se dando em torno das experimentações, há a multiplicação das experiências e novas adaptações vão sendo criadas.
- 4°. Forma-se o contexto de uma dinâmica produtiva apreendida numa dimensão territorial → Agroecologia na prática.

6. Exemplo de temas mobilizadores das ações para a transição agroecológica

Para entender como a agroecologia tem se desenvolvido no Estado da Paraíba, importa lembrar que grande parte do rural nessa região está em áreas consideradas semi-áridas (cerca de 80% da superfície do estado). Assim, são áreas que apresentam algumas limitações decorrentes da irregularidade pluviométrica, que leva aos períodos de fortes secas. Recentemente, novas técnicas, de convivência com esse ambiente, e novas estratégias estão sendo desenvolvidas, tornando-se temas mobilizadores das ações para a transição agroecológica na região, cujos exemplos podem ser expostos resumidamente a seguir.

Como primeiro exemplo, pode-se destacar a construção de cisternas para coleta de água da chuva. Alternativa tecnológica iniciada a partir de experimentações mais localizadas,

que foi criando visibilidade e dando espaços para, através do diálogo entre diversas organizações e mediadores, com participação das organizações de pesquisa e universidades, se transformarem no eixo de um programa maior que resultou na construção de mais de 200 mil cisternas, contando posteriormente com o apoio do governo. Aqui, se tem o exemplo de como as ações mais localizadas puderam, a partir das mobilizações e de sua divulgação, dialogar com as políticas públicas.

Um segundo exemplo está na luta pela valorização das Sementes da Paixão¹⁵ e criação de Bancos de Sementes Comunitários (BSC)¹⁶. Como ressaltado nas entrevistas: na concepção agroecológica, semente é um patrimônio da humanidade. Ela vem sendo melhorada pela prática da agricultura, ao longo dos séculos, por anônimos. Então ela precisa ser, não só de domínio público, mas visto como patrimônio. O debate nesse sentido tem sido articulado de forma participativa e questionamentos têm sido feitos aos processos e critérios do programa oficial de sementes (desde a insuficiência nos volumes colocados à disposição até a qualidade das sementes oferecidas, de baixa capacidade de adaptação as condições locais). Aqui também tem se percebido o diálogo com as políticas públicas na medida em que, a partir do ano 2000, foi colocado o Programa Especial de Fortalecimento e Ampliação dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC). Neste, o governo contribuiu para a composição dos estoques de 220 BSC, em 55 municípios do Estado, permitindo o fortalecimento de organizações comunitárias e beneficiando diretamente 6.900 famílias (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002 *apud* PETERSEN, SILVEIRA e ALMEIDA, 2002; p. 75).

Além do exposto, organizações locais, junto com o Pólo Sindical e assessorias de ONGs, vêm organizando feiras agroecológicas (como as feiras municipais de Remígio, Solânea, Esperança e Massaranduba e a feira regional de Campina Grande), possibilitando melhores condições de inserção dos agricultores no mercado. Nesse contexto, estratégias vêm sendo construídas em torno da certificação dos produtos agroecológicos. A não utilização dos selos de garantia, devido a muitos dos custos atribuídos a eles, demandou-se outras formas de diferenciação do produto, face aos vendidos nas feiras convencionais. Como meio de contornar a ausência de certificação formal, práticas alternativas têm sido adotadas, a exemplo

¹⁵ Correspondem às variedades de sementes locais, cultivadas e melhoradas através das gerações de agricultores a partir das suas experiências, adaptadas às condições ambientais e culturais, bem como as preferências de consumo das famílias. Em especial, na Paraíba, tem sido comumente denominada de “Semente da Paixão”.

¹⁶ Os bancos de sementes foram criados pelas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base - como estratégia para permitir os camponeses, depois de uma seca, poder plantar nas primeiras chuvas sem ter de esperar as sementes do governo. É uma forma de preservar a biodiversidade e um exemplo de como o saber dos camponeses foi preservado, pela experiência em se selecionar, em campo, as sementes mais produtivas.

da chamada certificação coletiva ou participativa. Esta certificação consiste nos trabalhos conjunto dos agricultores e mediadores, que incentivam visitas dos consumidores aos estabelecimentos, proporcionando maior contato deles com o ambiente de produção.

7. Considerações Finais

A idéia de sustentabilidade é incorporada ao sistema valorizando-se a não-dependência em face de insumos externos, partindo da idéia de que cada região tem seu potencial próprio, assim como um conhecimento compartilhado pelos camponeses, bem como os elementos naturais que possibilitam o desenvolvimento. Com isso, quebra-se a lógica da dependência em relação a fatores externos, lógica que se impunha diante de uma suposta realidade, agora relativizada, que veiculava a idéia de que sempre seria necessário importar, porque o que se tinha não seria adequado.

No entanto, como exposto por técnicos de organizações que trabalham a agroecologia na região, não há como dar um certificado definitivo e dizer: *essa propriedade ou esse produtor é agroecológico!* Também não se pode dizer que em determinadas áreas não existe uma experiência válida e complexa em agroecologia. Compreende-se que, o que existe é um processo em construção, a elaboração de um modelo para a região. Não se diz que se trabalha com comunidades ou propriedades agroecológicas, mas com famílias ou comunidades que estão *em processo de transição agroecológica*.

Trata-se de um processo aberto, inovador, plural. No entanto, há regras. Não dá para aceitar, por exemplo, que numa propriedade haja uma cisterna ecológica, e não se tenha a preocupação de evitar a dependência de insumos, não se valorize a semente crioula, e se enverede por uma perspectiva do agronegócio, visando apenas a produtividade em base a insumos industriais. Como foi assinalado por especialistas da área: o conjunto da propriedade tem que estar em concordância com todo o contexto da agroecologia.

Pelo exposto, vínculos territoriais vão sendo criados a partir da prática de visitas de campo e troca de experiências entre camponeses agroecológicos de distintas regiões, permitindo a construção de elos em torno de uma mesma perspectiva e de identidades que superam as diferenças geográficas. A questão é que, se de um lado a perspectiva agroecológica apresenta uma dimensão social, representada pelos aspectos descritos acima, também se insere numa *dimensão política*. Essa dimensão envolve as relações sócio-políticas, quer dizer, organizacionais, em torno da agroecologia e da agricultura familiar camponesa. Todo o processo se fortalece e se nutre da construção de redes que contribuem para

fortalecimento de novas identidades, de estratégias produtivas comunitárias, de novas formas de organização, que fortalecem os vínculos em torno de novas questões.

Vale salientar que vem sendo construído um “novo” que não esvanece, antes reforça, problemas não resolvidos: a “antiga” questão da luta pela terra. O acesso a terra é um fator importante para melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e alcance da perspectiva agroecológica. Isso demonstra que a questão fundiária é uma questão antiga e coloca a agroecologia igualmente como envolvendo um movimento de luta pela terra. Uma das agricultoras entrevistadas ressaltou:

Já cresci 95% do que eu era, quando eu não tinha terra, para hoje. Quando eu não tinha terra, eu tinha 5% de hoje, e hoje eu já cresci 95% [...] a terra é que trouxe tudo isso [...] passei três anos acampada, mas valeu à pena [...] agricultura é muito boa, tem por certeza ter o pão que vem da agricultura (da mãe terra) [...] pela terra vêm todas as coisas boas (Pesquisa de Campo – PB, 2006).

Os vínculos construídos na região, numa dimensão que ultrapassa os limites de uma comunidade específica, vêm possibilitando o surgimento de novas relações produtivas, bem como a valorização de espaços, antes inexplorados. Destaque-se também uma mudança na atitude de gênero e de geração: tem crescido o envolvimento de jovens, mulheres e idosos. Tendências que também não podem ser super-dimensionadas. As ações estão longe ainda de atingir o conjunto da agricultura familiar da Paraíba, pois nem todos os produtores das comunidades envolvidas, assim como nem todas as comunidades rurais da região estão entrando nessa lógica. Dentro do amplo setor da agricultura familiar há ainda amplos segmentos que ainda não entraram em contato com a proposta agroecológica.

Contudo, é patente o fato de que, baseada na crítica à agricultura convencional, iniciativas em torno da agroecologia foram surgindo progressivamente por parte de grupos e organizações sociais diversas. Buscaram-se, através do fortalecimento dos valores culturais tradicionais, alternativas tecnológicas aos sistemas produtivos, antes enaltecidos, mas agora tidos como esgotados, poluentes, anti-econômicos e incapazes de promover a autonomia dos agricultores familiares (ALMEIDA, 2006). Se inicialmente, como exposto por Almeida, para algumas regiões do país a perspectiva agroecológica foi acompanhada de um elemento ideológico muito forte, com sérias restrições ao papel do Estado, as articulações sociais mais recentes, a exemplo das expostas aqui, vêm apresentando preocupação pela introdução de novas agendas políticas e facilidade de acesso às mesmas, apoiando suas estratégias na pressão em torno de políticas públicas adequadas, constituindo-se num novo modo de pensar o desenvolvimento territorial e acessar as políticas públicas. Pode-se afirmar, portanto, que,

nas condições políticas do Brasil de hoje, a *agroecologia* passa a ser um tema que permite fortalecer a luta contra o Estado, mas ao mesmo tempo com o Estado. Aqui, ao mesmo tempo em que se tem uma visão de oposição, pode-se trabalhar com a idéia de totalidade, pois como afirma Touraine (1996; p 166), pode-se pensar a sociedade, como:

Campo de relações sociais conflituais – que podem levar as rupturas políticas, ou, pelo contrário, ser negociadas e propiciar compromissos relativamente estáveis – e fazer com que deste modo se definam melhor os novos caracteres de uma sociedade que já não tem natureza, porque é toda ela o produto do trabalho que exerce sobre si mesma.

8. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. et al. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial**. Relatório Final, 2006. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2006/Relatorio_final_portugues.doc. Acesso em 26 de junho de 2007.
- ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Disponível em: <http://agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf>. Acesso em: 27/05/2006
- ALTIERI, M; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. 1ª ed. University of California, Berkeley. 2005. Disponível em: www.agroeco.org/doc/agroecology-engl-PNUMA.pdf. Acesso em 12/08/2007.
- BUTTEL, F. H. Sustaining the unsustainable: agro-food systems and environment in the modern world. In Cloke, Paul; Marsden, Terry e Mooney, Patrick H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. 213-230.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceitual para uma nova Extensão Rural**. In Word Congress of Rural Sociology, 10. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/13.pdf>. Acesso em 24/03/2005.
- CARVALHO, C. X. de; MALAGODI, E. A. **A perspectiva agroecológica: uma abordagem social**. In: Anais do 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro: UFF, 2006. CD-ROM.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro, uma análise nacional e regional**. Jaguariúna (SP), EMBRAPA/UNICAMP, 2000.
- GUTERRES, I. **Agroecologia Militante**: contribuições de Enio Guterres/ Ivani Guterres. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 184p.
- MOLINA, M. G. Bases teóricas de la Agroecología. In Seminário Agroecologia como Enfoque Científico para o Desenvolvimento Rural Sustentável. SAF/MDA, DATER. Brasília/DF, 18 de novembro de 2004. (Apresentação – CD ROM).
- OTTMANN, G. **Agroecología y sociología histórica desde Latinoamérica: elementos para el análisis y potenciación del movimiento agroecológico: el caso de la provincia**

Argentina de Santa Fé. Cordoba: Servicio Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2005. 204p.

PETERSEN, P; DIAS, A. (Orgs). **Construção do conhecimento agroecológico. Novos papéis, novas identidades.** Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2007.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L; ALMEIDA, P. Ecosistemas naturais e agroecossistemas tradicionais no Agreste da Paraíba: uma analogia socialmente construída e uma oportunidade para a conversão agroecológica. In Silveira, L; Petersen, P; Sabourin, E. **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do Agreste da Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002;

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. **Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo.** In Santos, B. de S (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (volume 4). Páginas 13 a 121.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura familiar.** Porto Alegre. UFRGS, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais.** Edições Loyola. 3ª Edição. São Paulo, abril de 2005.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor.** Instituto Piaget. Lisboa, 1996. 232p.

WANDERLEY, M. de N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, UFPR (2), 2000. Págs. 29 – 37.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro.** XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

ALDEIA NAZÁRIO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SERTÃO DO CEARÁ.



Estêvão Martins Palitot¹

Resumo

Neste trabalho, analisamos o processo de territorialização do grupo indígena Tabajara na aldeia Nazário, um assentamento desativado no município de Crateús. O restante dessa área encontra-se sob propriedade da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Serra das Almas, mantida pela Associação Caatinga, uma organização voltada para a preservação de áreas naturais através da compra por particulares. Neste campo de interação, estão em concorrência não só os recursos materiais, mas as próprias concepções de território, desenvolvimento, preservação ambiental e etnia, que os atores disputam de acordo com as redes de alianças locais e externas. Neste sentido, tomamos o processo de territorialização como campo de conflito e disputa de sentidos, passíveis de serem apreendidos a partir de um enfoque etnográfico, contribuindo para as reflexões sobre a definição de territórios e identidades.

Palavras chave: Etnogênese; Territorialização; Conflitos Socioambientais

¹ (PPGS/UFPB).

1. Apresentação

No início da década de 1990, a família Pereira², liderada pelas matriarcas Dona Tereza e Dona Mazé, foi uma das primeiras a assumir a identidade étnica indígena na periferia de Crateús/CE, no contexto das mobilizações populares incentivadas pela Igreja Católica. Sua identidade forjou-se através de determinados signos, com destaque para a origem na região da serra das Melancias e Tucuns³ e para a prática de religiões mediúnicas afro-indígenas conhecidas localmente como salão de cura⁴.

Em curto espaço de tempo, e com a mediação de missionários católicos, os membros dessa família passaram a integrar o movimento indígena mais amplo no estado do Ceará, identificando-se como povo Tabajara. Suas principais reivindicações se delinearão em torno de dois projetos: o retorno à área que consideraram como tradicional, a serra das Melancias e a construção de uma escola indígena. Desaparecido da literatura etnológica e ausente há muito da historiografia, o etnônimo Tabajara logra ressurgir através dessas famílias, que remontam sua origem aos índios fugidos das missões na serra da Ibiapaba. Um claro processo de *emergência étnica*⁵ tal qual o restante da mobilização indígena no Ceará contemporâneo.

Na última década, vários grupos egressos das organizações populares da igreja católica⁶ na diocese de Crateús passaram a reivindicar o reconhecimento étnico oficial como indígenas e a regularização de territórios urbanos e rurais. Na periferia de Crateús, em meio à

² Apesar de Pereira ser o sobrenome registrado oficialmente, a maioria dos membros da família é conhecida pelo apelido Zacarias, herdado do pai de D. Tereza e D. Mazé, Francisco Pereira da Costa, mais conhecido como Chico Zacarias.

³ Denominações locais para prolongamentos do conjunto orográfico da Serra da Ibiapaba, na divisa entre os estados do Ceará e Piauí.

⁴ Atualmente estas práticas rituais encontram-se desativadas e foram substituídas pelo toré, apreendido nos encontros de líderes indígenas. Este passou a incorporar diversos elementos das turimbas cantadas nos salões de cura e adquiriu feição própria, não sendo a mera reprodução de práticas, mas a reconstrução de performances rituais dentro de um processo histórico de significados em transmutação. Infelizmente, não temos espaço para abordar esta temática neste trabalho.

⁵ Apesar do desconforto e das ressalvas que os próprios antropólogos fazem ao utilizá-lo, o termo *emergência étnica*, assim como *etnogênese* (Banton, 1979; Gallagher, 1974; Goldstein, 1975; Sider, 1976), vem sendo os mais comumente citados na literatura especializada para referir-se aos processos de formação de grupos sociais politicamente organizados com base em alinhamentos identitários alicerçados no sentimento de origem comum, que os diferencia do resto da população de estados nacionais, principalmente aqueles cuja história está marcada pela colonização, escravidão ou importação de trabalhadores imigrantes. Para uma definição dos grupos étnicos como formas organizacionais veja-se Barth, [1969] 1998; Weber, [1921] 1991 e Cohen, 1969, 1974, entre outros.

⁶ Inicialmente foi institucionalizada na Diocese de Crateús a Pastoral Raízes Indígenas, que tem na figura da irmã Margareth Maufliet a sua principal animadora. Irmã Margareth atuava na região antes da criação da pastoral e foi o principal vínculo da diocese com as questões indígenas no Ceará, principalmente através da Associação Missão Tremembé, entidade composta por agentes sociais católicos mas, que não é institucionalmente vinculada à igreja, e que possui uma atuação bastante antiga junto aos povos indígenas no Estado (cf. Valle, 1993). Atualmente a Pastoral Raízes Indígenas foi substituída pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, órgão ao qual vincularam-se os membros da pastoral.

luta pela concessão de áreas para a construção de casas populares organizaram-se os primeiros grupos indígenas autodenominados Kariri, Tabajara, Kalabaça e Potiguara. Apesar de viverem na periferia da cidade, os líderes desses grupos mantêm contatos freqüentes e intensos com os seus familiares que ainda vivem na zona rural (sob várias condições de acesso e uso da terra) e, organizados a partir das ações da igreja, terminaram por estender essa rede de contatos e estimularam outros grupos a reivindicarem uma identidade indígena.

Alguns dos grupos indígenas urbanos iniciaram um processo de retorno a zona rural, seja através da compra de terras, como a família Lira (Tabajara), que foi para o município de Quiterianópolis, ou da ocupação de um assentamento abandonado do INCRA, o Nazário, como é o caso dos Tabajara da família Pereira, por nós estudados neste momento. Ainda assim, outros grupos familiares permanecem na zona urbana de Crateús e não parecem dispostos a sair de lá, como a família Tabajara-Kariri do bairro Maratoã.

No ano de 2003, os Tabajara (família Pereira) começaram a se organizar com o intuito de ocuparem o assentamento Nazário, de propriedade do INCRA e conhecido na região pelo estado de abandono em que a maioria dos parceiros o haviam deixado. Tido pelos Tabajara como parte do seu território tradicional na serra das Melancias, o Nazário constituiu-se então numa área estratégica para o movimento indígena de Crateús. Movidos pelas más condições de vida na Vila Vitória, periferia de Crateús e pelo abandono do assentamento pelos colonos, decidiram ocupar o Nazário e reivindicar a sua demarcação como terra indígena pela FUNAI:

Essa terra que estamos de volta, é a terra tradicional do nosso povo, nossos avô. A Serra das Melancia, porque a Serra das Melancia hoje está ocupada pelos americanos né? Mas tem a vizinha que é num corpo só. A Serra das Melancia, com a Serra do Nazário é um corpo só, aí tem uma divisa: 5.000ha está com os americanos e (cinco mil e oitocentas poucas hectária é do INCRA) que o INCRA comprou pra botar colono, pessoas não indígena pra morar né? E nós Tabajara que estamos em Crateús, estamos se organizando e chegemo um censo de voltar pra terra. E que terra é essa? É a terra da aldeia Nazário, que o INCRA comprou né? E o pessoal que morava lá dos assentados do INCRA? Vieram tudo embora, saíram tudo e deixaram a terra desocupada. Vieram embora, porque não tiveram condição de morar, não tiveram apoio de sobrevivência. (depoimento de Cícero Batata, Líder Tabajara, em relatório da FUNAI sobre terras indígenas a identificar no Estado do Ceará in, Silva, 2004).

Podemos identificar na fala de Cícero Batata a constituição preliminar do campo de interação social que envolve a situação de territorialização das famílias Tabajara na aldeia do Nazário, a partir da enumeração dos atores e das agências presentes em relação: os índios, os colonos, o INCRA e os “americanos”. Esta última categoria é utilizada para identificar os agentes vinculados a Associação Caatinga (www.acaatinga.org.br), uma organização civil, proprietária e mantenedora de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN na Serra

das Almas, município de Crateús. Os principais recursos dessa organização são oriundos de uma empresa norte-americana de produção de ceras, a S. C. Johnson & Son, Inc., daí o epíteto de “americanos” dado pelos índios para os funcionários desta agência.

Em novembro de 2004 os Tabajara ocuparam definitivamente o Nazário, carregando seus pertences no lombo de animais e abrindo um olho d’água para o abastecimento das 15 famílias que se estabeleceram na nova aldeia. Assim como os indígenas da cidade de Crateús, uma escola já está em funcionamento, sendo mantida pela própria comunidade. Desenha-se um projeto de vida novo por parte dessas famílias, a partir da reconstrução de um passado indígena e da reivindicação de direitos territoriais ancorados nesta ancestralidade.

Esta proposta de pesquisa visa analisar o processo de territorialização do grupo étnico indígena Tabajara na aldeia Nazário, município de Crateús. Entendemos enquanto processo de territorialização a ocupação do assentamento desativado do Nazário por parte de um conjunto de famílias autoidentificadas como Tabajara, oriundas da periferia de Crateús, que afirmam serem estas terras parte de seu território tradicional na serra da Ibiapaba, para o qual reivindicam a demarcação pela FUNAI enquanto Terra Indígena. O restante desse território encontra-se sob propriedade da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN da Serra das Almas, mantida pela Associação Caatinga, uma organização voltada para a preservação de áreas naturais através da compra por particulares. Assentamentos, terras indígenas e RPPNs são distintas figuras jurídicas de apropriação territorial no Brasil, formuladas em períodos históricos específicos e cada uma correspondendo a diferentes perspectivas de ação do estado, respectivamente a reforma agrária, o indigenismo e o ambientalismo, que engendram diferentes correlações de forças nos campos sociais locais e extra-locais de definição do território, de suas possibilidades de uso econômico e função social. Neste campo de interação e luta, estão em concorrência não só os recursos materiais, mas as próprias concepções de território, produção, desenvolvimento, preservação ambiental e etnia, que os atores manipulam de acordo com seus interesses e redes de alianças locais e externas. Neste sentido, tomamos o processo de territorialização como campo de conflito e disputa de sentidos, passíveis de serem apreendidos a partir de um enfoque etnográfico, contribuindo assim para as reflexões sobre definição de territórios e sobreposição entre unidades de conservação e populações “tradicionais”. Conheçamos agora a situação do Nazário e dos seus habitantes indígenas.

2. Etnogênese tabajara

Só a partir de meados dos anos 1980 é que a presença indígena no Ceará começa a ser notada, justamente pela mobilização dos índios Tapeba de Caucaia e dos Tremembé de Almofala. Apoiados por setores da Igreja Católica estes grupos dão início ao movimento que permite a revisão da história de apagamento das populações indígenas no Ceará. Já nos primeiros anos da década de 1990 e mediados pela ação missionária, outras etnias logram reivindicar reconhecimento político: os Pitaguary de Maracanaú, os Jenipapo-Kanindé de Aquiraz, os Kariri, Kalabaça e Tabajara de Crateús.

Assumindo e reivindicando sua origem na serra Grande, as irmãs Tereza e Mazé, assumem-se como índias Tabajara, num processo concomitante a luta pela aquisição de um espaço para construção de suas casas na periferia de Crateús. A Vila Vitória foi uma das primeiras ocupações urbanas organizadas pelas pastorais sociais da diocese de Crateús e nas suas três ruas a família Pereira pode reagrupar-se e fortalecer seus laços de sociabilidade.

Estes laços estavam fundados não só na intrincada rede de parentesco que une as irmãs Tereza e Mazé, com seus filhos, mas também Seu Doroteu, primeiro esposo de D. Tereza e pai de seus filhos. A separação entre D. Tereza e Seu Doroteu foi bastante amigável no passado sem existir ressentimentos da parte de ambos. Outro dado importante das relações estreitas entre os membros da família era o culto mediúnicico realizado por D. Tereza no Salão de Cura⁷ que mantinha em sua casa. Destes trabalhos espirituais participava toda a sua parentela, D. Mazé como sua principal auxiliar.

As festas e rituais eram momento de atualização da fé do grupo nos seres encantados e guias espirituais, de união familiar e de lazer e diversão, uma vez que eram bastante animadas e contavam com música e dança. A prática dos cultos mediúnicos no salão de cura não trazia prejuízo para a filiação católica dos membros da família e as irmãs Tereza e Mazé participavam das atividades pastorais desenvolvidas pela diocese de Crateús, tendo através destas tomado contato com os índios Tremembé e Tapeba que se mobilizavam com o auxílio da Igreja no litoral do Ceará.

Deste contato, resultou a adesão das irmãs à identidade étnica indígena, num mesmo movimento em que outras famílias de Crateús assumiam identidades étnicas específicas no bojo do movimento pastoral. Os trabalhos dos agentes pastorais com as camadas populares da região serviram como catalisadores de processos de reconhecimento e comunicação das

⁷ Modalidade culto afro-brasileiro aprendido por D. Tereza no Maranhão e Piauí e bastante difundido na região de Crateús. Sua principais entidades de culto são: orixás e encantados.



Sede da Associação dos Povos Indígenas de Crateús e da Escola Raízes Indígenas na Vila Vitória.

experiências sociais, criando um campo comum de interpretações e significados que afirmam a indianidade⁸ dos diversos grupos como da mesma natureza pela semelhança das suas memórias coletivas: a abundância proporcionada pelas terras originariamente livres, a exploração do trabalho pelos donos de terras e as relações de patronagem⁹, o êxodo rural movido pela perda das terras, a convivência nas periferias, o encontro com histórias de vida semelhantes na *caminhada* do movimento pastoral e do movimento indígena. Nesses momentos de encontro e reconhecimento começaram a se gestar experiências compartilhadas e projetos coletivos que têm informado novos significados e práticas para os sujeitos envolvidos, principalmente aqueles que dizem respeito a ser indígena e no que isto implica enquanto ação social.

O amplo leque de saberes e fazeres existentes na cultura local – os salões de cura principalmente – permitiu a criação dos nexos comunicativos das experiências passadas e das novas experiências do que é ser índio pelos sujeitos envolvidos nas emergências étnicas. Os missionários e outros agentes pastorais têm valorizado as apresentações de reisados, bumbas-meu-boi, romarias, salões de cura e danças de São Gonçalo tanto como formas de atrair as pessoas para ouvirem as mensagens de “libertação”, quanto como conteúdos culturais específicos e metaforizados dessas mensagens. A valorização da forma e do conteúdo das expressões culturais populares têm sido trabalhadas como parte do processo de emancipação dos grupos evangelizados pelos missionários (Martins, 1994). Foi exatamente este contexto de ressignificação de práticas e valores culturais que propiciou o contato com as expressões

⁸ Indianidade entendida como a idéia que os próprios índios fazem da sua atribuição étnica, algo no mesmo sentido que o termo negritude para as populações negras.

⁹ Sobre um caso específico de relações de patronagem em um povo indígena cearense (Tremembé) veja-se Valle, 1993 e 1999.

culturais da etnicidade indígena no nordeste, também incentivadas pela prática dos agentes pastorais (Arruti, 2002): o torém, o toré e a crença nas curas, nos rezadores, pajés e espíritos protetores indígenas.

Ao inserirem-se neste movimento, a família Pereira, agora povo Tabajara, passou a pleitear o acesso a direitos políticos e recursos que o estado destina às populações indígenas. O investimento político, social e cultural que os Tabajara vêm realizando na elaboração de identidades étnicas tem como principal objetivo o reconhecimento por parte do Estado de suas demandas de participação naqueles benefícios que chamamos de cidadania: moradias, condições de trabalho, acesso à educação e atendimento à saúde, entre outros. Revelando uma dimensão nova dos embates políticos, qual seja, a da formulação de identidades coletivas contra-hegemônicas que reivindicam o direito à diferença como condição de existência política e conquista de espaços na sociedade e nas ações do Estado (Silva, 2000; Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

A ocupação do Nazário em 2004, é uma das tentativas de materialização desse investimento coletivo na identidade Tabajara e é sobre ela que iremos nos debruçar mais detalhadamente agora. Procuraremos demonstrar a partir dos dados coletados em campo através da observação participante e da aplicação de um censo, os modos de vida e as expectativas sociais e culturais que o processo de territorialização no Nazário implicam.

Territorialização



D. Mazé exhibe ata de reunião e mapa feito pelo INCRA

A foto ao lado expressa a relação dos Tabajara com as terras do Nazário e o processo de territorialização que lá empreendem. Nela, D. Mazé segura um mapa descritivo do INCRA, com a localização do imóvel rural e uma recomendação do Ministério Público para que a FUNAI e o INCRA procedam a um acordo que garanta a ocupação do Nazário pelos índios.

Esta mobilização envolvendo diversas agências do Estado ocorreu a partir de 2002. Contando com o apoio do promotor de justiça de Crateús e da Missão Tremembé, os Tabajara procuraram o Ministério Público Federal – MPF, em Fortaleza. Nesta reunião, comunicaram a intenção de

ocupar os Oitis, uma localidade próxima ao Assentamento Nazário. Para isso solicitavam auxílio da FUNAI na construção de uma estrada até o local e o início do processo de identificação da Terra Indígena Tabajara.

Em 2003, os Tabajara conseguiram uma outra reunião no MPF, desta vez com a participação do INCRA e da FUNAI. Já neste momento a iniciativa era de ocupar o Nazário e conseguir a cessão dessa área do INCRA para a FUNAI, com o fito de constituir a Terra Indígena Tabajara. No entanto, havia um pedido concorrente por parte do IBAMA, que tinha interesse de que o Nazário, por ser vizinho à RPPN da Serra das Almas, viesse a ser transformado numa unidade de conservação. O resultado final desta reunião foi o comprometimento oficial do INCRA em reassentar os parceiros restantes em outra área e viabilizar junto com a FUNAI a ocupação da área pelos índios. São as atas e documentos destas duas reuniões que D. Mazé exhibe com tanto orgulho nas fotos acima.

Ainda em 2003, um Grupo de Trabalho da FUNAI, esteve na região de Crateús fazendo um levantamento prévio dos grupos indígenas e de suas demandas territoriais, cujo relatório já apontava para a mobilização dos Tabajara na ocupação do Nazário. No entanto, o processo de transformação do Nazário de assentamento em aldeia não foi tão pacífico assim, os últimos parceiros remanescentes não aceitaram a mudança do controle da área para a FUNAI – apesar da sua quase inexistência física em Crateús¹⁰ – e, muito menos, com a nova dinâmica política trazida pelos índios. A prática do toré também foi um dos motivos de discórdia, com acusações de feitiçaria. Desse modo, em uma reunião, realizada em 2004, no próprio Nazário, foi decidida a transferência das últimas famílias não-indígenas para outro assentamento na região. Apenas a família de Seu Gentil Clemente Mourão permaneceu morando no Nazário, por não apresentar oposição aos índios e por ser o morador mais antigo do lugar, desde a época dos primeiros proprietários.

O Nazário não corresponde à nenhuma das áreas de residência anterior das famílias Tabajara, mas é vizinha ao principal local que identificam como sua origem que é a serra das Melancias.

A Serra das Melancias foi o lugar dos nossos pais e avós. Lá tem as mangueiras, cajueiros, cemitérios, tudo plantado pelo o meu avô, plantaram também oiti, cajá, tamarindo, goiaba, ata, graviola, jaca e outras frutas, pé de café, canavial e das cacimbas até chegar nas melancias era só um plantio de coqueiro e mangueiral, casa de farinha na serra do cajueiro onde morava nossos avos paternos (...) Olho d'água cavado pelo nosso povo ainda hoje existe lá. Então a nossa família era

¹⁰ A situação da FUNAI no Ceará é bastante precária, existe apenas um Núcleo de Apoio Local - NAL em Fortaleza, com reduzido quadro de funcionários e nenhum posto indígena nas aldeias. Além disso, o NAL está subordinado à Administração Executiva Regional de João Pessoa/PB, contando com pouco poder de decisão.

toda lá, morando todos juntos. Nós perdemos as nossas terras porque foi chegando os posseiros cercando as nossas terras criando gado. **Ai nós não agüentamos viver como escravos e fomos saindo e ficando por perto dessas terras, tendo sempre contato com elas. Meus pais iam sempre visitar, apesar de não poder morar na terra. Até hoje a gente continua indo lá** (...) a serra das Melancias, é um corpo grande de terra que tem varias aldeamentos todos de uma aldeia só, tudo da família dos índios tabajara, então tem as cacimbas, serra das melancias, quebrada, São Luiz, Cajueiro, As Almas, Gameleira, Oiti, Carvaiada. Morro do Manbira, era o lugar de caçada, Trapiá, a serra da arapuca, era lugar de caçada do nosso povo. (...) Lá nesta aldeia Nazário era o lugar tradicional onde nossos velhos caçava. O nosso lugar de origem dos nossos velhos morar era a serra das melancias. (texto coletivo elaborado por D. Mazé, D. Tereza e Maria Helena Gomes, Crateús, digitado, sem data. Grifos meus).

Como a narrativa indica, a serra das Melancias é tida como o lugar que traduz um ideal de modo de vida, com abundância e uma densidade histórica na ocupação. Esse mesmo ideal é reforçado pelos locais de dispersão da família após a saída da área: Medonho, Queimadas e Tucuns¹¹. As estratégias de sobrevivência dos Tabajara sempre tiveram dois motes: permanecer próximos a serra das Melancias e manter-se unidos estabelecendo laços de cooperação e vizinhança, como o indica o movimento pela ocupação e edificação das casas na Vila Vitória¹². Dessa maneira, a proximidade dos membros do grupo familiar num mesmo território que lhes garanta condições de reprodução física e social é uma meta constante a ser alcançada e planejada, subjazendo a adesão a uma alternativa étnica indígena. Nesse sentido, familiares residentes nos Tucuns foram convidados a morar no Nazário e produzir naquelas terras, como é o caso de Seu Zé Zacarias e D. Francisquinha, irmãos de D. Tereza e D. Mazé.

O processo de territorialização indígena no Nazário caracteriza-se portanto, como um processo que envolve dimensões múltiplas de articulação política e simbólica. A viabilização étnica de um projeto coletivo se dá exatamente por que eles são processos classificatórios através dos quais os sujeitos organizam as suas relações sociais com base no sentimento de origem (Barth [1969] 2000). É este sentimento que está impresso nas estratégias de organização familiar dos Tabajara, sua incessante busca pelo retorno a um lugar de origem. Nesta busca, a assunção de uma categoria étnica, que também é jurídica e política, lhes permite acumular capital simbólico e social de modo a conseguirem empreender o processo de aquisição e ocupação de um território que vem significando como seu no correr dos últimos anos. Este esforço é direcionado para determinados aparelhos de estado (FUNAI e Ministério Público) que possam lhes garantir a posse deste território a partir do critério do pertencimento étnico, embaraçando as outras possibilidades de territorialização no Nazário a

¹¹ As narrativas a este respeito ainda estão sendo transcritas e constarão na versão final do artigo.

¹² Isto também não quer dizer que os conflitos intrafamiliares não existam, principalmente em torno da administração dos recursos conseguidos em nome do grupo.

partir de critérios como o direito ao trabalho subjacente à reforma agrária (INCRA) e o ambientalismo (IBAMA) presente na tentativa de se ampliar a área de conservação da RPPN Serra das Almas.

3. A Aldeia Nazário



Desnível entre as zonas ecológicas da Serra e do Sertão. Subida da serra dos Tucuns.

O Nazário é uma localidade rural situada no platô da serra da Ibiapaba, na região contestada pelos estados do Ceará e Piauí, na altura da cidade de Crateús/CE. Sua extensão é de 5.892,649 hectares. O trecho da Ibiapaba onde o Nazário se situa é conhecido como Serra Grande e as condições ambientais são caracterizadas por terrenos planos na chapada da serra, com presença de profundos cânions, formados por paredões rochosos verticais, conhecidos como *boqueirões*. A composição

dos solos é arenosa, propícios para o cultivo de milho, feijão e mandioca; clima quente, amenizado pelas altitudes compreendidas entre 500 e 700 metros, presença de nascentes e olhos d'água, que alimentam pequenos rios temporários, e vegetação de caatinga, com formações arbustivas e arbóreas mais proeminentes. A fauna é diversificada incluindo mocós, veados, mambiras¹³, juritis, macacos, tatus, cobras e até mesmo onças.

As categorias ecológicas locais distinguem as zonas de *Serra* das zonas de *Sertão*. A *Serra* é propícia para atividades de caça, coleta e alguma agricultura, uma vez que seus solos arenosos e a falta de grandes cursos d'água não favorecem a agricultura e a pecuária, que depende exclusivamente das chuvas, restringindo as possibilidades de concentração da ocupação. O *Sertão* é mais propício à agricultura e a pecuária, pois seus solos são mais argilosos e há a possibilidade de construção de açudes, dado o volume dos cursos d'água.

População

O Nazário possui uma população de aproximadamente 71 pessoas em 15 unidades familiares, ocupando 13 unidades domésticas. Esses dados foram colhidos por mim através de

¹³ Nome local para o tamanduá.

um censo aplicado na aldeia. Os líderes da comunidade estimavam a população em 92, número totalizado no mês de fevereiro quando três famílias haviam chegado provenientes de Crateús.

A maioria dos moradores autoidentifica-se como indígenas da etnia Tabajara (51 pessoas) seguidos pelos Kalabaça¹⁴ (10), Potiguara (09) e um descendente de índios. Dos 71 habitantes 36 são homens e 35 são mulheres. Esse número é flutuante, uma vez que as condições de acesso ao Nazário são bastante precárias e a maior parte das famílias deslocou-se da periferia da cidade de Crateús para lá nos últimos três anos, mantendo ainda diversas formas de interação com a cidade, como a propriedade das suas casas nas periferias. Alguns jovens em idade escolar e as pessoas que necessitam de tratamento médico podem passar de alguns dias até seis meses vivendo em Crateús retornando para o Nazário apenas nas épocas de plantio e colheita.

A dificuldade no acesso ao Nazário é um dos elementos que mais tem influenciado na dinâmica populacional da aldeia. Muitas famílias que migraram para lá nos anos anteriores, voltaram para Crateús, devido às longas distâncias a serem percorridas em busca de assistência médica, educação e mesmo o mercado. O único transporte regular para o Nazário é um caminhão, que faz a linha Jatobá Medonho a Crateús, que todo dia 05 de cada mês percorre os 10 quilômetros de estrada de área solta até o Nazário pegar os aposentados e as mulheres que recebem o bolsa-família do governo federal e os traz de volta no dia 07. Entre esses dois dias a aldeia fica quase deserta. É essa ida mensal à Crateús que permite às pessoas terem acesso à feira, comprarem remédios, receberem benefícios sociais e atendimento médico. Fora isso, apenas viajando à pé ou de animal até o Jatobá Medonho ou à Ibiapaba para se conseguir transporte regular no resto do mês.

Habitação

As condições de habitação no Nazário são precárias, existem treze casas de tijolos aparentes construídas pelo INCRA¹⁵, uma sede velha da fazenda, a escola – onde era o galinheiro e a casa de farinha. Não água encanada, nem saneamento. A energia elétrica até a semana em que estive lá era acessada a partir de uma gambiarra e um único medidor para todas as casas. O abastecimento de água era providenciado a partir do olho d'água existente

¹⁴ Os Kalabaça também se autodenominam de Kalabaço-Mereré.

¹⁵ Os índios falam que o projeto do INCRA previa mais de 70 casas para o assentamento.

dentro de um boqueirão de mais de 70 metros de profundidade, com uma bomba movida a energia elétrica puxada da casa de farinha.

As casas seguem todas o mesmo padrão, são feitas de tijolos, sem reboco, com muitas fendas e buracos utilizados para guardar objetos e armar as redes. Três casas são feitas de tijolos de adobe, barro cru seco ao sol, enquanto as outras com tijolos de oito furos. Todas são cobertas de telhas. A sede vela da fazenda é de taipa e a escola e a casa de farinha de tijolos.

Internamente existem cinco cômodos: uma varanda, dois quartos, uma sala e uma cozinha. A cozinha é bastante ampla, comportando um fogão a lenha em alvenaria e uma pia sem torneira, mas com uma saída para escoamento da água. Existem duas portas, uma na sala e a outra na cozinha e cada cômodo tem uma janela. Os telhados são altos e há bastante iluminação e ventilação naturais. Algumas casas possuem um pequeno quarto de taipa levantado nos fundos para o banho. E apenas a de seu Gentil, morador mais antigo do Nazário, possui um cômodo inteiro de taipa levantado, configurando-se numa extensão da cozinha.

O interior das residências é ocupado da seguinte maneira. Na varanda ficam as selas e arreios dos animais de montaria e carga, além de duas ou três cadeiras. Na primeira sala tem mais algumas cadeiras e geralmente um televisor ou rádio. São oito as casas que possuem antena parabólica o que permite que os televisores funcionem. Em muitas das casas a sala da frente também serve como depósito para a colheita de milho e feijão. Na cozinha, ficam geralmente uma mesa com cadeiras, os potes ou outro reservatório de água, um armário para louças e panelas e, em algumas residências, uma geladeira e um fogão à gás, embora a lenha seja o combustível mais utilizado. Nos quartos, há geralmente uma cama de casal e um guarda-roupa no primeiro quarto enquanto o segundo é utilizado para esticar a colheita de milho, feijão e jerimum. O abastecimento de água é providenciado nas costas dos animais de uma a duas vezes ao dia por cada família.

Em perspectiva, uma das casas do Nazário, a da família de Seu Chico Evaristo e D. Maria, de etnia Kalabaça.





Olho d'água que abastece a aldeia a partir de motobomba.



Índios e trabalhadores da Companhia Elétrica consertando a estrada para que o caminhão não atolasse na areia.



Atividades econômicas

As famílias residentes no Nazário vem desenvolvendo a agricultura familiar, produzindo exclusivamente gêneros alimentícios como milho, feijão e gerimum. Não plantaram mandioca este ano pois o preço da farinha esta muito baixo, o que não compensa o trabalho e o gasto com energia elétrica para a movimentação do maquinário da casa de farinha. O feijão e o milho também estão com baixa cotação, no período em que estive lá o valor de uma saca de 60 quilos na feira de Crateús era de R\$ 16,00, que descontando-se o frete de R\$ 5,00 por saca, sobrava R\$ 11,00 para o agricultor.

A criação de animais de pequeno porte complementa a alimentação familiar e o auxílio de cavalos, jumentos e burros para carga e transporte é indispensável. A caça é outra atividade essencial para o consumo de proteína animal, além de se constituir como esporte, prática de sociabilidade, quando dois ou três vizinhos saem juntos para caçar e revestir-se de conhecimentos profundos sobre o meio, o comportamento dos animais e as forças sobrenaturais que determinam a sorte do caçador.

Ao mesmo tempo em que é fonte de proteínas, a caça é também um esporte, um ritual e uma forma de reforçar os laços de sociabilidade entre os vizinhos que se convidam para caçar em duplas.

A renda de quase todas as famílias é complementada pela aposentadoria dos idosos e/ou pelos recursos de programas sociais do governo como o bolsa família e o bolsa escola, localmente chamados de “fome zero”, além do salário maternidade para as mães de recém-nascidos. Apenas uma residência não contava com nenhum tipo de auxílio oficial na complementação de sua renda.

Educação e saúde

Um dos sustentáculos mais firmes do projeto étnico indígena na região de Crateús são as escolas indígenas, instituídas por decisão e esforço das próprias comunidades indígenas, elas se beneficiaram do movimento de educação de base que foi durante décadas uma das linhas de atuação mais fortes da pastoral social na diocese. Sendo assim, rapidamente as escolas indígenas conseguiram reconhecimento oficial e seus professores passaram a desfrutar de salários e formação, bem como as escolas receberam material didático, permanente e de consumo, além de merenda.

No Nazário funcionam na sala de aula da Escola Raízes Indígenas. Esta escola tem seu núcleo gestor em Crateús, composto por diretora, tesoureiro e coordenador, mas sua estrutura física encontra-se dispersa pelas situações indígenas da periferia da cidade e no Nazário, constituindo 09 salas de aula, com professores que atendem o ensino infantil e fundamental, além da educação de jovens e adultos. O currículo da escola é diferenciado o que significa que além das disciplinas comuns são ofertadas outras sobre história e cultura dos povos indígenas da região. Existem três professores no Nazário: o casal Renato e Denise, ambos Potiguara, e Cícero Batata, Tabajara, filho de D. Tereza e a principal liderança do Nazário. As aulas preenchem todos os turnos e existem 60 alunos matriculados. De manhã é turma multisseriada de 1ª a 4ª série, à tarde 5ª série e reforço pela manhã e à noite a alfabetização de adultos. A merenda é um dos principais atrativos da escola para os alunos.

A situação de saúde no Nazário é das mais precárias. Primeiro não há saneamento e o abastecimento de água é feito de modo bastante improvisado. A água é coada e filtrada na maioria das casas. Existem diversas doenças crônicas e as equipes médicas, seja do município, seja da FUNASA não chegam até o local. Nestes três anos de residência das famílias indígenas apenas uma equipe de saúde do município foi até lá, uma única vez e os tratou mal, reclamando da dificuldade de acesso. A população é formada por significativa população idosa, que toma remédios controlados e que em situação de emergência não tem condições de recorrer a nenhum meio de transporte que não seja um animal de montaria.

4. Potencial de conflitos na situação do Nazário

A relação entre um grupo social e os elementos da natureza, em particular o espaço físico nunca é unívoca, não é determinada (tão somente) pelas condições ambientais e nem estática, representativa, de uma essência a-histórica. Pelo contrário, a constituição de

territórios pressupõe necessariamente que o espaço seja investido de uma ação humana criadora de significados, que sobre a natureza sejam elaboradas e trabalhadas situações, esquemas e símbolos. Este processo insere-se no movimento histórico e apenas a partir dele podemos remontar a “conexão de sentidos” existente sobre determinados espaços (Santos, 2000).

Em seu desenvolvimento, os processos de territorialização estão limitados pelas condições históricas disponíveis em cada situação. Desse modo, a interferência e o entrecruzamento das políticas territoriais promovidas pelo Estado atuam diretamente nas relações sociais que engendram realidades territoriais específicas.

Nas duas últimas décadas do século XX no Brasil, a mudança no cenário político decorrente do processo de redemocratização andou junto com uma série de mudanças de enfoques analíticos de temas clássicos das ciências sociais como a questão fundiária e questões étnicas e culturais, além da emergência da questão ambiental. Ao longo do processo político decorrido no último quarto do século, é possível identificar a institucionalização destas questões na esfera pública a partir da implementação de políticas, acompanhadas por uma redefinição de conceitos e categorias tanto no plano teórico quanto no plano jurídico.

Durante o processo de redemocratização, a emergência à arena política de grupos sociais que durante décadas foram alvo de políticas assimilacionistas e excludentes, como grupos indígenas e comunidades de quilombos, incluiu no âmbito da discussão fundiária brasileira grupos “não-camponeses”¹⁶, incluídos hoje na categoria jurídica de “povos tradicionais”. Ao incluir diversos grupos “não-camponeses” na problemática fundiária, o que alguns autores como Blomley (Blomley, 1989 *apud* Little, 2002) chamam de *outra reforma agrária*, a questão agrária no Brasil vai além do tema da redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro de um marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. A *outra reforma agrária* ganhou força e se consolidou no Brasil, especialmente no que se refere à demarcação de terras indígenas, ao reconhecimento e titulação de remanescentes de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas (Little, 2002).

Com relação aos povos indígenas, as áreas etnográficas do Nordeste (do Ceará ao norte da Bahia), Leste (Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia), Mato Grosso do Sul e Solimões (Amazonas) caracterizam-se por uma presença muito antiga das instituições coloniais e de processos de catequese e concentração das populações indígenas em territórios

¹⁶ Melhor seria dizer, ao invés de grupos não-camponeses, segundo nossa opinião, formas de campesinato organizadas a partir de critérios étnicos e culturais específicos.

específicos administrados por agências de contato, leigas ou religiosas. Tal associação, de fundo político, entre território e grupo indígena assume o papel de elemento fundamental na construção das identidades e organizações sociais dos povos submetidos a este processo. Da mesma forma, a sua inserção econômica nas frentes coloniais terminou por conformar um modo de vida camponês para esses grupos indígenas (cf. Amorim, 1970; Sampaio, 1995; Oliveira Jr., 2000 e Brasileiro, 2004), de tal sorte que o que mais caracteriza os conflitos fundiários indígenas no Nordeste é a sua inserção profunda nos conflitos entre camponeses e proprietários (Oliveira, 1994, p. vi).

As questões ambientais também passaram por uma mudança estrutural ao longo do mesmo período, migrando do âmbito de movimento social para uma gradual institucionalização de suas problemáticas e de seus temas tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito das políticas públicas governamentais. Assim como o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, os temas ambientais também foram incluídos no texto da Constituição Federal de 1988, tendo, inclusive, um capítulo específico dedicado ao meio ambiente, além de terem sido incluídos seus temas de forma transversal e sistêmica em todo o conjunto do texto constitucional. De tal modo, foram ampliadas as possibilidades de participação da sociedade civil nas decisões, garantindo espaços de discussão como as audiências públicas, e impostas restrições à racionalidade administrativa, passando a ser necessário levar em conta outros interesses políticos, sociais e econômicos organizados e representados na esfera pública.

Nesse contexto, uma das estratégias encontrada no âmbito da política ambiental estatal tem sido a criação de Unidades de Conservação (UC), baseado num conjunto de leis que objetivam disciplinar ou até proibir o uso dos componentes da biodiversidade por populações humanas (Brito & Câmara, 1998). De acordo com a lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as unidades de conservação no Brasil dividem-se em dois grupos com características específicas, sendo o primeiro as Unidades de Proteção Integral, que permite apenas o uso indireto dos recursos naturais (pesquisa científica, educação ambiental), não permitindo que populações humanas residem dentro da área, e o segundo, as Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (SNUC, 2000). É dentro deste segundo grupo que se encontram as RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

As RPPNs são áreas particulares destinadas a preservação ambiental, que contam com apoio oficial e são, geralmente, administradas por associações ou organizações não-

governamentais. Na área em estudo existe uma RPPN, a Serra das Almas, administrada por um consórcio que tem a Associação Caatinga como principal representante. Nesta área, adquirida de proprietários rurais há alguns anos, existe uma grande biodiversidade caracterizada pela transição entre os domínios ecológicos da *Serra* e do *Sertão*, cuja preservação é objetivada pela Associação, que mantêm na área centros de visitação e pesquisa, além de trilhas para passeios ecológicos. A instalação da RPPN alterou significativamente o conjunto das relações sociais na área com a retirada de moradores antigos das fazendas adquiridas e a proibição de atividades tradicionais como a caça e a coleta.

Enquanto zona de cruzamento espacial de diferentes modalidades de apropriação territorial e sistemas político-administrativos de estado, a região onde situa-se o Nazário e a Serra das Almas conforma-se a partir dessas influências múltiplas. A noção de *territorialização*, proposta por Oliveira (2004) como instrumental para o conhecimento dos povos indígenas postos numa situação de tutela pelo estado, revela-se fundamental no entendimento desses processos. Pois,

a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e o significado de suas manifestações culturais. Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (Oliveira, 2004, p. 22, grifos no original).

Num quadro político e institucional dominado pela presença do Estado e de seus agentes, onde “ser índio” também está condicionado a um status jurídico e à existência de organismos específicos de controle dessa população, assentimos que

A dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação é (...) a territorial. Da perspectiva das organizações estatais (...) governar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas (Revel, 1989b), definir limites e demarcar fronteiras (Bourdieu, 1980). (Oliveira, 2004, p.23)

Sendo assim, podemos afirmar que a noção de territorialização é

...uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse ato político – constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) – que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica. (Idem, p.23)

A idéia de territorialização nos faz pensar dentro de um quadro histórico determinado, onde a ação do Estado sobre os grupos sociais, circunscrevendo-os territorial e administrativamente, desencadeia a sua reorganização enquanto coletividades políticas, que elaboram identidades e formas de representação próprias, reformulando, inclusive, o seu universo cultural, principalmente, na relação com o meio ambiente, com o sagrado e com o passado (Oliveira, 2004, p.24). No tocante à identidade e à cultura

...As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções. (Idem, p.24).

No entanto, a situação com a qual nos defrontamos parece inverter um pouco os pólos de ação descritos acima, uma vez que o Estado entra como ator coadjuvante nos processos aqui tratados. Não é uma política de conquista ou consolidação de fronteiras, mas a redefinição de posições de classe e propriedade, desencadeadas pela mobilização de determinados atores sociais. O estado se decompõe nesse caso em seus aparelhos específicos: FUNAI, INCRA e IBAMA, não correspondendo a uma única postura ou ideologia. A intervenção desses órgãos e de seus agentes depende muito mais da capacidade de articulação política dos sujeitos diretamente envolvidos, em conseguir mobilizar as engrenagens administrativas a seu favor.

Assim, a territorialização toma um aspecto muito mais negociado, onde a definição de limites sociais e de governo é bem mais maleável do que a linguagem da burocracia deixa perceber e se dá em planos acessíveis de outros pontos de vista. A ocupação do Nazário, como faremos notar mais adiante, não custou grandes embates e rapidamente os índios efetivaram seu controle sobre a área. Sua regularização fundiária no entanto ainda é incerta uma vez que o INCRA não demonstra intenção de agir rápido, pois alega que o processo que instituiu o assentamento, desapareceu de seus arquivos. A relação com a RPPN Serra das

Almas é ambígua de parte dos índios, havendo lideranças que preferem não entrar em questão com a associação Caatinga, pois acreditam que possuem terra suficiente no Nazário, enquanto outra parte não abre mão de retornar para sua antiga área de ocupação, a serra das Melancias. Por seu turno, a FUNAI apóia a presença indígena no Nazário, mas enquanto o INCRA não encaminhar o processo, esta alega que não pode fazer nada.

Já a Associação Caatinga, afirma em seu website que desenvolve projetos educacionais e de desenvolvimento sustentável junto às populações de agricultores familiares no entorno do Reserva. Com o intuito de efetivar uma melhor proteção ao ecossistema local:

As UCs devem envolver as populações que vivem no entorno de forma ativa no processo de conservação, não apenas para que sirvam de "áreas tampão" ou de "amortecimento", senão para criar um berço de protagonismo para o esforço conservacionista e a implementação de iniciativas de desenvolvimento sustentável que incrementem a qualidade de vida e asseguram a viabilidade da UC em longo prazo.

Além de assegurar a viabilidade da RNSA em longo prazo, as ações desenvolvidas dentro desta abordagem assegurarão que a Reserva cumpra a sua função de contribuir ao desenvolvimento sócio-econômico sustentável do entorno e do bioma onde se insere. (www.acaatinga.org.br/projetos)

No entanto, ainda não há nenhum projeto desse tipo sendo desenvolvido com a comunidade indígena do Nazário. Desse modo, parece que o conflito fundiário entre os índios e a Reserva, resolveu-se numa modalidade de acomodação, dada à extensão da área ocupada pelos indígenas – quase 6 mil hectares. Contudo essa situação pode vir a ser rompida, sejam pelas atividades de criação e caça dos Tabajara, seja pelo interesse de expansão da RPPN para uma área ainda não regularizada, seja o início, a qualquer momento, do processo de identificação da Terra Indígena pela FUNAI.

5. Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org.) Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte. UFMG, 2000.
- ASSOCIAÇÃO CAATINGA. www.acaatinga.org.br acesso em 10 de outubro de 2004.
- BARRETO F.º, Henyo Trindade. Tapebas, Tapebanos e Pernas-de-pau: Etnogênese como processo social e luta simbólica. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. 1993.
- _____. "A Invenção multilocalizada da tradição: os Tapeba de Caucaia." Anuário Antropológico 96. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, pp. 103 a 111.
- _____. "Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste." In, OLIVEIRA F.º, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração no nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999, pp. 91 a 136.
- BANTON, M. "Etnogênese" in: A Idéia de Raça. Lisboa, Edições 70. 1979

- BARBOSA, Wallace de Deus. Pedra do Encanto: dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipã. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.
- BARTH, Frederik. "Grupos Étnicos e suas Fronteiras". In, POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. "A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas". In: O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa, Difel. 1989.
- COHEN, Abner.. Custom and Politics in Urban Africa. University of California Press. 1969.
- _____. "Introduction: the Lesson of Ethnicity". in: Urban Ethnicity. London Tavistock. 1974
- DANTAS, Beatriz Gois et. Alli. "Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico." In, CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) História dos índios no Brasil, 2ª ed., São Paulo: Cia. Das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998, pp. 431- 456.
- GALLAGHER, J. T. "The Emergence of an African Ethnic Group: the Case of the Ndendeuli. in: The International Journal of American Historical Studies. 7(1). 1974.
- GOLDSTEIN, M. C. "Ethnogenesis and Resource Competition among Tibetan Refugees in South India" in: DESPRES, L. (ed.) Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies. Paris, Mouton Publishers. 1975
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna." In, Feldman-Bianco, B. (org.) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. "A tradição como pedra de toque da etnicidade". Anuário Antropológico 96. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997. pp. 113-125.
- _____. "Etnogênese e Regime de Índio na Serra do Umã." In, OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa. 1999.
- _____. Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro, Contracapa, 2001.
- IBGE - CENSO 2000. www.ibge.gov.br . Acesso em 12 de junho de 2004.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. UnB, Série Antropológica n°322, Brasília, 2002.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo, Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq, 1988.
- _____. Indigenismo e territorialização; poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 1998. 310p.
- _____. "Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais." In, OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa. 1999. pp. 11-41.
- _____. E SANTOS, Ana Flávia Moreira. Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.
- _____. A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004 (1ª edição: 1999).
- PINHEIRO, Joceny (org.) Ceará: Terra da Luz, Terra dos Índios; história, presença, perspectivas. Fortaleza: Ministério Público Federal. 6a Câmara de Coordenação e Revisão. FUNAI; IPHAN/4a Superintendência Regional, 2002.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Gois (Orgs.). Documentos para a história indígena no nordeste : Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo : USP-NHII/FAPESP, 1994. 269 p.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento no Nordeste no final do século XVIII : aspectos demográficos da "cultura do contato". (Trabalho apresentado no GT

"História Indígena e do Indigenismo", no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú-MG, 1992).

_____. Comissão das borboletas. Fortaleza: Museu do Ceará/SEC. 2003.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SIDER, G. M. "Lumbee Indian Cultural Nationalism or Ethnogenesis" in: Dialectical Anthropology, 1. 1976.

SILVA, Crísthian Teófilo da. Políticas Culturais Indígenas e a Cultura Política do Indigenismo: Desconhecimento e reconhecimento oficial de grupos étnicos indígenas no Brasil contemporâneo. Brasília: Boletim Anual do GERI, Ano 4, nº 4. 2000. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/geri/bolet4.htm>. Acesso em 18 de maio de 2002.

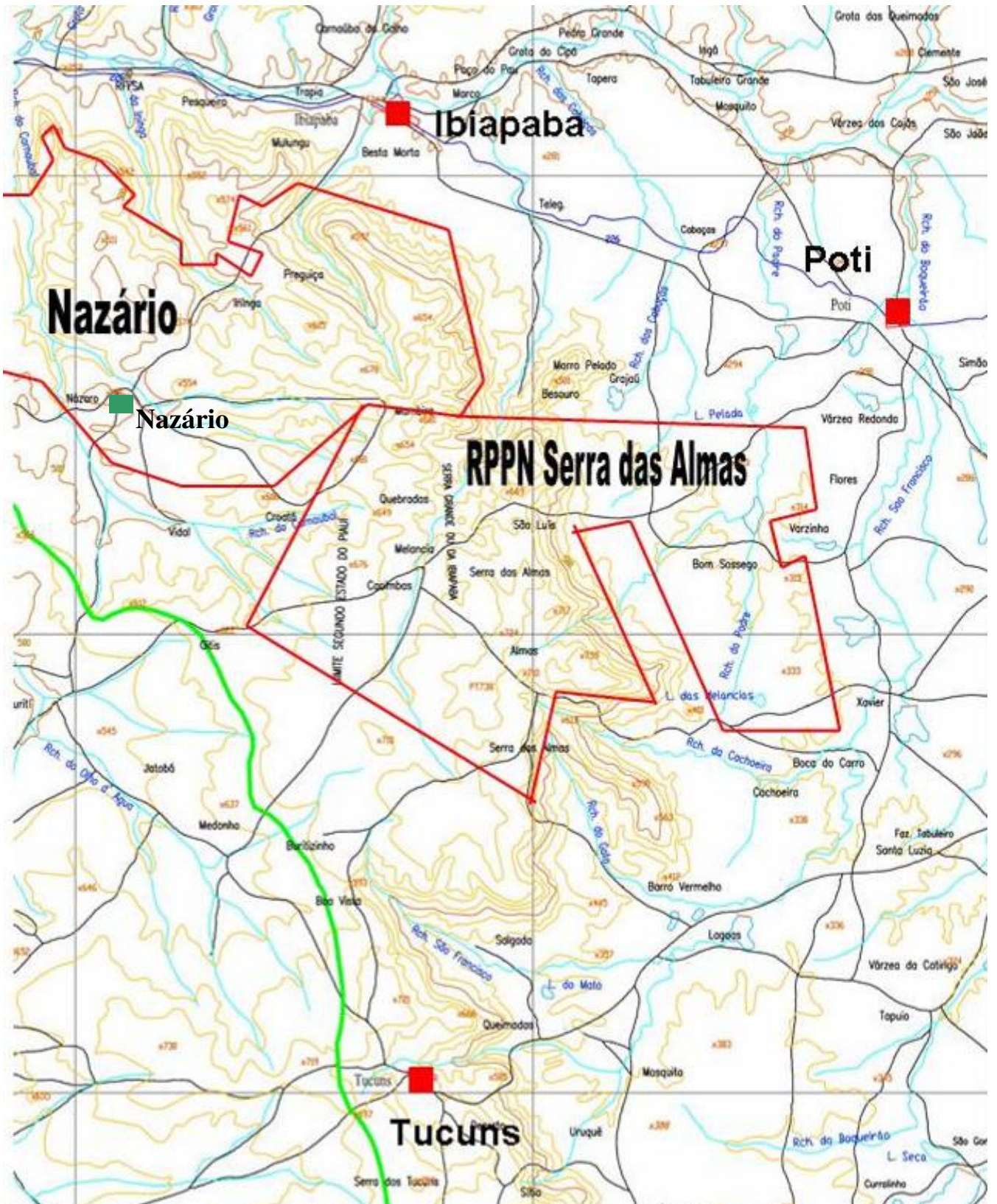
SILVA, Robson Cândido da. Relatório de levantamento preliminar das terras a verificar no estado do Ceará. FUNAI: Brasília. Digitado. Setembro de 2004.

VALLE, Carlos Guilherme do. Terra, Tradição e Etnicidade: os Tremembé do Ceará. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. 1993.

_____. "Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará." In, OLIVEIRA F.º, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração no nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contracapa, 1999, pp. 279 a 338.

WEBER, M. 1991. "Relações Comunitárias Étnicas". In: Economia e Sociedade, 1. Brasília, Unb.

ANEXOS - MAPAS



Mapa 1 – Delimitação aproximada das áreas do Nazário e da RPPN Serra das Almas, com a localização dos distritos de Tucuns, Ibiapaba e Poti, pertencentes ao município de Crateús.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

AMEAÇADOS E ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS DE ENGENHARIA

Erika Mesquita¹

Resumo

Propomos nesse trabalho a discussão sobre os ameaçados e atingidos por grandes projetos de engenharia e sua problemática, tendo em vista o conceito de arena de Elinor Ostrom (1990). Entendemos por grandes projetos, todos aqueles que envolvem grandes empreendimentos, como a construção de obras de infra-estrutura como: hidrelétricas, refinarias de petróleo e derivados, barragens, túneis, transposição de rios, usinas termoeletricas e nucleares, rodovias, etc., com a característica de serem empreendimentos de grande porte e que transformam a paisagem e a fisionomia social. A categoria de atingidos, que se apresenta ainda em aberto, se constitui em mais um grupo vitimizado pelo denominado desenvolvimento. Buscaremos compreender os aspectos ligados aos processos de modificação de suas realidades e a constituição de arenas para negociação de conflitos. Analisaremos as transformações que acometem essas populações, apresentando diversas facetas, das ambientais, sociais e principalmente culturais, em que abordaremos a perda simbólica para além de seus lugares e territorialidades que é a perda da memória coletiva de um determinado grupo social. Pensaremos sobre essa problemática tendo como enfoque os indígenas, principalmente, índios isolados que, também estão envolvidos na questão, compondo também a categoria de ameaçado ou atingido, no estudo de caso da prospecção de petróleo no Acre.

Palavras-Chave: Transformação Social; Barragens; Transposição

1. A dinâmica dos grandes projetos de engenharia na lógica capitalista

Uma das características do capitalismo é a mercantilização da vida. Praticamente tudo se transforma em um produto à venda. Dentro desse processo que está em curso atualmente, a globalização da exclusão em todos os âmbitos, é o resultado da globalização das medidas econômicas, que faz com que o padrão de vida e consumo, pregado como “ideal”, pela atual etapa do capitalismo consiga prevalecer. Crescem os excluídos, de poder de compra, de território, de condições básicas de vida e de seu lugar de memória em prol do desenvolvimento, um dos pilares do capitalismo.

Criam-se também os problemas ecológicos, e estes se mundializam, exigindo soluções internacionais, soluções estas simples: o primeiro mundo ou países desenvolvidos mandam seus lixos e indústrias poluentes para os países do terceiro mundo, do quarto mundo ou subdesenvolvidos, em troca, estes “países-lixões” recebem empréstimos do FMI, BIRD ou do Banco Mundial com juros menores. As indústrias para mascarar sua real intenção em solo

¹ Doutoranda IFCH/UNICAMP.

subdesenvolvido, que é de obter maiores lucros a custos menores, poluir e infectar com partículas tóxicas solo, águas e atmosfera, oferece além de tudo isso, algumas dezenas de empregos - muitos temporários - com pequenos salários, que os governos desses países, devido suas condições, os recebem de braços abertos. A poluição dos mares e da atmosfera, a degradação ambiental, a problemática da energia com sua poluição respectiva, sem falar nos armamentos, fez com que a humanidade, pela primeira vez na História, tivesse a partir da segunda metade deste século a capacidade de auto-extermínio.

As ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado e de sua percepção, mediado pelo industrialismo, sobre o ambiente. Giddens (2001) chama-as de um novo perfil de risco introduzido no mundo pelo advento da modernidade, no qual enumera um elenco específico de ameaças ou perigos característicos da vida social moderna. A possibilidade de guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global, crescente população de excluídos, além de inúmeras outras catástrofes globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante de perigos. Ulrich Beck (1992;1997) caracteriza a sociedade contemporânea como uma "sociedade de risco", isto é, uma sociedade dominada pela percepção de perigo iminente causado pela própria existência humana, onde emergem novos padrões cognitivos que orientam políticas públicas e que se estendem à vida cotidiana dos cidadãos comuns.

Bourdieu (1998) observa também que o mundo está entrando em uma nova era, a era da industrialização total, mas surpreendentemente e apesar deste processo de igualação dos modos de produção, sempre aparecem novas diferenças, novos modos de privilégio, de poder e discriminação. Paradoxalmente esta "igualdade" produz desigualdades, e desigualdades cada vez mais exorbitantes. Entra aí a questão cultural, a apropriação e nivelamento cultural dentro da reprodução da desigualdade social em um contexto de modernidade.

Pensando sobre este prisma, é pertinente dizer que assistimos a processos de divisão e exclusão social em culturas que exaltam a igualdade como valor social. Assim sempre estarão presentes os outsiders, e eles são considerados um problema.

Bourdieu apresenta indícios de que a exclusão cultural se concebe como algo intrínseco a sociedade atual. A banalização dos processos de exclusão é um fato que se torna, cada vez mais, pertinente e corriqueiro, como se fizesse parte realmente da vida social. Esses processos de exclusão não são necessariamente econômicos, o são também culturais, tornando mais emblemática a questão, pois a exclusão de âmbito cultural é menos notada a olhos nus do que a econômica. Assim em meio a esta etapa globalizante do capital, a cultura constitui um meio decisivo para a reprodução das desigualdades e de privilégios nas sociedades modernas. Mas

nem todos os povos são modernos no sentido ocidental do termo, e, mesmo assim, se tornam excluídos sofrendo com mecanismos provenientes da sociedade capitalista. O exemplo dessa exclusão é que muitos grupos sociais indígenas estão sendo deslocados forçadamente por conta de implantação de grandes projetos², de suas terras e de seus lugares, levados para outro, no qual, estão perdendo, a ligação emocional e simbólica com seu passado e memória. Esses atingidos ou afetados por essa grande indústria da exclusão constituem nosso enfoque.

Em grandes projetos, além das transformações ambientais geradas, esses empreendimentos também representam a perda de terras por um grande contingente de famílias, aumento das invasões de áreas do entorno no caso de estradas ou esvaziamento das mesmas, no caso de barragens, com a saída do povo do campo em busca da fantasia dos empregos gerados pelo empreendimento, aumento da pobreza, aumento dos fluxos migratórios para as cidades e desestruturação social, econômica e ambiental de famílias rurais, indígenas e ribeirinhas. Esses são alguns dos eventos que encontramos resultante da construção de grandes projetos de engenharia. Além dessa tragédia social, temos a cultural, caracterizada com a exclusão de seu lugar e a transfiguração da memória coletiva.

Essas representações da memória apresentam-se inscritas na materialidade e também no quadro social da memória³. Nos lugares, a memória encontra seus pontos de apoio nas ruas, nas casas, nas praças, nas esquinas, nas vendas, no sertão, nas matas, na roça, nos caminhos. A vida e a memória ocupam os espaços de significados sociais — os lugares recebem as marcas dos grupos que neles vivem — e se ressentem quando são destruídos, pois, se é fácil transportar pedras, isto é, se é fácil alterar as casas e os quarteirões que constituem a cidade, “não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens” (Halbwachs, 1990:136). O que confere também identidade a um lugar são as sensações que penetram pelo corpo, é a memória que atribui significado às sensações, sendo as lembranças que as reconstróem no presente, lembrando que as sensações e a experiência do vivido estão carregadas de significados sociais. Notamos que para seus moradores, os seus lugares possuem imagens, cheiros, sons, sabores que penetram pelo corpo e se transformam em lembranças. Essa eclética combinação é única e assim caracteriza um lugar também como único.

² Entendemos por grandes projetos, todos aqueles que envolvem grandes empreendimentos como a construção de obras de infra-estrutura como: hidrelétricas, barragens, refinarias de petróleo e seus derivados, túneis, transposição de rios, usinas termoelétricas e nucleares, rodovias, etc., com a característica de serem empreendimentos de grande porte.

³ As memórias são constituídas de lembranças, correlacionando-as com aspectos temporais, espaciais e processos históricos.

No caso dos atingidos por grandes projetos, o território não se caracteriza, exclusivamente, por um princípio material de apropriação, apresenta-se além da dimensão material, a dimensão simbólica, muitas das vezes construtora de identidade. A identidade dos atingidos por grandes projetos é construída a partir do momento que diversos grupos sociais percebem a possibilidade de perda da permanência em suas terras, ou quando de fato perdem o acesso as suas terras, ficando alijadas de sua base material primeira de reprodução social, de seus valores culturais e simbólicos que se encontravam contidos naquele espaço. Se um determinado grupo de ameaçado e atingido for constituído por povos indígenas a ligação com o espaço de vida é muito mais forte e o sentimento de pertencimento pode ser percebido de forma muito mais intensa, pois além de um território-fonte de recursos, o espaço é ocupado também por uma importante dimensão simbólico-religiosa.

2. Memória e Lugar

Em Le Goff (1990), o exercício da memória é, pois, o exercício da lembrança, que por sua vez, é o exercício do pensamento simbólico – característica fundamental do homem. São, portanto, distintos processos e práticas culturais. Reside aqui a dimensão política. Como elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencidos e vencedores, a memória constitui um sistema seletivo e referencial, que irá localizar no presente os códigos de experiências culturais. A memória individual ou coletiva é, pois, um sistema onde se cruzam estruturas culturais, políticas e econômicas enquanto códigos de representação. Memória é a representação do passado que enfatiza a análise do coletivo. Moradores de um determinado lugar são expectadores do passar dos anos na região, são depositários da memória da paisagem pretérita e importantes expectadores da paisagem atual. Assim vivificam o passado e tentam compreender o presente. Na acepção de Bachelard (1989:242) “(...) *toda a imagem simples revela um estado de alma*”, nesse sentido a memória, as coisas e as pessoas comungam de uma mesma substância, a alma do lugar, pois se materializa e sofre transformações nessa instância.

A vida e a memória ocupam os espaços de significados sociais — os lugares recebem as marcas dos grupos que neles vivem — e se ressentem quando são destruídos, pois, “*não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens*” (Halbwachs, 1990:136). Para além da percepção física temos uma percepção simbólica e fenomenológica. As pessoas constroem o lugar e lhe dão significado e vida, com o movimento dialético do cotidiano, assim, os enchem de significantes e significados. Então bem podemos dizer que

existe uma ligação dialética entre pessoas e lugares, pois, as pessoas constroem os lugares e estes colaboram para formá-las. Podemos concluir que o lugar é uma extensão do indivíduo e vice-versa. Dos lugares, são lembradas além das relações sociais as paisagens naturais e as percepções do ambiente. Recordar o lugar é lembrar de como ele era e no que se transformou. Em geral, lembra-se do que já não é, do que se acabou, do que deixou saudade, e a saudade é a imagem do ausente (Bosi, 1987).

As representações constitutivas da memória não são reproduções, mas reconstruções do real. A história de vida trazida pela memória é texto ancorado na realidade social e histórica. Dessa forma, pode ser pensada a partir das condições de sua produção — os processos históricos e a sociedade — e pelo que manifesta internamente quanto ao modo de agir e modo de ser. A memória entendida como um texto que se produz no presente, que é atualizada pelos estímulos do presente, as condições de sua produção tem a ver com seus quadros sociais. Assim há necessidade de ter a quem se referir para localizar lembranças, para conferir informações, para recuperar saberes e paisagens vividas coletivamente. Ação essa que só pode ser feita, no caso dos atingidos, simbolicamente, pois na maioria das vezes seus lugares que são lugares de memória coletiva já não existem mais.

3. O Conceito de Atingido

O conceito de atingido constitui-se em um conceito aberto, pois é representante de uma categoria social em disputa, sendo assim, vai variar bastante conforme os contextos políticos e culturais. De maneira geral, de acordo com Vainer (2003), pode-se dizer que a noção de atingido vem se transformando, nos últimos 30 anos, resultado de uma longa trajetória de lutas, embates e conflitos que reúnem diversas categorias sociais que vão se configurar nos atingidos. A categoria de atingidos deveria, na prática, ir além do quesito que são aqueles que sofrem pelo não acesso aos seus recursos produtivos, pois não é só economicamente que são alijados, mas também culturalmente e simbolicamente. Logo, o termo atingido não se restringe somente as populações deslocadas fisicamente, ou seja, aquelas cujo empreendimento atinge diretamente as suas terras, mas também aquelas cujo empreendimento causa alterações profundas nos seus modos de vida e de sobrevivência, o que infelizmente não é levado em conta quando analisado os impactos de um grande projeto.

O Estado não deveria excluir ou desrespeitar a diversidade de suas populações e interesses no processo de decisão e na repartição dos benefícios e nem tampouco a exploração de recursos. O Estado deveria ser pautado pela coisa pública e o bem comum que

deveria garantir a todos indiscriminadamente. No nosso país, como em alguns outros países, a lamentável tradição é de se excluir as sociedades tradicionais, agora na categoria de ameaçados e atingidos por mega projetos.

4. As Arenas

Questionar o papel dos grandes projetos implica, para a sociedade como um todo, questionar a sua própria estrutura de desenvolvimento que adota. A questão é que até os dias atuais esses empreendimentos que promovem o desenvolvimento continuam se apresentando um alto custo para populações locais. Cabe aqui uma pergunta: desenvolvimento para quem? Excluídos e vitimizados, os ameaçados e atingidos, são aliados da arena de debate sobre a implantação de projetos. O preconceito com o conhecimento e a vida dessas populações tradicionais, composta por ribeirinhos, caboclos, indígenas, caipiras, caiçaras, quilombolas, etc, os remete a uma categoria de indivíduos quase sem importância na configuração social proposta por grandes empresas, que tem os ditames da sociedade moderna capitalista.

O reconhecimento destas questões revelou claramente o processo de exclusão que a construção de grandes obras provocam, cujo, os mais afetados foram as populações tradicionais, que também podem ser compreendidas como população do lugar. Essas populações são caracterizadas como atrasadas, arraigadas a tradição e, porque não, desqualificadas dentro da lógica moderna, desprezíveis quanto a sua visão de mundo perante a visão dos grandes empreendedores.

Para se entender os conflitos que envolvem a questão dos grandes projetos, podemos utilizar o conceito de arena, proposto por Elinor Ostrom (1990). Compreendeu-se arena como um subtipo de situação social, dado o seu caráter voltado mais estreitamente ao estabelecimento de regras de apropriação de base comum de recursos, que podem ou não contar com a participação de mediadores externos. A autora também aponta que a ação coletiva de vários atores é influenciada por diferentes tipos de arenas, que variam das mais as menos formais.

Ostrom (1990) em sua definição de arena considerou para compreender seu estudo sobre as “CPRs situations” (situações de uso de base comum de recursos) e as definiu como situações nas quais um determinado tipo de ação ocorre. Em suas palavras:

Uma arena é simplesmente a situação na qual um tipo particular de ação ocorre. Negociações políticas a respeito das regras que serão usadas para regular o nível operacional das escolhas desenvolve-se em uma ou mais arenas de ação coletiva. Os

apropriadores de um CPR [base comum de recursos] podem mudar ou não as regras de uma arena. Se os apropriadores mudam as regras de uma arena, essa mudança é desenvolvida internamente. Se os apropriadores usando um CPR não podem mudar as regras que organizam as escolhas operacionais, então as únicas arenas para a escolha coletiva são externas aos apropriadores de CPR. Nestes casos, as escolhas sobre as regras a serem implementadas podem ser elaboradas por agentes governamentais em estruturas burocráticas, por membros das legislaturas regionais ou nacionais, e por juízes em arenas judiciais (...) (tradução nossa, Ostrom, 1990: 54).

Isso permite refletir sobre a questão de como grupos com maior poderio econômico podem interferir no processo de apropriação de áreas, muitas vezes de uso comum destas populações tradicionais e rurais.

Nesta gama variada de atores envolvidos no processo de grandes construções vale notar a presença de proprietários de terras, de professores universitários, de estudantes, de técnicos, de especialistas e de movimentos sociais, além dos ameaçados e atingidos. Podemos considerá-los em suas relações como nódulos que se comunicam dentro de uma arena, cada qual com seus objetivos e motivações específicas relativamente ao projeto em pauta e há uma resistência ou não, expressa em diferentes graus e formas. As arenas são hermeticamente fechadas podendo se comunicar entre elas. A metáfora que dá conta dessa polifonia é a dos fractais. Deleuze e Guattari (1995) concebem a metáfora do fractal subentendendo que o processo comunicativo de conhecimento passaria de uma produção singular para múltiplos referenciais, que chegaria a acepção de rizoma, que destaca a multiplicidade, complexidade e interconexão de saberes, no caso, podemos acrescentar de acordo com cada diferente arena.

Em relação aos camponeses e populações tradicionais o importante é o uso do recurso natural, terra, águas e matas e não o recurso em si. Então, muitos não possuem a posse legal de suas terras, pois são muitas vezes de uso comum, com exceção da casa de morada, que para os indígenas também são de uso comum. Como fica a construção, por exemplo, de uma barragem nessas terras? É sobre essa problemática que se constrói uma arena. Arena em que deveria haver conversações dos vários lados envolvidos, em equidade, mas que na maioria dos casos não ocorre, justamente pela força econômica predominante em um dos lados que destrói essa possível formação da arena.

Há bem pouco tempo, a partir de meados da década de 80, pesquisadores e juristas vem destacando os impactos causados por grandes projetos junto às populações tradicionais e campesinas, e tentando por em prática uma verdadeira arena de negociações. Um aspecto que, por exemplo, foi apontado por Kirsch (2001) no caso estudado por ele de indígenas das ilhas Marshall, no oceano Pacífico, que foram removidos, nas décadas de 1940 e 1950, por causa do perigo da radioatividade derivada dos testes nucleares norte-americanos que ocorriam na

área. Nesse estudo, os atingidos trinta anos depois, recorreram ao âmbito jurídico alegando perdas culturais com sua transferência, e utilizaram um conjunto de alegações que colocam alguns elementos problemáticos para discussões sobre perdas culturais e direitos de propriedade de grupos tradicionais e indígenas, em tribunais e entre os próprios profissionais envolvidos, dentre eles cientistas sociais.

Alguns desses elementos apontados por Kirsch (2001:170) como parte de um impacto o que ocasionou uma transformação de tal sociedade foram: como reconhecer perdas sócio-culturais? Como recompensar, logo, valorar financeiramente, aquilo que antes não tinha valor de mercado? Como diferenciar as perdas causadas por seres humanos daquelas causadas por outros eventos, como os desastres naturais?

Essa questão vem sendo levantada há poucos anos e atualmente, podemos ver muitas dessas ações em todo mundo. Aqui no Brasil, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, vem dando visão a esses casos de descaso com a população envolvida, principalmente aos alijados de seus lugares, por causa da implantação de grandes barragens e hidrelétricas. E, mesmo o Ministério Público e o Ibama, que há bem pouco tempo, pouco faziam em prol dos ameaçados e atingidos, engrossam a lista dos órgãos que analisam os grandes projetos levando em conta, não só o desenvolvimento da região, mas os diversos processos de transformação pelo qual a paisagem e seus habitantes sofrerão com a implantação de uma obra de grande porte.

Oswaldo Sevá Filho (2004) na análise da problemática em torno da construção de barragens e hidrelétricas que compreende que é:

(...) mais salutar que, diante de um mega – projeto, que é logicamente destrutivo, não fiquemos inutilmente fazendo e relendo check-lists dos “impactos” , que às vezes se parecem mais com um necrológio do quê vai morrer e desaparecer daquele trecho do mundo. Encaremos de frente, isto sim, o fato de que uma mega-obra provoca uma alteração de grande porte na natureza e uma transformação radical na sociedade (Sevá Filho, 2004:5).

Assim sendo, pensar em impactos é aceitar a lógica oprimente dos grandes projetos de engenharia, o destoante é a análise macro do ambiente e da sociedade e do processo de modificação pela qual sofrerá.

A mudança no ambiente quer de ordem natural, como em função de enchentes, furacões, vulcanismos, etc., ou causadas pela ação do homem, como as barragens, construção de usina hidrelétrica, etc., podem ser consideradas transformações radicais que acometem tanto a natureza quanto os grupos sociais. No âmbito de percepções negativas, que são

inerentes a esses grandes eventos críticos de ordem natural, a antropóloga Veena Das (1999) os analisa como geradores de novos modos de ação, redefinidores de categorias e potenciais geradores de novos atores políticos. Acrescentamos a essa categoria de grandes eventos críticos não só as catástrofes naturais, mas a construção de mega projetos de engenharia, pois, tanto quanto os eventos naturais, estes, causam igualmente grandes mudanças na fisionomia da paisagem, quer ambiental ou social.

Cabe aqui também a análise sob o viés antropológico e no debate que nos leva à indissociabilidade das alterações das relações sociais locais e externas com as relações com a natureza. É possível que alterações em uma dessas dimensões leve sempre a alterações na outra. Tal afirmação seria válida à luz das idéias de Lévi-Strauss (1989), para quem todo pensamento é classificatório e totalizador. As mudanças têm um sentido dentro da morfologia local, o que causa, em inúmeros casos, ressignificações de certos elementos (Sahlins, 2003).

Notamos que esses eventos críticos provocados pela ação antrópica, promovem além da transformação na estrutura o surgimento efetivo de novos atores políticos, dentro da categoria excluído de algo, como é o caso dos atingidos por barragens, grupo formado por atingidos e ameaçados por grandes projetos, ligado a geração de energia hidrelétrica no Brasil. O Movimento dos atingidos se constitui num ator político, que vem se alterando, crescendo e ampliando sua ação, tendo em vista a dinâmica do mundo da vida que se apresenta atualmente em várias partes do país. Por conta de outros grandes projetos de engenharia, que também alijam grupos de seus territórios, os infectam, violentam ou matam como é o caso de projetos ligados a obtenção de hidrocarbonetos. Matar no sentido de matar um indivíduo ou toda uma cultura.

Trataremos, a seguir sobre a problemática dos atingidos e ameaçados por grandes projetos e a exclusão de seu território e de sua cultura. Apresentaremos o caso atual dos índios isolados do Acre, duplamente ameaçados pela retomada da prospecção de petróleo no Vale do Juruá – Acre.

Em terras acreanas, o petróleo vem sendo almejado desde a década 30. Em 1934 o petróleo motivou prospecções na Serra do Divisor, vale do Alto Juruá, na cabeceira do Rio Moa. Uma das perfurações remanescentes na região (Buraco da Central) hoje jorra água sulfurosa e morna continuamente e os restos de uma caldeira confirmam tal empreitada. Entretanto, o potencial existente não justificou a exploração. A questão é que até a década de 1970, quando foram feitos alguns estudos por parte da Petrobrás nesta região, não havia sido regularizada nenhuma unidade de conservação, muito menos terra indígena (Iglesias, 2007).

Hoje, de acordo com Iglesias (2001:3) “ao longo da extensa fronteira internacional com o Peru, um conjunto contínuo de florestas, constituído por 27 terras indígenas, 14 unidades de conservação e dois projetos de assentamento extrativista, equivalente a 48,5% do território acreano, já foi reconhecido e criado oficialmente no estado”. Uma primeira questão é a ocorrência de prospecção ou extração de recursos de unidades de conservação ou terras indígenas, sendo que a prospecção não irá respeitar essas áreas de preservação, ocorrendo no interior ou entorno. A outra questão diz respeito aos povos indígenas isolados que habitam a região. Segundo Iglesias (2007):

A Frente de Proteção Etno-ambiental Envira, da Funai, estima a população dos grupos “isolados” entre 600 a 1000 índios “isolados”, que perambulam e habitam de forma permanente as florestas banhadas pelos pequenos afluentes e tributários das cabeceiras dos rios Envira, Muru, Humaitá, Tarauacá, Jordão e Breu, no vale do Alto Juruá, e os rios Iaco e Chandless, no vale do Alto Purus. Ainda conforme dados da Funai, certamente, é nessa região onde se concentra o maior número de índios “isolados” na Amazônia brasileira. (Iglesias, 2001; 2007:21)

Na polissêmica categoria de atingidos estão duplamente, os indígenas isolados, e que mesmo assim, denominados isolados sofrem os problemas advindos das transformações que ocasionam os grandes projetos de engenharia. Sofrem o problema duplamente porque são além de grupos que terão que, no mínimo, se deslocar de seus territórios, assim como outros atingidos, eles são e querem ficar isolados, ou seja, os problemas dos “brancos”, não deveriam resvalar neles, sendo mais precisos, não deveriam também ser o deles.

Devido a exploração de hidrocarbonetos e petróleo no Peru e Bolívia, trazendo desmatamento e urbanização de antigas áreas de povos indígenas, sem falar na própria exploração dos recursos naturais e minerais, muitos indígenas, principalmente isolados, acabam se alojando nessas áreas do Vale do Juruá, no hoje território acreano, para dar continuidade a sua condição de vida, e ainda encontram ali um local apropriado. O sertanista, José Carlos dos Reis Meirelles, chefe da Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira, da Funai, que desde 1987 vive e trabalha na região, garantindo os territórios de um considerável número de povos indígenas isolados, revela que:

(...) alguns destes são moradores dessa região desde antes da chegada dos seringueiros no começo do século passado e, desde então, sobreviventes de correrias e conflitos armados, e outros chegaram nos últimos anos, como resultado das atividades de madeireiros e de empresas petrolíferas do lado peruano da fronteira.(Iglesias, 2007:20)

Portanto, cada vez é maior a presença de indígenas isolados do grupo Nawa e Pano no Acre proveniente do Peru devido às ameaças de madeireiros e petróleo nos lados Peruano e Boliviano. Esses grupos para fugirem acabam na Amazônia brasileira, na região do Vale do Rio Juruá, área de densa floresta virgem, onde esses indígenas isolados ainda podem se abrigar para permanecerem sem contato com a “civilização ocidental”.

Segundo a antropóloga Mary Allegretti: “Devido à existência de tribos sem contato na região do Juruá, os barulhos de moto-serra para abrir caminho na floresta para estudos de área, já houve relato que indígenas já reagiram a essa ação e que houve ataques a essas pessoas que faziam a demarcação.”

Estas populações que comungam de outra cultura e de outra sociabilidade, distinta da moderna-ocidental, devem ser levadas em consideração. A perda de um território ou territorialidade para os grupos indígenas, constitui também a perda de signos e significados, de parte de sua cultura e de parte de seu mundo da vida. Consta na Carta Magna da nação brasileira que em caso de recursos minerais e energéticos em terras indígenas, estes deverão ser consultados, mas como fazer no caso de índios isolados? A questão é emblemática, a riqueza que esses povos isolados possuem sua cultura, seu modo de vida, sua língua e formas de comunicação, teria uma maneira de quantificar monetariamente a destruição dessa cultura? Seria a solução valorar uma cultura? Ou mesmo valorar a diminuição considerável de seu território-lugar, o que resvala em sua cultura? Acreditamos que esse impacto é o mais relevante para trazermos a pergunta: desenvolvimento para quem e a que custo? Sabendo que esses povos isolados não necessitam de petróleo e derivados para sobreviver.

5. Conclusão?

Essa discussão que nem de longe concluímos sugere o conhecimento, mas, e principalmente o reconhecimento da luta das populações ameaçadas e atingidas por grandes projetos. Mas não só o reconhecimento da luta, mas o valor de seus conhecimentos tradicionais e de seu modo de vida, que muitas vezes a sociedade moderna ocidental põe na hierarquia como à margem. Busca também questionar o papel dos grandes projetos e no que implica para a sociedade como um todo, assim, dialeticamente questiona a própria estrutura de desenvolvimento que a sociedade adota. Logo, sugere a seguinte proposição, o tal desenvolvimento os justifica? Acreditamos que conhecemos bem a resposta, vale realmente a colocarmos em prática e construiremos não só um novo e outro desenvolvimento, mas uma nova estrutura e, dede logo, sociedade.

6. Referências bibliográficas

BACHELARD, G. **La Poética del Espacio**. Fondo de Cultura, México, 1989.

BOSI, . **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 2001.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território Territórios**. 1 ed. Niterói, 2002, v. , p. 17-38. SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ UFRJ (Comunicação No. 9), mimeo, 1986.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR vol. 3, Rio de Janeiro, ANPPUR.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1990.

IGLESIAS, M. P. Consolidação do corredor de terras reservadas para os índios isolados na fronteira do Acre com o Peru: uma pauta. Mimeo. 8 pg. Maio, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Invasões peruanas continuam no Alto Juruá. Jornal Página 20 (Papo de Índio), Rio Branco, 28 de novembro, pg. 16-17, 2004.

_____. Prospecção de Petróleo e Gás nas Florestas Acreanas (Papo de Índio), Rio Branco, 26 de fevereiro, pg.20-21, 2007.

KIRSCH, S. Lost worlds: environmental disaster, 'culture loss', and the law. **Current Anthropology**, v. 2, n. 2, p. 167-178, April 2001.

LE GOFF, J. **A História Nova**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1990.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SEVÁ FILHO, A. O. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais, Indaiatuba, II Encontro nacional da ANPPAS, maio de 2004.

VAINER, C. B. O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

Assentamento Vereda I: o papel da comunidade na busca de um modelo para o desenvolvimento sustentável

Helana Célia de Abreu Freitas¹
Renato Farias de Araújo²
Elisa Sette Silva³
Marco Ribeiro da Silva⁴
Luiz Gustavo Perrut Pedrosa⁵
Desireé Barbosa da Silva⁶
Juan Benjamin Sugast⁷

Resumo

Este artigo aborda as dificuldades no processo de implantação de uma proposta de desenvolvimento sustentável baseada em um modelo agroecológico no Assentamento de Reforma Agrária Vereda I, localizado no Município de Padre Bernardo, no Entorno do Distrito Federal. As dificuldades analisadas referem-se às diferenças entre os assentados devido à heterogeneidade de práticas agrícolas e ambientais e às relações de poder presentes no grupo, que interferem na construção da sustentabilidade

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Assentamento, Agroecologia

1. Introdução

O Assentamento Vereda I, localizado em Padre Bernardo – GO, Entorno⁸ do Distrito Federal, vem realizando diversas ações que buscam promover o desenvolvimento sustentável do assentamento. Essas ações vêm recebendo o apoio do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília – GTRA-UNB, que procura estimular um modelo agroecológico para o desenvolvimento do assentamento. Porém a diversidade de práticas agrícolas e ambientais, interesses, valores e cultura dos assentados vêm gerando conflitos e práticas sociais e produtivas inovadoras, até então não previstas por nenhum dos atores envolvidos no processo.

¹ Doutora em Sociologia Política, Professora da FUP/UnB.

² Graduando em engenharia florestal, UnB.

³ Graduanda em biologia, UnB.

⁴ Graduando em pedagogia, UnB.

⁵ Graduando em engenharia florestal, UnB.

⁶ Graduanda em engenharia florestal, UnB.

⁷ Graduando em agronomia, UnB.

⁸ O entorno do Distrito Federal é formado por municípios dos estados de Goiás e Noroeste de Minas Gerais.

Por um lado há conflitos entre a perspectiva agroecológica proposta pelo GTRA-UNB e muitos dos conhecimentos dos assentados, que interferem na realização cotidiana das atividades do grupo. Por outro, as diferenças entre os assentados que vieram de diferentes regiões, com práticas agrícolas diversas, com interferência em diversos graus da agricultura convencional, muitos deles numa trajetória de volta ao campo, trazendo uma perspectiva urbana da realidade rural, interferem profundamente nas práticas realizadas para o desenvolvimento sustentável do Vereda I. Além disso, as relações de poder dentro e fora do grupo também interferem no encaminhamento das ações

Diante do quadro acima, como entender a busca da promoção do desenvolvimento sustentável do Vereda I? Será que é possível construir um modelo de desenvolvimento pautado na agroecologia? Ou será que o leque de conhecimentos envolvidos no processo será capaz de gerar somente conhecimentos fragmentados? Ou ainda o encontro de conhecimentos pode estar criando um novo paradigma capaz de promover o desenvolvimento sustentável do assentamento?

Neste artigo estaremos focando o papel da comunidade local na construção do desenvolvimento sustentável do assentamento. Não há, portanto, a intenção de discutir a relação do Assentamento Vereda I e o GTRA-UNB neste processo.

2. O Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

Desde a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável da Comissão Brundtland⁹ em 1987, inúmeras definições foram construídas, enfatizando diferentes valores, prioridades e metas.

Uma dessas foi definida pela FAO (Food Agriculture Organization) , em 1991 (em Hertogenbosch):

Agricultura sustentável é o manejo e conservação dos recursos naturais e a orientação de mudanças tecnológicas e institucionais de tal maneira a assegurar a satisfação de necessidades humanas de forma continuada para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável conserva o solo, a água e recursos

⁹ No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland. O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.

genéticos animais e vegetais; não degrada o meio ambiente; é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.¹⁰

No entanto, uma definição absoluta de sustentabilidade e, conseqüentemente, de agricultura sustentável é impossível por se tratar de um conceito complexo e que gera uma série de contestações (PRETTY, 1995).

É fundamental, na discussão sobre sustentabilidade, esclarecer o que está sendo sustentado, por quanto tempo, quem se beneficia e quais são os custos, sobre qual área e quais os critérios de medida. Responder a essas questões é difícil, pois elas envolvem avaliação e negociação de valores e crenças. Em decorrência desse fato, o conceito de sustentabilidade torna-se socialmente construído, tendo, portanto, tantas definições (PRETTY, 1995).

No entanto, quando os parâmetros ou critérios são definidos, torna-se mais favorável avaliar se determinada prática é sustentável ou insustentável. Assim, a definição de sustentabilidade implica tempo-específico em um lugar-específico. Como as situações e as condições mudam, a construção da sustentabilidade também muda. Portanto, agricultura sustentável não é um simples modelo ou pacote imposto, ele é muito mais um processo de aprendizagem (PRETTY, 1995, GUIVANT, 2002).

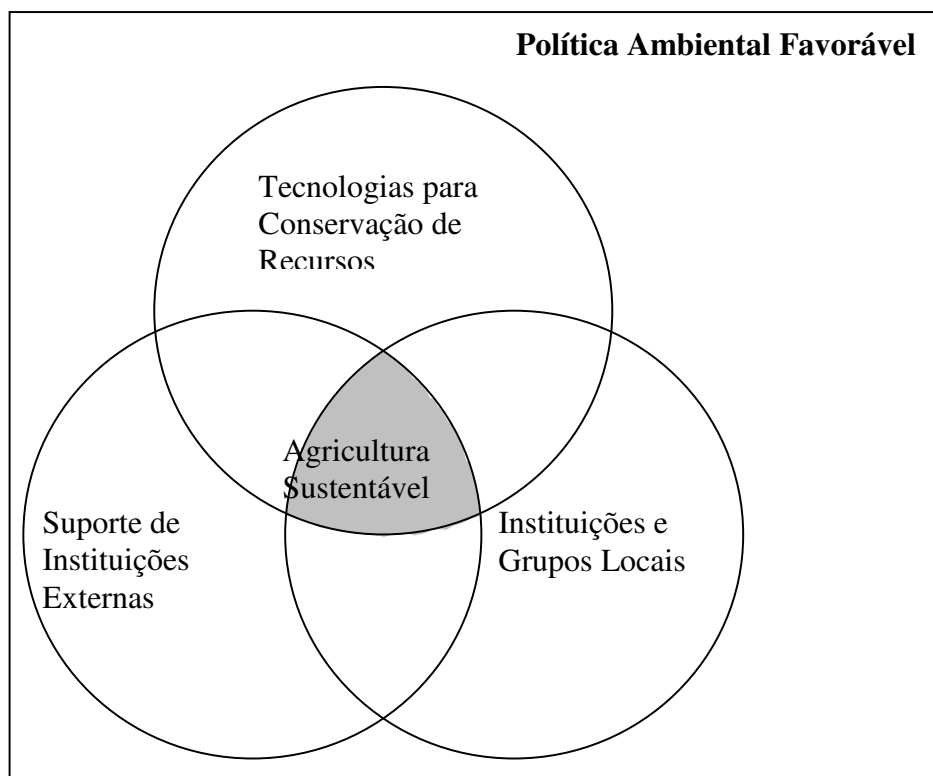
Embora a agricultura sustentável seja socialmente construída, PRETTY (1995) aponta três elementos em comum nas experiências de sucesso em direção a uma agricultura sustentável, conforme mostrado na figura abaixo.

Todas as experiências bem sucedidas em direção à agricultura sustentável apresentam os três elementos citados acima em comum. Elas fazem uso de tecnologia de conservação de recursos. Em todas as experiências tem havido a ação de grupos e comunidades em nível local e tem havido o suporte de instituições externas governamentais e/ou não governamentais.

Para PRETTY (1995), o que tem havido, no entanto, são ilhas de sucesso, uma vez que o quarto elemento necessário ao fortalecimento da agricultura sustentável encontra-se inexistente nessas experiências. Uma política ambiental favorável ainda não foi construída. Muitos sistemas políticos ainda encorajam ativamente os agricultores a se tornarem dependentes de “inputs” e tecnologias externas. E estes sistemas políticos são a principal barreira em direção a uma agricultura mais sustentável.

¹⁰ FAO/ Ministry of Agriculture, Nature Management and fisheries of the Netherlands, The Den Bosch Declaration and Agenda for Action on Sustainable Agriculture and Rural Development, Hertogenbosch, The Netherlands, april, 1991.

Figura 1. Elementos para uma agricultura sustentável



Fonte: Pretty, 1995.

Embora haja muitos potenciais produtivos e tecnologias sustentáveis disponíveis aos agricultores, a transição para uma agricultura mais sustentável não pode ocorrer sem a participação e a ação coletiva da comunidade rural por dois motivos. Primeiro, os custos externos da degradação de recursos são freqüentemente transferidos de um agricultor para outro; em segundo, a tentativa de um agricultor sozinho conservar os escassos recursos pode ser ameaçada se ele está situado no local de propriedades que degradam os recursos.

Portanto, o desenvolvimento para uma agricultura mais sustentável depende não apenas da motivação individual dos agricultores, mas da ação do grupo como um todo (PRETTY, 1996). As organizações locais ocupam um papel fundamental nesse contexto, pois elas permitem que haja relações mais próximas entre os agricultores no seu cotidiano.

Quando os grupos locais já estão bem organizados ou são encorajados a formar novos grupos e o seu conhecimento é solicitado e incorporado durante o planejamento e implementação do projeto, há maiores chances de continuação das atividades. São inúmeros os exemplos que comprovam a capacidade das organizações locais de conduzir suas próprias investigações e resolver seus próprios problemas.

O processo de estabelecimento e suporte de grupos independentes não é fácil. Não pode ser apressado e nem forçado. É necessária a presença de catalisadores ou facilitadores e o foco deve estar em construir a capacidade dos grupos locais de desenvolver novos caminhos de aprendizagem e novas formas de liderança. Esses grupos têm levado benefícios econômicos à comunidade e a uma melhoria na conservação dos recursos naturais. Têm desenvolvido novos papéis e novas responsabilidades e unem-se a outros grupos para obter maiores impactos. Além disso, outros intangíveis benefícios podem ser observados como a redescoberta da coesão social e solidariedade (PRETTY, 1996).

Outra análise que vem trazendo importantes contribuições para a compreensão do papel da comunidade local em projetos de desenvolvimento sustentável é a proposta do Ator-Orientado em Situação de Interface. Esta teoria, desenvolvida pelo antropólogo inglês Norman Long e outros autores em diversos trabalhos, permite compreender as relações de poder e o conhecimento gerado em processos de desenvolvimento rural. Segundo Long (1999), a análise de interface permite compreender as diversidades culturais, as diferenças sociais e os conflitos inerentes a processos de intervenção para o desenvolvimento. As interfaces ocorrem tipicamente onde haja diferentes e com frequência conflitantes visões de mundo ou campos sociais que se cruzam, ou mais concretamente em situações sociais ou arenas em que as interações sejam orientadas em torno de problemas de transposição, acomodação, segregação ou disputa social. A análise de interface pretende elucidar os tipos e fontes de descontinuidade social e as conexões presentes em tais situações e identificar os significados organizacionais e culturais da reprodução ou transformação dessas situações (Long, 1999; Guivant, 1997). Alguns elementos são centrais na análise da Interface, conforme descrito abaixo.

A análise de interface tem como foco ligações e redes que se desenvolvem entre indivíduos ou grupos próximos em vez de indivíduos isolados ou grupos estratégicos. A interação continuada entre os atores fortalece o desenvolvimento de contornos definidos. Em consequência desse fato, os atores começam a compartilhar expectativas, que passam a modelar a interação entre os participantes, levando a interface a torna-se uma entidade organizada.

O segundo elemento descreve a interface como um lugar de conflitos, incompatibilidades e negociações. Embora as interações de interface pressuponham algum grau de interesse em comum, elas também têm a propensão de gerar conflitos devido a interesses e objetivos contraditórios ou ao poder desigual nas relações.

O terceiro elemento pode ser descrito como o choque de paradigmas culturais. O conceito de interface permite focar na produção e transformação de diferentes visões de mundo ou paradigmas culturais. As situações de interface frequentemente evidenciam o significado os quais indivíduos ou grupos dão a sua própria cultura ou posição ideológica, confrontando visões de mundo opostas.

Nesse contexto, o conceito de repertório cultural deve ser destacado. Para a Teoria da Interface, repertório cultural é descrito como a junção de vários ingredientes culturais, tais como: valores discursivos, idéias, símbolos e rituais. Esses ingredientes são usados e recombinaos na prática social de forma consciente ou não. Assim as diferenças entre indivíduos não são meramente idiossincracias pessoais, mas refletem diferenças estabelecidas por diferentes padrões de socialização e profissionalismo, os quais frequentemente resultam na falta de comunicação ou choque de racionalidades. Além disso, a coexistência de diferentes modelos culturais ou princípios organizativos dentro uma única população ou organização administrativa gera espaço para manobra na interpretação e utilização desses valores culturais ou pontos de vista.

Outro ponto chave refere-se à centralidade do processo de conhecimento. O conhecimento é constituído pelos caminhos nos quais as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado as suas experiências. Isto é valido tanto para as formas de conhecimento cotidianas científicas ou não-científicas. A vida cotidiana é dominada por motivos pragmáticos, isto é, está orientada essencialmente para a resolução de problemas práticos. No entanto, uma espécie de conhecimento prático é limitado à resolução de determinados problemas. Ele é válido e tomado como certo até surgir problemas que não podem ser resolvidos da mesma forma (Long, 1992).

O conhecimento é uma construção cognitiva e social que resulta de e é constantemente modelada por experiências, encontros e descontinuidades que emergem de pontos de interseção entre diferentes visões de mundo dos atores. Vários tipos de conhecimento, incluindo idéias sobre si mesmo, outras pessoas, contexto e instituições sociais são importantes na compreensão da interface social. Implícito a isso está o fato de que a geração e a utilização do conhecimento não é apenas uma questão de instrumentalização, técnicas eficientes ou hermenêuticas (isto é a mediação para a compreensão do outro através da nossa própria interpretação teórica), mas envolve aspectos de controle, autoridade e poder que estão incrustados nas relações sociais. Por essa razão, é provável que haja choque entre as diferentes categorias de atores envolvidos na produção, disseminação e utilização do conhecimento.

Para a abordagem da interface, o conhecimento é descrito, portanto, como “encontro de horizontes”. A incorporação de novas informações e estruturas discursivas ou culturais só podem ocorrer onde já existe uma estrutura básica de conhecimento e formas de avaliação, os quais remodelam a si próprios, por meio de processos comunicativos. Assim o conhecimento emerge como produto da interação, diálogo, reflexão e disputas de significado e está totalmente relacionado a questões de poder.

Ainda como ponto chave analisado está o poder como resultado de lutas sobre significados e relações estratégicas. Como o conhecimento, o poder não é simplesmente possuído, acumulado e exercido sem obstáculos (Foucault, 1980). O poder implica muito mais do que controle hierárquico e hegemônico demarcado por posição social e oportunidade e acesso restrito aos recursos.

Tais lutas são fundadas na possibilidade de atores específicos serem capazes de gerar mobilizações dentro de situações particulares e de desenvolver estratégias específicas para sua consecução. A criação de espaço de manobra implica um grau de consentimento, um grau de negociação e, assim, um grau de poder, que se manifesta na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa, autoridade e capacidade de ação, que se manifesta de frente ou nos bastidores, por breves momentos ou por períodos mais sustentáveis. Assim o poder inevitavelmente gera resistência, acomodação e estratégica submissão como componentes regulares da política cotidiana.

As análises de processos de poder não devem, portanto, estar restrita à compreensão de como as forças sociais e acesso a recursos modelam a ação social. Nem devem levar à descrição de categorias hierárquicas rígidas e ideologias hegemônicas que “oprimem vítimas passivas”. Em vez de retornar à tendência de enfatizar ideologicamente essas vítimas, deve-se explorar como atores específicos percebem a si próprios como capazes de manobrar dentro de determinados contextos ou redes e desenvolve estratégias para tal. A análise não falha em reconhecer que freqüentemente há pouco espaço para iniciativa individual, mas ao contrário examina como atores identificam e criam espaço para seus próprios interesses e para mudanças (Long, 1995).

3. O Assentamento Vereda I

As teorias acima descritas permitem compreender as questões envolvidas na busca pelo desenvolvimento sustentável do Vereda I. Por um lado, elas evidenciam a importância que a comunidade local vem tendo na construção e execução de um projeto sustentável para o

desenvolvimento do assentamento. Por outro elas permitem compreender as dificuldades em se definir os contornos das ações para a sustentabilidade, diante da diversidade cultural e de conhecimentos dos agricultores e as relações de poder que presentes no grupo.

O Assentamento Vereda I, antiga Fazenda Serra Feia, situado no município de Padre Bernardo, estado de Goiás, ocupa uma área de 1.922,6399 hectares e abriga 70 famílias, com aproximadamente 240 pessoas. O Vereda I está a 52 Km da sede do Município e 120 Km de Brasília cercado por outros três assentamentos e uma fazenda. Este projeto de assentamento foi criado no ano de 1999.

A ocupação da área teve início em 1998, com um grupo de acampados do MST. Inicialmente, o grupo ocupou a área que hoje é o assentamento vizinho “Boa Vista/Buritis”. Parte desse grupo foi assentado naquela área e outra parte ficou como excedente. Estes se organizaram e, em 11 de fevereiro de 1999, ocuparam a área da Fazenda Serra Feia, onde mais tarde se formaria o Assentamento Vereda I.

Inicialmente o grupo teve que desocupar a área. Neste momento ocorreram desentendimentos, que acabaram por provocar o desligamento do grupo com o MST. No dia 25 de julho de 1999, após a emissão de posse, o grupo ocupou novamente a fazenda. Foram assentadas 70 famílias distribuídas em parcelas de 20 ha, associados a aproximadamente 411 ha de Reserva Florestal e 77 ha de Áreas de Preservação Permanente.

O primeiro trabalho realizado em parceria entre o Assentamento Vereda I e o GTRA-UNB foi a realização do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Vereda I¹¹-PDA. Desde 2001, o GTRA-UNB¹² passou a elaborar projetos na região de Padre Bernardo que têm como foco a realização de ações que busquem o desenvolvimento sustentável local com participação ativa dos assentados. Em 2002 desenvolveu o projeto “Educando para a Sustentabilidade” no assentamento Colônia I, deste mesmo município. Uma articulação entre o GTRA e os assentamentos da região propiciou também a consolidação de uma Escola Família Agrícola – EFA¹³.

Outro projeto de desenvolvimento coordenado pelo GTRA/UnB que fortaleceu as ações na região de Padre Bernardo – GO foi o Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável, que propiciou a formação de 60 estudantes de assentamentos

¹¹ Foi realizado em cooperação entre UnB, INCRA e Universidade Federal de Viçosa – UFV

¹² O GTRA vem trabalhando desde 1996 na área da Superintendência Regional do INCRA, com diversos projetos na área de capacitação e de assistência técnica para assentados de Reforma Agrária

¹³ Foi realizado com a participação do INCRA SR-28, Projeto Pedagogia da Alternância da Universidade Católica de Brasília – UCB, Núcleo de Estudos Agrários da UnB – Neagri/UnB e Prefeitura de Padre Bernardo. Esta EFA vem proporcionando uma maior inclusão de jovens e adultos em atividades vinculadas à Educação do Campo. O Vereda I tem participado deste processo ativamente.

de Reforma Agrária com o objetivo principal de formar agentes de desenvolvimento na região. Quatro assentados do Vereda I participaram deste curso e atualmente dois deles estimulam e atuam como agentes locais fortalecendo a organização social, proporcionando ações internas e externas e buscando organizar projetos que contribuam para melhoria da qualidade de vida dos parceiros.

Um trabalho coordenado pelos quatro técnicos com a participação da comunidade quando ainda realizavam o curso foi o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP para atualização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, realizado no ano de 2001.

Neste segundo diagnóstico, os agentes de desenvolvimento relataram que, apesar da comunidade ter elaborado seu próprio plano de desenvolvimento sustentável, este não foi seguido, desde a elaboração dos projetos técnicos financiados pelo PRONAF – A¹⁴. Com isso, grande parte da comunidade do Vereda I investiu em projetos frustrados, especialmente pela falta de planejamento e acompanhamento das atividades.

Os quatro agentes de desenvolvimento iniciaram um trabalho de resgate dos projetos previstos no PDA, conseguindo mobilizar um grupo de aproximadamente 15 famílias que refizeram o planejamento de diversas atividades produtivas. Durante esse novo levantamento, os moradores envolvidos buscaram e identificaram as potenciais ações de desenvolvimento da região, dentre estas, áreas para implantação de projetos de ecoturismo, plantas medicinais nativas a serem aproveitadas (inclusive moradores capacitados no aproveitamento destas), frutos nativos do Cerrado, culturas mais produzidas, entre outros.

O trabalho dos agentes formados no curso técnico no assentamento buscou valorizar os agricultores e suas contribuições para o desenrolar do processo. Foram realizadas capacitações da comunidade em temas diversos, tais como legislação ambiental, apicultura, permacultura, sistemas agroflorestais, construção de viveiros florestais, legislação de cooperativas, entre outras. Tais atividades foram fruto da constante troca de experiências e conteúdos apreendidos no tempo-escola e com convite de palestrantes, inclusive agricultores de outras áreas, que foram ao Vereda I trabalhar diferentes assuntos demandados pela comunidade.

Para demonstração de algumas das práticas tratadas na palestra e trocas de experiência, os agricultores propuseram a implantação de um "campo de experimentos", dentro de uma parcela da área comunitária. Neste foi iniciada a construção do viveiro florestal comunitário, cujo material (sombrite, sacos de polietileno e ferramentas) foi conseguido graças ao empenho

¹⁴ A finalidade do PRONAF A é a estruturação dos lotes e a recuperação das unidades familiares dos agricultores assentados.

na coleta de sementes para a Gincana da Natureza realizada no tempo-escola do Curso Técnico.

O processo de mobilização, envolvendo o grupo de famílias e os estudantes do Curso Técnico e monitores¹⁵ permitiu estabelecer a discussão de um projeto de desenvolvimento para a comunidade. Assim como dito anteriormente, retomaram a reflexão trazida durante a elaboração do PDA, e que se confirmou no diagnóstico de 2003, de que, para desenvolverem qualquer atividade no local, deveriam, além de trabalhar em grupo, utilizar os recursos locais, não somente os naturais, como também as habilidades de cada um dos moradores do assentamento.

A partir de então, surgiram diversas atividades produtivas implantadas em pequenos grupos de interesse, os quais foram coordenados pelos próprios agricultores assentados experientes na atividade. Apesar da divisão por setor produtivo, não existia divisão da participação das pessoas nesses espaços, possibilitando às famílias o envolvimento nos diversos grupos em que se interessem. Na concepção do projeto de desenvolvimento traçado, o envolvimento em mais de uma dessas atividades significava alcançar outro objetivo deste coletivo: a diversificação de suas parcelas.

A partir dessas experiências, no ano de 2005 foi realizado um novo levantamento com a comunidade com o objetivo de esclarecer quais seriam as demandas naquele momento do grupo. Surgiram propostas de ações em grupo que posteriormente, descritas em um projeto, concorreu e ganhou o Prêmio Banco Real/Unisol 2005/06. As ações aconteceram com o intuito de promover o desenvolvimento local, seguindo princípios agroecológicos, como alternativa para a permanência na terra. Estas foram realizadas de maneira integrada e complementar, abrangendo a segurança alimentar das famílias, a geração de renda através da comercialização de excedentes e agregação de valor a estes, e a sustentabilidade ambiental do assentamento. As ações efetivadas pelo grupo do Vereda I durante o projeto Banco Real/UniSol, beneficiaram diretamente um grupo de 13 famílias e atingiu indiretamente cerca de 40 famílias.

As principais atividades desenvolvidas foram: plantio coletivo de lavoura de arroz, plantio coletivo de sistemas agroflorestais, ações para a implantação de uma horta comunitária, ações para a produção e venda de farinha de mandioca, produção e plantio de mudas florestais do viveiro comunitário¹⁶.

¹⁵ Alunos da UNB, que atuavam no Curso Técnico.

¹⁶ Estas atividades foram planejadas, executadas e avaliadas com o grupo de famílias em reuniões quinzenais, através de capacitações e organização coletiva, durante o período de execução do projeto com o apoio da equipe

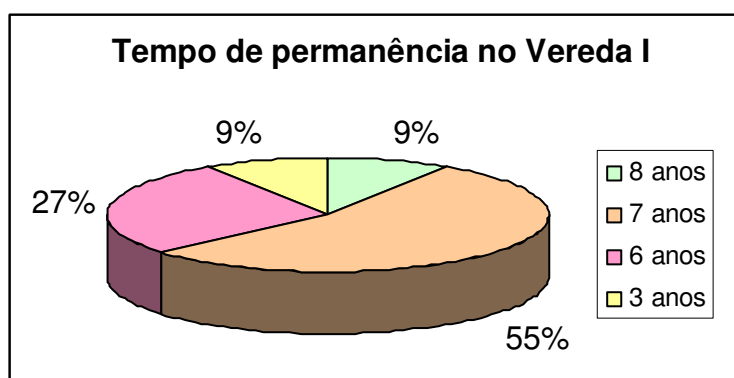
A importância do fortalecimento dos grupos locais para o avanço de uma agricultura sustentável descrita por PRETTY (1995) pode ser evidenciada nas atividades realizadas no Assentamento Vereda I. A capacitação de membros do próprio grupo como agentes de desenvolvimento e a participação efetiva do grupo no encaminhamento das ações vêm possibilitando a construção de alternativas mais sustentáveis para o assentamento.

Porém nem todas as ações previstas tiveram sucesso. Muito do planejado não foi executado ou só foi realizado parcialmente.

As dificuldades que marcam esse processo são também freqüentes, evidenciando os diferentes interesses, repertórios culturais e as relações de poder presentes no grupo. Neste sentido são importantes as contribuições da Teoria do Ator-Orientado em Situação de Interface para compreender as dificuldades do processo e os conhecimentos resultantes da heterogeneidade cultural e de interesses do grupo que interferem no encaminhamento do projeto de desenvolvimento sustentável do assentamento. Como pode se deduzir o grupo de assentados é formado por indivíduos com realidades culturais, econômicas e sociais heterogêneas que marcam o projeto e faz com que os resultados sejam difíceis de serem previstos.

Uma primeira diferença que interfere no andamento das atividades refere-se ao tempo em que os parceiros estão no Vereda I. O assentamento apresenta um histórico recente de criação e muitos dos assentados não estavam desde o início da fundação, estando o grupo ainda em processo de formação. O quadro abaixo, evidencia o processo de chegada dos assentados na área.

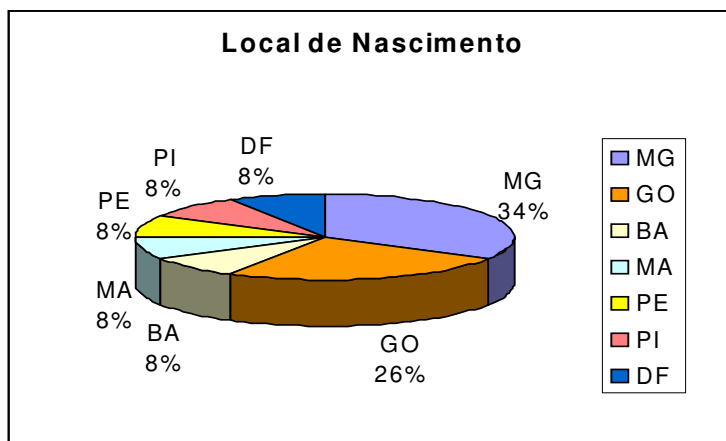
Gráfico 2. Tempo de permanência dos moradores no Assentamento Vereda I.



(Fonte: GTRA-UNB/ 2005)

Outra questão que interfere no processo de organização do grupo está ligada à origem dos assentados. Como pode-se observar no Gráfico 2, eles vieram de diferentes regiões, com diferentes práticas agrícolas, hábitos alimentares e outras questões culturais que interferem no cotidiano do grupo.

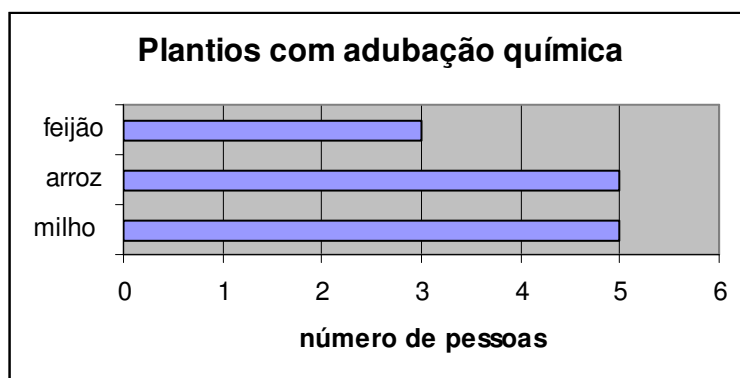
Gráfico 3. Local de nascimento dos moradores do Assentamento Vereda I..



(Fonte: GTRA-UNB/ 2005)

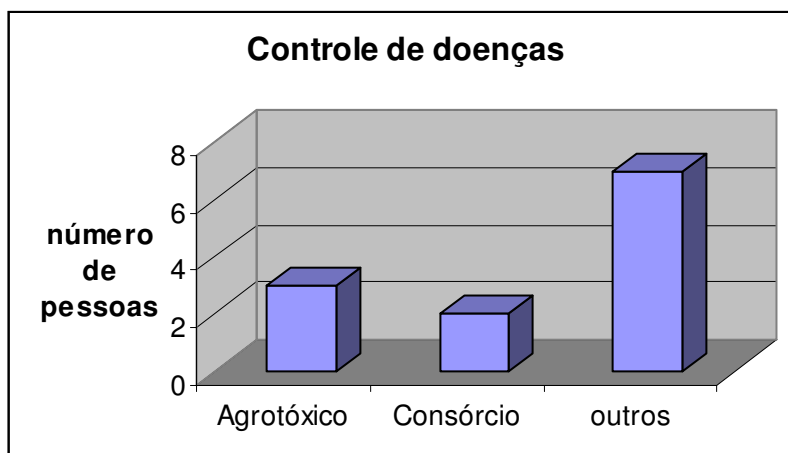
Quanto às práticas agrícolas, os dados apresentados nos gráficos 3 e 4, evidenciam, pelo uso de aditivos químicos, tanto a presença de práticas fortemente vinculadas à agricultura convencional quanto a práticas mais tradicionais.. Essas diferenças interferem fortemente na construção de uma proposta de desenvolvimento pautada na agroecologia e geram conflitos muitas vezes de difícil solução.

Gráfico 4. Utilização de adubação química em plantios de feijão, arroz e milho.



(Fonte: GTRA-UNB/2005)

Gráfico 5. Métodos de controle de doenças nos plantios



(Fonte: GTRA-UNB/2005)

Outro problema evidenciado é a exploração dos recursos naturais das parcelas até sua escassez por algumas famílias do assentamento. A mata exuberante em alguns locais contrasta com o solo relativamente pobre em nutrientes encontrado em outras áreas do Vereda I. Enquanto algumas parcelas contam com árvores de tamanhos variados, outras possuem solo pobre, que necessita de dispendiosos cuidados para o plantio de culturas. Esse quadro gera também conflitos entre os assentados quanto à preservação e utilização dos recursos.

Quanto às práticas agroecológicas na produção, a falta de referências práticas e reais foi uma dificuldade para o melhor desenvolvimento das atividades. Para os agricultores, e mesmo para a equipe universitária, as práticas de agricultura ecológica, como por exemplo sistemas agroflorestais, não são realidades consolidadas para quem produz e sobrevive da terra.

Muitas famílias da comunidade do assentamento Vereda I ainda convivem com problemas de segurança alimentar. Para essas famílias, existem prioridades latentes e não estão muito disponíveis para experimentações na agricultura. Algumas delas passaram por atividades de formação, discutiram e absorveram os princípios da agroecologia. Muito possivelmente adotarão ou começarão a fazer seus experimentos quando a situação econômica estiver mais estável e os riscos forem menores. Porém, no momento atual, o risco refere-se à relação entre o investimento de tempo e dinheiro, versus a garantia do retorno da produção.

Além da falta de referências para a agricultura ecológica, existe ainda o forte estímulo de entidades externas para a continuidade e consolidação da agricultura convencional. Como exemplo de entidades e programas que estimulam esse tipo de agricultura, podemos citar a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo, o INCRA, o PRONAF, os bancos através dos seguros para plantios, a Agência Rural do Estado de Goiás, entre outros. Todos esses atores

atuam no assentamento de forma a perenizar o paradigma vigente para a agricultura. Dessa forma, podemos inferir que, outra dificuldade para a consolidação de desenvolvimento sustentável do Vereda I é o estímulo constante de um denso sistema institucional que sugere e possibilita a produção convencional, ao mesmo tempo que dificulta pelo não apoio o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis.

4. Considerações Finais

A análise empreendida acima evidencia os avanços do Assentamento Vereda I na busca por um modelo sustentável de desenvolvimento. A organização da comunidade, a capacitação de membros do próprio grupo e a busca de alternativas viáveis ao local são fatores que influenciam positivamente a busca desse modelo. Como afirma PRETTY (1996), embora a sustentabilidade seja uma construção social, esses fatores necessariamente estão presentes na busca por um desenvolvimento rural sustentável.

Por outro lado, a diversidade de interesses, cultura, práticas agrícolas e ambientais, relações de poder dentro do próprio grupo e com atores externos interferem também no processo. Como tratado por LONG (1995), embora as interações de interface pressuponham algum grau de interesse em comum, elas também têm a propensão de gerar conflitos devido a interesses e objetivos contraditórios ou ao poder desigual nas relações.

Portanto, a construção do desenvolvimento sustentável do Assentamento Vereda I é resultado desses diferentes fatores. As práticas que estão sendo geradas não podem ser consideradas um modelo de desenvolvimento pautado exclusivamente na agroecologia, nem tão pouco conhecimentos fragmentados. O encontro de conhecimentos e práticas está criando um novo paradigma capaz de promover mudanças na direção da sustentabilidade do assentamento.

5. Bibliografia

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FREITAS, Helana C. A. A Construção da Rede Sócio-Técnica de Educação de Assentados da Reforma Agrária: o PRONERA. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Sociologia Política da UFSC em 2007.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA/ Brasília), Vol. 14, nº 3, set/dez 1997: pp.411-448.

GUIVANT, Júlia S. Os Debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. Artigo apresentado no VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU). Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002.

LONG, Norman. From paradigm lost to paradigm regained? In: **Battlefields of Knowledge – The Interlocking of Theory and Practice in Social Research and development**. Ed. Norman Long Ann Long. Routedge, London and New York, 1992.

LONG, Norman. The Multiple Optic of Interface Analysis. UNESCO Background Paper on Interfaces Analysis, October 1999.

LONG, Norman and PLOEG, Jan D. Van Der. Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning. In Search of the middle ground: essays of planned development. Ed. Georg E. Frerks and Jan H. B. den Ouden. Wageningen: Agricultural University, Department of Sociology, 1995.

PEREIRA, José Roberto; d'ÁVILA, Cláudia Aparecida Romeiro; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; RIBEIRO, Luciana Maria Monteiro; ESCOBAR, Maria Inês. **Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I**. Brasília, UnB/UFV, 2001. 76p.

PRETTY, Jules N. Capacity Development and Capacity Challenges: Learning Methodologies and Mechanisms for Adaptative Aid Management. Theme Paper nº 4 OECD/DAC Workshop on “Capacity Development in Environment”. Rome, 4-6th December, 1996.

PRETTY, Jules N. **Regenerating Agriculture: Policies and Practice for Sustainability and Self-Reliance**. London: Earthscan Publications Limited, 1995.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 272p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**ATRIBUTOS QUÍMICOS E FÍSICOS E USO DAS TERRAS DE UMA ILHA DO RIO
SÃO FRANCISCO**

Luiz Arnaldo Fernandes¹
Vander Fillipe de Souza²
Wellerson Amaro Silva
Carlos Alberto Dayrell³
Regynaldo Arruda Sampaio
João Roberto Correia⁴

Resumo

Este trabalho aborda a utilização do solo pela população tradicional do Norte de Minas Gerais, autodenominada por Vazanteiros, que se beneficiam com a inundação do rio São Francisco, que fertiliza as margens e as ilhas com sedimento alocado após a vazante do rio, o lameiro como é designado possibilita o cultivo de olerícolas, gramíneas e leguminosas. Os vazanteiros identificam o lameiro, a baixa e a alta como ambientes distintos da ilha, foram então correlacionados os levantamentos dos atributos edáficos dos ambientes, o conhecimento tradicional e o sistema de capacidade de uso das terras. O manejo e a forma de uso do solo, apresentou adaptação ao contexto ambiental, condições dignas do manejo tradicional, mostrando-se eficiente e apta apesar dos riscos que sujeita.

Palavras-chave: Populações Tradicionais, Etnopedologia; Capacidade de Uso

1. Introdução

O rio São Francisco é o terceiro maior rio do Brasil depois do Amazonas e Paraná. Nasce na serra da Canastra região sudoeste de Minas Gerais e desemboca na Praia do Peba no estado de Alagoas. Desde as suas nascentes, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, até sua foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 km. O rio se divide em quatro trechos: o Alto São Francisco, que vai de suas cabeceiras até Pirapora, em Minas Gerais; o Médio, de Pirapora, onde começa o trecho navegável, até Remanso, na Bahia; o Submédio, de Remanso até Paulo Afonso, também na Bahia; e o Baixo, de Paulo Afonso até a foz. O rio São

¹ Eng. Agrôn., D.Sc., Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Acadêmico do curso de Eng. Agrônômica, Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³ Eng. Agôn., M.Sc., Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

⁴ Eng. Agrôn., D.Sc, Pesquisador da Embrapa Cerrados.

Francisco recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78 na esquerda. A produção de água de sua Bacia concentra-se nos cerrados do Brasil Central e em Minas Gerais e a grande variação do porte dos seus afluentes é consequência das diferenças climáticas entre as regiões drenadas. Sua bacia hidrográfica abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do Distrito Federal, com uma população estimada de mais de 13 milhões de habitantes distribuídos em 504 municípios. Os índices pluviiais da Bacia do São Francisco variam entre sua nascente e sua foz. A pluviometria média vai de 1.900 milímetros na área da Serra da Canastra a 350 milímetros no semi-árido nordestino. Por sua vez, os índices relativos à evaporação mudam inversamente e crescem de acordo com a distância das nascentes: vão de 500 milímetros anuais, na cabeceira, a 2.200 milímetros anuais em Petrolina (PE) (Brasil, 2007).

No médio São Francisco no Norte de Minas Gerais, ocorrem várias populações tradicionais, constituídas por grupos culturalmente diferenciados que, ao longo do tempo vêm reproduzindo seu modo de vida e relação com a natureza. A cooperação social, a adaptação a um meio ecológico específico e um grau variável de isolamento são aspectos característicos dessas populações (Diegues e Arruda, 2001). A questão das populações tradicionais está no centro do debate hegemônico global sobre o desenvolvimento sustentável, por meio da conexão entre os saberes tradicionais e conservação da biodiversidade e no debate geral em torno da persistência e renovação da diferença cultural no contexto das relações globais (Luz, 2005)

Os sertanejos, do Médio São Francisco no Norte de Minas Gerais são autodenominados por vazanteiros, caatingueiros e grazeiros, entre outros, em função da vinculação às condições ambientais em que estão integrados. Essas populações distinguem vários ambientes na paisagem do Norte de Minas, que aparentemente se mostra monótona e uniforme, fazendo complexas associações entre gênese, qualidade e restrições de uso dos diferentes ambientes da paisagem (Costa, 2006). Por exemplo, os caatingueiros ocupam os locais de mata seca enquanto os grazeiros habitam os planaltos, as encostas e os vales do bioma Cerrado.

Já os vazanteiros são populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são-franciscanos combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação de animais e extrativismo (Luz, 2005). Essas populações são também conhecidas por

barraqueiros, lameiro, varjeiro e varzeiros, predominando no médio São Francisco do Norte de Minas a denominação vazanteiros (Diegues e Arruda, 2001).

Segundo Pierson (1972) as ilhas ao longo do rio São Francisco foram habitadas em diferentes épocas por vários grupos de indígenas sendo que as missões jesuítas, nos séculos XVII e XVIII, também se localizavam nas ilhas. Costa (1999) relata também a ancestralidade negra dos vazanteiros no médio São Francisco Norte Mineiro. Ainda a existência de um sistema de transporte fluvial regular estimulou a migração de nordestinos para a região e contribuiu para a história de ocupação desse ambiente (Luz, 2005).

O sistema de trabalho dos vazanteiros e suas condições financeiras definem o local de moradia da família, que pode ser na ilha, na margem do rio ou nas cidades ribeirinhas (Luz, 2005) Segundo o autor, a vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia, que se adapta aos ciclos do rio: seca, enchente, cheia e vazante.

Nas ilhas cada família tem seu território baseado nos direitos de uso gerados pelo trabalho, o que significa que as regras de direito estão referidas aos frutos do trabalho (Luz, 2005). Segundo o autor, perdura entre a população um sistema de direitos combinados que regula as formas de apropriação e acesso aos recursos nos diversos ambientes que integram o território. Os saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas é que estabelecem e mantêm o território, que é o espaço ao qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo (Castro, 2000).

Em períodos de grandes enchentes quando as ilhas são submersas, os vazanteiros mudam para as Caatingas ou para os Cerrados próximos as margens do rio. Nas margens são formadas as lagoas pelas enchentes que transbordam a calha principal do rio. Essas lagoas, denominadas por criadoras, recebem os alevinos nas cheias do rio e os cria até que uma nova enchente os leve de volta ao rio, funcionando como criadouros naturais de peixes. Os vazanteiros por questões de sobrevivência e culturais, como a existência de seres mitológicos do rio, preservam as lagoas criadoras e manejam os diversos ambientes que compõem as ilhas (Luz, 2005).

No que se referem aos solos das ilhas, os vazanteiros distinguem diferentes tipos e usos. Segundo Correia (2005), os saberes dos agricultores, os quais geralmente possuem um bom acúmulo de informações sobre a evolução temporal da paisagem e do solo da região onde vivem, podem ser uma referência útil no levantamento de informações de solos, auxiliando no planejamento do uso da terra. Para Krasilnikov e Tabor (2003), as técnicas mais sofisticadas desenvolvidas pela pesquisa pedológica não são capazes de tornar o mapeamento

detalhado, no nível da área das comunidades rurais, uma ferramenta para subsidiá-las na organização de seu espaço rural.

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo relacionar os atributos físicos e químicos dos solos das ilhas do médio São Francisco Norte Mineiro com o conhecimento que a população local tem do ambiente.

2. Materiais e métodos

2.1 Caracterização da área de estudo e aspectos gerais da região

A ilha onde foi realizado o trabalho é denominada localmente por Ilha da Ressaca. Possui aproximadamente 160 hectares e está localizada no Rio Francisco, no município de Matias Cardoso, Estado de Minas Gerais, na região do médio São Francisco no Norte de Minas Gerais, nas coordenadas geográficas 14° 55'44,01" de latitude sul e 43°57'28,62" de longitude leste, em relação ao meridiano de Grenuicg. Atualmente trabalham 48 famílias na Ilha da Ressaca, que residem na própria ilha ou na margem direita do Rio São Francisco, a mais de 60 anos.

O município de Matias Cardoso está inserido em área de domínio do Bioma Caatinga, apresentando como vegetação característica a Floresta Decídua (Carvalho, 2005), localmente denominada por Mata Seca da Jaiba. Apresenta clima tropical de savana (*Aw*), segundo a classificação de Köpen, com cinco a seis meses secos e precipitação pluviométrica média anual de 800 a 1.000mm. Relevo predominantemente plano e solos geralmente eutróficos, originados de rochas calcárias (Embrapa, 1979).

As formas do terreno as margens do Rio São Francisco no Norte de Minas, de acordo com suas características geomorfológicas e estruturais, pertencem às superfícies de aplainamento da depressão sanfranciscana, caracterizada pelas grandes superfícies rebaixadas ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes, com relevo predominantemente plano e altitude variando de 430 a 470 metros. Quanto à geologia de superfície e ao material originário de importância na formação dos solos desses locais, destacam-se as formações referentes ao período Holoceno, representado por sedimentos recentes aluvionares, de origem fluvial, geralmente não consolidados, de natureza granulométrica variáveis, formados por camadas estratificadas de cascalhos, areias, siltes e argilas, sem deposição preferencial e por depósitos orgânicos (Embrapa, 1979).

2.2 Levantamento dos atributos edáficos e do conhecimento local e classificação das terras segundo o Sistema de Capacidade de Uso

Para atingir aos objetivos foi levantado um conjunto de informações etnoecológicas junto, a população local, autodenominada por vazanteiros, recorrendo-se as perspectivas metodológicas desenvolvidas por Dayrell (1998) em estudos pioneiros sobre os “geraizeiros” no Norte de Minas.

Após a familiarização dos ambientes reconhecidos e descritos pelos vazanteiros foi confeccionado um mapa esquemático da Ilha da Ressaca e foram realizados os trabalhos de campo acompanhado por moradores mais antigos para a identificação, descrição e delimitação dos diferentes ambientes reconhecidos.

No campo foram levantadas informações referentes à profundidade efetiva do solo, drenagem, pedregosidade, risco de inundação, declividade do terreno, presença ou risco de erosão hídrica, cor, e textura das camadas superficiais e sub-superficiais dos solos, para a classificação das terras no Sistema de Capacidade de Uso, conforme Lepsch et al. (1983) e Bertolini & Bellinazzi Júnior (1994). Nesse momento foram coletadas amostras de solo dos diferentes ambientes e camadas diferenciadas pelos vazanteiros. Para o levantamento das informações etnopedológicas no campo utilizou-se como referência a metodologia descrita por Corrêa (2007).

As amostras de solos para as análises químicas e físicas foram coletadas em duas camadas, superficiais e sub-superficiais, conforme diferenciação realizada pelos vazanteiros. No total foram coletadas amostras compostas em quatro locais. As análises químicas e físicas para os atributos pH em água, P disponível, P remanescente, Ca, Mg, K e Al trocáveis, H+Al, micronutrientes (B, Cu, Fe, Mn e Zn), matéria orgânica, granulometria da fração terra fina (areia total, silte e argila), foram realizadas conforme Embrapa (1997) e o enxofre conforme Alvarez V et al. (2001). Com base nestes atributos calculou-se a soma de bases (SB), capacidade de troca de cátions efetiva (t), capacidade de troca cátions potencial (T), saturação por bases (V) e saturação por alumínio (m).

Calculou-se a média e o intervalo de confiança dos atributos analisados, para cada ambiente e os resultados foram interpretados de acordo com Ribeiro et al. (1999) e Alvarez V et al. (2007). A partir das informações dos vazanteiros e dos resultados das análises químicas e físicas, as terras foram classificadas de acordo com o Sistema de Capacidade de Uso (Lepsch et al., 1983).

3. Resultados obtidos

3.1 Levantamento de informações sobre o uso das terras e caracterização dos diferentes ambientes junto aos vazanteiros

Os vazanteiros denominam os braços do rio São Francisco que contornam a ilha no sentido longitudinal, o rio grande margem esquerda da ilha e rio pequeno, margem direita da ilha (Figura 1). Em média, o rio grande tem aproximadamente 500 metros de largura enquanto que o rio pequeno tem pouco mais de 60 metros. Num caminhamento transversal ao maior comprimento da ilha partindo da margem direita da mesma, rio pequeno, os vazanteiros reconheceram três ambientes distintos – lameiro, baixa ou vazante ou barreiro e alta ou beiral ou *peiral*- além da margem direita do Rio São Francisco, denominada por terra firme (Figura 2). Luz (2005) trabalhando em ilhas do Rio São Francisco nos municípios de Januária –MG e Manga - MG verificou denominações semelhantes. No trabalho desse autor, foram identificados os seguintes ambientes: baixão, que após a inundação forma o lameiro; vazante, alagadiço ou lameiro e; terra alta, que é a parte mais elevada.

O ambiente lameiro localiza-se entre a margem do rio pequeno e o início da baixa. Caracteriza-se por uma encosta (barranco) com declividade média de 10%. Esse ambiente é o primeiro a ser inundado pela cheia do rio e onde está o vertedouro ou sangradouro que conduz a água que irá inundar a ilha na época das cheias.

Os vazanteiros identificaram duas camadas de solo, a primeira, denominada por areia, com aproximadamente 20 cm de espessura, sobre outra mais argilosa, que denominaram por barro, também com aproximadamente 20 cm espessura, sobre uma camada de areia. Nesse ambiente são cultivadas principalmente hortaliças, pela facilidade de irrigação, devido à proximidade do rio pequeno.

Na baixa, ocorre um micro-relevo, depressões e elevações. E esse ambiente, após as cheias do rio, é o último a secar, formando lagoas. Quando as lagoas secam a superfície do terreno fica coberta por uma camada de sedimentos mais argilosos, denominado por lama pelos vazanteiros. Nas depressões não foram reconhecidas camadas distintas, predominando o barro até 40 cm de profundidade (Figura 2). Já nas elevações ocorre uma camada de barro sobre uma de areia, ambas com aproximadamente 20 cm de espessura.

Para o cultivo, a área das elevações é insignificante, concentrando-se o plantio nas depressões do ambiente baixa. Nesse ambiente são cultivados milho, batata doce, melancia, abóbora, quiabo entre outras, sendo considerado o ambiente de terras mais produtivas. No

entanto, segundo os vazanteiros, não se pode plantar diretamente na camada superficial de lama, é preciso cavar até chegar à camada de areia para colocar as sementes. A camada superficial de lama seca muito rápida e quando a planta não morre as raízes não se desenvolvem, como por exemplo, as da batata-doce. Plantando na camada sub-superficial, as raízes se desenvolvem e a camada superficial de lama funciona como uma proteção contra a perda de água. A camada de areia é considerada como terra mais fresca e mole e permanece mais tempo úmida que a de barro superficial. Tanto na baixa quanto no lameiro o plantio inicia no mês de março, conforme o recuo do rio e as colheitas estendem-se até o mês de setembro.

O ambiente alta, segundo os vazanteiros, são de fertilidade inferior aos da baixa e do lameiro e são utilizadas principalmente para o plantio de mandioca e feijão-de-corda. Segundo os vazanteiros, no barro da baixa as raízes de mandioca demoram a crescerem e ficam finas, já na areia da alta elas ficam mais grossas e crescem rápido. Esse ambiente não é inundado todo ano e a época de plantio inicia-se com as chuvas, nos meses de outubro e novembro e as colheitas no mês de abril. O período de cultivo pode ser estendido por um período maior se as terras forem irrigadas com água das lagoas que se forma na baixa. Tanto no lameiro quanto na alta a irrigação é manual, com o auxílio de baldes para transportar a água.

O ambiente terra firme, que corresponde a margem direita do rio São Francisco que circunda a ilha, também é cultivado pelos vazanteiros. Nesse ambiente foi identificada uma camada de areia sobre uma de barro, ambas com aproximadamente 20 cm de espessura. Nos locais onde formam as lagoas tem-se o inverso, ou seja, uma camada de barro sobre uma de areia, semelhantemente ao que ocorre no ambiente baixa da ilha. Na faixa mais próxima ao rio, as culturas e a época de plantio são semelhantes as da baixa e, à medida que se afasta da margem, se aproxima do uso das terras do ambiente alta da ilha. No entanto, de modo geral, os vazanteiros consideram as terras da ilha mais férteis e mais úmidas que as da terra firme.

Desta forma, as terras da ilha são cultivadas praticamente em todas as épocas do ano, exceto quando o ambiente alta e terra firme também estão submersas, podendo ter até três ciclos de cultivo num mesmo ano.

As inundações da ilha são desejadas pelos vazanteiros, pois, segundo eles renovam e fertilizam das terras e sinalizam boas colheitas. Quando ocorrem grandes enchentes em que as ilhas são totalmente inundadas a população abandona as casas e migram para as margens do rio. As ilhas sofrem constantes processos de sedimentação e dissecação fluvial, aumentando e diminuindo seu tamanho e variando o material depositado. Segundo os vazanteiros, quando há

enchentes a correnteza é maior na parte alta, enquanto que na parte baixa as águas se espalham e a correnteza é menor, até que as águas abaxem e forme as lagoas.

Embora os vazanteiros ocupem locais considerados como áreas de preservação permanente (APPs) segundo o Código Florestal (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965) eles protegem as lagoas criadoras de peixes que se formam na época das cheias do rio São Francisco. A importância dessas populações na reprodução dos peixes é percebida quando se constata, em locais fora do território dos vazanteiros, a drenagem das lagoas para a formação de pastagens e campineiras. Além do sentimento de preservação do meio – ambiente perduram mitos, como o do *cumpadre*, que pune os que desobedecem as regras de pescas e preservação das lagoas.

3.2 Levantamento dos atributos edáficos e ambientais para a classificação dos ambientes segundo o Sistema de Capacidade de Uso das Terras

Os solos da Ilha da Ressaca são formados por sedimentos fluviais não consolidados que, independentemente da posição na paisagem, definida pelos ciclos hidrológicos do rio, são eutróficos. Os valores de pH variam de bom a muito alto, os teores de Ca, Mg variam de médio a muito bom e os de P e K, de muito baixo a bom (Quadros 1 e 2), conforme as classes de interpretação de fertilidade do solo preconizada por Ribeiro et al. (1999), para o Estado de Minas Gerais. Por outro lado, apresentam teores muito baixo de Al, não detectado pela metodologia utilizada, e conseqüentemente, baixa saturação por alumínio. A saturação por bases é considerada boa a muito boa, com valores acima de 70%, que é considerado adequado para a maioria das culturas, não necessitando, portanto de correção da acidez do solo pela calagem.

Interessante observar que capacidade de troca de cátions, responsáveis pela permanência dos cátions trocáveis no sistema solo, variou de baixa a muito boa. Os menores valores foram observados nas camadas superficiais dos ambientes lameiro e alta e, na camada sub-superficial da elevação da baixa, identificadas pelos vazanteiros como areia.

Provavelmente esses teores altos de Ca, Mg e saturação por bases sejam devidos à influência dos solos calcários da região. Os solos da região também apresentam teores altos de potássio (Embrapa, 1979), que pode ter influenciado os solos da ilha. Por outro lado, nas camadas superficiais dos ambientes lameiro e alta e, na camada sub-superficial da elevação da baixa, os teores de potássio foram baixos, possivelmente pela menor capacidade de troca de cátions dessas camadas (Quadros 1 e 2).

De modo geral os teores de matéria orgânica do solo variaram de baixo a médio, exceto na camada superficial da depressão da baixa que apresenta altos teores. Nesse ambiente são formadas as lagoas, sendo o ultimo a secar após a enchente. A anaerobiose do solo durante um maior período de tempo em relação aos demais ambientes da ilha pode favorecer o acúmulo de matéria orgânica, além de ser essa posição da paisagem receptora de sedimentos, inclusive de material orgânico.

Os teores de enxofre, segundo Alvarez V et al. (2007), são muito baixos, exceto na camada sub-superficial do ambiente lameiro que é médio e na camada superficial da parte mais elevada da baixa que é muito bom (Quadros 1 e 2).

Para os micronutrientes zinco, ferro e manganês os teores em todos os ambientes foram classificados como altos. Já os teores de boro foram baixos, exceto na camada sub-superficial da alta que foram médios. Os teores de cobre foram os que mais variaram entre os ambientes e camadas, sendo classificados como: médio na camada sub-superficial da parte mais elevada da baixa; bom na camada superficial dos ambientes lameiro, alta e margem do rio e na camada sub-superficial da margem do rio e; altos nos demais ambientes e camadas.

De modo geral, independentemente do ambiente, os teores de macro e micronutrientes foram maiores nas camadas identificadas pelos vazanteiros por barro do que nas identificadas por areia.

Quanto à textura, essa variou de arenosa a franca, sendo que os teores de argila não ultrapassaram 140 mg dm^{-3} , predominando nos distintos ambientes identificados pelos vazanteiros a fração areia, mesmo nas camadas denominadas por barro. No entanto observa-se baixos teores de areia grossa (partículas com diâmetros 2,0 a 0,2 mm) em relação aos de areia fina (partículas com diâmetro de 0,2 a 0,02 mm). Interessante destacar os elevados teores de silte nas camadas denominadas por barro pelos vazanteiros.

A partir dos resultados das análises químicas e físicas e dos demais atributos dos solos (Quadros 1, 2 e 3) as terras foram classificados de acordo com o Sistema de Capacidade de Uso (Lepsch, 1983; Bertolini e Bellinazzi Júnior, 1994). Além dos atributos específicos de cada ambiente, para a classificação das terras foi considerado o clima da região, onde a estação seca ultrapassa quatro meses.

As terras dos ambientes lameiro, alta e terra firme, em função do risco de inundação freqüente, um a cinco anos de recorrência, e de média duração, de dois a um mês, foram classificados como Va,c – terras planas, ou com declives suaves, praticamente livres de erosão, com deflúvio praticamente nulo, com risco de inundação e com limitações climáticas muito sérias, devido a períodos secos prolongados (Lepsch, 1983; Bertolini e Bellinazzi

Júnior, 1994). São impróprias para serem exploradas com culturas anuais, e que podem, com segurança, ser apropriadas para pastagens, florestas ou mesmo para algumas culturas permanentes, sem a aplicação de técnicas especiais (Lepsch, 1983). As terras do lameiro, embora apresentem declividade acentuada (10 a 15%), foram classificadas como Va, por ser o risco de inundação uma limitação mais restritiva que o declive do terreno.

Já as terras da baixa, em função do risco de inundação freqüente e de longa duração, por mais de um mês, foram classificadas como VIa, c – terras de solos muito úmidos, com pequenas ou nulas possibilidades de drenagem artificial e com limitações climáticas muito sérias, devido a períodos secos prolongados e impróprias para cultivos intensivos (Lepsch, 1983; Bertolini e Bellinazzi Júnior, 1994).

Relação entre o conhecimento local, atributos do solo e capacidade de uso das terras

Embora os solos sejam eutróficos, apresentam, de modo geral, baixa disponibilidade de fósforo e potássio, principalmente nas camadas classificadas como areia pelos vazanteiros. Nesses são cultivadas várias espécies de plantas, utilizando-se variedades, denominadas por crioulas. As sementes utilizadas são produzidas pelos próprios vazanteiros, exceto para a melancia que nos últimos anos alguns agricultores tem utilizado sementes híbridas. Essas variedades, embora de produtividade inferior a das melhoradas geneticamente, são adaptadas aos solos de baixa fertilidade. Na Ilha da Ressaca não há uso nenhum tipo insumo químico, como fertilizantes e defensivos.

Pelo Sistema de Capacidade de Uso, os solos da Ilha da Ressaca não se prestam para cultivos intensivos, no entanto devido às particularidades dos diferentes ambientes e do modo de exploração das terras, os vazanteiros conseguem produzir nesses solos e garantir a sobrevivência de um grande número de pessoas em uma área relativamente pequena para os padrões da região semi-árida norte mineira. Por meio da racionalização do uso das terras, de acordo com os ciclos de inundação e drenagem, da exploração distinta dos ambientes e camadas do solo, consegue-se cultivar durante quase todo o ano. No Sistema de Capacidade de Uso não se prevê o uso de irrigação, no entanto os vazanteiros utilizam à irrigação, manual por meio de baldes, no ambiente lameiro, onde se cultiva principalmente hortaliças e, esporadicamente na alta, quando se cultiva melancia.

Embora o terreno do ambiente lameiro apresente uma declividade acentuada, não é adotada nenhuma prática de conservação do solo, uma vez que os próprios ciclos de inundação e drenagem se encarregam da renovação dos solos desse ambiente.

Na baixa, onde a inundação foi um fator bastante restritivo ao cultivo desse ambiente, o Sistema de Capacidade de Uso, não considerou o conhecimento local sobre os ciclos de inundação e drenagem e o microrelevo. Os vazanteiros percebem diferenças entre a parte elevada e a depressão da baixa, e entre as camadas de barro e areia. Nesse ambiente a camada superficial da baixa é removida e o plantio é realizado na camada sub-superficial. Após as enchentes o ambiente alta é o primeiro a ser cultivado, seguido do lameiro e por último a baixa. Com o uso de irrigação, tanto o ambiente alta quanto o lameiro podem ser cultivados fora do período chuvoso.

4. Literatura Citada

ALVAREZ, V.V.H.; DIAS, L.E.; RIBEIRO, E.S.; SOUZA, R.B.; FONSECA, C.A. Métodos de análises de enxofre em solos e plantas. Viçosa, MG, Universidade Federal de Viçosa, 2001. 131p.

ALVAREZ, V, V.H.; ROSCOE, R.; KURIHARA, C.H.; PEREIRA, N.F. Enxofre. In.: NOVAIS, R.F.; ALVAREZ V., V.H.; BARROS, N.F.; FONTES, R.L.F.; NEVES, J.C.L. Fertilidade do solo. Viçosa: SBCS, 2007. p.595-644.

BERTOLINI, D.; BELLINAZZI JÚNIOR, R. Levantamento do meio físico para determinação da capacidade de uso das terras. 2 ed. Campinas:CATI, 1994. 29p. (CATI. Boletim Técnico, 175).

Brasil. Rio São Francisco. <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/rio/index.asp>. Acesso em 23 de outubro de 2007.

CARVALHO, L.M.T.; SCOLFORO, J.R.S.; OLIVEIRA, A.D.O.; MELLO, J.M.; OLIVEIRA, L.T.; CAVALCANTI, H.C.; VARGAS FILHO, V. Mapeamento da flora nativa e dos reflorestamentos do Estado de Minas Gerais. Lavras: UFLA, 2005. 88p.

CORREIA, J. B. Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre os saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de cerrado em Rio Pardo de Minas, MG. Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005. 234p. (Tese de Doutorado).

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (org.). Etnoconservação. São Paulo: Hucitec, 2000.

COSTA, J.B.A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. Rev. Verde Grande, 1:8-47. 2006.

CAVEDON, A. D.; SHINZATO, E. Capacidade de uso das terras. In.: CAVEDON, A. D.; SHINZATO, E; JACQUES, P.D., Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia: levantamento de reconhecimento de solos, capacidade de uso das terras e uso do solo e cobertura vegetal. Salvador: CPRM/SA, 2000. v.4 ; 94 p.

DAYRELL, C. A. Geraiszeiros y biodiversidad em el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas. Huelva, Universidad Nacional de Andalucía, 1998. 195p. (Dissertação de Mestrado).

DIEGUES A.C.; ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. Levantamento exploratório: reconhecimento de solos do Norte de Minas Gerais: área de atuação da SUDENE. Recife, 1979. 407p. (EMBRAPA – SNLCS. Boletim Técnico, 60; SUDENE – DRN. Série Recursos de Solos, 12).

EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solo. Manual de métodos de análise de solo. Rio de Janeiro: Ministério da agricultura, 1997. 212p

KRASILNIKOV, P.V.; TABOR, J.A .Perspective on utilitarian ethnopedology. Geoderma, 111:197-215, 2003.

LEPSCH, I. P. **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso: 4ª aproximação.** Campinas: SBCS, 1983. 175p.

LUZ, C. Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2005, 133p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

PIERSON, D. O homem no vale do São Francisco. Ministério do Interior, Superintendência do vale do São Francisco. 1972. Tomo II. 638p.

RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V, V.H. (Ed) Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais - 5ª Aproximação. Viçosa, 1999. 359p.

5. Anexos

Quadro 1. Atributos químicos e físicos dos solos dos ambientes Terra firme e lameiro, nas camadas superficial e sub-superficial.

Atributos do solo	Terra firme				Lameiro			
	Superficial		Sub-superficial		Superficial		Sub-superficial	
pH em água	7,0 ¹	± 0,5 ²	6,7	± 0,6	7,0	± 0,4	6,3	± 0,5
P (mg dm ⁻³)	20,3	± 3,2	4,2	± 0,8	8,7	± 0,6	11,6	± 0,5
P rem. (mg L ⁻¹)	39,0	± 9,5	40,6	± 8,5	40,6	± 9,1	29,6	± 2,1
Ca (mmol _c dm ⁻³)	28,0	± 3,5	38,0	± 5,5	20,0	± 2,5	42,0	± 4,5
Mg (mmol _c dm ⁻³)	11,0	± 1,2	12,0	± 1,1	6,0	± 0,4	18,0	± 1,4
K (mmol _c dm ⁻³)	1,1	± 0,1	1,1	± 0,1	0,6	± 0,1	1,2	± 0,1
Al (mmol _c dm ⁻³)	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0
H+Al (mmol _c dm ⁻³)	8,8	± 1,2	12,5	± 0,9	9,4	± 1,1	13,5	± 0,9
SB (mmol _c dm ⁻³)	40,1	± 10,2	51,1	± 8,1	26,6	± 4,2	61,2	± 12,1

t (mmol _c dm ⁻³)	40,1	± 11,3	51,1	± 9,4	26,6	± 5,1	61,2	± 15,2
m (%)	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0	0,0	± 0,0
T (mmol _c dm ⁻³)	48,9	± 15,1	63,6	± 14,3	36,1	± 8,1	74,7	± 14,2
V (%)	82,0	± 15,0	80,0	± 18,3	74,0	± 12,4	82,0	± 13,5
S (mg dm ⁻³)	2,0	± 0,3	1,9	± 0,1	9,7	± 1,2	5,5	± 0,9
B (mg dm ⁻³)	0,1	± 0,0	0,1	± 0,0	0,1	± 0,0	0,1	± 0,0
Zn (mg dm ⁻³)	10,7	± 1,2	2,3	± 0,5	7,2	± 1,1	11,7	± 2,3
Fe (mg dm ⁻³)	441	± 31	365	± 40	756	± 65	863	± 78
Mn (mg dm ⁻³)	85,5	± 15,6	47,2	± 9,7	94,9	± 25,8	153,	± 31,2
							4	
Cu (mg dm ⁻³)	1,7	± 0,3	1,4	± 0,5	1,3	± 0,4	3,2	± 0,9
Mat. Org. (g kg ⁻¹)	25,0	± 1,2	23,7	± 2,2	12,6	± 1,4	20,0	±
1)								
Areia grossa (g kg ⁻¹)	80	± 10,3	10	± 0,8	10	± 0,8	10	± 1,2
Areia fina (g kg ⁻¹)	780	± 40,5	710	± 30,4	830	± 68,2	670	± 35,8
1)								
Silte (g kg ⁻¹)	100	± 5,2	180	± 10,5	100	± 8,9	220	± 18,8
Argila (g kg ⁻¹)	40	± 2,5	100	± 2,8	60	± 11,3	100	± 12,4

¹Média ²Desvio padrão

Quadro 2. Atributos químicos e físicos dos solos dos ambientes Baixa (elevação e depressão) e Alta, nas camadas superficial e sub-superficial.

Atributos do solo	Elevação da baixa		Depressão da baixa		Alta	
	Superf.	Sub-sup.	Superf.	Sub-sup.	Superf.	Sub-sup.
pH em água	5,8	± 6,9	± 6,0	± 6,0	± 6,5	± 7,5
	¹ 0,4 ²	0,6	0,5	0,5	0,5 ²	0,8
P (mg dm ⁻³)	20,	± 9,9	± 14,9	± 12,1	± 6,7	± 7,1
	9 2,3	0,5	1,0	1,1		0,8
P rem. (mg L ⁻¹)	22,	± 37,5	± 28,2	± 28,2	± 39,0	± 36,2
	8 5,4	7,8	2,3	3,8		5,6
Ca (mmol _c dm ⁻³)	55,	± 18,0	± 68,0	± 55,0	± 10,0	± 51,0
	0 8,6	1,3	5,6	8,2		7,5

Mg (mmol _c dm ⁻³)	15, ± 0	7,0 ± 1,2	± 0,5	22,0 ± 3,1	± 2,8	18,0 ± 2,8	± 8,0	± 16,0	± 1,4
K (mmol _c dm ⁻³)	2,1 ± 0,1	0,9 ± 0,1	± 0,1	2,3 ± 0,2	± 0,9	1,9 ± 0,9	± 1,0	± 1,2	± 0,5
Al (mmol _c dm ⁻³)	0,0 ± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	± 0,0	± 0,0
H+Al (mmol _c dm ⁻³)	17, ± 2	6,3 ± 3,3	± 0,3	22,9 ± 3,7	± 2,1	21,5 ± 2,1	± 7,6	± 9,4	± 0,8
SB (mmol _c dm ⁻³)	72, ± 1	25,9 ± 18,5	± 2,3	92,3 ± 10,2	± 8,2	74,9 ± 8,2	± 19,1	± 68,2	± 7,9
t (mmol _c dm ⁻³)	72, ± 1	25,9 ± 21,3	± 3,1	92,3 ± 12,5	± 7,9	74,9 ± 7,9	± 19,1	± 68,2	± 8,5
m (%)	0,0 ± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	0,0 ± 0,0	± 0,0	± 0,0	± 0,0
T (mmol _c dm ⁻³)	89, ± 3	32,2 ± 21,5	± 5,6	115, ± 3	± 20,1	96,4 ± 10,8	± 26,7	± 77,6	± 8,4
V (%)	81, ± 0	80,0 ± 25,6	± 14,1	80,0 ± 12,3	± 8,9	78,0 ± 8,9	± 71,0	± 88,0	± 8,5
S (mg dm ⁻³)	30, ± 6	2,4 ± 2,9	± 0,3	3,3 ± 0,4	± 0,3	3,2 ± 0,3	± 1,8	± 4,2	± 0,4
B (mg dm ⁻³)	0,3 ± 0,0	0,1 ± 0,0	± 0,0	0,1 ± 0,0	± 0,0	0,1 ± 0,0	± 0,1	± 0,2	± 0,0
Zn (mg dm ⁻³)	21, ± 6	7,8 ± 3,5	± 1,2	22,6 ± 3,1	± 5,2	22,1 ± 5,2	± 8,5	± 33,2	± 5,1
Fe (mg dm ⁻³)	122 ± 0	408 ± 204	± 67	565 ± 75	± 81	593 ± 81	± 690	± 500	± 48
Mn (mg dm ⁻³)	501 ± 0,5	42,3 ± 45,1	± 11,2	82,4 ± 21,3	± 9,8	67,9 ± 9,8	± 76,6	± 115, ± 1	± 26
Cu (mg dm ⁻³)	5,6 ± 0,8	1,2 ± 0,1	± 0,1	4,8 ± 0,9	± 0,8	5,0 ± 0,8	± 1,4	± 4,9	± 1,0
Mat. Org. (g kg ⁻¹)	40, ± 9	11,7 ± 8,9	± 0,4	27,8 ± 2,4	± 2,8	20,0 ± 2,8	± 11,7	± 16,6	± 2,3

Areia grossa (g kg ⁻¹)	10	±	20	±	10	±	10	±	110	±	10	±
		1,1		2,1		0,9		1,1				0,7
Areia fina (g kg ⁻¹)	370	±	820	±	430	±	450	±	770	±	710	±
		40,1		60,7		40,9		45,8				62
Silte (g kg ⁻¹)	480	±	120	±	420	±	400	±	60	±	180	±
		52,2		17,3		51,2		47,5				20
Argila (g kg ⁻¹)	140	±	40	±	140	±	140	±	60	±	100	±
		25,4		8,2		14,5		12,3				14

¹Média ² Desvio padrão

Quadro 3. Informações dos solos dos diferentes ambientes percebidos pelos Vazanteiros.

Atributos	Terra firme	Lameiro	Elevação da Baixa	Depressão da Baixa	Alta
Profundidade efetiva ¹	Profunda (1-2 m)	Pouco profunda (0,5-1m)	Profunda (1 – 2 m)	Profunda (1- 2 m)	Muito profunda (> 2m)
Drenagem ²	Bem drenada	Bem drenada	Bem drenada	Bem drenada	Bem drenada
Pedregosidade	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Riscos de inundação	Entre um a cinco anos de recorrência e por até um mês	Entre um a cinco anos de recorrência e por até um mês	Entre um a cinco anos de recorrência e por mais de um mês	Entre um a cinco anos de recorrência e por mais de um mês	Entre um a cinco anos de recorrência e por até um mês
Declividade ⁴	Suave ondulada (2 – 5%)	Colinosa (10 - 15%)	Suave ondulada (2- 5%)	Plana (< 2%)	Suave ondulada (2 - 5%)
Erosão hídrica	Não aparente	Presente, mas em grau não identificado.	Não aparente	Não aparente	Não aparente
Cor ⁶					
Textura ⁷	Areia franca / Franco-arenosa	Areia franca / Franco-arenosa	Franca / Franco-arenosa	Franca / Franca	Areia / Franca-arenosa
Saturação por bases ⁷	78% (Eutrófico) / 71% (Eutrófico)	74% (Eutrófico) / 82% (Eutrófico)	81% (Eutrófico) / 80% (Eutrófico)	80% (Eutrófico) / 78% (Eutrófico)	71% (eutrófico) / 88% (Eutrófico)
Classe de Capacidade de Uso	Va	Va	VIa	VIa	Va

¹ Observada em cortes de barrancos. ² Inferida através da profundidade do lençol freático, evidência de mosqueados e gleização e textura da camada de 0-40cm de profundidade. ³ Ocorre entre 1 a 5 anos, permanecendo o solo coberto com água por mais de um mês. ⁴ Determinada por clinômetro. ⁵ Solos virgens recobertos por vegetação. ⁶ De acordo com a Carta de Munsell. ⁷ Referente a camada superficial do solo e subsuperficial, de acordo com o a Escala Internacional de fração do solo.

Figura 1. Posição da Ilha da Ressaca no Rio São Francisco

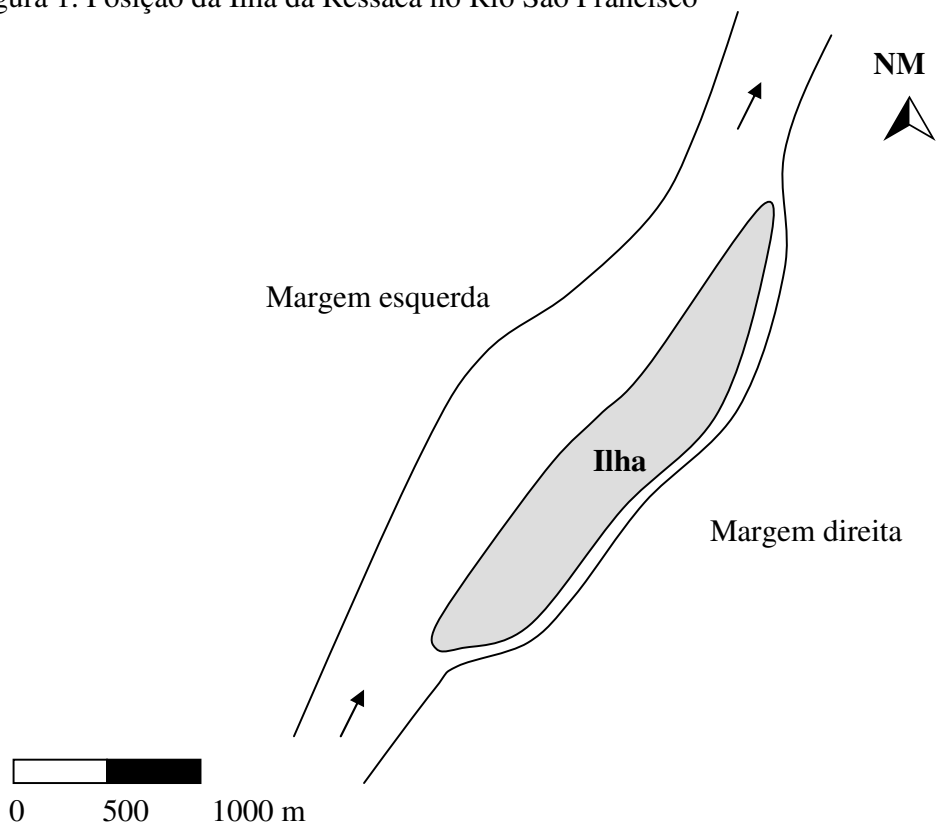
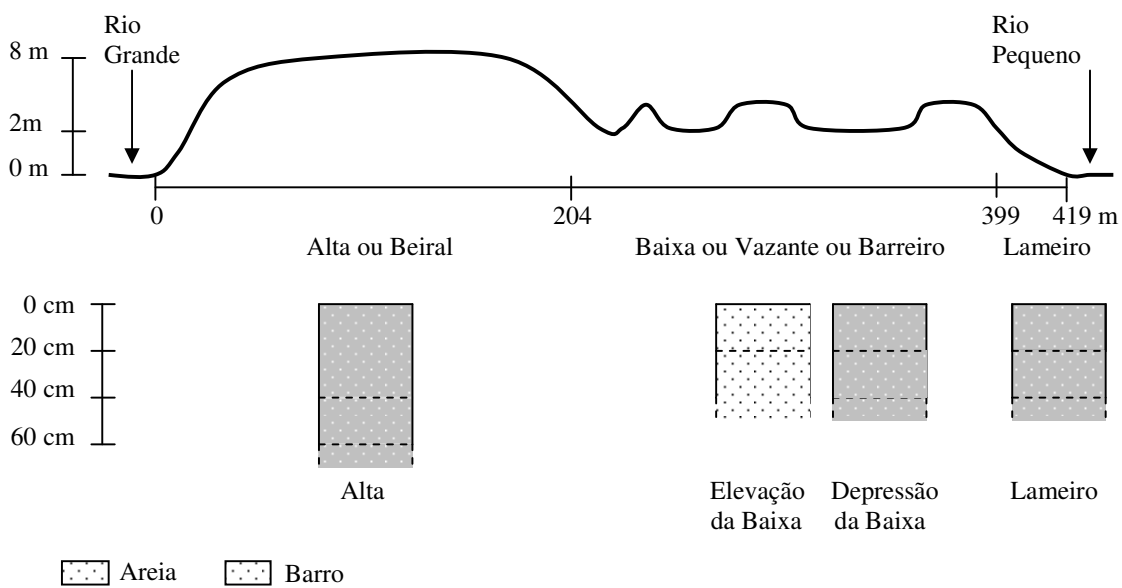


Figura 2. Corte transversal da Ilha e diagrama do solo



3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

Cerrado, sentidos e interesses em disputa: os conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas (GO)

Lorena Cândido Fleury¹
Jalcione Almeida²

Resumo

O uso e apropriação do espaço cultural e biogeograficamente entendido como Cerrado tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Emblemática do que ocorre nas regiões de Cerrado está a área do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, abrangendo cinco municípios pertencentes aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Testemunha de todas as etapas de ocupação observadas no Cerrado, atualmente o PNE é considerado uma “ilha” de biodiversidade em meio à matriz agropecuária, caracterizada pela agricultura tecnificada voltada para exportação. No entanto, desde o final da década de 1990, com a relevância da questão ambiental, essa unidade de conservação tem sido alvo de ações conduzidas por órgãos federais responsáveis pelo meio ambiente e organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, de cunho ambientalista, voltadas para a integração do Parque ao seu contexto regional através da conservação. Assim, esses grupos têm se somado aos atores locais, como produtores rurais e populações tradicionais, culminando em uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada. Recentemente, esse embate tem sido reforçado pelo litígio em torno da proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de 2 a 10 km contígua ao Parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades. Tendo esse contexto em vista, o presente artigo formula como questão central: como se configura o conflito ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas e quais as representações sociais da conservação ambiental das populações do entorno que permeiam este conflito? Para respondê-la, foi realizada uma pesquisa de campo na área do entorno do PNE no período de fevereiro a meados de abril de 2007, adotando-se como referencial teórico-metodológico a noção de representações sociais articulada aos estudos sobre conflitos ambientais. Após observação direta, pesquisa documental, técnicas de associações livres e entrevistas semi-estruturadas com 51 agentes atuantes na área do entorno, representando os principais grupos sociais identificados (representantes do poder público, produtores rurais, agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e população tradicional), conclui-se que a representação social da conservação ambiental no entorno do PNE atua como elemento de distinção entre os grupos sociais ali presentes e fator explicativo da heterogeneidade de objetivos e interesses para o espaço comum explicitada na deflagração do conflito ambiental. Conclui-se também que as disputas em torno da Zona de Amortecimento são, simultaneamente, disputas por sentidos culturais, pautadas não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

¹ PGDR/UFRGS.

² PGDR/UFRGS

Palavras-chave: Conflitos ambientais, representações sociais, Cerrado.

1. Introdução

O uso e apropriação do espaço cultural e biogeograficamente entendido como Cerrado tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Assim é que, em pouco mais de 50 anos, no período de 1940 a 1990, este bioma passou na esfera nacional de “sustentáculo de territórios indígenas” a “vazios demográficos”, de “terras improdutivas” a “grande celeiro do país”. Contemporaneamente, devido aos impactos sobre o meio natural decorrentes do sistema agrário voltado para a produção de *commodities*, consorciados à relevância atual da questão ambiental, novos atores – tais quais organizações não-governamentais de cunho ambientalista, órgãos de governo voltados para o meio ambiente e instituições de pesquisa – têm reclamado participação no processo de ocupação deste bioma, dando origem a novos conflitos, agora entendidos como ambientais, que atualizam a disputa pela determinação da forma de seu uso e apropriação.

Ilustrativa deste contexto é a área do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, contemplando municípios em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Testemunha de todas as etapas de ocupação observadas no Cerrado, atualmente o PNE é considerado uma “ilha” de biodiversidade em meio à matriz agropecuária. No entanto, desde o final da década de 1990, essa unidade de conservação tem sido alvo de ações desenvolvidas por organizações não-governamentais, sobretudo internacionais, e mudanças de práticas de manejo que, com o objetivo de integrá-la ao seu contexto regional, interferem diretamente nas dinâmicas socioambientais de seu entorno. Assim, tem-se observado uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual lógica deverá ser priorizada. Recentemente, esse embate tem sido reforçado pelo litígio em torno da proposta de implementação de uma Zona de Amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de 2 a 10 km contígua ao Parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades.

A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites entre o Parque e as propriedades rurais para mobilizar os escritórios centrais do Ibama em Brasília e as esferas judiciais. É neste contexto, pontuado pelo conflito entre ambientalistas, instituições governamentais, produtores rurais e população local sobre os

significados e forma de utilização do espaço do entorno do PNE, que se detém a análise do presente artigo. A questão central a ser respondida é: como se configura o conflito ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas e quais as representações sociais da conservação ambiental das populações do entorno que permeiam este conflito? Como principal objetivo, portanto, propõe-se discutir as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo, através da análise das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos presentes no entorno do PNE e a articulação do conteúdo dessas representações com o conflito ambiental ali existente.

Para tal, considerou-se adequada a associação entre dois referenciais analíticos: o arcabouço teórico-metodológico das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 1994) e a contribuição das pesquisas no campo de estudos sobre conflitos ambientais (FUCKS, 2001; ACSELRAD, 2004; entre outros). Como subsídio empírico da pesquisa, foi realizado um trabalho de campo na região do entorno do PNE no período de fevereiro a abril de 2007, em que os procedimentos metodológicos foram: observação direta e registro em diário de campo; coleta de materiais impressos e pesquisa documental; e, técnicas de associações livres e entrevistas semi-estruturadas, gravadas digitalmente, com 51 informantes que atuam na região. Os agentes da pesquisa foram produtores rurais cujas propriedades se situam no entorno do Parque, lideranças rurais (presidentes de associações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais), agentes de extensão rural, lideranças políticas dos municípios do entorno, funcionários públicos federais responsáveis pela gestão da unidade de conservação, pesquisadores, ambientalistas e funcionários de ONGs que atuam no local e representantes de comunidades tradicionais ali presentes.

Para contemplar o objetivo proposto, o presente trabalho irá sumarizar as principais etapas da pesquisa, mediante a seguinte estrutura: inicialmente serão apresentados os principais elementos e pressupostos do referencial teórico-metodológico adotado para dar conta da complexidade da dinâmica observada a partir da pesquisa de campo. Na seção seguinte será empreendida uma discussão analítica dos resultados obtidos, a partir da análise do conteúdo das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos estudados e dos conflitos locais, apresentando o litígio acerca da Zona de Amortecimento do entorno do PNE como atualização da disputa sobre a apropriação social, cultural e material do Cerrado e cristalização do conflito ambiental. Na última seção, encerra-se este artigo com algumas das principais conclusões.

Pretende-se assim discutir as inter-relações entre a questão agrária e a questão ambiental no contexto estudado, sugerindo-se que a questão ambiental, como um componente

contemporâneo das disputas já históricas sobre o uso e apropriação do Cerrado, incorpora novos atores e limites a essas disputas, tornando assim ainda mais complexas as dinâmicas sociais e os dilemas acerca dos sentidos e “vocações” do espaço geográfico.

2. Representações sociais e conflitos ambientais: compreendendo teoricamente a diversidade

No entorno do Parque Nacional das Emas, tal qual sumariamente apresentado na introdução, encontra-se uma heterogeneidade de grupos sociais, explicitada – assim como as divergências de interesses dela decorrentes – sobretudo após a revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação. Observa-se, portanto, uma situação em que representantes do poder público, produtores rurais, agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente e populações tradicionais, cada qual com suas respectivas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam os rumos de um espaço que, apesar de pertencer a todos, transcende a cada um.

Tendo em vista esta complexidade e para responder a questão proposta inicialmente, foram considerados como referenciais analíticos o arcabouço teórico-metodológico das *representações sociais* e a contribuição das pesquisas sobre *conflitos ambientais*. O primeiro oferece subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação. A partir do segundo compreende-se como as interpretações sobre os objetos de representação podem ser mobilizadas na disputa pela definição dos problemas sociais, além de analisar-se o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos por modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.

Sobre a noção de representação, cabe destacar que esta é considerada uma “noção-chave” das ciências humanas (RUANO-BORBALAN, 1993), já tendo sido abordada e desenvolvida por diversas disciplinas, de acordo com seus pontos de vista e contextos. Enquanto material de estudo, são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. Na presente pesquisa foram adotados os preceitos formulados seminalmente por Serge Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici propõe uma nova abordagem para a análise das representações, situando-as no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Para este autor, as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações das

peças com este mesmo real, reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas: “Não são os substratos, mas as interações que contam” (MOSCOVICI, 1989, p.82).

Como pilares fundamentais dessa formulação estão a originalidade do pensamento coletivo sobre a soma dos pensamentos individuais (herdada do percurso teórico iniciado por Émile Durkheim), a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores (inaugurada pelos estudos de Jean Piaget), e a idéia de que saberes sociais não são desprovidos de afetos (incorporada mediante a influência freudiana). Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas e sociais: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com um meio natural, em um momento histórico, e em dadas condições políticas e econômicas.

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais.

Como elementos para a análise, destaca-se a distinção entre duas classes de pensamento, denominadas *universos reificados* e *universos consensuais*. Os universos reificados são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Já aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e re-significado, trazido para o senso comum (MOSCOVICI, 1978). Nas sociedades contemporâneas, é a partir desse fluxo do universo reificado para o consensual, com suas inerentes re-significações e interpretações, que novas questões passam a fazer parte da vida cotidiana, tornando o estranho e não-familiar, compreendido e familiar. Mediante esse processo, as informações circulam e permitem que, mesmo em meios não especializados, ou leigos, as pessoas formulem opiniões sobre temas distantes como a transgenia, o aquecimento global, a AIDS e a conservação ambiental, para citar alguns exemplos.

Ainda, as representações sociais sobre esses novos objetos trazidos à vida cotidiana carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses dos grupos sociais chamados a interagir acerca de um objeto comum, veiculando suas divergências e contribuindo para que as respectivas atitudes e disposições a esse objeto sejam reelaboradas. Assim, pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. E para aprimorar a compreensão desses conflitos se faz necessário o estudo da corrente teórica que se debruça sobre a análise dos conflitos ambientais.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.26). No caso estudado, do entorno do PNE, essa continuidade está ameaçada tanto do ponto de vista dos ambientalistas, que entendem que a prática agrícola do entorno gera impactos indesejáveis na unidade de conservação, quanto do ponto de vista dos produtores rurais, que proclamam a inviabilidade da manutenção de suas atividades caso a Zona de Amortecimento seja efetivada.

A formulação deste conceito e sua aplicação têm como um de seus pilares a sociologia ambiental praticada pela síntese construcionista de Hannigan (1997), interpretada para a abordagem dos conflitos por Fuks (2000; 2001). Fuks, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, compartilha da perspectiva construcionista de Hannigan e articula-a com o modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner & Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (FUKS, 2000, p.02).

Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agenda, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para o autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elementos-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, cabe ressaltar que a abordagem empregada estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo. Além disso, o contexto cultural constitui outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas na esfera pública. Fuks (2000) argumenta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos e já sedimentados. Dessa forma, valores como “livre mercado”, “propriedade privada” e “progresso” delimitam a disputa em torno da definição de problemas. Portanto, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização” (FUKS, 2000, p.06).

Tais fatores ideológicos seriam componentes essenciais do que Fuks denomina *esquemas argumentativos*, utilizados nas arenas públicas de argumentação e debate. Tais esquemas emergentes nas arenas dos conflitos ambientais mobilizam representações sociais, que, por sua vez, exercem pesada influência sobre como estes serão interpretados em determinados contextos, e com que apelo, interferindo na correlação de forças da disputa pela definição do meio ambiente como problema social.

Acselrad (2004) compartilha dessa valorização da dimensão simbólica no estudo dos conflitos ambientais. Segundo este autor, as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais. Portanto, considera que investigar o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos ambientais significa estabelecer as condições de instauração de *princípios de referência* evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente. Tais princípios assim definidos também se inscrevem no conjunto de valores, temas culturais, pacotes interpretativos, em suma, representações, mobilizadas em arenas de conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são, então, considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de

distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Adotando-se como ponto de partida esse referencial teórico, tornou-se possível a elaboração e execução da pesquisa de campo, para se conhecer as condições particulares das representações sociais envolvidas e mobilizadas, e o detalhamento do conflito ambiental na região. É sobre os resultados obtidos e sua discussão que irá se deter a seção seguinte.

3. A conservação ambiental e os conflitos em torno do Parque Nacional das Emas

A análise da representação social da conservação pelos grupos sociais identificados no entorno do PNE começa a delinear-se com a observação das respostas obtidas a partir da técnica de associações livres. Nesta técnica, os entrevistados foram convidados a evocar todos os termos que lhe vinham à mente em resposta ao objeto de representação (conservação) e a termos que, no contexto do PNE e na própria configuração dos grupos sociais, exibem estreita vinculação com este objeto, definidos como “agricultura” e “desenvolvimento”.

De acordo com Abric (1994), a análise das associações livres fornece rico embasamento para a apreensão do conteúdo das representações sociais, devido ao seu caráter pouco diretivo, evitando-se impor de antemão aos agentes entrevistados elementos do universo de referência da pesquisadora, e oferecendo oportunidade para o aparecimento de múltiplos elementos para a análise que transcendem as hipóteses previamente formuladas. Para a compreensão das respostas obtidas, três critérios são utilizados: a frequência de evocação de um termo, a ordem em que este termo é evocado no conjunto da resposta e a consistência entre estes dois parâmetros, que atesta a centralidade do termo na análise da representação.

Quando sugerido como indutor de associações livres a palavra *agricultura*, foram obtidos em resposta 128 termos e palavras diferentes, distribuídos em 231 evocações realizadas pelos 51 entrevistados. As palavras mais frequentemente citadas foram, em ordem decrescente, *alimento* (11 vezes), *desenvolvimento* (oito vezes), *impacto ambiental* (sete vezes), *produção* (seis vezes), *renda* (seis vezes), *tudo* (seis vezes), *sustentabilidade* (cinco vezes), *tecnologia* (cinco vezes), *pecuária* (cinco vezes), *lavoura* (cinco vezes) e *desmatamento* (quatro vezes). No entanto, quando associada a frequência de evocação com a ordem em que os termos foram evocados, despontam como elementos centrais *alimento*, *desenvolvimento*, *impacto ambiental* e *produção*.

Este resultado já demonstra com clareza a relevância do enlaçamento entre os componentes norteadores da análise: no cerne das associações à agricultura, estão tanto o *desenvolvimento* quanto o *impacto ambiental*. Este aspecto é nitidamente compreendido considerando-se a história local, visto que todos os municípios estudados trazem a presença transformadora da agricultura como emblema do desenvolvimento, tendo como contrapartida impactos como a supressão da vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água. *Sustentabilidade*, por sua vez, apesar de estar entre os termos mais citados, aparece de forma mais periférica no conjunto das evocações, indicando-a como um elemento recentemente incorporado pelos entrevistados entre os aspectos vinculados à agricultura.

Separando-se o conjunto de evocações por grupos sociais, algumas particularidades podem ser observadas: entre o grupo de representantes do poder público, *agricultura* aparece também vinculado a *gaúchos*; entre os produtores rurais, destaca-se a presença do termo *pecuária* como mais central, seguido de *alimento* e *tudo*; agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente associam diretamente *desmatamento*, *Cerrado* e *desenvolvimento*; e, de forma interessante, enquanto nos demais grupos sociais a agricultura aparece associada a valores e ideais, dentre os quilombolas entrevistados como representantes de população tradicional os termos mais centralmente vinculados à agricultura foram *arroz*, *feijão*, *lavoura* e *milho*.

Em seguida, foi utilizada como indutora de associações livres a palavra *desenvolvimento*, suscitando, em resposta, 136 termos e expressões diferentes, distribuídos em 224 evocações realizadas pelo conjunto de entrevistados. A palavra mais evocada, citada ao todo dez vezes, foi *sustentabilidade*, sendo seguida por *crescimento* (nove vezes), *agricultura* (oito vezes), *tecnologia* (sete vezes) e *economia* (sete vezes). A discussão destas ocorrências fica mais interessante quando comparada aos termos que emergem na análise como mais centrais, isto é, mais próximos ao núcleo das representações. Os termos obtidos, então, são *crescimento*, *agricultura*, *tecnologia*, *economia* e, finalmente, *qualidade de vida*.

Destaca-se, portanto, que ainda que sustentabilidade seja o termo mais evocado – indicando a premência desta associação nos tempos atuais, em que *desenvolvimento* e *sustentável* formam um par quase indissociável nos discursos correntes – este caráter não foi de fato incorporado ao núcleo da representação. Ainda observa-se então, de maneira arraigada ao que se entende de desenvolvimento, a presença da economia e do crescimento, retomando um modelo de desenvolvimento que hoje se costuma por vezes apregoar como superado. Quando se relacionam estas respostas ao contexto local, torna-se ainda mais clara a presença destas associações, tendo em vista que grande parte dos municípios do entorno do PNE surgiram ou se impulsionaram após os “Planos de Desenvolvimento do Cerrado”, implantados

pelo governo federal a partir da década de 1970, quando a agricultura tecnicada foi difundida como propulsora do desenvolvimento, trazendo renda e crescimento para as localidades (e possivelmente disto decorrem as associações a *agricultura e tecnologia*).

Estes aspectos mantêm-se bem marcados também quando se analisa as respostas separadas por grupos sociais: entre os representantes do poder público, desenvolvimento vincula-se de forma central a *crescimento*; para os produtores rurais, à *agricultura* e à *economia*; os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente evocaram, de forma mais central em resposta a desenvolvimento, o termo *econômico*; dentre os representantes da população tradicional, as respostas mais centrais foram *trabalho, educação, bom e condições de vida*. As distinções entre os grupos localizam-se, neste caso, mais do que nos termos associados, nas atitudes frente aos mesmos: os produtores rurais demonstram, frequentemente, uma atitude favorável ao desenvolvimento atrelado à economia, enquanto os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente se posicionam demarcando uma atitude desfavorável e crítica ao desenvolvimento econômico. Em todos os grupos, a palavra *sustentabilidade*, ou suas variações, como *sustentável*, por exemplo, são evocadas e mantêm-se presentes, contudo entre os termos mais periféricos da associação, isto é, evocados após uma maior reflexão dos agentes entrevistados, indicando um vínculo menos consolidado com o objeto de representação.

Finalmente, quando sugerida a palavra *conservação* como termo indutor de associações, foram evocadas em resposta pelos entrevistados 151 palavras e expressões diferentes, contabilizando ao todo 232 evocações. As palavras mais frequentemente citadas foram *água* (sete vezes), *meio ambiente* (seis vezes), *futuro* (seis vezes), *solo* (cinco vezes), e *agricultura* (cinco vezes). Contudo, quando avaliada a consistência dos termos no sentido de sua coerência entre frequência de evocação e posição média entre os termos evocados, indicando associação mais central ao conteúdo da representação, permanecem dentre aqueles mais citados os termos *meio ambiente, futuro, agricultura e solo*, e o termo *água* cede lugar a *degradação*.

A associação direta ao meio ambiente não chega a ser surpreendente: de fato, no contexto do entorno de um parque nacional, a conservação do meio ambiente é um elemento bastante presente no cotidiano dos grupos sociais. *Futuro* como elemento central pode estar relacionado tanto ao cerne do debate sobre sustentabilidade (que se estrutura em torno da manutenção das condições de vida na Terra para as gerações futuras), quanto com uma oposição a um passado degradador na ocupação do Cerrado, idéia muitas vezes afirmada nas entrevistas e conversas pessoais. *Agricultura e solo* parecem estar presentes devido ao perfil

também eminentemente agrícola da área estudada: a agricultura, de acordo com o agente entrevistado, pode ser associada tanto devido aos impactos que gera, quanto como uma parceira da conservação; *solo* manifesta o apelo das técnicas de conservação e manejo de solo para o cultivo agrícola, como plantio direto, por exemplo, correntemente difundidas. O termo *água* provavelmente é bastante citado na área de estudo por ser região divisora de bacias hidrográficas e área de recarga do aquífero Guarani. No entanto, apesar de esta ser uma informação bastante presente para os entrevistados, não chega a exercer um papel de centralidade, sendo lembrada e evocada depois de maior reflexão. *Degradação* pode conotar um papel negativo à conservação, no sentido de que a conservação surgiria em resposta à degradação, e não como um fim em si.

Separando-se as respostas entre os grupos sociais, as características do perfil de cada grupo podem ser melhor demonstradas: representantes do poder público associam conservação mais centralmente ao termo *vida*; produtores rurais, a *futuro*; para os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente, conservação vincula-se a *sustentável* e *utilização*, enquanto que para a população tradicional, relaciona-se de forma fundamental a *cerrado*, *meio ambiente* e *água*. Nota-se aqui a distinção na forma de enxergar a conservação: para os produtores rurais, pensar em conservação é pensar no futuro, possivelmente porque nele encontrariam uma justificativa para transformar as práticas e idéias do contexto atual, em que a conservação ainda não é uma realidade tranquilamente incorporada; já para os agentes de pesquisa e defesa ambiental, conservar é utilizar de forma sustentável, o que enfatiza a possibilidade de uso do meio ambiente, distinguindo, devido a uma provável maior familiaridade com teorias da ecologia, *conservação* de *preservação*, apresentando o último, nestas teorias, um caráter mais estático e intocável.

A tendência apontada pelas associações livres é corroborada pela análise das entrevistas semi-estruturadas, que oferece também novos elementos para o entendimento da representação social. Nas falas dos entrevistados a conservação ambiental aparece como elemento do universo reificado que é incorporado ao vocabulário e cotidiano dos grupos sociais com nítidos recortes, manifestando o fenômeno que Moscovici (1978) denominou *focalização*: a teoria da conservação, seus significados e preceitos não são apropriados em seu referencial próprio, mas sim naquilo que interessa e diz respeito aos contextos específicos dos grupos sociais. Desta forma, para os produtores rurais a conservação é continuamente entendida como uma *técnica*, tributária da agricultura, enquanto para os agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente aparece como uma *necessidade* que se impõe.

Este mecanismo de focalização e recorte é em muitos contextos entendido como uma *resistência* à incorporação, o que causa divergências entre os grupos. Esta situação pode ser observada quando agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente reclamam, em suas falas, que os habitantes do entorno “não entendem, não querem entender” (trecho de entrevista) a importância da conservação. De acordo com Bauer (1995), “não entender” pode ser tanto uma resistência a uma imposição de um universo simbólico que não querem compartilhar como, por outro lado, pode haver um mecanismo discursivo que, ao enxergar uma “popularização distorcida” do conhecimento, se torna um instrumento de “preservar autonomias e privilégios, quando em concorrência com outros grupos” (BAUER, 1995, p. 238).

Nota-se, também, a recorrente alusão a argumentos e valores passíveis de universalização. No caso dos produtores rurais, esta argumentação fundamenta-se na *produção de alimentos*, que atua como discurso legitimador da prática de apropriação do meio natural na perspectiva dos produtores. No caso dos agentes vinculados ao meio ambiente, o princípio universalizante é a *proteção de todas as formas de vida na Terra*. Nos dois casos, mobilizam-se referências e valores com os quais quase toda a humanidade concorda, ou até mesmo julga imprescindíveis. Essa estratégia condiz com o que Acselrad (2004) considerou “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. As causas locais, portanto – como a necessidade da manutenção da prática agrícola, de um lado, e a necessidade da proteção rigorosa da unidade de conservação, de outro – se transferem a e são identificadas com causas globais, passíveis de maior sensibilização.

Portanto, a partir de uma análise mais apurada das entrevistas e aprofundando a discussão dos sentidos atribuídos e funções a que se destina a conservação ambiental da forma como representada pelos agentes dos grupos analisados, pode-se inferir que a representação social da conservação ambiental no entorno do PNE atua como elemento de distinção entre os grupos sociais ali presentes e fator explicativo da heterogeneidade de objetivos e interesses para o espaço comum explicitada na deflagração do conflito ambiental.

Este conflito cristaliza-se no litígio acerca da Zona de Amortecimento. A proposta de implementação dessa Zona de Amortecimento – cuja capacidade de fomentar divergências encontra-se nas suas restrições à prática agrícola, especialmente no que diz respeito à aplicação e ao manejo de agroquímicos – suscitou manifestações de todos os grupos que compõem o entorno e que se viram, já que diretamente afetados pelas decisões, chamados a definir, coletivamente, o uso do espaço. Nessa definição, os argumentos são mobilizados fazendo-se referências a idéias e elementos do senso comum, tornando a disputa

essencialmente uma disputa em torno de um conhecimento, uma verdade. Os produtores rurais, por terem terras de chapada como o Parque e estarem na região há 30 anos, afirmam que não prejudicam a unidade de conservação, pelo contrário, alimentam sua fauna. Os agentes vinculados ao meio ambiente, por sua vez, por conhecerem os princípios e as teorias da conservação, afirmam que o entorno não entende a importância do parque e das restrições. Ainda, dentro deste grupo, há uma disputa entre quais teriam os conhecimentos mais legítimos: os pesquisadores locais, que vivem na região, ou os responsáveis pelo aparato burocrático necessário às definições, presente em instituições públicas ou organizações não-governamentais de grande porte. Esse impasse simbólico – o conhecimento de que grupo social é mais verdadeiro, mais importante – cristaliza-se no impasse da implementação da Zona de Amortecimento.

Ademais, a questão sobre a validade da implementação da Zona de Amortecimento transcende a esfera local, no sentido de que, se os produtores rurais asseguram por mecanismos jurídicos a inviabilidade dessas restrições, abre-se um precedente capaz de inviabilizar todas as demais Zonas de Amortecimento das unidades de conservação nacionais. Contudo, nessa disputa, os dois pólos principais (instituições ambientalistas e grandes sojicultores) apresentam notável poder político e, quando recorrem a arenas de maior abrangência para conseguirem visibilidade para suas questões, ambos, apesar de divergentes, encontram amplo respaldo institucional. Essa situação estende o impasse e, com isso, a Zona de Amortecimento não é efetivada, nem abortada, sendo continuamente protelada com a justificativa de que ainda não há “estudos conclusivos”.

4. À guisa de conclusão

O argumento central apresentado é que o embate deflagrado a partir do impasse acerca da Zona de Amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas é a cristalização de um conflito entre produtores rurais e agentes vinculados à pesquisa e defesa do meio ambiente sobre a apropriação técnica, social e cultural do Cerrado. No cerne deste conflito, estão as representações sociais sobre *conservação*, associadas à percepção sobre *agricultura e desenvolvimento*, pelos grupos envolvidos, estas implicando em diferentes, por vezes antagônicos, significados e expectativas para o espaço comum.

A partir desse argumento, propõe-se que as divergências nas representações sociais, que trazem o traço das trajetórias dos sujeitos, implicam em uma diversidade de formas de conhecer o Cerrado, ou seja, em distintos conhecimentos, e é a legitimação de qual

conhecimento é “mais verdadeiro” que se disputa no litígio em torno da Zona de Amortecimento. Ainda, tais conhecimentos respondem a finalidades diversas: no contexto aqui estudado, deve-se decidir se a finalidade do espaço do entorno do PNE é a conservação ambiental ou a produção agrícola direcionada ao mercado externo. Por extensão, e metonimicamente, esse debate se amplia para as áreas de Cerrado como um todo, sendo, portanto, uma questão de desenvolvimento rural.

A resolução dos embates entre os distintos conhecimentos articula arenas locais a nacionais, no sentido de que tanto são influenciadas por valores e expectativas que transcendem os contextos regionais (como os ideários de *progresso*, característico de meados do século XX e, mais contemporaneamente, de *sustentabilidade*), quanto repercutem em decisões no âmbito nacional, como no caso da repercussão desse litígio sobre as demais Zonas de Amortecimento do país.

Nessa perspectiva, e adotando-se a proposta de Jovchelovitch (2008) de que a diversidade de conhecimentos constitui-se um recurso e um patrimônio em si para sujeitos individuais e para comunidades, tão relevante quanto a produção agrícola e a biodiversidade, entende-se que é de fundamental importância reconhecer-se esses conhecimentos como legítimos e imbricados em uma dimensão histórica e cultural, dignas de respeito para a consolidação de esferas públicas democráticas. Sem a disposição para escutar, compreender e reconhecer a diversidade e a expressividade dos conhecimentos em questão, “ficamos reduzidos à atitude do juiz, e em casos piores, do policial”, além de haver uma profunda dimensão ética associada a este reconhecimento (JOVCHELOVITCH, 2008, p.93).

Contudo, entende-se também que, em se tratando de uma questão de desenvolvimento rural, o fim último da resolução dos embates entre os conhecimentos deve articular-se com o benefício da coletividade. Ainda com Jovchelovitch (2008, p.24), assume-se que “definir quem possui o conhecimento racional é tanto um problema teórico não resolvido como um ato político”. A partir desse viés, a proteção da biodiversidade – desde que, e necessariamente se, conduzida de forma democrática – parece ser de interesse público maior do que a ênfase em um modelo de produção pautado por demandas comerciais exógenas.

Longe da pretensão de apontar um caminho a ser adotado para a resolução do conflito aqui analisado – função que cabe às instâncias responsáveis – pretende-se com esta reflexão questionar a perspectiva de desenvolvimento rural até então adotada, que como padrão priorizou o “olhar estrangeiro” sobre o Cerrado, da finalidade lhe atribuída (produção agrícola para o mercado externo) às técnicas empreendidas (oriundas da Revolução Verde) e aos agentes do conhecimento selecionados (imigrantes “gaúchos”), e, também, os limites da

contemporânea tentativa de transição de paradigma – da produtividade à sustentabilidade – como uma transição também de enfoque, do olhar estrangeiro ao olhar local.

Em suma, no conjunto desse trabalho, a partir da discussão empreendida acerca das representações sociais e dos conflitos ambientais presentes no entorno do Parque Nacional das Emas, conclui-se que as disputas em torno da Zona de Amortecimento são, simultaneamente, disputas por sentidos culturais, pautadas não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o entorno do PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

5. Referências bibliográficas

ABRIC, Jean Claude. Représentations sociales: aspects théoriques. *In: _____*. (org.). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. *In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra* (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8a. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p.229-57.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Anais....* Petrópolis (RJ). Out/2000.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, v.94, n.1. p.53-78.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis (RJ): Vozes. 2008. 344 p.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. 291 p.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales. *In: Jodelet, Denise*. (org.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

RUANO-BORBALAN, 1993.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**CERTIFICAÇÃO E CONFIANÇA FACE-A-FACE NA FEIRA DE PRODUTOS
ORGÂNICOS**

Fátima Portilho¹
Marcelo Castañeda²

Resumo

As ansiedades contemporâneas com relação à alimentação industrializada têm levado à adesão, por parte de alguns consumidores, a diversas ideologias alimentares, tais como o consumo de alimentos orgânicos. Conhecidos no âmbito dos mercados de qualidade como “bens de crença”, já que seus atributos não podem ser identificados pelos consumidores, os alimentos orgânicos pressupõem algum sistema de confiança. As formas de identificar os produtos orgânicos vêm passando por uma transição, de uma simples rede de confiança entre produtores e consumidores locais, baseada nas interações face-a-face, para um sistema de certificação baseado em conhecimento perito. Igualmente, as formas de comercialização também vêm se alterando, da “feira direto com o produtor”, certificada ou não, para as de redes de supermercados, as lojas especializadas e as compras pela *internet*. Considerando estas alterações no mercado de produtos orgânicos, este *paper* tem por objetivo analisar a construção da confiança pelos consumidores adeptos, tendo por base uma pesquisa qualitativa realizada em uma feira orgânica certificada no Rio de Janeiro/RJ. Os resultados da pesquisa, analisados à luz de teorias sociológicas e antropológicas sobre consumo, além da teoria da reflexividade social, mostram que a ida à feira e a construção e o fortalecimento de relações de sociabilidade entre os consumidores e entre estes e os produtores/feirantes são parte constitutiva da ideologia alimentar adotada e da confiança nos produtos adquiridos.

Palavras-chave: Consumo de alimentos orgânicos; Sistemas de Confiança; Sociabilidade

1. Introdução

Neste *paper*, vamos considerar ideologia alimentar como um sistema cognitivo e simbólico que define as qualidades e propriedades dos alimentos e daqueles que se alimentam de determinada forma (WOORTMANN, 1978; DÓRIA, 2007), tornando um alimento indicado ou contra-indicado à alimentação. Neste sentido, nem tudo que pode ser comido, ou que possa se constituir como alimento, é percebido como “o alimento ideal” (MENASCHE, 2004). O conceito de ideologia alimentar, portanto, vai além da idéia de regime, dieta ou simples escolha individual, já que os significados da alimentação não podem ser apreendidos apenas a partir de indicadores nutricionais ou preferências individuais, pois implicam um conjunto de valores, habilidades e práticas que conformam as escolhas, tornando a

¹ Doutora em Ciências Sociais (CPDA /UFRRJ).

² Sociólogo; Mestrando de Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ).

alimentação uma forma de classificação de alimentos e pessoas. Desta forma, as ideologias alimentares agem na construção de relações de pertencimento de seus adeptos a um determinado estilo de vida (MENASCHE, 2004), materializando-o e tornando públicos seus valores, suas identidades e seu *status*.

No caso da alimentação a base de alimentos orgânicos, compreendida como uma ideologia alimentar, parece haver uma nítida **antinomia** entre o alimento natural/orgânico/tradicional em oposição ao alimento artificial/quimicado/industrializado (PORTILHO, *s.n.*)³. O “alimento ideal”, neste caso, está ligado à ausência de agrotóxicos e aditivos químicos e, portanto, pressupõe a existência de um sistema de produção “tradicional”, em oposição a um sistema de produção “industrial”.

Esta representação do “alimento ideal” como natural/orgânico/tradicional teria surgido como resposta às ansiedades e medos quanto aos riscos da alimentação moderna industrializada, baseada em processos tecnológicos de transformação dos alimentos e acréscimos em sua composição (GOODMAN; SORJ & WILKINSON, 1990; MENASCHE, 2004), a chamada Revolução Verde, denunciada e tornada pública, nos anos 60, pela bióloga americana Rachel Carson, em seu *best-seller Primavera silenciosa*.

Conhecidos no âmbito dos mercados de qualidade como “**bens de crença**”, já que seus atributos não podem ser identificados pelos consumidores, pressupondo **algum sistema de confiança**, a opção pelos **alimentos orgânicos**, assim como outras ideologias alimentares⁴ consideradas uma alternativa aos processos convencionais de produção, tem adquirido grande **visibilidade política**. Para além das análises nutricional, sanitária, simbólica, social e histórica, uma dimensão ética, política e ideológica relaciona as escolhas alimentares, os locais e as formas de aquisição e preparo dos alimentos à preservação ambiental, ao desenvolvimento rural sustentável e à solidariedade com os pequenos produtores locais. Assim, ao serem associadas a responsabilidades ambientais e sociais, as escolhas alimentares saem da esfera privada (preferências individuais, hábitos culturais, recomendações nutricionais e médicas) para ingressar na esfera coletiva.

Este **uso do consumo, não só alimentar, como forma de ação política** tem sido discutido por autores como CANCLINI (1996), HALKIER (1999), MILLER (2002) e PORTILHO (2005), que o percebem como forma de materializar e tornar públicos valores e preocupações ambientais e sociais, através do que tem sido chamado de “ambientalização e politização do consumo” (PORTILHO, 2005). Esta forma de abordagem, ao contrário de

³ Para uma discussão sobre antinomias alimentares, veja WARDE (1997) e BARBOSA (2007).

⁴ Em especial, o vegetarianismo e o veganismo.

considerar os consumidores como indivíduos alienados, manipulados, atomizados, fragmentados, hedonistas e auto-interessados, os percebe como sujeitos ativos. Assim, para além dos movimentos sociais organizados, nos interessa analisar aqui o uso do consumo como prática política que incorpora, de diferentes maneiras e diferentes graus, preocupações e valores em prol do meio ambiente e das condições sociais. Da mesma forma, esta abordagem evita associar consumo, automaticamente, a noções como consumismo, materialismo, hedonismo, luxo, consumo conspícuo ou, ainda, a uma visão de consumo como patologia que deve ser tratada por psicólogos.

Diversos pesquisadores têm se dedicado à análise da construção e normalização do mercado de produtos orgânicos (FONSECA, 1999 e 2005; NAVES, 2008), do movimento social de agricultura orgânica (DAROLT, 2000) e das políticas públicas voltadas para este segmento de mercado⁵.

No que se refere aos consumidores, a grande maioria das pesquisas se volta para a análise do perfil e das motivações do consumidor (BRADENBURG & RUCINSKY, 2002; MORO & GUIVANT, 2006), da sua disponibilidade para pagar (ROPKE, 1999), das estratégias de fortalecimento da relação entre produtores e consumidores de orgânicos (DAROLT & CONSTANTY, 2007) e, ainda, do papel do consumidor de orgânicos para o desenvolvimento rural sustentável (DAROLT, 2005).

Ao se referir aos consumidores de orgânicos busca-se, em geral, compreender melhor a demanda por esses produtos visando a aprimorar e estimular este mercado, dando pouca ou nenhuma atenção aos significados simbólicos e interativos relacionados às atividades cotidianas de aquisição e uso dos bens. No entanto, mais do que simples **demanda**, a atividade de consumo é parte integral da maioria das práticas da vida cotidiana (HARVEY *et al*, 2001 e WARDE, 2005).

Buscando contribuir para as pesquisas sobre o consumo de alimentos orgânicos, pretendemos enfatizar, **neste *paper***, a **construção da confiança**, pressuposto básico para a adesão a esta ideologia alimentar. Trata-se de uma primeira tentativa de aproximação com esta temática, estimulada pelos dados coletados em uma pesquisa de campo que teve por objetivo inicial analisar as relações de sociabilidade construídas e reforçadas nas práticas de consumo de alimentos orgânicos em uma feira certificada. Os resultados dessa pesquisa

⁵ Neste caso, vale citar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), que tem o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome) na coordenação do Grupo Gestor com outros cinco ministérios. (Disponível em <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> - Acesso em maio/2008).

acabaram apontando para uma outra questão: a construção da confiança nos alimentos orgânicos a partir das relações de sociabilidade construídas e mantidas na feira.

Vamos lançar mão, portanto, dos dados coletados na pesquisa realizada na **Feira Orgânica e Cultural da Glória**, zona sul do Rio de Janeiro/RJ, durante o segundo semestre de 2007 e o início de 2008 (PORTILHO, *s.n.*), que utilizou as seguintes técnicas de coleta de dados: observação participante, conversas informais, entrevistas qualitativas semi-estruturadas⁶ e acompanhamento de algumas frequentadoras da feira em suas rotinas de compra semanal. Esta última estratégia de pesquisa é importante para observar os entrevistados durante o ato de compras, o que mostra o modo como realmente compram em contraste com a representação que têm dessa atividade (MILLER, 2002).

Vale frisar que não se trata de consumidores engajados em movimentos sociais de agricultura orgânica ou de economia solidária. Ao contrário, a pesquisa deu preferência justamente àqueles atores sociais “não-organizados” que se situam entre o anonimato e a vontade de exercer um papel político, entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla (PAAVOLA, 2001; PORTILHO, 2005).

2. Alterações no mercado de alimentos orgânicos brasileiro e as tensões da regulação

O rótulo de “orgânico” aplica-se aos produtos produzidos de acordo com normas de controle, desde a produção até a manipulação, processamento e comercialização. BARBOSA & LAGES (2006) classificam os produtos orgânicos como “bens de crença”, uma vez que

apresentam atributos de qualidade altamente específicos, não-identificáveis mediante simples observação. A qualidade orgânica está relacionada com a confiabilidade na presença de propriedades específicas nos produtos, ou seja, refere-se à confiança que os consumidores podem comprar determinados produtos se estiverem buscando propriedades específicas. No caso dos produtos orgânicos, estes atributos resultam do modo como foram produzidos, que não são, necessariamente, visíveis ou prontamente identificáveis. Os consumidores não têm capacidade para reconhecer estes atributos, seja na hora da compra, ou mesmo após experimentar o

⁶ Considerando o perfil dos consumidores de produtos orgânicos, descrito em diversas pesquisas, e ainda o fato de que as mulheres são as responsáveis pela escolha, compra e preparo dos alimentos no interior da grande maioria dos lares brasileiros (BARBOSA, 2007), foram entrevistadas apenas mulheres. As entrevistadas foram selecionadas a partir de contatos na feira e da indicação do coordenador da feira da glória. Os temas abordados nas entrevistas foram: iniciação no consumo de alimentos orgânicos; influências; obtenção de informações sobre alimentação; motivações; percepções sobre alimentação saudável; restrições alimentares; percepção de riscos; tipos de produtos adquiridos na feira; confiança nos produtos; preço; comparação entre a feira e outros locais de aquisição de orgânicos; preocupações ambientais e sociais. As informantes têm faixa etária entre 25 e 70 anos e diferentes ocupações: estudante de pós-graduação, professora de ensino fundamental, geóloga, ceramista e aposentada. Com exceção de uma, todas moram em bairros considerados por elas próximos à feira da glória e todas são frequentadoras há pelo menos cinco anos e adeptas da alimentação orgânica, em diferentes graus, há mais de dez anos.

produto. (p.3).

Como “bens de crença”, seus atributos não podem ser facilmente identificáveis pelos consumidores, necessitando de algum sistema de confiança que dê credibilidade ao produto. Neste sentido, considera-se que os consumidores não tem “acesso perfeito à informação”, utilizando critérios de experiência e de crença para escolher produtos deste tipo (FONSECA, 2005). Alguns consumidores entrevistados, por exemplo, afirmam perceber a diferença entre os alimentos orgânicos e os convencionais através, principalmente da experiência sensorial:

E tem também o sabor, (...) porque se você pega um alimento orgânico e outro não, o cheiro é diferente, a textura é diferente, o sabor é muito mais forte.

Às vezes eu até brinco com meus amigos, se eles estão aqui em casa, eu ofereço alguma coisa e falo: “tá vendo... esse é que é o gosto da cenoura, não é aquele que você tá acostumado, com aquele gosto... Teve uma vez que uma amiga comeu uma maçã orgânica, que é super difícil de ter, maçã é uma coisa mais difícil, e ela ficou impressionada: “não acredito, que maçã é essa?” Eu disse, “é uma maçã normal, só que sem o veneninho, entendeu?” E ela ficou impressionada, assim, com o sabor. É totalmente diferente.

É tudo tão mais saboroso. Impressionante. A maçã tem gosto de maçã, a cenoura, de cenoura, né...

No Brasil, tanto os sistemas de confiança e credibilidade dos produtos orgânicos, quanto suas formas de regulação, vêm passando por um conjunto de alterações, dos valores ligados a convenções sociais, em especial a confiança pessoal baseada nas interações face-a-face, para valores ligados à lógica industrial, como a padronização, a certificação e a auditoria, constituindo um comércio formalmente regularizado de *commodities*.

De acordo com FONSECA (2005), pelo menos até o início da década de 1980, não havia um sistema formal de certificação e fornecimento de selos de garantia aos consumidores, já que as feiras e as cestas a domicílio colocavam agricultores orgânicos e consumidores em contato direto. No entanto, havia um acompanhamento de técnicos e agrônomos às associações e cooperativas de agricultores e aos seus cultivos, na esteira dos movimentos de agroecologia. Essa troca de experiências e conhecimentos possibilitou a criação de uma rede de geração de credibilidade dos consumidores na produção e comercialização de alimentos orgânicos.

Dessa forma, durante a década de 1980, buscou-se uma integração em que diversos atores seriam responsáveis, de forma associativa, pelo controle e pela qualidade do alimento orgânico. O objetivo não era exatamente certificar nem fornecer um selo, mas garantir a credibilidade de uma forma associativa – o que pode ter influenciado a opção futura em construir, no Brasil, um sistema de avaliação de conformidade alternativo à certificação por

auditoria. Essa forma de normalização era estabelecida pelas cooperativas de agricultores, ONGs ligadas à agroecologia, cooperativas de consumidores⁷ e técnicos agrícolas, com regras baseadas em normas internacionais estabelecidas pelo setor privado dos países de alta renda.

A partir da década de 1990, iniciaram-se trocas interestaduais e as garantias de que os produtos eram orgânicos tiveram que se basear nas relações construídas e estabelecidas entre os atores dessas novas redes, sendo atestadas, por exemplo, através de declarações emitidas por fornecedores e enviadas aos compradores.

Alguns fatores desencadearam, no âmbito governamental brasileiro do início dos anos 1990, um processo de discussão em prol da normalização e certificação da agricultura orgânica: a ocupação de uma pequena, mas crescente, faixa do mercado de alimentos; a pressão do mercado europeu e outros países importadores de produtos orgânicos brasileiros (EUA e Japão); a demanda do mercado interno e a pressão de organismos certificadores brasileiros voltados para exportação.

Segundo MEIRELLES⁸ (*apud* FONSECA, 2005), a certificação teve origem em dois fatos: os produtos orgânicos, embora não se possa enxergar, são um alimento “puro”, livre de agrotóxicos; a necessidade de sobrepreço pelo fato do alimento ser mais “limpo”. **Surge, daí, a necessidade de garantir ao consumidor** que ele realmente comprou o que esperava comprar.

Neste clima, durante a década de 1990 foram construídas, no âmbito privado, redes de produção, comercialização e consumo de alimentos com qualidade, observando princípios e valores de respeito às pessoas e ao meio ambiente, preconizando a eliminação do uso de fertilizantes, pesticidas químicos e organismos geneticamente modificados.

Entretanto, a institucionalização da agricultura orgânica no Brasil veio valorizar critérios que validam a qualidade do produto orgânico final, ao contrário da definição de “produto orgânico” utilizada nos primórdios dos movimentos sociais – bem mais ampla –, que incluía a regulação dos processos. Com o padrão de institucionalização e certificação adotado, a definição passa a ser em torno de normas de produtos.

Dessa forma, surgiram obstáculos às garantias de conformidade dadas pelo produtor, privilegiando-se a certificação do produto, e não do processo. Ao mesmo tempo, desapareceram das regulamentações técnicas os critérios relativos aos aspectos sociais,

⁷ FONSECA (2005) cita, como exemplo, de cooperativa de consumidores atuantes na normalização do mercado de orgânicos nesta época, a COOLMEIA (surgida no Rio Grande do Sul em 1978) e a COONATURA (surgida no Rio de Janeiro em 1979).

⁸ MEIRELLES, L. Certificação e dominação. *Revista Hoja a Hoja del Maela*. Asunción, a. 5, n. 9, p. 30-32, diciembre 1995.

iniciando uma tensão entre os movimentos da agricultura orgânica e o processo de institucionalização, levando alguns atores a buscar alternativas de comercialização (FONSECA, 2005).

Normalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil

Mais que uma simples estratégia de empresários agroalimentares, FONSECA (2005) considera a certificação como um fenômeno geral, incorporado pelas indústrias e serviços dos países de alta renda. A partir da década de 1990, com a introdução dos procedimentos de avaliação da conformidade, envolvendo normas públicas e privadas, e a entrada dos produtos orgânicos certificados nos grandes canais varejistas e no círculo das trocas comerciais internacionais, observa-se uma mudança na coordenação do Sistema Agro Alimentar e na organização do mercado de produtos da agricultura orgânica.

Na maioria dos mercados dos países de alta renda, os sistemas de certificação de produtos orgânicos funcionam através de um organismo, devidamente habilitado – pelo Estado ou por mecanismos regionais, como a União Européia – que atesta, por meio de uma avaliação de conformidade, que um produto preenche os critérios exigidos. A proliferação de normas de certificação tem sido avaliada como um entrave ao desenvolvimento do mercado de orgânicos, pois aumenta custos, trabalho e tempo, criando dificuldades para o comércio mundial dos produtos orgânicos, especialmente para os países de baixa renda (FONSECA, 2005).

No Brasil, desenrola-se o processo de regulamentação da Lei 10.831/2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica, tendo como pano de fundo as tensões demonstradas pelos movimentos sociais entre aceitar uma normalização construída e imposta por padrões externos, com a certificação como única forma de garantia da conformidade dos produtos orgânicos, ou estabelecer padrões nacionais de produção e transmissão da confiança aos consumidores, baseados em processos históricos mais adequados aos pequenos produtores dos países de baixa renda, com pouca, ou nenhuma infra-estrutura de apoio governamental ou privado (FONSECA, 2005).

Recentemente, a Lei 10.831/2003 foi regulamentada pelo Decreto 6323/2007, cujo texto busca equilibrar as diferentes formas de certificação, seja por auditoria⁹ ou participativa¹⁰,

⁹ Consiste na inspeção e orientação da produção e processamento de alimentos por normas e práticas orgânicas para garantir ao consumidor um alimento isento de toxinas, cuja produção respeite o meio ambiente. Esse processo se dá através de auditorias independentes: um terceiro agente, que não é produtor nem consumidor, garante a qualidade da produção orgânica (VIAN; MACHADO; CHIARANDA & CARVALHO, 2006). As certificadoras emitem um certificado com validade de um ano e o produtor paga uma taxa para utilizar o selo. Esse processo pode ser individual ou em grupo – forma pela qual divide-se o custo total da certificação pelos

abrindo espaço para a comercialização diretamente pelo produtor, desde que cadastrado junto ao MAPA (Ministério do Abastecimento, Pecuária e Agricultura).

3. Sistemas de confiança

Entendemos por **sistemas de confiança** as relações sociais que incorporam e perpetuam confiança (GIDDENS, 1991). Estas podem se dar tanto em **interações face-a-face** quanto em **interações através da distância**.

No primeiro caso, a confiança é estabelecida entre indivíduos que se conhecem e que, “baseados num relacionamento de longo prazo, substanciaram as credenciais que tornam cada um fidedigno aos olhos dos outros” (p.87). Trata-se de uma confiança baseada em *compromissos com rosto* em situações de co-presença.

No segundo caso, ao contrário, a confiança se baseia em símbolos e sistemas peritos – sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos (GIDDENS, 1991) – e não pressupõe o encontro presencial dos indivíduos ou grupos com os peritos, embora haja *pontos de acesso*. GIDDENS (1991) destaca a importância do contato com símbolos e peritos (ou seus representantes) nestes pontos de acesso, funcionando como mecanismo ou força reguladora que aumenta a sensação de confiança¹¹. Estamos, o tempo todo, envolvidos em uma série de sistemas peritos, nos quais depositamos confiança.

A confiança em sistemas peritos pode ser explicada, ainda, pelo que GIDDENS (1991) chama de *desencaixe*, ou seja, um deslocamento das relações sociais, dos contextos locais de interação para extensões indefinidas de tempo-espaço. Os sistemas peritos, portanto, funcionam como um **mecanismo de desencaixe**, na medida em que removem as relações sociais das imediações do contexto de co-presença e fornecem garantias para as relações

produtores que estão sendo certificados. Os custos de emissão do certificado variam de 0,5% a 2% do valor faturado para a mercadoria (CAMARGO & FILHO (2004).

¹⁰ DAMBORIARENA (2001) refere-se a esse processo de certificação como um sistema de redes de credibilidade, envolvendo organizações de agricultores e organizações não-governamentais de forma direta e participativa, compondo regras e normas, trabalhando com comissões de ética ao nível local e regional, onde não existe a figura externa do certificador e do auditor. Este tipo de certificação vem sendo praticada, por exemplo, pela Rede Ecovida (SC) e pela COOLMEIA (RS) – compostas por ONGs, grupos informais, profissionais ligados à agroecologia e consumidores. O objetivo desse processo é oferecer credibilidade sem onerar a cadeia produtiva e com custos baixos (VIAN; MACHADO; CHIARANDA & CARVALHO, 2006). Estas iniciativas resgatam a valorização do encontro entre os consumidores finais e os produtores, incentivando visitas dos consumidores às regiões produtoras. De certa forma, esses produtores perseguem os mercados locais e suas estratégias não estão voltadas à exportação.

¹¹ Um dos argumentos centrais de Giddens (1991) é que a natureza das instituições modernas está profundamente dependente da confiança em sistemas abstratos.

distanciadas. Segundo Giddens, no entanto, “todos os mecanismos de desencaixe interagem com contextos **reencaixados** de ação” (p.84).

Os sistemas de certificação de alimentos orgânicos, conforme apresentamos brevemente acima, podem ser analisados como um sistema perito gerador de confiança entre os atores do mercado.

De acordo com os dados empíricos coletados, a Feira da Glória funciona, para seus freqüentadores, como um ponto de acesso aos sistemas peritos, possuindo alguns mecanismos ou forças reguladoras que aumentam a sensação de confiança e proteção do consumidor: as placas informativas da procedência dos produtos (afixadas nas barracas), o selo da ABIO e a simples presença do coordenador da feira, devidamente identificado por uma camiseta ou um colete.

Eu confio no selo das certificadoras, eu conheço algumas, eu conheço a ABIO, conheço a IFOAN, e tem a Agrinatura...

Na Feira da Glória mesmo sem selo, eu confio, porque na verdade aquela feira toda é certificada. Pra você vender ali, você tem que ser certificada. E tem o selo na plaquinha da ABIO.

Ah, eu não sei [se é de fato orgânico]. Eu confio, né. Entrego e confio. Tem que confiar, né. E... parece que... como chama aquela... aquele selo da ABIO... tem aquele certificado, a ABIO ela freqüenta, né, os sítios, e fornece então o certificado. Ai, o Renato também fica bem em cima, né, e assim vamos... [Não sei como funciona o processo], mas sei que é bem... serio, né. Então dá pra dar uma relaxada...

O depoimento abaixo, no entanto, mostra claramente a desconfiança com relação aos sistemas peritos, enquanto destaca a confiança na interação face-a-face:

Tenho dúvidas se aqueles produtos são orgânicos de fato ou não. Vejo aquelas placas dizendo que aquele produtor foi certificado, mas não sei bem como é o processo, se é confiável. Parece que o produtor recebe uma visita a cada três anos... Sinceramente... não sei se aqueles produtos são orgânicos mesmo... Bom, mas também não sei se os do supermercado são orgânicos... Mas na feira, pelo menos, eu já conheço os produtores. Costumo comprar sempre com os mesmos [produtores], se gostei de um produto. Acho que confio mais na pessoa do que na certificação...

Fui visitar [um dos sítios]. Gostei muito da visita, mas acho que se fosse feita uma fiscalização sanitária, ele não passaria, pois não atende a certos quesitos que são exigidos para uma indústria, por exemplo. É uma produção mais artesanal, não segue exigências de limpeza do local. Mas confio porque conheço a pessoa.

Além disso, vale destacar a presença das “mesmas pessoas de sempre”, consumidores e produtores, o que geraria uma sensação de que “os outros também confiam”. Os freqüentadores mais assíduos conhecem e são conhecidos pelos produtores pelo nome e se referem a certos produtos pelo nome do produtor: os “biscoitos da Nicole”, o “xampu do

Fernando”, os “queijos da Françoise”, os “salgados e pães do Jeff” e assim por diante (PORTILHO, *s.n.*).

Finalmente, a Feira da Glória se apresenta, ainda, para alguns frequentadores, como um espaço místico, o que parece ir bem além da confiança na racionalidade de sistemas peritos:

Tem pessoas que vão até por uma mística, e isso não é uma questão racional, é uma questão mística até... espiritual, eu diria. E isso é uma marca muito forte nessa feira.

A confiança é também manifestada na preferência em comprar na feira, em comparação aos supermercados, redes de lojas especializadas e pequenas mercearias, por conta do contato com o produtor e seu “rosto”.

[Comprar] na feira é muito melhor [do que na Cobal], porque são os produtores, né, não tem atravessadores. E tem muito mais opção, o preço é outro, ah... é muito melhor... muito melhor. E tem opções de produtores, de barracas, é outra coisa.

[Entre comprar no supermercado, na Cobal ou na Feira da Glória], eu prefiro a feira, [porque] o preço é muito melhor, é direto do produtor, você conversa com ele, é muito mais interessante... ah é muito legal, você... principalmente você fica sabendo dos problemas, choveu muito, eles falam a vida deles, né? Olha que interessante, é emocionante, é uma forma de tá ligada, né?

[Quando não dá pra ir à Feira da Glória] vamos na Cobal que, na verdade, é o mesmo produtor que entrega também, que é o Brejal, mas não é a mesma coisa...

Acho legal comprar direto com o produtor na Feira da Glória. Saber que está ajudando aquele produtor.

Acho que prefiro comprar na feira... porque não sei... você tá lá lidando com o produtor... não sei... não tá enchendo o bolso de algum capitalista rico... e você tá, sei lá, interage mais, não sei. Eu gosto de ir lá no sábado de manhã, acordar um pouquinho mais tarde, ir pra lá, voltar, tomar um café mais tarde... é um programa. Eu conheço muitas pessoas lá.

E no mercado já é mais burocrático. No mercado é diferente, é mais... ah, tô passando na frente, então aproveito pra comprar um negócio...

É muito íntimo [na feira], o clima pra mim, então é muito diferente do mercado.

A mercearia eu até... conheço mais ou menos as pessoas, porque como é uma coisa menor, então eles já me conhecem, porque eu vou lá muitas vezes, então eu sei o nome, converso, pergunto quando é que vai chegar tal produto. É mais próximo. Mas dos três é melhor a feira.

4. A Feira Orgânica e Cultural da Glória – sociabilidade e confiança

Criada em 1994, a partir de uma iniciativa da ABIO¹², a Feira Orgânica e Cultural da Glória funciona aos sábados, das 07 às 13h, na Praça do Russel, no bairro da Glória, zona sul

¹² A ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) foi fundada em 1985, na cidade de Nova Friburgo/RJ, por um pequeno grupo de agricultores, tendo por objetivo contribuir para a expansão do movimento orgânico, então incipiente no país. Desta forma, contribuiu para a construção do conceito de agricultura orgânica, sistematizando as normas técnicas de certificação da produção com base nos parâmetros da *International Federation for Organic Agriculture Movements* (IFOAM). A ABIO estimula e ensina as técnicas da produção orgânica e busca criar canais de comercialização próprios, fazendo o alimento orgânico chegar diretamente ao consumidor. Atualmente, a ABIO reúne e certifica mais de 180 sócios-agricultores, de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, e diversos comerciantes e processadores de produtos orgânicos (www.abio.org.br).

do Rio de Janeiro. Ocupando uma área de cerca de 350 metros quadrados, possui cerca de 40 barracas de produtores, todas padronizadas. Cada barraca possui um *banner* com a identificação da origem dos produtos, o nome do sítio, a cidade e o selo de certificação da ABIO. Além das barracas tradicionais, que vendem hortaliças, frutas, legumes, verduras, cereais, especiarias, grãos e alimentos processados, industrial ou artesanalmente (como chás, geléias, queijos, pães, bolos e biscoitos), algumas chamam a atenção: (a) a barraca da Oficina do Alimento Vivo, onde é vendido o “Suco de Clorofila”; (b) as barracas de artesanato (instrumentos musicais feitos de sucata, artesanato indígena, de material reaproveitado e de casca de coco, camisetas, sabonetes artesanais de argila, entre outros); (c) a barraca de vinhos e cachaças orgânicas; (d) a barraca de fitoterápicos e cosméticos e, finalmente, (e) a barraca dos vegetarianos e veganos, que comercializa materiais de divulgação (camisetas, *bottons*, livros, adesivos, CDs etc.). Na Feira da Glória ainda é possível comprar flores (antúrios e copos-de-leite), flores comestíveis, frango caipira (sob encomenda), livros, CDs, camisetas e sacolas reutilizáveis com a logomarca da feira e da ABIO.

A Feira da Glória pode ser pensada como uma organização física, política, afetiva e moral, ou seja, um espaço de sociabilidade que possibilita encontros e trocas sociais concretas: convivência, interação, socialização, associação, pertencimento e materialização de visões de mundo, estilos de vida, desejos, propostas, sonhos e utopias (PORTILHO, *s.n.*). Trata-se de um espaço intermediário entre as escolhas e responsabilidades da esfera privada (a casa, o corpo, a família, as preferências individuais) e coletiva (a cidade, a “natureza”, o “planeta”, a “humanidade”). Como feira orgânica certificada, combina um *envolvimento local* (co-presença, relação face-a-face) com uma *interação através da distância* (GIDDENS, 1991), possibilitada pelo sistema de certificação, conforme abordado.

Entretanto, a Feira da Glória não é um espaço homogêneo e seus frequentadores não constituem uma unidade ou comunidade. Melhor seria descrevê-la como um pequeno mosaico de estilos de vida, colocando em contato, em um espaço único, grupos com interesses semelhantes, mas de modo algum idênticos, em torno da representação do que seja uma “alimentação saudável” e que compartilham alguns consensos éticos, políticos e ideológicos com relação ao papel ativo do consumidor e à importância e significado de suas escolhas (PORTILHO, *s.n.*). Mas não se pode dizer que os frequentadores da Feira da Glória formem uma comunidade, no sentido tradicional, nem que se trata de um simples conjunto de indivíduos, nem de um estado de anomia, fragmentação ou individualização. Ao contrário, poderíamos dizer que os consumidores da Feira da Glória formam uma “comunidade

imaginária”¹³ em que constroem e reforçam mutuamente seus estilos de vida, ideais, valores e formas de participação, partilhando uma esfera pública comum (MILLER, 2002).

Apesar do crescimento do consumo de alimentos orgânicos, a Feira da Glória ainda é a única feira orgânica certificada da cidade do Rio de Janeiro¹⁴. No entanto, na avaliação de FONSECA (2005), diversas dificuldades enfrentadas, individualmente ou em grupo, pelos produtores de orgânicos do Rio de Janeiro¹⁵, têm levado a uma mudança de estratégia, buscando circuitos alternativos de comercialização, como as cestas a domicílio, as feiras, os restaurantes e as vendas pela *internet*¹⁶.

Por outro lado, certas características da feira, como dia e horário fixo, o fato de que não aceita cartão, não entrega em casa, não tem regularidade de oferta etc., dificultam esta forma de aquisição de alimentos orgânicos.

E nem sempre eu posso ir à feira [orgânica] no sábado, ou porque vamos viajar ou temos algum compromisso. Então, comprar na Feira da Glória é muito restrito, porque tem que ser somente naquele dia, naquele horário. Aí, quando não dá pra ir lá, eu compro orgânicos no supermercado, que oferece mais comodidade de horário. A Feira da Glória tem um astral legal, mas é muito pequena e tem pouca variedade.

¹³ HALKIER (1999) mostra, a partir de pesquisa empírica, que o engajamento no debate e na prática de um consumo menos ambientalmente danoso é experimentado pelos consumidores como tendo lugar numa comunidade, mesmo que “imaginária”, pois esta não deve ser compreendida apenas como associações físicas concretas, tais como movimentos e organizações que guiam os participantes na mesma direção. Assim, os consumidores que incorporam considerações ambientais em suas escolhas podem se sentir parte de uma “comunidade imaginária” difusa, o que ajuda a aumentar o sentimento de que suas práticas são mais úteis e significativas em relação à melhoria do meio ambiente e das condições sociais.

¹⁴ De acordo com o Portal Planeta Orgânico, existem na cidade do Rio de Janeiro 41 endereços de supermercados que vendem produtos orgânicos (incluindo a rede Hortifruti) e 35 endereços de “lojas de produtos naturais” (incluindo as redes Mundo Verde e Via Verde e as lojas que possuem serviços de entregas em domicílio), mas apenas 06 endereços de “feiras orgânicas” (além do Box da ABIO na Cobal do Humaitá). Consideramos, no entanto, que somente a Feira da Glória pode ser classificada como feira, no sentido convencional, já que as demais são realizadas em lojas, armazéns e outros espaços institucionais. Além destes espaços, existe, ainda, a Rede Ecológica, uma cooperativa de consumidores criada em 2001 e organizada em diversos bairros cariocas, sob os pressupostos da economia solidária, que funciona através de encomendas prévias (por telefone ou Internet) e entrega das mercadorias aos chamados “cestantes” em locais comunitários e em horários determinados. <http://www.planetaorganico.com.br/carrano-01.htm> e <http://www.redeecologica.org/>. (consultados em janeiro de 2008).

¹⁵ FONSECA (2005) cita dificuldades como a rigidez das negociações com os supermercados, que exigem qualidade, preço, logística de entrega, escala, diversidade etc.; a concorrência dos produtos vindos do estado de São Paulo; as dificuldades de abastecimento relacionadas ao estágio ainda inicial de desenvolvimento da agricultura orgânica (volume de produção, variedade de produtos, sazonalidade da produção, descontinuidade de oferta, exigência de certificação etc.); a falta de conhecimento administrativo-financeiro e de treinamento gerencial dos produtores; a dificuldade de organização dos produtores em associações ou cooperativas; a falta de um planejamento adequado para oferecer produtos de acordo com a necessidade do mercado, entre outras.

¹⁶ Considerando o objetivo inicial das entrevistas (relações de sociabilidade), não foram realizadas perguntas sobre compras de alimentos orgânicos através da *internet*, tema a ser investigado em uma oportunidade futura.

As informantes, em geral, lamentam não poder seguir essa dieta na totalidade de suas refeições e ingestas e apontam algumas dificuldades da alimentação orgânica, em geral relacionadas à disponibilidade, dificuldade de encontrar os produtos, preço etc.:

Não é sempre [que consumo orgânicos], mas sempre que dá. Nunca tem como ser 100 % orgânico, mas o que dá é sempre.

Tento sempre manter os orgânicos. O orgânico não tem oferta linear como tem os outros produtos que são quimicados, né? E... eu procuro sempre consumir lá [na Feira da Glória]. Leite, queijo, iogurte manteiga, procuro sempre consumir lá. Quando não, quando tá faltando, quando choveu, ou alguma coisa, eu compro em outros lugares. Alguns mercados têm orgânicos, mas no mercado é mais caro [do que na feira].

Eu compro [orgânico] porque eu posso. Mas eu sei que é uma dificuldade para muita gente que não pode comprar esses produtos; tem que comprar só os convencionais mesmo. Mas acho que vale o preço, porque os produtos são bem melhores. Além do mais, vejo muitas pessoas com poder aquisitivo alto que não tem essa preocupação em comprar um produto melhor, de maior qualidade.

5. Conclusões

Neste *paper*, tentamos focar a construção da confiança nos alimentos orgânicos por parte de consumidores que preferem adquiri-los na “feira direto com o produtor”.

Os resultados da pesquisa mostram que a confiança se baseia mais nas interações face-a-face do que nos sistemas peritos. Além disso, a simples ida à feira e o fortalecimento de relações de sociabilidade entre consumidores e produtores/feirantes são parte constitutiva da ideologia alimentar adotada pelas entrevistadas. Afinal, esta ideologia alimentar não parece se reduzir aos produtos, mas inclui as formas de aquisição. Desta forma, as entrevistadas valorizam tanto a produção tradicional, quanto o consumo tradicional.

Referências bibliográficas

BARBOSA, L. C. G. & LAGES, A. M. Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizonte antropológico*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2007.

BRASIL. Poder executivo. Lei n. 10.831. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003. (<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.831.htm> - Acessado em maio de 2008).

BRASIL. Poder executivo. Decreto 6323. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2007.

(<http://www.planetaorganico.com.br/decreto6323.htm> - Acessado em maio de 2008).

CAMARGO, A. M. M. P. de & FILHO, W. P. de C. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.34, n.2, fevereiro, 2004.

DAMBORIARENA, E. Certificação e rotulagem na cadeia dos hortigranjeiros no estado do Rio Grande do Sul: um estudo de caso – CEASA/RS. UFRGS, Porto Alegre, 2001.

DAROLT, M. R. As principais correntes do movimento orgânico no mundo. Portal Planeta Orgânico. 28 de novembro de 2000. (www.planetaorganico.com.br - acessada em janeiro de 2008).

_____. Desenvolvimento rural e consumo de produtos orgânicos. In: Araújo, J.B.S. & Fonseca, M.F.A.C. (Org.). *Agroecologia e agricultura orgânica: cenários, atores, limites e desafios*. Campinas, CONSEPA, 2005, v. 1, p. 11-34.

DAROLT, M. R. & CONSTANTY, H. Estratégias de fortalecimento da relação entre produtores e consumidores agroecológicos. Mimeo. 2007.

DÓRIA, C. A. A economia política do terroir: o estado e a “magia” do produto. Seminário “Pensando o consumo hoje: novas abordagens. São Paulo, ESPM/CAEPM, 2007

(dispo nível em http://www.espm.br/NR/rdonlyres/ABB6DBBB-0C2C-4C41-8D04-AF6BF093AB71/7751/AECONOMIAPOLITICADOTERROIR_revisto.pdf - Acessado em janeiro de 2008).

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

FONSECA, M. F. A. C. O estudo de mercado de alimentos orgânicos (frutas, legumes e verduras) in natura no Estado do Rio de Janeiro: o caso da ABIO. Dissertação Mestrado. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 1999.

_____. A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 2005.

FONSECA, M. F. de A C. Relatório final do projeto CNPq sobre harmonização das normas na agricultura orgânica. Niterói: PESAGRO-RIO, 2003. Projeto CNPq n.052874/01-3 concluído apud FONSECA (2005).

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GUIVANT, J. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: Herculano, S. *et ali.* (orgs). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000, pp.281-303.

GUIVANT, J. *et ali.* Os supermercados e o consumo de FLV orgânico certificado. Niterói: PESAGRO-RIO, 2003.

HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. *Journal of Environmental Policy and Planning*. 1:25-41: 1999.

HARVEY, M. *et ali.* Between demand and consumption: a framework for research. *CRIC - Discussion Paper*. Nº. 40. Manchester, University of Manchester, 2001.

- MENASCHE, R. Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não? *Paper apresentado no II Encontro da ANPPAS*. Indaiatuba, 2004.
- MILLER, D. Teoria das compras - o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo, Nobel, 2002.x
- MORO, E. J. & GUIVANT, J. S. Perfil dos consumidores de alimentos orgânicos nos supermercados: estudo de caso em Florianópolis – SC. *Paper apresentado no III ENAC*. Rio de Janeiro: UFF/ESPM/UFRJ, 2006.
- PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F. & VELOSO, L. *Práticas de Consumo e Novas Sociabilidades*. (s.n.).
- ROPKE, I. The dynamics of willingness to consume. *Ecological Economics*, 28(3), 399-420: 1999.
- RUCINSKI, J. & BRANDENBURG, A. Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba. *Paper apresentado no GT Agricultura, Consumo Alimentar e Meio Ambiente do 1º Encontro da ANPPAS*. Indaiatuba, 6 a 9/11/2002.
- VIAN, C. E. F.; MACHADO, L.; CHIARANDA, M. & CARVALHO, T. H. O Processo de Formação dos Campos Organizacionais na Produção de Alimentos Orgânicos: Conflitos Atuais e Perspectivas Futuras. *Cadernos do CEAM*, v. 25, p. 09-31, 2006.
- WARDE, Alan. *Consumption, food and taste*. London, Sage, 1997.
- _____. Consumption and theories of practice. *Journal of Consumer Culture*. Vol 5(2): 131-53, 2005.
- WILKINSON, J. The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors. Paper apresentado no workshop internacional Globalisation: social and cultural dynamics. Rio de Janeiro, MINDS/BNDES, 2006.
- WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda. Relatório Final de Pesquisa. Série Antropologia – 20. Brasília, UnB, 1978. (Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf> - acessado em janeiro/2008).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

COMO ENTENDER OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS? A VISÃO DE AGRICULTORES NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Ana Paula Fraga Bolfe¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo

O presente artigo apresenta algumas discussões do trabalho de campo exploratório da pesquisa intitulada Sistemas Agroflorestais e Identidade Cultural: caminhos da sustentabilidade na agricultura familiar, que tem como objetivo analisar os condicionantes culturais no contexto da incorporação de práticas em sistemas agroflorestais junto a agricultores familiares assentados. A pesquisa está sendo realizada em Assentamentos Rurais na região do Pontal do Paranapanema, oeste do estado de SP, onde é intensa a discussão sobre reforma agrária e a conservação ambiental, visto que a história demonstra a forma predatória de ocupação da região. Historicamente muitos grileiros estabeleceram-se nessas terras, iniciando um processo ilegítimo de ocupação que se estende até os dias atuais. Atualmente na dinâmica de ocupação da região vários fragmentos florestais têm sido circundados e pressionados pelos Assentamentos Rurais. Nesse sentido, os sistemas agroflorestais têm-se mostrado como uma estratégia que privilegia a convergência entre diferentes maneiras de encarar a sustentabilidade dos sistemas de produção. Por um lado, a garantia da manutenção da diversidade biológica da Mata Atlântica de Interior, enfocando com maior ênfase os aspectos biológicos da utilização de tais sistemas e, por outro lado, os agricultores assentados, que pretendem aumentar, através da implantação destes sistemas, os níveis de qualidade de vida para si e para as futuras gerações. Numa perspectiva agroecológica, os sistemas agroflorestais são arranjos seqüenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, através dos quais se busca, ao longo do tempo, reproduzir uma dinâmica sucessional natural, visando atender demandas humanas de modo sustentável. Entender como tais sistemas são constituídos pelo agricultor assentado é pertinente para compreender a dinâmica desse processo de conhecimento uma vez que suas trajetórias perpassam o rural e o urbano. Nesse primeiro momento como instrumento de pesquisa do quadro da história oral, utilizou-se o depoimento. Como resultado tem-se o conhecimento de como os agricultores assentados tiveram contato com os sistemas agroflorestais, entendeu-se em quais circunstâncias isso ocorreu, demonstrando o estabelecimento de diferentes relações com tais sistemas. Neste trabalho apresenta-se essas questões sob a visão antagônica de agricultores assentados, de um lado, a crítica e a não alternativa dos sistemas agroflorestais tornarem-se sistemas produtivos e por outro, uma nova forma, não só de sistema de produção, mas também de um novo modo de vida.

Palavras chaves: Sistemas Agroflorestais, Assentamentos Rurais

¹ Bolsista CNPq, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP.

² Professora Titular FEAGRI, UNICAMP.

1. Impactos da modernização da agricultura e as alternativas sustentáveis para os assentamentos rurais

O presente artigo apresenta algumas discussões do trabalho de campo exploratório da pesquisa intitulada *Sistemas Agroflorestais e Identidade Cultural: caminhos da sustentabilidade na agricultura familiar*, que tem como objetivo analisar os condicionantes culturais no contexto da incorporação de práticas em sistemas agroflorestais junto a agricultores familiares assentados.

A pesquisa está sendo realizada em Assentamentos Rurais na região do Pontal do Paranapanema, oeste do estado de SP, onde é intensa a discussão sobre reforma agrária e a conservação ambiental, visto que a história demonstra a forma predatória de ocupação da região, que não muito tempo atrás era uma área inteiramente coberta por florestas tropicais de valor biótico singular com rica e importante biodiversidade.

Historicamente muitos grileiros estabeleceram-se nessas terras, iniciando um processo ilegítimo de ocupação que se estende até os dias atuais³. Nas décadas de 70 e 80 houve o avanço da atividade pecuária, ampliando a sua área num processo de concentração fundiária, extinguindo muitos postos de trabalho e avançando sobre áreas ainda florestadas, pois o solo já estava muito desgastado com os sucessivos ciclos de exploração agrícola como o do café e do algodão, o que também provocou um esvaziamento da população rural, atraída pela possibilidade de emprego nos municípios que estavam se expandindo.

Assim, a fragilidade dos solos, combinada com a concentração de chuvas num período curto do ano e a exposição das encostas, somadas à forma de ocupação desordenada do solo, levou a região a se configurar como uma das mais degradadas do Estado do ponto de vista ambiental, com predominância do grande latifúndio de pecuária extensiva.

A preocupação ambiental retomou força a partir de outro processo de ocupação territorial, agora movido por grupos de agricultores sem terra, ou seja, a constituição de Assentamentos Rurais, conceituados como novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra (BERGAMASCO & NORDER, 1996). Processo que atualmente precisa incorporar a questão ambiental, pois na dinâmica de ocupação da região vários fragmentos florestais têm sido circundados e pressionados por Assentamentos Rurais, o que causa certos conflitos conforme explicita o agricultor assentado:

³ Durante um século os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. De 1990 a 2001, os sem-terra executaram 349 ocupações desentranhando um dos grilos mais famosos do estado de SP (Fazenda Pirapó-Santo Anastácio). Esse longo e amplo processo de grilagem terminou com o confronto entre os sem-terra e os latifundiários que na década de 1990 transformou o Pontal em uma das regiões de maior número de conflitos de terras no Brasil. (FERNANDES, 2001).

... com a criação de assentamentos intensificam-se os conflitos em relação as unidades de conservação da região, onde os agricultores são vistos como vilões enquanto eram as verdadeiras vítimas, apenas brigaram por áreas perto das Unidades de Conservação e foram considerados os impactantes e tudo que tinha antes que foi retirado quem impactou. Declara-se a contradição entre preservar de um lado e incluir do outro.(Agricultor Assentado)

Esta preocupação se justifica dado o padrão tecnológico dominante e a precariedade de recursos no processo produtivo, onde a questão ambiental não é relevante, como também o trato cuidadoso da terra, o que não poderia ser diferente, visto que todo o sistema produtivo agropecuário tanto tecnológico quanto financeiro se apóia na idealização do que se convencionou chamar de moderno (CARMO, 2003).

No sistema produtivo, historicamente, a produção de alimentos sempre foi um dos maiores desafios da humanidade. Durante toda a Antiguidade, a Idade Média e o Renascimento, a fome dizimou centenas de milhares de pessoas em todo o mundo, e foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da agricultura moderna, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos. Após a primeira guerra mundial deu-se a introdução do motor de combustão interna, que originou a motomecanização, dando início a um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura num sistema mais intensivo de produção; foi uma revolução que transformou profundamente a agricultura mundial. Denominada Revolução Verde, é a agricultura moderna que tem como eixo a monocultura, onde as indústrias químicas e mecânicas emergentes intensificaram a produção de insumos agrícolas, passando a agricultura a depender cada vez menos dos recursos locais, e cada vez mais dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria, (EHLERS, 1999).

Aliada à insustentabilidade ambiental da agricultura, fruto da Revolução Verde, a questão sócio-cultural é fundamental, pois parte importante destas áreas é ocupada pela agricultura familiar, onde os sistemas de produção apresentam características bastante diferentes (quase opostas) daquelas exigidas pelas tecnologias da Revolução Verde (também chamadas convencionais). Esses agricultores utilizam mão-de-obra familiar, não dispõem de recursos financeiros, além de terem dificuldade de acesso a terra, máquinas e equipamentos. São agricultores claramente excluídos do processo de “desenvolvimento” (modernização) da agricultura em curso no país, visto que a agricultura familiar não rompeu as barreiras da dependência e da insegurança que resultam da posição subalterna e secundária que lhe é socialmente atribuída. (WANDERLEY, 2003).

Martins (2001) enfatiza que a modernização do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente como modelo imperante do desenvolvimento acarretou

um contradesenvolvimento social, mas mesmo assim as populações rurais têm e mantêm seus próprios códigos de conhecimento e suas próprias concepções de destino.

Da mesma forma, Lefebvre (1981) afirma que a comunidade rural mantém-se, desaparece ou se reconstitui sob modos de produção muito diferentes: escravista, feudal, capitalista e socialista. A agricultura familiar persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução, desde os tempos mais remotos até nossos dias; não, certamente alheia às vicissitudes da história e as transformações econômico-políticas, mas com sua vida e história próprias.

Embora a estratégia modernizadora adotada no Brasil e em outros países em desenvolvimento considerasse as propriedades patronais mais adequadas para implantação do padrão convencional, relegando a agricultura familiar a um segundo plano, Ehlers (1999) e Carmo (1998) explicam que atualmente na transição para uma agricultura sustentável é a produção familiar que apresenta uma série de vantagens, seja pela sua escala menor, pela maior capacidade gerencial, pela mão-de-obra mais qualificada, por sua flexibilidade e, sobretudo por sua maior aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais.

A temática da modernização da agricultura foi explorada por muitos estudos, entre eles, Graziano da Silva (1981), Kageyama (1990) e Martine & Garcia (1987) demonstrando que esta modernização ganhou suporte nos avanços da área de genética e melhoramento vegetal incrementando a produção de grãos por área explorada, sendo reforçada pelo desenvolvimento da pesquisa agropecuária e recursos subsidiados.

Se por um lado, apontam-se as grandes vantagens dessa modernização em termos de aumento da produção, por outro lado, as conseqüências desse modelo foram desastrosas tanto ambientalmente quanto socialmente; dentre outras conseqüências temos o desmatamento de vastas extensões de florestas, utilização de inseticidas, fungicidas e demais agrotóxicos, contaminação de água, solo e agricultores, assim como, uma massiva exclusão de agricultores familiares do processo modernizador. Em face aos efeitos danosos provocados pela modernização entra em curso a construção de experiências produtivas alternativas a este modelo, surgindo o que se denomina agricultura sustentável. Esta, definida como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, segundo Reijntjes et al. (1992).

A Agricultura Sustentável combina, princípios e práticas da agricultura alternativa e da convencional, assim como novos conhecimentos que surgirão tanto da experiência proveniente dos agricultores como da pesquisa científica, especialmente no campo da agroecologia, incorporando os itens de: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das

necessidades humanas de alimentos e de renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (EHLERS, 1999).

Altieri (1999) reconhece a importância da expressão agricultura sustentável e destaca a sua abrangência ao integrar a produtividade dos sistemas agrícolas a aspectos econômicos, sociais e ambientais sendo que, nesse sentido, a agroecologia surge como um paradigma científico capaz de guiar as estratégias para construção de estilos de agricultura sustentável. Caporal e Costabeber (2002) conceituam agroecologia como uma agricultura não agressiva ao meio ambiente, promotora de inclusão social, que proporciona melhores condições de vida as populações rurais.

Embora, algumas pesquisas mostrem que na política de assentamentos esteja contido o modelo convencional de exploração agropecuária em que se ignora o saber do agricultor, sua história e cultura, e tecnologicamente há dificuldades na disponibilização de alternativas de acordo com o ecossistema local, essas alternativas já existem e privilegiam a diversidade e potencialidades locais otimizando o uso dos recursos naturais sem degradação (CARMO, 2003)

Otimizar o sistema e não maximizá-lo como faz o agricultura moderna, é um dos objetivos dos sistemas agroflorestais que tem sido uma alternativa desenvolvida em alguns assentamentos na região do Pontal do Paranapanema. Numa perspectiva agroecológica são conceituados como arranjos sequenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, através dos quais se busca, ao longo do tempo, reproduzir uma dinâmica sucessional natural, visando atender demandas humanas de modo sustentável (VIVAN, 2000 e GÖTSCH, 1996). O que foi ratificado pelo agricultor em suas palavras:

Os SAFs no Pontal do Paranapanema surgiram como uma proposta de produção que combinasse a agricultura com o meio ambiente (era mais amplo do que plantar árvores) e ia responder a questão de uma Reforma Agrária com a preocupação ambiental. (Agricultor Assentado).

Nesse contexto entender como os sistemas agroflorestais são constituídos pelo agricultor assentado é pertinente para compreender a dinâmica desse processo de conhecimento uma vez que suas trajetórias perpassam o rural e o urbano. O que pode diferir do agricultor familiar, em que a produção familiar se encontra inserida numa realidade local comunitária onde se transmite, de geração para geração, conhecimentos técnicos e produtivos utilizando-se um conhecimento acumulado sobre os ecossistemas e a proximidade das relações entre as pessoas. Mas o agricultor assentado mantém a lógica interna da produção camponesa e familiar percebendo que essas unidades de produção não são regidas por categorias econômicas válidas para a economia capitalista, tais como renda, salário, lucro

(CHAYANOV, 1999). Onde é importante insistir que o familiar não é detalhe superficial ou descritivo, pois a associação família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como o produtor familiar age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1997).

2. Os sistemas agroflorestais nos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP

2.1 As especificidades do Pontal do Paranapanema

A região do Pontal do Paranapanema situa-se no oeste do estado de SP e é a região deste estado com o maior número de assentamentos rurais. São 110 assentamentos rurais onde vivem 5.182 famílias (INCRA, 2008).

Uma pequena retrospectiva da história nos faz entender a diversidade de fatores que compõem os espaços da região, desde sua forma de ocupação, as questões econômicas, sociais e ambientais. Na II metade do século XIX começa a ocupação do Pontal e a grilagem de terras, numa região denominada “sertão desconhecido” com uma floresta densa Mata Atlântica do Interior. Em 1908 acentua-se a abertura de estradas para o transporte do gado do MS para SP. Em 1917 a construção da estrada de ferro Sorocabana começa e trazer colonos para região. Na década de 20 com o incentivo do governo ocorre ao lado das ferrovias o ciclo do café e sucessivamente difunde-se as plantações de amendoim e algodão, além do gado, o que acelera a devastação das florestas. Através de um decreto em 1942 o governo do Estado de São Paulo tenta frear o processo de ocupação da região, transformando boa parte dela em reservas florestais, a saber: Grande Reserva do Pontal, (246.840 há); Reserva da Lagoa São Paulo, (23.343 há); Reserva do Morro do Diabo, (37.156 há) (LEITE, 1998). Porém, a demora na implantação do decreto e a baixa capacidade de fiscalização do poder público acabaram por induzir uma desflorestação ainda mais rápida na região, uma vez que os grileiros e posseiros passaram a derrubar cada vez mais áreas florestais para assegurar a posse sobre essas áreas.

Portanto, na década de 70 acirrou-se o desmatamento, o latifúndio, a pecuária e ainda a construção de usinas de sucro-alcooleiras e três usinas hidrelétricas.

Nesse cenário, após a desaceleração dos incentivos do governo na década de 80 intensificam-se os conflitos sociais, o que leva a diversas ocupações na década de 90 pelo MST, num processo de luta pela terra que origina os assentamentos rurais. Nos dias atuais o que se verifica é que, no decorrer dos anos, a Grande Reserva do Pontal foi perdendo suas áreas florestais, restando hoje pouco mais de 34.000 ha no Parque Estadual do Morro do Diabo, localizado no município de Teodoro Sampaio e cerca de 12.000 ha em fragmentos de

diversos tamanhos espalhados pela região (Dean,1996). Tanto o Parque quanto os fragmentos estão circundados por Assentamentos rurais.

Nesse sentido os sistemas agroflorestais têm-se mostrado como uma estratégia que privilegia a convergência entre diferentes maneiras de encarar a sustentabilidade dos sistemas de produção. Por um lado, a garantia da manutenção da diversidade biológica da Mata Atlântica de Interior, enfocando com maior ênfase os aspectos biológicos da utilização de tais sistemas e, por outro lado, os agricultores assentados, que pretendem aumentar, através da implantação destes sistemas, os níveis de qualidade de vida para si e para as futuras gerações.

Dessa forma, diferentes atores sociais envolvidos com a questão sócio-ambiental no Pontal, trabalham no sentido de tentar suprir, principalmente, as necessidades da demanda técnica e prática de uma cultura agroecológica na região buscando uma harmonia agroecológica na interface entre assentamentos rurais e os remanescentes florestais da Mata Atlântica.

Segundo um agricultor assentado os sistemas agroflorestais chegaram no Pontal através de um trabalho de técnicos de diferentes instituições.

Essa idéia no Pontal do Paranapanema nasce de técnicos da COOCAMP e do IPE em 1996 num convênio denominado COOCAMP-IPE-MATA CILIAR. Mais para frente o pessoal da ESALQ começa a trabalhar com ervas medicinais, com jatobá e palmito numa idéia a ser aplicada no Assentamento Santa Zélia. (agricultor assentado).

Atualmente pode-se observar uma estrutura de incentivos dada por uma rede de trabalho envolvendo organizações não-governamentais, órgãos do estado, universidades, cooperativas dos assentados e movimento social que estão levando as famílias a adotar uma postura de contribuição à conservação da natureza. (Beduschi Filho, 2003).

As organizações desenvolvem diferentes trabalhos tendo nos sistemas agroflorestas a estratégia para os sistemas produtivos dos agricultores assentados, a fim de resultar numa reforma agrária sustentável. Nesse sentido o IPE (Instituto de Pesquisas Ecológicas) desenvolve dentre outros projetos o Abraço Verde, onde os sistemas são zonas tampão e protegem os fragmentos florestais, criando uma zona de benefícios múltiplos, com árvores que servem para lenha, madeira, frutos, grãos e forragem, tanto para as comunidades vizinhas como para os ciclos naturais. Outro projeto é o Café com Floresta que são áreas implementadas principalmente nos assentamentos próximos a fragmentos florestais, que visam desempenhar o papel de trampolins ecológicos, que viabilizam o trânsito de algumas espécies da fauna, na comunicação entre um fragmento e outro. Também os Corredores agroflorestais que são restauração de áreas de reserva legal e ilhas de biodiversidade que permite o fluxo gênico entre populações de espécies da fauna e da flora isoladas nas ilhas

florestais. E ainda os viveiros agroflorestais comunitários que têm como principal objetivo produzir mudas de espécies florestais para serem utilizadas pelos assentados em suas propriedades, além de difundir as técnicas de produção de mudas nos assentamentos da região (IPE, 2008).

O ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) desenvolve sistemas agroflorestais no projeto chamado Pontal Verde, para recuperação de áreas de reservas legais nos assentamentos, e o MST (Movimento Sem terra), no seus PDAs tem desenvolvido sistemas agroflorestais e desde 2003 trabalha na recuperação e manutenção de sementes crioulas das região. E as universidades (ESALQ, USP, UNESP, UNICAMP) que desde 1997 participam de pesquisas com o tema na área.

2.2 Visões antagônicas sobre a adoção de sistemas agroflorestais

Várias pesquisas⁴ alertam para a necessidade de contextualização e incorporação do saber local na concepção, implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, esta que é uma alternativa que deve ser adaptada à realidade que tem como preceito fundamental a cultura das pessoas envolvidas. A fim de entender como os sistemas agroflorestais são constituídos pelos agricultores assentados, nesse primeiro momento como instrumento de pesquisa do quadro da história oral, que decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações sócio-culturais que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1989) utilizou-se o depoimento⁵.

Como resultado tem-se o conhecimento da forma de contato com os sistemas agroflorestais que os agricultores assentados têm. Entendeu-se em quais circunstâncias isso ocorreu, demonstrando o que são e o estabelecimento de diferentes relações com os sistemas agroflorestais. Apresentam-se essas questões sob a visão antagônica de agricultores assentados, de um lado, a crítica e a não alternativa dos sistemas agroflorestais tornarem-se sistemas produtivos e por outro, uma nova forma, não só de sistema de produção, mas também de um novo modo de vida.

Um dos agricultores assentados explica os sistemas agroflorestais e vê as limitações do mesmo em sua compreensão:

Hoje em dia quando se fala em SAFs tira os olhos para ganhar dinheiro, é para resistência sem que nenhum doutor precise vir aqui, os agricultores fazem isso com muita competência. Terminei dizendo que o desafio é enxergar uma matriz de produção que não se perca nas formas e levem em consideração a totalidade, um

⁴ (VIVAN, 1998; PENEIREIRO, 2002, 2004; RODRIGUES, 2002; BOLFE, 2004).

⁵ (QUEIROZ, 1988).

hectare de SAFs é engessamento da proposta e o que se faz com o restante 17 hectares?” (Agricultor Assentado)

Atualmente ele não vê nenhuma proposta coerente que responda a questão ambiental na reforma agrária, pois levanta questionamentos para uma adoção de sistemas agroflorestais, e numa lógica da agricultura moderna, em que a produtividade e o retorno econômico sobrepõem-se as questões ambientais e sociais. Observa-se a incorporação das ações relacionadas à utilização da natureza, na esfera econômica como mecanismo orientador da sustentabilidade.

Outra visão que se vê é a dos sistemas agroflorestais, numa lógica da sustentabilidade uma forma diferente de pensar e viver a vida:

Precisa de um espaço pequeno para fazer consórcio. Plantar comida sem veneno, pegando amor. Nunca tive antes incentivo para os quintais ecológicos, SAFs, trazer nativas e diversificação/frutíferas, pelo menos temos que comer perto de casa (que é para cuidar). É possível num pedacinho pequeno de terra aproveitar o espaço e produzir sem veneno uso o *capim limão e o nim*. Pegamos amor e gosto pela idéia plantando coisas de comer no meio das árvores. Vai produzir mais porque o horizonte de solo B, arenoso, achamos que com o resto de mato e folhas que fica no chão vai caindo recupera o solo em 3, 4 anos só com a cobertura. (Agricultor Assentado).

Na sua fala o agricultor assentado começa explicando a facilidade de fazer consórcio, e a importância da diversificação, algo imprescindível para implantação e manejo das agroflorestas. Em essência, os sistemas são uma tentativa de imitar as estratégias usadas pela natureza para aumentar a vida e melhorar o solo.

Da mesma forma que na natureza, onde as plantas ocorrem em consórcios (e não isoladas) e requerem outras plantas para um ótimo desenvolvimento, na agrofloresta as plantas cultivadas são introduzidas d mesma forma, para preencher todos os nichos, inclusive considerando nessa combinação, espécies nativas remanescentes, de regeneração ou reintroduzidas. Além de combinar as espécies no espaço, combinam-se os consórcios no tempo, assim como ocorre na sucessão natural de espécies, onde os consórcios se sucedem uns após outros, num processo dinâmico, dependendo do ciclo de vida das espécies (PENEIREIRO, 2007)

Importante se torna fazer uma reflexão sobre as formas de manejo dos recursos naturais (especificamente sistemas agroflorestais) em ambientes alterados, nos espaços dos assentamentos rurais que essencialmente tem uma conformação complexa, de intensas (re)significações de conhecimentos, numa dinâmica diferenciada de ocupação e construção de novos espaços de vida e produção, onde o contato direto e imediato com a natureza (na maior parte das vezes já devastada), como coloca Whitaker (2003), cria para os assentados as

condições para o desenvolvimento das sensibilidades acumuladas ao longo de suas trajetórias, embora nem todos desenvolvam as suscetibilidades exigidas pela nova situação como é o caso observado num depoimento. Para outros, se desenvolveu uma capacidade de absorver os estímulos dados pelo ambiente em diversidade e possibilidades.

Pode-se sim falar numa diversidade agrícola e natural, na medida em que esses novos atores em seus novos espaços buscam as mais variadas alternativas para permanência na terra, e, conseqüentemente, inclusão num sistema que teima em excluí-lo; eles criam a diversidade e isso contribui para recuperar o meio ambiente. (WHITAKER, 2003).

Isto pode ser confirmado pelo agricultor assentado falando a adoção dos sistemas agroflorestais em seu lote:

Expectativa ideológica é que a idéia de através do exemplo vai se disseminando, porque as famílias estão com as casa descobertas, o problema é que o pessoal não tem cultura de plantar tudo no mesmo espaço, mas é necessário termos, nem que sejam pequenas experiências e nós não só ficar vendo a destruição do meio ambiente. Sim, é isso, não é nem só pelo meio ambiente é por nós mesmos, é qualidade de vida, pois percebemos o grande que vem nos esmagando, mas precisamos fazer as pequenas iniciativas. (Agricultor Assentado).

A necessidade de começar com pequenas experiências como explica o agricultor se entende pelo fato de que os sistemas agroflorestais são talvez aqueles que mais exigem uma mudança de atitude, de paradigma, para serem devidamente compreendidos, pois ao criar uma agrofloresta o agricultor está agindo positivamente sobre o manejo da paisagem, nos processos naturais, num sentido de otimização da vida, ao invés de orientar-se pelos objetivos imediatos de lucro e máxima rentabilidade. Mas é uma alternativa de responder as questões ambientais, de produção, na reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema.

3. Considerações Finais

O que observa-se é que na criação dos Assentamentos, transportou-se para esses, o mesmo padrão tecnológico da agricultura convencional, e não houve preocupações com a questão ambiental, desconsiderando sistemas de produção diversificados e sustentáveis. Na região do Pontal do Paranapanema onde localizam-se em torno de 60% do assentamentos rurais do estado de São Paulo, e uma grande área ambientalmente devastada, uma alternativa que vem sendo considerada é a adoção de sistemas agroflorestais, e assim pode-se compreender algo que Whitaker (2003) coloca como a face mais imediata e importante do processo de assentamento: a reconstrução da natureza (a questão ambiental) e a reconstrução das vidas (questão cultural).

Os sistemas agroflorestais podem responder a essas duas faces, sua adoção responde a um passivo ambiental, recuperando áreas devastadas, mas passa por uma questão cultural de relação entre o ser humano natureza e entre os próprios seres humanos. Visto que, os sistemas partem da lógica da natureza tomando como a base o ecossistema local, harmonizando os procedimentos agrícolas com a dinâmica do local, em que não é apenas a substituição do insumo externo, mas implica em compreender o ecossistema e sua otimização no tempo e no espaço, a interação entre comunidade vivas e meios físicos e reconhecer a importância das particularidades humanas e a diferença de conhecimentos adquiridos em diferentes trajetórias (o que são características dos agricultores assentados) e, que mesmo assim com essas diferenças se organizaram na luta pela terra, e em comum, os assentados querem continuar nessa terra conquistada, dar certo nos seus lotes e ter qualidade de vida para si e futuras gerações.

4. Referências Bibliográficas

- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1989.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo, UY: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. 2003. **Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva**. São Paulo: Iglu: FAPESP.
- BERGAMASCO, S. M.P.P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos, 301).
- FERNANDES B. M.; RAMALHO C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP) **Estudos Avançados**, v.15, v. 43, São Paulo, Set./Dez. 2001
- BOLFE, A. P. F. Educação na floresta: uma construção participativa em sistemas agroflorestais em Japarutuba-SE. 2004. 236 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.
- CARMO, M., S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável, págs. 215-238. In: FERREIRA, Angela D. D. & BRANDENBURG, A. (Orgs) **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: Ed. UFPR. 1998. 257p.
- _____. Assentamentos Rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. Págs. 295-318. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs) **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**, Campinas: Ed. UNICAMP; UNIARA; INCRA. 2003. 325p.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter; pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: Sec. da Agric. e Abast., 1999.
- DEAN, W. (1996). **A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, (Trad. Cid Knipel Moreira)

- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1999. 157p.
- GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA. 1995. 24 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Zahar Editores, 1981.192p.
- INCRA. Números da Reforma Agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/saopaulo>. Acesso em maio de 2008
- IPE. Projetos. Disponível em <http://www.ipe.org.br>. Acesso em março de 2008.
- KAGEYAMA, A. (Coord.) O novo padrão agrícola brasileiro. In: DELGADO, G. C; GASQUES, J. G; VILLA VERDE, C. M. (Org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990. 564p. (série IPEA, nº127)
- LEFEBVRE, H. Problemas da Sociologia Rural. In: MARTINS, J.S. (Org). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec: 1981.
- LEITE, J.F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo; Editora Hucitec, 1998. 2002 p.
- MARTINE, G. & GARCIA, R. (Org.). **Os impactos da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. 271p.
- MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p.31-36, 2001.
- PENEIREIRO, F. M. Formação de educadores agroflorestais no Estado do Acre. In: IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2002, Ilhéus, BA. **Anais...** CD-ROM.
- _____. Educação agroflorestal: construindo o conhecimento. II Simpósio de Sistemas Agroflorestais, 2004. Aracaju, SE. **Anais...** V. 2, 2004. p. 118-124.
- _____. **Cuidando da Natureza, Cuidamos da Humanidade**. Disponível em <http://www.agrofloresta.net>. Acesso em março de 2007.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. Org. VON SIMSON, Olga de Moraes. São Paulo: Vértice, 1988.
- REIJNTJES, C. et al. **Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture**. London: The Macmillan Press, 1992, 250 p.
- VIVAN, J. L. Diversificação e Manejo em Sistemas Agroflorestais. In: III Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, 2000, Manaus, AM. **Anais...** III CBSA, 2000. p. 32-41.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: II Encontro de Pesquisa Sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe, 1997, Aracaju, SE. **Anais...** II EPQATC, 1997, p. 9-40.
- _____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, out.2003, pág.42-61.
- WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara-SP págs. 275-293. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; AUBRÉE, M. FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs) **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**, Campinas: Ed. UNICAMP; UNIARA; INCRA. 2003. 325p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

CONFLITOS SÓCIO AMBIENTAIS: O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Stella Maris Nunes Pieve¹
Gabriela Coelho de Souza²
Rumi Regina Kubo³

Resumo

Este trabalho faz parte do projeto ‘Dinâmica do Conhecimento Local na Planície Costeira do Rio Grande do Sul’ (Edital Universal do CNPq), projeto cujo um dos objetivos é evidenciar a utilização de recursos naturais por comunidades ribeirinhas da referida área. Durante as pesquisas de campo foram evidenciadas práticas de manejo desses recursos que divergem das propostas evidenciadas na Legislação Ambiental vigente, o que provoca certo conflito entre os atores sociais envolvidos - pescadores, extrativistas, responsáveis técnicos e fiscais tanto do Ibama quanto da Brigada Ambiental. Desta maneira, aqui procura-se aqui realçar esses conflitos existentes nos seguintes aspectos: caça de subsistência, extração vegetal e pesca artesanal. Para isto são utilizados dados preliminares do projeto coletados pelo método bola-de-neve e a partir de entrevistas semi-estruturadas e observação participante aplicadas nas regiões sul, metropolitana e norte da Planície Costeira. Os resultados até então observados destacam uma relação de impasse entre as formas de uso e o manejo destes recursos, refletindo uma falta de diálogo entre os envolvidos no processo e um impasse na hora de aplicar a Legislação Ambiental.

Palavras-chaves: Legislação Ambiental; Conflitos Sócio Ambientais, Utilização de Recursos Naturais

1. Introdução

Desde os primórdios o ser humano interage com seu ambiente. Entretanto, nas sociedades primitivas, essa relação homem-natureza era muito mais evidente devido à dependência de conhecimento desse ambiente para o uso e manejo dos recursos naturais que garantiam sua sobrevivência (Odum, 1988). Com o ambiente urbano e o avanço tecnológico, os recursos naturais deixam de ser obtidos diretamente da natureza tornando as relações muito mais econômicas do que ecológicas (Begossi, 2004) e fazendo parecer que dependemos menos do meio natural para suprir nossas necessidades (Odum, 1988).

Atualmente apesar do aumento das áreas urbanas, ainda existem muitas comunidades que apresentam uma relação direta com o meio onde vivem, e praticam atividades diretamente

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

² Núcleo de Estudos em Desenvolvimento e Mata Atlântica (DESMA).

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

dependentes da disponibilidade de recursos, como, a caça, a pesca e a extração de recursos vegetais. Verifica-se que, nas últimas décadas essa relação ser humano-ambiente, vem sendo regulamentada de acordo com uma política ambiental que tende a preservar os ecossistemas terrestres.

O movimento ambientalista brasileiro emerge na década de 70, apoiado na Conferência de Estocolmo (1972), reforçado pela volta de políticos brasileiros exilados pela anistia de 1979, calcado na tentativa da superação do mito desenvolvimentista, relacionando a devastação da Amazônia e na formação de uma nova classe média influenciada pelo debate sobre a qualidade de vida.

Na segunda metade desta mesma década, eram conflitantes as restrições ambientais - acusações de países desenvolvidos sobre a ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais - e as estratégias de desenvolvimento apoiadas na idéia de que a exploração dos recursos naturais acelera o processo de desenvolvimento, implantando indústrias petroquímicas e grandes projetos energético-minerais (Jacobi, 2003).

Na década de 80 surgem dois órgãos responsáveis pela preservação ambiental. O Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), integrado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) com objetivo de preservação ambiental propícia à vida, casando desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana; e o Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como um órgão federal unificado (Sudepe, Sudhevea, IBDF e SEMA)⁴.

No cenário internacional, a Convenção de Viena (1985) propunha uma ótica preventiva às questões ambientais, e o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, 1987) trazia a idéia de desenvolvimento sustentável, aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras. Fatos estes que influenciam a Constituição Brasileira de 1988, onde é previsto o licenciamento por um órgão estadual integrante do SISNAMA para construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento e atividades utilizadoras de recursos ambientais (Souza, 2007).

Nos anos 90, com a Eco-92 - a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - é realçada a idéia de que os recursos naturais são finitos e que o modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países provoca inúmeras injustiças sociais, o que difunde a noção de desenvolvimento sustentável, mas o torna pouco preciso a medida em que

⁴ Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), Sudhevea (Superintendência de Desenvolvimento da Borracha) e IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e SEMA (Secretaria do Meio Ambiente).

busca uma integração sistêmica entre a exploração de recursos naturais, desenvolvimento tecnológico e mudança social (Almeida, 1997). A partir disto, são desencadeadas várias ações e documentos que debatem e tentam de alguma maneira agir no sentido de um desenvolvimento socioeconômico de acordo com a conservação dos ecossistemas terrestres, dentre eles, a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto, a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Para o cumprimento dessas ações são implantadas no país políticas de proteção e fiscalização ambiental, que de alguma maneira confrontam com os modos de vida de populações e comunidades locais. Comunidades estas que habitam áreas preservadas e se utilizam dos recursos naturais ali encontrados, para diferentes finalidades, dentre elas, alimentação, comércio, construção de utensílios domésticos, ornamentação e fins medicinais ou místicos.

O presente trabalho propõe uma discussão - através das literaturas e da legislação ambiental disponíveis - sobre essas políticas, protetoras e restritivas, e suas implicações na vida dos atores sociais que ainda vivem em zonas rurais da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, dependendo dos recursos naturais do meio onde vivem e convivendo com a problemática de estarem “infringindo a lei” com suas práticas cotidianas. Para tanto, são utilizados dados, observações e resultados preliminares coletados pelo projeto Dinâmica do Conhecimento Ecológico Local de Comunidades Ribeirinhas na Planície Costeira do Rio Grande do Sul⁵.

2. Material e Método

2.1. Área de Estudo

A Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PC) (latitudes entre 29° e 34°S) é caracterizada pela presença de um cordão de lagoas localizado entre áreas de dunas anteriores ao Oceano Atlântico, a oeste, e encostas de serras a leste, tais como as Encostas do Nordeste do Planalto Meridional e Escudo Sul-riograndense. A área terrestre é caracterizada pela presença de restingas, sendo bastante diversa em relação à fitofisionomia.

É constante a presença das áreas úmidas em todo o gradiente norte-sul caracterizado pela presença de macrófitos aquáticos, com dominância de juncais, contendo vários habitats,

⁵ COELHO DE SOUZA, G., SILVEIRA, T.C.L., PIEVE, S.N., BASSI, J.B., MELLO, R., KUBO, R. 2007. **Dinâmica do conhecimento ecológico local de comunidades ribeirinhas na Planície Costeira do Rio Grande do Sul.** Projeto de Pesquisa. Edital Universal do CNPq (aprovado).

sítios de reprodução e desenvolvimento de muitas espécies de flora e fauna. Ao longo dos seus diversos corpos lagunares encontram-se comunidades ribeirinhas que utilizam os recursos naturais locais, explorando as áreas terrestres, úmidas e aquáticas. Estas comunidades são historicamente dependentes da pesca artesanal para a sua subsistência, além da extração de recursos das áreas úmidas e terrestres (Pieve, 2007; Garcez & Sanches-Botero, 2005).

2.2. Universo Amostral e Coleta de Dados

O universo amostral compreende comunidades ribeirinhas de três regiões da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: a) norte - Lagoa dos Quadros, Prainha e Pinguela, nos municípios de Maquiné e Osório; b) metropolitana – Lami, município de Porto Alegre; c) extremo sul – Lagoa Mirim, municípios de Arroio Grande (Santa Izabel), Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

A técnica de amostragem utilizada é o *snowball sampling* (Biernack e Waldorf, 1981), também conhecido por cadeia de informantes ou método bola-de-neve. E para a coleta de dados são utilizadas entrevistas semi-estruturadas e observação participante (Marconi e Lakatos, 1999).

Ressalta-se que, para a redação do presente texto foram consideradas as observações a campo, situações de conversas informais, além dos dados das entrevistas, de modo a compor um quadro crítico sobre uma situação de conflito ambiental, que perpassa o trabalho de pesquisa proposto. Neste contexto, apesar do trabalho estar colocado no tênue limite ético do que pode ser publicizado ou resguardado, avaliou-se que se trata de uma problemática, ao qual, como pesquisadores, não poderíamos deixar de emitir um parecer, dada a relevância social e atualidade da problemática.

3. Resultados e Discussão

3.1. Preservação, Conservação e Legislação Ambiental

Antonio Carlos Diegues, professor da ESALQ-USP e Diretor Científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub), organizador do livro “Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos” (2000), discute as tendências e os modelos de conservação/preservação implantados

nos países do sul. De acordo com este autor, a conservação do mundo natural mais corrente entre os conservacionistas/preservacionistas é entendida como o manejo científico de ambientes naturais e seus recursos.

Contudo, esta ação de manejo, se entendida apenas como ação científica, tende a focar as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural como semelhantes em todos os lugares, além de prever que para ser conservada a natureza deve estar separada das sociedades humanas, contrariando o modo de vida de povos que ainda dependem e convivem numa relação direta com seu ambiente, como é verificado principalmente nos países da América Latina, África e Ásia (Diegues, 2000).

No Brasil, o CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, instituído legalmente, presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e representado por cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Assim, este colegiado representativo cumpre os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente⁶ via resoluções, proposições, recomendações e moções, porém cabe ao IBAMA executar e fazer executar, como órgão público federal, a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente (CONAMA/MMA, 2007).

De acordo com o IBAMA (Ibama, 2007) a exploração desordenada do território brasileiro é uma das principais causas da extinção de espécies, sendo participantes deste processo: o avanço da fronteira agrícola, a caça de subsistência e predatória, a venda de produtos e animais ilegalmente no comércio exterior e a introdução de espécies exóticas em território nacional. Segundo este documento, sua função enquanto órgão público federal é de fiscalizar e monitorar os recursos naturais renováveis, conforme alguns de seus objetivos finais: monitorar as transformações do meio ambiente e dos recursos naturais; ordenar o uso dos recursos pesqueiros em águas sob o domínio da União; executar ações e proteção de espécies da fauna e da flora, entre outros.

Para a conservação dos recursos faunísticos o IBAMA prevê proteção e manejo dos animais silvestres, manejo este entendido como:

intervenção humana de forma ocasional ou sistemática, em cativeiro ou na natureza, visando manter, recuperar ou controlar populações silvestres, domésticas, domésticas ou asselvajadas para garantir a estabilidade dos ecossistemas, dos processos ecológicos ou dos sistemas produtivos. (Ibama, 2007).

Porém, todo manejo deve pressupor conhecimento, controle e monitoramento. Este órgão público federal divide as finalidades do uso de recursos faunísticos para seu controle,

⁶ Lei n.º 6938 de 31 de agosto de 1981.

todos previstos em lei e regulados por instrumentos jurídicos específicos ou gerais, dentre estes encontramos: comercial, científico, de conservação, de controle, etc. O que mais nos interessa para este trabalho é o de consumo próprio, que libera a criação de animais silvestres em cativeiro, sem visar o comércio, por agricultores e produtores rurais para o consumo de sua família, parentes e visitantes, contudo, nada é citado a respeito de caça para consumo próprio (Ibama, 2007).

Os recursos florísticos também são alvo de conservação, uso racional e manejo. Um dos programas desenvolvidos nesse sentido é o Programa Flora, que inclui plantas medicinais, ornamentais (Orchidaceae, Bromeliaceae, Cactaceae), madeireiras e o xaxim (*Dicksonia sellowiana* Hook.), especialmente. A Portaria 122-P de 19 de março de 1985, regulamenta que é necessária autorização do IBAMA para coleta, transporte, comercialização e industrialização de plantas ornamentais, medicinais, aromáticas e tóxicas oriundas da floresta nativa (Ibama, 2007).

Quanto à fiscalização do IBAMA, seu objetivo é “garantir a exploração racional dos recursos naturais no país, em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos para garantir sua sustentabilidade, visando diminuir a ação predatória do homem sobre a natureza”. Segundo eles, tem-se buscado uma ação mais educativa e menos punitiva. Para tanto, são verificadas Ações Especiais de Fiscalização divididas em três setores: 1) De Flora, que fiscaliza ações de uso irregular desse recurso, como queimadas, desmatamentos e outros; bem como monitoramentos em áreas de recuperação ambiental ou em Unidades de Conservação; 2) De Fauna, combate o transporte e comercialização de espécies da fauna silvestre nacional ou internacional, além da introdução de animais silvestres exóticos no país; 3) Da Área de Pesca, contestar pesca predatória, principalmente em períodos de defeso ou piracema⁷, através da presença permanente dos Agentes de Defesa Ambiental nos locais de captura, desembarque e comércio do pescado (Ibama, 2007).

Conforme o IBAMA, a atividade de pesca é tratada separadamente como recurso pesqueiro e não recurso faunístico, ela também está inserida nos programas de fiscalização e monitoramento. Recursos pesqueiros são considerados recursos naturais de uso comum e de livre acesso e, portanto, apresentando grandes dificuldades para a manutenção e defesa de fronteiras e/ou territórios ou na regulação de sua utilização de forma adequada, considerando formas de uso e equilibrando a superexploração ou sobrepesca (Maldonado, 1986; Monteiro e

⁷ Defeso ou piracema é o período em que a pesca fica proibida para que as espécies pesqueiras realizem seus ciclos naturais de reprodução, variando de acordo com a região do país (Teixeira, 2007). Neste período, o Governo Federal concede aos pescadores artesanais devidamente cadastrados remuneração referente a um salário mínimo (Souza, 2007).

Caldasso, 2007). Para isto, estão sendo propostos pelo IBAMA, cursos em Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros entre dezembro de 2007 a março de 2008, o que possibilita a participação e o envolvimento dos pescadores e dos usuários destes recursos na tomada de decisão conjunta e compartilhada na gestão dos recursos pesqueiros do Brasil (Ibama, 2007).

Já a Legislação Ambiental funciona de acordo com a Constituição de 1988, Leis, Medidas Provisórias, Decretos-Lei, Decretos e Portarias. No Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 um ambiente ecologicamente equilibrado é previsto como direito de todos, desta maneira, o Poder Público é incumbido de assegurar a efetividade desse direito, e isto é feito através do controle legislativo.

As primeiras leis ambientais implantadas no país datam da década de 60, destas, a Lei n.º 5197, de 3 de janeiro de 1967, dispõe sobre a proteção à fauna e outras providências. Esta, em seu primeiro artigo, proíbe utilização, perseguição, caça ou apanha de animais de qualquer espécie e em qualquer fase de desenvolvimento que constituam a fauna silvestre. Confere a atividade da caça um ato regulamentado pelo Poder Público, sendo crime qualquer tipo desta atividade sem a devida regulamentação, e define a fiscalização como dever dos órgãos especializados, e não exclui a ação da autoridade policial ou das Forças Armadas. De acordo com esta lei, todos os funcionários no exercício de fiscalizar a caça são equiparados a agentes de Segurança Pública, e por isso são lhes assegurado o porte de armas (Artigo 26). Nesta mesma lei, Artigo 27 e 34, atividades deste teor são definidas como crimes puníveis com pena de reclusão que varia de 1 a 5 anos, sendo também considerados crimes inafiançáveis. Outros aspectos importantes tratados nesta lei são as penas previstas: a) para quem provocar, por uso direto ou indireto, de agrotóxicos ou qualquer outra substância química o perecimento da fauna ictiológica; e b) para a pesca predatória com aparelhos proibidos, sendo esta agravada no período de defeso, e as penas com relação à caça, agravadas para caças a noite.

Já na década de 80, surge a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pela Lei n.º 6938, de 31 de agosto de 1981, com objetivos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico, dando condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da Segurança Nacional e à proteção da dignidade da vida humana, bem como desenvolver pesquisa e tecnologia nacional para uso racional dos recursos ambientais, dentre outros. Essa Lei também define ações, órgãos e entidades competentes do SISNAMA e do CONAMA, bem como, os instrumentos dessa política. Cabe ressaltar que alguns artigos dessa Lei foram reformulados pela Lei 10165, de 27 de dezembro de 2000, que

regula o exercício de poder de polícia para o IBAMA no controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Em 1998 é promulgada a Lei n.º 9605 que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Lei esta que descreve a aplicação da pena conforme a gravidade do fato, os antecedentes do infrator e sua situação econômica em caso de multa e sua forma de aplicação, penas restritivas de direito ou privativas de liberdade. Conforme a Lei e verificada a infração, são apreendidos produtos e instrumentos do infrator e, posteriormente destinados conforme sua natureza: doados, destruídos ou vendidos, porém garantida sua descaracterização por reciclagem.

O Capítulo V da referida Lei disserta sobre os crimes contra o meio ambiente, a fauna, flora, poluição dentre outros. Quanto à fauna, o Artigo 37, não prevê como crime o abate animal para saciar a fome do indivíduo ou de sua família; para proteger seus cultivos e para proteger-se de animais nocivos, ambos desde que autorizados pela entidades competentes. Quanto à flora, o Artigo 50, considera não ser crime quando a conduta praticada for necessária à subsistência do indivíduo e de seus familiares.

O Rio Grande do Sul é o único Estado que autoriza a caça amadora (Lei Estadual n.º 10.056, de 10 de janeiro de 1994). De acordo com esta Lei são evidenciadas e definidas três modalidades de caça, a saber, I – de subsistência; II – comercial ou profissional ou III – amadorística. Para ser caça de subsistência é preciso que seja feita por comunidades indígenas e respeite a lista de espécies em extinção; a caça comercial ou profissional refere-se a extração de produtos animais com finalidade de retorno econômico à comunidade humana, e a caça amadora é um exercício cinegético com fim recreativo e sem fins lucrativos. Para o exercício desta última modalidade, foi viabilizado um estudo técnico elaborado pela Fundação Zoobotânica (FZB) que estabelece as localidades que comportam a atividade, bem como, as espécies liberadas ao esporte (FZB, 2007). Dentre estas, encontram-se a marreca-piadeira (*Dendrocygna viduata*) e o marrecão (*Netta peposaca*).

Assim, verifica-se que, nos últimos anos, a conservação dos ecossistemas naturais tem sido ponto central nas discussões e ações sobre a questão ambiental; no entanto, e principalmente nos países do sul, esse tema envolve diretamente condições de sobrevivência da vida na terra e relacionamentos entre grupos sociais e sociedades (Diegues, 2000), já que muitos habitantes desses países vivem de extração de recursos naturais do meio onde vivem.

3.2. Confrontando teoria e prática: os aspectos legais e os atores sociais envolvidos nas atividades de pesca, caça e extrativismo vegetal

Aqui, pretende-se discutir como os aspectos acima descritos, ou seja, a conservação, a preservação, a fiscalização, o monitoramento e a legislação ambiental é vista na prática pelos atores sociais diretamente envolvidos nas atividades e processos que requerem esses tipos de ações.

O ato de caçar é considerado crime desde 1967⁸, o que confere silêncio ou muita cautela ao tratar do assunto. Um dos intuitos do projeto em andamento - Dinâmica do Conhecimento Ecológico Local de Comunidades Ribeirinhas na Planície Costeira do Rio Grande do Sul - é identificar as formas de utilização dos recursos naturais disponíveis para as comunidades envolvidas, e um dos roteiros de entrevistas aplicado na pesquisa é sobre caça. Como as entrevistas são, geralmente, gravadas, é visível um desconforto na hora de responder perguntas desse assunto.

Para este artigo são utilizados dados preliminares da pesquisa, considerando-se que das três propostas ao estudo, no aspecto coleta de dados, a região sul encontra-se concluída, e as regiões metropolitana e norte encontram-se em andamento. Dentre os informantes já entrevistados, todos pescadores artesanais das regiões sul e metropolitana 24% declararam caçar.

A caça do ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*) para o comércio de pele, foi observada como atividade atual e passada. Entretanto, o único que informante que respondeu caçar comercialmente, realizava a atividade na década de 40 na região sul do Estado, comercializando com argentinos. De acordo com o informante hoje a atividade não é mais praticada e quando questionado sobre a possibilidade de caçar novamente, comenta: "*hoje eu não caço mais, hoje eu quero preservar*" (*sic*).

Os outros dois informantes, apresentando nítida atitude de desconforto, declararam já ter caçado - somente para consumo próprio - no local onde moram, capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e aves, principalmente o marrecão (*Netta peposaca*). Contudo, destacam não praticarem mais a atividade porque hoje é crime. Em situações de conversa informal, não mais pautado pelo formalismo de uma entrevista, opina que o ato de caçar é do ser humano, assim como o ato de destruir, sendo inerente ao homem.

Todavia, conforme as regulamentações do IBAMA, a caça de subsistência, ou seja, sem fins comerciais, também causa extinção de espécies e animais silvestres, sendo permitido para consumo próprio somente animais criados em cativeiro. As regulamentações pautam-se pelo fato de que o manejo é intervenção humana, porém uma intervenção que visa manter,

⁸ Lei n.º5197, de 3 de janeiro de 1967.

recuperar ou controlar os recursos naturais, pressupondo, desta maneira, conhecimento, controle e monitoramento dessa ação (Ibama, 2007). Já a Lei n.º 5197, de 3 de janeiro de 1967 dispõe que o ato de caçar é crime inafiançável e punível com reclusão de 1 a 5 anos.

Em uma das visitas de apresentação do projeto, foram evidenciadas várias situações de conflito com o próprio IBAMA e com a Legislação Ambiental vigente, devido a dois tipos de caça: 1) para consumo próprio, capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e 2) para comercialização, tartarugas⁹, coloquialmente chamadas de ‘caguinho’.

Fora da reunião, um dos moradores locais, também pescador artesanal, relatou que foi pego pelo IBAMA e conduzido a um julgamento por ter caçado uma capivara para consumo próprio e da família. Segundo ele, perante esta situação, o juiz não o prendeu, mas lhe advertiu que parasse de caçar, pois poderia ser preso. Sua justificativa foi o período de piracema na Lagoa Mirim e a falta de alimento para ele, a mulher e os sete filhos que compõem a família. E neste caso, a Lei n.º 9605, de 12 de fevereiro de 1998, de Crimes Ambientais, determina no Artigo 37 que o abate de animais não é crime “em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família”.

Estes pescadores artesanais convivem, nos anos liberados para caça amadora, com este tipo de caça. Acampam perto, trocam informações, até mesmo compartilham de suas expedições e ganham essas aves caçadas legalmente. Dos entrevistados até o momento, todos se alimentam de carne de caça, e esses, que evidenciam não caçar, ganham de quem caça, dentre eles os caçadores amadores.

Os informantes quando questionados sobre a legalização da caça de subsistência afirmam que mesmo assim são punidos:

dizem que pode, mas se pegarem com um ratão a gente é multado, é preso. Se pegar com uma marreca é multado. Eles dizem que a gente pode pegar pra comer, mas essa lei a gente não sabe dela. [sic].

Quanto ao extrativismo vegetal, uma análise histórica do Rio Grande do Sul mostra que os habitantes dessa região, litoral norte da Planície Costeira, hoje identificados como agricultores familiares tiveram suas atividades extrativistas intensificadas a partir dos anos 70, quando famílias foram inviabilizadas de cultivarem suas terras devido às restrições da legislação ambiental, pela disponibilidade restrita de áreas de cultivo ou pelo êxodo rural juvenil (ANAMA/PGDR – UFRGS, 2000).

⁹ Como foi feita uma comunicação oral, ainda não foi identificada a(s) espécie(s) citada.

Atualmente, verifica-se que os agricultores familiares das áreas de encosta vivem do extrativismo da samambaia como principal alternativa de renda (Miguel, 2007), enquanto que agricultores familiares do planalto praticam o extrativismo do pinhão (*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze). Além disso, mais de um terço dos agricultores familiares desenvolvem atividades estreitamente relacionadas à extração de recursos naturais locais, como o de palmito (*Euterpe edulis* Mart.), epífitas e lianas (ANAMA/PGDR-UFRGS, 2000). Já nas áreas costeiras verifica-se o uso de macrófitas aquáticas para confecção de artesanato (Bassi *et al.*, 2007).

Entretanto, no mês de setembro do ano de 2007, foi feita uma apreensão pelo IBAMA de aproximadamente 20 m³ de junco (*Schoenoplectus californicus* (C.A. Mey.) Soják) cortados pelos moradores ribeirinhos do litoral norte da Planície Costeira, Lagoa da Pinguela no município de Osório, cujo material seria usado para a confecção de esteiras artesanais, das quais também foram apreendidas duas prontas e duas inacabadas. De acordo com Kuriakin Toscan, chefe do escritório e analista ambiental, o corte do junco é proibido pela legislação porque ele cresce em Área de Preservação Permanente (APP), além de ser uma macrófita que serve de abrigo para o desenvolvimento de diversas espécies de peixes, conferindo a manutenção dos ecossistemas aquáticos. A ação do IBAMA resultou na autuação de três pessoas, cada uma multada em R\$1500,00 por cortar vegetação de APP. Nesta mesma atuação foram apreendidos dois Trinca - Ferros (*Saltator similis*) e duas armadilhas para captura de tatu, pertencentes a um mesmo dono, que foi autuado e multado em R\$1000,00 por manter aves silvestres em cativeiro sem autorização do órgão competente (Annes, 2007).

Uma saída de campo na disciplina de Etnoconservação (DER – 301), do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural realizada em 2007, visitou um dos extratores de junco na Lagoa da Pinguela autuado em setembro do mesmo ano. Segundo ele, que também é pescador artesanal, seus pais já extraíam a planta e faziam artesanato (esteiras) para comércio, além de receber auxílio de sua família para o artesanato e de vizinhos e amigos para a coleta. Isto mostra que a atividade é passada de geração a geração, caracterizando-se como uma atividade contínua e relacionada a organização familiar. Também foi verificada durante a visita, realmente numa área de APP, a presença de gado e cavalo. Uma das propostas do IBAMA é buscar uma ação mais educativa e menos punitiva, via instruções de uso e manejo de recursos naturais, tendo em vista, informar antes de punir o que pode ou não ser feito em determinadas áreas (Ibama, 2007). Este um bom exemplo do que pode ser colocado em prática.

Outra situação pertinente a ser aqui exposta, é o caso de fiscalização da pesca artesanal. Durante um período do ano, a pesca fica proibida para que as espécies pesqueiras realizem seus ciclos naturais de reprodução, período que varia de acordo com a região do país (Teixeira, 2007), sendo chamado, geralmente, de 'defeso' nas áreas estuarinas (junho a setembro), e de piracema nas área de água doce (novembro a janeiro). Nestes períodos, todos os pescadores artesanais devidamente regularizados e em dia com sua licença de pesca recebem do Governo Federal o equivalente a um salário mínimo para não pescar (Souza, 2007).

Entretanto, existem muitas incongruências nas portarias do IBAMA que regulamentam os períodos de defeso ou piracema, pelas seguintes razões: i) esses períodos são definidos em uma instância maior, da qual os pescadores não participam e sendo assim não legitimam totalmente a medida (Pieve, 2006); ii) os pescadores da área de água doce da Lagoa dos Patos, não entendem porque o defeso deles é em período diferente da área estuarina da mesma lagoa e se sentem prejudicados por tal fato; iii) é permitido o comércio de apetrechos que são proibidos de uso pelo pescador (como, por exemplo, as redes de malha muito fina que capturam peixes em estágios juvenis); iv) como a piracema do bagre (*Netuma barba* e *Genidens genidens*) (janeiro a março) é posterior a piracema geral, não tem como colocar a rede na água e impedir que o bagre entre (Coelho de Souza *et al.*, 2007), o mesmo acontece com a pesca do linguado (*Paralichthys orbignyanus*) liberada o ano inteiro; e v) porque os períodos de defeso são restritos aos pescadores artesanais (Coelho de Souza *et al.*, 2007).

Durante as saídas de campo na Lagoa dos Patos, levantavam-se hipóteses para de uma fiscalização efetiva proposta pelos pescadores, a fiscalização do salgueiro - o intermediário que compra o peixe diretamente dos pescadores e o põe no comércio -, de acordo com eles, se o salgueiro não comprar peixe pequeno, o pescador nem traz, mas ele compra e não é fiscalizado.

Dessa forma, os Cursos em Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros, proposto pelo IBAMA, é uma alternativa coerente e pode vir a dar certo, e desde que realmente seja investida, a proposta (Ibama, 2007) tende a valorizar o conhecimento e a participação do pescador em suas ações.

Com isto, cabe ressaltar que esta legislação, ao proporcionar medidas que assegurem a preservação ambiental, dificulta à população local a reprodução social no meio rural, situação que tem acelerado o processo de empobrecimento destes, acarretando a intensificação da migração campo-cidade e determinando o esvaziamento do ambiente rural (Gerhardt, 2003).

4. Considerações Finais

De acordo com as situações acima expostas, fica evidente que existe uma legislação imposta e restritiva que visa punição contra crimes ambientais de um lado, e uma população que depende da utilização de recursos naturais para sua sobrevivência, sem alcançar um nível de exploração que chegue a destruição total do ambiente.

Essa situação evidencia alguns pontos importantes a serem observados. Desde que haja organização de um grupo social que reivindique seus direitos, é possível haver um diálogo e utilização destes recursos. Isto fica evidente no caso da caça amadora, esporte praticado somente no Rio Grande do Sul, regulamentado e viabilizado pelo Estado, e organizado em Clubes de Caça e Tiro ou Pesca. Já a caça de subsistência, até o presente momento, sem uma organização que envolva seus praticantes, tende a ser julgada e – freqüentemente – condenada pelo próprio Estado.

Neste sentido, seria relevante um espaço de diálogo entre os pesquisadores, comunidades, e atores envolvidos nos processos de regulamentação e fiscalização da Legislação Ambiental. Isto, de modo a propiciar uma ação conjunta no manejo dos recursos naturais, tendo em vista que, se o ambiente continua preservado, mesmo com estas ações, o impacto é reduzido.

Se ambos os lados entendessem que “o homem produz o meio que o cerca e é seu produto”, e sendo assim, o problema não é o ato de interferir na natureza, mas de que maneira é feita essa intervenção (Diegues, 2000) poderia ser valorizado o conhecimento ecológico local para manutenção dos ecossistemas, além de abordar discussões sobre demandas e saberes tradicionais do sistema comunitário de gestão dos recursos naturais, como subsídio para a proposição de políticas públicas que reduzam a dissonância entre a legislação e os entraves que prejudicam a reprodução social das comunidades.

A proposta é de que os Governos provoquem uma verdadeira organização das comunidades locais, para que estas participem das decisões, opinem e assim legitimem o que é proposto em lei, o que os incentivará a respeitar e exigir que os outros também respeitem o seu ambiente. Isto incorre numa proposta pautada pela perspectiva de um manejo participativo, ou seja, um co-manejo que envolva análise, discussão e consenso entre governos e comunidades locais.

5. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à Idéia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a Agricultura**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1997. 33-55p.
- ANAMA / PGDR – UFRGS. Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS. 2000. 108 p.
- ANNES, M.H.F. **Fiscais do Ibama em Tramandaí apreendem junco e aves**. Comunicação Eletrônica, Ibama/RS. 18 de setembro de 2007.
- BASSI, J.B., SILVEIRA, T.C.L., TERME, C.M., KUBO, R.R., MELLO, R.M.S.P., IRGANG, B.E., Coelho de Souza, G. Estudos integrados para avaliação da sustentabilidade do extrativismo de *Scirpus californicus* por comunidades no litoral norte do RS. Revista Brasileira de Biociências, *no prelo*. 2006.
- BEGOSSI, A. Ecologia Humana. In: BEGOSSI, A. (org.) **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2004. p. 13-36.
- COELHO DE SOUZA, G.; BASSI, J.; PIEVE, S.M.N.; SILVEIRA, T.C.L.; VENZON, R.; TOSS, L.; COSTA, A.K.; MELLO, R.S.P.; KUBO, R. **Sistema de gestão colaborativo dos recursos naturais: experiências no lago guaíba e planície, costeira do rs**. Mostra de trabalhos técnicos e científicos na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Instituto de Biociências. UFRGS, 2007.
- CONAMA/MMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/>. Acessado em 7 de dezembro de 2007.
- DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação**. 2. ed São Paulo: Hucitec., 2000. p. 1-46.
- GARCEZ, D.S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. Comunidades de Pescadores Artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, 27 (1): 2005, p. 17-29.
- GERHARDT, C.H. Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-ecossistemas. *Série PGDR*, Dissertação n. 020. 2003.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acessado em 25 de novembro de 2007.
- JACOBI, P. Movimento Ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: **Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003**.
- MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar**. São Paulo. Ed. Ática. 1986. 77p.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 260 p.
- MIGUEL, L.A. **Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável na região Nordeste do Rio Grande do Sul: extrativismo, saberes e fazeres locais e conservação ambiental**. Projeto de Pesquisa. Seleção Pública para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para a Agricultura Familiar. (submetido).

MONTEIRO, S.M.M.; CALDASSO, L.P. **A Regulação da pesca no município do Rio Grande/RS.** Disponível em: <http://www.ebapa.fgv.br/radma/doc/EMA/EMA-027.pdf>. Acesso em: 24/1/2007

ODUM, E. P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 434 p.

PIEVE, S.M.N. **Pesca artesanal, Etnobiologia e Etnoictiologia na Colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS.** Monografia de curso em Biologia, UFPel, 2007.

SOUZA, M.A.A. Contribuição das políticas públicas na captura, na Comercialização e na geração de renda da atividade Pesqueira artesanal no rio grande do sul. **3º Encontro de Economia Gaúcha PUC-RS** 25 e 26 de maio de 2006. Disponível em: www.pucrs.br/eventos/3eeg/Artigos/m04t04.pdf. Acessado em 30 de janeiro de 2007.

SOUZA, A.C.A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm. Acessado em 8 de dezembro de 2007.

TEIXEIRA, G.S. & ABDALLAH, P.R. Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos. Trabalho publicado no VI Encontro de Economia Ecológica, realizado de 22 á 25 de novembro, UnB-Brasília. Disponível em: <http://www.2furg.br/depto/dceac/ceema/paperseguro.pdf>. Acesso em: 15/12/2007.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**GÊNERO E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO RURAL
POTOZI**

Hersilia M. Cadengue de Oliveira¹
Mariomar Almeida²

Resumo

O estudo de caso, realizado no assentamento Potozi do município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, assistido pelo Centro das Mulheres do Cabo (CMC), teve como um dos objetivos a necessidade de ressaltar a participação das mulheres nas atividades agrícolas, em especial no âmbito da agricultura familiar, com equidade de gênero, visando não apenas a autonomia feminina, mas para o desenvolvimento sustentável. Foram realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas junto ao corpo técnico do Projeto Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável, do CMC, além de observação das reuniões ordinárias e coletivas dos assentados. A análise dos referidos dados aponta que em um projeto de geração de renda, que contribua com a autonomia feminina e conservação do meio ambiente, mesmo que beneficie a todos, os homens tendem mostra-se inseguros e a prejudicar o projeto, e assim, o progresso local. Ao mesmo tempo ressaltamos que a participação feminina nas atividades agrícolas “podem ter uma influência decisiva para o funcionamento da economia e das disposições sociais relacionadas” e que “a compreensão do papel feminino no desenvolvimento do meio ambiente, particularmente na conservação dos recursos naturais” é de fundamental importância.

Palavras-chave: Gênero; Meio Ambiente; Agricultura Familiar

1. Introdução

É comum observamos na história passada e presente da América-Latina a exploração das riquezas naturais, bem como da população nativa, em especial das mulheres¹, atualmente fazendo uso, para justificar sua conduta, de “jargões” tais como: “para o bem da sociedade e para o progresso do país”. O capitalismo e a sua “ânsia de prosperidade sem custo” (HOLANDA, 1995:46) não tem medido consequências futuras para os seus atos, que muitas vezes, afetem o ambiente doméstico ou social.

Uma das consequências dessa ânsia por prosperidade pode ser observada desde a época da colonização, cujo modelo de propriedade agrícola era baseado na grande exploração monocultural de exportação, estando assim os recursos priorizados para o favorecimento desta (WANDERLEY, 1999). Como enfatiza Freyre (1966), quando aponta que

¹ Doutoranda em Sociologia pela UFPE. Pesquisadora do Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste, hersiliacadengue@hotmail.com.

² Mestre em Extensão Rural e Desenv. Local pela UFRPE. Assistente da FUNDAJ, mariomar_teixeira@hotmail.com.

O colonizador português do Brasil foi o primeiro, dentre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza. Ainda que riqueza – a criada por eles sob a pressão das circunstâncias americanas – à custa do trabalho escravo: tocada, portanto, daquela perversão, de instinto econômico que cedo desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquirí-los. (FREYRE, p. 19, 1966)

Desse modo podemos dizer que no Brasil, a agricultura familiar conhece uma marginalização histórica considerável, tendo sido durante muito tempo relegada ao segundo plano e até mesmo esquecida pelas políticas públicas.

A conseqüência da desigualdade entre esses dois tipos de agricultura repercutiu diretamente na agricultura familiar e na sua base fundiária, a pequena propriedade. Sendo durante muito tempo, a agricultura familiar vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e o homem do campo, agricultor familiar, considerado pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Nesse estudo a agricultura familiar é entendida como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno *da e para* a família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio familiar (TEDESCO, 1999). Para Moraes (2003) “apesar das mudanças pelas quais tem passado, a família continua sendo o *locus* da reprodução e de desempenho dos papéis conjugais e parentais e a principal correia de transmissão dos sistemas culturais” (MORAES, 2003:502).

Desde os anos 1990, tem-se observado um crescente interesse por esse tipo de produção. Tal interesse se materializou em políticas públicas, como a criação do MDA e do PRONAF, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

A agricultura familiar é, hoje, de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social” (GUANZIROLI, [ET AL], 2001), contribuindo para construção de melhores condições de vida (MARQUES, 2002), pois incorpora em sua gênese, atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais.

A seção seguinte procurará mostrar como a pequena produção de subsistência praticada por homens e mulheres, pode lhes permitir atender a essas necessidades.

2. A Produção de Subsistência no Âmbito da Economia de Mercado

Segundo Roustang et alii (1996), a sociedade atual vem sendo pressionada a aceitar a ordem existente e está diante de contradições que parecem insuperáveis: com a globalização dos mercados, não existe nenhuma liberdade de manobra, ou ainda, em uma economia concorrencial, é ilusório pretender evitar a exclusão de uma parte da população do mercado de trabalho.

O autor argumenta que o essencial não é produzir em maior quantidade, mas permitir a todo homem ter o essencial, ou seja, ter do que viver e razões para viver. É uma outra perspectiva, além daquela que consiste em acreditar que um ponto a mais no crescimento do Produto Interno Bruto seria o primordial, ratificando a fórmula “quanto mais, melhor” que exprime bem a supremacia da economia na vida da sociedade.

Santos (2006) expressa de maneira similar sobre a globalização e o mercado econômico ao buscar usurpar e manipular na reestruturação do espaço geográfico e que mesmo as empresas racionalizando de forma hegemônica se deparam em muitos momentos com um grupo social fortalecido, consciente e solidário, não sendo um ator tão passivo como essas empresas almejam, prejudicando assim seus planos, já que o grupo age de forma interventiva e solidária entre seus membros e sua comunidade local.

Mudando o olhar sobre a economia

Para a maioria das pessoas, a economia de mercado é sinônimo de economia moderna. E é necessário admitir que essa confusão é compreensível: os ganhos na produtividade do trabalho, graças à concentração dos meios de produção e dos sistemas econômicos mais adequados, estão na origem de uma elevação do nível de vida desde o início da Revolução Industrial (OLIVEIRA, 2001).

Mas a lógica da economia de mercado torna-se prejudicial quando tende a esquecer as outras economias e a considerar que só ela pode criar riquezas. Nessa perspectiva, concebe-se que o Estado possa reservar uma parte dessas riquezas para a distribuição, E a economia de produção de riqueza está assimilada à economia de mercado.

Nesse âmbito, as empresas se contentam em utilizar uma mão-de-obra disponível, educada e criada fora delas. Usam também um meio ambiente natural que ela não criou. Interessar-se unicamente pelas riquezas que podem ser trocadas no mercado é ignorar os valores, as atitudes, enfim, a cultura acumulada por gerações, desprezando o capital natural e

a qualidade do meio ambiente (SAHLINS, 1976; POLANYI, 1983). Esse fato também pode ser identificado quando Santos (2006) argumenta que

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais foram as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2006:85).

Apesar do extraordinário dinamismo da economia de mercado, esta caminhou, até meados do século XX, ao lado da persistência de uma economia tradicional na qual os fornecimentos obedeciam mais a um princípio de satisfação das necessidades de consumo local do que a um cálculo de rentabilidade. A organização econômica estava interligada às comunidades, às famílias ou etnias. As trocas eram parcialmente monetárias, e os pagamentos, *in natura*.

Essa economia tradicional é, inegavelmente, marginalizada pela sociedade salarial, e em suas diversas formas, parece de importância reduzida por ser considerada como residual, ou seja, por se tratar da agricultura polivalente, produzindo, sobretudo, para o consumo da unidade familiar sem passar pelo mercado; ou, mais geralmente, de unidades domésticas gerando uma grande parte de bens e serviços que elas próprias consomem; ou ainda, de pequenos comércios ou trabalhando freqüentemente a partir de matérias-primas locais. No entanto, ao considerar essa economia, pode-se mudar o olhar sobre a congênere monetária (OLIVEIRA, 2001).

Dessa forma, parece que o crescimento foi, durante muito tempo alimentado pela passagem dessa economia tradicional, de forte dimensão não monetária, para a economia monetária, de mercado ou não-mercado, sem que isso originasse necessariamente o aumento das riquezas disponíveis.

A manutenção da agricultura familiar de subsistência, como um exemplo de economia não-monetária, pode ser considerada uma alternativa viável nas áreas de reforma agrária. O fortalecimento e os subsídios do Estado a projetos de agro-florestas, manejo sustentável, criação de animais apropriados às regiões específicas são iniciativas que podem contribuir para quebrar a dependência político-eleitoreira da população. Essas iniciativas não geram lucros financeiros, mas seu princípio é preservar a vida humana, é melhorar o modo de vida

nos assentamentos, quebrando o monopólio da terra, da água, do acesso aos recursos subsidiados pelo Estado, tentando universalizar os direitos sociais. Na agricultura familiar, os pequenos produtores trabalham para prover o seu sustento e da sua família, e só depois levam o excedente ao mercado.

Ressaltamos ainda que devemos considerar o argumento de Leff (2006:53) para quem

No caso das sociedades agrárias, a articulação do natural e do social não pode ser resolvido pela redução da formação camponesa de autoconsumo a um “ecossistema humano” inserido no ecossistema geral e articulado com o capital. Esta articulação não se concretiza simplesmente na superdeterminação do capital sobre a cultura e seu meio ambiente, a partir do intercâmbio mercantil. Uma formação camponesa pode ser considerada uma “entidade mediadora” entre o modo de produção capitalista e a natureza; no entanto, possui uma estrutura própria que especifica esta “mediação”. O problema reside em entender como se articulam os processos e potenciais da natureza, dependentes da estrutura do ecossistema, com as leis sociais e as formas de organização cultural que regulam os processos produtivos e as condições de acesso e apropriação da natureza, articulados, por sua vez, com os efeitos do modo de produção capitalista ou de outras formações sociais dominantes. (LEFF, 2006:53)

Assentamento Potozi, Projeto de Aviário e a Relação de Gênero

Ao analisarmos bibliografias clássicas existentes sobre a exploração da Natureza e das Mulheres, e nos focamos especialmente na construção do Brasil, as colocações dos autores ratificam o que observamos e constatamos pelo estudo empírico, que ocorreu no assentamento rural de Potozi do município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco – Brasil.

Os dados do referido estudo foram coletados entre 2004 e 2005 através da aplicação e posterior tabulação/cruzamento de questionários e entrevistas realizadas junto ao corpo técnico do Projeto Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável, do CMC, além de observação das reuniões ordinárias e coletivas dos assentados.

Em Potozi, o Projeto Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável desenvolvido pelo Centro das Mulheres do Cabo com o patrocínio da Intermon-Oxfam foi para a criação de aviários, e construíram seis galinheiros medindo 1.500 m² destinados à criação de galinha caipira, tendo como garantia do Projeto o povoamento de 9.000 pintos, considerando os 3% de risco de perdas que pode ocorrer em cada aviário e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para rações. (ALMEIDA, 2005:51).

Os obstáculos encontrados no desenvolvimento do projeto eram muitos, como por exemplo: a dificuldade com o manejo das aves, tanto por parte dos homens quanto das mulheres; a dificuldade de comercializar as aves; e o maior e mais complexo de todos os empecilhos, os conflitos de relação de gênero existente no assentamento. Este conflito ainda não foi completamente superado, de tal modo que a perspectiva de ver suas mulheres/companheiras independentes geraram atitudes não muito bem explicadas racionalmente, demonstrando total insegurança em vê-las com autonomia financeira, e em condições de “igualdade” para com eles. (ALMEIDA, 2005:102)

Desde os anos de 1960, a luta do feminismo partiu exatamente da meta de *igualdade na diferença sexual*, reivindicando a não-hierarquização das especificidades de homens e mulheres, almejando uma igualdade social que reconheça as diferenças, hoje expressa na noção de "equidade de gênero". Na divisão do mundo em esferas "generificadas", a "divisão sexual do trabalho" que o feminismo questionou, assentou-se a identidade masculina no seu atributo de provedor, e a feminina no seu papel de doméstica e reprodutiva, de mãe. Giffin (2002), mostra que

Dados mais recentes do Brasil mostram que com a dificuldade crescente dos homens garantirem uma renda familiar adequada, ou mesmo manter um trabalho minimamente estável, estamos passando por uma "*transição de gênero*" na qual as mulheres começam a ser responsabilizadas, e a se considerarem responsáveis, pela provisão de renda. (GIFFIN, 2002:105)

Deste modo as mulheres vêm cada vez mais assumindo tripla jornada, seja na esfera rural ou urbana. Ressaltamos, porém, que mesmo que a mulher esteja cada dia mais consciente que seu trabalho é mais que uma “ajuda”, e sim, é uma renda necessária no seu ambiente doméstico, esta situação ainda tem contribuindo para reprodução da desigualdade em nível de gênero e de classe social (GIFFIN, 2002), tendo em vista que a carga de trabalho da mulher é incrementada sem que haja redistribuição das suas antigas e tradicionais tarefas.

“Eu fico doente no dia que eu não posso vir aqui em cima, porque amanhã mesmo é o dia de eu lavar pano, eu não tenho tempo de..., porque eu tenho 4 filhos homens que trabalha no canavial, que não posso deixar tudo à toa, amanhã eu não venho porque eu vou lavar roupa, mas eu fico doente, quando eu não posso vir, porque quando eu estendo os panos, venho na carreira, que eu cozinho aí pra essas crianças aí, e dou um pulinho no...” (Depoimento de Assentada)

Porém esta "*transição de gênero*" pela qual estamos passando também gera um sentimento para os homens de inutilidade e perda da importância na vida do lar, e até mesmo de fracasso. Conforme citação abaixo:

Porém, nem sempre esta nova – ou agora reconhecida – jornada de trabalho feminina é fonte de independência financeira e nem mesmo de estabilidade familiar. Ao contrário, embora necessária à sobrevivência e manutenção dos filhos, é intimamente relacionada à desestruturação do provedor masculino no contexto de desemprego, salários e atividades inadequados à manutenção de uma família. Este "fracasso" masculino pode resultar em "*comportamentos masculinos de desistência, pânico e fuga*" (Agier, 1990), ou mesmo na "*expulsão*" do homem do lar (Scott, 1990). (GIFFIN, 2002:106)

Estes sentimentos, de modo geral, têm contribuindo para que em projetos de geração de renda, que visem contribuir com a autonomia feminina e conservação do meio ambiente, mesmo que beneficiem a todos, os homens tendam mostrarem-se inseguros e a prejudicar tais projetos, e assim, o progresso local. Tal situação pôde ser observada nas reuniões realizadas no assentamento Potozi - Projeto Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável -como, por exemplo, no momento em que as mulheres comentam o não cumprimento das orientações dadas pela técnica para o manejo dos pintos, e ocorre imediatamente uma forte retaliação com as mesmas, pelos homens que dizem que “mulher quando se junta só é para fofocar”. Em outros momentos os homens já deixaram claro (inclusive com atos) que não gostam de cumprir orientações técnicas dada por uma técnica mulher e a vontade que as mulheres saiam do projeto e só fiquem eles: os homens.

Os conflitos internos, principalmente entre homens e mulheres, se acentuam com a falta de infra-estrutura existente em diversos assentamentos rurais, como é o caso do assentamento em estudo, tendo em vista que o cuidado na gestão dos recursos básicos (incluindo os naturais) em nível local, necessários para prover o contínuo sustento humano, é algo que as mulheres vêm exercendo há muito tempo nos mais diferentes ecossistemas, o que poderia facilitar à comunidade humana como um todo atingir um desenvolvimento sustentável em escala planetária.

3. Conclusão

Para Sen (2000) a participação feminina nas atividades agrícolas “podem ter uma influência decisiva para o funcionamento da economia e das disposições sociais relacionadas” e “a compreensão do papel feminino no desenvolvimento do meio ambiente, particularmente na conservação dos recursos naturais” (SEN, 2000:234) é de fundamental importância. Quando a sociedade absolver que ao evitar infringir a mulher e o meio ambiente todos sairão

ganhando, pode ser que isso não ocorra em curto prazo, mas com certeza levará a um modo de viver regido por mais respeito e dignidade.

Frente às pressões do desenvolvimento, que lhes impossibilita alimentar-se, vestir-se e prover a moradia digna de suas famílias (OLIVEIRA, 2001) é que as mulheres reivindicam, em nome das suas famílias, nas comunidades rurais o direito de sobreviver e de subsistir. Nesse processo de luta as mulheres vem conquistando novos espaços, mesmo que seja lentamente. Tal espaço é cada vez mais reconhecido por todos, uma vez que a mesma almeja, não apenas o seu crescimento individual, mas o crescimento de todos ao redor.

Para os autores com textos sobre o desenvolvimento sustentável (HARCOURT, 1994; SACHS, 2002, 2004; SHIVA, 1997, 2003), as mulheres são ouvidas como as vozes da resistência e como as repositórias da visão e do conhecimento criativo que devem ser conceitos ocidentais avaliados de uma tomada de partido (se não substituir) de como produzir e para controlar a base do recurso natural. Eles propõem ainda, a utilização de novas estratégias do desenvolvimento baseadas nas práticas mais pluralistas e igualitária, sensíveis ao papel do conhecimento, cultura e gênero.

Talvez as mulheres saibam, ou não, da existência dessa força que possuem, talvez seja mais fácil fingir que não sabem, enquanto isso não as incomodar por muitas razões, entre uma delas, os “homens”, de seu círculo íntimo acreditarem que ainda são superiores, porém quando as mulheres assumirem conscientemente em quantidade maior essa força talvez, uma nova ruralidade será gerada, como observa tão bem Oliveira (2001), Buarque e Garcia (2002), Almeida (2005), entre outras, uma ruralidade que brota de uma nova economia com equidade e respeito humano. Basta não só uma mulher querer, mas contagiar outras mulheres na mesma sincronidade para fazer nascer o novo e melhor mundo.

4. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mariomar. *Gênero e desenvolvimento sustentável: estudo junto a assentados e assentadas em Cabo de Santo Agostinho, Mata Sul de Pernambuco*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

BUARQUE, Cristina; GARCIA, Vileni. Gênero, categoria fundamental para uma gestão social da reforma agrária. *Revista Gestão Pública*. Recife: Massangana, v.1, n.1, p. 83-115, jun.2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Imprensa Oficial: Recife, 1966.

GIFFIN, Karen. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cad. Saúde Pública*, 2002, vol.18 supl, p.103-112.

- GUANZIROLI, Carlos. Et Al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HARCOURT, Wendy. Negotiating Positions in the Sustainable Development Debate: Situating the Feminist Perspective. In: HARCOURT, Wendy (ed.). *Feminist Perspective on Sustainable Development*. London/New Jersey/Rome: Zed Books Ltd/SID, 1994, p. 11-25.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARQUES, Pedro Eduardo Moruzzi. Reflexões sobre os impactos das intervenções da linha infra-estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: *Anais do VI congresso da associação Latino-Americana de Sociologia Rural*. p.1911-1921. Porto Alegre, 2002 (CD-ROM).
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. 495-515 p.
- OLIVEIRA, Hersilia M. Cadengue. *Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no semi-árido: o caso de Caraíbas – Arcoverde/PE*. Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- POLANYI, K. *La grande transformation*. Aux origines politiques et économiques de notre temps (trad. française). Paris: Gallimard, 1983.
- ROUSTANG, G. et al. *Vers un nouveau contrat social*. Paris: Desclée de Brouwer, 1996.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento – incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentado*. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SAHLINS, M. D. *Age de pierre, âge d'abondance: L'économie des sociétés primitives*, Paris: Gallimard, 1976.
- SANTOS, Milton. *Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente – perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- _____. MIES, Maria. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família – racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- WANDERLEY, Nazaré. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ⁱ No caso das mulheres a exploração inclui as que também chegaram durante o período de colonização.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**MEIO AMBIENTE E HISTÓRIA NO NORDESTE DO BRASIL: A MIGRAÇÃO COMO
LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA BIOLÓGICA E CULTURAL DO HOMEM
SERTANEJO**

Catarina de Oliveira Buriti¹
José Otávio Aguiar²
Maria Isaura Pereira de Oliveira³

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão acerca do movimento migratório de trabalhadores nordestinos, a partir da década de 1930, como consequência das ingerências política e econômica locais, que verificava-se consideradamente intensificado nos momentos de secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza hostil, adversa e imutável, responsável pelos maiores problemas dessa sociedade. Simultaneamente, dos encontros criativos advindos da humanização do ambiente natural adverso pelas culturas híbridas surgidas da formação pluriétnica dos homens dos “sertões”, surgiam estratégias transculturais e reordenamentos outros que permitiam a sobrevivência biológica e cultural naqueles regimes específicos de historicidade.

Palavras-chave: História; Natureza; Nordeste

1. Considerações Preliminares

O Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e social de auto-representação oficial e politicamente independente, quase nunca reservou para um quadro de privilégio as paisagens do semi-árido nordestino. Isso, talvez, porque elas não corroborassem as representações do verde, como o que figura em nossa bandeira, tão caras, no Império, ao “nacionalismo florestal” de um José Bonifácio de Andrada e Silva, ou, mais tarde, na República, ao patriotismo naturalista de propaganda de um conde republicano como Afonso Celso, famoso escritor do paradidático dos anos de 1910 intitulado “Porque me Ufano de meu País”. A caatinga, entretanto, reúne um conjunto de biomas de variegada biodiversidade, agregadores de biotas raras e endêmicas, que

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; bolsista do PIBIC/UFCG/CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. José Otávio Aguiar. E-mail: catyburiti@yahoo.com.br.

² Doutor em história e culturas políticas pela UFMG; professor do curso de graduação e do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em História da UFCG. E-mail: jotavioa@terra.com.br.

³ Doutora em Bioquímica Agrícola pela UFV; pesquisadora da EMBRAPA Algodão Campina Grande- PB. E-mail: oliveira_mip@yahoo.com.br.

formou cenário de parte significativa das movimentações e encontros transculturais que teceram o cotidiano de lutas e invenções criativas de um contingente significativo da população brasileira.

Historicamente, as secas prolongadas típicas do Bioma Semi-árido do Nordeste brasileiro acompanharam a trajetória das gerações de homens e mulheres que se sucederam nesse espaço e que criaram/desenvolveram características múltiplas para assegurar sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas. O objetivo deste artigo é analisar na literatura regional do Nordeste brasileiro dos anos de 1930, a história dos movimentos migratórios de nordestinos em direção ao Sul do país e às terras ignotas da Amazônia como uma alternativa encontrada para fugir a essas “adversidades” naturais e aos mandos político e econômico locais, intensificados nos momentos das secas prolongadas. Trata-se de desconstruir idéias deterministas que situavam a migração como decorrente apenas do clima, erigindo a imagem de uma natureza hostil, adversa, imutável e responsável pelos maiores problemas dessa sociedade.

Levando-se em consideração que a paisagem possa ser um texto em que gerações sucessivas escrevem suas obsessões recorrentes, buscar-se-á na literatura regional do Nordeste brasileiro dos anos 1930, atingir as historicidades que a permeiam em relação ao modo como as comunidades vivem e percebem os fenômenos climáticos e a natureza semi-árida. Espaço marcado por incertezas e vulnerabilidades em decorrência das grandes secas, o Semi-árido recebeu, das populações que o habitaram nesse contexto, um conjunto de idéias e valores em relação aos aspectos da cultura, da natureza, do homem e do meio ambiente esses serão tematizados ao longo deste artigo.

O Semi-árido do Nordeste brasileiro, entre as cinco macro-regiões geográficas do país, constitui-se como a que possui os mais fortes contrastes sociais, econômicos, culturais e ecológicos. Entre as contradições e fragilidades que marcam a vida neste território, a estiagem pode ser destacada como um dos principais fenômenos da natureza que acentuam os problemas sociais da região, levando-a a apresentar os mais elevados índices de pobreza do país.

O processo de desmatamento das zonas semi-áridas nordestinas, provocado pela ação humana, somados às características climáticas específicas deste bioma, marcadamente, às condições ecológicas das secas, apresenta este território como uma das áreas do Brasil mais degradadas e com fortes tendências à desertificação. (MARIANO NETO, 2001).

Localizada em área tida como de alta susceptibilidade e alta ocorrência do processo de desertificação, a região do Semi-árido do Nordeste brasileiro, além de sofrer a ação dos processos naturais de degradação, passa por níveis intensos de antropização, principalmente no que se refere aos processos de agriculturização e pecuarização. Dentre estes, os desmate e desflorestamento intensivos para ampliação de áreas agrícolas e de pastagem; o uso intensivo do solo; o desrespeito a capacidade de suporte animal nas pastagens nativas e artificiais; a presença acentuada de processos erosivos e assoreamento de cursos d'água e mananciais e o surgimento de núcleos de salinização.

Difícilmente a *Questão Ambiental* permeia as discussões sobre Questão Agrária, Política Agrária e Reforma Agrária e este tema é problematizado apenas no meio acadêmico, geralmente dissociado dos atores envolvidos nas discussões acima citadas. Só recentemente, dispositivos legais foram envidados no sentido de coibir a profusão de Projetos de Assentamento em áreas onde o quadro natural não permita as sustentabilidades, econômica, social e ambiental (PEREIRA, 2006).

As raras políticas públicas direcionadas para a Caatinga sempre têm enfatizado o uso alternativo do solo em detrimento do manejo florestal e dos sistemas agroflorestais, verdadeiras vocações do Bioma. Numa proposta de política pública mais realista e direcionada é preciso a avaliação econômica dos recursos ambientais existentes para que só assim se possa ter idéia de estoque, de uso imediato e de uso futuro. No ritmo de devastação atual é possível que em determinados locais (núcleos de desertificação) só seja possível a valoração do passivo ambiental existente. Entretanto, mesmo na valoração de passivos se faz necessário à valoração de áreas próximas e integras do ponto de vista ambiental, para que só assim se possa realizar a devida comparação (PEREIRA, 2006).

Na obra *O campo e a cidade*, publicada no final dos anos 1980, o crítico literário e de cultura inglês, Raymond Williams, examina, na história e na literatura, as alterações ocorridas nas relações entre campo e cidade na Inglaterra durante as extensões oitocentistas da Revolução Industrial e dos cercamentos. Seu objetivo é descrever e analisar como comunidades historicamente variadas, cristalizaram e constelaram idéias, atitudes emocionais, imagens e associações – positivas e negativas – em torno desses dois modos de vida humanos freqüentemente contrastados.

Tomando como ponto de partida reflexivo uma das obras-primas da literatura regional do Nordeste brasileiro, *Vidas Secas* (1938), romance de Graciliano Ramos, este trabalho consiste em analisar como o fenômeno das secas que historicamente assolaram a região alterou as relações estabelecidas entre campo e cidade, levando governos e populações a buscarem alternativas para solucionar a fome e o desespero nos períodos de secas prolongadas.

É importante evidenciar que a abordagem aqui encetada encerra a análise da história das migrações e seus significados. O Sul se transformou no Eldorado mítico de milhares de nordestinos expulsos do Semi-árido em busca da “terra desconhecida.” Essa migração se deu, também, em direção ao Norte, à Amazônia. Durante o governo de Getúlio Vargas, as autoridades do Estado Novo passaram a incentivar a migração de trabalhadores nordestinos para se dirigirem aos seringais da Amazônia. Elaborou-se, então, uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promovia a colonização da região, bem como seu saneamento.

Fugindo dos efeitos devastadores da seca, os retirantes buscavam as cidades maiores do Sertão, que serviam como entrepostos comerciais, à procura de ajuda. Pequenos e médios proprietários, também foram atingidos pelos efeitos das secas, abandonaram suas terras, que naquele momento não possuíam nenhum valor comercial, e seguiram o percurso até a cidade onde pudessem encontrar outra forma de sobreviver. Pelas estradas perambulavam milhares de retirantes, famintos e com sede nesse forçado nomadismo. (NEVES, 1994).

Observa-se, neste ponto, que essa migração não se deu, exclusivamente, por conta de fatores climáticos ou da seca. Ela se calcou, também, nos regimes de centralização da propriedade dos recursos hídricos por parte de uma elite secular que comandava as relações de mando locais e a sucessão política ao nível dos Estados. A Revolução política de 1930, centralizou o poder na Presidência da República, indicando interventores designados para o lugar dos antigos “presidentes de Estado”, na tentativa de quebrar o poder das elites locais organizadas. De 1937 a 1945, o Brasil viveu sob o comando da ditadura estadonovista do Presidente Getúlio Vargas. Partindo de um enorme investimento estatal, o maior país das Américas sulinas caminhava para a construção do seu parque industrial de base, erigindo siderúrgicas, fundando uma companhia de Petróleo, centrando as preocupações do Estado na organização de programas de prospecção de recursos naturais, na tentativa de racionalizar a exploração do território.

Compreender as particularidades dos biomas do Brasil Central, era, então, uma necessidade imperiosa. Um grande programa de migração orientada para o Oeste foi implementado. Culturas indígenas isoladas eram contatadas pelo Marechal Cândido Mariano Rondon, um dos condutores da empreitada de estabelecer populações nos territórios de fronteira, para que estas garantissem a soberania nacional sobre eles. Como observou Waren Dean, desde o século XVI, a ocupação do território nacional havia se concentrado no litoral. O Nordeste interior havia sido ocupado de forma esparsa para uma pecuária de extensão que produzia poucos impactos ambientais. À cultura sertaneja e nordestina que aí se estabeleceu, Capistrano de Abreu, célebre historiador cearense do final do século XIX, chamou, em seu *Capítulos de História Colonial: a Civilização do Couro*.

A economia nacional abandonava a secular orientação agrário-exportadora e caminhava no sentido de variegar as fontes e alvos de investimento. São Paulo, uma pequena vila no século XIX, conheceu, a partir de meados do século XX, o movimento migratório que a faria a megalópole referencial do Sudeste brasileiro. A maior parte desse fluxo migratório veio do Nordeste. Por meio desse êxodo rural, que, de forma diferente, alcançou espaços variados do território nacional, o Brasil despovoava sistematicamente suas “roças”, superpovoando suas cidades. Este movimento de migração do campo para a cidade, iniciado com a abolição da escravidão, influenciou a formação dos bairros pobres e morenos das megalópoles do Sudeste e do Sul. Negros aliados da cidadania plena, lançados a um mercado de trabalho que não conseguia absorver a todos se juntaram a nordestinos emigrados em favelas, mangues e cortiços do sul.

O trabalhador rural do Nordeste brasileiro, ao longo da história, lutou, cotidianamente, contra as adversidades provocadas pelo clima, escassez de água e alimentos, carência econômica ou insensibilidade política. Ademais, a seca decantada e utilizada estrategicamente pelas elites locais, é apenas uma faceta da problemática, não obstante sociólogos, agraristas e antropólogos afirmarem não ser problema conviver com a situação, uma vez que é possível criar mecanismos que possibilitem um relação harmônica com as intempéries.

Atualmente, o debate sobre a movimentação do trabalhador nordestino, em particular, os que se deslocam das áreas rurais, no espaço geográfico brasileiro tem gerado controvérsias nos debates acadêmicos e governamentais. Questiona-se se a desruralização progressiva é um fato ou,

de maneira hodierna, vem ocorrendo um retorno do nordestino migrante-rural à sua região de origem.

O foco do debate pode ser direcionado para a discussão de duas teses, quais sejam: a corrente que defende que vem ocorrendo um retorno ao campo dos trabalhadores que migraram para as cidades; e a outra, que advoga a tese do envelhecimento e masculinização do homem do meio rural nordestino. Tais teses devem ser desnudadas, de forma integrada com o processo de vulnerabilidades econômico-sociais e ambientais, redescobrimo-se as potencialidades de desenvolvimento da região rural nordestina. Essa argumentação integrada poderá contribuir com a proposição de alternativas para a fixação do trabalhador rural em sua região de origem. Contudo, ressalta-se que, sem implementação de políticas públicas de desenvolvimento humano, não se alcançará tal intento.

Ainda são grandes as vulnerabilidades econômico-sociais do Nordeste; talvez possamos afirmar que, em face do altíssimo grau de dependência regional de transferência de renda, repartido pelo princípio da federação – que, na prática, funciona de forma desproporcional – e paralelo a essa desproporcionalidade, há uma má gestão dos recursos, no próprio espaço nordestino. Na década de 1960, o volume líquido de emigrantes do Nordeste rural foi de 4,1 milhões, dos quais 42% ficaram retidos no meio urbano regional, com os restantes 58%, seguindo para outras regiões, em especial, para as grandes metrópoles do Sudeste. Já nos anos 1970, aquele volume correspondeu a 4,5 milhões, com as cidades do Nordeste apresentando maior poder de absorção: 63% (2,9 milhões). Isso significa que o Nordeste agrário tem revelado baixíssima capacidade de retenção relativa de crescimento vegetativo de sua população: de 28% dele na década de 1960 para 16% na de 1970. Nos anos 1980, essa capacidade tornou-se negativa, porquanto o Nordeste apresentou redução da sua população rural. Algumas outras características econômico-sociais da população pobre, nos anos 60, do Nordeste rural, confirmam a persistência, ali, da situação de grandes carências. Viviam da agricultura de subsistência 83% dos chefes de famílias pobres, cuja renda familiar dependia em 76% daquela atividade.

Os dados apresentados sobre a condição nordestina do campo brasileiro compõem apenas uma síntese do descaso da autoridade Federal, Estadual e Municipal para com os Trabalhadores Rurais do território pesquisado.

Consideramos importante ressaltar que o Nordeste Rural é marcado por vários contrastes: por um lado, parte da região é subdesenvolvida, enquanto que, por outro, ainda há grandes áreas

com potencialidades turísticas, agrícolas e sócioeconômicas, mas que tendem a se degradar se não for adotado um planejamento ambiental sustentado na região.

A obra *Vidas Secas*, com sua descrição minuciosa das paisagens e cenários ambientais típicos das zonas semi-áridas nordestinas, torna-se emblemática para problematizar esta questão, uma vez que conta a saga de uma família de retirantes que, pressionados pelos efeitos das secas, atravessam o Sertão em busca de meios para sobreviver. Os personagens “andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes”, para onde milhares de nordestinos fugiram na esperança de uma vida nova em uma terra desconhecida e civilizada, onde cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para a cidade e os meninos freqüentariam escolas, seriam diferentes deles.

Uma primeira reflexão acerca da recorrência à literatura para fins deste trabalho pode ser buscada em Raymond Williams, o qual recorre às fontes literárias não com a preocupação de investigar a veracidade dos relatos, mas, no caso, considera que o importante é recuperá-los para fins de atendimento a uma determinada perspectiva histórica, atentando para os significados que os literatos atribuem ao que está sendo relatado. Para esse autor, as testemunhas citadas não levantam apenas questões de perspectivas e fatos literários, mas também de perspectiva e fatos históricos. A escrita de cada literato está impregnada de elementos de suas vivências pessoais.

Assim, buscar-se-á neste trabalho atingir a historicidade das narrativas da literatura regional do Nordeste brasileiro, através da trama discursiva que constrói sentidos sobre a natureza, especialmente, sobre o fenômeno das secas e suas interfaces na sociedade, política, economia e cultura das zonas semi-áridas.

A literatura regionalista, por centrar a atenção no percurso e nos dramas vivenciados pelos retirantes em direção a terras desconhecidas, constitui-se como uma importante fonte para o estudo dos processos migratórios decorrentes da região do Semi-árido. Entretanto, consideramos importante salientar que os escritores regionalistas vincularam, no mais das vezes, a migração à seca, privilegiando o aspecto ambiental e explicando a migração como um processo determinado geograficamente ou como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais. Dessa forma, fornecem uma explicação unilateral que naturaliza e justifica os movimentos migratórios apenas como resultado das condições climáticas da região.

Nessa perspectiva, a dimensão histórica, o socialmente construído, aparece como natural. Tal também ocorre quando situamos a migração como fenômeno social atrelado à idéia de

imutabilidade, de que em diversos contextos de historicidade, as secas provocam migração no Nordeste. Contrariamente a essa idéia de imutabilidade relativa ao Nordeste e a seca como únicos em espaços e temporalidades diversas, cumpre-nos demonstrar como essas mudanças introduzidas pelas migrações são significativas no jogo das "permanências" ou das mudanças, no jogo político da dominação social, levando-se em consideração, portanto, que essa região e as suas peculiaridades climáticas, é perpassada por mudanças cotidianas, das próprias pessoas que se mudam todos os dias, seja porque estão em migração, seja porque vivem em precariedade.

Estudiosos das relações entre história e Natureza, os historiadores, são confrontados com freqüência pela detecção de espaços nos quais as escolhas humanas se mantêm preservadas, não obstante as inegáveis influências do clima, da vegetação, do solo, dos microrganismos, e até das tendências genéticas, em suas variegadas manifestações genótípicas e fenotípicas. É certo que a natureza e os fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas até certo ponto, sem, entretanto, determiná-las em absoluto.

O filósofo francês Cornelius Castoriadis, contrapondo-se à idéia de determinidade defendida pelos estruturalistas, afirma que as possibilidades de criação no domínio de um dado contexto social-histórico, tornam-se possíveis pelo fato de as sociedades humanas serem diversas, autônomas e marcadas por escolhas criativas e particulares. Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo, de seu próprio mundo. O indivíduo autônomo só existe na e pela sociedade e esta por sua vez sempre é histórica.

Nesse sentido, entendemos que o movimento migratório deve ser compreendido não apenas como uma forma de fugir das secas e da natureza "hostil" e "adversa"; tal mobilidade foi provocada por um sistema que marginalizava os homens livres pobres, uma vez que, apenas eram aproveitados, residualmente, pelo monopólio da propriedade da terra, pelo grande latifúndio e pela presença da mão-de-obra escrava. Migrar seria, em última instância, dizer não à situação em que se vivia não conformar-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente.

Migrar pode ser entendido como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, a fome, a miséria, as epidemias, mas também para buscar um lugar social onde se pudesse driblar o sistema excludente pretendido pelas elites brasileiras. Para superar uma violência que se entrelaçava ao mando local e aos recrutamentos forçados, que permitia contornar

a posse desigual das terras, dos latifúndios, fugir das intempéries que inviabilizavam o sobreviver apresentava-se como uma das alternativas mais viáveis.

2. Mandonismo local, vidas secas e migração: o Sul-maravilha para os que fogem da fome e da exclusão social

Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.

Graciliano Ramos – Vidas Secas (1938).

Trata-se, aqui, de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político; também propomos identificar como a população flagelada que sofria com a falta d’água nessas regiões assoladas pela estiagem, munuiu-se de um conjunto de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero.

Na obra *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, o historiador e sociólogo Marco Antônio Villa reconstrói a saga dos retirantes e milhões de flagelados fugitivos da destruição trazida pelas grandes secas, e analisa os principais momentos de devastação econômica e miséria dos sertanejos, provocados pelas contínuas estiagens na região. Situando historicamente as diversas secas que assolaram a região e conduziram à morte de milhares de brasileiros, também menciona a questão de os escritores ligados à literatura regional que tematiza as secas nas zonas semi-áridas, apresentarem a migração para o Sul ou para a Amazônia como estratégias utilizadas pelas elites brasileiras para solucionar o problema.

Caberia, aqui, antes de abordarmos o processo de nomadismo dos trabalhadores nordestinos, em busca de novas geografias, apresentarmos o quadro em que estes se encontravam durante as crises provocadas pela escassez de água na região.

Frederico de Castro Neves aponta o emergencialismo como uma solução encontrada pelas elites do Nordeste para a crise social pungente, que reclamava soluções imediatas. As frentes de emergência contra as secas foram instituídas pelo Governo Federal, em 1979, tendo em vista

propiciar uma ocupação permanente à mão-de-obra liberada pela agricultura, em consequência direta da prolongada estiagem. Considera-se, no entanto, que a proposta de “dar ocupação permanente” significava, na prática, recolocar em funcionamento uma economia abalada e em crise, impedindo a mobilidade do homem do campo, para que não houvesse carência de mão-de-obra e para que a exploração econômica da região por parte dos grandes latifundiários fosse mantida. (*Ibidem*).

Muito aquém de solucionar o problema da demanda por trabalho, as frentes de emergência foram uma forma encontrada pelos políticos para ocupar a população flagelada nos “Bolsões da seca”. A ocupação desses trabalhadores foi uma forma de impedir que eles se deslocassem, em grandes levadas, para provocar “aglomerações perigosas” nos grandes centros urbanos.

Isto se torna compreensível se levarmos em consideração que, nas primeiras décadas do século XX, muitas cidades nordestinas, alimentavam o ideal de higienizar e modernizar seus ares, a fim de atingirem maiores estágios de *civilidade*, tais como outras cidades brasileiras que, sob inspiração das elegantes urbes européias, levaram a efeito as propaladas reformas urbanas. E, para higienizar esses ambientes urbanos, principalmente, quando se tratava de capitais de Estados, era necessário disciplinar os fluxos e segregar populações em espaços modestos ou elitizados. No discurso médico-sanitarista, o pobre, flagelado, não teria recinto nos grandes centros urbanos, que buscavam, através de certas conquistas materiais e simbólicas, modernizarem-se; daí o fato de terem sido incentivados a manterem-se nos campos – e as frentes de emergência constituem-se como uma dessas tentativas – ou, se caso, “invadissem” as cidades, eram expulsos para as periferias ou instigados a buscarem outras paragens.

Além disso, ainda no que se refere ao emergencialismo, pode-se acrescentar que também se oferecia como uma base, a partir da qual, originam-se as urgentes preocupações e propostas para fazer frente à idéia de desertificação, provocada pelas secas, e, evitar o despovoamento progressivo da região do Semi-árido.

Feitas essas considerações, retornamos à problemática abordada no início em relação ao processo migratório provocado pela negligência dos governantes nos momentos de escassez de água e alimentação, conseqüentes das grandes secas. A questão é que, esses programas implementados pelos governos para amenizar o problema dos flagelados, não surtiram o efeito esperado pelas elites, principalmente pela corrupção e incúria governamental que marcou a operacionalização desses projetos.

A análise da história das secas no Nordeste brasileiro revela o descaso a que foi submetida a população da região nos momentos em que tinha de enfrentar o flagelos. Autoridades e governos de todos os níveis, que tinham o dever de amenizar a situação dos flagelados que sofriam sob os efeitos da seca, pareciam estar mais preocupados em tirar dela o melhor proveito, o que reflete a hipocrisia em face da gravidade do problema por parte de setores importantes da sociedade brasileira. (VILLA, 2006).

Proposta interessante seria a de analisar na literatura regional nordestina como a elite local utilizou-se da idéia de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político e também a proposta de identificar a forma como a população flagelada que sofria com a falta d’água nessas regiões assoladas pela estiagem munuiu-se de um conjunto de astúcias com o intuito de superar os momentos de fome e desespero. Os que fazem a elite local do Nordeste e/ou seus representantes no Parlamento e na imprensa, utilizaram-se da idéia de uma natureza “adversa”, que provocaria secas “pavorosas”, como simples meios estratégicos para causar impacto e para sensibilizar, quando o que realmente pretendiam era que os recursos chegassem, reforçando assim o poder econômico e político daqueles que se dizem preocupados com a “miséria” da região.

Significa afirmar que as elites locais utilizaram-se da imagem de uma região seca, “flagelada”, muito mais com o interesse de explorar politicamente o “sofrimento” e a “miséria” daí decorrente. Os parlamentares da região elaboraram uma eficaz rede imagético-discursiva em torno da região do Semi-árido, sedimentando a idéia de um Norte “sofrido” e em crise por ocasião das secas prolongadas, reivindicando a aquisição de alguns equipamentos modernos, sendo as estradas de ferro consideradas o meio mais adequado para prevenir-se contra esse “sofrimento” ou para sua futura prosperidade. (ARANHA, 2001).

Percebe-se, neste contexto, que, durante muito tempo, o bioma Caatinga foi associado ao deserto e as suas potencialidades foram negadas. Lugar apenas de pedras e espinhos, a microrregião servia à retórica da seca, que beneficiava a políticos oportunistas oriundos de um sistema de coronelato.

Na falta de um combate sistemático aos efeitos das secas por parte das elites políticas brasileiras, milhares de retirantes deixaram os campos e intensificaram os saques e as invasões às grandes cidades. Isto se tornou um grave problema a ser enfrentado pelos governantes da região que começaram a articular meios para solucioná-lo.

Pretendendo fugir a uma análise reducionista na abordagem feita às ações dos saques e das invasões na região, levamos em consideração que se trata, em primeira instância, de “motins da fome”, porém, não esgotamos, aqui, uma apreciação mais crítica nesta evidência. Esta só será possível, se levarmos em consideração que, os motivos dessas ações diretas, levada a efeito pelos agricultores e desempregados, não se explicam apenas como sendo resultado de atitudes instintivas e irracionais por conta da fome e do desespero a que estavam submetidos. Os trabalhadores que participavam dos saques e das invasões estavam interagindo em um contexto social, político e econômico específico, manifestando seu descontentamento em relação à corrupção e ao descaso dos governantes. Inclusive, o que assegura esta constatação é que, em determinadas situações em que a crise se agravava, os trabalhadores passaram a saquear não apenas feiras e o comércio local, mas passaram a invadir e saquear instituições públicas, principalmente aqueles em que eram armazenados os mantimentos e as verbas para serem distribuídos aos flagelados. (NEVES, 1994).

Diante deste problema, as elites políticas da região começaram a articular discursos de incentivo ao deslocamento das populações atingidas pelas secas para outras regiões do país, tanto para o Sul, que se transformou no “Eldorado mítico” dos nordestinos expulsos do Semi-árido, - como podemos observar nos romances da literatura regional que abordam essa temática - como também para a Amazônia, para onde se formou um grande êxodo de trabalhadores nordestinos em direção às terras dos seringais. (GUILLEN, 2006).

Não estava nos planos oficiais do Governo Federal destinar recursos para enfrentar as secas ou, efetivamente, desenvolver a região. Mantinha-se o discurso da necessidade de modernizar o Nordeste e a ênfase ainda era dada à industrialização, abandonando o Sertão seco à própria sorte.

E modernizar significava, antes de mais, superar a seca, considerada como sendo o maior obstáculo imposto pela natureza ao desenvolvimento da região. Nesse sentido, constata-se que, ao invés de buscar alternativas que propiciassem a convivência da população que vivia na miséria, em decorrência das secas prolongadas, a imagem que se construía em relação à natureza e seus fenômenos climáticos, era de “adversidade” e “pavor”.

Observa-se que desde o século XIX, a natureza semi-árida era percebida como principal causa dos problemas da região, e, as elites regionais utilizaram-se amplamente dessa idéia para obtenção de maiores benefícios. A noção de que o clima Semi-árido era o principal responsável

pelo atraso do Nordeste, marcou profundamente o imaginário regional e nacional, revelando-se a percepção na qual o determinismo da natureza estava implícito. A imagem de uma natureza “adversa” condena a região e seu povo à miséria, à pobreza e ao sofrimento.

Nessa perspectiva, a seca deixa de ser vista como um fenômeno natural representado pela estiagem prolongada e torna-se o símbolo identificador do Nordeste e de todos os problemas sócio-econômicos que são peculiares a uma natureza “hostil”, como miséria aguda, doenças ou epidemias, fome, analfabetismo, enorme migração, choro, desespero, etc.

Vale lembrar também que, atribuir à seca – esta pensada como fenômeno da natureza ou como vontade divina – como sendo responsável por todos os problemas do Nordeste, constituiu-se, também, em uma forma de as elites políticas escamotear os problemas sócio-econômicos e a fome que assolava a população da região.

Em 1938, Graciliano Ramos, descreve em *Vidas secas*, clássico da literatura da segunda fase do modernismo brasileiro, uma geografia dos condenados pela sociedade e pela natureza, uma família de retirantes que foge do Sertão em busca de uma cidade imaginária, onde a fartura e a dignidade seriam restituídos. Estes são momentos marcados pela emoção, bravura e sofrimento das “vidas secas” que mantêm profundos laços e raízes afetivas pelo lugar, mas que se vêm submetidas a buscarem melhores condições de sobrevivência.

“Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos” (RAMOS, 1996, p. 3: saga de uma família de retirantes em busca de terras desconhecidas, onde correria leite e mel. Espetáculo natural marcado pela fantasia que a persegue e a impulsionava. Percursos marcados pela fé, a dor, a fome e o sofrimento. Cenários construídos que retratam homens, natureza, rios, animais, paisagens típicas da região. “A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas”. “A fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida”.

O trecho a seguir delinea alguns matizes da saga dessas “vidas secas”, marcadas por uma seqüência de sofrimento, esperança e desesperança, resignação e desespero diante das forças da natureza:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo agüentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente. [...] O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que

os cobriam. Resistiram a fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava. (*Ibidem*, p. 5).

“Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. Entrava dia e saía dia. As noites cobriam a terra de chofre. A tampa anilada baixava, escurecia, quebrada apenas pelas vermelhidões do poente”. (*Ibidem*, p. 5).

Os objetivos de modernizar a região não foram concretizados, as medidas governamentais foram adotadas com atraso e eram insuficientes diante da extensão do flagelo, o desespero dos sertanejos não parava de aumentar.

O percurso continuava, muitos bateram em retirada por uma esperança que os guiou em busca de uma Terra prometida, de um Eldorado mítico, de um Vale da Promissão.

3. Marcha para o Oeste: figura mítica, a Amazônia como Vale da Promissão

*Aqui neste barco ninguém quer a sua orientação.
Não temos perspectiva,
mas o vento é que nos dá a direção.
A vida que vai à deriva é a nossa condução.
Mas não seguimos à toa.
(A. Antunes).*

A migração nordestina em direção às terras amazônicas remonta ao final do século XIX, sobretudo a partir da grande seca de 1877.

Em 1938, Getúlio Vargas e os ideólogos do Estado Novo colocavam a Amazônia, efetivamente, na campanha nacional da Marcha para o Oeste que representaria a idéia de uma nação em movimento em busca da conquista, da expansão e do “verdadeiro sentido da brasilidade”.

As autoridades do Estado Novo elaboraram uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, presente na literatura que tem como tema o seringal, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promoveria a colonização da região, bem como seu saneamento.

A Amazônia tinha a vocação mítica de tornar-se uma Canaã que, guiada por um redentor, Getúlio Vargas, retiraria do deserto o povo escolhido, os nordestinos que, no Cativeiro, tinham sido vítimas da opressão e submetidos ao descaso por muitas gerações. Logo estes que até então padeciam no deserto e há muito esperavam pela remissão seriam levados a um grande êxodo e guiados pelo grande líder em direção ao Vale da Promissão. Tal era a mística da libertação e simbologia cristã contida nas imagens trabalhadas discursivamente durante o Estado Novo. (GUILLEN, 2006).

A proposta inicial de se buscar, a todo custo, manter os flagelados nordestinos em suas regiões de origem a fim de impedir os fluxos para as capitais, através da implementação de programas emergenciais que visavam fixar os trabalhadores no campo, logo foram descartadas e a migração interna perdeu o seu sentido funesto que muitos lhes atribuíam até então e passou a ser considerada como fator de desenvolvimento e solução para alguns problemas. Em primeiro lugar, para os nordestinos que buscariam uma terra promissora que lhes proporcionassem melhores condições de vida e também diminuiria as responsabilidades do Estado em face dos problemas sociais nordestinos. Caberia ainda acrescentar que a colonização do interior do Brasil asseguraria a soberania do país nas fronteiras daquela região.

Convém ressaltar que quando tratamos da propaganda política do período varguista incentivadora da migração nordestinos em direção ao “vale prodigioso” da Amazônia, não estamos considerando-a como tendo o poder de efetivá-la por si só, mas levamos em consideração a multiplicidade de anseios, de desejos e de escolhas criativas desses trabalhadores.

A *Batalha da Borracha* foi uma campanha nacional implementada durante a Segunda Guerra Mundial, em pleno governo de Getúlio Vargas, como resultado de acordos firmados com os Estados Unidos, em março de 1942, que objetivavam aumentar a produção de matérias-primas estratégicas para a guerra, tais como a borracha e alguns minerais. Em troca, os acordos de Washington previam a ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil como material bélico, financiamento para programas de saneamentos e abastecimento alimentar, dentre outros.

A partir de 1940, antes de o Governo assinar os acordos com Washington, já havia, ainda que de forma dispersa, uma prática que incentivava a migração para a Amazônia como forma de resolver, ao menos em parte, o problema da seca, que já grassava pelo Sertão do Nordeste e dos problemas sociais dela decorrentes.

A migração passava agora a ser incentivada como uma operação estratégica, pois através dos Acordos firmados com o Governo estadunidense, seria necessário ampliar o deslocamento de trabalhadores nordestinos para prover de mão-de-obra os seringais com o objetivo de intensificar a produção de borracha e suprir as necessidades bélicas dos aliados.

Percebemos, neste cenário, que a idéia de Vale da Promissão constantemente incentivada pela propaganda política no governo de Vargas, tanto nas campanhas da Marcha para o Oeste quanto na Batalha da Borracha, criaram e ampliaram os horizontes de expectativas para os camponeses nordestinos, que acreditaram que teriam facilidades para conseguir terras, água e recursos. Entretanto, logo se observa que os migrantes sentiram os descompassos entre a propaganda política e a vida cotidiana nas hospedarias e trataram de reivindicar os direitos apregoados.

Com o término do Estado Novo, o discurso amplamente difundido no Nordeste quando do recrutamento dos trabalhadores de que os seringais amazônicos ofereciam a possibilidade de enriquecimento rápido, desfazia-se diante dos migrantes que retornavam.

Errantes da selva, os trabalhadores nordestinos que migraram para a Amazônia não encontraram o Vale da Promissão ou a terra de Canaã que o Governo havia prometido, pelo contrário, como afirmou Euclides da Cunha ao palmilhar essas terras desérticas e ignotas, penetraram pelas duas portas no inferno dantesco dos seringais. Considerando esse movimento migratório como anárquico e desordenado, afirma que o estado social, a instabilidade e fraqueza com que chegavam, as péssimas condições de trabalho no seringal, a falta de uma alimentação adequada, o escritor considera que o inferno se revela o lugar onde o homem “trabalha para escravizar-se”.

4. Considerações finais

A alternativa para a permanência de mulheres e homens no meio rural nordestino poderá ser revertida em médio prazo, se o poder estatal implementar políticas públicas que levem em consideração as reais potencialidades do espaço geográfico; também é necessário que, por meio de um viés dialógico, formule com os atores sociais envolvidos um *Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido do Nordeste*. Contudo, o diferencial desse plano não está apenas na formatação do financiamento bancário, nem na “pura” doação de terras, muito menos, nas políticas

assistencialistas das frentes de emergência de combate à seca; reside no *novo arranjo socioprodutivo dos recursos naturais*. Significa afirmar que deverá ser *construído um projeto socioeconômico-ambiental*, no seio da comunidade local, que agregue, além dos aspectos positivos já incluídos nos projetos tradicionais, valores e idéias – geradas no âmbito local –, que certamente contribuirão com a eficiência e eficácia do projeto, com melhorias reais de qualidade de vida e preservação ambiental.

Esses diferenciadores *rearranjos dos recursos naturais* ainda são pontuais e deveriam ser estimulados pelo poder público, por instituições educacionais e organizações não-governamentais. Devem ser criados incentivos fiscais, entre outros benefícios da relação público-privado para empresas que venham a se instalar na região do Semi-árido do Nordeste, desde que estas respeitem o *princípio da conservação ambiental*, contribuindo, assim, com o desenvolvimento sustentável.

A conseqüência dessa propositura poderá contribuir com a diminuição do fluxo migratório de mulheres e homens do território campesino para as grandes metrópoles, além de desenvolver sustentavelmente a região e diminuir o desemprego dos trabalhadores rurais. (BARBOSA, 2007).

Alguns pesquisadores têm enfatizado que a produtividade agrícola da região apresenta uma tendência de queda, sobretudo quando comparada com as áreas mais dinâmicas do Brasil e que a população na faixa etária intermediária tende a abandonar o Semi-árido permanecendo no local apenas os mais novos e idosos, boa parte deles aposentados. Um reflexo desse quadro de redução da atividade econômica é a importância crescente que as transferências governamentais (aposentadoria, FPM, etc) passam a ter na circulação da renda na região Semi-árida. Não há respostas adequadas para os questionamentos e discussões acerca das potencialidades dos ecossistemas do Bioma Caatinga. Entretanto é unanimidade que mais do que nunca é preciso desenvolver um trabalho sistemático de incentivo e de valorização da Caatinga. E o primeiro passo para se iniciar essa ação é começar a valorizar o seu potencial econômico (LOPES & TEUCHLER, 2002).

A análise das historicidades que permearam a criação artística dos escritores ligados ao regionalismo nordestino de 1930, notadamente, do romance *Vidas Secas*, um dos seus maiores ícones, permitiu-nos elencar um conjunto de elementos simbólicos e imagens que cristalizaram o imaginário do Semi-árido, tanto no nível regional quanto nacional.

Tentamos demonstrar, ao longo deste transcurso, como as secas deixaram de ser consideradas como um fenômeno natural e passaram a ser associadas a todos os tipos e possibilidades de problemas sócio-econômicos do Nordeste brasileiro. Grupos político-oligárquicos da região através de seus representantes no parlamento e/ou na mídia, passaram a se utilizar da imagem de uma natureza “adversa” como estratégia para reforçar o seu poder econômico e político. São os chamados “industriais da seca” (latifundiários, prefeitos, deputados e governadores) que, através dos “votos de cabresto”, garantiam o poder regional. Estes mandatários do Nordeste faziam questão de identificar a seca como algo incerto, imprevisível, e atribuíam toda a sorte de problemas a este fenômeno natural.

A corrupção e a inoperância das elites políticas brasileiras em relação à busca de soluções para os efeitos das secas prolongadas na região Nordeste, levaram os segmentos sociais mais prejudicados e excluídos das decisões e das divisões dos bens sociais, a elaborarem um conjunto de imagens e mitos, e a buscarem novas paragens, geografias desconhecidas, presentes apenas no imaginário das pessoas que idealizaram esses novos solos e essas visões do Paraíso, como o Vale da Promissão, o Eldorado mítico, etc.

Este ensaio propõe uma reflexão em torno das conseqüências das secas no Nordeste brasileiro, sendo uma delas o nomadismo, tentando identificar as alterações que esse processo migratório provocou nas relações entre campo e cidade. Trata-se de compreender a história dos retirantes ou fugitivos (das secas) que saíram em busca de novos territórios na esperança de encontrarem melhores condições de sobrevivência e que se tornaram um problema para as elites regionais que logo elaboraram estratégias para retirá-los da região e enviá-los para outras terras.

Situar os processos migratórios como decorrentes das secas, construindo a imagem de uma região e de uma natureza hostil, adversa e imutável, seria lançar mão de idéias deterministas, em que a geografia e o meio ambiente são colocados como responsáveis pelos maiores problemas dessa sociedade. Pretendemos, ao longo deste ensaio, situar o homem nordestino como criador de diversos contextos de historicidade no domínio social.

Muito além de naturalizar os problemas dessa sociedade, elencamos um conjunto de fatores: mando local, recrutamentos forçados, que permitiam contornar a posse desigual das terras, dos latifúndios, um conjunto de intempéries que inviabilizavam o sobreviver, como responsáveis por impulsionarem o homem nordestino migrante a elaborar linhas e meios para fugir das péssimas condições de vida em que estava imerso. Significa, portanto, colocar o

trabalhador nordestino como criativo, como agente e sujeito de sua própria subsistência, em busca de dias melhores e de uma terra prometida, onde correria leite e mel.

O sonho e a busca por Canaã permanece, mas, com novas roupagens, novos personagens, outras fugas, trajetórias variadas, eldorados que se transformaram até mesmo no imaginário destes homens, as vidas secas que habitam esta natureza agreste. A saga desses sertanejos continua, mas enquanto gerações se sucedem, o Nordeste não é mais o mesmo.

5. Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARANHA, G. B. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2001.
- BARBOSA, E. M.; ALMEIDA JÚNIOR, H. S. C. O trabalhador rural na região Nordeste. In: **Trabalhador rural**: uma análise no contexto sociopolítico, jurídico e econômico brasileiro. Curitiba (PR): Juruá, 2007.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIAPPINI, L. Invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, L.; BRESCIANI, M. S. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002. p. 159-176.
- DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p.177-197.
- DUARTE, R. H. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FERREIRA, L. F. G. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa (PB): EDUFPA, 1993.
- GUILLEN, I. C. M. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife: EDUFPE, 2006.
- LADURIE, E. R. **Montaillou**: povoado occitânico (1294-1324). Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARIANO NETO, B. **Ecologia e imaginário**: memória cultural, natureza e submundialização. João Pessoa (PB): EDUFPA, 2001.
- MARTINS, M. L. **História e meio-ambiente**. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.
- MATTOS, I. M. **“Civilização e revolta”**: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

- NEVES, F. C. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT, 1994.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- PEREIRA, D. D. Potencialidades da Produção Sustentável e Preservação Ambiental nas Áreas Susceptíveis ao Processo de Desertificação. In: **Combate a Desertificação**: Um Desafio para a Escola. MEC/SED/TV Escola/Salto para o Futuro. Boletim 08. 2006a. 74 p.
- PEREIRA, D. D. Quando as políticas públicas auxiliam o processo da desertificação: o caso do Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. (ORG.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa (PB): EDUEPB, 2006b.
- RAMOS, G. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1996.
- RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia. das letras, 1996.
- VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- WOSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p.198-215.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**Mudanças sociais e formas de exploração do meio natural em áreas de fronteira
agrária amazônica: o caso da região de Marabá – PA¹**

Myriam Cyntia Cesar de Oliveira²
Jalcione Almeida³

Resumo

Na região de Marabá, inserida na fronteira agrária do sudeste do Pará, a vinculação entre as questões agrária e ambiental está presente de forma marcante desde a década de 1960: em geral, os processos de ocupação aí desenvolvidos têm contribuído para o estabelecimento de padrões e ritmos fortes de exploração do meio natural. No entanto, o processo de mudanças que vem ocorrendo na região na última década, principalmente, em função da implementação de políticas públicas pelo governo federal, tem provocado algumas alterações relevantes nas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. O objetivo desse artigo é discutir como essas mudanças no contexto regional têm afetado as formas de exploração adotadas nos estabelecimentos agrícolas familiares. Pelas primeiras análises de dados levantados na região no âmbito de uma pesquisa em andamento observa-se que, por existir duas grandes situações agrárias nesse espaço (uma que abrange áreas de ocupação mais antigas e outra que abrange áreas de ocupação mais recente), há uma diferenciação dos efeitos causados pelo novo contexto em função das características distintas que essas situações apresentam. O principal fator convergente entre as duas é a maior intenção que atualmente os agricultores têm apresentado no sentido de permanecer na terra. Nesse sentido, pode-se dizer que as atuais condições disponíveis têm gerado outras perspectivas para as relações sociedade-natureza, possibilitando que novas dinâmicas se estabeleçam na região.

Palavras-chave: Dinâmicas de Relações Sociedade-Natureza; Situações Agrárias, Fronteiras Agrárias Amazônicas

1. Introdução

Nas últimas décadas muito se tem falado sobre as fronteiras agrárias amazônicas, principalmente a respeito dos inúmeros problemas de diferentes ordens que elas comportam e que cuja gravidade, freqüentemente, as têm feito ganhar projeção nacional e/ou internacional.

Entre outras questões que suscitam discussão sobre essas áreas de fronteira, a preocupação ambiental tem sido uma das mais relevantes, principalmente considerando a rápida velocidade com que vem se dando a utilização dos elementos naturais. Essa

¹ Trabalho apresentado ao GT 2 – Interfaces entre a Questão Agrária e Questão Ambiental, no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande – PB, Brasil.

² Agrônoma, Docente do NEAF/Universidade Federal do Pará, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, myriam@ufpa.br

³ Agrônomo e sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador CNPq, jal@ufrgs.br

velocidade, apesar de não ter somente uma causa, tem nos processos de ocupação descontrolados e desordenados, que marcaram o território amazônico desde a década de 1960, um dos seus fatores determinantes (BECKER, 2001), na medida em que estes contribuíram para o estabelecimento de um padrão agressivo de colonização e exploração do meio natural.

A região de Marabá⁴, na Amazônia oriental, faz parte exatamente de uma área de fronteira agrária (da fronteira agrária do sudeste paraense) e, tal como a maioria delas, também se caracteriza por essa vinculação estreita entre problemas ambientais e uma questão fundiária complexa. A conturbada e conflituosa disputa pelos recursos naturais, principalmente a terra, entre atores com diferentes interesses de uso, dentro de um espaço que historicamente consolidou o desmatamento como principal forma de legitimação de posse, induziu essa região a um acelerado processo de exploração e alteração do meio natural.

Além disso, a associação entre a adoção de um modelo dominante de uso do solo baseado na implantação de pastagens para a criação de gado em substituição à vegetação primária e o estabelecimento de um importante processo de pecuarização e concentração fundiária⁵, em geral, levavam a um movimento de saída de famílias de agricultores para novas ocupações em outras áreas de floresta e acabavam por reproduzir os mesmos problemas ambientais em outro lugar.

Essa dinâmica, típica das fronteiras agrárias, durante certo tempo predominou na região de Marabá e ainda hoje é importante na evolução do espaço regional. No entanto, o que tem despertado mais interesse sobre essa região é o fato de que seu contexto tem passado por transformações significativas, principalmente após a implementação em nível local das políticas federais de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar: um tempo de mudanças tem se estabelecido na região a pelo menos uma década e provocado efeitos nas formas como a sociedade local se relaciona com a natureza que valem a pena ser considerados.

O objetivo desse artigo é, então, refletir sobre algumas mudanças que têm afetado a região de Marabá, sobretudo em relação às formas de exploração do meio natural, tendo em vista a diversidade de situações existentes em seu interior. Para tanto, tomou-se como base análises preliminares feitas de dados empíricos levantados na região a partir de um processo de pesquisa que ainda se encontra em andamento.

⁴ A região de Marabá a que se refere esse artigo compreende uma área que engloba os municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, no sudeste paraense.

⁵ Esses processos de pecuarização e concentração fundiária são considerados típicos em áreas de fronteira agrária, tendo sido observado no sul do país, no Mato Grosso e na Amazônia (LÉNA & OLIVEIRA, 1991; COY, 1996).

2. A região de Marabá: palco de mudanças no contexto da fronteira agrária

À semelhança de outras fronteiras agrárias amazônicas, a ocupação da região de Marabá se deu a partir de um processo que se caracterizou, entre outras coisas, por uma forma peculiar de atuação do Estado que atendia a objetivos bem definidos: por um lado, se fazia fortemente presente através da implementação de suas políticas desenvolvimentistas com o propósito de promover a rápida incorporação desse tipo de espaço (considerado “isolado e vazio”) à economia e à sociedade nacional; por outro, se fazia relativamente ausente e omissa a certos assuntos que iam desde o não tratamento da grave questão fundiária e das precárias condições do meio socioeconômico regional, até a falta de apoio à agricultura familiar em virtude da priorização de investimento no grande capital e apoio às elites locais (BECKER, 2001; CASTRO, 2005).

Essa ausência do Estado, associada à dominação do poder pela oligarquia local e aos fortes movimentos migratórios de famílias de agricultores (vindas em busca da aquisição de terra para cultivar ou melhores oportunidades de trabalho) que marcaram a ocupação da região, criou um quadro de elevada instabilidade fundiária cujas maiores expressões eram os acirrados conflitos que normalmente emergiam e que, não raro, culminavam em mortes. Em função do agravamento desses conflitos⁶ e do processo de sensibilização ecológica que começou a se espalhar no mundo a partir da década de 1970 (responsável por canalizar para a Amazônia uma grande atenção devido aos vários problemas ambientais que apresenta), o governo brasileiro passou a sofrer pressões tanto de governos e entidades internacionais de defesa dos direitos humanos cobrando providências com relação aos conflitos no campo, quanto de ambientalistas reivindicando ações incisivas contra a destruição das florestas e das populações locais.

Tal conjuntura de pressão da sociedade civil nacional e internacional contribuiu para que o governo brasileiro passasse então a implementar, principalmente a partir de meados da década de 1990⁷, políticas públicas direcionadas ao tratamento dessas questões agrária e ambiental, além de programas destinados ao apoio e consolidação da agricultura familiar.

Sendo um espaço que abrigava muitos desses problemas recorrentes na Amazônia, a implementação da política mais incisiva de proteção ao ambiente e, particularmente, das políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar em nível local

⁶ Principalmente, após os massacres de agricultores sem-terra em Curumbiara – RO, em 1995, e de Eldorado dos Carajás – PA, em 1996.

⁷ Importante lembrar que esse processo de pressão que se intensifica em meados de 1990, principalmente no que diz respeito à questão agrária, vem desde o período da abertura democrática do país quando a sociedade civil tem a possibilidade de participar mais ativamente da discussão de tais questões.

transformou a região de Marabá (e a fronteira agrária do sudeste do Pará como um todo) em um palco onde vêm se desenvolvendo inúmeras mudanças significativas. Sobretudo essas duas últimas políticas, responsáveis por um considerável aporte de recursos financeiros para a região, têm sido as principais motivadoras de boa parte da onda de mudanças que vem se dando no quadro socioeconômico e político dessa área de fronteira (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Os efeitos dessas políticas têm se expressado de várias maneiras. Um que merece destaque se refere às alterações ocorridas na estrutura e situação fundiária regional: atualmente, a região de Marabá comporta o maior número de projetos de assentamentos do país (até o início de 2007 já eram 474 assentamentos criados), em um processo que tem se caracterizado mais pelas regularizações de áreas já ocupadas do que pelas desapropriações. Além disso, a política de reforma agrária também tem influenciado na melhoria das condições de acesso (na quantidade e qualidade das estradas) e de moradia dos agricultores e na implantação de infra-estruturas como redes de eletrificação rural (LEITE *et al.*, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através da política de crédito, de assistência técnica e de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar a ele vinculadas, provocou mudanças nos campos produtivo e social na medida em que influenciou a ampliação da capacidade de investimento dos estabelecimentos familiares e o acesso a serviços de assistência técnica, ampliou o quadro de alternativas produtivas (trazendo para um primeiro plano atividades antes pouco consideradas pelos agricultores em função da precariedade das condições de escoamento e acesso aos mercados, tais como cultivos de espécies frutíferas e produção de leite) e possibilitou a implantação e/ou consolidação de cooperativas de beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários, além de ter provocado alterações nas estruturas organizativas do movimento social ligado à agricultura familiar.

As políticas ambientais, por sua vez, apesar de menos impactantes se comparadas à política de assentamentos e ao PRONAF, também têm gerado algumas repercussões na região. O endurecimento da legislação ambiental, mas principalmente as tentativas de vinculação das políticas ambientais a outras políticas governamentais têm influenciado para que essa dimensão ambiental tome outra proporção no cenário regional: as exigências do IBAMA quanto ao licenciamento ambiental para a criação de novos projetos de assentamento e o condicionamento do acesso ao crédito à firmação e cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta por parte dos agricultores (como substituto da averbação em cartório

da reserva legal)⁸ vêm canalizando esforços das organizações da agricultura familiar no sentido de pensar e investir em novas estratégias capazes de atender tais exigências, principalmente considerando que boa parte dos assentamentos e áreas ocupadas por essa categoria na região se encontra em situação irregular no que diz respeito ao tamanho da reserva legal.

Além disso, em resposta às pressões internacionais, o governo tem também procurado dar espaço a grandes projetos de proteção ambiental desenvolvidos, em sua maioria, a partir de cooperações internacionais. Entre os projetos de maior relevância implementados na região de Marabá estão os Projetos Demonstrativos incluídos no Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e o *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment* (LBA), além dos projetos financiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (BECKER, 2006; BRASIL, 2007). Mesmo que, aparentemente, esses projetos tenham refletido modestamente na região, eles têm ajudado a introduzir e estimular práticas diferenciadas de exploração do meio natural como, por exemplo, o manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros.

Enfim, mesmo que muitas de suas características historicamente constituídas permaneçam presentes de forma significativa (como a dinâmica da pecuária extensiva, por exemplo), pelo menos de uns doze anos para cá a região de Marabá apresenta um cenário diferente, potencialmente capaz de oferecer oportunidades para que outras dinâmicas de evolução do espaço e de relações entre sociedade e natureza sejam estabelecidas. As melhores condições que hoje se apresentam, apesar de não serem garantia para nada, têm dado perspectivas mais favoráveis às famílias de agricultores estimulando-as a buscar alternativas que permitam um maior tempo de permanência na mesma terra, ao invés de recorrerem à antiga estratégia adotada nessas áreas de fronteira de saída para reinício do processo de exploração em novas áreas de floresta.

3. As diferentes situações agrárias da região de Marabá

Todo esse processo de mudanças mencionado, influenciado principalmente pelas novas políticas públicas implementadas na Amazônia pelo governo federal, atingiu a região de Marabá de maneira abrangente. No entanto, os efeitos produzidos não têm se dado de

⁸ O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) exigido aos agricultores pelo IBAMA se refere aos casos em que o tamanho da área de reserva legal disponível no lote for menor do que os 80% exigidos por lei. De acordo com esse termo, o agricultor se compromete a recompor a área de reserva do seu estabelecimento podendo usar, para isso, espécies pioneiras exóticas e árvores frutíferas (inclusive exóticas) desde que consorciadas com espécies nativas (MICHELOTTI & RODRIGUES, 2004: 16).

maneira uniforme, uma vez que existe uma diversidade interna de situações agrárias na região de Marabá que influencia para que essas mudanças reflitam igualmente de diferentes formas.

O que se propõe chamar de *situações agrárias* se referem a espaços que são produzidos a partir de um processo onde a sociedade local (re)interpreta e (re)inventa formas de agir sobre as *condições* disponíveis, de modo a criar uma nova realidade. Para Raynaut (2006) essas condições disponíveis se referem aos elementos do meio (físico, socioeconômico, político, social, cultural) que existem e que se impõem às vontades individuais e à sociedade como um todo na qualidade de “dados” objetivos que podem limitar as ações, os projetos ou a existência das pessoas ou potencializar suas respostas para contornar os problemas encontrados. Esses “dados” podem dizer respeito aos aspectos imateriais a que qualquer indivíduo ou grupo social está submetido tais como representações sociais, instituições sociais, relações interpessoais ou realidades culturais, como também podem se referir aos aspectos materiais de sua existência como, por exemplo, seu nível econômico, suas condições de moradia, as condições ecológicas do meio físico que tem disponível (GODELIER, 1984, RAYNAUT, 2006).

A noção de situação, por sua vez, se refere à maneira como um indivíduo ou um meio social vai mobilizar e utilizar esses “dados” a partir de um sistema de reconhecimento e de reinterpretação próprio e, assim, modificar seu estado inicial. Cada indivíduo, família ou grupo social possui esse espaço de atuação próprio que lhe permite intervir como ator de sua própria existência (RAYNAUT, 2002). A posição que cada um deles (indivíduo, família ou grupo social) ocupa em relação ao quadro referencial que se apresenta é resultado de uma interação constante entre as condições existentes em um dado momento e o seu desempenho enquanto ator social, seja aceitando-as passivamente seja reagindo a elas tentando modificá-las, interpretá-las, resistir-lhes ou aproveitar suas contradições ou lacunas para desenvolver respostas para contorná-las. Dessa maneira, no decorrer de sua história, esse indivíduo, família ou grupo social vai elaborar sua própria experiência de sujeito, tomando consciência e tendo um olhar distanciado sobre os “dados” (materiais ou imateriais) que estão em torno dele (RAYNAUT, 2006, p. 158).

Tendo em mente essas noções, e baseando-se em observações de campo e em trabalhos desenvolvidos nessa área (OLIVEIRA *et al.*, 2005; MICHELOTTI *et al.*, 2006), foram identificadas na região de Marabá basicamente duas grandes situações agrárias: a primeira, mais a leste da região, se caracteriza por ser uma área de ocupação mais antiga que se encontra em processo de estabilização da fronteira agrária; já a segunda, localizada na porção mais a oeste, se caracteriza por ser uma área de ocupação mais recente (Figura 1).

Caracterizando-as rapidamente, de uma maneira geral, a situação do leste, que abrange as áreas mais próximas às sedes dos municípios e às rodovias, corresponde ao espaço onde se desenvolveram os principais movimentos de ocupação da região a partir do final do século XIX. O fato de abrigar o chamado “polígono dos castanhais”, além de minas de diamantes e cristais de rocha (VELHO, 1981; EMMI, 1999), produtos importantes na economia regional extrativista-exportadora da época, influenciou para que nesse espaço ocorressem os primeiros processos de ocupação mais efetiva da região pela sociedade nacional.

Mais tarde, a partir da década de 1960, a ocupação dessa porção de Marabá foi ainda mais intensificada uma vez que foi atingida em cheio pela implementação das grandes obras previstas nas políticas de integração da Amazônia (como a construção de rodovias, a Hidrelétrica de Tucuruí, Programa Grande Carajás e o incentivo aos grandes projetos agropecuários), que trouxeram a reboque um grande número de migrantes (principalmente nordestinos) para essa área da região. Dentro desse contexto, e devido a vários motivos, rapidamente estabeleceu-se aí uma lógica de exploração do espaço baseada na pecuária extensiva e também na forte exploração madeireira que ajudou a imprimir um ritmo bastante veloz de transformação da paisagem de floresta em pastagens.

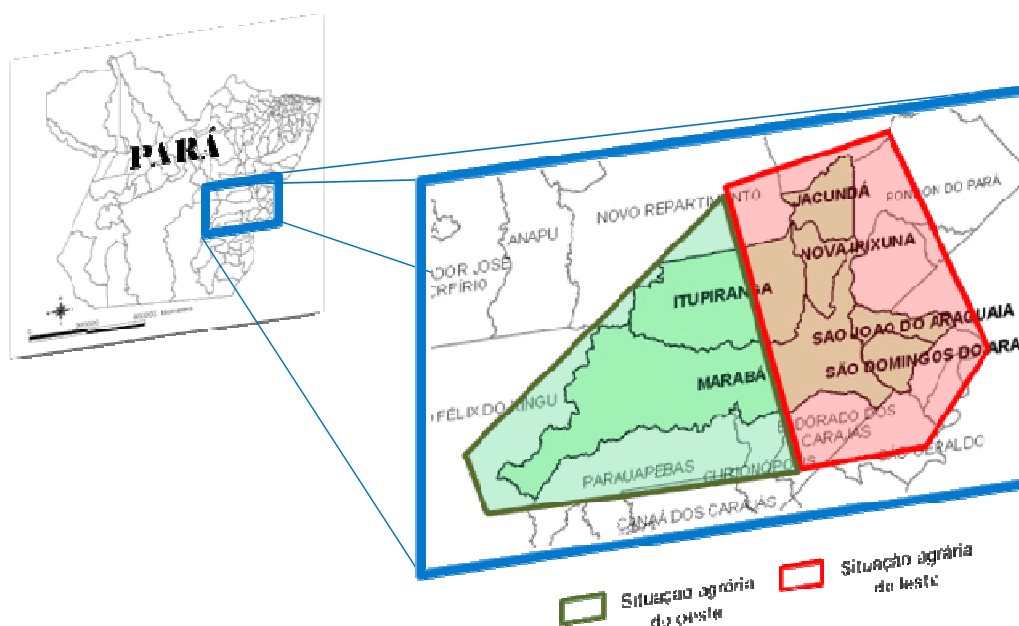


Figura 1 – Localização da região de Marabá e as grandes situações agrárias que a caracterizam

Na situação agrária do oeste, que abrange as áreas dos municípios de Marabá e Itupiranga mais afastadas das cidades, dos eixos rodoviários e dos principais rios da região, a intensificação da ocupação se deu mais recentemente a partir do final da década de 1980. A

menor presença de castanhais, os terrenos mais acidentados e a precariedade (senão ausência) das vias de acesso ajudaram a retardar a integração dessa área no processo de ocupação instalado na região períodos antes. Esse relativo isolamento começou a ser quebrado quando essa área passou a ser destino de novas famílias migrantes maranhenses e de várias famílias das zonas de ocupação mais antiga da própria região ou de outros municípios próximos que vinham em busca de floresta para a implantação de roças, já que haviam esgotado suas reservas na área anterior.

Além disso, essa situação agrária também se caracteriza pelo fato do seu processo de ocupação estar se desenvolvendo dentro desse novo contexto regional. Diferentemente das áreas mais antigas da região, boa parte das famílias que aí começaram a se instalar já tem disponíveis uma infra-estrutura um pouco mais desenvolvida, além de conseguir mais rapidamente a regularização das terras e o acesso ao crédito: a maioria dos projetos de assentamentos criados de 2000 para cá na região tem se concentrado nessas áreas mais a oeste de Marabá e Itupiranga ocupadas recentemente.

4. Os diferentes efeitos produzidos pelo novo contexto nas formas de exploração do meio natural

A constatação de que existem na região de Marabá duas situações agrárias distintas é de fundamental importância para o esforço de compreensão dos efeitos produzidos pelo processo de mudanças que aí vem se desenvolvendo. A existência de espaços com características diferentes tem influenciado para que as novidades introduzidas por essas mudanças sejam absorvidas também de formas diferentes.

Na situação agrária do oeste, onde se localizam as áreas de ocupação mais recente e com um percentual de mata ainda significativo, é interessante perceber que esse novo contexto, que inclui, além das melhorias na rede viária, o acesso relativamente mais rápido das famílias à regularização fundiária das áreas ocupadas (através da criação de projetos de assentamento) e ao crédito produtivo, tem produzido resultados que tanto têm ajudado no estabelecimento de novas dinâmicas de exploração do meio natural quanto têm reforçado dinâmicas antigas.

De acordo com observações de campo e com alguns estudos realizados na região de Marabá, esse efeito paradoxal é perfeitamente visível quando se observa os impactos da implementação do crédito nessas áreas. Se por um lado essa política tem proporcionado a ampliação das possibilidades de diversificação das atividades produtivas com vistas ao

estabelecimento de sistemas mais sustentáveis, por outro vem tendo uma participação importante na introdução e/ou na ampliação mais rápida dos rebanhos de gado nos estabelecimentos familiares. Uma das conseqüências mais aparentes desse segundo efeito do crédito é que, de uma maneira geral, ao contrário do que se esperava, este não vem conseguindo alterar de maneira significativa o avanço do desmatamento e do processo de implantação de pastagens.

Dados empíricos e estudos realizados em assentamentos de Itupiranga mostram que, mesmo nesse contexto diferenciado, as taxas de desmatamento encontradas em assentamentos desse município (taxas proporcionais em torno de 2,6% de área desmatada ao ano e de implantação de pastagens em torno de 2,3% ao ano) equivalem àquelas registradas nos municípios de maiores índices da Amazônia, que giram em torno de 3% ao ano (ESCADA, 2004; BRITTO *et al.*, 2007; NASCIMENTO *et al.*, 2007; INPE, 2008). Provavelmente isso ocorre porque, apesar das condições em nível regional terem melhorado, existem ainda fragilidades nessas áreas da situação agrária do oeste da região Marabá, principalmente relacionadas à infra-estrutura (estradas com problemas de trafegabilidade, transporte etc.), que acabam levando as famílias, com ou sem crédito, a eleger a pecuária como uma de suas principais (senão a principal) escolhas estratégicas, assim como ocorreu nas zonas mais antigas.

No entanto, olhando por outro prisma, é importante observar certo movimento de mudança na dinâmica que vem se estabelecendo nessas áreas, principalmente nos assentamentos da reforma agrária. As oportunidades abertas pelo crédito para investimento em outras atividades produtivas (colocadas até para aqueles cujo objetivo principal do acesso ao crédito é o gado), aliadas ao discurso da diversificação alimentado pela assistência técnica e pelo movimento social ligado à agricultura familiar (associações, sindicatos, cooperativas etc.) e às exigências impostas pelo IBAMA, têm despertado entre os agricultores um interesse maior de experimentar algumas inovações em seus estabelecimentos. Nesse sentido é que têm sido observadas iniciativas visando à introdução ou ampliação da criação de pequenos animais (peixes, cabras, ovelhas, abelhas, porcos), a implantação de cultivos de espécies frutíferas, a introdução de práticas de manejo de espécies nativas para exploração de produtos madeireiros e não-madeireiros (madeiras de valor comercial, frutas, óleos) e tentativas de diminuição da intensidade do uso do fogo.

Outro elemento importante ainda a se considerar nesse movimento é que, atualmente, o tamanho médio dos lotes nos projetos de assentamento da região tem girado em torno de 50 ha. De acordo com os referenciais técnicos utilizados para a pecuária extensiva praticada na

Amazônia, que estima a capacidade de suporte das pastagens da região em torno de 1 Unidade Animal/ha (VEIGA *et al.*, 2004), pelo menos a princípio, esse tamanho de área coloca limites ao aumento crescente dos rebanhos. Empiricamente, isso também é ratificado por vários agricultores quando dizem que “com 50 hectares não dá pra vivê só de gado, [...], não dá pra gente aumentá muito o rebanho”. Sendo assim, de certa maneira, esse fator também tem influenciado no interesse das famílias em procurar investir em outras atividades além do gado.

Essas observações mostram que, mesmo existindo semelhanças na dinâmica de exploração do meio natural estabelecida nas áreas de ocupação mais recente com as áreas mais antigas da região, esse início de alterações que vêm se processando nos estabelecimentos familiares dá indicações de que os resultados da evolução desse espaço não serão necessariamente os mesmos apresentados naquelas áreas de ocupação antiga.

Por falar nessa porção do leste, cujas condições, sobretudo do meio natural, apresentam-se bastante diferenciadas, naturalmente os reflexos da conjuntura atual sobre os estabelecimentos familiares aí contidos têm sido distintos daqueles da porção do oeste e até mesmo daqueles que a caracterizaram tempos atrás.

A elevada degradação do meio natural, resultado de um processo intenso e pouco cuidadoso de exploração adotado desde o início da ocupação dos lotes (que em vários casos equivale a mais de 20 anos), tem se expressado de várias maneiras – como na escassez ou esgotamento total da vegetação primária e secundária (capoeiras), na diminuição da fertilidade natural dos solos e na presença perceptível de processos erosivos e de assoreamento de cursos d’água – e criado uma situação que praticamente obriga a realização de mudanças.

Tal situação é marcada por uma grave crise dos sistemas técnicos adotados pelas famílias. Considerando o nível tecnológico e as práticas normalmente utilizadas pela maioria dos estabelecimentos, a falta de áreas de mata ou capoeira, os solos quimicamente desgastados e o aparecimento recorrente de pragas têm dificultado cada vez mais a formação de roças. Porém, os maiores problemas enfrentados se relacionam ao elevado grau de degradação das pastagens implantadas, provocado, segundo os próprios agricultores, pelo pastejo excessivo das áreas: em várias delas o capim não tem conseguido sobreviver devido aos percentuais bastante elevados de infestação por invasoras ou devido ao ataque de pragas e doenças. Essa falta de capim para a alimentação dos animais tem, em muitos casos, levado a uma diminuição considerável do tamanho dos rebanhos ou aumentado os custos com a atividade em função da necessidade de se recorrer a pastagens alugadas.

Como boa parte das famílias havia traçado o objetivo de viver exclusivamente do gado e investido pesado nessa atividade, convertendo quase ou senão todo o lote em pastagens, as atuais limitações enfrentadas para o desenvolvimento da pecuária (e das atividades agrícolas) têm imposto sérias dificuldades às famílias. Mediante tais condições ecológicas, por necessidade, os agricultores têm procurado reconstruir suas relações com o meio natural a partir da adoção de diferentes estratégias que possibilitem, através não só da manutenção, mas também da introdução ou retomada de atividades ou práticas, garantir o atendimento das necessidades básicas de suas famílias.

Nesse sentido é que, da mesma forma que nas áreas da porção oeste, várias opções colocadas principalmente pelo crédito e pela assistência técnica, como os cultivos permanentes (espécies frutíferas e essências florestais), os diferentes tipos de pequenas criações e a pecuária leiteira, têm conseguido ganhar mais espaço no quadro de escolhas dos agricultores. A diferença com relação às áreas de ocupação mais recente é que nessas áreas mais antigas, apesar das restrições ecológicas mencionadas, a proximidade do mercado e dos centros urbanos e as boas condições de acesso e transporte facilitam para que tais atividades, aparentemente, se consolidem de maneira mais efetiva nos sistemas de produção.

Além dessas iniciativas de investir em atividades incentivadas pelo crédito, nessas áreas certas escolhas técnicas adotadas pelos agricultores têm procurado contornar algumas das maiores limitações enfrentadas no desenvolvimento das atividades. Entre as mais relevantes pode-se citar o uso de insumos externos, como herbicidas e adubos químicos e a tentativa de usar a mecanização com o intuito tanto de preparar áreas de antigas pastagens para a formação de roças (já existem também casos onde a roça está sendo desenvolvida em lugar fixo), quanto de reformar áreas de pastos infestadas por invasoras. Os efeitos negativos dessas escolhas, como por exemplo, o ressecamento do solo provocado pelo uso de herbicidas ou mesmo o aumento dos custos de produção, não passam despercebidos de todo dos agricultores, no entanto, para muitos deles essas são consideradas a única forma de conseguir continuar produzindo.

No sentido de acrescentar mais uma fonte de recursos à renda da família, de uns três anos para cá, com o aumento da demanda de carvão pelas guseiras da região⁹, têm aumentado muito nessas áreas o interesse pela atividade de produção de carvão. Mesmo admitindo ser uma atividade sem muitas perspectivas a médio/longo prazo, várias famílias têm decidido

⁹ Recentemente, a ampliação da demanda do mercado internacional por ferro gusa tem gerado um aumento considerável nas demandas de carvão vegetal enquanto principal fonte de energia das guseiras.

investir ou na venda de “madeira de pasto ou de roça”¹⁰ e/ou de capoeiras ou na fabricação mesmo do carvão em fornos próprios e venda para carvoarias.

Um aspecto interessante de ser destacado é que todo esse esforço feito pelas famílias dessas áreas tem sido no sentido de permitir que se mantenham em seus lotes, mesmo com todas as dificuldades que se apresentam. Dentro de uma região de fronteira agrária, onde a migração para novas áreas era uma estratégia relativamente comum, pode-se perguntar por que tal esforço. Um dos fatores que pode explicar esse fato é que nessa área de ocupação mais antiga as famílias também já têm um longo tempo de formação; em geral, o casal já está idoso e os filhos já estão casados, morando ou não próximos aos pais. Pela idade avançada e também pelo fato dos lotes estarem, geralmente, localizados próximos a centros urbanos e contarem com melhores condições de infra-estrutura (estradas trafegáveis no inverno e verão, eletricidade rural, telefonia móvel etc.), os agricultores preferem tentar encontrar meios para permanecer no lugar do que recorrer à migração e recomeçar o processo de exploração em lugares mais distantes. Outro fator relevante também é que com a possibilidade de acesso principalmente à aposentadoria rural (mas também a políticas sociais como, por exemplo, bolsa-escola e bolsa-família) essas famílias têm uma maior segurança de conseguir suprir as suas necessidades, independente da capacidade produtiva dos seus estabelecimentos.

Essa intenção de permanecer na terra que faz convergir os objetivos de boa parte das famílias das duas situações agrárias da região de Marabá dá um caráter diferenciador para as atuais dinâmicas das relações sociedade-natureza que aí estão se estabelecendo. Muito da viabilização de fato dessa intenção está diretamente relacionada às melhores possibilidades e oportunidades que se colocam a essa permanência, mas muito também tem relação com a capacidade que os agricultores têm de se adaptarem às condições disponíveis. Essa capacidade de adaptação se refere ao processo de (re)interpretação que os seres humanos fazem das condições que têm à sua disposição. Tal (re)interpretação ajuda na definição de diferentes estratégias que possam possibilitar a exploração dos elementos da natureza e que possam fazer frente às restrições ecológicas que recaem muitas vezes sobre a reprodução desses elementos e da reprodução social dos próprios seres humanos (GODELIER, 1984; RAYNAUT & ZANONI, 2003; RAYNAUT, 2006).

Tendo em vista os efeitos produzidos pelas atuais condições ecológicas, socioeconômicas e políticas presentes nas duas diferentes situações agrárias da região de

¹⁰ Esses termos “madeira de pasto” e “madeira de roça” se referem às árvores ou restos de madeira da derrubada que permaneceram nas áreas de cultivo (que depois podem se transformar em pastagens) mesmo depois da queimada. Atualmente, várias famílias estão aceitando vender esses restos de madeira ou árvores em pé existentes tanto nas pastagens quanto nas áreas de roça (em geral, antes do plantio) para a fabricação de carvão.

Marabá pode-se dizer que outras perspectivas para as relações sociedade-natureza têm surgido nesse processo de mudanças pelo qual a região vem passando. O ritmo em que ocorrem as alterações nas estratégias produtivas e sociais dos agricultores não tem assumido uma velocidade a ponto de transformar completamente as relações que as sociedades locais estabelecem com o meio natural que as circunda, mas de qualquer forma o fato de tais alterações terem ocupado algum espaço no universo dos agricultores aponta para a possibilidade de que a região pode trilhar outros caminhos e assumir outras dinâmicas no futuro.

No passado, mesmo que o padrão de exploração baseado na pecuária (acompanhado por um processo de concentração fundiária) assumisse um caráter hegemônico na região, já não era possível generalizar completamente a trajetória de evolução dos estabelecimentos familiares nessa direção em função de não existir uma homogeneidade nas estratégias adotadas pelas famílias¹¹. Hoje em dia, então, isso é menos possível ainda uma vez que a região de Marabá apresenta uma maior diversidade de formas de exploração do meio natural e de perspectivas dos agricultores – que tiveram a oportunidade de emergir ou foram construídas a partir do processo de mudanças que se estabeleceu –, ampliando o quadro das possíveis trajetórias que os estabelecimentos podem seguir.

Uma dessas possíveis trajetórias está relacionada com mudanças nas formas das famílias desenvolverem a atividade pecuária. Aquela estratégia de exploração do meio natural orientada pela perspectiva da pecuária assumir um papel importante na sustentação econômica do estabelecimento ainda ocupa bastante espaço nos projetos das famílias e na dinâmica regional, principalmente nas áreas da porção oeste. Porém, a maneira de lidar com essa atividade tem sofrido algumas modificações. Aparentemente, a preocupação com a questão dos manejos dos animais e das pastagens se faz mais presente e se observa diferentes estratégias de uso do espaço do lote que não passam, necessariamente, pela sua conversão completa em pastagens.

Essas modificações, ao que parece, têm relação com alguns aspectos importantes da atual conjuntura regional. A maior capacidade de investimento das famílias, em geral viabilizada pelo crédito, que possibilita a consolidação de uma melhor infra-estrutura para a pecuária (cercas, formação de piquetes, compra de sementes etc.) e as limitações de ordem legal – principalmente aquelas relacionadas à legislação ambiental, às normas da política de

¹¹ Isso significa dizer que nem todas as famílias adotaram a mesma estratégia vinculada à pecuária, nem todas as localidades se desenvolveram e evoluíram no mesmo ritmo e da mesma maneira (De REYNAL, 1999; HURTIENNE, 2001).

crédito (que procuram priorizar a diversificação) e à barreira sanitária – e de ordem fundiária – sobretudo, no que diz respeito ao menor tamanho dos lotes –, têm colocado barreiras e levado os agricultores a repensarem suas estratégias com relação a essa atividade no sentido de um manejo mais intensivo e de evitar a especialização do sistema produtivo a ponto de pensar em converter todo o lote em pastagens.

Esses fatores levam a crer que, diferente do que ocorreu nas áreas mais antigas da região, há possibilidades dessa atividade se consolidar nas áreas de ocupação mais recente a partir de práticas de exploração capazes de sustentar o sistema técnico por um período maior de tempo sem, necessariamente, ter que passar pela crise que os estabelecimentos das áreas antigas passam hoje em dia. Além disso, as atuais oportunidades de mercado que se apresentam na região têm mantido o interesse dos agricultores em investir em outras atividades (mesmo aqueles que não tenham tido, a princípio, experiências bem sucedidas), o que abre possibilidades para que sistemas menos centrados unicamente na pecuária ganhem mais espaço na região.

Outra perspectiva de evolução do espaço regional que vem se configurando ao longo desse processo de mudanças e que é importante de ser destacada diz respeito ao estabelecimento de uma dinâmica que inclui uma maior estabilização das famílias na região. Como mencionado anteriormente, as atuais estratégias adotadas por boa parte das famílias revela uma maior intenção de permanecerem na terra onde vivem hoje. As condições relativamente melhores do meio socioeconômico disponível, a maior segurança em relação à posse da terra, o acesso à política de previdência social, a outras políticas sociais e à política de crédito, além do distanciamento cada vez maior de outras áreas de floresta e, no caso principalmente das áreas de ocupação mais antiga, a idade avançada das famílias, entre outros fatores, têm contribuído para consolidar essa idéia entre os projetos dos agricultores.

5. Considerações finais

Ao se propor fazer uma análise das dinâmicas desenvolvidas em áreas como essa de fronteira agrária, caracterizadas por uma grande complexidade presente no seu meio físico, nas formas como ocorrem sua ocupação, na sociedade que a compõe, no seu meio socioeconômico, é difícil conseguir desvincular os aspectos da questão ambiental daqueles ligados à questão agrária. Eles estão tão intimamente conectados que não seria possível compreender os problemas pelos quais passa a região sem levar em conta fatores que se localizam nesses e em outros campos. Por causa disso é que, ao discutir as relações sociedade-

natureza na região de Marabá, não se pode deixar de abordar as mudanças ocorridas, principalmente, nas políticas de reforma agrária e de crédito.

Pelas análises feitas a respeito do processo que vem ocorrendo é interessante notar que, de uma maneira geral, o estágio em que este se encontra parece corresponder ainda ao período em que as pessoas estão aprendendo a lidar com as novidades, e isso dito não só em relação aos agricultores, mas também às suas lideranças, aos assessores, ao Estado. Em um cenário político ainda em consolidação, constantemente novos elementos e informações são inseridos no universo dos agricultores e precisam de tempo para ser internalizados nas decisões estratégicas dos mesmos.

Apesar de certas tendências terem sido apresentadas nesse artigo, não há ainda resultados consolidados sobre os impactos que essas mudanças têm produzido na região e nem uma certeza do(s) caminho(s) para onde a região vai exatamente. Como o processo ainda está em aberto, alguns questionamentos surgem com relação ao futuro da região, tais como: será que as perspectivas apontadas na direção da fixação das famílias e da tentativa de diversificação dos sistemas de produção realmente vão conseguir se consolidar a médio/longo prazo? Ou seja, essas mudanças que vêm ocorrendo na região são de caráter duradouro ou circunstancial? Como incluir nesse processo o público da agricultura familiar regional que não é, atualmente, beneficiado por essas políticas públicas, como as famílias tituladas (que fizeram parte da política de colonização do passado ou os atingidos pela barragem de Tucuruí) e as famílias ainda em situação de posse?

Além disso, a região de Marabá e a região amazônica como um todo continuam recebendo influências de políticas recentes implementadas pelo governo federal, o que tem contribuído tanto para que elementos novos sejam introduzidos na dinâmica regional, quanto para que sejam intensificadas as discussões em torno de problemas já existentes. Nesse sentido é que problemáticas como as do biocombustível e do eucalipto vinculado ao carvão vegetal e às guseiras, por exemplo, vêm recentemente ganhando mais atenção na discussão sobre as tendências de evolução da região.

O monocultivo de eucalipto já vem ocupando grandes extensões de terra na região de Marabá e está começando a ser introduzido, por algumas prestadoras de serviços de assistência técnica, como alternativa econômica aos agricultores. Essa discussão vem se acirrando mais ainda na região com a proposta do Serviço Florestal Brasileiro – MMA de criação do Distrito Florestal Sustentável (abrangendo uma área no raio de 200 km no entorno de Marabá (PA) e Açailândia (MA), que propõe, entre outras coisas, o financiamento de guseiras e a “recuperação” de áreas alteradas através da implantação de monocultivos de

árvores (principalmente o eucalipto) com vistas ao atendimento da demanda de carvão vegetal das guseiras e das indústrias do Pará e Maranhão. Também no mesmo sentido de seguir os estímulos das atuais políticas do governo federal, já tem sido observadas iniciativas para a implantação de espécies oleaginosas visando à produção de biocombustível.

São fenômenos relativamente recentes na região, mas que já levantam questionamentos de como serão internalizados, principalmente, pela agricultura familiar regional e que possíveis efeitos poderão causar sobre os estabelecimentos familiares e a dinâmica regional.

Enfim, são muitas as questões que têm surgido nessa discussão sobre as dinâmicas de evolução da região de Marabá. Para muitas delas ainda há dificuldades de se indicar respostas por se tratarem de assuntos recém introduzidos. Para outras, porém, a continuidade do aprofundamento das reflexões iniciadas no processo de pesquisa que embasou a elaboração deste texto poderá fornecer alguns elementos de resposta e debate.

6. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Fundo Nacional do Meio Ambiente: transformando recursos financeiros em recursos naturais e qualidade de vida.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/fnma/>. Acesso em: 10 mar. 2007.

BECKER, B. K. Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. SILVA, C. A. F. da; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 23-40. (Espaço, território e paisagem). PPGeo/UFF.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Santa Maria, n. 12, p.135-159, set. 2001. Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/09bertha.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2008.

BRITTO, G.; MOREIRA, L. F. C.; BATISTA, M. G.; ANJOS, M. P. dos; SILVA, T. F. da. **Diagnóstico do Projeto de Assentamento Rancharia, Itupiranga/Pará.** MAFDS/UFPA-EMBRAPA, Belém, 2007. 130p. (mimeo.).

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém: NAEA/UFPA, v. 8, n. 2, p.05-39, dez. 2005. Semestral.

De REYNAL, V. **Agricultures en front pionnier amazonienne, région de Marabá (Pará, Brésil).** INA-PG, Paris, 1999. 413 f. Tese (Doutorado).

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2. ed. ver. amp. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

ESCADA, I. **Desflorestamento em assentamento no leste do Pará nos períodos de 1997-2000.** Projeto GEOMA/MCT. 11p. (no prelo).

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel.** Pensée, économies, sociétés. Paris: Fayard, 1984. 348p.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento rural**. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2001. p. 177-283.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto PRODES: monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Estimativas anuais desde 1988. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2007.htm. Acesso em: 12 mai. 2008.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. CINTRÃO, R. (Org.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. de V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada às trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba, SP. **Anais...** . Indaiatuba. SP: ANPPAS, 2004. p. 1 - 20. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/fernando_michelotti.pdf. Acesso em: 05 mar. 2007.

MICHELOTTI, F.; ALVES, L. N.; ALVES, A. M. N. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da agricultura familiar & Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará**. Marabá, LASAT-MDS/SDT, 2006. 142p.

NASCIMENTO, H. F. do; MACEDO, M. R. A.; SILVA, M. C. V. da; CALVI, M. F.; MONTELES, R. A. R.; FARIAS, S. K. P. **Diagnóstico do Projeto de Assentamento Pensão da Onça, Itupiranga, Pará**. MAFDS/UFPA-EMBRAPA, Belém, 2007. 109p. (mimeo.).

OLIVEIRA, M. C. C. de; VEIGA, I.; LIMA, L. M.; TAVARES, F. B. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no sudeste paraense. In: MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.) **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 317-343.

RAYNAUT, C. Interfaces entre antropologia e a saúde: em busca de novas abordagens conceituais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p.149-165, jun. 2006.

RAYNAUT, C. Interdisciplinaridade e promoção da saúde: o papel da antropologia. Algumas idéias simples a partir de experiências africanas e brasileiras. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Curitiba, v. 5, supl. 1, p. 43-55, 2002.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M. Le développement durable: temporalités, espaces, acteurs. Brève histoire des relations société-nature dans une zone d'environnement protégé du Brésil. In: MUXART, T.; VIVIEN, F-d; VILLALBA, B. ; BURNOUF, J. **Des milieux et des hommes: fragments d'histoires croisées**. Paris: Elsevier, 2003. p. 01-23. (Collection Environnement).

VEIGA, J. B. da.; TOURRAND, J. F.; PIKETTY, M. G. ; POCCARD-CHAPUIS, R. ; ALVES, A. M. ; THALES, M. C. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 162p.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 178 p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**NATUREZA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMI-ÁRIDO
BRASILEIRO: ESTUDO PRELIMINAR DAS AÇÕES DA ‘CONVIVÊNCIA COM O
SEMI-ÁRIDO’ EM JUAZEIRO – BAHIA**

Luzineide Dourado Carvalho¹

Resumo

As considerações postas neste trabalho tratam-se da relação natureza, território e desenvolvimento rural no Semi-Árido e suas correlações com a proposta da “Convivência com o Semi-Árido”. Estas questões são pensadas empiricamente para o território de Juazeiro, composto de dez municípios, localizados no norte da Bahia e boa parte deles, margeados pelo rio São Francisco. A partir dos significados sobre a natureza e o território Semi-Árido, analisa-se as influências dessas concepções nas intervenções estatais e como se projetou um modelo de desenvolvimento rural para o referido espaço, com foco para o território de Juazeiro. O trabalho procura mostrar que por conta de um processo de transformações contemporâneas mundiais no meio rural, movimenta-se uma revalorização deste quanto novas abordagens para a concepção de desenvolvimento rural, como é o caso do desenvolvimento territorial rural, por conseguinte, novas formas de pensar o rural e de intervir nele. A intenção é correlacionar estas novas abordagens com a proposta da ‘Convivência’ e de como esta possibilita contextualizar um projeto de desenvolvimento territorial para o Semi-Árido, uma vez que em suas argumentações e ações/programas o tripé equidade social, prudência ecológica e valorização cultural dos territórios rurais fazem-se presentes.

Palavras-chave: Natureza, Desenvolvimento Rural, Convivência com o Semi-Árido

1. As Significações sobre a Natureza e o Território Nordeste/Semi-Árido

A natureza do Semi-Árido Nordestino tem sido qualificada pela estereotipia representada nas imagens, narrada em romances, descrita em livros didáticos como pobre, feia, hostil, adversa etc.

Os significados dessa natureza foram explicitados nos discursos parlamentares ao longo das décadas. A questão climática, especificamente a seca, durante quase todo o século XX, justificou as intervenções estatais, entre elas, a própria criação da região Nordeste (ALBUQUERQUE JR., 1999).

O Nordeste foi tomado como o Outro dentro da formação político-geográfica do território brasileiro. Albuquerque Jr. (2000) embasa que as elites do Norte em declínio econômico e político nomearam a seca como o seu problema social. A seca passou a ser uma grande

¹ Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Doutoranda, luzdourado@bol.com.br

metáfora, pois a partir da palavra seca todo e qualquer problema, toda e qualquer necessidade, carência que a região tinha era significada a partir da mesma.

A seca não era a seca do Nordeste, mas era a seca do Norte, que antes era chamada de seca do Ceará. Isto porque não existia a Região Nordeste tal qual se concebe na atualidade. Esta surge como um enquadramento das ‘regiões’ econômicas e políticas dos limites das divisões territoriais político-administrativas do Império, portanto, das suas próprias diferenciações espaciais (OLIVEIRA, 1993). Será no final do século XIX o reconhecimento do Nordeste como ‘região’, mas só se afirma enquanto região oficial na segunda metade do século XX pelo IBGE.

Com amplitudes muito mais restritas no período colonial, o que era ‘nordeste’ se compunha de espaços economicamente individualizados que correspondiam cada um a uma ‘região’. Deste modo, o Nordeste foi uma invenção capitaneada pela elite pernambucana. E a disputa pelo domínio político dessa área teve na presença da seca - uma questão política das elites, a grande arma política, o argumento irrefutável para conseguir benesses, investimentos, carreamento de recursos e obras.

Albuquerque Jr. (1999) afirma que a implicação política do discurso da seca embasou o discurso da vitimização desse espaço na história do Brasil: o Nordeste como vítima do Sul; o nordestino como coitadinho, miserável, ignorante; o subdesenvolvido; o cabeça-chata, entretanto, um discurso que possibilitou carrear verbas e fundar a ‘indústria da seca’. Uma produção significativa do Nordeste/nordestino, uma *visibilidade* calcada no estereótipo do atraso.

Essa forma de utilizar o discurso e prática sobre a natureza do Nordeste, tomando a questão da seca enquanto o ‘mito da necessidade’ (CASTRO, 1992) formatou o regionalismo nordestino - uma ação ideológica, um uso do Poder simbólico sobre a região Nordeste pelas elites dominantes. Através desse regionalismo criou-se um discurso da necessidade, da reivindicação e de convencimento da fatalidade natural das secas para aquisição de verbas públicas.

Ao se analisar com uma base mais filosófica, tais significados dados à natureza semi-árida, seu fundamento se sustenta na noção ocidental de natureza, onde o meio natural é concebido como um âmbito exterior ao humano e independente de todo conhecimento.

Almeida (2004) traz a reflexão de que essa noção possibilitou a separação entre o “humano” e “não humano” (p.42) cuja projeção dicotômica da natureza como realidade ontológica, inviabilizou os pressupostos e os contextos históricos nos quais ela surge. O fato é que nas últimas décadas a sociedade tem se interrogado sobre suas relações com seu meio natural. E

em concordância com Almeida (ib.) são possibilidades que se abrem para a sociedade debater sobre a instrumentalização da natureza e uma reconsideração da construção simbólica da mesma.

Esta perspectiva de ‘descoberta’ valorativa do natural, essa reinvenção, mobiliza um processo de ressignificação das coisas naturais e a reafirmação destas como partes e produtos da sociedade (ALMEIDA, 2004). E daí ao se considerar essas ressignificações para o Semi-Árido, sua maior expressão é a proposta da “Convivência com o Semi-Árido”, que será tratada mais adiante.

2. As Contradições do Desenvolvimento Rural do Nordeste Semi-Árido

A penetração inicial do Nordeste Semi-Árido deu-se pela pecuária, em caráter extensivo, movida pelas relações estabelecidas entre o fornecimento de animais de trabalho tanto para atividades da zona açucareira quanto para a região de mineração, mais para o interior de Minas Gerais (OLIVEIRA, 1993).

Segundo Oliveira (1993), a pecuária consolidou a estrutura latifundiária concentradora, se contrapôs à subsistência imprensando os camponeses entre o litoral e o sertão, ou seja, no agreste, tanto que é nessa zona fisiográfica se estabeleceu uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. Entretanto, foi a atividade que possibilitou elementos independentes para a economia sertaneja.

A decadência/subordinação da produção do açúcar aos esquemas de reprodução do capital na ‘região’ do café fizeram emergir a ‘região’ algodoeira-pecuária no interior do próprio Nordeste. Emerge o Nordeste ‘algodoeiro-pecuário’ permitindo uma inserção mais significativa dessa área dentro do contexto econômico do Brasil.

O consórcio gado-algodão-lavoura alimentar perdurou até meados dos anos de 1970, dominando principalmente a parte central do Semi-Árido. Esta organização do espaço agrário vai sofrer alterações profundas a partir de 1979, sendo uma das causas à seca de 1979-83 e a entrada de pragas nos algodoads (BRASIL, 2004).

Será na “grande seca” (1877-1879) que o Estado Brasileiro vai voltar-se para a questão das secas. Silva (1978) aponta que até então, o que havia eram medidas de socorros públicos assistenciais e emergenciais, já bem criticadas e desgastadas, levam o Governo Imperial a criar Comissões Técnicas de caráter mais regular.

O território das secas vai ser cartografado pela figura institucional do *Polígono das Secas*², ou seja, um território formatado para as ações e intervenções da política do combate às secas. O Estado conduziu pelo século XX e ao longo desse, ações pela correção hídrica, institucionalizada pela lógica do ‘combate às secas’.

Nos anos de 1950-60 o contexto nacional de “desequilíbrios regionais” favorece a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1962), incorporando elementos desse ‘conflito’ inter-regional (Nordeste e Centro -Sul), ampliando político-administrativamente o Nordeste, que se estende do Maranhão à Bahia e insere parte do norte de Minas Gerais. Ressalta Oliveira (2003) que a criação desse órgão marca uma nova atuação do Estado no Nordeste, que vai atuar dentro da suposta inviabilidade da economia semi-árida. Uma reorganização da dinâmica espacial nordestina será feita, e as intervenções estatais serão em direção a construção de grandes obras públicas quanto a expansão do crédito fornecido às várias atividades econômicas. Neste patamar modernizador, constrói-se as grandes represas no rio São Francisco, visando à produção de energia elétrica para a instalação de infra-estruturas e a criação da Sudene (ANDRADE, 1988).

O interesse do Governo Federal de modernizar o sertão através da reorganização da agricultura do Vale do São Francisco, cria em 1967 a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e em 1975, na CODEVASF_ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e atualmente, agrega também o Vale do Parnaíba visando gerar as condições necessárias para as idéias.

Nesta fase de Planejamento, a institucionalidade voltada para garantir a re-organização da economia da região Nordeste vai gerar a infra-estrutura para diversos programas hídricos, conferindo prioridade à acumulação das águas provenientes das chuvas em açudes de grande, médio e pequeno porte para abastecimento humano e animal, para programa de incentivo à modernização da agricultura, da pesca e para o uso industrial.

Vários programas e projetos serão empreendidos dos anos de 1970 aos de 1990, todos tiveram como ação de destaque a irrigação. Na verdade, uma política hídrica desvinculada de um processo efetivo de desenvolvimento integrado e sustentável para a região (BRASIL, 2004), bem como desintegrada de uma política de desenvolvimento rural, que mesmo

² *Polígono das Secas* é instituído em 1936 através da Lei Federal número 175 de 06/01/1936. Foi até 1989 a *Área Oficial de Ocorrências de Secas no Nordeste*, de 1936 a 1989 a superfície do Polígono ampliou-se de 672.281,98 km² para 1.085.187 km². Substituída pela *Região Semi-árida do Fundo Cosntitucional de Financiamento do Nordeste – FNE*, pela Lei nº 7.827 de 29.09.1989. Em 2000 a Região Semi-árida do FNE correspondia à 895.254,40 km² (BRASIL, 2004, p.32,34).

protagonizando o abastecimento de água na zona rural, estava desvinculado da produção agrícola, especialmente da agricultura familiar (BEZERRA, 2004).

Castro (2006) aponta que a partir do final da década de 1980, o sucesso de iniciativas que apostaram no sol e no calor do clima semi-árido, como a agricultura irrigada e o turismo, introduziram novos termos ao discurso regional nordestino.

A competitividade introduziu uma nova pauta e as vantagens do clima semi-árido passaram a ser ressaltadas pelos novos atores econômicos regionais. Arranjos produtivos regionais voltados para mercados externos à região redefiniram partes do território regional e possibilitaram uma visibilidade diferenciada do seu espaço, tanto no plano material como no simbólico (Castro, 2006).

Deste modo, a Região Nordeste permanece a desigualdade e a pobreza. Ambas resistentes e ainda constituem o traço regional mais visível. O cenário atual marca-se pelos grandes projetos conduzidos pelo Estado desenvolvimentista das décadas de 1950 a 1970 e num quadro de resistentes bolsões da pobreza nacional, alguns programas sociais compensatórios são introduzidos na última década, exemplo, o Bolsa Família, tornando-se o grande projeto estatal de resgate da cidadania na Região.

3. O Território de Juazeiro e sua Inserção no Modelo de Desenvolvimento

Composto por dez municípios localizados no norte do Estado da Bahia, trecho do Sub-Médio São Francisco, participantes em sua maioria da borda do Lago de Sobradinho: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento-Sé, Sobradinho, Remanso e Uauá.

Por conta de sua posição geográfica estratégica, a cidade de Juazeiro além de situada à margem do rio São Francisco foi se constituindo ao longo de sua ocupação como passagem de missionários, bandeirantes, fazendeiros e imigrantes.

A expansão das atividades comerciais e pecuárias precedidas de políticas públicas contribuiu para que Juazeiro tornasse a grande cidade que é hoje. Ponto de ligação entre as regiões sul, norte e nordeste em virtude do rio São Francisco, beneficiou-se de sua valorizada posição geográfica.

A região a partir das décadas 1970/80 passa a receber fortes intervenções em sua organização espacial. A partir da construção da Barragem de Sobradinho, projetos de irrigação e a montagem de uma institucionalidade em pesquisa e assistência rural, bem como a dotação de

um aparato técnico-informacional e infra-estrutural para sua inserção ao mercado nacional e internacional.

Juazeiro (BA), o município de Petrolina/PE e a circunvizinhança, compõem o Vale do São Francisco, esse Vale através das inovações tecnológicas na produção voltada para a fruticultura, transformou-se num território eficiente e com vantagens competitivas próprias, “com produtores capazes de se inserir em nichos de mercado e adaptar-se a eles, bem como se inserir de forma competitiva na dinâmica das redes produtivas e comerciais a que pertencem” (PUNSKI, 2002:132).

Os indicadores econômicos apresentam que o pólo obtém 2,5 safras por ano e responde por um terço dos US\$ 350 milhões das exportações de frutas brasileiras (SEGALLA, 2006).

A representação de natureza ‘hostil’ tem sido transmutada, basta analisar os discursos embutidos nos meios de comunicação: “para milhões de nordestinos, a falta de chuvas e o excesso de calor são fardos da natureza. Para outros, o clima da região permite um negócio cada vez mais rentável” (SEGALLA, 2006:38).

Mesmo com a eficiência produtiva dessa área, o que prevalece na economia rural do Semi-Árido é a forte influência do setor agropecuário tradicional, que se mantém como o responsável pela ocupação de grande parte da mão-de-obra regional, e por consequência,

Produtor de significativas parcelas das mercadorias que integram a balança comercial nordestina, além do que a pecuária em especial, constitui um importante instrumento de ocupação e estruturação do espaço geográfico do Nordeste (LEITÃO, 2002:175).

Um movimento de contestação e de proposição a partir dos anos de 1980/90 passou a se proceder no pensar, agir e conduzir os debates acerca desse modelo de desenvolvimento, marcando uma mudança qualitativa nos discursos e práticas em prol de outro modelo, movida pelos sujeitos coletivos e organizada sócio-politicamente em torno da proposta de ‘Convivência com o Semi-Árido’:

Os debates acerca de um modelo de desenvolvimento apropriado para o Semi-Árido aponta para a falência da lógica do combate à seca e a emergência da convivência, ou em a falência da lógica técnico-economicista para a emergência da lógica ambiental-sistêmica (CARVALHO, 2004, p.:22).

Carvalho (2004) aponta que esse modelo de desenvolvimento pensado e implementado no Semi-Árido se por um lado buscou transformações da base tradicional da economia sertaneja para uma base mais moderna e tecnificada, as mudanças fortaleceram na verdade a exclusão

de boa parte das áreas do Semi-Árido, onde se reportam “imagem do espaço da seca, da pobreza, do êxodo rural, dos flagelados, do chão rachado, do ambiente hostil” (p.:22).

Também as políticas públicas descontextualizadas geraram pressões sobre as condições ambientais causando efeitos e impactos negativos de ordem agrônômica, social e ambiental. As obras hídricas pontuais - barragens, adutoras, perfuração de poços e projetos de irrigação com sua intensificação do uso dos solos e maiores demandas por água, em conjunto, têm causado a aceleração dos processos de erosão e desencadeando a Desertificação² (BRASIL, 2004).

Outros impactos também podem ser apontados como a salinização dos solos e a redução das áreas do bioma Caatinga. Enfim os estudos apontam que o uso inadequado e intensivo tem posto os ecossistemas do Semi-árido num ritmo de perda gradativa de sua capacidade produtiva.

4. A Concepção de Rural e sua Revalorização

O rural é um modo particular de utilização do espaço e de vida social, seu estudo supõe a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço, entendido como espaço físico, lugar onde se vive e lugar de onde se vê e se vive o mundo através de uma cidadania rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade (KAYSER, 1990:13, apud WANDERLEY, 2000:88).

Muitos países consideram rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional. Para países como Espanha e Portugal, rurais são os assentamentos humanos que reúnem ao menos 10 mil habitantes e guardam uma certa distância dos centros metropolitanos. Dentro desta definição demográfica, no Brasil boa parte de seus municípios seriam colocados como rurais, pois sua delimitação campo-cidade guarda uma especificidade, o urbano é estabelecido pelas prerrogativas das prefeituras municipais, a partir da Lei do Perímetro Urbano, que define o limite oficial entre as zonas urbanas e zonas rurais de seu território (ABRAMOVAY, 2003).

Em termos mais sociológicos, o rural pode ser entendido pela relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com o qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat; como também pelas relações sociais, diferenciadas, de

² Entende-se por Desertificação “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sob-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (BRASIL, 2006:17).

interconhecimento, resultante da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais.

Moreira (2007) aponta que a associação do rural com a terra é uma das visões mais marcantes, daí a forte correlação rural com natureza e com os processos naturais e que no “caldo cultural, político e econômico das revoluções científica, burguesa e industrial da modernidade, ‘o rural-agricultura’ foi concebido como sujeito aos domínios da natureza e da tradição” (p.:71).

Moreira avalia como a burguesia industrial-urbana projetou visões de rural, de campo e de agrícola: “onde o rural foi apreendido na cultura e na política modernas pelas oposições campo-cidade, tradicional-moderno, oposições incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado (p.:71).

Desse modo, a definição mais tradicional de rural além de lhe associar ao agrícola, também lhe caracterizou pela ótica da escassez, da falta, do atraso. Para Saraceno (1996) essa forma de fazer coincidir o rural, categoria territorial, com a de um setor, a agricultura, opondo-lhe ao urbano, que é também categoria territorial, mas identificada com os setores secundário e terciário, sustenta uma relação dicotômica campo-cidade.

A emergência de uma nova visão de rural e de mundo rural vem se processando por conta das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo que transformam as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais, que em algumas regiões, não correspondem mais às realidades distintas geográfica, culturais e socialmente (CARNEIRO, 1998).

O processo de revalorização do rural na contemporaneidade põe em debate o que seja o *mundo rural*. Este meio nas últimas décadas tem se tornado um espaço diversificado e atrativo para outras categorias sociais de origem urbana, que entre outros fatores, se explicam pela crise do modo de vida urbano, gerando um processo inverso para o meio rural - o renascimento rural e mesmo uma vitalidade reencontrada das localidades rurais.

A paisagem rural dentro dessas novas conformações ganha novo sentido, superando a dicotomia rural-urbano e adentrando a noção de território. Para Carneiro (2006), o espaço rural aos poucos vai tornando-se base para a produção de bens simbólicos ressignificados, alimentando uma nova dinâmica econômica e social, aglutinando determinados signos ao meio rural, que formata uma nova base para se construir uma nova noção de rural, ou seja, um movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade com o rural.

Wanderley (2003) também esclarece que o rural é um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade e ao contexto atual das relações internacionais, portanto não é um

espaço isolado: “o mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria” (p.:32).

Pelo visto, essa *nova ruralidade* não é uma etapa do desenvolvimento social que se aponta para o fim do rural, cujo avanço do progresso e da urbanização lhe fatalizam, mas o rural se fortalece como um valor para as sociedades contemporâneas, especialmente para aquelas que se assentam pelos territórios rurais de vida.

5. Desenvolvimento Rural e a Emergência do Desenvolvimento Territorial Rural

Diante das mudanças no mundo rural à concepção sobre o desenvolvimento rural também tem passado por redefinições. Abramovay (2003) aponta a corrente contemporânea sobre Desenvolvimento Rural na qual se enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, objetivando estudar a montagem das *redes*, das *convenções* e das instituições que permitem ações cooperativas, incluindo a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação, permitem enriquecer o tecido social local.

A Reestruturação capitalista é uma condicionante de mudanças na concepção do Desenvolvimento Rural. Para Schneider (2003) o quadro conjuntural marcado pelo processo de interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional gera rebatimentos na agricultura e no mundo rural, especialmente pelas trocas comerciais, a competitividade e as mudanças na base das cadeias agroalimentares em escala global com um progresso tecnológico, via biotecnologias e engenharia genética.

As modificações do papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais, a dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais também são apontados como fatores para se redefinir o que seja um desenvolvimento rural.

Os novos referenciais que adentram para este novo modelo de desenvolvimento rural transmutam as idéias de produtor/agricultor para o de redes de atores; o setor agrícola para espaço rural alargado; as políticas exógenas (que não consideram as peculiaridades regionais e nem a participação das populações beneficiárias) para as políticas pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço, entre outros (SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, o que se tem de concepção mais contemporânea de desenvolvimento rural é que este propicie um inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; implementem-se modelos agrícolas capazes de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural; fortaleça as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades; crie bases de fortalecimento na relação

comunidade rural e os atores locais; esteja dimensionado com as novas ações de políticas públicas endógenas e, promova o uso sustentável e o manejo adequado/apropriado dos recursos naturais do meio rural.

Para Schneider (ib.) este processo de mudança pensado será possível se o desenvolvimento rural se der em ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Portanto, é um processo evolutivo, interativo e hierárquico, cuja complexidade e diversidade são mais viáveis no plano territorial. O território passa a ser identificado como o espaço capaz de abarcar as mudanças da relação rural-urbano, quanto atuar melhor na erradicação da pobreza rural, possibilitar o protagonismo dos atores sociais e sua busca pela participação política.

Emerge o desenvolvimento territorial com a concepção de que o território mais do que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e infra-estruturas. E, nesta dimensão pode-se dar uma possível formação de um *pacto territorial* de desenvolvimento. Este se apóia na construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento; na capacidade de articulação com outros atores da região; na ampliação do círculo de relações sociais no plano político, econômico e social (ABRAMOVAY, 2003).

Para o autor, o desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias e que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Pensar as políticas de desenvolvimento territorial para o meio rural, é relevar os contextos das comunidades rurais, gerar um empoderamento destas e fortalecer as iniciativas locais (SACHS, 2004). O autor aponta que:

A diversidade das configurações sócio-econômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento (SACHS, 2004, p.:61).

O autor considera que para uma política calcada no desenvolvimento territorial faz-se necessário garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento, criando critérios dentro do planejamento territorial, visando reagrupar vários municípios de um território, unidos pela identidade cultural e por interesses comuns.

No Brasil, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tem implementado desde 2003 uma política pública para a agricultura familiar calcada nas propostas do desenvolvimento territorial, redefinindo as micro e meso-regiões geográficas pelo instrumento institucional dos Territórios Rurais. Algumas observações devem ser postas quanto a esse novo direcionamento da SDT/MDA, pois mesmo considerando a forte espacialidade que marca o rural no Brasil, as regras do jogo para atuar sobre esse espaço continuam fortemente orientadas pelo viés setorial.

Como aponta Favaretto (2006) o desenvolvimento territorial tem adentrado para o discurso acadêmico e governamental, mas ainda uma incorporação ‘por adição’ dos novos temas sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar.

Moreira (2007) esclarece que as políticas atuais para o mundo rural, na verdade, são componentes dos processos de legitimação e de dominação urbano-industrial fundamentadas nas concepções institucionais da modernidade. E que existe uma diversidade de interesses no desenvolvimento sustentável no espaço rural, uma vez que este é bem diversificado, em nível de produção por grandes, médias e pequenas propriedades, produções e patrimônios produtivos, com variadas formas de trabalhos a eles associados etc.

6. A ‘Convivência com o Semi-Árido Brasileiro’: uma Mudança Paradigmática de Intervenção e Ações para o Meio Rural

A ‘Convivência com o Semi-Árido’ é uma proposta que vai se construindo e avançando no desafio de se universalizar como programa para todo este território, incorporando matrizes, idéias e noções ora vigentes de sustentabilidade e desejando se afirmar como uma política de equidade social :

A lógica da Convivência com o Semi-Árido visa focar a vida nas condições sócio-ambientais desta região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente, na busca de alcançar e transformar todos os setores da vida. Portanto, não é apenas viver no Semi-Árido e supostamente aceitar as agruras da natureza, mas um viver estabelecido como comunhão que os indivíduos mantêm com o lugar, oportunizando organizar e criar alternativas de produção a partir dos limites e possibilidades que a natureza oferece (CARVALHO, 2004,p. 22).

A proposta cria seu ‘território’, estabelecendo-se entre o diálogo e o conflito com outros projetos de desenvolvimento consolidados ou em consolidação no Semi-Árido. Deste modo, a Convivência emerge com o sentido de ressignificação cultural sobre a natureza e o território, visando a reapropriação social, especialmente pela população do meio rural e sua grande

parcela de agricultores familiares, dos elementos do cotidiano e da organização sócio-espacial, como é o caso da água, da biodiversidade e da terra.

Esta ‘descoberta’ valorativa da natureza semi-árida traz a intenção de desmistificar, desconstruir os significados negativos e transpô-los a uma positividade. Diante dessa perspectiva cultural, a Convivência é o meio pelo qual deseja-se construir uma nova cultura da sociedade com sua natureza e seu território.

Dotar as populações vivendo nas áreas rurais do Semi-Árido são prerrogativas necessárias para que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos seus territórios de vida. Essa proposição se afirma na concepção das instituições promotoras da Convivência:

A Convivência com o Semi-árido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficientes e sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhor as condições de vida para as populações dessa região (IRPAA, 2002).

A proposta da Convivência tem seus conteúdos apoiados nas práticas e saberes acumulados pelos povos do Semi-Árido na sua relação com a natureza, especialmente com a água, um elemento aglutinador e de organização da vida no Semi-Árido. A dinâmica desses povos e suas formas de convivência elaboradas no *tempo do verde* e no *tempo da seca*, bem como as diversas expressões simbólicas demarcam essa relação. Entretanto, para além de resgatar estas práticas, elas são reeditadas, considerando-as como produtos da ‘cultura da convivência’.

A Convivência se fundamenta em linhas de ação e pauta-se em conteúdos ligados à reforma hídrica (democratização, geração de abastecimento, aproveitamento sustentável de todas as águas em especial as águas das chuvas; redução de perdas e reuso da água) e reforma agrária (demarcação, titulação e desintrusão das terras, especialmente de territórios de comunidades tradicionais e de fundo de pasto), propostas sócio-culturais (que visem o fortalecimento e a manutenção das identidades culturais) e propostas institucionais, cujas políticas públicas para o Semi-Árido devam ser pensadas e implementadas para atender tanto as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais historicamente insuficientes e descontextualizadas, como é o caso da educação, mas também possibilitar que a sociedade civil participe de todas as instâncias de discussão e elaboração dessas políticas, desse modo, criando e fortalecendo o controle social. Outras políticas para a Convivência e a geração da sustentabilidade ambiental do Semi-Árido se pautam, tais como a conservação e utilização sustentável da Biodiversidade e da Agrobiodiversidade e recuperação de áreas degradadas e em desertificação (ASA, 2005). Desde a década de 1970 já se pontuava as primeiras experiências apropriadas à ecologia do

Semi-árido, denominadas inicialmente como ‘convivência com a seca’ e nas duas décadas seguintes, a proposta ganha evidência política ao se constituir redes de articulação e mobilização para implementar ações, práticas e programas de Convivência, utilizando-se de *tecnologias apropriadas* em projetos sócio-produtivos, projetos político-pedagógicos e outras expressões que se vinculam às possibilidades de redimensionar os diferentes setores da vida.

Dentre as redes, destacam-se o Mutirão Nordeste, a Articulação no Semi-Árido – ASA e a Rede de Educação para a Convivência com o Semi-Árido – RESAB. Participam dessas redes instituições da sociedade civil, tais como ONG’s, associações de produtores rurais e comunitárias, Igrejas, movimentos sociais etc. e Universidades Públicas, Secretarias de Educação, mais especificamente na RESAB.

Num movimento de mobilização e articulação da proposta da Convivência, as redes promovem uma dinâmica permanente de oficinas, encontros, seminários e conferências, cujo sentido é fortalecer o discurso, evidenciar e trocar o conhecimento das práticas e experiências exitosas (desde a produção à educação), elencar propostas, diretrizes e direcionar as ações.

Metodologias participativas e contextualizadas, imagens, símbolos e dizeres positivos são estratégias utilizadas para converter a hostilidade e estereotipia consolidadas no imaginário e nas representações sociais da sociedade brasileira sobre o Semi-Árido.

7. O Desenvolvimento Territorial Rural e a Convivência com o Semi-Árido: Aproximações e Possibilidades existentes no território de Juazeiro (BA)

Toma-se emprestado de Abramovay (2003) a noção de *pacto territorial do desenvolvimento*, considerando que alguns fatores necessitam se fazer presentes para a construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, capaz de se articular e mobilizar ações numa dimensão territorial. Estes se apresentam em conformação no Território de Juazeiro e aqui são explanados no sentido de aproximar os princípios do Desenvolvimento Territorial Rural e a Convivência com o Semi-Árido:

“A Geração de mudança do ambiente educacional existente no meio rural” (ib, 2003,p.93): um conjunto de medidas voltadas para a melhoria da qualidade educacional pública tem sido desenvolvida pela RESAB em várias Secretarias Municipais de Educação com a proposta da *Educação para a convivência*. Uma das primeiras ações da Rede foi à elaboração do Projeto Político-Pedagógico contextualizado do município de Curaçá, em 2001.

“Os projetos se apoiarem na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região” (2003, p.94): as diversas organizações comunitárias do meio rural, ONGs e setores do poder público estão articuladas em sua maioria em rede, em duas ou mais redes existentes atuando para implementar políticas públicas pela Convivência.

“Não é o município a unidade administrativa adequada para um projeto, mas uma ação extra-municipal, que gere forças capazes de produzir uma interação dinâmica entre diferentes setores de um território” (ib. 2003,p.:96): um exemplo dessa proposição tem sido realizada pela Cooperativa de agricultores familiares de Curaçá, Uauá e Canudos (BA), a COOPERCUC. Esta cooperativa atua desde a organização dos produtores à comercialização dos seus produtos, cuja base é o beneficiamento do Umbu, Maracujá do Mato e algumas frutas (manga, goiaba etc.); Outras experiências produtivas estão se organizando pelos municípios de Juazeiro formando redes de produção e comercialização, exemplo a Rede Abelha, que une os municípios Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e outros ligados à apicultura.

“A organização e iniciativas que comecem a materializar a existência da dinâmica territorial (seminários, feiras, cursos de formação, etc)” (p.96): uma dinâmica de encontros e seminários etc, e uma articulação com os órgãos de desenvolvimento do meio rural para o Semi-Árido formatam parcerias para a promoção de eventos que potencializem o discurso da Convivência. Há instituições por exemplo o IRPAA³ que oferece anualmente o curso de convivência para agricultores/as de todo o Semi-árido.

No geral, as instituições da Convivência cadastram os agricultores nos programas e estes necessariamente passam por cursos de melhoramento da produção, da educação e em maior abrangência, sobre o manejo da água das cisternas, por conta da instalação dessas nas casas e comunidades rurais através do *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: um Milhão de Cisternas Rurais* ou P1MC da ASA.

“Pôr em destaque capacidades regionais ‘territorializadas’” (ib. 2003, p:96): vários produtos do Semi-Árido que até então não eram agregados como produtos de valor na produção regional ganham

expressividade, além das frutas Umbu e Maracujá do Mato que se transformam em doces, geléias e polpas exportadas até para a União Européia; tem-se derivados das carnes de caprinos; hortaliças e frutas orgânicas originadas da agricultura familiar, produzidas e comercializadas em redes como a Coopervida, em Juazeiro.

³ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Sua sede é em Juazeiro/BA.

A busca em ter a certificação do selo “Sabor Natural do Sertão” apresenta-se como um meio de dar visibilidade a essa produção diferenciada e valorativa dos produtos do Semi-Árido.

E, “o papel das universidades do interior do país corroborando com a construção de uma nova visão do que significam o meio rural, o diagnóstico das situações das regiões rurais etc” (ib. 2003,p:97): Um ponto ainda frágil em todo o Brasil, mas paulatinamente vem se dando é a inserção de Universidades no processo de Educação para a Convivência, mas algumas já participam e implementam de forma gradativa a proposta educativa em suas ações, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia e seu Departamento de Ciências Humanas, em Juazeiro, pioneira na participação de ações pela Educação para a Convivência.

Por fim, a condução das ações da Convivência guarda em si um viés territorial, mas que ainda não está plenamente direcionado, aspecto que poderia ampliar e favorecer as relações campo-cidade por uma *trama territorial*, e que no Semi-Árido é pouco evidenciada, apesar da forte interação do meio rural com o urbano nas centenas de pequenos municípios do Semi-Árido Brasileiro, muitos carentes de infra-estruturas sociais e institucionais e com baixa urbanidade, sendo dependentes muitas vezes de um serviço de um centro urbano regional, dezenas/centenas de quilômetros distante.

Deste modo, aprofundar a proposta da Convivência também para uma dimensão escalar, que seja para além de ações focadas no local ou da comunidade rural para o nível territorial, possibilitará considerar a diversidade dos contextos do Semi-Árido, isto porque cada contexto possui suas próprias potências, que devem ser consideradas e integradas a coesão desses territórios, a história e a cultura específica de cada um, criando e fortalecendo o *pacto territorial* em prol de um projeto de desenvolvimento territorial pela Convivência com o Semi-Árido.

8. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: O Futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre: UFRFS, 2003.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras Artes. Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. As Invenções e Representações em Torno do Semi-Árido: Implicações na Educação. In: I Seminário Regional: Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da RESAB. Trabalho não publicado, 2000.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A Reinvenção da Natureza. In: Revista Espaço e Cultura. UERJ. Rio de Janeiro, Nº 17-18, p.41-53, JAN./DEZ. de 2004.

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: CISTERNAS: Importância e Cuidados. Recife/PE: ASACom, 2003.

ASA – CONHECENDO O SEMI-ÁRIDO E ASPECTOS DA PROPOSTA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO, Brasília:DF, ASABRASIL, 16/12/2005

BASTOS, João Pereira. O Futuro do Polígono das Secas. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, v.IV –1, 1957.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca_ edição comemorativa 10 anos da CCD - Brasília: MMA/SRH, 2004.

_____Ministério do Meio Ambiente- Secretaria de Recursos Hídricos -Coordenação Técnica de Combate à Desertificação: Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação/Programa Nacional de Combate à Desertificação. 3ª edição. Brasília:MMA/SRH/CTC, 2006.

BEZERRA, Nizomar Falcão. Fragmentando o Território – Bases para o Desenvolvimento do Semi-árido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CAATINGA: SOLUÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO. Ouricuri/PE: CAATINGA, 2004

CARNEIRO, Maria Jose. Ruralidade na Sociedade Contemporânea: uma Reflexão Teórico-metodologica. [on line] Disponível em www.ftierra.org/tierra1104/doctrabajo/jmcarnerio_nr.pdf. 04/08/2006

_____ Ruralidade: Novas Identidades em Construção. In:Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 11, out 1998- CPDA/UFRJ, RJ

CARVALHO, J. M. de. *A formação das Almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semi-Árido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: RESAB, Secretaria Executiva. Educação Para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. 1ª Ed. Juazeiro: Secretaria Executiva da RESAB, 2004

CASTRO, Iná Elias de. Mito da Necessidade:Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____.O Sertão nordestino e a questão do regionalismo. Regionalismo hoje. Do que se trata no Nordeste? In: Anais do ENCONTRO OS SERTÕES: Espaços, Tempos, Movimentos (Mesa Redonda), Recife, PE:Universidade Federal de Pernambuco, novembro de 2006

DUARTE FILHO, João. O Sertão e o Centro. Rio de Janeiro:Livraria José Olympio Editora, 1938.

FAVARETTO, Arilson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em Questão – Do Agrário ao territorial. SP:USP, 2006. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2006

IRPAA – INSTITUTO DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA: Educação para a Convivência com o semi-árido. Juazeiro- BA:IRPAA, 2002

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2006.

LEITÃO, Amilton de Melo. A Exploração Econômica da Caprino-ovinocultura no Município de Cabaceiras – PB: Uma Possibilidade de Superação Socioeconômica aos Efeitos da Seca. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira:Unidade na Diversidade, Petrolina, PE: dez/2002, p.:175-176

MOREIRA, Roberto José. Sustentabilidade e Interesses no Espaço Rural. In : MOREIRA, Roberto Jose (org.). Terra, Poder e Território. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. :149-170

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião:SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PUNSKI, Elba Medeiros. A Produção de Manga: Um Estudo de Caso sobre a Trajetória Tecnológica no Vale do São Francisco. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Agricultura Brasileira:Unidade na Diversidade, Petrolina, PE: dez/2002, p.:131-132

REFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder.São Paulo:Editora Atica, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. A Construção da Aridez: Representações da Natureza, Regionalização e Institucionalização do Combate à Seca (1877-1909). Rio de Janeiro:UFRJ, 2001. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2001.Executiva, 2004 (folder).

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. In: I FORUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, Fortaleza/Ceará, 16 a 19 de novembro de 2003. Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SEGALLA, Amauri. O Vale se transforma no pomar nacional.In: Revista Estadão Negócios, São Paulo, 2006, p.:38-39

SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930). São Paulo:Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

SILVA, Roberto Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.Brasilia, DF:UNB, 2006. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – Brasília, DF, 2006.

SARACENO, Elena. O Conceito de Ruralidade: Problema de Definição em Escala Européia. In:Programa de Seminários INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Métodos de Análise e Políticas de Intervenção, Roma: CRES Udine, 30 de outubro de 1996 (Tradução de Ângela Kageyama, UNICAMP).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife:UFPE, 2001

_____ A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas- O ‘Rural’ como Espaço Singular e Ator Coletivo. In : Revista Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, out 2000- CPDA/UFRJ, RJ.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO, A BR – 163 E A ECONOMIA BRASILEIRA¹

Fernanda do Socorro Santos Ferreira²
Felipe José Comunello³

RESUMO

Este trabalho estabelece um diálogo sobre as oportunidades e limites das estratégias de desenvolvimento regional no atual contexto de estabilização e crescimento econômico a partir da exportação de uma pauta de produtos primários agrícolas pelo agronegócio. A análise da experiência do Plano BR-163 Sustentável revela as contradições de um Estado constrangido na sua gestão diante das imposições de uma ordem econômica globalizada, mas que investe na construção de estratégias inovadoras de desenvolvimento regional. No entanto, estas estratégias não alcançam um desenvolvimento menos desigual e frágil, pois esbarram na necessidade de gerar saldos comerciais positivos, com vistas a superar a estagnação econômica de décadas anteriores, através do agronegócio.

Palavras-chave: Estado, Agronegócio, BR-163.

1. Introdução

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia estiveram desde suas origens, ligadas a uma visão geopolítica de ocupação e integração econômica da região ao restante do país, através da exploração dos seus recursos naturais. Nesse quadro, a partir de meados da década de 1960 se estimulou a construção de obras de infra-estrutura, como grandes rodovias e usinas hidrelétricas. Somando isso com a destinação de incentivos fiscais a projetos agropecuários e minerais, constituiu-se parte importante do que se pode chamar de motores do processo de ocupação territorial. O resultado conhecido foi um crescimento econômico desigual, deslocado dos interesses locais ou estaduais.

¹Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande – PB, Brasil.

² Geógrafa, mestranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), bolsista da CAPES

³ Agrônomo, mestrando no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), bolsista do CNPq

Esta forma de intervenção do governo federal se estendeu até meados da década de 1980. Os efeitos dos sucessivos choques do petróleo e a crise na hegemonia tecnológica e financeira dos Estados Unidos encontraram tentativa de ajuste na elevação das taxas de juros no mercado internacional. O padrão de desenvolvimento nacional que estava baseado no forte financiamento internacional entrou em colapso (CARNEIRO, 2002; BRESSER PEREIRA, 1997). Colocando em cheque a própria forma de intervenção do Estado na economia e no território.

Havia um processo de “ajustamento constrangido” subsumido à nova ordem econômica globalizada, o qual se caracteriza pela imposição de um conjunto de restrições de ordem externa como a reforma do Estado e o pagamento da dívida externa. As quais foram assumidas, com raras inflexões, pelos sucessivos governos brasileiros, primeiramente para solucionar a crise de endividamento externo público e sucedâneo a esta, como forma de superar a estagnação e retomar o processo de crescimento econômico do país.

Paralelamente, acontecia a conclusão do processo de transição política e a constituição de um novo ordenamento jurídico via Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um novo pacto federativo. A centralização unilateral e autoritária do processo decisório é substituída pela divisão de competências e responsabilidades entre os três níveis do governo, com a possibilidade da sociedade civil participar através de mecanismos como os diversos conselhos. Foram acompanhadas também essas mudanças, pela necessidade de repensar as políticas de desenvolvimento e proteção dos recursos naturais da Amazônia brasileira, face aos desequilíbrios provocados pelo crescimento econômico desigual e os profundos impactos socioambientais ocasionados em toda a região (FERREIRA, SAUER, 2007).

Até meados da década de 1990 observa-se uma espécie de vácuo no planejamento estatal, que só aconteceu por meio de ações pontuais, dispersas e normalmente setorializadas. São importantes evidências da falta de capacidade de investimento de um Estado comprometido com altas transferências líquidas de recursos para pagamento da dívida externa brasileira (CARNEIRO, 2002) e posteriormente açodado pela adoção de uma agenda de reforma e redução do próprio Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

A partir de 1994 com a implementação do Plano de Estabilização Monetária Real, esse cenário ganha novos contornos. A queda da inflação foi um efeito positivo, aguardado há muito. Contudo, houve ao mesmo tempo uma sobrevalorização da moeda brasileira e o abandono da política de geração de divisas externas cujo resultado é um novo déficit em conta

corrente que, conseqüentemente, levou a re-edição da estratégia de participação agrícola e das cadeias agro-industriais adotada durante a década de 1980, agora com novos ingredientes (DELGADO, 2005). Estes novos ingredientes, muitas vezes de maneira difusa, são agora extensamente conhecidos como agronegócio⁴.

O esforço de estabilização econômica e depois de retomada do crescimento a partir do relançamento da estratégia de produção de *comodities* para a exportação levou a necessidade de expansão de áreas de produção por extensas áreas do Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia. A resposta foi uma série de outras iniciativas governamentais visando favorecer o setor e conseqüentemente o seu próprio esforço de estabilização, dentre as quais: a) mudanças na taxa cambial brasileira; b) uma regulação mais frouxa do mercado de terras; c) direcionamento explícito da pesquisa agropecuária pública ao setor agro-industrial; d) a construção de grandes obras de infra-estrutura (DELGADO, *idem*).

Em relação a esta última estratégia, para efeito deste trabalho, é importante destacar o lançamento pelo governo do “Avança Brasil”⁵, prevendo investimentos na ordem de 40 bilhões de dólares em infra-estrutura pretendia alcançar dois grandes objetivos: a) promover a melhoria da malha rodoviária; b) estimular o crescimento do setor agroindustrial por meio da construção de hidroelétricas, hidrovias, portos e um gasoduto. Ou seja, tornar a maior parte da região acessível à instalação do capital produtivo. No entanto, estradas asfaltadas também viabilizam o acesso a áreas até então resguardadas da ocupação desordenada e degradação ambiental (NEPSTAD *et al*, 2000).

As análises críticas do “Avança Brasil” acabaram por estimular um intenso debate nos mais diversos âmbitos da sociedade. E, encontraram eco num processo anterior, iniciado em meados da década de 1990; a constituição da agenda socioambiental brasileira,⁶ que entre outros objetivos, visava à proteção e uso sustentável dos recursos naturais do bioma Amazônico. Não obstante, logrou promover a mobilização de segmentos da sociedade civil que se engajaram em torno da elaboração de políticas públicas para a região, dentre eles o Plano BR – 163 Sustentável.

⁴ Para melhor compreensão do termo agronegócio ver Ramos (2007) e Delgado (2005).

⁵ Designação usual do Plano Plurianual referente ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (2000-2003), cujas algumas das propostas foram mantidas como prioridade do PPA 2004-2007 “Brasil para todos” do primeiro governo Lula.

⁶ Agenda esta em grande parte decorrente da realização da Cúpula das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizado no Rio de Janeiro, Brasil em julho de 1992. Ficou conhecida como ECO’92 ou Rio’92.

O objetivo deste trabalho é a partir do caso do Plano BR-163 Sustentável discutir as oportunidades e limites das estratégias de desenvolvimento regional num contexto marcado pela redução do papel do Estado e por uma estabilização macroeconômica a partir do agronegócio.

O texto é organizado buscando resgatar, pelo menos em parte; a) o intervalo de crescimento econômico promovido pelo Estado Nacional-desenvolvimentista e o processo de modernização e integração da Amazônia ao restante do país; b) esgotamento deste modelo de Estado e de crescimento; c) as tentativas de superação da estagnação econômica, especialmente àqueles vinculados ao estímulo do agronegócio; d) a pavimentação da rodovia BR-163 e a construção de alternativas de desenvolvimento regional num contexto de restrições impostas pela ordem econômica globalizada.

2. Planejamento, crescimento e estagnação

2.1 Estado, planejamento e crescimento

No Brasil e em vários países latino-americanos a emergência e consolidação do que é conhecido amplamente como Estado Nacional Desenvolvimentista, deu-se em um contexto onde a industrialização era vista como o caminho para superar o “atraso”. Este era em grande parte debitado a agricultura, pois longe de ser apenas uma *atividade* econômica, a agricultura constituiu a base da organização social e política (FURTADO, 1974). Não se pretende aprofundar aqui questões que geraram grandes polêmicas, como dualidades entre “rural” e “urbano”, “moderno” e “tradicional”. Porém, cabe salientar que foram consideradas uma espécie de “beco sem saída” em algumas análises das ciências sociais e econômicas (OLIVEIRA, 1972).

A despeito disso, busca-se compreender os novos arranjos provocados na economia e na sociedade pelo Estado Nacional-Desenvolvimentista. Este Estado, propunha a criação de economias nacionais auto-sustentáveis que reproduzissem em seus espaços domésticos estruturas industriais integradas e não especializadas. Em suma, uma via de superação do “atraso” por meio de estratégias como o controle estatal do câmbio qual instrumento de industrialização orientada para a substituição das importações, a mediação do Estado entre os capitais privados e públicos e internacionais. Mas acima de tudo, a presença ativa do Estado

como produtor de insumos e fornecedor de infra-estrutura de transporte e comunicações e como principal financiador de investimentos privados nacionais (FIORI, 1992).

O Nacional-Desenvolvimentismo brasileiro cumpriu o papel decisivo no crescimento do país propalado na década de 1930 com a formulação do arcabouço jurídico deste modelo, acelerado a partir de meados dos anos de 1950 por meio de uma política industrial estruturada com base em seu setor produtivo articulado com os capitais nacionais e estrangeiros. Por sua vez, intensificado durante a vigência do regime militar que constituiu uma estrutura industrial integrada por meio de investimentos públicos e privados em associação com o capital internacional que se estendeu até a segunda metade da década de 1980.

Como forma de materializar esse esforço, normatizou-se as grandes áreas da atividade econômica, estabeleceram-se códigos e regulamentações para todas as ordens de serviços, formou-se toda uma burocracia capaz de centralizar e universalizar as regras e o controle das principais funções e elaboraram-se os primeiros planos de industrialização pesada e de integração física do país via superação dos entraves na infra-estrutura energética, de transporte e comunicações, criaram-se as instâncias político-administrativas para coordenação e planejamento global e, acima de tudo, constituiu-se um subsistema de financiamento público de natureza fiscal. Em todos os casos, o protagonismo direto do Estado ou sua mediação via financiamento ou subsídio estatal foi decisivo.

Neste contexto, a Amazônia em meados da década de 1960 foi definitivamente incorporada aos centros econômicos dinâmicos do país. Processo este justificado com base em um discurso modernizante e construído por meio de incentivos à ocupação das fronteiras agrícolas e na exploração do potencial econômico do país para levar adiante o processo de desenvolvimento, construindo “o país do futuro” (KOHLHEPP, 2007).

2.2 O Esgotamento do modelo de Estado Nacional Desenvolvimentista

Desde os anos 1970, profundas transformações tecnológicas e financeiras acompanharam o processo de desaceleração do crescimento econômico e as crises fiscais do Estado do Bem-Estar Social, denotando um cenário onde as políticas desenvolvidas pelo Estado se mostraram ineficazes.

Nos anos 80, a grande crise foi fundamentalmente fiscal e da maneira de administrar o Estado. Crise fiscal manifestada pela perda em maior ou menor grau do crédito público e pela

incapacidade crescente em realizar uma poupança pública que permitisse financiar políticas públicas; a crise do modo de intervenção traduzida pela crise do Welfare State no primeiro mundo, do Nacional-Desenvolvimentismo dos países em desenvolvimento e do estatismo do bloco Soviético e na tentativa de superação forma burocrática e onerosa de administrar o Estado (BRESSER PEREIRA, 1997).

No Brasil, esta crise se iniciou e se desenvolveu, trazendo a luz parte dos limites impostos pelas contradições presentes no pacto de dominação que sustentou a estratégia de desenvolvimento e modernização promovidos pelo Estado Nacional-Desenvolvimentista (FIORI, 1992).

Uma tentativa de resposta à crise foi o “ajustamento constrangido”. No país isto se refletiu em um longo período de relativa estagnação econômica interna imposta pela necessidade de realizar transferências líquidas de recursos para o exterior como forma de quitar o endividamento externo, as quais internamente implicaram em uma queda dos níveis de investimentos no país; e na chamada reforma do Estado.

A partir dessa premissa, o próprio papel do Estado foi redesenhado. Transitando de uma situação de “*protagonista*” a “*coadjuvante*”. Ou seja, de indutor direto do desenvolvimento econômico-social para um Estado menor e restrito as competências específicas como legislar, regulamentar, arrecadar, fiscalizar, policiar, representar, defender a soberania e promover o desenvolvimento econômico e social do país (FIORI, *idem*; DELGADO, 2005; BRESSER PEREIRA, 1997; CARNEIRO, 2002).

O governo altamente endividado e constrangido a partir de então paralisou todas as operações que implicassem na utilização de volume de recursos excepcionais e, ao mesmo tempo, passou a repensar sua estratégia, concedendo à agricultura um papel determinante na gestão da conjuntura macroeconômica do período por meio da participação agrícola e das cadeias agro-industriais que passaram a ser consideradas pelo governo como essenciais para zerar os déficits e promover o equilíbrio da balança de pagamentos do país (DELGADO, *idem*).

2.3 O agronegócio na economia brasileira

No rastro da grande crise, são assim realizadas no período de 1983-2003 sucessivas operações de ajuste para tentar colocar a economia brasileira nos limites impostos pelas novas

restrições externas, no âmbito econômico e setorial essas medidas podem ser assim resumidas: a) entre 1983-93 na tentativa de responder a crise com recursos comerciais oriundos do setor primário; b) 1994-99 liberalização e novo endividamento provocado pela folga da liquidez internacional, c) a partir de 2000 no relançamento da estratégia de saldo comercial externo a qualquer custo. Ou seja, outra vez, assim como ocorrera na grande crise do início da década de 1980, os setores exportadores primários são chamados a gerar saldos positivos na balança comercial brasileira. A agricultura capitalista, também denominada de complexo agroindustrial ou mais amplamente *agronegócio*, volta a ser prioridade na agenda macroeconômica externa e na política agrícola interna brasileira.

Cabe notar que isso se dá num contexto em que estudos têm identificado uma ruptura fundamental na dinâmica do sistema alimentar mundial a partir dos anos setenta, marcando a crise do regime alimentar ancorado em *comodities* básicos (FRIEDMAN & McMICHAEL, 1989 *apud* WILKINSON, 2006). Por outras palavras, o chamado “consumo de massa” tem perdido espaço. Em contrapartida, um consumo de alimentos cada vez mais baseado em características específicas, relacionadas ao espaço social e ambiental no qual o alimento foi produzido ganha terreno.

Um agravante no caso da soja, é que os aumentos de exportações têm-se traduzido, sobretudo, no crescimento das exportações de grãos (FLEXOR, 2007), tendo em conta a crescente demanda do mercado chinês, um produto de baixo valor agregado. Somado a isso, percebe-se nesse complexo (como em outros de *comodities*), uma concentração liderada por empresas transnacionais como Bunge e Cargill.

Com efeito, essa “valsa” não é de todo desconhecida. Nesse “baile” onde ela toca, mais uma vez, os agentes locais e regionais, os menos capitalizados em particular, tendem a ser desfavorecidos. Pois, nesse ambiente a competitividade está sujeita crescentemente a incorporação de processos e regulamentações sofisticadas, que favorecem grandes grupos, nacionais e transnacionais.

Finalmente, a estratégia de se apoiar no agronegócio como estratégia para gerar saldo comercial positivo coloca o país numa situação de vulnerabilidade. Pois, como sugerem Carvalho e Silva (2005), a demanda mundial por produtos agrícolas é relativamente decrescente, a variabilidade dos preços e quantidades do comércio agrícola é bem maior do que a dos produtos industrializados, e as relações de troca das exportações agrícolas tem declinado nos últimos 30 anos. Em outros termos, a hegemonia das atividades relacionadas

com a agricultura, que no passado foi considerado “atraso”, parece ter retornado no presente. Sob novos contornos, que carecem de novas interpretações obviamente, tendo o cuidado de não cair novamente num “beco sem saída”.

3. BR-163 na velha e na nova agenda das políticas públicas

Neste retorno, a pavimentação de rodovias como a BR-163 (Cuiabá-Santarém) cumpre um papel estratégico na dinamização das atividades agrícolas. Estratégia, aliás, já adotada no passado recente quando investimentos do regime militar foram responsáveis pela ocupação e integração da Amazônia às demais regiões do País. Integração efetivada por meio da construção de eixos de transporte rodoviário e incentivos econômicos que atraíram investimentos para a região e estabeleceram um fluxo migratório de agricultores de outras partes do Brasil.

A construção da rodovia BR-163 é parte integrante do pacote modernizador desenvolvido para a Região Norte na década de 1970. Sua implantação se inicia em 1973, tendo como justificativa a necessidade de ocupar o “grande vazio demográfico” existente em toda a região. Fazia parte também do projeto de desenvolvimento que a rodovia deveria reduzir os custos de transporte de cargas nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, promover a colonização, possibilitar a expansão das atividades agropecuárias (no Mato Grosso) e a exploração dos recursos minerais e florestais da região.

O saldo deste processo de intervenção governamental na região foram transformações sociais, econômicas e geográficas, como: a) o aumento da conectividade intra e inter-regional; b) a transformação da economia regional que foi se convertendo em atividades agropecuárias, madeireiras e minerais e, c) o aumento da população regional e migração dos núcleos rurais para os grandes centros urbanos regionais. Assim como também uma série de impactos como: a) o aumento dos índices de desmatamento; b) a implantação de frentes de exploração altamente impactantes ao meio ambiente; c) a morte e o deslocamento compulsório das populações indígenas; d) a emergência da violência traduzida na expulsão de famílias de suas áreas tradicionais de trabalho e moradia, trabalho escravo, ameaças de morte e assassinatos de lideranças (BECKER; OLIVEIRA apud FERREIRA, SAUER, 2007).

Após quase três décadas sem investimentos em pavimentação e manutenção⁷, um conjunto de fatores econômicos e políticos como a demanda por estabilização econômica via fortalecimento do agronegócio levaram o Governo Federal a anunciar a pavimentação da BR-163 como uma obra estratégica para o desenvolvimento regional em virtude das vantagens econômicas de escoar a produção agrícola do norte de Mato Grosso por meio dos portos de Miritituba (próximo à Itaituba) ou Santarém, ambos no estado do Pará, geograficamente mais próximos ao mercado consumidor da Europa e a América do Norte.

O anúncio da pavimentação desencadeou no entorno da rodovia o chamado “efeito de arrasto”, isto é, uma resposta dos investimentos privados decorrentes de um estímulo estatal (FEARNSIDE, 2000). Exemplos deste “efeito de arrasto” são os rumores da intenção governamental de pavimentar a rodovia Cuiabá-Santarém, o desenvolvimento de espécies adaptadas para as condições climáticas locais e as próprias políticas desenvolvidas pelos estados que priorizaram investimentos na grande produção para fins de exportação, as quais foram respondidas pela instalação do porto graneleiro da Cargill em Santarém (PA) e a conseqüente migração de produtores de grãos que se instalaram no entorno da rodovia adquirindo terras a baixo custo e iniciando experimentos com cultivos associados (soja, sorgo, milho e arroz) que anos mais tarde se refletiriam no aumento da produção de soja nesta região, intensificação da degradação ambiental e aumento da violência em todo o entorno da rodovia (GAMA *et al.*, 2006).

Fatos que contribuíram para reacender receios entre movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa sobre os impactos negativos ao meio ambiente e a qualidade de vida da população. Preocupação, aliás, precedente, visto que a análise dos corredores rodoviários mais antigos da região indica que o asfaltamento de uma rodovia facilita a exploração desordenada dos recursos naturais, gerando surtos de empregos temporários e geração de renda, frutos de atividades altamente predatórias e de curta duração. Os benefícios econômicos e sociais são acumulados por um número reduzido de pessoas que controlam o uso dos recursos naturais, restando aos demais como alternativa a luta pelo acesso a estes recursos, com os riscos da violência e, em alguns casos a

⁷ Da sua extensão total de 1.756 quilômetros, apenas o trecho compreendido entre Cuiabá e Guarantã do Norte, no Estado do Mato Grosso, e a parte do trecho paraense, entre Santarém e Rurópolis são pavimentados, embora em alguns trechos precariamente.

morte (NESPTAD *et al.*, 2000, ALENCAR *et al.*, 2005; BRASIL, 2006b; FERREIRA, SAUER, 2007), ou então a migração para uma nova fronteira.

A partir dessa perspectiva, diversos segmentos da sociedade civil dos estados do Pará e do Mato Grosso constituíram alianças estratégicas,⁸ elaboraram uma plataforma de desenvolvimento regional que deveria ser estabelecida concomitantemente ao processo de licenciamento e asfaltamento da Cuiabá-Santarém, tendo por objetivo o fortalecimento da presença do Estado e o oferecimento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável de toda a área de influência da rodovia (FERREIRA, SAUER, *idem*).

Em seu escopo, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável) abrange 71 municípios, distribuídos entre os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, totalizando 1,232 milhões de km² e com uma população estimada em 2,02 milhões de habitantes. Podendo ser definido como uma iniciativa pioneira do Governo Federal no planejamento do desenvolvimento da Amazônia, baseado num conjunto de ações e políticas governamentais estruturantes, cuja característica principal é o reconhecimento da necessidade de uma estratégia flexível e “regionalizada”, capaz de se adaptar à enorme diversidade social, econômica e ambiental da Amazônia brasileira (BRASIL, 2006a).

A elaboração do Plano foi coordenada por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), envolvendo os ministérios do Meio Ambiente, Integração e Planejamento e Orçamento e Gestão, além da Casa Civil da Presidência da República num total de vinte (20) ministérios (FERREIRA, SAUER, *idem*) e tendo sido o mesmo lançado em 5 de junho de 2006 (Dia do Meio Ambiente e da Ecologia). Data que, pelo menos em nível simbólico, ratifica o papel concedido pelo Governo Federal ao Plano como uma ação estratégica de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS)⁹.

Contudo, após quase dois (2) anos de lançamento do Plano seu espaço legitimado para monitoramento das ações por parte da sociedade foi decretado, mas não implementado e

⁸ Estes segmentos, de modo geral, estavam reunidos em torno do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 (CONDESSA), coalizção de mais de 50 entidades populares e movimentos sociais dos dois estados que tem em comum a rejeição a expansão do modelo do agronegócio centrado na exploração da soja e outros commodities e que defendem um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável baseado na produção familiar rural e com a participação da sociedade civil no planejamento do desenvolvimento e no controle social de projetos e políticas.

⁹ Lançado originalmente em junho de 2006, o Plano Amazônia Sustentável tinha como objetivo incentivar a produção sustentável com inovação tecnológica e a inclusão social e cidadania. Tendo sido relançado em maio de 2008, desta vez sobre a coordenação do Ministério para Assuntos Estratégicos.

muitas das ações estruturantes previstas não foram implementadas ou tiveram sua execução de modo contraditório ao previsto no Plano. Como, por exemplo, a criação de assentamentos em conflito com áreas protegidas, sem a realização de licenciamento ambiental ou mesmo carecendo de comprovação técnica de sua viabilidade agrônômica, ambiental e social (MPF, 2007; GREENPEACE, 2007). Evidenciando assim as dificuldades de adesão dos ministérios e demais entes federativos (estados e municípios) a lógica do planejamento e execução de políticas públicas (FERREIRA, SAUER, 2007), assim como, o fato de que apenas as políticas secundárias, isto é, àquelas que não representam interesses econômicos chave, são alvo de processos de elaboração mais participativos e competitivos.

A análise desta experiência de planejamento regional revela que ainda é possível formular políticas públicas por meio da conjugação de esforços e o estabelecimento de pactos entre diversos setores da sociedade e do governo. Contudo, é preciso lidar com o problema maior que é a diferenciação de escalas e abordagens das políticas de caráter macroeconômico freqüentemente pautadas em fortes condicionantes externos e as políticas regionais com estrutura mais flexível e voltada a o reconhecimento e valorização das especificidades econômicas, sociais e ambientais das regiões brasileiras.

Assim, o processo de elaboração e implementação das políticas públicas adquire um caráter ambíguo dependente tanto de fatores estruturais e institucionais quanto das percepções, referências e normas dos chamados “policy makers”. Isto é, envolver tanto as condicionantes impostas pela agenda de retomada do crescimento, os riscos de um período marcado por forte instabilidade internacional demonstrada e a capacidade estatal de definir horizontes de planejamento e execução de políticas em face da limitação de recursos para investimento estatal, a manutenção da estabilidade econômica e a busca da correlação de forças entre um conjunto de atores com interesses e expectativas muitas vezes contraditórias entre si (FLEXOR, LEITE; s/d).

4. Considerações finais

Na Amazônia, as políticas públicas sempre tiveram como ingrediente a concepção da região como uma extensa fronteira de recursos naturais a serem explorados em favor do desenvolvimento dos centros dinâmicos do país e/ou do exterior. Ou mesmo, de uma ocupação econômica, social e política com o sentido de integrar a região ao país com a

minimização da participação dos agentes regionais. Há mais de 350 anos, a região tem integrado a economia mundial fornecendo produtos de cunho extrativistas como as especiarias, a borracha, os minérios, a madeira e mais recentemente como fronteira de expansão do cultivo da soja. Trazendo uma outra perspectiva para a relação da região com o mercado externo, desta vez baseada na produção agropecuária, que vem provocando profundas transformações na paisagem regional.

Nas últimas cinco décadas, primeiro sob a égide da indução pelo Estado, buscando promover o processo de industrialização pela substituição de importações, realizou-se uma série de intervenções no território e na economia da região, como a implantação de grandes obras de infra-estrutura, destinação de incentivos fiscais a grandes projetos agropecuários e minerais, projetos de ocupação e colonização, etc, com um saldo socioambiental extremamente negativo; “perverso” no dizer de alguns.

Após décadas de abandono, o Estado que emerge dos anos 80 mais “enxuto” e “leve”, propôs a pavimentação da BR - 163 buscando promover o equilíbrio da balança exterior e o crescimento econômico por meio do fortalecimento do agronegócio que se constituiu enquanto prioridade na agenda macroeconômica externa e na política agrícola interna brasileira. Iniciativa que acabou por reunir em torno de si o apoio de setores relevantes da economia brasileira e de entidades da sociedade civil inseridos no contexto da rodovia, mas com pontos de vistas divergentes sobre o asfaltamento e seus potenciais impactos sobre a região.

Assim, se por um lado, estavam de um lado atores públicos federais, estaduais e municipais e da iniciativa privada defendendo uma estratégia de pavimentação que favorecesse a pecuária em larga escala e, sobretudo o agronegócio considerado o principal vetor da retomada do crescimento econômico brasileiro. Do outro, estavam o grupo formado por movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais, instituições de pesquisa e uma parte do setor público federal que apóiam estratégias alternativas de desenvolvimento, apoiadas na ampliação da produção familiar e na diversificação produtiva.

A partir desse cenário foi elaborado o Plano BR-163 Sustentável, uma experiência pioneira de planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia. No Plano, setores do Executivo Federal, pela primeira vez, buscam romper com o padrão histórico de intervenção da região proporcionando espaços para a participação da sociedade na construção conjunta de

um plano estratégico envolvendo uma grande obra de infra-estrutura na Amazônia, incluindo preocupações sociais e ambientais.

Mas que encontraram forte oposição nos setores empresariais em especial àqueles contemplados pelas estratégias de estabilização e crescimento econômico do governo, bem como estados, municípios e alguns ministérios que não aderiram a lógica do planejamento e execução conjuntas das políticas públicas, comprometendo a execução do planejamento. Assim não foram raras às vezes em que as medidas adotadas foram consideradas como “engessadoras da economia” por estes setores. Assim como a execução de outras políticas estratégicas do ponto de vista orçamentário e financeiro com grande influência sobre a execução do Plano não tem sido objeto de maior controle social.

Outrossim, o novo estágio de intervenção estatal revela as encruzilhadas e contradições e de um governo que possui segmentos abertos ao diálogo com vários setores da sociedade civil e dispostos à construção de estratégias inovadoras de planejamento, porém que há mais de duas décadas se vê fortemente constrangido pela quebra da autonomia na gestão diante das imposições de uma ordem econômica globalizada, pela perda de parte de sua vitalidade como indutor potencial de crescimento econômico em face ao imperativo da manutenção da convenção da estabilidade e assim como também da própria heterogeneidade econômica e institucional do Estado, as quais tem impedido o desenho e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional para a Amazônia.

Finalmente, se no passado a história demonstrou a impossibilidade de se concretizar o processo de desenvolvimento nacional via industrialização por substituição de importações e forte intervenção do Estado Nacional-desenvolvimentista. Dessa vez a estratégia de um Estado mais “leve” e “enxuto” em se apoiar no agronegócio como forma de gerar saldo comercial positivo coloca o país numa situação de vulnerabilidade, de frágil e incipiente desenvolvimento. Essa antiga “valsa”, com novos contornos, não gera as bases para um desenvolvimento menos desigual, capaz de propiciar o uso e a preservação dos recursos naturais por um número maior de pessoas.

5. Referências bibliográficas

ALENCAR, A. et al. **A pavimentação da BR-163 e os desafios a sustentabilidade: suas análises econômicas, sociais e ambientais.** Belo Horizonte: CSFC, 2005.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável. Versão final para Consulta.** Brasília: Ministério da Integração, 2006a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém. Versão final.** Brasília: Casa Civil, 2006b.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A reforma do Estado dos Anos 1990: a lógica e os mecanismos de controle.** Barcelona: Trabalho apresentado à reunião do Círculo de Montevidéus, 25 e 26 de abril de 1997 (mimeo).

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** 1.ed. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2002.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural.** V. 43, N 1. Brasília. Jan/Mar 2005.

DELGADO. G.C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005.

FEARNSIDE, P. **Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil.** Environmental Conservation 28 (1): 23-38, 2001 (mimeo).

FERREIRA, F.S.S; SAUER, S. Plano BR-163 sustentável: uma experiência de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. In: **Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária "Jornada Orlando Valverde": Campesinato em movimento.** Londrina: UEL, 2007 (CD Rom).

FIORI, J.L. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. In: **Revista de Economia Política,** Vol. 12, Nº. 1 (45), janeiro a março de 1992.

FLEXOR, G. A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. In: LIMA, E. et al. (orgs.) **Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas.** Rio de Janeiro: Mauad/ Edur, 2007.

_____; LEITE, S.P. **Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas (Subárea 4: Economia e Estado: Sessão Ordinária).** Disponível em: www.sep.org.br/artigo/_686 . Acesso em 19.05.2008.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 5.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1974. 344p.

GAMA, A.S.P et al. O Avanço da soja e a questão fundiária na Amazônia: o caso do Baixo Amazonas. In: **Observatório da Cidadania 2006: Controle Social sobre as Políticas Públicas na Amazônia Oriental.** Belém: FAOR, 2006. (CD Rom).

GREENPEACE. **Assentamentos de papel, madeira de lei: relatório denúncia parceria entre Incra e madeireiros ameaça a Amazônia, 2007.** Disponível em: www.greepeace.org.br. Acesso em: 21.02.2008.

KOHLHEPP. Desenvolvimento regional na Amazônia brasileira; estratégias de ordenamento territorial e conflitos entre interesses econômicos e uso sustentável dos recursos naturais. In: PASSOS, M.P. **BR-163: de estrada de colonos a corredor de exportação.** Maringá: Massoni, 2007.

MPF. **Ação civil pública/CL 07100/Registro nº. 2007.000887-7**. Santarém, Pará, 24 de agosto de 2007 (mimeo).

NEPSTAD, D. et al. **Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia**. Relatório do Projeto “Cenários Futuros para a Amazônia”. Belém: IPAM/ISA, 2000.

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica a razão dualista. In: **Estudos CEBRAP 2**. Ed. Brasileira de ciências, outubro de 1972.

PALMEIRA, M; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.; SANTOS, R (Ed). **Política e Reforma agrária**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-168.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: Nead. 2007.

WILKINSON, J. A renegociação do espaço rural por atores tradicionais, movimentos sociais e ONGs no contexto das reformas de Estado. In: **Reformas del Estado, Movimientos Sociales y Mundo Rural em el Siglo XXI** em América Latina, 22-24 novembro de 2006, Colégio de México.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

O CAMPONÊS E AS SUAS ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO DO CEARÁ

Luciana Rodrigues Ramos¹
José Levi Furtado Sampaio²

Resumo

O objetivo deste artigo é divulgar, os vários modos de convivência e de apropriação da natureza no Semi-Árido nordestino, especificadamente no Assentamento Palmares, no município de Crateús, Estado do Ceará. Para apreensão da realidade foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, questionários, histórias de vida, diagnóstico participativo, fotografias, diário de campo e oficinas de educação e discussão. Pode-se constatar que as famílias assentadas utilizam diferentes estratégias para conviver no Semi-Árido como: a utilização dos recursos da caatinga, a cultura em diferentes formas de expressão, as técnicas de armazenamento de sementes e da água da chuva, agricultura e pecuária, atividades não agrícolas, solidariedade dos amigos e parentes e os sonhos de vida, verifica-se que é possível viver no Semi-Árido Brasileiro, desde que os povos tenham acesso a programas sociais, educação, saúde, geração de renda, valorização da cultura local, garantia de assessoria técnica especializada e comprometida com as mudanças e que instrua aos camponeses técnicas de produção sustentáveis que lhes motivem a permanecer no campo.

Palavras-chave: convivência; semi-árido e assentamento.

1. Introdução

O artigo é parte do Programa Residência Agrária, que tem como título Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes para Assistência Técnica, lançado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o intuito de atender a carência de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos da reforma agrária brasileira. No Ceará o convênio foi firmado com a Universidade Federal do Ceará (UFC), com o objetivo de qualificar estudantes recém-egressos dos cursos do Centro de Ciências Agrárias (CCA), para discutir sobre uma nova concepção de assessoria técnica na

¹ Ufcluciana@yahoo.com.br.

² Universidade Federal do Ceará- vinculado ao projeto: Agricultura Familiar Camponesa com enfoque agroecológico: uma alternativa para a convivência com a realidade Semi-Árida do Ceará. Eixo Temático: A questão agrária e suas perspectivas. E-mail:joselevi@uol.com.br

perspectiva de promover o desenvolvimento rural sustentável e para a melhoria da qualidade de vida no Semi-Árido, o recorte temporal deste artigo e de (2005 a 2007).

O Semi-Árido Brasileiro (SAB) ocupa uma área total de 974.522km². A sua localização ocorre nos estados do Nordeste (84,48%) com exceção do Maranhão; também se encontra no norte do estado de Minas Gerais (11,01%) e norte do Espírito Santo (2,51%), conforme dados da Articulação do Semi-Árido (ASA, 2004). As chuvas são distribuídas irregularmente no tempo e no espaço. Além disso, o solo é raso e guarda pouca água. Para completar, a evaporação da água é muito alta por força do sol e do vento e pela ausência de plantas e outras coberturas naturais. Diante dos problemas sociais e econômicos, o Semi-Árido necessita da cultura de convivência, que considere o fenômeno da seca, os recursos naturais disponíveis e os seres humanos que habitam neste tipo de ambiente.

Segundo critérios da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que utiliza como critério à precipitação pluviométrica de até 800 mm, como classificatório para o clima Semi-Árido, no Ceará consta 134 municípios no Semi-Árido. Mas utilizando-se dados, além deste, também de solos e fitogeografia local, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) caracteriza 180 municípios abrangendo uma área de 136.323km² de semi-áridéz que corresponde a 92,1% do território cearense. O município de Crateús encontra-se cem por cento no Semi-Árido (BEZERRA, 2004). É neste espaço municipal que encontramos as tradições indígenas e camponesas que detêm os “segredos do Semi-Árido” as quais deram às famílias do campo a oportunidade de conviverem nas privações do Semi-Árido, ao longo dos anos com muita dificuldade. Poletto (2001) indica que os estudos antropológicos poderão resgatar os exemplos de convivência, que poderiam ser utilizados nos dias atuais. Encontramos atualmente, o resgate e a valorização das manifestações culturais, na música, na religiosidade, nas festas, nos versos dos poetas, manifestando as relações sociedade-natureza, no contexto do Semi-Árido.

Ao conversar com os assentados identificamos no cotidiano das famílias os modos de convivência, de apropriação da natureza e as dificuldades de viver no SAB e que estratégias de estes utilizam e quais as percepções sobre o ambiente e a cultura dos assentados.

Para compreendermos estes sujeitos utilizamos a abordagem da pesquisa participante, que segundo Rocha (2004), esta abordagem metodológica nos desafia a ver e compreender os sujeitos e seu mundo, a partir do trabalho social e político que constituem a razão desta prática. Um trabalho dessa natureza propicia aos camponeses o entendimento de seus problemas, para que estes possam percebê-los e levantar alternativas que vão ao encontro

dos interesses, com propostas de mudanças, envolvendo os grupos populares como “sujeitos de conhecimento”. Desta forma, fomos convidados a “participar” da vida e da cultura, com relação de convivência e de compromisso com a comunidade.

Nessa perspectiva de trabalho utilizamos, técnicas qualitativas de investigação no trabalho de campo, tais como: observação participante, diagnóstico participativo, fotografia, entrevistas semi-estruturada, diário de campo. Para a discussão dos problemas no assentamento foram realizadas oficinas de discussão e educação, com temas estabelecidos pela comunidade de acordo com a necessidade, para se concretizar coleta de dados e as trocas de experiências e de conhecimento.

O camponês segundo Carvalho (2005), tem como uma das suas características a apropriação dos recursos naturais, pois é dela que se retira a alimentação e as condições de trabalho e garante a reprodução da família, pela qual se emprega mão-de-obra familiar principalmente nos roçados e no trato dos animais e alimenta-se com parte de sua produção. A reprodução da família camponesa é caracterizada por um modo específico de viver e de produzir. É importante se trabalhar esta temática para sabermos como se organiza a lógica da reprodução das famílias camponesas e assim aprofundar como esta reprodução acontece no Semi-Árido. Esta “classe” o camponês, no sentido político é marcada por uma grande resistência até hoje, por terem sido excluídos da história, e do desenvolvimento do Brasil (RODRIGUES, 2003).

Constatamos que os assentados do Assentamento Palmares vivem no seu cotidiano as formas de vida e da reprodução dos camponeses e apesar das mudanças ainda resistem com essas características.

2. As características climáticas econômicas e sócio-ambientais do semi-árido brasileiro

Podemos concordar que o Semi-Árido Brasileiro é altamente complexo. Algumas de suas características são particulares, referente ao contexto de outras áreas Semi-Áridas do mundo.

Segundo Filho (2006) esta área é a única região Semi-Árida do globo, localizada no interior da zona Equatorial, com uma estação climática seca e chuvosa; com pequeno aproveitamento das águas da chuva, 92% das águas são consumidas pela, evaporação e evapotranspiração, diferente de outras áreas como os EUA e Israel que a perda das águas da chuva é de, 45%. O SAB é dentre as que possuem estas condições ambientais o mais povoado do planeta.

A vegetação, da *caatinga*, é outra especificidade que etimologicamente significa, *mata branca*, esta cor com aspecto embranquecido no tronco e galhos, repele os raios solares. Este bioma; apresenta uma flora e fauna riquíssima da qual a população extrai “frutas, madeiras, cera, fibras, medicamento, substâncias aromáticas e carvão” (MAIA, 2004, p.68).

Segundo a Articulação do Semi-Árido - ASA (2004), a delimitação física deste espaço corresponde duas vezes mais habitantes que Portugal e no qual possuem área que caberia a França e a Alemanha juntas. Compreendendo uma área total de 974.522Km², É no Nordeste que parece a maior parcela (84,48%) o único estado que não é atingido é o Maranhão. Com cerca de 24 milhões de pessoas, 56% da população nordestina e 15% da população brasileira, dados do IBGE (2000) indicado por Macedo (2004).

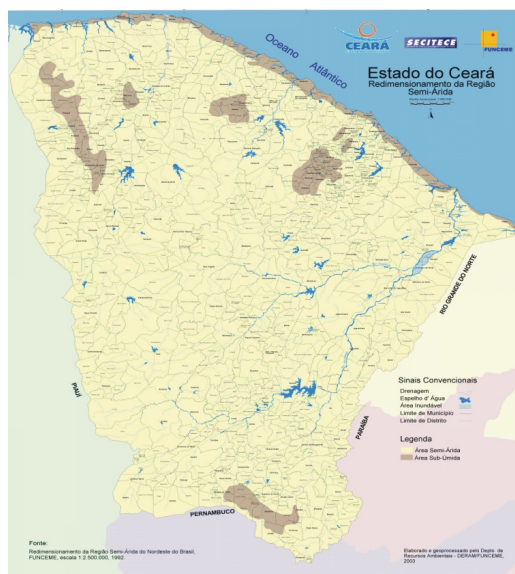
Segundo Vieira (2004), a seca é caracterizar pelas baixas precipitações anuais em relação à média de ano de chuvas normais, e pela distribuição irregular durante o período chuvoso. No Brasil o que caracteriza realmente uma “seca” é o baixo volume de chuvas distribuídas no tempo e no espaço regional. Diante de uma expressividade, os cientistas denominaram o Polígono das Secas, o qual é caracterizado pela pluviosidade, entre 250 mm e 800 mm anuais. Definindo duas estações, a chuvosa que dura de 3 a 5 meses e a seca de 7 a 9 meses (MAIA, 2004).

Figura 01- Mapa da semi-áridez no Nordeste Brasileiro



FONTE: FUNCEME/2003

Figura 02- Redimensionamento do Semi-Árido no Ceará



FONTE: FUNCEME/2003

A estrutura socioeconômica do Nordeste é marcada por profundas desigualdades, a fundiária é caracterizada pela alta concentração de terras, nas mãos de poucos e grande número de minifúndios, cujas áreas são insuficientes para garantir o sustento adequado das famílias, que residem e trabalham nestes locais. Os indicadores apontam que a maioria dessas famílias, não tem a posse da terra, são irregulares na terra onde vivem.

O Ceará, estado pertencente ao Semi-Árido, apresenta taxa de analfabetismo de 44%, contra 41% no Nordeste e de 29% no Brasil. Mortalidade infantil é de 52%, enquanto no Nordeste é de 53% e no Brasil 35%. A distribuição de renda aponta que 19,95% da população economicamente ativa, têm renda igual ou inferior a um salário mínimo. O número de domicílios beneficiados com água encanada corresponde a 76,40%, é ainda baixo em relação ao do Nordeste e Brasil, 80,9% e 89,2%, respectivamente, (VIEIRA, 2004.).

O histórico das políticas públicas de combate a seca e a miséria no Semi-Árido, comprova as “boas intenções” não quebraram as correntes do atraso das oligarquias, clientelismo, favoritismo, assistencialismo e da concentração fundiária; só reproduziram a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Ocorre segundo Mattos (2004, p.79), a necessidade de uma urgente reforma social, pois “apesar do volume as grandes obras, os efeitos da seca no SAB para a parcela mais frágil da população não foram sanados”, mesmo com o aumento da disponibilidade da água não levou a democratização e acesso à água, que pode ser constatado as margens do Açude Castanhão.

A conjuntura do Semi-Árido neste início de século contribui para novos questionamentos, pelos movimentos sociais diante da realidade econômica e sócio-ambiental. É necessário construir de maneira crítica, junto com as comunidades um processo de aprendizado social amplo com um conjunto de ações, abrindo diálogos entre a ciência e outros saberes e saber conviver com o Semi-Árido, fazer opção pela vida, redefinir o sentido da existência e de qualidade de vida que se quer ter, assim se poderá redimensionar o contexto no SAB.

3. Estratégias de convivência com o semi-árido: uso das práticas culturais, da produção aos recursos naturais

Para compreender o viver, conviver no sertão semi-árido tomamos como exemplo o município de Crateús, mais especificadamente a comunidade assentada em Palmares

A história de Crateús foi extraída do livro Resgate Histórico de Piranhas à Crateús das pesquisadoras Martins & Sales (1995), o município de Crateús cuja origem do nome vem linguagem dos índios da nação TAPUYA, tribo KARIRÍ, KRA-seco, mais TE-lugar, formou KRATE, coisa seca, ou lugar seco e YU, muito seco situa-se na região de Crateús/Inhamuns. O clima é caracterizado como clima tropical quente Semi-Árido e clima tropical quente Semi-Árido brando, a vegetação predominante é a caatinga arbórea e arbustiva aberta. A temperatura máxima chega a 32°C e mínima à 21°C. A pluviometria é considerada normal de 731 mm anual, mas é relativo, pois em 1998 foi de 340 mm e em 1999 foi de 885 mm. É neste espaço no Semi-Árido do sertão que está implantado o assentamento.

Além do nome da cidade, neste lugar os habitantes antecessores que são os indígenas influenciaram a atual população de Crateús, pela forma de conhecer a natureza e dela e nela se reproduzir, pelas palavras utilizadas no dia-dia, alimentação da família e uso de plantas medicinais e os traços fenótipos descendentes do povo Tapuya.

Segundo INCRA (1998) um dado que deixa destaque é sobre a concentração de latifúndios, onde no total são 1.665 imóveis rurais em 1999, destes 788 imóveis concentram de 5 a 100 ha de área e somente 25 imóveis sozinhos já ocupa de 1.000 a 5.000 ha, a concentração de terra é um grave problema para a sobrevivência no Semi-Árido e aplica a urgência da reforma agrária nesta região, esta característica influenciou e influencia a cultura local, seja pela formas irregulares de trabalho rural nestes imóveis, empobrecimento das famílias rurais e pelo sentimento de luta e resistência frente aos movimentos sociais e a alguns setores da Igreja Católica pela história de opressão e coerção que enfrentaram.

Na busca de compreender como se deu o processo de adaptação e de convivência com a terra onde as famílias estavam acampadas, procuramos na da história de vida dos assentados que participaram da ocupação, as formas de interação com os recursos naturais disponíveis, como a água, alimentação, solo, vegetação e o clima.

Articulados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vieram tirá-los da latência da capacidade de luta e lhes mostrar o poder da resistência diante da irregularidade do imóvel nas relações do trabalho e na posse da terra; um grupo de pessoas adentrou na fazenda Serrote, à noite, no dia 28 de dezembro de 1993, cortando as cercas de arame e se alojaram debaixo das oiticicas. Era um total de quarenta e três famílias que naquela noite realizariam a ocupação.

Inicialmente, a primeira dificuldade das famílias acampadas era que em dezembro e janeiro a região estava com um inverno rigoroso, com chuvas intensas. A lona que conseguiram só dava para cobrir os alimentos e as crianças. Os adultos ficavam em pé com as redes nas mãos embaixo das árvores, passando muito frio.

Da natureza eles retiravam ervas para chás, cascas e folhas para remédios caseiros, comiam carne de cobra, peixe e o gado da fazenda. Os homens caçavam, enquanto as mulheres cuidavam do acampamento e do preparo da comida, para ser distribuída para todos no acampamento.

A desapropriação, da fazenda Serrote, foi assinada pelo Presidente da República Itamar Franco em 16 de agosto de 1994, mas somente um ano depois receberam pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a “Imissão de Posse” em 16 de agosto de 1995. O registro está feito no Cartório do 2º Ofício, no Livro 02AL, na folha 61-V, no município de Crateús. Foi uma grande festa com a presença de várias instituições, prefeitura de Crateús, a Igreja Católica e Movimentos Sociais.

O Assentamento Palmares, possui uma área de 4.052 hectares (50 módulos), está localizado no Município de Crateús, na micro-região homogênea “Sertões de Crateús”, na margem direita da BR 404, que liga Crateús a Pedro II, a uma distância de 22 km da sede municipal (a distância de 22 km é para a Associação I, no caso da Associação II essa distância passou a ser de 20 km). O Palmares foi dividido em duas áreas, sendo que para a Associação I ficou uma área de 2.364 hectares e para a Associação II 1.688 hectares. O número de famílias que residem na agrovila da Associação I são setenta, e na agrovila da Associação II são quarenta. Estas tiveram que designar um sentimento de organização, de apropriação da terra e de convivência com o Semi-Árido

Os recursos hídricos são diversificados: composto por rio, poços, lagoas, cacimbões e um açude.

O rio Pinheiros lava as terras do assentamento é de regime temporário e que por sua vez pertence à bacia do rio Poti. Esse rio é extremamente importante para as pessoas ali assentadas, pois utilizam para lazer, para pescar, lavar roupa e o uso da vazante, antes da implantação das cisternas de placas a água vinha de uma cacimba, um olho d'água que aflora a margem do rio que abastecia todos os lares para beber, tomar banho e lavar as louças. As famílias possuem atualmente cisternas de placa com capacidade de 16.000 l, para o consumo de água da chuva para beber no verão, porém ainda não cobre cem por cento das famílias assentadas, pois estão em construção

Há no Palmares uma variedade de plantas da Caatinga, como: Catingueira, Jurema Preta e Branca, Angico, Pereiro, dentre outras. Porém ao passar dos anos devido às práticas de desmatamento, os assentados observaram que está diminuindo a incidência de determinadas espécies nativas com: Aroeira, Pau d'Arco, Juazeiro. Ao conversar com os assentados sobre a relação deles com a natureza detectamos os diversos usos feito com as plantas extraídas desregradamente. Da madeira eles transformam e utilizam no seu dia-dia:

Quadro 01 – Uso da natureza pelos assentados

OBJETOS	FUNÇÃO	MÉTODO DE TRANSFORMAÇÃO E MATÉRIA PRIMA
USO DOMÉSTICO		
Ripa, caibro	Estrutura.	Madeira é de Jatobá, Aroeira, Carnaúba, Marmeleiro e Sabiá.
Cabaça	Para retirar água, depositar ovos e gêneros alimentícios e carregar água.	Retira cabaça da árvore, limpa e seca ao sol.
Porta e portão	Para proteger a casa.	Extraí a madeira da Imburana e transforma em varas para o portão ou tem tábuas para a porta.
Balsa	Ajuda no transporte, na passagem do rio, no inverno.	Retira madeira do Mulungú.
Colher de pau	Utilizada na culinária.	Madeira do Mulungú ou Imburana,

		transformada em tábua grossa.
Vassoura	Limpeza de quintais e no interior da casa.	Feita da palha das folhas secas da Carnaúba.
Chapéu	Proteção do sol.	Feita da palha das folhas secas da Carnaúba
Cabo do manemago	Veículo utilizado para transportar a água.	Extraí a madeira do Sabiá ou Marmeleiro e transformado em cabo.
Mesa e cadeira	Utilização doméstica.	Extraí madeira da Imburana ou aroeira e transforma em peças para cadeira e mesa.
Bica (calha)	Para banho e para captação de água da chuva.	Retira de uma árvore morta o troco do Angico ou Catingueira e transforma em bica.
USO NA PRODUÇÃO		
Cabo da enxada	Sustenta a parte de metal da ferramenta.	Extraí a madeira do Marmeleiro que é leve e resistente e transforma em cabo.
Cabo da foice	Sustenta a parte de metal da ferramenta.	Cabo feito do Pau d'arco.
Cabo do machado, Picareta e chibanca	Sustenta a parte de metal da ferramenta.	Cabo feito da madeira de Pereiro.
Prensa	Fabricação de queijo.	Retira madeira do Pau d'arco e transforma em prensa.
Cerca	Delimita a área.	Madeira resultante da brocagem.

FONTE: Levantamento realizado junto aos assentados. Abril /2005

Das folhas, raízes e raspas das árvores são preparados para a medicina caseira, como por exemplo, o angico para gripe, aroeira para inflamação e bamburral para infecção urinária.

Com um sistema produtivo voltado basicamente para o suprimento das suas necessidades básicas, os assentados têm os membros da familiar como principal fonte de trabalho. Tudo que é produzido no assentamento é consumido pelas famílias e a comercialização na sua maioria é local e acanhada. A alimentação de carnes, cereais e vegetais vem da criação de porco, carneiro, bode, o leite e carne bovina, ovos, carne da galinha e do roçado, colhem o milho, o feijão, arroz, melancia, jerimum. Pescam peixe no rio e no açude, e extraem o mel de abelhas. As fontes de renda vêm dos produtos agropecuários, dos trabalhos não agrícolas, dos projetos de transferência de renda e da aposentadoria. Há ainda famílias que recebem ajuda financeira de outros familiares.

As principais atividades não agrícolas realizadas e geradoras de renda no assentamento são: a fabricação de queijo, da nata, trabalhos manuais como crochê, tapetes, corte e costura e bordado, uma agente de saúde, professoras, merendeira, marceneiros, outros, caracterizando a pluratividade. No Assentamento Palmares a assistência técnica é composta pela ACACE e na Associação II é realizada por uma empresa particular. Através do convênio entre o INCRA e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), é um técnico agrícola e um engenheiro agrônomo, que dão assessoria na hora de plantar, acompanhamento dos animais e avaliação e planejamento dos projetos do assentamento a técnica por eles utilizadas vem alimentadas pela modernidade e tecnologia utilizadas atualmente no ramo agrícola, chocando com as práticas familiares já utilizadas no saber fazer dos assentados na sua forma de trabalhar com a terra e com os animais.

A convivência com o Semi-Árido está ligada também a gestão dos recursos naturais dos quais foram encontrados muitos problemas ambientais, como queimadas irracionais, desmatamento, poluição das águas, depósito irregular do lixo e a caça de animais silvestres, estes problemas trazem sérias consequências como a infertilidade do solo, erosão, contaminação das águas e expulsão de espécies e extinção da fauna e da flora nativa, trazendo instabilidade ambiental, sendo necessário que se introduza técnicas apropriadas de manejo sustentável, bem como a sensibilização sobre o tratamento do lixo e a caça de animais silvestres, e o acompanhamento da legislação ambiental que regularize estas práticas.

De acordo com Schama apud Mattos (2004), é impossível verbalizar a natureza desassociada de expressões culturais de um povo. É através da cultura que é possível compreender as ações entre Sociedade - natureza e relações humanas. Segundo Carvalho (2005) o trabalho com a natureza é uma das formas do ser humano expressar a sua cultura. A lógica do camponês é cercada de forças sobrenaturais, personificação do sagrado e do profano, seres da natureza e da fé pelo divino.

Os assentados do Assentamento Palmares, utilizam a observação dos astros no céu: lua, planetas, estrelas, percebem a maneira de viver dos animais, o formato, as cores das nuvens. As floradas das plantas, e os animais indicam chuva. Como explicam:

É lembrei um pouco aqui do meu pai, ele dizia assim, quem observava muito os astros ele dizia que, ele chamava de lunático, por exemplo, nós temos uma frequência de áreas chuvosas, normalmente na passagem entre a lua nova e a lua crescente, agente tem sempre um afastamento do inverno, e quando é na outra passagem da lua nova pra lua cheia, é mais freqüente a chuva. Isso eu tenho observado, os posicionamentos dos astros. Também, o que eu observo também é o comportamento dos insetos com relação ao inverno, normalmente a gente dá uma observada. Por exemplo, quando ta próximo a chover, quando ta o verão intenso, se aproxima a chegada da temporada chuvosa é normal você andar nas croas e encontrar muitos tejos, cobras. Eles saem pra comer alguns insetos pra na época da chuva eles retornarem pra toca e tarem abastecidos, então [...]. Então são os sinais que a gente vai observando, as fases da lua e alguns comportamentos de insetos, pássaros, essas coisas. (Depoimento de um assentado do Palmares I, maio de 2006).

O entendimento sobre a natureza contribui para que o relacionamento entre as famílias seja de fraternidade e solidariedade, como uma grande família. As relações humanas estão inseridas na construção cultural, engloba as relações de parentesco, ao relacionamento com os vizinhos e com o entorno. O exemplo deste relacionamento esta caracterizado pelas: parcerias, ajuda mútua, preocupação com os que estão em vulneráveis, aconselhamento e troca de experiências tornando-os mais fortes diante das intempéries da vida.

As expectativas e sonhos são importantes para a motivação das famílias e dos jovens.

A maioria tem vontade de ficar aqui dentro, mas tem uns assim que tem, que, completam a idade, vai saindo do assentamento. Mas eu acho assim, que eles querem só é ir pra lá, sair fora do assentamento pra se sustentar financeiramente mas se tivesse alguma coisa que financeiramente quisessem aqui dentro do assentamento, eu acho que eles não sairiam não. (Depoimento de uma jovem do Palmares I, julho de 2006).

Estas expectativas são a garantia da estabilidade das famílias, em primeiro lugar, em segundo a organização da gestão do assentamento e terceiro viver sem dificuldades, portanto ter sonhos é importante para perpetuação das atividades futuras no assentamento. Não sonhar sozinho, calado, mas sonhar coletivamente é expressar o potencial e a garantia de sucesso.

É possível viver no Semi-Árido, porém antes é necessário a cultura de convivência que considere o fenômeno da seca, os recursos naturais disponíveis e as relações humanas que existem estas áreas. As relações de reflorestar a caatinga e sensibilizar as pessoas a se

organizarem, dominando técnicas de produção, de armazenamento da água e dar acesso às famílias, à participação de políticas públicas que garantem seus direitos já constituídos.

Um exemplo de convivência é a permanência de cento e dez famílias do assentamento Palmares, onde muitas famílias já moram no assentamento por mais de dez anos, com características da cultura camponesa vivendo em terras cem por cento Semi-áridas, tem procurado estratégias de convívio com a seca para garantir a sua reprodução e produção.

A convivência com o Semi-Árido se dá no dia-dia, no cotidiano das famílias rurais, no resgate da cultura e da cidadania, mesmo que limitados, eles têm encontrado mecanismos de sobrevivência.

4. Referências bibliográficas

ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO-2004. Disponível: http://www.asabrazil.org.br/body_semiarido.htm. Acessado em: 30 fev. 2005.

BEZERRA, Nizomar Falcão. **Fragmentando o território: bases para o desenvolvimento do Semi-Árido do Ceará**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. 190p.

CARVALHO, Horácio Martins de. Repensando o referencial teórico do campesinato. In: _____. **O campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FILHO, Francisco de Assis Souza. Natureza e desenvolvimento nos Semi-Áridos. FILHO, Francisco de Assis de Souza, MOURA, Antônio Divino (orgs). **Memórias ao Semi-Árido: natureza e sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

INCRA- PROJETO LUMIAR - **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Palmares - (1998)**

MAGALHÃES, Antônio Rocha. Alternativas para o Semi-Árido: desenvolvimento sustentável. FILHOS, Francisco de Assis de Souza, MOURA, Antônio Divino (orgs). **Memórias ao Semi-Árido: natureza e sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

MAIA, Gerda Nickel. **Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades**. São Paulo: D e Z computação gráfica e Editora, 2004. 413p.

MATTOS, Beatriz H.O. M. (org). **Educação no contexto com o Semi-Árido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

POLETTO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: **Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra. Água da chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2001.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. A natureza e o lunário perpétuo no imaginário sertanejo. In: ALMEIDA, Maia Geralda de; RATTIS (org), Alessandro JP. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternava, 2003

RUFINO, Osmar. O Semi-Árido brasileiro: alguns traços físico-ambientais e sócio econômicos. 2003 (mimeo).

SALES, Maria Ivane; MARTINS, Aurilene Carvalho. **Resgate histórico:** de Piranhas à Crateús. Fortaleza, 1995.

VIEIRA, Maria de Lourdes Gomes. **Análise das políticas compensatória e das estratégias de sobrevivência do homem do campo, principalmente no período da seca:** um estudo de caso. 2004. 48f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

O EMPOBRECIMENTO E A VULNERABILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL A PARTIR DA SECA: O CASO DE SANTO CRISTO/RS

Ana Monteiro Costa¹
Paulo Dabdab Waquil²

Resumo

Pretende-se analisar os efeitos da seca sobre a pobreza e a vulnerabilidade de agricultores familiares do município de Santo Cristo/RS. Tem-se que a seca é um fenômeno sócio-econômico que começa em uma situação prévia de vulnerabilidade e que tende a acentuar a pobreza e a vulnerabilidade com a estiagem e suas decorrentes conseqüências. Para dar conta da multidimensionalidade e complexidade desses fatores, sua análise foi feita a partir da Abordagem das Capacitações, que questiona a abordagem neoclássica e resgata a diferença entre meios e fins.

Palavras-chave: pobreza, vulnerabilidade, seca.

1. Introdução

A abordagem da seca no Brasil, costumeiramente permeia o estudo do sertão nordestino. No entanto, na última década o Rio Grande do Sul vem enfrentando longos períodos de estiagem, sendo a região do Alto Uruguai uma das mais atingidas, onde soma-se a falta de chuva uma intensificação da pobreza, conforme estudo de Schneider e Waquil (2001). A degradação ambiental é tida como um dos principais fatores para a instalação da seca, uma vez que nos meses de verão, historicamente, chove pouco na região. No entanto, o relato dos agricultores ressalta problemas com a absorção da água pelo solo. Este trabalho não teve por objetivo identificar os fatores “responsáveis” pela seca, mas analisar em que medida esta afetou a vida dos agricultores familiares da região em termos de pobreza e vulnerabilidade.

Até pouco tempo os desastres ambientais eram vistos como “males eventuais” da natureza, sendo desvinculados dos processos sociais e de desenvolvimento. Hoje, sabe-se que há diferenças entre eventuais fenômenos ambientais e situações de calamidade social, que estão relacionadas a pobreza e vulnerabilidades. O município de Santo Cristo, vizinho a Santa Rosa, enfrentou 7 secas nos últimos 10 anos. Este fato pode caracterizar um processo de vulnerabilização e empobrecimento das famílias que vivem no interior do município. Dada a complexidade dessas condições, entendemos a pobreza e a vulnerabilidade como aspectos

¹ Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS/PPGE. Professora do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria/RS.

² Ph.D. em Economia Agrícola pela University of Wisconsin (EUA). Professor do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em Agronegócios da UFRGS.

multidisciplinares, contendo as diversidades do desenvolvimento humano características dessas condições. Assim, nossa proposta passa pela tentativa de mensuração e análise de aspectos que ultrapassam os recursos em si.

Para tanto, far-se-á uso da Abordagem das Capacitações como aporte teórico. As *capacitações* são aquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, ou seja, suas liberdades para apreciar valores de ser [*beings*] e de fazer [*doings*]. Amartya Sen (2000), formulador desta proposta, afirma que ao se concentrar nas liberdades para avaliar o desenvolvimento não está sugerindo que exista algum critério de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. É necessário considerar o que as pessoas da região consideram importante para uma vida boa, para, então, expandir as liberdades de capacitação desses fatores. Sen (2000) vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada um fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento.

Através do conceito de *funcionamento* é possível perceber a multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Os *funcionamentos* são os elementos constitutivos do bem-estar das pessoas. Iremos operacionalizar a Abordagem das Capacitações através da relação de recursos (*intitamentos*), que são meios e realizações de aspectos importantes (*funcionamentos*), que são fins. Este trabalho objetiva relacionar a vulnerabilidade e pobreza dos pequenos produtores rurais de Santo Cristo, no que concerne principalmente à seca.

2. Pobreza e vulnerabilidade: o caso do município de Santo Cristo

Pobreza e vulnerabilidade, por vezes, são tratadas como aspectos únicos, iguais. No entanto, estas condições são semelhantes, porém diferentes. O tema pobreza tem sido bastante debatido desde os anos 1970 quando as desigualdades entre nações se tornaram mais perceptíveis. A partir de então, muitas foram as teorias e debates acerca do assunto. O Relatório do PNUD (2001) considera que os pobres são mais do que aquelas pessoas que não podem comer, se vestir, receber atendimento médico ou educacional. Os pobres são também os mais vulneráveis a fenômenos naturais, são os que têm menos acessos institucionais e os que têm mais dificuldades de encontrar voz ativa dentro da sociedade.

Essa visão do The World Bank (2000) está vinculada à teoria da abordagem das capacitações de Amartya Sen, que prevê que o objetivo do desenvolvimento é possibilitar que

as pessoas levem a vida que julgam melhor e para isto é necessário acabar com a pobreza através da expansão das capacitações. Para Sen (2001) a *pobreza deve ser entendida como a privação das capacitações básicas* e não como a simples insuficiência de renda como é comumente feito.

A heterogeneidade entre os indivíduos exige um olhar multidimensional sobre a pobreza. Pessoas com diferentes habilidades e capacidades tendem a transformar renda em funcionamentos de maneiras diferentes e nem sempre com a mesma “eficiência”. Diferentes formas de rendas auferidas podem levar a diferentes formas de liberdades substantivas, ou seja, a liberdade para se levar à vida que se valoriza. Isso é muito importante, dentro dos argumentos de Sen (2001), nas tomadas de decisões de políticas públicas, pois os indivíduos possuem necessidades diferentes e são afetados diferentemente também.

Desta forma, os juízos de valor não podem ser ignorados. As pessoas são diferentes e nem sempre transformam os mesmos meios em iguais fins. Isso é válido tanto para características pessoais quanto de localização ou de situação de risco. No caso da seca, uma pessoa na cidade que tem sua água racionada não sofre do mesmo jeito do que alguém que, além de sofrer o racionamento de água, perde sua subsistência, fica com dívidas e sem perspectiva de condições melhores para a próxima safra.

A simples contagem das pessoas como pobres ou a utilização de um indicador agregador pode gerar distorções de simplificação. A importância de se mudar o foco da pobreza vista como insuficiência de renda para a pobreza como privação das capacitações básicas é a diferenciação entre fins e meios. Existe tanto a condição de privação, quanto o sentimento de privação e ambos devem ser tratados como privação das capacitações básicas. A condição de privação diz respeito tanto a alguns meios aos quais as pessoas não têm acesso (*intitamentos*) quanto a fins (*funcionamentos*), já o sentimento de privação corresponde somente a fins. Por estas razões a pobreza não pode ser definida como algo dado e imutável.

Além de identificar o tipo de pobreza, caracterizando as retenções de funcionamentos e capacitações, buscar-se-á analisar a condição de vulnerabilidade. Shaffer (2001) afirma que a *vulnerabilidade* não é pobreza, mas sim *uma situação que pode fazer com que pessoas não pobres venham a se tornar pobres, ou aquelas que já estejam em estado de pobreza agravem sua situação*.

Chambers (1989), discutiu que embora o termo vulnerabilidade já fizesse parte há bastante tempo do vocabulário de desenvolvimento, este era erroneamente usado como sinônimo de pobreza. Ao se fazer isso, na sua opinião, não se discriminavam grupos como os compostos por mulheres grávidas e crianças, que realmente mereciam o “adjetivo” de

vulnerabilidade. Reconhecida a necessidade de se verificar o “grau” de vulnerabilidade e a sua distinção da pobreza, apesar de sua proximidade, ela passou a ser analisada por duas correntes, distintas, mas que no final se completam. Primeiro a avaliação era defendida pelos técnicos que verificavam a vulnerabilidade segundo áreas mais propícias a sofrerem algum fenômeno natural, como seca, enchentes e furacões. Para essa corrente, as pessoas mais vulneráveis eram as que viviam nesses locais.

A outra corrente era composta por analistas sociais, que afirmavam serem vulneráveis aqueles com menos recursos monetários e que viviam em países em desenvolvimento, também economicamente vulneráveis. Estes últimos não abordam as questões ambientais, alegando que, na ocorrência de um fenômeno natural, aquele que tiver recursos para se defender, pouco sofrerá. Essa parece uma discussão não muito importante, mas é a chave para o entendimento do que é vulnerabilidade, porque suscita a questão da temporalidade que a cerca e da necessidade de tratar do assunto segundo abordagens que unam as duas correntes, que, embora tenha a segunda nascida de uma crítica à primeira, trata-se de um avanço.

A vulnerabilidade deve ser “trabalhada” quando esta implica em perda de bem-estar das pessoas. Dolgberg (2001) diz que a situação de vulnerabilidade é determinada pelo local onde a pessoa mora e, mais especificamente, se esta é ou não pobre. Além de afetar a dimensão da pobreza, mensurar a vulnerabilidade pode ser um importante instrumento quando se busca a melhoria do bem-estar das pessoas. Segundo Dulcos (2002) quando a pessoa se sente insegura (física, econômica, socialmente), por estar em uma situação de vulnerabilidade, isto afeta diretamente de forma negativa o bem-estar deste indivíduo. Assim, a vulnerabilidade tem sido estimada por indicadores de bem-estar, como: utilidade, renda ou consumo, funcionamentos e capacitações.

Segundo McGregor (2000), um dos problemas das “intervenções” sobre a vulnerabilidade é que elas se dão no âmbito macro. Trata-se, conforme o autor, de problemas específicos, que devem ser considerados localmente. Além disso, é importante que haja ligação entre as esferas de governos estaduais e federais, com as prefeituras, igrejas, sindicatos, e demais órgãos e entidades que possam auxiliar com informações sobre as específicas necessidades. Ainda, as comunidades que têm uma rede de apoio, de capital social forte, conseguem se fortalecer e enfrentar os choques de maneira menos vulnerável, mesmo que todos sejam vulneráveis.

Nossa proposta é, a partir dessas reflexões, analisar os efeitos da seca de modo multidimensional, no noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto, o entendimento da realidade atual dos produtores do município de Santo Cristo implica, necessariamente, conhecer os

processos de transformação de modernização da agricultura. Conforme Menasche (1996), o período de instalação dessas novas colônias por descendentes de alemães se estende até a década de 1930. A partir desse momento, até a década de 1960 ocorre uma integração dessa agricultura colonial com o mercado, especialmente através da produção de suínos. E com a modernização da agricultura (décadas de 1960 e 1970) há uma transformação profunda da vida colonial.

Com a revolução agrícola a região de Santa Rosa passa por um *boom* de crescimento, com geração de infra-estrutura, crescimento econômico, sendo a maior produtora de soja do Brasil em 1980. A primeira mudança sentida pela população, com a revolução verde, foi a correção do solo com calcário e adubo, viabilizado pela oferta de financiamento. Com isso, aqueles que ainda mantinham matas do tipo capoeirão começaram a desmatá-las para plantar. Em 1968, entrou a soja, já com a terra recuperada e com grande produtividade. Em razão da maior liquidez monetária, obtida com a venda da soja, as pessoas passaram a plantar menos para a subsistência e intensificar o plantio do grão. (MENASCHE, 1996).

Hoje, o município tem sua produção baseada na agricultura, com certa diversificação, destacando-se a soja, o trigo e o milho. A produção agropecuária também tem destaque estadual e regional, sendo o município o terceiro maior produtor de suínos do estado e líder na bacia leiteira de Santa Rosa, com produção média de cem mil litros por dia.

Porém, a modernização da agricultura não trouxe só prosperidade. Talvez a mais grave consequência e a de mais difícil reversão foi a degradação ambiental causada pelo processo de mecanização e de expansão de fronteiras agrícolas. Uma das decorrências dessa devastação vem a ser a seca.

O fenômeno seca é difícil de ser definido por envolver fatores climáticos, geográficos, sociais e econômicos. A dificuldade em lidar com a conceitualização de seca está em suas duas características fundamentais: a insuficiência de chuvas e a calamidade sócio-econômica. Outra diferença marcante na literatura concerne aos termos estiagem e seca. A estiagem, insuficiência de chuvas, é necessária, mas não é suficiente para caracterizar seca. Mesmo que a ausência de chuvas seja insuficiente para demarcar uma seca, o problema das secas será sempre um problema vinculado à água (LEITE; LEITE, 1984).

Os desastres climáticos são fenômenos de caráter eminentemente social. As calamidades somente surgem quando ocorrem em condições vulneráveis e nesta literatura sobre seca, a vulnerabilidade está muito vinculada à capacidade da população em enfrentar o fenômeno climático (ARAÚJO; BARBOSA; MORAES NETO, 2003). As secas trazem consigo a fome, desaparecimento de espécies de sementes crioulas, a perda de patrimônio, de

rebanho, migração, a falta de perspectiva, doenças físicas e mentais e o desamparo. Quanto mais sistemático for o fenômeno, mais difícil será para as pessoas se reequilibrarem e estas tenderam a ficarem cada vez, a cada nova seca, fragilizadas, vulneráveis e pobres.

O município de Santo Cristo vem sofrendo ao longo da última década sete anos de seca, sendo que destes, desde 2001 até 2005 foram registrados longos períodos de estiagem, inclusive com decretos de situação de emergência por parte da prefeitura. Conforme laudo da Emater, o município perdeu durante a última seca 78% da produção de milho, 89% da produção de soja e 53% da produção de leite em 2005.

Além de afetar psicológica, econômica e socialmente, a seca traz perdas como a das sementes crioulas apontada pelos técnicos da Emater. As espécies que há muito já eram características do município podem ter se perdido, sem haver recuperação depois desses períodos de seca. Isso torna ainda mais vulnerável o agricultor que passa a depender, muitas vezes, de forma exclusiva, das sementes comerciais.

Conforme foi apontado na passagem sobre a modernização da agricultura, a cultura da soja se espalhou na região. No entanto, segundo dados da Emater (em visita), essa cultura não traz grandes vantagens para agricultura familiar, visto que é poupadora de mão-de-obra e uma das vantagens da produção dentro do núcleo familiar é a baixa remuneração desta. Não bastasse, a soja é a primeira cultura a sofrer com períodos de estiagem e não se adapta a solos rasos e pedregosos característico das áreas mais pobres do município. Assim, os produtores que plantaram exclusivamente soja tenderam a ter as perdas mais acentuadas. Já, aqueles produtores que se dedicam à produção leiteira tenderam a ter menos perdas, uma vez que podiam se defender com silagens. Contudo, aqueles que dependeram de pastagens, muitas vezes, tiveram que vender os animais, ou se endividar comprando ração.

3. Análise através da operacionalização da Abordagem das Capacitações

A presente pesquisa foi feita através da aplicação de trinta questionários no município de Santo Cristo/RS, entre os dias seis e treze de abril de 2005. A amostra foi direcionada, não sendo representativa da população rural do município. Os entrevistados foram escolhidos com base em informações de agentes privilegiados, que explicaram como o município estava sendo afetado pela seca: na parte alta, região onde o período de estiagem foi maior e a seca mais acentuada, foram entrevistadas oito famílias; na região de planície o período de estiagem foi menor quando comparado a parte alta e, por ser esta a região mais habitada do município, foram entrevistadas quatorze famílias, sendo outras oito famílias restantes entrevistadas na

parte baixa do município que é caracterizada pela existência de várzeas, que resistem melhor a estiagem.

As variáveis foram divididas em grupos de funcionamentos considerados relevantes para a diminuição da vulnerabilidade e da pobreza entre os atingidos pela seca e variáveis de percepção de vulnerabilidade e seca. Esta análise pretende verificar, através dos grupos de funcionamento, se as famílias atingidas pela seca estão em processo de vulnerabilidade e pobreza, a medida que não realizam ou realizam parcialmente os funcionamentos destacados. Depois, através das variáveis de percepção de vulnerabilidade e seca, quer-se analisar se estas famílias estão tendo uma percepção real do fenômeno pelo qual vêm passando há uma década e se, diante disso, estão mudando seus hábitos visando diminuir sua vulnerabilidade.

Os grupos de funcionamento são compostos por intitamentos e funcionamentos, podendo haver variáveis intermediárias. Os intitamentos são meios, instrumentos que podem ou não se transformar em funcionamentos. Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou de atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes. Para a realização desse estado de existência ou de atividades podem ser necessários vários intitamentos e funcionamentos.

Os funcionamentos são realizados a partir de intitamentos, no entanto podem existir fatores que prejudiquem essa realização, denominados aqui por variáveis intermediárias. Mesmo que os intitamentos estejam disponíveis, alguns aspectos como distância ou falta de transporte, podem impedir que estes sejam transformados em funcionamentos, nesses casos há variáveis intermediárias.

A divisão entre intitamentos e funcionamentos que compõe um grupo de funcionamentos realiza-se com o intuito de conhecer, primeiro se os meios, intitamentos, estão dispostos para as pessoas. Caso a resposta seja afirmativa, resta saber se estes intitamentos têm qualidade satisfatória e se a pessoa tem capacitação para transformar esses intitamentos em fins, funcionamentos. O objetivo do uso da Abordagem das Capacitações nesta análise é captar não só a disponibilidade de bens e serviços entre essas famílias, mas se estes estão sendo capazes de promover sua liberdade para levarem a vida que desejam.

Conforme já exposto, os intitamentos por si só não trazem desenvolvimento, mas são meios fundamentais para que as pessoas atinjam este fim. É através dos funcionamentos e das capacitações que Sen (2001) procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento. O conhecimento dos funcionamentos e de seu comportamento é o primeiro passo para a promoção de desenvolvimento. A partir disso, que são percebidos os problemas quanto ao acesso e a qualidade dos intitamentos e as necessidades as pessoas. A seguir, é apresentado

o quadro 1 que traz os grupos de funcionamento que serão analisados neste trabalho, bem como, suas divisões entre intitamentos, funcionamentos e, quando houver, variáveis intermediárias.

Quadro 1 – Grupos de funcionamentos compostos por intitamentos, variáveis intermediárias e funcionamentos

Grupos de funcionamentos	Intitamentos	Variáveis intermediárias	Funcionamentos
1 - Serviços públicos	Acesso a serviços públicos: educação e saúde	Dificuldades de acesso: transporte e distância	Realização de conhecimento, de participação política e percepção de saúde boa
2 –Cuidados ambientais	Acesso a elementos naturais de boa qualidade: terra		Conscientização para cuidados ambientais: realização de práticas de conservação do solo
3 – Acesso e qualidade da água em períodos de seca	Acesso à água para consumo familiar e dos animais	Dificuldades de acesso e comprometimento de qualidade: necessidade de coleta	Realização do consumo de água para a família durante a seca, considerando sua qualidade
4 –Aspectos econômicos	Acesso a financiamento, seguro agrícola e renda suficientes	Garantia de pagamento para obtenção de recursos financeiros através da propriedade	Realização de aspectos econômicos
5 – Segurança protetora	Ajuda e auxílio recebidos através de diversas entidades e comunidade		Realização de satisfação e de melhora de vida, mesmo em anos de seca

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir desses grupos, pretende-se verificar funcionamentos que podem ser afetados pela seca e que são capazes de promover segurança para essas pessoas. O procedimento será realizado com o objetivo de verificar se a vulnerabilidade e a pobreza aumentam com a seca.

Depois de analisar o comportamento de alguns funcionamentos que são tidos como importantes para a defesa contra catástrofes ambientais, há a necessidade de se verificar a ocorrência do processo de vulnerabilidade e se os atingidos têm percepção sobre ele. Esta análise não é feita através de grupos de funcionamentos, mas da relação temporal, antes e depois da seca, entre algumas variáveis como alimentação e acesso à água. Abaixo é apresentado o quadro 2 que mostra como foram analisadas a percepção de vulnerabilidade e de seca.

Quadro 2 – Percepção de vulnerabilidade e seca

	Variáveis de determinação da percepção
Percepção de vulnerabilidade	Relação antes e depois da seca quanto à alimentação, ao acesso e qualidade da água e à capacidade de recuperação e de enfrentamento ao fenômeno
Percepção de seca	Diversificação da atividade econômico-produtiva e percepção da ocorrência de secas

Fonte: Elaborado pelos autores.

As variáveis foram escolhidas considerando as características da população rural de Santo Cristo e do fenômeno ambiental seca. De acordo com o aporte teórico aqui utilizado, o propósito não é estabelecer variáveis universais quanto a pobreza e a vulnerabilidade, mas que se prestem a esse estudo de caso.

1 Serviços públicos (funcionamento): O acesso aos serviços de educação formal e a saúde são fundamentais para a garantia de desenvolvimento intelectual e integridade física da população.

Acesso a serviços públicos (educação e saúde) (intitlamento): É a constatação do acesso ou não aos serviços públicos educação formal e saúde. Não considera a qualidade dos serviços.

Dificuldades de acesso: transporte e distância (variáveis intermediárias): Referem-se à distância média em quilômetros da residência ao posto de saúde e a necessidade de transporte para obter atendimento médico. A distância máxima que o indivíduo pode percorrer até o posto de saúde, aqui estabelecida é de um quilômetro. Aquelas famílias que possuem transporte particular foram, assim como aquelas que moram a menos de um quilômetro do posto de saúde, consideradas como não dependentes de transporte para acessar serviços de saúde.

Conforme os resultados obtidos, 90% dos entrevistados necessitam de transporte para acessar os serviços de saúde e apenas 30% consideram que, ao precisarem de atendimento médico, são bem assistidos. Já, no que tange à realização de conhecimento, ou seja, aqueles que buscam cursos de aprimoramento agrícola e da propriedade na fase adulta, e de participação política, que são aqueles que participam de atividades de engajamento político junto à comunidade, 63% dos entrevistados responderam positivamente.

Realização de conhecimento, de participação política e de percepção de saúde boa (funcionamentos): A realização de conhecimento pode ser necessária para a busca de alternativas das famílias diante de sucessivas quebras de safras. Aquelas famílias que buscam

as culturas e produtos que sofrem menos com a seca, que utilizam a propriedade com mais eficiência e diversificação, podem, *a priori*, se proteger melhor do fenômeno ambiental.

A participação política seria a capacidade ou vontade das pessoas em fazer dos seus problemas pessoais, um problema de toda a comunidade e a união dessas pessoas para resolver ou levar a outras esferas suas necessidades. Já, a percepção de saúde boa depende para a sua realização do acesso ao intitulado serviço de saúde e pode ser impossibilitada pela dificuldade de acesso. Pretende-se analisar se o indivíduo consegue ou não transformar o acesso à saúde em tratamento médico satisfatório.

Proporcionalmente, a educação formal foi um fator importante para a busca de conhecimento e de participação política. No entanto, como a maioria das pessoas entrevistadas estudou até a 5ª série, não se pode afirmar que a educação é o fator determinante para a realização de conhecimento. Provavelmente este funcionamento esteja também relacionado, considerando a amostra, à rede de relações sociais e à relação mantida com as instituições que atendem a essas famílias.

Assim, com base nos resultados obtidos, a educação formal não caracteriza a realização, na vida adulta, de conhecimento, porém, pode vir a ser um fator que facilite a compreensão das informações passadas durante essa fase da vida.

O acesso ao ensino formal também foi vinculado à realização de participação política, seguindo a hipótese de que aquelas pessoas que estudaram mais anos tendem a se inserir com mais afinco na resolução dos problemas de sua comunidade. A maioria dos entrevistados, 19, realiza participação política, porém, não se pode concluir que os que estudaram além da 5ª série são mais ativos politicamente. Dentro desse prognóstico, a participação política pode estar relacionada ao grau de inserção da família na comunidade em que vive, sendo a rede social um provável fator motivador ou não de participação dos problemas da comunidade. O acesso à educação formal pode, assim como na realização de conhecimento, ajudar a compreender melhor certos problemas, ou facilitar o encaminhamento de reivindicações a outras esferas, como governos e sindicatos. Mas, não é o fator que determina o grau de participação política da família, considerando o resultado da amostra.

Para determinar o acesso e a qualidade do serviço de saúde oferecido aos entrevistados, foram analisados a variável intermediária distância da residência até o posto de saúde mais próximo, os intitulos fazer uso do Sistema Único de Saúde (SUS), se há ou não necessidade de transporte para ir ao médico e, o funcionamento percepção de saúde boa que corresponde a assistência satisfatória ao precisar de serviços médicos.

Todos os entrevistados afirmaram usar os serviços médicos através do SUS. A média de distância do posto de saúde entre aqueles que não têm uma percepção de saúde boa e aqueles que têm uma percepção de saúde boa fica próxima de 5 quilômetros. Portanto, pode-se concluir que, para as pessoas entrevistadas, a distância da residência ao posto de saúde não interfere na percepção de saúde. Quanto à necessidade de transporte para chegar ao posto de saúde, 86% daqueles que dizem ser mal atendidos pelos médicos quando os procuram necessitam de transporte, enquanto todos os que disseram ser bem atendidos precisam de transporte. Assim, a necessidade de transporte também não é o que determina a percepção de saúde boa.

Com base nos dados, pode-se afirmar que a distância e o acesso ao serviço médico não são a causa de 70% dos entrevistados acharem que, ao precisarem de tratamento médico, são mal assistidos. Uma explicação pode ser a qualidade do atendimento, uma vez que as pessoas conseguem acessá-lo, mas têm uma resposta negativa quanto ao serviço. Muitos dos entrevistados reclamaram do não cumprimento de horário de expediente por parte dos médicos e do pouco tempo do atendimento em cada consulta, o que reforça a hipótese supracitada.

A partir dos acessos à educação formal e à saúde, procurou-se verificar a realização ou não dos funcionamentos, realização de conhecimento, realização de participação política e percepção de saúde boa. Dentre os entrevistados, 63% realizam conhecimento e participação política.

Quanto ao serviço de saúde, apenas 30% dos entrevistados consideram o atendimento bom, fato que não é explicado pela falta de acesso, uma vez que todos são atendidos pelo SUS e a distância e o transporte não são fatores explicativos.. Assim, com base na amostra e nos resultados obtidos, os funcionamentos realização de conhecimento e participação política são realizados pela maioria dos entrevistados, mas não estão relacionados à educação formal e o funcionamento percepção de saúde boa não é realizado. Portanto, o funcionamento serviços públicos não é realizado.

2 Cuidados ambientais (funcionamento): A realização do funcionamento cuidados ambientais se dá quando as pessoas têm acesso ao elemento natural de boa qualidade e o preservam. A terra foi escolhida para ser o elemento natural analisado.

Acessos a elementos naturais de boa qualidade – terra (intitlamento): O acesso a terra pode ser um fator de permanência ou de êxodo do meio rural. Além da sua condição quanto à propriedade da terra, a qualidade da mesma é importante para que os agricultores e agricultoras possam garantir suas atividades econômico-produtivas.

Entre os entrevistados, 87% acham que suas terras são de boa qualidade para o cultivo agrícola e 73% exercem práticas de conservação do solo. Como o fato de estar ou não em terras de boa qualidade não depende obrigatoriamente da vontade das pessoas, esta variável é tida como um intitlamento. Já, a conservação dos solos passa por uma decisão familiar e pode ou não estar relacionada a qualidade do solo que dispõem. Por isso, representando a constituição de uma consciência de preservação dos elementos ambientais, no caso a terra, a prática de conservação do solo é tida como um funcionamento ambiental.

Para saber se o funcionamento cuidados ambientais é realizado, buscou-se verificar se as pessoas que têm acesso a uma terra de boa qualidade tendem a praticar mais a conservação do solo ou não.

Conscientização para cuidados ambientais (funcionamento): O funcionamento cuidados ambientais mostra a atitude dessas famílias frente ao cuidado com a terra, ou seja, se exercem ou não práticas de conservação de solo.

Entre os 13% que não possuem terra de boa qualidade, a maioria, 10%, afirma não exercer práticas de conservação dos solos. Grande parte dos entrevistados, 87%, dizem possuir terras de boa qualidade. Desses, 70% tentam preservar essa qualidade com a manutenção de práticas de conservação do solo, como curvas de nível, adubação verde e conservação de mata. Portanto, com base na amostra, tem-se que o fato de ter acesso à terra de boa qualidade para a produção é um fator determinante de práticas de conservação do solo. Considerando os resultados, o funcionamento cuidados ambientais é realizado.

3 Acesso e qualidade da água em períodos de seca (funcionamento): Pretende verificar se, em períodos de seca, as pessoas tiveram seu consumo de água prejudicado.

Acesso à água para consumo familiar e dos animais (intitlamento): Diz respeito à disponibilidade de água nos períodos de seca. Refere-se tanto a água para o uso da família quanto para a criação de animais. Dentre as famílias entrevistadas, 83% têm acesso à água encanada e 97% não precisaram coletar água para a família no período de seca. Para o mantimento dos animais, segundo 97% das famílias, não faltou água, mas 93% precisaram coletar água para eles.

Os funcionamentos que estão vinculados a esses intitlamentos são, em períodos de seca, ter água para o consumo da família e ser a qualidade da água boa. Na época da seca, 97% das famílias mantiveram o acesso à água para seu consumo e 90% afirmaram que sua qualidade era boa.

Dificuldades de acesso e comprometimento de qualidade - necessidade de coleta (variável intermediária): Indica a necessidade de andar ou não mais de um quilômetro para coletar água para o uso da família ou para o consumo de animais, sem dispor de transporte motorizado.

A maioria das pessoas, 25, tem acesso à água encanada e o abastecimento foi mantido sem cortes em tempos de seca, não havendo necessidade de coleta de água para o consumo familiar durante esse período. Quanto à qualidade, 22 famílias das que têm água encanada disseram que sua qualidade era boa.

Já, quando perguntados sobre a necessidade de coletar água para os animais, 28 entrevistados afirmaram positivamente, mas disseram que não houve falta de água para os bichos, ou seja, os açudes podem ter diminuído o nível de água, mas não secaram por completo. Além disso, afirmaram que a água era de boa qualidade. Assim, as pessoas são menos vulneráveis à falta de água e menos propensas a terem problemas de saúde derivados dessa falta. Este não é um fator de vulnerabilização e empobrecimento entre a maioria dos entrevistados. Logo, pode-se concluir que a seca não afetou a maioria dos no que tange o abastecimento de água para consumo humano e animal. Portanto, as medidas de combate à seca se mostram eficazes no que tange o acesso e a qualidade da água, sendo este funcionamento realizado.

4 Aspectos econômicos (funcionamento): As famílias produtoras rurais que foram atingidas pela seca necessitam do acesso ao financiamento e do seguro agrícola para garantir seu restabelecimento econômico-produtivo, já que a safra frustrada não pode viabilizar a futura. Por outro lado, seu auto-consumo, por exemplo, pode ter se perdido, sendo a renda o meio necessário para manter a alimentação sem perdas nutricionais.

Acesso a financiamento/crédito (intitulação): Os recursos destacados são o financiamento agrícola, o seguro agrícola e a renda média familiar anual, em Reais de 2004, em períodos de não-seca. Entre os entrevistados, 93% têm acesso ao financiamento e 83% não precisam colocar a propriedade como garantia para a sua obtenção. Já, em relação ao seguro agrícola, 90% das famílias o fizeram em razão das secas. A análise destes dados é importante para verificar a capacidade de superação do fenômeno ambiental.

Garantia de pagamento para obtenção de recursos financeiros através da propriedade (variável intermediária): Esse é um fator que pode impedir as pessoas que, mesmo tendo acesso ao financiamento, deixam de acessá-lo.

Grande parte dos agricultores entrevistados, em torno de 73%, têm acesso ao financiamento e ao seguro agrícola e não precisam colocar a terra como garantia de obtenção destes. Isso se deve, segundo os resultados obtidos em pesquisa de campo, a difusão do

Pronaf Custeio entre esses agricultores. Este financiamento, oriundo do governo federal, não requer garantias de pagamento e está vinculado ao seguro agrícola, Proagro-Mais, que custa 2% do financiamento tomado pelo agricultor familiar e cobre o financiamento para a safra perdida e mais uma quantia monetária para a manutenção da família.

Há, ainda, um percentual de pessoas que não acessam o financiamento e o seguro. Geralmente são as pessoas que vivem mais isoladas, que não recebem as informações necessárias para viabilizar esses intitamentos e que têm menos capacidade produtiva.

Realização de aspectos econômicos (funcionamento): Os acessos ao financiamento e ao seguro agrícola podem proteger mais os agricultores familiares que normalmente não contam com poupanças e viabilizam as safras seguintes com as atuais.

Aqueles que confirmaram a necessidade de comprar alimentos em períodos de seca têm renda média anual em períodos de não seca menor do que os que não precisaram comprar alimentos. Isso pode ser um indicador de que realmente, as áreas que produzem menos são também as mais atingidas pela seca. No entanto, com base nos resultados, não se pode afirmar que essa relação seja direta. Já, o consumo de roupas e materiais de higiene não se manteve no período de seca por 29 dos 30 entrevistados. Neste caso, a renda não foi o fator que determinou esse consumo. Esse dado pode estar associado a precaução dos entrevistados para manter suas economias durante o maior período possível em detrimento da incerteza sobre as perdas produtivas com a seca.

O laudo de 01/03/2005, emitido pela Emater, estima que houve 90% de perdas nas culturas de subsistência durante a seca de 2005. Entre os entrevistados, a perda média de renda com a frustração da safra 2004/05 fica em torno de 80%. Considerando esses dados, pode-se inferir que esses agricultores, que possuíam renda anual média de R\$ 14.551,89 e média de 2 ha para lavoura de subsistência em períodos sem estiagem podem estar em um processo de vulnerabilização e empobrecimento. Analisando a situação de grande parte dessas famílias em anos de chuvas regulares, não se poderia afirmar que essas pessoas são pobres ou vulneráveis no que concerne a renda. No entanto, com as constantes secas, a renda dessas famílias já não é a mesma e sua subsistência está, em muitos casos, comprometida.

Quanto ao financiamento e a obtenção do seguro agrícola, pode-se afirmar que o grupo de entrevistados realiza o funcionamento aspectos econômicos, já em relação à renda, este é realizado em anos de chuvas regulares, mas, com as secas, a renda diminui, e aumenta a necessidade de consumo de alimentos, principalmente entre aqueles que possuem uma renda média anual menor. Assim, o funcionamento aspectos econômicos é realizado parcialmente.

5 Segurança protetora (funcionamento): A segurança protetora é realizada quando as pessoas estão inseridas em uma rede social e institucional consolidada.

Ajuda e auxílio recebidos através de diversas entidades e comunidade (intitulado): Trata-se do apoio recebido ou não pelas famílias de algumas entidades.

As famílias se sentiram mais apoiadas pelo governo federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela Igreja e pelos vizinhos. Já, a Emater e a prefeitura não tiveram um bom desempenho quanto a ajuda junto a essas famílias. A maioria, 83%, quer permanecer no campo mesmo com as secas, mas 60% acham que a vida tem piorado nestes anos.

Segurança protetora (funcionamento): A segurança protetora relaciona a rede social e institucional com a permanência das famílias na área rural e a percepção de melhoria da vida como um todo, mesmo com as sucessivas secas.

Entre as pessoas entrevistadas, 83% sentem vontade de permanecer no campo mesmo com os anos de seca. Ao relacionar este resultado com as ajudas recebidas, não se pode afirmar que estas foram decisivas para o sentimento de permanência no meio rural. Já, em relação ao sentimento de melhoria de vida, pode-se afirmar que 40% dos entrevistados sentem que sua vida melhorou, mesmo com os anos de seca. Para este resultado a segurança protetora também não foi decisiva. Mesmo com esta constatação, não se pode dizer, com base nos resultados, que a segurança protetora não tem influência na vida dessas pessoas e na sua decisão de permanecer no campo, no entanto, não é o único fator motivador.

Confrontando os dois resultados, tem-se que a maioria das pessoas tem vontade de continuar vivendo no campo, entretanto afirmam que sua vida não tem melhorado nestes anos de seca. Isto pode representar um processo de vulnerabilização e pobreza, que poderá acarretar no êxodo rural de alguns entrevistados. Assim, apesar de receberem ajuda de boa parte das instituições e comunidade, estas famílias não estão sendo capazes de superar as perdas econômico-sociais geradas com a seca, portanto o funcionamento segurança protetora não está sendo realizado plenamente. Esta insuficiência de assistência pode não ser somente um problema atual, mas futuro.

Assim, considerando os grupos de funcionamentos destacados, tem-se que os serviços públicos, aspectos econômicos e segurança protetora não foram realizados, prejudicando a qualidade de vida das famílias. Já, os funcionamentos cuidados ambientais e acesso e qualidade da água em períodos de seca ajudaram no fortalecimento desses agricultores diante da seca. A seguir é apresentada uma tentativa de percepção de vulnerabilidade e seca.

Para perceber a vulnerabilização das famílias em consequência das secas, foram analisadas a alimentação, o acesso e a qualidade da água e se as famílias relacionavam suas

perdas ao tamanho da sua propriedade. Depois disso, era preciso saber se as famílias estão percebendo as sucessivas secas que vêm enfrentado e, se esta percepção está vinculada ao grau de diversificação das atividades econômico-produtivas. Quanto menos diversificadas forem a produção rural e a obtenção de renda pela família, mais sujeitas ao risco elas estarão e mais vulneráveis tendem a ser. Além disso, busca-se analisar se as famílias não puderam manter sua alimentação e se sofreram com a falta de água. Por fim, foi perguntado se as famílias achavam que ao terem uma propriedade maior poderiam manter por mais tempo o auto-consumo e teriam menos perdas de produção.

No que concerne ao acesso e à qualidade da água durante os períodos de secas, 60% das famílias não os manteve. Já, quanto à alimentação, 53% disse que ela se manteve inalterada nos períodos de estiagem e 90% disse que não houve necessidade de comprar alimentos.

Entre as trinta famílias, o maior percentual, 60%, diz não ter mantido o mesmo acesso e qualidade da água em tempos de chuvas regulares e de seca. No entanto, a maioria dos que não teve o mesmo acesso a água, 33%, manteve a alimentação igual nos períodos de chuvas regulares e de seca. Com base nos resultados, não se pode inferir que aquelas famílias que tiveram problemas com a qualidade e acesso à água também tiveram dificuldades para manter sua alimentação nos períodos de seca.

A maioria dos entrevistados, 60%, acredita que se tivesse uma propriedade maior poderia se defender mais dos efeitos da seca. Dentre os que consideram que mais terras disponíveis para a produção são capazes de diminuir os efeitos da seca, 33%, tiveram diminuição da alimentação no período de seca. Em razão da pouca diferença percentual que há entre aqueles que consideram que mais terras garantem mais proteção contra a seca e que mantiveram ou não a sua alimentação nos períodos de seca, não se pode afirmar que há uma relação direta entre aqueles que tiveram sua alimentação diminuída e aqueles que têm menos terras. Por isso, o tamanho da propriedade não está relacionado, considerando-se a amostra, à manutenção de auto-consumo em períodos de seca.

Quanto a relação entre a qualidade e acesso à água e o tamanho da propriedade com a necessidade de compra de alimentos. Aqui, há uma diferença percentual que pode significar uma perda de qualidade e de volume alimentar. Enquanto 90% dos agricultores disseram não haver necessidade de compra de alimentos no período de seca, 46% disseram que a alimentação mudou no mesmo período. Portanto, 36% das pessoas que tiveram problemas com suas culturas de subsistência não repuseram estes alimentos, caracterizando uma provável perda nutricional. Dentre aqueles que não tiveram necessidade de comprar

alimentos, 53% tiveram mudanças no abastecimento e qualidade de água e 60% acham que o tamanho de sua propriedade é insuficiente para se proteger dos efeitos da seca. Com base nos resultados, a seca pode ser percebida como um fator de vulnerabilização grave, já que afeta o mais elementar dos funcionamentos, a alimentação, e ela não está relacionada ao tamanho da propriedade.

A diminuição da vulnerabilidade permeia também a mudança de atitude dessas famílias em razão dos sucessivos anos de seca. Para tanto, é preciso saber se as famílias estão tendo uma real percepção deste fenômeno e de sua periodicidade alarmante. Após, verificou-se se as famílias estão procurando diminuir sua vulnerabilidade econômica através da diversificação das atividades.

Entre as famílias, 87% não possuem membros trabalhando fora da unidade de produção ou exercendo atividades não-agrícolas. Já, 53% destas famílias afirmam ter renda não-agrícola. Uma importante fonte não-agrícola de renda é oriunda da aposentadoria. A maioria, 87%, produz leite para venda, o que não ocorre em relação à produção de animais para abate e à prática de atividades de beneficiamento.

Aquelas famílias que estão mais estreitamente dependentes da produção agrícola tendem a sentir mais rápido e intensamente os períodos de seca, em razão de sua vulnerabilidade econômico-produtiva. Assim, pretende-se analisar se as famílias que mais vezes sentem a seca nos últimos 10 anos são aquelas que exercem menos práticas de diversificação econômica que diminuam sua vulnerabilidade econômico-produtiva.

Em média, aquelas famílias que não tem membros trabalhando fora da unidade de produção, que não desempenham atividades não-agrícolas, que não têm animais de abate para venda, que não produzem leite para venda, que não exercem atividades de beneficiamento e que não têm renda não-agrícola, sentiram a seca 7 vezes em sua propriedade neste últimos 10 anos. Entre os que exercem essas atividades econômico-produtivas, o número médio de secas sentidas foi de 6 vezes. Com base nos dados, pode-se intuir que aquelas pessoas que exercem práticas de diversificação econômico-produtivas estão menos suscetíveis aos fenômenos ambientais, no entanto, não se pode afirmar com certeza, que estão menos vulneráveis. Outro dado interessante é que algumas famílias sentiram a seca em mais de sete vezes nos últimos 10 anos. A percepção das secas pode estar vinculada as perdas dessas famílias. Estando findada a análise dos resultados, a próxima seção apresenta a conclusão do trabalho.

4. Afinal, pode-se inferir que a seca empobreceu e vulnerabilizou a população rural de Santo Cristo?

A pobreza tem várias dimensões e pode ser qualificada pela supressão de vários fatores, dependendo da sociedade a qual pretende-se trabalhar. Ou seja, uma pessoa pode ser pobre em determinada comunidade, que vive sob alguns valores e ser considerada não-pobre em outra que possui outros valores. Este é o caso de Santo Cristo que, quando comparado com outros municípios que passam por secas, como os do sertão do nordeste brasileiro, pode não ser visto como vulnerável ou pobre. Porém, a definição de pobreza utilizada segue a Abordagem das Capacitações, segundo a qual pobres são aquelas pessoas que não têm a liberdade de levar a vida que julgam ser a melhor e, diante das sucessivas secas, sem uma recuperação ambiental, essas pessoas podem estar em um processo de empobrecimento, decorrente do aumento da vulnerabilidade, e deixando de viver como gostariam.

Já, a vulnerabilidade tem uma característica temporal, que a diferencia em termos de análise da pobreza. A vulnerabilidade está vinculada a algum fator que abale a vida das pessoas e representa a qualidade de vida das mesmas e a capacidade de recuperação que estas têm ou não perante este fator exógeno. No caso de Santo Cristo, há uma vulnerabilidade ambiental mais latente do que a sócio-econômica que, com as sucessivas estiagens, caracterizou-se por secas. Essa vulnerabilidade ambiental está cada vez mais próxima das questões sócio-econômicas, em razão das perdas produtivas. Assim, as políticas de desenvolvimento rural nesta região devem visar a recuperação ambiental como medida de combate à vulnerabilidade e à pobreza.

Verificou-se que a condição de agente dos entrevistados tem ajudado no fortalecimento dos mesmos diante da seca. São, na sua maioria, famílias que participam da vida comunitária, reivindicam seus direitos e acessam mecanismos governamentais de fortalecimento econômico-produtivo.

Com base nos resultados, conclui-se que os intitulamentos e os funcionamentos selecionados se relacionam, a exceção da educação formal como motivador de conhecimento e participação política. Tem-se que as famílias entrevistadas estão fortemente vinculadas ao meio ambiente e, com a degradação ambiental, estão mais vulneráveis ao fenômeno seca. As famílias que vêm sendo afetadas pela seca querem mais do que ajudas emergenciais. A eficácia de medidas tomadas antes da instalação de uma nova seca pode ser verificada através da disseminação do acesso à água encanada. Isso garantiu, apesar da seca, que as famílias mantivessem seu consumo de água praticamente inalterado.

A seca já deu sinais de que não é um fato isolado, ocorrendo sete vezes na última década, com períodos de estiagem cada vez mais intensos e duradouros. Conversando com as famílias percebe-se que a região passa por um processo descaracterização da paisagem, fruto da intensificação da produção agrícola, que deve, segundo os próprios entrevistados, estar relacionado a esses períodos de seca.

5. Referencial teórico

ARAÚJO, A. E.; BARBOSA, M. P.; MORAES NETO, J. M. Geoprocessamento no estudo de degradação ambiental e dos riscos a desastres no município de Sousa, Paraíba, desde uma perspectiva social. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11, 2003, Belo Horizonte. **Anais XI SBSR**. São José dos Campos: INPE, 2003. p. 1715-1724. Disponível em: http://mar.te.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.18.09.50/doc/14_360.pdf. Acesso: 01 abr. 2005

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. **IDS Bulletin**, v. 20, n. 2, 1989, p. 1-7.

DULCOS, J. **Vulnerability and poverty**: a few distinctions. 2002. Disponível em: <http://www.ecn.ulaval.ca>. Acesso em: 24 jun. 2005.

LEITE, J. A. A.; LEITE, P. S. Uma investigação do problema do semi-árido nordestino com destaque para a Paraíba. In: I ENCONTRO SOBRE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1., 1984, João Pessoa. [**Anais Ministério da Educação e Cultura UFPB**]. [João Pessoa], [1984].

McGREGOR, J. A. **A poverty of agency**: resource management amongst poor people in Bangladesh. Draft, 2000. Disponível em: <http://staff.bath.ac.uk>. Acesso em: 24 jun. 2005.

MENASCHE, R. **Percepções e projetos**: agricultura familiar em mudança: o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).URFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano – 2001**: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso: 30 mar. 2005.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.39, p. 117-142, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/>. Acesso em: 09 jan. 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHAFFER, Paul. **New thinking on poverty**: implications for poverty reduction strategies. Trabalho preparado para The United Nations Department for Economic and Social Affairs (UNDESA) Expert Group Meeting on Globalisation and Rural Poverty, 2001. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

THE WORLD BANK. **Measuring vulnerability**. 2000. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

O EXTRATIVISMO (ILEGAL) ANALISADO SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DO IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL

Romilda de Souza Lima¹
Andréia Angela De Rosso David²

Resumo

O extrativismo ilegal do palmito da espécie *Euterpe edulis*, comumente conhecido como juçara, têm consistido numa atividade impactante no Parque Nacional do Iguaçu. Nos aspectos ambientais, destaca-se que a derrubada da árvore do palmito causa inúmeros prejuízos à composição do ecossistema local. Além das alterações paisagísticas, a retirada de palmito interfere na dinâmica populacional da floresta, já que a interrupção na produção de sementes provoca prejuízos diretos para a avifauna e a mastofauna. No que tange aos aspectos da segurança alimentar, há o problema gerado pela manipulação e envasamento realizados com água de origem duvidosa, no meio do mato, ou seja, em local sem nenhuma condição favorável do ponto de vista higiênico sanitário. E no aspecto social destaca-se o perfil da mão-de-obra que se insere nesta atividade ilegal, em muitos casos, são trabalhadores rurais temporários, jovens, que entre uma safra e outra se inserem nesta atividade ilegal. Neste artigo discute-se sucintamente a importância desta espécie para a manutenção da biodiversidade na referida Unidade de Conservação e apresenta-se algumas informações relativas às ações de manejo e fiscalização que vem sendo desenvolvidas no sentido de coibir cada vez mais a atividade ilegal que causa impactos negativos consideráveis.

Palavras-chaves: segurança alimentar, extrativismo, sustentabilidade

1. Introdução

O desenvolvimento de um país deve ser respaldado a partir de sua construção de forma sustentável e essa sustentabilidade depende da congruência entre os aspectos sociais, econômicos, éticos e ambientais. Neste sentido, uma política estável de segurança alimentar é um dos pontos cruciais para o pleno desenvolvimento de uma nação, baseando-se na premissa de que o acesso a uma alimentação saudável, disponível em qualidade e em quantidade suficiente, além de ser um direito humano, é também um dever do Estado, para garantir qualidade de vida favorável a seu povo.

¹ Mestre em Extensão Rural. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E.mail: romis.lima@yahoo.com.br. Membro do Grupo de Pesquisa GEPSA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Segurança Alimentar e do Grupo Desenvolvimento Rural – DERU.

² Graduanda em Economia Doméstica – Membro discente do Grupo de Pesquisa em Segurança Alimentar. andreia_fbe@yahoo.com.br.

A discussão em torno da segurança alimentar no Brasil constitui, atualmente, num dos principais focos da gestão governamental e em nível mundial uma preocupação cada vez mais presente nas agendas das políticas públicas.

A Segurança Alimentar e Nutricional, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA implica na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Da mesma forma, deve haver a preocupação com uma produção de alimentos baseada em práticas sustentáveis nos âmbitos sociais, ambientais e culturais, e ao mesmo tempo estar pautada em práticas promotoras da saúde humana.

No Brasil, o modelo tradicional de exploração agrícola tem contribuído para a insustentabilidade ambiental e menospreza as medidas necessárias à preservação dos recursos naturais. Esta discussão não é recente, sendo amplamente debatida nas bases acadêmicas e divulgada por pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Desde o período colonial brasileiro, a exploração de recursos naturais com a finalidade de sustentar uma produção agrícola economicamente rentável, destacava a percepção pragmática da natureza por parte dos colonizadores portugueses e espanhóis, através do descaso com que a terra era tratada. Uma vez sendo farta, usava-se disso como justificativa para explorá-la sem grandes preocupações, ao mesmo tempo, que pouco lhe dava em troca, “(...) desde os tempos mais remotos da colonização, norteara a criação da riqueza no país, onde todos queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”, conforme nos é mostrado por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” e Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala”, onde retratam como se deu a formação social brasileira.

Transpondo essa lógica de ocupação colonial e exploração dos recursos como herança aos dias atuais, tem-se como resultado, dentre outros, o uso abusivo dos recursos hídricos, a aplicação descontrolada de agrotóxicos, aliados a interesses econômicos que ampliam cada vez mais as áreas de produção extensiva de monoculturas e o extrativismo ilegal que contribuem para a ampliação do quadro de destruição ambiental e para a redução da capacidade produtiva do solo, que já se encontra no seu limite.

Apesar de os incentivos para a produção alternativa de alimentos, a agroecologia, por exemplo, estarem conquistando cada vez mais espaço, ainda é incipiente quanto à ocupação deste setor no quadro geral de produção de alimentos no país, pois sua utilização se restringe a pequenos nichos de mercado. Isto destaca um dos desafios no qual a discussão sobre segurança alimentar precisará confrontar.

Na busca por uma produção sustentável de alimentos, no viés da segurança alimentar, é possível apontar e organizar as discussões acerca da segurança alimentar e nutricional em quatro conteúdos e campos de política distintos, estabelecidos por Pessanha (1998): 1. A garantia da produção e oferta agrícola, onde diz respeito ao problema da escassez e oferta de produtos alimentares (*food security*). 2. O direito humano de acesso aos alimentos. 3. A qualidade sanitária e nutricional dos alimentos (*food safety*). 4. Assegurar a conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar.

Fica evidente que a necessidade de implementação e, ou, readequação de políticas públicas específicas perpassa por todos os aspectos discorridos até aqui.

No intuito de contribuir para ampliação do leque de debates, o enfoque principal deste artigo está pautado na discussão da segurança alimentar sobre dois aspectos principais: 1. No quadro atual de utilização dos recursos naturais, aqui destacando o extrativismo ilegal. 2. A produção de alimentos que oferecem riscos à saúde do consumidor, no caso, a fabricação clandestina do palmito-juçara retirado do Parque Nacional do Iguaçu e comercializado na região de seu entorno e também fora do estado. Entende-se que para se tratar do impacto acerca dessas questões no Paraná, implica em analisar, mesmo que rapidamente, o histórico de ocupação e conseqüentemente de exploração agrícola regional, aliado a seus impactos enquanto promotor de avanços econômicos, mas também de grandes custos ambientais e sociais.

2. A Devastação Florestal no Paraná e a Importância da Economia Agrícola no Estado

O Sul do Brasil, a exemplo das outras regiões do país, também sofreu o impacto de um pensamento-lógico exploratório invasivo e prejudicial a partir do início da colonização desta região, conforme destaca Pádua (2004 p. 80):

(...) na colonização do sul do Brasil por alemães no início do século XX, a lógica da facilidade predatória também revelou a sua força prática. Esses colonos, ao se estabelecerem em uma região de mata atlântica subtropical, abandonaram o uso do arado ao qual estavam tradicionalmente acostumados, adotando as queimadas típicas dos agricultores brasileiros.

Neste aspecto, nos chama a atenção também um registro feito por Dean (1997 p. 65), sobre como os índios rapidamente se adaptaram às tecnologias introduzidas pelos europeus, sobretudo as ferramentas de aço:

(...) um grupo de caigangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito freqüente, para apanhar larvas, mel e frutos. Muitos que caíam das árvores morriam – agora eles simplesmente derrubavam as árvores.

Os registros acima ajudam a entender a dinâmica de ocupação e exploração das áreas naturais do estado do Paraná, que não diferem também de outras áreas do país. Seguindo-se uma lógica de ampliar rapidamente e de forma truculenta as áreas de produção agrícola, ao mesmo tempo em que se diminui o esforço da mão-de-obra empregada para tal, desde o início do século XX criou-se a noção do menor esforço para se obter maior resultado, porém desconsiderando-se os aspectos ambientais. Onerando assim, em longo prazo, os meios biótico, físico e antrópico da natureza, impondo-lhe processos de readaptação e de recuperação nem sempre possíveis.

Ancorados, portanto em um pressuposto de crescimento rápido, lideranças políticas da época, permitiram que grandes áreas de mata nativa fossem completamente destruídas, por desprezar os critérios necessários, ao mesmo tempo em que se ampliava as áreas de produção agrícola intensiva, conforme pode ser observado nas informações apresentadas a seguir, onde é possível verificar os diferentes ciclos produtivos incorporados a essas áreas.

Segundo Campos (2001), no histórico do estado do Paraná, podem-se caracterizar três períodos marcantes de devastação causados pelos diferentes ciclos econômicos: a extração acentuada de madeira entre o final do século XIX e o início do século XX, o avanço da fronteira agrícola, com lavouras de café, algodão e cana-de-açúcar, entre 1940 e 1950, e por fim o terceiro ciclo entre 1970 e 1975, em que 3 milhões e 450 mil hectares de florestas nativas foram destruídas. Neste último caso teve como responsável o grande avanço da soja e do trigo.

O Paraná que possuía originalmente, 84,72% de sua área coberta com florestas (MAACK, 1981), em 2000, apenas 8% de sua área era coberta por florestas primárias, segundo os dados presentes no relatório do ano do mesmo ano da Fundação SOS Mata Atlântica. Em relação à totalidade do país, estima-se que somente 3% da Mata Atlântica ainda permaneça em condições naturais (LIMA et al., 2001).

Esta devastação teve várias causas que contribuíram para que ao longo das décadas o estado do Paraná tenha tido seu solo e seus recursos naturais explorados de forma cada vez mais intensivas.

No contexto estadual, a agricultura teve importante contribuição para o desenvolvimento local. Segundo dados do Governo Estadual³, o Paraná atualmente é responsável por, aproximadamente, 25% da produção de grãos do país, apesar de ocupar pouco mais de 2,3% do território Nacional. Esta condição, no entanto, teve um alto custo social e ambiental.

No contexto social, o Paraná reduziu em duas décadas e meia sua população rural para menos da metade, onde os trabalhadores rurais volantes se instalaram nas periferias urbanas em condições precárias e ocupando subempregos, sendo que muitas destas pessoas têm encontrado no extrativismo ilegal uma fonte de renda. Este viés de discussão faz parte dos estudos sobre a Economia Ambiental (neoclássica) e da idéia de Eco-Desenvolvimento proposto por Ignacy Sachs.

No caso do Paraná, a preocupação e a consciência em relação aos custos sociais e ambientais do desenvolvimento do Estado, parecem não ter feito parte das agendas políticas nos últimos anos, pois praticamente toda a área de floresta foi substituída de forma descontrolada por áreas de produção agrícola, o que leva a concluir que se almejava o crescimento a todo custo, pela falta de entendimento de que não se mede a riqueza real somente sob o aspecto dos valores de troca, mas principalmente pelos valores de uso, pois no primeiro caso, este pode ser considerado como uma forma de “crescimento selvagem”, que na visão de Sachs (1998), é aquele que permite crescer a economia, mas gera altos custos sociais e ecológicos, enquanto o crescimento a ser buscado deveria ser aquele que se poderia denominar não de crescimento, mas sim de desenvolvimento e que conjugaria crescimento econômico, geração de empregos e proteção adequada ao meio ambiente.

Existem diversas alternativas possíveis de uso sustentável da floresta. Uma delas consiste no incentivo aos sistemas tradicionais de manejo que podem contribuir para a manutenção da diversidade biológica, ao mesmo tempo em que assegura a permanência de uma dinâmica cultural e social de grupo tradicionais envolvidos nesse processo. Porém, no estado do Paraná, iniciativas pontuais nesse sentido, ainda são mínimas e fazem parte de iniciativas-piloto de pequenos grupos organizados por ONGs ambientalistas, e praticamente nenhuma iniciativa parecida existe com apoio governamental, que investe amplos recursos na forma tradicional de exploração do solo para ampliação da produção agrícola convencional que polui rios e nascentes, que permite a ampliação das áreas de desmatamento ilegal, que contribui para o desequilíbrio ecológico e também social. Este apontamento sugere a importância a ser dada à preservação dos últimos remanescentes de floresta nativa ainda

³ Página oficial do governo do Paraná: [http:// www.parana.gov.br](http://www.parana.gov.br). Acesso em 20/02/2005.

existentes no Estado, sendo o espaço delimitado pelo Parque Nacional do Iguaçu um dos mais importantes.

3. O Parque Nacional do Iguaçu - PNI, no Contexto Espacial do Estado do Paraná

O PNI está localizado no extremo-oeste paranaense, possui uma área de 185.262,5 ha podendo ser, metaforicamente, considerado uma “ilha solitária de floresta, dividindo a paisagem com plantações de soja a perder de vista e o grande espelho d’água de 135.000 ha do lago artificial de Itaipu” (URBAN, 2002) (FIGURA 1).

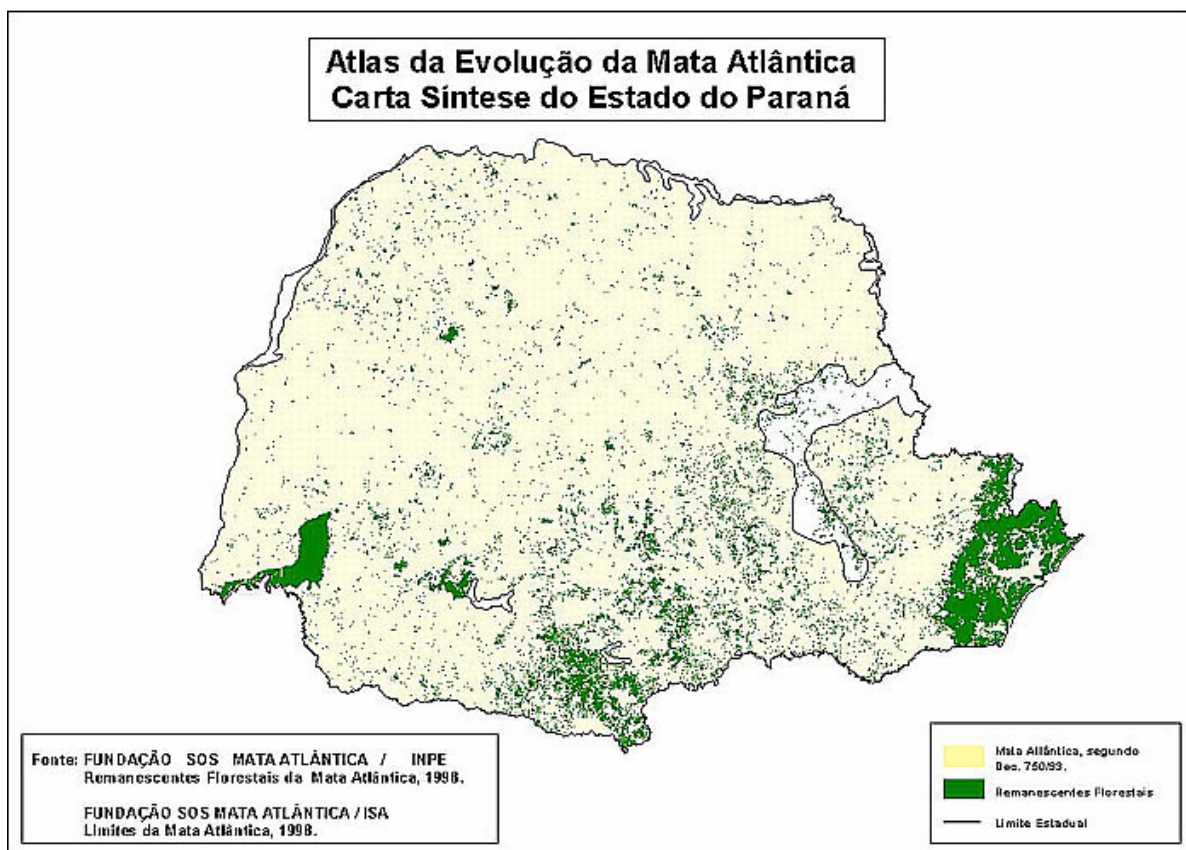


FIGURA 1: Evolução da Mata Atlântica, com a cobertura original e a atual.

Percebe-se pela FIGURA 1, que o PNI representa uma das últimas regiões em que se encontra área de remanescente florestal no Estado do Paraná e a mais bem conservada. Neste contexto, a importância dos efeitos de exploração predatória nesta região, deve ser destacada, sendo que qualquer atividade que contribua para sua degradação necessita ser efetivamente combatida.

Como uma Unidade de Conservação de proteção integral, um Parque Nacional tem como objetivo principal preservar o ecossistema natural local, sendo permitidas atividades como o turismo, a recreação, a educação e interpretação ambiental e a realização de pesquisas científicas (LIMA, et al., 2001). Apesar de abrigarem a maior parte da biodiversidade remanescente no mundo, nestes locais, como é o caso do PNI, a pressão constante sobre muitas espécies da fauna e da flora tem contribuído imensamente para um declínio populacional acentuado. Além de abrigar uma biodiversidade incontestável, o PNI possui a maior e a mais importante área de Floresta Estacional Semidecídua do País (URBAN, 2002).

As características climáticas do local onde se localiza o PNI favorecem a fauna local e por isso se constitui num abrigo importante para inúmeras espécies da fauna, sendo que quase 100 delas encontram-se ameaçadas de extinção (IBAMA, 2000). No entanto, este parque está sendo alvo constante de uma série de crimes ambientais, onde se sobressaem a caça de animais silvestres e a extração de palmito como as conseqüências mais cruéis da intervenção humana no local (D`AMICO *et al.* 2004).

4. A Importância do Palmito na Manutenção da Biodiversidade

A palmeira da espécie *Euterpe edulis*, conhecida na linguagem não científica como “juçara” ou “palmito-doce”, possui grande aceitação de consumo devido a seu sabor agradável e sua textura macia. Devido a essa grande aceitação e conseqüentemente à facilidade de comercialização e seu favorável valor de mercado, a exploração deste tipo de palmito tem se ampliado ao longo dos anos. Como a maior parte da produção natural da espécie se encontra em áreas protegidas, como em toda a extensão da Mata Atlântica, por exemplo, cada vez mais sua exploração tem ocorrido de forma clandestina, assim como todo o processo de envasamento e comercialização. Segundo GALETTI & FERNANDEZ (1998), uma árvore desta espécie leva de 08 a 10 anos para se tornar adulta e conseqüentemente produzir fruto.

Para se retirar o palmito, que é o conjunto de “bainhas” que dão origem às folhas da palmeira e que fica na extremidade apical da árvore, é necessário derrubá-la, causando sua morte. Uma vez que a derrubada de árvores no meio da floresta normalmente causa a queda de outras próximas, o que se tem é um efeito drástico na composição do ecossistema local, ainda mais ao considerar-se o efeito de borda causado pela formação de clareiras no interior da mata. Este efeito é caracterizado por uma série de alterações microclimáticas, iniciando com a elevação da temperatura do solo e conseqüente aquecimento do ar no interior da

floresta, incorrendo na perda de umidade por evaporação e tornando o ar mais seco, facilitando a propagação de incêndios florestais. Outra alteração decorrente deste processo é o aumento da exposição de árvores à ação do vento, o que se torna desastroso em épocas de ventanias, ocasionando a queda de muitas árvores (CÂNDIDO-JR, 2000; FERNANDEZ, 2002).

As modificações do microclima e a queda das árvores desencadeiam também outros efeitos. Com o aumento da insolação e o ressecamento, as plantas heliófitas começam a aumentar, impedindo o crescimento das plântulas das grandes árvores (em geral adaptadas a germinar na sombra) e transformando a área em uma densa macega de vegetação arbustiva baixa e com dossel aberto.

Além das alterações paisagísticas, a retirada de palmito interfere na dinâmica populacional da floresta, já que a interrupção na produção de frutos provoca prejuízos diretos para a avifauna e a mastofauna. Por se tratar de uma fonte alimentar importante para diversas espécies animais, sua escassez repercute ao longo da cadeia trófica, interferindo no equilíbrio das populações de animais consumidores, como por exemplo, o macuco (*Tinamus solitarius*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), bugio (*Alouatta fusca*) e anta (*Tapirus terrestris*). Além das espécies citadas, todas inclusas na lista oficial de animais ameaçados de extinção no território brasileiro (URBAN, 2002), outras 36 espécies encontradas no parque utilizam este alimento, como sabiás, tucanos, psittacídeos, jacus, esquilos e quatis, entre outros. A importância dos frutos do palmito-juçara é maior no inverno, período em que ocorre a frutificação da árvore, e época em que muitas outras árvores da mata se encontram sob estresse hídrico (Fundação SOS Mata Atlântica⁴).

A preocupação com a exploração clandestina de *E. edulis* iniciou-se no Brasil, segundo MATOS & BOVI (2002), a partir da década de 1960, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão atualmente extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Segundo as autoras, houve uma tentativa do IBDF, na época, em regularizar a produção desta espécie através de produção e manejo adequado mantido pelas próprias fábricas, que deveriam investir em áreas próprias de cultivo da espécie. Mas poucas são as fábricas que funcionam de forma legalizada no país.

Apesar de sua produção sem a realização de um plano de manejo sustentado ser proibida por lei, a exploração clandestina e predatória da espécie continua a ocorrer no Brasil,

⁴ Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão do Palmito – SOS Mata Atlântica. Disponível em http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=5_1_4_3 acessado em 12/02/2005

sendo considerada ilegal quase toda a produção e comercialização feita no país e também sua exportação. Do ponto de vista do comércio externo, há uma tendência, sobretudo dos países da Europa, em importar produtos que possuam certificação ambiental, em que a produção sustentável, tanto nos aspectos ambientais quanto sociais, seja respeitada. Essa postura poderá fazer com que, no futuro, a produção clandestina para exportação diminua, aumentando em contrapartida a produção seguida de um manejo sustentável.

Com o intuito de diminuir esta atividade ilegal, no Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), possui o projeto denominado “Plantando Palmito” que atualmente encontra-se em fase experimental numa pequena região (piloto) no litoral do estado. O objetivo deste projeto seria o de difundir a cultura do palmito entre as comunidades que sobrevivem de sua extração. A legalização do palmito em áreas de reflorestamento seria um dos principais objetivos do projeto, além de ser uma alternativa à clandestinidade. Do ponto de vista ambiental, contribui na preservação do palmito-juçara e na manutenção da fauna silvestre da Floresta Atlântica. Socialmente, permite o envolvimento comunitário no processo produtivo, e no âmbito econômico, gera receitas permanentes através da exploração das áreas reflorestadas.

Apesar da grande relevância de algumas ações como é o caso do Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão do Palmito, que atua no Vale do Ribeira, estado de São Paulo e do Projeto do IAP no Paraná, essas ações ainda são pouco representativas em termos de áreas de abrangência. A exploração clandestina ainda é muito representativa tanto na rapidez com que se multiplica, quanto nos efeitos causados à biodiversidade.

5. A Extração do Palmito Juçara no PNI

Apesar do reconhecido esforço e dedicação dos profissionais responsáveis pela área de manejo no PNI e da Polícia Florestal, em combater a extração clandestina do palmito-juçara, este ainda representa um desafio a ser superado no parque. Têm sido constantes as ações de fiscalização e monitoramento, através de incursões na mata e sobrevôos de helicóptero, envolvendo atividades conjuntas entre IBAMA, Polícia Florestal, e mais recentemente, a Polícia Federal e o corpo de Guarda Parques argentino – responsáveis pela proteção do Parque Nacional Iguazú, parque nacional argentino que faz limite com o brasileiro, e também pesquisadores no sentido de coibir a continuidade da atividade na região.

As áreas com maior pressão de retirada do palmito têm sido monitoradas para avaliação dos principais locais de ocorrência da espécie, para que seja dada maior atenção a

essas áreas. Além disso, tem-se buscado informações e denúncias dos moradores da região para que sejam focados os principais locais de extração, e principalmente para se saber onde o produto está sendo envasado, locais conhecidos localmente como “fabriquetas”, e por quais estradas está sendo escoado, para que possam ser realizados bloqueios nestes locais.

Outra estratégia que vem sendo utilizada é a realização de operações conjuntas com a Vigilância Sanitária em municípios próximos ao parque, e que sabidamente comercializam o palmito ilegal. Na última ação deste tipo, apenas em dois municípios, Cascavel e Toledo, foram apreendidos mais de 1200 vidros de palmito extraído do PNI, que estavam inclusive, com rótulo e número de licença no IBAMA falsos.

5.1 Dados de Apreensão no PNI

Considerando os dados obtidos a partir da análise dos autos de infração do IBAMA e o banco de dados da Polícia Florestal, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2005, foram detidos 121 palmiteiros, e apreendidos cerca de 20.500 unidades de palmitos *in natura*, e 17.500 vidros de palmito. Foram interditados também 27 pontos de industrialização ilegais (fabriquetas). Considerando-se que foi apreendido, segundo estimativas, menos um quinto do palmito que é realmente extraído, tem-se em torno de 160.000 árvores derrubadas no interior do Parque em menos de seis anos, o que corresponde a 160 hectares de floresta derrubada.

Em dados mais antigos, na pesquisa de GALETTI & FERNANDEZ (1998) no Vale do Ribeira em São Paulo, é mostrado que num período de 22 meses (janeiro de 1994 a outubro de 1995), a polícia confiscou 20.676 vidros de palmito envasado de 300 g cada, 3.043 vidros de 1 a 8 kg e ainda, 3.128 do fruto dessa espécie *in natura*.

Estes dados apontam para o comprometimento de imensas áreas de mata e para o risco à sobrevivência de inúmeras espécies animais e vegetais.

5.2 Perfil das Pessoas Envolvidas na Atividade de Extração e Fabricação Clandestina do Palmito

Os responsáveis pela exploração clandestina são normalmente provenientes da própria região, que contratam a mão-de-obra para a atividade, no caso, os chamados palmiteiros e também atuam como intermediários na comercialização do produto, principalmente nos municípios próximos ao parque. Houve também ocasião em que palmiteiros vindos de São Paulo estavam extraindo palmito do PNI para ser enviado a esse Estado.

Economicamente, a exploração clandestina é muito vantajosa para quem controla a exploração. O custo da coleta e a produção final do palmito envasado são baixos, já que não são computados os custos para seguir as normas de controle higiênico-sanitário de sua produção, porque essas não são seguidas. Em contrapartida, o produto enviado para outros estados e também o que é vendido na região, consegue ser competitivo se comparado com a produção legalizada e ainda mais se comparado com palmitos de outras espécies, não tão bem aceitas quanto o palmito-juçara.

Em relação a isso, GALETTI & FERNANDEZ (1998), numa pesquisa sobre exploração clandestina de palmitos no Vale do Ribeira em São Paulo, descreveram como exemplo a apreensão realizada pela polícia em 1995, de um caminhão, no interior de São Paulo, em que foram confiscados 5.794 vidros de palmito de 300 g cada um e 272 vidros de 1 a 8 Kg. O dono da carga declarou ter pago pela carga o valor referente a US\$ 20.000 e que venderia a mesma carga na capital por US\$ 45.000. Isto comprova o interesse dos intermediários pela clandestinidade.

6. Os Palmiteiros

Através da análise das fichas dos “palmiteiros”, que são preenchidas quando estes são presos em flagrante na região do Iguaçu, pode-se traçar o perfil dessa mão-de-obra. Os dados contidos nas fichas de apreensões analisadas informam que os palmiteiros da região do entorno ao PNI são de origem rural, não possuem trabalho fixo e se auto-denominam diaristas ou desempregados. São pessoas jovens na faixa etária de 18 a 35 anos e na sua grande maioria não possuem escolaridade acima do primeiro ciclo (1ª a 4ª séries) do nível fundamental. Em 2004 também foram apreendidas mulheres e menores de idade trabalhando no envase e distribuição no primeiro caso, ou na extração, no segundo.

Não é incomum a prisão de palmiteiros originados de outras regiões do país, sobretudo do estado de São Paulo, mas o perfil da maior parte deles é semelhante às descritas acima.

Os palmiteiros são os que recebem o menor valor, mas ainda assim esse montante representa um valor mais alto do que o recebido como diaristas em atividades de lavoura e outros serviços na cidade.

Segundo informações de técnicos do IBAMA do PNI, na região do Iguaçu o valor médio pago ao palmitero é de 0,50 a 0,60 por cabeça, e cada palmitero chega a tirar em média 100 cabeças por dia; alguns tiram até 200. Segundo GALETTI & FERNANDEZ

(1998), uma pessoa acostumada com a atividade consegue coletar de 10 a 12 dúzias por semana⁵ (sendo que uma dúzia corresponde a 15 vidros de 300g cada).

No âmbito do impacto socioambiental, a exploração clandestina do palmito envolve, sobretudo, a mão-de-obra de pessoas sem opção de trabalho e que por não terem outra fonte de renda numa atividade legal, terminam por se envolverem na clandestinidade. Não se objetiva aqui embrenhar na discussão filosófica do poder de escolhas possíveis ao ser humano, tampouco fazer juízo de valor em relação às formas encontradas pelos atores envolvidos em tal atividade ilegal. É fato que no Brasil existe um alto índice de pessoas vivendo em situação de pobreza e miséria, sem acesso à satisfação de necessidades básicas, como alimentação, renda, emprego, educação, saúde entre outros. Este é o quadro, por exemplo, do Vale do Ribeira. A situação do Paraná, no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, apesar de também ter uma produção agrícola que é excludente de mão-de-obra, ser uma região de grande concentração de terra e de renda, apresenta um nível de pobreza menor do que naquele. Ainda assim, uma das razões que leva à exploração predatória e clandestina do palmito, sobretudo por parte dos palmiteiros, é a falta de alternativas e a necessidade de sobrevivência da família.

Dessa forma, além dos esforços em monitoramento e fiscalização por parte dos órgãos ambientais responsáveis pelo PNI, que estão avançando cada vez mais na proteção na referida unidade, são necessárias políticas públicas que permitam transformar esse quadro de ilegalidade na região, talvez até criando mecanismos que possibilitem sua produção sustentável, fora da área do Parque. Numa ação conjunta envolvendo Ministério do Meio Ambiente, da Ação Social, administrações municipais, universidades e sociedade, é possível traçar horizontes de curto, médio e longo prazos para reverter o quadro atual e criar novas oportunidades de desenvolvimento regional, investimento na educação, na geração de empregos e conseqüentemente no sentimento de cidadania dos moradores do entorno. Aliado a isso deve ser construído, em conjunto, um programa de educação ambiental condizente com os objetivos do Plano de Manejo do Parque. A educação ambiental é importante neste aspecto para promover a participação comunitária contando com os saberes culturais da comunidade local, a ampliação do conhecimento e do grau de sensibilização da comunidade para a conservação. Além disso, essa forma de planejamento é o que preconiza a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que traz mudanças ao Sistema Nacional de Unidades de conservação – SNUC.

⁵ Informações da Fundação SOS Mata Atlântica. Um homem é capaz de extrair e transportar uma média de 70 plantas por dia. Com um facão e uma foice, esse total pode ultrapassar 200/dia e com a utilização de mulas para o transporte, esse número dobra ou triplica. (http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=5_1_4_3 acessado em 12/02/2005).

7. O Palmito Envasado Clandestinamente e o Papel do Consumidor

Parte-se do princípio de que se um produto consegue boa colocação no mercado, é porque o público consumidor o aprova. Assim sendo, considerando o caso do palmito ilegal ser tão bem aceito, ou o consumidor ignora completamente a origem do produto, seus efeitos negativos ao meio ambiente e a sua própria saúde, ou o consumidor, tem conhecimento dos fatos, mas não se importa com eles. Os dois casos são preocupantes. Somos levados a acreditar que o primeiro aspecto é o que mais ocorre, ou seja, o consumidor não tem noção da origem do produto, uma vez que os produtores utilizam rótulos normais, porém ilegais e sem o selo de autorização do governo.

Grande parte do consumidor brasileiro ainda é desinformado sobre a importância da rotulagem de alimentos, desconhece seus direitos de consumidor de encontrar à venda um alimento de qualidade. Atraído pelo preço competitivo e pelo sabor e fama que o palmito-juçara possui, consome este produto sem saber que pode estar colocando sua saúde e a da família em risco. Essa situação é pior no caso do uso do palmito clandestino por restaurantes e lanchonetes que atendem a um grande público e que na maioria das vezes, são adquiridos pelos proprietários, mesmo estando conscientes dos riscos à sua clientela. Neste caso, o consumidor não tem como ter certeza da origem do produto, portanto para aqueles que possuem alguma consciência resta a opção de não consumir pratos que são confeccionados com palmito em restaurantes duvidosos.

Nos exemplos dos locais citados neste trabalho, tanto no Vale do Ribeira, quanto na região de entorno ao PNI, as apreensões de cargas de palmito clandestino são comuns. No caso do Paraná, normalmente essas ações da Polícia Florestal e do IBAMA são divulgadas nos jornais de circulação regional e até mesmo mostradas nos canais de TV regional. Sendo assim, permanece a dúvida de até que ponto o consumidor não tem motivos para desconfiar de um palmito que lhe é oferecido na porta de sua casa, ou nos mercadinhos de menor circulação, a um baixo preço, ou até de fazer seu consumo em restaurantes. Uma das ações possíveis para diminuir a clandestinidade da extração e venda do palmito-juçara passa inclusive por um programa de pesquisa e de educação do consumidor.

8. Os Riscos à Saúde Humana

As indústrias de palmito oferecem alto índice de risco de contaminação epidemiológica, o que torna a sua produção uma atividade altamente vulnerável e sensível. Os riscos à saúde de um produto contaminado vão desde uma simples diarreia, até o botulismo.

As infecções intestinais e gastroenterites são muitas vezes tratadas sem averiguação das possíveis causas e curadas através da auto-medicação. A principal contaminação causada pelo palmito produzido sem o mínimo controle higiênico-sanitário, entretanto, é o botulismo. Este é causado pela contaminação do alimento pela bactéria *Clostridium botulinum*, que possui uma toxina, também conhecida como toxina botulínica, que atinge principalmente o sistema nervoso, e causa sintomas como: insuficiência respiratória; distúrbios visuais e de coordenação motora; fraqueza e pode levar à morte.

Segundo informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em 1997, houve um surto de botulismo no país, associado ao consumo de palmito nacional e em 1998 e 1999, o mesmo surto esteve relacionado ao consumo do palmito importado.

Para se evitar que casos de surtos de botulismo aconteçam novamente, a ANVISA trabalha com a metodologia de análise e gerenciamento de risco que envolve: Programa de Inspeção Nacional de Indústria Alimentícias; Programa de Monitoramento de Produtos no comércio; Alteração na Legislação; Elaboração de Regulamentos Técnicos; Interdição de Estabelecimentos Produtores; Cancelamento do Registro do Produto no Ministério da Saúde; Proibição de fabricação, importação, distribuição e comercialização de produtos, em caso de risco iminente à saúde (em caráter transitório ou permanente). Na avaliação de risco são levados em consideração os seguintes tipos de perigos: agente biológico, agente químico, agente físico, propriedade de um alimento capaz de provocar um efeito nocivo para a saúde.

Apesar de todos os cuidados e controle sanitário exigido pela ANVISA para a produção de palmito em conserva, ainda assim os riscos de contaminação são elevados e não raro os setores de vigilância sanitária dos municípios e das regionais de saúde apreendem produtos deteriorados e com problemas de ordem sanitária.

A partir disso, é possível prever o quanto esses riscos à saúde humana aumentam com a produção de palmito em conserva de forma clandestina. Não há nenhum controle de qualidade na elaboração desse produto. Os locais são sujos e contaminados, a água utilizada não passa por sistemas de tratamento. As equipes de proteção do PNI já registraram fabriquetas ilegais utilizando água de córregos e riachos no interior do parque, e o que é pior,

algumas fabriquetas foram encontradas até mesmo instaladas dentro de chiqueiros, no intuito de fugir da fiscalização.

Se a produção clandestina do palmito é extremamente sensível a alterações do meio, torna-se fácil imaginar todos os riscos para a saúde do consumidor que ingere um produto confeccionado de forma inadequada, onde não existe nenhum respeito às normas sanitárias exigidas pela ANVISA.

Observando-se as fotos abaixo, (FIGURAS 2, 3) é possível perceber que não há condição alguma de controle higiênico-sanitário nestes locais. Estas fotos se referem a fabriquetas ilegais de palmito retirado do Parque Nacional do Iguaçu e que funcionavam em municípios da região limreira ao Parque, e até mesmo no interior da unidade.



Fonte: IBAMA/ Parque Nacional do Iguaçu

FIGURA 2: Acampamento com panela e produtos para envasamento dos palmitos. No centro, várias “cabeças” de palmito.



Fonte: IBAMA/ Parque Nacional do Iguaçu

FIGURA 3: Ação da polícia desmantelando acampamentos onde funcionava “fabriqueta”. São visíveis fogareiros, utensílios para cozimento, produtos conservantes e caixas com frascos.

9. Considerações finais

O exemplo da extração ilegal do palmito-juçara no Parque Nacional do Iguaçu oferece uma triste realidade onde configuram alguns aspectos importantes que compreendem bases necessárias para ampliar debates em políticas públicas de segurança alimentar. São eles os impactos negativos desta atividade sobre a dinâmica ambiental, social, exploração econômica e saúde pública. Apesar de a atividade discutida neste texto envolver especificamente uma área de proteção ambiental de uso integral, este não deve ser visualizado como sendo um problema para ser resolvido apenas via legislação ambiental, ou somente através de apreensões e prisões dos envolvidos, até porque os envolvidos são liberados assim que prestam depoimentos, não permanecendo na prisão mais do que algumas horas, e retornam à atividade como se nada tivesse acontecido. Percebe-se que esta atividade não é recente no país e que apesar de todos os esforços das equipes envolvidas no monitoramento e fiscalização, isto por si só não tem sido suficiente para coibir e dizimar de vez sua ocorrência.

O PNI é considerado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Assim sendo, a solução para o problema envolvendo atividades que interferem negativamente na biodiversidade local, passa por criação de alternativas na região do PNI, e que, portanto, se torna responsabilidade de toda a sociedade civil, que pode atuar diretamente pressionando os conselhos municipal e estadual de saúde e meio ambiente; das administrações municipais, na busca de novas possibilidades de geração de emprego e renda, diminuindo assim o número de desempregados na região e de pessoas que vivem de fazer “bicos”, conforme foi citado como característica do perfil do palmiteiro; na garantia de acesso a educação e o poder público precisa atuar exigindo que tais medidas sejam implementadas. Ao mesmo tempo o Plano de Manejo do PNI precisa contemplar ações mais concretas de apoio ao desenvolvimento do entorno.

Finaliza-se esta discussão com a convicção de que medidas de Segurança Alimentar envolvem estratégias políticas de desenvolvimento sustentável e que no âmbito da pesquisa envolve uma dinâmica necessariamente multidisciplinar.

10. Referências bibliográficas

CAMPOS, J. B. (org.) **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquistas e desafios**. 2ª ed. Maringá: IAP. 118p. 2001.

CÂNDIDO-JR, J. F. **The edge effect a forest bird community in Rio Claro, São Paulo state, Brazil**. Ararajuba 8(1): 9-16. 2000.

D'AMICO A. R., DA COSTA, M. O., CÂNDIDO-JR, J. F. **Impactos de Atividades Humanas Clandestinas na Zona Intangível do Parque Nacional do Iguaçu: o Rio Floriano**. p. 366-375. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Vol.1. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza. 736p. 2004.

FERNANDEZ, F. A. dos S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza e seus heróis**. UFPR/FBPN. Curitiba. 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio. 573p. 16ª ed. 1973.

GALETTI, M. & FERNANDEZ, J.C. **Palm heart harvesting in the Brazilian Atlantic forest: changes in industry structure and the illegal trade**. In: Journal of Applied Ecology, 1998, 35, 294-301. 1998.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 155p. 7 ed. 1973.

LIMA, G.S., RINALDI, R. R, RIBEIRO, G.A., LIMA, R. S. **Importância das Áreas Protegidas para a Conservação da Arara-Vermelha, na Região Norte de Minas Gerais**. In: Revista Ação Ambiental – Unidades de Conservação. p.24-27. Ano IV, nº 19, agosto/setembro. 2001

MAACK, R.. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2ª edição. Rio de Janeiro: j. Olympo. 450p. 1981

MATOS, D. M.S. & BOVI, M.L.A. **Understand threats to biological diversity in southeastern Brazil**. In: Biodiversity and Conservation. 11: 1747-1758. 2002

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 318p. 2004.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1998.

SACHS, I. Conferência. In: VIEIRA, P. F. et al. **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. p. 33-45 Porto Alegre: Pallotti. Florianópolis: APED. 447p. 1998.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2ªed. Brasília. MMA/SBF. 52 p.

URBAN, T. **Parque Nacional do Iguaçu: caminho aberto para a vida**. Curitiba: Rede Prouc.114p. 2002

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Sitio oficial: www.anvisa.org.br.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

O PEIXE NOSSO DE CADA DIA: A PESCA ARTESANAL E O USO DE RECURSO PESQUEIRO NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, MADALENA/CE

Clarissa Maria Telles Vieira¹
Gleydson Ribeiro dos Santos²
Eriosvaldo Lima Barbosa³

Resumo

A pesca constitui uma fonte importante de alimentos e proporciona benefícios econômicos aos que se dedicam a ela. Uma das atuais abordagens da ecologia humana foca-se nos recursos utilizados pelas populações humanas, assim um dos objetivos do trabalho é perceber alguns aspectos ecológicos relacionados à pesca, aos diversos usos de recursos pesqueiros, inclusive na dieta desses pescadores, caracterizando também o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais do Assentamento São Joaquim. O trabalho de campo estendeu-se entre 2005 e 2006, através de vivência, entrevista livre e semi-estruturada, questionário de diagnóstico e registro fotográfico, aproveitou-se para descrever as principais espécies de peixes dos açudes e foram levantadas 32 etnoespécies. Os resultados mostraram que a pesca é economia de subsistência e não é a principal atividade, porém existe o binômio agricultor-pescador. As principais tecnologias utilizadas e peixes capturados nos açudes coincidem com as dos principais açudes do Estado. Os resultados revelam que os pescadores possuem conhecimentos teóricos e práticos importantes sobre a ecologia e classificação taxonômica dos peixes, conhecimento que deve ser considerado em estudos sobre avaliação ambiental, planos de desenvolvimento, manejo, uso sustentável, monitoramento e conservação dos açudes e da sua biota, especialmente os peixes que se encontram pouco estudados, proporcionando uma melhor compreensão das formas de percepção ambiental dos pescadores e do contexto socioeconômico em que se dá a pesca, fornecendo subsídios que visem à melhoria da qualidade de vida desses camponeses.

Palavras-chaves: Pesca Artesanal, Açudes, Etnoecologia.

1. Introdução

O Nordeste brasileiro é a região do país onde se verifica com maior intensidade o problema da fome e da desnutrição, agravado periodicamente pelas secas. Durante as grandes secas milhares de pessoas salvaram-se capturando peixes nos açudes. (INTERIOR, 1978).

¹ Engenheira de Pesca, Especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo – Programa Residência Agrária – UFC e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA - UFC. E-mail: clarissa_telles@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, Especialista em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo – Programa Residência Agrária - UFC. E-mail: gleydson_vet@hotmail.com

³ Sociólogo, Mestre em Antropologia pela UFC e Professor do Departamento de Planejamento e Política Agrícola da UFPI. E-mail: eri@ufpi.br.

A agricultura e a pesca, fundamentais para a economia da região Nordeste e para a sobrevivência da população possuem especificidades ligadas ao regime de chuvas no Sertão Semi-Árido do Ceará e de sua história de ocupação. As formas particulares como a agricultura e a pesca se estruturaram na região atuam na construção de um conjunto de valores em que o açude tem um papel fundamental na elaboração da cultura ribeirinha.

Os costumes populares ribeirinhos são em grande parte construídos em torno de um relacionamento que une homem e peixe. Existem habilidades específicas ligadas à familiaridade dos humanos com um espaço determinado, intrinsecamente ligadas às atividades, percepções e atitudes adquiridas pela socialização que moldam a visão de mundo e o modo de vida das comunidades de pescadores (Maldonado, 2000). Este portanto é o objetivo da ecologia humana, analisar o uso de recursos por populações humanas, entender a interação dessas populações com o ambiente. (Souza, 2004). Assim, a pesca não pode ser entendida em sua complexidade pela contribuição de uma única disciplina, seja ela a biologia ou a sócio-antropologia.

Os peixes são recursos ambientais percebidos e explorados de acordo com os padrões próprios de cada cultura. O modo como esses significados ocorrem é tema de estudo da etnoictiologia (Marques, 1995), que mostra também a importância da classificação de peixes por pescadores artesanais para nortear estudos etnoictiológicos. Portanto, entende-se aqui uma complementaridade entre a etnoecologia e a ecologia humana. As pesquisas etnoecológicas, baseiam-se na visão de que a conservação da natureza vincula-se diretamente a questões sociais, econômicas, culturais e biológicas. A região semi-árida do nordeste brasileiro é um campo bastante fértil à aplicação deste enfoque, inclusive no que se refere às águas continentais, haja vista a grande importância social e ecológica dos açudes e rios na região. Esses ecossistemas são fontes de água e proteína, recursos escassos em grande parte do semi-árido.

Diante desse contexto, o presente estudo, tem como objetivo identificar as famílias de agricultores-pescadores, conhecer e entender a atividade da pesca realizada por este pequeno grupo de camponeses⁴ (agricultores-pescadores), as mudanças causadas na atividade pelo processo de desapropriação das terras e conhecer o uso que fazem dos recursos pesqueiros e ainda caracterizar esta atividade com enormes desafios, já que, atualmente, grande parte dos

⁴ CARVALHO, Horácio Martins (org.) na coletânea *“Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil”*, Petrópolis: Vozes, 2001, busca resgatar alguns importantes trabalhos sobre a situação do campesinato brasileiro e dar suporte teórico para o debate sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa.

estudos realizados com pescadores artesanais são dedicados à pesca artesanal em comunidades costeiras.

2. História de pescador: da pesca de pequena escala à pesca de subsistência

Antes o que era feito sob pressão uma atividade regrada, clandestina e exclusivamente masculina, sob comando dos donos da água, onde toneladas de peixes eram retiradas para irem embora pelos caminhos longos do capitalismo e que pouco lhes restava como recompensa ao extremo esforço que muitas vezes lhes tiraram vidas, agora significa liberdade. Os mesmos homens e mulheres, na mesma água que os prendia, vivem sob os comandos de suas próprias vontades.

A pesca era feita por pescadores profissionais contratados e a remuneração era, na maioria das vezes, de “meio”, ou seja, o pagamento era metade de tudo que fosse pescado, a outra metade era do proprietário que vendia todos os peixes. As pescarias eram realizadas quinzenalmente em grandes quantidades, cerca de 5 à 15 toneladas/mês. A pescaria nesses moldes, teve seu fim em 1988, um ano antes da ocupação, sob ameaças de queimarem as canoas, caso não fosse posto fim à atividade. Quem nunca foi agricultor, teve que aprender a ser. Segundo moradores mais recentes, não se pesca apesar da grande quantidade de peixe, devido às precárias condições, falta de recursos, os altos custos dos apetrechos de pesca e ainda há roubo. Quando há pesca, é realizada individualmente, para consumo.

3. Ecologia Humana

A importância do conhecimento produzido e transmitido oralmente pelos pescadores artesanais e seu papel nos programas de manejo pesqueiro tem recebido atenção especial dos pesquisadores de várias regiões do mundo (Ruddle, 2000; Cordell, 2000). Esse conhecimento e as práticas associadas, segundo Ruddle (2000), orienta e sustenta o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e está na base das decisões e estratégias de pesca artesanal. Nesse sentido, ele é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e habitats, assegurando capturas regulares, e muitas vezes, a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras. O conhecimento tradicional também fornece uma base de informação crucial para o manejo dos recursos pesqueiros locais. Diegues (2000), enfatiza “a grande necessidade de integrar os conhecimentos tradicionais e acadêmicos no planejamento e execução de ações

conservacionistas”. Toledo (1992), sugere a etnoecologia como um método cientificamente aceitável para a avaliação das formas de apropriação da natureza.

Vários estudos feitos por etnobiólogos de pesca e antropólogos têm mostrado a riqueza do conhecimento dos pescadores artesanais no Brasil, porém observa-se que não são muitos os trabalhos com um enfoque cultural e ecológico realizados em comunidades pesqueiras de águas interiores. Segundo Holms (2003), as principais características do conhecimento ecológico tradicional na pesca são a taxonomia (etno-classificação) e o comportamento dos peixes.

4. Metodologia

A pesquisa foi realizada entre os assentados do Projeto de Assentamento (PA) São Joaquim/25 de Maio⁵, no município de Madalena, Ceará, região semi-árida com variações de temperaturas 33°C de dia e 23°C à noite, coberto por vegetação dominada pela caatinga (Garjulli, 2002). O fenômeno da intermitência dos rios exigiu uma política de acumulação de água, afim de suprir as necessidades hídricas no período das estiagens. Essa política de combate à seca, principalmente na fase de construção dos primeiros açudes, favoreceu os grandes proprietários rurais, já que a maioria dos açudes encontravam-se instalados nas grandes fazendas. O Assentamento ocupa uma área de 22.992,5 hectares, seu maior açude tem 16.800.000 m³ e possui 424 famílias cadastradas.

No período, de 2005 à 2006, foram realizadas viagens à campo (comunidade Quieto, São Joaquim e Paus Branco), o estágio de viência⁶ e 36 entrevistas livres, semi-estruturadas, seguidas de questionários. Nesse roteiro, buscou-se empregar o que Posey (1987) chamou de metodologia “geradora de dados”, que tem como finalidade abrir espaço para que seja possível registrar os traços relevantes, uso de uma caderneta de campo, históricos de vida dos pescadores entrevistados.

No levantamento etnoictológico, a maioria dos peixes foram capturados pelos próprios pescadores. As principais espécies foram fotografadas para posterior avaliação do conhecimento etnológico destes pescadores, registrando os nomes vulgares, no momento das

⁵. O nome oficial conhecido no sistema de informações de projetos de reforma agrária (SIPRA) e documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é Projeto de Assentamento São Joaquim, e 25 de Maio é o nome dado pelos assentados, lembrando a data da ocupação da área em 1989. Sobre isso vide Vieira, 2005.

⁶. Compreende uma etapa base do Programa Residência Agrária, onde cada estudante/pesquisador passa pelo processo de imersão no campo, participando do dia-a-dia dos assentados em suas comunidades, observando e aprendendo.

entrevistas. As espécimes coletadas permaneceram de posse dos pescadores. Foram identificados taxonomicamente utilizando-se a identificação visual no próprio local de captura, e registradas em fotografias, ou seja, utilizou-se a metodologia de observação direta de Rountree (1989), que consiste em anotar os dados para posterior identificação, onde foram utilizados os guias de Fowler (1948), Menezes (1953), Britski (1984) e Rosa *et al.*, (2003).

5. Resultados e Discussão

A maioria dos agricultores-pescadores do assentamento (80%), pertencem ao sexo masculino e 20% ao sexo feminino, mostrando que a pesca não é uma atividade essencialmente masculina. A estrutura etária mostrou que a idade varia de 16 a 86 anos, com média de 47 anos, sendo a maior frequência na faixa etária de 25 a 56 anos. Os dados sobre escolaridade mostram que apenas 17% dos entrevistados são analfabetos, que 56% são alfabetizados e/ou sabe assinar o nome e que 19% possuem o 1º grau. Costa (1977) ressalta que a incidência do analfabetismo nos pescadores artesanais é um dos fatores que determinam que a pesca artesanal seja considerada primitiva, já que estes pescadores teriam grandes dificuldades de contextualizar a sua atividade e vislumbrar melhores possibilidades na elaboração de políticas públicas.

No que diz respeito ao tempo de moradia no assentamento, 44% foi o percentual daqueles que chegaram na época de ocupação do assentamento e 28% são os antigos moradores da Fazenda, sendo que 42% do total nasceram lá. Para Cabral (2001), o tempo de permanência no local é um fator importante de inclusão das populações dentro do conceito de comunidade tradicional.

A maioria dos assentados amostrados possui rendimento salarial baixo, com prevalência da renda bem inferior a 1 salário mínimo vigente (R\$ 380,00) e alguns poucos acima desse patamar (figura 1). Para 50% dos casais entrevistados que possuem crianças na faixa escolar, a bolsa-escola é de fundamental importância⁷, 28% possuem o benefício da aposentadoria e 72% não. Apesar dos valores muito baixos, este resultado vem confirmando a definição dos pescadores dentro da agricultura familiar “economia de subsistência”, onde tem seu valor bruto de produção de até dois salários mínimos (FAO/INCRA/MDA 2000).

⁷ Bolsa-escola é um programa do governo federal que busca garantir às crianças o acesso à educação, evitando-se a evasão escolar, o trabalho infantil e a exclusão social destinando às famílias carentes para a manutenção de seus filhos na escola.

Diz um antigo provérbio chinês: “Se quando eu tiver fome, tu me deres um peixe, no dia seguinte terei fome outra vez. Mas se tu me ensinares a pescar, nunca mais terei fome.” Podemos dizer que a pesca é como uma “carta na manga” do camponês que vive no sertão e esse provérbio parece ter norteado a política de açudagem no semi-árido. Garjulli (2002), lembra que a política de combate à seca, principalmente na fase da construção dos primeiros açudes, favoreceram e muito os grandes proprietários rurais, já que a maioria desses encontravam-se instalados nas grandes fazendas. Apenas 11% do total de entrevistados vivem somente da pesca, 72% vivem também da roça, 30% vivem também de criação de animais, 5% vivem também da piscicultura e 3% fazem canoas (mestre) e galões (figura 2). Diferente dos resultados do PAPEC⁸ (1998), onde a maioria dos pecadores entrevistados tinham a agricultura como atividade secundária, uma vez que para eles a pesca é uma atividade produtiva o ano todo.

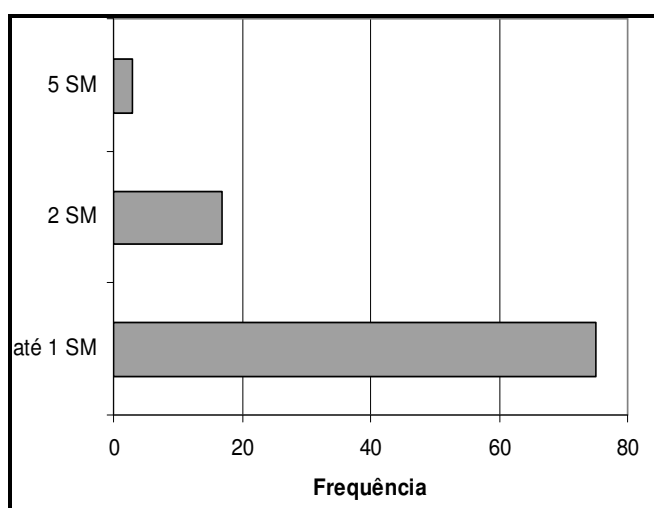


FIGURA 1 - Distribuição percentual da renda mensal dos pescadores.

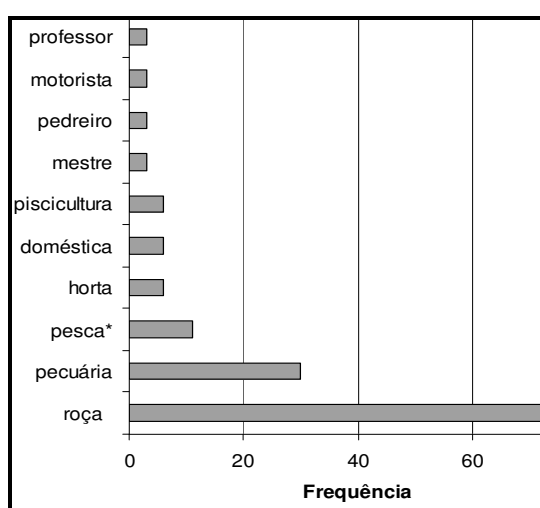


FIGURA 3 - Porcentagem realizadas paralelas à pesca.

Dentro das refeições fazem parte da dieta, como principais itens: feijão (83%), café (80%), arroz (75%). “Aqui a gente tem até liberdade de escolha! Aqui é uma riqueza medonha... no almoço é feijão com arroz, o peixe ou ovos.” Agricultor-pescador, Paus Branco. A proteína animal, exceto o leite, é consumida por 90% dos entrevistados (figura 3 e 4). Apesar de o peixe ser o item mais consumido (80%), quando é capturado em uma maior quantidade, além do que pode ser consumido, alguns pescadores fazem a troca por outros

⁸. Os dados deste relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ainda não foram publicados e encontram-se disponíveis para consultas no setor de recursos pesqueiros, na sede do órgão em Fortaleza, Ceará.

itens, como arroz (28%) e farinha (25%). Em relação a frequência da participação do peixe na dieta dos entrevistados, 61% consomem 4 vezes por semana, 28% consomem todo dia e 17% consomem uma vez por semana.

Segundo o CONSEA (2007), o peixe é o alimento principal para milhares de comunidades do país e responsável por garantir a segurança alimentar, renda e trabalho a populações ribeirinhas e a pequenos produtores rurais. Uma das formas de aumentar o consumo de pescado é promover a estruturação das comunidades pesqueiras.

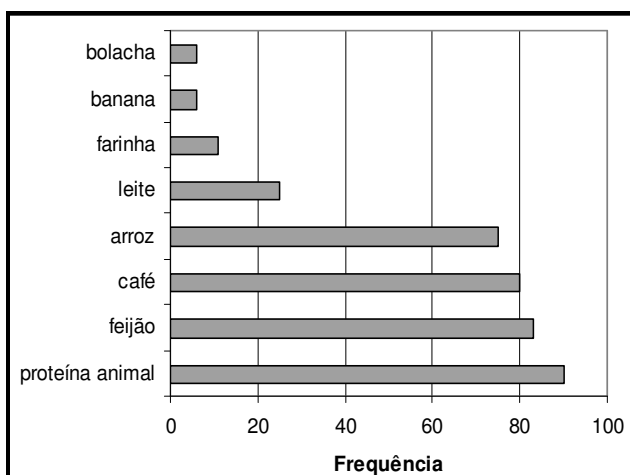


FIGURA 2 - Porcentagem de alimentos da dieta dos pescadores.

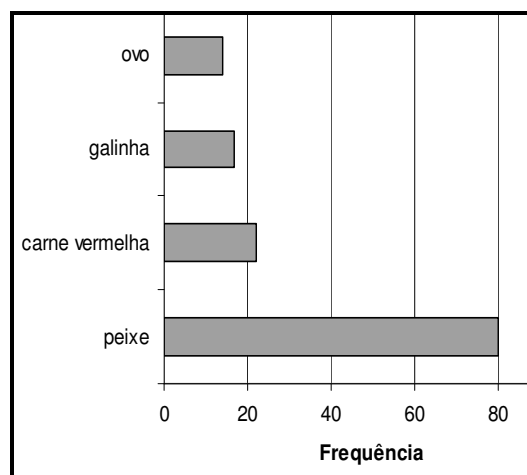


FIGURA 3 -

Porcentagem de alimento de origem consumido.

animal

Em relação a satisfação com a vida, 39% desejam ir embora, a justificativa foi a busca por uma vida melhor, por emprego e a tentativa de melhorar a renda. Enquanto que 58% não pretendem sair do assentamento, onde têm independência e liberdade. Dos entrevistados 70% participam de reuniões, 53% dizem não ter assistência técnica suficiente e específica para organização da produção pesqueira.

As principais mudanças ocorreram, para a maioria dos entrevistados (47%), em 1989 na época da desapropriação. Sendo que 30% enxergam melhoras na pesca depois das mudanças e 28% percebem pioras. Todavia, 42%, afirmam que hoje pescam mais. Dos entrevistados, 42% são filhos de pescadores contra 58% que não são. Destes, 47% afirmam que pescam na companhia de seus filhos e deles recebem ajuda na pesca e 40% dizem não contar com este tipo de ajuda. Sobre como aprenderam a pescar, 25% aprenderam a pescar sozinhos, 8% com o pai e 6% com amigos. Quando perguntados se gostariam que os filhos

fossem pescadores, 28% gostariam e 44% não gostariam. Hoje, grande parte dos pescadores do assentamento não querem ver seus filhos na vida da pesca, porque querem que eles tenham um futuro melhor: “... *se tivesse mais condição ai eu queria, mas meu filho vai estudar pra ser professor*”, agricultor-pescador, Paus Brancos.

Segundo Marques (2001), a mudança cultural no tempo pode ser evidenciada através de uma divisão expressa através de indicadores temporais repetidos nos discursos, onde palavras ou expressões sugerem novas qualidades aos diferentes tempos relatados. Segundo o autor, há um tempo passado onde a relação dos homens com os recursos ocorre de uma determinada forma, sendo percebida através de expressões como “*de primeiro*”, “*antes*”, “*antigamente*”, e há um tempo presente percebido com outros relacionamentos e expressões do tipo: “*hoje em dia*”, “*depois de*”, “*agora*”. No universo da pesca, a fartura é destacada como uma noção ligada ao passado, como a facilidade de se pescar, a organização, a posse dos meios de produção, a boa articulação de comércio pela abundância de peixes no açude.

Segundo relatório do INCRA (1985), nas Fazendas Reunidas São Joaquim os moradores eram expressamente proibidos pescar. Na época, até a década de 80, a pesca era caracterizada por ser uma atividade de pequena escala (cerca de 10 à 15 toneladas/mês), pois o objetivo era essencialmente comercial e mão de obra profissional, qualificada e remunerada. Hoje, no assentamento São Joaquim/25 de Maio esta atividade é caracterizada pelo aspecto artesanal e tradicional das formas de captura. O pescado é destinado, em maior parte, para o consumo próprio, sendo vendido o raríssimo excedente nas cidades e povoados próximos ao local de moradia do pescador. A sobrevivência dos ribeirinhos dos açudes baseia-se na interatividade com o meio natural, sendo a pesca uma das atividades que influencia as relações entre o homem e a natureza. Encontra-se no assentamento agricultores pescadores, que combinam a pesca artesanal em canoas a remo à pequena agricultura familiar e também pescadores que consorciavam a atividade da pesca com a criação de gado e caprino. Nesse sentido, de acordo com Diegues (1983), o assentamento não é uma exceção no contexto brasileiro, em que a combinação entre agricultura e pesca é freqüente entre as populações ribeirinhas. Uma grande parte dos camponeses pescam, independente de quais sejam suas atividades principais.

Para 64% dos entrevistados, a pesca não garante o sustento, apenas 25% afirmam ser suficiente para viver. Apesar das dificuldades, quando questionados se estão satisfeitos com a atividade, a maioria (78%) mostra-se contente e não a abandonaria a pesca. É realizada o ano todo e o peixe, na maioria das vezes (89%), serve ao consumo próprio, algumas vezes (58%) é dado ou trocado e apenas (36%), quando há excedente, é destinado para venda imediatamente

em função da impossibilidade de armazenar. O peixe representa, para a população ribeirinha, a fonte de proteínas mais constante e segura. Os trabalhadores do açude, geralmente, saem para a pesca nas pequenas canoas no fim da tarde, outras vezes pescam a noite toda e retornam no dia seguinte pela manhã ou à tarde. Para 11% dos entrevistados a pesca também é uma atividade de lazer.

A proposta da tipologia etnográfica para o entendimento da percepção ambiental pelos entrevistados, demonstrou em todos a consciência da necessidade de preservação e conservação ambiental: *“Preservar... eu acho que seria pegar só o graúdo (peixe)... se eu fosse pescar agora não pegava o menor, é melhor pesca só os grande, os adulto. Eu acho que seria assim!”* Agricultor-pescador, açude Paus Branco. *“Não pulverizar perto do açude, não jogar lixo nas encosta dos açude.”* Agricultor-pescador, Paus Branco. Os pescadores locais reconhecem apenas duas estações no ano: o verão e o inverno, o período das chuvas e o da estiagem. Para 33% dos pescadores entrevistados a estiagem é a melhor época para pescar. A justificativa é que a época da safra agrícola passou e sobra mais tempo para as pescas.

Quando questionados sobre qualidade de vida, mais de 25 indicadores foram citados, dentre eles 47% afirmaram que é melhorar a renda, ter mais dinheiro, 31% afirma que é ter um emprego/trabalho, 19% dizem que é ter saúde e 17% ter educação.

Segundo Diegues (1988), as principais limitações ao desenvolvimento da pesca artesanal são: degradação ambiental, conflitos de posse de terra, limitações de força de trabalho, falta de organização dos pescadores e comercialização. Hoje, existem várias dificuldades a qual a atividade da pesca vem passando dentro do assentamento, de acordo com alguns dos depoimentos, as mais frequentes são: comercialização e falta de aparelhos de pesca.

A participação familiar, de crianças e das mulheres na pesca, se dá de forma direta e indireta, pois além de pescadoras, muitas delas confeccionam as redes e cuidam da parte de conservação do pescado. Desta forma, consideramos para este trabalho a caracterização para a atividade de pesca condizente com as observações em campo e tomando por base algumas definições, principalmente a de Loureiro (1985):

(...) aquela que o camponês existe sob a dupla e simultânea condição (dicotomia) de pescadores-agricultores alternando a safra agrícola e pesqueira, sendo o pescado e os produtos vindos da roça os principais ou únicos suportes de subsistência alimentar e também elementos de renda familiar. O camponês nem é agricultor e nem pescador por não estar suficientemente paramentado para exercer essas profissões. Gozam de certa autonomia, sozinhos ou envolvendo a família na cadeia produtiva (mulheres e inclusive crianças), participam diretamente da captura, com meios de produção próprios ou não (alguns utensílios são por muitas vezes emprestados a troco de uma

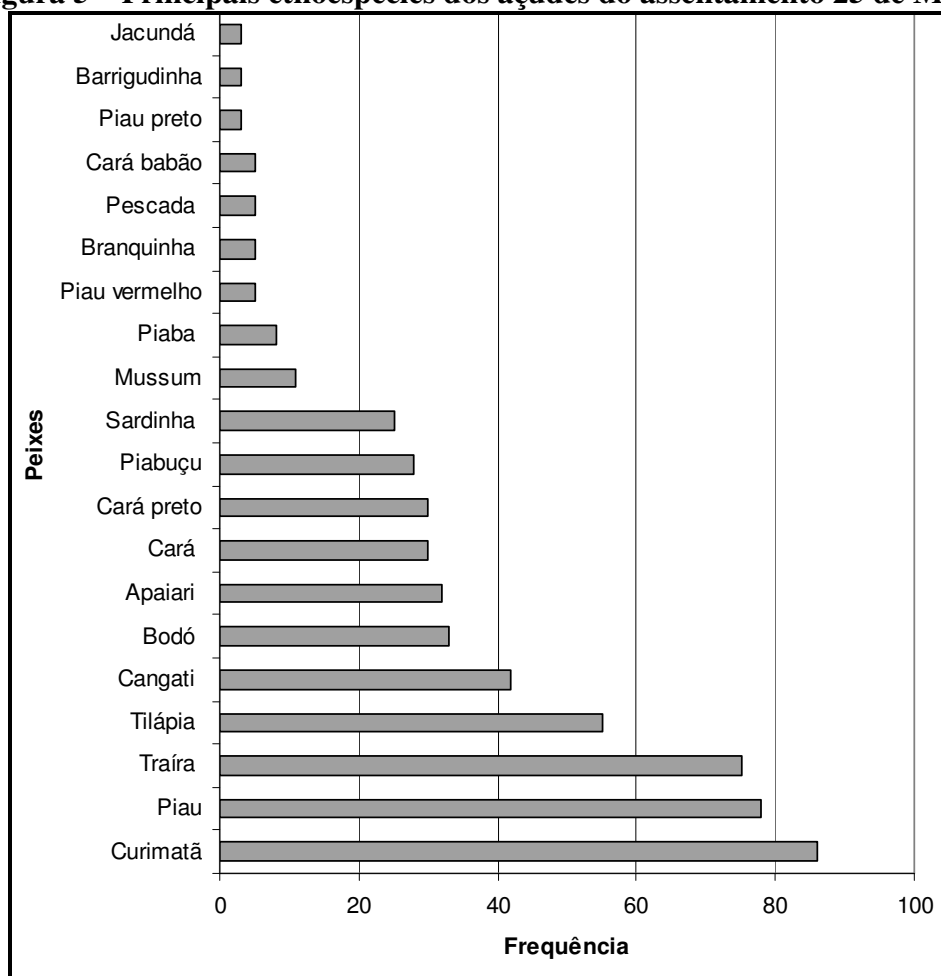
parte do pescado). A embarcação é de pequeno porte com propulsão a remo, usando instrumentos relativamente simples. Sem vínculo empregatício (não assalariado). Apesar de não ser profissional, este não precisa necessariamente participar do ato da pesca, pode também apenas participar de confecção e reparos de artes, apetrechos de pesca e embarcações artesanais. É ainda uma atividade realizada sempre próximo à residência, com objetivo inicial de obtenção de alimento, não tem finalidade comercial, devido ao baixo nível tecnológico tem reduzida capacidade de produzir excedente, destina-se ao consumo próprio e/ou familiar. Portanto, é classificada como uma atividade de subsistência, por produzir alimento para consumo humano.

6. Etnoictiologia e etnoespécies

Por estarem em contato diário com as águas do açude e com a fauna aquática, observando seu comportamento nas diferentes estações, convivendo e interagindo intensamente com o ambiente natural, o ribeirinho pescador desenvolve um grande conhecimento do ecossistema aquático. Poucas são as referências sobre o potencial pesqueiro de águas continentais, no tocante aos açudes do nordeste (Paiva, 1983).

A diversidade de espécies potencialmente exploráveis pela pesca artesanal dos açudes do assentamento 25 de Maio é grande, para muitos dos entrevistados (42%), a quantidade de peixe vem aumentando; para 36% continua a mesma quantidade de antes e não percebem diferença e para 22% a quantidade de peixe vem diminuindo. Entretanto as principais espécies de peixes (figura 5) e a produção destas observadas no assentamento, também foram observadas em outros trabalhos anteriores. A pescada, tilápia, curimatã e tucunaré foram os peixes mais importante para pesca artesanal nos principais açudes do Ceará (PAPEC, 1998) e a curimatã, seguida do piau, traíra e tilápia para os pescadores do assentamento 25 de Maio.

Figura 5 – Principais etnoespécies dos açudes do assentamento 25 de Maio.



Através do conhecimento dos agricultores-pescadores artesanais foi confeccionada uma lista que reúne as espécies citadas e classificadas pelos pescadores entrevistados em todas as comunidades envolvidas pela pesquisa, totalizando 32 etnoespécies (tabela 1). Todos estes peixes têm valor de consumo ou comercial. A pescada, tilápia, curimatã e tucunaré foram os peixes mais importante para pesca artesanal nos principais açudes do Ceará (PAPEC, 1998) e a curimatã, seguida do piau, traíra e tilápia para os pescadores do assentamento 25 de Maio.

Tabela 1 – Lista de etnoespécies segundo a percepção dos pescadores dos açudes do assentamento 25 de Maio.

Etnoespécies	Freq. (%)	Espécie Identificação taxonômica	Etnoespécies	Freq. (%)	Espécie Identificação taxonômica
Curimatã	86	<i>Prochilodus cearensis</i> (Steindachner, 1911)	Corró	5	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Piau	78	<i>Leporinus elongatus</i> (Valenciennes, 1849)	Piau vermelho	5	<i>Leporinus ssp</i>
Traíra	75	<i>Hoplias malabaricus</i> (Bolch, 1794)	Branquinha	5	<i>Curimata macrops</i> (Eigenmann & Eigenmann, 1889)
Cará tilápia	55	<i>Oreochromis niloticus</i> (Linnaeus, 1758)	Apaiari	5	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Cangati	42	<i>Parauchenipterus galeatus</i> (Linnaeus, 1766)	Pescada	5	<i>Plagioscion squamosissimus</i> (Heckel, 1840)
Bodó	33	<i>Hypostomus plecostomus</i> (Linnaeus, 1758)	Cará babão	5	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Cará	30	<i>Cichlasoma bimaculatum</i>	Carpa (caspa)	5	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Cará preto	30	<i>Cichlasoma bimaculatum</i>	Piau preto	3	<i>Leporinus ssp</i>
Piabuçu	28	<i>Steindachnerina elegans</i> (Steindachner, 1874)	Cará pé-duro	3	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Sardinha	25	<i>Triportheus angulatus a.</i> (Agassiz, 1889)	Cará de raça	3	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Mussum	11	<i>Synbranchus marmoratus</i> (Bloch, 1795)	Cará estrela	3	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)
Cará baiano	11	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)	Tambaqui	3	<i>Colossoma macropomum</i> (Cuvier, 1818)
Cará açu	8	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)	Tucunaré	3	<i>Cichla ocellaris</i> (Bloch & Schneider, 1801)
Piaba	8	<i>Tetragonopterus cuviere</i> (Lütken, 1875) ou sp.	Barrigudinha	3	<i>Poecilia vivípara</i> (Boloch & Schneider, 1801)
Cará mijão	5	<i>Astronotus ocellatus</i> (Agassiz, 1831)	Jacundá	3	<i>Crenicichla saxatilis</i>

Os pescadores também usam até três denominações distintas para se referir a uma única etnoespécie de peixe. Por exemplo, segundo eles o cará preto é também conhecido como cará mijão ou corró. Os pescadores atribuem uma relação de parentesco entre as espécies de cará açu, cará estrela, cará baiano e cará babão, que segundo eles, são bem

parecidos e portanto, são parentes. Em sua lista dos nomes vulgares de peixes de água doce do nordeste, Menezes (1953) cita como sendo a mesma espécie o apaiari, o cará baiano, o cará açu, o cará mijão, o cará de raça e o corró. Também identificou como sendo da mesma espécie a piaba e a piabuçu. Para alguns pescadores estudados por Costa-Neto & Marques (2000), as comparações de semelhanças são evidentes, através de expressões como: “é do mesmo jeito”, “é da mesma família”, “é a mesma coisa”, “tem o mesmo sistema de”.

Nas comunidades estudadas, foram citadas pelos pescadores 5 diferentes técnicas de pesca e utilização de canoa. As principais tecnologias utilizadas pelos pescadores foram: galão (89%), anzol/linha (47%), tarrafa (42%), espinhel (14%) e landuá (5%). A única embarcação utilizada na atividade da pesca é a canoa a remo.

O depoimento a seguir põe à mostra de um lado o conhecimento que os pescadores têm sobre o comportamento dos peixes, sobre a tecnologia de pesca mais apropriada às diversas capturas, e de outro lado o desconforto de competir pelo pescado com outros pescadores de fora do assentamento e a facilidade de se pescar de batido⁹:

Ah é engraçado... às vezes vem um pescador de Madalena, porque pescador também de fora pesca aqui, sabe?! Ai ele bota o galão dele perto do meu, o meu todo rasgadim e o dele novim, novim!! Ai ele faz o batido quando vai tirar o dele não tem nada e no meu tem dois, três... (risos). E eu presto muita atenção na pesca sabe como é, eu chego 4h30 ou 5h e fico longe da água, aproximado uns 30m e eu vejo a água bem quietinha e vejo o que eles tão comendo, se tiver uma onda indo outra voltando, ali é onde eu passo o galão. Eu não passo o galão em qualquer canto... eu dou uma estudada nas água... Agricultor-pescador, Paus Branco.

7. Etnografia visual

Alves (2004), propõe que, ao realizar imagens, estas devem ser apresentadas aos protagonistas, e a partir da maneira com eles pensam, ir traçando o rumo da pesquisa, que inevitavelmente vai sendo modificado. Isso retrata, a verdadeira antropologia compartilhada. Além do retorno dos dados para a comunidade, as fotografias feitas nas viagens anteriores foram sempre utilizadas nas viagens seguintes. Sempre que era fotografado um peixe, logo depois de reveladas as imagens, as cópias eram mostradas e algumas eram dadas a eles. Muitas das pessoas retratadas nesta pesquisa têm cópias das fotografias aqui publicadas.

⁹. Croquis da pesca de batido realizada no assentamento. As redes são lançadas durante o dia em água rasa. O pescador movimentava a canoa dele paralela à rede, enquanto um ajudante bate uma vara na água para afugentar os peixes em direção a rede, onde ficam emalhadados.

As fotos, seguindo a metodologia de Mead e Bateson, recebem a identificação do local, da data e, sempre que possível, o nome das pessoas retratadas. Os peixes e os locais são identificados com os nomes que os próprios pescadores deram.

8. Considerações finais

A prática diária da pesca artesanal mostra que a atividade ainda está fortemente presente no cotidiano das comunidades. “Ninguém era antes pescador [...] e agora todos pescam... tem a liberdade”. Agricultor-pescador, Paus Branco. No entanto, não representa para a maioria a principal atividade econômica, e sim uma necessidade complementar ao roçado, confirmando assim a existência do binômio pescador-agricultor para os camponeses do assentamento São Joaquim/25 de Maio. O pescado representa uma das principais fontes de alimento (proteína animal) para essas comunidades estudadas.

A pesca da curimatã, piau e traíra representa uma importante característica da pesca artesanal do assentamento. A não captura da pescada, que era considerada uma importante etnoespécie, levou ao diagnóstico de espécie desaparecida sem explicação precisa. Sua importância deve-se ao seu valor comercial, além de ser um peixe bastante popular e largamente capturado na maioria dos açudes do Ceará.

Este estudo revela também um pouco do próprio significado que os açudes têm para a população local. Eles contribuíram na formação histórico-cultural e também na própria definição da paisagem do Assentamento. Os recursos pesqueiros desses açudes desempenham um papel significativo na vida socioeconômica desses agricultores-pescadores, uma vez que estes dependem diretamente do pescado para sua subsistência material e social. Portanto, este estudo, representa um banco de dados que poderá contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica cultural e ecológica dos açudes nordestinos.

Pode-se verificar um satisfatório conhecimento ecológico dos pescadores sobre os peixes, seu comportamento, sobre a taxonomia das espécies de peixes, apresentando uma elevada concordância com o conhecimento científico, fatos que evidenciam a crescente importância da etnoecologia.

9. Referências Bibliográficas

- ALVES, A. **Os Argonautas do Mangue**. Precedido de Balinese Character (re)Visitado / Etienne Samain. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- BRITSKI, H. A. **Manual de Identificação de Peixes da Região de Três Marias: com Chaves de Identificação Para os Peixes da Bacia do São Francisco**. Brasília: CODEVASF, Divisão de Piscicultura e Pesca, 1984.
- CABRAL, A. L. **Aspectos Sócio-Culturais e Implicações Ambientais das Formas de Uso e Ocupação do Espaço Estuarino do Rio Timbó, Estado de Pernambuco, Brasil**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 110p. 2001.
- CONSEA, 2007. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>> Acesso em: 26 mar. 2007.
- CORDELL, J. C. Remaking the waters: the significance of sea tenure-based protected areas. In: *Third Conference on Property rights, economics and environment. International Center for research on Environmental issues*. Aix-en-Provence, France. 2000.
- COSTA, H. C. **Pesca Artesanal: um enfoque histórico**. Cadernos Ômega – UFRPE 1: 81-84. 1977.
- COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. A Enotaxonomia de recursos ictiofaunísticos pelos pescadores da comunidade de Siribinha, Norte do Estado da Bahia, Brasil. **Biociências**, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2000.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. In: DIEGUES, A.C. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2000. p. 1-46.
- _____. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. São Paulo: NUPAUB-SP, 22P. 1988.
- _____. **Pescadores camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 287p. 1983.
- FAO;INCRA;MDA. **Novo retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: FAO/INCRA, fev. 2000.
- FOWLER, H. W. **Os Peixes de Água Doce do Brasil**. Arquivos de Zoologia. Vol. VI. 1948.
- GARJULLI, R.; OLIVEIRA, J. L. F.; CUNHA, M. A. L.; SOUZA, E. R.; FOLHES, M. T. Projeto marca d'água. Núcleo de pesquisa em políticas públicas. Relatórios preliminares. **A bacia do rio Jaguaribe**, Ceará, 2002.
- HOLMS, P. Crossing the Border: On the relationship between science and fishermen's knowledge in a resource management context. In: **Maritime Studies**, vol.2. n.1. 2003.
- INCRA/CE, **Relatório Técnico do Complexo de Imóveis Rurais Denominados Fazendas Reunidas São Joaquim S/A**. Situados nos municípios de Quixeramobim, pertencente a pessoa jurídica de Wicar Parente de Paula Pessoa S/A – Agricultura e Comércio. Diretoria Regional do NE setentrional – DR 02, 1985.
- INTERIOR, Revista: **Peixe no Sertão**, Ministério do Interior, Brasília - DF. Ano IV, n. 23,(março/abril), 1978.

- LOUREIRO, V. R. **Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia**. Belém: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985. 227p.
- MALDONADO, S. C. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio. Carlos. (Org). *A imagem das águas*. São Paulo: NUPAUB/USP. p. 59-68, 2000.
- MARQUES, J. G. W. **Pescando Pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2 ed. São Paulo: NUPAUB, USP. 258p. 2001.
- _____. Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdisciplinaridade. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 11, 1995, Campinas. **Resumos...** Campinas: UNICAMP/Sociedade Brasileira de Ictiologia, p. 1-41. 1995.
- MENEZES, R. S. **Listas dos Nomes Vulgares de Peixes de Águas Doces e Salôbras da Zona Seca do Nordeste e Leste do Brasil**. Tipografia da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro. Arquivos do Museu Nacional, vol. XLII: 343-388. 1953.
- PAIVA, M. P.; **Peixes e pescas de águas interiores do Brasil**. Brasília: Editerra, 1983.
- PAPEC. **Pesca Artesanal nos açudes do Ceará**. Documento 1-B, não publicado. Projeto: Aproveitamento Pesqueiro do Açudes do Estado de Ceará. Produção Pesqueira Estimada e produtividade por espécies nos açudes: Frios, General Sampaio, Pereira de Miranda e Caxitoré. IBAMA, 1998.
- POSEY, D.A. Etnobiologia: Teoria e Prática. In: RIBEIRO, B. G (Coord). *Suma Etnológica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, FINEP/VOZES: 2ed.. V1, Etnobiologia. 1987.
- ROSA, R. S.; MENEZES, N. A.; BRITSKI, H. A.; COSTA, W. J. E. M. & GROTH, F. **Diversidade, Padrões de Distribuição e Conservação dos Peixes da Caatinga**. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M. & SILVA, J. M. C. (eds.) Ecologia e conservação da Caatinga. Pp 135-180. Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. 2003.
- ROUNTREE, R. A. Association of fishes with fish aggregation devices: effects of structure size on fish abundance. **Bull. Mar. Sci.**, v. 44, n. 2, p. 960 – 972, 1989.
- RUDDLE, K. **Systems of knowledge: dialogue, relationships and process**, in Begossi, A and Hens, L Environment, development and sustainability, Kluwer Academic Publishers, Vol2, ns3-4. 2000.
- SOUZA, M.R. **Etnoconhecimento Caiçara e Uso de Recursos Pesqueiros por Pescadores Artesanais e Esportivos no Vale do Ribeira (SP)**. Piracicaba, SP. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agrossistemas) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. 102 p. 2004.
- TOLEDO, V. M. **What is ethnoecology?** Origins, scope and implications of arising discipline. *Ethnoecologia*1: 5-27. 1992.
- VIEIRA, C. M. T. **Gestão Coletiva de Recursos Hídricos em Assentamentos de Reforma Agrária: O caso São Joaquim, Madalena-Ceará**. Fortaleza, 2005. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca). Universidade Federal do Ceará.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ÁREAS DE
ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Rodolfo Pereira da Silva¹
Nilson Antonio Modesto Arraes²
Luís Ribeiro Vilela Filho³

Resumo

A necessidade de licenciamento ambiental em assentamentos de reforma agrária surgiu com a elaboração da Resolução CONAMA n° 237/1997. No entanto, devido à grande abrangência desta resolução, foi criada a Resolução CONAMA n° 289/2001, que foi a primeira específica para o licenciamento de assentamentos e que passou a exigir a obtenção da LP (Licença Prévia), seguida da LIO (Licença de Instalação e Operação). Posteriormente, com o intuito de flexibilizar e agilizar o processo criou-se a Resolução CONAMA n° 387/2006. Mas o número de licenças expedidas ainda é reduzido, comparado à quantidade de projetos de assentamentos existentes, podendo ser reflexo tanto das dificuldades técnicas e estruturais como também de caráter legal. O presente trabalho busca caracterizar o processo de licenciamento, com foco para o Estado de São Paulo, junto aos órgãos licenciadores (DAIA, DEPRN e DAEE), através da análise temporal dos trâmites do processo de licenciamento e do seu conteúdo técnico. Para tanto analisou-se processos requeridos no período compreendido entre 2002 e 2007, totalizando nove estudos de caso. Os resultados obtidos apontaram que os principais emperramentos têm origem na falta de documentação necessária e no conflito entre os pedidos de complementação de estudos, acarretando morosidade na expedição das licenças.

Palavras-chaves: licenciamento ambiental; assentamentos; relatórios e planos.

1. Introdução

As proposições a favor da reforma agrária no Brasil tem sido uma constante desde o pós-guerra, na década de 1950, quando apareciam como alternativa às questões do acesso à terra para que a mesma cumprisse sua função social.

Na década de 1960 foi promulgado o Estatuto da Terra como solução para os problemas agrários do país, mas ao contrário do que se poderia esperar, ele apenas respaldou um longo processo de colonização, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e Sul (BERGAMASCO, 1997).

Nas décadas de 1980 e 1990 a questão da reforma agrária voltou a ocupar a agenda

¹ Graduando em Engenharia Agrícola – UNICAMP

² Engenharia Agrícola – UNICAMP

³ Engenharia Agrícola – UNICAMP.

política do país, quando os movimentos dos trabalhadores rurais ganharam ímpeto, tanto no campo como nas cidades (BERGAMASCO, op. cit.), de modo que, a partir de meados da década de 1980 passou-se a registrar, ainda que de forma lenta e irregular, a implantação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação.

Atualmente a reforma agrária no Brasil ocorre principalmente pela colonização de novas fronteiras agrícolas e pela criação de assentamentos. A criação desses assentamentos de reforma agrária desencadeia processos de transformação econômica, política, social e ambiental (CUNHA et. al., 2006). Vale ressaltar que hoje há vários movimentos sociais que mobilizam trabalhadores – o principal deles é o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – transformando-os em um dos atores sociais mais relevantes do país, ao indicarem a reforma agrária como um dos principais instrumentos de luta para transformar a sociedade brasileira. (NEAD Debate, 2005).

No caso do Estado de São Paulo, os assentamentos recebem acompanhamento do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) ou do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Hoje existem no Estado de São Paulo cerca de 214 projetos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, sendo divididos entre PA (projeto de assentamentos), PAE (Projeto Agro-extrativista), PDS (Projeto Desenvolvimento Sustentável) e em Comunidades de Remanescentes de Quilombos. Pelo recente levantamento de dados feito pelo SIPRA⁴, que contempla o período de criação de projetos de 01/01/1900 até 05/10/2007, esses projetos foram classificados em oito fases, estando assim distribuídos: 00-Em Obtenção, nenhum caso; 01-Pré-Projeto de Assentamento, nenhum caso; 02-Assentamento em Criação, 2 casos; 03-Assentamento Criado, 51 casos; 04-Assentamento em Instalação, 137 casos; 05-Assentamento em Estruturação, 7 casos; 06-Assentamento em Consolidação, 16 casos; 07-Assentamento Consolidado, 1 caso (INCRA, 2007).

Em que pese a variável socioeconômica do movimento de reforma agrária e dos processos de criação e desenvolvimento dos assentamentos com vistas à sua sustentabilidade, a variável ambiental, somente passou a ser objeto de maior atenção nos últimos anos, quando tornou-se obrigatório o licenciamento ambiental em projetos de colonização e reforma agrária.

⁴ Sistema informatizado para armazenamento de dados de assentamentos criados ou reconhecido pelo INCRA

2. Licenciamento ambiental em assentamentos

A obrigatoriedade de licenciamento ambiental de projetos de assentamento e de colonização surgiu a partir da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237/1997, que regulamentou os aspectos do licenciamento estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, tendo como principais elementos orientadores, o respeito às diversidades ambientais e à promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais (INCRA, 2007).

Porém, devido à grande abrangência desta resolução, que previa, entre outras, a elaboração de EIA/RIMA para projetos de assentamentos, iniciou-se um processo, considerando as demandas dos movimentos sociais, quanto à simplificação dos procedimentos para a obtenção de licenciamento, que resultou na criação da Resolução CONAMA nº 289/2001, a primeira resolução específica para o licenciamento de assentamentos da reforma agrária.

No entanto, inúmeras foram as dificuldades encontradas na aplicação das normas para obtenção dos licenciamentos. Segundo estudo elaborado em 2004 pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, estas dificuldades estavam relacionadas à deficiência no quadro técnico e ausência de equipe multidisciplinar tanto no órgão licenciador, como dos órgãos que elaboram os planos para o licenciamento; falta de integração dos parceiros envolvidos; estudos ambientais incompletos e ausência de área de reserva legal nos assentamentos, entre outros (MDA, 2007).

Esse estudo mostrou ainda que, em 2003, dos 4.528 projetos de reforma agrária cadastrados no INCRA, 95% não tinham concluídos os procedimentos e estudos necessários para a efetivação do licenciamento ambiental. Estes dados ganham maior dimensão ao se levar em consideração que o licenciamento é condição necessária para a concessão de crédito rural aos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária criados pelo INCRA, pois é a partir do licenciamento que são definidas as áreas que o produtor rural poderá desmatar para exercer suas atividades agroeconômicas.

Os resultados deste estudo apontaram para a necessidade de revisão da Resolução nº 289/2001. Para tanto foi realizado, em setembro de 2005, em Brasília – DF o "Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária", buscando reunir as principais instituições e movimentos envolvidos diretamente no processo de licenciamento (ARAÚJO, 2006).

As considerações finais do seminário, sobre cada parte da Resolução nº 289, foram

encaminhadas ao CONAMA e ao MMA. A partir delas, foi lançada a Resolução CONAMA nº 387/2006, que revogou a Resolução nº 289/2001, com o intuito de flexibilizar e agilizar o processo de obtenção da licença ambiental dos assentamentos, de modo a assegurar a sustentabilidade ambiental (INCRA, 2007).

De acordo com as normas desta nova resolução, a implantação da política ambiental em um assentamento ocorre por etapas. A primeira delas é a obtenção da Licença Prévia (LP), que diz respeito à pertinência, ou não, do local para assentar famílias. Trata-se de um pré-estudo das condições ambientais do local. Os documentos necessários para a obtenção da LP⁵, são: 1) Requerimento da LP; 2) Cópia da publicação do requerimento da LP; 3) Relatório de Viabilidade Ambiental – Anexo II⁶ ou laudo agrônômico que atende ao Anexo II; 4) Declaração do Município de que o empreendimento está em conformidade com a legislação de uso e ocupação do solo; 5) Cópia da matrícula atualizada do imóvel ou documento compatível; 6) Cópia do Requerimento da Avaliação do Potencial Malarígeno, quando o assentamento se localizar na Amazônia Legal (MMA, 2006).

A etapa seguinte é a obtenção da Licença de Instalação e Operação (LIO), que autoriza a implantação e a operação de atividades propostas, de acordo com a viabilidade técnica e ambiental. Os documentos necessários para a obtenção da LIO⁷ são: 1) Requerimento da LIO; 2) Cópia da publicação do pedido da LIO; 3) Cópia da publicação da concessão da LP; 4) Autorização de supressão de vegetação ou uso alternativo do solo expedida pelo órgão competente, quando for o caso; 5) Outorga do direito de uso dos recursos hídricos ou da reserva de disponibilidade hídrica concedida pelo órgão gestor dos recursos hídricos, quando for o caso; 6) Projeto básico do assentamento – Anexo III ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA; 7) Para os casos de regularização: Plano de Recuperação do Assentamento – Anexo V; 8) Relatório Ambiental Simplificado – RAS, para os assentamentos que se enquadram no art. 4º.

Importante também é a relação existente entre o órgão assistente e o órgão licenciador, pois este tem participação direta no processo, analisando o conteúdo técnico dos estudos ambientais realizados e por protocolar e expedir as licenças. No caso do Estado de São Paulo, os órgãos licenciadores presentes são, o DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), o DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais), o DAEE

⁵ O conteúdo dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 já constavam na Resolução CONAMA 289/2001 para obtenção da LP.

⁶ O Relatório de Viabilidade Ambiental (Anexo II), o Projeto Básico (Anexo III), o Relatório Ambiental Simplificado (Anexo IV), o Plano de Recuperação do Assentamento (Anexo V), e o art. 4º da Resolução CONAMA n.º 387/2006, podem ser encontrados em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706>.

⁷ O conteúdo dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 já constavam na Resolução CONAMA 289/2001 para obtenção da LIO.

(Departamento de Águas e Energia Elétrica) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

De maneira geral, os trâmites para o licenciamento de assentamentos ocorre em duas etapas. A primeira refere-se à obtenção da LP (Licença Prévia), em que o órgão assistente (INCRA ou ITESP), encaminha ao DAIA os documentos necessários para sua expedição. Em seguida o DAIA encaminha ao DEPRN os estudos do órgão assistente, para que este departamento emita seu Parecer Técnico Florestal, documento necessário para o DAIA expedir a LP, junto à Secretaria de Meio Ambiente (SMA).

A segunda etapa é a da obtenção da LIO (Licença de Instalação e Operação), o órgão assistente encaminha ao DAIA os documentos necessários para sua expedição. Em seguida o DAIA solicita o parecer do DAEE, referente ao uso dos recursos hídricos, e o parecer do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), acerca dos estudos sobre patrimônio arqueológico. Posteriormente o DAIA encaminha a documentação ao DEPRN para que este se manifeste quanto à concessão da licença.

Apesar das novas propostas constantes na Resolução 387/2006, as dificuldades para obtenção do licenciamento ambiental em assentamentos ainda permanecem, tanto pelo fato do processo de licenciamento ser um tema cuja aplicação é recente, como também por dificuldades técnicas, estruturais e de caráter legal.

Nesse sentido, o presente trabalho busca caracterizar o processo de licenciamento, com foco para o Estado de São Paulo, junto aos órgãos licenciadores (DAIA, DEPRN e DAEE). Com isso, espera-se obter um melhor entendimento dos trâmites para obtenção das licenças, visando apontar possíveis gargalos e emperramentos existentes no processo.

Para tanto, realizou-se a análise temporal dos trâmites no processo de licenciamento e a verificação do seu conteúdo técnico, comparando-o com o exigido na resolução vigente nos respectivos períodos de entrada dos processos. Foram analisados processos requeridos no período compreendido entre 2002 e 2007, totalizando nove estudos de caso, que permitiram obter indicativos da situação do licenciamento ambiental em assentamentos, para o Estado de São Paulo.

Os nove estudos de caso analisados neste trabalho foram:

1. Assentamento Três Barras – Castilho/SP – Processo SMA nº 13722/2002
2. Assentamento Dois Irmãos – Murutinga do Sul/SP – Processo SMA nº 13750/2004
3. Assentamento Sítio Casa Grande – Biritiba Mirim/SP – Processo SMA nº 13751/2004
4. Assentamento Fortaleza – Bocaina/SP – Processo SMA nº 13788/2004
5. Assentamento Lutetia – Gália/SP – Processo SMA nº 13773/2005

6. Assentamento Fazenda Floresta – Araçatuba/SP – Processo SMA nº 13640/2006
7. Assentamento Araras IV – Araras/SP – Processo SMA nº 13659/2006
8. Assentamento Porto Maria – Rosana/SP – Processo SMA nº 13532/2006
9. Assentamento Fazenda Cachoeira – Sorocaba/SP – Processo SMA nº 13511/2007

3. Resultados

De acordo com a metodologia proposta, realizou-se a análise temporal dos trâmites e a verificação do conteúdo técnico de cada processo, sendo apresentados a seguir, de forma sintética, os resultados obtidos.

1) Caso: Processo SMA nº 13722/2002- Assentamento Três Barras – Castilho/SP

Interessado: INCRA.

Período de tramitação: Agosto de 2002 à junho de 2004.

Situação: Processo arquivado.

Impeditivos à obtenção da LP: Estudos ambientais insuficientes, falta de entrega da documentação e não cumprimento dos prazos estabelecidos.

Observação: Após o arquivamento deste processo, em reunião DAIA e INCRA (setembro de 2004), ficou decidido que para dar continuidade no licenciamento desse assentamento, seria necessário abrir novo processo. Em dezembro de 2007, o INCRA informa ao DAIA, que não foi possível aguardar o trâmite normal para a implantação desse assentamento, em razão da forte pressão social, e que este passa a se chamar Assentamento Celso Furtado, ao invés de Fazenda Três Barras. E pede qual a documentação necessária para fazer a regularização ambiental do mesmo.

Resumo temporal da tramitação:

- INCRA encaminha o RAS (Relatório Ambiental Simplificado) para subsidiar a concessão da LP, conforme art.11º da Resolução CONAMA 289/2001, pois considera o projeto de baixo impacto ambiental – Agosto/2002.
- DAIA encaminha ao DEPRN cópia do RAS – Outubro/2002.
- DEPRN encaminha ao DAIA seu Laudo de Vistoria, apontando divergências com dados indicados no RAS – Outubro de 2002.
- DAIA informa ao INCRA, que este precisará elaborar o RVA (Relatório de Viabilidade Ambiental) para subsidiar a concessão da LP. Trecho: “o procedimento de licenciamento ambiental simplificado só é possível para projetos de baixo impacto ambiental, que considera, dentre outros critérios, o número de famílias a serem assentadas e a dimensão do projeto e dos

lotes, situação esta diferente deste empreendimento” - Fevereiro/2003

- Em junho de 2004, torna-se público o arquivamento desse processo. Trecho: “Tendo em vista o tempo decorrido e, o não atendimento das informações complementares solicitadas, OFÍCIO/CPRN/DAIA/0056/2004 de 14/01/2004, sugiro a publicação de arquivamento por falta de manifestação por parte do interessado”.

2) Caso: Processo SMA nº 13750/2004 – Assentamento Dois Irmãos – Murutinga do Sul/SP

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Abril de 2004 a Julho de 2007

Situação: Concedido a LP (não há documentação referente ao início da etapa de obtenção da LIO). Com base na Resolução CONAMA 387/2006, a documentação exigida para a fase de LP foi parcialmente atendida. Porém, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados e informações mais precisas nessa fase do processo, pelo INCRA, o parecer da DAIA foi pela aprovação do RAS (Relatório de Avaliação Simplificado), desde que atendidas as medidas ambientais e demais exigências estabelecidas no processo. Deste modo, para continuidade do licenciamento ambiental, para a etapa da obtenção da LIO, deverão ser cumpridas tais exigências.

Resumo temporal da tramitação:

- Elaboração do RAS pelo INCRA – Outubro/2004.
- Encaminhamento do RAS pelo INCRA ao DAIA – Outubro/04.
- Recebimento do RAS pelo DAIA – Novembro/2004.
- Encaminhamento pelo DAIA de ofício cobrando do INCRA a publicação, nos meios de comunicação impressa, do requerimento da LP e envio dos documentos de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – Janeiro/2005.
- Encaminhamento por parte do INCRA, ao DAIA, das publicações efetuadas em Dezembro/2004 e da justificativa pelo atraso do envio da ART – Fevereiro/2005.
- A partir da análise do RAS, há o encaminhamento por parte do DAIA, ao INCRA, de Requisição de Informações Complementares – Abril/2005.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao DEPRN, de cópia do RAS para análise e manifestação relativos aos aspectos do meio biótico – Abril/2005.
- Elaboração conjunta entre DAIA, DEPRN e INCRA, do Relatório de Análise e Vistoria Técnica – RAVT – Maio/2005.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, de solicitação de revisão das exigências feitas no processo de obtenção da LP através da RIC – Junho/2005.

- Encaminhamento pelo DAIA, ao INCRA, do resultado da revisão das exigências solicitadas, para a conclusão dessa fase do processo de licenciamento – Dezembro/2005.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, dos documentos e informações solicitadas – Janeiro/2006.
- Concessão da LP pelo DAIA – Julho/2007.
- Publicação no Diário Oficial do Estado da emissão da LP – Agosto/2007.

3) Caso: Processo SMA nº 13751/2004 – Assentamento Sítio Casa Grande – Biritiba Mirim

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Outubro de 2004 à Março de 2008.

Situação: Aguardando manifestação do DEPRN sobre a RIC e manifestação do CPLEA (Coordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental) por se tratar da Área de Proteção Ambiental - APA Várzea do Tietê.

Resumo da tramitação:

- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, de RVA (Relatório de Viabilidade Ambiental) como subsídio à solicitação de LP para instalação de assentamento rural – Outubro/2004.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao INCRA, de cumprimento da Legislação Ambiental dando publicidade à solicitação por intermédio do Diário Oficial e jornal de grande circulação e de circulação local e/ou regional, bem como as ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) do responsável pela elaboração do RVA – Janeiro/2005.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA das publicações solicitadas e justificativa de não envio das ATR – Fevereiro/2005.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao INCRA, solicitação de atendimento da RIC – Requisição de Informações Complementares – Abril/2005.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, de justificativa pelo não cumprimento de parte das exigências contidas na RIC – Junho/2005.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao INCRA, reiterando a solicitação de atendimento da RIC – Agosto/2005.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, de solicitação de prorrogação do prazo para entrega da solicitação – Fevereiro/2006.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao INCRA, de concessão de prorrogação do prazo – Março/2006.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, dos esclarecimentos e documentos exigidos na RIC – Abril/2006.

- Encaminhamento pelo DAIA, ao DEPRN, das informações complementares ao RVA – Relatório de Viabilidade Ambiental, efetuadas pelo INCRA, para análise e manifestação quanto aos aspectos relacionados ao meio biótico – Maio/2006.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao CPLEA, para análise e manifestação, considerando que o assentamento localiza-se parcialmente na APA Várzea do Tietê – Maio/2006.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao CPLEA, reiterando a solicitação anterior – Julho/2006.
- Encaminhamento pelo DAIA, ao DEPRN, reiterando a solicitação anterior – Julho/2007.
- Encaminhamento pelo CPLEA, ao DAIA, de Informação Técnica considerando que nada obsta a implantação do assentamento pretendido desde que atendido as ressalvas do Decreto Estadual n.º 42837/98⁸ que trata das particularidades quanto à localização do empreendimento, sem as quais não poderá ser feita a implantação. – Outubro/2007.
- Encaminhamento pelo INCRA, ao DAIA, de solicitação de manifestação quanto ao prosseguimento dos trâmites referentes à requisição de LP – Março/2008.

4) Caso: Processo SMA nº 13788/2004 – Assentamento Fortaleza – Bocaina/SP

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Dezembro de 2004 à Setembro de 2006

Situação: Foi concedida a LP. Órgão licenciador está aguardando documentação para subsidiar a concessão da LIO.

Resumo da tramitação:

- INCRA envia ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), pedido da informação da existência de Decretos de Lavra ou pesquisa mineral sobre o imóvel fazenda Fortaleza, Boa Esperança do Sul – SP, Bocaina – SP e anexa planta georreferenciada do imóvel, de propriedade de Albertino da Silva Therezo, em fase de desapropriação – 12 /2004.
- INCRA encaminha o RVA (que foi elaborado tendo como base o Relatório Agrônomico de Fiscalização do ITESP em 2000) ao DAIA – Dezembro/2004.
- DAIA envia ao INCRA, pedido de complementações do RVA, discriminadas em 15 itens – Maio/2005.
- INCRA responde ao DAIA, que os itens de 3 a 15 não são executáveis devido a situação do imóvel, justifica que os estudos arqueológicos não são possíveis pois ainda é propriedade particular – Junho/2005.

⁸ O Decreto Estadual nº 42.837/98 regulamenta a Lei nº 5.598/87, que declara área de proteção ambiental regiões urbanas e rurais ao longo do curso do Rio Tietê, nos Municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Guarulhos, São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba.

- DAIA envia o RVA ao DEPRN, para que este faça sua análise quanto ao meio biótico – Agosto/2005.
- INCRA encaminha ao DAIA, o Relatório de Informações Complementares. Explica que outras informações serão apresentadas durante o pedido da LIO, e que o DAEE só dá o seu parecer a partir de um projeto e que a elaboração de um projeto para o assentamento está prevista depois da concessão da LP, quando será feito o selecionamento das famílias – Maio/2006.
- DEPRN envia ao DAIA uma via do seu Parecer Técnico Florestal, uma do Laudo Técnico de Vistoria Ambiental e o Levantamento Planialtimétrico. Trecho do Parecer: “A área requerida, (...), não apresenta impedimentos em razão da legislação florestal (...).” – 05/2006.
- A Licença Prévia n.º 01017 é concedida ao INCRA, tendo validade de dois anos – 09/2006.

5) Caso: Processo SMA n.º 13773/2005 – Assentamento Lutetia – Gália/SP

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Setembro de 2005 à Novembro de 2006

Situação: Concedido a LP e no aguardo da documentação para a LIO. Apesar do RVA ser datado de Setembro/2005, as publicações necessárias solicitando à LP, são de Fevereiro/2006, pois com elas o DAIA pode dar continuidade no processo de licenciamento.

Resumo da tramitação:

- INCRA encaminha ao DAIA o RVA – Setembro/2005.
- DAIA envia ao DEPRN o RVA – Fevereiro/2006.
- DEPRN envia o seu Parecer Técnico Florestal ao DAIA. Trecho: “A área requerida para implantação de projeto de assentamento de trabalhadores rurais não apresenta impedimentos em razão da legislação florestal para a emissão da LP (...)” – Abril/2006
- DAIA remete ao INCRA a Requisição de Informações Complementares, constando três itens para completar o RVA – Junho/2006.
- INCRA encaminha ao DAIA o Relatório de Informações Complementares, em resposta aos três itens de complementações ao RVA, solicitadas anteriormente – Setembro/2006.
- DAIA envia o Parecer Técnico ao INCRA. Trecho: “Desta forma, o DAIA conclui pelo deferimento da Licença Prévia requerida e para a continuidade do Licenciamento Ambiental e obtenção da Licença de Instalação e Operação (LIO), o empreendedor deverá atender as seguintes exigências (...)” – Novembro/2006
- A Licença Prévia n.º 01052 é concedida ao INCRA, com dois anos de validade – Novembro/2006.

6) Caso: Processo SMA nº 13640/2006 – Assentamento Fazenda Floresta – Araçatuba/SP

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Abril de 2006 à Dezembro de 2007.

Situação: Esperando a concessão da LP. Após a análise do Relatório de Viabilidade Ambiental, estão sendo elaborados a documentação (Parecer Técnico CPRN/DAIA) e os procedimentos necessários para que a S.M.A. emita a LP.

Resumo da tramitação:

- INCRA encaminha o RVA ao DAIA – Abril de 2006
- INCRA faz as publicações necessárias para abertura do processo – Julho de 2006.
- DAIA remete ao DEPRN copia do RVA – Julho de 2006.
- DAIA envia ao INCRA a Requisição de Informações Complementares, com prazo de atendimento de 60 dias, senão o processo poderia ser arquivado – Dezembro de 2006.
- INCRA encaminha o Relatório de Informações Complementares, em resposta à requisição de informações do DAIA – Janeiro de 2007
- DAIA envia ao DEPRN o Relatório de Informações Complementares elaborado pelo INCRA – Fevereiro de 2007.
- DEPRN encaminha ao DAIA o seu Parecer Técnico Florestal – Dezembro de 2007.

7) Caso: Processo SMA nº 13659/2006 – Assentamento Araras IV – Araras/SP

Interessado: ITESP

Período de tramitação: Abril a agosto de 2006

Impeditivos à obtenção da LIO: Inconformidades no RAS

Situação: Aguardando informações complementares por parte do ITESP. A partir da análise do RAS, elaborado pelo ITESP, constatou-se a ausência de documentos e a necessidade de complementação de informações e dados para a continuidade da análise no que concerne à viabilidade ambiental do projeto neste Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental.

Observações: Neste processo os procedimentos por parte do órgão assistente foram baseados nos Arts. 8º e 9º da Resolução 289/2001 que prescreve que para os projetos de assentamentos de reforma agrária que se encontram em fase de implantação deverá ser requerida a LIO.

Resumo temporal da tramitação:

- Elaboração do RAS pelo ITESP – abril/maio/2006
- Encaminhamento do RAS pelo ITESP ao DAIA – maio/2006
- Recebimento do RAS pelo DAIA – maio/2006

- Encaminhamento pelo DAIA ao DEPRN de cópia do RAS para análise e manifestação relativas aos aspectos do meio biótico – junho/2006
- Encaminhamento por parte do DEPRN de parecer técnico florestal ao DAIA – julho/2006
- Encaminhamento por parte do DAIA do parecer final ao ITESP – agosto/2006

8) Caso: Processo SMA nº13532/2006 – Assentamento Porto Maria – Rosana/SP

Interessado: ITESP

Período de tramitação: Agosto de 2005 à Novembro de 2007.

Situação: Concedido a LP e em andamento o processo para a obtenção da LIO. Apesar do RAS, ser datado de Agosto de 2005, as publicações requerendo a LP só foram feitas em Fevereiro de 2006

Resumo da tramitação:

- INCRA encaminha o RAS ao DAIA. Trecho: “(...) a área não tem suporte para sanar a fome de 173 famílias, (...), há condições de atender definitivamente 34 a 38 famílias” – Agosto/2005.
- DAIA encaminha ao DEPRN o RAS – Março/2006.
- DAIA envia ao ITESP a Requisição de Informações Complementares, contendo as complementações necessárias ao RAS, feitas tanto pelo DAIA como pelo DEPRN – Junho/2006.
- ITESP encaminha ao DAIA o primeiro Relatório de Informações Complementares. Trecho: “Reforçamos, a necessidade de urgência no processo de licenciamento, comunicando que, a população que aguarda para ser assentada, se encontra em situação social, econômica, e ambiental degradante e insalubre exercendo uma tensão social e política muito forte em razão da situação” – Julho/2006.
- DAIA envia ao DEPRN o primeiro Relatório de Informações Complementares – Julho/2006
- ITESP envia carta ao DAIA, pedindo agilidade no processo de licenciamento prévio de Porto Maria e Santo Expedito (totalizando 74 famílias nos projetos definitivos) e reforça “(...)as dúvidas externadas e complementos documentais exigidos, em nada afetam a distribuição espacial dos lotes no projeto de parcelamento.” e continua “(...) o presente ofício tem por fim requerer especial atenção desse órgão aos pedidos de licença acima elencados, que, por sua relevância social, chamam por um célere equacionamento pelos poderes constituídos (...)” – Agosto/2006.
- DAIA requer ao ITESP informações de ajuste, em cinco itens, já com as considerações do DEPRN – Outubro/2006

- ITESP encaminha ao DAIA segundo Relatório de Informações Complementares ao RVA-Dezembro/2006.
- DAIA envia o segundo Relatório de Informações Complementares ao DEPRN – Dezembro/2006.
- DEPRN envia o seu Parecer Técnico Florestal. Trecho: “Somos de parecer favorável a LP do PA Porto Maria, tendo em vista que a interessada realizou as necessárias retificações no levantamento Topográfico Cadastral. Quanto aos projetos de Recuperação das APP’s e RL’s, sugerimos que os mesmos sejam apresentadas quando a interessada requerer a LIO” - Dezembro/2006.
- A Licença Prévia n.º 01083 é concedida ao ITESP. Com validade de dois anos – 02/2007.
- ITESP envia o Projeto Básico (93 páginas + 7 anexos) para a LIO, conforme Resolução 387/2006, e antecipa que o laudo arqueológico ainda não consta. – Julho/2007.
- DAIA encaminha ao ITESP Requisição de Informações Complementares ao Projeto Básico – Outubro/2007
- ITESP encaminha ao DAIA às complementações do Projeto Básico – Novembro/2007

9) Caso: Processo SMA nº13511/2007 – Assentamento Fazenda Cachoeira – Sorocaba/SP

Interessado: INCRA

Período de tramitação: Setembro de 2006 à Março de 2008

Situação: O processo se encontra em andamento. Apesar do RVA, ser datado de Setembro de 2006, o INCRA encaminhou ao DAIA, as publicações, que torna público a solicitação da LP, em Março e Maio de 2007.

Resumo da tramitação:

- O INCRA encaminha o RVA ao DAIA. Trecho: “Enquanto o RVA é elaborado a partir de dados e procedimentos técnicos sem participação da comunidade, o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento, elaborado para a obtenção da LIO) adota um sistema participativo, onde está prevista a ampla discussão com o grupo selecionado”, continua, “(...) recomenda-se o estudo da criação de um Projeto de Exploração Agro-extrativista” – Setembro/2006.
- DAIA apresenta Relatório de Análise e Vistoria Técnica – Agosto/2007.
- DAIA envia ao INCRA o Relatório de Informações Complementares, que em três itens solicita a complementação do RVA – Setembro/2007.
- INCRA requisita prorrogação do prazo para atender às complementações. Trecho “Tendo em vista que continuamos com acúmulo de trabalho em nosso setor de cartografia, (...), vimos

por meio desta, solicitar prorrogação dos prazos para atendimento às requisições de informações (...)” – Fevereiro/2008.

4. Considerações finais

Correlacionando-se os resultados obtidos dos estudos de caso realizados, pode-se aventar algumas conclusões que refletem no emperramento e na morosidade para concessão das licenças ambientais para assentamentos.

Inicialmente, pode-se constatar que dos nove casos analisados, oito iniciaram o processo requerendo a Licença Prévia, e apenas um entrou com o pedido de Licença de Instalação e Operação, que é o caso do Processo SMA nº 13659/2006 Assentamento Araras IV, que se enquadra nos artigos 8º e 9º da Resolução 289/2001, que trata de casos de assentamentos, que já se encontravam em fase de implantação antes da vigência dessa resolução.

Os resultados nos mostram um quadro em que temos, um processo arquivado (SMA nº 13722/2002), três em andamento para obter a LP (SMA nº 13751/2004; nº 13640/2006 e nº 13511/2007), três que obtiveram a LP, mas não iniciaram os trâmites para obter a LIO (SMA nº 13750/2004; nº 13788/2004 e nº 13773/2005), um que obteve a LP e iniciou os procedimentos para a concessão da LIO (SMA nº 13532/2006) e um caso em andamento para a obtenção da LIO, sem que antes tenha sido preciso obter a LP (SMA nº 13659).

O período escolhido para os estudos de casos, 2002-2007, é um dos fatores que justifica a situação de licenciamento que pudemos encontrar, pois foi possível perceber, que o fato de as resoluções específicas para licenciamento de assentamentos serem recentes, a primeira de outubro de 2001 e a segunda de dezembro de 2006, contribuiu para que acontecessem alguns emperramentos, que poderiam ter sido evitados. Como algumas complementações que estavam sendo exigidas na fase de obtenção da LP, mas que, pela fala dos órgãos assistentes, só poderiam ser executadas durante o processo de obtenção da LIO, ou quando o órgão assistente não apresentava as publicações requerendo a licença, e assim não sendo possível fazer a abertura do processo, mesmo que os estudos ambientais já estivessem elaborados para que fossem analisados.

De maneira geral, verificou-se que a morosidade no processo de obtenção de ambas as licenças, está relacionada ao conflito existente na tramitação do processo. Por um lado, há a falta de atendimento das informações complementares, por parte dos órgãos assistentes e por outro, ocorre o pedido de complementações, que partem dos órgãos licenciadores visando

atender tanto à resolução federal para o licenciamento de assentamentos, como também à resoluções e normas específicas de cada instância.

Apesar dos emperramentos existentes, foi possível perceber que, em alguns momentos, os trâmites estavam ocorrendo com mais agilidade e de forma mais dinâmica. Mas, de modo mais abrangente, prevaleceu a morosidade no encaminhamento dos trâmites e ações necessárias para o licenciamento, acarretando assim, na lentidão para a criação e desenvolvimento dos assentamentos.

5. Referências bibliográficas

ARAÚJO, F. C. de. Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, Brasília – D.F.,junho/2006

BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

CUNHA, Luis Henrique Herminio ; NUNES, Aldo Manoel Branquinho ; MIRANDA, R. S. . Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e a gestão dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: 1 Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niteroi. 1. Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006.

FRANÇA, Caio Galvão (Org.) ; SPAROVEK, G. (Org.) . Assentamentos em debate. 1. ed. Brasília: Nead, 2005. v. 1. 300 p.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: www.incra.gov.br. Acessado em 26 de março de 2008.

Portaria/MDA/N.º 080 - 24/04/2002 - **Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária.** Disponível em: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?ag=0&n=1578> , acessado em 27 de março de 2008.

Relatório sobre a aplicação da Resolução CONAMA 289/2001 – Diretrizes para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/EFFC0E7F/RelAplicResolucao289.pdf> , acessado em 27 de março de 2008.

Resolução CONAMA 237/1997, disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237> , acessado em 26 de março de 2008.

Resolução CONAMA 289/2001, disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=286> , acessado em 26 de março de 2008.

Resolução CONAMA 387/2006, disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=525> acessado em 27 de março de 2008.

Tabela com dados de projetos criados entre 01/01/1900 até 05/10/2007 (INCRA):
<http://www.incra.gov.br/arquivos/0277102527.pdf> , acessado em 26/03/2008.

SPAROVEK, G. (Org.). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. 1. ed.
São Paulo: Páginas e Letras, 2003. v. 1. 204 p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

OS ASSENTADOS DO PAE-SF E A SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE¹

Maria Lúcia da Silva Sodré²

Resumo

O debate que envolve estudos sobre o meio rural, e de modo especial, o processo de reforma agrária, vem ocupando cada vez mais espaços no Brasil. Entretanto, a reforma agrária brasileira não se pode limitar ao reducionismo da desapropriação de terras como política social para o assentamento de famílias. É necessária uma política mais comprometida e eficaz, que permita a sustentabilidade dos assentamentos e a dignidade da sobrevivência das famílias beneficiadas, pois, como afirma Brandão (2007, p. 45), “os sucessivos programas de reforma agrária seguem destinando aos homens da terra porções residuais de “lotes” em assentamentos precariamente assistidos”, o que compromete seu objetivo final, não só no que diz respeito à melhoria das condições de vida das famílias assentadas, mas ainda quanto ao sentido da própria política agrária. Os PAE foram inicialmente implantados na Amazônia e no Acre. Na Bahia, até o momento, esse modelo foi aplicado unicamente no *Projeto Agroextrativista São Francisco*

(PAE-SF), que se vem desenvolvendo a partir de 1995. Ele se encontra situado na região Oeste do Estado da Bahia, às margens do rio São Francisco, nos municípios de Serra do Ramalho e de Carinhanha. Sua extensão territorial totaliza uma área de 20.820,0551 ha. (vinte mil, oitocentos e vinte hectares, cinco ares e cinquenta e um centiares). No projeto, foram identificadas 600 famílias, divididas entre onze comunidades. É nesse contexto que se focaliza o nosso interesse em apresentar, um pouco da relação entre os tradicionais ribeirinhos assentados na área e a sua relação com o ambiente local e as conseqüências da implantação de um projeto de tutela do Estado para o *modo de vida* das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Ambiente; Ribeirinhos

1. Introdução

O debate que envolve estudos sobre o meio rural, e de modo especial, o processo de reforma agrária, vem ocupando cada vez mais espaços no Brasil. Entretanto, a reforma agrária brasileira não se pode limitar ao reducionismo da desapropriação de terras como política social para o assentamento de famílias. É necessária uma política mais comprometida e eficaz, que permita a sustentabilidade dos assentamentos e a dignidade da sobrevivência das famílias beneficiadas, pois, como afirma Brandão (2007, p. 45), “os sucessivos programas de reforma agrária seguem destinando aos homens da terra porções residuais de “lotes” em assentamentos precariamente assistidos”, o que compromete seu objetivo final, não só no que diz respeito à

¹ Parte da Tese de doutorado defendida em 2008 na Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação da prof.^a Maria de Nazarh Baudel Wanderley.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

melhoria das condições de vida das famílias assentadas, mas ainda quanto ao sentido da própria política agrária.

Ainda é preciso observar a “grande diversidade de situações de ruralidade no interior do próprio mundo rural brasileiro” (WANDERLEY, 2004, p. 61). Dentre as diversas situações que fazem parte da política de assentamento de reforma agrária, por exemplo, se encontram os *Projetos de Assentamentos Agroextrativistas* (PAE) que são definidos, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como aqueles assentamentos que visam a promover a *reforma agrária ecológica*, regularizando a situação fundiária de populações tradicionais extrativistas, proporcionando-lhes apoio técnico e de infra-estrutura que permitam o *desenvolvimento sustentado*.

Os PAE foram inicialmente implantados na Amazônia e no Acre. Na Bahia, até o momento, esse modelo foi aplicado unicamente no *Projeto Agroextrativista São Francisco* (PAE-SF), que se vem desenvolvendo a partir de 1995. Ele se encontra situado na região Oeste do Estado da Bahia, às margens do rio São Francisco, nos municípios de Serra do Ramalho e de Carinhanha. Sua extensão territorial totaliza uma área de 20.820,0551 ha. (vinte mil, oitocentos e vinte hectares, cinco ares e cinqüenta e um centiares). No projeto, foram identificadas 600 famílias, divididas entre onze comunidades. É nesse contexto que se focaliza o nosso interesse em apresentar, um pouco da relação entre os tradicionais ribeirinhos assentados na área e a sua relação com o ambiente local e as conseqüências da implantação de um projeto de tutela do Estado para o *modo de vida* das famílias tradicionais ribeirinhas assentadas.

Este assentamento representa uma ação do Estado, diferenciada dos demais projetos implantados na Bahia. A singularidade do PAE-SF está no fato de localizar-se em uma Área de Preservação Permanente³, que possui regulamento próprio e teve como objetivo fundamental a regularização fundiária das famílias ribeirinhas que tradicionalmente viviam à margem esquerda do rio São Francisco. O *modo de vida* dessas famílias define-se a partir de uma forma de viver e de produzir ligada, principalmente, à dependência dos recursos da natureza (pesca e agricultura) e às relações sociais que têm fortes vínculos com os laços anteriores à implantação do projeto.

2. As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas e a sua relação com a natureza

³ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Áreas de Preservação Permanente (APP) têm como base legal a lei n. 4771/65 – Código Florestal, alterado pela lei n.7801/89.

As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas no PAE-SF sempre mantiveram laços muito estreitos com o ambiente que as circunda. O saber que essas famílias adquiriram sobre o meio ambiente decorre da sua relação constante com ele e, portanto, a forma de preservá-lo vem, sobretudo, da necessidade de mantê-lo para a sua própria sobrevivência e ainda para os seus sucessores. Representa, assim, uma relação de dependência e de continuidade. Além disso, essas famílias tradicionais têm seu modo de vida atrelado a uma relação repleta de significados simbólicos, culturais e míticos com o ambiente, conforme já foi mencionado na seção anterior.

O conhecimento que elas detêm sobre a terra, o rio, as plantas, a pesca constitui a herança cultural da comunidade sendo aperfeiçoada sempre.

No PAE-SF, esse saber que se pode denominar tradicional se expressa, por exemplo, no modo de pescar ou de cultivar. Via de regra, tais técnicas implicam em conhecer detalhes específicos sobre a pesca e os peixes, “conhecer o rio e os locais que os peixes se escondem” e os “segredos da terra que só quem trabalha nela conhece” (Edvaldo, 43 anos, Água Fria)

É por esta razão também que muitas famílias do PAE-SF descartam o uso de fertilizantes e de inseticidas nas plantações. Um dos motivos é que, para elas, “a terra já é fértil e só se planta o que a terra pode produzir” (Benedito, 48 anos, Estreito). Quanto à adubação, observamos em campo que os assentados fazem uso dos alternativos que substituem os tóxicos que são nocivos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde dos agricultores. Entre eles podemos citar a “urina de vaca”⁴, utilizada, também, pelas mulheres nos pequenos roçados e a “manipueira” da mandioca diluída em água. Cabe ressaltar que a utilização desses fertilizantes naturais é também propiciada pela baixa capacidade de compra de produtos de adubação no mercado, mas, de qualquer forma, estão contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente. Quanto ao controle das formigas cortadeiras, ao invés de utilizar produtos químicos, muitos dos assentados informaram que utilizam o feijão-guandu, também conhecido como andu⁵, espalhado ao redor das plantações. Portanto, de modo geral, fazem uso de tecnologias mais compatíveis com a preservação do ambiente em que estão inseridos do que das tecnologias que vieram de fora.

As famílias cultivam plantas medicinais que integram a farmácia caseira. Nas entrevistas, percebemos que esta é uma prática bastante comum no PAE-SF, ficando sob a responsabilidade das mulheres, que têm o costume de adentrarem-se nas matas para coletar a

⁴ Segundo entrevista em campo deve-se dissolver um litro de urina de vaca para cada dez litros de água, e isso forma um fertilizante eficiente para as plantações (Walter, 56 anos, Estreito).

⁵ Bueno et. al. (2007) apresentam estudos relativos ao desempenho deste feijão e outras leguminosas como controle de formigas cortadeiras.

melhor “casca de pau para fazer remédios caseiros” (Maria do Rosário, 62 anos, Vila Boa Esperança) ou ainda retirar a melhor lenha para o cozimento, conhecimentos passados entre gerações.

É, portanto, extremamente importante para estas famílias o *saber fazer* quando se trata do solo e do rio, naquilo que se relaciona à cultura, à criação, à pesca e à vegetação, elementos que estruturam o *saber popular local*, do qual os assentados lançam mão no desenvolvimento de suas atividades. Caracterizam este saber o conhecer a natureza e até mesmo recorrer às fases da lua e às benzedadeiras para a melhoria do cultivo. Porém este saber tradicional não dá conta de uma produção que seja capaz de satisfazer o *aprovisionamento* necessário para as famílias e, algumas vezes, os assentados apelam para o uso de produtos existentes no mercado, geralmente de forma equivocada.

O uso dos agrotóxicos, por exemplo, representa um problema para estes ribeirinhos, pois muitos dos agricultores lêem com certa dificuldade, o que atrapalha o uso de doses corretas e a aplicação dentro de técnicas adequadas e cuidados com os produtos. Em virtude da falta de assistência técnica sistemática, os produtores que compram esses produtos obtêm informações, quase sempre, com os balconistas do comércio de insumos agropecuários. Podemos afirmar que os assentados desconhecem os riscos para a sua saúde, assim como para o ambiente em que estão inseridos, ao utilizar esses produtos de forma inadequada, e raramente utilizam equipamentos individuais de proteção como, por exemplo, máscaras, luvas e botas para fazer aplicação dos agrotóxicos. O relatório da Ates (2006) indica que metade dos assentados já faz o controle de algumas pragas com produtos químicos.

Contrapondo-se ao saber tradicional leigo e intuitivo, passado entre gerações, surge o saber científico representado pelos instrumentos burocráticos que rotulam o ambiente como Unidade de Conservação – Área de Preservação Permanente (APP) e que, baseando-se no princípio da precaução, proíbe todas as práticas seculares de domínio público.

Sendo assim, o uso dos recursos da mata, em forma de coleta (extrativismo), principalmente para a retirada da lenha para cozimento e da matéria-prima para artesanato, como cestos para pesca, além de algumas práticas como a pesca e a caça resultam em crimes contra o meio ambiente. As restrições impossibilitam a exploração pela população dos recursos naturais que garantem a reprodução da família. Quando em lugares fora da várzea (o lameiro) o trabalho com a lavoura é precedido sempre de uma coivara da capoeira, prática que também tem sido condenada, tal como as queimadas e o preparo de pasto para criação de gado, que também são proibidos.

Por conta de tantas proibições, algumas famílias desenvolvem essas práticas clandestinamente. O resultado são as transgressões das leis como relata um assentado: “Antes eu respeitava, a gente vivia aqui, não tinha desmatamento, as roças eram afastadas da beira do rio, a gente só trabalhava mais, era na vazante, em cima só da água que o rio vinha e cobria” (Carlixto Alves, 46 anos, Estreito).

Nesta entrevista, bem como nas seguintes, que comentaremos mais adiante, os assentados falam sobre como era sua vida antes dos projetos chegarem e se referem ao desmatamento que vem ocorrendo depois da implantação dos projetos governamentais, provavelmente se reportando ao PEC-SR que desmatou e abriu estradas e criou assentamento para 8 mil famílias na região, com o objetivo de exploração agrícola da reforma agrária (23 agrovilas). Posteriormente, com a implantação do PAE-SF e a antropização, continuou a retirada de madeiras, conforme afirmam os assentados:

Quando nós chegamos para aqui, muitas madeiras já tinha sido devastada. A gente chegou quase no final, porque a maior parte da madeira de lei o pessoal já tinha tirado tudo. As madeiras que eles (os de fora) tiravam também não tira mais, porque não entra mais na área, porque a gente não permite mais (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Nascida e criada dentro da área, minha história de criança foi muito boa. Naquele tempo aqui era tudo diferente. Aqui antigamente, quando o INCRA não tinha chegado aqui, a preservação aqui era total, ai depois do INCRA foi que começou a destruição aqui em 1975. Porque antes a preservação dos barrancos existia. Depois que o INCRA chegou aqui e começou a indenizar (os fazendeiros) ai o pessoal começou a desmatar, tirar aquelas aroeiras antigas que tinham, aí acabou [...] mas aqui era uma mata imensa de preservação. O povo criava solto, o gado, o porco, a cabra, essas coisas tudo solto, não tinha essa demarcação. (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande).

Quando o INCRA passou aqui pela primeira vez medindo ele não trouxe o nome de INCRA, o nome era IBRA (1975) eu era mulecote e acompanhei o potógrafo (topógrafo) [...] depois que construiu as agrovilas (PEC-SR) e tirou os fazendeiros, o pessoal daqui mudou para dentro da Ilha do Estreito (quando o rio enchia nós ia pra lá, quando o rio vazava, nós voltava tudo pra cá). Aí surgiu uma invadição do pessoal de fora, invadindo e tirando madeira. Quando pensa que não, o INCRA chegou, uma confusão, ai a Federal baixou. (Joanildo, 46 anos, Estreito).

As restrições ambientais adotadas no PAE-SF afetaram de forma significativa o modo de vida das populações tradicionais que sempre desenvolveram atividades agrícolas, pesca e caça, atividades que hoje só são possíveis por meio de licenças concedidas pelo Estado ou são tratadas como crime ambiental. Ao lado dessas proibições, muitas delas incompreensíveis para os assentados, existe também um desconhecimento sobre os conceitos ecológicos do agroextrativismo e a sua aplicabilidade dentro do PAE-SF. No entanto, alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos com este objetivo.

As entrevistas a seguir ilustram esta afirmativa:

Muitos não têm grande conhecimento do Projeto, que é extrativista. Nem todo mundo conhece, a gente vê falar, mais não tem conhecimento. Mas a gente acha que é a realidade, pretendemos conhecer muito mais ainda (Bartolomeu, 47 anos Boa esperança).

Graças a um bom trabalho que estamos desenvolvendo com o movimento, muitos que nem sabiam o que significava esse pedaço de chão para eles, hoje eles já sabem definir e dizer olha, eu sou diferente de uma área comum, de um assentado comum, de uma área que foi ai desapropriada das outras formas. Hoje eu sei dar valor a um pedaço de chão desse tamanho, porque hoje eu tenho que saber conciliar minha produção com a preservação ambiental. A gente ta numa área de reserva permanente. Já pensou como seria a gente viver numa devastação, que não tivesse uma árvore? (Maria Aparecida, 35 anos, Barra do Ipueira).

O envolvimento da comunidade local com o manejo e a conservação das áreas é fundamental para preservá-las. Os assentados reconhecem, assim, o seu papel no processo de preservação do meio ambiente, quando afirmam que: “Isso ia acabar tudo. Quem faz assegurar essas leis não é o Incra, não é o Ibama, somos nós assentados” (Benedito, 43 anos, Água Fria). Além disso, ressalta uma assentada a necessidade de preservação da natureza para as gerações futuras e não necessariamente para o benefício do Estado. Segundo ela:

Isso é bom não para os órgãos, mas é bom para mim e para minha geração que aí está. Hoje muitas famílias já pensam em ir ali no rio e arrancar um capim que está na margem do rio, já pensa, se eu arrancar isso aqui vai desbarrancar e futuramente eu não vou ter esse rio aqui para está me beneficiando (Maria Aparecida , 35 anos, Barra do Ipueira).

As terras do PAE-SF são consideradas pelos assentados como terras muito férteis, boas para o plantio: “aqui é bom porque dá de um tudo, é só plantar. Mas quando não tem chuva à gente sai e vai trabalhar como diarista nas roças que tem regradio (irrigação) [...] porque aqui só tem promessa de projeto e nada” (Dejael, 49 anos, Mariápolis). Com isto, ele está se referindo ao principal fator limitante enfrentado pelas famílias assentadas: a deficiência hídrica pluvial. Ressalta também que o projeto acenou com assistência técnica para irrigação e até o momento não houve o investimento correspondente.

No período de seca, a possibilidade de *aprovisionamento* e geração de renda, com recursos da própria terra, vai à zero porque é o momento em que há insuficiência da produção e conseqüentemente, o aumento das dificuldades para as famílias. Alguns “chegam até a passar fome mesmo, quando o rio tá seco (até o pescado desaparece) e a chuva não molha a terra” (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande). Segundo entrevista: “aqui a gente não produz nada, agora mesmo que a chuva tá escassa, a única coisa que a gente produz é uma mandioca,

é milho, feijão, quando chove bastante dá pra comer. Dizer que eu tenho isso aqui em casa por que eu plantei, e produzi, não” (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipueira).

Nessas circunstâncias, muitos assentados no PAE-SF não conseguem alcançar, sequer, o equilíbrio entre produção e consumo, necessário para garantir a alimentação básica da unidade doméstica. Diante das adversidades apresentadas, percebemos que algumas famílias do PAE-SF não conseguem, em certos momentos, nem o *mínimo vital* (CANDIDO, 1964) ou o *mínimo calórico* (WOLF, 1976) necessário para sua sobrevivência, passando por sérias privações que afetam sua capacidade de reprodução.

Para contornar tal situação, a produção das famílias assentadas está apoiada, sobretudo, no cultivo de produtos de ciclo curto, como o feijão e milho, assim como em culturas de rama: melancia, abóbora, maxixe, etc., que se plantam e colhem no período de três meses.

A *vida e trabalho* das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF são marcados por períodos que se traduzem em algumas épocas de fartura e outras de necessidade. Nesse sentido é a pluviosidade que define o período de trabalho desenvolvido pelas famílias na agricultura, condicionando-o diretamente ao ciclo agrícola e ao calendário sazonal.

Na época de chuva, a plantação pode também ser realizada na caatinga, na “terra dura”, na área de “sequeiro”, mas, em épocas de seca, apenas na vazante do rio, no lameiro⁶, há possibilidade de “plantar com a certeza que vai colher”, como afirma o Sr. Antônio. “Quando é tempo de chuva, que o rio enche e a água lava a Ilha⁷ e deixa pra nós plantar: é feijão, é milho, abóbora, tudo. Quando o rio seca tá todo mundo batendo um feijãozinho, pegando uma abóbora. Tem abóbora que se perde!” (Antônio, 67 anos, Palma e Passos).

É por conta de tantas dificuldades que as famílias assentadas apelam para o “sistema de lameio”, das áreas de alagadiço, tradicionalmente usado. Este tem uma produtividade superior à de sequeiro, devido à umidade e fertilidade deixada pela vazante do rio. Este processo é repetido a cada enchente que deposita novos elementos no solo das margens do rio. A plantação é realizada depois das chuvas, com a terra ainda molhada, as chamadas terras úmidas, o que favorece o melhor cultivo. Uma assentada descreve com suas palavras esse processo:

⁶ Ao se referirem ao plantio feito nestes espaços os assentados se referem ao “sistema de lameio” ou “no lameio”. As várzeas ou o “lameio”, como é chamado pelos assentados, correspondem ao “Baixão” trabalhado por Moraes (2000) definindo por seu solo mais úmido, rico e estabelecido pela presença do rio São Francisco.

⁷ Ilha corresponde as partes mais altas de propriedade da Marinha do Brasil, em que muitos assentados cultivam neste local devido as suas terras serem mais úmida.

A chuva chove, o rio enche, molha a terra aí quando o rio vaza a gente vai e aproveita aquela área que o rio deixou molhado e vai cultivar aquela terra. Planta feijão, planta abóbora, planta milho, planta mandioca, dá de tudo naquela terra. Aí quando for no mês de agosto/setembro/outubro a gente tá colhendo feijão catador (feijão que em geral se come ainda verde, é aquele feijão que dá em ramas), arrancando feijão de arranque (feijão que em geral é consumido seco, portanto deve-se “espera secar para bater”) (Rita, 49 anos, Barreiro Grande).

O plantio no “lameio” é uma das proibições do Incra que se baseia na inconveniência da retirada da mata ciliar e na movimentação do solo de várzea que provoca o transporte de areia e conseqüentemente o assoreamento do rio além da queda dos barrancos, problemas que já podem ser observados a olho nu. No entanto, é considerada pelos assentados a melhor área para o plantio. Soma-se, ao fato de não terem alternativas que viabilizem melhores condições de vida, como já relatado.



Figura 16 – Área de lameiro – Comunidade Capão Preto
Fonte: ATES (2006)

As famílias tradicionais ribeirinhas assentadas queixam-se dos efeitos, porém não se conformam com a proibição, esta proibição reside na causa de uma das principais divergências entre os assentados e o Estado, com afirma uma assentada:

Eu plantava no lameio, mas tem o Incra/Ibama que proibiu, aí o pessoal aqui ainda vive de teimoso. Agora é época de chuva, a gente planta na caatinga, na parte alta. Mas aí quando o rio lavar lá (lameiro) ninguém suporta deixar aquela terra vazia lá. Aí a gente planta pra sobreviver. Até o momento, o projeto do Incra (irrigação) não foi repassado (Maria Rosângela, 41 anos).

Na realidade, o plantio no lameiro, bem como a pesca, a caça e outras atividades tradicionais têm se tornado mais inconvenientes após a confluência de pessoas e o aumento da densidade populacional. Juntos, os projetos de assentamentos não só o PAE-SF, mas também o PEC-SR (cujas muitas famílias moram nas agrovilas, mas exploram os recursos do PAE-SF), vão causando impactos como os desmatamentos, as erosões, as atividades pesqueiras e de caça predatórias, bem como a exploração agrícola e pecuária convencionais que são bastante deletérias ao meio ambiente.

3. Danos ambientais – possíveis soluções

A escalada do homem sobre o ambiente no PAE-SF torna-se evidente em diversos níveis. Se pudéssemos voltar no tempo, iríamos verificar que os problemas ambientais da área do PAE-SF começaram com a retirada de madeira de lei e posteriormente também com a exploração de lenha para fabrico de carvão e para uso em olarias, como já foi observado. Isto provocou um sério desmatamento na região, ao qual também já nos referimos, efetuado com o objetivo de transformar a área florestal em campos agrícolas.

A erosão do solo é visivelmente um dos maiores problemas ambientais identificados nas observações no campo do PAE-SF, tanto por técnicos como pelos moradores locais.



Figura 17 – Erosão na margem do rio – Comunidade Estreito
Fonte: ATES (2006)

As causas deste problema são diversas. O desmatamento, a retirada da mata ciliar, a abertura de estradas próximas aos barrancos do rio para facilitar a exploração da areia lavada, todas essas ações provocam danos irreparáveis ao meio ambiente.

As próprias enchentes do rio muitas vezes provocam desmatamentos naturais que se agravam quando a vegetação ciliar foi retirada ou queimada.

A respeito da retirada de areia às margens do rio, cabe ressaltar que, embora esta prática seja proibida pela legislação vigente, como já vimos, há uma concessão feita pelo Ibama a algumas famílias assentadas. O período da retirada da areia corresponde ao momento em que as chuvas já cessaram e o rio está mais vazio. “Quando o rio vaza e pára o tempo de chuva, a estrada dá acesso as caçambas e o pessoal pode entrar para comprar areia nas mãos de quem tem pra vender” (Almerilson, 59 anos, Capão Preto).

Os assentados, de modo geral, reconhecem que a prática da retirada de areia por pessoas de fora, sem o devido compromisso com o PAE-SF, tem prejudicado o ambiente do assentamento, porque com as entradas e saídas de caçambas houve alargamento da estrada e destruição de barrancos, o que favorece a sua queda e a conseqüente erosão do solo.

Além deste problema do desmatamento e erosão tivemos conhecimento através do Relatório ATES (2006), que na comunidade de Água Fria, onde há vinte lagoas, ocorre uma grave questão de desequilíbrio ecológico. Há uma superpopulação de jacarés de papo amarelo. Estas lagoas necessitam ser isoladas, pois que conforme relato dos moradores, os jacarés costumam atacar pessoas que vão retirar água nas lagoas e animais que vão a buscar de água para beber.

O Incra estabeleceu que a garantia de subsistência, através de atividades produtivas, das famílias assentadas deve ter como princípio fundamental a não-destruição das bases ecológicas. Entre as atividades de produção permitidas aos assentados, como já vimos, estão as práticas agrícolas, artesanais, hortícolas, extrativista de pesca e a criação de animais. A combinação dessas atividades, segundo o modelo produtivo do Incra, vai depender, sobretudo, das condições de sustentabilidade do meio ambiente em que está inserido o projeto que, em grande medida, depende também das práticas dos assentados, que hoje já reconhecem que algumas práticas utilizadas tradicionalmente são prejudiciais à natureza. Declaram:

Nós realmente desmatava até a beira do rio e achava que aquilo era normal, mas quando você começa a estudar as leis ambientais, você começa a ver: ou você perde um ou perde outro, há um momento que você tem que escolher. A gente se pergunta: é ruim perder 150m? Sim, é ruim, mas é melhor você deixar de plantar 150m da beira do rio (respeitando as imposições do Incra/Ibama), do que perder o rio e deixar de plantar. Que plante em outro lugar! (Adalberto, 32 anos, Boa Esperança).

Hoje a gente já mantém a distância dos 150m a beira do rio. A gente também não faz grande desmates a gente nunca trabalhou com máquinas nesta área. A caça a gente também não faz mais, e tinha gente de fora que vinha caçar e a gente também não permitiu mais (Antônio, 39 anos, Mariápolis).

Os primeiros passos de educação ambiental já foram dados no PAE-SF, como por exemplo, o treinamento de 38 agentes multiplicadores, selecionados nas comunidades, que têm como responsabilidade transmitir princípios de educação e conscientização ambiental, visando a preservar o meio ambiente do PAE-SF e suas próprias vidas. As falas a seguir demonstram a ação dos agentes multiplicadores e sua atuação dentro das comunidades:

Sou agente ambiental. A gente tem um credencial federal de ser um multiplicador. O nosso principal papel é educar. A gente sai na comunidade e vamos falar o que é, e da opção, porque não é simplesmente chegar e falar que não pode fazer. Vamos dizer que pode fazer de uma maneira sustentável, porque você não vai ali buscar aquele recurso só uma vez, amanhã ou depois você vai precisar dele, então o nosso papel é estar educando. Mas na segunda instância nós podemos estar até multando as pessoas [...] (Adalberto 32 anos, Vila Boa Esperança).

Eu faço parte do voluntariado, do agente do Ibama, sou multiplicador. Eu tenho lutado para fazer uma conscientização. A coisa que mais me perturba é quando eu preciso cortar uma árvore, porque eu sei que vai fazer falta, mas a gente precisa cozinhar, torrar uma farinha, etc. (Joaquim Pereira, 36 anos Barra do Ipueira).

Outra iniciativa em relação à questão da educação ambiental no PAE-SF refere-se à ação de recuperação das matas ciliares. As famílias residentes em cinco comunidades que foram beneficiadas com projetos de investimento destinaram a quantia de R\$ 500,00 para a recomposição de mata ciliar através de um viveiro de matas nativas. Percebemos então que, embora o meio ambiente esteja enfrentando sérios problemas, as famílias assentadas têm tido uma preocupação com a sua recuperação.

Ainda assim, observamos que o trabalho realizado dentro do assentamento, até o momento, não conseguiu mudar o comportamento da maior parte das pessoas. Muitas delas “falam” em preservação ambiental, não obstante poder-se, a cada momento, identificar as contradições nas suas próprias falas, como ocorre nos depoimentos abaixo:

O homem não tem jeito! Por exemplo, o nosso rio ta aí e ta morrendo, mas o homem não tem jeito. Quando vai lá, não deixa de tirar um pedaço de pau ou de jogar uma sacola de plástico. Tudo atrapalha o meio ambiente. Mas, eu acho que é possível preservar a natureza. (Valdemir, 36 anos Barra do Ipueira).

Tem que haver um termo de acordo. Temos que preservar, então não vamos destruir, mas pescar um peixe para o consumo não destrói nada!? É preciso respeitar as leis. Antes não tinha informação nenhuma, e hoje o homem já respeita porque o Ibama é lei e o Incra também é um órgão federal tem que ser respeitado (Valdemir, 36 anos Barra do Ipueira).

Eu particularmente pesco de tarrafa⁸, de rede, eu gosto muito da pesca, mas só quando ta liberado. O rio São Francisco é uma maravilha, a natureza, o rio era pra ser preservado. Se eu pudesse o rio era cheio de cerca elétrica para não destruir (Valdemir, 36 anos Barra do Ipuera)

Hoje tem legalidade, tem lugar pra ficar tem, mas não tem condição de viver [...] antes tinha mais contato com a mata, desmatar para poder fazer um carvão, vender uma lenha, para poder fazer um tijolo. Essas habilidades aí eles tinha e hoje eles não tem mais por conta da regularização (Joaquim Pereira, 36 anos Barra do Ipuera).

Podemos observar que as iniciativas de autogerenciamento do PAE-SF têm se resumido à formação de associações, cuja atuação, por ser ainda incipiente no que diz respeito aos problemas ambientais, concentra-se mais no que se refere a fiscalização e proibições e à interlocução com os assentados.

A mentalidade individualista, no sentido da unidade familiar autônoma, continua sendo a tônica, conforme se pode identificar na fala do assentado:

Nem sei falar assim, primeiramente o que nos estamos esperando melhorara é a dividição das terras, porque uns tem pouquinho de terra (40mx100m) e outros não tem nada. Estamos na espera da dividição, enquanto um não tem nada outros têm demais (os irregulares). Como eles estão prometendo que vai ter a dividição cada um vai ter a sua parte, pra dizer esse aqui é meu [...] porque muitas vezes vem um plano até de dinheiro (créditos/projetos) pra gente trabalhar e a gente fica até sem saber como pegar, porque não dá pra trabalhar sem ter aquele espaço que cada um deve ter (Manoel Pereira, 41 anos, Barra do Ipuera).

Recentemente tivemos a informação de que foram encaminhados projetos de manejo sustentável para financiamento de projetos de apicultura, caprinocultura e ovinocultura. Esses projetos, entretanto, contemplam apenas cinco das onze comunidades, além disso, cabe um questionamento: qual a área em que estes animais serão criados?

Finalmente podemos afirmar que a educação ambiental é um dos passos iniciais e importantes para o processo emancipatório destas famílias assentadas no PAE-SF, porém o diálogo do saber científico com o saber tradicional, associado, principalmente, à conclusão deste Projeto, é o que pode levar o modo de vida camponês no PSE-SF a um patamar adequado de relação homem-natureza e a uma possível emancipação.

4. Considerações Finais

Procuramos demonstrar que as famílias estão sendo guiadas por um “modelo de tutela”, porém inconcluso pelo Estado – Incra/Ibama, com “leis próprias” –, que permite o uso de seu território, com restrições, cuja referência maior é a preservação do meio ambiente. Mas, é preciso compreendermos que “o processo de trabalho possui dimensões simbólicas

⁸ Rede de malha fina proibida pelo Ibama.

que o fazem construir não apenas espaços agrícolas (...) Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo” (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 7).

A questão que aqui se apresentou é a de como as famílias do PAE-SF, guiadas por uma “produção de tutela”, conseguem conciliar o desenvolvimento de atividades produtivas, de *aprovisionamento*, e, ao mesmo tempo, explorar os recursos naturais de maneira sustentável e garantir a sobrevivência das gerações atuais e futuras.

No que se refere às conseqüências que ocorreram devido ao processo inacabado de regularização fundiária, concretamente, podemos dizer que trouxe dificuldades de sobrevivência às famílias e restrições quanto aos trabalhos tradicionalmente utilizados pelos ribeirinhos. Com isso, não queremos negligenciar a ação, muitas vezes, predatórias destes ribeirinhos. Mas, apenas questionar por que o Incra não finalizou este projeto. Diante dessa situação, vimos que, entre a realidade vivida – “o ser” –, e a realidade concebida, prescrita na lei – “o dever ser” –, apresentaram tensões a serem examinadas.

Uma das principais restrições impostas pelo Estado à população local refere-se à proibição de se plantar no “sistema de lameio”, uma prática tradicional e bastante comum para esta população ribeirinha.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

ALMEIDA, M. W. B. de Redescobindo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Campinas – SP, v.1, n.1, p.66-83, 1986.

ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do alto Solimões. *Rede Amazônia: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*, Belém, ano 3, n. 1, p. 67-75, 2004..

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (Org..) *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000. p.273-290.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris, Revista do Centro de Estudos Rurais*. IFCH/UNICAMP, 1, 1, 2007. p. 37-64.

BRANDENBURG, A. *A agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *Plano de utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco*. Brasília, 2001.

BUENO, J. R. et al. Desempenho de adubos verdes em mata ciliar. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2. Disponível em: < www.ufrgs.br/seeragroecologia>. Acesso em 12 nov.2007.

- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 1964
- DIEGUES, A. C. S. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB – USP, 2000, p. 1-46.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB – USP, 2002.
- DUMONT, S. *ABC do Rio São Francisco*. (mimeo)
- GARCIA Jr., A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Sul: o caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.
- GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas- SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- LAMARCHE, H. Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp. 1998. v. 2, p. 61-88.
- MORAES, M. D. C. de. *Agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade* (2002). Disponível em: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 15 set.2007.
- RELATÓRIO do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Extrativista São Francisco (PDSA). Organizado pelo Desagro/Incrá. Bahia, 2002.(Mimeografado).
- RELATÓRIO socioeconômico do PAE-SF. Elaborado pela Ates. Bom Jesus da Lapa- BA, 2006.
- WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003a.
- _____. M. de N. B. Identidade social e espaço de vida. In: _____ (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas- SP: CERES - Unicamp, 2004.
- _____. M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000a.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.
- _____; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- ZANONE, M. M. et.al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em áreas de proteção ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2, p.39-55, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**PESCADORES E PETRÓLEO NA BAIÁ DE TODOS OS SANTOS: UM BALANÇO
DOS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NO PERÍODO 1950-2005**

Henrique de Barros¹
Rosineide Vieira²

Resumo

Neste trabalho são apontados os eventos mais notáveis produzidos pela indústria do petróleo na Baía de Todos os Santos e suas prováveis conseqüências sobre as condições de trabalho das comunidades estuarinas da região. Em seguida, são descritas as formas de relacionamento com as comunidades locais praticadas pela indústria do petróleo, sendo apontados os principais problemas na perspectiva das lideranças locais de pescadores. Finalmente, propõe-se uma revisão de práticas e atitudes de relacionamento, a partir de padrões internacionais, capazes de recuperar o prestígio e promover um maior impacto positivo da exploração sobre as economias locais do Recôncavo. A revisão dos casos de empreendimentos realizados nos últimos 20 anos sugere a necessidade de revisão de atitudes corporativas, tanto em relação ao conteúdo, quanto às formas de relacionamento com os pescadores. Relações construtivas, que ampliem as oportunidades de renda e trabalho suprimidas pela indústria do petróleo nas últimas décadas se fazem urgentes diante da degradação de condições de vida e trabalho observadas entre os pescadores da Baía de Todos os Santos. A comparação entre processos de desmobilização de campos maduros na Europa e no Brasil, em fins dos anos 1990, sugere a necessidade de revisão nos padrões de transparência e preocupação social observados no caso brasileiro do campo Dom João Mar. Acreditamos que a indústria do petróleo brasileira adquiriu uma dívida social e ambiental para com toda a sociedade, na medida em que não se dispôs, após 10 anos, a estabelecer um processo claro e efetivo de desmobilização de instalações de exploração nas áreas de pesca artesanal da Baía de Todos os Santos. Além disso, até o final de 2007, tinha sido evitada a discussão sobre a liberação de compensações justas e específicas para a categoria de pescadores artesanais, capazes de restaurar as condições locais a níveis semelhantes aos encontrados na região há poucas décadas atrás.

Palavras-chave: Pescadores e Petróleo; Baía de Todos os Santos; Conflitos Sócio-Ambientais

Abstract

This paper focuses on the most notable events produced by the oil industry in the Todos os Santos Bay and their likely consequences on working conditions of estuarine communities in the region. Also we describe the relationship of the industry with local communities, the main perceived problems being pointed out from the local fishermen leaders perspective. Finally, we propose a review of practices and attitudes to improve relations between industry and fishermen, based on international standards, in order to regain prestige and to promote a positive impact of oil exploration on local economies of the Reconcavo region. A case review of ventures undertaken by the oil industry over the past 20 years suggests the need to reassess corporate attitudes towards fishermen. Constructive relations which widen opportunities of income and work subtracted by the oil industry over the last decades are urgently needed to

¹ UFRPE/Fundaj. E-mail: hdbarros@terra.com.br

² Fundaj. E-mail: Rosineide.vieira@fundaj.gov.br.

face the rapid degradation of subsistence conditions among local fishermen. A comparative view of decommissioning of oil fields in Europe and Brazil over the late 1990's suggests the need to review transparency and social commitment standards which are far less prominent in the case of the Brazilian Dom Joao Mar field. We believe that the Brazilian oil industry has acquired a social and environmental debt towards the whole society, as far as it has not been able to establish a clear and effective process for decommissioning the oil installations within fishing areas in the Todos os Santos Bay. Furthermore, until the end of 2007, the discussion of fair and specific compensations had been avoided. This implementation has become a condition to regain local economic conditions found among fishermen just few decades ago.

1. Introdução

A minimização de impactos sociais e ambientais negativos das atividades de exploração de petróleo tem sido uma das crescentes preocupações da indústria e da sociedade nos últimos anos. No Recôncavo Baiano, o caráter pioneiro das técnicas de exploração praticadas nos últimos 60 anos deixaram marcas profundas na paisagem social, que se refletem na precariedade das condições de vida e trabalho da população que depende da exploração dos recursos pesqueiros da Baía de Todos os Santos.

A partir de fins dos anos 1990, a desmobilização do Campo Dom João Mar agravou essas condições, pela imposição de restrições severas à pesca artesanal e à coleta de mariscos e crustáceos na região nordeste da Baía de Todos os Santos. Somados a outros eventos produzidos pela indústria na região, observa-se uma correlação negativa entre a expansão das atividades de petróleo no Recôncavo e as condições sociais e econômicas da população pescadora profissional da região.

Neste trabalho são discutidos os eventos mais notáveis produzidos pela indústria do petróleo na Baía de Todos os Santos, nos últimos 50 anos, e suas conseqüências sobre as condições de trabalho das comunidades estuarinas da região. Em seguida, são descritas as formas de relacionamento com as comunidades locais praticadas pela indústria do petróleo, sendo apontados os principais problemas na perspectiva das lideranças locais de pescadores. Finalmente, propõe-se uma revisão de práticas e atitudes de relacionamento, a partir de padrões internacionais, capazes de recuperar o prestígio e promover um maior impacto positivo da exploração sobre as economias locais do Recôncavo.

A revisão dos casos de empreendimentos realizados nos últimos 20 anos sugere a necessidade de revisão de atitudes corporativas, tanto em relação ao conteúdo quanto às formas de relacionamento com os pescadores. Relações construtivas, que ampliem as oportunidades de renda e trabalho suprimidas pela indústria do petróleo nas últimas décadas

se fazem urgentes diante da degradação de condições de subsistência observada entre os pescadores.

A comparação entre processos de desmobilização de campos maduros na Europa e no Brasil, em fins dos anos 1990, sugere a necessidade de revisão nos padrões de transparência e preocupação social observados no caso brasileiro do campo Dom João Mar. Acreditamos que a indústria do petróleo brasileira adquiriu uma dívida social e ambiental para com toda a sociedade, na medida em que não se dispôs, após 10 anos, a estabelecer um processo claro e efetivo de desmobilização de instalações de exploração nas áreas de pesca artesanal da Baía de Todos os Santos. Além disso, tem sido evitada a discussão sobre a liberação de compensações justas e específicas para a categoria de pescadores, capazes de restaurar as condições locais a níveis semelhantes aos encontrados na região há poucas décadas atrás.

Apesar do considerável volume de recursos aportado à região através de *royalties*, a diluição desses recursos dentro dos orçamentos estadual e municipais retira dos pescadores oportunidades de compensar as perdas de produtividade do ecossistema com melhorias na eficiência do esforço de pesca local. Ao mesmo tempo, espera-se que a indústria readquira a coerência em seu discurso atual em favor da recuperação ambiental e desenvolvimento social.

2. Caracterização da pesca em São Francisco do Conde ³

O norte da Baía de Todos os Santos é uma região favorecida pelo aporte de nutrientes carreados por uma diversificada rede hidrográfica, estruturadora de um ambiente estuarino bordejado por manguezais, onde se reproduzem variadas espécies de peixes, crustáceos e moluscos. A pesca artesanal e a mariscagem é organizada por 12 colônias de pescadores, onde estão registrados mais de 10 mil profissionais, entre pescadores e marisqueiras.

Os municípios de São Francisco do Conde, Madre de Deus e Candeias constituem importantes pólos de concentração de profissionais da pesca. São Francisco do Conde, em particular, abriga importantes investimentos da indústria do petróleo, como a Refinaria Landulpho Alves, e o campo pioneiro de Dom João Mar, explorado comercialmente entre 1954 e fins dos anos 1990.

O município de São Francisco do Conde faz parte da Região Metropolitana de Salvador, sendo considerado Área de Segurança Nacional. Limita-se com os Municípios de

³ Os dados apresentados nesta seção foram obtidos através de pesquisa de campo à base de entrevistas semi-estruturadas com pescadores e marisqueiras de São Francisco do Conde no período 2003-2005.

Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Candeias e Salvador. Foi a terceira vila a erguer-se no Recôncavo Baiano, em fevereiro de 1698. Atualmente o município possui três distritos, a sede e os de Mataripe (ex-Nossa Senhora do Recôncavo) e do Monte Recôncavo (ex-Nossa Senhora do Monte). A rede hidrográfica que deságua na Baía de Todos os Santos inclui os rios Jacuipe, Joanes, Sergipe do Conde, Paramirim, Guaíba, Colônia, Cinco Rios e São João, entre outros menores.

Duas ilhas se encontram nos limites do Município, Cajaíba, com 6 km de extensão, localizada em frente à cidade e das Fontes, em frente ao Monte Recôncavo.

A pesca na região possui base artesanal, envolvendo boa parte da família. Entre os pescadores, a maioria é do sexo masculino, 77,5%, contra 22,5% do sexo feminino (principalmente marisqueiras). Entre esses, a grande maioria, 95%, tem a pesca como atividade principal, sendo o restante do tempo empregado pela prefeitura, mas mantendo como atividade secundária a pesca, como forma de complementação do orçamento familiar.

Além da pesca, a agricultura é importante empregadora de mão-de-obra, em culturas de cana de açúcar, cacau branco, banana, fumo, mandioca e laranja, além de algumas experiências com cravo da índia e mamona.

Entrevistas com os pescadores do município no período 2003-2007 buscaram caracterizar a situação atual da pesca na região. De acordo com a maioria dos entrevistados, as condições da pesca no município se deterioraram a partir da implantação do Campo Dom João Mar, ao longo da década de 1950, agravando-se com paralisação das atividades. O relato de um pescador local resume a compreensão local sobre o problema:

Na minha opinião, a construção da Petrobrás desgraçou o canal; nos primeiros anos de pescaria não havia poluição; havia fartura de peixes, crustáceos. Hoje não existe mais peixes e crustáceos como antigamente. Primeiro, a Petrobrás causou os primeiros danos. Colocava uma sonda com motores GM, uma zoada. Depois de ter furado a plataforma/base, deu óleo. As linhas se estremeciam durante a produção; qual é o peixe que quer ficar? Depois de retirar as plataformas, a Petrobrás acabou de lascar com os pescadores; as redes ficam presas nas ferragens.

A associação dos problemas da atividade pesqueira e do meio ambiente com a atividade petrolífera mostra-se constante. Entre 2002 e 2007, um dos problemas mais sérios apontados por todos os pescadores é o das “bases” deixadas pela Petrobrás embaixo d’água, que destroem as redes de pesca, pois não existe sinalização dessas áreas. O problema surgiu há cerca de 10 anos e permanece sem solução definitiva, apesar das demandas da comunidade junto à Petrobrás.

Em outras áreas da Baía de Todos os Santos, outras denúncias sobre a redução das espécies têm sido observadas:

Sumiu o salpiro, não tem mais nem para fazer um chá, o tapu-cavalo, ninguém acha nem para remédio; o sururu, de mangue e o da praia, acabou; lambreta, acabou; salpirovovô, também acabou; peguari; pérola de moça, que dá para brinco, não enferrujava, a gente pegava muito para ver se achava essa dita pérola, sumiu. Quem tirava 3 kg de sarnambi, que ainda resiste, hoje tira só ½ kg [Depoimento de pescador da Ilha da Maré, Candeias, junto ao Porto de Aratu] (Lepri, 2006)

Às dificuldades com a pesca se somam a subestimação da profissão de pescador e da própria atividade pesqueira no município. Um depoimento afirma que “o pescador é uma classe sofrida porque não é reconhecida. Não reconhecem que é o pescador que traz comida para a cidade. O que falta pra gente é condição de trabalho”.

A progressiva redução da renda da atividade pesqueira tem levado muitos pescadores e marisqueiras a desempenharem atividades temporárias, tais como pedreiro, soldador, servente, lavadeira, pequeno comércio na própria residência etc.

Em relação à moradia, a grande maioria possui casa própria (92,5%), estando o restante residindo em casa alugadas (2,5%) ou cedidas por fazendeiros (5%). O material predominante nas paredes é o tijolo (70%) e o restante das casas é feita de taipa (30%).

Quanto às condições de higiene e saneamento, a maioria das casas, mesmo as mais periféricas, recebem água encanada (67,5%), porém apenas 32,5% dos entrevistados afirmaram possuir filtro de água. Um fato importante é que 40% das residências visitadas não apresentaram banheiro, sendo as necessidades fisiológicas feitas nos arredores da casa.

O agravamento das condições de vida dos pescadores na região do Recôncavo é contemporânea ao desenvolvimento das atividades de exploração de petróleo e gás na região. Interpretações recentes sobre o conflito entre pesca e petróleo no Brasil sugerem que esse agravamento seria decorrente do aumento do número de pescadores e do esforço de pesca, o que levaria à redução do produto médio obtido:

A racionalidade do pescador é a seguinte: se o lucro que ele obtiver com a pesca for menor do que o custo de pescar (incluída a “renda de oportunidade”, que é o que ele poderia receber se estivesse trabalhando em atividade alternativa à pesca), ele abandona a atividade pesqueira. Porém, quando um pescador resolver explorar os recursos pesqueiros de uma região, ele não pensa na produtividade marginal da atividade (que se altera com a entrada de um novo participante), mas sim na produtividade média. E enquanto esta for maior que o seu custo, o pescador continua na atividade, já que estará recebendo um salário equivalente maior do que o seu custo. (Lopes, s.n.t.: p.7)

Entretanto, o caso da Baía de Todos os Santos sugere que o aumento do esforço de pesca pode ser uma consequência perversa da perda de produtividade das áreas de produção, a

partir do agravamento da crise ambiental na região. Todos os investimentos da indústria na área tiveram conseqüências visíveis ou esperadas, permanentes ou temporárias, sobre as capturas da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos. E a própria natureza da pesca artesanal, pela simplicidade tecnológica de seus equipamentos e a ausência de planos de contingência, tem sido incapaz de superar os impactos negativos da atividade petrolífera sobre o rendimento das capturas.

O padrão dos equipamentos empregados pela pesca artesanal na região é de natureza tradicional e baixo aporte tecnológico. Os barcos utilizados são construídos, em sua quase totalidade, de troncos cavados à maneira indígena. Esses barcos são incapazes de se afastar das margens da baía, o que impede os pescadores de ultrapassarem os limites das áreas mais atingidas pela atividade petrolífera, mesmo no interior da Baía de Todos os Santos. Nas capturas são empregados equipamentos tradicionais, especialmente linhas e redes de fios sintéticos, além de armadilhas artesanais para captura de camarão (*manzuás*). A mariscagem de moluscos e a coleta de crustáceos é realizada com as mãos, principalmente por mulheres.



Figura 0-1: Redes de pescar utilizadas pelos pescadores artesanais da Baía de Todos os Santos. (Outubro de 2007)

As áreas de pesca por excelência incluem (i) as águas da baía, especialmente junto às antigas instalações submersas de petróleo, que se constituíram em atratores artificiais de

peixes nos últimos 50 anos; (ii) as coroas, ou bancos de areia, onde são coletados mariscos e (iii) os manguezais, onde são coletados crustáceos e moluscos.

3. As atividades da indústria do petróleo na Baía de Todos os Santos e seus impactos sobre a pesca

A partir do início da exploração de petróleo e gás na região, no início dos anos 1950, as atividades petrolíferas com impactos sobre a pesca e a mariscagem, podem ser resumidas em:

- Prospecção, com o severo impacto das lamas de perfuração;
- Perfuração e exploração de petróleo e gás em áreas de manguezal e no interior da baía, com permanência de cerca de 50 anos;
- Operação de terminais marítimos (Madre de Deus), com permanência de mais de 60 anos;
- Desmobilização do campo marítimo, com a demolição de plataformas e poços de exploração de óleo e gás, iniciada há cerca de 10 anos (1997);
- Implantação do poliduto ORSUB para transporte de derivados no leito da baía, com impactos temporários (implantação) e permanentes (presença da estrutura no leito da baía);
- Implantação do gasoduto MANATI no leito baía, com impactos temporários (suspensão da pesca durante a implantação; perfurações no leito da baía) e permanentes (alterações nos bancos de mariscos; presença da estrutura no leito da baía);
- Reativação do campo maduro de Dom João Mar, a partir de 2007, com novas perfurações nas áreas de manguezal. Adicionalmente, são previstas construções de estruturas permanentes nas áreas de manguezal, de impactos ainda não estabelecidas sobre a pesca local.

4. Desmobilização do campo marítimo, com a demolição de plataformas e poços de exploração de óleo e gás, iniciada há cerca de 15 anos (1995)

O campo de exploração de petróleo e gás Dom João Mar pode ser considerado um dos pioneiros do Brasil. Ali foi iniciada a exploração comercial de óleo em 1954. Com a redução do estoque e o conseqüente encarecimento da produção, o campo deixou de ser viável para a relação custo de exploração / preço de mercado dos anos 1990. No final da década, o campo marítimo foi desativado.

Informações obtidas de fontes locais indicam que o campo marítimo era formado por um número aproximado de 600 poços de óleo e gás (Figura 0-1) e sete plataformas que recebiam o óleo por uma rede de tubulações submersas. O óleo era armazenado em tanques nas plataformas e mais tarde transferido por barcaças até um terminal de descarga próximo à RLAM. O processo de desativação, ou desmobilização, do campo marítimo envolveu a

demolição das setes plataformas montadas sobre estruturas de concreto e dos poços de extração de óleo ou gás. Os poços (Figura 0-1) eram montados sobre estruturas metálicas tubulares e foram cortados abaixo da superfície. As estruturas demolidas e cortadas foram afundadas nos seus locais de instalação.⁴



Figura 0-1: Plataforma remanescente como testemunho do Campo Dom João Mar, localizada próxima a São Francisco do Conde. Outubro de 2007.

Segundo a empresa responsável pela demolição, o trabalho foi iniciado em 1995, e envolveria a remoção de todos os destroços gerados pela desmobilização. Entretanto, em outubro de 2007, observava-se a mesma situação apontada na imprensa estadual em 2002, quando os pescadores denunciavam a ruptura de suas redes pelos destroços submersos. (Tribuna da Bahia, 11/3/2002; Tribuna da Bahia, 15/3/2002)

A manutenção das estruturas de exploração no fundo da Baía de Todos os Santos contraria as normas da Resolução A.672(16), aprovada desde 19 de outubro de 1989 pela Organização Marítima Internacional (IMO). Nas diretrizes e padrões para remoção de

⁴ Apesar do trabalho ter sido realizado em fins da década de 1990, não foi localizado junto ao órgão ambiental estadual (CRA) o respectivo estudo de impacto ambiental da desmobilização.

instalações *offshore* e em águas continentais ⁵, contidas na Resolução A.672, ficou convencionado que:

Seção 3.1: Todas as instalações abandonadas ou em desuso situadas em menos de 75 m de água e pesando menos de 4.000 t suspensas, excluindo o deck e a superestrutura, deverão ser inteiramente removidas. ⁶ (IMO WAG. RESOLUTION A.672(16), 1989)

De acordo com depoimentos dos pescadores, desde o início da demolição das estruturas são freqüentes os casos de redes danificadas pelos destroços submersos. O problema ocorre pela ausência de sinalização dos destroços e é agravado pelo fato dos mesmos continuarem a manter a função ecológica de atratores artificiais de peixes, adquirida desde a implantação das torres. As tubulações submersas facilitaram a fixação de colônias de “caracas” (*Balanus eburneus*), que abrigam organismos inseridos na cadeia alimentar das espécies nectônicas da Baía. Dentro da lógica de buscar ganhos de produtividade, a procura dessas áreas pelos pescadores tem resultado na ruptura das redes nas pontas afiadas das incrustações. (Figura 0-2 e Figura 0-3)



Figura 0-2: Imagem da balsa que retira os destroços do campo Dom João Mar, com as redes de pesca encontradas entrelaçadas aos tubos submersos. (Outubro de 2007)

⁵ GUIDELINES AND STANDARDS FOR THE REMOVAL OF OFFSHORE INSTALLATIONS AND STRUCTURES ON THE CONTINENTAL SHELF AND IN THE EXCLUSIVE ECONOMIC ZONE, in IMO WAG. RESOLUTION A.672(16) (1989).

⁶ “3.1 All abandoned or disused installations or structures standing in less than 75 m of water and weighing less than 4,000 tonnes in air, excluding the deck and superstructure, should be entirely removed.” (IMO WAG. RESOLUTION A.672(16), 1989)



Figura 0-3. “Caracas” encontradas sobre os dutos submersos na Baía de Todos os Santos e que danificam seriamente as redes de pesca. (Outubro de 2007)

Na perspectiva dos pescadores, a lentidão do processo de limpeza dos destroços, associado aos prejuízos com a perda das redes, tem gerado uma imagem bastante negativa da indústria petrolífera na região. O descaso com a sinalização e a burocracia exigida para a recuperação das redes danificadas têm sido apontados como indicadores de uma certa indisposição da Petrobras para com os pescadores. Após várias mudanças de interlocutores – inicialmente a Transpetro e mais tarde a Unidade de Negócios Bahia – a empresa parece se distanciar cada vez mais do diálogo afirmativo que contribua para a solução dos problemas mais concretos e imediatos que afligem os pescadores.

Para ter direito à indenização por dano às redes, a partir de 2007 passou a ser exigida a notificação do incidente, pela Colônia de Pescadores, à Petrobras. A partir daí, em até 48 horas a empresa enviaria mergulhadores para comprovar a perda do apetrecho. Em seguida, seria iniciado o processo interno de restituição, que tem levado até cinco meses para ser concluído. (Petrobrás /Taquipe, 2007). Ao final do processo, o pescador terá direito a receber apenas as peças danificadas ou perdidas, tendo ainda a seu cargo a recomposição das partes danificadas (o “entralhe” ou colocação dos pesos de chumbo). Nenhuma compensação pelos dias parados foi até hoje oferecida pela Petrobras. Segundo depoimento de fontes do setor de comunicação social da Unidade de Negócios da Bahia, encarregadas do relacionamento com os pescadores, não existiriam evidências de que os mesmos estariam sendo impedidos de pescar apenas por suas redes terem sido danificadas.

Adicionalmente, a permanência de tubulações no mar e nos manguezais tem causado vazamentos acidentais, como o registrado em outubro de 2007 próximo a São Francisco do Conde e retratado na Figura 0-4. Lideranças locais se queixam da demora da Petrobras para solucionar esse tipo de problema, que se tornou comum diante da permanência de remanescentes das estruturas de produção nas águas da baía ou nos manguezais.



Figura 0-4: Manguezal manchado por vazamento de óleo bruto junto à São Francisco do Conde e amostra do óleo retirada do manguezal por pescadores (outubro de 2007).

5. As práticas de relacionamento dos pescadores com a indústria

A hipótese central deste trabalho é de que existe uma relação direta entre as atitudes da indústria e o agravamento de condições de subsistência de pescadores. Esse agravamento seria o resultado de práticas operacionais aplicadas pela indústria sem as necessárias compensações econômicas normalmente oferecidas a outros segmentos da sociedade. Dessa forma, tem sido transferidos aos pescadores apenas custos, sem as devidas compensações normalmente previstas numa atividade rentável como é a exploração de petróleo.

Esse quadro reflete uma percepção das comunidades como elementos isolados e estranhos às operações da indústria, e que devem ser tratados através de práticas de comunicação social que informem sobre a essencialidade dos serviços a serem executados. Em dois casos, como o do ORSUB e Projeto Manati, as medidas de mitigação propostas incluem programas de capacitação de segmentos específicos das comunidades, no caso a categoria de alunos de escolas locais, para sensibilização ambiental de professores e alunos.

Na perspectiva da comunidade, esses programas soam como contraditórios e desconectados com as situações encontradas no dia a dia das famílias locais. Nenhuma preocupação foi incluída quanto à melhoria das técnicas e equipamentos dos pescadores para se adaptarem às novas condições de pescaria provocadas pela indústria do petróleo.

Na convivência com as comunidades de pescadores da Baía de Todos os Santos, surpreende a inexistência, após mais de 60 anos de presença da indústria, de um canal de diálogo que permita a superação de problemas ambientais criados para as comunidades. A inexistência, ou melhor, a fragilidade e inconstância das comunicações entre comunidade – indústria sugerem um quadro onde os objetivos de produção sempre serão mais importantes do que eventuais danos ao ecossistema ou prejuízos aos pescadores da região. Essa perspectiva é reforçada na inclusão do aumento da arrecadação municipal como impacto operacional do Projeto. A visão dos royalties como compensação ambiental está presente no documento recente de política nacional para o setor:

Os impactos efetivos mais importantes nesta fase [quando a pressão do reservatório tende a cair e é necessária a injeção de gás e água] são a alteração da qualidade da água e alteração da biota marinha devido ao descarte de água produzida, aumento na produção de hidrocarbonetos no país e geração de royalties e participações especiais. (MME, 2007: 566).

Os EIAs refletem a visão da política nacional que considera, equivocadamente, os *royalties*, devidos como uma porcentagem dos resultados da produção, na mesma categoria de compensações por danos ambientais ocorridos no processo de exploração. Se assim fosse, a indústria poderia pagar multas por infrações ambientais apenas usando os *royalties* para esse fim.⁷

Na verdade, essa afirmação reflete a prática da indústria ao longo de sua história. As compensações ambientais devidas aos beneficiários dos recursos bióticos marinhos têm sido esquecidas em nome dos *royalties* e dos impostos gerados pela indústria. Apesar do avanço tecnológico da indústria, ainda não existem mecanismos compensatórios para transferir aos profissionais da pesca os recursos suprimidos de suas atividades pelas práticas (necessárias e muitas vezes inevitáveis) da indústria do petróleo. Os *royalties* são transferidos aos orçamentos de estados e municípios e não retornam diretamente aos pescadores. Nas comunidades do Recôncavo, como em outras partes do país, as colônias não recebem qualquer subvenção relacionada com a atividade petrolífera. Os recursos da Petrobrás, quando existem, são transferidos a ONGs de assistência técnica para a realização de atividades de

⁷ Não teria sentido, por exemplo, o IBAMA multar a Petrobras pela destruição a uma comunidade biológica durante a construção do gasoduto Manati.

formação para os pescadores e marisqueiras. Assim se explica o quadro de progressiva degradação de condições de vida nas áreas sob a influência das atividades petrolíferas.

A dimensão tecnológica talvez seja o aspecto mais expressivo da dificuldade de relacionamento entre indústria e comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos. Tecnologias de ponta utilizadas pela Petrobras contrastam com as embarcações e equipamentos rudimentares que caracterizam a pesca artesanal da região. (Petrobrás, 2003) Nenhuma contribuição direta da indústria à melhoria tecnológica do setor pesqueiro de suas áreas de produção é conhecida até o presente. As contribuições limitam-se a apoios eventuais a festas das comunidades ou pequenos investimentos em obras em algumas Colônias de Pesca.

Observações locais nos últimos quatro anos, focadas nas comunidades de São Francisco do Conde, Passé e Madre de Deus, indicam as seguintes características do processo de relacionamento pescadores-indústria na Baía de Todos os Santos:

- Quando existe interesse da indústria, as lideranças das Colônias são convidadas, por telefone, a participar de reuniões agendadas pela empresa, geralmente em locais distantes das comunidades. Como regra geral, a agenda é estabelecida pela empresa, não pelos pescadores. O registro das discussões e decisões, apesar de ser feito pela empresa, em sempre é repassado aos pescadores, o que tem dificultado a construção da memória dos processos de decisão encaminhados nos últimos anos;
- A relação com a empresa é geralmente mediada por assessores de comunicação social, que declaram ter pouco ou nenhum conhecimento de aspectos técnicos da pesca ou da atividade industrial.⁸ Nessas reuniões as demandas são produzidas oralmente e discutidas, e as conclusões anotadas para serem levadas a outros setores da indústria para decisão. Embora exista anotação de presença, a memória das discussões não é entregue aos participantes após as conclusões;
- Nos últimos quatro anos, variaram diversas vezes os interlocutores e os departamentos que lidavam com demandas específicas dos pescadores;
- É difícil perceber quem tem a responsabilidade pelas decisões que afetam os pescadores. A multiplicidade dos atores e das atividades executadas na região torna difícil a definição de responsabilidades e competências dentro do setor;
- Os protocolos de relacionamento são mal definidos e as regras de convivência não são claras. Por exemplo, a assessoria de comunicação afirma aos pescadores que estes devem encaminhar demandas às empresas terceirizadas, enquanto os pescadores afirmam que as empresas só respondem à Petrobrás;
- Os prazos de solução de demandas são definidos pela empresa sem participação dos pescadores. A reposição de peças de redes danificadas pelos destroços submersos tem levado até cinco meses para ser concluída, sem reposição de dias parados ou qualquer

⁸ Numa reunião com o setor de Comunicação e Segurança de Informações, em outubro de 2007, na Unidade de Negócios – Bahia, em Taquipe, os interlocutores, declararam desconhecer a retomada de atividades no Campo Dom João Mar, em São Francisco do Conde.

outro tipo de compensação por perda de instrumento de trabalho. (Petrobrás.Taquipe, 2007)

- Não existe interesse da empresa em repassar informações críticas aos pescadores sobre atividades que podem interferir nas atividades pesqueiras. É o caso das novas perfurações para reativação do Campo Dom João Mar, em São Francisco do Conde, iniciadas em 2007. Na visão das lideranças locais, a falta de informações sobre atividades que interferem na vida das comunidades pesqueiras é um indicador do pouco interesse demonstrado pela indústria pela criação de canais de interlocução de bom nível nas comunidades da Baía de Todos os Santos.
- A inexistência de um mecanismo de transferência de recursos compensatórios pelas perdas de produtividade do ecossistema das áreas de produção da Baía de Todos os Santos. É notável a ausência de provisão para compensações às comunidades pesqueiras pela comprovada degradação ambiental progressiva das áreas de pesca pelas atividades da indústria do petróleo. Enquanto isso, recursos substantivos são destinados pela Petrobras a projetos de desenvolvimento social e qualidade ambiental a nível nacional. Nenhum dos projetos aprovados nos últimos anos tem como área de atuação as comunidades pesqueiras da Baía de Todos os Santos, mesmo se tratando de um campo pioneiro, estabelecido sem as tecnologias e salvaguardas ambientais e sociais hoje disponíveis.
- Apesar dos inúmeros confrontos de interesse ocorridos nos últimos anos entre indústria e pescadores, e a antecipação de futuras disputas nos próximos anos, não foi até o presente estabelecida uma ouvidoria para intermediar o diálogo construtivo entre as partes interessadas. Também não foi estabelecido até o presente um Conselho Consultivo capaz de promover as relações indústria - comunidades.

6. Conclusões

Em geral, a experiência brasileira sugere que as comunidades locais esperam:

- Ser reconhecidas como partes interessadas merecedoras de atenção e respeito por parte das empresas e do governo;
- Como sinal desse reconhecimento, serem informadas, em tempo e de forma compreensível, sobre **o que, quando e onde** vão acontecer mudanças no ambiente em que elas vivem ou do qual depende sua subsistência;
- Que sejam compensadas “**devidamente**” quando as mudanças forem inevitáveis;
- Que sejam **criados e mantidos** canais abertos de comunicação entre os agentes envolvidos nos processos de mudança;
- Que a comunicação com os níveis locais seja iniciada **antes** das decisões terem sido tomadas ou as obras iniciadas;
- Que a comunicação seja mantida **durante** e, sobretudo, **após** os empreendimentos terem sido realizados;
- Que a comunicação resulte em avanços **concretos** de qualidade de vida para as comunidades. (Barros et al., 2005)

Nos últimos 60 anos, as relações entre indústria de petróleo e comunidades pesqueiras tem sido marcadas por falhas de relacionamento capazes de serem recuperadas no médio

prazo. Este capítulo revisou os principais eventos estabelecidos pela indústria na região da Baía de Todos os Santos, apontando impactos percebidos nas comunidades pesqueiras locais.

A revisão dos casos de empreendimentos realizados nos últimos 20 anos sugere a necessidade de mudança de atitudes corporativas, tanto em relação ao conteúdo, quanto às formas de relacionamento com os pescadores. Relações construtivas, que ampliem as oportunidades de renda e trabalho suprimidas pela indústria do petróleo nas últimas décadas se fazem urgentes diante da degradação de condições de subsistência observada entre os pescadores.

Apesar do considerável volume de recursos aportado à região através de *royalties*, a diluição desses recursos dentro dos orçamentos estadual e municipais retira dos pescadores oportunidades de compensar as perdas de produtividade do ecossistema com melhorias na eficiência do esforço de pesca local. Ao mesmo tempo, espera-se que a indústria readquira a coerência em seu discurso atual em favor da recuperação ambiental e do desenvolvimento social, reorientando seu foco para suas áreas mais antigas de exploração.

Comparações entre os processos de desmobilização de campos maduros na Europa e no Brasil, em fins dos anos 1990, sugerem a necessidade de revisão nos padrões de transparência e preocupação social observados no caso brasileiro do campo Dom João Mar. Acreditamos que a indústria do petróleo brasileira adquiriu uma dívida social e ambiental para com toda a sociedade, na medida em que não se dispôs, após 10 anos, a estabelecer um processo claro e efetivo de desmobilização de instalações de exploração nas áreas de pesca artesanal da Baía de Todos os Santos. Além disso, tem sido evitada a discussão sobre a concessão de compensações justas e específicas para a categoria de pescadores, capazes de restaurar as condições locais a níveis semelhantes aos encontrados há poucas décadas atrás.

Nota: Este trabalho é fruto do apoio financeiro da FINEP-CTPETRO-CNPq-PETROBRÁS, Convênio 22.01.0745.00, UFBA, UFRPE e parceiros.

7. Referências bibliográficas

Barros, H., Paranaguá, M., Alves, M. S. Protocolos de Relacionamentos Sociais para Recuperação de áreas impactadas por atividades petrolíferas, Rede Recupetro/Proamb/UFBA, 2005.

Fisheries Research Services. Fishing Gear Impact & Interaction. 10/2007

Flávia Caheté Lopes, O Conflito entre a Exploração Offshore de Petróleo e a Atividade Pesqueira, Área: 4- Sociedade e Meio Ambiente, s.n.t.

IBAMA.INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL/ESCRITÓRIO DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO

E NUCLEAR (IBAMA/DILIQ/ELPN). Informação ELPN/IBAMA Nº 012/03: Impactos Ambientais da Atividade de Prospecção Sísmica Marítima. Rio de Janeiro, 2003.

IMO WAG. RESOLUTION A.672(16), Adopted on 19 October 1989. GUIDELINES AND STANDARDS FOR THE REMOVAL OF OFFSHORE INSTALLATIONS AND STRUCTURES ON THE CONTINENTAL SHELF AND IN THE EXCLUSIVE ECONOMIC ZONE,

Jornal da Tarde. Petrobras é multada pelo Ibama, 2005. Jornal da Tarde, Salvador.

Ministério Público do Estado da Bahia. 2004. Prejudicados por vazamento de óleo recebem indenizações da

Petrobras, Assessoria de Comunicação Social,

3ago04 – Redatora – Anbar / MTBA690, acessado em 8/10/2007.

Lepri, Mônica C., Histórias de um Futuro Possível: Experiências com Biodiversidade de Movimentos Sociais Brasileiros, III Encontro Anual da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, Brasília – DF

Pedrozo, M. de F. et.alii. Ecotoxicologia e avaliação de risco de petróleo, CRA/Petrobras/NEAMA, Salvador, 2002.

PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Monitoramento Ambiental da Atividade de Perfuração de Poços de Óleo e Gás na Bacia de Campos – Caracterização e Monitoramento Pós-Atividade – Relatório Final. Rio de Janeiro, 2003.

Petrobras, Poliduto Recôncavo/Sul da Bahia ORSUB. Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Jaakko Poyry Engenharia Ltda. 1991

Petrobrás. Relatório de Impacto Ambiental-RIMA. Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Bloco BCAM-40 (Área do BAS-128), Biodinâmica / GMA. Janeiro de 2003.

Petrobras. RIMA Ampliação do TEMADRE, 1990.

Tribuna da Bahia. Fiscal presencia drama dos pescadores, Tribuna da Bahia, Salvador, 15/3/2002.

Tribuna da Bahia. São Francisco do Conde: Destroços prejudicam pescaria, Tribuna da Bahia, Salvador, 11/3/2002.

Veiga, Isa Guimarães. Avaliação da origem dos hidrocarbonetos em sedimentos superficiais de manguezais da região norte da Baía de Todos os Santos, Bahia/ Isa Guimarães Veiga. Macaé: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro / Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E OS MERCADOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Kelma Christina Melo dos Santos Cruz

Resumo

Destaca-se a presença das populações tradicionais, abordando suas especificidades em termos de capacidade técnica e inserção nos mercados. Inicialmente são elencados pontos comuns presentes em diferentes grupos e suas relações com ecossistemas específicos, delimitando o conceito de Sociobiodiversidade. Em seguida, são apresentadas as diretrizes das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural (com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), além de refletir sobre a execução de políticas tradicionais, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). De maneira conclusiva, são oferecidas indicações quanto às perspectivas futuras que permitam maior empoderamento e inclusão econômica dessas comunidades.

Palavras-chave: Populações Tradicionais; Sociobiodiversidade; Políticas Públicas

1. Introdução

A agricultura familiar busca integrar em um único rótulo, grupos sociais bastantes heterogêneos e princípios definidores divergentes, conforme pode ser comprovado nas segmentações adotadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹. De forma simplificada pode-se dizer que esta categoria relaciona o trabalho, terra e família à unidade de produção (Carneiro, 1999).

Neste trabalho, em meio à estrutura agrária brasileira, destaca-se a presença das populações tradicionais, buscando refletir sobre a importância da elaboração e implementação de políticas direcionadas a esses grupos, bem como sistematizar as ações em curso.

No campo teórico são várias as tentativas de conceituação do termo comunidades tradicionais. Seu uso é recente, e inicialmente foi difundido por ambientalistas que se referiam desta maneira às comunidades que residiam nas proximidades das Unidades de Conservação (UC's), conforme salientado por Little (2002). Cabe salientar que não existe “uma” definição correta, visto que diferentes perspectivas sociais geram diferentes conceitos, o que torna esta delimitação de ordem política e/ou técnica, a depender da situação.

¹ As modalidades do Pronaf abrangem diferentes públicos, como as mulheres rurais, as populações quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhas, pescadores artesanais, aquícultores e assentados/as da reforma agrária.

Na maioria das vezes, essa nomenclatura refere-se aos os Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Ribeirinhos, Extrativistas, Quebradeiras-de-Coco-Babaçú, Pescadores Artesanais, Seringueiros, Geraizeiros, Vazanteiros, Pantaneiros, Comunidades de Fundos de Pastos, Caiçaras e Faxinalenses. Tais grupos possuem alguns pontos comuns que podem servir como instrumentos para seu reconhecimento, são eles: o modo de uso da terra, destinação da produção, vínculo territorial, situação fundiária, organização social, expressões culturais, inter-relações com os outros grupos da região e a auto-identificação.

Invariavelmente, a questão primordial para essas populações é o acesso ao território, que além de assegurar sua sobrevivência, constitui a base para a produção e a reprodução dos saberes tradicionais. Outra característica marcante é o processo produtivo, que possui uma lógica específica de produção e com noções singulares acerca da “necessidade”.

As populações tradicionais e diversas grupos desenvolvem práticas agroextrativistas, mas encontram dificuldades em acessar os mercados ou em atingir os requisitos mínimos de qualidade e escala. Ademais, o baixo valor agregado dos produtos provenientes da biodiversidade influencia a competitividade, fazendo-os serem comercializados apenas como matéria-prima.

Estudo realiza por Almeida (2004), demonstra que cerca de ¼ do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, sendo aproximadamente:

POVO OU COMUNIDADE TRADICIONAL	ÁREA HABITADA/HA	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Povos Indígenas (220 etnias)	110 milhões	734.127
Quilombolas	30 milhões	2.000.000
Seringueiros	3 milhões	36.850
Seringueiros e Castanheiros	17 milhões	163.000
Quebradeiras de Coco-de-Babaçu	18 milhões	400.000
Atingidos por barragens – incluindo parte dos pescadores e ribeirinhos	-----	1.000.000
Fundos de Pasto	-----	140.000
Total	178 Milhões	4.5 milhões

Fonte: Almeida (2004)

Considerando os grupos acima descritos, são aproximadamente 25 milhões de pessoas, distribuídas em todo o país, marcadas pela “invisibilidade” e que foram, historicamente, negligenciadas pelo Poder Público. Tais lacunas demandam a construção de uma política de atuação diferenciada, sendo necessário considerar sua cultura, estratégias de produção e reprodução social, saberes, formas de organização social, especificidades em termos étnicos, raciais e de gênero.

A seguir apresenta-se um breve nivelamento conceitual para melhor entendimento dessa temática, e propõem-se questões para debate no campo das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural.

2. Marco conceitual

2.1 Populações tradicionais e sociobiodiversidade

As populações tradicionais podem estar organizadas em associações locais, colônias de pescadores, povos, etnias, habitantes de um ecossistema e comunidades. Nesses grupos nota-se a importância da família extensa ou ampliada, além de relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar, com regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais.

No que tange ao uso da terra, verifica-se a importância dos ciclos naturais nas atividades produtivas, por meio do uso de recursos renováveis e do uso comunitário do território. Tais práticas asseguram a esse segmento um papel central na preservação dos valores étnicos, do patrimônio material e imaterial, dos cuidados com a manutenção da biodiversidade e da segurança alimentar, a partir do conhecimento profundo do seu ecossistema e uso de tecnologias de baixo impacto ambiental (Cruz, 2005).

Em relação ao destino da produção, observa-se que a comercialização não é o único fim da produção. Parte dos produtos gerados destina-se às práticas sociais (festas, ritos, procissões e folias de reis) e o restante visa o autoconsumo ou a venda.

Quanto ao vínculo territorial, predomina a noção de pertencimento a um território (lugar específico que é “comum ao grupo”). Também são comuns determinadas condutas de territorialidade (demarcação, defesa, critérios de inclusão e exclusão), a existência de uma memória coletiva vinculada ao território e a identificação com um ecossistema específico (a exemplo da Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Cerrado).

Os grupos apresentam diferentes categorias fundiárias, incluindo a posse

permanente, a propriedade com título definitivo, o usufruto exclusivo dos recursos naturais, o uso comum sem posse e sem propriedade e o direito real de concessão de uso.

Também são evidentes as expressões culturais próprias - festas, rezas, comidas, modo de construir as casas e vestuário-, mitos e ritos associados às atividades de pesca, caça e extrativismo, palavras ou expressões lingüísticas e transmissão oral de geração em geração dos conhecimentos culturais e ambientais.

Quanto às inter-relações com outros grupos da região, mantém vínculos similares (encontros, associações, casamentos e celebrações), a comunidade se considera como diferente da maioria da população da região, existindo termos usados pelos membros para se referir ao seu grupo.

A auto-identificação é distinta em cada grupo. Os povos indígenas possuem um nome específico para cada etnia; as comunidades quilombolas apresentam múltiplas maneiras de se identificar (comunidades negras rurais, mocambos, terras de preto, terras de santo e terras da pobreza); populações extrativistas abrangem os seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, babaçueiros; os grupos vinculados aos rios ou ao mar são os ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varzeiros; os grupos associados a ecossistemas específicos são os pantaneiros, catingueiros, vazanteiros, sertanejos, chapadeiros; grupos associados à agricultura ou à pecuária são: faxinais, geraizeiros, caipiras, sitiantes, campeiros, fundos de pasto e vaqueiros, havendo também os ciganos e assorianos.

Também são características relevantes: o vínculo com a terra, a reciprocidade e religiosidade que promove a conservação do meio ambiente, além da organização política e a presença dos movimentos sociais.

O conceito de socioambientalismo teve início na Agenda 21 e consolidou-se com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em 1992. Até então, a tradição Ambientalista preocupava-se com a proteção de ecossistemas e espécies, ignorando a presença humana. No momento que em que se incorpora a dimensão social, surge a noção de Sociobiodiversidade, que diz respeito à complementaridade entre diversidade cultural e biológica. Cada cultura constrói relações com os ecossistemas de modo a criar nichos de saberes que lhes possibilitam a sobrevivência, por meio da produção de bens e serviços a partir dos recursos naturais.

2.2 Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

A política agrícola deve oferecer um conjunto de instrumentos que viabilizem a geração e manutenção da renda ao segmento produtivo. Para isso, utiliza como principais instrumentos a concessão do crédito rural, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, seguro agrícola, acesso a mercados e garantia de preços.

O conhecimento das dinâmicas de mercado nas quais se encontram inseridas as diferentes categorias de agricultores familiares é um componente fundamental para que suas organizações possam articular seu “lugar” nas cadeias produtivas. De maneira similar, as populações tradicionais mantêm relação com uma ampla gama de agentes externos que influenciam suas condições de produção e reprodução social (Valente, 2005).

Considerando o enfoque da sociobiodiversidade, verifica-se que as cadeias produtivas abrangem produtos e serviços, destacando-se os frutos, castanhas, sementes, plantas, óleos e turismo de base local. Destacam-se as áreas de açaí, andiroba, babaçu, barú, borracha natural, buriti, cajuí, castanha do Brasil, carnaúba, catolé, copaíba, cupuaçu, erva-mate, faveleira, jatobá, jaborandi, mangaba, maracujá do mato, pequi, piaçava, pinhão, pupunha, umbu. Essas matérias-primas são transformadas em doces, comidas típicas, óleos comestíveis, resinas, látex, produtos fitocosméticos e artesanato, gerando emprego e renda para as comunidades.

As populações tradicionais demandam melhores condições de acesso a terra, promoção da saúde, educação, moradia, meio ambiente, desenvolvimento local, cidadania, transferência de renda e assistência social. A seguir são sistematizadas as principais demandas de assistência técnica e extensão rural com foco na comercialização.

DEMANDAS	MEIOS/ INSTRUMENTOS	METAS
Assistência e orientação técnica em todas as fases do processo produtivo	Suporte na produção da matéria prima e industrialização	Incorporação de tecnologia nas máquinas e equipamentos adequados
Diferenciação dos produtos	Elaboração de marcas próprias registradas, marca identificada pela origem, padronização, certificação agroecológica, rotulagem adequada à legislação	Utilização de modelos tecnológicos que garantam maior valor agregado à produção
Comercialização, gestão administrativa e financeira	Promoção do cooperativismo e do associativismo rural; Identificação de formas alternativas de organização da produção e comercialização	Melhorar as condições de acesso ao mercado de produtos agrícolas
Segurança alimentar e nutricional das populações e territórios	Estimular a formação de redes de produção, processamento e comercialização	Estimular a oferta organizada da produção dos pequenos produtores, incentivando melhorias em qualidade, capilaridade e regularidade da produção
Melhores práticas na produção agrícola, classificação e processamento dos produtos	Disponibilidade de infra-estrutura pública (mercado local, pontos de venda, quiosques)	Formação de uma rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas
Participação e controle social das políticas públicas do desenvolvimento rural sustentável	Atividades educativas que visem o apoio à produção diversificada, a gestão do território, fortalecimento das formas de organização e conhecimentos tradicionais	Apoio a ações que estimulem o desenvolvimento local sustentável

Fonte: elaboração da autora

3. Políticas públicas para a sociobiodiversidade

O Brasil possui posição estratégica para definir e implementar ações voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável valorizando o uso da biodiversidade. Diante disso, o Governo Federal tem somado esforços para desenvolver políticas públicas que contemplem as especificidades das populações tradicionais. Dentre as principais iniciativas encontram-se os programas como o Pacote da Cidadania, Programa Brasil Quilombola, o Plano Nacional da Reforma Agrária, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Comunidades Tradicionais.

Abaixo se apresenta uma síntese das ações de fomento a projetos de produção sustentáveis nos mais diferentes segmentos das comunidades tradicionais.

AÇÃO OU PROGRAMA	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais	MMA, MDS, MDA/INCRA, SEPPIR, FCP, CONAB.	Iniciativas de economia solidária para manter os agricultores em suas regiões de origem, além de gerar trabalho
Agenda Social Quilombola	SEPPIR, MDA/INCRA, MC, MEC, MS, MDS	Regularização fundiária, fortalecimento institucional, cidadania e geração de renda
- Carteira Indígena - Carteira de Projetos - Projetos Demonstrativos – PDA - Ações de Conservação na Mata Atlântica - Programa de Bioprospecção e Desenvolvimento Sustentável de Produtos da Biodiversidade - Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI	MMA	Apoio a projetos de capacitação e de melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento.
- Pronaf Agroecologia - Pronaf Floresta - Pronaf Eco - Pronaf Capacitação - Pronaf Infra-Estrutura	MDA	Recursos para projetos de custeio, investimento, assistência técnica, reflorestamento de áreas degradadas, e geração de energia renovável
- Programa de Aquisição de Alimentos / PAA - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar/ PGPAF	MDS/MDA CONAB	Incentivo à produção e o processamento de alimentos por pequenos empreendimentos rurais; Comercialização.
Economia Solidária	MTE	Promover a aquisição de equipamentos e reforma de infra-estruturas de comercialização para garantir a sobrevivência e a viabilidade econômica de empreendimentos da agricultura familiar, além de interligar redes de comercialização em diversos estados

Fonte: elaboração da autora

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio de chamadas públicas, disponibilizam recursos para o apoio financeiro a projetos, visando à elaboração e implementação de estratégias de geração de renda e conhecimento em redes, que envolvem: sistemas agroflorestais, recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos, preservação ambiental, agroindústrias, capacitação e assistência técnica.

A elaboração da Política Nacional para os produtos da sociobiodiversidade está a cargo do MDA que objetiva a partir da sua execução, promover agregação de valor socioambiental e geração de renda por meio do manejo adequado da biodiversidade, do cultivo das plantas medicinais e fitoterápicos, dos produtos orgânicos e do acesso aos mercados (comércio justo e solidário). Entre 2003 e 2005, o MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), investiu R\$ 37 milhões somente em projetos de agroecologia.

Também em parceria com outros Ministérios, o MDA participa da construção de outros programas, tais como: Programa de Transversalização e Priorização da Biodiversidade (PROBIO II), Programa Nacional Cerrado Sustentável, Programa Biodiversidade Brasil-Itália, Programa da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário e da Regulamentação da Lei da Produção Orgânica.

4. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

As dinâmicas de comercialização e a competitividade da agricultura brasileira têm sido temas centrais nas discussões de Política Agrícola. Representantes dos setores público e privado têm apresentado importantes questões, como a insuficiência do apoio governamental e a necessidade de adequação dos instrumentos disponíveis.

A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM figura dentre as medidas que buscam apoiar a produção e comercialização agropecuária. Desde sua concepção, a PGPM apresenta como principal objetivo minimizar as flutuações da renda agropecuária, sinalizando a comercialização e tornando-se importante indicativo para a tomada de decisão dos agentes econômicos.

Ao longo das últimas décadas, a PGPM vem sofrendo reformulações e sendo objeto de estudo de diversos autores e órgãos de pesquisa. Dentre os aspectos que têm

polarizado essas discussões estão a insuficiência dos recursos públicos para sua implementação e a constante inclusão de novos instrumentos, que carecem de avaliação. Considerando as mudanças no perfil da agricultura brasileira, sistematicamente questiona-se a adequação dos mecanismos da política agrícola e sua eficiência, em especial, para os públicos da agricultura familiar.

A PGPM foi instituída em 1943, juntamente com a criação da Comissão de Financiamento da Produção - CFP, atual Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Os primeiros preços mínimos foram fixados em 1945 e o número de produtos inclusos na PGPM varia ano a ano. Alguns produtos só tiveram preços mínimos fixados para certas regiões e outros tiveram preços mínimos diferentes segundo as distintas regiões.

Em sua concepção inicial, a PGPM era operacionalizada por meio dos instrumentos de crédito rural e de apoio a comercialização. Fixava-se um preço mínimo para cada produto e o Governo se comprometia a adquirir na colheita se o mercado ficasse abaixo do preço mínimo via aquisições do Governo Federal (AGF). Simultaneamente, para evitar formação de grandes estoques, eram viabilizados empréstimos para produtores estocarem e vendê-los na entressafra, por meio do empréstimo do Governo Federal (EGF).

O modelo de desenvolvimento brasileiro, iniciado em 1965, priorizou a modernização da agricultura e essa concepção foi apoiada por uma política agrícola que buscava adotar tecnologias que demandavam elevados capitais e massiva utilização de insumos. O intuito foi, notadamente, industrializar a agricultura, por meio da incorporação da dinâmica do capital às atividades rurais através da tecnificação crescente da atividade. Nesse sentido, até 1985 foram realizadas diversas medidas para reformulação e regulamentação da PGPM, por meio do Decreto-Lei nº 79, de 19/12/66 e pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

Até o final da década de 70, o papel da PGPM foi reduzido dando ênfase ao EGF (Mollo, 1983). Os preços mínimos fixados para cada região eram baixos e deveriam funcionar apenas como uma garantia de última instância. Além disso, a infra-estrutura disponível não era suficiente para garantia dos preços mínimos em larga escala (tampouco o Estado possuía capacidade operacional e financeira para ampliar o escopo dessa política). Um dos principais problemas era a pré-fixação dos preços mínimos na época do plantio. O cálculo do preço de garantia embutia uma expectativa em relação à inflação futura, que sistematicamente subestimava a inflação efetiva, reduzindo a atratividade do preço mínimo.

O fortalecimento da PGPM começou em 1979, quando o governo estabeleceu que os preços mínimos seriam fixados em função dos custos de produção. A partir de 1981, o governo modificou a sistemática de definição dos preços mínimos, substituindo os preços fixos, por preços-base, anunciados antes do plantio, corrigidos mensalmente pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN's, até o início da colheita, quando se tornava fixo. Em 1984, a indexação dos preços-base foi estendida para os meses sucessivos à colheita, permitindo que os produtores retivessem sua produção por maior tempo. Com isso, o sistema tornou-se mais operacional durante certo período (Buainain e Souza Filho, 2001).

Durante vários anos o Estado passou a manipular os preços mínimos, tendo em vista estimular a produção de alguns produtos, baseando-se em avaliação dos mercados interno e externo. Portanto, o preço mínimo perdeu seu papel passivo diante do mercado e passou a ser o seu principal formador, bem como o centro da alocação de recursos.

A partir de 1987, a efetividade da política foi seriamente comprometida quando não havia recursos suficientes, como em vários anos da década de 90 (Bacha, 2004). Além disso, existiam restrições impostas pela política econômica (congelamento dos preços) e problemas operacionais (tais como a capacidade de armazenagem oficial, atrasos nas aquisições e empréstimos).

Um dos principais problemas para a sustentação da PGPM era a incompatibilidade entre os recursos e a demanda por apoio. A partir de 1988, o Governo introduziu regras para disciplinar e reduzir as intervenções públicas nos mercados agropecuários. Também houve a introdução das equalizações para reduzir perdas de estoques e custos do programa. As equalizações passaram a absorver grandes somas de recursos, a maioria referente às safras passadas, portanto sem nenhum impacto sobre a produção corrente.

Delgado e Conceição (2005) demonstram que vários fatores levaram, a partir de 1996, a um certo desmonte da PGPM. A política governamental para os mercados agrícolas foi ostensivamente de liberalização comercial e abertura externa. O mercado aberto privilegiou a importação de *commodities*, sob os regimes de baixa ou nula tarifa, câmbio supervalorizado e liquidez externa abundante. Esta orientação dominou toda a cadeia de preços internos, impondo padrão baixista aos preços, com efeitos sobre a produção e o emprego rurais.

Outros autores também evidenciam que a PGPM exercida nas décadas de 70,80 e 90, foi inconsistente e que o esgotamento desse modelo resultou na redefinição do papel do Estado. Rezende (2000) demonstra que o Governo Collor, após a implementação de medidas

radicais em 1990 e 1991, de desativação dos instrumentos da PGPM e do crédito rural, e por temer o descontrole inflacionário de uma agudização, em 1992, da escassez de alimentos delineada no final de 1991, retomou esses instrumentos. Nesse sentido, o autor identifica que o que mais marcou a atuação governamental de 1995 em diante, além da tentativa de solução da dívida agrícola, foram a reforma da PGPM e a reorientação do crédito para a agricultura familiar.

Em outra ocasião, Rezende (2001), demonstra que essa política impedia o aumento do consumo regional dos grãos, via “agroindustrialização”. Também desestimulava a preocupação com qualidade e custos, sistema de armazenagem, infra-estrutura de transporte e comunicações, todas questões fundamentais para o desenvolvimento agrícola em longo prazo.

Presentemente, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, no exercício de suas atribuições institucionais e por meio de parcerias com entidades públicas, implementa ações de apoio a programas e projetos na área de suplementação alimentar, prestando serviços e/ou fornecendo produtos. A empresa atua em parceria com o Projeto Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos.

A Conab também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. Os programas operacionalizados pela Conab têm como foco as aquisições governamentais, entendidas aqui enquanto um instrumento importante na sustentação de renda ao produtor e no apoio à comercialização da produção agrícola e agroextrativista nas diferentes regiões do país.

A intervenção da PGPM concentra-se nos produtos voltados ao abastecimento alimentar (arroz, feijão, farinha de mandioca, milho, trigo e outros) estendendo-se também, como já ocorre, para produtos não-alimentícios, de origem agrícola ou agroextrativista, que possuam relevância na geração de trabalho e renda para as famílias de agricultores familiares nas diferentes regiões do país (juta, malva, sisal, guaraná, cera de carnaúba, castanha do Brasil e borracha natural).

No caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)², estas ações estão focadas em incentivar a produção e o processamento de alimentos por pequenos

² O PAA foi criado pela Lei no 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de 2 de julho de 2003 e tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

empreendimentos rurais, nos termos propostos pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004).

O PAA desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar, dispensando as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93, criando, portanto, um marco jurídico capaz de possibilitar a presença mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por essa categoria específica de produtores.

As normas que regulamentam o programa estabelecem um valor máximo de acesso de R\$ 3.500,00 ao ano por família (exceto para o mecanismo de Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite), sendo que as aquisições podem ser feitas através da Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), o Contrato de Garantia de Compra (CGAF), a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e o Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (IPCL).

Em dezembro de 2006 foi criado o Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), como uma das ações que compõe o Pronaf e tem como objetivos principais: Garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar; Estimular a diversificação da produção agropecuária e articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola.

Entende-se que as ações desenvolvidas através da PGPM, do PAA e do PGPAF não devem ser as únicas intervenções na esfera da comercialização, devendo ser complementadas por outras ações de apoio à estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento (Conab, 2006).

5. CONCLUSÃO

As políticas públicas direcionadas às populações tradicionais são recentes e estão em diferentes momentos de implementação. A sua efetivação apresenta uma série de desafios, sendo o primeiro, a própria delimitação das realidades sociais que compõem esses grupos.

Diante das políticas públicas existentes é possível detectar a influência do movimento como agente de pressão social, que mobiliza o Estado para uma reação, uma resposta. A partir do momento em que é incitado, o Estado passa a repercutir sobre o movimento.

A execução de políticas públicas pressupõe a segmentação. Nesse sentido, na medida em que o Estado busca chegar a segmentos sociais excluídos de seus serviços, exige que tais grupos compactuem com uma expectativa sobre o que são eles. As categorias têm o poder de interferir na realidade e, enquanto são manejadas, o Estado passa a interferir sobre a realidade dessas comunidades.

No que concerne à comercialização, a forma como são operados os mecanismos da política agrícola encontra-se distante da realidade da grande maioria dos agricultores, que hoje produzem em regime de economia familiar, privilegiando aqueles produtores mais capitalizados e melhor estruturados.

Diferentemente dos públicos da Reforma Agrária, estes movimentos se estruturam segundo critérios organizativos diversos, apoiados em princípios agroecológicos, de gênero e de base econômica heterogênea. Tais especificidades demandam ações pontuais, que dialoguem com suas organizações e potencializem seu acesso aos programas disponíveis.

No campo do agronegócio, a valorização do território constitui-se numa importante estratégia para diferenciar a produção e agregar renda às atividades, porém como alcançar tal valorização se torna um desafio. A demanda por mercados e produtos diferenciados deve ser focalizada a partir do manejo adequado da biodiversidade, respeitando e valorizando a história e a cultura dos produtores, que pode ser conhecida, mas não mensurada a partir de critérios etnocêntricos, que lhes são alheios.

A experiência internacional tem mostrado que a certificação de produtos de origem é um processo de construção que tem início a partir da valorização do que é tradicionalmente produzido em determinada região. A partir das potencialidades territoriais e do reconhecimento das habilidades e competências de cada população, deve-se “desvelar valor” e potencializar sua condição de parceiros nas cadeias produtivas.

Nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade devem ser realizados diagnósticos das atividades ali realizadas, visando a valorização e legitimação do que é produzido, ou seja, buscando incorporar aspectos territoriais aos produtos, transformando atributos culturais em valor econômico.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6 N. 01. ANPUR, maio de 2004 pp. 9-32.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BUAINAIN, A.M., SOUZA FILHO, H.M. **Política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos**. In: BATALHA (Coord). *Gestão Agroindustrial*. Vol. 2, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CARNEIRO, M. J. T. **Sobre classificações e tipologias: agricultores familiares e pluriatividade**. In: SEMINÁRIO “O NOVO RURAL BRASILEIRO”. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Capacitação em Comercialização, cooperativismo e associativismo: Fortalecendo empreendimentos e processos de comercialização. Texto interno. 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. ***Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional***. Brasília, julho de 2004, p. 39.

CRUZ, K. C. M. S. **A Cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás**. 2005. 185 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 108, p. 25-32, jan./jun. 2005.

LITTLE, P. E. ***Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade***. Série Antropologia. Brasil, 2002.

MOLLO, M. L. R. Política de Garantia de preços mínimos: uma avaliação. Análise e Pesquisa, nº 29, Brasília: CFP, 1983.

REZENDE, G. C. Política de Preços Mínimos na Década de 90: dos velhos aos novos instrumentos. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000 (Texto para Discussão, 740).

REZENDE, G. C. Inconsistência Espacial da Política de Preços Mínimos e a Questão do Desenvolvimento Agrícola da Região Centro-Oeste. Texto disponível na internet. 2001

VALENTE, A. L. E. F *Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio*, 2005 (Texto digitado).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
SEPÉ TIARAJÚ – RIBEIRÃO PRETO¹**

Wilson Mazalla Neto²
Celso Costa Lopes³

Resumo

O objetivo geral deste trabalho foi identificar princípios e práticas agroecológicas no assentamento de Reforma Agrária Sepé Tiarajú, localizado na região de Ribeirão Preto, pioneiro na implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do INCRA, como modelo de assentamento no estado de São Paulo. Para tal, foram empregadas ferramentas de trabalho de campo baseadas em pesquisa-ação e em metodologias participativas. Foi realizado acompanhamento de rotina junto à equipe técnica do assentamento, participação em reuniões gerais do assentamento e organização de encontros com os assentados para desenvolver especificamente o conteúdo deste trabalho. Montou-se, também, um procedimento para identificar práticas e princípios agroecológicos do assentamento baseado em fundamentações teóricas sobre agroecologia, a fim de ter um referencial para comparação dos dados de caracterização obtidos em campo. Pôde-se identificar no assentamento Sepé Tiarajú princípios e práticas fundamentadas na Agroecologia que fornecem indícios de uma possível transição agroecológica e assim verificou-se a grande importância política do assentamento Sepé Tiarajú na região que se localiza, se despontando com uma possível referência ecológica e de preservação ambiental.

Palavras-chave: Reforma Agrária; MST; Agroecologia; Pesquisa-Ação; Desenvolvimento Sustentável

1. Introdução

Geograficamente o assentamento está localizado na Mesorregião de Ribeirão Preto que possui mais de 500 mil habitantes (População 543.885 habitantes segundo o SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), dispostos por uma área de 642 km² (área urbana: 274,08 km² e rural 376,92 km²).

Localiza-se entre os municípios de Serrana e Serra Azul, a cerca de 40 km da cidade de Ribeirão Preto. O assentamento (Mapa 1) apresenta área de 814 ha, dividida em 4 Núcleos

¹ Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil.

² Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. E-mail: wmazalla@yahoo.com.br.

³ Professor do Departamento de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas; E-mail: celso@fea.unicamp.br

(Chico Mendes, Dandara, Zumbi dos Palmares e Paulo Freire), que têm áreas individuais de cerca de 3,5 ha e área coletiva em cada núcleo de cerca de 60 ha. Cada núcleo tem 20 famílias. Existe uma área reservada para a Agrosepé - Associação Agrícola Sepé Tiarajú, com cerca de 30 % da área total alocada para Reserva Legal e 38% para APP (Área de Preservação Permanente).

O assentamento foi fruto de processo longo de luta e ocupação do movimento dos trabalhadores sem-terra, que após quatro anos de luta na região conseguiram, em 2004, a regulamentação oficial do assentamento na área da fazenda Santa Clara (arrecadada pelo governo federal, em 1992, devido ao acúmulo de dívidas).

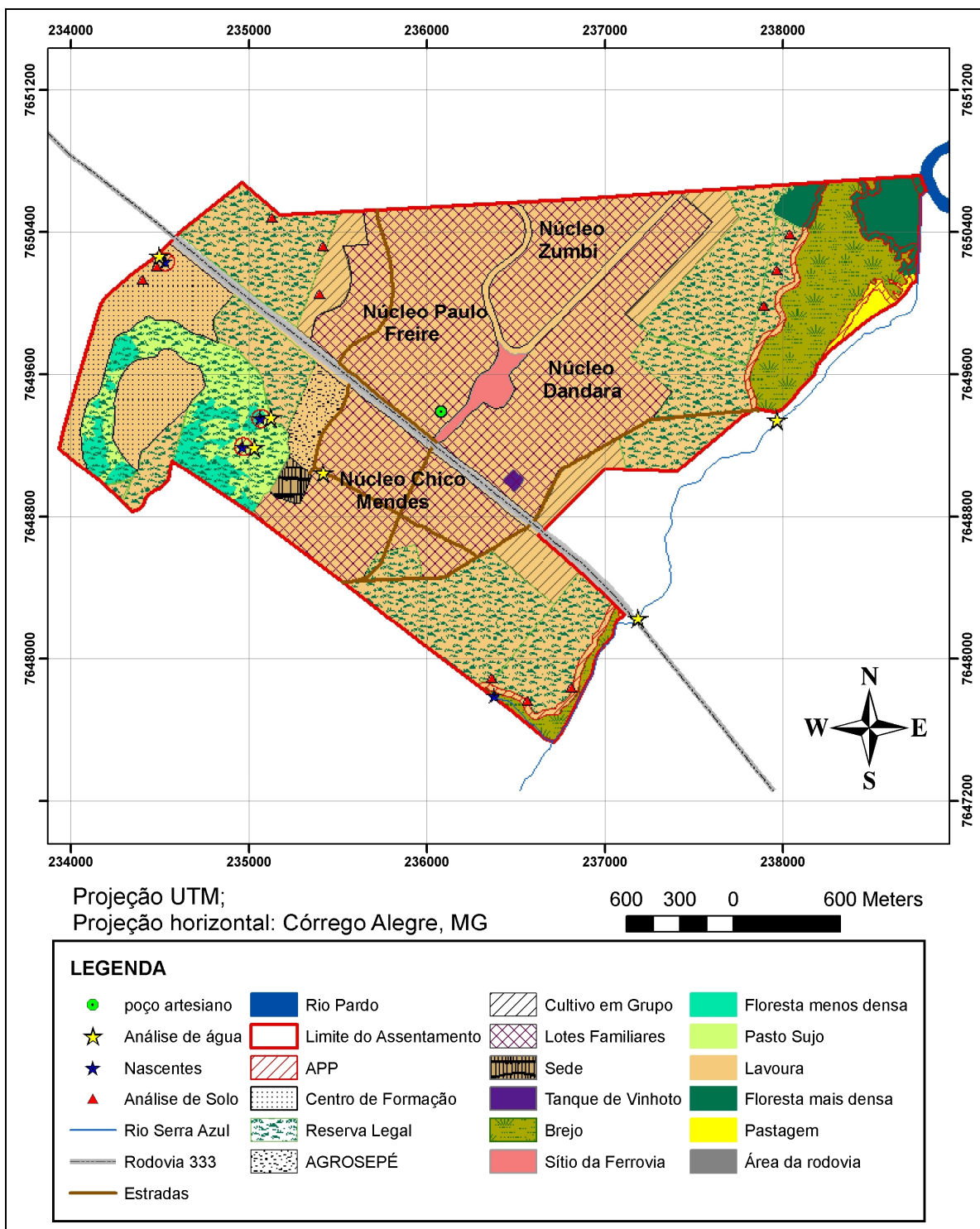
O assentamento foi,então, criado junto ao INCRA, porém com o compromisso da preservação ambiental, sendo legalizado, assim o primeiro assentamento no modelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) no estado de São Paulo.

O PDS é considerado uma modalidade de interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental, tendo a sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.

Os assentados e o MST assumiram, assim, a postura e o compromisso de realizar manejo sustentável sob a perspectiva social a partir das negociações com O INCRA e o poder público local legalizado pela implementação documental do PDS.

Dentro deste contexto este trabalho foi desenvolvido buscando entender em que bases e em que medida esta produção agrícola e organização social sustentáveis ocorreram na prática, após dois anos de regulamentação do assentamento, considerando que a pesquisa se deu durante todo o ano de 2006.

MAPA 1 - PLANEJAMENTO DO ASSENTAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ, NOVEMBRO DE 2005.



FONTE: DIAGNÓSTICO AGROFLORESTAL PARTICIPATIVO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, ESTADO DE SÃO PAULO - RELATÓRIO PRELIMINAR. EMBRAPA MEIO AMBIENTE.

2. Referencial teórico e procedimento metodológico

2.1 Referencial teórico sobre Agroecologia

A preparação teórica se deu com base em autores consolidados dentro da temática Agroecologia e foi essencial e necessária para balizar a construção das ferramentas de trabalho de campo, que permearam conceitos agroecológicos tanto nas discussões realizadas em campo, quanto como no conteúdo das ferramentas.

Tendo em vista o principal objetivo deste trabalho, que foi identificar práticas e princípios agroecológicos presentes no modo de organização social e da produção no assentamento Sepé Tiarajú, buscou-se, a partir de pesquisa bibliográfica, levantar conceitos e princípios agroecológicos gerais, baseados, em CAPORAL E COSTABEBER (2002), ALTIERI (1998) E GLIESSMAN (2000).

Segundo ALTIERI (1998) na América Latina a Agroecologia tem sido difundida como alternativa técnica-agronômica capaz de orientar o desenvolvimento rural sustentável para a racionalização energética da produção agrícola, com o mínimo possível de impactos ambientais e eficiência econômica em geral. Entretanto, este processo se dá praticamente apenas através das ações das Ongs e foi sendo apropriado aos poucos pelos movimentos sociais e extensionistas dos governos nacionais.

Num primeiro momento apareceu como expressão de técnicas alternativas ao modelo da Revolução Verde, porém seguiu agregando contribuições de várias áreas buscando ser uma referência de modelo produtivo que dê conta de contribuir nos conflitos ambientais sociais e econômicos.

“A Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e o tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.” (ALTIERI, 1989).

Para ALTIERI (1998) a Agroecologia se configura como uma metodologia que busca através da gestão e análise de técnicas e tecnologias, aplicadas a agroecossistemas como unidade inicial, abarcar os campos ecológico, sócio-cultural e econômico.

Para GLIESSMAN (2000) a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessária para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável.

“A Agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (GLIESSMAN, 2000).

CAPORAL e COSTABEBER (2002) definem o conceito de Agroecologia como ciência que estabelece as bases – princípios, conceitos e metodologias – para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A partir deste conceito os autores propõem uma metodologia de análise multidimensional da sustentabilidade.

A análise de múltiplas dimensões é necessária, pois, segundo (GUZMAN CASADO, 2000), a Agroecologia se alimenta de várias disciplinas acumulando suas reflexões teóricas e conceitos científicos. Porém a Agroecologia também tem base no conhecimento tradicional e empírico dos pequenos agricultores sobre o funcionamento da natureza, das ações climáticas, práticas agrícolas e etno-botânica, ou seja, não é só baseado nas ciências convencionais.

Dessa forma a Agroecologia, mais que um modelo de agricultura de base ecológica, aborda a organização social, o comportamento econômico e a postura política que contribuem nas transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis e eqüitativos. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002)

A partir desta visão agroecológica é possível construir unidades saudáveis, produtivas, equilibradas e com baixo consumo energético externo, para que interações ecológicas entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos criem um equilíbrio complexo e dinâmico protegendo as culturas e gerando fertilidade no solo. Assim, se a causa de determinada doença ou deficiência é considerada como desequilíbrio, a Agroecologia busca restabelecê-lo através da aplicação de técnicas ecológicas. (ALTIERI, 1989).

Se torna evidente, então, que um dos grandes pilares deste modelo é a preservação e ampliação da biodiversidade. Situação essa de sinergismo e interações complementares que geram cobertura vegetal contínua; produção diversificada de alimentos e outras utilidades; uso eficaz de recursos locais e fechamento do ciclo de nutrientes; cobertura morta e quebra-vento para proteção do solo; múltiplo uso do território; não uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente. Este modelo de integração complexa promove fertilidade do solo, controle de pestes e produtividade (ALTIERI, 1987; HARWOOD, 1979; RICHARDS, 1985).

Para (CHAMBERS, 1983) além da questão ambiental a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que projeta a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento do trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu numa série de atividades diferenciadas realizadas no assentamento sempre baseado nos princípios de Pesquisa-Ação. Segundo THIOLENT (2000) esse tipo de pesquisa busca dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder, de forma eficiente, problemas da situação concreta em que vivem sob a forma da ação transformadora. Desta forma, as orientações de pesquisa-ação guiaram tanto a construção coletiva das ferramentas quanto dos resultados da intervenção realizada por esta pesquisa.

O primeiro grupo de atividades de campo foi baseado na *Observação Participante*, que segundo GELFIUS (1997), consiste na “imersão” do pesquisador na rotina do grupo com quem realiza o trabalho. Participa-se das atividades que compõem o cotidiano desses coletivos para promover a compreensão mais profunda da realidade e obter informações de forma mais orgânica, oportuna e espontânea. Concretamente a observação participativa se deu em: reuniões gerais do assentamento; acompanhamento nas atividades da equipe técnica; reuniões de planejamento da Assistência Técnica do Assentamento Sepé Tiarajú.

A outra parte da metodologia de campo foi o Diagnóstico com Foco na Produção, baseado na técnica de diálogo com grupos focais (GELFIUS, 1997). Os grupos focais escolhidos foram os núcleos de famílias já estabelecidos no assentamento, essa escolha se justifica, pois essa parecia a configuração de grupo mais orgânica para o assentamento e proporcionou entrosamento e liberdade de diálogo na construção de repostas coletivas frente as temáticas apresentadas.

Assim, esta atividade se delineou em uma série de encontros com cada um dos núcleos, nas quais os facilitadores⁴ inseriram temas geradores, algumas vezes colocados na forma de perguntas, para promover a discussão no coletivo. Após este momento, a discussão aconteceu abertamente. Cada núcleo apresentou sua dinâmica particular, alguns tinham inscrição para fala e coordenador da discussão, outros realizavam intervenções aleatórias.

Os temas abordados nas atividades de campo foram:

- Dificuldades enfrentadas no Assentamento

⁴ Os facilitadores foram Wilon Mazalla Neto, pesquisador e autor deste artigo e Thaís Lima, técnica CCA com atuação direta no assentamento. Essa parceria foi possível, pois a pesquisa foi definida dentre as atividades de desenvolvimento do Sepé Tiarajú.

- Sonhos dos assentados para os sistemas de produção futuros
- Levantamento de informações sobre a produção da safra (2005/2006)
- Levantamento de princípios e práticas agroecológicas
 - Técnicas de manejo
 - Máquinas e ferramentas; insumos, energias utilizados
 - Formas de organização do trabalho

As temáticas discutidas nas atividades de campo foram abordadas tanto no sentido das expressões individuais quanto coletivas, buscando traduzir as posições dos núcleos e até do assentamento como um todo, porém sempre destacando as diferenciações individuais.

Vale ressaltar também, no que diz respeito a produção, na referida safra 2005/2006 só foram realizada produção na áreas familiares, onde ocorreu trabalho individual e também coletivo (trocas de dias, mutirões, entre outros).

Neste período os espaços utilizados foram o assentamento Sepé Tiarajú e o Centro de Formação do MST-Regional Ribeirão Preto, com participação dos atores:

- famílias assentadas
- técnicos da CCA (Cooperativa Central de Reforma Agrária de São Paulo)⁵
- técnicos do INCRA-SP
- coordenadores gerais do assentamento.
- Coordenadores do Setor de Produção da Coordenação Regional do MST de Ribeirão Preto.

2.3 A criação de um método para análise de princípios e práticas Agroecológicas no assentamento Sepé Tiarajú.

Para analisar se o modo de organização social e da produção do assentamento Sepé Tiarajú foi necessário criar um grupo de critérios que identificasse princípios e práticas agroecológicas. Estes foram criados a partir do diálogo entre a revisão bibliográfica em Agroecologia e as atividades de campo. A base de discussão teórica originou-se na Análise Multidimensional da Sustentabilidade a partir da agroecologia sugerida por CAPORAL E COSTABEBER (2002) que apresenta dimensões de sustentabilidade ecológica, social, econômica e política e suas características desejáveis. Desta forma, aproveitou-se à estrutura de categorias proposta por esta metodologia baseada na divisão em dimensões de

⁵ A CCA (Cooperativa Central de Reforma Agrária de São Paulo) é uma cooperativa formada por profissionais das ciências agrárias e das ciências humanas que trabalham em assentamentos de reforma agrária buscando seu desenvolvimento, sua atuação se dá atualmente através de convênios com o INCRA.

sustentabilidade a partir do enfoque agroecológico. A partir daí incorporou-se contribuições de outros autores que fossem coerentes com o enquadramento proposto.

As dimensões adotadas foram:

Dimensão ecológica: trata primeiramente da abordagem holística e do enfoque sistêmico sobre a unidade de análise, o agroecossistema (ALTIERI, 1989). Dentro desta concepção destaca-se como um dos pilares da sustentabilidade agroecológica a manutenção e recuperação da base de recursos naturais, que inclui a qualidade do solo (características físicas químicas e biológicas), a biodiversidade, as reservas e mananciais hídricos e outros recursos naturais. Este conjunto de elementos constitui um sistema que sustenta e estrutura a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos.

Considera-se elemento importante desta dimensão a reciclagem energética e de materiais, assim como a eliminação de uso de insumos tóxicos prejudiciais ao ambiente.

Dimensão social: Segundo SIMÓN FERNÁNDEZ e DOMINGUEZ GARCIA (2001), a sustentabilidade social se refere à capacidade interna dos agroecossistemas para resistir às pressões ou perturbações externas a que são submetidos. Assim, os agroecossistemas podem ou não atender os objetivos socialmente desejados e que terão a ver com a satisfação, direta ou indireta, das necessidades humanas. Mais precisamente esses objetivos tratam:

“...incremento de seu valor social, entendido como a qualidade de bens e serviços produzidos, o nível em que se satisfazem as necessidades humanas e sua distribuição entre a população humana.” (SIMÓN FERNÁNDEZ e DOMINGUEZ GARCIA, 2001).

A dimensão social se refere, então, à distribuição e acesso ao produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, e às estruturas produzidas e disponíveis neles. Esses elementos devem ser equitativamente apropriados e usufruídos pelos diversos segmentos da sociedade. (CAPORAL E COSTABEBER, 2002)

Dimensão econômica: Uma característica importante na dimensão econômica da sustentabilidade é a dependência crescente em relação a fatores externos, como energia, insumos e serviços, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

A lógica presente nesta dimensão traz elementos não considerados na economia tradicional. Inicialmente, na agricultura familiar nem todos os ganhos vem da obtenção de capital e geração de lucro. Existem outros aspectos que interferem em maior ou menor capacidade de reprodução social e que não são mensurados nos modelos econômicos clássicos. Daí advém a

importância do auto-consumo, as redes de comercialização e trocas locais, a produção de bens de consumo em geral e as trocas de serviço ou outros tipos de cooperação.

Dimensão política: Esta dimensão está relacionada a processos participativos e democráticos no desenvolvimento rural, ou seja, na organização do agroecossistema. A dimensão política da sustentabilidade passa também pela participação em redes de organização social e representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais no que diz respeito à relação com a sociedade externa. CAPORAL (2003).

Segundo ALTIERI (1998) a Agroecologia contribuiria nesta dimensão com as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação gere o avanço no empoderamento dos agricultores e comunidades rurais, fortalecendo o papel destes como atores e responsáveis pelas decisões nos rumos dos processos de mudança social.

Assim, é preciso criar um contexto político em que os agricultores possam expressar seus interesses e necessidades em condições iguais com outros atores sociais envolvidos.

Desta forma, permitiu-se estabelecer um diálogo entre as dimensões de sustentabilidade proposta pelos autores aqui citados e os dados levantados nas atividades de campo dando origem a um processo de definição de critérios de sustentabilidade sobre o enfoque agroecológico.

Com os critérios já criados, foi verificado, nos dados obtidos nos levantamentos de campo, nos encontros com os assentados, no diagnóstico com foco na produção, nas atividades de observação participante e no Assentamento Sepé Tiarajú, a existência das práticas e princípios presentes nos critérios.

3. Resultados e Discussão

Abaixo consta o quadro referencial (tabela 1) que mostra os critérios de identificação de práticas e princípios agroecológicos construído para o assentamento Sepé Tiarajú.

TABELA 1. Quadro referencial de critérios de sustentabilidade sob o enfoque agroecológico, a partir de Caporal e Costabeber (2002), Altieri (1998) E Gliemann (2000).

Dimensão Ecológica		
Uso de biomassas animais	Adubação verde	Não uso de agrotóxicos e defensivos químicos
Uso de máquinas e ferramentas leves para o manejo das culturas	Minhocário	Alimentação da criação totalmente produzida no local

Uso de máquinas leves para aração do solo	Capina e roçadas	Quebra-Vento
Policultivo	Plantio Consorciado	Irrigação por gotejamento
Diversidade de Culturas vegetais	Variedades locais de culturas vegetais	Diversidade de criações animais
Não uso de antibióticos na criação animal	Espécies tradicionais de criação animal	Guarda de sementes para próximas safras
Plantio de mudas de árvores frutíferas e nativas	Sistema Agroflorestal	Recuperação Florestal
Plantios sombreados	Sistema silvipastoril	Reserva Legal e (Áreas de Preservação Permanente)
Dimensão Social		
Organização de setores temáticos (educação, saúde, produção...) para discutir assuntos pertinentes ao desenvolvimento do assentamento	Trocas de dia de trabalho	Áreas de Produção coletiva
Grupos de Afinidade de produção conjunta	Titulação coletiva da terra	Uso coletivo de crédito
Associativismo	Uso da produção agropecuária para alimentação da família	
Dimensão Econômica		
Uso da produção agropecuária para alimentação da família	Troca de pequenos animais dentro do assentamento.	Venda e troca de pequenos animais e produção agrícola com as propriedades vizinhas
Venda da produção no mercado local		
Dimensão Política		
Organização de coordenação geral do assentamento do Sepé Tiarajú. Reuniões de núcleo para discutir assuntos pertinentes ao desenvolvimento do assentamento	Setores Sociais - educação, saúde, produção	Construção participativa do projeto de assentamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2006).

Assim, através da análise realizada observou-se um número considerável de práticas e princípios agroecológicos no que tange às dimensões ecológica, social, econômica e política segundo a base teórica proposta, configurando assim uma indicação de que o assentamento Sepé Tiarajú atende critérios fundamentados na Agroecologia.

No que diz respeito à sustentabilidade ecológica observou-se princípios de regeneração e manutenção da Biodiversidade e seus benefícios na proteção e fertilização do solo (como o plantio de leguminosas fixadoras de nitrogênio) e proteção contra pragas e doenças. Registrou-se também, princípios de reciclagem de nutrientes e matéria-orgânica, que além de reduzir os custos energéticos evitam o acúmulo de efluentes e promovem a proteção do solo e asseguram a alimentação animal e, por conseguinte, reduzem a dependência de insumo externos.

Observou-se práticas importantes manejos de proteção de solo e reciclagem de nutrientes como uso de máquinas e ferramentas leves para o manejo das culturas, Capina e roçadas, Quebra-Vento, Policultivo, Plantio Consorciado.

Na dimensão social verificou-se a presença de forte equidade nos processos de organização interna. Pode se observar na checagem dos critérios trocas de dia de trabalho e Grupos de Afinidade de produção conjunta, bem como organização de setores temáticos (educação, saúde, produção...) para discutir assuntos pertinentes ao desenvolvimento do assentamento como titulação coletiva da terra, uso coletivo de crédito, áreas de Produção coletiva, os quais avançam muito no sentido da equidade e na busca e estabelecimento de igualdade de chances, benefícios e responsabilidade dentro dos processos de organização das comunidades, bem como evidenciam a participação dos agricultores dentro do processo de construção de sua realidade e de seu espaço.

Já no que tange a dimensão econômica verificou-se iniciativas de criação de redes de confiança e solidariedade local na busca de soberania e segurança alimentar. Observou-se também o uso da produção agropecuária para alimentação da família e a troca de pequenos animais dentro do assentamento que, além de reduzir os gastos com fatores externos, permite ganhos não monetários para a família. Este fator tem significado extremamente evolutivo no enfoque agroecológico avançando na independência em relação ao mercado, às suas regras de funcionamento e no estabelecimento de trocas comerciais segundo princípios mais orgânicos e solidários.

No âmbito político tem-se muitos espaços criados onde se discute os rumos do assentamento de forma democrática e participativa. Espaços como a coordenação geral do assentamento do Sepé Tiarajú, reuniões de núcleo para discutir assuntos pertinentes ao

desenvolvimento do assentamento, presença de setores Sociais - educação, saúde, produção, que identificaram um alto grau de participação política dos assentados na organização interna e externa do assentamento.

Observou-se, por outro lado, problemas pontuais, do ponto de vista espacial e temporal, como o uso de agrotóxico nas plantas e na administração de antibióticos aos animais. Ou seja, poucos assentados já chegaram a utilizar esse tipo de substâncias sintéticas, porém são números não expressivos e em fase de discussão com os coletivos do assentamento. O não emprego de técnicas convencionais causou alguns problemas como dificuldades técnicas em lidar com doenças em culturas e criações que surgiram durante o período de estudos.

Verificou-se, da mesma forma, falta de participação em alguns espaços decisórios dentro do assentamento, causados principalmente pelas dificuldades de infra-estrutura básica: falta de moradia, sistemas básicos de água e luz e estrada ainda em fase de implementação pelo INCRA. Desta forma, claramente se criaram obstáculos para a sobrevivência da família e sua possibilidade de organização tanto do ponto de vista de ocupação do tempo como caráter motivacional.

Existiam, também, sérios problemas na comercialização dos produtos do assentamento, pois não havia nenhuma estrutura estabelecida de canal de comercialização e nem de propriedade de transporte próprio dos assentados.

Ou seja, existia uma série de dificuldades a serem enfrentadas para se continuar em um rumo agroecológico. Em vários momentos as discussões foram esvaziadas ou com pouca participação, e as justificativas vinham da grande desmotivação e dificuldade em sobreviver devido à falta de infra-estrutura básica, equipamentos e ferramentas, e atraso nos créditos e fomentos, o que gerou consequente descrença nas atividades e falas dos técnicos trabalhando no assentamento. Isto se configurava em um grande empecilho para discutir as questões abordadas neste trabalho.

4. Conclusão

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar a discussão agroecológica, nem ao menos propor um modelo de avaliação completa de sustentabilidade em sistemas agroecológicos, entendidos como agroecossistemas funcionando com base em fundamentos, conceitos e princípios da Agroecologia.

Buscou-se, então, sistematizar e analisar alguns critérios de sustentabilidade baseados na Agroecologia para caracterizar princípios e práticas num contexto de transição agroecológica.

Concluiu-se na verificação e identificação dos principais princípios e práticas agroecológicas do assentamento Sepé Tiarajú, através do conceito de sustentabilidade multidimensional.

De outra maneira, através das práticas agroecológicas identificadas, o assentamento traz à região um novo paradigma de agricultura e ocupação do espaço priorizando a recuperação ambiental, preservação e manutenção dos recursos naturais (água, solo, fauna e flora), valorização da biodiversidade, produção de alimentos limpos e saudáveis para a região e presença de um contingente grande de agricultores vivendo uma proposta coletiva e equitativa. Contrapondo-se, assim, ao modelo existente nessa e nas regiões vizinhas, vinculado ao sistema sucro-alcooleiro, altamente impactante tanto social quanto ambientalmente, especialmente pela degradação dos recursos naturais, poluição causada e falta de trabalho para o agricultor.

A metodologia de trabalho de campo se mostrou muito importante para obter dados relevantes e significativos para a pesquisa, através da construção coletiva e conjunta com equipe técnica e representantes dos assentados, bem como da participação nas atividades rotineiras do assentamento, acompanhando a equipe técnica da CCA.

Ainda deve-se evidenciar o grande número de dificuldades e desafios no que tange à instalação de infra-estrutura e financiamentos para a continuidade de um horizonte de transição agroecológica no assentamento. Processo esse que exige a incorporação, nas análises futuras, de mais elementos e ferramentas quantitativas, principalmente as relacionadas à esfera econômica. Torna-se importante, na continuidade do acompanhamento deste possível processo de transição agroecológica, identificar a origem das práticas agroecológicas já existentes e a origem da opção pela Agroecologia.

Frente a todas estas dificuldades, limitantes e desafios, torna-se importante e, ainda mais, essencial a atenção do poder público a fim de disponibilizar acesso a políticas públicas e assistência técnica que possam contribuir na construção de base técnica (técnicas, tecnologias, metodologias e manejos), estrutural (estruturas de produção, educação, saúde, transporte e cultura) e conceitual (conhecimento) no assentamento, buscando um modelo de desenvolvimento rural firmado com bases na Agroecologia.

5. Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. **Agroecologia** - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**; tradução Patrícia Vaz; rio de Janeiro 1989.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- CAPORAL F. R. **Bases para uma nova ater pública** (Capítulo III da tese de doutorado. Santa Maria, 2003.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set 2002.
- CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.
- GEIFUS, F. **80 Herramientas para el desarrollo participativo**. El Salvador: Prochamate/IICA, 1997.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi- Prensa, 2000.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 10a Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**PRESSÃO AMBIENTAL, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE
ENCURRALAMENTO DAS POPULAÇÕES LOCAIS NO NORTE DE MINAS**

Fábio Dias dos Santos¹
Rômulo Soares Barbosa²

Resumo

Este artigo tem por objetivo desenvolver um estudo a cerca do processo que envolve a criação de Unidades de Conservação ambiental como fator de encurralamento das populações locais no Norte de Minas, observando os conflitos que decorrem da dinâmica de implantação das Unidades de Proteção Integrais – UPI's. Para o alcance do objetivo desenvolveram-se os seguintes procedimentos metodológicos: investigações teóricas e empíricas, envolvendo análise documental; análise da legislação compreendida no Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC; análise do processo de criação de UPI's como compensação ambiental ao Projeto Jaíba (fruticultura irrigada); trabalhos de campo em comunidades atingidas, a partir de entrevistas com os sujeitos políticos envolvidos no processo de tensionamento, representantes de comunidades quilombolas, vazanteiras e ONG's. Diante da interpretação das informações coletadas, as conclusões apontam para a necessidade de uma revisão da política ambiental no âmbito da criação de UPI's como compensação ambiental. As UPI's se revelam como contraditórias para a efetiva conservação dos recursos naturais. Todavia, as mesmas se mantêm hegemônicas na política de conservação ambiental brasileira. Nesse contexto, as Unidades de Uso Sustentável – UUS apresentam-se como umas das concepções conflitantes no processo sócioambiental em disputa. O estudo revela, ainda, o posicionamento do Estado como paradoxal, pois ao mesmo tempo em que atua como agente regulador das práticas de conservação ambiental defende práticas que resultam em degradação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Unidades de Conservação Ambiental, Conflitos Socioambientais, Mediação Política.

1. Introdução:

O presente trabalho tem a pretensão de analisar e identificar os impactos que a “chegada” das Unidades de conservação do tipo UPI têm provocado sobre as populações locais no Norte de Minas, apontando as contradições dessa categoria de unidade de conservação na política ambiental. Para tanto, há a necessidade de se analisar e compreender os conflitos inerentes à dinâmica de implantação das UPI's, bem como, a legislação ambiental compreendida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

¹ Núcleo de Estudo de Processos Socioambientais, Departamento de Ciências Sociais – UNIMONTES.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/UNIMONTES

A partir da segunda metade do século XX, com a inserção da região norte mineira na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a região tornou-se palco da presença de inúmeras iniciativas ligadas à lógica da exploração em um modelo predatório para fins da “modernização” e do “crescimento econômico”.

No Norte de Minas Gerais as unidades de conservação – UC’s são criadas no fim década de 1990 como compensações ambientais aos empreendimentos aqui instalados, a exemplo do Projeto Jaíba (fruticultura irrigada), (este marcou pela devastação de consideráveis áreas de floresta nativa, pelo uso indiscriminado de água, junto ao processo de expropriação dos moradores locais). Para a expansão da Etapa II do projeto Jaíba foram criadas como condicionantes ambientais sete Unidades de Proteção Integrais – UPI’s e duas Unidades de Uso Sustentável - USS.

As áreas de UPI’s são de uso restrito, onde o acesso aos recursos naturais não é permitido, assim como em seu entorno definido como zona de amortecimento que possui condicionantes ambientais para sua utilização. Dessa forma, a criação de UPI’s produz, necessariamente, transformações nas estratégias de reprodução social dos grupos humanos que as habitam e/ou as circundam (ANAYA, BARBOSA & BARROSO, 2006).

No contexto das transformações econômicas no espaço norte mineiro, estava invisibilizada a cultura dos caatingueiros, geraizeiros e vazanteiros, populações locais que fazem parte da riqueza imaterial da região por suas características culturais, manifestações artísticas, valores e crenças, saberes e fazeres patrimônios originais dessa terra.

Para a identificação dos impactos que esse tipo de unidade de conservação está causando às populações locais, desenvolveram-se investigações teóricas e empíricas, através de análise documental; de literaturas ligadas à questão dos conflitos socioambientais. Visando situar o campo normativo-legal no qual se insere a problemática, foi analisada a legislação compreendida no SNUC. Realizou-se, ainda, trabalhos de campo em comunidades atingidas (comunidade de Pau Preto, situada no interior do Parque Estadual Verde Grande), entrevistas com os sujeitos políticos envolvidos no processo de tensionamento, representantes de comunidades quilombolas, vazanteiras e ONG’s.

A dinâmica de implantação de áreas protegidos levanta um série de questionamentos no âmbito da Justiça ambiental, a despeito dos direitos de permanência e uso de tais áreas pelas populações locais. Do interior desse processo emerge a tensão no campo dos conflitos na

interface entre Estado e grupos locais (Homem X unidades de conservação). O papel mediador de instituições da sociedade civil configura como imprescindíveis no equacionamento dos conflitos por meio da justiça ambiental, no sentido do reconhecimento da contribuição dessas populações para o processo de conservação.

2. Histórico do processo de encurralamento e expropriação no Norte de Minas

O Norte de Minas teve seu povoamento inicial marcado pela mistura entre índios, paulistas, baianos e escravos fugidos das regiões de mineração e/ou regiões de monocultura da cana-de-açúcar, estes, aqui se instalaram formando os quilombos. Daí a origem do povo do sertão norte mineiro, camponeses que souberam extrair destas terras um rico regime alimentar oferecido por suas áreas de brejos/várzeas, encostas, chapadas, cerrados, matas secas e caatingas ensejando seus sistemas agrícolas (GONÇALVES, 2000).

Essas populações ocuparam espaços denominados campos gerais, que indica um modo de uso, a partir da apropriação comum, geral, de espaços públicos, terras que se são gerais e não são privadas.

O processo de expropriação das populações locais por fazendeiros latifundiários remonta a mais de três séculos de conflito. O latifundiário não tinha apenas o poder econômico, mas, também, de fazer justiça na prática pelas próprias mãos. Essa hegemonia dos latifúndios no Vale do São Francisco é originária da apropriação desigual que se legitimou juridicamente, inicialmente com apoio da coroa e posteriormente do Estado.

Na segunda metade do século XX, por intermédio do Estado inicia-se o processo de modernização e de desenvolvimento regional desenhando um novo cenário para a região. A inserção da região Norte de Minas no polígono da seca, e, a partir daí, sua vinculação à área de abrangência da SUDENE, reforçando o suporte do poder público assistencialista e clientelista aos antigos coronéis (GONÇALVES, 2000).

A partir de 1960 a SUDENE disponibiliza inúmeros programas de financiamentos, promovendo o processo de modernização do campo, principalmente através das linhas de financiamento do FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste), Fiset (Fundo de Investimentos

Setoriais) e RURALMINAS³, que arrendou milhares de hectares de terras públicas, concedendo maciços incentivos fiscais (DAYRELL, 1998).

Os gerais, ou seja, as terras públicas das chapadas, dos sertões no norte de Minas, se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para plantações de eucalipto ou *agricultura irrigada*, seja pela mão grande na ponta do fuzil, *com grilagem e expulsão das populações locais*. (GONÇALVES, 2000, P.26) grifo meu.

Pesquisas apontam já na década de 70 que os tamanhos médios das propriedades rurais destinadas aos projetos financiados pela SUDENE, possuíam uma área média de 4.166 ha, enquanto as propriedades de pequenos produtores locais foram cadastradas pela RURALMINAS com média 2 ha. Isso porque, a autarquia reconhecia apenas a área cercada da propriedade desses produtores (quintais e roças), ignorando a lógica da ocupação comunal e descontinuando as áreas “de solta” manejadas secularmente por essas populações.

Nesse sentido, as populações locais ficaram excluídas do processo que se iniciava, baseada na modernização do campo, que não alterou a estrutura agrária de caráter latifundiário, estabelecendo a “modernização conservadora”, a partir da aliança entre Estado e a elite arcaica local (FEITOSA e BARBOSA, 2005).

A política de desenvolvimento regional baseou-se em quatro pilares: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária e monocultura de algodão. Os empreendimentos ocuparam extensas áreas tidas antes como gerais, áreas de chapadas e nascentes, que sofreram intensa degradação em função dos projetos de irrigação, que faz-se de inúmeros pivôs espalhados pelas plantações, usando água de forma indiscriminada, por muito tempo, paralelo ao consumo significativo de água pelas monoculturas de eucaliptos.

Os impactos as populações foram bem significativos na dinâmica de organização territorial local, o cercamento dos “gerais” reafirmou a manutenção da concentração fundiária, causando o empobrecimento dos agricultores familiares além de implicar na expulsão e encurralamento desses agricultores.

³ Autarquia estadual responsável pelas áreas de terras devolutas em Minas Gerais.

3. Unidades de conservação e participação social

Diegues e Arruda (2001) criticam o modelo norte-americano de preservação ambiental baseado na criação de áreas protegidas de uso indireto, que tem no Parque Yellowstonen (Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada por John Muir no século XIX, mais tarde reconhecido como o pai do movimento conservacionista americano), sua maior expressão. Tal modelo foi preconizado pela corrente norte americana de cientistas conservacionistas/preservacionistas. Essa corrente não admite moradores nas áreas protegidas, mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes nas áreas a serem preservadas desde gerações passadas. Pois, partem do princípio de que toda relação entre indivíduos e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural.

Ainda conforme os autores, a importação desse tipo de áreas protegidas, no início do século XX, pela África, Ásia e América Latina, sofreram resistências das populações locais. Isso, por ser um modelo norte-americano, ou seja, um sistema de conservação que não se enquadra a outras realidades de países com distintas formas de ocupação, como é o caso do Brasil (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

No Norte de Minas, não foi diferente, a chegada na década de 1990 dos parques na acompanhados de variadas regras, no sentido de desapropriações e restrições para o uso do solo, foram recebidas com mobilizações por parte das comunidades locais, como forma de resistência e meio de garantir o direito de permanência naqueles espaços onde as mesmas já se encontravam a várias gerações.

Notadamente no Brasil, somente a partir das duas ultimas décadas do século XX, importantes debates foram desenvolvidos com a preocupação de estabelecer mecanismos de regulação à implantação das unidades de conservação. Os debates absorveram maior expressividade durante a ECO/92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, quando as discussões entorno da temática ambiental como políticas públicas envolveram governos e entidades da sociedade civil.

Após oito anos de discussão no legislativo desde a ECO/92 o projeto de lei SNUC foi aprovado no Congresso Nacional pela Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, visando regulamentar o artigo 225 da Constituição, detalhar os princípios da conservação e a necessidade de se avaliar as condições das categorias de UC's existentes no Brasil. Assim, SNUC tornou-se o dispositivo

legal que define os critérios e normas para a criação, implantação, gestão e o manejo das unidades de conservação ambientais.

As unidades de conservação segundo o SNUC, conforme o artigo 70 da lei, subdividem-se em Unidades de Proteção Integral – UPI's (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre no intuito de preservar a biodiversidade manter e/ou torná-la “intocada”, ou seja, sem a intervenção humana) e Unidades de Uso Sustentável – UUS (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural que visam compartilhar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais dando as populações que vivem em seu interior e/ou entorno condições de explorar tais recursos de forma sustentável (PEREIRA, 2007).

Doralice Pereira (2007) aponta que a criação e gestão das UC's brasileiras ainda tem se dado de forma centralizada com decisões “de cima para baixo”, limitando a participação pública. Na maioria dos casos a participação das populações locais no processo de criação da áreas a serem preservadas dá-se de forma passiva, na transferência de informações, participação por consulta, sem que haja uma participação efetiva da população a partir da coligação dos valores fundamentais à racionalidade ambiental aos valores humanistas, que possibilitaria uma gestão participativa e democrática dos recursos ambientais. Entretanto, em muitos casos as populações locais só ficam sabendo que sua propriedade está inserida dentro de uma unidade de conservação após a criação da mesma.

Diante dos apontamentos deve-se destacar, que as populações locais possuem um estilo de vida tradicional, essencial para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade. Dissociá-las do processo de conservação pode gerar um resultado contrário aos propósitos conservacionistas.

Diegues & Arruda (2001) evidenciam que:

(...) a biodiversidade não é só um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não-industriais. É também uma construção cultural e social (...) (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p.15).

Por serem áreas de uso indireto e acesso restrito, o processo de implementação de UPIs, necessariamente, está envolvido em relações de conflitos. Quer seja, pela desapropriação em áreas onde será instalada a unidade de conservação, ou pela reação da população local como consequência das restrições (ANAYA, BARBOSA & SAMPAIO, 2006). Isso, porque na maioria dos espaços onde são criadas existem pessoas mantendo alguma relação com uso da terra. São áreas problemáticas que precisam de um acompanhamento sociológico/antropológico, pois, uma vez que criadas restringem o uso da terra e, necessariamente, as populações devem ser retiradas do seu interior.

4. Unidades de conservação ambiental, como novo fator de encurralamento

Diante de um processo histórico de encurralamento, expropriação e invisibilidade das comunidades locais, a criação das unidades de conservação na década de 1990, surge como nova pressão sobre essas populações. Assim, as UPI's só agravam o problema, uma vez que essas comunidades passaram a refugiar-se nas margens e ilhas do Rio São Francisco em pequenos pedaços de terra, ainda assim, mantendo parte desses espaços preservados. O interesse dos órgãos ambientais em transformar tais espaços em Parques decorre desse ato primeiro das populações locais, a ação preservacionista vem causar a privação do uso dessas áreas nos moldes tradicionais pelas comunidades locais.

(...) a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária, seja pela implementação de áreas protegidas que impliquem sua expulsão. (DIEGUES, 2000, apud SILVA, 2007, p.42).

De acordo com Claudia Luz de Oliveira⁴ (pesquisadora, entrevistada em 20/11/2007), a imposição da saída das populações tradicionais das áreas a serem protegidas, está na contra mão do processo de conservação, uma vez que a preservação desses espaços constitui condicionante para a reprodução social das comunidades que ali habitam.

⁴ Membro do CAA, Socióloga, pesquisadora das comunidades vazanteiras da região Médio São Francisco, nos municípios de Januária, Itacarambi, Manga e Matias Cardoso. Objeto da Pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “Vazanteiros do Rio São Francisco: Um estudo sobre as populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais”, desenvolvida pela mesma.

O empenho do Estado em expandir o Projeto Jaíba para a etapa II, acirra a pressão sobre as populações locais, pois, fez com que o Conselho de Políticas Ambientais (COPAM) determinasse condicionantes ambientais a expansão, através do processo nº 339/01/97. Dentre as condicionantes, a criação de um sistema de áreas protegidas – SAP, que envolve a criação de sete novas unidades de proteção integrais – UPI’s, na região, somando mais de 85 mil hectares de área integralmente protegida e mais 94,5 mil hectares de duas unidades de uso sustentável – UUS, que possuem condicionantes ambientais para seu uso. As unidades de conservação do Projeto Jaíba estão localizadas às margens do Rio São Francisco entre os municípios de Itacarambi, Manga, São João das Missões e Matias Cardoso no Norte de Minas em uma área de transição entre os biomas “cerrado” e “caatinga”. Duas dessas UC’s estão dentro do bioma mata seca⁵, entre elas o Parque estadual da Mata Seca (PEMS).

A Tabela 1 traz informações sobre cada UC do Projeto Jaíba.

Tabela 1 – Unidades de conservação do Projeto Jaíba

UC - Integral	Criação	Área / ha	Município
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec. 39.95408/10/19 98	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.95308/10/19 98	25.570	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.447920/12/2 000	10.281,44	Manga
Reserva Ecológica Serra Azul	Dec.	7.285	Jaíba

⁵ Mata Seca é uma denominação para a Floresta Estacional Decidual que ocorre em Minas Gerais, tanto no Cerrado, quanto na Caatinga. A região norte mineira é onde esta ocorrência é mais intensa no Estado. Vegetação caducifólia característica da região do Norte de Minas, uma espécie de caatinga densa. Apresenta árvores de altura variando entre 15 e 25 metros espaçados de fustes finos em relação as suas alturas. Variando em espécies, numerosos de cipós, algumas cactáceas, bromeliáceas. A primeira forma é por sua composição florística aparente com a floresta Atlântica, embora empobrecida, em virtude da dessecação extrema dessas áreas. Aparece envolvendo ou cobrindo totalmente tais afloramentos mostrando-se como matas abertas, com árvores de porte mediano e de fustes finos, com raríssimas epífitas (vegetais que vivem sobre outros sem dele retirar nutrimento) e poucas lianas (nome comum de atrepadeiras lenhosas).

3995008/10/199			
	8		
Reserva Legal - Jaíba I	X	7.317,82	Matias Cardoso
Reserva Legal – Jaíba II	X	1)1775,7 22)	Jaíba
		6.437,77	
Total	X	85.377,75	X
UC – Sustentável	Criação	Área / ha	Município
Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Sabonetal	Dec. 39.952, de 08/10/1999	82.500	Itacarambi, Jaíba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental (APA) do Lajedão	Dec. 39.951, 08/10/1998	12.000	Matias Cardoso

Fonte: RICAS (2006) extraído de ANAYA, BARBOSA, SAMPAIO, 2006).

A ampliação do Projeto Jaíba, conta com recursos financeiros destinados à etapa II do Projeto, essa expansão da área utilizada pela agricultura/irrigada, implicará em nova devastação da vegetação nativa e, portanto, esse significativo ambiental resulta na criação das Unidades de Proteção Integrais, antes mencionadas, em consonância com o artigo 36 do SNUC (SNUC, 2000). O Projeto Jaíba ilustra a contradição da política ambiental, quando institui UPI's para um projeto cuja implantação e possível expansão conduziu e conduzirá à devastação de inúmeros hectares de floresta nativa.

5. Contradições das UPI's como política de preservação ambiental

As Unidades de Proteção Integral se pautam na idéia de que determinadas áreas “*berçários da biodiversidade*” devem ser protegidos da ação humana, segundo a lógica que, o ser humano seja um “predador” da natureza por excelência.

As unidades de conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas como resultados de medidas compensatórias (Condicionantes Ambientais, previstas no Artigo 36 do SNUC, para os investimentos governamentais ou privados que venham impactar/degradar, de algum modo, o meio ambiente), para empreendimentos que causem significativos impactos ambientais, obrigando empreendimentos privados a apoiar a implantação

e manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral (SNUC, 2004). Em muitos casos os empreendimentos são implantados em regiões bem distintas de onde são criadas as unidades de conservação.

Governos e empresas, instituições variadas comprometidas com determinados mesuros da degradação ambiental tentam construir um perspectiva ecológica que lhes assegure a perpetuação dos privilégios e da hegemonia que exercessem sobre as formas de produção e reprodução material, sobre os padrões de distribuição e consumo, sobre a organização do trabalho e sobre as formas de propriedades e de sociabilidade. (PAULA, 1994, APUD PEREIRA, 2005, p 121).

Dessa forma, a legislação negligencia mudanças provocadas no modo de vida de inúmeras comunidades ou até mesmo a extinção das mesmas, que passam a sofrerem duplamente os impactos das ações degradantes, globalmente e localmente.

Ao analisar tal lógica de preservação que positiva a criação de unidades de conservação, chegamos ao que pode se chamar de “efeito neutro”, de destruir para preservar, reduzindo a questão ecológica à mera lógica capitalista de mercado, numa espécie de troca.

Hanri Acselrad (1998) chama atenção quanto a internalização dos custos ambientais, em que os danos socioambientais causados por empreendimentos públicos e/ou privados são incorporação à lógica do capital.

O “dano ambiental” não é especificamente um custo no sentido econômico, não sendo por esta razão facilmente monetizável ou redutível a uma relação voluntária de troca. (...) Por consequência, os chamados custos sociais e custos privados não são em geral compatíveis. (ACSELRAD, 1998, p. 134).

O autor propõe que a solução dos problemas ambientais não se dê pela internalização dos custos ambientais à dinâmica do capital, o problema é político e deve ser resolvido na esfera pública com políticas adequadas. A dificuldade nesse caso é estabelecer uma regulação da intensidade e extensão da exploração dos recursos naturais de modo a preservar o equilíbrio geral dos ecossistemas.

Diante dos apontamentos de Acselrad (1998), pode-se enquadrar o caso norte mineiro de criação de UPI's como condicionantes ambientais ao Projeto Jaíba, inserido na lógica de destruir para preservar, ou seja, na prática de colonização de espaços sociais públicos em favor da acumulação capitalista. Diante de tal situação a região vive um momento de tencionamento entre Estado e população local seja do interior e/ou do entorno dessas UPI's.

6. Mediação política e expectativa de conciliação para os conflitos socioambientais

O sistema de áreas protegidas SAP criadas como condicionantes ambientais ao Projeto Jaíba está localizado às margens do Rio São Francisco, e dessa forma incide sobre centenas de famílias que habitam essas áreas, também conhecidas como vazanteiras⁶. O futuro dessas famílias está incerto frente a iminência de serem transferidas ou desapropriadas pelo governo do Estado, em função da implantação dos Parques e Reservas de uso restrito.

Diante da pressão preservacionista que encurrala as comunidades locais, Carlos Dayrell (pesquisador, membro da ONG CAA), em entrevista, destaca que essa população de vazanteiros, que também é quilombola, têm uma parcela significativa de contribuição na preservação das áreas em que residem, contribuição que está sendo negligenciada pela Política ambiental. Ele questiona:

(...) afinal de contas, essa política ambiental, o que ela está protegendo? Protegendo, de que? E contra quem? Não dá para se fazer uma leitura neutra do processo, na história dos vazanteiros, para sobreviverem, tiveram que desenvolver uma relação, uma estratégia de séculos de convivência com o rio. Muitas vezes não é uma preocupação ecológica, é uma questão de sobrevivência mesmo. Há famílias que já passaram de cinco gerações com 45 ha de terra e, que ainda mantêm mata virgem em sua propriedade, nunca se interessaram em derrubar essa mata e fazer carvão. (Carlos Dayrell, CAA, entrevistado em 20/11/2007).

O histórico dessas populações é de muita luta, dada a necessidade de sobrevivência em meio às adversidades do sertão, as mesmas desenvolveram uma relação estratégica de convivência com o ambiente às margens do rio São Francisco, em tempos de seca ou de enchentes. Mantêm modos de uso e manejo da terra e do rio desde os tempos mais remotos com técnicas ancestrais de produção, de origem indígena e africana (OLIVEIRA, 2005).

As populações locais não têm assistido ao processo de encurralamento e/ou expropriação de forma passiva, as comunidades vazanteiras do alto e médio São Francisco têm se mobilizado, promovendo reuniões, articulando proposições visam a inclusão dessas comunidades no processo de revitalização do Rio São Francisco. Propostas de criação de Reservas Extrativistas vazanteiras – RESEX é fruto da articulação dessas comunidades em resposta a

⁶ Povos tradicionais que ocupam áreas de ilhas às margens do Rio São Francisco, na região do Médio São Francisco no Estado de Minas Gerais se encontram nos municípios de Januária, Itacarambi, Manga e Matias Cardoso.

pressão preservacionista como forma de garantir a reprodução do modo de vida vazanteiro e a preservação dos ecossistemas associados ao Rio.

As reservas extrativistas surgem como a alternativa mais indicada, quando se trata de conservação em espaços ocupados por tais populações à medida que conciliam preservação ambiental e preservação da riqueza cultural existente nos modos de vida dessas comunidades. As reservas extrativistas são pensadas a partir do uso sustentável dos recursos naturais em consonância com o reconhecimento do direito de permanência das populações locais em suas terras ancestrais.

As reuniões iniciaram em maio de 2006 na Ilha da Ingazeira no município de Manga - MG, na Vila Boa Esperança município de Serra do Ramalho - BA e mais recentemente na cidade de Jaíba - MG. Onde, realizou-se uma audiência pública para discutir o futuro da comunidade de Pau Preto (comunidade de vazanteiros) que reside no interior do Parque Verde Grande⁷, na reunião estiveram presentes moradores da comunidade atingida, Ministério Público, representantes da Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Centro de Agricultura Alternativa – CAA, do Instituto Estadual de Florestas (representando o Estado) e estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Na ocasião foi apresentada uma proposta de reserva extrativista, como solução para o impasse entre a comunidade e o Estado.

Na construção da proposta de RESEX para a comunidade de Pau Preto, estiveram envolvidos moradores, pesquisadores do CAA (centro de Agricultura Alternativa) e representantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Na reunião Dayrell afirma que:

(...) Hoje, talvez, nós estamos vivendo um momento em que podemos ouvi-los, porque antigamente isso não era possível, pois nós temos, na historia da região, um processo que foi de soterrar essas comunidades. Então, nós estamos vivendo realmente um momento diferenciado e, nesse momento diferenciado, é fundamental que as Unidades de Conservação mantenham esse diálogo com a comunidade. (Dayrell, CAA, reunião Jaíba, 23/10/2007)

De acordo com a pesquisadora Claudia Luz de Oliveira, a região sempre teve um ambiente manejado e preservado por essas populações, por isso, existe hoje um grande interesse na implantação de unidades de conservação, quase sempre, coincidindo com áreas onde habitam comunidades tradicionais. Segundo ela, essas populações são as grandes responsáveis pela manutenção da biodiversidade, de toda a riqueza existente naquele ambiente, e que, só então,

⁷ Unidade de conservação que integra o Sistema de Áreas Protegidas do Projeto Jaíba.

passa a ser alvo de interesse para os preservacionistas que defendem a retirada do homem desses espaços.

A política de conservação só terá abrangência, para além das unidades de conservação, a partir do momento em que a relação dessas comunidades com os recursos naturais for reconhecida, pois eles irão defender um interesse que é deles próprios e que é também de toda a sociedade. (Cláudia Luz de Oliveira, pesquisadora, reunião Jaíba, 23/10/2007)

A reunião, acima mencionada, entre os sujeitos do conflito - moradores da comunidade de Pau Preto e representantes do Estado expressa o tensionamento entre duas propostas de proteção dos recursos naturais. Uma via Parque, defendida pelo IEF fundamentada na restrição do uso dos recursos e no distanciamento entre homem e natureza, e a outra via, Unidade de Uso Sustentável, baseada na perspectiva da incorporação do homem à dinâmica ambiental, a partir do uso consciente dos recursos naturais.

A mediação a partir de organizações da sociedade civil fez-se fundamental na articulação política e visibilidade social, ou seja, tais eventos promovem a sensibilização da sociedade frente ao processo. As populações locais necessitarão manter a articulação com os agentes apoiadores/mediadores (CAA, MP, CPT, Universidades e outros), para se afirmarem em oposição às hegemonias das UPI's como "política pública ambiental".

No limiar do processo de pressão preservacionista legitimada por órgãos ambientais do Estado, as populações locais (os encurralados), assumem contornos característicos dos movimentos sociais da atualidade, que percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com mesma identidade social ou política (SCHERER-WARRE, 2006). Em outras palavras, foi apostando em fontes de significado comuns, na identificação simbólica (CASTELLS, 2002), de outras organizações mais institucionalizadas é que as populações locais vão emergindo-se como grupos de resistência definidos como "populações encurralados pelas unidades de conservação". Os grupos formam redes de luta por direitos comuns, e através das parcerias desenvolvem a interlocução com o Estado produzindo visibilidade na esfera pública (CASTELLS, 2002).

7. Considerações finais

No Brasil a preocupação ambiental evoluiu bastante desde o século XIX, quando teve origem as primeiras ações preservacionistas. Entretanto, ainda, mantém-se na política ambiental brasileira alguns mitos seculares, segundo o qual todo “homem” indistintamente degrada a natureza.

A política ambiental brasileira incorporou as discussões no campo dos direitos das comunidades tradicionais. Contudo, muitas delas ainda são obrigadas a sair para dar espaço às áreas de conservação, sob a forma indenização. O artigo 36 do capítulo IV do SNUC, expressa o estímulo às Unidades de Proteção Integrais, revelando a visão hegemônica sobre a política de conservação ambiental no Brasil e sua contradição relativa ao uso e manejo dos recursos naturais pela populações nos seus locais.

Todavia, em meio ao impasse/conflito as populações locais do Norte de Minas não têm assistido de maneira passiva esse processo e, apontam a necessidade de se definir na área dos parques, as reservas extrativistas, com intuito de se estabelecer a preservação, controle, uso sustentável e permanência das comunidades ribeirinhas, vazanteiras, geraizeiras e caatingueiras onde se encontram instalados a varias gerações. Afim de que se viabilize a conciliação da preservação ambiental com a permanência dos moradores nas imediações dos Parques.

O Projeto Jaíba se insere mais uma vez no âmbito do processo de expropriação, dessa vez, em razão da pressão preservacionista, mediante as contraditórias decisões da política ambiental. A contradição emerge do processo de criação de UPI's como compensações ambientais, pois estas constituem uma ação de preservação que têm por trás de seu estabelecimento uma ação de degradação, e que, portanto, seguem uma lógica que dá prosseguimento ao modelo de exploração capitalista.

Nesse sentido, o Estado apresenta-se em um contexto paradoxal de ser, ao mesmo tempo, agente regulador, normativo de práticas de preservação pela qualidade ambiental e um dos seus mais expressivos agentes de degradação (PEREIRA, 2005, p. 121).

O processo de encurralamento/expropriação das populações locais, reafirmam o desprezo pelos valores, saberes e o modo de vida “simples” das populações do sertão norte mineiro, onde historicamente nos processos de transformação dessa região nunca foram ouvidas. Portanto, a criação das UPI's na região constituem um novo momento de expropriação e

encurralamento das populações locais, não apenas pelos fazendeiros ou pelos grandes projetos públicos de irrigação, mas agora pelas unidades de conservação ditas de proteção do meio ambiente ou de proteção deste com relação ao homem.

A articulação de resistência e mobilização frente ao processo encurralamento/expropriação demonstrado pelas comunidades locais revela a tensão e o conflito ambiental na região e, ao mesmo tempo produz possibilidades de visibilidade das mesmas a partir das propostas de uso sustentável das terras. Tal resistência revela ainda, os possíveis canais de expressão e de encaminhamento dos conflitos, uma vez que, a partir da resistência as populações locais criaram redes de articulação, que reuniu autoridades importantes para o acompanhamento do processo.

8. Referências bibliográficas

ACSELRAD, Hanri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In Clovis Cavalcante (org). *Desenvolvimento e Natureza: estudo para um sociedade sustentavel*. 2 ed – São Paulo: Cortez: Recife, PE: Fundação Nambuco, 1998.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. UNIMONTES Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros / Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (jan/jun. 2006) – Montes Claros: UNIMONTES, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. *Vol 2. O Poder da Identidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. Cap. 1 – Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede.

DIEGUES, Antonio Carlos. ARRUDA, Rinaldo S. V. (org). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. p 176. (Biodiversidade, 4).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais – Breve ensaio Sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In DAYRELL, C.A; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org's). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCHERER-WARRE, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Revista Sociedade e Estado, Vol. 21, n.1, 2006.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: o caso do Sertão norte mineiro. In DAYRELL, C.A; LUZ, C. (Orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

SILVA, Cássio Alexandre. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi - MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. (dissertação de mestrado)

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**PROCESSO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AGRÁRIO E AMBIENTAL E A
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA MATÉRIA AMBIENTAL PARA ÁREAS DE
ASSENTAMENTO**

Aldo Manoel Branquinho Nunes¹
Luis Henrique Cunha²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer uma exposição de como se desenvolveram historicamente, em especial no Brasil, o intrínseco inter-relacionamento da questão agrária e da questão ambiental e a conseqüente incorporação a nível de Estado de suas demandas, em termos de políticas públicas e de legislação ambiental destinada a áreas de assentamento de reforma agrária. Espera-se assim, que a sistematização desses dados, embora tenha sido feita sem muito compromisso em sustentar uma tese, possa contribuir no entendimento de como os dois movimentos se constituíram e de como influenciaram no processo legislativo, tendo ou não suas expectativas atendidas. Neste sentido, procurou-se também, refletir criticamente sobre os limites que esta legislação impõe tanto aos assentados quanto aos esforços de proteção dos recursos naturais de uso comum nos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Questão Agrária; Legislação Ambiental

1. Introdução

A luta pela terra e as reivindicações que exigem a proteção da natureza, apesar de atualmente fazerem parte da pauta de muitas organizações sociais, provêm de movimentos históricos diferenciados e de tradições de luta também diferenciadas. A primeira desenvolveu-se, historicamente, a partir de interesses de caráter classista, como crítica ao processo de ‘exploração do homem pelo homem’ e na busca de justiça, igualdade, equidade, crescimento e possibilidade de acessar investimentos e bens de consumo pelas classes populares. A segunda, que surgiu a partir da preocupação com a degradação dos recursos naturais, critica a forma com que a espécie humana se relaciona com a natureza e prega uma nova ordem moral em que vingue a ética da renúncia, a redução do consumo e a limitação do crescimento (ESTERCI, 2003).

¹ Graduando em Ciências Sociais. Bolsista PIBIC/UFCG/CNPq..E-mail: varzeavermelha@bol.com.br. End.: R. Cel. Américo Porto, 489. Alto Branco – Campina Grande – PB – 58102-558. Tel.: 83 3321.8138).

² Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFCG. E-mail: luishcunha@uol.com.br. End.: R. João Quirino, 317/02 – Catolé – Campina Grande – PB. 58105-555. Tel.: 83 3310.1223).

Os primeiros encontros do ambientalismo³ com os movimentos que lutam pela reforma agrária ocorreram na década de 1980. Essa aliança decorre, por um lado, da absorção das reivindicações ambientais pelas classes populares e, por outro, da busca de uma maior legitimação da luta pela terra perante as mais diversas organizações políticas (ESTERCI, 2003). Legitimação que deve ser compreendida no curso do processo de institucionalização da questão ambiental no Brasil (Lopes, 2006), expresso, entre outras coisas, na crescente regulação dos usos e acessos aos recursos naturais.

O principal ponto de encontro dessas duas tradições é a crítica à concentração de poder técnico-econômico e político-militar, que põe em risco a integridade física da humanidade (ESTERCI, 2003). Por outro lado, não impediu que certos setores do movimento ambientalista realizassem dura crítica aos assentados rurais, percebidos como destruidores da natureza. Percepção que, em parte, é construída em torno de discursos e práticas referentes à conservação das áreas de proteção permanente e de reserva legal nos projetos de assentamento.

Dessa maneira, é importante que se faça uma breve exposição de como se desenvolveram historicamente, em especial no Brasil, o intrínseco inter-relacionamento da questão agrária e da questão ambiental e a conseqüente incorporação a nível de Estado, em termos de legislação e de políticas públicas dessas demandas sociais. E, neste sentido, refletir criticamente sobre os limites que esta legislação impõe tanto aos assentados quanto aos esforços de proteção dos recursos naturais apropriados coletivamente nos assentamentos.

2. A luta pela terra

Os conflitos agrários no Brasil, tanto os da época do Império quanto os da República são resultado direto da estrutura fundiária decorrente da colonização portuguesa durante os três primeiros séculos de história do país. O processo de concentração fundiária do Brasil iniciou-se com o sistema de capitanias hereditárias que posteriormente foi substituído pelo de sesmarias e consolidou-se a partir da Lei de Terras (Lei 601/1850) com da criação do instituto da propriedade da terra e da legalização das posses concedidas pela coroa de Portugal aos senhores de origem lusitana. No século XX, o solo brasileiro permaneceu concentrado (desde 1500) na mão de poucas famílias (ARAÚJO, 2006).

³ Nas cidades industriais o ambientalismo uniu-se aos sindicatos de trabalhadores (como nas cidades de Cubatão, Criciúma e Camaçari) e aos movimentos comunitários pro água e esgoto com o objetivo de divulgar as idéias do ecologismo e conquistar novos ativistas (ESTERCI, 2003).

A primeira metade do século XX, no que se refere à questão agrária, é marcado pelo predomínio da grande propriedade (latifúndio) responsável pela produção de culturas agroexportadoras (algodão, cana-de-açúcar e café), que funcionavam com mão-de-obra dos moradores (no nordeste) e colonos (no sudeste). Depois da década de 1950, o processo de modernização agrícola começa a substituir os sistemas de produção baseados nas relações de trabalho patriarcais (moradia e colonato) por outros baseados em relações mais racionalizadas. Dessa maneira, os trabalhadores rurais começam a ser expulsos das fazendas em direção aos centros urbanos.

Os movimentos de luta pela terra modernos têm sua origem ideológica nos movimentos operários do final do século XIX. No Brasil, desde a década de 1950, a reforma agrária vem sendo sistematicamente colocada em pauta nas manifestações populares de trabalhadores rurais ocasionadas, principalmente, pelas expulsões de trabalhadores das fazendas nas fronteiras agrícolas do Nordeste, Paraná e Goiás. Destaca-se nesse contexto a criação de movimentos sociais que unificavam as reivindicações em torno da reforma agrária tais como as Ligas Camponesas, em Pernambuco e na Paraíba, e do Movimento dos Agricultores Rurais sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul. Também é de singular importância – pois é considerado um marco na história do movimento camponês no Brasil – o Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte (MG) em 1961, no qual participaram várias forças ligadas aos trabalhadores rurais e onde surgiu o lema “Reforma Agrária, na lei ou na marra” (ESTERCI, 2003).

A partir da década de 1950 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve papel fundamental na instituição dos debates políticos sobre reforma agrária e na construção teórica, no âmbito acadêmico, do pensamento sobre a “questão agrária”. No PCB, na década de 1960, a discussão sobre a questão agrária girava em torno de três principais autores: Alberto Passos de Guimarães, Inácio Rangel e Caio Prado Júnior (STÊDILE, 2004).

O primeiro considerava que o problema agrário do Brasil estava relacionado com o atraso decorrente dos resquícios feudais existentes nas relações produtivas. A solução seria a modernização das forças produtivas através da introdução das relações de produção capitalistas no campo e a reforma agrária deveria extinguir o latifúndio improdutivo. Para o segundo autor, a questão agrária se referia não ao problema fundiário, mas ao excesso de mão-de-obra gerada pela agricultura capitalista, a solução apontada seria a recomposição da agricultura de pequena escala. Para o último autor, as forças produtivas capitalistas no campo já estavam suficientemente desenvolvidas, a saída para os problemas no campo estava no respeito à legislação social-trabalhista, enquanto a reforma agrária teria um papel secundário

(ARAÚJO, 2006). Stédile (2004), ao contrário, defende a tese de que a reforma agrária era prioridade na obra de Caio Prado Júnior e que para esse autor deveria ser de cunho anti-capitalista ou socialista e não através de aliança dos camponeses com a burguesia nacional como pregava até então o PCB.

Uma outra corrente que formulou teses sobre a questão agrária surgiu também na década de 1960 com os trabalhos de economistas ligados à CEPAL/ONU. Estes pensadores, que foram denominados de desenvolvimentistas (destaca-se nesse aspecto a figura do economista Celso Furtado), acreditavam que a reforma agrária (de cunho nitidamente burguês) deveria solucionar um problema estrutural do setor agrícola que era a oferta de alimentos para as populações urbanas, através da oportunidade dada a mais pessoas de ter propriedade da terra, se inserir no mercado interno capitalista e se tornarem consumidores de bens industriais aquecendo, dessa maneira a produção industrial nacional (STÈDILE, 2004).

Araújo (2006) destaca o papel de setores progressistas da igreja católica no debate sobre a questão agrária. O pensamento progressista da igreja em relação à reforma agrária surgiria, para a autora, a partir das declarações dos seus bispos, das cartas pastorais e das encíclicas sociais dos papas, em que se buscava aplicar a Doutrina Social da Igreja. Stédile (2004) ressalta a importância do Movimento de Educação de Base (MEB) desenvolvido pela CNBB na década de 1960 com intuito de conscientizar os camponeses de sua posição de explorado e ajudá-los a se organizar para realizar a reforma agrária, posteriormente, em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), formada por bispos atuantes na Amazônia Legal preocupados com a violência no campo e a falta de acesso à terra por parte dos posseiros. A CPT, de certa maneira, (re)inseriu no debate a idéia de que a ‘terra é para quem nela trabalha’ e inaugura uma fase de reformulação teórica dentro da esquerda que havia se limitado pelo enfoque na ‘aliança com burguesia contra os latifundiários’ e na definição de que os ‘latifundiários são feudais’.

Como contraponto a todas essas elucubrações teóricas da esquerda, surge uma corrente econômica conservadora no âmbito da Universidade de São Paulo, liderada pelo economista Delfim Neto, que desconsiderava a importância da reforma agrária. Esses estudiosos pensavam que os problemas no campo seriam resolvidos com a simples modernização da agricultura, o êxodo rural era visto de forma benéfica por esses estudiosos, pois liberava mão-de-obra para o setor industrial urbano e desenvolvia o mercado consumidor. (ARAÚJO, 2006).

Após o golpe militar que depôs o presidente João Goulart – que havia tomado medidas que acenavam para a realização da reforma agrária e contrariava os interesses das elites

agrárias nacionais, como por exemplo, a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural – o pensamento econômico conservador passou a ser hegemônico (ARAÚJO, 2006). Porém, o governo militar sentindo a necessidade alguma mudança, para evitar novos conflitos e se adequar ao compromisso assumido na Carta de Punta del Este⁴, tratou de criar um grupo de trabalho que viesse a debater sobre o tema e apontar fórmulas para que fosse aumentada a produtividade agrícola, que fosse criada uma classe média rural de perfil empresarial capaz de produzir alimentos e matéria-prima para indústria de forma mais eficiente. Dessa maneira, em novembro de 1964 foi aprovado pelo congresso a lei 4.504/64 denominada Estatuto da Terra, que se propunha a extinguir o minifúndio e o latifúndio por dimensão e tinha por ideal a empresa rural, o Estatuto previa ainda a desapropriação de fazendas não produtivas⁵. Assim, esta medida agradou alguns setores dos trabalhadores rurais, principalmente àqueles ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (ESTERCI, 2003).

A despeito do novo aparato legal e institucional desenvolvido a partir do golpe militar e da edição do Estatuto da Terra, a reforma agrária continuou não sendo prioridade do governo. O instituto da desapropriação para fins de reforma agrária praticamente não foi utilizado. Os militares sem interesse em alterar a estrutura fundiária, preferiram deslocar levas humanas para regiões pouco habitadas – o caso dos projetos de colonização no interior da Amazônia (PROTERRA) – a assentá-las nas regiões de origem. Tais acontecimentos favoreceram o aparecimento de uma visão crítica por parte dos movimentos ambientalistas e de luta pela terra que encara o Incra, antigo IBRA, como órgão promotor de grandes desmatamentos, de assoreamento, de poluidor de águas, causador de queimadas e incêndios florestais (LIMA, 2007).

Essa situação de priorizar a modernização e o avanço da agricultura capitalista através de apoio técnico governamental e financeiro sobre áreas incorporadas de pequenos produtores rurais provocou, por exemplo, o aumento das lutas dos posseiros contra grandes fazendas, a resistência dos seringueiros contra a transformação de suas florestas em pastagens, a luta de pequenos agricultores deslocados de suas terras ou atingidos pelos efeitos de obras públicas modernizantes e as lutas dos camponeses sem terra, surgidos a partir do esgotamento das fronteiras agrícolas por eles habitadas. Tal quadro favoreceu o aparecimento de movimentos sociais de luta pela terra críticos ao Estatuto da Terra, que ao invés da desapropriação pregavam o confisco, ao invés da colonização de áreas desabitadas queriam o assentamento

⁴ O novo governo militar se comprometeu a incluir na sua agenda política a reforma agrária

⁵ O Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) já trazia dispositivos sobre a função social da propriedade, que seria cumprida se o imóvel atingisse níveis preestabelecidos de produtividade.

de famílias nos locais de origem. Foi nesse contexto que surgiram a CPT na década de 1970 e o MST na década de 1980 (ESTERCI, 2003).

Com a redemocratização após 1985 a reforma agrária – mediante desapropriação por não cumprimento da função social (leia-se produtividade) – é (re)inserida na agenda política do governo civil principalmente depois da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. A Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, incluiu de forma definitiva o tema como prioridade de política pública de Estado ao destinar todo um capítulo⁶ à matéria.

No entanto, se por um lado a nova Carta trouxe grandes avanços em relação ao tema, como por exemplo, a ampliação dos critérios exigidos para o cumprimento da função social da terra⁷, por outro, dá margem a interpretações muito restritivas (para não dizer reacionárias, do ponto de vista da implementação da reforma agrária) ao passo que em alguns dispositivos o texto legal é altamente contraditório⁸. Araújo (2006) atribui essa contradição textual/legal à ação premeditada da bancada ruralista organizada a partir de 1985 em torno da União Democrática Ruralista (UDR) criada com o intuito de obstaculizar as medidas político-jurídicas referentes à reforma agrária. Isso se fez por meio da influência direta exercida pelos parlamentares representantes dos grandes produtores rurais na Constituinte, responsáveis pela redação desses dispositivos contraditórios.

Embora a legislação infra-constitucional (em especial a Lei 8.629/93 e a Lei Complementar 76/93, modificada pela Lei Complementar 88/96) tenham sido criada para solucionar alguns problemas referentes aos pontos contraditórios na Constituição Federal, a devida aplicação legal tem sido barrada pela interpretação limitada de Juizes e Tribunais que se negam a reconhecer direitos, bem como pela inoperância de certas Superintendências Regionais do Incra, seja por dificuldades impostas pelos governo central (contingenciamento de recursos, por exemplo), seja por insubordinação deliberada ao império da lei. Estédile (2004) analisa que desde a promulgação da Constituição de 1988, só têm sido desapropriadas terras em que a ocupação pelos movimentos sociais (como forma de pressão política) têm se efetivado. A situação da reforma agrária e dos movimentos sociais, porém, piorou depois da

⁶ O terceiro capítulo intitulado “Da política agrícola e fundiária e reforma agrária” do sétimo título, artigos 184 e seguintes da CF/88.

⁷ O artigo 186 da Constituição Federal estabelece que a propriedade rural cumprirá a função social se atender, de forma simultânea, os seguintes critérios: a) aproveitamento racional e adequado; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁸ Como exemplo dessa contradição textual/legal aponta-se a possibilidade dada pelo artigo 184 da CF/88 de desapropriação de terras que não cumpram a função social (desrespeito aos critérios exigidos no artigo 186 da CF/88) ao mesmo tempo em que proíbe a desapropriação de terras produtivas (artigo 185 da CF/88). Assim, uma fazenda em que o proprietário não respeite a legislação trabalhista nem ambiental, mas que seja produtiva fica impedida de ser desapropriada para fins de reforma agrária.

edição das Medidas Provisórias 2.027/2000 e 2.183-56/2000 que proibiram a desapropriação e a vistoria de imóveis que sofreram “invasão” ou “esbulho possessório” motivado por conflito agrário.

A década de 1990 foi marcada, pois, pela existência de um aparato legal capaz de realizar efetivamente a reforma agrária, mas que por ser contraditório em alguns pontos (principalmente no que se refere às normas constitucionais) possibilitou ao mesmo tempo a negligência do Estado em relação ao tema, seja pelo sucateamento das instituições responsáveis devido à não destinação de recursos, seja pela atitude anti-popular de algumas superintendências do Incra de impor obstáculos ao cumprimento da lei e à realização de desapropriações e assentamentos de famílias, seja pela interpretação restritiva de grande parte de juízes e de tribunais insensíveis às demandas populares.

Apesar de o governo de Fernando Henrique Cardoso ter praticamente duplicado o número de famílias assentadas, se comparado com as assentadas ao longo da história do Brasil, não conseguiu modificar a estrutura fundiária nem reduzir os índices que indicam o grau de concentração de terras no país. Não obstante o governo Lula ter acenando para uma reestruturação na distribuição de terras com elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, têm agido de forma tímida, talvez para não contrariar os interesses de parte das elites agrárias que compõem a coalizão de governo (ARAÚJO, 2006).

3. A preocupação ambiental e a formação do pensamento ecológico no Brasil

Somente nas últimas décadas, devido a crescente visibilidade que degradação ambiental vem atingindo, é que a preocupação com o meio ambiente tem se intensificado e vem ganhando a cada dia mais espaço nas discussões da comunidade global e sendo incluída de forma definitiva nas agendas governamentais de todos os países.

As primeiras referências ao meio ambiente brasileiro, no entanto, são datadas ainda do primeiro e segundo séculos da colonização portuguesa no Brasil. A exuberância da natureza tropical era retratada nas correspondências à Coroa lusitana enviadas pelos expedicionários viajantes. Frei Vicente de Salvador, conhecido como “o primeiro historiador brasileiro,” além de descrever as riquezas naturais na sua obra intitulada ‘História do Brasil (1500-1627)’, já fazia crítica ao modo como os portugueses e seus descendentes se serviam da terra brasileira ao indicar que estes desfrutavam da natureza e depois a deixavam destruída⁹. A ação

⁹ Essa crítica à colonização portuguesa é retomada, no século XX, por alguns clássicos de teoria social de diferentes formas: Sérgio Buarque de Holanda relacionava a forma com que os portugueses exploravam a

destruidora da criatura humana já figurava na documentação epistolar jesuíta com Manuel da Nóbrega e José de Anchieta e na literatura dos séculos XVI e XVII com Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão, Fernão Cardim e Simão de Vasconcellos (CORREA e BUBLITZ, 2006).

No século XIX a crítica ambientalista ocorre em três principais direções. A primeira refere-se à elaboração teórica e filosófica de uma fração da elite intelectual brasileira influenciada pelas idéias iluministas. Destaca-se nesse campo os trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira que criticam a herança predatória da agricultura e defendem a adoção, por esta, de técnicas racionalizadas baseadas em uma legislação ambiental. Também é de grande importância a referência à crítica desenvolvida pelo alemão Fredrich von Weech que relaciona o atraso do Brasil ao arcaísmo do sistema colonial português (CORREA e BUBLITZ, 2006).

Porém foi José Bonifácio de Andrada e Silva (também esclarecido pelas idéias iluministas) o primeiro arauto do questionamento ecológico no Brasil pós-independência e considerado o maior crítico ambiental brasileiro do século XIX. Andrada e Silva entendia o sistema escravocrata como a principal causa de devastação ambiental no país, pois dizimava as matas e as reduzia à cinza em prol do progresso. Assim, nos textos relacionados à questão ambiental, o autor defendia, além do fim da escravidão, a distribuição de pequenas propriedades para negros e índios a fim de racionalizar o aproveitamento da terra como também, pregava a disseminação de técnicas sustentáveis que expressassem a instituição de uma nova relação do homem com a natureza (CORREA e BUBLITZ, 2006). O pensamento de José Bonifácio foi de extrema importância nos campos técnico e científico, mas também no político, haja vista a participação do autor na Constituinte de 1823, no governo regencial e na gestão do Imperador Pedro II como conselheiro real, além de ter sido, também, um grande divulgador dos ideais abolicionistas.

Uma segunda categoria da crítica ambientalista não é da tradição técnico-científica, mas estética. As riquezas naturais brasileiras (e a sua patente destruição pelo homem) passaram a ser retratados nas obras de artistas influenciados diretamente pela ‘missão francesa’ a partir da segunda metade do século XIX. Destacam-se as obras de Manoel de

natureza com uma ética da aventura em contraposição à ética do trabalho; Caio Prado Júnior diferenciou as colônias de exploração (ibéricas) das colônias de povoamento (anglo-saxônicas); Vianna Moog contrapôs o espírito de colonizador do americano do norte ao espírito conquistador do latino-americano; Gilberto Freyre interpretava a intervenção portuguesa como desorganizadora da vida ameríndia e destruidora do equilíbrio homem-natureza desenvolvido pelos indígenas e criticava o latifúndio monocultor da cana-de-açúcar por ser perversor da paisagem rural (CORREA e BUBLITZ, 2006).

Araújo Porto Alegre, Nicolas-Antoine Taunay, Felix-Emile Taunay, Jean Baptiste Debret, Joseph Leon Righini, Almeida Júnior e Pedro Weingärtner (CORREA e BUBLITZ, 2006).

Por fim, a terceira tradição da crítica ambiental no Brasil está relacionada com as expedições científicas comuns desde o século XVII (a primeira a que se tem registros foi a intentada por Maurício de Nassau) com objetivo central de descrever as riquezas naturais de cada região brasileira a fim de atender a uma série de interesses políticos, científicos e econômicos (CORREA e BUBLITZ, 2006).

As três principais expedições do século XIX foram a russa comandada pelo viajante Langsdorf, a bávara liderada pelos naturalistas Johan Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius e a francesa conduzida pelo botânico Auguste de Saint-Hilarie. Essas campanhas tiveram a importância de introduzir uma crítica ambientalista moderada e profundamente baseada nos métodos científicos da época, crítica esta direcionada principalmente à colonização portuguesa. Assim, os viajantes não pouparam esforços em inventariar a fauna e a flora sul-americana relacionando-as com informações de cunho geológico, geográfico, etnográfico, antropológico e histórico. No início do século XX ainda foram comuns tais expedições, podem ser citadas as viagens de Rio Branco, Rondon, Euclides da Cunha e Roosevelt (CORREA e BUBLITZ, 2006).

No que se refere à produção legislativa, a atenção dada à matéria da questão ambiental também não é recente. Desde os primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil existem legislações destinadas à proteção ambiental. Há de se reconhecer, porém, que essas primeiras normas referentes ao amparo da natureza tinham como preocupação fundamental o aspecto econômico enquanto que o caráter ecológico era deixado em segundo plano. Tem-se como exemplo dessa realidade as normas que restringiam a caça de determinadas espécies raras ou que proibiam o corte de árvores frutíferas de alto valor monetário, bem como o próprio “Regimento sobre o Pau-Brasil” de 1605 que proibia o corte da árvore sem a prévia autorização real ou do provedor-mor da fazenda da capitania (ARAÚJO, 2006).

Ao longo do século XVIII surgiram as primeiras normas com a finalidade de controlar a poluição e a degradação ambiental. Foi proibido o depósito de dejetos da produção açucareira em açudes, lagos e rios. Foi determinada, em 1797, a proteção dos manguezais e a incolumidade das matas situadas nas bordas da costa que passaram a pertencer ao domínio da Coroa Portuguesa. Em 1799 foi editado o ‘Regimento do Corte de Madeiras’ que impunha duras restrições ao desmatamento. No século XIX chamam atenção a edição da primeira mediada de recuperação de áreas degradadas (1813) e a criação do Jardim Botânico do Rio de

Janeiro (1808), este último com interesses não econômicos, mas claramente conservacionistas (ARAÚJO, 2006).

A primeira metade do século XX é marcada, inicialmente, pela criação da primeira reserva florestal do Brasil, em 1911, e do Serviço Florestal do Brasil em 1921, que posteriormente, foi substituído pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis. Na década de 1930, sob a presidência de Getúlio Vargas, o país passou por um surto conservacionista com a implantação dos primeiros Parques Nacionais e a promulgação dos primeiros códigos ambientais: a) Código das Águas (Decreto 23.793/34); b) Código Florestal (Decreto 24.643/34); c) Código de Pesca (Decreto-lei 794/38) (ARAÚJO, 2006).

Bursztyn e Bursztyn (2002) apud Araújo (2006) consideram que, na segunda metade do século XX, a experiência de institucionalização da questão ambiental no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira (que se encerra no ano de 1973) é caracterizada pela existência de políticas setoriais e legislações esparsas sobre o meio ambiente e ausência de órgãos na estrutura organizacional do Estado que tratasse desse tema de forma integrada. A segunda (1973-1989) caracteriza-se pela consolidação da capacidade institucional e pelo início da descentralização na tomada de decisões nos assuntos ambientais. A terceira, fruto da década de 1990, compreende a época em que se solidifica a noção de descentralização das decisões para todas as instâncias federativas. Assim, o processo histórico da política e legislação ambiental, nesse período, pode ser expresso da seguinte forma:

- A Lei nº 4.771/65 que institui o novo Código Florestal em substituição ao anterior, que disciplina a presença e de reservas florestais nas propriedades rurais e a utilização dos recursos florísticos;
- A Lei nº 5.106/66 que se refere aos incentivos fiscais para o reflorestamento;
- O Decreto-lei 289/67 que criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF);
- O Decreto-lei nº 1.413/75 e o Decreto nº 76.389 que dispunham sobre o controle da poluição ambiental causada pela atividade industrial;
- A Lei nº 6.513/77 que dispôs sobre a criação de áreas especiais e locais de interesse turísticos;
- O Decreto nº 84.617/79 que aprovou o regulamento dos parques brasileiros;
- A Lei nº 6.766/79 que dispôs sobre o parcelamento do solo urbano
- A Lei nº 6.902/81 que tratou das áreas de proteção ambiental

- A Lei nº 6.803/80 que disciplinou as diretrizes básicas para o zoneamento industrial em áreas críticas e introduziu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- A Lei nº 6.938/81 que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgãos que possibilitaram a participação da sociedade civil nas decisões e na produção normativa;
- Lei nº 7.347/85 que trata dos direitos difusos e institui a Ação Civil Pública de responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico;
- Artigos 3º, 5º, II e IV, 170 e 225 da Constituição Federal de 1988;
- Criação, em 1989, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- A Lei de Recursos Hídricos (nº 9.433/97);
- A Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98);
- A Lei de Educação Ambiental (nº 9.795/99);
- A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (nº 9.985/2000)

O movimento ambientalista mundial desenvolveu-se paralelamente às medidas governamentais e legislativas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria a esgotabilidade dos recursos naturais tornou-se evidente devido à aceleração da produção agrícola e industrial que ocorreu nos dois pólos geo-políticos (FARIAS, 2007). Manifestações políticas em defesa da natureza e com uma profunda crítica ao modelo de desenvolvimento econômico ocidental espalharam-se pelo mundo a partir da década de 1960. A preocupação com a natureza passou a ganhar caráter global, foi assim que em 1972 ocorreu em Estocolmo, na Suécia, A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano - ONU, que aprovou um documento intitulado “Declaração Universal do Meio Ambiente”, definido pela Comissão Brundtland, que declarava a proteção/conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, exigindo-se de cada país a regulamentação dessa determinação nos seus ordenamentos jurídicos (LIMA, 2007).

Apesar de o Brasil ter participado da conferência em 1972, assumiu um posicionamento muito crítico em relação à preocupação ambiental que era interpretada pelos tecnocratas militares como um empecilho ao desenvolvimento dos países pobres imposto pelos países ricos/imperialistas. É nesse sentido que o governo cria (em 1973), respondendo

aos auspícios da comunidade internacional, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), que na verdade não funcionava, servia apenas como órgão simbólico da proteção ambiental no país (ARAÚJO, 2006).

Assim, os anos que sucederam imediatamente o encontro promovido pela ONU são caracterizados por um surto desenvolvimentista/modernizador no Brasil que pouco levava em consideração a preservação ou a conservação dos recursos naturais, como exemplo desse processo desastroso para o meio ambiente, tem-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e do Nordeste (PROTERRA), no âmbito do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, que é considerada a medida de maior impacto ecológico da história do país para a floresta amazônica (ARAÚJO, 2006).

Diante dessa realidade de degradação ambiental financiada pelo Estado brasileiro e devido à crise econômica que caracteriza a década de 1980, começa surgir, no âmbito de setores mais esclarecidos da sociedade, questionamentos a esse modelo de desenvolvimento iniciado nos anos de 1970. Porém, foi só na década de 1980¹⁰ que os movimentos ambientalistas do Brasil se consolidaram e tornaram suas reivindicações visíveis pelas massas ao ponto de sensibilizar (ou pressionar) as instâncias governamentais. Dessa maneira, a legislação ambiental da década de 1980 absorveu grande parte das exigências do sociambientalismo, a edição da lei que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) significou um grande marco para o direito ambiental brasileiro. E com a destinação de artigos e capítulos diretamente relacionados com o meio ambiente, no novo texto constitucional (artigos 3º, 5º, II e IV, 170 e 225 da CF/88), a preocupação com o meio ambiente passa ser tratada definitivamente como política pública do Estado brasileiro (ESTERCI, 2003).

Outro fato que também marcou a história da questão ambiental no mundo foi a realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, acontecimento que teve um impacto positivo na sociedade brasileira e possibilitou o crescimento e a consolidação do ambientalismo brasileiro. Nesse evento foram discutidos temas contemporâneos, foi dada atenção especial às alterações do clima mundial à longo prazo e elaborou-se os seguintes documentos: Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, os Princípios para a Administração Sustentável da Florestas, a Convenção sobre a Mudança do Clima e a Convenção sobre Biodiversidade (ARAÚJO, 2006).

¹⁰ Araújo (2006) faz referência ao surgimento no ano de 1971 da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural como marco histórico do movimento ecológico brasileiro

4. A legislação ambiental e a reforma agrária no Brasil

No movimento ambientalista, podemos identificar duas grandes e divergentes estratégias de proteção dos ecossistemas ameaçados pela ação antrópica, que têm influenciado a implementação de políticas públicas e a criação de legislação específica destinada a proteger o meio ambiente.

De um lado, temos a estratégia preservacionista que defende a proteção dos ecossistemas em suas formas originais, intactos, sem qualquer interferência humana. De outro, temos a visão conservacionista interessada em encontrar alternativas que conciliem, através do uso sustentável, a proteção e a utilização dos recursos naturais garantindo também a subsistência de populações locais (Cunha, 2002).

O legislador brasileiro inspirou-se nas duas perspectivas. A estratégia preservacionista ficou restrita praticamente a criação de florestas nacionais, parques nacionais, reservas e estações ecológicas, unidades de proteção ambiental e à exigência legal da manutenção de **áreas de preservação permanentes** no interior de propriedades privadas rurais, onde são proibidos o uso dos recursos e até o acesso humano a essas áreas protegidas. Todo o restante da legislação foi inspirado na visão conservacionista que tenta conciliar desenvolvimento e proteção ambiental. Isso fica patente nos projetos de desenvolvimento regional, na criação de assentamentos e reservas extrativistas, na regulação de atividades agrícolas, mineradoras e industriais, e na exigência legal de manutenção de **áreas de reserva** em propriedades rurais, que podem ser manejadas, etc. A regulação do acesso e uso aos recursos naturais nas áreas de preservação permanente e de reserva legal têm implicações para o manejo e conservação de recursos comuns nas áreas de assentamento de reforma agrária, inserindo-se como uma forma de intervenção do poder público como agente regulador e, portanto, disciplinador das ações e dos comportamentos das famílias assentadas.

O direito ambiental por tratar de temas meta-individuais e meta-nacionais, teve, no âmbito de sua história de autonomização, como principais fontes informadoras, além da lei, dos costumes, da jurisprudência, da doutrina, os tratados e convenções internacionais, especialmente. Assim, quando se refere à interface do direito ambiental com o direito agrário, deve-se mencionar a importância dos seguintes acontecimentos jurídicos-políticos a nível mundial: a) A conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (Estocolmo -1972), que lançou as bases da proposta de desenvolvimento sustentável; b) a assinatura da Agenda 21, na ECO 92, que propõe, no seu capítulo 14, o desenvolvimento rural e agrícola sustentável

a fim de se incrementar a segurança alimentar através da reforma agrária; c) a declaração de Roma sobre Segurança Alimentar no Plano de Ação da Cúpula mundial da Alimentação de 1996 propôs que os governos desenvolvessem mecanismos que auxiliem a reforma agrária, que garantam os direitos de propriedade, água e direitos de uso sobre recursos naturais que devem ser utilizados sob a ótica da conservação e da sustentabilidade (LIMA, 2007).

Desde a década de 1960 a legislação brasileira, quando trata de reforma agrária, se refere também à proteção do meio ambiente. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) ao definir a função social da propriedade¹¹, trazia dentre outros requisitos, a conservação dos recursos naturais (art. 2º, §2º, c). O artigo 18 (alíneas f e h) expõe que a desapropriação por interesse social tem por fim, dentre outras coisas, a melhoria e a valorização dos recursos naturais e a possibilidade da criação de áreas de proteção à fauna e à flora. O artigo 20 aborda que as áreas em que os proprietários se recusem a por em prática as normas de conservação são prioridade para desapropriação.

A Constituição Federal nos seus artigos 184, 186 e a Lei 8.629/93, que regulamenta estes dispositivos constitucionais, se referem à função social, que será cumprida na medida em que atender, simultaneamente, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada de recursos naturais e preservação do meio ambiente; observação das regras que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Esses dispositivos também impõem a desapropriação de imóveis rurais que não exerça a função social.

O Código Civil (Lei nº 10.406/2002) em concordância com o art. 5º, XXII e XXIII, que garante mas limita o direito de propriedade assim dispõe:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar, dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.
§1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

A introdução da variável ambiental nas atividades do Incra inicia-se com a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) através da Portaria/Incr nº 627/87 que tinha com objetivo a atender às populações tradicionais da Amazônia. Assim, o já

¹¹ O que é novo na Constituição Federal de 1988 não é a exigência da variável ambiental para o cumprimento da função social, até porque já existia essa exigência no Estatuto da Terra, a novidade recai no caráter de obrigatoriedade da desapropriação no caso de não cumprimento da função social.

referido estigma atribuído a esse órgão, começa desaparecer. Em 1996 os Projetos de Assentamento Extrativistas passam a se chamar Projetos Agro-extrativistas com o fim de compatibilizar as atividades extrativas às de agricultura sustentável. A Portaria/Incrá nº 088/1999 proibiu a obtenção de terras e implantação de assentamentos rurais em áreas de cobertura vegetal primária exceto em que as terras se destinem à criação de PAE's (LIMA, 2007).

Em 1999, a Portaria/Incrá nº 477/99 criou a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) destinado às comunidades tradicionais e não-tradicionais, mas que assumissem o compromisso de trabalhar a terra utilizando técnicas ecologicamente adequadas (LIMA, 2007).

Com a Portaria/Incrá nº 1.141/2003 foi criada a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal (PAF) destinada às áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo em base familiar comunitária e com o fim, também, de recomposição (reflorestamento e adensamento florestal) de áreas significativas convertidas para outras atividades produtivas (LIMA, 2007).

Em relação aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, no âmbito das ações de promoção do desenvolvimento sustentável é necessário ressaltar a importância da implementação do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para os Projetos de Assentamento (ATES) e das Normas de Execução nº 43 e 44 que estabelecem os procedimentos para aplicação de recursos destinados à recuperação/conservação de recursos naturais em PA's.

Por meio da Resolução Conama nº 289 de 25 de Outubro de 2001 instituiu-se diretrizes para o licenciamento ambiental (já previsto desde a Resolução 237/97 do Conama) de projetos de assentamento de reforma agrária. Com esta mediada, o órgão colegiado pretendia aperfeiçoar os instrumentos de controle sobre a degradação ambiental em assentamentos, de maneira que compatibilizasse desenvolvimento sócio-econômico e preservação da natureza através do estabelecimento de normas e limites para os empreendimentos potencialmente poluidores e degradantes (LIMA, 2007).

O licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária compreende as seguintes fases: a) Licença Prévia (LP), que antecede o ato de criação de um projeto de assentamento e deve ser expedida anteriormente à obtenção de terras; b) Licença de Instalação e Operação¹² (LIO), que autoriza a implantação do PA, deverá ser requerida em até 180 dias

¹² O documento que dá subsídios técnicos à LP é o Relatório de Viabilidade Ambiental (anexo II da Resolução Conama 289/2001) que, no caso de realização pela Oema, poderá ser substituído pelo Laudo Agrônomo de

após o ato de criação do assentamento e será emitida em até 120 dias após a solicitação. Tanto a LP quanto a LIO devem ser requeridas pelo responsável do assentamento (o Incra, na maioria dos casos) ao órgão ambiental competente (devido dinâmica de descentralização e repartição de prerrogativas, o licenciamento de assentamentos, ficou sob responsabilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente – Oema).

O Ministério Público Federal (MPF) ao detectar a não aplicabilidade da Resolução 289 pelos órgãos responsáveis, firmou, em 2003, perante o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, Ibama um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que ficou acordado entre as partes o compromisso de regularização do licenciamento ambiental dos assentamentos futuros e dos já existentes em no máximo três anos (LIMA, 2007). Araújo (2006) ao elucidar que até 2006 não tinham sido licenciados nem 10% dos assentamentos brasileiros (mesmo após o TAC), aponta os possíveis fatores que dificultam a implementação da Resolução 289/01: a) falta de articulação entre os órgãos de meio ambiente e de reforma agrária; b) deficiência de recursos humanos e de estrutura operacional interdisciplinar e interministerial nos órgãos; c) falta de recursos financeiros para o pagamento dos custos da licença/perícia; d) base cartográfica inadequada.

4.1 O Código Florestal, as Áreas de Preservação Permanente e as de Reserva Legal

O artigo 1º da lei 4771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo código florestal, dispõe que são bens de interesse comum a todos os habitantes do país, as florestas existentes no território nacional e as outras formas de vegetação que sejam reconhecidas como úteis às terras que cobrem ou revestem. É assegurado o direito de propriedade dentro dos limites que a legislação em geral e esta própria lei estabelecerem.

Entende-se por Área de Preservação Permanente (APP) a área coberta por vegetação que pode ser tanto nativa quanto exótica que exerça a função de preservar os recursos hídricos, paisagísticos, a estabilidade geológica, a biodiversidade, a reprodução da fauna e flora, a proteção do solo e do bem-estar das populações humanas (inciso II do artigo 1º da lei 4771/65).

O artigo 2º da mesma lei estabelece que as florestas e outras formas de vegetação localizadas ao longo de qualquer curso de água seja considerada APP e tenha no mínimo trinta, cinquenta, cem, duzentos ou quinhentos metros em faixa marginal variando conforme a

Fiscalização (LAF). Já para a expedição da LIO é baseada no Projeto Básico (Anexo III da Resolução Conama 289/2001) podendo ser substituído pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

largura do rio. Determina ainda que deva existir APP ao redor das lagoas ou qualquer reservatório de água natural ou artificial; nas nascentes ou olhos d'água ainda que intermitentes (mínimo de cinquenta metros), no topo e nas encostas de morros, montes, montanhas e serras; nas restingas para fixar dunas ou estabilizar mangues, nas bordas dos tabuleiros ou chapadas em faixa de no mínimo cem metros a partir da linha de ruptura do relevo; e em terrenos com altitude superior a mil e oitocentos metros.

O artigo 3º assegura que o Poder Público pode declarar de preservação permanente as áreas de florestas e demais formas de vegetação destinadas a: atenuar a erosão das terras; fixar dunas; formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; auxiliar a defesas do território nacional; proteger sítios de beleza excepcional ou de valor histórico e/ou científico; asilar exemplares de fauna e flora ameaçadas de extinção; manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas. São consideradas de preservação permanente as florestas que integram o patrimônio dos indígenas que poderão manejá-las racionalmente respeitando as regras discutidas nos artigos 2º e 3º do Código Florestal.

A vegetação em área de preservação permanente só poderá ser suprimida com autorização do Poder Público em caso de utilidade pública ou interesse social, se não houver alternativa técnica ao empreendimento e se for bem caracterizado e motivado (art. 4º do Código Florestal).

As áreas florestadas de preservação permanente não deverão entrar na divisão dos lotes para agricultura em planos de colonização e reforma agrária. Não serão distribuídas também florestas necessárias ao abastecimento local e nacional de madeira e outros produtos florestais (art. 8º do Código Florestal).

O reconhecimento de áreas de preservação permanente não implica em isolamento dessas áreas nem em proibição total do acesso humano, até porque este não é o fim a ser alcançado, é apenas o meio. O objetivo real é garantir a manutenção dos recursos hídricos e paisagísticos; preservar a estabilidade dos solos e da geologia; assegurar a existência e a reprodução da biodiversidade como já foi exposto anteriormente. A própria lei traz casos em que é permitido o acesso humano a essas áreas, como por exemplo do parágrafo 7º do artigo 4º do Código Florestal que assegura a entrada de pessoas e animais não silvestres para obtenção de água contanto que não comprometa a regeneração e manutenção da mata nativa a longo prazo e não exija sua supressão.

O inciso III do artigo 1º define o termo Reserva Legal, que é o espaço localizado no interior de uma propriedade ou posse rural, computando-se a área de proteção permanente,

necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à manutenção da biodiversidade protegendo a fauna e a flora nativas.

Não é necessário à área de Reserva Legal ser composta exclusivamente de espécies nativas, é permitido à pequena propriedade computar as áreas plantadas com fruteiras, ornamentais ou espécies exóticas contanto que estejam dispostas intercaladas ou consorciadas com espécies nativas (§ 3º do artigo 16 do Código Florestal).

O artigo 16 define o tamanho da área de reserva que não poderá ser suprimida. Para o semi-árido nordestino, que se encaixa no inciso III do artigo, aplica-se vinte por cento da propriedade.

A proibição contida no artigo 16 quanto à supressão da massa vegetal não significa restringir o acesso e o uso do recurso, pelo contrário, o mesmo dispositivo permite tanto o acesso quanto o uso dentro de limites estabelecidos: a vegetação só pode ser utilizada sob o regime de Manejo Florestal Sustentável obedecendo a critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento.

A Instrução Normativa nº1/98, de 6 de outubro de 1998, instituída pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), regula os planos de manejo sustentável florestal para vegetação nativa e sucessora da região do Nordeste do Brasil. Não se sabe se ela disciplina também o manejo sustentável das Reservas Legais (pois isso não fica explícito) ou se se refere somente à vegetação que está fora dessas áreas. Porém, por analogia, podemos dizer, já que o artigo 16 do Código Florestal permite a utilização da vegetação da reserva legal sob o regime de Manejo Florestal Sustentável aplica-se sim a instrução normativa.

Não fica claro se, para que as famílias moradoras em assentamento de reforma agrária utilizem as áreas de reserva legal, é preciso elaborar Planos de Manejo Florestal Sustentável com os mesmos pré-requisitos exigidos na Instrução Normativa/Incrá nº1/98 (como por exemplo: projeto elaborado por engenheiro florestal ou agrônomo licenciado no IBAMA) ou se poderão utilizá-las por conta própria, usando critérios pessoais se submetendo apenas à fiscalização.

A citada Instrução Normativa traz, em seu artigo 13, que as espécies ameaçadas de extinção definidas em lei não poderão ser exploradas. No artigo 14 é vedada a utilização do fogo nas áreas de Manejo Florestal Sustentável. Quanto à utilização dessas, e por analogia as áreas de reserva legal, para fins de pastoreio, o artigo 16 da Instrução Normativa nº01 /98 fixa limites para a quantidade de animais seguindo critérios da Embrapa- CNPC:

Tabela 1 – Limite para a criação de animais

	Bovino (ha/cab.a)	Ovino (ha/cab.a)	Caprino (ha/cab.a)
Caatinga Nativa	10,0 - 12,0	1,5 – 2,0	1,5 - 2,0
Corte Raso	3,4 - 4,5	1,0 – 1,5	0,5 - 0,7
Corte Seletivo	3,0 - 4,0	0,5 – 1,0	0,5 - 1,0

Fonte: Instrução Normativa/ Incra n. 01/98

Em relação à desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, considerando que o artigo 16 da Lei Complementar nº 76/93 manda compensar na indenização o valor dos tributos e multas incidentes sobre o imóvel e, enquanto o Acórdão TCU nº 1.362/04 (D.O.U. de 16/09/2004) manda compensar na indenização o valor do passivo ambiental do imóvel, o Incra entende ser cabível a compensação na indenização os custos decorrentes da recuperação das APP's e RL's (LIMA, 2007).

De outro modo, vem entendendo a 2ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça que o adquirente de imóvel já desmatado tem legitimidade para figurar no pólo passivo de uma Ação Civil Pública e responder civilmente pelo dano causado pelo antigo proprietário conforme RESP 327254 PR DJ: 19/12/2002 e RESP 282781 PR DJ: 27/05/2002. Isto porque o proprietário responde não por ter causado o dano, mas por ter adquirido (conscientemente) um imóvel danificado pretendendo perpetuar esse ilícito. Assim, o reflorestamento das RL's e das APP's constitui-se obrigação *propter rem*, ou seja acompanha a coisa independente de quem seja titular e independente de ter este titular contraído a obrigação (SANTIAGO, 2006). No caso dos assentamentos, não são os beneficiários da reforma agrária que devem ser responsabilizados, mas a Pessoa Jurídica do Incra.

4.2 Crimes ambientais

A Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Essas atividades lesivas possuem natureza criminal e são classificadas em: a) crimes contra a fauna; b) crimes contra a flora; c) poluição; d) crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; e) crimes contra a administração ambiental.

Para os fins desse trabalho uma apresentação superficial das duas primeiras categorias é suficiente. Os crimes contra a fauna estão dispostos nos artigos 29 a 37 da Lei nº 9.605/98,

estes artigos disciplinam as atividades de caça e pesca no território nacional. De maneira geral, fica proibida a caça, perseguição, aprisionamento, exportação, maus tratos (também para animais domésticos) de animais da fauna silvestre, ou qualquer atividade que impeça a livre e normal sobrevivência e reprodução de qualquer espécie nativa. Também é proibida a pesca através de meios poluentes ou fora do período de permissão legal. As penas imputadas aos tipos-legais dessa seção variam de seis meses a cinco anos de detenção.

Fato que chama atenção na Lei nº 9.605/98 é a descriminalização (trazida pelo artigo 37) da prática da caça quando realizada sob as seguintes hipóteses: 1) em estado de necessidade para saciar a fome do agente ou de sua família; 2) para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente; 3) por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente. A consideração dessa norma é de grande relevância, principalmente quando se está tratando de comunidades fragilizadas pela pobreza como comumente ocorre em áreas de assentamento.

Já os crimes contra a flora estão dispostos do artigo 38 ao artigo 53. Para esse estudo serão considerados, principalmente, os artigos 38, 39, 41, 44, 45, 46, 48 e 50 que tratam respectivamente da (proibição/penalização): a) da destruição ou danificação de floresta considerada de preservação permanente ou a mera utilização em desacordo com as normas de proteção; b) do corte de árvores em floresta considerada de preservação permanente sem permissão da autoridade competente; c) da provocação de incêndio em mata ou floresta; d) da extração, sem prévia autorização, de pedra, areia, cal, ou qualquer espécie de mineral de florestas de domínio público ou considerada de preservação permanente; e) do corte ou transformação em carvão de madeira de lei; f) do recebimento, aquisição, venda, depósito, transporte, para fins comerciais ou industriais, carvão, madeira, lenha e outros produtos de origem vegetal sem a devida licença; g) do impedimento ou 'dificultação' da regeneração de florestas e demais formas de vegetação; h) da destruição ou danificação de florestas nativas ou plantada ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues ou objeto de especial preservação (reservas legais). Para todos os crimes dessa seção aplicam-se penas que vão de seis meses a cinco anos ou de detenção ou de reclusão conforme o crime.

5. Considerações finais

Observadas as respectivas trajetórias históricas das questões agrária e ambiental, notou-se que a aliança entre esses dois campos, no que se refere às práticas e às reivindicações, se deu através de um complexo (para não falar difícil) e infundável processo de

inter-aprendizado e auto-crítica dos atores envolvidos nessas duas tradições de luta que têm como ponto de intersecção a crítica à concentração (por parte do Estado e de entidades privadas) de poder técnico-econômico e político-militar. Se no passado o principal papel desse debate era influenciar a elaboração legislativa, no presente, o empenho das organizações refere-se ao implemento da legislação ambiental pelos agentes da reforma agrária.

Alguns trabalhos têm feito referências ao descumprimento das exigências legais de preservação e conservação da natureza em áreas de assentamento de reforma agrária. Cunha, Nunes e Miranda (2006) relacionaram a sobre-exploração de recursos naturais e o correspondente desrespeito às leis ambientais ao colapso dos regimes de propriedade que regulavam o acesso e uso destes que ocasiona um momento transitório em que não existe o efetivo controle sobre a área nem por parte dos assentados, nem por parte dos órgãos de fiscalização (Incrá e Ibama). Já Araújo (2006) atribui o descumprimento da legislação ambiental à precariedade da vida dos assentados aliada falta de articulação entre os órgãos responsáveis pela reforma agrária e os responsáveis pela proteção ao meio ambiente.

Conclui-se que um estudo que venha analisar com seriedade os motivos do não cumprimento das normas ambientais em áreas de assentamento devem considerar múltiplas perspectivas que superem as clássicas atribuições à pobreza e à ineficiência das instituições públicas.

De toda maneira, pretendeu-se com esse trabalho, apresentar uma síntese da história da interface entre questão agrária e questão ambiental e expor a evolução da legislação do meio ambiente aplicável às áreas de assentamento de reforma agrária. Espera-se assim, que a sistematização desses dados, embora tenha sido feita sem muito compromisso em sustentar uma tese, possa contribuir no entendimento de como os dois movimentos se desenvolveram, de como influenciaram o processo legislativo, tendo ou não suas expectativas atendidas.

6. Referências bibliográficas

ARAÚJO, F. C. **Reforma agrária e gestão ambiental**: encontros e desencontros. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CORREA, S. M. S. e BUBLITZ J. **Terra de promessa**: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

CUNHA, L. H. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa**. Tese de Doutorado. Belém, NAEA/UFPA, 2002.

CUNHA, L.H.; NUNES, A. M. B. e MIRANDA, R. S. **Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento**. 1º. Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói, 2006.

ESTERCI, N. A luta pela terra e função ambiental da propriedade. In: ESTERCI, N. e VALLE, R. S. T. (Orgs.) **Reforma agrária e meio ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003, p. 9-17.

FARIAS, T. **Direito Ambiental: tópicos especiais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

LIMA, E. M. Licenciamento e recomposição ambiental em projetos de reforma agrária. **Revista de Direito Agrário**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Associação Brasileira de Direito Agrário (ABDA), ano 20, nº 19, 2007, p. 157-174.

LOPES, J. S. L. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: Horizontes antropológicos, ano 12, n. 25, 2006, p. 31-64.

SANTIAGO, A. F. Reserva Legal. **Revista de Direito Agrário**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Associação Brasileira de Direito Agrário (ABDA), Ano 19, n. 18, 2006, p. 45-63.

STÉDILE, J. P. A questão agrária e o socialismo. In: **A questão agrária na década de 90**, diversos, Ed UFRGS, 2004, p. 306-322.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

PROGRAMA 1 MILHÃO DE CISTERNAS DE PLACAS: REFLEXÕES ACERCA DOS RISCOS E OPORTUNIDADES DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE MONTADAS-PB

Jairo Bezerra da Silva¹
Lemuel Dourado Guerra²
Luziana Ramalho Ribeiro³

Resumo

Neste trabalho analisamos a emergência das ações e estratégias micro-espaciais destinadas ao enfrentamento da questão hídrica no semi-árido nordestino, focalizando as continuidades e discontinuidades de fenômenos tradicionais tais como o do clientelismo, oferta e comercialização de águas, tráfico de influências nas dinâmicas sociais relativas ao manejo dos recursos hídricos na área. Apresentamos dados de um trabalho de campo realizado em uma área atingida pelo Programa 1 Milhão de Cisternas de Placas, através da qual discutimos os efeitos da construção de cisternas sobre a qualidade de vida dos beneficiados. Nossa metodologia consistiu de observações diretas e da realização de entrevistas com beneficiados e mediadores (coordenadores da Articulação do Semi-Árido – ASA) do PIMC na área mencionada.

Palavras-chave: Recursos hídricos; Políticas Públicas; Micro/Macro Ações.

1. Introdução

A questão da água é um problema que vem há séculos afligindo o semi-árido nordestino, e nele principalmente as suas populações mais carentes. Nas duas últimas décadas, observamos algumas transformações radicais nos discursos e práticas governamentais com relação às ações propostas para minimizar as dificuldades advindas das constantes estiagens que ocorrem na região. O nosso objetivo foi o de analisar as principais dinâmicas sociais que resultaram no atual cenário das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento dos problemas de abastecimento de água na área citada, a partir do estudo do caso da estratégia de construção de cisternas de placas na comunidade rural do semi-árido paraibano localizada no município de Montadas-PB. Na primeira parte do trabalho, analisamos a conjunção das instituições e dos atores sociais envolvidos na elaboração e implementação das novas políticas governamentais definidas em referência às chamadas

¹. Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

². Professor do Programa em Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

³. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.

“formas alternativas e tecnologias sociais de convivência com o semi-árido” da região nordeste. Para isso, adotamos uma perspectiva teórica inspirada na sociologia reflexiva, de Pierre Bourdieu, a fim de identificar os mecanismos subjacentes aos discursos e práticas referidos aos processos de construção das cisternas de placas na área mencionada; e nas noções e abordagens da corrente da Ecologia Política, que se caracterizam pela mobilização de estratégias de multi/trans/inter-disciplinaridade, com o intuito de entender o cenário atual da gestão pública dos recursos hídricos no Brasil, no qual encontram-se, com frequência, discursos e práticas marcados por conceitos tais como os de “sustentabilidade”, “manejo racional” e de valorização de ações de escala micro-espacial em substituição às ações de escala macro-espacial.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos o resultado da pesquisa de campo, analisando doze entrevistas com os beneficiários das cisternas de placas e os beneficiários do projeto Cooperar: entrevistamos dez sujeitos no município de Montadas, além de entrevistas com um ex-representante da ASA Paraíba e outra com o representante atual da ASA - Ceará.

2. Entre a Substituição e a Operacionalização de Escalas Macro e Micro-espaciais: o caso do P1MC

Entidades como a ASA – Articulação do Semi-Árido, com sede em Recife (PE), um fórum de organizações civis que congrega mais de 750 entidades como igrejas, ONG’s, sindicatos de trabalhadores, associações comunitárias e outras dessa natureza, têm difundido estas tecnologias entre as populações rurais do nordeste do Brasil com o intuito de reduzir as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água.

Nessa direção, um dos projetos mais importantes atualmente em fase de implementação é o P1MC – *Programa 1 Milhão de Cisternas de Placas* -, que resultou de convênio firmado com o MMA - Ministério do Meio Ambiente - e que conta também com a participação de FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos). O projeto, iniciado em 2000, pretende, em 05 anos, construir 1 milhão de cisternas de placas em toda a região semi-árida, beneficiando cerca de 5 milhões de pessoas. Até o momento já foram construídas, aproximadamente, 270 mil cisternas de placas.

Através do estudo do histórico das políticas públicas relativas à escassez de água no semi-árido brasileiro, nossa pesquisa teve como objetivo central analisar os princípios norteadores destas políticas e a maneira pela qual estas formas alternativas de gestão das

águas vêm sendo institucionalizadas e implementadas, verificando sua eficácia e discutindo o cenário de enfrentamento de interesses no qual elas emergem.

Um outro aspecto por nós estudado foi a transformação do discurso e das ações dos atores envolvidos na implantação destas novas tecnologias sociais, já que no início a difusão destas técnicas foi efetuada por ONG's com atuação no semi-árido, mas hoje algumas destas tecnologias já foram incorporadas aos programas governamentais, inclusive federais, sendo apresentadas como a solução para os problemas hídricos da região.

Durante a realização da pesquisa de campo, constatamos uma série de incongruências observadas em torno do processo de transformação dos discursos e propostas na área das políticas públicas de enfrentamento de problemas relacionados à escassez de água no semi-árido brasileiro. A constatação dessas incongruências nos fez entender alguns dos principais fenômenos associados a outras políticas públicas implementadas na área dos recursos hídricos, relacionadas ao clientelismo, à utilização política de medidas emergenciais de acessibilização da água e ao privilegiamento de segmentos específicos da população envolvidas com a água, apresentados sistematicamente na parte referente à pesquisa de campo.

Um outro ponto por nós analisado na pesquisa de campo está relacionado aos elementos da transformação e da mudança dos paradigmas políticos do estado centralizador para o estado mínimo, paralelamente à passagem do *paradigma da modernidade* para o *paradigma da sustentabilidade*, engendrando ações intervencionistas de caráter micro-espacial, a exemplo do programa ASA/P1MC. Somando-se à análise da mudança de paradigmas, buscamos ainda neste trabalho entender as relações e os papéis desempenhados pelos diversos atores sociais envolvidos na implementação das atuais políticas públicas destinadas à anunciada solução dos problemas de escassez de água na região indicada, a saber: as comunidades que adotaram as novas tecnologias; as ONG's responsáveis pela difusão e acompanhamento da implantação; e a visão dos governos, especialmente o federal e estadual, a quem cabe a elaboração de políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos.

Após a incorporação do paradigma do desenvolvimento sustentável aos discursos e políticas públicas do governo federal, modificam-se as estratégias das ações com relação ao enfrentamento da escassez hídrica na região. Enquanto com o paradigma anterior a postura das ações governamentais era no sentido do enfrentamento ou do “combate às secas”, apresentando como solução a construção de grandes barragens, a perfuração em larga escala de poços subterrâneos em propriedades particulares e o incentivo a projetos de irrigações como os implantados nos vários açudes construídos pelo DNOCS - Departamento Nacional

de Obras contra as Secas, com o novo paradigma há uma mudança no enfoque das ações governamentais com relação ao semi-árido alterando-se o discurso para a “convivência com as secas”, passando a serem valorizadas as micro-ações e as ações no nível dos indivíduos, as quais permitam a sustentabilidade do homem no seu ambiente.

Pretendemos também analisar os aspectos relacionados à “sustentabilidade” destas alternativas de convivência com o semi-árido, estudando através dos dados colhidos na pesquisa de que maneira estas alternativas influenciam o desenvolvimento econômico e social das comunidades que as adotaram.

A proposta central deste artigo que resulta de um trabalho empírico e de uma revisão de literatura no âmbito da ecologia política é explicar os fenômenos relacionados ao acesso e ao uso de recursos hídricos na região do semi-árido por nós pesquisada, como também o atual quadro de políticas públicas destinadas ao enfrentamento de problemas relacionados ao abastecimento de água no semi-árido paraibano e averiguar até que ponto estas experiências de convivência com a região semi-árida por meio de novas tecnologias se constituem em experiências válidas e transformadoras, do ponto de vista social, econômico e político e em que perspectivas estas tecnologias podem vir efetivamente a contribuir para o desenvolvimento da região, possibilitando a concretização do direito cidadão ao acesso à água. Além do que, busca entender as discontinuidades do processo que se engendra como neutro, *apartidário*, como operacionalizado em termos de discurso pela Articulação do Semi-Árido, uma vez que esse aparece como símbolo da ação efetiva dos governos estadual e federal.

3. Os fundamentos teóricos da sociologia e da ecologia política

A necessidade de uma ruptura com as ilusões do saber aparente, ordenado, neste caso específico, em torno da esfera da gestão das políticas públicas de recursos hídricos no Brasil, implica numa abordagem que adote como estratégia analítica a associação do que é apresentado como dados técnicos e estatísticos com o conjunto de interesses dos atores envolvidos e interessados na transformação da água em mercadoria a ser oferecida no mercado como qualquer outra. Nesse processo, o que é sugerido, e em certa medida já está sendo implementado, é o apagamento do caráter de bem comum, de recurso natural coletivo que a água possuía anteriormente, o que determinava sua gestão enquanto serviço público a ser oferecido universalmente, enquanto um direito dos cidadãos.

Categorias sociológicas de análise, tais como a hierarquização social e a ideologia precisam ser usadas, no sentido da construção de uma abordagem das atuais configurações das questões hídricas, de maneira a dar conta da conexão entre as mudanças nas políticas públicas e suas conseqüências no cotidiano dos indivíduos (cf. Silva 2003).

Nessa direção, a análise que propomos das recentes ações governamentais na área hídrica implica na crítica de uma determinada corrente que tem reduzido a reflexão aos aspectos técnicos das propostas de estratégias para gestão de águas e para o enfrentamento das dificuldades relativas ao abastecimento de água no semi-árido nordestino. Ao optarem por uma abordagem aparentemente neutra, os sociólogos passam a funcionar com agentes de transmissão de justificações pseudo-científicas de interesses de grupos privilegiados. Nossa análise se constrói a partir da tarefa de localizar a implementação das novas tecnologias – aqui especificamente a das cisternas de placas – enquanto uma ação micro-espacial a fim de enfrentar o problema da escassez de recursos hídricos num “todo”, ou seja, num sistema de relações e inter-relações sociais em relação ao qual tem seus sentidos construídos.

4. O instrumental da Ecologia Política

Para Budds (2004), os parâmetros da ecologia política assumem a seguinte configuração teórico-explicativa: a) referem-se a uma explicação complexa acerca da relação existente entre a natureza e a sociedade sob a forma de um processo de construção social, como também representam uma análise acerca das relações de poder que envolvem o gerenciamento dos recursos naturais em suas relações com a degradação do meio ambiente, considerando a história política e o contexto econômico nas diferentes escalas temporais em que o problema emerge. Visa também mostrar como os aspectos do meio-ambiente são utilizados enquanto instrumentos particularistas [recursos naturais alocados e gerenciados] com ênfases na garantia de privilégios específicos.

As argumentações da autora são construídas em torno do estudo de caso realizado no Chile no final da década de 80, a partir do qual a mesma constata um acesso e uso desigual dos recursos hídricos por meio da apropriação imposta pelos grandes fazendeiros, o que causa inúmeros conflitos sociais na região. Neste cenário, Budds (*idem*) indica que há uma correlação com os fundamentos das diretrizes neoliberais que formularam o princípio da água enquanto mercadoria e que se desdobram na panfletagem ideológica das ações micro-espaciais como sendo as necessárias e capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos. Isso se traduz num entendimento de que a ocorrência dos processos

locais corresponde a uma dinâmica mais geral, a exemplo das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para o setor de recursos hídricos sem que sejam conhecidos os gestores das micropolíticas. Assim, a defesa sistemática por parte dos articuladores locais pela implementação de ações micro-espaciais, em certa medida, significa uma defesa das ações do Banco Mundial destinadas a operacionalizar a mercadorização dos recursos hídricos nos países pobres.

De acordo com Budds (*idem*), a adoção do primeiro modelo mercantilista de gerenciamento de águas no mundo, ocorreu no Chile em 1981, instaurando uma série de conflitos desde o instante em que passou a limitar a participação equitativa dos usuários devido ao encarecimento da água, privilegiando-se o direito dos grandes fazendeiros.

Henrique Leff & Porto-Gonçalves (2006) propõem um método de análise que nos ajuda a pensar a natureza em referência a um conjunto de estratégias de capitalização do modelo de globalização neoliberal, no qual a ideologia do mercado emerge com um viés democrático. Ambos defendem que a atual ordem econômica reconhece como legítima a mercantilização dos recursos naturais, em consonância com o discurso da racionalidade econômica, o que tem produzido a desnaturalização da própria natureza.

Ainda segundo os autores acima citados, a disseminação da ideologia do desenvolvimento sustentável esconde o jogo das estratégias políticas da geopolítica da biodiversidade, instaurando novas formas de dominação, ao mesmo tempo em que termina por acelerar o processo de destruição da natureza, da vida, produzindo a erosão das práticas culturais de significação, convivência e solidariedade. Assim para entender as recentes propostas de gestão racional e participativa dos recursos hídricos, é imprescindível que se considere o contexto de interesses pela mercantilização do recurso, bem como um conjunto de contradições entre a teoria e a prática da proposta de desenvolvimento sustentável e do uso racional das águas.

Ainda para os autores, a limitação da proposta de participação e de uso-racional sustentável dos recursos hídricos se estabelece a partir do momento em que a água passa a ser um problema para os ricos. Essa idéia também é compartilhada por Ribeiro (2004). A água atualmente não representa um problema de políticas regionais manipuladas por oligarquias latifundiárias ou por políticos populistas durante muito tempo associada ao paradigma da modernidade, produzindo, por exemplo, a idéia de que para evitar a escassez de água seria necessária a açudagem. Hoje, sob a ótica do paradigma da sustentabilidade, prevalece o princípio de que a escassez de água poderá ser evitada com a adoção de práticas de acesso e uso-racional sistemática dos recursos hídricos, tal como podemos observar nas diretrizes do PIMC. Em meio a essa mudança de paradigma é necessário que formulemos algumas

questões no sentido de tentar entender quais as principais configurações que possibilitam a execução de cisternas de placas enquanto uma estratégia capaz de assegurar água de boa qualidade para as populações do semi-árido brasileiro?

Nossa análise indica que antigos protagonistas, que durante muito tempo manipularam o discurso da escassez de recursos hídricos na região nordeste, estão sendo substituídos por novos protagonistas, os quais colocam a escassez num outro patamar explicativo. Para Porto Gonçalves (2004), devemos entender que, no Brasil, a alocação da água está sendo negociada de acordo com os interesses do agronegócio, com avançadas técnicas de captação e armazenamento da água..

A idéia do paradigma da sustentabilidade é incorporada por setores governamentais, não governamentais e pelo setor privado, em forma de *marketing verde*, tacitamente fortalecendo os parâmetros específicos do mercado e a capitalização da natureza. Leff (2006) defende uma nova racionalidade ambiental como uma *episteme*, ou seja, baseada num processo de politização do conhecimento pela reapropriação social da natureza, correspondendo a um campo teórico-prático e à construção de um novo território do pensamento crítico e da ação política.

A implementação das cisternas de placas e o discurso no interior do qual ela acontece necessitam ser entendidos dentro de um contexto mais amplo, incluindo a reflexão sobre as transformações do estado, bem como os interesses de grupos econômicos do agro-negócio bem como do hidronegócio, além da referência necessária aos novos *coronéis* do terceiro setor.

Para os articuladores da ASA em nível regional o projeto das novas tecnologias das cisternas de placas, emerge num contexto social em que há uma forte mobilização para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na região do semi-árido, possibilitando às referidas famílias que são beneficiadas com as cisternas de placas uma maior vivência com a prática do associativismo.

“O contexto social é de mobilização para melhoria das condições de vida das populações “difusas” do semi-árido ligadas à agricultura familiar, por uma reforma agrária em defesa da segurança alimentar e da biodiversidade, numa perspectiva agro-ecológica e de gênero, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade econômica e ambiental, em contraposição ao projeto do agro-negócio, da monocultura e da fruticultura irrigada de produção em larga escala, para exportação”.(ex-membro da ASA)

Os fundamentos da teoria social de Baudrillard apud Leff (2006) nos dão subsídios para que entendamos a mobilização como algo que se processa num espaço social de refluxo

dos movimentos sociais e não o contrário, como crêem os articuladores da ASA. Essa tese é apresentada logo abaixo em contraposição aos sinais de mobilização que são anunciados pelos articuladores, os quais não apareceram em nossas observações, durante a realização do trabalho de campo.

Cisterna é uma ferramenta mobilizadora, até porque atende uma necessidade básica que é a água de beber para cozinhar. A gente tem ações no campo da mobilização (...) A gente tem como missão construir uma política de desenvolvimento para a região semi-árida, onde a cisterna é esse elemento mobilizador que dá as condições às diversas entidades e espaços, né?(ex-Articulador da ASA Paraíba)

Na fala acima ilustra-se claramente a contradição entre a alusão à função doméstica da cisterna e à responsabilidade com a construção de uma *política de desenvolvimento para a região*, discurso em cujo interior se localiza a defesa da construção de cisternas de placas no semi-árido nordestino. Um outro aspecto a ser considerado é a oposição entre a eficácia das micro-ações e a ineficácia das macro-ações, presente nos discursos de atores que dominam os processos de implementação das recentes estratégias de convivência com a seca. Vejamos o que diz o articulador da ASA Ceará no que tange à defesa das ações micro-espaciais:

O acesso à água deve ser democraticamente garantido dentro de projetos integrados, de base comunitária e agro-ecológica (...) O P1MC, vem possibilitando às famílias que conquistam sua cisterna a compreensão e a vivência do associativismo como instrumento de melhoria de vida, a partir dos cursos de gerenciamento de recursos hídricos (GRH) do Programa. Os avanços podem se dar também através de outros programas da ASA, tais como o P1+2, O Bomba D'água Popular (BAP), etc.

Tal argumentação resiste à efetivação de um modelo de mobilização mediada por meio de políticas públicas de abastecimento de água de amplo espectro, a exemplo de sistemas adutores, por considerá-las como geradoras de privilégios aos grandes proprietários de terras. Sobre isso vemos o pronunciamento de um ex- articulador da ASA Paraíba:

O que a ASA defende em relação ao manejo da água é a estruturação das unidades de produção familiar e não a concentração da água, nem em açude e nem de outras formas, como adutoras, mas é uma estruturação das unidades infra-estruturando elas nesse campo com iniciativas de baixo custo e de fácil aprendizagem.

A partir das entrevistas e observações realizadas nas comunidades acima citadas pelo menos duas questões devem ser formuladas como estratégia de suspensão sociológica das aparências dos processos ali narrados e observados: uma referente à relação entre os discursos em cujo interior os defensores das recentes políticas públicas na área de recursos

hídricos e os efeitos da implementação dessas políticas para os indivíduos atingidos; outra, em relação à participação anunciada e efetiva; ainda outra em relação aos mediadores dessas políticas no que se refere às posições por eles ocupadas nos sistemas e posições implicados nos processos de efetivação das políticas mencionadas.

5. Análise dos dados

Nosso *locus* empírico de pesquisa foi constituído da comunidade rural de Montadas-PB, na qual foram conduzidas dez entrevistas semi-estruturadas com os beneficiários do P1MC. Além desse grupo de sujeitos pesquisados, realizamos entrevistas com dois membros da ASA - Paraíba e do Ceará.

5.1 O P1MC em Montadas-PB

Em relação à variável referente ao processo de instalação das cisternas, constatamos a existência de uma forte parceria existente entre o sindicato e os sujeitos beneficiários, sendo a situação local uma replicação de uma tecnologia que já vem sendo implementada sistematicamente em diversas regiões do semi-árido paraibano, enquanto uma política de alcance micro-espacial no território onde as secas ocorrem com mais freqüência. No processo de instalação das cisternas na área considerada, constatamos uma participação direta do sindicato no que tange à condução do processo. O mesmo aparece como um sujeito balizador dos arranjos que devem ser feitos para instalar este e outros programas vinculados às novas tecnologias micro que se estruturam e instalam na área considerada.

No que concerne à assessoria técnica, a grande maioria dos respondentes afirmou que os técnicos não retornam para fazer visitas de manutenção e acompanhamento das cisternas de placas. Ressaltamos, mais uma vez, que o processo de escolha, de construção e de manutenção das cisternas está vinculado sistematicamente ao poder do sindicato dos trabalhadores rurais da comunidade de Montadas-PB, o qual se empodera à proporção em que o programa que introduz novas tecnologias vai ganhando força e se desdobrando em outros programas complementares, os quais parecem não ser capazes de garantir um abastecimento de água que torne possível, além do consumo doméstico, a produção agrícola familiar.

Constatamos ainda que mesmo havendo um apelo do projeto ao uso racional da água para finalidades domésticas específicas, os beneficiários utilizam a água das cisternas

constantemente para outras não previstas, porque as necessidades são bem maiores que a oferta.

A instalação das cisternas de placas é vista como algo que produziu melhorias. Alguns dos entrevistados afirmam “que deixaram de buscar água em baldes ou galões percorrendo grandes distâncias”. Tal colocação será invertida e apresentada como contraditória no instante em que os incômodos são registrados com bastante veemência. Os beneficiários afirmam também em alguns casos “*que até possuíam* o dinheiro para comprar a água durante o período da seca, mas que não possuíam o espaço para armazenar a água e que com a chegada das cisternas de placas essa situação foi invertida”. Alguns dos beneficiários dizem “que a quantidade de água disponível não representa a garantia de um acesso de boa qualidade”, porque a água não dá para a subsistência e nem para gerir de maneira adequada as atividades relacionadas à agricultura.

O problema do incômodo do acesso como já registramos acima e que os beneficiários minimalizam num primeiro momento durante a realização da entrevista, aparece quando perguntamos se os indivíduos ainda continuam usando formas ‘arcaicas’ de coleta de água. Vejamos algumas das falas que registram esses incômodos:

Sim, porque a água da cisterna só dá para beber, cozinhar e tomar banho. Se não, falta. Pego água no barreiro para lavar casa, lavar roupa. Dá de beber aos bichos. Sim, pegamos lá no poço, lá na barragem, porque a água da cisterna não serve para tudo, não serve (...)temos de pegar nos barreiros.

Os beneficiários do PIMC nas suas falas deixam claro a continuidade de alguns *velhos* incômodos: continuam a buscar em locais distantes água para as diversas atividades, exceto para beber e cozinhar, quando há chuvas regulares; continuam a carregar galões de água com pesos excessivos, aproximadamente com quarenta litros de água por dois galões; continuam a pagar caro pela água em períodos de estiagem, armazenando a água em barreiros e barragens; continuam a depender dos carros-pipa e de toda uma rede de privilégios que estrutura esse serviço; continuam a fazer um uso diário da água que não se adequa às suas necessidades diárias.

Em relação aos efeitos da construção das cisternas de placas sobre a saúde na comunidade, os beneficiários afirmam que as doenças relacionadas ao consumo da água, agora tratada nas localidades em que as cisternas são instaladas, diminuíram consideravelmente. Na maioria das vezes, doenças provocadas pelo uso inadequado da água

aparecem como sendo apenas amebíase e problemas intestinais e são essas que os beneficiários conseguem entender como as que estão ligadas ao uso inadequado da água.

No que se refere à relação entre o montante de água armazenada nas cisternas o uso nas atividades de cultivo da terra, verificamos que os beneficiários do PIMC enfrentam uma limitação no sentido de ter assegurado um acesso e uso regular nas suas diferentes necessidades domésticas e agrícolas no que tange à disponibilização da água de boa qualidade e à água para a produção. O registro acerca dos limites aparece no instante em que os beneficiários colocam “que se sentem sem meios de utilizar a água para outras finalidades que não seja a de beber ou a de cozinhar”. Como utilizar a água da cisterna em períodos em que os índices pluviométricos são baixos? Utilizar a água para *outras* finalidades pode representar em certa medida um *luxo* pelos que defendem o uso *racional da água*. Assim também seriam considerados *lavar banheiro, tomar banho, lavar a casa, lavar a louça, lavar a roupa* e outras atividades domésticas e extra-domésticas que são correlatas e que requerem o uso da água. O limite também dessa tecnologia aflora ainda mais quando o tema é a atividade da lavoura. De acordo com os beneficiários do PIMC, as cisternas não se adequam à estrutura da irrigação. Daí decorrem alguns problemas: como manejar as atividades agrícolas sem que haja a disponibilização da água nem por parte das ações macro-espaciais e nem por parte das ações micro-espaciais? Desse processo resulta uma série de incômodos para os beneficiários das cisternas de placas para os quais há poucas perspectivas de resolução no sentido de viabilizar uma cultura irrigada de maneira sustentável.

No que se refere à continuidade da ação dos carros-pipas, em Montadas essa prática persiste, o que indica uma contradição entre o que se alega como resultado das cisternas de placas e a realidade observada. A indústria dos carros-pipa continua a ter uma efetividade prática tão logo o período de estiagem comece a se intensificar na região do semi-árido, assegurando o empoderamento dos grupos políticos que se mantêm através do *clientelismo da água*.

À permanência da indústria dos carros-pipas está associado um elemento marcante que deve aqui ser ressaltado, registrado pelos beneficiários das cisternas de placas. Este elemento é o pagamento por parte dos agricultores beneficiários para que tenham água em suas propriedades. Além da continuidade dos carros-pipas, impõe-se ainda o pré-requisito da taxa como condição indispensável à disponibilização da água. Nos relatos que foram colhidos durante a realização da pesquisa, conseguimos constatar o incômodo desses agricultores, expressos da seguinte maneira:

Depende da precisão; se não tem chuva a gente paga uma taxa. Se a gente for comprar mesmo um carro de água boa, a gente paga entre sessenta e setenta reais. Daí a gente não tem condição. Continua (...) tem uma taxa mínima, necessária para pagarmos. Pagamos apenas o combustível do caminhão da prefeitura. Não temos carro pipa de graça. Se a cisterna secar nós pagamos uma taxa para encher a cisterna. Uma vez tive de pagar uma taxa de quinze reais (...) Só se pagarmos (...) Se precisarmos de carro pipa pagamos para colocar água.

Os depoimentos colhidos em Montadas indicam os limites das cisternas de placas enquanto estratégia de convivência com os problemas de abastecimento de água no semi-árido paraibano. Nossa observação e a análise das entrevistas indicam a necessidade de revisão dos investimentos nas denominadas micro-ações hídricas por parte do governo, ainda mais se houver a intenção de contribuir para o atendimento das necessidades de produção dos agricultores familiares do semi-árido.

No que se refere ao discurso dos membros da ASA que entrevistamos, o qual insiste em desvincular o PIMC enquanto uma estratégia político-partidária, aludindo que haveria uma atribuição desse projeto à força dos movimentos sociais na área, nas falas dos beneficiários fica evidente o registro político partidário no vínculo efetuado entre os articuladores e o Partido dos Trabalhadores, bem como na leitura simbólica que os beneficiários fazem acerca do proponente do projeto. Diante dos pronunciamentos, verificamos que há uma identificação construída em torno dos governos estadual/federal como os responsáveis pela implementação do programa.

6. Conclusões

As principais conclusões às quais chegamos neste trabalho de pesquisa que tem como finalidade analisar as recentes políticas de enfrentamento de problemas de abastecimento de água no semi-árido nordestino, a partir de um diagnóstico dos processos de implementação da estratégia de construção de cisternas de placa na comunidade de Montadas do semi-árido paraibano, podem sinteticamente assim ser resumidas: num primeiro momento, constatamos a efetivação da mudança de ênfase na idéia do desenvolvimento regional na área hídrica por meio da maximização da oferta água, superando a escassez, por meio da construção de barragens e açudes pelos órgãos governamentais para uma ênfase na sustentabilidade, na qual as micro-ações hídricas aparecem como sendo capazes de superar os problemas hídricos por meio da introdução de novas tecnologias (barragens subterrâneas, cisternas de placas, os tanques de pedras e as bombas de água).

A pesquisa de campo nos revelou que o paradigma da convivência com a seca tende a fortalecer a ideologia das micro-ações na área hídrica, as quais passam a ser geridas pela ASA e por outras organizações não governamentais sem que a relação entre a demanda de necessidades de acesso e uso à água dos agricultores e a oferta do recurso seja estruturalmente modificada. No entanto, o último pleito eleitoral, mostrou que houve uma certa apropriação sistemática do Estado no sentido de mostrar que o mesmo é o executor do programa de instalação das cisternas de placas, o qual viabilizaria o desenvolvimento sustentável da região semi-árida do nordeste.

Constatamos ainda a manutenção do clientelismo presente em outros programas de gerenciamento dos recursos hídricos, na medida em que a indústria do carro pipa permanece forte, inviabilizando a autonomia dos agricultores em relação à ação dos políticos profissionais locais.

7. Referências Bibliográficas

BANERJEE, S. B. “Quem sustenta o desenvolvimento de que? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza”. In **Raízes**, No. 20, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

_____, Pierre. **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** (Org.) Renato Ortiz. –São Paulo: Olho d’Água, 2003.

_____, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomas. Lisboa: DIFEL, 1996.

_____, Pierre. **Razões Práticas** sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. – Campinas-SP: Papyrus, 1996.

Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, Domingo, caderno Mais, 14 de julho de 2002.

BRAUN, B. & CASTREE, N. (eds). **Remaking reality: nature at the millennium.** Routledge: London and New York, 1998.

BRYANT, Raymond L. “Power, knowledge and political ecology in the Third World: a review”. In **Progress in Physical Geography**, No. 22, 1998, pp. 79-94.

BRYANT, Raymond L. “Political Ecology: an emerging research Agenda in third world”. **Political Geography**, No. 11, 2001, pp. 12-13.

BRYANT, R.L. & BAILEY, S. **Third World Political Ecology**, Routledge, London and New York. 1997.

FRIEDMAN, J. & RANGAN, H. (eds.). In Defense of livelihood: Comparative Studies on Environmental Action. West Hartford, CT: Kumarian Press, 1993.

GOLDMAN, M. (ed.). **Privatizing Nature: Political Struggles for the Global Commons.** London: Pluto Press, in association with Transnational Institute (TNI), 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A globalização da natureza e a natureza da globalização. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

GUERRA, Lemuel Dourado *et al.* “Por uma abordagem sociológica, da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento sustentável”, in Ghislaine Duque (org.) **Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisa em Sociologia Rural**. João Pessoa: UFPB; Campina Grande: UFCG, 2002, pp.17-46.

GUERRA, Lemuel Dourado *et al.* 2006.

HORTA, K. “Rainforest? Biodiversity Conservation and the Political Economy of International Financial Institutions.” In: Stott, P. and Sullivan S. (Eds.) **Political Ecology – Science Myth and Power**. Oxford University Press, New York. [in TYCO Reader], 2000.

LEI nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a Política de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

LEFF, Henrique. **Racionalidade Ambiental** a reapropriação social da natureza/ Henrique Leff; tradução Luís Carlos Cabral. – Rio de Janeiro: civilização brasileira:2006.

MOORE, D.S. “Marxism, Culture and political ecology: Environmental struggles in Zimbabwe’s easter highlands”. In Peet R. and Watts, Michael (eds.) **Liberation Ecology: Environment, Development and Social Movements**. Routledge: London, 1996.

PEET, Richard & **WATTS**, Michael. “Liberation Ecology: Development, Sustainability and Environment in an Age of Market Triumphalism. In Richard Peet and Michael Watts, eds. **Liberation Ecology: Environment, Development and Social Movements**. Richard Peet and Michael Watts, eds. Routledge: London, 1996, pp. 1-45.

PELUSI, N. & **WATTS**, M. (eds). **Violent Environments**. Ithaca: Cornell University Press, pp. 3-38, 2001.

RANGAN, H. & **LANE**, M. B. “Indigenou peoples and forest management: comparative analisys of institutional approaches in Australia and Asia. In

RAMOS, P. Desenvolvimento, Excedente, Desperdício e Desigualdade: A Insustentabilidade do Nosso Modo de Vida. In: In **Uso e gestão de recursos hídricos**/Organizado por Rodrigo Constante Martins e Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio, VII: RiMa, 2003.p.35-51.

RIBEIRO, Wagner Costa. C. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: In **Uso e gestão de recursos hídricos**/Organizado por Rodrigo Constante Martins e Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio, VII: RiMa, 2003.p.71-77.

RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional . São Paulo: Contexto, 2001.

REBOUÇAS, Aldo; **BRAGA**, Benedito; **TUNDISI**, José Galizia. **Águas doces no Brasil: Capital Ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.717p.

REBOUÇAS, Aldo. O paradoxo brasileiro. In: A disputa pelo ouro azul. **Cadernos Diplô: Le Monde Diplomatic**. São Paulo: Instituto Aboporu S/C, n.3, 2003. p.38-41.

ROBBINS, P. (2004) *Political Ecology: a critical introducion*. Oxford: Blackwell Publishers.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. – São Paulo: Huicitec, 1996.

SADER, Emir.Água de Beber. Disponível em www.agenciartamajior.com.br. Aceso em 20-03-05.

SILVA, Jairo Bezerra. **As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil**: o caso dos recursos hídricos. Dissertação (Mestrado)- UFCG/UFPB 2003.

SCHRÖDER, R.A. “Contradictions along the commodity road to environmental stabilization: foresting Gambian gardens”. *In Antipod*, 27(4), 1995, pp. 325-42.

STOTT, P. & SULLIVAN, S. *Political Ecology: science, myth and power*. London: Arnold. 2000.

UDAETA, Maria Esther. (2005), “Os Donos da Água”. <http://resistir.info>, contato em 23/06/05 Tradução de Margarida Ferreira.

QUESTÃO AGRÁRIA VERSUS DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA

Raquel Breitenbach¹
Neiva M. M. dos S. Baréa²

Resumo

Uma análise acerca da questão agrária possibilita reconhecer que existem problemas significativos no rural brasileiro, especialmente no que diz respeito a estrutura fundiária e daí emergindo outras tantas dificuldades que apontam para uma urgente reformulação nos planos e métodos de desenvolvimento, visando diminuir os problemas sociais. Diante disso, o termo desenvolvimento está se reformulando e evoluindo para uma concepção que leva em consideração fatores que vão além do crescimento econômico, incluindo as variáveis ambientais, culturais e sociais. Este trabalho objetivou trazer o cerne da questão agrária brasileira, partindo de um resgate histórico da relação entre terra e capital e suas implicações no processo de acesso a terra e, por consequência na estrutura fundiária brasileira que é extremamente concentrada. Com isso, é incluída no trabalho a visão de diferentes autores sobre o investimento na agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Por fim, analisou-se criticamente o método utilizado (a luz da concepção do desenvolvimento rural sustentável) num projeto de intervenção para o desenvolvimento de propriedades rurais familiares, adotado por uma universidade pública do RS e por um curso da área rural que tem suas bases teóricas apoiadas no desenvolvimento rural sustentável, e que acredita na adoção do incentivo a agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento. Constatou-se que o projeto analisado tem características que se aproximam com os princípios da sustentabilidade. O estudo de caso buscou analisar experiências práticas de projeto de desenvolvimento sustentável, já que os estudos nesse sentido são limitados, visto a dificuldade de se analisar as variáveis subjetivas, como o social e cultural.

Palavras-Chave: questão agrária, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar.

1. Introdução

Uma análise acerca da questão agrária possibilita reconhecer que existem problemas significativos no rural brasileiro, especialmente no que diz respeito a estrutura fundiária e daí emergindo outras tantas dificuldades que apontam para uma urgente reformulação nos planos e métodos de desenvolvimento, visando diminuir os problemas sociais. A atual situação fundiária é um dos fatores conseqüentes de uma errônea política de distribuição de terras adotada pelos brasileiros.

A antiga mas não ultrapassada frase: *uns tem tanto e outros tem tão pouco*, descreve a questão de base que condena a política desenvolvimentista adotada ao longo da história do país. Diante disso, o termo desenvolvimento está se reformulando e evoluindo para uma concepção que leva em consideração fatores que vão além do crescimento econômico, incluindo o ambiental, cultural e social.

¹ Estudante do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural em nível de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Maria e Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Email: semprequeu@yahoo.com.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS-Brasil, e licenciada em Geografia Licenciatura Plena pela UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC. E-mail: neivabarea@yahoo.com.br

Este trabalho objetivou realizar um diálogo entre autores que trabalham com a questão agrária brasileira, partindo de um resgate histórico da relação entre terra e capital e suas implicações na desigualdade fundiária e na pobreza no meio rural. Também se resgata o tema reforma agrária, sempre presente nos discursos políticos e nas bandeiras de luta dos movimentos sociais no campo, trazendo diferentes visões e importantes discussões acerca do seu atual sentido econômico e social. Com isso, é incluída no trabalho a visão de diferentes autores sobre o investimento na agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

Sabendo que quase a unanimidade da literatura sobre desenvolvimento concorda que este, quando alicerçado apenas no crescimento econômico, não obteve, na prática, resultados, no todo, positivos. Os projetos de extensão rural, na maioria das vezes visam, prioritariamente, o desenvolvimento de localidades rurais e a possibilidade das famílias nela inseridas se reproduzirem. Podem ser adotados diferentes métodos para promover o desenvolvimento rural, como o método sistêmico, participativo e difusionista. É nesse sentido, que o presente trabalho tem como objetivo avaliar criticamente o método utilizado num projeto de extensão rural que está sendo desenvolvido por uma instituição e analisar esse método/projeto a luz da concepção do desenvolvimento sustentável.

A parti disso, analisou-se criticamente o método utilizado (a luz da concepção do desenvolvimento rural sustentável) num projeto de intervenção para o desenvolvimento de propriedades rurais familiares, adotado por uma instituição pública do RS e por um curso da área rural que tem suas bases apoiadas no desenvolvimento rural sustentável, e que acredita na adoção do incentivo a agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento.

O projeto analisado está intitulado como: Projeto de Produção e comercialização de vassouras como fonte de renda e sustentabilidade na agricultura familiar – “Cuidar de Gente e do Meio Ambiente: A Produção e Comercialização de Vassouras na Comunidade Barro Preto como Alternativa”. Esse projeto está sendo desenvolvido por alunos e professores da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), unidade de São Luiz Gonzaga, que conta com o apoio técnico da EMATER e tem como local de atuação a comunidade rural de Barro Preto desse mesmo município.

A idéia principal do presente trabalho é analisar criticamente a experiência selecionada, de forma que o método utilizado no projeto de extensão seja adequadamente definido, problematizando quanto a seus impactos sobre o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, buscou-se descrever as experiências, caracterizando a instituição promotora, identificando o local de realização da experiência , bem como, assinalar a situação

problema inicial e as estratégias formuladas pelos agentes para resolução dessa situação. Posteriormente realizou-se uma descrição sistemática das ações já desenvolvidas e dos resultados já alcançados, sob uma visão dos agentes. A partir disso, buscaremos identificar o enfoque teórico-metodológico ao qual a experiência mais se aproxima, analisando de forma crítica. Por fim, buscar-se-á analisar o ambiente e as modificações que um projeto desse tipo podem causar, relacionando com a concepção de desenvolvimento sustentável, como uma alternativa a questão agrária brasileira.

2. O cerne da questão agrária brasileira

Em seu livro *O Poder do Atraso*, José de Souza Martins, através de um resgate histórico, trás alguns aspectos acerca do processo de desenvolvimento brasileiro, dando ênfase à relação entre terra e capital e suas implicações na questão agrária. Relaciona a propriedade da terra e o poder que essa propriedade representou e representa como forma de acesso ao capital, a partir da estrutura política brasileira e a ação do poder dos governantes, buscando demonstrar as implicações, graves por sinal, dessa relação de terra e poder, que tornou o país altamente desigual. Para ele, o Brasil tem uma história de espera pelo progresso, o qual é muito lento e marcado por problemas fundiários que freiam a democratização e a modernização do país, predominando uma sociedade dominada pelo Estado e transformada em instrumento deste. Deste modo, *o atraso se torna um instrumento de poder*. Ao contrário de outras nações que, atuando pelos mesmos objetivos conseguiram mudanças sociais e políticas, no Brasil isso não se processou. Aqui a terra sempre foi à base do poder.

O fato de incluir o pagamento para as terras desapropriadas fez com que a reforma agrária se tornasse economicamente inviável. Mas o que mais prejudicava a sua execução era que ela dividia as elites e os diferentes grupos, incluindo a corporação dos militares que estava dividida como consequência da introdução das reformas sociais na agenda política do Estado brasileiro.

Nos anos 50 e 60 a questão agrária emergiu no Brasil em meio a relações de classe que não se combinavam no sentido de fazer dela um fator de mudança e de modernização social e econômica. Ao contrário do que ocorreu em outros países, a questão agrária não favoreceu alianças progressistas nem opções liberalizantes. O papel dos camponeses é importante como desestabilizadores da ordem social e política baseada na propriedade da terra, embora não tenham o poder e nem posição social que os permitam concretizar mudanças sociais significativas. Já as ações dos diferentes grupos de esquerda, que não podiam deixar de

representar e protagonizar mudanças sociais e políticas radicais, eram viabilizadas e fortalecidas pelas tensões no campo.

Martins (1999) argumenta que, ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra e a renda territorial (preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital,

no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedades modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, como se viu, finalmente, nos últimos e recentes anos, após o término do regime militar, em 1984, com o aparecimento de uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos (MARTINS, 1999, p. 79-80).

A aliança que existia (e ainda existe) no Brasil entre capital e terra cria uma muralha onde esbarravam as pressões resultantes dos movimentos camponeses, evitando alterações na ordem política e social. Essa aliança também enfraqueceu a sensibilidade de amplos setores da sociedade brasileira, pois anulou a vulnerabilidade política das classes dominantes ao anular a possibilidade de um conflito de interesse radical como o que poderia acontecer no conflito entre a racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária. No Brasil, a propriedade fundiária é uma das bases essenciais ao sistema econômico e, principalmente, do sistema político, em que ocorre a concessão aos interesses dos grandes proprietários de terra.

Observa-se que o Estado, de maneira discriminatória, impulsiona o desenvolvimento capitalista, beneficiando grandes proprietários, dando prioridade à produtos de exportação e a certas regiões política e economicamente mais poderosas. A terra que por si só, nua, não tem valor, mas apenas preço, passou a funcionar no Brasil como “reserva de valor”, como forma de entesouramento, sendo essa uma importante característica do desenvolvimento agrário brasileiro, combinada com taxas altas da renda da terra, exagerado para qualquer país capitalista desenvolvido. Nesse sentido, desenvolveu-se com a ajuda do Estado, o sistema latifundiário historicamente implantado nas áreas litorâneas ou próximas destas.

Esse modelo adotado pelo Brasil, diferente de outros países, privilegiou os grandes proprietários e as conseqüências disso são visíveis, como o surgimento dos latifúndios, a

expulsão de grandes massas do campo, conseqüentemente os graves problemas sociais e, como não poderia ser diferente, a indignação e a revolta dos menos favorecidos com o modelo. Estes buscam por diversos meios como mobilizações, invasões de terra, entre outros, obter condições de reprodução de suas famílias. Esses meios de reivindicação estão marcados, ao longo da história, por forte violência, com mortes e desmoralização, onde a reforma agrária sempre esteve longe de se tornar verdadeiramente real.

3. Agricultura familiar e desenvolvimento rural

Atualmente o termo *agricultura familiar* é bastante difundido no Brasil, visto o amplo número de estudos desenvolvidos na área e de pesquisadores dedicados ao assunto. Através da análise desses trabalhos podemos ter uma visão da evolução e da situação atual da agricultura familiar brasileira, além da sua importância para o desenvolvimento rural.

Schneider (1999) coloca que apesar de ser um termo consolidado a muito tempo na maioria dos países desenvolvidos, só emerge no Brasil a partir de meados da década de 90, num contexto que ocorre impactos sociais, econômicos e políticos no campo, como a abertura comercial, escassez de créditos e queda nos preços de exportação. Isso fez emergir o termo agricultura familiar que serviu de identificação para muitas categorias sociais do campo. Os primeiros trabalhos brasileiros importantes na área foram de Veiga (1990), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999).

Schneider (1999, 2006) argumenta que a agricultura familiar surgiu como uma nova categoria política, a qual passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários, agricultores integrados, etc. Dessa forma, esses agricultores passaram a construir uma nova identidade política, onde a agricultura familiar traz a noção de unificadora de interesses dos pequenos proprietários rurais, excluídos politicamente e prejudicados economicamente, principalmente pela abertura comercial, a qual ameaçava setores da agricultura brasileira. O fortalecimento das lutas dos agricultores familiares foi decisivo para que o Governo Federal reconhecesse a legitimidade dessa nova categoria.

Brose (1999) defende a idéia que uma das mais importantes riquezas de um município é ter uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar. Veiga (1998) concorda com essa idéia, mas traz algumas razões que dificultam a emergência de estratégias de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar no Brasil: devido ao forte viés urbano e a idéia do rural como atraso; percepção da agricultura como um setor declinante da economia, não sendo considerada importante nas políticas públicas de desenvolvimento; queda dos preços reais dos

alimentos; dispersão geográfica, precariedade de infra-estrutura de transportes e comunicação, o que dificulta articulação política em prol de seus interesses e; esses fatores vêm acompanhados de desmotivação nas organizações.

A agricultura familiar é, em alguns países, o setor-chave de crescimento agrícola e de sua inserção no mercado, enquanto que em outros ela permanece excluída e mal apenas tolerada (BROSE, 1999). Tendo como base o desenvolvimento agrícola de outros países, como é o caso dos Estados Unidos e da Europa, é observado a importância que o investimento na agricultura familiar teve para esse processo de desenvolvimento (VEIGA, 1991).

Em trabalho de Schneider (1999) é exposto que a pluriatividade (diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores) e as atividades não agrícolas que ocorrem no meio rural podem estar contribuindo para que as formas familiares de organização do trabalho e da produção vislumbrem novos mecanismos de garantia de sua reprodução material, e até mesmo a ampliação de sua importância na estrutura social.

Para Veiga (1996) as vantagens da agricultura familiar, que tem como principal característica a diversificação, apresenta um perfil distributivo e, comparada com a patronal, é melhor em termos sócio-culturais. As principais vantagens da agricultura familiar são apresentadas por Veiga como sendo: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo assegurado diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade da vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo; e ênfase no uso de insumos internos.

Por fim Veiga (1996) coloca que a promoção da agricultura familiar está entrando na agenda política do Brasil como uma estratégia de desenvolvimento rural, mas o problema dessa conversão é que ela tende a valorizar apenas as qualidades sociais da agricultura familiar, sem quebrar o mito da superioridade econômica da agricultura patronal.

4. Apreciação de um projeto de desenvolvimento rural sob a ótica da sustentabilidade

Dentro dessa visão acima apresentada, que defende a agricultura familiar como importante para o desenvolvimento brasileiro, instituições trabalham no sentido de intervir em comunidades com produção de base familiar, visando o desenvolvimento rural sustentável.

O projeto analisado é fruto de parceria entre instituições que tem relação com o desenvolvimento rural de um modo geral. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS em sua unidade no município de São Luiz Gonzaga foi a principal proponente do trabalho, através de acadêmicos do Curso Superior de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. Da mesma forma, o papel da EMATER/ASCAR local também foi de grande importância, tanto na elaboração como na execução das tarefas.

Os cursos da UERGS em São Luiz Gonzaga são relacionados a área rural e tiveram seus programas desenvolvidos com base em conceitos que vem sendo muito discutidos na atualidade, como é o caso da sustentabilidade, do desenvolvimento local, economia solidária e métodos participativos em geral. A análise desse projeto/experiência poderá servir como um método avaliativo do alcance desse “novo modelo educativo”.

5. Identificação do local onde se realiza a experiência e caracterização da situação problema inicial

O projeto de desenvolvimento rural aqui analisado é fruto de várias ações subseqüentes. Primeiramente foi realizado o estudo diagnóstico da realidade dos agricultores familiares da localidade de Barro Preto. As investigações preliminares foram feitas através do método de Análise Sistêmica em que foi realizado um diagnóstico sócio-econômico e ambiental na comunidade rural.

Esse trabalho permitiu um conhecimento profundo da localidade onde seria executado o projeto. Com isso, constatou-se que esta era composta basicamente por pequenas propriedades, em geral descapitalizadas, com atividades de baixo valor agregado e baixa lucratividade, o que limitava as condições de vida dos produtores rurais.

Posteriormente, os proponentes do projeto buscaram relacionar as condições da localidade com as necessidades exigidas para a concretização do projeto de desenvolvimento rural, que visava a implantação no local de uma agroindústria de vassouras.

Com isso, perceberam que, de acordo com o Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul - Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1994), a cultura do Sorgo “Vassoura” é considerada “Preferencial” para o Município de São Luiz Gonzaga, o qual está contido entre os municípios que apresentam as melhores condições climáticas para a cultura dentro do Estado.

Soma-se a isso o fato de que a Localidade Rural de *Barro Preto*, São Luiz Gonzaga, apresenta propensões ao associativismo e uma freqüência na busca por informações com

relação às produções, estando conscientes dos altos índices de utilização de agrotóxicos e dos potenciais problemas que isso pode acarretar. A implantação de uma agroindústria associativa de vassouras poderia vir a constituir-se em uma alternativa de produção, capaz de gerar emprego e renda para os agricultores. A cultura do Sorgo “Vassoura” não exige grandes áreas e não é tão suscetível à doenças e pragas, tornando-se viável para pequenas propriedades e, conseqüentemente, diminuindo a necessidade do uso de agrotóxicos.

Como na localidade predomina o plantio baseado na aração do solo e utilização da tração animal, onde as propriedades possuem uma extensão média territorial inferior a dez hectares, fica praticamente inviável a produção baseada em monoculturas anuais, dada à baixa escala de produção.

Uma associação para a formação de uma Agroindústria de Vassouras de Palhas torna-se uma boa alternativa para a localidade, ao necessitar poucas áreas de terra para a produção de matérias-primas e demandar mão-de-obra, que atualmente existe ociosa no local. Com isso, pode-se diminuir a saída de agricultores da localidade, contribuindo para a diminuição do êxodo rural e, considerando a baixa escolaridade da população, a ocorrência de desemprego ou subemprego nas cidades.

Por outro lado, a vassoura de palha é bastante utilizada na região e é “biodegradável”, ou seja, não agride o meio ambiente, ao contrário das vassouras que constituem-se de materiais de difícil dissolução, como por exemplo, o plástico.

6. Elaboração de proposta de intervenção

O objetivo principal do projeto de extensão era sensibilizar e capacitar a comunidade rural de “Barro Preto” para uma nova alternativa de geração de renda, fortalecimento e qualificação da agricultura familiar e da cadeia produtiva de Vassouras de Palha na localidade, contemplando as questões sociais, econômicas e ambientais contribuindo na promoção de uma economia solidária para um desenvolvimento local sustentável.

O projeto visou também capacitar a equipe de atuação; sensibilizar e capacitar a localidade para o trabalho solidário como alternativa de renda com sustentabilidade ambiental; capacitar a localidade para a produção e comercialização de vassouras, aumentando a agregação de valor sobre o produto; incentivar os produtores a produzirem de forma agroecológica, visando a qualidade de vida e do ambiente; e gerar renda para a mão-de-obra local.

Após a implantação do projeto, encontros são realizados na localidade do Barro Preto com as famílias envolvidas no projeto, para avaliar o que está representando este trabalho da UERGS para cada um dos agricultores na busca da sustentabilidade, entendida em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A partir da análise tanto do projeto quanto dos poucos relatórios que tivemos acesso, mais o depoimento de alguns envolvidos, podemos observar que os objetivos iniciais estão sendo alcançados. Uma vez que a maioria das atividades previstas foram realizadas.

7. Análise crítica da experiência à luz do referencial do desenvolvimento sustentável

O atual modelo brasileiro de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura e, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável, que busca conciliar o desenvolvimento econômico, com o bem estar social e a preservação ambiental. O objetivo desse novo modelo seria desenvolver em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, ou seja, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades (melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência).

A autora Mendes (2005) acredita que isso tudo seja possível, e é exatamente o que propõem os estudiosos em Desenvolvimento Sustentável. Mas, para que isso ocorra, a autora coloca que a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza (GELLI, 2003).

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, de 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs

(Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

O uso da terminologia desenvolvimento sustentável teve sua raiz na Conferência Mundial de Meio Ambiente de 1972, em Estocolmo. Daí em diante o termo tem sido repetido continuamente, sendo fato que na ECO – 92 foi empregado em “onze de seus vinte e sete princípios”.

Conforme Gelli, a construção de indicadores de DS no Brasil integra-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização das idéias e princípios formulados na *Agenda 21* da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.

Quando se fala em DS deve-se ter clara a noção de que uma verdadeira mudança de paradigma se impõe, inclusive superando o próprio significado literal e usual das palavras. Sem essa guinada radical, a expressão enfocada passa a fazer parte de um palavrório estéril que nada de revolucionário comporta e não pode contribuir efetivamente para a conformação de um novo modelo sócio – econômico voltado para princípios ecológicos de respeito à natureza (CABETTE, 2004).

Pensar em DS, requer refletir sobre qualidade de vida. Muitas pessoas traduzem qualidade de vida como quantidade de produtos a serem consumidos e acumulados pelos indivíduos. Ao mesmo tempo comparam a natureza a um grande supermercado, onde os produtos estão dispostos para serem tomados, independentemente de suas características e possibilidades de renovação, e de sua articulação com os demais itens nas outras prateleiras (TOMÉ, 2005).

No que se refere a agricultura, neste enfoque econômico, resumidamente, o desenvolvimento das agriculturas tradicionais foi considerado como a simples transferência do modelo de modernização agrícola dos países do Primeiro Mundo. O fracasso deste enfoque de desenvolvimento, surgido nas décadas de cinquenta e sessenta, produz reduzidos resultados, sobretudo para satisfazer as necessidades básicas da grande maioria da população dos países considerados subdesenvolvidos. Este período desenvolvimentista provoca amplo debate a respeito do tema desenvolvimento rural e faz surgir, no início dos anos setenta, uma nova orientação de desenvolvimento denominado de “Crescimento com Equidade”. O novo enfoque seria integrado, sistêmico. Surgindo, assim, o Desenvolvimento Rural como modelo de desenvolvimento e como disciplina acadêmica (CAPORAL, 1998).

Atualmente, em razão dos limitados resultados produzidos pela aplicação da concepção de crescimento na promoção do desenvolvimento rural, o conceito de desenvolvimento passou a ser visto de forma mais ampla e abrangente. Enquanto crescimento econômico tem como significado a ampliação da base produtiva, desenvolvimento sustentável, por sua vez, deve ser considerado como sendo um processo complexo que abrange aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, tecnológicos e éticos.

Nesse sentido, atividades agropecuárias e de agregação de valor no meio rural como é o caso das agroindústrias, vêm sendo submetidas a cobranças no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Instituições de pesquisa e extensão, como as universidades e Ematers, por exemplo, vêm, seguidamente, fazendo parcerias no sentido de desenvolver projetos que contemplem a sustentabilidade como norteadora do processo. Dessa forma, os projetos contemplam atividades que buscam ser economicamente viável, ambientalmente corretas, socialmente justas e culturalmente aceitas. Para isso, o método participativo possui um papel muito importante, por ser um dos métodos mais eficientes no sentido de envolver e incentivar a participação dos agricultores no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, ao analisarmos o projeto desenvolvido pela Uergs de produção e comercialização de vassouras como fonte de renda e sustentabilidade na agricultura familiar – “Cuidar de Gente e do Meio Ambiente: A Produção e Comercialização de Vassouras na Localidade Barro Preto como Alternativa” – nota-se que se trata de um projeto com método que mais se aproxima do método participativo, embora algumas ações sejam meramente difusionistas, ele busca, de uma maneira simples e um pouco superficial, desenvolver a localidade de uma forma sustentável.

Mesmo os promotores tendo apresentado o projeto a localidade de uma forma impositiva, procuraram deixar os agricultores a vontade para manifestar suas opiniões e não forçando a participação e o envolvimento no projeto. A turma conseguiu que os agricultores se voluntariassem a participar, compreendendo que diante da crítica situação econômica que estavam enfrentando, esse projeto viria como uma forma de complementação da renda das famílias. Nesse sentido, acreditamos que o critério “socialmente justo” estaria sendo cumprido, pois não ficariam excluídos do processo agricultores dispostos a participar e nem forçaria a participação dos não dispostos. Cabe destacar ainda, que o projeto está atendendo as famílias mais necessitadas da Localidade. Além do mais, com a implantação do projeto, não ocorrem processos de exclusão e, muito menos, externalidades negativas que viessem prejudicar a sociedade em geral.

No que se refere ao critério “culturalmente aceito”, acreditamos estar sendo parcialmente atendido. Como a fabricação de vassouras já era uma atividade desenvolvida por alguns agricultores (de forma artesanal e sem fins lucrativos), não seria uma atividade que representasse grande novidade e que não estivesse presente na cultura dos agricultores. Sendo esta, uma atividade, geralmente, passada de pai para filho e melhor dominada pelos agricultores mais velhos. Por outro lado, para os agricultores que não tinham essa atividade integrada na propriedade, pode ser um desafio, por exigir uma aprendizagem e, portanto, um esforço maior. Além disso, como os agricultores não destinavam parte de sua área para o plantio do sorgo, isso agora se torna necessário, o que faz com que estes destinem uma parte da área (pouca por sinal) para essa atividade. Tendo também, que aprender as técnicas de plantio, e de tratos culturais, como o plantio direto que não era utilizados na maioria das propriedades.

Nesse sentido, a ação dos técnicos e do grupo responsável por essa área, torna-se uma ação um pouco difusionista, pois os alunos vão até a propriedade “ensinar” a “melhor forma” de se fazer o plantio, a classificação das plantas, etc., muitas vezes desconsiderando o conhecimento acumulado dos agricultores, que além de conhecer suas lavouras, também possuem a experiência, a prática do trabalho agrícola. Esse “empecilho” é anulado pela vontade dos agricultores em aprender e fazer da melhor maneira possível, acreditando nessa nova atividade como uma alternativa rentável.

Quanto ao critério de economicamente viável, apenas possuímos os cálculos do projeto, o qual mostra ser uma atividade significativamente rentável, mas não possuímos dados da prática para afirmarmos se está sendo economicamente viável.

No que se refere aos aspectos ambientais, pode-se dizer que o projeto respeita. O plantio direto, combinado com práticas mecânicas que não agridem o meio, adubações orgânicas e uma agroindustrialização (a fabricação das vassouras) que não gera resíduo. Portanto sem externalidades negativas, estes são fatores que demonstram a responsabilidade com o meio ambiente, baseada numa interação harmônica e de trocas positivas.

A partir dessas observações, podemos concluir que se trata de um projeto que se aproxima de um projeto de desenvolvimento sustentável, e uma forma de se aproximar ainda mais seria desenvolver de melhor forma o método participativo, no qual a relação entre técnico e agricultor seja de forma mais próxima, respeitando o conhecimento acumulado dos agricultores que é consideravelmente válido. Essa necessidade se dá principalmente nos aspectos mais técnicos, como é o caso dos tratos culturais do plantio do sorgo – matéria-prima

para a fabricação das vassouras – uma vez que fica a impressão de que o método utilizado é totalmente difusionista.

8. Conclusão

O presente trabalho visou abordar: 1) a questão agrária brasileira, com foco especial para os problemas fundiários e as pequenas propriedades familiares, frutos de uma história marcada por uma errônea política de desenvolvimento adotada pelos governos brasileiros, que sempre privilegiaram o patronato e os produtos de exportação, em detrimento da produção para o abastecimento interno e as pequenas unidades familiares; 2) a partir desse primeiro fator problema, colocar o surgimento de uma visão diferenciada de desenvolvimento para o país, que não baseado unicamente no crescimento econômico, e tendo a agricultura familiar como uma estratégia para um desenvolvimento sustentável; 3) por fim a avaliação, a luz do desenvolvimento sustentável, dos métodos adotados para a implementação de um projeto de intervenção para o desenvolvimento de uma comunidade rural formada por agricultores familiares.

No que se refere aos resultados que o Brasil pode obter, ao se adotar um programa de incentivo a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento, é um tema não muito discutido e tem em Veiga um dos mais completos estudos acerca do caso. A intenção de se resgatar esse assunto não é usar o exemplo dos outros países, trazidos por Veiga, como um modelo para o Brasil, visto que as diferenças existentes entre países não permitem tal feito. Mas a partir de análises da realidade agrícola brasileira, exemplos como esse podem servir de reflexão e de base para a criação de um novo modelo adequado à realidade do país.

Quando analisado um projeto na prática se reconhece que o processo de intervenção para o desenvolvimento rural sustentável é de extrema complexidade. Sendo necessário uma observação cuidadosa das várias metodologias possíveis de serem empregadas nas diversas etapas do trabalho, para não perder o enfoque da sustentabilidade.

Nesse caso em particular a Uergs caracteriza-se por desenvolver atividades de desenvolvimento rural baseadas, principalmente, no enfoque sistêmico, porém, nota-se que esse enfoque não se apresentou como eixo principal das atividades do trabalho. Pois através da participação das instituições parceiras, que viabilizaram a execução do projeto, os métodos precisaram se adequar a cada uma delas (Emater e SENAR).

Portanto, cabe aos formuladores das propostas de desenvolvimento rural definir, através do bom senso, o enfoque metodológico a ser utilizado em cada etapa, de modo que

cada vez mais os resultados desejados sejam alcançados. E neste caso, projetos de desenvolvimento rural, sob a ótica da sustentabilidade, são praticas possíveis de serem concretizadas.

9. Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275p.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CABETTE, E. L. **É sustentável a tese do desenvolvimento sustentável**. 2004. Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/nova/bioeticadir/arquivos/textoetica.doc>> Acesso em: 01 set 2006.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector publico ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 2v. Tese (Doutorado) - Programa Agroecologia, Campesinato e História, ISEC, ETSIAN, Universidade de Córdoba, Córdoba.

GELLI, G. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default.shtm>> Acesso em: 01 set 2006.

MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O poder do atraso ensaios de sociologia da História Lenta**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDES, M. C. **Desenvolvimento Sustentável**. 2005. Disponível em: <educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html> Acesso em: 01 set 2006.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M. e Diesel, V. (Orgs.). **Desenvolvimento rural e debates contemporâneos**. Ijuí:EDUNIJUÍ, 2006, p. 15-65.

_____. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999.

TOMÉ, V. F. **Desenvolvimento sustentável é mito?** 2005. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente/portugues/desenvolvimento/des_index.htm> Acesso em: 01 set 2006.

VEIGA, J. E. **A questão agrária brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000 (5ª edição), pp. III-XXIII. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Livros/%5B2000%5Da_questao_agraria_de_caio_prado_jr.htm>. Acesso em: 15 ago. 2006.

_____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. Agricultura familiar e sustentabilidade. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: Embrapa. V.13 n. 13, 1996.

_____. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**QUESTÕES TERRITORIAIS DA OCUPAÇÃO AGRÁRIA DO LITORAL SUL E
AGRESTE POTIGUAR/RN**

Silvânia Félix de Lima¹
Belarmino Mariano Neto²

Resumo

A pesquisa se volta para uma abordagem territorial com enfoque para o espaço agrário. A área de desenvolvimento do estudo localiza-se no Litoral sul e Agreste Potiguar do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar as questões territoriais de ambientes rurais em áreas de assentamentos a partir de uma caracterização geo-ambiental dessas áreas. Os assentamentos Timbó e Mata verde no município de Espírito Santo/RN; Assentamento José Rodrigues Sobrinho em Nova Cruz/RN, que apesar de fazerem limites apresentam características peculiares tanto em relação à localização geográfica quanto na variedade de aspectos naturais, em que Espírito Santo apresenta características típicas de Litoral e Nova Cruz de Agreste. As características geo-ambientais das áreas proporcionam uma diferente configuração territorial e sócio-ambiental. Cada área mostra problemas ambientais, considerando que a reforma agrária apresenta como ponto crucial o cultivo agrícola, que envolve diretamente o meio ambiente. As duas áreas vêm apresentando ao longo do tempo movimentos sociais no campo, cada um com características próprias, contribuindo com a reforma agrária local. A metodologia adotada durante a pesquisa foi trabalho empírico e observação participante. O trabalho trata dos elementos territoriais e ambientais presentes nos movimentos sociais no campo e nos assentamentos rurais, dando enfoque aos assentamentos enquanto elementos de reconstrução de territórios (SANTOS; SILVEIRA, 1996) para o uso coletivo da terra. Para isso, procurou-se estudar o processo de desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1993), conduzindo a análise para os assentamentos rurais. É perceptível que a questão da terra é em essência uma questão territorial e sócio-ambiental, pois são muitos os pequenos produtores familiares do campo que são expropriados e conseqüentemente desterritorializados (HAESBAERT, 2004). Na área, também existem os acampamentos dos “Sem Terra”, uma maneira de luta pela reterritorialização e os assentamentos como a reterritorialização de grupos sociais que passam a se reencontrarem como seres sociais. Nos dois municípios percebe-se os vários estágios de processos territoriais em que existem assentamentos formados há alguns anos assim como assentamentos recentes e acampamentos como formas de lutas pela formação de novos assentamentos.

Palavras-chave: território, meio ambiente, reforma agrária.

1. Introdução

A questão agrária brasileira é fundamentada principalmente no problema fundiário, em que a concentração da propriedade e dos instrumentos de trabalho faz com que inúmeros

¹ Aluna do curso de especialização em Geografia e Território da UEPB/CH e mestranda em Geografia pelo PPGG/UFPB(silgeo_7@hotmail.com).

² Prof. Dr. da UEPB/CH(belogeio@yahoo.com.br).

pequenos agricultores familiares sejam expropriados do campo, percam seus vínculos com a terra de origem, e conseqüentemente sua cultura, costumes e valores, ou seja, ocorre um brutal processo de desterritorialização desses grupos sociais.

Ao lado disso, existem muitos movimentos no campo promovidos por grandes organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), também existem movimentos particulares localizados como os de ações sindicais ou associações de produtores rurais que objetivam (re)conquistar seu território, (HAESBAERT, 2004) produzindo assim uma reconfiguração territorial do espaço rural.

Na área de pesquisa “Espírito Santo, Litoral Sul do Rio Grande do Norte e Nova Cruz, Agreste Potiguar” são identificados diversos exemplos diferenciados desse processo, que vão desde sem-terra em fase de acampamento (sujeitos desterritorializados e lutando pela reterritorialização), até assentamentos formados há muito tempo. O principal objetivo deste trabalho é analisar comparativamente os processos de ocupações e apropriações territoriais do espaço a partir de uma caracterização geo-ambiental desses dois municípios, considerando as particularidades de cada um, assim como os principais problemas ambientais provocados pela sua ocupação sócio-econômica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), o município de Espírito Santo localiza-se no estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil, entre os meridianos de 35°18'54" de Longitude Oeste, e no paralelo de 06° 19'56" de Longitude Sul. Limita-se ao Norte com os municípios de São José de Mipibu e Arês, a Leste com Goianinha, ao Sul com Canguaretama e Pedro Velho, e a Oeste com Várzea e Nova Cruz.

O município está inserido territorialmente na região fisiográfica do Litoral Sul. Sua área corresponde a 158 km², no qual equivale a 0,29% da superfície do Estado do Rio Grande do Norte que é de 53.166 km². Tem uma altitude média de 44m. Em relação à distância da capital Natal, através da BR 101, e estadual 003-RN a 76 km, e em linha reta, 52 km. A população do município é de 10.090 habitantes, residindo 5.002 habitantes na área urbana, e 5.088 na área rural (IBGE, 2000).

O município de Nova Cruz situa-se na Mesorregião Agreste Potiguar e na Microrregião Agreste Potiguar, limitando-se com os municípios de Santo Antônio, Várzea, Montanhas, Pedro Velho, Lagoa D'Anta e Passa e Fica; abrangendo uma área de 282 km². Tem uma altitude média de 73m. e coordenadas geográficas de 06°28'40,8" de latitude sul e 35°26'02,4" de longitude oeste, distanciando cerca de 114 km da capital Natal (IBGE, 2000).

Para a concretização da pesquisa foi realizada uma metodologia de observação participante e trabalho empírico, onde houve um envolvimento direto com os trabalhadores rurais assentados e suas famílias. Realizaram-se várias etapas, como: revisão bibliográfica; levantamento, análise e interpretação de dados fornecidos pelos órgãos envolvidos; realização de entrevistas, etc.

2. Referencial teórico

Para Andrade (1998), a reforma agrária é uma forma dos trabalhadores lutarem pela desigualdade de direitos sociais, na tentativa de romperem com o monopólio da terra e conquistarem liberdade, trabalhando e moradia. O processo de ocupação do território brasileiro deu início à questão agrária devido à má distribuição das terras, sendo impulsionado pelo desenvolvimento sócio-econômico do país, assim como acontece especificamente no Nordeste e no Rio grande do Norte, refletindo na área de pesquisa.

Andrade (1998, p.77) argumenta que, “quem estudar a história econômica do Nordeste verá que ela se resume, nos dois últimos séculos, numa luta entre a cana-de-açúcar e o algodão”. Estudando o processo de luta pela terra no estado do Rio Grande do Norte, percebe-se que a organização agrária ocorre também em torno desse processo, sobretudo no litoral, pois foi nesse espaço geográfico que se deu a expansão agrícola dos canaviais, provocando transformações na vida de milhares de agricultores.

No caso da área de pesquisa, pode-se observar em Espírito Santo (Litoral) que o processo de expansão dos canaviais das usinas passou a englobar também, a maioria dos minifúndios provocando mudanças na organização do campo em que muitas famílias foram expulsas de suas terras, e em Nova Cruz (Agreste Potiguar), a pecuária e o cultivo algodoeiro são os principais responsáveis por esse processo.

Isso ocasionou um processo de desterritorialização muito forte, originando um grande número de trabalhadores agrícolas sem-terra, novos moradores da zona urbana e sem nenhuma condição de vida digna, desencadeando uma série de problemas sociais provocados principalmente pela falta de moradias adequadas e trabalho. Apesar de passarem a fazer parte da zona urbana, a maioria desses antigos camponeses continua ligada a terra e ao trabalho agrícola, trabalhando para os grandes proprietários.

Lendo Haesbaert (2004) percebe-se que o processo de construção e desconstrução de territórios não é um fato recente, mas vem ocorrendo ao longo da história do Brasil, em que

sujeitos são desterritorializados e reterritorializados constantemente. Esse fator se torna ainda mais visível quando as lutas pela reforma agrária são atuantes.

Dentre várias significações, a idéia de território pode ser pensada enquanto “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]” (SOUZA, 1995 p.78). Dessa maneira, um espaço específico, no caso em questão, a terra, é disputada e apropriada por determinados grupos sociais que passam a exercer poder sobre o espaço conquistado configurando um território, que pode ter uma duração curta, ou longa, ou seja, o território pode ser construído e destruído continuamente.

Para Santos (1996), os territórios são construídos a partir da projeção do trabalho sobre o espaço, em que o território não é território em si mesmo, pois o que faz dele território é o seu uso. "Espaço e território não são termos equivalentes (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (HAESBAERT 2004, p. 127).

Os autores citados mesmo seguindo uma linha de raciocínio a cerca da idéia de território, apontam certas discordâncias, pois o processo de desterritorialização é entendido de diferentes formas: Souza (1995), traz a idéia de exclusão do grupo que anteriormente ocupava aquele espaço. Já para Santos (2002), a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma desculturização. Já para Haesbaert (2004), a desterritorialização é fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, resultando na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Mesmo assim, as idéias se complementam o que nos serve teoricamente.

Na área de pesquisa pode-se identificar que a desterritorialização se aplica as idéias de todos esses autores, pois os indivíduos sofreram uma desculturização e enfraquecimento do controle que exerciam sobre o espaço agrário onde residiam e trabalhavam anteriormente com a inserção de uma nova cultura (cana-de-açúcar, pecuária e algodão) na área em que cultivavam agricultura familiar, assim como a perda total de seus vínculos com a terra de origem, até sua exclusão por expulsão da área. A partir daí surge a necessidade de um

processo de reterritorialização desses grupos sociais desterritorializados, pois segundo os autores referendados, a dinâmica territorial é um processo contínuo.

Segundo Santos (2002), mesmo sendo o território configurado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se caracteriza apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem também se modifica:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2002, p. 329).

Essas modificações das formas e funções dos espaços de uso, sobretudo agropecuários, fazem com que o ambiente seja transformado de acordo com a aplicação do trabalho exercido por forças econômicas e pelo real controle da terra. No caso estudado, a reforma agrária está intimamente ligada às transformações ambientais, considerando que é o uso intensivo da terra pelas famílias assentadas é o ponto crucial do processo. Para cultivar agricultura faz-se necessário realizar uma transformação no meio ambiente, retirando a cobertura vegetal existente e preparando o solo para a nova vegetação agrícola. Isso desencadeia uma série de problemas ambientais que merecem ser estudados.

Apesar dos grandes benefícios que a terra traz aos trabalhadores assentados, o meio ambiente sofre graves transformações devido à utilização da terra para o cultivo agrícola. De acordo com Drew (1998, p. 1) “a agricultura lida com a epiderme da terra, e é aí que podem ocorrer as maiores mudanças na maior parte das características do meio físico”. Assim, o uso da terra como necessidade humana se choca com a preservação do meio ambiente, tornando-se num dos maiores dilemas para o século XXI.

A biosfera e, portanto todas as coisas vivas são produtos de interação da energia solar com a superfície terrestre. Em condições naturais, chega-se a um equilíbrio dinâmico atingindo o máximo de produção de biomassa compatível com o ambiente dado. Os ciclos naturais de energia e massa funcionam em larga medida como sistemas fechados, pois os nutrientes das plantas ficam retidos dentro do sistema solo-vegetação. A agricultura transforma deliberadamente esse equilíbrio, com a intenção de manipular certos aspectos para obter o máximo rendimento de gêneros alimentícios selecionados para os consumidores humanos (DREW, 1998, p. 1).

O autor ainda argumenta que o processo inicial para o cultivo agrícola é a retirada da cobertura vegetal para dar lugar às áreas de plantios, e é aí que se iniciam os problemas relacionados à degradação ambiental. Os efeitos da agricultura sobre o meio ambiente

relacionam-se diretamente com a escala em que ela é empreendida, considerando a intensidade e o grau de alteração provocada ao solo, a vegetação preexistente e a área em que se deu a alteração. Assim, nasce a necessidade de se pensar em novas configurações territoriais que estejam preocupadas com a preservação ambiental.

A cobertura vegetal, além de exercer papel essencial no ciclo da água, protege o solo contra os impactos da chuva, aumentando a porosidade e permeabilidade do solo, reduzindo o escoamento superficial, mantendo a umidade e fertilidade do solo pela presença de matéria orgânica (BELTRAME, 1994, p. 13 – 14).

No caso da área de pesquisa dos assentamentos, a região já foi um rico e diversificado ecossistema especialmente no município de Espírito Santo/RN, constatado pelos vestígios e remanescentes de Mata Atlântica encontrados atualmente. Na medida em que foram introduzidas as culturas agrícolas, especialmente a monocultura canavieira, essa cobertura vegetal foi quase que predominantemente destruída, deixando o solo vulnerável aos processos erosivos.

O mesmo ocorre em Nova Cruz, em que a vegetação de caatinga sofreu grande destruição devido ao sistema agropecuário, sobretudo com plantios de capim para a criação de bovinos. Com a instalação dos assentamentos na área observa-se que os impactos ambientais tiveram um aumento em decorrência do desmatamento das áreas vegetais restantes, o que fez com que os próprios assentados e suas associações começassem a se preocupar com estas questões de ordem ambiental.

São várias configurações territoriais observadas na área de pesquisa, em que o espaço vem sendo ocupado ao longo do tempo por novos moradores, inserindo nova cultura provocando uma transformação nas formas existentes para dar lugar a novas funções e consequentemente ocasionando alterações nos aspectos naturais. Por outro lado, a intensificação do uso da terra e introdução de novas tecnologias mecânicas como tratores podem acelerar ainda mais o processo de degradação.

Já existe, mesmo que incipiente, uma preocupação ambiental dos agricultores e suas associações. No caso de Nova Cruz existe a idéia de se implantar cultivos orgânicos, se evitar as queimadas, recuperar matas ciliares e recuperação da reserva permanente que se encontra bastante degradada. Estas preocupações também estão refletidas nos assentamentos de Espírito Santo, com ações práticas visíveis como o reflorestamento, apicultura e preservação de nascentes.

3. Método de observação participante

Para comparar os processos territoriais da área, foi necessário fazer um levantamento das características fisiográficas de cada município, considerando que essas características são as principais influenciadoras nos aspectos econômicos e sociais do espaço que podem ser essenciais para a formação de um território. Apesar de não se limitarem apenas a esses fatores, contribuem para as novas formas de produção e organização do trabalho.

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi observação participante e trabalho empírico, através do envolvimento direto com os trabalhadores rurais assentados e suas famílias e/ou envolvidos no processo de reforma agrária dos municípios de Nova Cruz/RN e Espírito Santo/RN.

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1999, p. 47).

Na observação participante foi possível observar os trabalhadores em diversas atividades, acompanhando-os enquanto trabalhavam na agricultura, como organizam-se em suas residências, e quando participam de reuniões com representantes dos diversos órgãos relacionados aos assentamentos: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Cooperativa de Trabalhadores Multidisciplinar Potiguar (TECHNE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), etc.

Pôde-se viver um pouco de acordo com suas rotinas, permanecendo em companhia de diversas famílias e pequenos grupos de trabalhadores durante alguns dias por semanas. Nas situações de observação havia espaços para conversas casuais, e aproveitou-se isso para falar de coisas que tinham acontecido e estavam previstas para acontecer, e também sobre suas próprias experiências anteriores e seus sonhos futuros.

Durante a pesquisa foi esse tipo de envolvimento que se teve com o sindicato dos trabalhadores do município, com os órgãos governamentais e não governamentais envolvidos com a questão, de uma forma geral, sobretudo com as diversas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores.

“Na observação participante, é importante reconhecer os limites das evidências e a forma de questionamentos. “Quem? O quê? Por quê?” Às vezes é melhor não antecipar nada”

(WHYTE, 2005 apud MARIANO NETO, 2006, p. 145). Buscou-se participar das discussões e colher as informações necessárias sem a aplicação de questionários diretos, através de conversas informais adquirindo repostas espontâneas para evitar possíveis distorções das respostas. Foram utilizadas, anotações, descrições e análises dos dados colhidos nas observações para a realização do trabalho empírico e observação participante.

Na busca da fundamentação teórica para a realização desta pesquisa, foram visitadas diversas bibliotecas: biblioteca da UEPB, Guarabira; da UFRN, Natal; e as bibliotecas municipais de Guarabira/ PB, Espírito Santo/ RN e Nova Cruz/RN. Além disso fez-se coleta de dados nos órgãos governamentais relacionados à questão: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Espírito Santo e Nova Cruz; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente/RN (IDEMA/RN), e pesquisa na internet.

4. Resultados e conclusões

No município de Espírito Santo - RN, houve a formação dos assentamentos Timbó e Mata Verde que ocupam atualmente uma extensão territorial de 1103,0864 ha. O processo de formação desses assentamentos foi iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, levando sete anos para serem constituídos (1997–2004), englobando 57 famílias, todas do município. Apesar de ser considerado territorialmente do Litoral Sul do Rio Grande do Norte, Espírito Santo encontra-se inserido numa área de transição entre o Litoral e o Agreste, onde pode-se identificar uma grande diversidade de geossistemas (TECHNE, 2006).

A partir da pesquisa empírica observa-se que no aspecto fitogeográfico identifica-se grande diversidade, onde contrastadamente pode-se observar de um lado uma área com Mata Atlântica (floresta Tropical Úmida de Encosta), entrando em contato com a caatinga (vegetação xerófila, adaptada ao clima semi-árido). Há também matas ciliares ao longo dos rios e riachos e importantes trechos são caracterizados pelo ecossistema de caatinga.

Os assentamentos são cortados por dois riachos perenes denominados Timbó e do Salto que afloram de dentro da reserva de Mata Atlântica do próprio município e deságuam no rio Jacu. A água é um dos principais benefícios dos assentamentos, tanto para a produção agrícola e o consumo humano, quanto para a pequena criação de animais.

O relevo do município possui uma altitude inferior a 100 metros, formados por: Depressão Sublitorânea – terrenos rebaixados, localizados entre duas formas de relevo de

maior altitude. Ocorre entre os Tabuleiros costeiros e o planalto da Borborema. Planícies Fluviais – terrenos baixos e planos situados nas margens dos rios. Também denominados de vales. Tabuleiros Costeiros – relevo plano de baixa altitude, também denominados planaltos rebaixados, formados basicamente por argilas, localizam-se próximo ao litoral (FELIPE; CARVALHO, 2001).

Os principais solos são Planossolo solódico: Fertilidade natural alta, textura argilosa e arenosa, relevo suave ondulado, imperfeitamente drenado, raso. Areias Quartzosas Distróficas: tem uma fertilidade natural extremamente baixa, textura arenosa, relevo plano, fortemente drenado, profundos. Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico: fertilidade natural baixa, textura média, relevo plano, fortemente drenado, muito profundo e poroso. Solos Aluviais Eutróficos fertilidade natural baixa, textura argilo-arenosa, relevo plano, imperfeitamente a moderadamente drenados, medianamente profundos (IDEMA, 2002). De acordo com a Companhia Multidisciplinar Potiguar (THECNE, 2006) o solo do município apresenta-se regular para o cultivo agrícola.

Em Nova Cruz/RN, foi formado no ano 2000 assentamento José Rodrigues Sobrinho, que também foi uma luta promovida pelo STR do município, levando dois anos para ser constituído (1998–2000), o qual engloba 60 famílias, todas do município. Possui uma extensão territorial de 3.000 ha. O assentamento surgiu como decorrência de uma luta pela posse de terras particulares, antes ocupadas pelos atuais assentados.

O clima do município é muito quente e semi-árido. Apresenta como formação Vegetal Floresta Subcaducifólia - vegetação que se caracteriza pela queda das folhas das árvores durante o período seco. Caatinga Hipoxerófila - vegetação de clima semi-árido, apresentando arbustos e árvores com espinhos e de aspecto menos agressivo do que a Caatinga Hiperxerófila (IDEMA, 2002).

De acordo com Felipe; Carvalho (2001), os solos predominantes no município são: Planossolo Solódico - fertilidade natural alta, textura arenosa e argilosa, relevo suave ondulado, imperfeitamente drenado, raso. Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico abruptico plinthico - fertilidade natural alta, relevo plano e suave ondulado, moderada a imperfeitamente drenado, medianamente profundos. Estes solos são utilizados, principalmente, como pecuária extensiva. Pequenas áreas são destinadas às culturas da mandioca, batata doce, milho e feijão consorciados, além de sisal e palma forrageira.

A aptidão Agrícola do município é considerada regular. As terras são aptas para culturas especiais de ciclo longo (algodão arbóreo, sisal, caju e coco). Regular para lavouras. Sistema de Manejo: baixo, médio e alto nível tecnológico. O Relevo de 50 a 200 metros de

altitude. Depressão sub-litorânea - terrenos rebaixados, localizados entre duas formas de relevo de maior altitude. Ocorre entre os Tabuleiros Costeiros e o Planalto da Borborema (IDEMA, 2002).

Ao contrário de Espírito Santo, uma das principais dificuldades da população de Nova Cruz é o acesso à água. As principais fontes são: o rio Curimataú, que além de ser intermitente apresenta um alto teor de salinidade, ficando impossibilitado para o consumo; e açudes existentes na área que normalmente não resistem ao período de estiagem.

As características fisiográficas de cada município permitem uma diferenciada organização do espaço, tanto sociais quanto econômicos, começando pelo processo de luta pela terra, continuando após a formação dos assentamentos em que cada grupo social realiza cultivos de acordo com seus recursos naturais e conseqüentemente os impactos ambientais ocorrerá com maior ou menor intensidade de acordo com essas atividades.

No município de Espírito Santo uma das dificuldades encontradas para a aquisição da terra pelos trabalhadores rurais no período da luta foi à disputa territorial que permeava às riquezas naturais, pois devido a essas riquezas havia capitalistas interessados em adquiri-la para seu desenvolvimento comercial: usineiros vizinhos que queriam expandir seus cultivos, fazendeiros que queriam aumentar seus rebanhos e empresários que queriam adquirir as terras para exercerem atividades turísticas, entre outros. Dessa forma a luta não se resumiu apenas entre os trabalhadores sindicalizados e os proprietários das terras.

No município de Nova Cruz, como não existe uma riqueza natural como a de Espírito Santo, a luta resumiu-se basicamente na aquisição da terra junto ao proprietário, que foi resolvida em um período de tempo bem mais curto (dois anos), enquanto que em Espírito Santo houve sete anos de luta.

Essas características fisiográficas refletem também na gravidade dos problemas ambientais, em que cada área apresenta diferenciados problemas. Em Nova Cruz há uma grande devastação de sua vegetação de origem (caatinga), que vem ocorrendo ao longo dos anos. Em Espírito Santo há uma diversidade vegetativa, especialmente referente a vegetação de Mata Atlântica e ciliar que sofreram um agravamento no início da implantação dos assentamentos, mas com o passar do tempo as equipes técnicas que atuam na área juntamente com famílias assentadas vem procurando conter e corrigir estes problemas. São duas áreas bem distintas que requerem cuidados especiais para a preservação ambiental.

Além desse assentamento existem no município de Nova Cruz outros processos no campo em que os principais são acampamentos de famílias que também foram pequenos produtores rurais no município, perderam suas terras, viviam nas margens da cidade,

resolveram se organizar juntamente com o STR do município e lutarem pela desapropriação de terras de fazendeiros da área. É o início de luta pelo espaço de poder que passaram a ocupar, havendo de um lado o proprietário da terra que apesar de não ocupar exerce poder sobre este espaço, e do outro lado, há os grupos sociais acampados que passaram a exercer poder e defender a área ocupada na perspectiva de uma nova territorialização, agora coletiva e que pode se tornar Projeto de Assentamento da Reforma Agrária.

A constituição do território nos municípios de Espírito Santo/RN e Nova Cruz/RN atribuídos à reforma agrária local relacionam-se ao processo de mudanças sócio-ambientais. A formação dos assentamentos provoca mudanças nas condições de vida das famílias, mas por outro lado, há um aumento dos problemas ambientais que vinham ocorrendo ao longo do tempo, sobretudo nas áreas de Mata Atlântica e ciliar, com a substituição das coberturas vegetais naturais por cultivos agrícolas, extinguindo assim espécies da fauna e da flora, desgastando o solo, agravando o processo natural de erosão entre outros.

Mediante este processo, os próprios assentados e suas organizações passaram a repensar essas questões buscando ao máximo evitar novos problemas. Dessa forma, os assentamentos passaram a adotar práticas agrícolas ambientalmente mais sustentáveis no sentido de atender as necessidades da comunidade sem desviar as atenções para a proteção ambiental.

Os assentamentos são resultantes de um processo de luta de grupos sociais que haviam sido desterritorializados, ou seja, uma luta contra a concentração da propriedade, resultando na reterritorialização de grupos sociais. Percebe-se claramente uma grande modificação no espaço, em que uma grande propriedade de terras antes pertencente a um ou poucos proprietários sem cumprir sua função social, passa a ser dividida em diversos lotes menores, distribuídos entre diversas famílias que passam a fazer uso com diversos cultivos agrícolas para o consumo familiar. Assim, além da reconfiguração territorial, os assentamentos permitem uma reorganização do espaço rural.

Pensando em território como poder, os assentamentos modificam as relações de poder local, promovem uma reorganização do processo produtivo. Adquirem o poder sobre sua própria força de trabalho, pois não precisam mais trabalhar para os grandes proprietários para conseguir seu sustento e de suas famílias, assim como sobre sua própria produção, cultivando os alimentos que antes precisavam comprar e não tinham dinheiro para isso.

Na área de pesquisa, os processos territoriais são constantemente mutáveis, tanto em relação aos acampamentos de lutas pela terra, quanto no que diz respeito aos assentamentos já formados, pois a formação dos assentamentos não é o estágio final do processo, pois ainda

existe a luta pela permanência na terra, acesso ao crédito, infra-estrutura, distribuição da produção e consolidação de uma política agrária ambientalmente correta.

5. Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais** – São Paulo: Hucitec, 1999.
- BELTRAME, Ângela V. **Diagnósticos do meio físico de bacias hidrográficas: modelos e aplicações** - Florianópolis: UFSC, 1994.
- DREW, David. **Processos interativos: Homem-meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FELIPE, José Lacerda A.; CARVALHO, Edílson Alves de. João Pessoa: Grafset, 2001.
- HAESBAERT, Rogério (org.) **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IDEMA, Governo do RN. **Perfil do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, 2002.
- IBGE: <http://www.ibge.gov.br/sessaodosmunicipios>. < Acesso em: 24 ago. 2007>.
- MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agoecológicos no agreste/brejo paraibano: desenhos arranjos e relações**. Tese (doutorado em Sociologia) UFPB, Campina Grande, 2006, 209f.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de & SILVEIRA, Maria L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César & Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- TECHNE, Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Mata Verde** – Natal, 2006.
- _____. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Timbó** – Natal, 2006.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 2 – Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

**SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS: A BUSCA PELA
SUSTENTABILIDADE RURAL ATRAVÉS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA
NO ASSENTAMENTO PADRE GINO NA PARAÍBA**

Tânia Mara dos Santos Bernardelli¹

Resumo

O presente ensaio é resultado de dois anos de pesquisa acadêmica que envolveu agricultores rurais do assentamento Padre Gino localizado no município de Sapé no estado da Paraíba. Fundado em 10 de dezembro de 1996, este, reúne atualmente 62 famílias que desde a ocupação das terras vêm passando por significativas transformações políticas e socioculturais. A história destes produtores rurais, assim percebida, pode ser dividida em três momentos distintos: o primeiro marcado por lutas pela conquista da terra, processo que durou oito meses de confronto direto entre trabalhadores sem-terra e capangas a mando do latifundiário da região; o segundo, enquanto assentados rurais, vivenciando nova forma de organização social, onde o ator principal deixa de ser o movimento social e passa a ser o Estado através do INCRA (ator-instituição), impondo aos assentados uma política conservadora; e o terceiro caracterizado pela transição do modelo convencional de agricultura para o agroecológico, como tentativa de permanecerem na terra como meio de garantir a sobrevivência familiar de forma digna. Desta forma, este ensaio toma o assentamento Padre Gino como base empírica de uma reflexão sobre as possibilidades da implementação de um modelo sustentável em assentamentos rurais e a importância da agroecologia enquanto movimento contra-hegemônico à agricultura moderna.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Agroecologia; Sustentabilidade

1. Introdução

A prática da agricultura pode ser considerada como uma das principais atividades de impacto do ser humano sobre o meio ambiente, principalmente no que diz respeito à agricultura que utiliza técnicas convencionais de cultivo e que se tornou hegemônica na era industrial.

A dimensão dos impactos sociais e ambientais resultantes desta prática, mais percebidos na segunda metade do século XX, têm contribuído para a discussão da adoção de uma agricultura que seja socialmente e ambientalmente sustentável.

Neste sentido, o caminho agroecológico, vem sendo apresentado e experimentado entre diversos atores sociais ligados ao meio rural, movimentos sociais ligados à questão da

¹ Aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia (UFBA).

terra (MST, CPT), passam a discutir e a adotar como programa para os assentamentos rurais os princípios agroecológicos.

Considerado como uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis através do uso de tecnologias e manejos ecologicamente sadios (ALTIERI, 1989), este passa a ser incorporado enquanto modelo contra-hegemonico² de resistência à agricultura moderna, caracterizada pelo uso descontrolado de agroquímicos e produção em larga escala, tendo como princípio conciliar preservação ambiental com a valorização do ser humano e o fortalecimento político dos pequenos grupos rurais.

Desta forma, a transição para a agroecologia vem resultando em transformações políticas, socioculturais e econômicas entre os agricultores familiares, que por sua vez, inclui os pequenos produtores do assentamento Padre Gino.

Neste sentido a reconstrução histórica da vida destes agricultores e a transformação da agricultura brasileira a partir da década de 1960, com a chamada “Revolução Verde”, representam os elementos fundamentais para se chegar à compreensão de como essa transição resultou em novas relações sociais e ambientais do agricultor com os outros agricultores e com a terra.

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender a importância da transição agroecológica para a garantia da continuidade destes trabalhadores no assentamento rural, já que no país a luta pela posse da terra não encerra em sua conquista, mas se dá durante todo o tempo através da luta pela continuidade na terra, já que as condições estruturais (apoio técnico, recurso financeiro, capacitações) que o estado oferece aos assentados vem sendo é ínfima ao longo destes anos.

2. Da Revolução Verde à Agroecologia

No Brasil, mais precisamente no final da década de 1960, assistimos a uma reestruturação produtiva no campo, um processo que modificou profundamente as formas de pensar e de trabalhar dos agricultores, além dos hábitos alimentares da população urbana.

A chamada modernização conservadora resultou no processo de mercantilização da agricultura concretizada com o avanço da tecnologia no meio rural. Por trás dessa

² Entende-se o conceito da hegemonia como a capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão, no caso da política de estado para a agricultura familiar. Entendemos, também, que todo processo hegemônico produz um processo contra-hegemônico no interior do qual são elaboradas formas econômicas, políticas e morais alternativas. Sobre o assunto ver Gramsci (1973).

reestruturação havia interesses políticos claros, segundo Octávio Ianni (1986), o governo ditatorial que impôs a industrialização do campo teve como principais apoiadores a burguesia industrial e agrária, esta última composta por latifundiários e empresários rurais, nacionais e estrangeiros, que representaram uma parcela expressiva do bloco de poder.

Para Francisco Graziano Neto (1982), a chamada “modernização” da agricultura não passou de um processo de transformação capitalista da agricultura vinculado às transformações gerais da economia brasileira daquela época.

Segundo o autor, a “Revolução Verde” consistiu num pacote político, econômico e ideológico amplo, tendo como objetivo central aumentar a produtividade no campo seguindo o modelo do plano de desenvolvimento rural adotado pelos EUA e que se mostrava, até então, bastante eficiente, pelo menos para atender as demandas das grandes indústrias urbanas, as que mais lucraram com este processo (NETO, 1982).

No campo ideológico, este processo compartilhou dos mesmos interesses do capital: homogeneização da cultura e imposição das técnicas mais lucrativas desenvolvidas nas grandes metrópoles (ROCHA, 2000).

Desde então a imposição de um modelo convencional de cultivo, baseado na concentração de terra, produção em larga escala, uso de máquinas e agroquímicos, influenciando diretamente nas transformações das técnicas tradicionais de manejo vem ocasionado diversos problemas socioambientais, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Exemplos não faltam como a diminuição das propriedades de agricultura familiar, o assalariamento e da mão-de-obra camponesa, o êxodo rural, o subemprego no campo e na cidade, além da contaminação do solo, da água, envenenamento de animais e de seres humanos.

A perda da biodiversidade e da sociodiversidade são características desse modelo, o que o torna um exemplo claro de insustentabilidade social e ambiental.

A agricultura moderna não é sustentável por ter se desligado da lógica dos sistemas vivos naturais e as consequências tornam-se cada vez mais visíveis, com a exaustão dos solos, consumo elevado de energia e água e o uso de agrotóxicos, não degradando somente o meio ambiente e empobrecendo a biodiversidade, mas também causando enorme desigualdade social no campo, com altos lucros para poucos donos das multinacionais da agroindústria, que controlam o mercado, marginalizando milhões de pequenos agricultores (LUTZENBERGER apud KÜSTER; MARTÍ, 2004, p.15).

2.1 Agroecologia

Os princípios da agroecologia ocidental foram publicados por Steiner, em 1924, e seria a transferência de seus conceitos holísticos das ciências naturais para a agricultura (FICKERT, 2004).

A partir de então a agroecologia pode ser analisada sob dois vieses: o que a considera como “as bases científicas para uma agricultura alternativa”, onde seu conhecimento deveria ser gerado mediante a orquestração das aportações de diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (ALTIERI,1989), e o que a caracteriza enquanto:

Conjunto de formas alternativas ao estilo do manejo ‘industrial’, dos recursos naturais, que adotaram tecnologias de natureza ecológica no sentido de pretender proporcionar o acesso aos meios de vida, tentando recuperar, na medida do possível, a inevitável deteriorização causada pela artificialização da natureza (GUZMÁN, 2002, p.28).

Para ambos a agroecologia se nutre de diversos campos do conhecimento, assim como de saberes e experiências dos próprios agricultores e se diferencia de outros tipos de agricultura a exemplo da agricultura orgânica, que na maioria das vezes se volta para atender um nicho mercadológico, e mesmo a agricultura tradicional, realizada ainda por diversos agricultores familiares no país por falta de recursos econômicos para a compra de agroquímicos o que pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida.

Como explicam Caporal e Costabeber (2004), estes modelos apenas deixam de utilizar agrotóxicos e fertilizantes químicos em seus processos produtivos, o que não garante que sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo.

Para estes autores, o modelo agroecológico não se resume à transformações técnicas-produtivas, mas parte de seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível), e ética (terceiro nível). Assim, a sustentabilidade deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente destes pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Nesta ótica, a sustentabilidade para Caporal e Costabeber (2004), poderia ser definida como a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo³.

Sobre a possibilidade de se alcançar a sustentabilidade dentro do modelo político-econômico atual, capitalista, os pontos de vista são antagônicos, podendo ser considerado a visão dos autores acima citados e a dos que se posicionam contrários à conciliação entre sustentabilidade e capitalismo, a exemplo do filósofo Enrique Leff e Aloísio Ruscheinsky.

Para Leff (2002), a capacidade de se alcançar a sustentabilidade rural vai além da transição para agroecologia, embora reconheça que em suas aplicações pontuais a agroecologia contribua para desmontar os modelos agroquímicos, sua ação transformadora implica sua inserção (técnica e prática) em uma nova teoria da produção.

Segundo Ruscheinsky (2004), a busca pela sustentabilidade encontra capitalismo uma contradição entre mercado e preservação ambiental, pois a partir da conversão da natureza em mercadoria esta passa a ser estendida a uma ótica da ampliação do consumo.

Desta forma, “a lógica da mercadoria é uma progressiva ampliação, e em última instancia nada subsiste sem a perspectiva de vir a ser objeto de mercantilização” (RUSCHEINSKY, 2004, p.23).

Partindo do princípio de Leff e Ruscheinsky de que o capitalismo é em sua essência insustentável, adoto aqui o modelo agroecológico enquanto modelo contra-hegemônico, que ao ser implementado nos assentamentos rurais busca romper com as orientações sociotécnicas baseadas na reprodução de manejo da agricultura industrial, ou moderna, como afirma Shigeo Shiki:

Embora a questão ambiental na reforma agrária já faça parte do discurso oficial das instituições, com as qualificações de sustentabilidade que ostentam os planos e projetos de assentamentos, o tratamento teórico prevalente é ainda o da modernidade, da externalidade, da dicotomia desenvolvimento e meio ambiente (SHIKI, 2004, p. 35).

Shiki (2004), explica que as disputas discursivas no interior da rede para ganhar a hegemonia política têm como centro a questão técnica e a organização social dos assentados. A abertura de um caminho agroecológico como resposta local para superar as mazelas do conhecimento moderno dominante coloca em xeque os grupos de assentados, técnicos, pesquisadores e instituições que cultivam um projeto modernista para os assentamentos. Esse

³Faz-se importante ressaltar que para os autores a sustentabilidade rural em agroecossistemas, ou etnoecossistemas, só poderá ser medida ex-post, ou seja, a prova estará sempre no futuro.

conflito técnico se estende também pela forma como são intermediadas as diversas formas de conhecimento, contrapondo o conhecimento científico ao conhecimento popular ou cultural local na produção da natureza.

A partir destas considerações conclui-se, neste trabalho, que a agroecologia busca romper com a lógica hegemônica da ciência cartesiana, positivista e da política conservadora do estado que busca uma homogeneização cultural e uma subordinação dos agricultores ao capital.

3. O Modelo Agroecológico no Assentamento Padre Gino

Não diferente do contexto rural nacional, no estado da Paraíba, também vingou o projeto de modernização conservadora do campo, embora a intensidade tenha sido menor no Nordeste, se comparada com os estados do Sul e Sudeste, a população rural não deixou de sofrer as conseqüências desse processo.

Segundo o autor Francisco Varela “a origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, lastreada na expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva” (VARELA, 2006, p.139).

Com a chamada Revolução Verde, há um forte beneficiamento, por parte do Estado, destes dois segmentos, a exemplo do PROÁLCOOL, levando a uma reorganização na estrutura agrária paraibana causando grandes danos econômicos e sociais, como a concentração de terras, a proletarização da mão-de-obra camponesa, o empobrecimento constante dos pequenos trabalhadores rurais, entre outros.

A progressiva degradação da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais acelerou, a partir da década de 70, o decréscimo da população campesina. Esse processo ocorreu principalmente por conta da proletarização da população rural, esta, por sua vez, consistiu na exploração constante dos trabalhadores: com extensas horas de trabalho, falta de instrumentos de segurança para a realização das tarefas, baixo salário além da omissão ou negação de direitos conquistados, ou seja, na redução do trabalhador a mera mercadoria.

Assim se encontravam os agricultores que hoje residem no Assentamento Padre Gino, antes da ocupação que resultou na posse de terra em dezembro do ano de 1996. Entre o processo de ocupação e posse foram necessários quase oito meses de lutas que envolveram

trabalhadores sem-terra, Comissão Pastoral da Terra (CPT), até então na liderança do movimento pela terra, latifundiários, jagunços e Estado⁴.

Localizado a 6 km do município de Sapé e a 55 km da capital paraibana, o assentamento acolheu 62 famílias numa área total de 525 hectares de terra. As famílias que compõe o assentamento são, em maior número, originárias do litoral sul do Estado da Paraíba (Alhandra, Caaporã e Conde) e da região do agreste (Alagoa Grande, Pilar, Sapé, Mari e Cruz do Espírito Santo), sendo que a maioria exercia atividades ligadas à agricultura como diaristas, muitos, na atividade canavieira não possuindo nem terra, nem casa própria.

Os moradores, orientados pela CPT, ao receberem a posse da terra logo fundaram a Associação do Assentamento Padre Gino, isso se deu no mês de dezembro do mesmo ano. Fazia-se necessário uma organização interna para dialogar com as instituições do governo e decidir, em grupo, o melhor caminho a ser tomado.

Mas, não demorou muito para que os problemas logo aparecessem, dentre eles os principais foram a falta de uma política econômica e técnica de maior incentivo aos produtores assentados⁵.

Também foi a falta de incentivo que acabou levando os agricultores a aderirem o modelo agroecológico de produção em 2002. Ou seja, a opção pela conversão, no primeiro momento, não se deu devido ao crescimento da consciência ecológica dos agricultores e nem pela tentativa de recuperação ambiental do lugar. O principal motivo que levou este grupo a desenvolverem técnicas alternativas de produção agrícola foi o corte de verbas, até então garantido pelo governo para a compra de insumos químicos.

Esta verba chegou a vir nos quatro primeiros anos depois de assentados, ou seja, de 1997 a 2000. No ano de 2001, sem a disponibilidade do recurso, muitos agricultores foram obrigados a parar de utilizar agrotóxico.

[...] saiu aí quatro custeios parece, até aí, quando saia o dinheiro se comprava um litro de veneno. Até o ano 2000 saiu, depois de 2000 não saiu mais, e aí ninguém mais usou veneno até porque não tinha condições de comprar. Isso antes mesmo de começar as discussões agroecológicas. (Luizinho, entrevista realizada em 19 de abril de 2006).

⁴ Onde hoje funciona o assentamento, até o ano de 1995 funcionava uma propriedade de plantação de cana-de-açúcar e criação de gado. Conhecida como fazenda Santa Cruz da Gameleira, esta terra foi dada como improdutiva, segundo diagnóstico do INCRA.

⁵ O que contribuiu pra que houvesse a desistência por parte de alguns moradores nos primeiros meses da ocupação, pois, a terra encontrada era de difícil cultivo devido ao longo processo de degradação sofrido pela monocultura.

Sem os insumos químicos e quase nenhuma assistência técnica, os agricultores que suspenderam o uso de agrotóxico tiveram queda na produção. Sem conseguir gerar um excedente na produção suficiente para comercializar e garantir a compra de novas sementes para dar continuidade à produção, além de a própria complementação alimentar das famílias, a desistência da terra e a volta para a cidade voltou a acontecer.

O projeto para a conversão foi apresentado pelos técnicos agrícolas da CPT e tinha como proposta o crescimento da produção garantindo a qualidade dos alimentos, a segurança da saúde do agricultor e a recuperação da terra através de uma agricultura menos agressiva⁶.

Apesar de ter sido apresentado às 62 famílias do Padre Gino, apenas 23 (vinte e três), aceitaram a proposta e aderiram ao modelo agrícola alternativo. Aos poucos, as técnicas foram sendo assimiladas pelos agricultores que fizeram cursos de capacitação e participaram de intercâmbios.

Atualmente, 50 famílias de cinco assentamentos (Boa Vista, Rainha dos Anjos, Dona Helena) e um acampamento, comercializam os seus produtos na Feira Agroecológica que acontece semanalmente no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além de ser a única fonte de escoamento da produção, a feira exerce também a função de coletivizar as atividades econômicas, um dos aspectos mais difíceis de ser trabalhado dentro da agricultura familiar, como destaca Ricardo Costa:

As organizações de agricultores familiares têm larga experiência em lidar coletivamente com questões de ordem política; grandes vitórias já conseguiram. Da mesma forma, na capacitação e aprimoramento técnico da produção, os esforços coletivos têm mostrado resultados significativos. Já nas atividades econômicas, os agricultores familiares tendem a agir individualmente. Não desenvolvendo ainda uma cultura de tratar em coletivo as atividades de cunho econômico em geral e a comercialização em particular (COSTA, 2004, p.68).

3.1 A Valorização do Saber Tradicional

Ao longo dos primeiros cinco anos de produção orgânica, o grupo de produtores agroecológicos do Padre Gino, recuperou técnicas baseadas nos conhecimentos tradicionais camponeses adaptadas à realidade local, estes novos conhecimentos aplicados foram recuperados tanto pelos próprios agricultores quanto fornecidos no processo de troca de experiências por agricultores de outros assentamentos agroecológicos.

⁶Também entrava em pauta a criação de uma feira agroecológica, onde os alimentos fossem vendidos diretamente pelos agricultores. Um passo importante, pois, este modelo de comercialização, que rompe com a relação produtor-atravesador, contribui para reforçar a relação produtor-consumidor, o que influi diretamente na renda do produtor.

As formas de manejo agrícola consistem em utilizar o máximo possível os recursos naturais do local. Dessa forma, os agricultores gastam menos e tornam-se também mais independentes do mercado de insumos, buscando a ruptura com o círculo vicioso imposto pela “Revolução Verde”.

Como adubo, pesticidas e herbicidas naturais, os camponeses utilizam: urina de vaca, esterco de gado, leite de gado, lagarta, folhas de linho, fumo, alho, cebolinha, carrapateira branca, carrapateira roxa, pião roxo, melão de cerca, coentro, girassol, pimenta malagueta, manipueira (líquido extraído da mandioca que contém ácido cianídrico, extremamente tóxico para humanos, animais e insetos), além de sabão amarelo e cinzas. Desses itens acima citados, somente o fumo é adquirido através da compra ou em feiras públicas em João Pessoa, ou no próprio município de Sapé.

Na substituição do adubo químico utiliza-se: esterco de gado seco e compostagem orgânica, que consiste em aglomerar folhas, cascas de frutas e de legumes, estrume, e deixar se decompor.

A queima do solo antes da plantação é uma prática abolida entre os produtores de orgânicos, para remover o mato da terra são utilizados instrumentos como a enxada (na parcela) e o gadanho (na horta). O mato retirado serve de adubo para a própria terra e também para manter o solo mais úmido, para isso os agricultores cobrem a terra com uma camada do mato retirado do próprio terreno. Há ainda o uso de trator em algumas parcelas, esta prática é utilizada por poucas famílias, por conta do alto custo e num determinado momento da plantação como a limpeza do terreno para iniciar uma nova cultura.

Para a colheita, não há a utilização de ferramentas, todos os agricultores colhem os alimentos com as mãos, com exceção, em alguns casos, como na colheita do inhame que é feito com a enxada.

Os camponeses apontam também para a recuperação do solo, obtido através da utilização das técnicas alternativas de produção, danificado pelo constante uso de produtos químicos.

Antes a terra era de outro dono e ele usava fertilizante químico e a terra estava meio fraca, a gente plantava uma coisa e não dava bem por conta do que ele usava. Agora a terra está se recuperando (Rosilene, entrevista realizada no dia 19 de abril de 2006).

Na maioria das parcelas, os camponeses trabalham com a rotação de culturas, alguns intercalam um plantio com outro, há quem faça dois plantios seguidos da mesma cultura,

embora ainda exista a resistência por parte de algumas famílias, justificada, muitas vezes, pelo número reduzido de mão-de-obra e a falta de recursos para se contratar ajudante.

Neste caso, a rotatividade de plantio ajuda para que o solo não se torne fraco, garantindo um melhor aproveitamento da terra e uma melhor qualidade dos produtos.

A conversão de técnicas resultou também em mudanças na qualidade de vida das famílias camponesas e na relação agricultor-meio ambiente.

Uma das mudanças que podem ser apontada está relacionada ao hábito alimentar. Os agricultores passaram a incluir em suas refeições diárias verduras, legumes e frutas, todas frescas e sem aditivos químicos. Antes da agroecologia, esses alimentos eram secundarizados pelos agricultores por dois motivos: a plantação era basicamente voltada à cultura de roçado (macaxeira, inhame, batata, feijão) e o dinheiro que sobrava com a venda do excedente da produção era voltado para a compra de outros produtos como arroz, macarrão, óleo, fubá.

Antes eu tinha muita anemia, hoje em dia não. Como muita verdura e legume que eu trago da horta todo dia (Dona Aurora, entrevista realizada no dia 25 de março de 2006).

Hoje eu como muito mais verdura, só não compro de fora que tem muito agrotóxico, nós que já prantamo que sabe o quanto de veneno que fica ali, principalmente em verdura como o repolho que o veneno fica guardado nas folhas (Geraldo, entrevista realizada no dia 18 de abril de 2006).

A não utilização de agroquímicos contribuiu também para uma significativa melhora na saúde destes homens e mulheres, enquanto ainda utilizavam o veneno nas plantações muitos alegaram sofrer de sintomas constantes náuseas, fortes dores de cabeça e desmaios.

Também houve a modificação da jornada de trabalho dos agricultores agroecológicos, para a maioria, o tempo dedicado à plantação e a colheita aumentou, como também aumentou a produção se comparado ao tempo em que cultivavam a agricultura convencional e trabalhavam como empregados nos latifúndios. As mulheres do assentamento trabalham em média cinco horas diárias, estas se dedicam mais aos trabalhos da horta, além disso, exercem praticamente sozinhas os trabalhos domésticos que se somados ultrapassam o tempo médio de trabalho dos homens que é de nove horas diárias, sendo a maior parte exercida no trabalho do roçado.

A média semanal de trabalho entre os produtores é de seis dias, sendo divididos entre: segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e sábado dedicados à plantação, quinta-feira à colheita, sexta-feira à venda dos produtos na Feira Agroecológica e o domingo é tido como um dia para o descanso e reunião familiar.

Os agricultores afirmaram ter havido o aumento da renda familiar com a agroecologia, a este pode ser atribuído fatores como: mercadoria diferenciada (orgânicos), o não gasto com adubos químicos e agrotóxicos, venda direta ao consumidor, local apropriado para a venda, no caso a Feira Agroecológica da UFPB.

4. Conclusões

Os agricultores do padre Gino não fugiram do padrão de produtor formulado no período de modernização da agricultura no campo e para romper com as práticas predatórias foi necessário primeiramente a falta de recursos para adquirirem os insumos químicos e a intervenção de uma instituição, no caso a CPT, para propor técnicas agrícolas alternativas.

A agroecologia no primeiro momento vem assegurar a continuidade dos agricultores nas terras, desenvolvendo a produção de subsistência e para a venda externa e num segundo momento para reforçar politicamente o grupo e fazer com que estes percebam a importância de preservação da natureza no meio em que vivem, pois na visão dos próprios agricultores é dela que as famílias tiram os seus sustentos e preservar significa a garantia de terras produtivas para as futuras gerações.

Mas, embora os indicadores apontem para uma melhoria na qualidade de vida dos produtores de orgânicos, como aumento da renda familiar com a venda direta dos produtos para os consumidores na Feira Agroecológica, mudança nos hábitos alimentares, diminuição da ocorrência de doenças dada principalmente pela extinção do uso de agrotóxicos nas plantações, pode-se concluir que outras mudanças devem ocorrer para que de fato a sustentabilidade rural seja garantida.

Dessa forma temos que incluir esses pequenos grupos em um plano socioeconômico maior, o que os torna dependentes de uma série de itens, a exemplo da grande indústria de sementes que a cada ano monopoliza mais o mercado fazendo reféns novos produtores; dos créditos governamentais, que no país, é cercado por uma série de burocracias e quando chega para o agricultor não vem junto a uma orientação técnica instruindo a melhor forma de ser utilizado, o que faz com que um alto número de pequenos agricultores se torne inadimplentes. Soma-se a isso a falta de técnicos inseridos na agricultura familiar, principalmente técnicos voltados para a agricultura ecológica.

Entre os trabalhadores há a dificuldade de se aumentar à produção por falta de equipamentos a exemplo da bomba de água que pelo preço de mercado se torna inviável para as famílias, há poucos agricultores dentro do assentamento possuem este instrumento, a

construção de cisternas é algo vem sendo realizado com muito esforço por parte dos produtores, pois até o momento nenhuma verba pública havia sido disponibilizada para tal fim.

As alternativas para que a “sustentabilidade” seja alcançada neste campo, não recorrem somente às transformações nas técnicas de manejo dos recursos naturais utilizadas pelos agricultores. Pois até que ponto a tecnologia sozinha é capaz de empreender mudanças se não acompanhada de mudanças outras na política agrícola – crédito, assistência técnica, comercialização, acesso às novas técnicas? E sócio-culturais – já que o tradicionalismo dos agricultores e sua própria vulnerabilidade econômica muitas vezes funcionam como obstáculos à mudança tecnológica?

Frente a diversos problemas enfrentados pelos atores que desenvolvem a agricultura familiar no Brasil pode - se concluir também que atualmente a política agrícola que vigora ainda está embasada nos princípios da “Revolução Verde”, que parte do princípio de que só a grande agricultura é rentável, confirmando a ideologia dos grandes proprietários de terra desde a época colonial, embora os dados apontem que são os pequenos produtores os maiores responsáveis pelo abastecimento interno e por isso necessários para a garantia da soberania alimentar do país.

Por esses motivos a sustentabilidade rural não depende somente da boa intenção dos movimentos sociais do campo e dos agricultores, mas, principalmente, de uma política séria de investimento e promoção da agricultura familiar que priorize a distribuição de terras para os trabalhadores do campo, capacite novos profissionais voltados para as técnicas alternativas, valorize os saberes tradicionais, incentive pesquisas e projetos voltados para a promoção dos pequenos produtores, aumente os recursos e facilite o acesso dos camponeses aos financiamentos, entre outros.

Por isso a importância de não se pensar as experiências da agroecologia como intervenções e conquistas pontuais, analisando simplesmente se deram certo ou errado a nível local, mas é preciso pensar a economia política do país, os quesitos que estão sendo tidos como prioridades dentro do atual sistema econômico. Por mais que a agroecologia se proponha a contribuir para a preservação ambiental, e de fato vem tendo uma contribuição expressiva, o avanço que se pode conseguir é dentro do capitalismo é limitado, pois, seguindo o raciocínio de Marx, não podemos ter a ilusão de que estamos avançando para um capitalismo mais humanizado.

5. Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. 1989. **As Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: PTA.
- BRITO, F. E. M; DUQUE, G. Modernização, Agrotóxicos e Emergência do Paradigma Ecológico. In: LIMA, J. C; RIFIÓTIS, T; KOURY, M. G. P. (orgs.). 1997. **Trabalho Sociedade e Meio Ambiente**. João Pessoa: Universitária.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. 2004. Agroecologia: Aproximando Conceitos com a Noção de Sustentabilidade. In. RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). 2004. **Sustentabilidade: Uma Paixão em Movimento**. Porto Alegre: Sulina.
- COSTA, R.. Comercialização e Transformação dos Produtos da Agricultura Familiar: Alguns Pontos a Discutir. In: KÜSTER, Â.; MARTÍ, J. F; ICKERT, U. (Orgs.). 2004. **Agricultura Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED.
- FICKERT, U. Incremento do Mercado Orgânico no Brasil. In: KÜSTER, Â.; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. (orgs). 2004. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. **Cuadernos de la Cárcel**. México: Era/Benemérita Universidade Autónoma de Puebla.
- IANNI, O. 1986. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964- 1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KÜSTER, Â.; MARTÍ, J.O Retorno a uma Agricultura Sustentável. In: KÜSTER, Â; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. (orgs). 2004. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED.
- LAMARCHE, H. (Coord.). 1993. **Agricultura Familiar**. Campinas: Unicamp.
- LEFF, Enrique. 2002. Agroecologia e saber Ambiental. In. 2002. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, n.1, v.3
- MARTINE, G; GARCIA, R. C. 1987 **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés.
- MARX, K. ENGELS, F. 1984. **A Ideologia Alemã**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC.
- NETO, F. G. 1982. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense,
- POLTRONIÉRI, L. 1999. Percepção de Custos e Riscos Provocados pelo Uso de Praguicidas na Agricultura. In OLIVEIRA, L; DEL RIO, V. (Org.). **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel.
- ROCHA, Gilberto Magalhães.2000. **A ideologia da Modernização**. João Pessoa: Universitária.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. 2004. No Conflito das Interpretações: O enredo da Sustentabilidade. In. RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). 2004. **Sustentabilidade: Uma Paixão em Movimento**. Porto Alegre: Sulina.
- SHIKI, Shigeo. 2004. Caminhos Agroecológicos em assentamentos de Reforma Agrária: Relação Conflituosa entre Atores Sociais e Naturais. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). 2004. **Sustentabilidade: Uma Paixão em Movimento**. Porto Alegre: Sulina.

VARELA, Francisco. , 2006 **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Idéia.

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



GT3

CANAIS E FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**“ELES TAMBÉM SÃO CULPADOS”: A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA
“ATRAVESSADOR” NA CONJUNTURA DA LUTA PELA TERRA NO SERTÃO
CARIOCA (1945-1964)**

Leonardo Soares dos Santos¹

Resumo

Muitas das pesquisas sobre as lutas pela terra ao longo da história do país, especialmente as que se debruçam sobre a participação da categoria dos posseiros, dão grande ênfase as disputas entre estes e os chamados “grileiros” – nome pelo qual se designavam os pretensos proprietários. Porém, poucos são os estudos que conferem relevo a uma disputa em particular: aquela entre os “posseiros” e os “atravessadores”, isto é, os agentes que atuavam como intermediários na comercialização dos produtos agrícolas. No Sertão Carioca de meados do século XX, como veremos nesta comunicação, a construção da categoria “atravessador” foi fundamental para a própria articulação de demandas dos pequenos lavradores cariocas.

Palavras-chave: Sertão Carioca; Luta pela Terra; Identidades

1. Introdução

A expansão dos loteamentos urbanos no Sertão Carioca durante os meados do século XX e a resistência que contra ela moveram os grupos de pequenos lavradores – os quais contavam com o apoio de órgãos da imprensa carioca, de grupos políticos e de agentes do legislativo municipal – conferiram novos significados ao espaço da zona rural. Uma área que antes era vista como decadente, tomada por desânimo, assolada por pestilências e que repousava no mais completo abandono, passa a ser vista a partir de meados do referido século como uma área cujas terras, consideradas devolutas, eram palcos de intensos conflitos de terras. Nesse novo cenário os principais problemas da região passam a ser a prática de grilagem, as ameaças de despejos contra grupos de lavradores e a dizimação da agricultura da região. Essa visão de uma área de conflitos de terra implicou por sua vez na formação de novos grupos sociais e na reconfiguração de grupos preexistentes: o Sertão Carioca era por isso o cenário de conflitos entre “grileiros” e “posseiros”. Mas tais conflitos se deram num contexto de grande crise de abastecimento no então Distrito Federal, sendo ela mesma um outro fator que contribuiu para a mudança de visão sobre a região: o problema da escassez de gêneros alimentícios levou com que se acreditasse que a produção agrícola do Sertão Carioca

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Observatório Fundiário Fluminense/UFF.

pudesse ser pensada como uma alternativa para a solução daquele problema. O debate então aberto sobre essa questão permitiu que os “posseiros” também colocassem em pauta os prejuízos causados pela atuação “gananciosa” dos “intermediários”, especialmente aqueles do Mercado Municipal.

Mas o fundamental, é que a eleição de tais problemas forneceu uma série de elementos que legitimariam a luta pela terra dos “posseiros” da região como algo que tinha por fim último contribuir para o abastecimento da cidade: ao chamar atenção da opinião pública para os atos de violência de “grileiros” e as extorsões praticadas por “intermediários” o que se queria dizer é que o grande prejudicado era, mais do que os “posseiros”, toda a população carioca.

Passamos a ver então como esta categoria – a dos “intermediários”, passou a ser utilizada pelos agentes do movimento de luta pela terra na zona rural carioca na sua tentativa de dar legitimidade às suas demandas e reivindicações, obtendo assim importante apoio de segmentos sociais da sociedade carioca.

2. O tempo das panelas vazias e seu “culpado”

Houve sem dúvida um grande crescimento do noticiário sobre os conflitos de terra na década de 50. Através dessa oportunidade aberta pela imprensa, os lavradores e as lideranças procuraram transformar questões como “despejos” e violências de “capangas” numa questão social que dizia respeito a toda cidade do Rio de Janeiro. O “grileiro”, esse personagem cuja produção também se consolida nessa época, seria um adversário não só dos lavradores do Sertão Carioca, mas de todas os cariocas, pois estaria impedindo os lavradores de abastecer o mercado do DF com mais eficiência. E isso não era um simples detalhe naqueles anos 50. A cidade passava por uma grave crise de abastecimento (o que só seria contornado na década de 80), os gêneros alimentícios eram escassos e relativamente caros. Ao estabelecer uma relação causal entre esta crise e o problema da instabilidade dos lavradores no Sertão Carioca, estes procuravam não só legitimar suas pretensões como também demonstrar que a sua vitória era necessária para o bem-estar da população da cidade.

Mas a crise do abastecimento que se intensificaria a partir de meados da década de 40, evidenciaria um outro elemento dessa hipotética comunhão entre interesses de “todos os

cariocas” e os dos lavradores. Para os primeiros, o grande responsável pela crise de abastecimento era o “intermediário” ou “atravessador”² de gêneros alimentícios.

Essa era uma opinião dos próprios poderes públicos. Na verdade, desde o Estado Novo o Governo tomava algumas medidas com o fito de consolidar a idéia de que ele estava “junto” com a população no “combate” aos agentes da especulação de gêneros alimentícios. Com essa justificativa era decretada em 18 de novembro de 1938 a *Lei 869* sobre Crimes contra a Economia Popular, que punia todos aqueles que destruíssem mercadorias, fraudassem pesos, contribuíssem para o aumento ou queda de preços por notícias falsas. A atuação do “intermediário” no sentido de obter lucros acima do “normal” era classificado, portanto, como crime, pelo qual era passível de prisão e julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional.³ Na década de 40 se assistiria a criação de um considerável aparato jurídico e de órgãos governamentais estritamente voltados para o controle da atuação dos “intermediário” nas diversas formas de venda e distribuição de gêneros alimentícios.⁴ Muito embora fossem de eficácia duvidosa, as leis, portarias e resoluções então criadas contribuíram para consolidar a noção da atividade do “intermediário” como um crime contra o bem-estar da população e, por conseqüência, contra a Nação.

A própria imprensa reforçava esse tipo de idéia. Para o *Correio da Manhã*, a “eliminação” do intermediário resolveria um “grave problema da vida carioca” – o alto custo de alimentos.⁵ Com igual convicção o *Globo* afirmava ser o “intermediário” a principal causa do “encarecimento da vida”.⁶ Aliás, esta convicção seria alegada como principal justificativa para que o jornal tenha realizado ao longo de quase todo o ano de 1951, a Campanha pela Cooperativização. No final daquele ano, o *Diário Trabalhista* noticiava exultante a prisão “em flagrante” de vários “tubarões”, estes “comerciantes gananciosos que sonhando ou majorando as mercadorias vão matando pouco a pouco os cariocas, abusando de sua complacente índole.”⁷ Em janeiro do ano seguinte, o mesmo jornal assim descreveria as atividades ligadas ao comércio de gêneros:

“Os assaltos já não têm por palco as estradas desertas nem os becos escuros. Ao contrário, são efetuados à luz do dia, à vista de todos. Pobre de quem se vê forçado a

² *Intermediário*: “negociante que exerce suas atividades, colocando-se entre o produtor e o consumidor”; *Atravessador*: “açambarcador, monopolista”. In: *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

³ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Panela Vazia: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945-50*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002. p. 30.

⁴ *ibidem*, passim.

⁵ *Correio da Manhã*, 02/05/1951. p. 5.

⁶ *O Globo*, 28/03/1951. p. 1.

⁷ *Diário Trabalhista*, 14/12/1951. p. 3.

entrar em contacto com uma parte considerável daqueles que negociam com gêneros de primeira necessidade. São roubados, maltratados e, quando procuram uma defesa legal, recebem de certas autoridades demonstrações de pouco caso e menosprezo.”⁸

No caso específico do Sertão Carioca, a preocupação com a atuação dos intermediários no comércio de alimentos era mais antiga do que aquela referente ao gradativo desaparecimento da sua área agrícola. No início da década de 1940, o Governo Federal acreditava que essa região ainda era a melhor zona produtora de alimentos para a capital. Com o núcleo agrícola de Santa Cruz funcionando como o esperado, tinha o Governo “a firme convicção que dentro de pouco a zona rural” poderia “abastecer com fartura, a preços módicos, frutas, legumes e produtos da roça, à cidade do Rio”.⁹ Ou seja, o Governo mostrava-se tranqüilo quanto à questão da produção agrícola; o que na verdade lhe preocupava era pôr “os produtores em comunicação direta com os consumidores para frustrar os abusos da ganância intermediária...”.¹⁰

Além da escassez, era grande o encarecimento dos poucos produtos que chegavam às feiras e aos mercados, conforme lemos em algumas passagens da imprensa. Silvio de Abreu, um dos maiores estudiosos da zona rural na época, acreditava que tal valorização esteve muito longe de favorecer aos lavradores cariocas, pois a quase totalidade dos lucros ficava em mãos que não as deles e sim na dos intermediários. Lembrava ainda que a renda *per capita* dos lavradores era muito baixa, devido àquilo que lhe pagava “o ganancioso intermediário, no atual regime de extorsão”.¹¹ Sendo os ganhos obtidos com a produção de gêneros muito inferior àquele obtido com a atividade de circulação, alguns lavradores, como o de Vargem Grande (Jacarepaguá), tornaram-se “intermediários-feirantes”, “abandonando suas lavouras e adquirindo produtos de outros lavradores para revendê-los nas feiras do DF”.¹²

Diante de tal quadro, desde a década de 1940 a prefeitura do DF buscava implementar medidas que ajudassem a contornar a crise de abastecimento da cidade e que, por tabela, livrasse não só os lavradores como também a população carioca da “ganância” dos intermediários do comércio de gêneros. A primeira delas foi o sistema de licenciamento dos

⁸ *Diário trabalhista*, 13/01/1952. p. 1.

⁹ Apud PECHMAN, Robert. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca*. Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. p. 76

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ ABREU, Silvio de. *O Distrito Federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 157. *O Globo* informava em 06/03/1951 que os lavradores não obtinham 3% de juros sobre o capital empregado; as “imposições daqueles que dominam o mercado de gênero alimentícios” seriam o principal motivo.

¹² NOGUEIRA, Amélia Alba. “Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)”. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, nº 1/2, 1953, p.69.

caminhões de gêneros. Estes teriam a tarefa de fazer com que os produtos do Sertão Carioca saíssem direto dos sítios dos lavradores para as bancas do Mercado Municipal, No entanto,

“em pouco tempo, o sistema deixou de corresponder às nobres intenções que o inspiraram. Os caminhões não mais percorreram os bairros. Pas[s]aram a estacionar em cruzamentos de ruas, praças ou outros logradouros de maior influência da população. Transformaram-se em barracas permanentes, montadas sobre rodas. Já não iam aos limites da zona rural buscar as frutas e legumes do lavrador. Eram abastecidas nos entrepostos e dali partiam para os pontos de estacionamentos, até, não saiam desses pontos e aí recebiam de outros veículos a mercadoria que expunham à venda. Não concorreram para a baixa dos preços. Ao contrário, beneficiados por toda a sorte de facilidade, inclusive pela isenção de impostos e taxas, acompanharam a alta e a especulação participando de tôdas as flutuações descontroladas, ora de fartura ora de escassez de mercadorias que caracterizam o comércio, nesta capital, a partir do início da última guerra”.¹³

Uma segunda tentativa, já na segunda metade da década, foi a construção de onze mercados regionais, de modo a descentralizar o comércio de gêneros. Mas seu próprio criador, o secretário de agricultura Heitor Grilo, admitia que em “regra geral” os *lavradores* “espontânea ou forçadamente” estavam “comprometidos” com o Mercado Municipal. Este era, nas palavras do *Diário Trabalhista*, uma “verdadeira rêde de exploração e especulação da fome do povo carioca”, dominada por um sindicato de “rackteers”(os asseclas do eminente contraventor norte-americano Al Capone); para o jornal, este verdadeiro “empório da exploração”, não era, na época, mais do que uma “boca que devora 2 milhões de quilos de legumes, frutas e verduras”.¹⁴ Detalhe: o referido jornal escrevia isso em fins de 1951, o que demonstra que o secretário de agricultura citado acima tinha lá as suas razões para tanto desânimo. Porém, em que pese os persistentes insucessos, a prefeitura continuava a elaborar novas medidas para combater os intermediários. A outra medida foi a construção junto aos mercados regionais de quatro empórios, que receberiam a produção diretamente dos lavradores, eliminando – assim entendiam - a interferência dos intermediários. No entanto, a fatia que os intermediários continuavam a ter nos lucros do comércio de gêneros, mesmo depois de todas as medidas da municipalidade, era surpreendente. Se os lucros dos lavradores na comercialização dos principais produtos do Sertão Carioca (banana, laranja, couve, agrião e tomate) eram em torno de 460%, o dos intermediários era de quase 1.300%.¹⁵ Vejamos o

¹³ GRILLO, Heitor. “Prestação de contas”. In *Diário Oficial*. Distrito Federal, 17/04/1947, p.301.

¹⁴ *Diário Trabalhista*, 16/12/1951, p. 8.

¹⁵ SOUZA, José Gonçalves de. “Custos de produção e preços de venda dos produtos agrícolas do Distrito Federal” In: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano IV, nº1, 1951, p. 38. Ver também GEIGER, Pedro Pinchas. “A respeito de ‘produtos valorizados’”. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, nº 3/4, 1953. p. 22.

caso do comércio das bananas, nas palavras de um técnico do ministério da agricultura em 1946:

“A grande maioria (dos musicultores¹⁶) vende a banana ao chofer, [que] em vez de contentar-se com o lucro de transportador, transforma-se em um intermediário, adquirindo o produto de Cr\$50,00 a dúzia de cachos, postos à margem da estrada de rodagem. Êsse transportador revende ao proprietário de um depósito, segundo intermediário, ao preço de Cr\$ 60,00 e Cr\$70,00, o qual, depois de dividir os cachos grandes em pencas, vende ao quitandeiro, não mais naquela unidade (dúzia), porém por milheiro, à razão de Cr\$60,00 e Cr\$70,00. Só nesta transação o lucro é de cerca de 100%, de vez que uma dúzia de cachos contém de 1.000 a 2.500 bananas. O quitandeiro, terceiro intermediário, então, nos faz o ‘favor’ de vender uma dúzia de bananas por 2 a 4 cruzeiros, o que lhe custou 70 a 80 centavos. Nessa transação ganha de 150% a 300%!!! É por isso que o pequeno produtor vive esfarrapado, descalço, desnutrido e descrente. É um paria”.¹⁷

3. Ganância *versus* interesse nacional

Mas o “intermediário” também era visto pelos lavradores e lideranças camponesas como o outro responsável pela crise agrícola do Sertão Carioca. Era muito difundida entre eles a noção que apreendia a figura do intermediário como um equivalente do “grileiro” no comércio de produtos agrícolas, pois que agia com igual “ganância” e “desumanidade”.

Em certas localidades, a causa do enfraquecimento da agricultura será posto na conta dos “gananciosos” intermediários. Em inícios da década de 50, os “bananeiros” de Jacarepaguá diziam-se “tomados pelo desânimo”, apesar da alta dos preços. Eram apontadas como as causas principais dessa situação as chuvas de granizo de outubro de 52 e as “transações dos intermediários”.¹⁸ Assim como muitos lavradores de Jacarepaguá, os de Mendanha também procuraram “eliminar” a influência dos intermediários transformando-se em “feireiros” ao adquirir caminhões e “fazendo, então, o transporte e a venda de seus produtos nas feiras dos subúrbios”. Os lavradores de Jacarepaguá também conseguiam se manter livres das “garras” dos intermediários. J.G. de Souza afirmava que a proximidade do centro da cidade facilitava a venda de seus produtos diretamente ao consumidor: “Mas o restante dos lavradores - acrescenta ele - a grande massa, se entrega a atravessadores, ao dono do caminhão que lhe vai ter à chácara, ou ao agente do Mercado Municipal”.¹⁹ A situação era tão grave aos olhos de Souza que ele chegaria a dizer que a simples posse de um meio de transporte naqueles dias era o mesmo que ter em mãos um instrumento de “libertação”, não

¹⁶ Palavra que designa os que cultivam bananas.

¹⁷ *idem*, p.28.

¹⁸ NOGUEIRA, Amélia Alba. “Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)”, In: Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, nº1-2. p. 61.

¹⁹ SOUZA, José Gonçalves de. Op. Cit. p. 40.

tê-lo, conseqüentemente, era o mesmo que estar entregue à “escravização”. Um indicador desta última condição, segundo Souza, era o fato da “exploração” sobre os *lavradores* não acontecer apenas na Praça XV, onde se localizava o Mercado Municipal, mas também nos mercados regionais, mercadinhos e quitandas, para onde se dirigiam os lavradores que buscavam fugir do Mercado Municipal. Eles também eram pontos de abastecimento dos “intermediários” do Mercado Municipal. Avancemos um pouco no tempo leitor, mais precisamente no final de 1951, e iremos encontrar a mesma versão sobre a onipresença dos “intermediários” nas linhas do *Diário Trabalhista*:

os tentáculos dos açambarcadores do Mercado Municipal se estendem a milhares de quilômetros de distância, indo até os campos de cultura de modestos colonos e pequenos produtores, que outra alternativa não têm senão suportar a ‘proteção’ que lhes é oferecida pelo odioso sindicato [de “rackteers”].²⁰

O próprio Mercado Municipal, sede maior da atuação dos “intermediários”, era comumente representado como algo que tivesse vida própria: era uma verdadeira “sanguessuga do bolso do trabalhador”, asseverava o *Diário Popular* em 1951.²¹

Diante da construção de representações negativas sobre a figura do “intermediário” no contexto da crise de abastecimento, destacando sobremaneira a ilegalidade e ilegitimidade de suas ações, os lavradores cariocas extrairiam elementos que reforçariam a legitimidade de sua luta pela terra no Sertão Carioca. Junto com o problema da instabilidade da posse da terra (cuja responsabilidade recaía sobre os pretensos proprietários), a ação dos intermediários também era vista como uma das causas da difícil situação por qual passavam os lavradores do Sertão Carioca. Isso estaria presente em diversas reivindicações e protestos realizados nas duas décadas seguintes. E mais do que isso, ao longo de todo o período estudado, os lavradores, as lideranças e boa parte da imprensa utilizariam a figura do “intermediário” para afirmar uma idéia de que os interesses dos lavradores eram indissociáveis do bem-estar da população da cidade. O testemunho que veremos a seguir é emblemático. Em maio de 1951, quinze “agricultores em Campo Grande e adjacências” visitavam a redação do *Globo* para reclamar da falta de transporte adequado dos seus produtos até o centro da cidade, fazendo com que gêneros como alface, couve, agrião, abacate, laranja, banana, “que o carioca paga muito caro nas feiras, mercadinhos e quitandas”, apodrescessem na própria terra. Reclamavam também do alto imposto cobrado na “barreira” de Campo Grande pela banana e da “ganância dos intermediários”, que “compram a laranja por 6,00 o cento e o revendem por 80,00”. Mas

²⁰ *Diário Trabalhista*, 16/12/1951, p. 8.

²¹ *Diário Popular*, 25/03/1951, p. 4.

não eram somente os lavradores a sofrerem com esses problemas, eles acreditavam que a “outra vítima” era o “povo da capital”, “que não têm o que comer ou paga caríssimo”.²²

Nesse sentido, a obtenção de lucros tão exorbitantes, num contexto de carestia de alimentos por um lado, e de consolidação da ideologia nacional desenvolvimentista por outro, passava a ser vista como impatriótica. “Grileiros” de uma parte, “Intermediários” de outra, eram elementos que juntos fechavam um determinado “cerco” contra o bem-estar da sociedade e da própria Nação. Eram elementos que desestabilizavam o país, justamente quando ele tentava prosseguir em sua marcha rumo ao desenvolvimento econômico e social. Imagens estas habilmente manejadas pelos promotores e participantes do movimento de luta pela terra no Sertão Carioca, em busca principalmente de adesão e apoio dos vários segmentos da sociedade civil da então eferescente Capital da República.

²² *O Globo*, 09/05/1951. p. 1.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**“EXPERIMENTALISMO INSTITUCIONAL”: DILEMAS E CONFLITOS ENTRE A
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AÇÕES COLETIVAS EM
TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS**

Paulo Cesar Oliveira Diniz¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento territorial – política governamental que passou a ser implementada a partir de 2003 – sob a perspectiva de um processo de “experimentalismo institucional”. Primeiramente, discute-se como um “território” pode ser concebido socialmente por agricultores de base familiar, organizações de representação e de apoio, tendo como referência “identidades” construídas a partir de várias fontes. Num segundo momento, aborda-se os dilemas e conflitos em torno da política de desenvolvimento territorial, destacando especialmente a relação entre os governos e as experiências sociais em curso nos territórios.

Palavras-chave: Experiências sociais; Desenvolvimento Territorial; Experimentalismo institucional.

1. Introdução

Nos últimos anos, a noção de “desenvolvimento territorial” tornou-se um lugar comum no discurso governamental e nas políticas públicas orientadas para o mundo rural no Brasil. Com isso, o território passou a ser pensado como a unidade que melhor dimensionava os “laços de proximidade” entre pessoas, grupos sociais e instituições que poderiam ser mobilizadas e convertidas em trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. A intenção era que, com base em políticas locais e experiências sociais, a iniciativa política pudesse modificar o território e fortalecer a sociedade civil organizada (BRASIL, 2005).

Partia-se do pressuposto de que a coordenação das ações de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) somente encontraria significado, projetando uma nova maneira de governar e de interagir com a sociedade civil, se fosse adotada, plenamente, a “abordagem territorial”. Assim, o foco das políticas passou a ser o território, pois ele combinava a proximidade social (favorecendo a solidariedade e a cooperação), com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos e organizando

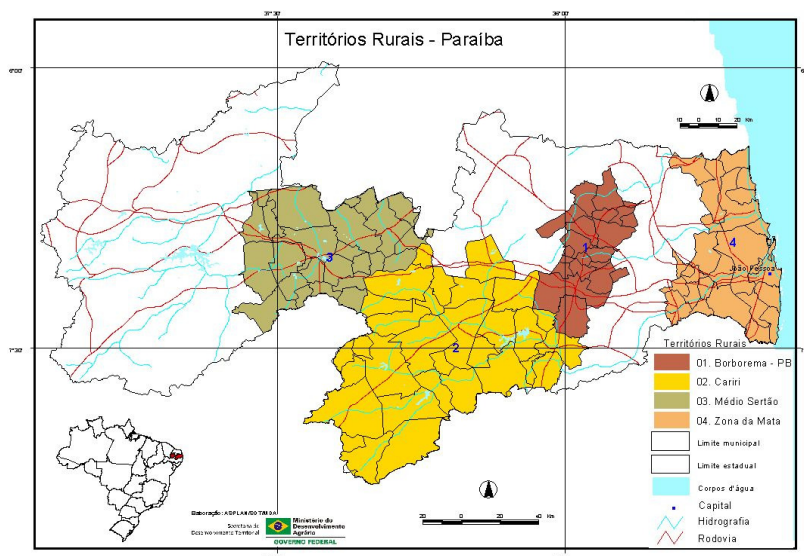
¹ O autor é doutor em sociologia pela UFPB/UFCG. Atualmente é professor temporário na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail para contatos: p.diniz@uol.com.br

melhor o acesso ao mercado interno. O foco no território, enfim, buscava ainda compartilhar uma identidade cultural, fornecendo uma sólida base para a coesão social e territorial: “verdadeiros alicerces do capital social” (BRASIL, 2005).

O esforço de compartilhar uma identidade cultural, fornecedora de uma sólida base para a coesão social, tornou-se então um objetivo e uma meta a se perseguir. Dentre os territórios homologados (para efeito de intervenção governamental) pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) em 2003 (conforme quadro 1, abaixo), o “Território da Borborema” foi uma das experiências prioritizadas pela SDT/MDA para a implementação da política de desenvolvimento territorial (experiência que será a base da reflexão aqui).

Inicialmente, vale ressaltar que o espaço agrário da Borborema pode ser caracterizado como um território formado por atores sociais (no caso, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores rurais, etc.) que já compartilhavam uma “identidade coletiva”. Identidade esta construída, segundo Castells (1999), por meio de um “processo de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, estes prevalecendo sobre outras “fontes de significados”. Construídas num contexto de relações de poder, algumas identidades podem ter por base uma “resistência” coletiva e, progressivamente, transformarem-se em identidades de projetos.

QUADRO 1
Mapa dos territórios homologados na Paraíba (SDT/MDA, 2003).



Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT.²

² De acordo com o Sistema de Informações Territoriais – SIT. Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. Disponível em: <http://serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/territorio_sintese.php>. Acesso em: 09 Out. 2006.

Ainda de acordo com Castells (1999, p. 24-25), a identidade de resistência, por um lado, é construída por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, criando trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo em princípios opostos a estas instituições. Nesse caso, a construção da “identidade destinada à resistência” dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão (em geral com base em identidades que aparentemente foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia).

Por outro lado, a identidade de projeto é construída quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Assim, é uma identidade que produz “sujeitos” (diferentemente de indivíduos), isto é, um ator social coletivo pelo qual “indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”. Nesse caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, conclui Castells (1999, p. 24; 26).

Pode-se dizer então que na Borborema estas identidades (de resistências e de projetos) foram ganhando sentido graças ao peso econômico e importância social da agricultura de base familiar e sua atual configuração no “território” e, ao mesmo tempo, pelo papel histórico dos movimentos sociais rurais e de suas lutas, bem como pelas experiências atuais de desenvolvimento no campo da agroecologia. São estes atributos que dão sentido e “identidade” aos atores coletivos aí presentes, constituindo-se numa ação coletiva denominada de Pólo Sindical da Borborema. É a construção dessa identidade que buscaremos apontar, destacando sua trajetória de resistência, até o momento de construção de uma identidade de projeto – *um território agroecológico* – que, embora ainda nebulosa em muitos aspectos, destaca-se no estado da Paraíba.

2. De resistências a projetos: identidades (des) construídas

No território da Borborema, a agricultura de base familiar sempre teve uma grande importância. Sua presença é fortemente comprovada por meio das últimas estimativas feitas no Brasil. Aí, ela representava mais de 90% dos estabelecimentos rurais existentes, produzindo algo em torno de 60% do valor total da produção agropecuária. Em alguns

municípios, essa produção chegava a mais de 90%. Ao mesmo tempo, era um setor que servia de fonte de trabalho para muita gente, representando 90% do total de pessoas ocupadas na agropecuária (enquanto a agricultura patronal ocupava apenas 8,6% desses trabalhadores). Sem contar a forte densidade demográfica da população rural que ficava em torno de 50% em relação à população geral.³

Mas seu contexto atual, por si só, não é suficiente para explicar o surgimento do Pólo Sindical da Borborema. Sua trajetória atual tem por base a luta dos agricultores da região que resistiram às crises do setor (secas e desemprego) e às pressões da grande propriedade, lutando contra a “subordinação da terra à monocultura e à pecuária” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 300). Mas essa “insubordinação”, segundo Moreira e Targino (1997), fora alvo de diversos tipos de violência no campo, como despejos, destruições de casa e de lavouras, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Basta lembrar, dentre vários, o assassinato de Margarida Maria Alves, líder sindical de Alagoa Grande/PB, ocorrido em 1983. Esse aspecto pode ser considerado como uma das fontes da identidade do Pólo Sindical da Borborema, isto é, o processo histórico de opressão aos agricultores, mas também de lutas e resistências por parte destes agricultores de base familiar na região.

Um segundo aspecto diz respeito ao padrão de desenvolvimento adotado na Borborema. Durante séculos, esse desenvolvimento foi centrado em ciclos econômicos (MOREIRA e TARGINO, 1997) que se sucediam, dependendo mais de fatores externos que internos como a demanda internacional e o preço dos produtos: os ciclos da cana-de-açúcar, do algodão e do sisal, são exemplos. Mais recentemente, na segunda metade do século XX, esse processo de desenvolvimento sofre uma mudança profunda – a “modernização agrícola” – principalmente, no sentido técnico, repercutindo sensivelmente nos campos social e político. A “modernização” da produção na região, especialmente, estimulando a expansão da pecuária (cf. PALMEIRA, 1989) e o fortalecimento do setor canavieiro (modernização que respinga em algumas culturas mais localizadas como a batatinha que, por sua vez, também influenciou nesse processo) vai provocar mudanças profundas na Borborema.

Essa lógica desenvolvimentista, que Almeida (1999, p. 31) vai denominar de “racionalidade da modernização”, grosso modo, concentrou-se em alguns setores produtivos – sem alterar o histórico e concentrado sistema de posse e uso da terra – e na transnacionalização da economia em geral. E até que produziu certo efeito “positivo” até o

³ Os dados citados têm por base o Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, os dados do documento base do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, de 2000 (disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/doc/AgriFam.htm>>) e o Censo Populacional de 2000 também do IBGE (disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>) Acesso em 12 Jan. 2007. (cf: DINIZ, 2007).

início dos anos oitenta, mas a crise econômica brasileira muito visível a partir de 1979 (para a qual muito influenciou a modernização oficialmente induzida), iria conduzir a manifestações de contrariedade em relação ao modelo de desenvolvimento instituído.

Daí que, em função do caráter excludente do processo de modernização da agricultura, observou-se, nas últimas décadas, uma organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência à sua exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. É nesse contexto, contra essa “racionalidade instituída” no modelo de desenvolvimento rural e contra a exclusão que ele provoca, que surge um “movimento de contestação” (ALMEIDA, 1999) ou a construção de uma “identidade de resistência” (CASTELLS, 1999) que tem como inimigo a “racionalidade da modernização” da agricultura.

Ou seja, os atores e grupos sociais que questionam, em diferentes níveis, o padrão de desenvolvimento instituído ou dominante (ou sua forma mais visível: exclusão da terra, monocultura, latifundização, etc.), começaram a se constituir na década de setenta. A organização dos trabalhadores rurais na Borborema, para relembrar a idéia central aqui, ocorreu sob algumas frentes de luta e de “resistência” (para usar os termos de Castells, 1999): contra a exploração do trabalho, contra a expulsão e/ou expropriação da terra. Essa luta foi comum a maior parte dos movimentos dos trabalhadores rurais na Paraíba, segundo Moreira e Targino (1997).

Além do mais, a luta pela terra, a resistência que opõem os pequenos agricultores à construção de barragens hidroelétricas que os ameaçam de expropriação, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e as reivindicações concernentes às políticas agrícolas, etc., de certa forma, foram fundamentais para um novo passo: elas estabeleceram condições favoráveis para uma experimentação mais ou menos sistemática e organizada de novas tecnologias, desde que mais adaptadas às necessidades e à situação da pequena agricultura familiar, segundo Almeida (1999).

Foram algumas destas orientações que guiaram o movimento de contestação, de protesto e, porque não dizer, de “resistência” no contexto da agricultura brasileira. Esse é um aspecto fundamental dentro da lógica dos movimentos sociais – a identificação de um problema comum, um “inimigo” – e essencial para a construção de identidades. Ou seja, para que uma ação coletiva se consolide enquanto tal precisa ter clareza do problema que afeta coletivamente os indivíduos. A lógica excludente da “modernização” agrícola passa a ser a problemática para muitas ações coletivas em todo o Brasil, inclusive na região da Borborema.

Contudo, se é importante a visualização do problema comum pela ação coletiva, afirma Castells (1999) que não é menos importante a “meta social”, o benefício coletivo que os movimentos sociais precisam visualizar num horizonte. É esse o sentido do processo de experimentação sistemática, abordado acima por Almeida (1999).

Na Borborema, o Pólo Sindical soube construir ações coletivas que buscavam a “emancipação” da agricultura familiar; ações que implicitamente continham um “projeto” de sociedade. O princípio básico da ação do Pólo Sindical da Borborema era a construção de outro “modelo” de desenvolvimento rural. Justamente aí, encontra-se a “meta social” do movimento; um projeto de sociedade em que se busca a mudança de estruturas opressoras, consideradas como fontes da problemática vivenciada pelos indivíduos. Um outro padrão de desenvolvimento rural deve contemplar o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar, e ter a agroecologia como suporte tecno-científico, ou seja, a agroecologia como a base para se estabelecer um espaço de diálogo e de inter-relação entre saberes (cultural, técnico e científico), diálogo este que é fundamental para “construção do conhecimento agroecológico” (SILVEIRA, PETERSEN e SABOURIN, 2002, p. 123).

Introduzida e difundida no Brasil⁴ pelas Organizações Não-Governamentais – as ONG’s – a agroecologia foi entendida, inicialmente, como um “arsenal de técnicas alternativas” contra as técnicas propagadas pela “Revolução Verde”, especialmente nos países latino-americanos, a partir dos anos 60, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias por meio de uma cadeia articulada de processos e atividades que logo passariam a ser conhecidas como “pacote tecnológico” da agricultura moderna e contemporânea. Os objetivos almejados por essa agricultura moderna, diz Altieri (1998), correspondiam à conjuntura e aos cenários dos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial: uma visível crise de oferta no mercado de cereais, o aumento inquietante do crescimento demográfico e, em conseqüência, a previsão “neomalthusiana” de uma iminente catástrofe alimentar, com potenciais convulsões sociais e políticas.

Dados os relativos resultados esperados, a crise agrícola e ambiental existente hoje resulta do fracasso do “paradigma” dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento rural de modo equânime e “sustentável”. Não foram

⁴ Petersen e Almeida (2004, p. 15), por sua vez, vão dizer que foi a partir das CEB’s – Comunidades Eclesiais de Base (isto é, da valorização dos ambientes locais de organização sócio-política) que o movimento agroecológico no Brasil deu seus primeiros passos. Não só os principais movimentos sociais no campo, mas também grande parte das ONG’s hoje dedicadas à promoção da agroecologia tiveram suas origens ligadas aos grupos constituídos pelas CEB’s com o apoio da CPT.

capazes de atingir os mais pobres e nem de resolver o problema da fome ou ainda das questões ambientais. Assim sendo, a proposição agroecológica se apresenta como uma aspiração geral a outra forma de agricultura e desenvolvimento, sendo difundida, na América Latina e no Brasil, exatamente como este padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica (ALTIERI, 1998).

Na Paraíba, a abordagem agroecológica foi introduzida de forma sistemática pela AS-PTA, ONG que se instalou no estado em fins de 1993⁵. A opção pela região da Borborema fundamentou-se no fato de que a região continha as “condições ideais” para implantação desse novo padrão de agricultura: detentora de uma relativa base social (composta de pequenos e médios agricultores) capaz de otimizar o uso da agroecologia, conforme Almeida (1999, p. 89).

Enfim, pode-se concluir que o Pólo Sindical da Borborema – como uma articulação política de sindicatos rurais – surge dentro de um contexto de resistência e de contestação ao modelo dominante de desenvolvimento rural, mas seu campo de ação e “resistência” sofre uma significativa ampliação, passando a ter como “meta social” a construção de outro padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na agroecologia. De modo que, ao receber influências do movimento agroecológico, o Pólo da Borborema passou a cumprir, estrategicamente, uma função de “base de sustentação política” para a construção de outro padrão de desenvolvimento rural na região, além de atuar no nível de consciência e de organização da sociedade (ALMEIDA, 1999, p. 90).

Ao assumir um significado político, o Pólo Sindical da Borborema passa a ser portador de uma identidade territorial que poderia ser definida como o “*território agroecológico da Borborema*” (DINIZ, 2007). Aí, o Pólo assume o papel de criar uma “hegemonia” sobre os outros atores que estão presentes na construção da abordagem territorial. Hegemonia entendida aqui no sentido gramsciano: de conduzir a sociedade civil a uma outra estrutura social, aquela hegemonia conquistada propriamente no plano cultural, expressando, assim, a capacidade de um grupo específico para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade, produzindo consensos em termos de seu “projeto político” (COSTA, 2002, p. 40). O Pólo se apresentava, naquele momento de criação do território da Borborema pela SDT, como esse ator que poderia levar a consensos, especialmente, no sentido de mudar o padrão

⁵ Para conferir a trajetória da AS-PTA (inclusive na Paraíba) ver seu portal, disponível em: <www.aspta.org.br>.

de desenvolvimento na região, construindo um território com uma identidade compartilhada em torno de um “significado” político e cultural.

3. Dilemas e conflitos em torno do desenvolvimento territorial

A “abordagem” em torno do desenvolvimento territorial, como política governamental, em princípio, buscou estabelecer novas bases na “dialética” entre Estado e sociedade civil, desencadeando um movimento com uma potencialidade inovadora na política brasileira, centrando-se em três aspectos: (i) a função e o papel que o Estado assumiu a partir do momento de introdução da “abordagem territorial nas políticas governamentais; (ii) o caráter de ampliação e inovação de espaços institucionais de participação dado pelo governo, instituindo – no sentido de “alargamento” das formas anteriores – novas formas e buscando incluir novos atores no cenário político; e por fim, (iii) uma relativa aposta na criatividade e inovação de experiências sociais de desenvolvimento e de inclusão social no âmbito da sociedade civil tomadas como referência de políticas públicas – “aprofundando” as mudanças pretendidas na estrutura da sociedade como um todo (DINIZ, 2007).

Ressalte-se, inicialmente, que a posse do governo Lula trouxe um misto de confiança e desespero, clima que tomou conta do país, segundo Nogueira (2005). Para os mais otimistas, o país estava iniciando uma espécie de reencontro consigo mesmo e, portanto, caminharia rapidamente tanto para a superação da agenda neoliberal e recessiva do governo anterior, como também para um progressivo resgate da sua dívida social. Por outro lado, ainda de acordo com Nogueira (2005), havia o problemático cenário econômico interno e externo, de modo que muitos previam que o “novo” governo não teria condições técnicas e políticas (idéias e governabilidade) para enfrentá-lo, descortinando-se assim um cenário quase trágico para o país.

É nesse contexto que estão colocados os aspectos citados acima. Apesar do diagnóstico feito por Nogueira (2005), a abordagem territorial colocou um desafio para as políticas públicas e para as organizações da sociedade civil: investir num processo de aprendizagem, considerado, até certo ponto, de experimentação. Daí que aqueles aspectos – papel do Estado, ampliação de espaços de participação e fortalecimento das experiências sociais – nos indicam, em perspectiva, a instalação de um “experimentalismo institucional” (SANTOS e AVRITZER, 2002), pois pressupõem um processo de formação mútua e responsabilidades compartilhadas na concretização dos objetivos pretendidos pela política governamental como um todo, qual seja, avançar em direção a novos “paradigmas” baseados

na “necessária articulação de políticas nacionais com iniciativas locais inovadoras” (BRASIL, [2003]). Em específico, as políticas com abordagem territorial estavam inseridas nessa intenção.

Com base na experiência específica do Território da Borborema e, de forma geral, no processo ocorrido no estado da Paraíba, destacaremos alguns aspectos desse “experimentalismo institucional” e de como ele contribuiu – ou não – para o alargamento e aprofundamento das relações entre Estado e sociedade. Em primeiro lugar, toda a reflexão inicial do desenvolvimento territorial concentrou-se sobre a linha do “Pronaf infra-estrutura e serviços municipais” e suas novas orientações. A principal mudança, a partir de 2003, foi que essa linha de financiamento saiu do âmbito de decisão municipal e passou a ser definida no âmbito do território. Essa era uma das justificativas que embasavam a abordagem territorial, pois a escala municipal era muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando a promoção do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a escala estadual seria excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisavam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa (BRASIL, 2005).

O fato é que essa nova orientação gerou situações ambíguas entre o que se definia como ações estratégicas para o território e o processo de implementação, ainda restrito à responsabilidade municipal, de modo que se esperava pela sensibilidade e “boa vontade” dos prefeitos em executar as ações de acordo com as decisões tomadas no âmbito territorial.

A questão central aí foi que, embora a abordagem territorial pretendesse ser uma política de desenvolvimento rural que buscava a integração de ações, recursos e esforços, todavia, ficou refém apenas dos recursos destinados anteriormente ao Pronaf Infra-estrutura. Para os movimentos sociais – especialmente no caso do Pólo da Borborema que tinha uma forte base territorial – apesar dos escassos recursos, essa mudança já era, por si, uma “inovação”, pois ampliava os espaços de decisão (sair do âmbito municipal) e compartilhava as responsabilidades (saindo da centralização das prefeituras) em torno de ações financiadas no âmbito da antiga linha de financiamento do Pronaf Infra-estrutura. Dessa mesma opinião não compartilhavam os prefeitos dos municípios envolvidos com o desenvolvimento territorial. Na realidade, no contexto municipal as decisões sobre as políticas de desenvolvimento rural – incluindo aí o caso do Pronaf Infra-estrutura – eram centralizadas na prefeitura e, ao mesmo tempo, a causa de muitos conflitos entre o aparato estatal municipal e a sociedade civil local. Em muitos municípios do território da Borborema os conflitos eram acirradíssimos a ponto do debate girar em torno dos “partidários” do prefeito e dos “aliados” do sindicato dos trabalhadores rurais (cf. BONNAL et al, 2007). Assim, os prefeitos viam o

desenvolvimento territorial como uma ameaça a seu poder, um risco que precisaria ser minado. Isso ocorria geralmente por meio de boicotes aos projetos decididos e compartilhados no nível territorial: planejava-se coletivamente, elaborava-se no âmbito territorial, mas não se executava no plano municipal.

Outro aspecto a ser analisado tem a ver com a relação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural com os “fóruns” territoriais. A formação de um coletivo territorial, em muitos lugares, esvaziou os conselhos municipais que ficaram sem “função”, tendo em vista que muitos destes tinham como objetivo principal definir e fiscalizar a aplicação do Pronaf infra-estrutura.

Isto é, ao passo que eram definidas as novas orientações para o Pronaf Infra-estrutura (conforme citado acima), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) passava também por uma reestruturação. A partir desse momento ele ficou conhecido pela sigla CONDRAF e buscava se consolidar como um espaço de orientação de políticas públicas para o desenvolvimento rural e, ao mesmo tempo, um espaço paritário representando a consolidação da relação entre governo e sociedade civil em favor do fortalecimento e da integração de “todos os programas de inclusão social, de combate à pobreza, de reforma agrária e da agricultura familiar” (cf. DINIZ, 2007).

Além disso, o CONDRAF passaria a desempenhar um papel fundamental para que o desenvolvimento territorial pudesse alavancar, reorientando a formação e a ação dos conselhos estaduais e municipais existentes. Esperava-se uma “reação em cascata” a partir da reestruturação do (antigo) CNDRS, no sentido dos estados e municípios também começassem a reestruturar os seus conselhos de desenvolvimento rural, ganhando maior dinamismo e participação e ajustando-se à nova estratégia da SDT.

Importante destacar que desde o início da adoção da abordagem territorial pelo governo, havia um pessimismo generalizado em relação aos conselhos de desenvolvimento rural existentes em todo o país, pois apesar de serem uma condição essencial para a descentralização das políticas e destinação de recursos aos municípios, muitos conselhos ainda careciam de desenvolvimento do “capital social”, uma vez que eram poucos os atores sociais que participavam efetivamente das atividades dos conselhos, além do mais a ocorrência de desvios freqüentemente desvirtuavam a participação e o controle social (BRASIL, 2005).

Diagnosticado o problema (muitas vezes chamado de “prefeiturização” dos conselhos), não se percebeu nenhuma ação concreta da SDT para sanar o problema. Ao contrário, verificou-se que muitos conselhos ficaram órfãos do Pronaf Infra-estrutura, pois

perderam, em grande parte, o sentido de sua existência uma vez que nesse novo contexto a abordagem territorial extrapolou os limites municipais.

O fato é que pela ausência de uma ação formativa para os conselhos municipais, ocorreu que a abordagem territorial, na sua intenção de ampliar a escala e os atores, não poderia ter desconsiderado o papel dos conselhos e de outras instâncias municipais de gestão, elaboração e controle de políticas públicas, pois são os conselhos municipais que, de direito, foram os veículos de controle social no âmbito da descentralização política do país nos anos 90 (MARQUES, 2004). Se serão os únicos ou se ainda são os mais adequados, isso é questionável, mas não o é o seu direito de estar presente nesse processo geral de descentralização (seria melhor dizer, desconcentração) de políticas públicas e de controle social. Eles também fazem parte do processo histórico de democratização e de conquistas por parte da sociedade civil no país.

Em conclusão, apesar dos vários conflitos e dilemas (dentre vários, os explicitados acima), pode-se dizer que esse processo foi um verdadeiro processo de “experimentalismo institucional”, representando uma forma de “complementaridade” da vivência democrática na sociedade rural brasileira, uma vez que, segundo Santos e Avritzer (2002, p. 76), essa complementaridade passa, justamente, por uma articulação mais profunda entre a representação e a participação, associando ao processo de “fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política”, recolocando na pauta democrática, por um lado, as questões da pluralidade cultural e, por outro, a necessidade de inclusão social.

Contudo, justamente por ser um “experimentalismo”, o processo de desenvolvimento territorial alavancado na Paraíba, em especial, mas de forma geral em todo o Brasil, apresenta muito mais potencialidades do que concretude. Isto é, a idéia se mostrou promissora, todavia na prática percebia-se uma baixíssima identificação dos atores envolvidos no desenvolvimento territorial. Especialmente no caso de muitos municípios, fazer parte do território significava brigar por recursos para “meu” município, sem uma preocupação mais ampliada com o desenvolvimento rural. Deduz-se então que os territórios foram definidos muito mais por decreto governamental (governo federal e governos estaduais), do que por um processo de “construção social”, com alguma identidade compartilhada pelos diversos atores sociais, conforme descrito na primeira parte. Isto é, cada área definida como território pela secretaria do MDA tinha muito mais uma função de região administrativa, no sentido de se criar uma nova institucionalidade – maior que o município e menor que o estado – que pudesse “potencializar” o uso dos poucos recursos disponíveis.

Enfim, ficou claro na Paraíba as lacunas da estratégia de “formação” da SDT no sentido de perceber e valorizar o histórico de lutas e de construção de alternativas (o que a SDT muitas vezes definia como “capital social”) e de buscar um “pacto de concertação” tendo por base “identidades compartilhadas”. Ao contrário, em determinadas situações, colocou-se em questão o pacto federativo, rompendo algumas regras sem ter uma alternativa institucional que pudesse colocar em prática nesse novo contexto de desenvolvimento territorial. Afinal, o território teria legitimidade para tomar as decisões referentes aos recursos e ações para os municípios? Os municípios, por sua vez, seriam obrigados a aceitar as definições impostas no âmbito territorial? E a autonomia das esferas (estatais) administrativas?

Mas também são questões que podem ser formuladas de outra maneira, uma vez que em muitas regiões, estes espaços de fato se mostraram complementares aos processos de decisão política, destacando especialmente os ganhos por parte da sociedade civil: então como transformá-los, de direito, em espaços de participação? Como institucionalizar os espaços de planejamento e de decisão no âmbito territorial? São questões que devem receber especial atenção caso decida-se por prosseguir com esse “experimentalismo” – a estratégia de desenvolvimento territorial (como o governo já tem demonstrado ao criar os “territórios da cidadania”).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. 1999. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS.

ALTIERI, M. 1998. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

BONNAL, P. et al. 2007. As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: o caso do município de Lagoa Seca no Agreste paraibano. In: TONNEAU, J. P. e SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre/RS, Editora da UFRGS. (p. 261-280).

BRASIL. [2003]. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar/PRONAF. **Plano-safra para agricultura familiar 2003-2004**: Produzindo alimentos para um Brasil sem fome. [2003] (mimeo). Portal do Pronaf. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/documentos/PL_2003_4.doc>. Acesso em 19 Set 2006.

_____. 2005. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília. Série Documentos Institucionais SDT, número 01. (30p.). Portal da MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/SDT_Doc1.pdf>. Acesso em 17 Out. 2006.

CASTELLS, M. 1999. **O poder da identidade** (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2), 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. [Tradução: Klauss Brandini Gerhardt].

COSTA, S. 2002. **As Cores de Ercília**: esfera pública, democracia e configurações pós-nacionais. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG.

DINIZ, P. C. O. 2007. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”**: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil - experiências no Semi-Árido. Campina Grande. 237p. Tese de doutorado em sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB-UFCG.

MARQUES, P. E. M. 2004. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. IN: SCHNEIDER, S. SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. (p.51-119).

MOREIRA, E. e TARGINO, I. 1997. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPb.

NOGUEIRA, M. A. 2005. **Um Estado para a sociedade civil**: Temas éticos e políticos da gestão democrática. 2ª edição. São Paulo, Editora Cortez.

PALMEIRA, M. 1989. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, nº 7, set-dez. Portal do SCIELO Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Ago. 2006.

PETERSEN, P. e ALMEIDA, S. G. de. 2004. **Rincões transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. AS-PTA, Rio de Janeiro. (versão provisória: mimeo).

SANTOS, B. de S. e AVRITZER, L. 2002. Para ampliar o cânone democrático (Introdução). IN: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos. V. 1) p. 39-82.

SILVEIRA, L. M., PETERSEN, P. e SABOURIN, E. (Org.). 2002. **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido**: avanços a partir do Agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

“PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL: A POLÍTICA DAS ÁGUAS”

Rogério de Souza Bispo¹

Resumo

O trabalho aborda o debate sobre o desenvolvimento rural a partir da participação da sociedade civil, nas políticas de recursos hídricos, na pauta do Estado brasileiro. Para isso, é fundamental discutir a Lei 9.433/97, conhecida como "leis das águas", e verificar a participação dos atores sociais que representam os interesses dos agricultores familiares na intermediação de políticas públicas de recursos hídricos capazes de proporcionar um desenvolvimento rural que valorize a lógica de vida destes agricultores. Dividiremos este trabalho em duas partes: onde na primeira consideramos o que os autores que trabalham com a participação e descentralização falam a respeito destes temas; na segunda, tentamos relacionar a discussão do desenvolvimento rural com os marcos legais dos recursos hídricos no Brasil.

Palavras-chave: Participação; Desenvolvimento Rural; Recursos Hídricos

1. Introdução

As causas que fazem ou não um agricultor possuir água e as conseqüências de quem tem ou não é o que me faz pensar em discutir as políticas públicas das águas, já que, ao meu ver, é através da participação dos agricultores familiares nas políticas hídricas que se tem a possibilidade de engendrar um desenvolvimento no mundo rural possível de garantir ou não a continuidade destes sujeitos em permanecer nos seus territórios com uma identidade de luta pela vida. Em outras palavras, a participação nas políticas públicas das águas é uma das maneiras que os agricultores familiares terão para alavancar um desenvolvimento no seu espaço capaz de garantir a reprodução da unidade familiar.

O "habitus" dos agricultores familiares de achar que a água sempre foi um recurso dado pela natureza, isto é, "esperam dos céus chover", dificulta a compreensão da necessidade de participação, além disso, acreditam no "presente" do Estado de mandar o carro pipa abastecer suas comunidades.

Com os esclarecimentos de outros agentes mediadores (movimentos sociais e sindicais) é que se tem uma maior clareza da real necessidade da participação como forma de

¹ Professor da UNEB e Doutorando na UFRN.

reivindicação e legitimação dos seus interesses e direitos, possibilitando com isso, no mínimo, uma produção para o auto consumo e, conseqüentemente, conseguir a segurança alimentar.

A nossa proposta, neste trabalho, é analisar, o desenvolvimento rural a partir da participação da sociedade civil que representa a agricultura familiar, nas políticas de recursos hídricos, na pauta do Estado brasileiro.

Partindo do pressuposto que a política de água não pode ser dissociada das políticas de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, requer que sejam tratadas em associação com o conjunto de políticas públicas, é necessário pensar a participação na política das águas e suas interações com as políticas agrícolas, com o uso do solo, com a saúde pública, com o abastecimento, etc., enfim, com a transversalidade que leve em consideração os ecossistemas e as estruturas socioeconômicas que incidem na vida dos agricultores familiares.

Para isso, é fundamental discutir a Lei 9.433/97, conhecida como "leis das águas", e verificar a participação dos atores sociais que representam os interesses dos agricultores familiares na intermediação de políticas públicas de recursos hídricos capazes de proporcionar um desenvolvimento rural que valorize a lógica de vida destes agricultores. Sabemos que a lei preconiza a participação da sociedade organizada, que luta para que todos tenham acesso aos bens ambientais como um direito, isto é, a água como um bem público e um direito básico.

Sendo assim, não é mais possível termos no mundo rural um desenvolvimento que eleva a renda de uns poucos, com o crescimento econômico, principalmente daqueles que conseguem inserir seus produtos no chamado agronegócio, utilizando-se de água como se fosse um bem privado e ilimitado.

Dividiremos este trabalho em duas partes: onde na primeira consideramos o que os autores que trabalham com a participação e descentralização falam a respeito destes temas; na segunda, tentamos relacionar a discussão do desenvolvimento rural com os marcos legais dos recursos hídricos no Brasil. Assim, concluímos com o questionamento da participação propiciadora de um desenvolvimento rural, capaz de garantir a água, este bem tão precioso, e vital para sobrevivência dos agricultores familiares.

2. Participação & Descentralização

No Brasil a Lei 9.433/97 (lei das águas), nos seus fundamentos, afirma que "a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades". Convém, no entanto discutir a participação e descentralização, a partir de diversos autores que estudam as temáticas, buscando

compreender a importância para sociedade na utilização destes mecanismos, no que se refere a gestão das águas.

Segundo JACOBI (1993), quando se fala em torno da participação em algum nível de ação do Estado, frequentemente está se aludindo a diversos tipos de ações que correspondem a diferentes referenciais teóricos opostos e contraditórios pois existem diversas formas de interpretar e conceber a participação, que estão estreitamente vinculadas a diferentes concepções políticas e econômicas, marcadas pela ambiguidade e pelos limites da inserção.

Para alguns, o conceito de participação não se refere a um fenômeno singular e delimitado, mas a um conjunto de processos inter-relacionados que mantêm uma certa autonomia permeados por uma noção de conflito. Para outros, a noção de participação é concebida em relação a uma maior eficiência da ação estatal (BORJA,1988).

Na concepção da democracia liberal, a participação é compreendida como a pressão popular, através da apresentação de demandas ao Estado, que decidirá sobre as condições de respondê-las. Aqui, a administração pública se reserva o poder de decidir em nome dos interesses coletivos, justificando que esse poder lhe foi delegado através do voto.

Em outras concepções de participação, que se dizem progressistas, isto é, entendida como o engajamento da população na realização de obras da administração pública, sendo o povo convidado a contribuir com a sua energia, o seu tempo, seu esforço, para realizá-las, a exemplo das parcerias; nestas cabe as autoridades a decisão e administração das propostas.

Nestas várias concepções de democracia, colocadas em prática nos últimos anos pelos governos, há avanços importantes em relação ao regime autoritário. Nelas, os movimentos sociais são reconhecidos como interlocutores legítimos dos governantes. Mas, ainda assim, a população é considerada incapaz de decidir sobre as suas reivindicações e precisa ser tutelada pelos governantes, que reservam para si o poder de decisão.

Neste trabalho a participação é entendida como uma intervenção periódica, refletida e constante nas definições e nas decisões das políticas públicas. Fazendo-se isso através das entidades da sociedade civil, associações e movimentos populares, a partir de uma posição de autonomia destas formas de organização popular frente ao Estado. Não só se reconhece a capacidade da população de tomar decisões políticas e torná-las práticas sociais efetivas, mas vai-se além, atribuindo ao Estado a responsabilidade de estimular esse tipo de participação e contribuir para o florescimento de uma nova cultura política (CACCIA BAVA, 1994).

A institucionalização da participação representa mudanças político-culturais que envolvem a própria prática dos movimentos sociais na sua relação com o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Esse propósito apresenta, para as administrações públicas, a necessidade de imprimir transparência às ações de governo, criar mecanismos que permitam o acesso da população às informações, promover iniciativas que estimulem a organização popular e possibilitem o acompanhamento, a fiscalização dos projetos governamentais, além de criar espaços públicos plurais de formulação negociação e decisão das políticas públicas.

Nos últimos anos, a busca de alternativas para a modernização da gestão pública brasileira tem sido altamente influenciada pelas idéias de participação e descentralização com os objetivos, conforme RIBEIRO (1995), de: 1- limitar e partilhar o poder do Estado e com isso combater o fisiologismo e o clientelismo; 2- aumentar o comprometimento dos governos com a pauta social, quebrando assim um dos eixos da espoliação urbana; e 3- aumentar a eficácia da ação administrativa.

Em um país onde atrasos sociais e econômicos eram sempre associados a centralismo e autoritarismo, nada mais natural que a descentralização político-administrativa aparecesse como proposta inicial, senão por mera contraposição à prática histórica da centralização.

Neste caso, a descentralização constituiria o primeiro passo para conceder mais poder a atores políticos locais antes submissos e dependentes do poder central. Além do mais, a descentralização facilitaria novas formas de participação democrática por permitir a articulação e agregação de interesses comunitários antes desconsiderados pelo sistema político. Assim, as propostas de descentralização apresentavam-se atrativas, pois insinuavam que os ideais democráticos seriam mais eficazmente alcançados.

Essas propostas tornaram-se comuns nas nações em desenvolvimento, pois em alguns países do primeiro mundo isso já era realidade, que procuravam construir uma gestão pública mais democrática, pois participação e descentralização implicam redistribuição dos recursos de poder político.

Conforme MOTTA (1994), o movimento de descentralização nos países desenvolvidos concorre para divulgar as seguintes crenças ou propostas: a necessidade de se instituir políticas de "devolução" do poder usurpado; descrença nos aparatos administrativos centrais, vistos como distantes, inacessíveis, ineficientes e desinteressados do bem-estar comunitário; e reestruturação da vida político-administrativa local, não só para a prestação de serviços antes centralizados, mas também para permitir o exercício mais eficiente dos direitos de cidadania.

No Brasil contemporâneo, a descentralização, os novos processos eleitorais e os novos dispositivos constitucionais ajudaram a levantar ou a reacender expectativas sobre mais e

melhores serviços, o que pôde facilitar maiores rupturas nas estruturas políticas tradicionais e o surgimento de novas formas de gestão.

Porém, o que se nota é a ineficácia da administração pública em relação à equidade política, econômica e social, tendo-se aguçado para não só redefinir as funções de Estado, mas também contornar as instituições públicas existentes. Por exemplo, a proliferação de organizações não-governamentais (ONG's) e de grupos comunitários diversos têm contribuído para o surgimento de propostas para passar à sociedade uma série de tarefas antes vistas como exclusivas do Estado. Desse modo, a participação comunitária tem sido um dos instrumentos mais usados para garantir a influência na gestão de órgãos públicos e a representatividade política.

MOTTA (1994), ainda afirma, que as propostas contemporâneas deixam implícitos os seguintes elementos: a descrença nos mecanismos políticos tradicionais e nas instituições especializadas, como os partidos políticos, para apresentar novas alternativas de política pública; a visão de que os governos agem, prioritariamente, para beneficiar grupos preferenciais e ajudar a coalizão de poder; e o reconhecimento de que existe barreiras burocráticas "intransponíveis" na administração pública, tanto para a obtenção de serviços rotineiros, quanto para o recebimento de atenção social, como saúde e educação.

Apesar disso, a reflexão em torno do tema da participação tem uma estreita vinculação com os processos de descentralização político-administrativa e de ampliação das possibilidades de democratização da gestão local.

Nesse sentido, a participação e a descentralização são instrumentos privilegiados, pois a participação da comunidade na gestão pública tem sido proposta constante para a descentralização democrática e efetiva no Brasil.

O tema da participação converge com o debate sobre a descentralização que, por sua vez, tem se tornado cada vez mais fundamental ao processo de democratização da ação do estado e das suas práticas institucionalizadoras.

A descentralização representa, em teoria e neste artigo a possibilidade de ampliação para o exercício dos direitos dos cidadãos, a autonomia da gestão, a participação dos cidadãos na gestão pública e uma potencialização dos instrumentos adequados para o uso e a redistribuição mais eficientes dos recursos públicos, e neste caso se encontra as políticas hídricas.

Dessa forma fortalece a gestão pública aproximando o poder público na atuação de grupos sociais, permitindo verdadeiramente o controle democrático que não foi alcançado pela representação partidária ou eleitoral.

A descentralização para ser eficaz deve estar centrada no cidadão, aproximando-o do Estado. A simples promoção de uma divisão administrativa não resolve o problema. Pois ela, não é uma simples escolha de modelo mais eficiente de se administrar a coisa pública. A questão não é apenas a máquina administrativa, mas essencialmente o cidadão (SILVA, 1994).

No contexto brasileiro, o tema da participação e da integração da comunidade no processo de tomada de decisões vem assumindo importância crescente na compatibilização entre as transformações político-institucionais e o fortalecimento dos direitos de cidadania.

O objetivo principal é o de concretizar de forma mais direta e cotidiana o contato entre os cidadãos e as instituições públicas, de forma a possibilitar que essas considerem os interesses e as concepções político sociais no processo decisório. O que está em jogo neste processo é o estímulo a participação crescente da população, em geral, o dos setores mais carentes, em especial.

O desafio é ampliar as condições de apropriação dos bens e serviços públicos por uma vasta parcela da população, notadamente aquela que habita as regiões periféricas. Entretanto, a administração pública deve estar voltada para a implantação de canais de participação que permitam um amplo envolvimento de todos os grupos sociais.

Ao se falar em participação, fica explícita a potencial ruptura com o Estado centralizado verticalmente, e suas práticas de clientelismo, construídos para dificultar ou desestimular e inclusive não permitir a participação dos cidadãos nos assuntos públicos.

Estes limites vêm sendo crescentemente transgredidos pelos diversos e heterogêneos movimentos sociais e pelos novos atores políticos que desafiam a tutela e lutam pelos seus direitos e pela possibilidade de intervir na construção de novas formas de representação, organização e cooperação.

Portanto, o elemento determinante da democratização é a participação de representantes da sociedade civil nos processos decisórios de governo, pois segundo CACCIA BAVA (1995), desprivatizar a ação do Estado significa recuperar o sentido original da *res pública*, significa a construção de espaços públicos de negociação dos interesses distintos presentes na sociedade. Ou seja, significa estabelecer um campo de negociação entre os diferentes setores sociais que disputam os recursos e as orientações das políticas públicas.

A concepção da participação de dimensões política, propõe o aumento da eficiência das políticas públicas e da democratização das decisões, ressaltando a sua ocorrência em “*todas as etapas do processo decisório*” (GONDIM, 1990).

Em suma, a questão da descentralização tem se transformado num novo paradigma para as organizações, onde se juntam as idéias de modernidade administrativa e de democratização das tomadas de decisão. Da perspectiva das novas formas de governo e de administração pública, significa a possibilidade de uma maior democratização, e de que o Estado assuma um novo papel, deixando às comunidades e ao capital privado a realização de tarefas antes centralizadas por ele mesmo.

Nesse sentido, a descentralização proposta na política nacional de recursos hídricos se traduz, do ponto de vista institucional, na criação de instâncias colegiadas (comitês e conselhos), onde o poder de decisão é dividido com três setores pôr ela definidos: o poder público, os usuários da água e a sociedade civil, tirando das mãos do estado o monopólio da gestão de um bem público.

3. Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos

Com o entendimento que o desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) tendo sua trajetória principal na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). Este desenvolvimento deverá possuir uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos, caracterizado pela multissetorialidade e multifuncionalidade. Isto é, o rural deixa de ser o locus das atividades agrícolas e passa atender as diversas funções, desde á produção, passando pela fixação das sociedades rurais até a preservação ambiental.

No Brasil, o desenvolvimento rural vem sendo trabalhado pôr diversos autores (VEIGA, 2001; NAVARRO, 2001; SHNEIDER, 2003; etc.).

Em VEIGA (2001) o desenvolvimento rural (DR) passa pela valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, estímulo aos setores de serviços e a pluriatividade, estímulo ao empreendedorismo local e o “empurrão” do Estado para formação de arranjos institucionais locais. Já em NAVARRO (2001) o DR leva a implantação de políticas que estimulem alterações socioeconômicas.

Da mesma forma, SHNEIDER (2003) define o desenvolvimento rural resultante de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural, trata-se de um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados e se encontra no plano territorial.

Todavia, a partir da década de 80, consolida-se no mundo a discussão de um novo modelo de desenvolvimento, que tem como princípio central o conceito de sustentabilidade, e é neste contexto, desta agenda, que os estados brasileiros passam a discutir e redefinir seu arcabouço jurídico e institucional sobre recursos hídricos, o qual se fundamentam nos princípios da gestão descentralizada, integrada e participativa, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e água como um bem público e econômico.

Neste sentido, no Brasil, a "Lei das Águas" (9.433/97), constitui a água como bem público e prever a gestão dos recursos hídricos de forma descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

A Lei 9.433/97, institui a Nova Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos com objetivos de assegurar água em quantidade e qualidade para as gerações atual e futuras; a utilização racional dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável; a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (Lei 9.433/97, art., 2º).

No entanto, um dos desafios que se colocam para implementação da política de gestão participativa dos recursos hídricos, está a herança cultural e política de práticas clientelistas e conservadoras consolidadas na relação entre Estado e Sociedade, pois historicamente, as oligarquias rurais detiveram o controle dos órgão de implementação das políticas de combate a seca e reforçaram, em suas intervenções, a vinculação da propriedade da terra e da água (GARJULLI, 2003).

Com isso, a carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades, onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Mas, paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição.

Em fim, o controle se dá ainda pela privatização das águas públicas em açudes particulares, abertura de poços com dinheiro público em propriedades privadas e mercado da venda de água nos carros pipas para os pobres.

4. Conclusão

A política do diversos níveis de governo de valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça adotando metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, está sendo propagada na retórica deste modelo de desenvolvimento.

Pois, para o Estado Brasileiro vem-se priorizando a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados, incentivando processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas. Possibilitando, assim, um grande avanço no processo democrático do nosso país.

Porém, é importante investigar melhor as políticas das águas para não ficarmos supressos com os ganhadores deste desenvolvimento, pois falar em desenvolvimento rural é fortalecer as diversas identidades do mundo rural e principalmente a dos agricultores familiares.

5. Referências bibliográficas

- BAVA, S. C. 1995. Dilemas da gestão municipal democrática. In: VALLADARES, L., COELHO, M. (Org's.), *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 161-190.
- BAVA, S. C. 1994. *Democracia e Poder Local*. In: Polis nº 14, São Paulo, Polis.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- BORJA, J. 1988. A participação cidadina. In: Espaço e Debates (Revista de Estudos Regionais e Urbanos). *Poder Local: convergência entre estruturas, forças e agentes*. São Paulo, Núcleo de Estudos regionais e Urbanos.
- GARJULLI, R. 2003. *Os Recursos Hídricos no Semi - Árido*. In: *Ciência e Cultura* (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). *Gestão das Águas*. Ano 55, nº 04.

GODIM, L. M. 1990. *A participação popular na elaboração do Plano Diretor: aspectos operacionais*. Rio de Janeiro: IBAM (mimeo).

JACOBI, P. 1993. *Descentralização e participação: alcances e limites da inovação no município de São Paulo*. In: Serviço Social e Sociedade, vol.41.

MOTTA, P.R. 1994. *Participação e descentralização administrativa: lições de experiências brasileiras*. In *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro.

NAVARRO, Z. 2001. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Revista Estudos Avançado, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44.

RIBEIRO, L.C.Q. 1995. A (In)governabilidade da cidade? Avanços e desafios da reforma urbana. In: VALLADARES, L., COELHO, M. (Org's.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.107-160.

SHNEIDER, S. 2003. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará.

SILVA, J. A. 1994. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros.

VEIGA, J. E., et al. 2001. *O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, nº 1, NEAD.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

A COMUNIDADE E O RURAL: CONCEITOS E VIVÊNCIAS

Maria Cândida de Oliveira Costa¹
Cynthia Xavier de Carvalho²

Resumo

O presente texto apresenta uma discussão que perpassa pela demonstração da relação entre as mudanças sociais contemporâneas e as comunidades pertencentes ao mundo rural. O intuito é trazer um debate teórico sobre a importância das comunidades, dos saberes e da subjetivação dos atores sociais envolvidos no mundo rural. Para tanto, utiliza-se da revisão bibliográfica sobre o tema “comunidade”. Traz-se para o debate a contribuição de distintos autores, ressaltando-se, por exemplo, que o processo de re-significação ou reconstrução de identidade no contexto das novas ruralidades está moldado por formas sócio-econômicas, culturais, dentre outras dimensões. A idéia de que o homem do campo é participante de uma categoria estática, incapaz de absorver as transformações do mundo moderno a nível econômico e social é errônea. Assim, para melhorar as intervenções públicas e privadas, orientadas a promover o desenvolvimento rural e melhorar a administração de recursos, há a necessidade de se utilizar como principal fonte de aprendizagem a compreensão das causas, êxitos e fracassos das estratégias de ação coletiva em comunidades rurais.

Palavras-chave: Comunidade; Comunidade Rural; Desenvolvimento Rural

ABSTRACT

The text presents a discussion, looking for to demonstrate the relationship between the contemporary social changes and the communities belonging to the rural world. The intention is to bring a theoretical debate on the communities' importance, of knowledge and of the social actors' "subjectivation" involved in the rural world. For this, it is used of the bibliographical revision on the theme "community", introducing in the debate, the different authors' contribution, as for instance, that the reconstruction process of identity in the context of the new ruralities are molded by forms socioeconomic, cultural, among other dimensions. The idea that the man of the field is participant of a static category, unable to absorb the transformations of the modern world at economical and social level it is erroneous. Like this, to improve the public and private interventions, guided to promote the rural development and to improve the administration of resources, there is the need to use as main learning source the understanding of the causes, successes and failures of the strategies of collective action in rural communities.

Keys-word: Community; Rural Community; Rural Development.

1. Introdução

Nossa proposta de discussão, neste trabalho, passa pela demonstração da relação entre as mudanças sociais contemporâneas e as comunidades pertencentes ao mundo rural. O que

¹ Doutoranda do PPG Educação/UNICAMP, professora da UNIFEOP. E-mail: candy_2@uol.com.br

demanda uma explanação prévia sobre o tema da comunidade. Temática que será introduzida a partir de uma perspectiva analítica da obra foucaultiana e de seus representantes Deleuze (1991), Rose (1998, 2000) e De Marinis (2005), procurando-se um contraponto com a discussão trazida pelos intelectuais brasileiros. O intuito é trazer um debate teórico sobre como pode ser entendida a importância das comunidades, dos saberes e da subjetivação dos atores sociais envolvidos no mundo rural.

Buscando-se contextualizar a análise, faz-se inicialmente uma breve discussão sobre a questão do desenvolvimento voltado para esse ambiente de análise, exposta a seguir.

2. O desenvolvimento rural brasileiro

Apesar de contar com alguns eixos dos discursos estratégicos, orientadores da educação rural, ao longo do século XX (com maior ênfase, no período pós Segunda Guerra) que esboçavam os fins a que se destinavam tais como: educar de acordo com os ideais da democracia, liberdade, e, principalmente, justiça social, levando sempre em conta a formação de valores éticos, como guia de conduta individual e coletiva, o fortalecimento da comunidade e da educação rural foi legado a um segundo plano.

A partir desta época, até os dias de hoje, as estratégias adotadas unicamente com o propósito de apostar no crescimento econômico como forma de fortalecimento e redução do empobrecimento da área rural, tem demonstrado resultados socioeconômicos adversos. A questão é que, nos últimos anos assistimos ao crescimento econômico do *agribusiness* nacional simultaneamente com o aumento da tecnificação, mas também, a presença do desemprego e do empobrecimento, principalmente, do pequeno e do médio produtor em muitas áreas rurais do país. O que tem levado a se afirmar, portanto, que o desenvolvimento do agronegócio não implicou, tampouco, necessariamente, em desenvolvimento das comunidades rurais (principalmente a nível social e educacional).

Segundo Carlos Henrique Guanzirolli:

No padrão “revolução verde”, que se consolidou a partir da segunda metade dos anos 1960, a rápida incorporação de insumos modernos levou, entre outras coisas, ao aprofundamento do processo de esvaziamento do campo, à desaparecimento de muitas unidades familiares de produção, bem como a outros fenômenos igualmente importantes. (GUANZIROLLI, 2006:3)

² Doutoranda do PPGS/UFPB, professora da UNICAP – PE. E-mail: cynthia_xavier@hotmail.com.

Do ponto de vista acadêmico, muitos estudos vieram corroborar para o entendimento deste contexto, mas demonstrando que atualmente a afirmação de Guanzirolli, com relação ao acontecido na década de 1960, está sendo revertida em determinados contextos. Em 1999, Graziano da Silva, em seu projeto Rurbano, realizou um estudo de pluriatividade demonstrando que o processo de esvaziamento do campo esta retrocedendo, crescendo-se as áreas rurais que tem funções diversas, bem como o número de pessoas que residem em áreas rurais e estão exercendo atividades não-agrícolas³. Com essa dinâmica, o espaço rural passa a apresentar trama social e produtiva atrelada ao rural e ao urbano, com valores circulando. O espaço rural passa a não está vinculado apenas à produção de alimentos e outros bens agrícolas, existindo outras atribuições, que podem ser exercidas no mesmo espaço, e que vêm sendo estudadas por muitos pesquisadores⁴.

Aceitando-se, ainda que superficialmente, a presença desta mudança no campo rural e, conhecendo a dificuldade de fixação do homem ao campo, pode-se imaginar a necessidade de elaboração de uma estratégia que promova, realmente, o desenvolvimento rural no Brasil. Para tanto, é necessário considerar as condições que foram criadas nas ultimas três ou quatro décadas a partir do crescimento econômico e das transformações sociais e políticas, não esquecendo nunca de olhar de maneira nítida, o panorama deste período em três planos: do ponto de vista intelectual, sob o ângulo dos movimentos sociais (comunidades - nosso objeto de estudo!) e também no terreno político (territorialidade).

Atualmente, outros fatores que não serão discutidos neste texto, mas que devem ser citados - por serem oriundos de uma nova ordem internacional que vem sendo materializados nos anos recentes (abertura comercial, acirramento da concorrência com a presença da globalização, comunicação, entre outros), influenciam diretamente esta nova fase de desenvolvimento que vem em um gradual “encurralamento” das opções que se apresentam ao mundo rural. Como consequência, o poder de manobra dos Estados nacionais (subsídios agrícolas e afins) para levantar programas de desenvolvimento rural, que mantenham alguma autonomia própria, tem sido reduzido com o passar dos anos.

Com o advento da heterogeneidade das atividades agrícolas e pecuárias, principalmente, na região sudeste do Brasil, sofrendo uma forte intensificação econômica

³ Características demonstradas pelo crescimento percentual da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas em relação à PEA rural total. Vale lembrar, um processo não uniforme para todo o país. Em Pernambuco, apesar de apresentar essas novas dinâmicas, o baixo desempenho nas atividades agrícolas e não-agrícolas contribuiu para que as pessoas deixassem o rural. Veja: O novo rural brasileiro: uma análise estadual: nordeste, volume 2/Editores Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. 156p.

⁴ Dentre os inúmeros pesquisadores da área, nem sempre com os mesmos olhares, têm-se: GRAZIANO da SILVA (2000); CARNEIRO e MALUF (2003); e, SCHNEIDER (2003).

aliada a um dinamismo tecnológico, aparece concomitantemente a necessidade da presença consistente das diferentes comunidades a fim de elaborar uma estratégia de desenvolvimento, através de iniciativas institucionais marcadamente distintas. Segundo Navarro (2001:7),

Há de se aceitar, portanto, o pressuposto da relativa desimportância atual de uma “questão agrária nacional” (e, até mesmo uma questão agrícola) que a herança marxista do passado insiste em relevar, ignorando as mudanças recentes.

De outro lado, pode-se observar a presença de diversas questões peculiares a uma região, que enfocadas corretamente, a partir de seus propósitos pré-estipulados, geram um padrão independente, cumulativo e virtuoso - saindo do círculo vicioso – dando “nova vida” ao desenvolvimento rural regional.

Portanto, por onde começar?

Apesar de acreditarmos que o desafio inicial é fundamentado nos fatores culturais, políticos e ideológicos vemos que ancorados no capitalismo se encontram presentes, no sistema, o padrão econômico e o regime político. Uma ação anti-sistêmica ainda fundamenta, segundo Zander Navarro, “a maior parte dos estudos sobre o mundo rural, sob discursos quase naturalizados”. Por esse e outros motivos, acreditamos que devemos começar pela identificação das múltiplas comunidades existentes no mundo rural e suas capacidades como agentes de mudanças.

3. O social e o nascimento da comunidade

A preocupação de Nikolas Rose em entender como se dão as formas atuais de organização das comunidades, bem como as estratégias sociais são desenvolvidas, nos levam a pensar como o pensamento político liberal avançado vislumbra a possibilidade de compreensão dos motivos fora da arena política convencional, a exemplo do associacionismo e comunitarianismo.

Em seu texto, “a Morte do social? Re-figurando o território de governo”, Rose nos oferece uma série de idéias. Entre elas, por exemplo, a identificação psicológica de uma determinada comunidade.

Baseando-se nas idéias trabalhadas por Rose, é que buscamos nesse texto apresentar o que o autor classifica como “governar a si próprios”, tentando articular esta idéia com a valorização do protagonismo dos indivíduos e das comunidades nos rumos do desenvolvimento. Como expõe o autor:

[...] – homens e mulheres, ricos e pobres – eram agora concebidos como indivíduos que estão para ser ativos em seus próprios governos. E suas responsabilidades não eram mais para ser entendidas como uma relação de obrigação entre cidadão e sociedade capacitada e regularizada através do partido mediano do Estado: melhor, isso era para ser uma relação de fidelidade e responsabilidade para aqueles que se preocupam com a maioria e para aqueles que o destino estava ligado [...] (ROSE, 1996:7).

Sabe-se que o homem, desde sempre, foi um animal gregário. As primeiras comunidades se originaram da organização de grupos para sobreviverem e conseguirem reproduzir-se. Este conceito, entretanto, nunca foi uma unanimidade. Weber (1987:79), quando procurou traçar algumas considerações sobre o assunto enfatizou que o conceito era vago e que, conseqüentemente, “o mesmo incluía um grupo muito heterogêneo de fenômenos”, e que considerava a idéia de comunidade compreendendo relações muito mais abrangentes do que até então já tinham sido propostas.

Autores clássicos, como Ferdinand Tönnies, vinham, até então, conceituando comunidade em oposição à sociedade. O autor procurou criar um conceito de comunidade “pura”, idealizada, oposta ao conceito de sociedade, criado pela vida moderna e que para tanto, a mudança do social produziria a natureza contraditória do homem. A comunidade representava o passado, a aldeia, a família, o calor; a sociedade era a frieza, o egoísmo e o fruto da modernidade calculista. Enquanto uma (comunidade) representava o estado ideal de grupos a outra (sociedade) demonstrava todo seu poder de corrupção.

Esta temática, apesar de importante ficou sem ênfase por um grande período quando, nas décadas finais do século XX, dá-se o ressurgimento de um tema pouco esperado nos debates sobre a governabilidade das sociedades liberais, democráticas - a comunidade (Rose, 2000).

Com a falência do *welfare state*, observa-se que o fortalecimento das comunidades perpassa pela necessidade de reestruturação e valorização do meio em que o homem vive e de suas potencialidades. É uma terceira forma, segundo o autor, de se buscar um caminho de governo, que envolve um espaço de semânticas e programáticas preocupações as quais ele passa a chamar de comunidade (composta por uma “associação livre de poderes de um território entre a autoridade do Estado, a troca livre e amoral do mercado, a liberdade dos autônomos e os assuntos de direitos dos indivíduos”).

Este fato vem sendo corroborado, mesmo quando Baudrillard (1983) *apud* Rose (1996:328) afirma apocalipticamente, e no nosso entender, erroneamente, a presença do fim do social. No texto, Rose (1996:329) nos lembra que o social foi “inventado pela história e

catequizado por paixões políticas” e, portanto, torna-se um tipo de “prioridade” do pensamento político, afirmando que a ordem “teria que ser social ou deixaria de existir”.

Para o autor cada vez mais as políticas sociais estão se fortalecendo, se tornando mais articuladas a nível internacional. Porém, mesmo com a presença do “social” como vem sendo compreendido e modificado por mais de um século, uma nova ordem “social” emerge. Isto tem se dado devido a presença de novos programas governamentais, como afirma o autor, “liberais avançados” sob uma égide de regimes políticos heterogêneos e dispersos. O que se observa é, portanto, a presença de novas estratégias e mentalidades para a realização da atuação do governo em comum com as novas conexões estratégicas de outros e do próprio indivíduo, circundado como afirma Rose (1996), por um universo complexo de novas relações e obrigações mútuas, chamado – a comunidade.

Originária do latim *communitate*, etimologicamente, deriva de comum: algo que pertence a todos. Sabe-se que o estudo dos agrupamentos humanos envolveu uma série de considerações que se deixaram impregnar por correntes filosóficas, políticas e sociológicas de suas épocas, o que não é uma grande novidade. Conceitualmente, várias são as definições dadas para o termo Comunidade. Ao pesquisar o dicionário de Ciências Sociais (1996), pode-se observar que já foram encontradas inúmeras definições, embora não haja um consenso entre os cientistas sociais além da referência de que as pessoas vivem em grupos com interesses comuns. O uso, quase sempre, como sinônimo de sociedade, aldeia, organização social, associação de bairro, conjunto habitacional ou clube esportivo.

Para Rose (1996), considerando toda uma gama de situações de mudanças (privatização, competição, cálculo financeiro, entre outros) no *welfare state* decorrente do cotidiano no mundo “globalizado”, racionalistas políticos contemporâneos, reafirmam a presença de outra forma de utilização dos meios de expressão do que se sente ou pensa, intersectando com toda a terminologia, atualmente utilizada, sendo necessário entender as várias facetas para se designar comunidade. Segundo o autor:

[...] Considere a saliência contemporânea do vocabulário do cuidado comunitário, lares comunitários, trabalhadores comunitários, segurança comunitária, por exemplo. Considere o surgimento da idéia de riscos comunitários – usuários de drogas, homossexuais, carregadores de genes particulares, juventude em risco. Considere a proeminência da linguagem da comunidade em debates sobre multi-culturalismo e os problemas colocados pelos políticos, psiquiatras e outros, trabalhando em condições de pluralismo cultural, ético e religioso. Tudo isto parece indicar que o “social”, talvez esteja dando caminho à “comunidade” com um novo território para a administração da existência individual e coletiva, um novo plano ou superfície sobre a qual as relações micro-morais, entre pessoas, são conceituadas e administradas [...] (ROSE, 2000:237)

Rose (2000) ainda afirma que, enquanto o termo “comunidade” tem sido, por um longo tempo salientado no pensamento político, há também, a presença da invocação por parte dos sociólogos, por volta da década de 1960, como um possível antídoto para a solidão e isolamento do indivíduo gerado pela massa da sociedade.

Analisando esta vertente Tönnies e Weber, citados por De Marinis (2005:5), utilizam a fórmula “*Gemeinschaft - Gesellschaft*”, ou seja, “Comunidade - Sociedade” de maneira explícita interligando-as com a economia. Ainda, segundo De Marinis, pode-se observar sob o olhar de Max Weber a presença das diferentes relações sociais, tendo um sentimento subjetivo comum de atividades e atitudes subservientes ao grupo “*Vergemeinschaftung*” e ao mesmo tempo a presença de uma Socialização – “*Vergesellschaftung*” composta por ajuste de interesses motivados racionalmente, valorativamente e com objetivos previamente acordados.

Tönnies (1998) analisa e considera um desenvolvimento progressivo permeado com avanço e crescimento no predomínio das relações tipo *Gesellschaft*, não implicando, portanto, que a *Gemeinschaft* seja aniquilada pela sociedade moderna.

Entretanto, quando se analisa as conceituações, observa-se, também, sob a ótica de Tönnies (1998), citado por Bauman (2003:15), que comunidade é um “entendimento compartilhado por todos os membros. Não um consenso”. Portanto, origina-se a dificuldade em estabelecer um significado preciso para este conceito. Mas o que representa um significado? Para Foucault (1987:56) o significado é a representação verbalizada nos discursos; mas o que eles fazem é mais do que os utilizar para designar coisas. Portanto, ao tentarmos desenvolver questionamentos sobre conceitos que fazem parte de descrições e teorizações de difícil compreensão, ou daquelas que abranjam muitos elementos ou partes, notamos que as mesmas podem ser observadas sobre vários ângulos. Porém, todas essas significações referentes à conceituação dos significados, entretanto, colaboram com a idéia de que, para existir, uma comunidade deve ocupar um locus, um território⁵, um espaço geograficamente determinado onde as pessoas estejam ligadas pelos mesmos interesses. Acredita-se que as pessoas que vivem em comunidade possuem um senso de interdependência e integração.

Contudo, essa noção de comunidade é restritiva, pois não leva em consideração a existência dos povos dispersos, que mesmo não vivendo em um mesmo território, fazem parte de uma comunidade cultural, pois o ethos, não é geográfico, mas justamente simbólico (língua, costumes, etc.).

⁵ Consideramos como território o pedaço geográfico que as pessoas usam para se referenciar como comunidade e local como o lugar factível de assentamento.

Para De Marinis (2005) o fato de um grupo viver em um determinado território não é fator indicativo para que este seja uma comuna, para que ela realmente exista. Há a necessidade de ter um “sentimento”, aliado a uma escolha, feita pela maioria. Contrariando Tönnies, Bauman afirma a presença de um consenso, e para que o mesmo exista, é preciso que haja alternativas de escolhas e que as mesmas possam ser analisadas e votadas a partir de um discurso. Convém ressaltar que o entendimento compartilhado a que se faz referência é tácito e flui de maneira natural entre os integrantes do grupo, não podendo sobreviver, segundo Bauman (2003:17) “ao momento em que o entendimento se torna auto-consciente, estridente e vociferante”. O autor nos mostra as dificuldades enfrentadas com o surgimento das comunicações entre as pessoas da comunidade e o mundo exterior muitas vezes no mesmo espaço territorial.

Com o assentamento do homem inicia-se a agregação de novos valores, reafirmando um território vivo e dinâmico havendo uma cumplicidade onde a sociedade composta por diferentes comunidades incide sobre o território e esse, na sociedade.

4. A COMUNIDADE RURAL

Acreditamos que nunca o local foi tão importante para a economia, para a sociedade e até mesmo para a cultura.

Não concordamos com a afirmação de alguns sociológicos contemporâneos de que a presença da desterritorialização oriunda da globalização promove um movimento incólume. Acreditamos que ela representa mudanças significativas de valores. Os processos de valorização e desvalorização; de agregação e desagregação nos espaços territoriais eram, no passado, relativamente lentos. Atualmente, tendo em vista a velocidade do processo de mudança de valores os atores da vida social não conseguem se reorganizar e como prova disto vê-se a luta para a existência da classe média. Podemos retomar aqui as idéias de Foucault, a partir da noção do espaço enquanto campo de lutas sociais. O território só é importante para um grupo quando este dá um significado próprio para a sua vida comunitária – e, desta forma, a defesa da territorialidade, e mais ainda do espaço, se faz necessária como parte da coesão grupal.

Para tanto, podemos observar uma ausência de atenção por parte dos estudiosos e planejadores quando se trata do mundo rural, ignorando a importância de suas comunidades no âmbito econômico e social e dos problemas e soluções, dando apenas ênfase ao mundo urbano (ABRAMOVAY, 1998). Como, por exemplo, as formas de percepção de

territorialidade para as populações urbanas é muito mais imaginária enquanto que nas populações rurais é muito mais local.

Cabe refletir segundo Rose (2000), que a cada afirmação de comunidade reafirmamos alguma coisa que já existe e tem uma influência em nós nas diversas formas comunitárias (homossexuais, lésbicas, pessoas com AIDS, membros de um grupo étnico, moradores da zona rural, urbana, entre outras). Devemos respeitar e sermos honestos a cada peculiaridade encontrada nas mais diversas comunidades e para que isto aconteça há a necessidade da presença de educadores, campanhas, ativistas, manipuladores de símbolos, narrativas e identificações ⁶.

No caso rural pode ser observado o aumento do êxodo rural, promovendo o esvaziamento das diversas comunidades rurais e, ao mesmo tempo, incrementando uma visão depreciativa dessa população rural de parte do mundo urbano. Esta postura se reforça com o tratamento do meio rural como um vazio social, ignorando a população, ainda remanescente e as particularidades históricas do rural em sua diversidade⁷.

A redução da população é percebida, por muitos, como um sinal de progresso, tendo como exemplo, as nações desenvolvidas. No entanto, pode-se afirmar que no campo rural há processos importantes de agregação e de desagregação das comunidades, formando o que chamaremos, baseado nas idéias de Rose, de Múltiplas Comunidades Rurais (Quadro 1).

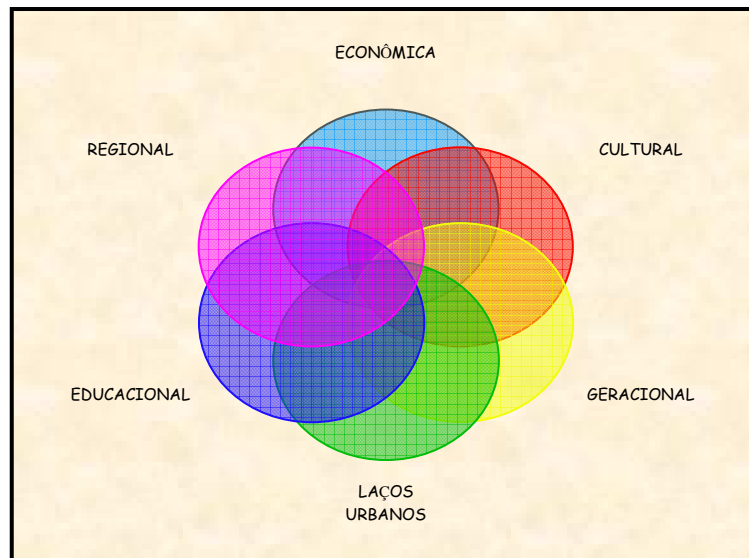
Podemos observar que em sua fase contemporânea o rural passa por mudanças significativas, principalmente, em sua base econômica. Isso vem ocorrendo em áreas de interesse para atuação dos mais diversos atores sociais, que têm protagonizado o que muitos estudiosos denominam de “pluriatividade” (Gomes, 2001; Alentejano, 1999; Graziano, 1996 e Carneiro, 1998).

Sem reduzir o debate das diferentes comunidades rurais a uma explicação meramente econômica, e, portanto, não levando em conta a sua complexidade, compreendemos o aspecto econômico, nesse momento de discussão, como o “alicerce” de um mundo rural que busca alternativas de renda face às dificuldades em viver única e exclusivamente da agricultura.

⁶ Essas concepções e afirmações são amplamente discutidas em: ROSE, Nikolas S. Powers of Freedom: reframing political through. 2ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2000. 312p. Cap.5: Comunidade.

⁷ A respeito das dinâmicas do mundo rural, ver WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, UFPR (2): 29 – 37, 2000.

Quadro 1. Múltiplas Comunidades do Mundo Rural



A pluriatividade nesse contexto se desenvolve a partir de uma série de novas atividades, que surgiram em determinados espaços rurais, em parte determinando essas “Múltiplas comunidades”. É importante enfatizar que esse não é um “fenômeno” comum a todo o meio rural. Os pluriativos⁸, ou para outros, “agricultores em tempo parcial”, têm surgido, dando um novo olhar para as comunidades rurais. Consequentemente pode-se observar a presença de uma modificação do ambiente cultural rural e o envolvimento dos atores sociais com novas necessidades, anseios e desejos diversos que não faziam parte do seu ambiente, considerando o impacto das diferentes tecnologias, da mídia e das ações governamentais.

Conforme De Marinis (2005) a desconversão do social⁹ opera através da recodificação do campo de incumbências do Estado e, também, da reinvenção do velho conceito de comunidade. Esta conceituação vem ao encontro do que diz Maffessoli (1990) citado por De Marinis (2005:23) de que as comunidades são “os indivíduos, são agrupamentos, são famílias, são “tribos”, que constituem suas identidades e organizam suas opções vitais manifestando uma renovada ênfase sobre os contextos micro-morais”.

Pensando dessa forma, pode-se analisar a mudança a nível cultural, caminhando-se através da história das comunidades agrícolas no Brasil. Algo que não caberia no escopo

⁸ Convém salientar que o agricultor pluriativo que fazemos referência pouco ou nada lembra o camponês originariamente estudado por Mendras (1969) ou Chayanov (1985).

⁹ Para melhor entendimento ver De Marinis: comentários sobre a sociologia e a comunidade. O autor apresenta o termo “*economización*” para designar as diferentes formas de governar do neoliberalismo. Transferência de responsabilidades do Estado para comunidade.

desse trabalho, mas que pode ser ligeiramente salientado, partindo-se das colocações de Ianni (1984). Segundo esse autor, podemos entender essas mudanças históricas, a partir de três fases que passam pela construção das identidades de: Escravo; Lavrador e Operário Rural. Segundo o autor (1984:117) o surgimento do proletariado rural como categoria política da sociedade rural brasileira, se deu no momento em que foi efetivado o predomínio da cidade sobre o campo. De acordo com esse ponto de vista aponta-se, como consequência, a ocorrência com mais intensidade das modificações culturais, principalmente, no tocante aos hábitos e costumes.

No intuito de contribuirmos com “provocações” que consideramos pertinentes para o debate em torno das questões atuais, envolvendo as diferentes comunidades rurais brasileiras, podemos afirmar que nas últimas décadas do século XX mudanças significativas foram fundamentais para determinadas comunidades.

Para essa afirmação, fazemos referência, não somente, aos fenômenos promovidos nos países desenvolvidos, os quais tradicionalmente são alvos de estudos, que apontam redefinições nas estruturas do rural. Pode-se fazer referência, também, para a presença de dois conjuntos de fenômenos, já encontrados no rural brasileiro, porém, apresentando novos significados. Segundo Carneiro (1998:56), são fatores fundamentais para entendimento destas mudanças: primeiro o de que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”; segundo, o de que este espaço está relacionado “à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade”.

Complementando as considerações acima, cabe salientar a participação dos atores nesse processo de mudança, quando valorizadas as estratégias e capacidades dos agentes, a exemplo da agricultura familiar em algumas regiões do país, como no nordeste. Estes, pela conjugação de saberes e pela vivência, têm contribuído para o surgimento de inovações que podem vir a ser uma referência prática para o desenvolvimento rural, partindo de um contexto micro da produção agrícola e não agrícola, e das novas formas de organização social desses agentes. Estes, sem descaracterizar-se enquanto agricultores familiares vêm apresentando uma diversidade de estratégias produtivas, que visam, entre outros aspectos, manter a capacidade de produção e reprodução da família como um todo. Entre estas novas estratégias encontramos distintas atividades que passam a estar presente na dinâmica da produção familiar. Ao analisarmos os trabalhos de Graziano da Silva (1996) e Veiga (2001), podemos observar uma participação crescente das ocupações rurais não agrícolas como elemento fundamental para o aumento e a estabilidade das rendas das famílias rurais.

Através do entendimento da obra de Nikolas Rose, “A morte do social? Re-figurando o território de governo”, podemos afirmar que o processo de re-significação ou re-construção de identidade no contexto das novas ruralidades está moldado por formas econômicas, culturais, sociais, e educacionais diversas. A concepção de que o homem do campo é participante de uma categoria estática, incapaz de absorver as transformações do mundo moderno a nível, econômico e social, já não existe mais. Ele entende e mantém, ao mesmo tempo, valores e “formas de saber” específicos das ditas sociedades rurais. Portanto, pode-se afirmar que essas mudanças não representam, necessariamente, uma descaracterização do rural: “mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição dos atores, mas isso não significa uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social”. (Carneiro, 1998:58). O desafio atual é o de superar a idéia dualista de que o urbano é moderno e desenvolvido e o rural é primitivo e atrasado. Wanderley (2000) direciona, nesse contexto, para questões acerca dos significados do desenvolvimento das comunidades rurais em uma sociedade moderna, e nos leva a refletir sobre o que é esse novo rural: é a implosão de uma sociedade ou é uma nova sociedade em gestação¹⁰?

Apesar de Rose e uma grande parcela dos anglo-foucaultianos acreditarem na comunidade fundamentada em uma identidade societal, pode-se observar ao longo de nossas descobertas, que há uma amplitude maior na conceituação quando se aproximam as conceituações de comunidade e territorialidade. Na área rural o que acontece hoje, é a emergência de novas ruralidades, de uma sociedade que vem se apropriando daquilo que no passado lhe era indiferente e essencialmente urbano, pertencente tão somente às práticas e tradições pertencentes às ditas sociedades modernas, porém, armazenando consigo elementos de uma identidade camponesa. Apesar de ter sido constituída por uma estrutura de poder, sobre uma forte base patriarcal e centralizadora, a sociedade rural, ainda apresenta aspectos peculiares.

A presença de atitudes diferenciadas entre as gerações pertencentes ao universo rural nos mostra que o ritmo das relações sociais, educacionais e de trabalho no campo, tem promovido uma transformação das concepções sobre o “rural” e o “urbano”, passando-as a categorias apenas simbólicas construídas a partir das representações sociais. Mesmo diante das tentativas de homogeneizar a vida rural e urbana, as representações sociais tanto do rural quanto do urbano reiteram identidades significativas: “as diferenças (entre rural e urbano) vão

¹⁰ Graziano da Silva (1997) defende a idéia de que as transformações ocorridas no rural apontam para uma “nova sociedade em gestação”.

se manifestando no campo das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, construindo de forma que o rural se torna um ator coletivo, construído a partir de uma referência espacial e inserindo-se num campo ampliado de trocas sociais” (Wanderley, 1999:4). Para melhorar as intervenções públicas e privadas, orientadas a combater a pobreza, modificar os sistemas de exclusão, promover o desenvolvimento rural e melhorar a administração de recursos, há a necessidade de se utilizar como principal fonte de aprendizagem a compreensão das causas, êxitos e fracassos das estratégias de ação coletiva em comunidades rurais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural” – *Cadernos de Ciência & Tecnologia* – v. 15, nº 1, jan/abr – pp. 132-152

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. *Gazeta Mercantil* – 15/04/01 – p. A 3. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2001/Ruralidade_e_desenvolvimento.pdf Acesso em 17 de junho de 2006.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. São Paulo, nº15, p. 87-112, 1999

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por uma segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: Hucitec, 2005

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CONCRAB – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Cooperativas de produção: questões práticas*. Caderno de formação. N. 21, 3 ed. São Paulo, junho de 1997.

COSTA, David R M. *Rating de Cooperativas Agropecuárias: uma contribuição metodológica*. USP (Dissertação de Mestrado) Piracicaba: ESALQ, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.

- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA, C. O novo rural brasileiro, uma análise nacional e regional. Jaguariúna (SP): EMBRAPA/UNICAMP, 2000.
- GUANZIROLI, Carlos Henrique. Experiências do desenvolvimento territorial rural no Brasil. Texto para discussão: EFF/Economia. Niterói. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf>. Acesso em 24 de junho de 2006.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. Sindicatos, Cooperativas e Socialismo. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/RMagalh%E3es-cooperativas.doc>. Acesso em: 24/07/2006.
- MARINIS, Pablo de. 16 comentários sobre la(s) sociologia(s) y las(s) comunidade(s). Papeles del CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva). Universidade del País Vasco, Espanha, 15 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.ehu.es/CEIC/papeles/15.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2006.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estud. ., São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 de Agosto de 2006.
- ROSE, Nikolas S. Powers of Freedom: reframing political through. 2ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2000. 312p. Cap.5: Comunidade.
- ROSE, Nikolas: The death of the social? Re-figuring the territory of government. In: Economy and Society 25 (3), 1996. (327-356).
- SCHENEIDER, S. A pluriatividade na Agricultura familiar. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.
- SILVA, Lenyra R da. A natureza contraditória do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 1991.
- VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Aug 2006
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Olhares sobre o rural brasileiro. Recife, 1999 [xérox].
- WEBER, Max. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Moraes. 1987.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO
UNIÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA – PB: ENTRE A TRADIÇÃO E OUTRAS
PERSPECTIVAS**

Hosana Suelen Justino Rodrigues¹
José Aderivaldo Silva da Nóbrega²

Resumo: Este se propõe a analisar como os jovens do Assentamento União no município de Areia na micro-região do Brejo paraibano constroem o seu projeto de vida e em que medida este projeto incorpora elementos advindos da educação dos pais, dos valores partilhados no âmbito do assentamento em contradição com as experiências dos próprios jovens em ambientes de sociabilidade fora do assentamento. Trata-se de um processo contínuo no qual os jovens vão elaborando estratégias para adquirir autonomia e passar a ocupar novas posições no espaço da família, da escola e do assentamento.

Palavras-chave: Juventude Rural, Projeto de Vida, Autonomia

1. Introdução

Os estudos de juventude têm ganhado cada vez mais destaque no campo das Ciências Sociais e o que comprova isto é o número de simpósios, congressos, pesquisa e as publicações que tem chegado ao conhecimento da comunidade acadêmica, dos movimentos sociais, da comunidade em geral. Isto também se verifica na categoria mais específica de “juventude rural”. Stropasolas (2003) considera que esta visibilidade do tema pode ser interpretada como a visibilidade dada aos ‘invisíveis’ que na história do pensamento social sobre agricultura figuram como simples sujeitos em fase de transição para a idade adulta, quando efetivamente se tornariam autônomos no processo produtivo.

Galland *apud* Stropasolas (2002) compreende que a juventude é um momento transitória da vida do sujeito e que é marcado por quatro fases: “fim dos estudos, início da vida profissional, partida do domicílio familiar e formação de um casal”. Esta concepção põe na categoria juventude sob a perspectiva de um processo de moldagem do jovem dentro de uma sucessão de fases, as quais indicam uma absoluta conformidade ou harmonia e não considera o caráter da contradição dos conflitos iminentes a formação do jovem. O enquadramento do conceito de juventude dentro de uma temporalidade ou de uma escala sucessória de momentos é, pois, visto de maneira problemática por Bourdieu para o qual falar em idade significa lidar com um dado manipulável que se conflita com os diversos espaços

¹ UFCG.

² UFCG.

sociais nos quais as posições ocupadas pelo jovem variam e não necessariamente se circunscrevem a uma faixa etária tal – como é o caso das políticas públicas que toma esse dado como parâmetro para delimitação dos seus beneficiários. Não trabalhamos na perspectiva que coloca a juventude como fase, mas pensamos juventude que na perspectiva de uma categoria complexa que compreende os sujeitos que buscam firmar o seu lugar nos espaços sociais de maneira a se tornar autônomos a partir dos capitais que mobilizam para tanto.

Na próxima seção apresentaremos o contexto no qual vivem os jovens do assentamento União e procuramos que possibilidades de autonomia estes jovens encontram nesse espaço social.

2. A vida juvenil no Assentamento União

O Assentamento União situa-se no município de Areia, micro região do Brejo paraibano e foi constituído a partir da desapropriação das terras após a falência da Usina Santa Maria no início da década de 1990. Trata-se, portanto, de uma região na qual predominou por muito tempo o plantio da cana-de-açúcar como atividade de sobrevivência dos moradores. Os lotes do assentamento estão divididos entre 56 famílias e medem aproximadamente cinco hectares, nas quais são plantadas a banana, feijão, milho, mandioca, macaxeira. Além da agricultura existe a criação de gado e ovelha.

A banana é fundamental no sustento da casa e na viabilização da vida no assentamento, sua produção no geral vai toda para as feiras públicas nos municípios de Barra de Santa Rosa, São Sebastião de Lagoa de Roça e Campina Grande. Toda a produção é comprada por atravessadores que vêm, sobretudo de Areia, se responsabilizam por transportar as bananas até o ponto de venda. Estes atravessadores especulam o preço, colocando o mais baixo possível adquirirão o maior índice de lucro possível e o preço do “milheiro” de banana é definido pela qualidade do produto (tamanho, aspecto da penca) e pela sua oferta de maneira que os preços do milheiro oscilam de 25 reais – no tempo de maior safra – até 50 reais. Como toda a literatura sobre a agricultura demonstra, o trabalho dos agricultores envolve toda a família e, nesse sentido, a produção da banana é uma atividade realizada pelos jovens assim como muitas outras sobre as quais falaremos mais adiante.

Ainda sobre os aspectos mais gerais do assentamento, cabe registrar que ele fica numa região que compreende 11 Assentamentos distribuídos entre os municípios de Areia e Pilões. No assentamento Socorro, próximo do União, tem o posto de saúde que atende aos moradores

próximos, há também um grupo escolar que atende das séries iniciais até a oitava série do ensino fundamental, todo o assentamento tem eletrificação.

Os jovens do assentamento conciliam os horários de estudo e os horários de trabalho procurando ficar passar pela escola por um tempo mínimo concluindo as séries que querem concluir. Fora do horário da escola e de desempenho das atividades no lote são estabelecidos alguns espaços de lazer e de sociabilidade que se organizam considerando o elemento diferenciador do gênero. Neste sentido existe às terças à noite, sábados à tarde e domingos pela manhã as rodas de capoeira, momento no qual os rapazes orientado por um mestre se encontram e treinam. De maneira geral a opção de lazer de que dispõem as meninas é a participação de grupos como a Legião de Maria nos fins de semana, os terços rezados em algumas datas, sobretudo no mês de maio, bem como nas reuniões do recém criado grupo de jovens do assentamento.

É neste ambiente que, desde cedo, ocorre a inserção das crianças no trabalho familiar e que os jovens adquirindo experiência na produção familiar vão estabelecendo o seu projeto de vida e construindo a sua identidade de jovem. Fizemos uma série de entrevistas na região em função da pesquisa “As estratégias de autonomia da juventude rural: família e gênero” nas quais constatamos que não obstante houvesse nos jovens o reconhecimento da sua condição de camponeses e, portanto, da sua identidade que os liga a vida no campo, percebemos que os valores repassados pela família e que deveriam se cristalizar na identidade do jovem encontram concorrência com os valores aprendidos através da experiência do jovem em lugares de sociabilidade fora do lote assim como através dos meios de comunicação. Estes anseios ou essas novas possibilidades de visão de mundo para além da vida camponesa se tornaram interessantes de ser compreendidos e de maneira particular de observar que impactos eles têm na vida familiar e no projeto de vida do jovem do assentamento.

Na próxima seção discutimos os elementos que fazem parte dos projetos de vida dos rapazes e moças do assentamento e em que medida eles implicam na reprodução dos valores aprendidos no seio da família ou fora dela, com outros amigos.

3. As dimensões do projeto de vida do Jovem do assentamento União

Importa notar na presente discussão que a construção da identidade do jovem, bem como do seu projeto de vida é um processo implicado, por um lado, pelo aprendizado advindo da família e dos valores partilhados no âmbito do assentamento, mas por outro lado, existe um

conjunto de anseio ou desejos e de necessidades que o jovem constrói pela sua experiência longe do ambiente familiar.

Klass Woortman (1990) pensa que o caráter coletivo da família o qual durante muito tempo possibilitou a sua reprodução passa a entrar em choque com os projetos individuais. Na verdade este é um argumento que encontra como bases de justificação uma ruptura entre as expectativas dos pais em relação a um caminho idealizado para seguir, seja na dimensão dos relacionamentos seja na vida profissional, uma vez que os filhos almejam construir seu próprio futuro. Isso se verifica mais enfaticamente quando se trata de namoro ou casamento: os pais pensam a imagem de um namorado ou noivo ideal para as filhas e tentam fazer com que isso seja reproduzido de modo a dar segurança como é o caso de uma das mães entrevistadas no assentamento: “Ah, ela tem que escolher um rapaz sério, trabalhador, respeitador que venha namorar aqui em casa. Eu num quero saber de filha minha namorando escondido não”. Os rapazes do próprio assentamento revelam que as meninas só namoram com rapazes de outro assentamento e que estes são “vagabundos e que fumam maconha”. Numa ocasião em que entrevistamos três jovens, quando perguntamos se tinha muito namoro entre os meninos e as meninas do assentamento obtivemos a seguinte resposta:

Rapaz de 17 anos: “As ‘negas’ daqui só querem vagabundos”.

Rapaz de 19 anos: “isso aí ta mais difícil! Elas são orgulhosas [...] o caba trabalhador elas num querem nada”.

Revele-se, pois, nos discursos da mãe e dos rapazes um certo descompasso entre a idealização dos pais e as escolhas de namoro por parte dos filhos. Na verdade, esses “vagabundos” a que fazem referência são membros de outros assentamentos e esses termos carregados de sentidos são falados tendo em vista a circulação no assentamento através da fofoca de informações de como determinados filhos são, do que acontece nos casamentos, das traições, dos “namoros às escondidas”, o que pode redundar na rejeição entre os jovens homens do A. U. em relação a namoro com pessoas de outros assentamentos. Mas o fato é que ocorrem muitos namoros entre jovens de outras localidades. Uma mãe relata o caso de uma filha que tinha namorado de outro lugar e da decepção que teve com ele:

Minha filha [na época a menina tinha 18 anos] namorava com um rapaz de outro assentamento, ele vinha aqui e tudo, ele foi pra São Paulo trabalhar no corte de cana. Dizia que ia voltar para buscar ela e o tempo foi passando... sei que arranhou outra por lá e nem deu notícias, deixou minha filha esperando.

Os rapazes do assentamento também conhecem casos, embora na entrevista façam menção indireta, de abandonos: “alguns faz [engravidar a menina] e se manda NE! Deixa pros pais criar!” Estes casos apenas através do “discurso oculto”, na convivência com os moradores, na contextualização das conversas, das revelações feitas nos momentos em que não existe gravador e nada que comprometa a circulação de informação. Mas o fato é que a constituição da família ou antes o namoro constitui uma dimensão na qual o jovem vai projetando sua vida e experimentando o que será a o casamento e as responsabilidades diretas sobre a manutenção de uma relação, da casa e do roçado.

Investigando como se iniciam os namoros entre os jovens verificamos que a escola é o lugar no qual os jovens vivenciam, além da formação oferecida, a experiência do namoro. Para o jovem do assentamento União a vida escolar se inicia no assentamento Socorro (conhecido ainda como a Usina) depois de concluir a oitava série os alunos seguem para a cidade de Areia para concluir o ensino médio. Neste segundo momento ocorre a convivência entre os alunos dos diversos assentamentos com os alunos da zona urbana. Segundo os jovens entrevistados existe uma certa indiferença dos jovens da cidade com os jovens dos assentamentos e com isso tem uma diferenciação e uma concentração dos grupos de acordo com o lugar a que eles pertencem. Assim a vivência dos namoros ocorre de maneira mais intensa entre os jovens das diversas localidades. Todos os jovens entrevistados nos colocaram que os namoros na sua maioria surgiram e se alimentam na escola – dado que aparentemente é óbvio. Contudo, cabe perguntar qual o sentido que assume o namoro na escola e qual sua implicação na relação com os pais. No estudo da juventude rural de Rosário das Almas no Vale do Jequitinhonha em Minas, Vanda Silva identifica naquele contexto de relações de pais e filhos que:

a experiência de ser jovem poderia ser comparada ao manuseio de um brinquedo de ‘ioiô’ pois ao mesmo tempo em que os pais esperam que seus filhos ganhem autonomia para ajudarem no orçamento, ou no caso das moças de se casarem, continuam agindo como se os jovens fossem meninos e meninas devendo obediência (Silva, 2005: 94)

De fato pôde-se perceber no assentamento União que existe um desejo dos pais de que os filhos observem os seus conselhos nos mais variados temas: bebida alcoólica, namoro, violência, gravidez etc. Assim, namorar na escola adquire sentido de ficar mais à vontade em relação à pressão dos pais, de só namorar até determinada hora, de ser em casa etc. Mas por outro lado, o namoro no ambiente escolar se configura com afirmação da imagem pública do casal demarcando a limitação dos homens em relação ao modo de proceder para com a

namorada do amigo, ressaltando ainda a virilidade do rapaz e também, apesar da lógica da dominação masculina, marca a condição de comprometimento do rapaz com uma menina. Muito na literatura sobre a relação entre os jovens apresenta a emergência da categoria “ficar” enquanto uma nova maneira de vivenciar os relacionamentos e a própria vida sexual, contudo essa categoria nas entrevistas que fizemos não emergiu no discurso dos jovens.

Assim sendo, ao circular com a namorada, ao se ter um relacionamento sério com alguém, os planos pensados pelos jovens vão deixando de estar ligados apenas ao trabalho que deve ser conseguido, mas existe a preocupação em conseguir uma quantidade de bens que lhe permitam iniciar a vida com a esposa. Neste sentido o almoço entre as respectivas famílias, as idas para passar o dia na casa do(da) namorado(da) constituem ações que vão demarcando simbolicamente a união de duas famílias e redundarão na ajuda aos jovens por parte dos pais para viabilizar o casamento. Contudo, este consiste em um processo demorado porque, como assinalamos anteriormente ele é desenvolvido geralmente entre pessoas de assentamentos distintos e portanto a desconfiança em relação à idoneidade ou nos termos dos próprios pais em relação “à coragem de trabalhar” e à respeitabilidade fazem parte dos cuidados dos pais.

O casamento é, portanto, um elemento que constitui o projeto de vida dos jovens, mas como nos alerta um jovem de 19 anos: “tem que ter alguma coisa na vida, o cara tem de que arrumar as coisas do cara!” A referida frase do rapaz nos aponta para uma questão importante que é: onde vão morar e com que vão se sustentar os jovens quando se casarem? Uma família qualquer do assentamento, por exemplo, que seja composta do casal e de seis filhos terá seríssimos problemas se todos os filhos resolverem se instalar no lote da família que é de cinco hectares. Nas entrevistas com as pessoas do Assentamento União questionamos se haveria condições de manter os filhos nas respectivas terras dos pais as respostas, a começar do líder do assentamento apontam para o fato de que a insuficiência deverá ser suprida através da luta por mais terras, novas ocupações ou mesmo da migração.

A migração é uma estratégia adotada para garantir trabalho e, por conseguinte, dinheiro para manter a família e no caso dos jovens solteiros para adquirir recursos para constituir família ou para poderem voltar para a terra da família. A migração camponesa é predominantemente masculina. (MENESES, 2002). Desse modo com a migração do chefe da família é a mulher que assume a chefia da casa. Fica assim ao encargo dela a educação dos filhos, as atividades domésticas, o cuidado com os animais e a continuidade do roçado. Ela neste período assume as atividades masculinas, como a de decidir quais as tarefas que os seus filhos iram desempenhar na agricultura e tudo o que diz respeito ao roçado. Embora a mulher camponesa exerça de forma intensa as múltiplas atividades agrícolas, cabe a família como um

todo e principalmente aos homens e agregados a maior responsabilidade da agricultura. (FRAXE, 2000)

O problema de como as gerações descendentes conseguem se firmar no campo constitui um objeto de estudo de muitas pesquisas. Abramovay no seu estudo sobre o problema da sucessão da terra no município de Santa Catarina mostra que aquela é uma questão que se torna conflituosa seja em relação às formas que os pais vão encontrar para ajudar os filhos ou mesmo compensá-los por não receber parte das terras seja em relação ao recorte de gênero, ou seja, a posse da terra para os filhos em detrimento das filhas (ABRAMOVAY, 2001:56). Em outros contextos a maneira de se repassar a terra é deixando que nela fique o filho mais velho ou o celibatário que, por conseguinte, terá a responsabilidade de cuidar dos pais e gerenciar todo o empreendimento familiar.

Assim sendo, terra e trabalho são questões complementares. A necessidade de buscar recursos fora do assentamento, a estratégia de migrar existe em grande medida da inexistência de espaços para constituir a morada e o roçado, assim muitos pretendem sair por um tempo e trabalhar fora até que consigam uma terra perto ou uma atividade estável que garanta o sustento. Woortmann (1990) faz uma análise da migração como sendo parte da vida dos camponeses. Para ele o movimento migratório é uma condição que favorece a reprodução da família camponesa. Geralmente os camponeses são imbuídos a migrarem em busca de melhores condições de vida, pois o lugar de origem não oferece perspectivas de melhoria. Tanto Woortmann (1990), quanto Garcia Jr.(1983) relatam casos de migrações de jovens antes do casamento a fim de conseguir acúmulo de renda para o casamento.

Podemos considerar as migrações como um fator importante na mudança de formação social camponesa. Um desses elementos é quando os camponeses migram e eles passam a agregar novos valores a sua cultura preexistente. Como por exemplo, o tipo de vestimenta que as pessoas utilizam no ambiente em que ele permaneceu durante a migração. Com o trabalho nas plantações eles recebem dinheiro, e com este tem a possibilidade de comprar tudo aquilo que eles imaginarem, que esteja dentro das possibilidades de cada salário. No âmbito da vida camponesa isto não era possível, pois o tipo de economia que predomina entre eles é praticamente de subsistência, as possíveis sobras são trocadas com os outros moradores da comunidade. O dinheiro assume o caráter universal das mercadorias podendo ser trocado por qualquer uma delas, logo possuindo um poder mágico (fetiche) sobre todas elas. (SILVA, 1992).

Existe entre os jovens entrevistados quase que um consenso em relação ao fato de que migrar pode ser uma estratégia a ser adotada desde que a migração não seja para o corte da

cana. Os jovens demonstram reconhecer o desgaste que é cortar toneladas de cada por dia e os riscos de acidentes, por essa razão ao falar em migrar falam em sair para atividades na zona urbana ou outras atividades do campo que não seja o corte de cana. Percebemos que os pais, por sua vez, também reprovam a ida para os canaviais. Esta é uma compreensão socialmente partilhada em que, tem fundamento até na própria constituição do assentamento, tendo em vista que ele foi resultado da desapropriação das terras de uma grande usina, logo esses pais estiveram desde cedo imbuídos no ambiente dos engenhos e conhecem o tipo de esforço que deve ser direcionado a esse trabalho bem como sabem como o salário recebido não corresponde ao esforço do trabalho.

Outra opção seria investir na educação obtendo a profissionalização seja em nível técnico seja superior para ocupar postos de trabalho. Contudo muitos jovens do assentamento acham que estão “atrasados” nos estudos e que não dá para ir muito longe, por conseguinte, trabalhar é uma boa escolha para boa parte dos entrevistados. Alguns jovens estão em curso superior na Universidade Federal da Paraíba, contudo, a expressiva maioria ainda está nas séries do ensino fundamental, alguns finalizando o ensino médio. Embora afirmem que estão em atraso nos estudos os jovens reconhecem que a educação pode proporcionar uma melhoria de vida.

Os camponeses depositam na escola e conseqüentemente no conhecimento que ela oferece uma possibilidade de mudança de vida dos filhos. Com o estudo o camponês poderá desprender das atividades agrícolas para poderem trabalhar em outros setores de trabalho, porém servindo na área rural. Além disto, os pais esperam que a escola forme os seus filhos por inteiro, deixando até os assuntos sobre sexualidade ao encargo da escola. Apesar de toda esta esperança que os pais têm depositado na escola, em períodos de colheita as crianças deixam a escola para ajudar a família. Neste caso o que fala mais alto é a manutenção da família camponesa.

A formação do projeto de vida do jovem está perpassada pelo casamento, conquista da autonomia do trabalho seja pela conquista da terra ou seja pela profissionalização e ocupação de um posto de trabalho. A mobilização das condições necessárias para esse projeto constituem um processo vivenciado e que marca profundamente a juventude rural.

4. Considerações finais

Concluimos nesse breve ensaio que o jovem se preocupa com a obtenção para o atendimento das suas necessidades particulares e que isso implica em muito na formulação

nas estratégias que ele vai desenvolver para o seu futuro. Colocamos nesse título o seguinte fechamento: “entre a tradição e outras perspectivas” para chamar a atenção do leitor o fato de que a afirmação do projeto de vida e da identidade do jovem não é um processo resultante da mera sucessão de etapas, da tranqüila por uma fase da vida. Trata-se, portanto, de uma constante afirmação de posições do jovem dentro dos espaços da família, do assentamento que implicam maior autonomia em relação ao desenvolvimento da atividade produtiva familiar ou que implique obtenção de emprego em uma determinada atividade esteja ela relacionada ao trabalho rural ou aos trabalhos mais tipicamente urbanos com o comércio, porteiro, vigia etc.

A construção desse projeto, portanto, reproduz elementos que são apreendidos da família como o sentimento de pertença a uma comunidade, a uma moral que rege a maneira pela qual os jovens estabelecem os relacionamentos, embora nesse caso ela esteja sempre em conflito com os valores partilhados pelos jovens em outros espaços como o de apenas “ficar”. De todo modo o que existe entre os jovens é a compreensão de que, não fosse as condições de emprego, a pouca terra eles não escolheriam sair ainda que temporariamente da vida no assentamento para buscar outros empregos, muitos fora da agricultura. Nesse sentido há uma ruptura com o desejo dos pais de ter os filhos sempre por perto.

5. Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo *et alli*. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília, Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- MARQUES, Franciso Roberto de Sousa. *Juventude Rural e assentamentos da reforma agrária: trajetórias e experiências coletivas*. Campina Grande, PB. 2006. Dissertação de Mestrado.
- MENEZES, M.A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.
- SILVA, Vanda Aparecida da. *Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)*. Campinas. SP. 2005
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro SC*. Santa Catarina, 2002 (Tese de Doutorado).
- WOORTMANN, K. “*Com parente não se neguceia*”, *o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília. Tempo Brasileiro. 1990.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**A ECOLOGIA POLÍTICA DA ALGAROBA: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES DE PODER E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB.**

Aracele Barbosa Gomes¹
Ramonildes Alves Gomes²

Resumo

O artigo que estamos apresentando tem como objetivo analisar os diferenciais de poder, que afetam os grupos sociais, assim como as consequências destas relações nas transformações dos espaços, particularmente do espaço rural do Cariri Paraibano, procurando delinear os processos de mútua influência entre dinâmicas ecológicas e sociais, em decorrência da implantação de políticas de reflorestamento que utilizaram a algaroba (*Prosopis juliflora*). O referido estudo é fruto de uma pesquisa ainda em andamento³, que tem como lócus de pesquisa duas áreas do Cariri Ocidental, os municípios de Serra Branca e Sumé, porém neste estudo serão enfatizados os dados referentes ao município de Sumé. As análises, portanto, serão focadas nas estratégias de sobrevivência dos grupos, analisando como os discursos e as lógicas que perpassam um certo modelo de desenvolvimento influenciaram e fortalecem/fortaleceram grupos específicos, reconfigurando-os em redes sócio-técnicas e comerciais. A pesquisa de campo foi realizada basicamente no período compreendido, entre novembro de 2007 e abril de 2008. Os dados que permitiram as análises foram apreendidos, a partir das entrevistas semi-estruturadas com lideranças e famílias das áreas. O uso deste instrumento de pesquisa possibilitou o levantamento de dados demográficos e sociais destas áreas, assim como, a compreensão das lógicas de organização e as estratégias produtivas adotadas pelas famílias, que implica num reordenamento da relação homem-natureza cujos resultados transformam os espaços.

Palavras-chave: Algaroba; Transformações sócio-espaciais; Redes sócio-técnicas

1. Introdução

A algaroba (*Prosopis juliflora*) é uma leguminosa que apresenta grande diversidade de espécies do gênero *Prosopis*. É uma planta xerófila (razão pela qual se adaptam a lugares secos, como a caatinga e os desertos), nativa do deserto do Piura no Peru.

A história da algaroba no Nordeste começou na década de 1940, desde o princípio esta espécie foi vista, tanto pelo poder quanto pela iniciativa privada como uma alternativa de

¹ Graduanda em Ciências Sociais, pela UFCG, bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFCG/CNPq). E-mail: aracele_sumé@hotmail.com.

² Doutora em sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG). E-mail: rnildes@hotmail.com.

³ Este trabalho é fruto da pesquisa que está sendo realizada no âmbito do projeto intitulado, “A ecologia política da algaroba: poder, mudança ambiental e qualidade de vida no semi-árido nordestino”, financiada com recursos do CNPq, processo de número: 401105/2006-7, com apoio do PIBIC/CNPq/UFCG. Os dados aqui apresentados foram coletados durante a pesquisa de campo, em duas áreas da microrregião do cariri paraibano.

desenvolvimento e modernização, tomando como pressuposto a lógica da dominação da natureza. A articulação discursiva em torno da importância e viabilidade econômica da algaroba começa a ser difundida pelas instituições de pesquisa, grupos políticos e gestores públicos que defendiam as vicissitudes hídras, forrageiras e arbóreas da espécie. Para isto os grupos articulados, (governos e políticos), lançaram programas com intuito de legitimar esta leguminosa enquanto “tecnologia” salvacionista da ecologia regional.

O objetivo deste artigo é analisar os processos sociais relacionados à implantação da algaroba (*Prosopis*) no semi-árido nordestino, em particular, na região do Cariri Paraibano e mais especificamente no município de Sumé. Buscando entender os elementos capazes de definir os grupos que ganharam e os que perderam com a disseminação da algaroba no semi-árido nordestino.

A pesquisa se apóia nos seguintes instrumentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental com intuito de compreender as lógicas e contradições que influenciaram as argumentações científicas, técnicas, econômicas, ecológicas e sociais que estruturavam os discursos favoráveis e contrários à algaroba. Realizamos a pesquisa de campo, utilizando técnicas como entrevistas (semi-estruturadas) e observações em localidades específicas que, a partir de estratégias diversas foram afetadas pela algaroba.

Abordando as categorias poder, mudança ambiental e qualidade de vida, buscaremos a partir deste estudo entender como o poder influencia as ações entre pessoas de diferentes grupos sociais e como o incentivo ao plantio da algaroba provocou mudanças, tanto ambientais como na qualidade de vida das pessoas que estão inseridas nas áreas onde foram implantados os projetos que adotaram esta espécie como estratégia para o desenvolvimento.

2. A algaroba no semi-árido nordestino⁴ e em particular na microrregião do Cariri Paraibano

A introdução da algaroba (*Prosopis juliflora*) no semi-árido Nordeste aconteceu em três fases distintas:

- 1ª fase (década de 1940 até 1960), corresponde à introdução da espécie, momento em que esta despertou a curiosidade dos técnicos e produtores rurais; a segunda fase, de 1961

⁴ As questões discutidas neste trabalho fazem parte do Projeto de Pesquisa intitulado: “A ecologia política da algaroba: poder, mudança ambiental e qualidade de vida no semi-árido nordestino” que conta com apoio institucional do CNPq, vale ressaltar que parte das informações documentais mencionadas no texto foram extraídas do trabalho de qualificação, intitulado: A “saga” da algaroba no Cariri paraibano: escolhas tecnológicas e políticas públicas – o caso da estação experimental Fazenda Pendência de autoria de Annahid Burnett (2007), mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCEG), discente e pesquisadora, integrante da equipe do projeto supra mencionado.

até 1965, caracterizando-se por uma série de ações governamentais voltadas para a expansão da cultura; e por fim a terceira fase, iniciada no ano de 1966 tendo como fundamento os investimentos na pesquisa e o incentivo para o desenvolvimento da cultura nos estados nordestinos. Entretanto, esta última fase foi marcada pela descontinuidade dos vários programas, de âmbito federal, estadual e municipal. Segundo SILVA (2000), a primeira fase teve como características a difusão de conhecimentos sobre a planta e sua utilização e a distribuição e promoção de 8 a 10 milhões de mudas em boa parte do semi-árido, mais especificamente nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

- 2ª fase da introdução da algaroba abrangeu os anos de 1961 até 1965 foi caracterizada por uma série de ações governamentais voltadas para a expansão da cultura, porém foi marcada pela falta de continuidade dos dirigentes nacionais responsáveis pela política agrícola do País. Em 1961, o então ministro da agricultura, Dr. Costa Porto, aprova um programa de algarobeira para o Nordeste. Durante seis meses foram feitas seis milhões de mudas, dentre estas 3,5 milhões foram distribuídas e plantadas nos municípios do semi-árido. Devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros, este programa entrou em declínio e quase morreu. O programa só não veio a ser extinto por que os agrônomos da Secretaria de Agricultura da Paraíba deram continuidade ao trabalho no Cariri Paraibano.

Ado discurso salvacionista atribuído a espécie é reafirmado com intensidade pelos presidentes das associações rurais de Aroeiras, Cabaceiras, Campina Grande, Cubati, Juazeirinho, Monteiro, São João do Cariri, Serra Branca, Soledade, Sumé e Taperoá, através de documentos assinados e enviados às autoridades brasileiras afirmando que, a nenhuma planta é atribuída características como resistente à seca e a salinidade; desenvolvimento rápido e produção em período de seca como a algaroba. De maneira que, com base nesses itens legitimava-se o discurso de que a algaroba é a salvação para as regiões do Cariri e do Sertão da Paraíba.

Dr. Antonio Quirino Alves recomendava, “uma campanha de implantação, em larga escala, de algarobeiras nas zonas do Cariri, Sertão e Seridó como solução para o reflorestamento dessas áreas concomitantemente com a função de formação de pastos arbóreos”. Partindo deste discurso é possível perceber a intenção de modernizar a agricultura fundamentando-se na necessidade de modificação dos procedimentos do homem do campo nessa época, assim como, concretizar a idéia de que a introdução dessa nova “*tecnologia*” seria a salvação do Nordeste.

- 3ª fase iniciada no ano de 1966 foi caracterizada por investimentos na pesquisa, estímulo para o desenvolvimento da cultura nos Estados nordestinos, divulgação de trabalhos

técnicos sobre a espécie e promoção de uma série de eventos sobre a algarobeira, entre estes se destaca um evento realizado no município de Serra Branca - PB em meados da década de 60, que segundo relatos de moradores do município, foi uma grande feira com intuito de divulgar a algaroba. Nesta ocasião Dr. Inácio Antonino (responsável por difundir a espécie na região do Cariri Paraibano), técnicos e agrônomos falavam sobre a espécie e incentivavam o plantio da mesma, distribuindo mudas e sementes entre os moradores que se interessavam pela planta.

Como mencionado anteriormente, na microrregião do Cariri Paraibano a algaroba foi difundida pelo Dr. Inácio Antonino Gonçalves, na época engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura. A pesquisa documental e os relatos obtidos, através das conversas informais com parentes e pessoas que conviveram com o Dr Inácio, possibilitaram inferir que ele era um homem culto, estudado, além de ser um rico fazendeiro, proprietário de terras do município de Serra Branca.

No ano de 1952, o deputado Tertuliano Correia da Costa de Brito, – filho do município de São João do Cariri, retornava de uma missão política em Paulo Afonso - BA, aonde tivera a oportunidade de conhecer *as sementes da algaroba*. Em uma visita feita ao município de Serra Branca Tertuliano anunciou que estava de posse das sementes milagrosas e afirmou: “São de uma árvore que não precisa de água para sobreviver” (FONTE: arquivos do CORREIO DA PARAÍBA, 1998). Informado que as sementes eram de uma planta que vegetava em região em que chove pouco, o Dr. Inácio Antonino ficou responsável por cuidar da reprodução dessa espécie. De fato o primeiro plantio de algaroba foi feito em 1953, numa área pública de São João do Cariri. As mudas que sobraram foram plantadas no Sítio Ligeiro, de propriedade do Dr. Inácio Antonino, no município de Serra Branca, onde existem algarobeiras com mais de meio século.

Neste período, além do Dr Inácio, três pessoas participaram da “missão em favor da algaroba” foram elas, Aristóteles Queiroz, Perón Japiassu e José Gaudêncio – estes últimos latifundiários, e políticos respeitados na região. Este desenho sugere que desde o princípio a introdução da algaroba revela uma associação interessada, tanto de grupos políticos – e no caso do Cariri paraibano são também os grupos economicamente *empoderados*, quanto de grupos técnicos.

3. Modernidade e desenvolvimento: novos discursos e velhas práticas

Acreditava-se que o desenvolvimento do Nordeste só seria possível a partir de um processo exógeno, portanto vindo de fora, moderno e capaz de impor certo modelo, uma vez que esta era uma região considerada subdesenvolvida. De acordo com CASTRO (1984-1985: 210), a política de reflorestamento refletia a principal linha de desenvolvimento agrícola na década de 1980. Sendo esta política um fator contribuinte, a algaroba passa a fazer parte deste quadro de desenvolvimento, partindo de incentivos do governo através dos projetos governamentais para financiamento e implementação desta espécie na região. Com isso o acúmulo das grandes propriedades tornou-se consequência lógica de uma correlação social e política definida.

No entanto, era necessário que, mesmo com o intuito de desenvolver a região o governo também investisse em projetos contra a seca, desenvolvesse uma política de caráter social, para que a população menos favorecida e, por sua vez a mais afetada nos períodos de estiagem, pudesse usufruir dos recursos públicos. Segundo ROBBINS⁵ (2004) apud CUNHA et al, (2005) a desigualdade na distribuição de custos e benefícios, por sua vez, reforça ou reduz as desigualdades econômicas e sociais já existentes, alterando ou reafirmando as relações de poder entre os diferentes atores e grupos sociais. Uma vez que, ocorria o beneficiamento e o acúmulo de bens por parte dos grandes proprietários.

A algaroba como estratégia modernizante sempre foi alvo de disputas e interesses que dividiam os grupos, reconfigurando as alianças, portanto construindo uma sociedade caracterizada pelo risco, “a sociedade de risco”. Segundo VEYRET (2007), o risco e a percepção que se tem dele não podem ser enfocados sem que se considere o contexto histórico que os produziu e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época.

Os discursos contrários a algaroba, surgidos no final da década de 80 permitem tomar o nordeste semi-árido como territórios dos riscos⁶. A algaroba como solução para os problemas encontrados no semi-árido, não pode ser compreendida senão no contexto da época. As escolhas feitas e as decisões que balizavam as ações estavam fundamentadas no cálculo de custos e benefícios, *ou seja, o risco justificava as escolhas políticas.*

⁵ ROBBINS, P. (2004) Political ecology: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishing.

⁶ Para VEYRET (2007: 29) Territórios dos riscos – sejam estes naturais, tecnológicos ou sociais – são resultados contribuintes de um passado nem sempre bem conhecido e especialmente de escolhas políticas ou econômicas.

De modo que, estas redes consistem em mecanismos tradicionais de troca de favor, favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos formais, mas envolvem relacionamentos que se baseiam na reciprocidade MARTINS (1994:35).

Como afirmam DIAS E SILVEIRA (2007) nos anos recentes as redes vêm se estabelecendo numa agenda de pesquisa que agrupa propostas, significados e abordagens disciplinares diversas. È possível definir estas redes por quatro grandes fluxos: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; *os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias*; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou fluxos monetários e financeiros.

EUCLIDES MANCE (2000), afirma que, as redes sociais são articulações entre diferentes unidades que realizam trocas recíprocas. Neste caso, tanto os discursos incentivando o plantio da algaroba, quanto os discursos contrários, revelam o lugar e o poder das redes. Atualmente, é possível perceber que o discurso difundido pelas redes sócio-técnicas tem favorecido as redes comerciais, revelando uma espécie de mutualismo entre redes, as quais fortalecem todo o conjunto possibilitando a ampliação do plantio em novas unidades ou mantendo-se em equilíbrio sustentável.

No final dos anos 80, surge o mito de que a algaroba seria uma erva daninha, ou seja, a algaroba foi responsabilizada por causar danos incalculáveis ao meio como, secar o solo e mananciais, tirando toda a água ao seu redor, além de causar doenças em rebanhos bovinos, como a “língua-de-pau”, por exemplo. Esse discurso contrário a algaroba se confirma nas entrevistas obtidas com pequenos e médios proprietários de terras do município de Sumé, ao afirmarem que: “(...) é uma praga! A algaroba matou num sei quantas reis da nossa propriedade”; “Aonde tiver água no mundo ela vai buscar”; “(...) dizem também que a algaroba acabou com o manancial hídrico de Serra Branca (...) e muita gente alega que é a praga da algaroba”; “o povo alega. Tem aquela história: olhe se ela não tomasse tanta água ela não ficava o tempo todo verdinha”. Devido a isso os pequenos agricultores iniciam um processo de exploração e extinção da espécie por acreditarem que esta seria uma vilã, fortalecendo outras estratégias para auferir lucros com a algaroba, baseada na extração da madeira, dando origem a uma rede de comercialização em torno desta espécie.

Como afirma ANDRADE (1998: 224), numa sociedade em que existem formas de exploração capitalistas e pré-capitalistas, visando respectivamente à produção para exportação e a produção para o auto-consumo do próprio agricultor e da região, vai provocando um desequilíbrio. Uma vez que é factível a forte política de incentivos ao desmatamento da algaroba sob o argumento que a dificuldade de manejar faz com que à espécie invada solos

férteis e desnudos, provocando um desastre ambiental sem proporções, neste caso a solução é mesmo o desmatamento que, compromete seriamente o equilíbrio ambiental do Cariri, cujas condições físicas indicam ser uma área em processo intenso de desertificação.

Porém, ao pesquisar a temática das redes, é preciso analisar não somente a dimensão técnica, mas também considerar os processos sociais, econômicos, políticos etc. De fato, algumas atividades desenvolvidas no contexto das redes são mais lucrativas que outras, conforme vão passando por ciclos, altos e baixos do mercado e concorrência global segmentada. Como um exemplo disso, podemos citar o alto valor da madeira proveniente da algaroba, uma vez que atualmente a retirada da madeira de algaroba encontra-se liberada pelo IBAMA⁷ (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para exploração, pois se trata de uma espécie exótica.

Portanto, a articulação das redes de comercialização que se formaram em torno dos produtos derivados da algaroba – madeira, carvão, lenha e vagem – tem provocado um processo de intensificação da exploração deste recurso, como também, deslocado os focos de poder, seja na forma de riqueza ou de saberes.

4. Formação das redes no município de Sumé - PB

Sendo o Cariri, assim como o Sertão uma região castigada pelas secas, ao longo da história tem corroborado para a busca de soluções exógenas e modernizantes. Em cada região, de acordo com suas especificidades, tais soluções provocaram mudanças e articulação entre atores locais. O discurso político favoreceu diversos grupos sociais no passado, dentre estes destacamos os grandes e pequenos proprietários de terras. Os grandes proprietários de terras, em grande medida foram beneficiados com incentivos governamentais, através de projetos que financiavam de 100 a 200 hectares de plantio de algaroba. Estes, atualmente buscam erradicar a espécie e/ou empreendem técnicas para destocar/desmatar a espécie destas áreas, seja para preparação da terra ou para produzir capital econômico, sendo esta última atividade observada na maioria dos casos. Como podemos perceber tal justificativa em um relato de um médio proprietário de terras no município de Sumé, que foi beneficiado por projetos do IBDF, ao afirmar que foi o pior negócio que havia feito na vida, pois a princípio com toda a

⁷ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. FONTE: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2008.

propaganda e os incentivos que existiam acreditava ele que seria um forte negócio, que resultaria em lucros, e que na verdade o que lhe ocorreu segundo informações foram grandes prejuízos e preocupações. Todavia, constata-se que os proprietários destas áreas onde ainda existem plantios de algarobas estão inseridos dentro do comércio madeireiro. Negociam a venda da madeira encontrada em suas propriedades com atravessadores⁸, sendo estes últimos responsáveis por fazer o trabalho de limpar o solo, destocando toda a madeira, além do carregamento dos caminhões e realizam o transporte da madeira para os grandes centros da Paraíba e dos estados circunvizinhos, como Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. A madeira cortada possui finalidades distintas conforme a qualidade do material cortado (lenha, mourão, estaca, etc).

Já entre os pequenos proprietários de terras, os quais só possuem áreas de algarobeiras resultantes da dispersão por meio natural, é possível perceber, através das entrevistas e observações que estes não costumam explorar a espécie de modo a erradicar todas as plantas que se encontram na sua propriedade, pois asseguram que se não fosse à algaroba o rebanho bovino já havia morrido de fome, como também não teriam condições de cercar as suas propriedades ou lotes. Dado que se confirma nas épocas de estiagem, quando muitas vezes a vagem de algaroba é o único alimento para o gado. Porém estes pequenos proprietários também estão inseridos na rede de comercialização, uma vez que, a madeira retirada no processo de preparo e limpeza dos roçados é utilizada para fazer carvão e vender a madeira como forma de complementar a renda familiar, mas estas atividades são realizadas em equilíbrio e pequena escala. Podemos constatar esse tipo de atividade na fala de uma agricultura, em que afirma que um dos seus parentes: “fez uma carvoeira e vendeu, porque ele é pai de família e precisa ter o que comer, então vende uma parte e deixa a outra em casa para o consumo”. Com isso, é perceptível a contradição entre os discursos produzidos e evocados por grupos distintos, o que é “praga” pra uns torna-se a “solução” para outros. De fato para os pequenos produtores desta região a algaroba ainda é considerada como a redenção da seca.

⁸ Indivíduos que comercializam clandestinamente produtos no atacado superfaturando os preços. Ou ainda, o indivíduo que atravessa mercadorias, que as compra para monopolizar o mercado.

5. A comercialização dos produtos derivados da algaroba no município de Sumé

As informações obtidas no município de Sumé, assim como na região do Cariri, acerca da comercialização revelam que a madeira de algaroba tem bastante valor comercial. Ao realizamos a pesquisa de campo podemos constatar a intensa exploração de madeira no município. Segundo informações dentre os vários produtos derivados da algaroba, a madeira é o que se tem atribuído maior valor na comercialização, pois é utilizada para diversos fins (estacas e mourões para fazer cercas; para a fabricação de carvão; lenha – destinada para queima de olarias, padarias e tinturarias). A madeira comercializada no município de Sumé destina-se ao uso industrial na forma de lenha para a produção de cal, para fornos de padarias, olarias, cerâmicas e tinturarias de roupa na cidade de Toritama no Pernambuco. Essa madeira é transportada em caminhões que normalmente são do próprio atravessador e levam uma carga de 30 m³ de cada vez, porém foram constatados casos em que os caminhões saíram com até 49 m³.

Como afirma um dos proprietários de terras do município: “há uns três ou quatro anos a madeira não tinha valor comercial, praticamente não tinha valor comercial”, porém atualmente vendem ao preço de R\$ 8,00 o m³, o que se considera bastante valorizada, pois não tem nenhum tipo de despesa, uma vez que os cortadores tiram a madeira e deixam a área pronta para ser preparada para plantio. Os atravessadores que realizam a comercialização no município de Sumé são em sua maioria do Pernambuco, mas também há atravessadores de Campina Grande - PB.

Na região do cariri em média o preço pago aos trabalhadores pelo corte da madeira é de R\$ 5,00 por m³. Os trabalhadores que fazem esta atividade, em sua maioria têm idade entre 32 e 46 anos. Durante a pesquisa de campo conversamos com alguns trabalhadores que estavam cortando algaroba na Fazenda Cachoeira, no município de Sumé, estes são oriundos de Jataúba -PE e Alcantil - PB e o patrão deles, no caso o atravessador, é natural de Vertentes - PE. Estes trabalhadores utilizavam como instrumentos de trabalho machados e moto-serra e cortam em média 5 m³ por dia quando a madeira é boa, no sentido de ser uma madeira densa e 3 a 4 m³ quando a madeira é fraca. A produção diária de um grupo de cinco trabalhadores é de um mínimo de 18 m³ por dia, resultando em uma carga completa de um caminhão em dois dias de trabalho. Além da madeira para ser utilizada como lenha os cortadores recebem R\$ 0,50 por estaca. A jornada de trabalho é das 07h00min h da manhã às 17h: 30 min quando entardece, tendo apenas a metade do dia no domingo para descanso. Afirmam que corta “madeira branca” (marmeleiro, jurema, pereiro, catingueira, umbuzeiro) é menos trabalhoso,

porém atualmente só realizam o corte de algaroba, pois é o único corte permitido pelo IBAMA. As condições de trabalho destes trabalhadores são totalmente precárias, a alimentação é preparada na própria área do corte. Segundo nos informou o trabalhador chefe-encarregado desse grupo que trabalha no corte de madeira há 20 anos e quando não esta realizando o corte de madeiras volta para sua cidade de origem e planta uma pequena roça apenas para subsistência da família. Ao encerrar o corte de uma área os trabalhadores têm um intervalo de 8 a 15 dias para visitar a família e resolver os negócios e voltam para o trabalho em outra propriedade pela região que forma a extensão da rede de corte.

A vagem é outro produto comercial originado da algaroba e bastante comercializado e valorizado, especialmente como alimentação principal, ou complementar para o rebanho bovino e caprino. No município de Sumé, onde realizamos a pesquisa observamos uma intensa comercialização de vagem no “curral do gado” (local denominado pela população do município onde se realiza a feira de comercialização de gado) e fazem parte desta rede comercial, grande proprietários e agricultores familiares, embora, com papéis e inserções diferenciadas. Além deste local, a comercialização de vagens também é feita nos próprios sítios e casas de atravessadores. A colheita da vagem é feita geralmente por adultos e crianças, embora, estes não concebem a atividade de colheita propriamente como trabalho, estes a fazem por necessidade, para ganhar algum trocado e obter dinheiro para o lazer.

Já os adultos realizam a colheita da vagem de algaroba como mais um complemento para a sua renda. A colheita da vagem é negociada de duas maneiras: uma em que os empregados catam em regime de meia⁹, ou seja, o proprietário das terras negocia a venda do produto e divide com o trabalhador o lucro; e a outra, em que os indivíduos catam em áreas abertas, como às margens das estradas e na própria área urbana dos municípios. Segundo relatos de um catador de vagem do município, na safra do ano passado ele colheu vinte sacos e afirmou que para se colher um saco de vagem é necessário catar durante dois dias, resultando num total de três a cinco sacos por semana.

Segundo as informações, obtidas na propriedade Ligeiro, localizada no município de Serra Branca cada árvore de algaroba adulta chega a produzir 20 quilos de vagem por safra. Em média o valor comercial da vagem é de R\$ 10,00 o saco com 30 a 40 quilos. Para os atravessadores o custo por saco é de R\$ 7,00 a R\$ 8,00. A época de produção da algaroba é de

⁹ A expressão popular “catando de meia”, que significa forma de trabalho em que o empregado divide toda a produção adquirida com o patrão, em troca da concessão de uso da terra e de outros recursos naturais, a exemplo da colheita da vagem da algaroba.

setembro a dezembro. Em uma propriedade de 430 hectares localizada no município de Sumé foram colhidas 10 toneladas de vargem na última safra.

Atualmente, outro produto derivado da algaroba que é bastante comercializado é o carvão. No entanto é comum encontrarmos em pontos comerciais pequenas embalagens de carvão vegetal rotulados como derivado da madeira da algaroba. O carvão é mais um dos produtos que compõe a rede de comercialização desta espécie. Como já mencionamos antes, os grandes proprietários justificam a retirada da madeira com esta finalidade, com base no argumento de que o produto é fabricado como alternativa para aproveitar a madeira retirada no processo de preparação da terra. Já os pequenos produtores utilizam o carvão para o próprio consumo, na maioria dos casos e realizam a comercialização apenas como estratégia para complementar a renda familiar.

A fabricação de carvão vegetal oriundo da algaroba é totalmente liberada pelo IBAMA. Entretanto, para comercialização é necessário à solicitação de uma liberação e uma guia em que o comerciante relate o percurso de transporte do produto até chegar ao seu destino final, caso contrário a carga de carvão pode ser apreendida. Os atravessadores compram o saco de carvão em média a um preço de R\$ 5,00 e revende a R\$ 9,00. Existem atravessadores do município de Sumé que chegam a transportar 1.000 sacos por semana para Campina Grande e João Pessoa. De modo que, após estar empacotado não é possível reconhecer o carvão oriundo de algaroba, isso implica na possibilidade de haver também a fabricação de carvão proveniente de outras espécies e que são misturados aos produzidos com madeira de algaroba.

6. Considerações finais

O trabalho apresentado é parte de uma pesquisa, que ainda está em curso, portanto, as informações discutidas neste artigo, longe de serem conclusivas suscitam uma série de outras indagações. Consideramos de suma importância o mapeamento do campo discursivo sobre o tema, porém necessitamos aprofundar as informações para só então podermos levantar informações concretas sobre as experiências de grupos que experimentam a convivência com a algaroba. Assim como na década de 1970 e 1980, é perceptível nos dias de hoje programas e projetos governamentais que buscam implementar no Nordeste um modelo de desenvolvimento, dessa maneira, questionamos que sempre haverá um ciclo que alimenta essa necessidade de se implementar programas e projetos que venham a trazer desenvolvimento e modernização para esta região. Porém, estes programas em sua maioria sempre serão

direcionados apenas aos médios e grandes proprietários? De modo que, sempre resultará no benefício por parte dos grandes proprietários, e aos pequenos produtores cabe buscar a adequação para uma melhor qualidade de vida de acordo com as condições que lhes são oferecidas. A partir dos dados obtidos é possível afirmar que há diferentes concepções a respeito da algaroba para os diferentes grupos sociais, no entanto, para os pequenos produtores, esta ainda é considerada como “redenção”. Pois é a “salvação” – se assim podemos dizer, para os animais na época de estiagem.

Contundo, chamamos a atenção para a necessidade de analisar o desequilíbrio ecológico e até mesmo social, tomando como referências a produção de conhecimento técnico, o uso social e a circulação das informações entre os diferentes grupos. Vale ressaltar que esta além de ser uma região castigada pela seca é uma das áreas mais propícias à desertificação, e que é necessário destacar algumas considerações, para que esta região não venha a ser apenas mais um campo experimental e um local a mercê das vontades políticas. Ou seja, o estudo sobre a ecologia política da algaroba é emblemático de como alianças entre capital e propriedade da terra no passado; e no presente entre capital e propriedade de capitais (simbólico, social, econômico e cultural) têm legitimado e assegurado a manutenção de agências clientelistas beneficiárias do atraso continuem a tomar decisões. Em suma, a ecologia política nos ensina que nenhuma decisão é completamente técnica, contrariamente, toda decisão é inseparavelmente política, porque terá efeitos sobre a distribuição relativa de poder (ou bem-estar), e ainda, será determinante das condições de emancipação dos indivíduos e grupos (Lianza e Addor: 2005).

7. Referências bibliográficas

- Algaroba reflorestaria áreas devastadas. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 10 abr. de 1998.
- ANDRADE, M. C. de. 1998. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- CASTRO, R. P. A política de reflorestamento no semi-árido paraibano. In *Raízes*. Campina Grande, v. 3, n. 4-5, jan.84/dez.85. p. 204-211.
- CUNHA, L. H. H.; GOMES, R. A.; MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A.; IENO NETO, G. 2005. A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: Caio Galvão de França; Gerd Sparovek. (Org.). *Assentamentos em Debate*. Brasília: NEAD, v., p. 40-56.
- DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L. da (organizadores). 2007. *Redes, sociedades e territórios*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- LIANZA, S. e ADDOR, F.Org. 2005. *Tecnologia e desenvolvimento social solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

MANCE, E. 2000. *A revolução das redes*. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, p. 24.

MARTINS, J. de Sousa. 1994. *O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta*. Editora Hucitec. São Paulo.

SILVA, Sebastião (2000). *História da Algaroba no Brasil*. Teresina SNPA/BN/Embrapa Meio Norte.

VEYRET, I. (organizadora). 2007. Definições e vulnerabilidades do risco. In *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. [Tradutor: Dílson Ferreira da Cruz]. – São Paulo: Contexto, p. 25-43.

Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2008.

Disponível em: www.dnocs.gov.br, acesso em fevereiro de 2008.

Disponível em: www.ipa.br, acesso em fevereiro 2008.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

A MANIFESTAÇÃO DE RUA COMO REPERTÓRIO DE AÇÃO DO PATRONATO RURAL BRASILEIRO

Olavo Brandão Carneiro¹

Resumo

Este trabalho pretende analisar a manifestação de rua como parte do repertório de ação das classes e grupos sociais dominantes no campo brasileiro, a partir dos anos 1980. O estudo baseia-se em uma observação etnográfica de uma manifestação nacional patronal rural em Brasília/DF, entrevistas com lideranças patronais rurais em seis estados do país e pesquisa documental nas sedes e páginas eletrônicas das entidades de representação. A comunicação aqui proposta está inserida nos projetos de pesquisa coordenados pela profa. Regina Bruno acerca da representação patronal no campo brasileiro (convênio CPDA/UFRRJ-NEAD/MDA).

Palavras-chave: Ação Coletiva; Patronato Rural; Agronegócio

Este trabalho pretende problematizar as manifestações de rua como parte do repertório de ação das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, a partir dos anos 1980. Acreditamos que o estudo sistemático sobre o patronato rural e agroindustrial brasileiro, abordando suas formas de ação, sua organização e sua retórica, pode contribuir para um melhor desvendamento dos conflitos sociais, econômicos e políticos em nosso país e conseqüentemente das possibilidades de superação de nossas desigualdades. Apresentamos aqui análises parciais de nossa dissertação de mestrado em fase de conclusão, e trabalhamos com dados e reflexões oriundos de pesquisas coordenadas pela professora Regina Bruno (CPDA) desde 2005.²

Operamos a categoria “manifestação de rua” como um tipo de mobilização onde se busca chamar a atenção dos agentes do campo político para os seus problemas pela expressão de uma “opinião política”³ através de um repertório de técnicas

¹ Bolsista CNPq, mestrando do Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ (olavorio2002@yahoo.com.br). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder (NARUP/CPDA/UFRRJ).

² Pesquisa *Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?*, Regina Bruno (coord.) e Olavo Carneiro (assistente de pesquisa), convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2004/2006. Pesquisa *Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*, Regina Bruno (coord.), Olavo Carneiro e Janaína Sevá (assistentes de pesquisa), convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2006/2008.

³ “... uma verdadeira tomada de posição pública que pretende ser normativa e ter a possibilidade de se impor a todos a fim de se tornar, se necessário com a ajuda da lei, a opinião oficial” (Champagne 1996:187).

utilizadas para subverter o espaço sonoro da cidade (cantos, gritos, ritmos, sonorização e animadores que lançam por alto-falante determinados *slogans* que são retomados pelos manifestantes, etc.) e o espaço visual habitual da rua (objetos inesperados ou insólitos tais como tratores ou gado nas cidades, disfarces, etc.) com o objetivo de chamar a atenção dos cidadãos e transformá-los em espectadores de um conflito (Champagne 1996: 190).

No final de junho de 2005 a Esplanada dos Ministérios em Brasília foi palco de uma manifestação denominada *Tratoração - o alerta do campo*, organizada pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁴, instância de representação sindical patronal no campo, na qual se reivindicava principalmente a renegociação de dívidas agrícolas⁵. Na ocasião tive a oportunidade de realizar uma observação etnográfica do evento, assim como reunir informações sobre outras manifestações a partir de pesquisas em *sites* patronais rurais e em material hemerográfico⁶. A riqueza de dados empíricos sobre manifestações de rua promovidas por entidades do patronato rural e agroindustrial brasileiro e sua aparente negação da teoria que preconiza a ação coletiva direta como exclusividade das classes e grupos sociais populares, motivou este estudo em particular.

Segundo Offe e Wiesenthal (1984:67)⁷ as associações de empregadores ou de empresas não precisam resolver “o problema da otimização das demandas” coletivamente, que muitas vezes pode ser analisado e decidido por uma equipe de especialistas. Os autores afirmam que para “obter êxito na defesa de interesses manifestos, uma organização deve ser capaz de mobilizar sanções”, onde “a greve é a máxima sanção a que os sindicatos podem recorrer”⁸ (idem:71). A assembléia de greve, votação de greves, linhas de piquete estariam ausentes do repertório de estratégias das associações de empregadores e de empresas, e conclui que a parcela esmagadora do potencial das sanções continua em poder dos membros que permanecem fora das atividades organizadas, e apenas algum potencial é detido pelos dirigentes das organizações (idem:72). Conforme os autores, as associações de empregadores e de empresas dependem apenas da sua habilidade de gerar “disposição de pagar” dos seus membros, pois necessitam de recursos para serem usados de maneira instrumental pela liderança da associação. A habilidade de gerar “disposição de agir” entre os seus membros, é

⁴ Sobre a CNA ver LEAL, G.F. (2002a).

⁵ Estou chamando de dívidas agrícolas os empréstimos tomados pelos “produtores rurais” destinados, a priori, às atividades produtivas (compra de insumos agrícolas, renovação de maquinário, aquisição de novos animais, etc.). Estes empréstimos foram feitos junto a bancos e/ou empresas fornecedoras de insumos que prestam este tipo de serviço.

⁶ Ver Bruno e Carneiro (2005), relatório final de pesquisa.

⁷ Ainda que a reflexão do autor se balise na relação entre o capitalista industrial e o assalariado urbano, consideramos pertinentes seus elementos para analisar os grupos dominantes no campo e suas manifestações de rua.

⁸ O autor quando se remete a sindicato, está se referindo ao de trabalhadores.

apenas uma necessidade das associações de trabalhadores (idem:73). Para Offe e Wiesenthal (1984:75) as organizações empresariais e de empregadores “não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, ou da disposição de comprometer-se em ação solidária, pelo óbvio fato de que *já estão* em uma posição estrutural de poder”.

De fato o patronato rural e agroindustrial são classes sociais que historicamente possuem outros modos de fazer prevalecer seus interesses e reivindicações, como *lobby*, almoços e jantares para integrantes das instâncias do Estado, redes familiares e de amigos⁹, etc. Importante ressaltar que são classes e grupos sociais que estão na raiz da formação do Estado brasileiro¹⁰, e seus interesses são institucionalizados nos aparelhos do Estado (Gonçalves Neto 1997). Como bem afirma Leite (2007), o MAPA é reconhecido como o ministério dos grandes proprietários e empresários rurais.

Apesar da condição de classe dominante, ou seja, em posição privilegiada de poder na sociedade brasileira, nas últimas três décadas não foram poucas as manifestações de rua destes grupos sociais para expressar suas demandas e pressionar os aparelhos de Estado a atenderem seus interesses. Na literatura há registro de promoção deste tipo de ação coletiva por parte dos grupos dominantes no campo antes mesmo do período focalizado por este estudo.

Na década de 1950, o patronato rural organizou “pressão de massa”, com “concentrações” de produtores em São Paulo e Paraná, culminando com uma “marcha da produção” até o Rio de Janeiro, para combater o “confisco cambial” que afetava a rentabilidade da produção (Medeiros 1982:65-66). É o período do fenômeno conhecido como “industrialização brasileira”, que marca a consolidação de setores não agrários. Segundo Gonçalves Neto (1997) o predomínio dos setores não-agrários se amplia paulatinamente a partir de 1930 e desde então a agricultura é endereçada a uma situação de subordinação, sendo retiradas de suas mãos as rédeas do poder. Em 1964 a “SRB foi uma das promotoras da ‘Marcha da família, com Deus, pela liberdade’, que procurou demonstrar para a sociedade o descontentamento com o Governo Goulart” (Barbosa 2007), participando da sustentação do golpe militar ocorrido no mesmo ano. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) é uma das mais antigas entidades de representação patronal rural em atividade no Brasil, foi criada em 1919 no estado de São Paulo.

⁹ Sobre as redes familiares e de amizade na reprodução social do patronato rural e agroindustrial, um interessante estudo vem sendo desenvolvido por Cláudio Severino em seu doutoramento. Os dados preliminares foram apresentados pelo autor nos encontros do Laboratório de Pesquisa coordenados pela professora Regina Bruno.

¹⁰ Sobre a presença e influência dos grandes proprietários e fazendeiros na formação do Estado brasileiro ver em especial Florestan Fernandes (1981).

Porém certa regularidade no acionamento das manifestações de rua pelas classes e grupos sociais patronais rurais e agroindustriais é mais notória com o fim da ditadura militar, seja como ação espontânea ou planejada, de articulação nacional ou local.

A década de 1980 é marcada por inúmeras manifestações em que a União Democrática Ruralista (UDR) ocupa o espaço público com passeatas, comícios e marchas cívicas¹¹. Em 1987 foram organizados três grandes eventos, para protestar pela falta de definição de uma política agrícola por parte do governo Sarney, pelo realinhamento dos preços mínimos e pela taxas de juros subsidiadas para o crédito rural. Em fevereiro ocorreu o movimento batizado de *O Alerta do Campo a Nação*, em Brasília. Em março foi organizado em várias cidades do país o *Protesto Nacional da Agricultura*. Estavam a frente desta manifestação: Roberto Rodrigues - presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Flávio Telles – presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Ronaldo Caiado – presidente da UDR, e Guilherme Afif – presidente da Associação Comercial de SP. E em julho de 1987, ocorreu a “Marcha Cívico-Democrática” convocada pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB)¹² e com protagonismo principal da UDR (Simon 1998). É um período de criação de inúmeros grupos regionais de solidariedade em defesa da propriedade (Bruno 2002b), muitas vezes originários e originando manifestações. Esse fenômeno de mobilizações e criação ou recriação de organizações locais para a defesa da propriedade foi observado também no início do primeiro Governo Lula (2003-2006), conforme Bruno e Carneiro (2005), com destaque para a atuação de agrupamentos como a União Nacionalista Democrática/SP, a União em Defesa da Preservação do Estado de Direito/MS, a Sociedade em Defesa do Pantanal/MS, a União de Defesa da Propriedade Rural/MG, o Movimento do Direito de Propriedade/MG, a ONG Recovê/MS, a Associação Democrática dos Produtores de Minas/MG, e o Movimento Reforma Agrária Sem Invasão/PR.¹³

Os anos 1990 e 2000 foram intensos em mobilizações locais e nacionais do patronato do campo. Entre aquelas com articulação nacional¹⁴ destacamos o *Caminhão* (1995); a *Mobilização Acordo Rural* (1999), também denominada *Caminhão*; *Contra-marcha em*

¹¹ Sobre esse período e as classes e grupos patronais no campo ver Bruno (1997).

¹² Sobre a FAAB ver Graziano da Silva 1991.

¹³ Neste contexto a UDR procura se construir como referência para estes grupos e o MNP defende a constituição de uma “Confederação Nacional” que unifique à todos, mas em oposição a CNA.

¹⁴ Como manifestação ou mobilização de rua com articulação nacional estamos nos referindo àquelas que reúnem pelo menos uma destas características: a) organizada por entidades nacionais de representação; b) ocorrência em vários estados; c) envolvimento na organização e apoio de entidades de vários estados; d) objeto de conflito reconhecido como de repercussão geral em termos simbólicos, políticos, jurídicos, etc.

São Gabriel/RS (2003); *Maio Verde* (2004)¹⁵; *SOS Rural* (2005); e *Tratoração - o alerta do campo* (2005).

Em 1995 a reivindicação era pelo restabelecimento da política de preços mínimos e renegociação de dívidas com bancos oficiais¹⁶.

Se por um lado as entidades e grupos do patronato rural não possuem um calendário fixo de mobilizações como as classes trabalhadoras, também não se pode dizer que não há uma recorrência da utilização deste tipo de ação coletiva por estes grupos sociais em nosso país.

É importante destacarmos que as mobilizações como parte das disputas por legitimidade social não possuem o mesmo lugar para as organizações de trabalhadores rurais e para as organizações patronais do campo. Segundo Chaves (2000:11) “a luta pela terra envolvendo o MST e seus oponentes têm se caracterizado por uma rotinização dos métodos de ação e reação, por procedimentos e estratégias discursivas recorrentes (de um lado e de outro) e por um calendário cíclico de eventos”. A idéia de rotina também é informada por Medeiros (2007) quando aborda a questão de “um padrão de ação que marca a prática do sindicalismo rural do país”, como vimos acima:

É uma prática que se consolidou por meio dos Gritos da Terra, movimento anual promovido pelo sindicalismo rural, desde o início dos anos 1990 e que já compõe a rotina de suas atividades.

Uma rotina ou calendário cíclico de manifestações faz parte da lógica de ação coletiva das classes trabalhadoras, como é o *Primeiro de Maio*¹⁷ em todo o mundo, e mais recentemente no Brasil o *Grito da Terra* e o *Abril Vermelho*, manifestações promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTAG) e Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) respectivamente.

Podemos afirmar que as classes dominantes no campo realizam com alguma frequência manifestações de rua tanto de âmbito nacional quanto de âmbito local ou regional. Contudo essas mobilizações ocorrem em conjunturas específicas em que esse patronato se vê “ameaçado”, ou seja, não fazem parte da agenda anual como o são o *Grito da Terra* para a CONTAG e o *Abril Vermelho* para o MST. Ao analisarmos as reivindicações explícitas dos eventos notamos que as mesmas dizem respeito à “ameaça” (real ou potencial) ao monopólio

¹⁵ Para rivalizar com o sistema sindical patronal a UDR promoveu em Presidente Prudente/SP, no dia 28 de maio de 2004, o *Acorda Brasil*, mobilização que apesar de ser organizada por entidade nacional, teve caráter local.

¹⁶ Revista Isto É, 19 de julho de 1995, nº. 1346.

¹⁷ O Primeiro de Maio é promovido todos os anos em várias partes do mundo por entidades e organizações de trabalhadores, e o primeiro foi em 1890. Sobre as origens do Primeiro de Maio ver Perrot 2001.

fundiário, ou “ameaça” à apropriação dos lucros das atividades agropecuárias, esta resumida muitas vezes no financiamento dos “proprietários de terra” e empresários rurais e agroindustriais por parte do Estado, e publicamente conhecida como (re)negociação de dívidas agrícolas¹⁸.

Um breve levantamento histórico de manifestações de rua do patronato rural brasileiro indica que esta forma de ação é utilizada com certa frequência. Ela faz parte dos instrumentos e etapas da representação de interesses de classe, como declara um representante político da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Segundo o entrevistado quando a “argumentação técnica” não é o suficiente para “convencer” os agentes do Estado, parte-se para o “passo” seguinte acionando outros espaços de representação, especialmente a Bancada Ruralista, e como última etapa lança-se mão das manifestações de rua:

“Isso é só no extremo; quando você não consegue sensibilizar pela via técnica. Se você argumenta, você negocia, mas você não consegue trazer as suas idéias... aí você entra no Congresso – é um segundo passo – mobiliza Deputado, trava, vai até os pontos de negociação que a bancada ruralista utiliza – a FRENCOOP não utiliza tanto – mas é... trava pauta e tal, para tentar chamar o Governo à negociação. Aí queimou essas etapas todas; não está conseguindo viabilizar, você faz algum tipo de mobilização.”¹⁹

Geralmente as manifestações patronais com articulação nacional são precedidas de mobilizações locais e regionais, e podem se constituir como fator de pressão nas entidades nacionais e nas lideranças. As manifestações de rua podem assumir formas violentas (mais comum no âmbito local) havendo confronto com as forças da ordem, por exemplo, o caso recente dos arroseiros em Roraima contra a demarcação da reserva indígena Raposa do Sol, e o *Grito do Ipiranga* no Mato Grosso em 2006²⁰. Ou podem tomar a forma de ações simbólicas mais controladas e calculadas, como *Tratoração* e *Maio Verde*.

¹⁸ Em maio deste ano o presidente Lula assinou uma Medida Provisória que “renegociou” R\$ 75 bilhões de dívidas, que segundo o MDA, apenas R\$ 10 bilhões seriam da agricultura familiar (O Globo, 28/05/08, p.24).

¹⁹ Entrevista com representante da OCB em ???.

²⁰ Mobilização de sojicultores do Mato Grosso com fechamento das principais rodovias que ligam o estado ao restante do país. Houve confronto com a Polícia Rodoviária e prisão de manifestantes.

Tabela 01: Algumas manifestações de rua promovidas por entidades patronais rurais

Mobilização	Data	Organizador/Propositor	Local
Sem nome	Jun/1985	Associação Nac. dos Produtores de Soja	Brasília
Alerta do campo à nação(1)	12/2/1987	UDR e FAAB	Brasília
Protesto Nacional da Agricultura	10/3/1987	OCB, SRB, UDR, Assoc. Comercial de SP	Várias cidades do país
Marcha Cívico-Democrática	11/7/1987	FAAB e UDR	Brasília
Caminhonaço	1995		Brasília
Caminhonaço	1999	CNA	Brasília
Contra-marcha ao MST em São Gabriel	Junho de 2003	Sindicatos rurais do RS e FARSUL.	São Gabriel/RS
Maio Verde	Maio de 2004	FARSUL (propositor)	RS,PR,MS,MT,GO,MG,SP,AC.
Acorda Brasil	Maio de 2004	UDR	Presidente Prudente/SP
SOS Rural	Maio de 2005	FAMATO, FAET, FAEP, FAEG, FARSUL, FAMASUL.	GO, MT, MS, PR, RS, SP, TO, Triângulo mineiro, oeste da BA, sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste do PA.
Tratoração: o alerta do campo	Junho de 2005	Federações estaduais, CNA, UDR e SRB.	Brasília

Considerações Finais

As transformações da agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970 causaram profundas alterações na composição dos grupos dominantes no campo, articulou novos interesses e introduziu complexas e instáveis alianças, e conseqüentemente novas e complexas disputas neste setor (Delgado 1985, Bruno 1997). Esse período e o processo de transformação

da agricultura ficaram mais conhecidos como modernização da agricultura²¹. Segundo Palmeira e Leite (1998) essa modernização se deu com ampla e fundamental intervenção do Estado, e engendrou uma “coalizão de interesses” dentro do mesmo.

A coalizão de interesses no interior do Estado das classes dominantes no campo, agora mais complexos e múltiplos, viu as condições políticas e econômicas que a gerou mudarem radicalmente a partir da década de 1980. Foi o fim da ditadura militar e conseqüentemente da repressão aos movimentos populares, entre eles os de luta por terra, e foi o fim do crédito rural altamente subsidiado. Nesse contexto é que observamos a emergência da manifestação de rua como prática política do patronato rural e agroindustrial, prática que se tornará recorrente nas décadas seguintes.

Na realidade brasileira o que parece ser uma das principais distinções de *lógicas de ação coletiva* entre as classes e grupos dominantes no campo e os setores populares não é a oposição entre gerar “disposição de pagar” dos seus membros ou gerar “disposição de agir”, mas a necessidade e a prioridade que se dá para cada forma de sanção à luz das conjunturas políticas, econômicas e sociais. Observando-se um breve histórico da atuação patronal rural e agroindustrial no Brasil, percebe-se a priori que gerar “disposição de pagar” e “disposição de agir” são habilidades necessárias e acionadas pelas entidades e organizações deste grupo social.

Um breve levantamento histórico de manifestações de rua do patronato rural brasileiro informa que esta forma de ação é utilizada com uma freqüência que a sugere como parte do repertório de ação destes grupos sociais, constituindo-se em uma significativa fonte para melhor entendermos a representação de interesses em nossa sociedade.

Deixamos como pergunta por que em um país como o Brasil, onde renda e lucro estão unificados em uma mesma figura (Martins) e onde o Estado foi organizado em torno da oligarquia rural, há um patronato rural promovendo manifestações de rua para pressionar as instituições políticas estatais? Quais conflitos estão submersos sob esta forma de ação coletiva patronal? Quais os grupos patronais não participam e não apóiam estas manifestações?

Bibliografia

BARBOSA, R. S. **Entre igualdade e diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil**. tese defendida em 2007, CPDA/UFRRJ.

BRUNO, R. **Senhores da Terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro. Forense Universitária/EDUR, 1997.

²¹ Sobre a chamada “modernização da agricultura” ver Graziano da Silva (1982).

- BRUNO, R. **O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República**. Unicamp (tese de doutorado), 2002a.
- BRUNO, R. **Nova República: A violência patronal rural como prática de classe**. Anais Alas-Ru (artigo), 2002b.
- BRUNO, R. e CARNEIRO, O.B. Relatório Final de Pesquisa *Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?*, convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2005.
- DA ROS, C. A. O movimento “vistoria zero” e as ações de resistência do patronato rural as políticas de assentamento no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. Anais do **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife/PE. 2007
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, G. Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: Ramos Filho, L.O.; Aly Júnior, O. (eds.) **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Incra/Embrapa, 2005.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, **XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural - Anais da Sober**, 1991.
- LEAL, G. F. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (1995-2001)**. Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2002.
- LEAL, G. F. **Organizações da burguesia agrária e reforma agrária no Brasil: Um estudo sobre a Confederação Nacional da Agricultura (1995-2001)**. Anais Alas-Ru (artigo), 2002.
- MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. (cap. 1, “Os camponeses e a política no Brasil”).
- MARTINS, J.de S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In **Estudos Avançados/Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados, vol. 15, nº. 43, São Paulo: IEA, 2001.
- MEDEIROS, L. S. de. **A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964** (Dissertação de Mestrado), 1982.
- MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro, UNRISD e Edur/UFRuralRJ, 2002.
- MENDONÇA, S.R. **A Sociedade Nacional de Agricultura: representação empresarial e reforma agrária no Brasil dos anos 1980**. Anais Alas-Ru (pp 2639-2648), 2002.
- MORAES, P. G. Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, ano 17, nº 2, pp 17-33, ago/nov 1987.
- OFFE, C. “Dominação Política e Estruturas de Classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio.” In: Vogt, W., Frank, J. e Offe, C. **Estado e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – série estudos alemães, 1980.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PALMEIRA, M. e LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L.F. e Santos, R. (orgs.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

SIMON, C. G. B. **Os campos dos senhores: UDR e elite rural – 1985/1988**. Londrina, Ed. UEL, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**A MEDIAÇÃO SOCIAL E O DIÁLOGO DE SABERES: O CASO DO CAPA¹ NO
ASSESSORAMENTO À TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SUDOESTE
PARANAENSE²**

Everton Marcos Batistela³

Resumo

O presente trabalho discute o papel e a metodologia da mediação social, tomando por base o caso da atuação de uma ONG ligada à IECLB denominada Capa, que desde 1997 assessora agricultores familiares na transição agroecológica no sudoeste paranaense. Partindo da crítica da mediação social feita por Neves (1998), verificamos que a atuação do Capa possui algumas particularidades, e orienta-se pela perspectiva do *diálogo de saberes* como estratégia de reconstrução da ruralidade, através da recomposições de saberes, culturas, conhecimentos e etc. Assim, a mediação social do Capa com vistas à reconstrução agroecológica em pequenas propriedades, propicia um *resgate identitário* do agricultor familiar, que ao reapropriar-se do conjunto cultural de seus saberes, acaba reconstruindo sua *autonomia* e sua capacidade e disposição para a organização social.

Palavras-chave: Mediação social; Agroecologia; Diálogo de saberes.

Abstract

The present work discusses the paper and the methodology of the social mediation, taking for base the case of the performance of a ONG linked to IECLB denominated Layer, that from 1997 adviser family farmers in the transition agroecológica in the Southwest of the state of Paraná. Leaving of the critic of the social mediation done by Neves (1998), we verified that the performance of the Layer possesses some particularities, and it is guided by the perspective of the dialogue of you know as strategy of reconstruction of the ruralidade, through the recomposições of you know, cultures, knowledge and etc. Thus, the social mediation of the Layer with views to the reconstruction agroecológica in small properties, propitiates a ransom identitário of the family farmer, that to the reapropriar-if of the cultural group of yours know, it ends up reconstructing its autonomy and its capacity and disposition for the social organization.

Key-word: Social mediation; Agroecologia; Dialogue of you know.

1. Introdução

O Capa – Centro de Apoio à Pequena Agricultura - caracteriza-se como organização mediadora, servindo de meio para as relações entre a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e os pequenos agricultores familiares (ou indígenas, quilombolas e

¹ Centro de Apoio à Pequena Agricultura. ONG ligada à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), que desde 1997 atua na promoção e assessoramento à transição agroecológica em pequenas propriedades no sudoeste paranaense.

² Esse artigo é parte integrante da pesquisa de doutorado em Sociologia na UFPR, versando sobre o tema: *Agroecologia e racionalidade ambiental: elementos de outro paradigma relacional homem/sociedade/natureza*, com a orientação do Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva.

³ Doutorando em sociologia (UFPR). Endereço eletrônico: batistela@netoeste.com.br.

assentados da reforma agrária). Desde 1997 o Capa trabalha no assessoramento à transição agroecológica em pequenas propriedades familiares no sudoeste paranaense, atendendo, atualmente, três municípios, e acompanhando aproximadamente 150 famílias.

Segundo Guzmán e Calvo (1993, apud SILVA et. al., 2008, p. 10), a agroecologia possui uma dimensão “crítica e subversiva”, porque questiona a destruição da cultura camponesa com base no mito moderno da superioridade do urbano sobre o rural, do moderno sobre o tradicional. Um dos objetivos fundamentais do trabalho do Capa é resgatar essa multidimensional cultura camponesa, esquecida sob as pesadas pressões de uma racionalidade social centrada no mercado. Para isso, a estratégia metodológica principal do trabalho de mediação do Capa é o *diálogo de saberes*. A proposta desse trabalho é contribuir para a compreensão das relações entre a mediação social e o diálogo de saberes, tendo por base o caso da atuação dessa ONG luterana no sudoeste paranaense.

Compreender o Capa como instância mediadora revela muito de seu perfil, especialmente a partir de uma lógica processual articulada em sua estrutura funcional: a IECLB enquanto instituição histórica e religiosa organiza-se como fonte de conhecimentos (visão de mundo, entendimento de situações históricas, antropológicas, sociais, éticas, religiosas, etc.). Frente à realidade da pequena agricultura familiar (ou da ruralidade como instância de vida e trabalho), imersa nos processos históricos de crise, a Igreja constrói uma compreensão e propõe-se ajudar. *O Capa é a institucionalização dessa disposição luterana para ajudar*, articulada como organização mediática, a meio passo entre a Igreja e os pequenos agricultores familiares por ela assessorados.

É interessante perceber a concepção do Capa como meio, instrumento ou recurso de ajuda, mediador na tentativa de construir uma realidade diferente, conforme um entendimento histórico-religioso da instituição mantenedora. Mas é preciso perguntar além: *qual o sentido da configuração relacional que se estabelece a partir da mediação, interligando partes (ou situações) distintas como uma igreja histórica e um agricultor familiar?* Existirá no centro desse processo também uma dinâmica contraditória que (como alertou Neves (1998), pode ser decisiva para a realização dos objetivos maiores da mediação como a construção de outra realidade fundada na autonomização gradativa dos mediados?

Certamente a filiação religiosa é determinante desse caráter de *ação concreta sem proselitismo* que marca profundamente o Capa. Sua importância no sudoeste paranaense é singular. Não há organização que desempenhe papel mais significativo na promoção da agroecologia e da sustentabilidade no meio rural sudoestino e, todavia, o fazem sem alarde, bem conforme um preceito bíblico: “o que a mão direita fizer que a esquerda não saiba”.

Guiam-se, conforme nos relatou o Pastor Odemir Simon, pelo aconselhamento de Jesus Cristo quando disse: “o que fizerdes a um destes pequeninos, é a mim que o fazes”.

Segundo Neves (1998), a mediação é um processo social relacional e contraditório. Ao fazer uso de um instrumental dialético de interpretação da realidade, a autora compreende que a viabilidade do processo mediático depende, paradoxalmente, do processamento de situações contraditórias, dinamizadoras da geração da novidade esperada: a nova ordem do social e a nova situação dos mediados. No centro dessa dinâmica gesta-se, portanto, o conflito, como condição fundante e razão existencial dos processos mediáticos. Em suas palavras,

correntemente o termo mediação alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso. Portanto, refere-se à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas. Equivale a institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo relações sociais estruturais viabilizadas por interações que agregam redes de interseção. Envolve, por fim, engajamentos e mobilizações de segmentos selecionados para reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição. (NEVES, 1998, p. 151-152).

A perspectiva contempla o fenômeno da mediação a partir da constituição do *campo de relações* que dinamiza o processo mediador. A natureza desta relação é, desde o início, contraditória, conflitiva, visto que congrega as distinções situacionais de duas partes distintas: mediados e mediadores. Por isso alerta a autora: “a análise da constituição de um campo de mediação não pode desconsiderar seu papel fundamental na ordenação de outra forma de dominação” (NEVES, 1998, p. 158).

Assim, é importante considerar a idéia de que a dominação pode perpetuar-se nas relações mediáticas, crítica feita também por Martins (2000), quando constata a vigência de interesses classistas no seio dos movimentos históricos pela terra no Brasil, gerando uma disfunção entre discurso libertador e prática libertadora. Interessante notar, conforme Neves (1998), que concomitante às artimanhas da dominação que podem perpetuar-se na mediação, seus processos se dão sobre o pré-conceito da *inadaptabilidade do comportamento cultural dos mediados*, que só será superada, então, por uma *educabilidade* dirigida a partir da situação exterior (adaptada culturalmente) dos agentes mediadores. Nas palavras da autora “é senso comum entre muitos dos pesquisadores e técnicos estatais a aceitação da *inadaptabilidade do comportamento cultural* daqueles qualificados pela marginalidade. Assim, eles pressupõem que toda mudança de posição social se viabiliza por um trabalho educativo”. (NEVES, 1998, p. 153, grifo nosso).

Essa perspectiva (crença) pressupõe, como se pode perceber claramente, uma aceitação (ou imposição) hierárquica em que os mediadores sociais advogam essa posição “por se considerarem portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (Op. cit.). Essa perspectiva considera a marginalidade dos mediados a partir de padrões sociais erigidos, como com relação ao mercado, à cultura, práticas produtivas ou visões de mundo. Por isso o direcionamento da mediação como processo educativo, pensado como viabilidade para a realização da mudança.

Na crítica da referida autora, os mediadores direcionam a ação no sentido da *adaptação e aculturação*, instaurando o perigoso artifício da desqualificação de saberes e práticas (comportamento) dos mediados. Por isso “os mediadores reivindicam para si a integração de segmentos sociais através da adaptação e da aculturação, sustentadas na sua capacidade de tradução em dupla direção. Assim sendo, a função dos mediadores se sustenta na desqualificação dos pontos de vista e dos interesses daqueles mobilizados para novas formas de engajamento.” (Op. cit. p. 154).

Nessa estruturação hierárquica, linear e ascendente de desqualificação e retransmissão de conhecimentos reside, segundo a autora, o perigo latente da relação mediática convencional: “interligando partes que se tocam, mas não se perdem em sua especificidade, o exercício da mediação pressupõe e reproduz a construção de identidades e do distanciamento social” (Op. cit.).

Alguns pressupostos sustentam esse viés mediático histórico. Na crítica de Delma Peçanha Neves (1998, p. 149 ss.), algumas crenças são mobilizadoras desse processo:

- Crença na inadequação do comportamento e inadaptabilidade cultural dos mediados, que atua como condição exigente da mudança;
- Portanto, crença na necessidade da mediação como condicionante da mudança;
- Crença na adequabilidade (e necessidade) dos agentes mediadores como mobilizadores dessa mudança;
- Crença tácita numa espécie de humanismo científico, que pressupõe a salvação pelo saber e pela organização racional;
- Operacionalização mediática baseada na *desnaturalização situacional* dos mediados, conseguida pela desqualificação sistemática de saberes e práticas vigentes na marginalidade em via de superação pela construção de uma nova ordem a partir da mediação.

A partir dessa crítica é pertinente perguntar, especificamente, sobre o processo de mediação do Capa. A partir de suas diretrizes e especialmente pelos depoimentos de seus agentes, foi possível constatar algumas particularidades nesse trabalho mediador. Sem dúvida que sua dinâmica pode ser, também, geradora de contradições, como nos alertou a crítica acima, mas há indicativos importantes de uma postura própria do Capa no processo de mediação.

2. A mediação social no CAPA

Primeiramente, o trabalho mediador dessa ONG luterana acontece a partir de um explícito *reconhecimento da alteridade* (e autoridade) do agricultor familiar assessorado. Conforme a crítica já exposta de Neves (1998), a mediação tradicional acontece a partir de um convencimento geral da superioridade de conhecimentos e, portanto de autoridade dos mediadores. Nesse contexto, os mediados são vistos, hierarquicamente, como alteridade subalterna, marginal, por isso culturalmente desadaptados e desqualificados.

A postura do Capa parece outra, a partir do reconhecimento, de antemão, do agricultor como *ator social alternativo* (alteridade), *qualitativamente válido*, a partir do resgate de saberes, no projeto de reconstrução da ruralidade. Por isso a missão do Capa é claramente percebida como mobilizadora da organização social e rearticuladora de uma dimensão cultural desarticulada (esvaziada) com o processo de modernização. Esse é um ponto particularmente importante na especificidade do trabalho do Capa: o reconhecimento de que a reconstrução da ruralidade, decomposta (esvaziada) em suas múltiplas dimensões a partir da modernização, pode acontecer a partir do resgate cultural da ruralidade tradicional, latente na história da agricultura familiar do sul do Brasil.

Assim, não acontece uma desqualificação e desnaturalização situacional dos mediados, mas um reconhecimento do saber-fazer dos agricultores, o que se diferencia da mediação histórica no Brasil que não reconhece a adequação dos conhecimentos dos mediados como ponto de partida para a transformação social. Por isso na crítica de Neves (1998, p. 161) ao esquema tradicional da mediação,

esta transmissão de conhecimento tem um duplo caráter: permite a apropriação e a alienação. Os mediadores partem do pressuposto de que o saber do mediado não é integrador. Pelo contrário, é auto-excludente, porque circunscrito, paroquial, constituído a partir de determinações sociais e culturais muito precisas e restritas. Por isso mesmo tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam.

O que se estabelece aí é um processo (re)construtivo de conhecimentos pertinentes, a partir do **diálogo de saberes**, um dos pontos-chave do assessoramento agroecológico do Capa. Assim, o conhecimento ultrapassa as limitações (tipicamente científicas) da mão única (partindo do técnico para o agricultor), passando a constituir-se como construção (não transmissão) em que o diálogo estabelece a base (não hierárquica) para o resgate de saberes sustentáveis.

Por isso o agente do Capa se vê como facilitador, superando a usual pré-potência de reconhecer-se detentor de um conhecimento emancipatório repassável para um agricultor ignorante, desenculturado e despossuído de saberes válidos e adequados. É evidente que isso também significa reforço da *autonomia* do agricultor, especialmente como incorporação de elementos substantivos da racionalidade já definidos por Mannheim (1940, apud RAMOS, 1989).

As particularidades desse processo mediador do Capa passa a significar, também, uma *requalificação ou reapropriação de saberes*, visões de mundo, e cultura dos mediados. Ao considerar a validade cultural de uma tradição em desuso na agricultura, e que merece ser resgatada, a mediação do Capa não visa, propriamente, uma mudança comportamental (nem cultural), mas a recomposição das bases (sociais, técnicas, teóricas, valorativas e culturais) sobre as quais se assentava um saber-fazer do agricultor na agricultura, constitutivo de outro padrão de relações homem/natureza.

Interessante notar essa forma particular de lidar com os saberes. Não significa uma postura reacionária, anacrônica, romântica, como aparentemente se pode pensar, de um simples resgate da tradição a partir de uma postura preconceituosa frente às novidades da atualidade. O que se estabelece é um explícito (e outra vez não preconceituoso) *reconhecimento do saber-fazer do agricultor ancorado na tradição* e que pode ser resgatado, adaptado, fundido, atualizado ou transformado com saberes atuais (científicos e tecnológicos), potencialmente válidos para a construção de outro padrão de relações homem/sociedade/natureza.

Nesse sentido o trabalho do Capa se dá, também, com vistas à superação do preconceito entranhado na modernidade que considera aprioristicamente inválido todo conhecimento tradicional. Ademais, as relações de poder permeantes do saber adquirem novas configurações. Usualmente conhecimento sempre foi instrumento de poder, desde antes da

formulação explícita de Francis Bacon⁴. Sempre foi permeante de estruturas hierárquicas de dominação, estabelecendo-se em mão única: do sábio para o ignorante.

Uma das novidades do trabalho do Capa reside na intenção explícita de rompimento dessa lógica, estabelecendo mão dupla (diálogo de saberes), conduzindo informações, visões e compreensões do técnico (ciência) para o agricultor (senso comum) e do agricultor de volta para o técnico. Assim, o conhecimento enreda-se (estrutura-se em rede), dificultando a visualização dos nódulos de poder que se concentram nas dinâmicas de repasse do conhecimento.

É assim que o conhecimento, ou melhor, o saber passa a ser libertador, autonomizador, consoante à interpretação foucaultiana:

quando uso a palavra *saber*, faço para distingui-la de um conhecimento. O primeiro é o processo pelo qual o sujeito se encontra modificado pelo que conhece, ou melhor, pelo trabalho realizado para conhecer. É o que permite a modificação do sujeito e a construção do objeto. Conhecimento é o processo que permite a multiplicação dos objetos cognoscíveis, o desenvolvimento de sua inteligibilidade, a compreensão de sua racionalidade, enquanto o sujeito que faz a pesquisa permanece sempre o mesmo. (FOUCAULT, 1991 apud LEFF, 2002, p. 157, grifo nosso).

O uso desta distinção entre saber e conhecimento é adequada para se entender as dinâmicas convencionais da mediação na história rural, bem como a novidade da proposta mediática do Capa. Nota-se que o repasse de conhecimentos pela mão única que parte da ciência (técnico-mediador) chegando ao senso comum (agricultor-mediado), não permite a modificação (ou construção) do sujeito. Antes opera, simplesmente, uma multiplicação de objetos cognoscíveis e sua inteligibilidade e compreensão racional, permanecendo o sujeito “objetivamente” como era antes da relação.

Saber, ao contrário, significa um processo de modificação (ou reconstrução) que acontece a partir do trabalho (dialógico) realizado, essencialmente modificador do sujeito. Esse parece ser o sentido fundamental do trabalho mediador do Capa: uma construção dialógica que não visa outra coisa que não seja a *autonomização do sujeito*, que pode se tornar protagonista na sua reconstrução situacional.

Além disso, o trabalho mediador do Capa acontece tendo em vista uma provisoriedade que se instaura a partir do entendimento de sua organização como meio, como trânsito para uma meta maior: a reconstrução sustentável do rural tendo como lócus a diversidade potencial da agricultura familiar. Por isso o Capa não é pensado como *estabelecimento* definitivo, mas como parte de um jogo provisório (dialético) que pode (e deve, conforme a interpretação de

⁴ Fazemos menção à famigerada frase: “saber é poder”.

Neves, 1998) diluir-se no processo consecutivo de seus objetivos, alcançados, justamente, na proporção direta da autonomização dos mediados.

Além disso, é importante dizer que o trabalho de assessoramento do Capa denota uma preocupação prática da igreja mantenedora. Em pesquisa histórica Vanderlinde (2006) revela esse caráter prático no próprio perfil da IECLB. O próprio Lutero teve envolvimento mediador com a questão dos camponeses de sua época, o que de alguma forma determina esse interesse secular (temporal) nas ações da Igreja Luterana ao longo da história. Nessa análise histórica é possível perceber, desde a fundação do luteranismo, a preocupação com a geração de mecanismos reais de concretização histórica da proposta cristã.

2.3 A metodologia da mediação do CAPA

A metodologia do Capa é trabalhar com as pessoas, não para as pessoas.
Vilmar Saar, *depoimento*.

Em nossa pesquisa procuramos captar a metodologia do trabalho do Capa. Constatamos que o caminho metodológico é bastante simples e objetivo. Utiliza três conceitos fundamentais que norteiam a ação: *relação, autonomia, organização*. A estratégia relacional do Capa com os agricultores familiares é a promoção da agroecologia, mas esse trabalho visa uma (re)construção situacional da agricultura familiar a partir de três pontos estratégicos: estabelecer uma conjuntura *relacional* com os agricultores, com vistas à propiciar situações de *autonomia*, que implica a construção autônoma de estratégias *organizacionais*, a partir da conscientização e vivência dos agricultores. Tentaremos apresentar brevemente o significado destes três conceitos na metodologia da mediação social do Capa.

2.3.1 Relação

A relação que se estabelece entre os agentes do Capa e os agricultores familiares assessorados se dá a partir de uma perspectiva relacional básica: o *diálogo de saberes*. Esse é um ponto forte do trabalho de reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense, na medida em que se apóia numa relação de igualdade (ou de “desiherarquização”) do conhecimento a partir da relação dialógica mediador/mediado.

É importante ressaltar as críticas já apresentadas por Neves (1998) e Martins (2000), quando verificam uma nítida hierarquia situacional na mediação convencional, fundamentada na apropriação de conhecimentos distintamente qualificados entre os conhecedores da ciência

(técnicos) e os conhecedores “de senso comum” (agricultores). É essa relação desigual que credencia os primeiros às intervenções para a mudança e os segundos à sujeição à mudança situacional que é condicionada pela apropriação de conhecimentos qualitativamente apropriados e repassados pelos mediadores sociais.

Na prática a mediação do Capa baseia-se na explícita perspectiva de que *não há conhecimentos repassáveis pelo trabalho de mediação*, e que o trabalho dos agentes consiste numa espécie de rearticulação, reorganização ou incentivo ao resgate do que foi historicamente conhecimento próprio do agricultor: o conjunto cultural do saber-fazer tradicional na agricultura. Assim, o trabalho de mediação do Capa consiste numa *relação dialógica* voltada à reapropriação de saberes culturais na tradição da agricultura. Por isso o método principal são os *dias de campo*, em que acontecem reuniões periódicas em diferentes propriedades de modo que todas sejam visitadas. Em cada reunião é apresentada a pauta pelo técnico que realiza um trabalho articulador entre a proposição de problemas e a busca de soluções.

O *conhecimento agroecológico* é então *construído pela relação dialógica* (ou pluri-lógica) entre o técnico e os agricultores, grandemente ancorados na sabedoria do passado, nas experiências vividas e numa atualização ecológica orientada pelo conceito de ecotecnologia. É assim importante dizer que o trabalho do Capa não consiste numa volta ao passado, mas no resgate crítico da sabedoria do passado como plataforma para a construção de conhecimentos agroecológicos atualizados⁵.

Ao procurar romper a hierarquia da posição social e da apropriação do conhecimento entre técnicos e agricultores, a mediação do Capa contribui para a superação de alguns vieses arraigados no histórico da modernidade e intensamente presentes nos mecanismos tradicionais de modernização do campo e desenvolvimento rural. Primeiramente, contribui para a desmistificação da idéia de desqualificação dos conhecimentos tradicionais, que atuou como base ideológica do processo modernizante expresso nos mecanismos tradicionais de extensão rural, condicionando uma substituição de saberes tradicionais por outros modernos, científicos e tecnológicos.

O Capa parte da premissa da validade dos saberes tradicionais frente à crise sócio-ambiental atual e a necessidade de reconstrução agroecológica da agricultura. Pressupõe, além disso, a qualificação cultural dos mediados, pois não considera válida a premissa da padronização cultural da modernidade que desqualifica dissociações a partir de uma pretensa

⁵ Um bom exemplo disso é o crescente uso de recursos biológicos para o controle de insetos e plantas indesejadas, bem como adubos foliares e compostos ecológicos.

linha de uniformidade ideacional e comportamental. Por isso também não considera válida a hierarquia ciência/senso comum, mas nivela os saberes a partir da consideração da possibilidade de validade equânime para as soluções da problemática ambiental.

Conforme a crítica de Neves (1998), a relação mediática precisa ser (a partir da consideração de seu objetivo de outonomização dos sujeitos) dialética, porque gera, a partir de si mesma (tese), uma situação cujo desfecho é a cessação de sua própria ação (antítese). O Capa funciona a partir desse mesmo princípio dialético quando procura condicionar – a partir duma ralação dialógica – a reapropriação de saberes latentes na história dos mediados que formam a base para a autonomização dos sujeitos.

2.3.2 Autonomia

O trabalho de mediação do Capa parte da premissa de que a modernização do campo configurou-se numa desconstrução da ruralidade tradicional, processo este configurado historicamente numa crescente heteronomização da tradição da agricultura e dos agricultores familiares. Os indicadores do crescimento da heteronomia do agricultor se expressam na expropriação histórica de seu saber-fazer tradicional, concomitante à crescente dependência de conhecimentos externos, técnicas e insumos para a atividade agrícola.

Assim, uma premissa básica da metodologia do Capa é a tentativa de superação da heteronomia do agricultor através do resgate multidimensional da autonomia. É exatamente nesse sentido que Guzmán e Calvo (1993, p. 91 apud SILVA et. al., 2008) apontam a dimensão “subversiva e crítica” da agroecologia como um de seus elementos inovadores frente às demais correntes de agricultura alternativa, pois questiona a destruição da cultura camponesa baseada no mito da superioridade do urbano sobre o rural, do moderno sobre o tradicional.

Por isso a metodologia do Capa tem na *agroecologia uma ferramenta de resgate multidimensional da cultura camponesa*. Na esteira do conceito de resgate da autonomia do agricultor, enfileiram-se múltiplas dimensões sufocadas pela homogeneização modernizante que descartou a diversidade cultural da ruralidade tradicional como forma de arcaísmo superável pela modernização. Assim, resgatar a autonomia do agricultor significa conscientizá-lo de sua sujeição histórica aos ditames do capital que geram a atrofia da dimensão substantiva da racionalidade social e exigem comportamentos do agricultor enviesados pelas regras de mercado. Isso justifica a proximidade do trabalho do Capa com a pedagogia de Paulo Freire bem como com a corrente teológica da libertação da América

Latina, que apostam, ambas, na autonomização dos sujeitos pela conscientização social e política.

Segundo Vilmar Saar, coordenador do Capa-PR, ao conscientizar-se da destruição sistemática da cultura camponesa em nome da modernização, o agricultor se dá conta da validade cultural do saber-fazer tradicional, e entende que resgatar conhecimentos não é voltar ao passado, mas dar um passo para o futuro. Por isso *resgatar a autonomia significa resgatar a cultura*, a ética, a mística camponesa com sua riqueza de símbolos, a produção para o auto consumo, a reeducação alimentar, bem como as transmissões intra-geracionais e o protagonismo camponês no desenvolvimento de sua história.

2.3.3 Organização

A partir da autonomização dos sujeitos e concomitante à isso, a metodologia do Capa assessora iniciativas de organização social como cooperativas, associações, parcerias institucionais, estratégias de produção, comercialização, certificação e mercado para produtos ecológicos.

Incentivar a organização social dos agricultores constitui o terceiro elemento que compõe o tripé metodológico do trabalho do Capa. A capacidade de organização é também o elemento mais evidente da autonomização dos sujeitos que se tornam protagonistas de sua própria história. Incentivar a auto organização representa o ponto de saída do Capa em seu trabalho de mediação. A partir da possibilidade de auto-gestão dos sujeitos entende-se que o Capa cumpriu sua função que foi o resgate de conhecimentos embaixadores da autonomia e capacidade de auto organização dos sujeitos.

3. Considerações finais

A mediação social do Capa possui particularidades interessantes. Inicialmente tem por meta a reconstrução agroecológica em pequenas propriedades rurais, e isso lhe dá um ponto de partida importante, visto que a agroecologia configura-se como movimento social contestatório surgido no âmago dos problemas sócio ambientais da América Latina. Além de propor uma nova racionalidade produtiva orientada por princípios da sustentabilidade e do ecodesenvolvimento, a agroecologia propõe uma subversão ideológica que esteve na base da modernidade e do processo convencional de desenvolvimento rural e dos mecanismos de extensão rural.

Assim questiona a conjuntura dicotômica da modernidade que associa o rural ao atrasado e o urbano ao desenvolvido. Questiona a destruição e massificação cultural a que foram submetidos os diferentes povos com suas formações culturais regionais. Questiona idéias arraigadas no pensamento moderno que impôs mudanças no saber-fazer tradicional na agricultura pela imposição do saber científico sobre o tradicional.

O trabalho de mediação social do Capa parte dessa plataforma social que é a agroecologia. Por isso articula-se como uma tentativa de organizar um resgate identitário do agricultor através da recuperação de sua cultura e de seus saberes esquecidos. Por isso articula-se como diálogo de saberes, em que o agente do Capa coloca-se em pé de igualdade com o agricultor e procura construir conhecimentos pertinentes para a atualidade.

Assim, partindo da crítica à mediação social feita por Delma Peçanha Neves (1998), é possível dizer que o trabalho do Capa articula-se a partir de uma perspectiva diferente. Não parte de uma desqualificação cultural dos mediados, convencionalmente considerados inadaptados culturalmente. Ao contrário, considera-os aptos culturalmente para empreenderem uma transformação conjuntural na ruralidade atual, que seja capaz de superar o equívoco da tentativa de homogeneização cultural que esteve no centro da modernização. Por isso é pertinente dizer que o trabalho mediático do Capa entre agricultores familiares do sudoeste paranaense busca um resgate cultural de saberes ancorado numa relação dialógica em que o mediador atua como motivador do resgate identitário dos mediados.

4. Referências bibliográficas

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

NEVES, Delma Peçanha. *O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais*. In.: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 147-168.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.

SILVA, Osvaldo Heller da et. al. **A Ecologização dos Assentamentos Rurais: o caso do Assentamento Contestado, na Lapa – PR**. Projeto de pesquisa: UFPR/ELAA, março de 2008, 15 p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

A RESISTÊNCIA AYMARA: INDÍGENAS GOVERNAM NO SÉCULO XXI*

Celso Gestermeier do Nascimento

Resumo

Os indígenas bolivianos estão procurando estabelecer novas bases para o governo de seu país, a democracia ganha nova cara com a eleição do indígena aymará Evo Morales, tornando importante para estudiosos de humanidades debruçarem-se sobre esse tema. A resistência que há séculos as comunidades impõem aos “estrangeiros” de forma oculta agora se torna pública, como nos adverte James Scott enquanto E.P.Thompson já apresentava reflexões acerca da Economia Moral, baseada em valores locais de reciprocidade, que ressurgem na resistência aymará. Através da análise de dois sites aymara – uma das etnias indígenas bolivianas – refletiremos sobre essa resistência, em particular pela atuação das mulheres na Revolução Índia, a proposta de um novo tipo de Estado e de luta política que tem no elemento étnico seu eixo central.

Palavras-chave: Aymara; Bolívia; Resistência, Indígenas.

1. Introdução

Desde os anos finais do século XX, a Bolívia tem chamado a atenção do mundo devido a constantes conflitos internos. Desde 2000, quando populares enfrentaram o Exército boliviano em Cochabamba, protestando contra a privatização do sistema de distribuição de água potável, passando por 2003 quando dos protestos contra a venda de gás para o Estados Unidos através do Chile ¹, a eleição do líder cocalero aymara Evo Morales em 2005 e os referendos pró-autonomia de alguns departamentos – o de Santa Cruz ocorreu em 4 de maio de 2008, e outros três estão marcados para junho – a política interna boliviana tem sido manchetes em jornais.

A chegada ao poder de um indígena – Evo Morales - é um fato a ser ressaltado na história latino-americana: em cerca de 500 anos da chegada do europeu a este continente é a segunda vez que tal feito ocorre ². Acreditamos que isso não seja um fato isolado, causado apenas pelo desgaste do governo de Gonzalo Sanchez de Lozada e de Carlos Mesa. Esse fato

* Este trabalho vem sendo desenvolvido sob orientação da Prof^ª Dr^ª Marilda Aparecida de Menezes, com vistas à obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB/UFCG. Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande, Brasil.

¹ Fato que levou à renúncia do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, em outubro de 2003.

² O primeiro presidente índio foi o mexicano Benito Juárez no século XIX.

é um elemento numa trajetória de afirmação da cultura e identidades quéchua e aymara pela qual o país vem passando.

Movimentos indígenas não são novidade na longa história de conflitos políticos da Bolívia. Entretanto, no século XX pudemos constatar o crescimento de um tipo de indianismo particular, o indianismo katarista, que deve seu nome ao líder aymara Tupak Katari que, no período colonial, liderou seu povo contra os espanhóis. Vemos, dessa forma, que entender o presente boliviano é observar a sua trajetória de lutas por séculos, desde antes da dominação espanhola.

No século XX há que se destacar a Revolução de 1952 e a ascensão do Movimento Nacional Revolucionário - MNR – ao poder, e o começo da gestação do movimento katarista, buscando uma reinvenção da indianidade como sujeito de emancipação:

Se trata de un auténtico renacimiento discursivo Del índio através de La reivindicación y reinvención de su historia, de su pasado, de SUS prácticas culturales, de SUS penurias, de SUS virtudes, que há de tener un efecto práctico em La formación de autoidentificaciones y formas organizativas (LINERA, 2007)

O indianismo boliviano começa, então a se afastar de duas ideologias importantes em sua história: o marxismo e o cristianismo quando, nos anos 70, projeta-se mais ainda com o nascimento e grande crescimento da Confederação Sindical Única do Trabalhadores Camponeses da Bolívia, substituindo no cenário político os outrora poderosos sindicatos de mineradores e colocando em xeque o Pacto Militar-Camponês da Revolução de 1952. Começa, assim, uma etapa importante da trajetória katarista, composta por três elementos principais: a criação de um poderoso sindicato; a opção política partidária³ e, por fim, a vertente acadêmica – universitária - para a qual a temática indígena passa a ser valorizada.

Nos anos 80, o katarismo passa por um processo de “descentralização do discurso”, resultando em três correntes diferentes dentro do movimento: a culturalista, que investe na recuperação da cultura e religiosidade indígena, a integracionista, que luta por igualdade, cidadania e o reconhecimento da multiculturalidade do estado Boliviano e, por fim, a nacional-indígena que se propõe a criar e governar um “outro” Estado, o Collasuyu, uma recuperação dos antigos reinos aymara de antes da conquista, ou seja, que propõe uma nacionalidade indígena aymara.

Na última década do século XX, o katarismo persiste em sua constituição de uma nova proposta política, ou melhor, na criação de um núcleo de “nova esquerda”:

³ Com a criação do Partido Índio – já nos anos 60 – o Movimento Indígena Tupak Katari e o Movimento Revolucionário Tupak Katari.

En el momento en que El indianismo deja de ser una ideología que resiste em los resquicios de La dominación y se expande como una concepción Del mundo proto hegemônico intentado disputar La capacidade de dirección cultural y política de La sociedad a La ideología neoliberal que había prevalecido durante los últimos dieciocho años” (LINERA, 2007).

Não podemos esquecer o contexto histórico em que isso ocorre, com a política neoliberal ⁴ produzindo uma vigorosa queda na produtividade agrária, junto com uma diminuição do consumo de alimentos e do mercado de trabalho urbano e gerando conseqüências que nos ajudam a entender o avanço do katarismo, em particular a visão dos recursos naturais como bens que não podem ser apropriados individualmente, o que levou à recuperação de antigos laços sociais comunitários, de reciprocidade, da visão do “bem comum” que marcou os movimentos sociais de 2000 e 2003. Sobretudo, agora os indígenas visam a política eleitoral e o katarismo aparecia como uma ideologia com projeção estatal, embora dividido em duas vertentes, de um lado a moderada, representada pelo Movimento aos Socialismo- MAS - que busca resgatar uma memória nacional popular, incorporando o marxismo e a tradição da esquerda e, de outro lado, a vertente radical, legada ao Movimento Indígena Pachacuti – MIP – e à CSUTCB, que propõe uma indianização total das estruturas de poder. Sendo a primeira vertente representada por Evo Morales e a segunda por Felipe Quispe – e os “Ayllus Rojos” – o katarismo parte das comunidades agrárias indígenas, incentivando a criação de sindicatos e vê a possibilidade de partidos políticos disputarem o poder político através de eleições, visto como um prolongamento da “verdadeira” base de usa política: as comunidades agrárias, respeitando-se e incentivando-se, assim, as tradições comunitárias de reciprocidade de onde retira seu caráter étnico, ou seja, o katarismo vê-se como um movimento essencialmente aymara ou indígena – embora até englobe outras etnias, como o quéchua e guarani – propondo internacionalmente a adesão de outros movimentos indígenas americanos, e a criação de uma “verdadeira democracia” – sem o racismo que marca 500 anos de história boliviana e com “lógicas cooperativas não liberais”.

Essas questões nos foram despertadas por pensadores como E.P.Thompson e James C. Scott, que iluminaram nosso caminho no estudo da resistência cotidiana, vista como oculta em oposição a outra, pública, num teatro da dominação onde dominantes e dominados atuam representando – nem sempre dignamente – seus papéis ⁵ e no estudo do conceito de Economia

⁴ O ideário neoliberal foi introduzido na Bolívia nos anos 80, por Gonzalo Sanchez de Lozada, então Ministro da Fazenda, e que seria o presidente a renunciar em 2003. A Bolívia foi o segundo país latino-americano a adotar o pensamento neoliberal, depois do Chile de Pinochet.

⁵ Nesse sentido ver os trabalhos de James Scott.

Moral, defendido por THOMPSON (1998b) (1998c) e (1979) e SCOTT (1975), (2000) e (2002) que procura mostrar o quanto a tradição comunitária de reciprocidade lutou – e ainda luta – contra a instituição da lógica “neutra” do mercado, que procurava desconhecer o saber local. E essa é nossa ponte para o movimento aymara boliviano que centra sua lógica na luta contra o pensamento neoliberal e a globalização econômica. Dessa forma, trata-se de um movimento de resistência e é aqui que entra o nosso trabalho: através da análise de dois sites mantidos pelos aymara, o www.willka.net e o www.katari.org procuramos verificar alguns elementos que compõem essa perspectiva de resistência ao neoliberalismo.

2. Os aymara na net: resistências antigas num novo mundo virtual

A internet, que surgiu por necessidade de militares dos Estados Unidos de compor uma rede de informações descentralizada e que sobrevivesse a uma possível guerra contra a União Soviética, nos anos 50, cada vez mais se desenvolve e subverte os objetivos para os quais foi criada. Ao aparecer ao mundo em 1984, o Exército Zapatista de Libertação Nacional vale-se da rede de computadores para levar sua mensagem ao mundo, fazendo com que o Estado Mexicano de Chiapas ficasse conhecido não apenas por suas ruínas maias, mas pelos arruinados índios maias que lá ainda vivem. Transformando-se na primeira Netwar, a palavra passou a ser habilmente usada pelo Subcomandante Marcos para obter aliados no mundo todo: sindicatos, partidos políticos, organizações estudantis, organizações indígenas etc. Com os zapatistas, o local funde-se ao global, rumo a uma “globalização humanitária” que se volta contra o neoliberalismo.

Não tardou para que outras organizações indígenas se valessem de tal tecnologia para se comunicar com o mundo, a exemplo da Confederação Nacional dos Índios do Equador – CONAIE – nos anos 90, os aymara bolivianos também ingressaram nessa “rede”. Sem dúvidas o elemento central dos sites aymara é a sua proposta de um novo mundo, ou melhor, de retorno a um mundo antigo com as facilidades tecnológicas do presente e, para que isso ocorra, é preciso estar sempre resistindo ao estrangeiro, ao que não é natural no mundo aymara.

É no site www.willka.net que encontramos maiores referências à resistência aymara. a começar do próprio processo de educação, pois eles apresentam claramente sua discordância com relação ao ensino de uma História adaptada ao colonialismo, influenciando – ou obrigando – a população a agir conforme sua vontade: respondendo com o silêncio aos desmandos dos dominados, negando a valorização do que é nacional, desconhecendo o caráter

da luta de raças que se estabelece na sociedade, cultuando heróis “criollos” e mestiços e escondendo o genocídio, tomando como modelo a educação européia e sua sociedade, cultivando a cultura de seus antepassados europeus e desprezando os povos originários.

Segundo os aymara, para a elite dirigente não é possível reconhecer os erros do passado pois eles estão ligados ao presente e a um sistema de exploração baseado no racismo, deixando-lhes a resistência como forma de manter viva sua cultura, e isso se dá sob formas variadas, como eles mesmos apontam nos sites: através da fuga para regiões inóspitas, suicídio, auto-mutilações, sacrifício de filhos primogênitos, sabotagens, doenças provocadas, trabalhos mal feitos, roubo de comidas etc. Fica clara a alternância de diferentes tipos de resistência, no sentido de que em momentos de paz a resistência é velada, disfarçada – e o discurso oculto opõe-se ao discurso público – para, num outro momento, em que o discurso oculto “vem a público” e a confrontação é exposta.

Nesse sentido, as mulheres aparecem como parte importante no processo de resistência ao serem recrutadas ainda pequenas – em torno de 10 anos – para trabalhar nas fazendas – “fincas” – e terem de desenvolver suas próprias técnicas para suportar humilhações e se manter caladas, vivendo nas condições mais adversas possíveis: o tema da resistência cotidiana muitas vezes é associado à questão feminina, resguardando aos homens referências às batalhas e insurreições armadas. Dessa forma, a resistência aymara atual também se configura numa crítica ao machismo implantado na sociedade boliviana, como podemos ver a seguir:

En la colonia y en la república se hicieron leyes discriminatorias que favorecieron a los “machos” extranjeros, las leyes que nos “protegieron” se dictaron para salvaguardar la gestación y prohibir el aborto de la futura servidumbre. Posteriormente tuvieron derechos democráticos solo los que tenían billetera, ulteriormente los que podían leer y escribir.

Nuestra abuelas nunca fueron tomadas en cuenta, ni siquiera para dar legitimidad a la invasión que se quiso mostrar benefactora mediante campañas de educación y salubridad, hasta que la resistencia nacional originaria logró el derecho al voto universal en 1953 (Las mujeres australianas fueron las primeras en conseguir este derecho en 1861 y las últimas fueron las del cantón Suizo de Appenzell Rodas Interiores que obligaron a los varones a efectuar esta facultad representativa en 1991). (www.willka.net, p.75)

A valorização da mulher tem relação com a resistência cotidiana na medida em que elas atuam numa esfera fechada do lar, onde ensinam aos filhos como sobreviver o melhor

possível no mundo do conquistador sem esquecer seus próprios valores, geralmente são elas que aparecem para “falar” ao agressor, para reclamar e enfrentá-lo no dia-a-dia.⁶

A resistência projeta a possibilidade da Revolução Índia: começemos pela análise do ítem “Propuesta Política Andino Amazónico Constitución Política Del Estado” em **www.katari.org**: nesse documento eles partem de uma avaliação do território original Tiwanaku e, por extensão, do Tawantinsuyu, invadidos em 1532 pelos espanhóis, o que dá início a um processo de desestruturação do poder político e uma verdadeira rapina nas riquezas do Tawantinsuyu. Posteriormente, a chegada dos padres continuou o processo de destruição cultural nativa, algo que nem a criação da Bolívia impediu – ou, ao contrário, aumentou – e, dessa forma, eles propõem a criação do Sistema Político Suma Qamaña, que seria um novo modelo de Estado:

Se propone generar cambio, promover el retorno de nuevos tiempos, PACHA-KUTI; construir una nueva sociedad mas humana, sin marginación, sin humillación, sin exclusión, y sin sumisión, pero con soberanía, justicia, estableciendo la libre determinación de nuestro pueblo; basado en los principios filosóficos de la Cosmovisión andina; (tiempo - espacio y materia - energía) “pacha” = cosmos. (www.katari.org, p.28).

A base da construção do novo Estado é uma identidade baseada nos valores e princípios do ser humano andino e amazônico, cuja participação seria equitativa, as decisões consensuais, os cargos rotativos e o desenvolvimento tecnológico implementado pelo Estado em favor do povo:

ADMINISTRACION: El Estado debe implementar una administración organizado, y eficiente en todos los niveles del contexto territorial; asignando competencias y facultades en la gestión administrativa de las regiones desconcentradas; las distribución de recursos deben estar sustentadas en los principios del equilibrio y la reciprocidad. El Estado deberá impulsar, a través de las Unidades de Producción, la manufactura y la industrialización de materias primas, innovando nuevas tecnologías, facilitando empleos y el crecimiento económico del nuestro pueblo. (www.katari.org, p.28)

Tais medidas modificariam o Estado completamente, mudando a própria configuração do: “en los macro regiones, con gobiernos locales en las (ciudades) y sub regiones, que comprenden por áreas lingüísticas territoriales y sus municipios, las cuales será catalogados conforme al número de habitantes” (**www.katari.org**, p.29).

Enquanto tal mudança não ocorre, eles aceitam a tese de participar politicamente com a finalidade de obter algumas melhorias no nível de vida da população, o que significa buscar

⁶ Que os aymara chamam de “rebeldes innatas”.

o poder: “Ser! Poder originário! La unidad solamente puede surgir del hambre de Poder emancipado que nos roe las entrañas. Si no es por el Poder no hay ni habrá unidad india! (www.willka.net, p.149):

El grito autóctono de: "afuera la política", "mueran los partidos políticos", es justo, cuándo se refiere a la política y a los partidos políticos de los k'aras, de los golondrinos dietistas, de los siestistas parlamentarios, ...de los transfugas. Pero cuando se pide que la política vernácula y su Partido, se aparten y salgan del seno de las masas oriundas; el ser innato que no quiere, que se opone y se resiste a tener su Partido, ése es un indio traidor; y al traidor hay que juzgarlo con todo el rigor de la justicia comunitaria! (www.katari.org, p.125).

É necessário participar politicamente, ter um partido indígena que organize o poder indígena e lute por melhorias de vida para seus povos e pela restituição de territórios e que, aos poucos force a busca de um poder estatal autóctono, aos gritos de “nacionalização e industrialização” concentrando-se em torno do ideal do Indianismo:

En medio del resplandor tétrico de estas sociedades mercantilistas neoliberales y globalizadoras, colonizadoras y depredadoras innatas, florece el INDIANISMO como la providencia natural. El INDIANISMO, religión y filosofía cósmica, toma al hombre como "parte indesligable del cosmos", al mismo tiempo que la lucha contra la segregación centenaria nos dota de una lúcida conciencia de libertad. El hombre, materia y espíritu actuando llega a su plenitud dentro la armonía cósmica. Su sentimiento de solidaridad va más allá de su ser; porque cree y se siente "hermano de la estrella de la más lejana galaxia". El INDIANISMO, anuncia a la humanidad esta nueva: "tu prójimo eres tu mismo" Es como si vieras tu misma imagen ante un espejo... El INDIANISMO es la más alta expresión del pensamiento humano de todos los tiempos. (www.willka.net, p.118)

A ação política une o passado de humilhação e também de lutas que agora está colocado frente a um novo/velho inimigo: o neoliberalismo, que representa o “fim das ideologias” junto com o “fim da história”. O indianismo busca dar uma razão de vida para os jovens índios desempregados, sem escolas, sem condições de vida: “frente a esta realidade, por ley de mayoría -el indianismo- se propone convertir la conciencia extranjerizada de Bolivia en vigor bolivianizado originário” (www.willka.net 119). Trata-se de “edificar la comunidad amáutica que velará por la vida, evocando lo que somos: Conciencia del Cosmos” (www.willka.net 119).

A revolução criada por esta luta não pode ser equivocada em seu caráter fundamentalmente étnico:

Se explica que los corregidores en la Colonia, y antes de la reforma agraria en la República, hayan sido españoles y mestizos. Pero ahora semejante cosa es una aberración. Las autoridades en las poblaciones indias tienen que ser indios. Las

masas indias deben tener corregidor indio, intendente indio, subprefecto indio, juez agrario indio, alcalde municipal indio, maestro de escuela indio, sacerdote indio; colegio secundario indio, universidad india... Indio no tanto por el color del cuero, como por el color de la idea, de la ideología.
Esto es lo justo y lo racional. (www.willka.net , p.147).

Trata-se de uma radicalização das rebeliões seculares dos povos autctones, que não descarta mais a participação política, que faz da valorização de sua cultura ancestral a fonte de legitimidade de sua busca pelo poder, assim como não se trata simplesmente de um retorno ao tempo dourado pré-incaico, mas que prega o uso da moderna tecnologia e da associação com outras regiões do país, o palco andino se espalhando para as regiões de Pando, Beni e Santa Cruz, como encontramos exposto na net ⁷ e se expandindo para outras regiões do continente, em contato recíproco com outras organizações autóctones:

El indio así como hizo 20 millones de hectáreas de tierra en los flancos rocosos de la Montaña de Armiño, así hoy la mística indígena unirá la puna y la costa del Pacífico con la floresta tropical del Levante; y trasladará las aguas cristalinas de la cuenca amazónica al otro lado de los Andes, y hará del Desierto de Atacama y de la altipampa Perú - boliviana el mejor vergel del mundo...(www.willka.net, p.151)

Dessa forma, a resistência aymara re-atualiza o passado, e nesse sentido ela se torna importante para entendermos como ela vai sendo redefinida a partir de suas próprias ações e de seu próprio tempo. Entender o tipo de democracia que se desenvolve nos países latino-americanos no século XXI onde a população indígena é marcante – e a Bolívia tem uma população composta de 85% de nativos e mestiços – é debruçar-se sobre seu passado e seu presente. Só assim poderemos entender o que querem os aymara para o futuro de sua Revolução Índia.

3. Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. (Vol.1: A Sociedade em Rede). sa ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

CASTELLS, Manuel. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. (Vol.2: O Poder da Indentidade). 2a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999b.

CASTELLS, Manuel. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. (Vol.3: Fim de Milênio). 2a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999c.

EDELMAN, Marc. Movimientos Sociales y Campesinato. Alguns Reflexiones. In <http://iis.ucr/pagWeb/publicaciones/libros/teA.1Os15/medelman.pdf>. Acesso 10/4/7

⁷ Não por acaso os departamentos citados são exatamente três dos que quatro que defendem os referendums para autonomia. Ver em www.willka.net, p. 151.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Economia Moral: um conceito para o campesinato? (mimeo.).

MENEZES, Maria Aparecida de. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In Raíces, vol.21, nº 01 – janeiro a junho de 2002.

RAMIREZ, Pablo Mamani. El rugir de la multitud: levantamiento de la ciudad aymara de El Alto y caída del gobierno de Sánchez de Lozada. In Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, Año IV, nº 12, Septiembre –Diciembre 2003. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>. Acesso em 12/11/2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e Política no Mundo Contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Editora da UNB, 2000. (Coleção Antropologia).

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In Raíces, Campina Grande, vol.21, nº 01, p. 10-31, jan/jun 2002.

SCOTT, James C. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 2000.

SCOTT, James C. Weapons of the weak. New Haven: Yale University Press, 1985.

SCOTT, James C. The Moral Economy of the Peasant: rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven and London, Yale University Press, 1975.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII in Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b, p. 150-202.

THOMPSON, Edward P. Economia Moral Revisitada in Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998c, p.203 – 266.

THOMPSON, Edward P. El Delito del Anonimato. In Tradición, Revuelta y conciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Grupo Editorial Grijalbo, 1979. p. 173-238.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS COMUNIDADES INTENCIONAIS À CONSTRUÇÃO
DE UM MODO DE VIDA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A
COMUNIDADE MORADA DA PAZ (TRIUNFO/RS/BRASIL)**

Rogério Ferreira Teixeira¹

Resumo

Este trabalho baseia-se em pesquisas, observações cotidianas e entrevistas realizadas com os membros da Comunidade Morada da Paz (CMP) desde 2003. O objetivo do presente trabalho é analisar as contribuições das comunidades intencionais ao desenvolvimento de um modo de vida sustentável, tendo como base de estudo a CMP, a qual foi fundada em 2003 na área rural do Distrito de Vendinha, no município de Triunfo/RS. Será feita um breve histórico sobre as comunidades intencionais, abordaremos o processo de constituição da CMP, e em seguida serão analisadas as suas experiências em termos de projetos sócio-educativo-ambientais, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e redes de envolvimento solidário. As análises realizadas remetem a considerar que a sustentabilidade do modo de vida da CMP está diretamente relacionada à observância de princípios e valores em todos os projetos que desenvolve, tanto a nível interno quanto externo.

Palavras-chave: Comunidades; Sustentabilidade; Redes

1. Um breve histórico sobre comunidades intencionais

O modelo capitalista neoliberal gerou profundos desequilíbrios no planeta em vários aspectos, como o social, econômico, cultural e por consequência o ambiental. Torna-se primordial a busca por uma forma de vida que possibilite o reencontro do ser humano consigo mesmo e com uma relação mais sustentável com a natureza e com seu semelhante.

A propósito, Capra (2002) comenta:

No decorrer deste novo século dois fenômenos específicos terão um efeito decisivo sobre o futuro da humanidade. Ambos se desenvolvem em rede e ambos estão ligados a uma tecnologia radicalmente nova. O primeiro é a ascensão do capitalismo global, composto de redes eletrônicas de fluxos de finanças e de informação; o outro é a criação de comunidades sustentáveis baseadas na alfabetização ecológica e na prática do projeto ecológico, compostas de redes ecológica de fluxos de energia e matéria. A meta da economia global é a de elevar ao máximo a riqueza e o poder de suas elites; a do projeto ecológico a de elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida.

Duran (2001, p.25), a este respeito complementa com algumas considerações:

¹ Economista, membro da Comunidade Morada da Paz – Triunfo/RS – Brasil.

Todas as experiências de transformación alternativa de la sociedade al margen de mercado y de la lógica patriarcal dominante, tienen un gran valor como semillas y polos de referencia de lo que puede llegar a ser una transformación a mayor escala. La reconstrucción de las estructuras comunitarias, de los nuevos ámbitos de comunidad, se debe producir principalmente a partir de lo local. Lo local, que ha sido sometido y desarticulado por el capitalismo global, es necesario en gran medida restaurarlo *ex novo*.

A vida em comunidades, conforme Santos Jr. (2006) são práticas antigas e remontam aos primeiros estágios da civilização humana. Encontramos relatos de experiências de comunidades na Palestina, com os essênios antes de Cristo, na Índia, com os seguidores de Buda, e na América, com os índios, que também compartilham princípios e práticas comunitárias.

O movimento da contracultura na década de 60, no século passado, reunindo principalmente jovens descontentes com a violência, o extermínio da fauna e da flora a vida competitiva nos grandes centros urbanos fez proliferar principalmente nas Américas várias comunidades embaladas por este ideal. O movimento ecológico e o movimento feminista impulsionaram uma nova visão de mundo, mais atenta a questão da sustentabilidade e da preservação da vida e do planeta para o futuro.

As comunidades intencionais, as quais se distinguem das comunidades tradicionais pela *intenção* segundo a qual são formadas constituem-se em agrupamentos de pessoas que compartilham uma visão comum, objetivam em seus movimentos transcender uma realidade que privilegia o individualismo, a degradação ambiental e acarreta sérios desequilíbrios econômicos, políticos e sociais. Elas podem ser mais bem definidas da seguinte forma:

São assentamentos com bases sólidas onde um grupo de pessoas se encontra bem organizadas no trabalho comunitário, superam as provas da produção independente de alimentos, medicamentos, educação e tem uma vida estreitamente ligada com o meio natural sem perturbá-lo. Estes lugares podem ser aplicados igualmente em lugares urbanos, rurais, ou semi-urbanos, fornecendo soluções para a alimentação e necessidades humanas básicas, proteção do meio ambiente e melhoria na qualidade de vida de todos. Tem larga experiência grupal, resolvem seus problemas, tomam decisões em grupo e tem autogoverno.²

O movimento das comunidades intencionais encontra-se hoje num processo crescente de desenvolvimento e organização contando muitas delas com a organização e trabalho em rede. Há uma entidade internacional, a Global Ecovillage Network (GEN) que promove a veiculação de notícias, o intercâmbio e a realização de cursos e atividades de interesse

² Conforme Comunidades Intencionais (estabelecidas) em www.ecolinkvillage.com.br em 15.03.2008.

comum. Santos Jr (2006), relata que a GEN-Global, no ano de 2000 consegue obter o reconhecimento de “organização oficial” da ONU, com status consultivo no Conselho Econômico e Social do Comitê das ONG’s.

Neste início de século XXI, o movimento das comunidades intencionais ganha força e adeptos por oferecer alternativas frente ao sistema hegemônico vigente, construindo através de suas experiências possibilidades para um modo de vida³ sustentável.

Sobre sustentabilidade, Ruscheinsky (2004, p. 20) contribui para um melhor entendimento, afirmando que:

A princípio a sustentabilidade refere-se à capacidade de um modelo ou sistema sustentar-se na dinâmica evolutiva sem permitir que algum setor aprofunde-se em crises de tal forma que venha a atingir a totalidade.

As comunidades intencionais desenvolveram-se num momento histórico de profunda efervescência no debate sobre a sustentabilidade, com a eclosão de movimentos importantes como a RIO 92, a assinatura do Protocolo de Kyoto que previa a redução da emissão de gás carbônico na atmosfera, a RIO + 10 na África do Sul em 2002.

Há comunidades intencionais espalhadas pelo mundo todo, cada qual com suas características singulares, enfocando práticas diversas, e se elas não puderem dar todas as respostas para solucionar os impasses da desarmonia moderna, poderão com certeza apontar soluções alternativas e viáveis para um modo de vida sustentável!

2. O processo de constituição da comunidade morada da paz

A CMP é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem identificação político partidária, fundada em 2003 na área rural do Distrito de Vendinha, no município de Triunfo/RS, com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental. Os objetivos⁴ da Comunidade Morada da Paz são:

- Promoção e Qualificação Educacional;
- Desenvolvimento e Valorização Ambiental;
- Promoção da Saúde Holística;
- Investigação da Dinâmica Social.

³ Segundo Derruau (1982), podemos definir modo de vida como o conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência.

⁴ Extraídos do seu estatuto social.

A CMP começou a ser constituída quando um grupo de pessoas oriundas de Porto Alegre/RS/Brasil optou por viver junto experimentando de uma forma efetiva uma filosofia que estava sendo construída ao longo de uma trajetória coletiva de 4 anos (de 1998 a 2002), que incluía a observância de princípios tais como a fraternidade, a ética, o respeito, o amor, a compreensão, a determinação, a unidade, a humildade, a prática de uma alimentação vegetariana, à vontade de viver uma vida plena e integrada à natureza, com simplicidade e de uma forma sustentável.

Para tanto, alguns se desfizeram de terrenos e veículos, outros de suas economias, juntaram o que conseguiram arrecadar e realizaram ainda um empréstimo para adquirir uma área de 4,2 hectares numa zona rural distante 52 quilômetros de Porto Alegre, no município de Triunfo/RS para constituir o que viria a ser a CMP. O local foi escolhido através da pesquisa em um anúncio de classificados e foi aprovada a sua compra pelos membros do grupo após a visita, tendo sido desconsiderada a necessidade de outras pesquisas, pois o sentimento comum era de que o espaço congregava todos os requisitos almejados.

Uma moradora da Comunidade Morada da Paz (S.J., 37 anos), assim explana sobre a trajetória de constituição do movimento:

A Comunidade Morada da Paz (CMP) é a resultante do sonho de um grupo de pessoas que no decorrer da sua trajetória compreendeu que era necessário retomar a sua própria força e autoria na construção do mundo desejado. Os integrantes são pessoas que antes de constituí-la conviveram juntos pelo menos quatro anos. Alguns de nós éramos familiares, colegas de trabalho e amigos. Esse período de convivência, que precedeu a CMP, teve como característica a busca por uma compreensão profunda e comprometida do sentido das nossas existências. Assim estabelecemos como rotina estudos e vivências em grupo, que nos conduziram a expansão dessa compreensão. Logo nos determinamos à elaboração de um projeto de ação coletiva, que colocasse o nosso saber a serviço de outras pessoas e comunidades. Os componentes tinham idades diversas (18 a 40 anos), formação educacional distinta (1º grau a mestrado) e ocupação profissional também diversificada. Cada experiência e saber individual são reconhecidos como um universo fundamental de possibilidades para constituição desse projeto.

A área adquirida não foi repartida de acordo com o que cada um ofertou para a sua aquisição, e a proposta de vida desde o início sempre observou o uso comum dos recursos materiais e naturais para a construção da comunidade. Neste sentido, S.J., complementa:

O princípio que nos levou a construir o projeto CMP foi o sentido de unidade e coletividade comum a todos. A percepção da necessidade de estarmos juntos para resistir às pressões sociais, econômicas, espirituais,... e para garantir que pudéssemos nos colocar a serviço do outro potencializando nossas capacidades. Compreendemos que os processos de transformação acontecem, invariavelmente, em micro espaços, movidos pela força e crença de quem os constitui.

No início a Comunidade Morada da Paz foi constituída por 5 famílias, sendo 2 casais com 1 filho cada de 2 anos na época, 1 casal sem filhos e 2 solteiros, totalizando 10 pessoas. O grupo era formado por jovens, com a média de 31 anos de idade entre os adultos, sendo predominantemente negros. Quanto às profissões, na época havia duas assistentes sociais, um engenheiro eletricitista, um professor, um economista, uma pedagoga, uma técnica em administração e um padeiro/confeiteiro.

De lá para cá aconteceram muitas mudanças quanto ao número de pessoas, tendo ocorrido entradas e saídas, e inclusive a constituição de um núcleo da comunidade em Salvador/BA, na área urbana. Hoje constituem a Comunidade Morada da Paz, somando os dois núcleos, em Triunfo e em Salvador, 5 famílias, totalizando 11 pessoas.

A Comunidade Morada da Paz se mantém através de recursos próprios dos seus moradores que trabalham em serviços externos, doações regulares e eventuais. Não há o apoio do governo ou de empresas através de projetos até este momento. Há um caixa único comunitário constituído pelas entradas através das fontes citadas. A área de planejamento e gestão de recursos delibera com os representantes das demais áreas a aplicação dos recursos para custear as despesas com alimentação, transporte, educação, vestuário, entre outras necessidades.

Embora existissem alguns membros nascidos no interior do estado, nenhum havia experimentado ainda uma vida rural, sendo eminentemente urbanos, até então. Esta mudança da cidade para o campo, na tentativa de fazer do campo não um lugar de produção, mas uma opção de residência, preservação ambiental ou mesmo um espaço de lazer são experiências há algumas décadas já conhecidas na Europa, como destaca Carneiro (1998):

Novos valores sustentam a proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial.

A Comunidade Morada da Paz vislumbra a perspectiva de uma vida humana integrada com a natureza, de um constante compartilhar, da troca de experiências entre as pessoas, do diálogo sincero e aberto para a construção e da articulação de redes solidárias.

3. Os sete princípios para uma convivência sustentável

A vida em comunidade é construída por pessoas. Onde existem pessoas há um fluxo de relações que se estabelece. Para se manter estes movimentos em harmonia é preciso observar alguns princípios⁵, sem os quais não há uma convivência sustentável:

- 1) Determinação: Para superar suas limitações e reconhecer-se como possibilidade;
- 2) Respeito: Para compreender as diferentes verdades que existem em diferentes mundos;
- 3) Receptividade: Para perceber-se e perceber os mundos e as diferentes formas de vida que o cercam;
- 4) Compreensão: Para ser generoso com os diferentes movimentos, para evitar julgamentos apressados e para não pensar que seu próprio movimento é único.
- 5) Humildade: Que lhe dará a condição de continuar caminhando, aprendendo e compartilhando sempre. Aprender com quem já sabe, compartilhar com quem sabe como você e ensinar pelo exemplo a quem não sabe o tanto que você já aprendeu.
- 6) Solidariedade: Pois só sobreviverá o espírito que estiver em direção a outro. Ser solidário representa a síntese dos seis últimos itens, pois para ser solidário é preciso determinação, respeito, compreensão, receptividade, humildade e amor.
- 7) Amor: Só ama aquele que se permite amar. Procurem sempre o significado dessa frase. Aquele que atingir estes 7 itens básicos construirá a transformação, pois ele começará a transformar o seu próprio mundo.

No dia-a-dia há o envolvimento de cada um dos membros da CMP com o todo, compreendendo as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas da vida coletiva. Os processos decisórios para encaminhamentos operacionais das metas e objetivos são realizados através de um conselho gestor. O sentido é integrar cada membro no contexto da comunidade criando uma identidade e fortalecendo a unidade na diversidade, o propósito do movimento.

O sistema de relações na comunidade não é cada um ter a sua casa e reproduzir os *modus vivendis* da civilização moderna, ou seja, cada família fazer as suas próprias compras, preparar apenas para si os alimentos e ter os seus projetos de vida individuais.

A proposta da Morada da Paz vai além, construindo a perspectiva de um projeto coletivo de existência, onde a vivência de cada membro compõe uma peça importante na execução das linhas de ação da comunidade.

⁵ Tais princípios estão presentes no estatuto social da Comunidade Morada da Paz.

4. O desenvolvimento de tecnologias sustentáveis

As tecnologias sustentáveis utilizam princípios e técnicas da permacultura. Na CMP a permacultura auxilia na busca de uma relação mais equilibrada com a natureza, estando presente em todos os setores de atividades.

Sobre permacultura, Legan (2004) nos esclarece:

Permacultura significa cultura permanente. É um sistema de design para a criação de ambientes produtivos, sustentáveis e ecológicos para que possamos habitar na Terra sem destruir a vida. Este sistema de planejamento holístico trabalha com a natureza pela imitação dos processos naturais, utilizando a sabedoria dos sistemas tradicionais de produção e o conhecimento científico moderno para estabelecer comunidades sustentáveis.

O conceito foi desenvolvido nos anos setenta por dois australianos, David Holmgren e Bill Mollison. Consiste no desenho e manutenção de pequenos ecossistemas produtivos, junto com a integração harmônica do entorno, das pessoas e suas vidas, proporcionando respostas a suas necessidades de uma maneira sustentável. O princípio básico da Permacultura é o de trabalhar "com", ou "a favor de", e não "contra" a natureza. Os sistemas permaculturais são construídos para durar tanto quanto seja possível, com um mínimo de cuidado. Os sistemas são tipicamente energizados pelo sol, vento e a água, produzindo o suficiente tanto para sua própria necessidade, como para a dos humanos que o criam e controlam. Desta maneira, o sistema é sustentável.

A CMP conta com captação de água da chuva em cisternas, reciclagem de matéria orgânica em composteiras, práticas agroecológicas, sanitários compostáveis, reaproveitamento da água cinza do banheiro e bioconstruções, procurando articular de uma forma sistêmica o uso destas tecnologias de forma a mitigar impactos ambientais decorrentes da ocupação humana no terreno.

Pelo seu próprio caráter de buscar a utilização de materiais recicláveis em suas construções e equipamentos, muitos dos empreendimentos em comunidades têm um processo artesanal na sua elaboração, assim como na agricultura ecológica que é praticada, o que demanda mais mão-de-obra. Estes projetos são exemplos de possibilidades para a absorção de mão-de-obra. O resultado da produção pode em parte ser comercializado ou trocado e com o tempo a comunidade pode ministrar cursos a pessoas interessadas, aproveitando o know-how adquirido para gerar renda.

5. Projetos sócio-educativo-ambientais

Os projetos sócio-educativos-ambientais visam disseminar os princípios e o propósito da Comunidade através de oficinas de educação ambiental, oficinas de bioconstrução, jornadas solidárias temáticas, seminários, saraus poéticos, atividades lúdico-pedagógicas, entre outros movimentos.

O público alvo abrange crianças, jovens, adultos e idosos. Os objetivos destes projetos são estimular a percepção ambiental, despertar a consciência ecológica, resgatar a auto-estima, potencializar a criatividade e a alegria de viver junto a este público, pois um ser humano em harmonia contribui para um mundo mais sustentável.

5.1 As oficinas de educação ambiental

As oficinas de educação ambiental foram estruturadas após um diagnóstico de percepção ambiental efetuado através da aplicação de questionários em alunos das escolas dos distritos de Vendinha e Benfica (Triunfo/RS) visando averiguar a maneira dos jovens se relacionarem com o meio ambiente no qual nasceram e vivem.

O nível de similaridade das respostas foi agrupado usando-se a análise multifatorial de Cluster. Podemos observar que as 6^a, 7^a e 8^a séries possuem um padrão muito similar nas respostas, por isso encontram-se agrupadas, diferentemente das 5^as séries. Analisando mais a fundo as respostas obtidas, percebemos que a razão deste evento explica-se em grande parte pela redução do nível de percepção ambiental evidenciado da 6^a série em diante, ou seja, à medida que avança nas séries, o aluno vai tendo cada vez mais fragmentada a sua visão de maio ambiente, tornando-se reducionista e com uma compreensão parcial da realidade que o cerca (natureza, família, sociedade, escola).

Desenvolvidas pela Morada da Paz a partir de 2003, as oficinas têm os seguintes objetivos:

- despertar a consciência ecológica do público alvo (crianças e adolescentes da região);
- sensibilização ambiental;
- resgate de uma relação mais harmônica e solidária com a natureza;
- valorização da realidade regional quanto à natureza, história, saberes;
- potencializar ações em prol da sustentabilidade ambiental;

As oficinas estruturadas dentro da Comunidade Morada da Paz seguem como roteiro básico:

- apresentação da proposta de atividades;
- dinâmica de grupo, com técnicas de respiração e uso de som;
- trilha ecológica, para integração com a natureza;
- oficinas propriamente ditas: de reciclagem (compostagem, papel reciclado), agroecologia (espirais, canteiros alternativos), de alimentação naturalista (sucos naturais e pães e cucas integrais), entre outras.

Observou-se nas oficinas realizadas com as escolas da região a partir de 2003:

- uma relação distante dos jovens com a natureza;
- conceitos distorcidos quanto a alguns aspectos ambientais;
- sentimento de negação dos adolescentes com relação às suas origens;
- hábitos urbanos muito introjetados na maneira de vestir, de pensar, de falar.

Procuramos levar a nossa experiência de vida ao público das oficinas. Vindos de uma realidade urbana, fizemos o caminho inverso ao pretendido por muitos deles, isto é, ir para a metrópole assim que tiverem uma oportunidade e se desligarem definitivamente da sua origem no interior. Buscando esta religação com a terra e uma relação mais harmoniosa com as diversas formas de vida, procuramos esclarecer os jovens quanto à sua importância enquanto cidadãos da região e a responsabilidade que têm na preservação e sustentação do meio ambiente, bem como resgatar a sua auto-estima.

Refletindo a respeito das experiências vivenciadas nas oficinas de educação ambiental, sentimos que os currículos escolares deveriam estar convergindo esforços justamente para possibilitar ao aluno um desenvolvimento pleno, com uma visão holística do universo no qual está inserido, em que consiga compreender as relações transdisciplinares existentes no seu dia-a-dia e a sua aplicabilidade. É necessário, então que sejam revistos técnicas e métodos didáticos, explorando mais a ludicidade, a arte, a criatividade do aluno.

5.2 Projeto brincando na morada:

Este projeto começou a ser desenvolvido em 2007, tendo surgido após diagnosticarmos que muitas crianças que conviviam no ambiente da CMP não dispunham em seus lares de condições para exercitar a prática de jogos e brincadeiras antigos que estimulavam a alegria, a cooperação e a criatividade. As crianças têm a oportunidade de

conviver em pequenos grupos na CMP durante finais de semana onde são estimuladas além de brincar a realizar ações solidárias nos afazeres do dia-a-dia.

5.3 Seminários temáticos

Os seminários temáticos constituíram-se nos embriões da Rede de Envolvimento Solidário. Iniciaram em 2003, quando foram realizadas com uma periodicidade trimestral. A partir de então são marcados conforme programação previamente discutida pela CMP. Têm a intenção de discutir temáticas ligadas a solidariedade e promover a troca de saberes a fim de disseminar através destas a sustentabilidade.

5.4 Oficinas de bioconstrução

Iniciaram a partir de 2005, quando a CMP recebeu a doação de uma bioconstrução da organização do FSM realizado em Porto Alegre/RS. Agregaram pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo com o propósito de construir este equipamento ao mesmo tempo em que realizavam o compartilhamento de suas histórias de vida e de seus saberes.

5.5 Jornadas solidárias temáticas

Iniciaram em 2007, tendo como proposta o desenvolvimento de mutirões para a construção de alternativas para uma vida sustentável, como cisternas, estufas, aquecedores solares, entre outros. Ao mesmo tempo, os grupos experimentavam vivências culturais diversas nestes momentos, tais como a dança, o canto e dinâmicas de jogos cooperativos.

6. Rede de envolvimento solidário

As redes de contatos e parcerias são fenômenos característicos deste novo século, potencializados pela expansão da internet.

Segundo Capra (2002, p.267),

A análise dos sistemas vivos em função de 4 perspectivas interligadas – forma, matéria, processo e significado – faz com que nos seja possível aplicar uma compreensão unificada da vida não só aos fenômenos materiais, mas também aos que decorrem do campo dos significados. A idéia central dessa concepção sistêmica e unificada da vida é a de que o seu padrão básico de organização é a rede. Em

todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas dentro das células até as teias alimentares dos ecossistemas e as redes de comunicação da sociedade humana – os componentes dos sistemas vivos se interligam sob a forma de rede. Em particular, na era da informação, as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de redes. Quer se trate de grandes empresas no mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONG's globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenômeno social importante e uma fonte crítica de poder.

As redes são movimentos chaves para a sustentabilidade, e a união de forças com certeza contribuirá para uma relação mais harmoniosa do homem com a natureza e do homem com o próprio homem, na medida em que poderão ser reciclados vários materiais, idéias e ações ao se promover intercâmbios, economizando energias. A organização em rede reduz a dependência do sistema hegemônico, através da troca e do compartilhamento de produtos, saberes e serviços.

Neste sentido, Mance (2008) complementa:

As Redes de Colaboração Solidária são fundamentadas em um sistema de produção onde não pode haver exploração nem dominação dos trabalhadores, com equilíbrio nos processos, com uso de insumos produzidos de forma ecologicamente correta, e com partilha dos excedentes, havendo reinvestimento e formação de novas redes. “A idéia é remontar cadeias produtivas, fazendo com que saíamos do labirinto capitalista, criando outra economia”.

As comunidades por seu caráter de agregar pessoas e conseqüentemente organizações que são voltadas a práticas sustentáveis são peças importantes na criação e manutenção destas redes.

A CMP começou a estruturar uma rede, denominada Rede de Envolvimento Solidário a partir de sua fundação, em 2003 através de seminários temáticos, oficinas e atividades artísticas dentro e fora da sua sede e continua a agregar pessoas que compartilhem dos mesmos princípios e ações que por ela são desenvolvidos.

7. Considerações finais

O modo de vida da CMP mostrou-se sustentável na medida em que seus princípios nortearam as suas ações, nas relações entre seus componentes, na realização dos projetos sócio-educativo-ambientais, no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e inclusive nas ações com a Rede de Envolvimento Solidário.

As observações realizadas sobre o modo de vida da Comunidade Morada da Paz nos fazem acreditar na possibilidade das comunidades intencionais tornarem-se pólos difusores

de saberes sustentáveis, gerando trabalho e renda para seus componentes e também para o seu entorno local e regional.

Outra possibilidade vislumbrada para as comunidades intencionais são a articulação com o poder público e outros atores sociais (empresas e ong's) para a disseminação de projetos visando a sustentabilidade nas suas áreas de ações, congregando escolas, universidades e voluntários interessados.

Tomando como base as análises realizadas sobre a Comunidade Morada da Paz, estas são algumas valiosas contribuições que as comunidades intencionais podem oferecer aqueles que buscam construir um modo de vida sustentável para si, para seus semelhantes e para o planeta!

8. Referências bibliográficas

CAPRA, Fritjof. **As Conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável.** Cultrix, São Paulo, 2002. 296 p.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: Novas identidades em construção. In: **Estudos sociedade e agricultura**, 11, outubro, p. 53-75, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>

COMUNIDADES INTENCIONAIS (estabelecidas). Pesquisado em 15/03/2008. In: <http://www.ecolinkvillage.com.br>.

DERRUAU, Max. **Geografia Humana.** Ed. Presença. Lisboa, 1982.

DURÁN, Ramón Fernández. **La necesidad de alternativas al capitalismo global.** In. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre/RS/Brasil V.2, n. 1, Jan/Mar 2001.

LEGAN, Lúcia. **A escola sustentável: eco-alfabetizando pelo ambiente/Lucia Legan.** –São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo; Pirenópolis, GO: IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, 2004.

MANCE, Euclides André. **Redes Solidárias são contraponto ao sistema globalizado.** Pesquisado em 30/04/2008. In: http://www.agirazul.com.br/fsm4/_fsm00000080.htm.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: **Sustentabilidade: Uma paixão em movimento.** Org. Aloísio Ruscheinsky. Porto Alegre: Sulina, 2004, 181p.

SANTOS JR., Severiano José dos. **Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo.** Texto apresentado no III Encontro da ANPPAS ocorrido de 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**ASSOCIATIVISMO EM ÁREAS DE BABAÇUAIS: TRAJETÓRIA, VIVÊNCIAS E
ESTRATÉGIAS DE TRABALHADORES(AS) AGROEXTRATIVISTAS NO
MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO (MA)**

Evaristo José de Lima Neto¹

Resumo

Neste trabalho analisamos experiências associativistas desenvolvidas em áreas de assentamentos no município de Lago do Junco- MA, localizado na denominada região do Médio Mearim Maranhense. Nossa análise se concentra em três associações de assentamentos e na Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco. Orientamos nossa investigação no sentido de apreender e analisar as conseqüências advindas da presença e da atuação das associações e da cooperativa na vida dos povoados em que estas organizações atuam, a partir das transformações engendradas por estas, nas relações sócio-econômicas tanto de seus *sócios*, quanto de *não-sócios*, na realização dos processos produtivo, comercial, comunitário, assim como buscamos entender as formas como estas experiências associativistas tem sido vivenciadas por aqueles que com elas se relacionam.

Palavras-chave: Associativismo; Assentamento; Vivências

1. Apresentação

A literatura tem demonstrado que a criação de assentamentos, independente de sua origem², abre espaço para o surgimento de novas dinâmicas, novos espaços e redes de sociabilidade, que termina por estabelecer novos contextos de relações (LEITE *et al*, 2004). Os assentamentos podem também se constituir como espaços importantes, no sentido de questionar a permanência de laços tradicionais de patronagem e clientelismo, promoverem sua ruptura, criar novos laços ou em algumas circunstâncias até fortalecê-los (MEDEIROS e LEITE, 1998).

Deste ponto de vista, Leite *et al* (2004) nos convidam a pensar os assentamentos como *ponto de chegada*, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social, na qual, se empenham os diversos movimentos sociais rurais no processo de luta e posse da terra. Ao mesmo tempo, podemos pensá-los como *ponto de partida*, onde se busca implementar projetos produtivos, se inauguram novas dinâmicas de sociabilidade e de

¹ Filiação institucional: Doutorado do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade- CPDA/UFRRJ.

² De acordo com Leite *et al* (2004) “Nos discursos dos governos como o que se considera “assentamentos de reforma agrária” engloba situações com origens bastante diferenciadas como: regularização de terras ocupadas há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que viviam nas terras como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou sindicatos de trabalhadores rurais, reservas extrativistas fruto da luta de seringueiros, pela permanência na terra que ocupavam há gerações” (LEITE *et al*, 2004: 21).

demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção), isto acarreta a introdução de novos elementos, agentes e a conseqüente inserção no jogo de disputas políticas, provocando alterações nas relações sociais e de poder local.

Neste sentido, a constituição de áreas de assentamentos enquanto marco dos processos de luta pela terra, tem colocado com muita ênfase para seus beneficiários a questão dos processos de organização no interior dos assentamentos enquanto instrumento de manutenção da terra conquistada. Tal questão enquanto problemática não se restringe apenas aos assentados; Estado, mediadores e pesquisadores também tem se ocupado com sua reflexão e operacionalização.

Destacam-se nesse contexto as noções de *coletivismo* e *individualismo* como formas privilegiadas dos atores para pensar e atuar no assentamento. Contudo, invariavelmente em algum momento da trajetória do assentamento a questão do associativismo nas suas diversas manifestações (para produção, comercialização, cooperativas, associações) é colocada em pauta seja pela idéia de que o associativismo seria a melhor forma de resolução de problemas ou alcançar determinados fins - especialmente para aquelas pessoas pertencentes a grupos sociais menos privilegiados, e que solitariamente não teriam força para alcançar seus interesses- seja pela pressão de agências de cooperação e os governos quando constituem estruturas que obrigam a participação maciça da “comunidade” nos projetos, por meio exclusivo da figura jurídica das associações, conforme destacado por Almeida (2001).

Neste trabalho, analisaremos experiências associativistas desenvolvidas em áreas de assentamentos no município de Lago do Junco- MA, localizado na denominada região do Médio Mearim Maranhense. Nossa análise se concentra em três associações de assentamentos e na Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco. Orientamos nossa investigação no sentido de apreender e analisar as conseqüências advindas da presença e da atuação das associações e da cooperativa na vida dos povoados em que atuam, a partir das transformações engendradas por estas, nas relações sócio-econômicas tanto de seus *sócios*, quanto de *não-sócios*, na realização dos processos produtivo, comercial, comunitário, assim como buscaremos entender as formas como estas experiências associativistas tem sido vivenciadas por aqueles que com elas se relacionam.

As três associações assim como a cooperativa têm como peculiaridade o fato de serem integrantes³ da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA,

³ Em Lago do Junco, além das referidas associações de assentamento e da cooperativa, integram a ASSEMA outras cinco associações de assentamento, uma associação de mulheres (AMTR), o STR local, uma associação de jovens rurais (AJR) e uma escola família agrícola (EFAF).

entidade de assessoria e representação fundada por sindicatos de trabalhadores rurais da região, que não se viam em condições de atender os trabalhadores recém saídos dos conflitos de terra em suas novas demandas referentes à produção e comercialização agroextrativista e da nova relação com o Estado enquanto *assentados*.

Cabe destacar que a emergência dessas organizações não se deu em um vazio de relações, no momento em que foram instituídas e ao longo de suas trajetórias, o espaço social onde atuavam estava extremamente tensionado pelos conflitos agrários ocorridos naquele município durante a década de 1980, que interferiram consideravelmente na configuração social local. Neste sentido, é imprescindível que se traga para a análise alguns aspectos dos conflitos agrários que deram origem aos assentamentos, suas respectivas associações e a cooperativa.

2. A emergência dos conflitos pelo babaçu e por terra no Médio Mearim Maranhense

A atividade de coleta e quebra do coco babaçu⁴, que sempre esteve presente na vida cotidiana das famílias da região, que na sua grande maioria adentraram no estado por meio das chamadas *frentes de expansão*, ocupando as terras livres daquela região principalmente no decorrer dos anos cinquenta do séc. XX (ANDRADE, 1969; VELHO, 1972).

Até o final da década de 1960 as terras onde se instalavam essas famílias eram tidas como devolutas, o que pressupunha seu livre acesso, tanto para implantação de lavouras, como para a coleta e quebra do coco babaçu, predominando o *sistema de uso comum da terra*, o qual consiste na utilização de uma porção de terras por famílias ou grupos de famílias sem que haja partilha formal, sem desmembramentos e sem apropriação individual, que no Maranhão, tem sido tradicionalmente, ligado às áreas de colonização antiga: *terras de preto*, *terras de santo*, *terras de índio* (ALMEIDA, 1993, ANDRADE, 1999), contudo Santos (1985) chama atenção para a ocorrência desse tipo de sistema nas áreas de ocupação recente.

A partir da década de 1970, com a promulgação da Lei Estadual n 2.979/69 - ou lei Sarney de terras, como ficou conhecida -, marca o período auge da privatização das terras do estado e da introdução da pecuária extensiva na região do Médio Mearim, enquanto uma política vista pelo Estado como de *modernização*. Através de dispositivos legais de reconhecimento de propriedade ou mesmo pela grilagem, as terras supostamente disponíveis passaram a ser propriedades particulares.

⁴ A palmeira de babaçu é uma planta nativa, que aparece com grande intensidade nos estados do Maranhão, Piauí, norte do Tocantins e sudeste do Pará, seu adensamento ocorre quando da retirada da floresta primária.

Neste contexto, o acesso a terra e ao coco babaçu, que era em grande medida livres, passou a ser regulado por esquemas de subordinação da força de trabalho das famílias de trabalhadores agroextrativistas aos grandes proprietários de terra, que condicionavam o uso da terra para implantação dos *roçados* ao pagamento de renda, e ao mesmo tempo, restringiam o acesso ao babaçu por meio de uma dupla coerção: as famílias deveriam destinar alguns dias de trabalho no preparo e manejo das pastagens nas fazendas, sendo ainda obrigadas a comercializar o babaçu e a produção agrícola exclusivamente nos entrepostos comerciais controlados pelos proprietários.

O sistema de propriedade nos moldes capitalistas - expresso na apropriação privada da terra e dos recursos naturais nela contidos e no pagamento de renda - entrou em choque com formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais praticado pelas famílias. Em consequência desse processo muitas famílias de trabalhadores agroextrativistas perderam a autonomia em relação ao uso da terra, bem como o controle efetivo sobre recursos básicos, uma vez que não possuíam título de propriedade. Desta forma, o avanço da pecuarização a partir da década de 1970 implicou ainda no aumento das áreas cercadas e na derrubada dos palmeirais de babaçu em grande escala. Tais questões representam uma situação limite para as famílias de trabalhadores agroextrativistas, uma vez que uma das bases de sustentação deste tipo de economia familiar estava ameaçada. Fazendo eclodir intensos conflitos por babaçu e terra ao longo da década de 1980

Os conflitos tornaram-se, portanto, verdadeiros divisores de águas para as famílias de trabalhadores agroextrativistas que hoje compõe o universo deste estudo. Este momento demarca de forma mais enfática a entrada desse grupo de trabalhadores rurais na vida política, bem como a criação de uma identidade coletiva referenciada pela participação nessas lutas, que vai se expressar na participação em uma série de organizações de múltiplas finalidades que foram constituídas no interstício destas lutas.

Os principais conflitos foram solucionados no final da década de 1980, com a desapropriação das terras e criação de *projetos de assentamento* pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA. O que não quer dizer que os problemas e dificuldades dessas famílias tenham sido totalmente resolvidos.

3. Associações de Assentamento e a Cooperativa: vivências e estratégias.

Se, por um lado, as desapropriações e a implantação de *projetos de assentamento* amenizaram o problema do acesso a terra e ao babaçu, por outro, persistiram dificuldades, sobretudo ligadas à comercialização, produção e beneficiamento, por exemplo. A solução desses problemas se constituiu em uma nova etapa de lutas para essas famílias, implicando em novas formas organizacionais, cuja atuação e frentes de luta se dão para além do acesso a terra, na medida em que passam a se mobilizar em torno de questões como as relacionadas com os campos acima citados.

Nesta região o associativismo passou a ser uma modalidade de organização e ação coletiva privilegiada pelas famílias de trabalhadores agroextrativistas que vivenciaram os conflitos agrários, especialmente por encontrarem nos princípios fundamentais do associativismo a forma mais viável para enfrentar os problemas em comum e uma maneira de expressarem sua representação social e política. Não obstante, estas famílias viam-se também condicionadas pela imposição de novas formas de relação com o Estado - engendradas a partir da criação de áreas de assentamentos nos povoados em conflito - a se organizarem formalmente em associações e cooperativas para obterem os recursos por este disponibilizados.

3.1 As Associações de Assentamento:

As Associações de assentamento foram criadas por ocasião da implantação projetos de assentamentos – PAs, como espaço pelo qual as famílias administrariam as terras sobre seu controle e para mediar a relação com os órgãos fundiários INCRA e ITERMA, visto que estes exigiam a criação de associações em cada PA para que as famílias assentadas possam acessar os recursos e programas estatais. O critério de filiação de trabalhadores nestas associações, teve como princípio a participação nos conflitos agrários que deram origem ao assentamento, critério que se encontra formalizado nos Estatutos das três associações estudadas.

As associações estudadas adotaram por princípio a não divisão da propriedade em lotes individuais. Portanto, a posse da terra vem ocorrendo de forma coletiva, seus sócios costumam justificar tal procedimento como uma forma de preservar a integridade física da propriedade e a integridade moral da associação⁵. Até então tem sido motivo de grande preocupação junto a boa parte dos assentados a questão da venda de lotes, temerosos em

⁵ A integridade moral se refere ao mesmo tempo as condições de convivência entre seus membros e a imagem, reputação da associação.

reviver um dos mecanismos pelo qual no passado perderam suas terras - quando alguns posseiros venderam seus direitos a médios e grandes proprietários que terminavam por “cercar”, isolar, as famílias que ainda não haviam se desfeito de suas posses - ou em repetir situações do presente em assentamentos da região sucumbiram diante dessa prática.

Nos assentamentos em que foram loteados teve problema de venda de terra. **O sujeito vende a terra dele, vai embora e às vezes bota dentro da sociedade alguém que ninguém conhece que vai causar problema.** No Pau Santo, foi morto um homem de 72 anos por causa da greve, nesse último verão eles lotearam a terra, e já teve gente que vendeu. Quando a gente lembra dessa morte pra eles, eles fazem é se zangar, tem outros da comunidade que diz: O que passou, passou. O que passou, passou, tudo bem, mas tem coisas que não dá pra apagar, é vivo! **Alguém deu sua vida por aquilo, pra libertar o povo** (Sócio de associação, grifos nossos).

Uma segunda implicação negativa que a venda de lotes traz para os que lutam pela manutenção da integridade dos assentamentos, tem a ver com o sentimento de violação da memória, não apenas dos que morreram durante os conflitos, mas da luta por terra como um todo. Ao se desfazerem do lote enquanto bem, ao torná-lo mercadoria, aqueles que assim procedem põem em cheque os valores que legitimaram a luta travada no passado e agora no presente pelo direito a terra, enquanto luta pelo direito a vida, *isso é muito vergonhoso pra nós, nós lutamos pela terra pra trabalhar nela e criar nossos filhos, e não pra fazer comércio com ela*; comenta sobre a venda de lotes um dos nossos entrevistados.

Quanto à integridade física da propriedade, esta é buscada pela forma de manejo do solo e dos recursos naturais com base no uso coletivo ou comum. Estas propriedades são espacialmente divididas em quatro grandes áreas, o patrimônio onde se localizam as residências⁶ e espaços públicos como igreja, escolas, campos de futebol, postos de saúde, telefone público, poço artesiano, salões de festa, etc.; área de reserva ambiental, área destinada a pastagens e criação de animais e a área que ocupa maior percentual das terras utilizáveis que se destina a implantação dos roçados ou *terra de trabalho* como costuma se referir.

Nesta última área apesar de cada família ter sua própria roça, o local de sua implantação é decidido coletivamente, em uma assembléia que ocorre alguns meses antes do período de derrubada e queima do *mato* para implantação das lavouras, a escolha desse local obedece a critérios como tempo de *pousio* da área, fertilidade do solo, proximidade das residências. Tem sido uma meta nestas associações a implantação das roças *num corpo só*, ou seja, selecionam uma área contínua onde todas as famílias deveriam implantar seus roçados

⁶ Nesta área prevalece um regime de apropriação privada na forma de quintais, currais, hortas, poços e outras benfeitorias de uso doméstico. Para maiores detalhes sobre estas formas de apropriação ver Paula Andrade 1999.

naquele ano. Com isso, as associações esperam racionalizar o uso destas áreas adequando sua técnica produtiva – *queima e pousio* – ao reduzido tamanho das mesmas. Ao procederem assim terão maior controle sobre as queimadas realizadas para abertura das áreas de plantio, sendo esta realizada em um único talhão o risco do fogo se alastrar por outras áreas da propriedade diminui. Da mesma forma, ao trabalharem em parcelas contínuas permite que nas áreas já exploradas a *capoeira*⁷ suba por igual recuperando o solo de forma mais homogênea, o que deixaria estes terrenos *menos chafurdados* segundo os seus termos.

Mesmo trabalhando em um mesmo *corpo* de terra, é possível que durante a alocação da roça de cada família⁸, algumas fiquem localizadas em porções previamente identificadas, como mais ou menos férteis do *corpo* que fora selecionado naquele ano. Para evitar insatisfações por parte daqueles que ficaram com áreas menos férteis e privilégio daqueles que trabalharão nas áreas mais férteis, tem sido praxe nestas associações a aplicação de arranjos com o intuito de equilibrar estas diferenças decorrentes da fertilidade do solo. Em geral procuram equilibrar estas diferenças (quando são levantadas pelos associados) de duas formas, uma delas é através de um acordo verbal pelo qual as famílias que notadamente foram muito prejudicadas ou muito beneficiadas pela qualidade do solo em que trabalharam em determinado ano, invertam essa situação no ano seguinte, procedendo-se assim uma espécie de rodízio. A segunda alternativa consiste em restabelecer o traçado da roça de cada família de modo que as mesmas mantenham entre si a mesma proporção de porções mais férteis e menos férteis. Contudo, o recurso a esta alternativa é condicionado pelas características edáficas⁹ da área selecionada. Para ilustrar esta segunda alternativa nossos entrevistados fazem uma comparação bastante peculiar.

Eu comparo nossa propriedade como quem vai abater um boi. Tem parte do boi que é muito ruim né, por exemplo, quem vai comprar só a canela do boi? Mas, se você pegar um pedacinho da canela e botar com a poupa aí fica uma pesada boa, né. Então nós compara isso com a nossa terra, algum que tira cinco linhas pega três boas e duas ruins. A gente tem superado as dificuldades dessa forma (Sócio de associação).

⁷ Tem sido prática nos últimos anos a formação de *capoeiras* através do semeio de uma leguminosa muito comum naquela região denominada *sabiá* ou *unha de gato*. Além de fixar grande quantidade de nitrogênio no solo, esta planta possui um caule lenhoso que já aos quatro anos de vida, fornece excelente madeira que pode ser utilizada como estaca para construção de cercas e depósitos. Por meio desta opção de formar *capoeiras* com o *sabiá* estas associações não apenas tem economizado na compra de madeira como tem conseguido comercializá-la.

⁸ Em geral o tamanho médio das roças levando em consideração a relação número de famílias/ quantidade de área destinada/ composição numérica de cada família, tem sido de quatro linhas por famílias

⁹ Termo agrônomo que diz respeito a uma série de elementos que influenciam na fertilidade do solo e na sua adequação a determinada cultura agrícola ou técnica de cultivo.

Mesmo adotando procedimentos que visam equilibrar as condições de uso e acesso as terras do assentamento, levando em conta as necessidades de cada família, este modelo de gestão das terras não impediu que nas associações estudadas surgissem insatisfações pessoais quanto a sua execução. A questão da escolha de um único *corpo* de terra para implantação dos roçados não se dá por um consenso imediato, a reunião em que se decide por este local pode ser marcada por uma tensão momentânea como explica um entrevistado *na hora da reunião só falta ir um na guela do outro, mas quando acaba a reunião ta tudo bem*¹⁰, ou mais duradoura, sendo levantada como motivo de divergências pessoais, divisões internas que em alguns casos pode até redundar na cisão formal da associação como ocorrido em uma das associações no ano 2000.

A associação daqui se dividiu através de duas propostas que são diferentes. Antes se juntava os trinta e um pra discutir onde é que iam botar roça, aí eu digo assim: esse ano vamo botar roça pra li, e o outro diz: não, vamo botar pra acolá. Aí são propostas que as vezes não são aceitas e por aí você começa a dizer assim: rapaz eu vou sair da sociedade, eu vou exigir meu lote individual por que eu boto a minha roça, meu lastro, o meu mandiocal onde eu quiser, **eu não vou ficar sendo obrigado a botar roça só onde fulano ou cicrano quer**. Então Neto, foi por aí que chegou a esse ponto desses treze pedir pra separar (Sócio de associação).

Destaca-se neste relato que o que sobressai como motivo de insatisfação com o princípio utilizado para determinação da localização do roçado de cada família, não é algo que diz respeito à maior ou menor produção e produtividade que alguém venha a ter por esse modelo de uso do solo – apesar do peso que isto venha a ter - mas sim a sensação de perda de autonomia durante essa etapa do processo produtivo, sentida por alguns associados, sensação esta que muitas vezes não é suplantada pela eficácia prática que esta forma de acesso ao solo venha trazer, que termina por minar a coesão do grupo, fazendo irromper antagonismos por vezes insolúveis dentro das associações¹¹.

Nos povoados estudados que foi graças a reivindicações encaminhadas por estas associações que parte considerável das benfeitorias - como estrada trafegável, energia elétrica, telefonia rural, abastecimento de água, açudes, casas de farinha, piladores de arroz - chegaram aos povoados em que existem áreas de assentamento, beneficiando inclusive as famílias não assentadas. Benfeitorias que muitas vezes somente foram possíveis por prescindirem da ação

¹⁰ Uma análise mais detalhada a respeito das conseqüências que as divergências ocorridas em reuniões podem trazer para as relações no interior das associações pode ser encontrada em Comerford (1996).

¹¹ No caso desta associação a solução encontrada foi a criação de uma subárea destinada as treze famílias que não se sentiam mais contempladas na associação até então existente, que passaram a explorá-la a partir de lotes individuais. Como forma de impedir a venda de lotes nesta subárea, formalizou-se um documento pelo qual ficou acertado entre as partes que caso alguma dessas treze famílias quisesse dispor de seu lote, este não poderia ser vendido, sendo o mesmo incorporado a área da associação original.

do governo municipal, que durante a primeira década da implantação dos assentamentos foi, segundo nossos entrevistados, abertamente contrário aos trabalhadores que lutaram pela terra em Lago do Junco.

Na estrutura fundiária dos povoados, além das famílias assentadas, encontramos minifundiários, médios e grandes proprietários e várias famílias sem terra, que não possuem meios próprios de acessarem a terra ou meios de beneficiamento da produção, dependem em grande medida da venda de sua mão-de-obra e/ou do arrendamento de terras e equipamentos de médios e grandes proprietários. Quanto aos recursos e equipamentos identificados como sendo propriedade das associações, não são apenas as famílias membros destas que usufruem destes bens. Nestas condições é na área do assentamento que muitas dessas famílias sem terra, encontram local de moradia e para implantação de seus roçados em concessões dadas pelas associações, além de disporem de casas de farinha e piladores de arroz para beneficiamento de parte de sua produção. Ainda que essa prática possa aumentar a pressão sobre os recursos contidos na área dos assentamentos.

Uma das fontes de recurso para as associações provém do que os associados chamam de *pagamento de renda* (paga em produto, que será comercializado pela COPPALJ) proveniente do uso de equipamentos da associação - como a casa de farinha o pilador de arroz - e da implantação de roçados. Segundo os entrevistados estas taxas se destinam a manutenção de equipamentos, para o caixa de trabalho da associação (pagamento de taxas governamentais, viagens para resolver problemas das associações) e investimentos na propriedade e não como uma forma de auferir uma renda capitalista, o que pode ser corroborado pelo valor quase simbólico das mesmas¹². Para os não sócios a renda cobrada pelo uso dos bens da associação é um pouco maior que o percentual cobrado dos associados, mas esta diferença não permite que se estabeleça uma diferenciação econômica entre as famílias assentadas e as sem-terra apenas por estes recursos.

Em geral encontra-se entre estas famílias sem terra filhos de assentados que constituíram família nos últimos 15 anos, mas que não possuem o direito formal sobre as terras do assentamento, outra parte pelas famílias que não participaram da luta pela terra e famílias que chegaram aos povoados após os conflitos. O acesso dessas famílias sem terra as áreas de plantio dos assentamentos é regulado por relações de compadrio e parentesco ou quando identificam nestas uma disposição para *trabalhar no coletivo* que geralmente é

¹² São percentuais bem abaixo do que é cobrado em áreas e equipamentos particulares. Por exemplo: para implantação de roçados é cobrado 1 *alqueire* (30kg) por cada 04 *linhas* de roça (1,5 ha). Para o uso do pilador de arroz é cobrado 1 *lata* (900g/1000g) por alqueire de arroz beneficiado na casa de farinha da mesma forma. Para os não sócios são acrescidos a esses valores mais 20 ou 30 %.

medida pela simpatia e apoio que uma família demonstre às ações das demais organizações coletivas que se articulam com as associações, como a igreja, sindicato, cooperativa e demais organizações associadas à ASSEMA.

3.2 A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, foi fundada em 15 de abril de 1991, por trabalhadores provenientes de povoados de Lago do Junco em houve lutas pela libertação do babaçu e da terra. De acordo com os objetivos presentes em seu estatuto, a cooperativa não surge apenas para cumprir uma função estritamente econômica, seria também mais um espaço de luta e representação política, não no sentido de substituir alguma outra entidade de representação e mobilização como o sindicato ou as associações, por exemplo, mas sentido de contribuir com estas em mais uma frente de luta, na medida em que segundo entendimento de seus associados de um modo geral *os que são sócios da cooperativa são os mesmo sócio do sindicato, da sociedade, da igreja.*

Apesar de saírem vitoriosas da luta pela terra, ao fim dos conflitos, as famílias dos povoados onde estes ocorreram encontrava-se em precária situação material devido a contingências da destruição de roças ou mesmo o impedimento de realizá-las em algumas circunstâncias e os esforços financeiros para sustentar a luta. Acrescenta-se a esta situação o fato de que em função destes conflitos, estas famílias se viam estigmatizadas pelos comerciantes do município, que não se dispunham a dar-lhes crédito (fiado) para aquisição dos gêneros de primeira necessidade, e em casos mais extremos recusavam-se a estabelecer qualquer relação comercial com estas.

Crescia entre estas famílias o entendimento que apesar de possuírem terras para implantação das roças, coleta¹³ e quebra do coco, não podiam continuar na dependência dos canais de escoamento e comercialização da produção, e de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade que continuava nas mãos dos grandes comerciantes e proprietários de terra. Nas palavras do atual vice-presidente da COPPALJ o Sr Toin a questão se apresentava da seguinte forma: *não adiantava só ter a terra, tinha que caçar jeito de se livrar do patrão por inteiro ou então voltava pro que era antes.*

¹³ Nesse momento, estas famílias só tinham livre acesso às palmeiras das áreas de assentamento, devido à limitada dimensão destes e da derrubada de centenas de palmeira para implementação de pastagens, as palmeiras encontradas nestas áreas não são de todo suficiente para atender as necessidades das famílias. Posteriormente, com a aprovação da lei babaçu livre é que estas conseguem estender o direito de coletar o coco babaçu em outras propriedades sejam elas publicas ou privadas.

Juntamente com a assessoria da ASSEMA estas famílias elaboram um projeto de para implantação da cooperativa, sendo este contemplado por financiamentos de entidades de cooperação internacional. A COPPALJ inicia suas atividades em doze povoados do município de Lago do Junco, instalando um posto comercial em cada povoado com o intuito de negociar com sócios e não sócios. Estes postos são denominados *cantinas*, sendo as mesmas administradas pelos sócios da cooperativa naquele povoado, que escolhem entre eles o trabalhador rural, chamado de *cantineiro* que ficará responsável por realizar a transações de compra de babaçu e venda de gêneros de primeira necessidade ou *mercadorias* como costumam se referir ao café, açúcar, querosene, fumo, sabão, etc.

Entre os principais obstáculos¹⁴ a consolidação da cooperativa em seus momentos iniciais, estava a concorrência com os comerciantes já estabelecidos. Primeiro em função da maior variedade de produtos oferecidos por estes comércios e pela iniciativa destes em baixar das *mercadorias* e aumentar o preço pago pelo babaçu¹⁵. O segundo empecilho advinha da dificuldade que algumas famílias tinham em romper com os comerciantes estabelecidos, existia um receio por parte de muitas famílias de que caso a cooperativa fracassasse, teriam que retornar a comercializar com os comerciantes já estabelecidos que poderiam impor-lhes sanções como: não vender-lhes fiado ou não financiar-lhes a produção. Neste primeiro momento muitas famílias vivenciavam simultaneamente sentimentos de esperança - em se livrarem destes atravessadores - e medo - de não obterem êxito nesta empreitada e caírem novamente nas mãos dos *patrões*, sofrendo represálias e humilhações por conta da tentativa de ruptura com estes.

Preocupados não apenas em atrair fregueses para seus comércios, mas também em não reproduzirem a *exploração do trabalho alheio* praticada pelos comércios tradicionais, o preço pago pela produção agrícola e de babaçu nas *cantinas* é o mesmo para sócios e *não sócios*¹⁶. Na esfera da produção, do trabalho não concebem a distinção entre sócio e *não*

¹⁴ São destacadas também dificuldades advindas da baixa instrução escolar dos associados, na sua grande maioria analfabetos, com dificuldade de administrar grandes somas de recurso e de realizar operações de comercialização em maior escala, se remetem também a questões como baixo capital de giro. Estas dificuldades foram superadas ao longo dos anos pela assessoria e mobilização realizadas com o apoio da ASSEMA.

¹⁵ Cada comerciante local (povoado) estava ligado a um comerciante maior que coordenava estas investidas contra a cooperativa, para compensar a diminuição de seus lucros nos povoados em que haviam se instalado as *cantinas* da COOPALJ, estes comerciantes aumentavam seus lucros com o babaçu e mercadorias em povoados em que as *cantinas* não existiam.

¹⁶ No entanto apesar dos não-sócios participarem consideravelmente da produção das *sobras*, uma vez que estas são o resultado da comercialização da produção de sócios (30%) e não-sócios (70%), estes últimos não são contemplados com a distribuição das mesmas. Tal desequilíbrio é motivo de preocupação de diretores e associados da cooperativa pelo fato da mesma “depende” financeiramente de pessoas que em tese, não estão tão compromissadas com a mesma quanto um sócio. É também motivo de desconforto, pois para muitos dirigentes e

sócio, nivelando por esse meio todos os membros do povoado que com a cooperativa negociam. A forma que encontraram para diferenciar a relação entre sócios e *não-sócios* se deu principalmente através da comercialização das *mercadorias*, concessão de empréstimos, financiamentos e no direito de comprar *fiado*.

Os não-sócios pagam pelas *mercadorias* um valor 10% maior que os sócios da cooperativa, o direito de comprar *fiado* não lhes é estatutariamente garantido, no entanto, cada cantina tem autonomia para autorizar o *cantineiro* a facultar esse direito a um *não-sócio*, desde que o *cantineiro* assuma responsabilidade por isso¹⁷, o acesso a empréstimos pessoais e financiamento de pequenos projetos não são acessíveis a não-sócios. Segundo os entrevistados estas restrições existem para estimular a associação na cooperativa e principalmente para compensar o “ônus” do associado que ao contrário do *não-sócio* possui obrigações com a cooperativa, dedicando tempo para reuniões, assembléias, seminários, campanhas e *esquentando a cabeça na administração da cooperativa*.

Desde o ano 2000 a cooperativa vem distribuindo *sobras*¹⁸ entre seus 217 associados, - em 2006 foram distribuídos R\$ 50.000,00 -, também disponibiliza empréstimos pessoais e uma linha de crédito para projetos produtivos no valor de até dez salários mínimos. As *cantinas* que possuem um maior movimento de *mercadorias*, têm destinado uma parte de seu lucro para o pagamento da contribuição sindical de seus associados. Os associados também recorrem a cooperativa quando necessitam de certidões de trabalho, necessárias nos pedidos de benefícios sociais como aposentadoria, auxílio-doença etc., certidões que geralmente são dadas pelos grandes proprietários rurais.

Com estas conquistas além da melhoria nas condições financeiras das famílias em sua área de atuação, a COPPALJ trouxe consigo condições objetivas para a continuidade do processo de desvinculação não só econômica, mas também política de muitas famílias em relação aos chamados *patrões* com os quais possuem relações extremamente assimétricas. Tendo a cooperativa como alternativa, muitas famílias não se vêm mais obrigadas, por exemplo, a dispor antecipadamente de sua produção no sistema de *venda na folha*, operação que lhes acarreta prejuízo financeiro e muitas vezes a contração de uma dívida moral com o

associados na distribuição das sobras somente entre os sócios, tem-se entre esses recursos o trabalho do não-sócio.

¹⁷ Na prática muitos não-sócios compram *fiado* nas *cantinas*.

¹⁸ As sobras de uma cooperativa são o lucro líquido de uma cooperativa, que é distribuído no final de ano fiscal entre os associados, de forma proporcional a contribuição de cada um para o movimento comercial e produtivo da mesma. No caso da COOPALJ, os *cantineiros* têm sob sua responsabilidade um caderno de anotações onde é registrada a movimentação de cada associado com a cooperativa: quanto vendeu de babaçu, quanto comprou de *mercadorias*, quanto comprou *fiado*, etc. Com base nestas anotações é calculado quanto cabe do montante geral das sobras a cada sócio individualmente.

patrão, pois muitos dos comerciantes e fazendeiros têm nas famílias de trabalhadores rurais não apenas uma clientela comercial, mas também uma clientela política.

Quanto ao estabelecimento de sua área de atuação, além de aspectos econômicos e logísticos, a COPPALJ presa pelo critério de somente instalar *cantinas* em povoados onde houvesse uma *associação de trabalhadores*. Esta seria uma forma de pré-selecionar seus *sócios* a partir da manifestação de condutas que indiquem que no povoado em questão, existe abertura para incorporação de novas práticas e valores, uma disposição considerada fundamental ao desenvolvimento da cooperativa.

A cooperativa nunca entrou num povoado em que não tivesse uma associação, ela só se propunha a trabalhar em áreas que os trabalhadores tivessem o controle da terra, tem uma diferença muito grande de onde tem uma associação pra onde não tem, lá onde tem a associação o pessoal se senta pra conversar, pra se organizar num trabalho comum, e lá onde não tem cada um trabalha pra si, não há um trabalho comunitário (Diretor da COPPALJ).

No contexto do município de Lago do Junco as associações foram constituídas nos povoados em que houve uma mobilização coletiva pela posse da terra, sendo que estas mobilizações muitas das vezes redundaram em conflitos violentos. Mesmo quando a aquisição destas terras se deu de forma mais branda, quando a igreja católica intervinha através da compra das terras em questão (como no caso do povoado de Três Poços onde existe uma cantina da COPPALJ) existe um entendimento na cooperativa de que aquelas famílias estavam dispostas a romper com a submissão a um grande proprietário de terras e, portanto, poderiam realizar outras rupturas como a comercial, exigida pela cooperativa.

Outras questões centrais para a COOPALJ dizem respeito aos riscos de diminuição das áreas de babaçuais e a manutenção da certificação orgânica conferida ao óleo de babaçu produzido pela cooperativa. Por conta destas questões, passa-se a exigir daqueles que se associam um compromisso maior com a chamada preocupação ambiental, a adoção de práticas produtivas e extrativas que atendam as rígidas normas da certificadora como a eliminação do uso de defensivos, ou evitar a coletar o babaçu em áreas que tenham recebido algum tipo de tratamento com agroquímicos, exigências que muitas vezes ainda não contam com as condições objetivas para tanto.

Contudo, apesar dos esforços conjuntos da cooperativa em identificar formas alternativas aos defensivos químicos no controle das principais pragas que atacam as lavouras e da consciência de muitas famílias em relação aos riscos ambientais e para saúde humana, que os defensivos agroquímicos trazem, estas práticas convencionais persistem como forma de garantir que as famílias consigam alguma produção em seus roçados, esta situação tem de

acordo com alguns entrevistados, pesado bastantes na decisão de muitas famílias em relação à associação na cooperativa.

A COOPALJ tem sido de grande importância, não apenas para o conjunto de seus associados, mas para a região onde atua como um todo. Existe por parte da mesma uma preocupação e inserção muito forte na vida dos povoados onde está presente, além dos benefícios já mencionados, a cooperativa, tem sido uma patrocinadora bastante acessível para os eventos públicos de caráter não político¹⁹ e econômico dos povoados (apesar de muitas vezes estes eventos repercutirem neste campo). Constantemente esta tem atendido pedidos de apoio em dinheiro ou através do caminhão, festejos das *comunidades religiosas*, reformas e ampliação de igrejas, refeições de grau, atividades realizadas por grupos de jovens, times de futebol, etc. No povoado de Ludovico, por exemplo, os sócios daquela cantina decidiram pela compra de um terreno que foi doado para que a unidade escolar municipal que existe no povoado construísse uma nova sala de aula. Tal preocupação pode ser sintetizada na fala de um ex-presidente da COPPALJ, *mas, nós não quer que a cooperativa tenha só milhões em dinheiro, mais que ela dê continuidade a esse trabalho social que não pode se perder de vista.*

4. Considerações Finais

A emergência dos conflitos por terra e babaçu e posteriormente, a constituição Das associações, cooperativa e outras organizações a elas relacionadas se constituem em elementos que alteraram consideravelmente os quadros de referência que orientam as ações dos indivíduos. Neste sentido estes elementos são motivadores de re-configurações e re-significações de vários planos de organização social. No caso das organizações, passam a disputar a construção da visão de mundo, os afetos e disposições dos indivíduos, com instituições como a família, os grupos de vizinhança, de solidariedade mútua e as facções políticas, por exemplo.

Pela análise das atuais formas de uso e acesso dos recursos, benefícios e equipamentos disponibilizados pelas associações de assentamento e pela cooperativa - áreas para plantio e residência, acesso a melhores faixas de mercados, equipamentos de beneficiamento da produção, veículos e etc. – podemos perceber que apesar de terem estabelecido “vantagens seletivas” a seus associados – que de certa forma são utilizadas pelas direções das

¹⁹ No que se referem as demais organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA em Lago do Junco, a COOPALJ vem frequentemente contribuindo financeiramente com estas entidades na realização de reuniões, assembléias, seminários cursos, ou mesmo realizando empréstimos ou doações para outras finalidades

organizações para atrair novos membros - a lógica com a qual operam tais vantagens se dá no sentido de evitar que as mesmas se tornem um instrumento de diferenciação sócio-econômica entre trabalhadores rurais.

Nesse sentido, buscam equilibrar as diferenças de acesso a estes recursos, instituindo mecanismos de apropriação que impeçam a reprodução de uma situação, na qual um trabalhador passe a *viver do suor do trabalho alheio*, como o ocorrido durante o processo de expropriação vivenciado no passado recente, ainda que a efetividade destes mecanismos seja limitada por uma série de condições (espaciais, tecnológicas, econômicas, emocionais).

A partir das experiências analisadas neste estudo, nos foi possível perceber que as organizações estudadas têm como característica a ambivalência com que são vivenciadas. No que tange as situações vivenciadas pelos indivíduos em relação a estas organizações, podemos identificar situações que denotam os termos dessa ambivalência.

Em nosso estudo, encontramos uma situação na qual a participação neste tipo de coletividade abriu para muitos indivíduos a possibilidade de certa emancipação econômica, social e política, transformando positivamente a auto-imagem destas pessoas, dando-lhes visibilidade social e proporcionando novos aprendizados.

Por outro lado, no mesmo espaço organizacional, encontramos situações e posições em que o “estar nestas coletividades” pode ser vivido como perda de autonomia individual ou mesmo *sujeição*, como manifestado por alguns, algo relacionado ao fato de que na conformação desses novos arranjos as exigências de mudança nos padrões de comportamento requerida por estas organizações e as inovações trazidas por elas provocam nesses membros, sensações de insegurança, resistência e ansiedade.

De modo geral, estas organizações comungam o que poderíamos chamar de *projeto coletivo comum* representado por um posicionamento específico em relação às temáticas da produção (agroecológica) da comercialização (solidária) e política partidária (identificada como de esquerda). A consecução de tal projeto exige de seus membros um engajamento nestas temáticas a partir do que é definido nestas organizações. Tal exigência é por vezes identificada por alguns indivíduos membros ou não, como uma forma de sujeição, pois se vêem sem autonomia para procederem conforme suas próprias convicções diante destas temáticas, rejeitando se engajarem em algumas delas, por mais que isto possa ser vantajoso em termos materiais.

Por fim gostaríamos de ressaltar que para escaparmos da armadilha de se fazer uma análise apologética ou acusatória a respeito das experiências associativas que estudamos, procuramos ter em mente dois aspectos: 1- Devemos levar em consideração que no dia-a-dia,

a dinâmica dos indivíduos é movida por um conjunto complexo e diverso de interesses e 2 - Que a tensão entre as mudanças, o ritmo das mudanças assim como as formas organizativas introduzidas (especialmente pelos mediadores) vão depender em grande medida das condições de possibilidade dos atores em incorporar como seus novos valores vinculados ao associativismo.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.W. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais.** Revista Tipiti, número 01, p, 5-7, 2001.

ALMEIDA, A.W. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito In: **Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia.** Castro, Edna Maria & HÉBETTE, Jean. orgs. Belém, NAEA/UFGA, 1989.

ALMEIDA, A.W. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização.** São Luís: MIQCB, 1985.

ALMEIDA e MOURÃO: Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. **Pesquisa Antropológica.** Brasília, nº 9-10; maio/junho, 1976.

AMARAL FILHO, Jair. **Economia Política do Babaçu:** um estudo da organização da extrato indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Paulo: SIOGE, 1990. 309p.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio Norte. In: _____. **Paisagens e Problemas do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

ASSEMA, ASSEMA em Revista: Edição Especial dos 15 anos da ASSEMA, São Luís, dezembro de 2004.

ASSEMA. Projeto Consolidação da Economia Familiar Camponesa em Regiões de Babaçuais, com a Conservação e Utilização Regional dos Recursos Naturais. Pedreiras, 1999.

ASSEMA. Projeto Preservação e Utilização Racional de Recursos Naturais em Áreas de Assentamento no Maranhão. Pedreiras, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

CESAREO, Vincenzo. “Associacionismo Voluntário” In: BOBBIO, Norberto et.all. **Dicionário de política** Vol. 01. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004(pg. 64-66).

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COMERFORD, John Cunha. **Reunir e Unir: As reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRJ/MUSEU NACIONAL, Rio de Janeiro, 1996.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais do espaço doméstico ao espaço público- luta de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) UFGA/NAEA, Belém, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- LAGO, Maria Regina Teixeira. **Babaçu livre e roças orgânicas - a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de relação com os recursos naturais**. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará.
- LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo do meio rural brasileiro**. São Paulo: IICA/NEAD, Editora UNESP, 2004.
- LIMA NETO, José Evaristo de. **Memória e Conflito na construção de um mito de origem: o caso da ASSEMA**. Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral, UFJF - Juiz de Fora, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio In: Esterci, Neide (org.) **Cooperativismo e Coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde S. **Desafios do sindicalismo rural nos anos 90**. Salvador: CESE, In Debate, número 03, ano IV, 1994 (p. 69-79).
- MUSUMECCI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PAULA ANDRADE, Maristela. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999, 293p.
- PAULA ANDRADE, Maristela de & FIGUEIREDO, Luciene. **Na Lei e na Marra - a luta pelo livre acesso aos babaçuais**. São Luís, 2004, mimeo (no prelo).
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Trad.: Monique Augras. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 05, n 10, 1992.
- PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamim Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastos. **Expansão e trajetórias da Pecuária na Amazônia: Vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 184p.
- PORTRLLE, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*, in: **Usos e abusos da historia oral/** Janaina Amado e Marieta Moraes Ferreira(org). Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.
- ROMANO, Jorge O. **Poder, Valores e Conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate**. In: **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. (orgs) Leonilde Medeiros *et al.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- SANTOS, Murilo. **Bandeiras Verdes: um estudo da ocupação recente da área dos rios Caru e Turizinho no Maranhão**. São Luís. Documentário etnográfico, vídeo, 45 min. 1981
- SILVA, Miguel Henrique Pereira da. **Cooperativismo na área de atuação da ASSEMA: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) São Luís: UFMA, 2001. 139 p.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. Revista Brasileira de Geografia, V. 19, n. 3, 1957, p. 281-314.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

DOCUMENTOS UTILIZADOS:

Estatuto Social da Associação de Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Estatuto Social da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.

Estatuto Social da Associação Santo Antonio.

Estatuto Social da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco.

Estatuto Social da Sociedade de Trabalhadores Rurais de São Manuel.

Livro de Ata da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão ASSEMA, 1989.

Livro de Ata da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão ASSEMA, 1994.

Regimento Interno da Associação de Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Regimento Interno da Associação Santo Antonio.

Regimento Interno da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco.

Regimento Interno da Sociedade de Trabalhadores Rurais de São Manuel.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**ASSOCIATIVISMO RURAL: UMA ALTERNATIVA PARA A CRISE
SOCIOECONÔMICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS?**

Edilene Fernandes Jales¹

RESUMO

O texto faz algumas reflexões a respeito do processo de desenvolvimento econômico, apontando suas críticas e apresentando o Associativismo Rural como alternativa socioeconômica para os pequenos municípios rurais, uma vez que não apresentam indústrias, tampouco empresas capazes de assegurar o trabalho e a renda das pessoas que vivem nestas localidades. Para tanto, toma as associações do município de Portalegre-RN, como objeto empírico de análise. O que se conclui é que o associativismo rural parece ser a alternativa para a crise socioeconômica local.

Palavras-chaves: Associativismo Rural; Desenvolvimento Local; Transformações Socioeconômicas

Introdução

O sentido do associativismo é atribuído a necessidade humana de agregar-se para garantir sua sobrevivência. É uma ação praticada desde os primórdios quando os povos saíam em grupo em busca de alimento ou de abrigo. Nas sociedades modernas, o associativismo aponta como possibilidade de superação do individualismo e da injustiça engendrado pelo sistema capitalista de produção e principalmente pela distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

As primeiras práticas de associativismo nos remete à Itália Medieval, mas precisamente, ao Norte daquela região, com o surgimento das Comunas Republicanas². As práticas do republicanismo cívico promoveram uma participação popular nas deliberações públicas, antes jamais vista em todo o mundo medieval. Esse fato levou artesãos e

¹ Assistente Social. Mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Bolsista da CAPES. Orientação: Prof. Dr. Fernando Bastos – PPGCS-UFRN.

² As comunas republicanas tiveram origem nas associações voluntárias que se formaram quando grupos de vizinhos juraram auxiliar-se mutuamente com vistas a proteção comum e à cooperação econômica [...] Os membros do Executivo da comuna eram eleitos segundo normas que variavam de uma cidade para outra. O êxito do republicanismo comunal dependia da disposição de seus líderes para dividir o poder com outros em pé de igualdade (PUTNAM, 1996, p. 136-137).

comerciantes a despertarem para a criação de “*Guildas, com fins não apenas sociais, mas, sobretudo, profissionais*”³ (PUTNAM, 1996, p. 137)”.

Apesar da existência de algumas experiências envolvendo ações coletivas com vista a superar as mazelas do capitalismo na época de sua efervescência, os cenários de incertezas econômicas e de vulnerabilidade social multiplicaram-se ao longo dos anos. Credita parte disso a alguns fatos econômicos que marcaram o processo histórico de implantação do capitalismo como: A Revolução Industrial no século XVIII, apresentando um cenário de contradições e injustiça no meio social; As chamadas Grandes Crises do Capitalismo (a primeira – final do século XIX, com a concorrência industrial entre Alemanha e França; a segunda em 1913, em virtude da concorrência entre Itália e Alemanha; a terceira com a quebra da Bolsa de Valores em 1929; a Crise do Petróleo em 1973 e 1979), dentre outras (BRUM, 2000).

Diante desse contexto de sucessivas crises econômicas as tensões sociais se aprofundaram. Para superar tamanho conflito socioeconômico, surge o Estado de Bem-Estar Social, fundamentado nas idéias Keynesianas. Porém, a proteção do Estado pela redistribuição de renda termina por agravar a pobreza. A alternativa agora para a crise seria o inverso da proposta Keynesiana. A idéia era eliminar a intervenção do Estado tanto no campo econômico quanto social. Nos anos de 1980, novas estratégias são montadas para amenizar as contradições do Sistema. O pacote de medidas (disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária, liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; privatização; investimento direto estrangeiro; desregulação; e propriedade intelectual), apresentado pelo economista Jonh Williamson (EUA - 1989) denominado Consenso de Washington, apresentado como a alternativa estratégica que os países subdesenvolvidos precisavam adotar, não resultou no esperado: crescimento da economia em bases neoliberais não atendeu as suas expectativas; ao contrário, intensificou as contradições do capitalismo.

Como resultado, assistimos ao acirramento da pobreza, das desigualdades socioeconômicas e as crises ecológicas decorrentes de um modelo econômico de “desenvolvimento”, evidenciando seu fracasso principalmente nos países ditos periféricos, como Argentina, Paraguai, Uruguai, Índia, Brasil, dentre outros.

Diante desse cenário, de turbulência política, econômica, catástrofes ambientais, ameaças de aculturação por que passam esses países, com um desenvolvimento pautado numa

³ As Guildas surgiram no Norte da Europa, no período medieval. Eram associações inicialmente religiosas, mas que a partir do século XII se constituíram em associações profissionais fraternas, verdadeiras confrarias de defesa de auto proteção de seus sócios (http://www.geocities.com/pesquisas_brasil/abordagem.html).

proposta meramente econômica e tecnológica voltada à modernização/industrialização dos países em via de desenvolvimento (FURTADO, 1974) vem sendo posto em xeque pelos povos das mais diferentes sociedades. O aprofundamento das crises ambientais e o acirramento da pobreza nos anos de 1990, somadas às sucessivas críticas e manifestações sociais contra a atual política econômica mundial, levaram, particularmente, o Banco Mundial a rever suas propostas de modelo de desenvolvimento.

Na busca de superar seus próprios limites, o capitalismo cria e recria espaços para sua perpetuação. Uma de suas últimas tentativas de reprodução, tem sido denominado de Globalização. Na lógica global de produção e consumo, outras esferas da vida social, cultural, político, sofre seus impactos. Mais parece associar-se a teoria Darwinista, onde permanece na corrida por mercados aqueles “mais aptos a concorrência”, impondo como regra básica: não ter fronteiras nem limites, o que tem provocado a quebra de muitas empresas e o agravamento do desemprego em todo o mundo, especialmente nos países pobres, onde assistimos ao chamado subdesenvolvimento.

A constatação das conseqüências desse ideário de modernidade e progresso, associado com o desenvolvimento científico e tecnológico, tem despertado inúmeras críticas (BASTOS, s/d)” levantando novas propostas de desenvolvimento, dentre elas, o chamado desenvolvimento local, fundado nos princípios da sustentabilidade⁴, (re)desenhando diferentes estratégias de ações, com vistas a amenizar, senão, superar, as desigualdades sociais provocadas pelo modelo de produção atual. Ações centradas, não em fundamentos da economia neoclássica, mas na melhoria das condições de vida das pessoas em seus lugares. Um modelo alternativo de desenvolvimento que caminha na contramão do modelo global de produção e consumo de massa, como enfatiza Dowbor, (2006):

As novas orientações apontam para a articulação horizontal dos atores sociais dentro do município (o local), e para as formas intermunicipais de gestão (Conselhos Gestores, por exemplo, redes de cidades-irmãs). O resultado é que as próprias comunidades deixam de ser “pequenas demais” para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades. O ponto chave aqui, é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento (DOWBOR, 2006, p. 42).

⁴ O local é utilizado neste trabalho, como o município -, porém, o local pode ser um país, uma região, um estado, um bairro, (DOWBOR, 2003). O Desenvolvimento Local pode ser compreendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002, p.09) .

No Brasil, após o processo de redemocratização que se iniciou nos anos de 1980, e mais precisamente, após a Constituição Federal de 1988, que consagra a liberdade de associação (Art. 5º - Inciso XVIII, 174. § 2), evidenciaram-se novas práticas coletivas. Com base nesses incentivos e na própria necessidade humana de garantir seu sustento, o associativismo nos pequenos municípios rurais (GOMES DA SILVA, 2007) - surge como uma possível saída para a crise social expressada pela falta de oportunidades de emprego e da fragilidades econômica própria dos pequenos municípios que tem sua economia local fundada em bens de consumo primários com baixa escala de produção.

Assim sendo, o associativismo rural no Nordeste brasileiro, tem apresentado algumas experiências locais no sentido, não de transformar o modelo econômico vigente, como alguns críticos apontam (BAVA, 2003), mas como alternativa ao desemprego que os agricultores familiares enfrentam, no momento de comercializar seus produtos e de acessar políticas públicas estruturantes para o desenvolvimento local que melhore o padrão/qualidade de vida, inclusive no que se refere ao exercício da participação, indispensável a autonomia das pessoas.

A idéia central deste trabalho, é que nesse processo de (re) construção de dinâmicas locais em uma nova dimensão (SEN, 2000), as associações possam ter contribuído para um processo de transformação social em bases locais, onde grupos organizados sejam os protagonistas da sua própria história. Mas, qual têm sido as estratégias adotadas pelos municípios para não sucumbirem de vez a globalização excludente? As associações têm papel efetivo de combate a pobreza rural e a elevação da qualidade de vida dos seus associados e comunidade em geral? Para responder a estas indagações, será estudado a prática do associativismo rural do município de Portalegre-RN, como objeto empírica desse estudo.

2. O associativismo rural no município de Portalegre: uma alternativa para a crise socioeconômica local?.

2.1 caracterização do lugar

O Município de Portalegre situa-se no Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil (semi-árido), contando com uma população de 6.855 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE, Censo 2007. O município conta com uma área de 128km² e fica a uma distância da Capital de 380 km por via rodoviária, com acesso a esta através da BR-405 (Pau dos Ferros – Mossoró) e da BR-304 (Mossoró – Natal).

Sua topografia apresenta no rodapé da Serra cotas entre 220 a 350 m, no alto da altitude atinge 700 metros de altitude. No entanto; a média do município é de 650 metros,

apresentando uma acentuada mudança de clima e vegetação. A vegetação predominante no município é do tipo Caatinga arbustiva, tendo uma variante da Mata Atlântica denominada Brejo de Altitude, que hoje compreende a Mata da Bica⁵. O clima no alto da Serra é ameno e fresco, principalmente nos meses de maio, junho, julho e agosto, cuja sensação térmica em alguns pontos pode chegar a 15°C. O regime pluviométrico varia de 800 a 1000 mm de precipitação média anual, nos anos de inverno regular.

A principal base econômica de Portalegre está fundamentada no cultivo de lavouras (permanentes e temporárias), sendo o setor primário baseado na pequena produção agrícola de subsistência, com base no plantio de mandioca, feijão, milho e fava, além da caju-cultura, ponto forte da economia local (Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Portalegre-RN - SEMATUR)

Segundo os historiadores, o processo de colonização de Portalegre, foi efetivado nos idos de 1740, pelos os irmãos portugueses Carlos Vidal Borromeu e Clemente Gomes D'Amorim, que vieram fixar-se na Serra dos Drmentes, próxima a cidade de Portalegre. Coube, porém, ao Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, Norte Alentejano e juiz de foro de Olinda (PE-Brasil), em 06 de Janeiro 1762, o lançamento da pedra de fundação da matriz, estabelecendo a "Real Vila de Portalegre", conforme cita as revistas do Instituto de História Geral do Rio Grande do Norte.

Portalegre-RN atrai turista por sua riqueza histórica e belezas naturais, no entanto, o que despertou a atenção para o estudo neste município é a ação coletiva local, reguladas por entidades que parece contribuir para novas dinâmicas socioeconômicas. Chama-nos a atenção à forma como as associações rurais local tem ganhado visibilidade dentro das dinâmicas socioeconômicas desta localidade e como alguns cidadãos têm se apropriado das políticas públicas de combate a pobreza rural particularmente, via práticas associativas.

3. O associativismo rural como alternativa a crise socioeconômica

Diante de uma realidade com poucas opções de trabalho pela inexistência de indústrias ou outras fontes de trabalho (além do quadro de funcionário público municipal ou estadual), a agricultura de subsistência acaba por ser a principal fonte de sobrevivência da população mais pobres nos pequenos municípios do nordeste brasileiro, reforçado por alguns programas governamentais a nível federal de transferência de renda, como é o caso do Programa Bolsa

⁵ A mata da bica hoje se configura como o cartão postal do município e fica localizada no centro da cidade.

Família – PBF e do Benefício da Prestação Continuada – BPC, ambos do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS.

Assim sendo, a ação coletiva, torna-se condição necessária, embora insuficiente, para a superação das crises socioeconômicas vigentes nos pequenos municípios. Porém, o sucesso destas ações, está relacionado, em parte, a formação de parcerias com os mais diversos segmentos e instituições sociais. É que, além da efetiva participação popular local, o associativismo rural nos moldes atuais, requer, para sua efetivação, de parceria entre Governo, mercado e sociedade civil organizada, para que de forma organizada, formulem e proponham projetos pertinentes e mobilizadores de mudanças socioeconômicas nos pequenos municípios (VEIGA, 2003).

Tomando o associativismo rural do município de Portalegre-RN, como objeto de análise empírica, pôde-se constatar por meio de pesquisa preliminar que a partir do fortalecimento do associativismo naquela cidade nos anos de 1990, e nos anos subsequentes que o Caju - antes desperdiçado-, por meio da associação passou a ser a principal fonte de ocupação e renda local.

No ano de 1993, Portalegre se transforma numa “cidade industrial” para os moldes local, com a implantação de uma mini-fábrica de beneficiamento do suco do caju, abastecendo o mercado brasileiro com seu produto. Conforme observações em campo, homens, mulheres e jovens passaram a ocupar seus dias de outubro a dezembro (período sazonal do caju), na colheita e transporte do caju até a unidade beneficiadora, denominada – Associação dos Produtores Rurais de Portalegre – APRUP.

Carros de mão, carroças, bicicletas, motos, caminhonetes, caminhões se transformaram em meios de transportes da fruta, acondicionada em caixas plásticas, cedidas pela própria fábrica. Uma, duas, dez, cem caixas... não importa quanto cada um traz, o importante é transformar o fruto, em suco, e esse suco em dinheiro e esse dinheiro em melhores condições de vida dos seus associados e população local, como revela o texto da jornalista Bernadete Cavalcante,(2007).

4. Considerações finais

Com base em pesquisa preliminar, acredita-se que o associativismo rural surge no município de Portalegre-RN, por uma necessidade humana de se agregar/organizar em associação, para, a partir desta, terem acesso a políticas públicas de combate a pobreza rural. A primeira associação rural local foi organizada em 1986, para atender as exigências da

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, durante o processo de implantação do *projeto São Vicente* no município.

Segundo relato de um dos fundadores da APCRP, o nome Projeto São Vicente deveu-se em razão da existência na Itália da Associação dos Vicentinos, implantado pelo Pe Vicentino, que organizou em diversas cidades da Europa associações rurais para ajudar os agricultores pobres e suas famílias. O Presidente José Sarney, conhecendo da existência desde trabalho do Pe na Europa, sugeriu aos técnicos da SUDENE, que o projeto de Combate a pobreza Rural fosse denominado, *Projeto São Vicente*. Em portalegre, o projeto se deu pela dedicação de um líder religioso (paróquia local) que, impulsionado pelas experiências exitosas da vida comunitário na Itália (seu país de origem), e sensibilizados pelo o trabalho que Dom Elder Câmara estava realizando em todo o Nordeste, abraçou a causa e encampou a luta pelos pequenos agricultores do município.

Desta época para cá, as associações local enfrentou, segundo relatos de alguns sócios, inúmeras crises decorrentes de interferências políticas, chegando ao ponto de fechar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em resposta ao boicote por seus associados nas suas atividades. Em razão dos inúmeros conflitos envolvendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Poder Local e as associações, ocorreu um declínio na prática associativista do município, nos primeiros anos da década de 90 do século XX.

Porém, a experiência adquirida no desabrochar do associativismo local em 1986 com a prática da ação coletiva e diante da crise socioeconômica por que passava os agricultores familiares, por não ter como escoar sua produção, levou a reorganização dessas associações e a criação de outras com vista a cumprir as exigências dos governos no momento de acessar políticas específicas de combate a pobreza rural, que segundo alguns associados, não teria tido o acesso a determinadas políticas governamentais, logo, permaneceriam num quadro de estagnação econômica e exclusão social.

5. Referencias

BASTOS, Fernando. O mito do desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso. Textos de discussão. UFRN, Natal. s/d.

BAVA, Silvio Gaccia. Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social? São Paulo em Perspectiva. 1996.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 21ed. Ijuí. 1999.

DOWBOR, Ladislau. O que é Poder Local. Coleção Primeiros Passos. 2003.

GOMES DA SILVA, Aldenor. Meio Rural: o espaço da exclusão social. In Globalização e Desigualdade. Valença, et all. Natal, 2002.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da; et all. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD)2001.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

CAPITAL SOCIAL E RACIONALIDADE NA REGIAO DOS CASTANHAIS NO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ: ASPECTOS GERAIS

Adalberto Carvalho Ribeiro¹

Resumo

Capital social vem se tornando um paradigma para análises de relações sociais e para aplicação em investigações empíricas de cidades, comunidade e grupos. Não têm sido comuns os estudos para o campo rural. Este estudo investiga a existência de capital social na região sul do Estado do Amapá em três áreas ambientais, a saber: 1) Assentamento Agroextrativista do Maracá, 2) RESEX Cajari e 3) RDS – I. Parte-se da hipótese de que existe estoque de capital social nas comunidades investigadas. Contudo, é preciso levar em consideração as condições históricas e contextuais porque elas passaram e se encontram atualmente.

Palavras-chaves: Capital social; Racionalidade Camponesa; Unidades Familiares Agroextrativistas

1. Introdução

É a compreensão dos traços culturais camponeses, um dos fatores principais, que pode fazer com que os analistas entendam os fenômenos de capital social e o tipo de racionalidade existentes em áreas rurais. “Cada comunidade entende e vive as mudanças de uma maneira específica, atendendo a sua cultura, sua história, suas experiências, etc.” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 60). No Amapá, nas duas últimas décadas do século XX, a região dos castanhais passou por muitas mudanças, o que continua até o momento presente com várias tentativas estimulando a criação desse ativo social pelas três áreas ambientais. A região rica em estoque da *Bertolhethia Excelsia* teve grande parte de sua extensão territorial, transformada em modalidades de reservas ambientais. Tudo leva a crer na existência de capital social como fenômeno antigo nessas áreas. A memória histórica dessas comunidades aponta para formas específicas de capital social. Deve-se considerar, assim como para a racionalidade, um tipo *sui generis* desse ativo social, devido guardar correlações com o contexto ecológico, o processo histórico e com as condições sociais em que se amalgamaram vários fatores na região setentrional amazônica.

¹ Professor Assistente da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Aluno de Doutorado do NAEA/UFPA.

2. Campesinato e comunidades agroextrativistas amazônicas amapaenses

Foram pesquisadas comunidades agroextrativistas de três áreas da região sul do Estado do Amapá, denominadas de sub-regiões 1) Assentamento Agroextrativista Maracá, 2) Reserva Extrativista Cajari – RESEX Cajari e 3) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS – I. Aos habitantes da região, em que pese à terminologia “populações tradicionais”, este estudo aplica o termo “campesinato” ou unidade familiar camponesa para identificar as famílias agroextrativistas do sul do Amapá. Por duas razões principais: campesinato 1) do ponto de vista teórico é categoria conceitual de conteúdo heurístico reconhecido, 2) os traços de sociabilidade e de cultura definidores do caráter das populações que moram nas três sub-regiões se subsumem exatamente nessa categoria.

Guzmán & Molina (2005, p. 78-80-81-82) definem campesinato

No contexto teórico que estabelece a agroecologia, o “campesinato é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas². Isso permite estabelecer uma identificação bastante forte entre modo de uso agrário, camponês ou secundário (de acordo com as distintas denominações que tem recebido) e campesinato (...)” (Gonzalez de Molina e Sevilla Guzmán, 2000: p. 243).

O ponto diferencial, no caso concreto, é que está se falando de um campesinato típico da Amazônia: o campesinato caboclo³. Esse grupo populacional lembra os extrativistas tradicionais da Amazônia, são caboclos⁴ ou “camponeses extrativos” (COSTA, 1997). Trata-se, portanto, de um segmento camponês que desenvolveu um modo de vida peculiar.

² “As economias de base orgânica só podiam funcionar com um tipo de produtores que apresentassem as seguintes características: economia de base familiar e mobilização de todo o pessoal disponível para o trabalho agrícola, existência de relações de apoio mútuo mediado por relações de parentesco, vizinhança ou amizade, num contexto cultural em que funcionara uma ética; e o uso múltiplo do território, como uma estratégia de diversificação perante riscos climáticos ou sociais (cf. Wrigley, 1989, 1992 e 1993; Sierfele, 1990; Pfister, 1990; citados em Gonzalez de Molina y Sevilla Guzmán, 2000)” (GUZMÁN & MOLINA, 2005, p. 81. Nota de rodapé).

³ Campesinato esse que, no Amapá, viveu sob o sistema do aviamento clássico até meados dos anos 1980. As famílias são ao mesmo tempo, ou em tempos diferentes agricultor e/ou criador e/ou extrator apresentando assim a polivalência como aspecto fundamental de sua condição humana, o que prova, ao mesmo tempo, as dimensões ativas de sua adaptação às várzeas do rio ou da terra firme e florestas, onde habitam.

⁴ Desenvolvem atividades que não estão diretamente voltadas para o mercado: roça, pesca, extrativismo vegetal, etc. O restante do tempo é ocupado com atividades como limpeza de algum igarapé, preparação de festas de santos, etc., garantindo parte de auto-suficiência, em termos modestos. Daí alguns estereótipos que comumente lhes atribuem: preguiça, inadaptação para o trabalho, falta de aspiração pessoal. LIMA (1999) desenvolve a construção histórica do termo caboclo demonstrando o predomínio pejorativo da utilização do mesmo.

Importa ressaltar que a criação de áreas protegidas reconhecendo não só a posse, mas os mecanismos de uso dos recursos comuns e os costumes praticados pelas populações camponesas, em meio a toda preocupação com o ambiente, configura significativa inovação para estratos sociais do campesinato amazônico.

Essas áreas têm sido muito dinamizadas com o aporte de recursos financeiros. É certo, que até o momento não se pode garantir sobre o futuro delas na região, contudo, não se pode também negar as possibilidades variadas existentes para que se cumpram os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para a análise que se fez sobre capital social privilegiou-se dois aspectos⁵ das redes, instituições e confiança e reciprocidade⁶: 1) o nível de relações que as unidades familiares mantêm em suas relações cotidianas, 2) o conjunto e o nível de relações que as organizações agroextrativistas mantem para cumprir os objetivos para os quais foram criadas, sobretudo realização de parcerias e implementação de projetos produtivos nas comunidades⁷. Para a compreensão do capital social comunitário existente, o fundamento principal da análise se ampara nas atividades econômicas decorrentes da castanha-do-brasil. “A atividade econômica representa uma parte crucial da vida social e se entrelaça com uma grande variedade de normas, regras, obrigações morais e outros hábitos que, juntos, moldam a sociedade” (FUKUYAMA, 1996, p. 21). Necessário se faz, antes, um exame dos tipos de racionalidade que cruzam e se entrecruzam na região.

2 Racionalidade no universo amazônico

Duas modalidades de racionalidades forma aplicadas: de um lado, a racionalidade cognitiva-instrumental, do outro a comunicativa (HABERMAS, 1989). As sociedades modernas alcançam um nível de diferenciação sistêmica tal, que a conexão entre as organizações cai por terra através de “meios de comunicação deslinguitizados”. Houve um desacoplamento entre sistema e “mundo da vida”.

⁵ Já explicitados no capítulo I quando se demonstrou a abordagem metodológica e sua duas ferramentas principais.

⁶ Mesmo com algumas variações, de um modo geral os autores convergem para essas três formas de capital social 1) redes, 2) instituições e 3) confiança e reciprocidade. Este trabalho adota, portanto, o esquema acima advindo de Ostrom & Ahn (2000), como se verá adiante.

⁷ Essa tem sido a grande expectativa das lideranças agroextrativistas. Após um período dinâmico com muitas ONGs e parcerias governamentais, hoje, essa é a razão apontada como principal dificuldade. Faltam parceiros.

Costa (2005) analisou a relação Banco da Amazônia e o “projeto familiar-policultural” comprovando a dificuldade de comunicação entre esses atores. No cerne da questão encontram-se as racionalidades, na grande maioria dos casos, conflitantes: 1) o banco parte da racionalidade moderna cognitiva-instrumental, com sua objetividade e tecnocracia; 2) a pequena unidade familiar com a racionalidade do mundo da vida e sua subjetividade e comunicatividade.

3.1 A racionalidade camponesa

Costa (1993; 1994; 1995; 2000) após examinar os clássicos da Questão Agrária intenta formular suas próprias noções e enunciados sobre a racionalidade do camponês. Este autor fornece um bom instrumental de análise que pode explicar alguns comportamentos socioeconômicos das unidades familiares agroextrativistas do sul do Amapá, quando da implantação de cooperativas de produção visando não só a comercialização no mercado (local, regional, nacional e até internacional), mas também a fabricação de subprodutos do PFNM castanha-do-brasil principalmente⁸.

Conforme Costa (1994) a economia camponesa contém uma microeconomia e socialização próprias, que são as bases do movimento das estruturas camponesas e da trajetória ascendente ou descendente desse segmento no interior do capitalismo.

A racionalidade camponesa – não é algo fácil de compreender, ela tem padrões culturais definidos.

(...) Resulta de um sistema de forças contrárias que estabelecem tendencialmente um ponto de acomodação relativamente estável. Esse sistema poderia ser descrito por equações que expressem respectivamente a evolução da insatisfação da família com o seu nível de consumo e o seu grau de fadiga e incômodo para cada nova unidade de trabalho alocado. (COSTA, 1994, p. 14).

A racionalidade econômica do camponês, fundada na atividade familiar-policultural, tem sua empresa orientada para 1) limitar a expansão da atividade produtiva aos limites da capacidade de trabalho da família e 2) melhorar, com a máxima segurança a sua qualidade de vida.

⁸ Falou-se na industrialização de muitos outros PFNMs como a copaíba, o pracaxi, o camu-camu, entretanto, o produto que de fato, ganhou espaço nos empreendimentos cooperativas agroextrativistas do Amapá foi a castanha-do-brasil.

O campesinato, portanto, de um modo geral “se expõe continuamente a toda uma gama de pressões [pressões seletivas] que se chocam contra ele e desafiam sua existência” (WOLF, 1976, p. 108). Trata-se de um conjunto variado de ações. No caso do Amapá: ora a unidade familiar agroextrativista decide plantar, ora não, há momentos que precisa caçar, pescar. Coletar a castanha-do-brasil que tem safra regular, mas o preço não. Muitas vezes, emergencialmente, precisam de remédios, ou prover o material escolar dos filhos. Decidem fazer algum tipo de investimento. Às vezes, um filho encontra emprego fora da unidade, ainda que temporariamente. Outras vezes, a filha casa e o genro passa a morar na unidade familiar. Os netos, a cada ano, podem surgir um, dois ou até mais, dependendo do tamanho da família. Aumenta a quantidade de “bocas” e muitas vezes ainda não se tem a desejada quantidade de “braços”.

As pressões seletivas derivam de três grandes aspectos. Primeiro, produzidas pelo ambiente natural que os homens podem controlar apenas de maneira parcial⁹. Segundo, do próprio sistema social¹⁰ e terceiro da sociedade e agentes externos¹¹. Nesse quadro a unidade familiar formula um gradiente e transita numa “alternatividade” (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983) que vai da penosidade a acomodação. “Tais pressões atingem todos os membros do campesinato, mas sempre uns mais que outros” (WOLF, 1976, p. 109).

Assim, é a variável contextual de fatores sociais e naturais que dão forma ao comportamento da unidade familiar camponesa. Nesse contexto é que se manifestam as principais formas de capital social: 1) redes, 2) instituições, e 3) confiança e reciprocidade.

3.2 Capital social e individualismo

Capital social não indica, necessariamente, a ausência de níveis de individualismo ou de interesses particulares nas transações sociais como se mostrará no próximo capítulo sobre

⁹ Na região dos castanhais do sul do Amapá no verão quando os rios e igarapés secam o acesso aos castanhais ficam inviáveis. Os gafanhotos têm se constituído num fenômeno ecológico que tem afetado a produção da amêndoa, conforme relatos dos castanheiros. Há um ciclo natural na produção da castanha-do-brasil quando de três ou de quatro em quatro anos a curva produtiva vai de um máximo ao mínimo, em barricas.

¹⁰ Manter a unidade familiar em detrimento dos desentendimentos pessoais, muitas vezes, da vontade de independência dos mais jovens ou pela concorrência aos cargos de diretoria das associações ou cooperativas.

¹¹ As sub-regiões do sul do Amapá estão submetidas às regras ambientais e vinculadas administrativamente a agentes do governo responsáveis pela co-gestão das áreas sendo não raro ocorrer pressões desses agentes sobre as unidades familiares para cumprimento da legislação. Também grupos de caçadores e pescadores atuam clandestinamente na região ou conseguem, com agrados, a ajuda de camponeses para extrair os recursos naturais dessas áreas.

ação coletiva. “La existencia del capital social es compatible con, y de hecho surge de, las decisiones racionales de los individuos” (DURSTON, 2000, p. 23).

Uma das hipóteses da pesquisa tem a seguinte assertiva: existem estoques de capital social capazes de superar dilemas de ação coletiva nas comunidades agroextrativistas na região sul do Estado do Amapá.

3.3 Capital Social: marco conceitual, definições e considerações gerais

Capital social tem se tornado cada vez mais um conceito utilizado nas ciências sociais para explicar determinados fenômenos ligados ao desenvolvimento de comunidades, países e nações. A idéia de capital social se tornou uma estrela famosa. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional vêm promovendo o conceito como uma grandiosa fonte de inspiração para a construção de políticas de desenvolvimento (HIGGINS, 2005).

Para Ostrom & Ahn (2000, p. 1) não se deve considerar capital social uma moda, nem simplesmente como uma nova etiqueta para velhas idéias e sim “(..) Reconocer las coincidências importantes, compartidas entre variables que previamente se habían manejado de manera independiente, es un paso hacia adelante en las ciencias sociales y políticas”.

Durston (2000) entende que o debate recente sobre capital social permite propor, com todas as controvérsias e contradições, a existência de um conjunto de hipóteses que constituem um “paradigma emergente” rico em conceitos que corresponde a realidades sociais altamente relevantes.

Para Bourdieu (2004, p. 67), em *O Capital Social – notas provisórias*

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas (...) ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por *ligações* permanente e úteis.

Juntando ao trabalho acima o “Os três estados do capital cultural” (BOURDIEU, 2004, p. 72-79) tem-se o núcleo central do que pensa o autor sobre capital social. Ele questiona o interesse, por demais estreito, da teoria econômica que fixa a atenção só no capital econômico convertível em dinheiro e institucionalizado em forma de direitos de propriedade.

Em Coleman (1988) o foco é utilitarista. Ele é um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e difusão do conceito de capital social. Os argumentos contidos em

“The social capital in the creation of human capital” são relevantes para compreensão do conjunto de seu projeto epistemológico. Ele definiu capital social como

variedade de entidades de dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura (COLEMAN, 1988, S98)

Lembrando Mark Granovetter, Fukuyama (1996, p. 36) diz

As pessoas são inseridas numa variedade de grupos sociais – famílias, vizinhanças, redes, companhias, igrejas e nações – a cujos interesses elas tem que contrapor os seus. As obrigações que os indivíduos sentem para com suas famílias não nascem de um simples cálculo de custo-benefício, mesmo que a família explore um negócio; ao contrário, o caráter do negócio é que é moldado por relações familiares preexistentes. Os trabalhadores nunca são meros números no quadro organizacional de uma companhia; eles desenvolvem solidariedade, lealdades e idiossincrasias que configuram a natureza da atividade econômica. Em outras palavras, o comportamento social, por conseguinte moral coexiste com um comportamento auto-interessado e maximizador de utilidade em diversos níveis (grifo nosso).

Eis aí o termo, talvez, que explique o comportamento das unidades familiares agroextrativistas investigadas. Em meio ao conjunto de atores e fatores naturais e sociais a que essas unidades estão envolvidas elas têm em seu comportamento algo de idiossincrático¹².

3.4 Campesinato e Capital Social no Sul do Amapá

Um dos autores que deu uma contribuição peculiar para os objetivos desta pesquisa foi John Durston. Suas investigações empíricas sobre capital social se baseiam em comunidades campesinas do Chile, o que se aproxima muito do tipo de trabalho que esta tese perseguiu. As normas são partes de certas culturas e se transmitem de geração em geração, principalmente através da socialização no interior das famílias. Redes de intercâmbio, por outro lado, se baseiam na confiança que surge de laços de parentesco, vizinhança, amizade, e sentimento de pertencimento a um mesmo grupo étnico.

Durston (1999) demonstrou com base nos estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, edições de 1998 e 2000, que no Chile, de um modo geral

¹² Segundo o Bueno (1972, p. 586) no Dicionário da Língua Portuguesa, volume 2, idiossincrático é adjetivo relativo à idiossincrasia que significa “Disposição do temperamento do indivíduo, que faz que ele sinta de modo peculiar a influência de diversos agentes; maneira de ver, sentir, reagir, própria, especial, de cada pessoa”.

os números da área rural sugerem, comparados as da urbana, que as populações camponesas chilenas participam mais de qualquer tipo de associação que as das cidades.

O IEPA (2004) em pesquisa que envolveu comunidades rurais no Estado do Amapá encontrou também índices maiores. Nas comunidades de Santo Antonio da Cachoeira e Padaria (vizinhas a Vila São Francisco do Iratapuru), por exemplo, o índice de filiação a associação local é de setenta por cento (70%). Na comunidade de Retiro é de quarenta por cento (40%) para filiação em cooperativa e sindicato.

Com base em Durston (1999) é possível traçar um quadro da possibilidade da ocorrência de capital social camponês nas três áreas pesquisadas. A memória histórica, os laços de parentesco, vizinhança e compadrio, assim como a identidade cultural de populações rurais são fatores que podem ser considerados como precursores de capital social (MIRANDA & MONZÓ, 2003).

As observações realizadas no Assentamento Maracá, RESEX Cajari e RDS do Iratapuru permitem afirmar que para um conjunto de determinadas ações específicas há capital social comunitário estabelecido e significativo. Por exemplo, nas dinâmicas das redes de parentesco, vizinhança e compadrio existem fortes laços horizontais que densificam (mas também rivalizam, criam-se facções, isto é, também fragmentam) as comunidades não permitindo que as pessoas fiquem sem alimento e sem teto pra morar. Também para pequenos socorros emergenciais a rede comunitária local funciona muito bem¹³.

A frequência de mutirões tanto públicos como privados, a troca de dias de trabalho, a divisão da caça com vizinhos, a pesca feita em grupo, são ações que nos contextos analisados revelam práticas coletivas que fazem parte da “rede de seguridade” existente no plano mais horizontal, básico, dessas comunidades. Essas práticas estão inseridas, ou melhor, para usar o termo de Granovetter (1985) estão embebidas, na cultura camponesa do caboclo amazônico do sul do Amapá e funcionam como parte dos mecanismos de reprodução e de desenvolvimento nessas áreas.

¹³ Em casos de doenças. Se faltar óleo diesel ou danificar o motor gerador de energia, com demora de suprimento por parte dos órgãos públicos responsáveis, é comum as pessoas coletivamente resolverem o problema.

QUADRO 1 – Ocorrência de capital social campesino na região dos castanhais Amapá.

Capital social	Assentamento Maracá	RESEX Cajari	RDS Iratapuru
Precusores (matéria prima)	Memória histórica: famílias ribeirinhas; aviamento patrões; movimento pela criação dos PAEs Maracá	Memória histórica: famílias ribeirinhas; vilarejos em torno de barracões de aviamento; luta pela terra contra o Projeto Jarí. Criação da RESEX Cajari	Memória histórica: famílias ribeirinhas; aviamento patrões; reunião das famílias na foz do Rio Iratapuru; criação da COMARU; criação da RDS – I.
Individual (relações diádicas, redes interpessoais de reciprocidade)	Compadrio entre vizinhos; parentesco. Processos de ajuda mútua.	Compadrio entre vizinhos; parentesco. Processos de ajuda mútua.	Compadrio entre vizinhos; parentesco. Processos de ajuda mútua.
Grupal (círculos de confiança, facções)	Cooperação grupal em trabalhos na agricultura; limpeza de varadouros; org. de festas religiosas	Cooperação grupal em trabalhos na agricultura; limpeza de varadouros; org. de festas religiosas	Cooperação grupal em trabalhos na agricultura; limpeza de varadouros; org. de festas religiosas
Comunitário (sistema social, instituições de autogestão, tomada de decisões, controle social, gestão de conflitos)	Mutirões; troca de dias; processos de ajuda mútua; sistema social controlador; Associação ASTEX/MA: resolve conflitos, estabelece regras. Gestão com sérios problemas de eficácia; limitações nas lideranças.	Mutirões; troca de dias; processos de ajuda mútua; sistema social controlador; Associação ASTEX/CA: resolve conflitos, estabelece regras. Cooperativa COOPERALCA – estabelece contratos. Sérios problemas de gestão na COOPERALCA	Mutirões; troca de dias; processos de ajuda mútua; sistema social controlador; Cooperativa COMARU: resolve conflitos, estabelece regras. COMARU – estabelece contratos, tem avançado na gestão técnica. Compra castanha-do-brasil e vende o óleo do PFNM. Mantém contratos com as unidades familiares frequentemente resolvidos. Pouco capital de giro, mas tem recursos no fundo comunitário. Final de 2007 criou uma representação para

		quanto a compra e comercialização devido a natureza do produto fabricado. Falta capital de giro. Na ASTEX/CA liderança consolidada. Tendências para “familismo”. Presença marcante do CNS/AP na Reserva.	assuntos comunitários. Tendências para disputas entre facções.
Externo (pontes e escalas)	Com Prefeitura de Mazagao; INCRA; RURAP; CNS/AP; Políticos locais; relações assimétricas, clientelistas e semiclientelistas; dificuldades de articulação política; agentes externos sofrem poucas pressões. Não tem um conselho gestor. Ultimamente tem sido forte tentativas de parcerias por madeireiros	Com prefeituras de Laranjal do Jarí e Mazagao; INCRA e IBAMA; CNS; RURAP; políticos locais; relações assimétricas clientelistas e semiclientelistas; boa capacidade de articulação política. agentes externos sofrem relativas pressões. Existência de conselho gestor. As ONGs ambientalistas saíram da área.	Com prefeitura de Laranjal do Jarí, SEMA/AP, RURAP; relações clientelistas e semiclientelistas. ONGs demonstram interesse na RDS – I para o plano de manejo. Relações com entes privados Banco da Amazônia, COGNIS e NATURA. Certificação Florestal. Relações assimétricas. Pouca articulação política interna. Agentes externos sofrem poucas pressões. Conselho gestor existe na lei mas não se institucionalizou na prática.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A regra geral e comum é que a rede é formada pelo parentesco e compadrio da maioria pobre comunitária. Entretanto, algumas pessoas podem ter papel de destaque nelas porque delas fazem parte: 1) os representantes comunitários, 2) presidentes de associações ou cooperativas, 3) representantes de órgãos públicos locais principalmente das prefeituras e 4) os comerciantes. Estes últimos exercem funções híbridas. São compadres de muitas pessoas bem como padrinho de muitas crianças, mas ao mesmo tempo são os compradores da produção da castanha-do-brasil das unidades familiares. Pelos outros três agentes citados passam mecanismos de ações clientelistas e semiclientelistas (DURSTON, 1999), como se mostrará adiante.

Em resumo, pode-se afirmar o seguinte quadro para as comunidades agroextrativistas das três sub-regiões estudadas:

1. Há capital social comunitário nas comunidades existentes, mas se se considerar a rede básica de seguridade que está montada para enfrentar as agruras do dia-a-dia. As instituições históricas promotoras de solidariedade e reciprocidade é que justificam essa assertiva. O mutirão público e privado e a “ajuda mútua”, por exemplo, se configuram nas principais instituições existentes nesses contextos culturais;
2. Alguns atores como os presidentes de associações e cooperativas, bem como representantes comunitários ou de prefeituras locais acumulam capital social individual devido às funções que exercem. É comum que tal acúmulo sirva aos interesses individuais, de famílias ou de grupos;
3. É possível afirmar que ultrapassada a rede básica de seguridade, logo no nível acima seguinte, existe muita concorrência e competição pelos recursos, sobretudo, por recursos que aportam nas comunidades como forma de novas ocupações sociais, geradoras ou não de renda. As disputas pelas diretorias das organizações agroextrativistas são exemplos de que, para estes casos, os processos de solidariedade e ajuda mútua ficaram para trás. Muitas vezes, nesses momentos, o capital social individual acumulado pelo presidente da associação, ou de seu adversário, é acionado e tais disputas se revelam embebidas de práticas clientelistas ou semiclientelistas com ajuda de agentes externos, geralmente de algum político que tem influência no local. Quando se trata de disputas em que geração de renda está em jogo, devido as enormes carências materiais das unidades familiares, elas podem chegar a rivalidades familiares ou reavivá-las;
4. Considerando especificamente a rede comercial da castanha-do-brasil, não se pode falar de capital social. Trata-se, pela parte dos compradores de interesses econômicos

ainda que misturados com práticas culturais camponesas, mas prevalecendo (não determinando), o interesse pelo lucro. Pela parte da unidade familiar trata-se de ter um “patrão bom”, um compadre e um amigo onde ela possa recorrer a qualquer momento em caso de necessidade e ter a segurança, a certeza, de que o negócio vai dá certo. Não há ações coordenadas e integradas no sentido de tornar as atividades econômicas da castanha-do-brasil um nicho de mercador promotor do desenvolvimento local. Ao contrário, há inclusive muita competição pelo recurso entre os próprios pequenos comerciantes locais. As relações comerciais entre esses dois agentes reúnem situações muito intrigantes. Na prática, pode-se até falar na existência de uma “economia da gratidão”.

4. Referencias bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo. Paz e Terra. 2007. 698 p.

COLEMAM, James. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology. V. 94. Supplement. 1988. pp. 95-120.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia**. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém, PA. UFPA.NAEA. 2000. 355 p.

_____, **Racionalidade Camponesa e sustentabilidade**: elementos teórico para um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. In: Cadernos do NAEA, n. 12. Belém. NAEA. 1994. p. 5-48.

_____, **O Investimento Camponês**: considerações teóricas. Revista de Economia Política, v. 15, n. 1. 1995. p. 83-100, jan/mar/

DURSTON, John. **Qué es el Capital Social**. CEPAL. Nações Unidas. Revista Políticas Sociales. N. 38. Santiago do Chile. Julho de 2000. 41 p.

_____, **El Capital Social Campesino en la Gestión del Desarrollo Rural**. Diadas, equipos, puentes y escala. CEPAL. N. 69. 1999.168 p.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro. Rocco.1996. 455 p.

GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology. 1985. 91: pp. 481-510.

GUZMAN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel Gonzalez. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo. Expressão Popular. 2005. 96 p.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos. 2005. 263 p.

MAUSS, Marcel. **Ensaio Sobre a Dádiva**: introdução de Claude Levi-Strauss. Lisboa. Edições 70. 2001. 199 p.

NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio. **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. Petrópolis, RJ. Vozes. 1998. 247 p.

OSTROM, Elinor & AHN, T. K. Una Perspectiva del Capital Social desde las Ciencias Sociales: capital social y acción colectiva. Study Commission on the Future of Civic Activities of the German Bundestag. Acesso ??????

PERES, Fernando Curi. **Capital Social**: a nova estrela do crescimento econômico. Revista Preços Agrícolas. Maio de 2000.

PORTES, Alejandro. **Capital Social**: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Revista Sociologia Problemas e Práticas. N. 33. 2000. pp 133-138.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. FGV. 2002. 257 p.

WOOLCOCK, Michael & NARAYAN, Deepa. **Capital Social**: implicaciones para la teoria, la investigación y las políticas sobre desarrollo. Development Research Group The World Bank. Disponível em < www.worldbank.org >. 1998. Acesso em abril de 2006.

WOLF, Eric. **Antropologia e Poder**. Contribuições de Eric R. Wolf. Editora da Universidade de Brasília, Editora UNICAMP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Brasília/Campinas/São Paulo. 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

CIRANDA E PROFISSIONALIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO “OS COROAS CIRANDEIROS”

Lysia Reis Condé¹

Resumo

O texto apresenta análise do processo pelo qual a ciranda - saber e forma de se expressar musicalmente outrora aprendidos como atributos da socialização de agricultores e pescadores em seus meios de origem - passou a ser oferecida sob a forma de serviço cultural no município de Paraty, RJ, a partir da experiência dos integrantes do grupo “Os Coroas Cirandeiros”. Por meio do texto, demonstra-se o desejo compartilhado entre os membros do grupo de serem reconhecidos socialmente por atividade desempenhada como músicos profissionais, assim como os desafios e dilemas para se firmarem competitivamente no mercado turístico na condição pretendida.

Palavras-chave: Ciranda, Turismo, Prestação de Serviços.

1. Introdução

No presente texto² analiso o processo pelo qual ex-agricultores, por meio de processo de migração para a sede do município de Paraty, RJ, e inserção em mercado de trabalho assalariado ou de aposentadoria, puderam assegurar a prestação de serviços culturais fundados em conhecimentos musicais, adquiridos como atributos de socialização em seus meios de origem. Refiro-me aos integrantes do grupo musical de ciranda³, "Os Coroas Cirandeiros", os quais, no atual contexto, empenham-se em se fazerem ser reconhecidos socialmente como componentes de grupo artístico musical.

A legitimidade de tal reivindicação se fundamenta no fato de esse grupo estar organizado por especialidade de um saber musical valorizado, no município em apreço, como tradição. Por esta condição auferida de grupo guardião de reconhecido conhecimento tradicional – notadamente, a ciranda – puderam oferecê-la sob a forma de serviço cultural aos que a Paraty se dirigem à procura de consumo de produtos culturais, não sem buscar lhes assegurar benefícios provenientes da nova posição social assumida, dentre os quais, a

¹ Universidade Federal Fluminense

² Constituído por reflexões que resultaram do estudo realizado para a obtenção do grau de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

³ *Gênero* musical difundido no litoral sul do estado do Rio de Janeiro e litoral norte do estado de São Paulo, expressão das influências do contato de europeus portugueses com os habitantes da região. Em Paraty, se constituía como uma das músicas dançadas que compunha o *chiba* - designação dada aos encontros festivos com música, dança e comida, ocasiões de sociabilidade de agricultores e pescadores - hoje inexistente.

ampliação de rendimentos e a possibilidade de reproduzirem-se como grupo e serem prestigiados por um saber e experiência até bem pouco desconsiderados.

A compreensão da construção de legitimidade da condição almejada de músicos profissionais, assim como da construção de quadro institucional configurador de condições sociais capazes de possibilitarem o acesso à situação pretendida requer o entendimento da correlação de processos de mudanças sociais e econômicas ocorridas no município de Paraty, os quais possibilitaram a revalorização da ciranda em período próximo - quais sejam, aqueles decorrentes da implementação de políticas de valorização de patrimônios e os decorrentes de nova orientação das práticas econômicas, associadas a investimentos no setor de turismo.

Atualmente, Paraty encontra-se inserida num amplo circuito de cidades brasileiras que, através de seus gestores, investem na atividade turística como importante setor de atividade econômica e concorrem entre si na oferta de bens e serviços que lhes possam garantir um diferencial nesse mercado do qual fazem parte. No caso específico de Paraty, a permanência de boa parte do conjunto arquitetônico, composto por sobrados e casarios erigidos, em sua maioria nos séculos XVIII e XIX, e a presença de manifestações culturais que se referem a práticas de sociabilidade associadas ao período colonial – além da localização geográfica do território, em meio ao mar e à vegetação de mata atlântica – se constituíram em importantes bens agregadores de valor turístico. Tais bens, reconhecidos como patrimônios, notadamente os designados como histórico e/ou cultural, natural, e mais recentemente, imaterial, conferem a Paraty um caráter peculiar, em meio à disputa pelo reconhecimento da oferta diferenciada de produtos turísticos – o de *locus* privilegiado condensador de patrimônios.

A constância das construções de estilo colonial por longo período de tempo foi conseqüência, sem dúvida, da estagnação econômica por que passou o município entre os anos de 1855 até meados do século XX, motivo pelo qual não sofreu as interferências de processos de expansão econômica que fez alterar a configuração sócio-espacial das sedes municipais de outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Contudo, a valorização do conjunto arquitetônico pouco alterado e, mais recentemente, a valorização de manifestações culturais expressivas de reconhecida tradição e, portanto, como bens a serem preservados, foram conseqüências de diferenciados processos. Dependeram, dentre outros, da atuação de agentes, governamentais ou não, comprometidos com a causa da proteção dos considerados patrimônios culturais.

Na esfera de atuação governamental, cabe destacar as políticas implementadas a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, as quais conferiram ao município novos *status* relativos ao campo discursivo do patrimônio em momentos distintos:

em 1945, Paraty foi considerada Patrimônio Histórico Estadual; em 1958, foi tombada pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tanto no livro referente a sítios de valor arqueológico, etnográfico e paisagístico como no referente a belas artes; e em 1966, o município foi elevado à categoria de Monumento Histórico Nacional⁴.

Essas políticas alcançaram legitimidade com o apoio e empenho de agentes locais envolvidos com o trabalho social de produção de um passado⁵, mais especificamente com o trabalho de construção da memória coletiva entre os Paratyenses.

Dentre esses, os fundadores do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), instituição criada em 1976 com o objetivo de recuperar a memória histórica da cidade e formar a consciência de preservação dos patrimônios histórico e cultural. As ações empreendidas por tais agentes salvaguardas de patrimônios – alguns deles nascidos no próprio município ou que para lá retornaram após terem terminado o ensino universitário, e outros, pesquisadores, por profissão ou diletantismo – visavam não só a pesquisa e recuperação de documentos e objetos de considerado valor histórico, mas, sobretudo, valorizar manifestações culturais reconhecidas como tradições, as quais conferissem sentido ao passado que ajudavam a construir.

Os esforços no sentido de valorizar práticas culturais reivindicadas como tradições contaram com a adesão de alguns segmentos sociais, dentre os quais moradores antigos saudosos das expressões de sociabilidade vivenciadas por eles no passado; pessoas de fora e intelectuais que passavam a visitar cada vez com maior frequência a cidade; empresários do comércio e da rede hoteleira, os quais dependiam dos recursos patrimoniais para vender seus serviços; e agentes da administração municipal, integrantes da recém instalada Secretaria de Turismo e Cultura, interessados em ampliar as possibilidades de exploração turística de patrimônios para atrair um número maior de visitantes e investimentos ao município.

A ação conjunta do IPHAN, IHAP, Secretaria de Turismo e Cultura, com o apoio de membros da comunidade local, resultou na revalorização de várias manifestações culturais, religiosas e laicais, e ressignificação de outras já existentes, classificadas, em seu conjunto, como expressão de tradição e vistas, a partir de então, também como bens passíveis de serem oferecidos no mercado turístico.

A procissão do Fogaréu, evento religioso que constitui um dos ritos de celebração da semana santa, foi uma dessas manifestações que havia deixado de existir a muitos anos, mas

⁴ Cf. SOUZA, 1994, p.99.

⁵ Estou referenciada pelas reflexões de Arantes (1984), para o qual qualquer tentativa de reconstrução do passado é realizada no presente e nos termos do presente.

que desde 1984 passou a ser realizada com regularidade. Já a festa do Divino Espírito Santo, evento de maior destaque na programação turística da cidade, assim como a festa de Santa Rita ganharam novas feições, mais de acordo com o passado que se queria exaltar.

Também a festa de São Pedro, realizada desde cerca de 1956 em uma capela na Ilha do Araújo, principalmente por pescadores residentes do local, adquiriu outras dimensões desde que foi associada ao mercado turístico. Disputas esportivas, como canoagem, natação, *windsurfe* e pesca de camarão foram introduzidas na programação, além de premiação conferida ao barco melhor decorado na procissão marítima, depois designada para esse fim. Por se realizar em local de reconhecida beleza natural, atraiu, para além da festa, investimentos do setor hoteleiro e passou a integrar o roteiro de visitas das pessoas interessadas no turismo ecológico.

Tais mudanças são uma demonstração de que os objetivos e as circunstâncias de realização dessas manifestações não são as mesmas que os guardiães da memória e da tradição buscam enfatizar. Mais do que a continuidade com um determinado passado, o que a presença delas atesta é a configuração de novas relações instituidoras de um presente, as quais estão associadas com o desenvolvimento da atividade turística no município.

2. A construção do serviço

A imposição desse mercado turístico associado a um ambiente social de culto às tradições possibilitou a alguns músicos tocadores de ciranda, no caso aqui em foco, em sua maioria ex-agricultores e pescadores que migraram para a sede municipal, oferecerem como produto seus saberes musicais adquiridos como parte do processo de socialização em seus meios de origem.

Respaldados e imbuídos dos discursos de exaltação dos costumes antigos, referenciais da identidade dos Paratyenses, puderam o ferecer, sob a forma de serviço, para tanto, o principal capital cultural acumulado possível de ser convertido em atrativo para os visitantes com interesse voltado para os aspectos históricos de Paraty. Uma atividade realizada não a partir da vontade exclusiva de si mesmos, nem tampouco de uma suposta visão empreendedora; mas objetivada como necessária, tanto para seus executores como para os agentes de valorização da memória social ou aqueles dedicados à atividade empresarial do turismo, nesta convergência, todos orientados por propósitos asseguradores da continuidade de práticas culturais assim reafirmadas como tradição.

Atualmente, além do "Os Coroas Cirandeiros", há cinco grupos constituídos de apresentação da ciranda em Paraty que competem entre si e com os demais atrativos culturais oferecidos aos turistas pela atenção e reconhecimento dos mesmos. Interessa-me compreender a construção do serviço prestado pelo primeiro, o qual se fundamenta na ciranda valorizada como tradição ou perpetuação de seus princípios estruturantes e distintivos.

Antes mesmo de virem a se constituir como grupo, no sentido de adotarem um nome que os identifica como tal, alguns dos integrantes do "Os Coroas Cirandeiros" - aqueles que obtiveram o aprendizado da ciranda através de sucessivas gerações - já vinham sendo solicitados para apresentarem-se em eventos festivos, como festas de aniversário, de casamento, e, eventualmente, para mostrar a alguns turistas e empresários, em sua maioria provenientes de São Paulo, uma música considerada, naquele momento, como constitutiva da "alma" dos Paratyenses, expressão da cultura, associada ao *popular*, de seus habitantes.

Veza ou outra, algum proprietário de pousada contratava, sob cachê, a apresentação dos reconhecidos "tocadores de ciranda" para entreter os hóspedes, assim como proprietários de estabelecimentos comerciais, como restaurantes e bares, pagavam uma determinada quantia para que os músicos ficassem em frente aos estabelecimentos com o objetivo de atrair os turistas para aqueles locais. Em diversas ocasiões, moradores que apreciavam manifestações tidas como representativas de experiências coletivas pretéritas, solicitavam a presença dos cirandeiros para dar-se a conhecer aos visitantes que não cessavam de chegar.

Para a execução da ciranda era e ainda é desejada a junção de alguns instrumentos de corda, como viola, violão⁶, cavaquinho e bandola⁷, e de percussão, como o pandeiro ou o adolfo⁸, mas nem sempre possíveis de serem associados devido a não disponibilidade de um ou outro músico. A cada solicitação de apresentação, novos arranjos eram feitos para compor uma equipe geralmente constituída por duas ou três pessoas relativamente fixas, sendo as demais "catadas", conforme a expressão de um deles.

As duas pessoas mais velhas em idade e em permanência no "Os Coroas Cirandeiros" – ambas conhecedoras da ciranda do tempo em que ela era tocada e dançada junto a outras músicas nos encontros festivos de moradores da região rural de Rio dos Meros – foram as primeiras do grupo a associarem-se para atender aos pedidos de apresentação não só da ciranda, mas também da folia de reis.

⁶ De uso mais recente.

⁷ Bandolim tenor adotado em período próximo.

⁸ Instrumento pouco usado nos dias atuais, semelhante ao pandeiro, porém produzido de forma artesanal com madeira de boa envergadura e couro de cabrito ou cotia, preferencialmente. Diferencia também do pandeiro por não possuir aperto, alcançando-se o som desejado pelo atrito do couro com as mãos ou esfregando o couro no chão.

Por essa ocasião, alguns pesquisadores interessados no estudo de práticas culturais se dirigiam a Paraty com o objetivo de registrar a riqueza do repertório de manifestações que, diante do impacto das transformações sociais e econômicas, eram secundarizadas ou se encontravam sob ameaça de desaparecimento. Assim como os pesquisadores, alguns visitantes, representantes de uma classe média reconhecida como mais intelectualizada, ao chegarem a Paraty, iam ao encontro dos músicos que tocavam ciranda, interessados nas especificidades da cultura local, contribuindo para dar-lhes reconhecimento e, ao mesmo tempo, para atribuir-lhes autoridade como os verdadeiros guardiães da memória da ciranda, os únicos capazes de poderem falar sobre ela.

A administração municipal, atenta às transformações em curso, passa a considerar a ciranda como produto cultural genuíno, propiciando, por seu intermédio, apresentar Paraty às pessoas de fora. E a inclui em alguns eventos da programação turística, mesmo que de maneira intermitente. Da mesma forma, alguns bailes do clube da cidade passaram a acontecer sob a música dos cirandeiros. O conjunto desses atos ajudava a consagrar a ciranda, ao mesmo tempo como produto turístico e como tradição.

Com o acelerado e contínuo aumento da chegada de visitantes ao município, o fundador do grupo propõe a um companheiro músico e alguns outros instrumentistas menos regulares, tocarem em uma das ruas do centro histórico, local de maior concentração do trânsito de turistas. O depoimento do primeiro, contando como foi o convite para os outros músicos, exprime bem os atuais parâmetros para a exibição da ciranda:

Gente, pra gente não esquecer as nossas tradições, vamos ficar numa beira da rua aí, né. Tocando pros turistas ver. E procuramos a rua do Comércio, que ali é a rua do Comércio. Então, eu digo [referindo-se ao momento presente]: - É o seguinte, pra gente não ficar vazio, colocamos o chapéu... junto com a gente. E não pedimos ninguém para colocar dinheiro. Aqueles que passar, achar que tem que pôr alguma coisa, é bem vindo, né. Então, é o que acontece. A gente vai pra lá sempre, né. Ficamos lá. E os turistas em volta da gente, ali aplaudindo, né.

A justificativa dada para a decisão de ocuparem a rua do Comércio e tocarem "pros turistas ver" foi para não esquecerem as tradições, ou seja, da mesma forma que, para constituir-se produto, a ciranda tem que ser vista (e assim consumida), para ser validada enquanto tal, precisa também estar referendada pela crença na atualização de um modelo consagrado como tradição - bem altamente valorizado no mercado em questão. Estando a ciranda consagrada com o produto turístico, pode-se lograr, por intermédio dela, alternativa de renda para esses, que desde então, se pensam como transformados em profissionais da música.

O vasto repertório de atividades realizadas pelo grupo – como as apresentações realizadas em pousadas, nas ruas do centro histórico, em casas de particulares, festas religiosas e laicais, e até mesmo em outras localidades –, apesar de não ocupar integralmente o tempo destinado às tarefas devotadas ao trabalho e nem se constituir como a única ocupação entre seus membros, caracteriza o desejo de profissionalização da atividade de músico, a despeito da crença dos defensores da tradição, que creditam na atividade atual a continuidade de um costume de outrora.

O comentário de um deles a respeito do que fazem, demonstra com clareza esse argumento:

Eu considero um trabalho, não considero uma ciranda, né. O sujeito diz: - Ah, vai tocar a ciranda? Eu digo: - Não, eu vou fazer um trabalho. [...] Não vou dizer que eu vou tocar uma viola, eu vou fazer um trabalho, né. [...] Trabalho como se eu fosse trabalhar de enxada, fosse fazer qualquer coisa. [...] E é um trabalho pesado, né. [...] Não pode brincar, é um trabalho sério. Se brincar, vira bagunça, né.

Ao contrapor o trabalho sério à brincadeira, este integrante está referindo-se exatamente ao sentido que tinha a ciranda quando ela se constituía, sob a forma de música e dança, em uma das maneiras de expressar a sociabilidade de agricultores e pescadores que residiam em regiões localizadas no entorno da sede municipal de Paraty até os idos de 1950. Naquele contexto socialmente referido, as reuniões festivas entre moradores vizinhos, designadas como *chiba*, aconteciam para celebrar datas comemorativas, como natal e ano novo, ou a devoção a algum santo - sendo São João e São Pedro os mais reverenciados - ou o auxílio, ou mesmo para reunir as pessoas em festa.

Da mesma forma, ao dizer com convicção que não é a ciranda o que eles fazem, o mesmo não está posicionando-se de encontro às expectativas daqueles que contribuem para legitimar a ciranda como prática tradicional. Já se sabe que um discurso, quando reconhecido e legitimado, produz a existência do que enuncia⁹. Por isso todos eles reconhecem a ciranda como um trabalho que fazem para "manter" ou "não esquecer" as tradições.

A atual ocupação de músico foi, inclusive, definida por um deles como um trabalho, por vezes, pesado. Alega esse membro que as apresentações do grupo que ocorrem na rua do Comércio podem alcançar duas horas ininterruptas, sem intervalo para descanso. Quando fazem uma pausa, com duração em torno de no máximo vinte minutos, é apenas para tomarem água, levada por eles, ou para irem a um banheiro próximo. Como os músicos dependem da atenção dos turistas que transitam incessantemente pela rua do Comércio, qualquer pausa

⁹ Cf. BOURDIEU, 1996, p. 109.

mais delongada pode deixar escapar boas oportunidades de remuneração. Porque, de acordo com o relato do mesmo:

os turistas brasileiro, estrangeiro que estão ali próximo da gente... se a gente parar, ter um intervalo, eles vão embora, né. Então eles ficam ali assistindo, né. Então a gente vai direto, né.



Foto 1 - Apresentação do grupo na rua do Comércio.



Foto 2 – Transeuntes, ao fundo, observando o grupo.

3. Dilemas e desafios à profissionalização

As atuais formas de exibição pública da ciranda, como prestação de serviços culturais, implicaram a exigência de adaptação desses músicos a novos modos de exposição, sob formato de grupo musical, com o objetivo de possibilitar a conquista da atenção do público de turistas espectadores.

No entanto, tal exigência se coloca como uma tarefa de difícil alcance, conforme pude observar nas três ocasiões em que estive em Paraty para buscar informações e contatos capazes de alargar minha compreensão sobre a contextual construção da ciranda como um serviço. A partir do acompanhamento das atividades realizadas pelo grupo e também das conversas e desentendimentos entre seus integrantes observados por mim, pude constatar a não regularidade da presença de alguns membros em compromissos assumidos pelo responsável do grupo, assim como a saída de uma pessoa e incorporação de outra num intervalo de nove meses, período que compreendeu minhas incursões ao campo de trabalho. Em algumas ocasiões, presenciei a apresentação do grupo em número reduzido de duas pessoas, e, em outras, a apresentação se deu com a associação de músicos que não integravam, formalmente, o grupo.

Estas constatações me levaram a indagar sobre a constituição da equipe de músicos, centrada num núcleo estável capaz de assegurar adesões mais ou menos ocasionais. Com esta forma de composição, como poderiam corresponder às exigências de compromissos artístico-musicais orientadas por calendários organizados por interesses a eles imediatamente alheios? Pautando-me na auto-atribuição da equipe do “Os Coroas Cirandeiros” como grupo e nas orientações constitutivas do fazer antropológico – o qual se fundamenta na conceitualização de sociedade como um constructo social, isto é, como um empreendimento humano – torna-se imprescindível pensar as auto-designações não como originadas em si mesmas ou a partir de livres escolhas individuais, mas pensá-las como representações sociais, resultado de processos de exteriorização e internalização de significados produzidos a partir do convívio social e sempre articuladas de forma sistêmica, ou seja, a um conjunto de outras representações e categorias.

Ao referirem-se como grupo, com base na associação em torno de alguns músicos, os integrantes do "Os Coroas Cirandeiros", na verdade, estão expressando necessidade de *vir a ser* grupo estável ou capaz de superar os problemas decorrentes da imprevisibilidade e continuidade da prestação de serviço. Desejo manifesto pela necessidade de se imporem no mercado turístico em condições de concorrência e em conformidade com as representações e

expectativas daqueles que crêem consistir uma equipe de músicos que personificam uma determinada tradição.

Tal representação configura-se como declaração de intenção, posto que insistentemente eles manifestam aspiração de tornar-se grupo. Faltam-lhes características continuamente por eles reclamadas como, por exemplo, a existência de objetivos e regras comuns reconhecidas por seus integrantes e certa disponibilidade de tempo exigida para dedicação à atividade. Também se coloca como empecilho a recorrente rotatividade de músicos e a concomitância de outras ocupações profissionais entre seus membros, além da ausência de um capital cultural empresarial, capaz de orientá-los na maximização dos benefícios e minimização dos riscos desse empreendimento. Estes obstáculos acabam por transformar a tarefa de constituir o desejado grupo estável como um projeto, em certos contextos dramatizados como agonístico e inalcançável, permeado por disputas, desentendimentos e conflitos entre os que se propõem a ele aderir.

As tensões decorrem, geralmente, do dilema enfrentado pelos integrantes do grupo em tentar compatibilizar o desejo de profissionalizarem-se na atividade musical com a necessidade de serem reconhecidos como grupo expressão de tradição. O desafio consiste em operar, de modo concomitante, com duas lógicas distintas de organização, por meio das quais o grupo tenta assegurar sua existência.

Em muitas situações, as divergências se evidenciam quando critérios são reclamados para a organização profissionalizada frente a arbitrariedades justificadas pela devoção a hábitos costumeiros, ainda que haja alternância entre ambas as posições assumidas por parte dos membros – ora prevalecendo o argumento da tradição, ora o do profissionalismo – de acordo com os interesses em questão.

É o caso, por exemplo, da exigência de desempenho e habilidade musical, por vezes requerida como condição para a participação e permanência de integrantes junto ao grupo – tendo em vista o aprimoramento da prestação do serviço – mas que, em situações específicas, é ignorada em detrimento da valorização do dom e sabedoria tradicionais, atributos daqueles que, no caso das referências do grupo em apreço, vivenciaram uma forma de sociabilidade vicinal.

Não sem motivo, as incongruências e incompatibilidades para se constituírem como profissionais da música, sendo para isso necessário se adequarem a princípios de agregação pautados pelo compartilhamento de regras e objetivos inerentes à condição pretendida, mas fundamentados na crença na tradição enquanto prática pretérita, para a qual a existência do grupo parece se assegurar por princípios de auto-evidência.

Se a realização da condição profissional se coloca como uma busca de difícil alcance, dadas as dificuldades de reproduzir os pressupostos de apresentação exigidos para esse fim, a prestação do serviço estará assegurada, desde que garantida a base sobre a qual ela se sustenta: uma tradicional manifestação cultural.

4. Referências Bibliográficas

ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005, p. 15-36, 2005.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: P&A/Faperj/Unirio, 2003.

_____. **A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2002.

HOBBSBAWM, E. e RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEITE, R. P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 79-89, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/fchf/issue/view/101>>. Acesso em: 09 abr 2007.

SOUZA, M. M. Patrimônio imaterial, turismo cultural e identidade nacional: uma tentativa de refletir acerca de Paraty. **Revista Tempo Brasileiro** (Patrimônio imaterial), Rio de Janeiro, n. 147, out.-dez., p. 141-150, 2001.

_____. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. 261p.

TALAVERA, A. S. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20 (Antropologia e Turismo), 2003, p. 31-57.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: SEUS AGENTES, ATOS E
REPRESENTAÇÕES....**

Carolina Maria Heliadora¹

Resumo

Falar de desenvolvimento é tratar de um conjunto de pressupostos teóricos, analíticos e práticos sobre as formas de se *implantar* estratégias de desenvolvimento na sociedade. Além disso, é tratar também de um conjunto de representações sociais levadas à cabo pelos agentes sociais que elaboram e executam políticas públicas promotoras do desenvolvimento. Este artigo examina, de forma pontual, a partir das atas do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, unidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, de alguns artigos e debates acadêmicos, e de boletins do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, o processo de consolidação das noções de desenvolvimento aliadas às de desenvolvimento *territorial* e suas conseqüências em termos de planejamento de políticas voltadas para o rural no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; CONDRAF; Representações Sociais

1. Introdução

E particularmente nós, como gestores de políticas públicas, nós temos aprendido muito com a nossa prática, com a nossa ação. Mas temos uma necessidade muito grande de entender o que todos podem estar estudando e aprofundando sobre esse tema do desenvolvimento territorial (Humberto de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – OPPA-GEPOLAGRI, agosto de 2006.).

Este artigo examina atas do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, delineando alguns temas abordados em artigos e boletins do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, de forma a possibilitar uma identificação do processo de consolidação da abordagem do desenvolvimento territorial. Traço uma breve sistematização das discussões, temas e noções enunciadas tanto nas reflexões acadêmicas como no espaço do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar - CONDRAF² - outrora Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

¹ Mestranda do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ.

² Anteriormente denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, que fora criado em 1999 através do Decreto nº3.200 (Pedrafán, 2007). Em 2003, *muda seu nome* incorporando o termo “Agricultura Familiar”. Na verdade, é criado outro conselho através do Decreto nº4854 como parte da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (Pedrafán, 2007). Ao CONDRAF cabe “propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o

Sustentável - CNDRS, que embasaram as discussões e formatações da política de Desenvolvimento Territorial operacionalizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial -SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A partir do exame de artigos científicos, sobretudo, os de José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider, estabeleço uma identificação de noções como *desenvolvimento territorial, território, participação, empoderamento, organização social, municípios, prefeituras, pobreza, “implantação”* e a própria concepção de *desenvolvimento* que está em jogo. Antecipo que não busco um alcance de qual a melhor concepção de *território* ou de *desenvolvimento*, bem como de suas idéias correlatas, ou de um quadro conceitual a ser utilizado de forma a avaliar a “*implantação*” de um programa de governo. O objetivo deste artigo não é avaliar ou estabelecer juízos de valor sobre potenciais de *desenvolvimento* e das formas mais adequadas de alcançá-lo. Traça, primeiramente, uma contextualização do ambiente de concepções acadêmicas que engendraram discussões presentes na formulação da política de desenvolvimento territorial. Pretende, no entanto, não a dar conta de todo o debate mas de identificar posicionamentos que estão, de uma forma ou de outra, presentes nas orientações da SDT/MDA, no que tange ao processo de construção social sob a perspectiva de *desenvolvimento territorial* que ajude a compreender o seu processo de implantação na prática. Conforme veremos ao longo do texto, quando situamos esse conjunto de representações sociais sobre o *desenvolvimento*, podemos também examinar como são operacionalizadas tais perspectivas. Poderemos também perceber que, a partir da diversidade de representações sobre o tema engendram mecanismos de tensões e disputas nas arenas decisórias acerca da implantação do desenvolvimento territorial especialmente quando observadas a relação entre os municípios com o ministério nas dotações de recursos para a implantação dos projetos territoriais. O meu ponto de partida são alguns artigos do final da década de 1990, que tratavam da temática do desenvolvimento rural e que anunciavam questões existentes nas formulações do desenvolvimento territorial. Este breve resgate serviu de orientação para a identificação das questões que tiveram peso no processo de formulação da política de desenvolvimento territorial “*implantada*” a partir do ano de 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial –SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Outra fonte documental de pesquisa interessante foram os boletins do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural -NEAD, disponibilizados em página eletrônica desde o ano de 1999 até os recentes números (cerca de 400 boletins). Quando fiz um exame das edições anteriores do boletim – sobretudo entre os anos de 1999 a

desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar” (Decreto 4584 de 2003 *apud* Pedrafán, 2007).

2004 - foi possível observar a divulgação de questões, temáticas, atividades, palestras e encontros que precederam algumas das formulações que serviram de embasamento para as orientações e diretrizes que conformam o quadro normativo e de representações sociais sobre o desenvolvimento territorial.

2. Anunciando um tema: Reflexões acadêmicas em torno da temática de desenvolvimento territorial

Primeiramente, inicio expondo algumas discussões de autores que estiveram inseridos não apenas nas concepções analíticas da questão do desenvolvimento territorial, mas também presentes nas reuniões do CONDRAF, colaborando na formulação de documentos técnicos e diretrizes. Note-se que, oriundos de instituições acadêmicas que formulam ou desenvolvem pressupostos analíticos acerca do desenvolvimento, estavam também ligados à órgãos públicos de implantação de políticas publicas ligadas ao *desenvolvimento rural*. Este fora o caso de José Eli da Veiga, Valter Bianchini, Humberto de Oliveira. Em 2001, pontuava Veiga sobre as possibilidades de se ampliar as ações em torno do desenvolvimento rural para um desenvolvimento *regional*.

O que mais falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar recursos necessários à sua execução. Trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham” (Veiga, 2001, 105-106)

Os pressupostos de integração do desenvolvimento seriam viabilizados na medida em que, aos municípios coubesse um lugar importante: aquele de romper com possíveis resquícios históricos de dependência tanto econômica e política ao mesmo tempo em que fossem – e tivessem interesse – em estabelecer uma articulação intermunicipal. Esse *encorajamento da associação entre municípios*, passa, necessariamente por uma visualização do que sejam as redes políticas envoltas ou não em tais “*arranjos institucionais*”. Isto porque, conforme a leitura de diretrizes técnicas da SDT/MDA, é na política local e nas formas como estão configuradas as redes de agentes sociais e entidades, sobretudo em suas práticas cotidianas, que é identificado como um dos problemas a serem enfrentados pelo desenvolvimento: redes

políticas de pessoalidades e favores, por exemplo. Mas também uma pressuposta falta de mecanismos considerados eficazes para a administração pública³.

Também em 2001, Abramovay⁴ chamava atenção da necessidade de “*fortalecer*” os CMDR’s em caráter regional onde os critérios para seleção dos municípios a serem beneficiados pelo pronaf infra-estrutura superassem a fórmula: tamanho + pobreza, mas também características qualitativas de “*projetos inovadores*”. As concepções em torno da abordagem territorial do desenvolvimento consideram que para além das “*vantagens competitivas dadas por atributos naturais*” (Abramovay, 2001), há que se contar com uma *proximidade social* (idem, ibidem:2001) e pressupõe “proximidade de relações diretas entre os atores”. Assim: “não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções” e das “instituições” que permitem ações cooperativas” (idem: ibidem, 2001). Aliado a isso está a concepção de “capital social” presente em instituições internacionais e desenvolvidas a partir das formulações de Putnam (Putnam, 1993/1996:177 apud Abramovay, 2001): “...*características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*”. No entanto, considera ainda o autor: “(...) *é com grande freqüência que, mesmo nos Estados mais desenvolvidos, elas [as comissões municipais de desenvolvimento rural] caracterizam-se por práticas clientelísticas, autoritárias e burocráticas.*” Uma das idéias de fundo destas concepções é a de que há que se “*criar capital social onde não existe*”.

Abramovay (idem: ibidem, 2001) traça ainda uma comparação entre a abordagem de capital social de Putnam e a abordagem de Bourdieu (1979:128 apud Abramovay, idem:ibidem, 2001) onde capital social é tomado como “um conjunto de recursos e de poderes efetivamente utilizáveis, cuja distribuição é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Assim, “*a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até a mudança na correlação de forças no plano local*” (idem, ibidem, 2001). A noção de desenvolvimento territorial fora delineada já no ano de 1994, na OCDE, onde fora criada uma “divisão de desenvolvimento territorial”, onde “o

³ Conforme veremos nas considerações finais deste artigo, esta perspectiva acerca do lugar dos municípios em processos de desenvolvimento já se dava em questionamentos de autores como Vitor Nunes Leal, em seu “*Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*” de 1949 e “*Alguns problemas municipais em face da constituição*” de 1958. Também Leal travava das reflexões sobre a precariedade econômica e administrativa dos municípios. Mas não pontuava apenas isso. Demonstrava que além dos fatores de ausência de recursos, os municípios eram também agentes fundamentais nas relações políticas estabelecidas entre os governos estaduais e federais, sobretudo no contexto pós-1930.

⁴ Abramovay, Ricardo. Conselhos além dos limites. Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n.43, p 121-140, set-dez, 2001.

primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais” . Traçando uma crítica com respeito à disparidade entre as concepções oriundas dessas dimensões do desenvolvimento territorial, Abramovay (idem, ibidem: 2001) destaca “alguns desafios” observados a partir de suas experiências de campo junto à extensionistas envolvidos em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR’s). São eles:

- i) falta de confiança dos agricultores na própria capacidade;
- ii) dependência dos membros da Comissão com relação ao prefeito;
- iii) sentimento do prefeito de que a comissão é um adversário ao seu próprio poder;
- iv) ingerência político-partidária na vida das comissões;
- v) falta de preparo dos próprios técnicos;
- vi) baixa participação da sociedade civil local nas comissões;
- vii) baixa informação de seus membros;
- viii) participação exclusivamente dos homens, com exclusão das mulheres e dos jovens.

O “*pacto territorial*” (Casarotto Filho e Pires, 1998:100 *apud* Abramovay, idem, ibidem: 2001) agiria de forma a minimizar esses desafios ao desenvolvimento. Diz ainda Abramovay em relação à situação dos municípios em relação aos “desafios” ao desenvolvimento:

Na maior parte das vezes o município é uma unidade administrativa pouco adequada para gerir a rede de relações necessárias ao desenvolvimento territorial. Não se trata de desprezar as possibilidades de ação desta esfera política e administrativa de reconhecer sua insuficiência em duplo sentido. Em primeiro lugar não são raros os casos em que a reprodução do poder político do prefeito está baseada em relações de natureza clientelista com certos segmentos muito definidos da população. A manutenção dos esquemas convencionais de clientela, favorecimento e retribuição por meio de votos é um dos principais obstáculos à elaboração e execução de qualquer tipo de projeto de desenvolvimento. (idem, ibidem: 2001)

2. Desenvolvimento em ação: exame das atas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar – CONDRAF

Podemos perceber as representações em ação, através das discussões e ações registradas nas atas do CONDRAF. No ano de 1999, o Pronaf foi transferido do então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para o recém criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária –MEPF, e passou a ter suas atividades deliberadas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. No que diz respeito aos critérios normativos deliberados em reunião do CNDRS de maio de 2001, para a escolha dos municípios a serem contemplados pelo Pronaf, fora decidido: i) percentual da população rural sobre a população urbana, ii) número de estabelecimentos com menos de 4

módulos fiscais do total de estabelecimentos, iii) valor bruto da produção agropecuária municipal dividido pela população rural.

Sobre as competências e atribuições de papéis dos conselhos nacionais, estaduais e municipais há uma multiplicidade de diretrizes, normas e representações. A época do início das contratações das linhas de crédito do pronaf em função da seleção de municípios, há mecanismos de seleção e acompanhamento enunciados no âmbito do CNDRS. Esta seleção se dava na comprovação e atestados de que havia índices de pobreza, baixo desenvolvimento econômico etc. No entanto, o desempenho (fundamentado, sobretudo, na expectativa do governo federal de uma boa e eficiente administração de recursos públicos pelos municípios) também está inserido no jogo sobre quem deva pensar, planejar e “*implantar*” o desenvolvimento. Lembro aqui das formulações de Victor Nunes Leal, em 1958, onde dizia que:

no que toca à ineficiência, despreparo, desídia, esbanjamento, faccionalismo, etc., de muitas de nossas administrações municipais, o problema não é de organização: é problema muito mais profundo, que está ligado visceralmente às condições da nossa vida política e às características de nossa estrutura social (Leal, 1958: 9).

A relação de interdependência decisória entre governo federal, estadual e municipal passa por uma expectativa de ambas as partes em relação às suas respectivas autonomias. Quando o CNDRS propõe que os estados (a partir de seus respectivos conselhos estaduais) podem propor a alteração de até 25% dos municípios selecionados para o pronaf, mas que caberá ao CNDRS “adotar ou não” há uma divergência entre não apenas competências mas de papéis que estão implícitos à cada nível de governo. O que está em jogo é justamente essa relação entre níveis de governo. Foi também nos idos de 2001, que no âmbito do CNDRS, apontava-se para uma correlação entre “o sucesso” dos programas e um “capital social⁵ atuante”. Bianchini, então secretário da agricultura familiar sugeria “*o fortalecimento da agricultura familiar destes conselhos de modo a não ceder delegação excessiva aos prefeitos*”. É nesse sentido que a idéia de um “*capital social atuante*” passa por uma certa concepção do que sejam as possibilidades dos grupos sociais interagirem e agirem em esferas de vida política. Esta esfera está, de uma certa maneira, relacionada ao lugar que aqueles que não fazem parte do “*poder público municipal*”, as prefeituras, delineiem uma sociedade civil organizada e mobilizada em torno de um fim, neste caso, ser capaz e querer administrar,

⁵ Em workshop organizado pelo Observatório de Políticas Públicas – OPPA, realizado no CPDA/UFRRJ em agosto de 2006, Humberto Oliveira, secretário de desenvolvimento territorial do MDA, iria declarar que “*Achamos que o território vai responder mais a uma política de desenvolvimento se a gente conseguir ampliar as organizações econômicas, sociais, da sociedade civil de do poder público também. Estimular redes de Secretários de Agricultura, redes de Cooperativas ou Centrais de Associações. Enfim, quanto mais rede, quanto mais capital social existente e articulado no território para nós será um elemento a favor do desenvolvimento.*”

operar, planejar em conjunto aos poderes executivos e legislativos locais. Há um pressuposto de que a legitimidade atribuída às prefeituras, ou ao poder políticos dos prefeitos, transpassa as possibilidades de uma democracia representativa reconhecida através do voto em períodos eleitorais. Se os prefeitos são escolhidos democraticamente através do voto para o cargo executivo de administração e gerência de recursos públicos municipais, há um certo senso comum de que não basta o voto para a legitimação desta representatividade. É necessário o fortalecimento de espaços institucionais de participação de forma a contrapor o peso político dos prefeitos e suas respectivas secretarias municipais. Há propostas nas atas do CNDRS de, inclusive, não “*sediarem-se os conselhos municipais nas prefeituras*” ou “*o espaço físico previsto para os conselhos municipais não seja obrigatoriamente a prefeitura*”, mas que seja “*determinado democraticamente pelo próprio conselho municipal*”. O espaço institucional do conselho seria dotado, portanto, de carregar essa legitimidade democrática. Era-se, portanto, “*favorável à descentralização do poder e ao fortalecimento da organização social*”. No mesmo sentido, havia a discussão sobre o “*reconhecimento ou não*” dos conselhos municipais onde não houvesse anteriormente os conselhos estaduais. Um dos representantes do Ministério da Agricultura à época, declarava que se os conselhos municipais não fossem reconhecidos pelo CNDRS, “*automaticamente*”, ficaria “*implícito que eles [os conselhos municipais] estão sob “observação” e “vigilância”*”. Conforme trata Leal (1949) esta suposta falta de autonomia ou necessidade de constante vigilância dos municípios tem um curso histórico na sociedade brasileira. Nos diz o autor:

(...) tal órgão – “**Departamento de Municipalidades**”⁶ – viria a ter por função não só prestar assistência técnica à administração municipal como ainda fiscalizar as suas finanças. É importante observar a este respeito que essa atribuição fiscalizadora provou acesos debates na Assembléia. A criação dos departamentos fora pedida pela bancada de São Paulo na emenda nº703, ao anteprojeto, que facultava “aos Estados criarem órgãos de assistência técnica aos municípios, e de verificação de suas finanças. (Leal, 1949: 90).

Discutia-se também que a “*paridade dos conselhos municipais é falseada, com frágil participação da agricultura familiar*”. Em uma das reuniões do CNDRS surgira o debate sobre os critérios de seleção dos municípios poderia gerar desestímulo se não fossem criadas

⁶ Os “**departamentos de municipalidades**”, criados no contexto pós-30, eram órgãos estaduais, que poderiam ter seus nomes variados mas “*entre cujas importantes atribuições se incluía dar assistência técnica aos municípios, coordenar suas atividades em função dos planos estaduais, fiscalizar a elaboração e execução sobre um grande número de medidas administrativas etc. Cobia, enfim, a esse órgão, dependente diretamente do interventor exercer a extensa tutela que a legislação em vigor outorgava ao governo estadual sobre a vida administrativa dos municípios*” (Leal, 1949: 86). Esses órgãos foram criados com os objetivos de “*desmontar a máquina política corrompida e, de outro, moralizar e dar eficiência à administração municipal*” (Leal, ibidem: 85).

“formas de estímulo ou prêmio”. As contrapartidas municipais, bem como a estrutura de funcionamento dos conselhos eram tidas, por vezes como uma abertura à possibilidade de “ingerência excessiva no pronaf” pelas prefeituras, colocação feita pelo então secretário Valter Bianchini. As colocações acerca de uma abordagem mais ampla sobre o desenvolvimento rural já estavam presentes, como ocorre em uma crítica sobre um projeto de que tratava da política de desenvolvimento rural sustentável, de autoria do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que “tratava da agricultura familiar, mas não do desenvolvimento rural”. Assim, sugeria Veiga alterações a serem levadas pelo poder executivo para o Congresso Nacional de forma a disciplinar “mais amplamente a política de desenvolvimento rural”. A maioria dessas discussões dizia respeito aos encaminhamentos e tomadas de decisões necessárias para a elaboração do “Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”. Em algumas de suas colocações nas reuniões do CNDRS, José Eli da Veiga destacava a *precariedade dos formatos de conselhos estaduais e municipais*. Informava também da necessidade de realização de encontros regionais e conferências nacionais e regionais junto aos conselhos estaduais. No mesmo sentido, o então conselheiro Humberto Oliveira reforçava a necessidade de debate a respeito do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural através de Fóruns Regionais. No entanto, ao mesmo tempo em que a gestão das prefeituras dos recursos para o pronaf infra-estrutura e serviços era tida como um *problema*.

Diversos eram os momentos em que se destacava a necessidade de articulação entre municípios, estados e governo federal. Já se considerava também a *inadimplência dos municípios* como um outro fator problemático. Antes da proposta de desenvolvimento territorial já havia, por exemplo, uma expectativa de que os “*consórcios municipais*” poderiam promover o *desenvolvimento regional* com ações e projetos para além dos municípios, utilizando um percentual dos recursos do pronaf para esse fim. Havia ainda uma multiplicidade de sugestões de nomes para essas articulações extra-municipais: “consórcio”, “associação”, “organização”, “organizações municipais”. A possibilidade de articulação dos municípios e da criação de alguma forma de arranjo que congregasse mais de um município fora examinada por Leal:

Não é nova, aliás, entre nós, a idéia de se instituir, acima do município e abaixo do Estado, uma entidade de âmbito regional, mas não tem tido êxito as tentativas neste sentido. (...) Diversas constituições estaduais já prevêm a associação de municípios para fins de administração como os casos de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, etc. (Leal, 1949: 97).

Em novembro de 2001, durante reunião do CNDRS surgiam debates sobre os problemas ligados à linha de crédito do “*Pronaf B*” para a região do Semi-Árido, no que referia-se às suas exigências restritivas de acesso aos recursos das linhas de crédito. Alguns conselheiros notavam a sua inviabilização por pequenos agricultores e surgiam propostas de que esta linha de crédito deixasse de ser “crédito” para ser “fomento”. No espaço de reuniões do CNDRS, há a divulgação também de situações “*municipais*” como a proposta, por parte de um conselheiro de Santa Catarina de “*moção de repúdio ao prefeito*” “*por criar um conselho a seu modo com base em um decreto do poder executivo municipal*”. Como deliberação do CNDRS, sugeriu-se que o mesmo conselheiro trouxesse na reunião seguinte a proposta de moção para a devida aprovação. Ainda em 2001, um dos representantes do CNDRS propunha que para o “Desenvolvimento Regional Sustentável” era necessário unificar iniciativas e articular com os municípios, estado e governo federal”. Em fevereiro de 2002, continuava José Eli da Veiga traçando um panorama geral sobre o que significava a “*implantação*” da política de Desenvolvimento Rural Sustentável no país. Mostrava o conselheiro do CNDRS que atingiria 30% da população, 80% dos municípios existentes e 90% do território nacional. Além disso, destacava a importância dos conselhos estaduais e de “eventuais conselhos municipais” que integrassem os trabalhos. Seria “função” do NEAD “articular esse setor”. Havia também uma certa representatividade de organizações municipais no âmbito do CNDRS, como representantes que iriam participar do “7º Congresso Brasileiro de Municípios”, em Brasília no mês de março daquele ano. Note-se que o CNDRS esteve presente a tal evento. Em abril do mesmo ano, José Eli da Veiga, então presidente da “Câmara Técnica de Diversificação das Economias Rurais” do CNDRS, pontuava o “*estímulo ao surgimento de articulações intermunicipais microregionais*.” E que tal estímulo se devia à necessidade de transformar essa questão em um Programa, que seria compatível com o Programa de Mesorregiões, executado pelo Ministério da Integração Nacional., além disso, “*as dificuldades de operacionalização, do ponto de vista jurídico, de ações com os consórcios, precisaria ser superada*”.

Outro ponto acionado, e que podem ser observados quando examinados os boletins do NEAD são as articulações realizadas entre o CNDRS e organizações internacionais – CEPAL, BIRD, USAID. A idéia, segundo José Eli da Veiga, seria “*ampliar a discussão do Plano com organismos internacionais*⁷ que atuam na área, incorporando diferentes visões da

⁷ Durante o exame das atas do CONDRAF, percebi que, por vezes, ocorriam eventos junto à órgãos internacionais ligados à *promoção do desenvolvimento*. Segundo o documento “Terra da Gente” (2007), que traça uma avaliação das políticas do MDA até o ano de 2006, “*a partir da nova orientação da política*

problemática do rural brasileiro e aprofundando debates”. Durante as discussões do ano de 2002, Bianchini ressaltava “o papel dos arranjos institucionais com a valorização das iniciativas municipais e locais para o processo de desenvolvimento endógeno”. Um fator que deve ser considerado é que havia discussões em torno da articulação dos conselhos estaduais, quase que majoritariamente às discussões das articulações com os conselhos municipais. Ou seja, aos municípios, embora quase sempre referenciados, havia uma certa concepção de que deveriam ter algum mecanismo de controle a partir dos conselhos estaduais. Em março de 2003 membros do já CONDRAF participaram de intercâmbio à Andaluzia, na Espanha. A partir disso, os conselheiros deram informes sobre a experiência que tinha como objetivo “conhecer a experiência de gestão territorial e das *institucionalidades* daquele país”, que passaram a ser tratados como temas do “*Grupo Temático Institucionalidade e Gestão Social*”. Este grupo fora criado para ter duração de seis meses em que se discutiria “a organização institucional dos territórios rurais e os princípios e diretrizes” que serviriam como referência às “institucionalidades estaduais, regionais, territoriais, municipais”. A partir deste período – entre o final do ano de 2003 e início do ano de 2004, intensificavam-se as atividades e debates relativos ao “*desenvolvimento territorial*”. Não obstante, ficariam cada vez mais raras as intervenções a partir de categoria “*desenvolvimento regional*” ou de propostas que não considerassem o território como foco de ação e de legitimação de propostas das entidades presentes do CONDRAF. Foi na primeira reunião de 2003 também que se comentava acerca da “Conferência Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais”, que ocorreria no primeiro semestre de 2006, que se daria a partir de organização do ano de 2004, e realização de fóruns regionais e estaduais no ano de 2005, para a realização do devido evento.

Em 2003 fora, então, criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT - no âmbito do MDA, concomitantemente à formulação do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007, apontando que era *um desafio o novo paradigma de desenvolvimento*, qual seja, o que reformulasse os focos a partir do regional e/ou territorial, dando um caráter específico à posição do *local* e seu papel do desenvolvimento. Assim, a política de desenvolvimento territorial operacionalizada pelo governo Lula, a partir de 2003, já vinha sendo discutida e debatida nos espaços acadêmicos e de governo. No final do ano de 2003, o secretário do Condraf, Humberto de Oliveira apresentava a metodologia a ser direcionada para proporcionar a “participação social na elaboração do Plano Plurianual – PPA do MDA, a

internacional do governo federal, o MDA participa ativamente da formulação e implementação das relações de cooperação e das negociações internacionais de comércio”. O MDA compõe também o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) onde encaminha negociações junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). (MDA, *op. cit.* 2007: 37).

partir da mobilização anterior entre os conselhos estaduais – CEDRS’s. Tratava-se ainda da discussão do *“Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais”*, cujos trabalhos se intensificariam naquele mesmo ano. Representantes de diversos ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Integração Nacional – MI dentre outros), bem como representantes da sociedade civil faziam intervenções sobre o que se estava entendendo sobre a *“implantação dos territórios rurais”*. Um representante da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), destacava a importância de se considerar *a representatividade dos municípios nas políticas públicas*. No início das atividades do CONDRAF em 2004 – cujo planejamento de recursos já era o orçamento “do governo Lula” - eram notórias as modificações realizadas em termos de ampliação dos membros conselheiros, da sigla do conselho e do direcionamento das discussões em termos de *“desenvolvimento territorial”*. Iniciaram-se também teleconferências realizadas entre o CONDRAF e os conselhos estaduais. Durante todo o ano de 2004, são promovidas discussões, decisões e estabelecimento de estratégias para a *“implantação dos territórios”*. Concomitante à essas discussões, surgiam esporadicamente colocações referentes às relações estabelecidas entre o MDA e os estados – CONDRAF e CEDRS’s – e entre o MDA e os municípios – CONDRAF e CMDR’s. Em março de 2004, por exemplo, seria dado o informe sobre a *“7ª Marcha Brasília em Defesa dos Municípios”*. É neste período que o CONDRAF passa a dispor de página na Internet que serviria como *“um espaço democrático de diálogo entre os vários órgãos colegiados no país”*. Havia também troca de informações a respeito de *“intercâmbio”* a outros países, o que passa, inclusive a se tornar mais recorrente nos dois anos seguintes. Em março de 2004, oito conselheiros do CONDRAF realizaram visita à Andaluzia, na Espanha *“com o objetivo de conhecer a experiência de gestão territorial e das institucionalidades daquele país”*. Outro tema recorrente era a *“má utilização dos recursos”* por parte dos municípios que eram contemplados nas linhas de crédito do Pronaf, como numa proposta de um conselheiro de incluir no CONDRAF formas de *“apuração de denúncias de má utilização de recursos”*, o que fora aprovada. A mobilização das entidades envolvidas no processo de deliberações acerca do desenvolvimento territorial envolviam a construção de comitês, grupos temáticos, fóruns, teleconferências, articulações com outros ministérios, intercâmbio e cooperação com organismos internacionais e frentes parlamentares, como a frente parlamentar da Agricultura Familiar. O *“Grupo Temático de Institucionalidade para a Gestão Social”* formado por conselheiros do CONDRAF direcionava discussões e deliberações acerca da situação dos conselhos estaduais e algumas vezes, municipais, bem como realizava propostas de articulação entre eles e criação de *“novas*

institucionalidades”. Iniciavam-se ainda as atividades de articulação entre os diversos estados – através dos CEDRS – com teleconferências para discussão das propostas para o “desenvolvimento territorial”. Os primeiros estados a participarem foram Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Rondônia. Em reuniões seguintes participavam também estados de Alagoas e Ceará. Para o Rio de Janeiro – ainda que reconheçamos os limites dos conteúdos das atas – aparece apenas em uma reunião de maio de 2005, com a presença do Delegado Federal da Agricultura Familiar – DFDA, como um dos presentes à reunião. Em setembro de 2005, se destacava, no interior das decisões do CONDRAF a “*necessidade das políticas públicas romperem com relações fundiárias tradicionais que permeiam a política de desenvolvimento rural brasileiro, tendo que se avançar com a idéia de uma política agrária que não tenha o agronegócio como foco central, mas sim, os temas anteriores e especialmente a dimensão territorial do desenvolvimento*”. Começavam a intensificarem-se também as viagens à outros países, inicialmente Espanha – Andaluzia – para conhecimento das experiências de *institucionalidades* e gestão daquele país. As preocupações relacionadas ao que se proporia para os conselhos municipais de desenvolvimento rural também passariam a ficar mais evidentes. Ainda em setembro de 2004 eram encaminhadas decisões concernentes “*ao mapeamento das comunidades rurais e entidades ligadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural e que na normatização dos conselhos seja feita em formato de lei municipal, estadual e federal. Assim seria garantida maior legitimidade dessas instâncias e evitaria a descontinuidade que é muito forte nos municípios*”. Em 2005, continuam presentes as discussões acerca do lugar dos conselhos estaduais e municipais na nova proposta de desenvolvimento territorial. Observei que o “problema da participação” não diz respeito apenas à realidade municipal. Em uma das intervenções do secretário Humberto Oliveira, ponderara que havia ausências de entidades conselheiras do CONDRAF. Diz a ata de março de 2005:

Estiveram ausentes a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, a representação do ministério do Planejamento, o INCRA e os representantes da Confederação Nacional dos Municípios. O secretário destacou que, de um modo geral, os órgãos governamentais têm participado, com seus titulares e suplentes, das reuniões do conselho. Quanto às representações da sociedade civil, o MPA, que representa no CONDRAF os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, esteve ausente em todas as reuniões, o que também ocorreu com a representação das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Em dezembro de 2005, o representante da Confederação Nacional dos Municípios, informara sobre seminário realizado “em todo o Brasil” com secretários municipais de

agricultura em torno do tema da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, onde se fez “*uma sensibilização sobre a compreensão do papel dos secretários, enquanto agentes públicos ao nível municipal*”, avaliando positivamente o evento porque “*é importante a participação desses atores governamentais nesse processo de desenvolvimento e dessas políticas que chegam no município*”. No período de junho de 2006 os debates em torno do desenvolvimento territorial ou ao menos da perspectiva de uma “*estratégia territorial*” ainda se faziam presentes. Também o tema da linha de crédito do “*grupo B*” aparecera com frequência, sobretudo no que diz respeito à necessidade de aumento do volume de recursos destinados a esse segmento. No ano de 2006 organizou-se o “Salão dos Territórios” de forma a proporcionar uma “troca de experiências entre os territórios do país” e avaliação dos três anos de trabalho da SDT. Neste evento, ocorreram as sessões de “*Boas Práticas Territoriais*”. Ao final daquele ano, com fóruns e encontros ainda ocorrendo, bem como a presença de entidades que “compareceram ao Salão dos Territórios”, continuavam as avaliações da política de desenvolvimento territorial e do “saldo positivo do governo Lula”. O representante da FETRAF-Brasil, em sua intervenção pontuava:

o saldo positivo de todo o governo Lula, em especial da agricultura, *se deu nas urnas*, e, especialmente, nos grandes bolsões de abandono que o país teve nos últimos quinhentos anos. (...) A contribuição que se deu para a reeleição foi exatamente nos grandes bolsões, onde os outros governos, neo-liberais sempre abandonaram, em especial a agricultura. Isso se refletiu sensivelmente nas votações do Norte, Nordeste, Centro Oeste e até no sul.

Ainda dentro das avaliações, mais uma vez aparecem os municípios como questão problemática. Os conselhos estaduais e o CONDRAF teriam melhorado enquanto nos “*conselhos municipais houve pouco avanço por conta da capilaridade*”. Um dos encontros realizados à essa época fora o workshop realizado pelo Observatório de Políticas Públicas – OPPA/CPDA, em agosto de 2006, onde o secretário da SDT, Humberto de Oliveira faria algumas constatações. Essas expectativas, delineadas por discussões acadêmicas que tomavam a perspectiva do Desenvolvimento de forma mais ampla, tinha uma idéia de que era necessário avançar no “*desenvolvimento local, focado nos municípios*”. Diria o representante do MDA:

As nossas experiências vinham dizendo que essa aposta no desenvolvimento local, tendo a escala municipal, ela demorava muito a responder e em alguns casos acho que demoraria décadas para responder, pela fragilidade, pelo isolamento, pela falta de recursos humanos, financeiros e potencialidades *desses municípios*...Então nós achávamos que esta secretaria não faria desenvolvimento rural; mas ela trabalharia

no sentido de implementar uma estratégia que pudesse animar o processo de desenvolvimento com base nos *territórios*. (idem).

Atualmente, o CONDRAF tem realizado discussões sobre o Programa de Fortalecimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar no PPA 2008-2011 e outras temáticas ligadas a diversos setores e temas do “desenvolvimento rural sustentável”, Programa do Biodiesel, PAC, e implantação dos *territórios da cidadania* direcionando as ações do MDA para as maiores concentrações de pobreza. O atual presidente do CONDRAF, ministro Guilherme Cassel, destaca que “*a implantação dos Territórios Rurais, há quatro anos atrás era um desafio e hoje são 120, configurando-se como unidades importantes de planejamento e de aterrissagem de políticas públicas por todo o país.*” Além disso, destaca ainda que

o presidente Lula encarregou o Ministro Tarso Genro de criar uma câmara técnica no Conselho Nacional de Desenvolvimento Local, e, para que não haja confusão, esclareceu que o desenvolvimento local se refere justamente ao que se expôs aqui como desenvolvimento territorial. É preciso integrar os fóruns de interlocução que estão sendo criados nos territórios, para ter mais efetividade nas políticas e nos resultados a serem alcançados.

3. Reproduzindo as representações sobre o desenvolvimento – boletins do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, publica, desde o ano de 1999, os *Boletins Agrários* que são disponibilizados também na página eletrônica do MDA. Ao ler algumas de suas edições (atualmente se encontra na 424ª edição), é possível que percebamos um processo de construção social sobre o tema do *desenvolvimento* e as distintas terminologias para qualificar o modelo de desenvolvimento em foco. Examinar estes boletins como constructos de um universo de representações sociais acadêmicas e políticas sobre *desenvolvimento territorial* possibilita o encontro de perspectivas do desenvolvimento com o exame do que está em jogo nessas representações enquanto políticas públicas e ações do Estado, da administração pública. Através do NEAD, pôde ser percebido um senso de orientação nas representações sociais dos agentes e atos do desenvolvimento territorial. Muito embora, nos espaços de reuniões do CONDRAF, estejam presentes representantes tanto do MDA quanto de outros ministérios, como o MAPA, por exemplo, é notório que aos agentes do MDA cabem um conjunto de idéias que, às vezes, podem ser diferentes das idéias de outros ministérios. E estamos tratando de ministérios de um mesmo governo federal, mas que tem, na prática, disputas entre si. A noção de *agronegócio* é uma delas. Os centros de “formulações” acadêmicas sobre a questão da agricultura familiar não são, geralmente, os

mesmos do “*agronegócio*”. Assim o breve exame dos boletins do NEAD E possibilitou também inserir o MDA num contexto de articulações políticas entre os outros ministérios e outros países. Isto porque nos boletins do NEAD eram divulgadas as ações, eventos e acordos estabelecidos entre distintos segmentos da sociedade e da cooperação com outros países, sobretudo da Europa: Espanha e França. Para abordar o exame destes boletins, foram feitas leituras das edições do ano de 1999 até 2004. Procurei perceber as seguintes questões: i) perceber as categorias que os agentes sociais utilizavam-se para referenciar-se aos processos de desenvolvimento; ii) perceber os agentes e articulações políticas presentes nos eventos divulgados pelo boletim (tanto do período do governo Lula quanto do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso); iii) identificar que tipos de representações sociais estavam em jogo. Encontrei nos boletins, as categorias *desenvolvimento rural*, *desenvolvimento rural sustentável*, *desenvolvimento regional*, *desenvolvimento regional sustentável*, *desenvolvimento local*, *desenvolvimento local sustentável*, *desenvolvimento participativo*, *desenvolvimento limpo e sustentável*, *desenvolvimento promovido pela comunidade*, *desenvolvimento municipal sustentável*, *desenvolvimento territorial*. Essas categorias eram acionadas em variados momentos, e não de forma linear e homogênea. Mas foi possível perceber que no ano de março de 2002, deu-se início ao processo de intensificação das discussões em torno das possibilidades de desenvolvimento que congregasse mais de um município e a partir do ano de 2003, o desenvolvimento territorial vira estratégia de governo aparecendo em quase todos os boletins daquele ano.

4. Considerações

O exame das atas do CONDRAF, de alguns artigos acadêmicos e dos boletins do NEAD, permitiu que os temas e eventos realizados no âmbito das perspectivas dos agentes sociais fossem delineados e percebidos em seus usos e sentidos das noções de desenvolvimento que estavam em jogo que passavam a tornarem-se idéia-força no processo de “*implantação*” do desenvolvimento territorial. Muito embora os documentos de análise da SDT/MDA estejam situados enquanto as formulações estatais para a “*implantação*” do desenvolvimento territorial, através do CONDRAF, cartilhas e diretrizes técnicas e os boletins do NEAD, as representações sociais identificadas não dizem respeito apenas a “*representações do Estado*”. Isto porque, conforme a abordagem de Durkheim (1983):

Há pensamento social de duas espécies. Um vem da massa coletiva, e nela está difuso; é feito desses sentimentos, dessas aspirações, dessas crenças coletivamente elaboradas pela sociedade, e esparsas em todas as consciências. O outro é elaborado nesse órgão especial chamado de Estado; ou governo. Um e outro estão em relação estreita. (idem, ibidem: 73).

No escopo dessas representações sociais, é possível identificar – embora não discutir profundamente neste artigo – um “*modus operandi*” ou “*ideologia*” predominante nas ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos agentes de governos estaduais, municipais, bem como populações genericamente denominadas “público-alvo” de tais políticas. Estava em jogo também uma nova percepção de rural, conforme observamos na primeira parte deste artigo. Vimos que estas percepções não se deram de forma espontânea ou imediatista mas fora construída antes mesmo do primeiro ano do governo Lula, através da relação entre a academia e formuladores de políticas públicas, bem como acordos realizados com organismos internacionais, como CIRAD e IICA. (Pedrafán, 2007). As referências e diretrizes de documentos da SDT, denotam uma busca por um desenvolvimento integrado, ou uma tentativa de coesão social em prol de desenvolvimento supostamente correspondido a apenas um local, um município. Nesse sentido, a capacidade organizativa é medida a partir do sucesso – sinônimo de funcionamento, visibilidade e legitimidade social – da criação dos conselhos. Tais formas (as tidas como capacidades) são tão valorizadas a ponto de se afirmar que, em estando organizadas socialmente, as populações atingidas por tais políticas poderiam ultrapassar dificuldades regionais físicas e econômicas num dado território. Desta forma, o desenvolvimento rural e territorial demandaria, necessariamente, a organização política ou o que se chama, para algumas concepções, de *capital social*. Além das perguntas de ordem institucional e operacional devem-se fazer perguntas de ordem sociológica. Desta forma, quando nos questionamos sobre o contexto social ao qual são “implementadas” as políticas, se tornam mais evidentes as dificuldades e impasses de “*implantação*” de um *território*, se não forem consideradas outras redes políticas e de comunidades que compõem também outros territórios. A exigência social de inserção dos agricultores (*sociedade civil organizada*) em processos de decisão coletiva que estão direcionados a uma gestão participativa de recursos públicos atende a um *ideal democrático* de fazer política a partir dos modelos e categorias discutidas em âmbito federal, como no caso do CONDRAF e dos formuladores de políticas públicas. A interpretação, pelos gestores do MDA, de que o município, na maioria das vezes, é o local da corrupção, do clientelismo e da política das personalidades e favores, é um dos focos principais de tensão nas relações estabelecidas entre seus representantes e os agentes dos municípios, sobretudo os secretários municipais de agricultura, que seriam a

representação do “poder local”. Por outro lado, o MDA cumpriria o seu papel de “dar poder”, de “*empoderar*” às bases, sobretudo ao público privilegiado de ação do ministério que se constitui de agricultores familiares do grupo B, A/C, quilombolas, pescadores artesanais, mulheres e jovens. As expectativas dos agentes em torno do modelo de participação a ser seguido entra, muitas vezes, em confronto com as formas de envolvimento e de participação experienciadas e vivenciadas por agentes sociais municipais.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. *Estudos avançados*. São Paulo, v.15, n. 43, p.121-140, set-dez, 2001.

DURKHEIM, E. Emile. Lições de Sociologia. A moral, o direito e o Estado. Trad e notas de J. B. Damasco Penna. T.A. Queiroz Editor, Ed. USP. Sp, 1983.

LEAL, Victor N. “Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 [1949]

LEAL, Vitor Nunes. “Alguns problemas municipais em face da constituição”. Em: *Três Ensaios de Administração*. Departamento de administração pública e Instituto Brasileiro de Administração, 1958.

OLIVEIRA, Humberto de. Comunicação Pessoal. OPPA – GEPOLAGRI, workshop com Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário), CPDA/UFRRJ, 10 de agosto de 2006.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o Novo rosto do Desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, agosto de 2007.

SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo K., MORUZZI MARQUES, Paulo E., CAZELLA, Ademir. et al. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

WOLF, Eric. Sociedades Camponesas (título original: Peasants). Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1976.

Documentos Oficiais:

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR – CONDRAF. Atas da 5ª a 28ª reunião ordinária – maio de 2001 a junho de 2007. (exceto a da 15ª reunião); Atas reuniões extraordinárias – até a 5ª.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

DOS BASTIDORES DO GOVERNO: O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO BRIZOLA (1959-1962) NO RIO GRANDE DO SUL

Bernard José Pereira Alves¹

Resumo

O governo de Leonel Brizola foi determinante na criação de mecanismos burocráticos empenhados exclusivamente para a realização de projetos de colonização e reforma agrária no Rio Grande do Sul. Nesse trabalho, apresenta-se o quadro da criação dessas estruturas que somente passaram a ser efetivas após o início das ocupações de terra. Estas, promovidas por atores sociais que perceberam a existência de espaços para a realização de demandas que até então eram fortemente reprimidas. A partir da análise desse processo é possível discutir a própria possibilidade de ação do Estado gaúcho naquele momento histórico característico.

Palavras-chave: Governo Brizola (1959-1963); Paulo Schmidt; Reforma Agrária

1. Introdução

No dia 13 de janeiro de 1962, no Rio Grande do Sul, o governador do estado decretou a desapropriação de uma fazenda de quase 25.000 hectares. Esta havia sido ocupada por centenas de famílias somente dois dias antes. A partir desse evento, uma série de novas ocupações ocorreram por todo o estado, algumas delas seguidas por desapropriações. E não só isso, o governo do estado passou a desenvolver projetos voltados a atender colonos e trabalhadores rurais sem terra.

A ocupação da fazenda e a conseqüente desapropriação são relevantes por seu caráter emblemático do estabelecimento de uma linguagem reconhecida entre Estado e demandantes (Sigaud, 2000); entretanto, para este trabalho, proponho que voltemos no tempo. Até o início de 1959, quando se inicia essa legislatura. Isso se justifica porque, dessa forma, pretendo mostrar como mudanças que começaram dentro do governo e de alguma forma repercutiram fora dele, contribuíram para que, quase três anos depois, projetos de reforma agrária saíssem do campo da retórica e fossem de fato promovidos.

Sobre isso, é importante recuperar referências a respeito desse momento histórico. O debate acerca de diferentes modelos de desenvolvimento econômico a serem adotados tinha a agricultura como elemento estratégico para o país. Setores conservadores tomavam o caminho da “modernização técnica” enquanto outros atores sociais se posicionavam a favor da reforma

¹ CPDA – Programa de Pós-Graduação De Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade/UFRRJ.

agrária (Delgado, 2005:51)². Esse debate se manteve até 1964, quando o golpe militar reprimiu fortemente os defensores das propostas ditas “reformistas”³.

Dessa forma, o período ao qual esse trabalho se propõe a abordar trata-se de um momento de intensificação dos debates relacionados à questão agrária nacional. Não só o Rio Grande do Sul, mas também outras partes do país vivenciaram eventos relacionados ao problema do acesso a terra⁴. Assim, pretendo reconstruir os acontecimentos relacionados à problemática da reforma agrária, no governo de Leonel Brizola, analisando-os a partir de uma perspectiva diferente da usada normalmente para se falar de ocupações de terra e projetos de reforma agrária⁵. Adotarei aqui a posição de quem se encontrava dentro do governo do estado naquele período, isto porque acredito que dessa forma posso recolher outros elementos para ajudar a contar um pouco mais desse momento tão particular e, ao mesmo tempo, tão pouco explorado da história da reforma agrária no Brasil.

O governo de Brizola no Rio Grande do Sul ainda carece de maiores investimentos de pesquisa. A maior parte da bibliografia existente não se refere ao seu governo, mas sim à trajetória política (Bandeira, 1979 e Aguiar, 1991). Só foi possível localizar dois trabalhos relacionados especificamente ao seu governo: o primeiro trata-se de uma dissertação de mestrado de Samir Perrone de Miranda a respeito da desapropriação de empresas estrangeiras do setor elétrico e de telecomunicações⁶. O segundo, de Claudemir de Quadros,⁷ descreve a política educacional implantada pela administração estadual. Ambos, mesmo tratando do governo com centralidade, não chegam a abordar as questões referentes aos projetos de reforma agrária que foram desenvolvidos.

² A respeito do debate que se trava no período anterior ao Golpe Militar de 1964 se destaca, por um lado, como matriz do pensamento dito conservador, os economistas da USP com especial destaque o nome de Delfim Neto. Por outro lado, entre os atores sociais favoráveis a reforma agrária, merecem destaque o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e setores reformistas da Igreja Católica.

³ Sobre esse momento de transição antes e depois do Golpe Militar e suas implicações no meio rural brasileiro pode-se encontrar uma produção significativa. Em destaque Martins (1994), Palmeira e Leite (1998), Delgado (2005) e Medeiros(1998).

⁴ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

⁵ Esse trabalho só foi possível por minha participação em um grupo de pesquisa vinculado ao Museu Nacional/URFJ coordenado pela Professora Lygia Sigaud. Agradeço também ao Professor Marcelo Rosa (UFF) pela disponibilidade do material para a pesquisa e pela orientação na elaboração do trabalho.

⁶ MIRANDA, S. P. *Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

⁷ QUADROS, C. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

Dois outros trabalhos abordam de maneira secundária a relação do governo de Leonel Brizola com a questão da terra. O primeiro deles é a dissertação de mestrado de Ivaldo Gehlen⁸. Nela o autor menciona de forma tangencial determinados eventos ocorridos durante o governo de Brizola. O segundo trata-se igualmente de uma dissertação, defendida por Córdula Eckert⁹. A autora aborda a emergência e a ação do Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, o MASTER. Assim, apresenta relevantes considerações sobre a relação que se estabeleceu entre este movimento social e o governo de Brizola. Eckert dá especial ênfase ao desenvolvimento da mobilização e organização dos agricultores.

Dessa maneira, com esse trabalho pretendo contribuir para a compreensão desse momento trazendo novos elementos, pautados, como disse anteriormente, na perspectiva interna do estado gaúcho. Minha preocupação aqui não é buscar uma história oficial dos eventos relativos a esse período, mas reconstruí-la a partir de um ponto de vista pouco comum quando se trata, em especial, de eventos que contaram com participação popular. Ocupações de terra, como as ocorridas no Rio Grande do Sul na década de 60, sempre chamam atenção pelas condições que os sujeitos envolvidos se dispõem a viver em busca de um pedaço de terra. A dura vida sob a lona e as dificuldades enfrentadas acabam por transformar essa odisséia por um pedaço de chão em um objeto sociológico de grande atratividade. Por reconhecer que outros autores já se impuseram essa perspectiva analítica, adoto aqui esse outro caminho.

Proponho-me a tratar do governo Brizola como lugar de mudanças importantes para se pensar aquele momento. Para isso, como recurso metodológico, me utilizo de informações recolhidas por um ex-funcionário do Estado gaúcho. As perspectivas que adoto e desenvolvo aqui são baseadas em informações que obtive de Paulo Schmidt, um ex-funcionário do governo de Brizola. Ele iniciou seu trabalho no serviço público, por convite do governador, em 1959. Passou por diversas funções dentro do governo e teve participação efetiva em todos os órgãos e comissões criadas na época para tratar de temas relacionados à questão fundiária do estado¹⁰. É por meio da análise dos documentos e da fala de Schmidt que construo minhas

⁸ GEHLEN, I. *Uma estratégia de luta camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

⁹ ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Rurais sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1984.

¹⁰ A partir de 2006, passei a ter contato com um rico material coletado durante o trabalho de campo realizado no ano de 2005 por pesquisadores do grupo de pesquisa que participo. Durante essa jornada no interior do Rio Grande do Sul encontraram Paulo Schmidt e, graças a ele, tivemos acesso a jornais da época, documentos oficiais do governo, publicações criadas a partir dos projetos realizados, além de fotografias e até mesmo filmes

considerações. Mais do que um mero informante, Schmidt é um interlocutor por sua consistente participação em todo o processo.

2. Os eventos vistos “*de dentro*”

O mandato de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul se inicia em 1959. Já no início de 1960 o governo começa a dar sinais de interesse em tratar de questões relacionadas aos problemas fundiários do estado. Em 29 de fevereiro, Brizola criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). Segundo o documento referente à criação da comissão, era função do órgão adquirir terras para agricultores e áreas para a construção de casas populares. Ficava sob a responsabilidade da comissão: realizar estudos, propor medidas, elaborar e desenvolver projetos relacionados à questão fundiária e habitacional do estado.

A CETH realizou um vasto trabalho de levantamento da situação fundiária no Rio Grande do Sul. Lançaram-se aos cartórios e iniciaram um processo de levantamento de todas as propriedades com mais de 2.500 hectares de cada município do Estado. Além disso, elaboraram uma lista com o nome de cada proprietário que tinha mais de uma propriedade que ultrapasse 2.500 hectares. O levantamento foi realizado no ano de 1961.

Em 14 de novembro do mesmo ano, Brizola criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Entre as funções do IGRA – destacadas no decreto de criação do órgão – encontravam-se: sugerir ao governo as bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado, promover o acesso a terra e propriedade aos agricultores sem terra e promover a legalização de terras ocupadas por pequenos agricultores.

O então governador, por meio da criação do IGRA, possibilitou a formação de instrumentos públicos voltados exclusivamente para a consolidação de políticas que atendessem às demandas de acesso a terra, ou seja, foi criado no aparelho de estado um órgão direcionado a tratar de elementos que alteravam as bases da estrutura de poder. A terra – sua utilização e posse – passou a ser vista como política de governo. Estavam criados os canais para que demandas fossem realizadas e, especialmente, reconhecia-se o direito de quem não tinha terra de buscá-la.

Apesar da criação do instituto, orientado exclusivamente à questão fundiária, a movimentação no governo de Brizola só começa a converter-se em ações práticas a partir da ocupação da Fazenda Sarandi em 11 de janeiro de 1962. Esta foi a primeira de uma série de

sobre a situação vivida pelos pequenos agricultores da época. Schmidt preservou durante quatro décadas um acervo que reúne informações o bastante para se repensar aquele momento.

ocupações que reivindicavam a desapropriação da área para fins de reforma agrária no Rio Grande do Sul.

A Fazenda Sarandi, localizada no município de mesmo nome, consistia numa área de mais de 25.000 hectares de terra, repleta de pequenas propriedades a sua volta. Oficialmente, a fazenda era de propriedade de uma firma uruguaia que a tinha dividido em três seções: Estância Julio Mailhos S.A., Fazenda Lucena e Fazenda Olema, todas elas arrendadas à brasileiros (Eckert, 1984:105).

Segundo Schmidt, na época diretor do IGRA, a ocupação teria sido organizada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, apoiado por trabalhadores rurais e líderes políticos locais, que garantiam os suprimentos para a manutenção do acampamento. Nas palavras de Schmidt:

[N]o caso dessa fazenda, da Fazenda Sarandi, era uma enorme propriedade de quase 25 mil hectares, rodeados de pequenas propriedades, de minifúndios já. Em que os filhos daqueles agricultores já não tinham pra onde ir. Então as famílias estavam [...] saindo para Santa Catarina, saindo [...] procurando terra. Aqueles que tinham inclinação de agricultores. E os outros começando a inchar as cidades. O êxodo rural, não é? Bom, mas com aquela história de Brizola, o Brizola tinha um primo Jair, meio 'malucão', lá de Ronda Alta, metido a político, a ser prefeito [...]Então esse parente dele junto com alguns líderes locais inventou pressionar para o Brizola desapropriar isso aqui.

Schmidt conta que a ocupação da Fazenda Sarandi se justificou pela pressão em torno da necessidade de uma redistribuição de terras na região. Haveria um contingente enorme de pessoas que não tinham propriedades ou a que dispunham não era suficiente para garantir a subsistência familiar. Diante desse quadro, teriam ocupado a fazenda.

A história da ocupação da Fazenda Sarandi é bastante controversa. O fato de um parente de Brizola ter estado à frente de todo o evento coloca imediatamente a idéia de uma participação do governador como incentivador da ocupação. Sobre o conhecimento de Brizola a respeito da ocupação, Schmidt comenta:

Marcelo Rosa – Porque até aí então o Brizola só ficou sabendo depois que o pessoal estava lá acampado?

Paulo Schmidt – Depois que [...] estava lá! Esse movimento ele ficou sabendo depois. Esse eu posso dizer com segurança. Esse daqui pegou ele de calças curtas!

Marcelo Rosa – Porque umas das últimas coisas que estamos levantando é isso. Porque algumas pessoas – eu até tive lá em Ronda Alta, conversei com as pessoas [e] algumas diziam: 'Foi o Brizola que criou! O Brizola que levou o pessoal pra acampar!'

Paulo Schmidt – Não foi! Não foi! Pegou ele de calça curta! Ele deu imediatamente o apoio!

Como visto acima, Schmidt reafirma categoricamente que o governador não teve participação ou mesmo sabia da ocupação da Fazenda Sarandi. Entretanto, a ação do governador diante dela não combinava com a forma tradicional de se lidar com esse tipo de iniciativa. Se o comportamento natural da época seria o envio da Brigada Militar para retirar os “invasores”, Brizola faz o movimento inverso e enviou a Brigada para garantir a segurança das mais de três mil famílias. Além disso, declarou publicamente o total apoio a ocupação.

Evidentemente, essa iniciativa do governador corrobora as afirmações de que teria tido uma participação mais efetiva no evento de Sarandi. Entretanto, se repensarmos nas ações que vinham sendo promovidas pelo governo nos meses imediatamente anteriores ao ocorrido, é de fácil leitura que um acontecimento como o da Fazenda Sarandi tornou-se uma oportunidade significativa para fazer funcionar todo o aparelho burocrático estatal criado para promover projetos de reforma agrária.

De qualquer modo, a controvérsia sobre o papel do governador se coloca de forma intensa. Em entrevista de agosto de 1979, Jair Calixto, em um dos poucos registros de sua versão da história, afirma:

Fui chamado ao Palácio Piratini para fazer um relato dos acontecimentos à Brizola. Informei que as coisas estavam pretas, que havia muita gente passando todos os dias pelo corredor da Sarandi e acampando em Nonoai. Todos se queixando da opressão, da miséria. Brizola queria que eu levasse aquela gente para a fazenda, mas depois voltou atrás, aceitando a orientação do doutor Brochado da Rocha (Secretário de Justiça). Brochado opinou que era preciso respeitar a propriedade privada e que os agricultores deveriam acampar na beira da estrada. (O Rio Grande 23 a 30/08/1979).

Segundo Calixto, ainda na mesma entrevista, ele teria voltado para Nonoai onde, no dia 11 de janeiro de 1962, liderou 400 agricultores que acamparam junto ao Arroio Cascavel, no município de Sarandi. Segundo o mesmo jornal, esses agricultores convergiam para Nonoai por ocasião da publicidade realizada por dois líderes locais apoiados na política de Brizola de incentivo ao associativismo dos colonos sem terra. Em outro momento, na mesma matéria, o periódico aponta:

A ocupação da Fazenda Sarandi foi feita em ordem, como convinha a um movimento organizado a partir do Palácio Piratini. As faixas levantadas pelos agricultores traziam temas pacíficos: Terra e Pão, Justiça sem Luta, Somos Cristãos. ‘Tudo iniciativa do Brizola’, lembra Calixto. ‘Erguemos uma cruz bem no alto, só para que mais tarde não nos chamassem de comunistas’. Mas esses expedientes ingênuos já não adiantavam diante dos inimigos do governador, cada vez mais agressivos e identificados pelo próprio Brizola como ‘aqueles que tem privilégios oriundos da espoliação que o capital estrangeiro realiza no Brasil’. Depois da nacionalização dos serviços de energia elétrica e de telefones – que tiveram repercussão internacional – a ocupação de terras de propriedade privada

acrescentou os latifundiários à lista de inimigos de Brizola, ‘uma classe de sanguessugas, sem força moral para qualquer pacto política’, segundo o próprio governador.

Os 400 agricultores, que levantaram faixas e foices, fizeram apenas uma ocupação simbólica do Arroio Cascavel, sob o comando de Calixto, eram insuficientes para ocupar os 22 mil hectares de terra que reivindicavam.

Quando Brizola anunciou a pela imprensa que pretendia desapropriar a fazenda dos uruguaios, amparado na Constituição que lhe permitia declará-la de utilidade pública e interesse social, ninguém ficou surpreso. Desde que assumiu o governo ele vinha criando instrumentos a favor de uma reforma agrária e fazendo propaganda aberta de suas vantagens (O Rio Grande - 29 a 30/08/79)..

Essa passagem permite supor a motivação de opiniões tão distintas quanto ao papel de Brizola na ocupação de Sarandi. Calixto é direto ao afirmar que Brizola teria mostrado interesse em realizar a ocupação, mas depois da intervenção de seu Secretário de Justiça, a situação teria mudado. Ao mesmo tempo, nesse trecho é possível perceber a tensão que permeava as ações e os acontecimentos da época, Brizola já tinha tomado medidas de caráter reformista nas áreas energéticas e de telecomunicações¹¹. Seu interesse em lidar com a questão da terra também é colocado na parte final da reportagem como se a ocupação da Fazenda Sarandi fosse a oportunidade esperada para por em prática seus projetos de reforma agrária.

Com a justificativa da pressão popular, as ações do governo de Brizola não o colocariam como um “agitador das massas”. É fundamental lembrar que o momento político pelo qual o país passava era muito peculiar. As pressões por reformas, como a reforma agrária, estavam inseridas num campo de disputas (Bourdieu:1983) com os defensores de outras alternativas mais conservadoras. Os defensores da reforma agrária eram constantemente acusados de transgressores da ordem, de comunistas e etc. Brizola, como governador, se colocaria em uma posição delicada nesse momento político se assumisse a frente da execução desses projetos considerados “reformistas” sem o respaldo da pressão popular.

Para se falar de pressão popular, em especial se tratando de pressão por reforma agrária durante o governo Brizola, é fundamental que se considere a atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MASTER. A mais consistente fonte bibliográfica sobre esse movimento é uma dissertação defendida por Eckert (1984). Nela, a autora procura defender a autonomia do movimento diante do governo Brizola.

¹¹ Ver mais em MIRANDA, S. P. *Projeto de Desenvolvimento e Encampação no discurso do Governo Leonel Brizola*:Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Assim como no episódio da Fazenda Sarandi, o MASTER também tem um papel controverso dentro de todo o processo de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Sobre a origem do movimento Eckert afirma:

[S]urgiu em 1960,[...] a partir da tentativa de um proprietário de terras de retomar uma área de 1.800 hectares situada em Faxinal, município de Encruzilhada do Sul, que há 50 anos estava em poder de 300 famílias de posseiros.

Durante 36 anos ninguém reclamou a propriedade da área até que Euclides Lança, dizendo-se dono, passou a exigir dinheiro pelo uso da terra. Os posseiros acharam melhor pagar, mas, quando foi proposto que comprassem a terra sob pena de serem despejados, começaram a reagir. Em junho de 1960 [...] com o apoio do prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, organizaram-se e dispuseram-se, inclusive, a usar a força pelo direito de permanência nas terras.

No final de outubro do mesmo ano, o prefeito de Encruzilhada do Sul consegue um acordo com o governo do estado e [...] mediante ao pagamento de apólices estaduais, [o estado] comprometeu-se em desapropriar essa área de 500 hectares e expedir o título de posse das respectivas áreas aos posseiros.(1984, pp. 68).

Para Eckert esse conflito marca a criação do MASTER sob a liderança de “Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, na ocasião superintendente da fronteira do sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB” (1984, pp. 68). Como pode ser visto na passagem acima, para a autora, o movimento teria sido criado por iniciativa exclusiva dos atores locais, inclusive atribuindo ao prefeito de Encruzilhada o papel de mediador que acabou trazendo a solução para os problemas dos posseiros de Faxinal. Entretanto, Paulo Schmidt, em uma parte de sua entrevista apresenta uma versão um pouco diferente sobre a criação do MASTER:

Paulo Schmidt – Esse cara aqui ó foi fundamental para nossa reforma agrária. [...] Esse cara aqui foi o presidente do MASTER, Milton Serres Rodrigues [...] Eu vou fazer um parêntese porque senão eu posso me esquecer, eu não quero que vocês deixem de ouvir isso. O Milton Serres Rodrigues era um delegado de polícia. Nas atividades dele ele foi eleito de repente prefeito de Encruzilhada do Sul, um município nosso aqui. [...] Nessa época que isso aqui estava fervendo, Brizola era governador, [Milton] era do PTB e foi procurado por um bando de uns 20 ou 30 posseiros de uma fazenda que de repente apareceu dono e disse: ‘É minha!’ Aquelas coisas que acontecem no Brasil inteiro, tu sabe! E os posseiros dizendo: ‘Está aqui o título, eu tenho!’ Entrou na justiça e o juiz decretou a retomada de posse, a reintegração de posse, o despejo dos posseiros. Eles foram lá no Milton, no prefeito dizer que não iam sair, que eles iam brigar e o Milton dizia: ‘Eu vou junto’. Lá ia se armar, porque o Milton era um brigador [...], era um cara de um temperamento, não era fácil [...] tinha gente lá com mais de 50 anos de posse, tinha netos nascidos lá. Bom, mas aí alguém disse: ‘Vai falar com o Brizola! O Brizola está metido nisso agora!’ Veio aqui no Palácio e nós tínhamos aí um assessor comunista chamado Paulo Schilling.

Marcelo Rosa – Paulo Schilling!

Paulo Schmidt – E tínhamos e tinha também um deputado, o Moura da Fronteira, como era? O nosso advogado, aquele do PTB, o Moura. Morreu num desastre de avião [...] um tribuno notável!

Marcelo Rosa – Foi deputado?

Paulo Schmidt – Foi deputado federal.[...] Daqui a pouco eu me lembro. Daqui a pouco! [...] Ele então, que esse cara estava lá no Palácio, chegou o Milton apavorado e passou para o assunto [...]o advogado, esse deputado federal diz: ‘Não, espera lá! Não é assim que se resolve, vamos resolver isso da forma certa e vamos resolver. Como é que você vai te meter? Quem é essa gente? Tu tem o nome de todos? Sabe quem são? Sabe que direitos tem? Se é tudo a mesma situação?’ Daí ele começou a balançar! ‘Não, então vamos fazer o seguinte, vamos criar uma associação dos moradores, vamos criar uma associação’. Associação de agricultores sem terra, primeira associação de agricultores sem terra do Brasil. Encruzilhada do Sul, com Milton Serres sendo o prefeito. Foi criada a associação, foram feitos os estatutos. É capaz de estar tudo aí. [...] E depois da associação o Brizola decretou utilidade pública. [...] É que precisava, começaram a surgir movimentos isolados e movimentos isolados não tem força. É o povo organizado que tem força, sociedade organizada que tem força! Então o Brizola criou o MASTER, que é uma espécie de federação dos movimentos agricultores sem terra, e o titular [era] o Milton. Funcionava!

Essas informações que Schmidt traz acima nos permitem uma interpretação um pouco diferente sobre a criação e a relação que veio a se estabelecer entre Brizola e o MASTER. O prefeito de Encruzilhada do Sul era do mesmo partido de Brizola, o PTB, Paulo Schilling também era funcionário do estado gaúcho e, por último, o advogado e deputado, que Schmidt não se recorda o nome, é Ruy Ramos, também do PTB.

Não é meu objetivo aqui a busca da gênese do MASTER e o estabelecimento de “verdadeiras relações” que existiriam entre o governo e o movimento, mas, como Schmidt mesmo aponta acima, Brizola reconhece em agosto de 1961 as ações do MASTER como de utilidade pública. É preciso ter atenção a essa data. Após esse momento, passaram a acontecer ocupações de terra em diversos pontos do estado e uma justificativa recorrente nos decretos desapropriação e nos demais documentos dos órgãos que tratavam de questões relacionadas ao acesso a terra eram as pressões populares. Quem mais poderia representar essas pressões do que um movimento social organizado como o MASTER? Não tenho elementos para afirmar que essa era a única função do movimento e que ele era totalmente controlado pelo governador, mas, sem dúvida, o movimento personificou umas das mais relevantes justificativas apontadas pelas ações do governo nos decretos de desapropriação, a das pressões sociais pela reforma agrária.

Voltemos ao caso da Fazenda Sarandi. Como apontei anteriormente, a ocupação ocorreu dia 11 de janeiro de 1962, no dia 13 do mesmo mês, Brizola desapropriou a Fazenda Sarandi por meio do decreto nº 13.034. As justificativas utilizadas pelo governo do estado para a desapropriação da área se concentram em três pontos específicos: (1) a legitimidade da demanda por terra dos agricultores sem terra; (2) na Constituição, que previa como obrigação do estado o uso partilhado da terra e (3) a justificativa que envolvia a Igreja, defensora de princípios que colocavam em xeque o latifúndio improdutivo.

No documento, fica claro que a pressão pela desapropriação da fazenda por parte dos acampados foi relevante para que o governador adotasse essa alternativa, mas as justificativas pautadas na lei e na igreja são importantes para pensar algumas questões. A desapropriação de uma fazenda das dimensões da Fazenda Sarandi podia ser facilmente encarada como um ato subversivo para a época; entretanto, ao trazer como motivo para a desapropriação a própria Constituição do estado, aliada à presença insistente da justificativa que remete à Igreja, a ação do governo criava em torno de si uma forte proteção à ataques que fizessem referência a atividades subversivas.

Pouco depois do ocorrido na Fazenda Sarandi, outro movimento semelhante ocorreu em Camaquã. Na localidade denominada Banhado do Colégio. Segundo Paulo Schmidt, inspirados no caso de Sarandi, um grupo liderado por um homem chamado Epaminondas foi o responsável pela ocupação.

O Banhado do Colégio era uma área de quase 20 mil hectares de um terreno alagadiço que servia de marco para a determinação de limites de inúmeras grandes propriedades. Segundo Schmidt, era comum que os latifundiários deixassem que alguns seus empregados cultivassem em pequenos pedaços de terra mais próximos das áreas alagadiças. Dessa forma, esses trabalhadores faziam pequenas intervenções locais drenando pequenas áreas para seu próprio cultivo; entretanto, depois de feito esse trabalho, muitas vezes esses trabalhadores eram expulsos dessas áreas e essa faixa passava a ser integrada a área cultivável da propriedade. Segundo Schmidt, essas ações estavam aumentando a pressão de agricultores sem terra nas imediações do banhado.

O evento determinante para a eclosão da ocupação em Camaquã, segundo Schmidt, foi uma obra realizada no local pelo Governo Federal. Com a intenção de construir uma estrada que passaria no meio do Banhado, foi realizada uma imensa obra de drenagem de toda a área alagadiça, dessa forma, em pouco tempo foram expostas quase 20 mil hectares de terras extremamente férteis. Como foi dito anteriormente, o Banhado era utilizado como meio de demarcação dos limites de inúmeras grandes propriedades. Diante do recuo das águas, esses mesmos latifundiários, vendo ali a oportunidade de expandir suas propriedades, passaram a mover as cercas que apontavam os limites de suas fazendas para dentro da área do Banhado do Colégio, que eram terras devolutas, ou seja, pertenciam ao próprio Estado.

Segundo Schmidt, essa iniciativa dos grandes proprietários de avançar suas cercas foi determinante para a organização de um grupo liderado por um homem chamado Epaminondas, que no final de janeiro de 1962, coordenou a ocupação da área do Banhado do

Colégio. Ele conta que Epaminondas, havia sido expulso das terras de uma grande proprietário chamado Nestor Jardim, importante figura política da região.

O Epaminondas foi expulso junto com outro da terra do Jardim. [...] Epaminondas tinha saído daqui, tinha montado lá numa daquelas vilas miseráveis, um boteco de vender coisas para os companheiros que iam para lá e ele ali era um centro de comércio, tomar cachaça, [...] comprar o arroz, feijão, o charque, quer dizer, e ali ele foi se tornando um líder. De repente um outro operário rural, não daqui, mas de um outro lugar, que era vereador em Camaquã [...] se agregou a ele e surgiu um outro empregado do DAER, nosso Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens, [...] e esse cara o Budelon [...] era tratorista do DAER, líder também. E os três sabendo da história, parece que foi o Budelon que soube pela viagem dele, eles se reuniram e resolveram acampar aqui. Nesse meio tempo o governo tinha mandado drenar o canal pra abrir a estrada. Já estava aberta a estrada.

Se em Sarandi a desapropriação da fazenda foi logo em seguida da ocupação, no Banhado do Colégio o caso não foi diferente. Não foi possível localizar, entre os materiais guardados por Schmidt, a data exata da ocupação do Banhado. O que se sabe é que ocorreu no final do mesmo mês da ocupação em Sarandi, ou seja, janeiro de 1962. Assim como em Sarandi, Brizola desapropria os 19.106 hectares do Banhado do Colégio no dia 30 de janeiro de 1962.

Já na década de 80, em entrevista, Epaminondas conta como se deu a organização dos agricultores e os motivos que levaram a ocupação. Segundo ele:

Parece que foi ontem. Era uma sexta-feira. Fui para a cidade pensando e no sábado botei um aviso na rádio para ler a cada quinze minutos, convidando os agricultores sem terra para uma reunião na minha casa. Foi aí que surgiu a Associação. Como todos sabiam que os fazendeiros não tinham escritura e estavam se adonando das terras, resolvemos acampar. (O interior – 14 a 20/09/1985).

Na mesma reportagem, Epaminondas afirma que no mesmo dia comunicaram ao governador, que por sua vez, teria dado atenção imediata aos agricultores. Ele conta ainda que sua atitude de promover a ocupação acabou provocando uma intensa perseguição a ele por parte de João Jardim, que na década de 80 foi Secretário de Agricultura. Epaminondas conta que foi preso em diversas ocasiões e chegou a perder seu lote no Banhado do Colégio.

Foi uma grande perseguição. Muita gente se assustou com as minhas prisões e fugiu. A cooperativa virou um quartel, tinha fuzil ensarilhado e uma brigada na porta, com baioneta calada. Mas eu tenho certeza que as terras eram devolutas. Se depois arrumaram um jeito de legalizar, eu não sei. Mas se isso aconteceu, que o governo trate de desapropriar. Tudo aqui estava embaixo d'água, o Governo drenou com o dinheiro do país. Agora, acho que a reforma agrária deve continuar. (O interior – 14 a 20/09/1985)

Como foi dito acima, por Schmidt e pelo próprio Epaminondas, o governo deu total atenção às iniciativas de ocupação de terra, tanto em Sarandi quanto em Camaquã. Porém, há algo de intrigante no decreto de desapropriação do Banhado se o compararmos ao documento com o decreto de desapropriação da Fazenda Sarandi. Se no primeiro fica claro uma tentativa insistente por parte do governo de justificar sua ação, no decreto relacionado a desapropriação do Banhado essa preocupação simplesmente não existe. O decreto de desapropriação do Banhado do Colégio somente traz as informações técnicas sobre a localidade.

Duas possibilidades podem ser levantadas a respeito dos dois modelos adotados: a área da Fazenda Sarandi era uma propriedade privada, que foi desapropriada, segundo a justificativa da lei estadual, por não cumprir as exigências legais, já a área do Banhado do Colégio era considerada terra devoluta, ou seja, a área pertencia ao próprio estado, o que não implicaria em grandes justificativas a respeito de sua desapropriação. Uma segunda possibilidade a ser pensada, diz respeito à própria natureza de cada processo. O caso da Fazenda Sarandi traz consigo algo de emblemático e marcante na história das ocupações de terra no Rio Grande do Sul. Essa ocupação e a respectiva desapropriação colocam pela primeira vez, segundo os documentos oficiais, a pressão popular em condição de forçar as ações do governo. Diante disso, por seu pioneirismo, toda a preocupação com as justificativas da desapropriação de Sarandi poderiam ser compreendidas.

O discurso de Schmidt e os documentos referentes ao IGRA apontam de fato para uma atuação mais forte do instituto depois dos eventos em Sarandi e Camaquã. Esses dados indicam que a criação de um mecanismo de Estado para atender a demandas relacionadas a questões da terra não foi o bastante para que as iniciativas saíssem do campo da retórica. Esse mecanismo só se tornou atuante e representativo após os eventos que não encontraram um impulso inicial no próprio Estado. Calixto, apoiado pelas lideranças locais de Nonoai na invasão da Fazenda Sarandi e o grupo liderado por Epaminondas em Camaquã, parecem ter desempenhado esse papel que acabou por repercutir na atividade do IGRA em projetos de desapropriação e assentamento no Rio Grande do Sul.

O Estado só legitimou suas ações no sentido de realizar a reforma agrária depois que ocorreu a demanda por parte dos interessados. Mais do que o resultado de um movimento único, os acontecimentos no Rio Grande do Sul apontam para uma relação que se estabeleceu entre os representantes do Estado, que passaram a reconhecer a questão da terra como um problema a ser enfrentado, e os demandantes, que reconheceram canais na estrutura burocrática para o atendimento de seus interesses.

3. Conclusão

Esse breve texto traz informações de diversos eventos que, ao se tentar analisar de forma conjunta, são uma boa ilustração de como o mundo social não é guiado por uma racionalidade objetiva ou mesmo pelos interesses de um só ator social. Brizola, ou seu governo não podem ser apontados como únicos agentes envolvidos nos processos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Eles foram relevantes, ocuparam seus papéis, mas os resultados foram produtos de ações de diversos agentes, com maior ou menor grau de relevância. Norbert Elias(1994) apresenta uma importante reflexão sobre a influência que um sujeito isolado pode exercer no mundo social. Ele afirma que

[n]enhuma pessoa isolada, por maior que seja a sua estatura, poderosa sua vontade, penetrante sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para a qual eles são dirigidos. Nenhuma personalidade, por forte que seja, pode [...] deter mais do que temporariamente as tendências centrífugas [...]. Ela não pode transformar sua sociedade de um só golpe (1994: 48).

Dessa maneira, mesmo que Brizola quisesse, e não tenho elementos para afirmar isso, promover projetos de reforma agrária desde o início de seu governo, não foram somente eventos que operavam sob seu domínio que lhe dispuseram as condições de promover essas mudanças. O que temos de fato? Por um lado, fica claro que o Estado gaúcho criou instrumentos burocráticos dispostos a atender projetos de reforma agrária. Entretanto, todo esse aparelho estatal somente se tornou eficiente depois que colonos sem terra se mobilizaram para ocupar terras. É verdade que, como apontei antes, a ocupação apresenta a controversa liderança do parente do governador, mas assim como em outros momentos, não foi possível chegar a uma posição concreta do papel de Brizola nela. Além disso, o que dizer das ações da MASTER? Deve-se reduzi-la à Brizola? As informações que recolhi dão conta de uma forte ligação entre eles, mas generalizar a ponto de limitar suas ações a um movimento coordenado pelo governador é simplificar demais. Elias nos lembra ainda:

[...] a margem de decisão individual emerge dentro da rede social, não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedade. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente (1994: 49).

Logo, todos os conturbados episódios narrados aqui servem para constatar que o mundo social é dotado de uma complexidade que dificulta a indicação de um marco zero dos

eventos. Brizola foi capaz de “ler” a realidade a sua volta e mobilizar as ferramentas que tinha a seu alcance para dar o impulso necessário para que uma intrincada engrenagem passasse a funcionar.

4. Bibliografia

- BANDEIRA, M. (1979) *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BORDIEU, P. (1983) *Sociologia*. São Paulo: Ática (Grandes cientistas sociais, 39), org. Renato Ortiz.
- _____. (2001) *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2001, org. Sérgio Miceli.
- CALLADO, A. (1964) *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DELGADO, Guilherme. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003" in Luciana Jaccoud (orga.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, pp. 51-90.
- ECKERT, C. (1984) *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- ELIAS, N. (1994) *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1997) *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GEHLEN, I. (1985) “A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai”. In SANTOS, J. T. dos (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, Editora da Unicamp/ICONE
- GRILL, I. (2003) *Parentesco, redes políticas e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MARTINS, J. de S. (1994) *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo:Hucitec
- MEDEIROS, L. (1998) *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. In COSTA, L.F. e SANTOS, R. (orgs) *Política e reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MIRANDA, S. P. *Projeto de Desenvolvimento e Encampação no discurso do Governo Leonel Brizola:Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- O Interior*, edição de 14 a 20 de setembro de 1985.
- O Rio Grande*, edição de 30 de agosto de 1979.
- OSMAN, R.G.A. (1991) *Leonel Brizola: uma trajetória política*. Rio de Janeiro , Record.
- PALMEIRA, M. e LEITE, Sérgio. "Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In COSTA, L.F. e SANTOS, R. (orgs.) *Política e reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

QUADROS, C. As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

ROSA, M. (2004) O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Tese de Doutorado. Iuperj, Rio de Janeiro.

_____. (2004) As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na zona da mata de Pernambuco. Dados, vol. 47, n. 3, pp. 473

_____. (2001) “Espetáculo e cotidiano, pequenas vozes na luta do MST”. Cultura Vozes, vol.95, nº3.

_____. (2006) Uma região em movimento: As lutas por terra e a transformação da estruturas de poder e significação social na mata pernambucana. Estudos Urbanos e Regionais, vol.8 n. 2.

SIGAUD, L. (1989) “A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento”. In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. Continuidade e mudança no Brasil da nova república. IUPERJ/Vértice.

_____. (2000) “A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana”. Novos Estudos Cebrap, pp 73-92.

_____. (2005) As condições de possibilidade das ocupações de terra. Revista Tempo Social, Sao Paulo, SP, v. 17, n. 1, pp. 255-280.

WEBER, M. (1982) Ensaios de sociologia. 5ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

IDENTIDADE ÉTNICA E TERRITORIALIDADE¹

Jordânia de Araújo Souza²
Luiz Rivadávia Prestes Almeida³

Resumo

Tomando como parâmetro as discussões que priorizam a institucionalização de grupos sociais, orientada pelos mais variados elementos, seja pela demanda de recursos ou pelo anseio em ser reconhecido socialmente, o presente trabalho pretende discutir a construção e a atualização da identidade étnica dos moradores do Quilombo Urbano de Serra do Talhado, localizado no município de Santa Luzia, pensando a etnicidade enquanto uma forma de interação social. A relevância de tal estudo pode ser verificada em decorrência de algumas situações que têm sido observadas no processo de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo. Dentre os aspectos que pudemos perceber como importantes para pensarmos a construção da identidade quilombola da comunidade em questão ressaltaremos as fronteiras comunitárias e as relações desta comunidade com outras, bem como o significado do qual se revestem a terra e o território.

Palavras-chave: Etnicidade; Identidade Quilombola; Territorialidade.

1. Introdução

A partir de uma pesquisa, em andamento, que pretende discutir a construção e a atualização da identidade étnica, pensando a etnicidade enquanto uma forma de interação social, e valendo-nos do método etnográfico empregado para conhecer melhor a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, temos dedicado nossa atenção a uma série de aspectos que têm se mostrado relevantes para a compreensão deste processo de construção de identidade quilombola que vem sendo vivenciado pela referida comunidade.

Entre estes aspectos, inicialmente, podemos apontar suas narrativas épicas; sua genealogia e seu sistema de parentesco; a memória social e histórica, esta, estreitamente ligada à comunidade rural do Talhado, da qual aquela se origina; as práticas religiosas; a produção econômica; as fronteiras comunitárias e as relações com outras comunidades. Entre

¹Trabalho apresentado no GT Canais e formas de expressão de grupos sociais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil;

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: jordania.souza@yahoo.com.br.

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. E-mail: antropoluigi@yahoo.com.br.

estes e outros pontos importantes a serem mais bem estudados, um que nos tem chamado a atenção é o significado do qual se revestem a terra e o território neste processo.

Se a terra pode ser entendida como desde o simples solo em que se pisa, até aquele local no qual se dão as condições físicas para o sustento dos grupos humanos; o território, por sua vez, é mais especificamente entendido como aquele espaço que é definido e possui limites que se originam a partir das relações sociais que nele ocorrem. Assim, o que diferencia terra de território, e ao mesmo tempo transforma aquela neste, é uma apropriação significativa da terra.

No Brasil as chamadas terras de preto, ocupadas por comunidades negras rurais, surgiram a partir da constituição de quilombos; e se em tempos remotos os seus membros apresentavam pouca preocupação quanto à posse de seus títulos, uma vez que para estes as terras não tinham valor comercial, pois não dispunham de sua titulação para negociarem com elas, a terra ocupada por aqueles negros fugidos representava para eles o lugar onde se efetivava sua liberdade. Este foi o primeiro grande vínculo dos negros com a terra; a posse da terra ganhou outros sentidos; o sistema escravista acabou; as comunidades, pouco ou muito, se modificaram; mas a discriminação e o preconceito em relação aos negros persistem. Se eram expropriados do seu trabalho, hoje se quer expropriá-los, também, de suas terras e até de sua identidade.

As identidades étnicas, que não se enfraqueceram e nem desapareceram como se pensou que iria ocorrer, há algumas décadas atrás, têm, pelo contrário, se fortalecido e são assumidas com mais transparência, orgulho e ênfase, ou na analogia de Manuela Carneiro da Cunha, “a etnicidade é a Hidra do século XX”⁴. A etnicidade não é mais entendida apenas como sinônimo de racismo, de uma diferenciação discriminatória. No decorrer do século XX a etnicidade passou da concepção de raça por várias outras concepções (sistema cultural; extensão do parentesco etc.). Apesar destas desconfianças, e inclusive por causa delas, as discussões sobre etnicidade se fizeram mais prementes no campo das Ciências Sociais. Mais importante que a necessidade de esclarecer melhor os conceitos de etnia e de etnicidade, é o clamor do fenômeno da etnicidade a perdurar no meio das sociedades humanas que vem fazendo com que sejam necessários ainda estudos a respeito deste fenômeno.

⁴ Referência de Manuela Carneiro da Cunha (1986) à serpente monstruosa da mitologia grega, a Hidra tinha muitas cabeças. Quando um herói qualquer tentava cortá-las, da parte decepada brotavam mais duas cabeças, novinhas! Para evitar que isso acontecesse, era necessário atear fogo à parte cortada imediatamente. Para Cunha, a etnicidade é, pois, como a hidra, quando um aspecto deste fenômeno desaparece devido a ter sido superado junto com um determinado contexto social, mais adiante um ou mais aspectos se tornam relevantes e a etnicidade volta a ser discutida.

Alguns afirmam que o uso do termo *etnia* é um eufemismo empregado nas Ciências Sociais que visa evitar toda a conotação negativa da qual se reveste o termo *raça*. Desta forma, o emprego do termo *etnia* visaria uma abordagem das questões referentes à raça e racismo a partir de aspectos mais sociais do que biológicos⁵. Do ponto de vista acadêmico é possível perceber a diferenciação que as Ciências Humanas fazem entre o aspecto biológico e o aspecto social; para elas está clara esta diferença. Ainda assim restam pontos a serem esclarecidos a este respeito.

No Brasil, muito se tem a discutir sobre as questões étnicas. Talvez em função da hoje tão criticada quanto inexistente “democracia racial” ou porque o Brasil insista em perpetuar a “Fábula das três raças”⁶. O senso comum, no Brasil, ainda acredita que há convivência harmônica entre negros, índios e brancos, e que o pertencimento a um destes grupos ocorre automaticamente a partir dos caracteres físicos dos indivíduos. Ou seja, no Brasil não haveria racismo; as diferenças sociais seriam determinadas pelo que a natureza prescreveu para cada *tipo racial*. Assim, não é de estranhar que grande parte da população brasileira desconheça e se admire a respeito da dimensão da questão étnica implícita na proposta de cotas para negros e índios nas universidades; no assentamento de populações ciganas nômades ou na questão de reconhecimento de comunidades quilombolas. As questões étnicas no Brasil são desconhecidas por serem ignoradas, e são ignoradas porque são naturalizadas. Não são contextualizadas, parecem não ter uma dimensão social. Consideradas a partir de um ponto de vista histórico, este é fatalmente linear e estático. Por exemplo: os quilombos. Como é possível constatar em obras tais como a de Eliane Cantarino O`Dwyer e Adelmir Fiabani⁷ (ela antropóloga, ele historiador), o conceito de quilombo, no meio acadêmico, era definido e empregado quase que exclusivamente por historiadores; o que criou no campo da História uma forte resistência à concepção contemporânea de quilombo, e uma defesa mais acirrada da concepção histórica. O que não se percebe é que tanto o aspecto histórico quanto o antropológico são fundamentais para a auto-definição das comunidades quilombolas. Com a Constituição de 1988, a concepção de quilombo adquire uma nova dimensão ao ser inscrita no

⁵ A diferenciação de uma conotação social diferente de uma conotação biológica, ainda que de forma incipiente, começa a ser feita no século XIX por V. de Lapouge. Torna-se mais clara com Renan e com Weber (deste ver *Relações comunitárias étnicas*, em *Economia e Sociedade*, v. I, pp. 267-277, 2004.). Poutignat e Streiff-Fenart traçam as transformações pelas quais passou a concepção de *etnia* em sua obra *Teorias da etnicidade*, Unesp, 1998. Ver também Célia de Azevedo, *op. cit.*, p.27.

⁶ Roberto da Matta, “Digressão: A Fábula das Três Raças: ou o Problema do Racismo à Brasileira”, pp. 58-85, in: *Relativizando*, 1987.

⁷ Eliane Cantarino O`Dwyer (org.), *Quilombos, identidade étnica e territorialidade*, 2002, p. 13. Adelmir Fiabani, *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*, segundo este historiador (p.263) “em 1888 acabou o fenômeno quilombola com o fim da escravidão. Passaram a existir comunidades negras”, 2004, pp. 241-345.

artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual conferiu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estivessem ocupando suas terras.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida⁸, pesquisando sobre o conceito de *quilombo*, constatou que a maioria dos autores que escreveram a respeito deste, se limitaram a seu aspecto jurídico-formal, “um conceito que ficou, por assim dizer, frigorificado”, (Almeida, 2002, p. 47). Apenas há pouco mais de duas décadas é que a concepção de quilombo passa a ser reformulada a partir de uma releitura, especialmente por antropólogos, à luz do atual contexto social e cultural dessas comunidades. Os antropólogos através do Grupo de Trabalho da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) sobre Terra de Quilombo, reunido em 1994, definiram uma nova perspectiva a respeito da questão quilombola, cujo grande avanço foi o de incorporar o ponto de vista dos grupos sociais diretamente interessados. Nesta perspectiva, é interessante lembrar o que escreveu José Jorge de Carvalho em um artigo publicado em 1997, segundo ele, os quilombos, na atualidade, representam símbolos da luta pela terra, pela liberdade e “pela igualdade de direitos e de cidadania que afeta milhões de pobres trabalhadores sem terra, desempregados e despossuídos em geral”.

No que tange a questão territorial de comunidades remanescentes de quilombos é interessante mencionarmos a maneira como aos negros foram aludidos quando da 1ª Lei de Terras, lavrada no Brasil em 1850, nesta os africanos e seus descendentes (diferentemente dos índios – considerados como da terra, posto que aqui foram encontrados e não trazidos) são excluídos da categoria de brasileiros, denominados assim como “libertos”, denominação esta que fez com que os descendentes de africanos enfrentassem questionamentos a respeito da legitimidade de se apropriarem de terras em um país no qual não estavam inseridos como membros. Por essa razão é que o ano de 1988 foi considerado um momento histórico para os “remanescentes de quilombos”, onde estes foram inseridos pela primeira vez na Constituição Federal através do acima citado Artigo 68 do ADCT, que lhes garantia o direito a terra no caso de estes se encontrarem na mesma: *Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos.*

Observamos muitas ambigüidades nesta inserção, embora de forma atualizada posto que deu-se em 1988. O texto que consta na Constituição prioriza, em uma situação de reconhecimento de uma área como remanescente de quilombo, o fato de a comunidade se

⁸ Sobre o conceito “frigorificado” de quilombo, Almeida nos diz que, *quilombo* foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”, p. 47. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Os Quilombos e as Novas Etnias, 2002, pp. 43-81. In: Eliane Cantarino O’Dwyer (org.), op. cit.

encontrar na terra a ser reconhecida. Almeida (2002) considera essa aprovação mais voltada para o passado, para o que sobreviveu, ressaltando o fato de este conceito ser muito mais jurídico e do erro que podemos incorrer ao utilizá-lo como algo estático onde, se uma comunidade se enquadrar neste modelo ela tem parâmetros para ser reconhecida. Ele vai ainda apontar para a importância dada a terra, no caso deste art. 68 do ADCT, e não às situações vividas pelas comunidades que nestas se encontram ou se encontraram, as histórias de vida dos grupos são neste artigo menos relevantes que a terra.

Em uma condição de reconhecimento quilombola deve-se observar as especificidades de cada situação vivida considerando os seus contextos e a realidade enfrentada. O que vemos é que não são esses fatores os enfocados, mas sim conceitos dados, estabelecidos, como o que consta no artigo 68 da Constituição Federal ou até mesmo um conceito utilizado em 1740 para designar o que é quilombo. A participação dos profissionais da Antropologia nos processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo, através da ABA⁹ foi fundamental no que tange a elaboração de questionamentos direcionados a noções como remanescentes de quilombo. Para aqueles não deveríamos usá-las considerando pré-julgamentos, mas sim enfatizar a necessidade de que, diante da possibilidade da aplicação do direito constitucional às comunidades remanescentes de quilombo, a análise dos fatos ocorra a partir do ponto de vista do grupo ao qual vai ser aplicado o reconhecimento como comunidade quilombola.

Um movimento de mobilização dos quilombolas pode ser percebido a partir do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais (Brasília (DF), 1995) e da I e da II Reunião da Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Bom Jesus da Lapa (BA), 1996; São Luís (MA), 1996). A partir de então foi criada a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CNACNRQ), que tem atuado como um interlocutor “nos antagonismos sociais” que envolvem as questões territoriais próprias àquelas comunidades. Através desta comissão o movimento negro, com o intuito de regulamentar a aplicação do artigo 68 do ADCT, criou mecanismos de representação que passaram a exigir dos órgãos governamentais a aplicação do princípio constitucional. Algumas agências governamentais como a Fundação Cultural Palmares – entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura e dedicada a “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da

⁹ Através do Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo reunido em 1994, muitas foram às discussões desenvolvidas. A partir deste os antropólogos definiram uma nova perspectiva para trabalhar a questão das comunidades quilombolas.

sociedade brasileira”, segundo consta da Lei nº 7.668, pela qual ela foi constituída¹⁰ – e o Incra, criaram suas próprias diretrizes e procedimentos para o reconhecimento das comunidades quilombolas. Todavia diante do processo de reconhecimento das comunidades quilombolas surge ainda um embate: qual a categoria territorial que deveria ser acionada no processo de legalização das terras dessas comunidades?

Almeida (2002, p. 43-44) nos mostra que existem duas categorias usualmente utilizadas no Brasil para se pensar a estrutura agrária, tais categorias derivam do Censo Agropecuário do IBGE e das estatísticas cadastrais do Incra. A primeira delas é uma “categoria censitária, referente a *estabelecimento*, e a segunda, uma categoria cadastral com finalidade tributária, referente a *imóvel rural*”, segundo o autor a noção de *estabelecimento* é utilizada desde que o Recenseamento Geral envolveu os censos demográfico e agrícola em 1950. A partir destes

considerou-se como *estabelecimento* agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produto, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; silvicultura ou o reflorestamento; a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas”. E “as áreas confinadas sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente), foram consideradas um único *estabelecimento* (ALMEIDA, 2002: 43-44).

Já a definição operacional direcionada a categoria *imóvel rural*, adotada pelo Incra desde 1996 é a seguinte:

Imóvel rural, para fins de cadastro, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município”. As restrições são as seguintes: os imóveis localizados na zona rural e cuja área total seja inferior a 5.000m² não são abrangidos pela classificação de “*imóvel rural*”, e aqueles localizados na zona urbana somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2ha, bem como produção comercializada (ALMEIDA, 2002: 44)

Almeida (2002) mostra ainda que de acordo com as medidas referentes ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República até 1985 tudo que viesse a ser registrado na área rural estaria classificado através dessas duas categorias, porém neste ano, na organização

¹⁰ Para maiores detalhes sobre a questão institucional e a legislação referente à instituição da Fundação Cultural Palmares - FCP, bem como outras informações sobre esta instituição, consultar o site da web <http://www.palmares.gov.br/> (site consultado no dia 13/10/07).

do Cadastro de Glebas do Incra ocorreram dificuldades no reconhecimento de situações que não correspondiam aos critérios que norteavam as duas categorias acima citadas, ficava o questionamento: como situar as situações que estavam se impondo através do conflito social?

A partir das pressões dos movimentos camponeses o Mirad-Incra¹¹, através do Cadastro de Glebas, reconheceu tais situações com base na denominação de “*ocupações especiais*”, tal critério classificatório passou a ser acionado para situações “fora do comum”, “marginais”, aquelas que não se encaixavam nas outras duas categorias. As terras de comunidades negras seriam contempladas por esta categoria, o que não veio a acontecer. Considerando as especificidades que norteavam a ocupação das também chamadas “terras de preto” Almeida (2002) argumenta que

Esse procedimento de pensar a estrutura agrária relacionalmente revela que ela não pode ser mais dissociada de fatores étnicos. Em virtude disso é que os critérios de competência e saber de agrônomos ou de arqueólogos tornam-se insuficientes e inapropriados para identificar etnicamente “remanescentes de comunidades de quilombo” ou mesmo um território quilombola. Um território quilombola não corresponde necessariamente à extensão de um ou vários imóveis rurais ou a um número estimado de estabelecimentos, mesmo que as situações a ele referidas aparentemente assim surgiram. (ALMEIDA, 2002:71)

O autor chama atenção para o fato de que a ocupação de “terras de preto” não se deu de forma homogênea, pelo contrário, são bastante variados os processos de ocupação de terras pelas comunidades negras e tal diversidade exige dos profissionais que atuam com as mesmas uma avaliação da postura mais acertada a ser tomada. A inserção nas terras dos “remanescentes de quilombo” não se deu necessariamente em situações de isolamento, houve situações de doação, compra e troca, entre tantas outras que devem ser consideradas quando do processo de reconhecimento, e é pautado nesta idéia que Almeida (2002) chama a atenção para a insuficiência dos conhecimentos dos arqueólogos e agrônomos no que diz respeito ao processo de identificação das comunidades que apresentam critérios étnicos, uma vez que é necessário entender as lógicas dos atores sociais envolvidos e suas estratégias de sobrevivência, bem como, de que forma eles se definem e desenvolvem suas práticas de interlocução.

Diante da importância atribuída à posse das terras pelas comunidades negras rurais e das dificuldades enfrentadas quando da regularização de seus territórios, podemos observar

¹¹ Em 10 de outubro de 1985, o governo do presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Tal órgão foi extinto quatro anos mais tarde, passando a responsabilidade da reforma agrária para o Ministério da Agricultura.

algumas mudanças no que corresponde aos direitos territoriais a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária¹²:

O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento. (II PNRA, 2003: 8)

As mudanças não se deram apenas no campo dos direitos territoriais. Desde o início dos processos de reconhecimento até os dias atuais algumas alterações quanto ao procedimento de identificação de comunidades quilombolas podem ser observadas na Constituição Federal bem como em Decretos. Por exemplo, no Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o processo de identificação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos tratadas no artigo 68 do ADCT, uma nova definição é elaborada para considerar as chamadas comunidades remanescentes de quilombo,

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência á opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Para além destas considerações o mesmo Decreto atribui ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Incra, a competência referente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos. Para tanto, o Incra pode estabelecer convênios, acordos, contratos ou instrumentos análogos com órgãos de administração pública, ONGs e entidades privadas, desde que a legislação seja observada. Corresponde ao Ministério da Cultura, por intermédio da FCP, a atribuição de emitir a certidão de auto-reconhecimento das comunidades quilombolas, podendo a mesma prestar assessoria a estas comunidades, para acompanhar os

¹² Para conferência ver II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural, 2003. O mesmo encontra-se disponível no Site: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf, Site consultado em 22 de abril de 2008.

trabalhos desenvolvidos pelo Incra com o intuito de garantir que a identidade cultural da comunidade seja preservada. Encerrados os processos de identificação e delimitação das comunidades trabalhadas o Incra encaminhará o relatório técnico a alguns órgãos e entidades para que estes possam elaborar opiniões relativas às suas competências. Para além destes procedimentos, terminado o trabalho de campo e entregue o relatório, cabe ao Incra publicá-lo por duas vezes no Diário Oficial da União e no Jornal da União (de âmbito estadual), sendo ainda de sua incumbência mediar às situações de disputas por terras, notificando os proprietários e instaurando a negociação.

Mesmo com todas as mudanças ocorridas através de leis e decretos relacionados a comunidades remanescentes de quilombo observamos que uma parte considerável da população brasileira, incluindo nesta alguns membros de comunidades negras ou de quilombos, além de setores acadêmicos, ainda entende *quilombo* segundo o antigo conceito jurídico-formal, ainda que não exatamente com aqueles termos. Isto é facilmente constatável em uma rápida busca em livros didáticos, em dicionários da língua portuguesa e, até, como em nosso caso, em conversas com membros de comunidades quilombolas na Paraíba. No entanto, mais do que uma discussão acadêmica a respeito do conceito de quilombo, o que está em jogo é a organização, a continuidade, a qualidade de vida, o modo de ser e a posse de terras - entre outras questões não menos relevantes - das comunidades negras.

Esta questão é bem colocada por João Pacheco de Oliveira (1993, p. v) em *A viagem da volta*. Sobre a pergunta “Existem índios no Nordeste?”, diz que antropólogos, missionários e indigenistas respondem de modo afirmativo baseados no conhecimento do sentido do termo *índio* derivado da instância jurídico-política; mas para os não-especialistas a dúvida é recorrente (mesmo para os bem informados) devido à insatisfação “com o uso técnico do termo *índio*, que não coincide com as suas representações culturais”. A mesma explicação é extensível à situação instaurada a respeito das questões sobre quilombos. Para a antropologia os quilombos são um fato real e atual. Para não-especialistas vigora o estereótipo de uma comunidade “perdida no mato, morando em palhoças e composta por ex-escravos ou descendentes destes”.

Portanto, considerando a emergência e a persistência de identidades étnicas, as questões de racismo e o cada vez mais visível debate sobre quilombos, a idéia desta pesquisa é a de discutir o processo de construção de uma identidade étnica a partir do contexto que se constrói em torno da questão quilombola; e também, como ocorre a inserção social através da afirmação desta identidade.

2. Os talhados (urbano e rural), a terra e o território

Na Paraíba, hoje, existem 23 quilombos reconhecidos e 12 em processo de reconhecimento pela FCP. Existem no Brasil mais de 2.790 quilombos, e 1.178 possuem o certificado de auto-reconhecimento emitido por ela. As comunidades quilombolas têm acesso a benefícios propiciados pelas políticas públicas de bem-estar social precisamente através do auto-reconhecimento e da titulação emitidos pela FCP e Incra, respectivamente.

Como mencionamos anteriormente, apesar da importância deste auto-reconhecimento emitido pela FCP, ele, sozinho, não assegura que as comunidades quilombolas, agora garantidas por leis federais, automaticamente recebam os benefícios aos quais têm direito, inclusive a posse da terra que ocupam. Esta posse, aliás, é um ponto crucial dentro dos estudos sobre quilombos. Sem a posse da terra é muito difícil para estas comunidades se afirmarem como quilombolas. A importância desta relação entre comunidades quilombolas e suas terras já está amplamente reconhecida por aqueles que pesquisam estas comunidades e, também, pelo Estado brasileiro através de diversas leis e decretos em favor destas comunidades, bem como de instrumentos que viabilizam a aplicação destes, como é o caso do II Plano Nacional de Reforma Agrária¹³. Cabe ao Incra reconhecer e legalizar as terras dos quilombos, mas estas ações requerem relatórios sobre a ocupação destas terras e, particularmente, o reconhecimento da identidade étnica de seus ocupantes. Esta identidade, por sua vez, se desenvolve e se fortalece através de relações de parentesco e vizinhança, as quais permitem, como constatou Cantanhede (2006, p. 27), que os membros de uma “unidade social possam atuar de forma coordenada em outros planos, tais como o da micro-política das associações de moradores”. Nisto se constata a estreita relação que se estabelece entre identidade étnica e posse da terra. Na terra, como reconhecido pelo II PNRA, residem o sustento e as características econômicas e culturais deste tipo de comunidade.

Os membros da Comunidade Urbana de Serra do Talhado (nome oficial, auto-reconhecido pela FCP em 2005) localizada no bairro de São José em Santa Luzia/PB (dos 23 quilombos paraibanos, este, junto com a comunidade de Paratibe, no bairro de Valentina em João Pessoa, são os únicos quilombos urbanos reconhecidos na Paraíba) estão passando pelo processo de re-construção de sua identidade em face da migração do meio rural para o meio

¹³ Como consta do II Plano Nacional de Reforma Agrária - Paz. Produção e qualidade de vida no meio rural. 2003, p. 8, In: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf, site consultado em 01/10/07. Ver também Santos & Leite, Introdução, pp. 10-13, In: O INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas, algumas experiências, 2006.

urbano e, especialmente, em função do auto-reconhecimento como comunidade quilombola. Paralela a esta situação, ocorre a reivindicação, junto ao Incra, pela demarcação de terrenos, no bairro onde se localiza a comunidade. Existe também, na região de Santa Luzia, o quilombo rural do Talhado, auto-reconhecido pela FCP em 2004, do qual se originou o Talhado urbano.

Uma parte considerável de membros destas duas comunidades demonstra alguma dificuldade na apreensão da identidade de quilombolas e da dimensão do que significa em termos potenciais o auto-reconhecimento conferido pela FCP; mas vêm buscando junto a instituições públicas, privadas e com pesquisadores interessados pela comunidade, o estabelecimento de um diálogo sobre as possibilidades e o significado deste auto-reconhecimento.

É no reconhecimento da importância da identidade étnica quilombola, que se justifica o empreendimento deste estudo que visa colaborar no enriquecimento dos conhecimentos a respeito da emergência e constituição da identidade étnica que vem se processando na referida comunidade. Isto não significa uma opção exclusiva pelo Talhado Urbano, pois é difícil falar deste sem nos referirmos, como o fazem a todo momento seus membros, ao Talhado rural.

A aproximadamente 27 km da cidade de Santa Luzia localiza-se a comunidade rural de Olho D'água do Talhado, ou simplesmente Talhado. Sua provável origem, segundo histórias contadas pelos moradores, reside na chegada à região, em meados do século XIX, do negro José Bento Carneiro, fugindo de uma fazenda no Piauí. Outros contam que era ele um escravo alforriado que veio do Piauí com dois irmãos e teriam se instalado primeiro na Pitombeira (uma comunidade rural das proximidades, pertencente à vizinha cidade de Várzea) a qual hoje também é auto-reconhecida como comunidade quilombola; de lá, Zé Bento se mudou para o Talhado junto com a esposa Cecília. Nessa região, enquanto Zé Bento se dedicava à agricultura, Cecília encontrou um barro propício para a confecção de utensílios domésticos de cerâmica; esta arte passada de geração em geração, hoje é um traço característico da cultura do Talhado. Mas há, também, outras histórias a respeito! E nos perguntamos: Qual sua importância para as auto-representações da comunidade? Esta questão nos leva a indagar: o que se pensa sobre e a partir de um mito de origem?

Rastreamos este mito chegamos a 1960, ano em que o jornalista e cineasta paraibano Linduarte Noronha, depois de anos de conversas com moradores da comunidade, filma no Talhado um documentário intitulado Aruanda. O tema do documentário é a origem e a vida dos moradores do Talhado bem a paisagem na qual se inserem. No início do documentário há um texto onde Linduarte escreve: “Os quilombos marcaram época na história econômica no

Nordeste canavieiro. A luta entre escravos negros e colonizadores terminava às vezes em episódios épicos como Palmares”. Ainda no mesmo texto, ele escreve: “Olho d’água da Serra do Talhado... surgiu em meados do século passado quando o ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família a procura da terra de ninguém, com o tempo o Talhado transformou-se num quilombo pacífico”. Esta é a primeira menção do Talhado como sendo um quilombo. A partir de então foram realizadas várias reportagens e documentários chamando o Talhado de quilombo. Com base em que Linduarte chegou à conclusão de que o Talhado era um quilombo?

Em 11 de outubro de 2004, foi entregue à comunidade, a Certidão de Auto-reconhecimento como comunidade quilombola. Em de 2006 e 2007, realizando trabalho de campo em Santa Luzia e na comunidade rural do Talhado, nos deparamos com depoimentos de moradores que nos contam sobre suas dúvidas a respeito de o Talhado ser uma comunidade descendente de ex-escravo. Alguns afirmam que o Talhado jamais foi um quilombo. Outros que nem sabem o que é um quilombo, e outros, ainda, que confundem quilombo com senzala. Há os que negam a identidade quilombola, mas não a ascendência negra; há os que negam as duas. Há os que se rejubilam com as duas. Há os que se sentem engrandecidos ao se descobrirem quilombolas.

Mas por que quase todos, no quilombo urbano e no quilombo rural, aceitaram o auto-reconhecimento? Será apenas em função dos benefícios que poderiam advir do fato da comunidade ser um quilombo? Isto não será muito pouco para o tamanho empreendimento o qual significa a instauração de uma identidade étnica? Muitos benefícios sociais governamentais independem da condição quilombola! Por que não houve rejeição quando Linduarte Noronha chamou a comunidade de quilombo? A partir do que surgem estes sentimentos e posições tão dispares por parte dos moradores e dos interessados no(s) Talhado(s)?

Observamos em nossas coletas de dados que o quilombo rural desde a década de 60 vem sofrendo uma considerável diminuição demográfica, quase todos se mudando para a cidade de Santa Luzia em busca de melhores condições de vida. O quanto isto tem sido difícil, devido a preconceitos da população da cidade em relação aos “negros do Talhado”, vistos como “violentos e cachaceiros”? (Vemos que aqui se instaura mais claramente o conflito inter-étnico). Assim, muitos evitam dizer que são do Talhado, deixando ficar latente sua identidade. Com a recente valorização da comunidade a partir da emissão da certidão do auto-

reconhecimento pela FCP, muitos passaram a recorrer a sua identidade histórica¹⁴. Qual o motivo dessa súbita valorização do Talhado, e o que seus membros acham desta situação?

Neste quadro reside o problema que pretendemos investigar: como os negros do Talhado estão, no quilombo urbano, re-construindo sua identidade - uma identidade que, no meio rural, também estava em transformação - e usando-a como instrumento político para interagirem com a sociedade local; que se surpreendeu com a repentina valorização da comunidade. O uso da identidade quilombola representa (para quem e por quê?) solução ou problemas? Alguns membros do Talhado se dizem excluídos dos benefícios oriundos da adoção desta identidade; e, simultaneamente, não-membros acham que aqueles não têm direito às terras que ocupam no bairro São José, e reivindicam a posse destas, ainda em processo de demarcação pelo Incra. Quem é (ou não é) negro? O que significa ser quilombola? Qual o seu espaço e seus direitos? Por que assumir uma identidade, em geral, tão estigmatizada? De que maneira as pessoas estão enfrentando esta situação?

Mais de vinte anos após os primeiros membros do Talhado rural terem se instalado no Bairro de São José em Santa Luzia, ainda hoje muitos deles e de seus descendentes continuam ligados bem mais aos afazeres rurais do que aos urbanos.

E nisto já se apresenta uma primeira questão que diz respeito à reivindicação por terras. Aqui vemos que esta reivindicação não se reveste apenas de um significado utilitarista, pois ainda que haja a necessidade de espaço para a alocação de pessoas, devido ao crescimento vegetativo, para a construção de novas moradias, a terra reivindicada não é utilizada como a provedora primária de suas necessidades de sustento econômico. Além do mais, estes terrenos para a construção de casas poderiam ser conseguidos em outros bairros da cidade.

Em levantamento feito sobre a disposição geográfica dos talhadinos no Bairro de São José, pôde-se perceber que esta comunidade não está totalmente concentrada em uma área contígua. Na verdade se dispuseram de uma forma um tanto aleatória e dispersa; com o crescimento da comunidade é que passou a haver uma concentração mais próxima de seus membros. No entanto, nunca deixaram de se reconhecer e de serem reconhecidos pelos não-membros como oriundos do Talhado e como portadores de uma identidade diferenciada. Assim, uma outra questão relacionada à posse da terra diz respeito, hoje, à ordenação dos componentes de seu mundo que a posse de um território contínuo permite ao aproximar os referenciais utilizados para tanto.

¹⁴ A respeito destas identidades, ver Roberto Cardoso de Oliveira, 1976.

Também, o seu estilo de vida, que no início da migração para a cidade parecia destinado a desaparecer suplantado pelo modo de vida urbano, é, e seria ainda mais, beneficiado pela posse de um território contíguo.

Ligado à preservação do seu estilo de vida que facilita a sua continuidade e a garantia de seu sustento econômico, se sobressai o fato de que, a partir de sua identidade étnica e do reconhecimento de seu território, é possível à comunidade fazer frente, agora de modo coletivo, às dificuldades enfrentadas por seus membros, como preconceito, discriminação, exploração, além de facilitar o intercâmbio solidário entre seus membros.

Outra questão interessante sob a qual abordar a constituição desta comunidade quilombola e que vai muito além da concepção de território apenas como terra para o uso econômico, é o fato de que ela se constituiu como comunidade mesmo sem pensar em posse da terra, menos ainda pensaram este espaço urbano como extensão do espaço rural, como fazem hoje; apenas posteriormente, este espaço urbano fragmentado em sua contigüidade, com as vivências e inter-relações diárias dos membros do Talhado é que constituiu-se em um território.

Afirmar que um território possui uma importância maior do que a sua utilidade econômica não significa, porém, que se deva ignorar este aspecto tão fundamental a qualquer agrupamento humano que é o seu sustento material. A intenção, aqui, foi a de não reduzir a relação território-identidade-terra apenas a uma forma de acesso à terra através do status identitário, ou como dizem alguns, *uma reforma agrária disfarçada*. O que, aliás, na nossa opinião, se assim fosse, não estaria errado; já que necessitam de uma reforma agrária, por que não, também, por este meio? Mas como dizíamos, é necessário não perder de vista a dimensão econômica desta relação. Entre os significados que a terra possui está o de sustento da comunidade. Porém, o sustento através da terra precisa estar de acordo com os fazeres e saberes da comunidade, ou como consta também no II PNRA:

Além das ações voltadas para a regularização fundiária, o II PNRA prevê ações de promoção do etnodesenvolvimento e da garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas. Trata-se de aproveitar suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais da sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações, portanto a partir da capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferente para guiar seu desenvolvimento¹⁵.

Ora, essas experiências históricas só conseguem se manter, e os recursos reais e potenciais são desenvolvidos quando compartilhados comunitariamente; a regularização

¹⁵ In: www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf, site consultado em 01/10/07.

fundiária e a aplicação de projetos de desenvolvimento se tornam viáveis com o conhecimento de uma terra e de um território sobre os quais uma sociedade se organize e sobre os quais tais ações possam ser efetivadas.

3. Comunidade do talhado, um sujeito em foco

Considerando o anteriormente visto, esta pesquisa vem focando sua atenção nas relações interétnicas que ocorrem entre a Comunidade Urbana de Serra do Talhado e a sociedade envolvente de Santa Luzia/PB. De uma maneira geral, pretende destacar o processo de construção de uma identidade étnica quilombola, enfatizando, principalmente, as motivações que levam a adoção dessa identidade.

Este processo, pensamos, será melhor compreendido a partir de uma análise da utilização desta identidade quilombola como instrumento de interação social e valorização comunitária. Outra ação em curso é a de identificar os elementos pertinentes à construção dessa identidade, usados em cada momento em que são acionadas as diferentes identidades utilizadas pelos membros da comunidade quilombola. E ainda, na complementação desta pesquisa, será necessário investigar como os membros da comunidade quilombola e os não-membros se representam e são representados, e como estas representações definem suas relações.

Algumas hipóteses levantadas para nortear esta pesquisa consideram que. Primeiro: a adoção, pela comunidade negra do Talhado urbano, de uma identidade étnica quilombola, de forma contrastiva, bem como a legalização do território reivindicado, será essencial para os indivíduos, para a organização e para a valorização e o desenvolvimento social da comunidade. E segundo, que: a identidade étnica quilombola disposta em um território contíguo, poderá fortalecer laços comunitários e permitir uma inserção social favorável aos membros do Talhado dentro da sociedade envolvente.

4. Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.), Quilombos, identidade étnica e territorialidade, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AZEVEDO, C. M. M. de. Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A. F. T.; AYALA, C... et alii. O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas. Brasília: MDA : Incra, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. Quilombos: símbolos de luta pela terra e pela liberdade. Cultura Vozes. nº 5, setembro/outubro de 1997.

CUNHA, M. C. da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense : Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

FIABANI, A. Mato, palhoça, pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATTA, R. da. "Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira". In: Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

O'DWYER, E. C. (org.). Quilombos, identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, J. P. de. A viagem da volta, reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas do nordeste. In: Atlas das terras indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993.

OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Editora Livraria Pioneira, 1976.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. E. Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTOS, R. L. da S.; LEITE, R. Introdução. In: CANTANHEDE FILHO, A.; CARNEIRO, A. F. T.; AYALA, C.... et alii. O Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas. Brasília: MDA : Incra, 2006.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. Cap. IV, pp. 267-277. In: Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. I. Trad. R. Barbosa e K. E. Barbosa. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

JUVENTUDE RURAL E IDENTIDADE – AS OLIMPÍADAS RURAIS EM ARROIO DO TIGRE-RS

Cassiane da Costa Rauber¹
José Marcos Froehlich²
Ezequiel Redin³
Mathias Augusto Rauber⁴

Resumo

A juventude rural ficou, por muito tempo, à margem das pesquisas acadêmicas. Recentemente este grupo social tem sido o foco de alguns estudos, persistindo, entretanto, uma lacuna sobre a sua definição. Este artigo aborda esta problemática a partir da percepção dos próprios atores envolvidos, ou seja, os jovens rurais. Assim, no evento denominado “Olimpíadas Rurais de Arroio do Tigre 2008” foram coletados dados mediante formulários, com questões fechadas e abertas, aplicados a 46 integrantes da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre (AJURATI) participantes do evento. O histórico das olimpíadas também foi reconstruído através de uma entrevista com o seu idealizador. Pode-se concluir, neste estudo, que os jovens rurais participantes das referidas Olimpíadas Rurais assumem, com manifestações de orgulho, uma identidade própria, rica e que não é relacionada à idade, mas à participação no evento e à idéia de coletividade.

Palavras-chave: Juventude Rural; Identidade Social; Olimpíadas Rurais

1. Introdução

Estudar a identidade da juventude rural é um dos primeiros e determinantes passos para entender a realidade desse grupo social, seus sonhos e dificuldades. Alguns estudos brasileiros propõem alternativas para a superação de problemas relacionados a esse público, como o êxodo rural. Entretanto como auxiliar o jovem rural, se não existe um consenso sobre a sua definição?

Esse estudo não tem a pretensão de elucidar a problemática em torno da identidade da juventude rural brasileira. Ele, pelo contrário, espera humildemente contribuir, através de uma experiência específica, com o enriquecimento dessa discussão.

Nesse sentido, considerou-se importante investigar os principais atores envolvidos na temática. A ‘26ª Olimpíada Rural de Arroio do Tigre’ aparece como uma oportunidade ímpar

¹ Mestranda do PPG em Extensão Rural da UFSM;

² Doutor em Ciências Sociais; professor do PPG em Extensão Rural da UFSM;

³ Acadêmico de Tecnologia em Agropecuária - Sistemas de Produção da UERGS; acadêmico de Administração na ULBRA;

⁴ Tecnólogo em Agropecuária - Sistemas de Produção pela UERGS.

para estudar as percepções de uma juventude rural coletivamente organizada há quase três décadas. Além disso, o importantíssimo evento, que é o pioneiro e maior do gênero no Estado do Rio Grande do Sul, reúne mais de dois mil jovens rurais como participantes. Esse estudo, então, objetiva desvelar a identidade do jovem rural que participa da 26ª Olimpíada Rural de Arroio do Tigre, através da sua auto-definição.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, iniciando com uma breve discussão sobre a identidade do jovem rural, bem como o seu fortalecimento, apoiada em estudiosos da área. Já a segunda parte reconstituirá um histórico da organização das olimpíadas rurais no município, caracterizando o evento e a magnitude da sua importância. Dando seguimento ao trabalho será apresentada a metodologia, esclarecendo a forma com que a pesquisa e a análise das informações levantadas foram conduzidas. Na seção resultados e discussão será apresentada a caracterização dos jovens participantes do estudo e a sistematização das suas definições sobre o jovem rural que culminarão nas considerações finais.

1. O que é ser jovem rural? O fortalecimento da identidade

O estudo do jovem rural no Brasil ainda é recente, existindo uma lacuna bibliográfica nessa temática. Nos últimos tempos surgiu um debate acadêmico em torno do conceito do jovem rural. Essas duas palavras são tão importantes quanto complexas. O jovem pode ser relacionado a uma faixa etária, ao modo de pensar ou agir. Existe sobre ele uma vasta bibliografia, porém quase totalmente voltada ao jovem urbano. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 1996), existe uma vertente de pensamento que defende a inexistência da juventude rural, acreditando que as pessoas passam de infância diretamente para as responsabilidades da vida adulta. Outra vertente acredita que a juventude rural é uma fase com uma duração parecida com a juventude urbana que inicia na puberdade. Porém o jovem rural é diferente do urbano, vive uma extensa etapa da vida com características, problemas e necessidades próprias.

A palavra rural, por sua vez, também é carregada de significados que vão do plano territorial ao subjetivo. “Não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural e seria vã a tentativa de localizar a melhor entre as atualmente existentes” (Abramovay, 2003, p.20). O termo jovem rural adquire, então, uma forma complexa, rica e multifacetada.

Quando os jovens rurais organizam-se socialmente na forma de grupos, emerge uma identidade diferenciada daquela do indivíduo isoladamente. Conforme Basílio (2005), participar de um grupo de jovens pode ser a definição e auto-representação da juventude em

uma comunidade. Esses grupos, muitas vezes, constroem conceitos coletivos do jovem rural. Está registrado no Capítulo 2, Parágrafo 5º do Estatuto da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre: “Definem-se como Jovens Rurais todos aqueles que sejam filhos de agricultores e que se dediquem às atividades rurais, ou se estiverem ligados à atividade agrícola, residindo no meio rural”. (AJURATI, 1996, p.08).

Instigar a continuidade dessa discussão sobre a identidade do jovem rural é um processo necessário para que se introduzam novos elementos ao debate. Uma base riquíssima a ser investigada é a percepção do próprio agente em questão. Para Basílio (2005) perguntar o que os jovens entendem sobre a fase da vida que estão talvez seja um caminho para aprofundar o tema. Colabora com a questão Castro (2004, p.06), “a categoria ‘juventude’ tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como ‘jovens’”. Desvinculando-se dessa realidade, trabalhar a percepção própria dos jovens rurais, dentro de grupos, é uma forma de buscar ‘os vários ângulos da sua identidade concreta’. A Olimpíada Rural é um evento histórico onde se pode investigar a identidade desse grupo social.

2. A importância histórica das Olimpíadas Rurais para Arroio do Tigre

A Olimpíada Rural é uma competição esportiva, social e cultural tradicional em Arroio do Tigre/RS⁵. Os grupos de jovens do município (juventudes) disputam entre si várias modalidades anualmente. O evento acontece no inverno, com grande participação da comunidade local, mas envolve os jovens durante todo o ano.

A primeira edição desse evento ocorreu em quatro de agosto de 1983, porém a mobilização dos jovens é bem anterior a essa data. No início da década de 80, os jovens do meio rural do município já participavam de congressos anuais organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse evento, entretanto não se consolidou. Paralelamente, esses jovens também organizavam torneios esportivos nas comunidades onde residiam.

Em 1979 foram criados, pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul) juntamente com a ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), quatro grupos de jovens no município. Eles foram organizados através do Programa de Clubes 4-S (saber, sentir, saúde e servir). Esses grupos iniciaram nas comunidades de Linha São Pedro, Sítio Alto, Vila Progresso e Linha São Luiz (hoje

⁵ Município da Região Centro-Serra gaúcha com a população estimada em 12.638 habitantes, conforme o IBGE (2007), tendo a economia voltada ao setor primário.

Município de Estrela Velha). O organizador deles foi o técnico agrícola da EMATER-ASCAR/RS José Francisco Gottens Teloken. Segundo ele eram organizadas lavouras de milho demonstrativas e, a partir delas, cada jovem fazia uma lavoura em sua propriedade. A produtividade do milho dobrou nessas propriedades entre 1979 e 1982, agradando os produtores. Além das atividades práticas eram realizadas reuniões mensais com os grupos.

Surgiu dos jovens a necessidade de desenvolver algo mais, além do trabalho. Então, em uma das reuniões, foi sugerida por Teloken a criação do Dia do Jovem. A partir da aceitação dessa idéia, aconteceu a formação de novos grupos. A primeira Olimpíada contou com sete grupos disputando as modalidades futsal masculino, voleibol masculino, voleibol feminino, prova rústica masculina e prova rústica feminina. Teloken relembra a data: “Na época a EMATER não trabalhava com esporte. Tinha que ter a parte cultural (palestra), parte esportiva e parte social (baile para a escolha da rainha). Foi o maior baile da história de Arroio do Tigre, no mesmo dia. Não havia acontecido no estado esse tipo de atividade”.

A segunda olimpíada já contava com doze grupos. Ela aconteceu em dois dias. Nessa edição agregaram-se modalidades como o bolão. As comunidades interessadas em participar recebiam as orientações do técnico da EMATER. As olimpíadas, aos poucos, criaram tradição no município. Em 1989 criou-se o Conselho Municipal da Juventude Rural de Arroio do Tigre. Nesse conselho os jovens participaram mais da organização e decisões das olimpíadas. O primeiro presidente foi Romildo Seibert.

Na décima segunda edição do evento, no dia dezoito de março, foi criada a Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre, tendo como presidente Nilson Sérgio Schneider. Lê-se no Estatuto da Associação (1996, p.02) a sua finalidade: “... uma entidade educacional, filantrópica, esportiva e recreativa, sem fins lucrativos e tem como finalidade principal coordenar os Grupos de Jovens Rurais do Município de Arroio do Tigre, usando a sigla de AJURATI”.

A partir da décima quinta edição, o evento passou a ser mais divulgado na imprensa estadual e outros municípios da Região Centro-Serra começaram a organizar as suas Olimpíadas Rurais. Em 1998 o município sediou os 4^{os} Jogos Rurais do Rio Grande do Sul e os 3^{os} do CONESUL. Foram 42 delegações de jovens vindos de diversas partes do estado e uma do Uruguai. Cerca de oitocentas propriedades rurais do município abrigaram cerca de 2000 jovens rurais. Segundo Teloken “Isso foi a coisa mais bonita que aconteceu no município.” Em 2002 Arroio do Tigre voltou a sediar esse evento.

Para Teloken “A integração, intercâmbio e surgimento de liderança teve uma grande importância cultural, social e esportiva”. A organização dos jovens ao longo do tempo

contribuiu para a estruturação social e física das comunidades rurais do município. Um exemplo concreto desse fato é a construção, através da Prefeitura Municipal, de quadras de esportivas em todas as comunidades onde existiam os grupos.

A 26ª edição das Olimpíadas Rurais aconteceu nos dias 30 de abril, 01, 02 e 03 de maio, no Estádio Municipal Calos Ensslin e Ginásio Municipal Tigrão. Participaram dessa edição 20 juventudes, disputando as modalidades corrida rústica masculino e feminino, futsal masculino e feminino, voleibol masculino e feminino, 100m rasos masculino e feminino, pênalti masculino e feminino, salto em distância masculino e feminino, salto em altura masculino e feminino, cabo de guerra masculino e feminino, serrote misto, sinuca em dupla masculino, bocha mista, futsal veterano, tiro ao alvo masculino e feminino, bolãozinho de mesa feminino, dominó misto, canastra mista e escolha da rainha e princesas em um baile.

Conforme o Jornal Gazeta do Sul de 09/05/2008, cerca de 2200 jovens rurais participaram do evento que virou uma paixão entre eles. O objetivo do evento, expresso pelo presidente da AJURATI, valoriza a juventude rural. “Jacó Kroth destacou que o objetivo foi promover o lazer, a socialização e a integração entre os jovens, através de um evento dedicado a eles, valorizando o trabalho árduo na lavoura”.(Jornal Gazeta do Sul de 09/05/2008, p16). As Olimpíadas Rurais de Arroio do Tigre mostram, nessa edição, uma enorme capacidade, que foi historicamente construída, de mobilização e união dos jovens rurais.

3. Metodologia

Durante o mês de maio de 2008, durante a 26ª Olimpíada Rural de Arroio do Tigre foram aplicados formulários fechados, com nove questões cada, a quarenta e seis associados da AJURATI. Também foi feita, aos mesmos jovens, uma questão pré-elaborada e aberta, de forma a investigar a sua percepção a cerca “do que é ser jovem rural”. Integraram a pesquisa, representantes de cada um dos vinte grupos de jovens (chamadas juventudes) participantes do evento. Pelo menos, dois integrantes de cada juventude participaram.

Paralelamente, fez-se uma entrevista com o funcionário aposentado da EMATER-ASCAR/RS, José Francisco Gottens Teloken, idealizador das Olimpíadas Rurais do município. As questões pré-elaboradas e abertas serviram de roteiro para a reconstrução da história desse evento.

Procurou-se anotar todas as respostas com as palavras originais. Os dados quantitativos foram transformados em gráficos, de forma a caracterizar os entrevistados. Para preservar os jovens participantes, utilizaram-se nomes fictícios. As respostas qualitativas

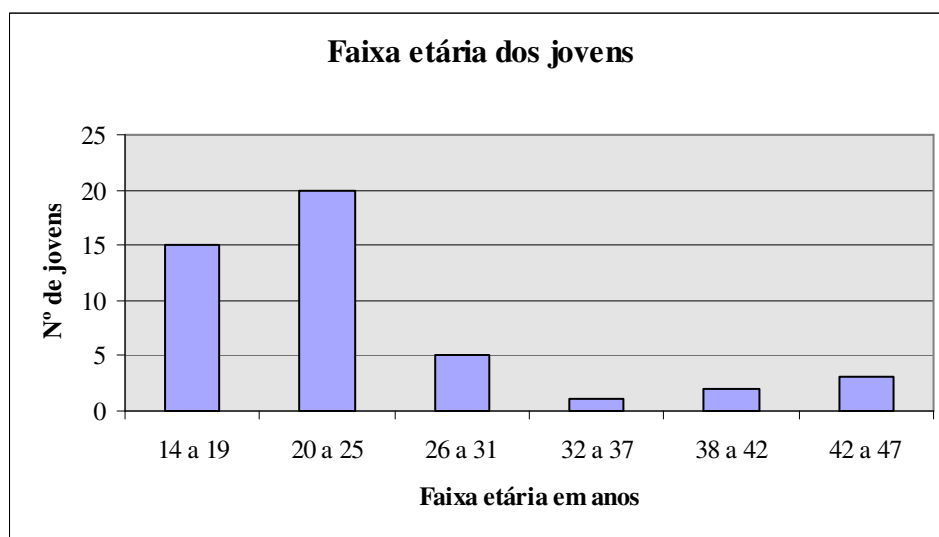
foram agrupadas por idéias semelhantes. A partir delas foram elencadas as características mais presentes na construção da identidade do jovem rural.

4. Resultados e discussão

Entre os jovens pesquisados existe uma representação equilibrada dos sexos. Os homens mostraram uma leve predominância na amostra, 25 das 46 pessoas abordadas (54% do total). Como é presente a participação masculina e feminina na grande maioria das modalidades esportivas, nota-se a presença equilibrada entre os dois gêneros, com muitas famílias inteiras participando do evento. Com relação ao estado civil, a maioria é solteira (32 jovens ou 69%).

Aparece uma grande heterogeneidade entre as idades dos pesquisados, como pode ser visto no Gráfico 1. O maior número de jovens concentra-se na faixa de 20 a 25 anos (43%), sendo que participaram do estudo associados da AJURATI de 14 a 44 anos. A presença dos veteranos, como são chamados os integrantes da juventude há mais tempo, é estimulada pela Olimpíada Rural com disputas de modalidades restritas a maiores de 35 anos e integração com os mais novos em muitas outras.

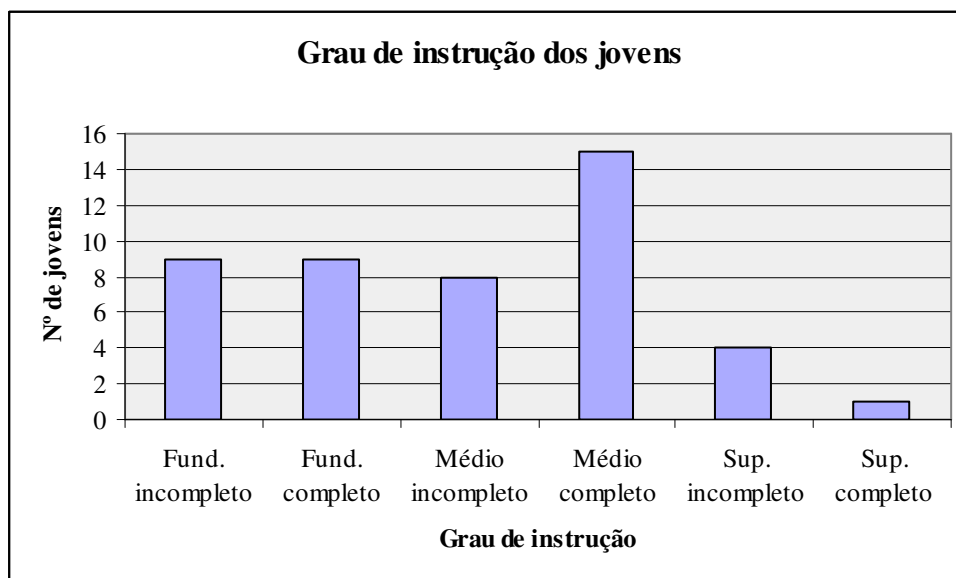
Gráfico 1 – Divisão dos jovens por faixa etária



Quanto ao grau de instrução, nota-se que existe um predomínio de jovens com o ensino médio completo (ver Gráfico 2). Entretanto, existe uma distribuição ao longo das faixas,

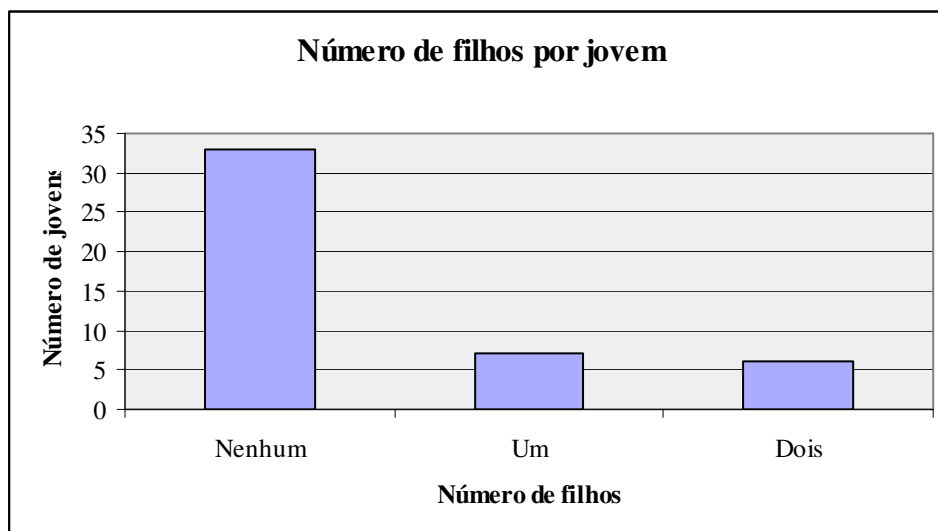
desde o ensino fundamental incompleto até o superior completo. Nota-se, também uma descontinuidade dos estudos a partir da conclusão do ensino médio.

Gráfico 2 – Divisão dos jovens por grau de instrução



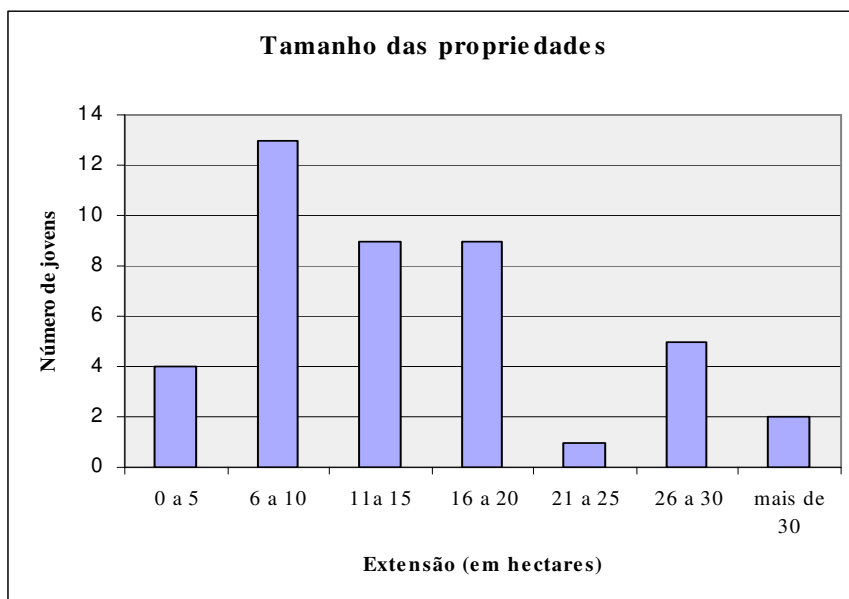
A maioria dos jovens não tem filhos (33 pessoas ou 72%), como pode ser visto no Gráfico 3. É importante frisar que nenhum deles tem mais que dois filhos. Muitos desses filhos estavam ao lado dos pais, nas torcidas. Em alguns casos, os filhos já jovens também competiam na olimpíada, com os pais.

Gráfico 3 – Estratificação dos jovens pelo número de filhos



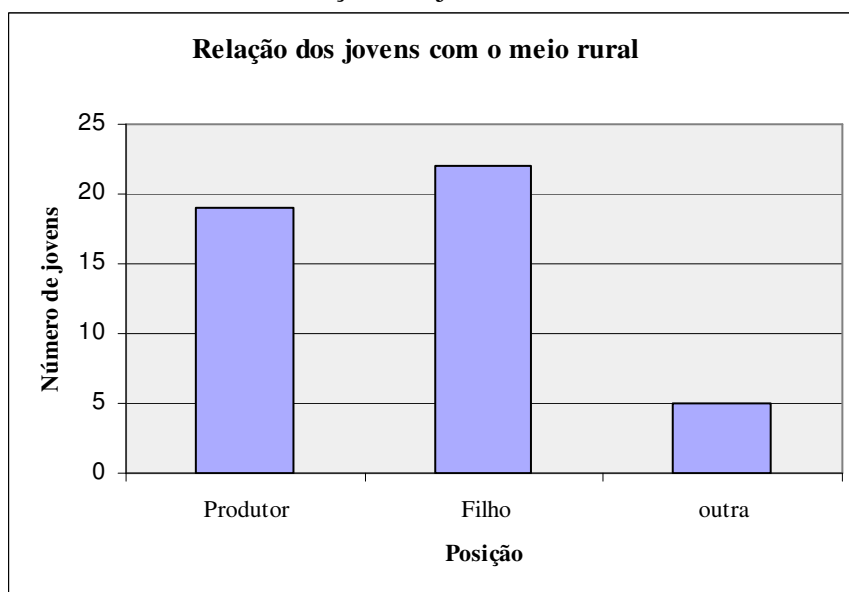
Todos as pessoas pesquisadas vivem em pequenas propriedades rurais (com menos de 100 ha cada), o que é característico do município. No Gráfico 4 pode ser visto o tamanho dessas propriedades, que vão desde menos de um até 40 hectares, prevalecendo a faixa de 6 a 10 (13 jovens ou 28% deles). A média é de 15 ha.

Gráfico 4 – Divisão dos jovens pelo tamanho da propriedade



Quando questionados sobre a relação com o meio rural, a maioria do público investigado escolhe a alternativa “filho de produtor rural” (22 jovens ou 47%), 19 pessoas ou 41% optam por ‘produtor rural’ e 5 pessoas ou 10% por ‘outra’ (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Relação dos jovens com o meio rural



Nenhuma das 46 respostas sobre “o que é ser jovem rural” utiliza uma faixa etária para a definição. Pelo contrário, três jovens negam a existência de uma idade limite da juventude rural em suas respostas. A questão da idade é trocada pelo sentimento por 05 jovens rurais. “A pessoa precisa sentir-se jovem” (Diego, 14 anos).

A palavra liberdade é utilizada em quatro respostas. Essas pessoas abordam comumente a flexibilidade de horários no meio rural. Para Márcia, 15 anos, ser jovem rural também é ter responsabilidades e assumir compromissos. O trabalho aparece em nove respostas, relacionado às lavouras. “É trabalhar para conseguir o seu sustento, e ao mesmo tempo conseguir ser jovem. Têm muitos jovens que se acham jovens, mas são mais velhos que qualquer um” (Júlia, 22 anos).

A condição de moradia no meio rural é explicitada por três pessoas. Também são três os jovens rurais que citam, no seu conceito, a ajuda aos pais e à família como um todo. Em sete casos, essa contribuição vai além da família. Para Luis, 20 anos, ser jovem tem o sentido de contribuir com todos. O aprendizado caracteriza a juventude rural para três pesquisados. “Aprender bastantes coisas na agricultura” (Luana, 18). Um deles fala do conhecimento voltado à produção. “É ter mais conhecimento no setor de produção, gerenciamento de sua propriedade e horizonte mais expandido”. (Fernando, 25 anos).

Por quatro vezes estrutura-se esse conceito no significado de luta. “Uma pessoa lutadora por direitos melhores. Hoje em dia ninguém mais quer, de dez permanece um na lavoura” (Patrícia, 44 anos). Também por quatro vezes evidencia-se orgulho por ser jovem rural. Duas pessoas ligam a definição à satisfação com o que se faz. Aparecem, também, expressões como curtir a vida, felicidade, amizade e iniciativa; cada um delas em uma resposta. A idéia mais reforçada na expressão desses participantes da olimpíada, nove vezes, é a identificação do jovem rural com a participação nas Olimpíadas Rurais do município. “Ser jovem rural é participar das Olimpíadas e dos torneios” (Ana, 25 anos). É importante mencionar que a maioria dos jovens relaciona mais de uma característica em sua resposta.

5. Considerações finais

- A conceituação do jovem rural é complexa, multifacetada e dependente do meio onde esse ator social está inserido. Entretanto, mesmo em um contexto aparentemente homogêneo surgem visões muito diferenciadas.

- Ao tentar sintetizar muitas visões em um conceito de juventude rural, corre-se o risco de perder a grandeza do significado. Um caminho para a pesquisa pode ser, portanto,

aprofundar o estudo das especificidades, criando uma base para a análise sistêmica dessa questão.

- O desenvolvimento dessa temática diretamente com os atores envolvidos é um processo recomendável e altamente enriquecedor, tanto para o trabalho quanto para os pesquisadores.

- Ficou explícito nessa investigação, de forma unânime, um conceito “do que não é ser jovem rural” para os pesquisados: é pertencer a uma faixa etária rígida. A idade é desconsiderada por eles nessa conceituação.

- A partir das idéias expressas pelos pesquisados e do próprio histórico das Olimpíadas Rurais de Arroio do Tigre, pode-se observar a relação desse evento com o fortalecimento da identidade do jovem rural do município. Transparecem nas respostas várias percepções, sempre positivas e que, muitas vezes, ligam a identidade individual à coletiva, de juventude organizada como grupo social.

6. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AJURATI. **Estatuto da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre/RS**. Arroio do Tigre: Registro de Imóveis, 1996.

BASÍLIO, Maria Divaneide. **Juventude rural**: discutindo a construção dessa identidade. 2005. Disponível em: <www.nead.com.br>. Consulta em maio de 2008

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Sonhos, desejos e a “realidade”**: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense /RJ. I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira- JUBRA, Rio de Janeiro:UFRJ, 2004.

CEPAL. **Juventud rural**: modernidad y democracia en América Latina. Santiago de Chile: Naciones Unidas, UNICEF e OIJ, 1996.

DRACHLER, Magali. **Olimpíadas Rurais**: Sucesso, união e confraternização. Sobradinho: Gazeta da Serra, edição de 09/05/2008.

IBGE. **População de Arroio do Tigre 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em maio de 2008.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**MEDIAÇÃO POLÍTICA E SIGNIFICADOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA
PARA OS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO NORTE EM
MINAS GERAIS**

Hugo Fonseca Moreira¹

Resumo

O presente trabalho visa um estudo sobre os significados da reforma agrária e do acesso à posse e propriedade da terra, empregados pelos trabalhadores do assentamento rural Estrela do Norte, localizado no município de Montes Claros (MG), bem como pelos mediadores políticos do processo de organização e representação desse assentamento. A partir do confronto entre esses dois discursos, pretende-se uma análise dos possíveis dilemas envolvidos no processo de construção do debate quanto à questão agrária, tanto para o caso brasileiro, quanto para o caso regional.

Palavras-chave: política; reforma agrária; acesso à terra.

1. A demanda de uma questão agrária no Brasil

No Brasil há a decorrência de uma questão agrária. Porém, há uma questão agrária que se aparenta distante do que Martins (2004, p. 93) chamou de “condições históricas de sua solução definitiva”, uma vez que a sociedade brasileira teria perdido as raras oportunidades históricas para resolvê-la. O que há, portanto, é uma questão agrária gerenciada pela demanda de uma reforma agrária, que se expressa, contemporaneamente, na criação de assentamentos rurais pelo Estado (MARTINS, 2004). A complexidade do entendimento, o qual se propõem este trabalho, requer, portanto, a compreensão da natureza dos impasses atuais sobre esta temática e da gênese desta luta com vistas às peculiaridades de seus distintos protagonistas.

A emergência da questão agrária no Brasil, apenas se deu, de forma significativa, durante os anos da década de 1920 através do movimento que ficou conhecido como “tenentista”, constituído por jovens oficiais do Exército que se engajaram num amplo debate sobre o futuro do país e viam na promulgação da democratização do processo eleitoral uma porta de entrada para a construção desse futuro (MEDEIROS, 2003).

Durante década de 1950, porém, os debates sobre a questão fundiária brasileira se restringiram a pequenos círculos políticos e intelectuais, não havendo, no meio destes, a constituição de um movimento social dotado de expressão e que se manifestasse à luz da

¹ Discente de mestrado Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

linguagem de uma “reforma agrária”. No entanto, no início dos anos 1960, o meio rural brasileiro foi palco da presença de diferentes conflitos que culminaram na constituição desta linguagem, tornando-se, assim, a “reforma agrária”, como vem dizer Medeiros (2003, p. 14) “a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país”, se constituindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como uma das principais mediações dessas lutas que, até então, se desenrolavam².

Dentre outros mediadores que tomaram o partido dessa questão, e não menos importantes que o PCB, devem ser citadas as Ligas Camponesas e a Igreja Católica. Através da mediação desses atores políticos, os movimentos camponeses, até o início dos anos 1960 e, através de ações de resistência organizada como manifestações de rua, greves etc., adquiriram grande força política.

Pode ser verificado, pois, ao longo desse breve período de emergência do debate sobre a questão agrária brasileira, o contraste de perspectivas e projetos diferenciados no que se refere ao apontamento da necessidade de reformas estruturais e na conversão a uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Esse cenário pode ser interpretado como o início do que hoje é apontado por Martins (2004) como sendo, uma luta não por “reforma”, todavia pela “forma” da reforma³. No bojo das principais forças mediadoras que disputavam a direção das lutas camponesas, o conceito de reforma agrária e o ato político, em si, era concebido enquanto determinantes do desenvolvimento e, assim, de respaldo e consequência nacional (MEDEIROS, 2003).

A partir do Golpe Militar de 1964 e o fechamento político do país, novas direções foram tomadas por esse debate e, de forma gradual, foi-se impondo um pensamento conservador quanto à demanda de questões relativas à estrutura fundiária brasileira (DELGADO, 2005).

Ao longo dos anos 1970, o personagem mais característico das lutas por terra foi o posseiro, que é caracterizado por Medeiros (2003, p. 26) como um personagem “acuado pelos grandes projetos que recebiam incentivos fiscais, sobretudo na Amazônia”. A partir do sindicalismo rural em várias dessas regiões, essa tradição de luta de resistência produziu uma apropriação singular do Estatuto da Terra, centrando-se na demanda por desapropriação de áreas de conflito, confrontando-se com o projeto dominante para a agricultura, estimulador da

² Para Medeiros (2003), a ocorrência de conflitos por terra no Brasil se dava de forma extremamente atomizada e localizada.

³ Este assunto será mais detalhadamente debatido ainda neste capítulo durante a exposição da próxima seção no que se refere à concepção do entendimento de sentido e significado de “terra” e “reforma agrária” para os trabalhadores rurais.

concentração fundiária. Papel essencial nesse processo foi executado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, em consequência dos resultados do processo de modernização e da quebra de relações sociais e de novos valores que passaram a ser disseminados, entre outros, pela Igreja (em geral como proposta de mudança na postura sindical), deu-se o surgimento de novos personagens de luta, como o Conselho Nacional dos Seringueiros, representando os seringueiros, em especial do Acre, que resistiam à destruição dos seringais nativos e à sua substituição por pastagens (GRZYBOWSKY, 1987), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁴ e, dentre outros, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1984 (MEDEIROS, 2003).

Outras reivindicações também emergiram pela constituição desses e de outros novos atores, o que demonstrava a complexidade das relações que se constituíam no meio rural brasileiro e que dava à questão agrária novas dimensões, resultado do choque entre a herança daquilo que alimentavam as lutas – o caso do acesso à terra, considerado como direito – e as transformações sofridas pelo espaço rural brasileiro, balizado por uma “modernização conservadora” baseado na alteração tecnológica da base produtiva do país, porém sem mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas do mesmo, tais como: terra, destinação de financiamentos, atores privilegiados, dentre outros.

Logo no início de 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), ao qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a ser submetido, retirando o tratamento da questão agrária da alçada do Ministério da Agricultura (espaço tradicionalmente controlado por empresários rurais), e subordinando-o diretamente à Presidência da República.

Em paralelo houve uma intensificação, por parte do MST, das mobilizações e ocupações. Aliado a esse processo, entra, também, de forma protagônica na agenda política e social do país, bem como em seu quadro institucional, a importância da agricultura familiar como elemento de estratégia de um desenvolvimento rural pensado para o mesmo, sobretudo, através da expressão da sociedade civil (Grito da Terra⁵). Os principais efeitos, sobre as políticas públicas, observados no Brasil são uma maior legitimidade ou reconhecimento social

⁴ Movimento formado por “pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros que foram privados das terras em que viviam em razão da construção de grandes usinas hidrelétricas para ampliação das fontes geradoras de energia para os centros urbanos” (MEDEIROS, 2003, p. 29).

⁵ Manifestação de trabalhadores rurais organizada anualmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

das políticas de assentamentos rurais ou reforma agrária; a destinação de recursos para ações de combate à pobreza; e a criação de diferenciadas linhas de financiamento ao setor agropecuário e direcionadas à agricultura familiar: caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Entra em cena, pouco depois, a demanda por uma “reforma agrária de mercado”⁶ como um outro aspecto das ações do Poder Executivo que visava retomar a iniciativa política em relação à questão agrária e, ao mesmo tempo, mudar o próprio perfil do que tradicionalmente havia sido a intervenção federal sobre o tema. Recorrer ao mercado para obtenção de terras foi uma prática utilizada por alguns governos na Nova República, para garantir o assentamento de algumas famílias e reduzir conflitos emergentes (MEDEIROS, 2003). Porém, isso não se tratava de um programa efetivo de acesso à terra, mas apenas uma medida limitada, por conta de seu custo. Porém, reações contrárias à proposta de uma reforma agrária de mercado também foram diversificadas. O Grito da Terra de 1999, que foi organizado e promovido pela Contag, pregava o lema: “contra a privatização da reforma agrária” e retirou a demanda da luta pelo fim, tanto do Programa Cédula da Terra, quanto do Banco da Terra, realizando, também, críticas ao programa “Novo Mundo Rural”.

De forma geral, portanto, pode ser observado que, desde os primórdios da concepção deste debate, há, também, a intensa presença de um apoderamento dos significados e das conceitualizações deste tema por órgãos, partidos, instituições e movimentos que tomaram a frente representativa de uma demanda que, segundo Martins (2003a), vai muito além de um ato de dimensão administrativa, mas uma questão que, antes de ser agrária, é social e que, por ser social, necessita que seja compreendida a partir do ponto de vista de quem a vive e a personifica cotidianamente e que se constitui o gênese social da mesma e, portanto, distinto de quem o media.

2. A mediação política como apropriação de uma demanda

Segundo Martins (2003a), a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída a parte da história das lutas pela tutela política do campesinato. Quanto à própria

⁶ “As políticas de conhecidas como “reforma agrária de mercado” foram implementadas ao longo dos anos 1990 em diversos países, tais como Filipinas, África do Sul e Colômbia, e emergiram a partir de uma série de críticas que os técnicos do Banco Mundial formularam às abordagens clássicas de reforma agrária, nas quais o Estado desempenhava um papel central. Essas reformas eram consideradas coercitivas, dirigidas, centralizadas e portadoras de um aspecto confiscatório, na medida em que as terras eram muitas vezes pagas abaixo dos preços de mercado e parte em dinheiro, parte em títulos públicos. Além disso, esse modelo também trazia distorções ao mercado de terras, uma vez que dificultava seu pleno funcionamento” (MEDEIROS, 2003, p. 59)

ação das Ligas Camponesas, Martins (1981) afirma que alguns autores estrangeiros dedicados ao estudo da situação camponesa no Brasil “viram com fortes restrições a ação das Ligas Camponesas porque viram nelas apenas um novo tipo de relação de patronagem, uma nova forma de clientela” (MARTINS, 1981, p. 81). Martins prossegue dizendo que, a rigor, poderiam ter estendido a crítica aos outros grupos políticos que participavam do processo, porque, aparentemente, a relação seria a mesma. Porém, ele mesmo contra-argumenta essa questão dizendo que a canalização política da revolta camponesa através das Ligas, ou de outros grupos, através da tutela e do paternalismo de um líder, como Francisco Julião, não deve ser confundida com a dominação exercida por um coronel sertanejo. Diz ainda que

A mediação política a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa. Situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do coronel (MARTINS, 1981, p. 83).

Dentro de uma “mentalidade política”, para Martins (2004), a viabilidade da luta pela terra irá depender de que essa demanda se converta em uma luta por “reforma agrária”, o que, por sua vez, irá depender de que a ação de seus protagonistas adquira sentido na viabilização política de uma reforma social que envolva o Estado e os partidos políticos.

Essas duas organizações optam pelo apoio e mesmo pelo estímulo ao que presumem ser a verdadeira luta pela terra, em sua própria opção por uma reforma agrária no reformista, por mais contraditório que isso pareça. De modo que, quando falam em luta pela reforma agrária, estão de fato falando nessa versão estereotipada da luta pela terra. Podem estar, no entanto, negando a possibilidade de uma reforma agrária, porque negam a inevitabilidade da mediação do Estado na consumação da reforma e na legalização do que é, no mais das vezes, legítimo. Sobretudo, reduzem a reforma a uma questão quantitativa, sem qualquer intervenção ou inovação de natureza histórica e institucional. O quantitativo é o modo de fazer refluir o tema da terra para um campo de reivindicação social em que nossa forma arcaica de direito fundiário fica devidamente resguardada (MARTINS, 2004, p. 22-23).

Segundo Delma Pessanha Neves (1997), a mediação política é produtora de sujeitos políticos e de significados de reforma agrária. Por isso, as referências que orientam as ações dos trabalhadores dizem respeito aos interesses de significados desiguais, porém mutuamente delineados pelos agentes em jogo, como os funcionários que se encontram em *trabalho de campo* ou em *trabalho de gabinete*; ou dos representantes políticos institucionais dos potenciais *assentados* (NEVES, 1997). Tais modos de exercício de poder, portanto, deveriam, ainda segundo Neves (1997), serem compreendidos enquanto desdobramentos e condições a partir dos quais a objetividade do processo se torna palpável e sua singularidade se estrutura.

Porém chama a atenção, também, para a alerta de que a ação dos mediadores não pode ser reduzida a uma mera intercessão ou, ainda, a uma interligação, mas que, esta, se produz e se reproduz por novas construções e modos de gestão das contradições derivadas da posição de intercessão (NEVES, 1997).

Segundo Bourdieu (1989), quanto à representação política, o ato representativo seria o ato direto de fazer valer os interesses de um grupo ou de uma pessoa. Todavia um mandatário⁷ pode ser encarregado de poderes que transcendam cada um dos mandantes⁸. Dentro dessa análise, a problemática emergente é justamente a relação da delegação, chamada por Bourdieu como “relação circular”, onde o representante – aqui entendido como o mediador político – apenas existe porque existe o grupo ao qual ele representa e, da mesma forma, o grupo representado só existe por causa a existência necessária de um porta-voz. Portanto, a atribuição de função e poder, ao representante, o carrega de poderes sobre o grupo ao qual ele representa lhe dando o poder de representá-los. Para Bourdieu (1989), em primeira análise, seriam os mandantes (ou os representados) quem exerceriam poder sobre os mandatários. Porém, em última análise, é o porta-voz mandatário quem exerce poder sobre o grupo representado.

A consequência disso é o desprendimento próprio de uma reivindicação mediada por concepções e interesses de uma categoria social diferente das categorias às quais, em seu nome, a reivindicação é realizada. Tal intervenção é complexa e merecida de uma maior reflexão, isto, pelo fato de a mesma ser capaz de complicar o próprio anseio de justiça das vítimas de um longo processo de desenvolvimento econômico e excludente, na medida em que as ilusões, com as quais a classe média tem se trajado, sobre a pobreza estão em descompasso em relação ao mundo de quem é objeto da reivindicação (MARTINS, 2003a).

O que Martins (2003a) chama, portanto, de “sujeito oculto da reforma agrária” é, de modo geral, o sujeito próprio do cotidiano e da vivência da questão agrária em seus conflitos, tensões etc., mas que se mantém distante das teorias e das ideologias que cercam essa questão. É, portanto, o sujeito que e a que exerce os papéis da questão, porém sem protagonizá-la.

A figuração do sujeito “sem-terra” não é, portanto, a figuração do sujeito que protagoniza a reforma agrária. Antes disso, o “ser sem-terra⁹” é muito mais uma identificação político-ideológica construída dentro da essência do debate emergido pela mediação política.

⁷ Dentro da análise de Bourdieu, o mandatário é o indivíduo investido do mando ou da representação.

⁸ O mandante, dentro da mesma concepção, é aquele que encarrega manda, ou representação a um mandatário, ou representante.

⁹ Não me refiro aqui ao “sem terra” (sem o hífen), como um adjetivo empregado ao indivíduo não possuidor de terra, mas refiro-me ao “sem-terra” (com hífen) que se constitui como um pronomes de denotação ideológica.

Ou seja, é um sujeito virtual construído dentro de uma ótica de significado (de ação, luta, ideologia), mas que, na verdade, oculta o verdadeiro protagonista do processo, que é o trabalhador presente no cotidiano dos assentamentos, portadores de valores e de *ethos* particulares que não aparecem no cenário social, uma vez que foi ocultado por uma nomenclatura denotada de outros conceitos.

Segundo Martins (2004) há uma distinção entre a demanda por “terra” e a demanda por “reforma agrária”. A demanda por terra é a demanda própria dos trabalhadores que constituem os assentamentos rurais. A “terra” é o símbolo virtual de “trabalho”, “inclusão social”, “reprodução social”, “lugar” etc. que dependerá do caso específico de gênese daqueles sujeitos sociais. A “reforma agrária”, como observado segundo Medeiros (2003, p. 14), é “a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país”. É, portanto, uma categoria política quem se encaixa, ou que se incorpora, das distintas demandas por terras – e pelas categorias às quais o sentido simbólico de “terra” carrega – atomizadas pelo país (MARTINS, 2004).

3. Os significados da terra e da reforma agrária: a questão agrária no Norte de Minas

Assim como o contexto nacional, a questão agrária e, especificamente, a luta pela terra no norte de Minas tem suas origens por volta dos anos do século XIX, através da legislação que institui o mercado de terras no país, embora tenha se intensificado através do processo de modernização do campo, a partir dos anos 1960 (BARBOSA; FEITOSA, 2006).

A partir de 1965 quando a região é inserida dentro da área de atuação do SUDENE. Inicia-se um processo de modernização do campo, sob a égide deste organismo do Estado, principalmente através das linhas de financiamento como Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET). Segundo Barbosa e Feitosa (2006, p. 179), pode-se verificar a existência de quatro principais pilares deste processo, quais sejam: “agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão”.

Com o processo de “modernização conservadora” um novo quadro sócio-econômico e ambiental se desenhou para os agricultores familiares, que tiveram acesso à áreas de chapada, tradicionalmente utilizadas para o extrativismo vegetal e animal, restringido ou pelos eucaliptos ou pelas cercas das áreas de pastagens destinadas à pecuária extensiva (Dayrell, 1998).

Segundo Barbosa e Feitosa (2006), a partir do final dos anos 1990, observa-se a penetração de novas formas e estratégias de luta pela terra, certamente influenciadas pela experiência nacional dos movimentos de luta pela terra, em especial a entrada em cena do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O assentamento Mocambo Firma, no município de Montes Claros (MG) seria, segundo esses autores, produto de uma das primeiras áreas de conflito agrário na região, derivado da ocupação e acampamento, ainda sem a presença de lideranças do MST. A partir de então, marcou-se, de forma intensa, a realização de inúmeras ocupações de terras, intensificadas, principalmente com a instalação, na região, do MST. Esse processo produz uma quantidade expressiva de assentamentos rurais que vão reordenar, de alguma forma, a estrutura fundiária regional e, sobretudo, engendrar novos territórios e espaços, influenciando decisivamente a história da luta pela terra na região (BARBOSA; FEITOSA, 2006).

3.1. O caso “Estrela do Norte”

O assentamento Estrela do Norte está localizado no município de Montes Claros (MG), no Km-14, na rodovia conhecida como “Estrada da Produção”, na zona rural, há uma distância igual a 24 quilômetros da sede do município. Possui uma área de aproximadamente 790 hectares, subdivididos em 31 lotes, abrigando 31 famílias. Atualmente, estão assentadas 120 pessoas, com uma média de, aproximadamente, três a quatro pessoas por família e 50 crianças em fase escolar.

O assentamento é sub-dividido em 4 (quatro) *núcleos setoriais*. Todos os trabalhadores do assentamento pertencem a 1 (um) desses núcleos. Cada um desses quatro núcleos elege 1 (um) casal (não obrigatoriamente casado ou que mantenham relação matrimonial) para representarem o mesmo [núcleo] na *coordenação* do assentamento.

Afora os *núcleos*, há também a existência de 8 (oito) setores, sendo esses, respectivamente: “setor de produção”, “setor de educação”, “setor de segurança”, “setor de cultura”, “setor de saúde”, “setor de finanças”, “setor de esporte e lazer” e “setor de juventude”. Cada um desses setores também elege 3 (três) pessoas para serem representantes dos mesmos na *coordenação* do assentamento. Desta forma, a coordenação do assentamento é constituída por 24 (vinte e quatro) pessoas, sendo duas pessoas (um homem e uma mulher) de cada núcleo, e três pessoas (independente do sexo) de cada setor.

Dentro dessa coordenação do assentamento há, também, a eleição de 1 (um) casal que representará o assentamento nas reuniões de “brigadas”. A “brigada” é uma unidade de

organização do MST onde são reunidos 1 (um) casal representante de cada assentamento de uma região. A brigada é uma unidade externa aos assentamentos, mas que serve de representação dos mesmos na Diretoria Estadual. No norte de Minas, há, hoje, a presença de 4 (quatro) brigadas do MST, que atuam na representação das 16 (dezesesseis) áreas de atuação do movimento na região, entre acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos.

Cada brigada elege 1 (um) casal que a representará na constituição da Diretoria Estadual e, esta, elegerá, também, 1 (um) casal para a constituição da Diretoria Nacional.

3.2. Os mediadores

Segundo Stédile e Fernandes (1999), o conceito de reforma agrária do MST é o mesmo que foi definido no Fórum Nacional, que reúne os movimentos sociais e as entidades sindicais, qual seja:

considerar que o Brasil enfrenta um grave problema agrário que é a concentração da propriedade da terra e que, portanto, para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo programa de desapropriação de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil (STÉDILE, 1999, p. 160).

Esse autor acrescentou, ainda, que a reforma agrária do MST é mais ampla porque pretende eliminar a pobreza e as desigualdades sociais.

Dentro do que foi colocado pelos informantes desta pesquisa, o discurso sobre os significados da reforma agrária, dentro de um parâmetro amplo de seu conceito, não se distancia muito da argumentação escrita por Stédile e Fernandes (1999). Afora o discurso ideológico – tratando da luta pela reforma agrária enquanto uma luta de classes travada entre camponeses e latifundiários e, logo, dentro de uma perspectiva marxista, uma luta entre trabalhadores afastados da posse dos meios de produção (qual seja a terra) e os detentores dos mesmos – há, ainda, o discurso dentro da ótica de que a reforma agrária seria, sem sombra de dúvidas, um potencial político na luta pela eliminação das desigualdades sociais.

Um dos informantes, chamado aqui pelo pseudônimo de “Moisés”, disse que

A nossa luta é para que seja feita uma reforma agrária de verdade no Brasil. E reforma agrária de verdade não é só pegar as terras e dá um pedaço pra cada cidadão sem-terra do país não. Reforma agrária de verdade é acabar com todas as injustiças sociais que suja esse país: a fome, o desemprego... e isso a gente vai começar a ter tirando a terra das mãos de quem num trabalha em cima dela e dando pra quem precisa e quer trabalhar em cima dela.

O conceito de “reforma agrária”, portanto, salta da esfera político-administrativa, na fala desses sujeitos, para a esfera político-ideológica, de que, a partir dela, é que serão projetadas as distintas mudanças sociais necessárias ao sistema social atual.

Esse assentamento, aqui mesmo [Estrela do Norte], que o senhor teve a oportunidade de ir lá conhecer, é um dos exemplos *maior* que eu posso dar pro senhor de como a reforma agrária é um negócio que só pode dar certo. O senhor ta entendendo? Que só pode dar certo. Aquele povão todo que tá lá: um era pedreiro, o outro era desempregado, o outro era um num sei o quê... assim, como eu posso dizer? Só tinha, na verdade, uns *bico* por fora... o senhor ta entendendo? Morava tudo ruim, perto de barranco, e tal... mas hoje, o senhor mesmo viu, ainda moram tudo debaixo da lona preta, mas tem arroz todo dia pra comer; tem feijão todo dia pra comer; tem verdura, tem macarrão, tem criação de porco, galinha, umas cabecinha de gado... os menino pega o ônibus todo dia pra ir pra escola... tem até um infeliz dum “*fi-duma-égua*” [risos] que comprou até uma moto usada na mão de um homem aqui na cidade [mais risos]... Então, é como eu to lhe falando... a gente faz o que pode, mas ta tudo indo bem com a graça de Deus e graças a terra que nos conseguimos com essa luta (“TOBIAS” – COORDENAÇÃO DO ASSENTAMENTO).

Dentro da concepção ideológica do discurso, a reforma agrária aparece como um elemento da “sonhada revolução” socialista que “é o ponto fundamental dos três pontos principais da nossa luta, que é a terra, a reforma agrária e a transformação social. Essa transformação é a sociedade capitalista que vai dar lugar a uma sociedade socialista” (MOISÉS – DIRETORIA ESTADUAL DO MST/MG).

Em seu 1º Encontro Nacional em 1984, em Cascavel (PR), quando o Movimento se formalizou como tal, e lhe foi dada uma feição nacional, foram definidos os seus objetivos gerais que, segundo “Moisés”, são, em suas palavras, “as pernas que movimentam o movimento” e as únicas razões pelas quais o Movimento existe até hoje. O MST deliberou, como diretriz, que as suas conquistas sociais e políticas só poderiam ocorrer a partir das ações de massas. E já nesta ocasião delimitou-se o que seria a sua marca: caminhadas, passeatas, ocupações de órgãos públicos, concentrações e ocupações (MENEZES NETO, 2003).

Perguntado sobre a atuação do Movimento dentro do assentamento Estrela do Norte, enquanto um direcionador das ações políticas daqueles trabalhadores, a resposta dada pelos mediadores foi a de que

O movimento, em si, é uma grande comunidade. E o assentamento Estrela do Norte é uma pequena comunidade que faz parte da grande comunidade que é o Movimento dos Sem Terra. Assim sendo, nossas místicas são uma forma organizacional de, tanto o Movimento experimentar a vivência do povo que está assentado no Estrela do Norte, como desse povo vivenciar o que, que de fato, é o Movimento dos Sem Terra. É também a forma que o Movimento tem de passar pro povo qual que é o sentido da luta deles; o porque que eles estão ali, brigando por reforma agrária, brigando por

uma sociedade mais justa, brigando por um campesinato mais bem organizado...
("MOISÉS" – DIRETORIA ESTADUAL DO MST\MG).

Há, portanto, para os mediadores políticos, no caso o MST, uma demanda por reforma agrária contida de alcance e abrangência, embora localizada, ao mesmo tempo globalizada. A reforma agrária seria, em suas concepções, um termo portador de significados que abrangem, não apenas as demandas individuais de cada assentado mas, pelo contrário, um instrumento somatório e fundamental à construção de um processo que se fará em longo prazo.

Para Martins (2003b), é dentro desse entendimento que ele compreende o "sujeito oculto da reforma agrária". Esse "sujeito ocultado" é produzido pelo mediador político como instrumento de sua própria reprodução social. O protagonista próprio, ou o demandante original do processo – que é o trabalhador que vive o cotidiano dos acampamentos e assentamentos – é travestido como outro sujeito social. A demanda por "reforma agrária", segundo Martins (1997), para esses trabalhadores, não é uma demanda de mesmo significado que têm os mediadores políticos.

3.3. Os assentados

Quanto os significados da reforma agrária e, de modo conceitual, da terra para os trabalhadores do assentamento, foram entrevistadas 10 (dez) pessoas, sendo 8 (oito) homens e 2 (duas) mulheres, sendo 1 (um) entrevistado com idade igual a 19 (dezenove) anos e os outros entre 28 (vinte e oito) e 62 (sessenta e dois) anos de idade.

O fato de terem sido entrevistadas apenas 2 mulheres não foi uma opção metodológica da pesquisa, mas um fato que contou com a disposição das mesmas em prestarem a entrevista.

A pedido de alguns dos assentados que prestaram as devidas entrevistas para a confecção deste trabalho, serão preservados os nomes de todos os entrevistados e, portanto, os mesmos serão, aqui, tratados por nomes fictícios retirados de textos bíblicos.

Seguindo um roteiro metodológico, a primeira questão levantada em todas as entrevistas foi quanto à forma com que estes se ingressaram no processo de constituição do assentamento – desde as primeiras mobilizações, passando pela ocupação da fazenda e, finalmente, a concretização do acampamento em assentamento e, todos responderam pertencerem ao processo desde seu início. Quanto ao processo de mobilização, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA\NM) e, posteriormente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

das dez entrevistas, seis dos entrevistados disseram terem tido contato com, ao menos essas três entidades. Porém, foi o MST quem atuou de forma mais significativa no cadastramento e na efetivação dos mesmos em suas alocações enquanto “sem-terras”. Todos os entrevistados disseram morarem, antes do ingresso no processo de disputa pela área, na zona urbana da cidade de Montes Claros.

Eu mesmo morava com minha mulher e meus três filhos pequenos lá no Santos Reis. Daí o pessoal da associação lá avisou na missa que tavão fazendo umas reuniões pra discuti a posse de um terreno e que era pra gente participar que os moço lá ia cadastrar a gente e a família da gente. Ai eu num fui não, só a mulher que foi na primeira reunião... mas aí, dentro de uma quinzena eles fizeram outra reunião, foi quando eu fui e fizemos o cadastro. Daí, pra lá, fizemos mais umas, por volta de dez a quinze reuniões... e aí nós fomos apresentados ao Movimento dos Sem Terra, né. E *tamo* aí até hoje na luta. Fizemos estudos, ouvimos o povo falar e foi quando deu de fazer a passeata até aqui na Sanharó, né. E daí pra cá, nós *tamo* aí ainda (“ZAQUEU” – ASSENTADO).

O processo de cadastramento ocorreu em conjunto a palestras e falas de representantes da CPT, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do MST. Nessas palestras e falas, o principal argumento colocado pelas entidades foi quanto à conquista de uma “inclusão social” por parte desses trabalhadores a partir do momento que conseguissem a terra.

O termo “inclusão social” apareceu em todas as entrevistas, sendo um total de ocorrência igual a 226 vezes, o que dá uma média de 22,6 ocorrências do termo em cada uma das entrevistas realizadas.

A maior alegria que posso ter na minha vida, hoje, é esse lote aqui. Que foi Deus que reservou ele pra mim, pro meu marido e pra meus meninos. Porque agora *nós pode* criar um animal, *nós pode* produzir um sustento... a gente produz aqui e tira a renda disso que produziu, e, aí, *nós pode* comprar uma ropinha melhor, um tênis pra um menino... sem aquela cobrança se a gente vai dar conta de pagar, num é verdade!? Porque a gente sabe que vai. Essa é a maior alegria que eu posso ter na minha vida! Graças a Deus! A gente sente que a gente fez uma **inclusão social** de verdade, num é verdade!? (MADALENA – ASSENTADA).

Como eu to falando com o senhor, a maior das **inclusão social**, que um cabra pode ter, é ele poder mostrar pra todo mundo assim: isso aqui é meu! Igual o senhor tem um carro que é do senhor... o senhor tem seu estudo... isso é do senhor, num é!? Isso é do senhor e ninguém vai tirar isso do senhor. Do mesmo modo eu falo com o senhor assim, ó: esse pedaço de lote aqui, num vale muita coisa não, é como o senhor ta vendo... eu tenho uns dois porco, planto uma horta ali em baixo... mas pra mim isso vale de mais! Vale de mais da conta! Vale tudo porque foi com muita luta que nós conseguimos, eu mais minha mulher e aquele meu menino que tava aqui mais cedo, chegar aqui, trabalhar e ter isso aí. Eu sinto que sou um cabra que é, como se diz aí, **incluído na sociedade**, num é verdade!? A gente sente que a gente faz parte porque de fato a gente faz... (SIMÃO – ASSENTADO).

Foi, principalmente, quanto à *terra* onde o termo “inclusão social” obteve maior presença nas fala dos trabalhadores.

Dentro dessa concepção, os termos “terra” e “trabalho” foram relacionados, pelos entrevistados, como figurações imbricadas uma na outra: “poder trabalhar na terra”, “da terra que nós tira o sustento”, “a terra foi o meio que Deus deixou pra gente poder trabalhar e *rançar*, no braço o alimento de cada dia”. Ou seja, mais que “ter a posse” da terra, através desta, ter a posse de “trabalho” e, este, como instrumento produtor de “inclusão social”.

Segundo Amartya Sen (2000), o processo de desenvolvimento como liberdade passa pela necessidade de maximização das “possibilidades de escolha” e, com isso, pela maximização de liberdade do indivíduo.

Seguindo esse raciocínio, o “trabalho”, para o trabalhador do assentamento Estrela do Norte, é um fator condicionante de liberdade e, por isso, de desenvolvimento, uma vez que é, para esses, produtor da “inclusão social” que eles esperam alcançar. Portanto, a *terra* é, diretamente, portadora de “inclusão social”. O fator “terra – trabalho – inclusão” aparece como uma determinante, ou o *ethos valorativo*¹⁰ da ação desses trabalhadores e de suas participações no movimento. O conceito de reforma agrária também é entendido como uma variante do significado de “trabalho”. A reforma agrária não é admitida como uma categoria político-administrativa em que dependa de um governo, ou uma administração pública para acontecer. A reforma agrária freqüenta o imaginário daqueles trabalhadores enquanto um instrumento que eles já conseguiram obter sem nunca terem demandado pela mesma.

O dia, mesmo, que o moço lá da nacional [Diretoria Nacional do MST] apareceu lá em casa e conversou com pai e com mãe ele falou que a gente ia fazer parte de uma luta pela reforma agrária. Depois que ele foi embora, mãe até comentou com pai que esse trem de entrar em luta, tinha que ter cuidado [risos]... a gente num sabia direitinho o que que era, né!? [mais risos] Esse trem de entrar em luta fica parecendo que a gente ia sair brigando, igual briga na rua, né!? E, ela até comentou com pai que a gente, se fosse brigar, tinha que brigar era pra ter um emprego, pra caçar jeito trabalhar e ganhar dinheiro, e tal... (MATEUS – ASSENTADO E FILHO DE ASSENTADO).

Outra pergunta de fundamental importância realizada nas entrevistas foi quanto a relação existentes entre os assentados, de forma particular, e o MST, enquanto instituição de

¹⁰ O *ethos valorativo*, aqui, é entendido como *orientação de valor* no sentido atribuído por Weber. Para ele, orientação de valor está intimamente relacionada com a personalidade, ou seja “os elementos mais íntimos da ‘personalidade’, os juízos de valor supremos e últimos que determinam a nossa atuação e conferem sentido e importância a nossa vida, os sentidos como algo ‘objetivamente’ valiosos” (WEBER, 1996, p. 32-33). Para ele, essa orientação de valor é compreendida a partir da definição de um *ethos*, que, no caso do capitalismo, denomina-se “ética protestante”. A essência dessa “ética” é a “obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida (...), algo de superior à ‘felicidade’ ou ‘utilidade’ do indivíduo” (WEBER, 1996, p. 33).

mediação portadora de representação. Todos os entrevistados responderam serem pertencentes ao movimento e do mesmo. Porém, sentem desconforto ao serem chamados de “sem-terras”.

Nós é do Movimento dos Sem Terra... mas nós aqui, nenhum de nós num é, nem nunca foi um, pelo menos aqui assim, como se diz, um sem-terra, num é!?. É como eu to falando com o senhor... nós fizemos o cadastramento lá e viemos aqui pra fazenda Sanharó porque aqui nós ia ter a oportunidade de melhorar de vida, de ter uma terra... mas nós nunca fizemos aquelas passeata grande que mostra na televisão não... que o povo enfrenta polícia e vai no pau mais eles... A gente aqui é assentado, né, porque a gente vive num assentamento. Mas num é um assentamento de sem-terra... é um assentamento de produtor, né!? Um assentamento de produtores rurais. Porque a gente produz as coisa que se produz na roça (SIMÃO – ASSENTADO).

Há, portanto, o que Pierre Bourdieu (1988) considera como sendo uma “problemática da delegação [ou representação] da relação circular”. Para Bourdieu (1988), um mandatário representante existe porque existe o grupo ao qual ele representa. Ou seja, o grupo não se faz enquanto grupo, sem um porta-voz. A atribuição de função e poder, ao representante, o carrega de poderes sobre o grupo ao qual ele representa lhe dando o poder de representá-los. Porém, essa representação não ocorre fidedignamente uma vez que não é possível conciliar o poder dos “mandatários” com os reais interesses dos “mandantes” (BOURDIEU, 1988).

Dessa forma, a demanda por “terra” argumentada pelos trabalhadores do Estrela do Norte não coincide com a demanda por “reforma agrária” argumentada pelas lideranças do MST. Enquanto aquela é dotada de um significado de transformação direta na vida do trabalhador assentado (a posse da terra significando a posse de trabalho e, através deste, a conquista de uma “inclusão social”), esta é dotada de um significado político para além do imaginário do trabalhador que vive o cotidiano do assentamento.

Há, portanto, um tensionamento entre dois discursos. Porém, um desses discursos se torna “ocultado” em favor do outro, uma vez que este é dotado do poder concedido pela representação, ou como se “os mandantes passassem um cheque em branco aos mandatários” (BOURDIEU, 1988. p. 160).

4. Conclusão

O processo de constituição do debate em torno da questão agrária no Brasil se dá dentro de uma linearidade cronológica e de demanda. Cronológica porque segue uma ordem histórica de fatos políticos, sociais e econômicos que afetaram, como em um todo, o debate; de demanda porque, mesmo que as disputas por terra se dessem de forma atomizada por todo

o país, como coloca Medeiros (2003), as mesmas foram vestidas de uma mesma tradução, qual seja a de uma demanda por “reforma agrária” (MEDEIROS, 2003).

Essa tradução é o princípio fundamental do entendimento abstraído por Martins (2003) como sendo o processo de ocultação do sujeito que personifica a reforma agrária, qual seja o trabalhador cotidiano dos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo país.

O processo de formação de um assentamento de reforma agrária se dá, dentro da perspectiva de Neves (1997), a partir de relações construídas em conjunto com os mediadores políticos que, para tal, necessitam do reconhecimento do envolvimento das inter-relações entre diversos planos da realidade social que aí se imbricam. Dentro dessa perspectiva, segundo Neves (1997), a mediação política é produtora de sujeitos políticos e de significados de reforma agrária. Por isso, as referências que orientam as ações dos trabalhadores dizem respeito aos interesses de significados desiguais, porém mutuamente delineados pelos agentes em jogo, como os funcionários que se encontram em *trabalho de campo* ou em *trabalho de gabinete*; ou dos representantes políticos institucionais dos potenciais *assentados* (NEVES, 1997). Tais modos de exercício de poder, portanto, deveriam, ainda segundo Neves (1997), serem compreendidos enquanto desdobramentos e condições a partir dos quais a objetividade do processo se torna palpável e sua singularidade se estrutura.

Em Bourdieu (1989), quanto à representação política, o ato representativo seria o ato direto de fazer valer os interesses de um grupo ou de uma pessoa. Todavia um mandatário pode ser encarregado de poderes que transcendam cada um dos mandantes. Dentro dessa análise, a problemática emergente é justamente a relação da delegação, chamada por Bourdieu como “relação circular”, onde o representante – aqui entendido como o mediador político – apenas existe porque existe o grupo ao qual ele representa e, da mesma forma, o grupo representado só existe por causa a existência necessária de um porta-voz.

Portanto, a atribuição de função e poder, ao representante, o carrega de poderes sobre o grupo ao qual ele representa lhe dando o poder de representá-los. Para Bourdieu (1989), em primeira análise, seriam os mandantes (ou os representados) quem exerceriam poder sobre os mandatários. Porém, em última análise, é o porta-voz mandatário quem exerce poder sobre o grupo representado.

A conseqüência disso é o desprendimento próprio de uma reivindicação mediada por concepções e interesses de uma categoria social diferente das categorias às quais, em seu nome, a reivindicação é realizada. Tal intervenção é complexa e merecida de uma maior reflexão, isto, pelo fato de a mesma ser capaz de complicar o próprio anseio de justiça das vítimas de um longo processo de desenvolvimento econômico e excludente, na medida em

que as ilusões, com as quais a classe média tem se trajado, sobre a pobreza, estão em descompasso em relação ao mundo de quem é objeto da reivindicação (MARTINS, 2003a).

Para o caso aqui analisado, há um tensionamento entre a existência de duas demandas que se chocam: demanda por terra (trabalhadores do assentamento) e demanda por reforma agrária (mediadores políticos). Porém, esta última se veste do “poder de representação”. Dentro do discurso desta demanda, portanto, há a produção de um sujeito inerente ao mesmo, que seria “o sem-terra reivindicante de uma reforma do sistema agrário como presságio da realização de uma mudança social, que seria a construção de uma sociedade socialista”.

Se por um lado há uma demanda por “terra” e, dentro desta, uma demanda por “trabalho” e, dentro desta uma demanda por “inclusão social” que, para os trabalhadores do assentamento Estrela do Norte, significa uma transformação de efeito direto na vida de cada um desses trabalhadores; por outro lado há uma demanda pela efetivação de uma política com significado que transcende os mesmos e que se reproduz através da vestimenta desse significado sobre os significados daquela primeira demanda. Este é o, portanto, o processo de “ocultação” do sujeito próprio da vivência do cotidiano dos assentamentos que Martins (2003) procura e que se torna visível a partir da compreensão da questão agrária enquanto uma questão social necessitada da compreensão da gênese do sujeito social que vivencia e personifica esta questão e se distinga de seu mediador.

Este foi o objetivo central deste estudo que se realizou na tentativa de se abstrair o discurso quanto aos significados da reforma agrária para esses sujeitos, quais sejam os trabalhadores assentados no Projeto de Assentamento (PA) Estrela do Norte.

5. Referências bibliográficas

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. p. 171-195.

BOURDIEU, Pierre. **Cosas Dichas**. Barcelona: Editora Gedisa, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas**. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998. (dissertação de mestrado)

DELGADO, Guilherme C. Questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

ENCONTRO NACIONAL DO MST. 1. **Anais...** Brasília: CONTAG, 1984.

FERNANDES, B. M. **Movimento social como categoria geográfica.** [S.I.]: AGB – NACIONAL, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza (coord.) et al. **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo. 1.ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Sevolo. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Unrisd, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. **Além da terra:** cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas:** estudo do processo de mudança da posição de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

REIS, Geraldo Antônio dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas:** considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best, 1997.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o Grande Projeto Jaíba:** uma interpretação: 1970-1996. São Paulo: USP, 1998. (tese de doutorado)

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

Mobilização de jovens agricultores da COMUNIDADE água Boa ii, do município de rio pardo de minas, mg na construção do viveiro comunitário e no aproveitamento alimentar de frutos do Cerrado.

João Roberto Correia¹
Laura Altafin Cavechia²
Patrícia Goulart Bustamante³
Sueli Gomes Fernande⁴
Sueli Matiko Sano⁵
Isabela Lustz Portela Lima⁶
Washington Luis Oliveira⁷

Resumo

O presente artigo apresenta o histórico e momento atual da mobilização dos jovens agricultores da comunidade Água Boa II em Rio Pardo de Minas/MG para a formação de um viveiro de mudas de espécies nativas e o aproveitamento da polpa dos frutos do cerrado na produção de doces e quitutes. Tais iniciativas visam reduzir o êxodo rural e contribuir para a conservação ambiental nessa região de transição entre o cerrado e a caatinga.

Palavras-chave: Jovens, Geraizeiros, Êxodo Rural

1. Introdução

A região norte de Minas Gerais possui uma rica diversidade de ambientes que representa a matéria prima para a sobrevivência alimentar, social e cultural das populações tradicionais e indígenas que nela habitam. Tradicionalmente, os geraizeiros, população tradicional da região dos “gerais” (áreas de Cerrado do norte de Minas Gerais, que incluem os planaltos do rio São Francisco, alto do rio Pardo, e topos da Serra do Espinhaço) ocupam essas áreas e vem estabelecendo uma relação de equilíbrio com o ambiente, contribuindo para a manutenção de sua biodiversidade.

¹ Pesquisador EMBRAPA/CERRADOS Cx. Postal 8.223 Brasília, Brasil. E-mail: jroberto@cpac.embrapa.br.

² Graduanda em Biologia, UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília, Brasil. E-mail: lauralt84@hotmail.com.

³ Pesquisador EMBRAPA/CENARGEN Cx. Postal 2372 Brasília, Brasil. Email: pgoulart@cenargen.embrapa.br.

⁴ Graduanda em Ciências Agrária, UFMG, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: susuagro@yahoo.com.br.

⁵ Pesquisador EMBRAPA/CERRADOS Cx. Postal 8.223, Brasília, Brasil. E-mail: sueli@cpac.embrapa.br.

⁶ Mestranda em Ecologia, bióloga, UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro Brasília, Brasil. E-mail: isabela_lustz@yahoo.com.br.

⁷ Mestrando em Ecologia, biólogo, UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, Brasil. E-mail: wluisoliveira@gmail.com.

A colonização dessa região se deu a partir de 1550 através de expedições em busca de ouro e diamantes. Ao longo dos anos, a agricultura foi ganhando espaço, com destaque para cultivos de café, banana, cana, feijão, milho arroz e mandioca. Dados de 1955 (IBGE 1959) já mostravam uma grande diversidade de produtos na região. Porém, a partir da década de 70, o governo do Estado estabeleceu o arrendamento de áreas públicas para empresas reflorestadoras, direcionados para Pinus e Eucalipto. Apesar de esse ser um setor com maior valor da produção quando comparado com outros produtos agrícolas, ele apresenta baixa contribuição para a geração de empregos, concentrando no período da implantação dos eucaliptais (Correia, 2005). Em 2000, segundo dados do IBGE 2004, a principal atividade de produção na região era a de carvão vegetal. Como consequência houve a expulsão de milhares de camponeses que há muito se estabeleceram nessa região. Como efeito secundário, houve o estímulo ao desmatamento generalizado que, segundo Dayrell (1998), em poucos anos transformou grande parte da vegetação nativa do Cerrado em carvão vegetal, introduzindo maciços homogêneos de eucalipto e pinus. Estima-se que cerca de 40 a 50 mil ha de vegetação nativa tenham sido desmatados.

A partir da década de 1980 o processo de substituição da vegetação nativa pelo monocultivo do eucalipto foi intensificado. Centenas de milhares de hectares de chapadas passaram a ser ocupadas com essa cultura com várias consequências para o ambiente e as comunidades que habitam na região (destruição de nascentes, perda de biodiversidade, êxodo rural, impedimento do uso das áreas de chapada por comunidades locais, que tradicionalmente os utilizam para extrativismo e a criação de gado à solta, etc.).

Entre os jovens, o impacto pode ser medido pela migração que ocorre todos os anos em meados de maio, quando parte da população se desloca para o sul de Minas Gerais para a colheita de café e para São Paulo, em busca de trabalho nos canaviais e cultivo de eucalipto, por falta de opções de emprego na região onde moram.

A partir da discussão com um grupo de jovens de uma comunidade no município de Rio Pardo de Minas (MG), pesquisadores da Embrapa Cerrados e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, com apoio do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, do Sindicato dos Trabalhadores, Assalariados Rurais e Agricultores Familiares de Rio Pardo de Minas, do Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG e do Departamento de Solos da UFRRJ iniciaram um trabalho para estimular esse grupo a buscar alternativas para geração de trabalho e renda e que ao mesmo tempo pudesse contribuir para diminuir o êxodo rural. Esse trabalho faz parte de um projeto financiado pelo MDA intitulado “Capacitação, identificação e implantação de sistemas de produção de base ecológica a partir do planejamento segundo a

aptidão agro-ecológica e extrativista das terras para aplicação em comunidades de agricultores no Território do Alto Rio Pardo” (Projeto Água Boa II) coordenado pela Embrapa Cerrados. O objetivo deste artigo é descrever a prática desenvolvida com os jovens na estruturação de um viveiro comunitário e no aproveitamento alimentar de frutos nativos do Cerrado, como estratégia para fortalecer a sua organização e buscar alternativas de trabalho e renda.

2. A comunidade

A comunidade Água Boa II é uma das 96 comunidades rurais existentes do município de Rio Pardo de Minas, situada na região norte do Estado de Minas Gerais. Está localizada na porção superior da sub-bacia do rio Água Boa, coordenadas 15°32’11,8’’S e 42°27’37,3’’W com uma altitude aproximada de 828m. Caracteriza-se por ter clima semi-árido e estar em uma faixa de transição eco-geográfica entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro, transição entre o bioma Cerrado de clima sub-úmido com bioma Caatinga, de clima semi-árido. Esta região apresenta uma diversidade de formação vegetal que, além de incluir características do Cerrado e da Caatinga, ainda conta com aspectos de Mata Atlântica. Apresenta pluviosidade média anual de 890 mm, mais baixa que área *core* do Cerrado, possuindo um inverno seco e verão chuvoso, especialmente nos meses de novembro a março.

De acordo com a contagem da população em 2007, a população total de Rio Pardo de Minas era de 28.633 habitantes (IBGE, 2007), com a maioria residindo em meio rural. Apresenta concentração de posse da terra, com 65% dos imóveis com menos de 50 ha, ocupando pouco mais de 12% de toda área do município. Este município se insere num quadro sócio-econômico que ostenta indicadores típicos de regiões deprimidas. Alta mortalidade infantil e baixa esperança de vida, níveis de fecundidade relativamente elevados, forte evasão de migrantes para outras regiões e estados, expressiva proporção de residentes em áreas rurais, distribuição etária desigual exibindo grande proporção de crianças e idosos (Matos 2000) contribuem para que Índice de Desenvolvimento Humano (0,63 em 2007) seja médio a baixo (IBGE, 2007).

A comunidade contém 81 residências de agricultores com propriedades de área média de 15 ha (3 ha onde é possível cultivar). Apresenta o total de aproximadamente 400 pessoas, sendo 33 ou 55% das famílias apresentando em sua composição, 70 ou 17,5% de jovens na faixa etária de 12 a 20 anos, com média de 2,12 por família. A quantidade de pessoas dentro da unidade familiar é em média $\pm 5,42$. O grau de escolarização, representado pela quantidade

de pessoas que freqüentou ou freqüenta alguma série na escola, é relativamente baixo, com média $\pm 2,98$ por família.

Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas pela comunidade está uma grande variedade de produtos utilizados pelos agricultores que vai desde culturas agrícolas anuais e perenes até o extrativismo das espécies nativas. Segundo Correia (2005), os sistemas de produção estão concentrados nas áreas de relevo movimentado (morros) ou próximas aos cursos de água. Nelas, os geraizeiros desenvolvem o plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, amendoim, café sombreado, associados com a criação de gado bovino em áreas de solta, aves e suínos, além da produção de rapadura, e artesanato de palha de licuri e de argila. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os Cerrados (com suas chapadas, carrascos, veredas, brejos, tabuleiros, capões, espigões, barrigas de morro etc) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, lenha, frutos, folhas, mel e medicamentos.

A partir da pesquisa realizada pelo projeto Água Boa II, foi levantada que a dieta das famílias da comunidade de Água Boa II, tanto na época das águas (novembro à março), como na época da seca (abril à outubro) é composta basicamente por arroz, feijão, café, macarrão, carne, leite, biscoito – este último feito artesanalmente a partir da goma de mandioca - e bolacha industrial. O pequi (*Caryocar brasiliense*) e abóbora aparecem como componente principal no período das chuvas e alface e banana no período da seca. Em relação às frutas, além do pequi e da banana, o abacate, acerola, ameixa, caju, cana, coco, coco licuri (*Siagrus sp*), goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, maçã, melancia, poncã, rufão (*Peritassa campestris*) e umbu também fazem parte da composição tanto da mesa do café da manhã, do almoço como do lanche e do jantar.

A outra problemática sócio-ambiental, também consequência da ação de carvoeiros na região, é a ameaça de destruição das várias nascentes que abastecem diretamente aos moradores da comunidade e da mata nativa de cerrado nas proximidades desta, onde diversas famílias realizam atividades extrativistas de produtos não madeireiros como a coleta periódica de frutos de mangaba (*Hancornia speciosa*) e pequi. Estes são comercializados principalmente com uma cooperativa de agricultores da região, a Cooperativa Grande Sertão, localizada em Montes Claros. Como a destruição dos recursos ambientais pode levar ao êxodo rural, ainda estão sob ameaça práticas locais centenárias como o artesanato de argila, desenvolvido pelas mulheres da comunidade e de chapéu confeccionado com a palha do coco licuri.

3. O trabalho com o grupo de jovens

Foram realizados contatos informais com jovens da comunidade para avaliar, preliminarmente, suas demandas. Uma delas foi a geração de renda no próprio local, que evitasse a saída sazonal para outras regiões. Considerando que as ações do projeto Água Boa II estavam voltadas para o fortalecimento de práticas agroecológicas e extrativistas como base para a conservação do ambiente e de busca de alternativas para fixar os agricultores no seu local de origem, foi discutido com um grupo de jovens alternativas que atendessem esses objetivos articulados com suas necessidades, ou seja, verificando que ações poderiam mobilizá-los no sentido de buscar alternativas que pudessem contribuir para a sua formação profissional, dialogando como utilizar racionalmente os recursos do ambiente em que vivem, como fortalecer suas relações de amizade e cooperação a fim de tornar mais estável a sua permanência na região. A construção de viveiro de mudas e o aproveitamento de frutos do Cerrado surgiram como alternativas para aglutiná-los. O grupo de jovens iniciou, então, a discussão dessas alternativas, trabalhando-as com o objetivo de: capacitá-los na construção de um viveiro comunitário, na produção de mudas e plantio de espécies nativas e exóticas; o reflorestamento de áreas desmatadas tais como as proximidades de nascentes; capacitação de jovens para o aproveitamento e processamento de polpas de frutas nativas e/ou exóticas para produção de quitutes (bolos, tortas, biscoitos, geléias, sorvete) para consumo das famílias locais valorizando recursos genéticos locais.

4. Dinâmica utilizada na mobilização dos jovens

As reuniões com um grupo de jovens foram iniciadas no mês de setembro de 2007, sobre a sombra de uma mangueira em frente à igreja local. Tendo sido identificada a necessidade de geração de trabalho e renda, foi apresentada pela equipe do projeto a possibilidade de apoio à instalação de um viveiro de mudas, considerando que os técnicos e pesquisadores do projeto Água Boa II teriam possibilidade de instrumentalizar o grupo com esse objetivo. A proposta foi apresentada para um grupo de 40 jovens que iniciou a sua discussão. Foi aberto um debate sobre as possibilidades de estruturação do viveiro, sua construção e manutenção pelo grupo de jovens que visariam, além de capacitação para preparação de mudas, o entendimento do processo germinativo de sementes nativas e exóticas apontando, futuramente, à produção de mudas para abastecimento de quintais de moradores locais, bem como sua comercialização na feira-livre da cidade de Rio Pardo de Minas como

alternativa de fonte de renda. Outros pontos sobre a estruturação do viveiro também foram temas levantados e discutidos, assim como a importância das espécies nativas para preservação da vegetação local. Com esta reunião inicial, surgiram as primeiras idéias para construção do viveiro para atender os objetivos almejados e com essas, a previsão do aporte financeiro necessário para estruturá-lo.

A partir dessa primeira reunião foi dado segmento ao processo. Uma das preocupações foi de como obter recursos para os investimentos iniciais do viveiro. Uma das primeiras iniciativas foi estruturação formal do projeto que foi submetido à avaliação de propostas ao Programa de Pequenos Projetos Ecosociais do segundo semestre de 2007. Esta iniciativa foi importante para identificar lideranças, definindo responsáveis por cada etapa do projeto: coleta semente, construção viveiro, preparação mudas, aproveitamento polpas; e por tornar explícito o estímulo que ganhava força para proteção, preservação do meio ambiente e preocupação com a sustentabilidade ambiental até então não levantado pelos jovens, mas latente na maioria deles, de recuperar nascentes com que a comunidade dependia seu abastecimento a partir do reflorestamento de espécies nativas de mata de galeria.

Um bazar de roupas usadas e doadas por diferentes contribuintes ao projeto foi realizado a partir deste momento como alternativa para arrecadação de fundos que pudesse, a princípio, oferecer organização de mobilização e autonomia para subsidiar o começo da estruturação do viveiro. Foram principalmente as mulheres que se encarregaram de organizar as roupas que chegaram. Separando calças de shorts, blusas de casacos, saias de vestidos designando aquilo que é masculino, feminino ou infantil. A cada remessa de roupa doada, alguma novidade surgia, sendo um tênis, uma bolsa, um livro, roupa de cama, de banho. Homens e mulheres, entretanto definiram juntos de realização do bazar, participaram das vendas e realizaram as trocas, fazendo disso um momento de encontro descontraído de todos da comunidade.

A comercialização de alimentos processados a partir da polpa de frutos coletados destinado a produção de mudas também foi um ponto discutido para que aumentasse esta ação. Novamente foram as mulheres que se organizaram e juntaram habilidades culinárias na descoberta de receitas inovadoras. As primeiras receitas feitas pelo grupo foi a partir da polpa do jatobá, fruta da época que, com toque suave do sabor, incrementou biscoito de goma de mandioca, culturalmente característico da região, deixando o produto diferenciado e valorizado pelos moradores locais.

A preparação do adubo “caseiro” contou com coleta de materiais locais de esterco, mata seca e água. A mobilização e iniciativa própria do grupo contaram com o envolvimento

e participação de todos jovens para preparação inicial e para cuidados seguintes. Sabiam que tais cuidados teriam que ser diários, e para tal chegaram à conclusão, em reunião, que seria interessante separarem em duplas para que ficassem responsáveis por determinados dias para molhá-lo até que este ficasse pronto para ser utilizado.

Uma apresentação feita pela equipe do projeto a partir de levantamento bibliográfico, visou capacitar o grupo sobre as estruturas, os materiais, a localização e outras informações de experiências já existentes e alguns procedimentos relacionados à qualidade das sementes para produção de mudas. Houve discussão sobre o local mais apropriado e de fácil acesso à todos visando a manutenção viável; também foram debatidas questões relativas à construção, desde o levantamento do material necessário à definição da época de coleta de frutos locais.

Como resultado dessas reflexões, foi realizada a coleta de mangaba juntamente com orientações que os capacitavam com informações sobre a sustentabilidade de tal ação assim como o melhor método para produção das 165 mudas e processamento da polpa com produção de sorvete, bolo e doce em que todos experimentavam e conheciam os possíveis sub-produtos capaz de serem gerados com pouco mais de ingredientes.

Com as primeiras mudas e o início da concretização de um viveiro, vieram as dificuldades. Ameaça de falta de água durante a época da seca bem acentuada na região, ameaça de animais como galinhas, gado e cachorro solto, a segurança do local e a falta de material foram as primeiras preocupações levantadas pelo grupo, que entraram na pauta das reuniões.

Em reuniões realizadas no início de 2008, os jovens chegaram à conclusão de que alguns materiais seriam indispensáveis para continuação do projeto. Decidiram que, como primeiro patrimônio do grupo, comprariam cerca e arado com dinheiro arrecadado de bazares e comercialização de polpa de frutos processados, que estava sendo guardado em conta corrente de um dos integrantes. Decisão baseou em dar utilidade aos esforços feitos com arrecadação de fundos. Os outros materiais necessários como caixa de água, mangueira, regador, sombrite foram doados pela Embrapa.

Ainda no início do ano, outras atividades foram realizadas ainda para fortalecer a ação de capacitação dos jovens em praticas que futuramente possam ser desenvolvidas independentemente por eles.

Foram montadas cinco oficinas:

- **Coleta de frutos** – com um pequeno numero de homens e mulheres que foram à feira de Rio Pardo de Minas para levantar informações de frutos comercializados na época, origem, troca de experiências e conhecimentos sobre semeadura daqueles frutos que

estabeleceram necessidade de comprá-los ou por importância cultural ou por grande consumo local. Esta atividade fez com que o grupo entusiasmado e curioso se atentasse as diversas maneiras culturais de se plantar uma semente; se atentaram na cautela de estabelecer uma conversa ora com feirante de frutas, ora com feirante de mudas para não deixar de conseguir levantar informações necessárias para iniciantes nas práticas.

- **Oficina de separação da semente/polpa** – atividade que contou com participação das jovens mulheres e até crianças. Separando-se por frutos, iam retirando cascas, seguidas das polpas de: acerola, araticum, jaca, maracujá, murici, rufão, umbu, cajamanga. Entre os fios adocicados e babosos da jaca, conversa e piadas iam sonorizando o ambiente. Dificuldades em separar sementes de muitas dessas frutas foram enfrentadas por elas que não desistiam fácil no trabalho em que empenhavam.
- **Oficina para processamento da polpa** - também composta por mulheres. Com animação, não só as mãos se branqueavam com farinha, e com todo rebuliço surgia ao fundo o cheiro de bolo e biscoito de araticum quentinho no forno à lenha. “Geladinho” de murici e acerola foram preparados para venda no próximo domingo de reza. Demais polpas foram congeladas para definição de futuras receitas;
- **Oficina de preparação do substrato** – composta por homens que realizaram, pela tarde, enquanto outras oficinas aconteciam, caminhadas pela comunidade. Analisaram terra e areia mais adequada para preparação do substrato. No dia seguinte, já com as mulheres, misturaram a terra e areia coletada com o adubo feito anteriormente. Nessa etapa, foram os homens que capinaram o terreno infestado de matagal e se revezavam na peneiração da medida de 3 de terra, 2 de areia e 1 de adubo com as mulheres;
- **Semeadura:** também realizada no dia seguinte, para que houvesse tempo da secagem das sementes tanto daquela separada na oficina como aquelas coletadas anteriormente por alguns como jatobá, pacari, Gonçalo e olho de cabra. Em reunião decidiram que todos deveriam participar dando grande importância ao aprendizado desse processo. Juntos, sentaram no chão, e foram preenchendo os sacos plásticos em que haveria semeadura. Enquanto isso, outros iam arrumando o local e em poucos minutos já se tinha fileiras de sacos cheios de substratos prontos para serem presenteados com sementes das mais diversas frutas. Naquele momento, cada um foi colocando sementes sem ao certo se ter uma ordem, até que se confundiam não tendo certeza daqueles não

semeados, decidindo então, duas pessoas responsáveis pela tarefa. Para finalizar todos os saquinhos foram molhados.

O grupo que foi à cidade observou a existência diferentes maneiras de se semear. Trocando tais informações com demais do grupo, decidiram estabelecer diferentes maneiras de se plantar as tantas sementes obtidas. Algumas dessas sementes teriam que passar previamente por tratamentos. E por conta disso, pequenos experimentos foram montados para descobrir com a prática, a diferença de semeadura com diferentes tratamentos de germinação: sementes em água quente (cinco minutos), ou em água fria (48 horas), com ou sem retirada da casca da semente, com semeadura em sementeira ou diretamente no saco plástico específico.

Como resultado dessas atividades obteve-se: estruturação do viveiro no lugar previamente definido com 165 mudas de mangaba (*Hancornia speciosa*), 47 mudas de jaca (*Artocarpus integrifolia*) e 166 mudas de acerola (*Malpighia* spp). Os tratamentos estabelecidos com as demais sementes foram: maracujá (*Passiflora* spp.) – direto sementeira ou saco; rufão (*Peritassa campestris*) - direito saco, em água fria e em água quente; umbu (*Spondias tuberos*) - direto saco ou em água fria; jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*) - direto saco ou em água fria; pacari (*Lafoensia pacari*), pindaíba (*Guatteria vilosissima*) e gonçalo – direto saco ou sementeira; olho de cabra - direto saco, água quente, ou em água fria; coco (*Cocus nucifera*) - como corte no fruto e posterior semeadura; semeadura em água; semeando-o diretamente no solo; cinco tipos de araticum (*Annona crassiflora*), de diferentes regiões, coloração e gosto, com sementes com/sem tegumento, diretamente nos sacos.

Por fim, houve a realização de um calendário, estruturado por eles em que definia as futuras atividades a serem desenvolvidas como: coleta de esterco, areia, terra para preparação de mais substrato; preparação sementeira com resto de artesanato de cerâmica, brita e areia; continuação com beneficiamento de sementes – tratamentos; coleta de folha seca para proteção sementeira e para mudas já feitas e para que serão feitas; semeadura das sementes beneficiadas; preparação de mais receitas com restante das polpas congeladas e bazares de roupas usadas e doadas por colaboradores para comercialização visando arrecadação de fundos.

É previsto que com a articulação das atividades de viveiro com o aproveitamento alimentar dos frutos, será possível maximizar o aproveitamento das espécies nativas (pequi, cagaita, mangaba, jatobá, etc.) e exóticas (manga, banana, goiaba, etc.): pois a polpa segue para a cozinha para elaboração de receitas alimentares (bolos, tortas, biscoitos, pudins, etc.) e as sementes viáveis, para plantio, servindo para alimentar o viveiro de mudas. Assim, os jovens envolvidos socializam coletivamente conhecimentos para o aprendizado. Espera-se,

ainda que essa experiência possa ser expandida para outros jovens além do grupo em questão e, se possível, para outras comunidades em forma de cartilha ou apresentação das tanto das etapas desenvolvidas e das organizações feitas.

Atualmente, o grupo foi inserido como uma das propostas do edital Nº 07/2008 - Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar de Base Ecológica, Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), onde um dos objetivos (2), é promover ações para envolvimento de segmentos de jovens em atividades relacionadas com o manejo e beneficiamento de recursos ambientais que contribuam para a geração de trabalho e renda, tendo como indicador, a realização de quatro oficinas de capacitação em manejo e uso sustentável dos recursos ambientais com grupo de jovens em outras comunidades.

5. Bibliografia

IBGE (Rio de Janeiro, RJ). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. v. 27: Minas Gerais

IBGE. Cidades@. Disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat. Acessado em 20/05/2007.

CORREIA, J.R. Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG. Seropédica, UFRRJ, 2005. 234p. (tese de doutorado).

DAYRELL C.A. Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Universidade Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana – La Rábida, 1998.

Martins, R.B.; Libânio, J.C. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. s.l., PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, CEES. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>. Acessado em 23/05/2008

Matos R. Populações do vale do Jequitinhonha e movimentos migratórios. Anais do **IX Seminário sobre a Economia Mineira**, vol. 2, pp **885-904** from Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

Rio Pardo de Minas. Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rio Pardo de Minas. Rio Pardo de Minas, 2002. Mimeografado.

SEBRAE-MG. Diagnóstico municipal: Rio Pardo de Minas. Montes Claros, 2003. CD-ROM. (Programa Grande Sertão)In: CORREIA, J.R. Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG. Seropédica, UFRRJ, 2005. 234p. (tese de doutorado).

Silva A. M. S. & Barbosa M. R. 2005. Territorialidade: a partir do saber popular do geraizeiro do Município de Mirabela no Norte de Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa do CDHIS. Vol. 1, N° 33 (18).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E O CRÉDITO ESPECIAL

Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto¹

1. Introdução

O presente artigo pretende refletir sobre o processo de luta do Movimento de Mulheres Camponesas, tendo como referência a experiência das mulheres camponesas no oeste de Santa Catarina, ressaltando suas demandas no campo das políticas públicas, em torno da necessidade de implementação de um crédito especial para as mulheres camponesas a fim de reconhecer, valorizar e potencializar social e economicamente o trabalho realizado pelas camponesas, no sentido de contemplar sua inclusão social.

Até a década de setenta a mulher camponesa ocupava papel secundário na sociedade local. O patriarcalismo e a questão de gênero permeavam a sociedade rural. De modo geral, as mulheres eram excluídas da herança da terra, com menor escolarização, não lhes era facultado associar ao sindicato ou outra agremiação, uma vez que se compreendia que elas já estavam representadas através da associação do marido.

Diga-se o mesmo em relação aos documentos. No máximo, possuíam certidão de nascimento e casamento, quando fosse o caso. O título eleitoral, a carteira de identidade e a partir dos anos 70 o CPF não eram documentos acessíveis às mulheres. A subalternidade do campesinato e das mulheres como um segmento social interno, não foi impedimento para a ação política de construção de direitos, através da ação organizada e na construção de uma identidade coletiva. Entre as lutas assumidas pelas camponesas está o Crédito Especial para as mulheres.

Preferencialmente, pensamos em mulheres camponesas compreendendo-as como um ator social que têm cumprido com um papel importante na sociedade. De acordo com as concepções do MMC, as mulheres precisam ser reconhecidas como sujeitos sociais específicos, “pois articula a reprodução da vida, geração dos filhos (as) com a garantia da produção do alimento, sendo assim, mantedora da vida e da biodiversidade”. (Carta interna do MMC sobre o Crédito, 2005, p.2). Daí a necessidade de pensar um Crédito Especial para as Mulheres na perspectiva das políticas públicas.

¹ Mestranda – PPGCS/UFCG. E-mail: skgaspareto@yahoo.com.br.

Mesmo que a referência central das informações parte da experiência em Santa Catarina, a reflexão aqui proposta pretende ter um alcance nacional. Foram utilizadas para análise do trabalho, informações obtidas através de documentos e arquivos internos do MMC, produzidos pelas próprias mulheres durante o processo de construção da proposta específica do Crédito Especial para mulheres.

2. Trajetória de luta do Movimento De Mulheres Camponesas (MMC)

A partir dos anos 1980, a trajetória histórica de luta das mulheres camponesas em diferentes lugares do Brasil, que resultou, entre outros, na construção do Movimento de Mulheres Camponesas, alterou a condição de mulher camponesa, na medida em que conquistaram o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural bem como, os direitos previdenciários.

Outra transformação importantíssima, é que, de lá para cá e agora, mais do que nunca, fala-se em mulheres camponesas como aquelas que estão buscando seu espaço de participação social, mesmo que este ainda não esteja consolidado.

No Plano Nacional, várias atividades retrataram a problemática da mulher trabalhadora rural. Entre elas, em 1986 aconteceu o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras, organizado pelo Movimento de Mulheres Trabalhadora do Brejo e Central Única dos Trabalhadores da Paraíba.

Trata-se de um ator social que, com características locais e regionais diferenciadas, vai construindo uma unidade nacional em torno de demandas específicas das mulheres.

Conforme Paulilo “No caso do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina² surgido em 1981, foi produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros movimentos” (2003, p. 186).

Casagrande (1991) e Daboit (1996) ao descrever um histórico sobre a origem do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, (MMA/SC), afirmam que seu surgimento se deu a partir da motivação das mulheres que participavam das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica. Inseridas dentro das Igrejas e Movimentos sociais mistos, pouco a pouco foram percebendo como as questões específicas das mulheres nem sempre eram consideradas e discutidas. As restrições quanto à participação

² Artigo sobre: Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, M.I. S. P.; SCHMIDT, W. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

das mulheres, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais precisavam ser analisadas na perspectiva histórica de construção do Movimento Autônomo.

De acordo com Poli (1999), em se tratando das questões de gênero, mesmo que não ocuparam primazia num primeiro momento da organização, pois as questões de classe eram predominantes, elas perpassam todos os momentos de construção deste movimento.

Em 1985, as mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul, criaram a Organização da Mulher da Roça (OMR), germe do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fundado e alicerçado em 1989. De acordo com Stephen (1996, p.36), as inquietações iniciais do MMTR estavam relacionadas “com a saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria, entre outros, já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e integração individual nos sindicatos e cooperativas”.

No Paraná, em 1981, as mulheres criaram o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP).

De acordo com Paulilo³, o surgimento da luta das mulheres se dá mais pelo enfoque da busca de construção da identidade do que pelas questões de classe social. Entretanto, no sul do Brasil, essas questões específicas ganharam maior visibilidade a partir do envolvimento das mulheres camponesas na luta da classe.

Em 1988 foi criada a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul – AIMTR – SUL. À medida que a organização foi se constituindo, o empoderamento das mulheres, gradativamente, ampliou sua articulação entre os demais Estados do Brasil, a partir de bandeiras específicas e gerais, entendendo que opressão e discriminação das mulheres também se efetiva de forma globalizada.

Em 2004, através do I Primeiro Congresso Nacional de Mulheres Camponesas oriundas de 14 Estados do Brasil, se consolidou o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC).

De uma ou de outra forma, estes movimentos autônomos e específicos de mulheres camponesas sempre tiveram as políticas públicas como parte de suas lutas sociais. Sendo este processo decisivo na constituição da identidade enquanto sujeito coletivo.

Desde seu surgimento, as mulheres, reivindicaram *direitos sociais*. Entre eles, na Previdência Pública e Universal o *reconhecimento da condição de seguradas especiais, com direito ao acesso dos benefícios*: a aposentadoria para as mulheres aos 55 anos e 60 anos para

³ PAULILO, Maria Igenes. Revista. Estudos Feministas. Vol. 12 N.1, 2004.

os homens, salário maternidade, pensão de viúva (o), auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio invalidez; o direito a documentação pessoal (Registro de Nascimento, RG, CPF, Título de Eleitora...) e profissional (Bloco de Notas de Produtora Rural) para as mulheres; o direito a saúde pública que garanta a promoção, proteção, prevenção e atendimento curativo de implementação do SUS e do PAISM (Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher), entre outras. Da mesma forma se dá a luta pela participação política da mulher em diferentes espaços, visando o trabalho de libertação da mulher e a construção de novas relações sociais.

3. A importância das Políticas Públicas para as mulheres

As mulheres camponesas em seu cotidiano na família e na produção de auto-sustento e renda vivem uma diversidade intensa. Em se tratando da divisão do espaço territorial rural, 31,6% dos imóveis possuem até 10 hectares, 26% dos imóveis possuem de 10 a 25 hectares, 16,1% dos imóveis possuem de 25 a 50 hectares (DIEESE, 2006, p. 30). Nestas unidades de produção, o espaço ocupado pelas mulheres na produção é heterogêneo, pois elas garantem a diversidade da maior parte da alimentação para o consumo próprio.

Em 1996, enquanto política pública, o governo federal criou o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, destinando apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entretanto, permanece de certa maneira a deficiência que se expressa na falta de políticas para as mulheres, o que também pode estar relacionada ao fato de considerar que se trata de uma faixa populacional do gênero feminino, pessoas de diferentes idades, que vivem a dupla, tripla jornada de trabalho, pautada pela desigualdade social, que é resultado de uma construção social, histórica, política, cultural.

Essa é uma maneira de pensar em mulheres camponesas, mesmo considerando os avanços obtidos com a sua própria organização. De acordo com Anderson:

Como padrão de desigualdade, a dominação sexual é muito mais antiga historicamente, e muito mais profundamente arraigada na cultura do que a exploração capitalista. Detonar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre classes. “(ANDERSON apud GODINHO, 1989, p.6).

O debate inicial sobre Políticas Públicas para as mulheres do campo no MMC foi sendo construído na medida em que as próprias mulheres foram se dando conta de que o

crescimento da ofensiva do capital no campo, particularmente percebido através das conseqüências provocadas pela “modernização da agricultura”, levaram o MMC a busca de alternativas para construir o Projeto Popular de Agricultura Camponesa.

Para o MMC, pensar esse projeto de agricultura camponesa, implica em incorporar um conjunto de princípios que promovam o reconhecimento das mulheres e de seu trabalho, sua participação efetiva e direta nos espaços de decisão e políticas públicas voltadas ao campo e às mulheres. Trata-se de valorizar o cuidado com a natureza, recuperação, preservação e multiplicação das sementes crioulas ou tradicionais, relações de solidariedade e confiança, controle dos meios de produção, trabalho e consumo pelos camponeses e camponesas, valorização e defesa das populações tradicionais e de seus modos de vida, reforma agrária com o fim do latifúndio. Respeito às diferenças culturais, de gênero, de geração, entre outros.

Neste sentido, para o Movimento de Mulheres Camponesas foi a própria luta que recolocou o diálogo sobre a necessidade de enfrentamento e disputa pelas políticas públicas, entre diferentes atores sociais. As mulheres chegaram à conclusão de que:

Historicamente não se propiciam políticas públicas que resgatem, promovam e contribuam para autonomia das mulheres camponesas. Foi com muita luta do movimento de mulheres camponesas, que as mulheres da roça conquistaram o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e os direitos previdenciários (Carta sobre o Crédito Especial para as mulheres, Instrumento para viabilizar a agricultura camponesa - arquivos do MMC, publicada na Revista Ana, 2007, p.03).

A identificação da ausência de políticas públicas, levou o próprio movimento a repensar as diferentes concepções⁴ existentes sobre as políticas públicas. Talvez para as camponesas do MMC, “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (Celina, 2006, p. 26).

O debate sobre a importância das políticas públicas passa pela necessidade de pensar nas mulheres camponesas como demandantes que venham fortalecer e potencializar o seu trabalho no sentido dos seus direitos, visto que as mesmas sempre contribuíram socialmente, mesmo desenvolvendo atividades⁵ cotidianas que não são valorizadas.

⁴Entre as concepções destaca-se: Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, (...). Dye (1984) “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (CELINA, 2006, p.21).

⁵ Produção de alimentos, criação de pequenos animais, organização da casa, proteção de fontes, ajardinamento, horto medicinal, transformação de alimentos em doces, embutidos, conservas,(...).

As mulheres demandam muito além de cursos de formação, da escola, de política educacional, de política de proteção. Demandam políticas na área da cultura, da participação, dos direitos, da produção. Políticas públicas que contribuam na construção de um projeto de agricultura camponesa.

É interessante observar que, até pouco tempo, na sociedade brasileira, se reproduziu a idéia de que a mulher camponesa não produz. Até 1970, não eram reconhecidas como trabalhadoras. Uma pesquisa⁶ sobre a realidade da mulher agricultora em Santa Catarina, realizada em 1994 pelo Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina - MMA/SC⁷ em convênio com o Departamento Sindical de Estudos Rurais / DESER, constatou (entre outros) que: a profissão de agricultora começa cedo; que 77,1% das entrevistadas declararam ter começado o trabalho na roça com 10 anos; que 90,6% das mulheres pesquisadas começaram a trabalhar antes de completar 14 anos.

Outro fator que é apontado como definidor para a super valorização do homem na agricultura é o esforço físico. Entretanto, no caso específico das camponesas em Santa Catarina, “atividades consideradas pesadas como é o caso de roçar, são desenvolvidas por 49,7% das entrevistadas, sendo que, 22,6% desafiam o arado”.

No que diz respeito à produção, em Santa Catarina, conforme Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1989, as mulheres representavam, naquele ano, 49,6% da população rural com 10 anos ou mais de idade. Porém, elas eram apenas 36,5% da população rural economicamente ativa e, 70,7% da população não economicamente ativa. Se tomarmos apenas alguns dados⁸ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1995/6) percebe-se que a maioria dos alimentos consumidos no Brasil, é produzido, sobretudo pelas mulheres, nas pequenas propriedades familiares.

Mesmo quando a mulher trabalhadora rural é considerada economicamente ativa, seu trabalho aparece geralmente como não remunerado. Há uma invisibilidade do trabalho da mulher. É como se ele não existisse. A título de ilustração, reproduzimos fala de camponesa: “O que vale é o trabalho do homem que em momentos de maior necessidade, recebe “ajuda” da "mulher”⁹. Se por um lado essa realidade constatada reforça a idéia de que não há

⁶ Eixos da pesquisa: a mulher agricultora e a produção, a mulher agricultora e a reprodução, mulher e a saúde, mulher e a participação social da mulher.

⁷Cf. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina MMA/SC, atualmente o Movimento de Mulheres Camponesas, MMC.

⁸ 87,7% das aves abatidas, 91,9% da produção de mandioca, 78,5% da produção do feijão, 60,6% da produção de trigo, 71,5% da produção de leite, 77,7 da produção de ovos, 87,3% da criação de suínos, entre outros. (IBGE 1995/6).

⁹ Pesquisa: A MULHER AGRICULTURA EM SANTA CATARINA. Promoção e coordenação: Movimento de Mulheres agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC); Assessoria: Departamento Sindical de Estudos Rurais

necessidade de pensar, apresentar políticas públicas que contemplem a especificidade das mulheres camponesas. Por outro, vale lembrar que há mais de 40 anos atrás, Bachrach e Baratz (1962) mostraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública (Celina, 2006).

A importância das Políticas Públicas na perspectiva do MMC parte de análises relativas as linhas de crédito existentes, através das quais é possível perceber que aquelas direcionadas à agricultura familiar não tem contemplado as principais demandas colocadas pelas mulheres. Além disso, as exigências burocráticas e a cultura patriarcal existente têm inviabilizado às mulheres o acesso aos diferentes tipos de créditos.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram acessados apenas 660 contratos de Pronaf/Mulher, para a safra 2004/2005, em todo o Brasil. Esta é a linha de crédito oferecida às camponesas para a produção nas pequenas propriedades rurais. Isso prova a inviabilidade desta linha de crédito, onde as camponesas esbarram na burocracia e na estrutura familiar para o qual o projeto foi concebido (texto interno / MMC, 08/03/2007).

Percebe-se que são inúmeras as dificuldades existentes que têm provocado impasses no processo de desenvolvimento das políticas públicas enquanto motivação para a inclusão social. Pois:

Ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (SOUZA, 2006, p.20)

Conquistar Políticas Públicas para as mulheres implica num conjunto de procedimentos, práticas e intencionalidades que levam e impulsionam estes sujeitos a re-significar o campo concebendo-o como um lugar digno de viver. É neste sentido que o MMC luta e elabora uma proposta de Crédito Especial para as mulheres.

4. A proposta¹⁰ do MMC sobre o crédito especial para as mulheres

As reivindicações do MMC em relação ao Crédito Especial, entendidas sob o âmbito das políticas públicas, visa contribuir na construção daquilo que este movimento concebe

(DESER), 1994.

¹⁰ A proposta inicial apresentada pelo MMC, prevê a liberação de até R\$ 2.000,00 por mulher, organizada em grupos de no mínimo 3 mulheres camponesas, com carência de 1 ano, 3 anos para pagamento, juro de 1% ao ano e subsídio de 75%, para investimento na produção de alimentos.

como novo projeto de agricultura, agroecológica, com respeito ao meio ambiente e com relações de igualdade entre as pessoas. Entre os elementos que justificam a necessidade de um crédito especial para as mulheres, destaca-se que:

“O direito à terra e as políticas para agricultura é um desafio para as mulheres camponesas. Isto porque as políticas agrícolas ainda repetem a lógica da sociedade capitalista, patriarcal e machista” (Carta MMC sobre o crédito 2005). O MMC entende que o Estado precisa resgatar sua dívida social com as mulheres. Pois, historicamente prestaram serviços à sociedade, cuidando e preservando os recursos naturais (água, terra, sementes, alimentação saudável...) e não tiveram o devido reconhecimento.

A partir desta compreensão, as camponesas do MMC, propõem uma nova linha de crédito específico para as mulheres, por isso deram o nome de Crédito Especial. E para haver inclusões sociais afirmam que é preciso:

a) Acesso ao Crédito independente de seu estado civil; b) Que a mulher tenha autonomia de acesso, mesmo que seu marido já tenha solicitado outro Crédito¹¹ c) Liberação do Crédito sendo a mulher titular ou não da posse da terra. (porque o título de posse de terra em sua maioria está em nome do marido); d) Que o aval seja solidário no grupo de mulheres. Que o Crédito Especial seja subsidiado; e) Terão acesso ao Crédito Especial, de acordo com a proposta do MMC: Pequenas proprietárias, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de coco.

O Crédito Especial servirá para: Produzir alimentos saudáveis. Recuperar o valor e produzir sementes crioulas. Investir em ervas medicinais, hortaliças, frutas e ajardinamento. Investir na criação de pequenos animais. Proteger e recuperar mananciais de água. (Folder MMC, 2005).

As mulheres querem industrializar: Milho, arroz, trigo, girassol... Leite e seus derivados. Carnes (suínos, peixes, aves). Viabilizar este crédito, com estas características, para as mulheres camponesas, representa a aplicação destes recursos aos fins propostos, bem como, a garantia de que mais famílias possam permanecer no campo. A auto-gestão dos recursos sob a responsabilidade das mulheres tem como finalidade avançar no modo de fazer agricultura agroecológica. É neste sentido que:

O MMC propõe a viabilização de recursos em forma de crédito especial para as mulheres, para que elas mesmas realizem a administração e execução dos projetos. Este crédito especial servirá para produzir alimentos saudáveis, sem a utilização de

¹¹ No período da elaboração da proposta o sistema de crédito para o campo, tipo Pronaf, previa que se o marido havia acessado, a mulher ou mesmo o filho não podiam acessar.

agrotóxicos, recuperar e produzir sementes crioulas, investir na produção de ervas medicinal, hortaliças, frutas e ajardinamento, investir na criação de pequenos animais, além de proteger e recuperar mananciais de água (Arquivos internos MMC, 2007).

Para as mulheres organizadas no MMC, o Crédito especial deve contribuir no sentido da mulher fazer-se *sujeito*, com participação ativa, com direitos, desenvolvendo e sendo parte na produção, comercialização e industrialização.

Continua a carta:

O crédito viabiliza renda, qualifica a participação das mulheres como protagonistas do processo de acesso, gerenciamento e execução do investimento, superando a cultura de “pedir licença” para o marido, o sindicato ou gerente do banco, como acontece em outros créditos oferecidos para as mulheres (Carta MMC, 2005).

A proposta do crédito especial também tem como meta contribuir com questões como: soberania nacional, segurança alimentar, produção de alimentos saudáveis, erradicação da fome. Esse Crédito Especial deve contemplar a possibilidade de reestruturação das pequenas propriedades, potencializando os recursos existentes, suprimindo as necessidades da produção de auto-sustento, bem como, da demanda de industrialização e comercialização. Querem garantir as necessidades da família e o consumo local, organizando formas coletivas de comercialização.

Pelo que se apresenta, é possível que as bandeiras de luta pelo crédito especial levaram o governo a apresentar o Pronaf Mulher como parte integrante das políticas públicas para as mulheres, o que evidentemente tem sua importância pelo reconhecimento da mulher enquanto sujeito político e agente econômico.

Entretanto, dado à burocracia e demais dificuldades encontradas para acessar o Pronaf mulher, concordamos com Pacheco (2002), quando afirma que:

Há de se supor ainda que, essa linha de crédito específico para mulheres, ainda não é concedida para empreendimentos agrícolas, aonde as mulheres venham a utilizar sementes tradicionais, ou mesmo para manutenção das redes de sementes ou casas de sementes. Ou ainda não apóiam investimentos nos quintais, por não gerarem renda. (PACHECO, 2002. p 25).

Com o Crédito especial, as mulheres querem avançar no processo de construção de sua autonomia, bem como na luta em defesa do Projeto Popular de Agricultura Agroecológica. Rompendo com os vícios enraizados ao modelo de agricultura química, que

concentra a riqueza e está colocando em risco a vida do planeta.

5. Considerações finais

A partir do estudo para a elaboração deste ensaio constatei a importância do trabalho que a mulher camponesa desempenha na unidade de produção familiar. Com seu trabalho, ela se constitui uma agente de produção de auto-sustento e renda na plantação de verduras, legumes, frutas, plantas medicinais, criação de pequenos animais, bem como, na transformação de produtos como queijos, doces, farinhas, embutidos, entre outros.

Observei o pouco reconhecimento social do trabalho da mulher na produção, pois ela garante a diversidade de alimentos diários que a família consome e o excedente é comercializado, mesmo assim seu trabalho permanece invisível. E se no período de produção ocorrer algum tipo de intempérie não há política pública que assegure a produção da mulher camponesa (batatinhas, moranga, chuchu, gergelim, linhaça, alface, cenoura, feijão, arroz, melancia, amendoim... e mesmo a morte de animais por falta de água), entre outros. Essas perdas implicam diretamente na qualidade da alimentação familiar camponesa.

Faz-se necessário uma análise mais aprofundada da proposta de crédito especial para as mulheres, reivindicação apresentada pelo MMC, bem como, dos impasses do Pronaf Mulher proposto pelo governo. O desafio está em criar políticas públicas que beneficiem as mulheres camponesas em sua realidade de trabalho no campo, visando potencializar o trabalho na produção, seja na linha de crédito, ou mesmo de seguro agrícola. Tomar politicamente esta decisão é reconhecer que a mulher camponesa é sujeito político e econômico. Isto implica em alterar as relações sociais na agricultura camponesa, dar visibilidade à produção das mulheres e de seu papel importante na conservação, preservação e cuidado com a biodiversidade.

A história de organização do MMC e a busca dos direitos sociais, Previdência Pública, Universal e Solidária; Saúde Pública de Qualidade; Direito a Documentação exigiu das mulheres muita organização, articulação, mobilização, negociações. Isto indica que conquistar ou não um Crédito Especial para as Mulheres Camponesas demanda um processo intensivo e articulado de negociações, estudo e mobilizações no sentido de sensibilizar a sociedade e o governo da importância desta política para garantir qualidade de vida às famílias camponesas.

Os movimentos sociais são espaços em que os sujeitos excluídos elaboram suas propostas que podem impulsionar transformações na sociedade e que, até certo ponto, tem

sido um ator importante nos processos de viabilização e disputa das políticas públicas. Para haver inclusão social implica em mudanças sociais de justiça e igualdade.

Na perspectiva de Thompson (1987), trata-se de um processo em curso, onde os sujeitos dialogam com as condições que lhes são impostas historicamente e agem de diferentes maneiras, alguns acomodam-se, outros resistem através de ações difusas, individuais e outros organizam-se de forma coletiva.

Entretanto permanece o questionamento: Até que ponto o crédito especial para as mulheres poderia num futuro próximo ser assumido pelo estado no âmbito das políticas públicas?

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASAGRANDE, J. L. (1991). **Movimentos Sociais do Campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC.

CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia**: o discurso Competente e outras falas. São Paulo, Cortêz, 1997.

DIESE, **Estatísticas do Meio Rural**, Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2ª edição, Brasília: MDA, 2006, p. 30.

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local**: a nova hierarquia dos espaços, 1995. Digitado.

GENRO, Tarso. Controle público não-estatal. **No pacto da ciência** 5, ECA / USP / CNPq, p. 149.

_____. A regeneração da Solidariedade. In: **Teoria & Debate** ano 10 – nº. 33, São Paulo, nov./dez 96/jan. 97.

GODINHO, Tatau. Et. al. (orgs.) **Marxismo e Feminismo**. (Cadernos Democracia Socialista). São Paulo: Editora Aparte, 1989.

GOMES, Ramonildes Alves. A política de desenvolvimento territorial como estratégia para redução das desigualdades sociais: agentes, processos e mudanças. In: **Xiii Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT 06 – Democracia e Desigualdades Sociais. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUSSOI, Eros Marion. **Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del estado e sustentabilización de políticas de desarrollo**: el caso de Santa Catarina, Brasil. Universidade de Córdoba, Espanha, mayo, 1998. 420 p.(tese de doutorado).

PACHECO, M. E. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. **G.T. Gênero-Plataforma de Contraparte Novib (Org)** Perspectiva de gênero; debates e questões para as ONGs. Recife. Luci Artes Gráficas LTDA, 2002. p.138-161.

PAULILO, M.I. S. P.; SCHMIDT, W. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

_____. **Revista. Estudos Feministas.** Vol. 12 N.1, 2004.

POULANTZAS, N. Parte I, II, III e IV. In: **O Estado, o poder e o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POLI, Odilon L. **Leituras em Movimentos Sociais.** Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção Multicultural a Desigualdade e da Diferença. **Conferência no VII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005

SOUZA Celina. A introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias,** Porto alegre, ano 8, n.16, jul./dez, 2006, p. 20-45.

STEPHEN, Lynn Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p.29-61.

THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I-A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Arquivos do Movimento de Mulheres Camponesas: Texto interno 08.03.2007; Carta sobre o Crédito Especial para as mulheres, Instrumento para viabilizar a agricultura camponesa - arquivos do MMC, publicada na Revista Ana, 2007; Carta interna sobre Crédito, 2005; Folder sobre o Crédito Especial, 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA:
REFERENCIAIS PARA POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS**

Salomão Mufarrej Hage¹
Sérgio Roberto Moraes Corrêa²
Luciane Soares Almeida³

Resumo

O Artigo aborda a problemática educacional do campo na Amazônia, focalizando a dinâmica regional e o protagonismo das populações e movimentos sociais da região. Ele objetiva apresentar referências para a elaboração de políticas e práticas educacionais próprias para a territorialidade do campo na Amazônia, apontando como questões relevantes: a vinculação entre educação e desenvolvimento, a ampliação da esfera pública e o enfrentamento das desigualdades sociais como fundamentais para a afirmação e materialização da educação como direito, vinculado ao reconhecimento e legitimação dos modos de vida dessas populações. Esse trabalho se constitui como parte da produção do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), vinculado ao Instituto de Ciência e Educação da Universidade Federal do Pará (ICED-UFPA).

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Educação do Campo na Amazônia; Políticas e Práticas Educacionais

1. Considerações Iniciais

Nos últimos anos, com a criação do *Fórum Paraense de Educação do Campo*, tem-se ampliado a mobilização e participação dos movimentos sociais, professores, gestores, estudantes, pais e lideranças comunitárias no debate e na construção da educação do campo na Amazônia, particularmente no Pará. Isso tem contribuindo para redimensionar nosso modo de pensar, sentir e agir sobre a Amazônia, fortalecendo o *Movimento por uma Educação do Campo* no Estado do Pará. Desde 2004, o Fórum vem aglutinando movimentos e organizações sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional, com o objetivo de pressionar o poder público para efetivar políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social e ambiental.

São marcos importantes dessa caminhada, o I e o II Seminário Estadual de Educação do Campo, realizados respectivamente, em 2004, e 2005, reunindo cada um desses eventos

¹ Universidade Federal do Pará.

² Universidade do Estado do Pará.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

mais de 600 participantes, para debater sobre políticas públicas para educação do campo e desenvolvimento na Amazônia, e propor mecanismos para implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Estado e nos Municípios. Essa experiência acumulada nos tem colocado os seguintes questionamentos a serem respondidos com as reflexões e ações que temos efetivado através de nossas instituições especificamente ou inter-institucionalmente: Como pensar a educação e a escola de nosso próprio lugar, a Amazônia? Que políticas e práticas educacionais propor e efetivar que tenham a nossa cara, o nosso jeito de ser, de sentir, de agir e de viver Amazônico? E como relacionar essas políticas e práticas educacionais com o contexto nacional e internacional contemporâneo?

Esse artigo se propõe responder a esses questionamentos fundamentando sua argumentação nos estudos que temos realizado desde 2005, com o apoio financeiro do UNICEF, envolvendo quatro entidades participantes do Fórum Paraense de Educação do Campo: Universidade Federal do Pará, Universidade do Estado do Pará, Secretaria Executiva de Estado de Educação e Museu Paraense Emílio Goeldi. Esses estudos têm focalizado experiências educacionais desenvolvidas no meio rural do estado do Pará, com a intenção de identificar aspectos significativos que contribuam para o fortalecimento das identidades culturais dos sujeitos do campo e para a superação das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos na escolarização. Pretendemos ainda com esses estudos, apresentar indicadores para referenciar políticas e ações educacionais inovadoras a serem efetivadas nas escolas do campo da Amazônia Paraense.

Nesse artigo, apresentamos parte do estudo teórico que referencia a análise das experiências educacionais selecionadas no estudo. Ele é resultante de um levantamento e estudo de textos, artigos, Dissertações e Teses, publicações em jornais, revistas, periódicos e Internet que versam sobre as especificidades socioculturais, ambientais e produtivas da Amazônia, e destacam em suas análises a relação entre desenvolvimento e educação como fundamentais para as transformações de base requeridas pela sociedade contemporânea. Foram priorizadas ainda, publicações que versam sobre a educação do campo e mais especificamente sobre políticas, programas e ações educativas que estão em desenvolvimento no contexto do campo na Amazônia paraense.

2. Amazônia e suas singularidades: Matrizes referenciais a serem consideradas na construção de políticas e práticas educacionais

A Amazônica brasileira, tomando como referência a Amazônia Legal¹, é constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins

e parte do Estado do Maranhão, abarcando e totalizando, assim, aproximadamente, 60% do território brasileiro, 5, 1 milhões de Km². Vale destacar que essa Amazônia possui mais de 11.000 km de fronteiras internacionais e 1.482 km de costa, aproximadamente cerca de 1/5 da costa brasileira e 150 km de largura no território brasileiro. (Meireles Filho, 2004).

Essa região se situa no espaço amazônico Sul-Americano ou Amazônia Internacional, ou ainda, Pan-Amazônia, que representa 1/20 da superfície terrestre do planeta, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil. Essa Amazônia sul-americana compreende os seguintes países: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guina, Guina Francesa e Suriname, sendo sua área total de 6,5 milhões de Km². Essa porção contém 1/5 da disponibilidade de água doce do mundo, mais de 1/3 das reservas mundiais de florestas tropicais e 3,5 milésimo da população mundial.

Na Amazônia brasileira, sua demografia populacional, consoante o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), é da ordem de mais de 21 milhões de habitantes, apresentando no espaço rural um número de 6.712.137 e no urbano 14.344,343 habitantes, em torno de 70% da população da região. No tocante a esse processo de explosão demográfica no espaço urbano, dois aspectos devem ser registrados: o contexto histórico particular, expresso durante o governo do regime militar, que estimulou a implementação de grandes projetos na região, alavancando e expandindo, desordenadamente, a ocupação sócio-espacial e o fenômeno de urbanização, assumindo o processo imigratório papel importante nesse processo; e a definição pelo IBGE como espaço urbano das sedes municipais (cidades) e distritos (vilas) ainda que, em sua grande parte, apresentem acentuadas características rurais e interações com o mundo rural, principalmente em se tratando da região amazônica.

A respeito desse segundo aspecto, Veiga (2003) nos adverte que, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar e única no mundo, que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), seja quais forem suas características. [...] De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem em evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Desta feita, é importante ter ressalvas diante do conjunto de critérios que compõem a metodologia desse instituto, a fim de não se incorrer ao risco de um suposto discurso derradeiro do rural, corroborado pelo conceito de *urbanização extensiva*, e de um ufanismo urbanocêntrico da Amazônia, considerando-a, apressadamente, como «floresta urbana» (Becker, 2006).

Entre as marcas mais significativas que caracterizam as singularidades da Amazônia, a *heterogeneidade* se apresenta com muita intensidade, e na impossibilidade de configurá-la em todos os seus aspectos, nesse artigo privilegiaremos apenas as especificidades relacionadas ao terreno ambiental, sociocultural e produtivo, com a expectativa de que essas especificidades referenciem os processos e espaços de elaboração e efetivação de políticas e práticas educacionais para a região, particularmente para o tempo-socioespacial do campo na sua bio e socioculturaldiversidade.²

No tocante à *heterogeneidade ambiental*, a Amazônia é desenhada por um conjunto de ecossistemas, que vão dos florestais aos não-florestais, constituindo complexas e ricas teias de biodiversidade, abrigando a maior área preservada de floresta tropical do planeta, com 250 milhões de hectares de floresta, onde encontram-se: cerca 30 milhões de espécies vegetais e animais do país, 67% dos mamíferos, 59% das aves, 32% dos anfíbios, e 76% dos primatas. (Meireles Filho, 2004).

Parte significativa de toda essa biodiversidade é desconhecida de grande parte da comunidade científica e da humanidade, contudo, muitas das plantas medicinais, já são milenarmente usadas pelas populações tradicionais da Amazônia e graças a estas populações, as instituições de pesquisa, ética ou levianamente, vem descobrindo esse diverso e grandioso potencial do patrimônio natural amazônico.

No limiar dessa nova revolução científico-tecnológica e com ela a corrida pelo mapeamento genético e pela biotecnologia, as florestas amazônicas assumem papel estratégico na geopolítica econômica e cultural mundial, posto seu potencial de gás carbônico e de diversidade biológica, que se constituem num imenso mapa genético entre flora e fauna, ainda, em grande medida, por ser descoberto, para o estudo, aprofundamento e desenvolvimento da biotecnologia.

Carlos Gonçalves (2006), ao investigar a questão agrária na sociedade brasileira atual, assinala que vivemos um novo momento ideológico da *revolução verde*. Ela está, agora, sob o manto da *nova biotecnologia*, que «é laboratorialmente produzida pelos laboratórios que, cada vez mais são menos públicos», ao se pautarem pelos padrões do mercado. Esse processo se opõe às «biotecnologias que são tecidas pelos diferentes povo do campos», que se constituem

como públicas. Ele constitui o modo atual de expropriar essas populações originárias do campo da região amazônica e seus saberes sobre os recursos naturais, através das várias empresas internacionais farmacológicas.

Diretamente relacionada a essa questão, está a *biopirataria* que atravessa fronteiras, usando tecnologias fortemente sofisticadas, para desbravá-la e conquistá-la no sentido (neo)colonizador, patenteando o conhecimento e fortalecendo e enriquecendo esses megaconglomerados laboratoriais e farmacêuticos multinacionais e empresas de cosméticos, por meio da privatização e comercialização do conhecimento. José Arbex Jr. (2005), identifica a *biopirataria* como uma das cinco grandes áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira. Ela envolve doleiros, banqueiros, políticos, empresários e comerciantes respeitadas, em suas comunidades, em todo o Brasil no atendimento ou transferência de recurso genético e/ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade sem a expressa autorização do Estado de onde foi extraído o recurso, ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos.³

A região amazônica possui, ainda, a maior bacia hidrográfica do mundo. O maior reservatório de água doce existente no planeta, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², que representa cerca de 17% de toda a água líquida e 70% da água doce do planeta. Aqui, reside outra questão fundamental, o chamado *mercado da água* ou *Hidronegócio*, que vem ganhando força na Amazônia, haja vista seu potencial e a geopolítica da guerra pela água, que assume relevância no mundo contemporâneo.

A Amazônia apresenta também um grande potencial de riquezas minerais. No Estado do Pará, encontra-se a maior província mineralógica do planeta, com uma quantidade e diversidade grandiosa e riquíssima de minérios (ferro, cobre, bauxita, caulim, cassiterita, manganês etc). As empresas Multinacionais são detentoras de quase todas as concessões de exploração mineral na região e existe a possibilidade de que as explorações de minérios, previstas para 50 anos, sejam reduzidas para 20 anos.

No que concerne à *heterogeneidade sociocultural*, a Amazônia é marcada por uma ampla diversidade, composta por populações que vivem no espaço urbano e rural, habitando um elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infra-estrutura precária e não dispor de serviços essenciais e direitos básicos, sobretudo na territorialidade do campo. Entre as populações da região, encontram-se indígenas, quilombolas, caboclas ribeirinhas e da floresta, sem-terra, assentadas, pescadores,

camponesas, posseiras, migrantes, oriundas, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras populações.

A *população indígena* da Amazônia é estimada em 226 mil habitantes e no Brasil, de acordo com os estudos de Arbex Jr. (2005), é pouco mais de 1% da população brasileira, no entanto, este 1% dispõe de 11% do território nacional. No Amazonas, 21% do Estado são de terras indígenas; no Pará, 20%, e em Roraima, 58%. Essas áreas indígenas constituem na Amazônia um conjunto maior que Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e Majorca.⁴

Como parte integrante dessa diversidade e matriz cultural amazônica encontram-se os povos africanos. Eles contribuíram com a formação cultural da Amazônia ao disseminar suas danças, culinária, manifestações religiosas, entre outras. Eles vieram para a região provindos de Guiné-bissau, Cachéu e Angola, na condição de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar e de atividades produtivas, e sua vinda, segundo Guzmán (2006), oportunizou a povoação de muitas vilas e lugarejos ao longo da bacia amazônica. Na atualidade, no tocante às *populações quilombolas*, segundo dados da Coordenação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas (CONAQ), estima-se que existam, aproximadamente cerca de um mil comunidades quilombolas na Amazônia, entre elas, 335 no Estado do Pará e 535 no Maranhão.

No que se refere às populações *caboclas ribeirinhas*, Gonçalves (2006), afirma que o caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas, estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas, desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural. [...] O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática nas quais solo, floresta e rio se apresentam como interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes do ecossistema com agricultura, o extrativismo e a pesca.

Samuel Benchimol (1985)⁵, ao abordar as contribuições dos vários grupos sociais no processo de formação cultural da Amazônia Brasileira e tropical, revela que a formação das identidades culturais da Amazônia é muito complexa, pois aos saberes, valores e modos de vida indígenas, inicialmente predominantes na região, foram sendo impostos outros padrões de referências advindos dos colonizadores europeus: portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses. Essa matriz inter/multicultural amazônica é constituída, ainda, por raízes das populações asiáticas, japonesas, populações orientais, os judeus e sírio-libaneses, e

imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras, além da matriz, mais recente, norteamericana.

É relevante, todavia, assinalar que esse processo de formação dessa matriz inter/multicultural Amazônica encontra-se na base de constituição e conformação das suas populações e de suas identidades político-culturais, a qual se deu (e vem-se dando), desde o processo colonial, de forma conflitual e desigual, sendo o paradigma de racionalidade eurocêntrica e de produção capitalista hegemônicas, produtor e difusor de uma política cultural conservadora, fundamentalmente excludente.

De fato, a visão que os colonizadores tinham, de que «o Brasil era um grande sistema ecológico natural, um território maravilhoso, região de riquezas infindáveis», «uma ordem natural que expressava a vontade de Deus»; mas também, um país «habitado por canibais e bestas indomáveis», «seres primitivos que corporificam a força da natureza em oposição à civilização»; continua a moldar a visão de grande parcela de brasileiros e de outras nações sobre a Amazônia, suscitando dois modos distintos e complementares de agir na contemporaneidade: de um lado, o maravilhamento em face do *paraíso*, do *celeiro do mundo*, que tem como exemplo emblemático o radicalismo de determinadas entidades ambientalistas de defesa da Amazônia, que lutam pela preservação intocada de um *santuário natural*; e de outro, a ação colonizadora, que numa perspectiva extremada, se materializa através da fúria das madeireiras e exploradores das riquezas naturais, que pouco se importam com os impactos ecológicos e culturais resultantes de suas atividades predatórias (Arbex Jr. 2005)

Nesse cenário, emerge a necessidade de construções de concepções e políticas que recoloquem e reconheçam o valor das populações amazônicas como protagonistas, na conjugação e diálogo com outros povos, para edificação de novos paradigmas de educação e de desenvolvimento do campo e de sociedade no Pará, na região e no Brasil.

No que concerne às peculiaridades inerentes ao *terreno produtivo*, a Amazônia apresenta uma estrutura bastante complexa e muito diferente de outras regiões do país, uma vez que existem, em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitual, atividades econômicas de base familiar, cooperadas e solidárias, que envolvem *tecnologias simples*, e processos de produção capitalistas, em larga escala, caracterizados por médios e grandes empreendimentos que usam sofisticadas tecnologias⁶, desenhando, uma matriz geográfica conflitual de uso e de significado do território e dos recursos naturais, expressa em lógicas e práticas divergentes e opostas.

Toda essa complexidade se materializa, envolvendo, na perspectiva específica do grande capital, Grandes Projetos de exploração e exportação mineral por grandes empresas

nacionais e multinacionais, dentre elas a Companhia Vale do Rio Doce, a ALBRAS/ALUNORTE, a Mineração Rio do Norte, a Camargo Corrêa, e ALUMAR do Maranhão atc⁷. Assentadas numa determinada plataforma científico-tecnológica, essas atividades produtivas, em larga escala, vêm ampliando o seu potencial de produção, de mercado, sobretudo externo, e de astronômico volume de lucros.

Exemplo disso é que esses mega-empreendimentos minerais exploram, além do potencial mineral, o potencial energético e hídrico da região. Maior ilustração disso é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado Pará, planejada geopolítica e economicamente para atender, principalmente, esses mega-empreendimentos minero-metalúrgicos.⁸

No seio dessa matriz e lógica produtiva, encontram-se três *Eixos Produtivos concêntricos*: a **extração e exploração madeireira**, a **pecuária extensiva**, e, mais recentemente, a existência do **agronegócio**, com a produção de grãos, especialmente a soja, que expande a fronteira agropecuarista na Amazônia. Como consequência, vivenciamos a ampliação da extração madeireira de forma predatória e ilegal; o aumento do latifúndio e a intensificação dos conflitos agrários, e da desigualdade social.

Numa perspectiva contraditória, a agricultura familiar na Amazônia, representada por um contingente de 750 mil pequenos agricultores, envolve no cultivo da roça todos os componentes da família na garantia da subsistência. Esse segmento representa 85,4% dos estabelecimentos rurais, ocupam 37,5% da área regional, e produz 58,3% do valor bruto da produção agropecuária, mesmo recebendo somente 38,6% do financiamento aplicado na Amazônia, tomando como referência a safra do ano 1995/96.⁹ Esses dados de produtividade explicitados contrapõem-se às interpretações tendenciosas e bastante divulgadas sobre os sistemas de produção agrícola dos pequenos produtores amazônidas, que se assentam, sob uma ótica preconceituosa e depreciativa das identidades desses grupos sociais e de suas contribuições para a economia regional.

Brondízio (2006), em seus estudos sobre os sistemas produtivos de caboclos e colonos, nos ajuda a entender que os produtores de pequena escala na Amazônia compartilham de uma condição de invisibilidade econômica e social, alimentada em parte, por essas formas preconceituosas utilizadas pelas agências de desenvolvimento nacionais e internacionais e a própria academia na interpretação de seus sistemas de produção. Tais interpretações negligenciam o entendimento de que os padrões de uso da terra desses grupos baseiam-se na co-existência de atividades intensivas e extensivas que, simultaneamente, minimizam risco, garantindo a consolidação das propriedades rurais, bem como a expansão das atividades voltadas para o mercado. Elas ocultam que os caboclos e os colonos desenvolvem uma

agricultura ativamente engajada na economia regional, responsabilizando-se pelo fornecimento de alimentos às populações urbanas e rurais, mesmo compartilhando da falta de suporte econômico, político e infra-estrutural, que tem sido proporcionado ao agronegócio, voltado para a exportação.

As *populações tradicionais* amazônidas¹⁰ desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais em íntimo contacto com o meio ambiente, com a natureza, adequando os seus modos de vida às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, várzea e rio, deles retirando através de atividades extrativistas, da roça, da caça e da pesca, os recursos materiais de sua subsistência. As práticas de cultivo desses grupos não impedem o funcionamento do sistema regenerativo da floresta e o impacto dos mesmos não ultrapassam os impactos provocados pelos distúrbios naturais de pequena escala em tamanho, duração e frequência.

Nas múltiplas atividades desenvolvidas por essas populações, é notória a forte relação entre o tempo social e o tempo individual entrecruzados com o tempo da natureza (CASTRO, 1999), ou seja, essas populações sustentam-se nos saberes sobre o tempo, as marés, os igarapés, a terra, a mata, o período de desova das espécies, da chuva e do sol, para explicar suas práticas sociais, técnicas e racionalidade produtiva.

Diegues (2003) explica que um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de reprodução das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema não visa somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revela a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos.

Cabe, nesse sentido, assinalar que parte significativa dessas populações do campo da Amazônia «acumula e desenvolve saberes e práticas sobre os variados ecossistemas, fato que lhes confere conhecimentos e habilidades diversos e plurais acerca do complexo *roça-mata-rio-igarapé-quintal*. Isto implica dizer que as relações sociais de produção se desdobram de modo *complementar* ou *combinado*», ou seja, as atividades produtivas da agricultura, da pesca, do extrativismo, da caça e da criação são desenvolvidas combinadas ciclicamente, diretamente relacionadas ao tempo-espaço da natureza, para ampliar as condições produtivas de subsistência dessas comunidades.

É ético, portanto, reconhecer a existência e o valor desses *múltiplos processos de trabalho*, que configura a existência não de uma Amazônia e de uma única lógica produtiva mercadológica, mas sim de *diversas amazônias* e de diversas lógicas de relações sociais de

produção, como é o caso expresso por esses modos de vida dessas populações, que estão na invisibilidade e que gestam uma economia invisível pautada por outros valores.

Nesse cenário, emergem os embates entre várias forças que disputam o controle sobre a Amazônia e acreditam ter o que dizer sobre o seu destino, entre as quais, Arbex Jr (2005) identifica prioritariamente: **As nações originárias, grupos de pressão e ONGs a elas associados**, que reclamam os seus direitos e a demarcação de suas terras; **Ambientalistas genuínos**, que de fato se preocupam com a preservação do equilíbrio ambiental e amam a região por aquilo que ela é, e não por aquilo que pode representar em termos de rapina e investimentos; **Setores nacionalistas das Forças Armadas brasileiras**, que denunciam as pressões pela internacionalização da Amazônia, incluindo as missões religiosas que se colocam ao lado dos indígenas na reivindicação pela demarcação de terras e territórios; **Empresas transnacionais e nacionais**, incluindo madeireiras, farmacêuticas, mineradoras etc., que enxergam na Amazônia um espaço a ser explorado; **Empresas vinculadas ao agronegócio**, em particular à exploração da soja e outras monoculturas de exportação; **Governos internacionais, particularmente dos Estados Unidos, Japão e europeus**, que já manifestaram publicamente sua vontade de ver a Amazônia internacionalizada, seja pela eventual venda do território em troca da dívida externa, seja por ocupação militar; **Governo brasileiro**, que proclama sua vontade de combater as queimadas e as atividades predatórias, mas se prova incapaz de aplicar uma estratégia realista.

A mídia, para esse mesmo autor, constitui o campo de batalha por excelência onde as disputas intensas entre essas forças adquirem sua expressão mais visível na atualidade, onde um jogo muito sofisticado se desencadeia, sem que tenhamos condição de identificar o articulador de determinado discurso ou os seus reais propósitos. Esse jogo tem imposto à Amazônia o desafio de encontrar-se numa encruzilhada histórica, num momento singular que pode decidir o seu futuro, e que de certa forma, sintetiza o drama colocado para toda a nação: ou bem reafirma a sua soberania e volta-se para as necessidades reais das populações locais, integradas a um projeto de desenvolvimento nacional sustentável, ou bem reafirma a prioridade dos interesses das elites associadas ao capital estrangeiro, e alienada em relação à própria nação (Idem, 2005).

3. Indicações para referenciar a construção de políticas e práticas educacionais próprias para a realidade do campo na Amazônia

Diante da encruzilhada histórica que tem sido imposta à Amazônia, temos nos posicionado explicitamente a favor da construção de políticas e iniciativas educacionais pautadas pelas necessidades reais e pelos interesses das populações que vivem em nossa região, articulados a um projeto de desenvolvimento territorial sustentável que reafirme a soberania da região e do país. Esse é um requisito básico para que as populações da Amazônia tenham garantido o direito a uma educação pública de qualidade e a presença do Estado na efetivação desse processo é absolutamente indispensável.

Nosso interesse em explicitar de forma detalhada, na parte inicial do artigo, a diversidade e complexidade que envolvem os aspectos sócio-culturais, ambientais e produtivos da Amazônia, dando visibilidade à dinâmica e às tensões em que as populações e movimentos sociais existentes no meio rural estão inseridos, especialmente, seus interesses, suas lutas, paradoxos e intencionalidades; move-se pela intenção de afirmar que essas especificidades constituem o material por excelência que deve referenciar os processos de formulação e implementação de políticas e práticas educacionais para a região, quando assumimos a tarefa de pensar e de propor políticas e práticas educacionais do lugar das populações da Amazônia.

Diante de situações existenciais tão ricas que compõem o manancial de saberes, experiências e tecnologias produzidas pelos sujeitos da região e, em especial do meio rural, é inadmissível que as políticas e as práticas educacionais vigentes continuem a ser planejadas e materializadas desconsiderando essas especificidades existenciais que constituem os modos de existir próprios da Amazônia.

No cotidiano de suas relações sociais de existência, as populações da Amazônia vivenciam situações peculiares nas relações produtivas; enfrentam singularidades nos diversos ambientes em que vivem; e possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos, e saberes que se constroem/reconstroem nas práticas de formação pessoal e coletiva, na vivência e convivência nos vários espaços sociais em que participam. Por esse motivo, todos sem exceção: professores, estudantes, pais, membros das comunidades e representantes de movimentos e organizações sociais, podem e devem ser envolvidos na construção coletiva das políticas e práticas educacionais a serem efetivadas na região. Eles têm muito a dizer, a ensinar e aprender nesse processo que deve ser materializado com a participação dos sujeitos, das populações e movimentos sociais e não para eles, como tradicionalmente tem ocorrido.

Assim, destacamos a necessidade de que os processos e espaços de construção dessas políticas e práticas se pautem por uma perspectiva de educação dialógica que inter-relacione os diversos sujeitos, saberes e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária e assumindo um caráter inter/multicultural, que oportunize a convivência e o diálogo entre as diferentes culturas, etnias, raças, gêneros e diferentes gerações, e entre o espaço do campo e o espaço da cidade.

Isso só será possível, se forem reconhecidas e legitimadas na sociedade e nos espaços educativos as experiências sócio-culturais e educativas que vêm sendo produzidas na territorialidade do campo da Amazônia, protagonizada por diversos sujeitos coletivos, como os movimentos sociais populares dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, da floresta, das quebradeiras de coco babaçu, colocando-se no cenário amazônico para lutar pelo reconhecimento de seus territórios e pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida, demarcando uma cartografia de novas territorialidades de esperança e contestação ao modelo de desenvolvimento dominante.

Nessa mesma perspectiva, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), entre outros, vêm demarcando um espaço singular no Brasil e na Amazônia impactando a estrutura agrária e questionando o uso e significado do território e dos recursos naturais de forma predatória, reivindicando um novo jeito de olhar e de produzir a vida e a relação com a natureza.

Na sua luta pelo direito à terra, à água, à floresta, ao trabalho e à vida, esses sujeitos coletivos possuem e põem em movimento uma *matriz pedagógica*, que expressa e dissemina as raízes da esperança de novos horizontes e paradigmas de sociabilidade, ajudando a entrelaçar e fortalecer os fios da grande rede do *Movimento Por uma Educação do Campo* e de um projeto popular de desenvolvimento e de sociedade. Na agenda desse Movimento, algumas questões têm sido pautadas:

- a inclusão da educação do campo no terreno dos direitos, ressaltando que o direito à educação não se separa da pluralidade de direitos humanos que precisam ser garantidos: o direito à terra, à vida, à cultura, à identidade, à alimentação, à moradia, etc., o que implica dizer, que o direito à educação não se materializa apenas no campo da consciência política, mas se atrela com a produção/ reprodução mais elementar da vida.
- a ampliação da esfera pública com o objetivo de fortalecer o espaço de interação entre Estado e Sociedade na perspectiva de democratização do Estado e da própria sociedade.

Nesse processo, a participação social se torna mais efetiva na construção de políticas públicas e o controle social tem mais chances de se materializar e enfrentar a vulnerabilidade das escolas e das populações do campo, que muitas vezes encontram-se à mercê das conveniências dos grupos de poder local.

- o fortalecimento da consciência coletiva, seja no Estado, na academia, nas organizações e movimentos sociais ou no campo educacional, em favor da construção de políticas e ações educativas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo e subverter o padrão universalista e generalista que inspira predominantemente as políticas educacionais vigentes e não tem dado conta de universalizar o direito à educação dos povos do campo.

- a transgressão à visão hegemônica que projeta a cidade como o ideal de desenvolvimento a ser por todos alcançado e o rural como a permanência do atraso, implicando na elaboração de políticas e práticas educacionais que afirmem a compreensão de campo como espaço trabalho e de novas relações com a natureza, de produção e reprodução da existência social e humana com dignidade sustentável.

4. Referências Bibliográficas

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. IN: TORRES, Maurício. Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR – 163. Brasília: CNPq, 2005.

BRSIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. Brasília: DF. 2000.

BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

_____; Amazônia. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BENCHIMOL, Samuel Isaac. Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira e Tropical, 1985. Disponível no site: Disponível em: www.tropiologia.org.br/conferencia/ . Acesso: em setembro de 2004.

BRONDÍZIO. Eduard S. Intensificação Agrícola e identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. IN: ADAMES, Cristina , Ed; MURRIETA, Rui, Ed; NEVES, Walter, Ed; Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo. Amablume, 2006.

DIEGUES, Antônio C (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____; Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.

CONCEIÇÃO, Maria de F. Carneiro da e MANESCHY, M^a Cristina A. Tradição e Mudança em Meio as Populações Tradicionais da Amazônia. In: COSTA, Maria José J. (Org.). Caminhos Sociológicos na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002. (pág. 147-171).

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia, Amazônias. 2^a.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIRELES FILHOS, O Livro de Ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Edouro, 2004.

GUSMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem. Rio Negro (Brasil) Séculos XVIII e XIX. IN: ADAMES, Cristina, Ed; MURRIETA, Rui, Ed; NEVES, Walter, Ed; Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo. Amablume, 2006.

MDA. Buscando as Raízes: agricultura familiar e reforma agrária. Brasília: PRONAF. Julho de 2002. (Caderno de Capacitação)

MONTEIRO, Alcides. [et al]. O Espaço Amazônico. Sociedade e Meio Ambiente. Belém: UFPA/NPI, 1997.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Campinas, Editora Autores Associados. 2003.

¹ Não existe um conceito único para se definir a “Região Amazônica”, pois dependendo dos aspectos levados em consideração como mais relevantes e, propriamente a concepção político-ideológica de interesse, pode-se defini-la e compreendê-la com base nos seguintes conceitos: “Região político-administrativa” - Região Norte -, definida Pelo IBGE; “Região de Planejamento - Amazônia Legal -, definida pela SUDAM; Pan-Amazônia -; e “Região geo-econômica” - região geo-econômica Amazônica - (O espaço amazônico, 1997: 23).

² *Tempo e espaço* são entendidos aqui como «construções socioculturais e mentais pelo ser humano em contextos históricos particulares, que envolvem relações de poder. Com essa compreensão, é importante considerar a existência de uma temporalidade hegemônica forjada pelas relações de produção capitalistas, que, ao modificarem o espaço, produzem a territorialização do capital na sua forma material e simbólica. Todavia, existem outras temporalidades e territorialidades, que são produzidas por diversos sujeitos como forma de expressar e manifestar seus modos de vida próprios em resistência a essa lógica hegemônica. or isso, é importante reconhecer e afirmar a existência na região amazônica, no campo, no terreno dessa diversidade, temporalidade e territorialidades ou multiterritorialidades».

³ Esse autor *identifica* além dessa grande áreas de atuação do crime organizado na Amazônia brasileira mais quatro: a **financeira**, que envolve grupos locais, associados às redes e operações de fraudes financeiras e práticas lesivas ao Tesouro Nacional, incluindo a evasão de divisas; **Narcotráfico**, que envolve máfias que promovem o tráfico de drogas proibidas por lei, como maconha e cocaína, muito mais como transportadores do que como centros produtores (caso de Colômbia, Bolívia e Peru); **as madeireiras**, que envolvem praticantes de extração e do comércio ilegal de madeira nativa e **Atividades Associadas, que envolve** formas de comércio ilegal que vive do e para o crime organizado, eventualmente praticado por bandos locais: tráfico de armas, pedras preciosas, material destinado à indústria de alta tecnologia (incluindo nuclear), exploração da prostituição, trabalho escravo, comércio de carros roubados, roubo de carga de caminhões. (ARBEX, 2005).

⁴ É importante registrar que só recentemente esses povos conseguiram e conquistaram o direito à demarcação e reconhecimento de seus territórios, por meio da Constituição Brasileira de 1988. No entanto, a materialização dessa conquista e reconhecimento legal esbarra na arcaica e dramática questão fundiária brasileira e regional e, sobremaneira, do estado do Pará.

⁵ www.tropicologia.org.br/conferencia/1985grupos_culturais.html. Acesso em 23 de setembro de 2004.

⁶ CASTRO, M. da C. A, 2002.

⁷ Ver sobre os Grande Projetos na Amazônia MONTEIRO, Alcides (et al, 1997) e Becker, Bertha (1998).

⁸ A Usina Hidroelétrica de Tucuruí foi planejada e criada no período do regime militar, na onda do modelo desenvolvimentista. Essa barragem criou um lago artificial de 2.830 km². Essa barragem a 4^a maior do mundo, sendo o 2^o maior vertedouro de água por m³/s. Essa obra inundou três municípios, atingindo mais outros, tanto jusante quanto a montante. Ela atingiu populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, expulsando, de suas terras, mais de 5.700 famílias. Além disso, essa barragem inundou uma imensa extensão de florestas, causando,

assim, impactos socioculturais, econômicos e ambientais grandiosos, sem contar nos impactos indiretos que têm impactos globais, como o aquecimento global com a emissão de gases poluentes.

⁹ MDA. 2002.

¹⁰ Conforme estudos de CONCEIÇÃO e MANESCHY (2002, p. 148), “O conceito de populações tradicionais refere-se a grupos sociais ‘típicos’ da região – ribeirinho, caboclo, pescador, vaqueiro, seringueiro, coletor de castanha, marreteiro, regatão etc. Em uma perspectiva sociológica, é necessário evidenciar, na ligação que mantêm com os ecossistemas, seu dinamismo social próprio, em contraposição às representações recorrentes de marasmo, indolência e rudimentalismo tecnológico”.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

MULHERES E A SOBERANIA ALIMENTAR: NOVAS PRÁTICAS, NOVOS VALORES

Laeticia Jalil¹

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa para dissertação de mestrado que está em andamento e tem como proposta iniciar uma discussão sobre a relação entre as mulheres e Soberania Alimentar a partir da prática das trabalhadoras rurais que participam do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, único movimento feminista que participa da Via Campesina no Brasil. Para tal, analisamos sua Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis e como estas práticas representam o questionamento, resistência e enfrentamento as formas que se expressam em seus cotidianos, o capitalismo e o patriarcado, acreditando ser este um dos instrumentos de questionamento do *status quo*, democratizando a esfera pública e ampliando o campo de acesso à direitos das mulheres. A proposta está em podermos nos situar dentro do universo social, político e teórico em que as questões sobre gênero e soberania alimentar tem se apresentado na vida cotidiana das mulheres camponesas, a partir de uma perspectiva feminista, buscando não só reconhecer o processo de construção de conhecimento, como também travar um diálogo entre a teoria feminista e as ciências sociais. A partir da sistematização de alguns dados e visitas de campo surgem questões, tais como: quais as maiores dificuldades que as mulheres camponesas enfrentam na implementação da campanha? Como elas articulam a discussão da campanha com a luta contra as opressões específicas que as mulheres enfrentam, tais como a violência sexista e a invisibilidade do trabalho doméstico, bem como a desvalorização do trabalho feminino?

Palavras-chave: Gênero; Soberania Alimentar; Democratização

1. Mulheres e a soberania alimentar: Novas práticas, novos valores

“[...] Nós rejeitamos as instituições capitalistas e patriarcais que concebem os alimentos, a água, a terra, os conhecimentos populares e o corpo das mulheres como uma simples mercadoria. Nós incluímos nossa luta pela soberania alimentar dentro da luta pela igualdade entre os sexo, pois não queremos mais nos submeter nem a opressão nas sociedades tradicionais, nem nas modernas, nem a opressão do mercado”²

Numa visão crítica feminista, observar e problematizar as condições materiais da existência de mulheres e homens é fundamental para compreender de que forma as mulheres se colocam na sociedade e como as desigualdades se materializam, sem ignorar as

1 Socióloga e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade- CPDA/UFRRJ. Brasil. laeticiajalil@gmail.com, laeticiajalil@hotmail.com

2 Declaração das mulheres por Soberania Alimentar. Fórum Internacional de Nyéleni por Soberania Alimentar. Mali, 27 de fevereiro de 2007.

especificidades e condições objetivas de cada grupo, que neste caso, são as mulheres agricultoras rurais³.

A partir da década de 80 as democracias latino-americanas implementam várias medidas e políticas neoliberais⁴ o que acirra as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração. A agricultura passa a ser o grande motor de desenvolvimento do capitalismo e o agronegócio passa a ser o modelo de desenvolvimento buscado por estes países. A indústria de sementes, agrotóxico, a mecanização, a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais, latifúndios e a produção da monocultura, o apoio das elites políticas destes países são um dos “ingredientes” indispensáveis para o desenvolvimento e consolidação deste modelo.

Como reflexo as populações rurais estão cada vez mais pauperizadas e para a vida das mulheres isso de mostra de forma mais cruel. A manutenção do latifúndio, a falta de serviços básicos também aprofundam a exploração do trabalho das mulheres, já que são estas as “responsáveis” pelo cuidado da família, que também guarda a função de ser a unidade produtiva⁵. Também são responsáveis pela manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais. A luta pela manutenção da diversidade, o cuidado com as sementes e a agricultura de subsistência também ficam sob responsabilidade das mulheres, já que tudo que é produzido fica no entorno familiar. Estes são elementos que estão presentes na maioria dos países da América Latina e que referendam o contexto desta pesquisa.

Perceber como as transformações no e do mundo rural tem se apresentado para os diversos sujeitos é fundamental para problematizar o modelo de desenvolvimento adotado por estes países. Neste sentido, ao se observar de que forma isto se materializa na vida das

3 A categoria agricultora rural compreende diversas atividades e funções que são executadas por mulheres: assentadas de reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pesqueiras, assalariadas,coletoras cooperadas, etc.

4 O neoliberalismo pode ser compreendido como uma nova fase do capitalismo que tenta se legitimar como ideologia dominante em que há a idéia de que os estados nacionais não podem suprir com as necessidades básicas da população e que é o mercado e as empresas que vão ocupar este lugar, gerindo a vida econômica e social. Nos países da América Latina as políticas neoliberais se expressam como uma série de medidas políticas, sociais e culturais que buscam o enfraquecimento do Estado na sua dimensão social e isto se reflete na dimensão social em medidas como flexibilização das leis trabalhistas, diminuição de direitos sociais básicos, como saúde e educação, privatização de empresas estatais como telefonias, abastecimento e energia; Na dimensão política como a despolitização dos governos democráticos, assim a democracia passe a ser reconhecida apenas como uma forma de governo; tecnificação da política e perda de sentido de participação popular política , há um fortalecimento do aparato repressivo do estado, tanto para manter a ordem e o direito a propriedade privada e exploração dos recursos naturais e sociais, como aumentando a criminalização dos movimentos sociais. Na dimensão cultural como a mercantilização da vida humana e da natureza, tudo passa a ter um valor e é passível de se tornar uma mercadoria.

5 A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a família (ainda que possam existir trabalhadores externos à unidade familiar, e possa haver membros da família que exerçam atividades fora da unidade familiar). Essa condição ambígua, de ser uma forma de produção, e um espaço de convivência entre pessoas que estão ligadas por laços de consangüinidade e matrimônio, constitui uma das complexidades a serem levadas em conta quando se estudam as relações de gênero no meio rural.

mulheres, não podemos deixar de fazer um questionamento mais profundo, buscando perceber como a relação entre produção e reprodução tem sentido para as ações sociais. Ao observar a sociedade e seu tecido social, a organização e as relações sociais em diversas culturas se diferenciam de acordo com a divisão social do trabalho, mas também em relação à lógica do patriarcado⁶ que se mantém como uma invariável cultural.

Para tal, recorremos à categoria de gênero, que só nos serve como instrumento de análise se potencializa o questionamento da lógica que estrutura a vida das mulheres, possibilitando a desnaturalização e o questionamento da realidade e das relações de poder que estão por trás destas.

Outra questão é buscar compreender como os grupos organizados como sujeitos coletivos que geram tipos específicos de ação coletiva, tem se colocado frente aos processos de desnaturalização, problematização, questionamento e enfrentamento às relações sociais, políticas, culturais e econômicas que estão na base da construção e formação das relações sociais. Este questionamento causa conflitos percebidos aqui, como indispensáveis para iniciar um processo de democratização do meio rural brasileiro, fortalecendo a luta pela cidadania⁷, ampliando o acesso a direitos sociais e que leve à uma transformação das relações de poder⁸.

Assim, a questão maior aqui, passa a ser compreender como as mulheres que participam do Movimento Mulheres Camponesas - MMC⁹ se percebem nesse contexto e

6 Entende-se por patriarcado os sistemas sociais em que a figura do homem tem poder sobre a mulher e o masculino tem uma valorização em relação ao feminino. É um referencial androcêntrico na estruturação social e na prática das relações sociais.

7 Segundo OLIVEIRA (2001) “Embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar cidadãos os que não tem meios materiais de bem-estar e qualidade de vida(...) A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Por que é a luta pelos significados, pelo direito à fala e a política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele.”p.21

8 Segundo as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), o quadro seguinte permanece o mesmo:a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários;b) as mulheres são detentoras de 1/10 da renda mundial;c) as mulheres representam 2/3 dos/das analfabetas do mundo;d) as mulheres detêm menos do que 1/100 das propriedades mundiais;e) dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres.No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do salário do que ganham as mulheres brancas. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres está melhorando e, se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos igualdade salarial entre homens e mulheres (Louro,1997).in: Morais, 2005.

9 O MMC é um movimento social feminista e marxista. Tem em suas propostas a luta de classe e gênero, trazendo a discussão das especificidades do feminismo para dentro das questões tidas como gerais, como a luta de classe. Está presente em quase todo o território nacional e se articulam com movimentos sociais mistos, rurais e urbanos em âmbito nacional e internacional. O MMC é o único movimento feminista que compõem a Via Campesina no Brasil e reafirmam o modelo de agricultura camponesa na luta pela preservação da terra e da vida, a partir da auto-organização das mulheres. É fruto de uma luta política que envolve as mulheres agricultoras rurais, como processo de questionamento as estruturas patriarcais e capitalistas que estão fortemente presentes no

como a questão de Soberania Alimentar é apropriada por elas e se apresenta em suas práticas cotidianas, seus hábitos e como estão sendo resignificadas como instrumento questionador do *status quo*, gerador de um processo de democratização em todas as dimensões sociais, ampliando e criando novos espaços de sociabilidade.

Pensar a Soberania Alimentar a partir da prática das mulheres, de suas vidas, de seu cotidiano, de sua relação com a natureza, com o cuidado, a preocupação com a reprodução e com a manutenção da vida e da diversidade sem reforçar um discurso naturalizar e essencialista, tem sido um desafio para a epistemologia feminista.

O questionamento da idéia de que as mulheres são “naturalmente” as cuidadoras da natureza, por isso elas são os sujeitos “privilegiados” da soberania alimentar não é real. Este é o mesmo discurso que naturaliza as relações de exploração e opressão, do capitalismo e do patriarcado, que apresentamos anteriormente. O que queremos dizer com isto?

As mulheres não são naturalmente boas ou más. Não é uma questão genética e natural que as mulheres sejam as preservadoras da natureza, da família, que se preocupam com os filhos e filhas, com os idosos, com a reprodução e com a alimentação. Com a preservação das espécies e das sementes e que assegurem a variedade e a biodiversidade.

Às mulheres foram destinados os espaços socialmente construídos na lógica do patriarcado que diferencia e hierarquiza o trabalho executado pelas mulheres, não reconhecendo suas atividades como trabalho, mas sim invisibilizando-o e desvalorizando-o. Também confina as mulheres em espaços privados, fechadas em casa, ou no quintal. Esta é uma das formas em que se materializa a divisão sexual do trabalho.

O discurso hegemônico não reconhece o trabalho realizado pelas mulheres e também não reconhece e não valoriza os saberes que as mulheres desenvolveram ao longo da história. Segundo Shiva (1998) sem dúvida, igual a todos os outros aspectos de seu trabalho e de seu saber, a contribuição das mulheres ao desenvolvimento e a conservação da biodiversidade tem se mostrado como um não-trabalho e um não-conhecimento pois está sob a lógica do patriarcado, que subvaloriza e hierarquiza as mulheres e a natureza, que é percebida como feminina. Seu trabalho e seus conhecimentos estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais e científicas complexas.

Diferentemente da ideologia patriarcal e capitalista, em que a esfera da produção e da reprodução são separadas e hierarquizadas, a soberania alimentar concerne todo o sistema de produção, de distribuição, de compra, de preparação e de consumo de alimentos, bem como a

meio rural e surge como tal, a partir da necessidade de fortalecer a luta específica das mulheres na luta pela terra e pela democratização do meio rural.

preservação das sementes, da biodiversidade e questiona a visão utilitarista em que se percebe a natureza apenas como uma fornecedora de matéria prima. Assim, as questões que são reconhecidas como privadas estão no centro da discussão, pois pensar a soberania alimentar a partir de uma lente feminista, só é possível com uma visão integrada e complexa, que leve em conta todas as dimensões em que a opressão e a exploração se apresentam.

Desta forma, uma questão que se coloca é a necessidade de uma transformação epistêmica, de como perceber a sociedade, a natureza e a relação desta com a vida, com a produção e a reprodução, bem como a forma de interpretar, descrever e intervir nos processos sociais.

Neste sentido, outro desafio é problematizar qual de fato é o interesse e a capacidade que os movimentos sociais e os novos sujeitos políticos têm em incorporar ou criar novos modelos epistemológicos e interpretativos do mundo, a fim de propor e pensar alternativas de organização social, de produção e reprodução, de propor políticas públicas que levem em conta os diversos sujeitos políticos e que promova um outro modelo de desenvolvimento. Este é um desafio a ser buscado e enfrentado.

2. O processo de democratização do Brasil: *novos espaços públicos, novos sujeitos políticos!*

A vida das mulheres agricultoras no Brasil, ainda hoje, sejam elas assalariadas, posseiras, assentadas de reforma agrária, quilombolas, extrativistas ou agricultoras familiares, é marcada pelo patriarcado, que se expressa na rígida divisão sexual do trabalho e na posição subordinada que se espera que ocupem com relação aos homens, considerados socialmente os verdadeiros “produtores rurais”. No meio rural, a dicotomia entre a produção e reprodução está imersa nas relações sociais de forma muito mais intensa, conformando-se numa das características que singularizam essas sociedades.

Na década de 80, com o processo de democratização do Brasil e de diversos países da América Latina, os movimentos sociais surgem com muita força. No Brasil o processo de democratização inicia-se a partir do fim do governo ditatorial militar e que tem como ponto central a assembléia constituinte de 1988 que, segundo SANTOS(2002), aumentou a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos.

Este processo não é linear e deve ser percebido como fruto da conquista dos movimentos sociais organizados e da necessidade de mudanças estruturais, políticas e

culturais, que trazem à tona o questionamento das formas de representatividade e dos projetos políticos, bem como a necessidade de retomar o significado de uma democracia participativa, *como projeto de inclusão e inovação cultural, sendo a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática.* (Santos,2002:58).

O processo de democratização do Brasil deve ser percebido em diversas dimensões e sua discussão não pode se reduzir às transformações no e do Estado e nas relações entre este e a sociedade civil. Isto traz à necessidade de perceber e resignificar a democracia para ir além de uma forma de governo, ou seja, devolvendo seu conteúdo ético-normativo¹⁰. Este processo é complexo e difuso no interior da sociedade brasileira, mas leva a construção de um novo arranjo institucional em que a relação entre sociedade civil, Estado e mercado se torna mais estreita. Devolve-se à sociedade um conteúdo político da política, em que é inegável a construção de novos projetos políticos e culturais que causam um fortalecimento do capital social e uma nova percepção do papel dos sujeitos no processo de participação e de disputa.

Este processo segundo Dagnino(2002) vincula-se a uma multiplicidade de fatores e o surgimento de espaços públicos são reflexos deste processo, mas como tal, não são menos complexos¹¹.

Estes espaços configuram-se e são reflexos da sociedade e da capacidade desta em construir e propor novas relações com o Estado, mas principalmente entre os sujeitos que a compõem, conformando-se em espaços de questionamento das relações de poder nas diferentes esferas da vida social.

O processo de construção e legitimação destes espaços traz consigo diversas questões que devem ser avaliadas, mas sua principal defesa está em se conformar como um espaço em

10 Na teoria hegemônica da democracia, autores como Weber e Schumpeter discutem a democracia e sua viabilidade como forma de governo, desvinculando-a com concepção de soberania e participação popular. Cada um desenvolve argumentos específicos a partir da idéia de burocratização do Estado e da incapacidade do indivíduo de agir sobre este a partir de uma racionalidade técnica. Para Weber “a democracia significa a igualdade formal dos direitos políticos, o que evidentemente, implica na redução do escopo da soberania popular.”. Para Schumpeter a democracia passa ser vista enquanto método de produção de governos. Para ter melhor eficiência a participação popular na política deve ser evitada, já que a sociedade de massas se torna incapaz de se tomar decisões positivas. Para ele a democracia consiste em “um certo tipo de arranjo institucional para se alcançar decisões políticas (legislativas e administrativas). Ela é, portanto, incapaz de se constituir em um fim em si mesma independentemente das decisões que produzirá em condições históricas específicas.”(Schumpeter,1942:242). Para saber ver, ver Santos e Avritzer(2002).

11 “A complexidade inerente à novidade dos espaços públicos no Brasil inclui também os possíveis embates entre organizações da sociedade civil e partidos, ao lado dos conflitos entre a representatividade advinda das urnas e aquela que se articula nos espaços de participação da sociedade civil. O peso das matrizes culturais no processo de construção democrática, é um componente essencial desse retrato. É nesse campo que as contradições e a fragmentação que caracterizam este processo se mostram mais evidentes. Por um lado, o autoritarismo social e as visões hierárquicas e excludentes da sociedade civil e da política constituem obstáculos cruciais na constituição mas também no funcionamento dos espaços públicos. Por outro, é precisamente a confrontação desses padrões que é apontada como um dos principais resultados democratizantes de sua atuação.”(p:280).

que se questiona a visão elitista de democracia, proporcionando uma nova forma de governabilidade, participação cidadã e um aprendizado que fortalece o capital social de novos sujeitos políticos que surgem.

É neste cenário e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, os movimentos de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo e datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como outros direitos sociais. (CARNEIRO, 1987).

A luta pela terra ganha força e as mulheres passam a ser sujeitos reconhecidos neste processo. Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres de diversos movimentos¹². É neste contexto e após muito tempo de atuação que algumas mulheres em Santa Catarina resolvem fundar o Movimento de Mulheres Camponesas.

O MMC É fruto de uma luta política que envolve as mulheres agricultoras rurais, como processo de questionamento as estruturas patriarcais e capitalistas que estão fortemente presentes no meio rural e surge como tal, a partir da necessidade de fortalecer a luta específica das mulheres na luta pela terra e pela democratização do meio rural.

Neste sentido, o MMC pode ser considerado um ator coletivo que contribui para a formação das capacidades básicas dos sujeitos que o compõem, questionando as relações de poder, a institucionalidade dominante e que causam uma descentralização e uma desconcentração de poder (OLIVEIRA, 2001), e que suas ações, a partir da luta pela Soberania Alimentar, agem nas três esferas sociais; na comunidade, no estado e no mercado, como estratégia para a construção de um novo projeto de sociedade, anticapitalista e antipatriarcal¹³.

A necessidade de uma bandeira de luta que unifique e fortaleça o processo de questionamento e enfrentamento desta realidade e as relações de poder que se expressam nela, faz com que diversas questões surjam e coloquem o desafio de unificar as lutas a partir da realidade local de cada grupo, considerando as demandas dos sujeitos envolvidos, as condições materiais de vida de cada grupo, desenvolvimento de estratégias que fortaleça a ação coletiva e que crie as condições dos grupos desenvolverem as capacidades de intervirem

12 Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

13 Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos. Santos, 2002.p:53.

e transformarem suas realidades e as relações de poder, questionando e enfrentando o patriarcado e o capitalismo.

Segundo DAGNINO(2002), esta articulação é necessária para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo, democrático e compreendido como aquilo que orienta a ação¹⁴. Este projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos, e requer diferentemente da simples reivindicação, o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista¹⁵.

Segundo a autora, esta articulação é parte da contribuição da sociedade civil a construção democrática, um processo que é, diga-se de passagem, sempre desigual no seu ritmo e seu alcance¹⁶.

Diante do exposto, a questão maior aqui passa a ser compreender como as mulheres que participam do Movimento Mulheres Camponesas percebem a construção de novos espaços públicos e como elas se articulam e disputam estes espaços a partir da bandeira de luta pela Soberania Alimentar, e se isto pode configurar-se num processo de desnaturalização, problematização, questionamento e enfrentamento às relações sociais, políticas, culturais e econômicas que estão na base da construção e formação das relações de poder, tornando-se um eixo gerador de um processo de democratização d meio rural, ampliando e criando novos espaços de sociabilidade e uma nova institucionalidade.

3. Soberania alimentar como instrumento de luta pela democratização do meio rural brasileiro

Tomaremos como centro de nossa análise a discussão que vem sendo desenvolvida pela Via Campesina¹⁷, que desde 1996 se consolida como uma das articulações responsáveis

14 Estamos usando o termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política de diferentes sujeitos. DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.282.

15 Idem.p.296.

16 Ibidem. p.297.

17 A Via Campesina é uma rede internacional de movimentos sociais que data de 1993,e que despontou como ator transnacional significativo em 1996, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (Desmarais, 2003a; Edelman, 2003). A estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em 8 diferentes regiões, assim distribuídas: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa. Atualmente, a

pela construção do conceito de Soberania Alimentar e sua legitimação em âmbito internacional, não só como pauta de reivindicação frente aos governos, mas como ampliação de suas lutas políticas no campo de suas articulações internacionais e redefinições de agendas políticas.

Em fevereiro de 2007 aconteceu o Fórum de Soberania Alimentar em Mali, na África¹⁸. Neste fórum muitas discussões foram travadas e no documento final, que foi assinado por 500 representantes de mais de 80 países, o conceito de soberania alimentar ganha um caráter global, porém, relacionando-se a ações locais, como instrumento político de transformação e articulação de uma luta anti-sistêmica, ou seja, anti-capitalista e anti-patriarcal.

Como resultado de discussões políticas entre diversos grupos sociais de todo mundo¹⁹, o conceito foi elaborado considerando a necessidade de articular diversas dimensões que se relacionam com a produção e reprodução da vida humana e da sustentabilidade do planeta²⁰.

É a partir desta elaboração e sistematização, que a noção de Soberania Alimentar passa a ser um princípio político e um instrumento de luta que rearticula os movimentos sociais, rurais e urbanos, e o encontro de diversos atores políticos e redes²¹. Esta abordagem politiza a discussão que envolve o modelo atual de produção de alimentos voltado para o mercado externo e que convive com a monocultura, o latifúndio e o agronegócio, que não incentiva e apóia a agricultura camponesa e familiar; não respeita a natureza e não propicia o

Via Campesina, congrega 130 grupos e movimentos sociais distribuídos por quase todos os continentes e que representam organizações e movimentos sociais com os perfis mais diferenciados. Dentre estes constam pequenos proprietários, “sem terra”, pastores, indígenas, mulheres e despejados por barragens. No Brasil a Via é composta pela CPT -Comissão Pastoral da Terra; FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; MAB - Movimento de Atingidos por Barragens;MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; MPA - Movimento de Pequenos Agricultores; MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; PJR - Pastoral da Juventude Rural)

18 O Fórum internacional de Nyéleni aconteceu de 23 a 27 de fevereiro em Sélingué, Mali.

19 O Fórum internacional de Nyéleni sobre Soberania Alimentar foi coordenado por um conselho de organizações sociais. As que estavam a frente são: A Rede de Organizações de Camponeses e Produtores da África do Oeste, A Coordenação Nacional de Organizações Camponesas do Mali, a World Forum of Fish Harvesters and Fishworkers (WFF), le World Forum of Fisher Peoples (WFFP) e os Representantes das ONG membros do Food Sovereignty Network. Ver: www.nyeleni2007.org

20 A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para colocar os sistemas alimentários, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade meio ambiente, social e econômica.(Declaração de Nyéleni,2007)

21 “A noção de soberania Alimentar está se tornando importante referência aglutinadora no âmbito internacional para vários movimentos e redes sociais como no caso da Via Campesina que a tem como lema principal. A propósito, este e outros movimentos vêm sugerindo substituir a segurança alimentar pela soberania alimentar.(STÉDILE,2004.)”.In: Maluf,2007.p.68

protagonismos de diversos sujeitos políticos, como as mulheres, os jovens, os idosos, comunidades indígenas e quilombolas, que são atualmente os principais atores do processo de questionamento das estruturas de opressão, invisibilização, desigualdades e exploração, democratizando a esfera pública e desnaturalizando a cultura patriarcal e capitalista.

Seguindo os dados oficiais, o mais recente estudo que caracteriza a situação de fome no Brasil é o levantamento suplementar de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar- PNAD realizada em 2004 (IBGE, 2006), sendo o primeiro a ser realizado em todo o território brasileiro.

Os números mostram que 13,921 milhões de brasileiros e brasileiras vivem com a realidade de IA grave²², ou seja, 7,7% da população. E 72,163 milhões (39,8%) encontram-se em situação IA de leve a moderada.²³ Os dados da Pnad (IBGE, 2006), revelam ainda que no meio rural encontra-se a maior prevalência domiciliar de IA moderada ou grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % dos domicílios encontram-se em condição de IA moderada e 6% grave, no meio rural as prevalências são 17% e 9%, respectivamente. A pesquisa mostra ainda que cerca de 9,5 milhões de pessoas moradoras em áreas rurais vivem em domicílios com restrição quantitativa de alimentos, ou seja, em IA moderada ou grave e 3,4 milhões delas convivem com a experiência de fome.

É a partir deste contexto que compreendemos a relevância desta discussão e da campanha pela produção de alimentos saudáveis, proposta pelo Movimento de Mulheres Camponesas, como instrumento de transformação desta realidade e de ação contestatária, compreendendo ser a luta pela Soberania Alimentar um instrumento real, contra o capitalismo e o patriarcado²⁴.

22 Esse suplemento especial da PNAD estabelece os seguintes critérios de classificação:

1) SEGURANÇA ALIMENTAR (SA): Quando todos os integrantes da família têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas;

2) INSEGURANÇA ALIMENTAR (IA): Quando ao menos um integrante se preocupou com falta de dinheiro para comprar comida (leve); perdeu qualidade na dieta por falta de dinheiro (moderada); reduziu a quantidade de alimentos por falta de dinheiro (grave).

23 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004

24 Segundo Shiva : “O mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor (...) a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista.” Shiva, Vandana. La práxis del ecofeminismo. Ed. Içaria. Barcelona, 1998. Tradução livre.

4. O MMC como novo sujeito político: *Conflitos e embates no processo de democratização do Brasil*

Conduziremos nossa análise a partir das ações do MMC. Interessa-nos compreender como a partir da bandeira de luta pela soberania alimentar, as mulheres articulam esta discussão com a luta pela democratização dos diversos espaços em que se relacionam e vivem, buscando perceber como os grupos organizados como sujeitos coletivos, que geram tipos específicos de ação coletiva, tem se colocado frente aos processos de desnaturalização, problematização, questionamento e enfrentamento às relações sociais, políticas, culturais e econômicas que estão na base da construção e formação das relações de poder.

Este questionamento causa conflitos percebidos aqui, como indispensáveis para iniciar um processo de democratização do meio rural brasileiro, fortalecendo a luta pela cidadania²⁵, ampliando o acesso a direitos sociais e que leve à uma transformação das relações de poder²⁶.

Estes conflitos são vividos e experimentados pelas mulheres tanto na relação com o Estado, como também na relação com a sociedade civil, na medida em que, como afirma DAGNINO(2002:282), esta não pode ser vista como espaço do bem, mas que reflete relações de poder e que podem disputar distintos projetos políticos²⁷, entendidos como *aquilo* que orienta *aquela* ação²⁸.

Este novo projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos, e requer diferentemente da simples reivindicação, o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão

25 Segundo OLIVEIRA (2001) “Embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar cidadãos os que não tem meios materiais de bem-estar e qualidade de vida”.p.12.

“A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Por que é a luta pelos significados, pelo direito á fala e a política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele.”p.21.

26 Segundo as estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), o quadro seguinte permanece o mesmo:a) as mulheres são responsáveis por 2/3 do trabalho realizado no mundo e recebem 1/3 dos salários;b) as mulheres são detentoras de 1/10 da renda mundial;c) as mulheres representam 2/3 dos/das analfabetas do mundo;d) as mulheres detêm menos do que 1/100 das propriedades mundiais;e) dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres.No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do salário do que ganham as mulheres brancas. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres está melhorando e, se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos igualdade salarial entre homens e mulheres (Louro,1997).

27 Estamos usando o termo políticos num sentido próximo a visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam ação política dos diferentes movimentos. Dagnino, 2002,p:282.

28 Estamos usando o termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política de diferentes sujeitos. DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.282.

da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista²⁹. Segundo a autora, esta articulação é parte da contribuição da sociedade civil a construção democrática, um processo que é, diga-se de passagem, sempre desigual no seu ritmo e seu alcance³⁰.

Estes projetos políticos podem nos ajudar a medir o nível de conflito e tensão que existe entre a sociedade e o Estado, bem como entre os diversos sujeitos e seus projetos políticos com concepções distintas que se confrontam nos espaços públicos, na medida em que *o conflito e a tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham e com que centralidade o fazem – as partes envolvidas.*(Dagnino,2002:280). Neste sentido, compreendemos a campanha como parte do projeto político do MMC em se construir e legitimar-se como um movimento contra-hegemônico.

O MMC como movimento feminista percebe a necessidade de articular a luta contra o patriarcado no âmbito das lutas gerais no processo de fortalecimento da luta contra-hegemônica. A Soberania Alimentar apresenta-se como uma das bandeiras que unifica pauta política dos movimentos, tanto rurais como urbanos.

Neste sentido, ao assumir esta bandeira, outro desafio que se apresenta é a necessidade em se articular uma luta global, que é proposta pela Via Campesina, com as realidades locais em que a campanha ganha materialidade. Neste aspecto, outra dimensão que passa a ser importante para se perceber a importância da constituição e ampliação dos espaços públicos, como espaços de construção e disputa das relações de poder, é a dimensão do local.

Para Santos (2002) a relação e a articulação entre o local e o global deve acontecer para a constituição de articulações transnacionais, que fortalecem os espaços locais na luta e disputa por um processo de democratização, ocasionando uma globalização contra-hegemônica, pois o que se percebe é uma tendência deste local em se expandir. Esta perspectiva reafirma a importância em pensar a democracia a partir dos embates e disputas que acontecem a nível local.

Outra questão é perceber como os processos de luta pela democratização se materializam em práticas e ou unificam lutas e projetos políticos entre os diversos sujeitos, em espaços públicos, partindo do local para o global e vice-versa.

Para Oliveira (2001) o local é o espaço onde os conflitos se verificam, e que leva a uma ampliação do espaço público e uma conseqüente democratização. É o espaço em que há o enfrentamento das relações de poder, e que o processo de democratização se amplia e ganha

29 Idem.p.296.

30 Ibidem. p.297.

sentido, bem como conceitos como cidadania, direitos, luta política, democracia, dentre outros. É no local que os sujeitos organizam suas demandas, definem estratégias de luta e de reprodução, se reconhecem como agentes de mudança e acumulam capital social, fortalecendo uma rede de solidariedade, necessárias para a uma ação coletiva.

Não estamos com isso, aceitando a noção idílica de perceber o local como *lócus* privilegiado da harmonia e do bem comum, em que não haja conflitos e disputas políticas e interesses individuais. Também é no local que as elites se legitimam e legitimam seu poder, mas como tentamos mostrar, em nossa perspectiva, é no local em que se dão os processos de enfrentamento, que devem sempre estar relacionados a processos globais a fim de adquirir força e reconhecimento de grupos, em que reafirme constantemente seu projeto político.

A partir do que foi apresentado, tentaremos preliminarmente³¹ apresentar alguns pontos que nos ajudaram a problematizar a relação das mulheres na luta pela soberania alimentar e como estas ações catalizam um processo de democratização do meio rural brasileiro, criando novos espaços públicos e o reconhecimento de novos sujeitos políticos de direitos.

Como exemplo de ação contestatória que o MMC está construindo, observamos a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos saudáveis, buscando perceber quais os limites e potencialidades desta, no processo de democratização do meio rural.

4. Campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis: *Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!*

Numa perspectiva feminista é necessário fortalecer a auto-organização das mulheres na luta pela soberania alimentar porque, tanto nos países centrais como nos países periféricos, o machismo e a dominação masculina estão fortemente presentes na agricultura, bem como dentro das comunidades rurais. A ideologia dominante busca legitimar a idéia de que a agricultura é um trabalho de homens e que as mulheres são ajudantes, negando a importância de sua contribuição para viabilidade e sustentabilidade da vida no meio rural.

Assim, torna-se imperativo integrar a perspectiva feminista não somente na análise da situação da agricultura e da alimentação no mundo, como também para pensar a soberania

31 Este tema é parte de minha pesquisa de dissertação de mestrado que esta em fase de elaboração sobre a relação entre mulheres e soberania alimentar na luta pela democratização do meio rural, sob orientação do Prof. Jorge Romano, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sócios, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ.

alimentar atrelada a luta que deve levar a uma transformação radical da divisão sexual do trabalho e das relações de poder.

A campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis é fruto de intensas discussões, mas principalmente é resultado de diversas ações políticas, em que as mulheres se fortalecem como sujeitos ativos do processo de enfrentamento e de questionamento do *status quo*³². A campanha foi lançada no dia 19 de fevereiro de 2007 como tema o 8 de março, dia internacional de luta das mulheres³³.

A campanha materializa-se e ganha sentido a partir da relação entre as práticas das agricultoras, com a construção de um projeto político. Isso acontece em discussões com grupos de mulheres, com técnicos/as, com as famílias, com as comunidades em que elas estão inseridas, e é tema de disputa e discussão nacional e internacional.

Outra questão que se percebe é que a campanha tem um papel de fortalecer o MMC internamente na construção e fortalecimento de sua identidade, bem como o reconhecimento deste como sujeito político nos espaços públicos e políticos, legitimando-o como um dos agentes no processo de transformação social.

A relação da campanha como instrumento político de desnaturalização e valorização da prática das agricultoras com um projeto de transformação e enfrentamento ao modelo econômico e social, é imprescindível para ela tenha força, coerência e sentido prático na vida destas mulheres.

32 No dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, uma poderosa ação direta de cerca de duas mil mulheres agricultoras organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outros movimentos vinculados à Via Campesina, destruiu laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa transnacional de origem norueguesa Aracruz Celulose. A ação foi concomitante à realização, em Porto Alegre, da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A mobilização tinha o objetivo de denunciar as conseqüências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início do ano, no estado do Espírito Santo. Nas palavras das mulheres: "Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana" 32. O protesto foi definido por elas como uma manifestação contra o “agronegócio” e em defesa de “um outro projeto de agricultura camponesa”, que respeite a natureza, que produza alimentos para o auto-sustento e conserve a soberania alimentar. Movimento de Mulheres Camponesas, Boletim Eletrônico n.5, 15/03/2006; disponível em http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc, acessado em 09/01/2008.

33 O Movimento de Mulheres Camponesas, em seus 20 anos de história e construção, vem reafirmando a agricultura camponesa como forma de resistir, enfrentar e negar o modelo capitalista e patriarcal no campo. Construimos nossa luta no sentido de propor um Projeto de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia, que garanta a soberania alimentar como direito, onde o povo possa produzir e comer seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente e promovendo a vida. Assim, o MMC Brasil, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, lança a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, com o lema “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!”. O objetivo é avançar na luta pela soberania alimentar, contribuindo no combate a fome e a miséria, tornando visível o grande potencial de produção de alimentos que a agricultura camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres neste processo e sensibilizar a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida. <http://www.mmcbrasil.com.br/campanha2007>, acessado em 13/01/2008.

Neste sentido, várias ações são realizadas a partir do diálogo com as mulheres camponesas e do levantamento das potencialidades e reconhecimento das capacidades destas em incorporar e reelaborar as ações propostas.

Como exemplos de ações e práticas que são propostas pela campanha temos, a construção de banco de sementes crioulas com a troca de sementes, o resgate de diversas espécies que estavam perdidas. Esta ênfase coloca-se em contraposição ao projeto de difusão das sementes transgênicas, bem como enfrenta-se com a idéia de ser a semente uma mercadoria. Para elas, as sementes são patrimônio da humanidade, e como tal, não possuem dono.

Outro ponto é o resgate e a valorização de saberes tradicionais, de práticas alimentares, o uso de ervas e plantas medicinais, etc. Para estas mulheres, esta luta esta relacionada a uma revalorização da cultura camponesa, o que se contrapõem ao projeto de invisibilidade e opressão que estas diversas culturas sofrem ao longo da história, bem como relaciona-se a um resgate da diversidade, contrapondo-se ao modelo de pensamento capitalista ocidental dominante não consegue perceber a natureza e a vida em sua complexidade. É um pensamento dual, reduzido. Segundo LEFF (2003) a diversidade é o princípio que dá forma ao trabalho e ao conhecimento das mulheres. Por isso o cálculo capitalista e patriarcal não as considera.

Outro enfoque que a campanha fortalece é o questionamento a monocultura e ao latifúndio. Como projeto o MMC defende a agricultura voltada prioritariamente para a reprodução e manutenção da unidade familiar e abastecimento do mercado interno, com modelo de produção baseado na agroecologia e no questionamento ao modelo de tecnificação utilizado pelo agronegócio que se alastra no meio rural brasileiro.

A campanha³⁴ é pensada a partir da articulação de suas ações acontecendo em cinco dimensões; a política, a ambiental, ética, cultural e feminista em que propõe mudanças na prática cotidiana das mulheres e a dimensão econômica e social, como vemos em cartilhas do MMC:

A campanha tem como um dos eixos conceituais a soberania alimentar. O MMC acredita que esta campanha é um instrumento importante para o projeto de Agricultura camponesa na ótica feminista, para a resistência popular e para a construção de alternativas ao modelo de exclusão, exploração e destruição do agronegócio e do capitalismo³⁵.

34 Para saber mais, acesse http://www.mmcbrasil.com.br/campanha2007/materiais/folder_campanha2007_web.pdf.

35 Soberania Alimentar. Compreensão e ação na luta camponesa. MMC. RS.Ed. Battistel,2007.p.39

Para implementação da campanha o MMC atua através de monitoras junto com grupos de mulheres camponesas, que são sensibilizadas através de atividades políticas como oficinas de formação, encontros e trocas de experiências, encontros para debates regionais e nacionais, atos públicos, feiras de comercialização e trocas de alimentos, sementes, artesanatos, etc.

O papel das monitoras é central na manutenção do diálogo entre o MMC e os grupos de mulheres, bem como na legitimação deste como sujeito político. Assim, um grande desafio é manter o diálogo que se trava entre a direção do movimento, suas propostas e as necessidades e dificuldade que se apresentam no cotidiano da implementação da campanha. A mediação deste processo e a forma com que este diálogo retorna como respostas, tanto para a direção, quanto para os grupos, é indispensável para que a campanha mantenha sua força e atualidade.

Este diálogo é imprescindível para que o MMC seja um espaço de democrático e que na luta pela soberania alimentar, seja reconhecido como um sujeito político e como instrumento na luta das mulheres no processo de democratização do meio rural brasileiro.

5. Considerações finais

A partir do que foi apresentado, compreendemos que a concepção política da campanha e sua materialidade, corresponde ao que consideramos ser um instrumento real de luta pela democratização do meio rural brasileiro, pois apresenta uma visão complexa de ação e interação com o meio social e com os sujeitos que a constroem efetivamente, na luta e defesa da soberania alimentar.

Seus limites de ação e intervenção se dão a nível local, dependendo da capacidade dos sujeitos, de seus capitais culturais e políticos, das suas condições econômicas, da capacidade do MMC em ser reconhecido como agente político, da conjuntura política e econômica em que estas mulheres estão imersas, dentre outros fatores. Porém acreditamos que ela faz parte de um projeto maior de transformação das relações de poder, das práticas e hábitos que estão presentes no meio rural brasileiro, sendo então, parte de um processo contínuo e inacabado de mudanças.

A luta pela Soberania Alimentar é uma proposta política global, que se ratifica mais fortemente no meio rural e no setor agrícola. Após o que foi apresentado e discutido percebemos que lutar pela soberania alimentar, não é só lutar para questionar o modelo de produção capitalista, nem para resgatar e valorizar os saberes tradicionais e a cultura

camponesa. Ela pressupõe e busca a transformação radical do modelo do sistema econômico dominante, mas também do sistema de relações sociais patriarcais.

A luta pela soberania alimentar deve ser fortalecida e deve fortalecer a luta contra a opressão patriarcal sobre as mulheres e a natureza, a apropriação e exploração da humanidade e da natureza, como também eliminar as desigualdades entre classes sociais, entre homens e mulheres e entre países, levando à novas relações sociais, pautadas na solidariedade, respeito e no questionamento da divisão sexual do trabalho. Só assim conseguiremos mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!!

6. Referências bibliográficas

Sites: <http://www.nyeleni2007.org/spip.php?article7/> <http://www.mmcbrazil.com.br>

CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. **Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária**. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.285-302.

LEFF, Enrique. **Ecofeminismo: el género del ambiente**. Quito: CIMUF, 2003. Disponível em Internet: <http://www.revistapolis.cl/9/ecofemi.htm> (revista acadêmica Polis, Universidade Bolivariana). Acesso em 09/01/2008.

MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, F.de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?**. São Paulo: Instituto Polis, março 2001, 29p.

SANTOS, B. de S. e AVRITZER, L. Introdução : Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B. de S. (org). **Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.39-82.

SHIVA, Vandana. **El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade**. In: La praxis del ecofeminismo. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**NA LUTA PELA MORADA DA VIDA: RESISTÊNCIAS CAMPONESAS FRENTE À
EXPANSÃO DO MERCADO DE TERRAS NO MARANHÃO**

Rafael Bezerra Gaspar¹
Josoaldo Lima Rego²

Resumo

A defesa dos babaçuais contra o avanço da agropecuária, assim como mobilizações contrárias à expansão do agronegócio, caso da soja, desvelam, atualmente, como os conflitos pela posse de terras que, historicamente, foram apropriadas comunalmente por segmentos camponeses vem passando por intensas transformações sociais, econômicas e ambientais nos últimos 20 anos, em decorrência, em grande parte, de políticas de incentivo à expansão do mercado de terras. Este trabalho coloca em debate duas situações empíricas específicas de áreas rurais do Médio Mearim e do Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão, mas que se caracterizam pela relação entre as práticas de enfrentamento que segmentos camponeses e diversas entidades de apoio operam para legitimar reivindicações e configurar formas específicas de participação, sejam as mais diferentes, frente ao contexto de implantação de empreendimentos econômicos destinados à produção em grande escala e de exploração dos ecossistemas.

Palavras-chave: Resistência Camponesa; Mercado de Terras; Maranhão

1. Introdução

Este trabalho discute duas situações empíricas que se correlacionam através de contexto de implantação de empreendimentos econômicos destinados à produção em grande escala e a relação com práticas de enfrentamento que segmentos camponeses e diversas entidades de apoio operam para legitimar reivindicações, sejam as mais diferentes, frente às mudanças sociais, agrárias e ambientais que vêm sofrendo no Estado do Maranhão.

Os projetos que caracterizam o rápido e eficaz processo do mercado de terras, no Maranhão, merecem ser pensados dentro de um circuito de produção voltado diretamente para o mercado de *commodities* (ALMEIDA, 2005), assim como para os processos industriais voltados para a produção de biomassas³. São atividades

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFMA e Mestrando no PPGCS-UFMA. Membro do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR-UFMA) coordenado pela Prof. Dr^a Maristela de Paula Andrade (PPGCS-UFMA) e pelo Prof. Dr. Benedito Souza Filho (PPGCS-UFMA).

² Graduado em Geografia pela UFMA, Mestre em Geografia Humana pelo PPGGH/FFLCH-USP e Doutorando no PPGGH/FFLCH-USP. Membro do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR-UFMA) coordenado pela Prof. Dr^a Maristela de Paula Andrade (PPGCS-UFMA) e pelo Prof. Dr. Benedito Souza Filho (PPGCS-UFMA).

³ Isso aponta, inclusive, para a relação entre os níveis materiais de produção da vida e as formas hegemônicas do capital rentista, na busca de matrizes para a produção de bioenergia, que no caso

caracterizadas pela apropriação da biodiversidade e/ou desqualificação de saberes ancorados no *lugar* (ESCOBAR, 2005b) concretizados através da pecuarização dos babaçuais; da expansão desordenada da sojicultura; do revigoramento das grandes plantações de eucalipto para indústria de papel e celulose; da comercialização das madeiras; das siderúrgicas, com a produção de carvão vegetal e o aumento das carvoarias nos babaçuais; das novas concessões de terras públicas a empresas mineradoras; das políticas de expansão das hidroelétricas; das políticas de energias renováveis e dos empreendimentos sucroalcooleiros (ALMEIDA, 2005).

Na década de 1970, políticas territoriais de maior impacto na vida camponesa caracterizaram-se pela efetivação do incentivo fiscal a projetos agropecuários. A Lei Estadual de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969 contribuiu muitíssimo para o avanço, no Maranhão, da agropecuária e da agricultura de grãos (soja, arroz) em larga escala, legitimando a distribuição de milhares de hectares de terras públicas a particulares, sob a alegação da existência das chamadas *terras devolutas*⁴. Nisso, a grilagem das terras levaram, em muitas situações, as famílias camponesas a uma condição de submissão que culminaria em inúmeros conflitos, evidenciando o problema da concentração de terras e da restrição de acesso aos babaçuais⁵.

Consideramos que por trás da dinâmica do mercado de terras que vem expandindo-se por toda a Amazônia e, em destaque no Maranhão, ocultam-se permanentes e latentes conflitos pela imposição de práticas sociais e pelos conflitos entre saberes distintos sobre a natureza⁶. O peso desses conflitos faz emergir, atualmente, diversas situações de

brasileiro tem se destacado por meio da produção de etanol e biodiesel (em que o babaçu aparece como uma de suas fontes).

⁴ “Mas a terra se transforma em mercadoria nessa área quando se intensifica a subordinação do capital mercantil ao capital industrial. O instrumento dessa subordinação é integração da Amazônia a partir da construção da rede de estradas. Dessas, as mais importantes foram a Belém-Brasília nos anos 60 e a Transamazônica na década seguinte. Essa integração ao mercado reforça os efeitos desintegradores ligados à própria natureza do comércio, que a região já conhecia”. (SADER, 1986, p. 155).

⁵ Principalmente a partir daí, várias medidas governamentais irão ter como foco a condução de políticas voltadas para a utilização/exploração não só dos frutos da palmeira de babaçu, mas também das áreas correspondentes às de ocorrência dos babaçuais, tal como os decretos 5.549 e 5.550 de março de 1975 que permitia as empresas ligadas à implantação dos projetos de celulose e cana-de-açúcar no Maranhão desmatarem milhares de hectares de babaçu, como observam Almeida (1995) e May (1990).

⁶ As distintas perspectivas de uso/significação da natureza (diga-se a materialidade e o conceito) constituem um complexo movimento de processos que dialogam entre as várias razões práticas e interpretativas do mundo e as transformações no campo científico, principalmente quando do momento deste relacionar-se com outros saberes, instituindo, assim, paradigmas que têm acompanhado o desenvolvimento de uma ideologia da natureza (SMITH, 1988). A exemplo disso, tem-se o discurso contemporâneo de sustentabilidade ambiental, que em alguns casos caminha a favor de pesquisas e usos da biodiversidade por empresas transnacionais da indústria farmacêutica e agroquímica, e, de outro lado, o reconhecimento de práticas e saberes que de alguma maneira se pautam num plano distinto daqueles voltados para o mercado - instituídos na tradição e/ou cosmogonias sobre a natureza, envoltos numa lógica de apropriação que qualifica uma realidade e uma cultura local, como indicam os trabalhos

mobilizações e formas de enfrentamento contrárias ao processo de devastação que a expansão de projetos agropecuários e industriais provoca para a reprodução social e material de grupos sociais conceituados como *tradicionais*, quais sejam as chamadas *quebradeiras de coco babaçu*, os pescadores artesanais e os diversos segmentos camponeses de *terras de uso comum*, os *posseiros*, os *herdeiros de terra de herança* ou os de *terras de preto*, reconhecidos, em muitos contextos, como *remanescentes de terras de quilombos* (ALMEIDA, 2006; PAULA ANDRADE, 2005).

Interessa pensarmos, neste trabalho, como se manifestam específicas práticas de enfrentamento desses segmentos camponeses, sejam através de mobilizações, manifestações públicas, constituição de entidades ancoradas em lutas sociais e pelos direitos humanos, organização de marchas, de acordos ou através de processos de enfrentamento direto face às atuais estratégias de consolidação de empreendimentos que dialogam intrinsecamente com a dinâmica econômica global.

Apontamos, dentre as inúmeras mobilizações em áreas do campo maranhense as seguintes situações: os enfrentamentos pela defesa dos babaçuais contra o avanço da agropecuária no Médio Mearim que se acirram há pelo menos uma década e as recentes mobilizações contrárias à agricultura sojícola em áreas do Leste Maranhense.

2. A defesa dos babaçuais: *Quebradeiras de coco babaçu* frente aos projetos agropecuários no Médio Mearim

O Maranhão aparece em fontes estatísticas como o Estado da Federação de maior concentração de uma cobertura vegetal caracterizada como áreas de babaçuais. É difícil precisar a área de sua ocorrência, pois mesmo dados oficiais divergem quanto ao tamanho dessa área. Para o IBGE (BRASIL, 1984) são 9.457.500 hectares no Maranhão, correspondendo a 66,6% dos babaçuais do país (14,187.500 ha.); para o Ministério da Indústria e Comércio (MIC, 1982), são 10.303.503 hectares, o que corresponderia a 71% da área total. Na carta de uso e cobertura vegetal do Maranhão, produto do trabalho de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, a classificação se dá associada a um mosaico, que compreendem áreas de usos diversos,

de Porto Gonçalves (2006), (2001), Escobar (2005b) e Leff (1988). Esses processos evidenciam tanto uma contradição na forma de apropriação da biodiversidade, quanto a coexistência de fatores culturais e econômicos nas formas de instituição imaginária e material sobre a natureza. A consciência crescente da existência de outras formas de conhecimento associadas a outros regimes de posse/propriedade tem impulsionado um conjunto de posições críticas das concepções dominantes da biodiversidade o do seu conhecimento. Nesse sentido, inúmeros movimentos sociais têm proposto novas interpretações da biodiversidade e do seu sentido [...]. (SANTOS *et al*, 2005, p. 72).

associados com pastagens, florestas abertas (em exploração e/ou explorada) com vegetação degradada e com presença de babaçu.

De qualquer maneira, esse grande território coberto por babaçuais apresenta relevância estratégica no plano de reprodução de centenas de famílias de mulheres *quebradeiras de coco babaçu*, tendo em vista que a atividade de coleta/extração e beneficiamento do produto em escala local, associada a toda uma rede de produtividade agrícola e de costumes, são fatores constitutivos da identidade coletiva *quebradeira de coco babaçu*.

Produzindo o ano todo, o coco é uma importante fonte de renda para as famílias e a coleta se intensifica na *entre-safra*. Entretanto, os grandes proprietários de terras, em distintas áreas do Médio Meariam, principalmente, e utilizando-se de vários argumentos – e recursos – começaram gradativamente a impedir a coleta. Primeiro, abatem os chamados *cocais* para a instalação das pastagens. Em seguida, com os cocais voltando a proliferar, impedem a entrada das *quebradeiras de coco*, afirmando que as cascas do coco cortam o casco dos animais e que as *caeiras* feitas para a produção do carvão podem provocar incêndios.

Diante dessas situações, alguns acordos chegam a se estabelecerem: as *quebradeiras* devem coletar o coco e quebrá-los fora da propriedade, nas estradas e as *caeiras* são proibidas nas vizinhanças das mesmas. Isso suscita vários problemas para a continuidade do processo de extração do coco babaçu. Se os cocais estão distantes das estradas vicinais, isso implica em várias caminhadas dificultadas pelo peso dos frutos, diminuindo a produção por dia de trabalho. As *caeiras*, antes feitas nas clareiras das matas, não podem se localizar dentro dos povoados pelos riscos que significam para as crianças.

Estamos frente a uma das muitas situações do cotidiano de grupos extrativistas, caso da coleta do coco babaçu, que é possível exemplificar os confrontos de práticas e uso dos recursos naturais. A defesa dos babaçuais apresenta, no caso das *quebradeiras de coco babaçu*, situações de conflitos travados com os pretensos proprietários de terras, direta ou indiretamente, assim como intervenções de caráter político no uso e apropriação da natureza.

Fortes conflitos foram travados na década de 1980, tendo como foco de resistência centenas de famílias camponesas que lutaram, dentre alguns outros motivos, contra a submissão causada pela apropriação das terras por grandes proprietários. A redução brusca do estoque de terras disponível à agricultura camponesa fez surgir, além de um confronto direto

com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, várias outras relações econômicas, além de situações conflitantes no momento das práticas extrativistas.

Os enfrentamentos em alguns povoados revelam muito dos problemas enfrentados pelas famílias camponesas no Maranhão no decorrer da segunda metade do século XX. Essas situações implicavam em casos que iam desde os conflitos diretos, verdadeiras guerras, com muitas mortes inclusive, assim como formas diversas de privatização das terras e redução das áreas de plantio (nas áreas usadas para produção camponesas) que foram gradativamente sendo entregues a grandes proprietários para a produção da pecuária extensiva.

O processo de mobilização política das *quebradeiras de coco babaçu* no contexto de formação de um movimento social (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB) caracterizam-se pelo caráter marcadamente forte de relações simbólicas e econômicas estabelecidas por meio de vínculos dessas mulheres e das organizações que elas integram com as palmeiras e com os babaçuais - significativamente compreendendo o uso e a apropriação do ecossistema.

Com a mobilização política das *quebradeiras de coco babaçu* surgiram algumas organizações e outras foram fortalecidas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), por exemplo, sofreram algumas transformações já que os trabalhadores tiveram maior atuação interna neles, participando diretamente e tomando a frente em processo de mobilização e conflito. É nesse momento, inclusive, que as mulheres passaram, também, a se associar em sindicatos, já que antes somente se associavam os homens.

Outras organizações foram criadas e tiveram como base a participação e direção das *quebradeiras de coco babaçu*, como por exemplo, os clubes de mães, as Comunidades Eclesiais de Base e os clubes de jovens, todos animados pela Igreja Católica antes dos anos 80), além das várias associações locais de povoados da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Lago do Junco (AMTR); a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis; Cooperativa de Pequenos Produtores de São Luís Gonzaga; Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lima Campos; e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Além da articulação política com outras dezenas de entidades religiosas e representantes de Trabalhadores Rurais.

Em situação como da coleta e comercialização do coco babaçu, a COPPALJ realizou a extração do óleo de babaçu, através de prensas instaladas em 1992,

inicialmente, no município de Lago dos Rodrigues, efetivando, assim, o beneficiamento do babaçu e contribuindo para o desenvolvimento de relações comerciais que passaram a caracterizar o escoamento da produção de babaçu na região, sem atravessadores e, conseqüentemente, atingindo um preço maior. Por meio do programa de comercialização da ASSEMA, a produção de óleo de babaçu, que hoje já pode ser refinado, alcançou mercados internos e também o externo - como no caso da comercialização de óleo com a Body Shop International – BSI, para a produção de cosméticos, realizada na Inglaterra e consumida em vários países.

3. Mobilizações entre *chapadas* e *baixões*: Resistências no campo contra a expansão do agronegócio no Leste Maranhense

A mesorregião Leste Maranhense é constituída, conforme classificação atual do IBGE, de seis microrregiões quais sejam: Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Essas microrregiões juntas são formadas por 44 municípios, com uma área de 70.606,230 km² e população total estimada em 1.248,451 habitantes⁷.

Vulgarmente denominada de “Baixo Parnaíba”, o Leste Maranhense é uma grande área, limítrofe com o estado do Piauí, contando com a presença de solos, clima, flora e fauna características do bioma cerrado e áreas de zona de contato entre cerrado e caatinga, apresentando formações florestais classificadas localmente como *chapadas*, *carrasco*, *baixão*, *capão* (PAULA ANDRADE, 1996).

Historicamente, a porção oriental maranhense vem há mais de um século sendo apropriada em regime de usufruto comum por vários segmentos camponeses, dentre os quais citamos os pequenos proprietários, agricultores-artesãos, os herdeiros de terras de herança, os moradores de *terras de preto* e outros (PAULA ANDRADE, 1996). Eles praticam a pequena produção de alimentos articulada à extração de produtos vegetais, como o mel e, principalmente, frutas nativas, tais como o bacuri e o pequi e mantém a pequena criação de animais.

A partir da década de 1980, instalaram-se no Baixo Parnaíba, empresas nacionais e estrangeiras voltadas à produção de carvão vegetal e à plantação de eucalipto (PAULA ANDRADE, 1996). Passados mais de vinte anos, esses processos vem aumentando ainda mais,

⁷ Consultar www.ibge.gov.br.

com a introdução, nos últimos anos, da agricultura de base empresarial, caso da soja⁸. A expansão da soja no Leste Maranhense mostra que esta região está na mira dos mesmos agentes sociais – os chamados *gaúchos*⁹ – que se expandiram no Sul Maranhense¹⁰ (CARNEIRO, 2008b; PAULA ANDRADE, 2008). O Baixo Parnaíba agora vem sendo designado como o novo “eldorado” do agronegócio¹¹.

A sojicultura no Baixo Parnaíba já domina, atualmente, as áreas de alguns municípios, caso de Anapurus e Chapadinha, que, possuem, respectivamente, áreas de 606,2 km² e 3.240,3 km² e produções agrícolas de soja, segundo dados do IBGE (2003) de 2.088 toneladas e 279 toneladas. (BARBOSA *et alli.*; 2007).

Baseando-nos em dados da produção agrícola municipal do ano de 2003 temos a seguinte tabela:

Tabela 1: Cinco municípios do Baixo Parnaíba: área, população, densidade demográfica e produção de soja em toneladas

Municípios do Baixo Parnaíba	Área km ²	População	Densidade Demográfica (hab/km ²)	Produção agrícola municipal de soja (toneladas)
Anapurus	606,2	10.057	16,6	2.088
Brejo	1.047,5	27.510	26,3	3.792
Buriti de Inácia Vaz	1.392,4	24.108	17,3	960
Chapadinha	3.240,3	60.646	18,7	279
Mata Roma	566,9	11.801	20,8	1.806

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2003)

A expansão da soja e os impactos diversos dessa agricultura, assim como os contínuos processos de grilagem de terras em áreas extensas do Leste Maranhense possibilitaram contrapartidas de resistências de segmentos vários e interesses diferentes e específicos. Surgem, recentemente, movimentos de mobilização, realizados por entidades tais como associações de moradores e sindicatos rurais em articulação com organizações não-

⁸ Segundo levantamento comparativo feito pelo IBGE (2003) da produção agrícola municipal do Baixo Parnaíba, o cultivo de soja aumentou de 60 hectares em 1995 para 12.538 hectares em 2005 e 18.782 em 2007.

⁹ Denominação genérica adotada no Maranhão para indicar todos que vem do Sul do país com vistas á implantação de empreendimentos agrícolas de base empresarial, como a soja e outros (PAULA ANDRADE, 2007).

¹⁰ Outra mesorregião do Estado do Maranhão, conforme classificação atual do IBGE.

¹¹ A este respeito vide as seguintes matérias: “Gaúchos descobrem novo eldorado no Maranhão”. Extraído em http://www.massey.com.br/português/campo/edição_65/campo_frenteiraagricola1.asp, obtido em 02/11/2007; “Baixo Parnaíba: uma imensidão” (autoria de Mayron Régis). Extraído em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp>, obtido em 30/10/2007; e “Monocultura e Direitos Humanos” (autoria de Luis Antonio Pedrosa). Extraído em <http://www.smdh.org.br/artigos2.php>, obtido em 02/11/2007.

governamentais e integrantes da Igreja Católica, com o objetivo de defender as áreas de cerrado e as condições de vida dos camponeses frente à expansão desse tipo de agronegócio.

As mobilizações concretizam-se em participações como do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba através de ações como a realização da chamada “II Marcha em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba” e do I Encontro da sociedade civil do Baixo Parnaíba com o Governo do Estado do Maranhão, realizados em fins do ano de 2007.

O Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba foi criado em 2001 pela articulação de várias entidades, dentre as quais citamos pastorais sociais, sindicatos rurais, associações de moradores e de bairro dos municípios afetados por problemas diversos com a implantação de empreendimentos da soja e do eucalipto. Além deste, outros movimentos e entidades envolvidas são o Fórum Carajás, o Fórum de Direitos Humanos e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos¹².

Recentemente, no mês de abril, estivemos presente em reunião deste Fórum com a organização não-governamental Via Campesina¹³. O objetivo do seminário foi debater a agricultura familiar e os impactos que vem sofrendo devido às diversas transformações sociais, econômicas e ambientais na região do Leste Maranhense em decorrência de grilagem, da expansão do agronegócio, caso da soja, e, também sobre a assistência técnica regular a áreas de assentamento (CARNEIRO; 2008a).

Este seminário do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba aconteceu no município de Chapadinha, cidade considerada por referência o principal pólo administrativo e de serviços da região do Baixo Parnaíba e a que concentra a presença dos chamados *gaúchos* na região do Leste Maranhense notados através de seus estabelecimentos, caso de restaurantes, hotéis e supermercados instalados há um período de cinco anos. Abaixo, destacamos as entidades e fóruns participantes do encontro relatado acima e constituintes do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba:

¹² Sem aprofundar sobre a relevância histórica da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) para o contexto regional que é, sem dúvida, de extremo significado, destaco, de forma breve que ela constitui-se de uma Organização Não-Governamental, fundada em 1979, por intelectuais e integrantes de movimentos sociais e que tem com uma de suas linhas de atuação a assessoria jurídica e técnica junto a casos de violência, tortura, direitos humanos e conflitos agrários em diferentes localidades do Estado do Maranhão. Mais detalhes sobre a SMDH visitar seu site – www.smdh.org.br

¹³ A Via Campesina é uma organização internacional, fundada em 1992 e que coordena, apóia e participa de organizações de pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais e segmentos indígenas da Ásia, África, América e Europa, através de inúmeras ações de intervenção ou execução de projetos.

Tabela 2 – Entidades participantes do 1º Seminário da Via Campesina no Maranhão em 2008, ocorrido em Chapadinha e constituintes do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba

ENTIDADES
Agência de Pesquisa e Extensão Rural de Chapadinha
Arquidiocese de Tutóia – Rep. Direitos Humanos
Associação dos Moradores da Vila das Almas – Brejo
Associação de Moradores de Bom Sucesso – Mata Roma
Banco do Brasil
Banco do Nordeste
Câmara de Vereadores de Chapadinha
Cáritas Regional Maranhão
Casa Rural de Chapadinha
Centro de Cultura Negra
Centro de Defesa de Santa Quitéria do Maranhão
Comissão Pastoral da Terra
Delegacia Ministério do Desenvolvimento Agrário
Fórum Carajás
Movimento dos Sem Terra
Prefeitura Municipal de Chapadinha
Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brejo
Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Buriti de Inácia Vaz
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Benedito do Rio Preto
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Tijupá
Universidade Federal do Maranhão
Via Campesina

Configurados, assim, em diferentes entidades, seja de apoio, de investimentos de recursos humanos ou mesmo de parceiras comunitárias, vemos a participação de organizações não-governamentais (caso de Cáritas, Fórum Carajás, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Tijupá, Via Campesina), entidades confessionais (Arquidioceses e Comissão Pastoral da Terra), movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, conforme citado em tabela acima, firmados na aliança com segmentos camponeses e representantes, através da constituição do chamado Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba.

As mobilizações de segmentos camponeses e entidades de apoio no Baixo Parnaíba comungam, também, para refletir á luz do que alguns autores (ACSERALD, 2006; PORTO, 2007) classificam de *justiça ambiental*¹⁴. Estamos diante de processos, não somente

¹⁴ Segundo Acserald (2006), por *justiça ambiental* entende-se o conjunto de princípios que assegurem que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Porto (2007) vai além, considerando que o princípio de *justiça ambiental*

de defesa de interesses específicos, quanto à regularização fundiária, melhorias na assistência técnica ou tentativas de não-venda das terras para proprietários da soja, mas, também de uma luta pelo reconhecimento de formas diferenciadas de apropriação dos recursos naturais, da defesa da coleta dos frutos nas chamadas *chapadas*, do uso livre das terras dos *baixões* para a produção agrícola familiar, enfim, do respeito e entendimento das várias maneiras de reprodução da cultura camponesa.

Em documento de caráter público, constituído no contexto do *I Encontro da sociedade civil do Baixo Parnaíba com o Governo do Estado do Maranhão*¹⁵, intitulado “Carta do Baixo Parnaíba” e ocorrido nos dias 21 e 22 de setembro de 2007, as entidades do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba deixam bem explicitados quais as ações priorizam como medidas de garantia de seus direitos de acesso pleno aos recursos naturais e contrários à expansão desenfreada de projetos agrícolas ou de reflorestamento, caso da soja e do eucalipto, para a região do Leste Maranhense.

De acordo com Carneiro (2008), as entidades desse Fórum enfatizam pelo menos três ações urgentes: ações efetivas de regularização fundiária que não contemple sobremaneira a expansão das empresas de agronegócio e outras na região do Leste Maranhense; o processo de participação efetiva da sociedade civil na constituição de um zoneamento econômico-ecológico que delibere a ocupação equilibrada do território e das áreas de produção da agricultura familiar e de demais recursos naturais; e suporte técnico garantido para as famílias de áreas de assentamento ou de povoados camponeses.

4. Referências

ACSERALD, Henri. *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*. In: <http://www.justicaambiental.org.br>. 2006. Obtido em 20/08/2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais”, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto: Terras Tradicionalmente ocupadas*. Manaus: UFAM, 2006.

_____. “Universalismo e localismo: Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela et al. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp. 521-537.

_____. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: *Cadernos NAEA*, nº 10, Belém: IFPA-NAEA, 1989.

comporta o significado de acesso justo e equitativo aos recursos ambientais do país, quanto o acesso amplo às informações relevantes que lhes dizem respeito e favorecem a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos de democráticos de desenvolvimento.

¹⁵ Disponível em www.smdh.org.br.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de, SHIRAIISHI NETO, Joaquim, MARTINS, Cynthia Carvalho. *Guerra ecológica nos babaçuais: O processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: MIQCQ, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

BARBOSA, Nair Martins *et alli*. *A expansão da soja no Baixo Parnaíba e os impactos aos direitos humanos*. In: http://www.fao.org.br/CD/download/3_expansao_soja.pdf, 2007. Obtido em 30/10/2007.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar*. Trabalho apresentado no 1º Seminário da Via Campesina em Chapadinha. 2008a. Mimeo.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio *et alli*. “A ‘modernização’ da agricultura do Sul Maranhense: Um balanço 30 anos depois”. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. *Os gaúchos descobrem o Brasil*. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008b. No prelo.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio *et alli*. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, José R. (org.). *Migrações no Brasil Contemporâneo*. 1ª ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2007, v.1, pp. 215-232.

ESCOBAR, Arturo. Depois da Natureza: Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, Clélia & ALIMONDA, Héctor (org). *Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas*. Brasília, 2005a, pp. 17-64.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar. In: LANDER, E. *A Colonialidade do saber*. Clacso, 2005b, pp. 133-168.

GLACKEN, Clarence J. *Huellas en la playa de rodas: Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII*. Barcelona: Ed. del Sebal, 1996.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder*. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 1988.

PAULA ANDRADE, Maristela de. *Os gaúchos descobrem o Brasil*. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008. No prelo.

_____. *Empates e Greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil*. Lusotopie. XII (1-2), Leiden/Boston. Brill publishers, 2005.

_____. A farsa dos projetos de manejo florestal sustentado: fachada ecológica para a devastação e a concentração fundiária. In: *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, Vol. 12, série antropologia. Belém: Museu Goeldi, 1996, pp. 7-36.

PORTO, Marcelo Firpo. *Conflitos socioambientais na lógica da justiça ambiental*. In: <http://www.justicaambiental.org.br>. 2007. Obtido em 20/08/2007.

PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México, D.F: Siglo XXI, 2001.

SADER, Maria R. C. de Toledo. *Espaço de Luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, 1986. (Tese de doutorado - Departamento de Geografia, FFLCH-USP).

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. SP: Global Ed., 2003.

SOUZA FILHO, Benedito. “A produção da soja no Sul do Maranhão e suas implicações para a pequena produção de alimentos”. In: *Boletim do Museu Emilio Goeldi*, vol.12, série antropologia. Belém: Museu Goeldi, 1996, pp. 37-53.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WOLF, Eric R. *Guerras Camponesas do século XX*. São Paulo: Global Ed., 1984.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**O DIREITO AGRÁRIO E OS INDIVÍDUOS DA AMAZÔNIA: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS NO CAMPO***

Elisabete Maniglia¹

Resumo

Atualmente, o direito agrário preocupa-se, além das questões tradicionais referentes à atividade agrícola, à propriedade rural e à reforma agrária, com novos sujeitos como as cooperativas e movimentos sociais, objetivando sempre a justiça social com a redução das desigualdades sociais e regionais. Para a redução das desigualdades regionais devem-se perceber as peculiaridades de cada região tentando-se conciliar os interesses de seus povos com os interesses econômicos e ambientais nacionais e até internacionais. O debate sobre um modelo de desenvolvimento para a Amazônia deve passar obrigatoriamente pelo fortalecimento dos movimentos sociais locais que devem lutar por justiça e dignidade para os seus povos.

Palavras-chave: Direito Agrário; Amazônia; Movimentos Sociais

1. O Direito Agrário

O direito agrário, assim como todos os demais ramos jurídicos, sofre uma evolução constante no sentido de ser uma ciência social aplicada, movida pelo dinamismo da sociedade, impregnada pelo avanço tecnológico, pelas alterações culturais e sobretudo pela necessidade de se efetivar justiça, num mundo onde se permeiam a desigualdade social, a fome e as incertezas sobre o futuro da humanidade. O direito agrário como bem leciona Zeledon y Zeledon² “*tem uma série de elementos comuns com os Direitos Humanos, estabelecendo uma relação de fraternidade entre os dois importantes ramos jurídicos, não descartando a possibilidade de uma relação, meramente aparente e, sim real*”. Desta feita cumpre lembrar que o Direito agrário deve ser absorvido, no sentido de atuante de justiça social, ciência humana a ser estudada com respeito a cada comunidade local, dentro de suas especificidades culturais.

Não pode haver abismo entre o que o direito agrário ensina com a realidade local onde ele vai ser aplicado, ao contrário, o estudo sócio econômico agrário real é o norte para a elaboração legal e a formulação da doutrina agrarista. Sans Jarque³ define o direito agrário

¹ Mestre em Direito pela USP. Doutora em Direito pela UNESP. Livre Docente em Direito Agrário. Professora Adjunta em Direito Agrário da UNESP/Campus de Franca/ SP

² Zeledon y Zeledon, Ricardo. **Derecho Agrario y derecho Humanos**. Curitiba: Juruá, 2002.p21.

³ SANS JARQUE, Juan Jose. **Derecho Agrário**. Madri: RÉUS. 1985 p.41

como o conjunto de normas que no âmbito da ordenação do território regulam a propriedade da terra, a empresa agrária a reforma e o desenvolvimento agrário das estruturas do campo. Modernamente, outros estudos do mesmo autor em parceria com Ballarin⁴, ampliam os sujeitos, objetos e atividades do setor agrário incluindo as cooperativas e a personalidade do agricultor, as unidades agrárias a nova dogmática contratual, o cultivo e o acesso à propriedade, o desenvolvimento, a comercialização e industrialização dos produtos, a empresa agrária e sua estrutura dinâmica, sem desprezar outras estruturas anacrônicas do campo como a formação das zonas rurais, a criação de novos agricultores o aproveitamento dos recursos naturais, o crédito agrário a exploração da riqueza rural, como um todo: extrativismo, turismo rural questão ambiental cultural a formação profissional e outros.

Luna Serrano,⁵ sistematizou três grandes âmbitos ideais relativos ao Direito agrário: o direito a propriedade imóvel tradicionalmente entendida, o direito a atividade agrícola e o direito a reforma agrária. O primeiro apartado se apresenta como o direito da propriedade imóvel rústica; o segundo regula o exercício da atividade profissional do agricultor e o empresário agrícola como agente ativo na exploração e dono da fazenda; o terceiro aparece como sendo o direito que procura adequar as estruturas objetivas e subjetivas da agricultura que leva a cabo satisfatoriamente a exploração da terra, bem de proteção por se constituir na alimentação e condicionador de desenvolvimento.

Giovani Nicolini⁶ contempla que as atividades agrícolas são mais que as desenvolvidas no solo, envolvendo as transformações agrícolas, as drenagens do solo os preparos e estudos do solo, os cursos d'água, bem como todos os contratos que decorrem da atividade agrária; associações, cooperativas, consórcios, vendas, comércio de produtos, parcerias, arrendamento, formação de sociedades rurais e outras atividades, que derivam da terra.

No Direito Brasileiro, o contexto do direito agrário ainda é tímido sob o aspecto de inserção na realidade haja vista a sua não obrigatoriedade nos currículos das faculdades de Direito. Esta luta precisa ser tomada adiante como compromisso de nós agraristas. Não há de se conceber que toda a imprensa divulgue diuturnamente conflitos agrários de toda ordem e os alunos de direito não saibam e não discuta os fatos reais que envolvem a notícia rural e seus desdobramentos, realidade maior deste país. Mas afora esta luta é preciso ver um direito

*Trabalho apresentado no 3º Encontro da rede de estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande – PB, Brasil.

⁴ MARCIAL, Alberto Ballarin. *Estudios de derecho agrario y política agraria*. Madrid: Tipo línea, 1975. p219.

⁵ SERRANO, Luna. *La formación dogmática del concepto de Derecho agrario*. Madrid.: *Revista de derecho agrario* 1972.p510.

⁶ NICOLINI, Giovanni. *Diritto Agrario*. Padova, Itália: Edizioni CEDAM 1976. p13.sgs.

agrário coerente com a realidade local. Este um país de grandes distorções fundiárias, de contrastes regionais, com riqueza cultural rural que se perde dia a dia. Com economia agrária voltada para o agro negócio, para exportação de produtos primário, campeão de super-safras, mas com violência rural digna de países de quinto mundo. A disputa pela terra, a destruição ambiental, a grilagem, o tráfico de entorpecentes, com produtos plantados em cadeia produtiva, a madeira ilegal, o trabalho escravo, o trabalho infantil, mortes encomendadas que facilitam a pistolagem e violência, o descrédito na lei e ainda, ausência de uma justiça agrária faz com que o perfil do direito agrário brasileiro seja mais amplo, pois a gama de relações que o meio rural traz para o direito move sem escrúpulos todo o direito que apesar de uno se compõe dos seus ramos que encontram no meio rural, um celeiro de conflitos de toda ordem e espécie.

Neste raciocínio é mister afirmar que o Direito agrário no Brasil além de combinar os institutos já anteriormente citados deve ser acima de tudo, um instrumento de busca de melhoria social no campo. Deve combater as injustiças advindas da acumulação de terra e capital, da concentração fundiária, operando a favor das maiorias que têm seus direitos e garantias fundamentais não realizados. O direito agrário como garantidor da produção de alimentos, portanto da segurança alimentar, deve realizar políticas públicas e legislações coerentes com os objetivos firmados nos princípios agrários que têm como pilares a diminuição da pobreza, no campo a efetivação da justiça social a busca de uma melhoria na produção e o respeito ao meio ambiente.

Ismar Marino Falcão⁷, com simplicidade descreve que o conteúdo do direito agrário é exatamente a matéria por ele disciplinada, vale dizer, a atividade agrária, a reforma agrária, a colonização, o uso e a posse da terra particular ou pública, os contratos agrários e finalmente toda atividade emergente da própria atividade agrária. Dizem ainda com sabedoria que outros conteúdos que se acham disciplinados por leis não integrantes do Direito Agrário deveriam sem dúvida fazer parte deste ramo agrário como, por exemplo, contrato de trabalho rural, trabalho rural, caça e pesca reflorestamento crédito rural utilização de florestas e outros tantos temas que derivam do meio rural. Há de se contar com os estudos preciosos da sociologia e economia rural que são de suma importância para o contexto social e conseqüentemente para a eficácia do estudo agrário.

Desta feita é correto afirmar que o conteúdo do Direito agrário brasileiro deve se compor de muito mais que as legislações agrárias. Estas devem estar dispostas se inter-

⁷ FALCÃO, Ismar Marino. **Direito Agrário Brasileiro**. Bauru, SP: EDIPRO 1995. p49.

relacionando com os demais ramos jurídicos, num estudo local da realidade amparado pelas demais ciências sociais, tendo em conta o homem e suas necessidades humanas, sociais, em consonância com o meio ambiente buscando respeitar os anseios e objetivos da população que devem decidir sobre o que desenvolver na terra, como exercer a atividade agrária, quais mecanismos para a melhoria de vida, quais as opções de modelos de desenvolvimento. Lógico que para atingir este estágio, as discussões deverão ser pautadas na efetivação democrática de um regime estatal que se volte para o interesse público. Esta é a meta! Como atingi-la depende de todo o condicionante social que envolve a formação do jurista, a consciência do voto, a responsabilidade social do agente públicos, as políticas internacionais, o papel das Organizações Não Governamentais, “ONGS”, dos movimentos sociais, das discussões e debates que propiciam a reflexão e a crítica sobre o mundo rural. A tarefa é árdua sem dúvida, porém não impossível, para quem acredita e luta por um direito mais humano e mais real.

3. Os povos da Amazônia

Aplicar e estudar o direito agrário na Amazônia requer coerentemente que se estude a realidade local, os objetivos e anseios deste povo em consonância com o que pode ser desenvolvido, neste território misterioso para os que estão de fora. Conhecer a Amazônia para conhecer seu povo é tarefa árdua.

Doris Sayago, Tourrand e Marcel Busztyn⁸ descrevem que a Amazônia brasileira tem sido alvo de uma ação sistemática de extração de riquezas que se configurou em diferentes modos de produção e de organização social e política. Estas atividades conforme os autores não se findaram por completo ao contrário permanecem em vigor se intermediando umas com as outras originando populações que se volta para a borracha, para a castanha, para a pesca, para a caça exploração de frutas, para o garimpo e até mesmo atividades indústrias, o que faz os autores afirmarem que as atividades tradicionais são mais duradouras enquanto as mais modernas mais efêmeras.

As ocupações dos espaços territoriais acompanharam as características impostas pela natureza, o que forma a especificidade do respeito aos rios que serviram de interiorização e conseqüente formação de atividades voltadas para a pesca, o que deu origem à Amazônia dos rios e que durou quatro séculos de ocupação européia passando a ser alterada com a

⁸ SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília: UNB 2004. p19-23.

colonização rural que se formou na década de 70, trazendo agricultores de cada canto do país dentro do espírito da integração nacional de ocupação de fronteiras.

Despreparados para a vida da floresta os novos colonos reproduziram formas de vida das suas localidades de origem e isto fez com que surgissem agricultores familiares ambiciosos para adquirem terras, juntamente com proprietários do Sul e Sudeste que se instalaram para a economia de mercado fazendo o que se chamou a Amazônia das estradas, que precipitou o avanço da fronteira agrícola com a chegada da pecuária, da exploração florestal da lavoura branca (arroz feijão milho), culturas perenes (cacau, pimenta do reino, café) a pecuária leiteira e, já recentemente, da cultura mecanizada de grãos que já se espalha entre os ecossistemas amazônicos e de cerrados localizados ao longo das estradas.

Do ponto de vista social, a maioria dos colonos considera que ter melhorado suas condições de vida. Os que se decepcionaram com a colonização não mais estão lá para testemunhar, já voltaram para suas regiões de origem ou terminaram se somando ao contingente de favelados nos centros urbanos. Do ponto de vista agrícola há de se registrar que há ciclos que ressurgem como o da mandioca e extrativismo como também o garimpo.

A floresta em sua maioria é vista pelos novos atores sociais como um capital para ser transformado em renda pela madeira nela contida. É mais fácil plantar numa área florestal que se aproveita à madeira e depois se planta do que plantar numa área já devastada. Isso explica as práticas típicas de contextos onde a terra é barata e a natureza farta que geram desmatamento e, na sua esteira, atividades mais extensivas do que intensivas.

Os povos envolvidos nos ciclos numa cadeia política formam unidades administrativas, com instituições profissionais, sindicatos, federações associações que se mesclam a ciclos produtivos extrativistas e agrícolas: drogas do sertão, borracha, madeira pecuárias culturas perenes e leite, sem desprezar a mineração, a exploração do petróleo e gás natural e a construção de hidroelétricas. O caráter cíclico estende-se às esferas institucional, social e ambiental. As ONGs se multiplicam, os movimentos sociais ambientais e ligados a terra crescem, as cidades superlotam, empreendedores agroindustriais nacionais e internacionais se interessam pela Amazônia, que têm terra farta e barata, além de mão de obra em abundância. Assim os autores da pesquisa concluem que em três décadas esta região e seus povos passaram por mais transformações em seu ambiente do que nos quatro séculos de existência o que faz buscar um novo modelo para a região.

Elimar Nascimento e Jose Augusto Drumond ⁹ colocam que no futuro da Amazônia devem se destacar novos atores sociais, como os a seguir:

- 1) Os movimentos ambientalistas de diferentes índoles e tendências.
- 2) O capital financeiro, sobretudo o internacional, mas também nacional,
- 3) Os empresários nacionais da agroindústria, responsáveis pelos melhores índices da balança comercial.
- 4) As madeireiras com grande parte do seu trabalho ilegal, numa dinâmica econômica e irracional.
- 5) A Igreja Católica e grupos evangélicos ligados ao social, articulados com trabalhadores e indígenas.
- 6) Países pan amazônicos com interesse na região abrigando produtores de drogas e grupos guerrilheiros.
- 7) Comunidades e organizações indígenas diversas entre si e com ligações nacionais e internacionais.
- 8) Grandes proprietários rurais grupos econômicos poderosos interessados na melhoria dos transportes.
- 9) Pequenos e médios proprietários com limitado capital e baixo nível de produtividade.
- 10) Empresários urbanos atuam na produção e comercialização de bens e serviços incluindo o turismo.
- 11) Trabalhador rural reunido em sindicatos, levando seus líderes a alguns cargos políticos.
- 12) Comunidade científica, pequeno mais influente segmento voltado para a pesquisa, e pelo domínio da bio diversidade da Amazônia.
- 13) Organismos financiadores internacionais como BIRD e o BID.
- 14) Empreiteiras particulares voltadas a realizar obras públicas.
- 15) Contraventores no ramo das drogas, madeiras, terras ouro.

Acresço no trabalho dos autores outro segmento que considero também formador dos povos da Amazônia: os funcionários públicos que atuam em órgãos de suma importância como IBAMA, INCRA, e outros tantos de ordem federal ou estadual e ainda municipal,

⁹ NASCIMENTO, Elimar Pinheiro, DRUMOND, Jose Augusto. Cenários da Amazônia: O descobrir das incertezas no início do terceiro milênio. In: SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenários e cenários**. Brasília: UNB 2004. p356.

incluindo os três poderes. Estes também colaboram para o bem ou às vezes para o mal de uma região que traz a lume um futuro ainda incerto, mas que com certeza consolidara um processo de conscientização ambiental e de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que facilitarão a difusão destas na região amazônica. Será esta a resposta que os povos da Amazônia querem?

Não há um resgate unânime sobre esta posição. Outros setores, outras ideologias e a defesa da região traçam outros destinos para este local. Manifestam que a questão do extrativismo da seringueira marcou profundamente a história econômica, social e geográfica da Amazônia e do Brasil. Resgatam que a borracha chegou a ocupar o terceiro produto na pauta das exportações do Brasil Império e no início da República, motivando o processo de povoamento e anexação do atual Estado do Acre à soberania brasileira, além da implantação de diversas obras de infra-estrutura e a criação do processo de aviação. Com o crescimento da demanda da borracha estimularam-se os plantios domesticados de seringueira no Sudeste asiático, levando ao colapso da economia extrativista, apesar de sua permanência até os dias atuais.

Mesmo com a queda do extrativismo na formação da renda regional, vários produtos ainda constituem a principal atividade de pelo menos cem mil famílias, representando quatorze por cento da população economicamente ativa do setor primário da Região Norte.

Conforme Homma¹⁰ a partir da segunda metade da década de 80 o extrativismo vegetal passou a ser considerado pelos movimentos sociais ecológicos nacionais e internacionais, além de governos estrangeiros, como novo paradigma de desenvolvimento agrícola adequado para a região amazônica. Essa idéia ganhou força conforme o autor em decorrência do assassinato de Chico Mendes que ganhou da mídia e das figuras formadoras de opinião pública uma expectativa irrealista. Sobre este tema discorre o autor em suas pesquisas que o extrativismo vegetal ultrapassou sua dimensão tornando-se uma bandeira moral para determinar os rumos da política ambiental e do desenvolvimento da Amazônia.

Homma¹¹ passa a trabalhar apresentando outros tantos argumentos para desmistificar o argumento de que a solução dos problemas amazonenses e a salvaguarda da Amazônia se resumem no extrativismo. Ao contrário, este pesquisador afirma que:

Confunde-se a questão agrária com a questão ecológica em que ao existe apenas o problema do extrativismo vegetal, mas também o conjunto de problemas comuns a

¹⁰ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília Embrapa, 1993. p17

¹¹ Op.cit. p175

toda agricultura amazônica è necessário buscar sistemas mais produtivos que minimizem os danos ambientais e propiciem rentabilidade, pois, do contrário está se propondo um subdesenvolvimento sustentado. Muitas são as variáveis apresentadas, mas a tônica nesse caso seria a de tentar buscar a melhor forma de extração, agregar valor, melhorar os processos de comercialização e evitar o desperdício. As reservas devem ser auto sustentáveis, devem ser soluções somente para os grupos que dependem disto para sobreviver, com forte tradição extrativa e organização social e, levando em conta a heterogeneidade da comunidade que devem decidir o seu destino e opção.

Radicaliza Homma¹² (1993) dizendo que o que já foi desmatado da Amazônia deve se tornar área de produção agrícola. São, conforme o autor, trinta e três milhões de hectares que devem ser estimulados pelo Governo para produzir alimentos com tecnologia apta a viabilizar o extrativismo da terra. Defende que esta população precisa ser alimentada e ter direito a saúde, educação emprego e melhoria do padrão de vida que não virão se a economia for extrativista. Resumidamente conclui o autor que as políticas ambientais que estão tentando impor na Amazônia implicam em sensíveis prejuízos econômicos regionais. O radicalismo ambiental advindo de ONGs, organismos internacionais e desconhecimento por parte da opinião pública, ao seu ver, tem sido nefasto para os povos da floresta . A ecologia para Homma¹³ precisa ser altamente debatida pela sociedade. Além de objeto de conservação e preservação devem se incluir a noção de soberania e assegurar alternativas econômicas para os que vivem na região. A Amazônia não pode ser uma mercadoria de troca para atender os interesses internacionais.

Algumas sugestões que podem abrir debate, acerca de direitos e posições sobre a situação da Amazônia são suscitadas por Marcilio de Freitas¹⁴ que trabalha, apontando questionamentos que envolvem contradições políticas que imbricam no modelo de desenvolvimento econômico implantado na região amazônica, os péssimos indicadores socioeconômicos das populações da região tipificada como santuário ecológico. Como conciliar desenvolvimento sustentável com os interesses de suas populações, como operacionalizar estratégias políticas que impeçam que os processos sociais subsumam as culturas nativas da Amazônia. Estes tópicos são, segundo o autor, fundamentais que sejam esclarecidos a contento para que o povo amazonense construa um destino independente comprometido com as aspirações populares e democráticas deste povo.

A Amazônia é simbólica e por esta razão sua complexidade é discutível. Todos os projetos de intervenção econômica basearam-se até então na possibilidade de testar e

¹² Ibidem, p.192.

¹³ Op. Cit p.199.

¹⁴ FREITAS, Marcílio de. Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. Um diálogo que todos deviam conhecer . Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-17.

incorporar novos conhecimentos às teorias científicas da época, e de transformação de recursos naturais em riqueza, em produção e em fonte de desenvolvimento.

Os acordos das elites internacionais e nacionais, os grandes projetos econômicos internacionais implantados na região, a privatização e a grilagem de extensas áreas amazônicas, os seus novos projetos de re-configuração territorial e política, a voracidade com que amplos setores científicos nacionais tentam acoplá-las às pautas de investigação e à matriz produtiva mundiais numa condição de subalternidade e, a insistência dos poderes constituídos em discutir seu destino sem a participação de seus povos são contradições que conspiram contra um futuro promissor para esta importante região brasileira.

Quem pode decidir sobre o que se fazer na Amazônia? Somente seu povo pode falar. Não será o mundo com a noção de sustentabilidade inventada pelos países centrais como forma de manutenção de seus interesses econômicos e políticos que vão determinar o que os povos amazônicos devem fazer. A Amazônia é de suma importância para o Brasil e para o mundo, o que reafirma as antigas contradições entre o local e o mundial, região e nação, natureza e cultura, política e economia.

O desenvolvimento sustentável criou o mito da relação homem/natureza, porém com intervenção de ONGs, governos poderosos e centrais, ambientalistas com interesses pessoais. A supremacia dos Estados Unidos e suas estratégias de segurança nacional geram preocupações com respeito ao destino da Amazônia. A posição geopolítica de importância vital para o mundo, faz da Amazônia um pólo do interesses neocolonizador. Não só o aspecto econômico, mas também o político, o científico, o religioso, além do da ciência global atraem para o seu interior a heterogeneidade de pessoas com os mais diferentes interesses, inclusive o de desrespeitar o povo da Amazônia, beneficiando-se de suas riquezas, monitorando o seu destino. O controle governamental é frágil e por vezes tendencioso.

A ausência de um projeto republicano com perspectivas reais de cidadania para o povo amazonense e para todo o povo brasileiro, permite a vulnerabilidade de um território cujos povos (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pequenos agricultores, pessoal da cidade e demais defensores das riquezas naturais) sejam de forma aviltante, desrespeitados, assistindo investimentos que quase sempre contrariam seus interesses. Sustentabilidade sim, mas com dignidade, respeito e cidadania a todos.

4. A atuação dos movimentos sociais

Nos ensinamentos de Maria da Gloria Gohn¹⁵, os movimentos sociais no Brasil existem desde a época colonial, quando se questionava a escravidão, o fisco, os direitos dos pequenos camponeses, os atos do poder público, a independência e a luta de classes. No séc. XIX, conforme a autora, os movimentos tinham dificuldade de se estabelecer ou de permanecer no poder sendo em maior ou menor tempo massacrados nas várias regiões do país. As alianças das classes existentes eram tênues e contraditórias. O antagonismo das lutas era sempre canalizado para os elementos estrangeiros, fazendo com que a questão da nação sobrepujasse a das classes.

Na região amazônica ocorreu o movimento da cabanagem que em Belém foi motivado pelas classes pobres formada por negros, índios, cafuzos e mestiços que habitavam a beira de rios e igarapés em 1835 e cujo objetivo era a tomada do poder. Outro movimento social foi registrado também em Belém em 1945 e que se denominou quererismo o qual lutava por uma constituinte.

Nos anos 70 é intensificada a união de pessoas em busca de direitos. Surgem os movimentos feministas, a Criação da CPT, responsável pelo fortalecimento dos movimentos sociais do campo, o movimento da anistia, movimentos sindical, estudantil e as grandes greves, culminando em 1979 com a criação do MST e dos atingidos por barragens. Os anos 80 começam com a fase de negociação e a era dos direitos com movimentos sociais, em diversas temáticas. Foi neste momento que os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos inscritos na Constituição, mas usualmente negados ou ignorados na prática¹⁶.

Os anos seguintes redefiniram novamente o cenários das lutas sociais: A luta por questões éticas ou de revalorização da vida humana e por direitos sociais, revalorização das cidades, interesses locais e nacionais. Duas outras tendências se fortalecem no cenário nacional: o crescimento das ONGs e as políticas de parceria implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local. Trata-se das novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as comunidades organizadas com a intermediação das ONGs em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também.

¹⁵ GOHN, Maria da Gloria . **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola 2001p100sgs.

¹⁶ Op.cit. p127.

A busca da cidadania passa a ser dominante nas lutas contra a violência, a corrupção, a degradação do meio ambiente, e pela preservação dos direitos sociais. Não se aceita mais ter de mudar de religião, nacionalidade, padrão cultural ou alterar qualquer aspecto da identidade, para poder participar do mundo atual. As singularidades devem ser respeitadas. Portanto foram muito bem vindos os movimentos sociais.

Na Amazônia, os movimentos sociais consolidaram-se pela luta por direitos dos indígenas, dos pequenos trabalhadores rurais e obviamente nas questões ambientais. Trio que não se exclui, mas ao contrário se soma e se une na luta pela manutenção da Amazônia. A vítima mais antiga da opressão do Estado e dos latifundiários no Brasil têm sido as nações indígenas, dizimadas ao longo da história de ocupação e conquista. Os índios estão hoje, conforme Zilda Iokoi ¹⁷, reduzidos a uma situação de dependência extrema. A CPT e o CIMI são os apoiadores das lutas indígenas e o principal problema legal vivido hoje constitui na demarcação de suas terras e na luta contra a invasão das terras dos silvícolas por parte dos fazendeiros.

Os movimentos sociais cuidam também de problemas de madeireiros, seringueiros, do desmatamento, de assassinatos de padres e freiras, além de buscarem apoio de entidades nacionais e internacionais que produzem resultados positivos, mas não o fim das arbitrariedades.

A divulgação nacional e internacional da violência armada contra os seringueiros permitiu o acesso a informações de conflitos, dificultou o livre extermínio que ocorria até então. A união dos proprietários também não tardou: a UDR se instalou em Xapuri e os conflitos entre as partes se agravaram de tal forma que culminou na morte de Chico Mendes. A pedido do Vaticano, as forças religiosas foram trocadas e houve um recuo no apoio das dioceses que foram trocadas o que possibilitou o aumento da violência e muitos assassinatos. A Teologia da Libertação, defensora dos oprimidos, caminhou numa outra luta que se intensificou e constituiu em apoio ao MST que se organizou e hoje está presente em todos os Estados brasileiros. Especializando-se em atender as diferenças regionais o movimento traz a certeza da luta e melhoria de vida para cada região, respeitando o modelo local. Enquanto em Santa Catarina organiza-se o índio para a fabricação e fios de confecção de jeans, em Minas o assentado prepara o iogurte, na Amazônia Legal a agricultura de sombras ou de sobrados permite que os castanhais protejam o plantio de frutas como os melões e os feijões de vaca. Ali, dentro das florestas, embalam-se castanhas em papel

¹⁷ IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e Camponeses**. São Paulo; Hucitec/FAPESP, 1996. p 127.

alumínio para evitar a umidade, num processo que tem à mesma lógica das embalagens a vácuo. Trata-se de num planejamento moderno que se realiza na linha, na área e na estrutura por meio de uma coordenação nacional que têm como referência à territorialidade e não o nacionalismo. O MST definiu um programa agrário assim definido: ¹⁸

- 1) modificar a estrutura da propriedade da terra.
- 2) Subordinar a propriedade da terra à justiça social às necessidades do povo e aos interesses sociais.
- 3) garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.
- 4) apoiar a produção familiar e cooperativa da com preços compensadores, tendo em vista, créditos e seguro agrícola.
- 5) implantar a agroindústria e a industrialização no interior do país. Buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo a geração de empregos, especialmente para a juventude.
- 6) aplicar um plano especial na região do semi-árido
- 7) desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais com um modelo de desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Impasses ainda permanecem na ação dos sem-terra, mas as soluções que têm sido encontradas pelos grupos da luta pela terra vêm ganhando resultado para aqueles que vivem o dilema da falta de emprego, falta de terra e de dignidade.

A luta pela terra se consolidou e hoje, a busca na reforma da estrutura fundiária se espalha por todos os locais. No momento da elaboração deste artigo estava sendo noticiada à ação do MST em Roraima numa ocupação que marcava a primeira entrada do movimento configurando o vigésimo quarto estado com o que à imprensa chamou de “franquias” do MST. O jornal Estado de São Paulo¹⁹ noticiou que o movimento dos sem-terra pretende ter como próximo alvo o Estado do Amazonas, que segundo a liderança do movimento, o objetivo será a defesa da biodiversidade, da demarcação, e o respeito das terras indígenas e da agricultura camponesa.

¹⁸ Bezerra Netto, Luiz. Sem Terra Aprende e Ensina. Campinas Autores Associada. 1999. P20.

¹⁹ CRUZ, Angélica Santa. Amorin espalha franquias do MST. In: **O Estado de São Paulo**, Caderno A Nacional 30 de julho de 2006 p 14.

Enquanto se intensifica, inclusive na Amazônia, as ocupações de terra, a grilagem de terras públicas atinge tina milhões de hectares no Pará.²⁰ As grilagens são grandes áreas ocupadas por fazendeiros que muitas vezes possuem outras terras, tem antecedentes de apropriação ilegal, comumente utilizaram métodos violentos contra pequenos posseiros ou proprietários para se apossar das áreas e buscaram fraudar ou forjar documentos junto a funcionários do INCRA ou a cartórios (quem estivesse mais susceptível a ser corrompido). Sobre o grileiro, existem os que querem produzir, os que querem a madeira, e outros buscam as terras apenas para pegar crédito no banco, ou para especular e vender. Um outro dado interessante revela que segundo o INCRA 45%²¹ do território da Amazônia não têm titulação ou destinação. O que agrava a disputa pela terra e o aumento dos conflitos.

Klester Cavalcanti²² apresentou um relato sobre a morte e a impunidade nos rincões do Brasil o qual denominou Viúvas da Terra, trabalho literário que foi prefaciado por Nilmário Miranda que denominou a obra como memórias de uma tragédia anunciada. Com coragem, o autor vai revelando e inclusive dando nomes de mortos e os demais envolvidos em grande número de assassinatos pela disputa de terra. Diz o autor:

Do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região. Se algum deles é acusado de crime dificilmente será processado. Nos raros casos em que há processo por mais consistentes que sejam as provas à condenação dificilmente acontece Os números denunciam esta impunidade: dos 1373 assassinatos por questões agrárias registradas no Brasil de 1985 a 2003 somente 122 foram levados a julgamento. Apenas nove mandantes desses crimes foram condenados, nenhum deles está preso”.

O Pará é o campeão dos homicídios, com 509 assassinatos, seguido pelo Maranhão com 121, e o Mato Grosso com 98²³.

A formação do crime organizado no setor da terra revela participação do Estado através dos seus fiscais, do IBAMA, do INCRA, do ministério do trabalho, e em menor escala dos agentes cartoriais, de juízes e de promotores, o que nos faz crer que o caminho para a solução dos problemas ambientais e sociais da Amazônia é muito difícil de ser trilhado. No dizer de Violeta Loureiro²⁴ os abusos do poder político e econômico subtraídos do Estado pelos representantes do grande capital, no caso da Amazônia, acabaram por conferir a eles,

²⁰ GLASS, Verena. Grilagem de terras públicas atinge 30 milhões de hectares no Para. In: [http // www.agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm ? Matéria id=11377&](http://www.agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?Matériaid=11377&). Acesso em 26/07 2006.

²¹ Ibidem loc cit p12.

²² CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Planeta, 2004. P70.

²³ CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Planeta, 2004.. Anexos.

²⁴ LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia Estado Homem e Natureza** . Belém; CEJUP, 2004. P324.

não mais o papel de grupo dirigente de um projeto social para a região, mas simplesmente de grupo dominante, pela força coercitiva dos instrumentos jurídicos e burocráticos que eles detêm e que mobilizam em seu próprio favor.

5. Conclusão

O grande projeto apresentado para Amazônia na realidade revela-se desintegrado dos interesses da população local. O meio ambiente é a grande bandeira, mas seu uso indiscriminado pelo grande capital é acobertado pelo Estado, muitas vezes na figura do executivo: os próprios agentes de fiscalização estão envolvidos em contrabando, corrupção e outras falcatruas. O poder legislativo cria leis que nunca são cumpridas ou pior, que favorecem os interesses empresariais. E o Judiciário, vive cercado de denúncias sobre envolvimento em venda de sentenças ou faz vistas grossas para os fatos, o que leva ao desencanto pelo Direito, pelas políticas públicas e pela luta por igualdade social.

O modelo desenvolvimentista que exhibe um figurino pronto, firmado em padrões de consumo, que vem tirar os habitantes da região amazônica do atraso e do obscurantismo não pode ser aceite.

A luta do Direito agrário é por justiça social e respeito às tradições e cultura regional aliados às práticas agrárias que respeitem a função social e promova a dignidade dos cidadãos. Como aplicar esta teoria na Amazônia? A riqueza e as condições existem para que isto se firme, mas neste momento ainda fortalecem os grandes projetos que não geram distribuição de renda, mas somente concentração de capital, desagregação social e empobrecimento da natureza e dos povos.

A Amazônia reproduz a idéia do intocável para a salvação do meio ambiente nacional e internacional. Os problemas ambientais, a luta pela terra devoluta, a exploração de florestas, a perda da identidade cultural, a deterioração das relações sociais, a miséria e a morte dos índios não pode ser tema apenas de Congresso e discussão de intelectuais. Discutir o desenvolvimento da Amazônia, conforme Marcelino Costa²⁵ torna-se incerto: ou opta-se pela continuidade do processo de ocupação, integração e crescimento econômico da região, ou deixa-se estagnada a região, naquilo que foi chamada de reserva de brancos.

Mas será que as opções de modelo seriam desenvolver e crescer ou estagnar? E qual o significado destes vocábulos para seus povos? Atraso e estagnação significam ausência de

²⁵ COSTA, Jose Marcelino Monteiro. **Amazônia; Desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: CEJUP 1992. p93

investimentos produtivos? Esta seria a solução quando se pode afirmar que também a entrada destes significa o lucro de poucos e a miséria de muitos, inclusive da natureza.

Portanto, um modelo para a Amazônia que inclua esta sociedade e seus povos num conceito de respeitabilidade, cidadania e dignidade para todos deve clamar por discussões entre seus membros, participação e cobrança efetiva nas discussões de seus objetivos e para tal, o fortalecimento dos movimentos sociais é condição *sine qua non*.

A luta pelo Direito é uma constante dos povos, já dizia Ihering. Na Amazônia a luta pela efetivação torna-se, por vezes, dolorosa e pode culminar em morte e sofrimento. Para não esmorecer é preciso que chegue, e rápido, a solidariedade, a contribuição e a luta de todos os brasileiros comprometidos com a justiça. É fundamental para que se concretize o respeito pela natureza, pela dignidade do homem e sobremaneira pelo respeito à vida, a luta conjunta pela salvaguarda da Amazônia. Talvez seja esta a solução. Estamos dispostos a lutar!

6. Referências Bibliográficas

- BEZERRA NETTO, Luiz. **Sem Terra Aprende e Ensina**. Campinas: Autores Associados. 1999.
- CAVALCANTI, Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Planeta, 2004.
- COSTA, Jose Marcelino Monteiro. **Amazônia; Desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: CEJUP 1992.
- CRUZ, Angélica Santa. Amorn espalha franquias do MST. In: **O Estado de São Paulo**, Caderno A Nacional 30 de julho de 2006 p 14.
- DOURADO, Maria Cristina. (org) **Direito Ambiental e a Questão Amazônica**. Belém : Editora da Universidade ,2001.
- FALCÃO, Ismar Marino. **Direito Agrário Brasileiro**. Bauru, SP: EDIPRO 1995.
- FREITAS, Marcilio de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável**. Um diálogo que todos deviam conhecer . Petrópolis: Vozes, 2004.
- GLASS, Verena. Grilagem de terras públicas atinge 30 milhões de hectares no Para. In: [http // www.agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm ? Matéria id=11377&](http://www.agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?Matéria_id=11377&). Acesso em 26/07 2006.
- GOHN, Maria da Gloria . **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola 2001.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extratativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília Embrapa, 1993.
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e Camponeses**. São Paulo; Hucitec/FAPESP, 1996.
- LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia Estado Homem e Natureza** . Belém; CEJUP, 2004.
- MARCIAL, Alberto Ballarin. **Estúdios de derecho agrário y política agraria**. Madrid: Tipo línea, 1975.

SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília: UNB 2004

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro, DRUMOND, Jose Augusto. Cenários da Amazônia: O descobrir das incertezas no início do terceiro milênio. In: SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília: UNB 2004

NICOLINI, Giovanni. **Diritto Agrario**. Padova, Itália: Edizioni CEDAM 1976.

O'D WYER, Eliane Cantarino. **Seringueiros da Amazônia; dramas sociais e olhar antropológico** Niterói: EDUF , 1998.

SANS JARQUE, Juan Jose. **Derecho Agrário** . Madri : RÉUS. 1985

SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília: UNB 2004

SERRANO, Luna .La formación dogmática del concepto de Derecho agrario.

Madrid.: Revista **de derecho agrario** 1972.

VILLAR, Antonio D. Soldevilla y. **Derecho Agrario** Vol. I Parte general .Valladolid España. 1991.

ZELEDON y ZELEDON, Ricardo. **Derecho Agrario y derecho Humanos**. Curitiba: Jurua, 2002.

O Estado, a Concertação de Interesses e a Sobrevivência das Famílias Rurais

Fernando Bastos¹
Aldenôr Gomes da Silva¹

Resumo

Nos últimos trinta anos o Estado tem sido determinante nas mudanças ocorridas no meio rural brasileiro. Como um *continuum*, o Estado “voraz” impõe-se, num primeiro momento, em quase todos os campos da agricultura, e, numa fase mais recente, quando uma crise de regulação subordina-o aos setores mais consolidados, insinua-se então como apenas mais um parceiro na geração de políticas públicas. Patrocinando uma superação do modo de produzir sem alterar a base de sustentação das desigualdades, o Estado fortalece os grupos dominantes e acentua a exclusão. Um arranjo institucional apropriado para a conjugação dos interesses industriais e financeiros vem determinando uma trajetória imprópria à sobrevivência da agricultura familiar, condenando aproximadamente 4 milhões de famílias rurais a sobreviverem da reprodução simples. Metade desses pobres estão no Nordeste, onde as políticas compensatórias poderão perpetuar essa exclusão na medida em que apenas se constituam de instrumentos para consolidação daquela estratégia de sobrevivência. Os marcos institucionais que orientam as políticas públicas voltadas para o rural mais pobre, como o Pronaf, poderão apenas legitimar o *status quo*, se suas representações locais não avançarem além do controle e da distribuição de recursos financeiros, para uma atuação mais qualitativa no sentido de desenvolver aptidões e gerar oportunidades de realização.

Palavras-chave: Estado, Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Pronaf

1. Apresentação

A intervenção do Estado na agricultura durante o processo de modernização teve como fulcro o compromisso de transformação da sua base técnica, o que no fundo dava razão àqueles que se insurgiam contra este setor responsabilizando-o pelo atraso do País. No entanto, as mudanças decorrentes dessa intervenção findaram cristalizando certo consenso de que a agricultura brasileira estava cumprindo todos os papéis que lhe caberiam no desenvolvimento: assegurando mercado, fornecendo alimentos e matérias primas a preços e quantidades suficientes, transferindo renda implícita e explicitamente e fornecendo mão-de-obra, até bem mais que a necessária.

Mesmo reconhecendo o grande progresso porque passou o campo brasileiro, vários estudiosos são unânimes em registrar a gigantesca dívida social no meio rural. O pacto entre o

¹Professores/Pesquisadores da UFRN, vinculados ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA e ao Núcleo Avançado de Políticas Públicas – NAAP. fbastos@ufrnet.br; aldenor@ufrnet.br.

Estado e o sistema financeiro que possibilitou a industrialização da agricultura, manteve o mesmo papel dos velhos pactos oligárquicos desde fins da Primeira Guerra Mundial: a velha aristocracia rural dava os anéis para não perder os dedos. Assim foi desde aquele primeiro acordo em fins dos anos 20, em que a confirmação do predomínio dos agroexportadores mais modernos do Centro-Sul só efetivou-se porque não excluiu os latifúndios de baixa produtividade². Posteriormente, as mudanças decorrentes do Estado Novo tornaram indispensável uma forte presença estatal pela mesma razão: a necessidade de fazer sobreviver os interesses da burguesia rural diante da voracidade do industrialismo. Os problemas sociais do campo foram mais uma vez postergados, agora em nome dos movimentos sociais urbanos. E assim sucessivamente, no pós-guerra, na revisão do velho compromisso em fins dos anos 50 e durante o regime autoritário pós-64, particularmente no Governo Geisel, na segunda metade dos anos setenta.

Mais recentemente, o desencanto com o crescimento das grandes cidades, a pressão vinda dos campos, e principalmente, a luta pela terra, agora politizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, parecem ter despertado o Estado brasileiro para uma histórica reivindicação do movimento sindical rural³: uma política pública voltada aos pequenos agricultores com mecanismos institucionais adequados para integrar crédito, assistência técnica e a infra-estrutura pública indispensável. O Pronaf nasceu nesse contexto e foi desenhado dentro de novas inspirações dos *policy makers* nacionais articulados aos organismos multilaterais, pressupondo uma parceria em todas as instâncias do poder público e com os órgãos associativos, para que seja assegurado um certo controle social.

Apesar deste avanço e de outros que vêm se registrando por decorrência da participação dos diversos atores durante sua operacionalização, tanto na redução dos custos do crédito e da burocracia, quanto na mudança das normas para facilitar o acesso de grupos mais pobres, essa base social do Pronaf não tem sido ampliada, o que tem acentuado a dependência de políticas públicas compensatórias.

A hipótese central deste trabalho é que a falta de sucesso na empreitada para promover um apoio eficaz aos grupos excluídos do campo, decorre de uma insuficiência dos marcos legais existentes para modificar um ambiente institucional (BASTOS, 2006) que é mais adequado ao produtivismo. E que só o surgimento de novas institucionalidades⁴

² Ver José Luís Fiori, *O Vôo da Coruja*, 1995.

³ Ver Ilza A. Leão de Andrade, *PRONAF: quando a parceria faz a diferença*, 2001.

⁴ Como a maior democratização dos direitos de propriedade, modernização dos critérios de associativismo, redução de intermediação dos contratos, ampliação de arenas par resolução dos conflitos, etc.

proporcionando maior capacidade de mobilização e de instituir consensos, permitirá a ampliação do quadro de beneficiários.

A opção no caso é estudar o ambiente institucional para financiamento do grupo mais frágil desses agricultores familiares no Nordeste: justamente àqueles classificados pelo Pronaf como do tipo “B”. Para esse propósito serão entrevistados os beneficiários e outros atores que fazem parte mais diretamente desse arranjo, como sejam: os membros de conselhos em várias instâncias e os responsáveis pelas operações de crédito. Estas pesquisas serão realizadas no Rio Grande do Norte, considerado bastante representativo da problemática nordestina.

2. Um arranjo institucional promove a modernização

O avanço do capitalismo no meio rural brasileiro se deu, inicialmente, através do processo de modernização da agricultura, nos anos 50 do século XX, com a internalização do setor de produção de bens de capital e de insumos básicos (D1), sendo reforçado posteriormente pela modernização compulsória⁵, quando se consolidou o D1 agrícola.

Segundo José Graziano da Silva (1996, p. 5), o *novo centro dinâmico - a indústria e a vida urbana - impõem suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agro-industriais*. Para este autor, a desarticulação dos tradicionais complexos rurais⁶ fez com que a agricultura perdesse sua regulação geral, centrada no mercado externo/interno e isso impôs cada vez mais a participação do Estado para organizar os diversos interesses, tanto na perspectiva de assegurar a rentabilidade dos capitais empregados, como para arbitrar os conflitos, limitando as margens de intermediação, fiscalizando a competição oligopólica e estabelecendo cotas.

Esse período da modernização é compreendido em várias etapas por diferentes estudiosos no assunto. Assim é que, Guilherme Delgado (1985), George Martine (1989 e 1990), como outros, distinguem diferentes etapas para esse processo que, grosso modo, tem seu momento inicial no pós-guerra e avança até meados dos anos 80.

Nos anos 60 os estudiosos do meio rural se dividiam entre aqueles que defendiam a funcionalidade da agricultura no processo de desenvolvimento e os que viam o atraso do campo como um entrave⁷. Para Wenceslau Gonçalves Neto (1997), eram profundas as

⁵ Ver BELIK (1996).

⁶ Conjunto de atividades agrícolas desenvolvidas desde o Brasil Colônia “assentadas na economia natural e com sua incipiente divisão do trabalho” (GRAZIANO DA SILVA, 1996:84).

⁷ Faziam parte desse primeiro grupo: Celso Furtado, Paul Singer e Alberto Passos Guimarães, expoente máximo do PCB, dentre outros. O próprio Caio Prado Junior, mesmo discordando frontalmente de Guimarães quanto ao

divergências entre eles, mormente quanto a importância da reforma agrária. Para alguns, essa reforma não mais se constituía de agenda importante, devendo então priorizar-se a modernização das relações de produção⁸.

Em fins da década de 70 e início dos anos 80, essa leitura é aprofundada na perspectiva não apenas de discutir a introdução do capitalismo, mas de compreender seu desenvolvimento. Aí se destaca a questão do progresso técnico na agricultura, concebendo-se a idéia da industrialização da agricultura como um imperativo do desenvolvimento capitalista para que a natureza se subordinasse ao capital⁹.

Dentro dessa assertiva, a Prof^a Angela Kageyama faz uma análise mais aprofundada, distinguindo modernização de industrialização da agricultura. A autora considera a primeira como uma mudança na base técnica da agricultura, resultando numa nova maneira de produzir, que *transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada...* (KAGEYAMA, 1990, p.113).

A industrialização, segundo a mesma autora, é um processo mais recente (meados dos anos 60) onde a agricultura se transforma num ramo da própria indústria. A natureza deixa de ser o principal elemento catalisador da produção camponesa para dar espaço ao “artificialismo”, ao uso de insumos e outros ramos da indústria e à práticas que reduzem o ciclo biológico das culturas e que otimizam o uso dos meios de produção.

Obedecida a essa lógica, na modernização ainda existia espaço para o pequeno produtor na medida em que fossem incorporadas algumas práticas e insumos modernos e estabelecida uma nova divisão do trabalho dentro da própria família. Condição essa que vai se perdendo paulatinamente na medida em que o padrão tecnológico passa a ser mais exigente na integração com a indústria, para frente e para trás de sua unidade de produção.

É consenso, no entanto, que o marco mais importante do processo de modernização da agricultura brasileira foi sem dúvida o esforço produtivo realizado durante os anos setenta, capitaneado pelo Estado, tendo o crédito agrícola como sua principal política. A expectativa de desencadear um movimento de transformação do campo a partir do incremento da produção e da produtividade das atividades econômicas, depreendia a adoção de tecnologia moderna que integrasse a agricultura à montante e à jusante aos interesses da indústria. A mudança na base técnica de produção teve como fulcro, além do reforço aos tradicionais

caráter feudal da agricultura brasileira, também registra essa característica travadora da agricultura (G. NETO, 1991). Destacavam-se no grupo da funcionalidade agrícola: Ignácio Rangel, Delfim Neto, Antonio Barros de Castro, etc.

⁸ Foram expoentes dessa idéia, na época, segundo Wenceslau Neto, o próprio Delfim Neto e Ruy Miller Paiva

⁹ GRAZIANO DA SILVA (1979 e 1980); MULLER (1980); SORJ (1982), dentre outros.

papéis da agricultura, a manutenção de baixos custos para a mão-de-obra urbana, de importância crucial para o processo de acumulação da indústria, motor do desenvolvimento econômico.

Entretanto, o modelo que dava sustentação a esse processo esgotou-se no início dos anos 80, e essa modernização foi se reproduzindo posteriormente a partir de uma nova reestruturação produtiva centrada nos grandes produtores. Esse último ciclo de acumulação, gestado sob a égide da crise fiscal e da crise de regulação do Estado, teve no seu bojo uma extrema capacidade dos maiores produtores rurais para manter crescentes níveis de produção, por conta de um considerável aporte tecnológico e de sua adequação às exigências da competitividade internacional¹⁰. É evidente que fatores conjunturais relativos principalmente ao câmbio favorável, a queda nos preços internacionais de alguns insumos importantes e um incremento positivo nos preços de algumas *commodities*, favoreceram aos grupos mais capitalizados e integrados aos complexos agroindustriais - CAIs.¹¹

Como se depreende, o crédito rural foi o instrumento catalisador e indutor da proposta modernizadora, para o qual se voltaram ou se filiaram as estratégias dos demais serviços agrícolas, públicos e privados.

A condição de liderança do Sistema Nacional de Crédito Rural sobre as demais políticas públicas já estava determinada desde sua institucionalização. Os esforços subsequentes do arranjo institucional estavam condicionados pelo objetivo de trabalhar o produtor rural em nível de empresa, com a finalidade de produzir excedentes através da absorção dos insumos modernos industrializados.

Para Guilherme Delgado (1985), os bancos articulados com o Estado determinavam *ex-ante* vários parâmetros que balizavam a produção rural, como: preços mínimos, VBCs (valores básicos de custeio), juros relacionados com os insumos utilizados e as condições de seguro agrícola. Dessa forma, inibindo ou criando expectativas, geravam decisões de natureza prospectiva relativas à mão-de-obra e meios de produção, caracterizando o domínio financeiro e estatal sobre a produção e a formação de renda do setor agrícola. O controle dessa articulação sobre o setor agrícola se complementava com o financiamento e as políticas públicas vinculadas às fases de colheita até a comercialização final.

¹⁰ O alto investimento em tecnologia na agropecuária tem seu maior suporte na eficiência da pesquisa brasileira, particularmente da EMBRAPA.

¹¹ O CAI (complexo agroindustrial) é definido como “um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais” (MÜLLER, 1989: 45). Essas atividades compreendem desde a estruturação dos meios de produção, da produção propriamente dita, do beneficiamento/industrialização dos produtos, comercialização, além dos mecanismos institucionais de serviços agrícolas, como: crédito, pesquisa e assistência técnica.

Ao poder do sistema financeiro e da regulação estatal se vinculou também a estrutura de pesquisa, com avanços significativos na geração de novos cultivares e de práticas agrícolas que sinalizavam para novas possibilidades mercantis e para uma integração mais definitiva com a indústria de meios de produção e de beneficiamento e comercialização.

Como consequência dessa escolha, se deu a falta de articulação entre pesquisa e os problemas estruturais do campo, dentre eles, aqueles relativos a inadequação da pequena produção aos ditames da modernização, reforçando argumentos de que o desenvolvimento tecnológico preconizado tem sido um dos principais responsáveis pela exclusão da maior parte da agricultura familiar dos benefícios do desenvolvimento rural.

Além disso, o seguro rural (Proagro), lançado em 1973, por assegurar ao produtor a manutenção de compromissos com os agentes financeiros no caso de frustrações de safra, terminou constituindo-se de uma garantia para os bancos sobre os créditos concedidos aos agricultores. Significa dizer que este 'seguro' veio de fato reduzir muito mais os riscos da intermediação bancária que da atividade econômica pelo lado da produção.

Compunham esse arranjo institucional, além do conjunto de regras que disciplinavam a implementação de políticas públicas, os diversos organismos públicos e privados que operacionalizavam essas políticas. Em se tratando do Estado, destacavam-se como mais diretamente envolvidos, os bancos estatais, mormente o Banco do Brasil, Bancos regionais e estaduais, a Embrapa e organismos congêneres dos Estados e o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural. Do setor privado, fizeram parte bancos, empresas de assistência técnica, fornecedores de máquinas e de insumos modernos, além da tradicional indústria de veículos.

Para dar uma idéia do nível de concentração das operações de crédito rural e como este foi apropriado por detentores de maiores estabelecimentos, Walter Belik (1994) analisa dados estatísticos para o período 1968/78, onde se verifica que apesar do volume de crédito ter crescido em 850%, o número de contratos se multiplicou em apenas 3,5 vezes, ensejando no período um crescimento médio do valor desses contratos em mais de 170%. Demonstra Belik, através do Censo de 1980, que 80% dos estabelecimentos agrícolas nada receberam de crédito, enquanto 1% de estabelecimentos, que produziam 15% do total e empregavam apenas 3% da mão-de-obra, abocanharam de 40% dos recursos. A posição destes agricultores foi ainda mais privilegiada quando se põem na mesa outros incentivos que dispunham as políticas

agrícolas, aos quais os mesmos tiveram acesso, como os EGFs/AGFs¹², isenção de impostos à exportação para processados e outros.

Comparando a situação dessa ampla maioria de produtores com aqueles que não conseguiram acesso ao crédito, é evidente nestes últimos a condição de racionalidade limitada, tão cara aos institucionalistas, que explica em boa medida o processo de exclusão, principalmente quando se leva em conta a natureza articulada das informações. Não ter acesso ao crédito é também não possuir condição de utilizar tecnologias inovadoras, que limita a capacidade de competir e de acompanhar as exigências de mercado, de utilizar métodos de gerenciamento apropriados aos negócios rurais, o que implica em baixos rendimentos e no empobrecimento. Esse ciclo vicioso ainda se reforça com a baixa capacidade de organizar-se e com a dependência de interesses clientelistas.

3. O Estado e a concertação de interesses.

Para Ortega (1995), o padrão de desenvolvimento da agricultura no Brasil é que findou dando formato à representação dos interesses patronais e dos trabalhadores. Isto desde o tradicional corporativismo estatal, incrustado nas primeiras associações nacionais, até nas formas atuais de representação setorializadas, mais apropriados aos interesses dos modernos segmentos da agricultura, para quem pouco interessa aqueles modelos autoritários em que se apoiavam desde a década de 30¹³.

Segundo Walter Belik (1996), a atuação estatal passou por três fases sucessivas durante os últimos trinta anos: a) uma primeira fase, delimitada pelas reformas de 1964 até fins dos anos setenta, denominada pelo autor de *Estado com fúria regulatória*, com presença em praticamente todos os espaços da agricultura. Nessa fase o Estado atuava com os instrumentos convencionais de política agrícola, basicamente com o crédito, com preços mínimos e com o seguro agrícola. b) A fase seguinte, já com os primeiros sinais de crise, ainda na década de setenta, a política agrícola se orientava para reduzir subsídios e no sentido de promover mecanismos de auto-regulação, que veio se consolidar na década de oitenta, determinada por novas relações com a sociedade. Desde então, em decorrência do paulatino enfraquecimento do poder regulatório do Estado, os CAIs conseguem criar relações de mercado mais apropriadas aos seus interesses monopolistas. c) uma terceira fase, iniciada em

¹² Empréstimos do Governo Federal e Adiantamentos do Governo Federal.

¹³ No que diz respeito aos trabalhadores e pequenos produtores ainda prevalece o formato nacional verticalizado, desde a CONTAG, federações estaduais, até os sindicatos locais. Muito recentemente estão sendo articulados esforços para criação de organismos de representação dos agricultores familiares.

fins da década de oitenta, na qual o desmonte do arranjo institucional que norteou as políticas de intervenção estatal, a abertura comercial e a estabilidade econômica, modificaram o ambiente institucional, multiplicando os atores e as arenas de decisão.

Merece destaque no contexto da intervenção estatal a discussão da política fundiária na elaboração dos planos de governo. Ao sabor do momento político, as proposições de mudança dessa natureza revelavam desde o propósito para promover uma reforma agrária ampla, até ignorar por completo essa possibilidade. Soluções intermediárias foram previstas e postas em prática durante os governos militares, como os programas de colonização nos espaços ‘vazios’ do País, com o propósito explícito de redistribuir a população rural, mas que demonstrava de fato a preocupação em reduzir os conflitos decorrentes da pressão sobre a terra.

Em todos os planos de governo, desde o Plano Trienal até o II PND, foi evidente a prioridade com o processo de modernização da agricultura, sempre na perspectiva de incrementar os níveis de produção e de produtividade a partir do uso de tecnologia moderna, basicamente de insumos modernos e da utilização de novas práticas. Os problemas de comercialização e distribuição surgem como pontos relevantes também na medida em que possam contribuir para reduzir os gargalos nas cadeias produtivas. Foi destaque também em todos os planos a importância de desenvolver no País um setor autônomo para produzir insumos modernos, principalmente de fertilizantes químicos e de equipamentos para mecanização.

Portanto, deve ser registrado o papel passivo que desempenhou o Estado quanto a questão agrária, o que foi determinante para as mudanças demográficas, sociológicas, culturais e políticas que se operaram no País. Essa posição foi cristalizada tanto no que se refere a falta de iniciativa para promover mudanças na estrutura fundiária, quanto para mobilizar ações concretas de enfrentamento do empobrecimento das populações rurais e de suas tentativas frustradas de sobrevivência através da migração. Essa ausência do Estado não impediu que fosse direcionado ao campo um esforço sem precedentes em reduzir sua dependência da importação dos meios de produção indispensáveis à modernização. Isso já demonstra de forma clara a opção histórica do Estado em assegurar os pactos que davam sustentação a sua estrutura de poder.

4. A crise acentua a exclusão.

A crise fiscal do Estado que se seguiu ao esgotamento do ciclo desenvolvimentista inviabilizou paulatinamente o modelo de financiamento posto em prática durante aquele período. Este fato, embora atingindo diretamente aqueles que mais se beneficiaram desse sistema¹⁴, findou acentuando, indiretamente, a pobreza da maioria dos residentes rurais que sobreviviam na periferia da modernização. De fato, aqueles que pertenciam a cadeia do *agrobusiness*, constituída majoritariamente de *commodities* e já capitalizados durante a revolução verde, puderam se reestruturar, adequando-se assim à nova realidade econômico-financeira do País e ao comércio exterior¹⁵.

É importante que se enfatize uma particularidade dos anos 80, quando a crescente fragilidade do Estado em decorrência da crise fiscal engendrou as condições necessárias para uma auto-regulação do setor. Esta situação se configurou porque a acentuada incapacidade do Estado para impor regras ao sistema produtivo, modificou o relacionamento com os grupos de interesse, no que terminou delegando poderes a atores mais aptos para atender às exigências da produção, principalmente o agro-exportador, liderado pela indústria e grandes centrais de distribuição.

Não foi desprezível nesse contexto o processo de internacionalização da economia com um crescimento representativo de multinacionais, principalmente nas indústrias e na comercialização de alimentos. As políticas públicas agrícolas também perdem terreno para a capacidade auto-regulatória dessas organizações.

Para Walter Belik (2001), na década de noventa, se somou à crise fiscal do Estado e ao desmonte do arranjo institucional, uma abertura comercial muito rápida, colocando determinados segmentos da agricultura como reféns da indústria e do comércio. O impacto destes fatos foi mais reduzido para alguns segmentos mais organizados, objeto de consenso entre agentes, seja pela maior concentração de capitais ou pela especificidade de seus produtos. Para esses, *novas formas de governança na cadeia produtiva garantiram um rearranjo setorial quase de imediato com a redefinição de preços e repactuação de margens ao longo da cadeia produtiva (BELIK, 2001: 10).*

¹⁴ A crise de financiamento, afirma Kageyama et alli (apud Martine, 1989), significou no período 1980/84, uma redução no crédito de custeio em 40%, no de comercialização da ordem de 70% e no de investimento 50%. A preços constantes, o volume de crédito aplicado na agricultura reduziu mais de 50% no mesmo período.

¹⁵ O cerrado brasileiro responde hoje por 40% da produção de grãos do País e o PIB da agricultura cresceu nos dez primeiros meses de 2002, 8,51% (cinco vezes mais que o PIB nacional). Na próxima safra está prevista uma produção de 106,1 milhões de toneladas de grãos, dobrando a produção em doze anos (ISTO É, nº 1742/2003).

A despeito de tudo isso, abstraindo-se aspectos que poderiam ter alterado o perfil do setor agroindustrial no Brasil e considerando os objetivos do Estado quanto a modernização conservadora no campo, pode-se afirmar que esse objetivo foi alcançado. Para o Prof. Aldenor Gomes, *isso se traduzia através da possibilidade que se criava de um rápido crescimento na demanda de insumos modernos, viabilizando assim a proposta de transferência da base técnica de produção via consolidação do complexo agro-industrial* (GOMES DA SILVA, 1986: 18).

Estudos realizados por Angela Kageyama e Graziano da Silva (1983), Guilherme Delgado (1985) e por outros estudiosos, confirmam essa assertiva.

Paradoxalmente, essa modernização, apesar da exclusão crescente, tem integrado determinados grupos da produção familiar, com registros já nos anos 50 e 60, no entorno da região metropolitana de São Paulo. Goodman et alli (1985), discordam das razões deste processo apresentadas por outros autores, segundo os quais esse fenômeno seria decorrência de uma divisão do trabalho entre os setores capitalistas e os sítios familiares, cabendo a estes especializar-se na exploração de atividades de uso intensivo de mão-de-obra. A posição de Goodman e colaboradores está fundada em produtores familiares dos Estados do Sul, dominando a exploração de culturas como a da soja. Para estes autores tal mudança seria decorrência,

em parte, ao quadro institucional encontrável no Sul, o qual inclui uma estrutura agro-industrial relativamente bem desenvolvida de empresa fornecedoras de insumos e processadores, bem como uma rede de agências estatais e de cooperativas anteriormente estabelecidas para fomentar a produção de trigo (GOODMAN et alli, 1985: 43).

Os mesmos autores, embora registrem essa tecnificação, alertam para a exclusão da agricultura familiar no jogo contínuo de acompanhar a modernização, *passando a constituir-se num excedente relativo de população agrária. Estas unidades empobrecidas ou marginalizadas proveem da contínua redefinição de relações entre o sítio familiar modernizado e a agroindústria* (GOODMAN et alli, 1985: 44-45).

Para Elizeu Alves (2001), esse quadro se faz dramático quando o estabelecimento não permite remunerar adequadamente o “empreendedor”, na medida em que a sua renda líquida e a renda familiar se tornem instáveis. Para o autor, essa exclusão se faz pela tecnologia e pela renda decorrente das atividades agrícolas, não sendo possível manter, no longo prazo, um agricultor residindo num estabelecimento com renda líquida negativa.

Tomando outras referências, Graziano da Silva e Del Grossi (1997) denunciam que a diferença entre a agricultura familiar e a patronal se acentuou nos anos noventa, tendo como elemento central a queda da rentabilidade agrícola, fazendo com que os primeiros dependam cada vez mais de rendas não agrícolas para sua sobrevivência, principalmente originadas de transferências públicas. Para os autores, essa queda de rentabilidade foi decorrência pelo menos de três elementos: a queda de preços dos produtos, a elevação dos custos do trabalho e do crédito rural e a redução do ritmo de inovação no setor agropecuário.

Num ambiente institucional forjado nesse contexto, como no Nordeste, prevalece o controle pelos grupos de poder dos instrumentos organizacionais da Região, estatais ou privados, que se constituem de drenos por onde são carreados todos os esforços. A manutenção desses privilégios dá sentido em grande parte à cultura política local, cujas formas de dominação mais arcaicas excluem a grande massa dos principais interessados na discussão dos problemas.

Fundamentando-se apenas na possibilidade de viabilidade econômica do estabelecimento rural, como é seu pressuposto, Alves (2001) faz uma digressão a respeito da desvantagem competitiva da população do Nordeste frente às Regiões Sul e Centro-Sul quanto ao processo de migração, seja pelos problemas do nordestino para adaptar-se ao meio urbano e/ou diante das diferentes oportunidades de absorção pelas cidades das regiões citadas. Diante da existência de um excedente nos campos do Nordeste da ordem de 21,019 milhões de pessoas com potencial de migração, o autor faz a seguinte afirmação: *o Nordeste é a região focal. Se for de interesse nacional reter população no meio rural, é lá que deve concentrar a atenção de política econômica* (ALVES, 2001: 32).

5. Retomando a regulação em tempo de crise

Em meados da década de noventa, num cenário bastante restritivo, onde prevalecia ainda o ajuste fiscal, acentuado monitoramento internacional e em meio de uma forte abertura comercial, o País tinha pouca autonomia para conceber e implementar políticas públicas. Eram tempos de descentralização e de restrição financeira, o que exigia das ações de governo uma maior parcimônia nos gastos, o que por consequência tornou determinante um controle social dos recursos. (DRAIBE, 1997).

É nesse contexto de ajustamento à crise estrutural brasileira que foi gestado o Pronaf¹⁶. Pode-se afirmar que este Programa tem *pedigree* importante enquanto política pública por ser uma reivindicação histórica das representações dos beneficiários – trabalhadores e pequenos proprietários¹⁷. Da maneira como foi concebido parecem ter interesse também no Programa, tanto o poder público local, pela oportunidade de captar recursos para realizações de obras que podem render mais prestígio, quanto os próprios agentes financeiros.

Não impede que os agentes financeiros, mesmo estatais, resistam à expansão da base social do Programa, pois a contratação de empréstimos esteve paralisada por quase três anos, como alertou Ricardo Abromovay¹⁸. Acrescentou este estudioso que o Tesouro gastou num empréstimo de R\$ 1.300,00 para uma família rural classificada no tipo C, R\$ 544,36, sendo metade para o Banco do Brasil em *spread* e taxa de serviço e a outra metade de rebate por adimplência. Em uma operação de investimento com oito anos de prazo, para cada R\$1,00 aplicado, o Tesouro gasta R\$ 1,10, sendo metade com remuneração do Banco do Brasil. Esse mesmo raciocínio pode ser transposto para o Banco do Nordeste, submetido às mesmas regras do Banco do Brasil quanto à eficiência dos créditos concedidos.

A adesão ao Pronaf também foi importante para os sindicatos, pois além de legitimar-se enquanto instituições captaram recursos e ampliaram seus quadros de filiados, o que não impediu a existência de conflitos pelo fato destes quadros serem compostos de pequenos agricultores e de trabalhadores assalariados. Assim, por exemplo, uma campanha salarial pode contrariar interesses daqueles pequenos proprietários que contratam serviços de terceiros. Da mesma forma, os trabalhadores rurais que não têm acesso à terra, mesmo que precário, podem não ver mérito em participar da luta dos pequenos agricultores por serviços agrícolas, como crédito, assistência técnica e outros.

6. Avanços e recuos das políticas públicas

Em que pese a eficiência com que a modernização vem possibilitando uma articulação entre a agricultura patronal e a indústria, possibilitando constantes crescimentos do produto, as políticas públicas concebidas e postas em prática nesse contexto em pouca coisa têm contribuído para dar conta dos problemas existentes, reforçando o sentimento de frustração das populações mais pobres. A história de insucesso dessas intervenções vem cristalizando

¹⁶ Programa Nacional de Agricultura Familiar - criado através do Decreto 1946, de 28 de junho de 1996, com normas consolidadas através da Resolução 2310, de 28 de agosto de 1996.

¹⁷ Relatório MARA/CONTAG, 1992.

¹⁸ Artigo publicado no Jornal Gazeta Mercantil de 17 de abril de 2002 – p. A3.

uma certa obediência à trajetória, como afirma Robert Putnam (1993), onde se reforçam novas resistências a mudanças, o isolamento e o desinteresse pela participação.

Mas foi precisamente no Nordeste onde se forjou um ambiente institucional menos apto à cooperação, onde prevalece a desconfiança e no qual as relações sociais apenas perpetuam a subordinação desses pequenos agricultores aos donos do poder político e econômico, quase sempre os maiores detentores de terra.

Confirmando esses problemas é que o meio rural vem sendo objeto de inúmeras políticas públicas compensatórias e previdenciárias. A aposentaria e os programas de ajuda financeira à população carente têm se acentuado, constituindo-se hoje de uma importante fonte de sobrevivência para as famílias mais pobres. O Nordeste é cliente prioritário dessas políticas pois detém metade da população pobre do País.

A constatação desses fatos através de estudos realizados desperta dois comportamentos opostos: uma fé “chayanoviana” na capacidade de sobrevivência da cultura dessas sociedades, ou uma certeza na descaracterização definitiva das singularidades desses grupos sociais. É compreensível então que existam interpretações que apostam numa situação intermediária, onde prevaleça a natureza flexível de adequação às circunstâncias e consequentemente das possibilidades desse “*ethos*” em potencializar políticas públicas.

Em se tratando de políticas públicas para o rural brasileiro, efetivamente, nas últimas décadas, além do seu caráter especializado, existe um maior controle social e uma participação mais efetiva, por várias razões: seja para evitar a apropriação de seus benefícios por grupos privilegiados, por pretender reduzir custos de transação, por estarem sujeitas às exigências internacionais, ou porque essa é uma adequação lógica aos propósitos de descentralização que vêm orientando as intervenções públicas pós - Constituição de 1988.

No entanto, a lógica dessas políticas ainda permanece vinculada ao produtivismo, que privilegiam excedentes e o uso de tecnologia de capital intensivo. Ainda carecem de formas mais democráticas de direitos de propriedade, principalmente de terras para viver e produzir, de novos padrões tecnológicos compatíveis com meios de produção mais modestos e de uma integração mais efetiva com outras políticas públicas. Na medida em que essas intervenções não estão acompanhadas dessas condições mínimas, nos arranjos institucionais prevalecem regras de interpretação dúbia que mesmo às vezes não comprometendo a eficiência das metas, são de eficácia duvidosa.

Destarte, o Pronaf pretende constituir-se nessa política pública nova que se volta exclusivamente para produção de menor porte e para a incorporação de novas famílias à condição de produtores. A novidade, de fato, não está nas normas de crédito, muito pelo

contrário, mas nos mecanismos de adequação do ambiente institucional onde pretende implementar o programa, basicamente quanto à capacidade organizativa de seus beneficiários.

Mas é justamente a parte significativa dos agricultores familiares mais pobres, com pouca capacidade de mobilização, que vem sendo menos beneficiada. As soluções que estão postas no presente denunciam um certo paternalismo no tratamento que lhes é dispensado e não apontam para alternativas mais duradouras de emancipação do ciclo vicioso que fazem parte.

Observando as formas tradicionais como as normas de crédito se articulam com os mecanismos financeiros que dão suporte a sua operacionalização, fica difícil considerar o Pronaf tipo “B”, particularmente, como uma alternativa de promoção econômica e social aos seus beneficiários. Se essa “linha de crédito” não é capaz de gerar expectativas para que seus pretendentes possam ter uma mudança mais efetiva de vida, o que resta é apenas sua condição enquanto política compensatória.

Isso induz a uma reflexão quanto a própria gênese desse Programa, surgida da luta dos interessados e do apoio de instituições como a FAO e do BIRD. Após sucessivas experiências de políticas públicas, na maioria frustradas, para as populações pobres do meio rural, principalmente do Nordeste, essas reivindicações foram levadas a sério num contexto de crescentes conflitos pela reforma agrária, liderados por movimentos como o MST, para quem soluções dessa natureza eram consideradas paliativas no contexto do problema do campo.

Quanto à ação do Estado, as razões de governo, mesmo dependentes de mecanismos institucionais com forte sensibilidade aos interesses dominantes, podem estar sensíveis a programas que privilegiem as populações mais pobres, além dos costumeiros discursos de “adesão às classes menos favorecidas”. De fato, essas oportunidades ocorrem por várias razões: porque pretendem demonstrar ao mundo que estão de acordo com novas formas de fazer política ou porque estão pressionados a promover mudanças mais radicais e encontram nessas ações a possibilidade de fazer concessões e reduzir esse poder reivindicatório. Além disso, em complemento ao anterior, diante de posições conflitantes entre os mesmos pretendentes aos benefícios da mudança, o governo pode atender ao pleito de uns para fragilizar a luta de outros.

Debruçando-se ainda sobre o Pronaf, verifica-se que este associa o aumento da capacidade produtiva à melhoria da qualidade de vida e à ampliação da cidadania. Como não explicita que mecanismos tecnológicos devem ser acionados alternativamente, haja visto os problemas estruturais da agricultura brasileira, isso compromete sua noção de sustentabilidade. Aliás, Maria José Carneiro (1997) já alertava para essa ambigüidade do

Programa, pois este assume o compromisso de democratizar informações gerenciais, de mercado e tecnológicas, mas não enfatizava a *“necessidade de implementar (e pesquisar) tecnologias apropriadas a forma de exploração familiar que possibilite a redução de custos monetários de produtos...”* (CARNEIRO, 1997: 73).

Essa mesma dimensão tecnológica é reforçada pela Prof^a M^a José Carneiro ao denunciar a contradição existente entre a proposta de geração de emprego, diante da heterogeneidade da agricultura brasileira, e a pretensão de manter-se uma agricultura familiar competitiva. Aumentar a produtividade e ampliar a oferta de emprego exigiria no mínimo o estabelecimento de padrões tecnológicos que não resultasse em excedente de mão-de-obra.

Como foi observada por Mattei (2005), a mudança de normas ocorridas ao longo desse período ampliou a capilaridade dessa política pública, tanto nacional como regionalmente, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizados e das principais categorias de agricultores beneficiadas.

Diante dos problemas e obstáculos já apontados neste texto, é certo que alguns desafios precisam ser superados para que se tenha de fato a legitimação do processo de democratização das políticas públicas por meio da participação plena dos sujeitos, que, em tese, deve ser desempenhado por instâncias representativas da sociedade civil.

Apesar da criação e da atuação de entidades representativas da sociedade, que ampliou a possibilidade de participação de atores sociais e de gestão social das políticas públicas para além da esfera de atuação dos órgãos governamentais, a pesquisa ainda revelou a existência de problemas inerentes à concentração do poder decisório em órgãos governamentais. Esse é um outro desafio que precisa ser urgentemente superado.

Atendo-se um pouco mais aos resultados de uma pesquisa que realizamos recentemente¹⁹, podemos afirmar a importância que o Pronaf B, tem para os agricultores e/ou pescadores artesanais, mas que também apontou alguns limites que precisam ser superados para que essa intervenção se constitua em mais do que uma porta de entrada para a inclusão social, concedendo certa autonomia às famílias mais pobres do campo.

O que se observou é que, no caso específico do Pronaf B, apesar de alguns problemas a que já nos referimos, constatam-se efeitos muito positivos trazidos pelo programa,

¹⁹ GOMES DA SILVA, A. (Coord.) “Impactos do Pronaf B sobre o meio rural na Região Nordeste”, 2007. (Relatório de Pesquisa. Pesquisa realizada no âmbito do Projeto RURBANO – Regional NE, com apoio do NEAD/IICA). O universo empírico pesquisado abrangeu o espaço geográfico definido por três estados do Nordeste – Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe – nos quais foi selecionado uma amostra de 299 beneficiários do Pronaf B em 6 municípios (dois por estado), tendo como referência temporal as três últimas safras: 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006.

particularmente no que diz respeito à participação e a inclusão de milhares de agricultores familiares pobres, até então “invisíveis” ou à margem das políticas de desenvolvimento rural.

Em primeiro lugar, deve-se registrar a constatação de que o programa está atingindo realmente o público-alvo. Foram os agricultores familiares e os pescadores artesanais mais pobres efetivamente beneficiados com o crédito, embora persistam algumas distorções, como a do acesso irregular de pessoas estranhas aos objetivos do programa.

Outro aspecto relevante foi o número expressivo de mulheres entre os beneficiários do Pronaf B. Essa mudança de gênero no controle das ações, sem dúvida é um aspecto positivo, fato comungado por diversos estudiosos no assunto e pelos próprios gestores públicos, apesar desse avanço ainda estar condicionado ao tradicional patriarcalismo que norteia as escolhas no ambiente doméstico familiar.

A propósito dos contratos de financiamento com mulheres, Abramovay (2006) alerta para uma tendência no Pronaf à multiplicação de modalidades de financiamento, a exemplo do Pronaf-Mulher e Pronaf-Jovem. Para o autor, é mais importante que o programa assuma uma postura inovadora no uso do crédito garantindo que determinadas categorias de agricultores sejam privilegiadas. Mesmo concordando com as afirmações de Abramovay quanto à urgência de criatividade para engendrar uma melhor qualificação do programa, a segmentação de responsabilidade pelo crédito dentro da unidade familiar não impede o aperfeiçoamento da modalidade desse crédito, além do que pode favorecer a correção de distorções históricas, que muitas vezes, contrariamente ao que se pode imaginar, têm comprometido o sucesso de muitas empreitadas voltadas para a promoção da qualidade de vida das famílias rurais, particularmente às de gênero e de geração. Os problemas decorrentes do domínio do controle financeiro por parte apenas do responsável pela unidade – o pai de família, normalmente – podem mesmo ser reforçados com a prática tradicional, em detrimento de uma participação mais efetiva dos demais. Além disso, o acesso de outros membros da família a financiamentos adequados aos seus meios/habilidades, além das vantagens de aproximação, ensejarão visibilidade ao trabalho dessas pessoas e às dificuldades que encontram para se realizarem enquanto protagonistas de seus destinos. Dessa forma, a segmentação das possíveis modalidades do Pronaf também aponta para a correção dessas distorções.

Merece destaque, também, a articulação ou complementaridade entre o Pronaf B com outras políticas públicas de inclusão social, a exemplo do Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Vale-Gás. É expressivo o número de famílias que acessam o Pronaf B e também são beneficiárias daqueles programas, o que tem

facilitado bastante a vida dessas pessoas, embora falhas na integração dessas políticas impeçam mudanças mais significativas.

É muito importante ressaltar que os aparentes “desvios” na aplicação do crédito representam, na realidade, estratégias de sobrevivência de que se valem os tomadores, haja vista as limitações impostas pelo programa quando faz restrições a algumas das atividades para financiar. O que se constata é uma espécie de engessamento da aplicação do crédito, obrigando a que os recursos fossem utilizados, basicamente, em atividades agropecuárias tradicionais (compra de animais – gado, suíno e aves). Assim, atividades não-agrícolas, muitas vezes de maior interesse para os beneficiários, com maiores condições de obter rendimento, praticamente são descartadas pelo BNB, o que os obriga a “desviar” os recursos para aquela atividade que lhe permitirá saldar a dívida com o banco ao final do contrato. Isso vem confirmar a hipótese central desse trabalho quanto à racionalidade das escolhas por parte das famílias beneficiadas.

Na utilização da metodologia do Agroamigo é que repousa a esperança dos diferentes atores sociais que participam do programa. A concretização dessa estratégia pode representar uma forma de adequação do Pronaf B à realidade dos agricultores familiares e moradores da zona rural que se dedicam integral ou de forma complementar a atividades não-agrícolas (serviços, moto-taxista, barbeiro, manicura pequeno comércio, ambulante, venda de roupas etc.). Isso não deve ignorar a importância do papel dos tradicionais mediadores junto a esses grupos, seja dos que têm a responsabilidade pela assistência técnica, pelo associativismo, ou pela mobilização no sentido de organizar suas principais demandas, razão porque a possibilidade de descarte desses agentes no processo pode ser prejudicial.

Um outro gargalo ao desenvolvimento da política está centrado na pulverização e desarticulação de entidades do setor público e da sociedade civil que constitui o arranjo institucional local. Isso tem impedido uma troca de informações sobre as mudanças nas normas e nas possibilidades do programa, para além da dimensão econômica e do interesse do banco no cumprimento de metas. Os Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR’S, que poderiam promover essas reflexões, como foi explicitado anteriormente, estão com suas atividades quase paralisadas.

Também a falta de acompanhamento técnico aos tomadores do crédito do Pronaf B, após a liberação dos recursos, foi outro problema detectado pela pesquisa de campo. As queixas quer seja pela ausência desse serviço ou da forma como vem sendo prestado aos beneficiários do programa, vem se constituindo em motivo de descontentamento e irritação por parte dos agricultores familiares entrevistados.

A estrutura de assistência técnica de modo geral é frágil, sendo que a Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural - EMATER sem dúvida reúne as melhores condições de infra-estrutura para desempenhar o trabalho. No entanto, malgrado essas qualidades, carece de um completo desenvolvimento institucional, adequando-se às novas exigências de uma sociedade moderna e em permanente mudança, que demanda uma atuação mais ágil e mais inventiva, na busca de soluções para um público pouco afeto às relações com o mercado e ao desenvolvimento tecnológico. Permanecem nesses órgãos instâncias de controle burocráticos desnecessárias, que engessam o organismo e dificultam a troca de informações, indispensável para as ações que se desenvolvem o campo. Assim são, por exemplo, os escritórios regionais, cujo papel de articulação das ações num conjunto de municípios vem perdendo sentido num espaço cada vez mais informatizado. Se não bastasse, os critérios de promoção e de ocupação de funções privilegiam os de melhor formação técnica para cargos de coordenação e chefia, de forma que na ponta, em contato direto como os agricultores estão os técnicos de menor capacitação técnica, muitas vezes recém formados, com cursos de capacitação, mas ainda com pouca experiência no trato do cotidiano dessas famílias de beneficiários.

Em resumo, nesses dez anos de existência, o Pronaf se transformou em alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira, que teve o resultado de sua produção fortemente atrelado à disponibilidade de crédito do programa em suas diferentes modalidades. O desafio que se apresenta para o futuro é fazer do Pronaf B, especificamente, uma porta de entrada para a inclusão social, e desde que apoiado por outras políticas públicas, capaz de melhorar as condições sócio-econômicas dos pobres do campo, criando o alicerce para um processo sustentável de desenvolvimento local.

7. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1998.

_____. *Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica*. In: *Razões e ficções do desenvolvimento*. Glauco Arbix, Mauro Zilbovicius e Ricardo Abramovay (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001

_____. *Diversificação das Economias Rurais no Nordeste (Relatório Final)*. MDA/PCT IICA/NEAD. São Paulo, Brasília, agosto de 2002.

ALVES, Elizeu. *Quem Ganhou e Quem Perdeu com a Modernização da Agricultura Brasileira*. Congresso da SOBER (Aula Magna), Agosto/2001.

ANDRADE, Ilza L. *PRONAF: quando a parceria faz a diferença*. Campina Grande (Pb): Revista Raízes, Ano 2001.

BACEN (Banco Central do Brasil). *Manual Básico – Operações de Crédito – Programas Especiais – Alterações até 09 de agosto de 2002*.

BASTOS, Fernando. *Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES-IFCH/INICAMP, 2006.

BELIK, Walter. *Um Estudo sobre Financiamento da Política Agroindustrial no Brasil (1965-87)*. Campinas (SP): Instituto de economia da Unicamp (Textos para Discussão), 1994.

_____. *Auto-Regulação e Políticas Públicas para o Setor Agroalimentar no Brasil*. Campinas (SP): Instituto de Economia da Unicamp (Textos para Discussão), 1995.

_____. *Estados, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas para a Agropecuária Brasileira*. Texto de sala de aula (mimeo), 1996.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires (Argentina), Ediciones Nueva Visión, 1985.

DELGADO, Guilherme C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Editora da Unicamp; Ícone, 1985.

DRAIBE, Sônia M. *Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais*. São Paulo (SP): Revista da Fundação Seade, Vol. 11, n. 4, out/dez/1997.

_____. A Política Brasileira de Combate à Pobreza. IN: João Paulo dos Reis Velloso (org.). *O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século (VolumeII)*. Rio de Janeiro (RJ): Edit. José Olimpo, 1998.

FECAMP. *Estudos-de-Caso em Campo para Avaliação dos Impactos do PRONAF*. Campinas (SP), Convênio PCT/IICA-PRONAF e FECAMP, outubro/2002.

FIORI, José L. *O Vôo da Coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro (RJ): EDUERJ, 1995.

GERMER, Claus M. *A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola*. Revista da ABRA, Volume 31, n. 1, jan/abr 2002.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. (Coord.) “Impactos do Pronaf B sobre o meio rural na Região Nordeste”. Natal: NEAD/IICA/UFRN, 2007. (Relatório de Pesquisa).

_____. *O financiamento Rural: do pós 64 ao Plano de Estabilização Econômica*. Campinas, julho de 1996 (mimeo).

GRAZIANO DA SILVA, J. *O Desenvolvimento Local Sustentável.: Um Novo Desafio para os Países Retardatários*. Paper apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 3/07/2000.

_____. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas (SP): UNICAMP- IE, 1996.

_____. *Urbanização e Pobreza no Campo*. IN: . Ramos, Pedro & Reydon Bastiaan (org.). *Agropecuária e Agroindústria no Brasil – Ajuste, Situação Atual e Perspectivas* Campinas (SP): ABRA, 1995.

_____. *O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual – Nordeste*. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

KAUTSKY, Karl. *La Question Agraria: analise de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia*. España: siglo veintiuno editores, 1980.

LAMARCHE, Hughes. *A Agricultura Familiar: Comparação internacional*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1993.

MARTINE, George. *A Trajetória da Modernização Agrícola a Quem Beneficia?* São Paulo(SP): Revista de Cultura e Política LUA NOVA, n. 23, março/1991.

MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

G. NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

NORTH, Douglass. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performace*. Cambridge (EUA). Cambridge University Press, 1990.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro(RJ): Editora FGV, 1996.

SILVA, Fundação L. *Manual Operacional do PRONAF*. Brasília (DF): 2000

VEIGA, José E. et alli. *O Brasil Precisa de Uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: convênio FIPE – IICA) MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

VEIGA, José E. & ABRAMOVAY, Ricardo. *Análise (Diagnóstico da Inserção do PRONAF na Política Agrícola (Relatório Final)*. São Paulo (SP): Convênio IPEA/FIPE, maio/1998.

WANDERLEY, Maria N. *Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os produtores familiares de algodão na região de Campinas*. Campinas (SP): UNICAMP. IFCH, 1988.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

ONDE ESTÃO OS JOVENS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS?¹

Beatriz Ribeiro²
Dalcione Lima Marinho³

Resumo

O objetivo do texto é trazer uma contribuição a respeito do debate sobre a constituição da identidade da juventude no campesinato e o que isso implica sobre as formas de sucessão das famílias assentadas. O recorte empírico trata-se da região do sudeste do estado do Pará, região de maior número de projetos de assentamentos rurais do Brasil, contabilizando até final de 2006, o número de 473 com 87.057 famílias assentadas. A constituição da juventude enquanto uma questão, ou seja, enquanto um problema sociológico ocorre, nesta região, a partir do seu reconhecimento e legitimação pelos atores sociais, na década de 1990. Um dos motivos se relaciona com o precário acesso aos direitos básicos. Uma vez que se iniciava a regularização fundiária das terras ocupadas pelos posseiros, desde o fim da década de 1960, a pergunta feita naquele momento pelos atores sociais era: *uma vez conquistada a terra, o que faremos com ela?* Ou seja, abrindo perspectivas de luta por outros direitos, como o da educação/escola, aliado à preocupação com a manutenção da família unida, uma vez os filhos realizando seus estudos no campo. Hoje, a questão da transmissão da terra nas áreas de assentamento e, conseqüentemente, a reprodução da família no seu espaço vivido é também uma indagação para as famílias assentadas. Os assentamentos enquanto áreas destinadas para a reforma agrária não estão contemplando a reprodução social das famílias em virtude de um processo perverso que aliam vários processos.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Juventude; Formas de sucessão.

O presente texto⁴ tem o objetivo de apresentar uma pequena introdução a respeito do debate sobre a constituição da identidade da juventude no campesinato e o que isso implica sobre as formas de sucessão das famílias assentadas. A discussão aqui apresentada refere-se à mesorregião do sudeste paraense compreendendo 39 municípios. Os dados do Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA) contabilizam, até final de 2006, um total de 473 Projetos de Assentamentos nesta região, com 87.057 famílias assentadas.

¹ Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil.

² Doutoranda do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – PosGeo/UFF. beatriz.ribeiro0@gmail.com.

³ Especialista em Agricultura Familiar e Educação do Campo. PRONERA/UFPA. Técnico da Cooperativa de Prestação de Serviços de Assistência Técnica – COOPSERVIÇOS. dalmarinho@bol.com.br.

⁴ Esta proposta faz parte da pesquisa de tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Importa, em primeiro lugar, destacar algumas questões que se articulam, hoje, ao campo analítico dos estudos sobre a juventude rural no Brasil, bem como ao campo da ação política dos diversos atores (governos, movimentos sociais, ONGs). São elas: i) a estrutura da distribuição da terra, no que diz respeito à grande concentração e a atual re-concentração privada de terras – incluindo as terras de domínio público – por meio da grilagem, responsável maior pelo bloqueio à reprodução social dos camponeses, atingindo diretamente as novas gerações quanto à possibilidade do seu futuro na terra (Wanderley, 2007); ii) o processo de hierarquização cidade/campo dificultando as possibilidades de acesso, por parte dos sujeitos residentes no campo, aos direitos básicos essenciais necessários para a reprodução da vida; iii) a padronização e a massificação da cultura a partir de uma concepção de desenvolvimento industrialista e “urbanocêntrica” levando o jovem residente no campo a uma desqualificação simbólica (Castro, 2007) assimilando-o, assim, ao “atraso” por ter sua existência fundada na terra.

Na região do sudeste do estado do Pará, a constituição da juventude enquanto uma questão⁵ ocorre a partir do seu reconhecimento e legitimação pelos atores sociais, na década de 1990. A idéia de implantar um projeto de educação para os jovens agricultores nesta região surge como uma primeira ação política específica, em outubro de 1993, durante a realização do *I Encontro de Jovens Camponeses dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia – FATA* e do Centro Agro-ambiental do Tocantins – Programa CAT⁶. Um dos motivos da constituição da juventude como uma questão, segundo consta nos relatórios da época foi em virtude do acesso precário à formação escolar e técnica agrícola. Uma vez que se iniciava a regularização fundiária das terras ocupadas pelos posseiros, desde o fim da década de 1960, a pergunta feita naquele momento pelos atores sociais era: *uma vez conquistada a terra, o que faremos com ela?* Ou seja, abrindo perspectivas de luta por outros direitos, como o da educação/escola, aliado à preocupação com a manutenção da família unida, uma vez os filhos realizando seus estudos no campo.

Organizar a juventude em torno da formação/qualificação era pensar no futuro da terra e na sua potencialidade produtiva a partir do aprendizado técnico e da organização política. O resultado principal do encontro de jovens foi a criação de uma comissão de articulação para a implantação de um projeto de educação para os jovens rurais que iria resultar, mais tarde, na fundação da Escola Família Agrícola – EFA, em 1996 (FATA, 2002). Hoje, a questão da

⁵A partir de Lenoir entendemos que o problema social pode aparecer quando ocorre uma crise no sistema social e daí tornar-se uma questão ou um problema sociológico.

⁶Programa constituído no diálogo entre Universidade Federal do Pará e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a partir de financiamentos da cooperação internacional.

transmissão da terra nas áreas de assentamento e, conseqüentemente, a reprodução da família no seu espaço vivido é também uma indagação para as famílias assentadas. Os assentamentos enquanto áreas destinadas para a reforma agrária não estão contemplando a reprodução social das famílias em virtude de um processo perverso que aliam os seguintes processos: i) a minifundização⁷ configurando lotes cada vez menores e, cujo processo se agrava, pela inevitável sucessão na terra; ii) a forma como a tutela por parte do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária é realizada, cujas ações para implantação dos assentamentos, não completam as necessidades reprodutivas das famílias, além da precária instalação de infra-estrutura nos assentamentos, impossibilitando o exercício dos direitos básicos essenciais, como acesso à escola, comunicação, mercado; iii) a re-afirmação, pela via PRONAF, da pecuária como a matriz técnico-produtiva, por excelência, dos agricultores⁸; iv) a devastação ambiental oriunda da forma de ocupação predatória realizada por diversos agentes (madeireiros, pecuaristas, grileiros) durante o processo de ocupação da região e, a posterior destinação destas áreas devastadas para a reforma agrária;

Concomitante a esta indagação, relacionada ao problema da reprodução, há uma crescente mobilidade dos jovens em busca de oportunidades provocando mudanças profundas nas relações familiares e no seu interesse quanto à sucessão na terra.

Pesquisas⁹ desenvolvidas nesta região têm demonstrado que as expectativas dos jovens¹⁰ estão sendo construídas em torno de dois níveis distintos: i) do acesso ao emprego/assalariamento e da continuidade dos estudos/ formação de nível superior; ii) do desejo da manutenção do vínculo com a terra, com a casa e a família. Essas tendências se articulam com o que está sendo produzido em termos gerais, no que diz respeito à reflexão em torno do debate sobre juventude rural. O primeiro nível de expectativas dos jovens (emprego/formação) referencia-se à tensão existente entre o que se constituiu como um impasse e uma demanda (Wanderley, 2007, p.137) com o seu saber-fazer de agricultor.

⁷ Há um claro processo de minifundização a partir dos assentamentos rurais implantados pelo INCRA. A área média por família, área total do PA / número de famílias previstas para serem assentadas, nesta região, está entre 35 e 40 ha, enquanto que o módulo rural para a Região Norte é de 71,43ha.

⁸Dados de amostragem do ano de 2005 analisados a partir de 585 projetos de crédito de um universo de 5.163 projetos para a agricultura familiar na região revelam que 78,5% deles são voltados **exclusivamente** para a pecuária. Fonte: LASAT/ Equipe de Articulação – ATES. Dados da Câmara Técnica para discussão dos projetos de crédito.

⁹ LEANDRO, D. **A influência dos jovens educandos do PA Araras no sistema de produção familiar.** Monografia de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo: UFPA/ UFAC, 2007. 46p. 61p. MARINHO, D. **Entre ideologias e utopias:** As expectativas dos jovens rurais quanto ao seu ingresso na Escola Família Agrícola de Marabá. Monografia de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo: UFPA/ UFAC, 2007. 61p.

¹⁰ Referimo-nos aqui a um certo tipo de jovem, o jovem ator, inserido nas políticas sociais educacionais, produto e produtor delas e constitutivos de papéis sociais dentro das instituições.

Por um lado, buscar o emprego e o assalariamento assumindo o impasse e, por outro, buscar a formação assumindo as possibilidades de melhorar o seu saber-fazer tradicional a partir do acesso ao conhecimento, às inovações. Este é um desafio que está sendo colocado para o jovem, para suas famílias e para o conjunto das instituições que promovem oportunidades de capacitação para o “enquadramento do agricultor familiar às políticas estatais” (Neves, 2007).

O segundo nível de expectativas (vínculo com a terra e família) se relaciona diretamente com o primeiro, pois afirma o desejo do jovem em dar seqüência ao “projeto familiar” porque isso representa para ele, em primeiro lugar, uma segurança afetivo-material. A tensão se expressa aí pelo desejo de morar perto da família e na terra, desde que esta esteja integrada espacialmente, não só no sentido das várias dimensões do espaço (físico-econômica, político-disciplinar e de identificação cultural), mas, também, das múltiplas escalas local-regional-global em que se estrutura o território (Haesbaert, 2005, p.44). Em tese, o jovem (rural) busca viver, como qualquer pessoa dentro do contexto atual da modernidade, uma experiência integral do espaço que esteja para além do tradicional, circunscrito, interior/exterior, ele deseja um espaço integrado não-dicotômico. Aqui neste caso, viver uma experiência que assegure, ao mesmo tempo, a apropriação da terra e a centralidade da família.

Os jovens residentes nos assentamentos da região do sudeste paraense estão se deparando com problemas que colocam em xeque a sua reprodução na terra. Alternativas individuais e, às vezes, nas fronteiras da marginalização social, respondem precariamente às necessidades de reconhecimento social. Uma das principais conseqüências é a perda da capacidade de ação devido à falta de recursos diversos e a limitação do horizonte de possibilidades, ou seja, a descrença no próprio futuro.

Abad (*apud* Carrano e Sposito, 2003) realiza a distinção entre jovem e juventude. Para o autor, juventude seria condição, “o modo como a sociedade constitui e significa esse momento do ciclo-da-vida”. O jovem seria situação juvenil, “sujeitos concretos que traduzem os diferentes percursos que a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes de classe, gênero e etnia” (p.02). Carrano e Sposito (2003) alertam para a dificuldade, presente em grande parte dos trabalhos referentes a esta temática, oriunda da superposição indevida entre fase da vida e sujeitos concretos, obscurecendo “a diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos concretos”. Daí a recorrência hoje de pluralizar o termo – juventudes para evidenciar a necessária combinação com outras categorias sociais que lhe conferirão diversidade.

Sobre o jovem rural, ator social, ele é um dos produtos do investimento dos movimentos sociais e do Estado na sociedade. As mudanças do mundo contemporâneo e, por conseguinte, as mudanças dos sujeitos concretos “de carne e osso” em suas formas de sociedade têm, na juventude, a principal mediadora dos valores da modernidade. Endlich (2006) apresenta uma citação de Lefebvre (1969, p.17) em que o autor, ao discorrer sobre os elementos do sistema urbano, afirma ser a juventude, grupo etário, que geralmente “contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade”.

Massey (1998) busca debater o tema juventude a partir da “constituição geográfica das culturas” (p.123). Conceitua cultura como produto da interação, ou seja, nem a existência de uma cultura local, fechada, nem uma cultura global indiferenciada. Culturas jovens envolvem uma “importação ativa” com adoção e adaptação, por isso, em cada lugar, a mistura global-local será diferente ela poderá sempre ser reinventada a partir do local mesmo quando as influências externas são aceitas e incorporadas. Tratando-se do campesinato assentado é através dos filhos que se dá a maior ênfase do contato com outros universos institucionais, com outras formas de socialização, que não àquelas da família camponesa tradicional, pois é a nova geração que está construindo novas representações da vida rural, construindo fora alternativas de renda e incorporando habilidades profissionais aprendidas no contato com outros universos institucionais. Como afirmou certa vez um pai de família, *foi-se o tempo que casa de pai era escola de filho, hoje é o filho que tá ensinando o pai*¹¹.

Atualmente, a juventude, enquanto uma questão é remetida ao termo de uma nova identidade no campesinato como, por exemplo, com relação ao problema da reprodução e o alargamento da idéia sobre as estratégias adotadas. Compartilhamos a idéia de que a garantia da continuidade do filho na terra não será mais unicamente dada pelo pai numa disputa silenciosa com relação ao lugar do jovem. Isso faz com que, a leitura sobre a invenção da juventude no campesinato passe a significar o alargamento da disputa da herança da terra. Disputa que, tradicionalmente esteve restrita à hierarquia da família, representa agora uma disputa com a própria estrutura agrária em que “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, s/d, p.11).

¹¹ Em reunião institucional para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – PDTRS, enquanto ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, ocorrida no município de Eldorado dos Carajás.

Em outro artigo, Michelotti et al (2007) analisam, a partir de Alentejano et al (2006), a dinâmica de criação de assentamentos na região Sudeste do Pará, comparando-a com a dinâmica mais geral de criação de assentamentos no Brasil. Na análise, os autores percebem um mesmo padrão desta dinâmica nas escalas nacional-regional no que se refere aos três elementos analisados: (i) é um processo *reativo* à luta dos trabalhadores sem-terra; (ii) está passando por um *descolamento geográfico* entre as áreas de maior intensidade da luta pela terra e as áreas de criação dos assentamentos; (iii) esse descolamento está reforçando a expansão da fronteira agrária, alargando os problemas ambientais e a conflitividade. Essa dinâmica revela que a opção do Governo, por um lado, vem reforçar a velha idéia da colonização como alternativa à reforma agrária – a Amazônia como válvula de escape para resolução dos conflitos agrários em outras regiões do país, por outro, denota a existência da política do não-enfrentamento do monopólio da terra nas regiões mais densamente ocupadas.

Dados do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA (Coopserviços¹², 2008) realizado no assentamento Vida Nova, município de Itupiranga revelam que 50% dos moradores têm como local de sua última migração os assentamentos localizados nos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, área das primeiras ocupações dos posseiros que penetraram a Amazônia Oriental, a qual, Velho (1966) denominou como *frente maranhense* e, onde hoje ocorre uma maior estabilidade do campesinato na região.

O texto do PDA, acima referido, aponta que:

(...) boa parte destas famílias possuía lotes em outros assentamentos nestes municípios, o que demonstra a fragilidade da reforma agrária e principalmente a dificuldade de permanência das famílias na terra, seja pela falta de incentivo (crédito, assistência técnica e outros) ou pelo imediatismo e falta de planejamento dos órgãos responsáveis pelo assentamento das famílias, ao desconsiderar todo o processo de constituição/organização das famílias e da sua sucessão da terra. Quando questionadas as famílias sobre o principal motivo/necessidade desta mobilidade espacial para novas frentes de expansão quase todas afirmaram que a migração se deu em função da dificuldade em viver com uma família grande em uma terra pequena. Venderam suas terras já “formadas” por um valor elevado e compraram, ainda no acampamento, uma quantidade de terra suficiente para atender a demanda de sua família, garantindo assim o processo de sucessão da terra para todos os filhos dependentes (COOPSERVIÇOS, 2008).

No entanto, tem-se atribuído à juventude um significado dentro da luta pela terra. Os movimentos sociais ao investirem na criação da questão da juventude imbuem os jovens a

¹² Criada pelo movimento sindical com sede em Marabá e atuação também em Itupiranga, Nova Ipixuna, São João, São Domingos, São Geraldo, Piçarra, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Rondon, Bom Jesus, Brejo Grande, Curionópolis, Canaã, Jacundá e Palestina.

fazerem a sua própria luta pelo direito a um pedaço de terra. Os jovens passam a ter a “opção”¹³ de não disputar a herança da terra com seus pais e, ao mesmo tempo, negar a ‘marcha forçada para Oeste’ para novas frentes de expansão.

A transmissão da terra, neste caso, passa a ocorrer em outro assentamento que não o dos pais e, a disputa (luta entre gerações), se relaciona em outros espaços que não mais aquele restrito à unidade doméstica. Essa identidade no campesinato passa a ganhar um significado, na nossa proposta de estudo, de disputa pela herança que vai para além da hierarquia da família apenas, mas uma disputa com os rumos da tão propugnada reforma agrária. Sem negar que a juventude tem uma relação de disputa de poder com os ‘velhos’ na família e, com as lideranças no próprio movimento social, a hipótese seria que ela também vem desencadeando lutas no contexto mais amplo da sociedade.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? Artigo In: **Revista Terra da AGB** (Associação dos Geógrafos do Brasil) São Paulo, ago., 2001. 14p.

CARRANO P. e SPOSITO M. P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O.D. (ed.). Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003. 35p. www.observatoriodajuventude.org.br.

CASTRO, E. G. Terceira sessão. Balanço e perspectivas. CARNEIRO M.J. e CASTRO, E.G. (Orgs). In: **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007. P. 128-135.

COOPSERVIÇOS. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vida Nova. Município de Itupiranga. Mimeo. 2008.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. WHITACKER, A. (orgs) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006. P.11-32.

FATA. **Por uma Educação Básica do Campo**. Experiências desenvolvidas na região sudeste do Pará. Relatório da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia – FATA: Marabá, 2002. 12p.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: NETO, H.P. e FERREIRA, A. P. (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 35-46.

_____. Multiterritorialidade, exclusivismo territorial e reconstrução de identidades. In: **Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos**. ARAÚJO, F. e HAESBAERT, H. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136p.

LACERDA, A. E., et al. (2007) A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. **Conflitos no campo Brasil 2006**. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: CPT/Nacional Brasil. 90-93 p.

¹³ A opção dada é constitutiva da luta social pelo controle da população, tanto pelo Estado, como pelo do movimento social, com distintas preocupações. Neste caso, à luz das teorizações de Massey (1998), buscaremos entender esta luta pelo viés das tentativas de regulação do comportamento espacial dos jovens assentados.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et alii. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MASSEY, D. The spatial construction of youth cultures. In: SKELTON, T. e VALENTINE, G. (orgs) **Cool places: geographies of youth cultures**. London and New York: Routledge, 1998. P. 121-129.

MICHELOTTI, F., et al. O agrário em questão. Uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. II Encontro da Rede de Estudos Rurais. **Tecendo o intercâmbio: O desafio do conhecimento sobre o mundo rural**. CD: Rio de Janeiro, 2007. 19p

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: **Geografia Agrária. Teoria e poder**. FERNANDES, B.M. et al (Orgs). 1.ed. São Paulo: Expressão. P. 211-270.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. CARNEIRO M.J. e CASTRO, E.G. (Orgs). In: **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007. P. 21-33.

VELHO, O.G. (1972) **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 178p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

OPOSIÇÃO SINDICAL RURAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NO SUDESTE PARAENSE

William Santos de Assis¹

Resumo

A formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no sudeste paraense foi um processo complexo resultante da articulação de diferentes atores sociais, principalmente da ação de milhares de agricultores e posseiros, que organizaram lutas de resistência e pelo acesso à terra. Militantes políticos e de direitos humanos, organizações não governamentais (ONGs) com diferentes inspirações e principalmente a Igreja Católica tiveram um papel importante e decisivo nessa construção. As entidades de representação (associações, sindicatos e outras formas de organização) assumiram um lugar de destaque em função de sua importância no processo de construção e inserção dos agricultores como um ator político no cenário regional. Neste texto, traçamos em grandes linhas a ação desses atores sociais para consolidação de suas entidades de representação política, principalmente os sindicatos de trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural; Representação Política

Abstract

The formation of the rural farmers union on the southeast of Pará was a complex process who was a result from the articulation from the different social actors, mainly from the action of thousands farmers and owners who organise resistance struggles and fights for the access of the land. Political militants and human rights activists, non governmental organizations (NGOs) with different inspirations and mainly the Catholic Church had an important and decisive role on this construction. The representative entities (associations, rural unions and other forms of organizations) assumed a place of prominence because of their importance on the construction process and the insertion from the farmers as a political actor on the regional scenary. On this paper we outline with large lines the action from these social actors for the consolidation from their political representation, mainly the rural farmers unions.

Key-words: Rural Sindicalism, Political Representation.

1. O papel da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base na formação das lideranças e oposições sindicais

Os sindicatos de trabalhadores rurais do sudeste paraense foram criados num momento particular da história nacional, o regime militar. O domínio político e econômico das oligarquias locais (EMMI, 1989; 1999) e a política econômica imposta pelo governo militar, associada a uma forte repressão aos direitos civis, conformou um quadro desfavorável à organização de segmentos da população, em especial os camponeses dessa região. Os dirigentes eram nomeados pelo regime e as ações orientadas mais para assistência social e

¹ Universidade Federal do Pará/Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NEAF/CA. E-mail: william.assis1@gmail.com.

menos para disputas políticas. A organização em estruturas formais e informais paralelas aos sindicatos como associações, grupos de revendas, caixas agrícolas, foi uma das maneiras que os agricultores utilizaram para lutar por direitos.

As oposições sindicais começaram a se formar em fins dos anos 1970 e início dos 1980, seja nos espaços regionais seja em nível nacional. Alguns fatores foram determinantes para esse processo, dentre os quais enumeramos três: i) o processo de abertura política; ii) o crescente debate em torno do modelo de desenvolvimento herdado do período populista e do regime militar e seus impactos no meio rural e iii) a ação da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais sociais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Apesar de uma forte articulação em nível nacional, as oposições sindicais caminharam de forma diferenciada em cada região. Na região Sul do país, por exemplo, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) se articularam numa estrutura interestadual, criando a Articulação Sindical Sul, dinamizando um conjunto de lutas. A ação dessa articulação somada a outros eventos foi decisiva para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central (FAVARETO, 2001).

No Pará, particularmente, na região sudeste do estado, a luta dos posseiros apoiada pela Igreja Católica, militantes de esquerda e outras agências de mediação, teve um papel determinante no surgimento e consolidação das oposições sindicais e na construção de um sindicalismo ativo e aguerrido. Grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e formais como Associações se articularam em torno de um intenso debate sobre os sindicatos, suas atribuições e sua forma de ação. Os espaços criados pela ação da Igreja Católica ampliaram esse debate. Os chamados *animadores de comunidades*² tiveram um papel importante e talvez possam ser considerados os precursores da formação das oposições sindicais no sudeste paraense. No primeiro número do informativo da PA-150³, essa função dos *animadores* começou a se esboçar.

Nos dias 1 e 8 de junho, se realizará um encontro de animadores da PA-150. Esse tipo de encontro vai ser realizado pela primeira vez, desde o São Félix (distrito de Marabá) até o Km 180 da estrada (próximo a Goianésia). O encontro terá como lugar o Arraia (hoje Nova Jacundá). Contará com a participação de um representante

² Animadores de comunidades eram agricultores escolhidos em suas comunidades que tinham como função auxiliar os trabalhos dos agentes de pastoral nas atividades desenvolvidas no âmbito da CEBs. Faziam parte dessas atividades a celebração de culto, a reflexão sobre os problemas da comunidade, organizar eventos da Igreja, zelar pela vida em comunidade, etc. Em geral, esses agricultores passavam por um processo de capacitação, organizado pelos agentes de pastoral e eram uma espécie de porta vozes da Igreja dentro da comunidade.

³ Informativo elaborado por agentes de pastorais que atuavam na Diocese de Marabá.

de cada comunidade. Cada representante deverá trazer sua rede e qualquer coisa para ajudar na alimentação. Não esqueçam que esse encontro será muito importante, pois dará condições para que as comunidades fiquem mais ligadas entre si, e os representantes fiquem se conhecendo melhor, e comecem a compreender e sentir a caminhada dos outros, e a perceberem que não estão sozinhos, que a luta é de todos (Informativo da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980).

O boletim, assinado pela equipe pastoral, não fazia referência em nenhum momento aos STRs da região, apesar de abranger vários municípios que integravam a base da diocese de Marabá. No entanto, tinha uma página inteira sobre a Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, que havia sido fundada em fevereiro daquele ano (1980). O aviso do boletim informava que a Associação estava se firmando, “tratando de suas questões legais e jurídicas, para que, de fato, possa logo servir concretamente aos seus associados” (Informativo da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980: 5). Essa ausência dos STRs nas páginas do informativo *Grito da PA-150*⁴, não significava a ausência de debate sobre os mesmos. Pelo contrário, a mensagem tinha uma forte conotação simbólica: tratava-se do não reconhecimento das diretorias dos STRs pelos agentes pastorais e pelos *animadores de comunidades*⁵. Religiosos e agentes pastorais viam alguns STRs e suas lideranças com certa desconfiança, como mostrou o depoimento de um dos primeiros religiosos a trabalhar na criação de CEBs na região.

O sindicato, no começo, aparecia sempre como pelego. Então a gente tinha desconfiança dos sindicatos. [...] toda vez que esses lavradores subiam, muitas vezes perdiam até o pique que tinha. Por isso, primeiro investimos no animador de comunidade, que era escolhido nas comunidades. Sendo assim eleito, se ele se vende, teria que tirar ele três meses depois. A gente tinha desconfiança do sindicato, porque me parece que não tinha ainda uma consciência, tinha uma consciência secundária. Ao nível da luta pela terra, da ocupação da terra, todo mundo compreendia, mas quando era a organização global, pouca gente tinha consciência... (Entrevista nº 21)⁶.

⁴ O informativo da PA-150 era um instrumento de comunicação dos agentes pastorais que atuavam no entorno da estrada PA-150 que liga Belém a Conceição do Araguaia no sul do estado. A partir do número dois o informativo passou a se chamar *Grito da PA-150*.

⁵ Muitos deles se tornaram lideranças sindicais, posteriormente.

⁶ Nascido no oeste da França, o entrevistado teve sua infância e educação muito ligada ao campo. Ainda jovem ingressou na congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, uma congregação que havia se especializado em suas ações no Pólo Norte, no Sri Lanca e África do Sul. Chegado o momento de escolher uma área para desenvolver atividades concretas, o entrevistado optou pelo Pólo Norte. Para sua surpresa, no entanto, foi enviado no início dos anos sessenta para o Uruguai. Lá permaneceu por oito anos e trabalhou com assalariados rurais de grandes fazendas produtoras de lã. Sua ação era direcionada para a catequese de jovens que habitavam esses *pueblos de ratas*, denominação pejorativa para identificar os povoados onde se concentravam os assalariados. Ainda no Uruguai, tomou contato com o método Paulo Freire. No final da década de sessenta, outros membros da congregação Oblatos de Maria Imaculada, convidaram-no a trabalhar na região sudeste do Pará. No começo dos anos setenta chegou a Marabá e se dedicou junto com outros padres e freiras ao trabalho de catequese nas comunidades. Sua experiência anterior com o método Paulo Freire e a experiência de resistência ao regime militar no Uruguai ajudaram a iniciar as atividades de organização das CEBs. Desde então, o entrevistado reside na região. Atualmente é pároco no município de Novo Ipixuna.

Parte dos problemas dos STRs era atribuída à falta de lideranças sindicais “bem formadas politicamente”. Os religiosos e agentes de pastorais depositavam na formação do *animador de comunidade* a esperança de uma nova geração de líderes com uma “consciência política” superior. Além disso, acreditava-se que, sendo o líder indicado pelas próprias comunidades, facilitaria o processo de afastamento caso não atendesse às expectativas.

Além dos Encontros de Animadores de comunidades, a Igreja Católica realizava todos os anos uma grande reunião conhecida como *Assembléia do Povo de Deus*. Além dos *animadores de comunidades*, um grande número de famílias católicas integrantes das CEBs participava dessas *Assembléias*. As *Assembléias*, mais do que os *Encontros de Animadores*, tinham um grande potencial de socialização das reflexões sobre temas como a resistência dos posseiros na terra, a luta contra o latifúndio, as ocupações de terra e os impactos das políticas do governo. Tanto nos *Encontros* quanto nas *Assembléias*, as lideranças rurais eram apresentadas para um conjunto de indivíduos que extrapolava seu grupo familiar, sua comunidade, seu município. À medida que essas lideranças dominavam os assuntos tratados nos *Encontros e Assembléias*, intervinham em nome de suas comunidades e assumiam responsabilidades coletivas, se legitimavam como porta vozes e representantes de grupos como a comunidade, a ocupação, a associação e a delegacia sindical. Essa legitimidade, baseada nos princípios da Igreja Católica e construída nos espaços das CEBs, dos *Encontros* e das *Assembléias*, era transferida para as entidades onde eles atuavam.

Os temas discutidos nas *Assembléias* eram bem variados. A 4ª *Assembléia do Povo de Deus*, realizada em 1980, por exemplo, discutiu os seguintes temas: i) prática de celebração de cultos; ii) definição de temas para o boletim Grito da PA-150; iii) questões sindicais; iv) a prática do mutirão nas comunidades; v) cursos e círculos bíblicos; vi) encontros de conscientização; vii) saúde e; (viii) caixas comunitárias (O Grito da PA-150, Ano I, nº 7, novembro de 1980). Portanto, as dimensões religiosas, organizativas, comunitárias, econômicas e políticas, eram propositadamente articuladas.

A crítica à prática sindical, considerada assistencialista e distanciada da luta pela terra, era feita tanto em documentos produzidos pela equipes de pastorais quanto nesses tipos de espaços. O texto da convocatória deixava em evidência duas noções que foram, a meu ver, norteadoras das ações das oposições sindicais que tiveram o apoio da Igreja Católica: o sentido da cooperação (*cada representante deverá trazer sua rede e qualquer coisa para ajudar na alimentação*) e; a unificação das lutas (*Não esqueçam que esse encontro será muito importante, pois dará condições para que as comunidades fiquem mais ligadas entre si, e os*

representantes fiquem se conhecendo melhor, e comecem a compreender e sentir a caminhada dos outros, e a perceberem que não estão sozinhos, que a luta é de todos).

Como afirmou Bourdieu sobre o poder mágico das palavras: “Na política, nada é mais realista do que as brigas de palavras. Usar uma palavra no lugar de outra é mudar a visão do mundo social e, com isso, contribuir para transformá-lo” (BOURDIEU, 2000:62). Nesse caso, o objetivo das palavras dos agentes de pastoral era “fazer ver” e “fazer crer” que existia um conjunto de problemas comuns a todas as comunidades e que a organização, “o agir”, era o caminho para a superação (BOURDIEU, 2000). Seguindo o mesmo raciocínio do autor, diríamos que a magia da palavra só foi eficaz porque existiam condições sociais propícias a transformações: a situação de opressão em que se encontravam os agricultores e posseiros.

Nesse sentido, o “investimento” feito pela Igreja na formação dos *animadores* tinha como objetivo o despertar de uma nova geração de líderes a partir das comunidades rurais. Entretanto, uma questão que se colocava era como passar da ação desses indivíduos atomizados para a ação de um grupo. Isto não poderia ser feito sem um processo de legitimação social e de delegação de poderes a indivíduos para representar o grupo. Como já vimos, no caso aqui tratado, um grupo podia ser a comunidade, a ocupação, a associação, a delegacia sindical e, posteriormente, o sindicato. O grupo era composto efetivamente por aquelas famílias e indivíduos em lutas concretas seja pela terra, construção de infra-estrutura, melhoria de preço dos produtos, etc. Os *Encontros de Animadores* e as *Assembléias do Povo de Deus* se constituíam em espaços que serviam a esse propósito, intencionalmente ou não. Por meio desse processo de legitimação e de delegação de poderes, os *animadores de comunidades* passaram a representar os interesses de um grupo mais amplo e diversificado, os agricultores e os posseiros. Segundo Bourdieu, o ato de um indivíduo ou um grupo delegar poderes a outros para agir em seu nome é um ato complexo, um processo em que ocorre uma espécie de “transcendência social”, onde um conjunto de indivíduos (grupo) delega poderes a uma pessoa para que fale e tome decisões em nome deles (BOURDIEU, 1990).

A mensagem do boletim *O Grito da PA-150*, definia o *Encontro de Animadores* como um espaço capaz de criar as condições para que as comunidades ficassem mais *ligadas* e compreendessem que existia uma *caminhada* coletiva a ser trilhada. O estímulo à criação de Delegacias Sindicais a partir das discussões nas CEBs foi o sinal para se avançar na construção de uma oposição sindical. A reflexão em torno da questão sindical levou esses novos líderes comunitários a uma decisão importante: deixar de “dar as costas” para as entidades sindicais e lutar para assumir o seu controle político. Claro que isto não aconteceu como um passe de mágica. Um conjunto relativamente grande de eventos como reuniões nas

CEBs, conversas nas paróquias, celebrações, conversa entre vizinhos e entre lideranças, festividades nas comunidades e tantos outros, contribuíram para se formar uma consciência dessa necessidade.

Mesmo criticados em suas ações, os sindicatos ofereciam inúmeros atrativos aos filiados. Numa região de fronteira, com infra-estrutura básica deficiente, o acesso ao serviço médico, hospitalar e aposentadorias, por exemplo, era um forte atrativo. Além disso, os sindicatos eram reconhecidos pelo Estado e pelas autoridades políticas locais. Esse reconhecimento se prestava mais à dominação política do que a um envolvimento concreto com os problemas dos representados. A ação sindical se pautava dentro de limites legais e políticos impostos pela oligarquia local que conflitava com os interesses dos camponeses, por exemplo. Um exemplo clássico dos conflitos de interesse era a questão da posse da terra, tratada em várias passagens desse texto. Mesmo identificando essas questões e criticando veementemente a ação sindical, a Igreja recomendava aos agricultores e posseiros que se filiassem nos sindicatos e os reconhecessem como entidades de representação.

Politicamente, essa decisão decorria do entendimento de que ficando fora dos sindicatos, as chances de influenciar suas ações eram mínimas. A legislação garantia o direito de funcionamento das entidades sindicais independentemente se elas atendiam ou não às necessidades de uns ou de outros grupos. Nesse sentido, entrar na estrutura era o primeiro passo para forçar mudanças. Essa orientação coincidia com a orientação das oposições sindicais em nível nacional que decidiu combater as práticas sindicais indesejáveis ocupando os espaços internos (cargos e funções), ou seja, mudar o perfil da atuação sindical por dentro de sua própria estrutura (MEDEIROS, 1989). Apesar de seguir uma dinâmica semelhante, cada sindicato trilhou seu próprio caminho em função das características dos atores sociais locais, das relações estabelecidas com o exterior e do jogo político que os envolvia.

2. A Formação das Oposições Sindicais no Sudeste Paraense

A oposição sindical, comandada em sua maioria por lideranças (porta vozes) dos agricultores e posseiros formados nos processos descritos anteriormente, foi se estruturando em diferentes municípios da região sudeste do Pará. Para um melhor entendimento, escolhemos três municípios da região, São João do Araguaia, Jacundá e Marabá que, a nosso ver, sintetizavam diferentes situações de como mediadores contribuíram para a organização de um sindicalismo que fazia da luta pela terra sua principal motivação.

2.1 A oposição sindical em São João do Araguaia

No caso de São João do Araguaia, quem assumiu o comando da oposição sindical foi uma liderança carismática, cuja formação politicamente se deu nos espaços das CEBs. A discussão central da oposição sindical nesse município girava em torno das ocupações dos castanhais, que era uma área dominada por algumas famílias da chamada oligarquia dos castanhais (EMMI, 1999), e a onda de violência que se desencadeou contra posseiros e lideranças rurais, muitos deles *animadores de comunidades*. Município às margens do rio Araguaia e atravessado pela Transamazônica, São João do Araguaia⁷ era ponto de partida de muitas famílias em direção às terras do polígono dos castanhais. Essas famílias haviam cruzado o Tocantins depois dos anos 1960 vindas de diferentes pontos do Nordeste e de Goiás. Esses últimos, já haviam percorrido caminhos a partir de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (HÉBETTE, 2004a). As ocupações eram realizadas por pequenos grupos compostos por familiares, vizinhos e conhecidos no processo de migração. Segundo Hébette (2004a), as famílias definiam inicialmente o tamanho dos lotes em função da disponibilidade de terras públicas e das necessidades futuras de suas famílias. Tempos depois passaram a adotar o padrão de 100 hectares, definido pelo Inca. Um entrevistado, animador de comunidade da época, descreveu a situação da seguinte maneira:

O sindicato tava na mão de uma pessoa que logo se aliou a eles (se referindo aos chefes de repartições públicas), que não apoiava os trabalhadores. Aí começaram a surgir ocupações. Aí eu digo: eu já tenho esse trabalho de comunidade, de animador de comunidades. Pra eu trabalhar no sindicato, não vai dar certo. Eu vou ter que fazer uma coisa ou outra, porque eu não posso fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Então pra eu representar essa vila aqui, com essa área de colonização todinha, eu tenho que tirar um tempo pra dar assistência mesmo. Não dá pra eu ficar aqui fazendo as duas coisas. Aí eles (os padres) disseram: você vai pro sindicato e entra outra pessoa pra trabalhar na comunidade. Aí eu entrei na delegacia (sindical). Aí fomos pras lutas. E aí haja perseguição, haja perseguição. Aí eu morava lá no meu lote, ficava no lote, saía pra fazer viagem, Belém, Brasília, Marabá mesmo, lá no PIC. Mas sempre voltava pra lá (Entrevista n° 03).

Submissa aos funcionários do governo e aos fazendeiros, a direção do sindicato fechava os olhos para os conflitos envolvendo os posseiros. Não agindo, o sindicato tornava-

⁷ Nesse município em 1985 ocorreu a chacina do Castanhal Ubá. Um grupo de famílias ocupou a fazenda Ubá de propriedade do Sr. José Edmundo Ortiz Virgulino em 1985. Entre os dias 13 e 18 de junho de 1985, um grupo de pistoleiros armados, liderado por Sebastião da Terezona (assassinado anos depois numa rebelião no presídio onde se encontrava preso), a mando da família Virgulino, assassinaram 8 pessoas, sendo uma adolescente e uma mulher grávida, numa seqüência de crueldade que ficou conhecido na região como a chacina da Ubá. O mandante só foi julgado em 2006, condenado por 7 das 8 mortes e teve uma pena de 152 anos (19 anos por morte) com direito a recorrer da decisão judicial.

se ponto de apoio para os latifundiários. A perseguição, da qual falava o entrevistado, era praticada de diferentes maneiras: pressão para comprar posses; soltar gado nos roçados; ameaça direta; apresentação de títulos falsos para pressionar a saída das famílias; envio de policiais e oficiais de justiça para expulsar posseiros; contratação de pistoleiros para matar posseiros (HÉBETTE, 2004b). A primeira forma de resistência foi a construção de solidariedades entre os próprios posseiros. A luta de resistência pela terra foi o fio condutor dessa construção, mas se mostrava frágil para enfrentar o peso do aparato privado do latifúndio que tinha a conivência do Estado. Nesse sentido, construir outros espaços de resistência se tornava imperioso.

Os diversos tipos de associações, que surgiram com o apoio da Igreja, se transformaram na principal ferramenta de solidariedade e luta. Organizados em associações, enfrentavam ameaças de pistoleiros e da polícia, buscavam o apoio de agências do governo e fora dele, como afirmou Hébette:

Todo o seu vigor residia na combatividade de seus membros e do espírito de decisão de seus líderes naturais; a união infundia aos camponeses a coragem de resistir. Uma vez associados, os posseiros não lutavam mais isolados; com os companheiros, defendiam suas posses, armas nas mãos, se fosse necessário; com os companheiros e companheiras iam exigir da delegacia de polícia a libertação do sócio preso; juntos, dirigiam-se ao escritório do Inera para reivindicar seus direitos; unidos, iam expor seus problemas e reclamar justiça ao prefeito, ao governador (HÉBETTE, 2004b: 193).

Essa situação perdurou até o começo da abertura política, quando os sindicatos voltaram a ser uma possibilidade concreta para a defesa dos interesses camponeses. As associações desempenharam um papel fundamental na luta de resistência dos posseiros, mas careciam de mecanismos de articulação que transcendesse o espaço local, coisa que era característico do sindicalismo pela sua própria natureza e funções. Apesar de seu caráter assistencialista, do atrelamento às elites políticas locais e à tutela do Estado, os sindicatos ofereciam a possibilidade de ação mais ampla à medida que sua estrutura permitia a organização nos níveis local, municipal, estadual e nacional. Além disso, seu estatuto oficial o transformava no principal interlocutor com o Estado.

Como já vimos, no espaço das CEBs e em toda a dinâmica que girava em torno delas, os *animadores de comunidades* recebiam capacitação e formação política para lidar com dinâmica de grupos, fazer análise de conjuntura, articular as lições bíblicas com o cotidiano dos posseiros e estimular trabalhos cooperativos. O trabalho de *animador de comunidade* funcionava, portanto, como preparação metodológica e política para a ação das futuras

lideranças sindicais. Era no espaço das CEBs que as lideranças rurais se apropriavam de um “*corpus*” de saberes (BOURDIEU, 2001) que lhes permitia atuar em outras esferas da sociedade para além de sua comunidade. Obviamente, nem todos os *animadores de comunidades* fizeram essa passagem para a atividade sindical, mas a maioria das lideranças sindicais teve nas CEBs seu espaço de formação.

Foram quase dez anos (1974 a 1984) de organização e de muitos enfrentamentos para que a oposição se fortalecesse a ponto de vencer a eleição sindical em São João do Araguaia. O trabalho da oposição sindical consistia não só em ampliar o número de delegacias sindicais sob sua influência, mas também em reverter o processo de dominação existente nas delegacias sindicais já existentes. Segundo o entrevistado:

Tinha delegacia, que o delegado era o delegado de polícia e o delegado sindical. Delegado de polícia aqui e delegado sindical. A gente batalhou, batalhou, mobilizou o povo até que conseguiu tirar ele. No Brejo Grande tinha outra delegacia [...] um fazendeiro é que era o delegado sindical. No São Domingos tinha outro delegado, era uma pessoa que não era fazendeiro, era trabalhador rural, mas desses que eram [...] comprado, exatamente, pelego. E assim, aí nós fizemos uma mobilização nas delegacias, em defesa da causa dos trabalhadores. Aí eu ia no Bom Jesus, ia lá no Abel Figueiredo, rodava pelo São Félix⁸...(Entrevista n° 03)⁹.

O trabalho de organização das delegacias sindicais projetava as lideranças que ascendiam das CEBs, tornando-os candidatos potenciais para comandar a oposição sindical em nível do município e concorrer aos cargos de direção. Em alguns casos, essas lideranças se tornaram referências regionais, como foi o caso do próprio entrevistado. A primeira vez que uma chapa de oposição concorreu às eleições sindicais em São João do Araguaia foi em 1984. Por meio de mecanismos escusos e autoritários, aproveitando-se da falta de conhecimento de muitas lideranças dos regulamentos eleitorais, a diretoria não registrou a chapa de oposição, fato que se repetiu por duas vezes. Esse mecanismo foi utilizado pelas diretorias de outros

⁸ As Delegacias Sindicais de Brejo Grande, São Domingos, Bom Jesus e Abel Figueiredo, citadas nesse trecho do depoimento do entrevistado n° 3 são atualmente municípios que foram desmembrados do território de São João do Araguaia.

⁹ O entrevistado n° 3 nasceu em Montes Altos, no Maranhão, filho de uma família de agricultores, sem terra que trabalhava como “*agregada*” (morava na terra/prestava serviços) de um fazendeiro. Após passagens por Minas Gerais e Goiás, estabeleceu residência em Marabá. Trabalhou como peão (derrubada), vaqueiro, mariscador (caçador de animais para comércio da pele), auxiliar de prospecção na Serra dos Carajás, operador de máquinas pesadas e como empregado de barcos que transportava castanha para o comércio de Belém. Quando se instalou na comunidade Santa Rita, município de São João do Araguaia começou a trabalhar como animador de comunidade nas CEBs. Filiou-se ao STR de São João e em 84 se tornou presidente pela oposição sindical. Neste período sofreu ameaças de morte e foi muito perseguido pelos fazendeiros da região. Ajudou no processo de oposição sindical da Fetagri da qual foi vice durante 86 a 89. No seu 2º mandato do STR de São João do Araguaia, participou das discussões de formação do Programa CAT e foi o 1º presidente da FATA do ano fundacional até 92 (4 anos). Com a fundação da Coocat, foi o 1º presidente até dezembro de 95. Durante toda sua vida foi militante do PSB. Recentemente desempenhou a função de Secretário de Agricultura do município de Palestina do Pará. Logo após, findado seu mandato, por motivos de saúde se aposentou como trabalhador rural .

sindicatos da região. Para conseguir registrar a chapa, a oposição teve que recorrer judicialmente junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT)¹⁰.

A DRT que historicamente contribuiu para controlar os STRs estava mudando de comando. Em 1984 alguns ventos do processo de redemocratização já faziam efeito no Pará e alguns espaços governamentais diminuían sua rigidez. A nova diretoria da DRT se mostrava mais aberta às questões dos posseiros. Essa “brecha” na DRT foi aproveitada pela oposição sindical para denunciar irregularidades das diretorias autoritárias e, em muitos casos, conseguir a intervenção nos STRs, com base na própria legislação que combatiam. Conseguida a intervenção, constituía-se uma junta governativa, quase sempre indicada pela oposição, e se convocava uma nova eleição. Esse mecanismo foi utilizado pela oposição sindical no município de São João do Araguaia que chegou à direção do STRs em 1985.

2.2 A oposição sindical no município de Jacundá

No caso de Jacundá, quem liderou a oposição sindical, foi uma mulher, o que tornou o caso ainda mais singular. A mulher trabalhadora rural, muitas vezes, subjugada histórica e culturalmente no espaço privado, sempre foi discriminada nos espaços públicos. Na esfera sindical, era considerada dependente do marido e não tinha direito de se filiar ao sindicato; na esfera das instituições governamentais, não era reconhecida como interlocutora para tratar de assuntos relativos aos filiados do sindicato. Apesar disso, a mobilização dos agricultores do município de Jacundá, com o apoio das CEBs e da CPT, elegeu uma mulher para secretária do STR, ainda numa direção *pelega*. Influenciada politicamente pelas CEBs e pelo PT, essa liderança sindical dinamizou as ações do STR de Jacundá ao desempenhar suas funções com independência em relação aos órgãos do Estado e aos políticos locais. Essa atitude foi de extrema coragem numa região onde a tensão dominava os espaços públicos e privados. A filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) aproximou a liderança do sindicalismo cutista. Dessa forma, a CUT começou a agir no município sem ter ocupado postos na direção dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Na eleição seguinte (1985), essa liderança foi eleita presidente do STR de Jacundá, e os problemas se agravaram. A primeira resistência foi do grupo de sindicalistas remanescentes da direção anterior; em seguida dos órgãos do governo com os quais a presidência do STR

¹⁰ O perfil de funcionamento da DRT mudou ao longo dos anos em função dos ocupantes da pasta. De uma postura inicial atrelado aos ditames da Lei de Segurança Nacional e observação da legislação sindical, passou a uma postura mais aberta ao diálogo com os segmentos dos trabalhadores. No período da eleição do STR de São João, uma gestora com esse perfil ocupava a pasta.

devia tratar na condição de representante legal dos agricultores e dos fazendeiros, que a consideravam uma ameaça em função de sua ligação com a Igreja. Nas palavras da própria sindicalista essas resistências se manifestaram de diferentes maneiras e em diferentes esferas:

Resistência entre os sindicalistas [...] dia dezenove de janeiro de 1985 aí nós fizemos a Assembléia que a DRT autorizou. Aí eu comecei a assumir de fato o sindicato como presidente, aí veio que veio chumbo grosso. Por que alguns deles [...] que era um grupo minoritário, mas tinha os dele (do ex-presidente), não aceitaram ficar no sindicato, eu sendo presidente [...] diziam que não iam ficar em um lugar que mulher mandava.

Resistência dos gestores públicos [...] com o Funrural, na época era Funrural [...] por que todas as aposentadorias que eu mandava, endossada, mais de uma vez eles diziam que não. E das outras vezes (antes da sindicalista assumir a presidência), eles entregavam diretamente para o presidente, pro presidente fazer outra. E agora que tinha de ser eu mesma? E não tinha outro. Aí, eu tive que fazer uma confusão muito grande com o tenente Rui (responsável pelo Funrural) na época, para ele aceitar. Quando ele viu que não tinha jeito, ele começou a aceitar por que eu falei que eu ia denunciar ele, se ele rejeitasse mais aposentadorias. O Getat¹¹ não queria atender nenhum trabalhador que fosse acompanhado por mim, que dizia que não me reconhecia como representante dos trabalhadores e o que eles respeitavam era só senhor Antônio (presidente), só aceitavam audiência com a presença dele [...] eles diziam que não aceitavam por que eu era mulher, que mulher não podia ser sindicalista, que ela só era dependente do homem e que ela não podia assumir cargo.

Resistência dos políticos [...] Na época, o próprio Guilherme Mulato, que era o prefeito, não conseguia aceitar que eu fosse presidente (do STR). Coisas que às vezes eu precisava encaminhar, ou alguma pendência que dependia da palavra lá da prefeitura ou de qualquer outra forma de atendimento, ele não queria de jeito nenhum me aceitar.

Resistência dos fazendeiros [...] muitas vezes eu fui ameaçada de morte, muitas vezes eu ia pra audiência do Incra e os fazendeiros vinham todos armados. O fazendeiro às vezes levantava a camiseta e mostrava assim, na cintura dele, dizia que era o que tinha pra mim, o que sindicalista tem aqui é isso aqui, e mostrava assim, o cabo do revólver na cintura, na frente do Incra, muitas vezes (Entrevista n° 18)¹².

Os obstáculos enfrentados pela liderança de Jacundá não eram apenas pelo fato de ser mulher, apesar de que essa condição agravava a situação, mas devido ao que representava politicamente a ascensão de lideranças ligadas às CEBs, à Igreja e aos posseiros. As

¹¹ Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins.

¹² Nascida em Barra do Corda, no Maranhão, veio para a região sudeste do Pará no final de 1980. Filha de agricultores entrou para o convento das Franciscanas Capuchinhas com a intenção de ser freira e ajudar os pobres do campo. Apesar de gostar do ensino religioso, pretendia uma ação mais ligada à vida do povo, o que a fez deixar o convento e se aproximar das pastorais que atuavam nas CEBs. Chegando na região de Marabá, se identificou logo com o trabalho desenvolvido pelo Pe. Paulo, Pe. Humberto e a Irmã Dorothy Stang (assassinada em 2005). O município de Jacundá, onde fixou moradia, era uma das regiões de conflitos fundiários muito intensos. O trabalho nas CEBs, sua coragem no enfrentamento dos conflitos existentes, sua ação educativa no campo sindical, e sua condição de filha de agricultor, a transformaram numa liderança entre as comunidades rurais. Em 1984, a entrevistada se associou ao STR de Jacundá e concorreu na chapa para eleição do sindicato. Foi eleita secretária do STR e um ano depois, devido ao afastamento do presidente, se tornou a primeira mulher a assumir a presidência de um STR no estado do Pará. Após anos de militância sindical, entrou para a militância partidária elegendo-se vereadora em Jacundá.

intimidações e as dificuldades burocráticas tinham um objetivo claro: impedir que os STRs ou qualquer outra forma organizativa fortalecessem o processo de ocupação das áreas de castanhais e das fazendas, iniciado há anos pelos posseiros. Enquanto os STRs tivessem uma atuação, dentro dos marcos legais estabelecidos sem se aventurar nas lutas concretas dos agricultores e dos posseiros, não representavam uma ameaça à forma autoritária e tendenciosa como o Estado tratava o processo de apropriação dos recursos naturais da região, principalmente, a terra. Nesse período, havia uma clara orientação do Estado no sentido de favorecer os grandes empreendimentos capitalistas. Os incentivos fiscais, a distribuição e legalização de terras e o estímulo à implantação da pecuária extensiva, não beneficiavam todos os que foram atraídos para a região pela propaganda governamental. Dificultando a ação das lideranças e STRs em ascensão, o Estado e os fazendeiros tentavam retirar sua legitimidade e representação.

2.3 A oposição sindical no município de Marabá

No caso de Marabá, apesar de centro político regional e um dos municípios mais antigos da região, a presença ostensiva do regime militar e o domínio da oligarquia local haviam retardado uma organização formal dos agricultores e posseiros (PETIT, 2003). O município centralizava as agências governamentais que atuavam na região. Além do peso da repressão do Estado, da oligarquia política local e dos fazendeiros, a própria Fetagri¹³, entidade de representação estadual, não demonstrava interesse em criar o sindicato no município.

O STR foi criado à revelia da vontade da Fetagri. O momento de criação do STR era muito tenso devido às inúmeras ocupações de terra pelos posseiros. Uma marcou especialmente esse período: a ocupação do castanhal Pau-Seco/Cametaú descrito por Hébette (2004c). Como na maioria dos casos da região, foram os posseiros envolvidos no conflito do Castanhal Pau-Seco/Cametaú que forçaram a criação do STR de Marabá. A eleição reuniu 400 agricultores de várias localidades em clima tenso. A pressão do regime militar e da oligarquia local ainda era tão forte que o local escolhido para a Assembléia foi o distrito de Morada Nova, a 12 km da cidade de Marabá onde, após a sua fundação, permaneceu como sede por algum tempo.

¹³ Nessa data, ainda com um perfil conservador e atuando basicamente na assistência médica, hospitalar e aposentadorias.

O apoio da Igreja e de militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁴, foi fundamental para garantir a eleição da primeira diretoria do STR de Marabá. Uma liderança dos posseiros de Pau-Seco/Cametaú assumiu a direção do sindicato. O grande desafio era resistir à pressão que a oligarquia regional exercia sobre o STR. Até meados da década de 1980, o STR de Marabá resistiu a essa pressão e manteve-se ligado politicamente ao núcleo do MR-8, mesmo tendo um de seus militantes, Adelina Braglia, assumido a vice-prefeitura de um governo municipal conservador. Em meados da década de 1980, as forças políticas conservadoras do município assumiram o controle da entidade e a dominaram por mais de uma década. Segundo Leroy (2000), esse domínio foi facilitado pelo desentendimento interno do sindicalismo combativo, como confirmou o depoimento abaixo:

[...] em 85 concorremos à eleição. Perdemos, tomaram na marra [...] A eleição não deu *quorum*, assim que eles tomaram da gente. Aí em 88 tornamos a embarcar em outra eleição, perdemos de novo por que a oposição tinha duas chapas, uma do Luís Carlos e a outra do Gatão¹⁵. E eu estava do lado do Gatão. Já tinha o racha, desde 86 que tinha o racha [...] aqui já tinha dois lados. Tinha o lado ligado ao Gatão, Solino e Raimundinho era o PRC (Partido Revolucionário Comunista) [...] e tinha o que chamava, naquela época, a turma do Ganzer. Então, já tinha um racha aqui em Marabá. E eu participei de outra época, e eu era desse outro grupo. E em 88 nós perdemos, aí todos largaram de mão. E eu achei que não tinha que largar tinha que encarar. (Entrevista n° 11)¹⁶.

As manobras eleitorais apoiadas pelas forças políticas conservadoras aliadas à disputa interna da esquerda levaram a oposição sindical a sucessivos fracassos. O que foi descrito apenas como “falta de *quorum*” pelo sindicalista foi antes o resultado da manipulação das

¹⁴ Entre os militantes desse pequeno núcleo do MR-8 destacava-se a atuação do advogado Gabriel Pimenta que foi assassinado poucos meses depois da criação do STR e do sucesso da ocupação do castanhal Pau-Seco/Cametaú e da professora Adelina Braglia, responsável pelo Projeto Rondon em Marabá (HÉBETTE, 2004c).

¹⁵ Liderança sindical, quadro do PRC, deslocado de Oeiras do Pará para apoiar o sindicalismo de trabalhadores rurais da região de Marabá. Na década de 1990, tornou-se presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

¹⁶ Nasceu em Grajaú, no Maranhão. Filho de agricultor começou trabalhos de dirigente de comunidades católicas em 1976, no município de Grajaú. Em 1979 foi eleito delegado sindical de sua comunidade em Grajaú, vindo a ser posteriormente da diretoria do STR. Envolveu-se na luta pela terra através da Igreja Católica que atuava no município de Grajaú. Migrou para a região de Marabá em 1983. Trouxe consigo uma carta de recomendação do sindicato de Grajaú, o que lhe permitiu se integrar imediatamente na vida sindical em Marabá. Sua migração, assim como a de muitos, foi motivada pela esperança de conseguir uma terra. Chegando em Marabá logo se integrou a um processo de ocupação de uma área da Companhia Industrial Brasileira (CIB), onde se tornou delegado sindical e mentor da ocupação. Por duas gestões foi secretário do STR de Marabá de 1989 a 1994. Em 1994 foi eleito presidente do STR, quando a oposição sindical assumiu a direção. Em 1996 saiu do STR de Marabá para presidir a FATA. Foi diretor da Fetagri Regional sudeste na segunda gestão (1998 – 2000). Em 2000, em função de divergências internas, deixou a Fetagri Regional Sudeste, se desfilou do PT, e se integrou à Central de Associação de Marabá. Em 2003, já bastante integrado ao movimento das Centrais de Associações, se elegeu presidente da Federação de Associações do Estado do Pará – FECAP. Em 2005 se integrou à discussão das Federações de Agricultores Familiares – Fetraf, passando a ser o elo local com a discussão em nível nacional. Em 2006, a FECAP foi extinta para dar lugar à Fetraf-Pará, tendo o entrevistado como articulador estadual.

informações pela diretoria, mecanismo exaustivamente utilizado no período autoritário. Segundo sindicalistas desse período, as listas de filiados com direito a voto eram elaboradas pela diretoria quase sempre à revelia dos estatutos e por meio de critérios duvidosos. Mediante esse mecanismo se mantinha o controle político da entidade pelas oligarquias.

Meios violentos também foram usados para barrar o processo organizativo dos posseiros, dificultando a ascensão da oposição sindical. O que estava em jogo não era simplesmente o controle político das entidades sindicais, mas principalmente o potencial que essas entidades representavam num ambiente de democratização e fortalecimento da sociedade civil organizada. Os posseiros fortalecidos pela ação da Igreja e de outras entidades de apoio buscavam cada vez mais o espaço das organizações formais como mecanismo de reconhecimento político, afirmação de suas demandas e acesso a recursos das políticas públicas.

Os grupos de esquerda que atuavam no apoio às entidades sindicais rurais, no entanto, não comungavam os mesmos procedimentos e propostas. Havia uma disputa entre as tendências internas do PT em torno do poder de orientar politicamente as entidades sindicais. As lideranças sindicais entravam nessa disputa, aderindo a uma ou outra corrente, enfraquecendo a capacidade de ação da oposição sindical. Nesse caso, ficar do lado da “turma do Ganzer”, como vimos no depoimento anterior, significava uma filiação ao campo majoritário do PT, à tendência Articulação. Ao contrário, a proximidade com a “turma do Gatão”, representava uma filiação mais à esquerda dentro do PT, nesse caso ao PRC. Se considerarmos que o embate e a defesa de posições fazem parte do aprendizado do fazer política, muitos dirigentes foram iniciados nas regras de funcionamento do campo da representação política, ou seja, começaram a ter domínio prático da lógica do campo (BOURDIEU, 2001), por meio desses embates.

Se por um lado, as disputas de posições politizavam a discussão sindical, por outro, impediam uma estratégia unificada capaz de derrotar as forças conservadoras que atuavam no interior do STR. Para que a oposição sindical conseguisse vencer as eleições, foi preciso uma rearticulação de todos os setores da esquerda. Um assessor que vivenciou aquele momento descreveu-o da seguinte maneira:

[...] eu diria que foi assim uma operação de guerra. Foi um negócio dos mais bonito que eu já vi ser feito naquela região. Primeiro que a gente conseguiu envolver todo mundo. Não tinha qualquer divergência [...] A meta era conquistar o sindicato [...] Então, naquele momento, eu não me lembro bem, mas acho que era o último sindicato na mão da direita e era um símbolo, porque os Mutran mandava. Os Mutran ficavam dentro do sindicato. Tinha dentista [...] Vavá Mutran, o Guido, não

sei o que, não sei o que, Júnior, os caras tavam lá direto [...] Tinha uns bate-paus deles que não saíam de lá de dentro. Eram donos do sindicato [...] O PT estava fortalecido, já tinha uma articulação regional, já tinha a FATA, já tinha o CAT, o Cepasp estava forte, tinha o CNS e a Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (Coocat) estava no auge, com estrutura, carro... E nós fizemos um trabalho assim de mobilização, de articulação. Primeiro um trabalho de articulação dos comandos, das entidades, da universidade, dos centros de apoio, igreja. Foi criado um comitê, assim bastante tempo antes da eleição. Teve uma reunião que ...deveria ter sido filmada aquela reunião. Foi uma reunião assim inesquecível. Foi um negócio assim muito forte, político e emocionalmente. As pessoas rasgavam as agendas na mesa e diziam: “*Ninguém vai fazer mais p... nenhuma. A meta é o sindicato...*” e tiramos um calendário pesado. A meta era 100%. Todas comunidades tinham que ser visitadas, grandes grupos e pequenos. Aí fizemos um calendário de carro, de gente, de técnico. Parou tudo praticamente. E foi uma disputa muito legal que por dentro teve todo um processo de preparação de lideranças, de formação, de articulação política. Tinha o comitê de boatos, era um negócio assim bem, bem pensado, era uma disputa muita bem feita, bem, sei lá, bem produtivo o negócio [...] Acho que foi o grande elemento já lá atrás que ajudou a deflagrar este processo mais articulado que um pouco mais prá frente deu na Fetagri, deu na criação do FERA (Fórum de Entidades pela Reforma Agrária), deu assim nos 4 anos de trabalho altamente intensivo e bem articulado. (Entrevista nº 16)¹⁷.

A família Mutran defendia interesses de um grupo mais amplo de fazendeiros que tinham uma trajetória similar em relação à forma de apropriação de grandes porções de terra. A luta não era apenas contra a família Mutran, mas o que essa família representava: acesso ilegal a terras, muitas vezes com a conivência dos aparelhos do Estado; uso da violência privada no trato com os posseiros; trabalho escravo; uso da estrutura pública em benefício de poucos; ingerência na aplicação de recursos públicos; influência nos poderes executivos (prefeituras), legislativos (câmara de vereadores) e judiciário (juízes e magistrados), dentre outros aspectos.

A oposição ao STR de Marabá unificou por algum tempo as correntes de esquerda que apoiavam o sindicalismo de trabalhadores rurais da região. *Rasgar as agendas*, articular as competências e abrir mão dos interesses de cada grupo redefiniu também a forma de atuação política dos grupos. O fortalecimento das entidades sindicais era também um meio de fortalecer os grupos de esquerda que estavam alijados do poder político local. A união dessas

¹⁷ Nasceu em Barbacena, Minas Gerais, e veio para a região em 1985. Em Barbacena, foi militar da aeronáutica por 4 anos. Durante esse período ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores na cidade. Como sua promoção para sargento da aeronáutica estava demorando, o entrevistado resolveu dar baixa e se mudou para o Pará. Sua primeira estadia foi em Belém, onde trabalhou como cobrador de ônibus e vendedor ambulante nas praias. Após um ano foi tentar a sorte no garimpo, permanecendo alguns meses em Itaituba. Com o dinheiro conseguido no garimpo montou um bar numa praia próxima a Belém. O entrevistado nutria uma curiosidade pelos indígenas amazônicos o que o levou a fazer um concurso para a Funai, em 1985, no qual foi aprovado para trabalhar no posto de Altamira. No mesmo ano conseguiu transferência para trabalhar na Funai de Marabá. Durante três anos rodou toda a região em atividades de campo da Funai. Essa andança lhe rendeu um profundo conhecimento da região. Aproximou-se do PT e ajudou a fundar o partido em vários municípios. Em 1989 foi convidado pela FASE/Belém para fazer um diagnóstico da situação da região. O diagnóstico tinha por objetivo avaliar as condições para inserção da FASE na região. Coursou a faculdade de pedagogia no Campus da UFPA em Marabá e em 1990 foi contratado para compor a equipe da FASE-Marabá. Desde então trabalhou na assessoria ao MSTR da região através de diferentes projetos da FASE.

correntes era uma forma de mudar o equilíbrio do jogo político na sociedade local. Com a eleição da oposição sindical em Marabá, fechou-se um ciclo de mobilizações que colocou entidades sindicais definitivamente na arena política regional.

3. Considerações finais

O objetivo desse texto foi de mostrar, por meio de alguns exemplos escolhidos, aspectos da constituição das entidades sindicais no sudeste paraense. A ação da Igreja, de militantes políticos e de lideranças surgidas no seio das CEBs, foram determinantes para que as entidades sindicais se tornassem *porta voz* dos posseiros e agricultores durante um longo período, seja na relação com a sociedade local seja na interlocução com as agências governamentais em diferentes níveis. A legitimidade dessas entidades, ou seja, o direito e o poder de falar pelos agricultores foram construídos a partir do papel desempenhado em processos como a luta pela permanência e pela posse da terra, a luta contra a violência privada e do Estado e a luta por melhores condições de vida.

Atualmente o sindicalismo de trabalhadores rurais não tem mais a hegemonia da representação política dos agricultores familiares da região. Um conjunto de novas entidades de representação foi se consolidando ao longo da década de 1990 em meio a disputas internas e a enfrentamentos com o estado e outros atores. A presença do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), aumenta a complexidade das relações no interior do campo da representação dos agricultores familiares no sudeste paraense.

As transformações no campo da representação política dos agricultores familiares do sudeste do Pará estão em curso. Os impactos sobre a capacidade de encaminhar lutas conjuntas e de elaborar um projeto regional coerente dependem de inúmeros fatores que não tratamos nesse texto. No entanto, não podemos negar que as entidades sindicais e seus apoiadores desempenharam um papel crucial no processo de construção do papel político e produtivo de uma agricultura familiar regional.

4. Referências Citadas

BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas/SP: Papirus, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

EMMI, M. F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. *In: Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia*. (Orgs.) CASTRO, E. M. R. de. & HEBETTE, J. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

EMMI, M. F.. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

FAVARETO, A. da S. **Agricultores, trabalhadores – Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. (Dissertação de Mestrado)

HÉBETTE, J.. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004a. vol. I

HÉBETTE, J.. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004b. vol. II

HÉBETTE, J.. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004c. vol. III

LEROY, J-P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes: FASE, 1991. 213 p.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

Documentos Citados

INFORMATIVO da PA-150, Ano I, nº 1, maio de 1980.

O GRITO DA PA-150. Ano I, nº 7, novembro de 1980. Diocese de Marabá.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O PAPEL DOS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. ESTUDO DE CASO EM
LAGOA DE LAGOA SECA - PB**

Ana Patrícia Sampaio de Almeida¹
Edgard Malagodi²

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar e discutir, algumas reflexões sobre a participação e a articulação de atores sociais no processo de desenvolvimento local no município de Lagoa Seca, estado da Paraíba. Discute-se aqui o fato de que a participação cidadã no planejamento e na gestão dos recursos públicos municipais depende, no caso de cidades controladas por potentes locais, de um espaço independente de mobilização. Este espaço independente de mobilização pode ser o STR (ou eventualmente uma cooperativa, ou uma associação), desde que este espaço possa expressar os interesses de uma base de agricultores camponeses e desde que esta entidade ou movimento assumam uma agenda diretamente vinculada aos interesses desses camponeses.

Palavras-chave: Cidadania; Democracia; Poder Local

1. Introdução

As formas de expansão da cidadania historicamente têm seguido um duplo movimento: i) a partir “dos de baixo”, através de lutas dos grupos não hegemônicos que têm impulsionado processos democratizantes, buscando ampliar seus direitos; ii) a partir “dos de cima”, como resposta à pressão dos excluídos ou como parte das lógicas de legitimação e modernização do Estado. Geralmente os direitos gerados a partir “dos de cima” têm significado uma continuidade da ordem prevalecente, sendo frequentemente utilizados como mecanismos de cooptação e clientelismo. Por outro lado, os direitos gerados a partir “dos de baixo” têm significado a ampliação real dos direitos cidadãos como também a expansão do próprio espaço de exercício da cidadania³. O presente texto examina um caso que tem as características do segundo tipo de movimento, em que os “da baixo” são representados pelos agricultores e agricultoras familiares, organizado no STR, o sindicato de trabalhadores rurais.

¹ Mestranda do PPGCS / UFCG.

² Professor do PPGCS / UFCG.

³ Almeida, A. P. Sampaio & Araújo, L. (2004). **Movimientos sociales en la construcción de la democracia en Brasil**. In: Albuquerque, M. C. (Org). *La Construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. São Paulo: Instituto Polis, p.p.82-114.

Vendo por esse prisma e assumindo os distintos processos de exigências de direitos, tem-se claro que a construção da cidadania é um processo conflituoso, ora de diálogo e ora de confrontação, voltado para a conquista permanente de direitos e da exigência de políticas públicas⁴ que os materialize. A cidadania, nesta perspectiva, não é outra coisa senão um tipo de igualdade básica associada à idéia de pertencimento a uma comunidade⁵, que em termos modernos é equivalente aos direitos e deveres aos quais estão dotados todos os indivíduos por pertencerem a um determinado Estado-nação. Conseqüentemente, a construção da cidadania está intrinsecamente ligada à democracia⁶.

Boaventura de Sousa Santos argumenta que o espaço da comunidade se apresenta como o conjunto de relações sociais que ocorrem em torno de territórios físicos e simbólicos de identidades comuns. Já o espaço da cidadania, significa o conjunto de relações que formam a esfera pública, onde se desenvolve a relação política entre cidadãos e o Estado (SANTOS, 2002a).

No processo de construção da cidadania, simultaneamente a participação aparece com mais freqüência como um denominador comum de muitas das estratégias de luta contra a pobreza e de processos de “auto-geração” de melhores condições de vida de populações marginalizadas. Nesta dupla lógica, como resposta ao “déficit social e democrático”, para não dizer de desigualdade, muitas e heterogêneas tem sido as experiências de iniciativas que buscam impulsionar o desenvolvimento local⁷, através da formulação, execução e controle de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à diminuição da pobreza, acesso a determinados serviços e melhores condições de vida.

Os processos de descentralização e municipalização recentes ocorridos no Brasil, implicaram mudanças significativas nas relações entre Estado e sociedade (por convicção ou por necessidade), armando diferentes cenários de articulação entre distintos atores, em torno da agenda pública e sua execução.

⁴ Sousa, Celina. (2006). **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Porto Alegre: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.

⁵Santos (2002a) afirma que quanto ao princípio da comunidade, a participação e solidariedade são dimensões pouco colonizadas pela ciência, sendo que, em relação à participação a colonização ocorreu, principalmente, pela limitação da esfera pública unicamente à cidadania e democracia representativa (**A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2ª Ed. VI, Porto: Edições Afrontamento. pp 71-72).

⁶ Sobre este tema, ver: Bobbio, Norberto (1987). **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Plaza&Janes; Castells, Manuel (1986). **La ciudad y las masas**, Madrid: Alianza Editorial; Dahl, R.A. (1992). **La democracia y sus críticos**, Barcelona: Paidós; Santos, Boaventura de Sousa (2002b). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado**, Buenos Aires: CLACSO, 2005 e **Democracia de alta intensidad. Apuntes para democratizar la democracia**, La Paz: Corte Nacional Electoral, 2005.

⁷ Burin, David & Heras, Ana I. (2007). **Desarrollo Local: una respuesta a escala humana a la globalización**. 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones Ciccus. 320 p.

Assim, propõe-se aqui entender “participação” como:

la capacidad política y jurídica de la ciudadanía de intervenir individual y colectivamente, directamente o a través de sus representantes legítimos y a través de diferentes modalidades en los diversos procesos de gestión, especialmente aquellos que afectan las condiciones de vida materiales, sociales, políticas, económicas y culturales de la población⁸

A partir de tal conceituação, é possível ressaltar alguns pressupostos da aproximação que propomos:

- i) o caráter processual que tem a participação nas últimas décadas;
- ii) a existência de diversas e variadas modalidades de participação cidadã no espaço municipal;
- iii) um processo que por definição supõe a interação de distintos atores, inclusive autoridades locais;
- iv) a participação entendida como um fato político que cremos constitutivo da democracia⁹.

Assim como a participação, o *local* também está em voga. Tanto entre os organismos internacionais quanto entre os mais radicais movimentos anti-globalização, ainda que se apresente em cada caso com conteúdos distintos. Em geral, a maioria das experiências de participação no desenvolvimento local e construção de alianças mostra que um território limitado é uma “sociedade local” quando possui uma identidade coletiva. Neste caso, conforma um sistema de relações de poder organizado em redor de processos locais de geração de riqueza, por mais limitados que sejam, e integra um sistema de ação sobre um território limitado onde se produzem valores comuns e bens que são localmente geridos. Neste território, os atores locais se definem fundamentalmente por suas iniciativas e aparecem como propulsores do desenvolvimento local que será o resultado do conflito, da *concertação*, da negociação e da interação entre eles, ligando-se por esta via, as noções de ator e desenvolvimento local, onde os primeiros são os agentes fundamentais do segundo¹⁰.

A proposta de desenvolvimento local implica várias dimensões de cada um dos fatores que interagem num determinado território: sociais, políticos, econômicos, institucionais, culturais e de identidade. Tal multiplicidade exige, conseqüentemente, estratégias

⁸ Chirinos, Luis (2003). **La estructura de oportunidades de la participación ciudadana en los gobiernos locales**, Asociación de Comunicadores Sociales Calandria – Lima: DFID editores.

⁹ Santos, Boaventura de Sousa (2002b). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹⁰ Barreiro, Fernando (1988). **Los agentes de desarrollo**, in Cuadernos del CLAEH, número 45-46, Montevideo.

integradoras que incluam diferentes aspectos da vida local e suas relações com os sistemas regionais e nacionais.

O desenvolvimento local pressupõe também um processo orientado para a cooperação e a negociação entre atores. O *conflicto*, resultante da diferença de interesses e de profundas desigualdades que caracterizam a sociedade atual, passa a ser processado em novos termos. Nesta lógica, os municípios podem adquirir uma importância renovada, passando a ser peça fundamental na gestão local, entendida como

la organización y manejo de una serie de recursos institucionales, financieros, humanos y técnicos por parte de la municipalidad para proporcionar a los distintos sectores de la población los satisfactores de sus respectivas necesidades de bienes de consumo individual y colectivo¹¹.

Sendo assim, os conteúdos resultam de processos de decisão que envolve tensões, conflitos e negociações entre os diversos atores e diferentes sistemas de ação que operam no espaço local.

Quais seriam então, as possibilidades de êxito, da busca de participação cidadã, em uma cidade do interior do Nordeste, com total predomínio das oligarquias e chefes políticos locais? Como seria possível a articulação e mobilização, em torno da participação cidadã e do desenvolvimento local, em condições políticas extremamente adversas?

2. O contexto da participação no município de Lagoa Seca – PB

O município de Lagoa Seca, situado a 129 km da capital, João Pessoa, na região Agreste da Paraíba, conta com uma área de 109.34 Km², tendo uma população de 25.997 habitantes¹² sendo que 16.042 habitantes residentes na zona rural. Com características predominantemente rurais, este município tem na produção de hortifrutigranjeiros a base de sua economia. Os produtores rurais de Lagoa Seca são constituídos basicamente de agricultores familiares, que trabalham na horti-fruticultura e na agricultura de roçado (mandioca, milho e feijão).

A política local, por sua vez, está marcada por uma cultura clientelista e autoritária, sendo o município marcado pela dominação de grupos que se alternam no poder municipal, utilizando formas variadas para impedir a participação social na definição dos gastos públicos,

¹¹ Rodríguez, Alfredo & Velásquez, Fabio (editores) (1994). **Municipio y servicios públicos**, Santiago de Chile: Sur Estudios Urbanos.

¹² População estimada em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ao mesmo tempo em que utilizam dinheiro público na reprodução dos respectivos esquemas pessoais e grupais. A má distribuição dos recursos e os desvios de verbas têm sido característicos de governos que não priorizam os gastos sociais, gastando mais com a manutenção da máquina administrativa do que com investimentos públicos. Em geral, essa prática política beneficia parentes e apadrinhados do chefe do poder executivo, ficando em segundo plano os investimentos e incentivos ao desenvolvimento local.

Assim, os interesses econômicos e acertos políticos têm tradicionalmente dominado a cena da política local, marcada por sucessivas disputas entre os chefes políticos locais. Neste contexto adverso, buscou-se um espaço de participação e de *empoderamento* através dos Conselhos municipais e do Fórum em Defesa da Cidadania de Lagoa Seca. No plano da política eleitoral, em um período mais recente, lideranças de base e pessoas saídas do movimento popular fizeram parte de uma coalizão de forças políticas com um dos grupos tradicionais (PTB/PT)¹³. Nesta coalizão, o tema da agricultura familiar é hoje sustentado representado pelo vice-prefeito, e depois da eleição, pela indicação da secretária de agricultura, ambos do Partido dos Trabalhadores.¹⁴

Percebe-se que o município de Lagoa Seca possui uma sociedade civil que se destaca por sua atuação bastante forte, influenciando ativamente os rumos do desenvolvimento municipal. É visível a relevância da participação da população na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas do município, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), que na segunda metade da década de 90, assumiu uma série de ações voltadas para a sustentabilidade da agricultura familiar no município, não obstante a atuação da sociedade nos espaços públicos desde meados dos anos 80¹⁵.

Em 1997, algumas associações comunitárias rurais e urbanas, pastorais da igreja católica e o STR constituíram o “Fórum em Defesa da Cidadania de Lagoa Seca”, uma articulação que surgiu com o objetivo de intervir propositivamente na gestão pública local. Tinham como propostas oficializar como política pública municipal as experiências sustentáveis que o Sindicato local vêm desenvolvendo na região¹⁶, através do planejamento orçamentário no âmbito do legislativo municipal. Em sua prática, essas organizações

¹³ Como resultado das eleições municipais em 2004.

¹⁴ Em 2007 a aliança se desfez e houve o movimento popular perdeu a Secretaria de Agricultura, que ocupou por mais de dois anos.

¹⁵ Centro de Ação Cultural. **Relatórios Institucionais**. 1999 a 2006. Campina Grande: CENTRAC.

¹⁶ Tais como Bancos de Sementes Comunitários, construção de cisternas de placas para captação de água de chuva, uso de defensivos naturais para controle de pragas agrícolas e bio-fertilizantes para recuperação de solos desgastados, etc.

expressam o interesse de propor políticas de desenvolvimento rural, na forma de investimentos na agricultura familiar enquanto setor econômico, sem perder de vista os investimentos em obras e serviços que garantam e ampliem a qualidade de vida da população rural e urbana do município.

3. Mecanismos de participação pós-Constituição de 1988.

A valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento local enquanto temática de investigação é bastante recente na literatura especializada no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa¹⁷, incorporando a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. A unidade municipal de governo adquire novas responsabilidades e prerrogativas. Transfere-se para essa esfera, a prestação de serviços essenciais ao desenvolvimento local. A Constituição consolidou as tendências descentralizadoras já observadas desde a segunda metade da década de 80 e diversos mecanismos de participação da sociedade na gestão das políticas públicas passam a ser implantados no Brasil, a exemplo do orçamento participativo e dos conselhos setoriais de políticas públicas. Essa conjuntura tem influenciado o desenvolvimento municipal resultando na inversão de prioridades sem prejuízo dos investimentos em qualidade de vida para o conjunto da população e para os grupos sociais desfavorecidos historicamente.

No dizer de Boaventura de Sousa Santos, as experiências de democracia participativa, iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores/temas à política (SANTOS, 2002b). No entanto, em Lagoa Seca essa tentativa esbarrava sempre na dominação do poder local, bastante articulado com as oligarquias políticas dominantes no plano estadual.

No entanto, mesmo em contextos adversos, algumas iniciativas oriundas da sociedade civil vêm surgindo no Brasil, visando discutir, principalmente no âmbito do legislativo, as leis orçamentárias, e com isso introduzir emendas que reflitam as prioridades e necessidades da

¹⁷ Santos, Boaventura de Sousa & Avritzer, Leonardo. (2002). **Introdução: para ampliar o cânone democrático** in Santos, Boaventura de Sousa (Org.): **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

população, apesar da complexidade e do tecnicismo do orçamento público enquanto alternativa nessa direção¹⁸.

Dessa forma, os Conselhos se multiplicaram pelo país, com atuação nos diferentes setores, como saúde, educação, infância, meio ambiente e desenvolvimento rural. A agricultura familiar, historicamente presente nos movimentos de resistência e atuante em espaços marginais de participação, se insere por meio de suas organizações no novo processo de gestão pública em curso no Brasil, com forte representação nos Conselhos de Desenvolvimento Local Sustentável e nos conselhos de Desenvolvimento Rural nos níveis municipal, estadual e federal.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade¹⁹.

Estimulou-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis. Esses planos, elaborados localmente, idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

Entretanto, avaliando-se na prática as formas de ação levadas a diante pelos agricultores familiares, é possível verificar que elas encontraram diante de si um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional, pois elas colocam em questão interesses econômicos e compromissos políticos dominantes e assumidos pelos participantes deste jogo. A partir daí se estabelece um confronto que não é assimilado pelos setores dominantes do poder local. Um espaço de confronto de estabelece. A participação passa a ocorrer em um clima de disputas, em que os aliados dos potentados locais formam um bloco, hostilizado pelos representantes do movimento organizados dos agricultores e agricultoras familiares.

¹⁸ Teixeira, A. C. & Maranhão, T. de Amorim. (2006). In: GARCÉS et al. **Democracia y Cuidanía en el Mercosur**. Santiago de Chile: LOM Ediciones.

¹⁹ Barone, L. A. (2005). **Os assentamentos rurais e o desenvolvimento político e econômico local: o contexto do Pontal do Paranapanema**. In: Ferrante, V. L. B. S. & Aly Junior, Osvaldo. (Org.). Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos), Araraquara e São Paulo: UNIARA e INCRA, pp. 201-217.

Por isso, apesar dos esforços de participação nos conselhos e fóruns locais, em Lagoa Seca, os princípios básicos que orientam as administrações municipais são ainda hoje fortemente influenciados por uma lógica clientelista e altamente subordinada aos interesses das oligarquias locais. A eficácia da administração municipal é extremamente limitada, restringindo as ações a pequenas obras de infra-estrutura, conservação de ruas, estradas e praças ou de políticas assistencialistas. Pouco se discute sobre o papel dos governos municipais na implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

No entanto, os representantes do segmento dos agricultores familiares têm buscado o debate com o poder público, buscando a garantir seu espaço nesta esfera, por entender ter ela o papel de apontar quais são as ações prioritárias e como os recursos devem ser utilizados. Porém, este propósito é difícil de ser alcançado, considerando-se que este tipo de ação não tem adeptos em partidos tradicionais, sempre interessados em manter as formas tradicionais de poder centralizado, pelas quais, a decisão está sempre reservada exclusivamente ao prefeito e alguns secretários, não se permitindo a participação da população nos espaços de decisão e de fiscalização. Trata-se, pois, de uma ambigüidade que não é específica de Lagoa Seca, mas de todos os municípios onde se desenvolvem movimentos de base, enquanto o poder municipal permanece como um espaço exclusivo de disputa das oligarquias locais.

Neste quadro político e institucional, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) entra em cena para se transformar também em um espaço de discussão e articulação de ações visando solucionar os problemas vivenciados pelos agricultores familiares. Desta forma, cria-se um ambiente favorável para a discussão de políticas públicas que possam assim ser transformadas em propostas e bandeiras de luta²⁰.

Trazendo essa discussão para o contexto de Lagoa Seca, têm-se atualmente, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), juntamente com o Fórum em Defesa da Cidadania, como dois fortes atores coletivos, promovendo a participação nos diversos programas de desenvolvimento local. Busca-se em primeira linha a capacitação, um procedimento que prioriza a educação de agricultores, transformando-os em agentes de mudança, dentro de um esforço no sentido de fortalecer a agricultura familiar e constituir um projeto alternativo de desenvolvimento. Ainda que na esfera da administração municipal os avanços sejam limitados, há a construção de uma nova institucionalidade pública regional, através de Fóruns

²⁰ Malagodi, Edgard A. (2004). **O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças.** In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. Maria de Nazaré B. Wanderley (org). S.P: Polis/Unicamp, p 165.

e redes de desenvolvimento, onde se articulam com universidades, ONG's, movimentos sociais e prefeitura municipal, na promoção do desenvolvimento local através de novas formas de gestão das políticas públicas²¹.

Apesar das dificuldades encontradas no município, especialmente em termos de acesso aos recursos governamentais e na negociação por políticas públicas, tendo em vista que os políticos locais vêem estas ações como uma ameaça ao seu “poder tradicional”, é possível elencar alguns elementos que apontam para um modelo alternativo de desenvolvimento. Por exemplo: as ações desenvolvidas na área de infra-estrutura hídrica como a *cisterna de placas*, as *barragens subterrâneas* e os *tanques de pedra*, bem como outras formas de manejo de água, estão permitindo a construção coletiva de uma nova consciência sobre o uso destes recursos na região. Esse processo tem permitido às famílias certa autonomia política e avanços no conhecimento técnico, além de melhor qualidade de vida na medida em que possibilita o manejo sustentável dos recursos hídricos, a gestão e o tratamento da água, uma maior diversidade de cultivos (permitida pelas barragens subterrâneas) e alternativas de geração de renda.

Finalmente, o STR e o Fórum em Defesa da Cidadania de Lagoa Seca têm colocado no debate a redefinição dos papéis da sociedade civil e do Estado na medida em que demonstram a capacidade da sociedade civil organizada de não só executar políticas públicas, mas também conceber e implementar uma política descentralizada e mobilizadora. Por outro lado, têm pressionado o Estado (no plano estadual e federal) a legitimar esta prática através de uma política pública de convivência com o semi-árido.

Trata-se de um processo que permite diferentes leituras, a partir de diferentes perspectivas: nos efeitos para a governabilidade local²², no seu papel na redução da pobreza²³, e nas políticas sociais²⁴, ou simplesmente no desenvolvimento endógeno²⁵. Em todo o caso deve-se reconhecer que o impacto e os resultados destas práticas são muito variados. Tratando-se da participação, seus efeitos são bastante desiguais, pois supõe um processo de

²¹ Sabourin, E. & Tounneu, J. P. (Org). (2007). **As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: o caso do município de Lagoa Seca no Agreste paraibano**. In: Agricultura Familiar: integração entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: Editora UFRGS.

²² Ver Carrión, Fernando. (1991). **Municipio y democracia. Gobiernos locales en ciudades intermedias en América Latina**, Santiago de Chile: Ediciones Sur.

²³ Ver Fiszbein, A. Y P.Lowden.(1999). **Trabajando unidos para un cambio. Las alianzas público – privadas para la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**, México: Instituto del Banco Mundial – Grupo Mundi-Prensa.

²⁴ Ver Mascareño, Carlos (1996). **Municipalización de los servicios sociales en América Latina**, Caracas: Centro Latinoamericano para el Desarrollo.

²⁵ Ver Barquero, Antonio Vázquez (1999). **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**, Madrid: Ediciones Pirámide S.A.

negociação em que as expectativas da população (expressas pelos grupos mais organizados e com maior capacidade de interlocução) são distintas das instituições locais.

Para além de suas limitações, esse tipo de experiência de desenvolvimento local tem, em princípio, um conjunto de efeitos que deverão ser analisados no futuro com mais profundidade e que não são poucos: contribui para geração de mudanças na cultura política e no comportamento de organizações e atores sociais (públicos e privados); animam organizações fragilizadas; permitem o surgimento de novas lideranças locais; ordenam as lógicas de intervenção de diferentes agentes externos (programas e setores sociais públicos, ONG's, Igrejas, etc); incrementam a capacidade de interlocução da sociedade local com o Estado; oferecem maior visibilidade e legitimidade às organizações da sociedade local, e principalmente, segundo a argumentação de Boaventura de Sousa Santos, remetem à

teoria contra-hegemônica da democracia participativa por colocarem em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado autoritário e discriminador, (...). Reivindicar direitos implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva²⁶

4. Os atores da participação: agricultores e agricultoras familiares.

Há de se reconhecer que, na base do movimento sindical e da mobilização está uma organização de base, que se diversificou e que se fortaleceu através da assimilação de um programa de desenvolvimento da autonomia dos agricultores e agricultoras familiares. Tem que se reconhecer aqui a importância das comissões de mulheres, presentes na manutenção do patrimônio genético (os bancos comunitários de semente, a festa da *semente da paixão*), na comercialização e nas comissões de saúde. Um movimento que se estendeu pelos distritos rurais, alcançando o agricultor em seu local de moradia e de trabalho.

Forte na base, na medida em que se constituiu a partir das reivindicações dos agricultores familiares, as várias experiências de discussão e de articulação de ações formaram lideranças intermediárias, dando ao grupo dirigente maior capacidade de interlocução e, portanto, com certo poder perante as várias instancias do poder público. Construíram-se também parcerias sólidas, com outros atores, como as ONG's, exógenos ao local, mas identificados com os princípios fundamentais do movimento.

Cabe considerar que a busca por um novo modelo agrícola, a partir dos limites e problemas trazidos pelo modelo agrícola da “revolução verde”, fundado em insumos químicos

²⁶ Santos, Boaventura de Sousa (2002b). Democratizar a democracia **os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp 57.

de origem industrial, deu um novo e amplo alento ao movimento. A busca de uma agricultura sustentável encontrou na agroecologia uma saída tecnológica e uma bandeira organizacional. (CARVALHO, 2008) Permitiu também a aproximação com as entidades voltadas a agroecologia, como AS- PTA e PATAC.

Outra preocupação, também levantada por Boaventura de Sousa Santos, diz respeito à descaracterização dos processos de participação, através do cooptação, por grupos sociais privilegiados, ou pela integração em contextos institucionais, que retiram o potencial democrático e de transformação das relações de poder dos atores sociais envolvidos²⁷. Nossas observações preliminares mostram que o movimento de agricultores e agricultoras familiares, articulados em torno do Sindicato, com a proposta de desenvolver uma organização autônoma, os livra dos dois perigos e garantem a sustentação e sobrevivência das práticas de participação, mesmo em um contexto político hostil.

5. Comentários finais

Nos últimos anos multiplicaram-se, por todo o país, os exemplos de cooperação entre municípios e entidades locais, no intuito da promoção do desenvolvimento local e de ações comunitárias, a partir das instituições envolvidas. Observa-se a multiplicação da participação das comunidades em defesa de seus direitos.

Do exposto até aqui, salienta-se que a atuação dos agricultores camponeses tem resultado em uma interação positiva e necessária para orientar a busca e a construção de uma alternativa de desenvolvimento local. A diversidade dos arranjos políticos locais, em uma realidade complexa, tem exigido, em nossa opinião, a elaboração de estratégias diferenciadas por parte dos agricultores e agricultoras que lhes permitam consolidar a participação nos processos de decisão, melhorar a qualidade de vida e a inserção na economia local e regional. No entanto, é fundamental a existência de um espaço próprio onde possam exercer sua autonomia e desenvolver os elementos de uma agenda de demandas própria. O caso de Lagoa Seca mostra que, o espaço do sindicato de trabalhadores rurais, quando dotado de uma clara identificação com as demandas dos agricultores e agricultoras, pode servir de espaço para a articulação de uma estratégia voltada para a participação cidadã. Esta, contudo, não pode se restringir a uma agenda abstrata, mas se forma a partir das demandas dos próprios agricultores e suas famílias. A busca da participação cidadã serve, portanto, para a busca do

²⁷ Santos, Boaventura de Sousa (2002b). Democratizar a democracia **os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp 60.

reconhecimento de suas demandas específicas e do reconhecimento público da sua importância como segmento social e produtivo.

O confronto dos vários atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos construídos tanto na esfera pública quanto na esfera privada, propiciam a trama de tensões que opõe atores, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias que acabam por propiciar espaços de participação cidadã, numa tentativa de instituição de uma nova soberania democrática. Concorda-se com Boaventura de S. Santos (SANTOS, 2002b:78) na afirmação de que o formato a participação se desenvolve de forma experimental, ou seja, através de ações que são testadas na prática.

6. Bibliografia

ALMEIDA, A. P. Sampaio & Araújo, L. (2004). **Movimientos sociales en la construcción de la democracia en Brasil**. In: Albuquerque, M. C. (Org). La Construcción democrática desde abajo en el Cono Sur. São Paulo: Instituto Polis, p.p.82-114.

BARREIRO, Fernando (1988). **Los agentes de desarrollo**, in Cuadernos del CLAEH, número 45-46, Montevideo.

BARONE, L. A. (2005). **Os assentamentos rurais e o desenvolvimento político e econômico local: o contexto do Pontal do Paranapanema**. In: Ferrante, V. L. B. S. & Aly Junior, Osvaldo. (Org.). Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos), Araraquara e São Paulo: UNIARA e INCRA, pp. 201-217.

BARQUERO, Antonio Vázquez (1999). **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**, Madrid: Ediciones Pirámide S.A.

BOBBIO, Norberto (1987). **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Plaza&Janes.

BURIN, David & Heras, Ana I. (2007). **Desarrollo Local: una respuesta a escala humana a la globalización**. 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones Ciccus. 320 p.

CARRIÓN, Fernando. (1991). Municipio y democracia. Gobiernos locales en ciudades intermedias en América Latina, Santiago de Chile: Ediciones Sur.

CARVALHO, Cynthia Xavier de. AGROECOLOGIA, MOVIMENTO SOCIAL E CAMPESINATO NO AGRESTE DA PARAÍBA. TESE DE DOUTORADO. Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA. CAMPINA GRANDE, 2008.

CASTELLS, Manuel (1986). **La ciudad y las masas**, Madrid: Alianza Editorial.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. **Relatórios Institucionais**. 1999 a 2006. Campina Grande: CENTRAC.

CHIRINOS, Luis (2003). **La estructura de oportunidades de la participación ciudadana en los gobiernos locales**, Asociación de Comunicadores Sociales Calandria – Lima: DFID editores.

- DAHL, R.A. (1992). **La democracia y sus críticos**, Barcelona: Paidós.
- FISZBEIN, A. Y P.Lowden.(1999). **Trabajando unidos para un cambio. Las alianzas público – privadas para la reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**, México: Instituto del Banco Mundial – Grupo Mundi-Prensa.
- MALAGODI, Edgard A. (2004). **O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças**. In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. Maria do Nazaré B. Wanderley (org). S.P.: Polis/Unicamp, p 165.
- MASCAREÑO, Carlos (1996). **Municipalización de los servicios sociales en América Latina**, Caracas: Centro Latinoamericano para el Desarrollo.
- SABOURIN, E. & Tounneu, J. P. (Org). (2007). **As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: o caso do município de Lagoa Seca no Agreste paraibano**. In: Agricultura Familiar: integração entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002a). **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2ª Ed. VI, Porto: Edições Afrontamento.
- _____, (2002b). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____, (2005). **Reinventar la democracia. Reinventar el Estado**, Buenos Aires: CLACSO.
- _____, (2005). Democracia de alta intensidad. Apuntes para democratizar la democracia, La Paz: Corte Nacional Electoral, 2005.
- SOUSA, Celina. (2006). **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Porto Alegre: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.
- TEIXEIRA, A. C. & Maranhão, T. de Amorim. (2006) .In: GARCÉS et all. **Democracia y Cuidanía en el Mercosur**. Santiago de Chile: LOM Ediciones.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**TECENDO OS FIOS DA REDE SEMENTES: UMA EXPERIÊNCIA DE
CONVIVÊNCIA COM A REGIÃO SEMI-ÁRIDA**

Nerize Laurentino Ramos¹

Resumo

Tecendo os fios da rede sementes é uma reflexão acerca da experiência de convivência com a região semi-árida, no Estado da Paraíba. Esta comunicação reúne algumas intuições-reflexões de pesquisa do doutorado - em curso - no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UEPB). Analisa a *rede sementes* – narrativas de uma experiência - no contexto da **Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA Paraíba)**. Como *rede de interdependências*, das organizações de agricultores e agricultoras familiares no semi-árido paraibano, orienta suas ações sócio-organizativas, políticas e técnicas, na promoção do desenvolvimento sustentável, no intercâmbio de experiências locais, na segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras, no estímulo às parcerias em redes. Como horizonte estratégico (teórico-metodológico): a sustentabilidade das suas ações, o trabalho referenciado no conhecimento agroecológico, na valorização do intercâmbio (de experiências e saberes), na identificação da cultura local dos agricultores – suas práticas ambientais, sua história.

Palavras-chave: Redes sociais; Agricultura Familiar, Semi-Árido Paraibano.

1. Apresentação

No séc. XIX, com a intensificação das inter-relações entre os lugares e temporalidades e o significativo avanço das técnicas das comunicações, a apreensão da vida social contemporânea, a partir da abordagem das redes, ocupou um espaço, em potencial, na reflexão de várias disciplinas e campos de conhecimentos.

Na última década do século XX e início do século XXI, os processos de mobilização e análise da realidade social recolocam o debate das redes sociais, como ferramenta metodológica, para pensar as transformações históricas dos movimentos sociais contemporâneos. As redes sociais como uma aproximação no campo de análise, das novas significações da vida social: processos sociais que funcionam como rede de relações interdependentes; um entrelaçamento de fios, nós, conexões, desconexões, um emaranhado de pessoas, grupos, experiências, ações que “[...] atuam como micro-redes (rizomas ou raizinhas que se tramam) dentro de redes mais amplas que se superpõem a elas, para as diferentes facetas da vida cotidiana” (VILLASANTE, 2002, p.36).

¹ Profª da Universidade Estadual da Paraíba. Doutoranda em Sociologia (PPGS/UEPB). Membro dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais e Trabalho, Políticas e Desenvolvimento Regional (UEPB).

Da compreensão das redes na interdependência dos processos sociais, técnicos, políticos, organizacionais; configurações reticulares específicas e de mediações variadas se desprendem, nas ciências humanas e sociais, um debate, simultaneamente, multidimensional e multidisciplinar: um entrelaçamento de campos simbólicos-linguísticos, de disciplinas e áreas de conhecimentos: sociologia, biologia, antropologia, geografia, estudos dos atores e processos sociais contemporâneos, estudos rurais, organizacionais, urbanos; redes de comunicação e informação, cibernéticas, on-line; redes sociais, políticas, econômicas; redes operativas, técnicas. Uma sobreposição de análises “referenciadas em situações empíricas particularizadas” (SHERER-WARRER, 2007, p. 29) numa intrínseca combinação entre vínculos estruturais e pessoais.

Analisar as formas existentes empiricamente, a partir das configurações específicas que ‘evocam’ um lugar de *rede social* à Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA Paraíba), e, especificamente, a Rede Sementes, como expressão regional, com suas variações e mediações microrregionais, se constitui em objetivo e meta analítica desse trabalho.

2. Redes Sociais de Convivência com a Região Semi-Árida

O estudo das redes sociais no semi-árido paraibano recoloca nos aspectos sócio-político e técnico-metodológico, um novo horizonte estratégico ao debate dos processos sociais no campo: as experiências da Articulação do Semi-Árido Paraibano, desenvolvidas com base nas iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa das famílias agricultoras do semi-árido paraibano; saberes e práticas de grupos e organizações sociais de promoção da segurança alimentar e da convivência com a região semi-árida: as cisternas, a mandala, o tanque de pedra, a barragem subterrânea, a bomba d’água popular, as experiências com saúde e alimentação (hortas comunitárias, quintais e plantas medicinais), os Bancos de Sementes Comunitários (BCS); o roçado /horta orgânica, as experiências com arborização (reflorestamento, viveiros de mudas); a criação de abelha; a criação animal – com a produção e armazenamento de forragem, manejo de pastagem nativa e saúde animal. São múltiplas as experiências desenvolvidas nas comunidades/sítios rurais, nas redes primárias de convivência – marcada pelas afinidades afetivas e proximidade espacial: entre vizinhos, parentes, amigos, espaços de lazer, escolhas religiosas, entre outros.

Não obstante, o pressuposto desse estudo é pensar a rede não como um agrupamento de indivíduos, mas, processos sociais conexos, em que cada elo/nexo/articulação dar-se nas tessituras da interdependência. A rede social ASA Paraíba, é significada na articulação dos

atores sociais, dos coletivos regionais, microrregionais e/ou temáticos e, espaços institucionais e políticos vão tecendo o seu lugar social na relação estabelecida com o outro: trata-se de uma construção simultânea “em que cada um descobre a si mesmo, descobre e redescobre o outro, num processo permanente de construção de algo que, além de individual, é coletivo” (FRIGOTTO; TIRIBA, 2002, p.15)

Combinam-se nesse percurso uma sobreposição de atores/ações/experiências com estruturas descentralizadas: as ações diretas do agricultor e da agricultora no seu sítio, na comunidade, as articulações microrregionais, os processos dos coletivos regionais e, *pari passum*, as instâncias e espaços centralizados de coordenação/execução/direção (Vide: figuras 1 e 2).

Figura 1

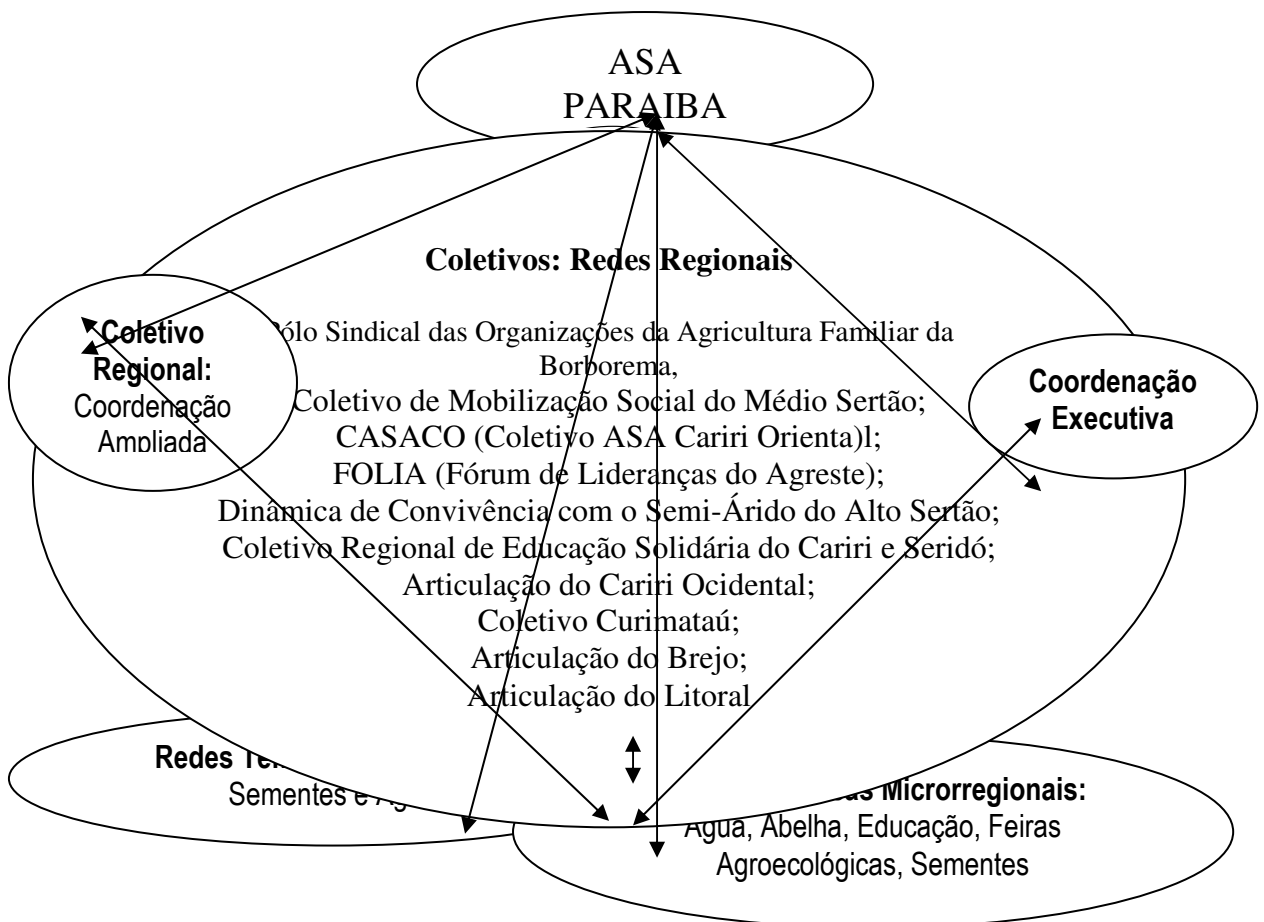


Figura 2



3. Tecendo os fios da Rede Sementes

A Rede Sementes da Articulação do Semi-Árido paraibano, como coletivo temático, é uma expressão das redes entrecruzadas: uma *rede dentro de outra*. Como figuração específica a sua constituição dar-se a partir de múltiplos lugares sociais. O Banco de Sementes Comunitário (BSC) é o fio ordenador e sustentáculo/suporte da rede na gestão comunitária dos estoques familiares das “sementes da paixão”.

A tradição das famílias rurais no semi-árido de produzir e guardar a sua própria semente em casa tem consolidado, ao longo das décadas, através do uso, prática de conservação da diversidade agrícola como adaptação e seleção de materiais, troca e experimentação de recursos genéticos. Aliado aos materiais há a mobilização e a perpetuação o conhecimento sobre a diversidade sem o qual não seria possível o uso (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 21).

A terminologia “sementes da paixão” foi sendo incorporada ao discurso político da rede como uma referência sócio-político-organizativa, utilizada pelos agricultores e suas organizações, e mediadores, para nomear as variedades locais: “a semente da paixão é aquela desejada para cultivar, desenvolvida em harmonia com o ambiente e a cultura da região” (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 9), testada nas experiências dos agricultores e agricultoras, conhecidas como boa para plantar e colher, valorizada como fonte de alimento e segurança alimentar para as famílias agricultoras, adaptada às condições sócio-climáticas, que está disponível na hora do plantio e, marcadamente, presente no dia-a-dia dos agricultores do semi-árido - nas suas práticas de armazenar as sementes e garantir o plantio de cada ano;

[...] a semente é positiva, semente que é boa pra plantar pra comer, pra armazenar;
[...] semente da paixão, da vida, porque é dela que a gente se alimenta, cria nossos filhos;
[...] é desde o tempo de nossos avós, é pesquisada pelos nossos avós; [...] com a semente bem guardada o agricultor fica mais seguro, pois na hora que a água molha a terra ele tem o que plantar;
[...] semente pra atender as necessidades das pessoas, para garantir nossa sobrevivência;
[...] no momento em que o agricultor precisa plantar, ele não busca semente em outro canto, ele já preveniu que tem o banco de sementes que vai realmente favorecer no momento do plantio (narrativas de agricultores e agricultoras).
[...] a semente ela deve ser preservada porque desde o começo... começo do Brasil, né que o pessoal mais antigo guardava as sementes e aquilo ali era a garantia que quando chegasse à época de plantio, as pessoas já tendo a sua semente em casa, não tá dependendo do governo, de ninguém; de ficar correndo pra cima e pra baixo procura de semente, então é de grande importância preservar a semente e como essa semente é, ela é tão boa que deu-se o nome de semente da paixão (agricultor experimentador e liderança comunitária, Puxinanã – PB).

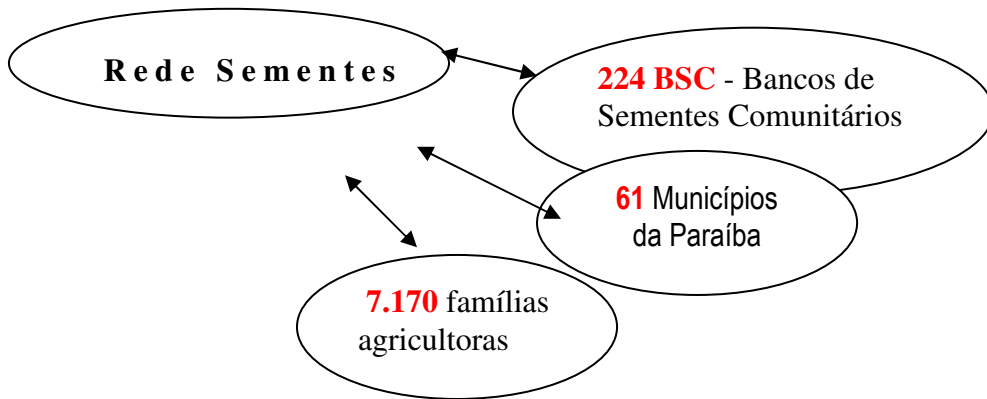
O funcionamento dos bancos de sementes comunitários (BSC) se assemelha às práticas cotidianas de trocas comunitárias: de produtos, presentes, sementes, dias de trabalho, mutirões. O diferencial da experiência é que requer de uma estrutura mínima de organização: o grupo de agricultores, a definição das regras de associação e pertencimento ao banco (quadro de sócios), um capital inicial (sementes) e um conjunto de procedimentos de acesso e devolução da semente após a colheita, com um acréscimo a quantia original recebida para formação do estoque de reserva do banco e proporcionar um aumento da oferta de sementes para novos sócios.

A formação de estoques familiares e comunitários remonta as três últimas décadas. No Brasil (na década de 70) a Igreja Católica cumpriu um papel importante nesse processo, através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) nas paróquias, dioceses e regionais do Nordeste. Vários fatores são apontados como decisivos, enquanto motivação, para formação dos bancos comunitários. O primeiro diz respeito à segurança e agilidade, a garantia de ter a semente na hora do plantio, a independência em relação aos proprietários de terras que trocavam trabalho por sementes e, por desdobramento, dos empréstimos contraídos em troca de um percentual da produção (DINIZ, 2001).

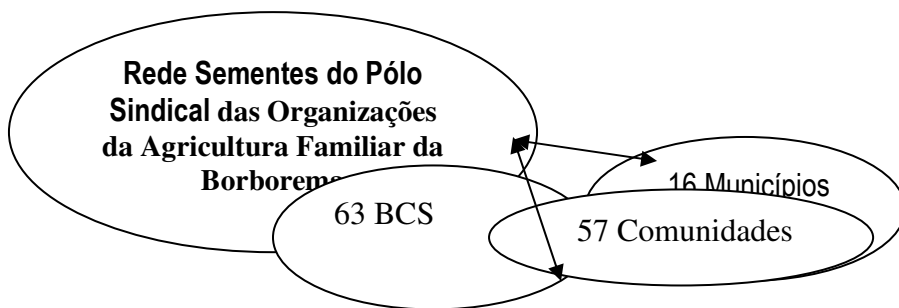
Com as redes sociais de convivência (na década de 90) começa uma nova fase para os bancos comunitários de sementes. Do espaço micro local (BCS) para o espaço rizomático da Rede ASA Paraíba, na transversalidade das múltiplas redes tecidas no espaço regional: Rede Sementes, Rede Água, Rede Abelha, Rede Educação. “Estas organizações também estão conscientes da necessidade de construir referências, que sejam ao mesmo tempo práticas e sustentáveis, que apontem para a superação do problema de falta de sementes de qualidade, adaptadas às condições locais e acessíveis na época de plantio” (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002, p. 59).

A Rede Sementes contabiliza, na atualidade - 224 Bancos de Sementes comunitários (BSC), distribuídos em 61 municípios, envolvendo 7.170 famílias agricultoras – dela se desdobram outras redes microrregionais: Alto Sertão, Médio Sertão, Cariri e Seridó e Pólo Sindical da Borborema:

Figura 3



Rede Sementes do Pólo Sindical²: uma expressão microrregional:



Partindo-se, para uma melhor precisão, dessa configuração social específica de rede social no semi-árido: a *Rede Semente* como instância regional, com alguns espaços microrregionais consolidados (Médio Sertão, Alto Sertão, Cariri e Seridó, Pólo Sindical), que estabelece como referência-base à organização comunitária “lá da ponta”: o banco de sementes comunitário (BSC), as associações comunitárias – também denominadas de associações de pequenos produtores - os agrupamentos informais entre vizinhos, amigos, familiares que se reúnem na colheita, na festa, na fé, no trabalho, na feira semanal. Como rede regional estabelece, de fato, dispositivos de iniciação, funcionamento, articulação, mobilização, entre outros, que são inovadores nos aspectos: técnico-organizativo-político. São procedimentos advindos do entrecruzamento – do agir e pensar como rede – impossível de acontecer no isolamento e/ou agrupamento (a família agricultora, o banco de sementes, a

² Vide **Anexo (Figura 4)**: Desdobramento da Rede Microrregional do Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema.

associação comunitária), sem os vínculos e lealdades estabelecidos socialmente pela conectividade.

Não obstante, muitos procedimentos escapam ao espaço micro local (organização, grupo, sítio, comunidade). A gestão social e as capacidades exigidas para determinadas funções e mediações políticas ocorrem dentro de um marco institucional (ASA Paraíba) e seus lugares de decisões - suas instâncias executivas: temáticas e ou regionais, com centralizações e descentralizações diferenciadas (Coletivos Regionais, a Coordenação Ampliada e Comissão Executiva). Nessa perspectiva, a designação apropriada para pensar a margem grupal, comunitária, familiar de influenciar e gerir autonomamente os destinos da sua organização depende dos movimentos e sentidos construídos pelos atores sociais e organizações, do poder de cada narrativa: quem fala o quê, quais são os interlocutores – internos, externos à organização, as relações de forças que os institui, os diferentes lugares sociais ocupados, os sentidos do que vai sendo pronunciado, proposto, e a legitimidade de cada narrativa (ORLANDI). Visualiza-se um vasto campo social da interdependência de atores, ações e experiências, de complementaridades ambíguas, conflituosas, que não parte sempre de um centro e nem é descentralizado por constituição – mas pode ser simultaneamente, descentrado, centralizado e rizomático.

Parte-se do pressuposto o, que os indivíduos aprendem a cooperar, que no exercício da solidariedade os interesses individuais vão sendo redimensionados, recompostos, relançados a partir de múltiplas mediações: políticas-cognitivas-intitucionais; uma combinação de internalização, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios. No entanto, Mary Douglas (1998) reconhece que ditas representações não são suficientes para compreender o comprometimento dos indivíduos com o grupo maior. Eles não agem, exclusivamente, como seres racionais no sentido de otimizar os benefícios, utilidades, resultados, numa relação custo-benefício em termos pessoais. Existem campos de convicções e decisões que escapam à racionalidade e o controle das ações de todos os atores sociais envolvidos no processo, das capacidades organizadas, da intensidade das articulações.

A conexão de uma rede é um ato eminentemente simbólico – é o sentimento de pertencimento que cria os sentidos: de participação, de identidade, de ser membro, da submissão consentida às exigências/cobranças, das obrigações, da solidariedade e, *pari passum*, da articulação de uma pluralidade de aspectos distintivos, divergentes, conflituosos que se mantêm coerentes através da flexibilidade proporcionada pelo modelo organizativo das redes sociais. No dizer de Manuel Castells (2000): uma pluralidade de organizações só

funciona em um sistema de redes, que, por designação, não combina com a tradição corporativa dos movimentos sociais.

4. Considerações Finais:

Do dito anterior se desprende que a experiência das redes sociais de convivência com a região semi-árida paraibana é pensada, substancialmente, como uma experiência que congrega e articula vários atores sociais num projeto comum: o desenvolvimento sustentável da região; a valorização do potencial que cada ator tem de construir (protagonizar) seu próprio futuro; a valorização dos recursos locais disponíveis no território (humanos e naturais) e o estímulo às experiências e saberes dos agricultores e agricultoras familiares.

Ao se pactuar o projeto de convivência com a região semi-árida, se potencializa um espaço de concertação social: de formulação de proposições e gestão de políticas públicas sustentáveis, adaptadas às condições sociais específicas da região, e, simultaneamente, referenciadas no conhecimento agroecológico, na valorização do intercâmbio (de experiências e saberes) e da cultura local dos agricultores e agricultoras - suas práticas ambientais, sua história.

5. Referências

- ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Ângela. **Semente da Paixão**: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72p.
- ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. **Projeto Institucional**. Campina Grande, 2004.
- BRITO Paulo Afonso Barbosa. **Redes Sociais e a construção do social pelo social**. 2007, 56p. . [mimeo].
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- DINIZ, Paulo César Oliveira. **Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido**: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. 2002. 139p. Dissertação (mestrado em sociologia rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande: 2002.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP. 1998.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1988. (Coleção passando a limpo).
- SHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: **Redes, sociedades e territórios**. Leila Christina Dias e Rogério Leandro Lima da Silveira (orgs.). 2. ed. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2007.

_____. **Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984. [140p.]

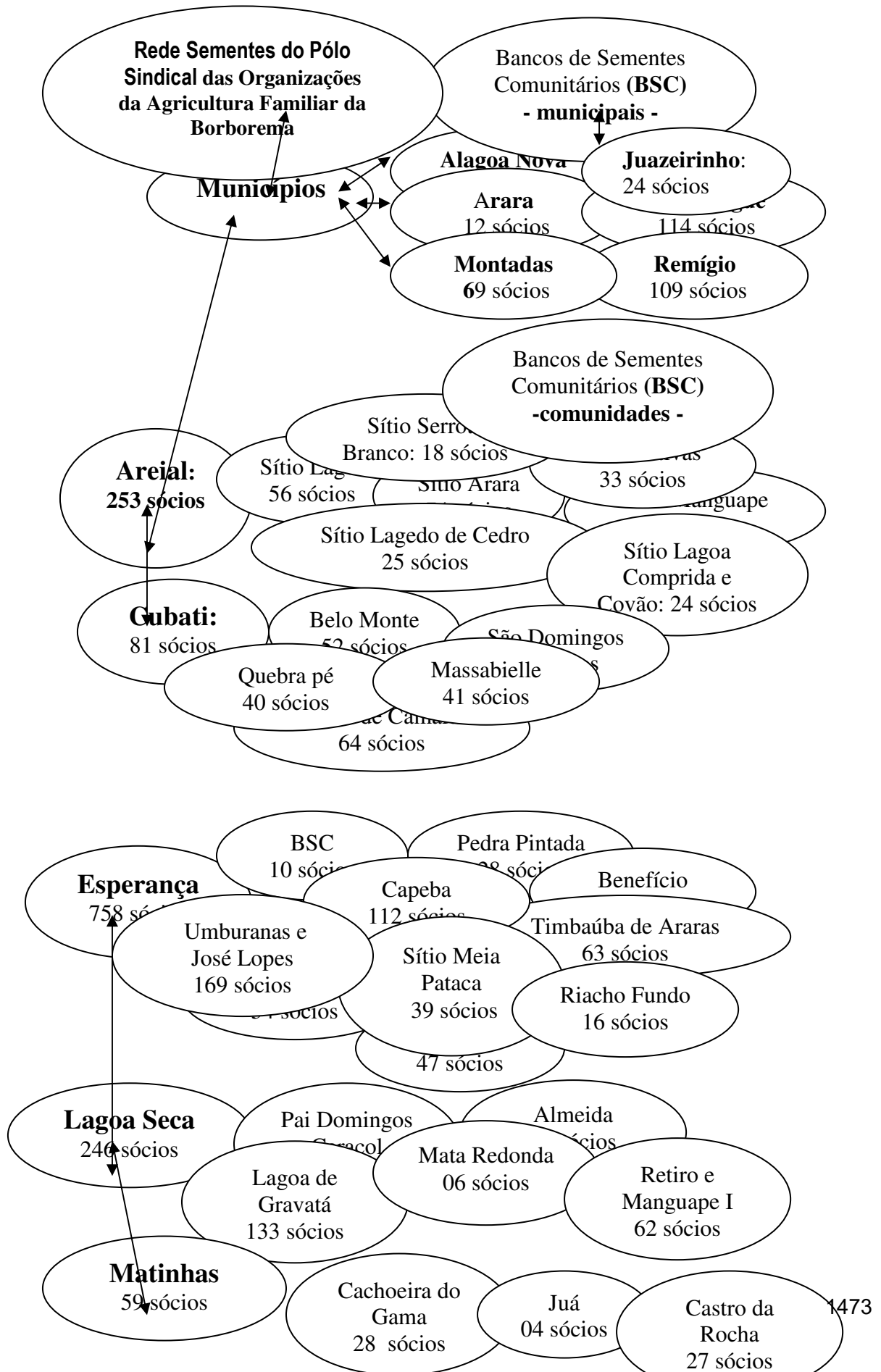
_____. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1993. 143p. (Coleção Estudos Brasileiros, 1).

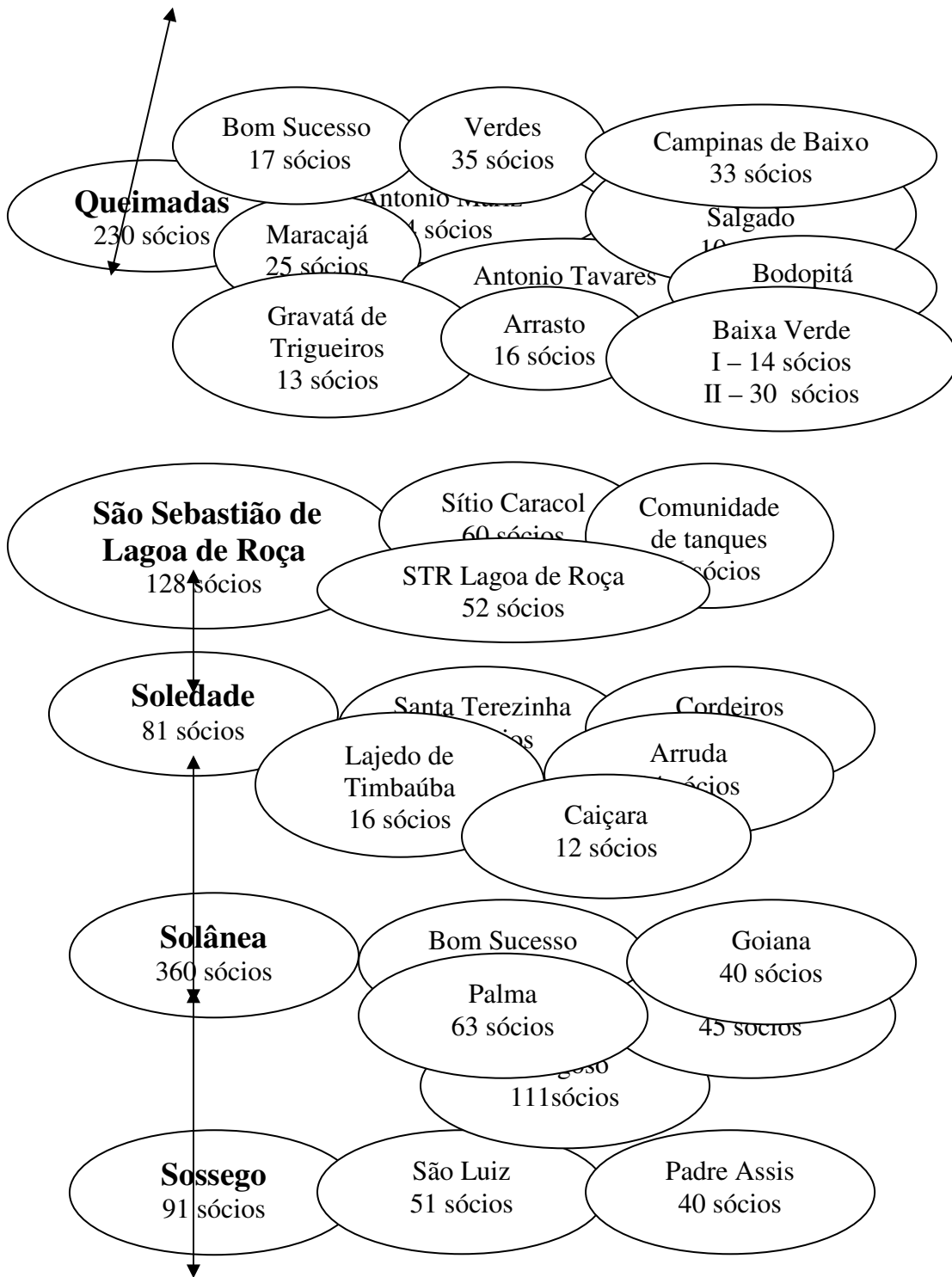
TIRIBA, Lia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Fios de algumas redes tecidas na correnteza do Rio. In: VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas:** estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

VILLASANTE, Tomás R. (2002), **Redes e alternativas:** Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VILLASANTE, Tomás R. (1998), **Del desarrollo local a las redes para mejor – vivir.** Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas, 1998. 2v. (Cuatro Redes para mejor vivir).

Anexo: Figura 4 - O desdobramento microrregional da Rede Sementes.





3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

**TERRA EM (NÃO) NEGOCIAÇÃO: AS LUTAS POR LEGITIMAÇÃO NO
CONTEXTO SUL AFRICANO DE REFORMA AGRÁRIA**

Joyce Gotlib¹

Resumo

Tendo como pano de fundo as disputas por terra na África do Sul contemporânea, me proponho a analisar comparativamente os objetos discursivos concorrentes de dois sujeitos coletivos que são construídos a partir de sua inserção nas lutas por terra naquele país. O objetivo deste trabalho foi perceber os diversos sentidos atribuídos à noção de *Land Reform* publicizados por dois sujeitos específicos em um evento nacional intitulado *National Land Summit* promovido em 2005. Diferentemente da literatura existente sobre o tema das lutas fundiárias, analisei as reivindicações de dois grupos opostos: os *landless*² e os *patrões*. No caso estudado, foi possível identificar que ambos os grupos justificavam o merecimento pelo direito à terra por meio de objetos de provas diferentes, porém legítimos, que os fazem ocupar posições específicas na figuração sul africana.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Movimentos Sociais; Lutas por Terra

1. Introdução

O presente texto³ tem o propósito de expor, muito sucintamente, o dilema da reforma agrária na África do Sul contemporânea. Utilizando como universo de análise um congresso nacional sul-africano sobre a questão agrária, procurei apresentar os objetos discursivos próprios de dois sujeitos historicamente em oposição entendidos aqui como justificações para merecer o direito à terra. Dentre as questões levantadas pelos atores envolvidos nos conflitos fundiários, a desapropriação de terras ganha voz, principalmente entre as organizações representantes de grupos sem terra. O ponto crucial da pesquisa foi identificar, por meio da análise dos dizeres enunciados em um momento específico pelos dois grupos citados acima, a que estes sujeitos estão reportados quando falam de *Land Reform*, destacando, em cada documento, quem é tido como culpado, quem são seus aliados, e a quem endereçam suas reivindicações.

¹ PPGSD- UFF.

² Neste caso, utilizei a palavra 'landless' para me referir aos não proprietários dos meios de produção da zona rural da África do Sul sendo este o nome que as organizações usam par falar da população pobre e nos documentos aqui analisados.

³ Este *paper* é baseado na pesquisa feita nos anos de 2006 e 2007 como bolsista de iniciação científica do CNPQ que se encontrava vinculada ao projeto " *Lutas por terra em perspectiva comparada*", resultando no trabalho monográfico de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais em dezembro de 2007.

O evento intitulado “National Land Summit” foi um momento solene por ter sido a primeira conferência nacional a tratar dos assuntos relativos à terra, e ainda pelo reconhecimento por parte do Estado da população nativa (entendida aqui com *landless*), que durante um século era percebida como inferior, e privada de qualquer tipo de liberdade. Nesse caso, a conferência construiu uma situação de confronto, tendo como feito inédito a presença de organizações societárias e das organizações patronais rurais. Por este evento agrupar um emaranhado de elementos importantes para compreender como se dão as lutas por terra na África do Sul contemporânea, optei por utilizá-lo como universo de análise.

O *corpus* de minha pesquisa é composto pelos pronunciamentos das organizações reunidas pelo governo no grupo ‘**movimentos sociais e organizações civis societárias**’⁴; e os pronunciamentos dos sujeitos agrupados na categoria ‘**agricultores comerciais**’. Tais classificações construídas pelo próprio Estado merecem uma reflexão já que toda ação de ordenamento social pressupõe uma exclusão. Ou seja, o sistema classificatório criado para organizar o evento acaba por gerar elementos não organizados, entendidos como desordenados pelos incluídos na organização. Além disso, pressupõe, antes de mais nada, uma separação racionalizada pelo próprio Governo. Desse modo, é importante termos em mente que os documentos aqui estudados são de grupos que, na visão do Governo, estariam inseridos no sistema de classificação proposto.

Sem querer apresentar um estudo histórico da sociedade sul-africana, foi necessário descrever, de modo até um pouco simplista, o processo específico sul-africano de formação a *figuração* contemporânea hoje percebida na África do Sul, para que o problema de pesquisa se torne claro para o leitor. Não apenas Norbert Elias, que falarei mais adiante, mas Max Weber já nos chamava a atenção para as especificidades de cada contexto social, além da importância da história para a compreensão do sentido das ações sociais.

O trabalho aqui proposto tem em suas bases metodológica e epistemológica alguns conceitos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Tais autores optam por uma análise relacional onde os diversos sujeitos coletivos ou individuais estão em constante relação, não podendo ser entendidos como algo autônomo ou independente. O conjunto de interações entre determinados agentes em relação acaba por formar um campo de poder para Bourdieu. Elias entende tal arranjo de interações como um processo construído historicamente em constante alteração, conceituando o conjunto de relações como uma *figuração*. Desse modo, meu

⁴ Dentre as onze organizações de *landless* agrupadas na categoria de ‘Movimentos sociais e organizações societárias’, seis não disponibilizaram os *statements* para publicação no site do evento, e uma organização deixou de existir no final de 2005.

pressuposto teórico é que os proprietários de terras, os *landless* e o Estado estariam em constante relação, já que estariam inseridos numa mesma figuração, onde o capital simbólico disputado seria a terra.

Por último, as reflexões de Luc Boltanski(2000) acerca do indivíduo iluminam de forma considerável meu entendimento acerca das falas autorizadas de cada sujeito. Segundo Boltanski, os indivíduos conhecem os elementos autorizados pela coletividade necessários para se reivindicar algo. O autor percebe que os indivíduos têm domínio dos elementos cognitivos legítimos para serem reconhecidos em cada situação social que experencia em seu cotidiano. O que está em jogo para o autor seriam os recursos utilizados por cada sujeito para garantir o engrandecimento desta pessoa em uma dada situação social, ou seja, sua legitimação. Boltanski nos ajudará a pensar quais elementos os grupos convidados a discursar utilizam a fim de se engrandecer, compreendendo assim o sentido publicizado por cada agente das lutas por terras.

Apesar da distância espacial e histórica entre a África do Sul e o Brasil, ambos vivenciaram processos sociais que os classificam como sociedades periféricas ou ‘não exemplares’. Sendo assim, a análise do conjunto de reivindicações de grupos envolvidos na luta pela terra na África do Sul, cria espaço para a reflexão de questões ainda obscuras referentes às disputas por terras no contexto brasileiro.

2. Da história ao problema

A concentração fundiária percebida hoje na África do Sul foi resultado de um processo social marcado pelo apartheid racial, que teve como uma de suas ações mais significativas(para este estudo) expulsar os moradores originais de suas terras. Não cabe descrever aqui todo o processo de *dispossession* (Ntsebeza, 2005), apenas ressaltaremos três marcos históricos necessários para entendermos a *Land Reform* sul-africana, já que estamos buscando compreender o dilema da terra hoje nesse país.

Em meados do século XVIII, ingleses e holandeses disputavam as terras contidas no espaço territorial que hoje é chamado de África do Sul. Nesse momento, podia-se perceber um movimento dos holandeses para o interior, e a conseqüente formação de duas repúblicas *Boers*: Orange Free State e Transval. Já os ingleses se fixaram no Sudoeste e Sudeste do Cabo. Ambos os colonizadores expulsavam os moradores originais de suas terras, retirando suas posses, desestruturando seu clã, logo alterando a organização política antes vigente. As

pessoas não tinham outra escolha senão servir-se de força de trabalho para os novos proprietários, a fim de garantir algum tipo de sobrevivência.

O primeiro marco histórico ressaltado é o ano de 1894. Neste período foi instituído pelos ingleses o *Glen Grey Act*, prescrevendo que os indivíduos que relacionavam-se com os fazendeiros por um sistema de parceria *-free holding-* não poderiam, daquele momento em diante, ter mais de um lote. Ou seja, ficara impedida a acumulação de capital para os africanos nativos. (Ntsebeza, 2005)

O início do século XX e a formação da união sul-africana correspondem ao segundo momento de particular interesse para esta pesquisa. No ano de 1910, colonizadores holandeses e ingleses entram em um acordo depois de séculos em conflito, pondo em vigor um sistema comum de controle dos africanos. No ano de 1913 é instituído o *Natives Land Act*. Segundo esta legislação apenas 7% das terras⁵ poderiam ser das populações negras, que correspondiam a 87% de toda a população sul-africana. Todo o território restante era propriedade legal dos brancos, sendo proibida a compra de terras por pessoas negras. O processo de expropriação dos moradores originais de suas terras já estava em curso, no entanto, a ementa constitucional de 1913 formalizava o processo de expulsão como legítimo. Os anos de 1910 e 1913, sendo assim, correspondem ao momento de formalização do processo de expropriação, há dois séculos iniciado. (Nuttall, 1998:15)

No decorrer do século em questão, a situação dos excluídos se tornou mais complexa, já que em 1948 é implantado o regime do *apartheid* podendo ser descrito como uma política adotada pelo governo sul-africano, caracterizada por separar, espacial e socialmente brancos e negros. Os negros foram, gradualmente, impedidos de circular livremente, só podendo freqüentar áreas restritas a população identificada como Bantu. A independência política e a garantia de liberdade só se deu muito recentemente, em 1994, depois de décadas de luta e resistência organizada dos trabalhadores e estudantes negros contra o sistema de opressão vigente. As negociações entre o partido de oposição (ANC- African National Congress) e o Governo encerraram-se com a vitória de Nelson Mandela para a presidência do país, instaurando o primeiro governo negro da nação.

⁵ Em 1923, uma extensão deste ato aumentou a porcentagem pra 13 %. As terras destinadas à população negra (13%) foram demarcadas pelo Governo, e classificadas segundo categorias étnicas, criadas e impostas pelo Estado. Os negros, a partir desta data, só poderiam ter direito à propriedade de terra dentro destas áreas, chamadas reservas. No comando, estavam chefes tradicionais empossados pelo próprio Estado para administrar as reservas, tornando-se funcionários propriamente estatais. Nestas áreas, só era permitido o cultivo de terras comunais ou a produção em pequena escala, a fim de evitar qualquer tipo de competição com os proprietários brancos.

O programa *Land and Agrarian Reform* formalizado em 1996, divide-se em três categorias: a Restituição, englobando as famílias, comunidades e indivíduos que foram expulsos de suas terras a partir de 1913; a Redistribuição, que buscava envolver os que nunca obtiveram terra; e a reforma com relação à posse da terra, para trabalhadores e moradores de fazendas que não tinham qualquer tipo de posse legal sobre a terra.

Formalmente, o novo governo democrático estaria cumprindo com as exigências da maioria negra. No entanto, segundo Ntsebeza (2005), o programa de Reforma da Terra e a constituição sul-africana apresentariam contradições. Apesar de respeitar os direitos dos negros em receber sua terra de volta, reconhecem o direito de propriedade dos proprietários rurais, não permitindo as desapropriações sem indenização para o fazendeiro. Na visão deste autor sobre a constituição sul-africana, a posição do Governo é contraditória. Apesar de garantir aos sujeitos que foram expropriados de suas terras o direito à restituição, oferece como alternativas a indenização. Desse modo, o Estado não precisaria desapropriar os fazendeiros; e ainda, restituíam de forma ilusória os beneficiários do programa (Ntsebeza,2007:112)

3. O National Land Summit

Apesar do National Land Summit ter sido concretizado somente em 2005, muitas organizações, desde 2001, cobravam do Estado a realização de uma conferência nacional com o objetivo de discutir o programa de reforma da terra instituído na década passada. A maioria dos demandantes reclamava da lentidão das políticas previstas no programa e das medidas adotadas que favoreciam, somente, ao mercado.

Em 2005, foi a primeira vez na história sul-africana que os *landless* e as organizações patronais rurais⁶ se confrontaram publicamente. Por meio deste evento, grupos envolvidos nas lutas por terras puderam discutir novas estratégias para o atual programa de reforma agrária.

3.1 A fala dos não proprietários

Dentre os convidados para o *Land Summi*, estavam organizações não governamentais e movimentos sociais que, para o governo, representavam a população pobre que vivia nas zonas rurais. É curioso ressaltar que nenhum morador de fazenda ou trabalhador rural foi

⁶ A expressão organizações patronais é utilizada por Regina Bruno em sua tese para se referir às organizações de proprietários de terras. Vide bibliografia.

convidado. Era necessário ser representado por um grupo institucionalizado e reconhecido pelo Estado como atuante junto às zonas rurais. Os sujeitos coletivos que presidiram o *summit* foram classificados como pertencente ao grupo dos. No contexto atual sul-africano, organizações não governamentais realizam projetos nas áreas rurais, com a finalidade de ajudar a população sem terra a reivindicar direitos civis, como, neste caso, o direito à terra. Muitos pesquisadores procuram analisar o papel desempenhado pelas ONGs na África do Sul, chegando até a entender tais agentes, como no caso do Camaroff(1996a), como sendo a própria sociedade civil sul-africana.

Para a pesquisa dos documentos enunciada neste texto, selecionamos cinco organizações do universo das englobadas no grupo das organizações civis societárias. A TCOE- Trust For Community Outreach And Education ; A organização Women on Farms Project (WFP) que atende ao público feminino que trabalha em fazendas da província de Western Cape⁷; e a NHTL(Natinal House of Tradicional Leaders), que compreendiam representantes dos chefes tradicionais⁸.

Com relação aos movimentos sociais, raros são os pesquisadores que reconhecem a importância e força política destes sujeitos. Para o evento, dois movimentos sociais foram convidados a discursar: o Landless People's Movement e o ALARM, ambos criados pelo National Land Committee⁹. Neste estudo, só analisaremos a fala do LPM, devido ao fato do ALARM ter-se extinguido no término no mesmo ano.

Preocupada em destacar os elementos comuns em cada um dos discursos dos representantes dos *landless*, procurarei perceber como cada grupo expressa o uso da terra, como justificam seu direito, além de apresentar quem são seus aliados e inimigos, observados a partir da análise das reivindicações.

Nos discursos analisados, as ações de expulsão realizadas durante o século XX são evidenciadas, ressaltando os fazendeiros como beneficiários destas ações. As organizações caracterizam as remoções forçadas e o processo de expropriação como medidas ilícitas. A expressão "*stolen land*", que aparece em três dos quatro discursos, contribui para a

⁷ Mais detalhes sobre a WFP ver www.wfp.org.za .Acesso em 17 de dezembro de 2007.

⁸ Os líderes tradicionais administram, até hoje, muitas comunidades rurais dentro das homelands se agruparam para formar The National House of Tradicional Leaders. Mesmo após o término do apartheid, a estrutura organizacional das homelands foi mantida, e, em certos casos, reforçadas por novas legislações. Ver Ntsebeza, 2007.

⁹ Este órgão pode ser entendido como uma federação das Land NGOs que agiam nas zonas rurais. Os ativistas que trabalhavam pela federação criaram comitês locais em vários distritos. Nestes espaços, moradores participavam de atividades, reuniões e capacitações, com a finalidade de desenvolver lideranças comunitárias.

associação entre injustiça e Governo. Roubar é uma ação que, para todos os sujeitos se apresenta como um ato ilegal, necessitando de uma punição. (Vide tabela 1 do anexo)

Para todos os sujeitos, o programa de Reforma da Terra adotado pelo Governo é ineficiente, privilegiando apenas os grandes proprietários rurais brancos. As demandas dos discursos analisados se direcionam para o Estado, categorizando este como provedor dos recursos e suportes necessários para as mudanças reivindicadas.

O não cumprimento das promessas de governo feitas em 1994 é retificado nos discursos. A utilização de palavras como sofrimento (LPM), morte (NHTL e TCOE), abuso (WFP) contribuem para qualificar a lentidão das políticas governamentais como injustas, deslocando o sujeito representado no discurso (que são os pobres e sem-terras) como vítima. Levando em consideração o público presente no evento, estas palavras fazem sentido tanto para o governo como para entidades internacionais em relação ao conceito de justiça. Seguindo esta linha de raciocínio, os autores dos documentos posicionam os fazendeiros brancos numa posição de injustos e não merecedores de apoio estatal. (Vide tabela 1 do anexo)

Outra questão comum nos documentos é a presença dos antepassados para evidenciar que os negros e sem terra são capazes de promover a agricultura, também sendo mobilizados para justificar o pertencimento das terras. Os recursos utilizados, neste caso a história, podem ter sido evocados pelo conhecimento por parte dos sujeitos reclamantes que recorrer ao direito tradicional é hoje algo legítimo, como forma de reivindicação. (Vide tabela 1 do anexo)

O modelo *willing seller willing buyer* é caracterizado como ineficiente para todos os sujeitos representantes dos *landless*. Todos os discursos consideram a compra das terras pelo Governo como algo errado, já que estas mesmas terras foram roubadas dos moradores originais. Pagar pela terra conquistada no passado seria um insulto. Em todos os discursos, é evidenciada a transformação do Programa de Reforma da Terra existente, promovendo a redistribuição e restituição das terras, direcionando os recursos disponíveis pelo Governo para os *landless*, para os pobres. Assim, as desapropriações seriam vistas como justas, opostas as ações dos fazendeiros que podem ser entendidas, nesta situação, como injustas.

Com relação ao uso atribuído a terra, os sujeitos ressaltam a questão da moradia, do provimento de alimentos e da fonte de sustento. Beneficiar os *landless* seria utilizar a terra e o dinheiro do governo para moradia, para produzir comida, para dar sustento financeiro para as famílias. Lembrando que estes documentos foram produzidos para serem pronunciados neste Summit, devemos levar em consideração que os sujeitos conhecem quais usos da terra

possíveis de serem reivindicados e entendidos como legítimos para os participantes. (Vide tabela 1 do anexo)

Portanto, os representantes dos *landless* apresentaram os *farmers* como inimigos, e o Estado como possível aliado, este que no presente (2005) se encontraria ao lado dos fazendeiros brancos. Por utilizarem em seus discursos apoios comuns -tais como a história, a ancestralidade e exemplos de sucesso em desapropriações- percebemos claramente que os *landless* compartilham do conhecimento acerca dos argumentos legítimos, nesta situação, para se reivindicar terras na África do Sul. Quando se trata do sentido do acesso à terra para tais sujeitos, nenhum deles evidencia, no discurso publicizado, uma visão financeira ou econômica. Pelo contrário, o que se quer, segundo tais pronunciamentos, é terra para morar, para viver, exigindo do Estado a sua redistribuição.

3.2 Os padrões bipartidos

Ocupando o lugar dos proprietários na figuração construída em torno das lutas fundiárias temos os agricultores comerciais. Estes sujeitos representam, hoje, os interesses dos fazendeiros brancos e negros da África do Sul, que participam do mercado nacional e internacional de produtos agrícolas e pecuários voltados para fins lucrativos. As organizações aqui estudadas são: a Agri-SA, uma organização de âmbito nacional; A NAFU (National African Farmers Union) que representa os interesses de indivíduos negros que pretendem ou já estão inseridos no setor da agricultura comercial; e a TAU-SA que representa os interesses dos fazendeiros brancos, em sua maioria, *Boers* (holandeses).

Ao observar com minúcia os pontos levantados por cada uma das organizações englobadas na categoria dos agricultores comerciais, notei que, apesar destes sujeitos estarem reunidos dentro do mesmo grupo, eles apresentavam visões diferenciadas com relação às políticas propostas pelo Governo sul-africano. Tais dessemelhanças ultrapassam a questão racial (não desmerecendo os elementos que emergem mediante tal questão), no sentido de irem além das diferenças sócio-históricas vivenciadas pelos brancos e negros, já que as duas organizações representantes de empresários brancos exibiram pontos de vistas divergentes, a respeito das ações a serem adotadas pelo Estado que diziam respeito aos empresários negros. Todavia, percebemos que os sentidos publicizados por estes agentes com relação aos usos da terra se aproximam. Os mandantes do patronato rural, tanto negro quanto branco, reivindicam o acesso à terra para produção de alimentos, ganhos materiais e desenvolvimento econômico, afastando-se dos sujeitos estudados no capítulo um. (Ver tabela 2 do anexo)

A partir dos discursos das organizações patronais percebi que estes enunciaram problemas no programa de reforma agrária no que diz respeito à produção de alimentos, e ao crescimento econômico. Ou seja, as organizações patronais ouvidas no *summit* entendiam o uso da terra para fins produtivos, percebendo a reforma agrária como um meio pra se atingir o desenvolvimento agrícola. Por meio da utilização de citações de economistas famosos, reconhecidos como especialistas ou profissionais, os patrões almejavam mais recursos e investimentos do Estado no setor agrícola.

Deste modo, os pronunciamentos possuem uma estrutura comum, pois se baseiam na discussão do conhecimento ou não das técnicas necessárias ao aumento da produção agrícola no país, só que em cada um pronunciamentos, observamos um grupo específico capaz de exercê-la.

3. Conclusão

Portanto, é notório que a estrutura dos discursos dos grupos analisados não é a mesma. Enquanto que no grupo dos *landless* o discurso se estruturava a partir da apresentação de seus aliados e inimigos e do problema do programa de reforma agrária, os pronunciamentos dos patrões esboçaram além do problema do programa segundo seu ponto de vista, uma solução, o responsável por solucionar o problema, e ainda, no que se apóiam para justificar suas demandas.

Buscando um elo comum entre todos os sujeitos estudados, descobrimos na pesquisa comparativa entre os discursos que o que une os sujeitos estudados seria o Estado. Os não proprietários de terras e os patrões, mesmo assumindo posições opostas na figuração ds lutas por terras, endereçam suas reivindicações ao Governo, entendendo tal ator como agente capaz e responsável por promover as mudanças demandadas pelas organizações.

Desse modo, este estudo nos apresenta um outro modo de entender os conflitos por terra na

África do Sul, já que se distancia de diversos autores que estudam os movimentos sociais contemporâneos que atuam neste país por meio de suas estratégias e valores. A análise dos documentos dos dois grupos aqui evidenciados contribuiu para nosso entendimento acerca da heterogeneidade dos sujeitos que compõem as organizações de *landless* e dos patrões. No entanto, como vimos anteriormente, todos os documentos criam um cenário rural onde estão em relação os *farmers* (fazendeiros brancos), o Estado e os *african people* ou *black and poor* (negros sem terra).

4. Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. “A Experiência Sul-africana de Reforma Agrária”. In: Organização Mônica Dias Martins. **Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência nas América Latina, África e Ásia**. Viramundo, São Paulo:2004.
- BOLTANSKI, L. **El Amor y la Justicia como Competencias**. Buenos Ayres, Amorrortu:2000.
- BORGES, Antonadia.(2006), **À corte: Notas etnográficas sobre conflitos fundiários na África do Sul**. 2007
- BORDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp: 1996 b.
- COMAROFF,J.J. **Civil Society and the Political Imagination in Africa: Critical Perspectives, Problems, Paradoxes**. Chicago: University of Chi-cago Press.1999a.
- CLIFFE, L. Land Reform in South Africa. **Review of African plotical Economy**. London, vol. 27[pp. 273 – 287]: 2000
- COOPER, F. “Conflict and connection: rethinking colonial african history”. In: **The American historical review**. Vol 99, N° 05 [1516-1645]:1995.
- GLUCKMAN, Max. “O reinado dos Zulu da África do Sul”. In :M. Fortes & Evans Pritchard. **Sistemas políticos africanos**.Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa [pp 25 -55]: 1940.
- HART, G. **Disabling Globalization: Places of Power in Post-Apartheid South Africa**. University of California Press and University of Natal Press: 2002.
- HONNETH, A. **A luta por reconhecimento**. São Paulo, Editora 34.:1995.
- HUCHZERMEYER, M. **Housing rights in South Africa: invasions, evictions, the media and the courts in the cases of Grootboom, Alexandra and Bredell**. *Urban Forum* :2003.
- HUCHZERMEYER, M. **Unlawful Occupation: Informal Settlements and Urban Policy in South Africa and Brazil**. Africa World Press, Trenton: 2004
- ICG . **Blood and Soil: Land, Politics and Conflict Preventions in Zimbabwe and South Africa**. Brussels, ICG Press:2004
- JAMES, Deborah. **Gaining Ground?’Rights’and ‘Property’ in South Africa Land Reform**.Taylor & Francis Ltd:2006.
- KUPER, A. "Nomes e partes: as categorias antropológicas na África do Sul", in Benoît de L'Estoile, Federico Neiburg e Lygia Sigaud (orgs.), **Antropologia, impérios e Estados nacionais**, Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, [pp. 39-60]:2002.
- MAMDANI **Citizen and subject: contemporary africa and he legacy of late colonialism**. Princeton, Princeton University Press:1996.
- MARTINS, M. **O Banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo, Viramundo: 2004.
- MOYO, Sam and YEROS, Paris. The resurgence of rural movements under Neoliberalism. In MOYO, Sam and Yeros, Paris (eds). **Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. London, Zed Books: 2005 b.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: confluência de formas de inserção social.** Estudos Sociedade e Agricultura, N° 13, [5-28]: 1999.

NITTAL, Tim. **From Apartheid to Democracy- South Africa1948-1994:** 1998.

NTSEBEZA, L. **Democracy compromised. Chiefs and the politics of tha Land in South Africa,** Leiden, Brill: 2005.

OLDFIELD, S. e STOKKE, K. **Building unity in diversity: social movement activism in Western Cape anti-eviction campaign.** Relatório de pesquisa – projeto Globalisation, Marginalisation and new social movements in post-apartheid South Africa:2004.

OLDFIELD, S. & BOULTON, J. Through the Back Door: Young People's Gendered Negotiation of the Housing Crisis in Cape Town, South Africa. **In Mapetla, M, & Schlyter, A. Gender, Generations and Urban Living Conditions in Southern Africa.** Roma, Lesotho: Institute of Southern African Studies,[pp. 237-262]: 2005.

ROSA, M. **Landless experiences: youth and social movements in Brazil and South Africa.** Trabalho apresentado no Research Comitee do World Congress of Sociology, Durban, South Africa: 2006.

SCOTT, J. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed** .New Haven: Yale University Press: 0300070160.1998

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social,** São Paulo, SP, v. 17, n. 1[p. 255-280]: 2005.

Tabela 1 – Movimentos Sociais e Organizações Cíveis Societárias

	Sentido da <i>Land Reform</i>	Objeto legitimador	Culpados/Inimigos dos <i>landless</i>	Aliados dos <i>landless</i>
TCOE	"Places to stay"	"[T]he white landowners should show up titles of their land wich date back to before 1652".	"There are white farmers who have large pieces of land and also many farms, while on the other hand there are people without land"	"[T]he 30% land our government promises to redistribute to us."
WFP	"We want land for housing and farming".	"They stole it from us, now we have to buy it back at market prices"	"When farmers break the law, what happens to them?"	"It is time to expropriate land for land reform"
NHTL	"Traditional communities [...] and most of their members live without access to services such as electricity, running water, sewerage, housing and paved roads"	"It must also be stressed that arable land was always available for African people to graze their stock and cultivate"	The Europeans [...] own vast hectares fertile, arable and best grazing land, wich in most cases they did not even buy.	"The first issue to be tackled by the government of South Africa must be 'restoration of the land to the landless'"
LPM	"[U]se the land to build houses, grow food and engage in sustainable livelihoods on the land!"	"It is an insult to our ancestors"	"White landowners who benefited from apartheid"	"The state must declare a moratorium on all forced removals and evictions of the poor and landless"

Tabela 2- Organizações Patronais

	Sentido da <i>Land Reform</i>	Objeto legitimador	Responsável pela <i>Land Reform</i>
Agri - South Africa	"[The] role of providing food and agricultural products and services to our country"	"[O]ur collective [in]capacity to support and develop large numbers of people"	"Support from government to facilitate land market transactions"
NAFU	"[F]undamental building block of sustainable food production"	"In Zimbabwe we have also unfortunately seen what the destructive impact on an economy can be when the agricultural foundation of a country is destabilized"	"Mr. Chairman, where is our commitment to the Freedom Charter that declares ' The land shall be shared amongst those who work it' .
TAU - South Africa	"Commercial farmers see land as a means of production"	"[...]high risk industry to the detriment of food production and food security"	"[T]o preserve a sustainable commercial agriculture sector Government must re-think its position on Land Reform"

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 3 – Canais e formas de participação e representação política

TERRA, TERRITÓRIO E PROCESSOS POLÍTICOS EM CONTEXTOS NEGROS RURAIS

Renata Medeiros Paoliello¹

Resumo

O texto discute as tensões emergentes nos processos em curso nas áreas remanescentes de quilombos do sudeste paulista, entre a ação coletiva mediada por um movimento social, e reforçada pelo reconhecimento legal de um direito coletivo ao território, e estratégias múltiplas dos agentes locais visando contornar a precariedade de sua condição social e econômica, entendendo essas tensões como críticas para as políticas sociais cujo objetivo é o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Antropologia Política; Remanescentes de Quilombos; Ação Coletiva.

1. Introdução

O Estado de São Paulo apresenta uma diversidade de terras que se configuram como contextos negros rurais, hoje reconhecidos, ou em vias de o serem, como remanescentes de quilombos. A Lei Estadual nº 9757/97 estabelece, em seu artigo 2º, que sua titulação será na forma de legitimação de posse, em nome das Associações de Moradores, contendo obrigatoriamente cláusula de inalienabilidade. Ao lado da garantia legal do direito que tais disposições sustentam, introduz-se, com elas, particularmente com a lei estadual, um direito coletivo, igualitário e impessoal, embora direito à diferença, sobreposto às regulações que conformam as dinâmicas territoriais localizadas, as quais, articulando terra e parentesco, instituem uma gama de direitos diferenciados de acesso e uso dos recursos.

Pode-se notar que o dispositivo estadual define o título de propriedade prescrito no artigo constitucional nº 68 como posse legítima, não constituindo propriamente um direito de propriedade, mas assegurando a legitimidade de um direito possessório. Com isto, a lei estadual busca contornar a indefinição dominial que marca o perfil fundiário do sudeste paulista, atribuindo um direito aos remanescentes que, na hipótese de serem levadas a termo as ações discriminatórias que definiriam os limites da terra devoluta, e impediriam assim o reconhecimento de um direito de posse, assegura-lhes de antemão a validade legal de sua situação.

¹ Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara-SP.

O objetivo dessa discussão é acompanhar alguns processos presentes e os possíveis desdobramentos dessas relações entre dinâmicas territoriais específicas e o novo direito que se lhes sobrepõe, visando refletir a respeito dessa nova interface entre a lei e a diversidade de regulações dos pequenos patrimônios, em particular os de populações negras, alvos da institucionalização de direitos específicos.

O problema que se focaliza é o da emergência de uma tensão entre estratégias diversas de ação dos moradores, e estratégias específicas, ligadas à organização de suas demandas na forma de um movimento social, articulado na atuação do Movimento dos Ameaçados por Barragens, “central de movimentos sociais” (ROSA, 2007) criada no Vale do Ribeira, nos anos 90, pela ação da CEB e da Pastoral. O MOAB define como meta de sua prática política aglutinar distintas demandas, a partir da oposição à construção de hidrelétricas no Ribeira de Iguape², que, para os moradores das áreas remanescentes, significa risco de perda de suas terras. A articulação dessas demandas a partir da oposição às barragens, e sua projeção numa rede de movimentos sociais, tem hoje como eixo a definição da natureza coletiva do direito à terra. Veremos adiante como essa condição, determinada pela lei, e veiculada na ação organizada do movimento, incorpora-se às práticas locais, dela se lançando mão nas disputas entre moradores, tendendo a gerar a tensão apontada acima.

Para entender essa tensão, procuro equacionar a dinâmica concreta em termos de redes sociais, como recorte etnográfico adequado a contextos como o do Vale do Ribeira, marcado por processos políticos em que se entrelaçam a questão fundiária e a alternativa aberta pelo artigo constitucional nº 68, e problemáticas globais relativas a meio ambiente e energia (ROSA, 2007). A incidência de diferentes políticas governamentais, particularmente desde os anos 60, a princípio orientadas para a incorporação regional ao processo de desenvolvimento econômico, vem contribuindo para a mudança das formas organizativas locais. Configura-se, então, uma gama variada de estratégias e arranjos visando contornar a pressão sobre os estoques territoriais e o empobrecimento, que, no presente, convergem para a luta pela consolidação de um direito constitucional. Mas também se delineiam outras dinâmicas, para além desse âmbito do jogo político, que podem trazer desdobramentos importantes a serem considerados para projetos de desenvolvimento local, que visam consolidar as políticas da diferença.

² . As barragens são quatro, e seu projeto remonta aos anos 60, tendo sido retomado nos anos 80, pela iniciativa da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, com a meta de gerar energia para sua atividade mineradora.

O problema que se coloca é o de que o funcionamento efetivo de tais projetos depende da ação coletiva organizada, fundada numa forma de propriedade comum calçada na lei, que institui o “território quilombola”. Em parte, a orientação política de um movimento social dá conta de agregar as demandas locais para esse fim, e mediar as relações com as agências de governo. No entanto, outra parte destas demandas escapa à ação movimentalista, geradas ao longo de um processo em cujo curso os atuais quilombolas se vão constituindo como sujeitos capazes de formular, para suas ações, orientações diversas e por vezes divergentes daquelas que o movimento organizado pode agregar.

Para situar o contexto em foco relativamente à orientação das políticas sociais nele incidentes, começo por descrever os princípios que informam tais políticas, fundadas no chamado Novo Paradigma do Desenvolvimento. Em seguida, discuto brevemente dilemas da ação coletiva, incidentes sobre a relação entre atores sociais e agências públicas responsáveis pela implementação das políticas de desenvolvimento local. Procuo então analisar as situações concretas das áreas remanescentes do Ribeira, propícias à emergência de tais dilemas, por meio de uma etnografia de redes, como estratégia para descrever processos políticos no contexto em questão, e suas relações específicas com as instâncias institucionais e o movimento social.

2. Desenvolvimento local e ação coletiva

A teoria do desenvolvimento social e solidário, que serve de fundamento às políticas públicas cujo objetivo é implementar projetos de desenvolvimento local e territorial, tem como uma de suas principais metas a construção de instituições democráticas, que assegurem direitos civis, sociais, culturais, políticos e econômicos, expandindo as liberdades (SEN: 2000).

Construir essa economia social implica, assim, na promoção dos recursos locais, no que toca a cultura, meio ambiente e capital social, tendo como meta a suficiência alimentar, alicerçada na agricultura. A estratégia é a de promover o cooperativismo e o associativismo nas comunidades, estimulando a organização social, cultural, política e econômica como produto da participação popular. Trata-se, portanto, de favorecer a constituição dos sujeitos sociais como atores coletivos, a partir de suas condições culturais. Isto significa a reconfiguração das relações entre coletividades específicas, sociedade civil, mercado e Estado, cuja regulação é pensada como resultado de negociações entre agentes, não só capitalistas, mas também os que se constituem como empreendedores sociais, sob a direção do Estado

(FAVREAU: 2002). Fica claro, então, que políticas de reconhecimento das diferenças, especialmente as raciais, bem como a decisão de enfrentá-las, tornam-se centrais desse ponto de vista.

É fácil notar como esse ideário informa o reconhecimento legal da condição de remanescente, as políticas sociais que visam promover nesses contextos o desenvolvimento da economia solidária, e a orientação do MOAB como agenciador das demandas locais e da ação coletiva. No entanto, as tensões, concretamente expressas em estratégias opostas, de um lado as que confluem para o movimento organizado, de outro as que lhe escapam, colocam problemas para esse ideário e suas práticas.

Buscando transcender dilemas similares postos à ação coletiva em outro contexto, Cunha (2004) propõe ultrapassar o ponto de vista de Ostrom (1990), segundo o qual a alternativa da apropriação privada dos recursos comuns pode ser o meio institucional local para evitar a “tragédia dos comuns”. Segundo Cunha, a alternativa da regulação coletiva do acesso não deve ser excluída. Falta ao modelo de Ostrom apreender dinâmicas mais gerais, considerando que instituições locais podem ser influenciadas por agências externas, incidentes sobre associações, tradições, direitos de propriedade e regras de acesso e uso e conflitos entre membros de um grupo, que devem ser analisados, para favorecer decisões locais sobre ação coletiva reguladora. Trata-se, portanto, de levar em conta, em uma análise institucional, as dinâmicas internas, políticas locais, interações estratégicas e possibilidades de alianças em múltiplos níveis do âmbito político, considerando a multiplicidade de atores com interesses variados, e interações que resultam de relações inter-individuais organizadas por instituições locais, bem como as alterações dos laços sociais devidas aos desencaixes promovidos pela ação do Estado e do mercado.

Tal análise exige, do ponto de vista do autor, modelos “densos”, concretos, para captar influências dos processos sócio-econômicos sobre instituições locais, afastando-se assim do individualismo metodológico. Cabe considerar complementarmente que a “comunidade” não é homogênea nem autônoma, que o poder circula entre diferentes contextos e modela o ambiente de interação, e o trabalho etnográfico é instrumento para localizá-lo nas pessoas e nos lugares.

O pressuposto dessa postura é a concepção do político como composto por relações de poder que perpassam todas as relações humanas, marcadas por confrontos e negociações e influenciadas por sentidos discursivos. Segundo Cunha, isto é manifesto nos usos estratégicos de posições e conhecimento para conseguir acesso diferenciado aos recursos, reconhecidos como finitos. Esse enfoque é importante para implementar o desenvolvimento social

sustentável, e pensar que as mudanças que ele visa operar ligam-se especificamente a um processo político que incide sobre o jurídico, ao poder de divisão e nomeação, para usar a linguagem de Bourdieu (1989), pelo qual se distribui desigualmente, mantendo ou alterando relações de poder. Sendo assim, a análise dos processos de tomada de decisão implica em situá-los face ao contexto social, econômico e político, entendendo-se que o sistema político-institucional age sobre a resolução de dilemas, e limita escolhas.

No entanto, ao invés de se pressupor que os influxos políticos externos são os mais decisivos, em seus efeitos sobre a mudança institucional local, e sobre as capacidades para a ação coletiva, focalizar a particularidade de cada contexto, os modos específicos pelos quais cada um se organiza para enfrentar dilemas, permite apreender a causalidade da ação e da decisão, as distintas maneiras pelas quais os agentes locais compartilham ou não valores e práticas mais gerais, incorporam suas experiências em níveis mais amplos, re-significando suas “instituições”. E, antes de implementar o desenvolvimento local, entender seu dilema, o de promover um coletivo como condição da eficácia da intervenção, a partir de uma multiplicidade de agentes e processos sociais. Descrever essa multiplicidade, segundo Cunha, e perceber os modos como se organiza, é a contribuição possível de uma etnografia de redes.

Contudo, como indicam as diferentes estratégias apontadas acima, frequentemente opostas, e as concepções do direito à terra atualizadas no curso dos processos locais e seu recobrimento tenso pelo novo direito coletivo, os contextos em questão sugerem que construir a regulação coletiva do acesso e do uso da terra e demais recursos encontra limites concretos a sua ação normativa.

3. As formas patrimoniais históricas: interface entre leis e práticas sociais

As áreas remanescentes do Ribeira, embora apresentando origens distintas, organizam-se por meio de direitos de acesso e uso cujo nexos, como bem mostram Andrade (1990) e Godoi (1999), é o “sistema de direitos combinados”, ou seja, a apropriação comum, pelo grupo genealogicamente referido, do conjunto territorial que constitui o patrimônio, e a apropriação familiar das unidades produtivas formadas pelo conjunto casa/quintal/roçado. Por hipótese, ao contrário da ênfase que muitos autores colocam no aspecto do uso comum nesses contextos “de não propriedade” (CAMPOS: 2000), este se constitui pela exclusividade do direito de um grupo pensado como ligado por laços de descendência, aliança e filiação. É a grade genealógica, em primeiro lugar, que define direitos sobre uma terra pensada como privada, não importando sua origem nem sua condição legal. Nesse sentido, embora possa não

ser regra geral, o “sistema combinado”, em todos esses contextos, aparece vinculado à “terra de parente”. A grade genealógica se estabelece a partir do ascendente comum que fundou o direito, por doação, compra ou, mais frequentemente, por apossamento, ou seja, pela ocupação de fato no ato inaugural da derrubada da mata, que incorpora a terra livre, devoluta ou abandonada. O mesmo ato de desbravamento se reproduz a cada avanço sobre as áreas contíguas, autorizado pelo direito de acesso aos que pertencem ao grupo de parentes, estabelecendo um direito exclusivo de cada grupo conjugal (PAOLIELLO: 1999), o direito à “capova” e às capoeiras e roçados formados a partir dela. É o direito assim inaugurado, transmitido por herança pautada pelo princípio da filiação, que é entendido como direito de “dono”. A princípio instituído pelo ancestral fundador, pelo que se conforma como direito comum do grupo de parentes, fornece o esqueleto dos demais direitos de acesso dos grupos familiares, e de usos diferenciados. Direitos privados ambos, pois o primeiro exclui do acesso os “não parentes”, os “de fora”, e, ao desdobrar-se, exclui os que não são membros da família conjugal.

Esta dinâmica territorial se relaciona com a ordenação da terra-patrimônio que, por sua vez, e por hipótese, revela o sentido do “comum”, como categoria nativa expressa no discurso dos moradores. O eixo polar dessa ordenação é o binômio vila/sertão, ou “terra comum”, cuja mediação inclui as áreas de expansão já consolidadas na forma dos sítios, apropriados privadamente. A vila é o núcleo onde se situam as unidades originais casa/quintal, incluindo os roçados mais antigos. Mas, enquanto núcleo, é ela que emoldura o patrimônio comum, que contém esses direitos específicos: ali se situam áreas e bens de uso comum – capela, “praças”, caminhos, pastos e áreas de cultivo temporário. No outro pólo está a “terra comum”, o “sertão” – área de extração de recursos, e de reserva para a expansão dos direitos. Em ambos os pólos, portanto, incluem-se o privado e o comum, tanto no aspecto do uso, como no da posse. Na “terra comum” é que se abrem as “capovas”, e este é o recurso que se torna crítico com o fechamento da terra.

No Ribeira, os direitos de acesso, de posse familiar privada, são a princípio atribuíveis a todos os que são herdeiros, os quais, uns com relação aos outros, podem ter direitos de uso sobre áreas excluídas de seu acesso. Ou seja, vigora um maior igualitarismo entre pares, porque compartilham a condição de herdeiros, embora na prática uns acumulem terra mais do que outros, em virtude da herança bilateral, dos casamentos, e das possibilidades de abrirem terras. Revelando-se com isto uma série de estratégias patrimoniais no âmbito dos grupos familiares, que se inscrevem na órbita de uma “política do parentesco” e envolvem disputas

de poder. Elas alimentam, assim, a busca de alianças que ultrapassam o nível do parentesco, e que esclarecem a incorporação de novos direitos.

. A terra devoluta, sobre a qual incidiria a maior parte dos pequenos patrimônios da região do Ribeira, entre eles os remanescentes, tem caráter imprescritível na legislação brasileira em vigor, consolidado no Decreto federal nº 19924, de 1931, que, contrariando uma orientação legal histórica, exclui expressamente a usucapião sobre ela, portanto veta a apropriação possessória dessa categoria de terra pública. A posse sobre o devoluto, incorporada às práticas de constituição de pequenos patrimônios fundiários no Brasil, fica, a partir de então, inviabilizada, do ponto de vista legal. No entanto, perceber a recorrência da apropriação possessória no curso de nossa história agrária, desde o ponto de vista de que o direito possessório, enquanto figura legal, incorpora-se às práticas de acesso à terra no mundo rural, revelando-se com isto os trânsitos entre princípios legais e práticas sociais, torna mais claras as estratégias pelas quais se constitui a diversidade dos pequenos patrimônios territoriais, entre eles os hoje remanescentes (PAOLIELLO: 1999). Esses trânsitos entre lei e práticas sociais permitem supor um enraizamento social e cultural dos elementos que compõem a definição legal da posse, sem descartar o fato de que seus diversos modos de incorporação a atualizam no curso de processos históricos concretos.

Não à toa, assim, a legitimação de posse é a titulação prescrita pela lei estadual para dar suporte aos direitos dos quilombolas. A posse, em nossa tradição jurídica, rompida pelo Decreto de 1931 no que toca à usucapião do devoluto, sendo justa e pacífica, e exercida de fato, é modo de aquisição da propriedade por meio da ação de usucapião, tal como a definem a lei civil e a teoria do direito. Direito mais frágil frente ao domínio titular, privilegiado desde a Lei nº 601, de 1850, a posse, contudo, opera historicamente como estratégia – no sentido formulado por Bourdieu (1989, 209-254; 1990, 77-95) – disponível aos pobres rurais para a constituição de seus pequenos patrimônios territoriais, e para a garantia de seus direitos, especialmente nas situações mais recentes de pressão expropriatória, nas quais emerge claramente a categoria posseiro, recobrando toda uma gama de relações distintas com a terra. Categoria de enquadramento na lei, que permite transpor os conflitos para as instâncias institucionais de resolução, mas que revela, sobretudo, o enraizamento social dos litígios levados a juízo, que, mais do que manifestar a instrumentalização da categoria legal em face dos interesses dos pequenos possuidores, exprime sua vigência prática, como *ethos* juridicamente orientado. Oferece, por outro lado, fora das instâncias judiciais, a possibilidade de existência efetiva a essa diversidade de modos de apropriação da terra que caracteriza o mundo rural brasileiro, porque informa a ação social constitutiva dos patrimônios, mesmo

que, na maior parte dos casos, não tenha resultado no reconhecimento legal e titular dos direitos, e tenha servido aos interesses de grilagem.

O sentido histórico-social dessa incorporação do princípio jurídico da posse, que permeia as distintas legislações agrárias até o presente, mesmo com o veto de 1931, às práticas de apropriação da terra, por hipótese, permeia a gama de modalidades de origem dos patrimônios no contexto dos “bairros de pretos” no vale do Ribeira paulista. No que toca aos modos de aquisição, ainda que informal, de direitos sobre a terra, parece que é o princípio civil da posse que informa, enquanto um *habitus*, todas essas modalidades de constituição de pequenos patrimônios. Ou seja, dá os parâmetros pelos quais os agentes sociais se defrontam, disputando o espaço territorial e social³.

4. As formas patrimoniais correntes e o novo direito

O novo direito territorial pressupõe o direito à diferença, fundado em uma política de reconhecimento da especificidade étnica, e de compensação pela expropriação e pela segregação espacial histórica das populações rurais negras. Se ele considera as origens diversas dos patrimônios, e as dinâmicas territoriais específicas de cada situação, é para melhor enquadrá-los na condição geral e ampliada de remanescentes de quilombos, nos termos da lei constitucional. Vimos que a aplicação dessa lei, por meio da lei estadual, define esse direito como coletivo, válido para todas as situações concretas, e para o conjunto dos moradores, portanto como um direito impessoal e igualitário.

As definições legais, assim, visam contemplar modos “tradicionais” de relação com a terra que, do ponto de vista sócio-antropológico, que os identifica para fins de reconhecimento institucional, tende a caracterizá-los como regimes de não propriedade, na medida em que operam em concreto um conjunto de regulações do uso da terra e dos recursos tendencialmente “comum”, porque referido a um parentesco compartilhado que engloba os direitos de cada um dentro do grupo situado na terra-patrimônio ou na terra-território. Prioriza-se o “uso comum” para caracterizar as dinâmicas territoriais e os usos dos recursos em territórios negros, muitas vezes entendido como especificidade étnica (BANDEIRA: 1991,

³ Em Ivaporunduva, o patrimônio é fundado no século XVIII como “terra da santa”, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (QUEIROZ: 1983; 1997). Os bairros vizinhos e aparentados, como São Pedro e Galvão, desdobram-se em relação ao primeiro, segundo a dinâmica de expansão territorial por apossamento. O Nhunguara, situado na margem esquerda do Ribeira, em frente a Ivaporunduva, e os demais, que se espraiam nas suas vizinhanças, segundo a mesma dinâmica territorial, agregando-se a ela a compra de terras, instituindo novos núcleos para parentelas específicas (PAOLIELLO: 1999), e introduzindo estratégias matrimoniais de expansão e reposição dos patrimônios.

8; ALMEIDA: 1997, 16-17; CAMPOS: 2000, 192). A tendência então é a de assimilar esse comum ao coletivo, desconsiderando suas variações empíricas, que configuram “sistemas de direitos combinados” (GODOI: 1999; ANDRADE: 1990), cujo *ethos* comporta freqüentemente a atribuição de direitos particulares a pessoas e famílias que integram o grupo de parentes, tanto de acesso como de uso, de acordo com as modalidades locais de ordenação da terra.

Diante desse quadro, os processos de interface entre leis e práticas devem ser considerados, para que se entendam as tensões que emergem nos processos de reconhecimento, emersas a partir do enquadramento de direitos concretamente diferenciados no interior de sistemas combinados na moldura do direito coletivo, cuja aplicação está permeada pelas concepções do “comum” das agências externas. Tensões que, como mostra Carvalho (2006, 71-91), vêm à tona em um processo de identificação em que se opõem os bairros vizinhos e aparentados São Pedro e Galvão, os primeiros auto-atribuindo-se áreas pertencentes aos segundos. Segundo a autora, isto se dá porque a nova modalidade do direito não se apóia no princípio da descendência comum, operando pelo argumento de que, passando a Associação dos Moradores à condição de titular do direito, não cabem mais as pretensões de direitos individuais. Em nome do direito coletivo, paradoxalmente se rompe a regra de que a terra de herança é una e indivisível, e as regulações costumeiras das relações sociais: o direito à terra por pertencimento ao grupo de descendentes do ocupante originário, o princípio de herança familiar por transmissão cognática, conforme o direito ao uso da terra de parentes, e o direito de ocupação originária e uso continuado que se realiza com a abertura das “capovas”, novas áreas de cultivo que se incorporam ao patrimônio. A nova forma do controle coletivo diverge do modo costumeiro de apropriação das áreas comuns: o controle dos grupos cognáticos nas “vilas”, ou núcleos originais dos patrimônios, e o dos grupos familiares nas áreas de expansão.

Tais regulações já apontam para o modo de funcionamento de um sistema combinado, e, por hipótese, encontram sua base na incorporação histórica dos princípios das legislações civis e agrárias às práticas de constituição dos pequenos patrimônios. Com Thompson (1987), entendemos que a lei só pode ser instrumento de hegemonia se opera como mediadora das relações sociais, assegurando direitos aos subalternos. Que, se é possível interpretar esses contextos de direitos combinados como expressão de uma economia moral, não só internamente, mas nas relações de poder entre classes (THOMPSON: 1998), é viável também entendê-los a partir das condições históricas em que um *corpus* de princípios do direito agrário e civil se delinea como mediador, incorporando-se como *ethos* jurídico que justifica

direitos, e permeia relações de parentesco, relações entre parentesco e terra, entre grupos assimetricamente posicionados na hierarquia social, e entre esses e o Estado, cuja força também se exerce por meio da lei (BOURDIEU: 1989, 210-211), e cujos agentes exercem seu poder de divisão e nomeação (BOURDIEU: 1989, 107-132).

Desse modo, pode-se concordar com Thompson (1987) quanto à ruptura, pela lei nova, não só das regulações internas, mas das relações correntes com o conjunto social e com o Estado, emolduradas pelo direito, reconhecido e praticado, que definem uma condição específica e um *habitus* (BOURDIEU: 1987, 3-25). Contudo, pode-se perceber, especialmente no contexto das terras de negros do Ribeira, que tal “ruptura” parece traduzir-se, a partir da sobreposição do novo direito aos modos correntes da relação com a terra, nos dois conjuntos de estratégias opostas, acima apontados, exprimindo posicionamentos, alianças e confrontações entre os agentes sociais em presença – moradores e agentes externos distintos, implementando diferentes políticas públicas, em contextos temporais diferentes, e freqüentemente em oposição -:

1) as que se delineiam em momentos diversos de um processo histórico, em cujo curso se exercem pressões expropriatórias (pelas grilagens; pela incidência de políticas de desenvolvimento e regularização fundiária; de uma política energética que se volta à construção de barragens; e da política ambiental, que contribui para abortar as expectativas de titulação, refrear a dinâmica de expansão territorial das áreas, confinando-as às divisas dos Parques, e restringindo pesadamente a utilização dos recursos), tornam-se crescentemente críticas as condições produtivas, tanto dos gêneros de auto-consumo, como da lavoura comercial que, para os pequenos produtores, enfrenta problemas de preço e escoamento, e as alternativas de atividade ficam restritas. Estas estratégias orientam-se para a busca do reconhecimento do direito de “dono”, para o recrudescimento da mobilidade territorial pelo apossamento de novas áreas, para a venda dos direitos de posse e herança, pelas quais introduzem-se os grileiros, “abraçando” áreas atribuídas a outros herdeiros, levando a conflitos intra-parentelas, como o que justifica, para os moradores do São Pedro, a retomada das áreas de expansão do Galvão. Ao mesmo tempo, são estes grileiros que volta e meia se introduzem numa rede de reciprocidade assimétrica, estabelecendo-se como fazendeiros vizinhos, que oferecem trabalho, como alternativa de renda, e que, ao titularem suas terras, oriundas dos direitos possessórios dos moradores, conferem a estes uma legitimidade comprovável. Tais estratégias orientam-se complementarmente para as alternativas de trabalho, que se vão conformando como possibilidades à medida que mudanças sociais e econômicas marcam o contexto regional e local. Configuram-se, assim, estratégias múltiplas,

que supõem a presença de uma gama de agentes sociais diferenciados, desde os proprietários vizinhos, passando por empregadores e clientes urbanos, e mesmo empreendedores extra-locais, até os agentes estatais e políticos.

Esse conjunto de estratégias distintas, complementares e, por vezes, conflitantes, está pautado pelos vínculos sociais que extrapolam o patrimônio, articulados pela rede do parentesco, no âmbito de sua “política” interna e externa, que sustenta não só a mobilidade territorial, mas o conjunto de relações em que se movem os moradores: parentes entre si, casando-se e herdando, ou obtendo trabalho, entre bairros, em função desse laço (PAOLIELLO: 1999), projetam-se para outros contextos e campos sociais a partir das redes mais amplas que os grupos de parentesco tecem, no curso das mudanças, e que constituem seu capital social.

São, portanto, estratégias contextuais, atualizando-se constantemente, mas referidas a um *habitus* relacional fundado na pessoalidade e na reciprocidade, e marcado pela condição dada pelo vínculo jurídico com a terra, pela pertença ao grupo que se define por seu patrimônio. Conjugam, assim, direitos pessoais e direitos reais, em termos que podem ser aproximados ao que Mauss (1974, 37-184) define como a forma dos direitos não modernos. No entanto, à medida que a rede do parentesco se conecta a outros circuitos de relações, crescentemente alargados, espacial e socialmente, dirigindo-se ao mercado, e aos campos jurídico e político, e que concretamente as relações e o movimento de pessoas se estabelecem a partir de decisões tomadas na órbita das famílias (VINCENT: 1987), antes que da comunidade de parentes, nota-se uma rarefação dos laços comunitários emoldurados pelo parentesco e o reforço à individualização.

Mas, é desde o sistema de direitos diferenciados, que atribui direitos específicos e autonomia às famílias e a seus membros, que parece se constituir um *habitus* plástico, aberto à mudança, que admite, como alternativas não mutuamente excludentes, em face da realidade histórica desses contextos (PAOLIELLO: 1999), dispor da própria parcela de direito ao patrimônio, inclusive por venda, inaugurar novos patrimônios, abrindo terras e chamando parentes para avizinhar, lançar-se a atividades outras que não o cultivo da própria terra.

Em situação transformada, quando a terra se fecha, e adensam-se os ingressos em campos de ação social mais amplos, tornam-se problemáticas aquelas possibilidades. Em virtude dos direitos diferenciados, que aquinhoam inclusive distinguindo acesso e uso da terra e dos recursos em função da grade genealógica, uma gama de categorias de agentes, desde dentro das próprias unidades familiares, particularmente os jovens, encontra-se com possibilidades limitadas de acesso a parcelas do patrimônio territorial. Embora no plano

ideológico a herança por partilha igualitária não exclua ninguém, na prática os grupos familiares têm de se haver com a decisão de quem fica ou não no e com o patrimônio. Constituem-se assim os agentes que Vincent define como “indivíduos em movimento”, a partir da organização dos fluxos familiares, “excluídos” que conformam categorias a considerar decisivamente nos processos políticos.

2) as estratégias delineadas a partir da ação organizada do MOAB, que, desde a luta pela terra, e contra as barragens, busca aglutinar demandas diferenciadas dos moradores, não só as relativas à terra, mas à produção e a outros bens sociais, à condições de gênero e geração (buscando incluir aquelas categorias decisivas no campo político), e, mais recentemente, à condição negra. Aglutinar demandas distintas e projetá-las numa rede de movimentos sociais, procurando constituir uma “rede de conhecimento” a partir da qual emergjam novos sujeitos, de acordo com SCHERER-WARREN (2006), é o objetivo do MOAB.

É com o suporte da lógica e da ação movimentalista que os moradores do São Pedro empurram para fora de seus limites territoriais os moradores do Galvão, subtraindo-lhes direitos oriundos de uma ancestralidade compartilhada, orientados por valores comunitaristas veiculados no discurso do movimento social, segundo os quais interpretam o sentido legal do “coletivo”: terras tituladas em nome da Associação, da qual se quer excluir o Galvão, por terem alguns de seus moradores vendido a terra “comum” ao grileiro, não comportam direitos individualizados. Entre outras acusações, de individualismo, desorganização, e apropriação de recursos e produtos comuns em benefício particular – de resto recorrentes em conflitos entre moradores de vários “bairros” -, nessa disputa simbólica ficam claros, ao mesmo tempo, o esforço para canalizar demandas na luta pelo reconhecimento de um direito à terra com base no artigo 68, e para consolidá-lo por meio de projetos coletivos orientados segundo os parâmetros do desenvolvimento social e sustentável, e a vigência de estratégias múltiplas e divergentes, que escapam à ação movimentalista, e que esta não pode comportar (PAOLIELLO: 2008), mas que, por seu turno, podem se apropriar da lógica do movimento, bem como da nova lei. De modo que, se o novo direito rompe, por um lado, a lógica prática corrente (GUSMÃO: 1991, 35), por outro ele é incorporado às estratégias de controle e acesso diferencial à terra, aos recursos, e aos capitais que permitem ingressar e agir melhor posicionados nos campos político, jurídico e econômico, reforçando posições de poder de parentelas e pessoas. Mas o novo direito incorpora-se particularmente àquelas estratégias dos “excluídos” locais, aqueles que experimentam as restrições de acesso ao patrimônio, no momento em que a titulação da terra, ao mesmo tempo em que a garante, limita-a. Não se

deixa de considerar, com isto, que ele também é fator de peso nas tomadas de decisão relacionadas ao abandono, temporário ou definitivo, do local e/ou da terra.

Nesse processo de mudanças que desemboca, hoje, no reconhecimento como remanescente - que, ao mesmo tempo em que invoca o “costume comum”, a “comunidade tradicional”, que supõe não só a terra, mas um modo de ser das relações sociais, como alvo de uma institucionalização da diferença, tende a ignorar os direitos diferenciados que o sistema combinado suporta, e a gama de estratégias pelas quais os agentes o modificam, ao buscar atualizar as possibilidades por ele oferecidas -, contam, como visto, as relações que se pode agenciar a partir do parentesco: agir em rede, e transitar nas redes sociais – mais localizadas ou mais amplas, políticas, econômicas e religiosas (PAOLIELLO: 2008) -, que se estendem desde momentos anteriores e para além daquelas tecidas pela ação movimentalista. Assim, lançar mão da rede social, como categoria etnográfica que permite reconstruir mais sistematicamente as estratégias acima delineadas, significa estar atento a dinâmicas políticas não redutíveis à ação organizada e ao jogo institucional em sentido estrito, embora tais estratégias venham com estes se entrelaçando no curso das sucessivas intervenções, e à medida que as demandas se ampliam para além da terra e da produção, visando acesso a outros bens socialmente produzidos. Supõe considerar o político como âmbito dos fenômenos de distribuição de poder, envolvendo vínculos inter-pessoais em contexto, menos estruturados e não permanentes (BARNES: 1987; BOISSEVAIN: 1987), na busca de possibilidades de fazer valer direitos e influenciar ações. Supõe focalizar indivíduos movendo-se e se ligando em função de interesses que, no entanto, não são redutíveis a uma racionalidade econômica estreita, na medida em que se remetem à ação de grupos em disputa por poder. Se as redes localizadas podem ser descritas como políticas, econômicas ou religiosas, em função das motivações explícitas para nelas ingressar e dos agentes institucionais que nelas atuam, isto não significa a construção de uma tipologia estática e formal, mas um proximidade ao concreto, para apreender o conteúdo social em movimento, que revela não só a multifuncionalidade das redes, mas as alianças estratégicas que as constituem e fazem operar, agenciando também o novo direito e as agências que o implementam.

Nesse quadro, que parece crítico à lógica do sistema combinado, e à concepção da posse e do comum que estão em sua base, é possível supor que o *habitus* que o faz existir encontra-se clivado pela experiência de transitar por vários mundos sociais (BOURDIEU: 2005). E pelas identificações contextuais (BHABHA: 1998; HALL: 2003), entre elas a etnia, a princípio instrumental para o reconhecimento do direito à terra, sobreposta a outras, operadas nas distintas redes, em função das motivações para nelas agir, e à própria definição

da pessoa no grupo de parentesco, em cujo âmbito a categoria “parente” é manipulável (LEACH: 2000), e, no contexto da conversão da terra-patrimônio em território quilombola, englobada pelo pertencimento étnico.

5. Redes sociais: da teoria ao empírico

Uma etnografia de redes sociais permite descrever fenômenos de busca por recursos de poder, com rendimento para a compreensão das dinâmicas dos campos sociais que, como entende Bourdieu, são constituídos por relações de força, que os definem como campos de lutas sociais, configurando relações objetivas entre posições, estruturadas conforme princípios de divisão incorporados como *habitus*, e ocupadas conforme a distribuição diferencial de capitais específicos em disputa. A análise do movimento de pessoas, desse modo, não recorta atributos individuais, mas conjuntos de relações entre indivíduos em interação, para captar concretamente os aspectos que pesam sobre as escolhas. No caso dos remanescentes, trata-se de agir em campos fortemente institucionalizados, como o econômico, o político e o jurídico, pelo que organizar a ação sob a forma de redes é estratégia decisiva.

É a partir dessa perspectiva que procuro focalizar as dinâmicas em curso envolvendo as áreas remanescentes. Os arranjos estratégicos, que se pode recortar desde o nível do parentesco e da terra, atualizam-se nas redes para responderem aos múltiplos desafios presentes, tensionando e/ou escapando das relações com as instâncias institucionais, particularmente no ponto em que estas estão mediadas e organizadas pelo movimento social. Discriminar essas redes ajuda a esclarecer os limites e possibilidades da ação coletiva, bem como as adesões, recusas ou manipulações das propostas e benefícios das políticas sociais.

Em suma, quando emergem disputas como aquela analisada por Carvalho (2006), elas parecem condensar a gama de elementos e agentes que, em seu contexto, são englobados pelo sentido coletivo do direito, mas que emergem na medida em que este mesmo é manipulado e re-significado, articulando-se a redefinições do parentesco, em mais uma tentativa de contornar a escassez da terra, da produção e das alternativas de atividades, através do controle do acesso aos recursos, pela aliança com mediadores externos e por uma série de práticas simbólicas cuja lógica Leach (2000) já apontou.

Busquei acima delinear a ampla gama de relações que constituem o universo social em que transitam os moradores das áreas remanescentes. E ressaltar a centralidade que adquire, para eles, a reposição das condições de vida, dilema recorrente ao longo de um processo de mudanças sucessivas, que procuram solucionar tramando relações de diversas naturezas, na

medida das ofertas de ação que se vão dispendo. E dilema este que, de momento, o MOAB procura fazer convergir para uma demanda maior, no caminho aberto por uma política pública específica. Em interação com os órgãos do Estado, encarregados da implementação dessas políticas, a ação organizada do movimento introduz novas condicionantes nas relações localizadas, modificando e ampliando suas redes. Nesse processo, produz-se uma interação tensa entre os distintos agentes e agências em presença, manifestas em alianças e oposições dependentes das distintas capacidades de re-tecer redes e sustentar suas interações, de agenciar as expectativas e fazer valer as respectivas posições. Assim, busquei também indicar como esse processo presente se entrelaça ao passado, a uma trajetória de mudanças em que o curso das ações localizadas já encontra caminhos variados, e em diversos níveis, para se projetar em âmbitos geográficos e sociais mais ampliados. Isto configura a permanência de canais de interação que constituem possibilidades outras de decisão e ação para além daquelas canalizadas pelo movimento organizado e pelas agências públicas, estabelecendo um campo de tensões em graus distintos, na medida do entrelaçamento das redes que assim se produzem.

As redes políticas podem ser traçadas a partir das distintas agências, governamentais e não-governamentais para as quais os moradores encaminham suas demandas, e que buscam implementar seus respectivos papéis de agenciamento e os projetos de que são portadoras. Pode-se notar o entrelaçamento tenso dessas distintas redes, na medida em que, em primeiro lugar, as não-governamentais se orientam para influir sobre as ações governamentais, canalizando as demandas locais, e concorrendo com as agência de governo, como nota Rosa (2007, p. 124), ao assinalar a relação de confronto entre o MOAB, de um lado, e, de outro, o governo estadual e os setores da sociedade civil, municipal e regional inclusive, que apóiam as barragens. Em segundo lugar, porque as agências governamentais –, e isto se visualiza claramente na dimensão temporal, na qual se defrontam a política agrária, a ambiental, as desenvolvimentistas, e a de reconhecimento – implementam diferentes políticas, freqüentemente antagônicas, estabelecendo-se a concorrência entre elas, com incidências sobre o regime de acesso à terra e sobre as condições reprodutivas, e abrindo espaço para as tentativas de influência das não-governamentais.

As redes econômicas abrem uma gama de atividades, ligadas às ofertas do mercado, especialmente o de trabalho, permanente ou temporário, dentro e fora do setor agrícola, no entorno, no município, em outros municípios da região, ou mesmo fora dela. No que toca à produção agrícola dos bairros, em boa parte voltada ao mercado, que, se para ser escoada, já dependeu dos “atravessadores”, no presente circula através dos canais das associações de moradores, várias delas originadas a partir da demanda de resolver o problema dos custos da

intermediação, incidentes na baixa rentabilidade dos produtos. Esse papel das associações condiciona o apoio a suas lideranças, portanto é decisivo para a ação política, reforçando seu caráter mediador, consolidado no presente pela sua instituição como titular do direito coletivo.

Essas redes econômicas constituem o nexos imediato mais significativo entre os moradores e seu contexto social mais amplo, pois é em função de suas ofertas que estes se colocam em movimento, e que se organiza o fluxo familiar, para compor a renda doméstica. Pode-se ver que as redes econômicas são diversificadas e difusas, conectando-se com outros tipos de redes na medida em que as relações estabelecidas nestas podem providenciar novos espaços de atividades rentáveis, com isto reforçando adesões, revelando uma multifuncionalidade das redes sociais. Por outro lado, a grande diversidade de agências, presentes nas redes econômicas, pode induzir uma dispersão de interesses, ao mesmo tempo em que é nessas redes que se reforça um *habitus* de mercado, dificultando a ação política organizada, e tensionando a implementação de políticas sociais.

Por sua vez, as redes religiosas, cuja importância pode ser sublinhada no papel exercido pela Pastoral e pela CEB na construção do MOAB, tornam mais visíveis as conexões entre redes, e sua multifuncionalidade. É notável também a presença das igrejas evangélicas, particularmente em alguns bairros, onde as conversões foram acentuadas, e a ação pastoral ficou a princípio comprometida, chegando a retardar-se, com isto, o processo de reconhecimento. É o caso do Nhunguara, onde, já em meados dos anos 90, das oitenta e oito famílias relatadas⁴, apenas catorze permaneciam católicas. Mais “mercantis”, visando a formação de pequenos capitais através do cultivo comercial, e a acumulação em terra para esse fim, inclusive por meio de estratégias matrimoniais orientadas por uma endogamia de bairro, foram alvo de estigmas similares àqueles que os moradores do São Pedro lançaram ao Galvão⁵, quando a ação pastoral já procurava organizar os bairros, pelo que suas terras não estiveram entre as primeiras a serem identificadas como remanescentes⁶. Um exemplo dos efeitos dispersivos de agências em concorrência nas redes.

⁴ Hoje, são cento e quinze as famílias de moradores, segundo cálculos da Associação.

⁵ . Cabe lembrar que a primeira tentativa de ação da igreja católica no bairro se deu através de um assessor jurídico, nos anos 80, patrocinando o réu de uma ação possessória movida por um morador contra outro, alegando que o réu invadira seu direito. A defesa, fundada no dispositivo do Código Civil que reconhece o direito oriundo do costume, contra-alegava que o autor pretendia individualizar “terra comum”.

⁶ A Associação de Moradores do Nhunguara, hoje, organiza-se pela representação dos distintos interesses locais em sua diretoria, por meio da escolha individual de seus membros, não por sua composição em chapas, notando-se que a uns, mais “engajados”, cabem os contatos mais diretos com as agências de governo e com o movimento social. Com este perfil, a diretoria tomou a decisão de não aceitar a titulação sob cláusula suspensiva, condicionada à retirada prévia do fazendeiro, ocupante de área reconhecida como inclusa na terra-território, “abraçada” por ele a partir da aquisição de um sítio a um dos parentes, configurando uma estratégia de grilagem similar àquela que deu origem à disputa entre São Pedro e Galvão. A atitude da Associação do Nhunguara,

6. Conclusões: os direitos combinados e o novo direito

Se o reconhecimento da vigência de um *ethos* de apropriação privada, familiar e individual, acarreta riscos à integridade e à continuidade dos patrimônios, pela tendência a individualizar os direitos, estes não parecem ser riscos evitáveis pela supressão desses direitos, pela ênfase a um “comum” reduzido a “não propriedade”, e assimilado a um “coletivo” concebido como simples uso comum dos recursos. Até porque é a posse comum que a nova legislação legitima, fixando-a, além disso, como inalienável. Operar o “coletivo” como estrito direito de usufruto pode romper as mediações que o sistema combinado comporta. Casos como o da disputa entre São Pedro e Galvão sugerem que esse rompimento pode enfraquecer relações de parentesco e enrijecer fronteiras territoriais, ao invés de reforçar sua amplitude como “território quilombola”, englobando uma dinâmica territorial local que favorece a política de desenvolvimento territorial, de tal modo que não deixe para alguns senão a “alternativa” de saída do patrimônio, além de aguçar precisamente o que pretende evitar: a objetivação da terra pelo interesse pessoal, senão como valor econômico, como recurso de poder.

Este é um problema significativo no que toca ao papel das Associações como titulares do direito, instaurando-as como instâncias em que se rebatem os conflitos por recursos políticos, e que demandam a consideração dos distintos direitos do conjunto dos moradores para serem mediados. Um caso de disputa ocorrido no Nhunguara, em meados da década de 1980, antecedente, portanto, ao artigo nº 68, esclarece essas mediações: um dos moradores, interessado em acumular terra para cultivo comercial de banana, ingressa em juízo contra um primo seu, alegando que este introduziu roça em área que pertencia a ele, autor da ação judicial, por herança. O réu contra-alega, patrocinado por um advogado ligado à Pastoral, dizendo que esta área é de uso comum costumeiro. Localizando-se a área dentro da vila, não fica bem claro se é de fato pertencente ao autor, ou se compõe as áreas comuns disponíveis a usos temporários, ou mesmo se é objeto de direito de herança do réu, em face do vínculo genealógico entre ambos. O fato é que, não se chegando bem a esclarecer qual a natureza dessa área, a ação judicial acaba arquivada por falta de interesse das partes, ou seja, por razões que não se chega a conhecer, nenhum dos dois oponentes levou a busca da resolução judiciária da disputa até o fim. Ambos permaneceram vivendo no bairro, e não reeditaram seu

assim, foi distinta daquela desses dois bairros, visando resgatar a integridade do patrimônio através do comprometimento imediato das agências de governo, em particular o ITESP, antes da titulação definitiva.

confronto, possivelmente porque seus respectivos direitos continuaram a ser reconhecidos e operantes no âmbito local.

Dito de outro modo, as relações inter-pessoais se apaziguaram porque ambos os opositores estavam referidos a sanções costumeiras aos possuidores do patrimônio comum, as quais, mesmo se um deles procurava diferenciar-se, acumulando terra, ou mesmo se estivesse com a razão quanto a seu direito, prevaleceram sobre a solução judicial. De acordo com Thompson (1998), são essas sanções, relacionadas à vigência de uma economia moral – que, pensada a partir de princípios de reciprocidade, não precisa estar restrita à prevalência de uma lógica de uso comum dos recursos, e podem estender-se a relações que se projetam para além do local -, que permitem contestar a “tragédia dos comuns”. Tais sanções integram os sistemas combinados. Mais do que isto, elas são a chave de seu funcionamento e da atualização dos laços que constituem o grupo. Se o desenvolvimento social e sustentável é o que se deve promover, para consolidar a política de reconhecimento, e se esta implica em mudanças nas instituições locais e no implemento da capacidade de ação coletiva, não se pode, contudo, considerar que os influxos políticos externos são os mais decisivos nesse processo. É preciso ter em conta os modos específicos pelos quais cada contexto construiu sua organização, a partir das relações com o conjunto social que os engloba e com as instâncias institucionais. Segundo Cunha (2004), para entender os dilemas da ação coletiva, e do desenvolvimento local, e promover um coletivo eficaz a partir da multiplicidade de seus agentes e processos, é necessária esta “apreensão densa” da causalidade da ação e da decisão, das maneiras diversas pelas quais os agentes locais compartilham ou não valores e práticas gerais, incorporam experiências em níveis ampliados, re-significam suas instituições. Ainda de acordo com o autor, descrever esses múltiplos agentes e processos e perceber os modos como se organizam, é a tarefa de uma etnografia de redes.

Um esboço dessa tarefa foi o que se procurou sintetizar nesse texto, a partir dos desafios concretos dos contextos remanescentes do Ribeira. Sobretudo, o que se pretendeu começar a delinear foi a lógica prática dos direitos combinados, que recorrentemente se busca atualizar na interface com processos macro-institucionais, conformando-se um *ethos* juridicamente orientado que incorpora, e re-significa, valores de justiça e princípios legais pelos quais se visa o reconhecimento de uma condição. Não deixa de surpreender que uma população, que compartilha com o conjunto do campesinato brasileiro, e com um campesinato negro em particular, uma exclusão legal histórica de seus direitos, opere por princípios jurídico-legais constitutivos de sua própria existência social. Parece com isto claro que é sobre eles que recai com mais força o processo árduo de construção da cidadania na sociedade

brasileira: os direitos civis são os últimos a serem estendidos, embora condicionem a vigência efetiva de todos os outros. Resta assim continuar atento aos modos pelos quais os moradores das áreas remanescentes, na prática subtraídos de seus direitos civis de há muito, estão fazendo convergir a percepção dessa ausência de igualdade, reposta agudamente no plano econômico, ao reconhecimento de seu direito à diferença, o que as agências públicas e a ação movimentalista procuram aglutinar na figura legal do direito coletivo.

Nessa tentativa de, em primeiro lugar, esboçar uma abordagem de processos sociais pela via de um recorte de redes de relações em movimento, procurei seguir na direção de um entendimento dos modos e motivos da organização dos fluxos de pessoas, bens e informações, nas suas relações com as diversas agências que se fazem presentes. A reflexão visou, assim, esboçar um caminho de abordagem das tomadas de decisão e posicionamentos, num processo político que ultrapassa uma institucionalidade estrita, seja no âmbito das agências públicas, seja no dos movimentos sociais.

As redes que se tentou reconstruir permitem perceber como, e em que medida, os moradores, e não de hoje, atravessam espaços geográficos e sociais, ampliando o leque de sua experiência, e se constituindo, dentro de seus possíveis, como sujeitos – flexíveis, situados – de seus processos de mudança. Sua demanda por terra, nesse sentido, parece exprimir, antes que um *ethos* camponês, um *habitus* clivado pela experiência de viver em vários mundos, e responder à percepção de sua condição de subalternidade e exclusão. Para esses agentes em movimento, a multiplicidade das redes que conseguem tecer é o capital social que lhes permite circular, e, com isto, contornar seu precário acesso aos direitos. É preciso estar atento, nesse sentido, para a medida em que a gama de expectativas e projetos procura e/ou encontra lugar no interior dos encaminhamentos do movimento organizado. Mapeá-las serve para visualizar tendências de ações e escolhas, afastamentos ou aproximações ao movimento social e às políticas públicas. E partir de dinâmicas populacionais concretas, ao se buscar a reconstrução de uma sociabilidade “comunitária” para fins de desenvolvimento local.

7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. 1997. “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida”. In: ANDRADE, Tânia (org.). *Quilombos em São Paulo – tradições, direitos e lutas*. São Paulo. IMESP

_____. 1989. “Sistemas de Uso Comum na Estrutura Agrária”. Belém. *Cadernos NAEA nº 10*. UFPA

ANDRADE, Maristela de P. 1990. *Terra de Índio: terras de uso comum e resistência camponesa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH/USP. São Paulo

- ANDRADE, Tânia (org.). 1997. *Quilombos em São Paulo – tradições, direitos e lutas*. São Paulo. IMESP
- BANDEIRA, M. de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo. Brasiliense/CNPq
- BARNES, J. A. 1987. “Redes Sociais e Processo Político”. In: BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp. 159-193
- BHABHA, Homi. 1998. *O local da cultura*. Belo Horizonte. Ed.UFMG
- BOISSEVAIN, Jeremy. 1987. “Apresentando “Amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp. 195-223
- BOURDIEU, Pierre. 1987. “Condição de Classe e Posição de Classe”. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, pp. 3-25
- _____. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa. Bertrand Brasil/Difel
- _____. 1990. *Coisas Ditas*. São Paulo. Brasiliense
- _____. 2005. *Esboço de Auto-análise*. São Paulo. Companhia das Letras
- CAMPOS, Nazareno J. de. 2000. *Terras de Uso Comum no Brasil – Um Estudo de Suas Diferentes Formas*. 258f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP. São Paulo
- CARVALHO, M. Celina P. de. 2006. *Bairros Negros do Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”*. 199 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). IFCH/UNICAMP. Campinas
- CUNHA, Luiz Henrique. 2004. “Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas para o manejo comunitário dos recursos naturais”. *Campina Grande. Raízes* (23) 1-2. Ed.UFCG, pp. 10-26
- FAVREAU, L. 2002. *Théories et Stratégies de Développement au Sud: itinéraire de 1960 à aujourd’hui. Cahiers de la Chaire de Recherche du Canada en Développement des Collectivités*, série pratiques économiques et sociales n. 32, 1-29, janvier.
- GODOI, Emília P. de. 1999. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas. Ed.UNICAMP
- GUSMÃO, Neusa M. M. de. 1991. “A Questão Política das Chamadas ‘Terras de Pretos’”. Florianópolis. *Textos e Debates n°2 – Terras e Territórios de Negros no Brasil*. NUER/CFH/UFSC
- HALL, Stuart. 2003. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte. Ed.UFMG
- LEACH, Edmund. 2000. *Sistemas Políticos das Terras Altas da Birmânia*. São Paulo. EDUSP
- MAUSS, Marcel. 1974. “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo. E.P.U/EDUSP, v. II, pp. 37-184
- OSTROM, E. 1990. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PAOLIELLO, Renata M. 1999. *As Tramas da Herança – da “reprodução camponesa” às atualizações dos sentidos da transmissão da terra*. 497f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH/USP. São Paulo.

- _____. 2008. “Remanescentes de Quilombos: Redes Sociais e Processos Políticos”. São Paulo. *Perspectivas: revista de ciências sociais*. UNESP, **no prelo**
- QUEIROZ, Renato da S. 1983. *Os Caipiras Negros do Vale do Ribeira: um Estudo de Antropologia Econômica*. São Paulo. FFLCH/USP, Antropologia 1
- _____. 1997. “Essa terra é santa, essa terra é nossa”. In: ANDRADE, Tânia (org.). *Quilombos em São Paulo – tradições, direitos e lutas*. São Paulo. IMESP
- ROSA, Leandro da S. 2006. *Os Quilombos do Vale do Ribeira e o Movimento Social: o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira*. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FCL/UNESP. Araraquara
- SCHERER-WARREN, Ilse. 2006. “Redes Sociais na Sociedade da Informação”. In: MAIA, R. & CASTRO, M.C. *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte. Ed.UFMG, pp. 215-227
- SEN, Amarthia. 2000. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- THOMPSON, Edward P. 1998. *Costumes em Comum*. São Paulo. Companhia das Letras.
- _____. 1987. *Senhores e Caçadores – A Origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, col. Oficinas da História
- VINCENT, Joan. 1987. “A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes”. In: BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp. 375-402

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.

GT4

FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO E
AGRICULTURA FAMILIAR

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**“TRABALHADORES MIGRANTES DE GUARIBA - SP: RELAÇÕES SOCIAIS
ENTRE ESPAÇOS DIVIDIDOS E SILENCIADOS”**

Andréa Vettorassi¹

Resumo

Este estudo pretende compreender, sob a perspectiva metodológica da História Oral e com dados quantitativos, a construção e reprodução das múltiplas identidades e sociabilidades existentes entre os trabalhadores rurais, de origem mineira e nordestina, que migram para Guariba, cidade-dormitório de economia sucroalcooleira do interior de São Paulo. Para tornar possível esta compreensão, foi necessário determinar em quais contextos estas identidades e sociabilidades são construídas, ou seja, de que forma a comunidade circundante, com seus pensamentos, memórias e valores, interfere nestas relações sociais. Percebemos que a relação que os trabalhadores migrantes têm com a comunidade circundante mascara um preconceito de cor/raça, como também de classe, contra este grupo que não se sente “nós”, mas sempre “o de fora”.

Palavras-chave: História Oral; migração; sociabilidade.

Abstract

This study aims at understanding, through the methodological perspective of Oral history and making use of quantitative data, the construction and reproduction of multiple identities and sociabilities present among the rural workers natural from the Minas Gerais state and the Brazilian northeast region, and who have migrated to Guariba, a bedroom community in the interior of the São Paulo state whose economy is based on the sugarcane industry. In order to make this understanding possible, it has been necessary to determine in which contexts these identities and sociabilities are built, that is, how the surrounding community, with its ideas, thoughts and values, interferes in these social relations. The relation the migrants have with the surrounding community disguises color/race as well as social class prejudice against this group, which not feels be “us”, but always “outsiders”.

Keywords: Oral history; migration; sociability.

1. Guariba: a cidade das contradições

A 50 km de Ribeirão Preto – SP, ilhada por um incontável número de plantações de cana-de-açúcar, encontra-se Guariba, uma dentre várias outras pequenas cidades, conhecidas como “cidades-dormitórios”, existentes no interior paulista². Uma precária rodovia de pista

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista da Fundação de Apoio do Estado de São Paulo (FAPESP). Orientação: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço. Agradecimentos à Profa. Dra. Maria Ap. de Moraes Silva.

² Guariba tem em torno de 31.085 habitantes, de acordo com o Censo IBGE (2000).

simples, não raro interditada por treminhões que cruzam a pista ou andam lentamente sobre ela, é o principal acesso à cidade. Há importantes usinas de cana-de-açúcar em volta de Guariba, como a São Martinho, a Bonfim e a São Carlos. Após morosa viagem, entramos enfim na pequena cidade que, para um visitante menos atento, em nada difere de tantas outras.

No entanto, há algo nela que, logo que entramos, nos chama a atenção. “Guariba tem uma entrada feia, né?”, ouvimos de uma moradora quando pela primeira vez entramos na cidade. Ela referia-se a um de seus bairros periféricos, uma espécie de “cartão de visitas”, já que se encontra em seu principal acesso. É, afinal, um indesejado cartão de visitas, pois denuncia aos olhos de quaisquer visitantes uma pobreza *relativa*, ou seja, uma desigualdade social, existente na cidade.

Referimo-nos a uma pobreza *relativa* porque Guariba não é exatamente uma cidade pobre, e sim uma cidade desigual. Após sete ou oito quadras deste primeiro acesso, já estamos no centro guaribense, que congloera dos mais variados tamanhos e tipos de lojas de seu desenvolvido comércio. Há também neste centro uma extensa praça arborizada, sua prefeitura, a delegacia e o Fórum, além da igreja matriz de traços modernos. Mais ao sul, há um bairro muito nobre, de grandes e luxuosas casas pertencentes às classes média e alta da cidade. Carros importados dividem ruas com algumas carroças. Guariba é, assim, um universo mergulhado em luxo e miséria, em pacato interiorano e correria moderna paulista.

Quanto à sua história, Guariba se assemelha às diversas outras cidades-dormitórios que a circundam. Com o processo de modernização agrária, em ápice no final da década de 60, a civilização cafeeira existente na cidade perdeu espaço para a civilização da usina. Neste período, houve uma reestruturação espacial no campo e nas cidades. De acordo com Moraes Silva, “reestruturação não entendida somente a partir do despovoamento do campo e povoamento das cidades, mas também nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais” (1993: 31). Com a expansão do espaço urbano e das plantações de cana-de-açúcar, apareceram os primeiros cinturões periféricos de miséria em Guariba.

Na década de 50, há um primeiro cinturão, um transbordamento significativo dos limites históricos da cidade do café. Nesta década, os primeiros migrantes nordestinos chegaram à cidade, força de trabalho para a nascente economia canavieira. Guido Garavello, empreiteiro e proprietário em Guariba, abriu um novo loteamento, o Bairro Alto, mais conhecido como João-de-Barro, porque a grande maioria de suas casas foi construída pelos migrantes nordestinos residentes no loteamento, que chegam anualmente à cidade em busca de trabalho no corte da cana. Suas casas não foram construídas da maneira tradicionalmente paulista (ou seja, “moderna”), mas com lajotas de barro, comuns nos estados nordestinos. O

loteamento oferecia terrenos baratos, exageradamente parcelados e menores que os padrões vigentes. O objetivo estratégico do loteador era o de evitar a desvalorização da Vila Garavello, sua propriedade localizada mais ao centro da cidade, com uma possível ocupação dos terrenos adjacentes pelos migrantes nordestinos (Mendes, 1997: 143). Localizado na principal entrada de Guariba, o Bairro Alto é o “cartão de visitas” mencionado acima, representante das desigualdades sociais e econômicas propiciadas pela modernização das usinas de cana-de-açúcar. A infra-estrutura do bairro é bastante precária e distinta do resto da cidade³. Por ser um espaço diferenciado de todos os outros, é que o Bairro Alto pode ser considerado um campo autônomo, um espaço social marcado pelas relações sociais horizontais, como também pelas relações e lutas verticais entre as classes. Para os moradores mais antigos de Guariba, é o bairro em que vivem os “invasores”, a gente de maus costumes, violenta e responsável pela desordem urbana.

Este artigo objetiva trazer à tona, baseado na metodologia da História Oral e em dados quantitativos, os tipos de relações sociais existentes entre os guaribenses e os grupos migrantes, ambos parte fundamental da figuração social de Guariba. Percebemos, a partir das entrevistas realizadas, que estas relações não raro são permeadas por estigmas (Goffman, 1988) e violência simbólica (Bourdieu, 1989), questões que buscamos revelar neste estudo.

2. Migrante Bóia-Fria: qual seu papel nas cidades-dormitórios?

Rosa Luxemburgo, já no início do século XX, trouxe à luz novas discussões e interpretações acerca da *reprodução do capital*, o fazendo de forma a inserir outros elementos à noção de reprodução do capital de K. Marx, vigente até o momento. De acordo com esta pensadora, o capital apenas garante os níveis de acumulação almejados quando importa força de trabalho existente em outras regiões, normalmente de economia pré-capitalista. Ou seja, o capital não consegue se reproduzir se utilizar apenas a força de trabalho existente nos limites de seu próprio espaço. Além disso, “o processo de acumulação originária não se refere somente ao início da era capitalista, mas o acompanha também nas fases de sua reprodução ampliada” (Moraes Silva, 2005: 4).

³ De acordo com os dados por setores censitários do IBGE (2000), 30% dos domicílios do Bairro “Alto” abrigam de 5 a 9 moradores. Em pelo menos 6 casas do bairro não há água canalizada. Em 3 delas não existe nenhum tipo de banheiro ou sanitário; 7 escoam seus esgotos em fossa rudimentar; 20% dos moradores com 5 anos de idade ou mais são analfabetos. Estes dados seriam ainda mais agravantes se o Censo incluísse na pesquisa os migrantes que vivem a menos de 1 ano na cidade, como também as pensões que os abrigam. São ao todo 885 pessoas residentes no Bairro “Alto”, uma média de 4 pessoas por domicílio.

Um século mais tarde, é possível perceber que Rosa Luxemburgo foi capaz de apontar para um dos mais importantes elementos existentes na reprodução do capital em sociedades de economia capitalista avançada, em tempos de um mundo cada vez mais dicotômico, dividido entre áreas de riqueza e miséria intensas. As desigualdades sociais, a riqueza de áreas capitalistas em detrimento à pobreza de áreas pré-capitalistas, são fundamentais para o desenvolvimento e reprodução do capitalismo em si.

Certamente encontramos no Brasil as mesmas relações econômicas apontadas acima e, como não poderia deixar de ser, em cidades-dormitórios como Guariba. O desenvolvimento econômico do interior de São Paulo, o mais rico estado do país, é garantido em especial a partir da produção, comercialização e exportação dos produtos originários da cana-de-açúcar, como o açúcar e o álcool. Não obstante, a economia açucareira assegura os seus altos índices de reprodução do capital utilizando-se de mão-de-obra barata, advinda de regiões pobres do país. São homens, mulheres, camponeses, originários de regiões do Brasil tais como estados nordestinos e Vale do Jequitinhonha-MG, e que por meio da migração (temporária ou permanente) deslocam-se para a região de Ribeirão Preto – SP em busca de melhores condições de vida. São, portanto, um grupo heterogêneo, que constantemente elabora novas formas de ser, ver e estar no mundo e que reformula suas condutas e valores, ao mesmo tempo em que busca fortalecer velhos laços familiares para o enfrentamento conjunto da existência. Perdedores na luta pela terra e na luta pelo emprego urbano, os bóias-frias têm sua história de vida traçada pela busca de emprego e sua identidade definida pela consciência de que são trabalhadores “sem profissão”, obrigados a aceitar condições de trabalho subumanas (D’Incao, 1983).

Quando migrante, o bóia-fria passa por um processo ainda mais profundo de redefinição de sua identidade, que é o de *desenraizamento*, efeito devastador sobre a vida do migrante, que rompe laços familiares e expressa a miséria e a impossibilidade de sobrevivência econômica em pequenos lotes agrícolas. A vida nômade o desmoraliza e o empobrece. O trabalho contínuo durante a safra exercido pelos migrantes sazonais corresponde à ruptura com o tempo cíclico camponês existente em seus locais de origem. Em seu novo tempo cíclico, as estações do ano são substituídas pela safra e a entressafra da cana. O tempo, redefinido, vira dinheiro e é comprado e vendido (Costa, 1993). O processo de intensa ruptura só pode ser concertado com o dinheiro, o ganho acima das necessidades cotidianas, que estimula a vinda destes trabalhadores, sendo que muitos jamais voltam para os seus locais de origem. Desta forma, deixam de ser camponeses em regiões de economia pré-capitalista e tornam-se, definitivamente, *peça fundamental* para o avanço da reprodução do

capital em áreas de economia capitalista consolidada. No entanto, esta “peça fundamental” nem sempre aceita a estrutura econômica a que está submetida e, no caso de Guariba, foi capaz de se rebelar contra as suas condições.

3. A Greve de Guariba e suas Conseqüências

Em tempos de intensa e contínua reprodução do capital, metade da população de Guariba, em 1984, constituía-se de empregados nos canaviais, sendo que sua grande maioria era advinda de estados nordestinos e de Minas Gerais (Martins, 1996: 184). Nesta ocasião, trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semi-escravidão. Na madrugada do dia 15 de maio de 1984, em torno de 5.000 trabalhadores não subiram nos paus-de-arara em direção ao campo. No Bairro Alto, começaram as suas manifestações e, aos poucos e em volumosos grupos, marcharam para o centro da cidade riscando seus facões no asfalto, e permaneceram na praça da igreja matriz por toda a manhã. Concomitantemente, depredaram o escritório da Sabesp (Serviço de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo), atearam fogo em seus carros e invadiram um supermercado, de onde levaram diversos produtos alimentícios e eletrodomésticos. O aumento repentino das contas de água recém entregues pela Sabesp e os preços abusivos cobrados pelo supermercado, que não mais abria contas para os trabalhadores rurais, foram as justificativas dadas para estas ações. No entanto, a principal causa da greve foi a alteração do sistema de colheita da cana, que passou de cinco para sete ruas, o que tornaria a lida diária ainda mais penosa. Além disso, as condições dos alojamentos e do transporte eram bastante deficientes, mantendo tensas as relações entre os trabalhadores e os usineiros e seus empreiteiros. As revoltas e conflitos foram constantes, e houve a intervenção da Tropa de Choque do governo do Estado de São Paulo, como também de policiais provenientes de várias cidades vizinhas (Novaes & Alves, 2002a). É o dia de maior violência da greve: a Tropa de Choque foi acionada, a água e a luz do Bairro Alto foram cortadas, trinta homens foram feridos e um aposentado de sessenta anos, que apenas observava os acontecimentos de longe, foi morto por uma bala perdida. Já na noite deste dia, o sistema de corte da cana passa para cinco ruas. No dia 17 do mesmo mês, a greve tem fim, com um acordo que contemplou quase todas as reivindicações dos trabalhadores.

Em janeiro de 1985, uma nova greve paralisou os trabalhadores de Guariba e região. Em um momento de entressafra, em que boa parte dos trabalhadores do corte da cana estava desempregada e, conseqüentemente, instável economicamente, a *fome* foi um precioso

elemento mobilizador. No entanto, esta segunda paralisação teve um caráter mais orgânico, já que houve um envolvimento de agentes políticos e de entidades sindicais. No dia 12 de janeiro de 1985, centenas de policiais militares deram fim aos piquetes de Guariba e região. Em Guariba, houve uma verdadeira “operação de guerra”: Policiais militares foram recebidos a pedradas no Bairro Alto, ao mesmo tempo em que espancaram todos que estavam nas ruas, inclusive mulheres e idosos (Novaes & Alves, 2002b).

Pela sua abrangência, relevância e, como não poderia deixar de ser, pelo seu caráter violento, a greve de Guariba teve repercussão não só nacional, mas mundial. No entanto, atualmente é pouco lembrada pelos habitantes da cidade. Em reportagem que lembrou os vinte anos do levante, publicada na Folha de São Paulo, o então prefeito da cidade manifestou-se da seguinte forma:

“Essa é uma realidade que não gostamos de lembrar. *É uma vergonha para a cidade.* Algo bonito terminou em catástrofe, parecia uma guerra civil” [grifos meus].

De fato, nenhum *espaço*, nenhum *lugar* na cidade rememoram a greve. Nem mesmo nas escolas guaribenses há algum tipo de discussão ou comentário sobre o assunto⁴. Passados vinte e um anos, vestígios da greve apenas são encontrados em algumas conversas entre amigos numa esquina, ou num bar, na praça da igreja matriz, quase que aos sussurros. Vestígios encontrados em alguma sala de TV, quando a morte violenta de alguém é televisionada, e isto resgata uma memória abandonada do guaribense que, por poucos instantes, revive a famosa e esquecida greve, a para sempre maldita greve que, de acordo com o comentário popular, dificultou a conquista de emprego do guaribense e estigmatizou a cidade para sempre.

Os trabalhadores rurais em Guariba, migrantes ou não, também pouco lembram a manifestação. Timidamente, destacam as melhorias das condições trabalhistas conquistadas por ela, e nada mais⁵. Por outro lado, sabem que as tais condições de trabalho deveriam, e poderiam, ser muito melhores, mas paradoxalmente, jamais seriam capazes de organizar nova greve. Talvez porque a reciprocidade horizontal, que há vinte e um anos atrás os impulsionou para a greve, esteja abalada e enfraquecida. O contemporâneo trabalhador rural representa muito mais a racionalidade do operariado moderno do que outros tipos de racionalidade

⁴ De acordo com a mesma matéria publicada no Caderno Folha Ribeirão, da Folha de São Paulo, no dia 9 de maio de 2004. Na época, a secretária da Educação de Guariba não quis se manifestar sobre a ausência do levante no currículo das escolas (p. G1).

⁵ Dentre as melhorias, destacamos: transporte gratuito até o trabalho; fornecimento de ferramentas pelos empregadores (facão, luvas e tornozeleiras); pagamento dos dias em que não trabalham por imprevistos (como chuva); carteira assinada.

operacionadas por códigos morais e tradicionais (Thompson, 1998). Isto é ainda mais perceptível na segunda geração de migrantes, que não conviveu diretamente com o modo de vida camponês de seus pais e que, portanto, não estabeleceu sociabilidades e interdependências horizontais típicas destes grupos mais tradicionais. A sociabilidade deste “novo camponês” impede a formação de grupos solidários em busca de melhorias salariais: o medo do desemprego e do estigma que uma greve tem são muito mais fortes. E a perda de sua identidade tradicional interrompe sua capacidade de “micro-revolucionar”.

Após 1984, Guariba passou a ser reconhecida como cidade violenta e conflituosa. Uma complexa e multifacetada relação entre os “nativos” e os “de fora” ganhou força ímpar. E ser “de fora” significa muito mais que ser migrante: ser “de fora” significa não possuir lugar algum.

4. Os Nativos e os “De Fora”

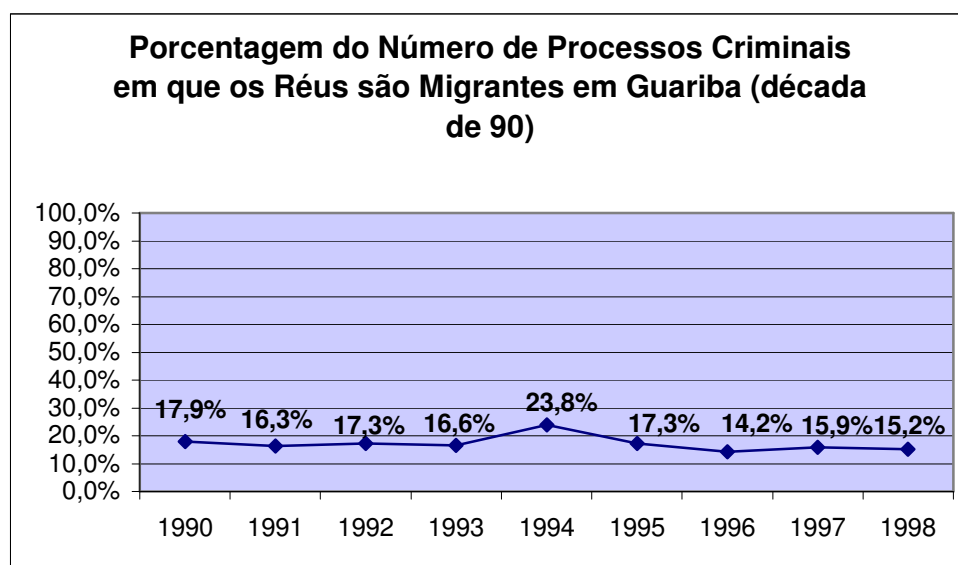
Percebemos que, marginalizados *economicamente* pela estrutura desigual do capitalismo vigente (uma marginalidade econômica tão intensa que os impulsionou para uma violenta greve), estes homens e mulheres migrantes são também marginalizados *geograficamente*, pois para eles sobram as regiões periféricas e miseráveis das cidades que os abrigam. Dentro destas cidades, os migrantes inevitavelmente se inserem em uma terceira relação desigual, já que são também marginalizados *socialmente*. Em Guariba, grupos heterogêneos se separam entre os que chamamos de “nativos” e os “de fora”, que se diferenciam em diversos aspectos: o primeiro grupo é constituído de brancos, o outro de negros e pardos; o primeiro é morador do centro, o outro do Bairro Alto; o primeiro é de classe média e classe média alta, o outro é de classe baixa. Todos estes elementos são resumidos em poucas palavras detentoras de estigmas: “de fora”, estranho, “do morro”, migrante, nordestino. Quando moradores do Bairro Alto e do centro da cidade de Guariba foram ouvidos, compreendemos que há uma qualidade comum compartilhada com os “de fora” que os identifica desta forma: *serem negros ou pardos*, independente de serem migrantes ou não; suas corporalidades projetam uma impressão para os nativos que torna possível uma dialética e discriminatória relação entre os dois grupos e que inclui os filhos de migrantes, já nascidos em Guariba. Utilizando-se da expressão *migrante*, o nativo mascara um preconceito de cor e de raça muito mais evidente e forte que o de naturalidade. Munido de seu alto poder de coesão, o nativo atribui ao “de fora” (migrante e, principalmente, negro ou pardo) todos os males de sua sociedade, em especial os índices de criminalidade.

Ser “de fora” é, fundamentalmente, ser migrante, ser negro ou pardo, pobre economicamente (cortador de cana) e culturalmente (ter baixo nível de escolaridade e/ou estar relacionado aos valores culturais nordestinos) e ser morador do Bairro Alto. Mas basta ter uma das características acima para ser rejeitado e estigmatizado pelo grupo nativo, detentor de uma violência simbólica “que se exerce pelo poder das palavras que negam, oprimem e destroem psicologicamente o outro” (Zaluar & Leal, 2001: 148). Segundo Bourdieu (1989), a violência simbólica é operada pelos mandatários do Estado, que possui o monopólio de uma violência simbólica legítima, o que inclui a Justiça, instituição na maior parte das vezes inacessível aos migrantes e seus descendentes. Contudo, a sociedade civil também demonstra sua capacidade de violentar simbolicamente o outro, como fazem os nativos de Guariba. Nos “de fora” é atribuída a estigmatização do “marginal”, e a tese de que a miséria sempre gera criminalidade legitima uma violência simbólica multifacetada, que se transpõe para o mundo da violência *real*. O nativo utiliza as *di-visões* acima (de classe, cor/raça, naturalidade e etc.) para justificar a criminalidade existente na cidade e que é conhecida por todas as cidades vizinhas de Guariba. Ou seja, os nativos tomam consciência de suas posições no mundo social quando mantêm relações de força com os “de fora”, quando classificam e nomeiam o outro de acordo com o seu capital simbólico (Bourdieu, 1989), que nada mais é que as diversas propriedades que os agentes constroem para determinarem suas posições nos espaços sociais, e que só é significativo quando conhecido e reconhecido pelos outros agentes. De acordo com Bourdieu (1989: 140), quando *categorizamos* o outro (elogiamos, congratulamos, louvamos, insultamos, criticamos, censuramos ou acusamos), estamos determinando e reconhecendo *nossas próprias* posições sociais. Apenas reconhecemos a posição que ocupamos no espaço social na prática, nas relações sociais que mantemos com os outros grupos sociais e que nunca é estática ou unilateral. Assim, o nativo transfere para o “de fora” os pontos negativos existentes em sua comunidade (pobreza, criminalidade, etc.), com o intuito de preservar sua auto identidade (*self*); é uma forma de defesa, que se baseia no ataque.

No entanto, uma pesquisa quantitativa realizada com os processos criminais da Comarca de Guariba, como também as entrevistas realizadas em especial com os migrantes do Bairro Alto, trouxeram à luz resultados (e questionamentos) quanto à relação nativos/os “de fora” e os tipos de crime em que os migrantes e seus descendentes estão envolvidos. Percebemos com esta pesquisa que o número total de processos criminais da década de 90⁶

⁶ A década de 90 foi escolhida por ter sido marcante para os migrantes de Guariba, já que é neste período que se inicia o processo de mecanização do trabalho rural e entra em vigor a Constituição de 88, que proíbe o trabalho de menores de idade no corte da cana, fato este que diminui a oferta de emprego para os jovens pertencentes em

não justifica a fama de violenta que a cidade já recebia na época: No ano de 1990 foram registrados 571 processos criminais, um número baixo para os padrões de uma cidade com o porte de Guariba⁷. Do total neste ano, apenas 48 processos têm como réus *migrantes trabalhadores rurais ou desempregados*, um número muito menor do que o estimado pelos funcionários do Fórum (150 processos por ano envolvendo migrantes lavradores), o que indica um viés discriminatório. Ou seja, os nativos encarnam os valores da tradição e da boa sociedade, enquanto que os “de fora” estão rotineiramente relacionados à anomia, delinqüência, violência e desintegração, numa espécie de “fantasia coletiva” perpetuada pelo alto potencial de *coesão* dos estabelecidos (Elias & Scotson, 2000) e, no caso de Guariba, pelo preconceito de cor e classe que denomina “migrantes” todos aqueles que são negros e pobres. Quando a porcentagem do número total de processos criminais em que os réus são migrantes em relação ao número total de processos criminais da comarca de Guariba é levantada, novas análises podem ser feitas: apenas 17,1% de todos os processos criminais da Comarca de Guariba da década de 90 têm réus migrantes:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Como os dados revelam, não só a fama de violenta que a cidade carrega não tem fundamento empírico, como também a responsabilidade dada aos migrantes para os índices de

especial à segunda geração de migrantes. Além destes fatores, é neste momento que a greve de 84 está mais presente na memória da comunidade guaribense.

⁷ No mês de julho de 2004, foram registrados na delegacia da cidade 120 termos circunstanciados (crimes de “menor potencial excessivo”, como xingamentos, por exemplo). Em Monte Alto, cidade com 10.000 habitantes a mais que Guariba e sua vizinha, foram registrados no mesmo período 174 termos circunstanciados. Destes termos, poucos se tornam inquéritos e é ainda menor o número dos que se tornam processos criminais.

criminalidade, sejam eles migrantes temporários ou os que já vivem em Guariba há mais tempo. A idéia de que Guariba é uma cidade violenta está relacionada à greve de 1984. Além disso, os dados empíricos demonstram que a conexão migração-criminalidade é apenas parte do que chamamos de uma “ideologia nativa”, baseada em falsas consciências (Marx & Engels, 1984), e de toda violência simbólica reproduzida e perpetuada por este grupo nativo.

Em contrapartida, é necessário chamar a atenção para um ponto significativo: A partir dos dados da pesquisa quantitativa, foi possível determinar o número total de processos envolvendo *migrantes* porque as fichas dos réus informam sua naturalidade. No entanto, não informam a naturalidade dos pais, impossibilitando o acesso aos processos em que os réus são *filhos* de migrantes. É provável que, levando em consideração este tipo de processos, alcancemos o número estimado pelos funcionários do Fórum, que era o de 150 processos por ano envolvendo migrantes. Isto porque, como já foi discutido acima, para os moradores mais antigos da cidade todos aqueles que são negros, pobres e/ou moradores do Bairro Alto são também “migrantes”, terminologia usada para mascarar seus preconceitos, como também para hierarquizar e homogeneizar os grupos sociais. No que tange à participação da segunda e terceira geração dos migrantes nos crimes ocorridos em Guariba, de acordo com os moradores do Bairro Alto, estes estão mais envolvidos no tráfico de drogas, crime tipicamente urbano entre os que são verdadeiros “sobrantes” em todo o processo de mecanização do trabalho rural e que jamais tiveram um modo de vida camponês como o de seus pais, que passaram boa parte da vida no meio rural dos estados nordestinos.

Segundo Elias e Scotson (2000: 37), as crianças são suscetíveis à humilhação, já que seus pais e todo seu grupo (sua imagem e valor) constituem uma parte vital de sua auto-imagem, sua identidade individual e sua auto-avaliação (o mesmo que ocorre com os descendentes de Guariba). As experiências afetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrárias; têm uma estrutura e dinâmica próprias. Num estágio primitivo da vida (infância), podem influenciar profundamente a moldagem dos afetos e a conduta em etapas posteriores. A criança não é só afetada pela experiência dos pais, mas também pelo que os *outros* pensam e dizem sobre seus pais. Ou seja, a violência simbólica e os estigmas atribuídos aos migrantes por uma ideologia nativa podem estar ocasionando uma real violência entre a segunda e a terceira geração de migrantes, já *guaribenses natos*, no entanto marginalizados pela sociedade guaribense “nativa”.

5. Como Reagem os “De Fora” Frente aos Estigmas?

Frente aos estigmas do grupo nativo a que estão submetidos, os “de fora”, por serem um grupo heterogêneo, têm reações diversas e multifacetadas, que podem ser divididas entre três subgrupos: os “de fora” migrantes sazonais, os “de fora” migrantes estabelecidos em Guariba há décadas e os “de fora” pertencentes à segunda e terceira geração de migrantes.

O migrante sazonal é parte intrínseca de dois universos dialéticos, que são a sua terra de origem e a cidade de Guariba. Este migrante tem papéis sociais diferentes nos dois espaços: Ao voltar para as terras de origem, quando bem sucedido nas lavouras de cana do interior paulista, recebe um novo status, uma diferenciação social e cultural. Destaca-se em seu mundo tradicional quando se apropria do moderno a partir de bens simbólicos e materiais⁸. Ainda no “mundo moderno” em que migrou, a relação é inversa. Os aspectos de seu cotidiano não estão absolutamente desprendidos do modo de vida de sua terra natal (portanto, um modo de vida tradicional e camponês). A relação “vertical” (com os nativos) é, portanto, tensa, e é por isto que o migrante sazonal torna-se introspectivo, mantendo apenas no dia-a-dia relações “horizontais” (com o seu próximo e semelhante), seja a partir de laços de confiança e obrigações mútuas, seja nas brincadeiras ou, ainda, nas relações conflituosas, na disputa de território e espaço no trabalho, na verdadeira malha social construída e reproduzida nos corredores de cana. Neste contexto, o trabalhador migra pelo fetiche e status que a mercadoria e o papel moeda oferecem. No entanto, não se sente parte integrante do “mundo moderno”, sendo tomado pelo estranhamento e saudade de sua terra, saudade esta que é parte constituinte do homem camponês (Moraes Silva, 2001). O relato oral de Martinho, maranhense de Morro Branco⁹, negro, 25 anos e migrante sazonal há três anos porque tem o sonho de comprar uma moto, retrata estes híbridos sentimentos e modo de vida:

Você sente alguma diferença quando volta [para Morro Branco, sua terra Natal]?

Martinho – É, chega lá, a coisa muda, né? Às vezes uma terra que tava feia, de repente dão um trato nela [e cita outros aspectos do mundo rural onde sua família tem roça de subsistência e criação de animais]. Aqui se chama centro, lá é interior. Aqui é cidade, é tudo enlatado, tem telha, telhado, tem rua. E aqui a gente muda as “feição”.

Então você acha que aqui você vive melhor?

Martinho – Melhor, assim, porque estamos trabalhando, né, mas bom mesmo é tá na terra da gente...

Mesmo morando na choça [casas feitas de madeira e barro típicas do interior do Maranhão]?...

⁸ Quando por exemplo voltam de boné, “ray-ban” e celular, bens materiais típicos do modo de vida paulista e, portanto, do “moderno”. Aqui existe uma dupla associação do tradicional e do moderno.

⁹ Vila do interior do Maranhão, próxima à cidade de Codó, tem intenso fluxo migratório para Guariba.

Martinho - Ah, é, mesmo morando na choça o bom mesmo é lá! Aqui é cidade, tem dinheiro, dá pra comprar, pra andar de tênis, mas eu sou pobre e prefiro morar na terra da gente. (Risos) Porque a gente nasce lá. Porque a gente nunca se esquece da terra que se nasceu [...]; sem família é a mesma coisa que nada.

E você acha que você mudou muito?

Martinho – Ah, eu não sei se eu mudei, mas lá, a gente sempre pensa que a gente muda, mas não. Continua o mesmo. Eles [os conterrâneos] acham que mudou, né, mas a gente não mudou nada.

E em quê eles acham que você mudou?

Martinho – É, porque chegando lá a gente volta mais danado, porque aqui a gente conversa de todos os assuntos, sobre muita coisa, muita coisa diferente, e aí eles acham que a gente voltou mais falante. [Acham que a gente volta] cheio dos critério, com a pele mais fina, mais branco... Tem gente lá que acha que a gente trabalha em escritório, porque tá com a pele mais fina, mas não, “Ih, gente, o trabalho lá é de roça”. Acham que é trabalho sério, que conseguiu, mas não, é trabalho de roça, com facão também! (risos).

Martinho, assim como outros trabalhadores maranhenses, não sente que pertence ao mundo que migra. No entanto, sente que o “moderno”, o “novo”, lhe são familiares, porque são parte constituinte de sua cultura e terra natal, onde a lógica tradicional e camponesa já recebe a influência dos símbolos do moderno, seja a partir da migração existente em Morro Branco há mais de 10 anos (que possibilita o intercâmbio de culturas), seja a partir das imagens da televisão, meio de entretenimento entre os moradores de Morro Branco¹⁰. Há o desejo de pertencimento e identificação do moderno, mesmo que percebam o estranhamento e a repulsa da comunidade nativa guaribense (e, portanto, moderna), que os mantêm afastados a partir das niveladoras perguntas “quanto você vale?” ou ainda “quanto você tem?”. A saudade e o desejo de regresso estão indiscutivelmente presentes, mas estes querem voltar diferentes, representantes do moderno através de seus novos pertences imbricados de valores concretos e abstratos e, sobretudo, vitoriosos no mundo metropolitano onde o ser e o viver são “para fora”, ou seja, voltados para as aparências e para o tempo que é calculado, quantitativo, egoísta. Por isto voltam mais brancos, mais fortes, como se trabalhassem em escritório, com dinheiro no bolso, “cheio dos critério”, expressões colhidas não apenas no depoimento de Martinho, mas nos relatos de outros homens e mulheres maranhenses ouvidos. O “lugar que não é da gente” também faz parte de sua formação identitária. Ter status na “nossa terra” é ter incorporado valores e símbolos do moderno. “Parecer moderno, mais do que ser moderno. A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do ser visto do que no viver” (grifos meus) (Martins, 2000: 39). Ou seja, o “viver” do camponês do interior maranhense que migra sempre será “não *moderno*”, ainda que sua corporalidade

¹⁰ Em Morro Branco não há água canalizada e nem asfalto nas ruas e estradas de acesso. Porém existe energia elétrica, e na casa de “Fogoso”, único morador da cidade que já tem televisão, toda a comunidade se reúne no fim do dia para assistir à novela das 9h (informações colhidas através das entrevistas).

denuncie um hibridismo de culturas. No entanto, sua existência é indiscutivelmente parte da *modernidade*, uma vez que, sob uma perspectiva econômica, sua força de trabalho sustenta o setor sucroalcooleiro e, portanto, o luxo e a riqueza do mais moderno estado do país. Neste “jogo da sociedade”, o trabalhador migrante mais perde do que ganha, mais é explorado do que explora as oportunidades da modernidade.

O migrante que está na cidade há mais tempo, por sua vez, protege-se munido de uma memória seletiva: nem tudo fica guardado ou registrado. Assim, “se esquecem” dos preconceitos que já sofreram ou sofrem (e que ainda estão tão vivos nas lembranças dos sazonais), e procuram lembrar-se dos grupos a que estão associados, que na maioria das vezes é o seu próprio bairro. Entre violências simbólicas e estigmas, o migrante vai percebendo, aos poucos, que os laços sociais que separam e hierarquizam os indivíduos podem também unilos. Migrantes temporários continuamente sofrem e se fecham em seus universos particulares e protegidos. Migrantes permanentes já sofreram muito, mas aos poucos fazem de Guariba sua morada, e ultrapassam os limites de seus universos, que ganham as casas, as ruas e os bairros periféricos que os circundam. Aprenderam aos poucos que o modo de vida camponês, que mantinham em suas terras natais, pode também ser reproduzido na “moderna” cidade paulista, a partir de um espírito comunitário construído entre os iguais. Guariba nada mais é que diversos círculos, espaços sociais que eventualmente comunicam seus extremos (Bourdieu, 1989). Espaços sociais que quando se encontram, se misturam ou se chocam, compartilham uma repulsa, que não advém apenas do grupo nativo, mas também do grupo “de fora”. Se o nativo deseja que o “de fora” não vá ao centro (o espaço social nativo), o “de fora”, por sua vez, evita ir ao centro e prefere manter-se nos espaços sociais que considera seu por direito, como o Bairro Alto.

Mas e os filhos dos “de fora”? A segunda e a terceira geração dos migrantes já nasceram em Guariba, e construíram suas identidades a partir dos modos de vida paulistas, guaribenses. Nem sempre aceitam que existe algum espaço social na cidade que não é seu por direito, afinal, ele é parte constituinte da mesma, e nem sempre compartilhou ou presenciou o modo de vida camponês de seus pais e avôs. No entanto, são incorporados em uma mesma, injusta e contraditória relação dialética: são impreterivelmente os “de fora”, mesmo que guaribenses natos, porque são negros e pardos, pobres ou moradores do Bairro Alto. É preciso tomar consciência de que esta “ausência” de identidade entre a segunda e a terceira geração de migrantes tem sérias conseqüências, como a participação deste grupo em atos de violência, discutida acima. Assim, a ideologia nativa, que estigmatiza este grupo *anacrônico*, que não

consegue fazer parte do tempo e do espaço guaribenses e que nunca é considerado “nós”, pode estar, com a sua violência simbólica, incitando uma violência real.

6. Considerações finais

Este artigo buscou chamar a atenção para os diversos aspectos da sociedade guaribense, capaz de oprimir e marginalizar os migrantes nordestinos que há décadas fazem parte de sua figuração social. Comumente conhecidos como *excluídos*, na verdade estão absolutamente *inseridos* nos processos de produção capitalista, como também nas relações sociais e culturais das cidades-dormitórios, onde procuram a sobrevivência. No entanto, em ambos os casos, estes trabalhadores migrantes estão em desvantagem: como já sabia Rosa Luxemburgo a pelo menos um século, para eles sobraram os serviços pesados e os estigmas, típicos das sociedades capitalistas.

7. Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- COSTA, M. C. S. (1993) “Entre o Rural e o Urbano”. In: *Travessia – Revista do Migrante*, nº 15, Janeiro-Abril.
- D’INCAO, M. C. (1983) *Bóia-fria: acumulação e miséria*. São Paulo: Vozes.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L. (2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOFFMAN, E. (1988) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC.
- MARTINS, A. L. (1996) *Guariba - 100 anos: 1895 – 1995*. São Paulo. Prefeitura Municipal de Guariba.
- MARTINS, J. S. (2000) *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo, Hucitec.
- MARX, K; ENGELS, F. (1984) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MENDES, A. M. (1997) *O Conflito Social de Guariba 1984-1985*. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Franca.
- MORAES SILVA (1993) “As Cidades dos Bóias-Frias”. In: *Travessia – Revista do Migrante*, nº 15, Janeiro-Abril.
- _____ (2001) “A Terra do Imaginário dos Migrantes Temporários”. In: *História Oral*, nº 4, São Paulo. P. 103-120.
- _____ (2005) “Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações”. In: DEMARTINI, Z. B. F. & TRUZZI, O. (Orgs.) *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Paulo: EDUFSCar.
- NOVAES, J. R., ALVES, F. (2002 a) *Guariba – 1984* (vídeo). São Paulo: FERAESP, UFRJ e

UFSCar.

_____ (2002b) *A Memória em Nossas Mãos* (vídeo). São Paulo: FERAESP, UFRJ e UFSCar.

THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em Comum*. Companhia das Letras, São Paulo.

ZALUAR, A., LEAL, M. C. (Fevereiro de 2001) “Violência Extra e Intramuros”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, nº 45.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**A INSERÇÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA: TRAJETÓRIA DE REPRODUÇÃO DO
AGRICULTOR FAMILIAR NO SERTÃO SERGIPANO**

Sônia de Souza Mendonça Menezes¹
Maria Geralda de Almeida²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo trazer algumas reflexões sobre a introdução da pecuária leiteira como uma estratégia de reprodução do agricultor familiar no semi-árido sergipano. Abordaremos as mudanças introduzidas no uso da terra, os significados da pecuária para o agricultor familiar e a retomada do saber-fazer queijeiro.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Reprodução; Queijos

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo trazer algumas reflexões sobre a introdução da pecuária leiteira como uma estratégia de reprodução do agricultor familiar no semi-árido sergipano. Abordaremos as mudanças introduzidas no uso da terra, os significados da pecuária para o agricultor familiar e a retomada do saber-fazer queijeiro. O texto foi estruturado em três partes: na primeira, se procurou contextualizar a ocupação do no sertão sergipano e as formas de utilização da terra. As dificuldades impostas pelo clima, a concorrência com os produtos oriundos de outras regiões e a indução dos projetos públicos são tratados em um segundo momento. Na terceira parte enfocaremos a ação das redes de sociabilidade criadas pelos agricultores e as unidades de produção quejeira são salientadas como principal mercado receptor do leite produzido nos estabelecimentos dos agricultores familiares.

2. Configuração do Sertão Sergipano

Embora tenham participado outras categorias na ocupação, o Sertão tem, no vaqueiro, um dos agentes precursores do povoamento, como salienta Diniz (1996, p.52) “utilizando-se da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais”. Neste período, além da criação de gado, os agricultores familiares no sertão, dedicavam-se aos cultivos de milho, feijão, mandioca e

¹ E-mail: soniamenezes@ufs.br. Universidade Federal de Sergipe.

² E-mail: mgdealmeida@gmail.com. Universidade Federal de Goiás.

algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Para tanto, aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam com o grande proprietário uma relação indireta no uso da terra pagando em renda-trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas. Porém, a produção de alimentos não se constituiu na atividade mais importante do sertão, como destaca (ANDRADE 1986, p.155):

... a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais”, devido à grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas.

No final do século XVIII e no século XIX, houve uma grande expansão da lavoura do algodão, sobretudo no período da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esta cultura presente nos estabelecimentos do agricultor familiar desperta o interesse também do grande proprietário. Percebendo que a rama do algodão, juntamente com a palha do milho, poderia constituir-se em uma ração suplementar para o gado nos meses mais secos, passou a ceder terra aos trabalhadores desprovidos desse bem em troca do restolho dessas culturas. Conseqüentemente, houve uma revitalização da pecuária, surgindo novas perspectivas para o sertão. A cotonicultura, juntamente com a pecuária, proporcionou o surgimento de vários centros urbanos no sertão sergipano.

Após o período de crise do algodão, o agricultor familiar continuou a plantar o mesmo cultivo consorciado, enquanto os grandes proprietários se dedicaram à pecuária de forma praticamente exclusiva.

A pecuária, apesar de ser uma atividade importante, até a metade do século XX apresentava-se ainda pouco intensiva, sendo os bovinos criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa do sertão.

A pecuária leiteira não apresentava elevada produtividade uma vez que o gado era predominantemente tipo “pé duro” rústico de pequeno porte, alimentado com gramíneas naturais e além do consumo humano também o leite seria utilizado para a alimentação dos bezerros.

Pesquisando sobre a culinária sertaneja (Castro 1969, p. (176) destaca os trabalhos de Câmara Cascudo, Nina Rodrigues e Cleto Seabra Veloso os quais evidenciam a importância e o domínio da cultura do milho base alimentar do sertanejo. Tais autores destacam as variadas formas de uso do milho enfatizando que quase sempre este produto é consumido juntamente com o leite “numa combinação feliz”. O leite também é utilizado na dieta alimentar sob várias

outras formas a exemplo da coalhada fresca ou escorrida, ou sob a forma de derivados, manteiga e queijo. Principalmente manteiga fresca e requeijão, tipo de queijo gordo de que os sertanejos fazem largo uso cru ou assado.

A prática cultural da elaboração destes produtos derivados do leite foi repassada pelos antepassados ao domínio feminino consistindo o interior das residências o território destinado à sua produção. Este saber-fazer interiorizado pelas mulheres objetivava quase que exclusivamente a alimentação da própria família.

Ao receber visitas de parentes, amigos e compadres que habitavam nas áreas urbanas distantes do sertão faz parte da tradição sertaneja presenteá-los no momento da partida com um queijo de coalho ou um requeijão caseiro.

Esta configuração do sertão sergipano perdura até a década de 1960 apresentando as relações destacadas sem alterações.

A refuncionalização do meio rural sertanejo preservando sua identidade

A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, alçada prioritariamente por uma agricultura familiar, tem seu crescimento acelerado. Este crescimento é uma consequência de alguns fatores favoráveis como: melhores estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada principalmente para a região semi-árida através dos Projetos Proterra, Polonordeste e Sertanejo.

As linhas de atuação do Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste - consistiam no apoio ao campesinato, com pequenos estabelecimentos ou desprovido de terra através da desapropriação, e também com a introdução de programas de modernização agropecuária e agro-industrial com liberação de financiamentos a longo prazo e juros baixos. Entretanto, esse programa revelou-se como uma fonte de crédito rural em detrimento da distribuição de terras no Nordeste.

Dessa forma, o programa, que objetivava a distribuição de terras, aplicou a maior parte dos seus recursos na inovação e modernização dos grandes e médios estabelecimentos, proporcionando a expulsão de parte da população rural sem terra.

Sorj (1986 p.104) ainda, analisando a atuação do Polonordeste-1974 - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas, reafirma sua idéia ao dizer que este se transformou em um mecanismo de fortalecimento dos grandes e médios produtores, reforçado pela

implementação de projetos de modernização agrícola, provocando o crescimento do êxodo rural, em virtude da expansão pecuarista na área.

O Projeto Sertanejo – Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, foi criado em agosto de 1976/1986. Visava interferir nesta área nordestina, objetivando tornar a sua agricultura resistente às secas e explorar suas possibilidades de desenvolvimento. Contribuiu para o crescimento da pecuária, atuando na viabilização das reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem, funcionando como linha de crédito destinada a investimentos fixos, semifixos e de custeio. Ainda, desenvolveu ações que proporcionaram a implantação de pastagens, mecanização e tração animal, conservação de açudes e solos. Assim, de forma crescente foram introduzidas na área sementes selecionadas como a do *buffel* (*Cenchrus ciliaris*), pangola (*Digitaria decumbens* S) e a brachiária (*Brachiária decumbens*), além da utilização de máquinas agrícolas modernas (como tratores) na aração das terras.

Com a introdução dessas mudanças na agricultura e o incremento da pecuária, os proprietários rurais utilizam-se de reduzida mão-de-obra no trato com o gado. Na formação das pastagens plantadas, recorrem-se à renda-trabalho para semear o capim, cedendo a terra por um a dois anos aos trabalhadores sem-terra, recebendo em troca o pasto formado. Assim esse trabalhador, sem-terra ou com terra, insuficiente passa a deslocar-se em busca de novas terras.

Aliando-se a esses fatores, têm-se os efeitos da legislação trabalhista, que muito onera os empregadores na manutenção de trabalhadores residentes, optando estes, desse modo, pelo emprego dos temporários. Além dessas causas, a cidade atrai o homem do campo, devido ao desenvolvimento industrial e à maior oferta de serviços; entretanto, a oferta não se apresenta compatível com a demanda de postos de trabalho, em virtude da velocidade do crescimento populacional urbano.

A acentuada urbanização nos anos 1970 incrementa a demanda do leite e uma maior valorização desse produto. O escoamento é facilitado pelas novas e pavimentadas rodovias que integram com rapidez as áreas produtoras aos recentes mercados.

Em contrapartida nesse período, tem-se a decadência do cultivo do algodão devido à praga do bicudo- *Anthono-musgandis*, ficando o agricultor familiar sem um produto de valor comercial. Desse modo, há um crescimento na pecuária leiteira, principalmente nos estabelecimentos pertencentes aos agricultores familiares do sertão sergipano, com produto que consegue inserção no mercado.

As sucessivas perdas das safras agrícolas decorrentes das estiagens freqüentes impulsionam a inserção da pecuária em virtude da maior estabilidade desta se comparada à agricultura.

Outro fator que contribui para a alteração do uso da terra refere-se a concorrência dos produtos agrícolas oriundos das regiões sudeste e centro-oeste que, produzidos em grandes propriedades, utilizando equipamentos e técnicas modernas adentram o Estado muitas vezes com preço inferior aos produtos agrícolas colhidos nos estabelecimentos familiares. Por conseguinte, no momento da comercialização da produção o agricultor familiar muitas vezes não consegue suprir os investimentos feitos em virtude dos preços incompatíveis. Portanto, este também é um fator que incentivará as mudanças nos cultivos sertanejos.

Nesse contexto, a pequena unidade de produção pertencente aos agricultores familiares, que se dedicava à lavoura de milho, feijão, mandioca e algodão consorciados, transforma a pequena unidade de produção, especificamente os espaços de seus cultivos, em pastagens direcionadas para o gado leiteiro, na busca da sobrevivência.

A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorreu do rendimento mais estável e seguro da pecuária, o que viabiliza a persistência do agricultor familiar, criando dessa forma uma estratégia de reprodução. WOORTMANN (1995, p.286) ao estudar municípios sertanejos em Sergipe faz uma análise da relação entre estes agricultores e sua pequena propriedade:

No sítio o gado é “criação” e corresponde a uma atividade meio. Seu significado é basicamente o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; o de uma forma de acumulação ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive para possibilitar a herança.

Nesse ínterim, os agricultores com até 50 hectares, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo da cotonicultura e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens. Os agricultores com o seu saber refletem as propostas que são apresentadas e criam as suas estratégias conduzidas pela sua identidade sócio-cultural, caracterizada pela sua concepção sobre a terra como um lugar de vida e do trabalho. (Wanderley, 2001). Esta estratégia de reprodução contribuiu também para a expansão da atividade pecuarista e rompe com a tradição da exclusividade do grande produtor responsabilizar-se por essa criação. Contrariando os prognósticos que enfatizavam o desaparecimento do agricultor familiar, ele

sobrevive ativo contrapondo-se ao paradigma da empresa rural que objetiva expandir seus cultivos absorvendo muitas vezes as terras dos pequenos produtores.

A pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar criando uma nova forma de renda semanal, através da comercialização do leite.

Com o incremento da pecuária como estratégia de reprodução do agricultor familiar, a microrregião do Sertão do São Francisco passa a concentrar a produção de leite do Estado de Sergipe. Vide tabela 01

SERGIPE
PRODUÇÃO DE LEITE (MIL LITROS)
1985-1995/1996-2005

Microrregiões geográficas	1985v ol	1985 %	1995/1996 vol	1995/1996 %	2005 vol.	2005 %
Sertão Sergipano do São Francisco	30948	33,2	54746	43,4	98427	51,4
Carira	10047	10,8	15067	12,0	14478	7,6
Nossa Senhora das Dores	4341	4,7	7027	5,6	14066	7,3
Agreste de Itabaiana	5853	6,3	6865	5,4	7813	4,1
Tobias Barreto	6430	6,9	7973	6,3	10049	5,2
Agreste de Lagarto	6441	6,9	6539	5,2	7187	3,8
Própria	5480	5,9	8620	6,8	9952	5,2
Cotinguiba	3088	3,3	3507	2,8	7983	4,2
Japaratuba	1218	1,3	2372	1,9	7217	3,8
Baixo Cotinguiba	6672	7,2	2926	2,3	3089	1,6
Aracaju	1618	1,7	1737	1,4	1663	0,9
Estância	3041	3,2	2933	2,3	3166	1,6
Boquim	8007	8,6	5802	4,6	6216	3,1
Total	93148	100,0	126114	100,0	191306	100,0

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. 1985,1995/1996.
IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. 2005.

A partir da década de 1980 observa-se o domínio soberano da microrregião do Sertão do São Francisco na produção de leite no Estado de Sergipe em detrimento das antigas áreas

produtoras o agreste e proximidades da capital em virtude das razões abordadas anteriormente.

Corroborando com a discussão sobre as alterações no uso da terra, (Debeux Júnior 1998, p. 65) afirma que a pecuária leiteira deve ser tratada, no caso da região Nordeste, relacionando-a a questão social como já foi discutida as razões anteriormente; ele enfatiza: “A atividade leiteira deve ser vista sob um prisma social em algumas regiões semi-áridas do Nordeste, contribuindo para aumentar a oportunidade de ocupação da mão-de-obra e remuneração do trabalho familiar sendo mais estável que a agricultura de sequeiro” .

Com o crescimento da pecuária leiteira, surgem novas atividades, construídas a partir do aumento da oferta do leite existente na região, transformando-o em derivados nas pequenas unidades de produção. Tal evidencia vai ao encontro do posicionamento de Wanderley (2001, p. 38) ao afirmar que “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”. Neste contexto, verifica-se que os atores organizam diferentes formas de aproveitamento dos recursos existentes no território contribuindo para a sustentabilidade da exploração da qual participa, fato este comprovado na microrregião do Sertão do São Francisco Sergipano.

A ação das redes de sociabilidade territorializando a produção de queijos

Observa-se que há uma necessidade incitando essas famílias a exercerem ou criarem alternativas externas à agropecuária ou aproveitarem desse potencial adaptando o saber-fazer típico existente na área. Ao mesmo tempo há um crescimento na demanda dos derivados para abastecer a população urbana predominante a partir da década de 1970 no Estado de Sergipe ocupante das áreas litorâneas.

Nesse contexto em alguns estabelecimentos agrícolas, o núcleo familiar organiza uma *fabriquetas de queijo* constituindo esta, em verdadeiros mananciais de habilidades empreendedoras.

Na viabilização da atividade queijeira surge como principal incentivador a rede familiar que cede o capital inicial e repassa o “saber-fazer” conhecimento adquirido com a família na produção do queijo caseiro. A elaboração de alimentos feito a partir do repasse do saber de geração a geração constituindo em um símbolo apropriado por um grupo que fortalece a identidade territorial na medida, que seu processamento funciona como elemento aglutinador. Este sentido aglutinador pode ser verificado na produção do leite pelo agricultor

familiar, no apoio da rede familiar, e por meio do fortalecimento das redes de sociabilidade, da rede comercial proporcionando a geração de renda.

A rede de vizinhos e familiares fornece a matéria-prima (leite) contribuindo para a viabilização da atividade. Em contrapartida recebem o soro (resíduo do leite) para auxiliar na alimentação dos suínos e o pagamento semanal.

O agricultor familiar excluído pelas grandes empresas em virtude da sua reduzida produção geralmente inferior a 50 l/dia, tem a sua produção adquirida por estas unidades de produção que diariamente recolhe a sua produção independente das condições das estradas e do volume. Estas unidades ainda oferecem prestação de serviços a exemplo da ordenha do gado em caso de necessidades, a compra de insumos nas áreas urbanas e o pagamento em espécie semanalmente.

Através da comercialização do leite o agricultor adquire o capital para a aquisição dos gêneros alimentícios, e os bezerros são utilizados como uma poupança juntamente com os suínos para aquisição de bens industrializados ou mesmo compra de terra.

As *fabriquetas* são estimuladoras de geração de renda e postos de trabalho, colaboram na diversificação das economias locais, surgindo um número considerável de lojas de produtos agropecuários e pequenas oficinas que criam equipamentos para a produção dos derivados e para o transporte da matéria-prima.

Este sistema agroalimentar apresenta semelhança com o circuito inferior da economia existente nos espaços urbanos analisados por Milton Santos (2004) nos quais as atividades estão baseadas simultaneamente no crédito pessoal direto e no dinheiro líquido e, o lucro diferentemente do circuito superior que objetiva a acumulação do capital, neste circuito o objetivo primordial é a sobrevivência cotidiana das famílias. As atividades realizadas localmente mesmo estando articuladas regionalmente proporcionam o aumento da circulação do capital local. Tais características também são evidenciadas nesta atividade agroalimentar no meio rural sertanejo sergipano.

Tal atividade permite a consolidação dos agricultores, uma vez que absorve a produção de leite, sobretudo do agricultor familiar, constituindo alternativa única em vários municípios do Sertão Sergipano. Ainda são gerados postos de trabalho no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados, incorporando em parte, os filhos dos agricultores em uma área carente de trabalho e renda. Sob esta ótica, essa estratégia expressa a garantia da permanência no meio rural preservando a sua identidade cultural.

3. Considerações finais

A dimensão das transformações ocorridas no Sertão Sergipano repercute não exclusivamente no meio-ambiente, mas, nas relações sociais e culturais. Com a expansão da pecuária nos estabelecimentos dos agricultores familiares surgem “novas” atividades que contribui para a fixação do agricultor familiar.

A exploração desta dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais objetivando o aproveitamento da potencialidade local. Neste caso deverá ocorrer articulação entre as forças dinâmicas em favor do aproveitamento do capital social existente com vistas ao desenvolvimento do município.

O fortalecimento da agricultura familiar no sertão sergipano esta atrelada à atividade queijeira embasada em uma construção histórica e social. Estas atividades tornam-se eficientes, na medida em que são fortemente condicionadas pelos laços de proximidade entre aqueles que participam da cadeia produtiva.

As instituições públicas podem atuar como agentes intermediários combinando as potencialidades neste caso o capital social existente nas relações das *fabriquetas* com os produtores de leite e a rede comercial para promover estratégias de desenvolvimento territorial. Estes fatores proporcionam e proporcionarão se melhor trabalhados mudanças no sistema econômico local dinamizando a circulação do capital no município. As instituições envolvidas devem debruçar-se para que sejam criadas políticas viáveis que incluam os pequenos e médios produtores de queijos, tendo em vista que este grupo continuará a viabilizar a produção e a sobrevivência do agricultor familiar no sertão sergipano.

4. Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE. Fortaleza: 2005. p.103-114.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1989.

CASCUDO, Luis de Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Global.2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 9ªedição. São Paulo: Brasiliense. 1969. 332p.

DEBEUX JÚNIOR, J. C. B. Cenário atual da produção leiteira pernambucana: caracterização e identificação de demandas tecnológicas. In: Seminário identificação de restrições econômicas e institucionais ao desenvolvimento do setor leiteiro nacional. Região Nordeste. **Anais**. Fortaleza/Ce.1998.p63-68.

DIAS, Leila C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila C. SILVEIRA, Rogério Leandro L. (Orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, P. 11-28.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe – desigualdade e persistência da agricultura familiar** – Aracaju: NPGeo, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: **Manifestações da cultura do espaço**. ROSENDAHL, Z. &CORREA, R. L. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p.169-190.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**; os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª Ed. São Paulo: Edusp. 2004.

SORG, B. Estados e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro. 1986.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Copem.) **Uma nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO, 2001, p.31-44 (Colección grupos de Trabajo de CLACSO).

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília:Hucitec/EDUNB. 1995.

_____. & WOORTMANN, Klaus. **O Trabalho da Terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília. Ed. UNB. 1997.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

A INSERÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NO PROCESSO DE
BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU EM SERGIPE: O CASO DO
MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

José Eloízio da Costa¹
Diana Mendonça de Carvalho²
Mércia Carmelita Chagas Alves Santos³

Resumo

Este é um estudo que visa abordar, a partir da inserção do trabalho familiar, a questão do processo de beneficiamento da castanha de caju no estado de Sergipe, tendo como marco empírico o município de Itabaiana. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico, trabalho de campo e discussões junto ao grupo. Esta amêndoa é importada como produto in natura em outros estados brasileiros por comerciantes-atravesadores, que as entregam à famílias beneficiárias, contribuindo assim para a criação de uma cadeia produtiva. Seus três povoados tradicionais itabaianenses, Carrilho, Dendezeiro e Lagoa do Forno, destacam-se por apresentam o maior volume de beneficiamento desse produto agrícola no estado, como também por ser um espaço de tradição consolidada, que remonta há mais de 100 anos e que nas últimas duas décadas tem permitido uma maior soldagem com o intermediário. Logo, é pelo enfoque (coleta, beneficiamento e comercialização/distribuição) que vem se constituindo a cadeia produtiva da castanha de caju, considerando sua articulação, os intermediários, o beneficiamento e a mão-de-obra familiar.

Palavras-chave: Castanha de Caju; Beneficiamento; Cadeia Produtiva

1. Introdução

Os estudos dentro da perspectiva da análise da cadeia produtiva onde a base do processo é a atividade baseada na abordagem da agricultura familiar, tem observado grande importância, a exemplo da articulação de seus produtos no segmento da distribuição e circulação da mercadoria. Este tem sentido, historicamente, como um dos maiores gargalos no processo de escoamento de produtos de origem agrícola gerado com uso exclusivo do trabalho familiar.

Dessa maneira, o objetivo do presente estudo não é discutir, dentro de um quadro teórico, a questão da agricultura familiar ou do trabalho camponês ou ainda da pequena produção familiar. Essa temática, no nosso entendimento, já constituiu em rios de tinta em sua

¹Professor Drº Adjunto do Departamento de Geografia e do Núcleo de Pós-graduação em Geografia da UFS, Oizielecosta@yahoo.com.br

² Bacharelanda em geografia(UFS) e mestranda em Geografia (NPGeo), UFS, dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br

³ Mestres pelo Núcleo de Pós Graduação em Geografia, NPGeo, UFS. merciacarmelita@superig.com.br

diversificada abordagem, da qual a produção literária brasileira é rica e acumula profundo desenvolvimento teórico, dentro das diversas correntes.

Nestes termos, a pretensão do estudo é abordar a partir da inserção do trabalho familiar a questão do processo de beneficiamento da castanha de caju no estado de Sergipe, tendo como marco empírico o município de Itabaiana, da qual apresenta como área (ou região) de maior tradição no beneficiamento desses produtos e principalmente por apresentar algumas singularidades, destacando o enfoque das relações de trabalho, a sua jornada, os instrumentos de trabalho e a questão do estabelecimento de uma irregular cadeia produtiva, onde problemas estruturais são encontrados como a baixíssima produtividade do trabalho, o quase inexistente uso de tecnologia no processo de produção e de certa forma da superexploração da força de trabalho, além da presença central da figura do “fornecedor”, que ao mesmo tempo também é o “comprador” da castanha, ou seja, tanto a montante como a jusante, o intermediário articula e solda a cadeia da castanha, que opera e reproduz tendo como substrato o trabalho familiar.

Ainda mais interessante é a abordagem étnica constituída no processo de beneficiamento da castanha em Sergipe, especialmente na região do agreste de Itabaiana. O que de certa forma vai de encontro à formação do agreste sergipano, onde a presença de trabalhadores camponeses e criadores de gado geraram várias contradições e lutas pela ocupação e exploração dessa importante região agrícola do estado de Sergipe, sendo que a presença de quistos ou grupos sociais de origem negra nunca teve importância, numericamente, nessa região. O que se observou justamente o contrário no vale do Cotinguiba, e que historicamente constituiu como região sergipana produtora de cana-de-açúcar e da forte presença da população negra, refletindo até os nossos dias, onde municípios como Laranjeiras, Riachuelo e Maruim, parte significativa de sua população é negra. Destarte, a articulação entre a atividade do beneficiamento da castanha de caju e a presença de grupos sociais de origem negra em uma área historicamente dominada pela população branca, é de extrema importância, em descobrir por que da correlação entre a tradição do beneficiamento da castanha e o uso intensivo da força de trabalho familiar negra na região do agreste da pequena produção no estado de Sergipe.

O estudo representa apenas alguns elementos abordados por pesquisa em andamento em nosso grupo de pesquisa “Transformações no Mundo Rural”, vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e que tem como meta estudar diversas formas desenvolvidas pela agricultura familiar na região do agreste do estado de Sergipe.

A metodologia do trabalho constituiu em realizar inicialmente levantamento bibliográfico sobre a temática “beneficiamento da castanha”, especialmente dentro da realidade nordestina em que essa atividade apresenta maior dinamismo e se reproduz dentro de uma dinâmica diversa da encontrada em Sergipe, como é caso do beneficiamento no estado do Rio Grande do Norte. Completando-se com dados sobre a produção da castanha de caju no Brasil a partir de dados pré-existentes e publicados pela CONAB.

No segundo momento foi realizado trabalho de campo, procedido pela observação e obtenção de informações qualitativas entre os atores sociais individuais e institucionais, a exemplo do órgão estadual de orientação e assistência técnica e do Sindicato dos trabalhadores rurais, isso sob o uso da técnica da entrevista. A escolha dos atores individuais deu-se por amostragem aleatória nas três aglomerações rurais onde a castanha é a atividade dominante em Itabaiana e a principal área beneficiadora no estado de Sergipe: Carrilho, Lagoa do Forno e Dendezeiro. Em seguida discutiu-se no grupo os elementos centrais garimpados durante essa fase da pesquisa, seguindo na proposta de elaboração do questionário, e que durante os meses de maio e junho do corrente ano serão aplicados 100 questionários entre os trabalhadores da castanha de caju em Sergipe, particularizando a realidade no município de Itabaiana/SE, e que na verdade reflete a cadeia da castanha no estado.

2. Alguns elementos teóricos sobre o trabalho familiar

Existem elementos que auxiliam na caracterização do agricultor/trabalhador familiar, firmados na forma de uso do trabalho – a unidade produtiva funciona com utilização de força de trabalho dos membros familiares; no ator que luta contra as peripécias naturais e contra a subordinação a indústria; e naquele vislumbrado pela teoria social, que visa compreender as formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico nos quais encontram-se inseridos. Contudo, é necessário ressaltar que,

(...) É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros

permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. (SCHENEIDER, 2003, p.114).

O estudo sobre agricultura familiar no Brasil tem se destacado pela caracterização de diversas correntes teóricas, o que induz a uma apuração teórico-metodológica mais rigorosa, evitando contratempos e mistura de análises que muitas vezes mascaram mais a realidade a ser estudada, do que propriamente desvendar seus processos, formas e estruturas.

Para Andrade (1991), o pequeno proprietário que trabalha com sua família para sobreviver no campo sofre com as transformações que o capitalismo, resultando a uma condição de pobreza estrutural. Além de utilizar implementos agrícolas tradicionais, enfrenta também problemas relacionados no segmento da comercialização e a falta de crédito destinado a esse segmento social do mundo agrário brasileiro.

A questão da modernização é também um grande problema para a reprodução da atividade camponesa. Diniz (1986, p. 218), define a modernização como “o processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas”. Todavia, as pequenas unidades familiares não alcançam essas mudanças, e possuem um pequeno grau de modernização, pois ainda predominam as técnicas rudimentares como o uso da enxada e o emprego de formicida para combater as formigas e outras pragas.

O problema da modernização da agricultura brasileira é que a modernização só atingiu as grandes propriedades que tiveram condições de se modernizarem, e por outro lado, impõe a necessidade para os pequenos também se modernizarem, e não apresentando tais condições o sistema capitalista acaba subordinando as pequenas propriedades provocando a expropriação, a proletarização, ou seja, passa a controlar todos os movimentos dos pequenos proprietários que tem como função nesse momento, atender as necessidades dos grandes proprietários. Seja fornecendo alimentos, matérias-primas, força de trabalho ou a própria terra para a ampliação e desenvolvimento dos produtores capitalistas através da compra ou do arrendamento, como segue:

(...) ao se aumentar o ritmo do processo de modernização da agricultura brasileira, aceleram-se também a concentração fundiária, a proletarização dos trabalhadores rurais, o êxodo do campo para a cidade, etc., manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo.” (GRAZIANO, 1999, p.143).

Garcia Jr. (1983), ao analisar a vida e as condições de trabalho dos pequenos produtores que vivem às margens da “plantation” açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, destaca que a grande plantação canavieira sempre conheceu um campesinato

marginal nas terras menos férteis para a lavoura comercial. Estes trabalhadores livres na maioria das vezes pela falta de terras cultiváveis e pela expansão da “plantation”, acabam vendendo sua força de trabalho na produção da cana para complementar a sua renda:

(...) Nota-se que os movimentos de contratação e expansão da plantation podem liberar ou exigir a drenagem da força de trabalho do campesinato marginal, o que também está associado à disponibilidade de terras com que conta este campesinato. Pois é a insuficiência relativa de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar que obriga este campesinato a trabalhar na área da plantation (GARCIA JR, 1983, p.23).

Esses pequenos produtores concentraram-se em áreas próximas do agreste denominadas de brejo (terras menos produtivas), como moradores, foreiros, arrendatários, e com a decadência dos engenhos passaram a formar sítios e a produzir os produtos de subsistência como a mandioca, o milho e o feijão, utilizando-se da mão-de-obra familiar. Todavia, os grandes proprietários passaram a investir na pecuária recebendo o apoio do Banco de Desenvolvimento Estadual com juros abaixo do mercado, possibilitando a implantação da pecuária e a conseqüente compra de terras para a ampliação das pastagens pelos médios proprietários. Quando não era a “plantation” da cana-de-açúcar era a criação de gado que oprimia e expropriava o pequeno produtor.

Na formação dos pastos, o fazendeiro com o objetivo de reduzir os gastos arrendava lotes de terras para o pequeno produtor botar roçado durante dois anos consecutivos e no final deveria semear capim pangola formando a capineira. Sem perceber, o camponês prepara a terra para o proprietário se beneficiar e ameaça sua própria existência diminuindo as terras para a produção agrícola. Para muitos pequenos proprietários, outras formas complementares da pequena produção familiar são a caça, a pesca, o artesanato e principalmente, o trabalho alugado:

(...) a maior ameaça aos pequenos produtores das regiões estudadas foi a tendência recente à introdução de um tipo de pecuária que provocava uma escassez crescente de terras, onde se possa botar roçado. Esta introdução deu-se na segunda metade da década de 60, quase simultaneamente ao tempo em que se erradicou o café da região (...) (GARCIA Jr., 1983, p.57).

Nesse aspecto, a agricultura familiar enquanto categoria de análise é pertinente e que apresenta maior abrangência do ponto de vista da inserção do pequeno produtor familiar ao mercado. Diferente, por exemplo, da chamada agricultura camponesa, essa analisada a partir de uma perspectiva onde alguns denominam de forma não-capitalista de produção (MARTINS:1993).

A visão de ABRAMOVAY (2004), agora em uma análise mais recente vai no sentido da existência de um processo de territorialização da agricultura brasileira, das quais articulam-se órgãos e entidades do aparelho estatal, além daquelas representadas pela sociedade civil vinculadas ao segmento da agricultura. Expressões conceituais como “representatividade” e “inovação” e o novo marco materializado na neófito experiência dos chamados “territórios rurais”, uma espécie de institucionalidade colegiada de caráter deliberativo, onde os canais e instâncias de suas estruturas articulam-se e decidem, por exemplo, o destino das verbas federais voltadas para o pequeno agricultor familiar.

3. A questão do beneficiamento da castanha de caju no Brasil

Necessário conhecer alguns dados sobre a produção da castanha de caju. No documento “*Castanha de Caju, Dados Conjunturais – CONAB - 2004*”, o Brasil se destacou como quarto maior produtor mundial, com um volume de 211,5 mil toneladas, distribuído entre os estados do Ceará (115 mil toneladas), Piauí (45 mil toneladas), Rio Grande do Norte (29,8 mil toneladas), e os demais com a produção acumulada de 21,7 mil toneladas. Apenas os três primeiros estados, representam 89,7% da produção nacional.

No que se refere à literatura sobre o processo de beneficiamento da castanha de caju no Brasil é voltada quase que exclusivamente na abordagem da produção nordestina. Esses estudos estão mais concentrados no aspecto da inserção das minifábricas da castanha, por entender o grande gargalo do produto e da tendência, em médio prazo, da diminuição da produção da matéria-prima, como bem salienta PAIVA:

O cajueiro no Brasil é disseminado em todo o território, entretanto em termos de importância econômica, a sua exploração concentra-se no Nordeste, principalmente nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, com mais de 95% da produção. Ocupa uma área de 700 mil hectares e é responsável por 300 mil empregos diretos e indiretos. Apesar da sua potencialidade, a cadeia produtiva da castanha/amêndoa de caju brasileira a partir da metade da década de oitenta, vem apresentando sinais evidentes de perda de competitividade.⁴

O autor também aborda a diminuição das exportações desse produto, face aos problemas intrínsecos, bem como do crescimento das importações da matéria-prima:

A participação do Brasil nas exportações mundiais na década de noventa foi reduzida em 45%. Essa perda de participação foi determinada exclusivamente por

⁴ PAIVA, Francisco Fábio. “O perfil das minifábricas de castanha de caju no Nordeste do Brasil”. www.ceinfo.cnpat.embrapa/arquivo/artigo/1969_s/n.

problemas internos, dado que neste mesmo período o mercado importador ampliou bastante a compra de amêndoas.⁵

A questão da castanha de caju envolve problemas de ordem estrutural, concentrando no vetusto problema da baixa produtividade ocasionada pelo índice de perdas durante o processo de beneficiamento, a persistência de práticas artesanais ou ainda da frágil estrutura da cadeia produtiva, em consequência da reduzida capacidade no fornecimento da matéria-prima.

Em relação à perda das amêndoas, DOURADO avalia que também a repercussão no preço, como afirma, parafraseando PAULA PESSOA (1994):

Cerca de 40 a 45% das amêndoas são quebradas durante o processamento, o que leva a uma queda no preço médio de exportações, de cerca de 27% em relação à cotação internacional. Neste contexto, as minifábricas são opções para a redução dos problemas de quebras das amêndoas, manchas, tipo de coloração, além de permitir a inserção de pequenos processadores no mercado.⁶

Soma-se também que no Brasil a agroindústria da castanha (ou que poderíamos chamar de Agroindústria do Caju) apresenta sérios problemas, em decorrência da capacidade ociosa, onde a estrutura de processamento em termos anual equivale a 240 mil toneladas, sendo composta por 23 grandes fábricas, onde praticamente todas elas estão concentradas na região Nordeste⁷ e que enfrentam problemas de competitividade e regularidade no fornecimento da matéria-prima.

O que denota do problema do beneficiamento da castanha de caju, onde a questão esta pautada no incentivo das mini-fábricas e que em todo o Nordeste corresponde a 120 unidades. Isso em decorrência de vantagens em termos de capital fixo e de localização, sendo que estas fábricas estão situadas em todos os estados do Nordeste, como coloca PAIVA em seu texto: *“Já as pequenas fábricas que operam com corte manual e cozimento da castanha com sistema de vaso cozedor estão implantadas em todos os estados produtores de castanha do Nordeste, com cerca de 120 unidades, e capacidade anual de processar vinte mil toneladas de castanha.”*⁸

O que efetivamente corresponde à instalação de uma minifábrica de beneficiamento de castanha de caju, que propriamente a articulação com a grande unidade industrial, sendo

⁵ Ob cit..

⁶ DOURADO, Edna Marta Castelo Branco. “Análise Econômica da minifábrica processadora de castanha de caju.” In Revista Econômica do Nordeste, n. 4, V. 30, p. 1015, Out-Dez de 1999. Fortaleza, Ceará.

⁷ Ob. Cit.

⁸ Ob. Cit.

que esta opera regularmente em capacidade ociosa? A proposta estaria na melhor articulação com o segmento da produção in natura da matéria prima, na medida em que são mais simples de serem instaladas e o processo de beneficiamento é mais simplificado, além da gestão ser mais compartilhada. Daí a presença de cooperativas como arranjo produtivo, encontrado nas áreas mais tradicionais de castanha no Nordeste, facilitando no escoamento da matéria-prima proveniente de pequenas unidades produtivas, bem como da melhor articulação a jusante da cadeia, onde as exportações do produto beneficiado já apresenta consolidado. Completando-se também com a presença de associações e até mesmo melhor assistência técnica, além da existência de uma política de preços mínimos ou até programas de compras dos pequenos agricultores, como pode ser demonstrado no documento da CONAB.⁹

A produção gerada pelo trabalho familiar é a regra nos principais estados produtores da castanha do Nordeste, marcado principalmente pela presença dominante dessa forma de produzir em praticamente toda a cadeia produtiva.

No segmento da produção, o domínio é da produção procedente da pequena unidade familiar, observando que a produção é direcionada em sua dupla face: a produção do caju e da castanha. Esse processo é explicado até pelo alto custo da mão-de-obra empregada neste segmento, isso observado em publicação recente, onde dois problemas são enfrentados na cadeia. Além do encarecimento do trabalho empregado, a perda da competitividade em face do caráter extensivo do processo de produção:

Nos últimos anos, verificou-se que a agroindústria do caju vinha perdendo competitividade para o modelo indiano. Isso porque as plantações de caráter extensivo, ocupando grandes áreas em regime de monocultura, articuladas com indústrias de grande porte localizadas nos grandes centros, apresentam elevados custos de mão-de-obra nas diversas fases do processo produtivo (poda, colheita, descastanhamento, corte, despículagem e classificação).¹⁰

O que demonstra que a produção do caju e da castanha tem na unidade familiar a melhor forma de produzir, até porque o uso do trabalho familiar diminui significativamente o custo da mão-de-obra, melhorando de certa forma o preço no momento da venda.

Entretanto, o maior problema enfrentado pelos pequenos fornecedores da castanha é a presença dos intermediários, que rebate na diminuição do preço da matéria-prima. Daí as propostas de construção das minifábricas como modelo de fragilizar a força dos comerciantes atacadistas da castanha.

⁹ Ob. Cit. Página 11 e 12.

¹⁰ “Cajucultura no Rio Grande do Norte – mais renda para o produtor” in Revista SEBRAE n. 7 – Dezembro de 2007. Acesso ao documento: RTS – Rede de Tecnologias Sociais. www.rts.org.br. 16/05/2008.

Idêntica análise também é observada no segmento da circulação comercial da castanha, onde a maior preocupação é incrementar o produto para exportação, isso plenamente observado no estado do Rio Grande do Norte, onde a organização dos pequenos produtores é mais desenvolvida, além da existência de arranjos produtivos e institucionais que facilitam a produção familiar.

Toda essa dinâmica, e que, de certa forma é demonstrada pelas contradições da castanha de caju no Brasil, indo desde a necessidade da implantação das minifábricas em contraposição ao modelo da grande indústria processadora, até da dificuldade em exportar face ao modelo indiano, por apresentar menores custos de produção, ainda assim; o Brasil, representado pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, têm um grande potencial produtivo no aproveitamento econômico da castanha, agora marcado pelo aspecto atrativo do trabalho familiar como elemento central no desenvolvimento produtivo dessa atividade e principalmente na melhoria da renda familiar desses trabalhadores.

Em Sergipe, o processo descrito acima é apresentado de uma forma mais diversa.

4. As singularidades do trabalho familiar no beneficiamento da castanha de caju em Sergipe

Estado de pouca tradição na produção da castanha de caju, inclusive geograficamente distante dos maiores estados produtores, Sergipe tem apresentado aspectos singulares no que se refere ao beneficiamento desse produto, especialmente no uso do trabalho familiar, da qual diferencia-se da existente nos outros estados nordestinos. A presença dessa forma de trabalho é observada em toda cadeia nesses estados, onde o fornecimento é realizado pelos pequenos produtores, o beneficiamento em minifábricas estruturadas em arranjos institucionais (cooperativas, órgão de apoio de assistência técnica) e da comercialização articulada visando à exportação.

Todo esse processo não é observado em Sergipe. Ainda mais que o trabalho familiar é mais significativo apenas no segmento do beneficiamento artesanal da castanha. Inexistindo a inserção do trabalho familiar a montante ou a jusante do segmento beneficiador.

O que torna aparentemente estranho esse processo. Mas, por incrível que pareça, essa atividade é tradicional em Sergipe, particularmente no município de Itabaiana, onde três aglomerações rurais se destacam no beneficiamento, e não na produção da matéria-prima. Ainda mais que as tentativas da construção da minifábrica é fato bem recente, deduzindo-se

assim que o beneficiamento é processado na forma artesanal, com uso de instrumentos de trabalho rústicos e realizado quase sempre no fundo ou ao lado da residência da família.

Convém abordar que a jornada de trabalho desses trabalhadores que vivem quase que exclusivamente do beneficiamento da castanha é flexível, dependendo do volume de matéria-prima que é fornecida regularmente pelo intermediário e da quantidade de braços para o trabalho. Na medida em que toda a família praticamente dedica-se ao processo de beneficiamento que envolve as etapas de cozimento, quebra, despeliculagem e classificação, finalizando com o ensacamento do produto, a intervenção do trabalho familiar é intensiva. Apenas eventualmente a presença de mão-de-obra contratada é feita, principalmente nos períodos onde os “contratos” e “acertos” são mais intensivos e que acontecem efetivamente nos últimos meses do ano, em função da maior demanda do produto no mercado regional.

Pela pesquisa de campo, observou-se que existe uma tênue divisão do trabalho familiar, este determinado pelo sexo e idade. O varão é quem praticamente “administra” o processo, na responsabilidade do trabalho mais pesado, principalmente no cozimento, onde os incômodos da fumaça e do aroma são os sinistros mais comuns. Seguido pelo trabalho da mulher e dos mais jovens, que consiste na quebra da castanha e na despeliculagem, além do trabalho da classificação e do ensacamento. Porém, o processo mais “leve” do beneficiamento pode ser feito com o trabalho de toda a família, a depender da urgência imposta pelo intermediário ou até da necessidade da venda à varejo nos finais de semana.

Uma questão importante a ser observada nesse processo, é o inexistente uso de equipamento de proteção individual, principalmente na proteção das mãos e dos olhos, tanto na etapa do cozimento da castanha, como também das demais etapas. O problema das mãos esta ligado ao não uso de luvas e em função da característica do produto, que apresenta certa oleosidade, a perda das digitais esta se tornando um dos grandes problemas dessas famílias, principalmente entre os mais velhos.

No que se refere à renda dessas famílias, e que, pelo levantamento de campo entre as três aglomerações de Itabaiana, essa atividade envolve aproximadamente 2.000 pessoas, o que corresponde a 500 famílias, onde a renda pode ser estabelecida dentro do padrão da “renda familiar”, na medida em que esses ganhos são realizados na forma de empreitada ou do volume produzido coletivamente.

Nessa linha, a renda (ou ganho) gira em torno do quilograma produzido e que gira em torno de R\$ 3,00 (três reais). Tomando uma média, a partir de uma amostragem de três famílias observadas em campo, e nela com quatro ou cinco pessoas trabalhando com a castanha, é possível produzir semanalmente de 50 a 100 quilos, auferindo uma renda mensal –

mínima – de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Lembrar que isso ocorre no período do pique da produção, sendo bastante variável durante o ano, onde é comum que essas famílias passem até semanas sem o trabalho da castanha ou com pouca produção, em função da falta da matéria-prima na região. Lembrando que o intermediário-fornecedor é o responsável na obtenção do produto ao beneficiamento, sendo que seu sistema de obtenção da matéria-prima é muito complexo envolvendo uma rede regional de catadores e pequenos vendedores de castanha.

Interessante é a relação dessas famílias com os intermediários, baseado em relações de compadrio, conhecimento e experiência no trato da castanha, apesar dos notórios ganhos do intermediário, tanto a montante como a jusante do segmento beneficiador.

O reflexo desse processo é o rebatimento no cotidiano do “assador” da castanha. Sua atividade mais hodierna – a agricultura familiar – aparece, mas de forma ancilar, havendo apenas o interesse no plantio da “malhada” para consumo da família, como a plantação do milho, feijão ou batata-doce. Convém também completar a estrutura da residência desses “trabalhadores da castanha” e que consiste em casas de alvenaria, estruturada no mínimo em quatro ou cinco cômodos (inclusive com banheiro), além de modesto equipamento domiciliar, mas que proporciona relativo conforto a família da castanha. Face à existência de eletrificação rural nas três aglomerações estudadas, todos eles possuem equipamentos como televisor, geladeira, quarto, sala e cozinha, não esquecendo o sonho de consumo desses trabalhadores: ou um velho carro usado ou um potente equipamento de som. Interessante que, nas residências visitadas em nossa amostragem de campo, todos possuíam minimamente esses equipamentos.

Continuando nossa análise, efetivamente a comercialização não segue aos moldes da comercialização potiguar ou cearense, mas da venda da amêndoa em sua forma natural, esta destinada à comercialização em atacado e varejo, sendo a primeira dominada pelo próprio fornecedor da matéria-prima a montante e a segunda pela venda celular realizada pelos próprios atores beneficiadores, e que se deslocam para as diversas localidades de Sergipe e dos estados vizinhos, principalmente para os maiores centros urbanos, como Aracaju, Salvador e Maceió, simplesmente para venderem em feiras, praias ou em pequenas sorveterias.

Assim, o entendimento da cadeia produtiva da castanha de caju, dentro de uma perspectiva estritamente regional, destacando Itabaiana em Sergipe e os três povoados em questão congregam-se na apresentação do maior volume de beneficiamento desse produto agrícola no estado. Elemento de fundamental importância, na medida em que revelou dois

elementos centrais na dinâmica da cadeia e das relações de trabalho que aí estão substanciadas.

Um primeiro elemento articula-se com as recentes transformações que se observam na estrutura operacional do beneficiamento, e principalmente do fortalecimento do trabalho familiar, o qual não se efetiva mais em termos eventuais, ou seja, no período da produção da castanha de caju, e sim como processo de trabalho que se desenvolve durante todo o ano (tendo períodos de pique, ausência do produto por algumas semanas e períodos de menor volume de trabalho). Tudo isso em face do aumento da demanda e da maior integração do trabalho familiar, onde não seria apenas pais e filhos que participam do processo, mas também parentes e até mesmo pessoas não integrantes da família.

A importância do trabalho familiar no processo de beneficiamento desse produto é dominante, em decorrência de uma rígida divisão do trabalho, dos baixos custos operacionais, como o custo do preço da força de trabalho, bem como dos instrumentos de trabalho, geralmente rústicos e pertencentes aos trabalhadores familiares. Fato que auxilia na ampliação do excedente apropriado pelo fornecedor, grande vendedor da castanha.

Outro elemento seminal da dinâmica da castanha é a tradição consolidada nessas aglomerações rurais, e que remonta há mais de 100 anos, mas que nas últimas duas décadas tem permitido uma maior soldagem com o intermediário. Isto porque o município de Itabaiana não se apresenta como grande produtor da matéria-prima a ser beneficiada, e sim como grande importador. Logo, o fator de maior importância na expansão desse segmento é o uso intensivo da força de trabalho familiar, mesmo que essa matéria-prima venha de outros estados. Ou seja, a tradição opera como elemento determinante para que se utilize do beneficiamento artesanal a melhor forma de reduzir custos.

Nessa análise, ainda mais pertinente, e que a pesquisa (como dito acima, em andamento) procurará abordar em seu final, da efetiva articulação do beneficiamento da castanha com base no trabalho familiar e a questão da etnia. Destarte, a presença da população negra no processo beneficiador é um aspecto que merece ser estudado na medida em que a área onde esta população estar presente é predominantemente branca, correspondendo à região do agreste sergipano, de longa tradição no desenvolvimento da pequena propriedade familiar.

Apenas a título de ilustração, no estado de Sergipe a produção de castanha de caju no ano 2006, segundo o IBGE, foi de 390 toneladas, com valor de 679,00 mil reais. A variação da produção é observável, pelo censo agropecuário de 1985, quando a produção era de 155 toneladas, ou seja, um aumento considerável de aproximadamente 151,61%. No município de

Itabaiana/SE, segundo dados do IBGE, a produção no ano de 1985 foi de 11 toneladas decrescendo para 4 toneladas que gerou uma renda de 10 mil reais no ano de 2006.

A partir destes números, considera-se a concentração do beneficiamento nos três povoados: Carrilho, Dendezeiro e Lagoa do Forno, com destaque para o primeiro, onde 90% da população trabalha diretamente com 40 toneladas do produto in natura que chegam semanalmente da Bahia e do Piauí.

5. Considerações finais

Para a realidade da castanha no estado de Sergipe, a questão deve ter um enfoque regional: da importância do município de Itabaiana (apesar do decréscimo na produção, considerando-se a compra desse produto em outros Estados) como principal núcleo da cadeia produtiva. Inserido como um dos principais pólos regionais no desenvolvimento da agricultura familiar, Itabaiana mescla diversas atividades vinculadas a essa dinâmica do desenvolvimento rural.

Dessa forma, em função do crescimento dessa atividade em Itabaiana, praticamente todo o estado de Sergipe atua na cadeia como centros fornecedores da matéria-prima para beneficiamento. E ainda mais relevante é que essa atividade está concentrada basicamente em três aglomerações rurais: os povoados Carrilho, Dendezeiro e Lagoa do Forno. Povoados que se caracterizam pelo domínio da mão-de-obra familiar que exerce processo de beneficiamento da castanha de caju, onde a presença da população negra é majoritária nesse processo, revelando os resquícios das práticas escravocratas no Município de Itabaiana/SE.

Além disso, é visível o número de projetos que tem se agregado a essa atividade, a exemplo do PRONESE e mesmo, do Banco Mundial, que no mês de junho mandou a Sergipe, um Técnico a fim de conferir a construção do galpão para beneficiamento da castanha no povoado Carrilho em Itabaiana/SE.

Logo, é por este enfoque (coleta, beneficiamento e comercialização/distribuição) que trabalhou-se com a constituição da cadeia produtiva da castanha de caju, considerando sua articulação, os intermediários, o beneficiamento e a mão-de-obra familiar.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (org). A densa vida financeira das famílias pobres. In:_____. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. Primeira Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2004. Cap. 1. p. 21-67.

- ANDRADE, M. C. de **A Problemática da Seca**. Recife: Liber, 1991.
- _____. **A Seca: Realidade e Mito**. Recife: Asa, 1985.
- _____. **Análise do Semi-árido Nordestino e a visão da seca**. In: BACELAR, T; DUARTE, Renato; GUIMARÃES, L e GOMES, E. (Org.). **GTDN da proposta à realidade : ensaios sobre a questão regional**. Recife:Universitária,1994
- Castanha de Caju, Dados Conjunturais – CONAB – 2004. Brasília, Ministério da Agricultura, 2004.
- “Cajucultura no Rio Grande do Norte – mais renda para o produtor” in Revista SEBRAE n. 7 – Dezembro de 2007. Acesso ao documento: RTS – Rede de Tecnologias Sociais. www.rts.org.br. 16/05/2008.
- DOURADO, Edna Marta Castelo Branco. “*Análise Econômica da minifábrica processadora de castanha de caju.*” In Revista Econômica do Nordeste, n. 4, V. 30, p. 1015, Out-Dez de 1999. Fortaleza, Ceará.
- GARCIA, Jr. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção: Estudos sobre o Nordeste)
- LEITE, L. A. de S. **A Agroindústria do Caju no Brasil: políticas públicas e transformações econômicas**. Fortaleza:[s.n], 1994.184p.
- LOPES NETO, A. **Agroindústria do Caju**. Fortaleza:IPLANCE 1997. 263p
- MARTINS, F. de S. **A chegada do estranho**. SP, Hucitec, 1993.
- PAULA PESSOA, P.F.A. de LIMA, L.A., PARENTE, J.I.G., et al. **Cajucultura Brasileira: mercado interno versus mercado externo**. Fortaleza: EMBRAPA – CNPAT, 1994. 16p.
- PAIVA, Francisco Fábio. “O perfil das minifábricas de castanha de caju no Nordeste do Brasil”. www.ceinfo.cnpat.embrapa/arquivo/artigo_1969. s/n.
- SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre:UFRGS, 2003.
- SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar; 1ª ED**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**A JOVEM RURAL E O MUNDO DO TRABALHO NA ATUALIDADE: DESAFIO
PARA A EXTENSÃO RURAL**

Izabel Jaguariara Costa de Oliveira¹

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das expectativas de um grupo de jovens rurais com relação ao mundo do trabalho. O grupo é composto por 17 mulheres que vivem na comunidade Quilombola do Jatobá, situada no município de Patu, estado do Rio Grande do Norte. Toma-se por base uma ação desenvolvida através do Projeto Protagonismo Juvenil, executado pelo Governo Federal através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN. Tem por objetivo refletir acerca das perspectivas das jovens rurais, integrantes do grupo em questão, em relação ao mundo do trabalho, no contexto da extensão rural. Como procedimento técnico de coleta de dados utilizou-se a entrevista individual e semi-estruturada. A opção por este método corrobora o propósito deste estudo dialógico. Observou-se um distanciamento profundo entre aquilo que as jovens anseiam e o que se apresenta concretamente para elas, no contexto das diretrizes governamentais, dos projetos e programas que são executados, já que a maioria pensa em trabalhar e morar na cidade, pois não vislumbra no campo um futuro promissor. Nesta perspectiva, faz-se necessário o empenho de esforços conjuntos na construção de uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude rural que, na prática, não esteja limitada apenas ao fortalecimento das atividades agrícolas.

Palavras-chave: Juventude, Mundo do Trabalho e Política Pública.

1. Introdução

Até meados da década de 1980, o papel comumente reservado para as mulheres do meio rural era o de dona de casa, enquanto o homem, juntamente com os filhos, se dedicava ao sustento da família por meio da produção agrícola familiar. Poucas eram aquelas que conseguiam atingir um nível médio de escolaridade e desenvolver alguma atividade não-agrícola, como por exemplo, o magistério. Uma outra opção para elas (e também para eles) seria a busca por outras oportunidades ou “melhorias” em outros espaços, longe da sua comunidade de origem, o que, em outras palavras, faz referência ao êxodo rural.

Hoje, diante das transformações ocorridas no espaço rural, surgem novas possibilidades para os grupos sociais ali inseridos, e, desafios para os agentes da extensão rural, que precisam viabilizar ações estratégicas que contribuam para o desenvolvimento

¹ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER/RN.

sustentável das comunidades e, conseqüentemente, “permanência” e melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, que optarem conscientemente pelas atividades agropecuárias, dentre outras que desponta como possibilidade de trabalho e compromisso com seu papel de cidadão na atualidade.

No entanto, a atual conjuntura econômica, dentro do modelo de produção capitalista em vigor, faz emergir as incertezas relacionadas à inserção do jovem no mercado do trabalho, motivadas pela problemática do desemprego e a pela desestruturação das relações formais de trabalho. Desse modo, transparece nos jovens o desânimo em relação ao futuro e quando se considera o contexto regional, focalizando o público jovem do sexo feminino, habitante da zona rural do nordeste brasileiro, a problemática parece ser ainda mais grave.

Daí, a preocupação com o Estudo de Caso em evidência para subsidiar e motivar a reflexão de questões relevantes à juventude rural contemporânea.

1.1 Objetivo geral

Refletir acerca das perspectivas das jovens rurais, integrantes do grupo em questão, em relação ao mundo do trabalho, no contexto da extensão rural.

1.2 Objetivos específicos

- Investigar as expectativas das jovens em relação ao mundo do trabalho;
- Verificar a relação que se estabelece entre permanência na comunidade e mundo do trabalho.

1.3 Formulação do problema

Tendo em vista a nova configuração que o meio rural assume nos dias atuais, bem como as incertezas que permeiam o mercado de trabalho, sobretudo para os jovens, e a complexidade de fatores biopsicológicos e sociais que envolvem a fase do desenvolvimento humano denominada juventude, o que as jovens de uma comunidade rural projetam, em termos de trabalho, para o futuro?

1.4 Hipótese de trabalho

De modo geral, acredita-se que o desânimo observado nas jovens das comunidades rurais e, mais especificamente, neste grupo, se manifeste em decorrência da falta de perspectivas em relação ao futuro, caso permaneçam na comunidade, pelo menos no que se refere a projetos profissionais e inserção no mundo do trabalho.

2. Juventude e processo produtivo

2.1. Contextualização do Processo

O Projeto Protagonismo Juvenil foi implantado no Estado no ano de 2004 através da EMATER-RN e, como o próprio nome aponta, vislumbra o jovem e a jovem rural como protagonista de uma ação transformadora em seu meio social. No período de 2004 a 2006 esteve presente em 50 municípios do Rio Grande do Norte, onde foram atendidos 291 jovens que, assumindo o papel de multiplicadores, receberam uma bolsa mensal no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) durante 10 meses.

No município de Patu, localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião Serrana, as ações do projeto tiveram início no ano de 2006. Foram selecionados 03 (três) jovens, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, na faixa etária dos 14 aos 20 anos, residentes em 03 (três) comunidades rurais distintas, para atuarem como multiplicadores no Projeto, mobilizando os jovens da sua comunidade e intermediando as ações e atividades elegidas pelos grupos locais. Dentre as comunidades rurais escolhidas, destacamos a comunidade Jatobá, mais precisamente a comunidade quilombola do Jatobá, local onde desenvolvemos as ações que deram origem às reflexões aqui propostas.

A Comunidade Quilombola do Jatobá é constituída por 14 famílias, que sobrevivem da atividade agrícola e pecuária. O território foi ocupado na década de 1940, entendendo-se por território o uso comum de determinado espaço, o qual foi adquirido através de compra, por parte do Sr. João Luís de Aquino, um descendente de escravos que para lá conduziu sua família, dando início ao processo de constituição do território quilombola. Considera-se que Quilombolas são: “[...] grupos étnicos, com preponderância de população negra rural ou urbana que se intitulam a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. (BRASIL, 2006).

Por muito tempo a comunidade ficou “esquecida” no contexto da sociedade patuense. Apenas em 1998 quando teve origem no município um movimento social denominado “Patu 2001”, a comunidade passou a ter visibilidade. As discussões promovidas contemplaram várias temáticas, dentre elas: a problemática do ambiente semi-árido; políticas públicas destinadas à população rural e urbana; aspectos culturais do município e saúde mental da população.

As discussões motivaram a realização de várias ações no município, inserindo, inclusive, a comunidade negra no centro dos debates, que até então sofria a discriminação, o

esquecimento por parte do poder público municipal e da própria sociedade. De acordo com o relato oral de um dos militantes do movimento, o professor Aluizio Dutra de Oliveira, docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN², o grupo decidiu realizar algumas visitas à comunidade objetivando o levantamento de informações relativas à realidade local, as quais possibilitaram o conhecimento do contexto, bem como, de um potencial turístico inexplorado. Integrantes do movimento mantiveram contato com a Fundação Cultural Palmares, que visitou a comunidade, reconhecendo-a, posteriormente, como quilombola ou remanescente de quilombo, a exemplo de outras no Estado.

Em seguida, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi informado acerca da existência do local, dando início, ao processo de regularização fundiária do território, no presente momento, em fase de conclusão.

Nesse contexto, foi se evidenciando a necessidade do desenvolvimento de ações urgentes voltadas para habitação, saúde e educação, bem como, a necessidade da capacitação de lideranças locais para uma melhor compreensão acerca da elaboração e do funcionamento das políticas públicas, sobretudo, aquelas que priorizam grupos sociais específicos, organização comunitária e participação social. Fazia-se necessário também um trabalho efetivo de assistência técnica e extensão rural pública, incluindo a participação de outras instituições, com o propósito de mobilizar e colaborar para que a comunidade rural se desenvolvesse de forma sustentável.

Com a retomada das ações de Ater³ no município, no segundo semestre de 2006, procurou-se estabelecer parceria com as secretarias municipais, instituições públicas, lideranças comunitárias e organizações não-governamentais atuantes no município, para em conjunto sistematizar um estudo de conhecimento da realidade local. Através de consultas bibliográficas a documentos oficiais⁴, bem como, dos relatos orais de alguns sujeitos foi possível obter informações acerca das comunidades rurais e traçar o perfil sócio-econômico do município.

A proposta de trabalho com as jovens foi se configurando no âmbito do processo de inserção e conhecimento da realidade das comunidades rurais, tomando-se por base alguns pressupostos básicos da metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Avançado João Ismar de Moura

³ Assistência Técnica e Extensão Rural

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Prefeitura Municipal de Patu

sustentável - MEXPAR⁵, a qual preconiza que esse momento inicial seja “[...] essencialmente um momento de aproximação, de estabelecimento de relações afetivas e de troca de informações pessoais e com o ambiente”. (RUAS, 2006, p. 43).

Teve início a construção do perfil da comunidade quilombola, caracterizando aspectos do contexto social, econômico e cultural através da coleta de informações e dados secundários, bem como através da identificação de instituições e pessoas que, em algum momento, se fizeram presentes no contexto social comunitário. Também procuramos conhecer as realidades reveladas através das práticas culturais do referido grupo, visto que:

É importante resgatar a história de vida das pessoas, como vivem e produzem, e debater com elas suas condições de vida com relação à saúde, educação, produção, comercialização, cultura, lazer e meio ambiente, infra-estrutura, organização, as atividades não-agrícolas, dentre outras, para que a partir da compreensão desse contexto, as pessoas estabeleçam estratégias de atuação capazes de promover mudanças na sua realidade [...]. (RUAS, 2006, p.43).

Nessa perspectiva, buscou-se o estabelecimento de relações recíprocas de interação e conhecimento com todos os sujeitos, lideranças locais, representantes de instituições governamentais e organizações não-governamentais com inserção e atuação no local. Para isso, os métodos e as técnicas utilizadas para operacionalizar a metodologia de extensão rural foram essencialmente: a visita, a reunião e a entrevista semi-estruturada.

Foi durante esse processo de investigação e conhecimento da realidade que se constatou a existência das máquinas de costura industriais e semi-industriais na comunidade, num total de 12 (doze) unidades, as quais se encontravam completamente ociosas. As máquinas haviam sido doadas pela Fundação Cultural Palmares, no intuito de viabilizar um projeto de capacitação de mão-de-obra e geração de emprego e renda.

Assim, foi lançada a proposta para a realização de um processo de capacitação direcionado ao público jovem, tendo em vista a presença do Projeto Protagonismo Juvenil na comunidade, bem como a quantidade significativa de jovens, sobretudo mulheres, sem atividade/ocupação. Em seguida, partiu-se para a estruturação do grupo de interesse, já que a idéia era realizar um trabalho que incentivasse a cooperação, identificando a oportunidade de negócio e fomentando o empreendedorismo jovem.

Nesse contexto, constituiu-se o grupo de jovens interessadas em participar da ação, articulado por uma jovem protagonista residente na comunidade. O grupo era composto, inicialmente, por 20 (vinte) jovens (mulheres), na faixa etária dos 15 aos 25 anos, que residem

⁵ MEXPAR – Referência teórica, metodológica e técnica da ação extensionista. Metodologia da extensão rural elaborada pela equipe multidisciplinar da EMATER-MG.

na comunidade ou nas adjacências. Após a constituição do grupo, nos reunimos para informar, debater exaustivamente o Projeto e sua metodologia de ação, bem como discutir a proposta de trabalho em pauta, definindo sua operacionalização, considerando que um dos principais objetivos do Projeto Protagonismo Juvenil seria: “A inserção do jovem em risco de vulnerabilidade e sua inclusão social através da capacitação [...]” (Relatório de Gestão 2003-2006).

Assim, o processo de capacitação das jovens iniciou-se por um curso profissionalizante de corte e costura e através de oficina pedagógica, oportunizando uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho, como também um meio de sobrevivência, e, sobretudo, de autonomia financeira.

2.2 O jovem na sociedade do trabalho

A noção de juventude compreende o período da adolescência e pós-adolescência, apresentando-se como uma invenção da modernidade, ou melhor, das sociedades modernas (Àries, 1986), para diferenciar a infância da adultez. A adolescência é reconhecida como etapa final da fase de desenvolvimento psicossocial (Bloss, 1985), marcada por variações hormonais que se iniciam na puberdade.

Por ser reconhecida como um período bem complexo no contexto do desenvolvimento humano, qualquer tentativa de análise que envolva a compreensão desta deve considerar a inter-relação existente entre fatores de ordem biológica e social, relacionados ao momento histórico e ao contexto sócio-cultural em questão (Jeammet, 2005).

O jovem apresenta anseios, questionamentos e posicionamentos próprios de sua fase vital, considerando também que “[...] a entrada no mundo do trabalho e a formação de uma unidade familiar própria são identificadas como papéis, atividades e relações da maior importância a partir do final da adolescência”. (Palacios, 1995, p. 315). Essa fase é caracterizada pela busca de autonomia e, conseqüentemente, de um lugar na sociedade por meio do trabalho, o que caracterizaria a inserção na fase adulta do desenvolvimento.

Alguns autores (Pochman 1998, Costa 1996) chamam a atenção para algo que se denomina atualmente de “prolongamento da juventude”, e que se refere ao retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho, da aquisição de autonomia financeira para sua sobrevivência, o que significa permanecer mais tempo na dependência dos pais. No entanto, é preciso observar que esse adiamento na aquisição de novos papéis na sociedade está diretamente relacionado ao contexto sócio-econômico no qual o sujeito está inserido, já que

pode se dá, por exemplo, em decorrência da continuação dos estudos ou da falta de opção ou oportunidade.

Sabe-se que, no que se refere ao mundo do trabalho, vivemos hoje de incertezas e constantes mudanças, que assusta sobretudo os jovens, tendo em vista o problema do desemprego e da “desestruturação das relações formais de trabalho” (Pochman, 1998).

A análise realizada por Dupas (2002) acerca da problemática do desemprego, nos moldes do sistema de produção atual, evidencia que até meados da década de 1980 (século XX) as atenções se voltavam para o modelo explorador do padrão fordista⁶. No entanto, na atualidade, a preocupação gira em torno das formas de inserção do sujeito no mercado de trabalho, considerando que as pesquisas apontam que o trabalho formal apresenta-se em declínio.

Os índices de desemprego na camada jovem da população são preocupantes e apresentam tendência de alta, considerando que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, no Brasil existem 3,5 milhões de jovens com idade entre 16 e 24 anos desempregados, o que representa cerca de 45% da força de trabalho do país. Além disso, estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre a situação do mercado de trabalho, no período de 2003 a 2005, mostram que o segmento jovem da população é o que vem encontrando maiores dificuldades para conseguir um emprego (IBGE, 2006).

O relatório intitulado “Trabalho decente e juventude na América Latina”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentado em 02/10/2007, informa que, aproximadamente, 10 milhões de jovens, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, estão desempregados na América Latina e Caribe; 30 milhões encontram-se na economia informal; e 22 milhões nem trabalham nem estudam, provavelmente por falta de oportunidades. Nesse contexto, a situação das mulheres parece ser ainda pior, já que “As mulheres têm maior presença no grupo de quem só estuda e no grupo de quem não estuda nem trabalha. Os índices de participação das mulheres jovens na força de trabalho são muito menores se comparados com os dos homens”. (OIT, 2007, p. 16).

2.3 O processo produtivo e as relações de produção no meio rural

⁶ De acordo com o padrão fordista de produção capitalista, a eficiência do processo produtivo centra-se na organização do processo de trabalho em linha de montagem e produção em série (indiferenciada).

A compreensão acerca da estruturação do processo de produção e suas relações no meio rural atual perpassa pela análise das perceptíveis transformações ocorridas, inicialmente nos países desenvolvidos, nas últimas décadas do século XX, decorrentes da industrialização e “urbanização” do campo, o que implica numa releitura desse processo, denominado “pós – fordista”, bem como das relações de trabalho que neste espaço se estabelecem. Assim, temos um “novo rural” que, na análise de Graziano da Silva (1999), está intimamente relacionado com:

[...] o “desmonte” e a especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento das ocupações não-agrícolas e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural. (Graziano da Silva, 1999, p.9).

O termo “urbanização” do meio rural compreende o acesso por parte das populações rurais aos benefícios dos quais dispõem as populações urbanas, que implica na “[...] criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação”. (Graziano da Silva apud Silva, 2002, p. 163).

No Brasil, a partir da década de 1980 tem início uma mudança de pensamento acerca da concepção de desenvolvimento, já que a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico evidenciaram que o modelo vigente acarretou um contra-desenvolvimento social, responsável por inúmeros problemas, dentre os quais destacamos a permanência dos índices de pobreza em oposição aos índices de crescimento econômico; a condição de miséria que se estabelece intimamente relacionada com: desemprego, violência, insegurança, drogas, falta de moradia (originando as favelas), enfim péssimas condições de sustentabilidade sócio-econômica, e, sobretudo, danos ambientais irreversíveis dentro deste modelo de desenvolvimento onde o capitalismo continua promovendo indivíduos consumidores compulsivos, porquanto descomprometidos até consigo mesmo.

Tomando por base as reflexões de Silva (2002), é importante ressaltar que com a implementação de políticas de urbanização do meio rural em consonância com políticas de geração de emprego e renda, que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, o espaço rural assume uma nova caracterização, não apenas em termos de melhoria da qualidade de vida da população, mas também como atrativo para permanência da população jovem, invertendo “[...] o padrão de crescimento agrícola adotado pelo Brasil na década de 60 teve como principal subproduto a expulsão prematura de trabalho” (Veiga apud Silva 2002, p. 165).

Nesta perspectiva, dentre as diretrizes que constituem a Política Nacional de Ater merece destaque aquela que propõe que sejam estruturadas ações de capacitação para o jovem rural que possibilitem a este sujeito optar por permanecer na comunidade ou não. Porém, antes de concretizar qualquer proposta, é preciso procurar conhecer os anseios e as demandas desse público, problematizando com ele a realidade no qual está inserido, e,

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (PNATER, 2004, p. 7).

Em decorrência disso, muitos desafios se apresentam, os quais exigem da Ater pública ações que possam viabilizar a consecução de “[...] estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não-agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania”. (PNATER, 2004, p.6)

Além disso, é preciso considerar a importância do fator educacional em todo esse processo, situando-o também no centro das discussões. Para corroborar esta afirmativa, apresenta-se uma pesquisa⁷ desenvolvida por um grupo de pesquisadores no Oeste do estado de Santa Catarina com filhos e filhas de agricultores familiares, que trata da questão sucessória e discute alguns fatores determinantes na formação profissional dos jovens agricultores, evidenciando-se que a geração atual que permanece no campo tem um nível de escolaridade muito baixo, o que demonstra que aqueles que estudam não ficam no campo. Veja o que pontua Abramovay *et al.* (2001):

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado. A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar entretanto a regra, constatada em inúmeros estudos da América Latina (Durston, 1996), é que fica no campo o filho ao qual “*la cabeza no lê dá para más*”. Mesmo um Estado como Santa Catarina, onde o nível educacional está entre os mais altos do País, acaba não fugindo a regra. [...] (Abramovay *et al.*, 2001, p.4).

Desse modo, refletindo sobre o panorama regional referido, o que pensar acerca da situação educacional no contexto do Nordeste brasileiro, com todas as suas especificidades e precariedades?

⁷ Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades da Epagri

3. Metodologia

3.1. Protagonistas

Foram entrevistadas 17 (dezessete) jovens, do sexo feminino, com idades entre 15 e 25 anos, participantes da ação de extensão rural desenvolvida pela EMATER-RN na comunidade.

No grupo, apenas 2 (duas) jovens não estavam estudando, uma por já ter concluído o Ensino Médio e outra por ter abandonado a escola antes de concluir. Dentre as demais, 8 (oito) estão cursando o Ensino Fundamental e 7 (sete) o Ensino Médio, em escola pública na sede do município .

Em relação à constituição de unidade familiar própria, 2 (duas) delas se consideram “casadas”, apesar de residirem na casa dos pais e, de certo modo, ainda apresentarem dependência destes.

Quanto ao ingresso no mundo do trabalho, apenas 3 (três) estavam realizando algum tipo de trabalho remunerado no momento, sem relação com a agricultura familiar. As demais só realizavam trabalho doméstico.

3.2 Coleta de dados

Como procedimento técnico de coleta de dados utilizou-se a entrevista individual e semi-estruturada, gravadas e transcritas integralmente. A opção por este método corrobora o propósito deste estudo dialógico, implicando a posição subjetiva do sujeito, bem como, sua postura no contexto sócio-econômico no qual está inserido.

A entrevista constitui-se um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, sendo uma das principais técnicas adotadas nas pesquisas no campo das ciências sociais, pois favorece a obtenção imediata e corrente das informações desejadas (Lüdke e André, 1986). A análise da pesquisa se dará a partir dos relatos orais dos sujeitos. As entrevistas em questão são do tipo semi-dirigidas ou semi-estruturadas porque se configuram a partir de um roteiro básico pré-elaborado, que dispensa a rigidez no processo de realização. O itinerário dessa investigação será mediado pelos seguintes questionamentos:

- *Realiza algum tipo de trabalho? Na família?*
- *Já constituiu família própria? Como esta se mantém?*
- *Quais suas perspectivas em relação ao mundo do trabalho futuramente?*
- *Pretende permanecer na comunidade?*

4. Resultados e discussão

A análise da pesquisa se deu a partir dos relatos orais dos sujeitos, os quais evidenciaram expectativas em relação ao futuro e projetos profissionais bem diferentes daquilo que se imagina. Quando questionadas sobre os planos para o futuro, em relação ao mundo do trabalho, várias atividades, ou melhor, profissões, foram citadas pelas jovens, com exceção das atividades agrícolas. Dentre elas, destaca-se: jornalista, professora de história e geografia, advogada, policial, vendedora, secretária, auxiliar de enfermagem ou enfermeira. Pode parecer estranho, em se tratando do contexto em questão, mas vejamos o depoimento da jovem E (18 anos):

A minha expectativa é que quando eu concluir o Ensino Superior eu consiga um emprego na área em que pretendo atuar. Meus planos é de concluir uma Faculdade de Advocacia e atuar na área criminal. Espero que eu termine esta Faculdade e possa conseguir um emprego.

Quando questionada sobre a permanência na comunidade, a jovem E afirma não ter nenhuma pretensão em permanecer futuramente. Ela diz: *“Não. Porque apesar de ter alguns projetos para a comunidade no futuro, meus planos de trabalho são outros”*.

A diversidade de profissões citadas nos planos profissionais para o futuro impressiona, apesar de restarem dúvidas sobre a crença na possibilidade real daquilo que se almeja, mas com a esperança da inclusão social, como mostra o depoimento da jovem O (18 anos): *“Minha expectativa era de que melhorasse. Um mundo de trabalho que dê chance para os mais pobres. E eu pretendo trabalhar na polícia... e morar em outra cidade”*.

Nos depoimentos é possível observar que existe uma forte associação entre falta de trabalho ou oportunidade de trabalho e saída da comunidade, motivada pelo desejo de conseguir melhores condições de sobrevivência, por meio do trabalho. Vejamos o depoimento da jovem G (15 anos), quando questionada sobre a permanência na comunidade: *“Não pretendo permanecer porque na comunidade não tem como agente se manter [...]”*.

É perceptível também a correlação que a maioria das jovens estabelece entre nível de escolaridade, principalmente Formação em Curso Superior, e maior possibilidade de inserção no mundo do trabalho, como é possível observar na fala da jovem L (21 anos): *“Bom, pretendo cursar uma faculdade para ter um emprego melhor futuramente. Com a profissão de Auxiliar de enfermagem... Não, Ciências Biológicas, que é a profissão que pretendo me formar”*. Com relação à permanência na comunidade, a jovem L é uma das que demonstra

vontade em permanecer, mas por um período determinado, como é possível observar em sua fala: *“Nos meus planos, pretendo permanecer na comunidade por uns 8 ou 9 anos. Depois quero ir morar em Mossoró”*.

Através dos relatos das jovens, constatou-se que, de modo geral, a perspectiva ou, pelo menos, a vontade de permanecer na comunidade de origem inexistente, tendo em vista “as oportunidades que o lugar oferece”, ou melhor, que não oferece, segundo elas. Vejamos o depoimento da jovem F (16 anos): *“Não, porque não tem emprego. Eu gostaria de ter um trabalho, para que eu pudesse me manter...”*.

Em todo o grupo, apenas 2 (duas) jovens não especificaram profissão, afirmaram somente a vontade de ter um trabalho no futuro, uma ocupação que possibilitasse condições satisfatórias de sobrevivência e, sobretudo, permanência na comunidade. Observe a fala da jovem M (21 anos), quando questionada sobre as expectativas e os planos para o futuro, em termos de trabalho, e permanência na comunidade:

Na minha opinião, tá muito difícil encontrar um trabalho no mundo em que vivemos. O meu plano é terminar os estudos e arranjar um emprego. Eu pretendo permanecer na comunidade sim, porque foi onde eu nasci e onde eu quero criar meus filhos e envelhecer, na comunidade.

Em seguida, vejamos o depoimento da jovem P (25 anos), que vê na ação de extensão rural realizada na comunidade uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida:

Trabalho está difícil. Pretendo arrumar um trabalho e construir um futuro melhor... Espero agora conseguir um trabalho, pelo que aprendi, através deste programa, protagonismo juvenil, que é muito bom e traz uma esperança para nós. Pra mim foi maravilhoso aprender a fazer alguma coisa!

Buscando a compreensão acerca do pensamento das jovens M e P em relação ao futuro, diferentemente das demais jovens do grupo, acredita-se que dois fatores interferem diretamente: casamento ou convivência conjunta e maturidade. O posicionamento destas apresenta-se mais em consonância com a realidade social na qual estão inseridas.

Algumas delas demonstraram-se ainda confusas em relação à opção profissional, principalmente as mais novas. Veja o depoimento da jovem J (16 anos) acerca dos planos para o futuro: *“Quando terminar meus estudos, quero arranjar um bom emprego, fora daqui claro. Por exemplo, quero estudar letras e arranjar um emprego como secretária ...”*. Contudo, o que se percebe de forma generalizada, conforme foram se delineando os relatos

individuais, é a vontade de ter um salário ou um trabalho assalariado. Observe a fala da jovem H (20 anos), quando questionada sobre as perspectivas em relação ao mundo do trabalho: *“Gostaria mesmo era de conseguir um emprego, ter um salário. Trabalhar numa loja de roupas, ser vendedora, pronto.”*

Analisando as colocações das demais, observa-se um grande distanciamento entre aquilo que anseiam e o que se apresenta concretamente para elas, no contexto das diretrizes governamentais, dos projetos e programas que são executados sem considerar tal realidade. O que parece é que os esforços estão centrados apenas na fixação do homem (e da mulher) no campo, com a transformação dos jovens em agricultores, como pontua Abramovay (2005). No entanto, o que se percebe é que as aspirações são outras, principalmente no contexto da pluriatividade, que vivemos na atualidade.

5. Considerações finais

Os relatos individuais das jovens rurais propiciaram o conhecimento das suas perspectivas em relação ao futuro e dos planos que gostariam de concretizar. Em alguns momentos, percebeu-se que o contexto social no qual estão inseridas foi considerado, porém acredita-se que prevalece o imaginário, o sonho, sem a certeza de que é ou será possível. A metodologia utilizada favoreceu a exposição de angústias, inquietações, limitações, dúvidas e anseios por possibilidades e/ou alternativas que possam contribuir para a superação das dificuldades do presente e, conseqüentemente, construção de um futuro promissor.

Porém, um futuro que não se imagina ser possível vivendo na comunidade, pelo menos no pensamento delas e considerando as condições atuais. O que é preocupante e condiz perfeitamente com os resultados obtidos pela pesquisa com filhos e filhas de agricultores, já referida, onde se constata que trabalhar e morar na cidade é o futuro desejado pela maioria das moças, sendo, para elas, o fator educacional o grande impulsionador deste projeto, já que impera o seguinte padrão: a agricultura e o campo ficam para quem não quiser ou não puder estudar.

Para isso, é importante o fortalecimento de uma rede que articule os principais atores de desenvolvimento rural, atuantes nos Estados e Municípios brasileiros, no intuito de discutir a realidade que ora se apresenta, considerando os resultados das pesquisas realizadas, bem como propor o desenvolvimento de ações estratégicas que possam responder às demandas em evidência. Por outro lado, é preciso focalizar também a questão sucessória na agricultura familiar, construir o perfil do agricultor do futuro, conhecer e atender suas necessidades

diversas, tendo em vista o processo de produção de alimentos. Como bem coloca Abramovay *et al.*, (2001), mobilizar os atores para criação de espaços participativos e decisórios num fórum regional de desenvolvimento, subdivido em “câmaras setoriais”, incluindo educação e formação profissional e criação de oportunidades de trabalho e renda.

Por fim, antes da implementação de qualquer política pública e do desenvolvimento de ações voltadas para a juventude rural, é preciso ouvir o público jovem e “conhecer” seus anseios para, posteriormente, se pensar com ela na estruturação de ações estratégicas que gerem emprego e renda por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas, visto que sem promover a ocupação não há necessidade de capacitação, restando apenas o esvaziamento demográfico nas comunidades rurais.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **“Juventude rural: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo.** Secretaria de reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: http://www.credito_fundiario.org.br. Acesso em: 15 de novembro de 2007.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

AUDI, D. M. **A adolescência e suas expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho.** São Paulo – SP: 2006. 104 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

BLOSS, P. **Adolescência: Uma interpretação psicanalítica.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Ater.** Brasília, 2004

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EMATER/RN: comprometida com o fortalecimento da agricultura familiar/EMATER/RN. – Natal, 2007, 72p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Coleção Pesquisas 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. (117-141). In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Brasília. **Anais...**Brasília: SOBER, 1998.

JEAMMET, P. & CORCOS, M. **Novas problemáticas da adolescência: evolução e manejo da dependência.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Escritório Regional para América Latina e Caribe. **Trabalho Decente e Juventude**. América Latina. Resumo Executivo. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2007.

PALACIOS, Jesús. “O desenvolvimento após a adolescência”. *In*: COLL, C., PALACIOS, J. e MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, vol.1. 1995. Trad. Marcos A.G. Domingues

POCHMAN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), 1998.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.

SILVA, A.G. Meio rural: o espaço da exclusão? *In*: M. M. Valença & R. C. C. Gomes (org.). **Globalização & Desigualdade**. (pp.162 – 176) Natal: A. S. Editores, 2002.

SILVESTRO, Milton; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Marcio A.; DORIGON, Clovis e BALDISSERA, Ivan T. – **Os Impasses Sociais da Sucessão hereditária na agricultura Familiar** – MDA-DEAD/EPAGRI, 2001.

VEIGA, J. E. Expansão da Agricultura Familiar. **O Estado de São Paulo**, 18 de Julho de 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA
PISCICULTURA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO
ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, MADALENA-CE**

Áricles Fernandes de Queiroz¹
Maria Lucia de Sousa Moreira²
Francisco Casimiro Filho³

Resumo

Este trabalho buscou analisar a organização e comercialização da atividade de piscicultura em tanques-rede, implantada e acompanhada pelo DNOCS em parceria com o MST, na comunidade Quieto I, no assentamento São Joaquim/25 de Maio, Madalena/CE. Para a compreensão de todo o processo de desenvolvimento da piscicultura no estudo de caso se fez necessário um estudo teórico da atividade no contexto da agricultura familiar e do agronegócio. Conversas informais, individuais e coletivas, oficinas, bem como reuniões e assembleias também fizeram parte do levantamento de dados complementando assim a metodologia utilizada para discussão da piscicultura e compreensão da formação da organização do trabalho coletivo para a atividade nas comunidades Quieto I e II, no assentamento 25 de Maio. As conversas informais facilitavam a descontração e confiança dos assentados para fornecerem as informações necessárias à pesquisa. No processo de organização da atividade um grupo coletivo foi formado sendo composto na sua maioria por jovens de famílias assentadas distintas das duas comunidades, jovens estes que antes não tinham oportunidades nos projetos produtivos do assentamento. Tendo em vista que os maiores entraves dessa atividade nos assentamentos, são a organização, assistência técnica, linhas de crédito e principalmente a comercialização que tem o desafio do escalonamento de produção e produção de produtos de valor agregado. Esta pesquisa resolveu por bem analisar a atividade na questão da organização para a mesma e como se realiza o processo de comercialização. A atividade, após a conclusão do projeto, se mostrou não somente como geradora de alternativa de renda e de alimento de qualidade como também mediadora da organização dos grupos coletivos de produção no assentamento em questão.

Palavras-chave: Piscicultura; Agricultura familiar-camponesa; Assentamentos rurais;

1 Introdução

No Brasil, a agricultura familiar tem se desenvolvido a partir de um conjunto complexo de sistemas de produção, agregando várias culturas e criação de animais, tanto para consumo da família quanto para o mercado. A piscicultura como atividade no meio rural surge inicialmente como uma alternativa visando complementar as receitas da família e como fonte de proteínas em comunidades mais pobres, mediante a produção de peixes em pequena

¹ Enga. de Pesca; B. Sc em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo/UFC; aricles6@hotmail.com

² Profa. Assistente II do DEA/CCA/UFC, M.Sc em Extensão Rural pela UFV; malu@ufc.br

³ Prof. Adjunto III do DEA/CCA/UFC; D.Sc. em Economia Aplicada pela ESALQ/USP; casimiro@ufc.br

escala para o consumo direto doméstico da população em zonas rurais e urbanas. (CONCRAB, 2004a).

As tentativas visando estabelecer o cultivo de peixes como uma alternativa para a alimentação no meio rural, começou há algumas décadas, com a introdução em nosso país de espécies como: carpas, trutas, tilápias e de outros peixes (LIMA, 2005).

A prática da pesca como uma atividade cultural nos assentamentos, atividade essa que complementa a renda em muitos casos e serve como fonte de proteína animal na mesa do assentado, facilita a introdução da discussão sobre a piscicultura e a reflexão sobre as especificidades da mesma. Entendendo-se a pesca, fica mais fácil se construir uma piscicultura condizente com a realidade dos assentamentos, pois, as dificuldades encontradas na pesca, provavelmente irão aparecer na piscicultura, como por exemplo, os corpos hídricos como espaços coletivos de produção, as linhas de créditos adequadas à atividade, o processo de comercialização entre outros.

A piscicultura possui características bem particulares quanto à capacidade de conferir maior ou menor competitividade à atividade produtora familiar. Nesse sentido é importante um acompanhamento mais minucioso da mesma nos assentamentos rurais, a fim de que a atividade possa se desenvolver com todo o seu potencial, de maneira a se tornar realmente sustentável social, econômica e ambientalmente complementando de fato as outras atividades, sendo adequada a realidade dos assentamentos e não um modelo alienante à agricultura familiar.

Sensível a essas particularidades da atividade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Ceará resolveu contratar uma engenheira de pesca dentro da equipe de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES), para melhor compreender a atividade nos assentamentos e a partir dessa compreensão desenvolver a piscicultura nos assentamentos do Estado do Ceará. Assim, baseando-se na situação apresentada, este trabalho tem intenção de analisar os entraves para o desenvolvimento desta atividade, bem como apontar estratégias ou alternativas organizacionais que poderão facilitar a solidificação dos projetos na atividade de piscicultura nos assentamentos de reforma agrária.

A questão básica é: quais os fatores envolvidos num processo de implantação de um projeto de piscicultura em uma realidade de assentamentos? Conseqüentemente pretende-se contribuir para a formação dos assentados nas questões de organização do trabalho coletivo, da visão de mercado, para a atividade de piscicultura, tentando assim apontar um possível modelo de piscicultura familiar que possa ser desenvolvido pelos assentamentos do Ceará,

respeitando as dificuldades impostas pelas políticas públicas, à cultura dos assentados, seus desejos, condições físicas e limitações da assistência técnica.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação da piscicultura familiar tendo em vista o modo de organização do trabalho coletivo para essa atividade, bem como o escoamento da produção no assentamento São Joaquim situado no município de Madalena no estado do Ceará.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada no assentamento São Joaquim localizado no município de Madalena no Estado do Ceará. A desapropriação da área ocorreu através do decreto nº 92.875, em 30.06.86. No entanto, a emissão de posse se deu somente três anos depois, em 09.06.89, após a solução das pendências judiciais entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o proprietário do imóvel. O fator determinante da desapropriação foi a ocupação da área por 346 famílias, vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, ocorrida em 25.05.89, razão pela qual o projeto também é conhecido por Assentamento 25 de Maio, nome dado pelos assentados e que caracteriza a sua luta pela terra conquistada, embora o INCRA o denomine de São Joaquim, o antigo nome da propriedade. Devido à razão da luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, neste trabalho em respeito e simpatia a esta luta resolvemos trabalhar com o nome de luta do assentamento e não o adotado pelo INCRA, no caso usou-se o nome 25 de Maio.

O Assentamento 25 de Maio, cuja área abrange os Municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem, ocupa uma área de 22.992,5 hectares e possui 424 famílias cadastradas, organizadas em dez comunidades, que compõe dezoito entidades (quinze associações, uma cooperativa, um grupo de mulheres e um conselho), sendo o maior assentamento do Estado, tanto em área como em número de famílias assentadas é também considerado um dos maiores do Brasil (VIEIRA, 2005). O Assentamento possui boa infraestrutura hídrica, que permite essa subdivisão de áreas, constituída de quinze reservatórios de pequeno, médio e grande porte, sete riachos de ciclo temporários, além de córregos que se originam desses mananciais.

Os maiores açudes do Assentamento São Joaquim estão localizados na comunidade de Quieto (16.800.000m³), São Joaquim e Paus Branco, com 5.000.000m³ cada um e o restante variando 400.000 a 2.500.000m³ (INCRA,1994 e PINHEIRO, 2004). O Quieto é dividido em

duas comunidades, Quietos I e Quietos II, que foram as comunidades envolvidas diretamente no projeto de piscicultura.

Desejava-se investir numa pesquisa de cunho participativo e isso foi decisivo na escolha do instrumental metodológico. Dessa forma, a pesquisa se projetou na realidade cotidiana das famílias assentadas cuja intencionalidade era a de ouvir a voz dos sujeitos que fazem a história do assentamento. Optou-se então pelo estudo de caso que, segundo TRIVIÑOS (1987), dentre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, talvez este seja um dos mais relevantes, e se constitui de uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.

Para BOGDAN e BIRTEN (1982), citado por, TRIVIÑOS (1987), existem vários tipos de estudos de caso. Essa pesquisa, especificamente trabalha com o estudo de caso observacional que, segundo esses autores, se constitui de uma categoria típica da pesquisa qualitativa que tem como uma das mais importantes técnicas de coleta de informações, a observação participante.

O foco da pesquisa, portanto, foi a piscicultura como uma atividade não só econômica mais também social dentro da realidade de um assentamento rural.

A coleta de dados se deu inicialmente através de um levantamento bibliográfico de temas relacionados à temática, nas Universidades, no INCRA, MST, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, Secretaria de Agricultura de Madalena e Quixeramobim.

Conversas informais, individuais e coletivas, oficinas, bem como reuniões e assembléias também fizeram parte do levantamento de dados complementando assim a metodologia utilizada para discussão da piscicultura e compreensão da formação da organização do trabalho coletivo para a atividade nas comunidades Quietos I e II, no assentamento 25 de Maio.

Quanto às oficinas apenas uma foi realizada, devido à dificuldade de reunir os assentados. A oficina realizada teve como objetivo a avaliação do estágio de vivência do programa residência agrária e para que os assentados falassem do que pensavam sobre o projeto de piscicultura em andamento e da assistência técnica.

A entrevista aberta usava uma pergunta geradora e a partir da resposta da mesma surgiram outras perguntas e questionamentos, as entrevistas eram individuais, ou em duplas, trios deixando os assentados bem à vontade.

As reuniões e assembléias serviram de instrumento para se obter elementos sobre o desenvolvimento da construção da organização da atividade de piscicultura, possibilitaram

também a percepção dos conflitos e dificuldades nas relações interpessoais que reflete e sempre irá refletir nos processos contínuos de organização.

As assembléias eram as assembléias das comunidades Quietos I e II, as reuniões foram realizadas não só com as duas comunidades, como também depois de o projeto implantado com o grupo coletivo da piscicultura, nos espaços que buscavam resolver os desafios conforme os mesmos iam aparecendo.

Das 62 famílias que vivem nas comunidades Quietos I e II, do assentamento 25 de Maio, envolveram-se no processo de pesquisa, 18 jovens vindos cada um de famílias distintas, que participam do grupo de piscicultura, selecionados coletivamente num processo de discussão em reuniões e assembléias já realizadas. Este foi o grupo pesquisado, bem como para somar informações, foram também utilizados depoimentos de assentados e técnicos.

3 Resultados e discussão

Foram várias as etapas do projeto de piscicultura implantado no assentamento 25 de Maio, e esta pesquisa, durante sua realização, pode acompanhar parte delas. Essas etapas foram:

- Escolha da área de implantação do projeto, onde o técnico do DNOCS, acompanhado da especialista da ATES, verificou os parâmetros físico-químicos da água, a direção dos ventos, colheu informações com os pescadores sobre o açude, verificou o acesso por estradas, entre outros detalhes, então após a capacitação os tanques-rede foram implantados com a participação do coletivo de piscicultura em processo de formação. Verificado a área para implantação das estruturas do projeto, o técnico do DNOCS acompanhado da especialista da ATES/MST informou em uma reunião a data da capacitação e condições para permanência das estruturas na comunidade. Dias depois, aproximadamente trinta pessoas, participaram da capacitação técnica, onde aprenderam sobre noções de manejo, sanidade e cálculos sobre os custos de produção.

- Na fase de berçário dos oito tanques berçários dois foram estocados com 5.000 alevinos revertidos de tilápia, que permaneceriam por dois meses, até atingir o peso médio de 40gramas a serem distribuídos aos oito tanques de engorda. Seria feito esta estocagem todo mês até estarem os 32 tanques-rede estocados, garantindo assim uma despesa mensal de 8 tanques-rede, com um média de produção de aproximadamente 400kg de peixe por tanque-rede. Porém, devido à falta de cumprimento nos prazos da entrega dos alevinos e da ração,

bem como o rompimento de todos os tanques berçários, o escalonamento da produção foi prejudicado.

- A engorda era para ser iniciada dois meses após a implantação do projeto, sendo estocados os tanques-rede com 900 a 1000 alevinos cada tanque vindos dos berçários, porém só a primeira estocagem foi bem sucedida.

- A despesca e a comercialização: A despesca foi realizada a medida que o peixe foi vendido aos atravessadores em pequenas quantidades, portanto, havendo a necessidade de arraoar os peixes que chegaram quase a um quilo. Isso teve como consequência uma elevação nos custos de produção, tendo o grupo uma redução nos ganhos. Além disso, os peixes ao serem colocados a venda com esse peso, fizeram com que o atravessador quisesse comprar o produto futuro sempre com essa característica e por um preço relativo menor. O quilo do peixe eviscerado foi inicialmente vendido a R\$ 2,60, preço esse que mal pagava os custos de produção. Essa produção era vendida para atravessadores e apenas uma pequena parte vendida para as famílias assentadas.

3.1 Organização coletiva da atividade de piscicultura

A construção da organização da atividade de piscicultura teve por base a organização do assentamento. Como a organização do assentamento é diversa e cheia de particularidades por comunidade, foi um desafio a construção da organização dessa atividade, ainda mais considerando os conflitos existentes, o recurso hídrico como um bem indivisível e coletivo e ainda o grande interesse das diversas comunidades em se criar peixe. Assim, com a participação dos assentados interessados, da assistência técnica comprometida e da militância conhecedora da realidade local, aos poucos essa organização da atividade foi e continua constantemente sendo construída.

A técnica especialista na área se articulou com a assistência técnica local e militância e começou a visitar as diversas comunidades buscando conhecer o potencial físico do assentamento e expectativas dos assentados para essa atividade. Foram realizadas algumas reuniões com participação dos interessados nas várias comunidades, além da participação da técnica na reunião do conselho do assentamento, para esclarecimentos sobre a atividade e consulta ao conselho sobre as possibilidades de implantação de projetos de piscicultura.

O critério de escolha foi pelo maior interesse da comunidade, pela proximidade das residências do açude de maior volume do assentamento e pelas condições de infra-estrutura existentes. Estes critérios foram definidos, não pela assistência técnica dos assentados e, sim

pelo técnico do DNOCS responsável pela implantação do projeto. Com base nesses critérios foi definida a comunidade do Quieto para ser a comunidade beneficiada com o projeto.

Definida a comunidade, novas discussões foram feitas, agora na própria comunidade Quieto, visando definir quem seriam as pessoas que conduziriam o projeto. Chegou-se a um acordo e opinião comum, que os beneficiados diretos com o projeto seriam os jovens das duas comunidades e que os mesmos contribuiriam com uma porcentagem do lucro da venda dos peixes para suas respectivas associações. Assim, o grupo coletivo de piscicultura foi formado com 21 jovens que logo, se reduziu para 18 e hoje com a interrupção temporária do projeto existem apenas 12 jovens.

Este grupo coletivo tinha uma maneira de se organizar, bem dinâmica, num processo de construção constante. A liderança era rotativa, para que todos se sentissem mais responsáveis e comprometidos com o grupo. O grupo contribuía com 5% da renda para as associações das duas comunidades, no caso, Quieto I e Quieto II, sendo a contribuição proporcional ao número de participantes de cada comunidade.

Na divisão do trabalho os mesmos se subdividiam em dois grupos de quatro e dois de cinco para o manejo e vigilância do projeto, trabalhando os subgrupos a cada cinco dias, o que não impedia que os participantes ajudassem suas famílias em outras atividades produtivas, ou se dedicassem ao lazer e aos estudos. Com o passar do tempo, com a definição das habilidades de cada um, foi tirado de cada grupo uma pessoa para o manejo e os demais para a vigilância, o que melhorou a condução do projeto.

Porém, a organização da atividade não se limitou à formação do grupo coletivo da piscicultura. Serviu também para mediar a relação dos assentados com o açude, onde os mesmos discutiram nas diversas reuniões, as questões de preservação dos recursos hídricos, com a intervenção técnica informando sobre os diversos problemas ambientais relacionados com o uso adequado ou não da água; nas plantações, saneamento e uso doméstico, bem como a pesca realizada no assentamento. Com isso os assentados mudaram um pouco a maneira de ver e tratar os recursos hídricos, começando a se preocupar mais com o tratamento dado aos mesmos, buscando levar a discussão para o espaço das escolas do assentamento, questionando as implicações com a saúde e até mesmo buscando organizar melhor a pesca que até então não era discutida, só criticada ou ignorada.

Os envolvidos diretamente no projeto de piscicultura em tanques-rede demonstraram uma satisfação considerável no momento em que foram consultados, logo depois da realização da primeira despesca, os mesmos colocaram que a atividade é mais leve do que o trabalho na roça, bem como, que o retorno vem mais rápido. Percebe-se que o fato de que na

piscicultura se poder ter uma renda mensal, enquanto na roça esta renda só é possível uma vez por ano, influi na satisfação do grupo nesta atividade.

A atividade proporciona para alguns uma alternativa de renda para as suas famílias. Como a maioria dos integrantes do grupo de piscicultura são os jovens, eles se sentem motivados, esperançosos com essa oportunidade de fazerem parte da produção do assentamento, tendo o reconhecimento e o apoio dos assentados adultos.

Alguns jovens colocaram que trabalhar na piscicultura era como um lazer para eles. Observa-se que isto se deve ao fato de que familiares e amigos curiosos, vinham conversar e pescar, assar o peixe capturado na margem do mesmo açude, o que para cada participante do coletivo era um momento de confraternização com os companheiros do grupo e os demais que vinham visitar. A casa de apoio à margem do açude era também um espaço de exercício do companheirismo e da solidariedade, onde à noite cantavam e contavam estórias.

3.2 Escoamento da produção

Na comercialização o grupo coletivo enfrentou muitos desafios, que acabaram por resultar na interrupção temporária da atividade. Logo, no início do projeto o grupo coletivo de piscicultura tinha muito medo de que com a chegada do inverno e com os peixes tendo atingido peso médio de 500g, de que uma grande mortalidade ocorresse e eles perdessem boa parte da produção, ou até mesmo toda a produção.

Com isso na primeira despesca o grupo vendeu a produção por partes para o atravessador, a preços que mal cobriam os custos de produção, gerando depois outro problema. Uma vez tendo vendido o quilo do peixe a um determinado preço, os atravessadores que compraram a este preço não queriam mais pagar o preço reajustado pelo grupo, gerando falta de credibilidade do grupo e dificuldade de venda do pescado a um preço mais justo.

A falta de credibilidade junto aos atravessadores seria positiva, se o grupo coletivo, tivesse a iniciativa de vender o pescado direto ao consumidor final, o que não aconteceu apesar dos esforços da assistência técnica. Essa falta de iniciativa para a comercialização, talvez seja reflexo da cultura do camponês que conforme CONCRAB (2004), não tem a produção voltada para o mercado e sim para a subsistência e o excedente para o mercado local, o que parece ser o caso do Quieto. Também se deve ao desânimo frente ao novo desafio, de construção de uma identidade com os trabalhos de comercialização, conforme

também observado por PETTI (2003), em sua pesquisa com os jovens no assentamento Sumaré I em São Paulo.

Logo, a atividade de piscicultura em tanques-rede que veio num modelo que a produção é voltada exclusivamente para o mercado e não para a subsistência com venda do excedente, precisa de uma organização para as comercializações urgentes, que prepare o grupo coletivo para a lógica deste modelo ou que adéque à lógica do camponês, necessitando assim de um especialista em comercialização como também sugerido por PETTI (2003) em sua pesquisa.

A falta de escalonamento na produção foi causada devido aos insumos do projeto que não chegaram a tempo hábil, devido a problemas internos na organização do DNOCS na região do Amanary e dos assentados que não tinham recurso para ir buscar esses insumos.

Além dos insumos, os berçários do projeto, adquiridos via licitação pelo órgão DNOCS, todos rasgaram tendo proporcionado não só uma perda de produção como contribuiu significativamente na falta de escalonamento da atividade de piscicultura, mostrando assim, as amarras do sistema para gerar total dependência ao mesmo, ou fracasso resistindo a ele.

A organização para a formação de uma rede cooperada de comercialização entre os assentamentos que estão envolvidos na produção do pescado pode ser a alternativa para acabar com a total dependência ao sistema capitalista e a construção da sustentabilidade econômica da atividade.

4. Conclusões

Considerando as particularidades da agricultura familiar-camponesa e as discussões realizadas em todo o processo de formação e de construção da atividade de piscicultura na realidade de um assentamento rural, a piscicultura realizada no assentamento 25 de Maio apesar de ter sido implantada no modelo do agronegócio, com todo um pacote que não respeita as particularidades do assentamento é considerada como um sucesso, uma vitória no assentamento.

Pois, a atividade gerou interesse dos jovens pela produção no assentamento, participação dos assentados no processo de discussão, mudança no olhar dos mesmos em relação aos recursos hídricos, iniciou o processo de discussão para organização da pesca, trouxe mais informações, esperança para os assentados que não mais acreditavam nos projetos, aproximação entre as duas comunidades diretamente envolvidas, construção de uma alternativa de coletivo no espaço hídrico, contribuição porcentual do lucro com suas

respectivas associações, estímulo a formação de outros grupos coletivos como o processo de formação das mulheres.

Para os assentados a atividade é considerada viável, pois gera alimento e alternativa de renda, apesar da pouca margem de lucro. Os mesmos inclusive continuarão o projeto com recursos, via linhas de crédito e buscarão vencer os gargalos da mesma, em busca da piscicultura mais adequada possível a realidade do assentamento. Sendo um processo de construção e ajustes contínuos.

A organização não foi eficiente, mas foi iniciada a sua construção, podendo ser melhorada ao longo do tempo, pois afinal o tempo da comunidade não é o tempo de um projeto de Governo. A organização existente pode avançar na construção de uma piscicultura adequada à realidade dos assentados, uma vez que na organização já teve algum avanço quando se compara a realidade atual com o início do projeto.

A atividade no assentamento ainda é dependente das políticas públicas que não são muito favoráveis à realização da atividade, nem mesmo no modelo imposto pelo agronegócio, muito menos no modelo idealizado pelos assentados na lógica da piscicultura familiar, buscando seguir as bases da agroecologia.

A piscicultura precisa ser mais discutida na base, levando em consideração não só o potencial físico como também o humano, para que a atividade tenha um maior desenvolvimento, dentro do desejado pelos assentados.

5. Referências bibliográficas

BOGDAN, Robert C. & BIRTEN, S. K. Qualitative research for education; an introduction for to theory and methods. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253 p., p. 27-30.

CONCRAB. “A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária”. Caderno de cooperação agrícola n°11. Brasília, 2004.93p.

CONCRAB. “Possibilidades de desenvolvimento da piscicultura em assentamentos de reforma agrária da região centro-sul-estudo de casos”. Caderno de cooperação agrícola n°12. Brasília, 2004a. 91p.

INCRA/CE. Relatório do PA São Joaquim, 2004.

LIMA, Ticiania de Brito. Engorda da tilápia do Nilo, *Oreochromis niloticus*, L.1766, Linhagem Chitralada, em tanques de alvenaria, no sítio shalom(Tabuba, Caucaia, Ceará). Monografia apresentada no Departamento de Engenharia de Pesca, Fortaleza, UFC, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

PETTI, Regina H. V. et al. Comercialização em cooperativa de produtores rurais: Perspectivas dos jovens no assentamento de Sumaré I. Informações Econômicas, SP, v.33, n.5, maio 2003.

PINHEIRO, F. D. Açudagem particular em cooperação no Ceará. Fortaleza:DNOCS, 2004.736p. (Série comViver, 1).

VIEIRA, Clarissa Maria Telles. Gestão Coletiva de recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária: o caso São Joaquim, Madalena- CEARÁ. UFC. Fortaleza, 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

A SOBREVIVÊNCIA DO SERTANEJO DO NORDESTE E DE SEU ESTILO DE VIDA

Maria de Lourdes Soares¹

Resumo

Este estudo volta-se para a sobrevivência social e cultural dos mais vulneráveis da região Nordeste, da zona do semi-árido, que são os pequenos produtores focalizando o universo rural e, nestes, a sua forma de vida social, no sentido de verificar como vêm sobrevivendo num meio adverso e precário e, assim, preservando um modo de vida na caatinga sertaneja. Pois os pequenos produtores rurais são os mais vulneráveis aos efeitos perversos da reestruturação capitalista, das oscilações de preços nas entressafras, à ganância dos intermediários e às adversidades das condições naturais, principalmente da escassez ou má distribuição da água - a chamada seca - por não disporem de reservatórios adequados (cisternas, poços artesianos e tubulares e açudes) e outras formas de enfrentamento do problema e são os que servindo de inspiração para grandes produções literárias e artísticas.

Palavras-chave: Nordeste; Seca; Produtores Agrícolas; Pobreza; Sobrevivência

Percebendo que o Nordeste e mais particularmente o Semi-Árido, com seu problema secular da seca, que remonta aos tempos da colônia e do Império, vem sendo palco de inspiração de escritores preocupados com os problemas sociais e com a sobrevivência cultural de povos precarizados foi que resolvemos pesquisar sobre vivência do sertanejo em seu ambiente cultural, tomando como referencia o município de Cajazeiras e nestes os pequenos agricultores rurais. Pois apesar do volume de estudos e de recursos, de todo um aparato das políticas e dos programas e do considerável conhecimento e desenvolvimento tecnológico da região, são nestes e nesta área que a seca ainda continua causando danos crônicos.

Parece que não se encontrou solução real e definitiva o até hoje, já que os efeitos da seca são ainda marcantes sobre grande da população, que vem sobrevivendo na precariedade, aproveitando ao máximo o potencial local e, assim, preservando uma cultura própria, isto é, tentando, a seu modo, enfrentar o ambiente adverso com sua sabedoria própria, lançando mão de um conhecimento acumulado ao longo dos anos, de modo de vida e de estratégias de sobrevivência para enfrentar as adversidades do meio e mais particularmente seus efeitos maléficos da seca, como: carência de água, perda de safras, escassez de alimentos, pobreza, fome, miséria, etc.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP, Professora pesquisadora do Departamento de Serviço Social da UFPB.

Desse modo é que o Nordeste e seus problemas tem se constituindo em preocupação de historiadores, geógrafos, economistas, políticos, engenheiros, agrônomos e sociólogos, que constituem hoje uma volumosa literatura.

E como conseqüência de incontáveis eventos como: seminários, congressos, simpósios, fóruns e outros realizados para discutir a problemática regional existem inúmeros trabalhos que foram impressos em relatórios, artigos, ensaios, livros, dissertações, teses, manifestos, memoriais de empresários e reportagens de revistas e jornais falando da região e de seu povo. Mas, apesar da abundante literatura sobre a região, que vai desde os folhetos de cancioneros populares até ensaios, estudos históricos e sociológicos, análises econômicas e relatórios político-administrativos, as discussões sempre passam pela problemática da seca, no geral conservando os equívocos analíticos e políticos, mitos e preconceitos, no que se refere à região e mais particularmente à área do Semi-árido e aos que nela vivem.

Nas produções geralmente prevalecem às concepções que destacam o subdesenvolvimento, a desigualdade social, a pobreza e a miséria como decorrentes da seca e esta como o grande problema da região como um todo, colocando como base do problema social o fenômeno da natureza, climático e meteorológico, colocando as limitações hidrológicas e as irregularidades pluviométricas como históricas e inevitáveis, tais como os terremotos, os vendavais e as enchentes.

Essas concepções tendem a naturalizar o problema social e reproduzir a tônica dos discursos das lideranças políticas locais requererem e sensibilizarem o governo federal para um tratamento diferenciado para a região e assim, justificar a atuação do Estado na região.

Mas parte das produções tenta romper com essa postura mostrando que não é a seca em si mesma o grande problema, mas a exploração que dela fazem os grupos dominantes locais, que controlam a propriedade da terra, a comercialização da produção agrícola, a exploração dos minerais e a aplicação do dinheiro público, isto é, dos que promovem a “indústria da seca”, enquanto deixa os mais afetados pela seca numa situação de vulnerabilidade e de precariedade.

A nossa intenção é ver com vive essa população e mostrar sua existência real e como se forma a cultura da parcela mais vulnerável da população do Nordeste, particularmente os pequenos produtores agrícolas familiares.

Nosso trabalho tenta abordar a problemática da sobrevivência no semi-árido, considerando a seca como contribuindo para a pobreza e para a fome na região, mas apostamos na possibilidade de enfrentamento desta se tomarmos como um problema evitável se forem tomadas medidas adequadas na hora certa, já que o problema da região só se agrava

em alguns municípios mais castigados pelas estiagens, onde a pobreza já se faz presente e a fome aguda somente ocorre nos momentos em que os roçados desaparecem e as reservas de alimento e água do sertanejo não são suficientes para suprimento das famílias nesse longo período de estiagem.

Estudos vêm tentando esclarecer que o problema da seca, da pobreza e da fome na região vai além das questões naturais. O médico Josué de Castro (1982) notificou sistematicamente à seca e sua problemática desde 1934, quando traça uma cartografia das nossas carências alimentares e do problema da subnutrição em todas as regiões do Brasil com suas conseqüentes repercussões para a saúde e para o próprio desenvolvimento econômico e social. Quando chama a atenção para o subdesenvolvimento da sociedade brasileira e suas conseqüências para o nosso regime alimentar, localizando regionalmente cada tipo de dieta e mostrando como o ambiente, as tradições históricas e as características sociais traçaram diferentes formas de manifestação da fome.

No Nordeste mostrou que era nas áreas mais ricas e desenvolvidas, de terras boas e onde chovia sempre, que a fome era mais endêmica, permanente, silenciosa, cotidiana, se manifestando mais pela baixa qualidade nutricional do que era ingerido do que pela falta absoluta do que comer. Enquanto que nas outras áreas, como o caso do Semi-árido, a fome é apresentada por surtos epidêmicos, quando a chuva não vinha e algumas camadas sociais sofriam a falta absoluta do que comer em certas ocasiões, como nas estiagens prolongadas, mas que, nos anos “normais”, de chuva regular, havia fartura.

Embora o trabalho de Josué de Castro (idid id) seja uma denuncia da situação de miséria e subdesenvolvimento em que vive significativa parcela da população em todo o país, parece ter inspiração inicial na região onde nasceu, o Nordeste. Onde a relação entre miséria, fome e seca vem se estabelecendo no imaginário nacional para sintetizar a pobreza e a fome, geralmente apresentada como o melhor exemplo de restos feudais ou de sobrevivência de formas sociais pré-capitalistas que geravam óbices ao processo de desenvolvimento regional.

Outro que contribuiu com a denuncia do problema da pobreza no Nordeste foi Celso Furtado, quando foi o mentor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que depois se desencadeou na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Neste e em outros documentos contestou a visão hegemônica que o Brasil tinha do Nordeste, que associava o subdesenvolvimento a seca e esta a miséria. Sua tentativa era mostrar que a pobreza e miséria era conseqüência da organização social e econômica, do latifúndio com milhares de pequenos produtores nele embutidos, sem condições de sobreviverem até nos anos em que chovia, por não acumularem no ano chuvoso.

Hoje, com a intensificação da internacionalização da economia de mercado que leva os apertos econômicos e a desmonte radical das ações do Estado e das organizações tradicionais, a manifestação da exclusão econômica, política e cultural de regiões e segmentos da população aumentam, como o caso do Nordeste e da zona do semi-árido, onde os níveis de pobreza e de violência e aumentam as estatísticas de exclusão social.

Particularmente nos lugares onde as populações vivem precariamente, em áreas semi-áridas, nos limites da caatinga sertaneja, da escassez ou má distribuição da água - a chamada seca - e da exploração, não dispondo nem sequer de reservatórios adequados (cisternas, poços artesianos e tubulares e açudes) e outras formas de enfrentamento da aridez. Vivem do cultivo rudimentar de alimentos para a subsistência com as secas ainda causando impactos marcantes na sobrevivência desse segmento da população, que manifestam a mesma situação de carência periodicamente. E sendo a pobreza um problema antigo no Nordeste do Brasil, que remonta aos tempos da colônia e do Império, apesar de todo um aparato de estudos, de recursos, de políticas e de programas, particularmente voltada para o enfrentamento da seca, esta parece ser um problema crônico, que não se encontrou uma solução real e definitiva até hoje. O que indica que o problema não está na seca em si mas que esta vem agravar a precariedade dos agricultores e que as intervenções não podem ser para acabar com a seca, mas pelo menos para amenizar seus efeitos sobre os mais vulneráveis. E a seca não pode ser apenas uma invenção pois continua ainda intensificando o problema da pobreza e da fome de parte da população da região. E se a pobreza e a fome no Nordeste não podem mais ser concebidas somente como consequência da seca, por que será que as “providências” do Estado basicamente não mudaram? Representam estas um descaso do governo e/ou um jogo político de grupos econômicos dominantes que se utilizam da seca para obter vantagens políticas e econômicas junto ao governo federal? e serão as políticas para mudar o Nordeste realmente fundamentado no rosário de malogros? Se já é comprovado que não é toda região atingida pelo problema da seca e são inúmeras as intervenções e considerável o desenvolvimento tecnológico na região, como o drama da seca continua igual para parcela significativa da população?

Estas são questões que nos conduzem ao estudo da sobrevivência precária nessa região e suas tradições históricas e características sociais, que podem ser importantes e esclarecedores para o entendimento do Nordeste e da população mais vulnerável e afetada pela seca.

Assim, para melhor entendimento da problemática da região e de sua população, devemos começar a análise para além da seca, embora não esqueçamos que ela ainda é real e

é tema de destaque nos debates dos políticos, dos técnicos e da imprensa, principalmente nos anos de estiagens prolongadas.

Nosso interesse é pelos mais precarizados do semi-árido, focalizando particularmente o mundo rural, para um adentramento no seu universo natural, mas também nas suas vivências, que exige uma familiarização informal com as comunidades rurais e famílias locais e também um conhecimento sistemático do conjunto de seu universo. Contatos que vieram complementar a pesquisa documental e se constituíram em um momento de resgate mais sistemático das formas de vida dos pequenos agricultores que sobreviverem e preservarem sua cultura.

Nossa tentativa é entender por que até hoje a seca no Nordeste brasileiro vem redundando em problema social grave e como famílias, vivendo social e economicamente vulneráveis no semi-árido, vem sobrevivendo sócio-culturalmente.

Estes grupos são pequenos produtores: proprietários, arrendada ou diaristas. Assalariados residentes na zona rural dispostos em exíguas áreas para o cultivo de lavouras de subsistência que se distribuem pelas propriedades em casas (de taipa ou de alvenaria) ou na cidade mas que trabalham a terra e vêm formando uma população com pequenos lotes denominados “sítios” (de 1/3 a meio hectare), no interior ou na periferia das grandes propriedade com reduzido investimento em infra-estrutura e modernização, logo mais sujeitos a paisagem natural e a irregularidade pluviométricas.

São produtores dedicados à pecuária e a policultura de sequeiro de alimentos, principalmente milho, feijão, arroz, mandioca, amendoim e que nos pontos mais úmidos, vêm desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar para moerem em engenhos rapadureiros. Além das atividades extrativas, com a exploração de palmais de carnaúba, para a produção de cera e de artefatos de palha.

Para sobreviverem na precariedade, lançam mão dos escassos suprimentos de água e do limitado espaço de terra maximizando a exploração da mão-de-obra familiar, distribuindo tarefas entre todos os membros da família, desde dos conjugues (quando existem) até as crianças, filhos e agregados, do sexo feminino ou masculino, além dos parentes e vizinhos que também passam a compor a força de trabalho, geralmente formando os mutirões.

Tentam obter o mínimo possível para a sobrevivência explorando ao máximo os recursos escassos de terra e água, diversificando as culturas alimentares e criatório de pequenos animais de forma que possam possibilitar uma alimentação considerada relativamente abundante em certos componente protetores, com o leite e seus derivados e a carne.

Nessa arte de viver na alimentação criam combinações de admirável primitivismo, como: o leite com jerimum, com batata, com farinha e com as comidas de milho (com angu, cuscuz, tapioca, beiju); o queijo com rapadura e o feijão (de corda, principalmente do tipo macáassar, de arranca e de rama) com toucinho, com arroz da terra, com carne (de boi, de carneiro e de cabrito) e farinha. E, ainda o leite com frutas compondo as célebres cajazadas e umbuzadas, que lembram a associação do leite com tâmaras, usada pelos habitantes do deserto saariano.

Darcy Ribeiro (1997) falando dos brasis na história quando se refere ao Brasil Sertanejo, com sua subcultura própria, nas extensões semi-áridas das caatingas, reconhece que a atividade pastoril garante uma subsistência mais farta e uma vida mais segura do que de outros núcleos rurais brasileiros, mas que também as condições climáticas dos sertões, cobertos com pastos pobres e com extensas áreas sujeitas às secas periódicas, conformaram não só a vida mas a própria figura do homem e do gado que, multiplicavam-se e penetravam terra adentro, diminuindo de estatura e tornando-se ossudos e secos de carnes.

Já Camara Cascudo (1956), em sua análise sociológica, vai mais além quando salienta que as dietas alimentares dos sertanejos, condicionadas à época, à cultura e até a classe social, estão sujeitas a códigos religiosos e de costumes, geradores de tabus alimentares. Além da exigüidade da flora nativa e da ameaça das secas periódicas que não animava o desenvolvimento da policultura. Constitui assim um obstáculo que ainda hoje impossibilita um maior aproveitamento das potencialidades alimentares do sertanejo.

Nesse contexto Câmara Cascudo chama a atenção para a irregularidade da participação das frutas no seu regime alimentar em decorrência dos tabus e outros escrúpulos.

Constituindo um estilo de vida em que a terra representa a possibilidade de sobrevivência e, principalmente, a garantia de poder permanecer com a família no local de origem, livre da sujeição do trabalho alugado. A terra é o bem de maior valor e o único bem e a única herança passível de ser deixada para a família, isto é, o que confere dignidade ao pequeno produtor rural, por ser um patrimônio transmitido como um modo de vida. E, a terra associada à água constitui-se em bens de valores incalculáveis, pois os dois juntos definem um estilo de vida, uma economia geral de vida e a segunda atenua a última das conseqüências da seca, isto é, a sede e a fome.

Por isso que a policultura alimentar e o pequeno criatório, geralmente de pequenos animais são afetados pelas alterações climáticas, a irregularidade ou falta de chuvas, que acentua a evaporação e a redução das águas nos açudes, poços e barragens, comprometem ainda mais a subsistência. "Se a pouca água armazenada evapora-se, as plantações são

queimadas, bate a angustia da fome” (agricultora de 37 anos). “ O tempo esquenta, as chuvas escasseiam, a evaporação cresce, o solo fica seco, a colheita é comprometida, os animais morem ou ficam fracos e a fome aumenta” (agricultor, 43 anos).

Com a redução das chuvas, o tempo fica mais quente e solo mais árido, diminui a colheita, o trabalho, a renda, e aumentam desemprego, necessidades, fome, riscos, doenças, etc, isto é, aumentam nas dificuldades de sobrevivência. Diante de tanta insegurança e risco os agricultores recorrem à migração, de toda a família ou de parte dela. Geralmente saem os homens e mais jovens de maior vigor físico, para outras regiões, zonas ou cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. E assim vão formando os flagelados ou refugiados ambientais, que funcionam como reservatório de mão-de-obra barata e desqualificada, logo suscetível à exploração, que deixam para trás as muitas viúvas-de-maridos-vivos.

Os que ficam, geralmente as mulheres e crianças, para sobreviverem, utilizam também os programas de transferência de renda do governamental (aposentadorias, pensões) ou programas sociais do tipo Bolsa Escola ou Bolsa Família, que serve também para aquecer o comércio local. Além destes poucos recursos se valem da ajuda\caridade de familiares e amigos migrantes assalariados. Isso sem falar da assistência pública de emergência, nos tempos de seca, que limitada e esporádica, na maioria das vezes pressionada pelos saques de armazéns para obter o que comer e pelas denúncias dos políticos locais e pela empresa sensacionalista, que recorrerem os flagelados e pobres para obterem dividendos eleitoreiros.

Diante da seca logo a dieta fica reduzida a um pouco de milho, de feijão e de farinha, enquanto estes não aumentam seus custos ou mesmo desaparece do mercado. Esgotados estes buscam-se os recursos das comidas “brabas” – raízes, sementes e frutos silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente – de sabor estranho, algumas ricas apenas em celulose e por vezes até tóxicas, mas a maioria com certo valor nutritivo.

Com a escassez de alimentos e de água potável a saúde é afetada e são aumentadas as doenças como: diarreia, esquistossomose e a dengue, e ampliadas à desnutrição e a mortalidade infantil. Apesar de todo o avanço da medicina moderna seu acesso ainda é muito restrito, particularmente nesta zona, daí que muitos remédios são aconselhamentos do Chernoviz² ainda muito usado na prática sertaneja, mesmo que amoldados e misturados ao conhecimento local.

Ainda hoje é largo o uso do receituário popular no sertão como socorro dos esquecidos das providências governamentais, quer em forma de chá, xarope, purgante, torna cada

² Livro inspirado no de Pedro Luiz Chemoviz que oferecia informações e descrição dos medicamentos, as doses, as moléstias e o emprego das plantas medicinais comum nos lares sertanejos.

sertanejo um curandeiro e faz valer o dito popular “de médico e de louco todos nós temos um pouco”, propagando a auto-medicação como primeira apelação para os males. Normalmente os sertanejos da zona rural preservam na botica doméstica as folhas de laranjeira, de herva-cidreira, de malva, de flores de sabugueiro, de sementes de linho, de pedra infernal e se formam especialistas na arte de preparar, recomendar e até aplicar os mais diversos remédios. Muitos deles expostos em locais públicos, conhecidos como curandeiros ou raizeiros, comuns até mesmo nas áreas urbanas, com suas bancas de “meisinhas”.

Os autênticos curandeiros geralmente se dispõem a tratar todas as mezelas, desde as doenças mais comuns até mais ocultas: as insolações, os corpos abertos, as espinhelas caídas, os quebrantos e os feitiços, geralmente utilizando ervas, rezas e outros recursos e rituais, como o sopro, o sugar, o cuspir, os defumadores com ervas, como forma de expelir ou neutralizar energias negativas, destruidora ou responsável por doenças ou desgraças.

É muito vasta a quantidade de mesinhas utilizadas pelos sertanejos, as mais comuns são: para inflamações, ferimentos ou gripes, mastruz pilado com leite; para tosse, chá de flor de cravo-de-defunto, de folhas de arruda ou de lambedor de folhas de malvaisco juntada com cascas de angico ou sabiá acompanhado com balas resultantes da queima do açúcar preto misturado com casca de cumaru, angico e vagens de jucá, que devem ser chupadas no correr do dia. Para coqueluche (tosse braba) leite de jumenta e xarope de caroço de algodão ou de casca de juazeiro. Para traqueobronquite, bronquite aguda ou pneumonia, com febre e tosse, tomar água morna corada guisada com vagem de coronha, uma colher três vezes ao dia. Para sarampo, no início, chá de sabugueiro associado à batata de açafroa e caldo de milho cozido, se há tosse um pouco de mel de jandaíra, Para dor desviada colocar folha verde sobre o lugar da dor; para mordida de lacrau enterrar a parte mordida para a terra sugar o veneno.

Como podemos ver dentro das adversidades e das precariedades, para obter os recursos que viabilizam a sobrevivência os sertanejos vêm desenvolvendo a criatividade para explorar os recursos naturais e sociais ao seu extremo para a manutenção da vida nos anos “normais” e mais ainda nos de seca, desempenhando as mais diversas atividades, agrícola, comercial, industrial e culturais.

Também a espiritualidade e a fé é fator determinante na vida dos sertanejos, vem alimentando o espírito do sertanejo num cristianismo originário a fundo mais antigo vindo de seus párocos, dos pregadores das missões ou dos guardiões dos locais de romaria e mesmo dos livros antigos de rezas e devoções, e das representações dos mistérios, da Paixão de Cristo e outras modalidades teatrais veiculadas à religião e associada ao ciclo natalino, como os autos pastoris. Um cristianismo eivado de paganismo apropriado por comunidades rurais e

agentes religiosos, que sabendo ler, aprenderam a fazer adaptações que resultaram em uma religiosidade alegre, festiva, constituída de cores, de ritmos e de ruídos, mas também de choro, a medida que irritavam a religião oficial, particularmente com os comportamentos considerados de desrespeito e de desacato a Deus, a Jesus e a Nossa Senhora. Estes são as práticas de ridicularização dos símbolos ou qualquer inversão ou negação da Igreja romana.

Lígia Vassallo (1973) coloca o Nordeste e mais, particularmente, a área do Sertão como herdeiro do modelo português da época do descobrimento que sobreviveu devido à estabilidade e longa duração de uma organização social semifeudal de patrimonialismo e propriedade senhorial com milícia própria, com prevalência da religião marcada pela rigidez da Contra-Reforma; mas que pelo isolamento contínuo de raças e culturas e mais particularmente pela marca do ambiente cultivam uma revolta imaginária e fantástica.

Pois quando desapontados renegam Jesus com ensejo de descrédito e amargura, como: desacatos, blasfêmias, insultos e repúdios a Deus, aos santos, ao crucifixo, aos mandamentos, aos sacramentos e, particularmente, aos dogmas que alguns especialistas colocam com uma expressão da renegação a moral oficial. Daí as práticas imputados aos marginalizados que aproximavam afetividade e detração aos santos que se veneravam, uma adoração que trocava confiança e, ao mesmo tempo, podia atirar num canto, xingar, odiar em rompantes de cólera ou de insatisfação, como: arrastar, cuspir, urinar sobre santos e blasfemar, que se inserem em tradições antigas, comuns às populações da Europa Ocidental.

Como o povoamento do Brasil fez-se quando Portugal e Espanha eram mais medievais do que renascentistas, vivendo o mundo dos santos e dos cavaleiros andantes, dos monges e dos castelos medievais, das renegações ao clero e aos nobres, mas sob os terrores da inquisição e da contra-reforma, a idade média cristalizada no catolicismo peninsular com forte misticismo e o fervor religioso, fugidos da inquisição, que se ancoram na Península em busca da salvação. Laura de Melo e Souza (1994) alerta que no Brasil colônia, sujeito a mais de meio século à jurisdição do bispado de Funchal e aos jesuítas como organizadores do catolicismo e tendo nas instituições do padroado os incentivos e o sustentáculo dos missionários, antecipando-se à Igreja Romana, permiti práticas de muitos senhores e populares, marcadas pelo fetichismo africano e pelo misticismo indígena, possibilitando santidades e práticas que misturavam as religiosidades indígenas e católicas.

As mitologias nativas e africanas também proclamavam um deus único e poderoso capaz de assumir mais de uma forma, masculina, feminina ou ambas, categorias que vem auxiliando no entendimento dos ensinamentos cristãos e na interpretação do poderoso deus cristão na forma feminina e as devoções à Maria.

A população em geral busca uma forma de vida social que permitisse os agrupamentos rústicos, com hábitos, condutas e técnicas e instituições herdadas culturalmente, e vem garantindo uma sobrevivência precária enquanto grupo, particularmente nos momentos de seca mas que possibilita a preservação de uma cultura tão rica que grandes autores foram buscar na fala e na tradição de seu povo, particularmente do interior, inspiração para escrever obras-primas da literatura brasileira. Obras que tem levado a fama a escritores, a músicos, a teatrólogos e a diretores de cinema. Dessa forma não pode ser apenas palco da miséria e da fome, mas também de uma rica cultura.

Os pequenos produtores, mesmo sem capacidade suficiente, vêm respondendo aos perigos e perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais sobrevivendo basicamente usando recursos assistenciais ou seus próprios, como dizem “com suas próprias forças e as de Deus”. Um risco pouco contido que rompe a funcionalidade de sua comunidade, e descobrem e operacionalizam formas de organização do cotidiano que possam a viabilizar a sobrevivência, mesmo que precária, recriando uma cultura própria.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **Agricultura Canavieira e as Relações de Trabalho Clandestina em Pernambuco: crescimento e uso**. ANPOCS, Caxambá, 1995, 134p.

_____. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994 (Biblioteca Básica) 240p.

_____. **A Problemática da Seca**. Recife: Lider Gráfica e Editora, 1999. 94p.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: brasiliense, 1964. 267p.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Civilização e Cultura**. São Paulo: Itatiaia, 1983, 741p.

_____. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1956, 928p.

_____. **Tradições Populares da Pecuária Nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Inf. Agrícola (Doc. Da Vida Rural, 9), 1956, 78p.

CARVALHO, Otamar de. **Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABIB – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem. 1988, 505p.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982. (Clássico de Ciências Sociais no Brasil), 361p.

_____. **Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965. 222p.

COELHO, Jorge. **As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas**. Petrópolis RJ, Vozes, 1985, 90p.

_____. **Tecnologia agrícola para o Semi-Árido Brasileiro**. Recife: Massangana, 1988, 106p.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206p.

_____. **A Problemática da Seca**. Recife: Líder Gráfica e Editora, 1999, 94p.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca: o Nordeste e uma história Mal contada**. Fortaleza: DNOCS, 1981, 324p.

GUERRA, Teófilo Oligário de Brito. **Seca contra a Seca**. Rio Grande do Norte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 1981, 313p

GUIRARÃES NETO, Jose. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste: da agricultura comercial à integração produtiva**. Recife: editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1989, 294p.

MARANHÃO, Silvio (org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 137p.

OLIVEIRA, Francisco. **Economia Brasileira: crítica a razão dualista**. Petrópolis: SUDENE/ vozes, 1972, 87p.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Coclito de Classe**. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1981, 137p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

AGRICULTURA E MARICULTURA FAMILIARES: UM RECORTE DE GÊNERO

Maria Ignez Silveira Paulilo¹
Valdete Boni²
Kelem Ghellere Rosso³
Lara Bauermann⁴

Resumo

Nosso objetivo é apresentar uma das vertentes de nosso grupo de pesquisa, qual seja, o cruzamento entre questões de gênero e agricultura e maricultura familiares. Para isso, temos acompanhado encontros de movimentos autônomos de mulheres rurais e de maricultoras, principalmente no estado de Santa Catarina. Nestes encontros procuramos nos inteirar tanto da visão oficial grupo, representada pelas palestrantes, quanto das divergências, através de entrevistas com participantes. Concluímos que: a) as principais divergências entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são conseqüências das diferentes articulações que fazem entre classe e gênero; b) a conquista de direitos trabalhistas por parte das mulheres rurais e maricultoras não está se refletindo, na mesma proporção, em maior igualdade de gênero, seja na família, seja nos movimentos reivindicativos; c) Entre os movimentos de mulheres agricultoras, a influência do movimento feminista se faz notar mais entre as militantes de MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Entre as militantes sindicalistas e as do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, há certa resistência não só ao feminismo como ao fato de, no MMC, as reuniões serem só de mulheres; d) entre as maricultoras, a influência dos movimentos feministas é quase nula. Há uma relação de clientelismo muito pronunciada entre os políticos locais, por um lado, e os pescadores e maricultores familiares, por outro. .

Palavras-chaves: gênero, agricultura familiar, movimentos sociais rurais

1. Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar uma das vertentes mais significativas de nosso grupo de pesquisa, qual seja, o cruzamento entre questões de gênero e agricultura e maricultura familiares. A coordenadora do grupo, Profa Maria Ignez Paulilo, já vinha trabalhando com o tema “gênero e agricultura familiar” desde a década de 1970, pesquisando e orientando trabalhos tanto junto à graduação quanto à pós-graduação. Em 1997, foi formado um grupo de pesquisa junto ao CNPq, intitulado “Agricultura Familiar: Resistência, Diferenciação e Reestruturação”. Posteriormente, em 1998, formou-se também um núcleo de pesquisa – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar – NAF, ligado ao Departamento de

¹ UFSC.

² UFSC.

³ UFSC.

⁴ UFSC.

Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. A consolidação efetiva do núcleo se deu com a participação deste no Plano Sul de Pesquisa, programa iniciado pelo CNPq com o apoio das fundações estaduais de pesquisa. No nosso caso, a Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – FUNCITEC, hoje Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

2. O Plano Sul de Pesquisa⁵

A motivação para entrarmos neste projeto pioneiro de pesquisa, iniciado em julho de 2001 e caracterizado pela interdisciplinaridade e a formação de redes entre diferentes universidades e centros de estudos, foi a constatação de que, em decorrência das políticas de globalização dos mercados internacionais e das inovações científicas e tecnológicas, segmentos expressivos da população rural vinham enfrentando um processo de exclusão social que começava a preocupar as autoridades governamentais, lideranças políticas, sindicais e intelectuais. Fato este que se agravava tendo em vista as condições sociais nos centros urbanos abalados pelo desemprego, violência e diminuição da qualidade de vida. Por outro lado, inúmeros atores sociais vinham enfatizando a importância de se efetivar um novo contrato entre a sociedade e o mundo rural, através de investimentos em projetos que visassem à sustentabilidade do desenvolvimento rural, território que vinha se afirmando enquanto um espaço privilegiado em termos de segurança alimentar, como gerador de oportunidades de emprego e renda, habitação, biodiversidade, reserva estratégica de recursos naturais, turismo ecológico, agroecologia, entre outras potencialidades.

A partir do questionamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial implantado no país, que gerou impactos sócio-ambientais nas suas diversas regiões, surgiu a necessidade de se construir um enfoque alternativo que buscasse a descentralização das políticas e dos recursos, investindo-se no desenvolvimento regional e local, superando a dicotomia urbano-rural e desnaturalizando a idéia de que há uma relação entre desenvolvimento e diminuição da população rural.

A agricultura familiar no Sul do Brasil, que ocupa um número expressivo de propriedades no meio rural dos pequenos municípios (chegando em vários casos a ultrapassar

⁵ Participaram deste projeto os seguintes professores: Maria Ignez Silveira Paulilo; Bernardete W. Aued; Ademir Antonio Cazella, Arilde Franco Alves, Célia Regina Vendramini, Edna G. Maciel Fiod, Maria Amélia Schimidt Dickie, Maria Lúcia L. Haygert, Mario Luiz Vicenzi, Rodrigo Nogueira Giovanni, Valmir Luiz Stropasolas, Vilênia Venâncio Porto Aguiar. E os seguintes bolsistas: Andréia Boeira, Ângela Della Flora, Clarissa Biscaia, Deuci Napoleão Gilioli, Débora Ferreira P. Barbosa, Edenilse Pellegrini, Marco Aurélio Loch, Rita Matos Coitinho, Sirlei Aparecida Fernandes, Soraya Franzoni Conde, Suzana Ramos Coutinho e Valdete Boni.

a 50% da população total) e tem um papel muito importante em termos de produção de alimentos para o mercado interno e para a exportação, adquire, assim, um lugar de destaque num projeto alternativo de desenvolvimento rural.

Para os que pesquisam as populações rurais do estado de Santa Catarina, o estímulo a pesquisas na e sobre a região Sul tem significado especial. Devido ao tipo de colonização, esta região tem especificidades que o restante do país não apresenta. A grande concentração de instituições de ensino e pesquisa no Centro do Brasil, estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tem levado a que nas discussões em torno de questões rurais tenha grande peso a realidade encontrada nesses estados. Enquanto nacionalmente se fala de êxodo rural mais do que permanência, Santa Catarina tem significativa parcela de sua população residindo no campo, sendo que aproximadamente 90% das propriedades agrícolas possuem menos de 50 hectares. Por outro lado, a importância da agricultura familiar é constatada, tanto na produção de alimentos para o consumo interno quanto para a exportação.

O fenômeno "Agricultura Familiar" já recebeu outras denominações: "Agricultura de Subsistência", "Pequena Produção Agrícola", "Produtor Simples de Mercadorias", "Campesinato", etc. Todos esses conceitos guardam uma mesma dificuldade que é a homogeneização de grupos diferenciados dentro de uma só categoria. Após um período de descrença no futuro da agricultura familiar, há atualmente um resgate da importância deste grupo social e principalmente do modo de vida rural em toda a Europa contemporânea, importância esta que se verifica também em países como o Brasil. A preocupação com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com o problema do desemprego nas cidades trouxe ainda mais força a este resgate, que vem sendo acompanhado por discussões teóricas intensas.

Uma visão naturalizada da agricultura familiar como "atrasada", mas "com potencialidade" tem levado à formulação de propostas políticas que se limitam à modernização tecnológica e ao acesso à informação sobre o mercado e sobre formas "modernas" de produção. Partindo da premissa de uma maior eficiência produtiva dessa forma de produção que não desenvolveu toda a sua potencialidade, orienta-se as propostas políticas ao segmento que apresenta melhores condições (materiais e subjetivas) de superar esse "atraso". Assim, o enfoque de desenvolvimento geralmente adotado na gestão das políticas públicas revela um forte viés de mercado, reduzindo à lógica do econômico as relações sociais que se estabelecem entre os agricultores, as instituições e a sociedade.

A tentativa de se consolidar esse modelo competitivo implica numa percepção evolucionista (e dualista) de mudança social, opondo tradição à modernidade, com o agravante de instituir a primeira onde ela não existe. Pensar o agricultor como "um

profissional como outro qualquer”, que almeja padrões de produtividade e eficiência construídos com parâmetros semelhantes à lógica empresarial, enquadrando-o em um modelo único, de fato implica o não reconhecimento dos componentes culturais e dos estilos de vida dos agricultores familiares. Nesse sentido, ao reduzir todos os demais princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica, reduz-se também a capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar, não se contemplando as necessidades e aspirações de parcela importante de famílias rurais.

Seja na agricultura ou em atividades rurais não agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. Estudos recentes a respeito dos movimentos sociais de mulheres rurais mostram, curiosamente, a corajosa abordagem de assuntos delicados e cruciais como a sexualidade, a saúde, o controle sobre o corpo, mas em poucos casos entra em pauta a distribuição das responsabilidades e o viés de gênero ligado aos processos sucessórios.

Várias iniciativas e experiências que visam o fortalecimento da agricultura familiar, em desenvolvimento nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, vêm afirmando a importância da promoção de capital social e o incentivo às instituições sociais nas comunidades rurais. No entanto, verifica-se que, se por um lado, esses projetos estimulam e abrem espaços para a construção da cidadania e a valorização pela sociedade das especificidades da agricultura familiar, por outro, persiste, ainda, um desconhecimento de como se opera a participação dos diversos grupos sociais nessas instituições, bem como dificuldades para o reconhecimento das características, necessidades e aspirações dos diversos segmentos que compõem esta categoria social.

Nossos objetivos geral e específicos continuaram a orientar nossos estudos futuros, mesmo após a conclusão do Plano Sul de Pesquisa. O principal deles era, através de pesquisas de campo, analisar as construções teóricas subjacentes aos conceitos utilizados nos programas oficiais voltados para o meio rural, tais como eficiência, competência, capacidade técnica, competitividade etc., com o objetivo de explicitar parâmetros que levam à invisibilidade da importância de significativas parcelas da população rural, principalmente jovens, mulheres, agricultores não capitalizados e outros. Este objetivo foi alcançado através de quatro subprojetos:

- 1) “Gênero e poder na agricultura”, com o objetivo de analisar a distribuição de poder entre cônjuges dentro de famílias pertencentes ao que se convencionou chamar de “agricultura

familiar”, procurando, com isso, compreender as aspirações, práticas e conflitos dos movimentos de mulheres agricultoras presentes no sul do país. Procurava-se também entender as condições de vida dos jovens rurais diante da opção de ficar no campo ou migrar para a cidade.

2) “Autogestão e Cooperativas Agrícolas”, visando analisar as experiências de cooperativas autogestionárias de produção agrícola, de trabalhadores rurais que se integraram ou reintegraram ao trabalho através dos assentamentos rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

3) “A Casa Familiar Rural e Hierarquia na Família Rural”, centrado numa Casa Familiar Rural, de um município catarinense, com o objetivo de identificar as possíveis mudanças nas relações geracionais familiares, decorrentes da participação dos filhos e filhas no processo educativo das Casas Familiares Rurais. Visa também analisar as percepções dos jovens sobre a agroecologia.

4) “Estratégias de desenvolvimento rural e multifuncionalidade da agricultura familiar no município de São José do Cerrito”, tendo como objetivos principais, primeiro, explicar a persistência da pobreza no município que, além das políticas públicas governamentais, conta ainda com a atuação e assessoria de uma ONG a uma parte dos agricultores e de instituições locais. Segundo, detectar os “experimentos socioeconômicos” empreendidos localmente, que pudessem ampliar as possibilidades para formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Em resumo, podemos dizer que os quatro projetos tinham como objetivos específicos:

a) Analisar a distribuição de poder entre cônjuges dentro de famílias agricultoras familiares procurando, com isso, compreender as aspirações, práticas e conflitos dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, presentes no sul do país.

b) Analisar a natureza e a dimensão do processo de exclusão social e cultural que afeta a juventude rural, colocando em relevo as estratégias de solidariedade desenvolvidas nas pequenas localidades da Região Oeste de Santa Catarina, que buscam a inclusão nos direitos de cidadania.

c) Analisar o processo no qual a construção de um “projeto de desenvolvimento”, que inclui agricultura de grupo, foi incorporada pelo sindicalismo rural enquanto bandeira de luta e como esta construção vem sendo efetivada.

d) Explorar as diferentes possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade da agricultura em face das peculiaridades da realidade rural do sul do Brasil.

- e) Observar nos projetos desenvolvidos por jovens rurais, sob o paradigma da agroecologia, a recuperação do *ethos* camponês na perspectiva da “produção da vida” em contraposição às imposições do mercado para produzir “veneno” (alimentos com agrotóxicos, produtos agropecuários com aditivos químicos ou fumo).
- f) Levantar e analisar estratégias coletivas utilizadas pelos trabalhadores rurais que vivem nos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina, para acompanhar as transformações advindas da reestruturação produtiva, da “revolução eletrônica”, do surgimento de novas ocupações e da ascensão das formas de não-assalariamento.

Como a proposta do CNPq dizia respeito à formação de uma equipe interdisciplinar, além da formação de redes com outros centros de pesquisas, participaram da pesquisa professores e alunos de quatro departamentos da UFSC: Sociologia e Ciência Política; Antropologia; Estudos Especializados em Educação e Zootecnia e Desenvolvimento Rural. Também houve intercâmbio com as Universidades Federais do Paraná e Rio Grande do Sul.

A interdisciplinaridade possibilitou a combinação criativa de diferentes metodologias de investigação científica, rompendo com a falsa dicotomia quantitativo/qualitativo. Além disso, estimulou a participação dos grupos estudados na construção dos instrumentos de pesquisa utilizados e a utilização de instrumentos menos tradicionais como mapas, fotos, filmes, etc.

Houve também avanços teóricos significativos com relação às seguintes questões:

- O rural enquanto construção. Conceituação de rural como resultado de luta, de representações e busca de hegemonia por alguns grupos.
- Quebra da dicotomia “valores rurais x valores urbanos”.
- Crítica ao conceito de capital social.
- Discussão do conceito de localidade.
- Articulação gênero/classe nos movimentos sociais.
- Discussão sobre a construção da igualdade enquanto legitimadora de situações desiguais.

Entre as conclusões, três se mostraram como as mais significativas na continuação de nossos estudos:

1- A percepção de que as principais divergências entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são conseqüências das diferentes articulações que fazem entre classe e gênero.

2- A conquista de direitos trabalhistas por parte das mulheres rurais não está se refletindo, na mesma proporção em maior igualdade de gênero, seja na família, seja nos movimentos reivindicativos.

3- Em busca de direitos de cidadania, os filhos (as) de agricultores familiares transitam entre diferentes espaços sociais da sociedade, construindo uma matriz valorativa diversa e, muitas vezes, contraditória. Em decorrência, ampliam o conceito de rural até a sede das pequenas cidades e complexificam, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano, sobretudo pelos agentes e instituições externas.

O que nos deu segurança quanto à validade de nossas conclusões foi o fato de que todos os procedimentos de coletas de dados, quantitativos e qualitativos, secundários e primários, foram controlados através de repetidas idas a campo. Também complementamos as informações obtidas junto aos grupos pesquisados com entrevistas feitas com grande quantidade de informantes-chave.

No que diz respeito às questões relacionando gênero e agricultura e maricultura familiares no sul do Brasil, a continuidade das pesquisas se deu na forma de um novo projeto de pesquisa intitulado “Movimento de Mulheres Agricultoras e o Machismo Trabalhista”.

3. Movimento de Mulheres Agricultoras e o Machismo Trabalhista⁶

Os principais objetivos desse projeto (07/2001 a 06/2003), foram: 1 - Ver como se dá a hierarquização das questões de classe e gênero em diferentes movimentos de mulheres no campo, buscando perceber quais as representações que legitimam a postura adotada. 2 - Procurar identificar os pontos mais fortes de consenso e os de ruptura entre esses movimentos. 3 - Identificar, no conjunto da sociedade, as entidades e grupos que apóiam cada um desses movimentos, no sentido de propiciar mediadores ou alguma forma de ajuda financeira.

Com relação ao primeiro objetivo, podemos dizer que há diferenças significativas entre eles. Enquanto o MST e os sindicatos enfatizam as questões de classe, as mulheres dos movimentos autônomos (MMA, OMTR e MMTR, hoje reunidos no MMC – Movimento de

⁶ Projeto coordenado por Maria Ignez Paulilo, com a participação das bolsistas Edenilse Pellegrini e Valdete Boni.

Mulheres Camponesas) se dedicam mais às questões de gênero. As pescadoras e maricultoras ainda não constituem um movimento; quando entrevistadas levantam mais questões ligadas a direitos trabalhistas. A pesca e a maricultura em Santa Catarina são regidas por fortes relações clientelísticas que se refletem na forma como as mulheres procuram seus direitos.

Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é o modelo masculino. O discurso da igualdade entre os gêneros é consenso, mas não há uma reflexão crítica sobre quão desigual é esta igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporar esse modelo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas. Já os movimentos autônomos insistem na necessidade da "conversa entre mulheres" muito no sentido de aumentarem sua auto-estima e sua segurança. A presença masculina é considerada inibidora. No início da pesquisa trabalhamos com a hipótese de que as questões ligadas ao pouco acesso das mulheres à terra poderia surgir mais facilmente nos movimentos autônomos, mas isso não se confirmou.

O segundo objetivo que se referia a: "Procurar identificar os pontos mais fortes de consenso e os de ruptura entre esses movimentos". Ao entrevistarmos uma líder nacional do MST, ela assim caracterizou os movimentos de mulheres segundo seus objetivos principais: mulheres do MST - reforma agrária; mulheres do sindicato - agricultura familiar; e movimentos autônomos de mulheres - saúde. Veja-se que os objetivos dos dois primeiros grupos são comuns a homens e mulheres, mas a saúde sempre foi considerada assunto de mulher. Há pelo menos um ponto comum aos movimentos: todos eles discutem mais questões ligadas à visibilidade da mulher, sua necessidade de participar de questões de redistribuição de bens como a terra. O mais perto que as mulheres estão chegando desta questão é buscar a titulação conjunta da terra entre casais. A questão da herança é ainda delicada. Algumas entrevistadas insistem em dizer que o costume de deixar terra só para os homens está mudando, mas quando se pede exemplos de mulheres que herdaram, o número é bem reduzido.

O assunto da herança da terra é sempre delicado, quase um tabu. Houve uma pesquisa realizada na região sul pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais – DESER (Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural na região sul. Curitiba, 2000) que entrevistou 141 jovens e 240 adultos de ambos os sexos. Quando foi perguntado quais as chances de rapazes e moças herdarem as terras dos pais, 32% preferiram não responder. E embora 40% tenham

respondido que as chances seriam iguais, 51% não conheciam nenhuma moça que tivesse herdado.

Há mais uma diferença. Enquanto as mulheres do MST e as mulheres sindicalistas consideram que se pode juntar questões de classe e de gênero sem problemas, porque ambas tratam de desigualdades, as mulheres dos movimentos autônomos acham que não. Que mesmo suas ex-colegas de movimento quando começam a militar nas outras duas instâncias, acabam por se afastar muito de seus primeiros ideais.

Quanto ao terceiro objetivo "Identificar, no conjunto da sociedade, as entidades e grupos que apóiam cada um desses movimentos, no sentido de propiciar mediadores ou alguma forma de ajuda financeira", temos que, começando pelas maricultoras, que ainda não se constituem em um movimento social, vemos que a mediação feita entre elas e os órgãos públicos é bastante clientelista, realizando-se através de cabos eleitorais, vereadores, políticos em geral. Apenas em um encontro sobre saúde encontramos mulheres do Movimento de Mulheres Agricultoras.

As mulheres que pertencem aos sindicatos já se encontram dentro de uma estrutura formalizada que tem organização e verbas próprias. As mais feministas tentam, dentro desta estrutura, promover discussões e atividades sobre gênero.

Quanto às mulheres do MST, elas também se encontram dentro de uma estrutura bastante organizada. Como para esse movimento a questão da igualdade é muito importante, há incentivo para que as mulheres participem em todos os tipos de comissões embora, como dizem as mulheres, esse objetivo está longe de ser alcançado.

Os movimentos autônomos de mulheres têm como princípio serem realmente autônomos e insistem neste ponto nas entrevistas. Embora exista uma organização nacional, os movimentos organizados por estados resistem a uma padronização e mantiveram seus nomes de origem. Até 2004, quando se juntaram sob o nome de "Movimento de Mulheres Camponesas". Segundo as militantes, elas fazem rifas e outras atividades para conseguir dinheiro para promover e ir aos encontros. Mas ao participarmos desses encontros percebemos muito apoio das prefeituras, principalmente colaborando com os ônibus que as transportam.

De acordo com o depoimento de muitas militantes e pelo que pudemos observar, os movimentos autônomos de mulheres são pouco estruturados, não tendo suas decisões que serem aprovadas em várias instâncias como acontece no sindicato e no MST. Com isso, elas têm muita facilidade de mobilização. Quando se marcam reuniões, vão poucas mulheres, mas quando se trata de reivindicar medidas voltadas para a educação e a saúde, consegue-se

grande mobilização nos municípios. A deputada Luci Choinacki, bastante ligada ao MMA (hoje MMC), ao contar da mobilização havida em Brasília por ocasião da regulamentação do auxílio maternidade para as mulheres rurais, disse que só com a grande participação dos movimentos autônomos é que se conseguiu juntar três mil mulheres na Capital Federal.

Quanto a outras formas de apoio, há muita proximidade com as igrejas católica e luterana e também recebem apoio, através de projetos, de organismos internacionais ligados também a igrejas.

4. Feminismo marxista & agricultoras e maricultoras⁷

Esse projeto (08/2003 a 02/2007) pode ser resumido da seguinte maneira:

A influência do marxismo no movimento feminista é inegável e isto cria alguma dificuldade para os estudos de movimentos de mulheres ligadas ao trabalho familiar, como as camponesas e as maricultoras. Havia no marxismo clássico a idéia corrente de que haveria um assalariamento progressivo das pessoas envolvidas em atividades econômicas familiares conforme evoluía o capitalismo e, nos países socialistas, haveria coletivização dos meios de produção. Assim como o trabalho familiar, a propriedade familiar só foi estudada do ponto de vista do seu desaparecimento.

Os movimentos de mulheres atualmente têm dado mais prioridade às questões de reconhecimento que às relacionadas à redistribuição de bens. As mulheres rurais e as maricultoras conquistaram o reconhecimento através do estatuto de “produtoras”, o que lhes dá maior visibilidade e acesso a direitos trabalhistas, porém o acesso à terra e ao mar ainda são prioridade masculinos.

O trabalho familiar, bem como a propriedade familiar, tem sido pouco teorizado no feminismo marxista, havendo uma tendência de origem urbana que relaciona independência feminina com assalariamento ou renda individual. Também existe a questão de que diferentes movimentos de mulheres priorizam metas diferentes.

Quanto à metodologia, foram feitas entrevistas com mulheres participantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, dos movimentos autônomos de mulheres e maricultoras ligadas a alguma associação.

⁷ Projeto coordenado por Maria Ignez Paulilo, com a participação das professoras Alessandra B. de Grandi e Marineide Maria Silva e das estudantes Sirlei Aparecida Fernandes, Valdete Boni e Kelem Ghellere Rosso.

Quanto às principais conclusões, temos com relação ao primeiro objetivo, “Ver como os movimentos enfrentam a questão da equidade através do acesso à terra e ao mar por parte das mulheres”:

1. A principal forma, ou melhor, a quase única forma de acesso à terra e ao mar por parte das mulheres é através do trabalho familiar, como filha ou esposa de agricultores ou maricultores. Há raros casos em que o marido não é maricultor (geralmente tem um emprego fixo) e a mulher consegue o direito ao uso do mar em seu nome, mas sempre com a participação de filhos ou genros adultos.
2. Entre os movimentos de mulheres agricultores e entre as maricultoras (que não chegam a formar um movimento), a questão do direito à terra e ao mar é pouco questionada. Entre as mulheres agricultoras, a discussão dessa questão é mais dolorosa, quase um tabu, porque está em jogo questões de herança, o que não acontece com a maricultura. Claramente, não há reivindicações explícitas sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres nesse sentido. As reivindicações giram em torno de direitos trabalhistas, crédito, educação e saúde.
3. Quanto aos direitos trabalhistas, em 17 de maio de 2006, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o Projeto Lei 6697/06, da deputada Luci Choinacki, que equipara a mulher que exerce atividade pesqueira e marisqueira artesanal, em regime de economia familiar, ao pescador artesanal, para ser concedido os direitos previdenciários e trabalhistas. Segundo o Projeto de lei serão consideradas pescadoras artesanais profissionais e aqüicultoras para fins previdenciários e de concessão de benefício seguro-defeso as mulheres que trabalham diretamente relacionadas à atividade pesqueira e aqüicultora.

Com relação ao segundo objetivo, “Identificar as influências urbanas nos movimentos de mulheres e ver se elas criam conflito para as militantes rurais e ligadas à maricultura”, temos que:

1. Entre os movimentos de mulheres agricultoras, a influência do movimento feminista se faz notar mais entre as militantes de MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Entre as militantes sindicalistas e as do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, há certa resistência não só ao feminismo como ao próprio MMC. As primeiras consideram que as mulheres do MMC são muito “radicais” porque fazem encontros só de mulheres.

2. Entre as maricultoras, a influência dos movimentos feministas é quase nula. Há uma relação de clientelismo muito pronunciada entre os políticos locais, por um lado, e os pescadores e maricultores familiares, por outro. Durante as entrevistas isso fica muito claro, qualquer benefício recebido é visto como resultado do empenho particular do prefeito ou de um ou outro político. As dificuldades também são atribuídas à má vontade destas mesmas autoridades.

Com relação ao terceiro objetivo, “Ver até que ponto os movimentos têm consciência de sua incompletude”, temos que:

1. Com relação aos movimentos de mulheres agricultoras, existe muita tensão entre eles justamente por uma não aceitação de sua incompletude. Cada movimento vê suas reivindicações, de certa forma, como sendo “a luta” e não “uma das lutas”. Para o MST o foco é a “questão de classe”. Para os sindicatos, o importante é defender a agricultura familiar. Nessas duas organizações, as questões de gênero são secundárias. É no MMC que as questões de gênero aparecem mais e, não por acaso, suas reivindicações já foram taxadas de “lutinha” por militantes de outros movimentos.
2. Nota-se o surgimento de uma nova tensão nos últimos anos. Durante a década de 1990 o termo “agricultura familiar” tornou-se quase hegemônico, era aceito e usado tanto pela academia como por militantes dos mais variados movimentos sociais rurais. Nota-se agora um retorno ao termo “camponês” e o exemplo mais claro é a mudança do nome do Movimento das Mulheres trabalhadoras Rurais para Movimento de Mulheres Camponesas. Também em encontros de agricultores esta discussão está surgindo no sentido de que o termo “agricultor familiar” engloba grupos sócio-econômicos diferenciados, o que dificulta a reivindicação de créditos e políticas específicas para pequenos produtores.
3. Com relação às maricultoras, notamos uma tensão em torno da criação de cooperativas e associações. Há as que são mistas e há outras formadas só por mulheres. Infelizmente não conseguimos ainda analisar este ponto com clareza. Pareceu-nos surpreendente que em um movimento pouco organizado e que mantém relações muito clientelistas com o Estado, tivessem se formado órgãos só de mulheres. A explicação que obtivemos das maricultoras foi que a decisão não se baseou em reivindicações específicas delas, mas no fato de haver financiamentos e políticas públicas voltadas para o público feminino e a formação de cooperativas e associações só de mulheres facilitavam o acesso a esses recursos.

5. A continuidade dos estudos

Nosso atual projeto, iniciado em março de 2007 e ainda em andamento, se intitula “Movimento de Mulheres Camponesas e Meio Ambiente”. Em linhas gerais podemos resumi-lo assim:

Uma das grandes mudanças por que passa a agricultura nos últimos anos é o reflorestamento com espécies exóticas e a introdução das plantas transgênicas (OGM). Esta última tecnologia agrícola não afeta apenas produtos de exportação, como a soja, mas também cultivos como o do milho, grão originário da América e que é um dos principais componentes da dieta alimentar de seus povos. O objetivo deste trabalho é analisar o contexto em que o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (antigo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR), no Brasil, constrói um discurso radicalmente contrário a estas inovações e favorável à manutenção da biodiversidade nativa. Segundo suas lideranças, os agricultores estão perdendo o controle de seu principal insumo – as sementes. A concepção de gênero deste movimento está bastante próxima a do ecofeminismo, que pressupõe uma ligação natural entre as mulheres e a terra, ou seja, as mulheres estariam mais próximas da natureza que os homens. O grande risco que há na aceitação integral do ecofeminismo é uma volta às idéias que naturalizam a mulher; é a admissão que há uma essência feminina invariável, ou seja, independente da cultura, da classe social e do momento histórico. Também não leva em conta que o próprio meio ambiente é uma categoria construída. Isto posto, acrescentamos que nossas idéias analíticas têm mais semelhanças com as idéias de Bina Argawal (1994), que defende que são as atividades cotidianas das mulheres rurais a base de um feminismo ambientalista que pode trazer novas alternativas, alternativas que não correm o risco de se sustentarem em concepções idílicas ou puristas da natureza. O material a ser utilizado na pesquisa resulta do acompanhamento que fizemos, nos últimos anos, dos encontros de mulheres rurais no sul do Brasil (e alguns nacionais) e de uma série de entrevistas já realizadas, material que será complementado por novas entrevistas e constante acompanhamento das reuniões de mulheres rurais ainda por virem.

Ligado a esse projeto maior, temos outras três pesquisas: uma tese de doutorado e dois trabalhos de conclusão de curso, todos em andamento, descritos a seguir:

- 1) Kelem Ghellere Rosso - “Maricultura e resistência: o papel das mulheres”: A participação da mulher na maricultura catarinense é muito expressiva. Tanto que passaram a se organizar através de associações e cooperativas. Tendo em vista a aproximação política dessas organizações com o Movimento de Mulheres

Camponesas, essa pesquisa visa identificar os motivos dessa aproximação e ver se corresponde com uma possível associação entre cultivos no mar e cultivos na terra.

- 2) Lara Bauermann – “A inserção das mulheres em uma cooperativa de produtos orgânicos”: O principal objetivo desse trabalho é analisar a participação das mulheres rurais nas atividades de uma cooperativa de produtos ecológicos, procurando verificar de que maneira se dá sua inserção nessa nova forma de produção. Tendo em vista que a maioria dos estudos sobre agricultura ecológica leva em conta os benefícios e problemas dessa prática de maneira geral, o enfoque desse trabalho é analisar de que forma esses benefícios são usufruídos pelos diversos membros da família, tendo como foco a questão do gênero.
- 3) Valdete Boni - “Mulheres e Florestas, duas realidades: as quebradeiras de coco no norte do Tocantins e as militantes do MMC no Sul do país”. Recentemente, no Sul do país, as mulheres militantes do MMC e de outros movimentos sociais do campo, empreendem uma verdadeira luta contra as floretas plantadas de pinus e de eucaliptos que se destinam à produção de celulose. Na região dos babaçuais, especialmente no sul do Maranhão e Piauí, no norte do Tocantins e no Pará, as quebradeiras de coco de babaçu também se organizam em defesa dos babaçuais e pela posse da terra. As primeiras focam suas ações na segurança alimentar, contra as florestas e os transgênicos. As segundas lutam contra a expansão do gado e das lavouras que destroem os babaçuais e pelo direito do livre acesso às florestas de babaçu. A preocupação das quebradeiras com os babaçuais se reflete na importância que ele adquire na para a subsistência da família. São duas realidades distintas, com suas influências de luta e de pensamento, mas que têm um objetivo comum. A preservação da biodiversidade. Outro ponto em comum nesses dois movimentos é a associação da natureza ao um aspecto maternal, associando a própria à natureza devido a sua capacidade de gerar a vida. Interessamos analisar mais profundamente a relação que essas mulheres, militantes do MMC e quebradeiras de coco, têm com a natureza e se o essencialismo presente em seus discursos se assemelha àquele essencialismo que sofre críticas de algumas correntes feministas.

Finalizando, queremos dizer que nosso grupo de pesquisa se encontra aberto à troca de idéias, textos, livros e o que mais for importante para novas pesquisas. Nosso site é: www.cfh.ufsc.br/~naf.

6. Referências bibliográficas

AUED, B.; PAULILO, M.I. (orgs). Agricultura Familiar. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. (orgs). Dossiê: As agricultoras do sul do Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004.

PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (orgs). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PAULILO, M. I. (org). Movimento de Mulheres Camponesas e Meio Ambiente. Relatório de Pesquisa entregue ao CNPq, 2007.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO
PRONAF NO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE
REFORMA AGRÁRIA/RN**

Dalvanir Avelino da Silva¹

Resumo

O artigo discute o Papel do PRONAF no desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte. Questiona-se qual de fato é a contribuição do crédito, acessado pelos assentados através do PRONAF, no desenvolvimento da agricultura familiar praticada nas áreas de assentamentos. Parte-se do pressuposto de que um programa especial de crédito para agricultores assentados responde a uma demanda urgente e necessária ao desenvolvimento e consolidação da produção nessas áreas, devendo contribuir para o aumento da renda familiar e para o acesso ao mercado. Nesse cenário o crédito rural é então concebido como instrumento de transformação da agricultura familiar, na medida em que possibilita a ampliação da produção, a utilização de insumos e de novas tecnologias.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas; PRONAF

As diversas realidades que hoje constituem o rural brasileiro têm propiciado pesquisas e debates que trazem à tona questões referentes ao desenvolvimento do campo em nosso país e particularmente ao papel das políticas públicas nesse processo.

No Brasil as formas de intervenção do Estado no meio rural caracterizam-se, principalmente, na segunda metade dos anos 60 até meados dos anos 80, pela preocupação com a adoção de novas tecnologias e por focar a sua ação nas grandes e médias propriedades, reproduzindo assim um padrão de desenvolvimento excludente, desigual e concentrador. Segundo Bergamasco (1996) a modernização da agricultura brasileira contou com efetiva intervenção do Estado, através de incentivos fiscais, de uma política de crédito farta e subsidiada, além de incentivos comerciais, pesquisa e assistência técnica voltada para a modernização da produção.

Reconhecido como “modernização conservadora” esse modelo evidenciou uma opção política pelo investimento nos setores capitalizados. De acordo com Pereira (2003) para o setor da agricultura familiar o resultado dessa política foi altamente negativo, uma vez que

¹ Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - UFRN (doutoranda).

grande parte desse seguimento ficou a margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo no campo do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção. Apenas a partir da segunda metade dos anos 90 esse cenário começou a mudar com o reconhecimento da importância da agricultura familiar e a instituição de políticas públicas específicas para esse segmento.

Nas diversas discussões sobre a agricultura familiar a questão do crédito passa a ser refletida como uma demanda urgente e necessária ao desenvolvimento e consolidação da produção, contribuindo para o aumento da renda familiar e para o acesso ao mercado. O crédito rural é então concebido como instrumento de transformação da agricultura familiar, na medida em que possibilita a ampliação da produção, a utilização de insumos e de novas tecnologias.

A implementação de um programa especial de crédito para agricultores assentados justifica-se tanto pela inadequação das condições praticadas pelo mercado financeiro quanto pela situação com a qual se deparam esses agricultores ao terem acesso a terra (Bruno e Dias, 2004).

A discussão acerca dos resultados do PRONAF nas áreas de assentamentos ainda ocupa pouco espaço na academia. Os diversos estudos relacionados a essa modalidade de crédito têm priorizado a análise das linhas B e C (não específicas para assentados) e o papel dos Conselhos de desenvolvimento Rural na gestão do programa. Existe, portanto, uma lacuna no que se refere à reflexão em torno dos resultados da aplicação do PRONAF A e da sua contribuição para o desenvolvimento e a sustentabilidade da agricultura familiar nas áreas de assentamentos de reforma agrária. Concordamos com Guanzirolí (2006) ao afirmar que por tratar-se de um programa caro e altamente subsidiado o PRONAF deve ser bem avaliado e ter indicadores de resultado que comprovem sua necessidade. Nesse sentido questionamos qual a contribuição do crédito, acessado pelos assentados através do PRONAF A, no desenvolvimento da agricultura familiar. Houve mudanças em função do acesso ao crédito, como foram aplicados os recursos? Que fatores dificultaram a aplicação de crédito e o desempenho da produção?

Considera-se que em geral os agricultores dos assentamentos de Reforma Agrária são descapitalizados, com baixa capacidade para investir em melhorias dentro do seu próprio lote ou nas áreas coletivas do assentamento. No estado do Rio Grande do Norte essa situação se agrava ainda mais pela localização dos assentamentos, geralmente, em áreas que apresentam condições estruturais precárias, as quais demandam grandes investimentos imediatos para

tornarem-se cultiváveis. Analisando essa problemática comum em outras regiões, Bruno e Dias (2004, p.7) afirmam que:

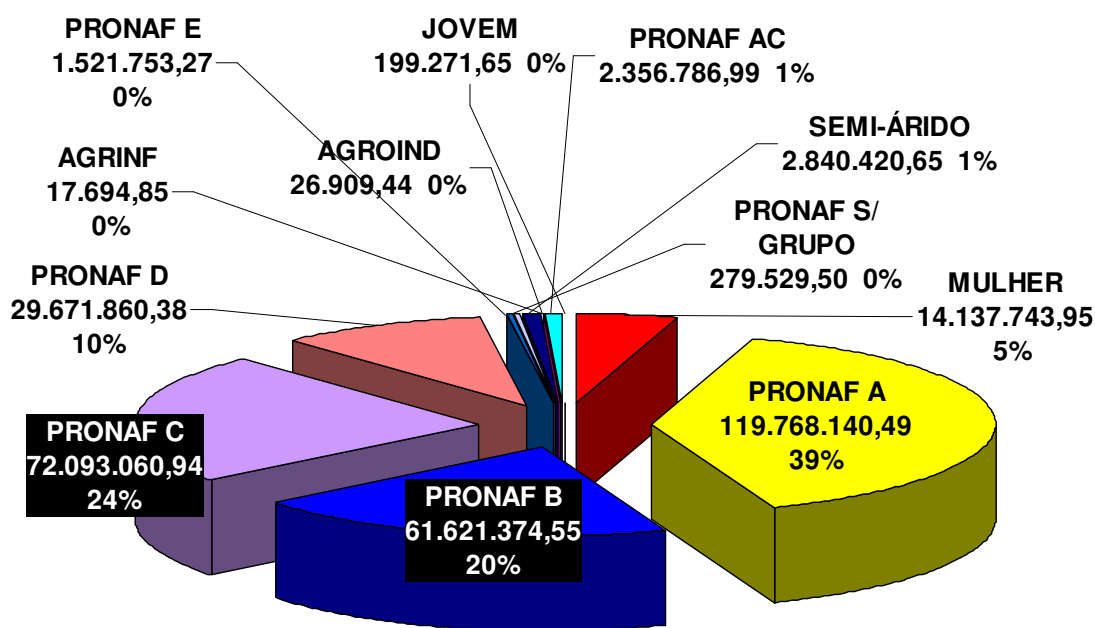
“A instituição de subsídios às taxas de juros e aos custos operacionais e a criação de condições especiais de pagamento, com prazos de carência mais longos, surgem como alternativas que vêm sendo utilizadas pelos programas oficiais com objetivo de custear a produção e associado ao investimento público na melhoria da infraestrutura dos assentamentos, gerar renda e condições de reprodução e inovação sócio econômica para os agricultores assentados.”

Desse modo, o PRONAF, na condição de política de crédito destinada aos agricultores familiares busca romper com a histórica escassez de recursos para esse grupo social, assumindo o caráter de política de inclusão social e de integração nos mercados locais e regionais, possibilitando assim o desenvolvimento das áreas beneficiárias do programa.

No Rio Grande do Norte existem hoje 272 de Reforma Agrária² cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Para esses assentamentos o acesso ao crédito, através do PRONAF A se constitui um passo fundamental para o início das atividades produtivas. Ocorre que esse acesso acontece muito tempo depois da constituição do assentamento, quando parte das famílias já estão desmotivadas com o processo de Reforma Agrária. Registra-se que mesmo o acesso ao crédito ocorrendo tardiamente, em geral o assentamento ainda não dispõe de adequada infra-estrutura o que resulta muitas vezes no desvio do crédito para atender outras necessidades das famílias.

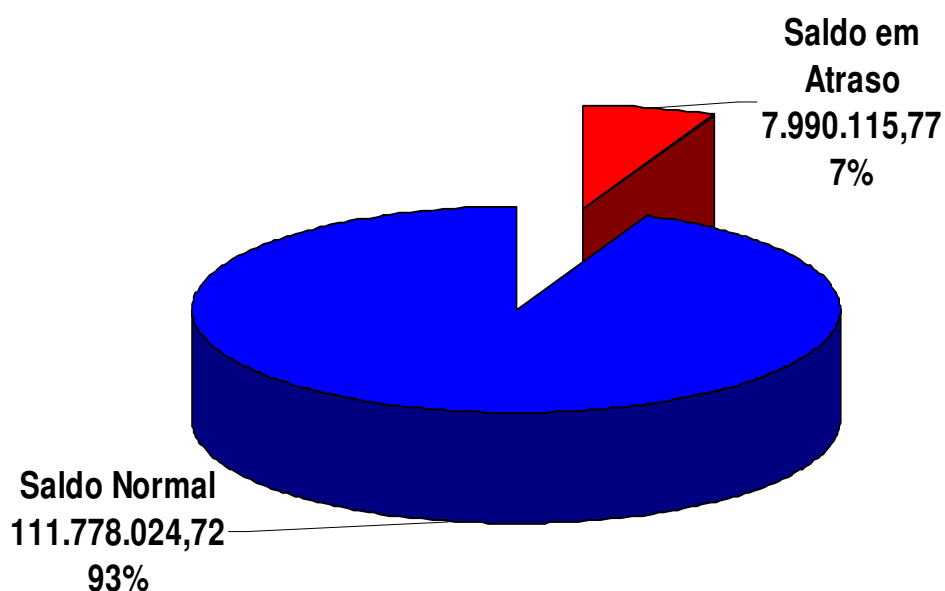
Do volume de recursos destinados atualmente pelo PRONAF para agricultura familiar a maioria vai para os assentamentos de Reforma Agrária. O gráfico abaixo é revelador desses dados ao apontar que do volume total dos recursos investidos pelo Programa 39% é destinado aos agricultores familiares da Reforma Agrária, seguidos do PRONAF C e PRONAF B com 24% e 20% respectivamente.

² Excluídos os assentamentos criados pelo Governo Estadual.



Dados do Banco do Nordeste – BNB revelam que a carteira ativa do PRONAF A apresenta apenas 7% de inadimplência, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

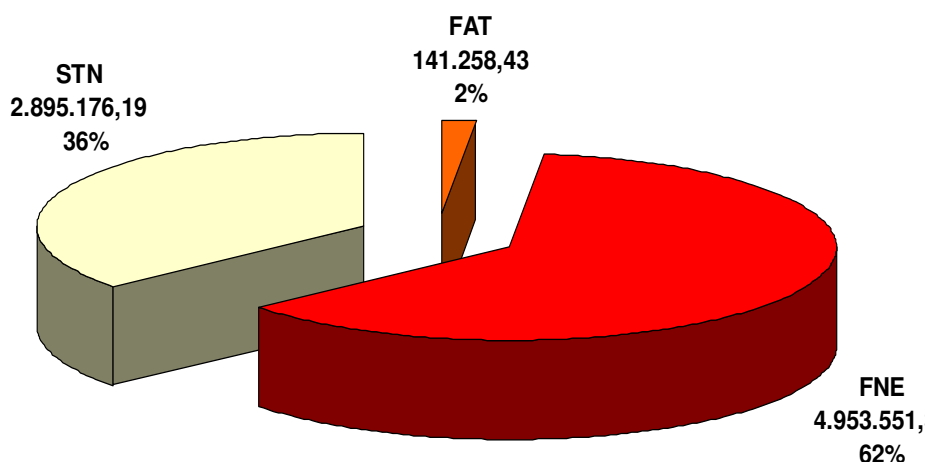
BNB - CARTEIRA ATIVA PRONAF A



De acordo com os dados apresentados no gráfico acima o índice de saldo normal é de 93%. Esses dados, entretanto, não apontam para o problema da capacidade de pagamento que se observa na realidade dos assentamentos, uma vez que os dados oficiais que apontam o saldo normal contabilizam todas as dívidas renegociadas, bem como aquelas referentes aos projetos que estão em execução, mas que não apresentam capacidade de pagamento.

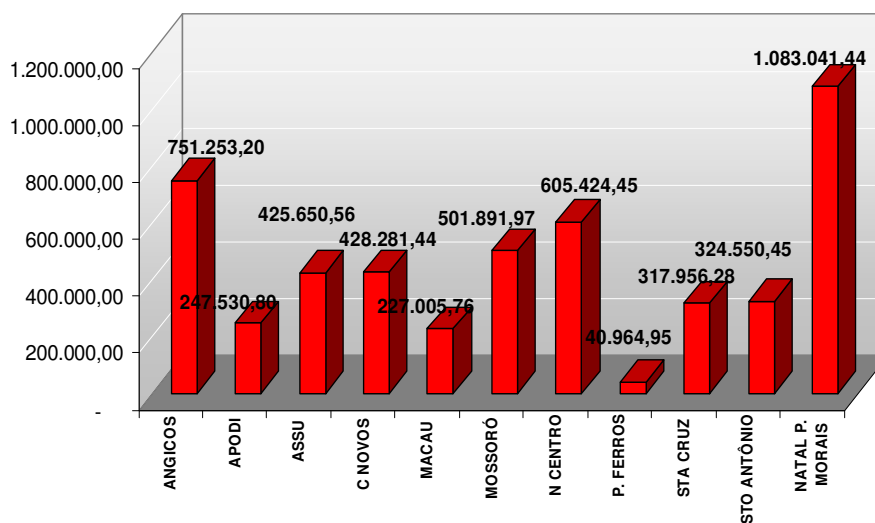
No tocante às fontes de financiamento o gráfico que segue mostra que os maiores atrasos se dão nos recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, seguidos dos recursos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:

ATRASOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Esses dados referentes à origem dos recursos só passam a ser observados pelos beneficiários no momento das renegociações, pois as regras diferem dependendo da origem dos recursos.

No que se refere distribuição dos atrasos do PRONAF A por agência verifica-se que a agência Natal/Prudente de Moraes é a que concentra o maior déficit de pagamento. Ressalta-se que essa agência atende toda Grande Natal e alguns municípios dos territórios do Mato Grande.



A situação de inadimplência cresce na proporção em que se aproxima a carência para o pagamento das primeiras parcelas. Os depoimentos abaixo revelam uma situação que parece não ser exceção e sim a regra dentre os agricultores assentados que acessaram crédito:

“Aqui minha filha, só não está endividada 08 ou 10 famílias o resto tá todo mundo”(D. Joaquina, assentada no PA Aracati/Touros – entrevista concedida em 13/03/08);

“Aqui a situação é bem difícil, dos que acessaram o PRONAF A, 55 já venceram as contas e apenas 25 conseguiram renegociar, os outros tão tudo inadimplente” (Afrânio Mathias – PA Potengi/São Paulo do Potengi – Agrovila São Tomé – entrevista concedida em 28/02/08)

“Aqui quase todos estão devendo. Todo mundo investiu em gado e quase ninguém tem condições de pagar, quase todos estão devendo... (Raimundo Pinto Nunes, PA Três Corações – entrevista concedida em 28/02/08).

As avaliações realizadas por agricultores assentados, técnicos de instituições que prestam assistência técnica para elaboração e acompanhamento dos projetos e outros agentes mediadores apontam como causa para a inadimplência diversos fatores. Dentre eles destacamos: a) má elaboração dos projetos, os quais muitas vezes não levam em consideração a aptidão dos agricultores e as condições climáticas para produção; b) desvio dos recursos por parte dos beneficiários; c) má aplicação dos recursos; d) elaboração de projetos com capacidade de pagamento insuficiente; e e) cultura assistencialista, gerando nas famílias o sentimento de que não é preciso pagar o crédito ou de que o mesmo será perdoado.

As diversas prorrogações apenas promovem o adiamento da situação de inadimplência. Entre os anos de 2006 a 2008 foi feito um esforço pelas equipes do programa de ATES para mapear os gargalos existentes na questão do financiamento a partir de um mapeamento do fluxo do crédito e dos entraves existentes desde a discussão e elaboração dos projetos até o reembolso. No ano de 2008 a tônica de trabalho das equipes de ATES foi no sentido de orientar os agricultores assentados a renegociarem suas dívidas e resolverem a questão da inadimplência, mesmo que temporariamente. Os depoimentos abaixo comprovam esse trabalho realizado pelas equipes:

“Nosso recurso saiu em 2000 e já venceu. Nós pagamos 1% da dívida e prorrogamos até 2010... Vamos vê até lá como é que fica.” (Antônio Alves de Sousa – Assentamento Arizona – Touros – entrevista em 31/01/08)

“No nosso caso tem muita gente endividada. Os técnicos levaram os nomes da gente pra ver como é que está por que a gente ta querendo receber o custeio, mas não sei se vamos ter direito... eles é que vão ver lá no banco.” (Arlete – PA Colorado – Touros – entrevista em 31/01/08).

A questão da elaboração dos projetos outra questão apontada por vários estudiosos como um fator crucial no sucesso dos empreendimentos financiados. A partir dos estudos realizados por Bruno e Dias (2004) “(...) é possível afirmar que os projetos técnicos se tornaram meras peças burocráticas para garantir a contratação dos recursos diante das exigências dos bancos, possibilitando-lhes uma certa garantia formal do retorno dos recursos emprestados. (...) o processo de elaboração de projetos técnicos para o PRONAF A se transformou, em alguns casos, numa verdadeira linha de montagem, incluindo mutirões para dar conta da quantidade de projetos”. Ao analisar os itens financiados verifica-se que não há inovação nos projetos caracterizando o que Schneider (2004) chamou de especialização produtiva que é a situação em que os agricultores são levados a plantar o que o Banco financia. Nos territórios do Mato Grande e Borborema existe, na maioria das vezes, um modelo de projeto o que poderíamos chamar de *kit PRONAF*, comum a todos os assentamentos, com raras exceções. Os depoimentos dos agricultores abaixo confirmam essa afirmação:

“Nós financiamos cerca, boi de serviço, carroça essas coisas...” (Afrânio Mathias – PA Potengi/São Paulo do Potengi – Agrovila São Tomé – entrevista concedida em 28/02/08)

“Aqui em Uirapuru todo mundo botou no projeto gado, a gente nem tinha pasto pra tanto bicho e nem todo mundo fez as cercas.” (Kerginaldo – Assentamento Uirapurú)

Os problemas identificados durante a elaboração dos projetos perpetuam-se durante a implantação dos mesmos. Embora, formalmente os agricultores contem com a assistência técnica, na maioria das vezes eles ficam desassistidos.

Mesmo considerando as dificuldades na operacionalização do PRONAF técnicos e agricultores afirmam a importância do acesso ao crédito no desenvolvimento dos assentamentos. O crédito aparece na fala dos agricultores como condição para a consolidação das atividades agrícolas.

A análise até então realizada não é conclusiva, no entanto, que se refere aos resultados da aplicação do crédito, acessado pelos assentados através do PRONAF A nos territórios do Potengi e do Mato Grande afirma-se que não obstante o fato de responder a uma demanda urgente e necessária o mesmo tem contribuído pouco para a consolidação da produção nessas áreas ou mesmo para o aumento da renda familiar e o conseqüente acesso ao mercado. Tal fato atribui-se a ausência de articulação na execução de um conjunto de outras políticas que

potencializariam o investimento propiciado pela política de crédito, bem como aos entraves na operacionalização do Programa apontados nesse texto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*. V. 15, n.43, p.121-140. São paulo:2001;

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Conselhos do Ppronaf: quando a parceria faz a diferença. *Raízes*. Vol 21, Nº 01, Campina Grande – jan/2002;

COSTA, Fernando Bastos. Ambiente Institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos, Natal, RN: 2005, tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade federal do Rio Grande do Norte;

SILVA. Dalvanir, Avelino da. Cultura política e assentamentos rurais: refletindo a experiência do assentamento Marajó/RN, Natal/RN 2003, dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade federal do Rio Grande do Norte;

MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Sociologia Rural, Cuiabá, jul. 2004.

MATTEI, Lauro. Políticas Públicas de fomento a produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA – PB: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO

Silvana Cristina Costa Correia¹
Emília Moreira²
Michell Leonard Duarte de Lima Tolentino³

Resumo

O presente trabalho é um dos produtos da pesquisa “Terra de Produção, Terra de Trabalho e Terra de Vida”, desenvolvida com o apoio do CNPq e coordenada pela Prof^a Dr^a Emília Moreira. Ele tem como objetivo identificar e caracterizar as formas de organização da produção e do trabalho na agricultura familiar do município paraibano de Teixeira, à luz da discussão sobre espaço e campesinato. A metodologia para levar a termo esta proposta de trabalho compreendeu: o levantamento e a análise bibliográfica; o levantamento e a análise de dados secundários fornecidos pelo IBGE através do censo agropecuário e da Produção Agrícola Municipal (PAM) e; o trabalho de campo. A partir da discussão sobre espaço e campesinato, resgatou-se o processo histórico de formação do espaço agrário municipal, caracterizou-se o espaço agrário de Teixeira analisando as diferentes formas da organização da produção e do trabalho em pequenas unidades produtivas ali situadas. Constatou-se forte influência de uma ONG situada na sede do município, o Centro de Educação Popular e Formação Sindical – CEPFS, membro da Articulação do Semi-Árido da Paraíba – ASA – PB e da ONG de Cooperação da Irlanda Trôcaire, através de ações que visam o fortalecimento de organizações comunitárias como as experiências do Fundo Rotativo Solidário – FRS (utilizados em construções de cisternas de placas, em poços amazonas, em sistema integrado de captação e armazenamento de água em tanques feitos em lajedos de pedras e em construções de barragens subterrâneas) e, em Bancos de Sementes Comunitários – BSC’s. O trabalho familiar é dominante, mas o campesinato se reproduz estrategicamente combinando diferentes formas de trabalho, que vão desde o sistema de parceria ao arrendamento da terra, ao trabalho assalariado, ao trabalho acessório, visando à complementação da renda familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar; produção; trabalho.

1. Introdução

Este artigo é um dos produtos da pesquisa “Terra de Produção, Terra de trabalho e Terra de vida”, desenvolvida com o apoio do CNPq. Identificar e caracterizar as diferentes formas de organização da produção e do trabalho em unidades de produção camponesa à luz da discussão sobre espaço e campesinato constitui seu objetivo. O estudo pautou-se na análise bibliográfica, em informações secundárias fornecidas pelo IBGE e no trabalho de campo. A

¹ Bolsista do PIBIC/CNPq/UFPB. E-mail: silvanageoufpb@yahoo.com.br.

² Prof^a. Dr^a. do DGEIOC/PPGG/UFPB. E-mail: erodat@hotmail.com.

³ Bolsista da monitoria/UFPB. E-mail: michelltolentino@gmail.com.

área objeto de investigação foi o município de Teixeira, situado no estado da Paraíba-Brasil, na Microrregião da Serra do Teixeira, Mesorregião do Sertão paraibano. O município situa-se numa importante unidade morfológica denominada de “Serra de Teixeira” que corresponde a um conjunto de serras dispostas a Sudoeste do Estado no sentido Leste-Oeste que apresenta uma linha de escarpa bastante íngreme, com desnível que pode alcançar até 500 metros na parte voltada para o Pediplano Sertanejo. Sua formação estaria relacionada, segundo alguns estudiosos, seja a uma erosão diferencial entre rochas xistosas do pediplano e as graníticas do maciço, seja a uma linha de falha, se considerado o seu traçado regular e o acentuado desnível de sua encosta norte (CARVALHO, 1982).

No município de Teixeira, como de resto na Microrregião em que o mesmo se situa, o espaço agrário caracteriza-se, historicamente, pela predominância da pequena produção agrícola. Interessa a este trabalho identificar e caracterizar as formas de organização da produção e do trabalho na pequena produção agrícola de Teixeira. O estudo pauta-se em análises bibliográficas, em informações fornecidas pelo IBGE através dos censos agropecuários e da Produção Agrícola Municipal – PAM, e no trabalho de campo. Este compreendeu visitas ao CEPFS, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, à Prefeitura municipal e a 11 unidades produtivas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, aplicados questionários e ainda foi utilizado o método de observação da paisagem com anotações no caderno de campo. As entrevistas foram efetuadas com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, com representantes de uma Organização Não Governamental situada na sede do município de Teixeira, o Centro de Educação Popular e Formação Sindical – CEPFS, membro da Articulação do Semi-Árido da Paraíba – ASA – PB e da ONG de Cooperação da Irlanda Trôcaire. Os questionários foram aplicados a 11 pequenos agricultores distribuídos em 6 comunidades rurais, quais sejam: as comunidades de Riacho Verde; de Santo Augustinho; de Poços de Cima; de Poços de Baixo; de São Francisco; de Fava de Cheiro e; de Serra Verde. Este trabalho está estruturado em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, fazemos uma sucinta revisão da literatura sobre espaço e campesinato. Na segunda parte discorremos sobre o processo histórico de formação do espaço agrário municipal, e na terceira parte, caracterizamos o espaço agrário de Teixeira analisando as diferentes formas da organização da produção e do trabalho nas pequenas unidades de produção agrícola estudadas.

2. Sobre espaço e campesinato: algumas notas

O estudo aqui apresentado pauta-se na concepção de espaço social presente nas obras de Santos (1986; 1997) e Moreira (2006). Este seria “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS. 1986: p.163). Esta compreensão de espaço evidencia a importância da natureza natural no processo de sua constituição. Como afirma Ruy Moreira (2006), apesar da primeira natureza não ser o espaço geográfico, não existe, no entanto, espaço geográfico sem ela. A natureza primeira constitui a matéria-prima, que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico. O espaço, portanto, é fruto de uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza modificada por esse mesmo trabalho. Como bem o diz Santos, “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço” (SANTOS. 1986.p.163).

Santos ainda acrescenta, contrariando as formulações kantianas, onde tempo e espaço são separados, constituindo uma simples intuição, que “o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social” (1986: p. 206) devido ao processo histórico, ao fato da relação espaço-tempo ser o resultado de que cada período da história, configurado através do modo de produção, vai produzir um espaço específico expresso pela organização da sociedade. Assim sendo, o espaço geográfico é algo dinâmico, é a expressão da sociedade em movimento. É nesse sentido que buscamos entender o espaço geográfico: como algo vivo, inacabado, em processo constante de transformação.

Em virtude do rural constituir, do ponto de vista do “*locus*”, o foco do nosso “olhar”, bem como por ser a pequena unidade de produção, o objeto de nossa investigação e ainda pela atualidade do tema, achamos por bem realizar uma breve revisão da literatura sobre a questão camponesa. Do ponto de vista teórico-conceitual o resgate pautou-se no quadro da discussão sobre o lugar do campesinato no processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e apoiou-se em autores clássicos e contemporâneos.

Karl Marx (1988), a partir dos estudos realizados sobre a Inglaterra, concluiu que à medida em que o sistema capitalista avança, a propriedade camponesa tende a desaparecer, passando a ser substituída pela exploração capitalista. Na Inglaterra este processo foi longo e cruel tendo se iniciado no final do século XV e início do XVI e se concretizado no século XIX. Nele, o campesinato foi aos poucos sendo destruído, suas terras foram transformadas em áreas de pastagem, em campos de caça e de plantações.

No item do *Capital* que trata da acumulação primitiva Marx (1988) afirma que o processo histórico do capitalismo constitui o elemento principal da separação entre o trabalhador e os meios de produção.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1988: p. 830).

Assim, na medida em que a produção capitalista se torna independente, a tendência não é somente produzir, mas reproduzir essa separação em escala cada vez maior.

Segundo essa leitura unilinear das proposições de Marx, o desenvolvimento do capitalismo no campo subentenderia o desaparecimento do campesinato como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva.

Essa visão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi adotada por Lênin⁴, que também defendeu a tese da dissolução do campesinato (LÊNIN, 1982), porém foi posteriormente por ele revista quando apresentou as duas vias possíveis para esse desenvolvimento: a via prussiana e a via americana (TEPICHT, 1973).

Karl Kautsky (1986), também contribuiu para a discussão sobre a permanência da produção familiar através da difusão da idéia de que as cooperativas e a ação do Estado, poderiam favorecer os pequenos produtores.

Foi, porém com a publicação dos *Grundrisse* (MARX, 1977), que o debate ganhou novos contornos. A extinção da pequena produção já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista na agricultura, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação (TARGINO e MOREIRA, 2007).

Chayanov, por sua vez, ao precisar que a pequena produção tem condições de se manter mesmo em uma economia de mercado, dado ao fato dela organizar-se com base na lógica da reprodução da unidade camponesa que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e de produção, rejeita a tese do fim do campesinato e contribui para reforçar a tese da sua permanência.

No Brasil, a noção de campesinato predominou nas discussões sobre o campo até o final dos anos sessenta do século XX, guardando consigo a marca da resistência na luta pela terra, do compromisso social, do esforço dos trabalhadores pela obtenção dos seus direitos. O

⁴ Particularmente na obra “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

surgimento das Ligas Camponesas, fortemente influenciada pelas lideranças dos partidos comunista e socialista, e sua luta contra a exploração do trabalho no campo (fim do cambão) e pela reforma agrária, foi fundamental para conferir essa direção ao debate.

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política. É o momento das 'Ligas Camponesas', quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2002).

Com o golpe militar e a política de modernização tecnológica da agricultura desenvolvida pelos governos que se seguiram, emerge a noção de “pequena produção”. Este novo conceito inscrevia-se no cenário histórico-político brasileiro não mais pela identidade construída nas lutas para reconhecimento dos direitos, mas por,

supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante. A adoção de tal perspectiva contribui para a despolitização do tema da questão agrária (PORTO e SIQUEIRA apud MARQUES, 2002).

Dado ao fato do conceito de “pequeno produtor”, ao contrário do conceito de “camponês”, não ser suficiente para exprimir as especificidades dessa categoria social no âmbito da discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo verificado no campo brasileiro nos anos setenta do século XX⁵, alguns estudiosos da Economia e da Sociologia, a exemplo de José Graziano da Silva e José de Souza Martins, passaram a usar os dois conceitos de forma articulada (MARQUES, 2002). Apoiado nos pressupostos leninistas, Silva (1982) defendia a tese da extinção do campesinato e da sua substituição por trabalhadores assalariados e pequenos e grandes capitalistas. Martins (1981), por sua vez, inspirado nos pressupostos da acumulação primitiva continuada de Rosa de Luxemburgo, defendia a tese da permanência do campesinato e da sua recriação no interior da agricultura capitalista (MARQUES, 2002). Essas duas concepções conduziram, a partir de então, o debate sobre a questão agrária brasileira.

A crescente complexidade da questão agrária brasileira verificada nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, e a emergência de novos atores sociais e novos movimentos sociais no campo (barrageiros, seringueiros, sem terra), contribuiu para um redirecionamento da discussão da questão agrária.

⁵ Desenvolvimento este pautado na incorporação tecnológica, no acesso ao crédito bancário e nas diferentes formas de inserção no mercado.

Observa-se nas ciências sociais uma preferência pelo emprego de categorias descritivas como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou de pequeno produtor. A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos (PORTO e SIQUEIRA apud MARQUES, 2002).

No início da década de 90, com a tese de doutorado de Ricardo Abramovay (1992) e trabalhos publicados por José Eli Veiga (1991), emergiu no Brasil o processo de construção de uma nova síntese teórica denominada de “agricultura familiar”. Para diferenciar o agricultor familiar do camponês os autores mencionados apresentam como argumentos: a integração ao mercado, o papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas e a incorporação tecnológica (MARQUES, 2002).

Segundo Fernandes (2001: p. 29-30) os teóricos da agricultura familiar sustentam a tese de que o produtor familiar é aquele “que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado (...). Desse modo toda agricultura camponesa é familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. “Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal” (FERNANDES, 2001: p. 30).

Para Abramovay, o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea de produção familiar (MARQUES, 2002).

Fernandes (2002) chama a atenção para dois aspectos importantes do debate e da utilização dos conceitos aqui apresentados. Em primeiro lugar ele destaca o fato de que, apesar de muitos trabalhos acadêmicos utilizarem o conceito de agricultor familiar, isto não representa a perda do *status* teórico do conceito de camponês. Para ele, “uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito” (FERNANDES, 2002). Em segundo lugar, ele ressalta que observando atentamente os trabalhos acadêmicos pode-se verificar que, enquanto os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não utilizam o conceito de camponês, os que usam o conceito de camponês, comumente também o designam de agricultores familiares, não como um conceito em si, mas como condição de

organização do trabalho. Afirma também que ao se trabalhar com o conceito de camponês pode-se utilizar sem problemas as expressões pequeno produtor e pequeno agricultor.

Emilia Moreira (2007), num debate realizado como Grupo de Estudo por ela coordenado, corrobora essa assertiva e acrescenta que não são as expressões usadas que determinam o *status* teórico do conceito, mas o fundamento teórico que o norteia. Daí a necessidade de demarcar-se bem o que Fernandes (2002) denomina de “território teórico” para que as equivalências conceituais fiquem bem claras.

É com base nesses pressupostos que fundamentamos este estudo. Nele, utilizamos o termo camponês como equivalente de pequeno produtor, pequeno agricultor e agricultor familiar. O termo pequeno produtor ou pequeno agricultor por nós utilizado não tem cunho pejorativo. Ele refere-se ao fato do agricultor ter acesso legal ou precário a pequenas parcelas de terra⁶. Usamos a expressão agricultor familiar, na medida em que se considera a organização do trabalho na unidade produtiva camponesa como de base familiar, forma de organização esta, presente no campo desde os primórdios da história da humanidade. O termo camponês ou seus equivalentes também foram usados independentemente do nível de integração desse camponês ao mercado, da utilização ou não de tecnologias modernas, de sua inserção ou não nas políticas públicas do Governo, ou da sua condição de produtor (proprietário, parceiro, posseiro, arrendatário, etc). Do mesmo modo utilizou-se as expressões pequena produção, pequenas unidades produtivas ou de produção.

Do ponto de vista teórico-conceitual, entendemos que os prognósticos da destruição, dissolução do campesinato previsto pela teoria marxista na sua abordagem da questão agrária no desenvolvimento capitalista não se concretizou no Brasil porque, no nosso país, como afirma Fernandes (2002), “sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária”.

3. O processo histórico de produção do espaço agrário municipal: da ocupação inicial a organização atual

Para estudar o processo histórico de formação do espaço do município de Teixeira, faz-se necessário resgatar o processo histórico de formação da microrregião na qual ele se

⁶ Limitamos neste estudo o tamanho de 50 hectares para o que denominamos de pequena unidade de produção agrícola, dadas as especificidades da estrutura fundiária estadual. Esta dimensão pode variar, porém de estado para estado e até de subunidade regional para outra em função das características da distribuição da propriedade fundiária e dos critérios de escala utilizados pelos estudiosos para nortear suas pesquisas. Estudo recente realizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira considera como pequenos estabelecimentos na escala de análise nacional, as unidades de produção menores de 200 hectares (OLIVEIRA,)

encontra. De fato, a ocupação do espaço da microrregião da Serra do Teixeira acha-se historicamente relacionada à atividade agropecuária. Trata-se de uma região ocupada inicialmente com base em pequenas unidades de produção agrícola voltadas para a produção de alimentos, complementada pela pecuária. Porém, sua ocupação efetiva relaciona-se, como de resto em todo semi-árido paraibano, à expansão da atividade algodoeira. Da primeira metade do século XX, até meados dos anos 70, do mesmo século, além do algodão, outra forma de uso de recursos se expandiu na região, motivada pelos altos preços no mercado internacional: o sisal. Até 1970, algodão e sisal partilharam o espaço agrário regional com a policultura alimentar e a criação de gado, disputando porções desse espaço.

As relações de trabalho dominantes à época, reproduziam a lógica da organização da produção pautada principalmente nas lavouras do sisal (que utilizava principalmente o trabalho assalariado) e do algodão (que alimentava a prática da parceria uma vez que podia ser produzido em associação com as culturas alimentares e era produzido tanto pelos grandes como pelos pequenos estabelecimentos agrícolas).

À crise da produção de sisal iniciada nos anos 60, do século XX, advinda com a queda de preços do produto no mercado internacional em virtude da concorrência com o fio sintético e com o sisal africano, foi agravada com os sucessivos períodos de seca vivenciados pela região. A isto se somou, na segunda metade dos anos 80, do século XX, a crise do algodão, promovida pela expansão da praga do bicudo (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esses fatos terão repercussões sobre a estrutura fundiária, as relações de trabalho e emprego e as formas de uso dos recursos como que será demonstrado neste trabalho.

O município de Teixeira, integrado a este espaço regional vivenciou as transformações experienciadas pelo seu quadro agrário. Do ponto de vista político-administrativo, o povoado de Teixeira foi transformado em vila pela lei provincial nº. 4, passando a ser Distrito do município de Patos por força da Lei nº. 16, de 06 de outubro de 1857. Porém, em 1959, o território de Teixeira desmembra-se do município de Patos sendo elevado à condição de município no dia 29 de agosto de 1859, pela Lei provincial Nº 4 (MINISTÉRIO DO INTERIOR. 1973). Por volta de 1949, quando a Lei Nº 318 aprovou a divisão territorial na Paraíba com 41 municípios, Teixeira que já se integrava a divisão político-administrativa do estado e além da sede, já possuía cinco distritos: Desterro; Cacimbas; Mãe D'Água; Imaculada e Maturéia. No entanto, a partir de 1959, Teixeira começou a perder o território dos já mencionados distritos que se emanciparam dando origem a novos municípios: Desterro e Cacimbas em 1959; Mãe D'Água em 1961; Imaculada em 1965; e por último Maturéia em 1995.

3.1 Organização da produção agropecuária

O município de Teixeira em virtude das boas condições de solo e clima desenvolveu mais a atividade agrícola do que a atividade pecuária. Dois aspectos se destacam no espaço agrário municipal: a persistência, mesmo que extremamente reduzida, da produção do sisal e; a introdução de novas culturas no conjunto das combinações agrícolas regionais. A importância do sisal tanto em termo de área plantada como em termo de quantidade produzida declinou fortemente. Tomando como referência o período entre 1990 a 2006, o sisal teve uma retração de 98,4% na área plantada (de 3.150 hectares cai para 50 hectares) e de 99,2% na quantidade produzida (de 3.150 toneladas cai para 25) (IBGE-PAM). O algodão foi praticamente erradicado no município, em contrapartida, a partir de 1980, uma nova paisagem deu lugar a anterior, as terras que antes eram ocupadas com as plantações de sisal e do algodão voltaram-se para o cultivo dos produtos alimentares tradicionais, como: o feijão; o milho; a fava; a batata-doce; a mamona; e a mandioca. Também passaram a compor a pauta dos produtos agrícolas a castanha de caju; a banana; a goiaba; o tomate; a cenoura; a beterraba e, atualmente, o morango. Prevalece, no município, a pecuária de médio e grande portes, destacando-se os rebanhos bovino, eqüino, asinino, muar, suíno, ovino e caprino (IBGE, 1995-1996).

3.2 Organização do trabalho

No que se refere à organização do trabalho é importante destacar a predominância dos produtores rurais proprietários, que representam 58,1% do total dos produtores agrícolas do município. Seguem em ordem de importância os parceiros, os ocupantes e os arrendatários representando respectivamente 23%, 18,6% e 0,3% do total dos produtores rurais⁷.

4. Agricultura familiar: a organização atual da produção e do trabalho nas pequenas unidades de produção agrícola do município de Teixeira.

Os pequenos estabelecimentos nos quais aplicamos os questionários estão distribuídos em diferentes comunidades que compõem o espaço agrário do município de Teixeira. As comunidades visitadas foram: a de Riacho Verde; a de Santo Augustinho; a de Poços de Cima; a de Poços de Baixo; a de São Francisco; a de Fava de Cheiro; e a de Serra Verde. As unidades de produção não são conhecidas por um nome específico. Elas formam as

⁷ O censo agropecuário de 2007 deverá nos fornecer dados mais atualizados uma vez que os que dispomos referem-se aos publicados pelo censo agropecuário de 1995-96 pelo IBGE.

comunidades e é o nome da comunidade que define a sua localização. Cada comunidade é composta por 40 a cinquenta unidades produtivas. Foram visitadas 11 delas nas comunidades mencionadas. e nela foram estudadas as formas de organização da produção e de trabalho que as caracterizam.

4.1 A organização da produção

Do ponto de vista da organização da produção, os principais produtos cultivados nas pequenas unidades camponesas são os produtos tradicionais, principalmente as lavouras do feijão, do milho e da batata-doce, seguidos da fava e da mandioca que apresentam uma importância secundária na pauta da produção agrícola. Alguns ainda produzem o sisal, a palma e o capim. Além dessas lavouras, de fato, as mais cultivadas no município, as pequenas unidades de produção também estão atualmente voltadas para a fruticultura e a horticultura. Dentre as frutas, destacam-se o cajueiro e a pinha, em seguida vem o umbuzeiro, a manga, a serigüelas, a laranja, o limão, a melancia e o mamão Havaí. Observou-se a prática da horticultura somente em três pequenas propriedades agrícolas localizadas nas comunidades de Fava de Cheiro, Poços de Baixo e São Francisco. A produção de horticultora é estruturada em canteiros de coentro, cebolinha, alface, cenoura, beterraba, pimentão, couve e gerimum. O sistema de produção é semi-orgânico e irrigado através do sistema de micro-aspersão.

No que se refere às etapas do processo produtivo, à exceção dos produtos irrigados cujo ciclo produtivo independe dos fatores da natureza, os pequenos produtores de Teixeira realizam as seguintes: a) o preparo do solo para o plantio; b) o plantio; c) os tratos culturais; d) a colheita e; e) o beneficiamento de algumas culturas. É pequeno o uso de agrotóxico. Nas visitas realizadas observou-se que poucos usam adubo, em alguns casos usa-se o esterco e pratica-se a correção do solo. O produto químico mais utilizado é o formicida, para o combate às formigas.

Em relação à criação de gado, o pequeno produtor de Teixeira possui sempre uma cabeça de gado com o objetivo de usá-la como transporte puxando a carroça ou a capinadeira e, às vezes, uma vaca de leite para o consumo da família e até para auferir uma renda maior através da comercialização do leite. É importante a criação de aves, de porco, a presença de animais de tração, de ovelhas e até a criação de abelhas.

O feijão, o milho, a batata-doce e a fava destinam-se totalmente ao consumo da família. Já algumas frutas, principalmente, a castanha do caju, e a maioria dos produtos cultivados nas hortas têm como principal finalidade a comercialização. Esta é efetuada através

dos atravessadores do próprio município ou de municípios vizinhos sendo os mesmos quem determinam o preço. A mandioca é beneficiada e a farinha é quase toda destinada ao consumo. Os animais de pequeno porte e a produção de ovos são usados para o consumo da família, alguns vendem ovos e outros também comercializam o leite, os bezerro ou uma ovelha quando há uma necessidade.

4.2. Visibilidade de uma ONG em Teixeira: o Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS)

O CEPFS foi fundado no ano de 1986, no município de Teixeira por estudantes, agricultores e profissionais liberais com a missão de promover o fortalecimento da agricultura familiar na região semi-árida da Paraíba. Desde sua fundação, tem como principal parceiro institucional, uma outra ONG denominada “Cooperação da Irlanda Trocarei”, e a partir de 1993, é membro da Articulação do Semi-Árido da Paraíba – ASA-PB (FOX e SCHWEIGERT, 2006). Das 11 famílias visitadas em suas pequenas unidades agrícolas, três delas fazem visitas de intercâmbio e participam de eventos promovidos pelo CEPFS e pela ASA-PB. Elas estão localizadas nas comunidades de Riacho Verde, Fava de Cheiro, e Santo Augustinho. Nestas comunidades, além de outras em Teixeira que são acompanhadas por esta ONG, o CEPFS adotou como objetivo a promoção do fortalecimento de organizações comunitárias através da formação e troca de experiências entre os pequenos produtores visando o desenvolvimento de estratégias para sua reprodução na realidade semi-árida, a partir da gestão participativa em projetos e programas que respeitem as potencialidades e as restrições naturais da região, na perspectiva de contribuir na formulação de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável no semi-árido.

O CEPFS organiza a formação de Fundos Rotativos de Solidariedade (FRS) com as comunidades para que os beneficiários dos projetos restitua os custos para criarem financiamentos para outras famílias. A administração do FRS é feita com o acompanhamento e supervisão do CEPFS, junto ao grupo integrante: as associações das comunidades, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e grupos religiosos. A devolução dos recursos se dá de acordo com as possibilidades do grupo e de cada família. Ou seja, cada comunidade decide o que pode ser financiado pelo FRS. Sobre esse funcionamento, afirma um dos representantes do CEPFS:

Depois das comunidades decidirem o que será financiado pelo FRS, o grupo estuda todas as possibilidades, e os resultados são construídos ao longo do caminho através de um processo de reflexão que acontece nas comunidades. O CEPFS por meio

dessa dinâmica inovadora de Fundos Rotativos Solidários, resgata à prática da reciprocidade com as relações de intercâmbios com todos os membros envolvidos. O FRS é um desafio às relações de poder, porque se os projetos são gratuitos, os pequenos produtores ficam dependentes, sendo um obstáculo para a autonomia deles (depoimento do representante do CEPFS, José Rego Nego. Teixeira-PB, 13/03/2008).

As experiências do FRS têm possibilitado as construções de cisternas de placas, poços amazonas, tanques em lajedo de pedras, barragens subterrâneas, além de empréstimo familiar para tratamento de saúde e construção de capelas em algumas comunidades. De igual modo, foram também estabelecidos, os Bancos de Sementes Comunitárias (BSC), com o objetivo de garantir o plantio na hora certa. A forma de empréstimo e devolução foi muito bem explicado pelo Presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Riacho Verde:

Para os agricultores que são sócios da associação e que contribui com R\$1,00 por mês, tanto os grão para eles se alimentar, no caso da falta em casa, como para o plantio logo na caída das primeiras chuvas, a associação empresta com 30%. Já para aqueles agricultores da comunidade que nunca se interessou em se associar, a associação empresta à 60%, e mesmo assim, quando tem disponível. Agente também, tem silos para os agricultores sócio armazenar o excedente, o que sobra, sabe? Aí o associado, dependendo do tamanho do silo emprestado, paga mais uma taxa que pode variar de 15 a 30Kg de sementes (depoimento do agricultor e Presidente da Associação da Comunidade Riacho Verde, Sólton Arruda. Teixeira-PB, 13/03/2008).

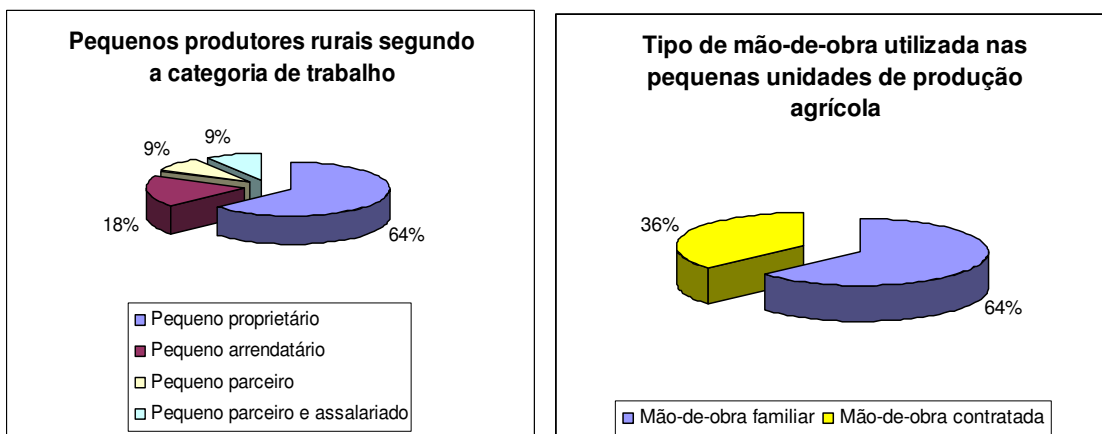
De acordo com um dos membros do CEPFS, a capacitação é parte importante em todo o processo, na qual se visa não apenas o resgate das práticas solidárias, como também, o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. Por isso, são realizados palestras, seminários e encontros sobre temas de relações sociais, gênero, manejo ambiental, manejo florestal, e intercâmbio para ajudar na administração mais adequada dos recursos hídricos. Assim, o CEPFS acredita que a construção coletiva desse novo modelo pautado no desenvolvimento humano e na sustentabilidade ambiental, resultará num trabalho permanente de luta contra a fome na região semi-árida.

4.3 A organização do trabalho

Em Teixeira, do total dos agricultores entrevistados 64% são proprietários de suas terras (v. gráfico 3), e os demais trabalham nas condições de parceiros, arrendatários e assalariados. O trabalho familiar é predominante e caracteriza-se pela utilização da força-de-trabalho dos membros da família (pai, mãe, filhos e outros parentes) tendo por finalidade a garantia da sobrevivência familiar. Das 11 pequenas unidades de produção estudadas, verificou-se que 7 (64% do total) não contratam trabalhadores temporários, se mantêm

produzindo apenas com a força-de-trabalho familiar, e apenas 4 (36%) contratam trabalhadores temporários apenas em determinadas etapas do processo produtivo como ajuda complementar à mão-de-obra familiar (v. gráfico 4).

Gráficos 3 e 4



Fonte: Trabalho de campo 2008. Org. Silvana Correia

Conforme o gráfico 3, apenas 1 (9% do total) dos agricultores entrevistados, trabalha como parceiro em outras propriedades. A persistência da parceria pode ser justificada em virtude do tamanho pequeno da terra que leva os agricultores a trabalhar noutra terra pagando uma renda, ou ao fato do camponês, não tendo condições financeiras para contratar trabalhadores assalariados nem para ampliar sua área de cultivo, arrenda a terra no sistema de parceria para dividir os custos e garantir uma maior produção. Em Teixeira é muito comum essa relação de trabalho com base no sistema de “terça”, aquele em que o proprietário entrega a terra sem preparo ao agricultor, este arca com o manejo e uso do solo, bem como com a compra das sementes e dos equipamentos em geral e paga a renda da terra com a terça parte da produção.

Além dessas formas de relação de trabalho é comum a contratação do trabalho assalariado como complemento da força de trabalho familiar em 36% dos pequenos estabelecimentos investigados e em algumas das etapas do processo produtivo, como a limpa, o plantio e a colheita. O agricultor contrata por diária, cujo valor varia segundo o tipo de atividade. Em março de 2008, a diária variava de R\$10,00 (dominante) a R\$ 25,00. Alguns são contratados para capinar a terra usando sua capinadeira e seu boi, principalmente nos estabelecimentos que não possuem animal de trabalho. Nesse caso a diária é de R\$15,00. As contratações baseiam-se em acordos verbais não sendo comum o trabalho com carteira assinada. As contratações para o plantio do feijão se dão entre fevereiro e março, período chuvoso, para a limpa e tratos culturais, entre abril e maio e para a colheita de maio a junho.

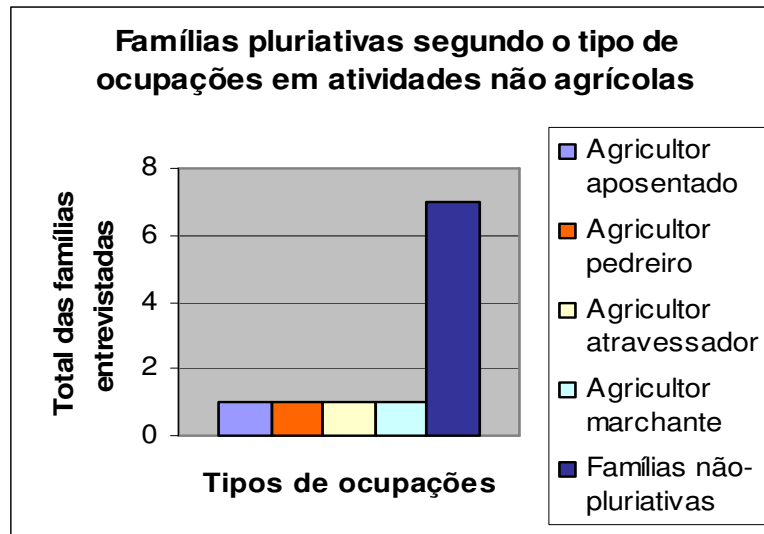
É necessário frisar que as pequenas unidades de produção agrícola, utilizam poucos trabalhadores temporários (2 a 3 em média segundo os entrevistados), sobretudo, em razão da pequena dimensão da área cultivada, o que dá condições quase que suficiente para manter somente o trabalho familiar.

Observou-se ainda no interior da pequena produção, a combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas, ou seja, a presença do que Schneider (2003) denomina de pluriatividade. Este conceito vem sendo utilizado por diversos autores para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, e apontar a emergência de um conjunto de novas atividades não agrícolas que estão ocupando um lugar no espaço rural. Para o mesmo autor, a pluriatividade é definida como:

Um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER. 2003. p. 112).

A pluriatividade que foi identificada entre as famílias visitadas refere-se a algumas unidades produtivas, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais se recebe diferentes tipos de remuneração. No entanto, para entender a complexidade das relações sociais engendradas neste processo, fez-se necessário analisar a pluriatividade a partir da forma como é exercida pelos próprios agricultores a fim de conhecer os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que maneira ela exerce a pluriatividade. Assim, a observação do tipo de ocupação dos membros das famílias constituiu-se no critério principal para se perceber a ocorrência de diferentes dinâmicas segundo as características de cada um. Conforme os questionários aplicados, somente 4 famílias foram identificadas como pluriativas (v. gráfico 5), todos moram na zona rural.

Gráfico 5



Fonte: Trabalho de campo 2008. Org. Silvana Correia

Em uma das famílias, o agricultor tem como ocupação principal o trabalho agrícola e como ocupação secundária a atividade de “atravessador”. Ele adquire a produção de vizinhos ou de outras comunidades e revende. O recurso à pluriatividade neste caso se deu pela disponibilidade de um veículo de transporte pesado que facilita a comercialização direta da produção bem como complementa a renda monetária da família com a ocupação de atravessador de seu chefe. Outros dois agricultores desempenham ocupações secundárias como marchante e pedreiro em obras de construção civil. Essa forma de pluriatividade partiu das decisões tomadas pela própria família.

Em uma das 4 famílias pluriativas, o chefe da família continuava a trabalhar na terra, mas já estava aposentado. Conforme a leitura pertinente ao assunto e aos depoimentos dos pequenos agricultores, constatou-se que a aposentadoria tornou-se um importante subsídio na renda familiar dos mesmos, graças à constituição de 1988, complementada pelas Leis 8.212 (plano de custeio) e 8.213 (planos de benefícios), de 1991, que passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial, desde que comprovem a situação “de produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1998. art. 195. s^s 8^o).

Em suma, observou-se no interior da agricultura camponesa uma pluralidade e uma combinação de várias formas de trabalho que vão desde o trabalho a familiar, ao sistema de

parceria, ao trabalho assalariado e ao trabalho “acessório” e ainda a combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas.

5. Considerações finais

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do município de Teixeira, dá sustentação à tese da persistência do campesinato. Afirma-se essa permanência uma vez que os elementos básicos da agricultura camponesa estão aí presentes, quais sejam: a) a família constitui-se tanto uma unidade de consumo como de produção; b) predomina o trabalho familiar; c) a organização da produção não visa fundamentalmente à obtenção do lucro, tal como na empresa capitalista, mas a garantia de sobrevivência da família. Para tal, vários mecanismos são utilizados tais como: o trabalho em parceria; o trabalho assalariado; a pluriatividade; a participação em projetos e programas oferecidos pelo CEPFS; a interação com mecanismos de mercado particularmente no que diz respeito ao processo de comercialização. A permanência do campesinato não significa, no entanto, uma rigidez da forma de produção camponesa, pois se percebe a introdução de mudanças tanto nos aspectos econômicos, como visto acima, quanto nos aspectos sociais e culturais.

6. Referências bibliográficas

- CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Classificação Geomorfológica do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/Funape, 1982.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. Disponível em: www.dataprev.gov.br/sislex/paginas/30/1998/20.htm. Acessado em: 10/02/2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- _____. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. In: **Anais**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002. Cd-Rom.
- IBGE. Censo agropecuário da Paraíba, 1995-96.
- IBGE. Produção agrícola Municipal, 1990-2004.
- LENIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. In: **Anais**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002. Cd-Rom.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-58**. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MOREIRA, Emilia. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

_____ **A Natureza do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de barão*. In: III Seminário Sobre Novo Rural Brasileiro: Projeto Rurbano – Fase III, realizado em 12 e 13 de junho de 2003. Instituto de Economia – UNICAMP. Disponível: www.grupochorlavi.org. Acessado em 28/10/2007.

TEPICHT , Jerzy: **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

FOX, Conor. SCHWEIGERT, Hans. Avaliação do CEPFS (Centro de Educação Popular e Formação Sindical), Teixeira, Paraíba, Nordeste do Brasil. Maio, 2006. (mimeo).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O TURISMO RURAL COMO VETOR DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Elias Medeiros Vieira¹
Marcelino de Souza²

Resumo

A proposta desse trabalho vem ao encontro da necessidade de se criarem mecanismos para viabilizar uma melhor análise das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo rural, empreendidas no âmbito da agricultura familiar. Trata-se de um trabalho de natureza *quali-quantitativa*, e será realizado com base em bancos de dados empíricos disponibilizados pelos Grupos de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento do PGER/UFSM e Mercados Não-Agrícolas Rurais do PGDR/UFRGS, assim como em dados dispostos pela Fundação de Economia de Campinas – FECAMP, em convênio com o Programa de Cooperação Técnica/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e Programa Nacional de Agricultura Familiar – PCT/IICA/PRONAF.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar, Turismo Rural; Empreendedorismo.

1. À guisa de introdução

É comum afirmar que o turismo é um setor econômico de vocação essencialmente privada. Ao mesmo tempo, se reconhece, porém, o setor público, o governo do país e a sua administração como protagonistas fundamentais do seu desenvolvimento, não só nos sistemas centralistas, mas também nas democracias modernas, de fortes ligações entre governo e sociedade.

A intervenção oficial específica prende-se ao reconhecimento das potencialidades do setor, como fator positivo nos processos de desenvolvimento econômico e social, em várias escalas, da nacional à local, sendo múltiplos e de grande visibilidade os seus efeitos - diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, o turismo interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas estruturas demográficas e do emprego, no ambiente, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos e na ocupação e funcionamento dos territórios. Contribui, também, para a internacionalização e a globalização das sociedades, sobretudo pelos volumosos fluxos de pessoas e de capital que gera. O turismo internacional tornou-se, na segunda metade do século XX, um dos principais setores da economia mundial,

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do grupo de pesquisa Mercados Não-Agrícolas Rurais do PGDR/UFRGS.

de crescimento rápido e quase contínuo. Por outro lado, revelou-se pouco vulnerável às situações de recessão econômica e de instabilidade política nas áreas emissoras (CAVACO, 1999).

A globalização e as transformações dela decorrentes afetam o modo pelo qual os locais procuram se desenvolver. Desta maneira, os avanços tecnológicos, principalmente dos meios de comunicação, disseminam informações e abrem perspectivas à regiões anteriormente desconsideradas, como a instalação de novas empresas, alternativas de roteiros turísticos ou, até mesmo, uma nova oportunidade para uma pessoa se estabelecer. Assim, a globalização transforma as localidades em partes interdependentes de uma economia integrada.

Diante desse mosaico de mudanças, o turismo passa por constantes reformulações e inovações, em função de novas exigências da demanda, e da contínua e acirrada competitividade entre os mercados. Essa realidade explica, em grande medida, o fato de as empresas que têm seus ramos de atividade relacionados ao setor turístico estarem seguindo a tendência de especialização, no que diz respeito à oferta de seus produtos, com a finalidade de atender as necessidades de uma demanda específica, como é o caso do turismo rural.

Em função disto, a qualificação dos empreendimentos voltados para o turismo rural prescinde de fomento e apoio às iniciativas dos micro e pequenos empreendedores rurais que visam a estruturação e consolidação do turismo. De tal forma que essas iniciativas devem ser valorizadas e incentivadas, especialmente pelos governos e agentes financeiros, para que essas possam enfrentar a acirrada competitividade interurbana, diante do contexto marcado pela concorrência entre lugares, cidades ou regiões.

Mas como perpassar pelo caminho do empreendedorismo quando os protagonistas desse processo, os residentes rurais, agricultores e não agricultores, encontram-se enredados na precariedade do espaço rural brasileiro? Essa questão dá ensejo às análises que seguem.

2. O PRONAF e o Turismo Rural

A linha de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), específica para o turismo rural, surgiu em 1999, quando passaram a fazer parte integrante do programa as atividades denominadas não-agrícolas. Segundo a delimitação do programa, o turismo rural, na agricultura familiar, deve ser compreendido como sendo uma atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que realizam as atividades econômicas peculiares da atividade que exercem, dispostos a valorizar, respeitar e

dividir seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade, bem como proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Contudo, as linhas de crédito e financiamento, disponibilizadas com o intuito de incentivar essa atividade, de um modo geral, sequer foram utilizadas, pois a ampla maioria dos possíveis beneficiados pelo programa continuou a investir nas funções tradicionais, em detrimento das perspectivas apontadas pelo programa.

É o que se constata, ao analisar os resultados da pesquisa desenvolvida pela FECAMP em convênio com PCT/IICA/PRONAF, no ano de 2002, no Brasil, referente ao destino do crédito de custeio e investimento do PRONAF.

Ao compulsar os dados tabelados abaixo, percebe-se que o agricultor buscou com avidez o crédito destinado às atividades agrícolas, em particular às lavouras, na maioria das regiões do País, e que o programa não obteve ressonância em relação às atividades não-agrícolas, na medida em que foram ínfimas as solicitações de incentivos para estas.

Também se constata que a maioria dos investimentos foi feita em terrenos e cercas e em matrizes e reprodutores. Já no que se refere à infra-estrutura turística, o percentual foi praticamente nulo em todo o Brasil. Diante de tais constatações, cabe o seguinte questionamento: por que os créditos de custeio e investimento para atividade turística não são utilizados pelos agricultores?

As diretrizes firmadas em 2004 pelo Governo Federal, nesse aspecto, dentre outras medidas, propõem que sejam implementadas medidas visando à diminuição das taxas de juros, a adequação dos valores oferecidos, e a extensão do prazo de financiamento para empreendimentos de turismo rural, negociado junto aos agentes financeiros, e que as próprias características desse tipo de turismo devem ser melhor entendidas por estes agentes e órgãos financiadores para a criação e operacionalização de linhas específicas.

Uma hipótese a ser levantada está relacionada à falta de condições sociais, econômicas e culturais dos agricultores. Infere-se, então, que os idealizadores dessa modalidade específica do PRONAF não atentaram para o fato de que “para todas as atividades, a educação, qualificação e treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado”. (SILVA, DEL GROSSI e CAMPANHOLA, 2002, p.107).

TABELA 1 – Número de produtores com crédito de investimento (inclusive agregar e integrado coletivo), segundo a finalidade do crédito por grupo de produtores. (número de produtores com Pronaf Investimento).

GRUPO	Número de Produtores com Crédito de Investimento	Destino do crédito de Investimento (%)								
		Compra de máquinas agrícolas	Compra de tratores	Obras no terreno e cercas	Silos e outras construções ^a	Infra-estrutura turística	Matrizes e reprodutores	Lavou ra permanente	Beneficiamento e processamento	Outras
AL+BA+CE+MA	312	16	1	117	19	0	119	23	1	123
Grupo B	205	7	0	78	11	0	105	16	1	96
Grupo C	63	2	0	15	1	0	5	0	0	15
Grupo D	44	7	1	24	7	0	9	7	0	12
ES+MG	10	2	0	16	17	0	1	28	2	10
Grupo C	1	0	0	2	3	0	0	4	0	1
Grupo D	9	2	0	14	14	0	1	24	2	9
SC+RS	32	11	1	2	1	0	21	2	13	5
Grupo B	6	1	0	0	0	0	5	0	2	0
Grupo C	23	6	1	2	1	0	15	2	11	5
Grupo D	3	4	0	0	0	0	1	0	0	0
Total com Pronaf	354	29	2	135	37	0	141	53	16	143

FONTE: Projeto IICA/PRONAF

^a Armazéns, aviários, estábulos, tanque para peixes, terreiros para secagem café, estufas, etc.

^b Máquinas de beneficiamento, máquinas de ordenha e resfriadores de leite.

Tropia (1998), ao analisar a questão, ressalta que o proprietário, com o intuito de investir no turismo rural, deve manter uma postura empreendedora, sendo capaz de desenvolver habilidades necessárias à consecução da iniciativa, tendo acesso às informações e consciência de que é um trabalho que exige muita dedicação e sacrifícios. Desse modo, enfatiza-se que essas características levam um certo tempo para serem adquiridas, considerando que essa mudança, de uma atividade tradicional para outra totalmente inovadora, exigirá do empreendedor/agricultor uma nova visão de mundo. No mesmo sentido, Meireles (2003, p. 283) argumenta que “além da capacidade empreendedora, o produtor rural precisa de conhecimentos específicos capaz de ajudá-lo a organizar e interagir com seu negócio. Este deve estar preparado profissional, econômica e mentalmente”.

Percebe-se que uma considerável parcela desses proprietários rurais será descartada durante o processo, diante dos imperativos de ordem financeira e econômica que inviabilizam investir em qualificação e capacitação.

Isso significa que as políticas devem orientar-se no sentido de investir mais recursos em infra-estrutura, mas principalmente, devem direcionar-se na capacitação e qualificação dos atores sociais envolvidos. O que importa, *a priori*, é verificar as diferentes necessidades de qualificação nos empreendimentos, aliadas às características específicas de cada arranjo produtivo.

3. Geração de empregos?

Essa discussão é pertinente, na medida em que o turismo rural com base local é apresentado, e mesmo por vezes apregoado, como fator determinante para a geração de novas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, Tulik enfatiza que:

(...) o turismo rural tem a seu favor argumentos baseados nas possibilidades que ele detém como fonte geradora de emprego e renda, capaz de evitar o êxodo rural e reanimar áreas rurais deprimidas, e de promover o desenvolvimento local e, em alguns casos, regional (TULIK, 2003, p. 78).

No entanto, Fleischer e Felsenstein (2000) sustentam que, apenas de forma intuitiva, esta forma de desenvolvimento econômico se associa com a geração de empregos e rendas locais. Isso decorre de uma completa ausência, até o momento, de instrumentos rigorosos de monitoramento e de avaliação dos esforços, no sentido de pôr em prática a estratégia de desenvolvimento em questão. Dessa forma, não são poucas as implicações dessas constatações diante da formulação de políticas públicas, e não é temerário afirmar um possível comprometimento da eficácia das políticas em andamento.

Desta forma, indubitavelmente, há uma questão pouco esclarecida sobre o real aporte do turismo na geração de emprego e renda no meio rural. Esse posicionamento é arrimado em uma abordagem comparativa de estudos realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Mercados Não-Agrícolas. Assim, os dados empíricos compilados nas tabelas seguintes constituem uma fonte segura para possíveis desdobramentos da discussão proposta:

TABELA 2 – Grupos e tipos de ocupações declaradas nos empreendimentos de turismo rural da Metade do Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Grupos de Ocupações	Tipos				Total	
	Fixos		Temporários			
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Técnicas e científicas	1	0,5	2	1,1	3	1,6
Operador agrícola	1	0,5	4	2,2	5	2,7
Serviços da construção civil	-	-	4	2,2	4	2,2
Serviços pessoais não-domésticos	22	12	59	32,2	81	44,3
Serviços pessoais aux. conta-própria	-	-	22	12,0	22	12,0
Diversos	33	18	35	19,1	68	37,2
TOTAL	57	31,3	126	68,9	183	100,0

FONTE – Grupo de Pesquisa Mercados Não-Agrícolas Rurais – PGDR/UFRGS, 2003.

TABELA 3 – Estratos de número de empregados encontrados nos empreendimentos de turismo rural do Estado de Minas Gerais.

Estratos	Nº Absoluto	Percentual	(%) Acumulado
Familiar	5	16,1	16,1
1 até 3 empregados	6	19,4	35,5
4 até 6 empregados	6	19,4	54,8
7 até 9 empregados	6	19,4	74,2
> de 10 empregados	8	25,8	100,0
Total	31	100,0	

FONTE – Grupo de Pesquisa Mercados Não-Agrícolas Rurais – PGDR/UFRGS, 2003.

TABELA 4 – Estratos de rendas pessoais, segundo os tipos de ocupações declaradas nos empreendimentos de turismo rural da Metade do Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Estratos de Rendas	Tipos				Total	
	Fixos		Temporários			
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
De 1 até 2 s. m.	54	29,5	27	14,8	81	44,3
de 2,1 s.m. até 3,0 s.m.	3	1,6	-	-	3	1,6
Mais de 3 s. m.	-	-	2	1,1	2	1,1
10 até 20 reais/dia	-	-	46	25,1	46	25,1
21 até 30 reais/dia	-	-	18	9,8	18	9,8
31 até 50 reais/dia	-	-	26	14,2	26	14,2
Por tarefa	-	-	7	3,8	7	3,8
Total	57	31,1	126	68,9	183	100,0

FONTE – Grupo de Pesquisa Mercados Não-Agrícolas Rurais – PGDR/UFRGS, 2003.

Com base nos dados das tabelas, constata-se que a maior parte das ocupações³ geradas na atividade turística é do tipo temporário (68,9%) e que exigem baixa qualificação⁴. Em seguida, observa-se que o número de empregos gerados pela atividade turística nos empreendimentos é relativamente baixo, na medida em que se afere uma média de seis empregos nos empreendimentos analisados.

Pesquisa realizada na Região da Serra da Mantiqueira, Estado de Minas Gerais, averiguou, dentre outros fatos, que o relativo abandono de certas culturas tradicionais, mormente da atividade leiteira, contrasta com o crescimento da atividade turística, particularmente a partir de meados da década de 1990.

De toda evidência, uma constante é revelada: os empreendimentos são facilmente enquadráveis como “pequenos negócios” e, em sua maioria, estruturados com base na participação ativa da família. Um aspecto relevante desta investigação é que as rendas obtidas pelos empregados são baixas, principalmente quando comparadas às rendas obtidas pelo exercício de atividades correlatas no meio urbano. Nessa linha de raciocínio, a circunstância menos favorecida na qual se promove turismo é aquela em que a economia rural já está relativamente fraca; então, o turismo tende a criar distribuição de renda e empregos altamente não-balanceados. (HALL; PAGE, 1999, p. 195).

Essa realidade permeia o cenário do advento do turismo rural da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e da região da Mantiqueira, ao atuar de forma decisiva nas relações de emprego, com desdobramentos nas relações sociais. Essa realidade dá suporte a conclusões contundentes, as quais contrariam uma quase unanimidade dos discursos, das agendas de desenvolvimento, e de boa parte das ações públicas, de que o turismo rural é capaz de promover os empregos locais e o bem-estar econômico nas áreas rurais deprimidas. Para Souza (2004), por exemplo, essas unanimidades estão mais próximas de uma quase ausência de alternativas econômicas e sociais viáveis, ou mesmo configuram-se como um mero instrumento de retórica.

No entanto, entende-se que o turismo rural, mais do que um mero instrumento de geração de emprego e agregação de renda, em alguns casos ímpares oferece à sociedade muitos outros predicados. Nesse sentido, o estudo de Silva (2002) ressalta as qualidades de

³ Os grupos de ocupações apresentados na tabela foram feitos com base na classificação da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴ As ocupações declaradas foram: cozinheiras, caseiros, copeiras, pedreiros, camareiras, faxineiras, doceiras, lavadeiras, auxiliares de serviços gerais, peões, capatazes, etc., e apenas uma mínima percentagem declarou ocupação técnica e/ou científica.

preservação do patrimônio cultural, a possibilidade de permanência da esposa no lar, ensejando uma mudança qualitativa dos seus papéis tradicionais, mas facilmente compatível com as responsabilidades domésticas; perspectiva de trabalho para os filhos e a valorização pessoal, já que oportuniza aos jovens uma ocupação capaz de assegurar um tempo maior ao lado da família; e contato com diferentes pessoas, com reflexo direto e positivo em termos de redução do êxodo rural. No mesmo foco, Fucks (2003) destaca a importância do turismo na preservação de um patrimônio edificado de grande valor histórico. O reconhecimento do turismo rural não se restringe unicamente ao fato dele se constituir em um vetor de diversificação de atividades, mas também porque ele se torna um elemento capaz de melhorar a condição de vida da família, bem como sua auto-estima.

Acresça-se aos aspectos mencionados, a relevância do turismo rural para a preservação ambiental. Assim, diante do exposto, resulta evidente que a compreensão da importância de cada um dos aspectos, e de todos em conjunto, transcende as limitações economicistas, consubstancia uma visão multidimensional imprescindível para a eficácia das políticas públicas e privadas a serem implementadas ou em fase de consecução.

Conclui-se o estudo fazendo ressonância às palavras de Anjos (2002), no fato de que a gestão dos espaços naturais, a preservação do patrimônio ecológico e paisagístico e dos valores culturais, não podem ser atribuição exclusiva do Estado ou apropriadas por grupos de interesses. O turismo rural, a gastronomia, o estímulo aos produtos regionais e à indústria doméstica rural situam-se exatamente nesta perspectiva, qual seja, a de transformar os residentes rurais, agricultores e não-agricultores, em protagonistas ou sujeitos de seus próprios destinos.

4. Referências Bibliográficas

ANJOS, Flavio Sacco dos. A multifuncionalidade da Agricultura: um novo paradigma? *Revista Extensão Rural*. Ano IX, Santa Maria, jan./dez.2002.

CAVACO, Carminda. *Desenvolvimento rural: desafio ou utopia?* Lisboa: Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Geográficos, 1999.

Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural. Ministério do Turismo, Brasil, 2004.

FECAMP. *Estudo de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF*. Campinas: Convênio PCT/IICA-PRONAF, Outubro de 2002. Disponível em http://www.pronaf.gov.br/texto_e_estudos/fecamp.htm. Acesso em 15 jan. 2004.

FLEISCHER, Aliza; FELSENSTEIN, Daniel. Support for rural tourism: does it make a difference? *Great Britain. Annals of tourism research*, v. 27, n. 4, p. 1007-1024, 2000.

FUCKS, P. M. *O patrimônio arquitetônico como atrativo turístico: fazenda do Sobrado, São Lourenço do Sul (RS)*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, 2003.

HALL, Colin Michael; PAGE, S. J. *The geography of tourism and recreation*. New York: Routledge, 1999.

MEIRELES, Bernadete Maria Lins Proença; GIULIANI, Antonio Carlos. Empreendedorismo: Características Superlativas do Empreendedor Rural. In: *Congresso Brasileiro de Turismo Rural*, 4., 2003, Piracicaba. Anais... O Turismo como Vetor do Desenvolvimento Rural Sustentável. Piracicaba: Ed. FEALQ, 2003. p. 281-287.

SILVA, Maurem Fronza da. *Caminhos de Pedra: família, comunidade e turismo rural-Distrito de São Pedro, Bento Gonçalves (RS)*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria, 2002.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: *Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. Anais... O rural como nova opção para o turismo. Santa Cruz: EDUNISC, 2002. p. 107-112.

SOUZA, Marcelino. Turismo rural: para além da geração de emprego e renda. In: *Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*, 4., 2004, Joinville. Anais... As Políticas Públicas e Ações Privadas para o Turismo Rural. Joinville: Ed. IELUSC, 2004.

TROPIA, Fátima. *Turismo no meio rural*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TULIK, Olga. *Turismo Rural*. São Paulo: Aleph. 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**CAMINHOS QUE SE CRUZAM, TRAJETÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM:
CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE RURALIDADES E JUVENTUDES
A PARTIR DO CASO DO MUNICÍPIO DE IBIMIRIM (PE)**

Mauricio Antunes Tavares¹

Resumo

Este artigo se insere nos estudos sobre juventudes/jovens rurais e nele propomos contribuir na articulação entre os conceitos de *ruralidade* e *juventude* a partir de alguns dados da pesquisa de doutorado que desenvolvemos junto aos jovens do município de Ibimirim, moradores da zona rural e da zona urbana. Nessa pesquisa buscamos caracterizar os processos que levam à constituição do jovem como *categoria social*, examinar as trajetórias sociais que balizam o seu comportamento e escolhas no presente, assim como as possibilidades de construção de projetos para o futuro. Entendendo ruralidade e juventude como conceitos não estabilizados, em construção e tensionados pelas disputas entre diferentes matrizes teóricas que circulam no campo acadêmico, o texto apresenta alguns pontos de partida, referências, e o modo como esses são tratados na pesquisa, trazendo dados da pesquisa empírica.

Palavras-chaves: ruralidades, juventudes, trajetórias

1. Introdução

Este artigo se insere nos estudos sobre juventudes/jovens rurais e nele propomos contribuir na articulação entre os conceitos de *ruralidade* e *juventude* a partir de alguns dados da pesquisa de doutorado que desenvolvemos junto aos jovens do município de Ibimirim, moradores da zona rural e da zona urbana. Nessa pesquisa buscamos caracterizar os processos que levam à constituição do jovem como *categoria social*, examinar as trajetórias sociais que balizam o seu comportamento e escolhas no presente, assim como as possibilidades de construção de projetos para o futuro.

Entendemos que ruralidade e juventude não são conceitos estabilizados, rígidos; como é comum aos conceitos utilizados nas ciências humanas em geral, estão (sempre) em construção e são objetos de disputa entre diferentes matrizes teóricas que circulam no campo acadêmico (FOUCAULT, 1988, 1996, 1999). Sendo assim, o que apresentaremos neste texto são alguns pontos de partida, referências, como esses são tratados em nossa pesquisa e alguns elementos que apreendemos e que podem vir a ser “o novo” nos debates, trazendo dados da

¹ Mestre em Sociologia e Doutorando no PPGS-UFPE, sob orientação da Prof. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Pesquisador-assistente na Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

pesquisa empírica. Ou seja, trazemos, caso consigamos atingir tal objetivo, algumas contribuições aos estudos sobre ruralidades e juventudes, sem pretensão finalística.

O debate sobre ruralidades atualiza a clássica discussão sobre a agricultura e sua relação com os modelos de desenvolvimento, introduzindo “novas questões” que vem de um rural não-agrícola, colocando em pauta conceitos como diversificação, extensificação, pluriatividade, produtividade, meio ambiente, patrimônio, etc., tendo como pano de fundo a reflexão sobre o “renascimento rural” (KAYSER, 1990), ou a “vitalidade de localidades rurais” (MENDRAS, 1984). Portanto, ruralidade é instrumento para a leitura e categorização do mundo rural em sua pluralidade de formas de organização/configurações.

Sem dúvida, isto é uma abordagem resumida e simplificadora do conceito. Há uma longa lista de autores e obras, tanto nacionais como estrangeiras, que poderiam ser utilizadas caso tivéssemos a pretensão de detalhar o “estado da arte” sobre o tema. Mas isto tomaria boa parte deste pequeno artigo, e ainda nos obrigaria a fazer uma revisão também sobre os estudos de juventude, esgotando todo o espaço que devemos destinar ao objetivo proposto. Portanto, deixemos isto para a(s) tese(s).

Mas, para que fique mais claro de onde partimos, devemos demarcar que nosso percurso se baseia nos seguintes pressupostos teóricos-metodológicos:

- o que entendemos como rural é sempre um espaço social, sendo assim, constituído por relações sociais dinâmicas que colocam em movimento pessoas, grupos, instituições e interesses – convergentes e divergentes – articulando fatores e processos internos e externos, e, por isto, nunca está separado, dicotomizado, do que é chamado urbano, constituindo um campo, no sentido bourdieusiano (BOURDIEU, 1989, 2001), ou uma configuração, no sentido eliseano (ELIAS, 2001).

- esse entrelaçamento de relações sociais é vivido pelos indivíduos em duas dimensões: como estruturas objetivadas em instituições, redes, espaço geográfico, etc., e “repertório de padrões sociais de auto-regulação”, que faz do processo de socialização que se inicia na infância a forma de adequar um indivíduo ao seu tempo e à sua sociedade (ELIAS, 1993, 1994).

Resumindo e simplificando, juventudes e ruralidades são conceitos que se entrelaçam, que se cruzam pelos caminhos da pesquisa.

Parte I – Da construção de um espaço rural complexo, entrelaçando campo e cidade

Ibimirim é um pequeno município localizado no interior pernambucano, na região conhecida como Sertão do Moxotó, e fica a 333 quilômetros de Recife, à beira da BR 101,

caminho que de quem vai para o Sertão do São Francisco, para as cidades de Floresta, Petrolândia, Paulo Afonso e adjacências. Para aqueles que conhecem um pouco sobre o Sertão, mas que não conhecem o município, uma forma de conhecê-lo à distância é pensar o seu espaço em relação ao espaço maior do qual ele é parte, ou seja, como um microcosmo que apresenta muitas das características do cosmo maior, o Sertão.

Primeiro: as populações indígenas foram expulsas para as serras pelos colonizadores portugueses, ainda no XVIII, que vieram pelo Rio Francisco e subiram o Rio Moxotó fundando as primeiras fazendas de gado na região. Saltando para o século XX, foi a vez de retirar os camponeses tradicionais que ocupavam as várzeas do Rio Moxotó, num primeiro momento para a construção do açude Engenheiro Francisco Sabóia, mais conhecido como Poço da Cruz², o maior do estado de Pernambuco até hoje; e num segundo momento para a implantação do Perímetro Irrigado do Moxotó (PIMOX)³, que ocupa uma área com cerca de 8 mil hectares.

Assim, em pouco menos de meio século, ocorreu uma transformação profunda na composição de seu espaço social. Às populações tradicionais locais somaram-se famílias que vieram para trabalhar nas obras de construção civil do açude e do perímetro irrigado, e também famílias de camponeses que vieram dos estados de Alagoas, Paraíba, Bahia e Ceará e que foram assentadas no perímetro juntamente com algumas famílias do próprio local⁴. As relações que marcaram os antigos núcleos de povoamento – plenos de histórias dos acontecimentos pretéritos, tanto de relações internas quanto de relações com o exterior –, foram abaladas pela construção das agrovilas, trazendo junto com uma arquitetura homogeneizada – como forma de organizar o espaço social a partir de fora, da prancheta dos planejadores – uma população desenraizada de seus lugares de origem e de suas relações sociais. No lugar onde só havia agricultura de sequeiro e das várzeas, surgiu uma pesca tradicional – que hoje cede espaço à piscicultura – e uma agricultura irrigada que passa a propiciar o cultivo de espécies permanentes – como a goiaba e a manga – e de plantas de ciclo médio e longo, como o tomate e a banana, ainda que sob riscos.

O perímetro irrigado possibilitou a emergência de um importante parque

² O açude teve a sua construção iniciada em 1937, sendo concluído em 1957, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS). Tem capacidade de armazenar 504 milhões de metros cúbicos de água, com um espelho d'água de mais de 100 km².

³ O Perímetro Irrigado do Moxotó é administrado pelo DNOCS e teve sua primeira etapa de implantação concluída em 1973, sendo que a capacidade total de cerca de 600 famílias foi atingida em 1985, após o término da construção da infra-estrutura de canais e das 6 agrovilas que compõe o perímetro.

⁴ Segundo fontes orais e documentais consultadas, numa primeira etapa o DNOCS privilegiou famílias vindas de outras regiões, supõem-se, como forma de pressionar os antigos proprietários que estavam em litígio desde a desapropriação das terras, a fim de que desistissem das reclamações.

agroindustrial, só que em cidades distantes mais de 100 Km de lá – Pesqueira, Custódia e Belo Jardim –, que foram privilegiadas por serem núcleos urbanos maiores e por estarem localizadas nas margens da BR 232, principal artéria que liga a capital ao Agreste e Sertão. Este parque industrial exerceu forte influência sobre os produtores, direcionando a produção para alguns poucos produtos, especialmente a banana e o tomate – a produção deste último alcançou a marca de 3 mil toneladas por dia na segunda metade da década de 1980. Na época Ibimirim experimentou um crescimento demográfico superior ao de Petrolina⁵. Esta época ficou marcada na memória social das famílias de agricultores como a época da prosperidade, quando “agricultor era rico”, conforme os depoimentos que recolhemos de irrigantes em nossa pesquisa de doutorado, embora é preciso considerar que estas memórias sempre são sempre referências que relacionam uma determinada situação, ou a situações distintas vividas em períodos diferentes da vida, ou a situações vividas por outras pessoas de posição semelhante.

Então veio a decadência, ainda na primeira metade da década de 1990, provocada por um conjunto de fatores associados: a quebra de uma das duas comportas existentes para controlar a vazão da água para o sistema de canais de irrigação; o desperdício deste mesmo sistema devido à evaporação e à falta de manutenção na estrutura de concreto; e, por fim, mas não menos importante, os anos de seca prolongada fizeram sua parte. A queda da produção foi drástica com o açude secando⁶, as empresas mudaram de proprietários e deslocaram a produção para o Centro-Oeste e a população foi migrando para outras partes. Foi assim que o “novo Eldorado” do Sertão dos anos 80 se transformou na “terra de ninguém” dos anos 90, década em que o crescimento demográfico inverteu o pólo, de positivo para negativo⁷.

Porém, as chuvas de 2004 trouxeram novo alento e o açude sangrou novamente. De Brasília também sopraram novos ventos, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário organizando a retomada do PIMOX, com a liberação de recursos para os trabalhos de recuperação das comportas e canais e também para a produção agropecuária. A população voltou a crescer, com o retorno de antigos moradores e a chegada de novos, e Ibimirim conta atualmente com uma população de 27.261 habitantes⁸.

Desta forma, a história de Ibimirim foi marcada por ondas demográficas, positivas e

⁵ Informação atribuída ao CONDEPE, segundo consta no Diário de Pernambuco, edição de 7 de janeiro de 2002, acesso pelo endereço eletrônico www.pernambuco.com/diario/2002/01/07/urbana1_2.html.

⁶ O açude sangrou em 1986 e só depois de 12 anos voltou a encher novamente, em 1998, mas sem sangrar. Em 2001, portanto, 3 anos depois de ter enchido, o açude estava com menos de 5% da sua capacidade total.

⁷ Nos anos 1990, a taxa média de crescimento anual em Ibimirim foi de -1,64%, passando de 28.101 habitantes em 1991 para 24.340 no ano 2000. Fonte *Atlas do Desenvolvimento Humano*, disponível em <http://www.pnud.org.br>.

⁸ Dados da Contagem Populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística em 2007, cf. consta em www.ibge.gov.br/cidades.

negativas, devido à articulação de fatores locais – principalmente a necessidade de diminuir a insegurança alimentar e social no sertão melhorando a (in)capacidade de gestão das águas – com as condições de produção do sistema capitalista, que leva a submissão da estratégia citada à lógica do mercado, via indústrias de alimentos. A associação destes fatores produz efeitos nocivos sobre as condições de reprodução social que regulam as comunidades de auto-subsistência⁹.

Queiroz (1979) atribui a demografia à qualidade das relações sociais que marcam cada um dos tipos de sociedade definidos por Redfield (1961): (i) a “sociedade tribal”: em que a divisão social do trabalho é simples e não há concentração urbana; (ii) a “sociedade agrária”, onde a cidade, que como centro político-administrativo organiza e domina o meio rural, ainda é dependente dele por ser o principal setor produtivo, e; (iii) a “sociedade urbana”: quando a cidade se torna a produtora por excelência, se libertando da dependência do seu meio rural, com outras formas de garantir seu abastecimento¹⁰. É pela demografia, afirma esta autora, que na sociedade tribal prevalecem as relações face-a-face, profundamente marcadas pela afetividade; que continuarão predominantes nas sociedades agrárias, porém, coexistindo com relações indiretas e indiferentes “misturadas ambas em doses diversas conforme a sociedade”; e que ficarão restritas aos pequenos grupos que coexistem nas sociedades urbanas, predominantemente marcada pelas relações indiretas e indiferentes (QUEIROZ, 1979: 162).

Entretanto, o tipo ideal puro não existe na realidade, como diz autora: “Esses três tipos de sociedades podem ser concomitantes no tempo e no espaço numa sociedade como a brasileira [...] conforme a sociedade e o momento histórico, as relações entre os três tipos será diversa, os processos de mudança de predominância serão diferentes [...]”. Sendo assim, “o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade” (QUEIROZ, 1979: 162-163). Portanto, as relações sociais do e no campo e as da e na cidade passam a ser matéria que exige a articulação da sociologia rural e da urbana, particularmente nos dias atuais quando: a cidade passa a ser local de moradia das pessoas que trabalham no campo, e vive-versa; os moradores do campo não estão ocupados exclusivamente na agricultura; o abastecimento da cidade (até mesmo dos povoados) não depende mais dos sítios que vivem

⁹ Cf. MEILASSOUX, Claude. *L'Économie de la vie. Démographie du travail*. Lausanne: Editions Page deux, 1996. O trabalho de Meillasoux visa evidenciar os efeitos nocivos da entrada do capitalismo em regiões onde predominam sociedades de subsistência. A idéia de Meillasoux é evidenciar que estas sociedades possuem mecanismos efetivos de controle social que impedem uma explosão demográfica, devido à forma como esta sociedade partilha os víveres: os adultos produtivos serão beneficiados em situações de pouca disponibilidade de alimentos, daí as taxas elevadas de mortalidade infantil.

¹⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp. 160-176.

ao seu redor; e, por fim, o desenvolvimento do campo não implica, necessariamente, no desenvolvimento da cidade ao qual está vinculado e, no caso inverso, o desenvolvimento dessa cidade pode acontecer até mesmo em prejuízo da área rural que está ao seu redor, a exemplo dos diferentes casos observados por Queiroz no clássico *Bairros rurais paulistas*.

Este percurso analítico tomado por Queiroz (1973; 1979) abre a possibilidade, explorada pela autora, de considerar a penetração de estilos de vida citadinos mesmo na ausência de um processo de industrialização, ou, até mesmo, de haver uma verdadeira urbanização, a partir da análise das práticas culturais, ou melhor, das mudanças das práticas culturais nas sociedades “rurais”, entre outras coisas.

Interessa-nos retomar tal perspectiva ao considerar algumas trajetórias de jovens no município de Ibimirim, na seqüência.

Parte II – Da constituição de pessoas híbridas, habitantes (alguns amantes) do campo e da cidade

Evanildo tem 20 anos de idade e faz 10 anos que mora em Ibimirim. Chegou ainda menino, com 10 anos de idade, vindo de Maceió acompanhando os pais que faziam o percurso de retorno: os pais saíram das imediações de Mata Grande (AL), distante umas dezenas de quilômetros de Ibimirim, já tinham morado no Rio e em São Paulo e, por último, Maceió. Foram morar no sítio que o pai comprou à beira do açude Poço da Cruz, sem energia elétrica, e trabalharam na terra durante sete anos, ao final dos quais ficaram sem praticamente nenhuma reserva financeira. Depois foram morar “na rua”, para facilitar os estudos dos três filhos do casal, dois rapazes e uma moça. A moça, mais velha, foi para São Paulo trabalhar. Evanildo é um ano mais velho que o irmão Evandro. Evandro cria tilápias em tanque-rede no açude, na propriedade que ainda é da família. Evanildo trancou matrícula no curso de Biologia de uma faculdade em Arcoverde e trabalha como digitador na prefeitura, sob contrato temporário. Das lembranças sobre a vida em Maceió – dos passeios na praia e no parque de reserva ambiental da cidade, das idas ao shopping para passear e ir ao cinema –, dos anos no sítio e da situação atual da vida na cidade, Evanildo elabora o seu gosto pessoal, o seu estilo de vida:

E: Mas era isso, eu gostava também muito de ficar naquele meio [Maceió], da gente brincar com os meninos lá da rua, conversar, estudar na escola. essas coisas não mudaram né. Só mudou as pessoas, mas *o estilo não mudou*. E eu gostava disso na cidade de ir pra praia, de ir pro shopping, pro parque, andar na cidade com meus pais.

P: E aqui, tu gosta do quê?

E: E aqui gosto de... Eu mudei pra cá e agora no momento é diferente né? Eu gostava de ficar com meus primos, pescar, nadar. Também no açude mudou o sabor da água, era salgada agora é doce. Mudou um pouco. A agitação também mudou. Mas o que eu gosto muito aqui é de nadar, pescar e... *Aqui é melhor. Eu achei que... na soma, eu achei aqui melhor que lá.* Tem essas qualidades: lá a gente se divertia no cinema, esse tipo de coisa, e aqui não tem. Mas lá também tem aquela correria aquela... você não tem aquela... aqui eu conheço todo mundo.
[...] Gosto muito daqui, eu gosto de tomar cajuína com coca-cola, comer carne de bode, sentar lá na Barraca de seu Zé Luiz, finado, que morreu agora, mas tem o filho dele. A gente comer aquela tilápia lá com ele, tomar um banho no açude, pescar, caçar... eu aprecio muito. Gosto disso, de ficar na rua, andar sozinho às vezes na rua tarde assim e não ver perigo, conversar com todo mundo, conhecer todo mundo, eu gosto muito disso. (Evanildo, 20 anos, entrevista concedida ao autor, 2007; grifo do autor).

Já dizia Bourdieu que a formação do gosto é uma experiência social, não só como condicionamentos levados a cabo no processo de socialização dos indivíduos, mas também como formas de expressar uma vinculação social (BOURDIEU, 2007). Portanto, o gosto está ligado às formas de estilização da vida, e o estilo, por sua vez, também remete às formas de identificação dos grupos sociais, especialmente os grupos de jovens devido à valorização, entre estes, das formas de se apresentar em público, por estarem vinculadas aos jogos de sedução entre os gêneros sexuais. Esse processo de estilização da vida não apaga as individualidades, pelo contrário, sobre estas constrói elementos mobilizadores do coletivo, que são como chaves que abrem e fecham passagens. Cada um sabe qual é a sua turma, pois é portador de uma chave. Ou, de várias. Por isto, as “novas tribos” podem ser, inclusive, virtuais, e parecem ser menos propensas ao controle das individualidades do que as comunidades tradicionais (BAUMAN, 2003, 2005).

A estilização da vida, embora possa abarcar elementos locais, características regionais, etc., passa ao largo das referências à comunidade entendida enquanto conjunto de pessoas referenciadas a um lugar, pois que se assenta em elementos identitários, daí, transborda os limites entre rural e urbano – tarefa implementada, principalmente, pela TV e internet – tendendo a homogeneizar os jovens desses espaços.

P: [...]Agora, aqui dentro de uma cidade pequena é muito diferente o jovem, por exemplo, que mora aqui na cidade, na rua e o que mora na agrovila ou no sítio? Tem muita diferença no estilo de vida? No comportamento? É diferente?
E: Se tiver alguma diferença é pouca. Aqui tem mais assim, vamos dizer, bar, festa, aqui tem mais do que nas agrovilas, mas não é muito diferente não. Lá é mais parado, tem o movimento menor. Aqui em Ibimirim é uma cidade muito alegre, né. Você vê a noite muita gente junta aí na rua e tal. Mas na soma mesmo assim não tem tanta diferença. (Evanildo, 20 anos, entrevista ao autor, 2007)

A perspectiva que estamos querendo mostrar a partir dessa entrevista com um jovem

não é no sentido de fazer parecer homogêneos as experiências e unívocos os sentidos atribuídos a vida no meio rural e no meio urbano pelos jovens pesquisados. Entre os 40 jovens que entrevistamos até o momento há variações de sentido na percepção do modo de vida rural e urbano.

Carlos André, jovem de 27 anos, nascido em Ibimirim, na Agrovila 1, que foi incorporada ao núcleo urbano da se devido à proximidade, foi morar num sítio logo que casou. Depois, migrou para trabalhar na construção civil em Recife, durante 2 anos, quando retornou para Ibimirim, motivado pela perspectiva de plantar novamente no lote irrigado. Para ele,

[...] o sítio é um ovo. Porque você anda dentro de **um sítio é um ovinho: quando chega na esquina já acabou a rua**. E eu parado sem serviço aqui eu ajudava meu sogro a fazer uma cerca dava palma pros bichos, né. Mas não era todo dia aí foi onde eu ficava doido pra vir pra cá.

[Tem] **muita coisa bonita de se ver na capital né. Mas se ficasse infurnada dentro de casa era diferente**. [...]de férias de novo passei o mês todinho que Deus deu dentro de Recife lá dentro de casa, aí peguei as minhas férias e comprei umas coisas que eu tava precisando pra dentro de casa mesmo aí que. Aí peguei fiquei sem dinheiro e até pra ir no shopping não tinha dinheiro. Aí foi onde eu peguei dinheiro emprestado com meu tio e disse: vamo no shopping pra nós se distrair um pouco, mas se vê que eu tava ficando em depressão. Da varanda pro quarto, do quarto pra cozinha, da cozinha pro outro quarto, do quarto pra sala e eu digo: “meu Deus do céu que dia cumprido” e a noite cumprida também. Eu digo: minha Nossa Senhora será que esses 30 dias do mês não passa não é?

Aqui eu tinha amizade, aqui eu vou *pros cantos*, né. (Carlos André, 27 anos, entrevista ao autor, 2007)

Este aponta para diferentes articulações de motivos na construção dos sentidos atribuídos a cada um dos espaços que viveu – sítio, cidade pequena e capital – e permite-nos articular a opinião às situações permeadas pela condição de classe social – que limita o que dá e o que não dá para fazer –, mas também pelas amizades, pelas afinidades com os lugares sociais e pelas relações familiares.

2. Para concluir

Mesmo na tentativa de construir um discurso coerente de si mesmo, articulando os acontecimentos de forma linear, evolutiva e unidirecional, como um trajeto percorrido desde um ponto de origem até um (quase) final, enfim, com um sentido, não podemos compreender uma trajetória como um processo de escolhas que sejam interpretadas como opção individual referenciadas em características psicológicas independentes dos vínculos sociais que fazem de

cada um sempre um ser “em relação à”, pois “A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis” (ELIAS, 1994: 21)

Embora saibamos da limitação com que abordamos estas questões neste artigo, ele aponta para a articulação necessária entre modos de ser e contextos sociais, entre juventudes e ruralidades.

3. Bibliografia

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

_____. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus Ed., 2001.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2004.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *O processo civilizador* (2 vols.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, pp. 160-176.

_____. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**DE RESISTÊNCIA COTIDIANA A ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA A PARTIR DE JAMES
SCOTT E NORBERT ELIAS**

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho¹

Resumo

Apesar de o título estimular uma compreensão evolucionista do tema aqui abordado, acho necessário enfatizar que a perspectiva adotada no desenvolvimento desse artigo orienta-se por uma concepção processual, interacional, a partir da qual buscamos compreender a manutenção da agricultura camponesa, e suas estratégias de resistência cotidiana, a partir da garantia da sustentabilidade familiar. Esta abordagem parte da constante interação entre os sujeitos, agentes num processo social, que ao buscarem a satisfação de suas necessidades dão importante contribuição para a manutenção de outras formas de vida e assim possibilitam a formação de alternativas ao desenvolvimento econômico produtivista. Obviamente as formas de produção camponesas ao estarem em contato com a agricultura moderna sofrem mudanças com relação às suas representações tradicionais, e ao articularem alternativas de renda agrícola e não agrícola tem conseguido não apenas se manter, mas também inserirem-se na dinâmica de mercado, comercializando excedentes e comprando produtos industrializados. Acato também a idéia de que o desenvolvimento de tais estratégias está em consonância com o que hoje concebemos sob a noção de sustentabilidade. De acordo com a abordagem aqui apresentada, tais possibilidades só foram possíveis ao longo de um processo de interações entre indivíduos e sociedade que, mesmo não tendo premeditado todos os resultados possíveis, construíram no cotidiano alternativas de sobrevivência, atualmente tomadas como de interesse coletivo, possibilitando a revalorização da agricultura camponesa, sua forma de vida e estratégias de manutenção familiar. Orientado por essas perspectivas o trabalho objetiva trazer elementos que contribuam para a discussão e reflexão a respeito do rural brasileiro, sem a pretensão de esgotar o debate sobre todos os temas aqui apresentados.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa; Resistência; Processos Sociais

1. Introdução

A idéia desenvolvida nesse trabalho pretende estabelecer uma discussão buscando compreender a manutenção dos sistemas familiares de produção agrícola, a partir do diálogo entre o conceito de processos sociais proposto por Norbert Elias e a noção de resistência cotidiana a partir da abordagem de James Scott. Tomarei como hipótese de trabalho, considerar que a resistência está, a priori, nos indivíduos que nas suas interações, reconstruem e reinventam, a si mesmos e à sociedade. Desta forma estabelecem novas relações, sem terem

¹ Professor do Centro de Ciências Agrárias da UFPB. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. E-mail: rosivaldo@cca.ufpb.br.

planejado todos os resultados de longo prazo, possíveis dessas interações. As estratégias de resistência resultam da constante necessidade de garantia da própria existência.

Tomando como exemplo a condição da agricultura camponesa, considero um importante fator de resistência, o conjunto de conhecimentos e técnicas construídas ao longo de gerações e sua capacidade de uso dos recursos disponíveis para satisfação das necessidades familiares, mesmo em condições de perceptível fragilidade², às quais está submetida. Tais fatores possibilitaram a manutenção dessa categoria social frente à dominação estabelecida pela agricultura moderna, exigente em grandes extensões de terra e no uso intensivo de capital financeiro.

Assim, os sistemas de policultivos ao contrário dos monocultivos, por exemplo, obedecem à priorização da subsistência familiar, à garantia da segurança alimentar ao invés do risco de uma cultura voltada exclusivamente ao mercado. Percebe-se também que o conjunto de técnicas utilizadas para implantação dos roçados, os manejos adotados estão intrinsecamente ligados ao conhecimento empírico acumulado a gerações, que associa o uso de técnicas e a disponibilidade de mão-de-obra familiar. Chayanov (1974), no seu trabalho sobre a organização econômica da agricultura camponesa, refere-se ao uso maximizado da mão-de-obra existente na unidade produtiva como parte da estratégia de crescimento familiar e da divisão de tarefas entre os membros de diferentes sexos e idade.

Observados dessa forma, as estratégias adotadas por esse grupo, possibilitou contrariar as abordagens que previam o desaparecimento das formas tradicionais de produção na agricultura frente ao crescimento da agricultura moderna, a exemplo da teoria do dualismo econômico proposto por Lewis (1954). Sua continuidade ocorreu, antes de tudo, pela priorização do agricultor à garantia da sua existência enquanto pessoa, indivíduo, ator, agente, responsável pelo seu sustento e da sua família, sem que suas ações estivessem, necessariamente contidas em uma ideologia política revolucionária, voltadas para mudanças macroestruturais e para a reorganização das relações sociais.

Segundo Scott (2000), a arte de resistir reside na capacidade e na criatividade dos dominados em superar os limites que lhes são impostos a continuarem existindo, sem que esta resistência tenha que ser necessariamente colocada em um discurso público estruturado ou presa a uma mobilização de movimento social classista.

² Referindo-me às condições encontradas pela agricultura camponesa da região semi-árida, a noção de fragilidade está relacionada ao contexto de pobreza, caracterizado por grande concentração de terra, por períodos de chuvas relativamente curtos e irregulares, baixos níveis de precipitação pluviométrica, vegetação arbustiva e solos pouco profundos, que exige dessa família um nível elevado de conhecimento e de elaboração de estratégias que possibilitem a sua manutenção fundamentada na agricultura.

2. Resistência cotidiana segundo Scott

De acordo com a abordagem de Scott (2000), a resistência pode ser compreendida tanto pelas suas expressões materiais quanto pelo seu caráter simbólico, de forma que uma não se dissocia da outra, por conceber ao sujeito o caráter da resistência sem que necessariamente esse esteja engajado em um determinado movimento político. Segundo Brook (2001), a abordagem de Scott contrapõe os princípios das teorias tradicionais que explicam a resistência apenas pela ação coletiva organizada, mas que tem ignorado as ações cotidianas.

Para Scott, a resistência não ocorre apenas no sujeito mobilizado politicamente ou na ação revolucionária. Ela está presente também na ação cotidiana do indivíduo, quer internalizada ou pública, nos comportamentos frente ao igual ou ao dominador. Assim sendo, sua teoria contesta a idéia de resistência apenas como uma ação de classe organizada sem, no entanto, negar a sua ocorrência.

Scott trabalhará com a desigualdade de poder, entre as pessoas, mas reconhece que aqueles estruturalmente menos dotados de poder, como o econômico ou político, por exemplo, se orientam racionalmente a utilizar sua capacidade criativa para reinventar relações e garantir a própria sobrevivência. Dessa forma, se tornam capazes de resistirem a pressões que poderiam impossibilitar a existência de sua forma de vida.

Com base nessa abordagem, é interessante perceber como tal resistência nem sempre se torna pública, ou seja, ela, muitas vezes, se revela apenas na intimidade dos dominados, na ausência do dominador, nas brincadeiras, conspirações, atos de magia, restrito a pequenos grupos e que a sua manifestação pública está antecipada de uma auto-superação. Tal conteúdo pode ser observado no comportamento da senhora Poyser (Scott, 2000), tornando público um sentimento e um desejo de expressão compartilhado por todos, mas que restrito a pequeno grupo só se efetiva em um ato de intrepidez, bravura ou apenas de ousadia, marcado de forte conteúdo emocional. Segundo Scott esta manifestação é,

expresada en un momento de fúria, la declaración de la señora Poyser fue, se puede argumentar, espontánea. Pero la espontaneidad estaba en la ocasión y en la vehemencia de la declaración, no en el contenido... el contenido habia sido ensayado una e outra vez... (Scott, 2000:31).

Como nem sempre os atos de resistência se tornam públicos, é necessário entender que muitas vezes eles estão contidos no estilo de vida, no conhecimento acumulado, nas

experiências empíricas, nem sempre dotadas de intenção para afrontar o poder dominante. Ela pode ser compreendida como a melhor solução possível, dadas as condições objetivas de determinado grupo, para a garantia da sua própria existência. Se esse grupo continua existindo, mesmo que espacial e temporalmente distanciados dos níveis de tecnologia proposto pela sociedade contemporânea, é possível compreender o conhecimento acumulado como um mecanismo que possibilita resistir às condições adversas. Afinal, “a grande expressão da resistência camponesa não é derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver - hoje, esta semana, esta estação – dentro dele” (Scott, 2002).

3. A teoria dos Processos sociais e as mudanças na agricultura brasileira

A partir do estudo dos processos sociais desenvolvido por Elias, nos deparamos com uma questão central no objeto sociológico. Logo na introdução do seu livro, “A sociedade dos indivíduos”, ele nos apresenta a seguinte questão:

Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos em conjunto e não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós nem tampouco por todos nós juntos? (Elias, 1994:13).

Para Elias (1994), as grandes transformações estruturais e históricas nas sociedades independem das intenções de qualquer pessoa em particular, ou seja, ninguém planejou em séculos anteriores a sociedade tal como ela se estabelece atualmente. Desta forma, ele questiona tanto as abordagens que tomam a sociedade como formações sócio-históricas, concebidas e planejadas tal como se apresenta ao observador retrospectivo, quanto àquela na qual o indivíduo não desempenha papel algum.

Considerando a sociedade como resultado de um processo social de longo prazo, para Elias (2006), o estudos de tais processos,

consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade que constituem a infraestrutura daquilo que em geral denominamos história (Elias, 2006:197).

Partindo do pensamento de elisiano para analisarmos o processo de modernização da agricultura brasileira, percebemos um processo de mudanças planejadas e orientadas, ocorridas no setor rural brasileiro, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980, com notável aparato técnico científico montado, segundo Delgado (1985) e Graziano (1997), para

tornar a agricultura um setor dinâmico da economia capaz de atender tanto às demandas da crescente industrialização do país, quanto às exportações de produtos agrícolas. Era também objetivo dessa modernização a superação das formas tradicionais de produção consideradas atrasadas.

Todavia, tanto para abordagem de Elias (1994), quanto para Boudon (1994), não é possível prever todas as conseqüências possíveis ao empreendermos uma ação racionalmente planejada. Sendo assim, é necessário atentar para que o resultado de determinada ação possa ter o sentido oposto ao atribuído a ela. Ou seja, ele resulta de uma composição ou de configurações sociais cujas variáveis não podem ser controladas.

Estas abordagens possibilitam compreender o fortalecimento de uma agricultura de base familiar no Brasil, após a década de 1980, como efeito contrário ao esforço no sentido de sua superação durante as duas décadas anteriores. Mas, tal valorização tornou-se possível porque esse grupo conseguiu estabelecer suas estratégias de resistência e continuaram existindo frente às condições desfavoráveis³.

Como já bastante enfatizado nos estudos sobre as transformações no rural brasileiro, autores como, Almeida (1999), Brumer (1997), Gohn (1997) Martins (1997), Medeiros (1999) entre outros, destacam a grande mobilização social, no meio rural brasileiro, em contraposição aos impactos sócio-ambientais negativos promovidos pela modernização da agricultura, marcadas por intensas lutas por uma reforma agrária que permitisse o acesso a terra e a manutenção de pequenos agricultores no campo.

Não menosprezando as abordagens contidas na maioria dos estudos sobre os movimentos sociais no rural brasileiro, busco entender aqui a resistência dos agricultores familiares, a partir das suas características micro, na suas relações cotidianas, na constante interação entre indivíduos, onde são gerados saberes que levam às práticas repetidas, reificadas ou mesmo reinventadas ao longo de gerações.

Assim, pensando em processos sociais, mesmo tendo sido preconizado a superação das formas de agricultura fundamentadas nos modelos familiares, essa forma de agricultura continua existindo (coexistindo), não na sua forma pura, mas transformada e, paradoxalmente, contribuindo tanto para a manutenção quanto para o questionamento e construção de alternativas ao modelo que previu o seu desaparecimento.

³ Referindo-se a tais condições podemos citar: a expropriação de terras dos pequenos agricultores em conseqüência disso o crescente êxodo rural, a falta de incentivos por meio de políticas públicas e a opção governamental pela modernização do latifúndio.

4. A agricultura camponesa como estratégia de desenvolvimento

Atualmente, muitos estudos apontam a pluriatividade na agricultura camponesa, como estratégia capaz de proporcionar melhorias na receita familiar combinando fontes de rendas não agrícolas associadas com renda advinda do trabalho na agricultura, Anjos (2003), Schneider (2003), Kageyama (1998), Carneiro (2005). Apesar do caráter recente desse estudo aqui no Brasil, o trabalho de Chayanov (1974), já apresenta a articulação entre as fontes de renda agrícolas e não agrícolas como estratégias para manutenção da unidade de produção camponesa em períodos de subutilização da mão-de-obra na propriedade ou quando sua oferta excedia a capacidade de absorção na unidade produtiva.

Segundo Schneider, (2003), “as decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral” (Schneider, 2003:2)

Assim, a mão-de-obra na unidade produtiva pode ser utilizada a partir de diferentes estratégias, permitindo tanto a sua venda em períodos de pouca demanda, a exemplo dos períodos de estiagem do semi-árido brasileiro, quanto à associação de atividades agrícolas e não agrícolas mesmo nos períodos de chuva. Esses arranjos tornam possível o estabelecimento de diferentes possibilidades para a melhor utilização da mão-de-obra familiar existente na unidade de produção.

Concentrando a reflexão sobre as práticas agrícolas, os sistemas de policultivos apresentam-se como uma estratégia interessante. Ao contrário da lógica comercial, exigente em extensas áreas com uma única espécie cultivada (monocultivos), na unidade de produção familiar é possível perceber em pequenos módulos a coexistência de vários sistemas de cultivos, às vezes consorciados em uma mesma área ou em áreas distintas, mas raramente observa-se a dedicação a uma única atividade econômica. Tal característica possibilita uma maior versatilidade e possibilidades de resistência a períodos difíceis, como na escassez de água, e também às variações de preços no mercado. Isso tem possibilitado à agricultura camponesa garantir uma diversidade de alimentos para o próprio consumo e produção de excedentes para o mercado⁴.

⁴ Dados tem apresentado que 80% da produção de alimentos básicos no Brasil provem da agricultura familiar e ainda , de cada dez postos de trabalhos na agricultura sete são em propriedades de agricultores familiares. Isso por só já indica o nível de importância dessa forma de agricultura como política de desenvolvimento.

Se tomarmos ainda a estratégia de armazenamento de sementes para o próximo ano agrícola, veremos que, na intenção de garantir a existência familiar, os agricultores contribuíram para a manutenção de uma grande variedade de sementes que no momento chama a atenção de pesquisadores para o importante potencial genético das sementes tradicionais, em um momento marcado pela extrema diminuição da biodiversidade de espécies cultivadas.

Atualmente essa atividade tem ocupado espaço importante enquanto uma ação coletiva apoiada por organizações governamentais e não governamentais no estado da Paraíba, destacando-se as estratégias dos bancos de semente, que passam a ter uma gestão coletiva e ainda vem a tornar-se uma nova tradição a realização anual da festa da semente da paixão⁵, espaços utilizados para debates e trocas de experiência sobre o resgate e manutenção de sementes tradicionais.

Os argumentos apresentados ajudam a entender que, uma estratégia de “resistência camponesa” (Scott, 2002), ao longo de “processo social” (Elias, 2006), pode resultar em ação coletiva. Assim, entendendo resistência inserida em processos sociais, verifica-se que estratégias como a manutenção de sementes tradicionais, para a garantia de necessidades imediatas, tornou possível a ações coletivas que hoje se constitui nos bancos de sementes. Esses bancos se estabelecem como estratégia de desenvolvimento que pode possibilitar garantias futuras não apenas para os camponeses, mas para toda humanidade. Tal fato nos faz voltar à idéia de Elias, na qual ele associa os efeitos futuros de uma ação desenvolvida no presente, como resultado de novas configurações sociais impossíveis de serem premeditadas, pois elas dependerão de constantes interações entre os sujeitos e de novos arranjos institucionais⁶.

Tentando apresentar de forma resumida a discussão presente nessa sessão, buscou-se evidenciar que, constatados os efeitos sócio-ambientais negativos promovidos pela estratégia de desenvolvimento fundamentado no crescimento econômico industrial, as estratégias de

⁵ O termo semente da paixão está relacionado ao resgate de sementes tradicionais cultivadas ao longo de gerações, com maior adaptabilidade, ao solo, clima e sistema de plantio dos agricultores sendo, portanto, mais compatíveis com as suas necessidades. Essa expressão enfatiza a diferença com as sementes comerciais, por se tratar de uma estratégia de produção e gestão de sementes a partir do protagonismo dos atores locais e da propriedade coletiva dos bancos de semente. Ou seja, semente da paixão não é uma mercadoria, é um bem comum.

⁶ Tais arranjos dependem das constantes tensões entre diferentes campos sociais geralmente permeadas por relações de poder.

resistência camponesa possibilitara, na atualidade, a emergência de alternativas de desenvolvimento fundadas na noção de sustentabilidade⁷.

5. Considerações finais

Observando-se que a revalorização das formas familiares de produção, ocorre simultaneamente ao debate sobre desenvolvimento sustentável, torna-se evidente o potencial da agricultura camponesa apresentar-se com maior possibilidade de promover interação positiva entre fatores sociais, econômicos e ambientais. Ou seja, o fato de ter conseguido superar momentos críticos para a sua existência, a resistência da agricultura camponesa contribuiu para criação de estratégias que podem orientar uma nova concepção de desenvolvimento, e que passam a ser incorporadas nas bandeiras de movimentos sociais.

As teorias aqui abordadas centram suas atenções no indivíduo agente, em constante interação com o outro, constituindo novas relações que, atendendo às suas necessidades promovem mudanças nas relações sociais e conseqüentemente, em si mesmas, sem que nenhum deles tenha agido premeditadamente para que isso acontecesse. Não negam as relações de poder nem a necessidade de ações politicamente organizadas, mas chamam a atenção para a existência de um sujeito atuante na luta cotidiana para garantia da sua existência.

Se tomarmos o desenvolvimento da humanidade a partir da noção de processos sociais, apresentada por Elias (1994), apenas,

mediante certo desprendimento, pondo de lado os desejos imediatos e as simpatias pessoais, se consegue obter uma visão não distorcida da ordem da mudança histórica, da necessidade com que a rede humana, depois de atingir certo auge das tensões, é instada a se deslocar para além de si mesma quer na direção de uma integração mais abrangente quer a uma relativa desintegração, a uma vitória das forças centrífugas (Elias, 1994:46).

Com base nesse argumento é que compreendemos as possibilidades de reorientação da estratégia produtivista por uma racionalidade orientada para a promoção da sustentabilidade. Porém, sem negligenciar a necessidade das intensas disputas políticas e ideológicas.

Assim, torna-se possível afirmar que, mesmo conseguindo resistir ao sistema de simplificação agrônômica, pela sua capacidade de observar e coexistir com os ambientes

⁷ O uso do termo aqui está associado ao argumento de Leff (2001), no qual sustentabilidade emerge como uma possibilidade e um questionamento à racionalidade científica e econômica delineando caminhos por onde seja possível a reconstrução do processo de desenvolvimento econômico dentro de uma nova racionalidade produtiva capaz promover uma reapropriação social da natureza.

sociais e naturais, os sistemas camponeses de produção também sofreu modificações promovidas pela interação com os sistemas científicos, e esta constante interação é central no que foi aqui compreendido como características da resistência e do processo social.

Nesse sentido, no momento em que passamos por um contexto que sugere uma reinvenção social do natural (Florit 2004), dando ênfase às relações que possibilitem a correlação entre o social, o econômico e o ambiental, a forma de exploração de base familiar, mesmo que modificadas, se apresenta como o tipo mais adequado de agricultura a responder a esse desafio.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ANJOS, F.S. dos. **Agricultura camponesa, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

BROOK, D. **The continuum of collective action**. Peace Review, 2001 p. 265-271.

BRUMER, A., SANTOS, J.V.T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CARNEIRO, M. J. **significados da pluriatividade para a família rural**. Texto apresentado no seminário nacional de desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Escritos e Ensaios: estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FLORIT, L. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: Edifurb, 2004.

FERNANDES, M. **Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito**. Campina Grande, Raízes v. 21 (02): 246-260. 2002

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.S. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura:**

idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**. Economia Aplicada, São Paulo, V.2. N.3, jul-set, 1998

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, 1994. (Caderno Temático, 1).

MEDEIROS, L.S., LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura camponesa e pluriatividade**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.51, p.99 - 121, 2003.

_____ **A pluriatividade na agricultura camponesa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos**. México: Ediciones Era, 2000.

SCOTT, J. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Trad. MENESES, M.A. e GUERRA, L. In. Raízes, Campina Grande, vol. (21) N° (1), p 10-31, 2002.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

DESENVOLVIMENTO RURAL, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE: O CASO DAS
AGROINDÚSTRIAS DE CRISSIUMAL

Mario Riedl¹
Cláudio Machado Maia²
Eduardo Ernesto Filippi³
Marcia Eliana Martins⁴

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar a tensão entre o global e o local numa abordagem que descreve uma nova forma de gestão do desenvolvimento. Na perspectiva de espaço de reprodução social, a pluriatividade é abordada como resultado da presença da globalização na agricultura e como se deu a adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante através de atividades agrícolas e não agrícolas. Ao considerar o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilita o avanço em nova concepção de políticas públicas. Caracterizando uma nova ruralidade, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Considerando o potencial de desenvolvimento regional endógeno de uma região, apresenta-se estudo de caso do município de Crissiumal, localizado na região noroeste colonial, no Rio Grande do Sul, que adotou uma nova forma de gestão do desenvolvimento a partir de seu potencial de desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Pluriatividade; Agroindústria Familiar

1. Contextualização

A tentativa dos agricultores familiares em adotar uma alternativa de desenvolvimento sustentável onde pudessem garantir sua capacidade de reprodução social, nos faz recorrer a algumas noções e conceitos em busca de definição de um paradigma.

Empiricamente, este estudo foi baseado na representatividade da agricultura familiar para o desenvolvimento regional numa perspectiva territorial, sendo necessária a identificação das particularidades e potencialidades do território objeto da análise. O território analisado foi escolhido pelo critério da intencionalidade, e pelo fato do grupo estudado ser representativo e

¹ Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: mriedl@unisc.br.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Economista (UFRGS), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com.

³ Doutor em Economia Política (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França), Mestre em Economia Rural (UFRGS), Professor do PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Graduação em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: marcicinha@yahoo.com.br.

apresentar certas características tidas como relevantes, identificando o regime de agroindústria e propriedade familiar.

Como o processo de divisão social do trabalho jamais conseguiu homogeneizar totalmente o trabalho do agricultor, assim como fez ao assalariado, o agricultor familiar não abandonou totalmente seus princípios, nem suas peculiaridades como agente social. O pequeno produtor continuou tentando viver sem a exploração do trabalho alheio e não vendendo sua força de trabalho.

O que hoje conhecemos como agricultura moderna teve sua origem nos séculos XVIII e XIX, na Europa, na chamada Primeira Revolução Agrícola Contemporânea. Período de ocorrência de intensas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, as quais aceleraram a decomposição do feudalismo e o surgimento do capitalismo (VEIGA, 1991 Apud MARCATTO, 2006). Do ponto de vista tecnológico, a Primeira Revolução Agrícola Contemporânea foi caracterizada pelo abandono do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos, plantas que podiam ser utilizadas tanto na adubação do solo, quanto na alimentação humana e animal (OLIVEIRA Jr., 1989). Sendo assim, foi possível intensificar o uso da terra e obter aumentos significativos na produção agrícola (EHLERS, 1996).

A segunda Revolução Agrícola Contemporânea, como uma nova etapa histórica da agricultura é evidenciada no período entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente na Europa e Estados Unidos. Uma série de descobertas científicas, aliadas ao desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas) acabou por impor novo padrão de desenvolvimento para a agricultura. Mudanças como a redução da importância da rotação das culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, principalmente, a indústria passando a absorver algumas etapas do processo de produção agrícola. Este padrão de desenvolvimento apresenta problemas, pois a partir das primeiras críticas aos efeitos ecológicos da Revolução Verde, à medida que aparecem as primeiras manifestações contrárias aos efeitos ecológicos causados pela intensa utilização dos recursos tecnológicos, colocou-se a preocupação com o meio ambiente. Os impactos causados pelo uso intensivo e excessivo da tecnologia, as tecnologias preconizadas pela Revolução Verde, no período do pós-guerra, fez com que aquelas regiões não atingidas, ou então as que foram desestruturadas por este pacote tecnológico, seja por questões econômicas ou culturais, continuassem conservando e aperfeiçoando práticas de agricultura que ficaram conhecidas como “práticas alternativas”. Práticas que foram utilizadas por

aqueles agricultores e/ou técnicos que não apresentavam condições econômicas para adotar o padrão de desenvolvimento imposto pela agricultura moderna.

A região noroeste colonial, no Estado do Rio Grande do Sul, é profundamente marcada pelas suas características rurais e estrutura fundiária predominantemente de agricultura familiar descapitalizada, contrastando com o predomínio do plantio de soja e trigo, produtos de utilização intensiva de tecnologia, onde o soja marca presença no mercado mundial de comercialização de grãos.

2. A perspectiva de espaço

O conceito de espaço no nosso desenvolvimento está gerando interesse e confusão crescentes. Afinal, para onde vão as macrotendências – globalização, blocos, poder local? Há várias razões para se discutir de forma mais aprofundada e organizada, o conceito de espaço, e a importância que assume no nosso cotidiano. Referimo-nos aqui aos espaços da reprodução social. Pois a simples reprodução do capital, a reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas da sociedade, ou mesmo para entender a própria reprodução do capital. Mesmo os relatórios sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, esclarecem que o objetivo central do desenvolvimento é o homem, sendo a economia apenas um meio (DAWBOR, 1996).

Conforme Dawbor (1996), o conceito de reordenamento dos espaços pode ser considerado, na medida em que conceitos como "globalização" trazem uma visão simplificada de abertura e unificação dos espaços da reprodução social. O que está ocorrendo, é uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo tanto globalização como formação de blocos, fragilização do Estado-nação, surgimento de espaços sub-nacionais fracionados de diversas formas, transformação do papel das metrópoles, reforço do papel das cidades, e uma gradual reconstituição dos espaços comunitários desarticulados por um século e meio de capitalismo. E estes diversos espaços em plena transformação e rearticulação abrem novas dimensões para a inserção do indivíduo no processo de reprodução social, permitindo talvez a reconstituição de um ser humano completo a partir dos segmentos de *homo economicus*, de *homo ludens*, de *homo culturalis* hoje fragmentados, numa economia que se unificou na mesma medida em que desarticulou a sociedade.

É melhor ser cidadão local ou cidadão do mundo? A pergunta não tem sentido na medida em que a cidadania tem hoje de se exercer em diversos níveis de espaços articulados. Transferir a cidadania para níveis cada vez mais amplos, e cada vez mais distantes do cidadão, é transferir o poder significativo para mega-estruturas multinacionais.

3. Atividades agrícolas e não agrícolas e sua relação com o global: a pluriatividade

Numa abordagem Marxista, onde o enfoque teórico só pode ser usado em conjunto com uma análise social e histórica em que a teoria não é analisada isoladamente, mas modificada por processos históricos concretos e examinada nas suas condições históricas, sociais e políticas, observa-se que a presença da globalização na agricultura, pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo “novas” formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades. A percepção de adaptabilidade do agricultor familiar ao capitalismo globalizante e da sua possibilidade de se adequar à lógica do capital, se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas.

Nesta concepção, a pluriatividade entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, seria uma expressão dessa tendência, e se manifesta como um “transbordamento do urbano sobre o rural” (SILVA, 1999), sendo responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo a originária de famílias de pequenos agricultores. Originando um “novo rural brasileiro” que se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias, o que é entendido por alguns como evidência da falência de certas formas da agricultura familiar. Além disso, se caracteriza também pela não identificação do espaço rural à atividade agrícola, se é que podemos dizer que algum dia houve esse rural exclusivamente agrícola.

Outra argumentação, cuja pluriatividade não seria uma prática estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas atuando, portanto, muito mais como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola ou das famílias do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola. Ela não seria, portanto algo transitório e conjuntural, mas também não poderia ser generalizada para toda e qualquer situação, sendo característica de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas e não mais pela produção (SCHNEIDER, 2005).

Diversos estudiosos das condições de vida e de produção da população rural demonstraram que o recurso às atividades não agrícolas por membros de famílias camponesas foi recorrente, em diferentes fases da história e em diferentes países, como mecanismo de garantir a manutenção desses grupos familiares. Tais práticas eram mais comuns em períodos em que a agricultura demandava menor tempo de trabalho.

Em outras palavras, considerando a indagação acima, a noção de pluriatividade deve ser restrita às situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade. Com a pluriatividade podendo ser praticada em determinadas situações e ser abandonada posteriormente tanto para o retorno à prática exclusiva da agricultura (o que não parece ser a tendência atual) quanto para ser substituída por outras estratégias familiares como, por exemplo, a de abandono definitivo da atividade agrícola. Podemos sugerir que esta última situação ocorre, sobretudo, em casos onde as duas atividades são exercidas por um mesmo indivíduo (o chefe da unidade produtiva, por exemplo) e não por membros diferentes de uma mesma família (o marido na agricultura e mulher na atividade não agrícola) (CARNEIRO, 2005).

4. Território, nova ruralidade: nova forma de gestão do desenvolvimento

Ao se considerar o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilitará o avanço em nova concepção de políticas públicas⁵. Tal concepção é pertinente pois se baseia na evidência de que a maior parte das políticas públicas aplicadas nos territórios rurais latinoamericanos contemplam parcialmente os elementos que constituem essa visão integral de ordem regional e territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005).

Para definir região na abordagem aqui apresentada (PAIVA, 2006), é fundamental a disposição dos agentes⁶ em conversar, dialogar e que se sintam identificados com aquilo em que estão dispostos a “fazer” por sua iniciativa própria. Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, uma certa ideologia, onde o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, com um máximo de solidadiedade, constituindo estruturas dialogantes.

A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral,

⁵ Como em geral, a política para o setor rural é decidida e instrumentada em outros âmbitos institucionais do setor público, sem uma adequada coordenação por parte das autoridades públicas pela problemática rural, uma visão ampliada do rural, englobando as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem no âmbito rural e que reconheça a multiplicidade de objetivos e funções do desenvolvimento rural, torna ainda mais necessária a coordenação institucional na aplicação das políticas públicas, uma vez que essas atividades geram novos atores, novas necessidades e uma grande quantidade de oportunidades de emprego e geração de riqueza (Piñeiro, 2000 apud PERICO e RIBEIRO, 2005, p.28).

⁶ Coletivo organizado - produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado.

princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Caracterizar um desenvolvimento endógeno (NORTH, 1977) sustentável seria identificar uma atividade local que através da geração de renda mobiliza os setores locais. Com a renda gerada e apropriada pelo “produtor” sendo consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimulando o entorno da região, gerando diversificação que gera alternativas internas para o território. A presença de um coletivo organizado – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representações do Estado – que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade, numa estrutura competitiva e no esforço endógeno, para melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo (também), um mercado externo sem ser necessariamente dependente, sem proteção cambial e/ou política específica do Governo.

O que implica, necessariamente, redefinir a economia que suporta os territórios – da redefinição do rural, uma nova ruralidade convida a reconsiderar a visão de que o rural é constituído por uma população dispersa centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política, ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Processos que são gerados pelo efeito da localização e apropriação territorial, compreendendo-se aí, que os recursos naturais são fatores de produção localizados. Dessa forma o rural passa a incorporar áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais, considerando a diversidade de setores econômicos interdependentes, envolvendo dimensões econômicas e não econômicas, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentando-se em visão territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005, p.19).

Conforme Perico e Ribeiro (2005, p.19), uma redefinição de ruralidade é necessária, pois reivindica profundas revisões nas políticas oficiais, assumindo-se a necessidade de um novo conceito de planejamento territorial e descentralizado, contrapondo-se ao atual e predominante planejamento setorial e centralizado. Vem a ser uma inovação em termos políticos, ao propor que a autonomia dos territórios rurais e sua própria capacidade de auto-institucionalização fundamentam nova forma de gestão do desenvolvimento.

O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Conseqüentemente, não há neutralidade no emprego da categoria território, o qual é visto como o espaço da concertação e da harmonia, e que passa a ser alternativa neoliberal de categorias analíticas contrárias às concepções marxistas. Conforme

Santos (1999), essa idéia de território usado ... pode ser adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo.

Os elementos presentes na discussão do território, possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do rural inserido numa economia globalizada, uma economia a procura de territórios racionais. Conforme Santos (1999), o próprio território, em certos lugares se torna racional. Havendo uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possível participações diferentes no processo global.

5. Tensão entre o local e o global: o caso de Crissiumal

Com uma população de 15.000 habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (figuras 1 e 2), inserido na Microrregião Celeiro. Emancipado do município de Três Passos no ano de 1954, o município de Crissiumal possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. Além das agroindústrias do Pacto Fonte Nova⁷, destacam-se a indústria moveleira e de calçados. De agropecuária diversificada, cerca de 62 % da população mantém sua residência no meio rural (PACTO FONTE NOVA, 2006).

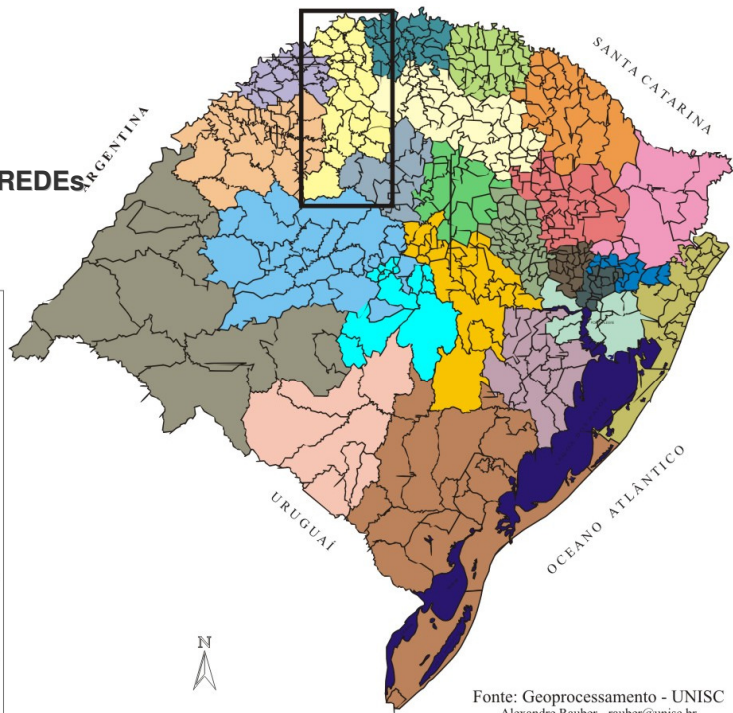
Na perspectiva territorial de uma nova ruralidade, uma nova forma de gestão do desenvolvimento, o Pacto Fonte Nova, revela a tensão entre o local e o global. Onde os alambiques de cachaça que existem tradicionalmente nos costumes locais, são regularizados conforme a exigência da Legislação. Essa atividade constitui uma alternativa viável no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo, proporcionando estabilidade no nível de renda, emprego e qualidade de vida, desempenhando um papel de desenvolvimento local sustentável ao proporcionar diversificação da atividade econômica.

⁷ Surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos, gerando empregos e receitas públicas. Para facilitar aos consumidores a identificação dos produtos de origem no município, decidiu-se pela criação de um SELO de Qualidade, nascendo a marca Fonte Nova.

Figura 1

Rio Grande do Sul
Conselhos Regionais
de Desenvolvimento – COREDES

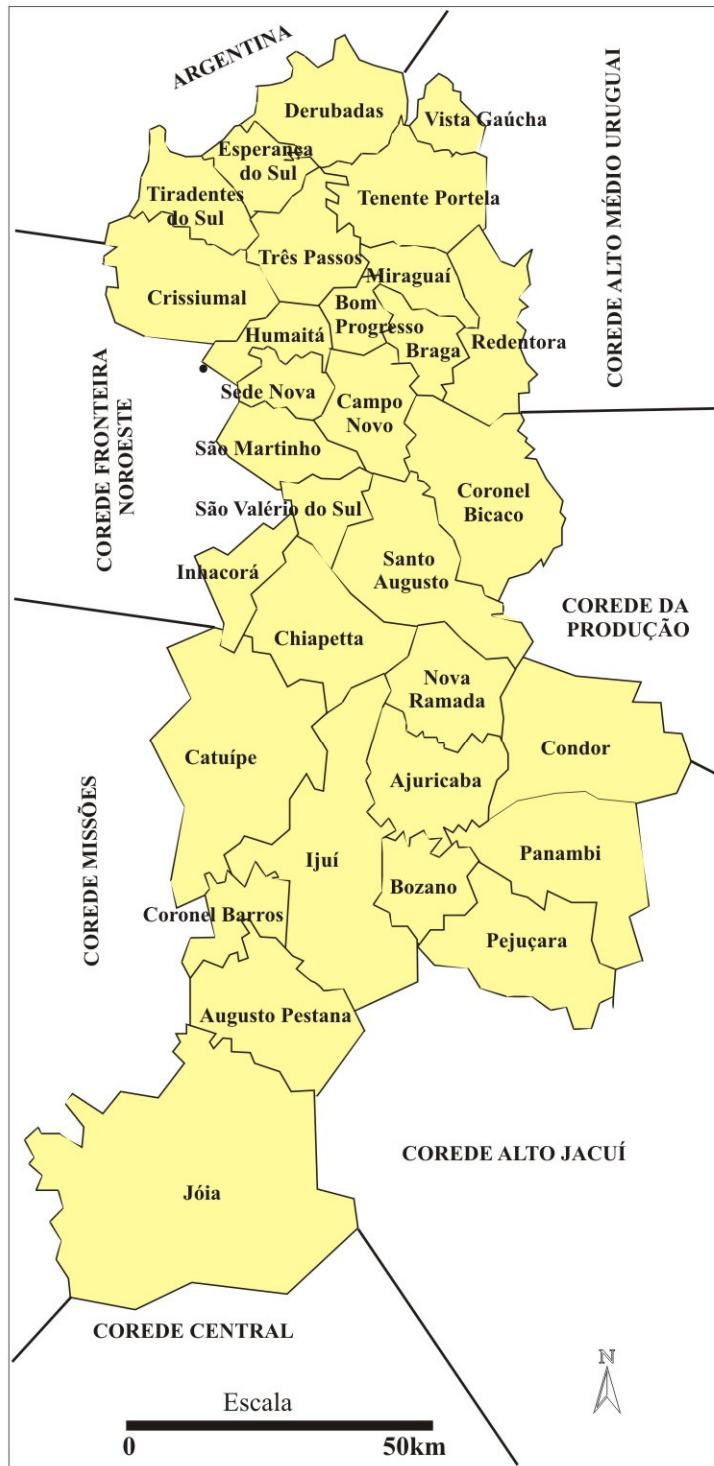
Região Fronteira Noroeste	Região Fronteira Oeste
Região Médio Alto Uruguaí	Região Vale do Cai
Região Noroeste Colonial	Região vale do Rio Pardo
Região Alto Jacuí	Região Central
Região das Missões	Região Norte
Região Sul	Região Litoral
Região Centro Sul	Região das Hortências
Região da Campanha	Região Vale do Paranhana
Região da Produção	Região Vale do Sinos
Região da Serra	Região do Vale do Taquari
Região Nordeste	Região Metropolitana
Região Botucaraí	Região Jacuí Centro



Fonte: Geoprocessamento - UNISC
Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

Figura 2

COREDE Noroeste Colonial



Fonte: Geoprocessamento - UNISC
Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

Em Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de derivados como a

cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado, evidenciando os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. A comercialização dos produtos é realizada a nível local, regional e estadual, com registro de exportações para outros países, como Chile e Alemanha. Com isso, o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova⁸, gerou mais de 210 empregos diretos, industrializando mais de 100 produtos e com o faturamento bruto anual no ano de 2002 sendo superior a 1,5 milhões reais. Sendo que nos últimos três anos Crissiumal recebeu mais de 250 caravanas e excursões que vem dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e Países, com o objetivo de conhecer a iniciativa de agroindustrialização local.

Uma alternativa de reprodução social que foi adotada em resposta a tensão entre um movimento global de modernização agrícola excludente e as iniciativas locais, numa conjuntura universalizante onde o rural se apresenta “urbanizado”, numa nova ruralidade, pluriativa como forma de “sobrevivência” num sistema maior – o sistema capitalista.

6. Considerações finais

A tese defendida neste ensaio é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região. Tese que aproxima a idéia de potencial – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de especialização – que fala de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo subordinação). Portanto uma tese que alimenta resistências. Especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

Vale dizer, que os limites de um desenvolvimento local endógeno não são fixos.

Um exemplo bem simples pode ilustrar as considerações finais: uma criança não se torna adulta, capaz de sustentação e auto-determinação, sem internalizar criticamente e dentro de padrões e organizações particulares e individuais as interdições que garantem sua reprodução na sociedade. Porém, nenhuma criança se torna adulta sem a mediação “endógena” da autoridade e da educação. Toda a criança em transição para a fase adulta é um sistema em desenvolvimento endógeno.

⁸ O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal mobilizou as principais entidades e lideranças locais, destacando-se no Conselho de Administração, a Prefeitura Municipal de Crissiumal; EMATER-RS; Associação Comercial e Industrial; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; SICREDI; Banco do Brasil; Banrisul; Caixa Econômica Federal; Conselho Municipal de Agropecuária; Associação dos Técnicos Agrícolas e Câmara Municipal de Vereadores.

Mas um sistema que vive dentro de outro sistema – a família, que vive dentro de outro – a comunidade, a localidade, que vive dentro de outro – a sociedade, a nação, e assim por diante. Nenhum destes subsistemas pode se desenvolver sem relação com o (vale dizer, sem depender do, sem se moldar pelo) sistema maior do qual é parte. E, por definição, nenhum subsistema pode se desenvolver ou alcançar auto-determinação, se depender apenas das impulsões do sistema maior (PAIVA, 2006, p.4).

Ora, um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxílio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no exterior⁹ (PAIVA, 2005).

7. Bibliografia:

CARNEIRO, Maria José. *Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica*. In: I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

DOWBOR, Ladislau. *Da globalização ao Poder Local*. Pesquisa e Debate. PUC-SP. v.7. n.1, 1996.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Livros da Terra Editora: São Paulo, 1996.

MARCATTO, Celso. *Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios*. Disponível em: < <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2006.

NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977.

OLIVEIRA J., P.H.B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Fase: Rio de Janeiro, 1989.

PACTO FONTE NOVA. Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial. Disponível em <<http://www.pactofontenova.com.br/historico.php>>. Acesso em: 30 out. 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. *Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais*. Porto Alegre: FEE, 2006. (mimeo)

PAIVA, Carlos Águedo. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: *Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ/UPPUR, v.13, n.2, p.15-26, ago./dez. 1999. Apud VERDE, Valéria Villa. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.

⁹ A articulação com o exterior é altamente potencializadora do desenvolvimento endógeno.

SCHNEIDER, Sergio. “*O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*”. Porto Alegre, UFRGS, 16 set. 2005. Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

_____ “*O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural*”. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.

SILVA, J.G. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, S.P. Coleção Pesquisas, n.1. São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

VERDE, Valéria Villa. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

DISTINTAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESENVOLVIDA EM UNIDADES DE PRODUÇÃO DE PEQUENO PORTE: ESTUDO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC

Neiva M. M. dos S. Baréa¹
Raquel Breitenbach²

Resumo

As transformações socioeconômicas que ocorrem na sociedade acarretam mudanças em diversos meios, e no meio rural não é diferente, o qual passa por uma reestruturação no modo de produção. Reestruturação esta intensificada a partir da década de 50, remodelando determinados ambientes por meio de um pacote tecnológico importado de países desenvolvidos. As unidades de produção rural, de modo especial as de pequeno porte são reestruturadas mediante um sistema de produção vertical, que atinge espaços e indivíduos de forma e época diferenciada. Nessa lógica de produção surgem novas atividades no rural, podendo ocorrer desde a desterritorialidade até uma nova territorialidade. Não obstante, atividades e indivíduos que não conseguirem se retorritorializar serão excluídos do processo produtivo, que é altamente seletivo e excludente. Essa é uma realidade presente na agricultura familiar desenvolvida em unidades de produção de pequeno porte. Tais alterações no modo de produção se fazem sentir com maior intensidade em espaços que tem sua economia calcada no setor agropecuário – neste caso o município de Caibi/SC. Este trabalho teve objetivo de avaliar a inserção das distintas dinâmicas do processo de modernização, de modo especial, nas unidades de produção de pequeno porte, caracterizadas pela agricultura familiar; verificando como o processo de modernização, influenciou na dinâmica destas unidades; averiguando os impactos causados a partir da inserção das novas tecnologias no meio rural; analisando também, o sistema produtivo e as principais atividades econômicas receptoras de novas tecnologias. Por meio do estudo e comparação das unidades de produção estabeleceram-se observações, análises e posteriores conclusões para o município em questão, uma vez que os fenômenos observados nestas unidades se estendem pelo município, sendo mais visíveis em alguns espaços. Os resultados demonstram que o espaço territorial rural do referido município tem sofrido um processo de exclusão de parcela significativa dos agricultores familiares, bem como, processos de seletividade espacial e social, com inserção de novas técnicas e de atividades econômicas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Dinâmicas Territoriais Rurais; Unidades de Produção de Pequeno Porte.

1. Introdução

O tema relacionado às dinâmicas da agricultura familiar desenvolvida em unidades de produção de pequeno porte, despertou interesse em função das transformações pelas quais

¹ Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS - Brasil.

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – UFSM/RS - Brasil

estes ambientes estão vivenciando com a inserção da modernização agrícola, iniciada na década de 1950 e intensificada nas décadas seguintes. Principalmente a partir de 1980, e de modo especial após a III Revolução Industrial, revelando seus aspectos positivos e negativos.

Aspectos estes que se fazem sentir com maior intensidade em ambientes caracterizados pela produção agropecuária, desenvolvida por agricultores familiares, em unidades de produção de pequeno porte. Uma vez que determinados espaços têm sua base econômica calcada nestes sistemas de produção. Este é o caso dos municípios da região oeste catarinense.

Nestes sistemas de produção as propriedades rurais são reestruturadas mediante um sistema de produção vertical, ou seja, precisam integrar-se aos Complexos Agroindustriais, que vem acompanhado de inovações técnicas oriundas, em sua maioria, de um pacote tecnológico importado, sem levar em conta as especificidades locais.

Todas essas inovações nos sistemas de produção atingem espaços e indivíduos de forma e época diferenciada. Nessa lógica de produção surgem novas atividades no rural, podendo haver a desterritorialidade de determinadas atividades e por conseqüência, também, gerar uma nova territorialidade. Porém, atividades e indivíduos que não conseguirem se inserir ou manter nesse modo de produção vertical e/ou se reterritorializar serão excluídos do processo produtivo, que é altamente seletivo e excludente.

Neste enfoque, a pesquisa teve o objetivo analisar a influência da inserção da modernização agrícola nas atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, evidenciando a unidade de produção rural de pequeno porte, motriz da economia de determinados espaços, os quais se organizam a partir das atividades presentes no rural.

A produção e a análise da pesquisa fundamentam-se em dados oriundos do IBGE, referencial bibliográfico e entrevistas junto aos atores sociais envolvidos, especialmente aqueles que conjuntamente com suas unidades apresentem condições socioeconômicas distintas no município de Caibi-SC.

Os resultados demonstram que o espaço territorial rural do referido município tem sofrido um processo de exclusão de parcela significativa dos agricultores, seletividade espacial e social, inserção de novas técnicas e de atividades econômicas.

2. Caracterização da área em estudo

O município de Caibi localiza-se geograficamente no Sul do Brasil, pertence ao Estado de Santa Catarina, na região Oeste do referido Estado. Possui uma área territorial de

178km², com uma população total, segundo o censo demográfico de 2000 (IBGE), de 6.354 habitantes. Destes 3.060 residem na área urbana e 3.294 na área rural, apresentando uma densidade demográfica de 35,7 habitantes para cada km².

A extensão territorial que compreende o atual município de Caibi teve sua exploração econômica iniciada em 1924, por descendentes de italianos e russo-alemães, principalmente. Os descendentes de italianos eram oriundos do Rio Grande do Sul e, perfaziam a maioria da população migrante no referido município. Os russo-alemães, em menor número, vindos da Sibéria, em busca de uma vida mais tranqüila, pois fugiam dos conflitos da I Primeira Guerra Mundial, que assolava seu país de origem. Ambos adquiriram terras na referida área, por meio da compra de lotes de uma empresa colonizadora - a Companhia Territorial Sul Brasil, a qual era incumbida pelo poder público Estadual através da concessão de terras, de demarcar e vender os lotes para que fosse efetivada a colonização neste espaço.

No início da ocupação a referida área pertencia ao município de Chapecó, fazendo parte do distrito de Palmitos, e se chamava São Domingos. A emancipação político administrativa ocorreu em junho de 1965. O primeiro registro demográfico data de 1970, quando possuía uma população total de 5.414 habitantes, dos quais 482 habitantes residiam na área urbana e 4.932 na área rural (IBGE). Prevalendo a população rural em relação à urbana. Fato este que contrasta com a realidade atual, pois na atualidade o percentual da população praticamente se iguala, com 51,8% para o rural e 48,2% na área urbana.

Deste modo se configurou o atual território do município de Caibi - SC, com base econômica calcada na produção agropecuária. Com um centro urbano e um *continuum* conformado por estabelecimentos rurais - as unidades de produção familiares, marcadas pela presença da pequena propriedade.

Neste município a produção rural era baseada, de início, no sistema de produção de policultura de produtos, destinados para subsistência e a venda de excedentes. Caracterizam esse sistema de produção, o milho, o feijão, a mandioca e criação de pequenos animais para subsistência. O referido sistema de produção inicia suas mudanças na forma de produção e nos produtos a partir do aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, técnicas de cultivo e adição de insumos químicos. No entanto é a partir das mudanças na base técnica, que atingem produtor e espaço rural de forma diferenciada, que se intensifica a produção e especialização em determinadas atividades desse sistema aliada a elementos exógenos. Nesse caso, com a produção de soja, suínos, aves, fumo e leite. Atividades estas realizadas em unidades de produção familiares, caracterizadas pelas pequenas propriedades, calcadas no sistema de integração às agroindústrias e cooperativas.

3. Marco teórico

As distintas dinâmicas do espaço envolvem uma série de fatores estruturais e conjunturais em diferentes escalas espaciais. Para compreendê-las é necessário que se faça um estudo das especificidades do espaço em suas distintas temporalidades. No caso da agricultura familiar desenvolvida em unidades de produção de pequeno porte, caracterizadas pela produção agropecuária, e neste estudo a partir da formação de diferentes dinâmicas, especialmente naqueles espaços que sofrem menores interferências em relação à receptividade de inovações, no entanto, não desagregados de espaços mais dinâmicos do modo de produção capitalista.

Para isto, utilizaram-se referenciais teóricos acerca da temática das distintas dinâmicas da agricultura familiar desenvolvida em unidades de produção de pequeno porte, fazendo menção as transformações do meio rural e do meio urbano.

Santos (1998), que aborda as transformações espaciais de forma dialética, afirmando que é preciso saber a história, o passado, para compreender o presente incorporando a realidade atual. Onde a natureza foi modificada, por ações e objetos criados pelo homem, através de sua racionalidade. São as crenças do passado que vão sendo recriadas juntamente com a instrumentalidade e domesticação da natureza na contemporaneidade.

Corrêa (1999), que analisa as relações do local com o global, dando ênfase aos aspectos conjunturais imbricados nessas relações, especialmente a participação e função desempenhada pelos pequenos centros na configuração das dinâmicas territoriais locais e regionais.

Raffestin (1993), Souza (2003) e Haesbaert (2003), que discorrem sobre a questão de território e das dinâmicas territoriais, que se manifestam nos distintos espaços. Denotando a influência do global versus o papel dos atores sociais locais, com seu poder de estimular fluxos marcados pela tecnologia, impondo um novo padrão de vida, extremamente ligado ao consumo e as inovações tecnológicas. Porém altamente seletivo e fragmentador, pois desterritorializa e ao mesmo tempo reterritorializa espaços, todavia de forma desigual. São as redes de comunicação e circulação comandadas por quem tem acesso à informação, que por sua vez comandam a territorialização em âmbito global.

Lamarche (1993), que define agricultura familiar e discorre sobre seu papel e importância na formação das dinâmicas territoriais rurais. Entende-se, neste contexto, o conceito de agricultura familiar como sendo: “a exploração familiar, tal como a concebemos,

corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde a propriedade e o trabalho estão, intimamente ligados a família” (LAMARCHE, p. 15). Tais unidades de produção contêm estruturas flexíveis quanto as suas formas de organização da produção, podendo elas se caracterizarem por atividades monocultoras, como pela diversidade e especialização da produção.

Veiga (2000), que ressalta a importância da agricultura familiar para efetivação do desenvolvimento territorial. Inclusive o autor defende a tese de que é necessária à inclusão da agricultura familiar para que se efetive um processo de desenvolvimento pleno, principalmente daquela parcela excluída em processos de modernização.

4. Análise e discussão dos resultados

O município de Caibi/SC possui base econômica calcada na agropecuária, desenvolvida por agricultores familiares em unidades de produção de pequeno porte. Em essência as unidades de produção rural deste município se caracterizam pela predominância da agricultura familiar em unidades de pequeno porte, apresentando inserção em maior e/ou menor grau de tecnologias.

No entanto, essa adequação e/ou acompanhamento na aquisição de novas tecnologias não é unânime entre os agricultores. Dependem de variáveis que vão além das aptidões/anseios dos produtores, envolvendo desde capacidade de produção e adequação da unidade produtiva até condições econômicas, bem como, viabilidade socioeconômica. Desse modo, há espaços e indivíduos no município em questão, que possuem condições socioeconômicas distintas, no que concerne às atividades econômicas produtivas do meio rural. Esses atores conjuntamente com suas unidades produtivas participam ativamente das transformações sócio-territoriais do pequeno centro urbano local, uma vez que as transformações territoriais urbanas refletem no meio rural, assim como, as particularidades do rural também interferem no meio urbano (SILVA, 1996).

Na localidade de linha Glória, localizada no município de Caibi/SC, por exemplo, há uma intensa absorção de novas tecnologias, resultando um maior poder aquisitivo por parte da população e de suas unidades de produção. Isso se verifica tanto na infra-estrutura da propriedade, quanto nas formas de produção e acesso aos meios para locomoção, nível de escolaridade, informação e bem-estar social. Embora estes itens não sejam distribuídos de forma homogênea. Visto que os produtores se tornam consumidores, em potencial de bens produzidos no meio não-agrícola de acordo com seu poder aquisitivo e de empoderamento.

As inovações técnicas repercutem em mudanças na vida dos indivíduos envolvidos nesse contexto social. Embora as transformações sejam transmitidas em nível global, elas chegam ao espaço de forma e época diferenciada, e é nas relações sócio-espaciais que elas se tornam visíveis. Um conjunto de técnicas semelhantes aplicados há um mesmo espaço produz resultados diferenciados, devido a sua apropriação desigual nestes contextos sociais. Essas diferenças na forma de se apropriar de técnicas e espaços com a mesma atividade de forma dessimétrica manifestam-se com maior intensidade nas localidades de Linha Glória e linha São Luis do referido município. Essas localidades apresentam condições sócio-econômicas distintas. Isso pode ser verificado no modo de produção, bem como na infra-estrutura das unidades de produção.

Na localidade de linha São Luis, por exemplo, há poucos indícios de modernidade, porém as disparidades sociais entre as propriedades da referida localidade são discrepantes, marcadas pela exclusão do processo produtivo e dos benefícios das inovações técnicas.

A localidade de linha Glória localiza-se a aproximadamente 7 km da sede urbana municipal de Caibi. Localidade esta que apresenta relevo relativamente plano, com algumas áreas de encosta. Fator este que facilitou o processo de mecanização agrícola do território. Na maioria das unidades de produção a área esta no estrato de 10 a 25 hectares. Nota-se que aproximadamente 59% das propriedades não possuem área superior a uma colônia de terra. Revelando o processo de divisão territorial efetuado na região sul, em que se dividiu a terra em unidades de produção de pequeno porte, as quais adaptaram sua produção de acordo com o tamanho da área de terra e as condições do relevo, tendo que diversificar a produção para conseguir se manter no sistema de produção capitalista.

Reflexo desse parcelamento do solo é encontrado na natureza das unidades de produção, que é em 40% adquirida através de compra e 60% é herança. Esta última reflete a divisão entre os filhos na propriedade, isto é, um filho é determinado para ficar com os pais e seguir na atividade agrícola. Enquanto os demais filhos são deslocados para outros locais ou mudam de atividade em consequência dessa divisão da terra. Nesse caso não há o que dividir, pois a propriedade não comporta grande número de pessoas. Diante deste fato tem-se a desintegração familiar, por falta de opção para trabalhar na pequena propriedade.

Atualmente para que a família consiga sobreviver nas unidades de produção de pequeno porte tem que se fazer uma reestruturação da propriedade, segundo as exigências do mercado. Produzir aquilo que o mercado solicita de acordo com os padrões de produção. O que significa produzir produtos com qualidade, imbuídos de técnica na produção. Para isso o indivíduo de minifúndio tem que diversificar a produtividade, minimizar os custos, visar o

lucro, adaptando-se as regras do sistema, que determina o que vai ser produzido, onde e como vai ser produzido (SANTOS, 1998).

Nesse caso, prevalece à produção de milho, o qual é produzido em 100% das propriedades pesquisadas. Isso ocorre porque o milho é matéria-prima para complementar a produção na propriedade, principalmente a produção de aves, suínos e bovinos. Para que tais atividades tenham rendimento, pois utilizando o milho produzido na propriedade minimizam-se os custos da produção e tem-se a possibilidade de maximizar a lucratividade.

A atividade leiteira também se sobressai apresentando-se em 86,66% das propriedades, visto que é uma fonte de renda mensal. Atualmente é a mola mestra na manutenção das pequenas unidades de produção, ou seja, é suporte para a manutenção das demais atividades.

A atividade suinícola vem complementar a renda com incentivo das agroindústrias, que criam uma relação de dependência do produtor para com a empresa. Esta última fornece os insumos para a produção visando à compra do produto. O produtor, por sua vez, tem que se adaptar aos moldes de produção exigidos pela empresa. Mesmo que para isso o produtor trabalhe praticamente sem margem de lucro para não ser excluído do sistema de integração.

A sojicultura é produzida em 33,33% das propriedades, o gado de corte em 20%, o feijão em 20%, o peixe em 6,67%, a mandioca em 6,67% respectivamente. A produção em menor escala geralmente não é comercializada, apenas em parte, pois serve para consumo na propriedade, exceto o que é produzido em parceria ou integração como, por exemplo, a mandioca, o leite, os suínos e o fumo. Este último destinado para a produção em pequena propriedade, pois demanda de grande quantidade de mão-de-obra braçal.

A localidade de linha São Luis localiza-se a aproximadamente 20 km distante da sede urbana municipal. Caracteriza-se pela agricultura em unidades de produção familiar de pequeno porte, desenvolvida em pequena propriedade - minifúndio rural. A maioria das unidades de produção apresenta áreas no estrato de 2,5 a 25 hectares. No entanto, prevalecem as propriedades com área de 10 até 15 hectares, as quais abrangem 47% das propriedades dessa localidade.

É uma localidade em que houve deslocamento de famílias em virtude das dificuldades que aflige a pequena propriedade rural no Brasil. Algumas famílias venderam suas propriedades enquanto outras às compraram. Em virtude disso apenas duas propriedades caracterizam-se pela herança. As demais que representam 87% das propriedades foram compradas, quer seja no passado ou na atualidade. Nelas desenvolvem-se atividades agrícolas diversificadas, típicas do minifúndio rural no oeste catarinense. Destaca-se a produção de

fumo, apenas duas propriedades dessa localidade não trabalham nessa atividade. Em 86,66% das propriedades é a mola propulsora, atividade esta que exige integração na produção e que demanda de grande quantidade de agrotóxicos, fazendo com que o produtor se aproprie de técnicas de cultivo e manejo impostas pela fumicultura.

A produção de milho é realizada em 93,33% das propriedades e é direcionada para o consumo na produção da própria propriedade, principalmente para o gado leiteiro, suíno e aves.

Cabe ressaltar que a produção de leite, apesar de ser de pequena escala é a motriz das propriedades. Visto que é uma fonte de renda mensal, enquanto as demais atividades do rural, na atualidade geram rendas trimestrais, em alguns casos, outras semestrais e no caso do fumo a geração de renda é anual. Esta última atividade é muito difundida na pequena propriedade, porém o agricultor necessita de outras fontes de renda no período entre safra para suprir a demanda familiar. Em virtude disso, dá-se grande destaque para a produção leiteira, pois a mesma garante a manutenção mensal da propriedade.

Nesta localidade se encontram sistemas produtivos marcadas por resquícios da produção para subsistência sem inserção de técnicas modernas de cultivo, praticamente excluídas do processo produtivo atual. Com predomínio de atividades agropecuárias que demandam de mão de obra braçal, quais sejam: fumo e leite. Sendo que as propriedades não dispõem de infra-estrutura para atividades que demandem de alto grau de tecnologia na produção.

Entretanto a localidade de linha Glória apresenta conjuntura sócio-econômica contrária a São Luis, com propriedades que possuem atividades agropecuárias dotadas de inserção tecnológica na produtividade. Como por exemplo, a produção de leite em grande escala - o maior produtor desta atividade no município é desta localidade.

Através da pesquisa constatou-se que em ambas as localidades em torno 50% das propriedades reside apenas uma família, característica típica da agricultura familiar onde a mão-de-obra é da própria família. Em cerca 40% das propriedades visitadas residem duas famílias, nesse caso a propriedade é herança, isto é, moram pai e filho na mesma propriedade ou existe arrendatário trabalhando por porcentagem de produção ao proprietário. Geralmente este fato ocorre em propriedade com extensão de terra maior que onde reside apenas uma família. Pois além da herança, o filho, pelo fato de ter ganhado a propriedade com certo grau de infra-estrutura consegue se sobressair tornando a propriedade uma empresa rural que agrega diversas atividades.

Essas transformações influenciam também no número de pessoas que ficam na atividade agropecuária, pois em 40% das propriedades residem apenas o pai, a mãe e um filho, quer dizer família composta por apenas três pessoas. Influência esta típica da contemporaneidade, já que reduzir o número de filhos é uma exigência do sistema econômico vigente, pois a renda familiar, bem como, a estrutura da propriedade não comporta um grande número de pessoas. No entanto, o número de pessoas por propriedade aumenta nas propriedades em que reside mais de uma família, numa proporção de três até dez pessoas. Geralmente nesses casos a propriedade é herança de pai para filho. Fatos estes comuns para as duas localidades. Temos um caso diferenciado, numa propriedade residem 17 indivíduos. Nesse caso as influências urbanas estão bem visíveis, pois indivíduos de duas famílias trabalham em atividades de complementação de renda na área urbana, realizando migração pendular. Esse fenômeno ocorre na localidade de linha Glória.

Dissemina-se a cultura da família ideal baseada nos moldes ocidentais, ou seja, uma prole composta por pai, mãe e no máximo dois filhos. Tal cultura é assimilada pelo rural. Aliada a baixa renda familiar e a maior preocupação com a educação e manutenção familiar.

Novas relações de produção implicarão em mudanças inclusive na estrutura familiar dos membros da propriedade. Em ambas as localidades a população composta por adultos e idosos abrange mais de 50% das pessoas. O número de jovens fica entre 22% e 25%, diferindo no número de crianças, que é menor na linha Glória. Isso é reflexo da redução no número de filhos, mudança esta incentivada pela mídia, com conivência dos órgãos governamentais. Nesse caso, onde o poder aquisitivo e informacional é menor é que se tem maior número de filhos por família.

Quanto à questão de gênero e da presença de idosos no rural há que se ressaltar um número maior de indivíduos do sexo masculino, denotando a masculinização do rural e os idosos demarcando processos de envelhecimento (TESTA et al, 1996). No entanto, os idosos são bem vindos no rural, pois sua aposentadoria em algumas unidades de produção é única fonte de renda da propriedade.

Entretanto há reflexos positivos propiciados pelas inovações tecnológicas no rural. Um deles, sem dúvida, é o aumento do acesso à escolaridade por parte da população rural. O transporte escolar permite o acesso à escola a maioria das crianças em idade escolar. Além disso, é obrigatória a permanência da criança na escola até os quatorze anos de idade. Todavia no passado isso não ocorria geralmente às crianças evadiam da escola para contribuir nas tarefas da lavoura, na renda familiar e/ou por falta de meios de acesso a educação/escola. Apesar de que atualmente isso ainda ocorre, porém em menor grau.

Essa realidade faz parte de ambos os contextos espaciais, pois cerca de 51% dos indivíduos responderam que possuem o ensino fundamental completo ou incompleto, declarando não ter possibilidade de concluir esta fase do ensino. Fato este que não ocorre entre as crianças e adolescentes atualmente, pois se encontram estudando. No entanto, na localidade de linha Glória observa-se um maior índice no nível de escolaridade, o qual se revela em todos os níveis, ou seja, no ensino fundamental, médio e ensino superior, bem como, nos índices de analfabetismo.

Outro reflexo da inserção da modernização está no aumento da utilização da mão-de-obra mecânica e redução do uso da tração animal. Na localidade de linha Glória a maior parte das propriedades possui trator equipado e terras mecanizáveis. Fato este que não ocorre na localidade de linha São Luis, tanto em decorrência das limitações do relevo, que possui alto índice de áreas dissecadas, quanto das condições econômicas desfavoráveis dos produtores rurais que não comportam aquisições de tais equipamentos.

O trabalho nas propriedades é efetuado em sua maior parte pela própria família. Todavia existem propriedades que contratam mão-de-obra assalariada e/ou mão-de-obra mecânica terceirizada. Embora a contratação de mão-de-obra assalariada só ocorra na linha Glória. Contudo, em alguns casos esse trabalhador não é assalariado, trabalha por porcentagem relativa à produtividade da propriedade. Esse fenômeno é comum às duas localidades. Verificou-se também, a emergência do trabalho sazonal por parte de pessoas que residem no urbano e se deslocam para trabalhar no meio rural em períodos plantio e colheita. Desta forma constata-se que há falta de mão-de-obra no rural e excedente na área urbana. Porém nas últimas décadas verifica-se êxodo rural em massa com conseqüente aumento da urbanização.

No município de Caibi essa afirmativa se confirma segundo dados dos censos demográficos (IBGE). De acordo com o censo demográfico de 1970, 91% da população do referido município residia no meio rural. Na década seguinte há uma sensível redução populacional no setor agrícola, pois se registram apenas 79% da população residindo no rural. Essa redução continua na década de 90, e no censo demográfico de 2000 a população rural e urbana são praticamente equivalentes, pois a diferença entre ambas é de apenas 2%. Na área urbana residem apenas 48% da população e no rural 52%. Percebe-se que o decréscimo populacional no rural se acentua no decorrer das décadas de 80 e 90, havendo possibilidades de se formar vazios demográfico no rural do referido município.

Atualmente esse processo de evasão rural esta em constante evolução, uma vez que as famílias visitadas possuem um índice alto de migração. Inclusive há casos de migração

pendular. A migração pendular ocorre devido à baixa renda da propriedade. Em virtude disso, seis pessoas fazem esse tipo de migração. Alguns trabalham na área urbana, outras em atividades ligadas à agropecuária. Dentre os principais motivos do êxodo rural está a baixa renda apresentada pelas propriedades. Na realidade há aumento da produtividade, porém esse não reflete em aumento da rentabilidade das propriedades, geralmente em decorrência dos elevados custo de produção.

O tamanho da propriedade aliado à baixa produtividade também é apontado como causa da evasão rural. Em alguns casos a área da propriedade não comporta a prole. Quando os filhos estão na faixa etária de 20 a 25 anos decidem quem vai ficar lavoura e quem vai sair. Nesse momento há a partilha da terra, entretanto como se trata de pequena propriedade praticamente não há o que partilhar.

Na atualidade o rural incorporou hábitos que anteriormente faziam parte apenas da realidade urbana. A residência do agricultor é o setor da propriedade onde essas transformações sociais e econômicas são mais visíveis. A começar pelo tipo de construção das residências, pois se encontram construção de madeira, mista (madeira e alvenaria) e alvenaria.

Isso reflete as mudanças ocorridas no rural nas últimas décadas, uma vez que no passado era difícil encontrar na área rural casas de alvenaria. Quer fosse de construção mista ou alvenaria. Eram construídas em madeira, matéria - prima esta, abundante no rural na época de ocupação por migrantes. Inovações estas propiciadas pela disseminação da globalização, aliadas à economia capitalista de mercado. Que necessita de mercado consumidor para manutenção do sistema.

No entanto, os bens de consumo duráveis e não duráveis não são encontrados em todas as residências, uma vez que dependem do poder aquisitivo, o qual é diferenciado nas duas localidades em questão. Inclusive quando encontrados diferem no design, pois o acompanhamento das inovações não é homogêneo. Existem concomitantemente utensílios, eletrodomésticos e equipamentos, no geral, arcaicos e contemporâneos.

Houve uma reestruturação que abrange toda a propriedade, pois além das mudanças na forma de construir a casa, bem como, nos utensílios inerentes a moradia; há uma remodelagem nas benfeitorias da propriedade. As novas atividades desenvolvidas no rural exigem uma nova infra-estrutura. Não obstante, é a situação socioeconômica que determina o nível de conforto da residência. Entretanto há algumas inovações tecnológicas que são imprescindíveis, na atualidade, no meio rural.

É por meio da produção que se determina a benfeitoria. Na linha Glória encontra-se grande número de galpões de fumo, pocilgas para suínos, estábulos para ordenha, paiol e

chiqueiro, há um processo permeado por constantes transformações. Algumas propriedades ainda não conseguiram se adaptar ao modo da produção atual.

Isso é visível tanto no que concerne às benfeitorias da propriedade quanto às máquinas agrícolas que o produtor possui para desenvolver as atividades inerentes à agropecuária. Há um misto de novas tecnologias com formas arcaicas de produzir. As mudanças ocorrem de acordo com as exigências das empresas parceiras de produção. Na localidade de São Luis, por exemplo, esse caso é evidente, pois 74% das propriedades possuem galpão de fumo. Fator este que denota o sistema produtivo calcado na fumicultura.

A comercialização é realizada de acordo com o excedente da propriedade e parcerias estabelecidas na produção. Por isso o destino de comercialização depende do local onde se localiza a empresa parceira. Quanto às integrações e parcerias, ambas dependem do tipo de produção da propriedade e de sua inserção no padrão de produção exigido pelas empresas.

Por isso, geralmente, os produtos agropecuários são comercializados sem passar por processos de beneficiamento na propriedade, não havendo agregação de valor ao produto pelo agricultor. Observam-se poucas funções econômicas nas propriedades além das atividades ligadas à agropecuária. Apenas algumas propriedades produzem peixe e mel para comercialização.

Geralmente isso ocorre porque para desenvolver qualquer atividade o produtor necessita de recursos financeiros. Na atualidade o setor agropecuário ligado à pequena propriedade encontra-se descapitalizado. Portanto não dispõe de recursos financeiros para investir em atividades de suplementação de renda para a propriedade (ABRAMOVAY, 1998).

Ademais as atividades dos sistemas produtivos são comandadas por relações de produção pré-estabelecidas. O produto a ser produzido é determinado via ação mundial, de acordo com a demanda global as empresas envolvidas no setor agropecuário estabelecem o que vai ser produzido e onde e como vai ser produzido. No caso das localidades em questão prevalecem às atividades ligadas ao sistema de integração e/ou parcerias, quais sejam: produção de leite, produção de fumo, produção de aves, gado de corte e suínos visando o abastecimento das agroindústrias. Nesse modo de produção o produtor fica subordinado a empresa, e compromete a venda da produção, perdendo grande parte de sua autonomia. Ressaltando que na localidade de São Luis se sobressai a produção de leite e fumo - atividades estas que demandam grande número de mão-de-obra braçal e podem ser desenvolvidas em áreas reduzidas de terra, típicas de unidade de produção de pequeno porte.

A difusão de informação é generalizada pelas empresas parceiras ou por meios de comunicação de massa, como por exemplo, o rádio e a televisão. Já a inserção de novas

atividades depende do incentivo do mercado mundial, pois quando questionados sobre a possibilidade de desenvolver novas atividades as respostas são de que desejam manter o que possuem sem perspectiva de melhorias ou de ampliar as produções em sistema de parceria ou integração, já que estas têm mercado consumidor e financiamento para a produção.

Também se verifica que há grande disseminação do uso de adubos químicos e agrotóxicos. Apenas uma pequena parcela dos agricultores utiliza adubação orgânica. Esta última ocorre em função da minimização dos custos da produção, já que este é encontrado na própria propriedade e muitas vezes não é utilizado, visto que seu aproveitamento reduziria os custos da produção. Enquanto os insumos químicos disseminados pelas empresas transnacionais elevam os custos da produção e podem causar uma série de problemas sócio-ambientais.

6. Considerações finais

A partir da contextualização histórica e da evolução do sistema de produção agrícola apresentado neste trabalho, nota-se que as atividades do meio rural sofrem interferências de processos de produção determinados por políticas macroeconômicas determinadas em âmbitos globais e nacionais.

Nesse contexto, no referido município se sobressai às atividades ligadas ao sistema de integração e parceria. Destacando-se as atividades ligadas à produção das agroindústrias: suínos, aves, fumo, leite e gado de corte. Entretanto a mola propulsora das propriedades rurais é a produção de leite, visto que é uma fonte renda mensal, responsável pela manutenção das propriedades nos períodos de entre safra.

O presente trabalho remeteu-se a analisar a inserção da modernização no setor agrícola, exigida pelo processo produtivo determinado por relações do modo capitalista de produção. Atualmente esse modo de produção é marcado pela seletividade espacial e social, com modelo produtivo calcado no sistema de integração e parceria, que se disseminam no meio rural, por meio das relações estabelecidas entre atores sociais exógenos e endógenos a esse meio, envolvendo escalas locais, regionais e, globais.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou a situação em que se encontram as unidades de produção de pequeno porte, desenvolvida por agricultores familiares a partir da inserção das inovações tecnológicas. Uma vez que esse processo de inserção da modernização exige que as propriedades rurais se adaptem ao novo sistema produtivo, com novos produtos e insumos técnicos. Visando o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos produtos produzidos,

porém esse pacote tecnológico, não abrangeu os produtores rurais em sua totalidade. Dentro dessa lógica de produção muitos deles acabaram sendo excluídos, desterritorializados. Uma vez que os ganhos advindos da produção encontram-se cada vez mais reduzidos; e muitas vezes esse “lucro” deve ser revertido em melhorias no processo produtivo da propriedade.

As propriedades rurais têm que se submeterem as constantes mudanças no processo produtivo, principalmente após os anos 1990, período este em que se acentua o processo de globalização. Com inserção da modernização aliada há relações de produção através de integrações e parcerias no rural, pois apenas o cultivo de grãos não é suficiente para manter as famílias.

O processo de modernização está atrelado à sistematização da produção, exigindo a especialização e crescimento quantitativo da produção mercantil. Mediante essa lógica de produção inserida no rural constatou-se que as unidades de produção de pequeno porte, tanto da área pesquisa quanto em escala regional e nacional, passam por um processo de adaptação ao novo sistema produtivo inserido no meio rural. Geralmente estabelecido por empresas agroindustriais, baseado em sistemas de integrações e parcerias amplamente voltadas a um mercado competitivo, ligado à busca desenfreada pelo aumento da produtividade, com maximização do lucro e minimização dos custos.

Portanto, foi possível identificar o quanto a inserção da modernização agrícola aliada a disseminação do meio técnico-científico influencia no processo produtivo e repercute diretamente e indiretamente na distribuição sócio-espacial de indivíduos e atividades, determinando o perfil socioeconômico nas pequenas unidades de produção, bem como dos pequenos centros urbanos com economias calcadas no setor agropecuário. E neste caso marcado pela agricultura familiar desenvolvida em unidades de produção de pequeno porte, as quais encontram meios alternativos para se manter ativas no mercado ou simplesmente como estratégias de sobrevivência.

7. Bibliografia

ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CORRÊA, R. L: Revista Território, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999. In – **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 165-205.

LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tjiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Campinas: IE, 1996.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-116.

TESTA, V. M. et al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. (Proposta para Discussão). Florianópolis: Epagri, 1996.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

ESPAÇO AGRÁRIO E FORMAS DE PRODUÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB

Michell Leonard Duarte de Lima Tolentino¹
Silvana Cristina Costa Correia²
Jossandra Gonçalves dos Santos³
Emília Moreira⁴

Resumo

Este é um trabalho inicial que tem por objetivo analisar, a partir da pesquisa empírica, as formas de organização da produção e do trabalho na agricultura familiar, no município de Belém-PB. Para sua elaboração, alguns procedimentos metodológicos foram utilizados, tais como: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. Esta consistiu na realização de entrevistas e na aplicação de questionários junto a doze pequenos produtores do município e a representantes de alguns órgãos e entidades como: EMATER, Secretaria de Agricultura de Belém e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O município de Belém localiza-se na mesorregião do Agreste. Como município agrestino apresenta duas fisionomias distintas: uma sub-úmida, na área de domínio do Piemonte da Borborema e outra semi-árida, ao norte, no contato com a região do Curimataú. A agricultura familiar é desenvolvida predominantemente por pequenos proprietários. Ela se organiza de forma diferenciada: na área submetida a condições climáticas mais severas, susceptível à desertificação, observa-se uma menor diversificação dos gêneros agrícolas produzidos, uma menor integração ao mercado, uma pecuária voltada para o consumo doméstico e um maior isolamento do pequeno produtor; nas áreas de melhores condições de clima e solo observa-se uma maior integração da agricultura familiar a agentes sociais externos, diminuindo o isolamento, uma maior diversificação da produção agropecuária, uma maior articulação com o mercado e um padrão técnico um pouco melhorado. Embora não se possa falar em determinismo geográfico, não resta dúvida que sem acesso a condições técnicas e financeiras e inserida numa área de condições naturais adversas, a agricultura familiar da porção norte do município acha-se mais vulnerável e conseqüentemente mais carente, levando os filhos dos camponeses a migrarem e a deixar, no campo, apenas agricultores envelhecidos sem perspectivas de ver continuado, através de seus descendentes, o seu trabalho na terra.

Palavras-chave: Produção; Trabalho; Camponês.

1. Introdução

O município de Belém-PB possui uma população de 17.173 habitantes que se distribui ao longo de uma área de 100 Km². Situa-se na microrregião de Guarabira, na mesorregião do Agreste Paraibano. O município apresenta duas fisionomias distintas: uma sub-úmida, ao sul,

¹ Bolsista da monitoria/UFPB. E-mail: michell.tolentino@yahoo.com.br.

² Bolsista do PIBIC/CNPq/UFPB. E-mail: silvanageoufpb@yahoo.com.br.

³ Bolsista da monitoria/UFPB. E-mail: jossandraufpb@yahoo.com.br.

⁴ Prof^a. Dr^a. do DGEOC/PPGG/UFPB. E-mail: erodat@hotmail.com

na área de domínio da região fisiográfica do Piemonte da Borborema e outra semi-árida, ao norte, na região fisiográfica do Curimataú. No processo de formação do espaço belenense, o território, que de início pertenceu ao município de Caiçara, enquanto distrito, teve seu topônimo alterado diversas vezes, iniciando por Gengibre, tendo posteriormente se chamado, Belém de Guarabira, Belém, Curimataú, Belém de Caiçara e por último, Belém, quando foi emancipado politicamente, no ano de 1957.

A história do município tem início no final do século XIX, com um pequeno povoado, composto por alguns casebres que se fixavam ao lado de uma estrada, ainda sem pavimentação, ligando o povoado a localidades vizinhas de maior importância. Dessa forma, ainda no final do século XIX, um migrante recém-chegado, chamado José Pereira, construiu um pequeno hotel para os feirantes que por ali passavam rumo às feiras de cidades circunvizinhas, como também, para os viajantes que procuravam lugares mais promissores para se estabelecerem. Com a construção da rodovia que liga João Pessoa a Natal, a região em que o então povoado se situa ganhou relevância econômica, atraindo um número considerável de pessoas para aquela localidade, havendo assim um aumento substancial da população de Belém. No ano de 1954, a liberação de verbas em caráter emergencial, por parte do DNOCS, para a construção de um açude denominado Tribofe, expunha um dos problemas que já afetava a região em que o município se encontra, a seca, responsável pela queda da produção agropecuária do então distrito, causando um estado de penúria no campo. Em 1957, pela lei estadual nº 1752, de 06-09-1957, o distrito foi desmembrado do município de Caiçara e alçado à categoria de município.

Interessa a este trabalho analisar, a partir da pesquisa empírica, a organização recente do espaço agrário desse município, procurando focar, particularmente a agricultura camponesa no que tange a sua forma de organização da produção e do trabalho. Para tanto, alguns procedimentos metodológicos foram realizados, tais como: revisão bibliográfica; trabalho de campo que compreendeu a realização de entrevistas e aplicação de questionários junto a doze pequenos produtores do município e a representantes de alguns órgãos e entidades como EMATER, Secretaria de Agricultura de Belém e Sindicato dos Trabalhadores Rurais; levantamento e análise de dados referentes ao Censo Agropecuário de 1995-96 e da PAM de 1990 a 2006. A pesquisa definiu o tamanho das unidades produtivas que seriam objeto de investigação como sendo aquelas menores de 50 hectares cujos responsáveis fossem proprietários, parceiros, arrendatários ou ocupantes. Outro aspecto definido pela pesquisa refere-se às localidades de aplicação dos questionários. Estas foram escolhidas de forma

aleatória buscando cobrir as porções norte e sul do município visando obter uma amostra das diversas localidades da zona rural e das duas regiões climáticas ali encontradas.

Além da introdução e das considerações finais, o estudo está estruturado em dois eixos temáticos: o primeiro faz uma análise do espaço agrário belenense como um todo, analisando sua estrutura fundiária, produção agropecuária e por último, mais especificamente, a importância que possui a pequena produção agropecuária no contexto agrário belenense; já o segundo eixo procura fazer referência às condições específicas da agricultura camponesa do município de Belém, apresentando um perfil do camponês, da sua família e também das relações que os camponeses têm um para com o outro, bem como com os grandes proprietários, mostrando ainda a forma como se estrutura o trabalho e a produção dos agricultores familiares do município.

2. O espaço agrário belenense

O espaço agrário do município de Belém, durante um longo período de tempo, organizou-se com base na produção de quatro gêneros agrícolas principais (algodão, mandioca, milho e feijão). Entre os anos de 1983 e 1984, as plantações de algodão do município, bem como de municípios vizinhos, foram assoladas por uma praga conhecida como bicudo (*Anthonomus grandis*), que provocou grandes perdas e fez com que grande parte dos produtores, especialmente os pequenos, abandonassem o cultivo deste gênero agrícola, dando assim, maior espaço para a mandioca, o milho e o feijão e a fava. A crise da produção algodoeira contribuiu fortemente para que ocorressem mudanças na organização agrária municipal com reflexos não apenas na organização da produção como nas relações de trabalho. Em seguida procuramos realizar um breve perfil do espaço agrário belenense procurando evidenciar as características mais gerais da sua estrutura fundiária e da produção agropecuária, com base nos dados do censo agropecuário de 1995-96.

2.1 Estrutura fundiária

De acordo com os dados apresentados pela Tabela 1, dos 825 estabelecimentos rurais existentes em Belém, 806, isto é, 97,7% são menores de 50 hectares e ocupam 49,8% da área agrícola municipal. Apenas 18 estabelecimentos são maiores de 50 hectares e apenas 4 maiores de 200 hectares, estes últimos ocupando uma área de 1.826,0 hectares que representam 28,4% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais. Chama a atenção o fato de

uma única propriedade deter 17,8% da área dos estabelecimentos existentes no município, enquanto 275 estabelecimentos que se encontram na faixa entre 2 a menos de 5 hectares ocupam apenas 11,4% desta mesma área. Esse perfil fundiário apesar de ser demonstrativo da importância das pequenas unidades de produção na conformação do espaço agrário belenense mostra também a desigualdade presente no município, onde apenas uma minoria possui muita terra. Este dado é confirmado pelo grau de concentração mensurado segundo o índice de Gini que coloca o município com índice de concentração elevado, entre 0,7 e 0,8 (MOREIRA, 1997).

Tabela 1 – Estrutura Fundiária do Município de Belém –PB/ 1996

Grupos de Área Total (hectares)	Nº de Estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 1	93	11,2	44,9	0,7
1 a menos de 2	264	32,0	290,7	4,5
2 a menos de 5	275	33,3	738,5	11,4
5 a menos de 10	96	11,6	600,7	9,3
10 a menos de 20	49	5,94	634,0	9,8
20 a menos de 50	29	3,52	895,2	13,9
50 a menos de 100	9	1,09	607,0	9,4
100 a menos de 200	6	0,73	793,0	12,3
200 a menos de 500	3	0,36	676,0	10,5
500 a menos de 1000	-	-	-	-
1000 e mais	1	0,12	1.150,0	17,8
Total	825	100	6.430,2	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1996

Porém, se ainda há grandes desigualdades no campo, esta ainda não motivou maiores manifestações por parte dos trabalhadores e de suas organizações, não havendo durante toda a história do município nenhuma história de ocupação de terras ou de conflitos de maior amplitude no campo. Tampouco há um único assentamento em Belém, o que contrasta fortemente com alguns municípios próximos como Bananeiras e Areia, onde a luta pela terra já deu origem a um grande número de áreas de assentamento.

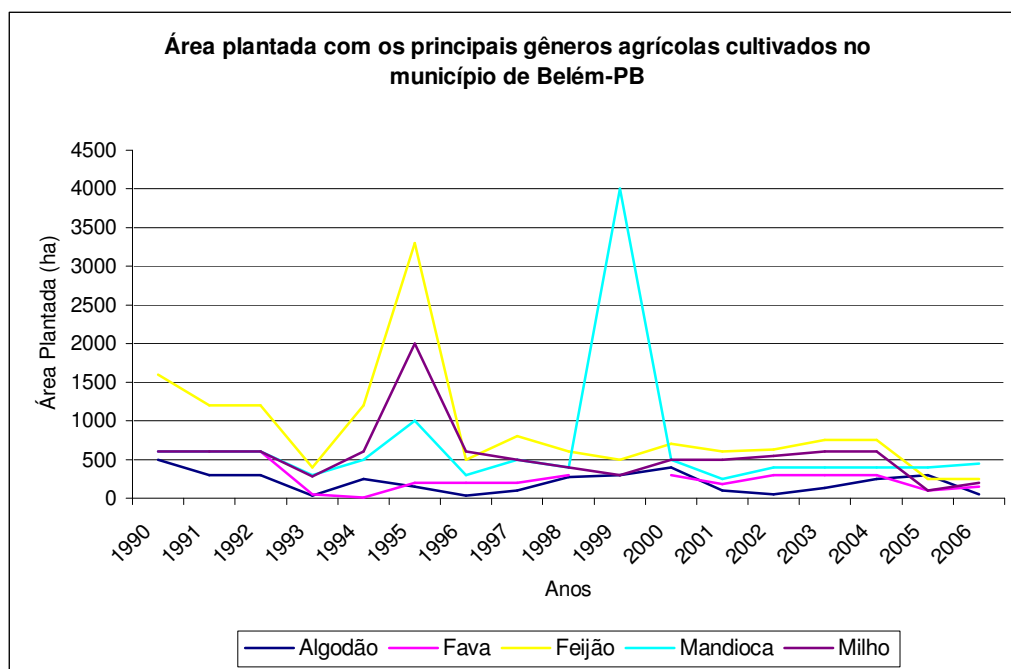
2.2 Produção agropecuária

De acordo com o IBGE (2005), a produção do setor agropecuário do município de Belém responde por tímidos 8,4% do PIB total do município, sendo o setor de menor

representatividade no PIB municipal, quando se considera o setor industrial e de serviços. Alguns traços lhe são peculiares como a predominância de culturas alimentares, havendo um maior destaque para as lavouras de mandioca, milho e feijão, como também a maior diversificação quanto aos gêneros agrícolas nas áreas mais úmidas do Piemonte em relação às áreas secas de Curimataú. O algodão, apesar da praga do bicudo, não perdeu totalmente seu espaço na pauta da produção agrícola municipal, porém, sua produção declinou sensivelmente tendo se estabilizado nos anos da década de 90, num patamar muito baixo. Atualmente o algodão praticamente não é mais produzido pelas pequenas unidades de produção.

Enquanto isso a mandioca se destaca como principal produto agrícola municipal, vindo a seguir, o milho, o feijão, a fava. O município também produz em menor escala, cana-de-açúcar, batata-doce e arroz, além da banana, da castanha de caju, do coco-da-baía, da laranja, do limão, do mamão, da manga, da pimenta-do-reino e do urucum.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Pesquisa Agropecuária Municipal

Já no que se relaciona à pecuária, apesar de tal atividade vir sofrendo uma gradativa retração ao longo dos anos, esta ainda conta com uma certa diversificação quanto aos tipos de rebanho e possui uma quantidade até certo ponto expressiva dos mesmos, sendo o rebanho bovino o principal (v. Tab. 2). Apesar da maioria dos pequenos proprietários possuírem algumas cabeças de gado, a maior parte dos bovinos é encontrada nas grandes propriedades, sendo utilizados tanto para o abate quanto para retirada de leite, principalmente porque alguns

grandes proprietários possuem fábricas de queijos, que já operam com tecnologia avançada e produzem em escala industrial. Todavia, poucas são as propriedades que possuem base técnica de produção avançada, a grande maioria conta apenas com instrumentos de trabalho rudimentares, sendo o trabalho braçal uma constante na dinâmica espacial agrária de Belém.

Tabela 2 – Efetivo dos Rebanhos em Belém-PB, 1990 - 2004

TIPOS DE REBANHOS	Nº DE CABEÇAS	Nº DE CABEÇAS	VARIACÃO ABSOLUTA	VARIACÃO RELATIVA
	Ano de 1990	Ano de 2006		
Bovinos	7200	6854	-346	-4,8
Eqüinos	930	292	-638	-68,6
Asininos	690	151	-539	-78,1
Muares	170	164	-6	-3,5
Suínos	290	279	-11	-3,8
Caprinos	2570	763	-1807	-70,3
Ovinos	770	385	-385	-50,0
Galos e outras aves	10000	13339	3339	3,39
Galinhas	7600	6825	-775	-10,1
Total	30220	29052	-1168	-3,86

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal

3. A agricultura camponesa em Belém

Os camponeses de Belém apresentam algumas diferenças, que ficam nítidas quando fazemos uma comparação entre os instalados nas terras ao noroeste do município, mais seco, característico da região do Curimataú, e aqueles que habitam o sul do município, mais úmido, influenciado pelo relevo dos Piemontes que antecedem a escarpa oriental do Planalto da Borborema. Estas diferenças se evidenciam em diversos elementos da vida camponesa, que vai desde o perfil da família camponesa até o modo como racionalizam a sua produção e o trabalho.

3.1 Perfil do pequeno produtor e sua família

Os indivíduos que compõem a classe camponesa em Belém, em sua maioria, são originários ou da zona rural do próprio município, ou de áreas rurais de municípios vizinhos. Regra geral trabalhavam com os seus pais, desde a infância, na atividade agropecuária, quando, segundo relatos, o “nomadismo” por parte deles era maior, pois não tinham terras

para plantar e criar. Muitos se fixaram em Belém, devido a heranças de terras, que os beneficiaram, bem como pela compra de pequenos lotes que desmembrados de grandes propriedades que devido à morte do proprietário acabou sendo vendida em partes pelos herdeiros, que não demonstravam grande interesse em continuar com atividades ligadas à agropecuária. Na venda dessas terras foi dado, em muitos casos, segundo depoimentos dos agricultores, a preferência de compra aos moradores da fazenda e aos trabalhadores assalariados da mesma.

Hoje em dia, o pequeno produtor do município de Belém apresenta, de um modo geral, idade avançada, no entanto, esta característica é bem mais notável entre os camponeses que ocupam a parte norte do território de Belém. Estes camponeses, via de regra, encontram-se na faixa etária de 60 a 80 anos, apresentam baixa escolaridade, muitos são analfabetos, outros só se alfabetizaram. Tais características diferem dos pequenos produtores que habitam o trecho sul do município, pois mesmo ainda havendo uma maioria de agricultores envelhecidos, é comum encontrarmos, nesta porção do território, pequenos produtores familiares na faixa dos 30 até 50 anos de idade, tendo grande parte dos agricultores mais novos concluído pelo menos a primeira etapa do ensino fundamental, havendo até mesmo alguns com ensino superior. Já os mais velhos, pouco diferem da realidade encontrada na zona rural ao norte.

A família camponesa apresenta um perfil diferenciado entre as duas regiões. Ao norte as famílias são bem mais numerosas, tendo além do pai e da mãe, pelo menos 5 filhos, porém, estes já não se encontram mais nem junto aos pais, nem no campo, tendo grande parte emigrado para cidades do Centro-Sul do país, principalmente, as metrópoles nacionais, São Paulo e Rio De Janeiro, ocupando-se de trabalhos informais e habitando as periferias urbanas. Já as famílias ao sul do município apresentam uma constituição diferente. Naquelas em que os pais têm idade avançada e os filhos já são adultos, não há mais que quatro filhos, que dificilmente migram para outro lugar. Quando isto acontece, dirigem-se, principalmente, para a própria cidade de Belém, ou para cidades maiores do próprio estado da Paraíba. A maior parte dos filhos, porém, permanece no campo, quando junto aos pais, ajudam-lhe na lavoura, quando casados, compram pequenas propriedades e dão origem a uma nova família camponesa.

A família camponesa se caracteriza ainda por ser, predominantemente, de religião católica e nisso há tanto significado, que atribuem à figura divina a responsabilidade pelo regime de chuvas, conformando-se com os anos de menor pluviosidade e até mesmo com o fenômeno da seca, que vez ou outra limita o trabalho, a produção e por conseqüência a

subsistência dos mesmos. Dessa forma, revela-se a dimensão religiosa do campesinato, um dos elementos formadores da sociedade camponesa, tema já explicitado por Abramovay (1992). É nessa mesma dimensão que se colocam os mutirões feitos na zona rural de Belém pelos camponeses, que se organizam em grupos, para auxiliar algum camponês em dificuldades financeiras ou de saúde, cumprindo assim preceitos do cristianismo.

Uma outra característica dos camponeses de Belém, que foi passada através das gerações é o uso do fogão à lenha, pois apesar da maioria das casas camponesas contar com fogões à gás, os camponeses ainda continuam a cultivar o hábito de utilizar, predominantemente, os velhos fogões à lenha.

Para o campesinato, a terra vai além dimensão econômica, pois se encontra arraigada a todos os aspectos da vida, como diz Dona Céu, uma pequena agricultora de Belém, nessas poucas palavras: *“A terra é como uma mãe, porque se não fosse nada ia germinar, muita gente não entende isso, mas ai de nós se não fosse a terra.”*

3.2 – A organização da produção

Em se tratando da organização da produção, mesmo a mandioca sendo o principal gênero agrícola plantado e produzido no espaço agrário do município, esta é uma cultura posta em segundo plano dentro das pequenas unidades produtoras, pois estas se voltam, principalmente, para a produção de milho e feijão. Ainda há o cultivo de batata-doce em menor escala, principalmente entre as lavouras dos camponeses da porção sul, que também são os maiores responsáveis pela produção de castanha de caju. No que tange as lavouras permanentes, eles também produzem algumas frutíferas como manga, limão, laranja e banana e organizam esse tipo de produção de uma forma melhor que os camponeses do norte.

Todas as famílias entrevistadas consideram as lavouras temporárias mais importantes, pois além destas culturas terem uma maior identificação com o que consideram “trabalho no campo”, também integram a dieta básica das mesmas, diferentemente da maioria dos produtos agrícolas que compõem à lavoura permanente. Já em relação aos gêneros agrícolas que fazem parte da lavoura temporária, a maior parte dos pequenos agricultores considera o milho, que é plantado de forma consorciada com o feijão, o produto mais importante, não por ser o de mais fácil comercialização ou de maior lucratividade, e sim pelas várias formas como o utilizam que vai desde a alimentação das galináceas até como ingrediente de várias comidas típicas do nordeste brasileiro como bolo de milho, canjica e pamonha.

O feijão é o principal produto comercializado, porém só se comercializa o excedente da produção, o que nem sempre é alcançado, demonstrando, mais uma vez, que a racionalidade do comportamento econômico deste campesinato não está pautada na busca de lucro e sim na própria subsistência do camponês e de sua família.

O preparo da terra inicia-se pouco tempo antes do período chuvoso, que por sua vez tem início entre os meses de fevereiro e março. Segundo os entrevistados, o início do regime de chuvas tem se dado de forma cada vez mais irregular, já tendo por vezes começado só no mês de maio. Para prepararem a terra fazem primeiro o destocamento, promovendo posteriormente a queimada de tocos e por último, “cortes” na terra destinada ao plantio. Nessa atividade costumam utilizar tratores cedidos pela prefeitura, porém alguns, por preferência ou mesmo por não conseguirem o trator, acabam executando todo o processo de preparo da terra de forma braçal ou então alugando trator a conhecidos. Entre os meses de setembro e outubro se dá a época da colheita, porém em alguns anos chegam a colher até em novembro.

Independentemente da dimensão da terra que possuem, os camponeses cultivam em média entre 0,5 e 1,5 hectare, utilizam sementes que guardam do ano anterior, sendo raras às vezes que as compram. Há camponeses que plantam em pelo menos 2 hectares de terra, todavia estes são pouco numerosos.

Nas lavouras não é comum o uso de adubo, quando há, utilizam adubo orgânico, não havendo também uso de irrigação ou de tecnologias mais avançadas no trabalho camponês. Entretanto, não podemos dizer o mesmo quanto ao uso de venenos, já que tal prática é feita pela imensa maioria dos pequenos agricultores, usando tipos variados de venenos, aos quais conhecem por nomes populares, como “pica-pau”, “barragem” e também por marcas comerciais como “Folidol”.

Quanto à pecuária, criam bovinos e também galináceas, alimentando os bovinos com palma forrageira, cana-de-açúcar e capim elefante, que plantam em suas terras, enquanto às galináceas é dado milho. Não encontramos criações de ovinos, caprinos ou suínos por parte de nenhum dos agricultores que compuseram nosso universo de pesquisa. No entanto, mais uma vez, distinguem-se diferenças entre os camponeses do norte e do sul de Belém em relação ao destino de tais criações, sendo esta diferença a principal entre eles, pois muitos camponeses que habitam a porção sul do território municipal destacam a criação de bovinos para a venda como a principal atividade deles, em detrimento da agricultura. Enquanto ao norte predomina o gado leiteiro para o uso doméstico, ao sul há o predomínio de gado destinado à venda para o abate, indicando uma maior integração ao mercado por parte de tais camponeses em relação aos que habitam terras ao norte do território municipal. Apesar das fábricas de queijo tanto do

município estudado quanto do município vizinho de Caiçara localizarem-se bem próximas às pequenas propriedades ao norte de Belém, e tais unidades apresentarem vocação para o gado leiteiro, os proprietários destas fábricas preferem ter suas próprias criações de gado para retirada de leite.

3.3 – A organização do trabalho

Nas unidades de produção de caráter camponês não só a idade é adotada como critério definidor de quais trabalhos serão executados pelo componente da família, mas também os gêneros, masculino ou feminino, definem o modo como se dará a organização do trabalho na pequena unidade de produção.

No caso da classe camponesa que compõe a dinâmica espacial agrária de Belém, esta organização apresenta algumas diferenças entre camponeses do sul, em relação aos do norte, se dando da seguinte forma:

a) ao norte, os agricultores, chefes de família, mesmo já velhos, continuam sendo os maiores responsáveis pela lavoura, sendo ajudados, eventualmente, por algum filho do sexo masculino que ainda esteja morando junto com o pai, estes ainda trabalham auxiliados pelas mulheres no cuidado com o gado bovino quando o possuem. As galináceas são de responsabilidade total das mulheres da casa, havendo a ajuda por parte dos homens, nesta atividade, apenas excepcionalmente; cabe ainda às mulheres os afazeres domésticos. A responsabilidade da família cabe a mulher por motivo de viuvez ou separação. Quando esta já se encontra envelhecida, é responsável por tarefas mais simples na lavoura, cabendo a algum filho que ainda esteja na casa dos pais, seja homem ou mulher, a maior responsabilidade pela produção agrícola. Em unidades produtivas que só têm mulheres, elas são responsáveis também pelo rebanho de bovinos.

b) ao sul, algumas diferenças se apresentam com relação à divisão do trabalho na pequena propriedade. Nas famílias onde os pais já estão velhos e os filhos adultos, poucas são as diferenças, restringindo-se apenas ao fato de que alguns filhos que, por ventura, estejam ainda estudando, já que o grau de escolaridade é maior ao sul, não assumem tarefas que dizem respeito às atividades agropecuárias desempenhadas pela família de forma rotineira. Já em famílias onde os pais têm entre 30 e 50 anos de idade, os filhos se dedicam aos estudos, havendo apenas a participação dos filhos homens em tais atividades. Já as filhas mulheres são responsáveis, juntamente com suas mães, pelo serviço doméstico desde cedo, como também pela criação de galinhas. Quando crianças os filhos homens também cuidam da criação de

aves. Dessa forma, observa-se, que o contrário dos seus pais que foram incluídos desde cedo no trabalho com a lavoura, hoje em dia, estes camponeses, privilegiam os estudos dos seus filhos, dando a eles, apenas tarefas mais simples.

No que diz respeito às relações de trabalho que ocorrem no campo, a maioria esmagadora dos pequenos produtores do município de Belém é proprietária das terras que cultivam, quase não existindo relações baseadas no arrendamento de terras. Todavia, encontramos em algumas propriedades camponesas, alguns bovinos arrendados, por pessoas que moram na cidade e não possuem terras. O arrendamento do animal é pago a R\$ 15,00, mensalmente, por cabeça, ao camponês proprietário da terra, o qual com sua família, se torna responsável pelos cuidados com o animal, sendo que o dinheiro advindo da venda do leite e algumas vezes, da venda de algum desses animais, é revertido, totalmente, para o dono deste. A relação de parceria, apesar de já ter havido na zona rural de Belém, na década de 80, mesmo de forma pífia, já não existe mais, nem em se tratando de animais, tampouco de terras. O que existe muito fortemente no município, são pequenos produtores que vivem em terras de outros camponeses e cultivam nessas terras sem que o proprietário cobre nada por isso, e sem que estes pequenos produtores tenham obrigatoriamente relações de parentesco.

Em se tratando de trabalho assalariado, esta relação ocorre entre os próprios camponeses, porém não se constitui em uma relação capitalista típica, já que o camponês que se assalaria executa as mesmas tarefas, lado a lado do camponês que paga seu salário. Em Belém, os camponeses que se assalariam recebem entre R\$ 12,00 e R\$ 15,00, de diária e geralmente, são chamados para trabalhar em terras de agricultores já conhecidos, que moram perto, havendo assim, relações pessoais entre eles.

Já quando o trabalho assalariado se dá entre um camponês e um grande proprietário de terras, esta relação ganha uma outra forma, de submissão do homem simples do campo ao capital. Esta forma de trabalho vem declinando gradativamente em importância no espaço agrário do município, já que os camponeses mais jovens não querem mais trabalhar como assalariado no campo e também porque a atividade pecuária ocupa pouca mão de obra.

O trabalho de base familiar na atividade agropecuária possui, atualmente, apenas caráter complementar, já que os camponeses, que dedicaram suas vidas a esta atividade se encontram já velhos e aposentados, sendo essa aposentadoria a principal fonte de renda das famílias. Além disso, parcela considerável das mulheres é professora de escolas geridas pelo município nas comunidades das quais fazem parte, sendo seu salário também uma das formas de renda complementar da família. Outra forma de obter renda, presente em grande parte das pequenas unidades, visitadas por nós, são os pequenos bares construídos ao lado das casas das

famílias que trabalham com a agropecuária, principalmente nas comunidades rurais onde as casas ficam relativamente perto uma das outras.

3.4- Políticas públicas e associações de pequenos agricultores presentes em Belém-PB

Os pequenos agricultores de base familiar do município de Belém estão quase que sem nenhum apoio efetivo por parte de órgãos e entidades. Vale destacar apenas as cisternas de placas que existem em quase todas as unidades de produção construídas com o apoio tanto do projeto Cooperar, do Governo do Estado da Paraíba, como do Programa “1 Milhão de Cisternas”, em parceria firmada pela ASA (Articulação do Semi-Árido) e o Governo Federal.

A zona rural do município é um terreno fértil para a criação de associações de pequenos produtores, porém nem todas são realmente sérias, já que muitas atuam apenas em época de eleições. Muitas das vezes, as pessoas que presidem tais associações são ligadas a grupos políticos locais, criando associações por iniciativa própria, e não da coletividade, para que esta haja como instrumento de compra de votos no campo. Existem outras associações verdadeiramente auxiliando os agricultores em suas atividades, como é o caso da associação que atua no Sítio Serraria, e já conseguiu fundar uma pequena confecção de peças íntimas onde os filhos de alguns camponeses desta comunidade rural trabalham, além de criar um fundo de reserva em dinheiro para auxiliar camponeses associados em dificuldade.

4. Considerações finais

Este estudo teve como foco revelar características inerentes às formas como os camponeses inseridos no espaço agrário de Belém organizam tanto sua produção quanto o trabalho. Ele ainda não está finalizado, no entanto já nos permite compreender a dinâmica espacial que permeia toda a zona rural daquele município. Notamos a forma como se organiza a estrutura agrária, percebendo assim, a notável participação dos pequenos produtores de base familiar na conformação que hoje esta tem. Porém, se por um lado, os camponeses são numerosos no que se relaciona ao número de estabelecimentos, esta característica não anula a desigual distribuição de terras que há no município, já que uma minoria que possui terras com mais de 100 hectares detém cerca de 40% da área agrícola do município. Quanto à produção agrícola municipal, percebemos que a atividade algodoeira, que antes possuía grande destaque, foi alvo de uma crise em sua produção devido ao ataque da praga do bicudo, cedendo espaço à atividade mandiocueira, que apesar de atualmente ser o principal gênero

agrícola produzido no município, não ocupa lugar de destaque nas pequenas unidades de produção, sendo relegada a um segundo plano, já que o milho ocupa o principal posto em importância para os pequenos agricultores de base familiar de Belém.

Do exposto alguns outros aspectos podem ser destacados tais como: a) os laços bastante frágeis que o campesinato, principalmente o do trecho norte da área municipal, mantém com o mercado b) a presença de formas diferenciadas de ser camponês tanto no que se refere à organização da produção como do trabalho; c) a influência das condições naturais na organização da produção; d) a forte presença de idosos como responsáveis pelas unidades produtivas; e) um desinteresse dos jovens pela continuidade do trabalho na unidade de produção; f) a presença de um fluxo migratório composto por filhos de camponeses do norte do município em direção às grandes metrópoles nacionais; g) o baixo nível tecnológico das unidades de produção camponesas; h) o caráter complementar que atualmente ocupa a atividade agropecuária, já que por terem idade avançada, a principal fonte de renda dos pequenos produtores é a aposentadoria.

Embora não se possa falar em determinismo geográfico, não resta dúvida que sem acesso a condições técnicas e financeiras e inserida numa área de condições naturais adversas, os pequenos produtores da porção norte do município acham-se mais vulneráveis e conseqüentemente mais carentes. Resta saber até que ponto e de que forma se pode falar em termos de futuro da permanência/sobrevivência da agricultura camponesa no município já que grande parte dos filhos de pequenos agricultores não se interessa mais por tal atividade, e que tal atitude possui apoio dos pais. Estes, mesmo apoiando o abandono do trabalho na agricultura por parte dos filhos, ainda demonstram, através de relatos emocionados, uma ligação afetiva com a terra que ultrapassa os aspectos econômicos.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.

LOPES, J. M. **Processo de Urbanização do Município de Belém-PB**. Monografia de Graduação, 2007.

MOREIRA, E. TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**, João Pessoa: Universitária, 1997.

Enciclopédia dos Municípios Paraibanos, João Pessoa: Correio da Paraíba, 1976.

IBGE - www.ibge.gov.br / acessado no dia 22 de março de 2008.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

HOMENS SOLTEIROS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Joel Orlando Bevilaqua Marin¹

Resumo

O artigo busca compreender o fenômeno do crescimento da população masculina em regiões de agricultura familiar, tendo como ponto de partida o estudo de caso da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, Rio Grande do Sul. A modernização da agricultura desencadeou uma série de transformações econômicas e simbólicas, que alteraram significativamente as dinâmicas sociais e produtivas historicamente organizadas pelos agricultores familiares. Em face das dificuldades de garantir a reprodução social, agricultores familiares conferiram maior importância aos estudos escolares, especialmente para as moças, visando às ocupações no mercado de trabalho no meio urbano. Por consequência, a migração rural-urbana feminina é maior que a masculina, restringindo as possibilidades do mercado matrimonial para os rapazes que permanecem na agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, casamento, relações de gênero

1. Introdução

A pesquisa procura problematizar um fenômeno social contemporâneo no espaço agrário brasileiro: o aumento da população masculina em relação à feminina, em regiões de predominância da agricultura familiar, a partir do estudo do mercado de trabalho feminino nos centros urbanos. Os dados do censo agropecuário do IBGE, de 1996, revelaram que o número de rapazes era 14% superior ao número de moças, na faixa etária de 15 a 24 anos. Isso indica que a taxa de migração do espaço rural para as cidades é maior entre as moças do que entre os rapazes. A consequência deste processo é a elevação das taxas de homens solteiros no meio rural.

O objetivo da pesquisa é analisar as motivações que acentuaram o processo de migração das mulheres aos centros urbanos e que resultaram no aumento da população masculina no meio rural, especialmente em regiões de predomínio da agricultura familiar. A pesquisa parte do pressuposto de que a realidade social e os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres são socialmente construídos, portanto, datados historicamente e permeados pelos critérios de classe social, etnia e faixa etária. Para não cair em generalizações que subtraem as possibilidades de compreensão da realidade, como situação

¹ Professor da Universidade Federal de Goiás, doutor em Sociologia, e-mail: marin@agro.ufg.br.

social singular, impõe-se especificar as condições econômicas, sociais e culturais objetivas do segmento socioeconômico em estudo. Portanto, a pesquisa resultou de um estudo de caso desenvolvido em uma realidade específica da agricultura familiar do sul do país. O levantamento dos dados para o estudo de caso foi realizado na região conhecida como “Quarta Colônia de Silveira Martins”, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, envolvendo os municípios de Ivorá, Silveira Martins, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Nova Palma. Os dados da realidade social foram levantados por meio de observações participantes e entrevistas não estruturadas, dirigidas tanto para as mulheres que permaneceram nessa região quanto para mulheres que migraram para as cidades.

Para compreender o problema do crescimento da população masculina na região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, procurou-se estudar as mudanças na percepção das mulheres sobre o trabalho familiar na agricultura e a construção de outros de projetos de vida que perpassam pela vinculação ao mercado de trabalho no meio urbano e pela recusa do casamento com homens que permaneceram no trabalho agrícola familiar, a partir das transformações econômicas e simbólicas desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura.

2. Trabalho, migrações e homens solteiros na região de Silveira Martins

A socialização dos sujeitos sociais está marcada por concepções, valores e práticas construídas sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, definidos como relações de gênero. A família, na qualidade de primeira instituição de socialização, assume importância nas construções culturais sobre os papéis sociais a serem desempenhados pelos homens e pelas mulheres no espaço doméstico, que implica na formação da identidade de gênero dos indivíduos. Além da família, as instituições públicas, o sistema político e as organizações econômicas expressam construções sociais de gênero e reproduzem relações sociais entre os sexos. Assim, os sujeitos sociais constroem suas identidades de homens ou de mulheres, num processo dinâmico e continuado, em conformidade com as concepções de socialização de cada sociedade. Sob essa perspectiva, as relações sociais de gênero devem ser compreendidas no âmbito das relações sociais humanas e das representações dos papéis sexuais atribuídos aos indivíduos na sociedade.

Scott, no ensaio intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, faz referência ao conceito de gênero como uma construção social e histórica dos sexos. Esse pressuposto sustenta a tese de que os sujeitos sociais se fazem homem ou mulher, a partir de

um processo contínuo e dinâmico, construído através de práticas sociais, em conformidade com as concepções dos diversos grupos:

o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções sociais — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75)

A definição de gênero proposta por Scott (1995, p. 88) está assentada na interconexão de duas proposições: “o gênero é constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres e nas diferenças percebidas entre eles, e o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder.” Neste sentido, as relações sociais de gênero implicariam nos símbolos socialmente construídos que “evocam representações simbólicas”, pois ser do gênero masculino ou do gênero feminino leva os indivíduos a perceber e estar no mundo de formas diferentes, resultando em diferenças nas distribuições de poder. Portanto, o gênero engendra concepções e símbolos que dão significados à distribuição do poder instituído nas sociedades, proporcionando um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos. As relações sociais de gênero são construídas nas relações de parentesco, mas não se restringe a elas. Nas sociedades modernas, as relações de gênero são construídas pelas instituições sociais (escola, igreja, justiça, meios de comunicação, etc.), pelo sistema político e pelo mercado de trabalho. Assim, as relações de gênero estão relacionadas ao universo das relações econômicas de produção e das organizações ideológicas que envolvem as relações entre os sexos. Por ser uma construção social, a autora conclui que as pesquisas sobre as relações sociais de gênero devem articular as categorias de classe social e de etnia.

Scott (1995) afirma que a transformação do indivíduo em um ser social implica a interiorização dos princípios de realidade e, para tanto, torna-se necessário aprender a desempenhar certos papéis decorrentes das condições de classe social e de gênero. A questão de classe social assume importância na medida em que situa os indivíduos na estrutura econômica, na divisão social do trabalho e no universo de representações sociais. A questão de gênero também assume significados sociais porque a posição ocupada pelo indivíduo no interior da família, da classe social e da sociedade depende, em grande medida, do que é estabelecido como específico para os homens e para as mulheres. Ou seja, cada indivíduo deve identificar-se com as atribuições sociais próprias de seu sexo, em contraposição com o que se interioriza como próprio do sexo oposto.

Em corroboração com essa pressuposição teórica, Bourdieu (1998) afirma que a

história de algum indivíduo pode ser entendida como uma “variante estrutural” do *habitus* de seu grupo ou de sua classe social. O *habitus* tende a conformar e a orientar a ação do indivíduo, porém, na medida em que é produto das relações sociais, ele tende a reproduzir essas mesmas relações objetivas que o originaram. A interiorização dos valores, normas e princípios sociais asseguram a adequação entre as ações dos atores e a realidade objetiva como um todo. Assim, o *habitus* se refere tanto ao individual como ao social (grupo ou classe), pois o processo de interiorização implica a internalização da objetividade, que ocorre de forma subjetiva, mas não se situa exclusivamente no domínio da individualidade.

De acordo com Bourdieu (1995, p. 137), a visão dominante da divisão sexual pode se expressar nos discursos ou manifestações orais, nas representações gráficas, nos instrumentos técnicos ou nas práticas. Em determinadas grupos sociais, como a sociedade cabila, a produção agrícola é organizada segundo as noções de tempo e estação que se fundamentam em oposição entre masculino e feminino. A divisão dos espaços interiores da casa, a oposição entre casa e campo, as técnicas e posturas do corpo também reforçam relações de dominação entre os sexos. A “divisão do mundo”, baseada nas diferenças biológicas dos indivíduos, entra na ordem natural das coisas a ponto de se tornar inevitável, ou seja, “em estado objetivado, no mundo social e também, no estado incorporado, nos *habitus*, onde ele funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação.”

Ao discutir a dominação masculina e ao que denomina “somatização das relações de dominação”, Bourdieu (1995, p. 143) afirma que não é possível dar conta da violência simbólica — dimensão da dominação e essencial na dominação masculina — “sem fazer intervir o *habitus* e sem colocar, ao mesmo tempo, a questão das condições sociais das quais ele é o produto.” Por tanto, ele destaca que:

o trabalho de formação que se realiza, seja através da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, seja através de um trabalho de inculcação coletivo, mais implícito do que explícito, do qual fazem parte principalmente os grandes rituais coletivos, e pelo qual se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los.

Ao analisar o problema do *célibat paysan* na França, Bourdieu (1962; 1989) destaca que a lógica das relações entre os sexos conferiu o primado e a supremacia aos homens, especialmente na gestão dos negócios da família. No entanto, o surgimento de um conjunto de fenômenos sociais alterou o sistema de trocas matrimoniais. Para o autor, os aspectos econômicos, expressos de maneira especial no patrimônio fundiário, perderam importância no

sistema das trocas matrimoniais pelo estatuto social e, mais precisamente, pelo estilo de vida correlato ao casamento. A perda da importância da base econômica vincula-se a uma verdadeira transformação de valores, influenciada pela educação e pelas novas idéias. Anteriormente, as moças viviam vinculadas à casa e constrangidas a aceitar e obedecer as ordens paternas mas, com a unificação do mercado dos bens econômicos e simbólicos e com o desenvolvimento da educação, a maior parte delas busca empregos nas cidades e não deseja casar-se com os jovens agricultores nem levar uma vida social ligada à agricultura. Os valores da população rural sofrem mudanças porque novos valores do mundo urbano são incorporados, sobretudo pelas mulheres. No entanto, a migração feminina é resultante da melhor escolarização para enfrentamento da vida urbana e da maior capacidade de questionamento da condição de mulher camponesa e das formas tradicionais de dominação masculina. As filhas dos agricultores deixam um mundo fechado das hierarquias sociais do meio rural rumo ao universo de amplas possibilidades no meio urbano. Elas migram para as cidades mais facilmente que os rapazes por diversas razões: os seus vínculos com a terra são mais tênues, o maior grau de escolarização possibilita melhor adaptação ao mundo urbano, o enfraquecimento das tradições familiares permite maior mobilidade e a melhor preparação para incorporar-se ao mercado de trabalho e valores do comportamento urbano. Esse processo implicou num desequilíbrio demográfico entre os sexos, implicando em maior proporção de homens no meio rural, acentuando o *célibat paysan*.

Na região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, o processo de modernização da agricultura, que se aprofundou na década de 1960, desencadeou mudanças significativas no mercado dos bens econômicos e simbólicos, decorrentes da ampliação das redes de relações sociais firmadas entre os agricultores, poderes públicos e os segmentos industriais, financeiros e comerciais. A modernização da agricultura implicou na maior utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, sementes híbridas, animais geneticamente melhorados, produtos químicos, novas técnicas de manejo agrícola e pecuário, além da mecanização da colheita. A incorporação progressiva de tecnologias modernas provocou mudanças profundas nas relações sociais de produção, na medida em que os agricultores familiares se integraram com os segmentos industriais que produzem máquinas, insumos químicos, sementes e animais geneticamente melhorados, bem como com as agroindustriais que fazem o processamento da produção agropecuária comercializada pelos agricultores familiares. A adoção de novas tecnologias abriu caminhos para a maior circulação de mercadorias, possibilitando transferência de rendas aos setores capitalistas.

Os agricultores familiares da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins

passaram a desenvolver cultivos especializados de batata inglesa, soja, fumo, arroz, milho, bem como criações de bovinos de leite, aves e suínos. No que tange à produção, as unidades de produção familiares tornaram-se cada vez mais dependentes do mercado de bens industriais, uma vez que a especialização dos sistemas produtivos induziu os agricultores familiares a se relacionar progressivamente com os mercados de máquinas e insumos agrícolas e de produtos agrícolas. As trocas comerciais entre os diversos segmentos intensificaram-se na medida em que as cadeias produtivas se consolidaram na região. Os mercados de bens e serviços tornaram-se, desta maneira, importantes estruturas condicionantes das relações entre os agricultores e as empresas que integram as cadeias produtivas com as mercadorias e meios de trabalho, bem como entre os próprios agricultores. As produções dos sistemas de cultivo e criação especializados são destinadas à comercialização, visando à obtenção dos recursos necessários para a aquisição dos fatores e meios utilizados no próximo cultivo, criando um ciclo da dependência sócio-econômica. A partir da intensificação das trocas econômicas, os setores urbanos-industriais conseguiram impor condições objetivas para ampliar os processos de subordinação e expropriação do trabalho dos agricultores familiares.

Neste sentido, a especialização dos processos produtivos aumenta a vulnerabilidade dos agricultores e, de certa forma, ameaça sua reprodução social. Para garantir certa autonomia e reduzir as saídas monetárias, os agricultores familiares procuram combinar os sistemas de cultivo e de criação especializados com o desenvolvimento de uma produção para o consumo familiar. No entanto, o trabalho necessário nos cultivos de interesse comercial e de autoconsumo implica numa super-exploração de todos integrantes da família.

A modernização das unidades produtivas passou a exigir novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho, novos conhecimentos e agregação de esforços que envolvem uma racionalidade produtiva e tecnológica. Os investimentos para incorporação das tecnologias no processo produtivo se tornaram possíveis pelos empréstimos bancários, que não raramente comprometem o equilíbrio financeiro ou até mesmo a perda da terra, especialmente quando os bancos exigiam a hipoteca da terra dos agricultores, como garantia de pagamento dos recursos tomados. Da mesma maneira, os agricultores familiares passaram depender cada vez mais dos conhecimentos técnicos transmitidos pelos agentes dos órgãos de assistência técnica, público ou privado, que determinam as formas consideradas válidas para a realização das atividades produtivas.

Além dessas modificações nas unidades de produção familiar, neste período ficou marcado pela ampliação dos investimentos em políticas públicas para a melhoria das vias

terrestres, dos meios de transporte, da eletrificação rural e da saúde pública. Anteriormente, o isolamento geográfico da região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, decorrente da precariedade das estradas, dos meios de transportes e até mesmo do relevo acidentado, tendiam a limitar os deslocamentos e a restringir as relações sociais no âmbito do mundo local, impondo como necessidade a ampliação da interdependência e do interconhecimento dos colonos que viviam na região. Com a modernização, a região estreitou vínculos das relações econômicas e culturais com as cidades, especialmente Santa Maria. As trocas econômicas e simbólicas entre o meio rural e urbano são intensificadas, as distâncias e os tempos se reduzem, aproximando cada vez mais a população rural para a cidade.

O crescente avanço dos valores urbano-industriais, associada à subordinação econômica ao capital, dificultou a permanência dos colonos na terra, desencadeando uma migração intensa aos centros urbanos. A migração para as cidades indica a impossibilidade da reprodução de um projeto de vida vinculado ao trabalho agrícola, pois o assalariamento nas cidades torna-se uma alternativa mais atraente, especialmente para a juventude. Ademais, o aumento da tecnificação das unidades de produção familiar dispensou parte da mão-de-obra familiar, ampliando as possibilidades de liberar os filhos para os estudos.

Com fechamento das fronteiras agrícolas, os preços das terras se elevaram consideravelmente, tornando inviável a aquisição de terras, pelo menos para a maioria dos agricultores familiares. Por outro lado, o processo de subdivisão das propriedades tornou-se indesejável ou até mesmo impossível, uma vez que a área já se encontrava reduzida e, a baixa fertilidade dos solos, resultante do uso intensivo, inviabilizava a permanência dos filhos na propriedade. A alternativa que se apresentava era a migração para as cidades, processo que tende a ser mais acentuado entre as mulheres. Elas são menos apegadas a vida no campo e sofrem mais com a dupla jornada de trabalho agrícola e doméstico. A partir da compreensão das dificuldades e limitações das mulheres no meio rural, as jovens formulavam novos projetos de vida que passavam pelos estudos e pela migração para as cidades:

na minha época de adolescência, era trabalho na roça, não tinha outra saída. Era ir para a aula, fazer a lida doméstica, lidar com o gado, com os porcos, as galinhas, cuidar dos irmãos mais novos, lavar a roupa no rio, ajoelhada, numa tábua. Eu trabalhava na roça e ajudava no trabalho doméstico também. Festa tinha uma vez por ano, ou ir a pé ou em cima do caminhão, comendo poeira. Namorar e casar, mas depois que tinha certa idade. Tinha que saber trabalhar, tinha que ter o seu enxoval pronto, porque a mulher tinha que levar o seu enxoval, o tal do dote. Era um costume geral, mas no nosso caso, eu que era a mais velha da família, optei por estudar, porque eu achei que estudar era uma saída. Eu ia para a roça e percebi que a vida era dura. Era suador, aqueles calorões. Ninguém vinha para casa, antes que desse o meio dia. E aí eu via que a vida era dura e não tinha perspectiva de melhora nenhuma. Porque o que a gente trabalhava dava só, às vezes, não dava nem para

pagar uma passagem para a gente ir para a cidade. Conheci Santa Maria depois que eu resolvi estudar fora. Então, eu vi que a única saída era estudar, para ter uma perspectiva melhor de vida. (Farmacêutica, 59 anos)

Pelo depoimento, percebe-se que as moças passaram a investir na própria escolarização ou mesmo a migrar para em busca de um emprego, no meio urbano, para não repetir a tradicional condição de vida de mãe, mulher, dona de casa e “ajudante” dos homens. No interior da família havia uma divisão tradicional das funções que determinava o lugar de cada indivíduo no processo de trabalho agrícola e doméstico, obedecendo a variações de acordo com o gênero, idade e capacidade para operar os instrumentos de trabalho. As famílias eram numerosas, sendo comum a presença de gerações de avós, pais e filhos, convivendo numa mesma moradia e trabalhando num mesmo lote de terra. Um grande número de filhos implicava, necessariamente, no aumento da força de trabalho familiar, mas cada componente da família tinha uma participação mais ou menos definida, conforme as hierarquias de gênero, idade e força física.

O homem, pai e chefe da família, era a autoridade maior da família, sendo sua responsabilidade a organização das atividades produtivas, a direção do processo de trabalho e as relações com o mercado. As atribuições das mulheres estavam vinculadas aos trabalhos domésticos, especialmente o cuidado dos filhos, preparo dos alimentos, limpeza da casa, confecção de artesanatos e de roupas, cuidado dos animais domésticos e da horta caseira. Contudo, a participação das mulheres estendia-se também aos trabalhos da lavoura, principalmente nas fases de maior demanda dos ciclos produtivos. No interior da família, os meninos e as meninas eram socializados segundo os critérios das divisões do trabalho e dos padrões comportamentais definidos como naturais para o sexo masculino ou para o sexo feminino, em conformidade com as normas tradicionais de organização das relações sociais de gênero no interior da família. As diferenciações e divisões de gênero aprofundavam-se na medida em que as crianças cresciam e adentavam a fase da juventude.

Atualmente, os papéis sociais de esposa, mãe, dona de casa — historicamente construídos como “naturais” para as mulheres rurais — tornam-se cada vez mais indesejáveis para as moças. O emprego urbano, notadamente o emprego doméstico, sempre foi uma saída para as jovens rurais para obtenção de ganhos fora da agricultura. Ademais, a dificuldade da maioria das famílias de agricultores de fazer poupança e acumular capital acaba por inviabilizar a formação de novas unidades produtivas. A precarização das condições de vida no campo deixa poucas margens para vislumbrar uma realização profissional dentro da agricultura familiar. O processo sucessório e a organização do trabalho nas unidades de

produção familiar são marcados pelo viés das relações de gênero, que tendem a favorecer os rapazes na definição do herdeiro do patrimônio fundiário. Desta forma, os pais entendem que a vida no campo é mais atraente — ou possível — para os filhos, mas não o é para as filhas. Por tanto, a migração das moças para as cidades também expressa as relações de poder instituídas no interior da família, revelando desigualdades na distribuição das responsabilidades, das decisões e do patrimônio, entre os diferentes membros do grupo.

Entre os colonos italianos, a terra, como patrimônio e meio fundamental de produção na agricultura, era transmitida como herança aos filhos. Porém, apenas os filhos homens tinham direito de herança da terra. A terra herdada podia ser na propriedade paterna ou em alguma área próxima da propriedade paterna ou mesmo em regiões de fronteira agrícola. Não importava tanto a localização, mas a propriedade de um pequeno lote de terra, como fator fundamental de reprodução condição social de colono. Para dar continuidade a esse projeto, os filhos tinham com direitos de herança um lote de terra, tão logo constituíssem uma nova família. As filhas tinham direito apenas ao dote, que se constituía de um enxoval roupas, de panelas e louças, de uma máquina de costura e de alguns animais domésticos, para começar suas criações. Vale notar que, no interior da família dos colonos de origem italiana, a distribuição dos direitos de herança entre os rapazes e as moças obedecia às tradições das divisões sexuais do trabalho. A produção agrícola, geradora de renda e de parte do autoconsumo familiar, era uma atribuição predominantemente masculina, portanto, os rapazes deviam receber um lote de terra para garantir o cumprimento do papel social de chefe e provedor de sua família. O trabalho doméstico, seja no interior da casa ou de seus arredores, eram atribuições consideradas femininas e, assim sendo, as mulheres precisavam dispor de bens, utensílios e animais domésticos para organizar os espaços do lar e do quintal da casa.

Em termos monetários, havia uma acentuada desproporção entre os valores da herança da terra e do dote que, por vezes, constituíam focos de conflitos familiares. No entanto, as normas sociais de distribuição das heranças entre os filhos e filhas eram tradições a serem obedecidas e não questionadas, por que assim fora com mais velhos e o mesmo deveria ser com as novas gerações. Embora houvesse diferenças econômicas entre as famílias, que se expressavam em diferentes heranças e dotes, as moças se casariam com rapazes que teriam, de alguma forma, o acesso a um lote de terra.

No contexto atual, os estudos escolares tornaram-se uma espécie de herança e investimento nos filhos. Na pesquisa sobre herança e gênero em uma outra região de colonização italiana do Rio Grande Sul, Carneiro (2001) enfatiza que a migração urbana está associada à valorização dos estudos e aos atrativos dos valores culturais e materiais

sustentados pelo crescimento urbano-industrial. O estudo assume, então, uma nova forma de herança e um investimento pessoal e familiar alternativo à vida na agricultura. Há algumas décadas, a migração dos jovens para as cidades era percebida como algo natural e um dever decorrente da submissão à autoridade e aos interesses familiares. Atualmente, essa situação está se invertendo, pois, dependendo da situação econômica, a permanência na “colônia” pode significar um fator de exclusão social. Assim, as filhas dos agricultores descendentes de imigrantes italianos procuram estudar para uma formação profissional qualificada, a fim de disputar melhores posições no mercado de trabalho urbano.

Anteriormente, os colonos italianos valorizavam a escola na medida em que preparava as novas gerações para o domínio da leitura, da escrita, das operações matemáticas e, principalmente, para a internalização dos conhecimentos religiosos. Antes de tudo, os colonos se identificavam como católicos, daí que também cabia à instituição escolar, como extensão da família, proporcionar a instrução religiosa para as novas gerações. Os colonos não dispensavam muito tempo para a escolarização, pois o mais importante na formação das crianças era o aprendizado prático das lides agrícolas e domésticas. Contudo, consideravam importante o domínio dos saberes escolares básicos para compreender os conteúdos contidos nos livros sagrados e reafirmar a identidade de colonos e católicos. A permanência das crianças na escola não ultrapassava o “quarto livro”. O prolongamento dos estudos escolares não se constituía prioridade para os colonos, pois o projeto de vida estabelecido para os filhos era o trabalho na agricultura. A continuidade da escolarização era reservada especialmente para os filhos que pretendiam seguir a vida religiosa. Aliás, o grande desejo e honra da maioria das famílias era encaminhar um filho ou filha para a vida religiosa, pois a vida eclesiástica conferia certo *status*. Para os filhos, seguir a vida religiosa possivelmente era a única forma de levar uma vida diferente de seus pais (DE BONI e COSTA, 1982, p. 85).

A partir da década de 1960, o Estado ampliou as redes de ensino primário, médio e superior, facilitando a continuidade dos processos de escolarização das novas gerações. Na região da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins, houve um aumento considerável da rede de ensino de primeiro e segundo graus, vinculados às instituições estatais ou religiosas católicas, ampliando as possibilidades de ampliar os estudos dos filhos. Na cidade de Santa Maria foi fundada, no início da década de 1960, a Universidade Federal de Santa Maria, com diversos cursos de nível superior e médio, tornando mais próximo os projetos de escolarização dos filhos dos agricultores familiares da região da Colônia Italiana de Silveira Martins. O crescimento das cidades e a expansão da rede de ensino, em nível médio e superior, ofereciam os meios necessários para adentrar e vencer a vida no mundo urbano. Os

colonos passaram a entender que o investimento na escolarização poderia proporcionar melhores condições para os filhos. Ou seja, a migração para as cidades era a possibilidade de superar uma vida repleta de trabalho, sacrifícios e restrições financeiras:

Eu resolvi sair de Vale Vêneto, ir para Santa Maria estudar, porque eu não queria repetir a história da minha mãe. Eu achava terrível a história de trabalhar na roça e ainda dentro de casa. Era um trabalho muito pesado e eu não gostava. Mas o que eu não gostava mesmo era a dificuldade de vender os produtos. Primeiro reza para chover, para ter o produto, depois reza para vender. Eu tinha uma dor, uma dor de ver a luta do pai e da mãe para produzir e ter que vender o produto sem um preço bom. Muitas vezes nem conseguia vender os produtos. Isso aconteceu muito com a produção de batatas (Engenheira Florestal, 56 anos).

A intensificação da modernização da agricultura e a ampliação das relações de produção colocavam limites para a permanência de muitos filhos na unidade produtiva familiar. Por outro lado, o fechamento das fronteiras agrícolas dificultava a compra de terra para os filhos. Diante dessas limitações, as famílias perceberam que a ampliação dos níveis de educação era a melhor forma para os filhos galgarem ocupações urbanas. Todos os investimentos em tempo, recursos financeiros e esforço pessoal dispensados para a escolarização tornavam-se verdadeiros investimentos no futuro dos filhos. Além disso, os estudos estavam associados com a possibilidade de abandonar o trabalho na agricultura, visto como um trabalho de pouco valor social e que causa vergonha:

O pai e a mãe sempre diziam: “a educação em primeiro lugar. Todos têm que estudar, têm que estudar”. Isso contou muito. Isso foi bem forte e todo o tempo os meus pais e meus irmãos estimulando para os estudos. Estudar era status para nós: era a única possibilidade de sair daqui da colônia. Senão estudava, ficava aqui. Ninguém gostava de trabalhar na roça. Na verdade, o trabalho da roça nunca foi valorizado. Nós tínhamos vergonha de dizer que trabalhava na roça. Tinha muitas dificuldades, mas também era vergonhoso ser da lavoura, da colônia (Bacharel em Ciências Contábeis, 42 anos).

Como observou Santim (1986), entre os agricultores da região da colônia italiana proporcionar estudos aos filhos passou a ser objetivo comum, pois os pais desejavam evitar que seus filhos passassem pelas mesmas dificuldades e atribulações. O estudo tornou-se sinônimo de um futuro melhor, de uma vida longe dos sofrimentos e das privações suportados pelos pais na vida rural. A formação dos filhos, em nível médio profissionalizante ou em nível superior, tornou-se motivo de sucesso e orgulho da realização de um projeto familiar. Ter um diploma tornou-se a chave para adentrar no mundo urbano, interpretá-lo e vencê-lo, com a incorporação no mercado de trabalho.

Embora nem sempre tendo qualificação profissional, as jovens migrantes da região da

colônia são portadores de uma ética de valorização positiva do trabalho, que facilita a obtenção de empregos. As jovens aceitavam até mesmo os trabalhos mal remunerados e pouco valorizados, como o doméstico ou os serviços gerais, como um primeiro passo para consumir a saída da casa dos pais e obter a remuneração necessária para garantir o pagamento das despesas pessoais. Além disso, normalmente, as primeiras ocupações laborais eram percebidas como ponto de partida para investimento na melhoria da formação escolar e profissional, com vistas a galgar melhores empregos e remunerações. Para exemplificar, muitas mulheres começavam a trabalhar nos serviços gerais, na lavanderia ou na cozinha de hospitais e, com o passar do tempo, investiam em cursos profissionalizantes de auxiliar de enfermagem ou até mesmo o curso superior de enfermagem e, desta forma, melhoravam as condições profissional e financeira.

Na medida em que migram para as cidades, as moças não querem namorar e nem casar com os rapazes que permanecem no meio rural. A escolarização e o emprego urbano tornam-se um passaporte para conhecer um mundo com possibilidades de realização pessoal e profissional, sem as infundáveis limitações impostas pela vida na colônia:

Eu não queria ficar aqui, casar com colono, de jeito nenhum. Era um trabalho horrível. Eu não queria trabalhar na roça. Eu achava que o mundo era maior que isso. Eu tinha idéia de fazer faculdade, de ganhar dinheiro, de viajar, de ter uma casa de ter um carro e sair pelo mundo afora. Depois eu consegui emprego em Porto Alegre, mas ganhava pouco e não foi possível realizar tudo o que imaginava de mundo. Eu sempre dizia: o mundo é maior que essa panela aqui. Olha, eu tinha 17 anos quando eu fui para Santa Maria e conhecia só até ali. Porto Alegre era longe, longe, longe, quase inatingível. (Zootecnista, 54 anos)

A partir do momento em que as moças melhoram o nível de escolarização e, por conseqüência, conquistam um emprego urbano, reconhecimento social e autonomia pessoal, elas procuram casamentos com rapazes que vivem e trabalham no meio urbano. Os rapazes fora da colônia são preferidos como possibilidade de namoro e casamento. Desta forma, os espaços de convívio no trabalho, nos estudos e, principalmente, nos bailes proporcionam as situações privilegiadas para ampliar o mercado matrimonial:

Então, a gente dependia daquele dinheirinho da lavoura e era tudo muito difícil. Eu sempre falava: eu não quero essa vida para mim. Então, eu saí para estudar. Eu sempre fui uma aluna regular, mas consegui chegar onde cheguei pelo meu esforço. Na verdade, eu nunca fui aluna brilhante. Mas eu não queria casar com colono daqui, de jeito nenhum. Uns quantos rapazes daqui tinham interesse em me namorar, mas eu nunca quis. Até o pessoal daqui dizia que eu era uma cheia, que eu nunca queria namorar os rapazes daqui da roça. Mas, quando eu ia num baile e tinha alguém de fora, eu ficava cega só olhando uma possibilidade de pegar alguém de

fora. Eu tinha trauma de me imaginar vivendo aqui, de ficar aqui trabalhando na roça. Eu gostava de ficar olhando os rapazes de fora. (Engenheira Florestal, 56 anos)

O casamento era destino natural dos rapazes e das moças. Para os rapazes, a idade ideal para o casamento era entre os 23 e 25 anos, enquanto que para as moças entre os 18 e 23 anos. A própria Igreja Católica, instituição de grande ascendência sobre os colonos, estimulava os jovens a formarem suas famílias, a não ser nos casos de doença física e mental. O casamento era percebido culturalmente como algo natural a todos os indivíduos, em idade e em condições físicas para constituir uma família. A própria Igreja Católica aproximava os jovens em associações devocionais, mesmo que demarcados pela divisão em Filhas de Maria e Moços Católicos. As festas religiosas dos Santos Padroeiros proporcionavam as principais situações de aproximação dos jovens, especialmente com a “brincadeira dos bilhetinhos”, no qual os jovens de ambos os sexos compravam um bilhete para enviar ou responder ao parceiro pretendente. A partir dessa atividade festiva, conforme os interesses, sentimentos e afinidades, rapazes e moças passavam para o namoro, noivado e casamento. No entanto, todas as decisões afetivas e sentimentais dos jovens deviam ter o consentimento e a permissão dos pais, sem os quais nada poderia se realizar.

O futuro dos rapazes e das moças era espelhado modo de vida dos pais. Os rapazes deviam se tornar agricultores e as moças as donas de casa. O grande problema dos jovens recém casados era permanecer na propriedade dos pais, pois a subdivisão da propriedade paterna fatalmente resultaria na impossibilidade de reprodução social dos colonos. Apenas um filho podia permanecer na propriedade dos pais, normalmente o escolhido era o filho mais moço. Os mais velhos, na medida em que se casavam, deviam sair da propriedade paterna para constituir a sua própria unidade produtiva. Para a maioria dos jovens casais, a alternativa para garantir a reprodução da condição social de colono era migrar para as regiões de fronteira agrícola. Os baixos preços da terra que se configuravam nos mercados das fronteiras agrícolas tornavam acessíveis, para a maioria dos colonos, a aquisição de “uma colônia”, unidade de referência de uma propriedade familiar com extensão que oscilava entre 25 e 35 hectares. Essa medida territorial era considerada suficiente para que um jovem casal pudesse trabalhar e educar os filhos com certa estabilidade econômica e social.

As famílias dessa região eram numerosas, conferindo amplas possibilidades para o mercado matrimonial para os jovens rurais. Por um lado, a fronteira agrícola abria caminhos para a reprodução social das novas famílias de agricultores que se formavam. No entanto, entre as famílias de colonos italianos era norma predestinar uma filha ao celibato, para oferecer amparo e assistência durante a velhice dos pais. Estas ficavam conhecidas como

solteironas. A escolha recaía, normalmente, para moças mais tímidas, retraídas, apegadas sentimentalmente aos pais ou que tinham algum problema de saúde.

Porém, a partir da década de 1960, a região da “Quarta Colônia” sofreu um acelerado processo de migração, marcadamente feminino, resultando na maior proporção de homens no meio rural. Portanto, muitos homens que trabalham como agricultores familiares permanecem solteiros, os quais ora de maneira jocosa ora preconceituosa são denominados “solteirões” ou “solteroni”.

Abramovay *et al.* (1997), em estudo sobre os processos sucessórios na agricultura familiar de Santa Catarina, constataram que o êxodo rural atinge, com mais ênfase, as atuais populações jovens do que as gerações anteriores. Os processos recentes de migração também apresentam um “viés de gênero”, pois as moças estão migrando antes e em proporções maiores que os rapazes. Assim, ao lado do “envelhecimento”, agrega-se um acentuado processo de “masculinização” da população rural. Os autores destacam, no entanto, que a migração das moças não está necessariamente associada às oportunidades de mercado de trabalho mais favoráveis no meio urbano, mas à precariedade das perspectivas de vida no meio rural e à condição social subalterna vivenciada no seio da família dos agricultores.

Seja em decorrência das dificuldades de reprodução social da agricultura familiar seja em decorrência do viés de gênero nos processos sucessórios, as mulheres encontram melhores condições de possibilidade de vida e de trabalho na área urbana. Ademais, elas são menos apegadas à vida e ao trabalho no meio rural. Esse processo resulta na redução e no envelhecimento da população rural e no aumento do número de homens solteiros que já não conseguem constituir novas famílias (ABRAMOVAY *et al.*, 1997, 2001; CAMARANO *et al.*, 1999).

Não se pode desconsiderar que a diminuição da população rural, o envelhecimento e o predomínio de homens reduzem os espaços de sociabilidade e convivência familiar e comunitária, dificultando as relações sociais e os encontros entre as pessoas que vivem no meio rural. Outrossim, a redução acentuada da população rural e dos espaços de socialização comunitária tornam-se motivos para a migração dos rapazes para os centros urbanos, pois não desejam enfrentar um futuro marcado pela solidão e pelo convívio social restrito.

Se nas décadas anteriores a sociabilidade era intensamente vivida na família e na comunidade, hoje as famílias são menores, as atividades comunitárias agregam menos pessoas e as possibilidades de encontros amorosos são restritas. Daí que os homens que permanecem no meio rural são condenados a uma vida solitária ou, então, sem uma companhia afetiva estável. E, na medida em que a idade avança, tanto mais difícil para os homens solteiros

encontrarem uma parceira para constituir suas próprias famílias.

3. Considerações finais

Esse artigo é resultado das primeiras reflexões sobre o problema do crescimento da população masculina em regiões de agricultura familiar. Portanto, não se conseguiu esgotar a análise dos dados de campo já levantados e nem apresentar explicações conclusivas. A partir da delimitação do processo de modernização como marco das transformações econômicas e simbólicas, buscou-se tecer algumas conexões entre o problema do crescimento da população masculina e a ampliação das possibilidades do mercado de trabalho urbano, para as mulheres que nasceram e foram socializadas no meio rural, mais especificamente em uma região de importância de agricultura familiar.

Com a modernização da agricultura, processos de ordem econômica e simbólica, que acompanharam a abertura objetiva e subjetiva do mundo rural e dos agricultores, neutralizaram progressivamente as visões de mundo autônomas, particulares e locais-centristas dos colonos. A intensificação das trocas econômicas e simbólicas entre os agricultores e os setores industriais, financeiros e comerciais e de serviços resultaram na maior subordinação dos agricultores. Diante das dificuldades de garantir a reprodução econômica e social, os pais começam a vislumbrar a melhoria da escolarização dos filhos e apoiá-los na migração para os centros urbanos. As moças demonstram maior preocupação com a continuidade dos estudos e a conquista da autonomia pessoal, mediante obtenção de um emprego nas cidades.

Os rapazes, mais apegados à terra e ao trabalho agrícola, investem menos na escolarização e permanecem na condição de agricultores familiares. Como resultado, houve crescimento da população masculina em relação da população feminina, dificultando a constituição de novas famílias, pois as mulheres que conquistam trabalhos no meio urbano não desejam casar com os homens que permanecem na condição de agricultores familiares.

Em médio ou longo prazo, a predominância masculina pode acentuar a redução da população rural brasileira, uma vez que dificulta a constituição de novas famílias. Além disso, esse problema tem repercussões sobre a população juvenil que, não desejando viver na solidão, migram para as cidades em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho.

4. Bibliografia

ABRAMOVAY, R., et al. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

ABRAMOVAY, R. et al. *Juventude e agricultura familiar: os desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó: Epagri, Brasília: FAO/INCRA, 1997. (mimeo)

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOURDIEU, P. Célibat et condicion paysanne. *Études Rurales*, n. 5-6, avr./set., 1962.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Disponível em: Ipea.gov.br. Acesso em: 27 de novembro de 2006.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UCS, São Paulo: Cortez, Petrópolis: Vozes, 1982.

MARIN, J. O. B. Educação e trabalho nas colônias italianas: o caso de Silveira Martins. *Educação: Revista da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 19, n. 2, 1994.

SANTIM, S. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST, 1986.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

IDENTIDADE RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: O PRONAF B SOB A ÓTICA DOS BENEFICIADOS¹

Denes Dantas Vieira²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos beneficiados do Pronaf B – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em relação aos resultados que são apresentados acerca desse programa. A pesquisa que originou a elaboração desse trabalho baseou-se, principalmente, em reflexões teóricas de estudiosos do campesinato, agricultura familiar e de pesquisadores dos impactos do Pronaf B no meio rural. Os dados empíricos da pesquisa foram obtidos através da aplicação de questionários com os beneficiados e de entrevistas com os mediadores desse programa em dois municípios, Apodi e Antônio Martins, no Rio Grande do Norte, que, proporcionalmente, são os municípios que detêm o maior número de contratos do Pronaf B no estado. O trabalho concluiu que a percepção dos agricultores pesquisados sobre os resultados do Pronaf B é identificada para além de resultados econômicos, tais como: a elevação da auto-estima e o “resgate do sentimento de cidadania” e assim como impactos no autoconsumo das famílias dos agricultores beneficiados por essa política de crédito.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Política Pública . Pronaf B.

1. Para os Agricultores Familiares: O Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – nasceu, através do Decreto N. 1946, em 28 de junho de 1996 e teve suas normas consolidadas na Resolução N. 2310, de 29 de agosto de 1999.

Sobre a condição rural, há inúmeros trabalhos produzidos, dos quais se destacam alguns teóricos, tais como: Abramovay (2006); Veiga (2000); Bastos (2006); Schroder (2006); Mattei (2005), descrevem o processo que desencadeou a criação do Pronaf.

Ao que diz respeito à origem do programa, estão às lutas dos movimentos sociais e entidades de classe pela busca de melhores condições de vida para os milhões de pequenos agricultores que produzem em regime familiar no país. Nessa conjuntura social, tiveram papéis importantes a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

¹ Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro, Campina Grande - PB, Brasil.

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN.

Podem-se destacar os efeitos da “abertura econômica”, intensificados na década de 1990, que afetariam diretamente os agricultores familiares, Mattei (2005). Nesse cenário, podem ser apontadas também as “jornadas nacionais de luta” e o “grito da terra Brasil” que foram expressões das lutas travadas por esses grupos, como registram Mattei (2005) e Scheider (1999).

Por outro lado, é também fruto da reivindicação dos organismos internacionais, FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), cobrando dos países em desenvolvimento políticas públicas que contribuíssem com a fixação do homem no campo e combatessem à desigualdade social. A atenção da FAO voltou-se para os impactos da revolução verde sobre as populações mais pobres das áreas rurais (BASTOS, 2006).

A criação do Pronaf foi antecedida de um outro programa, que tentou dar resposta às reivindicações dos agricultores familiares, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) que mais tarde viria dar origem ao Pronaf (ABRAMOVAY, 2006; BASTOS, 2006; MATTEI, 2005 e NEVES, 2002). O Provap contou com ajuda de estudos realizados pela FAO/INCRA na tentativa de identificar o conceito de agricultor familiar. Apesar de não ser nossa intenção reconstruir a trajetória histórica que culminou com o surgimento do Pronaf, consideramos a importância de ressaltar a existência de estudos que exaustivamente descrevem esse processo.

O Pronaf surgiu como possibilidade de inclusão dos pequenos produtores rurais às linhas de crédito, oferecidas a eles de forma mais ágil e desburocratizada. Segundo Abramovay (2006), um dos grandes marcos do Pronaf é o de oportunizar uma expansão “histórica e inédita” do número de beneficiados de crédito rural no país.

O Pronaf é o resultado de uma concepção de política pública, que envolve todas as instâncias de governo e atores sociais das áreas rurais. Ele distribui responsabilidades e delega papéis com o intuito de possibilitar ao agricultor familiar, não somente o crédito, mas também a assistência técnica contínua e de qualidade, bem como o acesso a novos incrementos tecnológicos, como ressalta José Eli da Veiga:

Além de nova concepção para o financiamento da produção de agricultores familiares e suas organizações, trata-se de uma estratégia de parceria entre eles, governos (municipais, estaduais e federal) e iniciativa privada na aplicação dos recursos, destinados também à melhoria da qualidade de vida, ao aprimoramento profissional, à adoção de tecnologia, à adequação e implantação de infra-estrutura e outros objetivos (VEIGA, 2000, p. 173).

A importância do programa também pode ser medida a partir da “rede institucional” em que ele está ancorado, inclusive com a presença da iniciativa privada. Um arranjo criado para assegurar a seus beneficiados as condições para que os objetivos originais do programa sejam de fato cumpridos (BASTOS, 2006; VEIGA, 2000).

Abramovay (2006) destaca que para o sucesso das ações do programa, um dos fatores decisivos está no papel delegado aos mediadores do programa. Um conjunto de agentes que acompanha a clientela do Pronaf e “transmitem-lhes suas regras básicas, organizam seu funcionamento e zelam pela recuperação dos recursos emprestados do programa” (ABRAMOVAY, 2006).

Ricardo Abramovay ressalta ainda que, a exemplo do caso nordestino, o papel do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem procurado, segundo as palavras do autor: “sensibilizar os agentes locais para importância da atribuição de crédito a população de baixa renda” (ABRAMOVAY, 2006).

Com o Pronaf, o governo federal criou uma verdadeira tipologia da agricultura familiar (A, B, C, D e E), com o objetivo de promover uma ação diferenciada (BASTOS, 2006). Desse modo, os grupos A e C são enquadrados nos beneficiados da reforma agrária e os do tipo B, C, D e E a depender da renda obtida pela unidade de produção familiar.

Também estão aptos a receberem o Pronaf, os trabalhadores rurais remanescente de quilombos e indígenas, que se enquadrem nas mesmas exigências relativas aos agricultores familiares, tais como: exploração de glebas como proprietários, parceiros, arrendatários ou parceiros; e pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores e equicultores, que estejam sob os mesmos critérios.

Segundo Mattei (2005), as cinco categorias de beneficiários do Pronaf resultam de estudos realizados pela FAO/INCRA em 1999, os quais identificaram diferentes grupos de agricultores familiares, segundo a renda bruta das famílias:

Essa classificação dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os rebates e encargos financeiros visam auxiliar melhor aquelas parcelas com menores faixas de renda e com maiores dificuldades produtivas (MATTEI, 2005, p. 14).

Além das linhas específicas para cada um de seus grupos, também há disponibilidade de crédito para agroindústria, reflorestamentos, semi-árido, jovens e mulheres, e cotas parte para cooperativas. As exigências, de uma forma geral, estão a depender das especificidades de

cada grupo de beneficiário, e da obtenção da declaração de Aptidão fornecida por um agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para Mattei (2005), é objetivo do Pronaf “criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar” (2005, p. 29).

Segundo dados do último Censo Agropecuário, realizado em 1996, existem no país 4.859.864 estabelecimentos agropecuários. Desse total, 4.139.3369 são pertencentes a agricultores familiares. Isso corresponde a 85% dos estabelecimentos do setor no país. Na contramão dos dados que revelaram o tamanho do segmento da agricultura familiar no país, o Censo Agropecuário também mostrou que esses agricultores ocupam apenas 30,5% da área operada pelo setor, em contrapartida os grandes produtores ficam com 68% da área. Apesar do maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, a maioria das terras ainda está concentrada na agricultura patronal. Sobre o perfil dos agricultores familiares no Brasil, destaca Wanderley (2001):

Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda muito dos seus traços camponeses, tanto porque tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar; na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 2001. p. 52).

Em relação aos agricultores familiares beneficiados do grupo B do Pronaf, em 2003, foi elaborado um documento, e enviado ao Conselho Monetário Nacional, único órgão com poder para modificar normas do sistema de crédito, com o objetivo de ampliar a base social do programa e fazer com que um número maior de agricultores pudesse ter acesso ao programa. Das mudanças realizadas, destacam-se: dispensa de financiamento através de recibos, dispensa do aval, de documento da terra e de encaminhamento da proposta através do conselho municipal de desenvolvimento rural.

O agricultor familiar com o perfil do Pronaf B, por ser muito pobre e viver, na maioria das vezes, sob condições precárias de moradia, trabalho e acesso a terra, nunca teve de fato acesso a uma linha de crédito, que pudesse contribuir como investimento em suas atividades. Os agricultores familiares, particularmente, enquadrados no grupo do B do Pronaf representam aproximadamente dois milhões de estabelecimentos rurais no país (MATTEI, 2005). Na sua grande maioria estão concentrados na região Nordeste. O Pronaf B surgiu para

contemplar com o crédito produtivo os agricultores familiares, antes relegados ao esquecimento.

Todavia, Bastos (2006) lembra que “não é suficiente à adoção de marcos legais” no enfrentamento da desigualdade social. E há estudos, que mostram a ineficiência das políticas de crédito quando praticadas isoladamente, a exemplo Pólo Nordeste, Projeto Sertanejo e a Proterra, políticas que se sucedem desde o antigo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Em relação ao Pronaf, são muitas as razões enfatizadas por Bastos (2006), para o avanço do programa enquanto política pública de desenvolvimento rural, destacando-se: ser uma política de crédito direcionada para agricultura familiar; apostar na mobilização social dos beneficiários e por exigir as parcerias locais para implementação do programa.

Esse trabalho estudou os beneficiados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf B, em dois municípios do Rio Grande do Norte: Apodi e Antônio Martins. Os resultados do Pronaf B a partir da ótica dos seus beneficiados é a questão central dessa dissertação.

Para analisar a percepção dos agricultores familiares, partiu-se das discussões já feitas sobre o campesinato como modo de vida que contribui para a compreensão do agricultor familiar brasileiro. Utilizando-se de autores contemporâneos, são apresentadas algumas características pertinentes ao debate em torno de uma identidade rural em volta de um “ethos camponês” dos agricultores familiares pesquisados.

A percepção dos beneficiados sobre o que para eles são os resultados do Pronaf B é estudada a partir de sua vida enquanto agricultor familiar. Nesse sentido, entende-se que o agricultor familiar pesquisado possui uma visão de mundo peculiar sobre sua realidade e em especial em relação aos processos que se desenvolvem ao seu redor, a exemplo das relações estabelecidas com e a partir da tomada de crédito do Pronaf B.

Este trabalho resulta de uma pesquisa maior realizada em três estados, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, intitulada: *Os impactos do Pronaf B sobre o meio do Nordeste*. No Rio Grande do Norte, foram escolhidos dois municípios com maior número de operações do Pronaf B, tendo como referência temporal as três últimas safras: 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, e, pela ordem do número de operações, Apodi (1267) e Antônio Martins (943).

A escolha dessas safras, como base para seleção do espaço da amostra, ocorreu principalmente por duas razões: primeiro, diante da necessidade de se analisar a situação dos beneficiados, o que demandaria um certo tempo para maturação dos financiamentos, fato sob o qual se revelaria nas mudanças de renda e passagem desses agricultores para um grupo seguinte ou na contratação das três operações iniciais de crédito.

Uma segunda razão deu-se devido ao efeito da necessidade de analisar os impactos dessas operações de crédito no município, o que exigiria também um tempo mínimo de maturação. Atente-se que a primeira safra da série ocorreu justamente após as mudanças de maior impacto nas regras do Pronaf B.

O trabalho de campo constou de quatro fases:

1 – Fase exploratória que consistiu de: a) coleta de dados secundários em instituições e, b) levantamento bibliográfico e documental;

2 – Análise quantitativa dos dados secundários: organizados em tabelas, gráficos e quadros e, posteriormente, analisados utilizando-se o método descritivo-interpretativo;

3 – Trabalho de campo nos municípios selecionados: aplicação de 112 questionários com beneficiários (as) do Pronaf B e entrevistas com 8 mediadores;

4 – Análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos com a aplicação dos questionários e das entrevistas realizadas.

Foram aplicados 62 questionários em Apodi, sendo 01 suplente, e no município de Antônio Martins, 51 questionários, sendo 47 da amostra, 04 suplentes.

Os impactos do Pronaf B são ressaltados a partir da percepção dos beneficiados sobre o programa e sua aplicação, assim como alguns dos principais resultados que obtiveram, não apenas no tocante ao aspecto estritamente econômico, mas também nas dimensões sociais que contribuíram para eventuais modificações verificadas nas condições de vida das famílias pesquisadas e na expectativa que elas têm em relação ao futuro.

2. Para além de ganhos econômicos: o Pronaf B sob a ótica de seus beneficiados

Quando criado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em sua modalidade para o Grupo B, teve como um dos seus principais objetivos, oportunizar aos agricultores familiares mais pobres o acesso ao crédito, contribuindo com a realização de pequenos investimentos produtivos para o segmento da agricultura familiar mais vulnerável econômico e socialmente.

Através da oferta do crédito, a pesquisa mostrou que o Pronaf B tem possibilitado que muitos agricultores familiares realizem seu primeiro investimento produtivo. Os resultados apontados pela pesquisa demonstram que a utilização do crédito está direcionada majoritariamente para a compra de animais. Essa concentração de investimentos resulta na pouca diversificação das atividades desenvolvidas com o crédito.

A pesquisa identificou que essa realidade pode ser explicada por pelo menos três razões:

a) Falta de opção dos agricultores familiares diante das adversidades do clima, estiagens prolongadas, e dos entraves da economia do semi-árido nordestino, pouco dinâmico, bem como do não acesso à terra. A criação de animais acaba sendo vista como uma das poucas opções de investimento vislumbrada pelos beneficiados pelo programa;

b) Valores emprestados muito baixos e insuficientes para que os agricultores realizem empreendimentos maiores, e por último;

c) Falta de tradição em lidar com atividades não agrícolas. A grande maioria dos pesquisados possui uma trajetória de trabalho relacionada com ocupações agropecuárias, e não conseguem se imaginar praticando algo diferente daquilo que fazem tradicionalmente. Por outro lado, o núcleo de mediadores do programa, e em particular a assistência técnica, não acredita no sucesso de atividades diferentes das já realizadas por esse grupo.

A aquisição de uma matriz bovina, por exemplo, na maioria das situações encontradas pela pesquisa não tem um impacto direto na renda dos pesquisados. No entanto, o leite produzido pode ser utilizado pela família ou vendido e o recurso obtido pode ser revertido para a compra de outros artigos de primeira necessidade.

A propósito da compra de bovinos, deve-se registrar que essa opção tem um simbolismo importante para a auto-estima desses agricultores, pois a posse desses animais dar mais significados as suas expectativas de melhoria de vida no meio rural.

Por outro lado, os riscos da agricultora são maiores que o da pecuária, normalmente municípios pesquisados do semi-árido, quando a frustração da safra tem muito mais antecedência que a morte de animais pela falta de água.

A oportunidade de “fazer negócio” proporcionada pelo programa tem apontado seus melhores resultados para além dos impactos econômicos na renda dos pesquisados. A oferta de crédito proporcionada pelo Pronaf B tem sido importante, como lembrou um mediador entrevistado, para o resgate de uma cidadania quase esquecida por esse segmento da agricultura familiar.

O pagamento do empréstimo ao banco é algo fundamental para a manutenção do que muitos entrevistados chamaram de “dignidade do homem do campo”, e não ficarem como devedores, o que conseqüentemente impossibilitaria a realização de uma nova solicitação de crédito. A grande maioria dos entrevistados respondeu que faz questão de pagar o empréstimo no vencimento ou mesmo antes.

No que se refere ao papel desempenhado pelos mediadores, percebe-se que, apesar dos avanços, ainda há uma frágil articulação entre as instituições, principalmente, no sentido de busca melhorar a circulação de informações sobre o programa junto a seus beneficiados. As mudanças nas normas do programa, que possibilitaram a ampliação do número de beneficiados, não foi acompanhada de mudanças, ou de um aperfeiçoamento na infraestrutura que operacionaliza o Pronaf B. A falta de pessoal, é uma das principais dificuldades para a gestão do programa nos municípios pesquisados.

Os agricultores entrevistados não têm uma percepção burocrática em relação ao processo de solicitação do crédito, a maioria até acha que os documentos solicitados pelos mediadores, principalmente, após as mudanças nas normas do programa, são fáceis de serem encaminhados. No entanto, à falta de pessoal, por um lado é apontada pelos beneficiados como causa dos atrasos na liberação do crédito. Por outro, lado é responsabilizada pela falta de informações e acompanhamento a atividade produtiva desenvolvidas com o crédito.

Planejar o investimento e realizar um empréstimo no banco é, para muitos pesquisados, algo inusitado e cheio de significados, que os enchem de orgulho. De alguma maneira, os agricultores se sentem “importantes” como eles enfatizaram, há um sentimento de que, através do Pronaf B, o governo está “acreditando que eles são capazes” de responder aos possíveis estímulos proporcionados pelo acesso ao crédito. Nessa perspectiva, a vida nas áreas rurais para os agricultores passa a apresentar sinais de revitalização devido a uma maior percepção da presença das políticas públicas.

O aumento da auto-estima dos agricultores familiares e da confiança no trabalho realizado por eles a partir do uso do crédito é algo inegável e constatado nas análises dos resultados do programa. Nesse sentido, o grande mérito do Pronaf B é o de está contribuído com a possibilidade dos seus beneficiados reagirem a um processo que, para muitos, os condenariam ao atraso social e a inviabilidade econômica.

O Pronaf B atualmente, aliado a outras políticas públicas que hoje são essenciais a esse segmento da agricultura familiar brasileira, tem trazido importantes resultados nas relações sociais no campo. E como já foi ressaltado anteriormente, seu impacto não pode ser visto apenas sobre o ponto de vista econômico, ele é sobretudo edificante para o resgate da auto-estima de um numeroso grupo social das áreas rurais mais pobres e marginalizadas do país.

A partir da maior disponibilidade de recursos nos últimos anos, foi possível a ampliação do número de agricultores familiares que hoje têm acesso ao crédito. A partir da identificação dos empecilhos ao avanço do Pronaf B, particularmente, e do conseqüente

aperfeiçoamento que se faz necessário, será possível ampliar os objetivos e metas dessa modalidade de crédito, fazendo com que possa contribuir, dentro de um processo articulado com outras políticas públicas, com a geração de renda e com uma mudança significativa na qualidade de vida de milhares de agricultores familiares pobres do rural nordestino.

A percepção dos agricultores familiares pesquisados, sobre os resultados de uma política pública com o caráter do Pronaf B, está condicionada pelas particularidades da realidade rural em que eles vivem, e pelas condições do ambiente institucional em que o programa se desenvolve.

3. Bibliografia

ABROMOVAY, R. **Representatividade e Inovação**. Paper apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, IICA –SDT/MDA, Agosto de 2005.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. 1. ed. São Paulo: Editora Polis Ltda., 2006. v. 600. 255 p.

BITTENCOURT, G. A. ; MAGALHÃES, R. ; ABRAMOVAY, R. . **Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro**. Revista Pesquisa e Debate, v. 16, p. 203-248, 2005.

CARNEIRO, M. J. **“Ruralidades: Novas Identidades em Construção”**. Estudos – Sociedade e Agricultura, UFRRJ, N. 11 Out. 1998.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Meio Rural: O espaço da exclusão?** In VALENÇA, M. M. & Gomes, R. C.C. **Globalização e Desigualde**. Natal: Editores, 2002.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores**. MDA/NEAD, Brasília, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990. v. 1. 233.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o coadjuvante quadro institucional. In: **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. EMBRAPA, UFS, 2002.

SHANIN, T. **A definição de Camponês: conceituação: Conceituações e desconceituações – O velho e novo em discussão marxista**. Estudos Cebrap, 26, 1980.

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira in: **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**, MDA, TEÓFILO, Edson Teófilo (org.) *et alii.*; NEAD, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília: 2000.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – O rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos sociedade e Agricultura, n. 15, out. 2000.

WOLF, E. **Tipos de campesinato latino-americano:** Uma discussão preliminar. Antropologia e Poder (Orgs. Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). Brasília/EdUnB, Campinas/Editora da UNICAMP, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**PEQUENA PRODUÇÃO E IRRIGAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: O CASO DO PROJETO
PIANCÓ-PB.**

Edilane do Amaral¹
Ivan Targino²

Resumo

O trabalho analisa as políticas de combate às secas no Nordeste e enfoca, principalmente, as políticas de suporte à pequena produção familiar. É feita uma apreciação das políticas de irrigação no estado da Paraíba, tendo como estudo de caso o Projeto de Irrigação Piancó (PIP). O trabalho mostra a limitação das políticas adotadas, pois se restringiram basicamente às obras de armazenamento de água. No caso específico da Paraíba, a ação do governo estadual é tímida e sofre solução de continuidade. A partir das informações obtidas, percebeu-se que os agricultores, embora em sua maioria não fossem os donos da terra, estavam mais satisfeitos agora com a utilização da irrigação do que antes. Alguns problemas foram apontados como entrave ao bom andamento do projeto: o alto custo da energia elétrica; os baixos rendimentos auferidos, em parte pela ação do atravessador; a limitação de acesso ao crédito e as altas taxas de juros cobradas; a escassez de água em períodos de estiagens mais longas; a salinização da terra e a erosão; falta de assistência técnica de forma permanente. O trabalho conclui que a irrigação pode ser uma solução para a pequena produção praticada no semi-árido, desde que sejam garantidas condições de crédito, de comercialização e de assistência técnica.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Irrigação; Semi-árido

1- INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX, a região Nordeste atraiu a atenção do governo central seja em virtude das secas periódicas que afetam fortemente grande porção do território regional seja em razão do agravamento do seu quadro econômico face o dinamismo do processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil centrado espacialmente no centro-sul do país. Diante desse quadro, o Estado procurou implementar políticas que visavam ora a atenuar os efeitos dos desastres climáticos, ora a corrigir os problemas que travavam o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo conter os conflitos que passaram a existir devido ao crescente grau de pobreza aí existente.

Levando em consideração o teor das ações implementadas, a atuação do Governo Central no Nordeste pode ser classificada em três grupos, a saber: políticas direcionadas para

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, enalide13@yahoo.com.br

² Professor do Departamento de Economia da UFPB, ivantargino@bol.com.br

o desenvolvimento de culturas específicas (cana de açúcar, cacau, café, etc.), políticas de combate às secas e políticas de planejamento para o desenvolvimento regional, que surgem visando amenizar a disparidade entre Centro –Sul e Nordeste.

Nesse trabalho, objetiva-se analisar as políticas de combate às secas do Nordeste, procurando focar as principais medidas adotadas e seus resultados. E com o intuito de compreender melhor essas políticas, será feita uma apreciação das políticas de irrigação no estado da Paraíba, tendo como estudo de caso o Projeto de Irrigação Piancó.

A fim de atingir os objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: em primeiro lugar, fez-se um levantamento bibliográfico procurando identificar as principais medidas de combate aos efeitos da seca no Nordeste e os seus impactos; em segundo lugar, foram colhidas informações primárias, através de realização de entrevistas gravadas com técnicos da Secretaria da Agricultura Irrigação e Abastecimento da Paraíba (SAIA-PB), quando se procurou obter informações precisas sobre os projetos de irrigação de responsabilidade do governo estadual que se encontravam em andamento; com base nessas informações, escolheu-se um dos projetos para se fazer um estudo de caso. Entre os mais de 18 projetos apresentados pela coordenadoria da SAIA-PB, foi escolhido o Projeto de Irrigação Piancó. Até o momento da pesquisa³, este projeto abrangia três municípios do Estado: Itaporanga, Boa Ventura e Diamante. A escolha por esse projeto se deu a partir de uma análise das informações colhidas junto à SAIA-PB, onde o Projeto de Irrigação Piancó apresentou-se como o melhor estruturado e com 52,8% do total de sua área já efetivamente implantado.

A pesquisa de campo, realizada em novembro de 2000, comportou, além do reconhecimento da área, a aplicação de dois questionários. Foram aplicados dois tipos de questionários, o primeiro direcionado aos dirigentes do Projeto Piancó (superintendente do projeto, ao gerente da cooperativa etc.) e o segundo direcionado às famílias beneficiadas com a irrigação. No primeiro questionário buscou-se obter informações gerais a respeito do projeto e no segundo, objetivou-se colher informações mais específicas de cada produtor e sua área de produção.

Com as informações obtidas através dessa pesquisa de campo, tornou-se possível obter noções dos impactos sociais e econômicos que um projeto de irrigação pode proporcionar a uma determinada região onde a seca costuma sempre ser presente e ser abordada como causa de seu atraso e subdesenvolvimento.

³ Em 2001, o município de Piancó também deveria ter sido beneficiado pelo projeto.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em mais três seções. A segunda traz uma caracterização geral da intervenção estatal na agricultura irrigada na Paraíba. A terceira aborda a política de irrigação posta em execução pelo governo estadual, detendo-se no estudo do Projeto Piancó. Por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. Caracterização geral da intervenção estatal na agricultura irrigada da Paraíba

As políticas de irrigação passaram a ser implantadas a partir do momento em que se percebeu que um dos problemas do Semi-Árido nordestino consistia basicamente nessa região ser vulnerável às grandes secas que sempre lhe sobrevêm. Estas secas provocavam situações de extrema calamidade pública para a grande maioria da população rural, pois quase sempre conduzia as atividades agrícola e pecuária à estagnação por causa da redução ou má distribuição dos recursos hídricos no Nordeste, levando o homem do campo a migrar.

Nesse contexto, a ação do Estado em políticas de irrigação na Paraíba está restrita às esferas federal e estadual. As administrações municipais praticamente não possuem programas de incentivos à agricultura irrigada, embora, recentemente, algumas ações tenham começado a surgir, influenciadas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, instalados com o estímulo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A Paraíba é um dos estados mais atingidos em épocas de seca. Isto se deve em parte à pouca disponibilidade de recursos hídricos e em parte ao mau aproveitamento dos recursos disponíveis.

Levando em consideração esses fatos, o governo federal vem promovendo políticas de irrigação no Estado, através dos órgãos criados para combater os efeitos das secas, como o DNOCS, utilizando-se de políticas de desenvolvimento regional como o PROTERRA, o POLONORDESTE, o projeto Sertanejo entre outros.

Na Paraíba, o DNOCS foi responsável pelas primeiras experiências com a prática da agricultura irrigada, ao implantar três perímetros de irrigação, sendo estes: o Perímetro Irrigado de Sumé, localizado no município de Sumé, o Perímetro de Engenheiro Arcoverde, no município de Condado, e o Perímetro de São Gonçalo, localizado no município de Sousa. Além de implantar estes perímetros de irrigação no estado, o DNOCS também construiu 42 açudes, entre os quais estão os açudes de maior dimensão do Estado (CAVALCANTE, 1999).

Já o governo estadual, vem utilizar políticas de irrigação no Estado apenas a partir da década de 80, com o lançamento do “Plano de ação- 80-83” no governo (Tarciso Burity), onde, entre outras diretrizes, expôs sua proposta de irrigação, que tinha o objetivo de:

Assegurar às áreas de insuficiente precipitação pluviométrica, melhores condições para a exploração e expansão de atividades agropecuárias. Nesse Plano de Ação, o governo apresentou as primeiras metas com relação à irrigação para o estado. (ARAÚJO, 1980, p.17)

De modo geral, a intervenção do Estado em projetos de irrigação na Paraíba, após a década de 80 não tem ocorrido de modo homogêneo, pois enquanto alguns projetos já estão em fase de conclusão, outros ainda estão em fase de licitação, ainda há os projetos que estão parados, ou seja, estão funcionando precariamente devido a falta de verbas⁴ para sua conclusão (PARAÍBA, 1991; 1997).

Sintetizando em relação aos projetos de irrigação do Estado, pode-se afirmar que os principais problemas que têm dificultado o bom andamento dos projetos de irrigação na Paraíba são, basicamente: a falta de continuidade tanto na execução como no acompanhamento do desenvolvimento de um projeto entre o mandato de um governante e de outro; a capacidade hídrica do estado, que ainda é limitada, levando alguns projetos ao não funcionamento em períodos de longas estiagens; o alto custo da energia elétrica; a carência de assistência técnica mais efetiva e contínua nos projetos, indicando as medidas necessárias para evitar a salinização, a erosão, bem como o melhor tipo de cultura a ser cultivado em determinados solos; a falta de um “produto-chave” que tome a frente do processo produtivo, possibilitando a interrelação entre o campo e a indústria o que permitira promover um maior dinamismo na região, não só no campo mas também, na cidade, gerando emprego e trazendo melhorias sociais a todos; e a falta de uma política de comercialização que evite a intervenção do atravessado no processo comercial, possibilitando que o irrigante venda seus produtos diretamente ao mercado consumidor, ampliando, assim, a margem de lucro.

Devido aos problemas apresentados acima, a agricultura irrigada na Paraíba ainda não assumiu dimensões que implique em um forte impacto sobre o setor primário da economia estadual, embora já se perceba seu impacto ainda que limitado onde os projetos de irrigação já estão funcionando e tendo continuidade.

Visando caracterizar e ter um exemplo da atuação do Estado em relação à irrigação, foi feita uma pesquisa de campo no Projeto de Irrigação Piancó, a qual será apresentada a

⁴ Quando os recursos financeiros são liberados, eles chegam aos poucos e assim os projetos acabam não sendo concluídos no tempo determinado.

seguir, mostrando seus resultados mais significativos.

3. O Projeto de Irrigação de Piancó

A primeira proposta de irrigação as margens do rio Piancó surgiu em 1986, quando o governo do Estado começou a despertar o interesse de implementar políticas que viessem dinamizar a agricultura do semi-árido paraibano e torná-la mais resistente às secas; entretanto, apenas em 1996 foi que esse Projeto começou a ser implantado.

O Projeto de Irrigação de Piancó apresenta-se com o objetivo de “construir a infraestrutura necessária para a transição entre o sistema de agricultura seca extensiva existente, para um sistema de irrigação intensiva” (PARAÍBA. SRH, 1986, p. 5).

A proposta de irrigação para essa região tornou-se viável devido à existência de reservatórios de água públicos, capazes de tornar, parcialmente, trechos do rio Piancó perene. Entre esses açudes e barragens tem-se: o Vazante (Diamante) com 9 milhões de m³, o Piranhas (Ibiara) com 25,6 milhões de m³, Poço Redondo (Santana de Mangueira) com 62,7 milhões de m³, Bruscas (Curral Velho) com 42,9 milhões de m³, Vídeo (Conceição) com 6,04 milhões de m³, Serra Vermelha (Conceição) com 11,8 milhões de m³, Riacho Verde (Boa Ventura) com 1,5 milhões de m³, Currais Novos (Curral Velho) com 1,0 milhões de m³ e Santa Inês (Santa Inês) com 26,1 milhões de m³, totalizando um volume de capacidade de armazenamento de 197 milhões de m³ (PARAÍBA, 1980).

O sistema de perenização do rio se dá a partir da abertura de comportas existentes nesses açudes. A água liberada por essas comportas é encaminhada através de tubulações até ao leito do rio. Quando essas comportas são abertas há uma evasão de aproximadamente 200 litros de água por segundo, por cada açude. A abertura dessas comportas fica sob a responsabilidade da SEMAR, que fiscaliza tanto o nível de água de cada açude, quanto o nível de água do rio. Atualmente existem 23 açudes de médio e grande porte, construídos pelo governo estadual e federal na Bacia do Rio Piancó, dando sustentação a esse sistema de perenização do rio.

Com esse sistema de irrigação, a proposta do projeto consiste em irrigar 1.136 hectares de terras, situadas ao longo do alto Piancó e seus afluentes, beneficiando cerca de 379 famílias e gerando em torno de 2.272 empregos diretos e 5.044 empregos indiretos.

Para a implementação desse projeto, o governo investiu em equipamentos de irrigação e na construção de uma sede de apoio que funciona como núcleo do projeto em Itaporanga e conta com uma estalagem para abrigar os técnicos da SAIA, EMEPA e EMBRAPA quando

vão supervisionar o projeto, um balcão de mudas, um balcão de armazenar o algodão e um laboratório de análise de solo⁵. Segundo o superintendente do projeto, o custo total para a implantação do projeto, em 1996, fora de R\$ 10.284.917,00⁶.

Diferentemente de outros projetos públicos, a área utilizada no Projeto de Irrigação Piancó, não foi desapropriada. De acordo com a entrevista feita com o superintendente do projeto, essa medida foi adotada porque uma desapropriação iria provocar insatisfações e desentendimentos entre os agricultores, levando-se em consideração que essas áreas pertencem a essas famílias há décadas. Sendo assim, a desapropriação foi considerada inviável, sendo, portanto, beneficiadas pelo projeto, as famílias que já tinham propriedade de terras incluídas no perímetro irrigado.

Os agricultores que não dispõem de terras às margens dos rios e/ou não dispõem de terras, trabalham de parceria (meia, terça, quarta) ou arrendam áreas disponíveis.

Um fator de extrema relevância observado nesse projeto foi que muitos proprietários que dispõem de terras nas áreas ribeirinhas, não a estavam utilizando, mesmo dispondo de toda estrutura (tanto elétrica quanto de equipamentos) pronta para irrigá-la. Os técnicos responsáveis pelo projeto não souberam informar o por quê da não utilização das terras. A esse respeito, a opinião de alguns irrigantes entrevistados foi de que esses proprietários não produziam por falta de recursos, entretanto, alguns afirmaram que “alguns proprietários moram na Capital (João Pessoa) e exercem outras profissões, logo não têm interesse em produzir aqui”.

Para acelerar o processo de implantação, o projeto foi dividido em três etapas, correspondentes a Piancó I, II e III. As duas primeiras etapas do projeto iniciam-se, no açude Santa Inês, no extremo sudoeste da Paraíba, abrangendo áreas dos municípios de Itaporanga, Boa Ventura, Diamante e pequenas manchas dos municípios de Conceição e de Ibiara. A terceira etapa, correspondente ao Piancó III, que ainda está em fase de implementação dos equipamentos, estende-se de Itaporanga até Piancó.

Nas duas primeiras etapas do projeto, onde a infra-estrutura está implantada e já há irrigantes produzindo, as principais culturas cultivadas são: algodão, feijão macassar, banana, milho, tomate, melancia, arroz, feijão vigna, cenoura, fumo, pimentão, abóbora, inhame, macaxeira e amendoim. Entre essas culturas, atualmente o projeto está dando maior atenção

⁵ O balcão de mudas e o laboratório de análise de solo foram adquiridos com recursos do governo estadual, em parceria com a cooperativa do Projeto, a COIPPI.

⁶ A SAIA não nos forneceu a planilha de custo do projeto. No núcleo do projeto, apenas nos foi apresentado uma síntese da projeto de irrigação de Piancó, e foi com base neste documento que apresentamos as características técnicas do projeto.

ao algodão, que já foi de grande destaque na região e hoje há uma tentativa, por parte do Estado, de reconquistar esse espaço que fora perdido em virtude da praga do bicudo. Além do algodão herbáceo CNPA-7H, no ano de 2000, foi firmado um contrato com a EMBRAPA para implantação de 20ha de algodão colorido (Brs200-marrom).

As culturas de subsistência são plantadas na primeira metade do ano, aproveitando assim o inverno. Nessa fase, a irrigação é utilizada apenas como complementação, ou seja, se o inverno não for suficiente para a lavoura, utiliza-se a irrigação para que o cultivo não seja prejudicado. Já o algodão é cultivado na segunda metade do ano, logo seu cultivo é totalmente dependente da irrigação. Os tipos de irrigação utilizados tanto para a cultura do algodão quanto para as culturas de subsistências são o de aspersão convencional e o de pivô central.

A terceira etapa do projeto, o Piancó III, está sendo totalmente direcionada para o cultivo de fruticulturas, e os sistemas de irrigação utilizados serão o de micro aspersão e gotejamento.

Por ocasião da pesquisa de campo, o projeto já se encontrava com uma área de 600 hectares totalmente beneficiada, onde 9 hectares estavam funcionando com sistema de irrigação de pivô central e 581 hectares por aspersão convencional. O total de famílias já beneficiadas com a implementação das duas primeiras etapas do projeto era de 200 famílias; destas, apenas 60⁷ estavam produzindo no período da pesquisa, equivalendo a apenas 80 hectares do projeto, pois a maioria preferira plantar apenas culturas de inverno que corresponde à primeira metade do ano. Estes 80 hectares estavam apenas cultivados com o algodão, onde 20 hectares correspondiam ao algodão colorido (uma inovação da EMBRAPA) e 60 ao do algodão branco. Toda a produção do algodão desse período já estava vendida à EMEPA (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária).

Segundo as informações adquiridas junto ao superintendente do projeto, no ano de 2000, em geral, foram destinados ao cultivo do algodão entre os dois semestres do ano, 150 hectares, onde se conseguiu obter uma produção de aproximadamente 2.000 Kg/ha⁸. Toda a produção do algodão foi direcionada para a venda à EMEPA. As culturas do feijão e do milho foram cultivadas em 50 hectares, apresentando uma produção, respectivamente, de 1.000 kg/ha e 2.000 kg/ha. Já a produção do arroz ocupou apenas uma área equivalente a 30 hectares e obteve uma produção de 3.000 kg/ha. Essas culturas de subsistência destinam-se

⁷ Dentre essas, foram selecionadas 33 famílias para responderem ao questionário.

⁸ Em relação aos dados colhidos na pesquisa de campo do Projeto de Irrigação de Piancó, deve-se salientar que as informações relativas às quantidades produzidas são de fato uma estimativa de produção, pois o momento em que foram coletados os dados correspondeu ao período em que os produtos não haviam sido ainda colhidos.

tanto para o consumo como para a venda (em média 50%).

Além de toda estrutura apresentada acima, os irrigantes do Projeto Piencó contam com a ajuda de uma Cooperativa, a COIPPI – Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Projeto Piencó, que foi criada paralelamente à implementação do projeto Piencó, com o intuito de fortalecer a agricultura irrigada na região, facilitando o acesso ao crédito e a comercialização. Entre os irrigantes entrevistados, 64% eram associados à cooperativa.

Ao associar-se, o irrigante entra com um valor preestabelecido de cotas-partes e a cada safra contribui com 1% de sua produção para o fundo de reserva da cooperativa. Até o momento da pesquisa, havia 45 associados na Cooperativa e todos estavam produzindo.

A maioria dos irrigantes é constituída de pessoas relativamente idosas, tendo em média 52 anos. Os pesquisados afirmaram que trabalharam toda sua vida na agricultura e, portanto, não tinham interesse de procurar outra meio para viver. Vale salientar que, entre os entrevistados, 90,91% (30 irrigantes) disseram ter como única profissão “ser agricultor”. Por ocasião das secas, todos afirmaram já ter participado das frentes de emergências. Alguns tiveram que migrar para outras regiões, mas, nestas, também trabalharam como agricultor. Apenas quatro irrigantes exerciam outras atividades, além da agricultura.

Dos entrevistados, 52% eram proprietários das terras em que estavam produzindo e 48% produziam em sistema de parceria. O sistema de parceria entre os proprietários da terra e os irrigantes que a estavam utilizando pode ser especificado basicamente em dois tipos. O primeiro, consiste na parceria por meia, representando 33% dos tipos de parcerias existentes no projeto. Este tipo de parceria significa que o irrigante que trabalha na terra terá que dividir pela metade tudo o que colher. O segundo, representando 12% do total dos entrevistados, consiste no sistema de terça parte, o qual significa que o irrigante deverá dividir toda produção colhida em três partes, onde duas das partes ficarão com o irrigante e outra com o proprietário da terra.

Os irrigantes que trabalhavam em sistema de parceria afirmaram que não tinham condições de arcar com os custos da agricultura irrigada (adubos, inseticidas, agrotóxicos e até mesmo sementes), principalmente quando cultivavam o algodão (cultura incentivada no perímetro); logo, quem assumia todos os custos da produção no início era o proprietário das terras, via cooperativa. Ela, por sua vez, se responsabilizava por estes custos, repassando-os para os proprietários apenas no final, quando ocorre a colheita. Vale salientar que a cooperativa também é a responsável pela comercialização dos produtos, principalmente do algodão. Quando os proprietários de terras vão dividir a produção, descontam parte desses custos do montante que seria dos irrigantes. Sendo assim, em períodos de longas estiagens,

esses irrigantes afirmaram que o que recebiam no final da produção as vezes não era suficiente para o sustento de suas famílias.

Entre os entrevistados, 63,63% estavam associados à cooperativa. Vale salientar que as pessoas que não participavam da Cooperativa como associados eram, na maioria dos casos, arrendatários e meeiros.

A mão-de-obra utilizada na produção agrícola pela maioria dos irrigantes do Projeto de Irrigação Piancó, consistia basicamente em trabalhadores temporários (52%) e familiar (42%). Os irrigantes utilizam o trabalho temporário geralmente no início da produção, quando estão preparando a terra para o plantio, e no final, quando começam a colher. Isto ocorre porque esses irrigantes, em sua maioria, não possuem máquinas para fazer estas tarefas⁹. Observou-se que nesse projeto há irrigantes que contratam trabalhadores permanentes. Estes irrigantes são os proprietários que possuem mais de 20 hectares de terras e representam, apenas, 24% do total dos entrevistados. A maioria dos entrevistados (70%) estava cultivando entre 1 a 10 hectares de terra e entre estes estão os irrigantes que trabalham em sistema de parceria.

Mais da metade dos irrigantes do Projeto de Irrigação Piancó (58%) recebia uma renda mensal inferior a R\$ 400, 00 por mês. Entre esta faixa de renda, havia irrigantes que trabalhavam em sistema de parceria, e só conseguiam atingir uma renda de R\$ 150,00 ao mês, porque trabalhavam também em outros lotes, por diária¹⁰. Existia, também, ainda nessa faixa de renda, irrigantes que complementavam sua renda com ajudas externas, geralmente enviadas por filhos que moram na capital ou em outros estados. Treze produtores possuíam aposentadoria (37,37%), e a atividade agrícola apresentava-se para esses como complemento da renda. Existia ainda um irrigante que era funcionário público e três comerciantes e apresentaram renda superior a R\$ 400,00; entretanto, do total dos irrigantes, 19 agricultores (57,57%) não dispunham de outra forma de rendimento, além da produção agrícola.

Ainda com relação à renda dos irrigantes, verificou-se que existiam alguns com rendas superior a R\$ 1.200,00. Esses, em sua maioria, eram proprietários de terra e possuíam mais de 40 hectares irrigados.

Apesar de alguns irrigantes estarem com renda inferior a R\$ 400,00, a maioria dos entrevistados mostrou-se relativamente satisfeita com o Projeto de Irrigação. De acordo com os entrevistados, não existe interesse em migrar para outras regiões. Apenas um irrigante (jovem) afirmou que as vezes precisa procurar trabalho em outra região, principalmente

⁹ A cooperativa até o momento só dispunha de 2 tratores para dar assistência a seus associados.

¹⁰ A diária na época da entrevista custava R\$ 5,00

quando a situação piora no município. Dos agricultores entrevistados, 19 (57, 57%) já migraram para outras regiões à procura de melhorias, entretanto afirmaram que não o farão novamente, pois tudo foi apenas ilusão. Um desses irrigantes afirmou “vim mais pobre do que fui”.

A média de distância entre as unidades produtivas e a cidade de Itaporanga (cidade em que está localizado o núcleo do projeto) é de aproximadamente 4,67 Km e o lote mais próximo situa-se a menos de 0,5 Km da cidade. Esta aproximação com a cidade tem favorecido o escoamento da produção e a maioria dos entrevistados não apresentaram queixas em relação às vias de acesso, estas estão asfaltadas e situadas estrategicamente ao longo do Rio Piancó. Entre os entrevistados, 16 irrigantes (48,48%) dispunham de vias de acesso asfaltado para o escoamento de seus produtos, 10 (30,3%) dispunham de estradas transitáveis o ano todo e apenas 07 irrigantes (21,2%) afirmaram que no inverno não dispunham de vias transitáveis.

Para o transporte da produção, os irrigantes utilizavam desde carroças de boi (36,36%), para os lotes que se localizam próximos da cidade, até caminhões (63,63%). A cooperativa fornecia transporte para seus associados que entregam a produção do algodão para ser comercializada.

O Projeto de Irrigação de Piancó possui como solo típico o Aluvião que se estende ao longo do rio Piancó. Esse tipo de solo é considerado rico em minerais que favorecem a produção agrícola. Como os solos do sertão são em sua maioria pobres e possuem muita pedra, dificultando o seu cultivo, as áreas próximas às margens dos rios são as mais indicadas para serem incluídas em projetos de irrigação; entretanto, isso torna-se um problema à medida em que não se tem um acompanhamento correto de preservação de solo, pois os solos que se localizam às margens dos rios também são muito vulneráveis à erosão. E isto já pode ser percebido no Projeto de Irrigação Piancó, onde mais da metade dos irrigantes (17 irrigantes) afirmaram terem áreas degradadas em suas terras.

Outro fator que pôde ser observado através das entrevistas foi com relação à composição da produção. Os entrevistados afirmaram praticar dois períodos de cultivo, onde o primeiro refere-se ao início do ano, onde são exploradas as culturas de sequeiro e a irrigação é apenas utilizada como complemento no caso de escassez de chuvas. Já o segundo período, refere-se à época de estiagem, que corresponde à segunda metade do ano. Nessa época o cultivo é basicamente com irrigação. O tipo de cultura cultivada nas áreas irrigadas varia bastante; muitos irrigantes, por possuírem trechos relativamente pequenos, com menos de 1 hectare, plantam apenas produtos de subsistência, como o feijão, o milho e o arroz. Entre

os entrevistados, 75,75% dos irrigantes estavam cultivando algodão em consórcio com outras culturas; entretanto, os técnicos da SAIA estavam orientando para evitar o cultivo em consórcio pois, segundo estes, isso aumentava o risco de pragas. Apenas 21,21% dos irrigantes estavam cultivando apenas algodão, seguindo essa orientação.

Devido a incidência de pragas tanto no algodão quanto nas culturas de subsistência, o uso de defensivos e fertilizantes tornou-se comum entre os irrigantes. Entre essas culturas, o algodão ainda constituía a cultura que mais preocupava os técnicos devido às pragas do bicudo e da rosca, que atacam a plantação. De um total de 33 irrigantes, 31 (93,93%) disseram utilizar agrotóxicos e mostraram a impossibilidade de se produzir sem a utilização destes, pois estas pragas destroem completamente as plantações.

Em relação à comercialização, os entrevistados afirmaram que esta se dá via intermediação da cooperativa ou por vezes através de atravessadores locais. A produção do algodão dos irrigantes destinava-se totalmente para a venda, cujo principal comprador é a EMEPA, enquanto que da produção de feijão, milho e arroz, por serem culturas de subsistências, apenas 50% destinavam-se à venda, sendo o restante para o consumo. Os produtores comentaram que preferem vender seus produtos num período posterior à colheita, pois assim conseguem obter um preço melhor. Entre os investigados, 31 (93,9%) disseram que vendem a produção via atravessador e apenas dois comercializam a produção diretamente no mercado, por já dispor de comércio na cidade.

Embora os irrigantes do Projeto Piancó reconheçam as vantagens que a irrigação vem trazendo a suas vidas, estes ainda teceram várias reclamações, apontando os principais problemas existentes. Entre esses, o de maior destaque, consistiu na inexistência de políticas que facilitem o crédito para os irrigantes. Até mesmo através da cooperativa, os financiamentos de custeio agrícolas dos agentes financeiros tornavam-se inviáveis, pois os juros cobrados são elevados. Embora tenham comentado que, no início da implantação do projeto, o Banco do Nordeste- BNB tenha cedido empréstimos. Alguns afirmaram que este empréstimo foi de extrema importância para iniciarem a produção irrigada, entretanto, devido às altas taxas juros, encontravam-se inadimplentes.

Entre os entrevistados, 60,6% alegaram não terem pedido empréstimos, enquanto que 39,4% disseram ter obtido empréstimo, entre esses, 3 irrigantes encontravam-se inadimplentes em relação a um empréstimo tomado em 1998. Segundo esses irrigantes, suas dívidas, atualmente, equivalem ao dobro do valor da quantia tomada em empréstimo.

Outro fator, que foi apresentado como um problema grave para o bom andamento do projeto, diz respeito aos gastos com energia elétrica. Segundo alguns irrigantes, as taxas de

energia acabavam inviabilizando a utilização dos equipamentos de irrigação, posto que aumentavam os custos da produção de modo significativo. Em relação a esse problema, o superintendente do projeto afirmou que estava em andamento uma proposta do governo do estado para a criação de uma taxa especial para a utilização da energia elétrica em irrigação; esta taxa seria chamada de ‘taxa verde’ e reduziria os custos com energia elétrica em torno de 40%.

Também vale salientar o problema com relação à falta de credibilidade de alguns proprietários no que se refere à perenização artificial do rio. Alguns proprietários não têm interesse de produzir, mesmo tendo todos os equipamentos já implantados em suas propriedades, porque pensam que o rio não terá água por muito tempo. Isto significa que existem propriedades já beneficiadas ao longo do trecho perenizado do rio, que não estão fazendo uso da irrigação. Os equipamentos correm o risco de serem sucateados com o tempo, sem terem atingido o objetivo a que foram propostos: irrigar a terra do semi-árido. Em relação a esse problema, os técnicos da SAIA, responsáveis por este projeto, têm feito palestras com esses proprietários, afim de conscientizá-los de que suas terras não têm mais o direito de ficarem improdutivas.

Enquanto esses proprietários não produzem, há dezenas de trabalhadores que estão produzindo em sistemas de parcerias que poderiam estar usufruindo desses benefícios, ou seja, o governo acreditou que não desapropriando essas terras estaria contribuindo para evitar conflitos e reduzindo seus gastos, entretanto, ao não fazê-lo, excluiu uma boa parte da população rural que poderia estar contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da agricultura irrigada da Paraíba.

Outro ponto que deve ser enfatizado diz respeito à orientação que os técnicos da SAIA têm direcionado aos irrigantes. Objetivando estimular a cotonicultura, esses técnicos têm induzido fortemente os irrigantes a cultivarem apenas o algodão. Essa orientação deve ser questionada, uma vez que termina restringindo a produção das lavouras de subsistência por parte dos arrendatários e dos parceiros. Um dos irrigantes arrendatários afirmou que tem passado necessidades. Segundo ele, “teve dia de chegar em casa e não ter o que comer, como é que vai ficar? Se os homens (os responsáveis pela cooperativa) só querem que agente plante algodão, mas agente não come algodão, e o dinheiro chega sempre atrasado, como é que agente vai viver?”

Uma outra preocupação por parte dos irrigantes estava relacionada à fertilidade da terra. Os agricultores temiam que poderia ocorrer uma diminuição da capacidade produtiva do solo em virtude da mudança no tipo de adubação adotado. Eles afirmaram que antes da

irrigação o processo de fertilização artificial do solo era feito com adubo orgânico (esterco de gado e similares), a colheita tanto do algodão quanto dos produtos de subsistência eram bem mais expressivas. A substituição do adubo orgânico pelo adubo químico já tinha provocado queda na produção, segundo alguns irrigantes.

Com relação ao Projeto de Irrigação Piancó, pode-se afirmar, que existia uma diferenciação em relação ao nível de satisfação dos irrigantes beneficiados pelo projeto. Os irrigantes que não possuíam terras e que tinham que trabalhar como arrendatários e parceiros comentaram que para eles o benefício da irrigação foi muito pouco, já que não possibilitou mudanças na sua condição de “homem sem terra”; entretanto, para os proprietários das terras às margem do rio Piancó, que foram beneficiados por este projeto, mostraram-se extremamente satisfeitos, pois além de terem suas terras valorizadas, com os aparelhos de irrigação instalados nelas, também estavam conseguindo obter uma maior produtividade em suas colheitas.

4. Considerações finais

Ao longo desse trabalho, percebeu-se que um dos motivos que levou ao governo a intervir na região Nordeste está relacionado aos longos períodos de estiagens que esta região sofre, funcionando como elemento desestruturador do processo produtivo regional, provocando o colapso total ou parcial das condições de reprodução da força de trabalho. Para “solucionar” os problemas gerados pela seca, observou-se que o governo utilizou duas formas de intervenção: a primeira, considerada neste trabalho como forma paliativa, que consistia na assistência aos flagelados da seca através de distribuição de cestas básicas e frentes de emergências e a segunda considerada uma forma efetiva, que consistia em políticas voltadas para tornar a região mais resistente às longas estiagens. Com esse intuito, o governo Federal criou alguns órgãos que foram responsáveis por grande parte da construção dos grandes e médios açudes e barragens do Nordeste e pela implantação e difusão de projetos de irrigação.

Embora esses órgãos tenham sido criados para atacar o problema da seca na região, verificou-se que isso não ocorreu de fato, pois a cada novo período de estiagem, o Nordeste brasileiro decretava novamente estado de calamidade e as frentes de emergências eram novamente ativadas. Estes órgãos acabaram sendo capturados pelas oligarquias algodoeira e pecuarista, deixando de promover o desenvolvimento regional como todo, beneficiando apenas parte da população nordestina.

Como intuito de se ter uma visão mais detalhada sobre a intervenção do Estado em políticas de combate aos efeitos da seca, optou-se por fazer um levantamento sucinto da intervenção do Estado na agricultura irrigada da Paraíba. E nessa investigação se percebeu que na Paraíba, essa intervenção tem sido bastante importante à medida que tem propiciado o acesso à irrigação de pequenos e médios produtores que não teriam condições de praticá-la sem a intervenção pública, por outro lado, ela não tem sido suficiente para disseminar um processo de agricultura irrigada sustentável.

Procurando ter um exemplo e uma visão mais detalhada da intervenção estatal em programas de irrigação na Paraíba, partiu-se para um estudo de caso do Projeto de Irrigação Piancó. Nesse, percebeu-se que os agricultores entrevistados, embora em sua maioria não fossem os donos da terra, estavam mais satisfeitos agora com a utilização da irrigação do que antes.

Entretanto alguns problemas foram apontados como entrave ao bom andamento do projeto, entre os quais tem-se o alto custo da energia elétrica; os baixos lucros, devidos em parte à presença do atravessador; a falta de crédito, devido às altas taxas de juros do mercado; a escassez de água em períodos de estiagens mais longa ; o problema da salinização da terra e da erosão, entre outros que foram apontados no decorrer desse trabalho.

Logo se percebe que a ação do Estado ainda é limitada em relação à irrigação do Estado, pois embora ele forneça a estrutura necessária para irrigar, não está conseguindo criar canais que possibilitem ao irrigante a sua consolidação nessa atividade.

De modo geral, pode-se afirmar que o problema da seca Nordeste e em especial na Paraíba não será resolvido apenas com a implementação de uma estrutura para a irrigação, através de tubulações, canais, bombas e açudes. É necessário também, que se tenha uma política que interligue o setor agrícola ao setor industrial de beneficiamento e ao setor de comercialização, escolhendo-se produtos que possam alavancar esse processo e assim gerar emprego e renda à população nordestina, principalmente a residente no semi-árido, evitando assim o êxodo rural tão comum em períodos de longas estiagens.

5. Referências bibliográficas.

ARAÚJO, R. A. (Coordenador). **Plano de ação – 1980-1983: Programação.** João Pessoa, SEPLAN-PB. 1980.

CAVALCANTE, Vanilson Costa. **Impactos econômicos da irrigação:** uma comparação entre os projetos bebedouro em Petrolina/PE e São Gonçalo em Sousa/PB. João Pessoa: Dissertação de mestrado. Mestrado em economia do Trabalho. UFPB – Campus I, 1999.

PARAÍBA/SEPLAN. **Plano de desenvolvimento Sustentável 1996-2010.** João Pessoa, 1997.

PARAÍBA/CEPA. Subsídios para formulação de uma estratégia de governo. Setor Agrícola 1991/94. João Pessoa, 1991.

PARAÍBA/SRH. Projeto Canaã- Diretrizes e metas: o homem , a terra, a água, a vida. João Pessoa, 1983.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**QUALIDADE DOS PRODUTOS NA FRANÇA E NO BRASIL:
UM CAMPO DE DISPUTAS**

Antonio Lázaro Sant'Ana¹
Flaviana Cavalcanti da Silva²
Valéria da Silva Modenese³

Resumo

Este artigo analisa a construção da qualidade dos produtos agrícolas a partir dos produtos *fermiers* que apresentam algumas diferenças importantes em relação aos demais selos de qualidade já existentes na França e estabelece também algumas comparações com a relativamente recente criação de selos de qualidade no Brasil, por meio do exame da legislação estadual e federal sobre o tema. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as definições e os aspectos legais de utilização do termo *fermier* na França; as diferentes abordagens da qualidade; e a legislação federal e de alguns estados brasileiros sobre estes temas. Os produtos *fermiers* se caracterizam pela comercialização direta ao consumidor e pelo caráter artesanal quando há transformação do produto na França. De certa forma, representam uma ruptura em relação às características dos demais selos de qualidade europeus, pois trata-se de um qualificativo que remete a múltiplos produtos, mas que mantém e valoriza a especificidade do saber/fazer de cada produtor/família, enquanto os demais selos são resultado de convenções coletivas que determinam os procedimentos considerados legítimos na produção e transformação de um produto específico. O exame da legislação brasileira recente mostra que há uma tendência de seguir os selos de qualidade padronizados da União Européia, sem atentar para o fato de que esta abordagem pode significar a exclusão de grande parte dos produtores familiares que não conseguirem se enquadrarem às novas exigências da legislação e/ou bancar os altos custos da certificação.

Palavras-chaves: selos de qualidade; produtos *fermiers*; legislação brasileira e européia.

1. Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada inicialmente na França⁴ sobre os produtores *fermiers*⁵ e que no Brasil está iniciando a análise das estratégias de inserção dos agricultores familiares no mercado, no noroeste do Estado de São Paulo, especialmente em processos de comercialização diretos ou semi-diretos, como a venda sem intermediação ao

¹ Doutor em Sociologia, Professor da Unesp Ilha Solteira. E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br.

² Aluna de graduação em Agronomia - Unesp Ilha Solteira - Bolsista Fapesp (IC).

³ Aluna de graduação em Agronomia - Unesp Ilha Solteira.

⁴ Esta pesquisa foi realizada durante estágio pós-doutoral, com bolsa Capes, do primeiro autor deste trabalho no INRA/TSV e EHESS.

⁵ Cazella e Roux (1999), embora vejam semelhança com o termo *colonial* utilizado no Sul do Brasil, optaram por não traduzir esta palavra francesa, devido às variações que existem para o mesmo tipo de produto em outras regiões brasileiras (no Estado de São Paulo as denominações *caipira*, *caseiro* ou artesanal são mais utilizadas).

varejo ou ao consumidor de produtos *in natura* ou processados, de forma individual ou coletiva.

Os produtores *fermiers*, assim como os produtores do noroeste do Estado de São Paulo, têm como característica principal a criação de uma relação de confiança entre o produtor e o consumidor, pois a comercialização, em ambos os casos, abrange uma grande diversidade de produtos, identificados como artesanais, mas que envolvem processos produção e fabricação diferenciados, conforme o tipo de produto⁶.

Os fluxos principais das cadeias predominantes no noroeste do Estado de São Paulo (carne bovina; leite; açúcar e álcool; e suco concentrado de laranja) são caracterizados pela verticalidade das relações entre os diversos elos, pela presença mais freqüente de relações contratuais formais (açúcar e álcool; e suco de laranja) e pela hegemonia de grandes empresas. Em cadeias menos estruturadas, como aquelas ligadas à fruticultura, há a presença de maior número de agentes de intermediação, baixo grau de contratualização e segurança precária na comercialização, sendo relativamente freqüentes os casos em que os agricultores não conseguem receber o pagamento do produto vendido (estelionato).

Os outros processos que denominaremos genericamente de *comercialização diferenciada* podem abranger fluxos secundários dentro das cadeias predominantes ou outros produtos (ou mesmo um *mix* de produtos), sendo caracterizados por apresentarem circuitos mais curtos de comercialização e pela maior horizontalidade e informalidade das relações comerciais e sociais, mediadas pelo que Mendras (1978) denominou interconhecimento. A comercialização diferenciada embora seja bastante heterogênea em relação aos tipos de produtos e a forma como é organizada, apresenta marcante influência das tradições tanto nas práticas de fabricação (quando é o caso), quanto na construção e funcionamento do mercado, em termos de regras e no estabelecimento da qualidade desejável, já que esta também é objeto de disputa por legitimação (MIOR, 2003; SYLVANDER, 1995; NICOLAIS e VALCESCHINI, 1995).

A produção e venda direta de seus produtos ao consumidor era uma atividade freqüente dentre os produtores rurais, mas o crescimento das cidades e o aumento das distâncias entre os locais de produção e de consumo tornaram esta operação mais difícil, assim como multiplicaram-se os problemas relativos à segurança e sanidade dos alimentos. Esse tipo de comercialização passou a ter um caráter informal ou até mesmo clandestino, sendo combatido pelas indústrias de alimento como algo perigoso à saúde do consumidor.

⁶ O caso dos produtores *fermiers* é uma exceção, pois na França, para a criação dos chamados selos de qualidade e origem, é necessário que o produto e o processo de produção/fabricação seja homogêneo.

As recentes crises dos sistemas agroalimentares convencionais, como a ocasionada pelo mal da *vaca-louca*, trouxeram dois tipos de reações. A primeira foi uma resposta institucional direcionada para a adoção de instrumentos como a rastreabilidade, a criação de agências de segurança do alimento e os embargos, visando reestabelecer a confiança ao nível global. A segunda consistiu em parcerias entre produtores e consumidores que se conectam em redes de alimento mais próximas, no nível local ou regional, reeditando e adaptando antigas parcerias e/ou construindo novas modalidades de escolhas políticas, técnicas, sociais e sanitárias a respeito do alimento (LAMINE, 2005).

Na França, a valorização da tradição e do *savoir faire* dos produtores é marcante e conta com o aporte de diversas instituições públicas e privadas, como as organizações de produtores rurais, entidades de pesquisa e de apoio ao meio rural, entidades de regulação de caráter misto, além do próprio Estado francês e da União Européia (embora a maior parte dos recursos da Política Agrícola Comum seja ainda destinada à agricultura produtivista)⁷. A atuação deste conjunto de instituições criou também uma tendência de formalização dos processos produtivos e de fabricação, por meio de protocolos e certificados que determinam as características exatas do produto para que este receba uma denominação específica, os chamados selos de qualidade. Por fora deste processo há um grande número de agricultores que produzem e freqüentemente transformam os produtos e vendem diretamente ao consumidor. São os chamados produtos *fermiers* que têm como características principais, além da comercialização direta, a criação de uma relação de proximidade e confiança entre o produtor e o consumidor e não a definição de normas detalhadas e homogêneas dos processos produção e de fabricação, válidas para todos os produtores, como no caso dos selos de qualidade (SANT'ANA, 2007).

No Brasil, esta forma de comercialização direta embora seja uma atividade importante na geração de renda para os produtores familiares, é marcada pela informalidade⁸ e precariedade em termos de inserção no mercado. Somente a partir de meados da década de 90

⁷ A Política Agrícola Comum da União Européia tem como fonte de recursos o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) que é sub-dividido em dois programas: o FEOGA-Garantia que visa sustentar a produção e a renda dos agricultores e empresas agrícolas, via mecanismos de intervenção no mercado; e o FEOGA-Orientação que apóia políticas de desenvolvimento rural, como aquelas desenvolvidas no âmbito do Programa LEADER (Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural). Este Programa iniciou-se em 1991 com o objetivo estimular políticas de desenvolvimento rural em um enfoque territorial, integral e participativo (LEADER+, 2006).

⁸ Para Wilkinson e Mior (1999, p.32) o setor informal “*distingue-se do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos, como nos casos de drogas ou contrabando. Trata-se de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Isto pode referir-se às relações de trabalho (sem carteira, trabalho infantil), às instalações (sem alvará), ou às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário)...[...] O setor informal, portanto, é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado*”.

foram criadas algumas leis e decretos (estaduais) com o objetivo de simplificar as exigências normativas⁹, visando legalizar a produção e comercialização destes produtos e/ou estabelecer selos de qualidade específicos, semelhantes aos vigentes na União Européia. Na região noroeste do Estado de São Paulo, no entanto, são raros e descontínuos os casos de articulação coletiva (de agentes públicos e/ou privados) para organizar, promover e buscar o reconhecimento da legitimidade destas atividades.

Este artigo se propõe a analisar a construção de uma *nova*¹⁰ referência de qualidade dos produtos agrícolas, os produtos *fermiers*, que apresentam algumas diferenças importantes em relação aos demais selos de qualidade já estabelecidos na França; e estabelecer algumas comparações com a relativamente recente criação de selos de qualidade no Brasil, por meio do exame da legislação estadual e federal sobre o tema.

2. Metodologia e técnicas de pesquisa

A metodologia de investigação dos produtos *fermiers* procurou abranger a discussão de seus aspectos formais e legais. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os selos de qualidade franceses e europeus, assim como sobre as definições e a legislação em torno dos produtos *fermiers*, tanto aquela já consolidada, como sobre o decreto que pretende definir o uso legal do termo *fermier* e que até julho de 2007 não havia sido concluído.

No caso brasileiro examinou-se a legislação federal e de alguns Estados (São Paulo; Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás), além de trabalhos de pesquisa que abordaram o tema.

Os comentários apoiaram-se também em observações de campo na França por meio do contato direto com produtores *fermiers* e no Brasil com os produtores familiares da região noroeste do Estado de São Paulo.

Para analisar estes processos recorreu-se a uma bibliografia específica que discute a noção de qualidade e suas relações com os aspectos técnicos, sociais e políticos.

3. Os produtos *fermiers* e os selos de qualidade já instituídos

O agricultor francês para utilizar o termo *fermier* em um de seus produtos deve atender as seguintes condições: ele mesmo produzir, transformar e vender o produto diretamente (é

⁹ Há casos em que motivação da lei foi mais a preocupação com a segurança do consumidor (que é legítima), pois as exigências e punições decorrentes do descumprimento ganham mais ênfase do que medidas educativas, visando a conscientização e a capacitação dos produtores.

admitida a venda não direta, mas nesse caso é obrigatória a etiquetagem do produto - sem embalagem pelo distribuidor - identificando o produtor e o território); as matérias primas principais do produto devem ser produzidas exclusivamente na propriedade; e o processamento deve seguir métodos artesanais em ateliês de pequeno porte (não industriais). O produtor se responsabiliza, portanto, por todo o processo de produção-transformação-venda; até a apresentação final do produto. O documento da FNAPF¹¹ menciona ainda que o produtor *fermier* trabalha em uma perspectiva da agricultura durável e respeitosa ao meio ambiente (FNAPF, 2005; CAZELLA e ROUX, 1999).

Em 2000, o recenseamento agrícola da França (Metropolitana) apontou que 15,4% das explorações realizavam a venda direta dos produtos agrícolas ao consumidor e dentre estas em torno de 60% faziam algum tipo de transformação do produto. Embora seja um percentual significativo, este tipo de comercialização direta diminuiu, na década de 90, pois em 1988 representavam 27,1% do total das explorações (AGRESTE, 2007). Este fato mostra que apesar das diversas iniciativas desenvolvidas a partir da década de 90, tanto aquelas ligadas às mudanças na Política Agrícola Comum Européia, como as novas formas de organização da comercialização (associações de produtores *fermiers*; AMAPs - Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne – Associações pela Manutenção da Agricultura Camponesa) não foram suficientes para evitar que parte significativa destes produtores fosse excluída do mercado (SANT'ANA, 2007).

Em princípio todo este conjunto de produtores que transforma e vende diretamente a sua produção pode ser enquadrado como *fermier*, desde que a agroindustrialização seja artesanal. Em termos legais, no entanto, não há ainda uma definição do que seria um produto *fermier*, assim como seus correlatos: “*de la ferme*” “*a la ferme*”. Um decreto, que foi previsto na Lei de Orientação Agrícola de 1999, começou a ser redigido em 2003, mas em 2007 ainda não tinha sido concluído.

Os impasses que impediram a edição do decreto podem ser entendidos a partir da análise dos princípios que tem orientado a criação dos selos de identificação da qualidade e da origem (Signes d'Identification de la Qualité et de l'Origine - SIQO) na França e na Europa, denominação esta que engloba diferentes selos específicos.

¹⁰ Na verdade esses produtos não são novos, não estão sendo criados agora, seu reconhecimento passa inclusive, na maior parte dos casos, por uma referência à tradição. O que se apresenta como novidade é a busca de uma definição normativa deste produto que delimite quais os atores que tem legitimidade para usar o termo *fermier*.

¹¹ FNAPF (*Fédération Nationale des Associations de Producteurs Fermiers*) é a entidade que representa os produtores *fermiers* na França.

Uma lei criada em 1919 criou a Denominação de Origem (*Appellation d'Origine*), mas somente em 1935 esta começou a ser implantada, já então sob a formula Denominação de Origem Controlada (*Appellation d'Origine Contrôlée* - AOC¹²) e com especificação do produto (inicialmente incluía os vinhos e a partir de 1955 os queijos). É atribuído o nome de uma região ou localidade a um produto cuja originalidade e qualidade que lhe são características se devem exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, compreendendo os fatores naturais e humanos (BELLOT et al., 2003). Este tipo de selo foi criado para fazer frente à concorrência de produtos importados e compensar desvantagens econômicas de certas categorias de agricultores de regiões desfavorecidas (VALCESCHINI, 1995).

A lei de orientação agrícola de 1960 criou um outro tipo de selo, os *Labels agricoles* (popularizado pela denominação *Label Rouge*) e em 1965 um decreto regulamentou seu uso. Foram concebidos em resposta às crises de padrão (falta de *standards*) do setor de aves e visavam criar um tipo de produto de qualidade superior, a partir de critérios técnicos, ligados ao sistema de produção (SYLVANDER, 1995).

A Certificação de Conformidade do Produto (*Certification de Conformité de Produit* - CCP) é bem mais recente (1990), de inspiração anglo-saxã, não almeja uma qualidade superior, mas apenas garantir as características precisas do produto definidas por meio de uma norma (*cahier de charge*), cujo controle é realizado por uma entidade certificadora independente (CEPRAL, 2007).

A União Européia adotou, a partir de 1992, seus próprios selos como a Denominação de Origem Protegida (*Appellation d'Origine Protégée* - AOP) e a Indicação Geográfica Protegida (*Indication d'Origine Protégée*- IGP). A AOP designa o produto em que a produção, a transformação e a elaboração ocorrem em uma área geográfica delimitada, utilizando um saber-fazer constatado e reconhecido como próprios daquele local. É uma espécie de equivalente europeu da AOC francesa. No caso da Indicação Geográfica Protegida (IGP) a ligação com um local e saber-fazer (*terroir*) deve estar presente ao menos em uma das fases da produção, da transformação ou da elaboração e o produto deve gozar de uma grande reputação. Também foi criada a menção Especialidade Tradicional Garantida (STG) que não se refere a uma origem determinada, mas tem como objetivo colocar em evidência uma composição tradicional ou um modo de produção tradicional de um produto específico (até

¹² Por ser mais comum e conhecida será utilizada a sigla em francês AOC para designar os produtos ligados a uma Denominação de Origem Controlada. O mesmo procedimento será adotado no caso dos outros selos da União Européia.

julho de 2007 não havia nenhum produto com esse selo na França). (UNIÃO EUROPÉIA, 2007)

O selo referente à Agricultura Biológica (AB)¹³, criado em 1981 (UE em 1992), corresponde a um sistema de produção específico, cuja principal característica é não usar insumos químicos sintéticos (agrotóxicos, adubo mineral, antibióticos, etc.).(CAZELLA e ROUX, 1999; SYLVANDER, 1995)

As grandes empresas industriais também procuraram estabelecer novas normas e certificações que lhes garantissem maior credibilidade de seus produtos (qualidade total, ISOs), ao mesmo tempo têm buscado entrar em mercados de clientela específica, inclusive recorrendo a atributos de origem e tradição para inspirar a confiança dos consumidores (VALCESCHINI, 1995).

Diante de tantas denominações como pensar a qualidade dos produtos? Allaire et Boyer (1995) afirmam que as teorias econômicas modernas reconhecem que um mercado não pode funcionar de modo eficaz sem uma definição prévia da qualidade dos produtos, mas asseguram também que a definição de qualidade é resultado de um processo social onde podem se defrontar diferentes lógicas. No mesmo sentido, Stanziani (2003) assinala que a qualidade dos produtos não são atributos essenciais pré-existentes, antes destes serem introduzidos no mercado, e que a evolução histórica das mudanças de qualidade não são simples reflexos de mudanças tecnológicas, mas os atores também intervêm no funcionamento do mercado através de negociações (ou imposições), cujo objetivo é definir a qualidade dos produtos. Stassart (2005) também destaca que a qualidade é resultado da interação de atores que apresentam uma pluralidade de lógicas de ação, organizadas em diferentes formas de coordenação e dão origem a diferentes definições da qualidade.

Thévenot (1995) classifica as diferentes coordenações da qualidade em seis tipos: a de **mercado**, que busca incorporar na empresa os desejos dos clientes e identificar as insatisfações em relação ao produto ou serviço prestado; a **industrial**, adota métodos racionais e de pesquisa das causas, instrumentos de verificação e de medida estatística dos problemas e falhas na fabricação do produto; a **doméstica**, atua pela mobilização do saber-fazer informal acumulado pela experiência e pode resultar de ligações duráveis com interlocutores exteriores que incitam a confiança e mantém a reputação do produto ligada a uma origem e/ou a um modo de produção; a **cívica**, criada em torno de um projeto coletivo do qual os seus membros são solidários e engajados; a **inspirada**, motivada por disposições favoráveis à expressão da criatividade e a emergência de idéias originais e inovações; e a de

opinião, acionada por métodos de comunicação que contribuem para sensibilizar a opinião pública (e também dentro da empresa, se for o caso) sobre as características positivas de um determinado projeto ou produto da empresa.

Também é importante destacar o papel do Estado na definição da qualidade ao instituir normas que procuram regular a concorrência e assegurar a saúde pública. A regulamentação, no entanto, não é resultado mecânico de uma avaliação técnico-científica, envolve representações simbólicas, práticas sociais, tradições específicas de cada região ou país e especialmente diferentes interesses em jogo que não podem ser resolvidos apenas pela abordagem científica (VALCESCHINI, 1995). Stanziani (2003) adverte que as normas não são neutras mesmo quando há consenso de um determinado grupo de atores sociais, pois outros estão sendo excluídos do processo¹⁴.

Assim como parte dos selos AOC, os produtos *fermiers* situam-se na ordem doméstica de qualidade. Neste caso a avaliação da qualidade, não repousa nem sobre o preço como em uma coordenação de mercado, nem sobre o respeito a normas estritas e a submissão a *standards* como na coordenação industrial¹⁵, mas sobre uma garantia de origem (geográfica - no caso AOC - e de que os produtos são originários de determinada propriedade - *fermiers*) e a fidelidade a um saber-fazer tradicional que lhe confere excelência e distinção (LETABLIER e DELFOSSE, 1995).

4. Um campo de disputas por legitimação

O decreto *fermier*, tal como vinha sendo concebido, é criticado pela FNAPF, pois permitiria que grandes indústrias usem (ou continuem a usar) este termo como forma de valorizar seus produtos. A FNAPF considera necessário limitar o tamanho dos equipamentos de transformação (ateliês), de modo que seja possível utilizar somente matéria prima de uma exploração e manter a responsabilidade individual do produtor.

¹³ No Brasil denomina-se agricultura orgânica.

¹⁴ Allaire (1995, p. 393) menciona que a implantação dos selos AOC na Normandia levou ao desaparecimento das fábricas tradicionais de queijo que existiam na região.

¹⁵ Para os grupos AOC há um conjunto de normas (*cahier de charge*) que é acordado entre os produtores, aprovado pelo órgão de controle (INAO) e seguido por todos os membros do grupo (o controle de cumprimento das normas por vezes é realizado por uma certificadora independente ou então pelo próprio grupo). No caso dos *fermiers*, além de seguir a legislação sanitária geral, há somente a recomendação de que cada produtor tenha um *cahier de charge* individual por produto, mas não há controle externo. Deve-se destacar que o *cahier de charge* dos AOCs não leva um à criação de um produto *standard*, pois prevalece as diferenças individuais, o que motiva inclusive os concursos de qualidade internos de cada AOC, como no caso dos vinhos (GARCIA-PARPET, 2004).

Em relação aos queijos destaca também que a afinagem¹⁶ deve ser realizada sob responsabilidade do produtor para não comprometer a autenticidade da utilização do termo *fermier*¹⁷.

Pode-se observar que as críticas dirigem-se especialmente aos grupamentos que já vem utilizando o termo *fermier*, como os setores carnes frescas de aves e porcos (*Label Rouge* na França e IGP da União Européia) e de queijos (AOC), amparados em uma legislação específica por produto.

Os *Labels Rouges*, embora formados por grupos de produtores, cresceram vertiginosamente durante as décadas de oitenta e noventa com o apoio da grande distribuição, se tornando uma sub-cadeia industrial do setor de aves (atualmente envolve outros setores, como o de carne suína), que apresenta um padrão técnico de produção diferenciado (menos intensivo) em relação ao padrão *standard*, mas não há limitação do tamanho da planta industrial (SYLVANDER, 1995).

No caso dos AOCs de queijos o *INAO*, em seus relatórios, identifica três tipos diferentes de transformadores (os produtores *fermiers*, as cooperativas e as indústrias), todos considerados legítimos. Não há qualquer limitação do tamanho do operador industrial, mas freqüentemente há indicações detalhadas sobre o sistema de produção, com limitações à intensificação (tempo mínimo de permanência a pasto; lotação máxima dos animais por área; produção máxima anual por lactação). Alguns AOCs de queijos de menor porte apresentam um alto percentual de produtores *fermiers*, como os AOCs *Banon* (50% produtores *fermiers* - não especifica a afinagem), *Chavignol* (65% produtores e afinadores *fermiers*); e *Salers* (100% de produtores e 47% dos afinadores *fermiers*), mas a maioria tem participação residual dos produtores diretos na transformação ou só operam cooperativas e indústrias (INAO, 2007).

O Ministério da Agricultura e Pesca parece ter como principal preocupação conciliar a definição de *fermier* com a legislação atual, sem causar turbulências no sistema *Label Rouge* e AOC, estabelecendo exceções ou mantendo duas formas de transformação e/ou apresentação do produto (estes são exatamente os pontos criticados pela FNAPF).

¹⁶ Durante a maturação de determinados queijos, a afinagem consiste em um processo que visa fazer o *acabamento* da fabricação do queijo, refinando seu sabor e tipicidade. Na França, muitas vezes, a afinagem é realizada por terceiros (os selos AOCs admitem esse tipo de procedimento).

¹⁷ O artigo 13 do Decreto 2007-628, em seu parágrafo 7º define que o termo « *Fermier* » ou toda outra indicação que deixe a entender uma origem *fermière*, quando o queijo é fabricado segundo as técnicas tradicionais por um produtor agrícola, e se tratando de leite produzido em sua própria exploração. Entretanto, quando há a identificação do produto, a afinagem dos queijos *fermiers* poderá ser realizada fora da exploração agrícola (MINISTERE DE L'ECONOMIE, DES FINANCES ET DE L'INDUSTRIE, 2007).

Os AOCs referentes aos queijos também têm se preocupado com alguns pontos do decreto *fermier*, como a obrigatoriedade de identificação individual do produtor (consideram que deveria ser uma apenas sugestão) e não aceitam que este termo seja utilizado como uma distinção valorativa, como uma sobrevalorização qualitativa em relação ao queijo AOC comum. Além disso, também levantam a questão de que uma definição tão genérica, como a que está sendo proposta para “produto *fermier*”, incluindo carnes, queijos, bebidas, doces, temperos, dentre outros, pode gerar confusão e desconfiança no consumidor.

Quais seriam afinal as principais diferenças entre o selo *fermier* e os demais selos já existentes? Embora como já foi visto não haja consenso sobre a definição de produto *fermier*, alguns aspectos distintivos podem ser reconhecidos:

- a característica essencial deste tipo de produto é que teria como base de sustentação a relação direta entre o produtor/transformador e o consumidor: esta proximidade presente na forma de comercialização é que garantiria uma relação de confiança e em alguns casos até mesmo de solidariedade entre o sujeito que produz e aquele que consome;
- se refere sempre aos produtos de um agricultor que define individualmente suas regras de produção e transformação, assumindo integralmente a responsabilidade pelo produto comercializado¹⁸; este fato e a limitação do número de empregados seria uma forma de garantir a característica artesanal (em oposição ao industrial) do produto;
- é uma definição transversal, pois realiza um percurso ascendente ao longo de uma cadeia de transformação do alimento – da produção à embalagem e comercialização do produto – e um deslocamento lateral, pois não se refere, em sua generalidade, a uma região específica e/ou a um produto específico (como os selos existentes), mas a um saber-fazer artesanal que apesar das particularidades está presente em toda a França e em uma gama variada de produtos. O que une os atores nesse caso é uma proximidade do tipo institucional, tal como definida por Boschma (2004), que no nível micro-social se manifesta por meio de relações personalizadas e no nível macro-social pode ter a mediação de instituições e/ou ações políticas que legitimam as relações entre os atores.

Evidentemente que este tipo de definição de produto não está livre de algumas contradições e lacunas. Assim como a FNAPF tem razão ao mostrar que há industriais e cadeias do tipo industrial (mesmo na forma de cooperativas de produtores), como alguns AOCs, utilizando de maneira questionável o termo, há problemas também na definição de produto *fermier* que a FNAPF propõe. Uma questão importante é a falta de qualquer

¹⁸ Sabourin (2006), apud. Temple (2003), faz referência a novas possibilidades em termos de qualificação, como o tipo “pessoalizada”, específico de um produtor/família.

referência à forma como são produzidas as matérias primas (há somente uma referência genérica de que o produtor respeita a legislação e o meio ambiente). A matéria prima pode ser proveniente da exploração do produtor, mas qual foi o sistema de cultivo ou criação adotado? O método de transformação é artesanal, mas qual o método de produção? Uma agricultura intensiva em insumos químicos e em grande escala é compatível com os produtos *fermiers*? Na transformação quaisquer aditivos podem ser utilizados?

Outro aspecto constatado em pesquisa, realizada em 2006, com os produtores *fermiers* participantes de uma feira nacional denominada “*Salon Paris Fermier de Printemps*”, foi que enquanto o produto *fermier* não alcança um reconhecimento legal, esse qualificativo é utilizado apenas de forma secundária, pois quando o produtor tinha um produto com selo de qualidade consolidado (AOC, AB, *Label Rouge*), preferia citá-lo para identificar o sistema de produção ao invés do termo *fermier* (SANT’ANA, 2006).

5. Legislação brasileira

No caso brasileiro, embora a valorização por parte dos consumidores de produtos típicos de determinadas regiões ou que envolvem processos de produção e fabricação artesanais seja de longa data, a preocupação com a certificação deste tipo de produto somente ocorre após um período em que a normatização higiênico-sanitária (e a efetividade em termos de fiscalização)¹⁹ colocou a comercialização desses produtos na informalidade.

Alguns autores, como Maluf (2002) entendem que as políticas públicas brasileiras em relação à qualidade (refere-se aos produtos orgânicos, mas a observação é válida em outros casos também) têm dado muita ênfase a processos de normatização e certificação, numa visão centrada no mercado, não considerando os possíveis efeitos excludentes destes instrumentos²⁰.

Em termos de legislação federal, a Lei 9.279, de 14/05/1996, que trata dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, em seu Título IV, classifica em dois tipos as indicações geográficas: a indicação de procedência que constitui o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço; e a

¹⁹ A venda de leite cru, nas cidades paulistas, foi proibida por uma lei de 1950, mas era uma prática comum e tolerada até o final de década de 80.

²⁰ Schmidt e Byé (2001) também mostram que o processo de certificação implica em altos custos e exigências que podem levar a exclusão de grande parte dos agricultores inseridos na nesse tipo produção antes da

denominação de origem que se refere ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Para o estabelecimento das condições de registro das indicações geográficas foi designado o INPI (Instituto Nacional de Proteção Industrial).

Dias (2006) comenta que esse conceito de denominação de origem tem uma evidente semelhança com a definição europeia, mas enquanto a legislação brasileira refere-se a *produto* ou *serviço*, no caso europeu considera-se apenas *produtos agrícolas* ou *gêneros alimentícios*²¹.

A primeira indicação geográfica reconhecida e concedida pelo INPI foi *Vale dos Vinhedos* no Rio Grande do Sul, uma região conhecida pela produção de vinhos finos (DIAS, 2006).

Ao nível estadual, diversas legislações foram instituídas a partir de então, visando definir as condições para a obtenção de selos de qualidade e/ou estabelecer processos mais simplificados para a fabricação de produtos em pequena escala, denominados artesanais.

O Estado de Santa Catarina aprovou, em dezembro de 1997, a Lei 10.610 que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 3.100, de 20/07/1998, no qual são estabelecidos os limites máximos para que a produção seja considerada artesanal e as exigências referentes ao padrão das instalações, à higiene das pessoas envolvidas na produção, dentre outras providências. Os limites de produção são altos no caso do leite, enquanto em termos de carnes são restritos, quando comparados com outras leis estaduais²². Quanto às exigências referentes às instalações, provavelmente não são acessíveis a um grande número de produtores familiares que processam seus produtos, mas podem ser viáveis no caso pequenos grupos.

No Estado de São Paulo a Lei nº 10.507, de 1º de março de 2000, regulamenta a elaboração de produtos comestíveis de origem animal e a comercialização no Estado. Segundo a referida lei, a produção artesanal de gêneros comestíveis de origem animal somente será permitida a produtores rurais, os quais utilizem matéria-prima de produção

normatização. Uma das alternativas seria a certificação participativa, realizada pelas próprias organizações dos produtores familiares, como no caso da ECOVIDA no Sul do País..

²¹ Algumas leis estaduais, como a de Santa Catarina (Lei 12.117, de 07/01/2002), em seu artigo 17, estabelece que somente produtos agrícolas e alimentícios podem requerer selos de qualidade e origem, seguindo portanto a definição europeia.

²² Enquanto em São Paulo e Goiás os limites máximos diários são de 300 litros e 130 Kg, nos casos do leite e da carne processados, respectivamente; em Santa Catarina estes limites são 830 litros de leite e 67 Kg de carne..

própria. No entanto, é admissível que até 50% da matéria-prima seja proveniente de terceiros, desde que esta tenha sido comprovadamente inspecionada pelo órgão responsável.

Além das especificações quanto às instalações, a Lei nº 10.507 exige, também, que os animais destinados à elaboração de produtos cárneos sejam abatidos em estabelecimento sob inspeção higiênico-sanitária oficial. Tal obrigatoriedade pode apresentar alguns empecilhos para o produtor rural, pois os animais de pequeno porte, em sua maioria, são rotineiramente abatidos na própria propriedade, em virtude da inviabilidade econômica em destiná-los a estabelecimentos específicos para serem abatidos e só depois retornarem à propriedade de origem, para que a carne seja finalmente processada.

O Estado de Goiás também possui uma lei específica voltada para os agricultores familiares, no que tange à regulamentação do processamento de gêneros alimentícios de origem animal, bem como, a comercialização destes no território goiano. Trata-se da lei Nº 13.878, de 19 de julho de 2001, que estabelece normas para a miniagroindústria familiar, cujo conceito, segundo a lei, refere-se à pequena propriedade rural, a qual explore atividade de processamento de gêneros alimentícios de origem animal com mão-de-obra predominantemente familiar em pequena escala e com características tradicionais ou regionais próprias.

A Lei 13.878 de Goiás apresenta várias semelhanças com sua congênere paulista, adotando idêntico procedimento em relação à origem da matéria prima e ambas estabelecem os mesmos limites para que a produção da miniagroindústria (micro/pequena empresa) seja considerada de pequena escala.

As leis estaduais para produtos artesanais, embora simplifiquem alguns procedimentos e instalações e isente os produtores de algumas taxas, ainda causam dificuldade de custos e logística para que grande parte dos produtores familiares deixe a informalidade.

Em Minas Gerais a certificação do Queijo Minas Artesanal (com base na Lei 14.185, de 2002 que definiu seu processo de produção) propiciou a criação de um selo de Indicação de Procedência do Queijo Minas Artesanal da Serra da Canastra, mas na época do lançamento, em 2005, apenas cinco produtores da região foram certificados (ESTADO DE MINAS, 2005) e em todo o Estado, em maio de 2008, apenas outros 58 estão cadastrados no Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) para produzir o queijo a partir do leite cru, dentre o universo estimado de 27 mil produtores (IMA, 2008). Observa-se que o objetivo declarado do programa governamental é a melhoria da qualidade do queijo, visando garantir a segurança dos consumidores, mas não deixa de ser preocupante o enorme potencial excludente desta

certificação, pois todos os produtores ou empresas que venderem o Queijo Minas Artesanal não cadastrado serão multadas.

Santa Catarina, após a normatização dos produtos artesanais, também editou a Lei 12.117, de 07/01/2002, regulamentada pelo Decreto 4323 (25/05/2002), que instituiu a certificação de qualidade, origem e identificação de produtos agrícolas e alimentos. Além dos selos Denominação de origem Controlada (DOC); Indicação Geográfica protegida (IGP); Produto da Agricultura Orgânica (ORG) e Certificado de Conformidade (CCO) que se assemelham aos selos existentes na Europa, foi criado também o selo Produto de Origem Familiar (FAM) que é definido, no Artigo 7 da referida Lei, como “*o produto agrícola ou alimento cujo atributo se deva essencialmente ao caráter familiar e artesanal de sua produção, processamento, transformação ou elaboração*”. Observa-se que esse último tipo de selo diferencia-se dos demais e se aproxima do que é pretendido pelos produtores *fermiers* na França, pois se refere a um saber/fazer particular de uma família ou grupo de famílias e não a uma determinada região ou a procedimentos uniformes obrigatórios para todos os que utilizam o selo (como no caso da Agricultura Orgânica)²³.

6. Considerações finais

Os produtos *fermiers* na França, de certa forma, representam uma ruptura em relação às características dos demais selos de qualidade europeus, pois trata-se de um qualificativo que remete a uma forma artesanal de produzir e processar uma gama variada de produtos, mas que mantém e valoriza a especificidade do saber/fazer de cada produtor/família, enquanto os demais selos são resultado de convenções coletivas que determinam os procedimentos considerados legítimos na produção e transformação de um produto específico.

Os princípios que as organizações dos produtores franceses utilizam para caracterização dos produtos *fermiers* são mais flexíveis que aqueles presentes nos demais selos de qualidade e apresentam potencialmente menor possibilidade de excluir aqueles produtores que já produzem e processam artesanalmente os seus produtos e os comercializam diretamente aos consumidores, mas é necessário também assegurar que os sistemas de produção da matéria prima sejam diferenciados daqueles adotados pela agricultura produtivista e de grande escala.

²³ Os selos DOC e IGP podem ser concedidos somente a associações de produtores rurais, pescadores ou empreendedores, enquanto os demais selos também podem ser outorgados a pessoas físicas.

O exame das divergências entre os selos europeus de qualidade consolidados e as reivindicações dos produtores *fermiers*, quando comparados com a legislação brasileira mostra que no Brasil há uma tendência de seguir a padronização da União Européia, sem atentar para o fato de que esta abordagem pode significar, não a valorização dos produtos dos agricultores familiares, mas a exclusão de grande parte daqueles que não conseguirem se enquadrarem às novas exigências da legislação e/ou bancar os altos custos da certificação. Cabe destacar que estes produtores há várias décadas vêm processando seus produtos e vendendo-os diretamente ao consumidor, não com base em um selo padronizado, mas em uma qualidade reconhecida expressa em sabores típicos e que se renova pelas relações de confiança.

7. Referências

AGRESTE *La statistique agricole*. Disponível em: <http://www.agreste.agriculture.gouv.fr> Acesso em 26/06/2007.

ALLAIRE, G. De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 381-412, 1995

ALLAIRE, G. et BOYER, R. Régulation et conventions dans l'agriculture et les IAA. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 09-29, 1995

BELLOT, C. et al. *Avis sur le développement des signes d'identification de la qualité et de l'origine des produits agricoles et alimentaires, nationaux et communautaires (Avis n. 45)*. Paris (França) Conseil national de l'alimentation (CNA), 2003. 52p.

BOSCHMA, R. Proximité et innovation. *Économie rurale*, v. 280, n.2, p.08-24, 2004.

CAZELLA, A. A., ROUX, B. A emergência da agricultura multifuncional. *Estudos-Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 46-69, 1999.

CENTRE DE RESSOURCES PRODUITS ALIMENTAIRES DE TERROIR *Liste de produits alimentaires de Terroir*. Disponível em: Acesso em 15/05/2007.

CEPRAL Disponível em : <http://www.cepral.com> Acesso em 15/05/2007

CERQUA Disponível em : <http://www.label-rouge.org> Acesso em 15/05/2007.

ESTADO DE MINAS Certificação do Queijo Minas Artesanal tira o produtor da clandestinidade. Disponível em: <http://www.estaminas.com.br/> Acesso em março/2008.

FNAPF (Fédération Nationale des Associations de Producteurs Fermiers) *L'info des Producteurs Fermiers*, n. 8, 2005. Disponível em : <http://www.fdcivamdrome.org/decret-fermier.pdf>, acesso em 17/01/2006.

GARCIA-PARPET, M. F. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: "vinho, o modelo francês em questão". *Tempo Social*, v. 16, n. 2, 2004.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA) Lista de produtores cadastrados do queijo Minas Artesanal. Disponível em <http://www.ima.mg.gov.br> . Acesso em 6/05/2008.

INSTITUT NATIONAL DES APPELLATIONS D'ORIGINE (INAO) Disponível em www.inao.gouv.fr Acesso em 15/05/2007.

LAMINE, C. Setling shared uncertainties: local partnerships between producers and consumers. *Sociologia Ruralis*, v. 45, p. 324-345, 2005.

LEADER+ *Programme National LEADER+ en France*. Disponível em: www.una-leader.org/leader, acesso em 20/03/2006

LES SALONS FERMIERS Disponível em: www.salonsfermiers.com, acesso em 30/06/2007.

LETABLIER, M. T., DELFOSSE, C. Genèse d'une convention de qualité. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 53-72, 1995

MINISTERE DE L'ECONOMIE, DES FINANCES ET DE L'INDUSTRIE *Décret n° 2007-628 du 27 avril 2007 relatif aux fromages et spécialités fromagères*. J.O n° 101 du 29 avril 2007 page 7628 texte n° 14.

SABOURIN, E. . Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. IN: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006, p. 215-239.

SANT'ANA, A. L. Produtos *fermiers* na França: uma abordagem transversal da qualidade? In: In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina. *Anais...*, 2007. Cd-rom.

SCHMIDT, W. ; BYÉ, P. Agricultura familiar no Sul do Brasil - de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 104-118, 2001.

STANZIANI, A. (dir.) *La qualité des produits en France (18e.-20e. siècles)*. Paris, Éditions Belin, 2003.

STASSART, P. Constrution d'un marché alternatif de viande bovine fermière. *Économie rurale*, v. 286-287, p. 28-43, 2005.

SYLVANDER, B. Conventions de qualité, concurrence et coopération (Cas du « Label Rouge » dans la filière Volailles). In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 73-96, 1995.

THÉVENOT, L. Des marchés aux normes. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 33-51, 1995.

UNIÃO EUROPEIA (UE) Disponível em: <http://europa.eu.int/comm/agriculture/qual/fr> Acesso em 15/05/2007.

VALCESCHINI, E. Entreprises et pouvoirs publics face à la qualité – les produits agro-alimentaires dans le marché européen. In: ALLAIRE, G. et BOYER, *La grande transformation de l'agriculture*. Paris, INRA Éd. Economica, p. 53-72, 1995.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

REFLEXÕES SOBRE A PLURIATIVIDADE: OS CASOS DO ASSENTAMENTO DE ZUMBI DOS PALMARES – CAMPOS GOYTACAZES/RJ E DA COMUNIDADE RURAL SANTANA DE MINAS – SÃO FRANCISCO (MG)

Elicardo Heber Almeida Batista¹
Juliana Lopes Latini²
Manuela Souza Siqueira Cordeiro³

Resumo

Este artigo começa com uma discussão acerca da noção da pluriatividade no cenário nacional, evidenciando suas heterogeneidades e fragilidades. Com o objetivo de elucidar a relação entre as práticas de atividades agrícolas e não-agrícolas na reprodução social de grupos específicos, exploramos dois contextos empíricos diferentes: o Assentamento de Zumbi dos Palmares, Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro e da comunidade rural de São Francisco, Norte do Estado de Minas Gerais. A comparação entre os dois casos aponta para o não secundarização da agricultura na reprodução social das famílias apesar de suas inserções em atividades não-agrícolas favorecendo a permanência dessas famílias no campo.

Palavras-chave: Pluriatividade; Reprodução Social Familiar; Campos-RJ; São Francisco-MG.

1. Introdução

O debate sobre a pluriatividade na agricultura familiar abrange âmbitos políticos e sociais, por isso, é preciso levar em conta que a utilização da noção pode ter diferentes conotações, assim como pode ter diferentes funções de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar. O contexto desse debate insere-se nas mudanças ocorridas no campo, assim como na família, como também, nas políticas públicas destinadas ao incentivo da agricultura familiar. O discurso que considera a pluriatividade como uma expressão do abandono das atividades agrícolas e/ou a saída gradual do meio rural para o meio urbano, sustenta-se na imagem do agricultor profissional como o “verdadeiro agricultor”, ou seja, aquele que se dedica predominantemente à atividade agrícola, sendo capaz de manter as famílias dos agricultores e destinar-se ao mercado (Carneiro,1996). Tal

¹ CPDA/UFRRJ.

² CPDA/UFRRJ.

³ Alunos do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – UFFRJ.

* Agradecemos a professora Maria José Carneiro pela orientação e aulas ministradas no Curso de Dinâmica da Agricultura Familiar realizado no CPDA, pois foram essenciais à realização desse trabalho, embora nos responsabilizarmos por qualquer incongruência que possa haver no texto.

fato se expressa no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quando elege as condições de concessão ao Crédito Rural para os agricultores familiares.

Este artigo tem o objetivo de analisar as questões apresentadas pela discussão sobre a pluriatividade, para em seguida, fazer o uso de casos empíricos que buscam elucidar a relação entre as práticas de atividades agrícolas e não-agrícolas na reprodução social de dois grupos específicos. No entanto, temos consciência da amplitude do debate, e sabemos dos riscos de lacunas ou limites, por realizarmos algumas opções e, não outras.

Com a introdução, o artigo se divide em quatro seções. A segunda e a terceira dedicam-se a explicitar a particularidade dos contextos do Assentamento de Zumbi dos Palmares no Norte Fluminense e da comunidade rural de São Francisco, Norte do Estado de Minas Gerais. A quarta seção, e última, é onde buscamos retomar as questões inicialmente apresentadas à luz dos dados e informações levantados.

A introdução se destinará à apresentação de algumas das principais perspectivas sobre a questão, considerando que as reflexões sobre a pluriatividade no Brasil são recentes, como aponta Schneider (2006). Apesar disso, o autor considera que estes estudos têm evoluído bastante nas últimas décadas e, que o atual debate iniciou-se apenas no final da década de 1990, cujos estudos enfatizam-se as análises da combinação das atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar e suas conseqüências sobre as economias locais. Nesse debate estão inseridas as discussões sobre a (nova) ruralidade, como as relações campo-cidade, as mudanças demográficas, a discussão sobre a identidade social, e etc.

A pluriatividade é definida pelo autor como um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma destas a agricultura. Essas atividades são realizadas mediadas por laços de parentesco e de consangüinidade entre si, podendo incluir membros não consangüíneos, mas que compartilham entre si um mesmo espaço de residência e trabalho e, se identificam como uma família. De acordo com o autor, a pluriatividade pode ser um recurso para garantir a reprodução social do grupo, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. Desta forma, afirma que a pluriatividade pode representar um elemento importante ao processo de desenvolvimento das áreas rurais e para compreender a sua ampla heterogeneidade. Assim aponta uma tipologia, reconhecendo quatro tipos de pluriatividade: 1) a tradicional – determinada pelo modo de vida e organização da produção, a partir da elaboração de equipamentos para uso próprio, que não se destinam ao mercado; 2) a intersetorial – articulação da agricultura com a indústria e o comércio; 3) a de base agrária – serviços e atividades não-agrícolas geradas pelo processo de modernização da agricultura, que

se manifesta na prestação de serviços de agricultores que dispõe de máquinas e equipamentos, contratação de pessoas do meio rural para realização de atividades vinculadas à produção agrícola, como administração, tratoristas, etc; 4) a “para-agrícola” - conjunto de atividades que compreendem a transformação da produção agrícola destinada à comercialização, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotina, surgindo outra atividade combinada a agricultura como atividade principal.

Schneider considera os trabalhos realizados na década de 1980 sobre a dupla atividade dos agricultores, como o início do debate sobre a pluriatividade. Com o objetivo de situar a discussão, essa primeira fase tem como referência o trabalho de Seyferth (1983). A autora lança mão da categoria *colono-operário*, que surge relacionada ao processo de escassez da terra que começa a se delinear na mesma época em que a demanda de mão-de-obra fora da agricultura aumenta, devido ao primeiro grande impulso das indústrias por volta da década de 1960-70. A autora parte da idéia de que essa condição é uma estratégia de sobrevivência do campesinato, pelo fato da família do colono-operário ser um grupo de produção que trabalha para o fundo comum, cujo ponto de referência é a propriedade familiar, ao mesmo tempo em que a identidade social como colono é privilegiada.

O contexto sócio-histórico apresentado na análise de Sacco dos Anjos e Caldas (2006) entre a relação da pluriatividade e da sucessão hereditária na agricultura familiar, não difere muito do exemplo anterior. Com base nas pesquisas realizadas em quatro regiões do Rio Grande do Sul, concluem que o processo sucessório é mais afetado pelo grau de dinamismo das atividades econômicas que a região se insere e pelo tamanho do negócio familiar, do que a maior ou menor incidência da pluriatividade. Além disso, afirmam que a possibilidade de lançar mão de alternativas não-agrícolas e de outras atividades de diversificação de rendas e de produtos permitem se verem com maior grau de otimismo em relação ao futuro. Assim, os autores alegam que a relação com o mercado de trabalho não necessariamente significa a perda da centralidade da agricultura e das raízes culturais, e inclusive pode servir para reafirmar a identidade camponesa. Isso acontece na medida em que se ameniza a pressão por dividir as terras, possibilitando outras formas de acesso a renda, ao mesmo tempo em que pelo menos um dos herdeiros possa reproduzir a condição original e estabelecer-se como colono.

No entanto, apesar dos apontamentos apresentados acima, é importante considerar que o recurso a atividade não-agrícola por parte dos diferentes membros da família de agricultores não necessariamente pode significar uma estratégia à reprodução social do grupo, e por isso deve ser analisado com cuidado. Nesse sentido, o estudo de Wanderley (2003) é muito relevante ao debate, quando considera a pluriatividade como uma estratégia de assegurar a

reprodução do estabelecimento da família e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os seus membros. Desta forma, a autora trabalha com a perspectiva de que o agricultor familiar não pode ser considerado um personagem passivo, pois resiste quando recorre à sua própria experiência e se adapta aos novos desafios do desenvolvimento rural. No entanto, ressalva a importância em distinguir o significado da pluriatividade exercida pelos diversos membros da família, pois não considera os casos em que a atividade não-agrícola não é incorporada à produção e reprodução familiar.

Segundo Wanderley, o trabalho externo realizado pelo chefe do estabelecimento é considerado como a base da verdadeira pluriatividade. Enquanto o trabalho externo dos filhos adultos, ainda que morem na unidade familiar, provavelmente aponta para um outro processo, o de individualização e de busca de autonomia desses filhos, rumo à constituição de uma outra família ou a tornarem-se relativamente autônomos do ponto de vista financeiro.

Neste sentido, a análise de Carneiro (1996,1999) enriquece o debate quando aponta o processo de transformação recente no mundo rural brasileiro, incluindo as transformações sofridas na família, explicitando que é necessário um maior grau de complexidade de análise quando se trata do aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura.

Segundo a autora, a noção de pluriatividade designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Assim o recurso a tais práticas deve ser entendido em um contexto que existe certa margem de autonomia na formulação de estratégias produtivas, pois a unidade familiar apresenta maior possibilidade de negociação interna devido as relações de trabalho e parentesco serem intimamente relacionadas. No entanto, lembra que isso não implica a independência em relação às condições internas ou mesmo que essas resultem de um processo consciente, pois a dinâmica interna familiar agrícola não se realiza em um ambiente “harmonioso” onde o “bem coletivo” se impõe ao individual. Assim, essas negociações expressam as contradições cada vez mais presentes entre o processo de individualização crescente no interior da família e os interesses e poderes desta. Com isso, Carneiro afirma que apesar de uma atividade ser considerada pluriativa, pode desempenhar diferentes funções na lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar, visando a reforçar e garantir a reprodução da exploração agrícola, ou indicar o oposto, como uma estratégia de secundarização da atividade agrícola na reprodução social.

2. A dinâmica das atividades não-agrícolas e as estratégias familiares no Assentamento Zumbi dos Palmares - Norte Fluminense

Os resultados aqui apresentados são originados do projeto “A importância das redes sociais no desenvolvimento sócio-econômico e ambiental de assentamentos de Reforma Agrária no Norte Fluminense” realizado pelo SESMA/LEEA⁴ do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Um dos principais objetivos do projeto era perceber em que medida a ação de redes de solidariedade favorecem a existência de diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico nos assentamentos de Reforma Agrária estudados. Ainda que o projeto não tenha abrangido estritamente o tema da pluriatividade, procedemos a uma análise a partir dos dados quantitativos existentes, bem como das anotações de campo procedidas, no que tange ao exercício de atividades não-agrícolas e a inserção das mesmas na lógica produtiva familiar.

A história da região Norte Fluminense é marcada pela presença da pecuária e da monocultura da cana-de-açúcar, atividades que consolidaram o domínio de uma elite agrária sobre a maior parte de suas terras agrícolas. A ocupação das terras da Usina São João no dia 12 de abril de 1997, que fora desativada dois anos antes, originando o Assentamento Zumbi dos Palmares, foi a primeira ocupação do MST no município de Campos dos Goytacazes, e a terceira área ocupada no estado do Rio de Janeiro.

O processo de desapropriação das terras foi considerado um dos mais ágeis de definição sobre reforma agrária, já no momento de uma visita do então ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann à cidade de Campos dos Goytacazes, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou em 03/10/1997 assinou o ato de desapropriação das terras que vieram a compor o Assentamento Zumbi dos Palmares, apenas seis meses após a ocupação das terras pelo MST⁵

Desde 1997, diversos acampamentos têm sido organizados como parte da expansão das lutas do MST no norte fluminense, e alguns já resultaram na formação de assentamentos (Zinga, 2004:47). Um aspecto peculiar no processo de estabelecimento do MST no norte fluminense tem sido a participação de trabalhadores urbanos na luta pela reforma agrária (Pedlowski *et al.* 2002). Assim, apesar do período inicial da sua presença a região norte fluminense ter gerado a percepção do MST enquanto um movimento exógeno, já houve o desenvolvimento de um quadro de lideranças locais (*Idem*).

⁴ Setor de Estudos sobre Sociedade e Meio Ambiente do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico

⁵Dados obtidos no jornal “Folha da Manhã” dias 13/04/1997; 15/04/1997; 19/04/1997; 26/04/1997; 02/10/1997; 08/10/1997; 10/10/1997

Desta forma, a área de estudo aqui apresentada é o assentamento Zumbi dos Palmares, cujas terras estão distribuídas nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. A área do assentamento foi dividida em cinco núcleos em cujo interior foram criados 508 lotes que possuem uma área média 10 hectares cada, sendo que a área total do Assentamento corresponde a 8000 hectares (FAO/INCRA 1999). A divisão por núcleos se deu em 1998, quando por inspiração do MST, uma assembléia geral dos assentados decidiu desfazer o acampamento que havia sido criado no período inicial da ocupação e iniciar o processo de dispersão das famílias nas áreas em que seriam definitivamente assentadas (FAO/INCRA, 1999).

A coleta de dados, para o projeto aqui discutido, que se deu diretamente com as famílias de assentados, utilizou um questionário com perguntas abertas e fechadas buscando observar as dinâmicas sociais e produtivas e o papel das redes de solidariedade presentes no Assentamento Zumbi dos Palmares na sua consolidação. Para o projeto foi selecionada, por uma amostra aleatória, 30% das famílias assentadas (n=153) para serem entrevistadas.

Uma das variáveis observadas e que pode ser aplicada ao estudo da noção de pluriatividade foi a renda dos assentados entrevistados. Nota-se que a fonte não agrícola é responsável por maior parte da composição da renda quando se trata da faixa de R\$301,00 até R\$400,00, bem como nos estratos de renda superiores a R\$ 700,00. Desta forma, nos estratos superiores de renda, a fonte não-agrícola é elemento preponderante; o que evidencia a sua importância na sustentação econômica dos lotes e na qualidade de vida das famílias, devido ao aumento do consumo de bens duráveis verificado, como geladeira, televisão, entre outros.

O recurso às atividades não-agrícolas por pelo menos um membro familiar que vive no mesmo lote foi encontrado em 58% das famílias entrevistadas no assentamento. Foi observado que o recurso à pluriatividade por parte dessas famílias não constituiu uma ameaça ao investimento na agricultura, enquanto as atividades não – agrícolas, em sua maioria, obedecem a uma lógica de reprodução social familiar, uma vez que são reincorporadas nas atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias nos lotes que ocupam. Essas atividades não-agrícolas, quando realizadas pelo chefe da unidade produtiva são investidas na produção do lote, com a compra de insumos e maquinário, ao invés do uso desse recurso em atividades desenvolvidas fora do assentamento. Ao passo que quando essas atividades não-agrícolas são realizadas pelos filhos dos assentados, geralmente favorecem à sua autonomia e individualização, uma vez que passam a investir em sua formação educacional e consumo de artigos pessoais, ainda que permaneçam morando no espaço do assentamento ou que contribuam com o desenvolvimento do lote esporadicamente. As atividades não-agrícolas são

freqüentemente as realizadas anteriormente ao assentamento, no caso masculino: pedreiro, comerciante, pintor, enquanto que as mulheres continuam exercendo suas funções anteriores de professoras de ensino fundamental e costureiras. É importante salientar que a proximidade do Assentamento Zumbi dos Palmares em relação ao perímetro urbano facilita o exercício dessas outras atividades.

O principal tipo de mão-de-obra continua sendo a familiar que representa 47,7% no assentamento. Sob outro prisma, é importante apontar também que o emprego de mão-de-obra extra-familiar é significativo, representando 45,1% do tipo de mão-de-obra utilizado, ainda que associado com a familiar, demonstrando que o assentamento se torna uma área de assimilação de mão-de-obra, ainda que envolva mecanismos informais de acerto entre os assentados e os trabalhadores contratados, como a troca de diárias de trabalho entre os mesmos. O uso de trabalho assalariado por parte dos assentados é um recurso temporário, sendo condição para a realização do trabalho familiar, já que é o caráter familiar da produção que vai determinar o uso do trabalho contratado (Woortman 1990).

Sob o ponto de vista ocupacional, os assentados que declararam ter experiência anterior na agricultura representam 80% dos respondentes. No entanto, quando perguntados sobre a ocupação que exerciam por pelo menos cinco anos antes de morar no assentamento, 47% dos respondentes declararam ter trabalhado com atividades agrícolas, sendo que o regime de trabalho podia se dar através do arrendamento de um pedaço de terra, ou pelo trabalho pago através do sistema de diárias. Os assentados que declararam estarem exercendo ocupações urbanas incluíram um amplo escopo de profissões, como as já mencionadas pintor, pedreiro, comerciante, a maioria realizada no mercado informal de trabalho. Foi constatado que as atividades não-agrícolas dos assentados continuam sendo aquelas anteriormente realizadas no espaço urbano, ainda que a renda derivada dessas seja reinvestida na produção do lote.

Desta forma, é justamente a experiência prévia com a agricultura dos assentados que permite o manejo e cultivo do lote, aliado às atividades não-agrícolas como forma de garantir rendimento contínuo a estratégia familiar mais recorrente no assentamento Zumbi dos Palmares. A dificuldade existente com os canais de comercialização existentes no assentamento, uma vez que são monopolizados por uma rede de atravessadores que compram as mercadorias dos assentados a um preço mais baixo e cometem fraudes como a inadimplência, principais razões para a insatisfação com os canais de escoamento da produção (Tabela 1), favorece o recurso à pluriatividade, que serve como estratégia para garantir renda mensal dos assentados.

Tabela 1 - Razões para satisfação e insatisfação com os atuais mecanismos de comercialização da produção

Satisfação	(%)	Insatisfação	(%)
Consegue vender a produção	36,5	Inadimplência e lucro baixos	43,9
Trabalha de forma independente	22,9	Faltam canais alternativos de escoamento	29,8
Consegue vender a produção no próprio lote	11,5	Falta de cooperativa	10,5
Preços pagos são razoáveis	8,3	Falta apoio do poder público	8,8
	8,3	Efeitos das secas e enchentes	1,8
Venda direta na cidade		Não consegue viver só da produção	1,8

Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Os resultados mostram que, no que tange à composição familiar, há uma grande variação no tamanho das famílias assentadas no Zumbi dos Palmares. Entretanto, a maioria das famílias assentadas possui entre três e quatro membros, o que corresponde a mais de 40% das respostas obtidas, caracterizando a composição basicamente em famílias nucleares. Por outro lado, o deslocamento das famílias para o assentamento Zumbi dos Palmares não se deu somente para um único lote. A presença de familiares em outros lotes parece ser um dos principais elementos que colaboram para a permanência dos mesmos no assentamento. Tal fato aparece como um mecanismo que garante a permanência dos assentados por facilitar a troca de mão-de-obra, o compartilhamento de maquinário, e de conhecimento acerca de produções mais rentáveis, a adoção de agroquímicos que melhorem a rentabilidade das culturas agrícolas, ou até mesmo, na incorporação de soluções alternativas agro-ecológicas. Assim, familiares em outros lotes foram detectados em aproximadamente 40% das ocorrências, sendo o número de parentes bastante variado.

Desta forma, foi verificada a atuação de uma rede familiar que satisfaz tanto as necessidades de trabalho durante o pico da produção agrícola, com a aplicação de agrotóxicos pelos familiares que sabem manejar melhor os equipamentos, bem como os princípios de parentesco e reciprocidade se aplicam aos rendimentos advindos das atividades não-agrícolas, favorecendo ao desenvolvimento dos lotes próximos de parentes, ou mesmo, das diferentes culturas existentes dentro de um mesmo lote, onde vivem mais de uma família nuclear. É importante salientar que o rendimento advindo das atividades não-agrícolas serve como

reserva para o período em que os produtos não são vendidos e mesmo quando as fraudes cometidas pelos atravessadores os impedem de acessar as rendas que deveriam ser obtidas. Portanto, tanto a existência da rede familiar atuante, quanto as rendas não-agrícolas, permitem ao assentado fazer, muitas das vezes, o movimento de retorno bem-sucedido ao campo.

Uma última variável aqui analisada foi a aferição do grau em que os assentados atribuem às decisões de permanecer ou abandonar os lotes recebidos do INCRA (Tabela 2). Os entrevistados foram perguntados pela nota que seria proferida por eles mesmos pela decisão de permanecer no assentamento, ou abandoná-lo, numa escala de 0 a 10 crescente. A variação em torno destas notas é importante na medida em que pode ser usada para inferir, entre outras coisas, a possibilidade de um dado assentado permanecer ou abandonar o assentamento.

Tabela 2 - Notas para as decisões de permanecer e abandonar o lote ocupado no Zumbi dos Palmares

	Permanência	Abandono
Média	9,0	0,4
Mediana	10	0
Moda	10	0

Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Neste sentido, a diferença entre os parâmetros utilizados para mensurar o processo de permanência e abandono é bastante significativa, indicando que há uma expressiva quantidade de assentados que não está disposta a abandonar os seus lotes. Deste modo, uma conclusão preliminar é de que, em que pesem as dificuldades e limitações detectadas quanto ao processo produtivo e econômico dos assentados, há uma forte tendência à permanência, o que entre outros fatores pode ser explicado pela presença e atuação de diferentes tipos de redes sociais e familiares intra e inter-assentamentos, bem como com as cidades no entorno. Os tipos de interação sócio-espacial possibilitados pela existência destas redes são permeados pelo recurso à pluriatividade que é imprescindível à permanência do assentado no campo.

3. Estratégias de Reprodução Social e Incorporação de Atividades Não-Agrícolas aos Espaços Rurais: O Caso Comunidade Rural Santana de Minas – São Francisco (MG)

Esta abordagem empírica é resultado de sistemáticas observações na comunidade rural

Santana de Minas, localizada a 22 km da sede urbana do Município de São-Francisco, no sertão Norte Mineiro. A priori, a pesquisa centrou em um universo social onde as unidades familiares de produção⁶, ainda que de forma implícita, têm passado por um intenso processo de transformação. Tal afirmação decorre do processo de construção de um “novo mundo rural local”, tendo como base unidades produtivas essencialmente familiares, que estão arquitetando diferentes paradigmas de ocupação do meio rural com novas dinâmicas socioeconômicas. As fontes econômicas dessas unidades familiares já não são essencialmente agrícolas. As estratégias desses grupos familiares não são unas (sobretudo jamais foram), atividades não-agrícolas são incorporadas a dinâmica desses grupos familiares nas estratégias particulares de suas reproduções sociais conforme foram anteriormente apontadas pelos estudos de Carneiro (1996; 1999).

Os agricultores familiares que apropriaram desse recorte espacial no Norte do Estado de Minas Gerais construíram dinâmicas sociais e econômicas na comunidade rural Santana de Minas que valorizam o meio rural como local de trabalho e vivência dentro de suas estratégias de reprodução social. Essas dinâmicas expõem as unidades produtivas além da visão única do espaço sob a perspectiva da produção/productividade agrícola. A economia rural local não apresenta como sinônimo, a economia agrícola. Apesar de haver exceções, agregar atividades não agrícolas à atividade agrícola (essa que poderá ser complementada ou suplementada pelas atividades não agrícolas) representa o perfil da dimensão territorial do desenvolvimento em algumas unidades de produção que há na comunidade rural Santana de Minas – São Francisco – MG. Nessa perspectiva e linha de raciocínio, esse estudo analisou 12 espaços de produção - unidades familiares rurais (uma amostragem de 40 % da totalidade da Comunidade Rural), buscando captar nesse universo social as estratégias familiares de reprodução social desenvolvidas por esses indivíduos .

Ao analisar os sistemas de produção que existem na comunidade rural Santana de Minas, é perceptível que apesar do predomínio das atividades agrícolas nas unidades de produção. Desta forma, o que está ocorrendo nesse espaço rural é um crescimento de atividades tipicamente não agrícolas na economia local. Nos grupos domésticos analisados é cada vez mais comum a presença de mercearias e padarias que em paralelo à atividade agrícola representam fontes de renda e garantia de capitalização dos produtores rurais familiares que trabalham sob a face da pluriatividade. Os agricultores ao desenvolverem essas “multi atividades” constroem dinâmicas socioeconômicas e espaciais, permitindo afirmar que

⁶ Para um revisão teórica acerca da terminologia Agricultura Familiar ver Abramovay (1998,2000), Carneiro (1999), Guanziroli et al (2001) os Relatórios FAO/INCRA (1996,1998)

cada vez é mais rara a especialização do produtor rural em direcionar exclusivamente para a atividade agrícola. Nessas unidades familiares as duplas jornadas de trabalho são constantes. Agricultores familiares dividem a rotina de trabalho entre a atividade na “roça” e prestação de serviços ao estado, seja como funcionário público (professores, inspetores de aluno, administradores públicos, etc.), seja alugando carros de médio e grande porte (ônibus, vans) mediante licitação com a Prefeitura local, para atender a demanda de transporte dos discentes do meio rural para o distrito mais próximo. As unidades de produção analisadas são formadas por mão de obra essencialmente familiar, mas não única e exclusivamente composta pela família. Contratar empregados de forma esporádica e/ou permanente é prática comum. A questão decorre do fato que em nenhuma unidade de produção o número de empregados excede dois indivíduos, seja na forma de trabalho temporário, seja de caráter permanente. Ao desenvolverem a pluriatividade, esses indivíduos criam na comunidade um contexto de diferenciação social entre os agricultores rurais familiares locais e marca um território em que a heterogeneidade é a marca dessa agricultura familiar.

Uma das questões detectadas pelo estudo foi a percepção que ao analisar a renda dos produtores rurais pluriativos, percebeu-se que esses grupos domésticos possuem maiores níveis de capitalização. Segundo pesquisa direta norteada por questionário semi – estruturado , a renda mensal das unidades produtivas que ocupam o espaço rural com atividades não - agrícolas em relação ao salário mínimo (SM) no ano de 2006 era de 5,0 SM e uma renda anual de R\$60.000,007. Estabelecendo um aspecto comparativo, as unidades familiares mono produtoras especializadas na atividade agrícola obtiveram uma renda anual e mensal inferiores aos pluriativos com uma renda mensal de 2,5 SMs e R\$ 30.000,00 anuais. Indivíduos que não conseguem reproduzir socialmente mediante a atividade unicamente agrícola ao recorrer ao mecanismo da pluriatividade conseguem construir uma renda mensal e anual duas vezes maior que as unidades familiares mono produtoras.

Os dados apresentados acima demonstram que a pluriatividade, sob uma ótica econômica, cria condições para a permanência do homem no campo ainda que eles não sejam “verdadeiros – agricultores”. Ao utilizar o mecanismo da pluriatividade, os grupos domésticos garantem acesso a um capital suficiente para viverem com dignidade e qualidade de vida no espaço rural. O mundo rural passa a significar seu lugar de desenvolvimento e desconstruem a imagem de que a migração para as cidades é a melhor estratégia de construção de uma vida

⁷ Referente a Renda Anual não houve no questionário semi – estruturado a intenção de distinguir a contribuição das atividades agrícolas e não – agrícola para a “construção ” da renda familiar. O valor exposto no texto é a totalidade das somas das contribuições das atividades agrícolas e não - agrícolas.

melhor, sobretudo, para os jovens rurais. Os conflitos/tensões nos grupos domésticos ocorrem pelo desejo dos pais que os filhos fiquem no lugar de vivência, no “conhecido”, no “experimentado” e contrariamente os filhos que desejam ir para os espaços, mudar para “fora” ainda que para a instabilidade, mesmo estando sob a segurança da família. A pobreza e o não desenvolvimento evidente em observações empíricas que há na comunidade rural Santana de Minas fomentam o êxodo rural e dificulta a reprodução social dos atores sociais que apropriam de pequenos espaços agrários (em grande parte resultado da fragmentação das unidades de produção pela herança divisível) ou por ausência de capital para ampliação da propriedade e acesso a utilização de insumos. O exíguo acesso desses indivíduos a recursos produtivos como as linhas de crédito para o financiamento da produção rural, forçam esses indivíduos a criarem, ainda que de forma implícita, porém planejada a inserção dos grupos familiares em atividades econômicas múltiplas. A atividade agrícola não consegue, na maioria das vezes, garantir a reprodução social das famílias.

4. Considerações finais

A noção de pluriatividade, ainda que tenha aplicações diversas, é uma importante ferramenta para o estudo das estratégias familiares de reprodução social, como foi proposto por esse artigo. De acordo com o exposto nos dois casos, foi encontrado o recurso às atividades não-agrícolas, exercido por pelo menos um dos membros da unidade familiar, caracterizando esses estabelecimentos produtivos enquanto pluriativos. Em ambos os estudos empíricos, a pluriatividade não representou uma secundarização da agricultura e sim um reforço das lógicas produtivas agrícolas familiares, favorecendo ao investimento em suas unidades de produção e permanência no campo. Esse processo suplantou uma possível proletarização do trabalhador rural ou saída do campo.

No que tange ao assentamento estudado na região Norte Fluminense, foi constatada que a noção de pluriatividade empregada para essa área não só produz um otimismo em relação ao futuro, mas também a possibilidade de previsibilidade do futuro, devido ao monopólio existente dos canais de escoamento da produção e as fraudes cometidas contra eles. Desta forma, o recurso às atividades não-agrícolas é uma forma de se colocar frente aos desafios do novo espaço rural e não uma tentativa de abandono da agricultura, quando o ponto de referência para investimento é o lote familiar. Enquanto que na Comunidade rural Santana de Minas a pluriatividade, considerada para-agrícola de acordo com a tipologia desenvolvida por Schneider (2003), dentro das estratégias dos grupos domésticos locais, criou condições

para a fixação do homem no espaço rural. Desenvolver atividades não agrícolas, necessariamente não evidencia que a atividade agrícola está sendo suplantada por outras fontes de renda. As atividades não-agrícolas representam uma complementação à renda agrícola que diversifica as fontes de rendas e garante qualidade de vida para esses indivíduos no espaço rural.

A partir desses esclarecimentos, podemos perceber que dois processos diferentes podem se apresentar dentro de uma mesma noção e, que por tal amplitude, não deve ser caracterizada como uma definição estanque. No entanto, isso não quer dizer que concordamos com as posições que descartam a noção de pluriatividade como recurso analítico, porém torna-se necessário contextualizar cada situação para refletirmos o lugar da pluriatividade na dinâmica das unidades familiares. Portanto, o recurso à pluriatividade utilizado por alguns grupos, realmente envolve uma grande complexidade.

5. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2º edição, Campinas – SP. Editora Unicamp, 1998.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Revista da economia aplicada. São Paulo – SP. Volume 4, nº2, abril, junho de 2000.

CARNEIRO, M. J.. **Pluriatividade No Campo: O caso Francês**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.11, n.32., out.1996

_____. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas**. In: Costa, L.F.C.; Moreira, R.J.; Bruno, R.. (Org.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 1999, v. 1, p. 323-344.

DOS ANJOS, Flávio Sacco. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas, EGUFPEL, 2003.

FAO/INCRA. **Diretrizes da Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável Para a Pequena Produção Familiar**. (Versão Preliminar – Projeto UTF/BRA/03). Brasília: FAO/INCRA, Agosto 1994.98 p.

_____. **Perfil da Agricultura Familiar No Brasil. Dossiê Estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, Ago.1996.

_____. **Proposta de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro, 1999, 159 p.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PEDLOWSKI, M. A., ZINGA, M.R.M. e MAIA, R.R. **A mudança da identidade social dos participantes e o papel da dualidade rural-urbana na implementação da Reforma Agrária no Norte Fluminense**. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 20

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006. Cap1: 21-28.

SEYFERTH, G. **Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança**. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, vol.29, Nova Série, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: Encontro Nacional da ANPOCS, 20; 1996, Caxambu, GT 17 – Processos Sociais Agrários, 17P.

WOORTMAN, K. **Com parente não se neguecia. O campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico/87 Ed. Univ. Brasília/Tempo Brasileiro/1990.

ZINGA, M.R.M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, R.J.** – p.119 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO E FAMÍLIA NO ESPAÇO RURAL

Dalva Maria da Mota¹

Resumo

Se nos anos 70, os estudos destacaram a relação família e trabalho, nos anos recentes análises sobre este tema escasseiam ou tratam da inserção ocupacional dos membros da família separadamente. Não obstante, persiste a compreensão de que essa inter-relação existe, sendo a família considerada como uma unidade econômica (Saraceno, 1997), mas questionada atualmente enquanto *locus* de formação para o trabalho e transmissão de valores no espaço rural. Considerando essa problemática, o objetivo desse artigo é refletir teoricamente sobre a relação trabalho e família no espaço rural. Trata-se de um esforço de teorização para aportar uma contribuição e provocar um debate, além de propor pistas de pesquisa num quadro de aparente naturalização de perda de importância do tema.

Palavras-chave: Trabalho, Família, Agricultura Familiar.

1. Introdução

Mudanças na organização da sociedade têm chamado a atenção dos estudiosos em todas as épocas e lugares. Em se tratando do mundo rural, os debates têm se concentrado nas consequências da intensificação da globalização e nas mudanças nas relações de trabalho e estratégias dos atores locais para fazer frente aos novos desafios (Díaz & Ruiz, 2006; Bonanno, 1999; Cavalcanti, 1999). Não obstante a abrangência e importância destes temas para a compreensão de processos sociais globais e de suas repercussões locais, as vozes críticas apontam a insuficiência de análises sobre a relação entre trabalho e família desde os anos 70 (Garcia & Oliveira, 2006).

Compreendo também que analisar essa relação, enseja o questionamento tanto da tradicional matriz da sociologia do trabalho (o trabalho assalariado no centro das análises), quanto das novas abordagens que primam pela compreensão da precariedade e instabilidade das relações de trabalho, principalmente, pela comparação entre as inserções ocupacionais de homens e de mulheres. Mesmo que essas abordagens não se debrucem sobre a relação trabalho e família, insisto em analisar os novos arranjos familiares que se instituem, com repercussões nos papéis tradicionalmente desempenhados pelos seus diferentes membros, questionando hierarquias e funções socializadoras da família na iniciação para o trabalho,

particularmente, no espaço rural. Ou seja, questiono se persiste, com o mesmo vigor do passado, a noção de que, sob a orientação dos pais ou de gerações anteriores, os pré-adolescentes e adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional² (Neves, 1999).

A contribuição desse artigo é trazer uma reflexão sobre a relação trabalho e família que, só de modo marginal, vem sendo realizada, mesmo assim, sob a ótica do impacto da vida familiar sobre as atitudes para o trabalho (Cornfield, 2006), sem problematizar processos inversos e simultâneos. Com isso, a esfera da produção é privilegiada em detrimento da reprodução, não obstante, a constatação da insuficiência deste procedimento para compreender o mundo do trabalho no pós-fordismo global³ (Bonanno,1999), particularmente, no espaço rural.

Parto do pressuposto de que a família é um grupo de pessoas que comparte uma mesma afiliação sanguínea, residência, afetividade e meios de sobrevivência num dado quadro de oportunidades, mas questiono-a enquanto lugar de formação para o trabalho e transmissão de valores nos moldes tradicionais (Heredia, 1979). A preocupação central não é só refletir sobre os mecanismos, através dos quais se dá a relação entre trabalho e família, mas também aqueles através dos quais essa relação se articula, dentro e fora do estabelecimento, rompendo a polaridade analítica entre esses dois domínios da vida social.

2. Trabalho e família

2.1 O que nos mostra os estudos passados?

Em se tratando do espaço rural brasileiro, análises sobre o campesinato⁴ nos anos 70 e 80, indicavam que, a partir da combinação entre trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional (Almeida, 1986), os camponeses resistiriam à expropriação. Esse tipo de análise trazia uma idéia da persistência do campesinato pela especificidade das relações de produção

¹ Doutora em Sociologia; Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Bolsista de produtividade do CNPq; dalva@cpatu.embrapa.br

² Nos anos recentes, existem incentivos materiais para estimular as famílias a enviar as crianças e os jovens mais assiduamente a escola. Paralelamente, existe um debate para que os mesmos sejam poupados do trabalho no estabelecimento familiar, muitas vezes, confundido com o trabalho escravo ou assalariado. A esse tema já nos referimos através do excelente debate feito por Neves (1999) que diferencia um e outro.

³ Segundo Bonanno (1999, p. 52), as novas condições que surgem no fordismo podem ser agrupadas sob o conceito pós-fordismo global, no qual os aspectos mais decisivos têm sido o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas da economia, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção.

⁴ A respeito do debate quanto às diferentes denominações historicamente utilizadas no Brasil, ver Moraes (1998) e Porto & Siqueira (1994).

na unidade familiar e da idealização da família enquanto unidade constituída por indivíduos que tinham papéis bem definidos, mas complementares. Por tudo isso, seriam capazes de atender ao consumo da família e a reposição dos insumos acumulando virtudes quanto à resistência à perda da autonomia no processo de modernização (Mota, 1990), compreensão explícita nos estudos de Heredia (1979), Garcia Júnior (1975), Woortman (1995), Woortman & Woortman (1997), dentre outros autores. Contrapondo-se a essa perspectiva, um grupo de autores, já naquele momento, chamava a atenção para a dinâmica capitalista no interior da qual existiam diferentes lógicas familiares, conseqüentemente, variáveis segundo o contexto (Neves, 1981; Musumeci, 1988; Velho, 1972, Soares, 1981), inclusive com famílias enriquecendo ou se pauperizando (Almeida, 1986).

Apesar da divergência explícita entre os dois grupos de autores e, do inquestionável consenso quanto à importância das formas familiares de produção no espaço rural, esse tema saiu de cena e outras iniciativas de análise foram postas em prática para interpretar os processos de reestruturação da produção e dos modos de vida naquele espaço nos anos 90. Paralelamente, inauguravam-se no Brasil, iniciativas exclusivas para o campesinato, agora sob a denominação da agricultura familiar⁵. Concordo com Neves (2002, p. 134) que tão rápido e “englobante acordo consensual produziu desdobramentos esterilizadores na academia, superdimensionados nas simplificações que se seguiram”. Conseqüentemente, o debate dos diferentes modos de organização do trabalho naquele segmento foi empobrecido.

Assim, novos temas emergiram, atores e perspectivas, deslocando o interesse dos pesquisadores do interior da unidade de produção para as políticas públicas, para as relações de gênero, pluriatividade ou mesmo, para o estudo em separado dos membros da família nas suas novas situações de trabalho, nem sempre no espaço rural. Em se tratando dos estudos sobre a família, isso refletia um debate mais amplo que se instituiu entre os denominados “individualistas” e os “familistas” (Peixoto, 2007)⁶.

Passou-se assim, do estudo do grupo familiar para o dos seus membros, num contexto em que as famílias formadas por pais e filhos ainda predominam⁷ a partir de diferentes

⁵ Segundo Neves (2002, p. 135-136) “A categoria *agricultura familiar* emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, tanto os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais; como funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da defesa e da objetivação de políticas públicas; e boa parte de produtores intelectuais de várias disciplinas. Rapidamente se constituiu em tema de pesquisa, de disciplinas e de cursos profissionalizantes”.

⁶ Segundo Peixoto (2007, p. 15), os que reforçam a tese da individualização no seio da família e desconsideram as relações de parentela são conhecidos como “individualistas”. Os que acentuam a importância, ainda hoje, dos laços de parentesco englobando várias gerações e considerando que o sentido das mesmas se constrói ao longo do tempo – são os chamados “familistas”.

⁷ Concordo com Romanelli (1995), que a importância dessa constatação não é apenas estatística, mas simbólica, influenciando num referencial e ideal de ordenação da vida doméstica.

modelos influenciados pelo decréscimo das taxas de fecundidade, separações, migrações, etc. Mesmo assim, há um consenso na literatura de que as famílias são unidades econômicas para onde convergem os ganhos dos afiliados, além de universo de apoio emocional nas horas difíceis e espaço de solidariedade, mas também de conflitos. Com tudo isso, questiono a força da continuidade da importância do seu papel enquanto lugar de socialização para o trabalho e transmissão de valores no espaço rural, reconhecendo o paradoxo: novos modelos e antigas funções.

Mais recentemente, no entanto, no âmbito dos estudos sobre a pluriatividade no meio rural brasileiro, a família começa a ressurgir como unidade de análise relevante (Mattei, 2007)⁸, muito embora o foco se concentre mais nas atividades agrícolas e não-agrícolas dos seus membros. Os significados por eles atribuídos aos processos que vivenciam e como isso tem afetado na estrutura e funções da família ainda não parecem constar como preocupação.

2.2 O que nos indica o debate recente?

Autores como Garcia & De Oliveira (2006); Cornfield (2006); Hirata (2003) e De Oliveira & Ariza (2000) demonstram nas suas análises que a família e o trabalho constituem eixos fundamentais de reflexão numa ampla gama de enfoques teóricos e investigações sobre as sociedades contemporâneas. Anteriormente, Saraceno (1997) já havia afirmado que, em se tratando do espaço rural, a relação entre família, trabalho e economia é tão suficientemente explícita que, dificilmente, não se constituiria um problema. Nessa mesma linha de raciocínio, Segalen (1996) destaca as interações entre esses dois domínios da vida social no seu tratado sobre a família. Apesar de tais constatações, as análises recentes sobre o trabalho e/ou família predominam no espaço urbano, onde mais fortemente os impactos da reestruturação produtiva podem ser observados, qualitativa e quantitativamente, no trabalho, nos modos de inserções contínuas ou descontínuas dos trabalhadores e nos seus lugares de trabalho, assim como, nos seus modos de vida.

Já os estudos relativos ao mundo rural tratam, predominantemente, da diversidade de ações e processos que o têm afetado, do re-ordenamento e uso dos espaços, da reorganização das unidades produtivas, da mobilidade dos trabalhadores (Bendini et al. 2006) com destaque

⁸ Em artigo recente, Mattei (2007) faz um importante levantamento da literatura internacional e nacional que trata da relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre a pluriatividade. A literatura internacional que trata especificamente da família, por ele levantada, remete aos anos 80, assim, como, a nacional. Neste último caso, o artigo de Almeida (1986) foi a base da reflexão. A partir de 2000, a família foi

para as dimensões identitárias de gênero e étnicas (Cavalcanti et al. 2006) daqueles inseridos em relações assalariadas, regulares, ou não. Quando as análises tratam, especificamente, da agricultura familiar, poucos olhares têm se voltado para a relação família e trabalho, muito embora, para a grande maioria da população ali residente, pertença familiar e atividade laboral coincidam, segundo arranjos que variam no tempo e no espaço.

A persistência da interação trabalho e família, assim como, da sua separação, não ocorreu da mesma maneira para todos os segmentos sociais e, não foi linear, mas objeto de contínuas redefinições e renegociações (Saraceno, 1997). Isso contribui para explicar o alto grau de diferenciação interna das famílias dos denominados agricultores familiares, seja pelas características sócio-demográfico, seja pelas diferentes estratégias que põem em prática oportunizadas pela presença ou ausência dos seus membros.

Mesmo para aqueles que dependem do assalariamento na agricultura, aquela interação persiste e a família continua a ser uma unidade econômica para onde vão recursos advindos de diferentes fontes (Mota, 2005; Alvim, 1997), muito embora, não se desconheçam conflitos decorrentes dos variados graus de disponibilização dos recursos ganhos, individualmente, via salário. Junta-se a isso, a diferenciação intra-familiar estabelecida entre os que ganham regularmente ou não, explicitado na divisão de tarefas domésticas, na reconfiguração de papéis e hierarquias e até na repartição de comida em épocas de escassez (Canesqui, 1988, Almeida, 1986, Saraceno, 1997).

Para os membros da família que trabalham, contínua ou descontinuamente, na própria unidade de produção familiar, outros arranjos são postos em prática, no qual o trabalho geralmente não tem contrapartida imediata em dinheiro (Neves, 1981). Entretanto, algumas vezes, pode ser objeto de negociação (Stropasolas, 2006) e, em alguns casos, até estimule a migração no intuito de individualização da própria renda como observado entre trabalhadores jovens assalariados num grande projeto de irrigação (Mota, 2005).

Em qualquer uma das situações, a família atua unindo uma série de funções persistentes⁹ (Wolf, 1974) de provisão econômica, socialização, troca de serviços sexuais e concessão de afeto, segundo mudanças e circunstâncias que definem e circunscrevem a sua existência. Isto é especialmente importante nas famílias com poucos recursos, onde é possível aumentar o trabalho para atender a demandas variáveis exercitando a sua condição de

analisada no âmbito do “Projeto Rurbano”. Segundo o autor, existem enfoques que a tratam como uma unidade de produção mas também registra-se a reivindicação de análises mais completas (como unidade social, por ex.)

⁹ Tratadas também sobre outras denominações, tais como: dom e contra-dom (Peixoto, 2007 citando outros autores); solidariedade (Carvalho, 1995); persistentes laços (Saraceno, 1997), dentre outros.

organização multi-objetiva por excelência, em sociedades cada vez mais segmentadas em instituições dedicadas a um único objetivo.

Analisando as tendências mundiais recentes da sociologia do trabalho quanto ao tema objeto dessa reflexão, De Oliveira & Ariza (2000) rememoram que, nos anos 60, predominaram as análises sobre os obstáculos à plena integração das mulheres no mercado de trabalho frente à pujança da expansão econômica. Nos anos 70, momento de esgotamento do modelo de substituição de importações, esteve em evidência o papel mediador da família entre os processos estruturais e a atividade econômica masculina e feminina. Nos anos 80 e 90, décadas de crise e de reestruturação, vicejaram os estudos da família como lugar de produção e reprodução que propicia relações de desigualdades entre homens e mulheres. Mais recentemente, Cornfield (2006) trata do trabalho e da família como sistemas abertos que se influenciam reciprocamente. Por tratar das situações, nas quais as carreiras ainda constituem possibilidades, mostra que as preocupações familiares dos trabalhadores influenciam em suas relações sociais e perspectivas de carreira no lugar do trabalho. Da mesma forma, as preocupações do trabalho são levadas para casa, influenciando nas suas condições de matrimônio, maternidade e paternidade.

A despeito do reconhecimento das influências recíprocas entre trabalho e família, ela tem as suas especificidades no espaço rural, reconhecido por relações precárias, por isso mesmo, inconstantes, em se tratando do assalariamento. Intensas e pessoalizadas, no caso da unidade familiar de produção, pela intimidade entre gestão, trabalho e família. Apesar das especificidades, uma mesma pessoa pode transitar entre essas duas situações conjunturalmente.

No assalariamento, as influências exercidas por um trabalhador eventual são mínimas em decorrência da sua menor permanência e da quase inexistente carreira profissional. Em contraposição, os reflexos dessa condição de transitoriedade na família, são perceptíveis pelos ganhos descontínuos, pelo aporte das experiências externas e pela necessidade de reorganização da divisão social do trabalho para suprir as lacunas, por ventura, deixadas pelos que se assalariam. Com isso, papéis tradicionalmente associados a homens, mulheres e crianças se rearranjam a partir dos lugares ocupados numa matriz do trabalho com reflexos nas relações de poder, hierarquias e decisões quanto ao uso dos recursos e na própria socialização dos mais jovens.

Diferentemente, sendo a família a própria gestora e trabalhadora na unidade de produção, as influências são recíprocas entre a esfera familiar e aquela do trabalho. São intensas e diárias, segundo regras que buscam equilibrar as necessidades de consumo, os

desejos da família e/ou dos seus membros, as exigências do mercado e os compromissos assumidos, dentre outros fatores. Nem por isso, deixam de estar sujeitas às pressões (internas e externas) que têm dificultado à reprodução social das formas familiares de produção, pela crescente mercantilização da produção agrícola e a deterioração do mercado de trabalho ou das condições objetivas da unidade familiar de produção, desestabilizando trajetórias individuais e coletivas. Isso repercute nos arranjos familiares e no aumento do grau de dependência das políticas sociais que contribuem para diminuir a vulnerabilidade (Garcia & De Oliveira, 2006). Mas também repercute no papel da família como unidade básica na socialização profissional.

A diversificação dos arranjos familiares, independentemente se atendem a pressões internas e/ou externas, têm implicado na ruptura de papéis e, no conseqüente, questionamento dos modelos ideais de família prevalentes em muitos dos estudos das décadas passadas num contexto em que a recorrência a atividades não-agrícolas parece se perenizar (Oliveira, 2007). Com isso, o grau de autonomia dos atores no interior da unidade de produção e o papel da família na formação para o trabalho e transmissão de valores no espaço rural é questionado num contexto paradoxal de novos modelos familiares e persistentes funções da família.

Nesse debate, não se desconhece que as atividades poderão ter sentidos diferentes para cada um, muitas vezes opostos à estratégia de reprodução familiar e variável segundo o momento e quem a pratica (Carneiro, 1998). De outro modo, a intensificação da frequência à escola é valorizada pelas políticas sociais, assim como, a importância dos idosos que com as suas aposentadorias vivenciam um reposicionamento pelos recursos que aportam aos seus. Processos sociais se reconfiguram com a ausência das crianças e jovens do estabelecimento e uma maior valorização e reivindicação das famílias pela presença dos idosos.

O olhar de Maruani & Hirata (2003) sobre família e trabalho retoma as investigações históricas sobre o campesinato, nas quais as relações familiares foram analisadas pela ótica das relações de gênero, visualizadas pelos atos e tarefas das mulheres e dos homens. As autoras chamam a atenção para a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico - e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. Diferentemente, Segalen (1980) adota uma perspectiva interacionista sobre a divisão sexual do trabalho nas sociedades rurais, ao que denomina de divisão dos espaços ou de uma divisão espacializada dos movimentos na qual a família tem um papel fundamental enquanto berço da iniciação ao trabalho pelo que socializa, pelo que informa e proporciona (Segalen, 1996). Com isso, a autora aponta outras funções persistentes da família na sua relação direta com o trabalho.

Mesmo assim, reconhece que a vida do lar rural, como local de exploração agrícola, é alvo de um olhar menos preocupado com as questões da diacronia e da mudança.

Mesmo que não seja facilmente observável, os processos de reestruturação produtiva, a livre circulação de mercadorias e os novos padrões de produção, consumo e uso do meio-ambiente, sob inúmeros controles, têm deixado as suas marcas na relação trabalho e família no espaço rural, particularmente, para aqueles que dependem exclusivamente da venda da força de trabalho. Nesses casos, as fragilidades das condições de trabalho se confrontam com as funções persistentes da família, enquanto protetora dos indivíduos em situações de vulnerabilidade que podem potencializar a predominância dos interesses individuais sobre os coletivos.

Em se tratando dos agricultores familiares, as funções persistentes da família são mais visíveis. O trabalho tem base, predominantemente, em relações familiares que, simultaneamente, garantem a sobrevivência e socializam. A despeito, mesmo nesses lares, algumas famílias têm passado por mudanças e as dificuldades econômicas levam alguns membros, principalmente, os mais jovens e as mulheres, a buscar ocupações fora das unidades agrícolas de produção. Em outros casos, as mulheres têm assumido papéis protagônicos pelo desemprego e a inconstância laboral dos homens que buscam outras atividades para complementar às necessidades da família. Nessas situações, os que ficam, enfrentam maior sobrecarga de trabalho e de responsabilidades. Esse feito tem sido acompanhado de uma crise de masculinidade dos que vêm declinar o seu papel como provedor clássico (Díaz & Ruiz, 2006). Em outras famílias, no entanto, persiste a predominância do trabalho da família com contratação esporádica de trabalhadores. Em todos os casos, os arranjos tendem a ser mais freqüentes, quando os filhos são pequenos e ainda não aportam uma contribuição regular.

Em etapas posteriores do ciclo vital, a maior participação econômica da esposa e dos filhos contribui para diminuir a escassez dos recursos e, apenas em situações extremas, os pais se assalariam segundo preferências não estritamente econômicas (interconhecimento, compromissos morais, por ex.). Nessas situações, mesmo para as famílias biparentais, a “conciliação” (Hirata, 2003, p. 17) entre tarefas domésticas e extra-casa permanecem sob a responsabilidade das mulheres.

A relação trabalho e família dá substrato ao conteúdo das relações sociais nas unidades agrícolas familiares de produção. No debate acadêmico dos últimos anos, paradoxalmente, o que identifica o lugar dos seus atores (agricultores familiares) num dado sistema de posições, é exatamente o que os distingue: a família (Neves, 2002). Na vida social e na agricultura, em particular, cada família se organiza internamente de forma diferente, ao longo do tempo e do

espaço, influenciando para que não exista um conceito universal que abarque seus mais diferentes modelos. Apesar da intensa diferenciação intra-familiar, acredito que a família segue pondo em prática as suas funções segundo diferentes lógicas e contextos.

Conceitualmente, família é um termo polissêmico que designa, tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, como a instituição que rege esses laços (Segalen, 1996, p. 20). Gerstel (1996), diz que família é uma elaboração ideológica e social e, indo além, afirma categoricamente que “quaisquer tentativas de defini-la como uma instituição delimitada, com características universais em qualquer local ou tempo, necessariamente fracassarão”. Deixa bastante claro que a família vem passando por intensas transformações intra-familiar e interespacial, muito embora se reconheça que há diferença de intensidade nos espaços rural e urbano, bem marcadas pela relação com o trabalho, importante regulador da vida social no primeiro. Talvez também por isso, nas décadas passadas, tomou-se em conta tão enfaticamente que a produção familiar tinha uma lógica própria, distinta da capitalista (Almeida, 1986) e, enquanto tal, se oporia ao avanço do capitalismo como tratei anteriormente.

Nos anos recentes, entretanto, esse debate arrefece e tratamento menos explícito é dado à família que, de forma indireta, passa a ser estudada apenas através da individualização dos seus membros, como ilustram os estudos sobre idosos (Caldas, 2008), trabalho infantil (Neves, 1999, Alvim, 2006), jovens (Silvestro et al., 2001; Stropasolas, 2006); gênero (Melo, 2006; Fischer, 2006) e mulheres (Duque-Arrazola, 2006), dentre outros autores.

Em se tratando da agricultura familiar, e particularmente do trabalho agrícola, suas características são de um amplo conjunto de tarefas que necessitam ser coordenadas ao longo de ciclos agrícolas (Oliveira, 2007) que dependem de observação contínua por se tratar de seres vivos (vegetais e animais) em “condições ambientais”. Portanto, mais sujeitos a interferências de pragas, doenças e do clima. Isso confere ao trabalho dos membros da família uma vantagem comparativa quanto à assalariada pela alocação dos diferentes membros numa rotina que exige permanente vigília e habilidades acumuladas durante anos de vivência.

Neves (1981) afirma que o trabalho tem significados para além do domínio de práticas e saberes e da obtenção do necessário para a reprodução da força de trabalho familiar. Atributos de socialização lhes são conferidos pela possibilidade do aprendizado de um ofício, mas também de códigos morais e de hierarquias. Na unidade de produção, essa relação é inseparável, vez que são os arranjos familiares que dão suporte à grande parte das atividades ali desenvolvidas. Amparados numa noção de gênero, geração e ciclo de vida põem em prática funcionamentos e movimentos particulares em sintonia com o ciclo de

desenvolvimento do grupo, do uso e da apropriação do produto final, influenciados também pelas formas de subordinação externas.

Para Brumer et al. (1993) o trabalho familiar pode ser apreendido em um duplo registro: divisão entre os membros da família e a intensidade da utilização das diferentes frações da mão-de-obra, tanto na unidade de produção quanto fora. Grosso modo, a delimitação de trabalho de homem e de mulher é muito utilizada em diferentes estudos, mas muito questionada pelo entrelaçamento observável no cotidiano. Mesmo havendo modelos ideais sobre a diferenciação de papéis, o dia a dia nem sempre permite a “(...) plena vivência idealizada da vida masculina, voltada para a produção no roçado, como unidade de produção; e a vida feminina, voltada para a vivência dos cuidados domésticos” (Cantarelli, 2006, p. 283). Os membros das famílias na “lida” diária definem essas diferenciações sociais.

De todo modo, não há como refutar que esfera produtiva e reprodutiva correspondem a modelos ideais das relações entre homens e mulheres no lugar de trabalho no espaço rural. Nesses modelos, o espaço doméstico, o cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e a gestão da esfera familiar dependem da disponibilidade de um dos membros do casal, em geral a mulher, como ocorre em todo o mundo, segundo constatação de Hirata (2003). Grosso modo, aos homens competiria o trabalho associado diretamente ao espaço público e à produção segundo referências construídas culturalmente (em muitos países da África a produção é responsabilidades das mulheres, por ex.). Em complemento ao trabalho de ambos, as crianças seriam envolvidas em processos de socialização como parte de uma tradição cultural de aquisição de saberes, habilidades e disciplina para o trabalho. É através do trabalho ou da ajuda aos pais, como comumente eles mesmos designam este tipo de trabalho, que as crianças aprendem a desempenhar papéis masculinos e femininos.

Em se tratando da ocupação de homens, mulheres e crianças, a participação dos membros da família é proporcional ao quanto de trabalho manual existe na unidade de produção (Brumer et al., 1993). Entretanto, no caso de uma família extensa, os trabalhadores familiares não podem ser simplesmente dispensados porque são filhos e, como tal, devem ser formados profissional e moralmente no trabalho (Neves, 1981). Por isso, na medida do possível, eles são, mais ou menos, demandados nas diferentes fases do processo produtivo. São ainda mantidos nas situações de não-trabalho e integrados segundo projeto de futuro. Mesmo assim, temporariamente ou permanentemente, podem vender força-de-trabalho em outros espaços e, com isso, potencializar os ganhos familiares ou individuais.

A organização do trabalho familiar, também, varia segundo o tipo de estabelecimento, o ciclo de reprodução do grupo, o projeto de futuro e as pressões externas que, muitas vezes,

condicionam a venda ou compra de trabalho via assalariamento. Não apenas os arranjos familiares ocupacionais influenciam na organização familiar; as preferências culturais também contam na determinação de padrões de trabalho. Os critérios não são estritamente técnicos (observei um grupo de trabalhadores que prefere se assalariar onde têm conhecidos e parentes, mesmo que fosse mais longe de casa).

Por último, o reconhecimento da importância da relação entre trabalho e família não é recente, muito embora as dimensões de análise, nos últimos anos tenham se estreitado (Mota, 2005), não obstante os novos e variados modos de construção das relações sociais na agricultura.

2.3 Por uma agenda de pesquisa

Inúmeras são as questões que poderão compor uma agenda de pesquisa em se tratando de um tema com tantas dimensões. Me concentrarei em chamar a atenção para a necessidade de investigar quais as conseqüências das influências conjunturais externas ao estabelecimento no sistema tradicional de posições dos membros da família na sua relação com o trabalho. Ou seja, como formaremos agricultores num contexto em que as formas de socialização profissional são desencorajadas? Qual o lugar do trabalho nas representações dos jovens sobre a agricultura familiar? Qual a relevância dos atuais modelos de família em relação ao trabalho e às funções persistentes da mesma? Quais as novas evidências de que trabalho e família, enquanto sistemas abertos, se influenciam reciprocamente? Acredito que essas são algumas questões que contribuirão para retomar um debate que parece adormecido.

3. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 1, v. 1, p. 66 –83, 1986.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ALVIM, Rosilene. Trabalho infantil: diversidade e exploração. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) *Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas* Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. Cap. III – 1, p. 207-227.

BENDINI, Mónica Isabel; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; FLORES, Sara Maria Lara. Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina. In TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). Tratado latinoamericano de Sociología. Rubí

(Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 247-263.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.), Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

BRUMER, Anita; DUQUE, Ghislaine; LOURENÇO, Fernando Antônio e WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

CALDAS, Nádia Velleda. Agricultura familiar e Previdência Social Rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos. (Dissertação de Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e alimentação. Rev. Saúde Pública, São Paulo, 22(3): 1988 – 216p.

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. Cap. III – 5, p. 279-299.

CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO Maria do Carmo Brant de (org.). A Família Contemporânea em Debate. São Paulo, EDUC/Cortez, 1995. p. 11-27.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Gama da. Novas dinâmicas global/ local: trabalho e gênero nos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In In SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.) Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. Cap. I – 3, p. 79-99.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v.5, 9: 155-171, 1999.

CORNFIELD, Daniel B. Tendencias mundiales recientes en la sociología del trabajo. In TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). Tratado latinoamericano de Sociología. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 122-132.

De OLIVEIRA, Orlandina; ARIZA, Marina. Trabajo femenino en América Latina: un recuento de los principales enfoques analíticos. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). Tratado latinoamericano de Sociología del trabajo. Mexico: El Colegio del Mexico/ Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/ Universidad Autónoma Metropolitana/ Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 644-663.

DÍAZ, Sérgio Sánchez.; RUIZ, Abel Pérez. Sociología del trabajo latinoamericana frente al siglo XXI. In TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). Tratado latinoamericano de Sociología. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 133-147.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. As mulheres em programas de assistência social: o caso das mães do programa de erradicação do trabalho infantil em uma área rural da Zona da Mata de Pernambuco. In SCOTT, Parry.; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.) Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. Cap. III – 2, p. 229-242.

FISCHER, Izaura Rufino. Relações de gênero na agricultura no acampamento de sem Terra do Engenho Prado. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. Cap. II – 4, p. 193-204.

GARCIA, Brígida; de OLIVEIRA, Orlandina. La familia y el trabajo: principales enfoques teóricos e investigaciones sociodemográficas. In TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). Tratado latinoamericano de Sociología. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 148-170.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Terra de trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

GERSTEL, Naomi. Família. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. O dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1996. p. 297-300.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de . A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979, 164 p.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho. Tradução por Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho. Tradução por Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. Rev. Econ. Sociol. Rural, Dez 2007, vol.45, no.4, p.1055-1073.

MELO, Lígia Albuquerque de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. Cap. II – 3, p. 173-191.

MOTA, Dalva Maria da. Os camponeses e a busca da “autonomia possível”: estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe. [Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural] Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande - Paraíba. 1990.

MOTA, Dalva Maria da. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

MORAES, Maria Dione Carvalho. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. Raízes, Campina Grande, no.17, p.121-134, jun. 1998.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, Anpocs, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana – estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

NEVES, Delma Pessanha. A perversão do trabalho infantil: Lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999. 241 p.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o Claudicante Quadro Institucional. In LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da.; SILVA, Tânia Elias Magno da. (Orgs). Ensaio – desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/ Universidade Federal de Sergipe, 2002.

OLIVEIRA, Daniela. Mercados e reprodução social – um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. 2007.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Prefácio à edição brasileira. In: SINGLY, François de. Sociologia da Família Contemporânea. Tradução por Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v.6, p.76-89, 1994.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na Família. In: CARVALHO Maria do Carmo Brant de (org.). A Família Contemporânea em Debate. São Paulo, EDUC/Cortez, 1995. p. 73-88.

SARACENO, Chiara. Sociologia da Família. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SEGALEN, Martine. Mari et femme dans la société paysanne. Paris: Flammarion. 1980.

SEGALEN, Martine. Sociologia da família. Tradução por Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar. 1996.

SILVESTRO, Milton Luiz, et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Brasília: NEAD, 2001. p. 65-107.

SOARES, Luís Eduardo. Campesinato: ideologia política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006

VELHO, Otávio. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1972.

WOLF, Eric. Parentesco, Amizade e Relações Patrão-cliente em Sociedades Complexas. Cadernos de Antropologia, n.7, Universidade de Brasília. 1974.

WOORTMAN, Ellen; WOORTMAN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1997. 192p.

WOORTMAN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1995.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E FOCO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM ÁREAS DO ENTORNO DA CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA-CGTF – CEARÁ.

João Bosco Cavalcante Araújo¹
Ana Paula Turetta²
Carlos Alberto Figueiredo Pinheiro³
Adriano Linconl Albuquerque Mattos⁴
José Carlos Rodrigues de Sousa⁵

Resumo

Em 2005, a Endesa Indústria Mecânica Ltda contratou a Embrapa Solos para formular, implantar e acompanhar um projeto de Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Área do Entorno da Central Geradora Termelétrica Fortaleza/CE - CGTF, visando a realocação de quatro famílias de pequenos produtores rurais que viviam na área atualmente ocupada pelo empreendimento. O desafio da Embrapa Solos que fez parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE era dotar as famílias desalojadas de infraestrutura física para moradia e trabalho numa perspectiva agroecológica, assegurando o desenvolvimento sustentável daquelas famílias. Muito recente, a intervenção não permite aventurar qualquer avaliação. Assim, a presente reflexão apenas enfoca o local privilegiado que a visão de Responsabilidade Social vem ocupando junto às empresas privadas e as Instituições governamentais de Pesquisa e Extensão Rural, no atual contexto em que a sociedade civil, paulatinamente, começa a assumir funções, dantes exclusivas do Estado interventor.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Agricultura Familiar; Tecnologias; Semi-árido

1. Introdução

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF está localizada no município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza - CE, às margens da rodovia CE-42, com acesso pela BR 222, e faz parte da infra-estrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, localizado no município de Caucaia. Construída numa área de 70 mil metros quadrados, suas operações comerciais iniciaram-se no final de 2003, sendo, oficialmente, inaugurada em janeiro de 2004.

¹ Filósofo, Especialista em História e Sociologia. Assistente A Embrapa Agroindústria Tropical bosco@cnpat.embrapa.br

² Geógrafa. Doutora em Ciências do Solo, Pesquisadora Embrapa Solos. anaturetta@cnpq.embrapa.br

³ Eng. Agr. Extensionista. EMATERCE. carlospinheiro@baydenet.com.br

⁴ Eng. Agr., Mestre em Economia Aplicada, Analista Embrapa Agroindústria Tropical adriano@cnpat.embrapa.br

⁵ Estatístico. Analista Embrapa Agroindústria Tropical zeca@cnpat.embrapa.br

Na área comprada pela Termelétrica - a ENDESA – até então, zona eminentemente rural do município, residiam e se reproduziam quatro famílias de posseiros, que ali já viviam há vários anos. Como sempre se sucedem com projetos modernizantes, especialmente, no Nordeste brasileiro, estas famílias foram desalojadas de seus locais de trabalho e vida, tentando sobreviver das externalidades positivas geradas pela riqueza de alguns poucos.

Atualmente, contudo, as empresas, tomando para si, funções que eram exclusivas do Estado, estão atentas às prerrogativas da responsabilidade social. Assim, visando preservar a integridade das famílias, a identidade cultural, o *habitus*, e uma transformação de ordem econômica, política e social, na luta que se trava por equidade social, a ENDESA firmou com a Embrapa Solos um contrato para realização do projeto: Avaliação e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Área do Entorno da Central Geradora Termelétrica Fortaleza/CE – CGTF, em parceria com a Embrapa Agroindústria Tropical e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE, para propiciar a inserção desse grupo de agricultores familiares, em atividades econômicas, na qualidade da produção, nas alterações no uso do espaço, e na possibilidade de diversificação produtiva. Dessa forma, balizada na perspectiva do desenvolvimento sustentável, toma força o discurso da necessidade de uma rotulagem da responsabilidade social da empresa para com a comunidade desenraizada.

Por meio do reassentamento, o projeto propôs a instalação de pequenos módulos, ditos agroecológicos, nos quais os agricultores familiares desempenharão atividades alinhadas às preocupações com questões ambientais, já que o modelo de exploração assegura a diversificação de produtos, definindo que os módulos agroecológicos serão compostos por hortas, galinheiros, plantios de cajueiro, milho, feijão e mandioca, tendo sempre em vista destinar parte da produção para subsistência e outra para o mercado. Outra grande premissa da proposta é de que o grupo de pequenos produtores rurais fortaleçam os laços comunitários e tornem-se protagonistas nesse caminho, que espera-se, seja emancipatório.

Em sua concepção a intervenção entende a agricultura de base familiar como aquela em que gestão, trabalho e consumo se articulam no mesmo processo. Destaque-se que este grupo nunca recebeu assistência técnica e financiamentos, e não usavam qualquer tipo de tecnologia para aumento da produtividade. Suas produções destinam-se única e exclusivamente para satisfação das necessidades mais elementares das famílias,

classificando-os na categoria periféricos⁶ ou de subsistência. Com as ações a serem implementadas com a intervenção, espera-se fazer a transição destas famílias para categoria produtores consolidados através do uso de tecnologias voltadas para convivência com o semi-árido, assistência técnica, treinamento em Boas Práticas Agrícolas – BPA's, em gestão administrativa e financeira do empreendimento.

Precede a descrição da intervenção uma revisão acerca dos conceitos que constroem os discursos que orientam as diretrizes estratégicas e operacionais de empresas privadas e instituições governamentais no contexto de retração das intervenções estatais. Assim, o trabalho se estrutura a partir de uma revisão a bibliografia que justifica a relevância da incorporação de metas associadas à Responsabilidade Social no cotidiano das instituições, seguindo-se de um debate sobre o entendimento da agricultura familiar. Nas considerações finais, distantes de quaisquer tentativas conclusivas algumas opiniões são apresentadas.

2. Responsabilidade Social (RS)

Etimologicamente a palavra responsabilidade deriva do latim *respondere*, responder. Segundo o dicionário Michaelis (1998), responsabilidade é “a qualidade de responsável”, que *‘responde por atos próprios ou de outrem’*, que *‘deve satisfazer os seus compromissos ou de outrem’*. As diferentes significações para o termo suscitam questões ligadas à área do dever e da obrigação legal.

Responsabilidade social é definida por Fleita (1995:28) como:

Um conjunto de obrigações inerentes à evolução de um Estado ou condição com força ainda não reconhecidas pelo ordenamento jurídico positivo ou desconhecidas parcialmente, mas cuja força que se vincula e sua prévia tipificação procedem da íntima convicção social de que não segui-la constitui uma transgressão da norma da cultura.

Existem diversos conceitos e uma enormidade de teorias sobre (RS), com diferentes abordagens, Melo Neto e Froes (2001:31), entende como: “uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com os acionistas, fornecedores e clientes.” Ashley (2002:6) define como:

[...] compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico [...] Assim, numa visão expandida,

⁶ De acordo subdivisão do quadro estrutural da agricultura brasileira, (INCRA, 1995): quatro grandes tipos ou categorias: a patronal (0,5 milhão de estabelecimentos), a familiar consolidada (1,5 milhão) a familiar de transição (2,5 milhões) e a periférica (2,5 milhões).

responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Baseado nas teorias e conceito dos autores, fica evidente que a responsabilidade social corporativa é de fundamental importância para o desenvolvimento das organizações. Necessário se faz compreender que o Estado não pode mais ser visto como o único a ter responsabilidades para com a sociedade, até porque, tanto a aparelhagem administrativa do Estado não demonstra competência gerencial, como também a falta de recursos financeiros para investimento, não permitindo que o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida possa chegar àqueles que realmente necessitam. Por outro lado, os diversos setores públicos com os quais as empresas se relacionam passam a exigir um retorno social, e não somente lucros. Segundo Schiffman e Kanuk, (2000:12):

A maioria das empresas reconhece que atividades socialmente responsáveis melhoram suas imagens junto aos consumidores, acionistas, comunidade financeira e outros públicos relevantes. Elas descobriram que práticas éticas e socialmente responsáveis simplesmente são negócios saudáveis que resultam em uma imagem favorável, e, no final das contas, em maiores vendas. O contrário também é verdadeiro: percepções de falta de responsabilidade social por parte de uma empresa afetam negativamente as decisões de compra do consumidor.

De acordo com autores, isso surge devido a uma maior conscientização do consumidor, pois ele passa a procurar produtos e práticas que gerem melhoria na qualidade de vida da sociedade, dessa forma as práticas (RS) possibilitam a empresa criar um vínculo com seus clientes. A percepção, por uma parcela considerável de empresários, com relação a necessidade de um Desenvolvimento Sustentável, esta gerando um novo modelo que contrapõe-se ao modelo centrado na maximização do lucro. Pois a visão a longo prazo de uma organização esta baseada na conquista e elevação de seus dividendos, não avaliando os impactos que a nova orientação capitalista traria ao mundo dos negócios.

As empresas há muito tempo, vêm sendo questionadas em relação à responsabilidade social que devem assumir. Esse questionamento tem sido ampliado nos últimos anos e tem partido de diferentes públicos ligados direta ou indiretamente às empresas, sejam eles consumidores, funcionários, comunidade, imprensa, governos e outros.

Assim, pode-se dizer que no mundo dos negócios globalizados, as empresas são forçadas a adquirir ou alterar sua postura frente às pressões de uma sociedade que vem exigindo compromisso social por parte das mesmas. Esse compromisso social, além de tudo, legitima as empresas como agentes de promoção social e favorece o estabelecimento de uma relação mais saudável de credibilidade entre empresa e sociedade. De fato, há claros indícios

de que as empresas estão investindo mais em questões sociais, porque isso significa ganhar a preferência do consumidor, ter suas ações valorizadas no mercado, contar com os melhores parceiros, representando ganho em termos de negócio.

No Brasil, o investimento social pode ser considerado novo, apesar do mercado do consumidor mais consciente, exigente, ou mesmo ético, está em expansão. Afinal, se falamos em mercado globalizado, não se pode também conceber que as empresas no Brasil fiquem aquém das novas tendências contemporâneas que alertam cada vez mais para a necessidade de construção e defesa da cidadania.

A sinalização de uma mudança de mentalidade dos empresários no Brasil já pode ser percebida, principalmente com o investimento que alguns setores vêm fazendo em produtos ecologicamente corretos e em iniciativas que contribuem, por exemplo, para a qualidade de vida de comunidades de baixa renda.

Se há bem pouco tempo as empresas voltavam sua atenção quase que exclusivamente para o interesse particular, buscando apenas a geração de lucros, hoje, percebe-se que para a sobrevivência no mercado exige-se que se incorpore o interesse social na própria missão da empresa. Assim observa Azevedo (s.d. p. 25), “A lógica do mercado já não é tão incompatível com interesse social: criam-se áreas de convergência”.

Desse modo percebemos que muitas empresas têm atribuído uma dimensão estratégica para o compromisso social. Mesmo que essa mudança de mentalidade esteja sendo impulsionada, basicamente, por uma visão mercadológica, podemos perceber o quanto isso pode se refletir, e de certa forma já tem se refletido, positivamente junto à sociedade.

Azevedo (s.d.) também concorda que:

O que mais importa é que está havendo uma mudança positiva nas empresas, uma mudança que está fazendo os empresários refletirem sobre a função social do setor privado. Como prova desta mudança, passamos, recentemente, a ouvir termos antes desconhecidos, como: empresa-cidadã, responsabilidade social do setor privado, balanço social. Vemos, ainda, empresas incluírem em suas pesquisas de clima Sejam de pequeno, médio ou grande porte, as empresas têm realizado investimentos na área social. É evidente, no entanto, que o porte da empresa é um dos determinantes (mas não o único) do volume investido. Junto aos empregados o relacionamento com a comunidade que a cerca.(s.d. p. 27)

Para que a empresa seja socialmente responsável, deve incluir em suas políticas, objetivos e missão compromissos que envolvam desde a utilização de materiais que não agredam o meio ambiente até a preocupação com o ser humano, seja ele integrante de seu público interno, pertencente à comunidade ou ao público consumidor de seus produtos e serviços. Suas ações devem contemplar, também, o investimento cultural.

Assim sendo, as empresas devem estar preparadas para contar com a flexibilidade necessária para adaptarem-se às exigências de um mercado competitivo, globalizado e que cobra qualidade, ética e responsabilidade social.

O chamado capitalismo social ambienta novas formas de relação entre empresas, funcionários, comunidades e clientes. Esses segmentos passam a compartilhar objetivos e resultados em prol da otimização e manutenção dos recursos necessários à perenidade dos negócios. No âmbito da administração das empresas privadas, várias teorias e correntes de estudos em Administração sucederam-se na medida em que evoluía o ambiente social com suas variáveis.

O conceito de Desenvolvimento Sustentado (DL) faz com que as organizações se voltem para os objetivos no longo prazo e passem, então, a perceber que qualidade, preço competitivo e bons serviços não representam mais os únicos diferenciais no mercado.

Consumidores melhor informados e exigentes quanto a produtos e serviços se convertem em cidadãos mais conscientes das necessidades de suas comunidades, e, conseqüentemente, passam a reivindicar o cumprimento das responsabilidades das empresas para o seu desenvolvimento. As organizações que trabalham para esse desenvolvimento compartilhado são classificadas como empresas cidadãs.

Em nossa sociedade, os reflexos da cultura de (RS), verificada em países mais desenvolvidos, tem propiciado inúmeras práticas que aliam as iniciativas privadas com as das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Embora essas práticas possam ser classificadas em categorias que correspondem a um estágio de evolução da cultura de envolvimento social das empresas. Nesse caso podem ser observados os modelos citados por Fernandes (2000:7):

Política de doações, sistematizadas ou não (mantém distanciamento do objeto e do processo filantrópico em questão). Financiamento de projetos de autoria extra-empresa (mantém nível médio de distanciamento do processo filantrópico). Investimento em projetos e programas próprios da empresa (alto nível de envolvimento com o objeto e processo filantrópico).

Para além da mera colaboração com instituições filantrópicas, realizada de forma aleatória, não sistematizada e fora do âmbito de suas próprias vocações e missões, muitas empresas brasileiras tem incorporado atitudes cidadãs através da prática da filantropia estratégica. Tal prática consiste na administração inteligente da participação da empresa, através de investimentos filantrópicos, nas causas sociais. Compreende a análise, escolha e determinação de uma causa que tenha, preferencialmente, relação com o negócio da empresa.

Assim, ao invés de praticar uma política de doações, a empresa investe em projetos sociais específicos que agregam valor a sua marca, despertando a associação positiva por parte de consumidores, fornecedores, clientes e potenciais, entre seu nome e a ação socialmente responsável, Fernandes, (2000:7), o referido autor ainda acrescentar que:

Responsabilidade Social engloba o processo de voluntarismo empresarial, ou seja, o estímulo à participação dos funcionários da organização no desenvolvimento de projetos voltados à comunidade. Ganha a empresa e seus negócios pela representatividade que alcança ao ter seus funcionários diretamente ligados aos objetivos sociais; ganham os próprios empregados que desenvolvem um novo sentido de produção e relação humana através do trabalho e ganha a comunidade ao contar com a aptidão, a energia, a criatividade e o compromisso com a resolução de problemas por parte de um novo contingente de cidadãos.

A própria dimensão e ocorrência dos problemas que afetam o ambiente social passam a ser melhor avaliadas, bem como, as atitudes para a sua eficaz administração. Tais elementos contribuem para o ciclo virtuoso da cidadania empresarial. A sociedade civil solicita às empresas públicas e privadas a prestação de contas referentes aos seus investimentos sociais.

3. Agricultura Familiar (AF)

Um debate sobre Agricultura Familiar (AF)⁷ traz consigo a necessidade de compreensão da abordagem sobre o Desenvolvimento Local (DL) no meio rural brasileiro. Diversos estudos realizados nos últimos anos apontam para mudanças significativas no rural, tanto nas relações sócio-econômicas, como nas relações de política. Segundo Campanhola e Silva (2000:49):

A dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas – industriais e serviços – e que atribuía ao rural as atividades agrícolas, vem perdendo sua importância histórica. Sob a ótica sócio-econômica e política, essa separação geográfica deixa de ter relevância, a ênfase do passado, então, para as relações de troca, a divisão do trabalho, as relações sociais e as novas dinâmicas originadas na interface rural-urbano [...] O que se observa em consequência é uma crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e de renda não-agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social.

A pluriatividade tão presente no debate atual quando se trata de AF não é um fato social novo. Chayanov (1974), relata que no ano de 1925 a pluriatividade era uma das características da agricultura familiar russa e européia no início do século XX, na qual aponta

⁷ Por Agricultura Familiar, entende-se, uma unidade de produção familiar, onde trabalho, terra e família estão inter-relacionados, (Campanhola e Silva, 2000).

a elevação do nível de consumo, em áreas rurais. Para ele, não se pode fazer uma análise isoladamente da exploração agrícola de uma unidade de produção familiar, visto que o entendimento da problemática de uma unidade de produção familiar, além de passar pela agricultura, passa também pelas atividades artesanais e comerciais.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006), atualmente no Brasil há cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários de caráter familiar. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996 do IBGE, a agricultura familiar representa 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área total. Apesar de receberem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura, a agricultura familiar tem sido responsável por 37,9% do VBP (Valor Bruto da Produção) da agropecuária nacional e a principal fonte geradora de empregos no meio rural. Esses dados demonstram a importância da agricultura familiar no Brasil para a geração de renda, empregos e principalmente na produção de alimentos.

O fator econômico tem profunda relevância na lógica pela sobrevivência do trabalhador rural, pois seu capital é incipiente não possibilitando a implantação de benfeitorias físicas produtivas necessárias, além da ausência de máquinas e equipamentos que possibilite um manejo mais adequado do solo. Dessa modo ele, não participa de forma efetiva do mercado por apresentar uma estrutura para produção reduzida, mão-de-obra incipiente, descapitalização em grau elevado, em geral idoso, as culturas são essencialmente alimentícias, de subsistência e a pecuária extensiva.

A modernização tecnológica no rural brasileiro desde as últimas décadas do século XX provocou profundas alterações nas formas de organização e produção agrícola, no entanto, grande parcela dos pequenos produtores rurais, ainda não tem acesso a tecnologias. De acordo com Campanhola e Silva (2000:78):

Por isso, a produção agrícola é obtida por meio de técnicas ultrapassadas. O não acesso a tecnologia pode ser resultado tanto da falta de informação quanto pela carência de recursos financeiros. Por outro lado, ficam as indagações: será que os pequenos agricultores que adotam as mais recentes tecnologias para o campo, estão se beneficiando com o avanço tecnológico? Quais os impactos sociais, econômicos e ambientais que a adoção de tecnologias esta causando no meio rural? Melhorou sua qualidade de vida?

No que diz respeito à evolução tecnológica, para a maioria dos autores marxistas, o capital impõe através da agroindústria, em toda cadeia produtiva agrícola, as técnicas que lhe permitem melhor explorar o trabalho camponês de modo a aumentar a mais-valia relativa do sistema como um todo. O capital organiza, através das técnicas que lhe impõe ao agricultor, o

processo de trabalho do produtor familiar segundo uma lógica próxima àquela de uma empresa capitalista industrial: dividir ao máximo o processo de trabalho, separando-o da concepção do trabalho de execução, de modo a subordinar realmente o trabalho do camponês tal como fez com o trabalho do operário industrial (Santos, 1996; Muller, 1989).

Por outro lado, Abramovay (1992:46) diferencia a AF no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Enquanto que os camponeses podiam ser entendidos como:

sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Já a agricultura familiar, segundo o mesmo autor, [...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Segundo Testa et. all (1996), a agroindústria rural de pequeno porte ou de base familiar, oferece vantagens, tais como: a descentralização regional da produção de matéria prima, aproximando as agroindústrias do local da produção da matéria prima, a redução do custo de transportes, a ampliação das oportunidades de emprego no meio rural, a utilização adequada dos dejetos e resíduos como fertilizantes, reduzindo o poder poluente e a diminuição das migrações beneficiando os pequenos municípios. Isto poderia favorecer um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, onde valoriza-se o meio rural no sentido de proporcionar uma melhor utilização do espaço, buscando a recuperação e a preservação ambiental. Esse processo pode favorecer ainda, além da geração de postos de trabalho e renda, à nível regional, o aumento da arrecadação de impostos, especialmente nos pequenos municípios, estimulando, assim, o desenvolvimento de sua economia.

Para Fickert (2004:68), a expressão Agricultura Familiar (AF) vem sendo usada por Organizações não Governamentais (ONG's), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) entre outros, e é definida para estabelecimentos que atendam os critérios de: direção dos trabalhos exercida pelo produtor; o trabalho família é mão-de-obra principal para produção; ter área inferior até 15 vezes do tamanho do modulo regional, o referido autor acrescenta que: “Antes de usar consensualmente a expressão Agricultura Familiar, até meados de 1990, falava-se em “pequena produção”, “pequena agricultura”, “agricultura de baixa renda” e “agricultura de subsistência”, expressões que indicavam fragilidade e falta de perspectiva”.

Segundo Veiga (2001:22), cerca de 770 mil agricultores familiares no Brasil, são competitivos nas atuais condições do mercado, outros 900 mil podem tornar-se competitivos

com amparados por políticas públicas adequadas e dois milhões não conseguem sobreviver somente da agricultura.

Para este debate, importa reter que a AF, é a expressão mais elevada da denominação dos pequenos agricultores rurais do Brasil, pois a AF é antes de tudo uma organização familiar detentora de estratégias de sobrevivência visando a reprodutibilidade dos membros de suas famílias, que ao logo do tempo tem assegurado a produção de alimentos básicos para alimentar populações do mundo inteiro, tendo por essa sua especificidade se tornado estratégica para segurança alimentar dos mais diversos países.

4. Caracterização das famílias do entorno da CGTF

Atualmente, moram na área três das quatro famílias que serão realocadas. A maioria das famílias é composta por quatro pessoas (Tabela 1) e desenvolvem uma atividade agrícola de subsistência, caracterizada pela coleta e retirada do pó da palha de carnaúba, e criação de galinhas de forma extensiva, em uma área bastante restrita, limitada pelas estradas e pelo açude. Duas famílias: Sr. Francisco Rocha e Sr. Lindolfo Borges sobrevivem graças à aposentadoria e aos Programas de renda governo. As outras duas: Sr. Francisco Borges e Sr. Edivan, que atualmente não mora mais na área, possuem maior diversificação da renda, com os homens trabalhando nas redondezas (na roça e na capina) e a mulher como doméstica em Fortaleza.

As famílias relataram que já tiveram uma produção agrícola mais ativa, com cultivos de mandioca (para cozinhar), macaxeira (para fazer farinha e goma), abóbora, milho, feijão de corda, batata. Já tentaram plantar coco, mas não obtiveram sucesso pois, segundo relatos, o coco chega em um ponto que não avança. Todos os moradores demonstraram que gostariam de manter a produção que já estão acostumados, com os mesmos produtos, inclusive com a criação de galinhas. Também demonstraram interesse pela produção de olerícolas, especialmente cebolinha e coentro.

Tabela 1: Composição das famílias realocadas.

<i>Família</i>	<i>Adultos</i>	<i>Crianças/adolescentes</i>
<i>Sr. Edivan</i>	2	2
<i>Sr. Francisco Rocha</i>	2	2
<i>Sr. Lindolfo Borges</i>	2	2
<i>Sr. Francisco Borges</i>	2	4

5. Implementação do projeto

Serão realocadas quatro famílias em lotes de 1 hectare (50 x 250 m). Os lotes possuem uma casa de alvenaria composta por sala, cozinha, dois quartos e banheiro e terão energia elétrica e água encanada obtida de um sistema de captação e armazenamento de água da chuva com capacidade de armazenamento de 20 mil litros, divididos entre consumo e irrigação da horta. (Foto 1). As famílias receberam as casas com todo o mobiliário, também foram contratados consultores para dar assistência social. Essa estrutura constitui uma mudança de hábitos para essas famílias, que até então, vivem em casas de pau a pique, sem energia elétrica, água encanada e em condições precárias de higiene, pois não possuem banheiro e jogam o lixo ao redor das casas (Foto 2), a água que usam para todos os fins (cozinhar, banho, etc) é oriunda de açude da localidade e consumida sem nenhum tratamento.



Foto 1: Casas de alvenaria

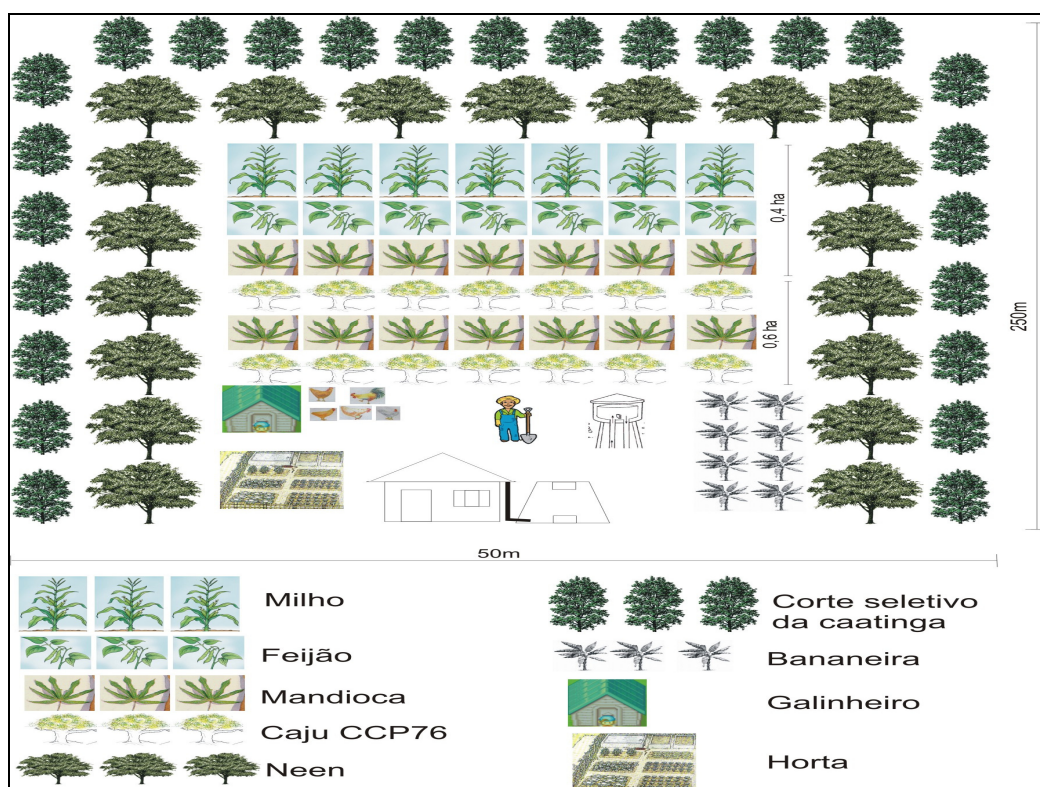


Foto 2: Moradias atuais das famílias

A figura 1 apresenta o modelo agroecológico a ser implementado nos lotes. Vale ressaltar que serão preferidas variedades de culturas adaptadas para a realidade de clima e solo da região. Será feito um corte seletivo da caatinga, preservando um corredor agroecológico. Os limites da propriedade serão arborizados com o Neen - Planta indiana servindo como quebra vento e fornecedor de insumos para confecção de inseticidas naturais, a área para plantio será dividida em duas partes, em 0,4 hectares farse-á um consorcio entre milho x feijão x mandioca. Em 0,6 hectares o consórcio será formado por cajueiros enxertados clones CCP 76 resistentes à seca e com frutos de melhor qualidade, visando a venda de caju para mesa e mandioca. No entorno das residências, haverá galinheiro, horta e bananeiras, conforme figura 1.

As famílias estão recebendo assistência técnica da Embrapa Agroindústria Tropical e da EMATERCE, através de capacitação, dias de campo, oficinas, cursos, seminários e visitas técnicas.

Figura 1 - Modelo de Agricultura Familiar a ser implementado.



6. Considerações finais

São grandes as expectativas de proporcionar à comunidade de agricultores familiares as condições para gerar ocupação e trabalho com melhor qualidade de vida, crescimento contínuo de renda, abrindo assim oportunidades para a valorização e a remuneração do trabalho rural.

Com o modelo de desenvolvimento rural proposto, os agentes financeiros e executores esperam dar condições para produção e auto-suficiência, a valorização de cada membro da família, geração de renda e segurança alimentar na perspectiva multidimensional de seu conceito.

Não se pode finalizar estas considerações, sem registrar que este conjunto de ações esteja primordialmente associado às noções de dádiva. É evidente que a ênfase na necessidade de se constituírem empresas com Responsabilidade Social, como o caso da ENDESA por meio da Central Geradora Termelétrica Fortaleza/CE – CGTF, sugere acima de tudo uma estratégia de sobrevivência institucional, bem como de um diálogo com segmentos da sociedade civil, que avançam por meio de movimentos organizados e participativos no sentido de superar as ineficiências da democracia representativa.

É evidente que a Empresa buscou uma estratégia evitar a expulsão das famílias, evitando um incremento nos índices do êxodo rural, mas é cedo demais para assegurar que estas famílias se consolidarão como um modelo de agricultura sustentável, sobretudo, porque, apesar de tentar se assegurar nas premissas da agroecologia, escamoteou, de certa forma, a proeminência da cultura desses atores na escolha das atividades produtivas, ou mesmo no desenho de suas residências.

7. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: CITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ARAÚJO, G.G.L. et al. Opções no uso de forrageiras arbustivo-arbóreas na alimentação animal no semiárido do nordeste. In: CARVALHO, M.M. et al. **Sistemas agroflorestais pecuários: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais**. Juiz de Fora: 2001. p. 111-137.

ASPTA. **Conversão agroecológica de sistemas agrícolas familiares no Agreste da Paraíba**: uma leitura multidisciplinar a partir do enfoque da produção e do manejo da biomassa. Esperança, ASPTA/CIRAD, 2000. 12p.

ASHLEY, P. A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, F.de A. O. **Como a empresa privada pode colaborar com o desenvolvimento local**. Artigo integrante da coletânea sobre Terceiro Setor, utilizado no Curso Básico para Gerenciadores de Entidades Sociais, da Federação de Obras Sociais. s.d.

BUCKLES, D. (Org.) **Caminhos para a colaboração entre técnicos e camponeses**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 125 p.

BRANDÃO, C. R. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BREMAN, H.; KESSLER, J.J. The potential benefits of agroforestry in the Sahel and other semi – arid regions. **European Journal of Agronomy**, v. 7, p. 25-33, 1997.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. da,. O Novo Rural Brasileiro. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a noção de Desenvolvimento Local**. Brasília. Embrapa. 2000.

CHAYANOV, L.V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L.A. **Farmer first**: farmer innovation and agricultural research. Intermediate Technology Publications: London, 1989.

FERNANDES, Â. **A Responsabilidade Social e a Contribuição das Relações Públicas. Trabalho** apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 2 a 6 de setembro de 2000 na Universidade do Amazonas, Manaus – AM.

FICKERT, U. Incremento do mercado orgânico no Brasil. IN: **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado** no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza, FKA, 2004.

- FLETA, L. S. **Fundamentos de las relaciones públicas**. Madri: Editorial Sínteses,1995.
- INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1995. (segunda versão).
- IZAC, A.M.N.; SANCHEZ, P.A. Towards a natural resource management paradigm for international agriculture: the example of agroforestry research. **Agricultural Systems**, v. 69, p. 5-25, 2001.
- NETO, F. P. de. FROÉS, C.. **Gestão da responsabilidade social corporativa o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MAELA. **Metodologías participativas**. Hacia el diálogo de saberes. Memória del Curso-Taller: Metodologías de investigación participativa para el rescate de tecnologías locales. MAELA, Cochabamba-Bolivia, 2000, 117 p.
- MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.
- MENEZES, R.S.C. & SAMPAIO, E.V.S.B. Agricultura sustentável no semi-árido nordestino. In: OLIVEIRA, T.S.; ROMERO, R.E.; ASSIS Jr., R.N. & SILVA, J.R.C.S., eds. **Agricultura, sustentabilidade e o semi-árido. Fortaleza**, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Universidade Federal do Ceará, 2000. p.20-46.
- MICHAELIS: **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- MULLER. G. **Complexo agroindustrial e modernização agrícola**. São Paulo: Hutec, 1989. 145p.
- PETERSEN, P.; ROMANO, J. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**, Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID, 1999. 144 p.
- SÁNCHEZ, M.D. Panorama dos sistemas agroflorestais pecuários na América Latina. In: CARVALHO, M.M.; ALVIM, M.J.; CARNEIRO, J.C. **Sistemas agroflorestais pecuários: opções de sustentabilidade para áreas tropicais e subtropicais**. Juiz de Fora: 2001. p. 9-17.
- SANTOS, C.R.B. dos. **Reorganização do espaço agrário e (dês) territorialização das relações tradicionais**. Dissertação de mestrado em 1996. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju
- SCHIFFMAN, L; KANUK, L.L. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro: LTC. 2000.
- SCHROTH, GOTZ et al. Conversion os secondary Forest into agroforestry and monoculture plantations in Amazônia: consequences for biomass, litter and soil carbon stocks after 7 years. **Forestry Ecology and Managenment**, v. 163, p. 131-150, 2002.
- SALCEDO, I.H.; TIESSEN, H. & SAMPAIO, E.V.S.B. Nutrient availability in soil samples from shifting cultivation sites in the semi-arid Caatinga of NE Brazil. **Agric. Ecosyst. Environ**, 65:177-186, 1997.
- TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C. et al. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense (Proposta Para Discussão)**. Florianópolis, 1996.
- VEIGA, J.E. da. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS
PROVOCADOS PELO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO
MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSU**

Neila Rocha de Oliveira¹

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se caracteriza por ser um programa abrangente no sentido em que beneficia tanto os produtores, que incluem agricultor familiar, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, etc e os consumidores, isto é, pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Há, porém, dificuldades enfrentadas por parte dos agricultores familiares frente às limitações do programa como o curto período de execução e possíveis atrasos no pagamento aos fornecedores. Este trabalho buscou avaliar o impacto do PAA na vida de famílias rurais analisando sua atual condição de vida e acesso aos alimentos. A pesquisa foi desenvolvida em 17 comunidades rurais do município de Assu, Rio Grande do Norte. As entrevistas, através de questionário semi-estruturado, com 34 agricultores participantes do PAA no município constituíram os dados para atingir os objetivos da pesquisa. O estudo indica que um dos fatores determinantes para garantir a produção agrícola é o acesso à água; comunidades localizadas em região irrigada possuem mais estrutura e maior estabilidade na produção, permitindo a venda de seus produtos independente de programas governamentais. Por fim, apesar de o programa ter funcionado em pouco período no município, foi considerado importante por proporcionar melhorias na vida familiar da maioria dos entrevistados. Além disso, para os agricultores o programa atua como principal forma de comercialização de seus produtos agropecuários.

Palavras-chave: Agricultores; Alimentos; Consumo

1. Introdução

A concentração de renda e a desigualdade social que predominam na sociedade brasileira causam situações de extrema pobreza e exclusão social. Diante deste cenário nacional, é necessário entender que tais circunstâncias não são processos naturais. São fenômenos construídos ao longo de nossa história de país capitalista.

A tomada de consciência social acerca dos direitos e de como acessá-los, segundo Murta *et. al* (2007), é um dos primeiros passos para o rompimento da noção naturalista de pobreza, miséria, falta de recursos e outros.

Na descrição do relatório de 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação feita por Maluf (2006), este autor demonstra que o dimensionamento da população “vulnerável à fome” medida pelo nível de renda familiar reflete a compreensão que a fome e a pobreza

¹ Extensionista Rural – Nutricionista. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN.

sempre andam juntas. O autor reforça, ainda, que é preciso deixar claro que o enfoque na pobreza e as ações que dele resultam não dão conta, suficientemente, das dimensões envolvidas na erradicação da fome e na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das camadas em situação de pobreza.

Nesse sentido, é importante enfatizar também, como descreve o Documento Final do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), que a desigualdade social envolve outras dimensões, não diretamente econômicas, como a incorporação da ótica dos direitos humanos (no caso, o direito à alimentação); a sustentabilidade ambiental; o enfrentamento de todas as formas de discriminação e o tratamento das especificidades regionais.

Ao assumir a Presidência da República em 2003 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu como prioridade implantar uma política de segurança alimentar que tivesse como foco mais emergencial sanar o problema da fome da população brasileira. Esta prioridade foi concretizada através do Programa Fome Zero (PFZ).

O objetivo geral de PFZ era o de resgatar sua histórica dívida social que cada ano exclui milhares de pessoas do convívio social, seja através de injustiças ou através da negação de direitos elementares como é o acesso à alimentação básica. Devemos lembrar também que o PFZ é consequência de uma luta, cujo marco inicial é o Movimento pela Cidadania contra a Fome, encabeçado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e se desdobra com o trabalho da sociedade civil: de empresários a movimentos sociais.

O PFZ é, portanto, uma estratégia do Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Para Takagi (2006), essa iniciativa é inovadora, pois pela primeira vez, buscou-se incorporar a noção do direito humano à alimentação nas políticas públicas, implantando-se ações específicas de SAN, ao mesmo tempo em que se buscou articular políticas intersetorialmente, com gestão participativa da sociedade.

Um grande avanço na área de segurança alimentar foi a sanção da Lei Orgânica de SAN (LOSAN) em 15 de setembro de 2006, por meio da qual fica instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). Esta lei estabelece a definição de SAN como *“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”*.

Esta pesquisa procurou avaliar os possíveis impactos provocados na vida de agricultores familiares fornecedores do programa CDLAF (Compra Direta Local da Agricultura Familiar) no município de Assu-RN. Foi possível avaliar os aspectos mais relevantes nas condições de moradia a que estão submetidos, pois os mesmos estão inseridos no contexto de um município localizado na região semi-árida do nordeste brasileiro.

Constata-se, em outros estudos, que o programa CDLAF assim como outros programas sociais que visam promover resultados positivos nas condições de vida de populações vulneráveis a pobreza, consegue promover algum efeito favorável, seja ele perceptível em termos quantitativos ou não.

Nessa perspectiva, o presente trabalho avaliou os possíveis impactos o do PAA na vida de agricultores familiares, mais especificamente, no município de Assu-RN. Teve como foco central os agricultores familiares, considerando não apenas seu papel no abastecimento alimentar local, mas a importância da geração de renda e a promoção da cidadania.

2. Metodologia

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado no município de Assu-RN, especificamente nas comunidades rurais (Palheiros IV e II, Cumbe, Fortuna, Presépio, Bom Lugar III, Boa Vista do Riacho, Estevão, Novo Pingos, Paulista II, Baixa Verde, Poaça, Carne Gorda, Limoeiro, Panon II, Paulista e sítio São João). Nestas se encontram agricultores familiares e beneficiados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra Direta Local da Agricultura familiar.

2.2 Origem dos dados

Os dados foram coletados através de questionário semi-estruturado aplicados durante visitas domiciliares.

2.3 Tipo e tamanho da amostra

O objeto de estudo foram 34 agricultores familiares pronafricanos, fornecedores do Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), correspondente ao total de

agricultores participantes do Programa, residentes em diferentes comunidades rurais do município de Assu-RN, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Comunidades rurais do município de Assu-RN

Comunidades	Nº de Agricultores	Comunidades	Nº de Agricultores
1. Bom Lugar III	3	10. Panon II	1
2. Paulista	1	11. Boa Vista do Riacho	1
3. Paulista II	3	12. Limoeiro	4
4. Cumbe	1	13. Novo Pingos	4
5. Fortuna	1	14. Baixa Verde	1
6. Presépio	1	15. Poça	1
7. Palheiros II	4	16. Carne Gorda	2
8. Palheiros IV	3	17. São João	1
9. Estevão	1		
Total			34

Fonte: Pesquisa, 2007

3 Resultados e discussão

3.1. Condições de Moradia e Renda familiar

O universo estudado foram 17 comunidades do município de Assu/RN. Sendo que a maioria dos fornecedores do programa Compra Direta é do sexo masculino (76,5%).

Observou-se que a maioria das famílias possui de 3 a 4 membros morando no mesmo domicílio.

Quanto às condições de moradia dos entrevistados percebeu-se que, dentre os itens básicos como água, luz, saneamento básico, o principal tipo de energia utilizado nas casas é proveniente da rede elétrica geral do município. Apenas uma das residências das famílias visitadas não possui nenhum tipo de energia elétrica. Quando questionado sobre o não fornecimento de energia, o agricultor relatou que já fez o cadastro no Programa Luz Para Todos do Governo Federal e aguarda ser atendido.

Para 70,6% dos agricultores entrevistados o abastecimento de água é proveniente de poço/nascente, onde a maioria das casas possui fossa séptica. Em apenas uma residência não existe nenhum tipo de escoamento sanitário.

A maioria dos domicílios (76,5%) tem nas suas construções alvenaria, porém ainda foram encontradas 8 famílias vivendo em casas de taipa, apresentando condições precárias de moradia.

A maioria das famílias declarou ter renda mensal de 1 a 2 salários mínimos.

4. Percepção dos (as) agricultores(as) em relação ao PAA

O município de Assu-RN iniciou e finalizou a execução do Programa CDLAF num período de apenas 5 meses em 2006. Apesar disso, foi possível observar que grande parte das famílias entrevistadas considera o programa importante para melhorar as condições da vida familiar como mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição da percepção dos entrevistados em relação ao Programa Compra Direta

Em que mudou a vida familiar depois do Programa Compra Direta?	Frequência	%
1. Passou a produzir mais e melhor	6	17,6
2. A família passou a viver melhor	19	55,9
3. As pessoas se organizam mais	7	20,6
4. Em nada modificou	-	-
5. A família passou a desentender-se	-	-
6. Não teve impacto importante	2	5,9
7. Perdeu a tranquilidade	-	-
8. Outros	-	-
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Observa-se nesta pesquisa que a maioria (58,8%) dos agricultores não possui outra forma de comercializar seus produtos. Em função dessa característica, o CDLAF desempenha um importante papel na vida dessas famílias, proporcionando a garantia de compra da produção com preço justo, além de promover assistência técnica.

5. Principais produtos fornecidos ao programa CDLAF no município de Assu

O fornecimento de produtos (distribuídos em três grupos de alimentos: frutas, hortaliças e alimentos de origem animal) para o programa CDLAF no município de Assu-RN foi considerado pouco diversificado. No grupo das frutas: mamão, banana e acerola. No grupo das hortaliças: coentro, cebolinha, alface, couve flor, pimentão, beterraba e cenoura. E no grupo dos alimentos de origem animal: carne, caprina, carne bovina, ovos, galinha caipira, queijo e mel.

A pecuária representa uma das mais importantes atividades para os agricultores familiares do semi-árido brasileiro. Em função da sua maior resistência à seca quando comparadas às explorações agrícolas, ela tem se constituído num dos principais fatores para a garantia da segurança alimentar das famílias rurais e geração de emprego e renda na região.

No caso das 17 comunidades estudadas, pratica-se atividade irrigada nas comunidades: Cumbe, Presépio, Estevam, Paulista II, Baixa Verde, Poaça, Panon II e São João – pois estão localizadas em área de várzea. As comunidades que estão em área de sequeiro são: Limoeiro, Paulista, Palheiros IV e II, Bom Lugar III, Carne Gorda, Novo Pingos, Boa Vista do Riacho e Fortuna.

As dificuldades na área seca são maiores, o custo para a produção é mais elevado. A cultura não consegue ser diversificada e há pouca rentabilidade, o que impede o agricultor de ampliar sua área e o deixa vulnerável às alterações climáticas.

Esse dado pode caracterizar o consumo alimentar das famílias analisadas, pois as escolhas alimentares são determinadas não tanto pela preferência e pelos hábitos, mas pelo sistema de produção e de abastecimento de alimentos. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, principalmente localizados em área de sequeiro, restringem a escolha de uma alimentação adequada e saudável.

6. Segurança Alimentar: Acesso aos Alimentos

O intuito desta pesquisa foi investigar, também possíveis mudanças quanto à origem dos alimentos das famílias participantes do Programa CDLAF. Para a maioria dos entrevistados, a maior parcela de alimentos é obtida pela compra em feiras livres e supermercados em Assu-RN (Tabela 6). Permanecendo sem grandes mudanças após a

participação no programa, onde foi constatado que na maioria (67,6%) das famílias a produção agrícola não consegue suprir com a demanda alimentícia da casa.

Tabela 6. Distribuição da origem dos alimentos consumidos pela família antes de fornecer ao Programa Compra Direta:

	Frequência	%
1. Vem da produção	11	32,4
2. Feira livre	7	20,6
3. Supermercado	16	47
4. Bodega/ Venda/Mercearia	-	-
5. Outros	-	-
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à percepção sobre quantidade e qualidade (variedade) de alimentos para auto consumo.

Foi observado que nos dois critérios analisados (quantidade e variedade) a maioria dos entrevistados avalia que possuem quantidade e variedade na alimentação. Durante os diálogos nas entrevistas foi possível observar que apesar da grande dificuldade financeira enfrentada existe um grande esforço no sentido de não permitir que falem alimentos para as três refeições principais diárias.

7. Conclusões

O programa CDLAF se propõe a desempenhar um importante papel na vida de agricultores familiares por ser uma ação governamental cujos objetivos é manter, adaptar ou fortalecer a diversidade da alimentação, proporcionando a possibilidade do enriquecimento alimentar.

Apesar da credibilidade depositada pelos agricultores no programa, principalmente por ser a única forma de comercialização de seus produtos, a viabilização de mudanças mais estruturais na vida familiar foi considerada pouco significativa.

Embora muitas vezes o foco principal seja o aumento da produção para comercialização dos produtos, é imprescindível a realização de trabalhos educacionais mais

abrangentes, com o intuito de estimular o consumo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e valorizando a cultura local. Nesse ponto, reforça-se a importância do trabalho do extensionista rural – especialmente do profissional nutricionista, que prioriza ações que garantem a segurança e a soberania alimentar e nutricional da população, visando à melhoria de sua qualidade de vida. Atuando também na formulação, aplicação, gestão, monitoramento e avaliação de programas destinados a valorizar a produção e o consumo de alimentos saudáveis.

O programa analisado é considerado um dos programas de extrema abrangência do ponto de vista para realização da SAN. Devido justamente a isso, é também de extrema complexidade sua operacionalização. Cabe aos gestores governamentais e sociedade em geral adotarem medidas em particular por meio de educação e informação permitindo que todas as etapas do programa sejam executadas de forma clara, democrática e participativa.

Esse trabalho demonstra que é necessária a realização de avaliações contínuas, durante todas as etapas de execução dos programas em geral. Isso permite correção dentro do processo que acarreta mais acertos nas etapas finais.

8. Referências bibliográficas

Constituição Federal do Brasil. 1988. Presidência da República

BARROS, R.P; CURY.S.; ULYSSEA. G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais.** (IPEA) Rio de Janeiro, 2007. (Texto para discussão nº 1263)

Boletim de Políticas Sociais. Acompanhamentos e Análise, nº13. Ed. Especial. Brasília, IPEA 2007.

CORDEIRO, Z. J. M; SOUZA, J. S; ALMEIDA, O.C. **Aspectos sociais e econômicos in Banana produção: aspectos técnicos.** Brasília – DF: EMBRAPA. Embrapa comunicação para transferência de tecnologia. 2000. 143p. (Série Frutas do Brasil).

CORRÊA, Ana Maria S., et al – Relatório Técnico – **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação.Urbano/Rural.** UNICAMP, mar 2004.

DELGADO, Guilherme et al. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Brasília, IPEA, 2005 (Texto para discussão, 1145)

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Reservas estratégicas de forragem: uma alternativa para melhorar a convivência dos rebanhos familiares com a seca / EMPARN. – Natal, RN.2006.

83p.: il.– (Série Circuito de tecnologias adaptadas para a agricultura familiar; v. 1)

Estudo de impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Relatório Final. Volume 1 – Resumo Executivo. Abril, 2006

FARIAS, L.O. **Avaliação das Políticas Públicas**. Fome Zero em múltiplas facetas, cap. 3, Teresina - Piauí, 2006

FERNANDES, G.B.A. **Estudo da sustentabilidade da agricultura familiar em áreas rurais no município de Assú-RN**. Monografia de Especialização UFERSA. Mossoró- RN, 2007.

MALUF, R. S. **Relatório 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. Agosto 2006.

MALUF, R. Plano de Safra para agricultura Familiar. **Boletim CONSEA**. Disponível em: www.presidencia.gov.br/consea , 2004. Acessado e capturado em agosto de 2005.

MALUF, R., ZIMMERMANN, S. **Políticas municipais de erradicação da fome e a promoção da agricultura familiar no Brasil**.

MORAIS, M da P; et al. **Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004)**. Brasília, IPEA, 2006 (Ensaio, nº 12, p.230-241)

MURTA, N.M.G., SANTOS, C. M. **A Promoção de Políticas Integradas para combater a concentração regional de renda e conseqüente exclusão social**. Cadernos de Textos. Belo Horizonte. Março 2007. 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais.

GOMES da SILVA, A. – **A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino**. Cronos, Natal-RN, v.7, n.1, p.39-51, jan./jun.2006.

SOUSA, Rosângela M. S. et al – **Experiência coletiva de Combate à Fome e à Pobreza**. Fome Zero em múltiplas facetas, cap.1 – Teresina - Piauí, 2006

TEIXEIRA, Islandia Bezerra da Costa. **Desvendando o padrão alimentar de famílias rurais: o que tem no prato? Islandia Bezerra da Costa Teixeira**. – Natal, RN, 2007. 137 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN.

VASCONCELOS, Francisco A. G. – **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Rev. Nutr.v.18 n.4 Campinas jul.ago.2005

VIEIRA, Débora de F.A, et al. **O Programa de aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da Agricultura familiar**. (Tese de mestrado). Disponível em (http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/98.htm).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS: UM ESPAÇO ABERTO PARA O DEBATE. UM ESTUDO DE CASO DO PÓLO-SINDICAL DA BORBOREMA – PARAÍBA

Valério Veríssimo de Souza Bastos¹
Edgard Malagodi²
Rosymeyre Paulino Ferreira³
Ana Patrícia Sampaio de Almeida⁴

Resumo

O presente trabalho procura mostrar como os sindicatos de trabalhadores rurais têm se posicionado frente às demandas levantadas pelos agricultores familiares. Ao longo dos anos o Pólo-Sindical da Borborema vem se destacando como um local onde se aglutina e se debate proposta com o objetivo de diminuir os problemas enfrentados pelos agricultores da região do agreste da Paraíba. Frente a esses problemas, a exemplo das irregularidades pluviométricas e escassez de alimentos, o pólo estabeleceu desde a sua fundação parcerias com vários organismos, dos quais podemos destacar a AS-PTA, ASA, Universidades e outros organismos das esferas municipal, estadual e federal. Esta parceria proporcionou a execução de projetos como o P1MC, feiras agroecológicas, entre outros projetos. Sendo assim o Pólo vêm se mostrando como um local onde são levantadas e debatidas políticas públicas que visam diminuir os problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

Palavras-chaves: Agricultores Familiares; Sindicalismo Rural; Políticas Públicas

1. Introdução

O Pólo Sindical da Borborema é uma entidade de articulação de trabalhadores rurais que reúne e conta hoje com 14 sindicatos (Alagoa Nova, Arara, Areial, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda e Solânea) localizados no Agreste Paraibano. Junto a esses sindicatos soma-se ao pólo uma série de organismo envolvido no mesmo projeto, que como exemplo podemos citar: AS-PTA, ASA, governos municipais, estaduais e federais, enfim uma gama de agentes que de forma articulada planejam e executam as ações do Pólo. Tudo isso acontecendo dentro de um espaço aberto para o debate.

No Brasil a regulamentação do direito de associação sindical dos trabalhadores rurais é bastante tardia, se comparada com qualquer outro país. Ainda que algumas tentativas legais de

¹ PPGCS/UFCG.

² PPGCS/UFCG.

³ UVA/UFCG.

⁴ PPGCS/UFCG.

regulamentação tenham ocorrido no início do século passado, como o Decreto lei nº. 979, do ano de 1903, depois complementado por um outro Decreto, datado de 1907, estas leis determinavam a junção de patrões e empregados, através do termo genérico “profissionais rurais da agricultura”, em uma mesma entidade. Incluía-se nesta categoria, o proprietário, o criador de gado e quaisquer pessoas empregadas em serviços dos prédios rurais, bem como pessoas jurídicas que tinham como finalidade a exploração da agricultura ou outra atividade rural. Esta situação perdurou por toda a metade do século, e mesmo em 1943, quando se aprovou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os trabalhadores rurais ficaram de fora, tanto no que diz respeito a seus direitos trabalhistas como sindicais.

Após o fim da ditadura do Estado Novo (1945) ocorreu uma progressiva mobilização no campo. Em meados dos anos 50, período conhecido como pré-sindical, e até as vésperas do golpe militar de 64, houve uma mobilização e organização de trabalhadores rurais, que tomou a forma de associações civis, uma vez que a sindicalização rural não estava legalizada. Neste período, surgem as *Ligas Camponesas*, que ocuparam um papel histórico por sua grande capacidade de mobilização dos camponeses⁵ na Zona da Mata e no Agreste, mas também devido à importância nacional e internacional do movimento. Criadas à margem do aparelho do estado a partir de um movimento dos moradores dos *engenhos* e do apoio de várias correntes de esquerda que atuavam no meio rural, o movimento cresceu rapidamente e ocupou a cena política nacional. A posse da terra, a reforma agrária e a legislação trabalhista para o campo e o direito a representação sindical, formavam o leque de reivindicações que norteava as lutas travadas naquele período, permitindo ao mesmo tempo a construção de uma identidade social capaz de unificar a massa, até então dispersa e inoperante do ponto de vista político.

Ao passo que aumentava as massas rurais envolvidas nesse processo e conseqüentemente a sua pressão sobre o governo. É nesse contexto que o estado concede uma legislação trabalhista para o campo, assim como o direito de representação sindical. Essa concessão não foi de todo ruim para o estado, na medida em que a legalização dos sindicatos (sobre o crivo do governo) vinha a enfraquecer as ligas camponesas. Assim com o golpe de 1964, e o aniquilamento das Ligas camponesas, estavam abertos os caminhos para a construção de sindicatos únicos, fracos e submissos ao regime ditatorial.

⁵ Os filiados das Ligas Camponesas eram simultaneamente agricultores familiares e trabalhadores assalariados que tinham vínculo com as grandes e médias propriedades rurais na condição de *moradores*. Em geral, tinham o direito ao *sítio*, uma área de terra para o cultivo próprio, em geral de produtos de subsistência.

Em novembro de 1962, com a Portaria nº 355-A, o governo regulamenta o sindicalismo rural, estabelecendo as seguintes categorias profissionais: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos. (MEDEIROS 1990:2). Em fevereiro de 1965, a Portaria nº 71 definiu o trabalhador rural como sendo “toda pessoa física que exerça a atividade profissional rural sob forma de emprego ou empreendedor autônomo, neste caso em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”.

A estratégia do regime militar foi incentivar a criação dos sindicatos, como forma de frear o crescimento das Ligas. Incentivados pelo regime e em disputa pelo controle do movimento sindical, grupos da Igreja Católica e de partidos de esquerda passam a criar sindicatos de trabalhadores rurais que nas décadas de (1970/80) apresentam-se como órgão assistencialista e mediador do sistema de aposentadoria no campo.

Nesse novo período, o sindicato transformou-se em uma instituição central para a vida do trabalhador rural e sua família. Os presidentes dos sindicatos passaram a ser pessoas reconhecidas pela comunidade, porque deles dependia o encaminhamento de processos de aposentadoria, questão vital para as famílias de origem rural (gerando até curiosidade na população do município), ou seja, um ambiente propício para a formulação de idéias, onde estas idéias podem ser transformadas em propostas.

Segundo o IBGE (2001) existem 10.286 Sindicatos de Trabalhadores Rurais no país, destes 3.911 são rurais (38% do total) compreendendo 9,1 milhões de associados (47% do total) de trabalhadores associados, perfazendo uma média de 2.336 trabalhadores rurais por sindicato de trabalhadores rurais. Estes números nos mostram a importância e visibilidade do sindicalismo rural brasileiro, ou seja, a importância de um “novo” sindicalismo.

O quadro dos dirigentes sindicais era majoritariamente constituído de produtores rurais familiares, de diferentes atividades (agricultores, pescadores, extrativistas etc.) e não de assalariados rurais; ao contrario do que acontece na maioria dos países, tanto desenvolvidos industrialmente como agrários. Em boa parte dos países da América Latina, estas entidades surgiram a partir dos movimentos camponeses ou de frentes agrárias, surgidos no processo de luta política e reivindicatória. No Brasil os grupos sociais, majoritariamente constituídos de agricultores familiares se aglutinaram em torno dos sindicatos a partir de década de sessenta e setenta e continuam até os dias atuais. (Favareto, 2004).

2. Sindicalismo No Campo: Desafios e Dilemas

Como vimos acima, os períodos históricos do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil aparecem muito fortemente demarcados pelas respectivas conjunturas políticas a que estiveram submetidos. Antes de 1964, forte erupção do movimento, com intensa mobilização e a conseqüente radicalização política. Depois de 1964, tentativa de construção de uma estrutura sindical controlada burocraticamente, à semelhança da estrutura sindical urbana. Nas décadas seguintes, vimos à tentativa de submeter e impor ao novo sindicato de trabalhadores rurais funções burocráticas e assistencialistas (FUNRURAL, intermediação de processos de aposentadorias e outros). No entanto, a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, em geral sem perder o papel de mediado da aposentadoria rural, muitos sindicatos evoluem em direção a práticas mais abrangentes e mais presentes na vida dos trabalhadores rurais. De lá para cá, muitos sindicatos têm demonstrado grande capacidade organizativa e reivindicativa. Vários tipos de ações coletivas de interesses dos trabalhadores rurais têm sido viabilizadas pelo esforço das diretorias sindicais. Claro está que esta característica não é constante nem generalizada entre os sindicatos, ao contrário, nas mesmas regiões, e em municípios próximos uns dos outros, se observa uma atuação muito diferente da parte das diretorias sindicais. (Malagodi 2004:165). E o quadro mais visível, para quem observa, por exemplo, a atuação dos sindicatos do Agreste do Estado da Paraíba, é que enquanto algumas diretorias sindicais tentam dinamizar as suas ações (busca de novas parcerias, realização de eventos e mobilização da base em torno dos problemas mais graves etc.), outras diretorias permanecem apenas restritas a funções burocráticas, tais como fornecer atestados de atividade rural, encaminhamento de processos de aposentadorias e declarações.

Assim os Sindicatos de Trabalhadores Rurais passaram a fazer parte da paisagem social e política das pequenas cidades do país. Neste quadro social e institucional, os sindicatos transformaram-se também em um local de debate dos problemas vividos pelos agricultores familiares. E, nesta medida, tornou-se um ambiente favorável para a discussão das políticas públicas de crédito rural, comercialização, saúde do trabalhador e outras idéias, que puderam assim ser transformadas em propostas e bandeiras de luta.

A chave teórica que queremos desenvolver aqui, para investigar a dinâmica desenvolvida pelo Pólo Sindical da Borborema, é que:

1) o Pólo Sindical da Borborema descreve uma trajetória organizativa e uma estratégia política que, em princípio, é adequada a todo sindicato que tenha em sua base a perspectiva da agricultura familiar como identidade social;

2) a razão histórica do movimento é a necessidade de organizar-se e empenhar-se coletivamente por políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar camponesa;

3) para tanto, (ou seja, para que surja um trabalho sindical voltado ao agricultor familiar e suas demandas políticas e sociais) é preciso que as diretorias assumam conscientemente esta perspectiva de defesa da agricultura familiar e se organizem a partir desta perspectiva;

4) esta perspectiva (a construção de um espaço para a agricultura familiar) e estes interesses, cristalizados através do trabalho sindical, explica também a relação de parceria com as ONG's e outras instituições (Emater, universidades, outras instituições públicas, sociedade local) e de construção de redes para viabilizar as ação coletiva.

No cerne das discussões propositivas estão os problemas enfrentados pelos agricultores familiares, ou seja, as reuniões sindicais, eventos e mobilizações estão norteados pelas demandas trazidas pelos agricultores familiares. O sindicalismo rural na década de 90 tem sido um *locus* de aglutinação de agricultores familiares, onde ele aparece como um espaço organizado e como um canal de veiculação dos novos interesses sindicais e políticos desses agricultores. O que permite a estas entidades (STR's) se tornarem um importante instrumento na busca de políticas públicas mais gerais (saúde, educação, recursos hídricos etc.). (Malagodi, 2004).

Além do Papel do mediador entre os trabalhadores rurais e a previdência social, alguns Sindicatos de trabalhadores rurais têm se mostrado como interlocutores das autoridades políticas constituídas e em certa medida pressionando para a execução de políticas que venham a beneficiar os agricultores familiares. Ao assumir a bandeira da agricultura familiar, os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram que buscar novos instrumentos (parcerias com ONG's, universidades, segmentos do estado e da sociedade civil) de assistência técnica para a produção, criando novas alternativas ou novos projetos produtivos para os municípios. Estas iniciativas têm feito com que vários Sindicatos desenvolvam uma série de atividades e programas que vão desde a distribuição de sementes, mudas para o reflorestamento, fundos rotativos de cisternas de placas, de cercas de telas, de palma, de adubos, entre outros. A promoção de eventos que visam o debate sobre problemas relacionado as dificuldade encontrada pelos agricultores familiares, a inserção de novos temas como a agroecologia, a

pluriatividade, visando o desenvolvimento sustentável da pequena propriedade rural. As parcerias entre os STR's e outros agentes como ONG's, Emater, universidades entre outros, tem promovido que seja feita em vários casos a troca de experiência e a disseminação de técnicas menos onerosas para os agricultores familiares.

Diante do exposto é válido destacar que este novo momento do sindicalismo rural, principalmente no interior do nordeste começa a se viabilizar e vestir uma nova roupagem quando os sindicatos de trabalhadores rurais começam a buscarem novas parcerias. Apesar da grande mudança na agenda do novo sindicalismo rural, é importante ressaltar que o pequeno agricultor ainda não está totalmente decidido sobre as novas técnicas e práticas, ou seja, ele continua fazendo o que sempre fez, aliando as suas práticas, alguma prática que esteja sendo experimentada e esteja dando certo. O aceite de novas técnicas pelo agricultor é um processo paulatino e gradual.

Esse novo momento do sindicalismo tem inserido na pauta de discussão, mesmo que de forma lenta, a inserção de grupos antes esquecidos, como é o caso das mulheres e dos jovens. Apesar desse avanço, que vem permitindo a inserção de novos grupos nas dinâmicas dos sindicatos, esta não é uma prática exercida pela maioria dos sindicatos que fazem parte do Pólo Sindical da Borborema. Na verdade o que se vê é um processo de transição entre o velho sindicalismo (pelego e aparelhista) é um novo momento para o sindicalismo, onde estas transformações estão sendo vividas, discutidas e enfrentadas.

No caso particular da região da Borborema no interior da Paraíba, podemos destacar o trabalho que vem sendo feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em conjunto com o Pólo Sindical da Borborema, que ao longo dos anos vem se transformando em um importante local, onde se tem promovido sistematicamente uma agenda que visa promover o debate sobre os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares bem como a busca de alternativas para estes problemas.

3. O Pólo Sindical da Borborema

Segundo a sua carta de princípios, O Pólo Sindical da Borborema é uma articulação de organizações de agricultores e agricultoras familiares voltada para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar e na agroecologia.

Fundado em junho de 1996, através de uma articulação de nove sindicatos de trabalhadores rurais (Esperança, Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Massaranduba, Remígio, Areal, Matinhas e Montadas) do agreste paraibano, o Pólo Sindical tinha como idéia central aproveitar os sindicatos com algumas experiências na caminhada para reforçar o trabalho dos sindicatos mais carentes de assessoria, ou seja, a meta era apoiar a organização sindical, promovendo uma maior articulação e integração do movimento na região.

A primeira iniciativa do Pólo Sindical foi à busca de um espaço na EMPASA (Empresa Paraíba de Abastecimento) para que os agricultores familiares da região comercializassem seus produtos na empresa. Neste mesmo período também foram realizadas mobilizações para melhorar o atendimento previdenciário e a realização encontros para apresentar experiências do sindicato de trabalhadores rurais de Lagoa Seca, além da troca de experiências como o banco de sementes comunitário e fundos rotativos de cisternas de placas. Hoje o Pólo Sindical faz parte da ASA-PB (Articulação do Semi-árido Paraibano), que é hoje um fórum de debates e de decisões, que funciona como uma rede influente estadual para o encaminhamento dos diversos problemas enfrentados pelos agricultores familiares e suas entidades.

Desta forma, a agricultura familiar será o ponto que vai articular o movimento a partir de um novo sindicalismo, que procura promover de forma mais articulada as demandas provindas dos agricultores familiares. Assim o Pólo passa a ser um espaço importante de formação, mais permanente com ações ligadas a agricultura familiar e na consolidação de um novo momento para o sindicalismo rural. Esta formação passa a ser uma forma de intercambio, de troca de experiência e geração de novas experiências.

O Pólo Sindical da Borborema após a sua fundação irá formatar uma nova agenda com vários objetivos, e com a finalidade de dar um maior dinamismo as suas ações. Dentre esses novos objetivos o Pólo Sindical podemos destacar alguns:

I – Resgatar a historia da agricultura do Compartimento da Borborema e construir uma visão coletiva dos problemas para poder mudar;

II – Discutir e socializar com os sindicatos o papel deles no desenvolvimento da agricultura familiar;

III – Articulação de movimentos sociais na região;

IV – Fazer o intercambio de experiências entre os agricultores familiares da região;

V – Fortalecer os STR's e outras organizações de base;

VI – é por último a formulação de propostas que caminhem no sentido do desenvolvimento e do fortalecimento da agricultura familiar na região.

Diante das ações promovidas pelo Pólo Sindical da Borborema, percebemos claramente o surgimento de uma nova forma de sindicalismo, principalmente quando se coloca no cerne das discussões problemas que antes passavam à margem do antigo sindicalismo rural. Sendo assim, fica claro a necessidade de analisarmos de forma mais articulada como se deu todo esse processo e até onde ele tem implicações no desenvolvimento ou não do segmento dos agricultores familiares.

4. Comentários finais

Nos últimos anos multiplicaram-se, por todo o país, os exemplos de cooperação entre municípios e entidades locais no apoio ao desenvolvimento rural sustentável e à ações comunitárias da parte de cada uma das instituições envolvidas. Houve promoção e multiplicação da participação das comunidades em defesa de seus direitos.

É pertinente lembrar que, a atuação dos agricultores familiares tem resultado em uma interação positiva e necessária para orientar a busca e a construção de uma alternativa de desenvolvimento local, numa realidade com altos e baixos que, em nossa opinião, estaria proporcionando a possibilidade de re-elaboração de novas estratégias por parte dos/as agricultores/as que lhes permitam consolidar a participação nos processos de decisão, melhorar a qualidade de vida desde uma perspectiva de autogestão, de uma ação coletiva na busca de alternativas de produção e de organização capazes de inseri-los na economia local e regional.

As instâncias de participação construídas apresentam-se como alternativas inovadoras ancoradas em laços de solidariedade e cooperação que buscam a emancipação no âmbito da agricultura familiar. Entretanto, isso ocorre ainda com roupagens desenhadas e moldadas nas mazelas da representatividade, dos poderes locais, do clientelismo, tradicionalmente, presentes na história brasileira.

O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos construídos tanto na esfera pública quanto na privada – propiciam a trama de tensões que opõe agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

5. Bibliografia consultada

ANDRADE, S.M.C. Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. São Paulo: USP, 1994 (tese de doutoramento).

BASTOS, Valério & MALAGODI, Edgard. Sindicato de Trabalhadores Rurais e seus Parceiros. VI Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil. 2002.

COLETTI, Claudinei. A Estrutura Sindical no Campo: A propósito da Organização dos Assalariados rurais na Região de Ribeirão Preto. Campinas-SP, Editora Unicamp, 1998.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores. Os trintas anos do novo sindicalismo rural e a representação política da agricultura Familiar no Brasil. ANAIS do XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, MG, 2004.

GRZBOWSKI, Candido. Caminho e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.

LÚCIO, A. B. A ação sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 1970: as campanhas salariais dos canavieiros de Alagoas. Campina Grande: UFPB, 2003.

MALAGODI, Edgard A. A viabilidade da produção familiar no Brejo Paraibano. (Projeto de Pesquisa). DSA, Campina Grande, 1997.

_____ O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças. In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. Maria do Nazaré B. Wanderley (organizadora). S.P.: Polis; Unicamp, 2004.

MEDEIROS, I s. Sindicalismo no campo. Caderno do cedi, Rio de Janeiro; n 20, p 5-10, jan 1990.

MELLO, Paulo D. A. Alagoas: sindicatos rurais e dominação. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado).

MENEZES, M.A. O Cotidiano camponês e a sua Importância enquanto resistência à dominação a contibuição de James C. Scott. Raízes, Campina Grande. Vol. 21, nº 01p. 32-44, jan/jun, 2002.

RICCI,R. Qual é o problema da estrutura sindical no campo? São Paulo: [S.n], 1992 (mimeogr.)

ROSA, Marcelo. A Nova Face do Sindicalismo Rural Brasileiro: A Reforma Agrária e as Tradições Sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. DADOS –Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro Vol. 47, nº 3, pp. 473-503, 2004.

SEMINÁRIO: Agricultura Familiar no Comportamento da Borborema. Realização: Pólo Sindical da Borborema. Apoio: AS-PTA. Convento Ipuarana, Lagoa Seca. PB. (mimeogr.)

THOMAS JUNIOR, Antonio. O sindicalismo rural no rastro dos antecedentes. In Scripta. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, n. 15. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

UMA VISÃO GERAL DOS ASSENTAMENTOS NO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE

Marcio Miceli Maciel de Sousa¹
Ivan Targino Moreira²

RESUMO

A observação do meio rural em diversos países atualmente, revela não somente a existência da pequena produção, como, em algumas situações, o bom desenvolvimento de suas atividades. No caso brasileiro, identifica-se uma situação diferenciada nas condições de desenvolvimento da agricultura familiar entre as cinco regiões. No Nordeste brasileiro, mais especificamente no semi-árido, verifica-se que os assentados encontram-se limitados ao acesso dos recursos produtivos, remetendo-os a uma baixa qualidade de vida. Dentro deste contexto, o artigo se propõe a identificar a situação vivenciada pelos assentados no Sertão Central cearense, na região do Apodi norte rio grandense, no Cariri paraibano e no Sertão sergipano, como forma de apontar os principais problemas que impedem o bom funcionamento da agricultura familiar no semi-árido do Nordeste.

Palavras-chave: Reforma Agrária; assentamentos Rurais, Serviços de Apoio

1. Introdução

A questão agrária no Brasil tem sido foco de debates dentro das ciências sociais há muitos anos. A elevada concentração fundiária existente no país³ e o fraco apoio prestado aos pequenos agricultores por parte do Estado foram e continuam sendo vistos como um expressivo entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Descontentes com a situação vivenciada no campo, vários segmentos da sociedade passam a se articular em prol da reforma agrária, defendendo este processo democrático como instrumento de inclusão social e conseqüente melhoria na qualidade de vida das populações menos abastadas.

As sucessivas tentativas de realização da reforma agrária acabaram enfrentando o poder da elite latifundiária, que não admitia, de forma alguma, a alteração do *status quo*. A expressão mais recente da organização desse segmento social se deu mediante a criação da União Democrática Ruralista – UDR, com forte atuação no congresso brasileiro, através da bancada ruralista, por ocasião da constituinte de 1986.

¹ FAVIP.

² UFPB.

³ De acordo com o informe de 1993 do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil apresentava então a 2ª distribuição fundiária mais desigual do mundo, estando atrás apenas do Paraguai (MAGALHÃES, 2000).

O fracasso das políticas de fixação do homem no campo associado à forma como foi conduzida a modernização da agricultura brasileira, chamada por Graziano como a *modernização dolorosa*, acabaram acentuando as desigualdades existentes entre a agricultura patronal e a familiar, projetando dentro do meio rural brasileiro duas vias de desenvolvimento humano bastante distintas.

Dentro deste contexto, assistiu-se a um intenso êxodo rural que veio a provocar um inchaço das grandes metrópoles nacionais, alterando significativamente a distribuição populacional por todo o território brasileiro, sobrecarregando os serviços de saúde, educação e transporte coletivo e promovendo um considerável déficit habitacional nas grandes cidades (MIRALHA, 2006).

Os assentamentos rurais representam uma realidade recente no contexto da questão agrária brasileira. A partir da década de 1980, esse processo foi intensificado devido às fortes pressões dos movimentos sociais, representantes de setores marginalizados do acesso a terra (SOUSA e PEREIRA, 2004).

O desempenho dos projetos de reforma agrária constitui um tema muito presente na sociedade e há uma expectativa a respeito do êxito ou do fracasso dos assentamentos. Pesquisa do INCRA/FAO (1998) mostra que parte dos projetos de reforma agrária no Nordeste encontra dificuldade de alcançar um patamar de sustentabilidade.

A amostra utilizada na caracterização da população assentada e dos aspectos relacionados aos assentamentos, foi extraída do banco de dados do projeto Dom Hélder Câmara, o qual detém informações sobre 838 produtores. Destes, apenas os produtores que vivem nos assentamentos rurais foram utilizados, ou seja, 587 assentados, ocorrendo o descarte dos produtores que viviam no entorno dos assentamentos, como também os pertencentes às comunidades quilombolas.

2. Os assentamentos rurais

Segundo dados do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2007), existem no país mais de 7.000 projetos de assentamento e mais de 1 milhão de famílias assentadas distribuídas nas cinco regiões brasileiras.

A maioria dos assentados é de origem rural, do próprio município ou dos vizinhos ao assentamento e já exercia atividade agrícola. Trabalhadoras e trabalhadores rurais que enfrentavam diferentes situações de sujeição ao trabalho (NEAD, 2004).

É marcante a trajetória de obediência e da falta do exercício em tomar decisões por parte de alguns produtores assentados, devido à condição anterior de assalariados,

dependentes de ordens emanadas dos chefes que organizavam as tarefas a serem por eles cumpridas. Hoje, proprietários de parcelas de terra, um grande número de assentados tem dificuldade em tomar iniciativas em benefício do desenvolvimento dos seus trabalhos (PEREIRA, 2000).

A constituição dos assentamentos rurais carrega em si elementos que extravasam a noção de um último passo diante de uma longa e cansativa trajetória de acesso à terra, assistida pelos movimentos sociais. Muitas destas novas experiências nascem marcadas pela ausência de um planejamento inicial criterioso de localização e de mecanismos de apoio, acumulando situações adversas no que se refere às condições de infra-estrutura, com reflexos nas suas condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade (MEDEIROS e LEITE, 1998).

2.1. Os Assentamentos Rurais no Semi-Árido Nordestino

2.1.1. Aspectos da População Assentada

Nesta seção será apresentada a realidade vivenciada pelos assentados residentes nos assentamentos rurais selecionados pelo Projeto Dom Hélder Câmara nas regiões do Sertão Central cearense, do Apodi norte rio grandense, do Cariri paraibano e do Sertão sergipano.

No Sertão Central cearense, foram selecionados: o assentamento Monte Socorro, situado no município de Pedra Branca; os assentamentos Florestan Fernandes e Conquista da Liberdade/Marraquetá, em Quixeramobim; o assentamento Renascer/Longar, em Ibicuitinga; os assentamentos Fazenda Tijuca/Boa Vista e Palmares, localizados no município de Quixadá; os assentamentos Croatá e Ouro Branco; no município de Choró e; os assentamentos Boa Água e Jiquí, no município de Banabuiu.

Na região do Apodi no Rio Grande do Norte, foram selecionados: os assentamentos Lagoa Vermelha e Baixa do Dutra; situados no município de Upanema; o assentamento Nova Descoberta, em Apodi; o assentamento Bom Futuro, em Campo Grande; o assentamento Paraná, localizado no município de Itaú; os assentamentos Maravilha e Nova Morada, no município de Caraúbas e; os assentamentos Santo Antônio e Bonito, no município de Governador Dix Sept Rosado.

No Cariri paraibano, foram selecionados: os assentamentos Fazenda Santa Catarina, Picus, Samambaia e Limitão, situados no município de Monteiro; os assentamentos Serrote Agudo e José Marcolino, em Amparo; o assentamento Novo Mundo, localizado no município

de Camalaú; o assentamento Boa Vista, no município de Coxixola e; os assentamentos Badalo e Sacramento, em São João do Cariri.

Na região do Sertão sergipano, foram selecionados: os assentamentos Luís Carlos Prestes e Edmilson de Oliveira, em Carira; o assentamento Nossa Senhora de Aparecida, situado no município de Nossa Senhora da Glória; os assentamentos José Unaldo e Ilha do Ouro, em Porto da Folha; o assentamento Pioneira, em Poço Redondo e; o assentamento Nova Esperança, em Garuru.

Nesses diversos compartimentos espaciais contemplados pelo PDHC, observam-se algumas regularidades na composição etária da população, a saber: a) a grande maioria dos chefes das famílias assentadas está compreendida nos estratos de 26 a 58 anos de idade; b) a presença de chefes jovens varia nas quatro áreas estudadas, sendo mais marcante no Ceará e em Sergipe; c) os chefes com idade superior a 60 anos têm um peso importante; esse dado tem uma consequência significativa na renda das famílias, pois são beneficiários da aposentadoria rural.

No Nordeste brasileiro a renda proveniente de aposentadorias e pensões tem participação importante nas despesas dos pequenos produtores. Em estudo recente, Kato, Hamasaki e Moreira (2007) concluíram que a redução na idade para a aposentadoria no meio rural brasileiro, de 60 para 55 anos no tocante as mulheres e de 65 para 60 anos para os homens, fez com que uma parcela maior da população tivesse acesso a este benefício, funcionando como um fator importante para a minimização da pobreza rural na região.

Segundo Delgado (2000), em pesquisa sobre a previdência social rural na região do Nordeste, verifica-se a presença de 1,7 beneficiados por domicílio no meio rural brasileiro. Para este pesquisador, o rendimento proveniente das aposentadorias acaba funcionando como uma espécie de “seguro-agrícola”, sendo uma parcela considerável destes recursos aplicados no custeio das atividades agropecuárias⁴.

Estabelecendo-se uma visão geral no tocante ao gênero dos assentados contemplados no projeto Dom Hélder Câmara, percebe-se que a grande maioria é do sexo masculino, ou seja, 68% dos chefes de família. No Sertão sergipano, esta diferença entre homens e mulheres se reduz, dado que 44,3% dos entrevistados são do sexo feminino. O número de mulheres chefes de família nos assentamentos pesquisados demonstra que aos poucos estas vão ganhando destaque no planejamento das tarefas executadas nas parcelas, bem como na administração dos recursos financeiros e dos afazeres domésticos.

⁴ No México, 70% dos agricultores residentes nos antigos ejidos (na maior parte dos casos proprietários de minifúndios), investem na aquisição de insumos a renda proveniente de transferências financeiras.

A grande maioria das habitações é de alvenaria e cobertas de telha. Esse padrão se repete nas quatro áreas investigadas. Tal padrão de construção é um indicador importante da elevação da qualidade de vida dos assentados, inclusive por inibir a presença de vetores de transmissão de doenças, a exemplo do barbeiro (*trypanosoma cruzi*).

No tocante ao piso das casas dos pequenos produtores, verifica-se que na região do Apodi no Rio Grande do Norte, 94% das casas ainda possuem o piso de terra batida. Diferentemente das outras três regiões, onde a maioria das casas dos assentados dispõe de piso de cimento, o que facilita a limpeza do ambiente. A qualidade das residências ocupadas pelos assentados tem sido uma das preocupações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Dentro deste contexto, existe uma modalidade de crédito do PRONAF, denominada crédito habitação, que visa fomentar a construção e melhoramento das residências dos pequenos produtores (INCRA, s.d).

Como os assentados residem em áreas rurais, permanece o problema da coleta do lixo e do esgoto. Dos entrevistados nas quatro regiões, 71% declararam despejar o esgoto sanitário em fossa séptica. Analisando-se o destino do esgoto apenas na região do Sertão Central cearense e Sertão Sergipano percebe-se que mais de 25% dos assentados despejam os detritos diretamente no rio. Deve-se ressaltar o pequeno percentual de assentados que afirmaram canalizar o esgoto em rede geral, reconhecendo que este é um problema que ocorre não apenas no meio rural brasileiro, dado que apenas um pequeno percentual das cidades brasileira é saneado.

A falta de tratamento do esgoto muitas vezes é responsável pela disseminação de doenças, pois em muitos assentamentos as pessoas consomem a água do mesmo rio onde é despejado o esgoto sanitário (CEDIPLAC, 2006). A contaminação do rio se revela como uma agressão ao meio ambiente, indo de encontro à concepção do desenvolvimento humano sustentável, descrita por Veiga (2006), que defende o desenvolvimento das potencialidades de uma determinada região sem que haja prejuízo para as gerações futuras.

No tocante ao destino do lixo produzido nos assentamentos, verifica-se que grande parte dos residentes queima o lixo. Dos assentados entrevistados no Sertão Central cearense, 38,5% disseram depositar o lixo em terreno baldio. Nesse assentamento não foi registrada a existência de coleta.

Assim como a coleta de esgoto, o tratamento do lixo torna-se fundamental para a conservação do meio ambiente e a prevenção de doenças. Uma série de materiais jogados na natureza, como os feitos de plástico, demora um tempo enorme para se desintegrar, como

também a falta de medidas preventivas acaba sobrecarregando os hospitais públicos e consumindo um número expressivo dos recursos destinados a saúde.

Os dados mostram que a rede de energia atinge um percentual bastante elevado de assentados (85%). Destaca-se também o uso de fontes energéticas alternativas, particularmente a solar (11%). A energia elétrica mostra-se fundamental para a melhor qualidade de vida dos assentados, bem como para a realização de suas atividades. É componente importante para a utilização de irrigação, a qual se torna imprescindível em uma região como o semi-árido nordestino, onde as chuvas são irregulares e os índices pluviométricos são baixos, bem como para a utilização de equipamentos como a máquina forrageira para picar o capim a ser oferecido para o gado e aos caprinos e ovinos.

As experiências de sucesso da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e do Vale do Açu, devido às vantagens comparativas na produção de alguns produtos, como a uva, a manga e o melão, que chegam a dar duas safras e meia no período de um ano, quando cultivadas em regime de irrigação pela agricultura patronal (LIMA e MIRANDA, 2001; MOUTINHO, 2002), comprovam a necessidade de ofertar este tipo de serviço aos assentados das regiões investigadas como forma de elevar a produtividade das atividades realizadas pelos pequenos produtores e minimizar o risco de fracasso por questões de ordem climática.

No que diz respeito à água encanada, apenas 17,5% dos assentados localizados na região do Sertão Central cearense declaram ter acesso a este tipo de serviço. O déficit no acesso é muito grande também nas outras regiões estudadas. A maior parte dos pequenos produtores armazena a água em cisternas de placa, bem como em barreiros.

2.1.2. A produção vegetal

A produção vegetal é predominantemente de lavouras tradicionais. Os produtos mais cultivados pelos assentados são o feijão e o milho. Vale lembrar que são culturas tradicionais, possuindo grande participação na dieta diária das famílias desta região, sendo os excedentes comercializados em feiras-livres, pequenos comércios da região ou com atravessadores. Estes dois produtos são característicos da agricultura familiar, dado que esta modalidade da agricultura responde por 59% da produção nacional de feijão e 43% do milho (GUILHOTO et al, 2007).

2.1.3. A produção animal

No cenário nacional, a pecuária possui grande participação na produção familiar, particularmente a caprinocultura, ovinocultura e pecuária bovina de leite. Apenas na produção de carne bovina o agronegócio patronal encontra-se hegemônico (GUILHOTO et al, 2007).

A importância da pecuária leiteira é refletida através do percentual de assentados (22,5%) que a praticam. Excetuando-se os assentados da região do Cariri paraibano, em todas as outras regiões, fica patente a importância do leite. No Sertão Central do Ceará, 61% dos assentados produzem este produto. Observando-se os assentamentos contemplados no PDHC no Sertão sergipano, percebe-se que o leite é produzido por 44% dos titulares dos lotes e no Apodi, por 28% dos assentados.

Os rebanhos bovinos dos pequenos criadores são constituídos de animais mestiços, os quais se tornam menos produtivos em relação a animais gerados mediante cruzamentos genéticos entre matrizes e reprodutores selecionados, verificados na pecuária patronal (PEREIRA e SOUSA, 2006). A baixa produtividade não é devida exclusivamente à qualidade dos rebanhos. Problemas relativos à falta de pastagens e a utilização incorreta das técnicas de vermifugação também contribuem para que isso ocorra. Como forma de garantir a pastagem do rebanho, os pequenos criadores recorrem ao cultivo do sorgo e da palma forrageira.

Desde 2003, a produção de leite nos assentamentos ganhou um reforço substancial através do Programa de Aquisição de Alimentos / modalidade leite. A venda do leite para o Programa tem permitido um fluxo regular de renda para o pequeno produtor, elemento fundamental para reforçar as condições de sobrevivência da pequena produção familiar rural (TARGINO e MOREIRA, 2007). Outro elemento que tem contribuído para a produção animal nos assentamentos é o crédito para investimento do PRONAF. No Cariri paraibano, essa disponibilidade de crédito tem sido fundamental para a expansão da pecuária de médio porte (TARGINO e MOREIRA, 2007).

Convém lembrar que em depoimentos colhidos junto a trabalhadores assentados, a criação aparece como uma estratégia de poupança, para enfrentar eventualidades adversas no futuro. Em situação de aperto, a venda de um animal é o caminho para superá-la (DI LORENZO, 2007).

2.1.4. Assistência técnica

Percebe-se que em apenas duas culturas, o algodão e o arroz, o percentual de unidades assistidas é maior do que o das não assistidas. No caso do feijão e do milho, principais produtos cultivados, percebe-se que quase 70% dos pequenos produtores não tiveram acesso à assistência técnica. Chama a atenção o fato dos produtores de carvão não receberem qualquer

tipo de assistência. Como essa atividade é, especialmente, danosa ao meio ambiente, a sua prática sem qualquer orientação técnica de manuseio da caatinga, potencializa os riscos de agravo ao bioma.

O número reduzido de pequenos produtores que tiveram acesso a este tipo de serviço foi uma consequência do fraco desempenho da economia brasileira nos três primeiros anos da década de 1980, pois a elevação da dívida externa a patamares jamais vistos⁵ demandou do Estado uma redução nos gastos públicos, como forma de honrar seus compromissos com os credores internacionais. Os recursos destinados a alguns programas, como a extensão rural, passam a ser ofertados em menor proporção quando comparado à década de 1970, promovendo uma menor intervenção da esfera pública no setor primário.

A partir da primeira metade dos anos 1980, com o agravamento do endividamento do Estado e elevação da dívida externa do país, assiste-se a uma profunda recessão e o enfraquecimento da atuação das políticas públicas na agropecuária. A assistência técnica passou por um desmonte no governo Sarney, com seus orçamentos reduzidos. Em 1990, no governo Collor, a EMBRATER foi extinta, desencadeando-se então um processo de esvaziamento do serviço (PEREIRA, SOUSA e CAMPOS, 2007).

De um modo geral, a assistência técnica no Nordeste encontra-se fragilizada, sem recursos e sem condições materiais para realizar o papel que desempenhava até os anos 1970, quando foram criadas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER e suas afiliadas estaduais, as EMATERs. Foi a época do processo de modernização da agricultura e a missão da assistência técnica era promover a transferência dos pacotes tecnológicos em articulação com a pesquisa agropecuária (PEREIRA, SOUSA e CAMPOS, 2007).

2.1.5. Acesso ao crédito

Uma parcela considerável dos assentados conhece as linhas de crédito disponíveis pelo governo para o fomento de atividades agropecuárias. Dos entrevistados, apenas 9,5% afirmaram desconhecer estas linhas nas quatro regiões selecionadas. No Sertão sergipano 98% dos pequenos produtores revelaram conhecer o PRONAF.

⁵ O elevado endividamento dos países subdesenvolvidos na década de 1980 promoveu uma crise sem precedentes nas economias periféricas, funcionando como pano de fundo para a implementação de uma reforma macroeconômica seguindo a cartilha de estabilização e ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo Banco Mundial, ocasionando um dismantelamento das instituições do Estado e promovendo uma redução bastante significativa nos gastos públicos destinados as áreas sociais (CHOSSUDOVSKY, 1999).

No tocante à demanda por crédito, verifica-se que no Sertão Central cearense e no Cariri paraibano, apenas, respectivamente, 29,5% e 50% dos assentados demandaram crédito agrícola, diferentemente, nas regiões do Apodi e do Sertão sergipano, onde uma parcela considerável dos pequenos produtores solicitou este tipo de serviço.

Na região do cariri paraibano, um fator negativo foi que aproximadamente metade dos pequenos produtores teve acesso a este serviço. No restante das regiões pesquisadas, o percentual de sucesso no que diz respeito a acesso ao crédito superou os 67%. Quase todos os pequenos produtores afirmaram que o fato de terem se tornado assentados facilitou o acesso a este tipo de serviço. Segundo o NEAD (2004), a criação dos assentamentos contribuiu substancialmente para que novos agentes econômicos interagissem com o mercado financeiro, mesmo diante de uma gama de problemas que comprometem a liberação do crédito.

Dentre eles, a literatura especializada tem elencado como principais entraves: problemas relacionados com o INCRA, no que diz respeito à documentação do lote e a não regularização do assentamento, pois é uma exigência dos bancos para a oferta de crédito.

Segundo Bittencourt (2003), na área agrícola, em especial entre as populações mais pobres, o crédito, quando ofertado em conjunto com os demais serviços de apoio, exerce um papel relevante na geração de emprego e renda. Quando se analisa a questão do crédito para a agricultura familiar no Brasil, verifica-se que, historicamente, o segmento da população rural mais pobre vem sofrendo grandes problemas com relação ao acesso a este serviço (SAYAD, 1984).

O governo na tentativa de estabelecer uma política de crédito que viesse atender a agricultura familiar, historicamente marginalizada, resolveu criar mecanismos que possibilitassem o aumento da capacidade produtiva, da elevação da renda, e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores, mediante a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (GUANZIROLI, 2007).

Desde a sua criação, o programa vem sofrendo modificações, objetivando o aprimoramento de suas diretrizes e processos operacionais. Atualmente, o PRONAF é composto por três modalidades: Crédito, Infra-Estrutura e Capacitação, desenvolvendo treinamentos e oferecendo aos pequenos produtores serviços de extensão rural⁶.

⁶ Dentre as fontes de abastecimento dos recursos para o PRONAF, destacam-se: Fundos Constitucionais; Orçamento Geral da União (OGU); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Exigibilidades Bancárias (Banco Central) e Bancos Cooperativos. Estes últimos são os únicos que realizam empréstimos com recursos próprios aos agricultores. Os outros são Fundos Compulsórios (SILVA; CORRÊA; NEDER, 2006).

Ainda no caso do PRONAF, percebe-se que existe uma dificuldade de relacionamento por parte do Estado, através dos agentes responsáveis pela administração dos recursos para com os integrantes do grupo A (assentados). Segundo o NEAD (2004), muitas vezes a liberação dos recursos financeiros ocorre após o calendário agrícola em virtude das exigências com documentação.

Analisando-se o programa, percebe-se que existe uma assimetria na distribuição do crédito do PRONAF pelas cinco regiões brasileiras. Verifica-se que existe uma grande concentração de recursos aplicados na região Sul em detrimento das outras regiões, como, por exemplo, em comparação à região Nordeste. Esta concentra mais da metade de estabelecimentos familiares no país, no entanto, recebe bem menos recursos em termos relativos quando comparado aos distribuídos no Sul (SOUSA e JÚNIOR, 2006). Nesse sentido, existe um desequilíbrio entre a oferta e demanda de crédito, que penaliza a região Nordeste.

2.1.6. Uso da irrigação

Dos pequenos produtores selecionados na amostra, 75,6% declararam conhecer a técnica de irrigação localizada (microaspersão ou gotejamento), 91,5% disseram ter ouvido falar da técnica de irrigação por aspersão e 75,5% afirmaram ter conhecimento da irrigação por sulco.

Dos entrevistados, apenas 4,4% afirmaram utilizar irrigação localizada (microaspersão ou gotejamento), 2,1% declararam utilizar irrigação por aspersão e 7,5% declaram ter acesso ao método de irrigação por sulco. Este último foi muito difundido nos perímetros irrigados implementados pelo DNOCS no Nordeste.

Sabendo-se que o semi-árido nordestino é uma região de chuvas irregulares e de baixo índice pluviométrico, percebe-se que o acesso à irrigação por parte dos pequenos produtores fica muito aquém do desejado. Em regiões de sequeiro o risco para o pequeno produtor vem se tornando cada vez maior, diante de um cenário onde as variações climáticas, tornam-se cada vez mais intensas, devido às agressões impostas ao meio ambiente.

3. Conclusões

Os assentamentos rurais constituem a resposta aos conflitos e originam-se da pressão dos movimentos sociais e, em poucos casos, de iniciativas locais. Uma característica comum aos projetos de assentamento é a precariedade da sua infra-estrutura econômica e social. Há

projetos, boa parte situada no Nordeste, em que as condições de vida e de trabalho deixam a desejar, comprometendo a reprodução das famílias ali instaladas.

No entanto, vale ressaltar a situação mais vantajosa das famílias, comparando-se ao período anterior da sua entrada no projeto. O fato de dispor de terra para produzir a subsistência e vender algum excedente já diferencia o assentado em relação à sua situação anterior. Como impacto positivo pode-se considerar ainda que as famílias assentadas são dotadas de novas condições para a reivindicação.

Nos assentamentos rurais contemplados pelas ações do Projeto Dom Hélder Câmara, a maior parte dos titulares dos lotes têm entre 26 e 58 anos, pertencem ao gênero masculino e são moreno-escuro. Verifica-se, também, uma predominância dos casados e dos que já moravam na localidade, anteriormente à implantação dos PA's e dos que sabem ler e escrever, mas não freqüenta a escola.

No tocante à infra-estrutura dos assentamentos pesquisados, constatou-se que as casas dos titulares não estão no padrão ideal, pois a maior parte delas possui, ainda, os telhados de barro, registrando-se, também, a presença de residências com paredes e piso de barro.

Em relação ao destino do esgoto, verifica-se que um pequeno percentual dos assentados despeja-o em rede geral, fazendo com que, muitas vezes, os dejetos sejam jogados no rio, sem nenhum tipo de tratamento. Deve-se salientar que este é um problema que ocorre não apenas no meio rural brasileiro, dado que apenas um pequeno percentual das cidades brasileira é saneado, mas que demanda uma maior atenção por parte das autoridades responsáveis.

No que diz respeito à situação do lixo, verifica-se a inexistência de uma estrutura de coleta apropriada, o que faz com que o lixo seja incinerado, enterrado ou jogado em terreno baldio. Assim como a coleta de esgoto, o tratamento do lixo torna-se fundamental para a conservação do meio ambiente e a prevenção de doenças. Uma série de materiais jogados na natureza, como os feitos de plástico, demora um tempo enorme para se desintegrar. Por outro lado a falta de medidas preventivas acabam sobrecarregando os hospitais públicos e consumindo um número expressivo dos recursos destinados à saúde.

Ainda observando questões relativas à infra-estrutura básica dos assentamentos, conclui-se que a iluminação proveniente de rede geral está disponível para a maioria dos assentados. Porém, em muitos casos trata-se de energia monofásica, não permitindo o seu uso para irrigação ou mover máquinas mais pesadas do ponto de vista de consumo energético.

Em relação ao acesso a água encanada, verifica-se que apenas um número reduzido dos pequenos produtores desfruta deste serviço em suas residências. A água consumida nas

casas dos assentados foi considerada de boa qualidade. A principal fonte de obtenção deste recurso são os barreiros e as cisternas de placa.

Observando-se os aspectos relativos à saúde dos titulares dos lotes, constata-se um pequeno acesso por parte destes aos serviços de saúde, dada a distância dos assentamentos em relação aos postos de saúde e à qualidade ruim das estradas vicinais. A visita dos agentes de saúde à residência dos assentados ocorre raramente, fazendo com que não haja um trabalho de saúde preventiva e um atendimento eficiente aos doentes.

No cenário nordestino, a pecuária familiar ainda sofre com a baixa qualidade dos seus rebanhos e a falta de pastagem. Neste sentido, os pequenos criadores recorrem à palma e ao sorgo como forma de alimentar o gado.

Um fator que dificulta a ascensão econômica e social das famílias assentadas é a pequena quantidade de canais de comercialização e a má qualidade das estradas vicinais, o que limita a venda do produto ao consumidor final, forçando os pequenos produtores a recorrer a atravessadores, vendendo o seu produto muito abaixo do preço de mercado.

A assistência técnica no semi-árido Nordeste apresentou-se fragilizada. Sem recursos e sem condições materiais para realizar o papel que desempenhava até os anos 1970, quando foram criadas a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e suas afiliadas estaduais, as EMATERs.

A assistência técnica serve não apenas para garantir um melhor desempenho as atividades praticadas pelos assentados, mediante a obtenção de uma maior produtividade, como também se torna imprescindível para a elaboração dos projetos utilizados para captação do crédito.

Uma parcela considerável dos assentados conhece as linhas de crédito disponíveis pelo governo para o fomento de atividades agropecuárias. Todavia, a quantidade de assentados que têm acesso a este tipo de serviço ainda é limitada.

Portanto, a viabilização da agricultura familiar passa pela superação dos obstáculos: i) elevação do nível de emprego entre a população rural; ii) conhecimento técnico; iii) acesso ao crédito e ao capital para investimento; iv) acesso à assistência técnica e à capacitação; e v) superação das dificuldades de comercialização e, conseqüentemente, elevação do valor agregado dos produtos.

Este conjunto de medidas requer a execução de políticas públicas capazes de atacar o problema na sua essência, através da mudança na concentração fundiária e da promoção de um programa de apoio efetivo a pequena produção, como forma de remetê-la a uma situação de sustentabilidade.

4. Referências

- BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 243f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000307081>>. Acesso em: 04 Ago. 2006.
- CEDIPLAC. **Esgoto é vida**. In http://www.esgotoevida.org.br/saude_saneamento.php, 2006. Acesso em 4/4/2008.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial**. Trad. Marylene Pinto Michael. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1999.
- DELGADO, Guilherme. A Pesquisa de Avaliação da Previdência Social Rural Contextualizada. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JR. (Org.). **A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.
- GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas, **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.45, n.2, p. 301-328, abr/jun/2007.
- GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em Seus Estados. In: **V Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Recife, 2007.
- INCRA/FAO. **Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil – projeto de cooperação técnica**. Brasília, 1998.
- INCRA (s.d). **Perguntas e Respostas sobre a Reforma-Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=53,52>. Acesso em:23/02/2008.
- KATO, Rosa; HAMASAKI, Cláudia Satie e MOREIRA, Ivan Targino. Impactos Socioeconômicos da Previdência Social na Zona Rural do Nordeste Brasileiro: Análise dos Efeitos sobre a Pobreza e a Distribuição de Renda em 1991-2000. In: **Anais do Encontro da ABET Regional**. João Pessoa, 2007.
- LIMA, J. P. R. ; MIRANDA, É. A. . Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. Especial**, p. 611-631, 2001.
- MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil: Um Pouco sobre o Debate Político e Acadêmico Atual**.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio (org). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil – processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MIRALHA, Wagner. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e reforma hoje. In: **Revista Nera**. Ano 9. N.8. Janeiro/Junho de 2006.
- MOUTINHO, L. M. G. Produção e comercialização de melão no Rio Grande do Norte: cenário de um novo Nordeste. In: Antônio Lisboa Teles. (Org.). **Nordeste: reflexões sobre aspectos setoriais e locais de uma economia**. Fortaleza: CAEN-UFC, 2002, v. 1, p. 231-248.
- NEAD. **Impacto dos Assentamentos Rurais – Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- PEREIRA, José Maurício. Os Assentamentos Rurais em Rio Formoso: Avanços e Desafios. In: **Revista Symposium**. v.4, n.2, p.5-10, Recife, 2000.

PEREIRA, J. M. ; SOUSA, M. M. M. ; CAMPOS, L. H. R. . Aproveitamento da Banana em Atividades Agroindustriais na Zona da Mata de Pernambuco. **In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007.**

SAYAD, João. **Crédito Rural no Brasil**: avaliação das críticas e das propostas de reforma. São Paulo: Pioneira. Estudos Econômicos, FIPE, 1984.

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de. e PEREIRA, José Maurício. Promessa de Integração, Realidade de Exclusão. **In: Anais da II Semana de Integração Universidade-Sociedade.** Recife, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 4 – Formas de organização do trabalho e agricultura familiar

VIDA SOCIAL E TRABALHO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra¹
Alfio Brandenburg²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os espaços rurais, tomando como referência o local de moradia e a ocupação da população nos pequenos municípios do Estado do Paraná. A partir dos dados do Censo Demográfico 2000³, questiona-se alguns resultados de estudos realizados sobre o rural brasileiro, que tendem a interpretações generalizantes a partir de médias estaduais ou mesmo nacionais. Esta forma, que se entende aqui, subjacente ao “mito das médias”, tende a ocultar um rural diverso e formado, sobretudo por pequenos municípios com população predominantemente rural, composta por trabalhadores agrícolas, camponeses e agricultores familiares, residentes no espaço agrário onde desenvolvem atividades agrícolas.

Palavras chave: Ruralidade, Pequenos Municípios, Atividades Agrícolas.

1. Introdução

O local de moradia e o trabalho dos habitantes dos pequenos municípios paranaenses são as categorias privilegiadas na análise, a fim de entender, no seu limite, as relações sociais aí existentes – os espaços de vida. Estaria a ruralidade dos pequenos municípios paranaenses bem representada pelos indicadores que têm sido freqüentemente divulgados para o Estado do Paraná como um todo? Numa escala de análise mais restrita, essa ruralidade se apresentaria homogênea entre as mesorregiões do próprio Estado? E qual seria a importância do setor agrícola na ruralidade destes pequenos municípios já que há teses que dissociam o rural do agrícola entendendo isso como característica do novo rural? Poderiam estes dados estarem induzindo a formulação de políticas públicas consequentemente inadequadas para os pequenos municípios do Estado do Paraná?

A respeito destas indagações, o presente estudo procura demonstrar a existência de ruralidades diferentes nos pequenos municípios das mesorregiões estudadas, cujas distinções

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Sociologia -UFPR; Núcleo de Estudos de Políticas Sociais e Estudos Populacionais, IPARDES. E-mail: anael@onda.com.br;

² Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR. (Orientador) E-mail: alfio@onda.com.br;

³ Este trabalho é parte da seguinte dissertação de mestrado: CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPR.

não são observadas quando se consideram dados e indicadores acerca da ruralidade para o Estado do Paraná como um todo. Enfim, este dado, contraria ou não as teses que procuram afirmar o declínio cada vez maior da interação entre o rural e o agrícola?

2. A localização da moradia nos pequenos municípios rurais paranaenses

Estudar o local de moradia é verificar onde a população dos pequenos municípios paranaenses reside. Seria, em sua maior parte, segundo os critérios oficiais, nas cidades (urbano) ou no campo (rural)? Haveria algum padrão de comportamento na questão da moradia dos habitantes dos pequenos municípios rurais⁴ paranaenses? Qual seria?

Interessa num primeiro momento trabalhar e sistematizar o que os dados censitários oficiais revelam, sobre a diversidade populacional existente entre os municípios do Estado do Paraná. Vejamos, por exemplo, a evolução da taxa de urbanização, com a metodologia tradicional, no período compreendido entre 1970 a 2000:

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1970 / 2000

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1970	6.929.821	2.504.253	4.425.568	100,0	36,1	63,9
1980	7.629.849	4.472.506	3.157.343	100,0	58,6	41,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	100,0	73,4	26,6
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	100,0	81,4	18,6

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados – IBGE

De um modo geral, os dados apresentados pela tabela 1, e no que dizem respeito a população rural do Estado do Paraná, apresentam, segundo os dados censitários, um decréscimo na *taxa de ruralização*, sua participação em relação à população total alterou-se de 63,9 % em 1970 para 18,6%, em 2000. Relativamente, segundo a definição oficial de urbano, houve um acréscimo na *taxa de urbanização* de 36, 1% em 1970 para mais de 80% em 2000. No entanto, esta taxa de urbanização (população urbana/população total) não é homogênea, isto é, não representa o ocorrido na ampla maioria dos municípios do Paraná, uma vez que o dado reflete o comportamento de uma metrópole – Curitiba, e outros centros urbanos do Estado, que influenciam o resultado dos dados observados. Então, o valor da taxa

⁴ Municípios com população total até 20.000 habitantes, densidade populacional inferior a 80 hab/km² e que estejam fora de aglomeração metropolitana e aglomeração não-metropolitana. Cf.: CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra. op. Cit., Capítulo 2.

de urbanização do Estado, de 81,41%, em 2000, é ela mesma uma ilusão numérica, que mais se aproxima do entendimento prático de mito das médias. E uma análise mais detalhada das taxas de urbanização dos pequenos municípios rurais paranaenses, a partir de suas mesorregiões geográficas colabora para desconstruir esta aparente ilusão:

No ano de 2000, mais de 2,5 milhões de pessoas no Paraná (quase 27% do total da população paranaense) residiam em pequenos municípios rurais (311), sendo que mais de 1 milhão destas (48%) em domicílios situados no campo - em áreas classificadas oficialmente como rurais, e a maioria (52%) em domicílios situados nas cidades - em áreas classificadas oficialmente como urbanas nos pequenos municípios. No entanto, a distribuição dessa população residente no campo e na cidade, na comparação entre as mesorregiões do Estado, ocorre de modo diversificado, como pode ser visto a seguir:

TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Noroeste	397.021	276.688	120.333	100,0	69,7	30,3
Centro-Occidental	213.829	134.604	79.225	100,0	62,9	37,1
Norte Central	426.081	294.199	131.882	100,0	69,0	31,0
Norte Pioneiro	305.851	205.223	100.628	100,0	67,1	32,9
Centro-Oriental	68.570	44.966	23.604	100,0	65,6	34,4
Oeste	324.966	196.735	128.231	100,0	60,5	39,5
Sudoeste	267.425	123.765	143.660	100,0	46,3	53,7
Centro-Sul	221.679	76.205	145.474	100,0	34,4	65,6
Sudeste	168.989	62.999	105.990	100,0	37,3	62,7
Metropolitana de Curitiba	168.549	72.298	96.251	100,0	42,9	57,1
TOTAL	2.562.960	1.487.682	1.075.278	100,0	58,0	42,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental e Oeste a população situada nas cidades é superior a 60% da população total. Por outro lado, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba, a população situada no campo é superior a 50%. Isso apresenta aparentemente um padrão de comportamento peculiar existente entre as mesorregiões que podem ser situadas ao norte e ao sul do Estado do Paraná que nos remete a tese da diferenciação regional advinda dos processos de ocupação e colonização do Estado. Na metade Norte do Paraná ocorre uma tendência à moradia e fixação da residência dos habitantes dos pequenos municípios paranaenses na cidade e, na metade sul a fixação e morada da vida é no campo.

Mas seria o fato de morarem na cidade ou no campo um fator determinante para as funções assumidas na questão do trabalho? E qual seria o papel da agricultura para os habitantes do campo e das cidades nos pequenos municípios paranaenses? O setor agrícola estaria presente? É sobre tais questões que trata o próximo tópico.

3. O trabalho: nos pequenos municípios rurais paranaenses

Interessa-nos aqui compreender algumas particularidades das ocupações agrícolas ⁵, bem como a *posição na ocupação*⁶ agrícola da população ocupada nos pequenos municípios rurais paranaenses. São informações que permitem uma aproximação a respeito das diferentes dinâmicas do processo de trabalho ali encontradas. Antes disso, vejamos a participação da população paranaense dos pequenos municípios rurais ocupada em ocupações agrícolas e não agrícolas. Em torno de 45,4% (494.970) da população ocupada nesses municípios estava inserida em ocupações agrícolas, sendo que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, esta participação supera mais da metade da população total ocupada como pode ser visto na tabela a seguir:

TABELA 3 – PESSOAS OCUPADAS EM MUNICÍPIOS RURAIS SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS							
	TOTAL		Grupos de Ocupação					
			Agrícola		Não-agrícola		Não-especificada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Noroeste	171.660	100,0	69.189	40,3	101.647	59,2	824	0,5
Centro-Occidental	83.866	100,0	34.795	41,5	48.646	58,0	425	0,5
Norte Central	180.838	100,0	74.645	41,3	104.795	57,9	1.397	0,8
Norte Pioneiro	126.156	100,0	56.996	45,2	68.496	54,3	664	0,5
Centro-Oriental	24.872	100,0	8.185	32,9	16.355	65,8	332	1,3
Oeste	143.328	100,0	59.824	41,7	82.557	57,6	947	0,7
Sudoeste	129.137	100,0	69.221	53,6	59.200	45,8	716	0,6
Centro-Sul	90.625	100,0	51.841	57,2	36.949	40,8	1.836	2,0
Sudeste	72.816	100,0	43.170	59,3	28.934	39,7	712	1,0
Metropolitana de Curitiba	66.327	100,0	27.104	40,9	37.464	56,5	1.759	2,7
TOTAL	1.089.624	100,0	494.970	45,4	585.043	53,7	9.611	0,9

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A tabela 3 permite observar que as mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte

⁵ São consideradas ocupações agrícolas, aquelas compostas pela categoria de trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca. cf.: IBGE. *Censo Demográfico 2000: Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

⁶ “Posição na ocupação” é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. (IBGE. *Censo Demográfico 2000: documentação....*, op.cit. p.113).

Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste e Metropolitana de Curitiba apresentam mais de 50% da população total ocupadas em ocupações não agrícolas. Consideremos o caso da mesorregião Noroeste em que 59,2% das pessoas ocupadas estavam em ocupações não agrícolas. Embora o percentual de ocupados no agrícola no Noroeste seja de 40%, o valor absoluto de mais de 69 mil pessoas é similar ao tamanho populacional de ocupados no agrícola da mesorregião do Sudoeste. Isso chama a atenção para a importância de se considerar não somente os valores percentuais, mas também os valores absolutos/totais da população ocupada na atividade agrícola no interior de cada mesorregião.

Sob outra perspectiva, podemos verificar a participação dos domiciliados no rural e no urbano no cômputo total da população ocupada no agrícola, como pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 4 – PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS					
	TOTAL		Urbano		Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Noroeste	69.189	100,0	29.746	43,0	39.444	57,0
Centro-Ocidental	34.795	100,0	11.935	34,3	22.860	65,7
Norte Central	74.645	100,0	30.183	40,4	44.462	59,6
Norte Pioneiro	56.996	100,0	22.384	39,3	34.612	60,7
Centro-Oriental	8.185	100,0	1.963	24,0	6.221	76,0
Oeste	59.824	100,0	11.390	19,0	48.433	81,0
Sudoeste	69.221	100,0	5.897	8,5	63.325	91,5
Centro-Sul	51.841	100,0	4.679	9,0	47.162	91,0
Sudeste	43.170	100,0	3.046	7,1	40.125	92,9
Metropolitana de Curitiba	27.104	100,0	3.069	11,3	24.035	88,7
TOTAL	494.970	100,0	124.292	25,1	370.678	74,9

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Observa-se na tabela 4 que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste mais de 90% dos ocupados no agrícola residem no rural. Enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro há uma participação em torno de 40% de domiciliados no urbano em ocupações agrícolas. Em outras palavras, a participação dos domiciliados no urbano e rural apresentam diferenças entre as mesorregiões do Norte e as do Sul do Paraná. Na mesorregiões do Norte, além da participação de mais de 50% dos moradores do rural nas ocupações agrícolas, há também uma parcela muito significativa dos que residem na cidade nestas ocupações, enquanto que na parte Sul, há um predomínio de residentes do rural nas ocupações agrícolas.

Devido à importância das ocupações agrícolas, bem como das atividades agrícolas⁷, reitera-se neste trabalho a relevância do setor agropecuário para a dinâmica da vida social dos pequenos municípios pesquisados, no presente caso os do Paraná, segundo as suas mesorregiões. Neste sentido, concordamos com Abramovay (1999) de que dado o peso das atividades agropecuárias no meio rural, “elas terão durante muito tempo (...) um peso determinante.”⁸ Os resultados apontados acima confluem também com os obtidos por Wanderley (2002), que afirma que apesar dos fatores de crise que têm assolado a agricultura nas últimas décadas, como as secas sucessivas e modificações na base produtiva “no Nordeste, como em outras regiões do país, a agricultura será, por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.”⁹

Da mesma forma que no Nordeste, a agricultura continua sendo a atividade principal, para os pequenos municípios rurais paranaenses, objetos do presente estudo. Isto não significa dizer que para promover o desenvolvimento de regiões rurais como estas, seja necessário investir somente na produção agrícola, mas, também, como defende Abramovay (1999), investir nas mudanças das formas organizacionais da população ocupada em atividades agropecuárias: “é na **construção de novos mercados** – tanto para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas começam a se desenvolver – que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural”, e ainda, “o desenvolvimento rural passa pela **construção de novos territórios**, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam.”¹⁰

É preciso aprofundar, analisar e difundir as particularidades das diversas regiões paranaenses, que não são homogêneas, e não cabem nas interpretações generalizantes a partir de médias estaduais ou mesmo nacionais. Conforme Brandenburg, Ferreira e Santos (2004):

a modernização da agricultura não levou a um processo de homogeneização do rural no que tange aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos. Nesse sentido um primeiro aspecto a ser

⁷ Um detalhamento dos ocupados em *atividades agrícolas*, pode ser encontrado em: CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra. op. cit.

⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*, p.13. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm> Acesso em: 20.11.2004

⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

¹⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar...*, op. cit., p.13; p.17. (*grifos no original*)

considerado é a heterogeneidade do espaço sócio-geográfico.¹¹

Esta heterogeneidade pode ser encontrada nas mesorregiões em estudo, dentro da própria estrutura do grupo de ocupação agrícola, onde se observa uma diversidade das funções exercidas pelas pessoas ocupadas nos pequenos municípios rurais paranaenses. Essa diversidade apresenta inclusive traços de peculiaridades regionais, como destacaremos a seguir.

Tendo observado até então a proporção de pessoas ocupadas no agrícola e não-agrícola segundo as mesorregiões, bem como sua distribuição segundo a situação do domicílio, consideremos finalmente a *posição na ocupação* agrícola. Das pessoas ocupadas no agrícola, nos pequenos municípios rurais paranaenses, no ano de 2000, 35% estavam no contingente dos conta-própria; 34,8% no de empregados; e 21,3% no de não remunerado em ajuda a membro do domicílio, como pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 5 – PESSOAS OCUPADAS, EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA (%)					
		Conta-própria	Empregados	Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Empregador	Aprendiz ou estagiário sem remuneração
Noroeste	100,0	24,2	57,6	14,3	2,3	1,5	0,1
Centro-Occidental	100,0	34,1	44,5	15,2	4,8	1,3	0,1
Norte Central	100,0	28,8	51,6	13,2	4,5	1,8	0,1
Norte Pioneiro	100,0	26,7	54,4	13,4	3,9	1,5	0,2
Centro-Occidental	100,0	23,0	48,9	13,7	12,8	1,4	0,2
Oeste	100,0	44,7	23,9	25,4	4,7	1,1	0,3
Sudoeste	100,0	47,0	9,0	38,1	5	0,4	0,4
Centro-Sul	100,0	41,6	19,3	21,4	17,1	0,6	0,1
Sudeste	100,0	44,0	14,5	32,0	7,9	0,5	1,1
Metropolitana de Curitiba	100,0	39,0	23,7	20,1	16,7	0,5	0,1
TOTAL	100,0	35,9	34,8	21,3	6,6	1,1	0,3

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Novamente, os dados mostram diferenças significativas entre as mesorregiões. Enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro predomina o contingente dos empregados, nas outras mesorregiões predominam as ocupações de conta-própria. Destaca-se ainda que nas mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e

¹¹ BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 10, p.119-125, 2004.

Sudeste há uma parcela considerável de pessoas ocupadas no contingente de não remunerado em ajuda a membro do domicílio, enquanto que os trabalhadores na produção para o próprio consumo se destacam dentro das mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba. Nota-se um contingente expressivo de trabalhadores por conta-própria, evidenciando que a agricultura familiar e/ou camponesa concentra-se nas regiões mais ao sul, especialmente Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste.

Essa diversidade encontrada nos pequenos municípios rurais paranaenses em relação às ocupações agrícolas, e em especial, o contraste entre a participação do contingente de empregados nas mesorregiões do Norte do Paraná e os de conta-própria no Sul, pode ser explicado por uma série de fatores. Fatores estes como as características ambientais da região (clima, relevo, solo), bem como, o que se tem insistido até então, os processos de ocupação e colonização ocorridos no território paranaense. E há também as teses dos impactos sociais da modernização agrícola¹² como elemento diferenciador dos dados aqui encontrados. Quanto a este último aspecto Carnasciali et al, afirma que peculiaridades regionais da agricultura no Paraná denotam que a intensificação do processo de modernização e a adoção de tecnologias foram incorporadas, nas microrregiões do Estado, de forma diferente¹³. Essas diferenças regionais podem “ser atribuídas à época e à forma de ocupação do Paraná”.¹⁴

Ainda, a ênfase nas particularidades *anteriores* – época e forma de ocupação - aos processos de adoção de novas tecnologias pode também ser encontrada em Fleischfresser. Estudando a adoção e o ritmo de incorporação de tecnologias mecânicas, por exemplo, de tratores nas diversas microrregiões do Estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 1980, a autora defende a idéia da ocorrência de uma “tendência à homogeneização tecnológica regional e que a época, o tipo de atividade e o meio ambiente físico são elementos que podem facilitar ou limitar a adoção de tecnologias de produto.”¹⁵ Mas que nem todas as regiões do Estado se tecnificaram e, principalmente, se mecanizaram ao mesmo tempo.¹⁶ Pensando as diferenças espaciais entre as mesorregiões do Norte e do Sul do Paraná, Fleischfresser também observa diferenças entre os produtores do que ela denomina de “Regiões do Grande Norte” do Paraná e o restante do Estado e que estas estão relacionadas à “postura” destas regiões em relação à atividade produtiva. Enquanto que a postura dos produtores do norte

¹² MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

¹³ CARNASCIALI et al. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná* In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho.op. cit., 1987, p.125.

¹⁴ Id., p.130.

¹⁵ FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC: IPARDES, 1988, p.55.

¹⁶ Id., p.62.

pode ser considerada como empresarial, a dos produtores localizadas nas duas outras regiões (Paraná Antigo e Extremo Oeste)¹⁷ não desenvolveram tanto quanto os do norte a lógica da reprodução ampliada ou da rentabilidade do capital investido. Entre os principais motivos dessa diferenciação aponta a época e as características de suas explorações e o relativo isolamento físico que não possibilitou o contato com essa lógica.¹⁸

Ainda, segundo Fleischfresser, os produtores do norte, além do caráter mercantil de sua produção, tiveram contato estreito com São Paulo – centro do desenvolvimento capitalista do país – tanto durante a época de ocupação como posteriormente, que foi de expansão da cafeicultura e efervescência política e econômica, pela manutenção do protecionismo à atividade cafeeira. Esse grau de envolvimento com a economia paulista é um fator inegável para a explicação da evolução diversa da região do “Grande Norte” do Paraná.

Na análise da situação do domicílio, foi evidenciado modos particulares de ocupação do espaço rural paranaense. Essas ocupações, segundo Westphalen et al, foram resultado, em especial, de dois movimentos expansionistas, diferentes em suas motivações, com objetivos diferenciados de produção, com a cultura do café no Norte do Estado, e no Oeste com a cultura de cereais e a criação de suínos, e cujos centros de dispersão foram situados fora do Paraná.¹⁹ De um lado temos a ocupação da comunidade paranaense denominada Norte, encabeçada por mineiros e paulistas atraídos pela qualidade das terras e perspectivas de lucro a partir da expansão da cultura cafeeira. De outro lado temos a ocupação da comunidade paranaense do Sudoeste, que não se originou somente através de um atrativo econômico, como a cultura do café, mas, principalmente, devido a questões de ordem demográfica. A ocupação do Sudoeste se deu a partir de deslocamentos de populações oriundas de famílias excedentes de antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse processo se deu em parte através de companhias colonizadoras que adquiriram terras no Sudoeste do Paraná para vender à população de agricultores descendentes dos imigrantes, sobretudo italianos e alemães. Entre as características marcantes da ocupação do Sudoeste do Paraná destacam-se a colonização de agricultores a partir de pequenas propriedades familiares e a predominância da policultura entre esses agricultores. Estas pequenas propriedades, denominadas de colônias, deram origem a núcleos comunitários e ou povoamentos

¹⁷ Estas três regiões foram definidas ali de acordo com as diferentes épocas e formas de ocupação do Paraná. E, no que tange ao presente estudo, a região do “Grande Norte” englobaria aproximadamente as mesorregiões do Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro; a região do “Oeste e Sudoeste”, as mesorregiões Oeste e Sudoeste; e, a região do “Paraná Antigo” englobaria as demais mesorregiões do Paraná. Cf.: Mapa da subdivisão do estado do Paraná, nas três regiões citadas, em: FLEISCHFRESSER, op.cit., p.44.

¹⁸ FLEISCHFRESSER, Vanessa. op. cit., p.50.

¹⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. *Boletim da UFPR/DEHIS*. Curitiba, nº 7, p.1-52, 1968.

espalhados por todo o território dos pequenos municípios, sendo que nesta região, desde os primeiros processos de ocupação, o local de moradia se mantém predominantemente no campo e não apenas concentrado na cidade, como ocorre em muitas outras mesorregiões do Estado.

Igualmente na região Sul do Paraná, conhecida como tradicional, as pequenas propriedades familiares geram uma organização social, nos moldes comunitários. Embora as transformações decorrentes do processo de modernização da sociedade tenham alternado essas formas organizacionais, permanece uma vida social, com padrões de sociabilidade que expressam a continuidade de uma condição de vida camponesa. Essas formas de organização social mostram claramente a existência de uma vida social. Conhecer como se organiza, qual seu significado para a vida dos agricultores, constitui tarefa dos cientistas sociais. O que se tem observado é que desde os estudos de comunidades, da década de setenta, não se realizaram mais pesquisas no sentido de entender a vida social no campo. É sabido que os meios de comunicação tem influência direta na formação de identidades e na definição de estilos de vida. Mas como se define a vida no campo, quais as formas de relação e organização social que reconstroem e resignificam o modo de vida dos agricultores, no mundo contemporâneo?

4. Conclusão

Aqui utilizamos níveis geográficos menores - as mesorregiões geográficas - que nos permitiram um panorama do Estado do Paraná bastante diferenciado do comumente veiculado pelas análises mais generalizantes. Com os procedimentos aqui adotados foi possível realizar outra leitura da taxa de urbanização de mais de 80% anunciada a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, para o Paraná. A crítica que se faz a esta taxa é que boa parte dos municípios paranaenses não são homogêneos a ponto de serem ali bem representados.

Interessante observar que nas mesorregiões do Norte do Estado, a população mora predominantemente nas cidades, enquanto que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e em alguns municípios da Metropolitana de Curitiba a situação é outra. E que, não só quanto a este aspecto, tais configurações sejam também resultantes dos processos de ocupação e colonização que moldaram diferentes tipos de sociedade em diferentes ciclos econômicos no Paraná. Justificando aí também o recorte, das metades Norte e Sul do Paraná que pode observar, em vários momentos.

Verificou-se, ainda, que nos pequenos municípios paranaenses, 47% da população

total estava ocupada em ocupações agrícolas. Nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste a participação na ocupação agrícola é superior a 50%. Considerando a situação do domicílio segundo a classificação oficial do IBGE de rural (campo) e urbano (cidades, vilas), verifica-se que a ocupação da população situada em domicílios rurais, em ocupações agrícolas era de 79,2 %, sendo que no período (2000) as ocupações não-agrícolas correspondiam a 20,8% da ocupação desses domicílios.

Concordamos com diversos autores de que o rural não se *resume* ao agrícola, mas que se faz necessário dar subsídio à essa discussão, relacionada à participação numérica do agrícola na ocupação da população dos *municípios rurais* paranaenses

Enquanto que para a população total dos pequenos municípios paranaenses verifica-se, em algumas mesorregiões, uma interseção cada vez menor entre o rural e o agrícola, mas de significativa representatividade de 45,4%, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste a participação deste grupo é superior a 50% no total de ocupados. Em relação à posição na ocupação agrícola percebe-se diferenças significativas entre as mesorregiões estudadas, em especial no comportamento entre as posição na ocupação, de empregados, por um lado, e as posições de conta-própria e não remunerado em ajuda a membro do domicílio, por outro. Nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental e Oeste encontram-se as maiores participações da posição de empregados, enquanto que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana há uma predominância das posições de conta-própria e não remunerado em ajuda a membro do domicílio.

Reitera-se aqui a importância da caracterização das diferenciações existentes no Estado do Paraná, em especial, o que concerne aos pequenos municípios. Os dados estaduais, mesmo aqueles mesorregionais que consideram todos os diferentes tipos de cidades (pequenas, médias, metropolitanas) – no presente estudo considerou-se somente os municípios rurais até 20 mil habitantes -, nem sempre permitem observar as particularidades da ruralidade dos pequenos municípios. Vejamos, por exemplo, um estudo sobre o Estado de São Paulo, realizado por Kageyama²⁰, apontando que os residentes em domicílios rurais daquele Estado têm, em sua maioria, ocupações não-agrícolas: “cerca de 64%²¹”, destoando dos valores observados para os residentes em domicílios rurais nos Estados do Paraná e Pernambuco (tabela A.1). Sem dúvida alguma os residentes no rural do Estado de São Paulo apresentam uma interseção cada vez maior entre o rural e o agrícola, com forte tendência para

²⁰ KAGEYAMA, Ângela. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

²¹ O valor se refere à soma do valor de ocupações não-agrícolas (62,3%) e ocupações mal especificadas (1,3%).

ocupações não-agrícolas. Mas qual seria o comportamento dos pequenos municípios rurais paulistas?

Se utilizado o recorte que aqui foi adotado, o resultado seria bem diferente. Verificamos, com certa surpresa, e a partir da presente tipologia analítica de municípios rurais, que os *pequenos municípios rurais* daquele Estado, não apresentam as mesmas características que aquele estudo aponta quando trabalhou com os dados agregados, deixando de observar as diferenças regionais. Isto é, do total de ocupados domiciliados no rural, quase 58% desenvolvem atividades agrícolas e por volta de 42% em ocupações não-agrícolas somando as mal especificadas (tabela A.2).

Finalmente, conclui-se a partir de Wanderley (2002) e Kayser(1991), que os pequenos municípios aqui estudados e que denominamos de municípios rurais, apresentam características sociológicas de espaços rurais distintos, espaços estes entendidos em seu sentido mais imediato, o espaço social – definido como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, espaços ainda entendidos como local de moradia e de trabalho.

A ruralidade tem sofrido, certamente, muitas transformações, acompanhada pelos estudiosos da ruralidade contemporânea observada nos diversos países. No entanto, essas transformações não ocorrem de forma homogênea dentro das próprias unidades territoriais, como as unidades da federação e, nem mesmo entre os pequenos municípios, como pode ser observado no caso dos municípios rurais do presente estudo. Nestes pequenos municípios rurais, a trama sócio-espacial rural mantém um vínculo estreito com a agropecuária, e esta tese deve ser considerada nas políticas de desenvolvimento rural.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**, p.13. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 20 nov. 2004.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, 2004, p.119-125.

CARNASCIALI, et al. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CINTRA, A. P. U. **Espaços Rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC: IPARDES, 1988.

IBGE. **Banco de Dados Agregados.** Disponível em < <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2000: Documentação dos microdados da amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Censo demográfico 2000: microdados da amostra - PR.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM).

IBGE. **Censo demográfico 2000: microdados da amostra - PE.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM).

IBGE. **Censo demográfico 2000: microdados da amostra - SP (Parte 3).** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM)

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 3, 2003, p. 413-451.

KAYSER, B. **La Renaissance Rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: A. Colin, 1990.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Hucitec, 1987.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná. Campinas.** 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VEIGA, J. E. **Hierarquia Urbano-Rural, 1991 a 2000 (Banco de Dados), São Paulo:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2001. In: *Consórcio de Informações Sociais*, 2006. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2006.

WANDERLEY, M. N. B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. **Boletim da UFPR/ DEHIS**, n. 7, 1968, p.1-52.

6. Anexos

TABELA A.1 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS , E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000

GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS								
	Paraná			Pernambuco			São Paulo		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Total de pessoas ocupadas (1.000 pessoas)	4.056	3.271	785	2.648	2.000	648	15.070	14.125	945
Distribuição %									
Agricultora ⁽²⁾	19,1	6,5	71,7	24,4	8,0	75,1	5,3	3,2	36,2
Não-agrícola	79,7	92,4	26,9	74,3	90,7	23,6	93,4	95,5	62,3
Ocupações mal especificadas	1,1	1,1	1,4	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Ocupações referentes ao grande grupo principal de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, número 6, denominado de Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.

TABELA A.2 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM MUNICÍPIOS RURAIS⁽¹⁾, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000

GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS								
	Paraná			Pernambuco			São Paulo		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Total de pessoas ocupadas (1.000 pessoas)	1.090	607	483	305	118	187	1.122	856	266
Distribuição %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultora ⁽²⁾	45,4	20,5	76,8	61,6	31,9	80,4	29,4	20,6	57,7
Não-agrícola	53,7	78,7	22,2	37,5	67,3	18,8	69,3	78,3	40,6
Ocupações mal especificadas	0,9	0,8	1,0	0,8	0,9	0,8	1,3	1,2	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

- (1) Para efeitos de comparação foi utilizada a mesma metodologia na classificação dos municípios rurais para os três estados, ou seja, municípios classificados como rurais por Veiga, cujo tamanho população é igual ou inferior à 20.000 habitantes. Cf. VEIGA, José Eli da. Hierarquia Urbano-Rural, 1991 a 2000 (Banco de Dados), São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2001. In: *Consórcio de Informações Sociais*, 2006. Disponível em <http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>. Acesso em 18/10/2006.
- (2) Ocupações referentes ao grande grupo principal de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, número 6, denominado de Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



GT5

PROCESSO DE TRABALHO,
TRANSFORMAÇÃO
PRODUTIVA E DIREITOS
SOCIAIS

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO ACAMPAMENTO NOVA VIDA
I

Romina Baroni Cecato¹
Edvaldo Carlos de Lima²

Resumo

O presente trabalho caminha como proposta de pesquisa, tendo como intuito analisar a organização do trabalho no campo, avançando a partir de algumas reflexões sobre a dinâmica da Geografia no campo, no âmbito da reforma agrária, discutindo o acampamento como território do trabalho e da luta pela terra e reforma agrária no Estado da Paraíba. Dessa forma, estudamos o acampamento Nova Vida I, acompanhado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), tendo como foco a análise da organização do trabalho dentro desse território, procurando entender como o trabalhador rural sem terra consegue sobreviver e manter sua família ao transformar a natureza em meio de subsistência, através do trabalho, morando num ambiente marginalizado pela sociedade do capital e pelo modo capitalista de produção. Ressalta-se que o presente trabalho demonstrará apenas resultados parciais, visto que a pesquisa que lhe dá suporte encontra-se em andamento.

Palavras-chaves: Trabalho; Acampamento; Luta pela terra.

1. Notas introdutórias

A Geografia é uma ciência que procura analisar e entender a relação entre o homem (enquanto ser humano) e a natureza, fundamentando-se nas categorias de análise geográfica, das quais o território é uma delas, sendo ao mesmo tempo um fundamento prioritário. Registra-se que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, tendo um determinado grupo social inserido em seu espaço. Desse modo, para a compreensão de sua gênese devemos considerar alguns aspectos, como as ligações afetivas de um determinado grupo de pessoas, o que se produz nesse espaço, quem produz, quais são as condições de vida destas pessoas incluídas no território, procurando também compreender a qualidade de vida social sob um determinado modo de produção.

Por outro lado, deve-se levar em conta que a estrutura fundiária brasileira é um dos temas mais controversos e relevantes da questão agrária, pois se apresenta, em grande parte, sob a forma de latifúndios improdutivos.

¹ Graduanda em Geografia/ UFPB.

² Professor da UFPB João - Pessoa/PB.

Nesse contexto, há que se considerar ainda que, em razão da herança colonial, o território brasileiro sempre esteve sob forte influência dos poderes locais e, ao mesmo tempo, atrelado aos interesses do capital internacional. Com efeito, uma das principais finalidades do país tem sido, historicamente, atender as necessidades do capital estrangeiro.

Desde o início do período das grandes navegações e particularmente com a invasão dos portugueses no Brasil, o país se tornou um espaço alienado e a partir de então ficou subjugado aos ditames baseados na lógica de acumulação do capital. De acordo com Moreira e Targino (1997, pág.33) este espaço foi e é produzido para atender as necessidades externas. Isso se reproduz reestruturando o espaço brasileiro e repercutindo em outras escalas. Contextualizando a Paraíba e outros Estados.

Dessa maneira, a questão agrária paraibana é resultado de um longo processo, cujo ponto inicial pode ser fixado na formação do espaço colonial brasileiro, fundado com as capitânicas hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores.

Partindo dos traços gerais que foram acima expostos, objetivamos, neste texto, analisar o trabalho no meio rural a partir do território acampamento³. Dessa forma, constatamos, a partir dos trabalhos de campo, que este – o território acampamento – surge dentro de um processo de resistência e de enfrentamento das classes trabalhadoras contra as elites rurais (classe dominante), as políticas de desenvolvimento agropecuário e na luta pela democracia e pelos direitos a uma vida justa e digna. Raffestin (1993, p.198) afirma que "O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos". Dessa maneira, o território conquistado dentro da espacialização da luta, como resultado do processo de trabalho e organicidade de um movimento, é demonstrado como trunfo na espacialização da luta pela terra.

Nesse quadro, os trabalhadores rurais vêm acumulando forças sociais e práticas em defesa de seus ideais e necessidades, através de um novo processo de conquistas na luta pela terra e pelo trabalho: as ocupações. Desse modo, em reposta à realidade imposta pelo modelo de produção vigente, em que o antagonismo de classes rege a sociedade, os movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária, aos poucos vão ganhando mais força, ao passo que

³ O acampamento aqui é entendido como território, mesmo estando configurado como pré-assentamento, tendo em vista que trata-se de um contexto de relações sociais imbricadas nos confrontos internos e externos ao acampamento. Somado a isso apreendemos o jogo constante das forças políticas e de poder localizados naquele lugar. (Grifo nosso).

os trabalhadores excluídos vão tendo consciência da realidade vivida. Assim sendo, o território constitui-se como um:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. [...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. [...] Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 2002, apud MOREIRA e TARGINO).

Dessa maneira, compreendemos que o trabalho e o território estão imbricados no que se refere à luta pela terra e, especialmente, no que diz respeito aos acampamentos como forma de territorialização.

2. Sobre a dignidade do trabalhador

O trabalho é resultado da força de trabalho do ser humano. Segundo Marx (2000, pág. 211), o trabalho é antes de tudo, um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Porém, dentro do modo de produção vigente, o trabalhador além de realizar esse intercâmbio é obrigado a vender sua força de trabalho (trabalho) ao capitalista, em troca de salário, que comparece como meio de subsistência. O trabalho para o capitalista apresenta-se como uma mercadoria: é algo que se compra e se escraviza se assim for conveniente à obtenção do lucro, da mais-valia. De acordo com Oliveira (2007, pág.20), o desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Nesse sentido, Martins apud Oliveira (2007, pág.20), afirma que esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia. É, pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro e, portanto apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago.

Registra-se que o trabalhador rural se inclui nessa lógica a partir do momento em que a necessidade de sobrevivência se faz presente, e o mesmo tem que vender o seu trabalho,

acabando por atender as necessidades do capitalismo exploratório, vigente no país. É com o avanço do capitalismo no campo, através da modernização conservadora, que as relações de trabalho sofrem mudanças significativas. A partir de então, os trabalhadores rurais começam a ser expropriados/expulsos/excluídos de suas terras, e conseqüentemente, do trabalho. Tendo em vista, que a terra provê os meios de subsistência do homem, independentemente da ação dele. De acordo com Marx (2000, pág. 212), a terra é o objeto universal do trabalho humano. É a partir dela que o homem consegue sobreviver e construir os objetos necessários para sua subsistência. Partindo dessa premissa, entendemos que os trabalhadores rurais devem ter acesso a terra, pois, a mesma é um recurso natural e ninguém tem o direito de apropriar-se de um bem da natureza.

É relevante referir que é dentro desse contexto que os trabalhadores lutam por melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, pela sua própria dignidade. Esta se traduz, minimamente, pelo provimento das necessidades básicas de todos que trabalham ou que deveriam fazê-lo, visto que o desemprego não pode suprimir a qualidade de trabalhador daquele que, por falta de meios, não consegue laborar. O desempregado é, portanto, com raras exceções, um trabalhador a quem não foi dada a oportunidade de encontrar emprego ou trabalho (Cecato, 2007).

No contexto deste artigo a questão acima referida é de grande dimensão e pertinência. Efetivamente, os trabalhadores que buscam a terra para produzir são, em lato sentido, desempregados, porquanto não possuem os meios de produzir e de, assim, prover o próprio sustento e o daqueles que dele dependem. Buscam, dessa forma, fazer cumprir os diversos dispositivos constitucionais que preceituam a opção da República Federativa do Brasil pela dignidade da pessoa humana e pelo valor social do trabalho. Tentam, da mesma forma, e pelos mesmos meios, realizar eles próprios o que o Estado lhes negou no passado e lhes nega no presente: a partilha dos meios que garantam sua consideração como seres humanos. Isso implica primeiramente no imediato sustento material (alimentação e moradia) e, em segundo lugar, no sustento de outras condições necessárias à promoção da dignidade humana, como educação e participação na vida social, política e cultural. (Cecato, 2008).

3. O processo de ocupação de terras no Sertão da Paraíba.

No acampamento que visitamos e analisamos, o Nova Vida I, a luta é a mesma, ou seja, é a luta pela democratização e acesso à terra, pelo direito ao trabalho, pelo direito a educação, à saúde, moradia, crédito agrícola, enfim, o direito por a uma vida digna e justa.

Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. (OLIVEIRA, 2001).

Registra-se que a ocupação, via acampamento, tem início com o trabalho de conscientização da base, realizado por um representante ou militante do acampamento, pelos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária ou por sindicatos de trabalhadores rurais. Na Paraíba, este trabalho recebe apoio da Igreja Católica, através da CPT, e de um dos movimentos mais importantes do campo: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Ao processo de conscientização segue a escolha do local e a forma de ocupação, tendo em vista, que as ocupações realizadas e orientadas pela CPT diferenciam-se das ocupações realizadas pelo MST. Segundo uma das entrevistadas, a CPT orienta os trabalhadores rurais para que no ato da ocupação eles não alterem a voz para o “dono” da fazenda ou da empresa e também não depredem ou prejudiquem a estrutura do imóvel. Desse modo, a ocupação se torna uma ação mais passiva, diferentemente das ocupações do MST, porém, os conflitos com os capangas das fazendas ou policiais não deixam de acontecer. Conflitos estes, na Paraíba, alimentados por um jogo político, no qual latifundiários procuram manter o poder que detêm e os trabalhadores rurais lutam para ampliar seus espaços, como também o direito a dignidade. Assim, através dos acampamentos eles territorializam sua luta. De acordo com Fernandes (2002), dentro deste contexto, territorializar significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por uma ocupação das propriedades que não estão cumprindo com sua função social. O papel social atribuído à propriedade está referido no parágrafo III, do artigo 170, da Constituição da República Federativa do Brasil. Com efeito, o dispositivo mencionado, determina: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] III- função social da propriedade [...]” Deve-se entender, dessa forma, que a propriedade, urbana ou rural, tem uma função junto à sociedade que vai além da acumulação de bens e da contribuição indireta para o crescimento econômico.

O acampamento referido vem sendo estudado e analisado desde o começo de 2007, tendo em vista, a possibilidade de comprovarmos as modificações ocorridas neste território, através dos trabalhos de campos. É relevante colocar o processo histórico e fenomenológico

do acampamento mencionado. O acampamento está situado no interior do Estado paraibano, entre os municípios de Aparecida e Sousa, às margens da BR 230 (foto1).



Foto 1 – Acampamento Nova Vida I/ Paraíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Seu processo de formação foi desenvolvido através de conflitos e resistências. Segundo um dos militantes, hoje falecido, o início da ocupação, que aconteceu entre os anos 2003 e 2004, contou com um confronto entre a polícia e os trabalhadores rurais, como também a vinda de um juiz do município de Sousa, porém, as famílias resistiram e estão lá até hoje.

Em uma das nossas visitas ao acampamento constatamos que a organização do trabalho conta com certa divisão de acordo com o gênero: a maioria dos homens trabalham na roça, plantando e colhendo e as mulheres, em princípio, cuidam da casa e das crianças, mas também ajudam o companheiro no plantio (foto 2, foto 3 e foto 4). Existe, entretanto, uma integração entre os gêneros no que se reporta ao conhecimento do desenvolvimento político-estrutural do acampamento. Conquanto, as mulheres trabalham prioritariamente nas atividades domésticas, elas participam de forma ativa na luta pelo estabelecimento do acampamento e conseqüentemente pela democratização das terras, assim como de tudo que se refere a organização do acampamento.



Foto 2 – Plantação de milho/ Acampamento Nova Vida I/Paraíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2008.



Foto 3 – Trabalhador rural acampado/ Acampamento Nova vida I/ Paraíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.



Foto 4 - Produção do feijão para o consumo/ Acampamento nova Vida I/ Paraíba.
Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Em outras épocas do ano, eles têm que procurar outra maneira de sobreviver, e a alternativa encontrada são os trabalhos assalariados, formalizados ou não. Desse modo, os trabalhadores rurais sem terra de uma forma ou de outra acabam por se render à lógica acumulativa do capital. Conseqüentemente, vendem a sua força de trabalho em municípios vizinhos, trabalhando como diaristas, garçons, empregadas domésticas entre outros. Evidentemente, essa busca por outras formas de sobrevivência se prende a uma dinâmica do próprio trabalho. Assim, essa dinâmica geográfica do trabalho, as mutações do trabalho, por sua vez tem origem em fatores distintos, mas que podem estar combinados: as condições climáticas (nesse caso, a falta de água para o plantio e para o gado) e a ausência de políticas públicas que lhes garantam o enfrentamento dos obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades rurais. Os trabalhadores acampados apenas recebem uma ajuda do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que são as cestas básicas fornecidas num intervalo de até quatro meses de atraso.

O acampamento segue há quatro anos e em nosso último trabalho de campo, constatamos algumas mudanças, tais como: a mudança do acampamento de um lado da BR 230 para outro; a escola que antes ficava em um casebre construído pelos acampados agora se situa numa sala mais confortável, com cadeiras escolares, porém, a situação do ensino ainda é precária, como também a assistência médica; o trabalho aumentou para os acampados, tendo

em vista, a mudança do local. Porém, a luta continua, entendendo que estes trabalhadores vivem marginalizados e sofrem dia após dia para tentar sobreviver dignamente através do trabalho, seja assalariado, não formal ou na labuta da roça.

4. Algumas considerações.

A partir do contexto abordado, entendemos que a Geografia, enquanto ciência humana que está ligada diretamente às relações sociais, políticas, econômicas ou culturais e, ao mesmo tempo se fundamenta no território, deve servir ao reconhecimento do direito ao acesso à terra para aqueles e aquelas que nela realmente trabalham para o sustento próprio e dos que deles dependem. Por essa razão os trabalhos de campo que estão sendo realizados são de fundamental relevância, visto que, proporciona a possibilidade de estabelecermos a relação dialética entre a realidade e os conceitos teóricos.

Foi, com efeito, diante da situação em sua concretude que tivemos como verificar e analisar como funciona um acampamento, as relações de trabalho e a relevância da realidade agrária. Procurando desenvolver a habilidade de compreender a importância da realização da Reforma Agrária, observando através das entrevistas aplicadas, os momentos de embate; a substituição do desânimo pela esperança; o cansaço pela renovação de forças; da submissão à exploração pelo exercício de direitos essenciais da pessoa humana. Porém, percebemos também a grande necessidade do desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a produção familiar camponesa, aumento das políticas de assentamentos rurais, crédito acessível aos trabalhadores rurais, abertura para participação dos sem-terra na vida econômica e política do país, acesso ao trabalho, à educação de qualidade e à saúde. Entendendo que as medidas realizadas pelo governo são paliativas, ou seja, não resolvem o problema fundamental: a democratização das terras para quem realmente nela trabalha.

5. Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas S.A., 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 6ª edição, 2002.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- CASTRO, Iná Elias de e alli. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2007.
- CECATO, Maria Aurea Baroni. Direitos Humanos do Trabalhador: para além do paradigma da Declaração de 1998 da O.I.T.. In Rosa Maria Godoy Silveira et al. (Orgs.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. P. 351-372.
- CECATO, Maria Aurea Baroni. Preceitos laborais na Constituição de 1988: Inconsistências da noção de direitos fundamentais. In Cecato, M. A. et alli (Orgs.). Constitucionalismo social: O papel dos sindicatos e da jurisdição na realização dos direitos sociais em tempos de globalização. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008, p. 41-56.
- CECATO, Romina Baroni e al. **O processo de ocupação de terras no sertão paraibano: o caso dos acampamentos Várzeas de Sousa e Verdes**. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Londrina, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **A formação do MST**. Disponível em: <http://www.landlles-voices.org/vieira/archiev-05.phtml?rd=MSTITSSG356&ngsc>. Acesso em: 24/3/2008.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição, 1989.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2005.
- LESSA, S. e TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget. Acesso em: 15 ago. 2007.
- LIMA, E. C. de. *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. Dissertação de Mestrado, 138 p.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. **O processo de trabalho e o processo de formação da mais-valia**. In: O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, Vol.I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- Marx e Engels. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MOREIRA e TARGINO. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, UFPB, 1997.
- _____. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 10, n°10, Jan.-jun./2007, p.72-93.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Os mitos do agronegócio no Brasil**. XII Encontro Nacional do MST, São Miguel do Iguaçu, PR, 2004.
- _____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 20007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- Stedile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**A INVERSÃO DE FORÇAS DE DOMINAÇÃO LOCAL POR FORÇAS DE
DOMINAÇÃO GLOBAL: O CASO DAS AGROINDÚSTRIAS NO VALE DO ASSÚ**

Raimundo Rodrigues de França Junior¹

Resumo

Nos anos de 1960, modernização e concentração marcaram a evolução das atividades industriais e agroindustriais no processo de desenvolvimento brasileiro. Além da necessidade de diversificação de setores tradicionalmente ligados a atividades de exportação, outros segmentos agrícolas foram incorporados no sentido de promover uma integração inter-setorial, como é o caso das frutas tropicais. A inserção desse novo setor deu-se, principalmente, através de um arrojado programa de agricultura irrigada, desenvolvido no semi-árido do Nordeste, tendo como protagonistas os setores público e privado, viabilizando a acumulação de capital nas “zonas atrasadas”, à medida que elas eram submetidas aos novos processos de acumulação capitalista predominante do Centro/Sul. A adoção desses modelos, apesar de ter mudado economicamente a região Nordeste, foi marcada pela ampliação de problemas sociais, como a miséria e a concentração fundiária. Essa atividade (fruticultura irrigada) passa, a partir dos anos 90, a desempenhar um papel ainda mais destacado mediante o processo de descentralização do planejamento regional e a reformulação dos pólos nordestinos. O Pólo de Fruticultura Assú/Mossoró tido como palco das redefinições da intervenção governamental nas zonas dinâmicas Nordeste, contraditoriamente se configurou como um espaço de atração de capitais mais complexos, o que está condicionado à vulnerabilidade da economia regional que, por não ter criado um modelo competitivo e sustentado próprio acaba por perder espaço diante do cenário globalizado, abrindo caminho para capitais multinacionais, como o da Del Monte Fresh Produce instalada no Vale do Assú, que tem possibilitado caracterizar a estrutura produtiva daquela região como um espaço em transformação, destacando a importância da meta de competitividade em detrimento a perspectiva de integração interna das cadeias produtivas, o que leva a dominação do cenário pela multinacional em detrimento das empresas locais. Dessa maneira essas forças dominantes não geram formas de dinamismo econômico local e sim acabam por corroborar com a tendência de dominação dos esquemas multinacionais de produção nos espaços periféricos. Neste sentido, a análise desse trabalho se detém ao Pólo de fruticultura Assú/Mossoró, especificamente o Vale do Assú, espaço onde pretendo (visto ser uma pesquisa em andamento) aprofundar o conhecimento que diz respeito a essa inversão de dominação de forças locais por forças globais (o que resultou no “declínio” daquelas), e a partir daí tentar fazer um choque de informações com o que se observa hoje, onde a permanência da Del Monte no Rio Grande do Norte esta ameaçada devido ao prejuízo acarretado pelas enchentes. Visto isso o que se questiona é: Quem realmente sai perdendo, o estado ou a empresa que ameaça deixar de atuar no espaço em questão?

Palavras chave: Pólo de dinamismo; Agroindústrias; Fruticultura irrigada

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de iniciação científica – PIBIC/CNPq. Orientador: Prof. Dr. Fernando Bastos Costa – PGCS/UFRN.

Dentro da discussão sobre o Desenvolvimento Rural, é bastante recente o interesse pelas razões que explicam o dinamismo de certas regiões rurais e o declínio de outras. Tais regiões dinâmicas caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. ABRAMOVAY (2003) defende que *“mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam, e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”*(ABRAMOVAY; 2003; P. 83). É nesse sentido que em termos de Desenvolvimento Rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: por um lado a que vem enfatizar a dimensão territorial de desenvolvimento, o que não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade. A esse processo de enriquecimento, outra vertente de pensamento social contemporâneo vem chamando, com base nos trabalhos de James Coleman e Robert Putnam, de Capital Social, que diz respeito a características de organização social, como consciência, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. No entanto, segundo ABRAMOVAY (2003) *“A sociedade Brasileira não tem dado a devida atenção a um processo de tomada de consciência e de organização que pode abrir o caminho para uma nova relação com o seu meio rural”* (ABRAMOVAY; 2003; P. 84). Houve sim uma tomada de iniciativas, como a proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a montagem de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, a experiência de construção de assentamentos, a formação de agricultores para o exercício da cidadania por parte dos órgãos que os representam, mas, no entanto, entre o potencial representado por esse processo, as iniciativas e o que realmente tem conseguido alcançar, a distancia é imensa. ABRAMOVAY (2003) coloca que *“Não há ainda avaliações conscientes sobre o desempenho das Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural ou sobre os planos que eles vêm elaborando, mas é com grande frequência que, mesmo nos estados mais desenvolvidos, elas caracterizam-se por políticas clientelistas, autoritárias e burocráticas”* (ABRAMOVAY; 2003; P. 84).

Por outro lado, no que diz respeito ao desenvolvimento rural não se reduzir ao desenvolvimento agrícola, esse pensamento fica claro se entendermos o agrícola como algo que esta contido no rural, e apesar de no Brasil não se ter notado o desenvolvimento deste, o

“agrícola” por sua vez mostrou expansão (especificamente econômica). Seu desenvolvimento ocorre segundo GRAZIANO DA SILVA (1998), com a *“Passagem do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais”*, o que marca o desenvolvimento do mercado interno Brasileiro, onde o processo mais importante foi a Divisão Social do Trabalho (D S T) e sua ampliação. Karl Marx explica que, a base para o desenvolvimento capitalista está no aprofundamento da Divisão Social do Trabalho, caracterizada pela separação entre campo e cidade, na proletarização do camponês e destruição da economia natural (a agricultura depende cada vez menos da natureza). É a partir dessa separação (campo-cidade) que se cria uma nova união (a agricultura entendida como setor autônomo se converte em um ramo da indústria), transformação da base técnica e subordinação da natureza ao capital. Nesse momento se fala em uma “industrialização da agricultura”, onde esta se torna um setor subordinado ao capital, integrado a grande produção industrial. Isso se explica pela destruição da economia natural pela retirada dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza. Cria-se desde então uma nova síntese, de recomposição de outra “harmonia”, baseada no conhecimento cada vez maior da natureza e na possibilidade de reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. Essa passagem não está condicionada a uma mecanização da agricultura propriamente dita, representa não apenas mudanças nas relações homem com natureza, mas também, mudanças nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (é uma passagem de um sistema artesanal para um de base manufatureira, com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho)

É nesse sentido que se cria um “Efeito Ressonância” nas áreas desenvolvidas. Isso ocorre também dentro de setores dinâmicos, a exemplo do Pólo Frutícola Assú/Mossoró, conhecida como uma das áreas mais dinâmicas do Nordeste (sendo especialmente o Vale do Assú a região tida como foco neste trabalho), onde se teve um aumento no potencial de crescimento (concentração de capital) enquanto na periferia, essa base é mais estreita e precária, aloqueando a própria difusão dos efeitos da modernização.

Nos anos em que a economia Brasileira consolidou o mercado interno nacional e promoveu a sua integração produtiva, o Nordeste “engata” na dinâmica nacional. Nesta fase, capitais privados buscam novas frentes de investimento em espaços que se situam para além do centro mais industrializado do país (o Sudeste). Verifica-se uma desconcentração da atividade produtiva no país, inclusive da industrial. Esse movimento atinge o Nordeste, o qual abriga alguns Pólos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial. Como afirma ARAUJO (2000) *“Nas últimas décadas, mudanças importantes remodelaram a realidade econômica Nordestina, questionando inclusive visões tradicionais consagradas sobre a*

região [...], verdadeiro poço sem fundo, em que tradicionais políticas compensatórias, de caráter assistencialista, só contribuem para consolidar velhas estruturas socioeconômicas e políticas, perpetuadoras da miséria.” (ARAUJO; 2000; P. 172). No que diz respeito a leitura, a realidade Nordesteira mudou e tornou-se mais complexa e diferenciada, sendo “impossível” apreende-la a partir dos estereótipos tradicionais. Tendências de acumulação privada reforçadas pela ação estatal fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste, subespaços com estruturas econômicas modernas e ativas, foco de dinamismo, em grande parte responsável pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região. Dentre eles cabe destacar o Pólo Frutícola do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada).

Considerado como “Pólo de Dinamismo”, o que se questionou e ainda se volta a discussão hoje em dia, é a dimensão do retorno social. Sobre isso, CAVALCANTI *et. Ali.* (1997) diz que “*A organização e reorganização dos espaços produtivos agrícolas não dependem somente da inversão e da incorporação tecnológica, mas também de características institucionais, históricas e culturais do sistema local, associados a emergência de novos serviços, mudanças demográficas e novos estilos de vida [...], na formação desses novos espaços, ressalta-se também o papel do estado, tanto pela sua participação ativa através de investimentos em infra-estrutura produtiva e política de promoção econômica*”(CAVALCANTI *et. Ali.*; 1997; p. 01). Essas características, no entanto, não condizem com o que pôde ser observado no Pólo Frutícola Assú/Mossoró (Bem como a região que compreende o Vale do Assú), que no início se notabilizou um processo de marginalização de grupos locais, evidenciado com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, onde se criou um mercado de terras, e a ilusão financeira de que vender terras tinha se constituído o negócio mais rentável do Vale. A marginalização estava atrelada também o fato de os pequenos produtores não terem acesso a sofisticação, em termos de produtos e tecnologias modernas que passavam a compor a nova pauta dos empreendimentos produtivos irrigados, capazes de atender a um grande mercado exportador. O estado não parecia muito entusiasmado em desenvolver qualquer experiência de irrigação pública, o que veio a favorecer a apropriação privada de todo investimento público que tinha sido realizado com a construção da barragem. Ao serem concluídas as obras da mesma, em maio de 1983, e por não se efetivar as outras etapas do projeto “Baixo-Assú” (como o assentamento, à montante da Barragem, da população remanescente da ação desapropriatória e, à justante, a instalação do projeto de irrigação), desencadeou-se uma “carreira” em direção a região por grandes grupos empresariais nacionais, atraídos pela potencialização das possibilidades de

irrigação do Vale, e também pelas facilidades quanto as políticas governamentais, como isenção de impostos, o que intervia diretamente no mercado de terras, favorecendo as empresas de maior porte, ou ainda preparando infra-estrutura, evidenciando uma distorção dos programas iniciais que tinha como meta, forjar um grande contingente de irritantes entre os pequenos produtores locais deslocados para o perímetro irrigado.

Observa-se então que estamos tratando de uma região que sofreu intervenções, resultante do jogo de forças que se dá entre diferentes atores interessados na produção de um mesmo recurso (houve uma revalorização especulativa do território em consequência, fundamentalmente, das políticas públicas que privilegiavam grupos, produtos e regiões).

A área que compõe o Pólo da Fruticultura do RN foi alvo de uma considerável transformação, na segunda metade dos anos noventa, onde o caráter da produção irrigada, exclusivamente privado, da produção de frutas, foi quebrado com a inserção das áreas reformadas administradas pelo INCRA-RN. Visando inicialmente o mercado interno regional, alguns projetos de assentamento rural, aos poucos se integraram ao mercado exportador através de grandes empresas que funcionavam como âncoras desse mercado, como foi o caso da MAISA e FRUNORTE. Estimulada pela política de financiamento especial para áreas reformadas, difundiu-se na região do Pólo, a produção irrigada em pequenas áreas com base na agricultura familiar, geralmente exploradas de forma coletiva. GOMES DA SILVA (2006) diz acreditar que “... o maior estímulo para a difusão da produção de frutas nas áreas de assentamento é a garantia de comercialização da produção através das empresas âncora” (GOMES DA SILVA; 2006; P. 343)..

No entanto, houve insucesso, em suma, frente às inúmeras crises decorrentes da administração do projeto pelo estado. O problema do projeto estava no fato de que nem o governo do estado e nem o DNOCS (órgão que planejou e construiu o projeto) quis assumir a administração. Em decorrência disso, faltou apoio e infra-estrutura para que os primeiros irritantes pudessem instalar e tocar par frente seus lotes de terra.

É também nesse mesmo período – meados da década de 90 – que nota-se a entrada (no Vale do Assú) de atores profundamente diferenciados dos locais. Com isso, permitiu-se deduzir que o quadro da fruticultura passou a ser modificado, em virtude da relação produtiva diferenciada com esse espaço, em especial, tendo-se como parâmetro a multinacional “Del Monte Fresh Produce do Brasil LTDA”. Esses novos atores diferenciam-se das empresas instaladas anteriormente em função da cultura plantada (banana para exportação), de suas origens e de suas composições organizacionais diferenciadas, além do aporte financeiro que as sustentam, proveniente de grupos bastante diversificados, Holding, constituído dentro de

padrões modernos e inseridos dentro de um movimento competitivo global. O espaço local de produção de frutas que se dava através das empresas dominantes locais já estabelecidas, cujos donos eram os políticos locais, é completamente modificado e ampliado com a instalação, no Vale do Assu, da Del Monte. Os motivos para a instalação no Estado iam desde as vantagens competitivas locais como clima, solos férteis, água e mão-de-obra barata da região, até incentivos fiscais, e também um fato potencializador, que foi a meta do governo, de dobrar as exportações.

A Del Monte iniciou suas atividades no Pólo através da parceria com o grupo nacional Directivos Agrícola S. A., findando essa sociedade em 1996, época em que começou a haver uma sondagem dessa empresa para a aquisição de terras na Subzona do Assu. Nesse contexto, o que motivou os produtores a se desfazer de seus imóveis foi a possibilidade de ganho em curto prazo, levando em consideração o constante risco que era fazer agricultura de pequena escala, sem associativismo e tendo custos elevados..

O movimento de entrada dessa empresa na região semi-árido do RN foi caracterizado como de “Deslocamento Produtivo”, o que só pode ser compreendido em virtude do tipo de empresa envolvida: produtora e financeira global, que, por sua condição hegemônica pode se deslocar entre os espaços em face de uma política de diminuição de custos e riscos (daí sua explicação para saída do Caribe e entrada no Brasil).

A atuação da empresa em quaisquer dos seus espaços de inserção, demonstrou uma conduta única, universalizada, portanto independente dos programas públicos de desenvolvimento e dos projetos de acumulação privada local. Segundo GOMES DA SILVA *et. Ali.* (1997) “... o espaço local adquiriu muitas vezes uma conotação de pouso, sem criação de raízes por parte da empresa, devido sua flexibilidade produtiva de atuação mundial, defendida mediante maiores possibilidades de ganho/ espaço” (GOMES DA SILVA; 1997; P. 13). Essa transformação do espaço era salientada em virtude dos antagonismos que esse novo ator criou diante das outras empresas do espaço e do próprio espaço, o que implicou na constatação de que a empresa multinacional engendrava formas diferentes de relacionamento interno, otimizadas dentro de uma baixa participação local. Tais antagonismos assumiam muitas formas, relativas aos aspectos organizacionais, produtivos e as relações comerciais diferenciadas, que alimentou as transformações da conduta de outros atores locais. A multinacional inaugurava uma dinâmica inédita de relação com o lugar, à medida que ia impondo sua articulação de produção internacional. Ainda no que diz respeito à relação empresa-espaço, segundo os fatores produtivos, observa-se que as empresas locais eram unidas tipicamente locais. Isso significa dizer que elas estabeleciam elementos de grande

integração justamente por terem incorporado a função primeira de criar condições gerais de valorização das muitas formas de capital local naquela zona semi-árida, em face da agricultura irrigada (criação de um espaço de acumulação capitalista na região do polígono das secas do estado do RN, no setor agrícola, possibilitando a projeção do lugar enquanto Pólo Dinâmico). Tal função significa exercer o papel de gerador de efeitos dinâmicos no espaço em questão, Portanto foram esses empreendimentos que faliram (ex. empresas como Agroknoll; Finobras; FRUNORTE e MAISA). Esse modelo reflete também a baixa capacidade competitiva (dificuldade em comprar insumos mais baratos, diretamente aos produtores, isso devido a problemas de limitação financeira, especialmente de crédito com grandes fornecedores). Ainda segundo GOMES DA SILVA *et. Ali.* (1997) “... *Em uma economia globalizada, os reflexos da penetração de movimentos globais são sentidos indistintamente nos espaços dinâmicos, em virtude da falta de modelo próprio, que possa se contrapor a essa tendência e impor resistências à perspectivas de acumulação globalizada [...] Com a expansão da multinacional (em termos de volume, investimento e concentração de terras) há uma retração das empresas locais, que perderam espaço e prestígio em meio a uma grave crise financeira, o que se une aos vários problemas de distribuição de suas produções*”(GOMES DA SILVA *et. Ali.*; 1997; P. 15 e 16).

No caso da Del Monte, existia uma relação de parcialidade com o local explicitado pela baixa demanda de fatores locais, de insumos e serviços. Nesse contexto, sua atuação com relação ao local, restringia-se à demanda por terra e mão-de-obra não qualificada, a especializada era de outros centros, especialmente Caribe e Centro Sul. O capital utilizado era próprio e estava vinculado a um conjunto de outros investimentos de carteiras de diversificados mercados, incluindo ações em bolsas. Com relação aos aspectos de terceirização produtiva, a empresa alegou não ter condições locais de formação de parcerias, em face da baixa capacitação do produtor além de outros elementos problemáticos, como as questões sanitárias. Para muitos, esses argumentos defendidos pela multinacional não tinha encontrado justificativa, inclusive dentro da visão dos órgãos públicos, em fase da existência (na época) de parcerias que obtiveram muito sucesso no âmbito do Pólo. Nesse sentido o argumento para esse isolamento produtivo da Del Monte, seria o fato de ela ter uma estratégia mundial de produzir banana com alta rentabilidade, atuando competitivamente com outros oligopólios no mercado, o que justifica os custos de se produzir por conta própria diante do risco da terceirização.

No que se refere às empresas locais, estas se ancoravam em uma estrutura organizacional de pequeno porte, caracterizado pela não separação entre o controle da

empresa e o empresário que comandava, traduzindo-se em uma grande centralização administrativa, o que pode provocar baixa eficiência técnica administrativa, já que os critérios familiares e de projeção política pode se sobrepor a elementos voltados ao mercado. Apesar do reconhecido papel histórico adquirido pelas empresas locais, em forjar o espaço que ficou conhecido como Pólo de produção de frutas, o modelo de produção local pouco evoluiu, em face dos movimentos de transformação do setor. Elas tiveram como características de desempenho, problemas de entrave produtivo, o que lhes trouxeram dificuldades no gerenciamento de seus projetos, em virtude do crescimento das despesas acima do patamar das receitas obtidas.

Com relação às questões políticas, observa-se que uma das características que marcou as empresas locais, foi a forte relação entre estas e a política local, seja diretamente, através de participação dos empresários em cargos eletivos a exemplo da MAISA (Empresário: Mucio Sá, deputado federal pelo PMDB na época) e Fazenda São João (Pertencia a Oligarquia Política Maia), ou na forma de uma certa “projeção indireta”, como reflete o caso da FRUNORTE (Empresário: Manoel Dantas Barreto, o qual era um dos diretores da Associação dos Fruticultores do Brasil, além de pertencer ao Conselho Nacional da Fruticultura). Esse vínculo estreito entre poder econômico e político era muito mais geral do que esses casos, entretanto eles ilustram bem como a gestão de empresas possuíam uma relação além produtiva com o espaço local. Tal relação interferia nas condições institucionais de fomento e de apoio ao setor frutícola, ajudando a forjar as justificativas validas para a manutenção e refinanciamento de produção, muito comprovadamente problemáticas. Em outro sentido, essa relação atuava como uma forma legitimadora do *status quo* local, na qual a classe política, enquanto agentes privados exerciam as políticas de geração de emprego.

O papel que a Del Monte prestou ao Pólo foi o de evidenciar para as agroindústrias locais, formas de construção de projetos produtivos, mais eficientes sob o ponto de vista dos resultados econômicos.

É a partir dessa lógica que a fruticultura irrigada passa, a partir dos anos 90, a desempenhar um papel ainda mais destacado mediante o processo de descentralização do planejamento regional e a reformulação ou reestruturação dos pólos nordestinos.

O Pólo de Fruticultura Assú/Mossoró (especificamente o Vale do Assú o qual é analisado nesse estudo) tido como palco das redefinições da intervenção governamental nas zonas dinâmicas Nordeste, contraditoriamente se configurou como um espaço de atração de capitais mais complexos. Isso está condicionado à vulnerabilidade da economia regional que, por não ter criado um modelo competitivo e sustentado próprio acaba por perder espaço

diante do cenário globalizado, abrindo caminho para capitais multinacionais, como o da Del Monte Fresh Produce instalada no Vale do Assú. Essa empresa tem possibilitado caracterizar a estrutura produtiva daquela região como um espaço em transformação, destacando a importância da meta de competitividade em detrimento a perspectiva de integração interna das cadeias produtivas, o que leva a dominação do cenário pela multinacional em detrimento das empresas locais. Dessa maneira essas forças dominantes não geram formas de dinamismo econômico local e sim acabam por corroborar com a tendência de dominação dos esquemas multinacionais de produção nos espaços periféricos.

Neste sentido, a análise desse trabalho se detém ao Pólo de fruticultura Assú/Mossoró, especificamente o Vale do Assú, espaço onde se busca (visto ser uma pesquisa em andamento) aprofundar o conhecimento que diz respeito a essa inversão de dominação de forças locais por forças globais (o que resultou no “declínio” daquelas). A partir daí pretende-se fazer um choque de informações com o que se observa hoje, onde a permanência da Del Monte no Rio Grande do Norte esta ameaçada devido ao prejuízo acarretado pelas enchentes, que devastaram cerca de 50% de toda produção de banana da empresa no Vale do Assú e a levaram a demitir cerca de 40% dos empregados. Visto isso o que se questiona é: Quem realmente sai perdendo, o Estado (financiador de toda infra-estrutura aplicada à região) ou a empresa que ameaça deixar de atuar no espaço em questão?

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

A NOVA CONFIGURAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NORDESTINA E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES MIGRANTES CANAVIEIROS EM ALAGOAS

Paulo Candido da Silva¹

Resumo

O objetivo desta investigação é analisar os mecanismos atuais de resistências cotidianas contidas nas relações entre as entidades sindicais rurais (os STR's) e os trabalhadores migrantes canavieiros do Agreste e Sertão nordestino, diante do atual quadro de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira no Nordeste e, em particular, no Estado de Alagoas, o qual apresenta o mais alto grau de “modernização” do setor no país. Pretende-se compreender os impactos que o processo dessa reestruturação vem provocando no atual modelo de estrutura sindical do campo. Ou ainda, analisar a partir de uma observação direta, como as críticas que alguns autores têm feito à estrutura municipalista do sindicalismo rural, não são suficientes para entender o contexto real das transformações nas relações sociais do espaço rural.

Palavras-chave: Agroindústria; Migrantes; Canavieiros

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar os mecanismos atuais de “resistência” apresentados pelos trabalhadores migrantes canavieiros do Agreste e Sertão nordestino diante das novas formas de dominação criadas pelas mudanças ocorridas na agroindústria canavieira do Nordeste, particularmente no Estado de Alagoas, o qual apresenta o mais alto grau de “modernização” do setor na região. Pretende-se, com isso, compreender os impactos que o processo dessa mudança vem provocando no atual modelo de estrutura sindical rural, ou seja, como o sindicalismo rural tem enfrentado os novos desafios que a pressão das usinas e dos proprietários fornecedores de cana tem colocado para a ação política no campo.

Em decorrência das lutas sociais no campo intensificadas nos últimos anos pelos movimentos sociais rurais, principalmente o MST (ou dos trabalhadores sem terra) no Brasil e, em particular, no Nordeste, amplia-se o interesse dos pesquisadores, das mais diversas áreas, pelas mudanças por que a luta social e política no campo vem passando. Isso pode ser observado no fato de que os movimentos sociais no campo correm por vias diversas, marcadas principalmente por dois tipos diferentes de ações coletivas: a) por movimentos

¹ Doutorando PPGCS/UFCG e Professor da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: paulocandid@bol.com.br.

sociais e pela ação de mediadores externos (ONGs), que ocupam um espaço de informalidade, e b) pela via institucionalizada e formalizada da ESTRUTURA SINDICAL (STRs e Federações).

É dessa forma que o movimento social no campo, no Nordeste, vem atuando, ou seja, em duas importantes frentes de ação social e política: primeiramente, na organização de ocupações de terras, em áreas tidas como improdutivas ou devolutas, devido ao fechamento de usinas de cana-de-açúcar: e, em segundo lugar, nas ações visando o fortalecimento da agricultura familiar e o acompanhamento aos assentamentos de reforma agrária.

No entanto, esta forma de luta social atualmente não é mais hegemônica. Novas linhas de ação representem uma grande mudança com relação à prática sindical dos anos setenta e oitenta, período em que o sindicalismo no campo ficou marcado, de um lado, pelo assistencialismo (FUNRURAL, assistência médica e odontológica, e depois, as aposentadorias), e de outro, pelas campanhas salariais, lutas por direitos trabalhistas, nas áreas canavieiras e de concentração de trabalho assalariado. Nesta época, principalmente nos períodos de safra, era grande a mobilização envolvendo muitas vezes vários sindicatos e as Federações estaduais na organização de greves, seguidas de negociações trabalhistas entre o setor empresarial canavieiro (usinas e fornecedores de cana) e trabalhadores canavieiros assalariados.

Desta forma, analisaremos, de maneira preliminar, o atual processo de mudanças nas condições técnica e nas relações sociais e de trabalho produzida pela agroindústria canavieira nordestina. Analisaremos a “resistência cotidiana” presente nos conflitos entre as representações políticas dos trabalhadores do campo, que se concentram numa polaridade entre reformas agrária e lutas por salários, ou seja, “entre uma postura dita combativa, associadas com as ocupações, e uma conduta responsável e negociadora que não exclui a luta por reforma agrária, mas pretendia conduzi-la de modo menos conflituoso”. (ROSA, 2004: 488).

2. Mudanças Técnicas e Sociais em Alagoas

Em Alagoas, o processo de mudança na base do social e de esgotamento das formas de lutas salariais do sindicalismo rural é uma questão que merece ser estudada mais profundamente. Por outro lado, é preciso explicar as mudanças nas relações de trabalho com o processo de reestruturação produtiva da base técnica e gerencial da produção sucroalcooleira alagoana dos últimos anos. Sobre isso é importante ver quadro I, abaixo:

Quadro I
Quantidade de cana produzida, área plantada,
área colhida na década de 1990

Períodos	Cana produzida (mil ton.)	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)
1990/1992 (média trienal)	23.678,04	500.076,33	496.759,67
1997/1999 (média trienal)	26.744,88	455.561,67	454.289,67
Variação (%)	12,9	-8,9	-8,5

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal Apud Lima (2005: 138)

Como pode ser observado, houve uma diminuição da área plantada e da área colhida, e aumentou a cana produzida. Paralelamente a isso, o contingente de trabalhadores assalariados permanentes e temporários² diminuiu profundamente, deixando assim o sindicato rural com pouca capacidade de mobilização e enfrentamento com o patronato do setor. Essa foi outra estratégia dos usineiros e plantadores de cana. Como realizaram isso??? Uma das questões a se analisar.

Como pode ser visto nos dados do IBGE, no Agreste e no Sertão houve uma diminuição da população ocupada, porém a diminuição foi maior no Leste alagoano³, no qual se encontra um desemprego de 133.881 trabalhadores. Esse processo de “inovação agrícola e industrial” não se traduziu em falência ou crise do setor sucroalcooleiro, apesar do discurso de crise ter sido usado pelos usineiros para obter mais financiamentos públicos. Algo que pode ser verificado também nos Estados da Paraíba e de Pernambuco, onde os usineiros mantiveram o discurso, para obter vantagens do setor público e, inclusive, no enfrentamento com os trabalhadores canavieiros. Isso, portanto, configurou-se num novo processo de acumulação capitalista, pois as mudanças da base técnica e gerencial do setor vão transformar o Estado de Alagoas no segundo maior produtor de cana e álcool do país e no Estado com maior índice de produtividade do Nordeste.

Esse processo ficou restrito, entretanto, às regiões dos tabuleiros, por se tratar de uma área que favorece o uso de novas máquinas e tecnologias. Contudo, esses tabuleiros, conforme Andrade (1994:110), são áreas paralelas à costa nordestina, cuja extensão vai do Rio Grande no Norte ao Estado de Sergipe, e sua ocupação para fins de expansão da lavoura canavieira já havia sido observada por vários autores (LOUREIRO, 1970; MELO, 1975;

² Segundo dados do IBGE, entre 1995 e 2000, 230 mil alagoanos migraram para outros Estados da Federação, principalmente do Sudeste. E, por outro lado, dados também do IBGE mostram que entre 1995 e 2000, cerca de 140 mil pessoas perdem o trabalho na Zona da Mata alagoana.

³ Região na qual está situada a agroindústria canavieira de Alagoas.

SZMRECSÁNYI, 1979; ANDRADE, 1988; HEREDIA, 1988). A ocupação dessa área, como mostra LIMA (1994), “não foi ocasional, mas resultado de um plano cuja execução dependeu da realização de experimentos com adubação química e fertilizantes no intuito de superar a debilidade natural daquele solo. Assim, realizadas as experiências e analisados os resultados, partiu-se para a ocupação da área enriquecendo o fraco solo com adubação orgânica, aproveitando o vinhoto nas áreas cultivadas e, como os tabuleiros são planos, desenvolvendo a mecanização de algumas etapas”.

Isso mostra um quadro de mudanças na base técnica e gerencial da produção sucroalcooleira. Observa-se também um processo de transformações nas relações sociais de trabalho como o aumento de trabalhadores temporários. Pode-se levantar então a hipótese de que as mudanças técnicas não foram capazes de transformar ou romper com as relações de trabalho existentes anteriormente, mas pode ter ocorrido um processo de recriação de relações de trabalho tradicionais, ou seja, adequação do trabalho às novas condições técnicas de produção. Estes trabalhadores, como mostra ANDRADE (1988), são constituídos por dois grupos: o primeiro grupo, por ex-moradores expulsos dos engenhos, fazendas e usinas, e o segundo grupo, por pequenos agricultores e trabalhadores migrantes vindos do Agreste e Sertão, “*os corumbas*”, e de outros Estados. Como exemplo disso, hoje, em Alagoas, de acordo com dados do IBGE, o contingente desses trabalhadores temporários corresponde a 70% de toda mão-de-obra utilizada na produção canavieira deste Estado.

É em meio a esse aumento no contingente de trabalhadores temporários que, decorrente da mudança na base técnica, ocorre o aumento da migração sazonal. Esses trabalhadores migrantes são, em boa parte, nas regiões de origem, pequenos agricultores familiares (meeiros). Assim, para os gerentes de usinas, esses migrantes representam uma maior capacidade de produtividade. Esses trabalhadores, diferentemente dos que moram próximo às unidades de produção, ficam tempo integral nas usinas. Apresentam grandes dificuldades com relação à representação sindical que, por sua vez, é uma estrutura municipalista.

A partir daí, a segunda metade da década de oitenta vai ser palco de um cenário histórico das primeiras campanhas salariais. Esta entrada dos trabalhadores alagoanos canavieiros nas campanhas salariais será analisada minuciosamente por LÚCIO (2003). No entanto, não está muito evidenciada a resistência dos trabalhadores e lideranças em seguir o modelo de mobilização existente em Pernambuco e apresentado em 85 pela CONTAG aos trabalhadores alagoanos, isto é, à FETAG-AL e aos STRs. Isso significa que considerar as lideranças da época, que resistiam ao modelo de campanhas salariais adotado em

Pernambuco, simplesmente como “pelegas” não é suficiente para entender a complexidade da rede de resistências sociais daquele momento, pois lideranças sindicais que atuavam na época, como as do município de Maragogi, talvez não se encaixem nessas generalizações.

Já nos anos noventa, mais precisamente a partir de 1996, os efeitos das mudanças técnicas da agroindústria canavieira alagoana são sentidos pelos trabalhadores e suas entidades a partir de um maior controle gerencial da força de trabalho, que leva a um processo de desemprego massivo. Por causa disso emergem novas lideranças e organizações, como o MST e o MT, que diante do desemprego e fechamento de algumas usinas na Mata Norte de Alagoas, iniciam-se um processo de resistências às novas formas de dominação, através da ocupação de terras. Todavia, o sindicalismo rural diminui sua pressão em defesa dos assalariados e passa a desenvolver ações sociais voltadas para políticas públicas de apoio ao pequeno agricultor.

Dessa forma, este trabalho pretende, em primeiro lugar, entender como o sindicalismo rural tem evoluído nos últimos dez anos no Nordeste e, especificamente, em Alagoas: 1) voltando-se mais para o agricultor familiar, ocupações e assentados; 2) deixando de lado os trabalhadores assalariados “locais”; 3) relegando a um terceiro plano os assalariados migrantes sazonais, oriundos do Agreste e do Sertão. O sindicato tem desenvolvido ação sindical sem que os migrantes canavieiros sejam integrados enquanto categoria. E, por fim, esclarecer como a busca da compreensão de práticas de resistências tem representado um avanço para o conhecimento da realidade social de um grupo (como os migrantes canavieiros) que tem sido incompreendido pelas análises acadêmicas correntes.

Partimos da premissa de que a ação do sindicato de trabalhadores rurais junto aos trabalhadores migrantes canavieiros tem sido imobilizada, em parte, devido às mudanças ocorridas na base técnica da agroindústria canavieira. A tecnificação da agroindústria, portanto, tem criado novas estratégias de dominação patronal, sobretudo a partir das novas exigências no processo de arregimentação de trabalhadores assalariados. As contratações passam a levar em conta a capacidade ou não de organização e mobilização dos trabalhadores assalariados. Daí compreender-se esta questão dentro do atual contexto das modificações das relações sociais de resistência no campo⁴.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um trabalho sindical no local de morada torna-se imprescindível para que o trabalhador migrante, ao tomar o caminho da cana, já

⁴ Esta é problemática que temos observado nos últimos anos, a partir da experiência de pesquisas realizadas sobre a ação social e política dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Alagoas, como pesquisador da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

chegue ao local de produção com um acúmulo de experiências de lutas políticas por direitos. O importante também é investigar qual a contribuição que esta articulação teria ou não para o conjunto das questões rurais postas pelo atual contexto de transformações, isto é, a situação dos assalariados e as próprias campanhas salariais.

Em tempo e sinteticamente, vale dizer que para compreender a complexidade desse processo é preciso pesquisar: 1 –a trajetória dos trabalhadores participantes no processo de migração do Agreste e Sertão alagoano, nos últimos dez anos, assim como as várias formulações, expectativas e práticas produzidas por esses atores; 2 - as dinâmicas sociais produzidas pela ausência de uma articulação entre os sindicatos do lugar de morada (Agreste e Sertão) e de trabalho (na área canavieira), tanto no que se refere aos processos migratórios, como nas formas de resistência e de contestação produzidas pelos vários atores envolvidos, assim como o conteúdo dessas resistências e os sentidos dos confrontos vivenciados que se manifestam de maneira pública e/ou oculta; 3 - e, por fim, realizar uma crítica às concepções que vêem os trabalhadores migrantes como “desqualificados”, que se mostram politicamente “alienados” e “não-participantes”, isto é, incapazes de se integrar a uma ação combativa.

3. Modernização Agrícola e Resistências Sociais

Como vimos, em Alagoas, quando da *“evolução do complexo canavieiro alagoano, entre a formação do IAA e a década de 1990, distinguem-se três etapas bem caracterizadas, respectivamente, a da consolidação do parque usineiro (1930-1950), a do processo de expansão e modernização (1950-1975) e a de um segundo surto expansivo ligado ao Proalcool (1975-1989)”* (LIMA 1994). Verifica-se também um processo de mudanças profundas na estrutura de produção e relações de trabalho da agroindústria canavieira, sobretudo a partir da ocupação dos tabuleiros pelas usinas de açúcar. Esse processo de ocupação dos tabuleiros tem início nos anos cinquenta, mais precisamente, a partir de 1975, com o PROALCOOL, que é quando esta tendência se estabelece de fato como uma tendência majoritária.

Assim, a usina Roçadinho transferiu-se de Catende-PE para São Miguel dos Campos-AL; a usina Boa Sorte saiu de Viçosa-AL e instalou-se no vale do Coruripe, com o nome de usina Seresta (ANDRADE, Idem). Observa-se um processo de deslocamento de usinas de áreas tradicionalmente ocupadas por cana que, por serem inadequadas para as novas tecnologias, perdem espaço para os tabuleiros que favorece a adoção, por exemplo, da mecanização. Beatriz Heredia, ao estudar a expansão da cana-de-açúcar nos tabuleiros do sul

de Alagoas, mostra que quando se comprovou a viabilidade da ocupação daquela área com a lavoura canavieira, os grandes proprietários (usineiros ou fornecedores) aumentaram suas áreas de cultivo adquirindo novas parcelas ou explorando as que formalmente já lhes pertenciam. “(...) *Esse processo, inicialmente um tanto lento por causa dos altos custos exigidos pelo desmonte dos tabuleiros, resultou com o correr dos anos em grande expansão do cultivo e na ocupação total dos tabuleiros ali existentes*” (HEREDIA, 1988: 67).

O processo de expansão da atividade canavieira e suas conseqüências para a população rural é também acompanhado, segundo a autora, pelo processo de expropriação dos trabalhadores e pequenos agricultores que residiam na área. Este processo foi acentuado a partir da década de 1960, principalmente após a modificação das antigas relações de trabalho. Os proprietários acabaram com o sistema de moradia, que se caracterizava pelo fato de o trabalhador receber a casa de moradia e ter acesso a uma certa quantidade de terras para produzir alimentos básicos para sobreviver⁵. Os anos cinquenta e sessenta foram marcados pelas lutas sociais no Nordeste, que tiveram como um dos elementos propulsores a resistência à expropriação. Algo que James Scott, que fundamenta teoricamente o presente trabalho, analisa como: “*para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim*” (KARL MONSMA, 2000: 100). Este momento viu nascer um novo ator político, ou seja, a mobilização dos camponeses organizados em Ligas, nos quais o sistema identificou uma ameaça para a reprodução da ordem agrária, vigente até então. O golpe de Estado de 1964 não pode ser dissociado desta mobilização.

No caso alagoano, no entanto, como mostra LIMA (ibidem), “não chegaram a existir em sua base territorial as organizações vinculadas às Ligas Camponesas e, de um modo geral, os trabalhadores rurais, das áreas canavieiras principalmente, não desenvolveram qualquer experiência de luta organizada neste período histórico”. Isso é apresentado por Melo (1990) como uma característica da sociedade açucareira alagoana que, desde suas origens, revela uma “vasta rede de dependência pessoal”.

Com relação ao surgimento de sindicalismo rural nordestino, este tem início ainda nos anos 50 e 60, a partir da ação política de três agentes: do Partido Comunista Brasileiro, da Igreja Católica e das Ligas Camponesas, que disputavam, na época, a orientação do

⁵ Ao estudar essas relações de trabalho que existiram anteriormente, Moacir Palmeira as entendeu assim: “Quando um trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de moradia, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um sítio”. (Palmeira, 1977: 104).

movimento camponês. Todavia, em Alagoas, as primeiras organizações sindicais criadas neste período resultaram da mediação de agentes externos e não da resposta a uma demanda ou a um processo de luta própria dos trabalhadores que os confrontasse com as condições de vida e trabalho estabelecidas. Desse modo, a estrutura sindical montada em Alagoas já surgia profundamente debilitada (MELO: 1990: 186).

Em síntese, como afirmamos acima, entender a ausência de estratégia que o sindicato de trabalhadores rurais deixa de utilizar para articular a interação entre suas ações no Agreste, Sertão e zona canavieira no acompanhamento aos migrantes canavieiros, particularmente os de Alagoas. Com isso, como mostra MENEZES (Idem), seja em seus locais de origem, seja nos locais de trabalho, ultrapassando fronteiras geográficas, os sindicatos se motivariam para considerar as possibilidades de integrar os migrantes como uma categoria significativa de trabalhadores canavieiros, e não tratá-los e percebê-los como “de fora” ou como “um problema”.

4. Alguns Comentários Preliminares

Não temos aqui, ainda, uma conclusão deste trabalho, mas sim um desafio para pensar as atuais mudanças no cenário rural alagoano. A dimensão social do processo de reestruturação produtiva da agroindústria açucareira tem sido por nós apresentada como a preocupação central. Com isso, temos focalizado os aspectos das novas relações de poder e de dominação produzidas nas relações de trabalho e assalariamento no campo alagoano, bem como seus mecanismos de resistências silenciosas presentes na ação cotidiana dos trabalhadores canavieiros, sobretudo, as desenvolvidas pelos trabalhadores migrantes do agreste e sertão do estado.

Daí nosso desafio tem sido muito mais estabelecer uma discussão em torno da construção de um entendimento sobre a ação diferenciada dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) diante das novas relações de dominação criadas em função do processo de mudança na base técnica/ produtiva da agroindústria canavieira, para as distintas categorias: 1) pequenos agricultores familiares; 2) assalariados locais; 3) assalariados migrantes. Ou seja, temos procurado construir uma agenda de pesquisa para pensar as velhas e novas dinâmicas rurais nordestinas.

5. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel C. de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988. (Série Estudos Regionais, 18).
- ANDRADE, Manuel C. de. **Usinas e destilarias de Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- ANDRADE, S.M.C. **Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco**. São Paulo: USP, 1994 (tese de doutoramento).
- HEREDIA, Beatriz A. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canvieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC/CNPQ, 1988.
- LIMA, Araken. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Campinas- SP. Instituto de Economia/UNICAMP, 2005.(Tese de Doutorado).
- LÚCIO, A. B. **A ação sindical dos trabalhadores rurais a partir da década de 1970: as campanhas salariais dos canavieiros de Alagoas**. Campina Grande: UFPB, 2003.
- MALAGODI, Edgard. **O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças**. In: **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. Maria do Nazaré B. Wanderley (organizadora). S.P.: Polis; Unicamp, 2004.
- MELLO, Paulo D. A. **Alagoas: sindicatos rurais e dominação**. Itaguaí: CPDA/UFRRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Reestruturação produtiva na atividade canvieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Recife: Departamento de Ciências Sociais/UFPE, 2002 (Tese de Doutorado).
- MENEZES, M.A. **O Cotidiano camponês e a sua Importância enquanto resistência à dominação a contibuição de James C. Scott**. Raízes, Campina Grande. Vol. 21, nº 01p. 32-44, jan/jun, 2002.
- _____. **Experiência social e identidades: o caso dos trabalhadores migrantes na plantation canvieira de Pernambuco**. Revista de História Oral, Rio de Janeiro - RJ, n. 3, p. 49-68, 2000.
- MONSMA, Karl. **James Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma avaliação crítica**. BIB, Rio de Janeiro, nº 49, 1º semestre, pp. 3-141, 2000.
- NOVAES, J.R.P. **Modernização e Relação de Poder: transformações na agroindústria canvieira no Nordeste do Brasil**. Ph.D. Thesis. Proograma em Economica da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- PALMEIRA, Moacir. **Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation Tradicional**. Rvista de Ciências Sociaisdo Centro de Estudos Noel Nutela. Ano II, nº 2, novembro de 1977.
- _____. **Projeto Emprego e Mudança Sócio Econômica no Nordeste**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1977.
- SIGAUD, L. **Greve nos engenhos**. São Paulo: Paz e Terra. 1980.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM PRODUTO E ESTE EM
MERCADORIA NO PROJETO IRRIGADO DE SUMÉ**

José Ricardo Nunes Mendonça¹

Resumo

As transformações ocorridas na atividade agrícola em Sumé, Paraíba, a partir dos anos sessenta do século passado, com a construção do açude e a implementação do Projeto Irrigado de Sumé, como parte de uma política pública voltada a amenizar a vulnerabilidade do caririense em relação à seca, levaram a mudanças na forma dos camponeses se organizarem em relação à produção dos bens de consumo, transformando a atividade de subsistência e em pequena escala para uma atividade voltada para a produção industrial.

Palavras-chave: Irrigação; Cariri; Sumé

Neste trabalho buscaremos discutir a transformação do trabalho em produto e este em mercadoria no projeto irrigado de Sumé, Paraíba, a partir do conceito de mercadoria definido por Karl Marx.

Sumé, localizada no Cariri Paraibano, faz parte do semi-árido brasileiro, sendo no Cariri Paraibano que encontra-se o índice pluviométrico mais baixo do Brasil (279 mm por ano, na região de cabaceiras), desta forma a região tornou-se objeto de preocupação governamental dentro de um projeto maior de combate a seca e seus efeitos no semi-árido brasileiro, sendo alvo de políticas públicas que visavam minimizar as adversidades climáticas.

Com a irregularidade das chuvas e a má distribuição na região, o Caririense estava impossibilitado de poder fazer um planejamento agrícola permanente, desenvolvendo basicamente a cultura de Milho e do Feijão nas épocas de chuva. Segundo Gislaine Duque, *a estrutura fundiária da região é bastante concentrada. A ocupação revela a predominância do latifúndio, onde se pratica a pecuária hiper-extensiva. A criação de Bovinos, atividade de maior expressão econômica, domina a agricultura, pois leva a ocupar os melhores solos. A cultura algodoeira fazia parte das atividades agrícolas da região até a década de oitenta do século passado, consorciada com o feijão em pequenas plantações, quando entrou em declínio por conta da praga do bicudo.*

Com o predomínio do latifúndio no cariri paraibano, muitas famílias trabalhavam em grandes propriedades na agricultura, como meeiros (que podiam ser moradores ou residentes

¹ Aluno do Mestrado do PPGCS.

na vizinhança), que consistia do trabalho no plantio a serviço do proprietário, nas atividades da pecuária e agricultura. Em troca, o trabalhador reside com a família no latifúndio e tem direito ao uso de uma parte da terra para plantar Milho e Feijão e criar alguns animais domésticos como porcos e galinhas, que ajudassem a garantir a alimentação da família, e eventualmente, serem vendidos numa feira próxima, na cidade, para adquirir outros bens de consumo.

As relações entre os camponeses eram caracterizadas pela produção agrícola voltada para a manutenção da unidade familiar, o estoque da produção tinha como objetivo atender ao consumo desta durante o ano. No ano em que era possível produzir grãos, como Milho e Feijão com abundância, o eventual excedente do total que deveria ser estocados para o ano, poderia ser comercializado para aquisição de outros produtos como arroz e café, que não são produzidos na região. Havia uma relação entre os camponeses de solidariedade, onde a doação de produtos agrícolas, em eventuais momentos de escassez, provenientes de colheita mal sucedidas, ocasionadas por questões climáticas em sua maioria ou por pragas, era verificada pelos laços de vizinhança, compadrio, parentesco, etc. Havia também solidariedade em momentos como na preparação do solo para o plantio, capinagem, colheita e preparação dos grãos para armazenamento. Outras formas de trabalho eram verificadas sem a mediação de dinheiro, mas em troca de produtos, como por exemplo, quando era necessário o abate de caprinos, a pessoa especializada fazia o serviço em troca do couro ou de pedaços do animal que ajudariam na dieta doméstica.

Este Camponês que não possuía terra, mas que era reconhecidamente trabalhador e suas famílias, é que serão admitidos pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Secas) na instalação do Projeto Irrigado de Sumé.

Na década de sessenta, após a construção do açude de Sumé, como parte da política de combate a seca e seus efeitos, foi implantado o Projeto Irrigado de Sumé, que contemplaria as famílias de trabalhadores rurais que estavam na agricultura tradicional e que não tinham a propriedade da terra. A seleção deu-se tendo como prioridade pais de família, reconhecidamente trabalhadores dedicados que pudessem incluir a própria família nas atividades agrícolas. Para isto o DNOCS gestor do projeto irrigado, implementaria a logística do projeto: Construção do sistema de irrigação que atravessava todos os lotes, seleção e acomodação das famílias dos colonos, capacitação técnica e acompanhamento para a produção de tomates (cultura majoritária), fornecimento dos insumos agrícolas, preparação de solo com máquinas, acordos comerciais de venda da produção para a fábrica da Peixe em Pesqueira, Pernambuco.

A implementação do PIS se deu nos primeiros anos da década de setenta do século passado e teve o auge da produção no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Foram programados 47 lotes, mas, só foram efetivados 45. Dois permanecem até hoje sem a infraestrutura construída, por ter sido verificado a presença de salinidade extrema no solo.

O PIS tinha como produto principal, como já dissemos, o tomate, que era comercializado para a fábrica da Peixe em Pesqueira, Pernambuco, mas também eram produzidos outras culturas como: banana, laranja, milho, feijão, cenoura, beterraba e cebola em menor escala.

Os produtos tinham que passar pela cooperativa agrícola mista dos irrigantes de Sumé (CAMIS) que contabilizava os produtos e destinava ao mercado, sendo que uma parte do lucro entrava como imposto para a Cooperativa e a outra era distribuída com os Irrigantes de acordo com a produção de cada lote. Toda a logística, do plantio à comercialização, estava sob a tutela dos técnicos do DNOCS e seguia suas diretrizes de funcionamento. Havia trabalhadores assalariados e outros, como o trabalho familiar cujos rendimentos só eram pagos depois de comercializada a produção.

O tomate virou na região o produto agrícola por excelência que trazia recursos financeiros para os Irrigantes e para a cidade como um todo, o panorama da cidade se modificou com a entrada de impostos através da arrecadação estadual, trouxe desenvolvimento através de acesso a bens que antes não seria possível, obras de infra-estrutura como iluminação elétrica, estrada asfaltada, etc . Esta euforia trouxe conseqüências não previstas e de alguma forma ignoradas pelos técnicos do DNOCS e administradores municipais como: A produção do tomate deixou de ser atividade agrícola exclusiva nos lotes e passou a ocupar as áreas circunvizinhas ao açude. Como a regulação de acesso e uso dos recursos hídricos estava baseada mais na posse da terra destas áreas do que numa regra estatal de uso racional e de proibição do uso depredatório, as atividades devastadoras nestas áreas contribuíram para a o assoreamento do açude. A atividade não regulada levou a construção de pequenas barragens ao longo da bacia de drenagem, ocasionado baixa no reservatório que não conseguiu manter os níveis em períodos de estiagem, conseqüentemente ficou inviabilizada toda a logística de produção do PIS. Levando o projeto a total desarticulação e deterioração do parque produtivo.

Após discorrermos sobre as transformações ocorridas em Sumé, buscaremos entender as relações que romperam laços da agricultura tradicional, camponesa, ocasionando mudanças para uma agricultura industrial, transformando as relações de trabalho.

A agricultura tradicional, camponesa, que vigorou no Município de Sumé até as transformações geradas pela construção do açude e a instalação do Projeto Irrigado tinham em sua forma, relações observadas em um mundo rural onde os ciclos da natureza eram determinantes na vida no campo. O objetivo primordial das famílias dos camponeses era da garantia do sustento da prole e da inserção destes nos trabalhos agrícolas. Não havia escolas rurais. Para estudar era preciso sair do convívio familiar e aventurar-se em uma cidade mais próxima. Desta forma a vida no campo estava voltada para a produção agrícola e a pecuária. Os produtos agrícolas neste mundo rural estavam caracterizados pelo *valor de uso*, que Karl Marx, nos informa que *a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso* (Marx, 1983). Então, os produtos agrícolas em sua maioria tinham o caráter de consumo da unidade familiar, ou seja, ela era produzida por seus membros e visavam à alimentação destes. Não nos referimos aqui aos proprietários da terra, latifundiários, onde a produção era em maior escala e visava o mercado. Assim, *O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta* (Marx, 1983).

No latifúndio, a maior parte da produção estava destinada ao mercado principalmente a produção de algodão, que pertencia ao latifundiário e era comercializada nas cidades próximas de onde era revendida em Campina Grande, estávamos em pleno ciclo do algodão, que se encerra nos anos 60 do século passado. O algodão, mesmo consorciada com Milho e Feijão, tinha como já dissemos, o objetivo de ser vendido como mercadoria nos mercados mais próximos. Assim, os produtos agrícolas deixam de ter apenas um *valor de uso* e passam a ter um *valor de troca*, ela deixa de ser objeto de consumo direto de quem produz e passa a ser objeto de troca num mercado. *O valor de troca aparece de início, como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.(...)é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias.* (Marx, 1983). Assim, como não é possível uma equidade nos valores das mercadorias, que são levadas ao mercado para a troca. Estes valores são determinados pelo tempo gasto para a produção de cada bem e pelo valor de uso, ou seja, a necessidade que as pessoas têm daquele produto. Este valor passa a ser determinado no mercado, por outros valores e critérios subjetivos, que não são mais o trabalho empregado pelo trabalhador para produzir um bem. A mercadoria assume um valor independente da lógica de produção e do trabalho depreendido pelo trabalhador. Para Marx estamos falando do momento em que ocorre a alienação da mercadoria através da mais valia.

Os camponeses egressos em sua maioria do latifúndio é que vão formar o perímetro irrigado de Sumé. Por serem laboriosos no trato com a terra e por disponibilizarem a força de trabalho da família, estes são cooptados pelas políticas de modernização do estado que objetivavam trazer para o campo um processo de industrialização. A revolução verde como foi designada, a partir dos anos setenta, tinha como característica, um modelo que se baseava na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também verificava-se o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, e tinha como prioridade o gerenciamento de produção, introduzindo uma nova racionalidade no campo.

O trabalho deixa de ser organizado na forma tradicional entre proprietários e meeiros e passa a ter um órgão estatal, o DNOCS, como regulador destas novas práticas, trazendo para o campo o trabalho assalariado temporário e agregando a participação do trabalho dos outros membros do família, que estavam diretamente subordinados ao gerenciamento do DNOCS, a lógica deixa de ser produzir para garantir o sustento da família e passa a ser a do lucro e da produção em larga escala para o mercado. Os produtos que são frutos do trabalho do camponês deixam de expressar o trabalho útil, para subsistência, e começa a expressar outros valores agregados na relação com o mercado. *Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (Marx, 1983)*

Todo o arcabouço da produção foi organizado pelos técnicos do DNOCS, uns com base na sede em Fortaleza e outros localmente para coleta e envio de dados. A rede técnica capacitava os agricultores em relação ao modus operandi das novas técnicas e supervisionavam as diversas etapas do processo, introjetando nos irrigantes a racionalidade das novas técnicas e o controle dos resultados. Cabia a cooperativa a distribuição que consistia na pesagem, classificação do tomate em três tipos basicamente, pelo tamanho e grau de maturação, onde as maiores e melhores eram destinadas a fábrica da Peixe, (onde eram transformadas em extrato de tomate, ketchup e molho) e as de classificação inapropriada para o padrão industrial, eram comercializadas no mercado local, e nas feiras livres das cidades circunvizinhas.

A racionalidade industrial aplicada ao campo localmente, na produção, distribuição e comercialização, nos faz atentar ao fato, em que Marx nos convida a refletir, sobre a

distribuição dos produtos nos seguintes termos: *Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma relação ampliada da relação anterior. (subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado dessa distribuição que é incluída no processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta essa distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por essa distribuição que constitui, na origem, um fator de produção.*

Passado os anos de subsídio e controle dos organismos governamentais na condução deste tipo de política para a região, o perímetro irrigado de Sumé passou por um processo progressivo de desagregação e a Fábrica da Peixe foi fechada no início dos anos noventa. Deixando um contingente de antigos trabalhadores sem emprego, tanto na agricultura quanto na indústria. Grande parte dos agricultores do perímetro irrigado, voltaram as antigas práticas na agricultura com técnicas tradicionais de produção, consorciada com a pecuária e os trabalhadores da indústria migraram para outras regiões do país em busca de emprego ou mudaram de atividade.

Bibliografia

Ghislaine, Duqué – **Estrutura Fundiária e Pequena Produção**. Introdução – In O Processo de Mudança Sócio-Econômica do Cariri Paraibano. Revista Raízes, Campina Grande, Ano IV Nº 4-5, Pág. 167 e 211 – Jan. 1985.

Marx, Karl – **A mercadoria** – Capítulo I e **A troca** - Capítulo II – in O capital – Crítica da economia política – volume I – Livro primeiro – Abril Cultural – SP

Marx, Karl – **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro** – 1º ed. Expressão Popular, São Paulo 2006.

Marx, Karl – **Para e Crítica da Economia Política: Salário, Preço e Lucro**. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS (RE)PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DO COREDE-MISSÕES/RS, UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE
ENTRE-IJUÍ**

Pedro Selvino Neumann¹
Jaqueline Mallmann Haas²

Resumo

A importância da agricultura familiar enquanto segmento econômico e social no Brasil é indiscutível. Trabalhando principalmente, na produção de alimentos, e otimizando os recursos disponíveis na unidade de produção, a produção familiar caracteriza-se pela associação família, produção e trabalho, resultando em termos de tempo e espaço, numa grande diversidade de formas sociais. No entanto a produção, geralmente de pequena escala, tem dificultado a competição e permanência do pequeno produtor no mercado, exigindo dos mesmos, variadas formas de organização, tanto da propriedade, como dos sistemas de produção praticados. Deste modo o presente estudo tem por objetivo a identificação das diferentes estratégias (re)produtivas dos agricultores familiares localizados no município de Entre-Ijuí, componente do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões. Localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o município apresenta certa peculiaridade em relação ao demais, uma vez que os pequenos agricultores deste município têm-se organizado na produção de diversos cultivos para comercialização no município vizinho de Santo Ângelo, o qual tem apresentado um mercado consumidor em potencial. Para atingir o objetivo proposto no trabalho, optou-se por identificar e analisar as principais categorias de agricultores encontrados no município, bem como os sistemas de produção desenvolvidos por estes, utilizando-se dos princípios da metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários. Ao longo da pesquisa foram identificadas três categorias sociais de agricultores: os de cunho patronal, familiar e minifundiário. Quanto aos sistemas de produção praticados, estes evidenciam situações completamente distintas, especialmente os praticados entre agricultores minifundiários do município, cada qual adaptando-se as suas condições de área, relevo e condição socioeconômica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sistemas de Produção; Organização

1. Introdução

O desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, sempre foi marcado por lutas e contradições, típicas de um segmento que busca seu espaço, na economia e na sociedade, mesmo sob as adversidades presentes. Fruto de anos de políticas públicas governamentais,

¹ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

direcionadas as grandes propriedades e modelos de produção baseados em altos índices de produtividade, obtidos através de pesados investimentos tecnológicos, restou a agricultura familiar uma ardua disputa para obter condições que permitissem superar os obstáculos institucionais e garantir seu espaço produtivo, a manutenção do patrimônio familiar e a reprodução social do grupo doméstico ao longo dos anos.

Nesse percurso, consolida-se uma trajetória centrada na busca de estratégias e alternativas de sobrevivência. Estratégias das mais variadas, seja no início, relacionadas a adaptação produtiva em áreas com condições naturais desfavoráveis, seja atualmente com a falta de opções de mercado para comercialização da produção. Ou seja, a categoria agricultura familiar, em geral, necessita constantemente de novas estratégias de organização para sua sobrevivência no meio.

Trabalhando principalmente, na produção de alimentos e otimizando os recursos disponíveis na unidade de produção, a produção familiar caracteriza-se pela associação família, produção e trabalho, resultando em termos de tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais. No entanto a produção, geralmente, de pequena escala, tem dificultado a competição e permanência do pequeno produtor no mercado, exigindo do mesmo, variadas formas de organização tanto na propriedade como dos sistemas de produção praticados.

Neste contexto o presente estudo tem por objetivo, a identificação das diferentes estratégias (re)produtivas dos agricultores familiares localizados no município de Entre-Ijuís, componente do Conselho Regional de Desenvolvimento Missões – COREDE-Missões/RS. Para tanto são apresentados os diferentes tipos de categorias sociais de agricultores encontrados, e as dinâmicas apresentadas por esses tipos sociais presentes, atentando em especial para a categoria de minifundiários. Além de uma breve reflexão quanto às perspectivas futuras para cada categoria.

2. Metodologia

Para atingir o objetivo proposto no trabalho, optou-se por identificar e analisar os principais tipos de categorias sociais de agricultores presentes no município de Entre-Ijuís e

os sistemas de produção por estes praticados, utilizando-se dos princípios da metodologia de Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários³.

Para tanto, houve uma primeira configuração do espaço rural de Entre-Ijuís, com a identificação das categorias sociais de agricultores. Essa configuração do espaço deu-se baseada nas entrevistas realizadas a informantes qualificados do município, ou seja, representantes da secretária de agricultura, do sindicato dos trabalhadores rurais e Emater/RS. Após essa etapa foram selecionadas 16 unidades de produção representativas, para aplicação de questionários semi-estruturados, essas abrangendo a todas as categorias identificadas. Concomitante a todas as etapas da pesquisa realizaram-se percursos sistemáticos a campo.

Ressalta-se que no presente trabalho não será apresentada a análise econômica dos sistemas de produção encontrados, uma vez que o objetivo é o entendimento da racionalidade, da organização, da lógica de cada sistema, não interessando de imediato sua questão financeira. Também o presente trabalho se insere no contexto de um estudo maior, que visa o estudo da dinâmica agrícola na região abrangida pelo COREDE-Missões⁴, o qual através de identificação de zonas fisiográficas homogêneas, através da sobreposição e análise de mapas temáticos e de forma complementar Análises Estatísticas Multivariada (Análise Fatorial e Análise de Agrupamento) a partir dos dados socioeconômicos da Região, foi dividido em zonas homogêneas, das quais foram selecionados um município de cada zona para a sua representação, sendo que Entre-Ijuís, representa a zona 1, genericamente denominada no trabalho de microrregião da inovação.

3. Agricultura familiar e seu contexto

A primeira finalidade clássica da agricultura é, dentro de um critério de prioridades sociais e econômicas, alimentar o ser humano. A segunda é fornecer matérias-primas para a indústria de transformação. A terceira é fornecer produtos para indústrias, seja como matérias-primas, seja integrando-se no complexo do processo produtivo (BURGER,1998). No entanto, além das funções tradicionais de produzir alimentos e matérias-primas, o rural incorpora

³ Mais detalhes sobre a metodologia em Mazoyer e Roudart (2001), Dufumier (2007) e Silva Neto e Basso (2005).

⁴ O COREDE-Missões abrange um total de 25 municípios e esta localizado na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

novas funções: conservar a natureza, o meio ambiente, os espaços verdes, os recursos paisagísticos, recreativos, ou turísticos (OREA, 1991).

Para cumprir com todas as responsabilidades que lhe são incumbidas, percebe-se uma modificação no perfil dos agricultores e seus sistemas de produção. Segundo Burger (1998) o uso intensivo do solo e a aplicação de formas de exploração agrícola tecnologicamente intensivas, implicou numa alteração do perfil do agricultor. O manejo do solo e a administração patriarcal da unidade de produção agrícola são substituídos, determinantemente, por formas de administrar mais empresariais, pois com a maior complexidade no produzir, no que produzir e nas mais íntimas relações com o mercado de insumos e de consumo, conduz também a decisões mais complexas, na instrumentação de análise mais sofisticada das relações custo/benefício, ou seja, na necessidade de aplicar formas de administração empresarial.

Dentro desse novo e complexo sistema, surge a categoria agricultura familiar, que passou a se destacar de maneira mais intensiva, a partir da década de 90, quando vários estudos desenvolveram critérios próprios para quantificar o universo desses produtores e aferir sua participação na produção.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, as vezes, à terra), e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

No caso brasileiro, apesar do histórico processo de exclusão da agricultura familiar, do processo de desenvolvimento, em prol de políticas que sempre privilegiaram a grande propriedade, as unidades de produção familiares permanecem exercendo um peso significativo na economia. Como demonstra estudo realizado pela FAO/INCRA a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE. Segundo o referido estudo, os agricultores familiares, que representam 85,2% do total de estabelecimentos e ocupam 30,5% da área total, são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional. Produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos.

Como lembra Carneiro (1997), o que de fato está acontecendo no meio rural é um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao

êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Não se trata, portanto, para a autora, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

A lógica territorial passa a ser importante neste novo contexto por que vai tentar abranger todos os setores na busca por um desenvolvimento mais equitativo. Além disso, essa lógica permite também extrapolar o limite dos municípios, estimulando a inter-relação e a construção de estratégias em escala regional (SARACENO, 1997).

Para Veiga (2000), outro fato revelador da importância da agricultura familiar é o Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros, de 1998. Entre as dez melhores posições estão sete municípios tipicamente rurais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com forte predomínio da agricultura familiar. Além disso, todos os municípios rurais com altos índices de desenvolvimento humano são localidades de forte predomínio da agricultura familiar.

Veiga (2000) é categórico ao afirmar que não é possível pensar em uma estratégia de desenvolvimento do país sem pensar em uma proposta de desenvolvimento rural que dê preferência à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, em vez da promoção de 'reis do gado'. O grande desafio, entretanto, gira em torno da superação dos velhos conceitos de modernização rural, onde o objetivo é a substituição de formas de produção consideradas tradicionais por um processo produtivo voltado exclusivamente para o mercado, a destruição da vida comunitária e dos recursos naturais e uma crescente homogeneização espacial e produtiva (TOLEDO, 1988). Tal desafio impõe reconhecer que a agricultura familiar não é um resquício do passado, mas uma forma social contemporânea (JEAN, 1994; LAMARCHE et al., 1998).

Wanderley (2000) acredita que, aos poucos, o país já está reconhecendo os agricultores familiares, antes vistos apenas como os pobres do campo. Os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no País. O primeiro fato, segundo a autora, está relacionado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

4. Entre-Ijuís e suas principais características

Povoado inicialmente por índios Guaranys, o território do atual município de Entre-Ijuís, era coberto por campos, com solos de baixa fertilidade que não favoreciam a prática da agricultura. No entanto a fauna e flora mostravam-se abundantes, permitindo a caça e coleta de frutas e raízes, servindo assim para alimentação dos indígenas. Esse sistema, entretanto, obrigava os Guaranys a exercer uma agricultura itinerante.

Após tornarem-se o grupo nativo mais importante do sul do continente, com um crescimento demográfico acentuado, os mesmos foram alvo da dominação espanhola, a qual passou a explorar a mão-de-obra masculina nas minas de minério do Alto Peru. Já às mulheres, velhos e crianças cabia a responsabilidade pela produção de alimentos e produtos manufaturados nas pequenas áreas das aldeias. Nesta fase quase todo o território de Entre-Ijuís, permaneceu abandonado, por suas terras não apresentarem boa fertilidade (TESCHE, 2007).

Com a chegada dos padres Jesuítas, dá-se fim ao período de exploração e inicia-se uma fase de organização do território, com as reduções jesuíticas, que eram verdadeiras cidades, com escola, igreja, hospital, asilo, instituto meteorológico, moradias e pequenas indústrias. A produção de alimentos continuava baseada em uma agricultura de corte e queima da floresta, com a produção sendo incrementada com trigo, cevada, linho e cana-de-açúcar. Nas áreas de campo dá-se a introdução em larga escala de pecuária de corte extensiva.

Com a conquista do território, após várias batalhas com os índios, os portugueses expulsam índios e jesuítas e passam a administrar a região. Sendo que a mesma encontrava-se agora com um grande rebanho de gado, cavalo e ovelhas procriando-se livremente.

A presença significativa de animais na região tornou-se um atrativo econômico para os portugueses. Com o intuito de garantir a hegemonia na região, e como forma de premiação dos soldados e chefes militares, a Coroa Portuguesa institui a formação de Sesmarias⁵ na região. Nesse período o sistema de produção desenvolvido inicialmente, foi de incorporar os animais xucros que se encontravam nessas áreas. Posteriormente passa-se a efetivação da pecuária de corte na região, que evolui ao longo dos anos, permanecendo como principal atividade econômica até a década de 1960.

⁵ Extensas áreas de campo concedidas pela Coroa Portuguesa, medindo 13 léguas de campo ou 13 mil hectares.

Somente com o projeto de modernização da agricultura brasileira, e os incentivos governamentais, especialmente através do Sistema Nacional de Crédito Rural, é que se inicia a mudança da matriz produtiva do município de Entre-Ijuís. Promovida inicialmente por agricultores chegados das áreas das colônias novas, o primeiro cultivo desenvolvido, foi o do trigo, posteriormente consorciado com a cultura da soja.

A lavoura de soja passou a se desenvolver com maior intensidade no município, no entanto o intensivo uso do solo com manejo de equipamentos pesados provocou degradação e erosão dos mesmos, causando uma decadência de produção. No entanto a cultura efetivou-se como importante na composição da matriz produtiva e apesar de todos os problemas não mais saiu de cenário.

Atualmente o município de Entre-Ijuís, situado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, distante 435 km de Porto Alegre, apresenta delimitação geográfica ao norte com os municípios de Catuipe e Santo Ângelo, ao sul/sudeste, com o município de Eugênio de Castro, a oeste com Vitória das Missões e São Miguel das Missões, e a leste com Coronel Barros. Com uma área de 552,545 km² e população de 9.515 habitantes (2006), apresenta densidade demográfica de 17,2 hab./km². Apresenta também altitude de 215 metros, e o clima predominante no município é o subtropical úmido.

Tabela 01: Distribuição da População de Entre-Ijuís

População		1991	%	2000	%
Total	Total	9.955	100	9.702	100
	Urbana	3.697	37	4.440	46
	Rural	6.258	63	5.262	54
Homens	Urbana	1.811	18	2.128	22
	Rural	3.251	33	2.716	28
Mulheres	Urbana	1.886	19	2.312	24
	Rural	3.007	30	2.546	26

FONTE: Adaptação do IBGE

Emancipado em 13 de abril de 1988, a população de Entre-Ijuís é formada por descendentes de alemães, italianos, espanhóis, portugueses e indígenas.

No que se refere aos solos, predominam os latossolos, isto é, solos muito profundos, bem drenados e estruturados, porosos, sem pedras na superfície e altamente intemperizados. São intensamente cultivados com culturas anuais, normalmente em pequenas propriedades.

Segundo classificação do Macrozoneamento Ambiental (2005), encontram-se na zona agrícola 02 do Estado, isto é, zona agrícola de uso intensivo no verão e inverno com soja, milho e trigo. O relevo é pouco acidentado, suavemente ondulado, o que permite mecanização na maioria das áreas. Nas áreas mais acidentadas, as matas ainda permanecem.

Historicamente essencialmente agrícola, o município de Entre-Ijuís tem 52% (2004) do seu Valor Adicionado a Preços Básicos, composto pela agropecuária.

Tabela 02: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos

Ano	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos / Agropecuária	Total Adicionado Bruto a Preços Básicos	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos	% que a agropecuária representa do total
1996	26.353		51.412	51
1998	26.579		61.850	43
2000	22.176		51.349	43
2002	33.148		67.685	49
2004	48.696		93.950	52

FONTE: adaptação FEE

Quanto à estrutura fundiária no município, percebe-se que a maioria dos domicílios, 64% se encontram com área inferior a 20 hectares, no entanto ocupam apenas 15% da área dos estabelecimentos agropecuários do município. Ao passo que as propriedades com área superior a 100 hectares, que representam 7% das unidades de produção do município, ocupam 55% da área dos estabelecimentos agropecuários, como pode ser visualizado na Tabela nº. 03

Tabela 03: Estrutura fundiária do município de Entre-Ijuís

Estrutura Fundiária	Nº de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos (ha)	
	1995/96	%	1995/96	%
Estabelecimentos de 0 a 10 ha	620	37	2.545	5
Estabelecimentos de 10 a 20 ha	452	27	4.951	10
Estabelecimentos de 20 a 50 ha	354	21	7.998	17
Estabelecimentos de 50 a 100 ha	122	7	6.141	13
Estabelecimentos de 100 a 500 ha	97	6	15.547	32
Estabelecimentos de mais de 500 ha	20	1	11.269	23

FONTE: adaptação IBGE, Censo Agropecuário 1996

5. Categorias sociais encontradas e respectivos sistemas de produção

Frente à concentração fundiária existente no município, acrescido da variabilidade agroecológica e também pelo nível de capitalização historicamente acumulado pelos produtores, foi possível ao longo do estudo a identificação de três tipos distintos de categorias sociais, o de cunho patronal, o familiar e o de cunho minifundiário/assalariado. Assim, inicialmente, os agricultores foram estratificados segundo as relações de produção (familiares, assalariados, patronais), de propriedade (arrendatários, meeiros, proprietário) e de troca (relação com o mercado) que eles mantêm.

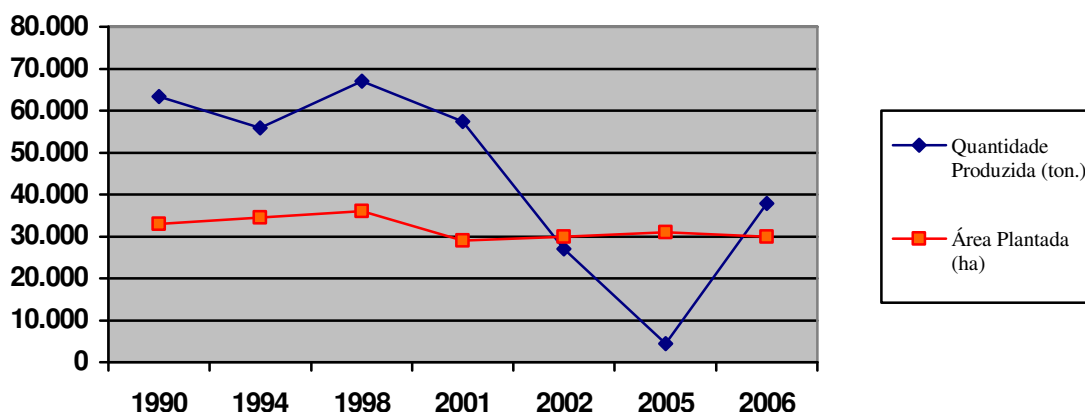
Estabelecimentos enquadrados na tipologia **Patronais** são formados basicamente por proprietários, donos dos meios de produção, que participam diretamente do processo produtivo e dependem simultaneamente de trabalhadores assalariados para conduzir os sistemas de produção praticados. Normalmente dispõe de extensas áreas, dispersas em muitos casos, em mais de um imóvel rural.

Os estabelecimentos de cunho **Familiar** têm como principal característica a gestão dos recursos e do trabalho realizados diretamente pelo proprietário e sua família, contratando, eventualmente mão-de-obra.

Já os genericamente denominados de **Minifundiários**, são a categoria formada por agricultores que dispõe de pouca área de terra, ou de nenhuma no caso dos meeiros e arrendatários, para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, necessitando completar a sua renda familiar com recursos provenientes da venda da força de trabalho de alguns membros da família em outras propriedades agrícolas, dependendo assim, fortemente do trabalho assalariado.

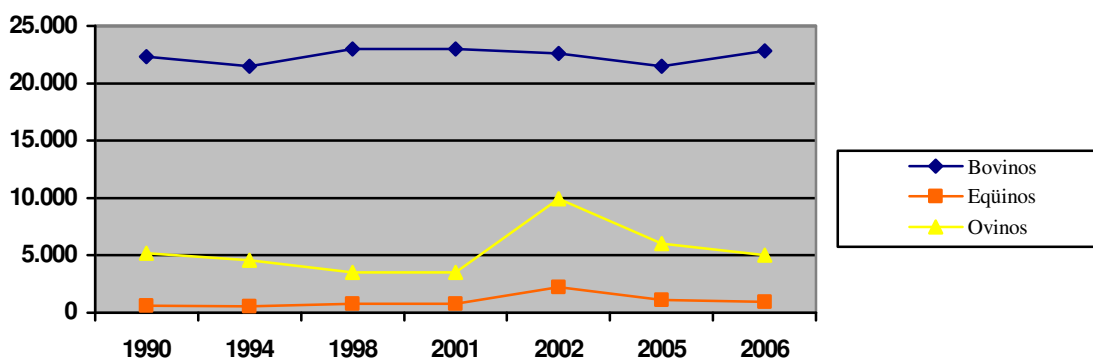
Especializados no cultivo de grãos, principalmente a soja, a categoria formada pelos estabelecimentos de cunho patronal, não apresenta grandes variações nos sistemas de produção praticados. De forma geral, seus sistemas se caracterizam por conciliar terra própria com terras arrendadas, dispor de todos os meios de produção necessários para viabilizar as atividades, as quais são realizadas com tração mecanizada completa, utilizando-se de inovações tecnológicas. Além do uso de trabalho familiar, agrega também empregados fixos e temporários, dada a sazonalidade das atividades agrícolas. Estas unidades apresentam também uma tradição na atividade da pecuária extensiva, que ao longo dos anos tem dividido sua importância com a produção de grãos (soja, milho, trigo).

Gráfico 1 – Quantidade produzida e Área plantada de soja em Entre-Ijuís



Fonte: adaptação IBGE

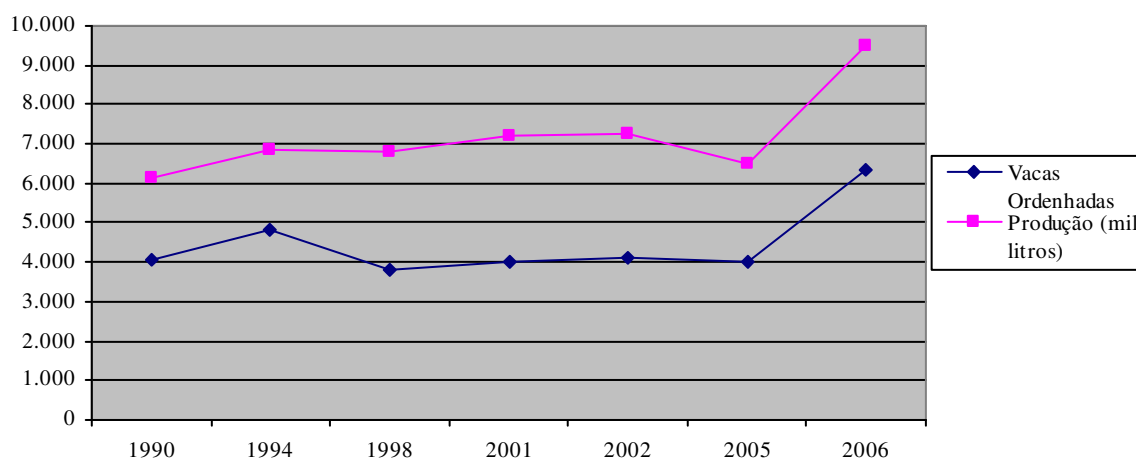
Gráfico 2 – Efetivo de Rebanho em Entre-Ijuís



Fonte: adaptação IBGE

Já os estabelecimentos familiares caracterizam-se por apresentarem uma maior variabilidade nos sistemas de produção, mas sempre tendo a pecuária leiteira como pilar central. São desenvolvidas também atividades ligadas ao cultivo de grãos, pecuária de corte e cultivos de subsistência. No entanto a pecuária leiteira, afirmou-se como atividade principal em vários estabelecimentos, por sua característica de geração de renda mensal. Desenvolvida em áreas não muito extensas, máximo de 30 hectares, a maioria dos produtores utiliza-se de pastagens cultivadas, para complementação alimentar do rebanho, bem como de ordenhadeira e resfriador no processo de produção. Além do leite, os agricultores familiares desenvolvem cultivos e criações em pequena escala, destinados a subsistência do grupo familiar.

Gráfico 2 – Nº de vacas ordenhadas e produção leiteira de Entre-Ijuís



Fonte: adaptação IBGE

Os minifundiários, caracterizam-se por apresentarem sérias restrições na área de seus estabelecimentos, no máximo dez hectares, e baixa capitalização. Estes agricultores buscam na venda de parte da mão-de-obra familiar e na diversificação de produções uma estratégia de sobrevivência. Acrescenta-se que a localização dos mesmos no município de Entre-Ijuís, ocorre em áreas pouco propícias para o desenvolvimento da agricultura, ou seja, em áreas de declive acentuadas, nas margens do rio Ijuizinho.

Atentando para as realidades apresentadas, o presente estudo passara a focar as estratégias utilizadas pela categoria dos minifundiários, por perceber que a mesma apresenta maior instabilidade frente aos demais.

A diversificação da produção pareceu de imediato à melhor e única alternativa que se apresentava a essa tipologia, uma vez que não exigia grandes investimentos. Neste sentido esses produtores juntamente com entidades de assistência técnica do município de Entre-Ijuís, buscaram trabalhar com culturas mais intensivas em mão-de-obra e culturas que aproveitassem períodos de sazonalidade da atividade agrícola, onde os mesmos se empregavam.

Os primeiros resultados deste incentivo a diversificação da produção à agricultores minifundiários do município, podem ser visualizados tanto nas propriedades, como já nos resultados do novo censo agropecuário, observe a tabela nº. 04.

Frente à diversificação de produções existente e situado ao lado de um centro consumidor em potencial (município de Santo Ângelo), os agricultores minifundiários do

município passaram a organizar-se em associações para suprir as demandas de alimento do mesmo. As associações de pequenos produtores, atualmente bem estruturadas, mas a grande maioria ainda informais, auxiliam no acesso ao crédito de seus associados, na aquisição de equipamentos em grupo, bem como melhorias nos preços dos insumos adquiridos.

Atendendo a supermercados e realizando vendas diretas ao consumidor, alguns agricultores passaram a se especializar em determinados cultivos, destacando-se a horticultura e fruticultura.

Após a organização dos agricultores, para atendimento do mercado consumidor do município vizinho, Entre-Ijuís também passou a valorizar sua produção, com a promoção e incentivo de uma feira de produtores municipal, que atualmente ocorre todos os sábados, comercializando produtos oriundos da agricultura familiar minifundiária.

O preparo do solo na categoria minifundiário, ocorre na maioria das vezes de forma manual, com utilização de fertilizantes orgânicos, especialmente cama de aviário, mas principalmente fertilizantes químicos. Visualiza-se a utilização em larga escala da irrigação, realizada manualmente utilizando mangueira de baixa pressão, no entanto esse sistema não consegue atender as necessidades de água nos períodos de estiagem. Normalmente esses produtores já têm suas propriedades organizadas para que haja produção o ano todo e percebe-se singelas iniciativas no sentido de agroindustrializar a produção.

Tabela 04: Culturas de Lavoura Temporária desenvolvidas em Entre-Ijuís

Culturas	Quantidade Produzida (Toneladas)
Alho	4
Amendoim (casca)	8
Arroz (casca)	36
Bata - doce	400
Batata - inglesa	8
Cana-de-açúcar	3.000
Cebola	10
Feijão (em grão)	96
Girassol (em grão)	225
Linho (semente)	78
Mandioca	9.800
Melancia	132
Melão	11.000
Milho (em grão)	12.000
Soja (em grão)	37.800
Sorgo Granífero (em grão)	18
Tomate	18
Trigo (em grão)	1.200
Triticale (em grão)	18

FONTE: adaptação IBGE, Censo Agropecuário 2006, informações preliminares.

6. Algumas Considerações

O setor da agricultura patronal, no município de Entre-Ijuís, tem se mostrado bastante especializado, tendo a soja como principal cultura. A prática desse sistema em larga escala, tem proporcionado bons rendimentos aos agricultores permitindo que mantenha um nível de capitalização razoável ao longo dos anos. No entanto, sua produção é basicamente destinada para comercialização, intermediada por Cooperativas e Empresas Privadas, sendo que toda a sua produção é beneficiada fora do município, fazendo com que não haja agregação de valor ao produto.

No que se refere à produção animal, destaca-se a prática da bovinocultura de leite, com produção média de 16.000 litros/dia, entre a categoria de produtores familiares. A atividade leiteira tem se constituído em importante fonte geradora de emprego e renda, mas ainda são evidenciados problemas quanto a genética dos rebanhos e alimentação. No entanto essa atividade gera certa acomodação, por parte dos produtores, no sentido de busca por alternativas, que não exijam sua submissão ao mercado, ou seja, atividades mais autônomas e que agreguem maior valor a produção.

Atualmente percebe-se na atividade leiteira, uma exigência, por parte das empresas, a cada ano, superior em relação aos níveis de escala, acrescido das exigências legais definidas pelas instituições governamentais, que ajudam a empurrar amplos contingentes de produtores para fora da atividade (caso da portaria 51 do Ministério da Agricultura que exige salas de ordenha, resfriadores e outros investimentos incompatíveis com a realidade de muitos produtores).

A categoria mais dinâmica do município, apesar de sua área reduzida e capitalização inferior, é a minifundiária. Com anos de exclusão das políticas públicas, esses agricultores, através da organização conseguiram modificar sua difícil realidade.

Apresentando variações nos sistemas de produção desenvolvidos, caracterizados de acordo com as condições de cada propriedade e racionalidade de cada produtor essa categoria hoje já não é mais tão frágil como parecia anos atrás. Organizados entre si, para superar os problemas que iam desde a falta de tração mecanizada à dificuldades de comercialização, essa categoria passa a ser respeitada a nível municipal por sua agregação de valor a produção.

Cada vez mais se percebe que o desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios brasileiros, acontece na medida em que há o fortalecimento da agricultura familiar. Portanto o processo de desenvolvimento econômico e social acontece na medida em que se substituem processos e práticas tradicionais e empíricas, por processos e práticas mais racionais, adequados a realidade de cada grupo.

7. Referências Bibliográficas

BURGER, A. **Agricultura Brasileira e Reforma Agrária: Uma Visão Macroeconômica.** Guaíba; Editora Agropecuária, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção,** 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>>. Acesso em: 03 de mar. 2008

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola:** manual para especialistas. Tradução Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística - FEE. **FEE Dados**. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acessado em março 2008

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INSTITUTO Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Banco de Dados Agregados. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado em março 2008.

JEAN, B. A Forma Social da Agricultura Familiar Contemporânea: Sobrevivência ou Criação da Economia Moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998. v. 2.

MACROZONEAMENTO Ambiental. In: Atlas Sócio Econômico Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=545>>. Acessado em março 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

OREA, D. G.. **Planificacion Rural**. Madrid: Editorial Agricola Española, S.A., 1991.

SARACENO, E. **Conceito de ruralidade: problema de definição em escala Européia**. Tradução de Angela Kageyama, 1997. Capturado em 22 de set. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>> . Acesso em: 06 mar. 2001.

SILVA NETO, B. e BASSO, D. (Coord.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TESCHE, R. W. Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. **VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**. Anais CD...Fortaleza, 2007

TOLEDO, V. La racionalidade ecológica de la producción campesina. In: **Agroecologia e Desarrollo**, N.05, 1988.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização de agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no brasil. X WORD CONGRESS OF RURAL SOCIOLY. Rio de Janeiro, 2000. Anais e CD-ROM SOBER/IRSA. Rio de Janeiro 30 de Julho a 05 de Agosto, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**CENSO AGROPECUÁRIO DEMONSTRA AUMENTO DAS ESCALAS DE
PRODUÇÃO E REDUÇÃO DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS**

Sidemar Presotto Nunes¹

Resumo

O trabalho analisa os dados da estrutura produtiva e da produção pecuária do Censo Agropecuário 2006, divulgadas pelo IBGE, em caráter preliminar, em janeiro de 2008. Faz-se uma análise dos dados nacionais, regionais, do estado do Paraná e de uma mesorregião paranaense: o Sudoeste. Considerando o período entre os dois últimos censos agropecuários (1996 e 2006), verifica-se que houve um aumento do efetivo dos principais animais (aves, suínos e bovinos) e da produção animal (leite e ovos) e uma ampliação de 83,5% da área de lavouras. Ao mesmo tempo em que a produção agrícola e pecuária se elevou, o número de estabelecimentos agropecuários aumentou 345 mil, mas houve uma queda de 1,5 milhão de ocupações agrícolas. Além da queda das ocupações agrícolas, ocorreu um aumento das escalas de produção, já que, ao mesmo tempo em que aumentou a produção, caiu o número de estabelecimentos produtores, como no caso da produção de leite. O trabalho procura identificar, através dos dados do Censo Agropecuário, alguns processos em curso na agricultura brasileira no intervalo entre os dois últimos censos. Identifica também algumas particularidades verificadas no Paraná e no Sudoeste Paranaense em relação aos dados nacionais e regionais. Finalmente, analisam-se algumas mudanças ocorridas nas relações sociais de produção na agricultura brasileira, responsáveis por modificar as formas de se produzir e viver.

Palavras-chave: Censo Agropecuário; Ocupações Agrícolas; Escalas de Produção

1. Introdução

O Brasil realizou em 2007 mais um Censo Agropecuário² com informações relativas à 2006. Estes dados, relativos à estrutura produtiva e a produção pecuária brasileira, divulgados preliminarmente em janeiro de 2008, são fundamentais à compreensão da evolução da estrutura produtiva e agrária do País, pois contribui com a formulação de políticas e com a ação de agentes econômicos e sociais que tratam da questão agrícola e agrária.

Pode-se afirmar que o período entre os dois últimos censos agropecuários ficou marcado por um rápido aumento da produção agropecuária, que praticamente dobrou entre os produtos mais importantes. O aumento da produção foi estimulado pela ampliação do consumo interno e pela ampliação do mercado externo. Nesse período (1996/2006), o saldo

¹ Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. E-mail: sidemarnunes@hotmail.com

² O Brasil realiza censos agropecuários desde 1920 e segue algumas orientações internacionais que permite a comparabilidade das informações entre os diversos países (IBGE, 2008).

da balança comercial do agronegócio passou de aproximadamente US\$ 9 bilhões para US\$ 35 bilhões (JANK ET AL, 2007), e o consumo *per capita* de alguns produtos elevou-se bastante, embora de outros tenha se reduzido³.

Nesse mesmo período houve um processo de concentração agroindustrial, através de fusões e aquisições⁴, formando grandes empresas que passaram controlar setores inteiros ou ramos de cadeias produtivas, a partir do setor produtivo e comercial. Conseguem exercer um controle em virtude de responder por um alto percentual da produção ou da comercialização total de certos produtos. Esse é o caso de agroindústrias e hipermercados que estabelecem preços, exigem padrões de qualidade, forjam o consumo de novos produtos através do marketing, etc.

Alguns instrumentos de política agrícola, tributária e social contribuíram para provocar modificações na agropecuária e no meio rural brasileiro nesse período (1996-2006). Dentre esses mecanismos pode-se citar: a criação da Lei Kandir em 1996, isentando de ICMS os produtos agrícolas exportados; a ampliação do crédito rural controlado, que passou de R\$ 13,7 bilhões para R\$ 44,16 bilhões (MAPA, 2008); a criação do Pronaf, que atualmente aplica aproximadamente R\$ 8,1 bilhões em 1,86 milhões de contratos entre agricultores familiares com menor nível de capitalização (MDA, 2008); a ampliação da previdência social rural, que concedia 7,5 milhões de benefícios em 2006 (BONATO, 2007), o assentamento de 922 mil famílias (MDA, 2006) através da reforma agrária, entre outros.

O que esse processo provocou na estrutura produtiva da agropecuária brasileira? Quanto, como, quem e aonde se produz? A atual década seguiu a tendência verificada na década anterior, quando houve queda no número de estabelecimentos agropecuários e da população ocupada? Quais são as implicações da intensificação da atividade agrícola em termos demográficos? Essas e outras perguntas incitam a curiosidade de pesquisadores e atores políticos ligados ao meio rural brasileiro. Assim, o presente trabalho analisa a evolução da estrutura produtiva e da produção pecuária no Brasil, com o objetivo de contribuir com a compreensão das dinâmicas em curso no agro brasileiro.

³ No caso da carne de frango, o consumo interno per capita entre 1996 e 2006 passou de 22,05 para 35,68 kg por habitante por ano e as exportações passaram de 568 mil para 2,7 milhões de toneladas (ABEF, 2008). No entanto, o consumo de feijão tem mantido uma tendência de queda (RUAS, 2006).

⁴ A Monsanto, por exemplo, uma das maiores empresas mundiais do setor de agrotóxicos e sementes, constituiu-se a partir de aquisições e fusões de outras 34 grandes empresas, somente nos anos 90 (WILKINSON & CASTELLI, 2000).

2. Produção pecuária e efetivo de animais aumenta

Houve um aumento do efetivo de animais (número de animais existentes nos estabelecimentos agropecuários no momento da realização do Censo) em praticamente todas as principais espécies. O efetivo de bovinos em 2006 foi de 169 milhões, 115% superior à 1970, quando era de 78,5 milhões, e 10% ao registrado em 1996. O efetivo de aves também continuou aumentando, atingindo 1,24 bilhão, 482,1% acima do registrado em 1970 e 73% acima do número registrado em 1996. Apenas o número de ovinos reduziu em relação à 1970, mas manteve-se praticamente estável em relação à 1996, conforme se verifica através da tabela a seguir, que apresenta também informações referentes à outras espécies animais.

Tabela 1: Efetivo de animais e produção pecuária no Brasil entre 1970 e 2006

	1970	1975	1980	1985	1996	2006	1970/ 2006 (%)	1996/ 2006 (%)
Bovinos (milhões)	78,5	101,6	118	128	153	169	115,29	10,46
Bubalinos (mil)	108	209	380	619	834	839	676,85	0,60
Caprinos (milhões)	5,7	6,7	7,9	8,2	6,59	7,1	24,56	7,74
Ovinos (milhões)	17,6	17,5	17,95	16,1	13,95	13,86	-21,25	-0,65
Suínos (milhões)	31,5	35,1	32,6	30,4	27,8	31,9	1,27	14,75
Aves (milhões)	213	286	413	436	718	1.240	482,16	72,70
Produção animal								
Leite vaca (bilhões de litros)	6,2	8,5	11,6	12,84	17,9	21,4	245,16	19,55
Ovos (milhões de dúzias)	556	878	1.248	1.376	1.885	2.732	391,37	44,93

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008).

Os números apresentados na tabela acima permitem identificar que o efetivo de animais se elevou. Deve-se considerar, no entanto, que a produção pecuária brasileira aumentou mais do que o efetivo de animais. Isso porque houve uma tendência de redução do tempo de alojamento dos animais, principalmente entre aves, suínos e bovinos, que são os principais produtos da pecuária brasileira. Entre 1996 e 2006, por exemplo, a produção de frango passou de 4,05 milhões para 8,5 milhões de toneladas (+109%), de suínos de 2,3 milhões para 3,14 milhões de toneladas (+36,5%) e de bovinos de 6,1 milhões para 7,7 milhões de toneladas (+26,2%), todos acima do aumento do efetivo de animais, confirmando essa afirmativa (FAO, 2008).

No que se refere à produção animal, a produção de leite chegou à 21,4 bilhões de litros em 2006, de acordo com o IBGE, mantendo a tendência de aumento registrado nos anos anteriores. Em 1970 a produção foi de 6,2 bilhões de litros e em 1996, no penúltimo Censo

Agropecuário, foi de 17,9 bilhões de litros. A produção de ovos também seguiu aumentando e chegou a 2,7 bilhões de dúzias em 2006, 391% acima do registrado em 1970, quando era de 556 milhões de dúzias. O gráfico a seguir apresenta a evolução do efetivo de animais e da produção animal (leite e ovos) entre 1970 e 2006.

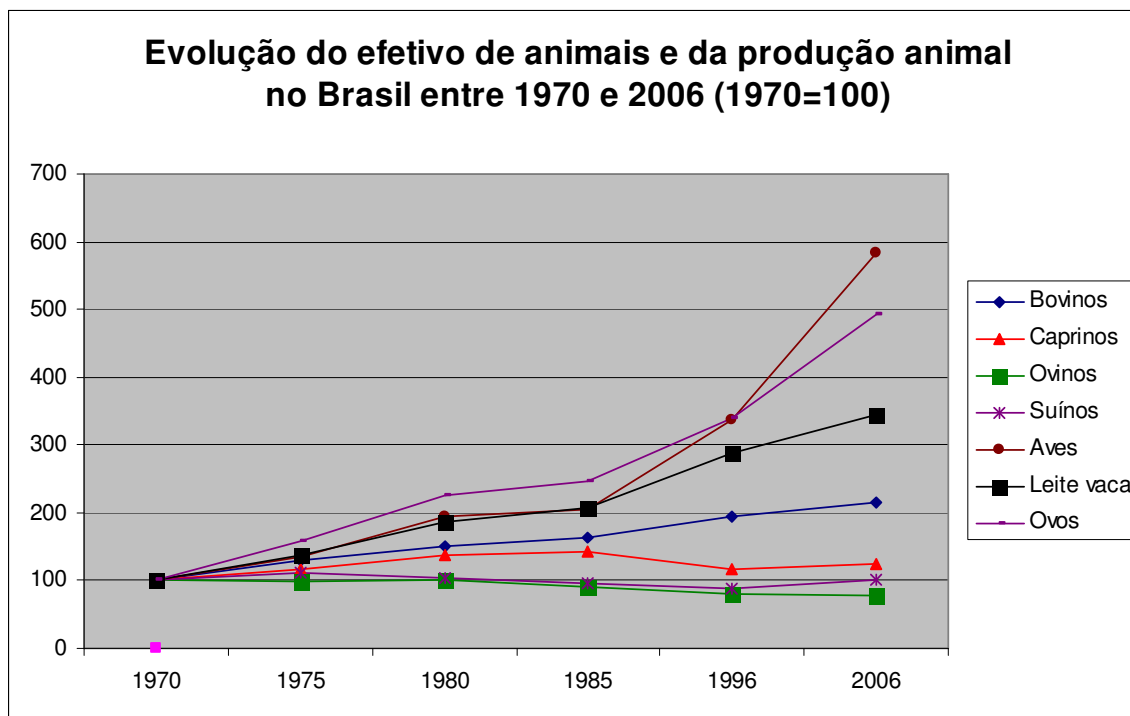


Gráfico 1: Evolução do efetivo de animais e da produção animal no Brasil entre 1970 e 2006 (1970=100).
Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

3. Área de lavouras aumenta após uma fase de estagnação e área de pastagens se desloca para a região Norte do País

A área destinada à lavoura passou para 76,7 milhões de hectares. Trata-se de um aumento bastante elevado em relação à 1996 (83,5%), quando era de 41,8 milhões de hectares. Em 1970 a área utilizada com lavouras era de 33,9 milhões de hectares, passou para 52,1 milhões em 1985 e caiu para 41,8 milhões em 1996. A queda da área cultivada registrada nesse período foi compensada pelo aumento da produtividade, o que evitou a queda da produção agrícola. Verifica-se que nesses últimos anos houve um aumento da produção quase que totalmente em função do aumento da área cultivada, resultando que o aumento da produtividade foi menor em relação ao período anterior.

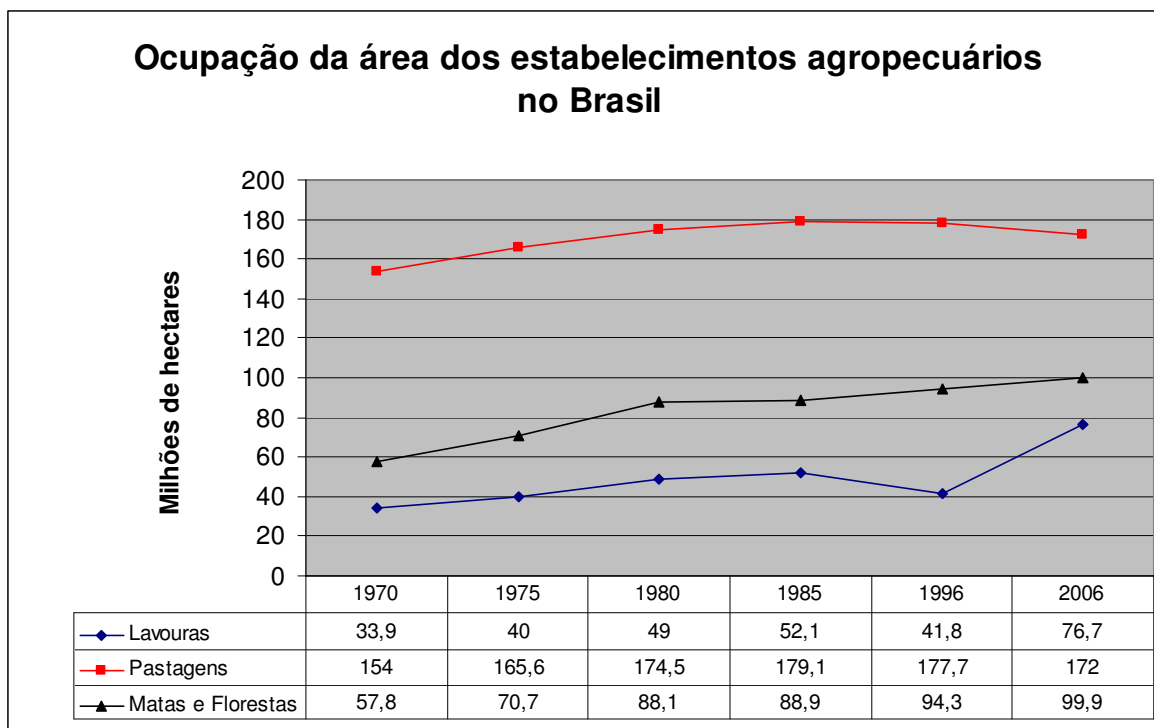


Gráfico 2: Ocupação da área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil entre 1970 e 2006.

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

A área de pastagens se manteve praticamente estável entre 1996 e 2006 (reduziu-se em 3%, passando de 177 e 172 milhões de hectares, respectivamente). No entanto, pode-se concluir que houve um deslocamento principalmente para o Norte do Brasil, aonde aumentou 33,8% (elevaram-se principalmente no Amazonas, Pará, Acre e Amapá). De outro lado, houve uma redução nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e manteve-se estável na região Nordeste. É provável que o avanço do cultivo de grãos (soja e milho) e da cana-de-açúcar tenha provocado o deslocamento da área de pastagens para lugares em que o preço da terra é mais baixo. Na região Sudoeste do Paraná houve um aumento de 22,3%, provavelmente em função do aumento da produção leiteira. A tabela a seguir apresenta a evolução da área de pastagens no Brasil, regiões e Unidades da Federação.

Tabela 2: Ocupação da área dos estabelecimentos agropecuários em 1996 e 2006

	Total	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Brasil	354.865.534	41.794.460	76.697.324	177.700.469	172.333.073	94.293.587	99.887.620
Norte	67.461.295	3.063.167	7.406.786	24.386.622	32.630.532	25.756.635	26.283.121
Nordeste	80.528.648	14.435.608	22.214.674	32.076.340	32.648.537	19.783.077	25.578.542
Sudeste	60.321.606	11.661.781	15.896.259	37.777.049	32.071.529	10.221.042	11.964.589
Sul	46.482.262	13.492.237	18.313.631	20.696.546	18.145.573	7.216.508	8.019.629
Centro-Oeste	100.071.723	7.451.695	12.865.974	62.763.912	56.836.902	31.316.326	28.041.739
Paraná	17.568.089	5.490.780	8.090.963	6.677.313	5.735.095	2.794.713	3.172.889
Sudoeste PR	1.212.678	492.500	537.229	345.784	422.875	122.952	236.120

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

A área dos estabelecimentos agropecuários, surpreendentemente, manteve-se praticamente estável em relação à 1996 (354 milhões de hectares). Com 100 milhões de hectares, a região Centro-Oeste do Brasil possui a maior área de estabelecimentos agropecuários do País, seguida pela região Nordeste (80 milhões), Norte (67 milhões), Sudeste (60 milhões) e Sul (46 milhões).

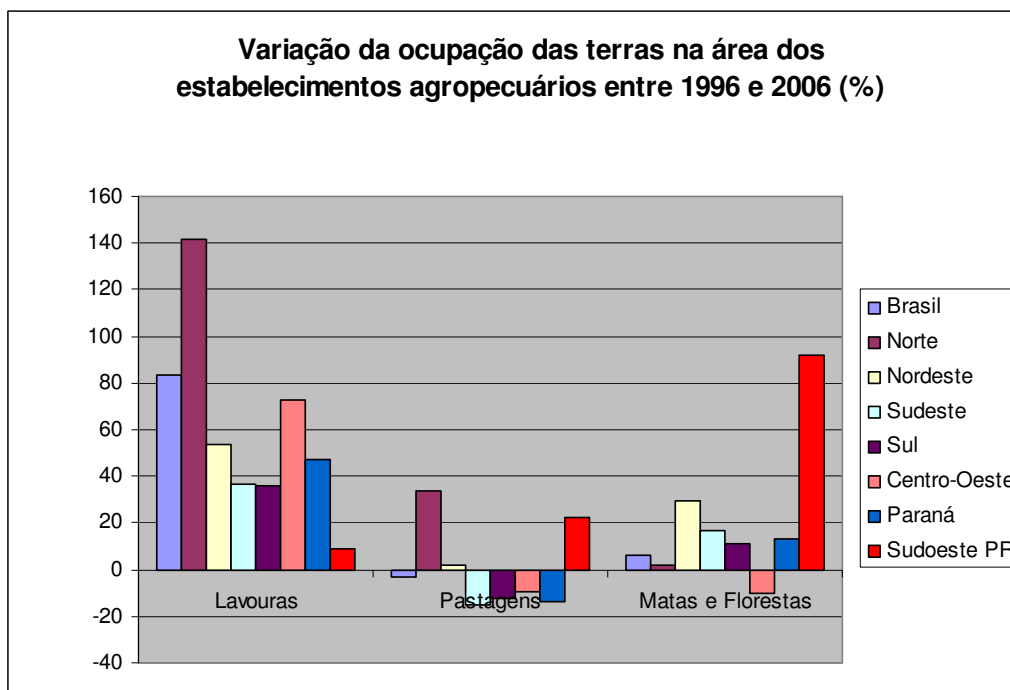


Gráfico 3: Variação da ocupação das terras na área dos estabelecimentos agropecuários entre 1996 e 2006.

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

3. Número de estabelecimentos agropecuários⁵ aumentou 5%

⁵ De acordo com a definição utilizada pelo IBGE, estabelecimento agropecuário “é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de

O IBGE registrou a existência de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2006, um aumento de aproximadamente 5% em relação à 1996, quando era de 4,86 milhões. Foram incorporados, portanto, 345 mil estabelecimentos agropecuários à estrutura fundiária brasileira, invertendo a tendência de queda registrada durante o período anterior (1985/1996), quando se registrou uma redução de aproximadamente 950 mil estabelecimentos. O gráfico a seguir apresenta o número de estabelecimentos agropecuários no Brasil existentes entre 1970 e 2006.

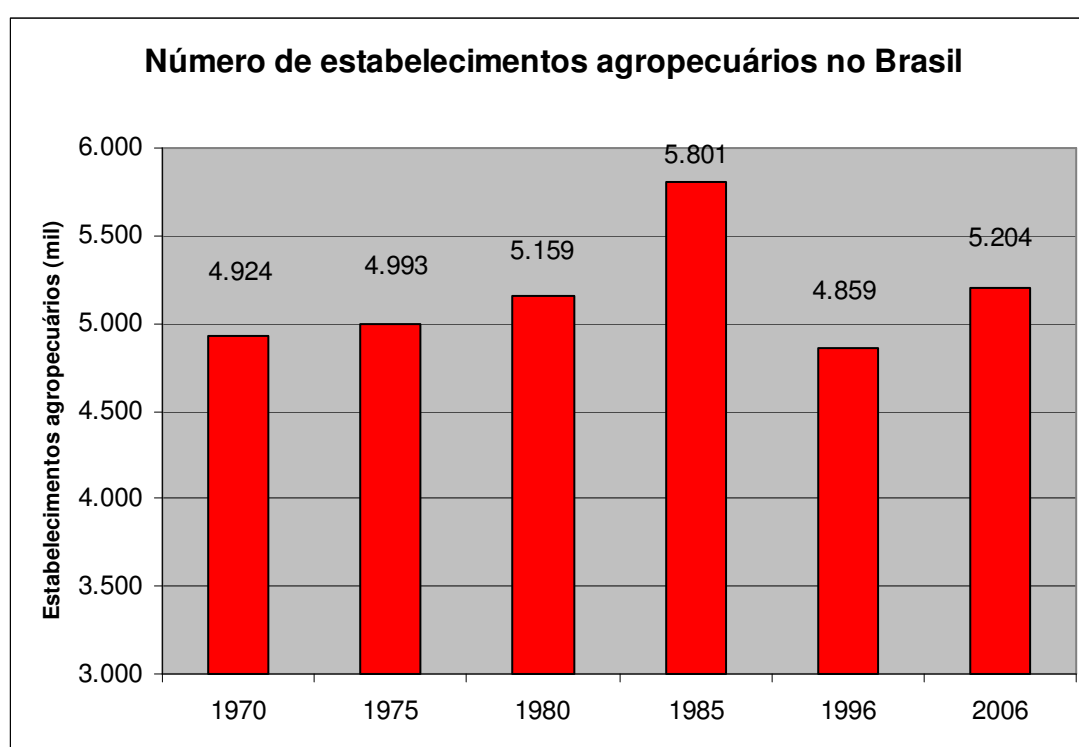


Gráfico 4: Número de estabelecimentos agropecuários no Brasil entre 1970 e 2006.
Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

O número de estabelecimentos agropecuários aumentou em todas as regiões do País. O maior aumento (32%) foi na região Centro-Oeste e o menor na região Sul (0,7%). Nas demais regiões também houve um crescimento no número de estabelecimentos que ficou em torno da média nacional. Diferentemente das grandes regiões, no Sudoeste do Paraná houve uma redução da ordem de 5,6% no número de estabelecimentos, revelando que distintas dinâmicas

sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. Para fins de coleta, foi considerada como produção de subsistência aquela em que os alimentos produzidos foram utilizados para suprir as necessidades do produtor e de sua família, ou quando parte da produção tivesse sido eventualmente comercializada, através de venda ou troca, para subsidiar outras necessidades de consumo desse núcleo familiar, dependendo, totalmente ou em sua maior parte, da atividade agropecuária para sua sobrevivência econômica” (IBGE, 2006).

ocorrem no interior dos estados e regiões brasileiras. Já em termos da participação das regiões no número de estabelecimentos em 2006, a região Nordeste respondeu por 47,4% (2,47 milhões), o Sul por 19,4% (1 milhão), o Sudeste por 17,8% (925 mil), o Norte por 9,2% (479 mil) e o Centro-Oeste por 6,15% (320 mil).

Tabela 3: Número de estabelecimentos agropecuários no Brasil, regiões, Paraná e Sudoeste do Paraná em 1996 e 2006

	1996	2006	Var. %	% total estabelec. (2006)
Brasil	4.859.864	5.204.130	7,08	100
Norte	446.175	479.158	7,39	9,21
Nordeste	2.326.413	2.469.070	6,13	47,44
Sudeste	841.661	925.613	9,97	17,79
Sul	1.003.179	1.010.335	0,71	19,41
Centro-Oeste	242.436	319.954	31,97	6,15
Paraná	369.875	373.238	0,91	7,17
Sudoeste PR	47.277	44.632	-5,59	0,86

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário/ IBGE (2008). Elaboração: própria

4. Redução das ocupações agrícolas

Houve uma redução do número de ocupações agrícolas em aproximadamente 1,5 milhão, passando de 17,93 milhões para 16,41 milhões de ocupações. Ou seja, os processos acima identificados permitiram elevar o número de estabelecimentos, mas não garantir as ocupações agrícolas. Apesar do crescimento da produção agropecuária brasileira, o incremento de tecnologias (via a utilização de técnicas de produção, insumos e maquinaria) permitiu elevar a produtividade do trabalho. Na cultura da soja, por exemplo, o plantio direto, bastante disseminado nesse período, tem possibilitado reduzir a necessidade de trabalho na produção agrícola e, inclusive, a necessidade de máquinas para cultivar uma determinada área. No caso da produção leiteira, a disseminação da ordenha mecânica no lugar da ordenha manual, por exemplo, contribuiu para reduzir o tempo de trabalho nessa etapa produtiva.

Tabela 4: Pessoal ocupado na agropecuária em 1996 e 2006

	Total			Com laço de parentesco com o produtor			Sem laço de parentesco com o produtor		
	1996	2006	Var. %	1996	2006	Var. %	1996	2006	Var. %
Brasil	17.930.853	16.414.728	-8,46	13.607.876	12.810.591	-5,86	4.322.977	3.557.042	-17,72
Norte	1.877.797	1.663.346	-11,42	1.605.776	1.473.853	-8,22	272.021	189.461	-30,35
Nordeste	8.210.809	7.686.806	-6,38	6.644.906	6.232.153	-6,21	1.565.903	1.454.601	-7,11
Sudeste	3.440.735	3.191.770	-7,24	1.983.657	1.968.311	-0,77	1.457.078	1.178.868	-19,09
Sul	3.383.311	2.884.474	-14,74	2.782.298	2.434.734	-12,49	601.013	449.741	-25,17
Centro-Oeste	1.018.201	988.332	-2,93	591.239	701.540	18,66	426.962	284.371	-33,40
Paraná	1.287.632	1.097.438	-14,77	983.329	868.774	-11,65	304.303	228.664	-24,86
Sudoeste – PR	159.560	127.450	-20,12	144.589	115.028	-20,44	14.971	12.422	-17,03

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário IBGE (2008). Elaboração: própria

Além da queda no número total de ocupações agrícolas, houve também uma queda no número total de ocupações denominadas de familiares (com laço de parentesco com o produtor, de acordo com a denominação utilizada pelo IBGE), que passou de 13,6 milhões para 12,8 milhões no período considerado. Cabe destacar, portanto, que a redução de ocupações ocorreu tanto na agricultura de uma forma geral, quanto na agricultura familiar, em função do aumento da produtividade do trabalho já descrita. No Sudoeste do Paraná essa queda foi ainda mais acentuada (20%) e acima das médias verificadas nas regiões brasileiras.

Gráfico 5: Variação da população ocupada na agricultura entre 1996 e 2006 no Brasil, regiões, Paraná e Sudoeste do Paraná (1996=100).

Fonte: Censo Agropecuário/ IBGE. Elaboração: própria.

A mecanização e a utilização de insumos e novas técnicas produtivas vem permitindo aumentar a produtividade do trabalho na agricultura brasileira e, por consequência, reduzir a população ocupada. No período entre os dois censos agropecuários, houve uma redução no número de tratores no Brasil. Para Gonçalves (2004, p. 44) “nos agronegócios de escala não apenas incrementa-se o uso de máquinas como a potência dessas máquinas cresce de forma substantiva desde os anos 80, aumentando o tamanho ótimo da área de lavouras”.

5. Aumento das escalas de produção

Entre os produtos pecuários, para os quais se dispõe de dados, verificou-se uma elevação das escalas de produção. A produção anual média de leite por estabelecimento agrícola, por exemplo, passou de 9,86 mil litros para 15,98 mil litros, um aumento de 62%. O número de estabelecimentos que produziam leite passou de 1,81 milhão para 1,34 milhão. Enquanto isso, a produção nacional de leite passou de 17,93 bilhões de litros em 1996 para

21,43 bilhões de litros em 2006. A tabela a seguir compara informações dos dois últimos censos agropecuários (1996 e 2006) no que se refere à produção de leite: número de estabelecimentos agropecuários produtores, produção total e produção média por estabelecimento.

Tabela 5: Leite: número de estabelecimentos agropecuários produtores, produção total e produção média por estabelecimento agropecuário em 1996 e 2006.

	Produção leite (Mil litros)			Produção/ estabelec (litros/ ano)			Estabelec. agropecuários produtores de leite		
	1996	2006	Var. %	1996	2006	Var. %	1996	2006	Var. %
Brasil	17.931.249	21.433.748	19,53	9.907	15.985	61,35	1.810.041	1.340.897	-25,91
Norte	846.333	1.220.890	44,26	7.165	14.035	95,87	118.118	86.992	-26,35
Nordeste	2.273.994	2.881.848	26,73	4.205	7.049	67,63	540.737	408.813	-24,39
Sudeste	8.089.652	8.075.325	-0,18	20.381	26.323	29,15	396.915	306.784	-22,7
Sul	4.110.546	6.230.777	51,58	6.787	15.113	122,69	605.679	412.281	-31,93
Centro-Oeste	2.610.725	3.024.909	15,86	17.570	24.002	36,61	148.592	126.027	-15,18
Paraná	1.355.487	2.048.486	51,13	7.748	17.231	122,4	174.950	118.884	-32,04
Sudoeste PR	163.727	380.368	132,32	4.633	13.905	200,12	35.338	27.355	-22,59

Fonte: Dados preliminares do Censo Agropecuário IBGE (2008). Elaboração: própria

O maior aumento da produção de leite aconteceu na região Sul do Brasil (51,6%), mesmo percentual verificado no estado do Paraná. No Sudoeste do Paraná a produção aumentou 132% e a produção por estabelecimento aumentou 200%. Esse processo de aumento da produção de leite veio acompanhado de uma queda no número de estabelecimentos que produzem leite: 32% na região Sul, 32% no Paraná e 22,6% no Sudoeste do Paraná.

O processo verificado na produção de leite também aconteceu em outras cadeias produtivas. Na avicultura, o efetivo de aves aumentou 73,16% (de 718 milhões para 1,24 bilhão de aves alojadas), o número de estabelecimentos com aves, cuja maioria não produz com fins comerciais, caiu de 3,16 para 2,71 milhão e, por consequência, a produção por estabelecimento também aumentou. O gráfico a seguir permite identificar que houve um aumento da produção pecuária ao mesmo tempo em que ocorreu uma queda no número de estabelecimentos produtores. É muito provável que entre os cultivos agrícolas tenha acontecido o mesmo processo, o que poderá ser verificado com a divulgação dos dados pelo IBGE.

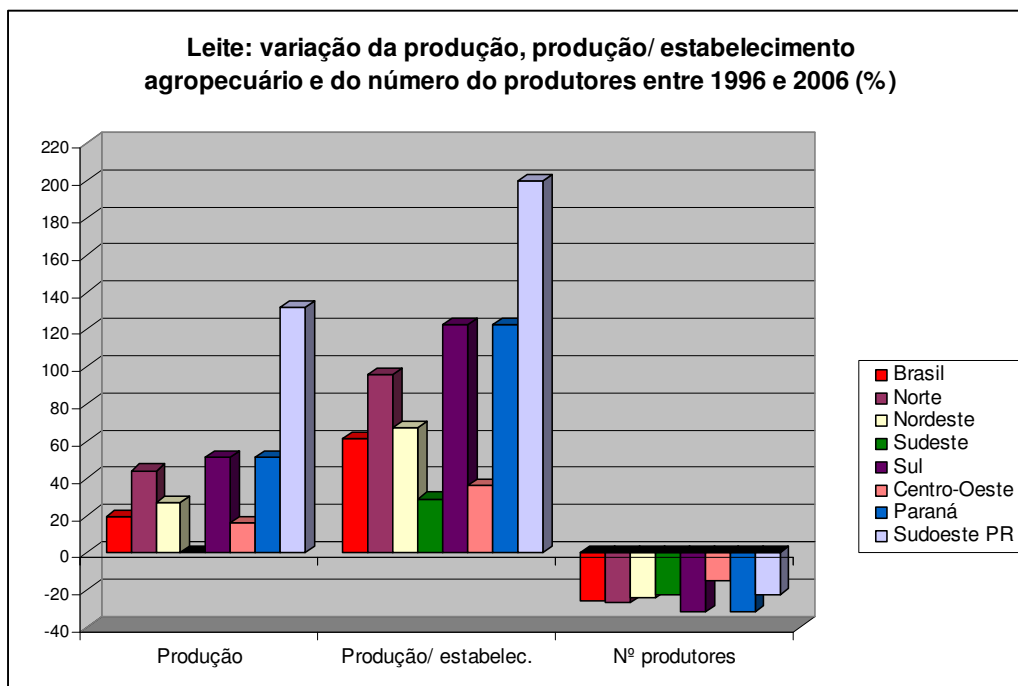


Gráfico 6: Leite: Variação da produção, produção/ estabelecimento agropecuário e do número de produtores entre 1996 e 2006.

Fonte: Censo Agropecuário/ IBGE. Elaboração: própria.

6. Queda nas ocupações agrícolas pode indicar êxodo rural?

Como se demonstrou anteriormente, houve uma queda no número de ocupações agrícolas no Brasil. Isso poderia indicar êxodo rural?

Tabela 6: População rural no Brasil, regiões e estado do Paraná em 1996 e 2007

	Ocupações agrícolas			População Rural		
	1996	2006	Var. %	1996	2007	Var. %
Brasil	17.930.853	16.414.728	-8,46	33.741.883	28.749.152	-14,8
Norte	1.877.797	1.663.346	-11,42	4.198.181	3.851.101	-8,27
Nordeste	8.210.809	7.686.806	-6,38	15.521.012	14.054.331	-9,45
Sudeste	3.440.735	3.191.770	-7,24	7.111.750	5.287.810	-25,65
Sul	3.383.311	2.884.474	-14,74	5.308.615	4.119.630	-22,4
Centro-Oeste	1.018.201	988.332	-2,93	1.602.325	1.436.280	-10,36
Paraná	1.287.632	1.097.438	-14,77	1.969.142	1.551.677	-21,2

Fonte: Contagem Populacional/ IBGE (2008). Acesso em 10 de abril de 2008.

OBS: A população rural das cidades com mais de 170 mil habitantes não foram incluídas na contagem populacional de 2007.

A tabela acima indica que, de acordo com Contagem Populacional do IBGE, a população rural caiu 14,8% no Brasil, acima da queda das ocupações agrícolas, que foi de 7%. Essa queda ocorreu em todas as regiões brasileiras e também no estado do Paraná. Ou seja, a queda nas ocupações agrícolas refletiu em queda na população rural, inclusive em nível mais

elevado, indicando que as pessoas que deixaram a atividade agrícola não passaram a se ocupar em atividades não agrícolas no próprio estabelecimento, mas provavelmente migraram para o meio urbano. A divulgação da população rural dos municípios com mais de 170 mil habitantes, que não foram incluídos na contagem populacional, não deve alterar muito esse quadro.

No Sudoeste do Paraná, verifica-se que a população total cresceu 2,2% entre 1996 e 2007, abaixo do crescimento verificado no Brasil (17,9%), na região Sul (14,4%) e no Paraná (15%). Entre as microrregiões que compõem o Sudoeste do Paraná, verifica-se que houve uma queda população total da microrregião de Capanema, um aumento de 2% na microrregião de Francisco Beltrão e um aumento de 4,6% na microrregião de Pato Branco. Houve, portanto, um baixo crescimento da população total dessa região (2,2%) quando comparada ao crescimento nacional e estadual, uma queda no número de estabelecimentos agropecuários (5,6%), alta queda no número de ocupações agrícolas (20,1%) e também da população rural (23,3%).

Procurando ilustrar as informações já apresentadas, o gráfico a seguir apresenta alguns dados da evolução da população total, da estrutura produtiva e da produção no Sudoeste do Paraná entre 1996 e 2006. Analisa também a evolução desses indicadores nas três microrregiões geográficas do IBGE que compõem a mesorregião: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco.

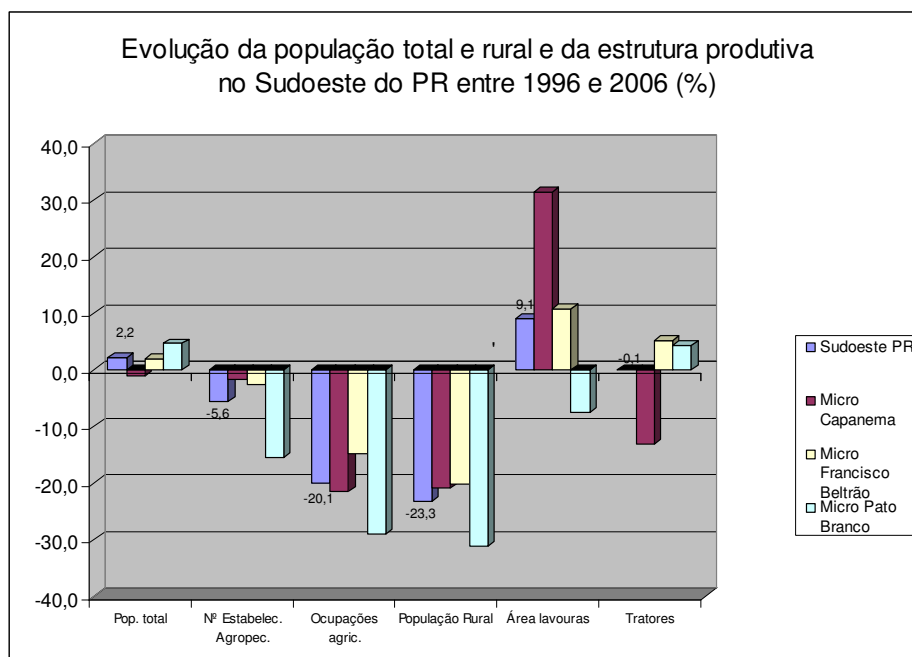


Gráfico 7: Evolução da população total, da estrutura produtiva e da produção no Sudoeste do PR entre 1996 e 2006.

Fonte: Censo Agropecuário/ IBGE e Contagem Populacional/ IBGE (2008). Elaboração: própria.

O que poderia explicar uma queda da população rural acima da queda da população agrícola? Não era de se esperar que as políticas sociais e a melhoria da infra-estrutura de transportes e comunicação viabilizassem a permanência da população no campo? Pode-se dizer que é muito provável que o aumento da produtividade do trabalho na agricultura também tem viabilizado que certo número de agricultores passe a residir no meio urbano em virtude da melhoria da infra-estrutura e em virtude de uma menor necessidade de trabalho nas atividades agrícolas devido à mecanização. Ou seja, de um lado tem-se, devido à esse processo, cada vez mais um número de residentes rurais que desempenham atividades tipicamente urbanas e, de outro lado, tem-se também residentes urbanos que desempenham atividades agrícolas. No entanto, trata-se de uma questão que necessita de um maior nível de aprofundamento.

7. Para além do Censo, mudanças nas relações sociais de produção

Acompanhando os processos acima descritos, vem ocorrendo, a partir do início e meados dos anos 90, principalmente, um processo de concentração do controle do setor agropecuário por um pequeno número de grandes indústrias nacionais e transnacionais. Inseridas no mercado mundial, essas empresas realocam suas unidades produtivas com vistas a obter os menores custos de produção. Trata-se de um processo que levou também à junção de empresas que atuavam em setores distintos da economia, como na agricultura e na indústria farmacêutica:

O primeiro movimento de aquisições aconteceu - segundo consta no relatório de pesquisa intitulado Inovações Biotecnológicas e a Indústria de Sementes, coordenado por José Maia Silveira - por três principais motivos: empresas farmacêuticas procuravam diversificar seus negócios; empresas baseadas no comércio de *commodities* procuraram diversificar suas atividades e usavam a indústria de sementes como fonte de informação para sua atividade principal; e empresas agroquímicas viram possibilidades de crescimento com a biotecnologia. Com isso, surgiram as primeiras grandes empresas como a Cargill, a Ciba-Geigy, a ICI, a Dekalb, a Rhône Poulenc, a Sandoz e a Upjohn. O segundo, que acontece a partir de 1994, é ainda mais radical do que o outro movimento e leva à formação de grupos de empresas ainda maiores. Nessa etapa, consolidam-se os oito maiores grupos de empresas na área de sementes. Entre elas está a Monsanto, que adquire 34 outras empresas, a Aventis, que adquire 18, a DowAgro Science, que adquire 13, e a Syngenta, formada pela união da Novartis (que adquiriu 18 empresas) e da AstraZeneca (formada pela junção de mais 13 empresas). Entre essas companhias produtoras de sementes que foram objeto de aquisição estão algumas brasileiras. A Monsanto adquiriu cinco empresas brasileiras - entre elas a Agrocere, maior empresa de capital nacional privado do setor -, a DowAgro Science, cinco e a Aventis, quatro (COMCIENCIA, 2002).

Essas empresas possuem unidades ou subsidiárias em diversos países, permitindo-lhes

facilidades para a inserção de seus produtos no mercado mundial. Isso permite, entre outras coisas, que essas empresas driblem o fisco, exportando para unidades próprias ou de subsidiárias, a um preço baixo. No caso do fumo, a maior exportação é de fumo em folha em relação à de cigarros, já que a tributação sobre o primeiro é bem inferior do que sobre o segundo, sendo o produto transformado nos países onde o cigarro é consumido.

Wilkinson (2002) afirma que ocorreu uma transformação importante no setor varejista.

Para o autor:

(...) houve uma internacionalização paralela do varejo, liderada pelos gigantes europeus – Carrefour, Metro, Ahold – mas seguida de perto pela Wal-Mart, que se acelerou acentuadamente nos anos 1990. A Wal-Mart talvez seja um caso especial, dada a importância de itens não alimentares, mas as empresas líderes do varejo, acima mencionadas, estão começando a superar suas congêneres na indústria alimentar. Os 10 maiores varejistas tinham um faturamento médio de US\$ 45 bilhões, em 2000, contra US\$ 23 bilhões para o setor alimentar e de bebidas. A concentração no varejo avança em forma frenética e previsões apontam para uma redução ainda maior no número de atores globais. Nos países recém-industrializados e em desenvolvimento, os atores globais de varejo precisam, em primeiro lugar, se impor, promovendo o domínio do modelo de supermercado, para em seguida confrontar competidores nacionais e regionais. Uma vez consolidados, eles começam a exercer uma pressão nos líderes da indústria alimentar similar àquela exercida nos países industrializados (Wilkinson, 2002, p. 154-155).

Se de um lado, portanto, tem aumentado a concentração e o controle do setor por um pequeno número de grandes agroindústrias, de outro lado, tem aumentado a concentração do setor varejista através de grandes redes de hipermercados⁶. Cabe destacar, no entanto, que essa concentração do setor varejista não acontece somente no setor alimentar. No setor de móveis e eletroeletrônicos, por exemplo, essa concentração também é bem evidente.

8. Considerações finais

O trabalho permitiu identificar que houve, no período compreendido entre 1996 e 2006, de acordo com os censos agropecuários: a) um aumento da produção pecuária; b) um aumento da área de lavouras e um deslocamento da área de pastagens; c) elevação das escalas de produção na pecuária; d) um aumento de 7% no número de estabelecimentos agropecuários; e) uma queda de aproximadamente 8,5% no número de ocupações agropecuárias. A divulgação dos dados finais do Censo Agropecuário poderá permitir uma análise mais apurada das dinâmicas ocorridas na agricultura brasileira, mas é muito provável que as tendências, como o aumento das escalas de produção, se mantenham.

⁶ Considerando as aquisições recentes, estima-se que o Wal-Mart, o Carrefour e o Pão-de-Açúcar tenham faturado mais de R\$ 15 bilhões cada um no Brasil em 2007.

O aumento das escalas de produção⁷ entre as atividades que tiveram aumento da produtividade do trabalho e, em função disso, da necessidade de uma maior aplicação de capital, estão permitindo que o trabalho assalariado cresça entre algumas atividades em relação às ocupações agrícolas totais. Isso já se verifica de forma bastante clara na avicultura, pois a automação e o aumento do tamanho dos galpões têm permitido que um mesmo trabalhador cuide da produção de um número cada vez maior de frangos. Dos galpões de aves que necessitavam de um pequeno capital para sua construção e alojavam entre 6 mil e 12 mil aves, atualmente aloja-se 23 mil e já há experimentos que indicam a possibilidade de alojar 70 mil aves em único galpão, mas para isso seria necessário um investimento bem mais elevado.

Nesses últimos anos, a produção de agrocombustíveis passou a ser estimulada em nível internacional em prol da diversificação da matriz energética, como forma de enfrentar a redução dos níveis de petróleo e do aquecimento provocado pela emissão de gás carbônico na atmosfera. É muito provável que esse processo colocará uma nova dinâmica à agricultura brasileira, reforçando o papel da agricultura enquanto produtora de energia. Se de um lado poderá gerar benefícios econômicos e alguns benefícios ambientais, problemas sociais (como conflitos fundiários, por exemplo) e problemas ambientais, decorrentes de uma maior pressão sobre os recursos naturais brasileiros, poderão se intensificar.

Pode-se concluir, portanto, que o desenvolvimento da agricultura brasileira vem sendo capitaneado pelas agroindústrias do setor e também pelo grande varejo da área de alimentos, pois estes conseguem forjar o aumento das escalas de produção e padronizar processos produtivos. Atualmente, os instrumentos de política agrícola, principalmente o crédito rural e a política de comercialização, tem contribuído para viabilizar investimentos que permitem o aumento da produtividade do trabalho e para viabilizar a expansão da produção agrícola no País. No entanto, a isenção de ICMS aos produtos destinados à exportação, através da Lei Kandir, em 1996, tem sido tão ou até mais importante para garantir o aumento das exportações e para fortalecer a atual dinâmica dos complexos agroindustriais no Brasil.

No presente trabalho procurou-se analisar a evolução da estrutura produtiva e da produção pecuária no Brasil. Entretanto, devido à complexidade dessa tarefa e da riqueza de informações oferecidas pelo IBGE através do Censo Agropecuário, as possibilidades de

⁷ Na agricultura, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez de pessoas produza a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias. Isso acontece atualmente na bovinocultura de leite, por exemplo. Embora a produção tenha se elevado, houve redução no número de produtores. Isso não significa que em outros setores do ligados “agronegócio do leite” o número de empregos não tenha se mantido (ou aumentado), mas na agricultura diminuiu, mesmo em um sistema em que predomina a produção familiar.

análises não se esgotam por aqui. Apenas se iniciam.

9. Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE FRANGO – ABEF. **Estatísticas.** Disponível em <http://www.abef.com.br/Estatisticas/MercadoInterno/Historico.php>. Acesso em 20 de março de 2008.

BONATO, Amadeu. **A previdência social em 2006.** Boletim do DESER, nº 156. Curitiba, fevereiro de 2007. Disponível em www.deser.org.br. Acesso em 25 de março de 2008.

COMCIENCIA. **Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais.** Disponível em www.comciencia.br. Acesso em 12 de julho de 2007.

FAO – Food and agriculture organization. **The world agricultural production.** Disponível em <http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>. Acesso em 20 de março de 2008.

GONÇALVES, José Sidnei. **Carmas da Questão Agrária.** Informações Econômicas. São Paulo, V. 34, ano 7, julho de 2004. p. 41 – 44. Disponível em <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/seto1-0704.pdf>. Acesso em 12 de março de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário.** Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 10 de março de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Notas Técnicas (Censo Agropecuário).** Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 10 de março de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=pnad&o=3&i=P>. Acesso em 11 de março de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da População.** Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 04 de abril 2008.

JANK, Marcos et al. **O setor externo da economia brasileira: desafios da globalização e dos acordos regionais.** In: Seminários sobre o Brasil no Século XXI. São Paulo, 25 de abril de 2007. Disponível em www.econ.fea.usp.br. Acesso em 25 de março de 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Crédito Rural.** Disponível em www.agricultura.gov.br. Acesso em 25 de março de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Crédito rural do Pronaf.** Disponível em www.mda.gov.br/saf. Acesso em 25 de março de 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Desenvolvimento Agrário como estratégia: balanço MDA 2003-2006.** Brasília, 2007.

RUAS, João Figueiredo. **Feijão: proposta de preço mínimo para a safra 2006/07.**

Disponível em www.conab.gov.br. Acesso em 25 de março de 2008.

WILKINSON, John (Coord.) & CASTELLI, Pierina German. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

WILKINSON, John. **Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.

APÊNDICES

Tabela 7: Evolução da estrutura produtiva e da produção pecuária

		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Paraná	Sudoeste PR
Estabelecimentos	1996	4.859.864	446.175	2.326.413	841.661	1.003.179	242.436	369.875	47.277
	2006	5.204.130	479.158	2.469.070	925.613	1.010.335	319.954	373.238	44.632
	Var. %	7,1	7,4	6,1	10,0	0,7	32,0	0,9	-5,6
Estabelec. c/ trator	1996	512.144	11.547	36.347	165.337	236.924	61.989	81.489	7.687
	2006	519.302	16.657	41.493	150.775	249.700	60.677	75.046	7.702
	Var. %	1,4	44,3	14,2	-8,8	5,4	-2,1	-7,9	0,2
Nº tratores	1996	799.742	18.502	55.476	276.031	335.049	114.684	121.827	9.217
	2006	788.053	25.923	58.736	241.690	341.811	119.893	111.038	9.210
	Var. %	-1,5	40,1	5,9	-12,4	2,0	4,5	-8,9	-0,1
Pessoal ocupado estabelec. Agropec.	1996	17.930.853	1.877.797	8.210.809	3.440.735	3.383.311	1.018.201	1.287.632	159.560
	2006	16.414.728	1.663.346	7.686.806	3.191.770	2.884.474	988.332	1.097.438	127.450
	Var. %	-8,5	-11,4	-6,4	-7,2	-14,7	-2,9	-14,8	-20,1
Pessoal ocupado c/ parentesco com o produtor	1996	13.607.876	1.605.776	6.644.906	1.983.657	2.782.298	591.239	983.329	144.589
	2006	12.810.591	1.473.853	6.232.153	1.968.311	2.434.734	701.540	868.774	115.028
	Var. %	-5,9	-8,2	-6,2	-0,8	-12,5	18,7	-11,6	-20,4
Pessoal ocupado s/ parentesco com o produtor	1996	4.322.977	272.021	1.565.903	1.457.078	601.013	426.962	304.303	14.971
	2006	3.557.042	189.461	1.454.601	1.178.868	449.741	284.371	228.664	12.422
	Var. %	-17,7	-30,4	-7,1	-19,1	-25,2	-33,4	-24,9	-17,0
Efetivo Bovinos	1996	153.058.275	17.276.621	22.841.728	35.953.897	26.219.533	50.766.496	9.900.885	752.998
	2006	169.900.049	31.233.724	26.033.105	34.994.252	23.888.591	53.750.377	9.153.989	1.003.685
	Var. %	11,0	80,8	14,0	-2,7	-8,9	5,9	-7,5	33,3
Efetivo Suínos	1996	27.811.244	2.207.280	6.357.716	4.496.643	12.495.608	2.253.997	4.026.192	654.577
	2006	31.949.106	1.594.486	3.945.725	5.482.760	17.366.682	3.559.453	4.950.887	603.890

	Var. %	14,9	-27,8	-37,9	21,9	39,0	57,9	23,0	-7,7
Efetivo Aves	1996	718.533.0 29	27.373. 121	103.058. 191	264.904. 343	280.101. 832	43.095.5 42	94.465.6 58	18.111. 015
	2006	1.244.260 .918	27.045. 519	104.636. 235	321.875. 450	627.687. 515	163.016. 199	280.641. 231	62.181. 570
	Var. %	73,2	-1,2	1,5	21,5	124,1	278,3	197,1	243,3
Estabelec . c/ Bovinos	1996	2.698.197	185.97 6	953.821	566.686	787.252	204.462	243.160	41.362
	2006	2.650.596	225.84 0	969.230	534.565	683.789	237.172	209.307	35.678
	Var. %	-1,8	21,4	1,6	-5,7	-13,1	16,0	-13,9	-13,7
Estabelec . c/ Suínos	1996	2.007.945	164.59 3	838.824	302.339	586.184	116.005	179.850	35.578
	2006	1.493.959	117.09 5	553.243	252.110	451.528	119.983	135.477	25.241
	Var. %	-25,6	-28,9	-34,0	-16,6	-23,0	3,4	-24,7	-29,1
Estabelec . c/ aves	1996	3.163.913	311.19 0	1.492.56 5	460.198	729.159	170.801	237.518	40.139
	2006	2.712.438	250.29 2	1.241.29 5	429.089	601.572	190.190	193.993	30.425
	Var. %	-14,3	-19,6	-16,8	-6,8	-17,5	11,4	-18,3	-24,2
Leite de vaca (Mil litros)	1996	17.931.24 9	846.33 3	2.273.99 4	8.089.65 2	4.110.54 6	2.610.72 5	1.355.48 7	163.72 7
	2006	21.433.74 8	1.220.8 90	2.881.84 8	8.075.32 5	6.230.77 7	3.024.90 9	2.048.48 6	380.36 8
	Var. %	19,5	44,3	26,7	-0,2	51,6	15,9	51,1	132,3
Ovos de galinha (Mil dúzias)	1996	1.885.048	43.851	295.520	869.400	534.969	141.308	199.378	26.674
	2006	2.732.407	58.349	354.792	976.501	1.082.61 4	260.151	441.464	141.29 9
	Var. %	45,0	33,1	20,1	12,3	102,4	84,1	121,4	429,7
Estabelec . Leite vaca	1996	1.810.041	118.11 8	540.737	396.915	605.679	148.592	174.950	35.338
	2006	1.340.897	86.992	408.813	306.784	412.281	126.027	118.884	27.355
	Var. %	-25,9	-26,4	-24,4	-22,7	-31,9	-15,2	-32,0	-22,6
Estabelec . c/ Ovos	1996	2.708.031	234.18 5	1.285.54 9	382.753	660.364	145.180	204.506	37.285
	2006	1.657.542	112.06 3	767.282	272.054	404.335	101.808	109.217	19.585
	Var. %	-38,8	-52,1	-40,3	-28,9	-38,8	-29,9	-46,6	-47,5

Fonte: Censo Agropecuário/ IBGE (2008)

Tabela 8: População total e rural no Sudoeste do Paraná em 1996 e 2007

	Situação do domicílio	Pop. 1996	Pop. 2007	Var. %
Sudoeste PR	Total	466.175	473.929	1,66
	Urbana	251.607	309.344	22,95
	Rural	214.568	164.585	-23,29
Micro Capanema	Total	93.993	92.536	-1,55
	Urbana	41.391	50.902	22,98
	Rural	52.602	41.634	-20,85
Micro Francisco Beltrão	Total	226.448	229.964	1,55
	Urbana	121.113	146.010	20,56
	Rural	105.335	83.954	-20,30
Micro Pato Branco	Total	145.734	151.429	3,91
	Urbana	89.103	112.432	26,18
	Rural	56.631	38.997	-31,14

Fonte: Contagem Populacional/ IBGE (2008). Elaboração: própria

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

DIREITOS SOCIAIS EM CONFLITO: APOSENTADORIA RURAL *VERSUS*
DIREITOS TRABALHISTAS

Verena Sevá Nogueira¹

Resumo

Trata-se de uma reflexão acerca de um suscitado conflito contrapondo dois direitos sociais, os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais migrantes e o benefício social previdenciário da aposentadoria rural por idade. A análise recai sobre um grupo de pequenos proprietários rurais do sertão baiano que tem na migração temporária para o trabalho em fazendas de café, assim como a aposentadoria rural, suas principais fontes de renda. De um lado a migração se destaca como uma antiga e importante prática social para a reprodução social da população do local; de outro, a aposentadoria rural coloca-se como um benefício social central, e recente, para a sobrevivência do grupo. Embora uma prática antiga, a migração do grupo vem sofrendo mudanças as mais diversas ao longo do tempo, sendo a formalização do contrato de trabalho dos migrantes um direito trabalhista recente no cotidiano desses trabalhadores. A aposentadoria rural por idade, por sua vez, é um direito que tem como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988 e das Leis 8.212 e 8.231 de 1991. Os homens e mulheres pobres do campo brasileiro são finalmente incluídos dentre os beneficiários da Previdência Social. No caso a seguir analisado o que se pretende é relacionar esses dois temas, a migração e a aposentadoria rural, procurando-se discutir acerca da problemática levantada entre os direitos trabalhistas dos migrantes e a aposentadoria rural por idade.

Palavras-chave: Migração; Aposentadoria Rural; Direitos Trabalhistas

1. Contextualizando a problemática

Aracatú é um pequeno município localizado em região do semi-árido baiano denominada localmente sertão. A maior parte de sua população vive na zona rural (aproximadamente 80% dos 15.913 habitantes)², porém poucos são os recursos disponíveis no local para sua manutenção. O problema da seca, associado à falta de barragens e cisternas para armazenamento de água é invocado como um dos motivos que explicam não ser possível sobreviver somente com os recursos da região. A falta de incentivo do governo à produção agrícola, principalmente os baixos preços alcançados pelos produtos no mercado, também é citada como um entrave à vida no sertão.

A baixa produção agrícola é pouco comercializada, sendo basicamente destinada ao autoconsumo e à troca entre vizinhos e parentes. As principais formas de trabalho remunerado

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – PPGAS do IFCH- Unicamp, Brasil e pesquisadora do Centro de Estudos Rurais – Ceres, do IFCH – Unicamp, Brasil. Endereço eletrônico: verena@unicamp.br. Endereço residencial: rua Dr. Emílio Ribas, 1046, Campinas/SP, CEP 13025-142. Telefone: (19) 3342.4909/9175.3909.

² IBGE, 2004.

são os empregos municipais e os poucos trabalhos no setor de serviços e comércio. A aposentadoria rural destaca-se, por sua vez, como uma das mais importantes fontes de renda da população. Receber como renda o valor de um salário mínimo, o que acontece basicamente nesses três casos, é uma conquista aspirada e festejada.

Ademais, para a sua reprodução os pequenos proprietários rurais do município contam com uma outra e importante estratégia, o trabalho fora de suas terras, o trabalho como migrante. Os aracatuenses migram basicamente para a região sudeste brasileira, para os grandes centros urbanos e para municípios do interior. Analiticamente (e provisoriamente) distinguimos duas formas de migração, uma caracterizada por longas permanências fora de casa e a outra por deslocamentos com duração mais curta, relativa ao tempo de um trabalho temporário. A primeira forma está associada à busca de trabalhos nos médios e grandes centros urbanos; já a segunda tem como objetivo o trabalho temporário na agricultura. Entre os meses de maio e setembro de cada ano saem de Aracatú ônibus e mais ônibus de trabalhadores rurais para o trabalho nos cafezais da região sudeste.

A convivência dos aracatuenses com o fenômeno social da migração é bastante disseminada no grupo analisado; ter migrado ou ter algum parente vivendo fora de lá não constitui uma especificidade de nenhuma categoria social. A vida no *sul*³ é conhecida pelos aracatuenses com uma intimidade que se não decorrente de experiência própria, é transmitida pelos conterrâneos que lá estão ou estiveram.

A migração temporária, assim como a aposentadoria rural, destacam-se como importantes fontes de renda para a população de Aracatú, gerando uma dinâmica própria ao lugar onde se mora parte do ano e de onde saem, todos os anos, parcela significativa da população para trabalhar alhures; um local onde os idosos são valorizados na medida em que são vistos como uma fonte segura de renda e, portanto de vida, para as famílias rurais. Na sequência do texto, após uma breve análise do fenômeno da migração em Aracatú, tratarei do tema da aposentadoria rural de seus *camponeses-trabalhadores migrantes*⁴. Por fim, a discussão central recairá sobre um conflito de direitos sociais presente na fala de alguns de meus interlocutores, que sugere que os atuais direitos trabalhistas dos migrantes dificultam, e até impedem, a conquista de um outro direito social, a aposentadoria rural.

³ Sul é uma forma êmica, também presente na literatura sobre migração, para se referir aos estados brasileiros, tanto os da região Sudeste como os da região Sul, propriamente ditos. Para além de seu significado geográfico, faz referência a um local de moradia desejado e enaltecido por habitantes de outras regiões do Brasil, por ser um local visto como mais bem sucedido que os outros, e onde há principalmente mais oportunidades de trabalho.

⁴ Termo utilizado por Menezes (2002) para se referir a um *fenômeno social antigo*, do camponês que deixa suas terras para trabalhar na de outrem, mas que mantém em conexão os vários espaços pelos quais transita. A partir deste ponto, assim passarei a me referir aos pequenos proprietários rurais que costumam migrar frequentemente para trabalhar fora de suas terras.

2. Aracatú, o lugar dos migrantes

A prática da migração é bastante antiga entre os moradores de Aracatú. Em pesquisa de campo deparei-me com pessoas idosas que migravam já na década de 1940. Embora o motivo da migração relatado por meus interlocutores seja quase invariavelmente a busca de outras formas de *ganhar dinheiro para sempre comer no mesmo lugar*⁵, muita coisa mudou durante esse período de mais de sessenta anos.

Os destinos da migração que atualmente movimenta um contingente significativo de pessoas em Aracatú são as fazendas de café paulistas e mineiras; no passado, entretanto, as saídas eram para outras direções, para fazendas do oeste paulista ou do norte paranaense, e para o sul baiano.

Nas décadas de 1940/50 a viagem era longa. Das fazendas do sertão seguia-se de carroça de boi até Aracatú. Embarcava-se num primeiro caminhão pau-de-arara até Vitória da Conquista, seguindo depois, em outro caminhão, até a capital paulista. Em São Paulo o destino era a *Migração*⁶, local onde era possível fazer a higiene pessoal e pernoitar. Neste local recebiam a ajuda mais esperada, um lanche e uma passagem de trem para o interior de São Paulo ou para o norte paranaense. Ao chegar nestes destinos cabia a cada migrante procurar um trabalho, geralmente no setor agropecuário, única ocupação para a qual geralmente possuíam conhecimento. Nessa época era mais comum a migração masculina e adulta, cabendo à mulher e aos filhos aguardarem o retorno dos homens, o que poderia significar por vezes uma espera de mais de ano. Porém há relatos de famílias inteiras que embarcavam nos duros bancos dos caminhões pau-de-arara. Não se conhecia a figura do *gato* ou *turmeiro*⁷. Também não havia proteção legal-trabalhista aos migrantes.

Já na década de 1970 o destino mais comum da migração dos aracatuenses era a região de Guanambi, no sul do estado da Bahia, para as colheitas do algodão. Nessa região já era maior a presença de mulheres, que viajavam sempre na companhia de seus pais ou maridos. Já existia na época a figura do *turmeiro*, alguém dentre os migrantes que seguia na frente para

⁵ Expressão repetidamente utilizada por um de meus interlocutores quando ele me explicava que em Aracatú as pessoas sempre costumaram sair, e assim continuam até hoje, para poderem continuar vivendo em suas fazendas no sertão baiano.

⁶ É por meio desta palavra que meus interlocutores se referem à *Hospedaria dos Imigrantes* (local onde funciona hoje o *Memorial do Imigrante*), conjunto de prédios destinados pelo governo a abrigar os recém chegados, provenientes de outros estados brasileiros ou do exterior, nos seus primeiros dias na capital paulista.

⁷ *Turmeiro* é a forma local para designar a pessoa que agencia os migrantes para o trabalho agrícola temporário no sul, e por isso será a utilizada a partir deste ponto ao longo do texto. A denominação *gato* é conhecida por eles, porém sendo a forma como se referem os fazendeiros no sul.

ver a plantação, combinar com o fazendeiro o número de pessoas necessárias à empreitada, agenciar e levar os trabalhadores até as fazendas, onde então atuava como o responsável pela organização e controle do trabalho da turma. Para isso recebia normalmente uma porcentagem do que era pago aos trabalhadores.

Há cerca de uma década os destinos migratórios da grande maioria dos aracatuenses são os cafezais paulistas e mineiros. Durante os meses de maio a setembro, todos os anos, saem ônibus repletos de homens, mulheres, jovens e crianças rumo às fazendas do *sul*. Nessa mais recente modalidade de migração, a figura do *turmeiro* é central. No caminho até as lavouras cafeeiras o primeiro passo para os migrantes é arrumar um lugar numa turma.

Os *turmeiros* são parentes, vizinhos ou conhecidos dos migrantes, nascidos e criados na região, que trabalham como intermediadores entre esses e os fazendeiros. De forma semelhante à analisada pela literatura em outros cenários rurais brasileiros (MACHADO, 1992, SILVA, M., 1999, SILVA, V., 2005), em Aracatú eles têm uma trajetória de vida pregressa frequentemente associada ao trabalho na roça, na terra natal ou fora. Referindo-se aos *turmeiros* como *um pessoal daqui*, uma jovem migrante nos resumiu a forma como se organiza a migração em Aracatú, destacando a importância do papel agenciador dos *turmeiros*.

Primeiro sai um pessoal daqui pra lá, procurando um lugar pra gente trabalhar, sai um pessoal daqui, procurar fazenda pra gente ir. Aí encontra as fazendas, eles voltam, fretam os ônibus e a gente vamos [...] trabalha lá, três meses, dois meses e aí volta.

(Entrevista realizada com Lidiane, 18 anos, em abril de 2007, na escola estadual onde cursava o último ano do ensino médio).

Outra função ligada aos *turmeiros*, chamados ainda pela literatura de *gatos* ou *carregadores*⁸ de migrantes, é sua atuação como *agentes de crédito* a estes trabalhadores. Machado (1992) verificou no município de Andaraí, também no sertão baiano, que os *gatos* negociavam com as empresas de ônibus as passagens de ônibus para os migrantes, e que *conforme as condições negociadas entre eles, este crédito era pago depois que os migrantes chegassem e comessem a trabalhar nos locais de destino [...]* (MACHADO, 1992, p. 170). Em Aracatú o papel de agente de crédito dos *turmeiros* mostrou-se também fundamental na organização da *migração para o café*⁹. São eles que fretam os ônibus e decidem quem levar.

⁸ Este nome remonta aos tempos idos, quando os próprios *gatos*, eram quem transportavam os migrantes até os locais de trabalho temporário, transportes estes também conhecidos como *paus-de-arara*, porque os viajantes iam sentados em tábuas de madeira na carroceria do caminhão. Esta modalidade de transporte é ainda bastante utilizada no transporte da população do campo de Aracatú, referida localmente como *linha*.

⁹ Expressão local que se refere às atuais migrações temporárias para os cafezais paulistas e mineiros.

O pagamento é realizado num momento posterior ao da viagem, com o dinheiro do café. A seguir transcrevo um extrato da entrevista com um turmeiro que há décadas organiza trabalhadores para o trabalho fora de Aracatú.

Nos anos 70 [1970] aí veio uma crise pesada, mas daquelas que parou quase sem recurso, né. Eu fui a uma agência da Vera Cruz, que era uma empresa de ônibus, que eu sempre pensei no povo. Aí pedi pra ele um crédito de 45 dias pra mim trazer o pessoal pra São Paulo, porque não tinha jeito do pessoal ficar lá, e dinheiro não existia, não existia, não existia assim, pra nós pobre. Aí ele foi comigo até a empresa e nós conseguimos a viagem para 45 dias. Eu trouxe naquele tempo 150 pessoas pra aqui, pra região de Artur Nogueira. Aí uns foi colher laranja, outros foi colher algodão e tal, até que eu vim do derradeiro que veio, eu vim na derradeira lotação. Aí localizei esse povo tudo, que eu que tinha um pouco de conhecimento na área, localizei esse povo tudo na área, o povo trabalhou, o derradeiro dinheiro que recebi eu voltei e paguei a empresa total. E o povo foi beneficiado, venceu o ano nessa situação. Aí o povo, todo mundo retornou e tal, uma grande parte retornou, só ficou uma parte, uma pequena parte ficou por aqui, e esse que ficou por aqui deu continuidade, foi trabalhando, foi desenvolvendo. Até que alguns desenvolveu até bem, né. Bom, aí em torno dos anos de 75 [1975], aí veio outra fase pesada, que uma região lá perto, até no estado da Bahia, que chama Guanambi [região sudoeste da Bahia], aí eu fui pra lá, prosei lá com os fazendeiros tal, que sempre eu tinha o meu jeito de falar com a turma, prosei com os fazendeiros de Guanambi e comecei a levar de pouco gente, até que eu levei duzentas e poucas pessoas para a região [...]. Pra Guanambi, da minha terra pra Guanambi.
(Entrevista com Zé Mascate, 56 anos, Artur Nogueira, março de 2007).

Por fim, uma característica presente nas atuais *migrações para o café* - e central para a discussão que se pretende apresentar na seqüência - é a crescente (embora ainda parcial) formalização das relações de trabalho dos migrantes nos cafezais. O registro em carteira, na modalidade prevista em lei como trabalho agrícola temporário, assim como melhores condições de alojamento nas fazendas e o pagamento do ônibus por conta do fazendeiro patrão, dentre outras, são características que atuam como diferenciais no julgamento de um *turmeiro*. Os que conseguem melhores condições de trabalho para sua turma são vistos como melhores pelo conjunto dos migrantes e por suas famílias.

Paralelamente e permeando essas sucessivas etapas migratórias, existem os deslocamentos de aracatuenses para os médios e grandes centros urbanos da região sudeste brasileira, com intuito de nestes permanecer por um tempo maior que o de uma colheita de café. Argumento, contudo, que não se trata de duas modalidades de migração, mas de diferentes momentos que se mesclam e se sucedem nas trajetórias de vida de vários migrantes.

Zé Nilton, 36 anos é natural de Aracatú e atualmente mora no interior do estado de Minas Gerais. Seus pais e irmãos vivem em Aracatú onde trabalham com agricultura, sendo esta a ocupação que Zé Nilton tinha antes de migrar. Com dezoito anos veio pela primeira vez para o *sul*. Morou cerca de quatro anos na casa de um cunhado em Artur Nogueira, interior de

São Paulo mas depois voltou para a Bahia. Em Aracatú passou uma temporada de nove meses na fazenda dos pais, período em que *amigou*¹⁰ com Zélia, sua atual esposa. Mudou-se depois para a periferia de Campinas onde já viviam alguns parentes de Zélia. Em Campinas o casal seguiu trabalhando nos mais diversos – e desqualificados – empregos. Em 2006 estavam ambos desempregados em Campinas e por isso decidiram migrar para o município de Paraguaçu (sul de Minas Gerais) onde trabalharam durante os meses de maio a setembro na colheita de café¹¹, juntamente com muitos de seus conterrâneos. Retornaram novamente para Campinas no final da safra. No início de 2007 o casal e as filhas decidiram mudar-se para Paraguaçu para *tentarem ganhar a vida*. Zé Nilton atualmente trabalha como *turmeiro* agenciando pessoas, em sua maioria proveniente de sua terra natal, Aracatú, para o trabalho temporário de colheita nas lavouras de café nos arredores de Paraguaçu.

Maria, 36 anos, também natural de Aracatú, mora atualmente com o marido e seus três filhos em Artur Nogueira, município próximo a Campinas. Entretanto, em sua trajetória de vida mesclam-se sucessivas, e nem sempre lineares, rotas migratórias. Quando ainda solteira morava na fazenda Martim, dos avós, em Aracatú. Desde cedo, porém já acompanhava o pai pelos arredores trabalhando aqui e acolá como, por exemplo, nas colheitas de algodão no sul baiano. Depois de casada continuou a morar na fazenda Martim, mas já nessa época iniciou sua trajetória de migrações para lugares mais distantes, para São Paulo. Migrou para a safra do café em Pedregulho e para o corte da cana-de-acúcar¹² e colheitas de cebola, algodão, feijão e tomate no Guará, região de Ribeirão Preto, ambos no interior de São Paulo. Durante essas migrações temporárias seus filhos ficavam na fazenda em Aracatú, sob os cuidados dos avós maternos. Em 1997 Maria, Osvaldo e os três filhos mudaram-se para a periferia de Campinas onde já viviam quase todos os irmãos de Maria. Atualmente Osvaldo trabalha como operário numa indústria de colchões e ela é empregada doméstica em casa de família. No final de 2007 a família de Maria mudou-se para Artur Nogueira, mas o casal continua deslocando-se para trabalhar em Campinas, distante daquela 60 quilômetros¹³.

Diferentemente, embora partes de um mesmo processo migratório, configura-se a trajetória de Nanô, uma das tias de Maria. Ela e o marido Antonio, ambos naturais de Aracatú,

¹⁰ Termo utilizado pela própria interlocutora para dizer que a união conjugal que tem com seu marido não se deu no cartório de registro civil e nem tem valor de casamento para a lei civil brasileira.

¹¹ O tio de Zélia, Zé Mascate, um dos *turmeiros* (agenciador de trabalhadores) mais antigos de Aracatú, era quem estava organizando uma turma de trabalhadores para ir para o café em Paraguaçu. Sabendo que a sobrinha e o marido estavam desempregados, convidou-os para se juntarem aos outros trabalhadores que vinham da Bahia.

¹² O marido de Maria trabalhava com o corte da cana e ela com colheita de outros produtos.

¹³ Maria viaja todos os dias entre sua casa em Artur Nogueira e o trabalho em Campinas; já Osvaldo passa a semana numa casa alugada conjuntamente com outros colegas de trabalho e vai para sua casa em Artur Nogueira somente no final de semana.

moraram mais de uma década em Artur Nogueira, interior de São Paulo, trabalhando nas mais diversas funções, ligadas à agricultura ou não. No *sul* criaram seus dez filhos. Há cerca de três anos, o casal voltou para Aracatú e passou a morar e plantar numa pequena área da fazenda Martim. Contudo, depois do retorno para a fazenda, o casal passou a trabalhar parte do ano no *sul*. Em 2006 estiveram na região de Artur Nogueira, trabalhando com colheita de laranja, e em 2007 foram para a colheita de café em Minas Gerais e, na seqüência, para a de laranja no interior de São Paulo.

As trajetórias migratórias de Zé Nilton, Maria e Nanô apresentam-se como pequenas amostras de processos migratórios que mesclam diferentes modalidades de deslocamentos¹⁴, sejam migrações temporárias antes de uma moradia mais demorada no interior de São Paulo, como ocorreu com Maria; uma migração temporária seguida de uma moradia mais longa em Campinas, com uma posterior mudança para Minas Gerais, esta associada ao trabalho de *turmeiro*, como aparece na trajetória de Zé Nilton, ou ainda, migrações temporárias subseqüentes ao retorno para a fazenda no sertão baiano, como o ocorrido Nanô. São situações que por sua complexidade questionam uma metodologia de pesquisa, comum aos estudos migratórios, que trabalha com as categorias local de origem e local de destino dos migrantes. São categorias que talvez nos sejam úteis como referência analítica, de onde saiu e aonde chegou um migrante num dado momento de sua trajetória de vida, mas devemos ter cuidado em não naturalizar esse ou aquele lugar como a origem e o destino dos migrantes.

3. Aposentadoria rural: um oásis no sertão

A previdência social é o programa federal de transferência de renda com maior número de benefícios pagos¹⁵ e com o maior volume de recursos despendidos. Caracteriza-se, outrossim, pela não uniformidade dos tipos de benefícios pagos por região do país. Em uma abrangente pesquisa sobre a Previdência Rural brasileira, Delgado e Cardoso Jr. (2000) nos mostram que na região Sudeste os benefícios urbanos são em maior número (56,7% do total), porém é na região Nordeste onde se encontra o maior número de benefícios pagos pela

¹⁴ Trajetórias migratórias semelhantes às encontradas em Aracatú foram também observadas por Menezes (2002) em seu estudo com o deslocamento sazonal de *camponeses-trabalhadores migrantes* provenientes do agreste paraibano. Ao longo de suas trajetórias, as pessoas se envolvem em diferentes tipos de migração, ora para metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, ora para o trabalho temporário na safra da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana.

¹⁵ Em 2000 esse número beirava o patamar dos 19 milhões de benefícios (DELGADO e CARDOSO JR, 2000, p. 166).

Previdência Rural, para o ano de 1998 (45,5% do total). Entretanto, a história da previdência social, em especial, da previdência rural é bastante recente em nosso país.

A promulgação da Lei Elói Chaves em 1923, que regulamentou a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAP, foi o marco oficial da criação da previdência social no Brasil. Ao longo dos anos 30 e 40 as CAP's sofreram reestruturações, surgindo em seu lugar os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP. Estes institutos, por sua vez, davam cobertura previdenciária somente a grupos setoriais de trabalhadores formais (bancos, transportes, indústria etc).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1937 passou a prever que todos os trabalhadores brasileiros teriam direito à proteção previdenciária. Não obstante, assim como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT de 1943, as leis previdenciárias não foram estendidas aos trabalhadores rurais.

As décadas de 1940 e 1950 foram palco de muitas reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais, sendo as Ligas Camponesas (década de 1940) um marco na história da luta dos trabalhadores rurais. Em 1963 foi fundada a Confederação dos trabalhadores na agricultura – Contag, uma vitória importante na luta pelos direitos sociais dos homens e mulheres do campo. Também no mesmo ano foi promulgada a Lei 4214 – Estatuto do Trabalhador Rural, que previa a criação de um Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, porém com impacto pouco efetivo na estruturação de um sistema de proteção previdenciária a esses trabalhadores.

Durante o regime militar foram fundados o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL (Lei Complementar 11, de 1971, implementada a partir de 1972), tornando-se o primeiro programa previdenciário rural brasileiro. Caracterizavam-se por seu *cunho paternalista e centralizador*, visando

aumentar a dependência individual em relação ao Estado e, além disso, cooptar organizações tais como os Sindicatos dos Trabalhadores ou Empregadores rurais, transformando-os em intermediários de serviços sociais e desarmando-os enquanto entidades socialmente representativas, independentes de tutela pública e com algum papel reivindicatório ou crítico do estado ou do regime (DELGADO E CARDOSO JR, 2000, p. 191).

No bojo dos programas PRORURAL/FUNRURAL, durante o biênio 1974/1975, foi instituído o benefício da Renda Mensal Vitalícia aos trabalhadores rurais. Tratou-se de um programa de caráter universal, que por isso não exigia do trabalhador rural uma contribuição individual anterior para a obtenção do benefício, mas somente a comprovação de uma

situação de uma vida de trabalho no campo. Representou esse programa um rompimento com um padrão anterior, contributivo bismarckiano, que orientava a previdência social na América Latina no século XX, padrão este apoiado sobre três pilares básicos:

- (i) a um benefício deve corresponder uma contribuição;
 - (ii) essa contribuição deve ser tripartide;
 - (iii) o benefício resultante deve estar vinculado ao padrão de rendimentos progressivos do segurado.
- (DELGADO e CARDOSO JR., 2000, p. 195/196).

Foi, contudo, a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, e sua regulamentação posterior dada pelas Leis 8.212 e 8.213 de 1991 que assegurou o direito efetivo aos benefícios da Previdência Rural pelos homens e mulheres do campo que exercem suas atividades em regime de *economia familiar*¹⁶. Através desta legislação – em constante reformulação - os trabalhadores em regime de produção familiar foram denominados de *segurados especiais* e incluídos, com algumas especificidades, no regime de beneficiários da Previdência Social. Dentre as mudanças e especificidades destacam-se: (i) a redução da idade para a aposentadoria, de 65 para 60 anos no caso dos trabalhadores rurais e de 60 para 55 anos para as trabalhadoras rurais; (ii) as mulheres passaram a ter acesso ao benefício independentemente de serem ou não chefe de família, em igualdade de condições com o seu cônjuge; (iii) o piso de aposentadorias e pensões rurais foi igualado ao dos trabalhadores urbanos, passando de meio salário mínimo para um salário mínimo; (iv) a manutenção como na legislação anterior, da forma de contribuição sobre a produção comercializada, e não sobre a remuneração recebida, como é o caso dos trabalhadores urbanos.

Para o requerimento da aposentadoria rural por idade há ainda diferença se os trabalhadores moram no campo, ou se moravam no campo e no momento do requerimento se mudaram para a cidade. No primeiro caso, além da idade, o requerente precisa comprovar que

¹⁶ Constituição Federal de 1998 - Art. 195, § 8º – O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Art. 12: São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: VII - como *segurado especial*: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo. (*O garimpeiro está excluído por força da Lei nº 8.398, de 7.1.92, que alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212 de 24.7.91*). (Redação dada pela Lei nº 8.398, de 7.1.92).

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

exerce uma atividade rural, o que pode ser feito através de uma escritura da terra ou de um contrato de arrendamento, comodato ou parceria. Também as notas fiscais de venda de produtos rurais são úteis, assim como o cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ou uma declaração sindical. No caso dos trabalhadores rurais que se mudaram para a cidade a situação muda, sendo necessário que para se aposentar, que contribuam junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) por pelo menos por 15 anos, uma vez que com a mudança para a cidade perdem o direito à aposentadoria rural, passando a enquadrarem-se como trabalhadores urbanos.

Mesmo considerando as regras a que se sujeitam os homens e mulheres do campo brasileiro para o recebimento da aposentadoria rural, o importante a destacar é que a inclusão dos trabalhadores em regime de produção familiar ao regime único da Previdência Social levou a um aumento significativo no número de benefícios previdenciários concedidos aos idosos no meio rural brasileiro, trazendo importantes e positivas mudanças à sua família e ao seu local de moradia. A renda advinda da aposentadoria e das pensões rurais torna-se uma fonte de recursos importante - quiçá em muitas ocasiões a única - à manutenção e reprodução de muitas famílias rurais, bem como, um incremento significativo na economia local de muitos municípios pobres do interior do país (DELGADO e CARDOSO JR, 2000, BRUMER, 2002). Nesse processo, o idoso deixa de pertencer a uma desprestigiada categoria dos velhos, ingressando no valorizado papel de aposentado.

Maiores ainda foram as mudanças trazidas para as mulheres rurais. Durante a vigência do regime assistencial do PRORURAL/ FUNRURAL a aposentadoria era concedida somente ao chefe da família rural, que na grande maioria dos casos era o homem. O papel da mulher rural era cunhado, pela lei e pelo costume, como uma *ajuda* ao trabalho de seu marido, e por isso não tinham elas direito ao benefício da aposentadoria (BRUMER, 2002, NOGUEIRA, 2004). Delgado e Cardoso Jr. (2000) mostram que na região Nordeste brasileira, a maior parte dos beneficiários é do sexo feminino (63,7% do total) e que esta proporção maior de mulheres liga-se à maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens, seja no campo ou na cidade.

A partir da Constituição de 1988, em Aracatú, assim como em muitos outros municípios pobres do interior do Brasil, o papel social do idoso ganhou uma nova e valorizada roupagem, a de aposentado. A aposentadoria passou a ser uma importante fonte de renda e um diferencial entre as famílias do local, no sentido de uma melhoria no seu *bem-*

*estar domiciliar*¹⁷. O acesso a bens de consumo duráveis como a televisão a cores, a antena parabólica ou a geladeira tornou-se possível, em muitos domicílios rurais, com o aumento da renda das famílias por meio das aposentadorias e pensões rurais.

A energia elétrica chegou em algumas localidades rurais de Aracatú somente em abril de 2007. Foi nessa época que estive pela primeira vez nas fazendas Martim e Baixa Escura, onde isso se deu. A geladeira, seguida pela televisão a cores¹⁸ e a antena parabólica, eram os bens de consumo que mais se via pelas empoeiradas estradas de terra entre o centro urbano e essas fazendas. Por ser um período do ano que antecede às migrações temporárias para o café, e por isso quando ainda não havia recursos financeiros oriundos do trabalho dos migrantes, a principal fonte de renda para a aquisição da geladeira era mesmo a aposentadoria. Notava-se, inclusive, uma cobrança entre os moradores das redondezas no sentido de que nas casas onde havia um ou mais aposentados deveria necessariamente haver geladeira. Em geral eram nessas casas, as mais providas de recursos financeiros, nas quais primeiro chegaram as geladeiras. Alguns meses mais tarde também chegaram nas casas dos mais jovens a geladeira e a televisão a cores, porém somente depois que seus moradores retornaram da migração trazendo o dinheiro ganho na colheita do café.

A aposentadoria rural é invocada pelos *camponeses-trabalhadores migrantes* de Aracatú, como a única alternativa econômica à migração temporária anual, ou ainda, como condição para o retorno, para as terras da família no sertão, por aqueles migrantes estabelecidos há mais tempo nos médios e grandes centros urbanos do *sul* do país.

Maria e família vivem no interior de São Paulo há cerca de dez anos. Primeiro moraram na periferia de Campinas e agora mudaram para o município vizinho de Artur Nogueira, onde conseguiram melhores condições de moradia. Ao ser questionada sobre fazer planos para voltar a viver na fazenda da família em Aracatú, ela respondeu que somente voltaria se ela ou o marido lá conseguissem um emprego, o que entende pouco provável dadas a atual conjuntura econômica e política da região. Na seqüência perguntei se voltaria para a Bahia depois da aposentadoria, e assim ela explicou:

aí depois de aposentar é diferente, aí pode ser, aí eu vou, pode ser que eu vou. Aí pode ser que daqui até lá meus filho já esteja tudo casado também, aproveita, tem a ajuda deles. É que tem muita gente que mora aqui [no *sul*], que morava aqui, minha tia mesmo, tia Nanô, ela morava aqui e há pouco ela foi embora aposentar.

¹⁷ Outra importante fonte de recursos utilizada para a compra de bens de consumo nos domicílios rurais de Aracatú é a renda auferida nas migrações temporárias.

¹⁸ Antes da chegada da energia elétrica já havia televisão no local. Eram televisões que funcionavam com a energia de bateria de carro e por isso somente com transmissão em preto-e-branco.

(Entrevista realizada em Campinas com Maria, 35 anos, empregada doméstica, em abril de 2007).

Nanô e Antônio, os já mencionados tios de Maria, moraram parte de suas vidas em Artur Nogueira, onde também vivem outros parentes e conhecidos de Aracatú. Há cerca de três anos retornaram *para se aposentar* na fazenda da família em Aracatú. Atualmente Nanô e Antônio alternam a vida entre os espaços da fazenda onde têm casa e roça e o *sul* onde migram para colher café e laranja, durante os meses de maio a setembro.

4. Aposentadoria rural *versus* direitos trabalhistas

Dentre as mudanças verificadas ao longo do tempo na migração dos aracatuenses, cabe destacar a crescente formalização dos contratos de trabalho desses trabalhadores, em especial, o que se refere à assinatura da carteira de trabalho na modalidade trabalho temporário. Não se trata de um direito trabalhista a que se beneficiam todos os migrantes aracatuenses, quiçá a maioria, porém, é um direito que já se insere dentre as perspectivas dos mesmos.

Na arregimentação de um posto de trabalho em uma fazenda cafeeira, o fato do contrato de trabalho ser registrado é um diferencial valorizado. O prestígio de um *turmeiro* perante os migrantes que ele carrega depende em certa medida da capacidade deste em conseguir melhores e maiores direitos trabalhistas para a turma nas fazendas: melhores alojamentos (com beliches, colchões, banheiros e cozinha), transporte gratuito da Bahia até a fazenda no *sul*, folga semanal e nos feriados, e, principalmente, o registro do contrato de trabalho.

Não obstante, o contrato de trabalho temporário e registrado é representado¹⁹ por alguns dos aracatuenses mais idosos como um entrave à obtenção da aposentadoria rural, uma vez que coloca em discussão um dos requisitos exigidos para tanto, qual seja, ter vivido e trabalhado na própria fazenda durante um período mínimo de tempo.

Os tempos de outrora foram descritos como mais vantajosos à migração, tanto pelo maior volume de trabalho que encontravam como pelas facilidades da contratação, que não esbarrava em nenhuma exigência legal-trabalhista que poderia prejudicar o dono das fazendas, como afirmam acontecer hoje. Ao falar sobre as diferenças entre a época que migrava (anos 1960 até 1980) e hoje, um pequeno proprietário da zona rural de Aracatú chega a afirmar que as leis trabalhistas de hoje trazem prejuízo ao povo de sua região.

¹⁹ Embora essa representação negativa tenha sido levantada por meus interlocutores mais velhos, ela também ecoa nas falas dos mais novos, no sentido de corroborarem o que os mais velhos pensam sobre o assunto.

Zé de Zora: Só que naquele tempo existia uma dificuldade melhor do que hoje, porque naquele tempo num existia a lei, e você chega numa casa, morar seis meses e querer ser dono, e naquele tempo não, a gente, nós saía daqui em 15, 20 pessoas pra São Paulo, chegava lá entrava na fazenda lá que a gente era acostumado, a gente chegava e já tinha confiança de entrar pra dentro das casas. Ia atrás do fazendeiro, o fazendeiro vinha, era botar a gente num trator, mesmo ele num tendo serviço, a gente morava lá e podia trabalhar pra outra pessoa. Aí colocava a gente no carro, já fornecia a compra pra gente, pra família aqui na Bahia, já fornecia dinheiro. E essa lei que hoje entrou de você vê, o povo fala que melhorou, mas pras famílias arruinou, eu acho que arruinou.

Verena: Naquela época também não assinava carteira?

Zé de Zora: Não, num assinava carteira, e num tinha essa lei de entrar e num querer sair. Tem um rapaz que acha que foi bom, mas pra mim não, eu acho que não. Porque hoje está faltando serviço, e você não pode botar pra morar na sua fazenda, na sua casa, que se entrar hoje amanhã num quer sair. E eu acho que no lugar de melhorar, piorou. Esse povo que tá trabalhando no café aí, que está trabalhando no café, são tudo registrado.

[...]porque o povo tá saindo por obrigação, num é porque qué. É uma lei que vai prejudicar muita gente mais tarde, que ta todo mundo trabaiano no café registrado, e quando chegar a hora de aposentar, aí vai ficar um negócio complicado.

(Entrevista com Zé de Zora, 56 anos, realizada na fazenda Martim, em abril de 2007).

O prejuízo central trazido pelas *leis* é o conflito entre o trabalho registrado e a aposentadoria do trabalhador rural. Na legislação aparecem como dois direitos a que fazem *jus os camponeses-trabalhadores migrantes*. Na prática, entretanto, aparecem como direitos excludentes. O registro na carteira de trabalho numa função diferente da de trabalhador rural²⁰, ou ainda, o registro como trabalhador rural em local diverso do de sua fazenda, como nos cafezais do *sul*, é explicado e propagado como um empecilho à obtenção da aposentadoria rural na modalidade *aposentadoria por idade*.

A aposentadoria rural por idade, na modalidade de *segurado especial* caracteriza-se por ser de acesso universal aos idosos e inválidos, de ambos os sexos do setor rural, não se exigindo contribuição individual anterior para a obtenção do benefício²¹. O financiamento da Previdência neste caso não é feito como no setor urbano, através da contribuição sobre os

²⁰ Um exemplo disso é caso de uma trabalhadora rural que perto de completar a idade para se aposentar, conseguiu um emprego registrado de merendeira na escola municipal rural que fica localizada em sua fazenda. Quando a mesma esteve no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracatú para iniciar seu processo de aposentadoria por idade, foi informada que o seu emprego de merendeira atapalharia a obtenção de sua aposentadoria rural junto à Previdência Social (INSS). Diante disso, a mulher requereu junto à Prefeitura que seu contrato de trabalho de merendeira passasse a ser informal, ou seja, que seu nome desaparecesse da relação de funcionários da Prefeitura, e ela passasse a não mais receber seu salário em folha, mas por depósito em conta, e assim foi feito.

²¹ O acesso à aposentadoria rural por idade sem necessidade de contribuição é uma etapa transitória da política previdenciária brasileira, com fim previsto em lei inicialmente em 25 de julho de 2006, tendo sido prorrogada recentemente pelo Senado Federal até 30 de junho de 2009. Quando acabar esse período transitório, o trabalhador rural deverá provar, para fins de aposentadoria, que contribuiu ao longo de pelo menos 15 anos.

salários ou rendas recebidas, mas pela contribuição de 2,3% sobre a comercialização da produção, esta a cargo do comprador e não do produtor agrícola.

Para requerer a aposentadoria como *segurados especial* o trabalhador e a trabalhadora rural devem provar, além da idade, 60 e 55 anos respectivamente, que tiveram uma vida associada ao trabalho rural. Para provar tal situação a lei enumera diversos expedientes, tais como, escritura do imóvel rural, contratos de arrendamento, meação ou parceria rural, notas de venda de produção, declarações dos Sindicatos Rurais.

No caso dos *camponeses trabalhadores-migrantes* de Aracatú o conflito levantado gira em torno do tempo de trabalho formal (com registro em carteira e recolhimento individual para a Previdência Social) realizado alhures nas colheitas de café, e o tempo que é necessário provar como trabalhadores rurais em suas fazendas, na condição de *segurado especial*. Alega-se que o tempo de trabalho fora é descontado no tempo de trabalho rural nas terras próprias, período considerado como prova de tempo de trabalho para fins de aposentadoria rural.

5. À guisa de conclusão

Os direitos sociais dos homens e mulheres rurais são frutos de longas e árduas lutas. São pleitos que uma vez elevados à categoria de leis, tornaram-se abstratos, passando a regular as mais diversas situações e os mais heterogêneos grupos sociais. Em outras palavras, quando um direito social (um direito trabalhista ou um direito previdenciário, dentre outros) é editado em forma de lei, passa a reger não somente um caso concreto mas uma heterogeneidade de situações; ganha a universalidade que lhe é própria.

Não obstante, as leis não existem para vagar, mas para ordenar os mais diversos casos concretos. Ao voltar-se para os casos particulares, para as mais diversas situações e pessoas de carne-e-osso, a lei adquire de novo toda a complexidade que lhe fora retirada no momento de sua edição.

Nessa comunicação o que se pretendeu a partir da análise de um caso concreto onde estão em jogo direitos sociais, a formalização do contrato de trabalho dos migrantes do café e o benefício da aposentadoria rural, foi trazer uma reflexão sobre a difícil e complexa relação entre as leis abstratas e universais e o mundo social concreto.

Por fim, não é pretensão deste texto sentenciar se o conflito levantado pelos meus interlocutores procede ou não diante da lei previdenciária, uma vez que nem mesmo os tribunais têm um veredicto fechado, mas somente demandas em julgamento. O importante a

reter nesse momento, para efeito de análise, é tão-somente o conflito levantado e a importância deste para a apreensão das relações sociais de homens e mulheres do campo brasileiro.

6. Referências

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, janeiro-junho de 2002 (Dossiê Saúde e Gerações).

DELGADO, Guilherme, CARDOSO JR. , José Celso. **A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural no anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000** - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MACHADO, Eduardo. **Trajetórias da migração rural da Bahia**. 1992. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Unicamp, Campinas, SP.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **A “venda nova das imigrantes”**: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.

SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino...: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG)**. 2005. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**ENTRE O TRABALHAR E “DAR TRABALHO”: AS FORMAS DE RESISTÊNCIA
DOS MIGRANTES PARAIBANOS NOS CANAVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Marcelo Saturnino da Silva¹
Marilda A. Menezes²

Resumo

Neste texto, pretendemos abordar, como os migrantes paraibanos que são cortadores de cana-de-açúcar nos canaviais do Estado de São Paulo constroem formas de resistência às as condições de exploração utilizadas pelas usinas de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. Buscaremos compreender as brechas de resistência através da narrativa dos arregimentadores quando expressam que os trabalhadores migrantes “dão trabalho” ou “dão problema” e das narrativas dos migrantes sobre as normas da usina, especificamente, aquelas relativas ao corte de cana. Buscando ler estas falas pelo avesso, propomos uma inversão de sinais que torne possível considerar o “dar problema” ou a não aceitação automática das regras de organização do trabalho como formas de resistência. Estamos aqui nos fundamentando na concepção de ‘resistência cotidiana’ proposta por James Scott (1985, 1990, 2002) e Menezes (2002), para compreender as práticas sociais que são difusas, fragmentadas, não públicas, diferentemente das ações coletivas e institucionais, por exemplo, mediadas pelos sindicatos ou movimentos sociais. Esperamos, assim, contribuir para compreender que esses trabalhadores não se reduzem a um lugar de passividade, conformismo, imobilismo frente ao sistema de exploração em que estão envolvidos, mas são sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de seus campos de possibilidades.

Palavras Chaves: Migrantes sazonais, Cortadores de cana, Formas de Resistência, Etanol

A crescente demanda por etanol brasileiro tem propiciado uma expansão considerável do agronegócio, especificamente, do setor canavieiro. Expande-se também, nos círculos acadêmicos uma literatura que visa abordar as conseqüências do aumento da plantação de cana-de-açúcar e, assim, chamar a atenção para o alto preço do “progresso”, representado na destruição ambiental; na alta de preços de alimentos com o conseqüente aumento da fome e, ainda, no aumento das migrações. Nos estudos sobre este último aspecto – o aumento das migrações – tem sido focalizada, de maneira bastante ampla, a questão dos trabalhadores do setor canavieiro, especificamente, dos cortadores de cana-de-açúcar. Os trabalhos abordam, sobretudo, a alta exploração a que são expostos esse tipo de trabalhador.

Conforme especificado por Silva (1999)

¹ Doutorando - PPGCS/UFCG. marcelo_saturnino@yahoo.com.br.

² Professora, PPGS/UFCG. menezesmarilda@gmail.com.

O ato de cortar cana resume-se à seqüência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar um certo quantum de cana, diariamente, que é determinado pela usina. Ademais, exige-se um corte de boa qualidade, alguns centímetros acima do chão para facilitar uma excelente rebrotação, o aparar as pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de forma combinada. Corta-se, formando vários montes. No final da rua, volta-se e se aparam as pontas. Reinicia-se o processo nas outras cinco ruas, até acabar o talhão (p. 201).

Mesmo considerando a mecanização em curso no setor, estudiosos têm chamado a atenção para o fato de que as novas tecnologias não têm representado uma diminuição da penosidade, insalubridade e periculosidade do trabalho, mas exatamente o contrário. Nas palavras de Scopinho (2000),

a introdução da colhedeira mecânica no corte da cana-de-açúcar não diminui as cargas de trabalho do tipo físico, químico e mecânico existentes no ambiente de trabalho e ainda acentua a presença de elementos que configuram as cargas do tipo fisiológico e psíquico, porque intensificam o ritmo de trabalho. Por exemplo, as jornadas de trabalho dos operadores de máquinas agrícolas variam de 12 até 24 horas, durante a safra. O trabalho no corte mecanizado da cana é organizado em turnos de 8 ou 12 horas e, na época do revezamento, a jornada estende-se até 24 horas de trabalho, com pequenas pausas para descanso e para fazer as refeições no próprio local de trabalho (p. 97).

No livro I do Capital, ao escrever sobre a luta entre o trabalhador e a máquina, Marx deixava transparecer sua visão dialética sobre a tecnologia ao sugerir que o problema não estava nos instrumentos, *nos meios materiais de produção*, mas *na forma social em que são explorados* (Marx, 2006 p. 489). Nesta perspectiva a tecnologia aparece *em si* como instrumento neutro. Assim pensada, a inserção de novas tecnologias no setor canavieiro potencialmente representa a possibilidade de um menor grau de exploração da força de trabalho, no entanto, conforme atestam as citações acima, esta possibilidade não se realizou, e isto simplesmente porque, como sugere Marx, no Capitalismo a tecnologia se encontra à serviço do Capital representando, conseqüentemente um maior grau de exploração da força de trabalho. Com efeito, anota o citado autor: *ao expandir-se a aplicação da maquinaria e ao acumular-se a experiência de uma classe especial de trabalhadores a ela ajustados, aumenta naturalmente a velocidade do trabalho e, em conseqüência, sua intensidade.* (Marx, 2006 p. 467).

Estamos, pois, diante de um processo de trabalho marcado pela alta exploração dos trabalhadores cuja eficácia demanda a elaboração de sutis mecanismos de controle por parte das usinas no sentido de garantir um corpo que seja, concomitantemente, dócil e útil ou, em outras palavras, adestrado de tal maneira que execute o mínimo gesto com o máximo de

eficiência e eficácia, e seja, ao mesmo tempo, um corpo “educado”, isto é, obediente, controlado, resignado diante de toda e qualquer exploração.

Silva (2007), inspira-se nos ensinamentos de Norbert Elias (1990), para interpretar as condições de exploração e sofrimento dos cortadores de cana:

Essa realidade também pode ser interpretada à luz dos ensinamentos de Elias (1990), sociólogo alemão, segundo o qual o processo civilizatório ocorre por meio da autodisciplina, ou seja, a internalização dos valores e padrões de comportamento vão, ao longo da vida, moldando a personalidade dos indivíduos, de tal forma que mesmo a violência passa a ser internalizada como algo natural (p.76).

Os mecanismos de controle começam a se fazer presente já no momento da classificação e seleção dos corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e dos que não podem cortar cana-de-açúcar. Neste sentido ganha relevo a estratégia das usinas que cada vez mais têm se utilizado de arregimentadores locais que realizam uma espécie de “primeira triagem” dos trabalhadores. São os antigos “gatos” de que fala Silva (1999), que a eles se refere como “agenciadores de mão de obra”, cuja função situa-se tanto nos locais de saída, onde arregimentam os futuros cortadores de cana, providenciam o transporte – o ônibus -, e organizam a saída; quanto nos locais de destino, onde, na qualidade de “chefes de equipes” fazem a mediação entre membros da turma e os turmeiros, fiscais, empreiteiros, sendo, portanto, responsáveis pela turma que levam de seus locais de origem.

Tais arregimentadores são antigos cortadores de cana-de-açúcar, e, portanto, são conhecedores do ofício, que conquistaram a confiança de fiscais e de outros funcionários da Usina. Em pesquisa sobre os arregimentadores que levam trabalhadores da Região Agreste para a Zona da Mata Pernambucana, um dos gerentes da Usina São José nos relatou: “o arregimentador faz a ligação entre capital e trabalho” (Menezes, 2002: 129)³. Para os migrantes eles são apenas mais um fiscal, eles mesmos, no entanto, se intitulam como informantes, cuja função é a cada ano arregimentar os futuros trabalhadores, organizar a viagem dos mesmos e, uma vez no local de destino, zelar pelo bom comportamento e desempenho dos trabalhadores. Sua função envolve ainda o cuidado com os trabalhadores sobre sua custódia, como um deles nos afirmou durante entrevista coletiva:

Eu já estou responsável pela turma, desde aqui. Para ver serviço em roça, ver em casa, ver tudo, parte do alojamento. Se adoecer uma pessoa meia noite, eu tenho a obrigação de ir com ele para o hospital. (Raimundo, arregimentador, São José de Piranhas, PB).

³ Para uma análise mais desenvolvida sobre arregimentadores ver Menezes, 2002, Cap.4, p.125-144.

É mediante os arregimentadores que o trabalhador estabelece o primeiro contato com a usina, por isso, ser arregimentador implica em conhecer bem tanto o pessoal da usina com suas demandas, quanto o pessoal do lugar de origem, foi o que nos informou o senhor Valdaberto (42 anos, arregimentador, Cajazeiras.PB):

Porque eu já tenho bastante ano que ando pra lá, tenho muitos conhecimentos com o pessoal de lá e com os daqui... Eu tenho mais responsabilidade de ir atrás dessa pessoa, né? Que ele não vai mandar qualquer um ir atrás dessa pessoa, porque chega lá, você vai aí, só arrumando quem quer que seja ai....

Assim é que a função de formar as turmas para cada safra, esconde uma outra: selecionar os candidatos a partir do perfil desenhado pela usina, como especifica Valdaberto:

Porque, vamos supor: prá não procurar gente que não tem qualidade de trabalhar, tá entendendo? Porque fica dando problemas, lá... Eu já pego a pessoa que, assim, que tem mais conhecimento, que dá menos trabalho... Meu trabalho foi este, ano passado [2007]...

O que é confirmado também por Benedito (34 anos, arregimentador, Tavares. PB):

Marcelo: você levou turma este ano?

Benedito: Eu levei dez pessoas...

Marcelo: E como é que faz pra levar turma, qualquer pessoa pode levar?

Benedito: Não, primeiro você tem que ter conhecimento com o fornecedor lá e saber quem é as pessoas que trabalham aqui também, pessoas que a pessoa leve e não dê trabalho lá, pessoas direitas, honestas, trabalhadoras...

Ou seja, eles são chamados a informar e buscar, nos locais de origem, futuros trabalhadores para as usinas, de preferência pessoas que trabalhem e não dêem trabalho. Não esqueçamos que muitos daqueles que vão cortar cana-de-açúcar provém do meio rural ou pequenos municípios, onde predomina o interconhecimento, ou seja, onde todos “conhecem” todos. Desta forma, ao utilizar-se do olhar e do conhecimento nativo dos arregimentadores as usinas garantem uma maior precisão nas escolhas de seus trabalhadores e, assim, reduzem os problemas e tensões durante a safra.

Este é o perfil do bom cortador de cana-de-açúcar que emerge nos relatos dos arregimentadores: um indivíduo que trabalhe, isto é, se esforce, pegue no pesado, seja produtivo⁴ e, ao mesmo tempo, não dê trabalho, expressão cujo sentido equivale a não causar

⁴ Não esqueçamos que trabalhar é, também, sinônimo de produzir e, sob a égide do capitalismo, produzir significa produzir mais-valia, portanto, encerra a noção de produtividade; ser trabalhador, portanto é ser produtivo.

problemas tanto para o arregimentador quanto para os outros funcionários da usina. Não dar trabalho equivale a seguir o padrão da usina, ou seja, *you do it all day long*, como nos informou o senhor Raimundo (São José de Piranhas, PB; arregimentador local). Os que dão trabalho são conhecidos como “nó cego”, a referência é a um nó difícil de desatar e, portanto, trabalhoso. Ser um trabalhador “nó cego” é atitude difícil de se prever antecipadamente, ou seja, no processo de seleção, e, às vezes, pode se revelar durante o próprio processo de trabalho. Nas palavras de Damião (São José de Piranhas, PB; arregimentador local): *Aqui tem tanto cara que é bonzinho, quando chega lá, vira o cabra nó cego.*

Sugerimos que as várias formas de se virar *nó cego*, quando vistas do ângulo dos cortadores de cana-de-açúcar, referem-se, sobretudo, as várias formas de resistência cotidiana que revelam, assim, a luta cotidiana travada entre os trabalhadores e a usinas. Conforme Scott (2002), entendemos as formas cotidianas de resistência enquanto “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (p. 11). Elas referem-se, portanto, continua o citado autor, “as armas dos grupos relativamente sem poder: fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (p. 12). Ainda para Scott tais formas por ele denominadas de “formas brechtianas de luta de classe” revelam as seguintes características: “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representa uma espécie de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (p. 12). Mais adiante o autor fala ainda de “resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” (p. 12). Comentando as reflexões de Scott, Menezes (2002a) chama a atenção para o fato de que “mesmo quando conduzidas a nível individual, elas [as formas cotidianas de resistência] podem se expressar de forma persistente e recorrente entre um número expressivo de trabalhadores e, assim, influenciar as relações de trabalho” (Menezes, 2002 p. 198).

De acordo com relatos de arregimentadores paraibanos são muitas as *situações trabalhosas*, isto é, situações nas quais os migrantes aparecem como dando trabalho, virando *nóis cegos*. Portanto, o exercício que faremos aqui será no sentido de ler, pelo avesso, a fala dos arregimentadores. Tal leitura implica numa inversão de sinais de modo a fazer com que tais relatos revelem aquilo mesmo que o discurso oculta, encobre, invisibiliza. Captar as formas de resistência cotidianas nas quais os trabalhadores migrantes cortadores de cana-de-açúcar se envolvem significa reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima no

qual geralmente são colocados para o lugar de sujeitos de sua história, uma historia que se faz não como se quer, mas a partir de suas possibilidades concretas e objetivas. O que implica em afirmar que eles não são simplesmente vítimas, que eles também reagem com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem “fabricadas” com o material mesmo de seu cotidiano, muito embora, seja preciso, igualmente questionar, os limites dessas formas de resistência cotidiana.

Dentre as situações consideradas *trabalhosas* pelos arregimentadores e fiscais, merece destaque aquelas relacionados ao *sistema de trabalho*⁵, ou seja, aos conflitos entre a maneira **correta** de executar o trabalho, isto é, aquela ditada pela Usina e a maneira pela qual os migrantes o executam.. As queixas aqui se referem principalmente a *tocos baixos, ponteiros mal feitos e montes mal formados*.

Quando se fala em serviço bem feito, a ênfase é no acabamento das tarefas. O ideal é que o facão seja batido “o mais rente possível ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto” (SENAR, 2005:50), isto porque, quanto maior o toco, maior a perda para a usina, pois é no pé da cana que está contido o maior teor de sacarose. Um outro cuidado é com o ponteiro, o qual deve ser feito no final do palmito. Desponte feito abaixo do palmito acarreta a perda da cana agregada no ponteiro, o que representa, também, perda para a usina.

Estas informações nos são confirmadas por José Félix (34 anos) e José João da Silva (34 anos), ambos migrantes, cortadores de cana-de-açúcar e residentes no município Paraibano de Imbiara, os quais, durante entrevista realizada no dia dezessete (17) de setembro de 2007, no município de Engenheiro Coelho – SP, ressaltaram a importância do *trabalho bem feito*, que, segundo eles, envolve alguns cuidados, como por exemplo: (a) sempre cortar o toco baixo; (b) fazer a *lera (local onde a cana cortada é amontoada)* limpa, para quando a máquina vir não levar sujeira para usina; (c) não picar muito a cana, cana curta é prejuízo (se a cana for curta demais, costuma cair no caminho provocando perdas para a usina); (d) limpar bem a cana, quando a mesma é cortada na palha visando tirar pelo menos 50% da palha; (e) e obediência aos fiscais.

Ainda de acordo com os informantes acima especificados, a não obediência aos fiscais pode acarretar punição que varia desde a advertência, passando pelo *gancho*, isto é, suspensões, até demissões, que costumam vir após três advertências. Tal informação é confirmada por outro informante, o Rosinaldo (Arregimentador, Tavares.PB) que nos explica:

⁵ A expressão é dos próprios arregimentadores.

Se não fizer o trabalho bem feito ele vai te mandar ajeitar o trabalho. Daí você diz “Ah, mas meu serviço tá bem feito”. “Rapaz, lá tem toco alto, tem ponteiro mal batido”. Daí você se recusa e o que eles vão fazer com você? eles vão lhe punir. “Marcelo, você não quer ir não, não? Então vem aqui assinar uma advertência”. Primeiro vai de advertência, você assina a advertência e se você se recusar a assinar aquela advertência, eles vão te dar gancho, entendeu. Durante aquela advertência, se você pegar três advertências, na quarta já é três dias de gancho, três dias de gancho é pra você ficar em casa, você não vai ganhar nada, você perde, você não vai ganhar hora de ônibus, você não vai ganhar remunerado, você não vai ganhar, inclusive nada, você só vai sujar seu nome. Dali pra frente, o fiscal vai ficar pegando no seu pé, porque você fez o serviço errado a primeira vez, então eles vão pensar que você vai fazer o serviço errado, direto. Então, você tem que trabalhar o melhor possível, que é para ninguém pegar no seu pé...

Podemos perceber na fala dos informantes acima transcritas que *serviço bem feito* está relacionado à busca de extração de mais trabalho, por parte das empresas, isto é, de um trabalho não pago e que, por sua vez, se traduz em maiores lucros para o capital. Assim é que, por exemplo, em muitas usinas o cortador de cana-de-açúcar é obrigado a, após cortar a cana, ajunta-la num monte, facilitando, dessa forma, a ação das carregadoras, isto é, das máquinas que recolhem a cana cortada. Para fazer os montes, o trabalhador tem que parar sua atividade específica (cortar cana), o que representa um prejuízo em sua produtividade, já que o tempo em que ele passa fazendo os “montes” não é um tempo contabilizado, se constituindo para ele como “tempo perdido”.

Como resistem os trabalhadores? Podemos captar a partir das falas dos arregimentadores e mesmo dos cortadores de cana-de-açúcar, quando lidas pelo avesso, duas principais formas de resistência dos cortadores de cana-de-açúcar no cotidiano do eito. A primeira refere-se ao envolvimento desses trabalhadores o que se, por um lado, os torna cúmplice da opressão, por outro lado, “representa uma forma de adaptação menos traumatizante ao trabalho; a melhor defesa contra a negação de si mesmo representada por um universo de trabalho concebido para desumanizar” (Linhart, 2007 p. 47). São muitos os casos de bons trabalhadores, e não raramente os próprios arregimentadores se apresentam e são apresentados como tendo encarnado este perfil [bom trabalhador]. Este envolvimento tem também outras razões, pois pode implicar em ganhos, imediatos ou não, que se pode tirar dessa situação: ser bem quisto aos olhos da gerência, com os conseqüentes elogios e retorno em termo de auto-imagem que o trabalhador faz de si, mas, também, em termos da possibilidade de se conquistar outros favores: uma promoção, garantir a vaga na empresa para o próximo ano [se autoemancipando com relação ao arregimentador local].

Uma outra forma de resistência no cotidiano do eito é constituída por pequenos gestos de sabotagens sutis, de ignorância fingida. Consiste em não fazer o serviço bem feito, utilizando-se de artimanhas como “esconder” o toco mal feito, o monte mal arrumado. No filme-documentário “Quadra Fechada”, dirigido por Beto Novaes há uma cena em que um dos trabalhadores-protagonistas está mostrando como fazer um movimento com um facão que seja menos desgastante para a coluna. Ao mostrar o movimento ele diz: “faz assim [movimento] e o toco já fica baixo...Tem vez que o toco fica alto, aí você faz assim [movimento] e eles nem notam que o toco tá alto... (risos)”. Durante a apresentação do referido documentário para uma audiência formada em sua grande parte por migrantes cortadores de cana-de-açúcar do município de Tavares. PB, no momento da cena referida acima, alguns migrantes que assistiam manifestaram seu protesto: “Eles [os protagonistas] estão entregando o ouro”, exclamou um dos presentes.

Durante nossa viagem de campo ao interior do Estado de São Paulo, em visita a um alojamento do grupo COSAN, enquanto conversávamos com os trabalhadores sobre serviço “bem feito”, um dos administradores da usina que nos acompanhara até o citado alojamento abaixou-se e começou a participar da conversa. Discorreu então sobre a importância do serviço bem feito, de não deixar toco alto, de empilhar a cana direito, não deixar sujeiras etc., fez cálculo de quanto a usina perdia com as práticas mal feitas. Esforçava-se para representar o papel de um funcionário que dá informações, embora durante todo o tempo representasse apenas o seu papel de administrador, instruindo seus trabalhadores e sensibilizando-os a fim de fazê-los “vestir a camisa”. Sua participação era constantemente intercalada por frases de efeito, tipo “Se a usina perde, o trabalhador perde. Se o trabalhador faz o serviço bem feito é ele quem ganha”. Ficava claro nas entrelinhas da situação que “serviço mal feito” é uma constante no dia-a-dia da usina, constituindo-se enquanto terreno de luta entre Capital e Trabalho. É importante ressaltar que o tempo em que o trabalhador gasta no acabamento das tarefas é um tempo perdido para ele, já que o que conta, em termos de salário percebido, é a quantidade de cana cortada.

Um outro tipo de *trabalho* que os migrantes costumam dar às usinas refere-se baixa produção no dia e absenteísmo. A primeira forma aparece na fala dos arregimentadores como *fazer corpo mole* e é própria dos *cabras que dão nó*, isto é, daqueles que chegam no trabalho, aí cortam corta dois, três metros de cana aí se deitam e pronto, não fazem mais nada...Param, não trabalham direito” (Benedito, 34 anos, arregimentador. Tavares.PB). A segunda forma de abstinência, do trabalho, refere-se a faltas, mesmo em se tratando de faltas acobertadas por atestados médicos. Para arregimentadores e mesmo migrantes o fato de uma pessoa apresentar

muitos atestados à usina, durante um ano, é indicio de que a pessoa é *enrolada*, *gosta de dar nó*. É recorrente na fala dos migrantes, seja cortadores de cana, sejam arregimentadores, situações em que alguns trabalhadores passam a noite bebendo e, no outro dia, sem disposição para ir ao trabalho, simplesmente faltam ou colocam atestado. Nas palavras de Raimundo (São José de Piranhas, PB, arregimentador local): “*essa coisa de perder dia, as vezes tem por exemplo, amanhã é folga, o camarada vai para cidade, vai para zueira, chega em casa tarde da noite, aí no outro dia não quer ir trabalhar, fica em casa*”. Nós mesmo, durante visita de campo, realizada ao sindicato de Novo Horizonte, interior de São Paulo, pudemos constatar *in loco* a busca por atestado médicos naquele sindicato, onde os trabalhadores podiam comprar os atestados que eram vendidos por um real e cinquenta centavos (R\$ 1,50).

Linhart (2007) escrevendo sobre a vivência no trabalho e fazendo menção ao absenteísmo anota que é para “preservar [sua] especificidade que cada qual recusa e foge diversas vezes de seu universo de trabalho, expressando sua necessidade de escapar do trabalho, ou seu desejo de viver outra coisa por algum temo” (p. 48) e, mais adiante:

O absenteísmo traduz, então, a necessidade de fugir, por um tempo, do que, de repente, se tornou insuportável. Mas o absenteísmo pode, e aí está uma outra face, responder ao desejo de desfrutar um pouco de vida (...) podendo ser interpretado como uma gestão autônoma do tempo – em limites evidentemente bem restritos. Uma gestão individual e, além disso, clandestina, pois é preciso justificar a necessidade de fuga do trabalho, ou o desejo de viver outra coisa, fornecendo um atestado médico. (p. 48)

Mas, se há resistência da parte do trabalhador, também há as estratégias por parte das usinas e o caso dos atestados é emblemático. Ainda durante esta mesma visita acima mencionada, em conversa com Elenildo⁶, natural do município de Flores, Pernambuco, migrante cortador de cana-de-açúcar, o mesmo fez referência à política contra atestados levada a cabo pela usina. Segundo ele, os fiscais haviam colocado no ônibus que os transportava até o eito, uma lista das pessoas que tinham colocado muito atestados e anunciaram que os trabalhadores que colocassem muitos atestados não teriam direito ao *acerto*⁷, podendo mesmo ser despedidos por justa causa.

De acordo com João Fernandes (São José de Piranhas, PB, arregimentador local),

Para evitar esse tipo de problema, que a pessoa é da bebida, chega lá começa a beber e não quer trabalhar, o grupo COSAN trabalha assim: a gente chega com o pessoal, aí no período de três meses é experiência, aí tem avaliação. Aí o pessoal que não

⁶ O nome é fictício a pedido do informante.

⁷ O termo é utilizado pelos migrantes para designar os direitos a que os trabalhadores têm direito pela rescisão como o 13º e o 3º de férias proporcionais etc.

servir para a empresa, o que entrar para avaliação, aí eles não querem, mandam de volta.

Resumindo: beber, faltar ao trabalho, fazer corpo mole, não seguir as normas da empresa no que se refere a forma correta de cortar a cana, fazer o podão, organizar o monte, efetuar a limpeza da palha, tudo isto são problemas que o migrante pode causar. Tarefa do arregimentador local é exatamente procurar pessoas que não causem tais problemas, ou seja, que seja um *bom trabalhador*, isto é, que tenha boa produção, seja obediente aos fiscais, turmeiros da usina, não falte ao trabalho, não fique doente.

Todavia se “alta produtividade” é importante, mais valorizada ainda é a docilidade do trabalhador, a sua educação. É ainda Benedito quem revela:

Para eles lá, para os donos de usinas, o bom cortador de cana é aquele que não falta no serviço, não dá trabalho, não falta, não coloca atestado, sempre tá trabalhando, respeitando um e outro, não respondendo mal, isso pra ele é um bom cortador de cana, mesmo que corte pouca cana...

O que também é enfatizado por Rosinaldo no trecho da entrevista abaixo:

Marcelo – O que é um bom cortador de cana?

Rosinaldo – O bom cortador de cana é aquele que se comporta no serviço. O bom cortador de cana é aquele que chega no serviço, o fiscal diz “Fulano, teu eito é esse aqui””Tá bom, pode deixar aí que eu já vou pegar”. Você vai lá, pega seu eito, você não é obrigado você ser um bonzão de cana, pra eles lhe elogiarem, você fez seu serviço bem feito e tanto que seja educado, eles vão lhe considerar um bom cortador de cana. Agora, tem cara que é fraco de cana, tem cara que corta uma cana veloz, mais é mal educado, ele deixa de dar valor aquele bonzão e vai dar valor a você, que é fraco.

Marcelo – Como é educado?

Rosinaldo – Educado. Você não vai xingar ele [os fiscais], por causa de um eito de cana, você não se reclamar..

Quer dizer, importa que esse corpo seja adestrado, docilizado, passivo frente a toda e qualquer forma de opressão. Que não reclame, não brigue nem fale mal dos fiscais. Mas eis novamente aqui um terreno movediço, já que são muitas as queixas dos arregimentadores em relação à confusões entre trabalhadores e fiscais da Usina. Assim como os arregimentadores locais, também os fiscais são escolhidos, pelas empresas, entre os próprios cortadores de cana-de-açúcar, como nos disse Márcio (administrador de um alojamento de uma empreiteira em Rio das Pedras. SP), geralmente o fiscal “*é um cortador de cana que fez o serviço certo, que tem espírito de liderança e que faz a intermediação entre a empresa e os trabalhadores*”.

Se os arregimentadores relatam que migrantes cortadores de cana-de-açúcar costumam brigar com os fiscais, os cortadores de cana-de-açúcar, por sua vez, constantemente utilizam-se

dos espaços das entrevistas para reclamarem dos fiscais. Assim, é comum no relato desses trabalhadores referências a episódios envolvendo fiscais que “pegam no pé” mesmo quando o trabalhador “faz o serviço certo”, conforme expressou João Paulo (23 anos, Migrante Cortador de cana-de-açúcar, Tavares.PB)

Os fiscais chatos. Na hora do meio dia, o sol queimando, juízo cozinhando e eles enchendo o saco: ‘Esse serviço tá mal feito’, ‘Olha o tamanho dos tocos’, eles querem que cortem certinho. Eu não deixava toco, mas eles chegam só para encher o saco, porque eles falam só pra encher o saco, porque tem gente que corta alto, deixa toco e eles [os fiscais] não falam, gostam dele [de alguns que deixam toco], aí não diz nada. Já tem gente que corta certo e eles chegam só para encher o saco.

Esta informação também é confirmada por outros informantes, como mostram as falas abaixo transcritas:

A humilhação aqui é grande. Se deixar um toco eles dizem: ‘olhe, pra eu te dar um gancho é ligeiro’ Nem equipamentos eles dão. Eles dão a primeira botina, da segunda por diante eles mandam comprar, custa uns R\$ 39,00, 40,00 reais cada. (Valdecir, 42 anos, oriundo do município de Tavares. PB, cortador de cana)⁸.

Eles, os chefes, reclamam muito, diz que não faz os serviços do jeito que eles querem. Cada um tem um superior, e os fiscais (da empresa) também têm os fiscais da Usina. (José Laércio, 37 anos, oriundo do município de São José de Piranhas. PB, migrante cortador de cana)⁹.

Os relatos acima transcritos apontam para o fato de que além das formas cotidianas de resistência os migrantes se envolvem, também, com formas clássicas de resistência que vão desde (a) o confronto direto com as autoridades, no caso específico, os fiscais, passando pela (b) participação no sindicato até (c) o envolvimento em greves. Uma vez que já tratamos do primeiro ponto, abordaremos agora os dois últimos, isto é, a participação no sindicato e em greves.

Os migrantes tecem representações diferentes sobre o sindicato, as quais estão ancoradas na atuação dessas entidades, isto é, dependendo da região e da atuação do sindicato local tecem-se representações positivas ou negativas sobre o mesmo. Para uma grande maioria dos entrevistados os sindicatos não atuam, seus líderes são alheios aos problemas vivenciados por esses trabalhadores. Há, porém municípios onde os sindicatos são mais atuantes em relação às demandas dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar. Nestes, geralmente, o presidente se faz mais presente no cotidiano dos cortadores que sentem seu apoio. Muitas

⁸ Entrevista realizada no dia 16 de Setembro de 2007, no município de Novo Horizonte - SP.

⁹ Entrevista realizada no dia 14 de Setembro de 2007 no município de Rio das Pedras, interior Paulista.

vezes trabalhadores de outros municípios solicitam a ajuda desses representantes em detrimento mesmo dos representantes do sindicato local. O sindicato de Cosmópolis e de Catanduva são citados pelos trabalhadores como os mais atuantes. Em termos de liderança é conhecida e reconhecida pelos trabalhadores a atuação de Carlita (Cosmópolis). Durante a entrevista que fizemos com José Félix (34 anos) e José João da Silva (34 anos), ambos migrantes, cortadores de cana-de-açúcar e residentes no município Paraibano de Imbiara, o tema do sindicato brotou naturalmente dos informantes, que registraram: “Nossa sorte é o sindicato, se não fosse o sindicato nós tava atrapalhados”. Questionados sobre como se dava a participação no sindicato, eles responderam:

Cada turma tem um representante. O sindicato pede para o turmeiro, o fiscal escolhe o que sabe ler um pouco. Para as reuniões só vão os representantes, depois que os representantes decidem alguma coisa, aí faz uma reunião geral para ver se a gente concorda. Tem reunião também como todo mundo e a Carlita (presidente do sindicato) nos visita. A vigilância sanitária também vai na roça, visita os banheiros, as barracas, pois agora eles armam barracas e colocam mesas debaixo para a gente almoçar.

Ressaltamos, porém, que essa prática dos próprios trabalhadores participarem do sindicato não é tão comum assim. Há na verdade uma dificuldade por parte dos sindicatos em reunir esses trabalhadores e envolvê-los no processo de tomada de decisões.

Se para alguns a sorte é o sindicato, para outros, a exemplo de **Valdecir** (42 anos, município de Tavares, pequeno agricultor, pai de três filhos, migrante cortador de cana-de-açúcar)¹⁰: *O sindicato não visita, não. Tem que ser um sindicato de fora, de Catanduva, e qualquer coisa o pessoal fala logo: ‘se não achar bom, peça a conta’.*

Tanto os migrantes cortadores de cana-de-açúcar, quanto os arregimentadores reconhecem a importância das instâncias legais, a exemplo do Ministério do Trabalho, que vem apresentando alguns avanços no combate às formas de trabalho escravas e degradantes que vão de encontro às normas e regimentos legais. Também os padres e as irmãs que fazem visita, estão presentes, são reconhecidos, especificamente pelos cortadores de cana-de-açúcar, os quais reconhecem também que a situação do trabalhador tem melhorado graças à intervenção desses atores. Em 2008, foi a primeira vez em que algumas turmas de migrantes cortadores de cana-de-açúcar - dos municípios paraibanos de: Água Branca, Juru, Princesa Isabel e Tavares - já viajaram com o contrato de trabalho assinado, em ônibus da usina e certos de que iriam morar em casa alugada também pela usina. Conversando com esses trabalhadores, eles reconheceram a melhora e creditaram à “muita gente que luta pelo

¹⁰ Entrevista realizada no dia 16 de Setembro de 2007 no município de Novo Horizonte – SP.

trabalhador” (Dada, 22 anos, migrante cortador de cana; Tavares. PB)¹¹. Essa referência à “muita gente que luta pelo trabalhador” nos leva a perceber a emergência informal de uma rede constituída por vários atores sociais envolvidos com as questões que afligem o cotidiano desses trabalhadores. Inclusive a existência formal desse ator coletivo já foi proposta por Moraes (2007) para quem:

A construção da rede será um fator extremamente importante para a obrigatoriedade da aplicabilidade do PAS (Fundo de Assistência Social, previsto pela Lei Federal N. 4.870, de dezembro de 1965), que prevê que os municípios onde há plantação de cana e usinas de açúcar e álcool, recebam respectivamente, 1% do faturamento da cana, 1% do açúcar e 2% do álcool. Esta lei, embora em vigor, é letra morta para a contabilidade das empresas.

Nos objetivos da rede deverá constar também a luta pela Reforma Agrária, sobretudo nas áreas de origem dos migrantes. Neste sentido, haveria a diminuição da oferta de mão-de-obra para as empresas, e, conseqüentemente, a imposição de novas relações de trabalho (p. 81).

Conforme já especificado, os arregimentadores locais fazem a mediação entre os trabalhadores e os demais fiscais, permitindo, dessa forma, amortização dos conflitos. Da parte dos arregimentadores o controle sobre o trabalhador na usina toma, geralmente, a forma de conselho, isto é, os arregimentadores escutam as primeiras “queixas” dos fiscais com relação a alguém da turma. Ao receber a “queixa”, o chefe da turma (arregimentador) procura o trabalhador e o aconselha, amortecendo, dessa forma, o conflito entre fiscais e trabalhadores. Aos conselhos dos chefes, segue as advertências dos fiscais, as quais, como já anotamos, podem progredir para punição, gancho, e mesmo dispensa do trabalhador. A maioria dos casos de dispensa relatada pelos migrantes acontece sempre após uma greve, forma de resistência organizada que vem se tornando constante nos canaviais paulistas¹².

A maior parte das greves tem como motivo o preço da cana. Geralmente, um movimento de insatisfação começa a ser gestado nas residências dos migrantes, quando alguém fica sabendo, através de amigos, que usina x está pagando melhor de que a usina y. Conforme informa-nos Rosinaldo¹³:

Marcelo – Como é que eles têm contato com as outras usinas?

Rosinaldo – Porque quando é de noite chega um cara, porque naquelas cidades não só mora gente que trabalha numa usina só, tem muita gente que trabalha noutras

¹¹ Entrevista realizada em Tavares, em 24 de maio de 2008.

¹² A primeira greve de que se tem notícia nos canaviais paulistas ficou conhecida como a greve de Guariba, por ter sido iniciada nesta cidade, no ano de 1984, cujo motivo principal foi a decisão dos usineiros “de mudar o sistema de corte de cana-de-açúcar” de cinco para sete ruas. Para maiores informações, consultar José Graziano, 1997, Op. Cit.

¹³ Entrevistas realizadas em 2005 e maio de 2008.

usinas que moram na mesma cidade, que nem Novo Horizonte, tem Santa Isabel, tem a tal Santa Inês, São José, Colombo, Serradinha, então tem esse pessoal que mora tudo em Novo Horizonte, trabalhando nessas usinas. Então se uma tiver pagando um preço um pouco mais cara, eles vão chegar nos outros piões: “Mas rapaz, eu tou trabalhando na Serradinha, o preço de cana lá, tá a vinte centavos”. Aí o outro pião “Mas, rapaz, como é, se onde eu tou trabalhando só tá pagando de quinze?”. “Ah, não, isso aí tá errado”. Então, sabendo que em outra usina, o preço da cana está sendo pago num valor mais alto, os trabalhadores começam a se organizar. Geralmente, um deles toma a dianteira e puxa o movimento, será o líder. Planejado o início da greve, quando as turmas chegam nos canaviais, os chefes da greve já pegam cada um, um facão, vão para as portas dos ônibus e diz: ‘Olhem, hoje aqui ninguém trabalha se não aumentarem o preço das canas, quem inventar de cortar cana vai apanhar’ Então, uma turma só, bota todos a perder. Daí o pessoal se reúne, daí a pouco vem a polícia, o sindicato, o chefe da usina, o gerente, vem a equipe do SBT, a equipe da Globo, vem tudo fazer gravação, pra passar na televisão. Daí os repórteres fazem a gravação toda, quando é de noite, o chefe da greve tá assistindo eles e conversando. Quando é com uns dias, aqueles que são os chefões, os que comandam a greve, são os primeiros a serem mandados embora. Aí eles [a usina] vão ajeitar o preço da cana um pouco, ajeita um pouco. Se você não entrar na greve, você não tem nada a ver, mas, se você entrar na greve, daí quando pensa que não, vem o fiscal, bem cedo, já vem com o mapa, daí chama o nome: ‘fulano, sicrano, tudo dispensado. Vocês estão dispensado’. Daí vem outro adido, quando diz assim, que se reúne aquela garela toda, que foram mandados, alguns sem direitos a nada. Uns, às vezes, têm dinheiro guardado, dá pra vim embora; outros não têm onde cair mortos, vai chorar, se reclamar: ‘Rapaz, pra que foi que eu entrei na greve’. Mas, quando vai pensar assim, já é tarde. E outros dizem; ‘Homem, eu entrei, eu vou embora, fui mandado, sei que tou errado, eu vou embora’. Daí assim, quando pensa que não, já vai entrar com advogado, já vai para o sindicato, procurar direitos. Tem uns que recebem, lá na questão, ainda ganham uns mil contos, outros ganham duzentos, então eles vão ganhando uma mixaria que dá pra chegar em casa, de novo. Então, esses que são mandados já vão ficar com as fichas deles sujas. Nessa usina eles não entram mais, nem de costa. Se você chegar, por exemplo, você trabalha na São Domingos, foi mandado na São Domingos, você chegar no outro ano, pedindo serviço, eles não vão te dar serviço mais, vão dizer o quê, pra você, “Se você quisesse serviço, não tinha feito greve”. E tem usinas que se intrusam [se juntam] uma com a outra, pra sujar as fichas dos cabras. Uma como a Guarani, se o cabra for mandado da Guarani, ele peça a Deus eles [a usina] não ficarem com raiva, porque se ficarem, já suja as fichas do cabra nas outras usinas.

Trabalhadores e encarregados de turma tecem representações diferenciadas sobre a greve, enquanto que para os primeiros a greve funciona como instrumento para se conseguir “alguma melhoria”, visto que, quando ameaçavam fazer greve “eles ajeitavam o preço da cana, um pouco”, para os chefes de turma, a greve é uma aventura cujo resultado é a dispensa do trabalhador. Por isso, desde a saída da cidade, os migrantes são aconselhados a não se meterem em “bagunça”, vistas como coisas de Paulistas que não gostam de trabalhar, os quais “quando ganham tantinho assim, já querem ganhar um tantão...” (Rosinaldo). Apesar dos conselhos, é cada vez mais freqüente o envolvimento dos canistas em episódios grevistas, a exemplo de Alonso, 23 anos, cortador de cana, Sítio Domingos Ferreira, o qual, na safra de 2005, foi dispensado antes mesmo de completar dois meses de trabalho por ter liderado uma greve na usina onde trabalhava.

Um outro motivo de greve ou mesmo de paralisação dos trabalhadores é a desconfiança dos fiscais, casos que são resolvidos através da média. Isto é, escolhe-se um eito, chamado de Campeão, por ter sido o escolhido, cuja produção deverá ser pesada na presença de representantes dos trabalhadores. Assim, se o campeão medir 100 metros e pesar 6.000t, esta será a média para cada cem metros de produção. Desse modo há um maior controle por parte dos trabalhadores, o que não significa abolição total do “roubo”, como eles mesmos reconhecem, visto que o pagamento da produção é feito pelo peso, o qual varia de cana para cana.

Procuramos mapear, a partir do material de que dispomos, algumas formas cotidianas de resistência bem como outras formas mais clássicas, a exemplo da participação sindical e da greve, das quais os migrantes paraibanos cortadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo lançam mão em seu cotidiano de trabalho.

Ressaltamos que “os migrantes [tendem] a combinar as alternativas de que dispõem, com seus interesses individuais e circunstâncias especiais, num dado momento de suas trajetórias” (Menezes, 2002b p. 192) sendo assim,

alguns indivíduos participam de uma greve, mas não de outras, outros abrem processos jurídicos contra a usina, outros ainda aceitam as condições de trabalho impostas. (...) A mesma pessoa pode aceitar as condições a qual está submetida em determinado momento de sua vida e, em outras ocasiões, reivindicar seus direitos na justiça do trabalho (Menezes, 2002 p. 211-12).

É importante, para o pesquisador, não perder de vista estas quatro variáveis: (I) as alternativas disponíveis; (II) os interesses individuais; (III) as circunstâncias e (IV) o momento da trajetória e, a partir de situações concretas, buscar perceber como as mesmas se articulam.

Importa, também, enquanto agenda de pesquisa, buscar as articulações concretas que se dão entre as formas de resistência mais cotidianas e, portanto, mais sutis com as coletivas e institucionais como as greves, negociações coletivas e demais ações legais de garantia de direitos. É importante, ainda, averiguar tanto a eficácia quanto os limites dessas formas de resistência no sentido de possíveis impactos na configuração das relações de trabalho, apontando, inclusive, os seus limites.

Referências Bibliográficas

Elias, N. O processo civilizador, v.2. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 16 ed. São Paulo: Vozes, 1987.

GRAZIANO, José. **De bóias-frias a empregados rurais**; as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme. Maceió: EDUFAL, 1997.

LINHART, Danielle. Para uma Prospectiva do Trabalho. In: _____. **A desmedida do Capital**. (Tradução de Wanda Caldeira Brant). São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política; Livro I (Tradução de reginaldo Sant'Ana). – 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência a dominação: a contribuição de James C. Scott. In: **Raízes**. Vol 21, n. 01, Jan/Jun 2002a, p. 32-44.

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB, 2002b.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo. **Programa Cana Limpa**: sistema de colheita – corte manual. São Paulo: SENAR, 2005.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. (Tradução: Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Guerra). In: **Raízes**. Vol 21, n. 01, Jan/Jun 2002, p. 10-31.

Scott, J.C. (1985) *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Massachusetts: Yale University.

Scott, J.C. (1986) 'Everyday forms of peasant resistance'. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2, January 1986, pp.5-35.

Scott, J.C. (1990) *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool. In: J.R. Novaes e F.Alves (orgs.) *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*.São Carlos, EduFSCAR, 2007, p.55-86

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel**: migrações e as identidades da juventude rural. Campina Grande: UFCG, 2006 (Dissertação de Mestrado) (mimeo).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**NARRATIVAS DE ENCRUZILHADA: TECNOLOGIAS SOCIAIS E
INVESTIMENTOS LIBERAIS NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA
AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA DO SUL (RS)**

Wilson Madeira Filho¹
Ivan Ignácio Pimentel²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes narrativas sobre a reestruturação produtiva no meio rural do município de Encruzilhada do Sul (RS), na Serra do Sudeste, no Vale do Rio Pardo, região assinalada como das mais pobres do país (IBGE, 1996), abordando, em especial: 1) *o discurso das divisas*: a influência das monoculturas de espécies florestais para corte (eucalipto, acácia) na estrutura fundiária, na estrutura social e no uso do solo e os possíveis impactos ambientais ocasionados por tal atividade; 2) *o discurso militante*: a convergência dos movimentos sociais (MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores) para o fortalecimento da agricultura familiar no plantio de frutas e o incremento do associativismo e do cooperativismo enquanto tecnologia social emergente nos assentamentos; 3) *o discurso das “novas tecnologias”*: a) o plantio de uvas e as estratégias liberais de territorialização para a produção de vinhos; b) a produção de maquinário – arados, serrarias, destiladores etc. – voltados ao pequeno proprietário.

Palavras chave: Monocultura do Eucalipto; Reforma agrária; Agroindústria

1. Introdução

A partir de edital do Ministério da Defesa relativo ao Projeto Rondon – Operação Rio Grande do Sul, uma equipe da UFF – Universidade Federal Fluminense juntou-se a uma equipe da UFPel – Universidade Federal de Pelotas, sobre a coordenação geral do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho, realizando, no mês de fevereiro de 2008, trabalhos sobre eixos relativos à Saúde, à Educação, ao Desenvolvimento Sustentável e às Tecnologias Sociais no município. Parte expressiva desse trabalho consistiu em realizar um diagnóstico rápido participativo acerca dos discursos dos diferentes atores sociais – poder público, movimentos sociais, assentados, sindicato – acerca das visões relativas à reestruturação do meio rural, em especial face à ampliação da monocultura de florestas de corte.

¹ Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. E-mail wilsonmadeirafilho@hotmail.com.

² Mestrando em Ciências Jurídicas e Sociais do PPGSD-UFF. E-mail: pimentelivan@bol.com.br.

Esta discussão tem sido, de modo geral, empobrecida pela ação massificadora e simplista da mídia. À sociedade tem sido apresentado um Brasil moderno, aquele do agronegócio que exporta e contribui para o superávit da balança comercial, em oposição a um Brasil arcaico, aquele dos sem-terra fora da lei, que "invadem" a sagrada propriedade privada e instauram o caos e a desordem social. Dessa forma, somos colocados diante de um falso dilema, onde a sociedade deve, assim, escolher entre o bem e o mal, entre o "progresso" e o "atraso".

A degradação dos recursos naturais tem sido uma constante no processo de evolução da agricultura a partir do extrativismo, passando pela agricultura tradicional até a tecnificada. A questão do desenvolvimento rural sustentável é ao mesmo tempo relevante e complexo. Relevante pela discussão desencadeada na década de 1980, quando os problemas ambientais atingiram níveis alarmantes, face aos efeitos negativos do desenvolvimento econômico e complexo, porque, em síntese, a sua análise leva a refletir sobre como conciliar o crescimento econômico, questões sociais e preservação do meio ambiente, principalmente nos países subdesenvolvidos em que o econômico se sobrepõe às demais questões.

No caso do município de Encruzilhada do Sul, as mudanças sociais puderam ser observadas no município, principalmente a partir da década de 1990, onde populações locais foram privadas de expandir a área de cultivo para finalidades comerciais, por estarem localizados dentro ou na vizinhança de áreas produtoras de eucalipto.

O exercício da atividade em destaque resultou rapidamente na desestruturação dos seus modos de vida, vinculados à agricultura. Populações locais afetadas passaram a intensificar suas lutas pela demarcação na forma de títulos individuais ou coletivos, aumentando os conflitos por posse de terra.

Encruzilhada do Sul está inserido na Serra do Sudeste, com a sede do Município localizada a 420 m acima do nível do mar, tendo 3418 Km² de extensão. Seu primeiro nome foi Santa Bárbara de Encruzilhada, originando de uma homenagem á padroeira de um destacamento do Dragão Militar de Rio Pardo que mantinha um posto avançado nesta localidade a fim de garantir a defesa da Província das invasões espanholas. Santa Bárbara de Encruzilhada foi elevada à cidade após um processo que durou aproximadamente 130 anos, quando passou pelas categorias de Freguesia e município.³

³ Cfe. COSTA, Elda Peixoto cenira. História de Encruzilhada do Sul, disponível no site <http://www.encruzhadadosul.rs.gov.br/historia-encruzhilhada.htm>, acesso em 10 de maio de 2008.

Atualmente Encruzilhada do Sul vem apresentando alto índice de crescimento demográfico na zona urbana, com taxa de crescimento populacional de 1996 a 200 na ordem de 1,16%.⁴

O presente trabalho relata parte das atividades desenvolvidas pelas equipes universitárias, que também realizaram atividades de capacitação em licitações e contratos administrativos, gestão urbana, organização de acervo de bibliotecas, prevenção a zoonoses, saúde pública e projetos culturais de cinema e de incentivo à leitura.

Para o diagnóstico rápido participativo rural, realizada entre os dias 17 e 29 de fevereiro de 2008, foram realizadas reuniões com lideranças locais e regionais do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Via Campesina, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, com os secretários de Agricultura, de Educação e com o de Indústria, Comércio, Mineração e Turismo, além do prefeito e sua assessoria de comunicação. Foram visitados a vinícola Casa Valduga, a Feira dos Pequenos Agricultores do Vale do Rio Pardo, além dos assentamentos rurais Vassoural, Segredo Farroupilha, Guará, Santa Bárbara, Padre Réus, Marmeleiro, Nascente e São Pedro.

2. O discurso das divisas

O Município de Encruzilhada do Sul, havendo passado por fortes problemas relativos a geração de emprego e renda estimulou a chegada da indústria florestal de corte, voltada ao comércio de celulose. Todavia, com a constatada ameaça aos recursos hídricos e a demais impactos dessa monocultura de “mato”, conforme se fala na região, setores do próprio poder público já iniciam uma reação a essas culturas, visando limitá-las a um percentual considerado aceitável em face de indicadores ambientais. Os *deficits* hídricos provocados por essas plantações podem dar origem a uma série de impactos. Como regra geral, quando as árvores plantadas substituem usos não florestais, existem inúmeros estudos que revelam que, logo após o plantio, se reduzem os níveis de água no solo e, conseqüentemente, o volume dos cursos de água; sendo ambos os efeitos mais pronunciados durante a estação seca ou durante a estação de crescimento.⁵

⁴ Cfe. AZAMBUJA, Rodrigo Blumberg. Avaliação ambiental da microbacia hidrográfica do Arroio Rondinha, Encruzilhada do Sul – RS – Brasil. Pelotas: UFPel. 2007, projeto de especialização.

⁵ Conforme o Estudo de solos do Município de Encruzilhada do Sul (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2005, p.4) : “o balanço hídrico local apresenta um total médio de deficiência hídrica de 85 mm distribuídos nos meses de novembro a março. A reposição começa a partir de abril. Os excessos de água ocorrem de maio a outubro com 394mm”.

Introduzido no Brasil, no início do século XX, o eucalipto, árvore rústica de origem australiana, foi eleito para plantio intensivo devido ao seu crescimento rápido, como a espécie mais adequada para a fabricação de celulose de fibra curta e de carvão vegetal. No Brasil dos anos 1960, esta espécie de árvore liderou as estatísticas de reflorestamento financiado por incentivo fiscal, cujo objetivo era atender, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, a demanda da Aracruz Celulose, instalada em 1967 com capital norueguês. A empresa possui duas unidades de processamento e sua produção de celulose é de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas, sendo 95% exportadas para o exterior através de seu próprio porto. Nas suas duas linhas de produção a matéria-prima é retirada dos seus 170.196 hectares de plantação no Espírito Santo e Bahia.⁶

No entanto, desde sua implantação no Espírito Santo, essas plantações de eucalipto em grande escala, e as atividades associadas de produção de celulose despertaram reação, primeiramente das pessoas diretamente afetadas, como as nações indígenas Tupiniquim e Guarani, as comunidades quilombolas e os trabalhadores rurais da região, cujas terras foram expropriadas para estabelecer as plantações. Posteriormente, ONGs iniciaram campanhas para deter o avanço dessas plantações. A união de esforços entre ONGs, comunidades locais, ambientalistas de um modo geral e setores acadêmicos, levou à criação de uma rede denominada Fórum Alerta contra o Deserto Verde, que vem realizando efetivas campanhas de oposição nos últimos anos. Essa reação da sociedade civil fez com fosse elaborada a Lei 6.780/2001 que determinou o mapeamento agroecológico do Estado do Espírito Santo, para o plantio de eucalipto utilizado na produção de celulose.

No Brasil, as plantações de florestas de *Eucalyptus spp* e *Pinus spp* são favorecidas pelas condições climáticas, que permitem crescimento nos 365 dias do ano, apoiadas num sólido programa de pesquisas nas áreas de genética, fisiologia, biotecnologia, solos e nutrição de árvores, viveiros e manejo florestal. Como consequência, houve também um grande desenvolvimento na área de utilização da madeira. Para o desenvolvimento das pesquisas, foram feitas várias introduções de espécies e procedências de *Eucalyptus* e *Pintes*, que foram melhoradas para as diferentes regiões do Brasil⁷.

Desse modo, um argumento forte das grandes empresas plantadoras de florestas, como a Klabin e a Aracruz, é o fato de que a plantação efetiva de 3,8 milhões de hectares

⁶ Cfe. MADEIRA FILHO, Wilson; PIRES, Marcelle Dias. Indústria florestal. In: MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana Maria Motta; PEREIRA, Mônica Cox de Britto, PRATA FILHO, Dario de Andrade (coordenadores). Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. Niterói: PPGSD-UFF, 2007, pp. 199-209.

ocupa menos de 0,5% do território nacional. Estas plantações – sob a ótica do investimento e da expansão de fronteiras de exportação - poderiam ser expandidas, caso necessário, tanto por razões econômicas quanto por razões ambientais, sem afetar a disponibilidade da terra para fins agrícolas. Segundo essa linha de argumentação, reflorestamentos poderiam facilmente utilizar terras marginais, do ponto de vista da agricultura, trazendo uma valiosa contribuição em termos de controle de erosão, conservação do solo e proteção de bacias hidrográficas e preservação da biodiversidade, quando levadas em consideração as áreas destinadas à preservação das florestas nativas pela legislação brasileira.

A rápida expansão das indústrias de fibra e de polpa de madeira para fabricação de papel, principalmente pela crescente demanda da polpa de celulose dos países desenvolvidos, foi uma das principais causas da exploração das florestas. Países como Indonésia, Congo, África do Sul, Brasil, Uruguai, Argentina, dentre outros, foram escolhidos para o estabelecimento desses plantios, devido aos baixos custos da mão-de-obra e da terra, aos incentivos oferecidos por parte de seus governos à indústria, além da falta de eficácia de suas normas ambientais. Em 1990, a indústria de polpa e de papel na Europa ocidental teve que destinar 26% dos seus gastos totais em novas indústrias para medidas ambientais e, na América do Norte, este total chegou a 54%, enquanto que nos países do hemisfério Sul a cifra máxima foi apenas de 10%⁸.

Outro dado importante nesse conflito sobre as políticas agrárias diz respeito ao crescente desempenho das exportações brasileiras de celulose. O desempenho das exportações do Brasil, Canadá, EUA, Suécia e Finlândia, apresentam resultados que evidenciam que o crescimento das exportações de celulose do Brasil e de seus principais concorrentes no mercado internacional está diretamente associado ao crescimento do comércio mundial. O Brasil apresentou o maior efeito competitividade no *ranking* das exportações, seguido da Finlândia, já os demais países tiveram queda desse efeito. O crescimento da renda nos mercados compradores de celulose do Canadá, EUA e Suécia foi fator determinante do crescimento das exportações de celulose desses países. O contrário ocorreu com a renda dos países de destino das exportações brasileiras e finlandesas. A projeção das exportações de

⁷ Cfe. AB'SÁBER, Aziz Um plano diferencial para o Brasil. In: Revista Estudos Avançados - publicação quadrimestral do Instituto de Estudos Avançados da USP, n.º 9, maio/agosto de 1990

⁸ Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Os motivos para ser contra as plantações. In: www.wrm.org.uy/plantaciones/material/razones%20br.html, acesso em 01/11/2005.

celulose indica, ainda, que, em 2035, o Brasil será o maior exportador de celulose em termos de valor exportado, mantidas as taxas de crescimento das exportações.⁹

Obstada por processos de organização social e jurídica, a Aracruz Celulose S.A. passou a apostar numa dinâmica organizacional administrativa mais coesa com as exigências da contemporaneidade. Desse modo, passou a apostar num sistema político institucional de representação de seus interesses no cenário dos possíveis conflitos sócio-ambientais, disputando posições estratégicas em diversos fóruns decisórios em âmbito internacional, nacional e local. Assim é que, por exemplo, em 2003, a Aracruz possuía assento em diversas instituições como a WBCSD – World Business Council for Sustainable Development (membro efetivo), BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel (vice-presidência do Conselho de Administração e coordenação do Grupo de Trabalho de Certificação) e CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (membro efetivo).¹⁰

Essas estratégias, conhecidas na esfera da administração de empresas como jogos empresa-*stakeholders*, tornou-se o processo dominante na Aracruz. No universo jurídico, estratégias semelhantes apontam a figura dos *repeats players*, ou seja, aquelas empresas que, em razão de diversas ações judiciais que sofrem, acabam desenvolvendo mecanismos de confrontação judicial mais eficazes.

Para a Aracruz, influenciar é representar interesses, através da organização de sistemas articulados de representação, é tentar moldar as reações dos outros jogadores, o que só é possível através da formação de estratégias corporativas e ações coordenadas envolvendo a conformação de jogos empresa-stakeholders.¹¹

Reféns no jogo político-comercial da agroindústria, as alternativas políticas agrárias do Município de Encruzilhada do Sul, principal produtor de melancia do país, que objetivam fortalecer a produção de frutas, esbarra portanto, com novos modelos de colonização, enfrentando a difícil tarefa de conciliar o investimento necessário, a facticidade na implementação de ações para um desenvolvimento sustentável, a recuperação da agricultura familiar e a internalização de conceitos de preservação ambiental.¹²

⁹ Cfe. VALVERDE, Sebastião Renato; SOARES, Naisy Silva; SILVA, Márcio Lopes da. Desempenho das exportações brasileiras de celulose. Revista *Árvore*, nov./dez. 2006, vol.30, no.6, p.1017-1023. ISSN 0100-6762.

¹⁰ Cfe. ANDRADE, José Célio Silveira. Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999). Tese (Doutorado em Administração) –n Escola de Administração, UFBA, Salvador, 2000.

¹¹ ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro. Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus BA: Editora da UESC, 2003, p. 178.

¹² Nesse sentido, ver também MADEIRA FILHO, Wilson. Colonização verde: estratégias da política florestal após o Protocolo de Quioto. In: MADEIRA FILHO, Wilson (org.). Direito e justiça ambiental. Niterói: PPGSD-UFF, 2002, pp. 217-237.

3. O discurso militante

As narrativas dos trabalhadores entrevistados revelaram uma nova configuração do cenário rural em razão da decadência paulatina da pecuária de corte, a qual passou a ser, paulatinamente, substituída pelo plantio de árvores para corte, em especial o eucalipto e a acácia.

Populações locais afetadas passaram a intensificar suas lutas pela demarcação na forma de títulos individuais ou coletivos, fortalecendo a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Por outro lado, a extensão territorial (Encruzilhada do Sul está entre os maiores municípios em extensão territorial do Rio Grande do Sul) ensejou uma política de reforma agrária com a criação de diversos assentamentos desde há 14 anos, alguns dos quais vêm ensaiando modelos de associativismo e de cooperativismo.

Vale destacar, nesse sentido, duas modalidades de atuação – o fortalecimento da militância da Vila Campesina¹³ através da sensibilização das mulheres para a questão da agricultura familiar e o associativismo e o cooperativismo emergentes.

As lideranças femininas por nós contatadas apresentaram um discurso coeso, onde avulta o perfil da mulher Sem Terra enquanto duplamente oprimida, pela exploração do capital e por ser mulher. Desse modo, não enfrentariam somente as privações sobre seu próprio corpo impostas pela sociedade capitalista machista, mas também a dura caminhada pela sobrevivência na luta pela terra que lhes pertence e pela terra que é hoje devastada pela ambição produtivista imposta pelo capitalismo, mimetizado pelo plantio de eucalipto no caso específico de Encruzilhada do Sul.

Foi possível acompanhar parte da organização do Acampamento das Mulheres de Encruzilhada do Sul, a correr no Assentamento São Pedro, como parte da Jornada Nacional de Lutas que celebra o Dia Internacional das Mulheres¹⁴. O **8 de março** foi apresentado como dia de luta contra a opressão da mulher e o sistema que agudiza tal opressão. Nessa data também haveria uma passeata do assentamento até a entrada da área urbana do Município

¹³ A Via Campesina Internacional é uma coalizão mundial de movimentos de camponeses, pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais, mulheres camponesas e comunidades indígenas, organizada na América, África, Ásia e Europa. A Via Campesina Brasil é composta pelos seguintes movimentos: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, MMC - Movimento de Mulheres Camponesas, FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, CPT - Comissão Pastoral da Terra, PJR - Pastoral da Juventude Rural.

¹⁴ Cfe. Também informações no site <http://www.mst.org.br/mst>, acesso em 10 de maio de 2008.

com reclames da pauta nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no que diz respeito ao modelo agrícola. Consideraram, ainda, que são sobretudo as mulheres quem sofrem o impacto do atual modelo agroexportador baseado na pilhagem da natureza e no sufocamento da produção camponesa por conta das grandes transnacionais.

O outro ponto que destacamos, o associativismo e o cooperativismo emergente foi mais destacado nas falas das lideranças masculinas – embora traduzida mais em práticas de grupos de mulheres (visitamos uma recém instalada cooperativa de mulheres para a produção de pães no Assentamento Segredo Farroupilha, grupo que, em anos anteriores, conforme os relatos, houvera tentado introduzir uma cooperativa de “alcochoados” – filtros de cigarro – e ainda antes tentara, com o apoio de grupos de pesquisa universitários, deflagrar cooperativa de plantio de ervas medicinais).

Foi possível perceber, destacadamente, que o discurso das lideranças do MST, está calcado em elaborações sobre um contexto macropolítica, revelando maior grau de debate e mesmo – entre os diretores regionais – certo orgulho e vaidade para com o acúmulo de informações sobre a economia local, revalorizando com óticas empresariais. Tratavam-se mesmo de falas com minúcias de análise econômica e modelos de performance, no sentido de ampliar a produção coletiva e auto-afirmar o campesinato a um tempo enquanto escora produtiva e de segurança alimentar.

Claro está que o que aqui denominamos como associativismo está restrito à economia das áreas oficiais de reforma agrária. Outros planos sociais vivenciados pelos trabalhadores rurais assentados como o da religião, o racial, o político partidário, o de parentesco, de lazer ou de afinidades não foram aqui abordados diretamente. Esses planos sociais entrecruzam-se no movimento da vida social.

Utilizou-se a expressão associativismo para dar conta, de maneira genérica, de todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo. Isso implica, portanto, a hipótese de que tal cooperação organizada possa ter ou não correspondência com as figuras organizacionais de associação entre pessoas (físicas e jurídicas) previstas em lei. Ademais, o associativismo identificado poderá ter ou não sua existência legalizada.

A associação, portanto, é compreendida como uma instância de mediação. Nas falas das diferentes lideranças reincidia o termo “coletivo”, sendo possível identificar que essa expressão pode referir-se à forma de cooperação no processo de produção, à apropriação da terra, à comercialização de produtos e insumos e ou à repartição do produto do trabalho. Em qualquer dessas acepções ela busca exprimir que um coletivo de pessoas e ou famílias é o

sujeito do objeto em apreço. Desse modo, pareceu-nos que muitas vezes a expressão coletivo é utilizada como substantivo para designar uma forma de associação (instituição) em que todos os envolvidos compartilham de objetivos e de atividades previamente determinadas.

Quando a cooperação no trabalho não pressupõe divisão técnica do trabalho e destina-se a apenas uma atividade específica, caracteriza-se como mutirão. Portanto, o mutirão, ainda que equacionando dificuldades encontradas pela família singular na sua relação com a natureza, onde a ajuda mútua desempenha um papel relevante, não se confunde com a coletivização do processo de trabalho.

O mutirão, quando adotado nos assentamentos onde houve o parcelamento da terra e onde não se pratica nenhuma forma de associativismo no processo de produção, de certa maneira configura-se como uma forma de troca de dia serviço, pois, aquela família singular que foi beneficiada pela ajuda dos vizinhos ou parentes fica devendo um favor aos demais: o de participar num outro mutirão futuro, o qual beneficiará um dos participantes do mutirão anterior. Essa forma de partilhamento nos pareceu mais evidenciado no Assentamento Padre réus, onde também se destaca, paradoxalmente, o maior nível de individualismo, com a dificuldade em implementar o associativismo em moldes mais substantivos. Na fala do presidente da associação local tal recurso é visto como uma estratégia para se aproximar de financiamento das secretarias municipal e estadual

Ora, tal constatação – a de que em assentamentos com maior penetração do MST, como Vassoural, São Pedro, Guará, Santa Bárbara, Marmeleiro, Nascente, - ou com projetos de intervenção da Secretaria Municipal de Agricultura, como Cerro Maria Santa e Segredo Farroupilha - leva a considerar como processos de participação e de organização sociais consensuadas aqueles nos quais as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeitos do seu fazer, do pensar e transformar o mundo que vivenciam, tanto perante as demais pessoas e organizações da sociedade civil como perante as pessoas e os organismos governamentais, amplo senso.

Contrariamente, os processos de participação e de organização sociais constrangidas são resultados de uma dinâmica social em que as pessoas diretamente interessadas encontram-se em situação econômica, política e ideológica de subalternidade, sem possibilidades conjunturais de negarem sua presença (participação) em reuniões convocadas por terceiros ou de negarem as induções para associarem-se (organização). Com relação aos assentamentos, essa indução constrangedora parte, no caso específico, preponderantemente dos organismos governamentais.

Segundo Carvalho (1998), em contexto correlato:

Os processos de participação e a organização social consensuadas não se estabelecem por decisões plenárias, de instituições ou de poderes políticos locais, ou outras instâncias. São processos permanentes e simultâneos de micro conquistas pessoais, familiares, grupais ou de toda uma coletividade seja ela um assentamento de reforma agrária, um povoado rural ou um bairro urbano. Esses processos não são lineares nem absolutos. Necessitam ser constantemente repensados a partir da própria prática de exercitá-los. São repletos de contradições, conflitos e incoerências; por isso mesmo um movimento constante de reflexão-ação faz-se necessário. O que deu certo num determinado povoado pode não ser adequado para outro; o que foi considerado satisfatório hoje poderá ser inteiramente insatisfatório amanhã, porque mudam as circunstâncias e mudam as pessoas. Nesse movimento pessoal e social, a adaptabilidade, diversidade, equidade e incerteza são companheira de jornada.¹⁵

A associação é, então, compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas. Essa mediação pode estar ocorrendo ou não e, quando ocorre, faz-se ou de maneira consensuada ou constrangida. As relações interpessoais ou interfamiliares prescindem, na maioria dos casos, de mediação por uma associação.

Como resultado de nosso diagnóstico rápido participativo apontamos duas questões:

1) nos assentamentos de Encruzilhada do Sul predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação à gestão do assentamento, à forma de apropriação da terra, ao processo produtivo amplo senso, incluindo a comercialização, e às relações com os organismos governamentais mediadores das políticas públicas – o que fica ainda mais expresso na divisão local de atribuições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que faz cumprir também o papel de MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, tornado já atendimento clientelista (assessoria jurídicas a fundos estatais, aposentadorias, transportes etc.), ficando com o MST a organização e planejamento do associativismo e cooperativismo emergentes nos assentamentos;

2) As possibilidades de melhoria crescente e sustentável das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais assentados estão diretamente relacionadas com a sua capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nos assentamentos;

As duas premissas encerram contradições entre si. A primeira acentua a tendência implícita no comportamento dos trabalhadores rurais assentados de tentarem consolidarem-se

como camponeses, ou seja, unidades de produção onde a unidade de consumo e a de produção confundem-se, e onde predomina a produção de valor de uso. As possibilidades de a unidade camponesa transformar-se em empresa rural familiar, por exemplo, onde predominaria a produção de valor de troca seria, nas condições vigentes da formação econômica e social locais, muito difíceis, a não ser em casos excepcionais (como espera se tornar a Cooperativa de Pães das mulheres). A alternativa, portanto, de acordo com a segunda hipótese é encontrar formas de associativismo econômico que lhes permita superar as suas limitações enquanto camponeses numa sociedade capitalista hegemônica, que favorece a agroindústria e o agronegócio, via de conseqüência, grandes investimentos como a indústria de celulose.

3. O discurso das novas tecnologias

Como contraface à colonização da monocultura do eucalipto e modelo alternativo da iniciativa liberal, Encruzilhada do Sul parece atravessar fase de incremento na produção de frutas e grãos, havendo, de forma correlata, um esforço de órgãos estatais em criar para o Vale do Rio Pardo maquinário adequado à realidade do recorte da região em pequenas propriedades.

A fruticultura é uma atividade que tem tomado grande espaço nos últimos anos, principalmente pela implantação do programa estadual de Fruticultura Integrada da Metade Sul, o qual visa fomentar o desenvolvimento local, incentivando os produtores e organizando a cadeia produtiva na produção do vinhedo, maçã, pêssigo, amora, figo, citros, melancia, kiwi, entre outros, nas seguintes proporções por área¹⁶:

Fruticultura	Área (ha)
Maça	230
Pêssego	160
Uvas de mesa	10
Melancia	2000
Kiwi	3
Figo	8
Uvas finas	180

¹⁵ CARVALHO, Horácio Martins. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: IICA-MEPF-NEAD, 1998.

¹⁶ Cfe. CARDOSO, D. R. Perfil social e econômico – Município de Encruzilhada do Sul RS. Encruzilhada do Sul: Prefeitura municipal/ Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Mineração e Turismo, 2003.

Destaca-se também a instalação de vinícolas oriundas da serra gaúcha, como a Casa Valduga, que se instalou na região, já produzindo vinhos específicos a partir de cepas locais. São empresas atraídas por questões climáticas e de logística.

Em nossa visita aos vinhedos da Casa Valduga, em turnê propostas pela própria empresa, fizemos uma visita guiada, onde se faz questão de fazer provar a uva ao pé das parreiras, degustação de vinhos e sucos e champagnes, apresentando-se famílias locais, aproveitadas no plantio, e um discurso de “oposição” ao plantio de eucalipto enquanto depredador. O tom é de um turismo rural, com laivos de campesinato europeu.

Vindos da cidade de Rovereto, na Itália, os Valduga teriam começado a plantar os primeiros parreirais em terras brasileiras, continuada pelas gerações que se seguiram. Hoje, a Casa Valduga é uma das maiores atrações do Vale dos Vinhedos, no município de Bento Gonçalves, a 120 quilômetros de Porto Alegre. Na cidade de Encruzilhada do Sul, a Casa Valduga também possui vinhedos apropriados a partir da observação de experiência anterior com cevada. As uvas desta região apresentam um elevado grau de sanidade, devido aos fatores climáticos favoráveis. Os parreirais próprios da Vinícola no Vale dos Vinhedos e Encruzilhada do Sul produzem uvas de castas finas com mudas importadas e certificadas, obtidas através de técnicas de plantio, como o sistema de condução em espaldeira, controle de produtividade e colheita seletiva, que atingem padrões de qualidade com alto grau de concorrência.

A Casa Valduga em Encruzilhada do Sul, ainda segundo a entrevista realizada, dedica especial atenção à elaboração dos espumantes, sendo uma das primeiras vinícolas brasileiras a dominar e desenvolver o método *champenoise* de vinificação. Hoje, possui uma das maiores adegas de espumantes da América Latina, investindo em produtos com padrão de excelência.

Por sua vez, a feira do Pequenos Agricultores do Vale do Rio Pardo vêm se tornando evento político marcante, onde órgãos como a EMBRAPA demonstram seu investimento em criar maquinários para uso em pequenas propriedades, desde o corte da madeira para consumo interno até a destilaria de óleos vegetais enquanto combustível alternativo.

Em nossa visita à Feira regional observamos o especial interesse em apresentar subprodutos da agricultura familiar, como geléias de amora, sabonetes com ervas, sucos de uva e shampoos naturais. Na seção de máquinas para o arado, diversos modelos elétricos para o trabalho manual foram apresentados, com destaque para uma máquina de corte de madeira, que mereceu destaques de diva da exposição, elaborada pela EMBRAPA não para constituir serrarias mas para servir ao pequeno agricultor em seu consumo interno, desde energia a

fabricação de móveis. Todavia, o próprio engenheiro da EMBRAPA admitiu que a veiculação do produto dependeria de negociações com parceiros que a fabricassem dentro de uma expectativa de preço factível.

Nesse mesmo diapasão, estavam em demonstração máquinas “caseiras” para a produção de energia a partir da semente do girassol, produzindo a um tempo ração para animais e óleo capaz de movimentar automóveis, assim como alambiques em miniatura para a produção de bebidas.

Em outros setores galpões inteiros demonstravam os méritos da agricultura orgânica, inclusive com maquetes e modelos exemplificativos de hortas “holísticas”, onde o plantio consorciado de verduras reproduzia o sistema solar. Métodos de irrigação para pequenos terrenos também ocupavam boa parte da mostra.

Por fim, os stands do Município de Encruzilhada do Sul centravam-se em dois produtos centrais: as frutas - inclusive com um mascote de plástico de cerca de metro quadrado, um boneco em forma de amora, o Amorito, que depois serviu de espécie de máscara vestida por um funcionário da municipalidade que desfilou pela feira fazendo a propagando do município, assim como com a presença das princesas de encruzilhada do Sul, que distribuía panfletos convidando para a Festa da Amora a ocorrer em breve – e o churrasco de ovelha – alardeada como a melhor da região e mesmo do Brasil: aqui o município se instalou em uma cozinha com paredes de vidro que davam para uma arquibancada, onde era possível ver o preparo do churrasco e da carne de ovelha ensopada, por parte dos cozinheiros, acepipes que eram servidos seguidamente a audiência.

4. Considerações finais

Os meios para a garantia de facticidade de soluções coletivas, visando a ampliação de tecnologias sociais perpassa, no âmbito, micropolítico, pela reinserção do modelo de desenvolvimento local nos debates públicos, como, por exemplo, a retomada da pauta de revisão do Plano Diretor municipal, previsto pela legislação local para o ano de 2009, assim como, no âmbito macropolítico, pela consecução de políticas ambientais previstas (Unidades de conservação, Bacia hidrográfica) pelo Zoneamento Econômico-Ecológico.

Nesse sentido, vale destacar, por exemplo, que o Plano Diretor do Município de Encruzilhada do Sul, Lei 2.269, de 21 de dezembro de 2004, prevê um Conselho Municipal para sua gestão urbanística que nunca foi criado, estabelece uma divisão em zonas absolutamente aleatória, aponta para anexos que não existem, alude a trabalhos de equipes

técnicas que nunca foram criadas, se autocontradiz ao enunciar uma nova divisão em áreas que não se encontram adequadas ao zoneamento apresentado, utiliza série de termos inadequados como “área de preservação ecológica” (não existe no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e se transforma em um remendo de Código de Obras em sua metade final, sem focar sequer um dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de junho de 2001).

Nas palavras das lideranças regionais do MST, a discussão em torno dos chamados Planos Diretores Participativos nada mais seria do que uma estratégia das elites brasileiras para domesticação dos movimentos sociais, emprestando às decisões das políticas públicas um verniz democrático, que não se concretizaria por permanecer nas mesmas mãos os comandos e a operacionalização das políticas sociais, como a habitação popular e a reforma agrária.

Não obstante leituras extremadas que possuem sua razão ao ideologizar falas em face de enfrentamentos históricos, é necessário apontar na direção de uma visão dos territórios para além dos diferentes domínios que disputam sua hegemonia. Como refere Haesbaert, trata-se de desenhar “territórios alternativos”:

Alternativos, aqui, no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança para uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes.¹⁷

Apenas trabalhando as diversas dimensões aqui apresentadas – o discurso das divisas, o discurso militante e o discurso das novas tecnologias – como parte de um conjunto complexo de posições que forçosamente interagem é que nos parece possível apontar diretrizes para uma harmonização de políticas que garanta uma qualidade social e ambiental de vidas, tanto para as realidades locais como para a política em geral, e que nos afasta dos permanentes dilemas colocados pelas encruzilhadas ideológicas.

5. Referências bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Um plano diferencial para o Brasil. In: Revista **Estudos Avançados** - publicação quadrimestral do Instituto de Estudos Avançados da USP, n.º 9, maio/agosto de 1990.

¹⁷ HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São paulo: Contexto, 2006, p. 11.

ANDRADE, José Célio Silveira. **Conflito, cooperação e convenções**: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999). Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, UFBA, Salvador, 2000.

ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro. **Conflito e cooperação**: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus BA: Editora da UESC, 2003.

AZAMBUJA, Rodrigo Blumberg. Avaliação ambiental da microbacia hidrográfica do Arroio Rondinha, Encruzilhada do Sul – RS – Brasil. Pelotas: UFPel. 2007, projeto de especialização.

CARDOSO, D. R. **Perfil social e econômico – Município de Encruzilhada do Sul RS**. Encruzilhada do Sul: Prefeitura municipal/ Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Mineração e Turismo, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: IICA-MEPF-NEAD, 1998.

COSTA, Elda Peixoto cenira. História de Encruzilhada do Sul, disponível no site <http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/historia-encruzilhada.htm>, acesso em 10 de maio de 2008.

CUNHA, Noel Gomes da; SILVEIRA, Ruy José da Costa; SOARES, Carlos roberto; PINTO, Luiz Fernando Spinelli; MENDES, Roger garcia; SILVA, Juliana brito da; DUARTE, Lílian Rosa; SCHUMACHER, Rafael Lizandro. **Estudo de solos do Município de Encruzilhada do Sul**. Pelotas: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

MADEIRA FILHO, Wilson. Colonização verde: estratégias da política florestal após o Protocolo de Quioto. In: MADEIRA FILHO, Wilson (org.). **Direito e justiça ambiental**. Niterói: PPGSD-UFF, 2002, pp. 217-237.

MADEIRA FILHO, Wilson; PIRES, Marcelle Dias. Indústria florestal. In: MADEIRA FILHO, Wilson; RIBEIRO, Ana Maria Motta; PEREIRA, Mônica Cox de Britto, PRATA FILHO, Dario de Andrade (coordenadores). **Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental**: o caso da reforma agrária no entorno da Reswerva Biológica de Poço das Antas. Niterói: PPGSD-UFF, 2007, pp. 199-209.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. Os motivos para ser contra as plantações. In: www.wrm.org.uy/plantaciones/material/razones%20br.html, acesso em 01/11/2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. <http://www.mst.org.br/mst>, acesso em 10 de maio de 2008.

VALVERDE, Sebastião Renato; SOARES, Naisy Silva; SILVA, Márcio Lopes da. Desempenho das exportações brasileiras de celulose. **Revista Árvore**, nov./dez. 2006, vol.30, no.6, p.1017-1023. ISSN 0100-6762.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

O PROCESSO DE TRABALHO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: CORTE MANUAL DA CANA, PAGAMENTO POR PRODUÇÃO E OUTROS IMPASSES

Juliana Biondi Guanais¹

Resumo

Na agroindústria canavieira, o trabalho do corte manual da cana-de-açúcar é remunerado através do pagamento por produção, onde o salário a ser pago ao trabalhador é calculado com base na quantidade de cana-de-açúcar cortada diariamente. Os sistemas de medição e pesagem da quantidade de cana efetivamente cortada numa jornada diária de trabalho vêm sendo alvo de vários conflitos e negociações trabalhistas no setor canavieiro. Buscando uma saída alternativa ao modelo predominante de aferição da cana-de-açúcar, surge um diferente sistema de metragem e pesagem da mesma, denominado *Quadra fechada*, resultado do entendimento entre o Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis - SP e a Usina Açucareira Ester S/A, sistema esse que permite que a produção diária de cada cortador de cana venha a ser conhecida e fiscalizada por eles próprios. Juntamente a essa questão, outras temáticas imbricadas a ela vêm a tona, todas analisadas no presente trabalho, tais como as atuais reinvenções de formas de exploração do trabalho pelo agronegócio, o pagamento por produção, bem como o sistema *Quadra fechada*.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira; Pagamento por Produção; Quadra Fechada

O presente trabalho pretende trazer a tona algumas questões atuais relativas ao processo de trabalho nos canaviais. O texto tem como objetivo a análise de temas tais como as atuais formas de exploração do trabalho pelo agronegócio, o pagamento por produção, e o modelo alternativo de aferição da produção de cana, denominado *Quadra fechada*, que surgiu em Cosmópolis, na Usina Ester, em contraposição ao modelo predominante em todo o setor. Essa temática mostra-se relevante dentro do contexto atual em que o agronegócio tem sido considerado como o símbolo do desenvolvimento econômico do país em função do saldo positivo no comércio exterior, fruto do aumento das exportações de vários produtos agrícolas.

É preciso lembrar que nos últimos vinte e cinco anos o setor sucroalcooleiro vem passando por uma fase de expansão e modernização crescentes. A grande produtividade desse setor assenta-se no uso extensivo de terras destinadas à produção de somente uma cultura - a cana-de-açúcar - bem como na exploração intensiva do trabalho vivo, isso é, a força de trabalho humana. Assim, são produzidas quantidades enormes de açúcar e álcool no país

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

tornando os produtos nacionais extremamente competitivos no exterior.² De acordo com o professor e pesquisador José Roberto Pereira Novaes (2007):

A expansão da agroindústria canavieira está relacionada com as boas perspectivas do mercado internacional do álcool, como alternativa de energia renovável e menos poluidora que o petróleo. Além disso, o mercado internacional do açúcar também é favorável (...) a competitividade da produção brasileira no mercado internacional têm atraído investimentos de grupos internacionais para essa agroindústria no Brasil, assegurando a expansão das atividades desse setor.(NOVAES, 2007, p.169-170)

Essa explosão no interesse pelo álcool brasileiro nos últimos anos acabou por provocar uma valorização geral de tudo aquilo que se relaciona ao setor sucroalcooleiro, como terras, equipamentos e o valor das próprias usinas. Holofotes voltados para o produto nacional, as empresas brasileiras cresceram, atraíram capitais estrangeiros, chegando até a despertar o interesse de outros setores da economia para a cana-de-açúcar.

Soma-se a esse quadro a enorme propaganda que vem sendo realizada em torno dos biocombustíveis, sobretudo do etanol, combustível renovável advindo do álcool. A produção em larga escala desse biocombustível tem sido largamente incentivada principalmente pelos representantes do setor sucroalcooleiro, bem como pelo governo brasileiro. O argumento central defende a idéia do etanol ser um tipo de “combustível limpo”, muito menos poluente que o petróleo e seus derivados e conseqüentemente, menos agressivo ao meio-ambiente.

Mas ao falar sobre a agroindústria canavieira e suas crescentes taxas de produção, é preciso ressaltar ainda que essas vêm aumentando a cada ano em função da maior produtividade daqueles que são os responsáveis diretos pela produção dessa riqueza, ou seja, os trabalhadores temporariamente contratados para o corte da cana. Em geral, os cortadores de cana são migrantes de outras regiões do país – principalmente Nordeste e norte de Minas Gerais – que vêm trabalhar para as usinas de açúcar e álcool localizadas no interior do estado de São Paulo³. Na grande maioria dos casos, esses trabalhadores são do sexo masculino e jovens, e acabam por se deslocar quase todos os anos a partir do mês de Março para o local em que irão trabalhar. Os migrantes permanecem, em média, de oito a dez meses nos locais de trabalho, residindo nos alojamentos coletivos das usinas ou nas pensões das “cidades-

² De acordo com os cálculos da UNICA (União da Indústria de cana-de-açúcar), o Brasil tem atualmente 6,3 milhões de hectares plantados com cana, mas em cinco anos a área deverá atingir 10,3 milhões, com produção prevista de 728 milhões de toneladas. Para atingir esse patamar, o setor deve investir US\$ 17 bilhões e acrescentar 76 novas usinas às 325 já existentes (Folha de São Paulo, Dinheiro, B5, 18/03/2007).

³ É importante assinalar que com a atual expansão dessas usinas, as mesmas vêm se alocando em outras regiões, que não aquelas tradicionalmente utilizadas, como Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e sul de Minas Gerais, o que acaba por alterar a cartografia dos movimentos migratórios.

dormitórios”, retornando para sua terra natal somente no final de Novembro ou Dezembro, após o término da safra.

Mas por que migrar? Dentre outros motivos - como o processo de expropriação de suas terras por latifundiários ou empresas de reflorestamento, como ocorreu no Vale do Jequitinhonha - em geral esses homens de diferentes regiões do país migram porque não conseguem arrumar emprego em sua terra natal. Tendo família para cuidar e sem conseguir serviço na própria cidade, os trabalhadores acabam vendo a migração como a única alternativa para conseguirem sobreviver. Essa migração é, portanto, quase forçada, levada pela “precisão” (como dizem os próprios trabalhadores).

Geralmente essa força de trabalho é recrutada pelos “gatos”, os agenciadores de mão-de-obra responsáveis pela terceirização das relações de trabalho. Encontrando-se destituídos de meios reais de sobrevivência em seus locais de origem, e sem qualquer tipo de alternativa, os trabalhadores vêm-se obrigados a aceitar o trabalho no corte da cana nas diferentes usinas do país por ser essa uma atividade que acaba por assegurar uma renda e conseqüentemente a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. Sem pecúlio algum, não são raras as ocasiões que esses homens se endividam já no momento de partida⁴.

Essa força de trabalho é alocada para o trabalho manual no corte da cana, uma vez que se trata de uma tarefa de baixa qualificação. Isso faz sentido dentro do atual quadro de expansão e modernização da agroindústria canavieira, a qual passa a ter sua cadeia produtiva cindida em dois processos distintos. Dessa forma, ao longo de todo o processo produtivo convivem concomitantemente o trabalho manual e o mecanizado, sendo que para esse último os critérios de seleção priorizam profissionais especializados e melhor qualificados⁵.

Para o sistema manual do corte da cana as exigências de seleção são outras, priorizando-se critérios de habilidade, destreza, força e resistência física dos trabalhadores, todas características imprescindíveis para se assegurar o aumento de produtividade nesse sistema de corte que supõe a intensificação do ritmo de trabalho. Deve-se ressaltar que a remuneração desses trabalhadores é feita de acordo com sua produtividade individual, ou seja,

⁴ O endividamento é um tema que foi amplamente discutido por alguns autores, como Lygia Sigaud, Afrânio Garcia Jr., Moacir Palmeira e Marcos P. de Lanna, os quais analisaram o poder simbólico e material envolvido nesse endividamento.

⁵ Nesse momento, deve-se ressaltar a discussão atual sobre a tendência de mecanização nos canaviais. De acordo com Márcia Azanha F. D. de Moraes (2007), a proibição da queima da cana-de-açúcar acaba por acelerar a mecanização da colheita, o que traz impactos negativos sobre o número de empregados das lavouras canavieiras, uma vez que empregos serão criados, porém nas usinas de açúcar e álcool, e não nas lavouras agrícolas. Isso também trará como conseqüência a mudança no perfil requerido do trabalhador agrícola, atualmente de baixa escolaridade.

a agroindústria canavieira opera com a lógica do pagamento por produção, tema esse que será analisado mais adiante.

É importante atentar para o fato de que atualmente as condições de trabalho nesse setor são caracterizadas pela altíssima intensidade da produtividade exigida sem que tenha havido mudanças substanciais na forma do corte e nos instrumentos de produção. Em um de seus textos, a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva (2006) demonstra que na década de 1980 a produtividade média exigida de cada trabalhador era de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia; em 1990, passa para 8 a 9 toneladas; em 2000, para 10, e a partir de 2004 até hoje, para 12 a 15 toneladas/dia. A despeito de todo esse aumento de produtividade, o instrumento básico de trabalho para o corte manual da cana continua sendo o mesmo podão de décadas atrás.

Ao analisar o processo de expansão e modernização pelo qual passa a agroindústria canavieira, Maria Aparecida de Moraes (1993) defende a idéia de que no contexto atual as antigas formas da dependência pessoal, predominantes no passado, estiolaram-se. Atualmente e ao longo de todo o processo produtivo que envolve o setor sucroalcooleiro, outras formas de dominação e exploração se fazem sentir, tal como no controle e na disciplina exacerbados que são impostos aos trabalhadores no decorrer do processo de trabalho⁶.

A imposição da *média* de 10 toneladas/dia de cana cortada por trabalhador pode ser vista tanto como uma violência dirigida aos canavieiros, como também como uma forma de domínio e de controle do trabalho dos cortadores, que se vêem obrigados a atingir esse patamar para assegurar seu emprego. É preciso lembrar que essa imposição está intimamente vinculada ao pagamento por produção. De acordo com Moraes (2007):

o aumento da produtividade é incorporado pelo próprio trabalhador durante o ato produtivo, o que eleva a taxa de exploração, sem a necessidade de investimentos de capitais em máquinas ou outros equipamentos (MORAES, 2007 .p.76)

Para a autora, tanto a imposição da *média* como sua aceitação pelos trabalhadores constitui um dos elos das chamadas “correntes invisíveis” que atam os canavieiros às relações de dominação. A imposição de uma produtividade mínima pode ser vista como uma espécie de coerção moral, consistindo numa das formas possíveis da atual reinvenção da exploração do trabalho pelo agronegócio.

⁶ Deve-se destacar que ao longo da história do Brasil existiram vários momentos de modernização da agricultura, momentos esses que criaram formas específicas de organização e de relações de trabalho. Nesse sentido, o contexto e as relações de trabalho atuais estão no interior desse processo histórico de modernização da agricultura brasileira, o que faz com que herdem características do passado e, ao mesmo tempo, possuam algumas particularidades e novidades.

Ao pretender analisar as formas de dominação a que os trabalhadores rurais estão submetidos, faz-se mais do que necessário levar em conta as estratégias criadas pelas usinas, as quais têm como maior objetivo o aumento crescente de sua produção. Como já mencionado anteriormente, uma dessas estratégias é imposição da *média* aos trabalhadores, os quais são obrigados a cortar no mínimo 10 toneladas/dia para assegurarem seu emprego. É importante perceber que essa estratégia acaba servindo como uma forma de selecionar os melhores e mais produtivos trabalhadores, aqueles que realmente interessam às usinas. Outra estratégia diz respeito às técnicas motivacionais para estimular a competição entre os próprios trabalhadores e aumentar a produtividade do trabalho. Os Programas de Participação de Resultados (PPR) são um exemplo disso, uma vez que consistem num estímulo financeiro dado com as bonificações concedidas pelas usinas quando as metas de produção são cumpridas.

Além dos exemplos citados acima, existem nos dias de hoje outras formas de controle e conseqüentemente de domínio dos trabalhadores no âmbito do trabalho nos canaviais. A permanência de certas denominações como “eito” e “feitor”, somadas às práticas tais como as “listas negras” e os “ganchos”⁷ simbolizam, ainda hoje, algumas dessas “novas” formas de sujeição e controle social dos trabalhadores. Retomando o raciocínio de Moraes (2007), todas essas atuais configurações da dominação e opressão a que os cortadores de cana têm sido submetidos acabam sendo de certa forma “aceitas” pelos mesmos, os quais, na grande maioria das vezes silenciam ou mesmo negam as situações de sofrimento e exploração que vivenciam. Nas palavras da autora:

pode-se afirmar, segundo as idéias de Elias, que há uma pressão constante e regular exercida sobre a vida desses indivíduos, os quais mal a sentem, pois já se habituaram a ela, tendo em vista que o comportamento e a plasmação das pulsões foram, desde a infância, ajustados a esta organização da sociedade. Conforme o autor, a verdadeira coação é aquela que o indivíduo exerce sobre si mesmo. Logo, a imposição de altas taxas de produtividade do trabalho, que extrapolam os limites físicos dos trabalhadores, levando-os, em alguns casos, à morte, é suportada em virtude deste processo de introjeção da autodisciplina que os acompanha durante toda a vida.(MORAES, 2007, p.78)

Ao interpretar a realidade dos trabalhadores rurais cortadores de cana sob à luz da reflexão de Nobert Elias (1993), acabamos de certa forma “invertendo” a lógica da dominação. Nesse sentido, aquela enorme pressão e coação a que estão submetidos os cortadores não

⁷ As “listas negras” são elaboradas pelas usinas e têm como conteúdo o nome de alguns trabalhadores que estão “marcados” por terem desobedecido às normas legais ou por qualquer outro motivo que sirva como critério para as usinas proibirem a atividade dos trabalhadores por um período de tempo estipulado. Já os “ganchos” são os mecanismos criados para suspender o trabalhador por um tempo, caso a tarefa não tenha sido bem executada ou tenha havido desobediência aos feitores.

adviria dos representantes das usinas nem dos “feitores”, mas sim, dos próprios trabalhadores. Assim, em virtude desse processo de introjeção da autodisciplina, tais trabalhadores passam a instituir o “feitor”, o “capataz” dentro de si próprios, dispensando, portanto, a necessidade da coação de um agente externo.

Esse processo acaba servindo perfeitamente aos propósitos do setor sucroalcooleiro, uma vez que no atual contexto de expansão do setor, o mesmo estabeleceu como objetivo central o aumento crescente de sua produção. Nesse sentido, é de extrema valia para as usinas possuírem trabalhadores que incorporem sua lógica, isso é, que façam dos objetivos da empresa seus reais objetivos.

Práticas ilegais como o “Prêmio da semana” ou “Podão de ouro” servem bem para exemplificar o que foi dito acima. Essas consistem na premiação por parte das usinas do trabalhador mais produtivo, o qual, por sua vez, vem a receber um brinde (que pode variar de um celular até uma moto) em função de ter superado os demais colegas no quesito quantidade de cana cortada. Como as outras, tal prática acaba por incitar ainda mais a competição entre os cortadores, que muitas vezes passam a se empenhar além do suportável para cortar mais cana do que os demais. É importante destacar que quando inseridos nesse contexto competitivo, muitos trabalhadores começam a ver nos companheiros de trabalho verdadeiros rivais e concorrentes que podem vir a superá-los. Para agravar ainda mais essa situação, cabe assinalar que essa busca desenfreada pela mais alta produtividade acaba não apenas os predispondo às doenças ocupacionais, mas também favorecendo os acidentes de trabalho e até mesmo as mortes nos canaviais.

Ao analisarmos mais profundamente esse contexto, percebemos que atualmente as usinas e seus representantes acabam por incutir nos trabalhadores uma lógica muito específica: passa-se para os cortadores de cana a idéia de que eles são o seu próprio negócio, ou seja, são eles os únicos responsáveis por seus resultados, pela sua produtividade. De acordo com isso, o bom desempenho ou o fracasso dos trabalhadores depende única e exclusivamente deles próprios e de seus esforços dispendidos. A partir desse exemplo, podemos perceber que o trabalho de cooptação e de dominação dos trabalhadores continua presente nos dias atuais, e cada vez melhor sucedido. Ainda que formulada em outro contexto regional, a citação de Afrânio Garcia Jr. (1989) aplica-se integralmente ao caso das usinas paulistas:

O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante.(GARCIA Jr., 1989, p.42)

Após toda essa reflexão acerca das possíveis formas da atual reinvenção da exploração do trabalho pelo agronegócio, faz imprescindível a análise do **pagamento por produção**⁸ (ou pagamento por produtividade) – forma de remuneração predominante do trabalho no corte manual da cana – objeto de tantas polêmicas e discussões.

Em seu artigo *Por que morrem os cortadores de cana?*⁹, Francisco Alves ressalta que essa forma de pagamento é muito antiga, já sendo criticada por Adam Smith (em fins do século XVIII), e por Karl Marx (no século XIX), os quais a consideravam como uma das formas de pagamento mais desumanas e perversas existentes.

Segundo a lógica do pagamento por produção, a remuneração do trabalhador é equivalente à quantidade produzida pelo mesmo, isto é, “quanto mais se corta, mais se ganha”. No caso dos trabalhadores cortadores de cana que recebem de acordo com esse sistema, os mesmos se vêem obrigados a aumentar cada vez mais seu ritmo de trabalho com vistas a uma melhor remuneração. Em linhas gerais, essa forma específica de remuneração pode ser vista como uma modalidade do salário por peça, analisado por Karl Marx em *O Capital* (1988). Como assinalava Marx, essa modalidade de salário é utilizada quando se deseja simultaneamente elevar ao máximo possível a intensificação das tarefas e expandir a jornada de trabalho.

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal. (MARX, [1867] 1988, p.135)

O pagamento por produção é uma forma de remuneração muito comum na agricultura e ao mesmo tempo em que incentiva a extensão e a intensificação da jornada de trabalho – funcionando como um acicate ao trabalho excessivo dos cortadores – funciona também como um engenhoso método de introversão da disciplina e do autocontrole do trabalhador.

No contexto do trabalho nos canaviais, o salário por produção vem sendo apontado por alguns especialistas como a principal causa da fadiga, dos acidentes, das doenças ocupacionais, das mutilações e das mortes dos trabalhadores contratados para o corte da cana.

⁸ Márcia Azanha F. D. de Moraes (2007), afirma que a remuneração por produção tem ampla base legal, sendo prevista no artigo 457, § 1º da CLT, bem como incontroversa aceitação doutrinária e jurisprudencial. Da mesma forma é prevista em normas coletivas de trabalho para diferentes culturas. Contudo, apesar de ser prevista em legislação aplicável, diversos pesquisadores têm questionado o salário por produção dos empregados da lavoura canavieira. Esse é o caso do professor e pesquisador Francisco Alves (2006), que associa essa forma de pagamento com as recentes mortes de trabalhadores nos canaviais.

⁹ ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. *Saúde e Sociedade*, v. 15, n° 3, set.-dez. 2006.

O professor Francisco Alves é conclusivo quanto às conseqüências da fatigante jornada de trabalho sobre a vida e a morte dos cortadores da cana:

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia:

- Caminha 8.800 metros.
- Despende 133.332 golpes de podão.
- Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros.
- Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana.
- Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal.

Com todo este detalhamento da atividade do corte de cana, fica fácil entender por que morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo: por causa do excesso de trabalho.¹⁰

Na avaliação do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, a origem das mortes nos canaviais paulistas também residiria neste sistema de remuneração por produção. Na avaliação do promotor público do trabalho Mário Antonio Gomes:

É nele que reside o problema. O trabalhador só ganha um valor suficiente, cerca de R\$ 900 a R\$ 1,2 mil, se cortar mais cana. Como a remuneração básica de R\$ 400 não consegue atender às necessidades, cortar volumes de 10 a 20 toneladas de cana por dia é o único jeito de o trabalhador alcançar uma remuneração melhor.¹¹

Em seu texto *O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades*¹², Márcia Azanha também trata da questão do pagamento por produção, afirmando que até o momento presente não existem estudos científicos que demonstrem o nexos causal entre essa forma de pagamento e as mortes que têm ocorrido nos canaviais. Entretanto, a autora ressalta que no estado de São Paulo, o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, responsável por seiscentos municípios do estado, anunciou em 2006 que pretendia entrar com uma ação civil pública para tentar eliminar na justiça o sistema de remuneração por produção para o pagamento dos empregados da lavoura canavieira, acreditando ser o mesmo o causador das mortes dos cortadores de cana.

¹⁰ ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. *Saúde e Sociedade*, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006, p. 96. Sobre o processo de trabalho na cana, ver ALVES, Francisco. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991

¹¹ Mortes ofuscam brilho do etanol. *O Estado de São Paulo*, 01 de abril de 2007, <http://txt.estado.com.br/editorias/2007/04/01/eco-1.93.4.20070401.57.1.xml> Acesso em 02/04/2007

¹² MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. *Economia Aplicada*, nº4, vol. 11, Out/Dez 2007, pp. 605-619.

A discussão sobre a extinção ou não dessa forma de remuneração está cada vez mais longe de chegar ao fim. A erradicação do pagamento por produção não é consensual entre os sindicatos profissionais, visto que a grande maioria dos trabalhadores é favorável à manutenção do mesmo. Nesse ponto específico, os cortadores de cana estão do mesmo lado que os representantes do setor sucroalcooleiro e a UNICA (União da Indústria de cana-de-açúcar), também defensores dessa forma de remuneração.

José Roberto Novaes (2007), também traz contribuições para esse debate. De acordo com o professor:

Do ponto de vista sindical, contudo, a polêmica se dá em torno da seguinte questão: reafirmar “a conquista” do ganho produtividade do trabalho no corte manual da cana ou substituir essa forma de remuneração da produção pelo salário? Essa polêmica está presente nas pautas sindicais. Não há consenso. Porém, todos concordam que é urgente aumentar o preço da unidade de cana cortada, criar mecanismos para que os trabalhadores possam controlar a metragem e a pesagem da cana cortada e para que participem efetivamente das instâncias formadoras dos preços da cana.” (NOVAES, 2007, pp. 174-175).

Cabe ainda acrescentar que o pagamento por produção e o sistema de corte manual da cana vêm provocando vários conflitos entre usineiros e trabalhadores, principalmente em razão das avaliações fraudulentas no preço e sobretudo na pesagem da cana colhida.¹³ Esses embates ocorrem porque o predominante sistema de corte manual impede que os trabalhadores venham a conhecer a quantidade de cana que realmente cortaram num dia. Muitos destes conflitos expressam a luta dos trabalhadores pelo direito de saber o quanto produzem e por um controle tanto da área cortada quanto da própria pesagem da cana.

O sistema de corte manual que atualmente prevalece na agroindústria canavieira paulista é conhecido como “*campeão*”, tal como é chamado pelos próprios trabalhadores. Nesse sistema, antes de se iniciar o trabalho do corte da cana, um caminhão da usina é carregado com uma amostra de cana colhida e medida em três pontos diferentes de um talhão ou quadra (área delimitada de terra onde a cana será cortada). Em seguida, o caminhão transporta a cana para a balança da usina e após a pesagem é efetivada a conversão da tonelada em metro linear, encontrando-se uma paridade $x \text{ metros} = x \text{ toneladas}$. Com base no preço da tonelada (estabelecido no acordo coletivo de trabalho), estabelece-se o valor do metro linear. O valor encontrado para as amostras é considerado válido para toda a quadra ou talhão. O

¹³ Sobre as fraudes na pesagem e as lutas dos trabalhadores, ver: ADISSI, P. J. , SPAGNUL, W. Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. *Proposta*, v. 14, n. 42, out. 1989, p. 47-52; ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. *Saúde e Sociedade*, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006, p. 90-98; *Estudos sobre as convenções coletivas da categoria canavieira – São Paulo, Pernambuco e Goiás: 1989-2005*. Brasília : São Paulo, DIEESE, MDA e NEAD, 2007 (NEAD Estudos. 17), p. 24-38.

problema desse sistema é que as usinas costumam escolher os pontos onde a cana é mais fraca e com menor peso. Isso é feito para abaixar o preço da cana, e, conseqüentemente, o salário dos cortadores de cana. É importante ressaltar que no sistema *campeão*, os trabalhadores teriam o direito de acompanhar todo esse processo, o que na realidade quase nunca ocorre, uma vez que se os cortadores se dispusessem a acompanhá-lo, perderiam meio-dia de trabalho, pois não estariam dedicando-se ao próprio corte da cana, prejudicando, assim, sua remuneração¹⁴.

Pensando numa alternativa a esse sistema, surge o *Quadra fechada*, um modelo bastante diferente do anterior. Faz-se necessário ressaltar que o novo sistema é fruto de uma idéia de um cortador de cana, trabalhador da Usina Ester (localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo). De acordo com o dirigente sindical do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis¹⁵, Paulo César de Lima, no ano de 1998 os trabalhadores rurais ligados à Usina Ester mostravam-se muito descontentes com o baixo peso pago pela cana de acordo com o sistema *campeão*, quando decidiram entrar em greve. Nesse momento, pensando em resolver o impasse, um trabalhador rural sugeriu uma simples e notável mudança: propôs que toda a cana de uma quadra inteira fosse carregada e pesada. Feita a pesagem, verificou-se que o peso da cana era superior ao peso medido através do sistema *campeão*. Foi deste campo de lutas entre forças sociais desiguais que emergiu o sistema *Quadra fechada*, implantado no Brasil apenas em Cosmópolis, na Usina Ester.

Diferentemente do sistema *campeão*, com o *Quadra fechada* o preço é estipulado a partir do peso da cana de toda a quadra. Dessa forma, evita-se que sejam pesados apenas pontos em que a cana tem baixo peso. Além desse primeiro controle, o *Quadra fechada* também permite que os trabalhadores fiquem sabendo exatamente a quantidade de cana que cortaram no dia, já que, junto à balança da Usina Ester, foi implantado um computador controlado por um fiscal do sindicato, impedindo, portanto, que haja roubos no momento de pesagem da cana. Dessa forma, os trabalhadores podem receber o equivalente à quantidade de

¹⁴ Francisco Alves (2006) resalta que sendo os cortadores de cana remunerados de acordo com o pagamento por produção, aqueles que se dispõem a acompanhar as etapas de pesagem da cana, acabam perdendo meio-dia de trabalho, e isso acaba afetando sua remuneração, pois se não trabalham, não recebem. Soma-se a esse fato outro também importante, que diz respeito às perseguições daqueles que participam do processo e se sentem marcados pelos fiscais e gatos, temendo perder seus empregos.

¹⁵ Em Cosmópolis, a entidade sindical que representa a categoria dos trabalhadores assalariados rurais faz parte da geração de sindicatos que foram criados após o movimento grevista de Guariba. Intitulado de Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínea e Campinas, ele foi fundado em 10/12/1986 e legalizado em 12/02/1989. Atualmente o SER-Cosmópolis é filiado à CUT, central sindical que teve sua entrada no meio rural através da concessão de um grande apoio à formação dos Sindicatos dos Empregados Rurais e da Feraesp em contraposição à prática sindical desenvolvida pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à Fetaesp e à Contag.

cana cortada, o que não acontecia no sistema *campeão*, pois era no momento da pesagem, que não era acompanhado pelos trabalhadores, que estes eram fraudados, recebendo, portanto, menos do que deveriam¹⁶.

É importante ressaltar que o *Quadra fechada* se trata de uma exceção à regra, uma vez que qualquer modelo alternativo ao vigente – o *campeão* - é amplamente rechaçado pelos representantes do setor sucroalcooleiro, os quais, de acordo com Francisco Alves (2006), acreditam que se todos os trabalhadores cortadores de cana adquirissem o controle do seu pagamento, as usinas acabariam perdendo seu principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho.

Mas, ao nos defrontarmos com a existência do *Quadra fechada*, é normal nos questionarmos: Por que então não generalizar a implantação desse sistema alternativo que já está em funcionamento para as outras usinas do país? Uma pergunta tão simples como essa não apresenta uma solução igualmente fácil. A substituição do *campeão* pelo *Quadra fechada* se deu após inúmeros conflitos e negociações entre o Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Usina Ester e os trabalhadores. Nessa ocasião, também foram indispensáveis a mobilização dos trabalhadores rurais e uma postura bastante combativa por parte do sindicato em questão.

No atual contexto, fica nítido justamente o contrário, isto é, a ausência cada vez maior de entidades sindicais comprometidas com a defesa dos direitos dos trabalhadores, sejam eles trabalhistas ou sociais. Atualmente, a grande maioria dos sindicatos rurais passa a imagem de defensor dos trabalhadores, o que não ocorre na realidade, uma vez que tais sindicatos têm se mostrado muito mais próximos dos representantes do setor sucroalcooleiro e a serviço de seus inescrupulosos interesses. Essa falência das estruturas sindicais é um fato relativamente recente, e vem sendo analisado por pesquisadores de diversas áreas.

Diante desse complicado quadro percebemos a complexidade da questão. Estando os trabalhadores cortadores de cana limitados em suas formas de enfrentamento aberto e direto com as usinas (pelos motivos acima analisados), e, ao mesmo tempo também destituídos de uma entidade sindical que os auxilie verdadeiramente em sua luta, é cada vez mais comum e rotineiro encontrarmos em pleno século XXI o desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas.

De uma forma geral, não se pode negar que os cortadores de cana conseguiram alguns avanços ao longo das últimas duas décadas, entretanto, é inegável também a permanência de situações indignas de trabalho encontradas em profusão em todas as regiões canavieiras do

¹⁶ Para mais informações sobre o sistema *Quadra fechada*, assistir ao documentário *Quadra Fechada* (2006), direção de Beto Novaes.

país, inclusive nas modernas usinas paulistas. Bons exemplos disso são os casos de trabalhadores que foram submetidos às condições análogas a escravo, e as mortes nos canaviais por excesso de trabalho. O não cumprimento e o não pagamento dos direitos trabalhistas assegurados por lei, o crescimento das terceirizações, o não cumprimento dos Acordos Coletivos, dentre outras coisas, também vêm a somar-se a esse já complicado contexto.

Diante disso, faz-se mais do que urgente que a sociedade civil fique a par de tudo o que está acontecendo, e que venha a auxiliar os demais defensores dos direitos dos trabalhadores rurais cortadores de cana na elaboração de propostas que visem a melhoria geral das condições de vida e de trabalho dessas pessoas.

Bibliografia

ADISSI, Paulo José e GUEDES, Dimitri Taurino. Comparação entre os sistemas de corte manual de cana-de-açúcar: 9 carreiras versus cinco carreiras. *Produto e Produção*, nº 2, vol. 7, Junho de 2004, pp.3-12.

ADISSI, P. J. , SPAGNUL, W. Convenções coletivas: quantificando o roubo dos patrões. *Proposta*, v. 14, n. 42, out. 1989, p. 47-52.

ALESSI, Neiry Primo e NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos e Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2), 1997

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana?. *Saúde e Sociedade*, nº3, vol.15, Set/Dez 2006, pp.90-98.

BALSADI, Otavio Valentim. Mercado de trabalho na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004. *Informações Econômicas*, São Paulo, IEA, v. 37, nº 2, fev. 2007

CORRÊA, Ellen Gallerani. *O sindicalismo entre os trabalhadores rurais temporários na cidade de Cosmópolis*. Relatório final de iniciação científica. Campinas, 2007.

COSTA, Cândida e NEVES, Ciani Sueli das. Superexploração do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. In: Maria Helena Rodrigues (org.). *Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais – Informe 2005*. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Rio de Janeiro, 2006

DIEESE. *Estudos sobre as convenções coletivas da categoria canavieira* – São Paulo, Pernambuco e Goiás: 1989-2005. Brasília : São Paulo, DIEESE, MDA e NEAD, 2007 (NEAD Estudos. 17)

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. da UnB e CNPq, 1989.

LOPEZ-RUIZ, Oswaldo. *O Ethos dos Executivos das Transnacionais e o Espírito do Capitalismo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* – volume I, livro primeiro: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Nova Cultural, 1988, (Capítulo XIX – O salário por peça).

_____. *O capital: crítica da economia política* – volume II, livro primeiro: o processo de produção do capital [1867]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Capítulo XXI - Reprodução simples).

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUF, 2002.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. *Economia Aplicada*, nº4, vol. 11, Out/Dez 2007, pp. 605-619.

NOVAES, José Roberto Pereira. Dores e febres nos canaviais paulistas. *Revista Estudos Avançados* 21 (59), 2007, pp.167-177.

NOVAES, José Roberto Pereira e ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalhadores e trabalhadoras rurais: a condição humana negada. *Revista São Paulo em Perspectiva*, nº3, vol 7, Julho/Set. 1993, pp. 116-124.

_____. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. *Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo:Ed. Unesp, 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, nº2, vol 33, Agosto/Dezembro 2006, pp. 111-114.

_____. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006, p. 74-108.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, José Roberto Pereira e ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007, pp.55-86.

THOMAZ Jr., Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana (a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

O SOFRIMENTO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O DESCASO E O ANONIMATO ALIMENTANDO A CADEIA PRODUTIVA DO ETANOL E DO AÇÚCAR

Raquel Santos Sant'Ana¹
Gabriela Antunes dos Santos Antonio²
Suellen C. P. B. de Sousa³

Resumo

Este artigo discute a situação vivenciada pelo trabalhador ou o ex- trabalhador rural assalariado num dos elos da cadeia produtiva da agroindústria canavieira: o corte e plantio da cana de açúcar. A pesquisa abrange a região nordeste do estado de São Paulo incluindo as seguintes regiões administrativas: São Joaquim da Barra, Ituverava, Franca, Barretos, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos. Aqui serão relatados dados parciais da pesquisa mais ampla, que envolve a relação entre trabalho e assistência social em municípios de pequeno porte cuja economia gira principalmente em torno da agricultura canavieira. Além disso, o artigo problematiza o modelo de desenvolvimento agrário vigente no país, a política dos agro-combustíveis.

Palavras-chave: Trabalhador Rural Assalariado; Agroindústria Canavieira, Assistência Social

1. Apresentação

Este artigo discute a situação vivenciada pelo trabalhador ou o ex- trabalhador rural assalariado num dos elos da cadeia produtiva da agroindústria canavieira: o corte e plantio da cana de açúcar. A pesquisa abrange a região nordeste do estado de São Paulo incluindo as seguintes regiões Administrativas e de Governo: São Joaquim da Barra, Ituverava, Franca, Barretos, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Araraquara e São Carlos.

O estudo enfoca as condições de vida e trabalho daqueles que se inserem neste ramo de atividade, mas que são trabalhadores com cerca de 40 anos e residentes nos municípios há mais de 5 anos; portanto, ao contrário da maioria dos trabalhadores que cortam cana de açúcar, foram escolhidos trabalhadores que não são jovens ou migrantes recentes. A opção

¹ Professora do departamento de Serviço Social e membro do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP de Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Terra e Raiz e membro do grupo Teoria Marxiana e Serviço social.

² Discente do 4º ano de graduação em Serviço Social, integrante do grupo de extensão NATRA – Núcleo Agrário Terra e Raiz, membro do grupo de Pesquisa Terra e Raiz, bolsista PIBIC/CNPq.

³ Discente do 4º ano de graduação em Serviço Social, integrante do grupo de extensão NATRA – Núcleo Agrário Terra e Raiz, membro do grupo de Pesquisa Terra e Raiz, bolsista PIBIC/CNPq.

por este segmento deveu-se ao interesse em levantar dados que possibilitassem a análise da relação entre trabalho e assistência social em municípios de pequeno porte onde a economia está principalmente relacionada à agroindústria canavieira.

Em cada uma das 8 regiões administrativas foram selecionados 2 municípios de pequeno porte nível I, segundo critério classificatório da Política Nacional de Assistência Social e, com baixa densidade demográfica. A partir de um enfoque qualitativo, procurou-se inicialmente entrevistar os assistentes sociais ligados à área da assistência social da Prefeitura Municipal e, depois, dois trabalhadores residentes nos municípios selecionados: um que ainda está trabalhando no corte da cana e, outro que já deixou a atividade. A pesquisa ainda está em curso: foram ouvidos 15 assistentes sociais e 11 trabalhadores rurais e neste artigo serão apresentados apenas alguns fragmentos dos relatos dos trabalhadores para que a problemática vivenciada por eles possa ser dimensionada.

Este artigo problematiza o modelo de desenvolvimento agrário vigente no país, a política dos agro-combustíveis e, procura mostrar a relação entre trabalho e assistência social. Para isto vale-se de estudos de especialistas a respeito da temática, bem como apresenta os resultados parciais da pesquisa na região nordeste do estado de São Paulo sobre as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados na cultura canavieira e, principalmente, a gravidade e intensidade do adoecimento a que estão submetidos devido o trabalho penoso e exaustivo que exercem.

2. A ênfase deste modelo de desenvolvimento agrário: o modelo agroexportador e a política dos agrocombustíveis

Desde o período militar até os dias atuais, as políticas de desenvolvimento agrário promovidas pelos diversos Governos sempre primaram pelo desenvolvimento de um modelo poupador de força de trabalho, que prioriza o uso intensivo de agrotóxicos e voltado para a grande agricultura capitalista.

A partir da década de 1970 intensifica-se os chamados CAIs, Complexos Agroindustriais, incluindo diversos produtos voltados para a exportação, como por exemplo, soja, milho e, em especial a cana de açúcar, com o Pro-álcool.

Naquele período grandes financiamentos governamentais destinaram-se aos diversos capitais envolvidos neste ramo de atividade. No Programa destinado à produção do álcool etílico, por exemplo, foram investidas grandes somas de recursos públicos para a construção das usinas de álcool em todo o país.

Estabeleceu-se que, para a ampliação ou construção de destilarias, o governo concederia créditos, para financiar 80% a 90% dos investimentos, a juros de 10 a 17% ao ano, sem correção monetária, com 3 anos de carência e 12 anos para amortização. Para o plantio de canaviais, os créditos financiariam 100% dos gastos, juros a 13% a 15%, carência de 2 anos, e amortização das inversões fixas de 5 a 12 anos e dos gastos de custeio de 1 a 3 safras (SAMPAIO E SILVA, 1981, p.07).

O uso intensivo de agrotóxicos e a contratação de trabalhadores com remunerações precárias sempre foram a marca de todo este modelo de desenvolvimento agrário proposto e executado ao longo de todo o final do século XX e, que está adentrando o século XXI com características ainda muito semelhantes. Outro fator também muito presente ao longo da história deste modelo produtivo foi a contaminação de rios e nascentes e a destruição da fauna e da flora e a expulsão de milhares de pequenos produtores de suas terras.

Em condições tão adversas, o embate dos trabalhadores com o capital se materializou em diversas frentes: na luta pela terra, nas greves dos trabalhadores rurais assalariados, na organização de sindicatos, nas lutas ambientais e pela preservação da fauna e da flora. Trabalhadores e alguns segmentos da sociedade civil organizada permaneceram ao longo destas últimas décadas lutando para denunciar este modelo de desenvolvimento agrário que, ao invés de promover o desenvolvimento humano e a vida, ao contrário, tem concentrado ainda mais a riqueza e a renda nas mãos dos grandes proprietários rurais, e também daqueles que hoje representam os capitais envolvidos na cadeia produtiva do chamado “agronegócio”, ou seja o capital industrial e financeiro.

O termo agronegócio, na realidade, é expressão política que procura, principalmente nas últimas décadas, dar modernidade às relações extremamente arcaicas no âmbito produtivo mas, que em síntese, representa a integração de atividades agrícolas com a indústria e o capital financeiro.

Segundo Szmrecsányi (2007), o agronegócio brasileiro possui três modalidades: o deslocamento da policultura alimentar por monoculturas extensivas voltadas para os mercados externos; a substituição destas pela pecuária extensiva nas áreas por ela abandonadas; e a substituição delas por extensos reflorestamentos homogêneos baseado em espécies exóticas. A primeira e a terceira modalidade podem ter por objetivo a bionergia - isto é a produção de biocombustíveis.

Os biocombustíveis incluem o etanol, o biodiesel e o carvão vegetal produzidos respectivamente a partir da cana de açúcar, mamona e do eucalipto. São tidos como fonte de energia “limpa”, portanto ideal para a substituição dos combustíveis fósseis. O Brasil tem investido muito na produção do etanol e pretende aumentar suas exportações que, em 2006

não ultrapassava 3 bilhões de litros, dentre os 15 bilhões produzidos; a previsão é que chegue a mais de 40 bilhões de litros até o ano de 2017 e que a exportação tenha maior destaque e atinja de maneira mais incisiva os Estados Unidos e Europa.

Diversos estudiosos e pesquisadores, como Storel (2008) têm mostrado que o biocombustível, e em especial o etanol, na realidade, não pode ser considerado como energia limpa. O processo produtivo do etanol envolve uma série de elementos extremamente desastrosos para o meio ambiente e a sociedade: contaminação de rios e nascentes, destruição de matas e florestas, processo de trabalho que provoca o adoecimento morte dos trabalhadores envolvidos em sua cadeia produtiva. Além disto, concentra renda e riqueza, diminui a produção de gêneros alimentícios e, na sua utilização nem é uma energia tão limpa como se propaga.

Silva (2008), baseando-se nos dados do Censo agropecuário de 2006, do IBGE, mostra como a política do agronegócio (o que inclui a política dos agro-combustíveis ou bio-combustíveis) tem se efetivado a partir da expansão da fronteira agrícola, principalmente na região amazônica, o que provoca graves preocupações com relação às questões ambientais envolvendo aquele bioma. No Brasil, as áreas de lavoura cresceram 83,5 %, de 1995, para 2006 e, em especial na região norte, o incremento da lavoura foi de 275%, principalmente com a produção de grãos, principalmente a soja. Ainda nesta região, o avanço da pecuária foi significativo: o número de bovinos subiu de 34,7 milhões para 73 milhões no período de 1994 a 2006. Na região sudeste, no entanto, em especial em São Paulo, diminuiu a pecuária, a produção de leite e diversos produtos alimentícios, enquanto a cultura canavieira se expandiu ainda mais. Silva conclui: geograficamente, pode-se dizer que há uma estrada com duas direções opostas: **enquanto os homens descem (do norte e nordeste para o sudeste), os capitais (bois) sobem (do sudeste para o norte).** (Silva,2008, p.06)

Os grupos econômicos envolvidos neste ramo de atividade representam grandes monopólios e em especial no que diz respeito a cana-de-açúcar, parte das usinas e também das terras estão sendo adquiridas por grandes grupos nacionais e internacionais.

No estado de São Paulo, a produção da cana de açúcar para produzir etanol tem representado a devastação ainda maior das pequenas reservas de matas ciliares existentes, a contaminação de reservatórios de água potável e tem ameaçado os aquíferos, em especial o aquífero Guarani que é um dos maiores reservatórios de água doce do mundo.

Do ponto de vista econômico, as atividades deste ramo têm servido para promover maior concentração da renda e riqueza em todo o estado. Na região nordeste do estado, a diminuição dos produtos tradicionais tem sido uma marca da atual conjuntura. Na região de

Franca, municípios com tradição na produção do café, vêm substituindo num ritmo avassalador as suas culturas, ao ponto de municípios de pequeno porte como Restinga e Patrocínio Paulista, que fazem parte do universo desta pesquisa, terem como principal produto a cana de açúcar.

A destruição das matas ciliares é tão evidente na produção da cana de açúcar que nem é preciso um pesquisador para dizê-lo: basta qualquer pessoa circular pelas rodovias na região de Ribeirão Preto, por exemplo, onde a tradição da cultura canavieira é mais longa e na região de Franca, onde a cultura está se instalando. Esta pessoa verá que quase nada restou de matas na região de Ribeirão Preto onde só se avista canaviais e, verá na região de Franca a cana circulando as áreas de preservação permanente (APPs). Nesta, nos meios de canaviais ainda resta grandes árvores isoladas, mas que na terceira vez que a cana brotar, elas já terão desaparecido, como na região de Ribeirão Preto ou mesmo Araraquara.

Os dados da pesquisa irão trazer elementos mais contundentes sobre o avanço da cultura canavieira na região nordeste do estado de São Paulo, em especial os dados sobre a realidade social dos municípios e dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do etanol.

3. Os dados da pesquisa de campo.

A expansão da cana-de-açúcar no universo da pesquisa que inclui 16 municípios é evidenciada pela intensificação da produção em todos os municípios e, principalmente pela substituição de outras culturas como laranja, milho, algodão, café. Nos últimos 5 anos tornou-se a principal atividade econômica em todos os municípios pesquisados (dados IBGE, 2005): Restinga – produção anual de 959.523 toneladas, numa área plantada de 12.074 hectares e Patrocínio Paulista - 531.000 toneladas, numa área de 6.400 hectares; Miguelópolis - 1.867.142 toneladas, numa área plantada de 18.265 hectares e Nuporanga - 1.488.013 toneladas, numa área plantada de 19.320 hectares; Aramina –844.798 toneladas numa área plantada de 11.339 hectares e Guará - 1.542.037 toneladas, numa área plantada de 18.775 hectares; Colina - 1.458.683 toneladas, numa área de 17.760 hectares e Colômbia - 828.527 toneladas, numa área de 10.426 hectares; Cândido Rodrigues - 208.592 toneladas, numa área de 2.100 hectares e Terra Roxa - 1.535.055 toneladas, numa área de 16.610 hectares; Ribeirão Bonito – 1.183.324 toneladas, numa área de 15.156 hectares e Dourado- 449.451 toneladas numa área de 6.299 hectares; Luis Antônio - 1.937.966 toneladas, numa área plantada de 25.166 hectares e Santa Cruz da Esperança - 299.330 toneladas, numa área plantada de 4.305 hectares, Gavião Peixoto- 531.000 toneladas, numa área de 6.400 hectares, Motuca-

1.190.129 toneladas, numa área plantada de 15.200 hectares, 449.451 toneladas numa área de 6.299 hectares.

A realidade social dos municípios retrata a precarização da vida da maioria da população que passa a ter como única alternativa de trabalho, as atividades ligadas à agroindústria canavieira. Para dimensionar a relação entre capital e trabalho no universo pesquisado procurou-se inicialmente levantar dados junto às assistentes sociais das prefeituras municipais, pois estas têm contato direto com a população por meio da política de assistência social.

Na medida em que todos os municípios são de pequeno porte, as principais fontes de trabalho para a população local se encontram na agricultura, ou na agroindústria; as 15 profissionais entrevistadas analisam este fato como parte da realidade que constitui seu universo de atuação embora, nem todas tenham claro que isto seja responsável por diversas expressões da questão social que se materializam em seu universo de trabalho.

Cinco profissionais dizem que a presença da agroindústria canavieira gera trabalho para a população, e em dois municípios nos quais havia usina instalada em sua base territorial, afirmaram que a arrecadação para os cofres públicos é positiva. Porém, o desemprego foi classificado como um dos principais problemas enfrentados pelos municípios. Além de elementos como a migração em busca desse emprego gerado pela cana-de-açúcar, que é sazonal, aumentam os problemas sociais no período, e conseqüentemente a demanda por Assistência Social:

Ta dando trabalho para as pessoas, só que isso trouxe para o município um aumento da população, e tem muito...e aqui nós temos o problema também, daquela população que vêm. Aí vem sem nada, com maior dificuldade, eles chegam aqui.. Vem gente do norte...chegam aqui sem nada, sem móveis, sem comida, sem casa pra morar, aí a gente tem que dá...e a hora que a pessoa está mais estruturadinho ali, ela resolve e vai embora. (Assistente Social Roberta)⁴

Em municípios de pequeno porte o comércio e a indústria não empregam um grande número de trabalhadores; o serviço público e o setor primário são as principais fontes de trabalho. Nos municípios onde prevalece a cana de açúcar, as atividades do setor primário quase que se restringem às atividades ligadas ao setor, seja diretamente no trabalho rural ou nas Usinas. O aumento do ritmo e intensidade do trabalho no corte da cana-de-açúcar, ocorrido nos últimos 10 anos, faz com que as Usinas procurem empregar trabalhadores jovens e ágeis de maneira que estes consigam cortar em média 12 toneladas/dia. A opção pelos

⁴ nomes fictícios.

migrantes ocorre por que estes conseguem manter este ritmo de trabalho, mesmo que só o faça durante alguns anos; quando ele cria seqüelas físicas devido ao trabalho, ele não vem mais para o corte da cana. Assim como o trabalhador do lugar ele irá permanecer sem emprego, sem saúde e sem trabalho, porém a sua situação não terá nenhuma visibilidade social. Quando este trabalhador, migrante ou não, vai procurar a política de assistência social, para ser atendido, perde sua identidade de trabalhador e passa a ser usuário da assistência social. Uma profissional procurou explicar porque os empregadores optam por trabalhadores migrantes:

(...) eu acho que é porque, não sei se eles dão custos menores, se é questão do salário, sabe, (...) mas eu julgo que seja por aí, porque como é de safra e entressafra, eles não são obrigados a manter né, o funcionário lá, sendo um período que eles desempregam mesmo. Por outro lado, também me falaram que eles são trabalhadores assim que enfrentam melhor o corte ... que corta maior quantidade.” (Assistente Social Nadia).

Além da busca por assistência social, os problemas de saúde e o envelhecimento precoce, acarretados pelo árduo trabalho levam à preferência para o trabalho de pessoas mais jovens e do sexo masculino. Três assistentes sociais relatam caso de ferimentos causados durante o corte, destacam, no entanto, que atuam junto aos órgãos de assistência social e que a maioria dos casos de acidente no trabalho vai para as unidades de atendimento desta área. Uma profissional relata um caso que acompanhou:

Igual, teve uma vez um ...ele até assim...novo..devia ter uns 18 ou 20 anos, ele tava com o olho até tapado, porque tinha...cortando cana e um fiapo foi e lesou...assim, não ficou cego n/é, mas provocou uma infecção, e teve que fazer... uma micro-cirurgia né (Assistente Social Ângela).

A grande exploração do trabalho tem gerado até morte de trabalhadores: 21 trabalhadores morreram por excesso de trabalho no estado de São Paulo no período de 2004 a 2007; milhares estão ficando inválidos para o trabalho e o aumento dos pedidos de auxílio doença neste período confirma isto.

Delgado e Sant’Ana (2008), ao analisar as condições dos trabalhadores do setor sucro-alcooleiro, apresentam a seguinte tabela:

Tabela 1 – Todos os trabalhadores empregados em alguma atividade relacionada à cana-de-açúcar que receberam auxílio-doença (fluxo anual em 2000 e 2005)

CLASSE - CNAE	2000	20005
01139 – Cultivo da cana-de-açúcar	2.300	6.257
0161-9 – Manutenção, plantio, benef. e serviços agrícolas*	779	3.639
015610 – Fabricação de açúcar	1.340	6.445
23400 – Fabricação do álcool	415	1.936
TOTAL	4.834	18.277

Fonte: Relatório sobre Benefícios por Incapacidade na Previdência Social: 1998-2005 (Versão Preliminar não publicada) – op.cit.

Nota* Esse código envolve várias atividades de manutenção, plantio, beneficiamento e serviços agrícolas, várias delas em atividades não relacionadas à cana de açúcar. Contudo, como parte desta classe CNAE contém os serviços de colheita da cana, mantivemo-la no total da tabela. Se excluirmos essa atividade, os totais respectivos passam a ser 4.065 auxílios- doença concedidos em 2.000 e 14.638 em 2005.

A partir dos dados da tabela, os autores afirmam: os “auxílios-doenças” concedidos aos trabalhadores com carteira assinada na cana-de-açúcar (códigos CNAE 01139) , saltaram do nível de 2300 no ano de 2000, pra 6.257⁵, aumento de 172%%, enquanto que no trabalho industrial do açúcar e do álcool (códigos CNAE 05610 e 23400) a elevação foi de 1755 para 8.381, ou seja, de 377%% em cinco anos.

A presença massiva de trabalhadores rurais nos Plantões Sociais, em todos os municípios pesquisados mostra as condições de vida dos trabalhadores que fazem parte ou já fizeram parte da cadeia do agronegócio. É a população pauperizada e vulnerável que recorre à Assistência Social como forma de sobrevivência. O emprego é sazonal e apesar de ter aumentado a produtividade devido ao aumento da intensidade do trabalho, o salário médio, segundo as profissionais não ultrapassa dois salários mínimos.

(...) são marginalizadas pelo desemprego, pela situação sócio-econômica, a média é de no máximo dois salários mínimos, no máximo! Quantas famílias vivem essa situação! (Assistente Social Carina).

Durante o período de safra os trabalhadores do município que não encontram emprego nas lavouras de cana também recorrem ao Serviço Social, como descreve a assistente social:

A maioria dos nossos usuários aqui (a gente tem mais ou menos 800 famílias referenciadas), a grande maioria são trabalhadores rurais que perderam, porque não tem mais onde trabalhar e que não tem qualificação exigida pra trabalhar nas indústrias.(Assistente Social Flávia)

⁵ Não estão computados neste total os auxílios doenças concedidos a trabalhadores autônomos, desempregados, segurados especiais e outras condições de segurados, por impossibilidade de cruzamento da informação do INSS com as respectivas classificações CNAE (RAIS). Isto significa uma subestimação aproximada de 50% do total de auxílios doença concedidos nesta atividade, visto que não é possível também computar os auxílios-doença concedidos às outras condições de segurados da “atividade cana-de-açúcar”..

A partir dos dados coletados junto às profissionais de serviço social é possível afirmar que em todos os municípios pesquisados as restrições dos postos de trabalhos devido à monocultura da cana de açúcar e a qualidade do emprego que esta cadeia produtiva gera, faz com que o trabalhador rural assalariado, migrante ou não, seja o principal usuário da assistência social seja em função do adoecimento ou à pauperização. Na seqüência, os trabalhadores falam sobre as suas condições de trabalho no corte da cana-de-açúcar.

4. A fala dos trabalhadores

Conforme descrito no início deste artigo, a pesquisa junto aos trabalhadores ainda está em andamento e os dados aqui apresentados são, portanto, parciais. Foram entrevistados 11 trabalhadores de 4 regiões administrativas: Franca, Ituverava, Araraquara e São Joaquim da Barra.

As condições descritas pelos trabalhadores são semelhantes, embora na região de Ituverava o quadro aparente ser ainda mais grave. A assistente social de um dos municípios da pesquisa havia relatado que os trabalhadores migrantes que vem para o município e se vinculam a um determinado “turmeiro” são obrigados a fazer as suas compras no armazém que ele indica. Esta é uma prática comum em denúncias de escravização dos trabalhadores em diversos locais. Não foi possível apurar este fato, pois as entrevistas realizadas nesta pesquisa foram com os trabalhadores do lugar e, portanto, não nos colocou em contato com o trabalhador migrante que poderia confirmar ou não tal denúncia. Foi possível constatar, no entanto, que as condições de trabalho nesta região, são mais precárias, inclusive o desrespeito a Norma Regulamentadora 31⁶, que estabelece uma série de condições para o trabalho em estabelecimentos agrários.

⁶ trechos retirados da própria Norma Regulamentadora n.31:

“Cabe ao empregador rural ou equiparado:

- a) garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, definidas nesta Norma Regulamentadora, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade;
- b) realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e, com base nos resultados, adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde;
- c) promover melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores;
- d) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
- e) analisar, com a participação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural - CIPATR, as causas dos acidentes e das doenças decorrentes do trabalho, buscando prevenir e eliminar as possibilidades de novas ocorrências;
- f) assegurar a divulgação de direitos, deveres e obrigações que os trabalhadores devam conhecer em matéria de segurança e saúde no trabalho;

Ainda nesta região, um caso bastante grave e que envolve o profissional da área médica foi descrito por um trabalhador. Ele narra que seu filho de 30 anos e também é cortador de cana, foi doador de medula óssea para a irmã. O atestado médico era para 2 meses. Porém ele foi pressionado pelo médico da Usina para voltar ao trabalho com apenas um mês. Isto só não ocorreu porque o médico que havia feito a cirurgia interveio e não permitiu.

O adoecimento é algo que se repete em cada região e envolve as condições desumanas do trabalho e também no tratamento dispensado a este trabalhador durante o processo de trabalho. A Norma Regulamentadora 31 trouxe alguns benefícios regulamentando as condições de exercício da atividade: estabeleceu horário e local adequados para as refeições, tempo de trabalho, instalação de sanitários, jornada de trabalho, porém a exigência de produtividade das usinas fez com que o ritmo do trabalho aumentasse ainda mais, pois em menos tempo o trabalhador tem que cortar a média de toneladas estabelecida antes da regulamentação. A aceleração do ritmo do trabalho faz com que os trabalhadores retornem exaustos para casa. O cansaço é tão grande que ele passa a ocupar todo o tempo da esfera da reprodução, quase que exclusivamente com o acúmulo de forças para poder retornar ao trabalho.

A cana esgota muito a gente! A gente vai por que tem que agüentar, não é? (...) Pra dizer a verdade tem dia que que tem festa e a gente a gente num pode ir. Num acha... a cansaça parece que domina a gente.. num tem como ir. (Lídio, 48 anos).

-
- g) adotar os procedimentos necessários quando da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho;
 - h) assegurar que se forneça aos trabalhadores instruções compreensíveis em matéria de segurança e saúde, bem como toda orientação e supervisão necessárias ao trabalho seguro;
 - i) garantir que os trabalhadores, através da CIPATR, participem das discussões sobre o controle dos riscos presentes nos ambientes de trabalho;
 - j) informar aos trabalhadores:
 - 1. os riscos decorrentes do trabalho e as medidas de proteção implantadas, inclusive em relação a novas tecnologias adotadas pelo empregador;
 - 2. os resultados dos exames médicos e complementares a que foram submetidos, quando realizados por serviço médico contratado pelo empregador;
 - 3. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.
 - k) permitir que representante dos trabalhadores, legalmente constituído, acompanhe a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
 - l) adotar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a seguinte ordem de prioridade:
 - 1. eliminação dos riscos;
 - 2. controle de riscos na fonte;
 - 3. redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação;
 - 4. adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco.”

Um trabalhador já com 58 anos de idade e que não tem mais condições para o trabalho no corte da cana fala sobre o ritmo do trabalho:

Eu de tanto cortar cana, o homem lá contou quantas podadas eu dava por minuto. Eu bati... cortava 98 facãozada por minuto! Veja bem e perto do chão assim... rentinho que a gente tinha que corta a cana ... (mostra o gesto). Aí abriu a munheca. No raio X deu artrose, osteoporose e aqui no braço também tem. Deu na coluna e no joelho também. Mas eu não consegui aposentar não! Então tem que trabalhar mesmo doente.”(Heitor, 58 anos).

Uma ex-trabalhadora do corte da cana da mesma região era prima de um dos trabalhadores mortos por excesso de trabalho, de Gurariba, SP. Ela confirma que ele “esforçava demais”. Na mesma entrevista a trabalhadora afirma algo preocupante: nesta Usina o ‘sorinho’ (energético) era dado mais de duas vezes por dia:

Era primo meu. Acho que ele tinha 20 e poucos anos. Ele passou do corte, não é? Cortou demais da conta, passou da tonelada... (...) Dava, eles dava três, quatro e é muito forte. Tinha gente que tomava a hora que dava vontade e tinha gente que fica assim meio cansado, sentava e ia tomá. (Evandra- trabalhadora de 43 anos).

Segundo ALVES (2006), a partir de pesquisa realizada:

A produtividade média do trabalho no corte de cana, que em 1950 era de 3 toneladas de cana cortadas por dia/homem, no final da década de 1990 e início da presente década atingiu 12 toneladas de cana por dia. Um trabalhador que corte 12 toneladas de cana por dia de trabalho realiza as seguintes atividades: caminha 8.800 metros; depende 133.332 golpes de podão; carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média, portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana. Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal.

Um dos relatos mais emocionantes e que a sociedade de uma maneira geral deveria ter acesso foi o do Senhor Joaquim, da região de Franca. Ele trabalhou numa das Usinas que segundo relatos de outros trabalhadores, tem cumprido as exigências da NR31. O Senhor Joaquim tem 49 anos e sempre foi trabalhador rural, mas antes da cana de açúcar tornar-se o principal produto da região, a principal cultura era o café e este senhor trabalhava como assalariado em uma propriedade. Com a diminuição do trabalho e sua maior precarização na lavoura do café, o Senhor Joaquim veio para a cidade com sua família e conseguiu trabalho na Usina como cortador de cana de açúcar. Cortou cana durante 1 ano e sete meses, quando sofreu um lesão na coluna cervical durante o trabalho. No dia que adoeceu, sentiu fortes dores

nas costas, mas o trabalho estava sendo realizado numa fazenda distante e o responsável pela turma pediu que ele aguardasse no ônibus até finalizasse as atividades do dia. Ao final do dia as dores já eram muito intensas. Foi levado ao médico e permaneceu sem trabalhar durante quinze dias. Retornou ao trabalho ainda com dores e acabou a safra cortando cana para a mesma Usina. No final da safra encerra-se o contrato de trabalho da maioria dos trabalhadores que são contratos por tempo determinado. O seu Joaquim retornou muitas vezes ao médico, porém não mais para o trabalho. Depois de quatro anos sem nenhum amparo legal, no dia que a entrevista foi realizada ele e família estavam comemorando o início do recebimento do benefício depois de ter que recorrer à Justiça contra a Usina pois, esta não reconhecia o seu adoecimento como consequência do processo de trabalho. Durante estes quatro anos o quadro de saúde do Senhor Joaquim foi se agravando e hoje ele está completamente impossibilitado para o trabalho e com depressão profunda; está com o corpo enrijecido, não pode segurar nada pesado (com mais de quatro quilos) e nem curvar-se. Segundo relato de sua esposa ele dorme muito e, quando está acordado permanece calado chorando horas seguidas (durante a entrevista o senhor Joaquim chorou quase o tempo todo. Sua fala foi entrecortada e quem esclareceu melhor a situação vivenciada foi a esposa que, também está disse que está problemas emocionais graves). Segundo a esposa, a família só não passou fome durante o tempo que se Joaquim não recebeu salário ou benefício porque o filho adolescente passou a sustentar a casa.

5. Considerações finais.

Este trabalho procurou mostrar a problemática que envolve o trabalho neste modelo de desenvolvimento agrário que tem fortalecido o grande capital agrário, industrial e financeiro envolvidos na cadeia produtiva do açúcar e do etanol. Ao trazer a tona alguns fragmentos dos relatos dos profissionais de serviço social e dos trabalhadores procurou-se dar visibilidade a um outro lado, concreto e real, porém amplamente escamoteado desta cadeia produtiva: as condições desumanas de trabalho da maioria dos trabalhadores.

Aos gastos do agronegócio brasileiro devem-se somar os custos da assistência social e saúde dos municípios de pequeno porte onde a monocultura da cana é a principal atividade econômica. É uma unanimidade entre os profissionais de serviço social: o trabalhador rural assalariado, migrante ou do lugar, é o principal usuário da Política Pública de Assistência Social.

Os relatos dos trabalhadores entrevistados que ainda estão exercendo as atividades no corte da cana, e, portanto, ainda estão contratados pelas Usinas são sempre mais cautelosos: falam menos, as entrevistas são mais breves, mas todos reconhecem que é um trabalho rude, que exige muito do corpo e, que ficam exauridos após o trabalho; quando dizem não ter nenhum problema de saúde, reconhecem terem visto outros trabalhadores adoecerem ou mesmo terem algum tipo de mal estar, principalmente câimbras. Aqueles que já encerraram as atividades falam mais livremente e descrevem as condições de trabalho desumanas a que foram submetidos e o reflexo desta atividade em sua saúde: todos têm seqüelas do trabalho como problemas musculares, dermatológicos ou na coluna cervical. Com mais de 40 anos, mas sem idade para aposentar, encontram-se excluídos do mercado formal de trabalho e, quando conseguem exercer alguma atividade laborativa, esta é sempre residual e mal remunerada. Na realidade, são trabalhadores descartados pelo capital sem que este tenha custo; os custos são públicos e o sofrimento e angústia dos trabalhadores e seus familiares são encobertos pelo descaso e pelo anonimato.

6. Referências bibliográficas

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. V. 15, p. 90-98, 2006.

BRASIL. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – Nr 31. Brasília: 2005.

SAMPAIO, Plínio de Arruda, SILVA, José Gomes. **Proálcool: custos sociais e alternativas**. Mimeo. 33p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Expansão do Agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos agrocombustíveis**. Transcrição da palestra apresentada no Encontro Terra e Cidadania, promovido pelo ITGC- Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná, na cidade de Curitiba em 17/05/2007. Mimeo. 6p.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Agronegócio: a reinvenção da Colônia**. Texto no prelo. Dossiê SPM sobre o agronegócio, 2008.

STOREL, A. **Os impactos ambientais do agronegócio e a soberania alimentar - a questão energética**. [abr.2008]. Palestra proferida no V Simpósio de Questão Agrária, Unesp, Franca, 2008.

DELGADO, Guilherme, SANT'ANA, Raquel Santos. **Expansão do Setor Sucro-alcooleiro e Condições Atuais de Trabalho**. Texto no prelo. 21 p., 2008.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-2005

Otavio Valentim Balsadi¹

Resumo

O presente trabalho analisou a população residente no meio rural da região Centro-Oeste no período 2001-2005, do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho não agrícola. Com base em tabulações especiais dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foram feitas análises específicas da distribuição da população rural economicamente ativa entre os ramos de atividade agrícola e não agrícola, além da distribuição da PEA rural não agrícola segundo as posições na ocupação, os principais ramos de atividade da indústria, comércio e serviços, e as principais profissões nos primeiros anos do século XXI. Os resultados mostraram que a PEA rural não agrícola teve crescimento de 6,1% ao ano no período 2001-2005, sendo que no último ano ela representava 32,5% da PEA rural total ocupada. Em sua grande maioria eram empregados (72,8%, em 2005), que tiveram grande crescimento do trabalho formal (de 42,1% para 48,6% no período analisado). Entre os ramos de atividade, o estudo mostrou que: serviços domésticos; comércio e reparação; indústria de transformação; educação, saúde e serviços sociais; e indústria da construção responderam por 75,4% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas, em 2005.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; PEA Rural; Atividades não Agrícolas

1. Introdução

Apesar da literatura internacional tratar do tema do crescente engajamento dos residentes rurais em atividades não agrícolas desde o final dos anos 70², no Brasil essa discussão começou a ganhar corpo, dentro de uma linha de pesquisa sistemática e de âmbito nacional, apenas no início dos anos 90.

Desde então, inúmeros estudos foram realizados, com grande destaque para aqueles contidos no Projeto Rurbano³, com o intuito de mostrar que o rural brasileiro não pode mais ser entendido como o espaço onde são desenvolvidas apenas as tradicionais atividades

¹ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). E-mail: otavio.balsadi@embrapa.br.

² Ver, por exemplo, os trabalhos de Anderson e Leiserson (1980) e Klein (1982).

³ O Projeto Rurbano é coordenado pelo Instituto de Economia da Unicamp e envolve várias entidades de pesquisa nos estados brasileiros. Esse projeto temático procura discutir a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não agrícola nas pesquisas sobre o meio rural, além de analisar a importância das atividades não agrícolas para a população residente em áreas rurais, por meio do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

agrícolas e pecuárias. A profunda transformação da estrutura de ocupação da população rural, com o forte crescimento das atividades não agrícolas, consolidou um quadro de grande heterogeneidade das famílias rurais, cujas estratégias cada vez mais incluem outras atividades econômicas juntamente com a agricultura. Essas mudanças trazem consigo a necessidade de um novo olhar para a realidade rural brasileira e de novos instrumentos para a elaboração das políticas de desenvolvimento rural (BALSADI, 2001).

Nesse contexto, o objetivo do trabalho é fazer uma análise da população residente no meio rural da região Centro-Oeste no período 2001-2005, do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho não agrícola. Mais especificamente, serão abordados: distribuição da população rural economicamente ativa (PEA) entre os ramos de atividade agrícola e não agrícola; PEA rural não agrícola segundo as posições na ocupação; PEA rural não agrícola segundo os principais ramos de atividade da indústria, comércio e serviços; além das principais profissões nas quais a PEA rural não agrícola esteve ocupada nos primeiros anos do século XXI. Com isso, espera-se que o presente estudo possa trazer informações relevantes para o desenho das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável da região.

2. Procedimentos metodológicos

A fonte dos dados primários utilizada para o estudo da PEA ocupada na região Centro-Oeste é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licenças, greves, entre outros (IBGE, 2004). Quanto à posição na ocupação, as definições da PNAD são as seguintes:

- empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.
- empregado: pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc).

- conta própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.
- não remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade familiar que era conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários. Nesta categoria também estão as pessoas que trabalhavam sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.
- trabalhador na produção para o próprio consumo: pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

No presente estudo foi adotado o conceito de PEA rural restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo (DEL GROSSI, 1999; CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Considera-se como ocupação rural não agrícola (ORNA) aquela que é exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam essas desenvolvidas na área rural ou na urbana. Por isso, é necessário um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades nessa área. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode, perfeitamente, ter o seu local de trabalho no centro urbano próximo. Medir a evolução das ocupações não agrícolas (ORNA) a partir do local de residência pode levar à superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural, no caso dos declarantes exercerem suas atividades no meio urbano. Porém, isso pode ser entendido também como uma função não agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para importante contingente de pessoas. E isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas, que buscam melhores condições de vida e lazer, como para aquelas famílias rurais que procuram outras ocupações como alternativa à falta de oportunidades de trabalho nas tradicionais atividades agropecuárias (DEL GROSSI, 1999).

Como situação urbana consideram-se os domicílios localizados nas áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas e sedes distritais e às áreas urbanas não urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora destes limites. Esse critério também é utilizado pelo IBGE na classificação das populações urbana e rural.

Tradicionalmente, no Brasil, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios em seus planos diretores.

3. Análise dos resultados

A análise das ocupações não agrícolas da população rural do Centro-Oeste no período 2001-2005 será feita da seguinte forma: inicialmente, uma visão geral sobre a condição de ocupação das pessoas na região, em função do local de moradia e do ramo de atividade; em seguida, já com foco na PEA rural não agrícola, uma análise dos ocupados, segundo a posição na ocupação, para realçar o crescimento do emprego não agrícola formal; na seqüência, serão abordados os ramos de atividade responsáveis pela ocupação dos residentes rurais; e, finalmente, apresentam-se as principais profissões dos residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas, com o intuito de mostrar a grande heterogeneidade existente.

3.1 Uma Visão Geral

A região Centro-Oeste apresentou um índice de urbanização de 84,7%, em 2005, que foi ligeiramente inferior ao observado em 2001 (85,3%). Em conseqüência, 15,3% da população residia em áreas rurais (contra 14,7%, em 2001) (Tabela 1).

Entre os residentes urbanos, 6,2 milhões eram classificados como população economicamente ativa, em 2005 (taxa de crescimento de 2,8% ao ano no período 2001-2005). Destes, cerca de 5,6 milhões eram considerados ocupados (89,1%), enquanto 678 mil estavam procurando emprego (10,9%). Dos ocupados, a grande maioria estava no ramo de atividade não agrícola (93,7%) cuja taxa de crescimento no período foi de 2,9% ao ano. Os demais (6,3%) estavam ocupados nas atividades agrícolas e pecuárias. Vale dizer que, do total de ocupados na agropecuária do Centro-Oeste, em 2005, os residentes urbanos representavam 34,4% (contra 35,2%, em 2001).

Entre os residentes rurais, que é o foco do presente estudo, cerca de 1,0 milhão eram integrantes da PEA. Destes, 96,1% estavam ocupados e apenas 3,9% estavam procurando emprego na semana de referência da PNAD, em 2005. Para os ocupados, a situação era exatamente a inversa daquela observada para os residentes urbanos: 67,5% estavam ocupados em atividades agrícolas e pecuárias, ao passo que 32,5% estavam ocupados em atividades não agrícolas. Embora seja importante registrar que a taxa de crescimento anual dos ocupados não

agrícolas (6,1%) foi bem superior àquela verificada para os ocupados agrícolas (2,1%) no período em questão.

Tabela 1

Condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio e o ramo de atividade
Região Centro-Oeste, 2001-2005

Situação do Domicílio, Condição e Ramo de Atividade	2001	2002	2003	2004	2005	Em pessoas
						Taxa de Crescimento (a)
Urbano	11.333.46	11.661.12	11.742.72	11.975.42	12.149.89	1,7 ***
	1	5	3	1	9	
Economicamente Ativa	5.572.729	5.758.246	5.819.998	6.075.532	6.232.560	2,8 ***
Ocupados	5.007.912	5.215.710	5.218.318	5.524.071	5.554.801	2,7 ***
Agrícola	333.201	371.729	359.070	345.253	349.266	0,2
Não agrícola	4.674.711	4.843.981	4.859.248	5.178.818	5.205.535	2,9 ***
Procurando emprego	564.817	542.536	601.680	551.461	677.759	3,9
Rural	1.954.286	1.895.937	2.084.881	2.124.752	2.198.165	3,6 ***
Economicamente Ativa	893.637	893.318	921.964	961.489	1.026.932	3,6 ***
Ocupados	867.612	863.021	896.960	927.986	986.451	3,3 ***
Agrícola	612.096	613.005	623.509	640.792	665.727	2,1 ***
Não agrícola	255.516	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1 ***
Procurando emprego	26.025	30.297	25.004	33.503	40.481	10,3 *

Fonte: IBGE/PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

Nota: (a) Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo.

***, **, * significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Em 2001, a participação da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas era de 29,5% (contra 70,5% da ocupada em atividades da agropecuária). Ou seja, houve aumento nos primeiros anos do século XXI, de tal forma que, praticamente, de cada três residentes rurais ocupados, em 2005, dois estavam em atividades agrícolas e um estava em atividades não agrícolas. A distribuição dessa PEA rural não agrícola pelas diferentes posições na ocupação será descrita no item a seguir.

3.2 Aumento do Grau de Formalidade do Emprego

No ano de 2005, a PEA rural não agrícola apresentava a seguinte composição em termos de posição na ocupação: a grande maioria (72,8%) eram empregados⁴; 19,0% eram

⁴ A PNAD não traz a abertura da categoria de empregados em permanentes e temporários quando se trata dos ramos de atividade não agrícola.

conta própria; 4,7% eram membros não remunerados da família; e 3,5% eram empregadores (Tabela 2). Essa distribuição variou pouco no período analisado, pois, em 2001, os empregados representavam 73,3% do total da PEA rural não agrícola no Centro-Oeste brasileiro, os conta própria eram 20,2%, os não remunerados eram 3,5% e os empregados eram 3,1%.

Pode-se observar que todas as categorias apresentaram crescimento no período 2001-2005, com destaque para os não remunerados (15,0% ao ano) e os empregados com registro em carteira (10,2% ao ano). Em relação ao aumento do grau de formalidade no mercado de trabalho assalariado não agrícola, vale salientar que, depois de passar a década de 90 praticamente estagnado, este segmento registrou um comportamento mais positivo nos anos recentes, principalmente com a maior participação dos empregados com carteira assinada. Esses dados reforçam o argumento de que após a desvalorização do Real, no início de 1999, houve um movimento de recomposição do mercado formal de trabalho no Brasil, que acentuou-se nos primeiros anos do presente século (DEDECCA E ROSANDISKI, 2006; BALSADI, 2007).

Tabela 2
PEA rural não agrícola ocupada, segundo a posição na ocupação
Região Centro-Oeste, 2001-2005

PEA não agrícola e Posição na Ocupação	2001	2002	2003	2004	2005	Em pessoas
						Taxa de Crescimento (a)
Não agrícola	255.516	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1 ***
Empregados (permanentes + temporários)	187.279	187.354	202.831	211.705	233.557	5,8 ***
com registro	78.894	78.115	94.301	99.447	113.558	10,2 ***
sem registro	108.385	109.239	108.530	112.258	119.999	2,3 **
Conta Própria	51.495	48.233	51.999	56.464	60.859	5,0 **
Não remunerados	8.948	8.402	10.286	11.949	15.109	15,0 ***
Empregadores	7.794	6.027	8.335	7.076	11.199	9,3

Fonte: IBGE/PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

Nota: (a) Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo.

***, **, * significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Em 2005, 48,6% dos empregados com residência rural e ocupados em atividades não agrícolas tinham carteira de trabalho assinada (contra 42,1%, em 2001). Apesar do setor informal ainda ser ligeiramente predominante (apresentou taxa de crescimento anual de 2,3%, quase cinco vezes menor que o setor formal), houve forte aproximação do setor formal no

período recente, o que não deixa de ser um aspecto relevante do ponto de vista dos direitos trabalhistas dos empregados.

3.3 Principais Ramos de Atividade

Antes da análise propriamente dita, é importante registrar uma observação: a partir de 2002, o IBGE fez uma revisão da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), que é a base para a definição dos ramos e setores de atividade, além das ocupações (profissões), nos quais as pessoas estão ocupadas. Com isso, houve alterações que implicaram no início de uma nova série histórica, compatível com as novas classificações. Por isso, os dados apresentados nas Tabelas 3 e 4 cobrem apenas o período 2002-2005.

Em 2005, 74,9% da PEA rural não agrícola estava ocupada nos diversos ramos de atividade do comércio e serviços e 25,1% nos ramos industriais (Tabela 3). Em relação ao ano de 2002, pode-se observar que houve pequeno aumento da participação do comércio e serviços (era 72,6% naquele ano), em detrimento da indústria (participação de 27,4%, em 2001).

Tabela 3
PEA rural ocupada, segundo ramos de atividade agrícola e não agrícola
Região Centro-Oeste, 2002-2005

Ramos de Atividade	2002	2003	2004	2005	Em pessoas
					Taxa de Crescimento (a)
Agrícola	613.005	623.509	640.792	665.727	2,8 ***
Não agrícola	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1 ***
Indústria	68.582	73.518	67.489	80.452	4,0
Outras atividades industriais	6.865	4.377	1.380	3.396	-20,9
Indústria de transformação	39.312	46.965	45.652	49.954	7,1 *
Indústria da Construção	22.405	22.176	20.457	27.102	5,0
Comércio e Serviços	181.434	199.933	219.705	240.272	9,8 ***
Comércio e reparação	41.182	31.136	37.595	50.772	8,5
Alojamento e alimentação	11.036	15.825	17.886	23.112	26,4 ***
Transporte, armazenagem e comunicação	7.663	12.484	10.829	10.264	7,6
Administração pública	14.636	18.661	18.852	24.973	17,5 ***
Educação, saúde e serviços sociais	31.246	36.331	35.265	32.866	1,2
Serviços domésticos	60.880	65.906	73.295	81.142	10,2 ***
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8.764	9.771	14.097	8.876	4,1
Outras atividades	6.027	9.819	11.668	8.267	11,9

Fonte: IBGE/PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

Nota: (a) Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo.

***, **, * significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Entre os ramos de atividade do comércio e serviços, os crescimentos mais significativos foram observados para alojamento e alimentação (26,4% ao ano), administração pública (17,5% ao ano) e serviços domésticos (10,2% ao ano). É importante frisar que, mesmo sem significância estatística, todos os demais ramos de atividade também apresentaram desempenho positivo no período 2002-2005.

Os serviços domésticos concentraram a maior parte da PEA rural não agrícola da região Centro-Oeste: 33,8% do total (ou cerca de 81 mil pessoas), em 2005, e 33,6%, em 2002. Na seqüência, aparecem os ramos de comércio e reparação e educação, saúde e serviços sociais, com participações de 21,1% e 13,7%, respectivamente, em 2005. Ainda com participações expressivas, podem ser citados os ramos de administração pública (10,4%, em 2005) e de alojamento e alimentação (10,4%, em 2005).

Tabela 4
PEA rural não agrícola ocupada, segundo as principais profissões
Região Centro-Oeste, 2002-2005

Principais Profissões	2002	2003	2004	2005	Em pessoas
					Taxa de Crescimento (a)
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	57.020	61.437	65.981	75.723	9,7 ***
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	17.617	16.714	17.569	24.788	11,3
Garçons, barman e copeiros	6.185	6.739	11.381	14.563	36,2 ***
Cozinheiros	9.995	10.644	12.404	13.056	10,0 ***
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	6.771	10.925	4.385	8.500	-2,3
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	9.521	5.977	8.115	7.878	-2,6
Ajudantes de obras civis	5.742	7.646	6.584	7.721	7,7
Gerentes de produção e operações	5.122	4.322	4.545	7.447	12,4
Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental	7.092	9.819	6.122	6.610	-6,6
Vendedores ambulantes	7.222	5.386	4.454	5.811	-8,1
Agentes da saúde e do meio ambiente	6.176	7.335	6.370	5.798	-3,3
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1.697	-	4.203	5.628	-
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	-	6.329	2.708	5.357	-
Extrativistas florestais	-	3.506	3.195	5.124	-
Outros trabalhadores dos serviços	2.495	4.216	6.234	4.400	23,3
Trabalhadores artesanais de materiais de construção	5.300	5.654	3.311	4.383	-10,5
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental	2.183	2.365	3.939	4.340	29,3 ***
Supervisores da construção civil	6.423	-	5.672	3.947	-
Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)	2.291	1.889	-	3.291	-
Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados	-	-	1.878	2.971	-
Guardas e vigias	5.818	2.954	5.580	2.709	-15,3

Principais Profissões	2002	2003	2004	2005	Taxa de Crescimento (a)
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1a à 4a séries do ensino fundamental	-	2.049	1.632	2.469	-
Secretários de expediente e estenógrafos	2.238	3.338	1.708	2.458	-3,8
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	1.448	-	2.568	2.450	-
Padeiros, confeitores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces	-	-	-	2.446	-
Operadores de máquinas de desdobramento de madeiras	4.292	6.677	3.630	2.295	-22,0
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)	-	-	-	2.294	-
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	2.315	2.658	-	2.204	-
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão	-	-	2.915	2.159	-
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	-	-	-	2.147	-
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	-	3.082	3.532	2.125	-
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio	-	-	-	2.078	-
Operadores de máquinas de costura de roupas	-	2.252	-	1.997	-
Trabalhadores artesanais da tecelagem	2.250	3.742	3.230	1.918	-6,1
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	-	-	-	1.806	-
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	-	2.144	-	1.805	-
Escriturários de apoio à produção	-	-	-	1.753	-
Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)	-	-	1.711	1.752	-
Condutores e operadores polivalentes	-	1.515	3.121	1.730	-
Moleiros	-	4.332	2.928	1.551	-
Cabos e soldados da polícia militar	-	1.411	-	-	-
Gerentes de áreas de apoio	-	2.266	-	-	-
Desenhistas industriais (designer), escultores, pintores e afins	-	-	1.612	-	-
Professores leigos na educação infantil e no ensino fundamental	3.804	2.760	2.839	-	-
Contínuos	-	1.323	-	-	-
Vendedores em quiosques e barracas	1.897	-	-	-	-
Garimpeiros e operadores de salinas	-	1.616	-	-	-
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas	-	-	2.370	-	-
Marceneiros e afins	-	2.262	-	-	-
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	2.864	2.075	1.910	-	-
Magarefes e afins	-	-	2.613	-	-
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1.720	2.178	2.268	-	-
Subtotal	187.498	221.537	225.217	259.482	11,4 ***
Total	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1 ***

Fonte: IBGE/PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Urbano.

Nota: (a) Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo.

***, **, * significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Nos ramos industriais, o crescimento mais significativo foi o da indústria de transformação (agroindústrias incluídas), com taxa anual de 7,1%. Em 2005, esse ramo de atividade não agrícola ocupou cerca de 50 mil pessoal (ou 62,1% do total da PEA rural não agrícola ocupada na indústria do Centro-Oeste brasileiro). O outro destaque no ramo industrial é a construção civil, que apresentou taxa de crescimento de 5,0% ao ano (não significativa estatisticamente) no período em questão e, em 2005, ocupou 27 mil pessoas (33,7% do total da PEA rural não agrícola ocupada na indústria).

3.4 Principais Profissões

É interessante observar a grande diversidade de ocupações (profissões) não agrícolas nas quais a PEA rural tem conseguido se ocupar, muitos deles sem nenhum vínculo direto com a produção agropecuária (Tabela 4).

No entanto, apesar da diversidade apontada, algumas profissões concentram a maior parte da PEA rural do Centro-Oeste. Em 2005, 23,6% do total de ocupados (ou quase 60 mil pessoas) eram trabalhadores dos serviços domésticos em geral. Essa categoria apresentou taxa de crescimento anual de 9,7% no período 2002-2005.

Acrescentando mais quatro profissões (vendedores e demonstradores em lojas ou mercados; garçons, *barman* e copeiros; cozinheiros; e trabalhadores de estruturas de alvenaria), é possível perceber que este subconjunto foi responsável por 42,6% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas, em 2005 (Tabela 4).

Os diferentes graus de exigência de escolaridade e qualificação profissional presentes nesse emaranhado de profissões abrem possibilidades de inserção para a grande diversidade de trabalhadores com residência rural⁵. Com isso, notam-se as dinâmicas socioeconômicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no meio rural. Essas dinâmicas referem-se:

- às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários;
- às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio,

⁵ Um desdobramento posterior do presente estudo poderia ser a análise comparativa da qualidade do emprego dos residentes rurais ocupados em atividades agropecuárias *vis-a-vis* os ocupados em atividades não agrícolas, de

etc.);

- ao “excedente” da mão-de-obra rural, que busca ocupações não-agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar;
- à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como o artesanato, o lazer e o turismo rural;
- à expansão dos serviços públicos para as zonas rurais;
- à demanda por terras para uso não-agrícola por parte das (agro) indústrias e empresas prestadoras de serviços;
- à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infraestrutura mínima de transportes e serviços públicos;
- à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas.

As referidas dinâmicas distinguem-se quanto às atividades diretamente envolvidas, ao deslocamento espacial das pessoas, ao caráter das iniciativas (imobiliárias, agropecuárias, serviços, comerciais ou industriais) e ao tipo de produtos e serviços de consumo corrente transacionados no meio rural. Essas dinâmicas relacionam-se aos amplos processos de industrialização da agricultura e reajuste do setor industrial, bem como à mudança do padrão de consumo da população (urbana e rural), os quais, no conjunto, vêm alterando a estrutura ocupacional do meio rural (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1999).

4. Considerações finais

O presente estudo procurou avançar e contribuir com as pesquisas sobre o engajamento das pessoas residentes no meio rural nas atividades não agrícolas, analisando, com mais detalhes, a região Centro-Oeste brasileira.

Os principais resultados mostraram que a PEA rural não agrícola registrou crescimento de 6,1% ao ano no período 2001-2005, sendo que neste último ano ela representava 32,5% da PEA rural total ocupada. Em sua grande maioria eram empregados (72,8%, em 2005), que tiveram grande crescimento do trabalho formal (de 42,1% para 48,6% no período analisado). Dos ramos de atividade não agrícola, destaque para: serviços domésticos; comércio e reparação; indústria de transformação; educação, saúde e serviços

forma a aprofundar-se a discussão sobre as possíveis melhorias nas condições de trabalho e de vida das pessoas

sociais; e indústria da construção. Em 2005, esse conjunto de atividade respondeu por 75,4% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas.

Para o desenho das políticas de desenvolvimento rural sustentável, a partir das informações tratadas no presente estudo, ficam alguns subsídios importantes:

- em relação à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população residente no meio rural: o fomento às atividades não agrícolas pode ter um efeito muito positivo em termos de melhoria da qualidade do emprego e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores, dependendo das atividades envolvidas.
- quanto à questão de gênero: no fomento às atividades não agrícolas, a principal reorientação seria no sentido de propiciar novas alternativas para as mulheres empregadas nos serviços domésticos, grupo de ocupações com condições de trabalho, em geral, muito precárias.
- do ponto de vista da formação de mão-de-obra, visando uma maior adesão às demandas do mercado de trabalho, é preciso ter em mente que o rural está demandando novos profissionais para novas áreas (indústria de transformação, turismo rural, artesanato, prestação de serviços não domésticos, algumas áreas do setor público, entre outras).
- em um contexto em que o rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a abrigar uma gama de outras atividades e novas funções, as políticas públicas precisam garantir boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, agrícolas e não agrícolas. As atividades não agrícolas devem ser estimuladas porque têm se mostrado uma alternativa importante para os desempregados agrícolas residentes no meio rural, além de constituírem-se em um forte elemento dinamizador da economia rural.
- as políticas de fomento de atividades rurais não agrícolas devem considerar as diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de novas ocupações no meio rural, bem como os diversos estágios de desenvolvimento econômico, em geral, e da agricultura, em particular, nos diferentes municípios e estados da região.

5. Referências bibliográficas

ANDERSON, D.; LEISERSON, M. Rural Nonfarm Employment in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. v. 28, n. 2, january 1980.

BALSADI, O.V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. Campinas, IE/Unicamp, 2007 (Tese de Doutorado).

que se ocupam nas diversas atividades dos ramos industrial e de comércio e serviços no Centro-Oeste brasileiro.

BALSADI, O.V. O novo rural paulista: evolução e perspectivas. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e Agricultura**, 17, outubro 2001: 81-103.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna (SP), Embrapa, v.1, 2000.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. **Recuperação econômica e a geração de empregos formais**. Campinas, IE/Unicamp, 2006. 20 p. Mimeografado.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Campinas, IE/Unicamp, 1999 (Tese de Doutorado).

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Mimeo. (Projeto Rurbano).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, v.25, Rio de Janeiro, 2004.

KLEIN, E. **El empleo no agrícola en America Latina**. Prealc-OIT, n. 364, agosto 1992.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A INSERÇÃO DO NEGRO NO
MERCADO DE TRABALHO DA PARAÍBA**

Alecsandra Pereira da Costa Moreira¹
Amanda Christinne Nascimento Marques²
Maria de Fátima Ferreira Rodrigues³

Resumo

Este ensaio tem como objetivo entender o papel dos movimentos sociais na busca constante pela inserção justa da população negra nas áreas do trabalho antes destinadas apenas a pessoas de outras etnias no Estado da Paraíba. Para tanto, utilizamos como referencial teórico-metodológico autores das ciências sociais, tais como: Antunes (2005), Anjos (2006), Martins (2004), Moreira (2006), Moreira e Rodrigues (2006a, 2006b), que foram fundamentais para a construção desse ensaio. A metodologia adotada constou de um levantamento bibliográfico e documental em bibliotecas públicas e particulares, em sítios da internet, bem como foram realizados diálogos com representantes do Movimento Negro da Paraíba, e com moradores da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba. Esses dados foram avaliados, tabulados e interpretados com base nos autores citados, visto que o debate pós-moderno prega a pluralidade metodológica e a transdisciplinaridade. Num primeiro momento, discutimos a construção dos territórios etnicamente diferenciados, em especial, os quilombolas, e analisamos o processo de regularização dessas áreas. Em seguida, verificamos o papel dos movimentos sociais negros organizados na inserção e permanência da população negra no mercado de trabalho. Ao final, percebemos que as estratégias de resistência negra têm dado resultados visto que o avanço contínuo da politização da população negra leva a uma maior/ melhor inserção no mercado de trabalho.

Palavras Chave: Territorialidade Quilombola; Movimentos Sociais; Trabalho Camponês

1. Introdução

Desde os primórdios da colonização do Brasil as camadas pobres da população foram inseridas no modo de produção capitalista de modo perverso⁴, principalmente os de origem

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB/PPGG, Integrante dos Grupos de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR) e Cidadania e Direitos Humanos do CNPq. E-mail: alecsandrapereira@yahoo.com.br.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB/PPGG, Bolsista CAPES, Integrante dos Grupos de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR) e Cidadania e Direitos Humanos do CNPq. E-mail: amandacnmarques@yahoo.com.br.

³ Professora Adjunta do Departamento de Geociências da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFPB. Líder dos Grupos de Pesquisa: Território, Trabalho e Cidadania (GESTAR) e Cidadania e Direitos Humanos do CNPq. E-mail: fatimarodrigues.ufpb@gmail.com

⁴ Martins (2004, p. 10) coloca que “por inclusão perversa devemos entender, antes de tudo, o modo peculiar e doloroso de participação social daqueles que foram privados de condições básicas de inserção social definidas pelos valores que o próprio capitalismo proclama [...]”.

africana que até hoje guardam as marcas do período escravista que se estendeu do início da colonização, a partir de 1530, até 1888.

Os negros sem direitos de toda a ordem no período colonial resistiram contra os maus tratos e torturas, mas nos dias atuais ainda carregam mitos de inferioridade e sofrem com a discriminação em todas as áreas da vida social: na escola, no trabalho e nos lugares próprios para o lazer. Reflexos de uma renda monetária baixa devido aos poucos anos de estudos, os adultos não conseguem manter suas famílias e conseqüentemente seus filhos têm que abandonar a escola para trabalhar, e esse ciclo se renova a cada nova geração.

Para reverter esse quadro, os negros organizados em movimentos sociais têm fortalecido suas estratégias de resistência principalmente a partir de 1970. O Movimento Negro Unificado dentre inúmeros outros vêm conquistando com muita luta e perseverança os direitos básicos para a manutenção da cultura negra. Tanto no campo das artes, como no do trabalho e da educação as políticas públicas têm-se mostrado de maneira mais freqüente, não só na mídia, mas também no cotidiano das famílias negras de todo o Brasil.

Neste artigo, fixamos nossas atenções para apenas um desses campos: o campo do trabalho. Nessa perspectiva, o objetivo desse ensaio é entender o papel dos movimentos sociais na busca constante pela inserção justa da população negra nas áreas do trabalho antes destinadas apenas a pessoas de outras etnias.

A metodologia adotada constou de um levantamento bibliográfico e documental em bibliotecas públicas e particulares, em sítios da internet, bem como foram realizados diálogos com representantes do Movimento Negro da Paraíba, e com moradores da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba. Esses dados foram avaliados, tabulados e interpretados com base em autores das ciências sociais. Dentre esses autores citamos: Antunes (2005), Anjos (2006), Martins (2004), Moreira (2006), Moreira e Rodrigues (2006a, 2006b), que foram fundamentais para a construção desse ensaio, pois ora concordando, ora discordando, buscamos entender o cenário agrário paraibano.

Num primeiro momento, discutimos a construção dos territórios etnicamente diferenciados, em especial, os quilombolas, e analisamos o processo de regularização dessas áreas. Em seguida, verificamos o papel dos movimentos sociais negros organizados na inserção e permanência da população negra no mercado de trabalho.

2. Território Quilombola

Os territórios quilombolas são áreas que serviram de refúgio para negros fugidos no período da escravidão no Brasil. Atualmente, existem territórios de populações negras em todas as regiões (Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste). Mas não se sabe ao certo qual é o número de remanescentes de quilombo em cada uma delas, porque o processo de reconhecimento apenas teve início com a Constituição de 1988 e ainda não foi concluído. Esse fato dificulta o acesso às políticas públicas que buscam compensar as desigualdades impostas aos negros ao longo do tempo.

Mesmo após a abolição da escravidão os negros foram impossibilitados de adquirir terras para trabalho, moradia e lazer, mesmo porque a Lei de Terras de 1850 já instituía que a partir daquela data as terras para serem adquiridas deviam ser compradas. Sem indenização ou qualquer outro benefício os negros foram largados a própria sorte.

A História do reconhecimento dos territórios negros no Brasil vem se transformando ao longo do tempo quanto a sua forma de abordagem e de interpretação. Essas mudanças são frutos de um processo de reconhecimento da luta negra pela liberdade e igualdade dos direitos que teve início ainda no período colonial, impulsionado principalmente pelas diversas formas de negação do trabalho escravo, como a quebra de ferramentas, o incêndio de plantações, o assassinato de senhores de terras e feitores, o suicídio, dentre tantas outras formas de resistência aos maus tratos sofridos e a ausência de leis que os protegesse.

No entanto, apesar do processo de resistência negra no Brasil ser secular (desde a década de 1530), o aprofundamento da discussão acerca dos problemas enfrentados pela população negra se intensificou apenas na década de 1970 com uma nova forma de se pensar a realidade.

No âmbito da valorização da cultura e da reafirmação dos direitos sociais, durante o período de abertura política no Brasil e nos anos de 1980 surgiram diversos movimentos na busca de minimizar as desigualdades sociais existentes entre os negros, índios e brancos. Nesse período, o movimento negro e o movimento indígena foram objetos de estudo de várias ciências e os territórios etnicamente diferenciados passaram a ter mais visibilidade, contrastando com algumas pesquisas anteriores que falavam da extinção desses grupos.

Sabemos que há nos remanescentes de quilombos uma rica cultura, porém nessas comunidades ainda existem muitos empecilhos para sua reprodução social. Existe o problema secular da falta de terra de trabalho além de problemas estruturais referentes a moradias precárias, saneamento básico insuficiente ou inexistente; a educação é muitas vezes

descompromissada com a identidade étnica local; a assistência à saúde é feita de forma insatisfatória, com periodicidade insuficiente para as demandas locais, dentre outros.

E mesmo havendo movimentos negros organizados, a exemplo do Movimento Negro da Paraíba⁵, que surgiu em 1979 da necessidade de luta em prol dos direitos do povo negro e para ajudar a acabar com o racismo no Estado da Paraíba, há uma carência de informações que inviabiliza a caracterização dos remanescentes de quilombos quanto à população, renda, saúde e educação, bem como da própria localização desses territórios. As informações são divergentes, muitas vezes apresentam erros, são desatualizadas e/ ou incompletas.

Apesar dessas dificuldades, os movimentos sociais camponeses têm ganhado força ao longo dos anos devido à espacialização e a territorialização das suas reivindicações e atitudes na busca de terra de trabalho.

Nessa perspectiva, consideramos essencial entender as relações de trabalho que dizem respeito a etnia negra e sua história dentro de um contexto mais amplo da luta pela terra no Brasil. Visto que há comunidades rurais que não têm terra para plantar, a exemplo de Caiana dos Crioulos, cujos moradores possuem apenas os terrenos das casas de morada e os respectivos quintais e, por conseguinte se assalariam ou submetem-se a outras relações de trabalho em terras vizinhas, como por exemplo, pagando o foro. Esse quadro social da terra quilombola reflete as ambigüidades do modo de produção⁶ capitalista.

No modo de produção capitalista há a produção de mercadorias, nele há a liberdade do trabalhador, ele tanto é livre dos meios de produção quanto para vender a sua força de trabalho aos capitalistas, que extraem a mais-valia, a partir de complexas relações de trabalho que vêm sendo o foco de debates das mais variadas ciências, a exemplo da Antropologia, Psicologia, Medicina, Direito, Geografia, etc. Em cada uma delas a categoria trabalho ganha enfoques diferenciados.

Visando entender o trabalho como fator estruturador na construção das territorialidades quilombolas é necessário entender quais são os elementos constituintes do processo de trabalho, que de acordo com Marx (1985) são: a atividade que visa alcançar um objetivo, que é o trabalho em si, a matéria que a ser aplicada na ação e os instrumentos de trabalho. Do ponto de vista econômico, a terra compreende também a água, é o objeto universal do trabalho humano.

⁵ Para mais informações consulte o sítio do MNU: www.mnu.org.br

⁶ De acordo com Hindess e Hirst (1976, p. 16) “modo de produção é uma combinação articulada de relações e forças de produção estruturadas pela dominância das relações de produção. As relações de produção definem um modo específico de apropriação do trabalho excedente e a forma específica dos meios de produção que correspondem a esse modo de apropriação do trabalho excedente”.

Para o camponês quilombola a terra do seu território não é apenas um objeto com o qual pode-se obter valores econômicos, é o símbolo de lutas e conquistas seculares enquanto resistência de uma etnia, representando laços inseparáveis da identidade quilombola com o lugar.

Para reparar esse passado histórico de inclusão precária, atualmente, as terras ocupadas por remanescentes de quilombos são reconhecidas, delimitadas e demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Instrução Normativa de 24 de março de 2004 “regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação” das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Quanto à definição das comunidades quilombolas e das suas terras, temos:

Art. 3º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 4º Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientais necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A regulamentação da identificação das terras quilombolas tem trazido a tona culturas antes restritas aos territórios etnicamente diferenciados, ampliando o horizonte da cultura do Brasil. De acordo com as Estatísticas do Meio Rural (2006) o governo Federal até o ano 2000 identificou 724 comunidades remanescentes de quilombos e em 2005 esse número subiu para 2.146.

De acordo com Anjos (2006) há cerca de 2.842 comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas em todas as regiões brasileiras, sendo que a região Nordeste é a que concentra um maior número de registros, onde podemos encontrar 1.724 remanescentes, que correspondem a 60,7% dos registros a nível de Brasil.

Sobre a Paraíba⁷ Anjos (2006) aponta 17 comunidades remanescentes de quilombo: Gurugi⁸ (Conde), Paratibe⁹ (João Pessoa), Mituaçu (Conde), Mata da Chica¹⁰ (Conde), Matão

⁷ Sobre as comunidades quilombolas no Estado da Paraíba ver: *MOREIRA, Alessandra Pereira da Costa; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Políticas Públicas em Territórios Quilombolas:** o caso de Caiana dos Crioulos. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano; III Encontro Paraibano de Geografia; III Semana de Geografia da UFPB. Agricultura Familiar em Regiões com Riscos de Desertificação. João Pessoa. 2006. *MOREIRA, Alessandra Pereira da Costa; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Políticas Públicas e Territorialidade Quilombola:** Resistência e Conflitos em Caiana dos Crioulos. In: XIV Encontro Nacional de

(Gurinhém), Pedra D'Água (Ingá), Livramento (Livramento), Vertente (Alagoa Grande), Zumbi (Alagoa Grande), Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande), Bonfim (Areia), Pitombeira (Santa Luzia), Talhado (Santa Luzia), Pitombeira (Várzea), Triunfo (Triunfo), Contendas (São Bento), e Lagoa Rosa (Catolé do Rocha).

Tabela 1: Comunidades Quilombolas por Mesorregiões Geográficas na Paraíba

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DA PARAÍBA	COMUNIDADES QUILOMBOLAS/ MUNICÍPIOS
Mata Paraibana	Gurugi (Conde), Mata da Chica (Conde), Paratibe (João Pessoa) e Mítuaçu (Conde).
Agreste Paraibano	Matão (Gurinhém), Pedra D'Água (Ingá), Vertente (Alagoa Grande), Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande), Zumbi (Alagoa Grande) e Bonfim (Areia).
Borborema	Livramento (Livramento), Pitombeira (Várzea), Pitombeira (Santa Luzia) e Talhado (Santa Luzia).
Sertão Paraibano	Contendas (São Bento), Lagoa Rosa (Catolé do Rocha), e Triunfo (Triunfo).

Fonte: Anjos, 2006. Organizado por: Alecsandra P. da C. Moreira.

Esses dados têm aumentado consideravelmente ao longo dos anos visto que instituições governamentais e não governamentais, a exemplo da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes (AACADE), têm contribuído para essa nova configuração da paisagem agrária paraibana.

3. Conflitos no Campo: territorialidades camponesas resistentes

No Brasil, além das territorialidades quilombolas as territorialidades camponesas de origens étnicas diversas (brancos, negros, índios e mestiços) também enfrentam muitas dificuldades para a sua reprodução como sujeitos sociais do campo. Essas dificuldades vão desde a falta de terras para o plantio familiar até a insuficiência/ ausência de assistência técnica para a manutenção das propriedades camponesas.

Geógrafos. A Geografia e a Amazônia no Contexto Latino-Americano: Diálogos, Práticas e Percursos. Rio Branco. 2006. *MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. **Território Quilombola:** cultura e resistência em Alagoa Grande – PB. 2006. 72f. Monografia (Graduação em Geografia). UFPB/DGEOC. João Pessoa.

⁸ A comunidade de Gurugi está registrada em Anjos (2006) erroneamente como “Curugi”.

⁹ A comunidade de Paratibe está localizada em João Pessoa, mas Anjos (2006) afirma que esta comunidade está situada no município do Conde (para mais informações ver sítio da prefeitura de João Pessoa: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>).

¹⁰ A comunidade Mata da Chica é uma localidade do município do Conde, porém Anjos (2006) coloca esta como sendo do município de João Pessoa.

Segundo Fernandes (2001, p. 20-21), na década de 1990, mais de 400 mil famílias ocuparam latifúndios, e o avanço das lutas pela terra se dá devido às ocupações massivas e dos processos de “especialização e territorialização” dos movimentos sociais camponeses. Essa territorialização da luta foi extremamente importante ou até mesmo “determinante” para o desenvolvimento de políticas públicas de combate à pobreza rural, e principalmente para as áreas de assentamentos. Sendo assim, “a especialização cria territorialização e é reproduzida por esta”, e “o processo de territorialização fortalece os movimentos” sociais “porque possibilita a especialização das experiências” (FERNANDES, 2001, p. 69-70).

Destacamos também, que essa busca constante de uma consciência coletiva da importância da população camponesa brasileira tem sido pauta constantemente de atividades dos movimentos sociais. Esses movimentos têm dado apoio aos camponeses tanto na luta pela aquisição da terra, como também, na busca de condições dignas de trabalho dentro das comunidades específicas e dos assentamentos de Reforma Agrária. Aos poucos o vício da ideologia dominante está sendo transformado através de trabalhos de base em comunidades pobres da zona urbana, cuja população geralmente é oriunda da migração gerada pelas relações desiguais ocorridas no campo¹¹.

De acordo com as Estatísticas do Meio Rural (2006) a região Nordeste tem o registro do maior número de ocupações de terras no Brasil com 30% do valor total. Em segundo lugar temos a região Sudeste com 28%; em terceiro está a região Centro-Oeste com 21%; em quarto lugar vem a Sul com 13%; e em quinto a Norte com 8%.

Várias formas de violência no campo contra a pessoa no Brasil foram registradas em 2005, dentre estas: conflitos, tentativas de assassinatos, morte por consequência de conflitos, ameaça de morte, prisões e, com exceção da região Sul, também há registros de torturas e agressões físicas em todas as regiões.

Em muitas propriedades há a exploração dos trabalhadores, esse fato leva a conflitos trabalhistas diversos, seja por melhores condições de trabalho e/ou por melhorias salariais. Entre os anos de 1997 a 2005, o ano de 1998 foi o de maiores envolvimento de pessoas nesse tipo de conflito, devido a campanhas salariais em Alagoas e Goiânia.

Os conflitos, greves e rebeliões no mundo do trabalho podem provocar explosões sociais que, de acordo com Antunes (2005), surgem na fase de mundialização atual dos capitais e indicam uma mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Atualmente,

¹¹ Ver Silva (2005).

esses atores sociais fazem parte dos movimentos sociais dos desempregados e/ ou daqueles que lutam por melhores condições de trabalho.

Para Antunes (2005) com os avanços tecnológicos, científicos e dos setores responsáveis pelos fluxos financeiros internacionais não há nem um descentramento nem uma desconstrução da categoria trabalho, mas sim, uma nova morfologia que possui múltiplas formas e potencialidades.

Contrastando com essa realidade das inovações oriundas da Terceira Revolução Industrial e com a atuação dos movimentos sociais de cunho étnico, apesar de a escravatura ter sido abolida a mais de um século, ainda hoje há registros de trabalho escravo no Brasil. De 1995 a 2005 foram realizadas 396 operações em 1.464 fazendas, sendo efetuados 12.227 autos às propriedades cujas irregularidades foram constadas.

Essa escravidão fruto do racismo, da discriminação e da sede por lucros excessivos, pode ser extinta em longo prazo com a promoção de mudanças concretas na educação escolar. Por isso, visando quebrar a tradicional exclusão social têm sido discutidas diretrizes¹² norteadoras para a educação no Brasil, graças aos movimentos sociais de resistência étnica, que entendem como uma necessidade o estímulo de valores e de comportamentos democráticos, a fim de que se respeitem às características e diferenças dos grupos étnicos, seja ele indígena, negro, asiático ou europeu.

As justificativas para essa luta podem ser dadas nas mais diversas áreas, e no documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, de outubro de 2004, encontramos alguns dados que por si só reafirmam a existência de situações discriminatórias e preconceituosas, no que tange ao grau de escolaridade e de integração ao mercado de trabalho:

[...] pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que as pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 para anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem esta situação.

Infelizmente percebemos que os anos de estudo do negro continuam sendo inferiores, e conseqüentemente os negros ainda possuem uma renda inferior aos brancos. Para resolver

¹² De acordo com as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2004, p. 26) diretrizes “são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir de determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário”.

esses problemas é necessário à implementação de uma educação que integre e democratize toda a população brasileira. Para tanto, as diretrizes curriculares educacionais servem atualmente como um guia norteador, pois através de questionários foram consultadas pessoas de níveis escolares diversos atuantes em grupos negros organizados e, em Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, a fim de identificar as dúvidas e as dificuldades de tratar as relações étnicas brasileira.

Há muitas desigualdades de direitos entre brancos e negros, entretanto, o Brasil é um país composto em sua maioria de pardos e pretos¹³. Este fato foi comprovado pelo Censo de 2000, onde mais de 50% da sua população assim se declararam, como podemos verificar no gráfico abaixo.

Segundo Jaccoud e Beghin (2002) o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, estando na sua frente apenas a Nigéria. Essa densidade de negros como vimos é fruto da escravidão que ocorreu no período colonial e no Brasil Império.

Ao longo da História do Brasil temos registradas as mais variadas formas de organizações de luta pelo reconhecimento étnico da diferença e do valor cultural, cujos direitos devem ser iguais, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade.

Um movimento social étnico bastante conhecido no Brasil foi a Frente Negra Brasileira, criada em 1931, no município de São Paulo. Nesta época, segundo Barbosa (1998), os negros nesta cidade representavam aproximadamente 11% do total da sua população, estes, enfrentavam graves problemas relacionados à pobreza e a miséria.

A discriminação neste período era tão alarmante que Francisco Lucrécio, que fez parte da diretoria da Frente Negra Brasileira, coloca que nos jornais era comum a publicação de anúncios de emprego com a frase: “Precisa-se de empregado, mas não queremos de cor” (LUCRÉCIO In: BARBOSA, 1998, p. 38).

A maioria dos negros não tinha acesso à educação, moradia digna, nem a saúde e o mesmo acontecia com o trabalho, visto que restava para eles o subemprego. Porque no Brasil foi criado o pressuposto de que a etnia branca é superior à negra, o que se constitui a essência do racismo. A Frente Negra ofereceu aos afrodescendentes até 1937¹⁴ uma oportunidade de organização e de luta a fim de melhorar a qualidade de vida dos negros, através da educação e da conscientização política.

¹³ Para o IBGE a soma de pretos e pardos no Brasil resulta no número de negros.

¹⁴ A Frente Negra em 1936 foi registrada como um partido político, e em 1937 Getúlio Vargas através de um decreto presidencial fechou todos os partidos políticos.

Também a nível nacional, temos no contexto atual da luta dos afro-descendentes contra o racismo e a discriminação racial o MNU¹⁵ se destacando, sendo ele, uma das maiores armas das comunidades negras no Brasil. Essa entidade de caráter nacional foi fundada no dia 7 de julho de 1978, e não tem fins lucrativos. O MNU tem promovido ao longo da sua história seminários, cursos e conferências a fim de superar as desigualdades dessa sociedade que é multirracial.

Podemos destacar várias conquistas no âmbito da Constituição de 1988 resultantes das reivindicações do Movimento Negro, tais como: o reconhecimento das contribuições culturais das diversas etnias que constituem a população brasileira; o entendimento de racismo como crime, e o direito das comunidades quilombolas à propriedade definitiva de suas terras, através da emissão dos títulos de propriedade emitidos pelo Estado (JACCOUD e BEGHIN, 2002).

Atualmente temos na Paraíba mais de 40 entidades e grupos de negros organizados. Esses grupos trabalham na perspectiva de despertar a consciência negra através da arte, com músicas e danças, a exemplo da capoeira¹⁶, coco de roda e ciranda; por meio da formação humana, com seminários, encontros e palestras onde é discutida a história do povo negro no Brasil, as suas lutas contra a discriminação racial no trabalho, e os direitos humanos; através de cursos de artesanato; de oficinas sobre a cultura afro-brasileira, envolvendo questões com relação as roupas, cores e acessórios afros; bem como são trabalhadas as necessidades que vão sendo colocados em discussão de acordo com fatos cotidianos mencionados nas reuniões.

Essas ações têm dado uma visibilidade cada vez maior para a população negra da Paraíba, e com o registro das comunidades quilombolas os municípios onde estas comunidades estão localizadas também têm sido destaque em debates, já que as desigualdades sociais encontram-se entrelaçadas com relações existentes fora do território etnicamente diferenciado. É como se esses municípios começassem a se destacar do mapa em todas as mesorregiões da Paraíba. Isso pode ser observado quando avaliamos a atuação do Estado,

¹⁵ Ver: www.mnu.org.br.

¹⁶ “Uma simulação de dança contendo técnicas de ataque e defesa, a capoeira iniciou o seu percurso no rumo à brasilidade com os primeiros bantos chegados à Bahia, que disfarçavam com cânticos tradicionais o treinamento de luta. Aos poucos ritmos específicos como angola, benguela, cavalaria, idalina, iaúna e outros mais, tocados ao berimbau, foram sendo nomeados e foram coordenados os movimentos dos dançarinos lutadores, criando uma disciplina de arte marcial” [...] “A capoeira como conhecemos hoje é genuinamente brasileira, pois difere muito das lutas que ainda se encontram em Angola, como a *ba-sula* e a *n’golo*, embora sua origem esteja umbilicalmente ligada a essas tradições marciais angolanas. De prática de lazer permitido nos engenhos coloniais, foi na república classificada como atividade criminosa, sujeita à detenção. Em 1937, uma sessão apresentada a Getúlio Vargas por Mestre Bimba fez que essa proibição não só deixasse de constar do Código Penal, como que a capoeira fosse oficializada e recomendada como prática de Educação Física e manifestação artística afro-brasileira” (ANJOS, 2006, p. 84).

embora de forma ainda tímida através das políticas públicas e especialmente através da atuação das ONG's e movimentos sociais.

4. Trabalho e Renda em Caiana dos Crioulos

Caiana dos Crioulos é uma comunidade negra rural e quilombola, localizada na serra do município de Alagoa Grande, que se situa na Microrregião do Brejo e esta, por sua vez, está inserida na Mesorregião do Agreste Paraibano. Quanto a divisão territorial há uma divisão de caráter apenas burocrático em duas áreas: Caiana do Agreste (onde houve uma miscigenação de negros com indígenas) e Caiana dos Crioulos (onde a etnia negra é evidente), como forma de adquirir mais benfeitorias, tais como: casas de farinha e escolas. Porém, de fato, ambas constituem o mesmo território.

O dia-a-dia na comunidade Caiana dos Crioulos é dedicado ao trabalho nos roçados. Há a presença do plantio, do trabalho coletivo da raspagem da mandioca e da produção da farinha. A produção é escoada na Feira de Alagoa Grande aos sábados.

Caiana dos Crioulos mantém estampada na sua paisagem a cultura camponesa, que encanta quem a contempla. Há fruteiras (mangueiras, cajueiros, bananeiras, jaqueiras, pitombeiras e laranjeiras) e plantações (milho, feijão, fava e roça), em volta das casas.



Figuras 1 e 2: Plantações em Caiana dos Crioulos. Alagoa Grande – PB/Abril de 2006. Fotos: Alecsandra P. da C. Moreira.

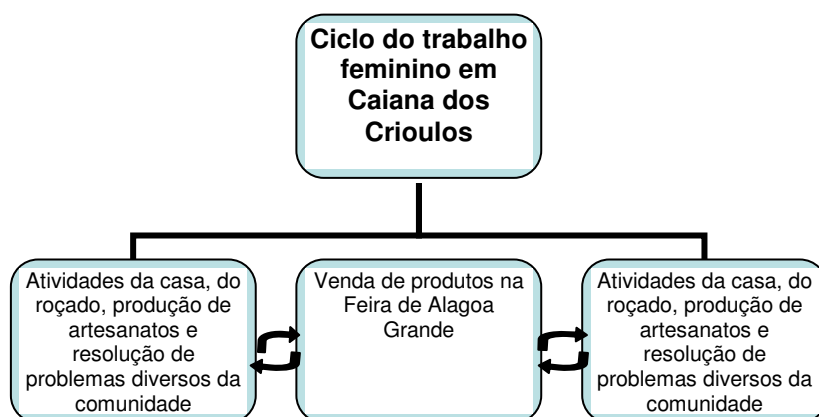
Nessa comunidade quilombola atualmente seus moradores têm apenas o local da casa de morada e, seus respectivos quintais, que variam de acordo com a ocupação de cada família. Na seca de 1930 muitos moradores foram obrigados, pela fome, a vender suas terras a preços baixíssimos para proprietários de terras vizinhas. Além disso, também devemos levar em consideração a atuação do Estado brasileiro, haja vista, que esta comunidade está rodeada de assentamentos rurais e ainda aguarda o título de propriedade definitivo da terra.

A organização familiar é nuclear, composta pelas figuras paterna e materna, e por um grande número de filhos. Há relações de parentesco e cooperação, onde seus moradores mesmo quando migram, retornam para noivar e casar com mulheres (brancas ou negras) da própria comunidade. Fato comum também em outras áreas camponesas na Paraíba.

O desempenho feminino é bastante proeminente. Porque a maioria dos homens ou são a mão-de-obra dos engenhos, com um trabalho sazonal, e/ou migram em busca de trabalho, passando de seis meses a um ano, e às vezes ainda permanecem mais tempo longe da sua família para adquirir bens de consumo, tais como televisão, aparelho de som, vídeo, geladeira, etc., e/ou para construir sua casa na comunidade, preparando-se, quando solteiros, muitas vezes para o casamento.

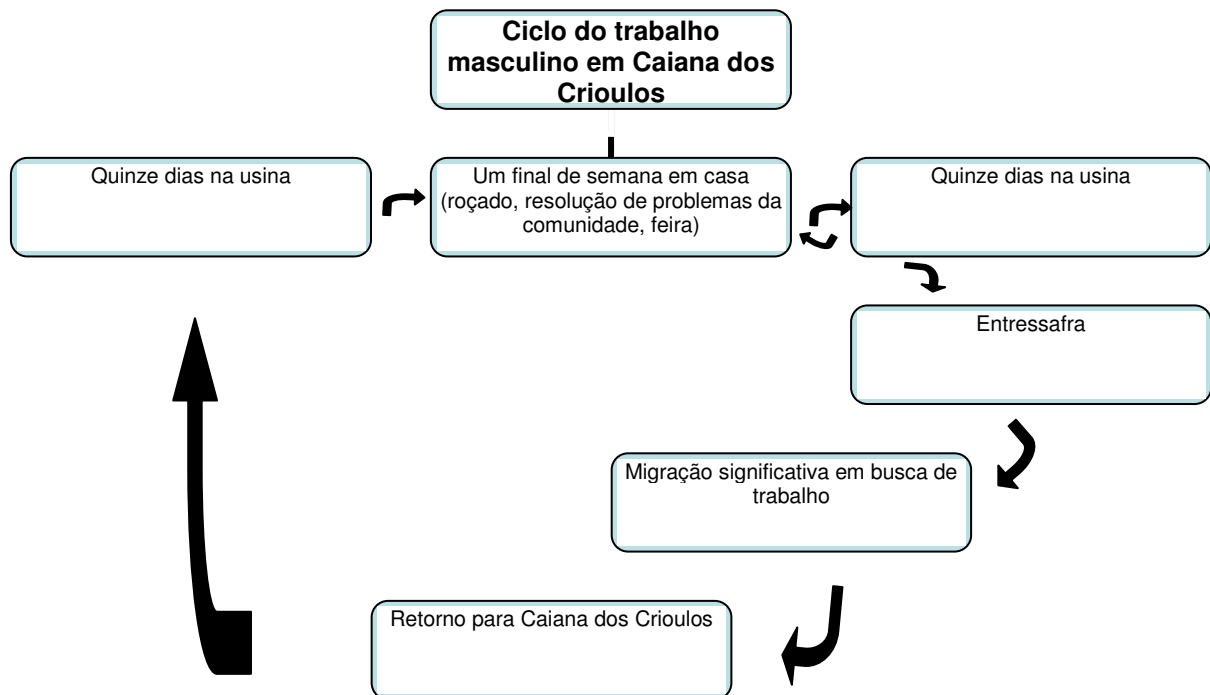
Apesar dos moradores da comunidade ter laços muito fortes com o lugar as dificuldades em conseguir trabalho devido à ausência de terras próprias de trabalho levam os homens de Caiana dos Crioulos à migração para João Pessoa, Rondônia, São Paulo e, principalmente, para o Rio de Janeiro. As mulheres, por sua vez, assumem as atividades relacionadas a onde mora: cuidam da casa e dos filhos, mantêm os roçados nos quintais, e têm uma vida política nas Associações de Moradores bastante ativa.

A principal atividade econômica da comunidade é a agricultura e, em segundo lugar, o trabalho nas usinas. Os instrumentos de trabalho utilizados são tradicionais, comumente utilizados em outras áreas rurais do Estado da Paraíba, a exemplo de enxada, enxadeco, foice, facão, pá, machado, etc. Nos organogramas abaixo podemos observar os ciclos do trabalho feminino e masculino em Caiana dos Crioulos:



Organograma 1: Ciclo do trabalho feminino em Caiana dos Crioulos.

Fonte: Adaptado do Relatório de Identificação de Caiana dos Crioulos. Organizado por Alecsandra P. da C. Moreira.



Organograma 2: Ciclo do trabalho masculino em Caiana dos Crioulos.

Fonte: Adaptado do Relatório de Identificação de Caiana dos Crioulos (1998). Organizado por Alecsandra P. da C. Moreira.

As lavouras estão localizadas em terras aforadas na sua maioria dentro de assentamentos do INCRA, que circundam Caiana dos Crioulos. De acordo com Relatório de Identificação de Caiana dos Crioulos (1998) o plantio é feito em lotes de 07 a 10 ha. No ano de 1996 em assembléia decidiu-se o não pagamento do foro, por entenderem que têm o direito de plantar nessas áreas.

Outra atividade realizada na comunidade é o trabalho artesanal na produção de sabão, balaios de cipó, painéis em tecidos, retratando o cotidiano na comunidade, etc.

A produção de farinha mandioca propicia relações de reciprocidade, visto que há casas de farinha particulares, e também coletivas (duas) conseguidas através das Associações de Moradores. No Relatório de Identificação de Caiana dos Crioulos (1998, p. 11) Paiva e Souza afirmam que: “no caso da utilização da casa de farinha particular, o dono da massa paga a ‘conga’ para cobrir a despesa do combustível do motor (UFPB, 1975). No caso da casa de farinha coletiva, há uma escala para a utilização da mesma”. Segundo os pesquisadores “a ‘conga’ consiste em num sistema de pagamento em que para cada 10 litros de farinha fabricada, o dono da massa paga um litro ao dono das instalações”.

A situação fundiária da comunidade é complexa porque existe a superposição de áreas com histórias de resistência diferentes: de um lado a história de resistência negra a escravidão,

as relações de parentesco e de cooperação e do outro a ocupação, através da apropriação territorial ligada aos movimentos sociais de luta pela terra.

Em Caiana dos Crioulos há uma grande quantidade de idosos, que são aposentados e, por conseguinte, não podem ser beneficiados com os assentamentos de Reforma Agrária. E muitos jovens em idade economicamente ativa migram em busca de trabalho.

No dia 13 de julho de 1997 a Comunidade Negra de Caiana dos Crioulos enviou um abaixo assinado com cento e doze assinaturas à FCP (Fundação Cultural Palmares) de Brasília, reivindicando terra para plantar e a solução de problemas de estradas, água e assistência em geral. Nesse período, eles trabalhavam em terras de fazendeiros e pagavam o foro. Além disso, mais de cem homens adultos e jovens haviam migrado temporariamente para o Rio de Janeiro para poder sustentar as suas famílias. Estes fatos apontam problemas muito graves, visto que neste período a comunidade tinha cerca de trezentas famílias.

Em meio a tantas dificuldades de acordo com Moreira e Rodrigues (2006a, 2006b) e Moreira (2006) projetos de entidades governamentais e de ONG's vêm tentando atenuar os problemas mais urgentes como a fome e a insuficiência de infraestrutura e de trabalho, a exemplo da BAMIDELÊ (Organização de Mulheres Negras na Paraíba), com um projeto de formação humana, e da AACADE (Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro descendentes). Também tem atuado em territórios de comunidades quilombolas o Projeto Cooperar que implementa políticas públicas de combate a pobreza rural, cujos recursos são oriundos de um convênio firmado entre o governo do Estado da Paraíba e o Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Mas as dificuldades ainda são muitas.

5. Considerações Finais

A partir do fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil na década de 1970, é nítido o avanço na formulação de políticas públicas de combate a pobreza. Na medida em que há a intensificação do processo de territorialização das lutas no campo territorializam-se também as experiências, e conseqüentemente territorializam-se as conquistas das reivindicações por terra de trabalho e moradia, em especial nos territórios etnicamente diferenciados que têm características diferenciadas na relação com a terra, devido aos traços culturais e as resistências de ordem material e simbólica enfrentadas por esses grupos.

Em Caiana dos Crioulos apesar de seus moradores terem a terra da casa de morada com seus respectivos quintais, a ausência de terra de trabalho tem levado a migrações freqüentes desde 1950, principalmente para o Rio de Janeiro.

Além disso, é comum em algumas comunidades quilombolas do Estado da Paraíba a sujeição ao aforamento em terras “vizinhas” que em um passado não muito distante pertencia aos próprios quilombolas.

Mas apesar de haver muito a ser mudado na paisagem agrária paraibana, temos que reconhecer que existem conquistas dos movimentos sociais de resistência negra na Constituição e na implementação de políticas públicas de combate a pobreza através do Estado brasileiro.

6. Bibliografia

ANJOS, R. S. A. dos (pesq.). **Quilombolas: tradições e cultura de resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho. In: **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARBOSA, M. **Frente Negra Brasileira: depoimentos/ entrevistas e textos**: Márcio Barbosa; organizado por Quilombohoje. São Paulo: Quilombohoje, 1998.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/ DF, outubro de 2004.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do Meio Rural**. São Paulo: DIEESE, 2006. 276 p.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época), 2001.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL. INCRA. **Instrução Normativa nº. 16, de 24 de março de 2004**.

JACCOUD, L. de B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília : Ipea, 2002.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HINDESS, B.; HIRST, P. Q. **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. Tradução: Alberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 2ª ed, 1976.

MARTINS, J. de S. **Para compreender e temer a exclusão social**. Vida Pastoral, Ano XLV, nº. 239, Editora Paulus, São Paulo, novembro-dezembro de 2004, p. 3-9.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. São Paulo: DIPEL. 15ª ed. Vol.1, 1985.

MOREIRA, A. P. da C.; RODRIGUES, M. de F. F. **Políticas Públicas em Territórios Quilombolas:** o caso de Caiana dos Crioulos. In: Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano; III Encontro Paraibano de Geografia; III Semana de Geografia da UFPB. Agricultura Familiar em Regiões com Riscos de Desertificação. João Pessoa. 2006a.

MOREIRA, A. P. da C.; RODRIGUES, M. de F. F. **Políticas Públicas e Territorialidade Quilombola:** Resistência e Conflitos em Caiana dos Crioulos. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. A Geografia e a Amazônia no Contexto Latino-Americano: Diálogos, Práticas e Percursos. Rio Branco. 2006b.

MOREIRA, A. P. da C. **Território Quilombola:** cultura e resistência em Alagoa Grande – PB. 2006. 72f. Monografia (Graduação em Geografia). UFPB/ DGEOC. João Pessoa.

PAIVA, R. de; SOUZA, V. R. F. de P. e (Pesquisadores). Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. Relatório de Identificação. Recife, Junho de 1998. In: **Projeto Mapeamento e Identificação das Áreas Remanescentes de quilombos. Convênio Fundação Cultural Palmares/ UFAL. CAIANA DOS CRIoulos**, Alagoa Grande/ PB. Recife, junho de 1998.

SILVA, S. dos R. A. da. **Conflito e Resistência dos Acampados do MST-PB:** O Acampamento Nego Fuba no Contexto da Periferia Metropolitana de João pessoa. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Paraíba. UFPB. 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

PREVIDÊNCIA SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

Nádia Velleda Caldas¹
Flávio Sacco dos Anjos²
Antonio Jorge Amaral Bezerra³
Glaciele Barbosa Valente⁴

Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar empiricamente a influência da previdência social rural sobre a dinâmica da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul. O estudo desenvolveu-se com base em pesquisa realizada em 238 estabelecimentos rurais existentes em quatro áreas de estudo correspondentes às microrregiões de Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo, respectivamente situadas no sul, nordeste, norte e noroeste da geografia gaúcha, além de entrevistas semi-estruturadas. Os resultados indicaram a importância desta política pública para a reprodução social das famílias rurais, particularmente no âmbito das pequenas explorações. A hipótese que aponta o papel da previdência no financiamento indireto da agricultura foi objetivamente confirmada, especialmente naquelas regiões onde as famílias contam com reduzidas oportunidades de emprego e renda no marco das estruturas produtivas regionais.

Palavras-chaves: Previdência Social Rural; Agricultura Familiar; Políticas Públicas

1. Introdução

Transcorridos quase vinte anos da promulgação da constituição brasileira, as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços que a nova carta magna foi capaz de gerar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Há, entretanto, certo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das Leis 8.212 e 8.213, sancionadas em 1991, que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendido aqui como inexistência de contratação de mão-de-obra externa.

¹ Socióloga, Mestre em Ciências, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas. E-mail velleda.nadia@gmail.com.

² Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do Mestrado em Ciências Sociais Universidade Federal de Pelotas, Pesquisador do CNPq. E-mail flaviosa@ufpel.edu.br.

³ Doutor em Ciências, Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas. E-mail ajabez@ufpel.edu.br.

⁴ Graduanda em Agronomia, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. E-mail glabv@yahoo.com.br.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis. Os benefícios pagos à clientela rural representam, como indicam certos estudos, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados⁵, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho.

Por outra parte, estudos recentes (BALSADI, 2005) dão conta de que apenas no período compreendido entre 1999 a 2003 foram extintos 963 mil empregos no setor agropecuário, dado que expressa a dimensão das transformações que atravessam o campo brasileiro nesse começo de milênio no que afeta à ocupação da população rural. Seguramente é esta uma das formas através das quais é possível entender o crescimento do que se veio a chamar de emergência de "novos atores sociais" no campo brasileiro. Este entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano⁶, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que impactam, desde o final dos anos 1980, sobre os espaços rurais e as regiões não-metropolitanas de nosso país (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.101).

Nesta perspectiva, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não-agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização da agricultura familiar. O elemento novo destes estudos, o qual suscita um interessante debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, em meio ao fim do crédito rural subsidiado, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os recursos previdenciários estariam assumindo o papel de 'seguro-agrícola' ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É esta a conclusão dos estudos de Delgado e Cardoso Jr. (1999 e 2000); Caldas e Sacco dos Anjos (2004). Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando as atividades produtivas em lugar de servirem de instrumento

⁵ Entende-se por desempregado a pessoa que se encontra sem emprego, ao passo que subempregado vem a ser o indivíduo que sobrevive de ocupações precárias e em caráter eventual.

⁶ Ver a propósito: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano>.

exclusivo de sobrevivência das pessoas. Do mesmo modo, estudos como o de David et al (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural. Se esta é uma assertiva inquestionável, as opiniões se dividem em torno à questão do seguro agrícola formulada por Delgado e Cardoso Jr. (2000). Outrossim, apesar da importância intrínseca destes estudos, as análises realizadas usualmente privilegiam a dimensão estrutural e macrosociológica, desprestigiando uma abordagem centrada na óptica dos próprios atores sociais envolvidos.

Objetivamente, caberia indagar: de que elementos se dispõem para fazer esse tipo de afirmação? Ao se admitir como válida esta questão, quais seriam as condições e circunstâncias que levam os produtores a dar esse tipo de destinação aos recursos previdenciários? Portanto, vale perguntar: há estratos específicos da agricultura familiar onde essa tendência é recorrente, como no caso de explorações que não conseguem acessar o crédito rural oficial?

2. O universo empírico da investigação

Neste tópico são elencadas algumas das características fundamentais das áreas de estudo que fizeram parte desta pesquisa. Esta breve e esquemática contextualização permite antever alguns dos aspectos subjacentes ao tema da previdência social rural do ponto de vista das grandes questões formuladas no problema de pesquisa. Na Tab.1 há algumas informações gerais referentes aos municípios investigados, as quais serão comentadas respectivamente para cada um dos estudos de caso.

2.1 Microrregião de Pelotas: o município de Morro Redondo

Morro Redondo é uma localidade situada na microrregião de Pelotas, fazendo parte de uma zona fisiográfica definida como “Serra dos Tapes”. Trata-se de um município que até 1988 pertencia a Pelotas, marcado, sobretudo, pelos traços da imigração alemã e italiana iniciada na segunda metade do século XIX. A agricultura representa o setor econômico mais importante e as poucas indústrias existentes acham-se vinculadas ao ramo da alimentação, especialmente o pêssego que consiste na principal atividade produtiva desta localidade que possui o segundo Produto Interno Bruto a preços de mercado (FEE, 2004) dentre os quatro estudos de caso. Entretanto, quando analisamos o PIB *per capita*, Morro Redondo cai para o

penúltimo posto, situação que se repete quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A leitura de paisagem que desenvolvemos no marco dessa pesquisa revelou um cenário onde a crise de perspectivas parece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a queda nos preços pagos pelas indústrias, situação esta que se arrasta no curso das três últimas décadas, agravada pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados às empresas em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais. O quadro geral é preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se de uma agricultura familiar que enfrenta estagnação e crise de expectativas.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, PIB *per capita*, IDH, IDESE e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
PIB Municipal - 2004 (em mil reais)	64.331,25	447.071,85	42.892,18	46.505,57
PIB per capita (R\$)	10.792,02	21.520,74	9.726,12	17.811,40
IDH Municipal – 2000	0,770	0,850	0,767	0,813
IDESE Municipal – 2004	0,626	0,793	0,615	0,788
Valor bruto da agropecuária (em mil reais)	5.952,40	13.761,40	6.575,0	5.690,00
População Total	5.998	19.460	4.620	2.665
População Rural	3.847	3.449	2.900	1.815
Nº total de estabelecimentos (IBGE)	745	683	740	608
Área média dos estabelecimentos	22,79	23,19	19,66	14,11
Nº de explorações familiares	713	659	724	597
Nº explorações pesquisadas	62	59	59	58

Fonte: INCRA/SADE (2004), Estatísticas (FEE), Censo Demográfico 2000.

Dos 5.998 habitantes de Morro Redondo, 64,1% residem no perímetro rural. Conforme indica a Tab.1, a área média dos 745 estabelecimentos rurais é de 22,79 hectares. Nada menos que 55,7% deles possuem até 20 hectares, sendo que 713 são considerados como familiares, segundo os critérios do INCRA/SADE⁷ (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção agropecuária é de R\$ 5.952.000,00, sendo 79,2% gerado no âmbito da agricultura familiar. Os aspectos gerais de Morro Redondo são

⁷ A sigla SADE refere-se ao Banco de dados da agricultura familiar (estudo publicado em 2000 a partir do projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, disponível em <http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>).

representativos de outras localidades da Microrregião de Pelotas, a exemplo de Canguçu e São Lourenço do Sul.

2.2 Microrregião de Caxias do Sul: o município de Veranópolis

Veranópolis, indiscutivelmente, destaca-se como o município com maior desenvolvimento humano dentre os quatro estudos de caso. Conhecido nacionalmente como a “capital da longevidade”, situa-se na serra gaúcha e possui uma economia bastante diversificada e dinâmica. As atividades industriais, particularmente as do ramo de calçados, metalurgia e alimentos, favorecem a manutenção de um tecido produtivo bastante denso, responsável pela ocupação de um grande número de trabalhadores procedentes de outros municípios, muitos dos quais atraídos pela recente abertura de novos postos de trabalho.

Ainda assim, boa parte da mão-de-obra é formada pelos chamados “colonos-operários”⁸, os quais alternam a jornada de trabalho nas fábricas com as atividades agropecuárias em seus próprios estabelecimentos. Na agricultura a produção animal (avícola, suíncola e pecuária leiteira) e a vitivinicultura sobressaem como atividades de grande expressão econômica e social. São estas algumas das razões que explicam o fato do produto interno bruto (PIB) desta localidade ser 2,9 vezes o PIB dos três outros municípios somados para o ano 2004. Esta diferença faz-se igualmente notar à luz dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e desenvolvimento socioeconômico (IDESE). Dos 19.460 habitantes contabilizados no último censo demográfico, 17,7% vivem no perímetro rural.

Há, não obstante, um outro aspecto que se impõe por sua relevância, fazendo com que esse dado tenha de ser visto com certa cautela. Ele diz respeito ao fato de que as condições de infra-estrutura desta localidade fazem com que em muitas partes do município as diferenças entre o ambiente urbano e rural sejam quase que imperceptíveis. Há comunidades rurais, por exemplo, que contam com serviço de iluminação pública e estradas asfaltadas. Boa parte dessa população é empregada em fábricas de calçados e metalúrgicas. Mas estar empregado em indústrias não implica ruptura em relação ao ambiente rural, posto que muitos destes trabalhadores seguem ali residindo. É por essa razão que Veranópolis é considerada como um exemplo típico do padrão “Terceira Itália” ou da chamada “industrialização difusa” descrita em estudos como os de Saraceno (1994). De acordo com Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998), há 683 estabelecimentos rurais em Veranópolis, dos quais, 51,1% têm menos

⁸ Sobre este tema ver especialmente Seyferth (1974) e Sacco dos Anjos (1995 e 2003).

de 20 hectares. A área média, como mostra a Tab.1, é 23,19 hectares. Segundo os critérios do INCRA/SADE (2004), 659 estabelecimentos (96,5% do total) são classificados como unidades familiares de produção. O valor bruto da produção agropecuária, como mostra a Tab.1, ascende a R\$ 13.761.000,00, sendo 90,4 % gerado no âmbito da agricultura familiar.

2.3 Microrregião de Frederico Westphalen: Três Palmeiras

A microrregião de Frederico Westphalen é marcada pelos traços da colonização italiana e pela forte presença do elemento indígena. Apresenta alguns municípios em que há uma elevada proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo o município de Três Palmeiras, o qual, dentre os quatro estudos de caso, é o que apresenta os piores indicadores socioeconômicos. O PIB *per capita* é 50% inferior ao de Veranópolis, em que pese ainda o fato de haver uma alta concentração de renda numa população em que 62,8% das pessoas vivem no campo.

Há um elemento que é recorrente em Três Palmeiras e em seu entorno, e diz respeito aos efeitos produzidos pelo chamado “império da soja”, que desde meados dos anos setenta ergue-se como atividade preponderante no âmbito do eixo norte-noroeste do estado. Ao longo do tempo outras atividades produtivas foram sendo abandonadas e até mesmo a esfera do autoconsumo, tão cara ao “*ethos do colono*”, foi severamente esvaziada (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2006, p. 77) no curso dessas transformações. Como corolário da expansão da soja, há um aprofundamento do processo de mercantilização dos espaços rurais, no qual, face o objetivo do produtor de rentabilizar ao máximo os fatores de produção, nem mesmo as áreas de hortas e os espaços anteriormente dedicados às criações de subsistência foram preservados⁹.

Como indica a Tab.1, há 740 estabelecimentos rurais em Três Palmeiras, cuja área média é 19,66 hectares. Desse total, 724 (97,8%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 6.575.000,00 sendo que 72,4% procedem da agricultura familiar.

⁹ Mesmo entre pequenos arrendatários e agricultores familiares consolidou-se a prática da compra de boa parte dos alimentos consumidos, até mesmo de verduras, leite e ovos. No trabalho de campo era bastante comum a presença de camionetas vendendo frutas e legumes junto às comunidades rurais.

2.4 Microrregião de Cerro Largo: Salvador das Missões

Inserido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, Salvador das Missões é um município influenciado pelos traços da cultura guaraníca, cuja história recente é marcada pelo assentamento de imigrantes alemães ocorrido no começo do século XX. Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a "*stadtplatz*" (vila) como *locus* das atividades econômicas, sociais e sede administrativa (SEYFERTH, 1974). A Microrregião de Cerro Largo, como de resto o noroeste riograndense, passou por diversas fases, sendo a primeira correspondente à instalação, abrangendo a derrubada de florestas nativas e abertura de áreas para cultivo. A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como alternativa de renda para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura. O período entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela "revolução verde", no qual se verifica a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos. Este momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do "binômio trigo-soja", haja vista a vocação natural dos solos para implantação de lavouras mecanizadas.

Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam o fulcro da matriz econômica e produtiva desta localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira, que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal. O fato a ser destacado é que desde o chamado "*boom da soja*" houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os expulsos do campo, mormente grandes cidades e capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial.

Trata-se de um município jovem, emancipado há pouco mais de quinze anos, desmembrado de Cerro Largo, possuindo 2.665 habitantes, dos quais 68% são considerados como rurais. Esta localidade conta com um dos mais altos índices de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul. Este dado e outros indicadores socioeconômicos fazem com que

Salvador das Missões possui os mais altos indicadores de desenvolvimento (IDH e IDESE) da microrregião em que se encontra inserido. Situa-se no segundo posto dentre os quatro municípios investigados em relação a estes quesitos, muito próximo à situação de Veranópolis. Os dados do PIB total situam Salvador das Missões no terceiro posto, entretanto, quando examinamos a situação do ponto de vista do PIB *per capita* o município ascende para o segundo posto. Há uma melhor distribuição da riqueza, assim como a quase total inexistência de pessoas em situação de pobreza ou de indigência.

O Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) registrou a existência de 608 estabelecimentos rurais que possuem uma área média de 14,11 hectares (a mais baixa dentre os quatro municípios estudados). Desse total, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

3. A previdência social rural e sua relevância

Discutidos os traços gerais dos estudos de caso que compuseram esta pesquisa, a tarefa agora é a de apresentar uma primeira aproximação sobre o objeto central dessa dissertação. Os dados da Tab.2 mostram que o montante de recursos previdenciários (urbanos e rurais) varia bastante entre as quatro situações aqui analisadas. O destaque, indiscutivelmente, fica a cargo de Veranópolis. A população desta localidade é 7,3 vezes superior a de Salvador das Missões que, como vimos na Tab.1, é o município com o menor número de habitantes. Entretanto, como mostra a Tab.2, o montante dos recursos previdenciários de Veranópolis é 18,9 vezes superior ao do município de Salvador das Missões. A explicação para este dado há que ser buscada na elevada esperança de vida das pessoas que nascem neste lugar da serra gaúcha, que, como aludimos anteriormente, é a capital nacional da longevidade, o que explica o elevado número de aposentadorias, pensões e amparos pagos pelo INSS.

Apesar do PIB municipal ser igualmente alto em função do padrão de desenvolvimento atingido, não há como negar a grande influência que trazem consigo os recursos previdenciários, considerando uma participação nada desprezível (7,6%) na riqueza local. A fragilidade da economia de Três Palmeiras, recentemente afetada pela crise cambial da soja e por uma forte dependência no desempenho dessa atividade econômica que sofreu o impacto de ciclos recentes de seca, faz com que esta localidade figure no primeiro posto do

ponto de vista da participação dos recursos previdenciários na formação do PIB municipal, correspondente a 9,3%.

Esse mesmo indicador equivale a 6,5% em Morro Redondo e 3,9% em Salvador das Missões. Ao analisar os dados na perspectiva da “clientela rural” a situação não se altera do ponto de vista da distância que separa Veranópolis dos demais estudos de caso. No ano de referência da pesquisa (2004) foram pagos 20.004 benefícios rurais (aposentadorias, pensões, amparos, auxílios, abonos e outros) nessa localidade. Significa dizer que cada um dos 677 estabelecimentos rurais contou, em média com 29,5 benefícios pagos em 2004. Com isso, a cada mês foram distribuídos 2,5 benefícios por estabelecimento. Considerando apenas os benefícios de prestação continuada há um ingresso monetário mensal médio de R\$ 641,99 resultantes do pagamento de 2,3 benefícios por estabelecimento/mês. Significa dizer que há aproximadamente duas pessoas aposentadas ou pensionistas do INSS para cada um dos 677 estabelecimentos rurais desta localidade serrana.

Depois de Veranópolis é em Três Palmeiras onde encontramos a maior contribuição relativa da previdência social rural dentre os quatro estudos de caso na economia local. Nota-se que o total de benefícios rurais por estabelecimento/ano pode ser considerado alto (16,7), assim como o número médio por estabelecimento/mês (1,4). Em média, nada menos que R\$ 349,38 ingressam mensalmente nos 740 estabelecimentos, a título de benefícios de prestação continuada, numa localidade, que como vimos anteriormente, reúne os piores indicadores de desenvolvimento entre os quatro estudos de caso.

Para o município de Morro Redondo, verificamos uma importância igualmente significativa dos recursos da previdência. Nada menos que 98,5% dos benefícios pagos pelo INSS e destinados à clientela rural são de natureza continuada. Há 0,9 benefício para cada um dos 741 estabelecimentos rurais dessa localidade. Com isso ingressaram mensalmente R\$ 250,95, em média, em cada um dos estabelecimentos rurais, no ano 2004.

Em Salvador das Missões houve o pagamento de 5.564 benefícios rurais em 2004, dos quais 5.315 (95,5% do total) são de natureza continuada. O pagamento de 0,7 benefícios dessa natureza, para cada um dos estabelecimentos rurais, gera um ingresso mensal médio de R\$ 200,44 para as respectivas famílias.

Diante desse quadro vemos confirmada a assertiva de que a previdência social rural corresponde a mais importante ferramenta de redistribuição da riqueza surgida desde o Estado Novo de Vargas. Esta política pública incide tanto no âmbito dos municípios com elevado grau de desenvolvimento quanto nas localidades marcadas pela pobreza e desigualdade, reduzindo, ainda que timidamente, a distância que separa maiores e menores rendas.

O último dado que merece ser destacado prende-se ao confronto entre o montante de recursos previdenciários e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como é sabido, trata-se de uma das principais receitas com que contam as pequenas municipalidades brasileiras para fazer frente às despesas de custeio e investimento. Como mostra a Tab.2, em nenhum dos quatro municípios o FPM supera o montante dos recursos previdenciários. Em Veranópolis o montante previdenciário supera quase dez vezes o FPM. Mas se tomamos em conta apenas o total dos benefícios “rurais” vemos que este valor é 1,6 vezes maior que o FPM.

Em Morro Redondo essa comparação também não pode ser vista como desprovida de significado, posto que o montante dos recursos previdenciários é 2,4 vezes maior que o FPM. Isoladamente a previdência social rural supera em 32% esta mesma fonte orçamentária. A importância da previdência social rural na economia da localidade mais deprimida economicamente, dentre as quatro que foram investigadas (Três Palmeiras), é igualmente marcante. O montante dos recursos previdenciários é 2,3 vezes maior que o FPM desse município, ao passo que a parte exclusivamente rural é quase duas vezes superior ao FPM. Os dados aqui apresentados não fazem mais que confirmar o que alguns estudos realizados no país já haviam sublinhado.¹⁰

Tabela 2 – Alguns indicadores referentes aos municípios investigados.

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
PIB Municipal, 2004 (R\$)	64.331.251	447.071.846	42.892.180	46.505.571
Montante de recursos previdenciários (R\$)	4.153.271,81	34.068.639,47	3.972.788,33	1.803.449,70
Percentual do montante de recursos previdenciários/PIB Municipal	6,5	7,6	9,3	3,9
Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	1.711.338,86	3.422.677,17	1.711.338,86	1.711.338,86
Montante de rec. previdenciários rurais (R\$)	2.259.990,47	5.492.535,75	3.367.066,72	1.518.989,32
Nº total de benefícios rurais	8.278	20.004	12.344	5.564
Nº benefícios rurais/estabelecimento/ano	11,2	29,5	16,7	9,2
Nº benefícios rurais estabelecimento/mês	0,9	2,5	1,4	0,8
Nº de benefícios de prestação continuada/ano	8.151	18.963	11.306	5.315
Nº benefícios de prestação continuada/estabelecimento/mês	0,9	2,3	1,3	0,7
Média dos benefícios de prestação continuada/estabelecimento (R\$/ano)	3.011,38	7.703,93	4.192,61	2.405,24
Média dos benefícios de prestação continuada/estabelecimento (R\$/mês)	250,95	641,99	349,38	200,44
Nº Estabelecimentos rurais (familiares ou não)*	741	677	740	606

(*) Para efeitos de análise foram incluídos todos os estabelecimentos rurais, familiares ou patronais.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007; STN; IBGE; INSS (Gerências Regionais de Pelotas, Passo Fundo e Ijuí).

¹⁰ Ver a propósito FRANÇA (2000).

4. A previdência social rural e a dinâmica da agricultura familiar

Na secção precedente o esforço centrou-se na perspectiva de examinar o que informam as fontes secundárias a que se teve acesso. Nos próximos parágrafos buscar-se-á retomar os questionamentos formulados no problema de pesquisa, tomando por base as fontes primárias dessa investigação e as informações constantes no banco de dados (SPSS). Ele é resultado da aplicação de questionário estruturado em 238 estabelecimentos rurais, distribuídos nos quatro estudos de caso e de 30 entrevistas realizadas mediante o uso de roteiro prévio de perguntas e gravador.

Com efeito, a Tab. 3 apresenta as diversas modalidades de rendas que conformam o ingresso econômico das 238 explorações investigadas. Os dados reunidos confirmam o que os dados secundários anteriormente comentados já indicavam.

Veranópolis se apresenta como uma localidade em que a renda total (somatório de todos os tipos de receitas) é a mais elevada entre os quatro estudos de caso dessa investigação. Esse valor supera mais do que duas vezes a renda total média de Morro Redondo e Três Palmeiras. Um outro dado que chama a atenção prende-se ao valor correspondente às rendas não-agrícolas que, como anteriormente dito, provém, em boa medida, dos salários dos “colonos-operários” pagos pelas fábricas de calçados e metalúrgicas da região. Outrossim, é possível constatar que as rendas agrícolas são consideravelmente mais elevadas que nos demais municípios. As rendas de aposentadorias e pensões confirmam o que foi destacado na secção precedente. Um valor médio de R\$ 447 mensais ingressa no caixa das 59 famílias entrevistadas por conta desta importante política pública. Este é um valor bastante próximo ao que já fora detectado na análise e discussão dos dados secundários.

Tabela 3 – Valores médios anuais por estabelecimento investigado relativos à renda total, renda agrícola, renda de atividades não-agrícolas, outras rendas do trabalho, rendas de outras fontes e rendas de aposentadorias e pensões nos quatro estudos de caso.

Tipo de renda média por estabelecimento	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Renda total Anual	12.480,92	26.634,45	10.911,51	18.280,52
Renda agrícola Anual	6.176,64	14.518,23	7.959,79	11.416,77
Renda de atividades não-agrícolas	2.339,16	5.617,07	722,20	3.243,02
Outras rendas do trabalho	423,66	380,34	472,88	471,28
Rendas de outras fontes	198,06	750,22	84,75	191,55
Renda de aposentadorias e pensões	3.343,40	5.367,58	1.665,79	2.957,91

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Inúmeros fatores contribuem, presumivelmente, para que a renda agrícola total de Veranópolis seja mais elevada que nas demais localidades examinadas: a proximidade com os grandes centros consumidores, as boas condições de infra-estrutura produtiva e de escoamento da produção, etc. Todavia, não há como negar que a alta capacidade de investimento é favorecida pelos recursos que muitas famílias contam ao terem parte de seus membros como assalariados em fábricas e em outras atividades não-agrícolas.

Ironicamente, o trabalho de campo identificou um grande número de situações em que agricultores familiares de Veranópolis são obrigados a contornar as dificuldades advindas do cultivo de solos com grande declividade e afloramento de rochas, impedindo a mecanização das lavouras. Outro dado relevante é o fato de que justamente nesta localidade há um escasso número de contratos de financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É justamente o alto nível de capitalização médio das propriedades que faz com que muitos produtores considerem este programa como muito aquém das suas necessidades de investimento, especialmente em se tratando de vinicultores e avicultores. Os recursos previdenciários reforçam essa capacidade de investimento das famílias na melhoria das condições em que se desenvolvem as atividades agropecuárias. Contrariamente, à exceção dos recursos previdenciários, as outras localidades não contam com condições e oportunidades similares que brinda o aludido “padrão terceira Itália” de desenvolvimento¹¹, relativo a Veranópolis. Referimo-nos à diversificação da economia e à oferta de postos de trabalho nas fábricas da região que arregimentam os “colonos-operários”.

Outros aspectos devem ser ainda examinados. Os dados da Tab.4 mostram que em 148 dos 238 estabelecimentos pesquisados, ou seja, em 62,2% do universo de explorações investigadas, havia a presença de aposentados e/ou pensionistas, fato que indica a ampla cobertura do sistema previdenciário no campo.

Entre as localidades pesquisadas, a maior incidência da seguridade social está em Veranópolis, onde em 78% dos domicílios pesquisados tem-se a presença de aposentados ou pensionistas. Logo após, vem Morro Redondo, onde quase 2/3 dos estabelecimentos acham-se nessa situação. Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, a proporção de domicílios em que vivem aposentados e/ou pensionistas é de respectivamente 62,1% e 42,4%.

¹¹ Trata-se de um padrão de desenvolvimento cujos traços identificam-se claramente com a região conhecida como Terceira Itália, estendendo-se pelo norte, leste e centro desse país europeu, no clássico modelo de industrialização difusa. Essa associação é apresentada no Projeto CUT-CONTAG (1998). Ver também Sacco dos Anjos e Caldas (2006).

Tabela 4 – Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a presença ou não de aposentados e/ou pensionistas no domicílio.

Presença de aposentados/ pensionistas no domicílio	Município				Total
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões	
Sim	41	46	25	36	148
Não	21	13	34	22	90
Total	62	59	59	58	238

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPeI/UFRGS, 2004.

Há, com efeito, um grave equívoco em algumas análises que insistem em considerar que o recebimento da aposentadoria ou pensão interrompe a atividade produtiva dos estabelecimentos familiares. Os fatos mostram que muitos dos beneficiários são os titulares da própria exploração, os quais, como já referido anteriormente, cumprem o papel de sustentar familiares em situação de desemprego ou subemprego.

Os dados da Tab.5 trazem à tona novos elementos a esse debate. Ao examinarmos o conjunto de 238 estabelecimentos pesquisados vemos que a renda agrícola anual média das explorações que contam com aposentados e/ou pensionistas é ligeiramente inferior a dos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Entretanto, do ponto de vista da renda total média, as diferenças transparecem entre os dois tipos de explorações. Como mostra a Tab.5, a renda total anual média das explorações com aposentados é de R\$ 19.271,19, ou seja, quase 45% superior a dos estabelecimentos sem aposentados.

Tabela 5 – Renda Agrícola e Renda Total nos estabelecimentos com e sem aposentados.

Tipo de Renda		Valor em Reais (R\$)
Renda Agrícola	Com aposentados	9.901,11
	Sem aposentados	10.066,25
Renda Total	Com aposentados	19.271,19
	Sem aposentados	13.301,81

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPeI/UFRGS, 2004.

Se este é o comportamento da renda agrícola e total do ponto de vista do conjunto de estabelecimentos entrevistados, a análise desagregada por município revela algumas diferenças que merecem ser sublinhadas (ver Fig. 1). Olhando sob o prisma da renda agrícola média total anual, vemos que em Veranópolis há uma diferença substancial dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas que é quase 33,0% superior aos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Mas esta diferença se amplia quando

analisamos os dois tipos de explorações do ponto de vista da renda total. Ela é 36,1% maior nos estabelecimentos com aposentados do que nos *sem* aposentados.

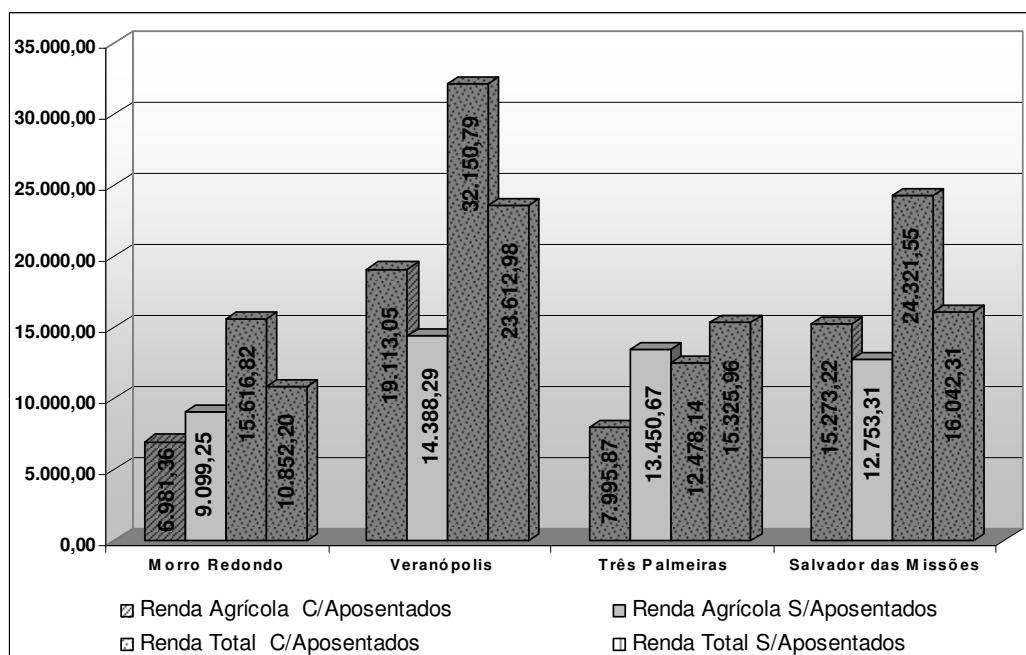


Figura 1 – Renda Agrícola e Renda Total (média) nos estabelecimentos com e sem aposentados em cada um dos quatro estudos de caso.

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Em Morro Redondo a situação se inverte. Os estabelecimentos *sem* aposentados apresentam uma renda agrícola 30,3% superior ao dos estabelecimentos *com* aposentados. Todavia, quando enfocamos a renda total a situação é diametralmente oposta, visto que nos estabelecimentos com aposentados esta é 43,9% maior se comparada com os demais estabelecimentos.

A grande discrepância dá-se no município de Três Palmeiras onde a renda agrícola média total anual dos estabelecimentos *com* aposentados é de apenas R\$ 7.995,87, enquanto que nos estabelecimentos *sem* aposentados ela atinge R\$ 13.450,67. A explicação para este fato há que ser buscada no fato de que nesta localidade existe uma grande distância que separa as explorações familiares. Num dos extremos temos unidades de produção altamente mecanizadas e integradas aos mercados, ao passo que no pólo oposto há grupos domésticos que sobrevivem praticamente no limite da subsistência. Esta distância entre estabelecimentos *com* e *sem* aposentados se reduz do ponto de vista da renda total, mas ainda pode ser considerada como bastante expressiva (22,8%).

Em Salvador das Missões temos uma situação mais equilibrada do ponto de vista da renda agrícola. Outrossim, quando analisamos as duas classes de estabelecimentos sob a ótica da renda total há uma distância considerável entre ambas, tendo em vista que esta é quase

52% maior nos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas. Apesar de estarmos diante de estabelecimentos familiares, não resta dúvida de que existem grandes diferenças entre ditas explorações.

Vejamos agora a questão central que move a elaboração do presente trabalho, a qual foi apresentada aos nossos entrevistados e que pode ser expressa da seguinte forma: No último ano agrícola, o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, no financiamento da atividade agrícola?

Os dados da Tab.7 confirmam a hipótese originalmente formulada em outros estudos anteriormente referidos. Em nada menos que 2/3 dos estabelecimentos entrevistados de Veranópolis os entrevistados informaram haver utilizado os recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias. Paradoxalmente, trata-se da localidade que apresenta as maiores rendas agrícolas, não-agrícolas e totais entre todos os estudos de caso.

Tabela 7 – Porcentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias.

Condição	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Houve o uso efetivo do recurso de aposentadorias no financiamento das atividades agropecuárias	48,8	66,0	40,0	45,9

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

No extremo oposto, em Três Palmeiras, onde o conjunto de rendas é absolutamente inferior aos demais municípios investigados, temos o mais baixo índice de respostas afirmativas sobre o financiamento das atividades agropecuárias através das aposentadorias e pensões.

Tudo indica que seja este um claro reflexo dos baixos níveis em que opera a reprodução social em grande parte dos estabelecimentos dessa localidade. Concretamente, a manutenção das famílias representa o destino primordial dos recursos previdenciários.

5. Conclusões

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma pequena parcela do universo de informações levantadas a campo, no marco de um estudo que teve por premissa apresentar uma aproximação consistente sobre a diversidade de situações que se ocultam no âmbito da agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Inevitavelmente fica demonstrado o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais gaúchas, onde

muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias, sejam elas de natureza agrícola ou não-agrícola. O mérito indiscutível dos novos estudos sobre o rural brasileiro é justamente demonstrar a grande contribuição da previdência social rural na preservação do tecido social e produtivo de um grande número de localidades brasileiras, tal qual se buscou aqui evidenciar nos quatro estudos de caso realizados por intermédio dessa pesquisa.

Entre as conclusões fundamentais desse trabalho, e que permite aprofundar o debate sobre as interfaces da seguridade social, é justamente no sentido de reafirmar o que outros estudos já haviam alertado, qual seja, o fato de que aposentadorias e pensões vêm sendo utilizadas para indiretamente financiar a agricultura.

A pesquisa aqui descrita adotou como período de referência das informações coletadas o ano agrícola 2001-2002. Tudo indica que essa proporção de estabelecimentos que usam os recursos previdenciários para financiar as atividades agrícolas seria sensivelmente acrescida se houvesse sido realizada na atual conjuntura. A seca que recorrentemente vem assolando os campos do Rio Grande do Sul, e de outras localidades do Brasil meridional, certamente determina uma dependência ainda maior das chamadas “fontes sociais” para enfrentar tais dificuldades e desafios, particularmente no contexto da agricultura familiar.

Torna-se fundamental avançar no debate sobre essas questões num momento que coincide com a retomada das discussões em torno das reformas no sistema de seguridade social, transcorridos apenas quinze anos desde que as mudanças foram efetivamente implementadas, cujos impactos foram decisivos sobre o conjunto da população rural brasileira. Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano a previdência social é um dos grandes esteios da economia local. Para municipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se como instrumento através do qual se torna possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. A expectativa de conquista desse direito de aposentadoria faz com que muitas famílias, ao longo de seu ciclo vital, incorporem a questão da previdência nos quadros de referência que orientam suas respectivas escolhas e estratégias de sobrevivência.

6. Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em 29 fev. 2004.

- CALDAS, N. V. e SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: *Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Brasília: SOBER, 2004. (CD).
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (editores) *O novo rural brasileiro: uma análise estadual* (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). Volume 4, Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- DAVID, M. D. ; DAVID, A. C. A. ; RODRIGUES, M. S ; ROLLO, P. A.. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: *Anais do Seminário Fao/Cepal/Rimisp: Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina*, Ago/set, 1999.
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. (org.) *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil* (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 58 p. Texto para Discussão 734
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Documentos FEE nº 48, Índice Social Municipal Ampliado. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos.fee.48.zip>.
- SACCO DOS ANJOS, F. SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374p.
- SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar In: SCHNEIDER, S (org) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, v.1, p. 186-212
- SARACENO, E. Recent Trends in Rural Development and their Conceptualization. In: *Journal of Rural Studies*, London, v.10, nº 4, p. 321-330, 1994.
- SEYFERTH, G. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974, 159 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

PRIORIDADE DE PESQUISA PARA AGRICULTURA FAMILIAR: DISCURSOS QUE SE RENOVAM PRÁTICAS QUE SE ADIAM

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos¹
Roberto J. Moreira²

Resumo

O trabalho apresenta uma breve análise da trajetória das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico para a agricultura familiar nordestina formuladas e executadas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, após a criação da EMBRAPA. Com este objetivo, procurou-se confrontar os recursos discursivos e as práticas de campo que estão na base da ação governamental no âmbito da ciência agropecuária. A análise contempla três programas específicos, a saber: Programa de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Renda; Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural e Programa de Pesquisa para Fortalecimento dos Sistemas de Produção da Agricultura Familiar e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural. Antes de buscar empreender uma análise do produto líquido da política, o trabalho procura fazer um esforço de compreensão da ação dos atores que aponte para as conexões que se estabelecem entre ciência e sociedade, compreensão esta que se revela conflitante com o mito da neutralidade científica.

Palavras-chave: agricultura familiar, ciência agropecuária; desenvolvimento rural.

1. Introdução

Há dez anos, em dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre, fiz uma análise da trajetória de políticas centradas na modernização de sistemas tradicionais de produção da agricultura familiar nordestina, formuladas e executadas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, após a criação da EMBRAPA. Com este objetivo, procurei identificar os atores envolvidos (*policy-makers*), suas práticas discursivas, as articulações entre eles e o campo em que se movimentam, destacando as determinações econômicas, sociais e políticas que fundam as bases da ação governamental no âmbito da ciência agropecuária.

A análise contemplava três programas específicos, a saber: Programa de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Renda; Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural e Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A especificidade de nossa análise, contudo, centrava-se

¹ Doutoranda em Sociologia, UFC. Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical. helenira@cnpat.embrapa.br.

² Doutor em Economia Rural, Professor-Pesquisador do CPDA/UFRRJ.

em dois momentos. O primeiro entre duas vertentes caudatárias de política governamental de maior alcance: de um lado, a agenda centrada na necessidade de ampliar os ganhos de produtividade do setor agroindustrial, e de outro, o compromisso de redução das disparidades sociais e regionais acentuadas pelo modelo da ‘modernização conservadora’, quando, em meados da década de 80, em meio ao processo de abertura democrática, a Embrapa passa a adotar no Nordeste, uma agenda determinada pelas fontes de financiamento de programas especiais, sobretudo, daqueles orientados para o apoio ao pequeno produtor rural.

O segundo, no início da década de 90, quando a denúncia de um contingente de 32 milhões de miseráveis e do agravamento da questão ambiental, simultaneamente, alardeada nos diversos meios de comunicação do país, colocou em evidência uma crise, já em processo, dos paradigmas que deram sustentação ao modelo de modernização da agricultura brasileira, requer a (re) configuração das estratégias de desenvolvimento agrícola, (re) definindo e um novo arcabouço conceitual modernização da agricultura familiar.

Alinhada à nova estratégia governamental, a Embrapa também redefiniu seu modelo operacional de pesquisa, organizando sua programação em consonância com os temas considerados grandes desafios nacionais. Associado às prerrogativas de fortalecimento da agricultura familiar, instituiu-se, em 1994, no SNPA, o programa de pesquisa para agricultura familiar³.

Antes de buscar empreender uma análise do produto líquido das políticas de Ciência e Tecnologia, o trabalho realiza um esforço de compreensão da ação dos atores apontando as conexões que se estabelecem entre ciência e sociedade. De fato, a narrativa ao se construir ia encontrando, na própria cultura institucional, ou seja, no campo⁴ onde se confrontam os cientistas agrícolas, elementos que anunciavam as dificuldades para que o discurso então proposto se traduzisse em uma efetiva prática de trabalho junto aos agricultores familiares.

O presente texto traz um olhar retrospectivo sobre esta experiência, reconstruindo a narrativa para atualizá-la com análises focadas em modificações ocorridas nos últimos dez anos e que levaram a extinção do programa de pesquisa instituído, em 1994, e a (re) configuração da

³ O pacote tecnológico consta de um conjunto de técnicas e práticas recomendadas para uma determinada cultura ou criação. Neste modelo, a geração de tecnologias era uma atribuição da EMBRAPA enquanto a difusão das práticas e técnicas, bem como a adoção destas ficava sob a responsabilidade da EMBRATER.

⁴ A noção de campo é aqui utilizada no sentido de um espaço social estruturado, um campo de forças — há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço — que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. (BOURDIEU, 1996, p. 57).

agenda de pesquisa para agricultura familiar, que rearticula propósitos de prioridade, asseguradas por meio de nova figura programática, fundada, em 2004, para apoiar projetos voltados para inserção da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.

A idéia de reconstrução deste trabalho orienta-se na perspectiva de um ensaio-discussão. Para seguir um percurso metodológico demarcado desse ponto de vista, recorri, além de notícias da imprensa e de variados documentos da Embrapa a diversas fontes - formais e informais - examinando rotinas do meu campo de trabalho, na perspectiva de realização de uma observação participante. De um ponto de vista mais organizacional, a presente narrativa está dividida em quatro partes, que obedecem mais a reorientações de políticas governamentais que a períodos cronológicos rígidos.

Assim, na primeira parte se faz uma contextualização do surgimento da pesquisa agropecuária brasileira. Em seguida, o texto demarca o período que a Embrapa define uma prioridade para as unidades de produção familiar do Nordeste, ressaltando o contexto de crise vivenciado pela Empresa e que, de fato, se apresenta como um dos elementos definidores para a reorientação institucional. As duas últimas partes traduzem debates que consagram e secularizam prioridades de pesquisa para a agricultura familiar, cujos limites divisórios se associam, por assim dizer, a diferentes orientações governamentais. Na primeira, sob a marca do Governo FHC, se institui um Programa de Pesquisa para Agricultura Familiar, que se encerra neste mesmo mandato; na segunda quando se inicia o Governo Lula, o debate é retomado, sendo a agricultura familiar reincorporada à programação de pesquisa da Empresa por meio de um Macroprograma que visa a sua inserção social. Finalmente apresentamos algumas inconclusões ou dizendo de outra forma, algumas observações transitórias.

2. Circunstâncias do surgimento da pesquisa agropecuária

A criação do Jardim Botânico, por D. João VI, no Rio de Janeiro, em 1808, início de institucionalização da pesquisa agropecuária brasileira, inaugurou uma visão de ciência conscientemente a serviço do Estado monárquico, fazendo parte de uma rede de jardins botânicos que se criara em países da Europa e de suas colônias, compartilhando o espírito mercantilista e nacionalista difundidos pelos impérios da Europa Ocidental (Flores&Silva, 1994: 23).

Passando do Estado monárquico ao oligárquico que floresceu entre 1889 e 1930, as realizações de cunho científico para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, favoreceram a aristocracia agrária do café aliada aos interesses do capital agroexportador. A partir de 1930 delineiam-se os contornos de um novo aparelho estatal sustentado pela aliança da burguesia industrial e mercantil com alguma participação da classe média e dos operários, sem exclusão do bloco cafeeiro, mais aberto ao projeto de industrialização. A história desse período aponta para um vigoroso processo de industrialização, tendo a agricultura cumprido diversos papéis - abastecimento interno, exportação e fonte de divisas, liberação de força de trabalho, etc. - não tendo se constituído, no entanto, como núcleo significativo de acumulação e de progresso técnico.

O Estado que se instala a partir do golpe militar de 1964 passou a estimular a modernização da agricultura, buscando integrá-la à racionalidade do processo de acumulação capitalista. Tendo início em 1965 com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a modernização agrícola brasileira, tomou impulso, em 1972, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), momento em que na formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a ciência e tecnologia passam a ser um objetivo explícito da política econômica.

Esta delimitação tem marcada importância nessa temática dado que a essência dessa análise centra-se no momento em que o pequeno produtor surge como prioridade nos discursos dos programas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, sob a coordenação da Embrapa. Não obstante registre-se um programa de desenvolvimento tecnológico para o produtor de baixa renda, operacionalizado pela Associação Brasileira de Crédito Rural e Assistência Técnica (ABCAR), nosso campo analítico recai sobre as atividades de extensão e assistência técnica quando estas após a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1974, passam a compor o SNPA, ou seja, quando pesquisa e extensão integram-se organicamente com o intuito de modernizar os produtores familiares tradicionais através de três programas, a saber: programa de promoção da agricultura de baixa renda; programa de apoio ao pequeno produtor rural; e programa de pesquisa em agricultura familiar.

Neste percurso, observa-se que a ação mediadora do Estado para modernizar tecnologicamente a forma de produção familiar, a partir da coordenação centralizadora da

Embrapa, assumiu no SNPA, três fases distintas, e que correspondem a três diferentes concepções.

Na primeira delas, 1974-1979, acreditava-se que através da “inovação induzida” os produtores tradicionais tornar-se-iam modernos. Caracterizada pela euforia do “milagre econômico” a modernização da agricultura era viabilizada através de “pacotes tecnológicos”. Nesta fase registra-se um programa de promoção da agricultura de baixa renda para o Nordeste, cuja responsabilidade de execução, junto às propriedades agrícolas, é do sistema Embrater.

À Pesquisa (representada pela Embrapa), que junto ao Crédito e a Extensão Rural formavam o tripé de sustentação da modernização agrícola, competia tão somente gerar de tecnologia e reunir-se com os técnicos da extensão para consolidação dos pacotes tecnológicos.

3. Definição de prioridade para o pequeno produtor

De caráter excludente e concentrador, o modelo de modernização da agricultura brasileira contribuiu para o aumento de concentração da renda e da terra, agravando, em conseqüência, as disparidades sociais e regionais. Um dos mecanismos acionados, pelo Estado, para redução destas disparidades era o estabelecimento dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), movimento liderado pela FAO que conta com forte apoio do Banco Mundial. Segundo Hayami & Ruttan (1988: 467), estas organizações empenharam-se “em dirigir recursos no sentido de melhorar a produtividade e o *bem-estar dos pobres no campo*”, nos países mais pobres”.

A Embrapa integrou-se à malha de instituições governamentais responsável pela condução dos programas de desenvolvimento rural integrado. No Nordeste, sobretudo, a partir de 1985, os programas de desenvolvimento rural, além de regerem critérios de prioridades, tornaram-se uma fonte de recurso adicional para as entidades governamentais. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)⁵ foi o que levou para o Nordeste, bem ou mal, um maior número de atividades voltadas para apoio da produção familiar.

Implantado em 1985, sob os auspícios da Nova República, o Projeto Nordeste/PAPP dava prioridade a uma estratégia de desenvolvimento regional que privilegiava o pequeno produtor com foco no desenvolvimento comunitário. Essa concepção pressupunha uma ênfase nas ações

⁵ O PAPP estabeleceu uma lista de prioridades de pesquisas passíveis de adoção por parte do pequeno produtor. Estas prioridades levavam em conta as limitações de ordem climática, como por exemplo a escassez de chuva na região Nordeste, e as limitações desta categoria de produtores em termos de recursos produtivos.

relacionadas ao aumento da produção e da produtividade agrícola para as comunidades dos pequenos produtores da região, tendo relevo o papel que caberia ao segmento de geração e difusão de tecnologia, isto é, ao SNPA.

Muito embora, a Embrapa, em 1979, tenha redefinido sua programação de pesquisa ancorada em argumentos associados a necessidade de retração das disparidades sociais e regionais, apenas a partir de 1985 o pequeno produtor apareceu como prioritário no discurso institucional, evidenciando, assim, uma segunda fase, em que, ao contrário do que estabelecia o modelo de “inovação induzida”, o desenvolvimento tecnológico das unidades de produção familiar dar-se-ia em consonância com suas reais necessidades

A descontinuidade nas prioridades, diretrizes e objetivos das instituições governamentais poderá ser anotada durante todo percurso analítico. Note-se que estas reorientações, em momento algum, traduzem a resolução de problemas que fundamentaram sua concepção e conseqüente alocação de recursos. As rupturas sempre estiveram mais associadas a novos modelos políticos e à entrada em cena de novos atores sociais que passam a adotar diferentes estratégias que possam compor um Brasil Moderno. O ideal de modernidade emoldura-se num quadro em que a última novidade européia ou norte-americana, como diz Ianni (1994:45) “pode representar o novo paradigma para pensar, filosofar, explicar, criar”.

Voltadas para o atendimento dos interesses hegemônicos, as estratégias modernizantes se alternam nas diferentes conjunturas políticas, econômicas. Assim, no final da década de 80 passam a ser correntes as críticas ao modelo de modernização da agricultura brasileira. Este, além de favorecer a concentração da renda e da terra, contribuiu fortemente para degradação do meio-ambiente. Novas concepções entram em cena.

A tomada de consciência do esgotamento dos recursos naturais traz consigo a idéia de uma mudança na noção de desenvolvimento, com ênfase, na necessidade de um conceito menos produtivista de desenvolvimento agrícola. Neste contexto, toma corpo o debate sobre o “Desenvolvimento Sustentável” como um objetivo a ser perseguido por todas as nações. As agências financeiras internacionais impunham a exigência de que qualquer estratégia de desenvolvimento, em qualquer nação, guarde em si os objetivos comuns de assegurar a sustentabilidade dos sistemas, tendo em vista a necessidade de geração de empregos e de conservação e preservação do meio ambiente.

Questões financeiras debitadas à crise fiscal e questões ideológicas reputadas a onda neoliberal se somavam, exigindo das políticas de Estado uma revisão na formas de atuação de seu quadro institucional. O endividamento e a conseqüente inoperância do Estado e dos aparelhos de execução de suas políticas, na década anterior e no alvorecer dos anos 90 tornaram-se o alvo das críticas da sociedade civil como um todo e, em especial, da classe empresarial. Esta última, de assegurada representatividade durante todo o processo de modernização, não mais podendo contar com as benesses que lhes eram concedidas passa a defender com veemência a privatização do Estado.

Não se pode contestar que o sentimento que movia a classe empresarial a defender as idéias de privatização estivesse ligado ao esgotamento dos recursos financeiros e orçamentários dos cofres públicos brasileiros. Prudente lembrar, contudo, que tais manifestações poderiam estar associadas ao efeito da onda neoliberal que, a partir do início da década de 90, atingiu o coração do Estado brasileiro, provocando um sentimento geral de que o conceito do Estado do Bem-Estar Social precisava ser revisado.

Nas instituições públicas se configurou um quadro de intensa procura por novos conceitos, enfoques, modelos e paradigmas. Em 1990, ao acender das luzes do Governo Collor, a extinção ou privatização das Empresas Públicas tornou-se um dos principais instrumentos de reforma do Estado.

No caso das instituições encarregadas de promover o desenvolvimento rural, logo em 1990, a Embrater foi extinta. As Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural passaram a ser coordenadas pela Embrapa. Esta por sua vez, desencadeou um processo de planejamento estratégico, antecipando-se às mudanças que se anunciavam, exigindo da Ciência comportamentos compatíveis com as mudanças econômicas, sociais e políticas.

No caso da ciência agropecuária, desde o final dos anos 80, nos lembra Salles Filho (1994: 3), “tomou forma um sentimento geral de que as bases em que se assentavam o paradigma tecnológico da agricultura (...) não davam mais conta de atender as transformações em curso”.

4. A agricultura familiar ganha essencialidade em novo modelo de desenvolvimento

A década de 90 emergiu recheada de análises críticas à “modernização dolorosa”⁶, sob um vendaval de mudanças profundas e rápidas, principalmente àquelas decorrentes do esgotamento dos modelos de desenvolvimento, e da crise em cadeia de paradigmas sócio-culturais, econômicos, políticos-ideológicos e institucionais do mundo inteiro.

No Brasil, uma nova estratégia de intervenção estatal lança, às instituições governamentais, novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agricultura. Com assessoria da FAO e apoio financeiro do Banco Mundial, cria-se, em 1994, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pautado em argumentos que listavam vantagens das unidades de produção familiar, especialmente, por produzirem por meio de sistemas diversificados e empregadores de mão-de-obra no campo, a agricultura familiar foi considerada essencial e estratégica no novo padrão de desenvolvimento econômico. A sua primazia dava-se pela capacidade de rebater os dois grandes elementos da crise no modelo de desenvolvimento brasileiro: a questão ambiental e o desemprego.

Como um dos instrumentos de política agrícola do PRONAF, a pesquisa agropecuária deveria “redefinir seus modelos institucionais para ajustarem-se conceitual, metodológica e gerencialmente às necessidades e especificidades da agricultura familiar” (PRONAF, 1994: 15). De fato, em 1994, a Embrapa redefiniu sua programação de pesquisa, passando a trabalhar por grandes temas nacionais. Nesta reformulação é concebido o Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar, requerendo que este campo específico da política agrícola do PRONAF - a pesquisa agropecuária - redefinissem seus modelos institucionais “para ajustarem-se conceitual, metodológica e gerencialmente às necessidades e especificidades da agricultura familiar” (PRONAF, 1994: 15).

4.1 O programa de pesquisa em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar

A Embrapa alterou a sua programação de pesquisa em consonância com os novos anseios da sociedade. O Plano Diretor (1994-1998) inaugurou o Sistema Embrapa de Planejamento (SEP)

⁶ Vários autores brasileiros tem se dedicado a estudar os efeitos perversos do processo de modernização da agricultura brasileira, que teve seu auge na década de 1970. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de José Graziano da Silva, de quem se toma emprestado o termo

instituindo 16 programas de pesquisa focados nos grandes temas nacionais. Foram considerados programas prioritários nacionais, os seguintes: (1) Recursos Naturais; (2) Conservação e uso dos recursos genéticos; (3) Biotecnologia; (4) Sistemas de produção de grãos; (5) Sistemas de produção de frutas e hortaliças; (6) Sistemas de produção animal; (7) Sistemas de produção da matérias primas; (8) Sistemas de produção florestal e agroflorestal; (9) *Sistemas de produção da agricultura familiar*; (10) Colheita/extração, pós-colheita, transformação e preservação de produtos agrícolas; (11) Proteção e avaliação da qualidade ambiental; (12) Automação agropecuária; (13) Suporte a programas de desenvolvimento rural e regional; (14) Intercâmbio e produção de informação em apoio às ações de pesquisa e desenvolvimento; (15) Modernização institucional dos sistemas estaduais de pesquisa agropecuária; (16) Administração e Desenvolvimento Institucional (Plano Diretor da Embrapa (PDE 1994-1998) EMBRAPA, 1994: 34-41).

Cinco dos 16 programas considerados prioritários pelo sistema Embrapa - os de números 01, 02, 08, 09 e 11 - estavam alinhados à exigência do desenvolvimento rural, quer dizer, lograr a sustentabilidade dos sistemas agropecuários. A expressão *desenvolvimento sustentável* foi acrescida à Missão da Embrapa de “gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para a agropecuária brasileira”.

Pela primeira vez a Agricultura Familiar compôs o Plano Operativo da Empresa assegurada na figura programática de projetos de pesquisa, podendo, portanto, pleitear recursos do Tesouro. Neste aspecto particular, a relevância do Programa apontou fragilidades. Como mostrou o estudo de Vasconcelos (1997: 162-164) o orçamento da Empresa para distribuição entre os programas de pesquisa, no período compreendido entre 1994 e 1997, registrou uma queda na participação do valor orçado para o Programa de Agricultura Familiar, pois os recursos que representavam 5,34% do orçamento total dos programas, em 1994, passaram a representar 3,77%, em 1997.

O mesmo decréscimo pode ser constatado em termos absolutos, ou seja, o programa da agricultura familiar que tinha uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 1.582.000,00 em 1994 decresceu para R\$ 1.500.000,00 em 1997, significando uma redução de 5,18%. Outro dado de relevo é que em 1997 a agricultura familiar possuía o segundo menor volume de recursos, ao lado da rubrica “pós-colheita” e superior somente aos recursos para “automação”.

Como se pode ver o programa não conseguiu pontuar uma primazia do ponto de vista de sua materialidade. Em nosso entender, contudo, não é a questão de alocação de recursos materiais que constitui no principal elemento motivador ou definidor de práticas de pesquisa imbricadas com as unidades de produção familiar. Valores, crenças, esquemas de premiação, entre outros, que constituem as subjetividades do campo da pesquisa agropecuária mostram uma ausência ou frágil ancoragem institucional para que esses discursos se transformem em práticas factíveis.

As dificuldades previstas pela própria coordenação⁷ do programa de pesquisa da agricultura familiar e referendadas em outro estudo de Vanconcelos *et al* (1998)⁸ se confirmaram e, certamente, se associavam muito mais, como se verá adiante, à cultura institucional e às discontinuidades das políticas governamentais, do que a uma indefinição de prioridade na alocação de recursos. De fato, foi breve o período de duração do Programa de Pesquisa para Agricultura Familiar. Sua permanência coincidiu com o tempo de gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso - o Governo FHC. Na “era FHC” a delimitação de prioridades das instituições governamentais se guiava por três metas básicas: “definir com exatidão o público alvo, garantir a autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros para atingir os objetivos contratados, e cobrar resultados estabelecidos num contrato de gestão” (ABU-EL-RAJ, 2005, p.50).

Como se tenta apontar neste debate, são as injunções governamentais que definem e redefinem prioridades para as entidades governamentais. A doutrina nos mandatos de FHC (1994 – 2002) “seguiu os moldes de gerenciamento público” (ABU-EL-RAJ, 2005, p.33). Alinhada ao aspecto doutrinário, o Sistema Embrapa de Planejamento (SEP) foi substituído por um Sistema Embrapa de Gestão (SEG), introduzindo alterações no sistema de planejamento da pesquisa com o propósito de executar o ciclo completo da gestão dos projetos - planejamento, execução, acompanhamento, avaliação, realimentação e cronograma de liberação de recursos financeiros para dotar a Empresa de maior transparência e flexibilidade organizacional.

Orientadas em diretrizes estratégicas de uma nova Agenda Institucional e PDE foram estabelecidas as metas institucionais, para as quais se alocariam os recursos financeiros da

⁷ Guimarães Filho (1997: 102), coordenador do programa de pesquisa da agricultura familiar, destacava quatro dificuldades para que o programa lograsse êxito: a) pouca adequação do perfil das equipes de pesquisadores; b) baixo nível de interação institucional, notadamente com as universidades; c) débil relacionamento profissional.

⁸ Perfil do Pesquisador: uma ameaça ao êxito do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar. VASCONCELOS, H. E. M. ; ALVES, J. U. *In*: IV Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 1998, Londrina, PR, 1998.

programação de pesquisa. Para tornar factível o cumprimento das metas institucionais fixadas pela Diretoria Executiva, na Embrapa instituiu-se 05 macroprogramas (MP), a saber: MP1 para gerenciar projetos de base científica elevada, voltado para os grandes desafios nacionais; MP2 para gerenciar projetos de pesquisa de natureza temática ou interdisciplinar de caráter aplicado ou estratégico-inovadora; MP3 para apoiar o desenvolvimento, a transferência, a validação de tecnologias, protótipos e unidades demonstrativas orientados para o desenvolvimento tecnológico incremental; MP4 voltado para transferência de tecnologia e comunicação empresarial; e, MP5 para apoio e melhoria dos processos de gestão da informação.

No final do Governo FHC, a agricultura familiar perdeu a sua centralidade no SNPA. As suas demandas mal identificadas e, em sua maioria, além ou aquém das questões tecnológicas, teriam que estar diluídas nos objetivos dos macroprogramas.

5. O lugar da agricultura familiar no governo Lula

Em 19 de novembro de 2002, momento que se avizinha a posse de um Governo Popular e Democrático, o Sindicato dos Trabalhadores das Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) encaminha um ofício ao presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, informando ter constituído um fórum qualificado de pesquisadores, ex-dirigentes da pesquisa, sindicalistas e militantes dos partidos da coligação “Lula Presidente” para enfatizar as questões programáticas que entendiam serem essenciais aos postulados do Partido dos Trabalhadores no Programa Vida Digna no Campo⁹. Tendo em vista as premissas do programa partidário, o Fórum requisitava a construção de uma nova matriz tecnológica, centrada em quatro eixos: 1º sustentabilidade da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e Segurança Alimentar; 2º foco na agroecologia; 3º direito dos povos indígenas e produtores rurais no acesso ao recursos genéticos conhecimentos associados; 4º na restrição à comercialização dos transgênicos, sem negligência da investigação científica.

As prematuras exigências do SINPAF encaminhadas ao presidente eleito anuncia o campo de disputa marcado por diferentes linhas de pensamento, de filiação partidária, etc. A diretoria

⁹ O programa VIDA DIGNA NO CAMPO foi fruto de um longo acúmulo de idéias dos partidos da Coligação Lula Presidente e produto de um amplo diálogo com todos os segmentos partidários e sociais envolvidos na temática rural, define o papel essencial do Desenvolvimento Rural, da Política Agrícola e Agrária e da Segurança Alimentar que designava o papel essencial da Reforma Agrária no momento da retomada do crescimento no Programa de Governo.

que o Governo Lula empossou - composta pelo agrônomo Clayton Campanhola orientado no pós-doutorado por José Graziano, ministro de Segurança Alimentar e responsável por sua indicação, a nomeação de Hebert Cavalcanti, ex-presidente do SINPAF e de Gustavo Chianca, indicado pela ministra da Assistência Social, Benedita da Silva - não foi tão bem acolhida

Em seu início, fevereiro de 2007, por meio da Resolução Normativa N° 2, o Diretor-Presidente ajustou as prioridades de pesquisa e ordenando-as em escala decrescente, resolveu:

(1) Definir, como primeira vertente prioritária da Embrapa, atividades de pesquisa e desenvolvimento direcionadas aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pequenos empreendedores rurais; (2) Fortalecer, como segunda vertente prioritária, atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para as cadeias do agronegócio; (3) Ampliar, como terceira vertente prioritária, atividades de pesquisa inovadoras em temas estratégicos.

A reorientação na ordem de prioridades da pesquisa agropecuária, associada ao preconceito da comunidade científica de ser conduzida, em sua instância maior, por lideranças sindicais e militantes petistas acirrou seu campo de disputa, deslocando, em dado momento, uma tradição partilhada pela comunidade, de evitar notícias negativas na imprensa, tendo em vista a proteção com a imagem da Empresa. O embate que se travava na Empresa, com frequência, ocupou espaço nos jornais do País. Mencionaremos, a seguir, duas notícias que expressam a natureza desse debate, durante os dois anos de gestão do Presidente Clayton Campanhola.

No início da gestão, no jornal O Globo, por exemplo, a jornalista Lisandra Paraguassú, em matéria datada de 14 de abril de 2003, intitulada "Política contamina pesquisas na Embrapa" afirmava que desde o início do governo Lula as queixas de pesquisadores e técnicos sobre interferências em nomeações, mudanças de orientação na pesquisa e o poder excessivo do sindicato estão se avolumando, prejudicando o maior patrimônio da empresa: sua produção.

Um nota, de 25 de janeiro de 2005, intitulada "Fim do Pesadelo"¹⁰ para referir-se à demissão do presidente da Embrapa, muito bem retrata o conteúdo do debate que se travou na imprensa:

[...]parece finalmente ter chegado ao fim o cerceamento ideológico do trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. O processo começou no início do governo Lula, quando o presidente da Embrapa por ele nomeado, Clayton Campanhola, já em seu discurso de posse anunciou que passaria a dar ênfase à agricultura familiar, em

¹⁰ Fonte: <http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/23173.html>. acesso em 29/03/2007.

detrimento do agronegócio — uma estranha atribuição de prioridades para uma instituição devotada ao trabalho científico. (AGÊNCIA CT, 25.01.2005).

O que importa reter neste debate é que de fato o discurso contido na resolução normativa de fevereiro de 2003, não se manteve sequer na gestão do presidente Clayton Campanhola. Quando aumentaram as pressões externas e do campo dos profissionais da pesquisa, a ordenação de prioridades foi se modificando não só nos discursos e entrevistas.

Nos documentos, essa inversão é notória. No IV Plano Diretor da Embrapa (2004 – 2007) – carta de intenção da Empresa - a agricultura familiar sequer figura no texto que define a missão da Empresa de “ Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício dos diversos segmentos da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2004, 21).

Logo no primeiro ano, através de um Convênio firmado entre Embrapa e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), uma significativa soma de recursos foi alocada para formulação e implantação de projetos estruturantes em apoio aos programas sociais do Governo Lula, especialmente o Fome Zero. Essa quantia maior de recursos destinada aos atores do mundo rural em situação de exclusão ou de limitada inserção aos mercados foi motivo de grande descontentamento, junto a uma significativa parcela da comunidade científica, posto que em sua visão, o agronegócio - que era responsável por safras recordes e pela maior parcela dos superávits da balança comercial – havia sido posto de lado.

Evidentemente não se tem quaisquer sinais que possam demonstrar que o agronegócio foi escamoteado durante o período em análise. De fato, o que se pode apontar é uma crescente redução no orçamento destinado à pesquisa agropecuária brasileira. A presidente do SINFAF, Selma Beltrão, rebatendo tais críticas lembrava que a redução dos recursos destinados à Empresa não era algo novo. Se calculada em dólar constatar-se-ia que o orçamento para a ciência agrícola caiu quase 50%, passando dos US\$ 500 milhões, em 1997, para US\$ 230 milhões em 2003, resultando numa diminuição no número de funcionários e pesquisadores.

No conjunto, as unidades de produção familiar brasileiras, certamente, se beneficiaram com uma maior parcela de recursos mediados pelo campo em que se movimenta a pesquisa agropecuária. Entretanto, este incremento deve-se aos programas sociais do Governo. O presidente da Embrapa, quando foi demitido no início de 2005, afirmava que havia se preocupado

sim com a inclusão da agricultura familiar, mas não em detrimento da agricultura comercial. Em depoimento dado, em 25 de janeiro de 2005, para Folha de São Paulo ele desabafou: “Investimos menos de 5% do nosso orçamento em pesquisas de agricultura familiar. Nunca abrimos mão da pesquisa no agronegócio”.

Essa é uma afirmativa com a qual tendem a concordar grupos de técnicos e pesquisadores que, no campo da ciência agropecuária, partilham uma concepção de que se deve definir, não só no discurso, uma prioridade para agricultura familiar, mas também e, sobretudo, que se incorpore ao espaço social compartilhado por pesquisadores práticas pautadas na compreensão de que antes mesmo que se formular na figura programática dos projetos qualquer ação se empreendesse uma topografia cultural, no sentido descrito por Costa & Vasconcelos (2004)

[...] um procedimento sistemático capaz de identificar e descobrir os repertórios mentais, os equilíbrios relacionais e das hierarquias de pessoas ou de valores, bem como das práticas e dos interesses econômicos estabelecidos que caracterizam o grupo social ao que se está querendo convencer da operação de desenvolvimento. (COSTA & VASCONCELOS, 2004, p. 6).

Os grupos que se identificam como de opção preferencial para realizar suas pesquisas para Agricultura Familiar, mediadas por uma reorientação de postura metodológica, vinham desde 2001, quando da extinção do Programa de Pesquisa da Agricultura Familiar, se ressentindo de um esvaziamento em seu espaço institucional. Estimulados pela definição de uma primeira vertente prioritária para Agricultura Familiar no novo Governo, informalmente começaram a reivindicar a concretização desse espaço. Em julho de 2003, aproveitando o momento de reunião dos pesquisadores da área de sócio-economia da Embrapa, realizada durante o XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), em Juiz de Fora, esses grupos específicos, destacaram-se do grupo maior e encontraram-se para colocar na pauta da nova diretoria, a instituição de um Macroprograma que apoiasse e gerenciasse projetos de pesquisa para agricultura familiar, focados na participação, em abordagens sistêmicas e na perspectiva do desenvolvimento territorial. Assim se rascunhou o termo de referência para criação do Macroprograma (MP6) que viria a ser instituído no final de 2004, como iniciativa “de aperfeiçoamento do SEG tendo “por objetivo dar suporte a iniciativas de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e de comunidades tradicionais na perspectiva da agregação de valor e da abordagem territorial” (CAMPANHOLA, 2004, p.37).

Na atualidade, a figura programática que gerencia projetos voltados para inserção social das unidades de produção familiar brasileiras e, por conseguinte, o espaço social no qual os profissionais e grupos específicos se afrontam para tentar impor uma visão de mundo rural calcada no fortalecimento da agricultura familiar tem como uma de suas representações no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, o Macroprograma 6 (MP6).

Qualquer análise que se queira empreender sobre a eficácia desse programa seria por demais prematura, dado que o mesmo tem pouco mais de dois anos de criação e não mais que um ano e meio de efetivo funcionamento. Entretanto, as resistências, as prioridades na alocação de recursos humanos e financeiros, os instrumentos de gerenciamento institucionais que, em última instância, indicam a persistência de uma visão de mundo que acredita na universalidade dos produtos resultantes do fazer científico, se de um lado não se constituem elementos para assegurar uma perspectiva sombria, de outro não nos fornece pistas que assegurem uma perspectiva otimista de que o MP6, pelo menos, sobreviva a novas injunções governamentais.

6. Considerações finais

Há mais de dez anos tenho buscado um entendimento desta temática, construindo nessa trajetória algumas poucas narrativas. Todas, inclusive esta, evidenciam determinadas dificuldades que se interpõem no caminho de uma anunciada transição paradigmática evocada com promessas de mudanças de diretrizes, de enfoques, de conceitos e objetivos para consolidar uma prioridade para agricultura familiar nos modelos de desenvolvimento brasileiro.

Quando se tenta dizer que não se pode adotar uma perspectiva otimista dois pontos primordiais podem ancorar o prognóstico: 1) a programação da Embrapa, em 2005, demonstrou que de um total de 463 projetos em andamento na carteira do SEG, o MP6 contava com menor número, apenas sete desse total. O MP5 criado no mesmo ano que o MP6, apresentava um número de 10, enquanto o MP1, MP2, MP3 e MP4, contavam, respectivamente, 9, 154, 201 e 82 projetos; (2) no SEG, o edital 05/2007 Agrofuturo, destina um valor total R\$ 7.575.000,00 para serem aplicados em pesquisa nos Macroprogramas 2, 3 e 6. Ao MP6, destina-se a menor parcela de recursos R\$ 1.825.000,00. Para os MPs 2 e 3 foram destinados, respectivamente, R\$ 3.750.000,00 e R\$ 2.000.000,00.

Sem nada concluir, mas para resumir reafirma-se que para que as prioridades de pesquisa para Agricultura Familiar não leve o título de mais um ‘discurso ilusório’ – para recorrer a um termo utilizado por Ciro Mascarenhas Rodrigues - é fundamental que se promovam substanciais mudanças na cultura organizacional da Empresa.

7. Referências bibliográficas

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. *in* Revista de Ciências Sociais, 1995, v. 36, números 1/2. 2005. p-33-51.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

CAMPANHOLA, Clayton. Novos significados e desafios. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 51p.

COSTA, Elza M. L. da & VASCONCELOS, Helenira E. M. Importância das noções de topografia cultural e capital social como pressupostos em projetos de desenvolvimento local. *In* Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. ANAIS/VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 20 a 22 de outubro de 2004. Aracaju. Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. (CD-ROM).

EMBRAPA (Brasília, DF). Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. PRONAPA. Brasília, 1990. EMBRAPA. Secretaria de Administração Estratégica. (Brasília, DF). *Plano Diretor da EMBRAPA*. Brasília, 1992. 64p.

EMBRAPA. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA. (Brasília, DF). *Plano Diretor da EMBRAPA*. Brasília, 1994.51p.

EMBRAPA-CPATSA.(Petrolina,PE) *Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar*. Petrolina, 1995.

EMBRAPA. Secretaria de Administração e Estratégia. IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007. Embrapa. – Brasília, DF, 2004. 48 p.

FLORES, M. X.; SILVA, J. S. *O futuro sem fome*. Brasília: EMBRAPA - SPI, 1994. 103 p.

GUIMARÃES FILHO, C. Programa sistemas de produção da agricultura familiar. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NOS TABULEIROS COSTEIROS DE SERGIPE, 2, 1997, Aracajú. Agricultura familiar em debate: anais. Aracajú: EMBRAPA-CPATC, 1997. P. 93-109.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: EMBRAPA - SEP, 1988. 583p. (EMBRAPA - SEP. Documentos, 40).

IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036*. Brasília, 1995. (segunda versão).

SALLES FILHO, S. L. *Integração de mercados e privatização da pesquisa: impactos sobre a estrutura e a dinâmica organizacional dos INIAs*. Campinas: Unicamp, 1994. 64p. Estudo

preparado para o Programa de Desenvolvimento Institucional do PROCISUR (Versão Preliminar II).

VASCONCELOS, H. E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. Rio de Janeiro: UFRRJ. 1997. Tese Mestrado.

VASCONCELOS, H. E. M.; ALVES, J. U. Perfil do Pesquisador: uma ameaça ao êxito do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar. *In*: IV Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 1998, Londrina, PR, 1998.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

**TRABALHADORES DO INTANGÍVEL: AS TROCAS E A RECIPROCIDADE NAS
RELAÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS COM A QUESTÃO DO TRABALHO
ESCRAVO NO SUL DO PARÁ**

Emmanuel Oguri Freitas¹

Resumo

Neste trabalho, pretendo problematizar as relações laborais, categorizadas como trabalho escravo, estudadas por Rezende, a partir da bibliografia sobre troca de dons, oriunda da antropologia. Sem desconsiderar os elementos econômicos, acreditamos que existem outras relações que fazem com que os trabalhadores se sujeitem a situações de trabalho degradantes tão extremas. Analisando as formas de aliciamento e a hierarquia destas fazendas, podemos evidenciar questões importantes sobre a maneira como o trabalho tem sido apropriado na Região Norte do país, assim como em outras regiões.

Palavras-chaves: Trabalho Escravo; Pará; Troca De Dons

1. Introdução

A situação de alguns trabalhadores em fazendas no Brasil tem despertado o interesse do Poder Público e de organismos internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Estima-se que, de 1995 até 2007, mais de 26 mil trabalhadores tenham sido submetidos a condições de trabalho degradantes nestes locais.

Em 2003, o Plano de Erradicação do Trabalho Escravo promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos se configurou como um marco das políticas públicas referentes à questão.² A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem implementando uma campanha mundial cujo lema é “vamos abolir esta vergonha”. Poderíamos salientar, ainda, a recente alteração do artigo 149 do Código Penal brasileiro, que estabelece o tipo penal do “trabalho análogo ao de escravo”, reafirmando o interesse das autoridades estatais em coibir práticas laborais entendidas como desumanas.

¹ Doutorando do Programa em Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ.

² Tem sido travado um amplo debate sobre a pertinência, ou não, da categoria “trabalho escravo” como instrumento de análise por parte das ciências. Neste trabalho, utilizaremos a categoria trabalho escravo entendendo-a como uma situação onde o trabalhador geralmente é deslocado de seu local de origem, sofre um processo de endividamento que, somado à presença de homens armados no local de trabalho, impedem-no de sair da fazenda. Por vezes, o trabalhador se torna uma espécie de “mercadoria” à disposição do “gato”, podendo ser negociado para outras empreitadas.

No entanto, no cenário que antecede a intervenção do poder público, uma série de relações entre os sujeitos envolvidos promove e pereniza formas de trabalho tidas como “escravizantes”. O investimento em políticas públicas que tratam deste problema indica a centralidade e importância do tema como objeto de reflexão.

Neste sentido, alguns pesquisadores passaram a se debruçar sobre esta temática enquanto objeto de pesquisa científica. A partir da releitura dos dados trazidos por Rezende (2004), pretendemos problematizar os elementos que fazem com que os homens escravizados retornem várias vezes para as fazendas. Rezende trabalhou na região sudeste do Pará durante 20 anos como militante do Movimento de Educação de Base (MEB) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Posteriormente, vinculado ao PPGSA do IFCS-UFRJ produziu sua tese de doutoramento que foi publicada no ano de 2004, sob o título: “Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo”.

Em sua tese, Rezende retorna a dois locais de origem de trabalhadores libertados em fazendas da região sul do Pará. O autor escolhe como recorte espacial de sua pesquisa o município de Barras, no Piauí, e a região nordeste do estado do Mato Grosso.

Ambas as regiões fornecem trabalhadores para as fazendas paraenses, no entanto, são áreas com perfis bem antagônicos. Na primeira, de povoação já antiga, as pessoas se conheciam melhor e as ligações eram fortes, permeadas por relações de reciprocidade. A segunda região, por outro lado, era uma área de ocupação recente, onde os laços não tinham tanto significado e, portanto, os indivíduos se sentiam mais livres para se engajar nas viagens e empreitadas, às vezes sem retorno.

Neste universo de pesquisa, Rezende procedeu a uma série de entrevistas com pessoas “libertadas”, familiares de trabalhadores, lideranças sindicais e membros do poder público responsáveis pela atuação em face das denúncias sobre a questão. Por outro lado, analisou o discurso dos proprietários e empreiteiros através de seus depoimentos feitos na imprensa, nos inquéritos policiais, nos processos judiciais e nos relatórios de fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM)³.

Chama atenção o fato de que alguns dos entrevistados retornaram diversas vezes para estas fazendas. Um dos entrevistados em Barras, no Piauí, informou que havia estado, entre os anos 1980 e 2000, em dezesseis fazendas no Pará (Rezende, 2004). Por que um indivíduo permitiria ser “escravizado” voluntariamente tantas vezes? Será que o critério da necessidade econômica seria a única determinante para compreensão das motivações destes

³ O GEFM é responsável pela fiscalização dos locais denunciados como promotores do trabalho escravo. Está subordinado diretamente à Secretaria Especial de Fiscalização do Ministério do Trabalho (SEFIT).

migrantes? Por que se engajar numa aventura que pode ser tão perigosa e por vezes lhe custar a vida? A explicação econômica para os casos de indivíduos que se sujeitam ao trabalho degradante tem um grande peso para análise, mas, a meu ver, não se basta.

A relação dos peões com os “gatos”, aqueles que recrutam trabalhadores de regiões distantes, é bastante complexa e merece a análise. Diversas formas de dominação operam nesse esquema. As trocas de dons, ou melhor, de bens intangíveis como prestígio e honra, bem como uma espécie de sentimento de endividamento dos trabalhadores para com os empreiteiros e fazendeiros, sugerem uma complexidade de relações e significados que transcendem às explicações meramente famélicas.

Revisitando o trabalho de Rezende, pretendo identificar a razão do engajamento dos trabalhadores na empreitada, evidenciando as estratégias para o estabelecimento dos laços e para sua manutenção por parte daqueles que fazem parte deste tipo de relação. Num primeiro momento, tentarei descrever o cenário e a forma como o recrutamento tem sido feito.

Num segundo momento, analisarei as relações estabelecidas entre os envolvidos. Tentarei perceber as razões dos indivíduos para ingressarem, se manterem e, por vezes, conseguirem ascensão dentro deste esquema.

2. Os locais e os envolvidos

A cidade de Barras se localiza no norte do estado do Piauí. De acordo com Rezende (2004), trata-se de uma cidade com mais de cem anos, com uma

população composta por famílias que, por possuir apenas um crescimento vegetativo e pela antiguidade na região, provavelmente havia construído relações de parentesco, de compadrio, de amizade, de códigos de valores e etiquetas comuns e, por isso, tinha a identidade de grupo social de *estabelecida*.⁴

De acordo com o IBGE, em 2000, Barras possuía uma população residente de 40.891 habitantes. A sede do município era pequena e bem simples, com ruas estreitas. Rezende, ao chegar na localidade, dirigiu-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que se localizava numa casa de alvenaria, repleta de pequenos cômodos e um corredor.

Rezende percebeu que não teria dificuldades em conseguir um bom número de depoimentos. Dois dos diretores do STR procuravam parentes desaparecidos no estado do Pará, o tesoureiro havia trabalhado aos 15 anos de idade como peão em fazendas no estado de

⁴ Rezende utiliza as categorias de estabelecidos e *outsiders* propostas por Elias e Scotson. Ver Elias e Scotson, 2000.

Rondônia e depois em garimpos no Pará. Descobriu, ainda, que o presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Passa Tudo havia trabalhado aos 15 anos de idade, no ano de 1983, na Fazenda Primavera, também no Pará.

As pessoas passaram a procurar o pesquisador com a esperança de que aquele homem pudesse trazer alguma esperança de reencontro com parentes desaparecidos. Sabiam que ele era membro da CPT, conhecida por abrigar e apoiar trabalhadores “escravizados” fugidos de fazendas, e que tinha trabalhado na região sul do Pará, área onde essas fugas eram constantes. Não sabiam o que poderia ser feito com aquelas informações que prestavam, mas o interesse em resgatar seus parentes os fazia “romper a barreira do medo” e estabelecerem relação com aquele estranho.

Rezende nota que todos se disponibilizavam a entrar naquele jogo por estarem interessados em obter algo em troca. Inclusive os membros do STR tinham interesse em visitar as diversas localidades daquele município acompanhados de um membro da CPT. Era época de eleição e o presidente do sindicato era candidato a vereador no município.

De um lado, favoreceriam no estabelecimento de contatos com os trabalhadores rurais, seriam meus “tradutores culturais”; do outro, quiçá eu os favorecesse com a força simbólica da instituição que representava e estreitasse outros tipos de relações do STR com a CPT, com a Igreja e com as próprias comunidades locais. (2004. p. 55)

O informante principal de Rezende em Barras era Orlando Ferreira, tesoureiro do STR, que guiou o pesquisador durante sua estada no município. Orlando afirmava que os membros do sindicato tentavam influenciar os trabalhadores a não irem para o Pará.

O que nós pudemos, até o nosso conhecimento, nós fizemos, que é aconselhar o companheiro para não ir para as fazendas. Pelo conhecimento que a gente tem do trabalho escravo, a gente aconselha o companheiro. “Não vai. Vamos nos controlar, trabalhar no nosso Piauí.” Realmente mostrar até que a gente, enquanto é solteiro, se destaca do Piauí. Mas quando casa, se aquieta, vive melhor do que por esse mundo de meu Deus aí fora. E o companheiro vai e diz: “Não, mas você sabe, a gente não tem quem pague a diária, a gente não tem ganhado, não tem nada.” Agente diz: “Meu irmão, quando a gente assume responsabilidade de uma família, é mais uma despesa que nós temos e nós nos aquietamos. Por que você não vai se aquietar em casa?” “É, mas nós vamos”. Eu digo: “Vai se controlar”. Nós já temos parado até mesmo gato de levar pessoas também, aconselhando. Tem deles que deixam de levar naquele período e terminam levando companheiro, sempre. Levam sem a gente saber, que eles não querem nem contar a situação para a gente levar os companheiros. (2004.p.56).

Orlando insistia em que os trabalhadores deveriam ficar em casa, mesmo diante dos argumentos de insuficiência financeira. Para ele, “a necessidade empurra a gente para ir,

mas a gente que faz também”. Acreditava, portanto que era possível resistir. Logo, o argumento da necessidade não lhe parecia tão forte. As razões do engajamento numa empreitada, portanto, não se restringiriam ao dinheiro.⁵ Apesar da opinião do sindicalista, muitos dos entrevistados falaram que o atrativo inicial era o abono. O adiantamento que recebiam no momento do recrutamento, já permitia saldar algumas pendências financeiras. Em troca de um alívio nas contas da casa, se disponibilizavam a integrar uma empreitada, dita “perigosa”.

A Diretoria do STR, ao descobrir que os conselhos dados aos trabalhadores, no que se refere à ida ao Pará, afastavam-nos do sindicato, decidiu “deixar o problema de lado”. Afinal, o cultivo dos laços de reciprocidade depende, por vezes, que evitemos o constrangimento do outro. Na verdade, dentro deste mundo social, onde as pessoas estão em relação, o sindicalista prefere se evidenciar na hora do apoio, quando da libertação dos trabalhadores em alguma fazenda. No entanto, mesmo neste momento, os trabalhadores que haviam escutado os conselhos dos “companheiros” e, ainda assim, viajaram para o Pará, ficavam constrangidos de retornarem para casa depois de serem libertados.

Certo dia, o STR recebeu um telefonema da CPT de Xingua informando sobre a libertação de um grupo de trabalhadores numa fazenda do Pará. Rezende ouviu de Orlando como era a chegada desses grupos e pôde perceber que o silêncio tomava conta dos homens. Sentiam-se “acanhados” de terem que retornar depois de uma ação da Polícia Federal e sabiam que poderiam ouvir críticas dos sindicalistas. Para Rezende, o sentimento de desonra por terem sido enganados fazia, inclusive, com que os trabalhadores não reconhecessem terem sofrido qualquer forma de abuso ou restrição. “Reconhecer a existência do problema era admitir o erro de terem ido escondidos, desconhecendo as advertências do sindicato”.(2004)

Rezende destaca dois depoimentos de trabalhadores de Barras, de José Rosa (35 anos, nove filhos) e de Manoel Ordeiro (30 anos, casado, dois filhos).

Fomos oitenta homens pelo mundo, por três dias, sem comer. Fui porque achei influência bonita. (...) Passei ali 120 dias e vim embora. Trouxe uma grana no bolso. Quando os gatos chegam, dizem que o Pará se tira dinheiro no cambito. Eu sonhava ganhar muito dinheiro e, quando voltava aqui com dinheiro, chegava mudado. Três dias depois estava pior que os outros. Como não estava acostumado a ganhar dinheiro, fiquei satisfeito. Passei vinte dias e voltei com o gato Lima, de São Miguel, Piauí. Fomos para a fazenda Rio Vermelho. Toda fazenda tem pistoleiro e lá tinha também. Eles pagavam direito. Mas alguns fugiam, inclusive um daqui, o Francisco Pinto. Roubou os companheiros e fugiu. O peão pisa na bola quando compra na

⁵ Empreitada é um termo nativo que se refere ao trabalho encomendado por uma fazenda a um empreiteiro, que se responsabilizará pela feitura e qualidade do serviço. Na região estudada, os serviços geralmente consistem na limpeza de pasto, ou juquirá, e na derrubada de mata para “abertura” de novas fazendas.

cantina e foge. Aí os pistoleiros iam atrás. Na Rio Vermelho era proibido cachaça, mas bebemos direto. Sempre bebi muito. Até hoje sou assim. Em 1982, estava em Bacabal, no Maranhão, trabalhando em fazenda no mesmo sistema. Recebia e gastava na cachaça. Em 1982, fui com outros 14 peões para a fazenda São José, do Enok. Era vizinha do Gogó da onça. Ficamos só 15 dias. A gente trabalhava, mas não pagavam. Foi bom.

Pesquisador: Como foi bom?

José Rosa: Não mexeram conosco. Deixaram a gente sair. Se a gente discutia, eles matavam. Já haviam matado seiscentos. Enok tinha fama de queimar peão. Soubemos disso porque os vizinhos contavam. Deixou a gente sair porque o serviço tinha terminado. Fomos para Flor da Mata, de André e Arai, na Sapucaia. Lá nós éramos os mesmos 15 homens. Dez acharam o serviço barato e foram embora. Começamos com o gato Natu, que morava no rumo de Xinguara. Foi a única Fazenda que parecia tranqüila. Ficamos uns três meses. Tivemos saldo e voltamos. Ficamos um bom tempo aqui e depois voltamos para a Fazenda Primavera, perto de Gogó da Onça. Éramos uns cinqüenta homens, levados pelo Chico Ponte. Tinha outros peões e muitos gatos. Entre eles estavam Antonio Barbudo e Tino. Havia fugas dos grupos desses dois gatos. Eles surravam os peões quando pegavam com o facão. Neste ano de 1983 soube de uns três que foram mortos. Cansei de ver peão morto. Me lembro de três. Passei uns três meses e recebi. *Tem gato bom e tem gato ruim*. Tornei a voltar para casa, sempre tomando cachaça, com duas mudas de roupa. Em três dias acabava o dinheiro. Fiquei uns dois anos quieto, sem ir. Não dava vontade de voltar. Ir ao Pará é uma influência. Chegava o cara que estava levando gente e a gente perguntava: “quando o fulano está pagando?” Aí ele respondia e passava o dinheiro. Antes o peão não ia com influência de ganhar alguma coisa. Tinha o interesse em ganhar o abono. Fui, em 1985, para a Fazenda Mundo Novo, perto de Gogó da Onça, pertencente ao Salominho. Fui por minha conta. Eu e uns companheiros. Éramos poucos peões, só três. Fomos fazer “despalitamento” de madeira com motosserra. Fiquei sete meses e recebi salário fixo. Dali, fui para a Serra Pelada onde permaneci trinta dias e ganhei uns cem gramas de ouro. Botei uma bodega cheia de cerveja e não deu certo. Era solteiro e não tinha responsabilidade. Voltei para a Novo Mundo no ano seguinte e fui para Marabá, onde permaneci um ano e três meses e nunca voltei mais.

Pesquisador: Você viu os corpos. Tinha medo?

José Rosa: Não tinha medo. Fui sempre uma pessoa chegada aos donos, fazia o que eles mandavam. Quem tem dinheiro não pode ter raiva que manda matar.

Pesquisador: Por que parou de ir?

José Rosa: Porque me casei e achei que não tinha influência. O abono tem que ficar com a família. tem casado que vai mas deixando sofrimento para a família. Só se não se preocupar com a família. para quem não tem família, era bom; para quem era casado era ilusão.

José Rosa descreve sua peregrinação por diversas fazendas. Sua relação com os diversos gatos que atuam na região o faz diferenciar entre o “gato bom” e o “gato ruim”. Em algumas fazendas identificadas como “tranqüilas”, podia obter alguma remuneração, bem como poderia escolher quanto tempo ficaria. Fazia de tudo para não irritar os fazendeiros, ou “donos”, pois gente rica, quando se irrita, “manda matar”. Só parou de ir ao Pará, quando casou, pois para “quem não tem família era bom; para quem era casado era ilusão.”

O outro entrevistado, ao contrário, em toda sua trajetória pelas fazendas paraenses, nunca viu violência. O gato que havia recrutado Manoel Ordeiro morava no município e, para Rezende, o medo pode ter influenciado, provocando sua discrição. Os laços

entre esses trabalhadores e a rede de recrutamento e utilização dos mesmos não se dissolviam instantaneamente. Para Rezende:

Retornar tantas vezes ao Pará significava mais que uma necessidade econômica imediata e revelava relações estreitas entre o trabalhador, os empreiteiros e os fiscais, a troca de favores e a proteção. Atrás de tudo, talvez houvesse relações construídas entre o entrevistado e os diversos atores da rede de aliciamento e de coerção que dificultava, e comprometiam a narrativa e lhe tiravam a substância. (2004. p.63).

De fato, mesmo nos casos em que as trocas se dão numa relação nas bases da dominação, como nesses esquemas de trabalho escravo, os laços criados podem resultar não somente no medo, mas também numa espécie de gratidão em razão da proteção, da oportunidade de trabalho, que cega o dominado. Por ter permanecido com vida e conseguido algum dinheiro para trazer de volta para casa, sentia-se obrigado a permanecer em silêncio.

Além disso, entre esses trabalhadores, existia a imagem de “bom trabalhador”. Em Sigaud (2007), quando estudou as relações entre trabalhadores dos engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco, o “bom trabalhador” era aquele que não “botava questão”⁶ contra o empregador. Em relação aos trabalhadores do Pará, o “bom trabalhador” era aquele que não bebia nas fazendas, não se metia em confusão, não fugia e saldava seus débitos na cantina no final da empreitada⁷. Manoel Ordeiro poderia se definir como um “bom trabalhador”, pois gozava de prestígio e respeito em sua comunidade.

José Rosa falou muito mais, no entanto, pediu que não gravassem sua entrevista. Ao dizer que nunca teve problemas com a violência do sistema coercitivo das fazendas, porque era “chegado aos donos”, suscitou no pesquisador e no sindicalista que o acompanhava, Orlando, a suspeita de que o entrevistado pode ter sido um “gatinho”⁸ durante algum tempo de sua estada nas muitas fazendas que percorreu.

As complexas relações desse universo misturam as figuras dos envolvidos. Os trabalhadores podem transitar entre diversas categorias e, mesmo estando em situação de paridade na hierarquia das fazendas, assumir postos que gozam de maior prestígio, ou envolver-se em atividades menos desgastantes. O que conta são as alianças que fazem e a maneira como se comportam no jogo. Nesse mundo social, as trocas de bens intangíveis como

⁶ “Botar questão” era um termo nativo que significava recorrer à Justiça para fins de promoção dos Direitos Trabalhistas. Ver Sigaud, 1996, 2007.

⁷ A cantina fornece os instrumentos de trabalho dos peões e mantimentos de toda a sorte. Seus preços são acima do executado no mercado, contribuindo para o endividamento dos trabalhadores.

⁸ De acordo com Rezende, o “gatinho”, “subgato”, ou “reta-gato” tem a seguinte definição: empreiteiro pequeno que pode também ser aliciado e aliciar pessoas conhecidas e mesmo parentes.

favor, lealdade e reconhecimento ocupam lugar estratégico na constituição das relações de poder.⁹

A outra área escolhida para a pesquisa foi o Nordeste do Mato Grosso. Rezende visitou os municípios de Vila Rica, Porto Alegre do Norte, Confresa e Cana Brava. Trata-se de uma área de ocupação recente, identificada como uma região de fronteira. Diferentemente de Barras, nessa região, as pessoas não têm laços comunitários tão profundos.

Para Rezende, naquele novo lugar, as pessoas, recém-chegadas, poderiam se reinventar, deixar para trás os erros do passado e construir um presente novo. Os valores morais se tornam mais flexíveis e as pessoas ficam menos próximas umas das outras. Nessas localidades, as casas ficam mais distantes e as ruas são mais largas. Talvez “a largueza das ruas podia simbolizar a distância das relações sociais”.

No Mato Grosso, o pesquisador se encontrou com membros do poder público, “gatos”, donas de pensão, com fugitivos e trabalhadores libertados de fazendas do Pará. Entre os “libertos” conheceu Fontes Santos, 53 anos, analfabeto, residente no Recanto da Paz, casado com Rilda Santos, 42 anos. Fontes havia sido libertado pelo GEFM e pela Polícia Federal, juntamente com outros 182 homens, de uma fazenda em São Félix do Xingu no ano de 1999. Permaneciam presos sob a alegação de que tinham dívidas na cantina do empreiteiro.¹⁰

O casal Santos morava numa casa coberta por palha, com paredes formadas com pedaços de madeira roliça. Do lado de fora, uma bicicleta encostada na árvore. Rezende foi acompanhado de Abílio, agente da CPT. A simplicidade dos imóveis era uma constante nas entrevistas e o tamanho das casas fazia com que os parentes e vizinhos participassem dos encontros, o que por vezes modificava o rumo dos diálogos. Nesse dia, não foi diferente. Rilda participou da entrevista, enriquecendo-a.

“Pesquisador: O gato deixava sair?

Fontes: Podia ir embora porque um dia que ele saiu de lá para vir buscar os peões, estavam todos em Tucumã, rodados. Ele reuniu todo mundo (...) deu almoço para todos na pensão, deu o dinheiro e eles vieram embora.

⁹ De acordo com Sigaud, essa dimensão do fluxo de dons, foi proposta inicialmente por Mauss (2003), retomada por Edmund Leach (1961) e explorada por Florence Weber (1989). Leach (1961), ao fazer os estudos das relações de parentesco dos Kachins, na Alta Birmânia, percebe que no circuito das trocas de dons entre os envolvidos nos casamentos nativos circulam, além de bens físicos (pessoas, dinheiro e objetos rituais), bens intangíveis constituídos pelo prestígio, pelo status, pelo reconhecimento e por direitos específicos. Define bens intangíveis como “aquela espécie de reputação com a qual um homem ganha a admiração de seus companheiros.”(p.155)

¹⁰ O empreiteiro é o responsável pelo trabalho, também conhecido como “gato”. Recruta os trabalhadores e recebe para que determinada tarefa seja cumprida. Está submetido na hierarquia da fazenda ao gerente ou, nos casos de fazendas pequenas e médias, diretamente ao fazendeiro.

Pesquisador: Ele foi um bom empreiteiro?
Fontes: Eu não achei ele ruim não. Muitos acharam que ele era ruim.
Rilda: Ele aqui chegou a brigar com o homem lá por causa da comida.
Fontes: Não. O negócio foi que na hora do boião ele chamou a gente...
Rilda: Era pouca a bóia.
Fontes: Aí ele disse umas coisas lá para gente.
Rilda: Que acabou a bóia e não sobrou pra ele.
Fontes: Foi, fizeram pouca bóia e tinha gente demais.
Rilda: Ele não gosta de magoar, de ofender. Deixa-me contar para o senhor. Esse Gilson aí é meu sobrinho, e a família completa...
Pesquisador: O dono da fazenda é seu sobrinho?
Rilda: O meu pessoal completo. Agora, nós para eles morremos, entendeu? Eu estou superchateada, ele acabou com a minha vida. O dono da fazenda é meu sobrinho, é filho do meu irmão. Ele só foi por causa disso, então para nós ele morreu, porque o meu sobrinho queria que ele tivesse ficado ao lado da fazenda, e esse Roberto é meu sobrinho também, entendeu? Mas é de outro irmão. E eles agora falaram que nós morremos para eles, por conta que ele ficou do lado da Federal. Então, se eu morrer aqui, nem encontrando defunto, tem choro, entendeu?
Fontes: Mas como é que eu ia ficar do lado dele, se a polícia pegou todos nós e colocou nos hotéis e todo dia vinha nos buscar cedo, levava para o hotel deles, para tirar foto, para nos filmar.
Rilda: Ele não quer falar porque está com medo de (...) magoar mais.
Fontes: Nós passamos um mês lá sem nos soltarem: “Não vai sair ninguém daqui, só vai sair daqui no dia que nós liberarmos todo mundo”. Eu tinha carteira de trabalho, ficou [aqui], eu não levei porque nós íamos para lá; os documentos eles, fizeram umas dez [pilhas] dessa altura de carteiras de trabalho, olha, de todo mundo.
Pesquisador: D. Rilda, seu marido disse que o empreiteiro é bom. Concorde com ele?
Rilda: Não. Não, sabe por que? Em janeiro [Fontes saiu e] chegou aqui em abril. Desde janeiro até abril, ele pegou R\$ 60,00 e me deixou aqui nessa roça com meus filhos. Ele saiu, deixou arroz pequeno. O arroz emagreceu. Eu liguei lá na minha cidade, para mãe desse Roberto que é minha cunhada, e implorei para ela.
Pesquisador: O Roberto é o que?
Rilda: É o gerente.
Breton: Ele é o Roberto Lima?
Rilda: Era.
Breton: É o que seu?
Rilda: Meu sobrinho. O Golias, meu sobrinho também. Ele é meu sobrinho assim porque foi o pessoal dele que me criou, sendo que é o dirigente na família.
Pesquisador: A senhora foi criada pela família do Golias?
Rilda: Fui.
Pesquisador: Como chama a mãe do Golias?
Rilda: Priscila Lima.
RRF: A senhora foi criada pela Priscila?
Rilda: Não. Fui criada pelo avô do Golias.
Pesquisador: Como ele chama?
Rilda: Juvenal Lima. É a família que eu conheço. (...)
Pesquisador: E ele é muito rico?
Rilda: Muito rico.
Pesquisador: Qual era a sua idade quando começaram a criar a senhora?
Rilda: Dois anos.
Pesquisador: Eles tratavam a senhora como filha ou como empregada?
Rilda: Como empregada. Fui criada assim como uma pessoa, eu era obrigada a fazer tudo, eu até agradeço porque ele me ensinou a trabalhar. Eu era caseira, era a pessoa que tinha que fazer tudo sabe? Eu agradeço porque ele me deixou muito certa.
Pesquisador: Deram estudo para a senhora?
Rilda: Não.
Pesquisador: A senhora estudou o que? O que a senhora fez?
Rilda: Só a segunda série (Trabalhadores, Recanto da Paz: 2000).

Fontes havia ido para a fazenda do sobrinho de sua esposa. Porque o fazendeiro era “parente” de Rilda, o casal esperava maior consideração. Afinal, o peão só havia saído de sua casa, porque se tratava de empreita em fazenda do sobrinho. Uma vez chegado na fazenda, foi tratado como os demais, mas mesmo assim ainda mantinha um sentimento de respeito pelo empreiteiro. Diferentemente de outros depoimentos colhidos por Rezende, a razão da resignação de Fontes não haveria de ser o medo. Outros acharam o empreiteiro ruim, mas Fontes não. Rilda interrompe e explica que seu marido não quer magoar, nem ofender.

Neste caso, o engajamento tem uma explicação bem concreta. O peão estava indo para a fazenda de um “parente” de sua mulher. Rilda havia sido criada pela família do fazendeiro e se sentia da família também. Acreditava que aquela família teria uma obrigação recíproca em relação a sua nova família. Assim, se faltasse a “bóia” para os outros, não seria tão ruim, mas para um “familiar” não poderia faltar comida.

Esse caso é emblemático, porque uma das práticas dos “gatos” é o recrutamento de familiares. No entanto, espera-se que o peão familiar tenha um cargo de destaque na empreitada. Na história de Fontes, ele não era diferente dos outros trabalhadores. Esta situação provocou desagrado em Rilda, resultando numa ruptura na relação com seus parentes.

Por outro lado, seus “parentes” haviam confiado em Fontes. Em verdade, numa região de tamanha pobreza, haviam ofertado uma dádiva para aquele homem: uma oportunidade de trabalho. Esperavam como retribuição a lealdade do peão. No entanto, o trabalhador ficara sem reação diante da grande operação do poder público e se omitira de defender seus patrões. Se Rilda estava brava com os “parentes”, estes haviam rompido de vez as relações com a mesma, em razão do descumprimento da obrigação de retribuição que acreditavam serem credores. Esperavam a defesa e a lealdade do peão no momento da ação policial. Rilda e Fontes haviam “morrido” para eles. A reciprocidade entre as duas famílias havia chegado ao fim.

3. O engajamento e a estrutura

A região do Araguaia paraense para onde os trabalhadores são levados é composta por “áreas de cerrado, com suas árvores tortuosas e grandes folhas e tipos diversificados de floresta.”(Rezende,2004) O Rio Araguaia é largo e na época das secas tem baixa profundidade, sendo profundo na época das chuvas. Divide os estados do Pará e do Tocantins.

Até 1895, era uma área povoada por índios carajás e caiapós. Naquele ano, o governo do estado do Pará se interessou em investir no desenvolvimento e no povoamento da área com população branca. Desde então, a região recebe migrantes de diversas origens. As atividades extrativistas e agrícolas foram sempre os mais recorrentes motivos para atração das pessoas.

Para Rezende, a pessoa que parte de Barras para as fazendas do Pará é “tangida pela esperança de superar uma situação de penúria e fome, busca uma forma de “enricar”, foge de um problema criminal ou afetivo, manifesta a virilidade ou o companheirismo, deseja ser o provedor doméstico, vive uma aventura em terras estranhas.”

Existem duas maneiras mais comuns de recrutamento dos trabalhadores. Em uma das formas, a pessoa já sai do município recrutada por um “gato” ou aliciador. Na segunda maneira, a pessoa se dirige até o Pará, ou um estado próximo com a esperança de ser recrutado lá.

No primeiro caso, a pessoa é recrutada pela figura do “gato”, ou empreiteiro, sendo que algumas vezes pode ser convidada pelo próprio fazendeiro. Caso o “gato” não consiga firmar um grupo suficientemente numeroso para a empreitada, vai de cidade em cidade até conseguir o número de trabalhadores esperado. A viagem é muito difícil, pois os ônibus vão por estradas vicinais para fugir da fiscalização da polícia rodoviária. Dentro da rede de suporte a estas empreitadas, participam motoristas, donos de hotel e pensões e até mesmo policiais.

O trabalhador pode receber um abono para começar a viagem, ou o “gato” pode pagar suas refeições, para que depois seja descontado de seus ganhos. A partir deste momento se inicia um processo de endividamento entre o trabalhador e o empreiteiro. Algumas vezes, esses elementos não são explicitados ao trabalhador.

Muitos trabalhadores reclamaram que após deixar a cidade, os “gatos” mudavam de atitude e se tornavam mais violentos e mal-educados. Os peões recebiam nesse momento a primeira lição: quando a pessoa sai de casa deve “se comportar, que o lugar de fora é diferente”. É precavido quem age com discrição, sem “entusiasmo”, devendo ficar bem “tranqüilo”, pois, no Pará, tudo “se resolve à bala.”

A saída de Mato Grosso em direção ao Pará é justificada pelos mesmos motivos: falta de alternativa econômica; a proposta do aliciador; a ilusão, a influência e a animação de amigos; a curiosidade de sair da localidade e conhecer outros lugares; os desejos de consumo; e o rompimento de relações afetivas e familiares.

Os que partiam do Mato Grosso não dispunham daquele sentimento de coesão dos grupos que saíam de Barras. Vinham de lugares diferentes e não compartilhavam valores morais tão arraigados, o que impossibilitava a ação daquele controle social encontrada entre os piauienses.

Já no interior das fazendas, os pequenos dons cedidos pelo empreiteiro no cotidiano, somados à grande dádiva da possibilidade de trabalhar e prover o sustento de suas famílias, criam um sentimento de endividamento não só financeiro, mas também moral dos trabalhadores em relação ao “gato” e ao fazendeiro.

Entre os Kachin, estudados por Leach (1996), as dívidas são um elemento importante das relações sociais daquele povo. Diversas razões podem ocasionar o endividamento entre os Kachins, mas uma vez endividado, o indivíduo, ou grupo, deve saldar sua dívida. Em alguns casos, as dívidas são deixadas pendentes para que se dê continuidade à relação.

A manutenção dos laços e o constante “pagamento” em prestações da dívida podem gerar dividendos em termos de prestígio, alterando o status social dos trabalhadores. As relações sociais trazem consigo a idéia de que as pessoas estabelecem e mantêm “direitos e dívidas” entre elas.(Leach, 1982)

No jogo das trocas evidenciado nestes casos que envolvem o trabalho escravo, as diferenças de poder e *status* que fazem com que as trocas sejam desiguais, pendem a balança para sacrificar o trabalhador. Estes dão o suor de seus corpos a lealdade e a juventude longe de casa em troca de um mínimo de respeito e de uma quantia de dinheiro muito reduzida. Sentindo-se endividados moralmente para com o “gato”, poderiam ser deslocados, mantidos nas fazendas ou, até mesmo, “vendidos”¹¹, com maior facilidade e sem se sentirem “escravizados”.

Leach (1982) adverte que relações com grande diferença de poder entre dominante e dominado podem resultar em violência. De fato, este fato é constante, nas entrevistas concedidas a Rezende (2004). E muitas vezes, imbricados nesse jogo de trocas e endividamento, a única estratégia que os peões possuíam para fugir da total submissão era fazer o jogo do dominador, para buscar construir o prestígio necessário, com fim de ser tornarem pistoleiros, quando fossem suficientemente violentos, ou “gatos”, quando tivessem

¹¹ “Vendido”, ou “vender” o peão, são termos nativos utilizados pelos peões entrevistados, que se referem à operação de transferência de trabalhadores de uma fazenda para outra, ou de um “gato” para outro, por conta de dívidas financeiras pendentes.

as qualidades empreendedoras necessárias. O indivíduo pode, até mesmo, conseguir sua liberdade.

As boas relações na fazenda e o fato de ser conhecido do “gato” podem render algumas facilidades. O peão pode ser designado para trabalhar em uma área mais plana e com menos espinhos, mais fácil de trabalhar. Pode receber foices e machados mais afiados, ou pode, até mesmo, trabalhar com a motosserra, que representa um status mais elevado na hierarquia da fazenda.

Raimundo Filho, trabalhador residente em Barras, relata que para sair de uma fazenda do Pará optou por estabelecer uma relação “sem conflitos” com o empreiteiro. Vivia negociando, “num jogo de sedução incerto e necessário”. Primeiramente empreendeu um grande esforço de trabalho para obter saldo e, fingindo contentamento, ganhou a admiração do “gato”.

Uma vez adquirido o dinheiro necessário para saldar suas dívidas e partir, não teve maiores problemas em receber do empreiteiro uma espécie de “carta de alforria” para deixar a propriedade. Os peões só podem deixar a empreitada com uma autorização escrita do dono da fazenda, do “gato” ou do cantineiro.

A hierarquia que Raimundo percebeu, e que deve ser respeitada por todos os envolvidos na empreitada, é muito bem definida. Dependendo do lugar que se ocupa nesta estrutura, incorpora-se um determinado status que permite maior liberdade ou menor desgaste nos serviços a fazer.

Trata-se de uma cadeia de mando e poder complexa, maleável, pois permite ascensão e declínios, e é levada muito a sério pelos envolvidos. Aqueles que conseguiram alcançar um status mais elevado têm grande interesse na manutenção das relações dadas. Os papéis são bem definidos e nesse universo qualquer tentativa de modificação da estrutura pode comprometer todo o esquema. Por isso, as reações ponderadas, a discrição e a obediência ao empreiteiro são estratégias repetidas por diversos trabalhadores libertados.

Elias (1985) estudou a sociedade de corte de Luiz XIV utilizando-se do conceito de figuração - redes que se formam entre seres humanos interdependentes em relações assimétricas de poder – e pode perceber que todos os que viviam no castelo do rei prezavam pela manutenção dos papéis e lugares de cada um dentro daquela estrutura social.

A etiqueta se manifestava como um modelo de interação entre os indivíduos que deveria ser seguido a todo custo, sob pena de desmoronamento do sistema. Até o rei, que a historiografia pinta com os ares do absolutismo desmedido, estava atento para a etiqueta e

para as posições no estamento, pois sabia que seu poder e prestígio dependiam da manutenção daquela estrutura. Nesse sentido, a etiqueta se configura num instrumento de dominação.

Ora, no lugar da corte francesa, a fazenda do Pará. Nas relações do interior da fazenda, uma determinada “etiqueta” também se fazia cumprir. Uma série de normas de convívio e regras de comportamento deveria ser articulada de maneira diferente da corte, mas com o mesmo fim: o prestígio. Somente aqueles que conseguiam relacionar-se positivamente com os superiores na hierarquia da fazenda construía o prestígio necessário para conseguir uma “carta de alforria”.

Àquele que pretendia ir embora daquele serviço sem que precisasse empreender uma fuga, tornava-se necessário aprender a participar daquele jogo das trocas. Deveriam aprender a dar, receber e retribuir, para poder construir o prestígio necessário ao seu bem estar.

De peão, poderia passar a motoqueiro, aquele que opera a motosserra. Poderia se tornar fiscal, que acompanha o trabalho dos peões para observar o empenho dos mesmos, ou mesmo um “gatinho”, ou “reta-gato”. Teria acima de si, apenas, o empreiteiro que o contratou, o gerente e o fazendeiro. Poderia, assim, adquirir maior liberdade de sair da fazenda e garantir maiores ganhos.

Alguns empreiteiros são sensíveis em relação à sorte de seus subordinados. Relações de compadrio e parentesco existem e facilitam o “diálogo e a negociação”. Estas podem ser relações fundamentais para a mobilidade na estrutura da fazenda. Na cadeia de poder que se impõe nesses espaços, transitam não só o medo e o penar, mas também a amizade e a fidelidade.

No entanto, para que o indivíduo seja “promovido”, deve antes passar por uma observação. Pode se tornar, primeiramente, “olheiro” de um fiscal. Se demonstrar habilidade com armas, pode ser um pistoleiro. Contudo, se o trabalhador demonstrar espírito de liderança e empreendimento, pode se tornar um empreiteiro.

Muitos ficam entretidos nesse esquema durante algum tempo. Tentam estabelecer conexões para ascender na hierarquia, ou mesmo para sobreviver diante do medo. Entram em um jogo, que para diversas autoridades é considerado crime e nem se questionam sobre a legalidade daquela situação.

Contudo, a relação pode ser rompida pelo descumprimento reiterado do acordo por parte do empreiteiro. Alguns fatores podem provocar este rompimento: a qualidade da “bóia”, os maus tratos a algum parente ou amigo doente, castigos físicos, ou a sensação de que a dívida na cantina excede o limite do razoável para quem já trabalhou tanto.

Quando a situação começa a ficar insuportável, em razão da falta de um canal de comunicação, a fuga é a única saída. Poucos se convencem a encarar os perigos de uma fuga. Porém, quando o fazem, buscam as redes de apoio aos trabalhadores na região. A CPT e os sindicatos costumam abrigar esses fugitivos e acionar o Ministério Público do Trabalho, para que proceda a uma fiscalização com intuito de libertar o restante dos trabalhadores.

A partir deste momento, a relação, que se baseava na dominação, permeada por trocas e reciprocidade entre os envolvidos, passa a ser mediada pelo poder público e chega a termo. Pelo menos por um tempo, pois a falta de perspectiva e a capacidade de recrutamento dos “gatos” terminam fazendo com que muitos trabalhadores retornem para as fazendas do Pará. Daí por diante, as histórias se repetem: a necessidade, o medo, as alianças, as trocas...

4. Conclusão

Diversas relações baseadas em reciprocidade podem ser apreendidas do universo do trabalho nas fazendas do Pará. O trabalho de Rezende, ao retornar aos locais de recrutamento, buscava a resposta para uma pergunta: Por que um trabalhador se engaja numa empreitada nas fazendas do Pará? Tinha o interesse em reconstruir a história das relações constituídas por esses indivíduos.

Figuraram, em sua narrativa, personagens como: o fazendeiro, o “gato”, o cantineiro, o peão, o motoqueiro, o fiscal, o olheiro e outros tantos. Todos estavam imbricados em relações, onde a circulação de bens intangíveis conduzia suas estratégias. Prestígio, status, respeito e reconhecimento eram objetos de uma complexa teia de trocas e reciprocidade.

Mauss (2003), em “Ensaio sobre o dom”, identifica a importância dos dons nas relações entre indivíduos no mundo social. O dom obriga e gera uma expectativa de um contra-dom. Quando a obrigação recíproca é frustrada, pode ocorrer uma sanção, como o rompimento das relações. Sigaud (2007) sintetiza as relações entre dons, obrigações e endividamento.

No Ensaio sobre o dom, tão invocado para reivindicar a oposição entre os dois mundos, Mauss já destacava a prevalência dos dons em nosso mundo. Mais vale reter do ensaio a idéia de que os dons constituem obrigações e que são elas que vinculam os indivíduos no mundo social. As obrigações são o que observador percebe. Para os envolvidos nas transações, o que existe são as dívidas. Eles estão em um estado de permanente endividamento como o destacava Leach (1982) e tendo que a todo o tempo que entreter a dívida para manter a relação.

A reciprocidade não é uma exclusividade dos mundos sociais primitivos estudados por antropólogos na Melanésia, ou na Ásia. Malinowski, em “Crime e Costume”, propõe que a reciprocidade não se resume a trocar “peixe por vegetais”, mas é reflexo, no caso estudado, de um sistema de mutualidade entre duas aldeias que necessitam uma da outra para sobreviver.

Não obstante a ruptura na rede de relações proporcionada pelo fim da empreitada, esses homens continuam retornando para as fazendas do Pará. Em julho de 2007, 1108 trabalhadores foram libertados de uma fazenda de cana-de-açúcar no Pará.¹² A rede que recruta trabalhadores para estas fazendas continua funcionando, bem como as condições objetivas que empurram esses homens para uma situação de sujeição também não desapareceram.

Através da pesquisa podemos fornecer elementos interessantes para compreensão destes dados. Este é um campo de estudo que tem um grande potencial e que pode ser bem informado de maneira a evitar a continuidade destas práticas.

5. Bibliografia

ELIAS, Norbert. [1969] *La société de cour*. Paris: Flammarion, 1985.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEACH, Edmund. *Social anthropology*. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1982.

_____. [1954] *Sistemas políticos na Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. [1926] *Crime and custom in savage society*. Londres: Routledge and Keagan Paul Ltd., 1970.

MAUSS, Marcel. [1923-1924] Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185-324.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

_____. “Se eu soubesse: os dons, as dívidas e suas equivalências”, *In, Ruris* nº2 e NEIBURG, Frederico (org.) *Quantificação e temporalidade: prespectivas etnográficas sobre a economia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (no prelo)

WEBER, Florence. *Le travail à côté*. Paris: INRA/EHESS, 1989.

¹² Jornal “OGlobo” de 03/07/07,p.12.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

TRABALHADORES RURAIS: IGUALMENTE DESPOSSUÍDOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E IGUALMENTE PRODUTORES DE MAIS VALIA

Sabrina Ângela França Silva¹
Aldenôr Gomes da Silva²

Resumo

No Estado do Rio Grande do Norte, a fruticultura irrigada do Vale do Açu estabeleceu novas formas produtivas que transformaram profundamente as relações de trabalho na área de sua implantação. Em um espaço no qual se tinha a predominância da cultura de sequeiro para a subsistência, passou-se à utilização de mão-de-obra familiar, num curto espaço de tempo, ao uso intensivo de alta tecnologia para a moderna agricultura de grãos e frutas tropicais, diversificando e inovando a organização da produção, com o modelo de administração empresarial e o uso intensivo do trabalho assalariado. Tal transformação da região em produtora de frutas tropicais, com uso intensivo de terra e capital, somado ao método utilizado pelos órgãos públicos na implementação de projetos, em que tende a favorecer claramente o grande empreendimento, foram fatores determinantes para um acelerado processo de exclusão dos pequenos produtores. O destino desses, geralmente, foi migrar para os centros urbanos mais próximos ou transformar-se em trabalhadores rurais assalariados. Dessa forma, o propósito deste estudo é desvendar as transformações que o progresso técnico na agricultura efetivou nas relações de trabalho da região conhecida como Baixo-Açu. Este trabalho é fruto de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Palavras chaves: Trabalhadores rurais; Transformações nas Relações de Trabalho; Uso Intensivo de terra e capital

1. Introdução: *Problematizando o objeto de estudo*

Nos anos de 1970, acompanhando as tendências gerais do desenvolvimento econômico da região Nordeste, o Rio Grande do Norte vivenciou importantes mudanças na composição de sua estrutura produtiva que contou com intensa participação do setor público, cuja *“presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido”* (ARAÚJO, 1997, p. 12).

Os estudos e esforços empreendidos, desde o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, através do diagnóstico/planejamento realizado pelo Grupo de Trabalho para o

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Rio Grande do Norte. Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN. Bolsista Capes.

² Engenheiro Agrônomo (Esam/RN). Pós-Doutor. em Economia (Unicamp). Professor do Departamento de Ciências Sociais – UFRN.

Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)³ deixava patente que o caráter de subdesenvolvimento nordestino não se limitava a perspectivas meramente climáticas⁴ perpassando, porém por outras variáveis. Havia então a necessidade do Estado interferir de modo planejado possibilitando a diminuição dos conflitos sociais, na medida em que fosse transformando a realidade econômica.

O lento crescimento econômico que caracterizou a região Nordeste por décadas, legando a tradicional imagem de uma região atrasada economicamente, assolada por secas, povoada por retirantes e dominada por coronéis, tornou-se, cada vez mais parte do imaginário social brasileiro. Os rumos da economia nordestina que romperam com essa visão anterior podem ser exemplificados na criação de espaços e pólos produtivos, entre os quais se encontram a moderna agricultura de grãos e os pólos de fruticultura irrigada.

A elevação da estrutura econômica de alguns áreas a “pólos de modernidade”⁵, áreas de modernização intensa de caráter industrial ou agro-industrial (CARVALHO, p. 29; 2001); representou o processo de penetração de acumulação de capital privado na região Nordeste, tendo apoio fundamental das políticas públicas do Estado brasileiro, subsidiando e disponibilizando recursos na construção do suporte técnico-financeiro, como também no provimento da infra-estrutura necessária para a chamada desconcentração produtiva pela qual passou a região.

Caso emblemática é a fruticultura irrigada do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, que estabeleceu novas formas produtivas que transformaram profundamente as relações de trabalho na área de sua implantação. Em um espaço no qual se tinha a predominância da cultura de sequeiro para a subsistência, passou-se à utilização de mão-de-obra familiar, num

³ O GTDN elaborou relatório para o NE que propunha a mudança de sua base primária para a indústria autônoma. O documento produzido deu origem no final de 1960 a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Tanto o GTDN como a SUDENE tinham como objetivos viabilizar tecnicamente, por intermédio de metodologias racionais, as políticas governamentais de promoção da desconcentração produtiva regional, especialmente, que se traduzissem em maior eficiência no enfrentamento dos problemas de entrave ao desenvolvimento. Até os anos 80, a SUDENE constituiu-se na principal instituição estatal responsável pela organização e planejamento das políticas públicas de modernização do espaço nordestino e que teve como mentor e coordenador o economista Celso Furtado.

⁴ Praticamente o único fator que vinha sendo considerado como responsável pelo atraso nordestino, o que apenas suscitava combates assistencialistas de curto prazo em períodos de seca e, a longo prazo, as velhas políticas de açudagem (SICSÚ & DIAS, 1994).

⁵ Os focos de modernidade escolhidos a partir de então, dentro da lógica de competitividade para o Nordeste foram: o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, no Ceará; o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, no Maranhão; o projeto Celmar, também no Maranhão; o complexo Petrolina/Juazeiro, em Pernambuco e na Bahia; as áreas da moderna agricultura de grãos, nos cerrados baianos, ao sul do Piauí e no Maranhão; o pólo de fruticultura irrigada no Vale do Açu; além dos diversos pólos turísticos implementados nas principais capitais do Nordeste. Sobre a questão, destacam-se os trabalhos de Tânia Bacelar de ARAÚJO. Nordeste, Nordestes: que Nordeste?, 1995 e Leonardo GUIMARÃES NETO, Desigualdades regionais e federalismo, In: AFFONSO, R.B. & SILVA. desigualdades Regionais e Desenvolvimento, 1995.

curto espaço de tempo, ao uso intensivo de alta tecnologia para a moderna agricultura de grãos e frutas tropicais, diversificando e inovando a organização da produção, com o modelo de administração empresarial e o uso intensivo do trabalho assalariado.

A constante revolução nos instrumentos de produção em direção a processos produtivos cada vez mais automatizados e integrados, ou seja, prescindíveis de trabalho vivo imediato⁶, se afigura como exemplo por excelência do que Marx (1974) apontou no livro III do Capital. O capital teria no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria Natureza. Em outros termos, Graziano da Silva também coloca que *“com o desenvolvimento do modo de capitalista de produção na agricultura, a barreira representada pela propriedade fundiária vai perdendo sua importância”* (GRAZIANO, p. 22; 1981).

Com as forças da Natureza a serviço do capital na agricultura ocorre uma mudança essencial: a terra enquanto condição natural que afeta diretamente a produtividade do trabalho deixa de ser o meio fundamental para a produção agrícola. Nas palavras de Marx: *“Não é mais a terra, e sim o capital que diretamente submete a si e à sua produtividade até mesmo o trabalho agrícola”* (MARX, p. 917; 1974).

Fazendo uma leitura dos escritos de Marx, Graziano da Silva (1981) aponta que convém precisar que o conceito de progresso técnico em Marx não constitui uma noção a-histórica, neutra ou romântica, que se destinaria a redimir o homem de sua condenação bíblica de “ganhar o pão com o suor do seu rosto”. Ao contrário, o autor coloca que o progresso técnico *“é visto sob uma perspectiva histórica, na qual o modo de produção capitalista representa a etapa em que se consubstancia o preceito “crescei, multiplicai-vos, dominai a terra”*. Não se tratando de uma “definição” ou “noção” de ciência abstrata mas, da “aplicação tecnológica da ciência”, incorporada ao processo produtivo. Na análise marxista, acrescenta Graziano da Silva, o progresso técnico é visto como o “progresso das técnicas capitalistas de produção”, ou seja, “como um dos elementos da dominação do capital sobre o trabalho” (GRAZIANO DA SILVA, p. 24; 1981). Sem esquecer que é fundamental o fato de que as técnicas de produção somente podem ser compreendidas e interpretadas considerando-se as relações de classe sob as quais são postas em funcionamento.

Marx (1978) elucida que a obtenção da mais valia absoluta pelo prolongamento da jornada de trabalho, a fim de obter trabalho excedente, são encontrados nos processos de

⁶ O desenvolvimento das forças produtivas - posto como uma sua necessidade - se faz como desenvolvimento de forças produtivas cada vez mais sociais ou gerais, frente às quais, o tempo de trabalho vivo ou imediato aparece como algo cada vez mais ínfimo e sem importância.

trabalho pré-existentes ao capital⁷. Pois, no que diz respeito à submissão real do trabalho ao capital, ainda segundo Marx, esta somente ocorre quando se ergue um modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais, o modo de produção capitalista. Nas suas palavras:

Com a subsunção real do trabalho ao capital dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário [...]. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção “*sui generis*”, dá origem a uma figura modificada da produção material (MARX, K., p.66;1978).

Na consolidação do capitalismo, “*a produção mecanizada ergue-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada,*” a natureza e profundidade dessa revolução de base técnica nova sobre o processo de trabalho corresponde ao próprio modo de produção capitalista, que “*em certo grau de desenvolvimento teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção*” (MARX, p. 14; 1984).

Se num primeiro momento histórico pode-se falar somente de um aproveitamento dos recursos disponíveis, logo em seguida, graças ao progresso tecnológico observa-se um salto qualitativo no processo produtivo, tornando-se a produção cada vez mais independente das travas impostas pelas condições naturais. Dessa forma, citamos outro clássico: “*pode-se dizer que o capital primeiro toma posse da Natureza em extensão, para depois fazê-lo em profundidade*” (TROTSKY, p. 23; 1977).

Simultaneamente à maquinaria, desenvolve-se também a *agricultura em larga escala*⁸, que funciona de fato como produção mecanizada, dado que tanto a transformação da terra arável em pastagens, como o uso de melhores instrumentos, aqui, tanto quanto na maquinaria, faz com que o trabalho passado surja como meio para substituição ou diminuição do trabalho vivo.

Pelo exposto até o momento sobre as transformações no sistema de produção para acumulação do capital, percebe-se que a construção dos pólos de dinamismo econômico no

⁷ Sendo a diferença destes processos pré-existentes e a manufatura a produção em escala ampliada, já que este trabalho feito à mão ainda possui base subjetiva.

⁸ Extraído de “Zur Kritik der Politischen Okonomie (Manuskript 1861-1863)”, *MEGA*, 11, 3.6, Berlim, 1982, pp. 2053-59. Traduzido do original alemão por Jesus 1. Ranieri.

Os Manuscritos de 1861-63 (compostos por 23 cadernos) representam o momento de passagem entre os *Grundrisse* e *O Capital*, sendo parte importante do material preparatório deste último. O presente fragmento encontra-se no interior da seqüência denominada “A mais-valia relativa - acumulação”, referente ao caderno XX, redigido entre março e maio de 1863.

Nordeste, enquanto área moderna com alto nível tecnológico, pode ser entendida como espaço idealizado para o desenvolvimento da acumulação do capital.

Trazendo a luz as concepções clássicas, desde os anos de 1970, sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, pode-se apontar que as relações de produção “assalariadas espúrias”, como a parceria, o colonato e o trabalho servil ou escravo, tendem, com a penetração do capital, a ser substituídas por formas de relação de produção “assalariadas puras” (GONÇALVES E BASTOS, p. 36; 1974).

Corroborando com esta discussão, D’Incao e Mello (1975) afirmam que:

A ampliação das relações capitalistas de produção no meio rural, feita pela expansão da agricultura comercial às expensas da agricultura de subsistência, se faz acompanhada, de um lado da concentração da propriedade fundiária, e de outro, da substituição dos sistemas de exploração da força de trabalho, com remuneração total ou parcialmente “in natura” (arrendamento, parceria, agregados...), pelo sistema de remuneração monetária (assalariados) (D’INCAO E MELO, p. 148; 1975).

Nos estudos mais recentes sobre a agricultura, Gomes da Silva (1999), Roberto Novaes (2006) e Aparecida Moraes (2006) apontam que ainda permanece discutível o retorno social que as inovações tecnológicas tem trazido para as regiões onde tem sido implantadas, bem como para os trabalhadores rurais envolvidos no processo produtivo.

Com respeito às modificações na base técnica da agricultura, para José Roberto Novaes (2006) a questão que se coloca é: o que o trabalhador ganha com a incorporação de novas tecnologias no setor? Isso tem melhorado suas condições de vida e de trabalho? A resposta de Novaes é que estamos diante de um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho. Novaes acrescenta que “*não podemos prescindir de uma força de trabalho assalariada no campo, mas precisamos dar a ela condições dignas de trabalho e remuneração*” (NOVAES, 2006; p.10).

Para a professora Maria Aparecida de Moraes Silva (2006), socióloga da UNESP, a partir dos anos 90, a superexploração da força de trabalho aumentou na zona rural. Primeiro, em função do fato de que o trabalhador é obrigado a aceitar as condições impostas, caso contrário, é despedido, e, segundo, por não haver alternativas de trabalho. Os trabalhadores rurais que estão envolvidos no plantio e colheita nos aglomerados agroindustriais são, para Moraes (2006) na sua maioria, camponeses que foram expropriados de seus locais de origem, os quais atingidos pela fome, partem em busca de sobrevivência.

Gomes da Silva (1999) em estudo sobre a região do Vale do Açu diz que a produção deste pólo representa o grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola

norte-rio-grandense. “*Os produtos oriundos dessa inquestionada ação modernizadora, enquanto atividade produtiva, tem extrapolado os limites geográficos da região e conquistado espaços geográficos extra nação*”, incorporando-se ao seletivo cenário mundial da produção capitalista globalizada. Entendida como esforço revitalizado da economia do Estado e alçada à condição de “Pólo de Dinamismo” da atividade agropecuária do Nordeste em geral e do Rio Grande do Norte em particular, para o autor “*o que permanece discutível, ainda hoje, é a dimensão do retorno social, ou os reflexos socioeconômicos, deste revolucionário esforço no campo da produção agrícola e agroindustrial para a região*” (GOMES DA SILVA, 1999, p. 319).

Mesmo com as novas bases técnicas adequadas à plena expansão do capital na agricultura, é imprescindível o trabalho vivo *imediato* no processo produtivo, sendo característica marcante, a submissão de trabalhadores a condições de trabalho próximas da “*escravidão*”. Pelo aqui exposto questiona-se: *Por que, à despeito de tão moderno desenvolvimento, a fruticultura irrigada, um sistema de produção com alto grau de modernização (com inserção no mercado internacional), ainda conserva formas tão precárias de trabalho?* Essa questão chave se desbobra em outras duas: Tal realidade afigura que o trabalho na fronteira agrícola é um trabalho de exploração de mais – valia absoluta? Como então, se configura a relação entre capital/trabalho na fruticultura irrigada?

Pretende-se com tal estudo demonstrar o processo de trabalho estabelecido pelas empresas na região, tendo como finalidade levantar quais as reais condições de trabalho oferecidas ao trabalhador rural, no caso específico daqueles que trabalham no campo, na plantação e colheita das frutas.

Dessa forma, podemos afirmar que o objetivo mais geral deste trabalho é entender a lógica de reprodução de formas de assalariamento “*espúrias*” em processo tecnologicamente avançado de produção capitalista. Além disso, pode-se destacar também outros objetivos de caráter mais específico, como:

1. Identificar o perfil dos trabalhadores rurais arrematados para o trabalho de campo nas empresas na região do Baixo-Açu.
2. Verificar como os agentes (empreendimentos patronais) vem institucionalizando práticas na região do Baixo-Açu.
3. Identificar a percepção desses trabalhadores rurais quanto as práticas trabalhistas a que estão submetidos.

2. Compreendendo as transformações na agricultura: *O resgate de alguns estudos*

Antunes (1988), a partir de uma visão marxista, afirma que o trabalho continua sendo o ponto de partida de humanização do ser social. Mas, no modo de produção capitalista, o trabalho adquire um outro contorno, explicitado no momento em que ele deixa de ser uma primeira necessidade de realização humana e torna-se meio para sobrevivência. Transforma-se, como tudo no capitalismo, em uma mercadoria cuja finalidade vem a ser a produção de outra mercadoria.

No meio rural brasileiro, esses sujeitos que, tem sua força de trabalho transformada em mercadoria, se constituiu historicamente, sendo definida a emergência do trabalhador assalariado rural como o resultado do processo de modernização no campo⁹, com a intensificação do uso do capital e da terra, além de um processo acelerado de proletarização das relações de trabalho na agricultura. A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "*com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais*" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (DELGADO, p.19, 1985; SORJ, p.29-30, 1980) ou à "industrialização da agricultura" (GRAZIANO da SILVA, p.19, 1987). Sendo assim, os proletários rurais são fruto da privatização da terra com posterior expropriação dos pequenos produtores e um elevado grau de empobrecimento no campo, onde o trabalhador rural não tem outro meio de sobrevivência que não, vender sua força de trabalho.

Assim, determinado pelo processo de modernização da agricultura, os assalariados rurais se constituem enquanto parcela da classe operária brasileira, igualmente despossuída dos meios de produção e igualmente produtora de mais valia (Alves, 1991, p. 103).

No caso da fruticultura, a transformação da região do Baixo-Açu em produtora de frutas tropicais, com uso intensivo de terra e capital, somado ao método utilizado pelos órgãos públicos na implementação de projetos, em que tende a favorecer claramente o grande empreendimento, foram fatores determinantes para um acelerado processo de exclusão dos pequenos produtores. O destino desses, geralmente, foi migrar para os centros urbanos mais próximos ou transformar-se em trabalhadores rurais assalariados.

⁹Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora". GRAZIANO DA SILVA .(1982) In: *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar.

Na contemporaneidade, ao contrário dos estudos anunciados nos anos de 1970, sobre a transformação das formas “espúrias”, como o colonato, a parceria, o trabalho servil e “escravo”, para as formas “puras” como o assalariamento no meio rural não se efetivou por completo. A realidade da agricultura brasileira ainda conserva formas diversas de trabalho, como os degradantes, trabalho forçado e em condições análogas a de escravo.

Identificar o que alguns chamam de formas “pretéritas”, “residual” ou “não-capitalista”, como a situação análoga a de escravo, na agricultura ainda é desafiador do ponto de vista teórico. Para José de Souza Martins (2002) a escravidão moderna torna-se fato irrefutável quando observado que tal realidade encontra-se também nos países desenvolvidos, como destaca:

Na junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as formas Contemporâneas de Escravidão temos recebido denúncias e pedidos de socorro de grupos humanitários até mesmo dos Estados Unidos e da Europa, lugares em que a contratualidade das relações de trabalho parecia institucionalizada e estabelecida. Portanto estamos longe de compreender esse fenômeno (MARTINS, p.152; 2002).

Martins ainda acrescenta que a perspectiva de ver essas “perturbações” como *“resultado de sobrevivências destinadas a desaparecer com o próprio desenvolvimento do capitalismo”* enredam nas dificuldades de quem concebe o capitalismo como modelo “puro” e, não como uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifestam em certas condições econômicas, sociais e culturais particulares. O pressuposto usado por ele é que, de certo modo, a escravidão contemporânea é constitutiva desse desenvolvimento, ou seja, é uma *“forma de ampliar e extremar a eficácia dos mecanismos de acumulação”*. (MARTINS, p. 153; 2002).

Corroborando com esta discussão, Graziano da Silva (1981), em sua tese intitulada de *“Progresso Técnico e Relações de Trabalho na agricultura”*, já apontava que o progresso técnico não é dirigido “contra os trabalhadores” ou “contra a natureza”, como apontam certas “análises ecológicas” e sim *“a favor do capital”*. *Dessa forma, seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que emprega (...) seja, do sistema econômico como um todo*” (GRAZIANO DA SILVA, p. 27;1981). Nesse sentido, a intensificação da produção agrícola significa colocar as forças da natureza a serviço do capital. Tal fato opera uma transformação essencial: a terra deixa de ser o meio de produção fundamental, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilidade dos solos, pela chuva, enfim pelas condições naturais que afetam a produtividade do trabalho. Josá Graziano da Silva então, aponta que *“o comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como*

máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem”, aumentando a produção do trabalho “artificialmente”, não dependendo mais das condições naturais em que se realiza a produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, p. 24;1981).

Porém, o autor ainda elucida que mesmo com o desenvolvimento do progresso técnico para vencer as forças da natureza, o capital encontra na agricultura “certas especificidades” ou “obstáculos” para que suas forças produtivas¹⁰ se realizem plenamente, pois ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas, contraditoriamente, impossibilita de garantir a apropriação privada dos seus benefícios. Como exemplo desses obstáculos, temos: a propriedade privada da terra, a base biológica e o condicionamento que as forças da natureza exercem sob a produção agrícola. Tais variáveis, estariam criando “barreiras” ao pleno desenvolvimento do capital na agricultura e, portanto, as formas de trabalho “forçado” ou “análogo a condição de escravo” ainda persistiriam, apesar do progresso tecnológico que a agricultura já experimentou.

Gomes da Silva (1992), lembra que a agricultura por se constituir em um setor de produção econômica bastante específico e diferenciado dos demais setores de produção, *“também se integraria à lógica do capital segundo processos específicos”*. O autor pontua que comparativamente a outros setores, como por exemplo, a indústria, a *“rotação do capital¹¹ dar-se de forma mais lenta”*, isso aconteceria pelo fato de que na agricultura *“há uma descontinuidade “natural” do processo produtivo, quer por interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção, quer entre os períodos decorrentes do calendário agrícola¹²”* (GOMES DA SILVA, p. 39; 1992).

3. O caráter normativo de algumas tipologias

Além de entender esses processos mais gerais do capital no campo através da Sociologia Rural, se faz necessário compreender as categorias que denominamos de

¹⁰ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta de novas formas de energia e a educação do proletariado. (*Dicionário do Pensamento Marxista (1988) – edição em língua portuguesa*).

¹¹ Vale salientar que o capital sempre foi móvel e, tal mobilidade precisa ser entendida em termos relativos e históricos, contextualizada na relação tempo e espaço. Dessa forma, ocorrem diferentes formas de mobilidade de acordo com os diferentes tipos de capitais: financeiro, produtivo e trabalho. A esse respeito, ver os trabalhos de Alessandro Bonanno (1999) *“Globalização da Economia e da Sociedade: Fordismo e Pós-fordismo no setor agroalimentar”* e o de Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Gustavo Henrique de Souza Dias e Alessandro Bonanno no 31º. Encontro Anual da Anpocs, 2007, intitulado de *“Mobilidade do Trabalho no Campo da Globalização da Agricultura e dos alimentos”*.

¹² O calendário agrícola tratar-se dos meses mais indicados para o plantio e a colheita das espécies agrícolas ao longo do ano e de acordo com a região do país.

“trabalho degradante”, “trabalho forçado” e “trabalho escravo”. Para tanto, necessitamos recorrer a Sociologia do Trabalho e ao próprio Direito. Iniciando esta jornada, é preciso, entretanto, verificar o que é a redução do homem à condição análoga à de escravo. Propor sua análise é tratar do mais alto grau de exploração da miséria e das necessidades do homem.

Vários autores já escreveram a respeito do assunto, não havendo uniformidade total em seus pensamentos, embora possamos vislumbrar, em todos, a mesma repulsa a essas formas humilhantes de tratar o ser humano, sujeitando-o a trabalho em condições que deveriam ser negadas a toda a humanidade. Do ponto de vista normativo, a Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, ao alterar o artigo 149, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal Brasileiro, dispôs o seguinte:

“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”:

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

Verificando a nova redação do artigo 149, do Código Penal, observa-se que o trabalho em condições análogas à de escravo deve ser considerado gênero, do qual o trabalho forçado e o trabalho em condições degradantes são espécies. Não é somente a falta de liberdade de ir e vir, o trabalho forçado, então, que agora caracteriza o trabalho em condições análogas à de escravo, mas também o trabalho sem as mínimas condições de dignidade¹³. Nos termos da lei, a denominação própria para o ato ilícito em gênero é trabalho em condições análogas à de escravo.

O trabalho em condições análogas à de escravo, divide-se em duas espécies: o trabalho forçado, e o trabalho em condições degradantes. É o que se extrai da leitura do modificado artigo 149, do Código Penal, capítulo e parágrafo primeiro¹⁴.

A Organização Internacional do Trabalho, na convenção 29, ratificada pelo Brasil¹⁵, denomina o trabalho forçado, também, de trabalho obrigatório. Quanto à definição, embora

¹³ Dignidade é a palavra-chave para a identificação do trabalho em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo.

¹⁴ Em verdade, se fossemos considerar literalmente o dispositivo, teríamos três espécies e não duas, pois nele se encontram o trabalho forçado, a jornada exaustiva e o trabalho em condições degradantes. Estamos fazendo, todavia, a opção de incluir a jornada exaustiva dentro das condições degradantes de trabalho.

diversas possam e tenham sido formuladas, é possível tomar por base a que consta do artigo 2º, item 1, da Convenção nº 29 da OIT, onde consta:

trabalho forçado ou obrigatório” designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

A nota característica do conceito, então, é a liberdade. Quando o trabalhador não pode decidir, espontaneamente, pela aceitação do trabalho, ou então, a qualquer tempo, em relação à sua permanência no trabalho, há trabalho forçado¹⁶. Não se deve dar, dessa forma, ao “e” que une as duas hipóteses, a condição de conjunção aditiva. É que o trabalho forçado caracterizar-se-á tanto quando o trabalho é exigido contra vontade do trabalhador, durante sua execução, como quando ele é imposto desde o seu início. O trabalho inicialmente consentido, mas que depois se revela forçado, é comum nessa forma de super exploração do trabalho no Brasil e não pode deixar de ser considerado senão como forçado.

Passando para o trabalho em condições degradantes, não é tão simples conceituá-lo, pois, ao contrário do trabalho forçado, em que o cerceamento à liberdade de ir e vir é suficiente para sua identificação, mesmo que isso possa ser vislumbrado de diversas formas, na espécie agora em comento são inúmeros os elementos que indicarão sua existência. Na verdade, como em muitos institutos que têm conceitos ditos “abertos”, às vezes é mais fácil dizer o que não é trabalho em condições degradantes do que o contrário. Seria simples, por exemplo, dizer que um trabalho, mesmo que exercido em condições duras, como o dos lavradores no campo, não seria considerado como em condições degradantes se os trabalhadores tivesse a adequada proteção para o seu exercício; tivessem os seus direitos trabalhistas resguardados, incluindo aí jornada de trabalho normal, bem como tivessem condições razoáveis de moradia, alimentação e higiene, e fossem respeitados.

Também é fácil definir trabalho em condições degradantes quando se utiliza, ainda negativamente, o princípio que fixa o mínimo de direitos do homem-trabalhador: a dignidade humana. Nesses termos, considera-se trabalho em condições degradantes aquele; em que não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador. É preciso, entretanto, enunciar mais concretamente o trabalho em condições degradantes. Tomando por base a caracterização exposta por Luis Camargo, as condições degradantes são aquelas em que

¹⁵ Segundo Arnaldo Süssekind, em 25 de abril de 1957, com vigência a partir de 1958 (Convenções da OIT. São Paulo: LTr, 1994. P. 104).

¹⁶ Afirma a OIT que, “Embora possam variar em suas manifestações, as diversas modalidades de trabalho forçado têm sempre em comum as duas seguintes características: o recurso à coação e a negação da liberdade” (Não ao trabalho forçado. Genebra – Suíça: Oficina Internacional do Trabalho, 2001. P. 1).

se podem identificar péssimas condições de trabalho e de remuneração¹⁷, pode-se dizer que trabalho em condições degradantes é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, de moradia¹⁸, higiene, respeito e alimentação. Tudo devendo ser garantido - o que deve ser esclarecido, embora pareça claro - em conjunto; ou seja, e em contrário, a falta de um desses elementos impõe o reconhecimento do trabalho em condições degradantes.

Feito este resgate normativo, pode-se definir trabalho em condições análogas à condição de escravo como o exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador, e/ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador¹⁹.

Depois desta exposição propõe-se como hipótese, a fim de responder a questão inicial, que: “A escravidão contemporânea” é um elemento constitutivo do desenvolvimento capitalista, de forma a extremar a eficácia dos mecanismos de acumulação em certos contextos. Nesse sentido, essa “forma espúria” de assalariamento remetem-se à um estágio de insuficiência das forças produtivas, entendida tanto no sentido amplo das relações sociais de produção, como no sentido restrito da sua base técnica.

4. Alguns Apontamentos Metodológicos

Tendo como finalidade pesquisar a problemática proposta, o estudo desenvolvido partir da concepção materialista da História; da ciência das leis mais gerais da evolução social. Falando brevemente, pode-se dizer que o esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. A tese é uma afirmação ou situação inicialmente dada. A antítese é uma oposição à tese. Do conflito entre tese e antítese surge a síntese, que é uma situação nova que carrega dentro de si elementos resultantes desse embate. A síntese, então, torna-se uma nova tese, que contrasta com uma nova antítese gerando uma nova síntese, em um processo em cadeia infinito, descrevendo a realidade e a refletindo.

¹⁷ Premissas para um eficaz combate ao trabalho escravo. Revista do MPT. Brasília: Procuradoria Geral do Trabalho; São Paulo: LTr, n° 26, p. 15, setembro-2003.

¹⁸ Um exemplo concreto: trabalhador dormindo em barracas de lona, com alimentação escassa e precária, e servindo-se de água – a mesma água – imprópria para suas atividades normais, como beber, tomar banho, lavar seus objetos e utensílios etc.

¹⁹ É a dignidade da pessoa humana que é violada, principalmente, quando da redução do trabalhador à condição análoga à de escravo. Tanto no trabalho forçado, como no trabalho em condições degradantes, o que se faz é negar ao homem direitos básicos que o distinguem dos demais seres vivos; o que se faz é coisificá-lo; dar-lhe preço, e o menor possível.

Quanto a pesquisa de campo pretendida, o empírico escolhido já citado nesse trabalho, é o Poló de fruticultura irrigado do Vale do Açu, precisamente a região conhecida como Baixo-Açu no estado do Rio Grande do Norte. Os sujeitos que se pretende pesquisar são os trabalhadores rurais das empresas agrícolas que estão envolvidos com o plantio e com a colheita das frutas. Para tanto, metodologicamente falando, delimitamos o universo da pesquisa de duas formas: primeiro, um grupo de trabalhadores rurais²⁰ da empresa mais tecnologicamente desenvolvida ou “moderna” da região do Baixo-Açu e, segundo, um grupo de trabalhadores rurais da empresa mais denunciada no sindicato rural da região.

Num primeiro momento da pesquisa, realizamos pesquisa exploratória de reconhecimento na região compreendida como Baixo-Açu, a qual impulsionou a investigação dos dados secundários da região.

Os instrumentos e técnicas de pesquisa: entrevistas abertas com as lideranças de sindicatos, trabalhadores rurais e empresários será o recurso a ser adotado para análise qualitativa crítica. Quanto aos trabalhadores rurais, pretende-se utilizar questionários para fazer levantamento de indicadores, tais como: sexo, faixa etária, ocupação desenvolvida, tipo de moradia, lugar de origem, entre outros.

Dessa forma, os recursos metodológicos podem ser assim resumidos em: recursos de base material de fonte primária e secundária, os quais constituem o ancoradouro e o fundamento da análise qualitativa. As fontes secundárias referem-se à consulta de documentos diversos, como as denúncias arquivadas no sindicato rural e, as fontes primárias a aplicação de questionários realizados aos (às) trabalhadores(as) rurais. Ainda como fontes primárias fez-se entrevistas com lideranças do sindicato e dos empreendimentos.

5. Referências bibliográficas

ALVES, Francisco. **Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP**. Campinas, IE/UNICAMP, 1992. (Tese de doutorado).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** As metamorfoses no mundo do trabalho. Campinas: Ed Itora da Unicamp, 1988.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *In: USP- Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados*. Vol.1, nº 1 - São Paulo: IEA, 1997. p. 7-36.

ARAÚJO, Joaquim P et alli. **Agroindústria e identidade de classe no Pólo da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte**. Brasília: SOBER,1997.

²⁰ Falta definir estatisticamente o número representativo da amostra.

BONANNO, Alessandro. **A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar**. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *Globalização trabalho e meio ambiente – mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

CARVALHO, A. C. A. **A centralização de capital e espaço local: a produção de bananas no pólo de fruticultura potiguar**. Natal, 2001. (Tese de dissertação).

CONVENÇÃO DA OIT. – Brasília : MTE, SIT, 2002. 62 p. 1. Normas internacionais do trabalho. 2. Trabalho,. regulamentação. 3. Relação de trabalho. Segurança do trabalho, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). III. **Organização Internacional do Trabalho** (OIT). CDD – 341.

DELGADO, Guilherme Costa. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985. 240 p.

D'INCAO e MELO, M. C. **O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria**. Petrópoles, Vozes. 1975, 154p.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu**. Natal: CCHLA, 1992.

_____. **O emprego parcial na Agricultura: a pluriatividade no pólo fruticultor do Rio Grande do norte**. São Paulo: FEA/USP, 1999 (Relatório de pesquisa de pós-doutoramento).

_____. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). *Globalização trabalho e meio ambiente – mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para Exportação*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999 (2).

GONSALEZ, E. M. I; BASTOS. Trabalho volante na agricultura brasileira. In:PINSKY, J. (Org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC. 1977, p. 25-48.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981. 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”).

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINS: J. SOUZA. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1859.

_____. **O Capital: Crítica da economia política: livro III**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.1079 p.

_____. **O Capital: livro I capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978.

MORAES, Maria Aparecida de S. **A superexploração no trabalho rural**. In: _____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu

NOVAES, José Roberto. **O paradoxo no mundo do trabalho** In:_____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu

SICSÚ & DIAS, Abraham Benzaquen e Adriano Batista. **O Resgate de Propostas Esquecidas:** a preocupação com o Avanço Tecnológico In: Bacelar, Tânia et. al. (Org.). *O GTDN – da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional*. Recife: IPESPE, 1994.

TROTSKY, L. A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1985.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 5 – Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais

UMA TENTATIVA DE DESCONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DO
POLÍGONO DA MACONHA

Ana Maria Motta Ribeiro¹

**POLÍGONO DA MACONHA? UM TERRITÓRIO QUE ESCONDE TRÊS
AGRICULTURAS EM DISPUTA, QUESTIONA A PRIORIDADE PELO SOCIAL
DO ESTADO BRASILEIRO E A EFICÁCIA DE MODELOS DE PLANEJAMENTO
IMPOSTOS A COMUNIDADES LOCAIS QUE GERAM MAIS EXCLUSÃO DO
QUE DESENVOLVIMENTO**

Das várias abordagens possíveis sobre a presença do cultivo ilícito no Nordeste do Brasil, propõe-se aqui um caminho diferente, olhando por dentro da região e acompanhando o ponto de vista dos mais despossuídos. Tentando uma espécie de desconstrução do Polígono da Maconha pela sociologia rural. Chega-se então à ideologização do processo de modernização do sertão do Submédio São Francisco e a uma reflexão sobre o que é progresso e para quem.

A região poderia ser descrita numa trajetória de mudança gradual, desde sua forma original em termos de ocupação social durante a colonização do Brasil por Portugal, como o *Polígono das Secas*, que durou até a República. Modificada por políticas públicas desde os anos 40, mas sobretudo a partir dos 70, com a intervenção de mega projetos hidrelétricos, tornou-se identificada como a *Mancha Irrigada*. Este desenvolvimento, entretanto, produziu uma modernidade extremamente conservadora e minada de conflitos entre os principais beneficiários e os mais perversamente atingidos. Finalmente, no final dos anos oitenta condições desiguais apresentadas à experiência social e o modelo econômico resultante do “progresso” imposto “de fora” pelo Estado, apareceu como consequência, uma nova identidade regional: o *Polígono da Maconha*.

Houve uma opção pela fruticultura (Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco), implementada em 1987 que, ao lado de outras medidas públicas, tornou a região dinâmica e arrojada no canal da agricultura empresarial mas complicada e instável enquanto consolidação da agricultura dos atingidos pela Barragem de Itaparica que foram reassentados.

¹ Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense e Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense – UFF.

Assim o século XX oferece um cenário no qual a modernização fortemente determinada e gerenciada pelas ações do Estado traz para o sertão um tipo de progresso que se estabelece para a população, sobretudo para aquela que ocupa o lugar “de baixo” na estrutura social, como gerador de desemprego e negador de oportunidades para a juventude. Em relação aos sindicalizados e remanescentes da luta contra a Barragem, a modernização apregoada se colocou concretamente na forma de expectativa da irrigação nos lotes, para que a entidade que os representava - o Pólo Sindical do Submédio São Francisco - pudesse organizar uma agricultura familiar forte e sustentável. Um processo que terminou de desenrolando por mais de uma década numa demora crônica e geracionalmente destruidora.

A importância do projeto governamental de criação de uma agricultura familiar como solução para os atingidos pela Barragem de Itaparica, está no fato de que ele poderia representar para o país, uma política de grande potencial demonstrativo para o mundo, como solução da questão social envolvida nas intervenções voltadas para a produção de energia limpa, no caso, com base na hidroeletricidade.

O resultado alcançado poderia significar aí sim, a modernidade real do Nordeste, tal seu caráter experimental tanto para o Governo, como para o Banco Mundial que financiou o projeto hidrelétrico, e principalmente para o sindicalismo. Até agora, entretanto, as opções dos sucessivos governos têm atuado no sentido de secundarizar a consolidação da agricultura familiar reassentada e de privilegiar de modo desigual a agricultura empresarial voltada para a exportação. Permaneceram enraizados e re significados os mesmos antigos esquemas de dominação existentes no sertão e ampliadas as condições precárias de vida para os mais pobres.

Os encaminhamentos públicos mais decisivos no desenho da região aconteceram a partir de meados dos anos quarenta, porque a atenção em relação ao papel do Vale do São Francisco muda depois da segunda guerra mundial. O Estado promoveu uma intervenção focada no potencial de integração entre o sul e o norte, propiciada pelo curso do rio e, através de planejamentos dirigidos, terminou transformando a região no palco de uma disputa em vários níveis. Estruturalmente, os interesses foram privilegiados em duas direções: geração de energia e agricultura irrigada. Foi dentro desse processo técnico-burocrático de criação de aparelhos estatais, que se fundou a CHESF - Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) para gerar energia, e a Comissão do Vale do São Francisco (1948), seguida pela Superintendência do Vale do São Francisco (1967) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF,1974), três estatais envolvidas em projetos de promoção da agricultura irrigada, associados a outros objetivos de desenvolvimento regional.

A idéia principal era centrar no desenvolvimento social através da organização de projetos de colonização com base na pequena propriedade (em torno de 4 a 8 hectares), o que de fato aconteceu até os anos cinquenta e sessenta, privilegiando cebola, uva, melão, tomate, pimenta e algodão. Nos anos setenta ocorre uma mudança de rumo radical, destaca-se uma diferente orientação ditada pela SUDENE em detrimento da colonização, que fortalecida com o apoio da SUVALE, passa a apostar num mercado extra regional (exportação) contrariamente a formação de um mercado de consumo alimentar de ênfase local como antes se pretendia. O território então recebe outro tipo de empreendedores incentivados pelos aparelhos estatais. O governo passa a introduzir algumas empresas privadas, detentoras de terras até dez vezes maiores do que o tamanho dos lotes familiares existentes. Aquecido, o mercado de terras vai engolindo e anexando os sítios familiares gerando um desenho fundiário mais concentrador, além de transformar, num passe de mágica, os ‘colonos’ em potenciais empregados assalariados nas novas fazendas. Desapareceu assim a prioridade no desenvolvimento social e se iniciou um processo de acumulação capitalista com base na grande propriedade tecnologicamente reestruturada.

Ocorre o que se pode chamar de uma “ocupação política” da região por novos interesses e a composição de atores novos que aparecem intervindo e disputando apoio do Estado. A par da proletarianização que foi transformando colonos em assalariados das empresas emergentes e carentes de mão de obra, o projeto das Barragens (Moxotó e Sobradinho) conduzido pela CHESF também foi deixando milhares de famílias (apenas indenizadas em dinheiro) em movimento contínuo de deslocamento compulsório em direção às cidades maiores e médias na região, e começam a surgir bolsões de pobreza nas periferias. Isso se avoluma até os acontecimentos verificados em Itaparica. Lá, os camponeses ribeirinhos que seriam afetados se recusaram a receber indenização pecuniária, conseguiram organizar um movimento bem articulado juntando os atingidos de todos os municípios que seriam alagados, e entrosando a ação em dois estados, Bahia e Pernambuco, fundaram uma entidade única para sua representação, o *Pólo Sindical do Submédio São Francisco*, o que mudou o rumo dos acontecimentos na perspectiva dos atingidos, levando o Estado a alterar a forma oficial de encaminhamento da questão. Em 1986 paralisaram as obras da Barragem acampando dentro do reservatório ainda seco até que a CHESF trouxesse uma comissão de representantes do governo federal para negociar com o movimento. Assim aconteceu o que passou a ser reconhecido como *Negociação* para a estatal, ou como a *Grande Luta* para o movimento sindical. Diferentemente da forma de indenização apresentada até então, esses camponeses conquistaram o direito de serem “reassentados” para que retomassem sua existência e sua

reprodução econômica, social e cultural em bases minimamente próximas da vida que tinham antes da Barragem expulsá-los de seu lugar de origem. A CHESF conduziu uma ação em acordo com o Pólo Sindical, promoveu a desapropriação de terras por interesse social, criou agrovilas como área de moradia e se comprometeu em implantar sistemas de irrigação eficientes nos lotes que seriam as “terras de trabalho” das famílias.

Esses dados indicam que politicamente, antigos, diferentes e novos atores se multiplicaram num cenário em que mudanças profundas aconteceram, desde o ponto de vista físico (o aumento e a transformação demográfica, ao lado da nova paisagem, produto dos projetos ‘barrageiros’ que vieram modificando o rio durante meio século), até o ponto de vista sociogênico, considerando-se os agentes que entraram em cena para produzir, gerir ou disputar essas transformações.

E é nesse sentido que se constrói, sociologicamente, um território como uma ação externa e planejada, portanto artificial, que se sobrepõe a uma realidade preexistente, onde o patriarcalismo ainda têm poder e se articula de modos diferentes e variados com os ‘novos personagens que entram em cena’. E onde novos atores imprevistos podem aparecer e interferir no cenário a favor ou contra uma provável acomodação, para melhor ou para pior, em termos de equidade e justiça social. Mas, no final, levando-se em conta que todo cenário humano é dinâmico, ele se torna real. E passa a se reproduzir como totalidade significativa, mas uma totalidade que não abdica as contradições dialéticas do presente com o passado, nem a do geral com o singular.

Nesta perspectiva, pode-se tomar o Submédio como um espaço criado por planejamento estatal que recortou no mapa do país uma “sub região irrigada” que terminou resultando num ambiente eivado por tensões.

Por um lado, pela criação da agricultura agro exportadora em escala internacional, geradora de um processo de proletarização que criou enorme contingente de assalariados rurais para a sua viabilização, e, simultaneamente, na recriação de unidades familiares de produção agrícola (os reassentados), como decorrência de uma pressão conduzida pelo movimento social organizado em reação ao projeto ‘barrageiro’ praticado pelo Estado sobre o rio. Finalmente, por volta dos anos oitenta, ainda no âmbito desses conflitos de interesses, abriu-se um espaço para a expansão de economia ilícita com base no cultivo de maconha, planta tradicional mas até então sem investimento de escala comercial.

Essa economia aparece constituída, parte dentro de um amálgama moldado pela cultura sertaneja dominante tradicional, impregnada de violência e pistolagem que procurou modernizar sua linguagem e presença, e parte em decorrência das contradições fomentadas

pela ambiguidade desse modelo agrícola principal que reduziu o foco no social e aumentou o contingente de excluídos.

Na franja já avançada dos processos de precarização do trabalho assalariado na agroindústria frutícola de exportação (com destaque para as questões de gênero que afetam as estruturas familiares uma vez que a mão de obra feminina é privilegiada para o processo manual de empacotamento de frutas, uma mercadoria frágil e delicada e que sofre pressão de um padrão de consumo sofisticado), e na sombra das omissões do investimento público em relação à conclusão dos sistemas de irrigação nos projetos de reassentamento, a história sertaneja construída por muitos e diferentes sujeitos, ainda acrescentou o desenvolvimento de uma terceira agricultura clandestina e ilícita centrada no cultivo de maconha em escala comercial ampliada.

Nesse quadro se estabelece uma forma de apoio público que se complexifica por atender interesses diretamente contraditórios da grande e da pequena agricultura, embora submetendo a capacidade produtiva de ambas à dependência do mesmo suporte energético para a irrigação. Mais tarde, com o aumento da criminalidade, esse apoio público até então centrado nos ministérios de fomento econômico e agrícola, será cobrado também a outra instância estatal em termos de segurança nacional. Curiosamente, essa intervenção estatal em particular não produziu distinções e acabou por atender de modo igual aos diferentes setores que se identificaram na demanda por repressão, por que todos – potentados tradicionais, grandes proprietários, empresários rurais, pequenos proprietários, trabalhadores, ricos e pobres - consideram a criminalização da *cannabis sativa* como tácita. Neste caso, o apoio do Estado veio sem muitas contradições e bem articulado. Só para citar uma das formas assumidas por essa presença, verificou-se a criação de agências para operarem de modo mais eficiente o ataque ao cultivo ilícito: Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro – flagrante, repressão e erradicação da planta; Delegacia Federal do Incra em Juazeiro – levantamento das terras com cultivo para expropriação sumária de acordo com a lei; criação de novos escritórios de Procuradoria e Promotoria federais, e aumento do número de juízes funcionando dentro de um sistema de rodízio estratégico – cobertura mais ampla do sistema judicial. O fato é que se conseguiu realmente em menos de uma década reduzir a extensão do cultivo e alterar a fonte da demanda. Com uma quantidade enorme de pés erradicados e com um grande número de plantadores (raramente os donos das roças de maconha) aprisionados – geralmente trabalhadores rurais homens e jovens - a ação do Estado conseguiu impedir a auto-suficiência do abastecimento de maconha no Brasil para os clientes brasileiros (cujo volume não foi afetado por esse tipo de intervenção regional), impeliu a dependência da

demanda à necessidade de importação do produto do Paraguai e, na medida em que reduziu mas não acabou com a produção (o plantio migrou para outros estados), paradoxalmente, manteve o Nordeste livre desses efeitos uma vez que a escala comercial da maconha ficou restrita ao abastecimento ao consumo do norte e nordeste, os únicos clientes que usam o produto nacional!

Foi deste modo que por volta dos anos oitenta aconteceram processos que se impuseram sobre aquela região de um determinado modo, cujas conseqüências tangíveis à experiência dos sujeitos dentro desse ambiente, foram fundadas como uma novidade e se consolidaram na instância econômica. A isso denominamos o que é indicado de modo vago pela mídia, mas de forma oficial pelo Estado, como uma nova territorialidade: a do Polígono da Maconha.

Nesta ciranda a erradicação do plantio demonstrou-se mais eficiente do que a eliminação da importação, o que cria quase um monopólio no abastecimento nos principais mercados de consumo do país. E, claro, existem algumas perguntas que ficam no ar: Que tipo de enfoque predomina nas políticas de segurança que se norteiam pelo controle do auto-abastecimento nacional enquanto ainda permanece forte o abastecimento de maconha via importação? O que pode representar esse “nicho” de mercado nordestino para o Nordeste? Qual seria o papel dessa agricultura no cenário de uma disputa política, e conseqüentemente, na produção de meios para “armar” financeiramente os contendores na briga eleitoral? Ao contrário do que pretende, a política de repressão à maconha estaria gerando uma fronteira agrícola espontânea, desorganizada e facilitadora de atos corruptos ou corruptores, delimitados no Norte e Nordeste? São questões abertas para se pensar acerca de um dos ângulos da criminalização da maconha no Brasil.

E é nessa medida então que se deve considerar que a elaboração que cria e gera a conformação desse território contém em si elementos que escondem várias dimensões e processos e, entre eles, mais exatamente, o conflito de interesses entre as agriculturas. Por essa razão o espaço tecido não pode ser reduzido à idéia de que se trata de um local prioritário de criminalidade mesmo que essa imagem, elaborada ideologicamente para “esconder” algo, não deixe de ser real.

Importa reconhecer que por baixo desta imagem existiriam hoje então, três agriculturas a serem consideradas, em pleno desenvolvimento e expansão. Duas conseguindo êxito e sucesso financeiro: a do *agronegócio frutícola* que traz grandes círculos de poder e segmentos endinheirados de fora da região no seu investimento, e que se articula com as estruturas de dominação mais tradicionais sem fortes traumas, e a outra, a da *maconha*, que

produz novos ricos emergentes, saídos dos segmentos intermediários locais e que aparentemente também pode se articular com as estruturas de poder tradicionais, no mínimo através da lavagem de dinheiro gerado nessa economia subterrânea que se “legaliza” através de negociações pouco transparentes, no máximo articulando-se com o lado clandestino das “famílias” que se armam para matar ou “dar segurança” e, nestes casos, do mesmo modo, sem fortes rupturas. Essas afirmações tornam-se mais factíveis quando se leva em conta a existência de uma impunidade seletiva (só se prende trabalhadores nas roças e raramente os “donos” das roças) e tendo em vista a persistência da presença desse tipo de cultivo dentro de um certo padrão de produtividade que não deixa o produto desaparecer há mais de quatro décadas, apesar da repressão organizada institucionalmente e financiada como interesse público.

No meio dessas duas atividades produtivas aparece a *agricultura dos reassentados*, produto da luta sindical regional que enfrentou de fato essas estruturas de poder, democratizou a estrutura fundiária, acenou com uma possível diferenciação social dos rurícolas - o que poderia permitir uma melhoria na qualidade de vida das populações mais carentes. Mas justo essa é a que permanece marginalizada dos resultados econômicos atualmente em pauta e que promovem o enriquecimento regional. As conseqüências do empenho político assumido pelo Estado nessa longa trajetória de intervenções técnicas, pautou diferentes resultados em termos de sucesso e disponibilidade de recursos e atenção. Certamente essas disputas combinadas com a demora na conclusão dos projetos de reassentamento, facilitam de modo estrutural as condições de consolidação da agricultura de maconha e a situação instável desse terceiro agente (a agricultura familiar dos reassentados). Sem saídas melhores, se encontra em permanente estado de conflito para se defender da pressão no sentido de sua fragmentação ou desaparecimento ao se envolver como assalariado temporário desta ou daquela agricultura bem sucedida na região. Depende do Estado, portanto, depende das intenções de investimento no social, a mudança de identidade desse território configurado como “da maconha”, o que além de marginalizar e estigmatizar a região ainda termina por criminalizar as lutas por direitos dos trabalhadores rurais até hoje, desde os anos cinqüenta, ainda atingidos pelas Barragens do rio São Francisco!

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



GT6

SABER E PODER NO
CAMPO

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**“O PROGRAMA DE ACESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À
REFORMA AGRÁRIA (ATES) E O RESGATE DO SABER LOCAL”**

Cláudia Romeiro d'Ávila¹
Anôr Fiorini de Carvalho²
Fernando de Paula Cardoso³

Resumo

Este artigo pretende discutir ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES, nos Projetos de Assentamento - PAs, localizados no Estado de Minas Gerais, viabilizadas pela parceria institucional com a Universidade Federal de Viçosa - UFV, via Departamento de Solos, especificamente com o Projeto intitulado Cores da Terra, cujo objetivo é desenvolver tinta à base de solos, resgatando conhecimentos relacionados à arquitetura vernacular⁴.

Palavras-chave: Programa de ATES; Tinta de Solos; Saber Local

De acordo com a Norma de Execução no. 71/08, o Programa de ATES fundamenta-se nos seguintes atos: Lei no. 4.504/64; Lei no. 8.666/93 e alterações; Instrução Normativa/STN/01/97 e alterações; Decreto no. 6.170/07 e alterações. Orienta-se pelas diretrizes e princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (NE/INCRA/DD/No.71 de maio de 2008).

Em síntese, o objetivo geral do Programa de ATES constitui em “assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável” (Manual Operacional de ATES, 2007).

¹ Economista Doméstico, Mestre em Extensão Rural, Articuladora do Programa de ATES (2006-2007), Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais (SR-06). E-mail: claudia.davilla@hotmail.com

² Eng. Agrônomo, Doutor em Solos, Prof. Adjunto do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa - UFV. E-mail: afiorini@ufv.br

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa - UFV. E-mail: bombadipaula@yahoo.com.br

⁴ Aquela que utiliza os materiais disponíveis em um determinado local ou região e/ou técnicas de construção tradicionais de uma cultura.

O Programa é implementado nos Estados com apoio de instituições públicas e privadas, entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, Organizações não Governamentais e outras ligadas à Reforma Agrária.

Nesta perspectiva, a estrutura e os procedimentos operacionais foram concebidos de forma a viabilizar o atendimento do objetivo geral do Programa, de acordo com as seguintes orientações básicas: “I - Compreende-se como atividades de ATES o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, continuada, pública e gratuita, voltado à promoção da igualdade entre homens e mulheres, construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável; II - Entende-se, também, como atividades de ATES, a participação nas ações de natureza multidimensional, em termos técnico-ambientais, econômicos, culturais e sociais, voltadas para a construção do processo de desenvolvimento dos PAs, criados e reconhecidos pelo INCRA e a serem recuperados, segundo o contexto de desenvolvimento rural integrado, a envolver os diversos territórios e biomas, compreendidos pelos diferentes grupos sociais e culturais existentes no meio rural” (Manual Operacional de ATES, 2007).

O Programa é coordenado pelo INCRA, no âmbito do Governo Federal, em nível nacional e pelas Superintendências Regionais, em nível estadual, cuja execução técnica é de responsabilidade das equipes de articulação, núcleos operacionais e especialistas.

A equipe de articulação da Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais (SR-06), é constituída por dez profissionais de nível superior, com formações acadêmicas variadas - ciências agrárias, sociais, ambientais e outras -, responsáveis pela integração e supervisão das atividades de ATES, desenvolvidas pelos núcleos operacionais, em sua área de abrangência, visando garantir a qualidade dessa assessoria técnica, social e ambiental aos beneficiários da Reforma Agrária.

Constituída em parceria com a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, da Universidade Federal de Viçosa, a equipe de articulação da SR-06, desenvolveu atividades de capacitação nos PAs do Estado, utilizando-se de oficinas práticas como estratégia metodológica. De acordo com dados da SR-06, ao final de 2007 o Estado de Minas Gerais contava com 237 PAs, atendendo 14.319 famílias em uma área correspondente a 637.460,62

hectares; esses PAs encontram-se nas fases denominadas implantação⁵, recuperação⁶ e consolidação.

No período compreendido entre 2006 e 2007 foram realizadas oficinas nos PAs em fases de implantação e de recuperação, com os seguintes temas: Cores da Terra, Contenção de Processos Erosivos, Destinação de Resíduos Sólidos, Boas Práticas de Produção de Leite, Homeopatia Animal.

De forma específica, o Projeto Cores da Terra nasceu de um conjunto de fatos envolvendo a pintura de uma moradia com solos no condomínio Acamari, município de Viçosa, pelo pintor Pedro Quirino em 1999, seguida de outras residências, e a contribuição do artista plástico viçosense Oswaldo Santana, adotando a técnica da pintura com solos em suas obras. As evidências empíricas da possibilidade técnica justificaram a implementação do projeto de extensão tecnológica (CARVALHO, 2008).

Durante o ano de 2005 o Projeto Cores da Terra promoveu ações interativas com a comunidade viçosense e passou a integrar o Programa TEIA, financiado pelo PROEXT. Foram resgatadas técnicas tradicionais de barreado de moradias, fogões a lenha e fornos de quitanda, em diferentes comunidades rurais da Zona da Mata Mineira. Foi constatado também que as pessoas davam à pintura com terra um significado de volta ao passado, emergindo uma barreira cultural. Algumas ações visaram construir um valor cultural para a técnica. A publicação de artigo no jornal Folha da Mata e uma reportagem na TV Viçosa da UFV colocaram a pintura com terra para os moradores sob um novo ângulo, considerando a mesma uma opção cultural plausível.

Durante o ano de 2006 foram realizadas atividades que ampliaram o leque de parcerias internas e externas. No âmbito interno o Projeto Cores da Terra interagiu com o Projeto Casa Viva, do Departamento de Economia Doméstica e, durante a Semana do Fazendeiro, foi realizada a pintura do Edifício do Almoarifado do Departamento de Solos da UFV. No âmbito externo foi institucionalizada a parceria com a SR-06, via equipe de articulação, para realização de oficinas denominadas Cores da Terra nos PAs localizados no Estado.

O Projeto Cores da Terra está integrado às atividades do Departamento de Solos através da ação direta de três professores e em conjunto com o Museu de Rochas e Solos Alex

⁵ A fase de implantação do PA compreende o processo de instalação das famílias na área, incluindo a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), e implantação de infra-estrutura básica, como moradias, água, energia elétrica e estradas.

⁶ A fase de recuperação compreende os PAs constituídos a mais tempo, com desenvolvimento e consolidação não consumados, em virtude da descontinuidade, interrupção ou não implementação das ações previstas pelo PDA, ou, mesmo, em decorrência da inexistência de tal Plano, ou qualquer outro percalço que tenha contribuído para sua não implementação.

Doreffef junto ao Programa de Educação em Solos (PES). O Cores da Terra foi certificado como uma Tecnologia Social⁷ em concurso promovido pelo Banco do Brasil no ano de 2007, sendo selecionado por atender aos requisitos para integrar a Rede de Tecnologia Social Nacional.

As tintas de solos, desenvolvidas pelo Projeto Cores da Terra, são uma solução tecnológica, ambiental, cultural e economicamente viável, o que as caracteriza como técnicas sustentáveis. No âmbito tecnológico, a técnica se insere no grupo das tecnologias sociais; no ambiental, é caracterizada pelo baixo impacto gerado na extração da matéria-prima disponível na natureza e pelo uso racional dos componentes sintéticos; no cultural, é um resgate dos conhecimentos relacionados à arquitetura vernacular e, no econômico, significa a facilidade de acesso à pintura, na fase em que se investe grande parte do custo da obra (SILVA, 2008).

O baixo poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, incluindo aquela dos PAs, limita a pintura de moradias, justamente na fase de acabamento onde os recursos já exauriram, comprometendo as suas qualidades sanitária e estética, influenciando negativamente a auto-estima dos moradores. Diante desta realidade, o Projeto Cores da Terra propõe o uso de técnicas de pintura utilizando os solos como fonte de pigmentos-base para produção de tintas tradicionalmente utilizados na pintura de construções rurais brasileiras.

Visando o resgate do saber local e a melhoria das condições de moradias nos PAs, o Programa de ATES, via equipe de articulação, realizou sete (07) oficinas denominadas Cores da Terra desde o ano de 2006, nas regiões do Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas, Pontal do Triângulo, Alto Paranaíba, Norte de Minas, região metropolitana e Vale do Jequitinhonha, nos municípios de Uberlândia, Paracatu, Campina Verde, Perdizes, Verdelândia, Funilândia e Jequitinhonha. Estes municípios foram priorizados pela equipe de articulação devido o expressivo número de PAs e a facilidade de acesso, objetivando a multiplicação desta tecnologia social. Aproximadamente 300 pessoas participaram dessas sete oficinas, entre famílias dos respectivos PAs e de PAs do entorno, além de técnicos dos núcleos operacionais e parceiros que atuam no Programa de ATES no âmbito local e regional (Relatório de Atividades, Núcleo de ATES, 2007).

Como resultado dessas oficinas, a partir da formação de agentes multiplicadores, foram constatadas experiências exitosas no que se refere à realização de mais sete (07) oficinas replicadas pelos técnicos dos núcleos operacionais, das entidades prestadoras de ATES, nas regiões do Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas e Norte de Minas, nos

⁷ Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.

municípios de Araguari, São Francisco de Sales, Guarda-Mor, João Pinheiro e Janaúba, que resultaram efetivamente não só no aprendizado da técnica, mas, também na melhoria da qualidade de vida e auto-estima das famílias por meio do processo de pintura das moradias a baixo custo, resgate do saber local e utilização de matéria prima disponível nos PAs. Essa ação atendeu a aproximadamente mais 350 famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais.

As atividades práticas das oficinas tiveram uma grande capacidade demonstrativa a respeito dos conceitos envolvidos no processo de fabricação e utilização de tinta de solos, assim como no resgate do saber local de agricultores assentados em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. As caminhadas orientadas para coleta de material (solos), de acordo com a equipe do Projeto Cores da Terra e articuladores de ATES, foram as melhores estratégias pedagógicas enquanto momentos importantes de discussão a respeito da estratificação ambiental da paisagem do PA, assim como de diferentes ambientes e solos.

Atualmente a equipe do Projeto Cores da Terra, em parceria com alguns articuladores, encontra-se na fase de identificar outros resultados da prática realizada nos PAs, para além da multiplicação das oficinas. Ou seja, pretendem diagnosticar quantas moradias foram pintadas; se houve um número mais expressivo em PAs em fase de implantação ou de recuperação; se a iniciativa partiu de assentados(as) com experiência anterior com pintura ou construção de moradias; se a prática está sendo multiplicada nas cidades onde se localizam os PAs, dentre outras.

Responder tais questões podem enriquecer os debates a respeito da prática da extensão rural, da atuação dos mediadores e de suas concepções diante dos desafios frente a diferentes sujeitos, além de evidenciar a importância das parcerias institucionais para a efetivação de programas públicos, no caso específico do Programa de ATES.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Anôr Fiorini. Cores da Terra: auto-estima, você é quem pinta! Projeto de Pesquisa. Viçosa, 2008. Mimeografado.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução no.71 de maio de 2008. Brasília, 2008.

_____. Manual Operacional de ATES. Brasília, 2007.

_____. Relatório de Atividades - Núcleo de ATES. Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Maristela Siolari. Terra Crua: Uma alternativa para a produção de habitação social em assentamentos rurais. Projeto de Pesquisa. Viçosa, 2008. Mimeografado.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**“SABERES COTIDIANOS E PRODUÇÃO DO AZEITE DE ANDIROBA: O
CONTEXTO HISTÓRICO NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DAS MULHERES
EXTRATIVISTAS DA ILHA DE JUBA – CAMETÁ/PA”**

Amarilis Maria Farias da Silva¹
Benedita Celeste Moraes Pinto
Gláucio Xavier Barros
Ilma Pinto do Espírito Santo
Tatiana do Socorro Corrêa Teixeira

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como se constituiu as relações entre mulheres e homens camponeses da região Tocantina com a natureza, no período de tempo entre a instalação da hidrelétrica de Tucuruí, na década referente ao ano de 1980, até os dias atuais, dando especial destaque, a importância dessas relações para o desenvolvimento sociocultural e ambiental das comunidades ribeirinhas, em particular a localidade da Ilha de Juba, alvo desta investigação. Tendo como referencial para a análise, a história oral e a etno-história considerando neste contexto, a história ambiental e as práticas socioculturais, assim como, os saberes das mulheres andirobeiras, extrativistas da comunidade da Ilha de Juba pertencente ao município de Cametá, nordeste paraense.

Palavras-chave: Saberes; Mulheres; Andiroba.

1. O Encontro da Memória com a História Oral: lembranças, relatos e (con)Vivências com as práticas socioculturais das mulheres extrativistas da Ilha de Juba.

Conforme Crosby (1993), a colonização europeia do Novo Mundo foi organizada e estruturada a partir do tripé: tecnologia, política e economia mercantilista. Dentre os equipamentos científicos e tecnológicos utilizados, podemos citar a bússola, a caravela, e o astrolábio, instrumentos estes, indispensáveis à europeização do mundo. As terras conquistadas e colonizadas pelos europeus foram acompanhadas da exploração das riquezas, dos recursos naturais e das atividades econômicas. Esse processo de colonização foi ancorado também na violência física e simbólica dos nativos não europeu, como também na exploração das riquezas naturais dos territórios desses povos. Este processo de europeização do mundo, se deu além das fronteiras territoriais de seus países.

Para Martinez (2006:27): “[...] traço permanente nas atividades econômicas, da colonização ao século XX, [foi] o caráter predatório e perdulário do aproveitamento das

¹ Todos os autores são vinculados à Universidade Federal do Pará

riquezas da terra, o desbaratamento de um capital”. Portanto, o território brasileiro foi intenso e gravemente explorado pelos europeus, desde o Brasil Colônia ao século XX, através das atividades econômicas da cana de açúcar, da mineração, do café, da borracha, etc. Neste contexto, as relações construídas com a natureza [e com os homens e mulheres], “[...] estiveram marcadas por uma conduta de geração de ‘riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho’, caracterizada pela ausência de ‘vontade criadora’ do colonizador”.

A história da natureza traz consigo a história da humanidade. Portanto, a história ambiental, como história humanizada da natureza, é atingida diretamente pelas relações humanas. Jamais podemos pensar a natureza como algo simplesmente objetivo, porque as sociedades são marcadas pelos interesses públicos e privados que vão interferir de forma decisiva nas transformações do meio ambiente, isto é, nas transformações presentes nas relações entre os homens, as mulheres, a natureza e a sociedade.

A discussão em torno das relações dos homens e das mulheres das sociedades tradicionais do campo², só torna-se possível a partir do viés da história social (ARIÈS,1990:458), que passa a ter interesse pelas massas, pelos excluídos e marginalizados sociais. A Nova História surge com o objetivo de contrastar, desconfiar e problematizar, as certezas e a infabilidade da Velha História, como ainda os historiadores se dedicam também a se perceber e a se entender como sujeito do meio ambiente e, por isso, não podem ignorar as possíveis contribuições dos diálogos da História Crítica com o Meio Ambiente.

Para Almeida (2002:29), esta nova forma de se fazer história tem seu início “[...] Com a Escola dos Annales e suas novas abordagens teórico-metodológicas e novas temáticas desenvolvidas a partir da década de 1920, a história passou a se aproximar cada vez mais das demais ciências sociais e da antropologia”. O historiador ao estudar e ao pesquisar uma realidade social, deve entender que seus olhares, suas análises, seus referenciais teóricos não são inocentes e nem tão pouco neutros. Pois ao propor-se fazer uma investigação, já está fazendo uma opção, bem particular, uma vez que decide a realidade que irá estudar. Sua escolha é sempre encaminhada pela situação concreta.

Esta perspectiva busca investigar a história oral e memória das narrativas, que envolvem o ato de recordar, lembrar, contar, falar, isto é, envolvem o processo de escuta das vozes silenciadas, para dar visibilidade às expressões relatadas por gente protagonistas que cotidianamente inventam e reinventam as lógicas e as racionalidades do campo. Para entender

² Os sujeitos das sociedades tradicionais do campo são “[...] pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não” (CALDART, 2002: 30).

a lógica desses sujeitos é preciso compreender as evidências que, para Thompson, (1981:49) acontece através do “[...] discurso histórico disciplinado da prova que consiste num n e evidência, n um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”.

É importante compreendermos que a história, dentro do processo histórico se constitui, segundo as análises de Bloch, (1997:88) como: “[...] o objeto da história é por natureza o homem [e mulher]. Melhor os homens [e mulheres]”. Portanto, as práticas, as vivências, as memórias, enfim as histórias de vida, ocorridas nos territórios ribeirinhas, quilombolas, indígenas, são constantemente (re) construídas nos fluxos do processo ininterrupto de (re) elaboração das identidades, dos laços e dos diálogos críticos às raízes dos povos com seus ancestrais e seus descendentes.

Portanto, as fontes não-escritas se constituem, como um dos principais elementos dessas investigações e desses estudos a cerca das histórias orais. Para Pinto (2004:130) “[...] Os saberes das comunidades tradicionais do campo são narrados e rememorizados pelas pessoas mais idosas, que são as guardiãs das vivências e das práticas dos seus ancestrais”. Estes depoimentos falados e contados de pessoas referentes aos fatos, aos fenômenos e às relações da realidade da vida social e da vida individual, para a problematização, a reflexão e o entendimento críticos da perene construção do devir do passado e do presente das suas vidas cotidianas.

2. Cotidiano das mulheres andirobeiras e a reconstituição dos saberes entrelaçados da floresta e das águas

Jamais podemos pensar natureza como algo simples e objetivo, porque as sociedades são marcadas pelos interesses públicos e privados, que vão interferir de forma decisiva nas transformações do meio ambiente, isto é, nas transformações presentes nas relações entre os homens, as mulheres, a natureza e a sociedade. Podemos constatar a partir da fala do senhor Bráulio, morador da ilha de Juba-Cametá/PA, como ocorre o processo de interação do homem com a natureza: “[...] me dou muito bem com a floresta, [...] quando estou na floresta, no meu sítio, eu me sinto, amodo [parece] no paraíso, [...] me dou tão bem porque dela se tira muita coisa para sobreviver”

As relações que os homens e das mulheres das comunidades tradicionais estabelecem com a natureza, isto é, com a fauna e com a flora, é portanto, uma questão de sobrevivência. Podemos identificar que esta situação, é vivenciada também pelos (as) moradores (as) da Ilha

de Juba-Cametá/PA, quando a moradora Socorro Teles deixa transparecer em sua fala, a preocupação os recursos provenientes da natureza, para a sobrevivência de seu povo:

Desde a barragem de Tucurui que agora o negócio ficou meio ruim para a gente, por causa da dificuldade da falta do peixe, do camarão e aí a pessoa não tem condição de sobreviver, sai muito pesado. Um pai de família que tem muitos filhos, passa muita dificuldade na vida dele, porque ele não tem como sustentar o filho com que ele ganha para uma família de nove a dez pessoas. Quando não tinha barragem era tudo bacana, meu marido saía e trazia aquela quantidade [muito] de peixe.

Segundo Marx (1996:46) “[...] O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”, é neste sentido que o materialismo de Karl Marx situa o debate, partindo da lógica de que os indivíduos são fruto de suas condições materiais e de sua produção. Uma vez que a natureza para eles tem vida e é matéria – prima dos recursos que contribuem na produção de suas existências materiais e simbólicas. Esta situação torna-se evidente, a partir da fala da moradora Maria Benedita – Juba/Cametá-PA: “[...] praticamente eu não me fio só no que o meu esposo me dá, eu faço a minha parte, eu vou pro mato, gapuio, eu tapo garapé, eu apanho açai, vou vender [...] eu junto azeite, bucuúba. Então eu dependo dela [a floresta - natureza], eu tiro tudo que ela me oferece”. Esta fala reflete a relação estabelecida entre a informante e a floresta, e deixa bem claro, que a floresta, significa o sustento da sua família, mais também a possibilidade de retirada financeira.

A importância da floresta em pé para os moradores de Juba, acende a preocupação, com os saberes da natureza e com a existência das pessoas da Ilha de Juba, esta preocupação torna-se visível no depoimento da moradora Rute Souza, quando se refere a floresta: “A floresta tem muita importância, porque é praticamente dela que tiramos o nosso sustento, como a caça, os alimentos, os remédios, o açai [que também é utilizado como fonte de renda para o sustento da família], é de onde nós tiramos o nosso sustento” . Portanto, os saberes que envolvem as águas, [rio, furos e igarapés], as terras [várzeas, terra firme] e das matas das sociedades tradicionais da Amazônia, são marcados pela luta da sobrevivência social, cultural, política e ambiental dos sujeitos camponeses. Esses saberes se relacionam com a natureza, com as representações, os imaginários e as memórias que gravitam a produção da existência dos homens e das mulheres amazônidas.

O desenvolvimento sustentável dos ecossistemas³ tradicionais do campo na Amazônia sofrem influência e são influenciados pelas vivências das populações do contexto local, regional, nacional e planetário: “ [...] Isto vem ocorrendo nas lutas por terra, por melhores condições de trabalho, pela preservação dos recursos naturais, pela possibilidade de tomar decisões [pelos mulheres camponesas] no âmbito dos direitos reprodutivos, etc”. (SIMONIAN, 2001: 42-43).

3. As Raízes Históricas dos Saberes Cotidianos da Andiroba: As relações entre mulheres, homens e natureza

As sociedades tradicionais camponesas da Amazônia, em meados do século XIX, tiveram uma importante contribuição no processo de descoberta dos cientistas naturalistas, que andaram por várias partes do território brasileiro: “A habilidade dos nativos para se orientarem dentro da floresta era um ponto que despertava a admiração dos naturalistas, e da qual eles dependiam às vezes para a sua sobrevivência”. (MOREIRA, 2007: 47).

Nos territórios das comunidades tradicionais do campo, como nas comunidades quilombolas, das mulheres parteiras, das extrativistas do óleo de andiroba⁴, dos pescadores artesanais, dos mateiros, “[...] O domínio de saberes, perigos e magias sobre a natureza incorpora-se no imaginário [e nas suas memórias], recodificando experiências”. (ACEVEDO & CASTRO, 1998:29).

Esses saberes locais pertencentes aos povos tradicionais⁵ camponeses da Amazônia, são incessantemente construídos, ensinados e aprendidos, sobretudo, em seus espaços geográficos naturais, sociais, culturais e históricos. Seus saberes e práticas são utilizados pelos

³ “[...] deve-se definir um ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não-vivente (abiótico) num dado lugar. (WORSTER, 2003: 05).

⁴ - Andiroba é uma árvore de uso múltiplo, podendo ser aproveitada para óleo, casca medicinal e madeira. As sementes de andiroba fornecem um dos óleos medicinais mais utilizados na Amazônia. A casca tem uso medicinal contra febre, vermes, bactérias e tumores. A madeira de andiroba possui um sabor amargo e é oleaginosa, por isso não é atacada pelos cupins nem pelos turus. [...] possui médio a grande porte, com tronco reto que atinge 30 metros de altura e, freqüentemente, apresenta raízes em forma de tábuas (sapopemas). Ocorre em toda a bacia amazônica, América Central e África e prefere as várzeas nas margens dos rios, embora também seja encontrada em terra firme. (STANLEY,2005:41).

Andirobeira: (*Carapa guianensis* Aubl.) é uma árvore alta que cresce a uma altura de até 25 metros. As sementes de Andiroba fornecem um óleo amarelo com propriedades insetífugas e medicinais (CORREA, 1998).

[...] serve no Amazonas para o mesmo que as oliveiras na Europa, dando azeite, [...].Os seus ouriços são uns bons vasos, e cada um tem mais castanhas que os da Europa.[...] este azeite, a sua custosa feitoria (DANIEL,2004: 492).

[...] para melhor se conservar nas embarcações, e preservar a estas do bicho turu, lhe ajuntam algum azeite de andiroba, que como já dissemos é amargodíssimo (DANIEL, 2004: 538).

⁵ “O estudo do meio ambiente e de sociedades denominadas ‘ tradicionais’ tem sido valorizado nos últimos tempos. A crescente perda do contato e do relacionamento mais próximo e direto com os produtos naturais, na vida cotidiana, estimula o interesse e a curiosidade pela natureza, pelos grupos e pelas comunidades que mantêm outras formas de interação com o mundo natural” (MARTINEZ, 2006:35).

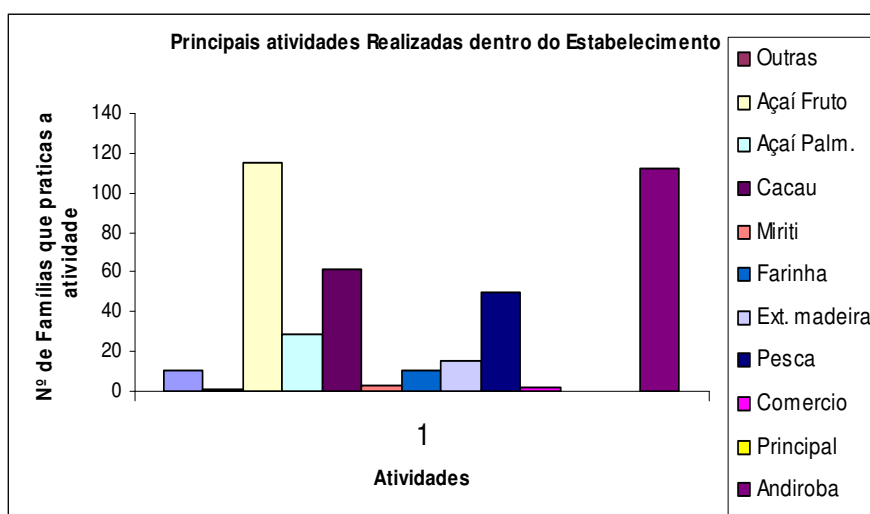
os homens e pelas mulheres camponesas, para conviver, para se apropriar, para criar e recriar as paisagens dos recursos naturais. Podemos observar esta situação na fala da moradora Maria Benedita, que descreve o processo de retirada do azeite de andiroba, evidenciando os saberes historicamente vivenciados por eles:

A gente vai pro mato para juntar as sementes que estão debaixo das árvores e traz no paneiro de costa, [...] espera a água crescer, trás no casco para poder [...], tirar o óleo. [Depois desse processo, a moradora] bota para cuzer, espera quarenta dias, retira da casca a massa; [a massa é o conteúdo interno da semente de andiroba], se ela não tiver no ponto de escorrer o óleo, a gente deixa no paneiro pega algumas folhas e coloca de fusão no paneiro até ela brilhar. Quando estiver brilhosinha, a gente coloca na tábua para amassar, para ela escorrer aquele azeite.

Os relatos⁶, suas histórias orais, as vivências e as práticas socioculturais, assim como, suas narrativas, são eivadas das memórias das sociedades camponesas. Além disso, os saberes singulares e múltiplos das matas, das águas e dos territórios estão cheios de imagens e de representações sociais, culturais, ambientais e ecológicas. Os saberes vivenciados pelas mulheres andirobeiras da Ilha de Juba-Cametá/Pa, perpassam as suas práticas cotidianas, em comum acordo com as relações que ela estabelece com a natureza. Para o senhor Bráulio, morador da ilha de Juba, o processo de interação do homem com a natureza ocorre quando o homem ou a mulher se sente parte dela: “[...] me dou muito bem com a floresta, [...] quando estou na floresta, no meu sítio, eu me sinto, amodo [parece] no paraíso, [...] me dou tão bem porque dela se tira muita coisa para sobreviver”. Portanto, a sobrevivência desses saberes, representa a fonte de suas práticas e de suas vivências.

A Região Tocantina, em particular a Ilha de Juba, possuem um potencial extrativista, como podemos observar no gráfico abaixo, que demonstra claramente os produtos extrativistas mais explorados da localidade, produtos estes, que estão diretamente ligados à cultura tradicional, principalmente, dos remanescentes de quilombos e das comunidades ribeirinhas.

⁶ Em história oral, é indiscutível a relevância dos relatos, como base da problematização, da compreensão e da apreensão dos significados e dos sentidos das narrativas das sociedades tradicionais do campo, produzidas coladas aos saberes imbricados de suas práticas de vivências e de convivências sociais, culturais, étnicas, ambientais, éticas, estéticas e de trabalho: “...O relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz. Pode-se portanto compreendê-lo ao entrar na dança” (CERTEAU, 2003:156). As memórias e os relatos são tecidos, nas histórias orais, com o firme propósito de “[...] reconstruir a história através de suas múltiplas versões, captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do próprio co-autor da história – o depoente” (FONSECA, 2000:152).



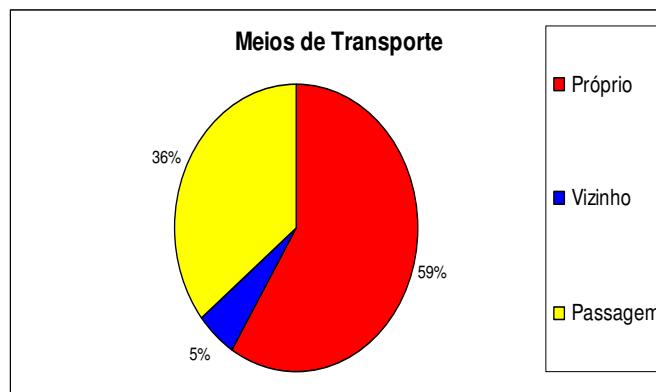
Fonte: IPEDE (2006)

Ainda hoje se conserva na localidade de Juba, uma forma “primitiva” de propriedade de produção. Segundo Marx (1996:47), este modelo de propriedade constitui, “[...] a propriedade da tribo. [...] corresponde a esse estágio de trabalho rudimentar da produção, quando um povo se alimenta da caça e da pesca [...] da agricultura. [...] a divisão de trabalho é ainda muito pouco desenvolvida e se limita a maior extensão da divisão natural do trabalho que é oferecida pela família”. Dentro desta ótica fica evidente a responsabilidade dos homens [e das mulheres], no processo de produção de suas representações.

Os ribeirinhos⁷ que habitam tradicionalmente essa região da ilha de Juba, são aproximadamente 150 famílias, as quais estão distribuídas ao longo do Rio Tocantins, distribuídos nas imediações da localidade. De acordo com o diagnóstico do Instituto de Pesquisa, Educação, Desenvolvimento de Práticas Culturais e Populares na Amazônia, a comunidade de Juba, é constituída de 18% de homens e 82% de mulheres, IPEDE (2006).

O transporte para chegar a comunidade de Juba é feito por canoas à remo, barcos motorizados etc. Dentre esses transportes, 59% são de propriedade privada, 36%, são barcos comerciais, que cobram passagem e 5%, são pertencentes aos vizinhos. Estima-se uma hora e meia de viagem, entre a sede Cametá e a localidade de Juba, neste tipo de transporte.

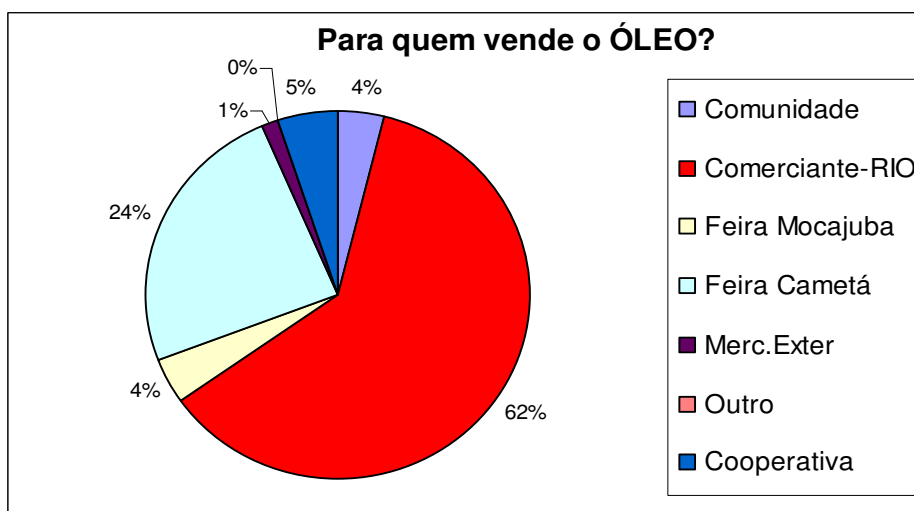
⁷ “Os ribeirinhos mantêm uma atividade mista de uso de recursos [da natureza] incluindo pesca, criação de pequenos animais (galinhas, patos, porcos) e extrativismo vegetal. A importância de cada atividade na economia familiar pode variar bastante de uma família para outra, mas no geral todas dependem da pesca e do extrativismo vegetal ” (COLÔNIA DOS PESCADORES Z-16 CAMETÁ, 2006:30).



Fonte: IPEDE (2006)

A população da localidade de Juba tem uma história de luta e de participação nos movimentos sociais organizados, dentre os quais 25% das mulheres são sócias do STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cameté, 34% estão associadas à Colônia dos Pescadores Z-16 Cameté, 35% participam da Comunidade Cristã da localidade de Juba, 4%, fazem parte de outras associações, 1% das mulheres entrevistadas declararam fazer parte do Sindicato dos Produtores Rurais e 1% das entrevistadas declaram-se sócias do SINTEPP. Estes dados mostram que embora as mulheres não possuam uma estrutura jurídica, atuam coletivamente na luta por seus direitos.

Como o citado acima, a grande maioria das famílias da Ilha de Juba trabalham com o beneficiamento artesanal da andiroba. Podemos observar nestes gráficos o destino comercial dado a esta produção artesanal.



O que mais chama atenção neste gráfico é a porcentagem de compra efetuada pelos comerciantes locais, do próprio rio Juba, que negociam com as (os) extrativistas do óleo de andiroba por um valor bem abaixo do mercado ou muitas vezes a negócio é feito através de

troca de alimentos. Onde mais uma vez os extrativistas saem perdendo neste processo de comercialização.

Em virtude, de todos os problemas e dificuldades, que permeiam este universo cotidiano das práticas e dos saberes das mulheres extrativistas do óleo de andiroba, podemos citar os casos mais relevantes para a comunidade local como: os riscos enfrentados no processo de coleta e beneficiamento da semente, o valor agregado ao produto final e o mais grave deles, a continuação desses saberes e práticas por meio das novas gerações.

Cabem-nos dois questionamentos: Como os saberes cotidianos e as práticas socioculturais das mulheres extrativistas do óleo de andiroba da Ilha de Juba/PA, podem ser reconstituídos e reafirmados sem diluir os seus significados e os seus sentidos para a comunidade local, durante possíveis articulações críticas dialógicas com os diferentes saberes? E como o contexto histórico das práticas socioculturais das mulheres extrativistas da Ilha de Juba tem contribuído para a reconstituição dos saberes cotidianos vivenciados, narrados e rememorizados pela população local?

Fontes Orais: moradores e moradoras da Ilha de Juba-Cametá/PA – Maria do Socorro, Rute Souza, Brúlio Leão, Maria Benedita.

Referência

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios. 2 ed. Belém, PA: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). A Nova história. Coimbra: Almedina, 1990, pp. 455-479.

BLOCH, Marc. “Introdução”, “A história os homens e o tempo”. Introdução à História. Lisboa: publicações Europa-América, 1997, PP. 75-102.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação no campo: traços de uma identidade em construção. In: **KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo & CALDART, Roseli Salete (Org.). Educação do campo: Identidade e Políticas públicas.** 2 ed. São Paulo: Coleção por uma educação do campo, 2002.

CERTEAU, Michel de. O tempo das histórias. In: CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

COLÔNIA de PESCADORES, Z-16 de Cametá. Acordos de Pesca – uma alternativa econômica e organizacional. Cametá : PDA, 2007.

CORREA, Pio. Dicionário de Plantas Úteis do Brasil e Exóticas Cultivadas Vols 1-6, Brasília: IBDF. 1984.;Taylor, Leslie. *Herbal Secret's of the Rainforest*, Prima Publishing, Inc., 1998.

CROSBY, W Alfred. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900 – 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DANIEL, João,1722-1776. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas, v.1 / padre João Daniel. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FONSECA, Nelma Marçal Lacerda. A história oral no museu da Escola de Minas Gerais: relato sobre o caminho percorrido. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação.* Campinas, SP: Universidade de São Francisco, 2000.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. – (Coleção questões da nossa época; v. 130).

MARX, Karl. “ Fundamentos da história” e “Condições históricas da reprodução social”. In: Marx.Sociologia (Organização Otávio Ianni). São Paulo: Ática, 1996,pp. 45-73.

MOREIRA, Ildeu de Castro. Saber nativo: o conhecimento empírico de índios, escravos e colonizadores. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Impostos. Ano 2. N. 23. Agosto de 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Paka- Tatu, 2004.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.

SHANLEY, Patricia. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica. Patricia Shanley, Gabriel Medina; ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Ambiente & Sociedade,vol. 5n.2/vol.6 n.1. Campinas 2003.

THOMPSON,Edward P. “Intervalo: a lógica história”. A miséria da teoria ou um planetários de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 47-62.

CAPÍTULO 2 : Saberes Cotidianos e Produção do Azeite de Andiroba: O contexto histórico nas práticas socioculturais das mulheres extrativistas da Ilha de Juba – Cametá/PA.

2.1 Como se faz o azeite de andiroba?

2.2 Quais as relações, representações e significados que envolvem a feitura do azeite de andiroba?

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE SABERES E LUGARES A PARTIR DE
UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NO CARIRI PARAIBANO: REFLEXÕES
SOBRE OS IMPACTOS DO PROJETO UNICAMPO**

Fernanda Leal¹
Márcio Caniello²

Resumo

Este trabalho se propõe a refletir sobre a experiência do Projeto Unicampo, exibindo seu caráter original enquanto projeto de extensão e indicando os caminhos que o conduzem a uma crescente institucionalização, através da instalação de um campus da UFCG na cidade onde originalmente o projeto se desenvolveu. Sobretudo, destaca-se o papel que a experiência tem tido no sentido de proporcionar um espaço no qual saberes e lugares dos sujeitos são constantemente construídos e problematizados, sendo esta uma característica que deve ser preservada na sua continuidade. Neste sentido, coloca-se como desafio a tarefa de que a experiência aqui relatada possa alcançar o nível da insitucionalização, sem perder seu caráter investigativo e promotor de novas configurações à realidade do campo do Cariri da Paraíba.

Palavras-chave: Educação do Campo; Projeto Unicampo; Extensão/Institucionalização

1. Introdução

A abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam-se em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (Boaventura de Souza Santos, 2006, p. 225).

A perspectiva apontada por Santos no trecho acima é compartilhada por nós e com ela gostaríamos de abrir o presente artigo acenando para a idéia de que a extensão apresenta uma sólida possibilidade de ligação entre a universidade e a sociedade, assim como é um espaço privilegiado no qual deve se assentar pesquisas e sobre o qual deve se fundamentar o ensino. Neste sentido, acreditamos que a extensão, ocupando o papel de elo de ligação entre o campo do saber acadêmico-científico e o saber produzido na sociedade é ou funciona como um

¹ Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG Docente da Unidade Acadêmica de Educação/UFCG, lealfernanda@uol.com.br.

² Doutor em Sociologia pela UFPE, Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG, caniello@ufcg.edu.br.

laboratório capaz de reunir, de uma só vez, a pesquisa e o ensino e a relação destes com a vida das pessoas, seus problemas e dilemas.

A partir desta perspectiva, objetivamos enfatizar o papel que uma experiência de extensão desempenhou no sentido da promoção do encontro entre saber acadêmico-científico e saber produzido por agricultores e assentados da reforma agrária no Cariri da Paraíba, tendo este encontro revelado caminhos epistemológicos que provocaram a construção e reconstrução dos próprios saberes e dos lugares ocupados pelos sujeitos envolvidos na experiência. E que, principalmente, conduziram a um processo de alteração de cenário no Cariri paraibano, particularmente no que tange à educação do campo.

A extensão, entendida ao modo de Paulo Freire (1975) enquanto processo comunicativo, dialógico, pode funcionar como um momento no qual diversas *epistemes* estão potencialmente em diálogo, produzindo ou provocando questões, fissuras, impasses, capazes de instilar a investigação, o conhecimento e, como consequência da mudança de perspectivas, renovar lugares e saberes a partir dos quais os sujeitos se constituem e podem, assim, agir.

Neste sentido, queremos, primeiramente, apresentar a experiência de construção do conhecimento vivida através do Projeto Unicampo. Em segundo lugar, apontar um de seus desdobramentos, que diz respeito à consolidação da experiência através de um curso de Licenciatura em Educação do Campo e, por fim, colocar (-nos) os desafios que ela comporta, problematizando o lugar da institucionalização enquanto consolidação e normatização.

2. A experiência

Em setembro de 2003, foi instalada no Cariri paraibano uma experiência de extensão conduzida por professores da Universidade Federal de Campina Grande, pesquisadores do CIRAD-TERA³, em parceria com o PEASA⁴ e o PDHC⁵ e o apoio decisivo da Prefeitura Municipal de Sumé – cidade situada no território do Cariri da Paraíba – e de entidades locais que se comprometeram em realizar o I Curso de Extensão em Desenvolvimento Rural Sustentável. Esta experiência inaugural, denominada Projeto Unicampo, configura-se como um dos resultados de uma articulação prévia, relacionada a discussões, protagonizadas pela CONTAG, no ano de 2000, no sentido de se implantar uma Universidade Camponesa (UC) no Brasil. Mais especificamente, a CONTAG demonstrou o interesse em “formar os seus

³ Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement.

⁴ Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido.

⁵ Projeto Dom Helder Câmara (MDA/FIDA).

quadros com o suporte da universidade e da cooperação internacional, tomando-se como modelo a experiência da *Université Paysanne Africaine*⁶ (CANIELLO, TONNEAU, LEAL et al, 2004, p. 01).

Após várias tentativas para iniciar uma experiência consoante a esta demanda, somente em 2003, professores vinculados a IFES, como a UFCG e a UFPE, e pesquisadores responsáveis pela articulação inicial da UC elaboraram um documento com princípios e diretrizes para a implementação de um processo pedagógico experimental, no intuito de estruturar, a curto prazo, uma ação mais efetiva. Em abril do referido ano, em reunião realizada em Recife-PE, optaram pela estratégia de se “descentralizar” os planos de ação – cada estado teria autonomia para imprimir sua própria dinâmica. O CIRAD-TERA, de sua parte, apoiaria os projetos elaborados e executados em cada lugar.

Assim, o Projeto Unicampo é um dos resultados desta opção estratégica. Sua primeira experiência teve início em 27 de setembro de 2003 e foi concluída em 13 de dezembro do mesmo ano. Posteriormente, mais dois ciclos deste Curso de Extensão foram realizados, tendo como base a turma pioneira em sua composição, sendo que cada um deles apresentou configuração específica.

Os atores envolvidos neste Projeto foram, além dos professores e convidados, 35 agricultores, em sua maioria jovem, oriundos de 20 municípios dos 30 que compõem o território do Cariri. A primeira turma foi formada por sujeitos vinculados a instituições ou entidades que gozam de reconhecimento público no território. A partir do segundo ano, foram incorporados a esta turma 12 assentados da Reforma Agrária.

2.1. Os ciclos e suas características – o desenho do Projeto Unicampo

Como dissemos, o primeiro ciclo do Projeto Unicampo foi realizado entre setembro e dezembro de 2003 e caracterizou-se por ser uma experiência de sensibilização e abertura para uma proposta educativa calcada na perspectiva da discussão da sustentabilidade – em seus vários sentidos - e concebida como estratégica na produção de um espaço de debate no qual questões-problemas seriam enfrentadas a partir de uma perspectiva dialógica. Durante dez fins de semana, perfazendo um total de 120h/a, três eixos formativos orientaram os encontros, sendo que estes eixos tiveram a seguinte especificidade: a) eixo de formação humanística; b) eixo de formação técnica; c) eixo de formação social. Cada eixo deste foi acompanhado por

⁶ Conferir relatório da UPAFA, 2001.

uma oficina, cujos temas tinham alguma relação com a própria expressão cultural e artística da região. Neste sentido, as oficinas que acompanharam os eixos de formação foram, respectivamente: a) Oficina de Cordel; b) Oficina de Papel Reciclado; c) Oficina de Xilogravura.

Os resultados desta primeira experiência conduziram a uma demanda maciça por parte dos educandos, no sentido de terem garantida a sua continuidade. Para tanto, estes sujeitos organizaram-se e fundaram a AAUC – Associação dos Amigos da Universidade Camponesa -, e, através dela, reivindicaram um segundo ciclo do Curso de Extensão desenvolvido, sugerindo ainda que a nova experiência tivesse um caráter mais prático e objetivo.

Neste sentido, dialogando com esta demanda, no ano de 2004, foi construído um segundo ciclo da experiência, com carga horária de 360h/a e caracterizado por imprimir uma *formação para a pesquisa*, a partir do qual cinco projetos de pesquisa-ação foram postos em marcha e se concentraram nas seguintes questões: 1. Sistemas Produtivos; 2. Educação para o Desenvolvimento; 3. Recursos Naturais; 4. Assentamentos e Reforma Agrária; e 5) Produção Cultural. Vale dizer que estes temas resultaram de um amplo debate entre professores e educandos do Unicampo, que indicaram os referidos temas como questões relevantes a serem investigadas.

O projeto Educação para o Desenvolvimento, por exemplo, priorizou como objeto de pesquisa a realização de estudos para a construção de um Projeto Político Pedagógico de um curso superior voltado aos camponeses, especialmente os jovens do Cariri. A escolha desse objeto deu-se, por um lado, em função das próprias metas da Universidade Camponesa – UC -, e, por outro, em resposta às necessidades de muitos dos educandos envolvidos no processo pedagógico. De fato, estes, em condições de cursarem um curso superior regular, pois já haviam concluído o ensino médio, demandaram que fosse realizado um esforço no sentido de garantir-lhes uma educação de nível superior relacionado ao campo e mantendo o mesmo nível de discussão e espírito cultivado nos encontros do Projeto Unicampo. Além do mais, nas discussões preliminares, vários elementos foram ressaltados como justificativa para o empreendimento de pesquisa nestes termos:

- A inexistência de instituições de ensino superior no Cariri paraibano;
- A urgência de formação e capacitação em nível superior para o desenvolvimento do Cariri e do seu povo;
- A necessidade de se construir um processo de ensino superior condizente com a vida do camponês;

- A necessidade de se promover uma educação de nível superior de qualidade voltada para a sustentabilidade dos territórios rurais em termos ambientais, culturais, econômicos e sociais.

Para tanto, percebeu-se como necessário realizar uma pesquisa exploratória nas escolas do campo das cidades dos educandos, no sentido de aproximá-los do tema sobre o qual iriam trabalhar, tornando mais próximo o contato com assuntos que foram necessários à discussão e consolidação do Projeto Político Pedagógico. Os educandos observaram aulas nas referidas escolas, coletaram informações junto à direção das mesmas acerca de sua estrutura física e entrevistaram diretores e/ou coordenadores, professores e alunos. Alternadamente à pesquisa de campo foram realizadas discussões teóricas e metodológicas sobre currículo e projetos políticos pedagógicos.

Após esse trabalho, os educandos passaram a relatar, através de textos, as informações relativas à observação que realizaram. Perceberam que muitos conteúdos são descontextualizados da realidade dos alunos, observaram professores pouco à vontade diante do conhecimento que estavam trabalhando e alunos apáticos. Viram como polêmica a questão do ensino multisseriado, tão predominante nas escolas rurais.

Em suas entrevistas, os educandos procuraram captar de seus entrevistados o olhar que têm sobre currículo, projeto político pedagógico e a noção que têm do que seja conhecimento. Constataram que o currículo pouco ou nada tem a ver com a realidade do campo. A maioria das escolas não tem um Projeto Político Pedagógico e no único caso encontrado, este não foi construído pelos atores da escola – veio de fora, “importado” da Secretaria Estadual de Educação.

A infra-estrutura de algumas escolas foi considerada boa, pois oferece as mínimas condições para que as mesmas funcionem: sala de aula, banheiro, cozinha, sala da direção da escola, pátio. Em outras escolas visitadas, as condições são mais restritas – alguns destes itens listados acima estão ausentes. O que mais chamou a atenção dos educandos-pesquisadores da Unicampo, no entanto, foi o grande número de escolas fechadas ou prestes a fechar. A justificativa é que a densidade demográfica é baixa e é preciso nuclear estas escolas para que juntas elas possam ter um contingente de alunos suficiente para garantir a verba do Governo Federal.

Um outro ponto que convém salientar é o próprio movimento que o processo de pesquisa provocou nos educandos. Além de construírem conhecimento sobre o local no qual pesquisaram, apropriaram-se do processo, dos conceitos, dos fundamentos e passaram a

discutir, com razoável propriedade, por exemplo, a importância política, educativa e mesmo filosófica do Projeto Político Pedagógico.

O terceiro e conclusivo ciclo da experiência inaugural, com 560 horas/aula, foi realizado no ano de 2005, enfocando a realização de projetos produtivos individuais e coletivos para a região.

Cada um desses ciclos teve configurações específicas e deles resultaram produtos e processos que ampliaram as notícias e o alcance da experiência para além do território do Cariri. Assim, o impacto da Universidade Camponesa teve repercussões nos níveis local, regional, nacional e internacional.

Dentre estas repercussões, gostaríamos de destacar os efeitos que este Projeto, baseado numa proposta educativa, tem produzido no sentido de instigar a realização de outras ações também assentadas numa aposta educativa. Neste sentido, destaca-se o estabelecimento de uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), materializada no *Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS)*, que teve no seu quadro de formação 35 alunos, caracterizados como lideranças envolvidas com processos de desenvolvimento rural em cerca de 30 territórios dos nove estados do Nordeste. Este curso foi concluído em novembro de 2007 e uma segunda experiência já se encontra em fase de elaboração.

Também em virtude das repercussões positivas da Universidade Camponesa, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) tem mantido produtiva interlocução com a UFCG no sentido de institucionalizar a experiência, consolidando a iniciativa de se criar, no âmbito das IFES, cursos voltados aos interesses e características dos agricultores familiares e camponeses brasileiros, entre os quais, por sua importância estratégica, destaca-se a Licenciatura em Educação do Campo.

Portanto, o projeto Unicampo contribuiu para a reflexão sobre a Educação do Campo na Paraíba, reflexão que encontrou fundamentação mais consistente através do projeto “Educação para o Desenvolvimento”, citado anteriormente. Atualmente, a discussão sobre Educação do Campo continua viva, pois se constitui em um dos eixos prioritários para o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Cariri Paraibano, promovido pela SDT/MDA, onde tem assento uma representação da Universidade Camponesa consubstanciada pela Associação dos Alunos da UniCampo (AAUC). Essa inserção propiciou, no ano de 2005, a aprovação dos projetos de construção de um Centro Vivo de Documentação e de um Viveiro de Mudas na Escola Agrotécnica de Sumé (reivindicações da AAUC). Neste ano, a partir de articulação liderada também pela AAUC, foi aprovado um projeto de reforma dos

alojamentos e refeitório da Escola Agrotécnica e um projeto de construção do “Centro de Formação para a Agricultura Familiar”, constituído de auditório e salas climatizadas (obras em andamento), na mesma Escola.

Também foram promovidos, no âmbito do território do Cariri, dois seminários de Educação do Campo, em 2005 e 2006, permitindo à sociedade civil do território começar a discutir as prioridades necessárias para estruturar uma proposta para melhor atender às escolas do campo, particularmente no que tange aos processos que envolvem ensino e aprendizagem.

A partir dos pressupostos que justificam a existência de uma Universidade dessa natureza, entende-se que a educação funciona como estratégia vital para a implementação dessas expectativas, sendo uma espécie de eixo ou espinha dorsal para o desenvolvimento dessas ações. Sendo assim, um Curso de Licenciatura em Educação do Campo, por exemplo, constitui-se como um elemento estratégico nesse processo. Neste sentido, a aprovação de um outro Campus da UFCG na cidade de Sumé resulta, em boa parte, de todo este processo. Neste Campus será desenvolvida uma Licenciatura em Educação do Campo cujo gérmen está articulado ao Projeto Unicampo e mais particularmente as suas investidas em pesquisas voltadas à compreensão e problematização da educação realizada nas escolas rurais do Cariri.

3. Licenciatura em Educação do Campo no Cariri da Paraíba – uma realidade possível

Nesta seção, de maneira breve, gostaríamos de ressaltar a materialização de uma demanda que, no contexto que estamos apresentando partiu, como vimos, também dos atores da experiência em questão – o Projeto Unicampo. Tal materialização constitui-se em um dos impactos deste Projeto e, neste sentido, merece ser expressa e problematizada. A conquista de um Campus na UFCG neste ano de 2008 no território do Cariri, e mais especificamente a ser sediado na cidade de Sumé, tem sua origem, como afirmamos, relacionada à articulação construída na realização do Projeto Unicampo. Esta origem, estando vinculada, indubitavelmente, aos debates na sala de aula, com a UFCG, com o próprio território – em seus Fóruns -, converge com uma Política de Educação voltada para o Campo, constituindo-se como uma experiência, dentre outras, que fortalece os laços desta política maior. Tal política reúne, a nosso ver, *instituições, processos e conteúdos*⁷ (FREY, 2000). Esta trama complexa, tecida numa arena em que conflitos e interesses se fazem presentes, merece ser considerada quando se julga os ganhos advindos desta materialização.

⁷ Para um aprofundamento maior desta relação, ver Frey (2000), sobretudo quando o autor analisa a perspectiva denominada *Policy Analysis*.

Neste contexto, parece lícito perguntar: o que significa a conquista de um campus universitário, em nível federal, para o território do Cariri? E, mais particularmente, o que significa um Curso de Licenciatura em Educação do Campo? Do ponto de vista dos atores envolvidos – educandos, professores, instituições – que significado tem esta conquista na definição e redefinição de papéis e espaços a serem assumidos por estes? Diante de uma realidade educacional como a nossa, historicamente caracterizada por produzir um conhecimento excludente, dirigido por e para aqueles que se encontram numa posição *eleita* como hegemônica, eliminando, com isso, toda a possibilidade do aparecimento dos múltiplos modos de viver, de saber e de ser, a concretização de uma realidade outra, mais aberta a receber esta diversidade parece indicar uma mudança de perspectiva ou mesmo de paradigma.

Consoante às recomendações do documento *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo*, que indica ser necessário e estrutural construir uma educação voltada aos sujeitos do campo, valorizando, dentre outras questões, a formação diferenciada de professores e o uso de práticas pedagógicas contextualizadas (BRASIL, 2007, p. 17), a formalização ou mesmo institucionalização de uma experiência educativa voltada à realidade do campo aponta para o aparecimento de uma outra aposta de formação educacional. Tal formação, fundamentada em preceitos referenciados pela própria Constituição de 1988, bem como pela LDB e pelo Plano Nacional de Educação dão mostras das ressonâncias da sociedade em ações de Governos. Estas, manifestas em dispositivos legais, políticas públicas e, sobretudo, na efetivação destas políticas, se dão, por exemplo, através da criação de estruturas, como a SECAD e de financiamento destinado a Programas⁸ e Projetos.

A institucionalização, assim, parece funcionar como *estratégia meio*, com vistas a um *fim* através do qual os sujeitos *podem* se constituir como atores capazes de construir seus próprios lugares e saberes. Esta parece, pois, uma possibilidade de abertura de caminhos que apontam para a vertente de empoderamento dos sujeitos.

No entanto, em si, a criação de um campus, a criação de um curso, sua institucionalização, sob nossa perspectiva, não serão suficientes se, permanentemente, estes atores não se colocarem no lugar da problematização, da construção e reconstrução dos cenários e de seus próprios lugares nestes. Pelo que vimos, a prática pedagógica do projeto Unicampo levou os sujeitos a produzirem saberes e a instaurarem lugares estratégicos para configurar suas demandas. São exemplares desta idéia a constituição da AAUC - pensada, sobretudo, como estratégia organizada para orientar uma demanda – e a participação ativa dos

⁸ O Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é um bom exemplo de financiamento destinado ao fomento de uma educação contextualizada à realidade do campo.

educandos na seleção dos temas a serem investigados pelas pesquisas-ação. O tema Educação para o Desenvolvimento, como apresentado anteriormente, caminhou no sentido de se pensar uma formação superior capaz de reorientar a realidade das escolas rurais.

Portanto, defendemos que, ao lado das conquistas de cunho mais legal ou formal, permaneçam constituídos ou constituam-se espaços capazes de garantir a expressão de iniciativas, reflexões e questionamentos permanentes da parte dos sujeitos envolvidos. Este é, pois, um dos desafios que se coloca a nossa frente.

4. Concluindo... Desafios e perspectivas futuras: da extensão à institucionalização

O título deste trabalho, “A construção e reconstrução de saberes e lugares a partir de uma experiência de extensão no Cariri paraibano: reflexões sobre os impactos do Projeto Unicampo”, traz em seu cerne uma questão que merece ser considerada. A partir de um movimento de mudança ou transformação numa dada realidade do campo, vivenciado e flagrado por nós através da experiência do Projeto Unicampo, coloca-se o problema da necessidade de que este movimento, que se mostrou capaz de proporcionar alterações num determinado cenário, não perca sua capacidade de se auto-incomodar, permanentemente. Esta, talvez, seja uma das chaves para a permanência exitosa de uma experiência que nasceu embalada pela extensão e cresceu no sentido de sua própria institucionalização.

De certa forma, a idéia defendida por Santos (2006), apresentada na abertura deste trabalho, aponta para a necessidade de que a experiência de extensão seja incluída a tal ponto em atividades próprias as fazer da universidade – tal como o ensino e a pesquisa - que passe a ser integrante destas. Isto nos leva a pensar que o autor suscita a incorporação da extensão ao universo institucional que é ou que diz respeito à Universidade.

Como vimos, através de uma experiência de extensão intimamente relacionada à Educação do Campo – pelos temas e concepções que desenvolveu -, e, sobretudo, de seu desenvolvimento e de suas estratégias nos três ciclos de sua existência enquanto projeto de extensão, desenhou-se uma conjuntura que se mostrou favorável a sua consolidação ou insitucionalização. Pensar a sua continuidade, no sentido de não só permanecer, mas mesmo de se irradiar, conservando uma postura investigativa e propositiva – marcas características dos segundo e terceiro ciclo – é um desafio porque exige a presença e participação de atores que se reconheçam no campo e façam reconhecer esta realidade. E que, repetimos, permanentemente se interroguem. O termo instituição, conforme pensa Douglas (1998), é da ordem da convenção, daquilo que se institui a partir de um contexto convencional e se

organiza através de normas e regras. Daí, ao passo que a experiência aqui demonstrada caminha no sentido dessa conformação convencional – o que lhe garante maior reconhecimento e legitimidade – ela precisa ser capaz de “fazer a diferença” constantemente, refletindo e refazendo caminhos, provocando e acompanhando o debate, construindo e reconstruindo lugares e saberes, a fim de garantir a problematização e a inquietação – características de seu modo de ser.

5. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. MEC, SECAD, 2007.

CANIELLO, Márcio; TONNEAU, Jean-Philippe; LEAL, Fernanda; LIMA, Josafá Paulino de; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. **Projeto UniCampo**: Uma Universidade Camponesa para o Semi-Árido Brasileiro. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. Edição, 1975.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, no. 21 – junho de 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2006.

UPAFA. **Université Paysanne Africaine**: rapport technique. Yaounde, APM Afrique, 2001.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR RURAL, A ELABORAÇÃO DE PROJETOS
AGROPECUÁRIOS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

José Nunes da Silva¹

Resumo

O presente artigo objetiva contribuir com a reflexão sobre a formação do educador rural, discutindo as competências que lhe são atribuídas para tornar-se apto à elaboração de projetos agropecuários denominados “alternativos”, voltados para agricultura familiar e que permitam a participação social dos beneficiários nas fases de elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos mesmos.

Palavras chaves: Educação agrícola; Projetos Agropecuários; Agricultura Familiar

É bem verdade que o mundo rural brasileiro tem mudado aceleradamente, principalmente ao longo das três últimas décadas do século XX, e como resultado dessas mudanças observamos uma diversidade de situações, quase sempre polarizadas entre uma agricultura “moderna”, consumidora de insumos externos a unidade produtiva, e “outra agricultura”, quase sempre de base familiar, considerada no discurso hegemônico como pouco tecnificada.

Durante estas três décadas de transformação o educador rural esteve, quase sempre, comprometido com a “modernização da agricultura”, dedicando-se, quase que exclusivamente, à difusão de pacotes tecnológicos, assumidos pelo modelo de assistência técnica e extensão rural² adotado no país, como fundamental para o desenvolvimento da nação.

Na atualidade uma reflexão ganha corpo na sociedade brasileira e somos chamados a nos perguntar se na verdade esse educador seria um educador agrícola ou um educador rural? Qual o seu papel? Técnico? Ou facilitador? Considerando que o rural brasileiro não pode ser considerado como um espaço eminentemente agrícola, mas um espaço que cada vez mais assume características multifuncionais este educador teria o papel não somente de educar para, ou na agricultura, mas de um facilitador/mediador de processos técnicos-produtivos, apto a facilitar também processos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos, visando contribuir com a concertação de interesses dos diferentes grupos com os quais atua

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre em Extensão Rural/UFV, Doutorando em Sociologia/UFPE.

² Para aprofundamento ver Fonseca (1987) e Freire (1983).

num determinado território, visando o desenvolvimento local (Lima,2004; Pires,2003; Tavares de Lima, 2003).

Diante dessas novas demandas a formação deste educador rural deve permitir o entendimento da educação do campo com processo comunicativo dialógico, entre sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo mundo da vida (Freire, 1983) e o reconhecimento da diversidade das realidades rurais, polarizadas por projetos de desenvolvimento e produtivos em disputa, que fortalece por um lado o agronegócio e exclui, por outro, a agricultura familiar.³

Construir estas novas competências nos termos de Caporal (2004: 66) requer:

- 1) **A necessidade de imersão do agente:** a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade, só é possível se o agente de extensão pudesse dispor do tempo suficiente e dedicasse a atenção que exige cada situação concreta. Isso não é compatível ; em geral, com a busca de resultados imediatos em termos de aumento de produção e produtividade, o que caracteriza a prática tradicional;
- 2) **O resgate do conhecimento local:** exige a adoção de metodologias adequadas, que ajudem no estabelecimento de uma “plataforma de negociação”, criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico;
- 3) **A participação como direito:** a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes acha que é necessária. Participação, nesse caso, implica horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de, e para expressar as opiniões e desenvolver as ações, o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos;
- 4) **Um processo educativo:** o processo educativo deve ser capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual/coletiva, inclusive junto à “sociedade maior”. Já não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente que sabe, senão que de um processo que permita desenvolver os conhecimentos e ter acesso às informações suficientes que permitam a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade e das estruturas de dominação porque se vêm afetados;
- 5) **A sistematização de experiências:** o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas em terreno passa a ser um processo indispensável, tanto para facilitar socializar entre os membros de cada grupo, como para futuras avaliações.

Essa formação deve permitir ainda a análise crítica dos impactos ambientais (destruição das matas ciliares; erosão e assoreamento de rios, contaminação de alimentos, cursos d’água e lençóis freáticos; intoxicação de animais e trabalhadores) e sociais (desemprego, fome e êxodo) provocados pela implantação de projetos agropecuários

³ Embora seja notório o aumento dos investimentos públicos para o fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF, as duas “fatias do bolo” destinadas a cada segmento continua extremamente desiguais, como tem sido ao longo da história da agricultura brasileira.

tradicionais nos quais predominam as grandes áreas destinadas aos monocultivos e à pecuária extensiva.(Tavares de Lima e Figueiredo, 2006).

Permitindo tais percepções os educandos-extensionistas estariam aptos a fazerem escolhas entre os projetos tradicionais e os projetos alternativos.

Para realizar tais escolhas é preciso compreender que os projetos tradicionais caracterizam-se pelo foco na empresa agrícola, compreendida como aquela capaz de oferecer retorno aos investimentos financeiros no menor espaço de tempo (Noronha, 1987) privilegiando a introdução de atividades agropecuárias significativas para o fortalecimento de nossas características agroexportadoras e produzidas em larga escala, logo ocupando grandes extensões de terra como os grãos, frutos tropicais e carnes.

Esses projetos se caracterizam ainda pelo consumo de pacotes tecnológicos, desenvolvidos, apoiados e difundidos por agências de pesquisa e agências financiadoras governamentais e privadas, bem como serviços de extensão rural e assistência técnica estatais e das universidades (Lima e Figueiredo, 2003); o que reforça a primazia de sua elaboração ser feita de “fora para dentro” por órgãos governamentais e privados, agências financiadoras nacionais e internacionais, grandes empresas mundiais, sem a participação dos beneficiários.

Em contraposição a essa tradição os projetos alternativos devem conter um estudo da vocação local que permita: a) Sistematizar e avaliar dados estatísticos; b) Analisar a situação técnica, econômica e social e os recursos disponíveis na região; c) Pesquisar as atividades agropecuárias e agroindustriais e de prestação de serviços principais, secundárias e potenciais da região e; d) Analisar tendências de mercado (locais, regionais e globais) (MEC, 2000).

Subsidiado por tal estudo a elaboração de um projeto agropecuário alternativo pressupõe uma análise dos recursos disponíveis e a situação técnica, econômica e social da propriedade; identificando as atividades a serem implementadas; através de planejamento da execução das atividades. Os projetos alternativos devem ainda permitir a comparação de resultados e avaliação do custo-benefício das atividades; a avaliação do impacto ambiental; bem como a quantificação da necessidade de mão-de-obra, recursos humanos, máquinas, implementos, equipamentos e materiais (MEC, 2000).

Pensando a partir dessa caracterização dos projetos tradicionais e alternativos onde estaria a diferença entre os mesmos? Focando especificamente os projetos voltados para agricultura familiar a diferença estaria na necessidade de inclusão dos beneficiários desde a elaboração do diagnóstico/estudo de vocação do local (Caporal, 2004), bem como, na compreensão por parte do educador rural da lógica própria de reprodução social, econômica, política e cultural desse grupo social, no qual práticas como a alternatividade e trocas não-

monetárias fazem parte de um universo dinâmico e vigoroso (Garcia, 1989; Wanderley, 2004a)⁴.

Os projetos alternativos devem reconhecer a existência de um “*savoir faire*” do agricultor, que ao invés de ignorado deve ser incorporado à construção de um novo conhecimento técnico-popular (Sabourin, 2002); que enfatize, inicialmente, a produção para o autoconsumo, que nem sempre é contabilizada, nem programada nos projetos agropecuários tradicionais.

A garantia desse autoconsumo terá como base a diversificação da produção, que permita a integração entre produção mercantil, preferencialmente, via o uso de sistemas agroflorestais, somada aos cultivos de quintais e pequenos criatórios, associada a agregação de valor, via o processamento de produtos de origem animal e vegetal, em agroindústrias familiares.

A incorporação de tais preocupações na elaboração dos projetos agropecuários alternativos favoreceria a adoção dos princípios da agroecologia visando a sustentabilidade dos agroecossistemas, que segundo Figueiredo e Tavares de Lima (2006) se avalia segundo cinco atributos:

- 1) **Produtividade:** como habilidade de um agroecossistema satisfazer as necessidades humanas e os serviços ambientais;
- 2) **Estabilidade:** como capacidade de um agroecossistema se manter em equilíbrio dinâmico e estável, através do tempo;
- 3) **Resiliência:** como capacidade de recomposição dos agroecossistemas, após sofrerem desequilíbrios econômicos, sociais ou ambientais;
- 4) **Viabilidade econômica:** como garantia do acesso aos meios de vida para os agricultores familiares, garantindo não só a cobertura dos custos de produção, mas também aqueles relacionados à reprodução social do grupo social;
- 5) **Justiça social:** como garantia de que tanto o poder quanto o acesso aos diferentes recursos naturais estarão disponíveis de forma igualitária, para que todos os membros do grupo social possam satisfazer suas necessidades básicas.

Visando atribuir outro caráter aos projetos alternativos voltados para a agricultura familiar, estes deveriam contribuir com a desconstrução do paradigma que afirma serem os

⁴ A alternatividade é considerada por Garcia (1989), como característica nata dos grupos de agricultores familiares que produzem, principalmente, para o auto consumo, mas, sempre que possível, comercializam os excedentes de sua produção, principalmente, nos mercados locais, como as feiras, bodegas, etc.

agricultores familiares “fechados” a inovações tecnológicas, pois apesar das restrições ao acesso às informações, a terra e alguns insumos (Sabourin, 2002); o que tem se verificado é um desinteresse quase generalizado pela priorização do desenvolvimento e socialização de tecnologias alternativas, adaptadas às particularidades das comunidades e compatíveis com as demandas dos agricultores (Caron e Sabourin, 2003).

Enfim, talvez uma diferença central que os educadores rurais teriam que assumir ao elaborarem projetos alternativos voltados à agricultura familiar, é a capacidade de pensar grandes projetos, não somente projetos produtivos, mas, sobretudo, projetos de vida, que embora para os agentes externos pareçam ínfimos, são carregados de valores simbólicos, “são grandes” e requerem o reconhecimento que, geralmente, um pequeno agricultor é familiar, mas que nem todo agricultor familiar é pequeno.(Wanderley, 2004b).

Essa redefinição do perfil desse educador rural, não é a única demanda apresentada à sociedade brasileira. Se junta a esta um processo reivindicatório visando à participação social, nos mais diversos espaços públicos. Esse processo vem ganhando expressividade desde meados da década de 1980 e atinge seu ápice nas discussões e promulgação da constituição “cidadã” de 1988 (Dagnino, 2002). A expressão que atinge esse processo reivindicatório reflete as pressões de diferentes setores organizados da sociedade civil e movimentos sociais diversos, dentre eles destaca-se os de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra/MST e as ações de trabalhadores rurais apoiados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e o movimento sindical, sobretudo, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (Dagnino e Tatagiba, 2007).

Nesse efervescente momento político brasileiro, a categoria “agricultura familiar” ganha visibilidade como ator político, obtendo ganhos como o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF(Carneiro,1997) e essa visibilidade coincide com a discussão da necessidade de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, que baseada nos princípios agroecológicos e sob pressão dos agricultores familiares organizados vai “abrindo as trincheiras” para a participação (Caporal, 2004; PNATER, 2004).

Estas “trincheiras da participação” vão se abrindo, nos mais diversos conselhos gestores de políticas públicas, a exemplo, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural -CMDRs, Câmaras técnicas de agências financeiras, entidades representativas da categoria, comitês de bacias hidrográficas, núcleos organizados de movimentos sociais, organizações não-governamentais, dentre outros, visando proporcionar:

- a) Identificação de idéias das pessoas e dos grupos sociais e suas próprias perspectivas sobre desenvolvimento e melhoria de vida (Projetos individuais e coletivos);
- b) Colocação em questão das referidas idéias mediante contra-exemplo e questionamentos (Problematização da realidade);
- c) Negociação de significados para introdução de novos conceitos, novas possibilidades;
- d) Utilização das novas idéias testadas e aprovadas em outros contextos (sistematização para avaliação e possibilidade de replicação, respeitando as potencialidades de cada contexto) (Lima,2004).

Nesses espaços se dá a definição dos projetos agropecuários prioritários ao município, região, território, etc, sendo de fundamental importância à participação dos agricultores familiares nas etapas de elaboração, gestão e avaliação dos mesmos, pois participando desde a elaboração do projeto agropecuário, estes atores se apropriam dos objetivos do mesmo e, mais facilmente, assumem co-responsabilidade com os resultados alcançados.

Através dessa participação se fortalece o princípio do “aprender a aprender, fazendo” que pode contribuir para diminuição da assimetria que parece existir entre o saber do educador-extensionista, considerado superior pela sua cientificidade, e dos agricultores familiares, desvalorizado pela sua “popularidade”, de senso comum. Participando mais diretamente, de todo o processo os agricultores tornam-se protagonistas dos seus próprios projetos produtivos, e por que não dizer, projetos de vida.

No entanto essa participação não se dá num campo neutro e sim num campo conflitivo que oferece riscos para ambas as partes envolvidas nesse processo de aprendizagem. Como nem técnicos, nem agricultores estão familiarizados com tal prática, nos primeiros pesa a mácula histórica de não admitir a possibilidade de compartilhar saber/poder. Os segundos pela inexperiência participativa, muitas vezes tornam-se descrentes na possibilidade de mudanças efetivas desse processo, ou, por vezes, massas de manobra e manipulação nas mãos dos primeiros (Schneider, 2004).

Caporal (2004) propõe uma tipologia para a participação dos agricultores em programas e projetos, composta por oito tipos que apresentamos a seguir:

- 1) **Participação manipulada:** A participação é simplesmente um engano. Dá-se através da presença de pseudos representantes das “pessoas” em um espaço oficial,

sem que tenham sido eleitas para representá-las. Assim mesmo, estes representantes não têm nenhum poder real;

- 2) **Participação passiva:** As pessoas participam na medida em que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já vem sendo realizado. Se trata de um anúncio público, unilateral, realizado por uma administração ou gerente do projeto para informar aos “participantes”;
- 3) **Participação por consulta:** As pessoas participam através de consultas realizadas à elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim, a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada;
- 4) **Participação por incentivos materiais:** As pessoas participam sendo retribuídas com recursos em troca disso. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com os campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam na experimentação nem no processo de aprendizagem;
- 5) **Participação funcional:** É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinado projeto. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto;
- 6) **Participação interativa:** As pessoas participam, de forma conjunta, na análise da realidade, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não como meio para alcançar os objetivos do projeto;
- 7) **Participação mediante acompanhamento:** As pessoas atuam, de forma conjunta e com o apoio de organizações externas; que respeitando suas dinâmicas de ação social coletiva, complementam suas carências, depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processo de aprendizagem coletiva. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos participantes;
- 8) **Automobilização:** As pessoas participam, independentemente de agentes ou instituições externas. Elas se envolvem com instituições externas para obtenção de recursos, sejam financeiros ou técnicos, mas mantém o controle sobre como e quando tais recursos devem ser usados.

Partindo da análise de tal tipologia e considerando os riscos citados anteriormente é possível afirmar que somente os três últimos *tipos ideais* propostos pelo autor, estariam comprometidos com a construção de um processo participativo emancipatório, visando autonomia dos agricultores familiares e fundamentado numa troca simétrica de saberes com os educadores-extensionistas.

Tal compromisso, como nos lembra Freire (1983), deveria nortear a ação daqueles que entendem ser

uma posição errada aquela que simplesmente almeja o repasse de informações aos agricultores ou então a obrigação da adoção de uma tecnologia, não lhe cabe [*ao extensionista*] portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las, não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Essa é uma posição deveras ingênua (...), ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Um passo crucial é estar inserido na realidade do agricultor, para então poder realizar seu trabalho, de acordo com as necessidades locais, porque o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1983).

Nesse contexto é possível concluir que a formação do educador rural deve proporcionar-lhe competências para elaborar projetos agropecuários viáveis não somente do ponto de vista técnico e econômico, mas também do ponto de vista ambiental e social, respeitando a cultura e os saberes dos agricultores, desenvolvendo, difundindo, experimentando e avaliando tecnologias e inovações adaptadas aos agroecossistemas e, impulsionando a participação social em todas as fases do projeto, no caminho da mobilização de que nos fala Caporal (2004).

Bibliografia:

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF.** *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRRJ), v. 8, p. 70-85, 1997.

CARON, P. SABOURIN, E. (Orgs.) **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil.** Brasília: EMBRAPA, 2003.

DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- DAGNINO, E. TATAGIBA, L. (Orgs.) **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó (SC): Argos, 2007.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JR, A. R. **O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social**. 1ª. Edição. SAO PAULO: MARCO ZERO/CNPQ/UNB, 1989.
- LIMA, I. de S. **Aspectos Didáticos da Extensão Rural para o Desenvolvimento Local**. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.GT – comunicação científica e ambiental. Porto Alegre. 2004.
- MDA/SAF/DATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2004.
- MEC – Educação Profissional. **Referências Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área Profissional: Agropecuária**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sentec/arquivos/pds/agropecu.pdf>
- NORONHA, J. F. **Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica**. São Paulo: Atlas, 1987.
- PIRES, M.L.S. *A (re)significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate*. In: TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço. 2003.p: 45-69.
- SABOURIN, E. *Manejo da inovação na agricultura familiar do agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento*. In: SILVEIRA, L. et al. (Orgs). **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.p:117-199.
- SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SILVEIRA, L. et al. (Orgs). **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- TAVARES DE LIMA, J. R. (ORG). **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Recife: Bagaço. 2003.
- TAVARES DE LIMA, J. R. e FIGUEREDO. M. A. B. **Extensão Rural, desafios dos novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço. 2006.
- WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. **Olhares sobre o "rural" brasileiro**. *Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, (UFCG) v. 23, p. 05-35, 2004.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**A INSERÇÃO DOS TÉCNICOS FORMADOS PELO CURSO CTADS NO APOIO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UNAÍ: ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Suênia C. R. de Almeida¹
Cláudia Dansa²
Mônica C. Molina³
José H. V. Xavier⁴
Marcelo Nascimento de Oliveira⁵
José L. F. Zoby⁶

Resumo

O presente texto discute a experiência de formação continuada de um grupo de atores locais, filhos de agricultores assentados da Reforma Agrária e ex-alunos do curso de alternância da Escola Agrícola de Unaí, visando a constituição de uma equipe de assessoria técnica da agricultura familiar, vivenciado no contexto de um projeto de capacitação, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por meio da utilização de instrumentos metodológicos estimuladores da participação foram realizados planejamentos estratégicos em dezenove comunidades/assentamentos da Reforma Agrária, no município de Unaí, bem como, elaborado e implementado planos de ação. No decorrer de dezoito meses, esses atores locais vivenciaram a convivência e problematizaram o mundo do trabalho da assessoria técnica, com seus limites e possibilidades. A implementação do enfoque sistêmico nas práticas dos novos agentes de desenvolvimento não depende da vontade política do sujeito técnico, supostamente detentor do saber tecnológico, mas, exige contextos e sujeitos abertos e cooperativos, além de temporalidades contínuas.

Palavras chaves: Agricultura Familiar, Formação Continuada, Agentes de desenvolvimento.

1. Introdução

Segundo Becker (2005), o discurso da sustentabilidade tem como elementos básicos: a eficácia, a diferença e a descentralização. O primeiro diz respeito à eficácia na utilização de recursos, por meio da informação e de novas tecnologias poupadoras de matérias-primas, que permitam diminuir o consumo energético e garantam seu reaproveitamento. O segundo, que a diferença se expressa pela necessidade da inovação permanente e a garantia da diversidade de mercados e recursos, acompanhadas por contextos sociais e políticos valorizadores dos

¹ Embrapa Cerrados.

² UnB.

³ UnB.

⁴ Embrapa Cerrados.

⁵ Embrapa Cerrados.

⁶ Embrapa Cerrados.

recursos locais. E, por último, a descentralização que garanta a instituição de novas maneiras de planejar e governar. Esse conceito permite pensar a gestão do território com base

...na parceria entre todos os atores do desenvolvimento e, através da discussão direta, as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. (Becker, 2005, p 296).

Para tanto, é necessário desencadear um conjunto de ações que possibilitem que os atores locais desenvolvam as suas potencialidades para atuar nessa nova ordem. Por esse motivo, compreende-se por que o discurso do capital social, entendido como o conjunto formado pelo meio ambiente, capital físico, organização social e desenvolvimento de tecnologias, esteja tão propalado pelas agências de desenvolvimento e financiamento. Isso porque, o subdesenvolvimento está associado a ambientes sociais onde o baixo nível de cooperação humana inibe processos de inovação tecnológica, sociais e organizacionais (ARBIX, 2001).

Em relação aos assentamentos de reforma agrária, há uma complexidade própria das relações sociais, com uma intensidade ainda maior, pelo espaço de vivência que compartilham os assentados. Ambientes onde o conflito está presente de forma crua, proveniente não apenas do confronto com os outros, o latifúndio e o Estado, mas, sobretudo, com o outro, o assentado. Um encontro, onde os sujeitos se produzem e, ao se produzirem, como assentados, tornam-se aprendizes de novas relações sociais, densas e identitárias. Mas, que precisam necessariamente, de processos de aprendizagens e inovações que permitam a reprodução da família e a recriação de espaços de vivências e convivências.

Nesse sentido, desencadear processos formativos de atores locais a fim de constituir novas capacidades e competências, parece um caminho possível para contribuir com a promoção de mudanças significativas no desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária. Contudo, quando se fala de formação não significa limitar-se ao único saber-fazer técnico, habitualmente empregado nos cursos de capacitação. Trata-se de pensar em processos longos de aprendizagem dos diferentes sujeitos para refletir e agir com vistas a construir processos de desenvolvimento.

Para isso, é fundamental promover aprendizagens aplicáveis na ação, o que é diferente de simples transferências de conhecimentos, tecnologias ou receitas. Entretanto, essa aprendizagem espontânea baseada na ação não basta por si só. Um esforço pedagógico e metodológico específico de educação permanente faz-se necessário para garantir a eficiência e a qualidade das competências construídas e aprendidas (TONNEAU e SABOURIN, 2007).

A partir dessas reflexões, particularmente em relação às fragilidades de formação de técnicos para apoiar o desenvolvimento local com ênfase na agricultura familiar e incorporando os princípios do desenvolvimento sustentável, foi desenvolvido o projeto de capacitação de agentes de desenvolvimento com os ex-alunos do Curso de Técnicos em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável (CTADS). O presente texto aborda a experiência de formação de agentes de desenvolvimento e analisa sua inserção no contexto de apoio aos assentamentos de reforma agrária no município de Unaí-MG.

2. A dinâmica do processo

O processo de capacitação dos egressos do curso de alternância teve como uma das bases os princípios de intervenção e os instrumentos metodológicos construídos no projeto Unaí, bem como, o suporte teórico e prático das aprendizagens anteriores. Em 2004, iniciaram-se as discussões para a ampliação da escala de utilização da metodologia do Projeto Unaí e de suas referências técnicas, econômicas e sociais. Essa ampliação se estrutura em 2006 por meio do projeto de capacitação⁷, denominado projeto MDA.

Essa ampliação é baseada na constatação que a ampliação da escala de utilização dos dispositivos metodológicos gerados, bem como das referências técnicas, econômicas e sociais é estruturante para que as organizações sociais potencializem suas capacidades e protagonizem seu processo de desenvolvimento. Embora se reconheça que a associação de um assentamento seja fundamental para a estruturação dos assentados como grupo social, sua ação isolada é limitada para implementar os meios materiais e financeiros e impulsionar os sistemas de produção, fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos assentados e suas famílias e, para o fortalecimento mais geral da organização social. Por essa razão, em maio de 2004 foi estabelecida uma estratégia a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí, visando implementar algumas atividades que integrassem todos os agricultores dos diversos assentamentos do município.

Inicialmente, foram formados grupos compostos por técnicos da Embrapa Cerrados, Emater e dirigentes do Sindicato para atuarem junto a todas as associações de assentados, numa ação para identificar as principais demandas e prioridades ligadas aos aspectos da produção e comercialização. Sistematizadas as informações, tornou-se clara a necessidade de

⁷ Projeto “Capacitação de agentes de desenvolvimento e produtores para promover o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Unaí-MG”, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

criação de mecanismos organizacionais no âmbito local e municipal para dar suporte ao processo de desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária e das organizações dos assentados, sobretudo no que se referia à incorporação e capacitação de técnicos para atuarem como agentes de desenvolvimento.

Esse seria, portanto, um contexto adequado para a apropriação e adaptação desses métodos de intervenção que possibilitassem o exercício do novo agente de desenvolvimento, teoricamente formado no curso de alternância, e reivindicado tanto pelas organizações sociais quanto pela realidade circundante. Mesmo compreendendo que a simples transferência de conhecimentos e metodologias gestados no projeto Unaí não significasse, *a priori*, a aquisição das competências almejadas para esse novo sujeito, pensado e discutido durante o período do CTADS, sem dúvida esta seria uma oportunidade. Pois, de acordo com Tonneau e Sabourin (2007, p. 311),

..a competência é um “poder” para agir, não de modo absoluto, mas em função de uma situação dada que pode ser de ordem técnica, social (legitimidade), econômico.

Dessa maneira, poder-se-ia desenvolver competências por meio dessa ação. Partindo dessas premissas, buscou-se alcançar esses objetivos, especialmente, atender as demandas das organizações sociais por uma nova assessoria técnica que considerasse a realidade dos assentamentos da reforma agrária.

Dentre os dispositivos metodológicos utilizados estão, o diagnóstico rápido e dialogado (DRD), o planejamento estratégico participativo (PEP), plano de ação, construção de referências a partir do banco de informações do projeto Unaí, além de tentativas de inovações dos dias no campo e campanhas de capacitação em temas específicos. No decorrer do percurso, foram realizadas oficinas de planejamento, capacitações temáticas, restituições e avaliações tanto com os agricultores, nos assentamentos, quanto com o grupo de técnicos. Com os técnicos as oficinas de avaliações foram uma constante, em face dos problemas relacionados à integração como equipe e aos procedimentos metodológicos, técnicos, logísticos e políticos.

As atividades iniciaram com o planejamento estratégico participativo do projeto. Participaram dessa primeira etapa, o grupo de técnicos⁸, a equipe técnica da Embrapa do projeto Unaí e representantes do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Unaí (STR). Nesse momento, tinha-se a intencionalidade de planejar a ação do grupo de técnicos

⁸ Na nomenclatura do projeto MDA, os técnicos são denominados estagiários.

com base nos pressupostos trabalhados no CTADS, a fim de resgatar os princípios filosóficos do perfil do técnico e suas competências.

A preocupação com a qualidade do trabalho a ser desempenhado e, ao mesmo tempo, que o diferenciasse daquele que historicamente vem sendo praticado pelos serviços de assistência técnica e extensão rural convencional predominou nos debates. Além disso, o desafio de atuar numa dimensão com mais de vinte assentamentos e aproximadamente 1600 famílias, exigia pensar ações onde os espaços de diálogo com os agricultores não se restringissem à família, mas ao conjunto das famílias assentadas. Essa preocupação partia da constatação de que os agricultores desejavam uma assessoria individual à semelhança daquela que ocorre nas grandes propriedades do entorno, onde há a disposição de técnicos em cada fazenda monocultora. Assim, a discussão ficou centrada no dilema entre a assessoria individual ou coletiva. Entre o desejo do agricultor no atendimento individualizado e as limitações de um grupo de onze técnicos.

Nesse contexto, optou-se pela assessoria ao conjunto das famílias assentadas, reunidas em grupos, tal como foi desenvolvido na experiência do projeto Unai. No entanto, visitas a lotes individuais, quando necessárias, seriam realizadas e transformadas em lócus de aprendizagens durante as atividades que fossem realizadas no assentamento para o conjunto das famílias. A opção por esse procedimento teve como base o entendimento de que a experiência individual tem um grande poder demonstrativo, não como modelo a ser seguido, mas como uma referência para ser discutida e, inclusive, melhorada. É desse ponto de vista que as experiências individuais, devidamente acompanhadas e registradas, podem colaborar para a aprendizagem prática do grupo em condições reais. Nesse sentido, a mescla entre encontros individuais e coletivos produziria impactos significativos nos processos de aprendizagens.

Outro aspecto que constituía preocupação para os técnicos era os diversos papéis que passariam a assumir no assentamento, a saber, filhos de agricultores, assentados e técnicos. Havia um sentimento de que os agricultores não fariam distinção desse novo papel o que poderia acarretar prejuízos na atuação como técnicos pela possibilidade da não-credibilidade dos serviços prestados. Ainda que a condição de filho de assentado pareça a princípio elemento de identificação e, por conseguinte, de aceitação por compartilharem as mesmas condições e realidades tornou-se um motivo de preocupação.

Por outro lado, a construção do projeto de assessoramento técnico partia de uma estratégia das organizações dos agricultores por meio das associações dos assentamentos e do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais o que legitimava do ponto de vista político, o conjunto de ações que iriam ser planejadas nos assentamentos.

Após a realização do PEP do projeto MDA e das reflexões acerca dessas inseguranças, partiu-se para a realização dos PEP's nos assentamentos. Foram utilizadas duas metodologias para priorizar as estratégias. Em sete assentamentos aplicou-se o PEP e nos demais se utilizou um questionário, que foi aplicado com cinco produtores indicados por cada assentamento com o objetivo de simplificar o processo de priorização. Após a sistematização das informações contidas nos questionários, os resultados foram discutidos em assembléias dos assentamentos. O processo de priorização das estratégias ocorreu nesses espaços. Os resultados dos temas priorizados estão apresentados nas Tabela 1 e 2.

Tabela 1. Temas* priorizados pelos assentados por meio de PEP.

Assentamentos							
Temas	Boa União	Brejinho	Canabrava	Estrela Guia	Papamel	Renascer	Saco Grande
Estradas	x	4°		x	x		4°
Água	1°	x		x	1°		3°
Produção			2°	x	x	3°	2°
Mercado (com venda coletiva)	x	x	x	x	x		
Saúde	x	x		4°	x		
Regularização		1°		1°		1°	
Casas				2°			
Assist. técnica	4°	2°	4°	x	x	x	
Tanque Leite	x			x	2°		
Pequenos animais	3°				x		x

* Os números referem-se à ordem de priorização pelos assentados para os quatro primeiros temas. Constam na tabela apenas aqueles que apareceram com maior frequência nos PEP's. A letra "x" refere-se a um tema priorizado, mas que não estava entre os quatro considerados principais.

Tabela 2. Temas* priorizados pelos assentados por meio do DRD.

Assentamentos												
Temas	Balsamo	C. Verde	N.Califórnia	Papamel Comunidade	Picos	S.J.Batista	S. Miguel	S. Marta	Sucuri	Tabocas	Tamboril	Vazante
Estradas	1°	3°	x	1°	x	2°	x	1°	2°			1°
Água	3°	x	x	2°		x	2°	x				x
Produção		x	x		2°	4°	1°	x		x	x	x
Mercado	2°	x	x			x	x	x	x	x		x
Saúde	x	x	x	x	x		x		1°			4°
Regularização										1°		3°
Casas		1°	1°	4°				4°				2°
Assist. Técnica		4°	x	x		x	x		x	2°		x
Tanque leite				x				x	3°			
P. Animais			x			x		2°				
Equip. Máq.		x	2°	x		x	x	x		3°		

** Os números referem-se à ordem de priorização pelos assentados para os quatro primeiros temas. Constam na tabela apenas aqueles que apareceram com maior frequência nas atividades de priorização realizadas a partir das restituições dos DRD's nos assentamentos. A letra "x" refere-se a um tema priorizado, mas que não estava entre os quatros considerados principais.

Em ambiente real e ao trabalhar-se com a abordagem de desenvolvimento as demandas das famílias não se relacionam somente à produção. Nos dezenove assentamentos/comunidades apenas em sete deles os aspectos produtivos apareceram entre os três prioritários (Tabelas 1 e 2). Assim, o contexto apresentava-se propício para o exercício do agente de desenvolvimento.

Operacionalmente, o sindicato dos trabalhadores rurais de Unaí promoveu uma reunião com os representantes das associações dos assentamentos para apresentar os resultados e estabelecer as diretrizes para implementação das ações, visando atender os temas priorizados. Uma comissão foi constituída com produtores e técnicos da Coopatec para solucionar os temas de recuperação das estradas e abastecimento de água, cujas sugestões foram encaminhadas para a prefeitura do município e para o INCRA- SR/28. A comissão tem acompanhado a implementação das ações, cujos resultados têm sido satisfatórios para os assentamentos que têm maior participação tanto na cobrança das atividades programadas quanto na implementação das mesmas.

Para o tema produção agropecuária, cada assentamento estabeleceu as prioridades direcionadas para os produtos que desejariam trabalhar. Dentre os produtos priorizados estão: milho, arroz, mandioca e feijão. No tocante a pecuária, a atenção voltou-se para a alimentação do rebanho como a formação de pastagens e capineira, destinadas a bovinos de corte e leite. Os demais temas foram objetos dos planos de ação que foram elaborados de acordo com as prioridades de cada assentamento.

Para atender as demandas por informações foram elaboradas cartilhas, contendo informações sobre: a) suplementação do rebanho na seca; b) cultivos, incluindo, cana e capineira e, c) plantio direto. Esses materiais foram elaborados pela equipe dos técnicos com o apoio dos pesquisadores da Embrapa Cerrados. As informações foram utilizadas nos percursos de capacitação dos agricultores por meio de reuniões em cada assentamento. Cada assentado recebeu cópia das cartilhas. Por abordarem muitas informações, cada assentamento selecionou aquelas que consideravam mais pertinentes para aprofundar na discussão. Esses procedimentos foram coordenados por meio de campanhas desencadeadas pela equipe técnica.

Um instrumento importante e que exigiu grandes esforços de aprendizagem foi a utilização das informações da rede de estabelecimentos de referências (RER) do projeto Unaí. O uso dos dados da RER pelos agentes de desenvolvimento pretendeu atender determinada demanda e/ou na capacitação dos produtores, permitindo observar um processo de produção real e explicar os resultados, levando-se em conta a situação do contexto produtivo.

Compreender o funcionamento global da exploração consiste em identificar a forma e os meios disponíveis, que determinam as orientações e o funcionamento dos sistemas técnicos de produção (Bonnal et al, 1994). É preciso conhecer as práticas dos produtores e as condições sob as quais elas foram adotadas, no âmbito dos cultivos e dos rebanhos, sua repercussão na mão-de-obra familiar, os resultados parciais dessas atividades e sua importância no resultado final da propriedade.

A rede foi um dos elementos para a capacitação dos agentes de desenvolvimento por disponibilizar informações que permitiram aos técnicos apoiarem os processos de desenvolvimento em uma situação de menor risco. As informações produzidas nas condições reais dos agricultores (tipo de solo, clima, infra-estrutura, mão-de-obra, equipamentos, etc) distancia-se do nível das opiniões, transformando-se em um instrumental para apoiar a tomada de decisão. No entanto, observou-se dificuldades por parte dos agentes de desenvolvimento na utilização dessas informações para a produção de material de apoio.

Mesmo assim, a RER foi utilizada como referência para a confecção do material didático. Nem sempre, ela se constituiu como fonte principal, visto que a mesma não contém informações sobre todos os tipos de cultivo. Dessa forma, a literatura convencional passou a ser o referencial, em especial, para o cultivo de maracujá, o qual apresentou demanda pelos assentados. Buscou-se, nos debates em torno das capacitações, focar os produtos no contexto dos sistemas de criação ou de cultivos que o assentado vivencia. Essa preocupação visou fortalecer a perspectiva do enfoque sistêmico.

Os percursos de capacitação nos assentamentos constituíram-se em momentos privilegiados para a comunicação, onde houve a possibilidade dos participantes exercitarem não apenas a oralidade, mas, acima de tudo, a escuta. São processos como esses que possibilitam que o diálogo possa ser construído a partir dos anseios e da realidade dos agricultores. Por esse motivo, a coordenação dessas reuniões foi um dos exercícios constantes da equipe técnica, a fim de que a constituição da assessoria técnica tenha como base o real.

Essas atividades, bem como o processo como um todo, foram, constantemente, avaliados com o intuito de reforçar o aprendizado por meio da ação-reflexão-ação. Observou-se que apesar do esforço de formação na perspectiva de não dissociar inovações técnicas de inovações sociais, os agentes de desenvolvimento avaliaram que houve concentração de ações nos aspectos produtivos, embora, os mesmos avaliassem que as maiores fragilidades dos assentados concentrassem-se nos aspectos organizativos.

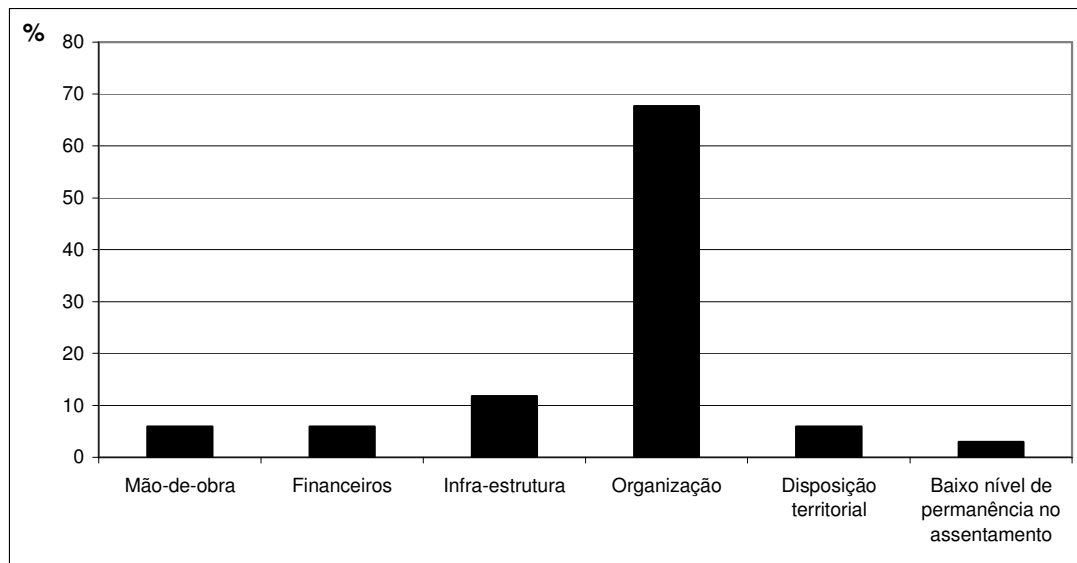


Figura 4.1 - Pontos fracos identificados pelos agentes de desenvolvimento nos 19 assentamentos/comunidades de Unaí-MG, ano agrícola 2007/2008.

De acordo com a avaliação desses, isso se deu em decorrência da facilidade em trabalhar com o sistema produtivo, temática que os mesmos têm maior afinidade. Além disso, a disponibilidade de material para consulta, a forte presença de cadeia produtiva nos assentamentos, bem como, as propostas de organização estarem, fortemente, entrelaçada com a produção determinou em grande medida esse resultado. Reconhecem, também, que o trabalho para o fortalecimento da organização demanda uma temporalidade diferente e o envolvimento efetivo das comunidades, o que dificulta a visualização de resultados em curto prazo.

A realidade impõe a construção de processos com sujeitos que se encontram distante das reflexões institucionais o que implica desafios maiores para a constituição do novo. Nesse sentido, ainda que os técnicos reconheçam avanços na sua maneira de interagir com os assentados, como por exemplo, o diálogo constante na criação de caminhos para a solução dos problemas identificados por meio de diagnósticos e planejamentos participativos, muito há que ser feito para a instituição de novas formas de apoio ao desenvolvimento.

3. Ensinamentos e perspectivas

Esse é um processo gradual de aprendizagens tanto da equipe técnica quanto dos agricultores que exige exercícios contínuos de respeito e cooperação, que apenas a vivência estabelecerá como prática. Arbix (2001), ao discutir sobre o gradualismo das mudanças sociais, utilizando-se do exemplo do trabalho de Greif, faz a seguinte ressalva:

...as tentativas de transferências institucionais caracterizam-se tão freqüentemente por insucessos (...) é bem mais simples transferir regras e normas, que crenças, estruturas e convicções.

Se transportado para esse processo de aprendizagem é plenamente válido, a medida em que estamos falando de valores. A construção de um novo agente de desenvolvimento envolve, além de instrumentos e métodos, a mudança radical de valores, tradições, crenças e formações discursivas enraizadas nas práticas institucionais de agências de pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica. Por este motivo, exercitar o diálogo, a escuta e o convívio com o diferente é tão fundamental, pois abre a possibilidade da institucionalização do diferente, que se pretende novo, ainda que constituído a partir de práticas já conhecidas, tais como reuniões técnicas, capacitações, entre outros.

As aprendizagens se pretendem abertas e, assim, o são. Nesse sentido, é importante frisar que a continuidade permanece necessária, pois as atividades aqui descritas desempenham um papel estruturante em processos de desenvolvimento, na medida que possibilitam as pessoas tornarem-se sujeitos por meio do pensar e do agir. A institucionalização dessas aprendizagens seja por meio das instituições tradicionais seja por novas como se pretende a Coopatec (Cooperativa de Assessoria Técnica para o Desenvolvimento Sustentável), darão a dimensão e importância que precisa ter para se tornarem espaços de trabalho. A possibilidade da cooperativa dos técnicos, a Coopatec, poderá vir a ser um caminho, onde essas aprendizagens possam de fato se espraiar.

Segundo Jara (1998), para a construção do desenvolvimento sustentável, é mister fazer surgir novos homens e mulheres, responsáveis por novas práticas sociais, novas práticas de convivência, novos processos administrativos e de cidadania. Novos, porque avessos ao clientelismo, ao autoritarismo, aos planejamentos que não priorizam o efetivo desenvolvimento de todos e para todos; porque adeptos da parceria, do diálogo, da construção comum.

A partir dessa experiência pode-se dizer que essa desejada mudança de postura de técnicos e produtores para enfrentar os desafios da construção do desenvolvimento em bases sustentáveis é também um processo de formação e capacitação. Por sua natureza ele é lento e, portanto, a formação necessita ser encarada como um princípio que garanta a sua continuidade tanto em processos formais (cursos, reuniões) como informais, materializados na vivência e convivência diária entre esses sujeitos.

4. Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. (2000). **"O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial"**. In Economia Aplicada, volume 4, nº. 2, abril/junho.
- ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. (2001). Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP.
- BECKER, B. K. (2005). A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: Castro, Ina Elias de. **Geografia: conceitos e temas**. 7ª. Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pg 271-307.
- BONNAL, P.; XAVIER, J.H.V.; SANTOS, N. A. dos; SOUZA, G.L.C. de; ZOBY, J.L.F.; GASTAL, M.L.; PEREIRA, E.A.; PANIAGO JÚNIOR, E.; SOUZA, J.B. de. **O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa-desenvolvimento: Projeto Silvânia**. Planaltina-DF: Embrapa – CPAC, 1994. 31p. (EMBRAPA-CPAC. Documentos, 56).
- DANSA, C. V. A., GREGOLIN, A.C. **Inovação na formação para Assistência Técnica e Extensão Rural: o Curso Técnico em Agropecuária e Desenvolvimento Sustentável em Unaí-MG**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, em Ribeirão Preto, de 24 a 27 de julho de 2005.
- FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- JARA, C.J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um projeto em construção**. Brasília/IICA: Recife: Seplan, 1998. 316 p.
- PEREIRA, J.R. Gestão social do desenvolvimento: o PRONERA e os assentamentos do entorno de Brasília. In: ANDRADE, M.R; DI PIERRO, M.C.; MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. de.(Org.). **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 185-210.
- SABOURIN, E., OLIVEIRA, N. M. e XAVIER, V. H. J. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG**. In: A política dos movimentos sociais para o mundo rural. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: vol. 15, nº 1, 2007: 23-61.
- TILLMANN, H.J.; SALAS, M.A. **Nuestro congreso: Manual de diagnóstico rural participativo**. Santiago de Puriscal – Costa Rica: PRODAF-GTZ, 1993. 180 p.
- TONNEAU, J. P. e SABOURIN, E. (2007). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 322p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**A PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE A MELHORIA DA QUALIDADE
VIDA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL NO
MUNICÍPIO DE ARMAZÉM - SC**

Dimas de Oliveira Estevam¹
Eder Silveira Campos²
Eduardo de Mello Machado³

Resumo

Este artigo apresenta uma síntese da pesquisa realizada nos municípios de Armazém, Gravatal e São Martinho, região do Sul do Estado de Santa Catarina, cujo objetivo foi analisar a contribuição da Casa Familiar Rural (CFR) de Armazém na melhoria da qualidade de vida das famílias na percepção dos pais. Essas experiências são conhecidas nacionalmente por CEFFAs (Centros Familiares de Formação em Alternância) que engloba outras modalidades de formação por alternância. A proposta dos CEFFAs objetiva a formação de jovens filhos de agricultores através da Pedagogia da Alternância que tem sua origem inspirada no modelo de ensino das *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) francesa. Neste projeto o jovem passa uma semana na CFR e duas semanas em sua propriedade aplicando o aprendizado adquirido durante a semana anterior. Esse modelo é considerado por diversos autores uma alternativa de formação para o jovem do meio rural, uma possibilidade de resgatar a auto-estima, adquirir novos conhecimentos, conhecer novas formas de trabalho e produção, além de manter o jovem junto de sua família. A pesquisa buscou conhecer a percepção dos pais sobre a importância da CFR de Armazém em relação a esses pressupostos descritos e identificar quais foram às melhorias na qualidade vida, à contribuição trazida pelo projeto para as famílias. A metodologia utilizada na coleta das informações foi à entrevista dirigida a cinco pais e cinco mães, tendo como critério de escolha dos entrevistados, na visão da equipe de monitores da CFR de Armazém, os mais participativos. Os resultados foram considerados positivos em relação à coerência em diversos aspectos da proposta. Entretanto quanto a participação mais ativa dos pais e das mães no desempenho de suas atribuições quer seja na participação no processo de formação dos jovens, nas discussões da associação e na comunidade, ainda se encontra restrito e limitado.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural (CFR), Pedagogia da Alternância; Formação

1. Introdução

O debate sobre a educação do campo é muito controverso, pois visão daqueles que elaboram as políticas públicas para o meio rural tem uma concepção urbanista de mundo, sem levar em conta suas especificidades. Nesse sentido, com o processo atual de nucleação das

¹ Economista, Mestre em Administração e doutorando em Sociologia Política pela UFSC. Professor da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). Membro do Grupo de pesquisa trabalho, subjetividade e políticas públicas da UNESC/CNPq. Esse Projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo edital 030/2007 do Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa – PIBIC VII - UNESC / CNPq. E-mail: www.doe@unesc.net

² Graduando do Curso de Economia da UNESC e bolsista do programa PIBIC VII.

³ Graduando do Curso de Economia da UNESC e bolsista do programa PIBIC VII.

escolas do Ensino Fundamental e, até mesmo do Ensino Médio, essa valorização de saberes urbano sobressaem, ainda mais em relação aos do campo.

Cabe ressaltar que esse processo de desvalorização não é novo, ocorre desde longa data, como uma manifestação significativa da moderna urbanização que refletia a nova configuração capitalista e industrial nascente - onde a figura do homem da cidade ganhava status como modelo de sofisticação intelectual, de bom gosto, de elegância, etc., em contraste gritante com a visão do habitante do campo ou da pequena cidade provincial, refletindo a própria disputa de modelos de sociedades - no Brasil não seria diferente (ESTEVAM e ETCHEVERRY, 2006). Criou-se aqui, também, uma imagem discriminatória em relação aos habitantes do campo, a qual está exemplificada na figura folclórica do *Jeca Tatu*⁴ com seu estereótipo inocente e tosco. Assim, os estigmas da inadequação e do atraso fazem daqueles que vivem no campo suas principais vítimas, minimizando-os e atrelando-os a ideologia dominante. Uma população que por força da rotulação, se torna invisível (NASCIMENTO, 2003).

Para Soares *et alli* (2005), existem diversas formas de tornar uma pessoa invisível. E uma delas é o preconceito ou a indiferença que significa projetar sobre alguém um estigma, que seria o mesmo que anulá-lo. Quando se faz isso, se vê na pessoa apenas o reflexo da intolerância e aquilo que distingue como indivíduo desaparece. Rotular alguém é dissolver a sua identidade e substituí-la por uma caricatura que se impõe a ela. Para o autor lançar um estigma sobre o outro é o mesmo que acusar é uma forma de ocultá-lo a sua consciência crítica.

E, isso foi projetado ao longo dos séculos sobre aqueles que vivem no meio rural. Por isso, nem mesmo quando havia projetos educativos voltados para o campo era visto pelos agricultores como algo positivo. Para Brandão (1985), as famílias nunca esperaram da educação um meio para inserir seus filhos no mundo rural, mas ao contrário para tirá-las do campo. Todo o processo de formação para a grande maioria da população rural, impôs a estas pessoas a conformidade, a passividade e a adaptação ao mundo urbano, conforme o autor:

As famílias de trabalhadores rurais não esperam da educação na escola rural uma educação rural. Sabem e dizem que o horizonte de vida e trabalho subalterno de seus filhos é a periferia das cidades. Não mostram o menor interesse em verem seus filhos aprendendo na escola o ofício de que se querem ver livres, porque são

4 O “Jeca Tatu” é um personagem do humor brasileiro criado por Monteiro Lobato e depois, adaptado e interpretado no cinema por Mazzaropi que caracteriza o homem do campo como distraído, ingênuo entre outros estigmas. Esse personagem foi criado em meados do século XX e passou a ser uma representação social imaginária das pessoas da cidade em relação aos que vivem no campo, num período de intensa desvalorização da economia familiar e de subsistência, tendo contraponto valorização do homem urbano. Ver a respeito (DEL PRIORE et al. 2006; NASCIMENTO, 2003 e o site [http:// www.lobato.com.br](http://www.lobato.com.br)).

expulsos de sua condição. Consideram a escola como uma agência a mais de um mundo hostil, que eles não dominam e de onde emanam as ordens que destrói o seu modo de vida. Por isso esperam da escola que estando no lugar rural, ajude a destruir a condição de vida rural, reproduzindo o saber, o valor e a motivação para o mundo urbano que é o horizonte do filho (p. 243).

Todavia, apesar de certas ações intervirem de maneira negativa no meio rural, fazendo o contrário do que se propõem, ao invés de enraizar essa juventude no meio rural em suas comunidades alimentam, mesmo que indiretamente, a própria fuga, a migração para o meio urbano. Entretanto não se pode esquecer que o homem do campo também é um ator social, ao se abordar essa realidade social se verifica também dimensões de resistência, dessas tentativas de se inserir autonomamente nessa realidade. Não se pode esquecer que apesar dessa invisibilidade alimentada através desses estigmas, ou de políticas públicas que direta ou indiretamente transmitem esse tipo de ações de discurso hegemônico, não se pode esquecer do homem do campo como sujeito de sua própria história e suas dimensões de resistência a esses próprios estereótipos.

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou avaliar, a partir da percepção dos pais a importância da CFR de Armazém em relação à melhoria da qualidade de vida, na superação desses rótulos (estigmas) e na mudança do comportamento desses jovens em relação ao meio rural. Para obter respostas e esses questionamentos, a pergunta de pesquisa foi formulada da seguinte maneira: qual a contribuição do projeto para o desenvolvimento sócio-econômico das famílias na percepção dos pais?

O objetivo da presente pesquisa é analisar a contribuição da CFR de Armazém na melhoria da qualidade de vida das famílias na percepção dos pais, a fim de identificar as inovações implementadas nas propriedades por essa experiência. E os específicos são: identificar o comportamento e a motivação do jovem depois de frequentar a CFR; analisar as repercussões na melhoria da qualidade de vida e trabalho na propriedade; identificar as sugestões de mudanças para a CFR; analisar as repercussões do projeto na comunidade; identificar se há relação há a aplicação do conhecimento na propriedade e analisar se há preconceito dos que vivem na cidade em relação ao campo.

A escolha da CFR de Armazém justifica-se por ser um programa novo (criado em 2002) e considerado uma experiência inovadora em termos de formação de jovens para os municípios e a região de abrangência. A entidade denominada de Organização Não-Governamental formada e administrada por uma associação de famílias de agricultores (pais, mães e jovens). A pesquisa parte da idéia de que o trabalho de formação desenvolvida pela CFR tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das famílias associadas. Para

atingir os objetivos propostos da pesquisa foram entrevistados pais e mães para verificar se tais premissas se confirmam ou não na percepção dos mesmos.

Em conversas informais com a equipe de professores e monitores que trabalham na CFR, os resultados alcançados em termos econômicos e sociais são considerados positivos. Contudo existe uma lacuna a ser preenchida em relação às opiniões dos pais e mães quanto aos resultados práticos percebidos por eles.

Ciente da complexidade de um tema interdisciplinar que traz entre outras questões os aspectos econômicos, sociais e pedagógicos; esta pesquisa se propõe, ainda que superficialmente, contribuir para o aumento do conhecimento disponível sobre formação de jovens filhos de agricultores, especialmente sob a percepção das famílias envolvidas.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira. Além desta seção de caráter introdutório, o item dois – Referencial Teórico – aborda de forma sucinta a produção acadêmica sobre o tema; a seção 3 a metodologia da pesquisa dividida em duas partes, enquadramento metodológico, e a população e amostra; o item 4 – apresenta os resultados da pesquisa, ou seja, a percepção dos pais sobre o trabalho desenvolvido pela CFR de Armazém em relação à melhoria da qualidade vida, entre e outros temas abordados; o item 5 – Considerações Finais – aborda sobre os resultados finais, limitações da pesquisa e sugestões para outras investigações. A seção 6 – Referências utilizadas na pesquisa.

2. Referencial Teórico

Para compreender a origem do projeto das Casas Familiares Rurais (CFRs) é preciso retornar a década de trinta do século passado. Nesta época a agricultura francesa, passava por uma grande crise; além disso, a educação para o meio rural tinha sua proposta voltada para a valorização dos aspectos urbano, incompatível com a realidade dos jovens dos rurais. Outro problema era que os jovens para estudar precisavam deixar a propriedade, pois as escolas se localizavam no meio urbano. Diante destas deficiências no sistema de ensino oferecido pelo Estado, os agricultores, líderes sindicais e a igreja tomaram a iniciativa de criar uma escola alternativa pautada na preocupação em oferecer aos jovens uma formação vinculada com a sua realidade, possibilitando um aprendizado teórico/prático em que não fosse necessário abandonar as atividades na propriedade (DUFFAURE, 2001).

Segundo Gimonet (1998), sem estruturas escolares estabelecidas e sem referência a qualquer teoria pedagógica, eles imaginariam um conceito de formação que proporcionaria aos seus filhos educação, formação e preparação para suas futuras profissões. Eles criaram

empiricamente uma estrutura de formação que seria da responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, partindo do pressuposto nos quais os conhecimentos a adquirir se encontrariam, sem dúvida, na escola, mas também e antes de tudo, na vida cotidiana, na produção agrícola, na comunidade da vila, ou seja, no fazer, na experiência concreta, partindo ainda da premissa de que “a vida ensina mais do que a escola”.

Os bons resultados obtidos desta iniciativa, possibilitou a elaboração de uma proposta melhor formulada. Depois desta experiência inicial, o projeto se expandiu rapidamente por toda a França. A partir de 1945 foi iniciado o processo de expansão para fora do território francês, primeiramente foram outros países da própria Europa, seguidos dos africanos, depois América, Ásia e Oceania. Atualmente, são mais de 1.000 CEFFAs distribuídas pelos continentes e organizadas em Uniões Nacionais e Associações locais, vinculadas à Associação Internacional das *Maisons Familiales Rurales* (AIMFR), com sede na França (ARCAFAR-Sul, 1994 e MFR, 2008).

No Brasil, conforme Queiroz (2004), a experiência foi implantada no Estado do Espírito Santo em 1968. Devido a diversidade de experiências existentes no País convencionou-se chamá-las de CEFFAs, que estão organizadas em oito diferentes denominações: Escolas Família Agrícola (EFAs), Casas Familiares Rurais (CFRs), Escolas Comunitárias Rurais (ECORs), Escolas Populares de Assentamentos (EPAs), Escolas Técnicas Agrícolas (ETAs), Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), Casas das Famílias Rurais (CdFRs), e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

Em as experiências de CFRs a primeira surgiu no Nordeste, mais precisamente no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, no ano de 1981. Após alguns problemas locais, o projeto acabou sendo desativado, vindo surgir depois no município de Riacho das Almas, no Estado de Pernambuco, em 1984, numa região do agreste nordestino. Depois o projeto se expandiu para outras regiões do País, migrando primeiramente para a Região Sul (Paraná), no ano de 1987. Ali foram iniciadas as discussões envolvendo os agricultores e autoridades locais, possibilitando o início da implantação da primeira CFR, dois anos depois, no município de Barracão-PR. Já em Santa Catarina, no ano de 1991, nascia à primeira Casa Familiar Rural, em Quilombo, município do Oeste Catarinense. Atualmente, existem vinte e cinco CFRs em funcionamento distribuídas nas mais diversas Regiões, entretanto a grande maioria se concentram na região de origem - o Oeste (ESTEVAM, 2003).

Com o crescimento do projeto na Região Sul do Brasil foi necessário criar uma coordenação regional para padronizar e coordenar as atividades. A partir desta necessidade no

ano de 1991 foi criada a ARCAFAR-Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil), como órgão oficial de representação das CFRs do Sul do País, com sede no município de Barracão – PR.

Segundo Estevam (2003, p.19), uma CFR é definida como “uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma formação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade”. Nesse local, além dos conteúdos de formação geral e profissional, os filhos dos agricultores podem concluir o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries sem abandonar suas atividades no campo. Outra especificidade do projeto é que a mesma é administrada por uma Associação de pais e lideranças das comunidades locais, constituindo-se uma Organização Não Governamental. As atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na CFR têm como método de formação a Pedagogia de Alternância⁵, em que o jovem passa uma semana na Casa Familiar em internato e duas semanas nas propriedades aplicando o conhecimento adquirido.

A responsabilidade na formação dos jovens é dividida conjuntamente entre pais e monitores. Juntos eles discutem os planos de estudo e as práticas a serem adotadas na propriedade e na Casa Familiar e ainda definem os papéis na relação entre pais e filhos. O período de duração do curso é de três anos, permitindo ao jovem completar os estudos sem abandonar suas atividades e ao mesmo tempo utilizar a propriedade dos pais como elemento principal de sua formação.

Outro aspecto interessante das CFRs são as parcerias realizadas entre as mais diversas entidades e instituições. Como por exemplo: com o Poder Público que além de auxiliar na manutenção, também é o responsável pela contratação dos monitores, professores e governanta; os pais auxiliam com a alimentação produzida em suas propriedades e demais entidades que são responsáveis por prestar assessoria na parte técnica, logística, pedagógica entre outras. A proposta da Pedagogia da Alternância representa uma perspectiva de desenvolvimento adequado á realidade rural, formando jovens que conheçam sua realidade e aprendam a partir dela. Além disso, segundo Passador (2000):

O envolvimento da comunidade é primordial para a consecução dos objetivos do Projeto, cuja implantação só acontece a partir da demanda da própria comunidade. A partir daí, começa a se desenvolver o senso de responsabilidade pelas escolas, a busca por soluções para os problemas da região, a valorização do agricultor como cidadão e como profissional. Conseqüentemente, o Projeto acaba despertando a iniciativa e a participação comunitária, além de uma atuação conjunta por parte dos

⁵De acordo com Nogueira (1999), “tem-se identificado à alternância, que corresponde ao ritmo em que os jovens agricultores se alternam nos períodos passados com as famílias e aqueles em que desenvolvem suas atividades na Casa Familiar” (p. 12). Para saber mais sobre CFR, CEFFAs e Pedagogia da Alternância ver (SILVA, 2000; ESTEVAM, 2003; QUEIROZ, 2004 e GIMONET, 2007 e outros).

órgãos executores e parceiros do Projeto. E ainda, cria projetos de desenvolvimento regional oriundos das aspirações da população local e dos ensinamentos da Casa Familiar Rural.

As Casas tem evoluído de acordo com a maturidade política das comunidades. Nas cidades em que as lideranças constituídas e os agricultores compreendem suas atribuições junto ao Projeto, este se torna a mola propulsora da agricultura no município ou na região (p. 02).

A ênfase na participação dos pais e da comunidade que de acordo com Silva (2000) e o “vai e vem” que a alternância possibilita entre a propriedade e a CFR, objetiva confrontar os jovens, no processo de aprendizagem, com situações reais entre o mundo escolar e o mundo vivido. Na busca constante de articulação entre os universos muitas vezes opostos entre a teoria e a prática; do mundo escolar com o mundo da vida real e entre o mundo abstrato e o mundo concreto, a alternância coloca frente a frente essas realidades diferentes: a escola com a sua lógica da transmissão do conhecimento e a família com a sua lógica de pequena produção. Deste modo, a formação por alternância apresenta uma dinâmica que traz consigo a relação entre o meio escolar e o meio familiar. Assim, o jovem aprende através da interação entre prática e teoria, que se unificam em cada etapa da alternância.

3. Metodologia da pesquisa

A abordagem metodológica qualitativa foi à escolhida pela natureza do objeto de pesquisa, apresenta-se como a mais apropriada para investigar e apreender o objeto; afim de mais que medir a amplitude, revelar as singularidades e as contradições.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

O critério utilizado na seleção foi à representatividade dos atores sociais, normalmente designados como amostra intencional. De acordo com Thiollent (1985), refere-se a um pequeno número de pessoas escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação ao tema em estudo. Por isso os pais e as mães escolhidos para compor a amostra tiveram por critério os considerados mais atuantes e participativos, na visão da equipe de monitores da CFR de Armazém. A coleta das informações foi feita através de entrevistas realizadas nas propriedades dessas famílias, abrangendo as comunidades dos três municípios (Armazém, Gravatal e São Martinho) que compõem a área de atuação da CFR de

armazém. O roteiro de entrevista foi composto por uma série de perguntas abertas dirigidas aos cinco pais e as cinco mães escolhidos. Sendo que as respostas foram gravadas e depois transcritas, a fim de realizar a interpretação das respostas obtidas. O período da realização das entrevistas foi o mês de abril de 2008.

4. Apresentação e análise dos Conteúdos

A CFR de Armazém trabalha com os mesmos princípios e fundamentos da Pedagogia da Alternância no processo de formação e complementado pelo Ensino Fundamental. Atualmente estão matriculados 62 jovens divididos em três turmas, já se formaram 17 jovens. A Casa Familiar é administrada por associação de pais, mães e jovens composta por aproximadamente 80 famílias associadas residentes nas comunidades rurais dos municípios de Armazém, Gravatal e São Martinho Sul do Estado de Santa Catarina.

A CFR de Armazém atualmente é mantida pelo poder público municipal e estadual, entidades governamentais nacionais e internacionais, também contribuem são recursos decisivos para a manutenção do projeto. Além de contar com apoio das famílias no fornecimento da alimentação durante o período em que os jovens se encontram em alternância na CFR. Ou seja, a manutenção da Casa Familiar é constituída por uma rede de parceiros que além dos convênios estabelecidos auxiliam direta e indiretamente a manter o projeto

O objetivo da presente pesquisa foi analisar a contribuição da CFR de Armazém na melhoria da qualidade de vida das famílias na percepção dos pais. Identificar se houve inovações implementadas nas propriedades por essa experiência. Se o trabalho desenvolvido pela CFR de Armazém está contribuindo para a geração e manutenção de emprego e geração de renda, na melhoria da qualidade de vida, no resgate da auto-estima dos jovens.

Através das entrevistas feitas junto aos pais e as mães procurou-se identificar a percepção dos mesmos em relação às ações desenvolvidas pela CFR. Os resultados são apresentados, a seguir, de forma agrupada e sintetizada das falas que foram selecionados alguns trechos das falas, devido aos limites de páginas do artigo:

4.1 O comportamento e a motivação do jovem depois de freqüentar a CFR

Neste item foram agrupadas e resumidas algumas das falas de mais de uma questão do roteiro de entrevista. O objetivo foi verificar se os pais e as mães percebiam

mudanças no comportamento e na motivação de seu filho depois que começou a freqüentar a CFR. As respostas obtidas foram as seguintes:

(...) antes de ir pra lá, ele sempre tinha bastante idéia, bastante idéia, depois de lá ele mudou o jeito de tudo, só que eu to achando errado, já falei pra ele algumas vezes, ele tem que praticar o que ele aprendeu lá. Mas não, ele, mas ele é muito avoado, né? Ele assim, ele, ele não é de enfrentar as coisas assim, né? Então eu acho assim, já falei pra ele algumas vezes, disse “Faz alguma coisa que tu aprendeu lá, faz, inventa”. Ele tem interesse assim, mas só que não, ele não, não vai, não começa a fazer as coisas.(...) antes ele era bem mais revoltado, assim, tudo, né? Então, agora, ele já, já mudou bastante, também com a idade né? Tá criando mais juízo, já também. Risos... (pai 1).

Eu acho que ele mudou muito, tem mais ânimo pra ficar e trabalhar aqui na lavoura. Ele ficou muito mais animado, ele começou a fazer até uns piquetes pro pai. (mãe 1).

Eu até acho que teve bastante mudanças, (...) por que ele sempre se interessou em ficar na roça. Portanto que ele foi estudar ali, pra ficar na roça, ele não foi com interesse de sair, e eu não tenho, eu tive problema de saúde a mãe também tem, então até que eu faço tratamento em São Paulo, ontem já vim de lá. Então ele nunca quis que eu, até um dia eu falei “filho se tu quiser e desejar, se quiser estudar fora. Eu vou vender meu terreno por que eu não posso trabalhar na roça.” Ele assim “Não, o terreno eu cuido. Eu fico com o terreno eu cuido.” Então eu achei que pra ele foi vantagem, ele estudou bem ali (CFR), aprendeu um monte de coisa, cuida bem das vacas, cuida das coisas pra mãe, por que a mãe também tá bem doente, mais tem que trabalhar certinho na roça. (pai 2) (sic).

É que antes ele tava estudando e a gente esperava que ele fosse se empregar que nem os outros e abandonar isso aqui (propriedade) né? E o que mudou é que agora a gente acha que com ele na CFR ele tá mais animado a ficar aqui com a gente no terreno, né?... (pai 3) (sic).

Ele mudou muito, ele esta cada vez mais se profissionalizando, se interessando, inclusive ele nem quer mais, fazer faculdade, ele já quer ficar comigo aqui na propriedade... (pai 4).

É bem diferente do que quando ele era mais novo, assim, antes de ele entrar na CFR, ele sempre pensava em sair pra fora, trabalhar fora, e agora não, agora ele quer continuar aqui trabalhando junto com nós na vida de agricultor nessas coisas assim, né. (...) Muito, muito. Agora ele é mais ativo, antes era mais tímido, hoje ele conversa mais com as pessoas. Mudou bastante e eu gostei muito. (mãe 2).

Ele mudou muito, lá eles aprenderam a ter mais organização, a ser mais adulto (mãe 3).

Foi significativo perceber que para estes informantes houve mudanças positiva no comportamento e na motivação desses jovens na percepção de seus pais e de suas mães.

4.2 As repercussões na melhoria da qualidade de vida e trabalho na propriedade

Em relação aos conhecimentos adquiridos na CFR e se os mesmos são aplicados na propriedade e que tipo de inovações e/ou melhorias já foi implantado; e os benefícios trazidos até agora, pela CFR para a propriedade, se obteve as seguintes respostas.

É uma coisa que ele “teve” feito, melhorado o engenho pra fazer açúcar, açúcar mascavo e melado, que nós, nós já “fazia” mas só que não era tanto, mas também não era feito como assim, ele conseguiu lá, descobriu um “coiso” mais fácil, pra fazer polvilho, fazer açúcar, o maquinário né. Assim mais fácil que ele aprendeu lá, que eles foram visitar nas propriedade, né? Então nós colocamos aqui, também, né? Fizemos. (pai 1).

Bastante coisa, até não digo assim muita coisa, mais foi à cabeça dele que mudou. O jeito dele assim de, do outro que não aprendeu e ele que aprendeu, mudou muito né? Eles se interessam nas coisas. Faz as coisas bem feitas, se interessam em caprichar as coisas, mudou muito. Não sei com os outros, mas com ele foi uma maravilha. Pra mim foi uma grande vantagem né? Porque se não fosse ele eu não estaria mais aqui. Ainda avisei “Meu filho, se tu quer pegar um serviço tens que estudar, por que pra ficar na roça qualquer um serve”. Daí como surgiu a oportunidade ali, já fica estudando ali. Pra mim foi uma grande vantagem. Até, portanto, foi feito uns piquetes no pasto, tudo isso ai ele aprendeu lá na escola (CFR). (pai 2).

É, eu acho que ele se interessou mais pelo ramo de gado leiteiro e da roça, né? Ele melhora muito. (...) Hoje a gente incentiva a ir pro lado que a gente vê que ganha melhor, que aqui na roça não tá fácil, né? Ganha pouco, trabalha muito. Mas de qualquer forma eu o incentivaria a ficar aqui né? Por que a gente já tá. (...) Não tem, por que eu tô meio por fora ainda, ele estudou só o primeiro ano e agora ele esteve parado bastante tempo (férias), né? Até iniciar as aulas, então deu aquela esfriada, tanto ele como a gente, também, né? Agora tem que começar de novo, foi a primeira semana agora depois da férias. (pai 3).

Arrumar uma horta, ele arruma bem melhor que nós. E muitas outras coisas também. (mãe 1).

Já houve melhoria no jeito de cuidar de galpão, e eu trabalho na cidade a maior parte do dia né? Então não consigo acompanhar tudo né? (mãe 2).

As técnicas de venda do fumo, de agilizar a venda nossa... Ele começou a ter mais carinho pelas coisas da roça, tá legal... (mãe 3).

Pelos comentários acima se percebe nas falas dos pais e das mães que foram realizadas melhorias nas propriedades depois que seus filhos começaram a frequentar a CFR. E, também, garantiu a permanência desses jovens junto de suas famílias, pois se não fosse o projeto algumas famílias já teriam abandonado o campo. Verifica-se que as respostas acima corroboram com as do item anterior sobre o comportamento e da motivação.

4.3 Em relação à participação dos pais e das mães no processo de formação

A participação dos pais e das mães tanto no processo de formação do filho e nas atividades desenvolvida pela associação é considerada de extrema importância e um dos pilares centrais da Pedagogia da Alternância. Com relação a essa questão se obteve as seguintes respostas:

Sempre fui tudo. Até depois que ele saiu, ainda também participei por que tava na diretoria né? Daí participei, também. (pai 1).

Sim, sempre, sempre, sempre fui às reuniões. (pai 2).

As que eu fui convidado, eu fui todas. (pai 3).

Até sim, mas era mais ele né? (referindo-se ao pai). Eu fui só umas duas vezes. (mãe 1).

Como se verifica nas respostas acima a participação não é tão ativa como deveria, de acordo com os pilares da Pedagogia da Alternância. Ou seja, se verifica uma participação restrita e passiva dos pais e menos ainda das mães: “participam se forem convidados”, pelas respostas se verifica que existe pouca iniciativa dos pais em assumirem o seu papel no processo de formação.

Assim, nos depoimentos sobre a participação nos eventos realizados na CFR, não parece irem além de um contato pontual e passivo, uma mera abertura para “opinião”, ou seja, ações que não se desdobram em práticas de participação mais críticas e concretas, como seria de se esperar de uma experiência que objetiva uma ação mais ativa no meio rural.

4.4 As repercussões do projeto na comunidade

O envolvimento com a comunidade dos pais e mães, depois da criação da CFR, e as repercussões do projeto na comunidade tem sido percebido pela comunidade.

Agora que que eu vou... No momento assim não sei...(pai 1).

É, teve mudança sim, por que teve uns assim que não aprenderam e viram “Se o meu filho aprendeu, eu também vou” e tem muitos pais que não querem que os filhos saiam de casa, mas eles querem sair. E no eles querer teimar em casa, até tem umas cinco pessoas aqui, que moram ali embaixo, conheço bem eles, daí o rapaz ia sair da escola, não queria mais estudar, faz só até a 8ª série. Daí eu disse “Tonho, por que não manda teu rapazinho estudar? Por que o meu filho aprendeu ali e tá indo que é uma beleza, tá caprichando na roça”. Daí ele tem três filhos, um casal, daí eu disse “Porque tu não bota teu filho na escola?” Daí ele assim “Não, por que sei lá”, daí eu assim “bota rapaz. O meu filho aprendeu bem lá”, achei vantagem, Ai ele botou o filho dele lá, por que o meu serviu de exemplo por que ele viu que ele tava indo bem

lá. E até acho assim que serve mesmo de exemplo, até que eu não comento com ele (filho) que foi bom que, eu to vendo né? Então ele viu que a cabecinha do meu tava indo bem e deu conselho pra que o sobrinho dele também fosse né? (pai 2).

Aqui por enquanto, não... (pai 3). Ai, pois agora né? Não sei dizer... (mãe 1).

Em termos de repercussões na comunidade não é percebida grande mudança pelos respondentes. Entretanto, seria o caso de investigar mais a fundo em outras pesquisas, para obter um resultado mais concreto. Por outro lado, cabe fazer uma ressalva em relação ao pouco tempo da experiência para ter uma repercussão mais visível.

4.5 Sobre sugestões de mudanças na CFR

As questões formuladas a respeito desse tema foram no sentido de detectar se os respondentes estavam satisfeito como os resultados e tinham alguma sugestão de mudança na CFR.

Devia, e eu até falei pra ele agora, até um dia comentei com o monitores. (...) Eu disse que até devia de continuar, uma coisa assim, um apoio, assim, pra eles continuar, assim né? Mas pra frente, pra eles aprender coisa melhor né? Quer dizer assim, mais fácil né? Por que hoje em dia, sabe, colono é difícil, então devia de aprender mais coisa pra facilitar mais, pra... que nem eu, eu podia vender melhor as coisa né? Que faz assim né? Que tu planta né? As coisa assim aqui, que é mais difícil né? Pois sempre que tu compra é caro, pra tu vender é barato. O colono se “judeia” muito e é muito pouco valorizado (pai 1).

No tempo dele não tinha nada contra, eu achei tranqüilo, ta bom. (pai 2).

Não sei, por que eu to meio por fora ainda, ele estudou só o primeiro ano e agora ele esteve parado, (férias) né? Até iniciar as aulas, então deu aquela esfriada, tanto ele como a gente também, né? Agora tem que começar de novo, foi a primeira semana agora. (pai 3).

Deveria ter mais continuidade depois da formação deles. (pai 4).

Ah, que tivesse o segundo grau agora né? Que parece até que vai ter. Então era isso que eu queria que mudasse, por que eu queria que ele continuasse ali. Porque, tipo, ele estudou ali, fez até a oitava série ali e agora tá entrando numa escola diferente não, né? (mãe 1).

Eu acho que sim, mais ele é novo ainda, depois que lê se formar até quem sabe ele faça mais alguma coisa (mãe 2).

Se verifica nas respostas que a maior reivindicação dos pais e das mães é pela continuidade do processo de formação do de seus filhos. Nesse sentido já esta em processo de discussão a implantação do Ensino Médio para atender essa demanda, numa parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

4.6 Em relação à aplicação do conhecimento na propriedade

Os depoimentos sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos na CFR na propriedades, esboçados abaixo, parecem nos autorizar a sustentar essa provável reprodução das práticas da tradicional extensão rural, travestida na CFR. Nessa extensão rural onde de forma bastante reducionista se limitava a inculcar aos agricultores, pelos órgãos de assistência, de que a aplicação técnica estava associada ao aumento da renda, central (exclusiva) para a promoção do desenvolvimento rural. Este pensamento valorizando portanto ao extremo, apenas, os aspectos econômicos.

Os monitores ensinam muitas coisas, se aprende coisas novas que não se conhece. A gente aprende coisas novas pra diversificar a propriedade. (...) Plantá milho e feijão não dá mais. Pra trabalhá na lavora precisa ter estudo, pra acompanhá as nova técnicas ... O pai não acredita que o filho pode fazer bem a atividade. A gente não tem confiança nos mais novo ...(pai 1).

Na Casa todo o estudo é sobre agricultura, sobre o que tá fazendo na roça, o que a gente tá lutando, as criação, as plantação. Ele pega tudo lá. Lá não é igual às outra escola. Lá puxa mais para roça e não pra cidade ... (...) Nós fais o que pode, conversa com ele e explica que não dá de aplicá tudo. Mais a gente faz o que pode e quando dá se faz devagarinho, conversa com ele que nem tudo que aprende dá pra fazê ...(pai 2).

Ele vem lá da Casa Familiar com as coisa pronta, ele que aplica, mas as vezes não dá, não tem recurso. A gente faz o que pode, a gente aplica pouco, porque a propriedade é pequena ...(pai 3).

Sim né? Porque a gente discute juntos e vê o que é certo e o errado e acaba fazendo o certo. (pai 4).

Ele aplica sim, já houve melhoria no jeito de cuidar de galpão, e eu trabalho na cidade a maior parte do dia né? Então, não consigo acompanhar tudo ne? (mãe 2).

Depende, se o pai dele achar certo a gente deixa né? (mãe 3).

Nos depoimentos acima fica evidenciada a valorização da CFR como meio de acesso ao conhecimento do jovem e da família. Percebe-se o incentivo da família em apoiar as iniciativas dos jovens e, na medida da possibilidade, auxiliá-lo na realização das atividades práticas e nos projetos técnicos e na diversificação da propriedade, mas também se observa nos depoimentos resistências.

Todavia cabe destacar a valorização dos pais aos saberes do monitor, demonstrando dessa maneira a presença de um sentimento e um pensamento entre os pais que revela uma superioridade do conhecimento técnico em detrimento dos saberes acumulados por eles.

4.7 Em relação às políticas públicas, preconceito e a vida na cidade

Sobre as políticas públicas para o meio rural, o preconceito enfrentado por ser agricultor e sobre a vida na cidade, se destaca os seguintes comentários:

Como muitos empregados já disseram pra ele, até o irmão dele tem horário, tem chefe..E aqui o meu filho faz o horário dele, é livre e se ele tiver sorte e empenho ele “tira” mais dinheiro que o meu outro filho que ta na cidade (mãe 1).

Prefiro que ele fique aqui, porque é muito difícil lá na cidade, tenho até sobrinhos que tem faculdade e não tem emprego ainda, e aqui é teu né? (mãe 2).

Lá na cidade esta tudo “mudado” aqui tem a família perto né? Aqui tem fruta, alimento, tem tudo né? E aqui ele ta mais seguro (mãe 3).

No meu ver o que leva o jovem ir para cidade é porque ele procura coisas novas, empregos, novidades... (mãe 4).

Não ter a vontade de trabalhar, que muitos jovens não querem trabalhar né? Isso eu acho, assim, que a gente vê assim nas propriedades aqui, na comunidade aqui né? Que muito não quer saber e também eles desanimam por que hoje em dia tu não pode fazer uma rocinha que o IBAMA tá em cima, não pode fazer nada que o IBAMA tá em cima, então é isso que desanima eles né? Por que eles querem ganhar dinheiro, querem ganhar dinheiro pra ir na bagunça, então isso ta faltando pra eles, daí falta, vai embora (pai 1).

Um pouco é pouca vontade de ficar na roça. Por que se ele não quer ficar na roça não adianta insistir. Tem muitos pais ai que tem terreno bom, propriedade boa. Acho que é falta de vontade mesmo, sei lá. E é vantagem, por que se todos eles fossem estudar ali, se interessassem, mas não tem muitos que vão ali por outros motivos (pai 2).

Por que eles “veja” que o pai sempre toda vida luta, trabalhou muito e ganha pouco né? Então na cidade sempre tem aquela ilusão que ganha mais e é empregado e tem mais oportunidade e aqui é sempre aquilo ali. (...) O agricultor nunca é bem... Sempre tem aquele lado que é caipira né? Essas coisas mais simples né? E se o cara for da cidade já se destaca mais, até no jeito de andar, já muda né? É diferente (pai 3).

Eu acho que esta faltando apoio financeiro do governo, tanto estadual como municipal, não só o apoio financeiro mais um acompanhamento de incentivo, porque lá fora é tudo cabelinho em pé, ‘ropinha’ nova, e quem ta aqui se sente meio rebaixado entende, tem preconceito ainda, existe bastante, se tu for na cidade com roupa de agricultor eles te olham tudo de lado, e o jovem rural quer se sentir da cidade também, quer ta na moda, então ele se sente meio acuado vamos dizer assim, daí ele quer seguir aquele padrão da cidade (pai 4).

Eu acho que é a oportunidade, né? Coisas que eles acham que podem ter lá e que aqui não tem né? Por que os da cidade não dão muito valor pro agricultor, eles não dão, agora que eles estão dando. Eles estão mais envolvido com agricultura, muita coisa assim né? Então eu acho assim que pra ele, pro jovem que trabalha nisso aqui, se ele sai, muitos vencem, mas muitos vão e voltam. (...) Tem muita gente que não valoriza. E eu já passei por isso alguns anos atrás, agora hoje não mais. Pra abrir uma conta, tipo a gente tá assim trabalhando sujo e suado e chega gente e um monte de coisa né? Tem gente quem não dá valor. Mas hoje acho até que tão valorizando mais. Antes eu tinha até um pouco de receio, mas hoje não tenho mais (pai 5).

Os relatos descrevem na visão dos entrevistados sobre os temas deste item deixa visível a questão do preconceito daqueles que moram na cidade em relação aos que vivem do campo. Sobre as políticas públicas, também é percebido pelos entrevistados o pouco acesso aos programas desenvolvidos pelo Estado para área rural. Na questão sobre a vida na cidade os respondentes são conscientes sobre as dificuldades que um jovem do meio rural enfrenta ao tentar se estabelecer no meio urbano.

5. Considerações Finais

A Pedagogia da Alternância utilizada na CFR de Armazém possui características semelhantes das MFRs francesas, embora adaptações tenham sido feitas na prática. Este fato se explica devido às diferenças da realidade do meio rural brasileiro, a legislação, sistema educacional entre outros.

No ano de 2007 foi realizada por mim uma pesquisa com jovens na CFR de Armazém, este ano de 2008 a pesquisa está sendo realizada como os pais e mães. Nestas pesquisas se verifica na visão dos entrevistados que a experiência tem proporcionado na percepção dos participantes melhorias no relacionamento entre pais e filhos, oportunizado a permanência dos pais e jovens no meio rural, a motivação e a melhoria na auto-estima, além de proporcionar aos jovens e seus familiares a aplicação em parte dos conhecimentos adquiridos na prática. Outro fato que reforça esta tendência é a motivação dos jovens em permanecerem na atividade, segundo os mesmos e os pais.

Somente o fato de o jovem sentir-se estimulado para continuar na atividade demonstra que a proposta tem alcançado em parte o seu objetivo que é o de possibilitar ao jovem e a sua família continuar as atividades no meio rural, com “condições de vida digna, evitando com isso o êxodo rural”. Ou seja, despertar no jovem a motivação para continuar em seu meio já seria em si uma grande conquista que justificaria a experiência; porém o projeto aos poucos tem avançado na direção da consolidação da Feira de produtos artesanais, coloniais e sem o uso de agrotóxicos. Esta é uma experiência pedagógica importante, pois visa despertar no jovem e seus familiares a consciência da necessidade da organização de atividades grupais, como forma de resistência e de convívio em grupo, além de possibilitar uma renda extra e a necessidade de despertar para uma agricultura orgânica.

Dada a centralidade da questão, o objetivo da pesquisa foi analisar a partir da percepção dos pais a melhoria na qualidade de vida das famílias. Esse objetivo foi atingido no momento em que os objetivos específicos desta pesquisa descritos na seção “apresentação e análise de

conteúdos” por meio da análise realizada: o comportamento e a motivação do jovem depois de freqüentar a CFR; as repercussões na melhoria da qualidade de vida e trabalho na propriedade; sobre sugestões de mudanças na CFR; as repercussões do projeto na comunidade; em relação à aplicação do conhecimento na propriedade e em relação às políticas públicas, preconceito e a vida na cidade. A análise feita se pode afirmar que o trabalho desenvolvido pela CFR possibilitou a criação de novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias.

Todavia, como limitações da pesquisa, apontam-se os seguintes aspectos: o tamanho da amostra foi reduzido; a escolha dos entrevistados considerada os mais atuantes (tipo ideal); seria interessante entrevistar outros pais e mães; foi analisado, apenas a experiência da CFR de Armazém, estudo de único caso seria necessário aplicar esta pesquisa em outros estabelecimentos.

6. Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Casa de Escola: Cultura Camponesa e Educação Rural**. Campinas: Papirus, 1984.
- CAMARANO, Ana A. *et. al.* **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Texto para discussão nº 621- IPEA, 1999.
- DUFFAURE, André. **Educación, medio y alternancia**. Buenos Aires: Ediciones universitarias, 2001.
- DEL PRIORE, Mary *et al.* **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- ESTEVAM, Dimas O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.
- ESTEVAM, Dimas O. e ETCHEVERRY, Maria S. **A Casa Familiar Rural de Quilombo: na perspectiva dos atores sociais**. Quito – Equador, VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural da ALASRU, FLACSO, 2006.
- GIMONET, Jean Claude. A Alternância na formação: Método Pedagógico ou Sistema Educativo? A experiência das Casas Familiares Rurais. In Alteance, Developpement Personnel et Local, Demol Jean- Noel et Pilon Jean Marc coordateurs, I Harmattn, Paris, 1998.
- _____. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MRF. **Les MFR dans le Monde: Une présence du mouvement sur les cinq continents**. Disponível na Internet na URL: <<http://www.mfr.asso.fr>> . Acesso em: 14 de maio de 2008.
- NASCIMENTO, Claudemiro G. **Pedagogia da resistência: um pensar a educação a partir da realidade campesina**. Goiás-GO: VIII EREGEO, 2003 – Anais.
- NOGUEIRA, Joaquim Dias. **Casa Familiar Rural no Paraná: organização e implementação de um programa**. Dissertação (Mestrado), UFV, Viçosa-MG, 1999.

PASSADOR, C. S. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná. In.: **Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania**. FARAH, Marta Ferreira S. e BRABOSA, Hélio Batista B. (orgs.). São Paulo: Editora FGV, 2000.

QUEIROZ, João B. P. **Construção das Escolas Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Tese de Doutorado em Sociologia – UnB, Brasília, 2004.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Lourdes Helena da. **As Representações Sociais da Relação Educativa Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação por Alternância..** Tese de doutorado em psicologia da educação, PUC, São Paulo, 2000.

SOARES, Luiz E. *et alli*. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

A relação entre desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido

Mariana Moreira Neto

Resumo

O debate sobre a convivência com o Semi-Árido tem como um dos seus principais pressupostos a sustentabilidade ancorada em práticas e alternativas de desenvolvimento harmonioso e integrado das esferas econômica, política e social e no protagonismo dos habitantes do semi-árido. Tal pressuposto é referenciado como essencial a (re)elaboração de relações de poder-saber que, deslocando-se do tradicional discurso da dependência, gesta novas possibilidades para este “território”, arcabouço conceitual que abriga a definição de desenvolvimento sustentável, no entanto, não é um campo tranquilo, envolvendo um imbricado contexto de tensões e disputas que perpassa desde a definição do que é sustentabilidade até a nomeação de quais são os sujeitos sociais deste desenvolvimento e qual o modelo de organização econômica e social se afina com esta proposta.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Convivência

1. Algumas reflexões conceituais

O conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser elaborado nas décadas de 70 e 80 do século passado na esteira de uma grave crise do sistema capitalista mundial. Além do esgaçamento do modelo fordista-taylorista de organização da produção e do trabalho a crise revelou o esgotamento de práticas e de relações de convivência entre o homem e a natureza. A ciência e a tecnologia que, por quase dois séculos, professaram a inesgotabilidade dos recursos naturais, começaram a ser questionadas pela recorrência de catástrofes planetárias que se alinhavavam em horizontes cada vez mais próximos e mais espacialmente distribuídos pelo planeta. Terremotos, secas avassaladoras, destruição da camada de ozônio, riscos de desastres nucleares de proporção mundial saem do campo do alarmismo de alguns *lunáticos* e ganham respaldo de verdade, não apenas pela constatação de sua realidade, mas pela ocorrência de eventos que trazem na esteira milhões de vítimas, não mais nos chamados *guetos* do capitalismo atrasado (Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos, como queira a nomenclatura de plantão), mas no núcleo dos países ricos e desenvolvidos.

A destruição do meio ambiente, em grande escala, é consequência direta de uma forma determinada de organização social que está na base das relações antropofágicas entre a natureza e a sociedade. A lógica do lucro que orienta e move a dinâmica capitalista converte tudo em mercadoria e estabelece o lucro como parâmetro final de suas ações. Trabalho, água,

energia, mata, terra; tudo é racionalizado para converter-se em dividendos cujos cifrões não contabilizam os danos sociais e ecológicos produzidos.

Os custos não são efetivamente reduzidos, mas transferidos para a sociedade sob forma de desemprego, pobreza e marginalidade no ambiente social e sob forma de poluição do ar, das águas e a erosão do solo no meio ambiente natural. Em última análise, essas transformações destrutivas afetam também as condições climáticas e põem em risco a sobrevivência da espécie humana e da própria vida no planeta. (RATTNER: 2005, 04).

Neste sentido, as primeiras vozes em defesa da sustentabilidade são produzidas da mesma matéria prima desencadeadora das transformações que começam a modificar os fatores determinantes da competitividade e instituem novos padrões de concorrência intercapitalista. Em 1972 Dennis Meadows e um grupo de pesquisadores reunidos no que se convencionou designar Clube de Roma divulga o estudo *Limites do Crescimento* onde reafirma a necessidade de se olhar para o mundo a partir de uma perspectiva global e alerta que, mantidas inalteradas as tendências de crescimento da população mundial, associadas a industrialização, a poluição, a produção de alimentos e a redução dos recursos naturais, os limites de crescimento no planeta serão alcançados num período de cem anos. Segundo Meadows (apud VARGAS: 2002, p. 222) a tese principal apontada pelo estudo situa-se na direção de que:

É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

No mesmo ano, por iniciativa da Organização das Nações Unidas, é realizada a Conferência de Estocolmo representando a primeira iniciativa de fôlego para o debate das questões ambientais e uma tentativa de estabelecer parâmetros norteadores do desenvolvimento capitalista no planeta. Tanto a publicação do Clube de Roma como a Conferência de Estocolmo não aconteceram ao acaso. Estes eventos trazem estreita articulação com a crise que afetava o desenvolvimento e o futuro do modelo capitalista, - sobretudo, com o esgotamento do padrão dólar como elemento regulador da economia mundial - e são desdobramentos dos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, apresentando fortes evidências de exaustão, poderia ameaçar o futuro do planeta e, conseqüentemente, a racionalidade capitalista centrada na ciência e no domínio da natureza.

O desenlace deste debate acontece em dois outros momentos: na realização da Conferência realizada pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, e, posteriormente, em meados

dos anos 90, na divulgação do Relatório Brundland. Este último, resultado do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, parte de uma detalhada análise dos problemas sócio-econômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, enfatizando a articulação entre economia, tecnologia, sociedade e política para conceituar desenvolvimento sustentável como

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atenderem as suas (...) é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional está de acordo com as necessidades atuais e futuras. (...) é um desenvolvimento que mantém possíveis as opções futuras. (...) é uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento. (...) é uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto (BRUNDLAND, Apud Ribeiro, 2000, p. 157-158)

Embora ganhando, nas últimas décadas, relevância institucional, a noção de desenvolvimento sustentável ainda continua marcada pela polissemia que envolve o próprio termo desenvolvimento. Deste modo, além de possibilitar sua apropriação por segmentos das mais variadas tendências e confissões políticas e ideológicas, a idéia de desenvolvimento sustentável tem sido relativamente mais utilizado, defendido e, difusamente definido por setores como ONGs, órgãos governamentais, agências multilaterais e empresários que transitam mais ativamente neste território. Na arena das ciências sociais uma definição mais precisa e consensual sobre a questão não está elaborada. Talvez por tratar-se de uma noção em constante elaboração, e pela atualidade do debate, desenvolvimento sustentável é um conceito marcado por tensões como tensionada é a realidade atual do capitalismo que busca configurar uma nova racionalidade conformada dentro de um novo padrão de desenvolvimento regional.

2. Tensões e conflitos

Um dos pontos de engasgo da noção de desenvolvimento sustentável é o que está presente, sobretudo, nos documentos e discursos oficiais, e que aponta a sustentabilidade como a panacéia para todos os males que o desenvolvimento capitalista causou ao meio ambiente e aos homens nos últimos séculos. Esta visão negligencia aspectos fundamentais do contexto e das tendências do mundo contemporâneo, sobretudo, considerando, por um lado, a globalização da economia cujas conseqüências se fazem sentir em todas as instâncias da vida

social e cultural e, por outro, a distribuição assimétrica do poder, da informação e dos bens materiais e simbólicos entre os países.

Esta omissão deixa transparecer uma elaboração de desenvolvimento sustentável afinada com uma visão harmônica, não conflitiva, dos processos econômicos, sociais e políticos que costuram a trama do desenvolvimento. Muitas críticas questionam uma vertente do ambientalismo *romântico e utópico* que defende uma relação equilibrada entre homem e meio ambiente, desconsiderando a dinâmica que envolve, marca e conforma as relações sociais.

Talvez as facetas mais imediatamente criticáveis se refiram a um campo clássico na análise do desenvolvimento e da expansão de sistemas econômicos: a distribuição desigual de poder político e econômico entre as classes, segmentos e populações que participam do drama desenvolvimentista. (RIBEIRO: 2000, 154).

A discussão sobre as disparidades na distribuição do poder no contexto do desenvolvimento sustentável aponta na direção de outro aspecto que não recebe a devida atenção quando entra em pauta a questão de qual a melhor forma de organização e administração do Estado e quais os atores sociais que entram em cena neste processo. Ao discutir a importância do desenvolvimento local, que para alguns, sinonimiza uma versão de desenvolvimento sustentável, Oliveira (2001) destaca a necessidade de uma (re)elaboração das formas de vivência da democracia, saindo do campo da representatividade e enveredando pelas trilhas da participação e da descentralização das decisões e das execuções das ações políticas. Um caminho que vislumbra a perspectiva de incremento da efetiva capacidade de participação da cidadania uma vez que, nas democracias representativas é visível a separação entre governantes e governados. Essa separação se constitui em uma moeda de dupla face: de um lado, traz significativas vantagens para os grandes grupos econômicos e políticos que constituem verdadeiras oligarquias; de outro, lesiona o exercício da cidadania das pessoas comuns.

Essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma de dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos. O desenvolvimento local poderia criar um *lôcus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Sugere-se assim, que o governo poderia estar ao alcance das mãos dos cidadãos. (OLIVEIRA: 2001,14)

Nesta direção, os atores sociais que também seriam móveis do desenvolvimento sustentável seriam ampliados com a incorporação da incontável gama de excluídos, marginalizados, interditados, sem terra, sem teto, sem comida que o modelo de

desenvolvimento capitalista excludente e elitista produziu nos últimos séculos. Essa inserção, contudo, não pode descuidar de um aspecto ofuscado pelo discurso salvífico da sustentabilidade: o da pluralidade e diversidade de sujeitos e situações sociais que compõem o intrincado mosaico de regiões, de países e do planeta. É imperativo que o debate sobre autonomia seja considerado como pressuposto para subsidiar a discussão do grau e das formas de integração dos excluídos ao sistema político-econômico mais amplo, sobretudo, quando se considera que

(...) a economia de mercado, especialmente em um mundo cada vez mais integrado transnacionalmente, torna altamente problemáticas, senão impossíveis, pretensões autárquicas que não estejam sintonizadas com algum nicho diferencial de integração com a economia. [Neste sentido] desenvolvimento sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. (RIBEIRO: 2000, 156).

Outro aspecto de relevância e também escondido do debate sobre desenvolvimento sustentável refere-se à temática da racionalidade e de qual configuração ele terá que assumir para que a sustentabilidade se institua como condição essencial para a vivência da cidadania, e, embora desgastada pelos maus tratos, a própria promoção da justiça social e do respeito a diversidade. É ponto consensual que o modelo de desenvolvimento que o capitalismo, em suas diversas etapas e roupagens, empreendeu uma avassaladora destruição dos recursos naturais e das relações sociais centradas na afetividade e na gentileza. A exploração desmedida dos recursos, a degradação dos ecossistemas, a alienação e marginalização da força de trabalho são marcas indeléveis de uma concepção racionalista que, baseada na tecnificação do estilo de vida, referencia a ciência e a técnica como parâmetros norteadores das relações em todos os âmbitos da vida. Estes parâmetros, contudo, quando situados historicamente, desnudam seu caráter de poderosas forças produtivas e, sobretudo, potentes elementos destrutivos do convívio humano carecendo de uma nova racionalidade capaz de, aliando desenvolvimento com qualidade de vida humana e ambiental, produza novas relações sociais e de poder. Segundo Oliveira (2001) é preciso entender que a sustentabilidade enquanto tendência contrária aos processos dominantes, viverá inequivocadamente, seus momentos de “desregulamentação” e de “desformalização”, necessitando inventar novas possibilidades e novos caminhos que escapem dos tentáculos asfixiantes do adversário global, concentrador e antidemocrático. A proposta de convivência com o Semi-Árido, sobretudo,

aquela que vem sendo costurada pelos movimentos sociais, se apresenta como uma destas estratégias, como veremos a seguir.

3. Relação entre desenvolvimento sustentável e convivência com o Semi-Árido¹

No que tange a proposta de convivência com o Semi-Árido a sustentabilidade tem se configurado como uma reação social e política à racionalidade econômica que, ao longo dos anos, instituiu discursos e práticas sobre a região como economicamente improdutiva e humanamente inviável. E tem sido pensada como um projeto alternativo que, embora em um primeiro momento, possa ser funcional ao sistema, com o tempo poderá se transformar em um processo emancipatório que tenha nas prioridades sociais sua razão primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

A manutenção, a longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; o atendimento satisfatório das necessidades humanas de alimento e renda e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes na região são elementos que configuram uma proposta de desenvolvimento sustentável. Tal proposta procurar sintonizar-se com a agricultura familiar – modalidade de organização produtiva que caracteriza a uma considerável parcela da população – cujas prioridades devem ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade e articuladas levando em consideração as diferentes formas de organização e demanda do conjunto da sociedade e das comunidades locais. No entanto,

o próprio processo de desenvolvimento contemporâneo vive e convive, funcional e alternativamente, com a contradição existente entre a sustentabilidade da dimensão econômica globalizada do desenvolvimento contemporâneo e a luta pela sustentabilidade da dimensão humana e natural do desenvolvimento, presente e futuro (BECKER, 2002, p.20).

Deste modo, tensões e contradições constituintes do desenvolvimento das formas de compreender o mundo se apresentam como possibilidades de mudança, desde que trabalhadas de forma sistemática. De acordo com essa compreensão, faz-se necessário aprofundar o debate e a troca de experiências entre os diversos grupos humanos e as múltiplas forças

¹ As reflexões aqui apresentadas fazem parte do meu trabalho de doutoramento onde estou analisando como o discurso da convivência com o Semi-Árido se institui, se legitima e cartografa novas territorialidades, novas racionalidades, novos dizeres e novos saberes sobre este espaço.

econômicas e políticas presentes na região, problematizando a organização e a participação política destes grupos e forças, a importância de seus protagonismos para a elaboração e execução de políticas públicas que repercutam na melhoria de condições de vida e de trabalho e na construção de novos saberes e de novas práticas.

Isso implica repensar as formas de produção e a (re)definição das relações entre produtores e natureza e substituir a racionalidade econômica do capitalismo pela racionalidade das necessidades sócio-culturais a fim de que a sustentabilidade da região possa ser efetuada a partir da coincidência de vários elementos que, entrelaçados, contribuirão para a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, para o protagonismo dos habitantes da região semi-árida, sobretudo, aquelas parcelas que, historicamente, estiveram fora da órbita de poder das oligarquias regionais.

Um desenvolvimento que traz, no discurso sobre o Semi-Árido, a possibilidade da convivência a partir de uma lógica que busca

apresentar que não há mais um nordeste, mas sim, nordestes, e que nessa nova conformação, o Semi-Árido não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário e possui antes de tudo uma identidade cultural comum que o faz único (CARVALHO, 2004, p. 21).

Um discurso que começa a ser elaborado no início dos anos 1990 quando trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações (federações estaduais, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores e ONG's de assessoria e apoio) começam a contestar o modelo de intervenção governamental, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semi-Árido. Motivados por uma conjuntura política e social provocada por novas secas, centenas de trabalhadores reivindicam ações governamentais de caráter permanente através de um programa de ação estratégica para o desenvolvimento da região capaz de, desestruturando e abandonando definitivamente as práticas assistencialistas e clientelistas das oligarquias locais, apresentar outro caminho revertendo o quadro de miséria, abandono e humilhação que afligia milhões de pessoas. A lógica deste discurso se assentou na compreensão de que

(...) a convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 05).

Nesse processo, a relação com o desenvolvimento sustentável, seja no urbano ou no rural, seja na área irrigada, seja na área de sequeiro etc. deverá extrapolar o conhecimento e os saberes locais. Desta maneira, o saber fazer possibilitará relacionar diretamente aquilo que se aprende na escola com a prática social, estabelecendo um vínculo permanente e concreto da escola com a vida da comunidade e, portanto, com o meio em que ela se insere.

Portanto, a mudança que vem se operando no Semi-Árido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semi-Árido*. Mudanças que se assentam em enunciados como o da convivência que elabora e (re)elabora novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão tematizando e refletindo questões como respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes, autogestão, sustentabilidade, etc.).

A idéia da convivência com o Semi-Árido como contraponto ao descaso histórico para com o Semi-Árido brasileiro baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema semi-árido, suas diversidades e sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Um discurso que pressupõe novas territorialidades, redimensionando o lugar dos sujeitos e das imagens produzidas sobre esses e sobre o ambiente, cartografando um novo mapa que, na compreensão de GUATTARI e DELEUZE, preserva a essência rizomática e, por ser escancarado e indefinido, possibilita múltiplas conexões

(...) em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebe-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (GUATTARI; DELEUZE, 1995, p. 22).

A convivência com o Semi-Árido se situa, portanto, na dinâmica de uma compreensão que redimensiona o lugar dos sujeitos e das imagens elaboradas sobre estes e sobre o ambiente. Direitos universais como: educação, saúde, moradia, alimentação, respeito às diversidades etc., passaram a ser exigidos pela sociedade civil, desde a década de 80 do século XX, como componentes imprescindíveis aos programas e ações governamentais e não governamentais.

Em suma, a compreensão da convivência se anuncia como elemento fundante de uma prática política que envolve todas as dimensões da vida e das experiências culturais, sociais,

econômicas, políticas e ambientais do povo do Semi-Árido. A relação com a natureza, o armazenamento e uso adequado da água da chuva, o manejo da caatinga, o conhecimento sobre os animais e as plantas nativas ou adaptadas à região são aspectos que interagem neste processo possibilitando a (re)elaboração de alternativas de vida e de vivência de relações sociais e políticas.

4. Referências Bibliográficas

BECKER, Dinizar Fermino (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o semi-árido” e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semi-Árido: reflexões teórico-práticas**. Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro, 2004. P. 13-27.

FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido brasileiro**: propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

RATTNER, Henrique. **Abordagem sistêmica, interdisciplinaridade e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Disponível em <<http://www.abdl.org.br>> Acesso em 12 de julho de 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade** 2002, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. P. 211-241.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRONERA/UFC (1998 -2002)

Sandra Maria Gadelha de Carvalho¹

Resumo

O presente texto traz reflexões que emergiram na pesquisa de doutorado em Educação Brasileira e tem por objetivo refletir sobre a construção de parcerias entre os movimentos sociais, instituições governamentais e universidades públicas na efetivação de projeto de Educação de Jovens e Adultos, especialmente, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, a partir da experiência desenvolvida na Universidade Federal do Ceará – UFC, de 1998 a 2001. A partir da análise dos Manuais de Operação do Pronera, dos Relatórios Técnico-Pedagógicos elaborados pelos participantes do Programa na UFC (1999, 1999b e 2002), artigos publicados sobre a experiência e entrevistas a representantes dos três parceiros: Gestora do Pronera no Incra-Ce e Coordenação Nacional do Pronera, equipe de coordenação na UFC e Coletivo de Educação do MST e bolsistas universitários que participaram da experiência foi possível uma reconstituição histórica das atividades desenvolvidas no projeto e dos percalços enfrentados na efetivação do convênio entre os parceiros. Parte-se inicialmente da discussão sobre os condicionantes sócio-políticos e econômicos da ampliação das parcerias, nas duas últimas décadas, procurando-se compreender como os movimentos sociais do campo têm construído um diálogo possível e necessário com Estado na consecução dos projetos do Programa.

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo; Estado; Parcerias

1. Da redemocratização à reforma do Estado: novas relações com a sociedade civil.

Os anos 80 marcaram a história nacional como o período da redemocratização do Estado brasileiro. Neste processo, readquiriram visibilidade e força política os sindicatos e movimentos sociais rurais e urbanos, tanto nas greves das indústrias metalúrgicas do ABC Paulista como na luta pela Reforma Agrária. As associações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto de Arquitetura Brasileiro (IAB), os Conselhos Regionais Profissionais, as organizações comunitárias e artísticas, as Pastorais da Igreja Católica também contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil. A configuração de um Estado “Restrito”, que predominou no período da Ditadura Militar, esvaziava politicamente a sociedade civil. “De ‘costas’ um para o outro” (GRZYBOWSKI, 1987), aos poucos passaram “a olharem-se de frente”. Todavia, esse foi um período de muitos confrontos, a partir de projetos políticos diferenciados, que mostraram dissensos tanto no seio

¹ Universidade Estadual do Ceará.

das classes dominantes, evidenciados pela formação de novos partidos políticos² que disputavam o poder, quanto nos opositores do governo que tinham projetos reformistas ou de transformação social, mas eventualmente apoiavam propostas governistas³.

As relações que se processam desde a atuação da sociedade civil implicam na ampliação da democracia e requisição de direitos, pois como anuncia Maria Clara di Pierro falar de “sociedade civil é falar do direito”⁴ (informação verbal).

Nesta década, as disputas das classes dominantes por avanços no campo social ocasionaram uma das dimensões da crise do Estado, como explica Chico de Oliveira (1999, p.70): “porque a capacidade de domínio que as classes dominantes impõem através do Estado sobre as classes dominadas, havia sido contestada”⁵.

Por outro viés, para o bloco dominante também há uma crise do Estado balizada, sobretudo, nas disputas e confrontos da Constituição de 1988, que segundo este autor, institui o conflito e não o consenso como viés democrático por excelência, à medida que põe em pauta as aspirações de direito “suspensos” desde 1964, como a reforma agrária, o retorno do *habeas corpus* e a ampliação de direitos sociais e políticos.

Há uma crise estatal política e financeira com desdobramentos diferenciados tanto para as classes dominantes como para as dominadas. Com clarividência, esse cientista social expõe: “é com isso que entramos nos anos 90”. A reforma do Estado “era dos dois lados, um tema candente, atual e central da luta política, sob todos os ângulos” (idem, *ibid*).

Paralelamente ao processo de globalização⁶ e expansão do neoliberalismo, foi-se processando a reforma do Estado brasileiro, capitaneada pelas classes dominantes, sendo

² Caso da fundação do Partido Social Democracia Brasileiro (PSDB) em 25 de junho de 1988, a partir de dissidências internas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

³ Cite-se, como exemplo, as adesões de sindicatos e setores e organizações da esquerda ao “Pacto Social da Nova República”, trata-se, pois de relações complexas não lineares, requerendo análises que superem dicotomizações (Dagnino, 2002).

⁴ Afirmação proferida na palestra Educação: direito nosso, dever do Estado. I Encontro do PRONERA na região Nordeste, de 9 a 11 de maio de 2005, em João Pessoa, Paraíba.

⁵ O autor refere-se às classes sociais numa abordagem marxista, portanto relacionadas em sua origem à posse ou não dos meios de produção. A atualidade propicia rico debate teórico sobre o conceito, sendo mais usual a terminologia de “classes dominadas ou trabalhadoras” que permite referência ao conjunto dos que só dispõem de sua força-de-trabalho para disponibilizá-la no mercado com interesses contrapostos ao das classes dominantes. É neste sentido que o termo é aqui abordado. Outras clivagens possíveis, a partir de ideologias ou transformações no mundo do trabalho, requisitariam reflexões, que pelos propósitos deste trabalho, não cabe aprofundar.

⁶ Para Oliveira (1999, p. 73), o processo de globalização é mais financeiro que político. Explica-o fazendo analogia ao movimento teórico que Marx descreveu como “d-m-d” que agora se realiza num espaço ampliado, “sendo que d (capital em moeda nacional) é seu pressuposto, m é ‘momentum’ nacional que volta a d como dinheiro mundial aumentado. É nisto que consiste a globalização, muito menos que na inexistência de Estados nacionais”. Trata-se, pois de uma “transação econômica em que as moedas nacionais estão deixando de ser a mediação tanto para o acesso aos fundos do capital quanto para a sua transformação em valor final [...] significa uma unificação, numa escala sem paralelo, em toda história do desenvolvimento capitalista”.

conduzida por Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1999-2002) a frente da coalizão moderno-conservadora.

Chico de Oliveira (1999) contesta a Reforma do Estado nos limites das proposições do então ministro Bresser Pereira⁷. Para ele, a “reforma real do Estado é outra” e concretizou-se em quatro pontos: a abolição da moeda nacional, condição para a globalização; as privatizações, ou seja, um patrimônio público “entregue” à iniciativa privada; os acordos da dívida externa que impedem o governo nacional de remanejar seus gastos e a sua arrecadação e em consequência, para manter essa “moeda de ficção”, são obrigados a cortes orçamentários para atingir metas de redução do déficit em relação ao produto interno bruto, que, em palavras mais atuais, implicam no superávit primário.

A implementação destas deliberações, ressonâncias das imposições advindas do pós-Consenso de Washington⁸ traz consequências políticas e sociais graves. Tratando-se dos países da América Latina, “eles se esforçam continuamente para cumprir metas”, pois do contrário, “os recursos, que julgam ser necessários para continuar os seus planos de expansão, não são liberados” (OLIVEIRA, 1999, p. 76). Este autor alerta que os governos são transformados em “algozes do próprio povo”, o que também se traduz no âmbito das políticas sociais. Tal como denuncia enfaticamente o autor:

Com esse tipo de reforma do Estado não há política social possível. O Estado não pode mais ter moeda, não pode fazer mais discriminação monetária; não pode mais fazer discriminação orçamentária; não pode ter iniciativa para criar as políticas sociais que são necessárias. A política social, que desde a grande depressão transitou da caridade pública ou privada para inscrever-se como uma macropolítica estrutural, no nível da política monetária, no nível da política fiscal, no nível da política industrial, a política social, presente no desenvolvimento do capitalismo no segundo pós-guerra, transformou-se numa política estruturante, voltou a ser uma coisa do privado (idem, p. 77).

No contexto dessa política econômica, o autor avalia que os governos são impelidos a transformarem-se em “comitês executivos” da burguesia, fazendo referência ao Manifesto Comunista de Marx e Engel, aponta que assim só resta “a nós como outros sujeitos

⁷ Apresenta Segundo (2005): Luiz Carlos Bresser Pereira é professor de Economia da Universidade de São Paulo. Em 1987, em meio à crise provocada pelo fracasso do Plano Cruzado, tornou-se Ministro da Fazenda do Governo Sarney. Demitiu-se no final desse mesmo ano, alegando não ter tido condições de realizar o ajuste fiscal que permitiria o plano da estabilização e de neutralização à inércia inflacionária. Assumiu em 1995 o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), no governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁸ A expressão “Consenso de Washington” surge em 1989, nos EUA, estando relacionada à visão norte-americana sobre a condução da política econômica, sobretudo nos países periféricos. Designa as reformas estruturais dos Estados Nacionais sugeridas pelos organismos internacionais como Fundo Monetário de Investimento (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, intrinsecamente vinculados ao neoliberalismo econômico.

da política e da sociedade, [...] nos transformarmos em comitês executivos de transformação social”. (OLIVEIRA, 1999, p.78)

Provocações à parte, o tom do debate deixa transparecer as novas “trincheiras” em que se encontravam os movimentos sociais ao longo da década de 90. Aliando-se este quadro ao que se configurou no tocante à questão agrária, pode-se dimensionar o quilate do enfrentamento que se punham os movimentos sociais e em especial, os rurais. A complexidade e desafios enfrentados, formas menos visíveis e mais institucionalizadoras de atuação, conformaram um quadro compreendido como uma crise dos movimentos sociais (MATOS, 1995). Daí porque, em certa medida, o MST através das marchas, ocupações, com tamanha expressividade e um discurso de crítica e contestação, ultrapassando a fronteira do legal, causou tanto impacto nacional e internacional. Afirma Sader (1999, p. 155) “Os *Sem-terra* são um modelo de luta e de organização antineoliberal”.

É preciso levar em conta que entre “o comitê executivo da burguesia” e “o comitê de transformação social” certas questões ocorridas, neste período, não podem ser desprezadas. A ideologia neoliberal encontra terreno fértil nas elites nacionais, pois ao propugnar o Estado de Bem-Estar Social como principal causa da crise do capital e, portanto, defender as privatizações e cortes orçamentários nas políticas públicas, engendrando o “Estado mínimo” socialmente e “máximo” economicamente, reforça o transcurso da reforma do Estado brasileiro.

Boron (1999, p. 10-11) denuncia a criação de um senso comum neoliberal que não aconteceu ao acaso, mas foi “resultado de um projeto que tendia a ‘manufaturar um consenso’”, afirma citando a expressão de Noam Chomsky. Recorre ao referencial teórico de Gramsci para explicar a sua orquestração:

Temos, conseqüentemente, por um lado, crenças e mentalidades ganhas pela pregação neoliberal e, por outro, teorias, ideologias que avalizam e reforçam as primeiras e, simultaneamente, exprimem e defendem com grande eficácia os interesses do capital. A combinação é formidável, especialmente, se forem lembradas as dificuldades existentes para modificar os preconceitos e crenças, uma vez que este sedimentam-se num “senso comum” epocal. É precisamente por causa disto que Antônio Gramsci acreditava que as novas propostas transformadoras da esquerda deviam adquirir a “solidez das crenças populares” a fim de travar com êxito uma batalha pela hegemonia no seio da sociedade civil. Com a habitual riqueza de metáforas que permitiu que ele enganasse a censura facista, Gramsci notava que aqueles que representam a “antítese” da sociedade atual costumam se esquecer de uma “proposição da filosofia da práxis: aquela que sustenta que as ‘crenças populares’ ... têm a validade das forças materiais” (Gramsci, 1966, p. 34)⁹.

⁹ GRAMSCI, Antônio. **Note sul Machiavelli, sulla política e sullo stato moderno**. Turim, Einaudi, 1966.

É neste cenário que se constroem parcerias para responder a serviços e políticas que se requisitariam ao Estado e este “minimizado” não conseguiria implementar. Experiências de constituição de Conselhos Municipais e outros, principalmente nas recém-eleitas Direções Municipais ou Estaduais de caráter democrático-popular e ainda o fortalecimento de um movimento social de base nacional, como já mencionado no caso do MST entre outros que, também, aos poucos, reorganizaram-se no meio rural, como o Movimento dos Tingidos pelas Barragens (MAB), Movimentos das Mulheres Camponesas (MMC) e, diversos Fóruns que se articulam em relação a defesa de certas bandeiras, como o direito à escola e à universidade públicas, Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, ocasionam um fortalecimento da sociedade civil, proporcionando um importante debate ao incluir a cidadania como estatuto dos direitos e as relações que daí se processam muitas vezes mediadas pelas parcerias na esfera do Estado.

2. A construção da parceria no âmbito do PRONERA/UFC (1998-2001)

2.1 Sobre concepções de parceria

A reforma que se processou no período do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 à 1998 e de 1999 à 2002) reduziu a inserção do Estado na promoção das políticas públicas sociais, como referido no item anterior. A transposição para a sociedade civil de funções públicas resultará em compreensões distintas da esfera pública não-estatal. Considerando-se que parte dessa esfera é concretizada pelas parcerias, estas também podem ser visualizadas por prismas diferentes. Souza (2002) avalia que parceria se torna “uma terminologia que faz parte do vocabulário tanto dos movimentos sociais (que reivindicam participação e verbas para a realização de projetos) quanto das instâncias governamentais (que sugerem participação da comunidade como meio de garantir a realização de projetos)” (SOUZA, 2002, p. 188).

Todavia, como se tem dado esta participação? Os parceiros decidem igualmente sobre o que pretendem construir e como? Nestas relações, que noção de público é concretizada? Até que ponto, sob o discurso da garantia de direitos, desresponsabiliza-se efetivamente o Estado de garanti-los?

E quanto à garantia do direito à educação para jovens e adultos, que repercussões as vivências das parcerias têm produzido? Há especificidades em relação ao meio rural, onde é mais restrito o acesso a esse direito?

Di Pierro (2000) ao analisar três grandes programas governamentais de EJA¹⁰, concretizados através de parceria, na década de 90, reflete sobre as óticas diferenciadas de público que podem se consolidar nestas relações. Declara a autora que Bresser Pereira, ao propor um Estado pequeno e forte para a “promoção do desenvolvimento”, contrapondo-se ao modelo Keynesiano, concebe que as atividades, que não lhes são exclusivas¹¹, sejam terceirizadas, privatizadas ou **publicizadas**, sendo assumidas por organizações sociais. A autora denuncia que a noção de público não estatal é meramente econômico-instrumental, ficando reduzido o cidadão à condição de consumidor, à medida que são subtraídos, nesta relação, requisitos que legitimam a ação “pública estatal”, tais como transparência, participação social no controle da qualidade dos serviços e formulação de diretrizes das políticas.

No âmbito dessa concepção, as parcerias restringem a ação dos movimentos sociais, organizações não-governamentais – ONG’s, entre outros, a execução de programas ou projetos, que, muitas vezes, sequer atendem seus interesses mais prementes.

Na outra concepção de sentido público não estatal, Di Pierro (Idem) esclarece que a reforma do Estado deve ser “numa perspectiva ético-política que propugna sua desprivatização e subordinação à racionalidade societária, mediante a ruptura do monopólio estatal da esfera pública e o alargamento dos espaços de co-gestão democrática das políticas governamentais” (DI PIERRO, idem). Nessa vertente, a noção de público incorpora a ação da sociedade civil em decisões acerca de que programas e projetos lhe interessa, controlando-os e avaliando-os, não raro, ocasionando espaços para conflitos que requerem consensos negociados, ou seja, poder-se-ia, desta forma, ampliar a publicização do aparato estatal. Neste caso, as parcerias propiciam a efetiva participação da sociedade civil, resguardando-se sua autonomia e conferindo maior inserção política nas diretrizes sócio-econômicas nacionais.

Desta forma, segundo a noção de Estado e de público, que se focaliza, tem-se também uma concepção de parceria diferenciada e até mesmo dicotômica, concluindo-se que pode ser visualizada como uma relação com o aparato estatal para promoção ou constituição da sociedade civil, de programas e ou projetos, resguardando-se sua autonomia ou em condições de subalternidade.

¹⁰ A autora enfoca o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

¹¹ A concepção de exclusividade comporta um debate em que é preciso avaliar quem decide e por que e o que é exclusivo do Estado.

2.2 A origem do Pronera e suas contribuições para a EJA no campo

Reconhece o Manual (MDA / INCRA, 2004, P.7)/2004 “o PRONERA nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social” (MDA/INCRA, 2004, p.17).

É apresentado como “um programa de educação de trabalhadores (as) das áreas de Reforma Agrária” com o objetivo geral de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, permanecendo assim o caráter de viabilidade econômica dos assentamentos como relevante em sua justificativa.

O Pronera traz dois traços distintos: a pressão dos movimentos populares de trabalhadores rurais para a sua consecução, o que é de certa forma inédito no campo das políticas sociais nacionais, não pelo fato da pressão em si, mas por se conseguir uma resposta efetiva junto ao governo, uma vez que os demandantes do Programa têm participação garantida na elaboração, acompanhamento e avaliação das atividades com assento em todas as instâncias deliberativas do Programa. Em decorrência disso, o outro distintivo: sua implementação em parceria, embora esta característica não lhe seja exclusiva, é considerada como princípio operacional e metodológico, “a condição para a realização das ações do Pronera” (MDA, 2004, p.13). Ressalta o Manual do Programa (MDA, 2004) que é por meio da gestão participativa que ocorre uma construção coletiva na elaboração dos projetos e nomeia os principais parceiros: movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Incra, as instituições públicas de ensino superior e as instituições comunitárias sem fins lucrativos, podendo-se agregar a outros, segundo a necessidade de cada projeto nos Estados e Municípios.

No âmbito da EJA, a partir da década de 90, as ações têm se ampliado através de parcerias em vários programas governamentais, tal como atesta Di Pierro (2000). Em se tratando da educação para jovens e adultos que residem em áreas de assentamentos rurais, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera - tem adquirido significância, quer oportunize desde o ensino fundamental até cursos superiores, como também pela expressiva quantidade de convênios em todo o país, que ao final de 2005, totalizando mais de 200 projetos (MDA, 2005).

O Pronera tem suscitado, nas universidades, reflexões sobre a EJA, socializados em monografias de final de curso dos alunos, dissertações de mestrado e teses de doutorado¹². Na bibliografia pesquisada, no estado do Ceará, pode-se identificar questões como a construção de identidade coletiva dos alunos, os currículos vivenciados, os aspectos educativos da mística, categorias que se interpõem à educação de adultos e popular como a multiterritorialidade, o processo de construção de política pública de EJA para o campo e a participação dos educandos no processo organizativo do assentamento.

A apresentação pública destes trabalhos propicia um conhecimento mais aprofundado sobre esta modalidade da educação, assim como maior visibilidade em meios acadêmicos.

À medida que os sujeitos envolvidos refletem sobre sua prática, tem-se inseridos nos Fóruns Estaduais de Educação e nos Encontros Nacionais de Educação – Eneja¹³, ampliam sua participação nas discussões sobre as perspectivas de EJA em âmbito nacional, estadual e municipal, repercutindo tais debates nas instâncias públicas de educação.

O Pronera, portanto, tem contribuído para o aprofundamento das questões relativas a EJA, enfocando suas especificidades quando dirigira ao campo e através da participação de seus sujeitos, inclusive dos movimentos sociais, o que fortalece instâncias da área.

A primeira experiência ocorrida na Universidade Federal do Ceará – UFC, aqui analisada, traz importantes aprendizados sobre a construção deste Programa e o inter-relacionamento entre seus parceiros.

2.3 A experiência do Pronera na UFC

O projeto teve início em 1999 e previa inicialmente, a alfabetização de 9.580 jovens e adultos, organizados em 479 salas distribuídas em 212 assentamentos em 52 municípios do Estado (UFC, 1999^a). O corte de verba, que reduziu de R\$ 6 milhões para R\$ 320 mil o total de recursos, implicou na redefinição das metas, chegando a Universidade alfabetizar, ao término do convênio, 1.273 assentados (UFC, 2002).

No desenvolvimento das ações, os documentos e depoimentos apontaram como principais dificuldades na relação entre os envolvidos:

¹² Urge uma pesquisa que realize um levantamento nacional desta produção e os aspectos que enfoca. No Ceará, destaca-se, entre outros, Holanda (2000), Brandão (2002), Feitosa (2002), Furtado (2002), Castro Júnior (2005) e Maia (2005).

¹³ No Eneja de 2006, ocorrido em Pernambuco de 30 de agosto a 03 de setembro de 2006, grande parte dos participantes do Grupo das Universidades se apresentaram como participantes do Pronera

Respeito à autonomia dos parceiros. São recorrentes menções a interferência da então gestora do programa no Incra no trabalho pedagógico, entendido pela Universidade como de sua responsabilidade e competência. Assim refere-se duas coordenadoras¹⁴ da UFC:

A gestora do PRONERA no INCRA vai aos assentamentos, se as coordenadoras ou a turma não estiver reunida, ela não aceita o relatório porque diz que não estava havendo aula e assim, não houve alfabetização. Não importa os motivos [...] a falta de recursos para o pagamento dos monitores ou para o transporte dos coordenadores [...] não aceita. Mas é papel do INCRA questionar o trabalho pedagógico da Universidade? De jeito nenhum [...]

Realmente é uma questão de autoritarismo, fala-se em autonomia e eu sempre falo: que autonomia? Porque autonomia está muito próxima, para algumas pessoas, de autoritarismo, as palavras se parecem, e na prática também, quando não há confiabilidade entre os parceiros.

Sobre esta temática, o Relatório (UFC, 2002, p.21) expôs, minuciosamente, questões teóricas como compreensão do que é a EJA, processo de letramento ou alfabetismo, os objetivos do processo de alfabetização no Pronera, assim pretendia firmar a autonomia da Universidade através dos conhecimentos que justificavam, em parte, seu ingresso no projeto, afirmando:

A construção de parceria, entre os movimentos sociais do campo e entidades governamentais, **mostrou-se dificultosa, evidenciando-se a necessidade de um redimensionamento no tocante à postura das entidades ligadas ao governo, pois é indispensável** que a comunicação, entre as organizações envolvidas, seja pautada no **respeito as diversidades** e aos **interesses dos trabalhadores** (as) envolvidos (as) nesta ação.

A Correlação de forças desigual, conferindo ao Incra, gerente dos recursos financeiros, mais “poder” na parceria, como relata um dos bolsistas universitários:

Na prática é assim, o INCRA financia e fiscaliza, ou então financia e acompanha, ...é quem paga a conta, muito mais quem paga a conta e fiscaliza. A universidade é muito mais quem pensa, quem é responsável pela execução, hoje está assim. O movimento e quem mobiliza, faz a demanda. Aí os parceiros eles são consultados na construção do PRONERA, mas efetivamente são papéis diferentes, dentro do que está programado a universidade ela tem um papel mais na execução do projeto, na prática ai depende um pouco da correlação de forças.

A Lógica diferenciada entre os parceiros, como menciona uma representante do Coletivo Estadual de Educação do MST:

O PRONERA é uma construção entre o MST, entre outros movimentos sociais, entre o governo e entre a universidade. A natureza desses três atores é

¹⁴ Por motivo de compromisso ético com os entrevistados serão resguardados seus nomes.

completamente diferente e as tensões que existem na implementação do PRONERA, é a natureza dos três atores [...] um movimento social ele não vai se engessar como uma instituição é engessada, você veja, que a universidade é engessada, ela faz o planejamento pro ano que vem, e sabe tudo que vai acontecer, nós não temos isso, nós temos o planejamento, mas durante o ano o enfrentamento da luta de classes é o que vai determinar alguma ação que nós tenhamos que fazer...

Do exposto, depreende-se que as relações entre os parceiros importam em conflitos de várias naturezas. Podem estar relacionados aos papéis que cada um se auto-atribui e aos outros, que não raro extrapola o que estipula o Manual de Operações, pois são negociações que emergem no desenvolvimento das ações. Relaciona-se a forma de cumprimento destes papéis que pode acontecer com base em decisões consensuadas ou impostas, evidenciando confiança mútua ou não, e ainda as lógicas próprias de cada envolvido.

3. Algumas Considerações Finais

Todos estes aspectos mencionados não podem dissociar-se dos projetos políticos que cada parceiro encarna e da ideologia que propaga, sejam os representantes institucionais, os funcionários públicos, os movimentos sociais ou o Governo à frente das instâncias deliberativas Federal, Estadual ou Municipal. Não havendo, necessariamente, alinhamento entre Governo e funcionários dos órgãos governamentais.

Pondera Caccia Bava (1999, p. 15 apud SOUZA, 2002, p. 217) que o aprendizado democrático “requer o reconhecimento por parte de todos que justamente por que são diferentes é que se potencializam mutuamente, ele requer o respeito à multiculturalidade, à autonomia e independência de cada um de seu integrantes” (grifos meus). Construir esse reconhecimento é um caminho tortuoso eivado de tensões e conflitos que “serão maiores ou menores dependendo do quanto compartilham e com que centralidade o fazem – as partes envolvidas” (DAGNINO, 2002).

Compartilhar com maior centralidade, além dos aspectos políticos e ideológicos que implica, é também respeitar os saberes e conhecimentos do outro. É uma questão desafiadora, posto que aqueles que, por motivos diversos acumularam mais saber sobre o objeto em questão, são atentados a olhar o parceiro não somente como diferente, mas inferior. Assim, no caso em apreço, o INCRA tinha domínio sobre a contabilidade e prestação de contas, a universidade sobre o processo de alfabetização e os Movimentos sobre a organização política.

A história da experiência em foco não só confirma como testemunha o quão difícil essa construção tem sentido. Todavia, pode-se afirmar que é uma relação que tem assegurado

na explicitação dos conflitos e luta pela autonomia dos parceiros, inserir-se numa perspectiva de fortalecimento da cidadania, posto que os movimentos sociais exigem o reconhecimento do seu direito à educação.

A convivência mesmo conflituosa, aos poucos, propicia o alargamento democrático da estrutura do Estado, pois oportuniza aos parceiros um debate sobre lógicas e projetos políticos divergentes no enfrentamento da burocracia.

Quanto as repercussões para EJA no campo, se por um lado o Pronera tem ampliado, significativamente, o acesso a formação, ao estudo e aprendizados da gestão coletiva dos projetos, por outro, permite, antever um longo caminho para uma efetiva unidade entre os parceiros.

4. Referências Bibliográficas

BORON, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. **Os saberes agrário-agrícola no projeto formativo da escola rural: o currículo como uma política cultura.** 112 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1997.

CACCIA, Bava, Sílvio. **O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI.** São Paulo, 1999 (Mimeo).

CASTRO JÚNIOR, J. L. **Educação Popular, educação do Campo e Multiterritorialidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** estudo do assentamento Unidos de Santa Bárbara – Sítios Novos – Caucaia, CE. 2005,310 f, Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005.

DAGNINO, Evelina (organizadora). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas de educação básica de jovens e adultos do Brasil do Período de 1985/1999. 2002.** Tese (Doutorado em Educação) – *stricto sensu* em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará.** Estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara. 2002. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação *stritu sensu* em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2002.

FURTADO, Eliane Dayse P. Relatório de Pesquisa: “A Educação do Campo: um desafio no contexto dos assentamentos rurais do Ceará”. CNPq, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

HOLANDA, Maria Iolanda Maia. **A construção da identidade coletiva dos sem-terra: Um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA.** 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MAIA, L. A. **Mística, educação e resistência no Movimento dos Sem Terra: Assentamento Antônio Conselheiro, Ocara, CE**, 2005. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, 2005.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular em Fortaleza.1995**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. À sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estão na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

SEGUNDO, Maria das Dores M. **O banco mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica do Brasil: O Fundef no centro do debate**. 2005, 234 f, Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. As relações entre o Movimento Sem terra (MST) e o Estado: Programas de alfabetização de Jovens e Adultos no Paraná. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. UFC. **Relatório Técnico-Pedagógico (julho de 1998 a março de 1999)**. Fortaleza. 1999a.

_____. **Relatório Técnico-Pedagógico (abril a dezembro de 1999)**. Fortaleza, 1999b.

_____. Relatório Técnico-Pedagógico (período de 2000/2001): PRONERA Fortaleza, 2002.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESPAÇO DE SABER E PODER.

Ivanildo do Socorro Mendes Gomes¹
Maria do Socorro Dias Pinheiro²
Barbara Danielle Damasceno Moraes³
Marivaldo Prazeres de Araujo⁴
Vergiliana dos Santos Corrêa⁵

Resumo

A trajetória histórica da educação do campo: um espaço de saber e poder reflete sobre o processo histórico pelo qual a educação do campo vem passando ao longo dos anos, bem como, as relações de saber e poder estabelecidas nesse percurso. A referência do estudo parte de uma análise dos documentos das Conferências Nacionais de Educação do Campo. Objetiva identificar as alterações das terminologias entre rural e campo no processo de educacional. Utilizou-se como metodologia a análise documental e bibliográfica. Como resultado emergem indicativos de experiências educacionais baseadas numa proposta que considera o campo como um espaço de muitas possibilidades.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Rural; Poder

1. Introdução

A educação do campo possui uma trajetória histórica que se configura como um espaço de disputa, marcado por relações conflitantes entre os oprimidos e opressores. Constituindo interesses divergentes de saber e poder que condiciona essa disparidade ideológica culminando numa dinâmica discursiva entre os conceitos de educação rural e educação do campo. Essas discussões tem sido referenciadas por pesquisadores que integram no Brasil o Movimento Por uma Educação do Campo que pauta o campo como um espaço de vida, de lutas e saberes culturais relevantes para a desmitificação da ideologia dominante.

Muito se tem falado, estudado e pesquisado em educação. Entretanto, a discussão sobre a educação em áreas rurais recentemente passou ser a debatida com mais ênfase - desde a década

¹ Pedagogo, especialista em Psicologia Educacional, mestre em Educação, linha: Currículo e Formação de Professores e doutorando em Educação, linha: Currículo e Formação de Professores.

² Pedagoga, especialista em Gestão e Mestranda em Educação, linha: Currículo e Formação de Professores, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Rural da Amazônia (GEPERUAZ) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART).

³ Pedagoga, em processo de especialização em Psicopedagogia, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART).

⁴ Pedagogo, especialista em Educação Ambiental e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART).

⁵ Pedagoga e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART).

de 20 a educação rural passa a ocupar espaço na problemática educacional - por se verificar que a migração campo-cidade aumentava desordenadamente, trazendo sérios prejuízos à sociedade como um todo.

Entretanto, a educação oferecida ao meio rural esteve mais voltada para atender aos anseios da classe dominante do que da grande massa de trabalhadores (as) do meio rural. Essa tem sido a principal oposição com a educação rural ou para o meio rural, que teve historicamente o nome dado às iniciativas do Estado de pensar a educação da população do campo, de modo a escamotear a contradição existente no campo (entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo), e fazê-la de objeto e instrumento executor de políticas e de modelos de agricultura pensados em outros lugares, e para atender a outros interesses que não os seus enquanto grupo social, enquanto classe, enquanto pessoa.

Ao invés de pensar uma ação pedagógica para dinamizar ou "modernizar" a sociedade rural (considerada como atrasada), como é a visão da chamada educação rural, o que temos que pensar é em ações pedagógicas sintonizadas com a dinâmica social do campo, acelerada pela presença dos Movimentos Sociais. Isto implica em outro tipo de reflexão pedagógica e metodológica a ser feita em cada um dos espaços intencionais de educação, incluindo a escola.

Os dados⁶ abaixo, demonstram como o modelo de educação rural implantado em nosso país foi prejudicial ao desenvolvimento do campo, se fazendo *notar* na precariedade das condições de oferta e atendimento educacional da população rural:

- Em torno de 6% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola na zona rural;
- Dos jovens de 15 a 18 anos, 65,3% estão matriculados, mas 85% deles apresentam defasagem de idade-série, permanecendo no ensino fundamental;
- O número médio de anos de escolarização da população adulta (com 25 anos ou mais) residente na zona rural é de apenas três anos;
- Aproximadamente um terço (36%) da população adulta que vive no meio rural é considerada analfabeta (INEP, 2002);
- 64% das escolas que oferecem o ensino fundamental de 1^a a 4^a série são exclusivamente multisseriadas. Essas escolas atendem 1.751.201 alunos e possuem um único professor para duas, três, quatro e até sete séries diferentes;
- Na Região Amazônica 71,7% das escolas que oferecem o ensino fundamental de 1^a a 4^a são exclusivamente multisseriadas e atendem 394.948 alunos (46,6%).

⁶ Dados apresentados no texto "As classes Multisseriadas e o paradigma da seriação", do Prof Salomão Hage no II Encontro de Professores de Classes Multisseriadas, no município de Cametá, no período de 17 a 18 de Novembro de 2003.

Pelo exposto acima, é preciso retroceder no tempo, para compreendermos como se dá o processo histórico-educacional, os valores e as diferenças existentes no meio rural.

2. Um breve histórico sobre a educação rural

A educação analisada historicamente sempre esteve a serviço de uma classe, repassando sua ideologia e contribuindo para a manutenção da mesma no poder. Eram os detentores do poder, que decidiam os rumos que a educação deveria tomar. Dessa forma, falar sobre educação rural sem considerar essa conjuntura, tanto pedagógica quanto ideológica alienantes, que desde o começo, promovem uma histórica dívida social para com o homem, é cometer uma análise equivocada sobre a educação rural.

Esse descaso para com a educação rural é reforçado no ditado popular de que **"gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade"**. Com isso, a classe dominante eximiu-se de sua responsabilidade para com a educação rural, não elaborando políticas públicas para a mesma, transformando-a em um tripé simplista e alienante de ler-contar-escrever, por predominar a ideia de que para viver na roça não se carece de estudos.

No período colonial, esse ditado popular traduzia a mentalidade do povo daquela época, que considerava as atividades manuais realizada pelos índios sem importância, não sendo necessário para a sua realização à qualificação escolar. O ensino era restrito aos grupos sociais mais influentes, a educação funcionou como instrumento de classificação e exclusão social: à elite foi dado todo o poder intelectual e material; aos pobres, negros, índios e mestiços, o trabalho manual e a enérgica dominação.

Durante mais de duzentos anos, o ensino no Brasil ficou a cargo dos jesuítas até a sua expulsão pelo Marques de Pombal. Entretanto, a vinda deles para o Brasil não foi somente com o intuito de ensinar os filhos dos colonos, mas também, tinham a missão de converter os índios à fé cristã. Tratava-se da aculturação sistemática dos nativos através da educação.

Nesse período, o índice de analfabetismo atingiu 60% da população. Esse número confirma que a educação não era prioridade do governo português em sua colônia na América. Durante a República, buscou-se a inserção do Brasil na modernidade do século XX, buscando no processo escolar a fonte de inspiração para esse salto qualitativo. Estabeleceu-se para isso a escolarização como alavanca para o progresso. Apesar de todo esse *"entusiasmo pela educação"*, a realidade educacional brasileira não foi modificada, principalmente em relação a população do campo (a maior parte da população brasileira), ligada por laços paternalistas às oligarquias estaduais, que não sentia a instrução como uma necessidade imediata, nem pressionava no

sentido de sua difusão. Sérgio Celani Leite (1999) em seu trabalho "**Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**", enfatiza que:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas é a interpretação político-ideológico da oligarquia agrária.(p. 14).

Com o início da industrialização a partir de 1850, o que implicou num lento processo de transformações econômicas, influenciadas pela abolição do tráfico de escravos e pelo desenvolvimento da lavoura de café, a educação é moldada de acordo com os interesses econômicos vigentes. A chegada dos imigrantes, que traziam técnicas modernas de agricultura, e se preocupavam com o tipo de educação ofertada a seus filhos, contribuiu com a mudança da educação rural, que passou a ganhar importância devido à necessidade de mão-de-obra especializada no cultivo do café e das demais culturas secundárias.

No entanto, a educação e a sua organização, fizeram-se fundidas às teorias estrangeiras, pouco contribuindo para o tão sonhado desenvolvimento do país. As populações rurais, composta de pessoas humildes, trabalhadores do café, ex-escravos etc, não usufruíram as tais modernidades trazidas pelo tal desenvolvimento, como ferrovias e energia elétrica, por morarem no meio rural. Junto com o processo de industrialização veio à urbanização, que desencadeou um intenso movimento migratório do campo para a cidade; processo este, que fez acordar as elites brasileiras que pouco caso faziam da educação rural. Buscando conter esse movimento, implementaram o "ruralismo pedagógico" que tinha por objetivo "conter a migração e fixar o homem no campo".(VENDRAMINI, 2000, p.166), devido o conseqüente inchaço das grandes cidades.

Porém, tais iniciativas acentuaram ainda mais o distanciamento da educação das populações rurais, pois desconsideravam seus valores, heterogeneidade e experiências. Eram modelos despejados do alto do Governo Federal, prontos e acabados, baseados nas experiências das missões mexicanas. Sobre o ruralismo pedagógico PAIVA (1987) ressalta:

[...] que era preciso conter a migração e um dos instrumentos para fixar o homem ao campo era a educação. Não uma educação qualquer, mas uma educação não somente "regionalizada" de acordo com os preceitos da Escola Nova, assegurando sua eficiência e penetração, como uma educação especificamente voltada para o meio rural e seus valores. (p. 127)

É importante lembrar que apesar da expansão quantitativa da educação rural, não houve a expansão qualitativa, ela continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima

fundamental ao homem do campo. Porém, com a transformação do modelo econômico agroexportador, a escolaridade assume posições mais arrojadas. Assim sendo, a educação - especialmente a rural - foi condicionada às intenções capitalistas.

Sobre as várias LDBs promulgadas em nosso país, "há que se registrar na abordagem dada pela maioria dos textos constitucionais, um tratamento periférico da educação escolar do campo." (KOLLING, 2002, p. 63). A Lei 4.024/61 omitiu-se quanto à escola no campo. A mesma, deixava a cargo dos municípios a estruturação da escola fundamental na zona rural. Dessa forma, os municípios que eram desprovidos de recursos humanos e, principalmente financeiros, ficaram impossibilitados de assumir tal compromisso. Assim sendo:

(...) com uma política educacional nem centralizada nem descentralizada, o sistema formal de educação de educação rural sem condições de auto-sustentação -pedagógica, administrativa e financeira- entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbano. (LEITE. 1999, p. 39).

Com a negação constante da cidadania ao homem do campo, e seu estado quase que de absoluta pobreza, miséria, doenças, etc, já que não existiam prioridades para o desenvolvimento rural, forma-se um ambiente propício para o aparecimento de movimentos, como os CPCs (Círculos Popular de Culturas) e, mais tarde o MEB (Movimento de Educação de Base). Esses movimentos pretendiam a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente, buscava criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e humana. Ainda sobre o MEB, PAIVA (1987) frisa que:

(...) Este deveria fundamentalmente oferecer uma educação de base que levasse ao camponês uma concepção de vida, tornando-o consciente de seus valores físicos, espirituais, morais e cívicos; um estilo de vida, que guiasse seu comportamento nas esferas pessoal, familiar e social; e uma mística de vida que atuasse como uma força interior que assegurasse dinamismo e entusiasmo no cumprimento dos seus deveres e no exterior de seus direitos. (p. 240-241).

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, a educação novamente sofreu novas alterações, uma vez que, para a manutenção da ordem, houve necessidade de se criar mecanismos sociais e políticos para a sustentação de seus objetivos, sendo a educação redirecionada para tal fim. Assim, a LDB 5.692/71, em relação a anterior:

(...) teoricamente abriu espaço para a educação rural, porém restrita em seu próprio meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios, na maioria das vezes não conseguiu atingir os objetivos preconizados pela legislação. (LEITE. 1999, p. 47).

Durante esse período, vários projetos foram criados, na trilha ideológica do "*milagre*

brasileiro", tentando equacionar os problemas educacionais brasileiros, principalmente na zona rural. Entretanto, a presença desses projetos só mostrou a ineficácia da Lei 5.692/71, em relação à educação rural, desvelando que: "(...) a escola no campo será apenas um arremedo de um processo que, na verdade, não pretende a formação de uma consciência cidadã e sim a formação de 'instrumentos de produção' (LEITE, 1999, p. 49). Dessa forma, a qualidade do ensino rural era cada vez mais precária, sem infra-estrutura adequada, professores mal-preparados para o trabalho com as populações rurais, o crescente número de reprovados e evadidos, o distanciamento da educação da realidade rural. A educação rural tornou-se sem importância devido à acelerada urbanização.

A LDB de 1996, não trouxe inovações em relação à educação rural. Em seu art. 28, versa sobre as adaptações necessárias adequadas do ensino as peculiaridades da vida rural e de cada região, o texto não se satisfaz, mas com a adaptação pura e simples. A lei apresenta o seguinte texto:

Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Entretanto, tais adaptações não estavam embutidas num projeto educacional que tivesse como base uma educação democrática e um ensino com base num currículo que desenvolvesse as potencialidades do aluno. Sem isso, não terão sucesso e dificilmente conseguirão ser implantadas na sua integralidade. Na prática, o que se verifica é uma política de transferência geográfica, didática, cultural e institucional da escola urbana para a escola rural, negando assim sua identidade, seus sujeitos, valores, crenças, costumes e cultura. Portanto, a educação rural, historicamente é marginalizada, pois as Leis educacionais não demonstram em suas linhas preocupação em reverter o quadro educacional precário estabelecido no espaço rural.

3. A relação campo-cidade

Desde a colonização do Brasil pelos europeus, nosso país sempre foi explorado de forma predatória e nunca respeitado em suas especificidades. O modelo econômico aqui implantado foi de total dependência da metrópole, baseado numa cultura agroexportadora.

Foram os famosos ciclos econômicos que durante muito tempo delinearão os rumos de nossa economia. Durante todo esse período, a força do Brasil esteve no meio rural, lá estavam os produtos de exportação do país.

Com a profunda modernização de alguns setores da agricultura, o campo brasileiro passou por transformações que desencadearam uma extraordinária migração rural, por meio da expulsão de 30 milhões de pessoas, entre 1960-1980, sendo que 16 milhões migraram somente na década de 70, segundo FERNANDES (1999, p. 55).

Dessa forma, podemos constatar o esquecimento que a população do campo vem sofrendo ao longo dos anos, sendo estereotipada como fraca e fracassada. Um celebre exemplo desse modelo é a história do Jeca Tatu escrita por Monteiro Lobato. As políticas públicas engendradas são para benefício e bem estar da população urbana, como: educação, saúde, transportes, telecomunicações, saneamento básico, entre outros.

A vida no campo é idealizada pelos livros didáticos e programas televisivos, com um olhar romântico do sítio da vovó, cheio de animais, com um riozinho para as crianças tomarem banho nas férias, com a vaquinha no pasto, se constituindo num lugar bom para as pessoas descansarem, longe do barulho ensurdecedor da cidade, porém, não é o lugar ideal para morar.

Essa visão errônea do campo, tem feito aumentar a pobreza e a miséria, restando aos camponeses⁷, somente vender suas terras ou abandoná-las e ir para a cidade ver se a vida melhora. A diminuição da população do campo, demonstrada na Tabela I, tem levado muitos estudiosos a concluir que o rural já não tem mais significado histórico relevante e que o campesinato está em processo de extinção, face ao intenso processo de urbanização, que é histórico. Como podemos observar pelos dados estatísticos, a partir da década de 80, passa a haver um desequilíbrio demográfico devastador para a cidade e para o campo, com a superação da população urbana sobre a rural.

A hegemonia do modelo de vida urbana sobre o rural, tem sido repassada diariamente pelos meios de comunicação. Ideologicamente, o campo e a cidade são repassados como mundos à parte. "Na realidade, se relacionam, se interagem em dependência recíprocas" (FERNANDES, 1999, p. 59). O meio urbano passa a ser tido como parâmetro. Tudo passa a girar em torno do urbano, que desenvolve a sociedade e subordina o campo. A grande reprodutora dessa visão urbano-cêntrica⁸ é a escola que trás impregnado em seus programas

⁷ Camponeses entendidos aqui no sentido de diferentes grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, cujo processo de reprodução social se faz na contraposição às relações capitalistas de produção, ainda que subordinado a elas.

⁸ Expressão usada pelo Prof. Dr. Salomão no texto "As Classes Multisseriadas e o Paradigma da Sérição", apresentado no II Encontro de Professores de Classes Multisseriadas no município de Cametá.

curriculares a concepção da zona urbana.

TABELA 1 - População residente no Brasil 1940-1996 e projeção preliminar da população residente 2000-2020.

Década	Pop. Total	Pop. Rural	Pop. Urbana
1940	41.236.315	28.356.133	12.880.182
1950	51.944.397	33.161.506	18.782.891
1960	70.070.457	38.787.423	31.303.034
1970	93.139.037	41.054.053	52.084.984
1980	119.002.706	38.566.297	80.436.409
1991	146.825.475	35.835.485	110.990.990
1996	157.079.573	33.929.020	123.087.553
2000	165.715.400	32.233.000	133.482.000
2010	184.157.000	29.332.000	154.825.000
2020	200.306.000	26.985.000	173.321.000

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil – 1996.

As escolas rurais têm muitos problemas, e um dos principais é o currículo e o calendário escolar totalmente alheio à sua realidade. A visão da cidade é repassada pelo currículo. Assim, a escola do meio rural é uma escola que estando lá está fora dali. Sem falar da concepção de que a escola urbana é melhor que a rural, que por infelicidade é chamada por muitos de "*isoladas*"⁹. Sabemos que a qualidade da educação independe de sua posição geográfica rural-urbana. No entanto, o que acontece é uma política equivocada de investimentos.

4. Por uma educação do campo

Nesse cenário, os movimentos sociais que envolvem os diferentes segmentos da população do meio rural, incluindo camponeses, quilombolas, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos, entre outros; têm lutado para fortalecer uma compreensão do rural, onde afirmam ser este um espaço que possui necessidades próprias, que interage com a cidade, que o campo é espaço de vida digna, habitado por sujeitos concretos e sociais, desmitificando a noção de que o campo é aquilo que sobra das cidades, sem falar das expressões pejorativas de que os povos do campo são vítimas, como: ingênuos, ignorantes, preguiçosos e atrasados.

⁹ Termo utilizado para designar as escolas localizadas em comunidades rurais que possuem menos de 50 alunos.

Segundo essa concepção, o campo não é só o espaço do latifúndio, da produção agropecuária e agroindustrial, da grilagem de terras, dos conflitos agrários ou do esvaziamento, que alguns consideram encontrar-se em face de extinção, devido o êxodo rural; o campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem (FERNANDES, 2002).

Da articulação dessas lutas, emergiu o "**Movimento Por uma Educação do Campo**", a partir de um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor de uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo, sendo parceiros nessa luta o MST (Movimento dos Sem Terra), UnB (Universidade de Brasília), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Processo este, iniciado no final da realização do I ENERA (Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária). Este Movimento tem por objetivo principal "ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país" (KOLLING, 1999, p. 20).

Movimento este que se contrapõe à visão predominante de educação rural, combatendo aos "*pacotes*" (tanto agrícolas como educacionais) e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação de modelos que as ignoram ou escravizam. Também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado. Uma concepção de educação que afirma a intencionalidade de refletir a vida, os interesses e necessidades de desenvolvimento dos sujeitos que vivem e trabalham no campo e, não apenas de reproduzir os valores do desenvolvimento do meio urbano. A luta por uma educação pública e de qualidade para o campo se constata na fala de ARROYO (1999):

(...) Em nossa história domina a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler (...) A escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente. (p. 20).

É presente neste momento, a crítica a educação rural nos moldes em que predominantemente tem sido oferecida. Por isso, educação rural é diferente de Educação do Campo, pois o primeiro, se constitui num instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludente.

Por que **Por uma Educação do Campo**?

Por uma Educação do campo, indica o desafio da construção, do processo que se

desencadeou com a I Conferência, porque não se tem uma educação já planejada, finalizada, o que se tem são experiências alternativas de educação. Em conjunto com os Movimentos sociais, busca-se a construção de um novo projeto de desenvolvimento do campo, "tanto em relação a políticas públicas, como em relação a princípios, concepções e métodos pedagógicos" (KOLLING, 1999, p. 29). O Movimento trabalha com o conceito da LDB 9394/96 que:

Identifica a educação básica como um dos níveis da educação escolar (o outro é o da educação superior), formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio (art. 21), que inclui também a educação de jovens e adultos (destinadas às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade adequada - art. 37) e a educação profissional, integrada mas não necessariamente vinculada aos níveis de escolarização (art. 39) (KOLLING, 1999, p. 24).

Dessa forma, a expressão *Educação do Campo* carrega em si a luta popular pela ampliação da noção de escola pública e obrigatoriedade de todos os níveis da Educação Básica. Posteriormente, essa luta tem se estendido para o Ensino Superior, que a cada dia que passa vem sendo sucateado e privatizado.

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não mais a usual *meio rural*, com o objetivo de incluir (...) uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. (KOLLING, 1999, p.26).

Os Movimentos Sociais do campo apontam para a expressão campo ao invés de rural, por constatar que a segunda é carregada de significado pejorativo, durante tanto tempo foi usada pela elite dominante para limitar o espaço rural e produzir políticas educacionais totalmente voltada para o interesses das cidades. A luta da articulação não se limita só a exigir uma educação do campo, mas luta também para fortalecer a educação no campo e do campo,

(...) pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas do sujeito do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola também enraizada na práxis da Educação Popular da Pedagogia do Oprimido (KOLLING, 2002, p. 19).

O Movimento Por Uma Educação do Campo, realizou em 1998, em Luziânia (Go), I Conferência Nacional: Por Uma Educação Básica do Campo. A II Conferência Nacional: Por Uma Educação, realizou-se também em Luziânia no período de 02 a 06/08/2004. Na I Conferência foi afirmado que o campo é um espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Também foram denunciados os graves problemas de falta de acesso e da baixa qualidade da educação

pública destinada á população trabalhadora do campo. Foram discutidas propostas, socializadas experiências de resistências no campo e de afirmação de um outro projeto de educação. Uma conquista recente do conjunto das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo no âmbito da luta por políticas Públicas foi à aprovação das Diretrizes Operacionais para a educação Básicas nas Escolas do Campo (Parecer nº36/2001 e Resolução 1/2002 do CNE).

Outra conquista política importante esta sendo a entrada das questões do campo na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de Movimentos Sociais e Sindicais de Trabalhadores e trabalhadoras do campo, o que vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e federal¹⁰. Entretanto apesar de todas essas conquistas, ainda há um longo caminho a trilhar, até que sociedade em todos os seus setores, reconheça que o campo tem uma identidade própria que requer políticas públicas específicas para o mesmo.

5. Experiências educacionais rurais

Contrapondo-se a lógica que a escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada (KOLLING, 2002, p. 18), estamos abordando duas experiências alternativas, que tem se destacado na transformação do meio rural em termos de qualidade de vida e educacional. São elas a Casa Familiar Rural e a Proposta Educacional do MST. Essas experiências só vêm somar a ideia de que o campo não esta parado, o campo esta vivo, que existe um movimento social no campo e que este movimento também é pedagógico (ARROYO: 1999, p. 16). E que a transformação do espaço rural é possível e necessária.

5.1 Casa Familiar Rural.

A Casa Familiar Rural é alternativa à escola formal para a educação do campo, resgatando os valores rurais e o conhecimento interdisciplinar, quebrando o conhecimento fragmentado "por caixa". Fundamentado nos conteúdos e na metodologia da realidade regional. A Casa Familiar Rural nasceu da proposta de um grupo de famílias do meio rural, em 1935 na França, que propunha a junção de uma profissão e uma educação humana para seus filhos, denominada **Pedagogia da Alternância**. Que significa uma integração da escola com a família e comunidade do educando. A escola nessa Pedagogia tem dois momentos distintos e complementares: Tempo-escola e Tempo-comunidade.

¹⁰ Desde 2003 existe no Ministério da Educação e Cultura, um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, que inclui a, representação de representantes de movimentos sociais e Sindicais.

Logo a concepção se expandiu para mais trinta países dos cinco continentes, buscando provocar o desenvolvimento do meio rural, preocupação surgida com o aumento da migração campo-cidade, que provocaram o inchaço das mesmas, aumento da desigualdades e graves problemas sociais como desemprego, violência, marginalização e pobreza. No Pará, o processo de implementação das Casas Familiares Rurais, teve início em em 1994 no Município de Medicilândia.

As CRF's são gestadas pelas famílias associadas, por meio de um convênio com a ARCAFAR (Associação das Casas Familiares Rurais), com o apoio dos órgãos públicos e privados. O principal objetivo das CFR's é contribuir na construção de uma identidade do campo, associada educação com atividade agrícola, educando os trabalhadores para serem agricultores, trabalharem em suas propriedades de forma sustentável, de maneira que traga renda à família, sem ser preciso vender suas terras para os fazendeiros latifundiários, e ter que vir para a cidade viver em condições pior do que quando vivia no campo.

Com a conscientização dos agricultores, passam a reivindicar uma educação profissionalizante para seus filhos, para extirpar o pensamento de que quem estuda não tem lugar no campo; no campo só fica quem não quis estudar. Querem uma educação para o campo, querem conhecimento, pois o conhecimento propicia libertação, não querem ver o campo esvaziar. A duração das atividades na CFR são de três anos, com alternância em regime de internato, desenvolvem uma proposta didática pedagógica de alternância onde os jovens e adultos permanecem uma semana na casa e duas na propriedade. Os instrumentos utilizados na casa são: as fichas pedagógicas, o caderno de campo, o plano mensal de estudo e o caderno de gestão.

5.2 A Proposta Educacional do Movimento Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem sido notícia constante na mídia devido à onda de ocupações de terras como forma de pressionar o governo para a realização de uma reforma agrária que traga desenvolvimento sustentável para as populações rurais. Entretanto, o MST não luta somente pela reforma agrária, mas combate três cercas, que são: a exploração, o latifúndio e a ignorância. A ultima cerca se refere à educação. É notável o esforço do Movimento em implantar escolas de qualidades nas áreas de assentamento e acampamento, devido o aumento do número de crianças em idade escolar.

Para se constituir como movimento forte, o MST um dos principais Movimentos Sociais (senão o principal) do país, investiu em educação para a formação de corpo técnico para o movimento, criando em 1987, o setor de educação, que seria encarregado de traçar políticas

pedagógicas que atendessem os anseios dos Sem Terra. Posto que, não há como avançar numa luta social complexa como é no Brasil a luta pela Reforma Agrária, sem que seus sujeitos de direitos se dediquem a própria formação, sem que se disponham a aprender e a conhecer com profundidade e com rigor a realidade do país que os gera sem terra, e faz da questão agrária uma das questões estruturalmente responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade social no país. O compromisso do movimento na luta pela educação é expresso por João Pedro, uma das lideranças do MST:

(...) apenas a luta pela Terra não transforma o sujeito em cidadão, se nós também não democratizarmos o conhecimento, se não tivermos acesso à educação (...). entendemos que a Reforma Agrária é a junção destas duas conquistas: ter acesso à terra, e ter acesso à escola, ao conhecimento, à educação, (in CALDART, 1997, p. 25).

Porém, a luta por educação, por escolas, assumida por essa instituição social, não é uma luta qualquer ou comum, labutam por escolas que venham atender aos interesses deles, que contribuam na construção de sua identidade e reconheça suas diferenças não como desigualdades, mas como trabalhadores rurais sem terra que necessitam de uma educação comprometida com sua causa.

(...) foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terras, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura forma não permite seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar (CALDART, 2001, p. 45-46).

Para atender essa necessidade, de uma escola diferente, foi aprovada no Rio Grande do Sul em novembro de 96, a **Escola Itinerante dos Acampamentos**, com a estrutura e a proposta pedagógica criada especialmente para acolher as crianças e os adolescentes do povo Sem Terra em movimento. A Escola do MST é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que na verdade é o movimento de diversas pedagogias. Ela é uma escola que humaniza quem dela faz parte. A proposta educacional do grupo, é uma proposta interessante e viável ao sistema público de ensino.

6. Considerações finais

O estudo foram-nos provocadas a partir da ótica dos pesquisadores e dos documentos resultantes das Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo que nos proporcionaram fazer neste diálogo, algumas inferências acerca da educação do campo e compreendê-la como um direito que historicamente vem sendo negligenciada no conjunto

das políticas públicas da educação brasileira, e como tal, merece ser analisada, refletida, culminando em ações efetivamente concretas pelo conjunto das organizações sociais e governamentais para que, as populações do campo possam ter melhores condições de estudar, se manter na terra, devendo para tanto potencializar e investir na qualidade da educação, ofertada as populações do campo bem como em outras políticas públicas necessárias a esta realidade.

No entanto, com a literatura, identifica-se que os pesquisadores expuseram que os sujeitos sociais do campo almejam uma escola, não só para ler, escrever e contar, mas para se profissionalizar a partir de uma formação que não negue sua cultura para sobrepor outra, e possam seguir uma carreira tendo o direito de escolher onde será seu espaço de trabalho, se o campo ou cidade. Antes, porém, precisam de oportunidades de educação com qualidade, com currículo que problematize e não negligencie a realidade e o trabalho. “Urbanizou-se” a educação no campo, mas não com mesmas oportunidades.

É evidente que, somente a educação, não resolverá os problemas sociais que vivem as famílias do campo. Serão necessárias outras políticas para o campo, para que as populações que optaram em residir e trabalhar nele vivam com mais dignidade. Mas para isso acontecer, é relevante pleitear propostas de políticas públicas consistentes e condizentes com as diversas realidades rurais do Brasil, para construção de uma escola do campo de qualidade, com estrutura física, e pedagógica adequada.

7. Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. IN: Coleção Por uma Educação Básica do Campo. Vol. 2, Brasília/DF: articulação nacional por uma educação do campo, 1999.

BENJAMIM, César e CALDART, Roseli Salete. Projeto Popular e Escolas do Campo. In: Coleção Por uma Educação Básica do Campo. Vol. 3, Brasília/ DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. Terra; Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA LATINO
AMERICANA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, MUNICÍPIO DA LAPA –
PARANÁ**

José Henrique Bezerra Mantovani¹

Resumo

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo desenvolver um debate acerca das matrizes disciplinares do conhecimento que sustentam as bases teóricas e científicas da prática agroecológica. Visa contribuir para o debate da quebra de paradigmas estruturais na produção agrícola associado à questão da educação nas experiências dos movimentos sociais latino americanos. Trazendo aspectos factuais das experiências da Escola Latino Americana de Agroecologia, almeja-se estabelecer diálogo com pesquisadores de outras regiões do país na expectativa de suscitar questionamentos relativos aos modelos tecnológicos e educacionais ativos no campo e na contemporaneidade.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação; Movimentos Sociais

1. Introdução

Este texto procura discutir questões relativas às práticas agroecológicas associadas às perspectivas dos movimentos sociais latino-americanos com o surgimento da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA). Como proposta ao III Encontro da Rede de Estudos Rurais, visa contribuir com a caracterização dos princípios de formulação do conhecimento agroecológico frente a questão da sustentabilidade. O presente trabalho propõe o desenvolvimento de reflexão crítica relativa a quebra de paradigmas na produção agrícola. Através da pesquisa de campo de natureza etnográfica realizada no assentamento/escola da Lapa, sede da ELLA, busca-se a explicitação da dimensão humano-social presente na agricultura sustentável do modelo camponês.

A primeira seção estabelece os parâmetros relativos ao conteúdo das práticas agroecológicas no que tange a formulação de suas bases teóricas, com a intenção de contextualizar o surgimento do conceito contemporâneo de agroecologia através do resgate histórico dos saberes tradicionais.

Na segunda seção, articulam-se as contribuições das diversificadas matrizes disciplinares que colaboraram e colaboram com o fomento da agroecologia no âmbito

¹ Estudante do IV ano de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: dubwisevibe@yahoo.com.br.

científico e teórico, além das implicações contextuais que inclinaram tais disciplinas à aproximarem-se do debate agroecológico.

Na terceira e última seção, que se desmembra em três (3) itens, encontram-se dados sobre a concepção da ELLA, além de anotações decorrentes da prática etnográfica proposta e formulações da prática agroecológica associadas à questão da educação articuladas pelos movimentos sociais camponeses da América Latina.

2. As Matrizes do Pensamento Agroecológico

... que a ciência não seja um adorno de doutores, mas um recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida.

Manuel Bomfim.

Para elucidar o conceito de manejo agroecológico, ou antes, definir o que é a agroecologia se faz necessária uma explanação histórica relativa à concepção das bases teóricas desta prática. Entretanto, numa determinação do que seria a idade da prática agroecológica, remetemo-nos à explicitação de que ela teria a idade da própria agricultura (ALTIERI, 2002, p. 21). Sobre a análise dos sistemas promovidos pela agricultura indígena, surgem formulações relativas ao comprometimento de comunidades tradicionais com os ditames da prática agroecológica em decorrência de sua ótica de sustentabilidade sistêmica. É de fundamental importância à concepção do pensamento agroecológico a contribuição das pesquisas etnográficas. Ao analisar as relações sociais de produção em determinadas sociedades tradicionais, os pesquisadores deparam-se com saberes e percepções ecológicas por parte dos nativos em relação ao meio em que habitam.

Ao estudar a agricultura indígena, que constitui um testemunho modificado das primeiras formas de agricultura, pesquisadores demonstram, evidências de que muitos sistemas agrícolas desenvolvidos localmente incorporam em suas práticas rotinas e mecanismos que lançam mão de recursos renováveis disponíveis na região e de características ecológicas e estruturais do meio agrícola (ALTIERI 2002, p. 21).

Sociedades em que os conhecimentos holísticos - acumulados através da sucessão de gerações e transmitidos pela oralidade - aplicados na agricultura, carregam determinações de sustentabilidade, se aproximam em relação aos ditames da prática agroecológica. Tal sistematização de padrões articulam a esfera da produção e a esfera humana, incorporando o plano sócio-cultural às técnicas de produção desenvolvidas localmente. A agricultura promovida pelas populações tradicionais - antes dos contatos iniciais com os colonizadores -

apresenta uma outra forma de racionalidade. As práticas rituais relacionadas ao cultivo da terra, presentes em determinadas culturas indígenas, representavam a busca de integração e a intenção de estabelecimento de relações harmônicas entre homem/natureza.

O manejo de ecossistemas desenvolvidos por antigos povos e suas respectivas estratégias de subsistência; “[...] historicamente, incluía rica simbologia e sistemas rituais que frequentemente serviam para controlar as práticas de uso da terra e para codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita” (Ellen, 1982; Conklin, 1972 apud Altieri, 2002, p.22). Esta perspectiva de integração caracteriza a adaptação de povos aos ecossistemas locais. O homem, em íntima relação com o seu ecossistema, compunha o meio natural se concebendo parte dele. Consequentemente, tais relações estabelecidas com a terra possibilitaram longevidade a alguns povos. No entanto, tais conhecimentos de origem holística, foram fortemente suprimidos por uma série de ocorrências relacionadas ao processo de colonização.

Devido a natureza mística das práticas dos povos tradicionais, tais técnicas foram sobrepostas e reprimidas em decorrência da chegada dos exploradores. Estes subjugaram grande parte das populações e aniquilaram seus mecanismos de codificação e controle de transmissão de práticas agrícolas desenvolvidas.

Com a supressão do conhecimento de técnicas de manejo indígenas, muito se perdeu. Do conhecimento holístico culturalmente formulado pouco restou, pois os exploradores recém chegados afetaram substancialmente as populações nativas.

Principalmente no Novo Mundo, onde ocorreu rápida e devastadora eliminação populacional. Em algumas áreas, aproximadamente 90% da população morreu em menos de cem anos. Com eles, morreram sistemas culturais e de conhecimento (DENEVAN, 1976 apud ALTIERI, 2002d, p. 23).

Constitui esta proposta de resgate cultural um dos eixos do pensamento agroecológico, que envolve outras implicações no modo de se produzir, almejando, além da produtividade a sustentabilidade no manejo dos recursos naturais socialmente justos e economicamente viáveis. Nosso contexto histórico exige que ajam preocupações acerca da incorporação de mais dimensões a serem absorvidas pela lógica da produção, pois a dinâmica da exploração agrária não se explica só por condicionamentos agrônômicos da parcela e sim por condicionamentos ambientais, sociais e econômicos (GUTERRES, 2006, p. 93).

3. Ciência e Conhecimento Agroecológicos

As contribuições de matrizes disciplinares no campo da produção científica da agroecologia evidenciam-se em diversas áreas. Atribui-se à interdisciplinariedade a motivação principal na construção do conhecimento agroecológico devido à perspectiva da visão sistêmica. Sua formulação como ciência articula ditames das esferas do saber biológico, filosófico, sociológico, agrônomo, ecológico, entre outros. O pensamento agroecológico se edifica frente à proposta de incorporação das dimensões humanas, ambientais e sociais em sua concepção.

O interesse pela interdisciplinaridade pode propiciar um tipo de conhecimento mais abrangente, sem dúvida, a complexidade metodológica e operacional desta proposta é muito maior do que na agronomia convencional, principalmente quando se pensa em incorporar os componentes sociais à noção de sustentabilidade. É freqüente (na agroecologia) o pensamento de que as questões ambientais só poderão ser tratadas em conjunto com as questões sociais (EHLERS, 1996, p.120).

O uso contemporâneo do termo “agroecologia” data de meados da década de setenta. Este é o momento em que estudiosos comprometidos com as causas ambientais unem-se a pesquisadores das ciências agrárias, que se utilizam da abordagem ecossistêmica na agricultura. Esta soma de abordagens relativas ao manejo recebe inicialmente o nome de Agricultura Ecológica. Qualifica-se assim, a disciplina precursora da agroecologia que inaugura o debate da sustentabilidade, mas não incorpora a dimensão humano-social à suas práticas.

Neste contexto de disparidades entre o desenvolvimento produtivista - e ganho nos planos econômicos – e o plano social surgem os primeiros relatos sobre o uso contemporâneo do termo Agroecologia. Na década de sessenta e início da década de setenta, a formulação do corpo teórico inicial da agroecologia está ligada ao campo da disciplina da ecologia. Sendo as estruturas conceituais da agroecologia (assim como sua linguagem) essencialmente ecológicas, devido a referência às dimensões (eco)sistêmicas do meio ambiente, amplia-se as análises de fatores interrelacionados em sistemas. Entretanto, a incorporação da dimensão das relações sociais, principalmente provenientes das ciências humanas, ainda não se faz efetivamente por parte destes agrônomos e ecólogos.

Todavia, são temáticas centrais das ciências agrárias que vão, especialmente no momento inicial do fomento da Agricultura ecológica, compor a Agroecologia. Trata-se da ocorrência deste fato devido à elucidação teórica necessária a uma perspectiva de manejo

promovida pela Agronomia. Contudo, é no momento em que se superam os condicionamentos mercadológicos e a unilateralidade do discurso agrônomo reducionista de enfoques convencionais da atividade agrícola, baseadas na segmentação e no parcelamento do conhecimento científico que se ultrapassam as limitações estruturais, quando se intensifica e se amplia o diálogo com representantes de outras disciplinas se estabelece gradativamente a incorporação das esferas social e cultural na produção agrícola (GUTERRES, 2006, p.91). Justamente quando as ciências agrônomicas se deixam permear pelas implicações sócio-culturais da produção é que se desenvolvem as condições iniciais para um amadurecimento da Ecologia Agrícola e do desenvolvimento de estudos de extensão rural.

Nos anos sessenta, cientistas ligados à Agronomia dissertam sobre a relativa expansão do campo conceitual das ciências agrárias. Atribui-se assim relevância às abordagens sugeridas “[...] acerca das relações complexas entre plantas cultivadas e seu ambiente, onde deve-se levar em conta os fatores fisiológicos e agrônomicos que influenciam a distribuição e adaptação das espécies cultivadas” (KLAGES, 1928 apud ALTIERI, 2002, p.32). Posteriormente surge uma perspectiva ainda mais vasta: “[...] incluindo os fatores históricos, tecnológicos e sócio-econômicos como determinantes da espécie a ser cultivada numa determinada região, assim como seu próprio potencial produtivo” (KLAGES, 1942 apud ALTIERI, 2002, p. 32). Com o desdobramento dessa nova abordagem define-se o campo teórico da Ecologia Agrícola, que, segundo Papadakis (1938 apud ALTIERI, 2002, p.32), deveria basear o cultivo nas respostas das culturas ao ambiente, utilizando-se da abordagem ecológica no estudo da adaptação das culturas.

Logo, a disciplina da Ecologia Agrícola passa a integrar a grade curricular dos cursos de Agronomia, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento sistêmico e trazendo a discussão de abordagem ecológica no estudo das adaptações das culturas para o âmbito das discussões universitárias. No entanto, a integração com outras ciências - como as Ciências Sociais - e o próprio contato intensificado com as comunidades indígenas e camponesas, fontes igualmente determinantes para a implementação do manejo agroecológico, ainda estariam por vir. Integradas as disciplinas da Agronomia e da Ecologia Agrícola, abre-se cada vez mais espaço para as discussões relativas à contextualização específica da implementação de culturas com implicações nas particularidades dos ecossistemas locais de maneira sustentável. Através do conceito de agroecossistema é que se combinam elementos agrícolas e florestais na produção sustentável, à exemplo da agrofloresta. Constitui sistema agroflorestal por:

... sistema sustentável de manejo de solo e de plantas que procura aumentar a produção de forma contínua, combinando as produções de árvores (incluindo frutíferas e outras) com espécies agrícolas e/ou animais, simultaneamente ou sequencialmente, na mesma área, utilizando práticas de manejo compatíveis com a cultura da população local (CENTRO INTERNACIONAL PARA PESQUISA FLORESTAL, 1982 apud ALTIERI, 2002.)

As pesquisas agrárias, com o componente social cada vez mais presente fortalecem as premissas da agroecologia. A Revolução Verde (no Brasil, chamada revolução conservadora) incorpora alto índice de mecanização e utilização de insumos e fertilizantes agrícolas sintéticos, mostrando-se como um “pacote” de tecnologias incompatíveis com a valorização e a preservação dos recursos ambientais e culturas locais. Os estudos do desenvolvimento rural do terceiro mundo contribuem neste contexto para a evolução do pensamento agroecológico. As análises na perspectiva relacional, enfáticas na defesa do ambientalismo, ajudam a esclarecer a lógica das estratégias locais de produção agrícola em comunidades sob intensa transformação, inclusive cultural.

A temática desenvolvida na área de estudos do desenvolvimento rural priorizou a análise das relações estabelecidas entre os fatores sócio-econômicos e a estrutura e organização social da agricultura. Através da elucidação dos resultados dos complexos processos que envolveram a incorporação da modernização na agricultura introduzidos pela Revolução Verde, determina-se sua contribuição no processo de marginalização das populações camponesas e no aumento nas desigualdades no meio rural. Por conseguinte, irá se definir por Agroecologia a forma de pensamento composto pelas contribuições da chamada Agricultura Ecológica - inicialmente desenvolvida pelas articulações entre as disciplinas da Ecologia e Agronomia - junto à incorporação das dimensões relativas à organização social, em que a dimensão humana e as implicações culturais são agregadas à dinâmica do planejamento da produção sustentável dos sistemas.

Em suas premissas estabelecem-se variados enfoques de articulações entre o homem do campo, o meio natural e a produção. A agroecologia luta pela 1). valorização do homem do campo (sua família, trabalho e cultura), 2). pela redução da dependência de energias externas aos ecossistemas manejados (que implica no uso racional de recursos naturais) e 3). pela produção de alimentos mais saudáveis (livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados). Com isso, almeja a sistematização dos esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente que seja socialmente justo e que articule as esferas da produção com a dimensão humana (ALTIERI, 2002, p.32).

O pensamento agroecológico, busca incorporar ferramentas desenvolvidas no âmbito do conhecimento científico tanto quanto se utiliza do resgate de matrizes de conhecimento de origem popular - localmente desenvolvidas por povos indígenas e comunidades camponesas - dialogando com as teorias e práticas do discurso científico com saberes holísticos, afim de ampliar o arcabouço teórico da agroecologia.

A agroecologia não é uma disciplina e sim um enfoque transdisciplinar que enfoca a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Enfoque teórico metodológico que, utilizando várias disciplinas científica, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Vinculação essencial que existe entre solo, planta, animal e ser humano (GUTERRES, 2006, p. 93).

4. Vivência na Escola Latino Americana

Esta seção apresenta uma análise etnográfica realizada através da pesquisa de campo. Atuação com proposta de neutralidade objetiva requerida pelas premissas da prática científica antropológica.

A proposta é a de tomar como ponto de partida da análise os atores e seus interesses, sugerindo que o observador deve seguir a aqueles para identificar as maneiras em que definem e associam diferentes elementos com os quais constroem e explicam seus mundos, sejam sociais ou naturais (GUIVANT, 1997, p.23).

Antes de dissertar sobre a experiência da pesquisa de campo realizada na ELLA, explicita-se na sequência alguns aspectos relativos às experiências dos movimentos sociais associados a questão da educação agroecológica.

Agroecologia e Educação

Com a agregação das práticas de observação às formas de aprendizado através de fontes populares de transmissão de saberes culturalmente desenvolvidos – conhecimento holístico e oralidade – compõe-se o estabelecimento das premissas agroecológicas para a valorização da experiência tradicional somada com a experimentação empírica.

Formulações a partir da observação e teorização através da linguagem demonstram a contribuição de saberes transmitidos por gerações passadas. Concebe-se assim, no plano atual, um arcabouço de técnicas diversificadas e práticas que sustentam a sistematização agroecológica. Esta contribuição referente ao avanço da agroecologia no campo manifesta

pela criação da ELLA faz parte da resistência estratégica do MST associado à Via Campesina no que tange as implicações da educação no campo. Trata-se do desafio da criação de escolas técnicas em agroecologia no estado do Paraná, onde a ELLA inaugura no continente americano a proposta de formação acadêmica em nível superior em agroecologia.

Existem atualmente no Paraná escolas de formação técnica à nível de ensino médio criadas igualmente através de articulações do MST e Via Campesina Internacional. São elas: Escola José Gomes da Silva, localizada em São Miguel do Iguaçu, a Escola Milton Santos em Maringá e o Centro de Desenvolvimento e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) em Cantagalo. Além do MST coordenar também a Escola Familiar Rural Padre Sasaki localizada em Sapopema, região próxima à cidade de Londrina.

Tal preocupação no âmbito da educação agroecológica demonstra o comprometimento das articulações entre os movimentos sociais latino-americanos com as propostas de planejamento social com ênfase na sustentabilidade. Trata-se da elucidação da proposta de libertação do homem à partir da educação, onde se fornecem as ferramentas para a emancipação deste através da conscientização das massas. Ao camponês, inicialmente, é quem cabe o papel de sujeito dessa história; ele é quem resgata as práticas de técnicas ancestrais de manejo e de utilização consciente do meio rural.

Propõem-se um processo de educação integral no sentido dos próprios ditames agroecológicos, em que se privilegia a inteligibilidade dos processos à nível de totalidade em contraponto as parcialidades do conhecimento no ensino regular. Elucidando no processo educativo a necessidade de se ver o homem em sua interação com a realidade, que ele sente, percebe e sobre a qual exerce uma prática transformadora (FREIRE, 2002). São propostas de implementação de uma educação interdisciplinar associada ao pensamento agroecológico coerente com as diretrizes de um novo projeto de desenvolvimento social e político. Educação com capacidade de proporcionar e desencadear ações fundadas em processos de mudança sócio-ambientais com orientação na perspectiva sistêmica da sustentabilidade com objetivo de equidade social.

O debate proposto pela Agroecologia frente às questões dos movimentos sociais a torna ainda mais pertinente perante a atualidade. Travando luta à favor da promoção da agricultura familiar, o campo do saber agroecológico associa-se com a proposta defendida pelo MST referente à problemática da distribuição da terra e da reforma agrária no Brasil. A questão da posse da terra, concebida como meio de produção, desemboca na necessidade da promoção da reforma agrária conjuntamente com o incentivo à agricultura familiar através da agroecologia.

Segundo o conceito de terra como relação social, atribui-se a efetivação da função social da terra através da utilização coerente dos recursos naturais (MENDRAS, 1969), que, no contexto atual, implica-se necessariamente à distribuição da posse da terra através da reforma agrária.

A demanda atual de alimentos implica na emergência de efetivação de práticas sustentáveis no manejo agrícola; e é através do desenvolvimento e do incentivo da agricultura local - sob o pano de fundo da luta pela reforma agrária - que incorporam as dimensões humano-sociais na educação, que a prática agroecológica concebe seu projeto de emancipação.

Formação da Escola

A realização da pesquisa de campo na Escola Latino Americana de Agroecologia, com sede na Fazenda Contestado, no município da Lapa (região metropolitana de Curitiba), localizada no sul do Paraná, realizou-se em maio do ano de 2007, durante o Encontro Regional/Sul de estudantes de Biologia, realizado em Curitiba no campus politécnico da Universidade Federal do Paraná.

Através de uma parceria efetivada durante o Fórum Social Mundial - na edição do ano de 2005 - entre os governos da Venezuela, do Estado do Paraná, conjuntamente com a Via Campesina Internacional e Universidade Federal do Paraná, foi concebida a idéia que culminou na criação da Escola Latino Americana de Agroecologia. A Escola de Formação de Tecnólogos em Agroecologia foi inaugurada em agosto de 2005. O curso teve início no dia 24 de agosto do ano seguinte, com etapa preparatória de 60 dias, com realização de práticas de vivência e elucidação do conteúdo político dos movimentos sociais latino-americanos neste período. A Escola Latino Americana de Agroecologia é a primeira na América Latina à formar técnicos/pedagogos em agroecologia. Constitui um projeto que visa construir uma nova matriz tecnológica e uma rede de troca de conhecimento entre os movimentos camponeses.

De acordo com uma integrante do corpo docente, o projeto pedagógico do curso consiste em trabalhar a formação humana, técnica e política dos estudantes com a proposta de fazer defesa à autonomia da produção e consumo de alimentos para/pelos povos, e pela defesa da criação de bancos de sementes crioulas (nativas/regionais), à fim de com isso criar uma rede de intercâmbio entre os camponeses da América Latina. Pretende-se que profissionais graduados na unidade venham a atuar em acampamentos, assentamentos e comunidades rurais

com o fim de promover a integração da agricultura familiar com os respectivos espaços regionais (locais). Ao final dos três anos de graduação, os discentes terão formação de nível superior de Tecnólogos em Agroecologia.

O intuito é que esse técnicos incorporem em suas práticas as dimensões sócio-culturais particulares de cada localidade em que atuarem. São profissionais que podem vir a elaborar e desenvolver programas de práticas agrícolas adjunto às aspirações das comunidades rurais, de maneira a não submeter as populações locais ao seu conhecimento técnico adquirido. O objetivo se constitui em realizar a assistência técnica sem subjugar as particularidades culturais dos camponeses sobre o tratamento do meio rural, onde se busca incorporar os saberes dos povos tradicionais à suas práticas.

No caso do agrônomo, se ele elabora, mesmo em equipe, o programa de assistência técnica sem a percepção crítica de como os camponeses percebem a sua realidade – não importa inclusive, que estejam à par dos problemas mais urgentes da área – sua tendência é incorrer na invasão cultural (FREIRE, 2002, p.60).

O curso funciona em regime de alternância. No chamado “tempo escola,” o educando passa um período na Universidade Federal (UFPR), localizada no centro de Curitiba tendo aulas teóricas sobre o método agroecológico e, sequencialmente, outro período, chamado “tempo comunidade”, realizado no assentamento da Lapa, na Fazenda Contestado, onde se realizam as práticas. Atualmente, a Escola de Agroecologia abriga cerca de setenta educandos ligados à militância de movimentos sociais da América Latina. As aulas são ministradas em parceria com professores de outras universidades, simpatizantes da Via Campesina Internacional e intelectuais das mais variadas disciplinas que discutem a questão agrária e agroecológica.

Ingressos no curso, estão estudantes também de vários países e movimentos sociais: Movimento Campesino Paraguaio (MCP), Coordenação Nacional de Mulheres Rurais Indígenas (CONAMURI), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), além de outros militantes da Via Campesina Internacional.

Em relação ao cenário no qual se insere a escola-assentamento Contestado - observação norteada pelos modos de representação formulados por Jose Magnani (2000) à prática etnográfica - estabelece-se as premissas de integração regional (local) propostas pelas práticas agroecológicas.

As instalações da unidade são compostas por uma série de barracões destinados às

atividades de ensino; ou seja, espaço físico onde se realizam aulas e palestras que compõem o curso. Nota-se que as instalações são feitas de acordo com padrões culturais da arquitetura local, além da utilização de madeira da própria região, advinda do reflorestamento planejado do ecossistema local, onde as espécies nativas de árvores são preservadas.

De acordo com relatos de assentados, esta propriedade compunha, assim como outras da região, uma antiga fazenda de propriedade do Estado. Há quem afirme que pertencera a Dom Pedro II. Constituindo-se como latifúndio e após décadas de descumprimento com sua função produtiva e social, a Fazenda Contestado foi inicialmente ocupada por integrantes dos movimentos sociais regionais e posteriormente designada para a reforma agrária. Na atualidade - cerca de dez anos após a distribuição da terra com fins de reforma agrária - com a constituição do assentamento-escola, a Fazenda se encontra subdividida em glebas de produção que compõem unidade cooperativa. Cada família de assentado – que segundo Magnani (2000) podem ser interpretados como atores sociais da ocasião - detém uma gleba, o que os possibilita, por determinação autônoma, buscar a prática agroecológica em sua produção familiar.

Os primeiros contatos com a agroecologia por parte desses camponeses se fez à partir da formulação da unidade escola. No assentamento 70% das 108 famílias que participaram da partilha da terra trabalham no sistema agroecológico. Diante da eficácia gradualmente observada, a perspectiva é de que cada vez mais unidades familiares se juntem ao programa. De acordo com entrevistas, os assentados descobriram que já faziam agroecologia em suas produções de subsistência anteriormente, assim como seus antepassados. Explicita-se tal ocasião da seguinte maneira: ao empregar técnicas aprendidas com familiares ancestrais (avô, bisavô,...) que há muito subsistiam nessa/dessa terra, observaram que a prática agroecológica se constitui como o próprio manejo criterioso da maximização de produtos e do cuidado no manejo com o meio, saberes estes transmitidos por gerações passadas.

Foram também observadas variadas modalidades de cultivo na produção familiar dos camponeses. Práticas agrícolas das mais diversificadas fontes, entretanto, todas com total comprometimento à dinâmica agroecológica de produção; rejeição à utilização de qualquer insumo sintético ou transgênicos, promoção de rotação de culturas e consórcios, prática de adubação verde, construção de barreiras vivas e sistema de plantações em horta mandala entre outras, à fim do estabelecimento de sustentabilidade e equilíbrio na produção local.

Nas práticas desenvolvidas nas glebas, os agricultores utilizam os recursos disponíveis para a condução da produção através da aplicação de dinâmicas cíclicas e sistemas rotacionais que integram a produção animal e vegetal. Esta se formula à partir da incorporação da

perspectiva de sistema baseada no próprio ciclo natural dos elementos, onde tudo que é produzido advém do meio e a ele retorna.

As rotações são um excelente meio de manter a diversidade e, portanto, a estabilidade de um ecossistema, pois além de reduzirem drasticamente o risco de infestação de pragas e de certas doenças, inibem a presença das chamadas “plantas invasoras”. Nos sistemas rotacionais que integram a produção animal e vegetal, os recursos disponíveis – água, nutrientes, luz, dentre outros – são utilizados de forma mais eficiente. Aliadas ao retorno de matéria orgânica ao solo, as rotações contribuem para manter sua estrutura física, ajudam a reduzir a erosão e, conseqüentemente, melhoram a fertilidade dos solos (EHLERS,1996, p.143).

Práticas como essas, aplicadas pelos assentados, demonstram o viés do pensamento agroecológico, em que as preocupações relativas à sustentabilidade do ecossistema local constituem objetivo principal da efetivação das práticas de manejo. É por meio da observação criteriosa do meio que se possibilita a constatação da dinâmica natural de preservação e interação homem-ambiente.

5. Considerações Finais sobre a Escola Latino Americana de Agroecologia

A aliança entre a Universidade Federal do Paraná e o assentamento da Lapa coloca sob uma nova perspectiva o paradigma exclusivista das ciências modernas. Neste ponto relativo ao enfrentamento do paradigma mecanicista e racionalista moderno, a agroecologia formula críticas à ciência ocidental, assim como já o fizeram Capra (1982) e Merchant (1989), entre outros, com a proposta do resgate do conhecimento holístico geralmente associado às práticas orientais de percepção do meio de maneira integrada.

O conhecimento do campo teórico científico, somado ao arcabouço prático do experimentalismo dos saberes holísticos no meio rural, contribui de maneira significativa para a constituição da nova matriz tecnológica proposta pela agroecologia. Nas experiências da ELLA, observa-se a integração dos saberes práticos e teóricos, junção de saberes aparentemente de naturezas diversas: ciência e conhecimento holístico aplicados na educação.

Conclui-se que as investidas dos movimentos sociais aliados ao pensamento agroecológico inauguram uma modalidade integradora no concerne do conhecimento através da educação sistêmica. O modelo de escolas técnicas agrícolas posto em prática, contribui para a quebra do paradigma funcional e conservador na prática educacional e na produção na agricultura. Em que a pioneira institucionalização da educação à nível superior, proposta pela ELLA em agroecologia, articula-se para a promoção da formação de agentes agroecológicos

atuantes.

A agroecologia, assim, se constitui como campo fértil na questão da busca da resolução de problemáticas estruturais relativas à segurança e soberania alimentar das populações e do próprio modo condicionado da produção capitalista. Pois o contexto de reprodução da agricultura moderna se revela progressivamente insustentável e dependente. Há de se ressaltar novamente que agroecologia e seus adeptos, em pensamento e prática, não militam contra o empreendimento de novas tecnologias, mas sim se posicionam contra aplicação abusiva desta, ao passo que subjugam as particularidades locais e culturais das comunidades tradicionais.

As novas tecnologias passam à ser adotadas pelos produtores, mas no processo de sua implementação estas tecnologias são retrabalhadas para serem adaptadas às estratégias produtivas e familiares e às características dos recursos naturais, segundo preferências valorativas e conhecimento disponíveis (GUIVANT, 1997, p.15).

Observa-se que a readaptação de tecnologias aplicadas no meio rural é de total pertinência ao passo que as mesmas, aplicadas pelos próprios pequenos produtores ganham outro caráter. Constitui este fato como verdadeiro empreendimento benéfico frente as questões da pequena agricultura, na qual o produtor adequa as tecnologias segundo suas premissas referentes as particularidades regionais. O que se conclui é que as tecnologias empregadas na produção agrícola atingiram um nível de desenvolvimento expressivo, porém, tais avanços quando subjugados ao desenvolvimento e enriquecimento do capital, em contraposição ao melhoramento das condições humanas de existência harmônica com o meio natural, se tornam depredatórias e insustentáveis.

A importância dada aos novos olhares sobre a questão da produção aliada à educação de base, em suas implicações com o meio natural, representam objeto de estudo das mais variadas matrizes disciplinares. O comprometimento com o princípio de agregar conhecimento multidisciplinar, através do qual se almeja estabelecer um planejamento social na produção, se revela cada vez mais pertinente e necessário. As práticas agroecológicas, em abertura às contribuições, tanto de cientistas especializados quanto de camponeses, constituem projeto que engloba em totalidade as facetas da vida social, seja na proporção de aplicabilidade local ou global.

6. Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: As bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2002.

CALDART, Roseli Salet. **O mst e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo.** In: Pablo Gentili; Gaudêncio Frigotto. (ORG). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável** : perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER / R.S., 2001.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida.** 6. ed. Tradução [de] Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Pensamento, 2005.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996, p.120-143.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.60.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2003

GUIVANT, Julia S. **A heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável.** Artigo publicado nos cadernos de ciência e tecnologia. Brasília: Embrapa, 1997, p.15-23.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manoel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 3. ed. Tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante** : contribuições de Ênio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.91-93.

MAGNANI, José Guilherme. **Quando o campo é a cidade.** São Paulo: Fapesp, 2000.

MENDRAS, Henri. **Sociologia do meio rural.** 4. ed. Tradução Darcy da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes.** Tradução Maria Alice Sampaio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NAVARRO, Zander; ALMEIDA, Jalcione. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural.** Guaíba: Ed. Agropecuária, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**ASSESSORIA VERSUS EXTENSÃO: PROBLEMAS ANTIGOS E NOVOS
DESAFIOS**

Ghislaine Duque¹

Resumo

O presente trabalho resulta de uma reflexão alimentada por mais de 30 anos de pesquisa e assessoria a entidades de apoio aos/às agricultores/as familiares na sua luta pela convivência no semi-árido brasileiro. Após apresentar rapidamente as características da Assistência Técnica e Extensão Rural tradicional, dedicada à divulgação dos “pacotes” da revolução verde, e suas conseqüências ambientais e sociais, apresenta a história da evolução para um outro modelo de desenvolvimento, respeitando a lógica da agricultura familiar e favorecendo o resgate de seu saber e sua participação nos processos de elaboração de políticas públicas diferentes. Apresenta ainda o paradigma da agroecologia que inspira hoje a nova política de ATER. Finalmente, retrata rapidamente a metodologia adotada pelas entidades de apoio às famílias agricultores unidas na Articulação do Semi-Árido, em particular na Paraíba, levantando questões a respeito dos novos desafios enfrentados pelas lideranças dessas entidades.

Palavras-chave: Semi-Árido; Extensão Rural/Assessoria; Agricultura Familiar

1. Apresentação

O presente trabalho resulta de uma reflexão alimentada por mais de 30 anos de pesquisa e assessoria a entidades de apoio aos/às agricultores/as familiares na sua luta pela convivência no semi-árido brasileiro. Após apresentar rapidamente as características da Assistência Técnica e Extensão Rural tradicional, dedicada à divulgação dos “pacotes” da revolução verde, e suas conseqüências ambientais e sociais, apresenta a história da evolução para um outro modelo de desenvolvimento, respeitando a lógica da agricultura familiar e favorecendo o resgate de seu saber e sua participação nos processos de elaboração de políticas públicas diferentes. Apresenta ainda o paradigma da agroecologia que inspira hoje a nova política de ATER. Finalmente, retrata rapidamente a metodologia adotada pelas entidades de apoio às famílias agricultores unidas na Articulação do Semi-Árido, em particular na Paraíba, levantando questões a respeito dos novos desafios enfrentados pelas lideranças dessas entidades.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal de Campina Grande/PB. Pesquisadora do CNPq

2. Extensão: uma história antiga

A Política Nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), durante longos anos, tinha sido dedicada à divulgação do agronegócio.

Como indica Elvio Q. Pereira em sua tese de doutorado (2004):

Nos centros de pesquisa onde foram desenvolvidos os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, as prioridades das pesquisas foram definidas sob a influência dos interesses das grandes empresas produtoras de insumos agrícolas e do setor industrial (...). Por sua vez, a ATER - assistência técnica e extensão rural - passou a ter como papel central o de educar as populações rurais, taxando-as de ineficientes e irracionais, e, conseqüentemente, colocando-as como obstáculos para a adoção desses pacotes tecnológicos.”(PEREIRA, 2004, p. 4).

Os empreendimentos capitalistas visam à renda e ao aumento da produtividade. Privilegiam a monocultura, obedecendo às receitas da dita revolução verde. Utilizam insumos químicos que poluem as águas e o ambiente em geral, um maquinário pesado que compacta os solos. A mão de obra constitui um fator de produção e a mais-valia entra no cálculo da renda. Se há sustentabilidade econômica (e somente a curto prazo, vistas as condições de degradação rápida do ambiente), não existe sustentabilidade social nem ambiental.

A ocupação de grande parte do Semi-Árido se deu, e ainda se dá, a partir de práticas que desvalorizam as características e potencialidades da região, a exemplo da « moderna » agricultura irrigada – hidronegócio – que fragiliza o ambiente com práticas que levam à salinização dos solos, à degradação das nascentes, à extinção de espécies vegetais nativas e à exclusão dos pobres de participar das riquezas produzidas. (ASA, 2007, p. 5)

3. Do agronegócio para a lógica da agricultura familiar

Ao longo da história da humanidade, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas no uso sustentável das diversas espécies vegetais e animais: produção, criação, seleção, armazenamento, etc. São essas experiências e estratégias que melhor respondem aos desafios da convivência com o Semi-Árido.

Ora, a agricultura familiar constitui um setor de atividades particularmente apto a assegurar o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, e portanto as condições da convivência com ele.

A lógica do agricultor familiar – essencialmente uma lógica camponesa – explica essa característica. O camponês considera sua terra não como um capital a ser explorado, mas

como um patrimônio a ser repassado a seus filhos. Essa visão incentivava um manejo cuidadoso da terra. Além do mais, sua atividade produtiva tem como primeiro objetivo o auto-consumo, sendo comercializados apenas os excedentes da produção, o que leva o produtor a práticas de policultura e consórcios. Com efeito a policultura responde a diversas necessidades de consumo, como também constitui uma medida de cautela frente às oscilações do mercado. Os consórcios permitem um aproveitamento melhor de propriedades geralmente com pouca área. Esse conjunto diversificado, além de ser menos favorável à difusão de pragas, permite um aproveitamento judicioso de todos os recursos : por exemplo, o restolho das culturas serve para alimentação do rebanho, enquanto o esterco serve de adubo para as culturas. Finalmente, por ser a mão de obra constituída principalmente por membros da família, o responsável se preocupa com suas condições de trabalho.

Quando o agricultor familiar desenvolve práticas predatórias, geralmente a causa é o tamanho reduzido da sua propriedade (dividida por herança ou sofrendo a pressão do latifúndio). Aí o produtor acuado começa a sobrecarregar os pastos, a destruir a mata para fazer carvão etc. Também se deixa iludir pelas promessas dos extensionistas que o pressionam a adotar agrotóxicos e adubos químicos para aumentar sua produtividade. Mas isso não é sua lógica.

Vale lembrar como se deu a mudança do paradigma da extensão e de seus “pacotes” para uma outra forma de apoio à agricultura familiar.

A primeira mudança oficial importante se deu com a experiência do projeto Lumiar, desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária. Concebido por uma equipe externa e implantado no início de 1997 pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), o projeto Lumiar obedecia a princípios e orientações metodológicas que constituíam uma resposta às pressões do movimento social dos agricultores familiares (PEREIRA, p. 101). A idéia era que os próprios agricultores assentados contratassem a assistência técnica, que somente seria paga pelo INCRA na medida em que os assentados aprovassem a qualidade e quantidade dos serviços prestados (Ibid. p. 103).

Isso constituía uma mudança fundamental. Afirmava-se que os agricultores familiares detêm um saber válido, que eles são os donos de seu próprio futuro, e portanto que são eles que devem imprimir os rumos do planejamento de suas propriedades.

A partir desse princípio, ficava claro que a assistência técnica não estaria visando a imposição de pacotes servindo interesses alheios, mas se daria obedecendo à lógica dos produtores e às sua estratégias (Ibid. p. 104). A participação dos produtores era um princípio fundamental do Lumiar.

Mas o caráter revolucionário do Projeto incomodava. As tensões e contradições internas, em particular entre técnicos e gestores, provocaram a extinção prematura do Lumiar em 2000.

No entanto, a semente estava lançada. A idéia da importância da participação dos agricultores familiares e do respeito de sua lógica, idéia já defendida havia tempo pelas entidades de assessoria da sociedade civil, fazia seu caminho. Após uma Oficina nacional para discutir a elaboração de uma política nacional de ATER (em 2003), e várias Oficinas regionais; finalmente o documento oficial firmando a nova política foi lançado no final de 2007. (MDA/SAF/DATER, 2007)

Durante esse tempo todo, e já a partir do início dos anos 90, numerosas experiências exitosas estavam se desenvolvendo em todo o Semi-Árido. Elas se deram inicialmente a partir das reivindicações dos agricultores, reclamando contra o caráter transitório e assistencialista das políticas de “luta contra as secas” e cobrando uma política permanente de convivência com o semi-árido (Ver DINIZ, 2002). As primeiras iniciativas, partindo de diversas entidades da sociedade civil, se deram no campo dos recursos hídricos: captar e armazenar a água de chuva. Os promotores dessas primeiras ações criticavam aquele modelo tradicional, concentrador de riquezas: no caso da política hídrica, a construção de obras imponentes – grandes barragens e açudes nas grandes propriedades - e para os pobres do campo, distribuição de água por carro-pipa.

As ações de armazenamento de água de chuva respondiam a uma necessidade vivamente sentida. Já existiam barreiros e tanques de pedra, mas muitas vezes situados longe das habitações; também existiam cisternas, mas seu modelo tornava seu custo alto. Daí porque a divulgação da cisterna de placas (com placas de cimento barateando seu custo, semi-enterrada à proximidade das casas) encontrou rapidamente a adesão das comunidades

Ao atacar o problema da água, as entidades – sindicatos, paróquias, ONG's, associações comunitárias que iam se organizar na Articulação do Semi-Árido (ASA) - ainda não tinham consciência do tamanho desse impacto, nem do significado político que estava se configurando. A grande aceitação da cisterna de placas abriu a porta para outras tecnologias ou ações, que foram se multiplicando, mobilizando centenas de parceiros e atingindo milhares de famílias.

Por exemplo, outra iniciativa foi a preservação das sementes nativas, discutida a partir da criação ou difusão dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC). A prática de conservação das sementes nativas em bancos comunitários foi introduzida pelas Comunidades Eclesiais de Base nos anos 80. Constitui portanto uma tradição bem anterior à existência da ASA, mas foi

valorizada e divulgada por ela. Trata-se da guarda pelas comunidades de seu próprio estoque de sementes para tê-las disponíveis para plantar nas primeiras chuvas. O objetivo inicial, visando a segurança alimentar das famílias, ia se tornar um elemento importante da luta em favor da biodiversidade².

Essas primeiras iniciativas exigiam um mínimo de recursos, mas estes eram limitados. Daí nasceu, em alguns Estados, a idéia de uma espécie de micro-crédito privado, que ia constituir um primeiro passo na linha da organização e da ação política. Trata-se dos Fundos Rotativos Solidários, até hoje mantidos em vários Estados, instrumento de organização e responsabilização das comunidades (DUQUE e OLIVEIRA, 2007).

A medida que se desenvolviam experiências de tecnologias simples a serviço das comunidades, resgatando muitas vezes práticas ancestrais e respeitando a lógica camponesa, a auto-estima e o protagonismo dos produtores estava crescendo. Contribuía para isso um processo pedagógico que apresentaremos mais na frente. Ao mesmo tempo ia se impondo aos poucos o paradigma da agroecologia, tanto descoberto pelos agricultores que deram um nome a práticas que muitas vezes já praticavam, quanto adotado oficialmente pela política oficial de ATER. Esta, promovida hoje pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, declara ter como princípios (entre outros):

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares (...) na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais” e estimular “a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (MDA/SAF/DATER p. 6-7).

4. O paradigma da agroecologia

A agroecologia pretende estabelecer as bases para um desenvolvimento autônomo da agricultura familiar, utilizando os bens e recursos naturais da melhor forma possível. O princípio de base do modelo agroecológico constitui-se em explorar racionalmente a diversidade biótica e abiótica dos territórios rurais.

A agroecologia privilegia o estudo dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos humanos e ambientais, ultrapassando a visão monodisciplinar – genética,

² Um passo importante foi a modificação recente da legislação federal sobre sementes e mudas, que legaliza as sementes nativas (agora podem ser financiadas nos contratos com o Pronaf). Em 2007, na Paraíba, a discussão foi enriquecida com informações sobre os organismos geneticamente modificados e um debate a respeito do biodiesel que contou com a participação de mais de 2.000 agricultores e agricultoras, inclusive de outros Estados e mesmo do exterior.

agronomia, edafologia – e integrando as dimensões ambientais, sociais e culturais (ver ALTIERI, 1989). Uma área usada para a produção agrícola é vista como sistema complexo no qual ocorrem processos ecológicos encontrados sob condições naturais - tais como reciclagem de nutrientes, interações predador/presa, competição, simbiose e mudanças relacionadas à sucessão ecológica. No trabalho agroecológico, está implícita a idéia de que, pela compreensão das relações e processos ecológicos, os agroecossistemas podem ser manipulados de forma a melhorar a produção e a produzir de modo mais sustentável, com menos impactos ambientais e sociais negativos e com menor utilização de insumos externos.

Muitas vezes se confunde agroecologia com ausência de insumos químicos. Segundo Caporal e Costabeber (2007), a agroecologia não se limita a uma mudança de base técnica, mesmo porque o uso inadequado dos materiais orgânicos (por excesso, e/ou por aplicação fora de época) pode prejudicar o desenvolvimento ou o funcionamento dos ciclos naturais.

No limite, uma agricultura (que simplesmente não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo) pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim. (Ibid. p. 9)

Com enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a agroecologia faz florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade.

(...) A prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e (...) portanto qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança de base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania (Ibid. p. 10-11).

Para sintetizar, vejamos a seguir um quadro que apresenta as principais diferenças entre agronegócio e agricultura familiar baseada no paradigma da agroecologia.

AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR

NO SEMI-ÁRIDO

<u>AGRONEGÓCIO</u>	<u>AGRICULTURA FAMILIAR</u>
LUTA CONTRA A SECA	CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO
<i>Paradigma da revolução verde</i>	<i>Paradigma da agroecologia</i>
Mão de obra assalariada	Mão de obra familiar
Olha a natureza a partir de suas limitações	Olha a natureza a partir de suas potencialidades
Monocultura	Diversidade espacial (policultura, consórcio) e temporal (rotação, pousio)
Propostas assentadas no uso intensivo de água	Propostas assentadas na otimização do uso da água disponível
Insumos químicos e máquinas pesadas	Insumos biológicos, reciclagem de nutrientes, restos, esterco
Uso de recursos naturais exóticos, com poucas espécies vegetais e animais altamente dependentes de água e insumos químicos	Uso intensivo da biodiversidade nativa e/ou localmente adaptada às condições ambientais do semi-árido
Despreza as práticas tradicionais.	Resgate e valoriza os conhecimentos locais, experimenta e afina as práticas tradicionais
Trabalha com “pacotes”.	Exige adaptação a cada ecossistema: não há receitas
Mantém a dependência dos trabalhadores e das populações “assistidas”	Promove autonomia e auto-estima Respeito do homem – produtor e consumidor

Fonte: Powerpoint da AS-PTA, adaptado

5. Uma metodologia suscitando o protagonismo

A ASA desenvolveu uma pedagogia tal que cada agricultor se torne um gestor do desenvolvimento na sua propriedade, na sua comunidade, na sua região. Ela parte inicialmente da valorização do saber camponês. Os produtores são incentivados a fazer o resgate do saber ancestral: a seleção das melhores sementes, o manejo cuidadoso da caatinga, o aproveitamento de sua vegetação para alimentação humana, animal e uso medicinal, apicultura e meliponicultura, práticas de conservação dos solos, armazenamento de água, luta contra os predadores, etc.

As famílias trocam suas experiências em visitas de intercâmbio, que valorizam a figura do produtor experimentador. Essas visitas são precedidas de um diagnóstico realizado em conjunto com a comunidade, onde se avalia as carências e as potencialidades (*Quais as famílias mais distantes de fontes de água? Mais necessitadas, porque com idosos ou crianças pequenas? Qual é a qualidade da água dos barreiros? Onde têm lajedos que podem ser aproveitados? Quem tem experiência de tal ou tal técnica? Quem tem talento para tal ou tal atividade? E por aí vai...*) O resultado do diagnóstico é explicitado com a ajuda de mapas. A seguir são planejadas as ações a serem empreendidas, inclusive as visitas às experiências estimulantes. Certas comunidades recebem todo ano centenas de visitas. Outra forma de divulgação das experiências são cartilhas elaboradas com a participação dos próprios produtores e boletins que contam a história de uma comunidade ou de uma família e são distribuídas aos visitantes.

Outro instrumento pedagógico importante são os encontros a nível comunitário ou municipal, microrregional, regional e estadual. Têm vários objetivos: a divulgação de informações e o debate sobre os mais diversos temas (o diagnóstico da comunidade, a história da região, o modelo de modernização defendido pelo agronegócio e seus efeitos, a agroecologia, a política agrícola, as experiências realizadas, o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, as ações propostas, etc.) Esses debates alimentam a reflexão dos participantes e reforçam seu orgulho em relação à importância da produção familiar e aos resultados do modelo agroecológico defendido pela ASA. Os encontros também servem para planejar ações específicas como a implantação de tecnologias na comunidade, a criação de novos fundos rotativos, etc.

Os jovens participam, as mulheres expõem seus próprios produtos. Isto fortalece a auto-estima dessas famílias. Cada encontro é oportunidade de divulgar informações sobre questões de atualidade, como transgênicos, transposição do São Francisco, Conferência das

Nações Unidas sobre biodiversidade, etc. Essas questões são debatidas (o que constitui um importante instrumento de formação) e os participantes reagem com animação, muitas vezes criando na hora poesias – forma típica da cultura nordestina – onde expressam suas opiniões e sentimentos a respeito dos temas tratados.

Um dos resultados mais significativos da ação coletiva desenvolvida pelas entidades articuladas na ASA talvez seja a organização em todos os níveis. As comunidades se organizam para realizar ações enquanto as entidades regionais, estaduais e nacionais planejam estratégias mais gerais. A aprendizagem – na prática – da tomada democrática de decisões, da gestão transparente dos recursos, da prestação de contas etc., é uma conquista da cidadania.

O que está em jogo é a criação de um novo modelo de desenvolvimento capaz de libertar o campo dos modelos dominantes, quais sejam: do ponto de vista técnico: o modelo da revolução verde, do predomínio das grandes firmas multinacionais; do ponto de vista político: o assistencialismo; do ponto de vista social: o controle e a subordinação dos trabalhadores. Daí a importância dos objetivos da ASA: não só gerar produção e renda, mas suscitar organização e capacidade – técnica e política – passando pela auto-estima e criando protagonismo, pondo fim à cultura da subordinação.

Esse modelo é sustentável socialmente, porque se baseia nas experiências desenvolvidas pelos/as agricultores/as familiares nas comunidades. Com ou sem a presença de “autoridades”, as inovações implantadas permanecem, porque nasceram de iniciativas locais autônomas.

Esse modelo também é sustentável ambientalmente: oposto ao agronegócio que agride o meio ambiente e destrói a biodiversidade, baseia-se no resgate da lógica e da sabedoria do produtor: policultura, preservação das sementes nativas, com base na agroecologia, ou seja em técnicas adaptadas a cada ecossistema.

Finalmente, esse modelo é sustentável economicamente pois permite que as famílias consigam se manter com qualidade de vida.

6. Desafios

Grandes desafios devem ser enfrentados pelas lideranças neste processo de criação coletiva desse novo modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia e no protagonismo camponês. Resultam do próprio sucesso das estratégias adotadas.

Um dos objetivos era, a partir do resgate das experiências bem sucedidas dos produtores familiares, propor referências para uma política pública visando o

desenvolvimento sustentável do Semi-Árido. O agronegócio ainda não perdeu a prioridade nas políticas públicas para a agricultura, inclusive na repartição dos recursos. Mas certas ações foram adotadas pelo Governo como suas, em particular o programa “Um milhão de cisternas” e o P1+2³, ambos propostos pela ASA.

Mas a gestão administrativa e financeira desses programas em parceria com órgãos do governo federal submete as entidades que os executam a normas burocráticas extremamente exigentes. O grande perigo para as lideranças é de se focalizar com tanta atenção nessas normas (o Tribunal de Contas está à espreita!) que cheguem a esquecer os objetivos pedagógicos, políticos dos programas: a organização, o protagonismo, etc.

Em particular, enquanto o objetivo é de promover a autonomia, certas lideranças assumem seu papel com tanto “entusiasmo” que acabam se transformando no “Juvenal Antena” de sua comunidade, promovendo o renascimento do coronelismo.

Outras vezes, os problemas são discutidos com plena participação, mas as “soluções” acabam sendo “sugeridas”, quando não induzidas, privando “as bases” de exercerem sua autonomia na hora mais decisiva.

A auto-crítica deve ser exercida de forma permanente. A consciência compartilhada a respeito dessas armadilhas é a melhor forma de prevenção.

7. Referências bibliográficas

ALTIERI M. A. *et al.* (1989). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Tradução de P. Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 240 p.

CAPORAL F.R.; COSTABEBER J.A. (2007 a). Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 166 p.

CAPORAL F.R.; COSTABEBER J.A. (2007 b). Extensão Rural e Agroecologia. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24 p.

COHEN M.; DUQUE G. (2001). Les deux visages du Sertão: Stratégies paysannes face aux sécheresses. Paris: IRD.

DINIZ P.C. (2002). Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFCG.

DUQUE G. (1991). *Reprodução social dos camponeses no semi-árido - Comunidade de Serrinha (Cariri Paraibano): Lógicas e estratégias*. In Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste. Recife: UFPE/Mestrado em Antropologia.

³.O Programa “uma terra e duas águas”, continuação do P1MC, visa defender o objetivo da reforma agrária e propor, além da cisterna para consumo humano, outras tecnologias de armazenamento da água de chuva para produzir. O P1+2 está na fase piloto.

DUQUE G. e CIRNE M.N.R. (2001). *Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses*. In ZANONI e LAMARCHE (coord.). *Agriculture et ruralité au Brésil : Un autre modèle de développement*. Paris : Karthala, p. 129-144.

DUQUE G. e OLIVEIRA M.S.L. (2007). “Ação coletiva e crédito rotativo: uma forma de convivência com a região semi-árida”, mim. Texto apresentado na Rede Rural. Rio de Janeiro: UFRJ.

MDA/SAF/DATER (2007). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 26 p.

PEREIRA, E.Q. (2004). *Assistência técnica e extensão rural, ou assessoria técnica e social? Visões opostas de apoio à agricultura familiar*. Tese de doutorado. Campina Grande – João Pessoa: PPGS, 230 p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

Caminhos rurais de desenvolvimento humano: ou quando o lugar é a vida dos que aí habitam

Cristina Maria Macêdo de Alencar¹

Resumo

Neste artigo, examinaremos alguns resultados do Projeto Baú de Leitura, implementado pelo MOC sob os princípios do CAT, reconhecendo a dívida da escola para com a agricultura, a identidade do campo e o desenvolvimento em Apoio ao Desenvolvimento Sustentável. Tomamos como abordagem teórica a relação rural urbana como uma relação tensionada, cuja coexistência com acolhimento das identidades requer novo padrão de conhecimento científico articulado a uma pedagogia sociopolítica. Apoiaremos nossa análise em duas publicações em que o MOC é co-organizador – Educação Rural (2005) e Baú de Leitura (2006) – e em dados de avaliação das atividades desenvolvidas nos anos de 2005, 2006 e 2007, produzidos e disponibilizados pelo MOC. O foco central do artigo é o reconhecimento de caminhos rurais do desenvolvimento humano, o que será demonstrado em três momentos analíticos: o desenvolvimento rural para e pelos sujeitos rurais, quem lê o quê, e o Ser Natural Humano, naturalmente humano.

Palavras-chave: Saber no Campo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Rural

A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o *suporte* em que os outros animais continuam, em *mundo*. A experiência humana no *mundo* muda de qualidade com relação à vida animal no *suporte*. O suporte é o espaço, restrito ou alongado, a que o animal se prende “afetivamente” tanto quanto para resistir; é o espaço. No *suporte*, os comportamentos dos indivíduos têm sua explicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. Falta-lhes liberdade de opção. Por isso, não se fala em ética entre os elefantes. (Paulo Freire, 1999: 56).

1. O desenvolvimento rural para e pelos sujeitos rurais

Publicamos (Alencar, 2003) artigo que problematizava a identidade rural frente a identidade metropolitana, procurando evidenciar manifestações de ruralidade na vida de homens e mulheres que vivem na Região Metropolitana de Salvador – RMS, na perspectiva de contribuir para que a identidade rural fosse considerada como uma variável relevante em avaliações do ordenamento urbano local, na reconsideração do que vem a ser qualidade de vida metropolitana. A idéia era de que o reconhecimento da ruralidade, onde já é consensuada a condição de urbanidade, ao mesmo tempo em que enriqueceria a heterogeneidade local,

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador- UCSal.

requereria a identificação de uma dimensão comum aos seus sujeitos sociais (rurais e urbanos) que, perpassando as políticas de desenvolvimento local, viesse a ser favorável à qualidade de vida dos que habitam região intensamente urbanizada. Tratava-se de dar voz ao mundo rural, que carrega consigo aqueles que deixaram seus lugares de vida, acreditando na verdade científica apropriada politicamente, de que na cidade encontrariam condições de vida capazes de propiciar-lhe desenvolvimento e cidadania, o que não seria possível, se a escolha fosse permanecer no campo.

Em artigo sobre a filosofia e os princípios da PEADS (Pe) e do CAT(BA)², Abdalaziz de Moura enumera os êxitos da escola no sentido de cumprir papel favorável à implementação de diretrizes políticas ancoradas nessa compreensão de que a possibilidade de desenvolvimento humano, civilizatório, estaria na cidade. Nesse sentido, Moura elenca como exemplos de eficácia o que a escola ensinou aos sujeitos rurais, isto é àqueles que transformaram o *suporte* em *mundo* rural no Nordeste, durante décadas, alunos e alunas do campo, ou seja:

“Que eles, para serem felizes, teriam de migrar para as cidades;
Que eles teriam de abandonar a agricultura para ter oportunidade na vida;
Que a agricultura era o “cabo da enxada”, era o trabalho penoso que seus pais realizavam, porque não sabiam ler;
Que deviam aprender bem, para não terminar a vida como seus pais;
Que ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé-rapado, ignorante;
Que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor, tinha vida melhor, pelo fato de viverem na cidade;
Além disso:
A escola estimulou seus alunos e alunas a tirarem os documentos, para migrarem, para usarem na cidade o pouco que aprenderam;
A escola provou para os alunos que agricultura “não veste camisa”, que seus pais não saíam do canto e não melhoravam de vida, porque continuavam na agricultura.
Quem duvida que a escola, do campo, desempenhou esse papel? Quem duvida que, em troca do código escrito que ela ensinou, roubou a identidade, deixou os alunos com vergonha de seus pais e de seu ambiente, baixou a sua auto-estima?
A escola foi fiel escudeira da cultura de nossas elites, que também pensavam assim. Essa atitude da escola tem sido uma opção, uma escolha feita pela cultura dominante, que reservou essa tarefa para a escola. A sociedade acolheu e aceitou tal papel, permitiu que a escola a desenvolvesse sem atrapalho. Cobrou da mesma essa tarefa e função. Se a escola fosse exercer outro papel, o aluno não aceitaria, o pai e os avós também não. Da criança ao mais velho, a escola foi pensada, organizada, estruturada para desempenhar bem essa missão e o conseguiu. Passou tão bem que, mesmo quem não a frequentou, assimilou e aplica essa lição.” (MOURA, 2005: p 20 e 21)

Evidencia-se, na constatação de Moura, a importância do sentido atribuído às representações sociais, que naquilo que diz respeito ao foco desse artigo, refere-se a o que é

² CAT - Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade Rural, experiência realizada na Bahia, e Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – PEADS, em Pernambuco.

rural e o que é urbano. Entendemos o rural como uma noção interpretativa de um modo de vida historicamente contruído no qual a relações com a natureza são mais diretas, quer em suas expressões materiais quer em suas expressões imateriais. Por seu turno, o urbano, também como noção interpretativa, representa relações mediadas entre homem e natureza com intensidade de eventos, transformações e ritmos. No contexto histórico contemporâneo o rural é requalificado em decorrência das difrentes maneira com que se insere em distintos ambientes construídos, que também se qualificam. Assim, emerge a noção de ruralidade, enquanto processos relativos ao modo de vida urbana fazem emergir a noção de urbanidade.

Sobre novas ruralidades, no debate científico pelas ciências sociais, têm sido discutidos aspectos como a agrícola e o não-agrícola, a pluriatividade, a sustentabilidade, as limitações classificatórias do rural em oposição ao urbano, as formas recentes de manifestação do rural – de produtivo a estetizado, os cuidados com a natureza, a paisagem, a territorialidade rural, entre outros. Nesse debate, particularmente para o entendimento das relações entre o rural e o urbano, buscam-se superar a separação epistemológica entre sujeito e objeto, dicotomias, fronteiras disciplinares, hierarquização de saberes, exclusão da vida nas representações científicas da realidade. Nesse campo conceitual, da experiência de sujeitos que vivenciaram a relação entre o rural e o urbano sob a égide metropolitana, foi possível reconhecer que, intelectuais e não intelectuais demandam um conhecimento científico que contribua para superar as dicotomias que até então marcaram as diretrizes do desenvolvimento em geral e, mais do que isso, que contemple a vida. Nesse contexto, vale lembrar a citação de FREIRE (1999), tomada como epígrafe deste artigo, sobre a transformação do suporte em mundo através do trabalho humano, reconhecendo as contradições geradas nesse processo, tendo em vista que,

A mediação da vida realizada pelo trabalho de produção da existência foi captada pela ciência da economia clássica como elemento fundamental da produção da riqueza material, reduzindo a vida humana à produção de riqueza... Desse modo, sob o olhar da ciência da economia, passamos a ver o rural a partir do trabalho de produção material da vida, perdendo o seu lado imaterial. Cumpre recuperar o sentido amplo da vida humana em suas interações com a ciência, com o cotidiano e com o imaterial. Essa recuperação nos levaria a visualizar novos sujeitos sociais, ou a recriação de antigos sujeitos sociais (camponês, bóia fria, produtor familiar, pluriativo, entre outros) agora compreendidos como produto da cultura e não só dos processos produtivos materiais”(Alencar & Moreira, 2005: p 298).

É absolutamente necessário frisar que, o reconhecimento da necessidade de as experiências de ruralidade dos sujeitos serem consideradas por um padrão de conhecimento científico no qual é imprescindível a consideração do ser humano em suas múltiplas

dimensões, - da biofísica à transcendente, passando historicamente pelas dimensões social, econômica, política e cultural -, não prescinde da legítima mediação pelo Estado, como agente social capaz de operacionalizar em políticas públicas, esses novos caminhos de desenvolvimento. Esta afirmativa é também uma constatação do Presidente do Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA / PE (Abdalaziz de Moura Xavier de Moraes) e do Secretário Executivo do Movimento de Organização Comunitária – MOC /BA (Naidison de Quintella Baptista), à primeira edição do livro Educação Rural³, que resulta da experiência de interferência na escola pública rural, de modo que a escola seja uma alavanca para o desenvolvimento sustentável do município e da região. No entender dessas organizações, o ponto de partida da escola deve ser a realidade dos alunos e da comunidade onde vivem para produzir conhecimentos com os quais os diferentes sujeitos sociais daquela realidade (alunos, pais, professores e toda comunidade) possam construir o desenvolvimento sustentável. Isto requer que a escola se constitua em unidade integradora do desenvolvimento do município. Assim é que Presidente e Secretário Executivo consideram em suas experiências, que

... a implementação dessa filosofia e dessa metodologia não vinga, caso não atinja, ao menos, todos os professores da rede pública municipal e não seja assumida como política de educação para o município, dadas as exigências políticas e administrativas que a mesma impõe. (Apresentação à 1ª edição de Educação Rural, 2005: p 10).

Evidencia-se a possibilidade de o conhecimento científico contribuir para requalificar a vida das pessoas que vivem no mundo rural e no mundo urbano, na medida em que incorpore como saber legítimo, as experiências de ruralidade e de urbanidade. O uso desses saberes tem se constituído em recurso contrarrestante aos problemas decorrentes da metropolitanização do modo de vida como direção inexorável, e, portanto, sem historicidade, porque carregada de determinismo. A condição de construção histórica da existência humana, portanto, seu desenvolvimento, permite a existência de estratégias de vida que se constituem alternativas aos modelos científicos que, aplicados à realidade, sustentam hegemonias reconhecidamente geradoras de antagonismos sociais para os sujeitos em contra-hegemonia. Nessa condição está a constatação de que a atitude crítica, problematizadora, não é prerrogativa metodológica da ciência e que os sujeitos, não cientistas, que implementam aqueles modelos, são reais, estão fora dos modelos. Situando-se no mundo rural, recoloca-se,

³ Educação Rural. Sustentabilidade do campo, livro publicado em Feira de Santana – BA, pelos Serviço de Tecnologia alternativa – SERTA / PE, Movimento de Organização Comunitária – MOC /BA, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS / BA e pelas prefeituras da Bahia e de Pernambuco envolvidas na proposta de interferência na escola pública rural através do projeto Baú de Leitura. 2ª edição.

desse modo, a possibilidade de caminhos rurais de desenvolvimento humano como conteúdo de vida dos que ali habitam, como problematizado em Alencar (2007).

Da formação de profissionais de nível médio e superior para transmitir saberes científicos a uma população, em sua maioria iletrada, à capacitação de agentes de desenvolvimento sustentável, o mundo rural permanece como objeto sob a ação de atores, assim como a natureza sob domínio de tecnologias. A formação que considera relação do mundo rural como realidade vivida, como ação e reflexão, por seus sujeitos, está condicionada à existência de movimentos sociais e, portanto, interage com protagonistas do desenvolvimento” (Alencar, 2007: p 1).

Assim, é no contexto dos êxitos das políticas econômicas, lastreadas por políticas setoriais como as de educação, mas sem foco no desenvolvimento do ser humano e do planeta, que emergem nos movimentos sociais, nas ações de organizações não governamentais, enfim nas experiências cidadãs do cotidiano. São possibilidades contra-hegemônicas de requalificar as relações entre o rural e o urbano ou o agronegócio e a produção familiar, até então predominantemente tratados como objetos científicos sem sujeitos.

PEADS e CAT se constituem em filosofia e princípios fundadores de um novo papel para a escola, o qual “supõe uma nova concepção de conhecimento, um novo projeto político pedagógico, uma nova visão de mundo.” (MOURA, 2005: 29) Isto diante de uma realidade educacional em que,

A grande maioria das experiências de educação para o campo tem sido de escolas particulares, que não se integram na rede pública, ou das Escolas Família Agrícola, ou são de jornadas complementares à educação. Esta proposta constitui-se num trabalho desenvolvido em parceria: sociedade civil e poder público municipal, somando-se esforços e compromissos, em prol de uma Educação Rural que contribua para a formação integral dos alunos, para o Desenvolvimento Local Sustentável e melhoria de vida da população do campo.” (MOURA, 2005: 29).

Neste artigo, examinaremos alguns resultados do Projeto Baú de Leitura, implementado pelo MOC sob os princípios do CAT, reconhecendo a dívida da escola para com a agricultura, a identidade do campo e o desenvolvimento, portanto, em Apoio ao Desenvolvimento Sustentável, partindo de e ensinando valores e crenças (saberes), e não só de conhecimentos científicos. Apoiaremos nossa análise em duas publicações – Educação Rural (2005) e Baú de Leitura (2006) – e em dados de avaliação das atividades desenvolvidas nos anos de 2005, 2006 e 2007, produzidos e disponibilizados pelo MOC.

2. Quem lê o que lê

Provocado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, o Projeto Baú de Leitura (PBL), surgiu em 1999, sob a responsabilidade do MOC. O Baú de Leitura,

uma maleta que pretendia visitar escolas do campo e unidades da Jornada Ampliada do PETI, com o objetivo de proporcionar momentos de alegria, de leitura, e reflexão a milhares de crianças e adolescentes que não tinham oportunidade de fazê-lo prazerosamente. [...]

São os movimentos sociais, com seu compromisso sócio-político, que vêm lutando mais pela inclusão daqueles a quem tem sido negado esse direito, por reconhecerem os valores humanos e sociais. (Baptista, 2006: 25 e 26).

Com metodologia trazida do Centro de Cultura Luis Freire, em Pernambuco, entidade que trabalhava leitura com indígenas, quilombolas, e moradores da periferia de Olinda e de Recife, em 2001, também motivado pelo UNICEF, o Baú de Leitura foi implantado em Sergipe. Contudo, vamos nos ater à experiência na Bahia, que começou com doze baús em três municípios. Em 2005, conforme diagnóstico elaborado pelo MOC, estavam envolvidos na dinâmica do projeto 610 educadores trabalhando com 587 baús (cada baú com 15 títulos) que circulam em comunidades e escolas de 42 municípios do estado da Bahia. Dificuldades levam a novas estratégias, e assim surge a prática de partilhar baús entre dois educadores, no município, para que em uma comunidade possa alcançar maior número de crianças.

Os números acima cumprem o papel de dar idéia da dimensão do projeto, o que queremos destacar e, portanto, está em discussão, é a relação estabelecida entre o saber e o desenvolvimento rural que se vai transformando historicamente diante do êxito do saber tecnológico para o desenvolvimento rural e do seu fracasso como saber possibilitador de autonomias dos sujeitos que vivem o mundo rural. Ou seja, o rural que só se constitui como tal, por ser mais do que *suporte*, na trajetória de desenvolvimento da espécie humana constitui-se como mundo rural.

Quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mente e mãos tanto mais o *suporte* foi virando *mundo* e a *vida, existência*. O *suporte* veio fazendo-se *mundo* e a *vida, existência*, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não “espaço” vazio a ser enchido por conteúdos. (FREIRE, 1996: 57).

Em Alencar (2007) demonstro que a dimensão social da realidade rural, considerada como o espaço de atuação dos sujeitos que vivenciam o mundo rural quer como atividade meio quer como atividade fim, tem redirecionado, senão os conteúdos, pelo menos os

processos de difusão do conhecimento científico, indo da capacitação dos técnicos do Estado aos produtores rurais, quer atuem como agentes do projeto governamental quer atuem como sujeitos de seus próprios projetos. Examinando essas questões no âmbito das pesquisas sobre as relações entre o conhecimento científico e as experiências de ruralidade. Para isso, tomo como elemento de concretude da representação de ruralidade, o envolvimento dos sujeitos rurais em atividades de produção material e social da vida, em que o rural emerge com meio e como fim da própria atividade.

Na experiência do Baú de Leitura, os profissionais da educação, vivenciam as experiências de ruralidade a partir da sua vida profissional, portanto, o rural como atividade meio em que a educação é a atividade fim, a exemplo do profissional do planejamento, da extensão e da pesquisa. Desse modo, embora vivenciem ruralidade, não representam, necessariamente, os sujeitos rurais que vivem o lugar; ocorrem, entretanto, situações em que vivenciam as duas experiências, de rural como meio e rural como fim. O mesmo raciocínio de representação e não representação se aplica àqueles que vivenciam experiências de ruralidade em atividades fim, as quais envolvem os diferentes setores da economia e atividades socioculturais próprias do mundo rural. Enfim, a condição necessária para a identidade social de sujeito rural é a qualidade de seu envolvimento com o rural, em que estabelece afirmativamente alguma relação direta com a natureza, da sobrevivência à acumulação, do material ao imaterial, todos historicamente determinados. Enfim, um rural como sujeitos concretos em lugar de público alvo, e é com essa compreensão de ruralidade que respaldamos as análises do projeto Baú de Leitura enquanto projeto político implementado pelo MOC.

Atividade meio e atividade fim como diferenciadoras da inserção no rural não se constitui em elemento de seletividade das pessoas envolvidas no processo de ler o livro, ler o mundo e construir saberes; ao contrário, torna-se requisito de eficácia na avaliação do projeto. Esta é uma característica distintiva do Baú de Leitura enquanto processo formador de sujeitos rurais. De modo a explicitar e elucidar melhor a importância dessa diretriz podemos citar como contra-exemplo, a experiência analisada por Neide Maria de Almeida Pinto, Silvane Guimarães Silva Gomes e Ana Louise de Carvalho Fiúza, discutindo a concepção do rural no ensino profissionalizante do SENAR e suas implicações para o desenvolvimento local. As autoras problematizam a concepção pedagógica do SENAR como

[...] um processo de ensino no qual a atividade prática seria de vital importância à aprendizagem. Para isto, na sua ótica, os locais escolhidos para a execução das ações educativas sempre estariam relacionadas a uma situação real de trabalho, onde os treinandos participariam “ativamente” e “assimilariam” com maior rapidez o que lhes é repassado” [...] A concepção pedagógica se efetiva na “[...] concepção de rural

e urbano utilizada pelas instituições de capacitação e treinamento voltadas para o “público rural”. Essas, seguindo as diretrizes dos critérios normativos legais, para a definição de rural e urbano, segregam idealmente, o que, na realidade, está interligado, ou seja, a dinâmica rurbana de uma cidade rural (Pinto, Gomes & Fiúza, 2006: 106, 107).

Cabe reter dessa análise a constatação de mútuo condicionamento entre concepção pedagógica e concepção de mundo rural como questão problematizadora da capacitação para o desenvolvimento dos sujeitos e do mundo rural que tem sido implementada no Brasil. A quem devem ser dirigidas as ações de educação? Quem são os sujeitos do processo ensino / aprendizagem? No Baú de Leitura, educadores/as, crianças, famílias e outros agentes da comunidade, para os quais, o lugar é a vida dos que aí habitam, tornam-se sujeitos do Projeto, aos quais são disponibilizados para leitura, em média, 18 títulos por baú, escolhidos a partir de eixos norteadores, ou Motes.

Mote I – Nós, enquanto seres humanos, e nossa identidade pessoal, cultural, local. Resgate da identidade, etnias, cultura, etc. Mote II – Nós e a relação com a natureza e o meio ambiente. Tecnologia. Mote III – Nós e os outros: a família, a comunidade, a sociedade. Exercício de cidadania.”(REIS, et ali, 2006: 51)

Nos anos de 2005, 2006 e 2007, a que se referem os dados do Projeto, disponibilizados pelo MOC, verifica-se quantitativamente, uma condição não progressiva em termos de número de leitores, ocorrendo, em 2007, a ausência de outros agentes da comunidade na condição de leitores. Contudo, mesmo em termos quantitativos, os dados são relevantes, como se pode ver nas tabelas de 1 a 4; mais relevante do que o número de leitores é a prática leitora constituída sem segregação de tipo de atividade, moradia ou qualquer outro elemento que se pudesse considerar como representativo de uma determinada classificação de rural.

Tabela 1 – Número de educadores/as que leram os títulos do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de educadores/as que leram os títulos do projeto					
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	TOTAL
2005	4	32	61	201	366	664
2006	6	65	149	221	1021	1462
2007	7	71	1166	164	345	1753

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 2 – Número de crianças que leram os títulos do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de crianças que leram os títulos do projeto					
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	TOTAL
2005	673	3420	3007	3490	2551	13141
2006	1957	5472	4627	3772	1523	17351
2007	1882	3386	2739	1824	740	10571

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 3 – Número de famílias que leram os títulos do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de famílias que leram os títulos do projeto					
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	TOTAL
2005	285	429	112	129	39	994
2006	625	942	408	100	17	2092
2007	559	664	268	55	51	1597

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 4 – Número de outros agentes da comunidade que leram os títulos do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de outros agentes da comunidade que leram os títulos do projeto					
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a 20	Mais de 20	TOTAL
2005	112	163	69	59	37	664
2006	245	307	147	38	18	1462
2007	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Conseqüentemente, a extensão da prática leitora também se ressignifica no que refere ao que até então predomina como extensão rural, na qual se privilegia a difusão de tecnologias. Quando a inovação tecnológica é o cerne da extensão, o ideal é a leitura cuidadosa e instrumental de manuais que garantam o uso correto da tecnologia reduzindo os níveis de risco. Logo, é conveniente que não sejam lidas orientações divergentes sobre as tecnologias, e nesse contexto, o número de fontes de informação seria um elemento de risco e não de autonomia para os produtores rurais. No Baú de Leitura, mesmo que manuais integrem o acervo do Projeto, a extensão é avaliada pelo número de títulos lidos fora do acervo, sugerindo que o acervo é um recurso didático de facilitação do tratamento dos Motes e não um definidor de conteúdos programáticos.

É curioso que todas as categorias de sujeitos envolvidos no Projeto leram livros fora do acervo, embora entre as famílias e entre os outros agentes comunitários o número de leitores para os títulos fora do acervo seja significativamente menor (vide tabelas 5, 6, 7, e 8) e até deixam de existir. Acrescente-se a esta observação que não é pequeno o número de títulos do acervo, sendo que nos quatro grupos de leitores registra-se mais de vinte (20) títulos do acervo, lidos, e mais de onze (11) fora do acervo foram lidos principalmente pelos educadores e pelas crianças. A ausência, em 2006 e 2007, de famílias e outros agentes da comunidade entre os leitores de títulos fora do acervo é indicativo da necessidade de avaliação do Projeto em termos de sua articulação com ações ou políticas públicas de desenvolvimento regional ou local, o que é apontado por seus executores como imprescindível para dar consequência estratégica ao Projeto em termos de catalisador de processos de desenvolvimento.

Tabela 5 – Número de educadores/as que leram os títulos fora do acervo do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de educadores/as que leram os títulos fora do acervo do projeto				
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a mais	TOTAL
2005	151	272	172	462	1057
2006	25	248	362	1007	1642
2007	17	120	166	306	609

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 6 – Número de crianças que leram os títulos fora do acervo do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de crianças que leram os títulos fora do acervo do projeto				
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a mais	TOTAL
2005	911	2066	2515	1695	7187
2006	3004	4116	2285	2025	11430
2007	1474	3014	2312	1594	8394

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 7 – Número de famílias que leram os títulos fora do acervo do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de famílias que leram os títulos fora do acervo do projeto				
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a mais	TOTAL
2005	242	172	75	146	635
2006	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 8 – Número de outros agentes da comunidade que leram os títulos fora do acervo do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2005 a 2007

Período	Nº de outros agentes da comunidade que leram os títulos fora do acervo do projeto				
	1 livro	2 a 5	6 a 10	11 a mais	TOTAL
2005	65	44	52	49	210
2006	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

3. Caminhos rurais de desenvolvimento

O saber das pessoas que vivem a vida rural emerge, no século XXI com possibilidades de ter vida própria, amparada constitucionalmente nas diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (Resolução 01, de 03 de abril de 2002/ CNE/MES), diretrizes essas homologadas em 12.03.2002 (Educação Rural Silva, 2005:P 36). Silva (2005) chama a atenção para a concepção de escola do campo expressa no Art. 2º § único das diretrizes. Reproduzo o referido § como citado pela autora:

A educação do campo é uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, ciçaras, ribeirinhos e extrativistas”. (Silva 2005: p 39).

Como interpreta Silva (2005) nessas diretrizes se explicita a identidade da escola do campo como vinculada aos povos do campo, sem se referir ao local de moradia, mas vinculando a identidade da escola à identidade social dos sujeitos a que ela se destina, tomando como exemplo categorias sociais como “... agricultores/as, familiares, assalariados/as, assentados/as, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas,

remanescentes de quilombolas, enfim, todos os povos do campo brasileiro”.(Silva 2005: p 39).

É possível inferir, que essa interpretação, na qual a produção das condições de existência social é nucleadora da educação no campo, converge com nossa interpretação de que a produção material e social da vida está no centro do diagnóstico de coexistência tensionada entre rural e urbano, como conteúdo da transformação para um novo padrão de desenvolvimento rural. Mais do que isso vincula, a relação entre homem e natureza, como um processo de desenvolvimento humano, como construção da condição humana da espécie, tendo o trabalho como mediador da natureza para distintos modos de organizar a produção material e social da vida (a economia). Nesse sentido, é que FREIRE (1966) nos diz que

A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o *suporte* em que os outros animais continuam, em *mundo*. A experiência humana no *mundo* muda de qualidade com relação à vida animal no *suporte*. O suporte é o espaço, restrito ou alongado, a que o animal se prende “afetivamente” tanto quanto para resistir; é o espaço. É o espaço necessário a seu crescimento e que delimita o seu domínio. É o espaço em que, treinado, adestrado, “aprende” a sobreviver, a caçar, a atacar, a defender-se num tempo de dependência dos adultos imensamente menor do que é necessário ao ser humano para as mesmas coisas. Quanto mais cultural é o ser maior a sua infância, sua dependência de cuidados especiais. Faltam ao “movimento” dos outros animais no *suporte* a linguagem conceitual, a inteligibilidade do próprio *suporte*” de que resultaria inevitavelmente a comunicabilidade do inteligido, o espanto diante da vida mesma, do que há nela de mistério. No *suporte*, os comportamentos dos indivíduos têm sua explicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. Falta-lhes liberdade de opção. Por isso, não se fala em ética entre os elefantes.” (FREIRE, 1966: 56).

Apesar de longa, essa passagem de Paulo Freire na Pedagogia da Autonomia é bastante elucidativa da condição humana em seu desenvolvimento, deixando claro que a condição cultural do trabalho condiciona o próprio desenvolvimento humano na construção social configuradora de territórios. Nessa construção é que se estabelecem as relações com o outro como disputas e cooperações que chegam a nossos dias, entre outras expressões, como dicotomia entre o rural e o urbano, e é ainda FREIRE que complementa esse entendimento considerando que

No momento em que os seres humanos, inventando a linguagem com que passaram a dar nome as coisas, habilitando a inteligir o mundo e criaram por consequência a necessária comunicabilidade do inteligido, já não foi possível *existir* a não ser disponível à tensão radical e profunda entre o bem e o mal, entre a dignidade e a indignidade, entre a decência e o despudor, entre a boniteza e a feiúra do mundo.” (FREIRE, 1966: 58).

Curiosamente, ao tempo em que o conhecimento herdado anuncia que apenas na urbanidade e na vida da cidade estaria a possibilidade de desenvolvimento civilizatório, emergem experiências de construção de saberes, como a que aqui examinamos, cujos sujeitos carregam uma história de ausência de direitos, no período escravista até final do séc. XIX, passando à condição de público com determinados direitos em função dos projetos econômicos necessários ao padrão de desenvolvimento induzido a partir do pós-guerra, sob hegemonia dos Estados Unidos da América.

Nessa concepção de desenvolvimento, dominante até os dias atuais embora tensionada pelas questões de sustentabilidade ambiental, não está incluída nos indicadores de desenvolvimento rural a consideração da produção intelectual de sujeitos que vivem o modo de vida rural. Isto se justifica, paradoxalmente, pela sobredeterminação do econômico na classificação do que seria rural o que levou a avaliações apenas do tipo volume de safra, modelo agro-exportador, logística de transporte da produção de grãos, índices de produtividade por hectare, transferência de capital agrícola para a indústria, entre outras. O paradoxo está em que, outro olhar permite perceber o desenvolvimento humano justamente na produção material da vida, transformando o *suporte* em *mondo*, o que também inclui a experiência histórica de transformar a condição material de vida em mercadoria. Contudo, para a cidade, além das determinações econômicas, também se considera a educação e a saúde como conteúdo de desenvolvimento; nesse âmbito, a produção intelectual em escolas de nível superior, muitas vezes é tratada como prerrogativa da educação pública, concluindo-se tratar de um direito substantivo. Aí, então, estaria a possibilidade de desenvolvimento humano, enquanto a deficiência revelada pelos indicadores relativos a esses conteúdos, lida como característica de rural reforça que o desenvolvimento humano deve ser buscado na cidade.

Na contramão dessas avaliações, o MOC apresenta anualmente produções dos educadores/as do Projeto Baú de Leituras, em forma de contos/história, poesias, paródias/musicais, jornais/murais e outras produções. A produção dos educadores aparece registrada a partir do segundo ano de realização do Projeto, e totaliza em 2006, 8.874 títulos, subindo para 17.583 em 2007. Examinando a plataforma Lattes, onde ficam registrados os currículos dos cientistas brasileiros, constata-se a existência de indicadores de produção bibliográfica, mas também artística, onde se poderia incluir a produção desses educadores. Espera-se o mínimo de uma produção intelectual por ano, bem avaliada, para considerar, como favorável, a produtividade intelectual. Entre os educadores/as do MOC, entretanto, essa produção foi de 6 e 10 para 2006 e 2007 respectivamente, o que pudemos constatar cruzando os dados das tabelas 1 e 9. Para as crianças do Projeto, sim, o índice ficou próximo a um bom

desempenho, nos parâmetros da referida plataforma, tendo sido de 1,1 a média de produção de 16.290 alunos em 2006.⁴

Tabela 9 – Número de produções dos educadores/as do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de produções dos educadores/as					TOTAL
	Histórias/ contos	Poesias	Paródias/ musicais	Jornais/ murais	outros	
2006	1806	1898	1109	1083	2978	8874
2007	5159	3175	2664	2919	3666	17583

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 10 – Número de produções das crianças do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de produções das crianças					TOTAL
	Histórias/ contos	Poesias	Paródias/ musicais	Jornais/ murais	outros	
2006	6081	3554	2090	1389	4859	17973
2007	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 11 – Número de alunos do projeto Baú de Leitura que produziram textos coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de alunos que produziram					TOTAL
	Histórias/ contos	Poesias	Paródias/ musicais	Jornais/ murais	outros	
2006	4005	3069	1805	1972	5439	16290
2007	-	-	-	-	-	-

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.

Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

As dimensões sócio-política e artística do Projeto, revelam que são diversas as aptidões das crianças envolvidas nas produções do tipo dramatizações, rodas de poesias, contação de histórias, bandas de música, o que pode ser visto na tabela de nº 12. Comparando-se com os dados das tabelas 12 e 13, é possível constatar que nem todas as crianças atuam nos locais de apresentação dessas produções, na comunidade, na sede do município, em outros

⁴ Nesse caso, relacionaram-se os dados das tabelas 10 e 11, não havendo registro para 2007, embora não apareça explicação para o fato.

espaços do município, nos conselhos, na câmara de vereadores, e fora do município. Ainda assim o percentual de crianças que se expuseram em público foi de 52% em 2006 e 59% em 2007.

Tabela 12 – Número de crianças atuantes nas produções do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de crianças atuantes nas produções				TOTAL
	dramatizações	rodas de poesia	contação de histórias	bandas de música	
2006	6592	2037	3215	1256	13100
2007	4879	2801	3627	579	11886

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Tabela 13 – Número de crianças atuando nos locais de apresentação do projeto Baú de Leitura que produziram textos coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de crianças atuando nos locais de apresentação						TOTAL
	comunidade	sede do município	conselh	câmara dos vereadores	fora do município	meios de comunicação	
2006	4135	2001	168	197	268	148	6917
2007	4176	2238	107	169	188	246	7124

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Muito significativo, foram os números de artistas descobertos pelo Baú de Leitura, num total de 965 em 2006 e 1062 em 2007, totalizando 2027 artistas descobertos, dentre contadores de histórias, poetas, escritores e outros.

Tabela 14 – Número de artistas descobertos nos municípios do projeto Baú de Leitura coordenado pelo MOC/Feira de Santana - BA 2006 e 2007

Período	Nº de artistas descobertos nos municípios				TOTAL
	Contadores de histórias	Poetas	Escritores	outros	
2006	412	134	104	315	965
2007	371	87	48	556	1062

Fonte: Diagnóstico Projeto Baú de Leitura 2005, 2006 e 2007.
Elaboração: Grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

Essa descoberta de artistas abre espaço para um novo indicador dentre os que configuram o desenvolvimento rural, sugerindo forte possibilidade de inclusão da produção

cultural com uma das atividades potencialmente geradoras de renda e lazer para a população rural. Emergindo daí uma produção cultural rural, essa fonte de renda contribuiria também como elemento de desenvolvimento sustentável considerado em sua complexidade de múltiplas dimensões. Trata-se de uma produção social da vida que se associa, em potencialidade, às produções materiais da vida, cuja condição de pluriatividade já é largamente considerada como elemento de identidade rural, embora alguns teóricos tratem essa condição como um dado novo de ruralidade, ao invés de reconhecê-la como presente em todo processo de desenvolvimento rural ao longo da história da humanidade.

4. Referências

ALENCAR, C M M. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **Veritati**. Salvador, Ano II, n. 3, p. 9-42, ago. 2003.

ALENCAR, C M M. Saberes para o desenvolvimento do rural ou dos sujeitos rurais? (1970 – 2007). In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2. GT 6 – Saber e poder no campo., UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, 1 CD-ROM.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. Histórico do Projeto Baú de Leitura. In: BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella. (Org.) **Baú de Leitura**. João Pessoa, p. 25-35, 2006.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

SILVA, Maria do Socorro. Diretrizes operacionais para escolas do campo: rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro e BAPTISTA, Naidison de Quintella. (Org.) **Educação Rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana – BA, MOC; UEFS; SERTA (PE), p.30-53, 2005, 2ª edição.

FERNANDES, Raquel Aragão Uchôa; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. A Reestruturação da extensão rural: da tecnologia à valorização dos vínculos. In: AMODEO, Nora Beatriz Presno; Alimonda, Héctor. (Org.) **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento**. Viçosa, Ed. UFV, p. 11-25, 2006.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

CASA FAMILIAR RURAL: A EXPERIÊNCIA AMAZONENSE DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA

André de Oliveira Melo¹
Raphael Nery da Silva²
Luiz Roberto Coelho Nascimento³

Resumo

Este artigo tem por objetivo caracterizar em seus aspectos gerais, a proposta de formação para jovens e adultos do meio rural e pesqueiro através da Pedagogia da Alternância no Estado do Amazonas. O artigo encontra-se organizado em partes: a primeira apresenta sucintamente algumas considerações a respeito da nova configuração da educação para o meio rural, hoje denominada Educação do Campo. A segunda relata uma breve trajetória histórica da Pedagogia da Alternância das Casas Familiares Rurais até a construção da primeira Casa Familiar Rural no Estado do Amazonas. A terceira parte apresenta a experiência de formação em Alternância da primeira Casa Familiar Rural do Estado, no município de Boa Vista do Ramos a partir de uma discussão entre os participantes do projeto (monitores, jovens, pais, entidades parceiras e outros).

Palavras-chave: Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Desenvolvimento Rural.

Abstract

This article shows the education propose for field's young people based on Alternance Education on the Amazonas State. The article is organized in parts: the first shows considerations about the new configuration of the education on the rural environment, nowadays calls Field Education. This article also presents a short trajectory of the Alternance Education until construction the first Rural Family House on the Amazonas States. At the end it shows the experience this project on municipality Boa Vista do Ramos based on discussion between the participants (teachers, young peoples, parents, partners and others).

Key words: Field Education; Alternance Education; Rural Development

1. Introdução

No Brasil, não houve políticas públicas de educação efetivas que viessem atender as reais necessidades dos camponeses. O que se promove neste sentido, são programas e campanhas educacionais que são abandonados a cada troca administrativa de governo. Os camponeses, neste contexto, sempre foram marginalizados, deixados à parte, fora de lugar,

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Amazonas - UFAM Faculdade de Estudos Sociais -FES Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional-PRODERE.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Amazonas - UFAM Faculdade de Estudos Sociais -FES Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional-PRODERE.

³ Orientador.

sem nenhuma participação na elaboração e construção de uma educação que aliviasse o peso de mais de 500 anos de exclusão social. Pode-se considerar povo do campo todos que mantenham uma relação de intimidade com a terra e de “prática de vida campestre, [...] como [...] os povos tradicionalmente agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, meeiros e arrendatários” FURTADO (2004, p.45).

Do ponto de vista histórico e sob a ótica da burguesia brasileira, o meio rural sempre foi visto como lugar que não precisa de grandes investimentos, pois para trabalhar na terra, cuidar dos animais, pescar, extrair produtos da floresta, não seria necessário profundos conhecimentos⁴. Partindo deste pressuposto, se deduz que a educação direcionada ao campo não requer muita preparação, nem muitos recursos, nem muita qualidade. Então, a compreensão mais geral é “oferecer uma educação pobre para os pobres do campo” (Freire, 2005, p.07). Essa concepção de Educação Rural permaneceu durante décadas e não sofreu grandes mudanças, o que temos de referência, é uma educação que valorizou e adotou modelos importados e implantados por sucessivos governos, provocando assim, o aumento das desigualdades sociais.

Moura (2005, p. 20) ironiza dizendo que a escola rural tem um papel muito eficiente de reprodução,

[...] da criança ao mais velho, a escola foi pensada, organizada, estruturada para desempenhar bem essa missão e conseguiu [...] que eles para serem felizes tinham que migrar para a cidade; (ii) que teriam de abandonar a agricultura para ter oportunidade de vida; (iii) que a agricultura era “o cabo da enxada”, era o trabalho penoso que seus pais realizavam, porque não sabiam ler; (iv) que deveriam aprender bem, para não terminar a vida como seus pais; (v) que ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé-rapado, ignorante; (vi) que o pessoal da cidade era mais inteligente, fala melhor, tinha vida melhor, pelo fato de viverem na cidade.

A escola com esse ideário nos remete que seu papel fundamental foi roubar a identidade cultural, deixou os educandos com vergonha de seus pais, de seu ambiente, de sua cultura e, principalmente, baixou sua auto-estima, porque ser do campo é ruim, na concepção de muitos. Este jeito de ensinar, de educar errado, não é uma questão de didática, nem tão pouco de técnica ou de condição econômica das famílias. É uma questão de ética, de opção política - é ideológica.

[...] alguém, com uma determinada concepção de pessoa, de mundo, de sociedade, escolheu o currículo, programou os conteúdos, avaliou as funções, pôs em nossas atitudes e ações, a sua concepção, a sua visão de mundo, de modo tão perfeito que,

⁴ Esta compreensão é das classes dominantes, detentor de um grande capital, meios de produção e de terras.

quem ensina ou aprendia, pensava que estava fazendo o melhor, o mais correto e o mais certo para os alunos e para a sociedade. Nunca questionou a respeito e, por isto, não descobriu suas falhas, tão pouco outro caminho. (MOURA, 2005, p. 21).

Em suma, ao longo da história, o desenvolvimento educacional do meio rural foi marginalizado tanto pelas propostas educacionais como pelos agentes de desenvolvimento. A obrigatoriedade e o direito pela educação para a população rural são legítimos, garantido pela constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996.

A educação para a população rural é tratada no capítulo II e o art. 28, reza que na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação a peculiaridade da vida rural de cada região, nos seguintes termos: os conteúdos curriculares e metodologias devem ser apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; adequação do calendário escolar as fases dos ciclos agrícolas e às condições climáticas; adequações à natureza do trabalho na zona rural. (FURTADO, 2004, p. 51).

Cabe uma observação, a realidade nem sempre confere a possibilidade que a lei oferece. Furtado (2004) revela que em um recente estudo realizado em projetos de assentamentos rurais do MST, “[...] foi constatado que mesmo as professoras sendo militantes do movimento, conhecedoras da proposta de educação que é trabalhada por ele, têm sérias limitações na construção de um currículo que parta da realidade” (p. 51). Os motivos são variados, desde a própria competência dos professores para tal tarefa, até o fato das escolas serem de rede oficial e estarem sob orientação da supervisora do município.

Para a maioria das famílias rurais, a passagem pela escola básica rural (ensino fundamental e médio) é a oportunidade única de suas vidas para adquirir as competências que lhes permitiriam eliminar as principais causas internas do subdesenvolvimento rural. Infelizmente, as escolas não estão cumprindo esta importantíssima função emancipadora de dependências e de vulnerabilidades; porque os seus conteúdos e métodos são disfuncionais e inadequados às necessidades produtivas e familiares do meio rural. Nas referidas escolas, se entedia os estudantes, exigindo-lhes que memorizem temas de escassa e duvidosa relevância; deixando a parte o ensino feito de uma maneira criativa, participativa e prática dirigida para aquilo que realmente necessitam aprender para tornarem-se mais autoconfiantes, mais empreendedores, mais autogestores e mais independentes. Das referidas escolas continuam egressando gerações de futuros agricultores e agricultoras, pais e mães de família, com baixíssima auto-estima, sem os conhecimentos, sem as atitudes e sem os valores que necessitam para serem agricultores mais eficientes, melhores educadores dos seus filhos e solidários protagonistas das suas comunidades e de sua própria história.

As escolas rurais deveriam formar cidadãos dotados de mais autoconfiança e auto-suficiência técnica, de modo que possam ser corretores das suas ineficiências e ativos solucionadores dos seus problemas. Adicionalmente, essas escolas deveriam outorgar uma formação que lhes inculque melhores hábitos (amor ao trabalho bem executado, iniciativa e disciplina, perseverança e desejo de superação, cooperação e solidariedade, honradez e cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, espírito de prevenção e previdência, etc.). A educação básica rural deveria ter um caráter mais instrumental no sentido de proporcionar aos estudantes conteúdos úteis, de modo que possam aplicar na correção das suas próprias ineficiências e na solução dos problemas que ocorrem nos seus lares, propriedades e comunidades.

É na necessidade de se romper com essa cultura e forma errada de educar, e na busca de um tipo de educação que humaniza o homem, que nasce, no seio dos movimentos sociais, uma nova discussão da educação do meio rural, denominada, não só nos movimentos sociais mais na academia, como Educação do Campo. Caldart (2002, p.26) relata o significado,

O povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A Educação do Campo vem se instituindo como área própria de conhecimento, com o papel de fomentar reflexões que acumulem força e espaço para contribuir na desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierárquica que há entre campo e cidade, ou seja, do campo como lugar de atraso.

Passos (2006, p.6) explica que:

O meio rural não é um espaço provisório com já foi falado por alguns teóricos. Também não é um espaço vazio. Lá existe uma juventude que precisa exercer a sua cidadania e isto inclui o direito de ter uma educação de qualidade que possibilite sua permanência no meio rural com padrão de vida compatível com o mundo atual.

A Educação do Campo segundo as Diretrizes operacionais “[...] é uma concepção política pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e os espaço” (Artigo 2º, parágrafo único).

Varias são as experiências no mundo, voltadas para o resgate dessa identidade. A França é pioneira com a experiência das “Maison Familiaes Rurales”⁵ nos anos 30 do século passado. As Casas Familiares Rurais (CFR’s) têm como novidade a Pedagogia da Alternância. Esta Pedagogia se utiliza de uma metodologia de ensino - aprendizagem que oportuniza meios para que o agricultor e a agricultora tornem-se empreendedores do meio rural na perspectiva da economia popular solidária⁶, um agente comunitário, em suma, um agente multiplicador de técnicas inovadoras para o desenvolvimento do lugar onde eles estão inseridos, criando suas próprias condições de trabalho, a partir da vivência que ele ou ela têm do conhecimento que são capazes de gerar. Não existe alternância sem uma integração da família e do meio sócio-profissional em que a Casa Familiar Rural (CFR) está inserida.

Neste sentido, esta pedagogia pouco estudada⁷, é adotada em diversas regiões do Brasil, principalmente por comunidades e Ong’s envolvidas com movimentos sociais que procuram oferecer uma educação diferenciada para a população do meio rural. As Casas Familiares Rurais têm representatividades por intermédio da Associação Regional das Casas Familiares rurais - ARCAFAR’s.

Segundo a ARCAFAR-SUL, uma CFR,

[...] pode ser definida como uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o ensino fundamental, podem estudar os conteúdos de 5ª a 8ª série e também os conteúdos de formação geral e profissional, sem abandonar suas atividades. (ESTEVAM, 2003, P. 19).

A proposta CFR e sua metodologia de ensino-aprendizagem vão ao encontro das idéias e concepções do movimento *Por uma educação do Campo*⁸. Atualmente, o movimento nacional das Casas Familiares Rurais conta com 125 unidades em funcionamento e 28 em processo de implantação, em 14 estados brasileiros (Arcafar, 2002). Quanto aos aspectos pedagógicos e metodológicos, a Casa Familiar Rural orienta-se por três princípios de fundamental importância: (i) a alternância; (ii) a realidade do agricultor e (iii) participação das

⁵ O contexto histórico das CFR esta diretamente relacionada com as conseqüências da segunda guerra mundial. O movimento Educação do Campo é dos anos 90, no Brasil, o destaque pelas Maisons Familiaes Rurales que a luta por uma educação diferenciada são de razoes idênticas.

⁶ Economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas organizadas em forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços pelos membros dos empreendimentos.

⁷ Em nível de Brasil, ainda há poucos estudos, na França já existe CFR que oferece ensino superior e também mestrado acadêmico.

⁸ Ver Miguel Arroyo 2003 Por uma Educação do Campo.

famílias no processo de formação. Em seus estudos sobre educação rural a professora Eliane Furtado (2004) relata que a CFR´s

[...] tem um grande desafio, estes são: garantir ao aluno o acesso ao conhecimento científico, universal, conforme ao currículo básico do ensino fundamental; e assegurar o conhecimento técnico-científico pertinente a exploração agrícola [...] Em sua proposta curricular apresentam como objetivo a educação dos jovens para a cidadania, para a vida em comunidade, para soluções de problemas individuais e coletivos, para formação de agricultores com conhecimento amplo e específico da realidade em que atua. (FURTADO, 2004, p. 79).

Essa nova prática educacional, não se limita a uma formação tecnicista, mas também busca uma formação humana, uma formação integral, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento do espírito de trabalho em grupo. Os conteúdos estudados na CFR como: português, matemática, ciências, etc, são tratados a partir da realidade que o jovem vive ou do tema tratado na respectiva semana. A interdisciplinaridade entre os conteúdos estudados na CFR é visível, pois

[...] assim, no momento em que o jovem está aprendendo sobre milho e o seu plantio, procura-se trabalhar o conteúdo da matemática, necessários e relacionados às atividades rurais, como cálculo para medição da área da propriedade, da lavoura plantada, e assim por diante. (FURTADO, 2004, p. 79).

Partindo desta perspectiva (da interdisciplinaridade) é que também são desenvolvidas outras disciplinas. Portanto, existe uma forte ligação entre o que o jovem realiza em sua propriedade, com os conteúdos estudados na CFR, existindo, a priori, um aprendizado significativo. Outro destaque, é que os temas estudados são resultados de uma pesquisa participativa e tais temas são delineados a partir do calendário agrícola, variando de acordo com a região.

2. As origens da Pedagogia da Alternância e sua configuração no contexto amazônico.

Para entender o que é uma Casa Familiar Rural - CFR é necessário que façamos uma viagem no tempo, ou seja, voltar ao ano de 1935, mais precisamente a França, onde surgiu a primeira experiência. A agricultura francesa, assim como o país, estava em grande crise, pois haviam sido abalados social e economicamente pela primeira guerra mundial. A agricultura foi um dos setores mais afetados, uma vez que o governo pouco se interessava pelas atividades agrárias, suas atenções estavam centradas na industrialização e por uma educação urbana, as ofertas para o campo eram pouco atrativas aos jovens franceses e não atendiam suas expectativas, uma vez que para dar continuidade aos seus estudos, muitos agricultores

tinham que abandonar suas terras e famílias. Ao mesmo tempo, estavam convencidos de que o desenvolvimento da agricultura, tanto técnico como econômico, necessitava de jovens com uma sólida formação agrícola e que as escolas existentes na região não asseguravam uma formação que os preparassem para lidar com campo. Diante desta aflição, um grupo de agricultores preocupados com a educação continuada de seus filhos, mobilizou-se em busca de um tipo de escola que correspondesse as reais necessidades dos jovens e suas famílias.

Mediatizados pela necessidade em continuar em suas terras, e, com apoio do sindicato e da igreja, um grupo de agricultores se reuniu para pensar num tipo de formação que oferecesse aos jovens uma aprendizagem prática no estabelecimento agrícola familiar e que proporcionasse ao mesmo tempo, uma formação geral e técnica. Surge assim, o primeiro curso de formação agrícola, onde os jovens participavam uma semana por mês, sendo que o restante dos dias eles permaneciam nas propriedades. O curso acontecia no centro paroquial da comunidade. Assim, iniciam-se as bases da estrutura da Pedagogia da Alternância. No período de 1934/6 a experiência prossegue, já com 17 jovens, tendo sido criada uma cooperativa de produção, transformação e venda de produtos agrícolas. Em julho de 1937, foi organizada a primeira CFR com 30 jovens, sob a responsabilidade de associação criada pelos pais para responder jurídica, administrativa, moral e financeiramente pela mesma.

Durante a década de 50, do século passado, a experiência começa a chamar a atenção e se expande para outros países da Europa. Atualmente, mais de trinta países no mundo utilizam a Pedagogia de Alternância das CFR's sob a coordenação da Associação Internacional das CFR's e de suas ARCAFA's.

No Brasil, o estudo em alternância foi trazido pelos italianos na década de sessenta através das Escolas Familiares Agrícolas, concentrando-se inicialmente, no Estado do Espírito Santo e expandindo-se para todas as regiões do Brasil, sendo dirigidas pela União das Escolas Familiares Agrícolas do Brasil - UNEFAB. Na década de oitenta, o estudo em alternância é implantado através das primeiras Casas Familiares Rurais na Região Sul; funda-se a ARCAFAR-SUL (Associação Regional das CFRs do Sul). Atualmente, todas as iniciativas que utilizam a Pedagogia da Alternância e suas ferramentas metodológicas, estão vinculadas aos Centros Familiares de Formação por Alternância –CEFFA's, que, por conseguinte, estão inseridas no Movimento de Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

Com o objetivo de reunir forças e romper o isolamento, lideranças das Regiões Norte e Nordeste fundaram em 1996, a Associação Regional das CFR's do Norte e Nordeste do Brasil

– ARCAFAR-NORTE e NORDESTE, com um Conselho de Administração composto por representantes de diversos Estados das regiões Norte e Nordeste, eleito em Assembléia Geral. O Estado do Pará foi pioneiro na implantação de CFR's a partir de 1995.

No Estado do Amazonas, o movimento em prol das CFR's, iniciou em 1995. A partir de 1996 a ARCAFAR Norte e Nordeste do Brasil em convênio de cooperação técnica com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e com a colaboração de outros Órgãos Governamentais e Não-Governamentais, Associações, Sindicatos e Grupos envolvidos com a questão sócio-ambiental, vêm discutindo e apoiando as ações relativas à organização das Associações das Casas Familiar Rurais no Estado. A realização de seminários e eventos protagonizados pela Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo e pelas diferentes práticas e reflexões teóricas de inúmeras experiências não formais de educação, levaram a construção de um movimento em muitos municípios que vem se fortalecendo a cada dia. Em março de 2004, trabalhadores rurais pertencentes a Conselhos de Associações de CFRs Boa Vista do Ramos, Parintins, Rio Preto da Eva, Apuí e Manaus, reunidos em Assembléia Geral, fundaram a ARCAFAR-AMAZONAS, instituição filiada a ARCAFAR NORTE, que tem como principais responsabilidades: coordenar e animar o processo de implantação de Casas Familiares Rurais, garantindo a orientação filosófica e pedagógica das mesmas; elaborar, em conjunto com seus colaboradores, o programa de formação de monitores, famílias e jovens a serem trabalhados no ciclo de formação, assim como, realizar contatos e procedimentos para obtenção de recursos para implantação e manutenção das Casas Familiares Rurais.

Em Boa Vista do Ramos – Am, após três anos percorrendo etapas de organização, foram realizadas visitas as comunidades para divulgação, reuniões, assembléias, criação da Associação da CFR de BVR, pesquisa participativa, cursos de formação das famílias e monitores, busca e captação de recursos. Foi possível iniciar o projeto dia 13 de maio de 2002, com uma turma de 26 jovens representando 26 famílias oriundas de 14 comunidades. Desponta como projeto pioneiro no Estado do Amazonas. Vem recebendo assessoria Técnico-Pedagógica da Escola Agrotécnica Federal de Manaus.

Por ser uma escola camponesa, criada historicamente e gerida pelos agricultores com apoio de colaboradores para atender as necessidades educativas e de formação, a CFR vem resgatar as reais necessidade sociais e históricas do campo no sentido de frear o êxodo, provocar o desenvolvimento do e no campo. Portanto, a CFR não é obra do acaso, muito menos uma iniciativa de política pública comprometida com os problemas que atormentam o

campo e seus sujeitos. Ela nasce como um projeto intencional e objetivo dos agricultores familiares. São iniciativas realizadas pela sociedade civil em que um dos traços fundamentais é a luta dos sujeitos sociais por políticas públicas como forma de garantir o seu direito à educação, ou seja, é a luta por um direito. Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim por meio de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. (Salete, 2006, p.8).

3. Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-AM: por um Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos está localizada no município de Boa Vista do Ramos⁹, na comunidade Boa União, no distrito do Rio Urubu. O projeto atende a todas as comunidades do município, que é composta por 42 comunidades. O projeto nasce de uma necessidade, de um sonho de todos os agricultores e agricultoras que se organizaram para a implantação do projeto, assim como das Entidades parceiras que apoiaram e apóiam por acreditar que a Casa Familiar Rural (CFR), através de sua metodologia de ensino, tem um papel importante para o desenvolvimento rural sustentável do Município.

No município de Boa Vista do Ramos, as discussões sobre a Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural iniciaram em dezembro de 1999 por ocasião da Conferência para o Planejamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável de Boa Vista do Ramos, promovido pelo IMAFLORA, Escola Agrotécnica Federal de Manaus e Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, quando o projeto foi apresentado à comunidade Menino Deus do Curuçá. A partir de então, foi dado o início das atividades de difusão e divulgação nas comunidades do município. (ENTREVISTA 08).

Mesmo apresentado e discutido na comunidade Menino Deus do Curuçá, foi na comunidade Cristo Bom Pastor do Pari, em que se iniciaram as atividades da primeira Casa Familiar Rural do Estado do Amazonas em 13 de maio de 2002, com 26 jovens representando 18 comunidades do município. Em maio de 2004, sua instalação mudou-se em caráter definitivo para a comunidade Boa União.

Após participação em assembléias gerais, reunião de diretoria, mutirões, alternâncias e atividades de campo como visita de monitoria, os agricultores afirmaram na pesquisa, que para conciliar a produção agro-extrativista e a conservação do meio ambiente, seria necessário a capacitação dos jovens, no sentido de possibilitar aquisição de conhecimento de novas

⁹ Em linha reta o município esta 279 da Capital do Amazonas, Manaus. Por via fluvial aproximadamente 370 km.

práticas agrícola e florestais, para manejar o solo, os animais, as florestas, sobretudo para geração de renda para as famílias que moram na zona rural.

Além de a gente aprender sobre o plantio, criação de animais e sobre como cuidar das florestas, também da capoeira [...] a gente aprende a se organizar [...] principalmente como administrar nossa propriedade [...] é legal porque a gente aprende muitas coisas novas e os monitores aprendem com a gente e a gente com eles. (ENTREVISTA 02).

Partindo do pressuposto de que existe a necessidade de conhecimento técnico para viabilizar a organização social e da produção dos agricultores, a educação planejada e executada na CFR, tem a preocupação de levar e construir juntos com os agricultores, novos conhecimentos técnicos, novas práticas que auxiliem não só na melhoria da qualidade de vida, como também, no cuidado com os recursos naturais, além de promover a interlocução e organização comunitária, haja vista que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos tem como um de seus objetivos promover uma educação, formação e profissionalização dos agricultores da região, pautada na realidade e necessidade da família e do município. Visando com isso oferecer uma vida digna para o homem e a mulher do campo e no campo, criando alternativas de trabalho e renda à partir do Manejo do Recursos Naturais, melhoria das técnicas na produção agrícola, assim como possibilitar uma atuação como Agentes multiplicadores em suas comunidades, numa perspectiva da economia popular solidária e da Agroecologia. As entidades parceiras mostram que é real a preocupação com uma mudança significativa:

Quanto às perspectivas do trabalho realizado na CFR, uma está ligada ao trabalho de pesquisa, voltada mais para partilhar conhecimentos acumulados da realidade agrícola, e, outra perspectiva é que estes conhecimentos sobre a produção agrícola cheguem à população com o objetivo de mudar a qualidade de vida por meio da formação e capacitação do agricultor. (ENTREVISTA 05).

A formação e capacitação dos jovens rurais, na perspectiva da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, está estruturada para uma formação técnica e uma formação e capacitação pela e para a cidadania,

[...] para que os agricultores e agricultoras possam ser capazes de desenvolver, devem ter poder. Devem ter a capacidade de controlar suas próprias atividades, digo em todos os sentidos, no contexto de suas comunidades locais, se isso se inicia nas comunidades pode refletir em todo município, mas para isso, tem que haver uma organização considerável, que não é fácil. Devem também estarem aptos a organizar uma pressão efetiva a nível nacional, por que não? Os agricultores familiares devem participar não só do trabalho físico envolvido no desenvolvimento econômico, mas

também do seu planejamento e determinação de sua propriedade. (ENTREVISTA 08).

Neste sentido, é necessário entender o que é uma CFR, tanto sua organização pedagógica como sua função social. E para entender como a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos vem trabalhando o processo organizativo dos comunitários para o desenvolvimento rural e solidário no município, a partir de suas metodologias de ensino, nosso primeiro questionamento foi em saber se os entrevistados sabiam conceituar o que é uma CFR, e assim se expressaram:

É um espaço onde se concentram vários alunos do município com o objetivo de aprender como melhorar a produção e o desenvolvimento da propriedade e do município [...] um espaço que ensina a gente se organizar, ensina a aprender também a sermos mais humanos com nossos irmãos, a ter idéias da importância da família e valorizar nosso espaço. (ENTREVISTA 05).

É um projeto [...] uma escola que vem dar oportunidades a muitas pessoas, jovens e alunos, oportunidade de aprender para ajudar os pais na agricultura, no trabalho do dia-a-dia, também fazer o jovem ter uma visão diferente sobre o meio ambiente. (ENTREVISTA 01).

É um projeto desenvolvido juntamente com a família da zona rural, para estudar as coisas do campo, porque muitos não valorizam as coisas da zona rural, a partir deste conhecimento da CFR a gente aprende a valorizar. (ENTREVISTA 06).

É uma escola onde o aluno estuda a teoria e a prática e também ajuda o aluno a viver na comunidade e trabalhar na própria propriedade; a CFR é uma escola diferente de todas que já conheci; é meio difícil de explicar [...] (ENTREVISTA 02).

É um centro de convergência [...], é uma escola [...], é um espaço onde os agricultores se articulam e desenvolvem idéias e praticam essas idéias, juntos com seus filhos [...], é um espaço que é a cara de cada trabalhador e trabalhadora rural, que sonha com um mundo melhor, que luta pela conservação do meio ambiente, não de forma romântica, mas fazendo o certo [...], o manejo dos recursos naturais com uma visão do ecológico, do social e do econômico, um econômico solidário e justo. Então, conceituar CFR é muito complexo, mas cada um que é envolvido e vive o projeto, sabe da sua importância e do seu potencial [...], para mim, é um projeto revolucionário e que incomoda muita gente. (ENTREVISTA 08).

A Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul (ARCAFAR-SUL) define uma Casa Familiar Rural como:

[...] uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma formação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola residência, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o ensino fundamental, podem estudar os conteúdos de 5º a 8º série e também os conteúdos de formação geral e profissional sem abandonar suas atividades. (ESTEVAM, 2003, p. 19).

Partindo dos conceitos apresentados pelos entrevistados e do conceito da ARCAFAR-Sul, pode-se entender que a Casa Familiar Rural, é um ambiente educativo, não só do ponto de vista do aprendizado sistematizado dos conteúdos e escolarização dos jovens agricultores,

é, sobretudo, onde os jovens desenvolvem suas potencialidades e habilidades em todos os sentidos; no simples fato de pedir a conceituação do projeto, percebeu-se a forma emotiva com eles falam do projeto. Outra situação é a questão da perspectiva de aprender com os monitores, técnicas novas de plantio e criação de animais para melhorarem a produção de sua propriedade.

Não se trata de uma simples escola, ela também ensina para a vida, meu filho mudou muito depois que entrou na Casa Familiar Rural, mudou o jeito de tratar as pessoas [...] eu digo mesmo [...] sou fã deste projeto que para mim transformou meu filho e minha família. Aqui na comunidade tem jovem que até deixou de vícios feio, um deles foi o de beber cachaça. (ENTREVISTA 10).

O relato da mãe gerou outro questionamento, como a CFR contribui para esse comportamento que é refletido na casa do jovem? Buscou-se na pesquisa observar o cotidiano da CFR durante a alternância e dessa observação notou-se que existe um contrato de boa convivência entre os jovens, monitores e visitantes durante a semana. Todas as decisões são votadas e acordadas com os jovens e famílias. Em assembléia geral, os pais aprovaram um regimento interno da Casa Familiar Rural. Outra observação está na dinâmica organizativa das tarefas doméstica na Casa, no primeiro dia em alternância, o grupo é reunido e é feita uma distribuição de tarefas entre todos do grupo (limpeza do ambiente, café da manhã, água no filtro, manutenção do motor de luz, lavar louça, oração etc.) essas atividades são colocadas em um mural para que cada um fique ciente do dia e momento de suas atividades. Caso algum jovem não cumpra é feita uma avaliação para saber a razão; o diálogo é a regra principal entre monitores e jovens durante a alternância e esta atividade é reforçada na família durante as visitas nas propriedades dos jovens. ESTEVAM (2003) afirma que esta atividade tem um princípio educativo, é uma forma do jovem se envolver mais no grupo, buscar responsabilidade e perceber que a importância da ajuda mútua, fomenta o sentimento de cooperação e solidariedade.

Antigamente essa coisa de lavar roupa, ou até mesma de lavar uma louça para os meus filhos eram coisa de mulher [...] até eu mesmo pensava assim [...] hoje não; aqui todos me ajudam a fazer as tarefas de casa, tenho 02 filhos e uma neta que trouxeram esse hábito [...] e onde eles aprenderam isso? Na CFR. Por isso eu digo, essa CFR ensina ate nós pais. Eu fiquei admirada um dia, ver o professor [monitor] lavando um louça e outro varrendo o chapéu de palha, nunca vi isso em outras escolas, onde o professor também fazem os serviços juntos com os alunos, fiquei admirada mesmo! (ENTREVISTA 03).

Quanto à metodologia de ensino da Casa Familiar Rural, os jovens e monitores, assim como os pais e parceiros envolvidos no projeto, acreditam ser esta uma das formas mais ideais para ensinar os jovens que moram no campo, pelo fato deles não se desvincularem de suas propriedades e estudarem a partir de sua realidade, sem perderem a dimensão de mundo e dos conhecimentos universais. Outro ponto, é que o jovem é força de trabalho na família, a alternância proporciona esta ligação entre educação e trabalho no campo, a partir do campo.

O processo de ensino aprendizagem na CFR de BVR acontece em alternância, ou seja, o jovem estuda uma semana na CFR e duas semanas na propriedade dando continuidade aos estudos e principalmente nas atividades da propriedade, agora realizando trabalhos a partir daquilo que o jovem problematizou e sistematizou durante a semana na CFR. Os monitores explicam que durante estas duas semanas na propriedade, os jovens recebem visitas dos monitores; trata-se de uma assistência individualizada para o jovem e família, neste momento são tiradas as dúvidas referentes às práticas e os conteúdos passados em sala de aula, também possibilitam a motivação da participação dos pais nas atividades dos filhos, um dos monitores entrevistados simplificou dizendo:

O jovem passa uma semana na CFR, e quando chega o primeiro dia de aula ele tem como tarefa relatar para os amigos o resultado de sua pesquisa feita na propriedade [...] esta pesquisa em forma de redação que é resultado do Plano de Estudo [...] chamamos esta atividade de Colocação em Comum, é na Colocação em Comum que há a socialização de conhecimentos entre os jovens; nós monitores, anotamos na lousa os pontos mais importantes destacados pelo grupo; essas anotações geram muitas discussões e revelam para o grupo a realidade em que ele ou ela vive [...], partindo desta discussão estudamos a ficha pedagógica que traz algumas respostas para os questionamento dos jovens, pois ela é elaborada à partir da perguntas do Plano de Estudo [...], então dá para perceber que este material didático é personalizado, caso seja necessário, levamos o jovem para visitar outras propriedades, é importante esta visita de estudo, aí o jovem terá parâmetro da realidade [...], vejo que ele terá condição de buscar a melhor alternativa para a sua prática na propriedade.

Durante a semana em sua propriedade, a primeira tarefa do jovem é apresentar para os pais o caderno de alternância; neste caderno há de forma resumida, todas as atividades realizadas na CFR e as atividades que devem ser desenvolvidas na propriedade [...], neste momento, vejo fundamental a participação dos pais, com incentivo dos pais, os jovens prosperam nas práticas e no seu próprio desenvolvimento. Também durante estas duas semanas recebem a visita dos monitores na propriedade, é quando são tiradas muitas dúvidas das aulas e momento de diálogo com a família. (ENTREVISTA 07).

Na CFR de BVR, durante a semana de alternância, são utilizados alguns procedimentos didáticos para facilitação do ensino; esses procedimentos são chamados deferramentas metodológicas ou instrumentos pedagógicos que, segundo os monitores, são defundamental importância no processo de ensino e aprendizagem, e são: (i) plano de

estudo,(ii) colocação em comum, (iii) ficha pedagógica, (iv) visita de estudo, (v) visita às famílias,(vi) práticas de campo, (vii) pesquisa participativa e (viii) caderno de alternância. Além destas ferramentas existem outras que oportunizam o aprendizado do jovem, os monitores afirmaram que é comum o ensino ser realizado em diferentes espaços, alguns afirmam que a aprendizagem na CFR não tem um lugar específico, todo tempo é tempo de aprender “é comum as aulas serem de baixo de uma árvore ou em uma casa de família” (ENTREVISTA08). Para descrever cada ferramenta metodológica serão apresentados os conceitos relatados pelos entrevistados:

A pesquisa Participativa é uma atividade feita antes de iniciar as alternâncias na CFR, os monitores visitam as casas dos alunos e fazem muitas perguntas, como número de famílias, animais, plantas, como se trabalha, como se trata a floresta, a pesca [...] essa pesquisa dá uma idéia de como é a realidade de cada aluno e seu modo de vida na propriedade e comunidade [...] a partir desta pesquisa saem os temas geradores que vamos estudar, mas antes, é feito um tipo de relatório e é apresentado para nós e para nossos pais.(ENTREVISTA 01).

O Plano de Estudo é uma ferramenta muito importante, na verdade é o que vai gerar toda uma discussão durante a semana de alternância, pois se trata de perguntas, inquietações feitas pelo próprio jovem sobre o tema que vai ser estudado na Alternância; destas perguntas será gerada uma pesquisa na propriedade e com a comunidade, essa pesquisa é o primeiro contato com o aprendizado, onde o jovem tem uma leitura de sua realidade. O resultado da pesquisa a partir do plano de estudo será apresentado para os demais colegas no primeiro dia de aula onde chamamos de Colocação em Comum que é outra ferramenta. (ENTREVISTA 03).

Colocação em comum é uma redação que se lê no primeiro dia da alternância, cada jovem fala de sua realidade e o monitor anota na lousa um ponto que agente acha importante e a gente discute em cima daquilo. (ENTREVISTA 04).

Ficha Pedagógica é também chamada por nós como livro do agricultor lá estão reunidas algumas informações necessárias sobre o Tema Gerador; na ficha também são encontrados os conteúdos das disciplinas do núcleo comum como português, matemática, ciências, história [...] a ficha não é algo acabado, é também construída durante a alternância, ela busca fazer o elo entre o saber tradicional com o saber científico, explica os fenômenos, os porquês das coisas [...] vejo três grandes funções da ficha, a primeira é levar o jovem a conhecer sua realidade, uma tarefa também feita no plano de estudo e que a ficha complementa; a segunda é fazer o jovem refletir sobre a sua realidade e com esse conhecer e refletir, vem a terceira parte, fazer o jovem agir sobre a sua realidade, buscando a família, as soluções e constantemente avaliar e reavaliar essas ações. (ENTREVISTA 02).

A visita de monitoria é quando os monitores vão às propriedades visitar nossas práticas e tirar as dúvidas. (ENTREVISTA 02).

A visita de estudo que eu mais gostei foram duas: uma foi na Casa do Seu Manoel Oliveira, a gente foi fazer prática de castração, cada aluno castrou um boi, tiramos até foto, foi muito legal [...] outra foi na alternância de pesca, a gente foi para o rio pescar e ouvimos história de pescador, o monitor Guerreiro ensinou os nomes científicos de alguns peixes que eu mesmo não conhecia [...] mas o que eu gostei mesmo foi o assado na beira do rio. (ENTREVISTA 10).

As ferramentas descritas fazem parte do Plano de Formação da Casa Familiar Rural e o uso conjunto destas ferramentas é de fundamental importância para o jovem construir seu

projeto de intervenção, também chamado de Projeto Profissional do Jovem, é apresentado no final dos três anos de formação. O Projeto Profissional do Jovem é um componente curricular com a função de sistematizar o conhecimento adquirido pelo agricultor em formação, organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária e nos momentos de aprofundamento da sua realidade social e profissional.

Numa visão empreendedora, o Projeto Profissional do Jovem, também chamado de “projeto de intervenção”, “projeto de vida”, “projeto pessoal”, é resultado de uma análise minuciosa da situação, do histórico familiar, da infra-estrutura para a produção agropecuária, florestal, de recursos pesqueiros, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artístico-culturais, entre outros, que caracterizam a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica da Casa Familiar Rural, à aptidão do jovem, à motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional, e esta proposta não está restrita a um projeto que venha trazer trabalho e recursos financeiros para a propriedade da família, está também articulada com atividades econômicas da comunidade que direta e indiretamente se insere no contexto do projeto.

[...] iniciei minhas atividades na CFR a partir de um pequeno projeto de cultivo de cana-de-açúcar, elaborei o projeto e com recursos da própria família iniciei a atividade, plantei ½ hectare de cana-de-açúcar consorciada com banana e macaxeira. Das bananas dos 30 cachos que produzi já tive um lucro de R\$300,00 reais, a macaxeira ficou para o consumo da família e na realidade a principal função foi eu montar um banco de mudas boas de macaxeira, elas se desenvolveram bem no sistema de consórcio [...] a cana me dá um lucro de R\$100,00 semanais, tiro semanalmente 50 litros de caldo de cana e vendo a R\$1,00 o meio litro, no campo de futebol, não dar para quem quer [...] o que eu quero dizer é que com somente ½ hectare de plantação de 3 espécies deferente de planta, eu tenho uma renda de aproximadamente R\$500,00 reais mensais, fora outras atividades que a gente desenvolve na propriedade [...] esse jeito de administrar a minha propriedade, eu aprendi quando aluno da CFR (ENTREVISTA 07).

A partir dos relatos e das observações feitas durante a pesquisa constatou-se que o método da Pedagogia de Alternância da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, parte do pressuposto de que a formação e capacitação dos agricultores e agricultoras devem iniciar à partir de suas experiências vividas e o monitor¹⁰ da Casa Familiar Rural tem um papel

¹⁰ O Monitor de Casa Familiar Rural é um profissional que atua como professor na CFR durante as aulas e extencionista rural, quando visita as famílias.

significativo neste processo. Ele é uma peça fundamental para o bom andamento da atividade, pois sua função vai além do simples repasse de conteúdos,

[...] na CFR, a função do monitor é muito mais abrangente; ele assume o papel de educador, animador, técnico e, acima de tudo, deve ser um profundo conhecedor do meio e da realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo da aprendizagem, pois neste caso parte-se do pressuposto de que o conhecimento não pode ser transferido, mas construído de forma conjunta (ESTEVAM, 2003, p. 20)

Então é necessário o entrosamento de todos, pois se imagina que a partir daí, se constrói coletivamente o conhecimento, e este conhecimento será utilizado para transformar a realidade que lhe é conveniente. O monitor tem como responsabilidade conduzir o processo educativo nas experiências em alternância,

A palavra 'monitor' é proveniente do latim Monere que significa: fazer recordar, dizer, observar, advertir, dar avisos, dar inspiração, esclarecer, instruir. Ela indica, portanto, aquele que conduz, mais que isso, indica quais devem ser os conhecimentos. (CHAMBRES apud ESTEVAM, 2003, p. 20).

Neste sentido, um monitor da CFR tem uma atuação importantíssima, pois ele é o mediador do processo de transmissão e aquisição do saber científico, a partir do conhecimento prévio do jovem. Este conhecimento é colocado, a princípio, na colocação em comum; como mediador, o monitor favorece a apropriação de um novo conhecimento dando ou viabilizando condições de produzir novos saberes, a partir da necessidade do jovem e da família. Para o sucesso da atividade de monitoria, é necessário o comprometimento com essa pedagogia e com sua proposta educacional; outro fator, já mencionado, é que ele conheça profundamente a realidade dos produtores, Estevam (2003) enfatiza que o ideal é que o monitor/educador seja da região.

Um dos monitores entrevistados relata:

A responsabilidade do monitor é muito grande, conduzir os trabalhos não é muito fácil, a gente também encontra dificuldades, principalmente quando é para ensinar as matérias do núcleo comum, fazer este casamento entre os conteúdos técnicos e do núcleo comum não é muito fácil não [...] os conteúdos técnicos são mais fáceis, nossa formação ajuda [...] aqui quase todos são técnicos, tem formação na área florestal [...] o monitor também tem que se preparar pra dar aula de português, matemática, ciência e história contextualizada com a realidade do jovem. Uma sugestão é ter mais capacitação nesta parte, trabalhar de forma interdisciplinar é um desafio até para nós [...] pelo menos na minha formação não tive isso, e sinto falta [...] eu digo que aqui na CFR todo mundo aprende e isso é interessante, o conhecimento é construído por todos de forma coletiva. (ENTREVISTA 06)

O monitor entrevistado afirma que a partir da construção de saberes coletivos da prática da interdisciplinaridade, os jovens da CFR saem com uma: (i) visão técnica no sentido em que o jovem deve saber o “porquê” das diferentes atividades que acompanha em sua rotina, (ii) uma visão geral do sentido de ser necessário o jovem saber sobre as atividades agro-extrativistas no contexto das disciplinas de caráter geral como: geografia, história, matemática e outras, assim como na área da administração para sua atividade cotidiana na propriedade e (iii) uma visão humana uma vez que a vida em grupo e em internato contribui para que o jovem possa compartilhar suas experiências e para adquirir métodos e saberes e vivenciar o sentimento do associativismo.

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos é uma proposta de Educação do Campo muito recente, a primeira no Estado do Amazonas, em se tratando de educação de jovens e adultos. Não se pode dizer que já se tenha atingido todas as suas expectativas e objetivos, principalmente quanto à formação de lideranças, mas os jovens que já concluíram o curso na CFR já participam de forma significativa das reuniões e das atividades realizadas nas comunidades de onde são oriundos. Dos 35 jovens formados entre 2005 e 2007, 04 estão estudando o Curso de Agropecuária, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, 01 foi contratado pelo Instituto de Permacultura da Amazônia – IPA e exerce o papel de coordenador de um projeto na comunidade Boa União, 02 foram contratados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos para atuarem como Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, 02 são professores de práticas agrícolas nas escolas rurais do município, 07 estão na sede do município, estudando ensino médio e 06 continuam em suas comunidades de origem atuando com Agentes em Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

No entanto, trata-se de uma experiência nova, o processo organizativo das populações rurais à luz da Agroecologia, da Economia Solidária para um desenvolvimento rural sustentável. É um processo lento, mas já é possível colher alguns resultados, dentre eles, o resgate da auto-estima dos agricultores familiares, que há séculos eram explorados, marginalizados, esquecidos, usados para o enriquecimento da burguesia, em detrimento de sua pobreza e exclusão social. Identificar a Casa Familiar Rural como uma estratégia de Desenvolvimento Rural requer cautela, ainda há necessidade de pesquisas mais aprofundadas. O fenômeno existe, explicá-lo para a sociedade é um desafio para aqueles que são comprometidos com o desenvolvimento das comunidades rurais amazônicas.

4. Considerações finais

A pesquisa se limitou a apresentar de forma descritiva a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, a primeira CFR do Estado do Amazonas e a primeira da Amazônia Ocidental.

Outro aspecto importante que foi constatado na pesquisa, é que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos proporcionou, direta e indiretamente, a entrada de algumas instituições que atuam com o foco do Desenvolvimento Sustentável, como o Instituto de Permacultura da Amazônia, Associação dos Criadores de abelhas sem Ferrão, através do Instituto Iraquara, dentre outros. A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, como Centro de Formação de Agricultores Familiares, é palco de vários seminários, cursos e oficinas.

A educação pode ser um grande aliado na construção de um projeto fundamental e não periférico, no desenvolvimento de nossos municípios, do nosso estado e nosso país. Para isso, é necessário mudar o currículo, mudar a pedagogia, e como afirmamos antes, aprofundar o processo de construir conhecimentos e alternativas a partir da realidade das famílias que optam em continuar no campo.

Então, é preciso que a sociedade se aproprie deste debate e que a legislação se transforme em prática e resultado no dia-a-dia, na escola e na educação, é desses resultados de mobilização, que surgiu a primeira Casa Família Rural de Boa Vista do Ramos. Todavia, este projeto é resultado dos esforços tanto dos agricultores familiares, como de instituições parceiras que acreditam em um Desenvolvimento Sustentável, tendo como um de seus pilares uma educação diferenciada para a população do campo.

Em quatro anos de existência, a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, já tem resultados significativos, como a formação e capacitação de jovens agricultores, organização comunitária, realização de práticas voltada para a conservação e preservação do meio ambiente, parcerias com outras instituições para apoio técnico-pedagógico e financeiro para a manutenção do projeto, cursos e palestras sobre Manejo Florestal Comunitário, Agroecologia e Educação do Campo.

É importante ressaltar que a presente pesquisa foi a primeira realizada na CFR de BVR, e teve como objetivo principal a descrição da metodologia de ensino e relatar a importância do projeto para a população rural local, mas muito ainda tem a pesquisar,

principalmente, no que diz respeito ao campo da interdisciplinaridade, organização social e desenvolvimento local na perspectiva da Agroecologia e da Economia Popular Solidária.

O desempenho das transformações ocorridas na sociedade, depende da velocidade com que cada cidadão muda suas idéias, sua crença e sua ideologia de vida. Da mesma forma, nos reportamos ao Projeto Casa Família Rural de Boa Vista do Ramos, dizendo que o sucesso deste projeto depende não só das mãos dos agricultores e agricultoras, mas do empenho de todos, inclusive da iniciativa pública.

6. Fontes consultadas

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. Por uma Educação do Campo. 2ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ALVES, Rosa Cristina Porcaro. Análise de uma Escola Família agrícola como proposta pedagógica para o meio rural (dissertação de mestrado), UFV, Viçosa-MG, 1994.

AMAZONAS. Legislação de Ensino: Educação. Manaus: SEDUC, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasilienses, 2001 (Colocação primeiros passos: 203).

BRASIL. Ministério da Educação: Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: Resolução CNE-CEB n.1 3 de abril de 2002. Brasília: ME, [2000?].

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura Familiar e políticas públicas: Alguns dilemas e desafios para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set. 2001. P. 56-62.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Casa Familiar Rural: A formação com base na Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, (Coleção Leitura).

_____. Pedagogia do Oprimido. 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre Educação para a população rural do Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.educarchile.cl/ntg/investigador/1560/articles-89811_recurso_3.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2005.

MIRAND, Alair dos Anjos Silva (coord). Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para a sociedade sustentável no município de Manaus. Manaus: EDU, 2004.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA-MOC-BA. Educação Rural: Sustentabilidade do Campo. Feira de Santana: UEFS-BA, 2005.

NOGUEIRA, Joaquim Dias. Casa Familiar Rural do Paraná: organização e implementação de um programa (Dissertação de mestrado). UFV, Viçosa-MG, 1999.

PERES, F.C. e outros. Projovem: a experiência do programa de formação de jovens empresários rurais. Piracicaba/SP: USP-ESALQ, 1994.

MELLO, João Manoel Cardoso. O Capitalismo Tardio. 5ª edição. Editora brasiliense. 1986.

NASCIMENTO, C.G. Escola Família Agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. Revista da UFG, vol.7. nº 01, junho 2004 I, vol. I, ISSN 1808-7043, pp.22-36.

PASSOS, Maria das Graças. MELO, André de Oliveira. Casa Familiar Rural - Da França à Amazônia: uma proposta da Pedagogia da Alternância. In: GHEDIN, Evandro. BORGES, Heloisa da Silva. Educação do Campo: A epistemologia de um horizonte de formação. Manaus, AM: UEA Edições, 2007.

UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento sustentável. Brasília: UNEFAB, 2002.

REVISTA DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA, ano 01, n. 01, set./ 2005. PINHEIRO, SANTOS, João Emilio, Idalino Firmino dos. O CEFFA e o Projeto Profissional do Jovem. Revista da Formação por Alternância, Brasília, 2005, ano I, vol. I, ISSN 1808-7043, pp.37-55.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: UM ESTUDO A PARTIR DAS PRÁTICAS
DOS PESQUISADORES DA EMBRAPA/CNPA**

Valesca Marques Cavalcanti¹

Resumo

Nas últimas duas décadas, as questões referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico ganharam destaque, tanto nos meios de comunicação como junto a numerosas áreas da produção acadêmica em todo o mundo. O objetivo, deste trabalho, é investigar as práticas e discursos técnico-científicos dos pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/CNPA) e as vinculações que estabelecem com a esfera da política, analisando as relações entre a produção de conhecimento científico e tecnológico, as escolhas técnicas e a formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste. Portanto, questionar esse processo e a extensão da influência desempenhada atualmente do processo de tomada de decisão sobre as formas de aplicação de conhecimento científico e da inovação tecnológica. Para analisar, tecnologias e políticas públicas para o desenvolvimento da agropecuária do Nordeste, recorreremos aos trabalhos de *Latour*, que privilegia a interação entre o discurso científico e a sociedade e o conceito de inovação e, também, à perspectiva de autores como *Schot* – que estuda a relação entre o processo de modernização e a implementação de políticas tecnológicas – e *Schwartz e Thompson*, para quem a tecnologia é um processo social e conseqüentemente uma ação política. Também, tomamos como referência, os estudos de cujas reflexões propostas partem do pressuposto da necessidade de estudar a tecnologia e a esfera da política em dois contextos: da produção de conhecimento técnico e o seu uso social dos autores *OUDSHOORN e PINCH*.

Palavras-chave: Ciência; Tecnologia Agrícola e Políticas Públicas

1. Introdução

As escolhas tecnológicas necessitam do apoio técnico e têm impactos na sociedade, isto é, a tecnologia é um processo social e faz parte de uma ação política (SCHWARZ e THOMPSON, 1990). Com as transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas surgiram novas iniciativas políticas e sociais que buscam estabelecer um dialogo renovado entre os atores sociais, o estado e o capital, influenciando inovações sociais e tecnológicas que tem como objetivo o desenvolvimento social através da relação de redes de pesquisas agropecuárias, modernização e desenvolvimento sustentável.

¹ Mestranda do Programa em Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Nosso objetivo, neste texto, é estudar as relações entre práticas e discursos técnico-científicos e a esfera política, focalizando a formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Ou seja, questionamos esse processo e a extensão da influência desempenhada atualmente do processo de tomada de decisão sobre as formas de aplicação de conhecimento científico e da inovação tecnológica. As reflexões propostas partem do pressuposto da necessidade de estudar a tecnologia e a esfera da política em dois contextos: da produção de conhecimento técnico e o seu uso social (OUDSHOORN e PINCH, 2003), verificando também o processo de tomada de decisão e de como são aplicados os conhecimentos produzidos. Nossas reflexões se inspiram na perspectiva construtivista, que privilegia a interação entre o discurso científico e a sociedade (LATOUR, 1994 e 2000); na perspectiva de autores como Schot (2003) e Schwartz e Thompson (1990), que refletem sobre as relações entre modernização, escolhas tecnológicas e políticas públicas; e na abordagem proposta por Bourdieu (1999 e 2004) em estudos sobre os usos sociais da ciência.

A discussão apresentada neste texto fundamenta pesquisa empírica no mestrado em Ciências Sociais na UFCG, que será realizada no CNPA - Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com sede na cidade de Campina Grande – PB, priorizando pesquisadores e políticas relacionados ao desenvolvimento das tecnologias do algodão colorido e da produção de biodiesel a partir da mamona. Faremos um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, com o objetivo de perceber a dinâmica das práticas e discursos técnico-científicos e suas influências sobre o processo de decisões para aplicação do conhecimento científico e as inovações tecnológicas focalizando a formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

2. Ciência e tecnologia como construções sócio-políticas

Nas últimas duas décadas, as questões referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico ganharam evidência, tanto nos meios de comunicação como junto a numerosas áreas da produção acadêmica em todo o mundo. Sua importância provém do lugar estratégico que o sistema de produção de conhecimento passou a ocupar na sociedade pós-industrial.

O uso de tecnologia e conhecimento científico estão atrelados a dinâmica econômica, política e social. E é na dinâmica econômica que se apóia segundo Rutkowski (2005) em um forte processo de inovação tecnológica o qual diminui cada vez mais os ciclos de vida e crescem a variedade de produtos e, simultaneamente diminui a inclusão dos grupos sociais. E

este enredamento tecnológico faz com que a tecnologia seja um vetor de supressão social. Contudo, segundo a autora acima citada, este modelo de desenvolvimento a partir do crescimento econômico não o único existe o que se denomina hoje de “Tecnologias Sociais” que busca atender as dimensões humanas e sociais, ou seja, procura soluções para a inclusão social e da melhoria da qualidade de vida.

A direção dessa discussão é extremamente fecunda sob diferentes aspectos. Tem possibilitado uma reflexão sobre mudanças nos comportamentos corporativos; a articulação de setores públicos de pesquisa com a iniciativa privada; a formulação de redes de pesquisa e desenvolvimento; e outras contribuições nas áreas de contato entre empresas, centros de pesquisa, universidades e setor público (ANDRADE, 2005).

Essa nova perspectiva gerou, segundo Gehlen (2001), a disputa por recursos e por políticas específicas junto ao estado, feita através de vias institucionais e do poder político constituído. Busca-se a redefinição de um modelo tecnológico, cuja competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento.

Essa formação de redes de consumidores articulando seus direitos e o estabelecimento de formas mutualistas de produção agrícola são intersecções entre organização social e práticas tecnológicas. Por intermédio da construção de contextos ou ambientes específicos é viável entender a presença ou a omissão de fatores socioculturais nos rumos do desenvolvimento tecnológico (ANDRADE, 2005).

Segundo Andrade (2005), inovação é uma daquelas palavras carentes de definição precisa e que são acastelados por grupos sociais os mais distintos. De forma análoga a outros conceitos como globalização e desenvolvimento sustentável, tido por muitos como a tábua de salvação para todos os problemas que envolvem tecnologia e crescimento econômico. Assim, para Lianza, Addor e Carvalho (2005), inovação tecnológica é um conceito unido à renovação de valores da vida, como aprendizagem dos cidadãos e dos atores sociais propondo-se a um desenvolvimento humano em equilíbrio com a natureza.

Nessa abordagem, a tecnologia e a ciência não são forças exógenas do processo social, ou seja, a tecnologia e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade em que estão sendo utilizadas e são definidas dentro da realidade existente, portanto, construções sócio-políticas que se entrelaçam num processo dinâmico. Assim, como os pesquisadores percebem a tecnologia e a sua importância para as políticas públicas de desenvolvimento.

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas pela intervenção planejada. Segundo Souza e Lima (2003), esse modelo se direcionava para a modernização da base técnica, o fortalecimento da agroindústria e a expansão da fronteira agrícola, utilizando, para tanto, um conjunto de instrumentos que abrigava desde o crédito rural subsidiado, que foi central na política no período, até os programas de pesquisa agrônômica e extensão rural executados principalmente pela EMBRAPA – tendo sido sua criação em 1973, segundo Gehlen (2001), o fato mais significativo do período neste campo – e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), respectivamente. Esse período caracterizou a fase de modernização da agricultura brasileira, durante a qual um conjunto de instrumentos de política foi acionado para modernizar o setor e o governo federal investiu e constituiu em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária formulando uma política tecnológica para o setor rural.

A EMBRAPA, através de sua unidade descentralizada, o CNPA, com sede em Campina Grande, desenvolve pesquisas e atua na geração de tecnologias, produtos e serviços para culturas do algodão colorido e da mamona, dentre outras culturas. O CNPA é composto por 55 pesquisadores e 136 funcionários de apoio e sete campos experimentais.

Este trabalho problematizará as relações entre práticas e discurso técnico-científicos e a esfera política de tomada de decisão sobre as formas de aplicação do conhecimento científico e da inovação tecnológica. Iremos focalizar a elaboração e a concretização de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável nas pesquisas desenvolvidas pela unidade, pois, toda opção ou disposição técnico - científico constitui-se num indicador de relações sociais e da cultura técnica com seus impactos e suas implicações nas relações sociais nas sociedades contemporâneas.

3. Novas perspectivas de análise da ciência e da tecnologia nas ciências sociais

Para estudar ciência, tecnologias e políticas públicas para o desenvolvimento da agropecuária do Nordeste, recorreremos aos trabalhos de Latour (1990, 2000 e 2003) na perspectiva construtivista que privilegia a interação entre o discurso científico e a sociedade e o conceito de inovação e, também, à perspectiva de autores como Schot (2003) – que estuda a relação entre o processo de modernização e a implementação de políticas tecnológicas – e Schwartz e Thompson (1990), para quem a tecnologia é um processo social e conseqüentemente uma ação política.

Nas últimas três décadas, novas perspectivas de análise da ciência e da tecnologia surgiram nas ciências sociais. Entre os vários autores que tratam desse tema, Latour é sem dúvida um dos mais destacados. Para este autor, toda inovação deve se construir a partir daquilo que ele denomina *ação estratégica dos inovadores*. Nessa ação estratégica, o inovador precisa ao mesmo tempo controlar o contexto social em que se desenrola a prática inovadora e se adaptar a ele (Latour, 2000).

O conceito de contexto adquire importância capital em sua sociologia da inovação. Em suas práticas, os agentes inovadores ao mesmo tempo constroem e se submetem aos seus respectivos contextos de inovação. Toda inovação solicita um contexto que lhe seja favorável e, caso seja impedido de manipular tal ambiente, o agente inovador se verá incapacitado para impor novas regras de articulação entre as tecnologias e o comportamento social. O social e o técnico possuem uma recorrência mútua que o pensamento técnico tradicional não foi capaz de identificar (LATOURE *apud* ANDRADE, 2005, p.149)

As possibilidades abertas por essa discussão são muito férteis. Tem permitido uma reflexão sobre mudanças nos comportamentos dos atores sociais e a articulação de setores públicos de pesquisa agropecuários com a iniciativa privada; a formulação de redes de pesquisa e desenvolvimento sustentável; e outras contribuições nas áreas de centros de pesquisa, universidades e setor público. Para Almeida (1999), o que eles buscam situa-se em outro domínio naquele, por exemplo, que Habermas(1987) chama de interação ou mundo vivido, ou no espaço que pode-se chamar simplesmente de social.

Para Schot (2003), o processo de modernização ocidental fez emergir práticas tipicamente modernas de implementação de políticas tecnológicas. E a produção de tecnologia é pensada como duas esferas distintas: a esfera da produção científica/tecnológica e a esfera da regulação. Segundo ele, como resultado dessa separação, desenvolvimento tecnológico foi percebido como neutro, normalmente livre de valores, que precisava ser protegido porque criaria progresso, bem estar material, riqueza. Por outro lado, os pesquisadores não se responsabilizariam pelos impactos indesejáveis da tecnologia, que seria o campo de atuação da esfera da regulação pública.

Desta maneira, Gehlen (2001) afirma que se deve buscar a redefinição de um modelo tecnológico, cuja competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento.

Na agricultura, esse processo de modernização/racionalização, segundo Almeida (1999), abriga duas disputas principais que são o próprio processo de modernização e as disputas estruturais e estratégicas tais como forma de organização social e do trabalho e a orientação tecnológica; e a concepção dominante de modernização, cuja crítica irá definir as reivindicações e as proposições de autonomia política e produtiva, de cidadania, de liberdade e também de democracia.

Desse processo de modernização, inovação, ciência, tecnologias e desenvolvimento sustentável, resultou a exigência de reflexão, na qual os pesquisadores devem demandar uma visão da sociedade em seu trabalho buscando uma abordagem sociotécnica. Para Schwartz e Thompson (1990), as políticas de tecnologia se originam dos conflitos de avaliação dos riscos e benefícios tecnológicos, portanto, nunca uma ferramenta neutra, sempre carregada de valores sociais e políticos.

Para Bourdieu (1999), a construção do conceito de campo enfatiza a idéia de um espaço de produção simbólica (artística, científica, literária etc.). Dessa forma, segundo Almeida(2005):

Qualquer campo simbólico (incluído aí o campo científico) combinaria um conjunto de leis próprias (imposição dos limites para as ações), a busca pela “distinção” (o reconhecimento social e simbólico dos “pares”) e a “legitimidade cultural” (o monopólio da manipulação legítima de uma classe determinada de bens simbólicos). O campo é um espaço de disputa, principalmente entre o pólo do novo, dos indivíduos que reivindicam o direito de entrada nesse espaço, e o pólo dominante, que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Outro ponto que deve ser verificado, na perspectiva de Bourdieu, é como os pesquisadores incorporam as representações e como estes justificam simbolicamente às posições que ocupam e a hierarquia social derivada da habilidade de manipular o conhecimento técnico para justificar suas visões econômicas e políticas ou sua “neutralidade” frente à regulação da tecnologia na sua aplicação de políticas públicas de desenvolvimento.

Para muitos sociólogos da ciência, de acordo com Trigueiro (2001), a noção de comunidade científica ou de “campo científico”, nos termos de Bourdieu, é central na compreensão e explicação do modo como se organiza a atividade científica, e são produzidos novos conhecimentos. Portanto, ciência é explicada e interpretada a partir do entendimento do funcionamento e da dinâmica interna da comunidade científica, analisando os arquétipos que estão em jogo, quais as preferências de pesquisa, onde são expressados os seus resultados, como são escolhidos novos membros, como são tratadas as demandas externas.

Seguindo o pensamento de Bruno Latour, Trigueiro (2001) afirma que os cientistas precisam negociar, “transladar interesses”, para obterem as condições e os recursos indispensáveis para a consumação do seu trabalho. Para autores dessa abordagem, os fatos científicos não consistem em racionalizações estritas, não são resultados puramente cognitivos, unicamente provenientes de uma racionalidade “técnico-instrumental”, para usar a expressão de Max Weber, mas decorrem de um sistema amplo de combinações de interesses, representações, negociações e decisões, com atores e circunstâncias as mais variadas, ou seja, são processos e resultados eminentemente sociais.

4. Considerações finais

Este artigo procurou assinalar a importância atual do tema tecnologia e ciência e demonstrar que não são forças exógenas ao processo social, isto é, a tecnologia e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade em que estão sendo utilizadas e são deliberadas dentro da realidade no qual estão inseridas. As tecnologias são construídas socialmente. Grupos de consumidores, os interesses políticos, econômicos e outros influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas também o seu conteúdo (RUTKOWSKI, 2005).

De acordo com Tales (2006) há necessidade de uma aproximação entre a inovação enquanto conhecimento, e o conhecimento enquanto vivência técnica e cultural. Portanto, os diversos atores sociais são percebidos como atuantes diretos na definição dos rumos da inovação tecnológica.

Os estudos relacionados com as políticas de desenvolvimento das tecnologias do algodão colorido e da produção de biodiesel a partir da mamona desenvolvidos pela EMBRAPA/CNPA é perceber a dinâmica e suas influências sobre o processo de decisões para aplicação do conhecimento científico e as inovações tecnológicas enfocando a formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste e o processo de mudança ambiental produzido.

Por fim, é importante acentuar que toda preferência ou deliberação técnica constitui-se numa referência das relações sociais e da cultura técnica vigente num dado território e reflete os direcionamentos das políticas públicas e os seus processos de mudança ambiental.

5. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jalcione (1999). A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. A gaiola de chips. Apontamentos sobre tecnologia, sociabilidade e cultura na Sociedade da Informação. Revista Em Questão Porto Alegre v.101, n. 1, pp. 13-34, jan/jun 2005, Ed. UFRGS. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/emquestao/2005_v11_n1.htm> .
- ANDRADE, Thales de. (2005) Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. Rev. bras. Ci. Soc., vol.20, no.58, p.145-156.
- BOURDIEU, Pierre (2004) O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (1999) A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____ (2004) Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp.
- GEHLEN, Ivaldo (2001) Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. Sociologias, ano 3, nº 6, p. 70-93.
- LATOUR, Bruno (2000) Ciência em ação. São Paulo: Editora da Unesp.
- _____ (1994). Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LIANZA, ADDOR E CARVALHO (2005). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. In Sidney Lianza, Felipe Addor (organizadores). Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.
- OUDSHOORN, Nelly e PINCH, Trevor (2003) How users and non-users matter. In: Oudshoorn e Pinch (eds.), How users matter: the co-construction of users and technology. Cambridge: The MIT Press.
- RUTKOWSKI, E. Jacqueline (2005). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. In Sidney Lianza, Felipe Addor (organizadores). Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.
- SCHOT, Johan (2003) The contested rise of a modernist technology politics. In: Misa, Brey and Freenberg (eds), Modernity an Technogy. Cambridge: The MIT Press.
- SCHWARZ, Michiel e THOMPSON, Michael (1990). Divided we stand: redefining politics, technology and social choice. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SOUZA, Paulo Marcelo e LIMA, João Eustáquio (2003). Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas unidades da Federação. Rev. Bras. Econ., vol.57, no.4, p.795-824.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto (2001). *A comunidade científica, o Estado e as universidades, no atual estágio de desenvolvimento científico tecnológico* Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 30-50.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO E SEUS SABERES NO
CURRÍCULO ESCOLAR**

Eurides Pereira Duarte¹
Franscimara Souza Pereira
João Pereira de Souza Filho
Jussilene Modesto
Noelma de Souza Silva
Domingos Rodrigues da Tindade²

Resumo

O quilombo é o marco vivo da resistência de um povo. E, hoje, vem lutando pelo reconhecimento e auto-afirmação de cada membro da comunidade, encontrando diversos desafios na luta por seu espaço e seus direitos. Entre as modificações nos currículos escolares inseridas a partir da Lei 9.394/96 e desenvolvidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais está o reconhecimento da importância das especificidades regionais, de conteúdos que contemplem as realidades locais. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Neste sentido, este estudo consiste em investigar como os professores da comunidade rural Remanescente de Quilombo Mangal Barro Vermelho, que se situa no município de Sítio do Mato, Bahia, à margem direita do rio São Francisco, relacionam os saberes próprios desse povo ao currículo da escola e de que maneira a comunidade conserva a cultura deixada pelos seus antepassados. Para buscarmos respostas a essas inquietações, recorreremos inicialmente a um levantamento bibliográfico da área, para nos fundamentarmos e elaborar as etapas seguintes do processo metodológico: entrevista semi-estruturada e observações participantes (nas salas de aula e manifestações culturais realizadas na comunidade). Os sujeitos da pesquisa são professores (as) que lecionam desde a Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental e pessoas da comunidade local. Os estudos mostraram que os /as professores (as) buscam trabalhar a história da comunidade, fomentada pela cultura local. Através dos dados coletados, pode-se dizer que a cultura afro-descendente está presente na educação de cada quilombola e que a comunidade preserva os valores deixados pelos ancestrais a partir das suas manifestações culturais e religiosas, modo de vida da comunidade, práticas de sobrevivência (trabalho) etc., símbolos de que se utiliza para afirmar sua identidade. Em face do estudo, infere-se que os saberes da cultura afro-descendente está intrinsecamente presente no currículo da escola da Comunidade Mangal Barro Vermelho. Nas danças, cânticos, festejos religiosos, arrumação do ambiente, no vestuário, nas práticas de sala de aula, todos aprendem: crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres.

Palavras-chave: Currículo; Remanescente de Quilombo; Saberes

¹ Alunos do Curso de Pedagogia – Universidade do Estado da Bahia – Campus XVII - Bom Jesus da Lapa, Bahia.

² Professor Orientado - Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, Bahia – E-mail: rodrizex@hotmail.com,

1. Introdução

Este artigo originou-se de uma pesquisa realizada na Disciplina Educação no Campo do Curso de Pedagogia: Docência e Gestão de Processos - UNEB, Campus XVII - Bom Jesus da Lapa, desenvolvida na comunidade Remanescente de Quilombo Mangal Barro Vermelho, que situa-se no município de Sítio do Mato, à margem direita do rio São Francisco, Bahia. Essa área remanescente de Quilombo tem população estimada de 295 famílias, com uma área de 7.615,16, e teve seu título registrado em 14/07/2000, conforme dados da Fundação Palmares. A pesquisa teve como objetivos investigar de que maneira a comunidade rural Remanescente de Quilombo preserva a cultura deixada pelos seus antepassados e como os professores dessa mesma comunidade relacionam os saberes próprios desse povo ao currículo da escola. O estudo sob o enfoque qualitativo, buscou-se compreender a interpretação dos sujeitos da comunidade pesquisada em suas relações diversas, tomando como princípio a idéia de que pesquisador e pesquisado são protagonistas da mesma história.

A investigação foi realizada sob uma abordagem dialética, numa “concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto” (FRIGOTTO, 1994, p.76). Foram utilizadas as técnicas da entrevista semi-estruturada e observações participantes (nas salas de aula e manifestações culturais realizadas na comunidade). Os sujeitos da pesquisa são professores (as) que lecionam desde a Educação Infantil à 4ª série do Ensino Fundamental e pessoas da comunidade local.

A investigação foi realizada no semestre 2005.2, iniciando-se com uma fundamentação teórica da área, passando em seguida para o processo de coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos.

2. Quilombo, uma breve discussão conceitual

O quilombo é o marco vivo da resistência de um povo. As denominações “quilombos”, “comunidades negras rurais”, “remanescentes de comunidades de quilombos”, são expressões que designam descendentes de escravos. Embora vários séculos passados, a idéia de quilombo persiste até o presente momento na sociedade brasileira, com uma nova conotação, um novo sentido. O termo “quilombo” vem adquirindo novos significados na literatura e, sobretudo, para os grupos afro-descendentes. Os quilombolas, hoje, vêm

lutando pelo reconhecimento e auto-afirmação de cada membro da comunidade, encontrando diversos desafios na luta por seus espaços e seus direitos.

Recorro aqui, às contribuições de O'Dwyer (2000,p.14) quando diz:

Essas comunidades não são resíduos ou resquícios arqueológicos, nem grupos isolados de uma população extremamente homogênea e, da mesma forma nem sempre foram constituídas a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados – sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistências na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

O que se pode abstrair da fala da autora, é que na contemporaneidade, a formação de quilombos difere do conceito clássico, “esconderijo, aldeia, cidades ou conjunto de povoações em que se abrigavam escravos fugidos” (FERREIRA, 2001). O termo quilombo ganhou uma ressemantização. Hoje, muitos autores estão chamando-o de “quilombo contemporâneo”. Nesse contexto, a pluralidade cultural é pauta primária no processo de formação desses novos espaços. O que tem importância de fato para a formação dessas comunidades são as experiências cotidianas da gente que viveu e vive nesses espaços, ou seja, seus “repertórios culturais”.

Segundo Candau (1998, p.14), “a cultura é vista como estruturante profundo do cotidiano de todo grupo social e se expressa em modos de agir, relacionar-se, interpretar, atribuir sentido, celebrar”, desta forma, vai-se constituindo os “repertórios culturais”.

Assim, é imprescindível que a escola fique atenta a esses “repertórios” que constituem a identidade da comunidade no sentido de construir novos textos e contextos, possibilitando assim, que vozes silenciadas, histórias não contadas possam ressoar de forma (re) significadas no processo educacional desse povo. As vozes, os saberes, as histórias, são “patrimônio de conhecimento e competências de valores e de símbolos”, (MEYER, 2005, p.75) constituídos ao longo de gerações.

Diante do debate estabelecido acerca da questão do/a negro/a no Brasil, surgem modificações nos currículos escolares inseridas a partir da Lei 9.394/96 e desenvolvidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais como o reconhecimento da importância das especificidades regionais, propondo conteúdos que contemplem as realidades locais. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Conforme os PCNs, a escola é espaço para a construção de identidade: “Todas as vivências no espaço escolar são educativas e concorrem para os processos da identidade dos alunos.”

Partindo desse entendimento, o ambiente educativo de caráter formal é fundamental para a construção de uma representação seja ela positiva ou negativa, que a criança, o jovem e o adulto negro/a aprende a ter sobre si mesmo/a. Mas, de que forma a escola tem contribuído para a construção de sentidos e pertencimento? Que práticas pedagógicas tem sido configuradas às fronteiras e aos sujeitos que fazem parte dessa cultura?

As novas configurações sociais e políticas compõem novos movimentos e teorizações que procuram compreender como as identidades sociais são colocadas nestes cenários, no qual a realidade multicultural se faz presente. (ARBACHE, 2000, P.40)

Assim, os saberes produzidos nesses espaços sociais, passam a ter significados para os sujeitos que os produzem.

3. O saber e o fazer

Na análise dos dados, procurou-se compreender de que maneira a comunidade remanescente de quilombo Mangal Barro Vermelho preserva os valores deixados pelos seus ancestrais e como os/as professores (as) desta mesma comunidade relacionam os saberes desse povo ao currículo da escola.

Nota-se, a partir do estudo realizado, que a comunidade Mangal Barro Vermelho se caracterizou ao longo dos anos pela sua resistência coletiva, que sofreu inúmeros preconceitos, foi discriminada, mas que não perdeu a sua identidade e a sua força, caracterizada pela preservação de valores que são transmitidos de pais para filhos ainda hoje a partir das suas manifestações culturais e religiosas.

O povo, por intermédio de suas crenças, vai relembando o passado, recriando a tradição, adaptando-a a realidade, como pode se observar através do relato de João Guimarães um dos quilombolas responsáveis pelas manifestações culturais do lugar. (todos os nomes apresentados aqui são fictícios).

A finada Isaura que coordenava a linha de frente das festas religiosas. Seu Paulo era o responsável pela Igreja. Depois Dona Marta, Maria Joaquina e Glorinha. A Santa veio de fora e ficou sendo a Padroeira do lugar doada pela Senhora Eujácia (...) O Reis, é formado por um grupo de pessoas, homens e mulheres. Tem festejo

de Nossa Senhora do Rosário. (...) A Marujada funcionava como promessa das pessoas. O frenteiro era Betinho, Joazinho e Pedro. Atualmente é Isidório e é composto por 25 pessoas com a careta. A careta funciona como segurança do grupo. (...) Antigamente não funcionava o Candomblé e agora funciona. Tem a hora de começar e a hora de terminar. Há também a Roda de São Gonçalo mais específico dia 10 de janeiro. (...) O Boi-Virá aparece de 12 a 16 pessoas, sendo a responsável Benedita. Foi introduzido pelos antepassados e agora foi resgatado.

Percebe-se claramente que a cultura está presente na vida de cada quilombola. Tais manifestações são símbolos de que se utilizam para afirmar sua identidade. É grande a evidência dos “repertórios culturais afro-descendentes” que constitui o conjunto de expressão da identidade da comunidade Mangal Barro Vermelho. Os grupos culturais que nela existem são tidos como cultivadores da etnia afro-descendentes.

A inserção do indivíduo quilombola na sociedade se torna possível a partir da compreensão das festas do quilombo como um fator formador e re-criador de identidade. Nas danças, cânticos, festejos religiosos, nas práticas de sobrevivências, todos aprendem: crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres.

Através destas práticas, são transmitidos valores e normas do convívio comunitário, afirmando e reafirmando o sentimento de pertencimento à comunidade.

Pôde-se depreender ainda do processo investigativo, tendo como referência a proposta pedagógica da escola, quando indagamos professores/as sobre projeto Político-pedagógico, constatou-se, que a escola desta comunidade não tem um projeto político-pedagógico formalizado (documento escrito). No entanto, fica evidente através das falas desses mesmos professores/as que as suas práticas educativas estão direcionadas no sentido de possibilitar aos alunos/as e moradores da comunidade local, vivências (re) construtoras de saberes, ampliando o conjunto de elementos que constitui a identidade desse povo.

O que se verificou é que o currículo aplicado por esses professores busca trabalhar a história da comunidade, fomentada pela cultura local. Pode-se entender a significação que a escola atribui à comunidade, as experiências vivenciadas no seu cotidiano, como atesta a fala de uma das professoras entrevistadas: “existe uma disciplina específica aqui na escola que estuda a história e os costumes dos afro-descendentes. (...) e os professores são indicados para trabalhar aqui, pela comunidade.”

Observou-se também, que os professores/as desta comunidade buscam dialogar, valorizar, relacionar os saberes populares com o saber científico, procuram trazer as vozes da comunidade, a vida desse povo para dentro da escola. “A escola procura contar uma história ainda não contada,” pelos livros didáticos (...) o sujeito passa a ser visto como

resultado do atravessamento de múltiplas dinâmicas sociais e culturais” (ARBACHE, 2000, p..39).

Em nossas aulas a gente convida pessoas da comunidade para contar para nossos alunos, a história de formação da comunidade, como era no passado, as dificuldades, (...) a gente aprende muito com elas”, afirma uma das professoras entrevistadas.

O currículo aqui entendido parece comungar com as idéias de Tomaz Tadeu (1999) quando afirma:

... é importante ver o currículo não apenas sendo constituído de “fazer coisas” mas também vê-lo como “fazendo” coisas às pessoas. O currículo é aquilo que nós, professores/as e estudantes, fazemos com as coisas, mas é também aquilo que as coisas que fazemos fazem a nós. O currículo tem de ser visto em suas ações (aquilo que fazemos) e em seus efeitos (o que ele nos faz). Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz.

Neste sentido, as relações estabelecidas entre escola e comunidade legitima o processo ensino-pedagógico, numa perspectiva articuladora e multicultural.

Retomando a questão do tratamento da cultura negra ao currículo da escola, percebe-se a intrínseca presença da mesma na educação de cada quilombola. Para um dos entrevistados, a história da cultura negra recebe um tratamento diferenciado em relação a outras culturas; um exemplo que evidencia, é o candomblé, e defende que (o candomblé) poderia ser uma disciplina implementada ao currículo escolar.

Diante de tal fato levantamos as seguintes questões: a escola, ao estabelecer um tratamento diferenciado à cultura negra, não estaria fomentando um processo de discriminação? Não estaria a escola adotando uma prática também silenciadora de vozes, negadora de saberes, da diversidade? Uma das funções da escola é colaborar para derrubar barreiras, desconstruir preconceitos e não para reforçá-los?

Os currículos escolares reproduzem as relações político-ideológicas presentes na sociedade humana. Reproduzem as exclusões e os preconceitos e, se constituem em instrumentos de intervenção na formação dos educadores, crianças e adolescentes. É legítimo afirmar que ao longo da história o currículo estava fundamentado na linearidade do paradigma dominante, que oprime, separa, que não visualiza a união entre unidade e a multiplicidade.

Contrapondo a esse entendimento, a escola precisa partir dos espaços dos quais disponibilizamos nos dias atuais, considerando as múltiplas dimensionalidades, voltando o

olhar para as margens, as fronteiras, as “tradições anuladas”, as “histórias não contadas”, as “vozes e as culturas silenciadas” na escola.

É importante que o espaço escolar seja utilizado para fortalecer e dar vozes aos grupos oprimidos na sociedade; impõe-se como tarefa primordial dos educadores/as trabalhar no sentido de reverter essa tendência histórica reducionista presente em muitas instituições escolares contemporâneas. A escola tem o dever a partir dos valores especificamente pedagógicos que orientam sua prática, de ampliar e aprofundar no aluno o seu processo de aquisição de conhecimentos. O que se propõe é o respeito às matrizes culturais a partir das quais se constrói a identidade dos alunos, com a atenção voltada para tudo aquilo que vá resgatar.

É necessário que o educador adote, em sala de aula políticas de afirmação dos grupos minoritários e procure equiparar suas ideologias às vigentes, executando desta maneira uma política igualitária e plural. Isso implica superar a visão cognitivista do currículo trazendo para à escola, as vivências e conhecimentos locais, comunitários, religiosos, artísticos, que constituem os “repertórios culturais” dos diversos grupos sociais.

4. E, para finalizar provisoriamente...

Os resultados apontam para a necessidade de uma problematização e reflexão sobre a questão do currículo trabalhado nas escolas das áreas remanescentes de quilombo, pelos menos, no que diz respeito ao conhecimento e sua identidade, de modo que os quilombolas possam se reconhecer como negros e negras e possam se sentir aceitos/as dentro do ambiente escolar e sociedade de forma geral. Para isso, caberá ao meio social ao qual a criança faz parte e à escola, mostrar o valor de seus costumes ancestrais.

É verdade que até o momento tem sido o currículo injusto, incoerente e ineficaz, em se tratando de políticas de validação de identidade. Para que haja uma mudança dentro deste panorama torna-se necessário o individuo se conhecer dentro de seu meio e a partir disso lutar por um espaço e por um direito que também é seu.

O estudo demonstra evidencias que a escola da comunidade remanescente de quilombo Mangal Barro Vermelho vem tratando da problemática afro-descendência nas práticas escolares, necessitando de maior aprofundamento às nuances constitutivas do “ser afro-descendente”.

Não dar mais para fingirmos, ou fazermos de conta, é emergencial que olhemos com “novos olhos” as nossas próprias ações, mesmo as mais exitosas, assim, criamos e

recriamos novos textos e novos contextos, de forma diferente, o que nos permite reinventar a nós mesmos.

5. Referências bibliográficas

ARBACHE, Ana Paula. R. B. **A identidade docente no contexto multicultural: implicações para o fazer pedagógico.** Revista de Educação. CEAP. Ano nº 30- Salvador, set/nov, 2000.

BRASIL. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ensino de Quinta a oitava séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas transversais.** Ensino de Quinta a oitava séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores.** N: Magistério: construção cotidiana. (Org.) Vera Candau. Petrópolis, RJ: Vozes, p.237, 1997;

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-dicionário Aurélio:** língua portuguesa: século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

FRIGOTTO, G. O. **Enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional.** In: FAZENDA, I. (org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo:Cortez, 1994;

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: **Os Quilombos.** Disponível na WWW em: <http://ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&conteudo=./natural/artigos/quilombos.html>.

_____: Comunidades Remanescentes de Quilombos: Contribuição para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável. Disponível na WWW em: http://ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&conteudo=./natural/artigos/comunidade_quilombola.html

O'Dwyer, E.C. **Revista Palmares.** Brasília, n. 5, 2000.

_____. **Terra de quilombos.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo e os novos mapas políticos e culturais.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

Educação do campo: a realidade sob a ótica dos alunos de Escola Municipal em Assentamento Rural no Rio Grande do Sul¹

Fernanda Lerner²
Carmem Rejane Wizniewsky³
Marilse Beatriz Losekann⁴

Resumo

A escola na área rural é um direito fundamental dos camponeses e seus descendentes tendo uma grande responsabilidade com o educando, sua família e a comunidade como um todo, por ser um veículo fundamental para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais. As Leis e Diretrizes para a Educação do Campo, desencadeada principalmente pelo Movimentos Sociais do campo, dão início ao movimento por uma educação do campo, que tem por intuito valorizar os saberes sociais e o lugar. Porém ainda há grandes conflitos no que tange a modificação dos processos educacionais presentes nas escolas do campo. Este artigo traz os resultados de investigação realizada com alunos da escola Municipal São Francisco, Assentamento Alvorada, Julio de Castilhos – RS, no que tange o processo educacional desenvolvida por esta instituição e a valorização do espaço rural. Constatou-se, sob a ótica de investigação dos alunos, que a escola não valoriza os sujeitos e o lugar onde está inserida, contribuindo para saída dos educandos do campo. Os alunos relatam a necessidade de maior contato com a realidade agrária na escola. Apesar de o campo ser considerado positivo pelos alunos, a maioria pretende estabelecer profissão na cidade, pelo fato do campo não apresentar um futuro profissional.

Palavras-chave: Educação do Campo; Realidade da Escola; Discentes

1. Introdução

É como seres transformadores e criadores que os homens, em sua permanente relação com o espaço e o tempo criam, não somente objetos materiais, mas também as leis e as instituições. Através da sua permanente ação transformadora é que os homens fazem a história e dela participam como sujeitos históricos. A educação formal e informal tem papel fundamental na perpetuação dessa relação, uma vez que transmite os conhecimentos adquiridos entre as gerações.

Atualmente, observar o processo educacional mediado pela escola permite colocar que a maioria das relações estabelecidas entre educadores e educandos é uma relação de transmissão de conhecimentos, uma narrativa, onde o professor é o “que sabe”, e o aluno “o

¹ Trabalho apresentado no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 9 e 12 de setembro, Campina Grande – PB, Brasil.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

³ Prof. Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria

⁴ Acadêmica do curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria.

que não sabe” e está na escola para aprender “do” professor. O conhecimento está em um mundo distante e desconhecido muitas vezes inalcançável aos educandos. Freire (1975, p. 81) caracteriza essa educação como

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência dos educandos vem sendo realmente a suprema inquietação desta educação (...) Nele o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação.

Nesta educação que o mesmo autor chama de educação “bancária”, os educandos são vistos como seres de adaptação. Quanto mais exercício de arquivamento que lhes é feito, menos desenvolverão em si a consciência de mundo e de transformadores do mundo, tendendo a adaptar-se a realidade em que vivem.

A escola deveria ser um espaço amplo, aberto, em contato com a sociedade e com a natureza, relacionando-se os conteúdos ministrados em sala de aula com as necessidades sociais de cada lugar e de cada momento histórico. Pensar a escola para construção do sujeito histórico é pensar a escola com as relações que existem em seu entorno, com o lugar e com os indivíduos sociais que vivem no lugar. (RISSO, 2006)

Partindo dessa idéia, se gesta na década de 1980, as bases para a educação voltada a realidade e aos saberes sociais do campo. A educação do campo tem sua origem nas lutas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o resultado desta luta foi a criação das Diretrizes Básicas da Educação do Campo em 2001. A qualificação da educação do campo passa a ser um anseio não só para aos movimentos sociais ligados a luta pela terra, e sim para todas as comunidades rurais que buscam uma escola que valorize as atividades agrárias, e compreenda a cultura, os lugares e o trabalho para o desenvolvimento sustentável, tornando os estudantes do campo verdadeiros sujeitos capazes de transformar a realidade.

Este artigo traz a investigação desenvolvida juntamente com a comunidade de alunos da Escola Municipal São Francisco, município de Julio de Castilho, RS a respeito do processo educativo dessa escola. Buscou-se investigar qual a relação dos alunos com o mundo rural em que estão inseridas, a sua relação com a escola, como gostaria que fossem as aulas e os professores da escola, as projeções profissionais do futuro, relacionando-as as atividades de trabalho existentes no campo. A investigação constitui-se de um estudo de caso, e o primeiro contato com os alunos da escola São Francisco, foi feito numa reunião de confraternização em

homenagem aos pais em agosto de 2006, servindo como base para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados para a realização do trabalho. Desta forma estabeleceu-se para a coleta junto com os alunos um questionário semi-estruturado. Este, foi aplicado aos alunos de 4º série (11) do ensino Fundamental e da 5º série do ensino Fundamental (8).

2. Local de estudo

A escola Municipal São Francisco está localizada no Assentamento Alvorada, Julio de Castilhos, Rio Grande do Sul. Atende atualmente cerca de 40 crianças, de 3 a 14 anos, oferecendo desde a pré-escola até a 5º série do ensino fundamental. O funcionamento da escola se dá em dois turnos, sendo pela manhã atendidas as crianças de 4º e 5º série, e a tarde as crianças da pré-escola a 3º série do ensino fundamental. Localizada numa região rural, atende somente crianças filhas de agricultores pertencentes ao assentamento Alvorada. A escola foi uma reivindicação dos agricultores assentados já no ano de 1996. Nos quatro anos iniciais ela funcionou em uma das estruturas da antiga fazenda, e por volta do ano de 2000, a prefeitura construiu um prédio próprio para a escola.

O corpo docente é composto por 5 professores, as quais atendem todas as séries. Uma das docentes possui também a função de diretora. Quanto à infra-estrutura, a escola possui 4 salas de aula, 2 banheiros, uma sala de professores e ainda cozinha e despensa. Existe uma funcionária municipal encarregada pela limpeza das salas de aula e elaboração da merenda escolar das crianças.

O assentamento Alvorada está localizado a 10 Km da cidade de Julio de Castilhos, em direção a Santa Maria – região central do Rio Grande do Sul - possuindo uma área total de 1.569 hectares. O assentamento recebeu o nome da fazenda desapropriada⁵ (por ser considerada improdutiva) pelo INCRA em 1996, a qual era destinada à pecuária extensiva. Foi dividida em 72 lotes com uma média de 21 hectares cada lote.

As famílias assentadas, são originárias de vários municípios do Estado do Rio Grande do Sul, como Arroio do Tigre, Cruz Alta, Ijuí, Júlio de Castilhos, Miraguaí, Nonoai, Passo Fundo, Ronda Alta e Palmeira das Missões. A descendência dos assentados, na sua maioria é luso-brasileira, com presença minoritária da descendência italiana, alemã e polonesa. (GOMES, 2003)

⁵ A desapropriação e ocupação da fazenda Alvorada é considerada um marco na história do MST no Rio Grande do Sul e no Brasil, uma vez que abriu caminho á várias outras ocupações e desapropriações de terras no Estado. As 1.200 famílias que estavam acampadas na Fazenda Alvorada foram todas assentadas no período de um ano.

O assentamento possui uma dinâmica de produção individual, ou seja, cada agricultor é responsável pela produção de seu lote. Os gêneros produzidos são diversificados: milho, feijão e soja - principal cultura responsável pela renda das famílias e onde ocorre um maior envolvimento de pessoas externas ao assentamento e o pagamento de colheitadeiras e tratores-leite, suínos e hortifrutigranjeiros para consumo próprio e eventual venda de excedentes.

3. Contextualizando a Educação do Campo

Discutir especificamente a educação no meio rural não se acaba em si, mas está inserida na discussão da problemática do campo brasileiro atual. A inserção das grandes tecnologias do capital fez com que camponeses abandonassem suas terras para irem às cidades, contribuindo assim para as novas espacialidades urbanas através da adaptação as novas regras estabelecidas para o mercado. Desta forma a visão do campo deve vir subordinada ao processo capitalista de economia. Kolling (1999) aponta que o capitalismo avança sobre o campo fazendo surtir três elementos fundamentais.

- a) O desenvolvimento desigual proporcionado pela exploração de diferentes produtos agrícolas, uns de maior outros de menor valor em diferentes regiões;
- b) A expulsão dos camponeses para as cidades pela inviabilidade de sustento no campo, provocando concentração de renda e de terra;
- c) Mudança de função dos sujeitos que ainda habitam o campo, com introdução de novas funções neste espaço⁶.

O autor expõe uma recuperação/resgate da agricultura familiar camponesa. Baseando-se nos argumentos de que a agricultura moderna não consegue incluir a todos, gerando um grande número de trabalhadores sem acesso a terra e que pressionam pela reforma agrária. Ainda acrescenta a retomada das lutas pelos pequenos agricultores familiares, frente a necessidade de resistência a expulsão da terra e luta por políticas públicas melhores.⁷

A educação do campo surge voltada à realidade dos sujeitos do campo, a fim de promover desenvolvimento sociocultural e econômico respeitando diferenças históricas, contribuindo para a permanência e a reprodução dos homens do campo e a melhora de sua qualidade de vida. Para isso não basta ter escolas *no* campo, é necessário construir escolas *do*

⁶ Desenvolvimento do novo rural Brasileiro sustentado por atividades não propriamente rurais como a utilização das áreas rurais para áreas de residências de sujeitos urbanos e o turismo rural.

⁷ O autor cita o exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Rio Grande do Sul, como um desses movimentos de luta e de resistência na terra.

campo, escolas com um Projeto Político Pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, história e à cultura do povo trabalhador do campo. A escola deve ser além de espaço e construção de conhecimentos, também um espaço de formação de sujeitos, com o papel de interpretar os processos que ocorrem fora dela, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos e dar instrumentos para a intervenção na realidade. (KOLLING, 1999).

A Escola do Campo para Kolling (1999) é

Aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura, e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (KOLLING, 1999, p. 63)

Arroyo (2006) enfatiza que a escola do campo traz as marcas profundas dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essas desigualdades, baseadas nas diferenças sociais, raciais, étnicas do campo acompanham a história de construção da escola do campo. Sabe-se que, apesar das muitas políticas existentes para o campo, pouco se alterou as desigualdades existentes e muitas vezes aprofundo-as ainda mais.

Para Caldart (2002, p. 33) além da relação de trabalho existente entre os camponeses e a terra,

Há uma dimensão educativa na relação do ser humano com a terra: terra de cultivo da vida, terra de luta, terra ambiente, planeta. A educação do campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como guardião da terra, e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela. Vê a terra como sendo de todos que podem se beneficiar dela. Aprender a cuidar da terra e aprender deste cuidado algumas lições de como cuidar do ser humano e de sua educação.

Fica evidente que o homem só existe na sua relação diária no âmbito social, econômico, político, criando o que chamamos genericamente de cultura. Freire (1975) analisando a dialética homem com o mundo e da formação do homem como homem através da ação sobre o espaço e sobre as coisas escreve:

Os homens pelo contrário, ao terem consciência de sua actividade e do mundo em que estão, ao actuarem em função de finalidade que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação da realidade nele, na medida em que dele podem separar-se e separando-se, podem com ele ficar, os homens ao contrário do animal, noção somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica. (FREIRE, 1975 p. 118)

Trazendo desta forma Callai (2005) que coloca que cada povo, de cada sociedade, apresenta suas marcas, que tem ligação direta com a identidade que é construída no sentimento de pertencimento do lugar. Na perspectiva de uma educação transformadora, formadora de sujeitos históricos é necessária a investigação da identidade dos lugares e dos sujeitos a partir das pessoas que ali vivem, reconhecer as crenças, as religiões, as dificuldades, os anseio de vida destas pessoas, enfim a cultura daquele espaço, que dá a paisagem as características destes indivíduos.

Kolling (1999) traz os principais problemas da educação do campo, entre eles o analfabetismo, o não acesso a ensino médio, a problemática da educação infantil, a falta de infra-estrutura, e uma prática estimuladora do abandono do campo por apresentar a cidade mais atraente, trabalhando assim para a sua auto-destruição.

Ribeiro (s/d, p 1) levanta a problemática da adequação da escola rural.

O modelo de escola rural que tem predominado na nossa história é constituído, quase que em sua maioria de classes multiseriadas a cargo de professores leigas, ou com menor tempo de formação que as professoras das escolas urbanas. Tal modelo omite a existência dos trabalhadores rurais ou, quando faz menção á sua existência, é para demarcar, nas entrelinhas dos artigos, discursos e recomendações, a sua incapacidade, a sua ignorância, a sua – até - falta de higiene. O agricultor é visto como um ‘ bicho a ser amansado’, ‘um matuto’ a ser civilizado. Daí a negação com que os agricultores familiares têm respondido aos apelos de uma escolarização que em nada contribui com a sua lida; daí a revolta com que os pais agricultores são capazes de arrancar de dentro do peito, em concorrida assembléia do Orçamento Participativo do Estado/ RS, em um município da região Alto Uruguai, o grito: Chega da escola carregar nossos filhos para o desemprego na cidade!

Atchoarena e Gasperini (2004) assinala algumas medidas que podem ser adotadas para melhorar a educação do campo. Entre estas destaca-se a inclusão do trabalho produtivo nas escolas, ou seja, a introdução de atividades manuais relacionadas ao meio em que os educandos vivem. A construção de hortas escolares, também citada por Atchoarena e Gaperini, é um elemento importante, pois servem como um meio de ensinar, aprender e aprimorar técnicas agrícolas.

Os mesmos autores colocam que a escola deve ocupar uma posição central na vida e no cotidiano da comunidade onde está inserida. A escola deve integrar a comunidade que a circunda, mediante a criação de uma relação que deve ir a duas direções: os alunos participando das atividades do campo e os pais se familiarizando com a escola, firmando com esta um programa de desenvolvimento sustentável. Outra estratégia apontada é uma maior flexibilidade do calendário dessas escolas, para que durante a época de maior trabalho dentro

das propriedades rurais, principalmente a colheita e o plantio, os alunos possam contribuir com sua mão-de-obra.

4. A infância e a escola no campo

A vida das famílias do campo se insere e se movimenta atrelada para a produção de cunho familiar, construindo-se assim raízes culturais próprias, no estabelecimento das mais diversas relações sociais e institucionais. É na vida cotidiana que as crianças vão elaborando conceitos, atitudes, valores, comportamentos, aprendendo sobre si, sobre a vida e o mundo que a rodeia. É na família que a criança aprende as primeiras regras a conviver em grupo e aprende o princípio de direitos, de deveres e de liberdade. Entende-se desta forma que a identidade da criança é construída a partir da identidade e das relações dos seus pais. (RISSO,2006)

As brincadeiras são a marca da infância e são comparadas com o trabalho para os adultos. As crianças brincam independentemente da época, da cultura, ou classe social, sendo o brinquedo a essência da infância. Numa pesquisa, Risso (2006) coloca que as crianças em um assentamento em Santa Catarina, brincam com recursos disponíveis em seu meio natural e cultural, criando e recriando brinquedos conforme a imaginação. Entretanto, no campo, as crianças iniciam suas experiências de trabalho muito cedo. O trabalho das crianças possui duas características básicas: o trabalho doméstico, incluindo a limpeza da casa, preparo de alimentos, cuidado com irmãos e o trabalho agrícola, sendo considerado mais pesado, como a lida com animais, trabalho nas plantações e na colheita. O autor acredita que estes trabalhos realizados pelas crianças, sem a sua exploração, são uma prática educativa, que se desenvolve no trabalho, através se laços se aprendizado entre familiares, a natureza, o lugar, e os animais. Acredita-se que o trabalho é o princípio fundamental, nada educa mais as pessoas do que o trabalho. E isto vale para qualquer idade, qualquer sociedade. (RISSO, 2006)

Alves (2002) estudando a relação do processo educacional mediado pela escola em um acampamento rural em Santa Catarina, coloca que o saber não escolar é um dos saberes que mais prende a atenção das crianças dos acampamentos, e está em todos os aspectos da produção. Tal aprendizado constitui-se em vários momentos, no dia-a-dia das crianças, nas diversidades de situações que se perpassam. O processo educativo nos acampamentos constitui-se de um saber que não é mediado pela escola, mas pelas vivências constituídas neste espaço.

Antes mesmo de chegar à escola a criança já possui uma leitura de mundo, possui seus contatos com o espaço, por intermédio dos familiares. Conforme vai crescendo vai ampliando sua capacidade de conhecimento e percepção.

Ao chegar a escola, ela vai aprender ler as palavras, mas qual o significado destas, se não forem para compreender mais e melhor o próprio mundo? A par do prazer de saber ler a palavra e saber escreve-la, podemos acrescentar o desafio de ter prazer em compreender o significado social da palavra – o que significa ler para além da palavra em si, percebendo o conteúdo social que ela traz, e mais, aprender a produzir o próprio pensamento que será expresso por meio da escrita. E, se quando se lê a palavra, lendo o mundo, está-se lendo o espaço, é possível produzir o próprio pensamento, fazendo a representação do espaço em que se vive. Compreender a escrita como resultado do espaço elaborado particularmente por cada pessoa é diferente de simplesmente escrever copiando. É aprender a representar o espaço é muito mais que simplesmente olhar um mapa, uma planta cartográfica. (CALLAI 2005, p. 233).

Na incorporação das especificidades do lugar e do saber social dos agricultores a escola é de suma importância, uma vez que a partir da valorização do lugar, com suas tecnologias e práticas agropecuárias, de como os agricultores o vêem, é que permite um processo de educação transformadora para a formação de sujeitos históricos.

Os educandos, no processo educativo, são os atores mais importantes, uma vez que são o foco da construção do conhecimento, em constante interação com os docentes, com influencia cotidiana do trabalho e dos saberes dos pais, ligados a vida da comunidade, e ao lugar onde se desenvolvem. Representam também a continuidade da vida e das atividades dos pais, merecendo atenção por parte da escola. A forma como os professores e o lugar são vistos pelos educandos é importante pois permite que se construam melhorias a fim de uma educação do campo.

5. Resultados

O universo investigado para a realização da pesquisa foi de total de 19 alunos, dos quais 11 pertencem a 4º série e 8 a 5º série. A idade das crianças investigadas no trabalho varia de ⁸ entre 9 e 12 anos no ensino de 4º série e de 10 a 13 anos no de 5º série. Ao sair da escola São Francisco, a qual possui somente até a 5º série do ensino fundamental, 15 alunos apontam que irão estudar na cidade (Julio de Castilhos), enquanto 4 deles não sabem ainda onde estudar, colocando inclusive a questão da falta de vaga nas demais escolas públicas do município.

⁸ Os educandos neste trabalho serão chamados segundo a letra do alfabeto e a série a qual freqüentam. A referencia se dará conforme a letra de chamada e a série do aluno.

No quadro seguinte apresentam-se as atividades dos alunos no turno alternado à aula, conforme dados coletadas no questionário aplicados aos discentes.

Aluno	Idade	Atividade do turno oposto a aula.
A	12	Brinca e ajuda a tirar leite
B	11	Ajuda os pais
C	9	Cuida dos irmãos e trabalha
D	10	Tira leite e trabalha na terra
E	9	Ajuda pai e mãe nos afazeres
F	10	Ajuda a mãe
G	10	Ajuda a plantar e criar animais
H	9	Ajuda com o gado e na casa
I	11	Lavar roupa, lavar louça, trabalho na roça
J	9	Tirar leite e plantar
L	10	Buscar as vacas, trabalhar com cavalo

Quadro 1 - Alunos da 4^o série com a sua respectiva idade e atividade no turno oposto a aula.

Aluno	Idade	Atividade do turno oposto
A	11	Estuda, ajuda a plantar e colher
B	10	Ajuda no serviço em casa
C	13	Ajuda a plantar e colher
D	10	Ajuda a avó no serviço em casa
E	13	Ajuda a capinar nos serviços de dentro de casa e a tirar leite
F	13	Ajuda em casa e trabalhar na roça
G	11	NÃO RESPONDEU
H	10	Trabalha na roça e ajuda a limpar a casa

Quadro 2 - Idade dos alunos da 5^o série com a sua respectiva idade e atividade no turno oposto a aula.

Ao analisar as respostas dos alunos no questionário, quanto às tarefas que realizam no turno oposto a aula, verificamos que estas não fogem a realidade do campo. Atividades como limpar a casa, cuidar da horta, cuidar dos irmãos, lavar a louça, são cotidianas nas propriedades onde a mão-de-obra, na maioria das vezes, é escassa. O cuidado com os irmãos mais novos é tarefa para os que têm uma idade mais avançada uma vez que o pai e a mãe estão ocupados com as tarefas da casa e da terra. As atividades mais vinculadas ao plantio, à colheita e a lida com animais está mais ligado aos meninos, enquanto os afazeres domésticos como limpar a casa, lavar a louça são atividades das meninas.

Risso (2006) aponta as brincadeiras como à marca das crianças. Entretanto verificamos que somente uma criança entrevistada possui o brincar no seu turno alternado a aula. Vale questionar as alternativas que as crianças que residem no assentamento possuem para brincar, uma vez que não existe um lugar específico para isso. Algumas dessas atividades são leves e podem ser realizadas por crianças para ajudar no cotidiano familiar. Entretanto não

se possui informações mais específicas do real envolvimento das crianças em atividades mais pesadas, como a colheita e o plantio, por exemplo.

Nos quadros 03 e 04 encontramos as respostas das crianças quando questionadas a respeito de sua perspectiva no futuro.

Aluno	O que pretende ser quando adulto?
A	Jogador de futebol
B	Jogador e futebol
C	Médica
D	Policial
E	Advogada
F	Professora e advogada
G	Astronauta
H	Ser professora
I	Cantora
J	Professora, enfermeira e cantora
L	Policial

Quadro 3 - Resposta dos alunos da 4^o série sobre a profissão que pretendem exercer no futuro.

Aluno	O que pretende ser quando adulto?
A	Cobrador de ônibus
B	Cantora e professora
C	Policial
D	Dona de casa e atriz
E	Cantora e astronauta
F	Cantora e astronauta
G	Cantora e dona de casa
H	Pretende cuidar de uma creche

Quadro 4 - Resposta dos alunos da 5^o série sobre a profissão que pretendem exercer no futuro.

Questionando os alunos sobre as perspectivas de profissão futura, estas não divergem muito. Aparecem as profissões estritamente urbanas, muitas delas com uma imagem de grande futuro profissional colocado pelos meios de comunicação. A profissão de professora pode ser em decorrência do imaginário que as crianças (meninas principalmente) tem de que a professora possui uma grande gama de conhecimentos e que por isso ensina aos outros o certo e o errado. A profissão que mais chama atenção é a de policial, que pode ser em decorrência da posição do policial frente a sociedade, de protetor ou de opressor, dependendo da ótica que se analisa, sendo que as crianças podem ter esta posição por ter passado por alguma forma de opressão, ou seja, podem se identificar como do MST, sentindo essa opressão e como profissionais podem oprimir ou não aos cidadãos a quem lhe cabe cuidar. Resgatamos desta forma Alves (2002) que num assentamento em Santa Catarina identifica uma brincadeira onde

as crianças reproduzem a opressão da qual são vítimas nas ocupações, em forma de brincadeira.

Ao remetermos-nos a questão sobre como interpretam o campo, todos os alunos gostam de morar no campo, acham bom, pelos mais variados motivos, como a capacidade que se tem no campo de colher e plantar, a ausência de violência, a natureza e a lida com a terra, a criação de animais. O aluno H da 5^o série assim afirma no questionário “é legal por que no campo você pode fazer o que quiser ninguém proíbe” (ALUNO H, 5^o SÉRIE, 2006). A resposta remete a sensação de liberdade e de contato com a natureza existente no campo proporcionado uma visão romântica, justamente pelo convívio que estas crianças têm com a natureza e o trabalho do campo.

Ao contrário do campo, a cidade não é muito bem vista pela maioria dos alunos, principalmente por sua imagem de violenta e poluída. Acrescenta-se ainda a justificativa de que na cidade não tem como plantar e colher, criar animais e brincar ao ar livre. Entretanto alguns alunos reconhecem que apesar de ruim, gostariam de morar na cidade para conseguir emprego, e que a cidade é importante por que é lá que se compram as coisas que faltam em casa.

O termo “legais” foi atribuído as professoras pelos alunos a serem questionados sobre a atuação destas no processo de ensino. São legais por que trazem exemplos de coisas que acontecem na cidade e no campo. Entre as matérias que alunos relatam sentir mais dificuldade está a matemática e o português. Entre as disciplinas que mais gostam e tem menos dificuldade está a história, geografia e as ciências.

Segue o quadro com as respostas das questões efetuadas aos alunos da 4^o série sobre como que gostariam que fossem as aulas ministradas pelas professoras na escola São Francisco e como gostariam que fosse a escola São Francisco.

Aluno	Como gostaria que fossem as aulas?	Como gostaria que fosse a escola ?
A	Mais compridas	Mais grande
B	NÃO RESPONDEU	Com quadra
C	Com mais plantas e desenhos	Não tem nada
D	Mais recreio	Não tem nada
E	Gostaria de mais desenhos	Mais educação física
F	Gostaria que fossem mais alegres	NÃO RESPONDEU
G	Mais recreio	Deveria ensinar jogar futebol
H	Que explicassem mais do campo	Ter educação física e alguns exercícios físicos
I	Que as professoras fossem mais gentis	Ter educação física e mais exercícios
J	Com mais desenhos	Não tem nada
L	Com mais música	Não falta nada

Quadro 5- Respostas dos alunos da 4^o série, ao questionamento sobre como que gostariam que fossem as aulas e a escola.

Aluno	Como gostaria que fossem as aulas?	Como gostaria que fosse a escola?
A	Não gostaria que mudasse	Uma quadra de esportes e gostaria que ensinasse as mesmas coisas
B	Diferentes, queria culinária.	Ensinar horta
C	Gostaria de mais coisas novas	Ter um projeto de horta
D	Estão boas, mas gostaria de ter aula de música, dança, culinária e que se saísse mais para o campo	Gostaria de uma horta
E	Continuar como são gostaria que a escola ensinasse a mexer em computador , internet e falasse mais sobre esportes	Como ela é
F	Informática	É boa, mas gostaria que fosse mais arrumada
G	A tarde, com música, culinária, dança e que saíssem mais para o campo.	Gosta como ela é
H	Estão boas, mas deveriam ensinar mais sobre a roça	"Que teria um campo que poderia jogar de tudo, que seria uma escola que ensinava sobre a vida agrícola, ela ensinaria sobre a vida rural."

Quadro 6 - Respostas dos alunos da 5^o série ao questionamento sobre como que gostariam que fossem as aulas e a escola.

Questionando os alunos sobre como poderia ser a escola, a maioria respondeu que não queriam que ela mudasse, ou que gostam dela assim. Outros alunos ainda apontam uma escola que ensinasse mais educação física, mais futebol e a presença de uma quadra de esportes – reivindicação antiga do Círculo de Pais e Mestres da escola junto à prefeitura⁹. Existe ainda a preocupação dos alunos quanto à necessidade do ensino mais moderno, ressaltando a necessidade de informática e internet na escola. Enquanto efetuávamos levantamento a campo podemos verificar que a escola recebeu material de informática, o qual, segundo a equipe diretiva, deveria ser utilizado pelos alunos. Por outro lado ainda, alguns alunos colocam que a escola deveria ensinar a trabalhar na horta e desenvolver um projeto de horta.

O aluno da 5^o série, indicado com a letra H neste trabalho, se manifesta em relação ao como que gostaria que a escola fosse: “que teria um campo que poderia jogar de tudo, que seria uma escola que ensinava sobre a vida agrícola, ela ensinaria sobre a vida rural.”. (Aluno H, 2006)

Mudando o foco das perguntas questionamos como que os alunos gostariam que fossem as aulas ministradas na escola São Francisco. Surgem as mais diversas respostas á esta pergunta. A resposta que merece destaque, é de que as aulas poderiam ser mais alegres. Isso se expressa através do pedido de utilização de mais desenhos, de mais música, de danças e de

⁹ A quadra de esportes é uma reivindicação dos assentados com a justificativa de não existir um local propício (coberto) no assentamento para a prática de esportes por parte dos alunos. Em entrevista á Secretaria Municipal de Educação de Julio de Castilhos coloca a problemática da instalação dessa quadra de esportes, uma vez que, a escola somente atende crianças de pré-escola a 5^o série, e que o número de alunos está diminuindo a cada ano, tornando não muito viável a instalação desta.

culinária. São palavras e atos que manifestam nas crianças uma maior necessidade de contato com a alegria e a vida dentro da escola.

No segundo ponto surge a necessidade da escola explicar mais sobre o campo, sobre a roça, e também sair para o campo, visitando as famílias observando aspectos culturais, produtivos e sociais. Percebe-se que mesmo estando localizada eminentemente numa área rural, atendendo alunos dessa área rural, que a escola, ao ver dos alunos, não compartilha muito com a dinâmica e com a realidade do lugar onde residem. O contato com a realidade, com o lugar, como coloca Callai (2005) são importantes para a construção do saber, uma vez construído este saber do lugar, de vida cotidiana, este pode ser extrapolado para o mundo. O contato com a natureza, com as coisas que são diárias, e que detêm certo valor sentimental para as crianças, possibilita a compreensão do saber e o saber do por que dos acontecimentos, formando assim o que Freire (1975) denomina de homem histórico.

Pode-se presumir pelas respostas fornecidas pelas crianças que a escola ainda encontra-se numa fase onde o estímulo à criatividade não é muito abordado. Percebe-se que a escola ainda desenvolve seus trabalhos pedagógicos baseadas em uma forma de transmissão de conhecimentos, e não sobre a construção deste a partir de saberes já adquiridos pelos alunos e sobre as especificidades do lugar. .

6. Considerações

A investigação ressalta a necessidade, pelo olhar dos alunos, de maior contato da escola com a realidade rural. Isso se torna mais evidente se retomarmos a história de vida da comunidade do assentamento e considerarmos que esta é ligada diretamente a luta pela terra. Paralelamente ao levantamento junto aos alunos, buscou-se algumas informações junto aos docentes, a Secretaria Municipal de Educação e a comunidade local.

Observou-se durante a realização da investigação, que os docentes não possuem contato com a realidade rural e desconhecem a história das famílias do assentamento. Além disso, evidencia-se uma visão negativa quanto ao trabalho desenvolvido na área rural, estimulando os alunos a buscar profissões urbanas, e com remuneração superior a encontrada no campo. Isso pode ser verificado nas palavras de uma das docentes da escola, quando se refere ao seu papel na busca de um futuro melhor para os alunos. “Sempre incentivei o estudo para que possam voltar e trabalhar na terra como ‘patrões’ e não ‘empregados’” (P¹⁰. 2, 2006)

¹⁰ P. refere-se a professora seguida do número de sua entrevista para a realização da entrevista.

Constatou-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola não foi elaborado pela comunidade, mas pela Secretaria Municipal da Educação, sendo que este Projeto serve também para as demais escolas do município. Ainda evidencia-se conflitos entre a Secretaria Municipal de Educação e os agricultores assentados. Isso pode ser verificado nas palavras da Secretária se referindo a sua relação com esta comunidade.

Eles já tem pela sua natureza, pela sua formação alguma coisa pré concebida de que nós como sociedade tentamos ir contra eles, eles foram pessoas rejeitadas, sem oportunidade e nós sempre aquelas pessoas que ganhamos tudo e que fomos beneficiados e tudo, então, eles querem luta, eles querem briga, então negócio é não bater de frente com isso né, tentar levar com paciência. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2006)

Com base nas evidências encontradas no trabalho, constata-se que a educação formal representada pela escola Municipal São Francisco, é uma educação no campo, mas não do campo, pois não desconsidera os saberes sociais e as práticas produtivas e de trabalho da comunidade onde está inserida.

As primeiras iniciativas para a mudança no processo educativo da escola foram feitas já no primeiro semestre de 2007, através de uma equipe na Universidade Federal de Santa Maria, que propôs a elaboração de horta escolar e desenvolveu algumas palestras, integrando a comunidade do assentamento, alunos, docentes e poder público municipal. A elaboração do Projeto Político da Escola em conjunto com a comunidade escolar também foi proposta pela comunidade para o poder público, e será um dos próximos passos a serem tomados para a melhoria do processo educativo.

Feitas as considerações, onde afirma-se a questão educacional do campo como direito de todos os cidadãos, faz necessário considerar, que a escola, independentemente de estar localizada no campo ou na cidade, na maioria das vezes não valoriza os sujeitos e os lugares com os quais tem trabalhado. Essa consideração é válida também para os ambientes institucionais de nível superior, que na maioria de seus cursos não preparam os profissionais para atuar com a diversidade de realidades existentes e os problemas de cada uma dessas realidades. Especificamente nas licenciaturas não se abordam questões como a educação do campo, educação indígena, educação de quilombolas, de populações ribeirinhas. A própria educação urbana é tratada como uma, não considerando que dentro do urbano existem as várias especificidades, como áreas de invasão, áreas com risco ambiental, e áreas com alto índice de criminalidade.

Sabe-se que a discussão sobre educação do campo está se abrindo lentamente para a sociedade, saindo das concepções dos movimentos sociais do campo e adquirindo novas

formas, inclusive no meio urbano. Acredita-se que a escola assim como a educação devem respeitar as especificidades do lugar e dos sujeitos, tendo como base para a construção do processo educativo estes elementos.

7. Referencial Bibliográfico

ALVES, Suzy de Castro. Infância e acampamento: como se constituem? In: Vendramini, Célia Regina (Org). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis, NUP/CED, 2002.

ATCHOARENA, David, GASPERINI, Lavinia. (Org). Educacion para el desarrollo rural: hacia nuevas respuestas de política. Itália, 2004. disponível em: <http://www.fao.org/sd/erp/6-educacion%20rural%20ext.pdf> .Acesso em 03 de setembro de 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalvez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In:

MOLINA, Mônica (org) **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2006. p 103-116.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo**: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Campinas.. Cedes, vol.25, n° 66 maio/ago.2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 25 de janeiro de 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. [s.l] Ed: Afrontamento, 1975.

GOMES, Elenice. **Os limitantes para a Agricultura Sustentável nos assentamentos Rurais**: o caso do assentamento Alvorada – RS. 2003.132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

KOLLING, Edgar Jorge; Nery, Ir.; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **A educação básica e o movimento social do campo**: Por uma educação Básica do campo. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília, 1999. Coleção por uma educação básica do campo, n° 1.

KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Básica do campo**. Um desafio aos trabalhadores da terra. Porto Alegre, [s/d] Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/perural/artigos/educacaodocampo.rtf> Acesso em 14 de outubro de 2006.

RISSO, A. et al. A infância no campo In CALDART, Roseli , PALUDO, Conceição e DOLL, Johannes (Orgs.) **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006

SOUZA, Maria Antônia de. Educação e cidadania nos assentamentos de Reforma Agrária: projetos, possibilidades e limites. In: VENDRAMINI, Célia Regina (Org). **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis, NUP/CED, 2002.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM ÁREAS DE RESERVAS EXTRATIVISTAS

Adalberto Portilho Costa¹
Adelson da Cruz²
Fred Junior Costa Alfaia³

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre as políticas públicas educacionais desenvolvidas após a criação da Reserva Extrativista (RESEX) Verde para Sempre, em Porto de Moz-PA. Expõe aspectos relacionados à educação rural num contexto de reserva no cenário amazônico. Por fim, é apresentada uma caracterização da área pesquisa e algumas impressões com relação aos problemas vivenciados.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas Educacionais.

1. Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa realizada nas comunidades de Santo Antônio de Carmelino e Santa Clara, localizadas no entorno da Reserva Extrativista (RESEX) Verde para Sempre no município de Porto de Moz-PA.

O interesse pela pesquisa surgiu da necessidade de discutir as implicações causadas pela criação da RESEX e suas relações com a qualidade de vida das populações envolvidas. Neste sentido, o trabalho é oriundo das inquietações presentes na Educação Rural almejando demonstrar as experiências no campo educacional e sócio-ambiental vivenciadas nas comunidades do entorno da RESEX.

Para desenvolver o trabalho foram utilizados como procedimentos metodológicos, pesquisa bibliográfica subsidiada por Miguel Arroyo, Edgar Kolling e Roseli Caldart, bem como Mary Alegretti que discute desenvolvimento na perspectiva de Reservas Extrativistas).

¹ Pedagogo, aluno do Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento da Amazônia (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina (GEPECART/UFPA). – Email betinhopcosta@hotmail.com

² Pedagogo e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina – GEPECART/UFPA. Email ddcameta@yahoo.com

³ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA e Pesquisador em Educação do Campo da Região Tocantina – GEPECART/UFPA. - Email: fredparaense@yahoo.com

Como procedimentos metodológicos foram utilizadas pesquisas exploratórias, entrevistas com os envolvidos nas organizações focalizadas, membros das comunidades. Foram priorizadas as técnicas localizadas na abordagem qualitativa de pesquisa e a partir das informações reunidas na pesquisa optou-se pelo do estudo de caso uma vez que se trata de uma pesquisa relacionada a um fato específico em uma área específica.

2. Educação e desenvolvimento nas reservas extrativistas

As contradições entre crescimento econômico e manutenção dos ecossistemas que sustentam esse crescimento encontram-se cada vez mais em evidência. Não apenas pelas condições de vida, já bastante precárias das populações mais pobres – como também os altos padrões de consumo material e energético das sociedades contemporâneas (BUARQUE, 2006; SACHS, 2004; FOLADORI, 2001, XIMENES, 1997).

Os indicadores da deterioração dos ecossistemas em todo o mundo tornam-se alarmantes, à medida que a capacidade de suporte do planeta Terra vem sendo reduzida. Tem contribuído para isto o desmatamento, a expansão da erosão em terras cultiváveis, a poluição de rios e dos mares. Somado a todas estas questões existe o agravante da exaustão de fontes de energias não-renováveis e o desordenado crescimento populacional, principalmente nos países pobres (SOUZA, 2000, FERNANDES & GUERRA, 2006).

Discutir as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável pressupõe trazer para o campo de análise a condição de pobreza e exploração de uma grande maioria de seres humanos, bem como o intenso processo de degradação do meio ambiente.

Na atual conjuntura, o debate sobre Unidades de Conservação (UC) como estratégia para a proteção da biodiversidade traz a tona questões relacionadas com as demandas das populações residentes nestas áreas.

Dentre as categorias que pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reserva Extrativista (ResEx) provavelmente são as que melhor conseguem conceber o ideário de conquistas sociais sem perder de vistas a preocupação com a conservação ambiental. Isto porque as mesmas conseguem viabilizar a presença de seres humanos no interior de seus limites, e os traz como fundamento de sua criação, representando assim, a conquista de um grupo social na redistribuição de um território (LOUREIRO, 2007).

Uma reserva extrativista constitui uma área prevista no art. 18 da Lei 9.985/2000. Esta área deve ser utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-

se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A área da Reserva é de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 da Lei 9.985/2000 e em regulamento específico sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

As ResEx são importante instrumento de sobrevivência para as populações tradicionais, pois ao mesmo tempo em que lhes garante a posse legal da terra permite a exploração ordenada com vistas à sustentabilidade (ALEGRETTI, 2002; FERREIRA, 2001; SIMONIAN, 2000). Deste modo, constitui uma alternativa bastante viável no sentido de amenizar o êxodo rural, bem como a implantação de culturas degradadoras, como a pecuária ou mesmo a agricultura desordenada.

Apesar de representar uma importante conquista para as populações que dependem da floresta, a consolidação efetiva das ResEx só será possível com a implementação de um conjunto de políticas públicas em diversas áreas. Tais devem envolver os âmbitos de nível federal, estadual e municipal.

O ato de criar a área por decreto constitui apenas uma das etapas e necessita de outras ações articuladas e sistemáticas para constituir-se como proposta de sustentabilidade.

Neste sentido, são de suma importância as realizações de investimentos nas áreas de infra-estrutura e serviços básicos capazes de proporcionar condições de vida mais digna às comunidades residentes não só nas ResEx, como também em seu entorno.

A questão educacional enquanto, serviço básico tem sido problemática na Amazônia especialmente por conta não só das especificidades regionais, como também pela dificuldade de acesso às comunidades distantes. A região tem sido marcada pela ausência de políticas públicas educacionais específicas capazes de garantir a formação de sua população (CANALI, 2007; LIMA, 2001).

Cada vez mais a zona rural vem exigindo ações do Estado que sejam capazes de atender algumas de suas especificidades fundamentais, e uma dessas demandas está relacionada ao provimento de educação de qualidade.

O parágrafo único do Art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade de saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Segundo o Plano Nacional de Educação (art.23):

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta de 4 séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Tais metas, nas comunidades rurais ainda representam um desejo distante da realidade concreta das salas de aula. Diante disso, percebe-se que o Estado tem cumprido de maneira deficiente as obrigações assistidas pela Legislação Nacional de Educação, bem como as metas almejadas pelo Plano Nacional de Educação.

Para Shiroma (2002) durante muito tempo as políticas voltadas para a educação brasileira resumiram-se a ações assistencialistas de efeito paliativo que apresentaram resultados muito tímidos no que concernem avanços na qualidade do ensino.

É muito grande a necessidade da população rural por mudanças e transformações uma vez que, estas pessoas têm se tornado cada vez mais consciente de seus problemas dentro da sociedade compreendendo cada vez mais o processo de exclusão ao qual são submetidos.

Para Arroyo et al. (2004) e Gohn (1999) o campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores, trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos.

É necessário começar a encarar a zona rural como um lugar rico e cheio de vida, liberdade e bem-estar, para isso, é fundamental que cada cidadão campesino tome consciência de sua condição. É preciso que estes sujeitos compreendam que a melhor forma de conseguir a sua realização é partindo da união dentro da própria comunidade buscando saúde, educação e políticas públicas voltadas para suas necessidades.

Na visão de Kolling et al. (1999, p. 29) [...] não basta ter escolas no campo, quer-se ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, sonhos, à história e à cultura do povo que trabalha no campo.

A construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo.

Neste cenário, o grande desafio da educação é mediar um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos. Isso implica levar os cidadãos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outros homens e compor o tecido social.

Essa relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, e poderá concretizar-se em um mundo mais justo e sustentável aos humanos e a outras entidades não humanas, mas sem as quais não haveria o mundo tal qual o conhecemos.

3. Política para a educação rural

Com relação à Região Norte, 73,9% das escolas está no campo, mas 48% do total de escolas desta região possuem apenas uma sala de aula e 30,2% duas salas (MEC/INEP, 2004). Estas características são diferentes do resto do país onde a maioria das unidades escolares se localiza nas áreas urbanas

Contudo, os números apresentados pela zona rural não devem ser confundidos com as condições que estas escolas apresentam, pois a maioria das unidades escolares encontra-se em péssimas condições de infra-estrutura. Algumas dessas escolas funcionam em barracões cobertos com palha e piso de chão batido e em residências domiciliares (CANALLI, 2007). Nestes casos as atividades pedagógicas confundem-se com os afazeres domésticos, tornando-se bastante difícil o aprendizado.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96) representa um importante avanço, mas não se devem esquecer algumas limitações que esta lei ainda apresenta. Uma destas limitações envolve a educação rural (do campo de acordo com a redação) que é mencionado apenas no capítulo da Educação Básica, e por conta disso, aí estariam seus limites.

A educação ofertada na cidade deveria proporcionar condições para todos aqueles que desejam cursar o nível superior, enquanto que na zona rural, necessitaria oferecer conhecimentos mínimos aos indivíduos ali residentes (ARROYO, 2000; KOLLING, 2002;

CALDART, 2001). Esta forma de pensar reforça cada vez mais a tese de que a zona urbana é lugar do desenvolvimento, oportunidades, vida promissora e de qualidade.

A emergência de um modelo de educação voltado para a zona rural impõe alguns questionamentos. Um deles é saber se são possíveis, dentro do fenômeno educativo, considerando as contradições do processo democrático, estabelecer diálogos que permitam a construção de uma cidadania que contemple essa diversidade de sujeitos?

Segundo Draibe (1990), as populações rurais não estiveram significativamente contempladas pelos benefícios da política de proteção social do país. Esse fato explica a exclusão histórica de acesso à educação por esses que não tiveram seu direito garantido enquanto cidadãos.

Diante de tais constatações o Estado vem se dando conta da necessidade de mobilizar ações educativas como condição necessária para desenvolver a área rural. Mesmo diante de tais evidências, para Silva (2007) o Estado Nacional não tem sido capaz de elaborar uma política pública capaz de dar conta das peculiaridades que envolvem a educação rural.

Pressupõe-se que uma das condições básicas para a construção da cidadania é o efetivo cumprimento das obrigações do Estado em garantir serviços básicos à população, especialmente àquelas historicamente marginalizadas (SHIROMA, 2002). Isto exigiria dos poderes públicos, federal, estadual e municipal, a elaboração de políticas capazes de atender, não apenas as demandas educacionais, mas também criar condições estruturais e infra-estruturais. Por meio de tais ações entende-se que essas populações possam se tornar aptas a construir processos de auto-sustentação e independência sócio-econômica.

Faz parte da agenda de discussão o estabelecimento de uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento sustentável viável e mais ampla, no sentido de que o rural se articule ao desenvolvimento social, ambiental e econômico (BIFANI, 1995; LEFF, 1995; MEDINA, 1994).

Para isto é fundamental que as populações rurais tenham a sua disposição um projeto que considere suas especificidades sem que isto represente uma cisão com a cidade, mas que seja capaz de representar maior autonomia.

É necessário, assim, entender que somente através de ações que promovam a interação da zona rural com a cidade, torna-se possível vislumbrar a possibilidade de desenvolvimento da sociedade. É imprescindível o estabelecimento de parcerias dentro daquilo que concernem os campos dos diversos saberes, conhecimentos, modos de fazer e produzir.

As políticas públicas para a área rural devem desconstruir esquemas de dominação/submissão, rígidas limitações que teimam em separar “aquilo” que é urbano e “aquilo” que é rural, por horizontes que desenhem a transitividade entre as fronteiras.

Proporcionar melhores condições de vida e permanência na área rural não significa isolar-se da cidade, pelo contrário, representa desenvolvimento equilibrado amenizar a atual sobrecarga populacional que constitui os centros urbanos.

Várias são as demandas rurais, a serem realizadas, entre estas está à emergência de um modelo de educação que seja capaz de valorizar o povo da zona rural envolvendo em seu bojo elementos que privilegiem suas características.

É importante valorizar aspectos culturais, crenças, valores, pois isso viabilizará ao longo do processo educacional uma relação recíproca que envolva não só educadores e alunos, mas famílias e comunidades como um todo.

Esses aspectos já estão garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (9394/96). Em seu Art. 28, estabelece que: Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação e peculiaridades da vida rural e de cada região.

Assim, a discussão sobre educação rural impõe a obrigação de se fazer referência a um lugar de construção de saberes e socialização de conhecimentos para que o povo seja capaz de reafirmar suas condições de sujeitos de sua própria história. Entende-se que a educação rural de qualidade representaria a superação da histórica exclusão e marginalização social vivida pelas famílias residentes ou oriundas do meio rural.

Na perspectiva de Kolling et al. (1999, p. 58).

[...] precisa-se de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual. E, mais, garantir os instrumentais e as ferramentas indispensáveis para que assegurem a sua sobrevivência econômico-financeira.

Para populações rurais é bastante nítida que, além de educação de qualidade, é necessário a garantia de sua terra, de seu meio de sobrevivência, para que possam defender seu lugar de origem e lutar por sua integração social. É possível que a zona rural seja um local atrativo para investimento que almejem o desenvolvimento local capaz de responder as necessidades campesinas.

As experiências que vem valorizando a zona rural e suas especificidades mostram que o campo existe e está vivo, que está acontecendo um movimento político, sócio-cultural e econômico renovador.

Neste sentido, Fagundes (1993, p.20) considera que:

Pensamos que a ação de educar está estritamente ligada àquela de conhecer e que ela adquire características de ação e de luta política nesse contexto histórico. A ação de conhecer, a ação de educar é de ordem política, porque ela se realiza num contexto de dominação social, o poder sendo exercido por alguns seres ou grupos sociais sobre outros seres ou grupo sociais.

Vê se, por tanto, que a educação para o desenvolvimento deve esforçar-se para determinar as necessidades verdadeiras de uma sociedade e buscar soluções reais entre todos os recursos que esta sociedade dispõe. Neste sentido, considerar-se-ão recursos de ordem material, técnica bem como outros decorrentes de organização social, cultural e política.

É preciso democratizar a escola, eis uma das propostas mais levantadas nos debates educacionais da atualidade (RODRIGUES, 1996). Educadores, movimentos sociais, instituições e associações comungam com a idéia de acesso e participação na escola como princípio fundamental a cidadania.

Neste sentido, democratizar significa não só permitir a entrada dos alunos filhos de trabalhadores e também trabalhadores, mas, lhes garantir sucesso e perspectivas de vida sem que tenham que subjugar-se a péssimas condições de vida.

Os níveis de ensino a serem alcançados devem ser estabelecidos pelos alunos e jamais por sua condição social, ou pelo fato de ser urbano ou campestre.

4. Caracterização das Comunidades de Espírito Santo de Carmelino e Santa Clara

O município de Porto de Moz faz parte da Mesorregião do Baixo Amazonas e a Microrregião de Almerin, sendo que a sede obedece a coordenada geográfica 01° 45'00 S" e 52°4' 15" WGr . Faz fronteira com os seguintes municípios: ao norte municípios de Almerin e Gurupá; a leste Melgaço, Gurupá, Senador José Porfírio e Portel; ao sul Vitória do Xingu e Brasil Novo; a oeste município de Prainha. De acordo com dados do IBGE (2007) a população estimada é de 30.847 habitantes em uma área de 17.423,10 km² com uma densidade demográfica de 1,77 hab/km².

Cada uma das comunidades reuni cerca de 16 famílias que vivem da pequena agricultura familiar cultivando principalmente a mandioca que é a matéria-prima para a

produção de farinha utilizada como base da alimentação. Também vivem da coleta de frutos, extrativismo, pesca e criação de animais tais como frangos, porcos e gado bubalino.

A comunidade de Santo Antônio de Carmelino por meio da organização de seus moradores conseguiu instalar um sistema de captação e fornecimento de água (oriunda de poço artesiano) a todas as famílias da comunidade. O fornecimento de energia é realizado por meio de um motor gerador adquirido pela comunidade, tanto o fornecimento de água como de energia (comunitário) só foi possível por conta da proximidade em que se encontram as residências.

A realidade da comunidade de Santa Clara é bastante diferente. As residências ficam distantes umas das outras. A água utilizada para o consumo e preparação de alimentos dos moradores é retirada do rio não recebendo maiores cuidados. Os moradores não dispõem de energia elétrica e nem serviço de telecomunicação. As duas comunidades não dispõem de postos de saúde, visitação de agentes de saúde e distribuição de remédios.

No que concerne ao atendimento educacional nas duas comunidades, não obstante a realidade da grande maioria dos municípios da Amazônia, o atendimento (ensino fundamental) é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de maneira bastante deficiente, tal como afirma Arroyo (2000, p.10).

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para o campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento da garantia do direito a educação básica.

Mesmo após a realização do concurso público (2006), o número de professores ainda é pequeno diante da demanda de alunos. No caso das comunidades de Santa Clara e Santo Antônio de Carmelino apenas três professoras - uma professora na primeira e duas na segunda comunidade - realizam todo o trabalho pedagógico na unidade escolar de cada comunidade. Com relação à sala de aula as carteiras ficam espremidas umas nas outras. De acordo com a professora da comunidade aquisição destas carteiras representou uma grande vitória.

Antes a gente não dispunha de carteiras para os alunos que eram obrigados a se sentar em bancos para poder assistir as aulas. Por causa disso alguns alunos acabavam desistindo de estudar, pois como não haviam carteiras suficientes os alunos deitavam com o peito no assoalho caracterizando um fato que ficou conhecido como “aluno jacaré”.(Profª. Rosilda Fernandes – Localidades de Santo Antônio de Carmelino e Santa Clara).

Por sua vez, na comunidade de Santo Antônio de Carmelino existe uma casa de dois cômodos onde funciona a sala de aula e a cozinha. A unidade escolar dispõe de uma estrutura razoável.

A escola é construída com madeira e coberta com telhas de brasilit, possui uma sala de aula ampla com boa iluminação (durante o dia) e bastante arejada. Existem dois quadros negros e 30 carteiras escolares, não existe sal de para biblioteca e nem de livros para pesquisa. Existe uma pequena cozinha onde é preparada a merenda dos alunos, dispondo de um fogão, um filtro de barro e alguns pratos, canecas e panelas.

Na unidade escolar é utiliza a água da comunidade que é oriunda de poço artesiano. O banheiro é um pouco distante da escola e segue os padrões da comunidade de Santa Clara, neste não existe torneira para lavar as mãos.

Esta escola oferta as seis primeiras séries do ensino fundamental, sendo que no período da manhã as aulas são voltadas para a turma de alfabetização a quarta série, e os trabalhos pedagógicos são desenvolvidos por apenas uma professora. À tarde as aulas são direcionadas aos educandos das turmas de quinta e sexta série, lecionadas por duas professoras - em ambos os turnos são adotados o sistema de classes multisseriadas.

Nas duas comunidades todas as professoras são licenciadas plenas em pedagogia, sendo que uma delas já está em processo de conclusão da segunda graduação no curso de licenciatura plena em biologia.

Como a gente tem que assumir outras disciplinas pela carência de professores na localidade onde a gente trabalha, acaba sendo necessário que a gente esteja sempre procurando se qualificar para conseguir desenvolver um bom trabalho e dá conta das demandas de nossos alunos que dependem dessa escola. (Prof^ª. Rosilda Fernandes)

Segundo as professoras da comunidade, apesar de todo o empenho é muito difícil desenvolver um bom trabalho em uma turma de multisseriado, especialmente por conta da dificuldade no atendimento dos alunos.

5. Características da educação rural multisseriada

O sistema multisseriado tem sido umas das principais alternativas de atendimento educacional as comunidades rurais. Vários são os motivos apresentados que justificam esta forma de educação: A quantidade de alunos por localidade é bastante reduzida; ainda é muito pequeno o número de professores na zona rural; existe grande dificuldade de deslocamento

para as escolas localizadas nas áreas urbanas; é muito difícil contar com professores licenciados interessados em trabalhar na zona rural.

Existem teóricos da educação, Arroyo (2000), Caldart (2001), Freire (1996), Kolling (1999 e 2002), que encaram o multisseriado como um modelo educacional que apesar dos problemas discute uma proposta de educação capaz de dar conta das necessidades das populações que vivem na área rural. Tal modelo envolve concepções emancipadoras, inclusivas, contextualizadas, sobretudo por ter sido a base de muitos alunos escolarizados que conseguiram inclusive concluir o ensino superior.

É claro que existem várias deficiências nesta forma de atendimento educativo: O material didático utilizado nas aulas é insuficiente e não está adequado às especificidades do multisseriado. Existe grande dificuldade em contar com a concentração dos alunos em virtude de várias séries estarem reunidas e em uma mesma sala. É difícil a elaboração de metodologias que sejam capazes de envolver todos os alunos que se encontram na sala de aula.

O efetivo atendimento aos alunos acaba ficando comprometido pela impossibilidade de apenas um professor realizar todo trabalho em sala de aula e algumas vezes em toda escola. A realização da organização do trabalho pedagógico devido a sobrecarga de atividades impostas ao professor acaba ficando comprometida.

É possível também apresentar aspectos positivos no sistema multisseriado que incentivam a reflexão e uma outra forma de olhar este sistema. Destaca-se a existência de uma maior integração entre os alunos de séries e idades diferentes.

Em alguns casos o multissérie é a única possibilidade de escolarização para muitos alunos da zona rural. É incentivada a inserção de alunos mais velhos como monitores dos alunos mais jovens.

Estas dificuldades têm estimulado alguns professores a desenvolver importantes experiências pedagógicas produzidas como tentativa de promover uma educação de melhor qualidade. As experiências bem sucedidas no campo pedagógico tem sido uma das principais vitórias atingidas por estes profissionais da educação.

6. Considerações

A discussão sobre as políticas públicas tem sua importância em virtude da necessidade de se construir um entendimento do cenário sócio-econômico e político e cultural vivenciado pelas comunidades do entorno e de dentro da ReEx.

A compreensão sobre o impacto causado pela implantação da Reserva traz como uma de suas implicações a emergência de compreender o processo educativo como elemento capaz de auxiliar a construção de sustentabilidade para os cidadãos.

A criação da Resex constitui apenas um dos passos já que, as dificuldades que as comunidades vêm enfrentando nessas áreas têm sido muitas. É preciso efetivar serviços básicos (saúde, educação, lazer, infra-estrutura, energia elétrica) capazes de prover as demandas das comunidades.

Uma das possíveis contribuições é proporcionar o entendimento que somente através da interação da zona rural com a cidade torna-se possível vislumbrar o desenvolvimento da sociedade local. É preciso estabelecer que a realização de um novo projeto de sociedade só é possível quando a necessidade do povo da zona rural for contemplada.

O trabalho procurou demonstrar que dentro destas necessidades está a emergência de um modelo de educação que seja capaz de valorizar o povo da zona rural.

Entende-se que a construção de uma sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo.

Neste cenário, a educação pode mediar um novo projeto social, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos.

Espera-se incentivar a reflexão sobre a emergência da transformação do atual modelo de educação rural que reproduz o modelo de educação urbana reunindo resultados desastrosos.

O direcionamento das atenções para a área rural justifica-se pela necessidade em se apresentar/compreender uma dinâmica cheia de especificidades, principalmente quando a questão discutida está relacionada à ruralidade em um cenário diversificado como é o amazônico.

É importante evidenciar as comunidades camponesas, ribeirinhas, pesqueiras e extrativistas, quilombolas, povos indígenas. Estes são os atores envolvidos neste cenário que além de almejar a melhoria da qualidade do ensino também vislumbram a possibilidade de alavancar propostas de desenvolvimento.

A contribuição científica deste trabalho é apresentar novas impressões sobre as políticas públicas num contexto de ResEx na região amazônica, com ênfase na educação rural e sujeitos envolvidos.

Durante muito tempo a maior parte da sociedade não tem conseguido perceber na zona rural, as contradições presentes nas relações que envolvem a disputa pela terra, disparidades intra-regionais, conflitos locais, etc.

As populações rurais clamam pela implementação de políticas públicas para que a área rural seja capaz de contribuir para construção de um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário. Desta forma espera-se contemplar um projeto de desenvolvimento sustentável da zona rural que seja capaz de se opor a opressão vinculada a terra e o capitalismo materializado no agronegócio.

As políticas públicas precisam estar articuladas ao conjunto de políticas que sejam capazes de assegurar direitos sociais e humanos dos cidadãos que vivem na zona rural. Discutir de maneira articulada à educação, direito à terra, à permanência digna na zona rural, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida é o que subsidiará desenvolvimento social com justiça e dignidade.

7. Referências bibliográficas

ALEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), dez.2002.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social no campo.** Col. Por uma educação básica do campo, nº 2. Brasília, distrito federal: articulação nacional por uma educação do campo. 2000.

BIFANI, Pablo. **Problemática ambiental contemporânea a nível global: Relaciones Norte – Sur.** Fundación Universidad Empresa, Madrid: 1995.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF), 1988.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar2004.** Brasília: INEP, 2004.

_____. Governo Federal. Lei nº 9394 de 20/12/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília (DF), Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2007.

_____. **Plano Nacional de Educação:** subsídio para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Brasília – DF, 2001.

BUARQUE, S. Desenvolvimento sustentável. In: **Construindo e desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Garamond: 2006.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

- CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escolas do campo**. Col. Por uma educação do campo, nº 3. Brasília. Distrito Federal: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2001.
- CANALI, Heloísa H. B. Educação do campo: construindo novas referências. In: SILVA, Gilmar Pereira (Org.). **Educação do campo na Amazônia: uma experiência**. Belém: EDUFPA, 2007.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sócias brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **IPEA/IPLAN**, 1990.
- FAGUNDES, Antonio. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento Sustentável** – 2. Ed. rev. – Belém: Associação das Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.
- FERREIRA, Lindomal dos Santos. **Educação e reserva extrativista: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em Soure**. Pará. Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.
- FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. S. P. ABDR, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, Maria Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo. Cortez. 1999.
- KOLLING, Edgar Jorge. et. al. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Col. Por uma educação do campo, nº 4. Brasília. Distrito Federal: articulação nacional por uma educação do campo, 2002.
- LEFF, Enrique. **La gestión sostenible de los recursos naturales**. UNED, Madrid: 1995.
- LIMA, A. A. B. **Educação popular na Amazônia: as experiências da CUT em qualificação profissional**. Porto Velho, RO: CUT/Escola Sindical Amazônia/Escola Sindical Chico Mendes/Editora Gráfica Imediata, 2001.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos** - IBASE: Instituto TerrAzul : Parque Nacional da Tijuca, 2007.
- MEDINA, N.M. (Coord.). Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau. In: **IBAMA. AMAZÔNIA: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental**. Brasília: 1994.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia M. de, EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SILVA, Gilmar Pereira (Org.). **Educação do campo na Amazônia: uma experiência**. Belém: EDUFPA, 2007.
- SIMONIAN, L. T. L. Política Públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. ; SIMONIAN, L. T. L.; FENZEL, N. (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA (Série Estado e Gestão Pública). 2000.

_____. Políticas Públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia: gestão de recursos naturais. In: COELHO, M. C. N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP: NAEA, 2000.

SOUZA, Nelson Mello. **Educação ambiental**: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Universidade Estácio de Sá, 2000.

XIMENES, Tereza (Org.) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável** (uma contribuição para a Amazônia 21). Belém: Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Associação das Universidades Amazônicas, 1997.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CAMPO NA
AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO DOS
ATINGIDOS POR BARRAGEM (MAB)**

Sérgio Roberto M. Corrêa¹
Severino Bezerra da Silva²

Resumo

No presente artigo, resultado-síntese de minha pesquisa de mestrado - *Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem* -, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), defendida em julho de 2007, abordo as temática de educação e desenvolvimento territorial do campo na Amazônia, focalizando a experiência educativa do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Esse Movimento se constituiu como um Movimento Social Popular de âmbito nacional a partir de 1991 e tem sua origem nos idos dos anos 70, como resultado da política de desenvolvimento de modernização conservadora do regime militar, particularmente sua política energética de matriz hidrelétrica de grandes barragens. Por isso, considero que esse Movimento é um rebento das contradições sociais expressas por esse modelo de desenvolvimento e de sociedade brasileira. O MAB reúne um conjunto diverso de sujeitos atingidos por barragens (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares rurais, posseiros etc.), o qual tem como plataforma política a construção de um outro modelo energético e de sociedade de corte popular socialista e se insere, ainda, dentro da Via Campesina. Para isso, esse Movimento vem construindo sua proposta de educação denominada de **Pedagogia dos Povos Atingidos**. Essa proposta se encontra articulada ao Movimento e Articulação Nacional por uma Educação do Campo na sociedade brasileira. Na região Amazônica, particularmente no Estado do Pará, o MAB apresenta suas raízes históricas com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no município de Tucuruí-PA. Essa pesquisa tomou como *locus* de investigação esse município e como sujeito esse Movimento, com objetivo de identificar e analisar as noções de educação e de desenvolvimento do campo na Amazônia expressas pela proposta e prática da **Pedagogia dos Povos Atingidos**. Para tanto, com base numa abordagem crítica e qualitativa de pesquisa, busquei a construção dessas noções nos saberes e nas representações sociais presentes na práxis político-pedagógica do MAB. Isso permitiu, de um lado, identificar os limites e possibilidades inovadoras da experiência educativa desse Movimento Social, além de identificar uma territorialidade do campo na região amazônica não somente dominada pela lógica mercadológica do capital, que exprime um modelo de desenvolvimento territorial rural insustentável, mas, também, uma outra, protagonizada pelos movimentos sociais populares do

¹ Professor do Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia da Universidade Federal do Pará (GEPERUAZ/UFPA) e educador-pesquisador do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade do Estado do Pará (NEP/UEPA). sergiorcm2001@yahoo.com.br

² Dr. em Ciências Sociais PUC-SP, Prof^o do CE/UFPB/PPGE- membro do grupo de pesquisa Educação e movimentos sociais: interface entre o urbano e rural. Coordenador do PRONERA- projeto de escolarização. Prof^o Orientador da Pesquisa no Mestrado.

campo, que vêm encontrando na proposta da educação do campo meio para ir construindo uma práxis político-pedagógica resistente e emancipatória. Com esse artigo, objetivo socializar, em síntese, essa pesquisa e debater os caminhos da educação e do desenvolvimento do campo na região a partir da experiência protagonizada pelos movimentos sociais populares do campo da região, nesse caso em particular, o MAB.

Palavras-chave: Educação Popular do Campo; Desenvolvimento Territorial; Amazônia; Saberes; Representações Sociais.

1. Considerações Iniciais

Ao tomar como *corpus investigativo* o Movimento dos Atingidos por Barragem do Município de Tucuruí-PA (MAB-NORTE), para analisar sua proposta e prática pedagógica, reflito sobre as noções de educação e desenvolvimento do campo na Amazônia, a partir da experiência desse sujeito coletivo. Propus-me a estudar a seguinte problemática: *Que noções de educação e de desenvolvimento do campo vêm sendo produzidas pelo MAB na Amazônia, a partir dos saberes e das representações sociais presentes na sua proposta e prática pedagógica?* Este estudo teve o objetivo de *identificar e analisar as noções de educação e de desenvolvimento do campo na Amazônia expressas por essa Pedagogia dos Povos Atingidos.*

A matriz teórico-metodológica de referência foi o materialismo dialético. Essa pesquisa se assenta numa *abordagem qualitativa* e se embasa num suporte, também, de tipo *etnográfico* e de *pesquisa participante*. Para pesquisa de campo, o *locus* de investigação para o desenvolvimento foi o município de Tucuruí, no Pará. No tocante ao *locus* educativo de investigação, foi escolhida uma (01) escola, localizada no espaço rural desse município. Essa escola³ se deu em diálogo com o Movimento, tomando como critério a temporalidade de desenvolvimento do trabalho de educação do Movimento. Para delimitação desse estudo, tomei o trabalho pedagógico de alfabetização desenvolvido com pessoas jovens e adultas atingidas da territorialidade do campo no município de Tucuruí. Esse trabalho pedagógico vem sendo realizado, por meio de um convênio entre o MAB, o Ministério de Educação e o Ministério de Minas e Energia, tendo como instância de mediação a Eletronorte. Para essa pesquisa, o ano de 2005-2006 foi tomado como referência. Para o desenrolar dessa pesquisa de campo e levantamento de dados sobre o fenômeno de estudo, lancei mão das seguintes «técnicas»: a *Observação Participante*, *Entrevista Participante*, de corte «semi-estruturado» e a *história de vida*.

Esta pesquisa contou com (07) sete sujeitos⁴. A escolha desses sujeitos tomou como base os critérios de: gênero, étnico, geracional e tempo de vivência no processo educativo do

³ O nome dessa escola, Lago Azul, foi utilizado ficticiamente nessa pesquisa.

⁴ Os sujeitos referidos nessa pesquisa são tratados com nomes fictícios.

Movimento. Como parte dessa pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico, a fim de construir a fundamentação teórico-metodológica do tema-problema em estudo, e, também, levantamento documental sobre o MAB em nível nacional, regional e local, para mapear elementos teórico-metodológicos e históricos que expressem a concepção, representação social, de educação e desenvolvimento do campo do Movimento.

No âmbito da investigação das noções de educação e de desenvolvimento do campo na região amazônica, expressas na proposta e prática pedagógica do Movimento, identifiquei, no plano da proposta pedagógica do MAB e na agenda mais ampla de luta desse Movimento, elementos que apontam para uma educação popular do campo compromissada com as classes populares, particularmente as populações atingidas por barragem, e transformadora, que reserva e pauta o protagonismo desses sujeitos do campo no horizonte da construção de um outro modelo de desenvolvimento rural e de sociedade. No tonante à noção de desenvolvimento, identifiquei uma matriz de base popular, que assinala e reivindica tanto a participação ativa desses sujeitos do campo na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas, quanto uma nova relação entre ser humano e natureza, que se expressa na contestação, principalmente, do modelo energético dominante e da política neoliberal. No plano da experiência pedagógica do MAB-NORTE estudada, identifiquei, em grande medida, na organização e desenvolvimento da prática educativa de alfabetização uma forte influência da pedagogia de corte tradicional, que, por sua vez, se distancia e se conflita com a proposta pedagógica do Movimento dos povos atingidos por barragem.

Para esse artigo, trabalho em cima de dois tópicos temáticos. No primeiro, intitulado: *Movimento dos Atingidos por Barragem: Um movimento popular nascente de «vidas inundadas»*, analiso o surgimento do; no segundo: *Proposta e Prática da Pedagogia dos Povos Atingidos: As noções de educação e de desenvolvimento do campo na Amazônia*, identifico e analiso, resumidamente, as noções de educação e desenvolvimento campo, presentes na práxis pedagógica do MAB, destacando seus limites e possibilidades. Por fim, faço as considerações finais.

2. O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) na Amazônia: Um movimento popular nascente de «vidas inundadas»

Ao impor seu atroz modelo de governar e de desenvolvimento para a sociedade, concentrando e conservando nas mãos e na cabeça de uma minoria o poder de dar

continuidade a uma lógica colonialista de crescer e desenvolver para poucos internamente, mas, sobretudo, voltado para atender os interesses de fora, externos, o regime militar (1964-1985) desenha e ordena um quadro territorial sócio-ambiental brasileiro de ampliação e de intensificação da exclusão, da desigualdade social e da degradação dos recursos naturais. Sob o discurso do elogio e do ufanismo da modernidade e do progresso, à luz da racionalidade urbano-industrial capitalista, o regime militar ancorava-se num modelo de desenvolvimento que avançava e reforçava esse ideário do *Brasil Grande*, por meio da «Integração Nacional», sustentado e justificado pela ideologia da «Segurança Nacional». A teoria clássica desenvolvimentista, assentada na racionalidade moderna e base desse modelo, que promete e faz emergir, a partir da razão humana, a força de toda e qualquer felicidade «do homem», com base no crescimento econômico e no domínio da natureza, é a mesma que o fragmenta, coloca-o em crise, assim como, a crise social, moral, ambiental e teórica (BRITO e RIBEIRO, 2002, p. 02).

Nesse rearranjo, com base nesse ideário e num planejamento macro-político, os Grandes Projetos se estendem pelo território nacional, constituindo-se num conjunto articulado, articulador e estratégico, para dar corpo no que veio a se materializar como um ***modelo de desenvolvimento de modernização conservadora***, que passava a reconfigurar a organização socioespacial das relações sociais de produção e simbólico-culturais no país, particularmente na Amazônia, gestando novas formas de apropriação, domínio, controle e significação do território. Um desses mega-projetos residiu na construção de grandes barragens, Usinas Hidrelétricas, que se constituíram na matriz do modelo energético brasileiro, para atender aos interesses, principalmente das empresas eletrointensivas do grande capital nacional e, principalmente, inter e transnacional, que passaram a inscrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais, no caso em questão, sobretudo, da água, por meio do potencial energético dos rios.

Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme Documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, Afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos -, meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram, «remanejados» para outras áreas, colocando em cheque seus modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica. Além da desestruturação e do aumento da exclusão dessas populações, esse modelo energético e de desenvolvimento provocou e

vem provocando sérios impactos ambientais, sacrificando, reduzindo e colocando em risco toda uma rica diversidade biológica e, por conseguinte, a sustentabilidade dos ecossistemas.

Com efeito da intensificação da falta de condições básicas de produção e reprodução de vida e trabalho dessas populações remanejadas do campo, ocorre um aumento explosivo populacional, principalmente em cidades adjacentes a esses projetos, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Essa situação se desdobra, então, na «ocupação desordenada» dessas cidades, levando-as ao processo de «favelização», de aumento da miséria, da violência etc., ocasionando, por conseguinte, maior exclusão e desigualdade social, ampliando, nesses centros urbanos, a existência de bolsões de miséria e de «segregação social» (*apartheid*). Isso é parte do resultado desse modelo de desenvolvimento excludente e predatório, que segue uma lógica tanto exógena (GONÇALVES, 2005; CASTRO, 1999), quanto urbanocêntrica e da agropecuária de grande propriedade via revolução verde, representada pela modernização conservadora da época, que exclui o campo de suas populações sem poder político-econômico e cultural. Isso quer dizer que não é qualquer território do campo que é excluído, como o dos grandes proprietários de grãos, de fazendas, das madeireiras, que passaram somente a estender e ampliar seus domínios territoriais - *territorialização* -, tutelados e beneficiados por esse Estado autoritário, mas, sim, o *território do campo dos grupos e classe sociais excluídos*.

É nessa trama, no início dos anos 70 do século XX, que se encontram as raízes históricas do **Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB)**, que emerge «a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens» (MAB, 2005, p. 09). Três foram, segundo registros da história do MAB (2002, p. 06), os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde: *Primeiro na região Nordeste*, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco; *Segundo no Sul*, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região; *Terceiro na região Norte*, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí.

Para *região amazônica*, de forma burocratizada, autoritária e articulada com o grande capital, em gabinetes e escritórios multinacionais, gesta-se um conjunto de «Grandes Projetos» que foram impostos sobre essa região (FILHO, 1999; GONÇALVES, 2005). Amplia-se e intensifica-se a criação de redes e eixos rodo-ferroviários, rasgando imensas florestas, objetivando promover tal integração, facilitar a exploração das suas riquezas

naturais e a exportação das matérias primas, para abastecer os centros internos do desenvolvimento e o mercado externo. Com efeito, reconfigura-se a organização do espaço amazônico. O «padrão de organização do espaço *rio-varzea-floresta*» é substituído pelo «padrão *estrada-terra-firme-subsolo*», os quais são «contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região» (GONÇALVES, 2005, p. 79).

Nesse enredo, a bacia amazônica era tomada por esse modelo, como berço da geração de energia para os mega-projetos, como, principalmente de mineração, que viriam se ancorar nesse porto seguro, chamado Amazônia, reconvertida pela razão do Estado e do grande capital à nova colônia, agora, interna e externamente. No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins.⁵ Conforme Documentos do MAB (MAB, PARTE I, p. 02) e entrevistados (as) da pesquisa, em 1978, «sem quaisquer informações acerca do projeto, as famílias a serem ATINGIDAS começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra» (MAB, PARTE I, p. 02) e impediu-se, também, a população da área a ser atingida de dar continuidade às suas atividades produtivas e/ou criarem novas atividades.⁶

Essa barragem inundou uma área de 2.800 km²⁷ e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingido sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela⁸. A despeito disso, conforme dados oficiais, foram atingidas 5.700 famílias, mas acredita-se que esse número seja bem maior. Ademais, adverte-se para a importância do reconhecimento das populações à jusante da barragem serem reconhecidas como atingidas. Dentre as populações «atingidas», estavam (estão, ainda), comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas etc. Para Negra, integrante do MAB na região, essas populações «foram arrancadas de suas terras, expulsas» e «seduzidas com a promessa de emprego e melhor qualidade de vida para onde iam ser deslocadas». Seu Xavante, pescador da região, explica que os técnicos e as autoridades chegavam às comunidades para conversar com a população

⁵ Na amazônica, nesse período, foram construídas outras barragens: as Hidrelétricas de Balbina, em Manaus-AM, e Samuel, em Rondônia, que causaram enormes impactos ambientais e sociais.

⁶ Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado enchimento do reservatório (lago artificial). Neste mesmo ano, entra em operação a 1ª unidade da UHT. Em 1992 entra em operação a 12ª unidade. No ano de 1998, tem início a construção da 2ª casa de força, ou seja, sua segunda etapa, ampliação. Em 2002, entra em operação 13ª unidade. No ano de 2006, entra em operação 23ª unidade.

⁷ O mais recente dado sobre a extensão do reservatório da UHT, segundo maior lago artificial do Brasil, apresentado pela Eletronorte, conforme Pinto (2007, p. 06), foi de 2.875 km². Esse pesquisador informa que esse lago aumentou, agora, em mais 5%, passando para 3.007 km². Isto representa «123 km² (ou mais de 12 mil hectares, o equivalente aproximadamente a 10 mil campos de futebol)».

⁸ Montante fica acima da barragem da UHT, onde se localiza o grande lago artificial. A jusante fica abaixo da barragem, parte que ficou mais seca a partir da construção dessa barragem.

local, prometiam que a barragem viria trazer «desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida para as populações». Diziam que para onde elas iriam ser «remanejadas» chegaria energia. Ele diz que foi «tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo». Para Negra, isso representou: «*o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida. Tinha tudo isso por lá, agora eles não têm mais nada disso. 70% da população não receberam indenização*».

É importante considerar que essa expulsão e expropriação dessas populações de suas terras estão diretamente vinculadas a um desenraizamento histórico-cultural, visto que desses povos, não foram somente saqueados e depredados, indevida e brutalmente, seus bens materiais, a terra em si e por si, mas o jeito de está sendo dessas populações na sua relação com e na *terra*, com esses diversos ecossistemas, seus rituais, seus valores, seus conhecimentos, o seu modo de *produzir-e-existir e cuidar* (BOFF, 2004), uma «economia invisível» (SODRÉ, 2006). Por isso, falar da desestruturação dos modos de vida dessas populações atingidas. Aqui reside a compreensão do processo de «desterritorialização» (HAESBAERT, 2004)⁹, isto é, de exclusão e de perda do território dessas populações «atingidas» mais «diretamente» pela barragem, que foram expulsas e expropriadas de suas terras. A «desterritorialização», segundo Haesbaert (2004), resume-se, de fato, na «territorialização precária», que expressa a «exclusão» de um conjunto de pessoas e grupos sociais produzida e recriada por essa sociedade perversa capitalista. Essa «desterritorialização» ou «precarização do território» ou, ainda, a «exclusão» dessas populações atingidas se expressa de forma mais explícita e trágica ao se tomar como base as condições de vida e trabalho a que foram subordinadas e relegadas essas populações nos locais para onde foram «remanejadas» e assentadas.

Com base nessas considerações, é possível constatar a grandiosidade do impacto produzido pela UHT. Impactos de ordem social, cultural, econômica, política e ambiental, material e imaterial. Essa compreensão de impacto transpõe aquela de natureza técnico-burocrática que visualiza somente a questão ambiental e dualista. Houve e há, ainda, um forte discurso *do e pelo* progresso e *da e pela* modernidade de *desenvolvimento verde* para

⁹ Haesbaert (2004), ao analisar o conceito de *desterritorialização*, considera quatro abordagens pelo menos que fundam essa compreensão, na qual estão presentes, conseqüentemente, várias noções de *território*. Essas abordagens são: político-ideológica; materialista; idealista; e filosófica. Dentre essas várias possibilidades de análise, aponto duas possibilidades de compreender a «desterritorialidade»: uma do ponto de vista dos atores hegemônicos globais, triunfalista e ufanista com esse novo tempo de fluidez flexível e gulosa do capital financeiro; e outra do ponto de vista dos grupos subordinados, dos grandiosos «aglomerados humanos de exclusão», que espelham a territorialização da contradição dessa sociedade global.

minimizar e eufemizar tal saga humana e ecológica, sobretudo no contexto atual de crise planetária sócio-ambiental e das chamadas «energias verde». Isso revela a marca perversa, excludente e predadora desse modelo de desenvolvimento que se impunha sobre a região amazônica: uma «modernização às avessas» (LOUREIRO, 2001, p. 47), e, mais uma vez, como assinala Gonçalves (2005, p. 13) «o destino da Amazônia era decidido à revelia de seus habitantes, como se fora uma região colonial, vazia de gente (de «gente inferior», como pensam os colonialistas) e somente portadora de recursos naturais», repleta de mitos. Isso figura na representação do «Cavalo de Tróia» que foi essa Usina Hidrelétrica de Tucuruí na região, assim como, também, os demais grandes projetos que se instalaram e que se perpetuam na Amazônia enquanto «presente de grego», recolocando-a na rota do (ne) colonialismo vigente de mercado. A água e a energia, portanto, passam a ser transformadas mais intensamente, conforme essa lógica de desenvolvimento, em *fetiches*, ou seja, nada mais do que mercadorias. Num de seus Cadernos de Formação, o MAB traz como problemática a «Ditadura contra as populações atingidas por barragem», denunciando para a sociedade a transformação da água em mero negócio de mercado pelos grandes grupos econômicos e pelo Estado, por isso, a expressão cunhada de **HIDRONEGÓCIO**, já evidenciando essa barbaridade intensificada pelo neoliberalismo, conforme, agora, a ditadura do mercado (MAB, maio, 2004), o que Milton Santos (2001) denomina de «**globalitarismo**».

Em face desse quadro socioespacial, político, econômico, cultural e ecológico, os condicionantes são criados para mobilização, organização e insurgência de segmentos sociais populares, principalmente do campo, para iniciar uma resistência e luta em favor das populações atingidas pela barragem da UHT. Mais uma vez o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é colocado na condição de vanguarda para realizar a mobilização e organização dessas populações atingidas em busca da luta pelos seus direitos mínimos e individualizados no momento. O fato, todavia, de se ter iniciado a mobilização e organização popular após a construção e barragem do Rio Tocantins diferencia sua história da região Sul do país, onde a mobilização e organização popular de resistência à construção das barragens iniciaram-se antes. Isso pode ajudar a explicar a força que o MAB tem nessa última região de forma mais consolidada.

Segundo documento do MAB (MAB, PARTE I, p. 02), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o «Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que encaminhou a empresa ELETRONORTE e a outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações». A partir daí, as mobilizações e pressões passam a ser mais fortes, posto que a organização das populações atingidas ganhava corpo e

voz. Em 1989, o movimento parece demonstrar ganhar mais força, quando passa a reunir «os expropriados de montante e os atingidos de jusante» da barragem, criando a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições de vida e trabalho. Essa composição de forças, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais força de vanguarda, ampliou a ação do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos dos atingidos. É importante perceber que num primeiro momento esse movimento, assim como os das demais regiões estavam se centrando em reivindicações que se limitavam a requerer «terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens» em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade. Mas, no curso dessa caminhada, a partir da articulação das comissões em nível nacional, as reivindicações passaram a ser ampliadas para uma contestação ao modelo energético e de sociedade, demonstrando o alargamento da força e da consciência social e política desse sujeito coletivo que vinha emergindo.

Essas comissões enquanto organizações locais começam a se articular em nível nacional, para construir um projeto nacional, que estaria, também, articulado com um movimento internacional de luta contra as barragens no mundo, defendendo e empunhando como palavra-de-ordem: «**Águas para Vida, não para morte!**». Com efeito disso, amplia-se a resistência e a insurgência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que ajudava vislumbrar uma contra-hegemonia e fortalecer em nível nacional, regional e local a idealização e construção de novos caminhos, alternativos ao modelo dominante. Parece que, nesse caminhar do Movimento, ele passa a fincar as balizas de um caminhar profundamente político-pedagógico, colocando e pondo novos sujeitos, problemas e temas na cena e na trama dos conflitos na sociedade.

Nesse caminhar, em 1991, o MAB nasce, concebido como um

[...] movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2002, p. 05).¹⁰

¹⁰ Nesse momento, o movimento decidiu que a sua principal instância deliberativa passava a ser o Congresso, com periodicidade trienal. Com o encerramento do Congresso em 14 de março, essa data ficou deliberada como *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens* (MAB, 2005, p. 09).

Gonçalves (2005, p. 159) defende que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar, de um lado, os povos como «atingidos» pela política de desenvolvimento do Estado, de outro, como sujeito, «protagonista» de outras propostas e ações. No tocante a essa terminologia de «*atingido*», no I encontro Nacional dos Atingidos por Barragem (1989), em Goiânia-GO, definiu-se como atingido (a):

Todos aquele [as] que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade (MAB, 2005, p. 08 e 09).

Nesse sentido, a *representação social* de «atingido» expressa tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento do Estado na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis político-social, cultural e ecológica de um sujeito coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento vigente excludente e anti-ecológico. Ele se caracteriza, ainda, como um movimento que se contrapõe ao modelo neoliberal de sociedade e às políticas do setor energético controladas pelo capital privado, defendendo o controle público desse setor energético com a participação popular (MAB, 2002, p. 05).

A identidade do MAB é constituída de um conjunto de identidades: «Os integrantes do MAB são, em maioria, camponeses, trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, Indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores» (MAB, 2004, p. 08). Em 1996, em Brasília-DF, ocorre o III Congresso Nacional do MAB. Para o movimento, esse evento teve um caráter de extrema relevância, posto que «definiu que o Movimento passaria a lutar também por um modelo energético com ênfase para as questões sociais e ambientais e pela participação popular na gestão desse setor» (MAB, 2005, p. 09). E, no ano de 1997, em Curitiba-PR, realizou-se o I encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragem no qual foi elaborada a *Declaração de Curitiba*, que instituiu o dia 14 de março como o *Dia internacional de Luta Contra as Barragens*.

Em novembro de 1999, em Belo Horizonte-MG, o MAB realiza o seu IV Congresso Nacional, no qual é reafirmado o compromisso de:

lutar contra o modelo capitalista neoliberal e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil, que incluía um novo modelo Energético. O Congresso definiu,

também, que os grupos de base constituem-se como o principal método de organização dos atingidos (MAB, 2005, p. 09)¹¹.

Outro fato na história do MAB foi o I encontro Nacional Massivo realizado em 2003, em Brasília-DF. Nele, a partir da identificação das problemáticas de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, sofridas pelos atingidos, definiu-se:

pela luta em defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, aos valores coletivos e à cultura do campo, pelo fortalecimento do poder popular e pelos direitos dos atingidos (terra, moradia, trabalho, saúde, educação, cultura e meio ambiente) (MAB, 2005, p. 10).

Em 2003, o MAB é retomado na região de Tucuruí. Conflitos internos nas organizações locais fragilizam a luta do Movimento e retardam suas conquistas. Ao mesmo tempo, outras organizações populares, por fora do MAB, se organizam para acompanhar as indenizações das populações atingidas pela duplicação da barragem de Tucuruí com a «cota 74», que é a elevação do nível do lago, para gerar mais energia.

No ano de 2004, o MAB realizou a 1ª Marcha Nacional com o lema *Águas pela Vida*. Nessa dinâmica da região amazônica e brasileira, «emergem vários movimentos sociais que, pelas suas próprias identidades reivindicadas, indicam que novos sujeitos sociais estão entrando em cena», gestando e demarcando, por conseguinte, novas identidades, demandas e novas territorialidades de «r-existência» (GONÇALVES, 2005, p. 130). Nesse contexto, o MAB na Amazônia ganha mais força, articulado, agora, além de internamente na região, também, nacionalmente, pautando a luta por um outro modelo energético e de desenvolvimento justo, solidário e responsável social e ambientalmente (MAB, 2004). Ainda que essas populações atingidas do campo estejam a enfrentar, ainda, fortemente um processo de «desterritorialização» com ameaça de construção de novas barragens no país, é importante, no entanto, considerar que está em curso um processo de «(re)territorialização» levado a cabo por um conjunto de movimentos sociais do campo, como MST, MPA, MAB, FETAGRI, MMC, entre outros, que vêm lutando pela reforma agrária, inscrevendo, assim, um novo quadro do campesinato, do território e da questão agrária na sociedade, a partir da produção de novos territórios e de desenvolvimento territorial rural.

¹¹ A partir de 1999, o MAB-NORTE, mas precisamente no município de Tucuruí, faz uma grande mobilização contra a construção da duplicação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que recentemente foi concluída. Atualmente, a luta vem se dando contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está projetada para ser construída no Rio Xingu, onde existe ameaça às comunidades indígenas locais e ao grande patrimônio natural. Ainda existe mais uma grande quantidade de barragens projetadas para a região, que visam explorar seu potencial energético e dar continuidade a esse modelo predatório, para atender os interesses de grandes empresas do grande capital instaladas na região.

3. Proposta e Prática da Pedagogia dos Povos Atingidos: As noções de educação e de desenvolvimento do campo na Amazônia: o projeto de educação do MAB: a emergência de uma pedagogia do movimento dos povos atingidos por barragem

Para consubstanciar e concretizar o seu Projeto de Educação da Pedagogia dos Povos Atingidos, o MAB criou seu *Coletivo de Educação*, em nível nacional, de forma articulada interna e externamente ao Movimento, integrando diretamente suas práticas educativas ao *Movimento e à Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo*. É importante identificar e pontuar nesse formato a forte influência da educação de movimentos sociais populares de relevância na sociedade brasileira, como o Movimento e a Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que pode ser interpretado como uma pedagogia *entre Movimentos*, um processo de ensino-aprendizagem entre os movimentos sociais populares do campo, que vigora e fortalece sua luta e *quefazer* pedagógico. Ai reside, também, a idéia de *intermovimento* e da *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2004, 2005, 2006), apontada e defendida enquanto estratégia fundamental para esse fortalecimento e que trás e carrega, como pano de fundo, um sentido eminentemente político-pedagógico inter/multicultural emancipatório. Esse pressuposto ajuda a evidenciar a relevância do Movimento e Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo como território pedagógico inter/multicultural e fecundo de utopia transformadora.

Ao identificar e referenciar, ainda, as «áreas dos movimentos sociais populares, da educação popular e educação do campo», o Movimento evidencia os eixos vetores de interesse teórico-metodológicos e político-ideológicos, que vêm compondo e alicerçando o seu Projeto de Educação. O MAB, desde a sua criação, teve uma preocupação em construir e desenvolver uma proposta de educação que atendesse aos interesses do Movimento. Numa tentativa de lançar uma reflexão e ação de *classe*, o Movimento entende que «as lutas organizadas precisam ser somadas a espaços próprios da educação para que a consciência de classe dos atingidos, tanto almejada pelo MAB, possa se fazer e se consolidar» (Idem). Nesse entendimento, reside a compreensão e concepção de uma educação alargada e ampla, que relaciona e integra a organização da luta do Movimento com uma educação formal, isto é, os *espaços próprios de educação* pelos quais o MAB passa a lutar, referem-se à *educação como direito*, que está associada a um conjunto de outras lutas por políticas públicas, entendendo isso como responsabilidade e dever do Estado e com a participação do Movimento, que, integrado à Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, busca fortalecer e consolidar os interesses de *classe* das populações do campo, a luta por um projeto de educação e

desenvolvimento popular do campo, associado ao de Nação. Em seu Projeto, O MAB (2005, p. 18) conceitua a educação para além do definido institucionalmente.

Nessa premissa, identifica-se um alargamento da compreensão de educação para além do estabelecido institucionalmente, desdobrando-se para o conjunto e movimento da sociedade como um todo, realizando-se e desenvolvendo-se, também, nos movimentos sociais populares, que «resistem e protagonizam a luta pela humanização dos povos do campo e da cidade». Com base nesses pressupostos, a educação do MAB assume uma intencionalidade político-cultural e ideológica de organizar e mobilizar as populações atingidas, para que tomem consciência de classe e lutem pelos seus direitos e produzam a transformação da sociedade. Isso traça o desenho de uma educação com as seguintes características: produz-se no espaço formal e não-formal; tem caráter político; é crítica e conscientizadora; organizadora e unificadora dos interesses dos povos atingidos; emancipatória e transformadora.

Ao compartilhar e participar da construção desse Projeto de Educação do Campo, a educação do MAB ajuda a fortalecer, espacializar e territorializar uma nova representação e plataforma política da territorialidade do campo e da educação e desenvolvimento do campo na sociedade brasileira: **a)** Uma educação pública; **b)** Uma educação enraizada na realidade, na luta, nos valores, nos saberes, no jeito de estar sendo dos povos excluídos e dos movimentos populares do campo; **c)** Uma educação vinculada a um projeto popular de desenvolvimento do campo; **d)** Uma educação que concebe a interface campo-cidade, para construir um projeto popular de desenvolvimento para sociedade brasileira. Desta feita, o Projeto de Educação do MAB passa a conceber outro sentido ao *campo* e à *educação do campo*: história, vida, cultura, trabalho, identidade, luta, sonho numa perspectiva de justiça, de solidariedade, de liberdade, de dignidade e responsabilidade humana, social e ambiental. Nesse sentido, essa nova representação de campo e de educação do campo, protagonizada pelos seus sujeitos, concebe-o como um território em movimento, de resistência e existência, de *territorialidade rural de libertação*. Esse entendimento se contrapõe à representação hegemônica eurocêntrica de que o campo é o lugar sem vida, sem perspectiva, sem cultura e identidade própria, ou seja, de que ele é sinônimo de negatividade, de atraso, da não-modernidade e do não-desenvolvimento, de mero apêndice da cidade, do urbano. Para essa representação hegemônica, cabe, então, conduzi-lo ao progresso, à modernidade e ao desenvolvimento conforme o paradigma da racionalidade instrumental e do padrão de sociedade capitalista mercadológico, figurado no imaginário do agronegócio e do urbanocentrismo, que produzem a *territorialidade rural da servidão humana e da natureza*.

Ao apresentar, resumidamente, alguns elementos que compõem o Projeto de Educação do MAB, identifico uma concepção (matriz) teórico-metodológica, fundada em referenciais críticos do materialismo histórico-dialético, da educação popular libertadora e da educação do campo. Essa concepção de educação assume compromisso ético-político social, teórico-prático com as populações excluídas do campo, particularmente as atingidas, tendo em vista a construção de uma educação transformadora e emancipatória, associada a um outro modelo de desenvolvimento e de sociedade. Essa noção de educação carrega, portanto, uma perspectiva popular transformadora, que reconhece nos povos atingidos e excluídos do campo e no seu Movimento os protagonistas, sujeitos desse *quefazer* político-pedagógico, dessa luta por uma educação e desenvolvimento popular do campo, que está direta e organicamente vinculada à luta por um *Projeto de Nação*, o qual se inscreve e é inscrito na marcha maior do Movimento Por Uma Educação do Campo.

Esse Projeto de Educação do MAB, ao colocar como eixos temáticos centrais de sua proposta pedagógica formativa: a história, a memória, o modo de vida e de trabalho, os saberes, a cultura, os tempos e espaços desses sujeitos atingidos, a natureza, de forma *relacional e totalizante*, aponta para o protagonismo desses povos e de seus territórios na produção do saber e da cultura e para a necessidade da produção da cultura e do saber na diversidade¹². Nesse Projeto, há uma relação indissociável entre educação do campo e desenvolvimento do campo e de Nação. Essa noção de desenvolvimento rural expressa uma concepção emancipatória, vinculada aos interesses das populações excluídas e ao seu protagonismo, que imprime seu corte democrático-participativo, reconfigurando a relação Estado e sociedade civil. Essa noção de desenvolvimento entende e defende uma compreensão relacional e integrada entre as dimensões socioespacial, política, econômica, cultural e ambiental e ética, cujo sentido desse desenvolvimento é a sustentabilidade, a solidariedade, a dignidade humana, a autonomia e liberdade, a igualdade na diversidade, a responsabilidade pela natureza. Essa noção reconhece as escalas territoriais de forma relacional e integrada em nível local, regional, nacional e global, compreendendo as territorialidades do campo e da cidade de maneira multidimensional, complementar e interdependente.

Com base nesses elementos, as noções de educação e desenvolvimento do campo do MAB sugerem, por um lado, uma forte contestação e resistência ao modelo racionalista instrumental e produtivista capitalista hegemônicos, por outro, envidam esforços, na

¹² Ver, em anexo, a **Proposta Curricular da Pedagogia dos Povos Atingidos**, assentada no *Sistema Complexo*.

articulação com outros sujeitos do campo e da cidade, na construção e fortalecimento de alternativas de sociabilidade, produzidas coletivamente. Esse contra-movimento ou movimento de reterritorialidade repõem o valor do humano e da natureza como dimensões inseparáveis e interdependente, ajudando a construir uma cultura político-ecológica sustentável e solidária. Esse movimento, ainda, recoloca a necessidade de uma cultura política participativa e democrática, revigorando o sentido do protagonismo na sociedade.

Nessa breve apresentação do Projeto de Educação do MAB, residem algumas idéias-força que ajudam a ir tecendo e construindo o que posso chamar aqui de ***Pedagogia do Movimento dos Povos Atingidos por Barragem***. Ao considerar e entender que o Projeto de Educação e o desenvolvimento da Pedagogia dos Povos Atingidos se realizam na «interface com a organização e as lutas do MAB»; e a «sistematização das práticas de educação sempre integradas à organicidade do Movimento», o MAB se apresenta como *sujeito educativo e sujeito da reflexão* da sua tarefa educativa de formação dos atingidos e atingidas, isto é, passe-se a constituir uma «pedagogia *do* Movimento e não *para* o Movimento» (CALDART, 2004).

Nesse horizonte e reconhecimento do protagonismo político-pedagógico desses movimentos sociais populares do campo, Alder Calado frisa a vigorosidade e relevância deles ao ampliar e situar a atualidade da Educação Popular (EP) como território fértil, «protagonizado», também, por esses *sujeitos coletivos* «numa perspectiva emancipatória e transformadora da realidade vigente, a partir da transformação cotidiana dos próprios protagonistas (2003, p. 120, 121). Na abordagem da EP ***Intercultural*** de Reinaldo Matias Fleuri, encontra-se, também, a preocupação com o reconhecimento e vigorosidade de pedagogias emergentes desse seio popular dos movimentos sociais, que assinalam sua condição de protagonistas pedagógicos e de construtores de novas formas de resistência e de sociabilidades à ordem hegemônica. Melo Neto (2003; 2004), em sua abordagem de EP, ao assinalar a importância da *teoria de conhecimento* como aquela «que se externa pela busca por conhecimento que vai no sentido do fazer história», ajuda a repor o papel desses sujeitos coletivos emancipatórios num horizonte de autonomia e protagonismo intelectual na apropriação, produção e reelaboração sistemática do conhecimento sobre suas experiências existenciais, práticas sociais e educativas, revitalizando, assim, o território libertador da pedagogia da EP. Essa Pedagogia do Movimento dos Povos Atingidos, assim, entendida, assume papel fundamental no processo de elevação da cultural política, da organização e construção da unidade em torno de uma vontade coletiva das populações atingidas do campo, para fortalecer suas lutas e conquistas e enraizar seus valores, memória, história e identidade

coletiva [e identidades dos povos atingidos], constituindo matrizes pedagógicas e gerando novas perspectivas de sociabilidade.

Desde 2004, o MAB do Município de Tucuruí-PA vem, por meio de seu Coletivo Estadual de Educação, desenvolvendo atividades pedagógicas de Alfabetização de Jovens e Adultos atingidos (as). O Movimento, através de um convênio com o Ministério da Educação (Brasil Alfabetizado), em Parceria com o Ministério das Minas e Energia, via Eletrobrás e Eletronorte, conseguiu aprovar um Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos. Esse Projeto foi o primeiro trabalho pedagógico desenvolvido pelo MAB na localidade com financiamento público. No final de 2005 e início de 2006, esse Projeto de Alfabetização foi (re) elaborado pelo MAB e aprovado novamente por esse convênio. Esse segundo trabalho pedagógico teve um período, também, de 08 (oito) meses (março a novembro de 2006). A continuidade desse Projeto é uma das bandeiras de luta do Movimento. Com base na pesquisa, aponto algumas *problemáticas* sobre essa práxis educativa do MAB-NORTE.

- Organização e desenvolvimento da prática pedagógica assentados, em grande medida, em referenciais de corte educacional tradicional.
- Essa situação limite está explícita no planejamento e no currículo trabalhados em sala de aula, que restringem o ler, o escrever e o contar a conteúdos disciplinares, fragmentados, mecânicos e deslocados da realidade dos sujeitos atingidos do campo.
- Isso implicado uma prática pedagógica de alfabetização restrita à sala de aula, que confere seu sentido, fortemente, centrado no ler, escrever e contar de forma descontextualizada da dinâmica de vida desses sujeitos atingidos.
- Reflexo disso são as atividades e formações pedagógicas do Movimento que não apresentam, ainda, um planejamento pedagógico que se articule e se relacione com os projetos de desenvolvimento sustentável.
- As práticas pedagógicas de alfabetização se realizam separadas das práticas produtivas locais das populações.
- Isso, ainda, reflete na fragilidade da organização produtiva dessas populações.
- A formação continuada dos alfabetizadores (a) do Movimento demonstra fragilidade e urgência de redefinição e o Coletivo de Educação do Movimento local precisa combinar esforços teórico-práticos nessa direção como protagonistas desse processo.
- É perceptível um grande distanciamento e desequilíbrio de acúmulo de experiência e de conhecimento entre a direção/coordenação regional do Movimento e coordenação do coletivo de educação e o grupo de alfabetizadores (as).

4. Considerações Finais

No primeiro tópico, demarquei o surgimento do MAB como resultado das contradições e conflitos dessa sociedade capitalista, de uma política e modelo de desenvolvimento excludente e anti-ecológico, mas, também, como um Movimento que nasce da resistência contra a «negação da condição humana», um movimento popular de gente lutando pela vida, por direitos, por respeito a natureza; a favor de um outro modelo alternativo de energia e de sociedade. Isso possibilita tecer e entrelaçar novos fios para se construir outras relações socioculturais, ético-políticas e pedagógicas entre ser humano e natureza, produzindo novos territórios, formas de desenvolvimento e de educação popular do campo na região amazônica.

No âmbito da investigação das noções de educação e de desenvolvimento do campo na região amazônica, expressas na proposta e prática pedagógica do Movimento, identifiquei, no plano da proposta pedagógica do MAB e na agenda mais ampla de luta desse Movimento, elementos que apontam para uma educação popular do campo compromissada com as classes populares, particularmente as populações atingidas por barragem, e transformadora, que reserva e pauta o protagonismo desses sujeitos do campo no horizonte da construção de um outro modelo de desenvolvimento rural e de sociedade. No tonante à noção de desenvolvimento, identifiquei uma matriz de base popular, que assinala e reivindica tanto a participação ativa desses sujeitos do campo na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas, quanto uma nova relação entre ser humano e natureza. No plano da experiência pedagógica do MAB, identifiquei, na organização e desenvolvimento da prática educativa de alfabetização uma forte influência da pedagogia de corte tradicional, que, por sua vez, se distancia e se conflita com a proposta pedagógica do Movimento dos povos atingidos por barragem.

5. Referências bibliográficas

- ALVES FILHO, Armando A. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In. [et al]. Pontos de História da Amazônia. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999.
- BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BRITO, Daniel Chaves de et al. A modernização na era das incertezas: crises e desafios da teoria social. Artigo, 2002.
- CALADO, Alder Júlio F. Tecendo Saberes em Busca de uma Sociabilidade Alternativa. In. Et al. Desafios da Produção de Saberes Político-Educativos. IN. et al. (Orgs). João Pessoa: Idéia / Edições FAFICA, 2004.

___; O Democrático e Popular no âmbito dos Movimentos Sociais: implicações ético-políticas Direitos humanos X Capital: Potencializando a intervenção dos movimentos e organizações sociais de Base. João Pessoa - PB. Idéia, 2003.

___; A Educação das Pessoas Jovens e Adultas na Perspectiva da Educação popular: (re) problematizando termos da relação, no atual contexto sócio-histórico. Direitos humanos X Capital: Potencializando a intervenção dos movimentos e organizações sociais de Base. João Pessoa - PB. Idéia, 2003.

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

___; Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. MOLINA, Mônica. [et al]. Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. (Orgs). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. Coleção Por uma educação do campo, nº 05.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósitos de processos de trabalho na Amazônia. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.

CORRÊA, Sérgio R. M. Educação Popular e Movimentos Sociais: Construindo caminhos de inclusão social e de sustentabilidade com as sociedades tradicionais da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Pará, para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, abril, 2005.

COSTA, Rogério H. da. O Mito da Desterritorialização: do «fim dos territórios» à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura, educação e movimentos sociais no Brasil. Texto. Conferência proferida no V Colóquio Internacional Paulo Freire: Paulo Freire: desafios à sociedade multicultural, Recife, de 19 a 22 de setembro de 2005.

___; Educação Intercultural: Desafios Emergentes na Perspectiva dos Movimentos Sociais. Organizado por FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis, 1998, p.45-54.

___; Educação popular e complexidade. In. COSTA, Marisa V. (Org). Educação Popular Hoje. São Paulo. Loyola, 1998.

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia, Amazônias. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

___; Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. (sem referência).

LOUREIRO, Violeta R. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas. COSTA, Maria J. J. (Org). Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2001.

MAB. A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem. Coletivo de Educação. Edição 1ª - Brasília-DF: Janeiro de 2005. Caderno Pedagógico.

___; A educação no Movimento dos Atingidos por Barragem. 2ª.ed. Brasília-DF: Agosto de 2004. Caderno de Formação, nº 05.

___; Ditadura contra as populações atingidas por barragem. Brasília-DF: Maio de 2004. Caderno de Formação, nº 08.

___; MAB: Uma história de luta, desafios e conquistas. São Paulo. Secretaria Nacional do MAB: 2002. Caderno nº 07.

___; Uma História de Organização e Luta. Parte 01.

___; História do MAB. www.mabnacional.org.br

MOLINA, M e JESUS, S (Orgs). Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. In. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, Nº. 05.

PINTO, Lúcio. Tucuruí: lago ficou maior. In. O que fica: o buraco. Belém-PA. Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto. Abril de 2007. 1ª Quinzena. Nº389. Ano XX.

Plano Diretor do Município de Tucuruí. Prefeitura Municipal de Tucuruí. Tucuruí-PA, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para Além de Um e Outro. In. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

___; Dilemas do nosso tempo. Globalização, multiculturalismo e conhecimento. (Entrevista). Currículo sem Fronteiras, v.3, n.2, pp. 5-23, Jul/Dez. 2004.

___; [et al]. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 4ª.ed. –Rio de Janeiro: Record, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**ESPAÇO AGRÁRIO E EDUCAÇÃO: LUTAS E DESAFIOS DA PROPOSTA
EDUCATIVA DO MST NA ESCOLA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES, PARAÍBA**

Mara Edilara Batista de Oliveira¹
María Franco García²

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre o problema referente ao descompasso educativo, histórico e espacial, das famílias trabalhadoras rurais e sem-terra na Paraíba. O objetivo central é analisar a proposta educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a sua relação com a formação territorial do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari, na região da Mata Paraibana. O acesso a uma educação pública de qualidade é um direito garantido pela Constituição brasileira e fundamento de qualquer projeto de desenvolvimento territorial. Acreditando nisso o MST, junto a outros movimentos sociais de luta pela terra, traçou uma proposta educativa diferenciada que leva em consideração o papel histórico desses sujeitos. A Escola Zumbi dos Palmares, do assentamento estudado, vem tentando contribuir com uma educação do/no campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo; Luta pela Terra; Reforma Agrária.

1. Introdução

O estudo geográfico dos assentamentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária pode vir a contribuir com a luta travada pelas famílias que vivem e trabalham no campo após a conquista de um pedaço de chão³. Com esse intuito apresentamos neste artigo os resultados da pesquisa desenvolvida durante o trabalho de conclusão do curso de Geografia da UFPB⁴, que teve como objetivo apreender a proposta educativa do MST e a sua relação com o processo de formação territorial do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari na região da Mata Paraibana.

O estudo dos movimentos sociais é abordado por diversas ciências para as que o conceito transforma-se, bem no seu próprio objeto de pesquisa, bem em uma categoria de análise importante para a mesma. Os principais referenciais teóricos advêm da Sociologia e remetem ao entendimento dos movimentos sociais como expressões ou formas de organização que adotam as sociedades ao longo do tempo. Essas formas temporais, por serem sociais, possuem

¹ PPGG/UFPB – maraedilara@hotmail.com.

² PPGG/UFPB – mmartillo@gmail.com.

³ Parafraseando a obra de MOREIRA, E. R. F. Por um Pedaço de Chão. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. v. 2. 894 p.

⁴ OLIVEIRA, M.E.B. de. Geografia do MST na Paraíba: a luta por uma educação do /no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares. Monografia (Geografia), UFPB, João Pessoa (111 p.)

uma dimensão espacial. O estudo dos significados e sentidos espaciais que os movimentos sociais têm, ou seja, os processos de espacialização e a territorialização das suas lutas, são questões importantes para os geógrafos.

Na geografia agrária brasileira tem-se travado um rico debate em torno da concepção do movimento social como uma categoria geográfica. Aliás, podemos afirmar que a cada dia a pesquisa da Geografia dos Movimentos Sociais no Campo se amplia. Reflexo da necessidade de acompanhar a dinâmica territorial destes sujeitos coletivos e analisar as novas territorialidades que eles constroem. Entendemos aqui esses movimentos como *movimentos territoriais*, concordando com Franco (2004) que se contrapõe a noção de “*movimento sócio-territorial*” elaborado por Fernandes (2000). A autora ainda afirma:

Tal análise de modo algum diverge da apreciação de Fernandes que entende o MST para além de um movimento de massas. Aliás concordamos plenamente com ele ao afirmar que as referências do movimento social das que dispomos são insuficientes para pensá-lo. (...) Sob a denominação de movimento territorial entendemos aquele que na sua estrutura, organização e consecução depende sobretudo da apropriação simbólica, ou não, do território. O que significa entender o território como um espaço, ao mesmo tempo, de apropriação e reprodução concreta e simbólica. Entendemos que o novo conceito de “movimento sócio-territorial” esvazia o significado político do espaço singularizado no conceito território (FRANCO, 2004, p. 20).

A premissa da que partimos no nosso estudo é a concepção do MST como um movimento social que constrói estruturas, desenvolve processos, organiza e domina territórios. Estamos procurando compreendê-lo a partir da sua singularidade expressa no Assentamento rural Zumbi dos Palmares, através de suas formas de organização assim como também pelos processos que desenvolve dentro e fora dessa comunidade, pelos espaços diferenciados de luta e resistência que constrói no próprio assentamento e pelo território que domina.

Para isso partimos da análise da sua principal ferramenta de luta: a ocupação da terra, a apropriação do espaço. Esta é a primeira ação de muitos dos movimentos que lutam pela terra e a materialização da resistência à exploração e expropriação dos trabalhadores (LIMA, 2006). Nossa proposta no momento é resgatar a história de luta e resistência na terra, com ênfase ao estado da Paraíba para, a partir de aí, podermos compreender a proposta educacional do Movimento no Assentamento rural Zumbi dos Palmares, no município de Mari e *locus* de nossa pesquisa.

2. O surgimento do MST na Paraíba

Desde o processo que levou a sua fundação o MST define-se como uma forma de organização da classe trabalhadora no campo. Seguindo esse princípio de organização, os sem-terra vivenciaram diferentes experiências na construção do Movimento na Paraíba, em função das diferenças regionais dentro do estado. Como em grande parte do Nordeste, os trabalhadores e trabalhadoras organizados sob a sua bandeira encontraram fortes resistências para a se constituir enquanto um movimento social no campo.

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi ao dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundas de nove municípios da região do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 há. no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, reivindicando o uso da terra para o desenvolvimento de agricultura familiar e de subsistência já que, segundo o MST, a fazenda era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximos à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Em função da falta intervenção do Governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando o número de 320 famílias e ocuparam a Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área (LAZARETTI, 2007).

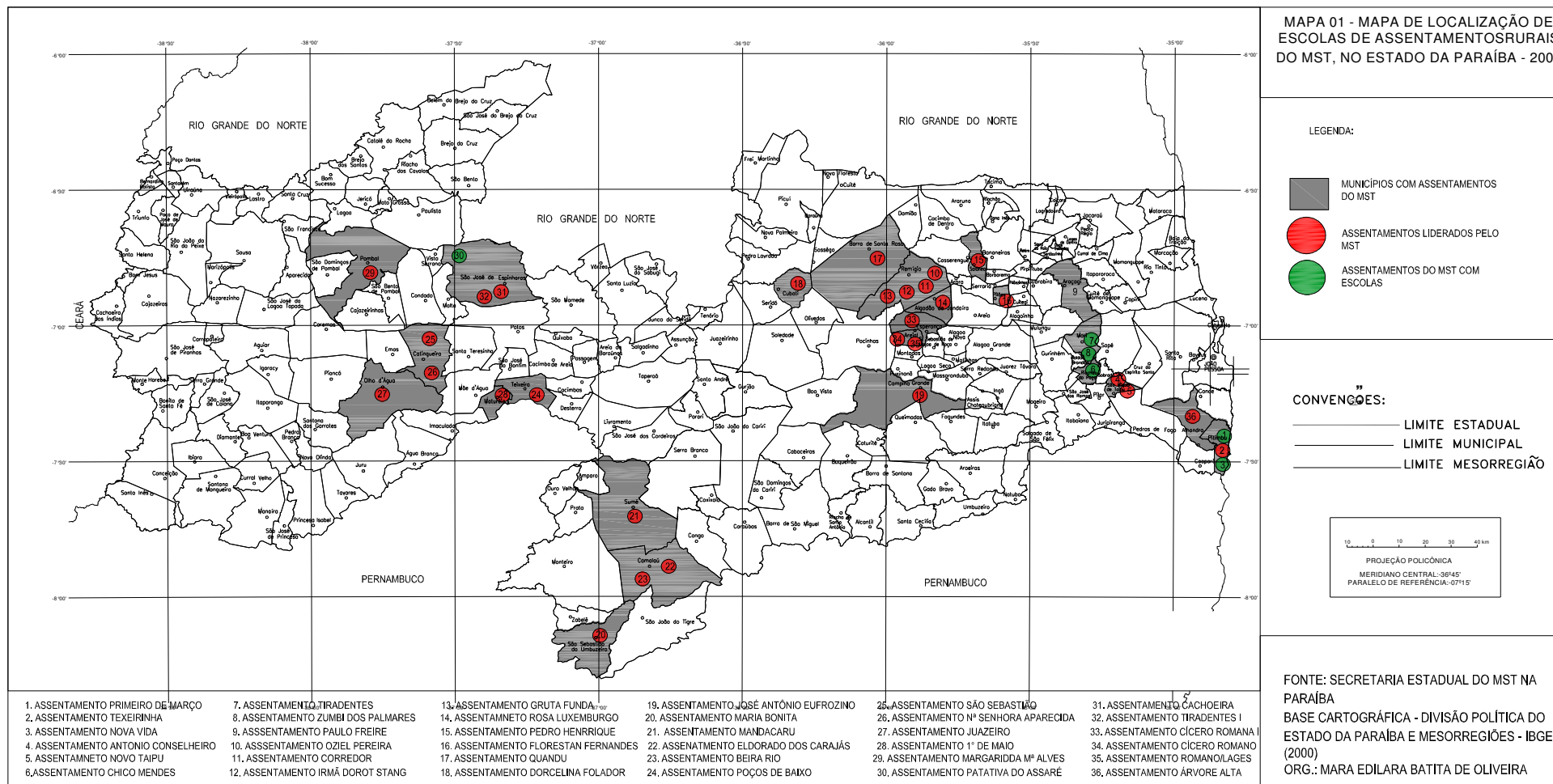
Desde 1985, após o Primeiro Congresso do MST, realizado em Curitiba, Paraná, no que participaram 25 lavradores do estado da Paraíba houve a disposição dos mesmos de fundar o Movimento (FERNANDES, 1999). Entre 1986 e 1987 várias foram as discussões a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos e trabalhadores rurais, dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento (LAZARETTI, 2007). Em 1988 o MST realizou cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Piripirituba, Guarabira, Cuitagi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. De 1991 em diante o MST-PB colocou-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do Movimento em nível nacional priorizando, entre outras coisas, o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, a grande maioria deles analfabetos e semi-analfabetos.

No Litoral da Paraíba o MST surge em Janeiro de 1993, sob a coordenação de Nilza Pessoa e Jaime Amorim, e alguns militantes de Pernambuco, que articulavam as terras do Abiá. Como afirma Pereira (2005):

Constata-se nesse período de acampamento uma presença contínua da militância do MST junto aos acampados, dialogando, orientando com firmeza e responsabilidade. O diálogo com base na Pedagogia Libertadora se fez presente entre o MST e os acampados. A luta pela conquista da terra iluminava todos os outros objetivos, uma militância vinculada às bases alimentada por uma mística e uma utopia (PEREIRA, 2005, p. 139).

Em pesquisa realizada durante o ano de 2007 e segundo dados levantados na Secretaria Estadual do MST – Paraíba existem no estado 36 assentamentos liderados pelo MST. Desses 36 apenas seis possuem escolas dentro do próprio assentamento. Todas elas são coordenadas pelas Secretarias Municipais junto com o MST. No MAPA 01 observamos que a maior concentração de assentamentos liderados pelo MST está localizada na região central do estado. Esta região é conhecida como o Agreste Paraibano, região que historicamente se destaca na organização da classe trabalhadora e dos camponeses na luta pela terra e a Reforma agrária na Paraíba. Em seguida a Zona da Mata, região litorânea do estado, concentra nove assentamentos do MST, sendo que cinco deles contam com escola própria. Este dado é significativo se comparamos a situação dos restantes assentamentos do Movimento em todo o estado, já que tão só existe uma escola do/no campo em área de assentamento fora desta região, que está localizada na região do Sertão, no interior do estado, no município de Patos. O fato dessa diferente distribuição espacial das escolas do MST no estado nos chama a atenção, especialmente quando nos remetemos ao processo de territorialização do Movimento na Paraíba, o qual se inicia no Agreste, porém só se consolida quando o MST ocupa a região do litoral Sul do estado.

MAPA 01 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ESCOLAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST, NO ESTADO DA PARAÍBA - 2007



3. Estrutura e organização do MST na Paraíba

A direção estadual do MST na Paraíba é composta por um ou dois representantes de cada uma das direções das brigadas regionais e por um ou dois representantes de cada um dos setores de atuação nos que se divide e organiza o Movimento. A organização espacial em brigadas regionais é recente e remete a uma nova concepção do espaço, como estratégia de luta e resistência do MST. Uma brigada regional comporta aproximadamente 300 famílias. O objetivo de organizá-las territorialmente a partir dessa escala de ação se justifica, segundo o MST (OLIVEIRA, 2007), ante a necessidade de facilitar o fluxo de informações entre as diversas instâncias e a necessidade de ampliar a participação dos assentados e acampados no processo de construção do próprio Movimento no estado. Atualmente o MST-PB se configura em nove brigadas cuja direção é composta por um ou dois representantes da Coordenação de cada um dos assentamentos/acampamentos no estado e por um ou dois representante de cada Setor de atuação. Nos assentamentos e acampamentos as Coordenações são formadas pelos representantes dos Núcleos de Base. Cada Núcleo reúne dez famílias assentadas/acampadas. Existem também, nesses espaços, os representantes de cada um dos Setores de atuação, pois eles estão presentes em cada uma das instâncias organizacionais nas que se estrutura o MST.

O Assentamento Zumbi dos Palmares pertence á Brigada regional de João Pedro Teixeira, localizada na região da Zona da Mata. Essa brigada engloba os municípios de Araçagi, Riachão do Poço, São Miguel de Taipú e Mari.

4. A Educação do/no campo e o MST

A insurgência de movimentos sociais e organizações de classe, assim como de comissões combativas da Igreja Católica são evidencia históricas de que o campo brasileiro nem sempre foi silenciado, muito embora a história oficial da formação territorial do Brasil nem sempre tenha evidenciado esse fato. Há, portanto, uma história e um refazer geográfico a serem resgatados e esse exercício se apresenta, tanto para os movimentos quanto para os pesquisadores, professores, trabalhadores e alunos implicados, como um caminho metodológico no processo de ensino – aprendizagem da geografia da luta pela terra e a reforma agrária no país.

Nos últimos 20 anos do século XX as reivindicações e lutas das famílias trabalhadoras sem terra brasileiras repercutiram no mundo todo, projetando internacionalmente a sua luta, ampliando a sua escala de atuação significativamente. Problemas e contradições históricas do

espaço agrário brasileiro transgrediram os limites dos acampamentos e assentamentos dos sem terra, para entrar na pauta de reivindicações do movimento camponês mundial sob a bandeira da Via Campesina. Essa dinâmica social e espacial vivida pelos que no campo moram e trabalham têm construído e configurado “novos” territórios, gerando “novas” territorialidades de reforma agrária, identidades coletivas com uma dimensão territorial clara e, radicalmente, vinculada à história de lutas dos seus protagonistas. A educação e a escola nesses espaços e tempos diferentes não poderiam deixar de ser problematizadas pelos seus protagonistas.

Como resposta às demandas e lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade surge em 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁵. O programa formula-se como uma política pública de Educação do Campo a ser desenvolvida em áreas de Reforma Agrária. Depois de 10 anos de atuação em todo o território nacional, e na Paraíba especificamente, constata-se o trabalho de um grande número de educadoras e educadores que mobilizam recursos e esforços, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas educativas em escolas de comunidades camponesas, escolas família-agrícola, escolas dos re-assentamentos do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), escolas de assentamentos e de acampamentos do MST e da CPT e escolas de comunidades indígenas e quilombolas (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004).

O conjunto de ações de apoio à educação do campo constitui o Movimento Nacional *Por uma Educação do Campo* o qual visa, com urgência, ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam os povos do campo no Brasil. O movimento visa reverter o tratamento que a escola no meio rural tem recebido durante longo período, enquanto “resíduo” do sistema educacional brasileiro (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004). A idéia de uma Educação do Campo nasce, sobretudo, de um olhar sobre o papel do campo dentro de um projeto de desenvolvimento territorial diferenciado para o país. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos.

Os ideólogos, seguidores e multiplicadores deste novo paradigma educativo enfatizam tanto nas pesquisas quanto nas políticas educativas, o reconhecimento do protagonismo político, cultural, aliás, educativo dos movimentos sociais do campo. Agora, o desafio colocado para a escola e os educadores é partir do entendimento dos processos educativos na

⁵ O PRONERA atua em todos os níveis de ensino, desde a alfabetização ao ensino superior. O programa é uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os governos federal, estadual e municipais, as universidades, assentados, acampados e movimentos sociais, com papéis bem definidos.

diversidade de dimensões que os constituem enquanto processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade. E tudo isso “localizado” em uma espacialidade concreta, a rural.

Quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar docente que se alimentem dessa dinâmica formadora, onde as dificuldades próprias da educação do e no campo sejam ponderadas para poderem se superadas, questões importantes como a evasão escolar pelo cansaço, pelas exigências da lavoura, pela família, pela baixa auto-estima dos trabalhadores e trabalhadoras, pelas distancias a serem enfrentadas muitas vezes á pé, pela falta de estrutura das salas de aula, entre outras. Porém também, mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade, incorporando progressivamente a educação como um valor entre os trabalhadores rurais, camponeses e assentados.

A consciência de que a terra se conquista com a organização e luta dos trabalhadores levou o MST a vincular a ela o direito à educação para quem luta por e para o desenvolvimento social do campo. Para o Movimento a educação é entendida como o processo de socialização e de transformação a partir da cultura. Caberia, pois a ela a “construção e desconstrução” da identidade dos trabalhadores em geral e, no caso específico, dos trabalhadores pertencentes ao MST. Essa consciência levou quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os trabalhadores do MST também lutassem por escolas dentro dos territórios forjados na sua luta, os acampamentos e os assentamentos rurais. As famílias sem terra mobilizaram-se pelo direito à escola e, especificamente, pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura. Essas famílias tomaram para si, não só a necessidade de construir as escolas nesses espaços, senão também a tarefa de organizar e produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nesta perspectiva.

Com a criação de um Setor de Educação dentro do MST em 1987 esta tarefa foi formalmente assumida. Desde então foi estabelecido pelo MST que todo acampamento e assentamento teriam uma escola, e de preferência que não fosse uma escola qualquer (CALDART, 2004). Mas sim que esse projeto de educação incorporasse à escola uma educação do campo, que é aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. A identificação política e a

inserção geográfica na própria realidade cultural são condições fundamentais em sua implementação.

Para o MST o Movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história, que vivem experiências de formação humana próprias do jeito da organização particular da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, cada vez que toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem-terra, a identidade dos lutadores do povo, está se transformando e se reeducando como ser humano.

Para exemplificarmos uma tentativa de experiência de formação humana através do movimento da história, utilizamos o caso do Assentamento Zumbi dos Palmares, caracterizando sua luta por uma educação diferenciada no campo.

5. O assentamento rural Zumbi dos Palmares: luta, resistência e educação

O conflito por terra que originou o Assentamento Rural Zumbi do Palmares foi liderado pelo MST no ano de 2001. Trabalhadores rurais expropriados de suas terras pelo avanço da cana-de-açúcar na região da Zona da Mata ocuparam a área da antiga Fazenda Cafundó. As terras estavam sob o domínio de um grande proprietário da região que as arrendava a outros fazendeiros para o plantio de pasto para gado. Os pequenos agricultores junto aos os moradores das grandes fazendas se uniram ao MST para lutar pelas terras da quais foram expulsos.

Segundo os depoimentos dos trabalhadores hoje assentados no Zumbi dos Palmares, entrevistados durante a nossa pesquisa de campo, a grande parte das famílias que se uniram no conflito era originária dos municípios de Mari e Sapé, majoritariamente da área rural (OLIVEIRA, 2007). Muitas delas provinham de outros processos de ocupação que não tiveram sucesso e despejadas se uniram na ocupação da Faz. Cafundó.

A ocupação ocorreu em 04 de outubro de 2001, quando as famílias sem-terra montaram seus barracos e construíram o acampamento. A ocupação das terras da Fazenda Cafundó no município de Mari, para os trabalhadores sem-terra, trazia consigo uma luta pela conquista da libertação da submissão aos grandes proprietários de terras. É ainda o avanço frente à luta pela Reforma Agrária, como fala o coordenador do Assentamento;

...éramos trabalhadores lutando pelo um direito que é nosso, garantido pela constituição, mesmo apesar de dizer que ocupar terra pra burguesia é ilegal, mas pra nós a gente acredita que não é porque a gente acredita que o que está na constituição é o direito de se fazer a Reforma Agrária, e os governantes não faz. Então pra nós ocupar terra não é ilegal, pra nós ocupar terra é legal pelo fato de que é uma ferramenta de pressionar o governo de desapropriar essas terras, então é dois pesos e duas medidas.(OLIVEIRA, 2007, pág. 74)

No processo de ocupação participaram 82 famílias. Muitos pais traziam as suas crianças, devido à falta de ter com quem deixar, correndo vários riscos, como atravessar rios e travessias por matas fechadas no escuro da noite. Essas famílias ainda sofreram dois despejos. Por vezes, participaram as forças policiais, na falta os capangas dos coronéis eram enviados para a retirada das famílias de forma violenta.

Devido à preocupação com o grande número de crianças as famílias, logo após montarem seus barracos, se organizaram para dar início ao processo de alfabetização. Com esse intuito construíram um barracão maior que albergasse todos os *sem terrinhas* acampados. Os próprios militantes com maiores habilidades e competências, por terem cursado até quinta ou sexta série, começaram as aulas de alfabetização. Após um ano de acampamento saiu a primeira emissão da posse das terras em 2002, mas o antigo proprietário da Fazenda entrou com um recurso na justiça e conseguiu novamente o título de propriedade. Em 2004, após quatro anos acampadas, as famílias do MST conseguiram definitivamente a posse. O assentamento rural constituído a partir desse momento recebeu o nome de Zumbi dos Palmares em homenagem a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares construído na Serra da Barriga entre os estados de Pernambuco e Alagoas, que lutou pela libertação da escravidão dos negros no Brasil em 1690.

Das 82 famílias que iniciaram o processo de luta pela terra na fazenda hoje 78 encontram-se assentadas (OLIVEIRA, 2007). A divisão dos lotes foi realizada inicialmente com o auxílio do técnico do MST e respondeu ao modelo da *agrovilab*. A área total desapropriada foi parcelada em lotes de apenas 1hectare destinados para que cada família construísse a casa e o quintal, onde plantar árvores frutíferas, preparar a horta e criar aves e porcos, para o consumo familiar. Destinou-se 20% da área à preservação dos recursos naturais constituindo a reserva legal do assentamento. Coletivamente as famílias decidiram destinar a área de mananciais existentes no assentamento de 30 hectares, à reserva ambiental.

6 A forma de agrovila que o INCRA mais incentiva é a em que a casa do assentado fica localizada numa vila afastada de sua parcela, do lote individual. Este tipo de organização é a mais viável para eles por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia (SOUZA, s/d).

Como foi destacado e pudemos constatar na nossa pesquisa (OLIVEIRA, 2007) a maioria das famílias assentadas são oriundas do campo. A ocupação principal do assentamento, ou por muitas vezes única, é o cultivo da terra, a agricultura. O assentamento é a terra conquistada onde viver e trabalhar. Poucos são os trabalhadores que saem do assentamento para enfrentar o mercado de trabalho na cidade realizando trabalhos temporários como “bicos”, também no interior do assentamento, raramente recorre-se ao trabalho assalariado.

Das 67 famílias entrevistadas na nossa amostra, 52% delas produzem para subsistência. Tendo em vista que apenas contam com 1hectar de terra para cultivar, produzir culturas para a sua comercialização se torna muito difícil. O processo de parcelamento ainda não está concluído, e disso decorre a difícil situação na que se encontram muitas das famílias. No entanto, 48% delas cultivam exclusivamente a mandioca para comercialização, cultura predominante de toda a região. O cultivo realiza-se na área destinada à construção da casa e o quintal, tomando o espaço destinado ao cultivo de produtos para a alimentação da família e a sua subsistência. Esta prática leva a que os assentados tenham que adquirir alimentos básicos na cidade. Mesmo assim, a colheita da mandioca só ocorre de ano em ano, desta forma são muito raras as relações comerciais existentes entre os assentados.

Das famílias entrevistadas 73%, se declararam militantes, mas muitos assentados e assentadas entendem a militância apenas como participação em assembleias e passeatas. Contudo, ainda que várias famílias se mostraram insatisfeitas com a atuação do MST no assentamento, muitas delas foram se unindo ao Movimento durante o processo de territorialização do mesmo na região, em forma de ocupações, acampamentos e assentamentos. Esse como medida de garantir a resistência na luta de muitas famílias sem terra, cedeu lotes de terra, em geral nas áreas comunitárias, nos assentamentos já legitimados pelo INCRA. Esse é o caso do Zumbi dos Palmares onde se localiza o Acampamento Pequena Vanessa. Esta forma de ocupação responde á Medida Provisória que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas, se apóiam nessa iniciativa para permanecerem na luta. Pequena Vanessa em 2007 estava formado por 27 famílias. Estas iniciaram à sua luta quase ao mesmo tempo em que as famílias hoje assentadas no Zumbi dos Palmares, há cinco anos. O acampamento em 2008 se diluiu de forma quase que integralmente, muitas famílias se aderiram a outras ocupações e outras foram assentadas em outros projetos de Reforma Agrária. Os sem terrinhas do Pequena Vanessa participaram durante o seu tempo de acampamento da Escola Zumbi dos Palmares junto as crianças assentadas do MST.

6. Educação em Movimento no Assentamento Rural Zumbi do Palmares

O processo educativo no Assentamento Zumbi dos Palmares podemos afirmar, que está em movimento desde o momento do seu acampamento em 2001, quando se criou o “barracão” que daria lugar á escola. O prédio que foi reformado em 2005 que alberga a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Zumbi dos Palmares é o antigo galpão da casa da farinha da antiga Fazenda. Na escola o MST trabalha no intuito de desenvolver uma política pedagógica diferenciada das escolas da cidade. Os fundamentos para essa forma de entender a escola do campo partem da *pedagogia da terra* gestada no próprio Movimento e desenvolvida pelo Setor de educação.

A escola do assentamento é gerida e financiada pelo município. O MST concorda com o dever do estado de ser apenas ele o financiador, porém defende a idéia de que o projeto pedagógico seja elaborado pela comunidade na qual a escola se insere. Por enquanto a escola não tem esta autonomia. Ela segue os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) ao tempo que insere atividades e práticas que constroem na criança um sentimento diferenciado com o lugar no que estão e o seu histórico territorial através, por exemplo, da comemoração de datas significativas para a comunidade por se tratarem de conquistas na sua luta.

Atualmente a escola funciona de forma muito precária com poucos materiais didáticos comportando um número muito baixo de alunos matriculados o que dificulta ainda mais a sua permanência. Desde o seu reconhecimento pelo MEC em 2004 a escola pôde contar com as famílias assentadas e com toda a organização do MST. No ano de 2007, momento de coleta de dados da presente pesquisa, a escola funcionava com turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e atendia crianças de 4 á 15 anos. Através de salas multisseriadas lecionava-se para as 35 crianças matriculadas. Apenas 52% das crianças assentadas na faixa etária de 4 à 15 anos encontravam-se matriculadas na escola do assentamento, as demais crianças eram matriculadas nas escolas da cidade. Muitas foram as justificativas utilizadas pelos pais por não matricularem seus filhos na escola do assentamento, tais como: a falta de segurança na ida, permanência e vinda das crianças; os desencontros com a direção da escola; a percepção de que os professores da cidade são mais preparados que os do assentamento; e a proximidade de uma escola maior e melhor equipada na cidade. Ainda 10 dessas 35 crianças matriculadas eram crianças acampadas de Pequena Vanessa.

O quadro de professores estava formado por três educadoras, apenas uma delas era assentada no Zumbi, as demais residiam na zona rural do município. Professora e filhas de

agricultores declararam, durante as nossas entrevistas, entender o modo de vida dos seus alunos enquanto filhos de agricultores, porém desconhecem a luta do MST e nunca ouviram falar do *Movimento por uma Educação do Campo*. As professoras se formaram no “Curso Normal” que ainda existe na cidade de Mari. O MST e através das lideranças presentes e atuantes na escola, nas funções de direção e secretaria, mostra-se preocupado com a falta de preparação dos professores do próprio assentamento e as condições físicas de funcionamento da escola. Não obstante, a preocupação que o MST tem poucas famílias assentadas que se sentem engajadas com o Movimento para contribuir com a participação dessa mobilização ou, mesmo, com a contribuição de alguma forma no funcionamento da escola; e ainda menos aquelas que se preocupam se aquela escola está preparando suas crianças para ter consciência política como ser sem-terra.

Desta forma quanto mais se afastam os pais e filhos dessa preocupação com uma escola para si, como existia no acampamento, mais ainda se afastam do entendimento da processualidade social que anima a luta, da sua mística e do seu objetivo principal da luta pela Reforma Agrária.

7. Considerações finais

A Escola Zumbi dos Palmares é resultado de um processo de luta em andamento, agora não mais da construção de um espaço físico que possibilitasse a criação da escola “do” assentamento, mas sim de um projeto de construção de uma escola do campo. Nesse projeto o desafio é construir uma escola que comporte suas necessidades. Percebemos que a Escola Zumbi dos Palmares enfrenta grandes dificuldades, desde as mais básicas como a falta de energia e água, por exemplo, como as carências de material escolar, cadeiras e mesas apropriadas, livros etc. Isso nos leva a refletir sobre quais são os caminhos que nos possibilitem construir uma escola diferenciada para o campo se são essas as condições de muitas das escolas das áreas de assentamento? O projeto político pedagógico só pode ser exitoso se existem condições materiais para que alunos, professores e famílias assentadas sejam reconhecidas e valorizadas como sujeitos de direitos, entre eles a educação. O fato dos professores desconhecem a história e trajetória das famílias que constituem esses territórios, faz com que a luta como momento educativo se perca. O fato de desconhecem também as relações de poder e os conflitos por terra que construíram essa geografia no espaço agrário na região faz com que o espaço aonde se ensina e apreende, perca a sua dimensão política, por tanto se construa uma educação alienada.

O que conseguimos entender a partir da nossa pesquisa junto ao MST e a Escola é que existe a necessidade e o esforço para a construção de um valor dentro da comunidade, o valor da educação para o homem e mulher do campo, e isso passa pela luta por uma Escola digna. A diretoria e secretaria da escola defendem a construção de um Plano Político Pedagógico (PPP) próprio, que comporte a cultura dessas crianças, que não só são crianças do campo, elas ainda são assentadas, e são sem-terrinha. Essa luta busca nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo sua principal fundamentação. A direção a escola ainda reivindica à prefeitura professores do próprio assentamento.

A educação, ou ainda, a escola é de grande importância no processo de territorialização da luta pela terra, território aqui entendido como espaço político, campo de ação e de poder. É na escola onde se complementa o processo de formação humana, onde se tomam para si os nossos ideais, os quais vão sendo aprimorados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, até chegar o momento da “*praxis*” do ato educativo, onde o *ser* passa a se colocar diante da sociedade e questioná-la.

Qual seria o papel da Geografia e, especificamente do ensino de geografia, nesse processo de construção de uma escola do campo? A geografia tem as ferramentas metodológicas para analisar os processos que geram os diferentes territórios e as territorialidades implicadas, a linguagem própria para desvendar as dinâmicas espaciais em curso. O primeiro passo para a construção de uma geografia ao serviço da educação do/no campo que contribua no entendimento da emancipação humana como princípio educativo é questionarmos sobre o estado da arte, ou melhor dito, o mapa da arte da educação em áreas de reforma agrária em nossos estados.

8. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Movimento dos Sem Terra e sua Significação.** **MERCATOR:** Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo** – Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A Relação Campo-cidade no Brasil do Século XXI.** **Terra Livre**, N° 21 (p. 25-38) São Paulo, 2003. AUED, Bernadete Wrublewski;

VENDRAMINI, Célia Regina; FIOD, Edna Maciel; CONDE, Soraya Franzoni. **Retratos do MST: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer N°: 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, DF de

04/12/2001.CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COELHO, Nelson. **A Tragédia de Mari**. João Pessoa: Idéia, 2004.DOMBEK, Luiz Antonio. **Segurança Alimentar e Autoconsumo em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. Campinas, 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999)**, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento Social como Categoria Geográfica. Terra Livre**, Nº15,(p.59-85) São Paulo, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FRANCO GARCÍA, Maria. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª ed – São Paulo: edições Loyola, 1997.GUERRA, **Dicionário Geológico - Geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A Produção a Ação Coletiva No MST: relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 2007.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal de Paranapanema (SP): dissidências e Dinâmica Territorial**. Dissertação Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **Além da Terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MEDEIROS, Leonilde de Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo – Rio de Janeiro: Fase, 1989.MST. Como Fazemos Escolas de Educação Fundamental**. Caderno de Educação nº 9. São Paulo: Setor de Educação, 1999.

MST. **Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001** Caderno de Educação nº 13 Edição Especial, 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados** (pp. 185-206) vol. 15, nº 43, 2001.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Geografia do MST na Paraíba: a luta por uma educação do /no campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares**. Monografia (Geografia), UFPB, João Pessoa (111 p.)

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Idéia, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.STÉDILE, João Pedro.(org.) **A Questão Agrária no Brasil: vol.1, 2 e 3**. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ: UM ESTUDO NA ESCOLA DA COMUNIDADE SANTA MARIA

Maria Domingas M. da Silva¹
Waldir Ferreira de Abreu²

Resumo

A pesquisa aborda sobre a evasão escolar em uma escola da zona rural do Município de Concórdia do Pará. Constata que o índice de evasão escolar na comunidade Santa Maria aumenta no período das colheitas, e conseqüentemente, a repetência está presente no final de cada ano letivo. Percebeu-se com a pesquisa, que as crianças participam da produção agrícola conjuntamente com seus familiares e, em determinados períodos do ano, elas se ausentam das atividades escolares para a vida produtiva da comunidade da qual fazem parte. A pesquisa teve como principal objetivo investigar as principais causas da evasão escolar na Escola Santa Maria I na zona rural no Município de Concórdia do Pará. A investigação usou a abordagem qualitativa e partiu de entrevistas semi-estruturadas com professores, alunos e familiares dos alunos, com a finalidade de compreender o porque da evasão escolar ser tão corrente na zona rural do município, principalmente na escola localizada na comunidade Santa Maria I". A conclusão a que chegamos foi que o modelo educacional proposto pela secretaria municipal de educação está descontextualizado da realidade da comunidade Santa Maria, assim como, o currículo escolar não atende as necessidades da zona rural do Município de Concórdia do Pará.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Zona Rural; Educação do Campo; Comunidade

1. Introdução

O artigo tem como finalidade relatar a pesquisa realizada sobre EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO RURAL NA COMUNIDADE SANTA MARIA NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ. O objetivo da pesquisa foi analisar o porque da evasão escolar na referida comunidade da Zona rural do Município de Concórdia do Para.

A abordagem qualitativa usada na pesquisa permitiu uma maior compreensão do tema em questão, pois se aprofundou na investigação a partir do levantamento de informações objetivas e subjetivas. Como instrumento de coleta de dados usou-se a observação e a entrevista semi-estruturada, com professores, alunos, pais e comunidade. Para realizarmos a pesquisa de campo elaboramos um conjunto de questões para subsidiar nossa problemática, e envolvemos pais/mães, professores/as, supervisores/as, secretária de educação e técnicos da

¹ Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará

² Professor da Universidade Federal do Pará, Mestre em Educação- UFPA, Doutorando em Ciências Humanas e Educação – PUC-RIO, pesquisador do GEPERUAZ-ICED-UFPA

Secretaria. Algumas entrevistas foram realizadas na escola pesquisada, outras na Secretaria de Educação do Município.

Para que pudéssemos ter um conhecimento mais profundo da situação da evasão escolar, e conseqüentemente, ter a oportunidade de observar os fatos que direta ou indiretamente estariam afetando o processo ensino-aprendizagem na “E.M.E.F. Santa Maria I” foi preciso fazer uma breve reflexão sobre a temática em questão.

O artigo está organizado em três momentos. No primeiro, “Sociedade e Escola: uma relação inevitável e conflituosa” desenvolve uma breve discussão quanto aos fatores que direcionam o nosso país, como a política urgente, trocada pela visão neoliberal, o capitalismo e suas conseqüências na educação escolar. No segundo momento, aborda-se sobre o “Fracasso Escolar: evasão e repetência” discutindo a questão do fracasso escolar em nível de Brasil, contextualizando e traçando o assunto de acordo com a realidade no Município de Concórdia do Pará.

No terceiro momento fazemos “Considerações sobre a evasão escolar na zona rural do Município de Concórdia do Pará” apresentando as considerações sobre os dados que por sua vez foram coletados no decorrer do trabalho para uma melhor ênfase em nossa pesquisa.

Com a pesquisa verificamos que as causas da evasão escolar na zona rural do Município de Concórdia - onde a principal fonte de renda familiar é a agricultura -, é a saída das crianças para colheitas e a descontextualização do currículo escolar a realidade da zona rural.

. Sabe-se que hoje a educação do campo apresenta configurações diferenciadas do modelo da educação da cidade, o que exige um currículo compatível com realidade do campo e das comunidades da zona rural. Hoje a educação no campo busca criar identidade própria e desenvolver sua prática pedagógica mais voltada para a cultura da localidade, respeitando as diferenças entre cidade e campo. A pesquisa apresenta subsídios à secretaria municipal de educação para que organize um currículo que respeite as características da realidade do campo, sugerindo sua organização em tempo escola tempo comunidade. E que no tempo comunidade seja trabalhando a vida produtiva da comunidade, o que, no nosso entendimento, tornaria o currículo escolar mais próximo da realidade da comunidade e, conseqüentemente, solucionaria o problema da evasão escolar na escola pesquisada.

2. Sociedade e escola: as causas e relações conflituosas

A relação entre escola e sociedade sofre as influências das transformações de ordem econômicas, social, política e cultural. Entretanto para compreender as implicações da sociedade sobre educação é necessário que se analise o panorama, mesmo superficial, da configuração atual da sociedade, marcada pela complexidade do modelo neoliberal que passa dominar o mundo desde do final do século XX, tornando mais conflituosa a relação entre sociedade e educação.

Sabe-se que para entendermos o contexto político brasileiro, é necessário buscarmos um conhecermos o projeto político neoliberal, caracteriza a nova ordem mundial e o capitalismo globalizado justificando-se como promotor do desenvolvimento dos países. O neoliberalismo apresenta o capitalismo com uma nova roupagem, aparentemente mais humana, porém seus princípios continuam sendo a desumanidade e a opressão e a desvalorização do ser.

Segundo Oliveira Libâneo (1998):

O capitalismo, para manter sua hegemonia, organiza suas forças de produção e consumo e elimina fronteiras comerciais para integrar mundialmente a economia. Trata-se de mudanças no sentido de fortalecer o capitalismo, o que quer dizer: fortalecer as nações ricas e colocar os países mais pobres na dependência, como consumidores. Essas alterações no rumo do capitalismo se dão, no entanto, no momento em que o cenário mundial em todos os aspectos é bastante diversificado. (p.559 – 600).

Tal hegemonia visa garantir os privilégios dos detentores do poder político e econômico para que eles possam usufruir dos bens da sociedade em detrimento da maioria da população, principalmente, das que vivem no campo, cabendo a escola a responsabilidade de, ideologicamente, a segurar a hegemonia e os interesses da classe dominante.

Segundo afirma DAMASCENO 1998:

A escola deveria preparar o aluno para não aceitar essa situação onde poucos têm muito e a maioria não tem nem o que comer (...) sei que é difícil, mas a escola devia se preocupar com o trabalho da gente, que dá duro todo dia; penso que os professores e os trabalhadores juntos podiam fazer uma escola diferente (p.14).

Diante desta afirmação, pode-se entender a questão social brasileira, no sentido da divisão de classes, entre os ricos e pobres, divide também a escola em, escolas para ricos; a de melhor qualidade e a escola para pobres; a de baixa qualidade. O rico por ter uma situação

econômica privilegiada coloca seus filhos em escola particulares e conceituadas, enquanto que os pobres não podem gozar do mesmo privilégio.

Os menos favorecidos (pobres), vivem o inverso, haja vista que seu rendimento muitas vezes não dá para suprir suas necessidades básicas na medida em que o acesso aos bens materiais é mínimo. Com isso pode se entender que o fator econômico tem uma influência muito forte na sociedade contemporânea uma vez que os que não possuem poder de consumo são penalizados pelo sistema.

É importante enfatizar que a política social deve proporcionar meios de vida digna para cada ser humano, pois é na formação de cidadãos que se coloca a importância da assistência social como política pública no Brasil. Um país que não chegou a construir um sistema de proteção social, em que a cidadania sempre foi privilegiado para os inclusos no mercado, a política compensatória não consegue eliminar os problemas sérios como a pobreza, a fome, e a miséria que é tão gritante no mundo inteiro.

É por isso, que a educação fica passando por processo deixando a desejar através das influências desse contexto sócio-político, tornando-se cada vez mais complexa e contraditória. Dessa forma, é necessário que façamos uma análise crítica da educação a partir das transformações pelas quais a sociedade vem passando.

2.1 A educação escolar no contexto das transformações da sociedade contemporânea.

A educação entrou nos planos do governo de forma bastante discutida, uma vez que o plano de metas era industrializar o país a qualquer custo. Essa industrialização do país demandava técnicas, o que obrigou o governo a desenvolver estratégias educacionais para efetivá-las..

Nesse sentido, a ênfase dada à educação foi puramente técnica. É oportuno ressaltar que não se trata de reduzir ou desqualificar a importância da formação técnica, pois não há país, em um cenário mundial dominado pelo processo crescente de industrialização, que não necessite de técnicos. A crítica aqui aponta para outra direção: a educação de um povo não pode ser reduzida aos saberes técnicos (KUENZER, 2000).

No Brasil, as políticas sociais, econômicas e educacionais, continuam se delineando de acordo com as propostas de mercado mundial. É preciso fazer melhores os ajustamentos necessários para que o país se desenvolva em sintonia com as outras nações. Diversificação, produtividade, eficácia e competência, são as palavras de ordem. De certo modo, esta mentalidade tende a se cristalizar, o que representa um grande perigo para o campo

educacional: ao se regular segundo a lógica da competição, não estaria a escola esvaziando seu sentido, ou contradizendo seu papel?

Ao longo dos tempos a educação tem sido um mecanismo de transformação social, no sentido de lapidações ideológicas, sobretudo no que diz respeito as grandes revoluções ocorridas. A escola por ser a principal fonte sistematizadora do conhecimento, tem um papel fundamental na sociedade contemporânea.

Sabemos que a educação não resolve por si só o problema do país, tão pouco, sozinha não promove a inclusão social. Porém ela pode ser um elemento muito importante se for combinada com um conjunto de ações políticas, econômicos e culturais que mexam diretamente no sistema econômico.

2.2. Educação rural e turmas multiseriadas

Ao nos depararmos com a educação rural ou do campo é tão necessário que façamos uma breve reflexão sobre o que chamamos de zona rural. Neste sentido, FERNANDES (2002 P.91) ressalta a expressão “campo” em substituição ao “rural”, concebendo-a como “um espaço social com vida, identidade cultural próprio e práticas compartilhadas para aqueles que a vivem”, e não mais como um espaço territorial, demarcador de área. Da mesma forma, MARTINS (2003) chama atenção para se pensar o homem do campo para além da reduzida categoria “trabalhador rural”, concebendo-o como agente dinâmico do processo sócio-cultural.

Ressaltamos historicamente que no modelo de desenvolvimento brasileiro, comandado pelas elites, acredita que a população rural precisa “aprender somente a ler e a escrever”, isso é uma verdadeira negação dos direitos e acessos e permanência na escola para a população do campo, bem como predomina o entendimento de que “rural” era tudo o que sobrava do “urbano” e era sinônimo de “atraso”.

Na zona rural, por exemplo, como ressalta CALAZANS apud DAMASCENO (1981): *(...) a criança que trabalha tem dificuldades ao se defrontar com a escola (...) (p 116).*

A escola pode ser parte importante das estratégias de desenvolvimento, mas, para isso, precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para a intervenção social nessa referida realidade. O que não acontece com a escola hoje, o que predominando no ensino rural são currículos, concepções, conhecimentos e valores urbanos que estão fora da realidade do campo,

dificultando a afirmação da identidade sócio-territorial e desmotivado o estudante do campo a freqüentar esse modelo de escola.

Entendemos que o trabalho rural faz parte da cultura e da vida das crianças, nesse sentido não podemos encará-lo como um mal, mas como algo inerente a vida das populações do campo. Por isso, não podemos culpar o trabalho rural como o principal causador da evasão escolar, já que lê acontece, mas precisamente nos períodos de colheitas em que os pais “aproveitam” os filhos para aumentar sua renda fazendo com isso que os mesmos se afastem da escola. Isto porque inúmeras famílias, da zona rural, não dispõem de estruturas necessárias para o trabalho, tendo que usar a família toda nas atividades de colheitas para conseguir a sua sobrevivência familiar.

Mediante essas questões as crianças são “sacrificadas” em termos escolares, pois “precisam” ajudar seus familiares a aumentar sua renda entendendo que o “status social é determinado pela posição de seus estudantes. Geralmente um filho de agricultor é também agricultor” (OLIVEIRA, 2002, p. 88). Com isso, imaginamos que pelo fato da educação ser um processo em longo prazo, pois sacrificam seus filhos, achando que os mesmos devem aprender a buscar suas subsistências na agricultura de onde está sendo criado.

No que diz respeito aos profissionais da educação, a inabilidade e insuficiente qualificação dificulta seu trabalho na zona rural, o que torna o trabalho na rural problemático em muitas regiões do país, isto é, faltam professores habilitados para atuarem nas escolas rurais. Mesmo com os professores habilitados não recebem formações adequadas, promovendo uma prática educativa descolada do contexto rural. Somando tudo isso isoladamente dos professores muitas vezes, sem assistência pedagógica e supervisão escolar em razão da dispersão territorial dos centros educativos, dificulta sua prática. Entretanto, esses fatores mostram que grande parte dessas responsabilidades pelos problemas relacionados à educação é do sistema educacional que apresenta suas falhas em questões fundamentais, sobretudo nas escolas da zona rural, onde o contexto social é totalmente diferente da zona urbana, mas em termos curriculares é considerado igual.

Na situação atual, muitos professores/professoras do meio rural costumam fazer parte de um círculo vicioso: são vítimas de um sistema educacional que desvaloriza o seu trabalho, que coloca o meio rural como uma penalização e não como uma escola, que não viabiliza a sua qualificação profissional, que rebaixa a sua auto-estima e sua confiança no futuro; como vítimas, tornado-se então provocadores de novas vítimas, na medida em que realiza um trabalho desinteressado, desqualificado e sem animo.

Segundo ARROYO (1999)

Em grande medida, os alunos rurais abandonam naturalmente a escola, não só pela insuficiência técnica dos professores, precariedade na infra-estrutura, distancia das escolas, mas principalmente porque não conseguiram perceber utilidade e aplicabilidade dos conteúdos que lhes eram ensinados, que não respondiam aos seus interesses e aspirações. Além disso, a necessidade de mão-de-obra dos filhos para completar o orçamento das famílias frente à atual crise financeira que tanto tem penalizado os agricultores familiares, também contribuiu para a evasão escolar. (p. 83)

Diante destes fatos pode-se analisar a educação como um mecanismo de mudança principalmente no que diz respeito à formação do homem do campo, uma vez que a educação pode ser entendida e avaliada, a partir da localidade onde lhe é aplicada. Na região norte, por exemplo, onde a média de fracasso escolar tende a ser alta, de acordo com o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP) a dificuldade é muito maior, sobre tudo na zona rural uma vez que na zona urbana a estrutura escolar tende a ser de melhor qualidade.

No momento atual, se discute a necessidade de uma política educacional que contemple a cultura do homem do campo. O discurso de KOLLING (1999) explicita muito bem essa questão quando reforça que:

O propósito é conceder uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, entendendo a sua diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. “Não basta ter escolas do campo, ou seja, é necessário escolas com um projeto político-pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (p.29).

Neste sentido, há de se convencer que a educação rural deve ser planejada de acordo com as realidades locais, o que implica é a construção de novas posturas e de novas ações, sem perder de vista o seu enraizamento sócio cultural e o respeito aos valores que são inerentes aos grupos humanos específicos, como ainda se configura a maior parte das comunidades rurais.

Portanto o planejamento curricular da zona rural precisa ser diferenciado, havendo em vista que a realidade é totalmente diferenciada com relação ao planejamento da zona urbana e as adequações são necessárias para que haja um melhor aproveitamento escolar por parte dos educandos.

De acordo com FERNANDES (2002).

A educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizado um mundo, vivemos um lugar. Isso acontece com a

população do campo quando pensa o mundo, e evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (p.89. 101).

Uma nova concepção de educação do campo, vem sendo gestada preconizando um novo jeito de construir um projeto de educação com a participação dos trabalhadores rurais sujeitos desse processo educativo. Uma construção a várias mãos, e não um projeto de educação pensado para eles, mas a partir deles.

Para formação dos professores que trabalham no campo deve ser considerada as realidades locais, a vida, a cultura, a comunidade como mecanismos para a manutenção dos alunos na escola. Portanto, a capacitação dos professores da zona rural pode ser um fator fundamental no combate ao fracasso escolar n zona rural.

Apesar de estarmos em pleno século XXI, onde o avanço tecnológico abrange grande parte do mundo, a maioria das famílias na zona rural vive do cultivo de gêneros produzidos da roça, de forma manual. O pequeno agricultor ainda não tem acesso a instrumentos de produção, usando ainda o trabalho braçal todos os anos para poder produzir seus gêneros. ARROYO (1982) evidencia esta questão quando afirma que:

Teremos que optar entre continuar tratando o homem do campo como um carente crônico que precisa ser alimentado, curado, informado, integrado, educado ou passar a trata-lo como um cidadão trabalhador historicamente excluído dos direitos básicos que vêm tomando consciência dessa exclusão e se organizar na reivindicação de seus direitos. (p. 85).

Assim, a visão da educação que está sendo colocada em pauta é aquela que concebe o campo como espaço de vida e resistência, que contempla os “modos vividos” do homem do campo, um bom relacionamento social baseado nesse contexto, respeitando as diferenças e identidades singulares nele construídas.

No item seguinte discutiremos os problemas do fracasso escolar, que tem se apresentado no campo sob as formas de evasão e repetência escolar ao final do ano letivo.

3. Fracasso escolar: exclusão social e educacional

Ao observarmos o fracasso escolar, sobre tudo a evasão e a repetência, faz-se necessário pensarmos em resposta concretas pata essa problemática.

OLIVEIRA LIBÂNEO (1998), afirma que:

Para alguns as crianças provenientes de famílias pobres fracassam na escola por terem uma linguagem pobre, pouco elaborado e com vocabulário reduzido. Essa

linguagem pobre deficiente seria resultado da pobreza do conteúdo cultural em que tais crianças vivem e que não servirá para expressar o pensamento lógico ou formal que a criança deve desenvolver. Os defensores dessa teoria afirmam conseqüentemente, a necessidade de programas para remediar essa situação, das deficiências causadas pelo âmbito familiar e cultural (p. 74-75).

As crianças e jovens do campo se inserem precocemente no trabalho para integrar a mão de obra familiar. A simultaneidade entre trabalho e escolarização marca as possibilidades da não permanência da criança na escola, pois a forma inadequada do calendário escolar à realidade do meio rural e a sazonalidade do trabalho agrícola é um fator determinante para que as crianças não acompanhem o currículo escolar.

LEITE apud FERNANDES(1999) afirma que;

Currículo inadequado, geralmente estimulado por resoluções governamentais; com vista na realidade urbana; estruturação didático-metodológico deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da educação; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para o professor quanto para os alunos (p. 56).

O freqüente descompasso entre calendário escolar e a agenda do trabalho agrícola é um dos fatores que restringem o acesso e incrementam a evasão do ensino no meio rural. O ingresso tardio na escola, currículos inadequados as freqüentes interrupções dos estudos e reprovações das crianças e adolescentes são as causas prováveis da elevada defasagem entre idade e série dos estudantes da zona rural.

Isso significa que o problema da evasão escolar pode ser da magnitude difícil de ser controlada, haja vista que os governantes procuram várias formas para amenizar a situação e a cada dia que passa o problema se repete. Portanto precisamos buscar juntos com a sociedade, principalmente com as comunidades rurais, uma solução consistente que venha atender principalmente as necessidades básicas para a construção de uma escola do campo, fazendo com que os pais sintam-se responsáveis pela permanência de seus filhos na escola e as crianças possam organizar o seu tempo na escola e seu tempo na comunidade.

Partindo desse pressupostos, vale apenas ressaltar que o problema da evasão escolar não está direcionada somente a um fator e sim a vários que implicam em um trabalho detalhado sobre a questão, no sentido de buscar informações específicas da realidade para se buscar uma comprovação concreta sobre o que realmente provoca a evasão escolar.

Não é possível pensarmos em um projeto de educação, humanizador, democrático e cidadão que não inclua as comunidades excluídas sem romper com os estereótipos e preconceitos existentes na própria comunidade, pois dificilmente as crianças poderão romper

com os estereótipos e preconceitos que se reproduzem dentro da escola. Trabalhar em prol de um projeto segundo o qual todos devem estar incluídos socialmente implica também rever as questões da escola e dos processos excludentes que nela acontecem. Vencer o fracasso escolar desmistificá-lo, torna-se também uma das condições que visa à inclusão social, principalmente do homem do campo.

Combater o fracasso escolar se torna requisito indispensável para um processo educativo de qualidade. Implica em defender uma educação que evite a exclusão por motivo raça, sexo, cultura, idade, condição econômica ou outras formas de discriminação, que favoreça a liberdade e a diversidade cultural, garantindo o direito de todos a desfrutar com igualdades dos meios e oportunidades de formação.

A criação de uma rede escolar que lute contra o fracasso escolar e a exclusão social, que trabalhe com a diversidade social e cultural existente é necessária, pois pensar a educação para além da escola, permitindo que ela cumpra uma importantíssima função de educar as novas gerações e onde todos assumam suas cotas de responsabilidades, formulando um sistema educativo integrado com a sociedade é papel de todos

Um dos problemas mais comuns no meio rural ou em escolas urbanas de poucos recursos é o afastamento dos alunos por motivo de doenças, baixos recursos econômicos, por precisarem ajudar os pais em atividades domésticas ou porque precisam trabalhar para ajudar na renda familiar ou por não apresentarem bom desempenho nas aulas. Essas e outras características levam a uma elevada taxa de evasão escolar.

Portanto faz-se necessário salientar que na zona rural o problema ainda se torna mais grave em relação à zona urbana, geralmente só é ofertada o ensino de 1ª a 4ª série. Os alunos concluintes precisam se deslocar até a sede do município para dar prosseguimento aos estudos. Isso significa uma mudança de hábitos, costumes e choques culturais, sem falar na discriminação que infelizmente ainda existe do povo da zona urbana em relação à zona rural. Esses e outros entraves também contribuem para que os alunos desistam dos estudos.

Isso significa que nas regiões consideradas mais pobres a tendência é que a evasão escolar seja mais freqüente em face das dificuldades enfrentadas pelos alunos em sua trajetória escolar.

Ao analisarmos a situação educacional do município onde grande parte das escolas funciona com séries multisseriadas, e que o principal fator que afeta a aprendizagem dos alunos é a falta de formação inicial e continuada dos professores para trabalhar com essas turmas, já que os professores das classes multisseriadas não recebem formação para atuarem nesse modelo de ensino.

E ao mesmo tempo, percebe-se que a realidade em que vivem, como também sua realidade escolar é bastante semelhante: todas são filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais; defasados em relação à escolaridade urbana e, no entanto embora presentes na escola rural quase todos os dias, recebem no espaço escolar uma programação produzida na cidade e para a cidade. Ou, no máximo um planejamento urbano adaptado para o meio rural.

No campo legal, a lei de Diretrizes de Bases da educação nacional, Lei nº 934/96 garante escolaridade obrigatoriamente e gratuita para todas as crianças dos sete aos quatorze anos, e conseqüentemente a permanência dos mesmos na escola pelo menos durante oito anos.

Segundo os dados do sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a região que possui maior índice de crianças no estágio muito crítico é a NORTE, com cerca de 29,3%, seguida pela região nordeste, com 21,2%, com o menor percentual está à região sul, com 11,6%. Nas cidades com menos de 200 mil habitantes, 22,3% dos alunos estão neste nível de desempenho. Já aqueles com a população acima dessa quantia, executando-se as situações situadas nas regiões metropolitanas, 15% dos alunos da 4ª série em diante tiveram o pior desempenho. “Os resultados coletados mostram que as desigualdades regionais devem de qualquer forma ser combatidas especialmente nas regiões Norte e Nordeste e nas pequenas cidades” assim afirma o presidente do INEP.

Anda, segundo o INEP, a reprovação, o abandono e o conseqüente o baixo desempenho, incidem negativamente na vida escolar da crianças. Entre os alunos reprovados pelo menos uma vez, 32% se situaram no pior patamar de desempenho do SAEB e entre aqueles que não foram reprovados 12,4%. Do total dos alunos que declararam ter abandonado a escola pelo menos uma vez, 32,6% estão no estágio muito crítico e para aqueles que não deixaram a escola o índice é de 16,6% em relação ao atraso escolar, 19,3% dos alunos que apresentam um ano de defasagem estão no estágio muito crítico e 11,1% entre aqueles que não apresentam distorção idade-série.

Portanto isso mostra que não basta somente fazer a matrícula das crianças é preciso que o poder público ofereça condições de aprendizagem e de permanência na escola.

4. Evasão escolar na zona rural do município de Concórdia do Pará

E como já foi mencionado no decorrer do texto à problemática que ocorre na educação, tanto da zona rural quanto da zona urbana, tem contribuído direta ou indiretamente com o fracasso escolar das crianças das camadas populares do campo ou da cidade. Neste

item iremos nos deter somente na evasão escolar na zona rural, pois como já falamos é um dos graves problemas da educação brasileira, já que;

A ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de construção da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais preparações alguma, nem mesmo a alfabetização contribuíam para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses (FERNANDEZ, 2002, p.9).

Diante disso pode-se dizer que precisamos nos preocupar mais com a educação na zona rural, pois devemos lutar por políticas educacionais mais eficazes no sentido de proporcionar mais conhecimentos aos agricultores, para que juntos, de fato, possamos exercer uma consciência crítica na sociedade.

Entretanto o trabalho rural tem-se modificado drástica e rapidamente sob o impacto do processo de agro-industrialização; deste modo o saber que o trabalhador necessita para exercê-lo ultrapassa o aprendizado por tradição e compete, pois a escola, dar condições aos seus alunos para observar os conhecimentos tecnológicos através de um ensino fundamental eficiente, sem negar a tradição, muito pelo contrário, tomando-o como base.

Por isso é necessário que o poder público construa uma escola rural que ajude o homem do campo a acompanhar os avanços tecnológicos através qualificação e aperfeiçoamento do trabalho que ele já desenvolve no campo

A necessidade de utilização de mão de obra familiar nos trabalhos da lavoura leva pais a utilizarem cada vez mais seus filhos em período de safra ou maior necessidade, coincidentes com o período escolar, retirando-os das atividades escolares como imperativo de subsistências.

O problema da evasão escolar precisa ser analisado a partir da realidade local, observando o contexto e suas especificidades.No caso de Concórdia do Pará a educação oferecida na escola da comunidade Santa Maria,não tem atendido os anseios da comunidade o que tem levado as crianças evadirem da escola.

5. Considerações finais

A Escola Municipal Santa I, localizada na zona rural no município de Concórdia do Pará, possui uma sala de aula, uma cozinha, um banheiro e um poço, oferta o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com uma turma unisseriada e uma multisseriada, a professora possui formação em Pedagogia

Para os pais a escola é importante porque nela seus filhos podem aprender tudo aquilo que é importante pra vida dele. Percebemos que a visão dos Pais acompanha o ideal de uma formal burguesa, porém reclamam que essa mesma escola atrapalha o trabalho de seus filhos e a produção familiar, já que em período de colheitas à

A escola como agencia formadora, deve sensibilizar os pais sobre a importância de manter os filhos na escola e discutir a possibilidade de adaptação das atividades escolares as realidades das famílias, para evitar a evasão.

Como podemos observar a expectativa dos pais em relação à escola, nos faz repensar como educador, o nosso compromisso com estas famílias e mais um motivo pelo qual deveríamos mudar essa realidade. Garantir os direitos do homem do campo, realizando as modificações necessárias para valorizar a cultura local, mais acima de tudo formá-las na cidadania e não para a cidadania.

Percebemos que embora a Secretaria de Educação de educação de Concórdia do Pará forneça alguns suporte para que o professor possa desenvolver suas atividades, não são suficientes para dar qualidade ao ensino. Dessa forma, o professor tem sido cobrado e responsabilizado pelas fragilidades do sistema educacional sem que as escolas estejam equipadas com recursos materiais, equipamentos, currículo e condições de trabalho necessárias para um bom funcionamento da escola do campo.

Quando solicitamos informações sobre a educação rural no Município de Concórdia do Pará, a secretaria de educação nos informou que: “ *Educação rural é o que está sendo debatida e implementada pelos setores educacionais que correspondem à educação do campo. A educação no campo em Concórdia do Pará e demais municípios brasileiros, é aquela que é ofertada nas escolas localizadas na zona rural. A educação rural é voltada para os filhos dos agricultores que vivem da agricultura familiar*”. Como podemos perceber, a visão oficial de educação do campo ainda estar longe daquilo que realmente representa uma escola do campo e para o campo.

. Como sabemos a escola é uma invenção urbana, por isso as escolas no campo ainda hoje, em pleno século XXI, não conseguiram ter uma identidade própria, voltada para a sua realidade. A educação no campo é aquela que valoriza e se adequa a cultura do campo e aos objetivos das comunidades rurais. A escola rural precisa ter um projeto político pedagógico com a cara do campo. O campo, com sua cultura, seus valores, suas circunstâncias, precisa ser respeitados pelas políticas públicas, inclusive pelas políticas educacionais.

A escola em Concórdia do Pará, estar procurando, segundo a secretaria de educação, adequar as suas ações pedagógicas e curriculares a realidade das escolas rurais. Estamos

trabalhando incansavelmente, para que a educação rural seja valorizada em nosso município, disse a secretaria de educação. Precisamos promover encontros entre a educação urbana e rural, para identificar e valorizar as diferenças, diminuindo as desigualdades entre ambos os modelos escolares. Que seja um modelo onde campo e cidade não se excluam, mas interajam e se integrem, respeitando suas diferenças.

Disseram os entrevistados que a educação rural no município é um grande desafio. Os problemas educacionais são bastante acentuados, tanto na zona urbana quanto na zona rural. No entanto, na zona rural as dificuldades são mais acentuadas, devido a falta de uma adequada estrutura física das escolas, a falta de formação continuada para os professores, a existências de classes multisseriadas, a distância entre a residência dos alunos e a escola, o trabalho da roça, o currículo inadequado e muitas delas funcionando em centros comunitários.

Como as escolas, em sua maioria, são distantes da sede do município torna-se difícil um maior acompanhamento pela secretaria.

A conclusão a que chegamos é que a tarefa de pensar e repensar a escola rural a partir de sua dinâmica, no sentido de superar práticas antidemocráticas e excludentes, é sem dúvida, um grande desafio que de ser assumido pelo governo municipal, pela comunidade, pelos Pais e alunos e pelos professores. Assim, quem sabe, a repetência e a evasão passe a ser oisa do passado na escola rural de Concórdia do Pará.

São grandes as transformações necessárias, entre elas: mudanças no currículo escolar, metodológicas, infra-estrutura física, adaptação do calendário escolar, entre outras.

6. Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez & FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília/DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2). P.85.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Escola Cidadania e Participação no Campo. Em aberto, Brasília nº 9, Set., 1992.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fracasso – Sucesso: O peso da Cultura Escolar e do Ordenamento da Educação Básica. In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. (org.). Para Além do Fracasso Escolar: Campinas – SP: Papyrus, Editora, 2001.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural. – Traços de uma Trajetória. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre. Educação e Escola no Campo. Campinas: Papyrus, p. 15 – 42, 1993.

CHAMADA À AÇÃO. Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Educacionais. 2ª edição, Brasília, 1997.

DAMASCENO, M. N.: THERRIEN, J. Educação e Escola no Campo. Campinas: Papyrus, 1993.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação no Meio Rural: Por uma Escola do Campo. Ver Geopantanal Carumbá, nº 4, 1998.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: CALDART, Roseli Salete,
- CERIOLI, Paulo Ricardo, KOLLING, Edgar J. (orgs.). Educação do Campo: Identidade e Políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do Campo, 2002. p. 89 – 101. (Coleção por uma educação do campo 4).
- GRITTI, Silvana Maria. O Papel da Escola Rural na Penetração do Capitalismo no Campo. Pelotas/RS: MDS/UCPel, 2000, Dissertação de Mestrado.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional. Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2003/INEP – Brasília, 2005.
- KOLLING, Edgar Jorge. Por uma Educação Básica do Campo. Fundação Universitária de Brasília, 1999.
- LEITE, Sérgio Celeni. Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais. São Paulo. Cortez, 1999.
- MOURA, Margarida Maria. Os Herdeiros da Terra. São Paulo. Haucitec, 1978.
- OLIVEIRA, J. F., LIBÂNEO, J. C. A educação Escolar: Sociedade Contemporânea. In: Revista Fragmentos da Cultura, V. 8, n, 3, p. 597 – 612, Goiânia: IFITEG, 1998.
- PATTO, Maria Helena de S. A Produção de Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia. São Paulo. T. A. Queiroz, 1993.
- PERRENOUD, PHILIPPE. A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmentos de uma Sociologia do Fracasso. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- SILVA, Eleida Maria Costa de Souza e, Políticas Públicas Educacionais e Assentamentos rurais de Corumbá – MS (1984 – 1996) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande – MS, 2000.
- TORRES, Rosa Maria. Repetência Escolar. Falha do Aluno ou Falha do Sistema? In. Pátio Revista Pedagógica. Nº 11, Artemed, Porto Alegre, 2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

EXPERIÊNCIAS DE CURA E EXPRESSÕES DO CATOLICISMO NO MEIO RURAL UM ESTUDO NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

Maria da Conceição M. Cardoso van Oosterhout¹

Resumo

Este ensaio objetiva trazer aos leitores algumas reflexões desenvolvidas a partir de experiência de pesquisa, intitulada *Pastorais Sociais, Crenças e experiências de Cura no Catolicismo Contemporâneo*. A referida pesquisa encontra-se em fase desenvolvimento, na região do Brejo, na zona rural da Paraíba. Nosso trabalho desenvolve-se em área predominantemente rural, reunindo três municípios da região. Esses são importantes por possuírem experiências ímpares na compreensão do fenômeno da cura no meio rural. Neste sentido, dialogamos com distintas dimensões conceituais da cura abrangendo aspectos das esferas pessoal, familiar-coletivo e social. Assim, discutimos a importância dos papéis desempenhados pelos agentes de cura e introduzimos na análise a importância da reciprocidade instalada entre os agentes responsáveis. As informações reunidas, até o momento, permitem-nos dialogar com situações referentes à cura, envolvendo passado e presente e saberes distintos, no âmbito do catolicismo. Essas informações nos trazem elementos indicando convivências e disputas, sinalizando as especificidades do catolicismo que, nesse contexto, denominamos de “tradicional e moderno”. Por estarmos trabalhando em área bastante específica no que tange à importância da Igreja Católica nos trabalhos de organização popular e do surgimento dos Movimentos Sociais, incluímos informações relevantes da prática da Diocese de Guarabira, nas décadas de 80 e 90, quando esta explicitava, publicamente, seu apoio aos mais pobres, seguindo a Teologia da Libertação.

Palavras-chave: Cura; Catolicismo; Rural

1. Introdução

Com este trabalho pretendemos trazer ao debate reflexões referentes à experiência de pesquisa de doutorado² intitulada: *Pastorais Sociais, Crenças e Experiências de Cura no Catolicismo Contemporâneo: um estudo no meio rural*, na Diocese de Guarabira, situada na região denominada Brejo paraibano³.

¹ Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na UFPE, Recife-PE. Professora em Antropologia, no Curso de Ciências Sociais da UFCG, Campina Grande- PB.

² Área de Sociologia, em Programa de Pós-Graduação, da UFPE.

³ Região localizada à, aproximadamente, 100 km da capital do Estado. Destaca-se por representar espaço que tem sido palco de importantes pesquisas desenvolvidas pelos programas de pós-graduação da UFCG e da UFPB, bem como do Instituto Superior para Estudos da Religião (ISER) nas áreas de: sindicalismo rural, movimentos sociais; organizações populares e educação popular tratando de situações sócio-econômicas e políticas. Em geral, a religião e/ou religiosidade da população local têm sido sinalizadas, porém, não, ainda, enquanto estudo particular e/ou específico relacionado à cura.

A área da pesquisa envolve os municípios de Guarabira, Pirpirituba e Campos de Santana. A motivação para escolha da localidade tem se dado em função da predominância e das especificidades das práticas religiosas, no âmbito da cura, vigentes na região. Na cidade de Campos de Santana escolhemos a Capela São Pedro. Esta capela corresponde ao local em que há uma maior predominância do catolicismo tradicional, situado no sítio Olho D'água. Em Pirpirituba, a escolha pelo Centro Difusor de Práticas Alternativas de Vida: Bom Samaritano deu-se por entendermos que este representa o lado “moderno” das práticas de cura, diferenciando, mas, ao mesmo tempo, ampliando a área de compreensão do nosso objeto. E Guarabira que além de possuir trabalhos semelhantes aos do Centro Difusor de Práticas Alternativas concentra grupos carismáticos, praticamente liderados por mulheres, que se destacam nas experiências de curas.

Nosso foco de análise são as experiências de cura, presentes nas diversas práticas do catolicismo contemporâneo. Observamos que essas práticas são diversas e trazem à discussão elementos de outras religiões e/ou crenças, portanto, dando caráter de práticas sincréticas. Porém, todas acontecem sob a denominação de catolicismo, mesmo quando, no caso do Centro Bom Samaritano, as freiras responsáveis expressam que no âmbito da cura não se limitam a uma religião, respeitam a todas, porém continuam identificadas com sua religião de origem, que é a católica. Seja o catolicismo considerado “moderno”, seja o catolicismo tradicional, interessa-nos entender como ocorrem os fenômenos da cura.⁴ Daremos atenção, também, às experiências desenvolvidas pelo Movimento de Cristãos Carismáticos, embora este constitua um movimento à parte, tanto em relação à dimensão “moderna” do catolicismo quanto em relação à outra, a “tradicional”. Este movimento pode contribuir na compreensão do nosso objeto⁵. Atentaremos para outras práticas que se desenvolvem, como o culto aos “santos” protetores e milagrosos, como é o caso dos rituais que se estabelecem ao redor do monumento construído em Guarabira, na área rural, em homenagem a Frei Damião. A

⁴ Denominamos de Catolicismo Moderno aquele propagado na Teologia da Libertação e, Catolicismo Tradicional, o que aparece vinculado às experiências chamadas mais “arcaicas”, que envolvem rezas e benzimento, somados à indicação de receitas ou recomendações especiais, no âmbito dos cuidados com a saúde. Observamos que, embora o Catolicismo Tradicional pertença ao quadro da Igreja-Instituição, as acima citadas experiências situam-se à margem da instituição, com suas práticas autônomas, seja de pessoas e/ou grupos específicos, em suas comunidades, muitas vezes isoladas ou mesmo fora do reconhecimento e dos circuitos urbanos.

⁵ Maués, (2002:71) demonstra como se dá a cura entre os carismáticos. Ele relata que, após uma tarde de oração, a visão de uma pessoa pode mudar, ela passa a rever seu comportamento, principalmente, quando escuta depoimentos daqueles que deixam suas vidas serem guiadas por Jesus. Maués, (2002:66) explica também que há males de diferentes classificações como físicos, espirituais e sociais. Os males que atingem o corpo e a alma são considerados como susceptíveis de encontrarem na religião suas saídas e soluções.

atenção a este último fenômeno torna-se especialmente relevante, por conhecermos a importância da devoção mantida a esse frade pelos fiéis da Capela São Pedro.

Priorizamos nesta pesquisa a época marcada pela liderança de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que se justifica por ter sido ele que “abriu” as portas para a implantação da Teologia da Libertação na região.⁶ O período também é considerado importante porque possibilita a explicação de questões no âmbito da cura praticada por intermédio das irmãs que foram lideranças religiosas, naquele período. Soma-se a isto a atuação destacada que teve essa Diocese nesse período no meio rural, estabelecendo-se enquanto canal e espaço para construção das lutas sociais e populares.⁷

Para os conhecedores do assunto, a cura, enquanto fenômeno religioso e social é um fato que existe e vai sendo especificado em cada contexto onde se expressa. Sobre o assunto, existem consideráveis estudos realizados.⁸ No entanto, as experiências que estamos estudando são ímpares, por não possuírem registros escritos e pelas peculiaridades em suas formas de expressão, local e momento em que se concretizam. Elas podem trazer elementos explicativos para a compreensão da religiosidade popular, contemporânea, aliada à cura de doenças, explicando aspectos de suas continuidades e inovações que as fazem vivas e significativas em contextos tão específicos e diferenciados.

Acreditamos que a nossa pesquisa pode alcançar aspectos distintos e pouco estudados da cultura no meio rural, como também dialogará com efeitos da reciprocidade e de experiências associativas que atingem diferentes dimensões humanas, inclusive à política.

2. Particularidades do catolicismo na região e nosso objeto de estudo

Tomando como referência a área de atuação da Diocese de Guarabira, deparamo-nos com distintas faces do catolicismo, visíveis nas práticas pesquisadas. Embora a Diocese tenha explicitado seu apoio a todos os trabalhadores sofridos, inclusive os urbanos, foi aos pobres

⁶ Para maiores informações sobre Teologia da Libertação Cf.: GUTIÉRREZ (1992; 2000); IORKOI (1996); Oliveira (1992); ROLIM (1992); NOVAES (1992), TEIXEIRA (1991).

⁷ PAIVA (1985) registra diferentes contribuições, acerca da Igreja Católica, na Paraíba e a Questão Agrária. Cf. também TOSI, 1988; BERTOLAZZI, 1989; CARDOSO, 1993; CARDOSO – OOSTERHOUT, 2007; SILVA, 1992, dentre outros.

⁸ Na esfera das ciências sociais, especificamente, no campo da especialidade médica, a antropologia tem oferecido contribuições interessantes, no que se refere aos conceitos de cura, tratamento, saúde e doença. O campo de pesquisa apresenta-se fértil e em expansão em diferentes regiões do Brasil, bem como em outros países, por exemplo, a França. Cf. LAPLANTINE (2004); Ver também: ALVES E MINAYO, (1994); NEVES, (1984), ARAÚJO, (2004).

do meio rural que ela dedicou sua atenção.⁹ Esta e outras escolhas constituíram especificidades que permanecem na atualidade e que foram possíveis mediante à qualidade da atuação de Dom Marcelo. Sua vinda para a região acarretou, entre outros aspectos, a vinda de muitas outras pessoas, leigas ou religiosas, brasileiros e estrangeiros que, mais tarde, se envolveram em trabalhos especiais. Estas pessoas compunham as Pastorais, os chamados “serviços” e demais órgãos de assessoria da Diocese, constituída em autônoma a partir de 27 de dezembro de 1981. Esteve sob a liderança do bispo Dom Marcelo por um período de 20 anos (de 1975 a 1981 como bispo auxiliar; de 1981 até 1995 como bispo titular).

Liderada pelo jovem bispo Dom Marcelo, nordestino, natural de Pernambuco, a Diocese vai fortalecendo-se, pouco a pouco, e definindo-se pelo apoio explícito aos trabalhadores rurais. Sua postura não apenas favorece o surgimento de grupos como o de Renovação Sindical, referência para outros trabalhadores rurais, como inspirou algumas Irmãs da Congregação de Santa Catarina a trocar o hábito por roupas simples, e a passar da esfera do colégio religioso tradicional para a formação religiosa às portas das casas dos pobres, denominados “oprimidos”. Essa atitude torna-se emblemática para um novo jeito de ser Igreja que, embora altamente desafiante, era também, aparentemente, simples: “Ir até onde o povo está”.

É nesse panorama que diferentes iniciativas se concretizam. Pouco a pouco vai sendo constituído um amplo campo de Movimentos e Pastorais Sociais. Criam-se o Projeto Educativo do Menor, o Serviço de Educação Popular e o Centro de Orientação e Defesa dos Direitos Humanos, dentre outras iniciativas. Estes chamados “serviços” marcaram por uma metodologia específica que priorizou o acompanhamento prático e especializado de cada experiência de organização e ação popular incentivada. Através desse acompanhamento formativo, predominantemente na área rural, a população vai percebendo que vive uma teologia diferente, comprometida com a maioria da população, os pobres.

Motivado por essas características do trabalho da Igreja Católica no Brejo da Paraíba, bem como do particular catolicismo desenvolvido, vivenciado e mantido na região que nosso estudo busca analisar essa contemporaneidade, sem perder as lições e considerar os desafios identificados nesse percurso. Assim sendo, podemos afirmar que o reconhecimento do suposto avanço do “Catolicismo Libertador”, “moderno”, vinculado à Teologia da Libertação, não anulou o catolicismo tradicional vigente. A metodologia característica para o

⁹ Em pesquisa anterior, (CARDOSO, 1993:43) pudemos constatar a importância que a implantação da Diocese de Guarabira trouxe para o Brejo da Paraíba, principalmente para a população rural. A cidade de Guarabira recebeu Dom Marcelo Pinto Carvalheira, em 1975, como bispo auxiliar de Dom José Maria Pires que, naquele momento, era o bispo arquidiocesano na Capital do Estado. Cf. Oosterhout (2007: 02).

trabalho da Igreja, nesse período, construiu uma nova forma de evangelização, porém possibilitou a convivência e o respeito à diversidade das pessoas e grupos envolvidos no processo. O catolicismo “tradicional” persiste e é reconhecido, até certo ponto, pela teologia da libertação como catolicismo “arcaico”. Na esfera da religião, as pessoas transitam entre formas arcaicas e modernas de religiosidade e fazem suas escolhas de acordo com suas carências.

Esta pesquisa nos desafia não somente a resgatar a eficácia do catolicismo “moderno” – no sentido de dialogar com as necessidades reais sentidas pela população. Especificamente, queremos entender melhor a dinâmica da convivência e distância entre práticas modernas e tradicionais.

Os estudos de Novaes (1985, 1992,) descrevem situações em que a Igreja Católica esteve fortemente envolvida com situações relacionadas aos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores rurais na região.¹⁰ A Igreja chegou a se envolver com conflitos pela posse e uso da terra bem como desencadeou e liderou campanhas salariais dos trabalhadores da cana-de-açúcar, atuou em áreas específicas e de riscos diante da organização dos proprietários locais. Seu modo de inserção levava a uma identificação máxima entre técnicos e assessores da Igreja com trabalhadores e suas instâncias de representação, conforme ocorreu com a Pastoral da Terra, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras, e com os grupos de Renovação Sindical no campo e nas lutas sociais.¹¹

Afirmamos em trabalho anterior (2007:05) que o trabalho das pastorais esteve marcado por idas e voltas entre espiritualidade e ação. Isso porque, embora estivessem praticamente envolvidos e até certo ponto confundidos com os grupos sociais não religiosos, os integrantes dos trabalhos pastorais constituíram experiências de alta importância na Diocese, sem, no entanto, esquecer do aspecto importante da espiritualidade, tão marcadamente enfatizado pelas pessoas do Bispo responsável, Dom Marcelo Pinto Carvalheira.

Destaque semelhante deve ser atribuído às experiências constituídas a partir da intervenção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).¹² Novaes (1985) realizou uma

¹⁰ Essa postura chegou ao seu grau máximo de explicitação no momento em que os padres decidiram realizar uma paralisação da dispensa dos sacramentos, num final de semana, em apoio a um trabalhador rural que fora aprisionado por pescar um peixe num açude privado de um grande proprietário de terras, para comer com sua família. A paralisação efetuada pelos párocos foi caracterizada pela população como ‘greve dos padres’

¹¹ Sobre a Pastoral da Terra Cf. Tosi (1988).

¹² As CEBs foram as principais responsáveis pelo trabalho de “base da Igreja”. A partir delas muitas iniciativas foram formuladas. Grosso modo, as CEBs tiveram significados diferenciados: algumas comunidades estavam ligadas ao trabalho nas áreas de assentamento rural, outras, responsáveis pelo trabalho de preparação para os sacramentos e ainda existiam aquelas exclusivamente dedicadas às celebrações e demais momentos de oração.

pesquisa no Estado da Paraíba, em que a autora dedicou um espaço especial para a análise da atuação da Igreja Católica na Paraíba, particularmente a atuação das CEBs na Diocese de Guarabira. A autora chegou à conclusão que, de acordo com a sistematização feita por agentes de Pastoral da Diocese de Guarabira, teríamos nas áreas brejeira e litorânea da Paraíba distintos tipos de CEBs:

CEBs que se reúnem apenas para rezar, fazer novenas; outras que, espalhadas pelos sítios ou capelas, já se constituem em grupos de reflexão que buscam, através da bíblia, fazer a ligação entre a palavra e a vida. Algumas, que a partir desta “reflexão” identificam os problemas locais e partem para ações do tipo assistencialista, ou seja, mutirões, ajuda mútua entre famílias, mas, outras já alcançam ações reivindicatórias e passaram a mobilizar em termos de exigir serviços públicos como estradas, água, eletricidade e escolas. E, a partir do momento que passam a colocar questões como terra e salário são comunidades cujas ações são caracterizadas como ‘ações libertadoras’. São ainda caracterizadas CEBs as que se transformaram em comunidades missionárias, entendidas aqui, aquelas que, independentemente da atuação de agentes de Pastoral, saem de sua própria comunidade e participam na formação de outras comunidades. Há ainda um tipo que é caracterizado pela comunidade perseguida: ‘Aquela que sofre perseguição porque buscou justiça’ (1985:231).

Essa tipologia apresentada por Novaes revela a própria diversidade das CEBs. Talvez tenha sido por este caráter tão diverso que possamos falar da convivência e das diferenças entre os dois catolicismos citados: O “moderno” e o “tradicional”. Falamos de situações que sinalizam continuidades e descontinuidades, em relação à teoria e à prática dos princípios católicos e suas vivências no meio rural.

Entre continuidades e mudanças, agentes religiosos, pertencentes à Diocese de Guarabira, continuam sua missão, embora na atualidade não obtenham o mesmo apoio por parte da Instituição como aquele que se deu no período entre finais dos anos de 1970 e o início da década de 1990.

Muitas experiências, originadas na década de 1990, não se destacaram. Entretanto, fortaleceram-se e, atualmente, instaladas no cenário cultural religioso, formam os espaços alternativos para os agentes que ficaram à margem da Instituição. Essas experiências reúnem tanto trabalhadores rurais quanto urbanos. É nesse contexto que ganharam espaço as práticas de cura que estamos investigando.

3. As experiências e práticas de cura constituindo um campo de ações recíprocas

De acordo com nossas primeiras idas a campo, podemos afirmar que as práticas de cura intermediadas pela religião católica podem ter origem em duas fontes. Uma, um tanto específica, vinculada à fé, e reforçada por receitas que são geradas no contato com o rezador, enquanto realiza seus momentos de orações. A outra que é coordenada e desenvolvida por ex-integrantes das CEBs, lideranças religiosas, particularmente freiras que optaram por desenvolver essas experiências que, paradoxalmente, no auge da Teologia da Libertação eram consideradas assistencialistas, pouco notáveis e frágeis por seu caráter de aceitação e repercussão. Entretanto, há outras trazidas neste ensaio, que apresentam importância como é caso do culto aos Santos e o trabalho desenvolvido por grupos carismáticos.

A primeira modalidade de cura explica-se por intermédio de orações que acontecem no interior de uma Capela, a Capela de São Pedro, situada na zona rural, na micro-região do Curimataú, no município de Campos de Santana. Foi construída em 1955 e mantém-se até hoje com o fervor, o respeito e a procura por parte da população local e de municípios circunvizinhos.

A associação do lugar religioso à presença de Frei Damião é mantida desde os primeiros anos de criação da Capela quando frei Damião se fez amigo do antigo “rezador”, avô do atual “responsável da Capela”, que guarda cartas escritas por frei Damião ao seu avô. Esse fato é relevante, pois, embora Frei Damião não tenha sido identificado com a Teologia da Libertação, dedicava extremo carinho aos pobres e foi amplamente aceito pela população que o seguia em suas missões.

As pessoas que procuram essa Capela são, em geral, pobres. A localização geográfica da capela é marcada pela seca, acrescentando dificuldades às duras condições de vida da população daquela região, sem assistência médica, com dificuldades de transporte e escassez serviços sociais, mas dotada de grande fé e devoção aos santos católicos. Podemos afirmar que local como esse, constituído há tantos anos, possui características que dificilmente perceberíamos apenas com uma explicação racional. Há que se evidenciar, em primeiro lugar, o aspecto relacionado à conservação da intensa religiosidade.

A modalidade de cura desenvolvida na Capela corresponde à mediação especial efetuada pelos rezadores através das práticas “tradicionais” que atuam no plano de intermediação com o plano divino. Eles realizam papéis distintos, atuando tanto como orientadores de resoluções no campo da saúde como uma espécie de consultores, orientadores em situações desafiantes da vida das pessoas.

Quanto à outra modalidade de cura, propagada pelo catolicismo moderno, ocorre sob a responsabilidade de freiras ex-integrantes das CEBs, que se identificam pelo CRT de Terapeutas Holísticas. Trata-se de uma pequena equipe que se destacou no âmbito da saúde popular, culminando na criação de um centro, na década de 1990, considerado, hoje, o espaço místico da cura denominado de Centro Difusor de Práticas Alternativas de Vida: “Bom Samaritano”. Esse local, criado na administração do bispo Dom Marcelo, após sua saída, em 1995, passou por várias dificuldades e hoje sobrevive de ajudas e pequenas taxas que cobra por consultas da população que o procura.

No Centro, os atendimentos e o fornecimento de receitas e acompanhamentos são realizados a qualquer hora, dentro das possibilidades. As experiências de cura envolvem a “mística-terapia”, na qual a mística é a parte mais importante do trabalho. Segundo informou uma das irmãs, elas não se restringem a nenhuma seita ou religião, mas tem Deus como seu grande protetor. Um aspecto importante é que conforme afirmou uma irmã a casa é aberta a todos, incluindo os espíritas. A irmã diz que “a cura com a oração é mais rápida”. Por isso, quando alguém a procura para fins de saúde, a primeira pergunta feita ao “paciente” é: “Você tem fé?”.

Essa modalidade de cura possibilita outras formas de tratamentos, consideradas também técnicas que vão além daquelas do catolicismo tradicional, como é o caso do trabalho com os chákras. Nas palavras da irmã: “A oração atua diretamente nos chákras. Os chákras se abrem com a oração”. Há, também, a técnica do uso das mãos que para as religiosas tem significados importantes, uma vez que ‘a mão direita dá e a esquerda recebe’. A bênção da água e a força das orações são elementos de referência no trabalho. Para as religiosas “é muito difícil uma pessoa que não tem fé se curar”. Portanto, a necessidade de iniciar-se o ritual com a pergunta sobre a fé.

Numa demonstração de abertura religiosa, a irmã afirmou não ver problemas no uso do pêndulo, considerado pelos carismáticos “coisa do diabo”. E estabeleceu diferenças entre fé e magia, assumindo que, nessa última, não há apenas coisa ruim. No uso que se faz de uma planta para a cura envolvem-se mistério, mágica, mística interior, fé e ciência.

A irmã enfatizou a necessidade de ‘desgravar’ uma série de informações construídas em sua formação anterior, para o trabalho que hoje exerce. Mas o trabalho de cura não a distancia da fé católica, ao contrário, enriquece sua fé, pois “há um Deus para cada ferida”. Em sua opinião, outro aspecto que auxilia nas curas é a mística da própria Casa do Bom Samaritano. “A presença dos Santos protetores — Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é a

dona dessa casa —, pois até o momento, nunca morreu nenhuma pessoa que aqui buscou atendimento. Todos os que passam por aqui, de alguma forma, saem melhores”.

Por fim, há as modalidades mais gerais relacionadas às promessas e ao culto dos santos que são muito recorrentes entre os camponeses. Esse tipo de “devoção” está muito presente, na região da pesquisa, associada ao culto aos líderes religiosos já falecidos, como Frei Damião e Padre Ibiapina.

A título de exemplo, existe nas proximidades de Guarabira, na área rural, um monumento construído recentemente em homenagem ao Frei Damião. Ali ocorrem visitas regulares onde as pessoas realizam agradecimentos, fazem seus pedidos e orações ou colocam objetos aos pés da imagem como sinal de graças alcançadas. Nesse caso, trata-se de cura por promessa, pela fé, sem a intermediação de um rezador ou de um agente religioso. É a relação da pessoa com o “santo”, o “padrinho Frei Damião”. E um dos sinais da dádiva, uma reciprocidade visualizada nos votos realizados por alguém que recebeu uma graça.

Com a pesquisa, interagimos com diferentes dimensões conceituais de cura e de doença que abrangem dois aspectos: um social, relacionado às formas organizativas das pessoas envolvidas, portanto formas coletivas; e, outro, familiar e pessoal. Por dimensão social da cura estamos entendendo a contribuição desempenhada pelas Pastorais Sociais, incluindo a experiência das irmãs. A situação familiar, como o próprio nome sugere, corresponde às situações em que a pessoa ou sua família recorre à cura física ou social. Essa denominação, embora possa ser atribuída ao indivíduo, é também coletiva e pode ser de efeito social quando trata de casos de reintegração da pessoa na comunidade, mudança de comportamento, problemas conjugais, desajuste familiar, desemprego, depressão, vícios e algumas doenças físicas e mentais.

O tipo de cura familiar é bastante recorrente nas experiências de curas do Movimento Carismático Católico (MCC). Maués, Santos e Santos (1994:64) apresentam estudo semelhante. Ao lado do Catolicismo Tradicional, o Movimento Carismático representa parte da diversidade e nem no auge da Teologia da Libertação, deixou de ser um movimento de referência.¹³ Dom Marcelo, com a perspectiva de propagar um “Deus que veio para libertar a todos” porque todos são filhos de Deus, enquanto Bispo da Diocese concedeu um domingo por mês para aos carismáticos celebrarem na Igreja Matriz.¹⁴

¹³ Sobre Cura no Movimento Carismático Cf. MAUÉS (2002).

¹⁴ Há informações, fornecidas pela Igreja local, de que os carismáticos chegaram a apoiar, indiretamente, uma campanha de renovação sindical, quando em uma tumultuada eleição para presidente do sindicato rural, onde as partes se enfrentavam, passaram a noite em oração, na cidade onde acontecia a eleição, implorando a proteção aos trabalhadores rurais.

De qualquer forma, rezadores, freiras e carismáticos desempenham funções no âmbito da cura. Mesmo sob nomenclaturas distintas, em suas práticas, atuam como intermediadores da relação da pessoa com Cristo ressuscitado ou com os santos e interferem na organização da coletividade, de uma família ou de uma comunidade em seu sentido mais amplo.

Retomando o caso do rezador da Capela, observamos que ele reúne saberes de cura, vê o que outros não vêem, como uma espécie de mediunidade, dirigindo uma metodologia de cura que reúne: orientação pessoal, que - às vezes - implica em dizer, claramente, o que a pessoa deve ou não fazer; orientar sobre o uso de remédios, à base de chás ou compressas; resgatar uma sintonia dos segmentos envolvidos com os mortos, que se fazem vivos, “almas santas”, atuantes no espaço. A devoção ao Frei Damião, à alma desse antigo rezador, é um exemplo. Todavia, predomina-lhe uma espécie de racionalização ou responsabilidade que o faz ser sincero ao recomendar tratamento médico quando o caso escapa ao seu alcance. Há, ainda, recomendações para procurar um padre em situações espirituais específicas.

Nesse sentido, nosso campo de pesquisa é desafiador. O diálogo entre os distintos catolicismos fortalece o estudo. As situações que envolvem “novos” e “velhos” valores num mesmo processo de ação sinalizam um campo de convivência (e recuo) no plano das práticas sociais. Esse duplo ou triplo aspecto sinaliza que uma prática não "excluiu" a outra, mas que em momentos cruciais da vivência religiosa, uma ou outra situação recuou, saindo do palco principal, talvez, continuando a resistência ou disputa simbólica.¹⁵ Nas palavras de Bourdieu, (2005: 21).

O espaço social é constituído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições. Os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas.

Em resumo, a cura, enquanto fenômeno religioso e social, não é algo novo também na Diocese. Porém, essa atividade não tinha o destaque atualmente observado. As experiências às quais fazemos referência são ímpares, e, por isso, nos motivam a investigá-las no contexto específico em que cada uma existe e constrói suas continuidades. Faz sentido refletirmos sobre a suposta “dialética” entre modernidade e tradição na esfera da religiosidade, com referência à construção de estratégias sincréticas no campo da religião e na interface entre

¹⁵ A análise remete também a Hobsbawm, (2006: 09) quando afirma que “Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. Por tradições inventadas entende-se um conjunto de práticas “normalmente reguladas por regra tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”.

religião e ciência. A nossa intenção é praticar uma metodologia de registros etnográficos, somada a outros mecanismos de apreensão da oralidade, dos fenômenos de cura e de ações mediadas pela espiritualidade, no âmbito do catolicismo contemporâneo. Estas técnicas, certamente, favorecerão a presente investigação.

Estamos interessados nos processos que resultam no restabelecimento da saúde dos que a buscam, no âmbito institucional - coletivo e no dos indivíduos, e em como obter informações precisas acerca da reciprocidade entre o curador e o “doente”. A investigação de como as estratégias e técnicas de cura tradicionais ou ‘modernas’ são criadas, recriadas, resgatadas nos rituais de cura, bem como as formas específicas das iniciativas de cura e sua repercussão na qualidade de vida das populações envolvidas também estão sob nossa atenção.

Outras questões que consideramos importantes dizem respeito ao resgate da trajetória desses rezadores. No caso do Catolicismo Tradicional temos observado que a continuidade de certas funções segue ritmos especiais que necessitam ser conservados seja pelos indivíduos, seja pelo coletivo ou que reforça sua continuidade enquanto cultura.¹⁶

Na maioria dos casos de curas e doenças no plano religioso, predominam distintas formas de reciprocidade: o curador e o paciente, os parentes e a comunidade; Deus e deuses, diabos, pessoa, o bem e o mal são categorias recorrentes, tanto como pobreza e riqueza. Essa questão foi analisada por Taussig (1993) ao tratar da reciprocidade dos contrários, revelando um campo caracterizado por trocas, redes de obrigações e necessidades de retribuições. A análise também nos remete a Mauss (2003) quando tratou da dádiva, ao analisar as formas e razões da troca nas sociedades arcaicas.

A cura pressupõe o diagnóstico de um mal. Para Maués (2002) há males de diferentes classificações: físicos, espirituais e sociais. Os males que atingem o corpo e a alma são os que são considerados como susceptíveis de encontrarem na religião saídas e soluções. É nesse escopo que as práticas de sincretismos se instalam na esfera da cura.

No caso das experiências que pretendemos investigar, os males sociais também estão aptos a buscar sua solução no âmbito da religião ou mesmo das religiões.¹⁷ Nosso interesse é

¹⁶ Na antropologia, Taussig (1993) desenvolveu estudo acerca da cura explicando a lógica ligada à vida dos curadores e seus desafios nos seus locais de vida e cura. Ele afirma que a trajetória de um curador pode oscilar e dependendo das circunstâncias, um curador pode ver-se obrigado a depender até de um discípulo seu para ser curado.

¹⁷ Assuntos dessa natureza requerem capacidade de relativização. Há momentos que ocorrem certas dificuldades porque quando as pessoas são membros de uma religião e procuram outra para um benzimento, podem ser incompreendidas e mesmo estigmatizadas numa comunidade. Aqui, vale a observação de Durkeim (1984:149) “Não existem, pois, no fundo, religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira: todas respondem, ainda que diferentes modos, a determinadas condições da existência humana. Não é impossível, sem dúvida, dispô-las numa ordem hierárquica. Umas podem ser chamadas de superiores a outras, no sentido de que

também investigar como os procedimentos de cura repercutem na qualidade de vida das pessoas envolvidas, considerando tanto o bem-estar físico, como o bem-estar social e simbólico. Nesse sentido, concluímos o ensaio com alguns questionamentos: a cura promove reintegração ou fortalecimento social, e isso repercute na resistência e sobrevivência das pessoas? Ou ainda, em que consistem as principais diferenças entre um agente tradicional, ministrante de cura (o rezador, por exemplo), e a cura efetuada por intermédio das equipes ‘modernas’?

Seria a conjugação de diferentes fatores atuantes num mesmo processo - como a oração, os medicamentos fitoterápicos, a alimentação específica e as terapias especiais - que definiria a eficácia da cura? Há acordos especiais, prévios que atuam como reguladores das relações nas reciprocidades que possam se constituir entre curador e pacientes, envolvendo parentes e a comunidade, Deus e deuses, mortos, vivos, diabo, pessoa? Ou, em outras palavras, como se dá a legitimação do poder e a eficácia dos atores ministrantes e os doentes? No caso dos camponeses, são as supostas distâncias sociais e físicas que reforçam a busca e a manutenção dos serviços de cura? A dedicação e o incentivo - no caso das equipes pastorais - em especializar-se no ministério da cura é consequência de uma suposta “falta de lugar” na “nova diocese”? Finalmente, há articulação ou diálogo de um grupo de cura com outro, que se concretiza em níveis regional, nacional e internacional, através de redes de contatos e/ou troca de experiências?

4. Referências bibliográficas

- ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Orgs.). **Saúde e Doença**. Um olhar Antropológico. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.
- ARAUJO, Alceu Maynard. **Medicina Rústica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERTOLAZZI, A. 1989. Novo Sindicalismo no Campo Paraibano: continuidades mudanças. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PB.
- CARDOSO, M. C. M. 1993. Uma Mão lava a Outra: o trabalhador rural e suas lideranças no Brejo Paraibano. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, PB.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Perspectivas. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **O Deus da Vida**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

desencadeiam funções mentais mais elevadas, mais ricas de idéias e de sentimentos, que incorporem mais conceitos, menos sensações e imagens, e que a sistematização seja mais sábia”.

- JORKI, Zilda Grícoli. Diferenças de Conteúdo e Metodologia na Atuação da Igreja. In **Igreja e Camponeses**. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo. Editora Hucitec/FAPESP, 1996.
- MAUÉS, R. H. S.; BÁRBARA, K. & SANTOS M. C. 2002. Em Busca da Cura: Ministros e “Doentes” na Renovação Carismática. In **Humanitas. Religiosidade e Cura**. Vol.18. Nº1. Belém: UFPA.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- NEVES, Delma Pessanha. 1984. “**As Curas Milagrosas” e a Idealização da Ordem Social**.” Niterói RJ: CEUFF/PROED.
- NOVAES, Regina C. R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In PAIVA, V. (org.) **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- NOVAES, Regina C. R. Uma greve sacramental: a Catolicidade no fio da Navalha. In SANCHIS, P. (org.) **Catolicismo Cotidiano e Movimentos**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. 1992. **Estrutura de Igreja e Conflitos Religiosos**. In Sanchis (org). **Catolicismo: Cotidiano e Movimentos**. São Paulo: Edições Loyola. Vol.2.
- OOSTERHOUT, Maria da Conceição M. Cardoso. 2007. **Faces da Religião Católica no Brejo da Paraíba: experiências de cura e sincretismo no contexto do catolicismo contemporâneo**. Trabalho apresentado no XIII Congresso de Sociologia, ocorrido de 29 de Maio a 01 de junho de 2007.
- PAIVA, Vanilda. **Igreja e Questão Agrária**. Organização e Introdução. Seminários Especiais. Centro João XXIII. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Catolicismo Rústico no Brasil**. In, **O Campesinato brasileiro. Ensaio Sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil**. Petrópolis. Editoras Vozes/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- ROLIM, Francisco C. **Teologia da Libertação no Brasil-1980-1986**. In Sanchis (org). Rio de Janeiro: ISER, 1992.
- SILVA, J. B.1992. Assessoria e Movimento Popular. Um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Dissertação de Mestrado. João Pessoa.
- TAUSSIG, M. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**. Um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (org.). **Teologia da Libertação**. Novos Desafios, São Paulo. Ed. Paulinas, 1991.
- TOSI, G. 1988. Terra e Salário Para Quem Trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo da Paraíba. Dissertação de Mestrado. Campina Grande.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

IRRIGAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: PROCESSOS E IMPACTOS

Patrícia Santos Silva¹

Resumo

Falar em irrigação é remeter-se ao processo de modernização da agricultura brasileira é expor a transformação do meio rural desvelando um novo sistema e organização produtiva que envolve a agricultura familiar. Essas mudanças criaram novas determinações que a estrutura do sistema capitalista impõe sobre o comportamento econômico desse tipo de agricultor, através da intensificação da produção, transformando a sua racionalidade não capitalista em uma lógica voltada para o mercado refletindo a perda parcial da sua autonomia produtiva seja na compra de insumos ou na venda da produção, processos estes que recaem nas mãos do atravessador. A partir desse contexto a idéia desse texto é analisar os processos e impactos presentes no Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), que se caracteriza como uma experiência pioneira no estado de Sergipe por fazer parte de um programa que reunia, ao mesmo tempo, um projeto de colonização e de irrigação na região do semi-árido sergipano

Palavras-chave: Irrigação; Agricultura Familiar; Produção

1. Introdução

Ao falarmos sobre a questão da seca no nordeste tocamos em um assunto que apesar de bastante debatido ainda emerge como um dos principais problemas dessa região que se estende desde o período Imperial até os tempos atuais, um problema, considerado por muitos, responsável pelo atraso econômico e pela miséria social da região.

No entanto, as políticas públicas no Brasil, no século XX, mais propriamente a partir dos anos 1960, se destacam pelas ações do poder público na agricultura sendo que no nordeste, em particular, essas ações emergem mediante a criação de órgãos, programas e mecanismos de desenvolvimento regional como uma nova forma de lidar com a seca.

Analisando esses programas percebe-se que sempre foram formados como medidas urgentes, que pretendiam realizar uma série de ações coordenadas de intervenções no meio rural com o objetivo de promover, não somente o desenvolvimento agrícola, mas também o desenvolvimento rural, prevendo medidas de caráter social, com a intervenção nas áreas de educação, saúde e nutrição que sempre ficaram muito restritos.

É importante destacar que este modelo de desenvolvimento mesmo propondo uma visão rural integrada, não compreendia o rural além do agrícola e que a sua ampliação visava somente incluir no contexto do desenvolvimento a pequena produção familiar, uma vez que esta se encontrava excluída na prática, mas não no discurso.

¹ Mestre em Sociologia pela UFCG e doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP.

Nessa perspectiva, aliada ao processo de desenvolvimento rural e entre os diversos processos de transformação da agricultura no Brasil, destacam-se duas ações que estão relacionadas às mudanças na estrutura do uso e da propriedade da terra e à penetração tecnológica. A primeira consiste em programas de colonização e de reforma agrária que possibilitem acesso à terra aos trabalhadores agrícolas, a segunda, diz respeito a irrigação, que tem se constituído num dos principais instrumentos de ação do governo brasileiro, principalmente, na região semi-árida do nordeste. Assim, o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC) surge com o objetivo de estruturar ambas as ações representando em um mecanismo muito importante de modernização da vida rural no semi-árido do Estado de Sergipe.

2. Caracterização da área de estudo – o Perímetro Irrigado Califórnia (PIC)

O Perímetro Irrigado Califórnia (PIC), está localizado no município de Canindé de São Francisco, no estado de Sergipe, a 213 km da capital, Aracaju, como parte do Projeto “Chapéu de Couro”² que visava o aproveitamento dos recursos hídricos do Estado. Este projeto hidroagrícola foi implementado na administração do governador João Alves Filho, surgindo no bojo de uma proposta de implantação de um conjunto de perímetros irrigados pelo governo de Sergipe na segunda metade dos anos 80, constituindo-se como experiência pioneira de introdução do sistema de agricultura irrigada do Estado.

Instalado na divisa dos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, o PIC ocupa uma área que, anteriormente, era formada por duas fazendas: Cuiabá e Califórnia desapropriadas pelo Governo do Estado em 1984. A última, por ser a área mais ocupada pelos lotes deu o nome ao projeto, cuja construção foi iniciada em julho de 1985 e concluída em março de 1987, ano que entrou em funcionamento.

Por estar situado no chamado Polígono da Seca, o projeto hidroagrícola Califórnia foi planejado para ser um modelo de exploração racional dos recursos de solo e água no semi-árido nordestino, tendo como objetivo:

- Fixar o homem no campo, gerando emprego no setor agrícola e evitando, assim, o êxodo rural;
- A produção da fruticultura – embora fosse recomendada para os primeiros anos a ocupação com culturas anuais de subsistência;

² A finalidade desse projeto era apoiar o pequeno produtor rural através do incremento da produção agrícola da região semi-árida aumentando, assim, o nível de emprego e renda do Estado.

- Potencializar o trabalho agrícola através da introdução de novas culturas (estimulando a produção da fruticultura) e de uma nova aplicabilidade tecnológica ao processo de produção na região de alimentos para atender a população sergipana e exportar o excedente para outros Estados circunvizinhos.

Enfim, pretendia modificar o quadro de miséria no sertão sergipano³ demonstrando, dessa forma, a viabilidade técnica e econômica da agricultura irrigada nas zonas semi-áridas do Estado.

A concepção do projeto baseou-se em dois tipos de exploração agrícola: irrigação dos solos favoráveis e exploração com técnicas de “*dry farming*” das terras não irrigadas. O sistema de irrigação é alimentado com água captada do rio São Francisco conduzida por tubulações a ferro dúctil numa extensão de 45km para as áreas irrigadas e 17 km em PVC para áreas de sequeiro (Sergipe, 1990).

O PIC abrange uma área agrícola de 3.980 ha, com uma superfície útil irrigada de 1.360 ha e uma superfície útil de sequeiro de 1.830 ha. A área irrigável, inicialmente, foi dividida em lotes empresariais e familiares, além de incluir os chamados “lotes técnicos” e “lotes públicos”, estas últimas entregues a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrárias), EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) e COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe). Os lotes empresariais foram destinados à exploração, por empresários agrícolas, com o objetivo de servir de exemplo de gerenciamento empresarial na agricultura irrigada.

Os chamados “lotes técnicos” foram projetados como áreas experimentais para a difusão de tecnologias alternativas em irrigação, estimulando, principalmente, a fruticultura, como descrito no relatório técnico da COHIDRO:

No perímetro encontra-se também uma área destinada à difusão de tecnologia com 20 hectares; essa área tem como objetivo difundir o plantio de fruteiras utilizando a irrigação localizada. Já foi implantada infra-estrutura de micro-aspersão em 8 hectares e de gotejamento em 12 hectares, para implantação de culturas de uva, abacaxi, banana, limão, goiaba, manga, maracujá, melão e melancia. Ainda para estimular a implantação de fruticultura nos lotes dos

3 De acordo com estudos da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe (SAGRI, 1992:1), “A decisão para a implantação do perímetro irrigado Califórnia (...) foi motivada pelo fato da região ser uma das menos desenvolvidas do Estado de Sergipe e que tinha (1980) a menor densidade demográfica do Estado (10,55 hab/km²), apresentando indicadores de qualidade de vida dos mais baixos do semi-árido. No entanto, destacava-se pela grande potencialidade de desenvolvimento agrícola, em termos de clima e solos a partir do momento em que houvesse disponibilidade de água em abundância, principalmente para irrigação”.

agricultores já assentados, estão sendo distribuídas 10.000 mudas selecionadas de goiaba industrial e 7.000 mudas de banana Pacovan (Sergipe, 1990, p.02).

A área de sequeiro⁴ foi idealizada para a criação de bovinos, caprinos e ovinos, que aproveitariam as sobras verdes (restos de plantações) dos lotes irrigados que seriam trocados por uma certa quantidade (a combinar) de litro de leite produzido nos lotes de sequeiro, o que caracterizaria uma forma de parceria entre os agricultores dos lotes irrigados e dos lotes de sequeiro, onde todos seriam beneficiados.

Ainda nos lotes de sequeiro foi estabelecido que seriam 10 ha de área produtiva e 20 ha de reserva, como também, uma parte de sua área seria irrigada. No entanto, os lotes de sequeiro até o momento não possuem área irrigada, só tendo permissão de usar a água, dos canais, para necessidades domésticas e dessedentação de animais; nem a parceria, anteriormente comentada foi posta em prática, o que dificultou muito os agricultores dos lotes de sequeiro que, sem condições de produzir, vendem seu lote, muitas vezes para os que já são proprietários de um lote irrigado. Como não é permitido a um agricultor ter dois lotes em seu nome, elege a companheira, ou mesmo um dos filhos, como proprietário do outro.

O PIC é constituído também de estradas viciais de piçarra para todas as parcelas irrigadas e de sequeiro, trafegáveis com dificuldades em épocas de chuva, a margem da Br-201 que liga o município de Canindé de São Francisco à capital do Estado – Aracaju.

A área de reserva florestal é algo já instituído pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) que estabelece um mínimo de 20% da área total dos projetos de colonização para ocupação com a vegetação nativa ou florestamento.

A forma de ocupação dos lotes familiares foi realizada através de cadastramento e seleção dos colonos pela Fundação de Assuntos Fundiários do Estado de Sergipe – FUNDASE (hoje extinta), enquanto os lotes empresariais foram distribuídos através de licitações para arrendamento. Nesse processo os atores sociais principais não tiveram participação efetiva. Eles foram inseridos após a escolha da área, a demarcação dos lotes, primeiro por meio de seleção das famílias e depois sorteios dos lotes.

Os agricultores dos lotes familiares sem condições de começar a produção receberam sementes de milho, feijão, e algumas mudas de frutas; durante o período de 03 (três) meses cestas básicas pela prefeitura. Outro benefício foi um curso de uma semana sobre o manejo de

4 Áreas de sequeiro são terras naturais da região, ou seja, seca, sem irrigação. O projeto, inicialmente, propunha para essas áreas: “a plantação de algarobas, palma forrageiras, sorgo gramífero e capim buffel e terá um hectare para “irrigação de salvação” onde serão plantados feijão macassar, milho, jerimum, melão e melancia em consórcio para a subsistência alimentar” (Sergipe, 1986:33).

cultivos irrigados realizado pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO⁵, cujo objetivo foi preparar os agricultores para utilizar insumos modernos (adubos, agrotóxico), máquinas e equipamentos, além de ensinar a manobra das tubulações para a irrigação por aspersão, existente em cada lote.

Todos os lotes foram entregues aos seus proprietários, sem nenhuma construção (terra nua) a não ser, as devidas estruturas de encanamento para a distribuição de água bombeada do rio São Francisco. No entanto, os beneficiados pelo projeto receberam casas em uma agrovila construída na periferia de Canindé de São Francisco, ficando distante, em média, 8 km do início do perímetro. Esta separação entre o local de moradia e local de trabalho teve implicações para os pequenos agricultores que, não dispor de condições, no começo, para construir uma residência no lote, ficaram por muito tempo alojados em barracas de lona. Esta necessidade de permanecer nos lotes, segundo alguns agricultores que estão no perímetro deste o início, se deu pelo fato de ocorrerem na localidade muitos roubos de equipamentos agrícolas, de animais de pequeno porte, como também, da própria produção.

Além de todas essas coisas que poderiam ser roubadas durante a noite nos lotes, sem que houvesse uma permanente vigilância, havia também o cuidado com o hidrômetro instalado em cada lote para calcular a taxa de água gasta. Apesar do hidrômetro existir o pagamento da água é feito através de estimativas, ou seja, o total de água consumida é dividido proporcionalmente pelas áreas irrigadas, seja de empresários, técnicos ou familiares. Isso mostra que não se observa o consumo real realizado por cada lote, levando a injustiças no valor pago por alguns agricultores que possuem baixa produção.

Três outros fatores destacam-se por serem problemáticos: o uso abusivo de agrotóxico, irrigação desregulada do “tipo molhação” e a limitação de terras para o processo de pousio.

No caso dos agrotóxicos, as culturas, principalmente de quiabo, recebem aplicações excessivas de veneno sem nenhum controle e sem nenhuma precaução na sua utilização por parte do agricultor registrando-se casos freqüentes de problemas como tontura e desmaios.

Um outro grave problema é a falta de fiscalização da irrigação demonstrando uma total desregularização na utilização da água para plantio. É comum encontrar canos furados provocando desperdício e a molhação excessiva do solo. Junto a esse problema está a pouca quantidade de terra para desenvolver o processo de pousio, ou seja, o descanso necessário ao solo para que ele possa recuperar os seus nutrientes a cada plantação e assim desenvolver melhor a cultura. Esses dois fatores, o uso inadequado da irrigação e a pouca utilização da

5 A COHIDRO é o órgão responsável pela assistência técnica dos lotes situados no PIC.

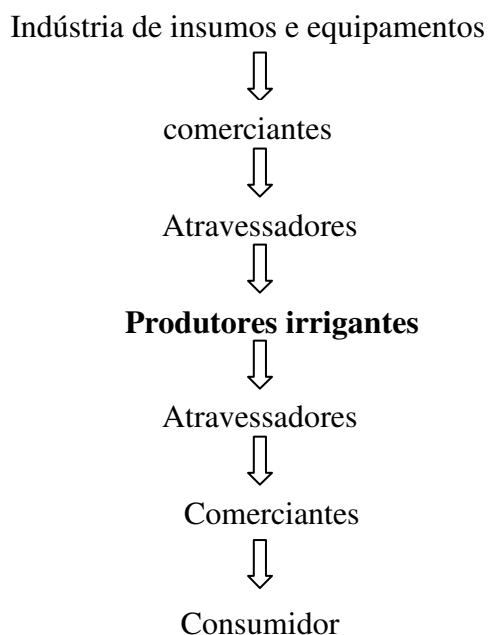
técnica de pousio, tem causando, além de grandes desperdícios a salinização dos solos prejudicando, consideravelmente, a utilização da terra e conseqüentemente, a produção.

Em relação à produção apesar das considerações feitas no projeto sobre a predisposição do cultivo da fruticultura, os agricultores familiares, anteriormente, sem muita visão empresarial, e pouca vivência de mercado, escolhiam as culturas, geralmente, por influência dos seus vizinhos quando constatavam que havia algum ganho na produção. Esse processo se estabeleceu muito fortemente no PIC, podendo ser verificado pela presença marcante da monocultura de quiabo. É certo que existem outras culturas nas áreas irrigadas, mas esta é a que predomina por ser um produto que possui um processo produtivo rápido, bem como o seu retorno comercial. Um fator conseqüente dessa situação é a saturação desse produto no mercado causando o seu barateamento.

Os produtos cultivados são levados para o CEASA (Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima) em Aracaju, órgão governamental que serve como um grande mercado de produtos agrícolas do Estado. A maior parte da produção de quiabo é levada para o CEASA de Salvador/BA, que é um grande distribuidor desse produto.

No entanto, essa comercialização é feita pelos atravessadores que estão situados no PIC, geralmente constituídos pelos proprietários dos lotes empresariais. São eles que determinam o preço do produto e o dia certo do pagamento, subordinando os agricultores que não possuem condições para comercializar sua produção.

Diagrama 1 – Cadeia de produção do Perímetro Irrigado Califórnia



O seguinte esquema traduz sucintamente a cadeia produtiva que representa o contexto econômico vivenciado no PIC enfatizando a comercialização dos produtos através do atravessador em feiras nas regiões circunvizinhas. Nota-se, portanto, que o comprador final pode ser, desde a dona de casa que vai à feira até o industrial, passando pelo pequeno e o grande comerciante.

Uma discussão importante é a presença marcante do atravessador. No diagrama, ele foi incluído, duas vezes, portanto, sua existência traduz justamente a fraqueza daqueles que poderiam cumprir diretamente todas as funções, ou seja, o agricultor familiar. Mas, é claro que não negamos a hipótese da possibilidade de coexistência de ambos os processos.

Pode-se observar que o PIC se encontra muito diferente do que foi planejado. O que se esperava era a origem de uma estrutura comparada a outras regiões como Petrolina e Juazeiro⁶, ou seja, sua vocação inicial foi pautada na fruticultura para exportação, idealizado como um local onde os agricultores familiares tradicionais pudessem, a partir da comercialização de frutas nobres, alcançar um padrão empresarial de desenvolvimento na região, no entanto, o que se vê é a produção de monocultura de quiabo subordinada aos atravessadores, estabelecendo, com isso, o surgimento de empresas que proletarizam os agricultores familiares que, sem condições de comercializar, se submetem aos domínios dos lotes empresariais.

Assim:

O empreendimento capitalista vem se expandindo no meio rural sergipano estimulando em grande parte pelo Estado, destruindo tradicionais economias camponesas, transformando pequenos proprietários, expulsando-os para povoados, pequenas, médias e grandes cidades do Estado e do sudoeste do país (Silva & Lopes, 1996, p.11).

Diante dessa descrição percebe-se que a paisagem do PIC foi criada estrategicamente pelo homem sendo por ele idealizado, planejado, projetado sofrendo a imposição de técnicas modernas para atender as exigências do capitalismo, reconstruindo uma nova concepção de produção e, conseqüentemente, de vida.

6 Essas duas regiões se destacam pelo processo de inversão da identidade do agricultor familiar em empresários que, segundo Lopes, “(...) a área irrigada dos municípios de Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (Bahia), onde grandes empresas agroindustriais produzem para exportação, frutos de mesa e outros cultivos, aproveitando-se da infra-estrutura de irrigação construída pelo setor público e dos incentivos governamentais colocados à disposição dos grandes grupos econômicos interessados em investir na agricultura irrigada” (1997: 27). Petrolina é um município localizado na região semi-árida de Pernambuco, onde foi instalado um perímetro irrigado baseado no cultivo de fruticultura para exportação, constituindo-se, também, como um perímetro que mostra claramente.

3. Conclusão

Evidencia-se, nesse artigo, que o processo de modernização da agricultura no Brasil trouxe um modelo que modificou o sistema de produção familiar, exigindo uma reorganização da agricultura, fazendo surgir uma nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação.

Este modelo desenvolvimentista deu-se no desenrolar da história agrária e agrícola do país, mantendo as características do modelo evolutivo da estrutura agrária do Brasil desde a sua colonização: a intensificação da produção para atendimento às demandas do consumo externo, a opção pela monocultura, o apoio político e econômico aos grandes proprietários de terras (incentivo à estrutura latifundiária) e a subordinação dos agricultores familiares de pequena produção às grandes propriedades. Nesse sentido, o Brasil esteve sempre ligado a conflitos gerados por um modelo de desenvolvimento caracterizado por uma maior concentração de terras nas mãos de uma minoria, expropriação dos meios de produção e o êxodo rural, ampliando as desigualdades sociais que afetam não só o rural, mas, estendem-se, também, seus efeitos a sociedade como um todo.

A idéia do “desenvolvimento pela modernização” sobrepunha-se às formas remanescentes do meio rural, considerada como uma atividade de baixa taxa de retorno ao investimento do país, vista, assim, como um fator que emperrava o desenvolvimento econômico. Dessa forma, é incentivada pelo Estado, que assume o papel de mediador do capital, ao proporcionar condições para sua expansão.

Para legitimar essas ações, o Estado utiliza-se de instrumentos como as políticas públicas alicerçadas em um discurso oficial a favor do progresso. Dessa maneira, surgem os perímetros públicos de irrigação que, aliados a essa idéia de “desenvolvimento” interferem na realidade local e no reordenamento do território.

Analisando a área de estudo – o Perímetro Irrigado Califórnia - podemos observar no contexto atual, que, mesmo reconhecendo os benefícios técnicos com o uso da irrigação, principalmente, nas áreas onde a escassez de chuva precariza a sobrevivência do homem do campo, não podemos deixar de admitir que a sua utilização, mal gerenciada, e os seus precedentes históricos, caracterizados pelo poder da oligarquia sertaneja, resultam em vários impactos que são capazes de produzir determinados efeitos negativos, tanto em relação ao meio ambiente (desmatamento da vegetação nativa, alto índice de uso de agrotóxico e fertilizantes químicos, salinização, perda da fertilidade do solo), como também a

descharacterização do agricultor familiar, quando sugere a transformação de suas unidades agrícolas em empresas, transformando terra de trabalho em terra de negócio, o que supõe um processo de subordinação ao capital, criando uma forte dependência⁷, tanto técnica quanto financeira e comercial, da maior parte desses produtores.

4. Bibliografia:

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Tecnologia e renda na agricultura familiar irrigada de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997.

SAGRI/SE. Projeto Califórnia: **Avaliação preliminar do projeto de irrigação**. Aracaju, fevereiro de 1992. Mimeo.

SERGIPE – projeto de assistência técnica à irrigação pública estadual de Sergipe. SEPLAN/SAGRI, Aracaju, maio, 1986.

_____. **Perímetro Irrigado Califórnia**. COHIDRO – Divisão de irrigação. 1990. Mimeo.

SILVA, Patrícia Santos. **A reconstrução identitária na agricultura modernizada: o caso dos agricultores familiares do Perímetro Irrigado Califórnia/SE**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG, Campina Grande/PB, 2004.

SILVA, R. M. da, & LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS. Secretaria do Estado da Irrigação e Ação Fundiária, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. “A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil”. **Idéias**, Revista do IFCH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): 25-54, jul/dez. 1996.

_____. “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov”. In: **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDHUPF, 1999.

_____. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas, Grupo de Estudo Agrários da UNICAMP, versão preliminar, mimeo., 1979).

⁷ A dependência faz parte de um rol de modificações que a modernização da agricultura causou no campo operando no sentido de tornar as unidades familiares tradicionais cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis: na obtenção dos seus meios de vida; na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho e da própria terra; na venda de suas mercadorias, em grau crescente; no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

O DISCURSO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ARIDO BRASILEIRO
REDEFININDO RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO

Almair Morais Sá¹
Maria Lucinete Fortunato²
Mariana Moreira Neto³

Resumo

Este trabalho é fruto das ações e discussões realizadas na primeira etapa do Projeto de Pesquisa *Convivência com o Semi-Árido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável*⁴, que vem refletindo as perspectivas do discurso da convivência para o mundo rural do Semi-Árido Brasileiro, considerando a incidência desse discurso sobre a vida cotidiana das pessoas, no que concerne o seu aspecto socioeconômico, a sua consonância com a proposta de uma educação contextualizada que confronte conhecimento e realidade e a sua relação com as políticas públicas elaboradas para essa região, percebendo até que ponto esse discurso contribui para a instituição de novas práticas e novos saberes que possibilitem uma melhor convivência do homem com as condições naturais do espaço geográfico em que vive e, sobretudo, apontem para um melhoramento nas suas condições de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Convivência; Políticas Públicas; Semi-Árido

A mudança que vem se operando no Semi-Árido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência, vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semi-Árido*. A idéia da convivência como contraponto ao descaso histórico para com o Semi-Árido Brasileiro, por exemplo, baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema caatinga, suas diversidades e sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Mudança que, se assentando em enunciados como o da convivência, possibilita a (re)elaboração de novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão.

O sentido da convivência transcende o discurso mistificador do combate à seca. Enquanto o discurso de combate à seca constrói a região do Semi-Árido como um espaço

¹ Aluno do curso de Licenciatura em História, do Centro de Formação de Professores, Campus de Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFCG/CNPq).

² Historiadora, Doutora em História, Professora lotada no Centro de Formação de Professores, Campus de Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Orientadora do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFCG/CNPq).

³ Socióloga, Doutoranda em Ciências Sociais, Professora lotada no Centro de Formação de professores, Campus de Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Co-orientadora do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFCG/CNPq).

⁴ Projeto de Pesquisa desenvolvido com apoio financeiro do PIBIC/CNPq/UFCG, vigência 2007/2008.

inóspito vitimado por uma catástrofe natural e contemplado por ações puramente emergenciais de cunho pragmático que dão margens a exclusão social em face do beneficiamento de um grupo modesto de pessoas⁵; o discurso da convivência considera suas potencialidades inerentes e suas possibilidades de crescimento humano, social e econômico, tendo em vista a integração governo-sociedade como caminho viável à elaboração de políticas públicas que promovam a autonomia e a inclusão social e contemplem a sustentabilidade como modelo imprescindível ao desenvolvimento socioeconômico da região. A esse modelo se impõe um grande desafio conducente a:

possibilidade de se pensar conjuntamente (sociedade e Estado) as dimensões global, nacional, regional e local e se construir um projeto social que tenha como meta a melhoria, não só das condições de vida no que se refere à estrutura de moradia, nutrição, saúde e educação, lazer, mas também das relações humano-subjetivas, ou seja, dos valores e princípios que imprimem as formas de uma sociedade pensar e que, certamente a sustentam (SOUSA, 2005, p.51).

A convivência com o Semi-Árido, dentro desse novo diálogo que insurge como proposta de ruptura ao discurso do combate à seca e às relações de dominação e dependência⁶, não significa, portanto, travar uma luta incansável contra a natureza à custa da defesa de interesses próprios isolados da coletividade, mas buscar constantemente estar em plena harmonia com ela, numa relação íntima e sustentável⁷, e que seja promotora do desenvolvimento humano. Considerar que homem, mulher e meio precisam estar enredados de forma equilibrada implica em estabelecer uma relação de interdependência entre eles, ou seja, pensar que um precisa do outro. E vivenciar esta relação em harmonia é um grande passo para desvelar o segredo da convivência. Portanto, o caminho viável é a adaptação⁸, a promoção da cidadania e a aquisição da autonomia para esse povo, através do gerenciamento dos recursos naturais existentes, sobretudo os hídricos, tendo a educação uma relevância impar na reelaboração da compreensão do que é viver no Semi-Árido.

⁵ Cf. SOUSA, 2005, p.21.

⁶ A idéia de que as relações de poder se caracterizam como relações de dominação e dependência sempre esteve presente na história do Brasil servindo como enunciado para viabilizar o enriquecimento e a manutenção de privilégios de uma minoria, em detrimento da exploração desenfreada da maioria da população. Para a elite dominante que detinha prestígio e participação junto ao poder político, beneficiando-se dos recursos financeiros destinados às obras de combate à seca, nunca interessou que as famílias que dependiam de seu apoio se tornassem autônomas (Cf: ÁGUA DE CHUVA: O segredo da convivência com o Semi-árido Brasileiro, 2001, p.14-15). É preciso ter em vista que “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras” (Cf. ORLANDI, 2005, p.83). Talvez isso explique a posição das pessoas que se submetiam a esta relação desigual.

⁷ A noção de sustentabilidade aqui pressupõe “fortalecimento e melhoria das relações humanas, e destas com o meio em que vivem...”. (SOUSA, 2005, p.46).

⁸ Cf. MALVEZZI, 2007, p.11-12.

A proposta de educação que se apresenta, nesta perspectiva, é a da educação contextualizada que possa estimular a reflexão sobre a realidade natural, social, política e econômica do Semi-Árido e que esteja direcionada a crianças, jovens, adultos e idosos fomentando o envolvimento destes na busca de soluções inerentes aos problemas de seu tempo.⁹

Nesse sentido, as instituições escolares, como também os momentos de formação e capacitação promovidos pelas políticas públicas, precisam trabalhar, principalmente, com a discussão de temas que tenham alguma relação com aquilo que as pessoas vivenciam no seu dia-a-dia, como também aquilo pelo qual elas lutam. No caso do Semi-Árido as práticas pedagógicas e a estrutura curricular das escolas devem estar pautadas no princípio da convivência¹⁰. É preciso saber relacionar realidade e conhecimento, tendo em vista que conhecer sua própria realidade para depois questioná-la é o primeiro passo para gerir atitudes que possam provocar mudanças.

A contribuição das escolas, portanto, pode ser significativa no sentido de cultivar nas pessoas, desde os seus primeiros anos de estudo, a idéia de convivência, despertando a consciência crítica de cada indivíduo frente a sua própria realidade e a realidade dos outros e motivando-os a intervir na vida social de maneira mais intensa e significativa. Segundo Malvezzi, *“a convivência com o Semi-Árido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático”* (MALVEZZI: 2007, p.132). Ou seja, a escola deve ser encarada como o espaço ideal para a produção de um novo saber que possa contribuir significativamente para a formação social e política das pessoas e para a melhoria das suas condições de vida:

O conhecimento fomentado por essa escola é aquele que contribui para a (re)significação das formas de relação estabelecidas entre homens, mulheres e natureza, para a constituição de um ensino-aprendizagem propulsor de novas possibilidades de vida e que esteja comprometido com o processo de inclusão e de melhorias sociais no Semi-Árido brasileiro.(SOUZA:2003, p.30).

Também deve ser considerada a importância da atuação do poder público vigente e das várias organizações não-governamentais no propósito de promover as transformações necessárias, buscando através da elaboração de projetos e de sua execução, abrir caminhos para que o problema da falta de água, as dificuldades de acesso a terra e outros impasses da

⁹ Cf. SOUZA et. all. Educação para a convivência com o Semi-Árido: 2003, p.30.

¹⁰ Cf. SOUSA, 2005, p.56.

vida no Semi-árido sejam amenizados. Essa percepção surge como necessária uma vez que “[...] a convivência com o Semi-Árido Brasileiro deverá ser fruto, ao mesmo tempo, de transformações culturais, de iniciativas inovadoras e da derrota e substituição das elites que impedem que essa região seja um espaço adequado para a vida humana” (ÁGUA DE CHUVA: 2001, p.08).

Urge perceber que a questão primordial que se impõe no cerne dessa nova discussão, e que imprime o sentido da convivência é, pois, a preservação da vida humana¹¹ e da natureza e a contribuição que ambas podem dar uma à outra, promovendo melhorias nas condições sociais e de desenvolvimento econômico à região do Semi-Árido, facilitando o acesso à água e a terra para o uso humano e para a geração de renda. É nesse sentido que se torna imprescindível a elaboração de políticas públicas que respondam aos anseios mais profundos e mais urgentes do Semi-Árido Brasileiro. E isso depende em grande escala do envolvimento da sociedade civil e do Estado na busca de recursos humanos e financeiros em favor da população dessa região¹².

No levantamento das políticas públicas para o Semi-Árido, realizado entre agosto de 2007 a fevereiro de 2008, no âmbito do Brasil e da Paraíba, desde a década de 1990, priorizou-se as que se referem ao acesso e uso dos recursos naturais, através de ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária; à geração de trabalho e renda; à promoção da qualidade de vida das populações urbanas e rurais; ao acesso aos alimentos e à educação para o consumo alimentar; o manejo e uso sustentável dos recursos naturais e do ecossistema, através do bioma caatinga; entre outras. As políticas públicas levantadas foram mapeadas, por meio de uma análise parcial, levando-se em consideração a caracterização, os objetivos, as ações propostas e a relação com a questão da convivência podendo ser descritas da seguinte forma:

¹¹ “Essa dimensão de privilegiar o ser humano na sua integralidade é, certamente, onde a educação deve atuar, tendo como um dos principais veículos (mas não o único) a escola, por meio de uma nova concepção curricular, que a transforme em um espaço para além do ensino, para a formação de sujeitos na sua inteireza nas diversas dimensões que o constitui” (SOUSA, 2005, p.56).

¹² Cf. ÁGUA DE CHUVA: O segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro, 2001, p.14.

Tabela 1: PROGRAMA UM MILÃO DE CISTERNAS - PIMC

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
<p>Programa concebido pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA)¹³ e apoiado pelas centenas de entidades governamentais e não-governamentais que esta congrega.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de cisternas domiciliares¹⁴; ➤ Captação de água da chuva a fim de que esta seja utilizada exclusivamente para o consumo humano; ➤ Diminuição do trabalho de quem precisa buscar água a quilômetros de sua casa; ➤ Inclusão e mobilização da população do Semi-Árido Brasileiro, slumbrando a perspectiva da convivência e da sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação contextualizada das famílias contempladas pelo programa, educando-as para a cidadania e para a convivência com o Semi-Árido, a fim de que possam adquirir uma maior autonomia e tenham consciência da sua capacidade de promover mudanças e de gerir alternativas que respondam as problemáticas de sua própria realidade; ➤ Mobilização das famílias beneficiadas e de toda a sociedade civil envolvendo-as em todas as etapas do programa, desde a capacitação até a construção efetiva das cisternas. 	<p>O Programa suscita nas pessoas a consciência de que os recursos naturais, sobretudo, os recursos hídricos, podem ser bem aproveitados, quando utilizados na perspectiva da sustentabilidade e na idéia de convivência com o meio natural; sem gerar sistemas de dominação e promovendo a mobilidade social.</p>

¹³ Organização não-governamental que, desde 1999, vem executando ações pautadas na idéia de convivência com o Semi-Árido.

¹⁴ O Programa tem como objetivo geral realizar a construção de cisternas domiciliares de placas no Semi-Árido Brasileiro para captação de água da chuva cuja capacidade de armazenamento é de 16.000 litros. Com essa quantidade de água armazenada bem próxima de suas moradias milhares de famílias deixam de depender de carros-pipa e de se deslocar para buscar água nos açudes e cacimbas a quilômetros de distância de suas casas.

Tabela 2: PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS - P1+2

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
<p>O P 1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas) baseia-se na experiência chinesa de reforma agrária e de gerenciamento de recursos hídricos, e parte da idéia de que para garantir a melhoria das condições de vida dos que habitam o Semi-Árido Brasileiro e promover o desenvolvimento dessa região não basta que as famílias disponham de água somente para beber; elas precisam também de água e terra para produzir.</p>	<p>➤ Assegurar a oferta de água (para o consumo e para a produção) e o acesso a terra às populações do Semi-Árido, sobretudo àquelas em que esses direitos humanos lhes são negados;</p> <p>➤ Beneficiar 818 famílias de dez estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) que integram a vasta região do Semi-Árido Brasileiro com tecnologias de captação de água para produção agrícola.</p> <p>➤ Atender a um total de 3.074¹⁵ famílias com momentos de formação e capacitação a fim de despertar-lhes a consciência para a cidadania e promover a integração das pessoas antes, durante, e depois da execução do projeto.</p>	<p>➤ Utilização de determinadas tecnologias sociais de convivência¹⁶ no manejo dos recursos hídricos.</p> <p>➤ Redistribuição das terras inutilizadas e/ou desabitadas com aqueles que desejam cultivá-las e fazê-las produzir, para que nelas se desenvolvam alimentos voltados ao abastecimento familiar, e para que as pessoas tenham, por meio de seu próprio esforço, o alimento necessário à sua sobrevivência.</p>	<p>O programa pressupõe a reforma agrária e a construção de uma malha de pequenas obras hídricas para a captação de água de chuva, com o que se pretende de maneira viável solucionar alguns dos mais graves problemas do Semi-Árido tais como a dificuldade de acesso à água e a terra.</p>

¹⁵ Agência Nacional de Águas. Atlas do Nordeste. Disponível em <http://paraíba.ana.gov.br/atlasnordeste>, acessado em 07 de maio de 2008.

¹⁶ Tecnologias voltadas para os problemas básicos do povo, que possibilitam uma transformação social. Por exemplo: as cisternas de bica, cisternas calçadão, cisternas fora do chão, tanques de pedra e caldeirão, o barreiro tradicional, o barreiro trincheira, barreiro de lona, açudes, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, barramento de pedras, cacimbas ou poços amazonas, poços tubulares, cacimbas, irrigação de salvação, mandalas.

Tabela 3: PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
<p>É um projeto do governo federal do qual já se falava desde o século XIX, que pretende realizar o deslocamento do rio São Francisco, visando beneficiar vários municípios da região do Semi-Árido brasileiro através da irrigação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar a transposição de águas do São Francisco para o Semi-Árido Brasileiro. ➤ Ampliar e intensificar a irrigação do Semi-Árido Brasileiro, tendo como pano de fundo o fenômeno recorrente das secas periódicas 	<p>Utilizar a água transposta para o abastecimento local e para a pequena irrigação, aquela de iniciativa dos próprios agricultores</p>	<p>Aqueles que defendem a Transposição do “Velho Chico”, consideram-na uma política pública de convivência que promoverá o desenvolvimento sustentável na esfera socioeconômica dessa região através do processo de produção agrícola, sobretudo da fruticultura irrigada voltada para a exportação. Entretanto, muitas pessoas e segmentos da sociedade argumentam que esta política pública segue a mesma lógica das ações gestadas a partir do discurso do combate à seca: grandes obras com investimentos de somas vultosas de recursos que irão beneficiar grupos econômicos poderosos em detrimento de um grande contingente da população, sobretudo os agricultores familiares, que não terão acesso a água em função dos seus altos custos.</p>

Tabela 4: SEGURO SAFRA

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
<p>O seguro-safra é um programa do governo federal brasileiro criado pela lei 10.420, de 10 de janeiro de 2002 que integra um conjunto de práticas desenvolvidas pelo poder público com base no Programa Conviver¹⁷ do Ministério do Desenvolvimento Agrário que beneficia todo o Semi-Árido Brasileiro. Os agricultores beneficiados precisam participar dos programas de educação e capacitação rural que o programa apóia e atender a alguns pré-requisitos que envolvem questões como: a renda mensal (não pode ser superior a 1,5 salários mínimos), o envolvimento em outros programas de transferência de renda (não é aceitável), a quantidade de terras cultivadas (não pode ser superior a uma área de 10 hectares e não podem ser irrigadas), entre outros.</p>	<p>Garantir ao trabalhador rural a seguridade de sua colheita principalmente quando esta não é satisfatória por causa dos períodos de estiagens ou pela ocorrência de poucas chuvas aos quais está sujeita – ou outras questões-, assegurando condições mínimas de sobrevivência aos agricultores dessa região.</p>	<p>➤ Reunir recursos financeiros através da contribuição individual do agricultor familiar (que é por adesão e não excede a taxa de 1% do valor do benefício anual previsto), as contribuições anuais dos estados e municípios que aderem ao programa, e de recursos da União direcionados para esses fins sociais.</p> <p>➤ Beneficiar o agricultor com a quantia de no máximo R\$ 700,00 (setecentos reais) que podem ser parcelados em até seis vezes.</p>	<p>A garantia do incentivo financeiro ao agricultor poderá funcionar como valorização do seu trabalho, fixando-o à sua terra e estimulando-o ao processo produtivo mesmo em tempos de poucas chuvas, uma vez que a sua segurança está no fato de que ele será recompensado pelo seu trabalho ainda que a colheita não seja a estimada.</p>

¹⁷ O Programa Conviver, desenvolvido pelo governo federal, contempla a inovação tecnológica, a capacitação e assistência técnica como ações que possibilitam a implementação de alternativas ao projeto de convivência com Semi-árido, a partir do respeito à cultura local, do estímulo à integração e a mobilidade social dos povos que habitam essa região, do incentivo e financiamento da agricultura familiar, do gerenciamento dos recursos naturais disponíveis, e de um processo educativo contínuo.

Tabela 5: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FUNDECI)

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
O Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é um programa mantido pela instituição bancária e que tem apoiado a realização de pesquisas tecnológicas e estudos socioeconômicos na área de atuação do banco: Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.	Desenvolvimento, adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos e processos de interesse para o setor produtivo dessa região, considerando a informação e o conhecimento, juntamente com a capacidade empreendedora e a infra-estrutura econômica e social como ferramentas essenciais para o alcance desses objetivos.	Apoio financeiro a projetos para aproveitamento de matérias-primas locais, investigações de caráter hidrológico, meteorológico, climatológico, energético e ambiental, além da infra-estrutura e o aparelhamento de incubadoras de empresas de base tecnológica.	O BNB financia projetos de difusão tecnológica sobre agricultura familiar e convivência com o Semi-Árido relacionados, entre outros, aos seguintes temas: > Captação de água 'in situ'; > Enriquecimento da caatinga com fruteiras xerófilas; > Tecnologias para manejo de recursos hídricos com barragens subterrâneas; > Tecnologias de irrigação apropriadas para a produção familiar; > Consórcio com culturas alimentares adaptadas ao semi-árido; > Pesquisa e difusão ligada ao biodiesel.

Tabela 6: PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Sua operacionalização é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	<ul style="list-style-type: none"> > Trazer segurança e incentivo para o pequeno agricultor; > Promover maior estabilidade à atividade agrícola e garantir ocupação e renda ao produtor em seu próprio local. > Promover a distribuição de renda; > Combater à fome; > Preservar a cultura alimentar local; > Preservar o meio ambiente. 	Remuneração da produção por meio da aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador.	A promoção da convivência por meio da oferta de alimentos e do fortalecimento da agricultura familiar.

Tabela 7: PROGRAMA PERMANENTE DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO (PPCSA)

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
O PPCSA funciona integrado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí com a participação da sociedade civil e dos órgãos governamentais nos diversos níveis e áreas setoriais do programa.	Coordenar as políticas públicas relativas à convivência da população piauiense com as condições existentes na região do semi-árido.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenar, monitorar, articular, avaliar e executar a política pública Estadual para a convivência com o Semi-Árido; ➤ Assessorar a administração estadual na definição de prioridades nas ações a serem desenvolvidas na região do Semi-Árido; ➤ Firmar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com as entidades públicas ou privadas, com vistas à execução de ações de convivência com o Semi-Árido. 	A promoção da convivência no Semi-Árido piauiense através da elaboração e execução de políticas públicas, sobretudo, aquelas que trazem como foco central a convivência com o Semi-Árido.

Tabela 8: PROGRAMA FOME ZERO

CARACTERIZAÇÃO	OBJETIVOS	AÇÕES PROPOSTAS	ARTICULAÇÃO COM A CONVIVÊNCIA COM O SEM-ÁRIDO
O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar o acesso aos alimentos; ➤ Fortalecer a agricultura familiar; ➤ Promover a geração de renda; ➤ Estimular a articulação, mobilização e controle social. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bolsa Família; ➤ Alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); ➤ Cisternas; ➤ Restaurantes populares; ➤ Bancos de alimentos; ➤ Agricultura urbana/ Hortas comunitárias; ➤ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; 	Essa estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Como pode ser observado, as políticas públicas mapeadas se enquadram dentro de um conjunto de ações cujos princípios norteadores, a priori, são inerentes à promoção da convivência com o Semi-Árido. Órgãos do governo e instituições da sociedade civil têm demonstrado um empenho significativo – através da união de esforços, do compartilhamento de idéias, da busca de recursos financeiros e da elaboração de estratégias de convivência – no processo de concretização desse projeto ousado que para tantos não passa de uma utopia.

No propósito de promover as mudanças necessárias e mais urgentes da região, seja no âmbito político, econômico e social, seja no campo das relações de poder/saber existentes, essas organizações gestoras das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do Semi-Árido brasileiro se incumbiram de abrir caminhos para que o problema da falta de água e as dificuldades de acesso a terra (que são os problemas mais gritantes, porém não os únicos) e outros impasses da vida nessa região sejam solucionados por meio de programas de convivência viáveis e sustentáveis que promovam: momentos de formação às famílias beneficiadas, iniciativas para uma educação contextualizada nas escolas, gerenciamento dos recursos naturais existentes, sobretudo os hídricos; sustentabilidade econômica e social, reforma agrária, estímulo à mobilização social e à conquista da cidadania, segurança alimentar, geração e distribuição de renda, fortalecimento da agricultura familiar e o despertar da consciência dos habitantes da região para o seu protagonismo e autonomia frente aos impasses naturais e os de origem política que afligem notoriamente a sua estrutura (social, econômica, política e cultural), bem como as suas formas de organização.

Tomando por exemplo o Programa PIMC, no que concerne a sua inferência nos âmbitos econômico, político e social, as experiências vividas por pessoas que sofriam com a falta de água revelam o caráter positivo dessa iniciativa: disponibilizou água potável para muita gente de forma racional e econômica, dispensou os gastos com “carro-pipa”, reduziu o trabalho de muitas mulheres que iam buscar água em latas na cabeça, promoveu a organização e integração da comunidade criando uma verdadeira rede de solidariedade, possibilitou a independência e autonomia das famílias, despertou a consciência pública sobre o significado da água. Por outro lado, políticas públicas tais como a Transposição do Rio São Francisco, embora defendidas com veemência por alguns, são contestadas por diversos segmentos da sociedade civil que alertam para uma possível instabilidade natural e política que esse programa poderá provocar, além de representar a maquiagem de velhas práticas concentradas exclusivamente no aspecto hídrico como a panacéia para todos os males do Semi-Árido.

A priori, pode-se afirmar que a execução de políticas públicas que contribuam efetivamente para a convivência e a sustentabilidade tem sido bastante complexa, no sentido

de alcançar amplamente, de maneira igual e direta, toda a região do Semi-Árido. Tal abrangência ainda não tem se mostrado possível, devido as grandes dimensões territoriais e a quantidade de pessoas que habitam o Semi-Árido. Esse é, portanto um desafio, um propósito grandemente cobiçado pelos gestores dessas políticas públicas. Entretanto, se estima que esse alcance possa ser possível na medida em que mais recursos financeiros sejam investidos em concomitância com a ampliação da mobilização e da organização da sociedade civil em prol da sustentabilidade. Nesse sentido, é possível inferir, então, que as transformações que se desejam para o Semi-Árido Brasileiro deverão acontecer de forma gradativa, respeitando o alcance das políticas públicas e as limitações de suas execuções e gestões.

As questões acima apontadas vêm norteando a pesquisa¹⁸ que vem sendo desenvolvida interrogando e problematizando como as instituições governamentais¹⁹ e não governamentais²⁰ inferem na elaboração, execução e gestão das políticas públicas direcionadas para o Semi-Árido; até que ponto tais políticas contribuem para a consolidação de ações pautadas na idéia da convivência e do desenvolvimento local sustentável e inferem nas condições sócio-culturais, políticas e econômicas do Alto Sertão Paraibano.

Dois aspectos considerados fundamentais irão orientar o levantamento, nos órgãos governamentais e nas instituições da sociedade civil, do material pertinente a temática, considerando sempre a interface entre ações e políticas desenvolvidas e a relação com a convivência com o Semi-Árido. Uma refere-se à participação da sociedade civil na elaboração, execução e gestão das ações e políticas e em qual dimensão dar-se esta participação. A outra diz respeito às interferências e alterações que estas ações e políticas promovem na realidade do Semi-Árido, sobretudo, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Partimos do pressuposto de que é preciso problematizar, aprofundar e apreender como as políticas públicas de convivência com o Semi-Árido consideram questões como:

- acesso e uso dos recursos naturais, como sementes, água etc., através de ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária;

¹⁸ Trata-se do Projeto de Pesquisa Convivência com o Semi-Árido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável, já descrito acima

¹⁹ A exemplo da EMATER, das Secretarias Estadual e Municipais de Agricultura e dos Conselhos Estadual e Municipais de desenvolvimento rural sustentável e de Segurança Alimentar e Nutricional.

²⁰ A exemplo da Articulação do Semi-Árido (ASA-PB), da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), da Cáritas e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Cajazeiras, Sousa, Aparecida e São José de Piranhas, no Alto Sertão Paraibano.

- elaboração e execução de programas e instrumentos para a geração de trabalho e renda que potencializem o protagonismo dos diversos setores da sociedade civil nos espaços e nas políticas públicas;
- ações e programas de promoção da qualidade de vida das populações rurais e urbanas, na perspectiva da convivência e da sustentabilidade;
- acesso aos alimentos e educação para o consumo alimentar através de ações de preservação da cultura alimentar, da alimentação e da promoção de modelos de vida saudáveis;

Por fim, espera-se que este trabalho possa ampliar o debate e a troca de experiências sobre a questão do saber e do poder que se instituem na interseção das relações sociais que marcam a vivência no Semi-Árido Brasileiro.

Referências bibliográficas

Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido Brasileiro. Cáritas Brasileiras/Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido:** uma visão holística. 1.ed. Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 6.ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

SCHISTEK, Harald. **A Convivência com o Semi-Árido.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. REIS, Edmerson dos Santos (org). **Educação para a convivência com o Semi-Árido:** reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOUSA, Ivânia Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semi-Árido Brasileiro.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA DE BASE
ECOLÓGICA: ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS**

Daniela Ap. Pacífico¹
Fábio K. Dal Sóglio²

Resumo

Este trabalho destaca os aspectos sociais e culturais negligenciados durante o processo de transição para uma cafeicultura orgânica. Trata-se de uma análise do Projeto Café de Lerroville desenvolvido por agentes de desenvolvimento no norte do Estado do Paraná. A proposta de discussão é compreender como os aspectos sociais e culturais de uma comunidade rural, uma vez que negligenciados, contribuem para definir os rumos de projetos de desenvolvimento rural? Desta maneira, um resgate histórico acerca da comunidade, da sociabilidade e das representações sociais foi necessário para indicar características elementares dos grupos. A importância das festas religiosas e das atividades de lazer, assim como a ordem da manutenção social e troca foram ameaçadas pelas atividades externas que o processo de transição exigia. Este, por seguir um modelo prescrito e direcionado, imobilizou a participação dos agricultores e causou embate entre as técnicas convencionais utilizadas e as técnicas do manejo da agricultura orgânica. A substituição de insumos repentina dá a impressão que o estilo de agricultura orgânica mantém a lógica da agricultura convencional, uma vez que se vale da substituição de um tipo de pacote tecnológico por outro, no caso, orgânico.

Palavras-chave: Cafeicultura Orgânica; Desenvolvimento Rural; Substituição de Insumos.

1. Introdução

Este artigo foi constituído através de alguns aspectos da dissertação de mestrado da primeira autora, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2007³. A dissertação faz uma leitura do Projeto Café de Lerroville; um projeto de desenvolvimento rural local dirigido por agentes de intervenção local, na tentativa de inserir agricultores semi-organizados na rede de comércio justo com a França. Para agregar valor ao produto e maximizar a importância da inserção na rede solidária, foi iniciado um processo de transição para uma cafeicultura de base ecológica.

A análise do Projeto Café de Lerroville mostra os impasses do processo de transição, a desistência por parte dos agricultores e os principais argumentos destes e dos agentes de

¹ Socióloga, mestre em Desenvolvimento Rural.

² Agrônomo, doutor em Fitopatologia.

³ Este artigo foi elaborado com base no capítulo 3 da dissertação de mestrado da primeira autora: Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto Café de Lerroville PR, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2008, e encontra-se em processo de homologação.

desenvolvimento; uma vez que duas associações de cafeicultores (uma da Laranja Azeda e outra da Limeira) se reuniram em cooperativa, na intenção de mudar o sistema de cultivo convencional para orgânico e exportar para Saint-Etienne, na França, na rede de comércio justo (fair Trade).

O resgate da história, da sociabilidade e da identidade das famílias pioneiras do distrito de Lerroville traz elementos que auxiliam compreender como um modelo de transição da agricultura de base ecológica se tornou falácia do modelo de substituição de insumos, no Projeto Café de Lerroville. Contudo, os aspectos sociais e culturais evidenciados neste artigo não explicam por si só os impasses do processo de mudança do sistema de cultivo na região de estudo. Aspectos econômicos e políticos contribuíram tanto quanto para o “insucesso” da transição, mas serão os aspectos sociais e culturais os mais discutidos aqui por uma questão de recorte dentro do tema da dissertação.

Na busca por compreender como o processo de transição para uma agricultura de base ecológica foi definido por aspectos sócio-culturais, econômicos e políticos uma leitura dos bairros rurais, do sistema de cultivo cafeeiro, das relações de reciprocidade, sociabilidade e representações sociais indicaram elementos explicativos para a desistência dos agricultores do processo de transição. Contudo, o exercício que este artigo propõe tenta responder a seguinte questão: como os aspectos sociais e culturais de uma comunidade rural, uma vez que negligenciados, contribuem para definir os rumos de projetos de desenvolvimento?

2. História e cotidiano

Pensar a história local e o cotidiano é uma maneira de dar voz aos atores e pensar o homem de todo dia nos aspectos de sua personalidade, individualidade e representações. É buscar as ordens das interações sociais, suas formas e as maneiras como elas são re-trabalhadas e transformadas na vida cotidiana. Pensar as mudanças dentro das estruturas sociais e o ator social enquanto aquele que toma decisões e faz escolhas é uma maneira de buscar uma interpretação com base na racionalidade, desejo, capacidade e práticas sociais (LONG, 2001).

Algumas características históricas evidentes do norte do Paraná estão pautadas na produção cafeeira de meados do século XX, e na produção de grãos na atualidade. A história da produção cafeeira, principalmente, confunde-se com as histórias de vida das comunidades rurais pioneiras do processo de colonização da região, e faz com que haja uma tradição cafeeira movendo e fazendo história em algumas localidades no Paraná, ainda hoje. O que move esta tradição cafeeira, segundo as entrevistas de campo durante a pesquisa, é o refazer

da herança e do cultivo de remanescentes de uma época passada, ao mesmo tempo em que diferencia os grupos e valoriza os pioneiros.

A Laranja Azeda e a Limeira são bairros rurais do distrito de Lerroville – que pertence a Londrina, uma das primeiras cidades de colonização inglesa do norte novo – e foram o universo empírico da pesquisa etnográfica realizada em 2007. Bairros rurais, no conceito de Antonio Candido (1982), são unidades sociais, alguns mais vastos outros mais rarefeitos, ligados a um povoado próximo e unidades funcionais autônomas e distintas, caracterizada pela vida econômica e social dos sitiantes. Tratam-se ainda de divisores identitários, reforçando aspectos e características sutis entre as famílias das comunidades.

Os bairros rurais estudados são grupos de vizinhanças dispersos com contigüidades suficientes para dar ao grupo a noção de pertencimento que os leva a distinguirem dos demais bairros. Devido ao estilo de vida corriqueiro, as pessoas estabelecem atividades sociais comuns como missas, terços, novenas, jogos de futebol, aniversários, catequeses e casamentos. Essas atividades, além de aproximá-las, criam relações de compadrio e estabelecem graus de parentesco (WOORTMANN, 1995).

Os laços de amizade e parentesco estabelecem confiança e fidelidade entre as pessoas. Delineiam redes sociais e são responsáveis pela manutenção social que mantém viva e conserva a confiança e a fidelidade (CAILLÉ, 1998). É trivial nos bairros rurais a existência de uma capela, de um campo de futebol, uma escola e uma venda, pois são símbolos de sociabilidade e estabelecem uma dinâmica de interação entre as famílias proporcionando momento de lazer, descontração, produção cultural e firmamento de normas e regras sociais.

A moralidade instituída através da troca e a afinidade dos moradores da Laranja Azeda possibilitaram o surgimento da associação dos produtores do bairro, assim como a afinidade e a sociabilidade dos moradores da Limeira fez surgir na comunidade a associação dos cafeicultores. As atividades de lazer e reconhecimento das comunidades rurais de Lerroville resumem-se no futebol para os homens e as atividades religiosas para as mulheres, e são momentos de desordem e manutenção social do grupo. A preparação das festas, que reúnem as comunidades, são momentos de resgate da tradição e reinvenção da herança dos pioneiros. Esta ocasião passa a ser um rito que envolve todas as mulheres em um momento de diversão.

3. A transição ecológica

Em 2003, agentes de desenvolvimento rural planejaram um projeto de desenvolvimento para inserção de associações de agricultores na rede de comércio justo com a França. O projeto angariou parcerias importantes e as associações eram de cafeicultores familiares. Na intenção de agregar valor ao café, que seria exportado, foi iniciada uma transição para uma cafeicultura orgânica. Um curso de formação em agricultura orgânica foi ofertado para as comunidades e uma metodologia prescrita com tempo determinado, de três anos, para conclusão foi cuidadosamente seguida.

Os cafezais, devido à herança não apenas cultural, mas de práticas de manejo são lavouras *antigas*, plantadas pelos pioneiros que chegaram à região no final da década de 1950 e início de 1960. De variedades Mundo Novo e Catuaí, os cafezais acostumados com o manejo quimificado de fertilizantes, inseticidas e herbicidas passaram a ser manejados com adubos orgânicos e verdes, caldas bordalesa e viçosa, controle biológico de insetos, etc.

O processo de transição desprivilegiou a participação dos agricultores na constituição das etapas, uma vez que não se iniciou aos poucos respeitando o ritmo dos agricultores e do próprio agroecossistema. As entrelinhas do cafezal deixaram de ser usada para o plantio de milho, mandioca, temperos, etc., para dar lugar ao plantio de adubos verdes. A “concorrência” entre os cultivos, por um lado dos adubos, importante para a fertilidade do solo, e por outro de alimentos para os animais domésticos, criaram um desconforto e uma privação do agricultor por não receber o alimento para os animais enquanto renda.

Trinta e seis famílias, das duas comunidades, compuseram a cooperativa e iniciaram o processo de transição com a substituição de insumos. O manejo diferenciado iniciou-se em toda a lavoura de todos os cafeicultores cooperados, repentinamente. O curso de agricultura orgânica, ministrado pelos agentes de desenvolvimento, aconteciam aos sábados à tarde e prescreviam as atividades a serem desenvolvidas durante a semana.

4. A falácia

O diagnóstico do Projeto Café de Lerroville deixou falhas no sentido de observar qual era o público em que o projeto seria aplicado. A percepção das práticas cotidianas e culturais é um forte elemento, e deve ser considerado quando do início de uma atividade que mudará as bases produtivas. Neste sentido, a teoria orientada aos atores contribui para responder a questão e entender o processo de transição e as sutis práticas cotidianas que os permeiam. O ritmo de vida, os costumes, as crenças religiosas, os hábitos, a organização social, cultural e econômica dos atores quando organizados pela história de vida que se

mescla com a história da região - fruto da migração para o Norte Novo do Paraná - fomentam e constroem representações sociais e tradições.

A cafeicultura, cenário das representações e da tradição, é responsável não só pela reprodução social dos atores, mas construiu as relações de parentesco, compadrio, amizade, reciprocidade e sociabilidade do grupo ou região, que valoriza a imagem e o discurso dos pioneiros. A COASOL, quando reuniu as duas associações desconsiderou as sutis diferenças e as divergências produtivas entre seus agricultores, reunindo histórias de vida semelhantes com representações e estilos de agriculturas variadas.

A ocasião das festas religiosas e do futebol é o momento de um rito que envolve mulheres e homens em um momento de diversão. As atividades do Projeto Café de Lerroville demandavam disciplina e dedicação, uma vez que seguiam ações prescritas e tempo determinado. A convergência de momentos opostos - lazer e trabalho - colocou em risco não só o descanso das pessoas, mas a manutenção social do grupo. O sábado e domingo eram dias de descanso e lazer e foram substituídos pelas atividades do curso de formação em agricultura orgânica.

Para os agricultores houve embate e desconforto entre as técnicas produtivas convencionais e as inseridas pelo Projeto Café de Lerroville. O desacordo entre a metodologia de transição - direcionada e dirigida - e o agroecossistema, com lavouras permanentes *antigas*, restringiu a eficácia das técnicas utilizadas nas agriculturas de base ecológica.

Varietades pouco resistentes a doenças, com trinta e quarenta anos de produção, associadas ao uso freqüente de fertilizantes e agrotóxicos, quando deparadas com manejo ecológico - menos agressivo ao meio ambiente - não “responderam” da maneira como os agricultores estavam acostumados e levaram a redução da produtividade e conseqüentemente a redução da renda das famílias.

A adubação verde e controle biológico, segundo os agricultores, foram insuficientes para garantir a transição para uma cafeicultura orgânica que não comprometesse a reprodução social das famílias. A adubação verde, muito valorizada pelos agricultores atualmente, impossibilitou, no início da transição, o plantio de raízes, vegetais e grãos nas entrelinhas. No entanto, o benefício que esta técnica trouxe para a terra levou o agricultor a encontrar alternativas para associar a adubação verde aos alimentos para casa e animais. Alternativas locais são encontradas pela comunidade quando estas passam a construir o processo.

Estas afirmações corroboram as idéias da teoria orientada ao ator. Ploeg (2000) menciona a importância do conhecimento local para a reinvenção da agricultura e da localidade, e Long (2001) destaca que os interventores dos projetos de desenvolvimento devem estar cientes da natureza não linear da intervenção, por ser complexa e composta de percepções culturais e interesses sociais diversos. O elo fundamental para a aproximação de grupos locais e agentes interventores são as metodologias participativas, uma vez que estas são ferramentais de acesso e construção de estratégias locais endógenas de soluções e alternativas coletivas.

A transição para uma cafeicultura orgânica, em Lerroville, prendeu-se na lógica da agricultura convencional devido à reprodução de um modelo produtivo que valoriza a substituição de pacotes, e privilegia apenas a substituição de insumos para a mudança de sistema de cultivo. Uma agricultura de base ecológica, que incorpora a lógica convencional de produção, mantém a insustentabilidade do agroecossistema e a dependência do agricultor aos insumos externos e ainda passa a fomentar outra rede de especulações muito comum nesse tipo de agricultura, a rede de certificações.

5. Referências

- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.38, 1998, p.5-38.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6 edição. São Paulo: Livraria duas cidades. 1982.
- LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.
- PLOEG, J. D. et al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 2000.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, Brasília: Unb, 1995.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**PARTICIPAÇÃO E REDES SOCIAIS: UM NOVO CAMINHO PARA UM NOVO
DESENVOLVIMENTO**

Apes Falcão Perera¹
João Carlos Costa Gomes²

Resumo

A produção do conhecimento tecnológico no Brasil foi intensificada em um momento histórico em que os interesses dos poderes constituídos não encontravam sintonia com as demandas originadas no setor produtivo. Os órgãos oficiais de pesquisa e de extensão rural estavam imbuídos de inserir o Brasil no contexto internacional da modernização da agricultura, atendendo aos interesses da indústria produtora de insumos agrícolas e da indústria processadora de alimentos. Este distanciamento de interesses gerou um estoque de tecnologias não adotadas, com conseqüente esforço destas organizações para a sua adoção. No sentido de evitar o aumento deste estoque, algumas iniciativas vem sendo implementadas, principalmente com a utilização de metodologias participativas, associadas a estratégias de organização social, que promovem uma participação na definição do objeto de pesquisa, na construção, na circulação e na utilização do conhecimento produzido. Através de estudo de caso, este artigo apresenta considerações sobre resultados de pesquisa desenvolvida sob orientação dos pressupostos da participação social.

Palavras-chave: Participação Social; Metodologias Participativas; Redes Sociais

1. Introdução

Quando se trata da elaboração e implementação de projetos e programas de desenvolvimento, quase sempre são formuladas estratégias que partem da percepção de mundo de quem as planeja, fundamentadas em modelos que na maioria das vezes foram desenvolvidos em realidades completamente diferentes, não levando em conta o contexto social e cultural das pessoas que estão no centro destas propostas, muito menos seus próprios anseios e projetos pessoais, familiares ou comunitários.

Também é bastante comum que as propostas constantes destes projetos estejam baseadas quase que exclusivamente em questões tecnológicas que, ainda que importantes, não são suficientes para dar conta de mudanças duradouras e sustentáveis. Além disso, a própria geração de tecnologias não tem priorizado as reais necessidades dos agricultores, sendo concebidas em ambientes distantes dos locais de produção, mais por inspiração de

¹ Engenheiro agrônomo, analista de transferência de tecnologia da Embrapa Clima Temperado, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção da Agricultura Familiar da UFPEL.

² Engenheiro agrônomo, pesquisador da Embrapa Clima Temperado.

pesquisadores, que, em muitos casos, pouco conhecem da realidade a que estão submetidos os agricultores.

A reorganização institucional experimentada no Brasil no início dos anos setenta, que teve na criação da Embrapa um de seus maiores exemplos, tinha como um de seus principais objetivos disseminar uma cultura modernizante na agricultura brasileira, inserindo-a no contexto econômico internacional.

Assim, é compreensível que os pressupostos adotados deveriam conter uma concepção hierárquica, difusionista, à partir de quem detém um determinado conhecimento em direção à quem não tem e precisa deste conhecimento, sem a preocupação de estabelecer debates mais amplos sobre a adequação das propostas.

Com base nessa análise é possível considerar que a opção por um modelo difusionista e segmentado não foi um erro, e sim a escolha apropriada aos fins desejados.

Partindo deste cenário, não há como alterar a realidade com pequenas reformas de métodos. Há a preponderante necessidade de uma mudança drástica nos conceitos e metodologias, principalmente quanto à participação social na definição das políticas públicas promotoras de desenvolvimento.

2. Entendendo os fatos

Hoje vivemos um período de transição de formatos tecnológicos, métodos e concepções sobre a produção de conhecimentos, pressionado por questões ambientais e sociais, que anima setores do mundo acadêmico a identificar uma mudança de paradigma em curso.

Antes de assumir determinados rótulos, é necessário rever alguns momentos históricos que determinaram comportamentos e influenciaram políticas públicas, especificamente no caso do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Se hoje vivemos experiências inovadoras, recheadas de preocupações sociais e ambientais, em tempo não tão distante, a orientação era bem diferente.

Em 18 de abril de 1972, o então Ministro da Agricultura Luís Fernando Cirne Lima instituiu um grupo de trabalho, que: “[...] considerando a importância do progresso tecnológico da agropecuária no contexto do desenvolvimento socioeconômico da Nação; [...] considerando a necessidade de adaptar o sistema de pesquisa agropecuária federal ao melhor atendimento desses interesses nacionais;” (CABRAL, 2005, p279), produz um relatório onde

propõe um novo modelo de gestão da pesquisa agropecuária, que se materializa na criação da Embrapa.

Em 26 de abril de 1973 o mesmo Ministro Cirne Lima preside ao ato formal de instalação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

A criação da Embrapa na década de 70 é parte de uma reformulação institucional, com vistas a acelerar o processo de modernização da agricultura brasileira, sintonizada com a economia mundial do período pós-guerra. A vinculação ao processo de modernização se dá na associação com os interesses da indústria produtora de insumos e a indústria processadora das matérias primas produzidas pelo setor agropecuário. A Embrapa, que recebe a missão de coordenar o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, é responsável pela internacionalização da agricultura e por difundir as tecnologias que comandam o processo denominado de Revolução Verde.

Evidencia deste compromisso implícito, como descrito por Cabral (2005), foi a implantação do programa de pacotes tecnológicos, um modelo difusionista que reformulava os principais sistemas de produção com as tecnologias disponíveis e os divulgava entre grupos de agricultores. Este programa lançou entre 1974 e 1975 mais de cem pacotes tecnológicos. Ou seja, apenas um ano depois de sua criação, a Embrapa disponibilizou informações que, em virtude do pouco tempo decorrido de sua fundação, possivelmente não tenha produzido e que provavelmente atendiam ao interesse antes mencionado de aumentar a utilização de insumos produzidos fora do país e altamente dependentes de capital. Ainda segundo Cabral (2005), em 1979 já eram mais de setecentos “pacotes”, atribuídos à eficiência da Embrapa e da sua articulação com a extensão rural e setores produtivos.

Esta articulação também originada da reforma institucional promovida, era baseada na especialização das atividades, segmentando-as e delimitando os espaços de atuação de cada instituição, complementada pela assistência técnica e pelo crédito rural subsidiado.

No caso específico da pesquisa agropecuária, cabia à Embrapa desenvolver sua atividade de pesquisa, disponibilizando os resultados gerados para os agentes de extensão, especialmente aqueles ligados à Embrater, cumprirem seu papel de levar estes resultados até os agricultores que os adotariam.

“Esta articulação com a Embrater estava restrita mais aos discursos e documentos do que realmente acontecia na prática.” (HEBERLÊ, 2006, p.38). Embora contasse em sua estrutura com um departamento para servir de elo entre a pesquisa e a extensão rural, o Departamento de Difusão de Tecnologias – DDT, essa iniciativa baseada numa visão mecânica nunca funcionou, fazendo com que a Embrapa buscasse modelos mais eficientes de

transmitir as tecnologias geradas pela pesquisa, principalmente com a extinção da Embrater em 1992.

Segundo Cobra (1992), já em 1950 as empresas privadas abandonavam a orientação de produção e vendas para assumir a orientação do mercado, o que aparentemente só acontece na Embrapa anos mais tarde.

Neste sentido, em 1992, na elaboração do Plano Diretor 1993 – 1997 da Embrapa é citado:

A Embrapa enquadra-se certamente na primeira tendência. Isso porque criou-se a empresa num contexto em que não havia pressão da sociedade, nem preocupação para gerar receitas para fazer face ao seu negócio, pois contava com generosos recursos financeiros do Tesouro Nacional. A empresa foi e continua fazendo o que sabe: gerar produtos na área de ciência e tecnologia, porém com fraca ou nenhuma interação com a demanda de seu público-alvo. A Embrapa preocupou-se com a oferta de seus produtos e desprezou a demanda.

Partindo da constatação de que as demandas para a pesquisa não estavam no setor produtivo, e sim nas necessidades da indústria de insumos e da indústria processadora de produtos agrícolas, entende-se a opção pelo modelo difusionista e mecanicista não como uma escolha errada, de um modelo ultrapassado, mas sim daquele que atendia aos interesses do contexto. Não interessava a demanda dos agricultores, a tecnologia estava pronta e precisava ser difundida.

Este modelo também provocou um intencional distanciamento entre a geração e validação de tecnologias pelos centros de pesquisa e o seu público-alvo, colocando o extensionista como interlocutor neste processo de comunicação, evitando excessivos questionamentos. Neste contexto, a especialização dos pesquisadores, juntamente com uma formação acadêmica direcionada à maximização de lucros e aliada a uma visão meramente produtivista e dependente em insumos e capital, contribuiu para o citado distanciamento e conseqüente formação de estoques de tecnologias.

A produção de informações em ambientes controlados, diferentes da realidade dos agricultores, apesar de sua importância, não é suficiente. “As práticas agrícolas geradas a partir da ciência agrônômica convencional carecem de articulação necessária entre a informação obtida na pesquisa e a significação que esta tem para os atores intervenientes.” (GUZMÁN, 2002, p.24).

Este modelo adotado no Brasil encontrou aceitação e fez relativo sucesso, através de intenso investimento público, principalmente junto aos grandes produtores, especializados e com fácil acesso ao crédito oficial subsidiado.

Já em relação à agricultura familiar, que tinha suas próprias lógicas de reprodução social ancoradas na produção de suas necessidades e na utilização do trabalho familiar, ainda que inseridas em circuitos capitalistas, não encontrou fácil disseminação, deixando-os à margem do avanço tecnológico e das benesses das políticas públicas.

Esta situação também favoreceu a inadequação na formulação de políticas públicas, que, não tendo identificação com as reais demandas apresentadas pelos usuários, não se sustentam como geradoras do desenvolvimento regional.

Assim, é fundamental que os agricultores, que são os atores interessados, participem do processo de definição de demandas para a pesquisa e para políticas públicas, que se sintam sujeitos desta ação e conseqüentemente, responsáveis pela aplicação de seus resultados.

3. Redes de referência, participação e redes sociais: ampliando as relações

Cientes da necessidade de mudança, algumas instituições tem implementado iniciativas como a adoção de metodologias participativas, tanto no âmbito da pesquisa quanto da circulação de seus resultados.

Conforme Medeiros (2005), a Embrapa Clima Temperado coordenou um projeto de pesquisa participativa do Programa RS Rural, no componente de suporte – Pesquisa Contratada, denominado “Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na Região Sul do RS”, resultado de acordo realizado em 1999 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, com a participação dos municípios e beneficiários, para responder aos problemas sócio-econômicos e ambientais que estariam causando processos de exclusão de agricultores familiares, como consta em RS RURAL (1999 a).

O projeto em questão estava baseado em princípios teóricos e metodológicos que consideram o saber dos agricultores como fonte de conhecimento válido, sem diminuir a importância do conhecimento acadêmico e científico. A visão integrada das diversas disciplinas, a participação social, respeitando o protagonismo dos atores locais e a cooperação integrada entre as instituições públicas e privadas, comprometidas com o desenvolvimento local, complementavam esta base. Desta forma, esta proposta também pretendia contribuir para consolidar uma nova prática na produção e circulação do conhecimento, a partir de uma visão sistêmica e interdisciplinar.

A rede de referência é uma forma de acompanhar o desenvolvimento e o desempenho técnico-econômico das práticas dos agricultores, subsidiando o processo de

intervenção da pesquisa ou da extensão rural, através da coleta de informações agronômicas e sócio-econômicas com base em sistemas de produção, tipologia de unidades produtivas e referenciais agroecológicos. (RS RURAL, 1999, V5: p. 31)

Apesar da grande evolução representada pelos exemplos mostrados anteriormente, algumas questões precisam ser analisadas com maior aprofundamento. Embora muito se tenha avançado em termos de participação dos atores e da aceitação e incorporação do saber tradicional nas pautas de pesquisa, a definição de metas para o desenvolvimento não aparece, de forma clara, como uma decisão dos próprios grupos sociais.

Um ponto que merece uma análise mais criteriosa para o desenvolvimento de uma proposta de aproximação de técnicos e agricultores é a própria participação. Com fundamentos embasados na agroecologia, a participação não pode ser aceita como uma forma de legitimar aquilo que alguém elaborou de maneira alheia ao contexto sócio-cultural vigente. É preciso aceitar o conhecimento dos agricultores como válido e respeitar suas próprias definições de desenvolvimento, suas metas e objetivos familiares e seus valores culturais.

Segundo Gomes e Borba (2004), “a participação verdadeira tampouco é aquela que traz embutida a idéia moral de tutela ou de favor”. A dificuldade está em vencer as barreiras culturais e a própria formação acadêmica, que sempre colocaram o conhecimento científico como verdade absoluta, conferindo aos técnicos um poder inquestionável.

A participação é condição essencial para que se estabeleça uma proposta de desenvolvimento de longo prazo e que traga dentro de si o compromisso com a aceitação de seus resultados, entendendo como uma construção dialógica, onde todos são sujeitos e responsáveis solidários.

Ao que se analisa, as Redes de Referência foram constituídas para atender propósitos institucionais, ainda que louváveis, mas insuficientes para garantir um de seus objetivos, o de funcionar como ponto de dissipação das informações em direção a outras propriedades no entorno das Propriedades de Referência (PR). Para atingir esse objetivo, cada PR deveria funcionar como um nó, de onde derivaria nova rede. A possibilidade de não haver alcançado êxito nesta tarefa pode resultar justamente pela não observação dos princípios de formação de rede social.

Exemplos da importância do papel que as redes desempenham, quando construídas de forma sólida, como apresentado por Radomsky (2006), mesmo quando estão voltadas ao mercado, potencializam os vínculos políticos e as relações de proximidade, reforçando a relação com o local na perspectiva de um desenvolvimento territorial.

As redes sociais também não são espontâneas, sendo resultado de uma ação intencional, com objetivos coletivos explícitos. Conforme Viviane Amaral:

As redes sociais emergem nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas atuais. Representam um grau de complexidade política de uma determinada comunidade ou grupo e não podem (não deveriam) ser criadas artificialmente, pois emergem de processos culturais e políticos. Manifestam um desejo coletivo em inovar na forma de organização política, numa desorganização consciente e intencional de estruturas que não mais correspondem às demandas e aspirações do grupo. E revela a existência de problemas que não conseguem ser resolvidos com as antigas estruturas e formas de gestão. (AMARAL, V., 2004, p. 3)

Essa base de relações e mecanismos sociais não pode ser desconsiderada na formação de uma estrutura que pretenda atuar na elaboração de seu próprio desenvolvimento. A rede com essas características produz continuamente a si mesma. O ser e o fazer são inseparáveis, segundo CAPRA (1996).

4. Avançando um pouco mais

A revisão das idéias até aqui apresentadas reforçam a percepção de que, mais do que buscar novas metodologias para reforçar a eficiência da circulação e adoção dos resultados gerados pela pesquisa, é necessário promover uma profunda mudança na elaboração de propostas de pesquisa, buscando atender demandas que realmente reflitam as necessidades vividas pelos atores sociais, em atendimento aos seus anseios e sua concepção de desenvolvimento.

A formulação de programas e políticas de desenvolvimento igualmente devem ser pautadas pela manifestação do próprio público alvo destas políticas, ao invés de serem formuladas em ambientes distantes, diversos e com visões de mundo diferentes daquelas onde se pretende aplicar tais políticas.

A própria definição do tipo de desenvolvimento, que diferencia desenvolvidos de subdesenvolvidos, atrasados e evoluídos, precisa caminhar na direção do respeito às condições endógenas de cada sociedade, garantindo-lhes a manutenção cultural e o poder de escolher seu próprio futuro.

A partir destas rotulagens é criada uma nova identidade, que, conforme Sachs (2000), corresponde aos interesses de uma minoria homogênea e sua percepção sobre a maioria heterogênea.

Romper com esses preconceitos requer uma conscientização das possibilidades de transformar potenciais endógenos, locais, em oportunidades de desenvolvimento que realmente contemple a perspectiva da sociedade envolvida no processo.

É necessário, então, redirecionar a atuação para a organização das comunidades ou grupos, ou seja, “[...] a facilitação dos processos de auto-organização.” (BORBA, M., 2003, p.121) Apesar dos meios para este tipo de desenvolvimento encontrarem-se com os próprios atores sociais, na maioria das vezes é necessário um estímulo externo capaz de criar a consciência necessária para sua utilização eficiente, sem, no entanto, interferir na tomada de decisão do próprio grupo social.

A moderação, como definida por Colette (2001), pode ser o novo papel das agências públicas e privadas de desenvolvimento.

A moderação é uma forma de condução dos processos de discussão que visa promover uma discussão objetiva e equilibrada entre os diversos participantes de um determinado grupo e contribuir para que todos participem ativamente na construção do produto desta discussão. (Colette, M. M., 2001p. 18)

Uma ferramenta interessante, associada à formação de redes sociais, é o planejamento estratégico participativo, proposto por Silva (2001), que busca compreender a realidade e modificá-la. Baseado em concepção metodológica dialética, não permite leituras deterministas, permitindo compreender a complexidade dos acontecimentos.

Através da moderação e do planejamento estratégico participativo pode-se elaborar planos de desenvolvimento, partindo de metas individuais em direção a metas coletivas, respeitando suas dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e emocionais.

Da aplicação prática destes planos surgirão demandas tecnológicas que poderão encontrar resposta nos estoques de tecnologias já produzidas ou, preferencialmente, alimentar novos projetos de pesquisa, que, incorporando o estágio atual do conhecimento tradicional e empírico dos atores sociais tenha assegurada sua aplicabilidade e sua adoção.

5. Referências bibliográficas

AMARAL, Viviane. Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_fev2004.cfm>

BONAL, P.; XAVIER et al. O papel da rede de fazendas de referência no enfoque da pesquisa-desenvolvimento: Projeto Silvânia. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1994.

BORBA, Marcos F. S.. Localizando o desenvolvimento: o local e a tradição na busca da sustentabilidade. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2003.

CABRAL, J. Irineu. Sol da manhã: memória da Embrapa – Brasília:UNESCO, 2005.

- CAPRA, F. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996.
- COBRA, Marcos. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1992.
- COLETTE, M. M.. Moderação. In: Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- EMATER-RS. Subsídios Para a elaboração da proposta de Consultoria CIRAD no marco do Pró-Rural 2000. Porto Alegre: EMATER-RS, (Mimeo, sete páginas), 1998.
- GOMES, J. C. C. e BORBA, M.. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. Ciência e Ambiente, n29, p.5-14, jul-dez. Santa Maria: UFSM, 2004.
- HEBERLÊ, A. A comunicação e a difusão na Embrapa. In: Comunicação em ciência e tecnologia: estudos da Embrapa. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- IAPAR – Redes de referência para Agricultura Familiar: Um dispositivo de pesquisa e desenvolvimento para apoiar a promoção da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.iapar.br/projetosdesenvolvimento/rededereferencia/saibamaisobreredes>.
- MEDEIROS, C. A. et al. Tecnologias para os sistemas de produção e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar – Projeto RS Rural. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2005.
- RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: A diversidade da agricultura familiar – organizado por Sérgio Schneider. Porto Alegre. UFRGS, 2006.
- RS RURAL. Manual Operativo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, v 4: Porto Alegre, 1999.
- RS RURAL. Manual Operativo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, v 5: Porto Alegre, 1999.
- SACHS, W.. Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A Perspectiva Sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, p.18-28: Emater, jan/mar. 2002.
- SILVA, M.J. da. Onze passos do planejamento estratégico participativo. In: Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- ZOBY, J. L. F.; XAVIER, J. H. V.; GASTAL, M. L.. Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Silvânia. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**PAULO FREIRE E O MST/CE: UM DIÁLOGO ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL E
POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO FREIRIANO**

Antonia Melo Soares¹
Lia Pinheiro Barbosa²

Resumo

O presente artigo constitui um recorte analítico de um estudo monográfico e visa analisar o diálogo estabelecido entre a função social e política da Educação no pensamento de Paulo Freire e a Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, procedemos à realização de um estudo de caso do **Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamento Rurais do Ceará - Brasil**, projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nosso foco analítico é a experiência de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvida no referido projeto, na região de Crateús, município pertencente ao Estado do Ceará, no nordeste do Brasil. Nosso intuito maior consiste em apresentar como vem sendo desenvolvido o processo de alfabetização na referida experiência, com destaque para suas contribuições no campo político-social da Educação do Campo, apontando seus limites e possibilidades.

Palavras-chave: Educação do Campo, Método Paulo Freire, Alfabetização.

1. Introdução

A conquista do direito à educação e a melhoria dos índices educacionais nas zonas rurais, tem sido uma luta empreendida pelos movimentos sociais brasileiros, notadamente a partir do final da década de 90. No campo de luta de tais movimentos, confere-se destaque à Educação de Jovens e Adultos. Inspirados na própria discussão e ação política da Educação Popular compreendem a concepção de Educação como um instrumento de libertação e emancipação humana, fundamentos da proposta pedagógica de Paulo Freire.

O presente artigo é fruto de um estudo monográfico e visa analisar o diálogo estabelecido entre a função social e política da Educação no pensamento de Paulo Freire e a Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, procedemos à

¹ Graduada em Pedagogia, pela Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* Universidade Estadual do Ceará. Exerceu atividade como bolsista do Projeto Escolarização I, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Correio Eletrônico: as-mello@hotmail.com

² Professora orientadora do presente estudo. Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará. Professora Assistente da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora Pedagógica do Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamento Rurais do Ceará, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Correio Eletrônico: lia.pinheirobarbosa@gmail.com

realização de um estudo de caso do **Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamento Rurais do Ceará - Brasil**, projeto de extensão universitária desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Tomamos como foco analítico, a experiência de alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvida na região de Crateús, município pertencente ao Estado do Ceará, no nordeste do Brasil. Nosso intuito maior consiste em apresentar como vem sendo desenvolvido o processo de alfabetização na referida experiência, apontando seus limites e possibilidades.

2. O Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamentos Rurais do Ceará: uma experiência de extensão no Sertão dos Inhamúns

A experiência ora apresentada consiste em um projeto de extensão universitária desenvolvido pela Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* da Universidade Estadual do Ceará – UECE, universidade pública do Estado do Ceará, nordeste do Brasil.

Primeiramente, torna-se primordial apresentarmos a gênese do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O referido programa tem caráter de política pública de Educação do Campo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Originado em 1998, é fruto da luta empreendida pelos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Seu objetivo maior consiste em desenvolver cursos que atendam as demandas desde a Educação Básica, incluindo a Educação Superior, nas instâncias de graduação e pós-graduação – *lato sensu*, nas diversas áreas do conhecimento.

Os conteúdos abordados e a metodologia utilizada contemplam as reflexões teórico-empíricas relacionadas ao direito à educação do campo, articulada à luta pela terra, bem como, à estruturação de uma agricultura voltada ao desenvolvimento sustentável do campo, diretamente relacionado à construção de um *ethos* cultural e social identitário dos povos do campo.

A operacionalização do PRONERA ocorre por meio da gestão participativa, numa parceria estabelecida entre os movimentos sociais do campo, sindicatos rurais, universidades públicas, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos, além dos organismos

governamentais municipais, estaduais e federais, estes já citados anteriormente. A articulação dos organismos governamentais com a sociedade civil organizada garante uma participação igualitária, em todas as instâncias deliberativas do Programa, na elaboração, acompanhamento e avaliação das atividades.

No que concerne à atuação dos diversos sujeitos envolvidos, cabe às universidades a elaboração de projetos que contemplem as demandas dos movimentos sociais e sindicais do campo. É de responsabilidade da Comissão Pedagógica do INCRA, composta por representantes dos diferentes parceiros, a avaliação e aprovação, por meio de editais oficiais, dos projetos que comporão o PRONERA. Em 2006, foram formalizados 155 convênios, em âmbito nacional, atendendo à demanda de 84 mil alunos, distribuídos em aproximadamente 60 cursos de formação profissional, nas áreas de Enfermagem, Agropecuária, Zootecnia, Cooperativismo, Agroecologia, e de nível superior, nas áreas de Ciências Humanas – Pedagogia e História, e demais áreas do conhecimento relacionadas, diretamente, às especificidades do campo, como Veterinária e Agronomia.

No Estado do Ceará, o PRONERA teve início em 1998, numa parceria estabelecida entre as universidades públicas da região, representadas pela Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e Universidade Estadual Vale do Acaraú, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará – FETRAECE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/CE. A referida parceria decorre da elaboração de um expressivo projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos e de Escolarização de Educadores em várias regiões do Estado, no âmbito dos assentamentos de reforma agrária, que se desmembrou em 7 projetos envolvendo as três universidades acima. A estrutura dos projetos abrange cursos de alfabetização e escolarização no 1º segmento do ensino fundamental (325 turmas), escolarização nível médio (1 turma), formação em magistério nível médio (6 turmas), Pedagogia nível superior (2 turmas), Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (1 turma), envolvendo aproximadamente 7 mil alunos de diversos assentamentos.

Em 2004, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra apresentou nova demanda de cursos à Universidade Estadual do Ceará, que resultou na elaboração de três novos projetos em parceria com o MST-Ce e INCRA-Ce. Aprovados em abril de 2005, constituem os projetos:

- Projeto de Formação de Educadores e Educadoras de Assentamentos Rurais em área de Reforma Agrária do Ceará: destinado à formação de 240 professores de nível médio, com habilitação em Educação de Jovens e

Adultos para atuação na educação do campo. É coordenado pela UECE e referenciado em grade curricular da escola pública estadual pelo Instituto de Educação do Ceará (IEC), com duração prevista para quatro (4) anos, e carga horária de 4.000 horas-aula;

- Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras de Assentamento Rural do Ceará: desenvolvido durante um período de dois (2) anos (2006/2007), na região Centro-Norte do Estado, e destinado à escolarização, até a 4ª série do Ensino Fundamental, de 2.300 jovens e adultos assentados;
- Projeto II de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras de Assentamento Rural do Ceará: desenvolvido na região Centro-Sul do Estado, contempla os mesmos objetivos do Projeto I. A certificação final é conferida pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC). Os três projetos acontecem de forma integrada tendo em vista que parte dos educadores e educadoras dos projetos de Escolarização estão cursando o Magistério de nível médio, no Projeto de Formação – Magistério da Terra.

A estrutura organizativa de cada projeto é composta da seguinte forma: um (01) coordenador geral; um (01) coordenador pedagógico; quatro (04) coordenadores pedagógicos regionais; seis (06) coordenadores locais, bolsistas universitários de quatro *campi* da UECE (capital e interior), além de uma equipe de professores que, de forma interdisciplinar, são responsáveis pela capacitação e desenvolvimento dos referenciais curriculares, de acordo com a proposta de cada projeto. Ambas as propostas (de Escolarização e de Formação para o magistério em nível médio) orientam -se por pressupostos e reflexões da pedagogia freireana e da proposta educativa defendida pelo MST, em comum acordo com as Diretrizes da Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

Em nosso estudo, acompanhamos as atividades desenvolvidas pelo Projeto I de Escolarização, assim denominado pela coordenação geral do projeto. Sua estrutura de funcionamento é composta por uma (1) coordenação geral, uma (01) coordenação pedagógica, quatro (4) coordenadores locais (membros do MST) e quatro (4) bolsistas universitários. Desenvolve-se na região Centro-Norte do Estado do Ceará, conhecida como Sertão dos Inhamúns. Os assentamentos que participam do projeto situam-se nos seguintes municípios: Santa Quitéria, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Madalena e Crateús, este último sede da faculdade e, portanto, da coordenação pedagógica do projeto.

Importante salientar que, do ponto de vista político, a região é caracterizada por uma tradição de luta política e social. Inserida na luta pela conquista da terra e pela valorização do sertão como *locus* identitário do sertanejo e do trabalhador rural, articula-se à ação política dos movimentos sociais do campo e entidades ligadas à questão agrária da região.

Esta expressiva formação política e sindical decorre, sobremaneira, da história de resistência política, sobretudo do município de Crateús, iniciada em 1964, período de plena ditadura militar, quando é criada a diocese de Crateús, tendo como primeiro bispo Dom Antônio Batista Fragoso, conhecido como Dom Fragoso, cuja proposta de atuação era fortemente marcada por uma tradição na trajetória da educação popular e baseada nos princípios da Teologia da Libertação.

As pastorais do município acima referido e circunvizinhanças buscavam consolidar novas práticas de legitimação da cidadania e democracia tendo como prioridade o trabalho com o homem do campo e a valorização político-econômica, religiosa e sócio-cultural do semi-árido. Num exercício contínuo de um contra-poder social que, limitando o poder do Estado, alarga a capacidade de intervenção do setor democrático-popular na busca por imprimir uma nova correlação de forças nos espaços públicos, as práticas religiosas e sociais destinavam-se, diretamente, à formação política e à organização de agricultores e seus familiares, tendo como resultado direto o engajamento da Igreja em espaços de articulação político-social expressivos, como sindicatos, associações, grupos pastorais, dentre outras entidades de luta pela garantia do trabalho na e pela terra.

Embora perseguidas durante a ditadura militar, as ações das pastorais ligadas à Diocese de Crateús avançaram em seu ativismo político-religioso galgando espaços significativos na história política cearense, sobretudo do Sertão dos Inhamuns. Atrelado à articulação política das CEBs, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, inseriu-se, ainda que de forma distinta, na proposição de um projeto político-social amplo, que incorporasse à luta pela Reforma Agrária, o direito à educação no e para o campo, bem como, a construção de uma agricultura sustentável.

É o que se expressa na proposta político-pedagógica do Projeto I de Escolarização. Tendo um matiz pautado, sobretudo, na luta política, a referida experiência objetiva exercer-se no intento de fortalecimento da própria identidade do campo e na consolidação da Reforma Agrária. É válido destacar, pois que, no palco da complexa atuação dos movimentos sociais, a categoria 'campo' adentra na agenda dos debates políticos, principalmente quando se intenciona a disputa por projetos de desenvolvimento para a zona rural.

A Educação se reveste de um potencial transformador, uma vez que é entendida como caminho necessário para a formação de homens e mulheres autônomos, conscientes e construtores de sua própria história. Nas tessituras de uma reflexão em torno da necessidade de “todos e todas sem terra estudando”, a erradicação do analfabetismo torna-se, pois, ponto de partida para a consolidação desse processo.

Sendo assim, a proposta pedagógica de Paulo Freire é pensada a fundo e incorporada enquanto eixo teórico-metodológico dos projetos desenvolvidos pelo PRONERA. Os educadores e educadoras buscam, primordialmente, incorporar à Educação de Jovens e Adultos, em seus respectivos assentamentos, o método Paulo Freire como instrumental metodológico de aquisição da leitura e da escrita dos educandos e educandas do campo.

Discorreremos, pois, acerca das contribuições centrais legadas por Paulo Freire e que são incorporadas às experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais, sobretudo na articulação da educação enquanto categoria central para a construção de uma formação emancipatória e libertadora.

3. Paulo Freire e o MST/CE: Um diálogo acerca da função social e política da educação no pensamento freiriano

No presente estudo, desenvolvemos um Estudo de Caso da experiência do Projeto I de Escolarização desenvolvido na Brigada Renascer de Canudos, composta por seis assentamentos, a saber: Paulo Freire, Xique-Xique, Tira-Teima, Bargado, Santana e Margarida Alves.

Conforme apresentado no item anterior, a meta do Projeto I de Escolarização é a escolarização, até a 4^a série do Ensino Fundamental, de 2.300 jovens e adultos assentados. Sabemos, todavia, que o cumprimento de tamanho objetivo é deveras difícil, dado as especificidades da educação brasileira e a histórica realidade do analfabetismo em nosso país.

Entretanto, podemos observar que, nos percursos do projeto, encerrado em março do corrente ano, o princípio libertário e politizador da teoria freiriana faz-se presente, seja nas capacitações dos educadores e educadoras³, ou ainda, e principalmente, no processo cotidiano de alfabetização corrente nos assentamentos.

³ Destacamos que, desde o início do projeto, em março de 2006, os educadores e educadoras realizaram três capacitações, a saber: Seminário Introdutório, momento de apresentação dos Projetos I e II de Escolarização; 1º Encontro de Capacitação, realizado em abril de 2007, em que se discutiu a contribuição dos projetos na luta pela Reforma Agrária. Também foram realizadas Oficinas de Língua Portuguesa e Matemática para fornecer, aos educadores e educadoras, instrumentais pedagógicos em seus trabalhos com as respectivas áreas. Em outubro do

Para os educadores e educadoras do MST, a alfabetização não é entendida como mera aquisição de uma técnica de decodificação da escrita e sistematização da leitura. Ao contrário, sua instrumentalização constrói-se pela consciência crítica para a solução dos problemas reais do educando(a), vivenciados em sua prática cotidiana no movimento.

Em outras palavras, o processo de alfabetização encontra-se diretamente relacionado à construção de um outro sentido ao conhecimento, traduzido em uma ação política, voltada à compreensão do mundo e à possibilidade de interação com ele, numa perspectiva de sua transformação.

Portanto, para que a alfabetização não seja puramente uma técnica, é preciso conduzir os adultos a um processo inicial de conscientização, momento primordial para o início de sua própria alfabetização. Conseqüentemente, o método Paulo Freire, na medida em que ajuda o homem à consciência de sua problemática e de sua condição de pessoa e, portanto, de sujeito – converter-se-á para ele em um caminho de ação política, cultural e social. Será, pois, momento em que o homem se politizará a si mesmo.

A concepção de alfabetização assumida por Freire deveria permitir que os sujeitos chegassem ao domínio da escrita, no intuito de propiciar modificações substanciais em suas formas de pensar e agir. Assim, poderiam, de forma consciente, se inserir nas instâncias organizadas da sociedade civil, possibilitando uma intervenção no âmbito dos espaços públicos para transformação da própria sociedade.

No processo de desenvolvimento do Projeto de Escolarização I, todo(a)s o(a)s educadore(a)s são conduzidos à assunção desta postura política, atrelando as reflexões estabelecidas na alfabetização de jovens e adultos à luta política do MST, bem como, às várias experiências sociais, culturais e produtivas de seus assentamentos.

O método assume, pois, num paradigma pedagógico, a relação intrínseca entre a problemática educacional e a social. O analfabetismo passa a ser interpretado como afeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. A alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos partem, portanto, de um exame crítico da realidade existencial dos educandos e educandas, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Além dessa dimensão sócio-política, as idéias pedagógicas que se difundem têm um forte componente ético, implicando um profundo comprometimento do(a) educador(a) com os

educando(a)s. Estes são reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuem uma cultura e uma essência humana.

Comungam, assim, com Paulo Freire, ao proporem uma ação educativa que não negue sua cultura e sua identidade com o campo, mas que, por meio de uma relação dialógica com o meio social, seja capaz de transformar a estrutura antagônica da sociedade, da qual fazem parte. Assim sendo, a proposta de alfabetização torna-se conscientizadora, tomando por princípio básico a leitura que “*precede a leitura da palavra*” (FREIRE,1983, p.22).

4. Considerações finais

O método Paulo Freire desafia o homem e a mulher que se alfabetizam a se apropriarem do código escrito e se politizarem, tendo uma visão de totalidade da linguagem e do mundo. Assim, o que se propõe aos analfabetos não é a mera aquisição de uma nova técnica que ele não deseja e cuja utilidade não percebe. O método é baseado no desenvolvimento da consciência crítica como um instrumento de organização política dos oprimidos. Freire insiste que a educação deve ser redefinida a partir da perspectiva das classes subordinadas.

O grande mérito do Método Paulo Freire não reside apenas no fato de acelerar o processo de alfabetização, mas e sobretudo, no conteúdo de sua proposta, qual seja, a de alfabetizar conscientizando. No que concerne ao Projeto I de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras de Áreas de Assentamento Rural, alguns limites estão postos e vinculam-se, diretamente, às especificidades e dos embates empreendidos na arena política. Ademais, as próprias dificuldades e enfrentamentos da realidade própria dos assentamentos e acampamentos do MST constituem limites ao pleno êxito dos projetos propostos.

Todavia, apesar dos problemas e limites recorrentes nessa área e que, de certa forma, decorrem da natureza compensatória do programa, não podemos desconsiderar os avanços presentes na experiência.

O principal é a participação dos movimentos sociais do campo na construção dessa prática pedagógica, favorecendo a continuidade dos estudos e o fortalecimento de sua autonomia e organização política. Somado a isso, destacamos, ainda, a busca pela inserção do Método Paulo Freire na *práxis* pedagógica dos educandos e educandas do campo, reafirmando a função social e política do legado de Paulo Freire na construção de uma Educação do Campo.

Ademais, a possibilidade de aprofundamento das reflexões e discussões sobre o campo e a ação política dos movimentos sociais do campo, refletidas na produção do conhecimento

científico desenvolvida por professores e alunos universitários, os quais aprofundam e difundem, de forma crescente e expressiva, os vários saberes construídos pelos povos do campo.

Buscamos, no presente artigo, apresentar a experiência desenvolvida em nossa região, e que se encontra inserida em um programa maior, concatenado a uma proposta de articulação dos movimentos sociais do campo, instituições de ensino superior e organismos governamentais na construção de uma educação do campo.

5. Bibliografia

ARROYO, Miguel G. Caldart, R. e MOLINA, Mônica (2004)). *Por uma educação do Campo*. Petrópolis-RJ, Vozes.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1984). *O que é Método Paulo Freire*. São Paulo, Brasiliense.

CALDART, Roseli (1997). *A educação em Movimento*, Petrópolis-RJ, Vozes.

FLEURY, Reinaldo (1988). *Educação Popular e Universidade*, Campinas, (Tese de Doutorado), mimeo.

FREIRE, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*, Petrópolis-RJ, Vozes.

_____ (1997). *Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática docente*, Petrópolis-RJ, Vozes.

HOLANDA, Maria M. (2000). *A Construção da Identidade Coletiva dos Sem-Terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA*. (Dissertação de Mestrado em Educação, FAGED-UFC).

PAIVA, Vanilda P. (1983). *Educação Popular e Educação de Adultos*, 2^a ed. Rio de Janeiro: Loiola.

HADDAD, Sérgio (1992). *Tendências atuais na educação de jovens e adultos*. In: Em Aberto, No. 56. Brasília: INEP.

PALUDO, Conceição (2001). *Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Camp.

PRONERA(1999). *Manual de Orientações* (mimeo).

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

PODER LOCAL EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Orlando Nobre Bezerra de Souza¹
Ney Cristina Monteiro de Oliveira²
Émina Márcia Nery dos Santos³

Resumo

O sentido do texto é verificar que em contextos de dificuldades é possível a emergência de novas perspectivas de formação. E com certo grau de acuidade pode-se inferir que a partir de quadros complexos que as realidades podem brotar experiências interessantes e que merecem ocupar posições mais qualificadas nas possibilidades de se construir horizontes educativos inovadores e multi/interculturais. É interessante chamar atenção para o fato em algumas instâncias locais, em municípios menores e pobres, fica demonstrado a necessidade de que suas estruturas precárias estão sendo reformuladas a partir de estruturas mais consolidadas, através da constituição de equipes profissionais competentes, com formação de melhor qualidade e acúmulo de experiência e intensa e efetiva participação e envolvimento da população para serem capazes de compreender, executar e avaliar o trabalho das Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs), bem como articular-se com os outros setores do município, além das instâncias estaduais e nacionais, com ações planejadas e orientadas pelas demandas, socialmente significativas, da população. A distribuição de poder para a tomada de decisão, no planejamento, estruturação, execução, avaliação e retomada das ações, faz parte de uma compreensão política, pedagógica e cultural, que visa estimular e aprofundar os processos de cidadania dos indivíduos. A importância da transparência e do exercício do diálogo é um horizonte que deverá ser incessantemente procurado, no intuito de se alcançar nas experiências, a legitimidade como pressuposto de democratização.

Palavras-Chaves: Educação; Campo; Local

1. Introdução

A observação atenta da educação no Brasil, não tem demonstrado uma *performance* global muito positiva se tomarmos os índices educacionais disponíveis nos documentos oficiais e nas próprias produções existentes em diferentes espaços de investigação. No Estado do Pará tal regra geral é perfeitamente reforçada e com situações extremadas pelas carências históricas existentes na região.

É possível afirmar, com certo grau de convicção, que a orientação efetivada pelos responsáveis em implementar as políticas em educação, não logrou grande êxito. Esta

¹ GESTAMAZON/ICED/UFPA

² GESTAMAZON/ICED/UFPA.

³ GESTAMAZON/ICED/UFPA.

afirmação pode ser atestada tanto nas referências institucionais, quanto pelos sentimentos de frustração que se percebem em educadores, educadoras, especialistas, alunos, alunas, pais, mães e largos extratos da população. A visão corrente é que a escola pública é um espaço de fracassos. Isso é enfatizado ainda, de maneira forte, pela mídia hegemônica que insiste apontar as mazelas e acentuar os problemas e obstáculos que daí emergem.

Um outro aspecto que também nos chama a atenção é em relação aos processos e relações que ocorrem no interior dos espaços educacionais que privilegiam a escolarização. Longe de quereremos secundarizar a garantia constitucional do direito de todos em ter o domínio dos códigos da leitura, da escrita e das operações matemáticas básicas, reduzir os processos formativos a esta etapa, pode ser percebido como uma situação que limita as possibilidades de acesso a um conjunto significativo de oportunidades sociais para além deste degrau.

O questionamento a ser levantado é que apesar da larga importância da massificação da escolarização levada à cabo nas últimas décadas, as suas insuficiências não deixam de emergir. Se tomarmos como parâmetro analítico o próprio marco regulatório representado por todo o complexo da legislação educacional brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), quando dispõe, logo em seu artigo inicial, que a educação “*abrange os processo formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*”, percebe-se o caráter reducionista com que se tratam, desde o plano das orientações, as possibilidades de formação de diversos segmentos dos povos que constituem a nação brasileira. Tal percepção de forma incontroversa oferece subsídios necessários que ratificam a posição de apontar os limites da escolarização como única matriz formativa frente outras inúmeras possibilidades de formação humana, pois os processos educativos não se conformam apenas nestes espaços institucionalizados, indo suas dinâmicas para além destas fronteiras.

Se tal posição pode ser entendida como um lugar comum nos discursos atualmente em voga, algo não deixar de nos incomodar é que nas relações cotidianas estabelecidas no interior das escolas, nos debates que temos participado, nos contatos quase diários com muitos educadores e educadoras, a ruptura com os marcos fundamentais da escolarização ainda são incipientes, principalmente se considerarmos as ações organizativas cotidianas que demarcam o espaço escolar. As análises que a maioria expressa, pelas leituras que se preocupam em realizar, pelas estratégias didático-pedagógicas que procuram implementar, resultam em uma

desenvoltura muito arraigada ao tecnicismo pedagógico e um apego ao oferecimento de conteúdos amorfos e padronizados.

A consequência mais significativa de tais constatações é que a realização de processos de ensino-aprendizagem se materializam sem a compreensão mais detida, por parte dos educandos, do próprio contexto em que estão inseridos e dos carecimentos derivados destas realidades.

A crítica que incide sobre essas situações é contundente, o que não deixa de ter certo nível de razão, mas, ao mesmo tempo, acaba por não permitir a visualização de possíveis saídas ou alternativas que venham a se estruturar ou já estejam em estruturação que dêem conta de superar a crise instalada.

É neste ponto que queremos nos deter neste texto, com o sentido de verificar que mesmo em contextos de dificuldades é possível emergirem novas perspectivas de formação. E com certo grau de acuidade pode-se inferir que a partir de quadros complexos que as realidades ensejam possam ou estejam brotando experiências interessantes e que merecem ocupar posições mais qualificadas nas possibilidades de se construir horizontes educativos inovadores e multi/interculturais.

2. O olhar crítico sobre a educação municipal : possibilidades de políticas alternativas ?

O estudo dos processos educativos no âmbito das políticas públicas pode ser sugerido a partir de dois planos de observação. Um primeiro que aponta para uma análise de substância no campo das políticas públicas estatais, acoplado a outro, mais detido e específico, que são as políticas públicas estabelecidas no espaço de atuação da sociedade civil, dos movimentos sociais, das entidades sociais e das organizações não-governamentais.

Na primeira direção, levamos em conta o atual momento de reestruturação que o setor educacional passa no País, com medidas de reformulação da educação nacional que o MEC e as demais instâncias vêm promovendo, onde ganha espaço considerável as exigências que se impõem para a esfera pública estatal .

As responsabilidades no campo educacional são gigantescas, afinal os municípios muitas vezes têm aglomerados populacionais que ficam em seus centros, pela presença da Sede do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, Igrejas e serviços, além de contar ainda com extratos populacionais que residem em vilas ou localidades rurais e famílias ou grupos familiares espalhados em locais de difícil acesso. Os profissionais a frente das SEMEDs, têm que lidar com a falta de estrutura física, grandes distâncias e a escassez de

peçoal qualificado e sem experiência, o que gera restrições estruturantes na concepção, coordenação e execução do trabalho. As complicações avolumam-se ainda mais para gestão educacional, pela precariedade dos serviços que as prefeituras ofertam, em razão de sua própria situação de falta de recursos diante de baixas arrecadações municipais.

Se não bastassem as lacunas expostas, os conflitos políticos, locais ou não, e a passagem de uma administração para outra, é marcada por processos de quebra de continuidade de políticas de governo, que interrompem o refinamento e aprofundamento de experiências que poderiam apresentar resultados positivos caso não fossem paralisadas, abandonadas ou negligenciadas, pelos gestores que sucedem as administrações onde os projetos foram implantados. Isto é uma questão que vem se agravando, por causar um espírito de desencanto e descrença nas possibilidades de reversão dos quadros de evasão, repetência e da falta de vagas no sistema escolar estadual e nos municipais.

É interessante chamar atenção para o fato que as Secretarias Municipais de Educação nos municípios menores e pobres, além daqueles emancipados mais recentemente, demonstram a necessidade de que suas estruturas precárias sejam reformuladas a partir de estruturas mais consolidadas, através da constituição de equipes profissionais competentes, com formação de melhor qualidade e acúmulo de experiência, para serem capazes de compreender, executar e avaliar o trabalho das SEMEDs, bem como articular-se com os outros setores do município, além das instâncias estaduais e nacionais, com ações planejadas e orientadas pelas demandas, socialmente significativas, da população.

Diga-se de passagem, que o desperdício de esforços e, conseqüentemente, de energia orgânica, ainda é grande, muitas vezes, por postura estreitas, obtusas e limitações técnicas e políticas que tolhem iniciativas oriundas de pessoas, grupos e experiências com sensibilidade, vontade e potencial de inovação e com capacidade de mudanças do quadro local.

Isso porque, as relações que são estabelecidas na estruturas das instituições públicas são muitas vezes viciadas e fugidias, em vista do contexto e do jogo de interesses existentes, somados ao imaginário político onde o poderio burocrático tradicional se manifesta através da hierarquia, do segredo do cargo, dos benefícios partidários, da centralização das informações e da rotina.

É evidente que não é tarefa das mais fáceis o trilhar de tal empreitada, pela presença de limitações e dificuldades inerentes a nossa formação social, cheia de condicionantes que acabam por nos conduzir de forma indiferente à questões que arquitetam segmentos que nos rodeiam e nos deixam evasivos e indiferentes aos que se localizam ao nosso entorno tais como a precariedade das condições de vida de amplos segmentos do meio rural, que sobrevivem sob

formas duras de trabalho diário, com restrito acesso a aparatos tecnológicos e infra-estruturais que garantam o mínimo de conforto; as situações sócio-econômicas, consequência das precárias formas de trabalho, que não asseguram um padrão econômico de investimento e estabilidade; a ausência de políticas sociais capazes de garantir o atendimento das necessidades básicas, como a saúde, a previdência, ao transporte, a habitação, a educação, enfim, um conjunto expressivo de direitos; as relações de poder, ainda hegemônicas em nosso País, produzem casos de malversação e desperdício de recursos públicos, a priorização de determinados investimentos e a destinação de grande parte do orçamento para o pagamento de compromissos e encargos das dívidas internacionais, em benefício de restritos setores; e nossa própria história marcada de violência, em níveis, muitas vezes, extremos, a apropriação indevida do espaço público, em prol de interesses pessoais, com freqüentes “dribles” as regras e normas sociais, caracterizados por nosso “jeitinho brasileiro” de ser e agir, em prejuízos da maioria, sintetiza uma cultura autoritária e discriminatória que permeia e impregna nossas relações.

Acrescentemos a isso que dado viés científico que se reivindica mais a esquerda, para não dizer esquerdista, é hermético, duro e marcado por mais por uma luta ideológica em que qualquer olhar mais aberto é considerado capitulação, tergiversação ou inspiração “burguesa”. O diálogo franco é substituído pela imposição de enquadramentos analíticos que em vez de dissecar o objeto e procurar as explicações das relações que manifesta, acaba por apontar determinações pouco condizentes com o contexto sob investigação, o que empobrece e insossa as ilações propostas.

Todavia, nem tudo são espinhos, afinal ações têm sido concretizadas, conforme nos chama a atenção o rigor sociológico. Muitos atores do processo educativo no espaço público estatal têm procurado enfrentar, de uma maneira ou de outra, os problemas educacionais. Um processo que se transfigura na criação e fortalecimento de alternativas vêm aos poucos sendo concretizada, dando vazão a caminhos inovativos, pelo menos em situação pontuais e específicas. O incentivo a essas iniciativas é de fundamental importância, motivando aos envolvidos a busca de soluções viáveis e condizentes com as realidades locais.

3. É possível vivenciar inovações

Cenários diferenciados começam a tomar forma na medida em que a discussão evolui, pois o desdobramento lógico é que nos perguntemos se é possível fazer diferente? Se os resultados poderiam oferecer outras perspectivas para a sociedade amazônica? E quais as

influências desses processos para a edificação de políticas públicas que respondam efetivamente aos anseios e expectativas da sociedade?

O entendimento inicial é que o espaço público precisa ser afirmado, definido pela dimensão relacionada com o acesso de todos aos benefícios gerados nas ações públicas, sem qualquer possibilidade de apropriação privada, que excluam os demais, e com a clara responsabilidade coletiva de defender algo que é estruturado para o atendimento de todos. Por outro lado, nossa percepção nos leva a analisar, que experiências alternativas e inovadoras começam a florescer em diversos espaços, e mesmo tenras e com incipiências, pois recentes no tempo histórico, deixam transparecer a convicção que a contribuição para o alargamento da democratização é visível e viável.

O esforço que vem sendo produzido ao longo das últimas décadas na Amazônia, a partir de uma compreensão que procura perceber as diversas determinações que conformam os modelos de desenvolvimento implementados pelo Estado, em seus diversos níveis, têm evidenciado os limites nas respostas às demandas da sociedade. O atestado de sua exaustão redundando no estabelecimento de situações de crise que se generalizam em todos os espaços da sociedade, aguçando o colapso da crença nas velhas formulações de planejamento e organização do Estado.

Um significativo quadro que vem sendo edificado induz à produção de discussões que visem ao entendimento aprofundado das situações colocadas, no sentido de edificarem alternativas e estabelecerem cenários que poderão materializar-se a partir de práticas políticas socialmente legitimadas.

O processo de democratização da sociedade brasileira, com as tensões, retrocessos e avanços, enquanto síntese de um momento diferenciado, proporcionou o desabrochar de empreendimentos inovadores, surgidos a partir das necessidades básicas e das insatisfações de setores populacionais que percebem as claras insuficiências de sua maneira de viver e se organizam para superá-los. A busca de congruências com entidades, partidos, instituições, etc, tem, em alguns casos, demonstrado uma salutar expectativa, pelos vínculos de solidariedade que se forjam, subjacentes àqueles que se encontram.

O estabelecimento de tais laços aponta para configuração de relações diferenciadas de sociabilidade; a frutificação de projetos de produção e reprodução de alta sustentabilidade; formas de associação e lutas que escapam ao sentido estrito do controle oficial, além de inúmeras proposições que contribuem positivamente para a melhoria dos padrões de vida da grande maioria da população.

Ao aglutinar interesses de grupos não-homogêneos, com alianças, muitas vezes, até circunstanciais, observa-se que as mediações acabam por apresentar diferentes repercussões de mobilização. Tais processos ganham significado histórico pelas exigências de organização, solidariedade e busca de afirmação da construção de sujeitos que compreendem seus direitos e lutam para conquistá-los, nos contextos em que estão inseridos.

Os grupos sociais que habitam a região (grupos indígenas diversificados⁴, comunidades negras remanescentes de quilombos, frações caboclas de diferentes origens, posseiros, sem-terras, assentados, fazendeiros, donos de terras, pescadores, ribeirinhos, garimpeiros, atingidos por barragens, imigrantes do País e do mundo), com realinhamentos e derivações particulares, que se mesclam em laços de amizade e parentesco e outras relações possíveis, que ocasionam antagonismos e divergências, mas também sociabilidade e solidariedades, configuram um perfil social bastante peculiar, nas próprias identidades sócio-culturais e étnicas. Tais interações condicionam a efetivação de relações sociais e culturais, conformando perfis de identidade que não podem ser ignoradas em quaisquer ações planejadas ou levadas à execução, pelas interfaces próximas e evidentes que acabam ajudando a imprimir no cotidiano da vida das pessoas.

Se tomarmos a perspectiva das organizações que representam os segmentos sociais acima mencionados, a busca de resposta para atendimento de suas aspirações e interesses, vai exigir e já vêm exigindo a intervenção de várias esferas da institucionalidade, que levem em conta as especificidades culturais e do contexto regional, reorientando suas atribuições, suas estruturas e a atuação de seus profissionais, no sentido de viabilizar políticas sociais capazes de criar condições para edificar níveis de qualidade de vida dignos.

Se a discussão que estamos procurando explicitar, privilegia efetivamente esses amplos extratos populacionais, que vivem de resultados do trabalho dos membros das famílias no meio rural, duas questões, que compõem um mesmo eixo, se colocam: A primeira, diz respeito às condições concretas que as propostas educacionais teriam para potencializar o aprofundamento dos saberes e das experiências daqueles que estão vivenciando no dia-a-dia, o desafio de sobreviver em condições tão adversas.

Uma segunda coloca-se em relação às metodologias que os processos educacionais poderiam disponibilizar envolvendo procedimentos didático-pedagógicos como o diálogo, a sistematização de fatos e acontecimentos, a socialização cognitiva dos conhecimentos, o estímulo à imaginação e a criatividade, o apuramento da percepção de compartilhar a vida, os

⁴ Os grupos indígenas presentes na Amazônia, representam cerca de 80% daqueles existentes no País, distribuídos em 200 grupos étnicos, com contingente populacional de aproximadamente 172.000 pessoas.

prazeres e o convívio com a alteridade, enquanto possibilidade e direito muito além das proposições de escolarização.

Além do mais, as políticas de influência local avolumam problemas, pois além da ausência de diretrizes claras e efetivas, os procedimentos adotados para execução das proposições de uso dos recursos, na maioria dos casos, estão envoltos em uso inadequado ou corrupção; as políticas de currículo e gestão não têm estruturas consolidadas; a formação do quadro de docentes é deficiente; as metodologias e os procedimentos didáticos e pedagógicos são distanciados da realidade dos alunos e alunas; os estabelecimentos escolares apresentam estruturas precárias e são mal equipados; a tomada de decisão é extremamente centralizada, e principalmente, os esforços para mudar os cenários, ou ainda são muito incipientes, ou carecem de decisão política concreta.

As experiências alternativas vêm procurando exercitar alguns passos que superem concretamente os problemas percebidos. O primeiro aspecto é quanto à perspectiva do controle social da gestão da educação pública, as relações de poder nos sistemas educacionais entre suas várias instâncias e no interior das unidades escolares é fruto de intenso e longo debate. Os níveis de participação na tomada de decisão dos segmentos sociais presentes na escola ou envolvidos com a educação possuem variadas vertentes explicativas, como a permanente diligência de muitos gestores em excluir ou impedir quaisquer formas de distribuição de poder; a compreensão de muitos profissionais de que a participação só deve ser concedida àqueles que teriam condições de formação para fazê-lo, sendo os que não as possuem, ou não devem ser concedida à participação, ou devem ser objeto de, em alguns casos, simples comunicação das decisões que serão efetivadas; a percepção subordinada de amplos segmentos populacionais, de que sua experiência de vida não é suficiente para torná-los sujeitos partícipes da tomada de decisão ou de que sua participação deve ficar restrita quando houver concessão por parte dos dirigentes ou gestores; e finalmente, a compreensão de dirigentes que alcançaram posições de poder, enquanto legítimos representantes do segmento sob sua direção, pois. Escolhidos majoritariamente para ocupar tal posição, de se considerarem sensíveis e capazes de compreender as necessidades e anseios dos dirigidos, prescindindo da presença e das opiniões deles.

A distribuição de poder para a tomada de decisão, no planejamento, estruturação, execução, avaliação e retomada das ações, faz parte de uma compreensão política, pedagógica e cultural, que visa estimular e aprofundar os processos de cidadania dos indivíduos. A importância da transparência e do exercício do diálogo é um horizonte que deverá ser

incessantemente procurado, no intuito de se alcançar nas experiências, a legitimidade como pressuposto de democratização.

O que é importante de chamar a atenção é que as proposições alternativas vêm ganhando espaços, e mesmo com posições e racionalidades diversas procuram garantir unidades de mobilização, como *“um repertório próprio de práticas e com níveis específicos de organização que podem ser interpretadas como potencialmente tendentes a se constituir em forças sociais”* (ALMEIDA, 1995: p. 15)⁵, sem caráter de homogeneidade absoluta, e sim com aproximações e semelhanças, mesmo que momentâneas, que superam reservas, ressentimentos, desconfianças e competições, para construir.

uma gramática civil que baliza práticas e interações sociais por referência ao que é reconhecido como medida de justiça, medida que é sempre alvo de questionamentos e reformulações os embates e litígios de posições e interesses, valores e opiniões, mas que é sempre solidária com critérios, muitas vezes implícitos, não redutíveis às prescrições legais, que fazem a partilha entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o interdito, e obrigatório e o facultativo”.(TELLES, 1994: 92)

A compreensão cultural que será então afirmada nas relações educativas, deve ser sensível às distintas maneiras de interpretação, de ação, isto é, de posicionar-se no contexto da sociedade, proveniente de diferenças de classe, de etnia, de gênero, de raça, de sexo, de geração, etc, pautando para realizar uma dinâmica de articulação multi/intercultural entre políticas de igualdade e de diferença que ratifique **os direitos à igualdade** quando as diferenças entre os que procuram dialogar **os inferiorize** e ratifique **os direitos à diferença** sempre que políticas de igualdade **possam aprofundar a descaracterização** de pessoas ou grupos que tentam dialogar.(SANTOS, 1995: p. 41)

Um outro pressuposto seria a construção de um projeto pedagógico amplo, originado dos projetos pedagógicos das escolas, autonomamente constituídos a partir de uma *"efetiva política de descentralização e, de devolução de poderes a órgãos escolares democráticos e representativos, a uma direção localizada institucionalmente também, e sobretudo, dentro da escola."*(LIMA,1998)

O debate curricular ao alicerçar-se na relação com as culturas e os saberes deve ser percebido na dinâmica de transformação dos processos cotidianos, com seus conflitos, suas idas e voltas, suas idiossincrasias, suas subjetividades e objetividades, entrecruzadas para marcar a cultura escolar encapsulada no currículo. Esta seleção cultural, que já é uma visão particular de cultura, entre tantas outras, coloca-se dentro de determinados critérios, em razão

⁵ Sem alterar o conteúdo, adaptamos a citação ao sentido de nosso texto.

das condições em que a escolarização se processa, refletindo a priorização de determinados interesses, visões de mundo, grupos sociais, concepções epistemológicas, etc. O currículo

é resultado da interação entre a qualidade cultural e pedagógica do professorado, a dos textos e demais materiais curriculares, o contexto escolar institucional, com suas formas ritualizadas de organização espacial e temporal das atividades, as possibilidades das tarefas escolares e as relações com o ambiente externo, que mantêm os alunos e alunas como sujeitos ativos do processo ensino aprendizagem e a escola como instituição educativ".(OLIVEIRA, 1996)

O currículo então é o “que fazer” da escola, pois se imbrica no projeto pedagógico, nos planos de gestão e de formação, nos planos de atividades, de negociação, de orientação da política educativa, nas relações sociais dos atores envolvidos, nos diversos momentos cotidianos, nas festividades, nas datas cívicas, nos momentos de cultura e lazer, nos marcos da arquitetura dos prédios, etc. O significado mais concreto de tudo isso, é a legitimidade democrática da escola, em termos dos saberes que produz e que valoriza, das culturas que a permeiam, das reais oportunidades de participação dos representantes dos professores e professoras, alunos e alunas, funcionários e funcionárias, técnicas e técnicos educacionais, pais e mães e demais participantes e representantes da comunidade. No fundo, é o exercício permanente de construir dialogicamente os rumos de um projeto democrático, em que a escola é um espaço privilegiado e muito pouco percebido.

A gestão escolar deve levar os Professores e Professoras, Diretoras(es) e demais Funcionários(as), alunos e alunas, pais e responsáveis e a comunidade em geral a perceberem e tomarem consciência que o currículo que fazem não está só na sala de aula, como uma pílula diária que oferecem aos alunos e alunas "exterminando a doença ignorância". É necessário que todos compreendam o currículo como o fazer político-educativo, incorporando as dimensões mais simples, até as mais complexas. Afinal uma escola limpa, desperta o educando para os aspectos básicos da higiene corporal e do meio ambiente; uma comunidade dialógica, incentiva à participação ativa dos educandos, pais, responsáveis e comunitários; uma escola democrática auxilia na edificação de cidadãos e cidadãs socialmente corresponsáveis; uma escola alegre, arejada, florida, cria atmosferas de felicidade, levando as pessoas que a freqüentam a perceberem a importância de ambientes de vida interessantes; uma escola que incentiva o lazer educativo contribui para que as pessoas participantes brinquem e exercitem sua corporeidade, conhecendo-se uns aos outros e a si mesmos, seus limites e potencialidades, suas identidades e diferenças. Isto tudo é mais próximo de uma escola cidadã, que constrói em seu dia-a-dia a cidadania política e social, do que uma escola carrancuda, ordeira, suja, hierarquizada, chata, silenciosa e silenciadora.

A discussão do meio-ambiente deverá despertar nas políticas educativas da maioria dos municípios do Pará uma atenção mais cuidadosa. A Amazônia é patrimônio da humanidade, muitos movimentos e organizações não-governamentais no mundo inteiro têm efetivamente se preocupado com a preservação dos ecossistemas amazônicos, realizando campanhas, acompanhando as políticas governamentais para a região, denunciando sua depredação irracional, por madeireiras, por extratores - os chamados biopiratas - de essências florestais, por coletores de genes de plantas, animais e insetos nativos.

No entanto, o currículo escolar nas escolas paraenses secundariza o contexto em que elas estão inseridas, fazendo-se de míopes, por desconhecimento ou por negligência intencional, e formando então pessoas com pouca sensibilidade para a questão ambiental, sem possibilidades de compreender a floresta e o meio-ambiente como fonte de recursos econômicos e culturais que não devem ser irreversivelmente depredados. A educação que incorpora como um de seus eixos básicos a questão ambiental deve levar em conta um sentido de preservação com o usufruto racional, capaz de permitir a regeneração dos ecossistemas e de outros recursos naturais, mantendo assim a reprodução de sítios ecológicos e as cadeias alimentares. A temática do meio-ambiente é urgente, fundamental e tão importante que os sistemas escolares precisam tomar posição perante ela não como objeto de admiração ou embelezamento abstrato, mas no engajamento concreto que garanta às futuras gerações possibilidades de construir, permanentemente, relações saudáveis.

A discussão multi/intercultural é outro aspecto que não pode ser negligenciado, pois a exigência de aprofundar as identidades de etnia, raça, gênero, sexo, religião, gerações e regiões, em face de uma dinâmica societária e cultural marcada pela crescente diferenciação e diversidade, arquitetou um momento original nas relações entre as pessoas, onde deve haver o reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. Com isso não se elimina o conflito, ele alcança outro patamar de regras de reciprocidade e sociabilidade entre indivíduos, grupos, segmentos e classes.

Outro pressuposto é a política de atendimento aos portadores de necessidades especiais que deve também ser objeto de formulação e execução através da criação de serviços de apoio especializados, que apontem para políticas de educação inclusivas nas escolas, em função das peculiaridades dos educandos.

4. Aproximações conclusivas

A busca de relações democráticas e transparentes, fundadas no direito a igualdade, no direito à informação e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias, é caminho de desafio, que merece preparação, capacidade e paciência para o diálogo, para o enfrentamento e para a negociação visando conjugar as exigências legais, as orientações das instâncias estaduais e federais, com as demandas mais urgentes da população do município.

O momento é premente para dar um salto de qualidade nos processos político-pedagógicos, com um esforço a ser empreendido que dependerá da capacidade de diferentes atores sociais em conjugar o compromisso político-social, a capacidade científico-técnica e a mobilização social através da participação ativa das pessoas, entidades e Instituições na melhoria da educação.

Algumas dimensões devem ser afirmadas para que o horizonte analítico, a partir de novas interpretações, estabeleça outros olhares, que mesmo sem perder a acuidade científica, é capaz de enxergar aspectos e movimentos mais sutis, com potencial de transformação, que vão, lentamente, superando os costumes arraigados que privilegiam pessoas, grupos ou segmentos sem compromissos efetivos com a maioria da população.

Um primeiro aspecto diz respeito à afirmação da identidade desses grupos sociais empobrecidos. Eles ao compreenderem sua situação específica, se vêem inseridos em processos de construção de suas subjetividades que alargam suas perspectivas individuais e coletivas, o que significa a compreensão de seu contexto e seu mundo dentro de outros ângulos, potencializando sua vontade de organização e luta social para alcançar patamares de dignidade e condições sociais e culturais mais favoráveis.

A ligação com o primeiro é essencial, pois está relacionado à afirmação do “direito de ter direitos”. As reivindicações e as demandas adquirem uma nova vertente de entendimento que não fica mais na ilusória percepção da concessão, dádiva ou bondade, mas sim pela exigência, reconhecimento e resultado das dinâmicas de organização e luta.

O terceiro aspecto é que as estruturas institucionais e organizacionais são repensadas para dar conta dos novos desafios colocados para aqueles que assumem as instâncias públicas. De rotinas administrativas muitas vezes envoltas com privilégios e favorecimento de poucos; da hierarquia de mando e de obediência que define os escalões de poder; e o controle das funções e cargos públicos com seus segredos e suas orientações afetadas, deverá e está havendo um longo aprendizado. A máquina pública é eivada de entrâncias e reentrâncias que não são de fácil apreensão e tratamento para adquirir lógicas diferenciadas, que mudem o foco

e possam comprometer-se com a maioria da população e suas especificidades e necessidades concretas. No entanto, sem descuidar-se das falhas e das imperfeições os exercícios que vêm sendo tentados são relevantes e importantes para inaugurar e fortalecer possibilidades mais interessantes.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **As Quebradeiras de Coco Babaçu**: identidade e mobilização – legislação específica e fontes documentais e arquivistas(1915-1995). São Luís(MA): 1995. 215 p. [Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu(MA, PI, TO, PA) – Cadernos de Formação nº 1)]. (digitado)

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**: Brasília-DF, 1995. 83p – Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado/ Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

COSTA, Francisco de Assis. **Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável**: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1995.(Paper do NAEA nº 44)

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**:o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2006.

LIMA, Licínio. **A Escola como organização e a participação na organização escolar**. 2 ed. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1998.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. **A Política Educacional no Município de Belém-Pa nos anos 80: os desafios da democratização**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

PINTO, Lúcio Flávio. Retorno ao Caminho Natural das Hidrovias. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 set. 1999. p. 8, Relatório Gazeta Mercantil Amazônia.

SUDAM. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia(1994-1997)**. Belém, 1993.89p

SANTOS, Boaventura de Sousa.**A Construção Social da Igualdade e da diferença**, 1995a. (Texto de Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.

SOUZA, Orlando Nobre Bezerra de Souza. **Universidade e Espaço Público**: em busca de uma (re)contextualização dos saberes na Amazônia. São Paulo, 2000. 333f. Tese (Doutorado em Educação – Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos: In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91- 102

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O
CASO DA ASSESSORIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Joaquim Pinheiro de Araújo¹

Resumo

A volta do tema da reforma agrária está no bojo das conseqüências da modernização da agricultura no tocante à exclusão social e produtiva de parcelas da população rural que não conseguiu se inserir nas novas dinâmicas sociais e produtivas. A alternativa foi buscar formas para continuar no espaço rural. Mesmo que insuficiente, a reforma agrária tem propiciado uma série de políticas para esse setor, entre elas, a assessoria aos assentamentos rurais. Criado em 1997 para assessorar as famílias assentadas pelo INCRA, o Projeto Lumiar, objetivava viabilizar os assentamentos em uma lógica ainda muito centrado no produtivismo e já com a marca da transitoriedade para suprir a demanda criada pelo aumento de assentamentos. Em 2004, o INCRA, lança a Ates. Comparada ao Lumiar, esse programa tem alguns avanços de concepção: leva em consideração os agroecossistemas, busca novos enfoques metodológicos e tem como norte a agroecologia. Temos como tese a evidência, no Lumiar e Ates, que, entre o ideal concebido e o real praticado existe um grande abismo. A conquista de uma assessoria efetiva aos assentamentos está em aberto, sua construção será um processo de longa duração, dependendo dos avanços e recuos da reforma agrária. Mas, um fator decisivo será a vitalidade dos estudiosos, entidades e movimentos em construir ações que conquistem a sociedade.

Palavras-chave: Assessoria em Assentamentos Rurais; Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária

1. Introdução

A volta da temática da reforma agrária na agenda brasileira desde a década de 90 está no bojo das conseqüências negativas do processo de modernização da agricultura, principalmente no tocante à exclusão social e produtiva de uma significativa parcela da população rural que não conseguiu se inserir nas novas dinâmicas agrícolas baseado no tripé monocultura-mecanização-quimificação, nem fazer a migração com sucesso para os centros urbanos. A alternativa foi buscar formas variadas para continuar no espaço rural, entre elas, lutar pela terra historicamente negada.

Mesmo que ainda insuficiente para contemplar as famílias que tem no acesso à terra a possibilidade para reconstituição de suas vidas e reinserção social, a reforma agrária em curso existente tem propiciado a um número significativo de famílias acesso à terra com área bem

¹ Engenheiro Agrônomo, Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo, Mestrado em Ciências Sociais e Doutorando em Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS / UFRN.

superior ao minifúndio, marcante na agricultura familiar, principalmente na Região Nordeste. Além disso, o processo de multiplicação de assentamentos vem contribuindo para forjar uma série de políticas públicas para esse setor, entre elas, a assessoria técnica aos assentamentos rurais.

Esse público que hoje reside nos assentamentos rurais, através de diferentes formas, resistiu ao processo de expulsão imposto pelo processo de modernização da agricultura e conquistou o acesso à terra e agora busca viabilizar alternativas para reconstituir, nesses novos territórios, suas vidas, seus laços familiares, além de espaço de trabalho para geração de renda e, no limite produzir para o autoconsumo. Para que esses objetivos sejam alcançados, várias políticas públicas são conquistadas, tais como o crédito para a produção, políticas sociais, infra-estrutura e apoio técnico.

Criado para assessorar às famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA , o Projeto Lumiar surge em 1997, com o objetivo geral de contribuir para viabilizar os assentamentos. Porém, ele já nasceu com data de validade definida. Foi uma resposta do Governo Federal às reivindicações dos movimentos sociais que pleiteavam assistência técnica para os assentamentos.

Em março de 2004, o Governo Federal, através do INCRA, lança a Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates. Oficialmente, seu objetivo é assessorar técnica, social e ambientalmente os Projetos de Assentamentos criados pelo INCRA. Em comparação ao Projeto Lumiar, a Ates parece mostrar alguns avanços em termos de concepção. Propõe-se ser uma política de assessoria que busca novos enfoques metodológicos, priorizando a participação dos diferentes segmentos que compõem o assentamento e tendo como eixo norteador a agroecologia.

Neste trabalho, buscar-se-á focar nas políticas voltadas para a assessoria aos assentamentos, analisando até que ponto o conteúdo dessas políticas coincidem com a sua execução, assim como quais as motivações, estruturais e conjunturais, desse hiato entre o que foi pensado e o seu funcionamento.

Tem-se como pressuposto a evidência, tanto do Projeto Lumiar como da Ates, que, entre o ideal concebido e o real praticado, isto é, do que está proposto nos documentos oficiais e o funcionamento dessa política pública tem um enorme abismo. A possibilidade de funcionamento de uma assessoria em assentamentos rurais está em aberto e sua conquista certamente será um processo de longa duração, dependendo dos avanços e recuos da luta mais geral pela afirmação da reforma agrária. Para tanto, um fator decisivo será a vitalidade e criatividade de todo o movimento, diverso e plural, que envolve estudiosos, entidades de

assessoria e os próprios movimentos sociais em construir plataformas de ações que conquiste amplos setores da sociedade.

2. Impasses da reforma agrária e impactos dos assentamentos constituídos

Os agricultores familiares podem ser caracterizados como ilhas em meio às médias e grandes propriedades (BUAINAIN, 2007). Essa concentração de terra e do poder não ensejou um ambiente favorável para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar. Trata-se, em sua grande maioria, de minifúndios, cujo tamanho não é suficiente para permitir a reprodução da unidade familiar, confirmando a permanência e relevância da questão da posse da terra.

Um ponto de partida para compreender o significado estratégico da reforma agrária é romper com uma leitura que naturaliza essa realidade. A histórica concentração fundiária é fruto de disputas e decisões políticas entre manter ou romper com as estruturas socioeconômicas. No entanto, no mundo contemporâneo, vive-se um período marcado pela crise estrutural do capital em que o desemprego atinge grandes contingentes das massas urbanas e rurais que são arrancadas dos seus meios de subsistência e jogadas no mercado de trabalho, formando um exército crescente de trabalhadores-sem-trabalho (MÉSZÁROS, 2002). Essa nova realidade dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo recoloca a atualidade da reforma agrária.

No Brasil, também é possível perceber alguns avanços: aumento do número de famílias assentadas, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – Pronaf, Projetos de Assessoria Técnica para os Assentamentos - Ates, preocupação com a preservação da biodiversidade e outras políticas de reconhecimento da agricultura de base familiar e camponesa.

Particularmente, em relação a reforma agrária, mesmo que insuficientes para a sua afirmação, as conquistas dos últimos anos têm muito significado. Por exemplo: famílias transitarem de sem-terra para assentadas tem um enorme simbolismo de conquista histórica, libertadora e de autonomia, além de abrir vazões para outras lutas e conquistas.

A pesquisa “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”, coordenada pelo CPDA/UFRJ, mostra uma ampliação das pressões sobre os poderes políticos. Esses assentamentos, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como ‘ponto de chegada’ de um processo de luta pela terra, transformam-se em ‘ponto de partida’ para uma nova condição de vida, onde muita coisa está por fazer.

Portanto, a luta atual pela reforma agrária não é apenas pela democratização fundiária, que continua fundamental. Mas, junto com ela, se estende a necessidade do acesso e controle social de outros recursos naturais como a água, as sementes, as florestas, além de tecnologias adequadas às características de cada região e acessível para produções em pequenas escalas. É nesse sentido que a discussão sobre soberania alimentar vem se tornando cada vez mais estratégica para os movimentos sociais do campo. É a possibilidade das populações locais garantirem sua autonomia sobre o que devem plantar e como devem se alimentar (MEDEIROS, 2005).

2.1 Algumas vertentes analíticas dos assentamentos da reforma agrária

Assim como a questão da reforma agrária é permeada de polêmicas sobre sua importância e dimensão no desenho de um outro projeto de desenvolvimento que possibilite rompimentos com algumas características que marcam a história brasileira com sua estrutura agrária concentrada e suas influências na concentração da renda e do poder, a importância da agricultura familiar e os impactos dos assentamentos, frutos das desapropriações, também são carregadas de análises que nem sempre convergem para o real quadro desse setor na agricultura e na própria vida rural.

Em relação aos assentamentos rurais, existem pelo menos duas argumentações, arroladas a seguir, que a nosso ver, merecem ser problematizadas. A primeira, de setores ligados historicamente à luta pela reforma agrária que, no intuito de mostrar a relevância da produção familiar de alimentos, termina unificando a categoria dos agricultores familiares, colocam os assentamentos rurais no mesmo pacote daqueles que estão produzindo e inseridos em cadeias produtivas e de comercialização. Nessa elaboração, esconde-se às razões do estágio que se encontra os assentamentos e a incapacidade, por parte do Estado, em fazer os investimentos em infra-estrutura (social e produtiva) necessários para que eles criem condições para uma produção para a subsistência e comercialização.

A segunda vertente tem como argumentação central a ineficiência e inviabilidade da reforma agrária. Isso porque, afirma, que após a constituição do assentamento e de vários investimentos feito pelo Estado, essas áreas continuam sem produção e as famílias dependentes das políticas assistenciais do Estado. Nesse caso, não tem sentido o Estado destinar recursos públicos aos assentamentos com o objetivo de torná-los espaço de produção.

Essas duas vertentes são problemáticas porque elas não partem do concreto, ou seja, da realidade complexa e heterogênea dos assentamentos e, dentro deles, das famílias que os

compõem. São análises que se caracterizam pelos extremos: em um pêndulo, uma idealização quando toma como base dos agricultores familiares os setores mais dinâmicos e mais bem situados em aspectos como produção, acesso à tecnologia e mercados. No outro pêndulo, aquelas famílias que estão à margem, não conseguindo nem mesmo produzir para a sua subsistência.

Acredita-se que um retrato mais preciso das áreas de assentamentos se caracteriza por uma diversidade de situações. Entre estes extremos, existe um significativo segmento intermediário, que a partir da conquista da terra e do acesso às políticas públicas existentes para os assentamentos, conquistaram uma mobilidade social que os colocam em um outro patamar, além de um porvir cheio de possibilidades.

3. Repensando novos caminhos para a assessoria rural

Para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados pelas diversas formas de assessoria rural, optou-se por fazer uma abordagem em três momentos: uma retrospectiva da origem desse serviço no Brasil e seu desenvolvimento; a necessidade de repensar e reconstituir uma concepção e prática para a assessoria rural; uma abordagem das iniciativas mais recentes de políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais.

3.1. Uma visão telegráfica da experiência da extensão rural no Brasil

A Assistência Técnica e Extensão Rural foi implantada no Brasil em 1948. Em tese, voltada para o pequeno agricultor e com pretensão de transferir tecnologia para aumentar a produtividade nas comunidades rurais. Em 1954, surge a ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica, tendo como referência a ANCAR - MG.

O objetivo principal da criação da Extensão Rural foi impulsionar o desenvolvimento rural através da transferência de tecnologias como estratégia para aumentar a produção e a produtividade. Além disso, na parte social, visava influenciar as famílias com novas práticas de higiene, cuidados com a saúde e noções de economia domésticas. Com o passar do tempo, essa idéia foi cedendo espaço para uma visão pretensamente apolítica que abordava o meio rural sem diferenciação. Nos anos sessenta acontece uma exagerada conjugação entre assistência técnica, transferência de tecnologia e crédito.

OLIVEIRA (1984) nos fala do fetichismo do Projeto, quando este passa a ser a chave universal como promessa para superar a condição de atraso da agricultura brasileira e miséria

da maioria da população rural. Nesse processo, coloca o projetista em posição de superioridade técnica. Além disso, são criados, com destaque, os analistas de projetos.

A valorização exagerada dos projetos tem duas conseqüências negativas, presentes ainda hoje: primeira, a assessoria rural deixa de ser considerada uma ação humanista e educadora, passando a predominar um viés tecnicista e produtivista em que os pacotes tecnológicos são aplicados nas diferentes regiões, desconsiderando particularidades ambientais e sociais; segunda, o fetiche do Projeto significou a exclusão ou a perda de importância de profissionais de outras áreas, diminuindo a capacidade de analisar a totalidade e a interseção dos problemas e potencialidades da realidade local.

No início dos anos de 1990 coincide a crise fiscal do Estado brasileiro com o desmonte dos serviços públicos, incluindo os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural e o renascimento da luta pela reforma agrária e exigências por políticas efetivas para a Agricultura Familiar. Entre esses extremos, surgiram iniciativas como o Projeto Lumiar e Ates que serão abordadas mais adiante.

3.2. Buscando outros caminhos

A extensão rural no Brasil como alavanca da revolução verde coexistiu com algumas idéias e práticas de assessoria a comunidades rurais, inclusive de instituições não-governamentais, que buscavam romper com a visão dominante. Essas práticas serviram como germes para se pensar o destino dos camponeses, da agricultura e do próprio meio rural sobre um outro prisma. Apoiavam-se principalmente nos escritos e experimentos do educador Paulo Freire que compreendia o extensionista como um trabalhador social que intervinha de forma dialógica e contextualizada na realidade. Para ele, a estrutura social que se vivia era uma totalidade e obra dos seres humanos, portanto a sua transformação também seria feita através da ação dos seres humanos. Isto significa que, para o profissional de assessoria, seu papel fundamental é ser agente de desenvolvimento, possibilitando aos produtores rurais se assumirem como sujeito da transformação e não objeto. Mas para isso, é necessário um profundo conhecimento e imersão na realidade em que se atua, além de um contínuo processo de comunicação com o público que trabalha.

ABRAMOVAY (1987), relatando um seminário nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em 1997, com participação de representantes dos trabalhadores rurais, empresas estaduais do setor e governo federal, sintetiza idéias consensualizadas entre

os participantes que se constituem em importantes pistas para se pensar um novo modelo contemporâneo de serviço público de assessoria rural. Entre elas:

Missão: a assessoria rural deve inserir sua ação em uma luta mais ampla como a busca de cidadania, do desenvolvimento sustentável, da participação, livre organização e ampliação do acesso ao conhecimento; **Público:** a assessoria rural não deve se restringir apenas àquele público capaz de dar respostas de imediato, prática dominante no Brasil, pelo menos, entre os anos 70 até a Nova República; **Abrangência temática:** que a especialidade disciplinar envolvida no processo possa ser trunfo, não um adversário. É fundamental construir diagnósticos que consigam, sem perder as particularidades, dar conta da totalidade; **Métodos:** a prática da assessoria rural deve ser norteada por uma concepção que priorize o diálogo de saberes, uma constante descoberta coletiva entre os atores envolvidos.

3.3. As políticas de Assessoria aos Assentamentos

3.3.1 Projeto Lumiar: a retomada da assessoria rural

Objetivando assessorar as famílias assentadas pelo INCRA, o Projeto Lumiar, surgido em 1997, teve como base de sua implantação, além de outras iniciativas em torno da reforma agrária, uma confluência de fatores da conjuntura do período. Vale a pena destacar dois: primeiro, o Estado não consegue (ou não pretende) cumprir seu papel de impulsionador do desenvolvimento da agricultura familiar através de apoio efetivo à capacitação e assessoria rural. Volta sua atenção, quase que exclusivamente, para a agricultura patronal que consegue dar respostas às demandas imediatas da política econômica nacional que prioriza o superávit na balança comercial, tendo como âncora a agricultura de exportação.

Por outro lado, ganha força às reivindicações de diversos movimentos sociais que atuam no meio rural brasileiro que surpreendem o Brasil e o mundo com suas vitalidades, tornando-se atores fundamentais para recolocar na agenda nacional a atualidade da questão agrária, a necessidade da reforma agrária e o reconhecimento estratégico da agricultura familiar como instrumento para se pensar uma nova proposta de desenvolvimento. É nesse contexto contraditório, que o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC teve que desenvolver várias ações para o público assentado, entre elas, a assessoria.

Em termos de funcionamento, o Projeto Lumiar propõe a construção de um sistema de co-gestão, inserindo as famílias nas diferentes fases da sua dinâmica, marcando uma diferença das formas anteriormente existentes. Além de seu caráter participativo, ele também inova ao experimentar uma forma de gestão descentralizada.

Ele contribuiu para a confluência de uma geração de profissionais, muitos provindos do Movimento Estudantil, que puderam vivenciar os múltiplos dilemas e possibilidades de avanço nos assentamentos. Em geral, a militância alternativa no movimento estudantil superou as lacunas na formação acadêmica, tanto do ponto vista técnico como social, que não davam conta da complexidade da agricultura familiar: diversidade na produção, pequena produção, baixa escolaridade da comunidade, precariedade das políticas públicas essenciais, baixo incremento tecnológico, necessidade de reforçar o trabalho coletivo, a questão da preservação ambiental, a introdução do crédito, entre outras.

Em parte, o Projeto Lumiar foi rompendo com um modelo conservador do extensionista, diferente daquele que chegava às comunidades impondo seus “pacotes tecnológicos”, desconhecendo a realidade e o conhecimento dos agricultores. Outra inovação foi uma ação mais afirmativa do profissional da área social quando buscou romper com uma visão de um trabalho meramente assistencial e de afirmação de um modelo de organização social, com clara separação e reforço dos papéis antagônicos entre homens e mulheres, valorizando-se em demasia o trabalho do homem em detrimento da ação produtiva das mulheres.

Em trabalho de avaliação do Projeto Lumiar², realizado por uma equipe de consultores a partir de uma demanda do INCRA, foram constatados algumas fragilidades no programa: condições precária de trabalho, pouca internalização do Projeto pelo INCRA e incertezas quanto à continuidade do Projeto. Essas limitações são importantes serem lembradas, pois, apesar de constatadas já no Lumiar, permanecem presentes na Ates.

3.3.2 Ates: a experiência em curso

Quatro anos após o término do Projeto Lumiar, foi posto em prática a proposta de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Ates, através da norma de execução N° 39, de 30 de março de 2004, a cargo do INCRA e em consonância com o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA.

De acordo com seu manual³, a Ates tem como objetivo geral “Assessorar técnica, social e ambientalmente às famílias assentadas, nos Projetos de Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o

² Projeto Lumiar: avaliação exploratória. Resultado da consultoria sob a coordenação do professor Danilo Marinho (UNB) para o então Ministério Extraordinário de Política Fundiária e INCRA, em 1999.

³ Manual Operacional da Ates: Brasília, 2004.

mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável”.

Ainda são objetivos dessa política de assessoria aos assentamentos: promover a segurança alimentar, sua viabilidade econômica, na perspectiva do desenvolvimento territorial integrado e promover a adoção de metodologias participativas e de paradigmas baseados nos princípios da Agricultura Familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e Economia Popular Solidária, valendo-se de equipes multidisciplinares.

Em comparação ao Projeto Lumiar, a Ates parece mostrar algumas diferenças em termos de concepção. Busca fazer uma demarcação com o paradigma da revolução verde e valoriza os conhecimentos e as realidades locais, além de dar ênfase aos limites dos recursos naturais. Daí a agroecologia como referência norteadora.

Essas orientações que estão no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar – SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA sofre restrições em alguns dos seus aspectos. Debruçando-se sobre essa discussão o Prof. Ricardo Abramovay (2007) chama atenção para alguns aspectos que considera equivocados, entre os quais destaca a proposta de uma extensão de caráter setorial, exclusivamente agrícola. Essa afirmação realmente procede e soma-se às recomendações de um crescente número de trabalhos que enfocam essa temática, com ênfase para os resultados de pesquisas em todo o Brasil no âmbito do Grupo Rurbano⁴.

Contudo, e pelo seu grau de importância, é preciso relativizar um pouco essa questão para não se incorrer em generalizações e deixar de visualizar outras possibilidades de ocupação e geração de renda no meio rural, inclusive as já existentes. Ou, o que é pior, de se cair no outro extremo de se atribuir uma desimportância do setor agrícola, assim como seu potencial, investindo-se numa crença fatalística de que a desruralização seria uma tendência inelutável. Isto é, que o futuro da agricultura estaria traçado *a priori*, que ele se tornaria cada vez mais insignificante. Ou seja, de que a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura se constituiriam num processo de uniformização da sociedade que provocariam o fim de algumas particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais (GOMES DA SILVA, 2002). Ou, como bem explicita a Prof^a Nazaré Wanderley quando diz que no Brasil o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade. Quer dizer, o fim do rural era um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade (WANDERLEY, 1997).

⁴ Para maiores detalhes sobre as pesquisas e produção acadêmica do Projeto Rurbano consultar sua *home-page* (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.tlml>).

Nessa abordagem, ficaria nas entrelinhas que não teria muito o que se fazer, não se precisaria perder tempo em mexer nas estruturas, o que, no limite, terminaria por se constituir em uma leitura conformista, resignada e determinista em que o fim já estaria previsto.

Ao mesmo tempo que não pode centrar no agrícola, é necessário muita atenção para esse setor, porque, como já enfatizado, a sociedade e os limites ambientais atuais demandam repensar o agrícola de um outro prisma quando comparado à revolução verde. Nesse sentido, significa a revalorização não apenas do espaço rural, mas também de um processo de re-significação que a agricultura de base familiar pode dar para o desenvolvimento. Ela não deve ser pensada como uma atividade restrita para aqueles que não conseguiram um lugar ao sol da modernidade, dos que não conseguiram se escolarizar. Enfim, para os rústicos, com toda carga negativa que esse termo carrega. A produção agrícola, assim como todo o sistema agroalimentar continua sendo estratégico para os povos, nações e comunidades.

Nesse sentido, é possível pensar o agrícola positivamente, como atividade inteligente, complexa e criativa, muito além da especialização que torna os agricultores meros instrumentos dos processos produtivos, limitando-se a aplicar pacotes e ler as instruções contidas nas embalagens (CAFORAL, 2005). Além disso, os setores envolvidos com as atividades agrícolas podem ser visto pelo prisma nobre, pois, ao mesmo tempo que produz alimentos para o autoconsumo e para a sociedade, seu trabalho de mexer e conviver com a natureza, faz da agricultura, co-responsável pelo destino da humanidade.

4. Ates: o descompasso entre a proposta e a execução

É evidente que da teoria a prática, isto é, do que está proposto nos documentos para o cotidiano da sua execução tem uma enorme diferença. A possibilidade de viabilização de uma Nova Ates, está em aberto e irá depender da importância que a reforma agrária, vista aqui de forma ampla, terá na agenda nacional nos próximos anos.

A assessoria aos assentamentos não funciona por si só. Ela se viabiliza com êxito apenas como interface de outras iniciativas das comunidades e das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos e territórios que estão inseridos. Nesse sentido, a própria opção e visão do papel do Estado, a partir dos impactos do neoliberalismo iniciado no governo Collor, tem influência direta na Ates. Pois, a restrição de diversas políticas públicas essenciais termina dificultando o processo de desenvolvimento dessas áreas.

Nesse contexto, o serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural não passou incólume: a Embraer – Empresa Brasileira de Extensão Rural foi fechada no Governo Collor

e nada de significativo foi colocado no seu lugar. As estruturas das Emater's passaram por profundo processo de sucateamento e redução de seus quadros técnicos. Somente nos últimos anos, esta instituição recuperou uma parte de suas condições de trabalho através da contratação de novos profissionais e recomposição da sua infra-estrutura mínima necessária (carro, informática, escritórios), além de um processo de capacitação de seus profissionais sob o prisma agroecológico. As organizações da sociedade civil que também fazem o serviço de Ates não possuem estrutura e estabilidade suficientes para desenvolver um trabalho razoável.

Portanto, pensar em uma nova proposta para a Ates, significa enfrentar a lógica neoliberal de redução da importância de investimento do Estado, dando-lhe condições e autonomia para pensar o desenvolvimento do país em uma perspectiva de distribuição da riqueza e mudanças sociais.

4.1 A formação profissional

Para análise das possibilidades de concretização de uma proposta como a sugerida no Manual da Ates é necessário refletir sobre a formação acadêmica dos profissionais envolvidos nas atividades. Até que ponto o conteúdo apreendido nas universidades conflui ou contrasta com algumas propostas centrais da Ates como a perspectiva da agroecologia, metodologias participativas, integração das várias dimensões (produtiva, social e cultural) que marcam os impasses e as potencialidades dos assentamentos rurais.

Em estudo sobre a formação do profissional de agronomia Moura (2006), analisou a Escola de Agronomia do Ceará, Escola Superior de Agricultura de Mossoró (transformada em Universidade do Semi-Árido) e a Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina, fundadas respectivamente em 1918, 1968 e 1986 que significam diferentes fases da atividade agrícola e sua relação com o desenvolvimento. Como conclusão de seus estudos, a autora enfatiza que, apesar de intenções de mudanças curricular, perpassa em todas elas uma formação segmentada, com pouca ênfase no conhecimento social e voltados para a grande exploração. “Nossa hipótese central é que o agrônomo formado através de modelo de ensino departamentalizado, no qual se privilegia a especialização, voltadas para atividades fragmentárias, que visa treinar técnicos para incremento da produção agrícola, não tem incorporado na formação as demandas e desafios da nova ruralidade” (MOURA, 2006, p. 107).

Para Dias (2007) os extensionistas, quase como uma regra, se formam em cursos que não os capacita nem os habilita para interagir com agricultores. Mas o problema da formação

profissional não está restrito àqueles ligados as ciências agrárias. Em termo de concepção, pelo menos nos manuais, a idéia de perseguir o desenvolvimento sobre o prisma diferente daquele predominante no auge da modernização da agricultura, incorporou a necessidade de equipes de assessoria multidisciplinares, dando ênfase as questões sociais como centrais na busca do desenvolvimento rural. Porém, o problema da formação dos profissionais da área social com a ausência de uma sistemática reflexão teórica sobre a questão agrária e o rural atual tem conseqüência direta na atuação profissional.

Talvez o mais correto, é uma observação geral sobre a formação universitária, pelo seu distanciamento da realidade dos problemas e da vida da população e das localidades que não estão nos centros dinâmicos social, cultural e econômico. Com essa postura fica difícil absorver para o cotidiano acadêmico a reflexão e a investigação sobre os obstáculos, potencialidades e singularidade que se encontram, por exemplo, em áreas geográficas como o rural e o semi-árido.

5. Considerações Finais: os arranjos institucionais imperfeitos

No caso específico da Ates, as mudanças recentes não foram suficientes para consolidar um formato nacional com o mínimo de coerência prática. Em alguns estados, o serviço está sendo prestado através de licitação, em outros, através de convênio com as Emater's ou entidades da sociedade civil. Essa indefinição tem impedido a continuidade do programa, essencial para o aperfeiçoamento de qualquer política pública. Além disso, a descontinuidade vem provocando um desgaste na sua legitimidade perante os beneficiários, os profissionais e a própria sociedade.

Somado ao funcionamento da Ates, observações empíricas indicam para uma dificuldade também das políticas específicas de incentivo à agricultura familiar. Não poucas vezes elas são concebidas com propósitos que terminam sendo desviados na sua aplicação. É o caso dos Projetos do Pronaf A, crédito específico para os assentamentos, que tem um histórico de problemas na sua aplicação.

Geralmente quando esse é acessado, ainda permanece inexistindo no assentamento infra-estrutura nos lotes e nas áreas produtivas, fazendo com que uma parte significativa dos recursos vá para essa finalidade e não em aplicações diretas que possam dar condições de pagamento (ou capacidade de pagamento no linguajar bancário). Esse “desvio” constitui um dos principais fatores da inadimplência, porque de fato, é difícil pagar, mesmo quando bem aplicado.

Acrescido a esse primeiro aspecto estrutural, tem um sério problema de estrutura institucional que possa contribuir para que o processo de elaboração dos Projetos flua dentro da normalidade, permitindo assim uma boa compreensão sobre o desejo do/a agricultor/a e as possibilidades técnicas de viabilidade da sua proposta. Deixando mais claro, na realidade existe uma incapacidade dos diversos órgãos estatais e não estatais envolvidos com a dinâmica do crédito. INCRA, IBAMA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Emater e entidades não governamentais de assessoria não conseguem, na prática, dar suporte a toda essa complexidade de acesso ao crédito por milhões de famílias. A luta pela reforma agrária e o reconhecimento da agricultura familiar como demandante de políticas públicas, entre elas o crédito, não foi acompanhada, apesar de algumas iniciativas, por uma estruturação das instituições públicas envolvidas com esse setor.

Em todo o processo do crédito (da concepção, passando pela liberação e aplicação do recurso) os agentes financeiros exercem um papel de destaque. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que vem centralizando a maioria das demandas dos assentamentos na Região Nordeste não consegue, pela opção administrativa que predomina nesta instituição de “enxugamento” do seu quadro, atender de forma razoável as demandas. Apenas para ilustrar: no território do Mato Grande Potiguar existe mais de 4.000 famílias assentados que pelas regras atuais poderiam acessar o crédito ou renegociar sua dívida, além da possibilidade das mulheres e jovens dessas famílias também acessarem o crédito.

O problema é a inexistência de Agências nos municípios inseridos nesse território. As famílias, ou seus representantes, precisam se deslocar a uma das duas agências de Natal para serem atendidas, nem sempre tendo êxito pela sobrecarga de trabalho e demandas dos funcionários.

Um outro fator que contribui para a inadimplência e dificulta a renegociação das dívidas foi o formato como esses contratos foram realizados através do aval solidário, cruzado, etc. Isso provocou um desestímulo de cumprimento dos contratos, pois mesmo pagando suas parcelas, o agricultor continuava inadimplente (ou, como eles enfatizam, continuava com o nome sujo). Somente após muita pressão dos movimentos sociais, foi mudada essa regra, individualizando as dívidas. Mas nesse caso, também entra em cena a dificuldade estrutural das agências financeiras em viabilizar o novo formato.

O que pretendemos realçar nesse artigo é que o centro das nossas atenções e críticas deve se voltar para a dificuldade do aparelho do Estado e suas diversas instituições dotarem estruturas capazes de concretizar as políticas concebidas pelo poder público e conquistadas pelos assentamentos que pudessem viabilizar social e economicamente essa áreas.

Isso não significa reconhecer os avanços que aconteceram nos últimos anos em termo de apoio a agricultura familiar e a reforma agrária. Mas é fundamental afirmar que tais avanços, são insuficientes para o potencial que esse setor pode assumir nos pequenos e médios municípios e, por tabela, na dinâmica social e econômica do Brasil.

6. Referência Bibliográfica

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.15, n.1, jan/abr, 1998.

_____. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, XLV, Londrina. *Anais*, 2007.

BASTOS, F. *Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar*. Campinas: Editora Polis, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA, 2004.

BUAINAIN, A. (Coord.) et al. *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

DIAS, M (Org.) Extensão rural para qual desenvolvimento? *Abordagens atuais sobre Extensão Rural*. Universidade Federal de Viçosa, 2007.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1971.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. Meio Rural: o espaço da exclusão? In: VALENÇA, M. Moraes & GOMES, Rita C. C. (orgs.). *Globalização e Desigualdade*. Natal: A. S. Editores, 2002, p. 163-176.

INCRA. *Projeto LUMIAR: assistência técnica nos assentamentos*. Brasília, 1998.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. [et al] (Org). *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. NEAD & Editora UNESP, 2004.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Editora da UNICAMP & Boitempo Editorial, 2002.

MEDEIROS, L. *O FSM e a afirmação do campesinato como ator político*. In: *O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária*. Carta Maior, 2004

MOURA, O. Nova ruralidade no contexto da formação do profissional da agronomia. In: GOMES, A. (Org.) *Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora Polis Ltda, 2006.

OLIVEIRA, M. A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência brasileira de assistência técnica e extensão rural. In: *Cadernos de Difusão e Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.1 n.1, jan/abr,1984.

Plano Regional de Reforma Agrária. Natal: NEAD/INCRA-RN, 2004.

Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: NEAD/INCRA, 2003.

ROSSET, P. *A crise da agricultura convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico*. In: CONCRAB (Org). Reforma Agrária & Meio Ambiente. Brasília, 2006

SCHNEIDER, S (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2006.

SILVA, J. *A modernização dolorosa*. In: Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1981.

WANDERLEY, M. *o LUGAR DOS RURAIS: O MEIO RURAL NO Brasil moderno*. In _____. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural*. Brasília: SOBER, 1997, p. 39.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

Relações de controle e poder na economia solidária: reflexões sobre teoria e prática

Alexandre Dantas de Medeiros¹
Aline Cândida Dantas de Medeiros²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender as relações de controle e poder, inerentes às relações intra-institucionais, no desenvolvimento de empreendimentos econômico-solidários, a partir de uma relação entre a teoria e a prática autogestionária. O estudo constou da análise de algumas experiências já estudadas e a coleta de dados para estudo foi realizada através de levantamento documental em artigos científicos já publicados sobre o tema. Utilizou-se uma metodologia de análise descritiva, visando analisar a interação das variáveis e compreender os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais. A análise sobre as experiências relatadas, nos permite afirmar que são inúmeras as dificuldades no desenvolvimento das relações de controle e poder dessas organizações.

Palavras chave: economia solidária; relações de controle e poder; trabalho.

1. Introdução

As transformações econômico-sociais vivenciadas pela sociedade ocidental, podem ser traduzidas como uma união de forças em favor do capital que, sob a perspectiva neoliberal, demanda um crescimento do capital financeiro, em detrimento do capital social. Para Rocha (2002), a automação e a terceirização como desdobramentos do processo produtivo tem como meta a reprodução ampliada do capital. O trabalho, por sua vez, tenta soerguer-se de uma situação política desfavorável com a crise do socialismo real e a queda do muro de Berlim.

Nos últimos anos, tem se verificado a multiplicação de experiências econômico-sociais, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade. São organizações que compreendem modalidades de trabalho socialmente justas e racionalmente econômicas que apresentam traços de ruptura com a lógica capitalista, voltando-se contra os princípios da competição individualista e da dominância do capital sobre o trabalho. Nesse processo socializador, todos os indivíduos se inserem ativamente e se tornam co-responsáveis pelas possibilidades e dificuldades do empreendimento (VERARDO, 2004; SINGER, 2002).

A economia solidária absorve os princípios cooperativos e a partir daí, busca elaborar uma saída democrática e participativa para a produção de bens e prestação de serviços no modo de produção capitalista. A maior virtude desta estratégia é a possibilidade de se

¹ Extensionista Rural II (EMATER-RN), Engenheiro Agrônomo (UFERSA), Especialista em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (UFERSA/MDA) – adm_agronomia@yahoo.com.br

² Graduanda em Ciências contábeis, UERN/RN. liline_medeiros@hotmail.com

construir a consciência de classe dos trabalhadores na prática produtiva, por exemplo, a constituição de uma cooperativa de produção passando pela compreensão e discussão dos trabalhadores sobre os princípios cooperativos (ROCHA, 2002).

No Brasil, inúmeras experiências de empreendimentos coletivos evidenciam o crescimento da economia solidária como movimento significativo, mas que ao mesmo tempo, se põe frente a inúmeros desafios, como o de ampliar e integrar as experiências exitosas para superar o isolamento e a condição pré-concebida de ser mero paliativo contra o desemprego, assim como construir competências para o desempenho gerencial em sintonia com os preceitos democráticos e de equidade que caracterizam tais empreendimentos (SINGER, 2003).

De acordo com Verardo (2004), dentro da perspectiva de construção de um projeto solidário e de autogestão, deve-se qualificar o trabalho para além das categorias patrão e empregado e da dualidade trabalho formal e trabalho informal. Faz-se necessário promover um movimento no sentido de resgatar a dimensão humana do trabalho em seu aspecto realizador e criativo. Mas, para isso, não basta se dizer solidário: é preciso ser solidário e saber com quem se é solidário. Não basta participar: é necessário acesso à informação, poder de decisão e controle do negócio.

Além das oportunidades no campo econômico, para Guimarães (2005), as experiências autogestionárias são uma alternativa social à marginalização e à exclusão social. No entanto, a proposta de autogestão por estar assentada em princípios socialistas de organização, convivendo em um sistema capitalista, pautado por relações econômicas e sociais centradas no acúmulo de capital, competitividade e concorrência, muitas vezes resulta em inúmeros entraves ao seu pleno funcionamento.

Esta relação conflituosa nos arranjos organizacionais autogestionários, fica mais bem exposta quando notamos nessas organizações a inexistência de movimentos por parte de alguns sócios, no sentido de se apropriar e praticar os princípios associativos fundamentais e inerentes à economia solidária, principalmente no que diz respeito às formas de controle e poder exercidos pelos e sobre os mesmos.

Alguns autores inquietam-se com esse distanciamento da filosofia da economia solidária com a prática nesses empreendimentos. Segundo Laville (2002), os “associados infatigáveis”³, devotados de corpo e alma à causa, estariam sendo substituídos por membros egoístas e consumistas que privilegiariam as associações de esportes e lazer. O individualismo

³ Termo utilizado por Jean-Louis Laville em seu artigo “Fato associativo e economia solidária”, publicada pela revista *Baía análise e dados*, Salvador: 2002 . v.12 . n1. p.25-34.

teria invadido um setor associativo, de agora em diante destinado à satisfação de interesses hedonistas.

Este estudo reflete a necessidade de um aprofundamento teórico no que se refere às relações de controle e poder em organizações econômico-solárias e tem por finalidade analisar o desenvolvimento dessas relações intra-organizacionais a partir dos resultados de pesquisas de alguns autores (ANDRADA, 2006; BARFKNECHT et al, 2006; MEDEIROS, 2007, VIEIRA; 2005), com o intuito de contribuir para uma maior compreensão e reflexão sobre a dinâmica interna dessas organizações e as formas de interação dos atores sociais aí envolvidos.

2. Fundamentação teórica

2.1. Origens históricas da economia solidária: contribuições teóricas importantes

Em diversos momentos da história, as inovações decorrentes dos novos paradigmas organizacionais, dos processos de trabalho e de reestruturação produtiva, culminaram com profundas transformações nos modelos de produção e gestão dos trabalhadores, os quais, na grande maioria das vezes, manifestam através de diferentes formas, seus ideais políticos, econômicos e sociais, o que contribui para o ressurgimento de formas alternativas de organização.

A economia solidária, como movimento sócio-econômico surgiu sob o impulso de profundas transformações de ordem econômica, justamente como uma resposta aos desafios impostos pelo rápido progresso tecnológico ocorrido ainda na primeira metade do século XIX, desencadeados pela primeira revolução industrial e que transformou profundamente o mercado de trabalho através da mecanização dos meios de produção, com conseqüente empobrecimento de grande parte dos artesãos (SINGER, 2002).

Segundo o mesmo autor, a economia solidária encontra a fase inicial de sua história no cooperativismo revolucionário, nos autores clássicos do “socialismo utópico”⁴, Owen e Fourier ao lado de Saint-Simon, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Apesar de inúmeras derrotas, permaneceu viva a idéia de que trabalhadores

⁴ Termo utilizado pelo professor Paul Singer, em seu livro “Introdução à economia solidária” – 1º ed. São Paulo: ed. Perseu Abramo: 2002.

associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionárias e desafiar assim, a prevalência das relações capitalistas de produção.

A primeira tentativa para formar uma comunidade cooperativa foi a de New Harmony, em Indiana, inspirada por Robert Owen, cujas idéias exerceram grande influência no desenvolvimento do cooperativismo. Owen foi um industrial proprietário de um enorme complexo têxtil na cidade de New Lanark na Escócia. Ele operou grandes transformações para a época, no que diz respeito às condições de trabalho: reduziu para dez horas a jornada de trabalho diária de seus empregados, inibiu o consumo de bebida alcoólica, montou escola para os filhos dos trabalhadores, abriu um estabelecimento para a venda de bens e comida com melhor qualidade e baixo custo para os trabalhadores, entre outros aspectos (REXROTH, 1974 apud GUIMARÃES, 2005).

A vida na comunidade New Harmony foi breve. Os que para lá foram não vivenciaram a experiência de construir algo para eles e para a comunidade. Além disso, não havia vínculo entre os membros, qualquer um que chegasse poderia fazer parte e a maioria tinha pouco ou nenhum compromisso com a proposta da colônia e as idéias de Owen.

Apesar disso, Robert Owen tornou-se um líder do radicalismo britânico, um pai fundador do moderno sindicalismo e do movimento cooperativo, e exerceu uma forte influência no desenvolvimento de aldeias cooperativas britânicas. (REXROTH, 1974, apud GUIMARÃES, 2005).

Outro precursor importante das idéias participativas e autogestionárias foi François Marie Charles Fourier, que imaginou uma organização adequada e justa para a agricultura. Fourier defendia que as pessoas deveriam viver de acordo com suas paixões e o trabalho tinha que ser atraente para todos, pois o ser humano só pode alcançar a plena felicidade se satisfizer suas paixões, o que resulta em maior rendimento no trabalho.

De acordo com Melo (2007), Fourier elaborou a idéia de falanges, como unidades comunais auto-suficientes formadas por indivíduos de diversas etnias, faixas etárias e condições sócio-culturais, os quais dedicavam-se a atividades essencialmente agrícolas e artesanais, onde as relações de competição e dominação dariam lugar à uma indústria societária atraente e o individualismo seria substituído pelo coletivismo, preservando com isso a liberdade de escolha e alternância de trabalhos conforme as afinidades e paixões individuais.

Fourier teve inúmeros discípulos ilustres, dentre eles: Muiron, Considerant, Godin, Mne, Vigoureux, os quais estabeleceram o que se chamou de “escola associativa”, cuja experimentação prática ocorreu na Europa, África e América, com mais experimentos nos Estados Unidos, que normalmente não duravam mais de seis anos. Apesar disso, convém

ressaltar a enorme contribuição de Fourier à construção do pensamento e ação do socialismo, berço da autogestão.

No ano de 1844 em Rochdale, um importante centro têxtil localizado no norte da Inglaterra, região metropolitana de Manchester, originou-se a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, a primeira cooperativa moderna de consumo da história do cooperativismo, daí ser considerada a mãe de todas as cooperativas (SINGER, 2002; MELO, 2007).

Fundada por 28 operários qualificados em vários ofícios, muitos deles influenciados pelas idéias de Robert Owen, e impulsionados pelo fracasso em uma greve, objetivavam a criação de uma colônia auto-suficiente e de apoio a outras sociedades com esse propósito. Nesse sentido, adotaram uma série de princípios, os quais foram imortalizados como os princípios gerais do Cooperativismo (SINGER, 2002).

Tais princípios podem ser descritos da seguinte forma:

- escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembleias gerais;
- livre adesão e desligamento dos sócios;
- cada associado tem um voto independente do capital que tenha investido;
- pagamento de juros limitados ao capital;
- distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração;
- quotas de reserva para aumento de capital, destinadas à extensão das operações e à porcentagem para a educação;
- as vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;
- a sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (essa regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa pois, na época, a adulteração do produto era muito comum);
- neutralidade política e religiosa (essa regra tem relação direta com a livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter religioso, ela excluiria explicitamente os que pensassem de outro modo) (VEIGA apud MELO, 2007, p.48).

A partir dessa experiência, o cooperativismo foi difundido por várias partes do mundo e aceito, embora com posições diferenciadas como uma alternativa democrática aos problemas sócio-econômicos do capitalismo globalizado e excludente.

2.2. Os princípios cooperativos da autogestão e o modelo proposto pelo movimento da economia solidária

Amorim et al (2004), definem economia solidária como sendo o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra,

seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

Os princípios fundamentais, ou aquilo que inicia a ação de criar estas organizações, de acordo com Faria (2006), acaba por ser também, regra e elemento constitutivo destas, que passam a existir, na forma específica de autogestão, para atingir o objetivo para o qual foram criadas. Neste sentido, a ação intra-organizacional passa a ter os princípios como norteadores em relação às condições a serem superadas. Em alguns casos esta orientação pode se transformar em regras de conduta e, portanto, perder seu sentido inicial. Por este motivo é essencial ressaltar que, para a análise das organizações, é necessário compreender o contexto da ação.

É importante, neste ponto, considerar a contribuição de Rothschild apud Faria (2006), que analisando organizações coletivistas de trabalho afirmou que três correntes principais orientam os coletivos são: democracia participativa, onde os ideais de participação direta dos cidadãos para uma verdadeira sociedade democrática, são diferentes da democracia representativa; anarquismo: com a eliminação da hierarquia, decisão localizada nos pequenos grupos e formação de redes não hierarquizadas; e o marxismo: onde a propriedade é coletiva ao invés de privada, não há alienação e exploração e o controle dos meios de produção é feito pelos trabalhadores.

O projeto proposto pela economia solidária tem entre seus princípios fundamentais o desafio de estruturar uma economia, com base em um desenvolvimento sustentável e de distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica e da valorização do social.

A economia solidária, segundo Culti (2007), é uma reação contemporânea, que ganha corpo e visibilidade no Brasil, principalmente a partir da década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para todos os atores sociais, que estão em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Segundo a autora, nela os sujeitos se organizam pela via da solidariedade, trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca de trabalho e renda. De modo geral, pode-se dizer que pessoas ou grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e insignificante crescimento econômico.

O movimento da economia solidária contrapõe o ciclo vicioso do capitalismo, globalizado neoliberal, o qual traz em seus genes a crescente exploração do ser humano e

negação do compromisso ecológico em nome do desenvolvimento, que se torna reduzida a crescimento econômico (ARROYO et al, 2006).

Essas novas transformações estruturais geram novas referências valorativas, éticas e de convívio social, recriando sonhos e idealizações do futuro. Esta é a dimensão cultural de políticas públicas que respeitam o social construído historicamente e que se inspiram na valorização das diferenças e não no seu aniquilamento. Este social se manifesta pela criatividade de organização, pelas novas formas de solidariedade e pela politização das lutas. A análise das lutas sociais, dos sonhos, por vezes utópicos, expressos nas pautas de reivindicações, mostra um “novo” social em gestação, que se manifesta pelas dinâmicas das organizações, pelas formas de solidariedade e pelo engajamento político (GEHLEN, 2004).

Com a propriedade coletiva dos meios de produção, Culti (2007), afirma que a economia solidária propõe o rompimento com a divisão social do trabalho, une ou diminui a distância entre trabalho manual e intelectual a partir da gestão democrática e trabalho coletivo e, nesta relação, não se coloca como estratégia, a divisão sexual do trabalho.

Além do desenvolvimento sustentável, na economia solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. A economia solidária agrega ainda a inclusão social e contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, a curto e a longo prazo (CULTI, 2007).

Para Araújo (2007), a economia solidária tem como valores centrais o trabalho, o saber e a criatividade humana e não se limita aos benefícios materiais de um empreendimento, compreendendo melhorias que abrange os índices de melhoria da qualidade de vida, justiça social e felicidade aos seus membros. Portanto, a economia solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, representando uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

A gestão democrática, porém, não se constitui apenas da participação, mas também da responsabilidade dos associados pelas ações da organização. Da mesma forma que a participação, é preciso definir em que grau, sobre quais questões e em que nível organizacional esta ocorre (FARIA, 2006).

2.3. Relações de controle e poder nas organizações autogestionárias

A economia solidária está pautada em um conjunto de valores e princípios humanistas que propiciam o bem estar das pessoas no trabalho, onde todos têm o direito de decidir sobre os rumos do empreendimento e a importância dos trabalhadores não está submetida ao retorno financeiro do capital investido. De acordo com Malassise et al (2007), parece ser uma alternativa para a institucionalização da democracia nos ambientes de trabalho, onde os indivíduos são importantes não só para produzir mais e dar mais lucro, mas são vistos como seres humanos. Assim, as decisões compartilhadas e o crescimento de forma integral, diminuem a alienação no trabalho.

Do ponto de vista das relações que se estabelecem no interior destas organizações, Magalhães (2001), faz considerações importantes. Em primeiro lugar as relações de poder no processo produtivo mudam radicalmente, isto porque na estrutura fabril do sistema capitalista existe em maior ou menor grau uma hierarquização do poder entre gestores e subordinados, ou seja, o processo é delineado pelos gestores a serviço da lógica capitalista, o que não ocorre com a economia solidária. O fato de não serem empresas capitalistas comuns, trás o problema de constituição jurídica. Há a necessidade de inovar e encontrar outras formas de constituição. Aqui, a propriedade é coletiva, no sentido de personificar igualmente todos os proprietários e não segundo sua cota de ações.

Segundo (SINGER, 2002), a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem a necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é melhor do que todos. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas, etc.

Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a economia solidária dependem de um desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido e que integre e mobilize os produtores por meio de redes sócio-técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais e as próprias políticas públicas em torno da sua autosustentação (CULTI, 2007).

Com base em estudos realizados em organizações coletivistas, Dorneles (2006), apresentou algumas categorias para análise destas organizações. Na dimensão autoridade, esta

só chega a ser delegada temporariamente e está sujeita a ser cassada prevalecendo a coletividade como um todo. Presta-se obediência ao consenso da coletividade, que é sempre fluido e aberto às negociações. A tomada de decisão é coletiva e descentralizada, ocorrendo a participação direta dos trabalhadores nas decisões, além disso, há rodízio entre os componentes do conselho que deve ser eleito em assembléia. Quanto às normas, estas devem ser estipuladas ao mínimo, devem ser individualizadas; alguma previsibilidade é possível com base no conhecimento da ética substantiva envolvida na situação. Além disso, as normas são definidas pelo grupo.

Segundo a autora, os controles sociais baseiam-se primariamente em atrativos personalísticos ou moralistas e na seleção de pessoal homogêneo e as relações sociais devem ser holistas, pessoais e valiosas em si mesmas, e os conflitos devem ser solucionados com base em soluções integradoras onde todos ganham.

A economia solidária incorpora os princípios cooperativos e busca elaborar uma saída democrática e participativa para a produção e prestação de serviços no modo de produção capitalista. A grande virtude desta estratégia é a possibilidade de se construir a consciência de classe dos trabalhadores na prática produtiva, por exemplo, a constituição de uma cooperativa de produção passando pela compreensão e discussão dos trabalhadores sobre os princípios cooperativos (ROCHA, 2005).

È importante salientar que nossa cultura organizacional ainda está muito arraigada a valores heterogestionários (respeito á hierarquia da instituição, competição, especialização das atividades, etc.), daí as enormes dificuldades nas tentativas de inserção ou reinsertão no mercado a partir da incorporação dos valores autogestionários (SINGER, 2002). A partir do momento em que o indivíduo rompe com práticas autoritárias e incorpora as lutas emancipatórias, altera, de certa forma um conjunto de valores, o que pode gerar conflitos pessoais e modificar o comportamento social do sujeito.

3. Procedimentos metodológicos

Partindo do princípio que as organizações associativas/autogestionárias de trabalhadores são concebidas a partir de processos de formação, concepções ideológicas e padrões de desenvolvimento diferenciados do atual modelo capitalista de produção e trabalho, nota-se uma série de avanços e também dificuldades nesses empreendimentos no que diz respeito a seus processos de autogestão, notadamente nas relações de controle e poder. O

interesse volta-se para aquilo que é central para identificar os aspectos de maior importância na evolução dessas organizações.

Considerando os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que foca, do ponto de vista qualitativo, a compreensão dos fenômenos sociais (RICHARDSON, 1999), e pelo fato de que “a pesquisa qualitativa quando bem realizada contribui para a ampliação da consciência humana, e possibilita que os aspectos subjetivos tenha maior destaque” (GOULART e CARVALHO, 2005).

A coleta de dados para estudo foi baseada na utilização de dados secundários, através de levantamento documental em artigos científicos já publicados sobre o tema inclusive livros, de maneira a permitir explorar a temática sob nova perspectiva, fornecendo elementos para a formulação de novas racionalidades e encaminhamento de futuros estudos confirmatórios (YIN, 2004).

Considerando que as relações se desenvolvem a partir de condições históricas, a pesquisa procurou identificar possíveis contradições entre teoria e prática, buscando entender se o desenvolvimento das relações intra-institucionais nas organizações econômico-solidárias se afastam ou não dos princípios que as regem, a partir de estudos já realizados por outros autores.

A partir das fontes secundárias reunidas, utilizou-se uma metodologia de análise descritiva, visando analisar a interação das variáveis e compreender os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais (RICHARDSON, 1999).

4. Resultados e discussão

4.1. A prática autogestionária: uma reflexão sobre algumas ações em empreendimentos econômico-solidários

Ao pensar o trabalho nas organizações econômico-solidárias, cabe ressaltar as considerações de Andrada (2006), sobre as relações intra-institucionais nessas organizações. Como em todo processo organizativo, as organizações autogestionárias são feitas por pessoas e essas só podem assim ser compreendidas se resguardadas suas subjetividades e suas singularidades, as quais aparecem como divergências de interesses. Essa dinâmica pressupõe debates, embates e conflitos. Analisemos agora alguns casos de relações de controle e poder em organizações que fazem parte do movimento da economia solidária, as quais foram estudadas e tiveram suas experiências relatadas por outros autores.

Analisando uma experiência vivida junto a um grupo cooperativo de artesãs, Andrada (2006), relata que após muitas discussões em todos os âmbitos, as sócias foram fazendo diversos ajustes ao longo do processo de trabalho, os quais resultaram num processo de ressignificação das formalizações e dos mecanismos de controle como o livro das horas.

O modelo proposto pela economia solidária, modela um sistema de flexibilização do horário de trabalho, onde não há rigor com a carga horária de trabalho. Na associação estudada, o grupo deveria trabalhar somente quando necessário para servir às necessidades. No entanto, se afastando da proposta, as artesãs foram levadas a rever esse controle de pontualidade e frequência, por força da realidade cotidiana, os quais foram atrelados à política de remuneração da organização. Vale resgatar aqui as palavras da autora:

Uma vez considerado o fato de que cada processo de negociação e de escolha organizacional ocorre embasado em uma determinada demanda e em um determinado contexto, compreende-se que, alteradas as circunstâncias, esse processo deverá ser refeito, já que a decisão anterior pode se apresentar insuficiente ou inadequada a partir de então... (ANDRADA, 2006).

Em outro trabalho, Barfkocht et al (2006), buscaram entender a dinâmica da organização do trabalho através de observações de campo e dos trabalhadores, em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre-RS, a respeito dos aspectos que favorecem ou desfavorecem a saúde mental. Apesar das tensões encontradas na organização, a pesquisa evidenciou que a maioria dos trabalhadores se identificavam com o cooperativismo, estabelecendo uma prática de reflexão sobre o cotidiano do trabalho, a solidariedade e o gerenciamento da cooperativa. No entanto, as relações intra-organizacionais entre os membros da coordenação e os demais cooperados não é tranqüila. De acordo com a pesquisa, na fala dos trabalhadores são expressas críticas sobre a necessidade de valorização igualitária de todos os entrevistados, dentre outras dificuldades.

O conflito de idéias é mal visto na organização e, portanto, pouco explicitado. Os cooperados têm receio do confronto, pois, sentem o conflito como um rompimento e não como uma possibilidade de transformar ou criar novos conceitos. Eles percebem e relatam as dificuldades, mas não conseguem se organizar para levar os assuntos para a discussão nas assembleias.

A experiência relatada, reflete algumas relações conflituosas no tocante às relações sociais entre os sujeitos que coordenam a associação, os demais sócios e os princípios da autogestão, o que contribui para distanciar a teoria da prática autogestionária. Para Barfkocht et al (2006), os princípios da economia solidária, estão presentes nos relatos de todos os

sócios, porém, alguns identificam-se totalmente com estes princípios e outros parcialmente, pois remetem para a coordenação a responsabilidade de dar conta da efetivação destes valores guias no empreendimento.

Esse problema também foi verificado por Holzmann (2003), ao estudar uma experiência de autogestão da década de 80, em Porto Alegre-RS, que afirmou: “outros fatores também tiveram papel relevante no comprometimento da proposta democrática pretendida na fundação da cooperativa. O mais decisivo foi a dificuldade dos trabalhadores assumirem o papel coletivo de dirigentes efetivos do empreendimento”.

Temos de fazer uma distinção entre o que é uma participação ativa e plena do que é uma participação parcial, o que é um trabalho humano, do que é um trabalho fragmentado e alienado. Só porque existe um determinado envolvimento participativo, dentro de uma política participacionista, pode-se confundir, numa visão menos crítica, aquele processo com democracia, solidariedade e com autogestão. É necessário, portanto, distinguir o que significa *participar com dominação* [grifo do autor] do que significa *participar com liberdade* [grifo do autor]. Participação democrática não se limita em votar a cada três anos para seus representantes, mas, principalmente, partilhar do poder, das decisões e do controle do empreendimento, (VERARDO, 2004).

Resultados semelhantes foram evidenciados por Medeiros (2007), que estudando uma associação localizada no estado do Rio Grande do Norte, uma iniciativa que beneficia e comercializa produtos agroindustriais, verificou que comparando teoria e prática, os entrevistados apontaram para relações subjetivas contraditórias. A cultura da democracia e solidariedade na produção ainda não foram incorporadas à prática, prevalecendo o paradigma da competitividade individual, o que pode criar obstáculos para os interesses do grupo.

No discurso, os sócios que coordenam a organização, demonstram maior interesse pela socialização e uma mentalidade mais aberta à proposta autogestionária e de solidariedade social. Talvez por este motivo, o mesmo grupo se revê na coordenação, mudando apenas de função a cada nova eleição, visto que as funções na coordenação não se baseiam em aptidões ou qualificações, mas no comprometimento com o projeto político e econômico social da organização, o que pode comprometer a proposta democrática... (MEDEIROS, 2007).

A economia solidária só se torna uma verdadeira alternativa ao capitalismo quando é embasada em práticas cujos valores da solidariedade e reciprocidade prevaleçam sobre a competição e concorrência. A esse respeito, Verardo (2004) relata:

Quando não se tem essa perspectiva, devemos considerar que o trabalho precário ou informal não fica desligado da economia regular [...].E então a Economia Solidária corre o risco de servir como simples resposta à situação indesejada, mantendo os trabalhadores no patamar inicial da mera sobrevivência, inscrevendo-se no interior

da lógica do mercado causador daquela situação e, de certa forma, aceitando a permanência no limiar da exclusão e marginalidade. Trabalhando geralmente em piores condições de trabalho, ganhando menos, contribuem, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento do grande capital das grandes indústrias, quando não servindo para administrar a crise criada pelo sistema econômico hegemônico. Isso pode ocorrer quando falta um projeto mais abrangente que permita o salto de qualidade.

Estudando a economia solidária a partir do estudo de caso dos coletivos de produção do MST e de outros grupos coletivos apoiados externamente em Mato Grosso do Sul, Vieira (2005), observou que são exatamente os mecanismos de controle que se tornam o principal elemento de dissensão e fracasso da metodologia inicial dos coletivos de produção. O primeiro problema verificado foi a pouca eficácia dos controles. Em alguns casos tenta-se remediar, tornando-se mais rígidas as regras, onde ao invés de se observar os dias trabalhados por cada indivíduo, passa-se a observar as horas, com o maior rigor implantado, com isso, surge uma segunda classe de problemas diretamente relacionado entre as pessoas.

O apontador, sujeito encarregado de controlar as tarefas e as horas trabalhadas, não tem o mesmo poder do controlador nas organizações capitalistas, por não estar em posição superior ao controlado e os coletivos de produção demoram a perceber que a razão dos problemas é o sistema de controle. Além da já comentada ausência de hierarquia nas cooperativas, outro fator que dificulta o trabalho dos apontadores é a lógica dos pequenos grupos e das comunidades ao invés da lógica dos grandes grupos e das sociedades, pois vivendo em pequenos grupos, o custo social de se acusar um colega que faz parte de sua rede de relações sociais de se fazer algo errado é muito alto. Quando o apontador de fato realiza seu trabalho, uma vez apontado o problema, o qual é discutido publicamente em assembléia, serão aplicadas as penalidades ao faltoso, que tende a se afastar progressivamente ao grupo, o que impacta negativamente na sustentação da organização. A tendência dos penalizados é se agruparem em um grupo de oposição ao coletivo. Tendo esse risco em mente, muitos cooperados rejeitam a aplicação das penalidades, conseqüentemente mais problemas para a organização (VIEIRA, 2005).

5. Considerações finais

As análises sobre as experiências relatadas, nos permitem afirmar que são inúmeras as dificuldades no desenvolvimento das relações de controle e poder dessas organizações. Comparando teoria e prática, os estudos apontam para algumas contradições, o que faz com que as experiências postas em prática sejam frágeis e a implementação e a sustentação destas

sejam dificultadas. O trabalho para a construção de uma organização solidária, além da discussão técnica, econômica e social para a formação e manutenção do grupo, deve manter um trabalho de acompanhamento das atividades e das ações dos cooperados no desenvolvimento e evolução da organização.

As organizações estudadas, apresentam como característica a propriedade coletiva dos meios de produção, no entanto, o controle exercido pelos trabalhadores, na prática, resulta em relações conflituosas.

Neste sentido, não se percebe uma gestão social com participação plena e capaz de implementar uma transformação completa no conjunto de seus valores econômico, político e social do grupo cooperado, o que se reflete em ações que se distanciam dos princípios de controle democrático e poder partilhado entre o grupo.

Devido a insuficiente formação democrática dos sócios que compreendem a maioria dessas organizações, vários interesses se confrontam permanentemente, através de uma dinâmica geradora de uma proposta fragmentada de economia solidária.

No entanto, dada a existência das diferentes idéias em torno desse assunto e a temática da economia solidária está em pleno processo de construção, não se pretende aqui que estas, sejam conclusões gerais e inalteráveis. É possível apenas afirmar que estes são alguns dos pontos principais sobre a temática estudada, permanecendo dúvidas e questionamentos que devem ser esclarecidos.

6. Referências Bibliográficas

AMORIM, B. M. F. ; ARAÚJO, H. E. **Economia solidária no Brasil: Novas formas de relações de trabalho?**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24i.pdf> . Acesso em: 22 ago. 2007.

ANDRADA, C. F. **Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. São Paulo: 2006. v9. n1. p.1-14.

ARAÚJO, V. M.; LIMA, I. B. Capitalismo global e economia solidária: debates e desafios. . Disponível em: < <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v9n1/v9n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. 2007.

ARROYO, J. C. T. ;SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2006. 111p.

BARFKNECHT, K. S. ; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. **Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de porto alegre.** Psicologia & Sociedade. Porto Alegre: 2006. v18(2). p.54-61.

DORNELES, S. B. Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional. Disponível em: < <http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2007.

CULTI, M. N. **Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/Texto>>. Acesso em: 17 set. 2007.

FARIA, J. R. V. Organizações coletivistas de trabalho: referência para os empreendimentos populares solidários. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=57&interna=true&cod_evento_edicao=18>. Acesso em: 22 ago. 2007

GOULART, S. ; CARVALHO, C. A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In: VIEIRA, M. M. F. ; ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

HOLZMANN, L. Gestão cooperativa: limites e obstáculos á participação democrática. In: SINGER, P. ; SOUZA, A.(org). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto. 2003. 360p.

MELO, A. B. Novos movimentos sociais e economia solidária: **Uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação**. 2007. 155p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

ROCHA, M. M. **Associativismo e participação: alternativas para fazer frente ao modelo neoliberal**. Disponível em: <<http://nemo.uem.br/Download/Artigo%20Ceisal%20Marcio.pdf>>. Acesso em: 15 de ago. 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.126p.

SINGER, P. ; SOUZA, A.(org). **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto. 2003. 360p.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2007.

LAVILLE, J. L. **Fato associativo e economia solidária**. Baía análise e dados. Salvador: 2002 . v.12 . n1. p.25-34.

MALASSISE, R. L. S. **Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista**. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publica%C3%A7%C3%B5es/IV%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Pri-8.htm>>. Acesso em: 16 set. 2007.

MEDEIROS, A. D. **Economia solidária: narrativas sobre as relações de trabalho em uma associação de beneficiamento e comercialização de produtos agroindustriais**. 2007. 51p. Monografia (especialização em extensão rural)- Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. Mossoró-RN.

VERARDO, L. **Transformações no mundo do trabalho e economia solidária**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24e.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2007.

VIEIRA, F. M. **Coerência e aderência da economia solidária: Um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. 2005. 456p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)- Departamento de Economia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução: GRASSI, D. São Paulo: Bookman companhia editora, 2004. 212p.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

RELAÇÕES DE PODER NOS ASSENTAMENTOS: PODEREMOS VIVER JUNTOS?

Miguel Ângelo Lazzaretti¹

Resumo

Este trabalho apresenta a discussão a respeito das relações de poder existentes entre assentados e líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo tem como objetivo geral mostrar que os líderes são os portadores de novos saberes e de novos conhecimentos que se reproduzem a partir do aprendizado que adquirem na formação orgânica que o movimento lhes proporciona, e que os assentados são os receptores destas novas mensagens trazidas pelos líderes que tem como objetivo criar novas subjetividades. O estudo foi realizado a partir de dois casos, o assentamento Massangana III e o assentamento Mandacaru, ambos no estado da Paraíba.

Palavras-chave: Relações de poder; liderança; MST

1. Introdução

O presente trabalho trata das relações de poder existentes nos assentamentos de reforma agrária, coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Paraíba. O objetivo do estudo é mostrar que entre líderes e assentados existem conflitos de interesses sobre como construir e conduzir determinadas ações coletivas nos assentamentos.

A problemática das relações de poder aparecem nos discursos e ações que envolvem os assentados e os líderes do MST nas tarefas cotidianas, da organização da produção até as atividades mais simples como a limpeza do assentamento.

Neste sentido, procuramos mostrar neste estudo que dentro dos assentamentos existem elementos portadores de verdades (líderes) que criam novas subjetividades e outros (assentados) que não recebem muito bem estas novas delegações de poder e reagem das mais diversas formas.

Sendo assim, mostramos como se dão estas relações a partir de dois estudos de caso em assentamentos coordenados pelo MST na região da Zona da Mata (assentamento Massangana III) e no Cariri (assentamento Mandacaru). Através das metodologias qualitativas e se utilizando da técnica da observação participante e do uso de entrevistas semi-estruturadas

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

procuramos evidenciar como se relacionam os assentados e os líderes do MST tendo em vista os pressupostos teórico-ideológicos do movimento.

2. Desenvolvimento

Quando estudamos as relações de poder nos assentamentos coordenados pelo MST, procuramos deslocar esta análise das que colocam esta discussão apenas sob o ponto de vista do Estado. As análises de Marx sobre o poder, por exemplo, tem como diretriz central a dominação de classe. Neste caso fica explícito que a superação desta relação de classes só seria possível mediante a extinção de uma classe por outra. Ou melhor, pela dominação de uma classe sobre a outra.

A compreensão que temos sobre os aspectos que decidimos analisar neste estudo foge desta análise mais macro de poder como faz a perspectiva marxista. Não estamos deixando de lado a importância destas interpretações, mas, o que interessa especificamente para nós são as relações micro, ou seja, aquelas que se desenvolvem em todas as instâncias da sociedade e que se reproduzem entre aqueles que lutam pela superação das contradições do capitalismo. Em particular queremos discutir como são construídas as relações entre os líderes do MST e os assentados nos assentamentos estudados.

No caso dos movimentos sociais em geral, e, incluindo o MST, os líderes nos assentamentos são vistos como os dirigentes do movimento e também como os “intelectuais”, que organizam as massas e produzem representações novas sobre a realidade em que vivem e o mundo como um todo. De certa forma, eles, os líderes são os portadores de novos saberes e de novos conhecimentos que se reproduzem a partir do aprendizado que adquirem na formação orgânica que o movimento lhes proporciona. Do outro lado, os assentados são os receptores destas novas mensagens trazidas pelos líderes que tem como objetivo criar novas subjetividades.

Temos que admitir que os líderes são detentores de um poder nos assentamentos e o poder nestas instâncias locais produz saber, pois conforme Foucault (1993), “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Da mesma forma, Foucault, ao falar da relação de poder entre os intelectuais e as massas, coloca que:

O poder não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda rede da sociedade. Eles próprios,

intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte deste sistema. O papel do intelectual não é mais o de se posicionar “um pouco à frente e um pouco ao lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT, 2003:39).

Amparados por concepções marxista-leninistas de organização, o MST em seu intuito revolucionário necessita centralizar e organizar as vanguardas de revolucionários para que reeduem as massas para o advento do socialismo. Neste processo os modelos adotados nem sempre são compreendidos pelos assentados. O objetivo do MST centrado em seus interesses estratégicos passa por uma “preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado. Há uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura” (ALBUQUERQUE JR., 1999:200).

A construção revolucionária do movimento se dá a partir de princípios organizativos, que entre tantos, destaca-se o da direção coletiva. Para o movimento o primeiro princípio é ter uma direção coletiva:

Movimento camponês com um presidente só tem dois caminhos: ou ele vai ser assassinado, ou vai ser um traidor. Para que ter um presidente se tu já sabes o destino? Todos os presidentes, mesmo os menos reformistas, podem ser facilmente cooptados, tanto para cima, para atender a vaidade pessoal, como para baixo, traíndo sua classe. Não nos faltam exemplos na história de lideranças que se aproveitaram da projeção conseguida junto às organizações sindicais ou populares para ocupar um cargo de deputado ou de prefeito. Há os que disputam e ocupam esses cargos para fazer a luta de classes avançar. Mas há os que os ocupam somente para proveito próprio. Estes, digo que foram cooptados para cima (FERNANDES & STÉDILE, 2001:39-40).

A citação acima nem sempre condiz com as atitudes e práticas colocadas aos assentados pelo MST em seus diversos assentamentos. Mas antes de julgar, é necessário ver que o movimento pelo menos a nível teórico condena práticas presidencialistas e autoritárias. No entanto, mesmo tendo este intuito, acaba por perder muitas vezes, o controle sobre seus representantes nos assentamentos. O que ocorre em determinados espaços é a falta de um preparo maior destes líderes que se perdem entre a ideologia do movimento e os interesses próprios e/ou familiares. Ou seja, nem mesmo o líder tem muito clara a compreensão de que nos assentamentos deva se criar exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações.

Sendo assim, a pergunta feita no título está ligada a estas duas dimensões colocadas na existência das realidades presentes nos assentamentos: a de novos agricultores familiares que

não tinham terra e que agora são donos de um pedaço terra e a de um movimento social que quer organizar estes agricultores para a transformação da sociedade com base em teorias revolucionárias que são contra a idéia de proprietário e/ou propriedade privada.

Como resolver esta contradição na relação teoria e prática do dia-a-dia dos assentamentos? Como se comportam os líderes ao agirem ideologicamente e como os assentados reagem a este comportamento? Como entender a produção de ações coletivas capazes de colocar os interesses do MST acima das motivações e desejos dos assentados?

O que acontece é que nem sempre a decisão das ações coletivas colocadas em prática é democraticamente repartida entre assentados e líderes. Muitas vezes quem tem o “saber ideológico”, carrega consigo pela própria experiência de vida, uma forma superior de tratar os outros, no caso, os iguais e/ou diferentes².

Verificando estas relações nos assentamentos estudados notamos que as exigências dos novos saberes instituídos têm se chocado com os hábitos e os prazeres buscados pelos assentados de uma forma geral. Nem todos (a maioria), querem pensar de forma a contrapor a realidade política e econômica que existe no Brasil. Suas trajetórias são marcadas pela luta por uma vida digna e valores éticos construídos no decorrer de uma longa existência sofrida como desempregados nas favelas, cortadores de cana, empregadas domésticas, etc, e não pela luta por projetos políticos que muitas vezes tem perspectivas diferenciadas de seus projetos de vida.

A valorização dos saberes científicos em detrimento de saberes do tipo “tradicional” e “empírico”, designados por Michel Foucault como saberes subjugados, talvez seja o aspecto fundamental da matriz discursiva levada a efeito pelos líderes do MST em seus assentamentos.

Este tipo de matriz discursiva se traduz naquilo que Foucault nos ensinou e que chamou de “indignidade de falar pelos outros”, ou seja, a representação de uma determinada idéia passa a dizer o que as pessoas devem falar e pensar. Nesta relação entre teoria e prática, Foucault ao falar dos prisioneiros deixa claro que:

Quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinqüentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinqüência (FOUCAULT, 2004:72).

² - No estudo que fizemos e publicado em Lazzaretti (2003), demonstramos que as trajetórias sócio-históricas e culturais dos assentados e líderes são fundamentais na aceitação ou não das ações coletivas nos assentamentos.

Da mesma forma nos assentamentos, os assentados também têm uma teoria sobre como devem produzir ações coletivas. No caso, esta é que deveria ser ouvida em primeiro plano, e não uma teoria sobre a revolução. Acontece que a teoria pregada pelos líderes do MST nos assentamentos é segundo Caume (2002):

Colocada como uma “necessidade histórica”, como realidade mesma, e não como uma simples representação do mundo social que a ideologia do MST advoga. Nessa perspectiva, não se compreende que a realidade e a prescrição para sua conservação ou transformação não são mais do que construções sociais, imposições de visões de mundo, injunções de princípios de entendimento do mundo. Assim, a coletivização deve ser considerada como um dos elementos prescritivos decorrentes da visão do real que o MST procura difundir. O universo vocabular expresso em termos como “necessidade histórica” revela, em toda sua nitidez, o “efeito de teoria” e o objetivismo próprio à literatura de cunho marxista adotada (CAUME, 2002: 115).

São estas questões, que podem ser dirigidas ao MST na sua prática política e ideológica nos assentamentos. São estas relações que fazem com que a superioridade da análise científica da realidade social propiciada pelo marxismo, desqualifique os saberes tradicionais dos camponeses.

Por isso é que ouvimos de líderes ideológicos do MST, principalmente em Mandacaru, que os assentados não sabem se organizar e por isso precisam de alguém que os guie. Nesta importância é que os discursos dos assentados são considerados fora da realidade e sem lógica. É contra este discurso que Foucault lutava dizendo que:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica única que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 2004: 171).

Nesta perspectiva, as relações mantidas pelos líderes do MST nos assentamentos estudados se inserem de formas diferenciadas. Em Mandacaru os líderes que dirigiram a Associação dos Assentados de Mandacaru (ASSEMA) desde sua fundação, até o ano de 2005 tiveram uma condução permeada pela atitude de prescrever ações coletivas desligadas muitas vezes do real interesse dos assentados. Por isso é que diziam que estes não tinham interesse, ou seja, na verdade desqualificavam estes interesses e /ou saberes.

Interpretando o que nos diz Touraine (1999), estes dirigentes de Mandacaru queriam “revelar” aos assentados o sentido da dominação em que estão envolvidos e não percebem, fazendo-os entender que é necessário lutar contra o Estado opressor para tomá-lo. Porém, este projeto não existe, como já afirmamos, na mentalidade dos assentados, o que eles almejam é uma vida melhor, com autonomia e possibilidade de empreender a sobrevivência para garantir a reprodução da família.

Por outro lado, notamos que o discurso ideológico produzido em Mandacaru serviu muitas vezes para amparar líderes que faziam deste, seu escudo para favorecimento pessoal. Neste sentido é que um dos assentados em determinado momento do trabalho dizia que o melhor amigo dele no assentamento era a própria mãe em função de que não confiava em ninguém por ter visto no maior pregador da ideologia do MST, este favorecimento.

No entanto, esta relação social foi possível de ser modificada em Mandacaru tendo em vista a aceitação dos novos líderes do movimento (sem um aprofundamento ideológico das idéias revolucionárias do MST), de ver primeiro o que interessa aos assentados para depois num segundo momento promover ações coletivas que possam se mesclar às idéias do movimento.

Esta postura dos novos líderes consiste em admitir que existe no assentamento um mundo social de estruturas objetivas e, que é mais importante valorizá-las do que coagir as representações e ações dos assentados na sua cotidianidade, entendendo que isto pode transformar ou conservar tais estruturas dependendo de como vão interagir dialeticamente.

Bourdieu (1989), aborda esta questão do poder a partir da noção de campo, considerando o campo do poder como um “campo de forças” definido em sua estrutura pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capitais diferentes.

É um campo de lutas pelo poder diz Bourdieu (1989). Mas perguntamos: Poder para quê e para quem? No caso especificamente de Mandacaru, os assentados não estão disputando poder com ninguém, o que houve foi uma imposição de poder e/ou uma relação de poder. Os poderes diferentes que estão em jogo neste assentamento são mais em função dos próprios líderes do que entre estes e os assentados. De acordo com Bourdieu (1989), isto representaria um espaço de jogo, onde os líderes possuem visões diferentes e que apenas tem em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (cultural e educacional especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontando-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças. Isto se configuraria no que Bourdieu chama de poder simbólico ou poder invisível que só se pode exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem, neste caso os assentados.

No entanto, apesar dos assentados não estarem conscientemente disputando poder, a imposição de poder dos líderes cria relações de poder. Estas posturas não democráticas, clientelísticas e autoritárias nos assentamentos principalmente no que se refere à postura que tem sido adotada por lideranças e dirigentes na gestão das associações e cooperativas do

MST, tem sido segundo Brenneisen, detectadas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), órgão ligado ao movimento.

Muitos dirigentes ao assumirem a titulação de presidentes de associação, cooperativas, do assentamento, transformam-se e passam a ter práticas políticas conservadoras, repetem os métodos dos chefes, caciques, coronéis e patrões com os demais assentados. E alimentam na base essa dependência e essa relação (CONCRAB, citada por BRENNEISEN, 2002:266).

Estas posturas assumidas por determinados líderes do MST nos assentamentos também se reproduziram em Massangana III, onde no grupo dominado ideologicamente pelo movimento, se fizeram presentes.

Em Massangana III a cooperação se apresentava ao movimento com condições objetivas e subjetivas³ de ser realizada como exemplo para todo o estado da Paraíba. As condições objetivas se caracterizavam pelo nivelamento das famílias que tinham todas o mesmo perfil econômico e social. Também se somando a isso, existia uma boa área de terra coletiva para exercer uma atividade econômica, bem como condições naturais propícias. Além disso, as ações coletivas iniciais, como reuniões, eram extremamente favoráveis, pois, não existiam conflitos.

Este grupo de famílias também dispunha das condições subjetivas, que são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade, adquiridos na luta para a conquista da terra. Desta forma, então, não faltava nada ao grupo da cooperativa para ter sido um exemplo de cooperação em Massangana III.

No entanto, como o próprio MST tem consciência, as duas condições devem andar juntas e, quando só existem na aparência o projeto tende ao fracasso. É bom salientar também que estamos estudando casos e desta forma não podemos combater ou condenar a experiência de cooperação do MST pelos nossos casos, pois a priori estudos de caso não podem ser generalizados.

Especificamente em relação a Massangana III, a situação foi um fracasso devido a várias causas já citadas, mas a mais importante a destacar foi a do descumprimento de regras coletivas por um dos ex-líderes da cooperativa. Segundo FERNANDES & STÉDILE (2001:42), “estando na organização de livre vontade, tem que ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem que ter disciplina, respeitar o coletivo”.

³ Segundo Fernandes & Stédile (2001), as formas de aplicação da cooperação agrícola do MST nos assentamentos devem apresentar estas condições para serem implantadas.

Esta causa do rompimento na produção de ações coletivas na cooperativa gerou aquilo que o próprio movimento condena, ou seja, “o descompasso da direção com a vontade do povo” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:44). A prática de vinculação com as bases, que é um dos princípios do movimento, foi rompida. O comportamento do líder mais importante da cooperativa foi contra os princípios do MST, tornando-se, como os autores acima chamam aos que se deixam cooptar pelo capitalismo quando assumem responsabilidades, vaidoso, personalista e/ou ideologicamente fraco.

O que ocorreu em Massangana III em termos de motivos que propiciaram o fim da organização da cooperativa deu-se também pela falta da presença dos líderes estaduais no assentamento para controlar as ações dos líderes. Esta falta de acompanhamento criou um enfraquecimento natural da liderança e tornou-a suscetível ao “pecado da ganância”. Quando as coisas começaram a ficarem “soltas”, sem uma fiscalização do MST, abriu-se à prática da política conservadora por parte da liderança.

3. Considerações finais

O que o estudo dos dois casos nos mostrou é que, primeiro, em Massangana III a extinção das ações coletivas orientadas pelo MST deram-se em função do favorecimento da representação. Neste caso, um indivíduo se tornou alvo de poder, que segundo Foucault (2004), é produtor de individualidade. Um indivíduo se tornou uma produção do poder e do saber. O que significa isto falando de Massangana III? Que o MST criou em seu líder um saber político em função da militância anterior e da experiência com organização que possibilitou a este um aprendizado real e prático que culminou em relações de desejo, poder e interesse, relações estas mais complexas do que o próprio MST imaginava que pudessem ocorrer no assentamento.

No caso de Mandacaru, os líderes do movimento consideram a cultura da região individualista e que há falta de confiança entre as pessoas. De acordo com Menezes & Wolford (2005), esta visão dos líderes locais, deriva-se da leitura do movimento quanto à relação entre ideologia e condições materiais, na qual o auto-interesse é uma sub-ideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção, palavras escritas claramente no texto de Moraes (1986).

No entanto, se pensarmos nas novas maneiras como os líderes a partir de 2005 estão praticando os princípios do MST em Mandacaru, se manifesta neste caso, um respeito às formas de pensar próprias das famílias ali instaladas. Isto denotaria uma possível mudança de

postura que se estaria colocando em prática pelo movimento e/ou por pessoas ligadas ao movimento, mas que tem um desconhecimento de sua ideologia. Acreditamos que estas novas posturas dos líderes na discussão entre individualismo versus ações coletivas são extremamente significativas, pois deixando de lado modelos ideais a priori de organização social, política e econômica, estão criando uma nova sociabilidade nos assentamentos no país, onde o movimento começa a apreender a si mesmo perante o outro e, onde o outro se torna verdadeiro para o movimento descobrindo-se como sua própria condição de existência.

Ao contrário, em Massangana III, que adotou outros contornos de relacionamento, mais coletivista e mais aberto à ideologia do MST, as relações sociais, políticas e econômicas apesar de se mostraram abertas e democráticas, constituíram-se, na prática em um meio de favorecimento pessoal.

Portanto, o que constatamos é que as relações de poder que existiram em ambos os assentamentos estudados não estão desvinculadas dos atos individuais dos líderes. Atos estes camuflados por ideologias, mas direcionados por vontades humanas que interpretamos como verdades e ações que implicam uma subjetividade humana e/ou em última instância, uma vontade dos líderes que antes da ideologia tinham projetos próprios. Aqui queremos deixar claras as mudanças ocorridas em Mandacaru a partir de 2005 que obedecem também a subjetividades, mas num contexto em construção e engajamento de todos no assentamento.

4. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *Experiência uma fissura no silêncio*. Campina Grande, 1996, mimeo.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL, 1989.

BRENNEISEN, Eliane C. *Relações de poder, dominação e resistência*. Cascavel, Edunioeste, 2002.

CAUME, David. *A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas de enquadramento social*. Tese de Doutorado, Unicamp. 2002.

FERNANDES, Bernardo M. & STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1993.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 2004.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais*. Cascavel, Edunioeste, 2003.

MENEZES, Marilda A. de & WOLFORD, Wendy. *A economia moral em movimento: relações sociais e a produção de cana no Nordeste brasileiro*. Trabalho apresentado no XXIX da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. Cadernos de Formação do MST, São Paulo, nº 11, 1986.

TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo?*. São Paulo, Edusc, 1999.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

RESSIGNIFICAÇÕES DO RURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ): REFLEXÕES A PARTIR DA AMPLIAÇÃO NA OFERTA DE CURSOS

Ana Lúcia da Costa Silveira¹

Resumo

Reflexões a respeito das modificações vividas no mundo rural motivaram o surgimento de um considerável número de teorias sobre o rural alicerçadas inicialmente em relações de oposição com o urbano e, a partir dos anos 1970, em relações complementares ao urbano, chamadas de rural ressignificado. Nesse contexto, inserem-se as instituições rurais de ensino, exemplificadas, neste trabalho, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O presente estudo está inserido num projeto de pesquisa de doutorado ainda em andamento e tem por objetivo refletir sobre as manifestações deste rural ressignificado em alguns momentos da história da UFRRJ, sendo aqui privilegiados os que se relacionam com o seu processo de ampliação na oferta de cursos. O estudo contesta as tendências, advindas de associações com a dimensão tradicional e dicotômica do rural-agrícola, de não se considerar mais expressivo o rural que identifica a UFRRJ, e conclui que a instituição, de um modo geral, tem acompanhado os movimentos de ressignificação do mundo rural brasileiro, fato que confere legitimidade à sua identidade rural.

Palavras-chave: Rural Ressignificado; História da UFRRJ; Ampliação na oferta de cursos

1.Introdução

Reflexões a respeito das modificações vividas pelo mundo rural datam de épocas longínquas da literatura acadêmica sobre o assunto, tomando-se aqui, como marco básico, o período das revoluções industriais e burguesas, quando o centro de poder deslocou-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria (MOREIRA, 2003). Tal processo motivou o surgimento de um considerável número de teorias sobre o rural alicerçadas em relações de oposição com o urbano, o qual concentra cada vez mais bases de capital, conferindo ao rural, fundado em bases territoriais, conotações de maior atraso.

Os paradigmas dualistas que nortearam esses conceitos antagônicos entre urbano e rural começaram a ser revistos no início dos anos 1970, a partir da constatação da dificuldade de delimitar as fronteiras entre esses dois espaços, em virtude de processos como a desurbanização industrial e a progressiva mecanização das técnicas agrícolas. O rural vai sendo, então, ressignificado como espaço de revitalização demográfica não mais associado

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

necessariamente a atividades agrícolas, como lugar de residência para trabalhadores urbanos e como paisagem a ser manejada e preservada.

Nesse contexto de ressignificações do mundo rural, inserem-se as instituições de ensino com identidades rurais, exemplificadas, neste trabalho, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), originada da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), sendo denominada Universidade Rural (UR) em 1943 e transferida, em 1947, para Seropédica (RJ), região da Baixada Fluminense, com o objetivo principal de preparar técnicos capazes de impulsionar a lavoura e a pecuária no país, que viviam uma situação de atraso histórico.

O presente estudo está inserido num projeto de pesquisa de doutorado ainda em andamento e tem por objetivo refletir sobre as manifestações deste rural ressignificado em alguns momentos da história da UFRRJ. Inicialmente, serão abordados conceitos de rural, acompanhando o percurso que vai do rural antagônico ao urbano para o rural complementar ao urbano. Em seguida, serão discriminados os momentos de ampliação na oferta de cursos da UFRRJ desde a sua transferência para Seropédica e a gravitação dos conceitos de rural, principalmente os do rural ressignificado, nestes momentos. Por fim, serão citados exemplos que refletem tais conceitos em dois cursos da instituição: Engenharia Florestal e Engenharia de Agrimensura.

A relevância deste estudo decorre da inexistência, entre alguns membros que compõem a comunidade universitária, de uma percepção da ressignificação do rural nas suas vivências acadêmicas. Este grupo tende a não mais considerar expressivo o rural que a identifica, por associá-lo à dimensão tradicional e dicotômica do rural-agrícola, que permeou a criação da universidade em 1943, não mais hegemônica no momento atual. Na parte final, o estudo contesta as considerações deste grupo, ao concluir que a instituição, de um modo geral, tem acompanhado os movimentos de ressignificação do mundo rural brasileiro, fato que confere legitimidade à sua identidade rural.

2. Do rural antagônico, ao rural complementar ao urbano

O dualismo que fundamenta as relações entre rural e urbano se expressa nas obras de autores clássicos como Marx e Engels (1998), que apontam como dualidade básica entre campo e cidade a divisão do trabalho, responsável pela diferença entre o modo de vida dos habitantes destes espaços. Com a expansão do capitalismo, houve um deslocamento da base

territorial para a base do capital, o que passou a conferir ao rural uma conotação de maior atraso, sujeito até mesmo ao desaparecimento.

Dessa forma, não só em Marx, como de um modo geral, o pensamento clássico sobre o mundo rural nos quadros teóricos das ciências sociais sempre pressupôs a hegemonia da industrialização e da urbanização na civilização moderna. Entre as justificativas para o desaparecimento do rural, estariam o seu esvaziamento demográfico, a diminuição da participação da agricultura no PIB, a proletarização de grupos rurais e a generalização da cultura urbana (FERREIRA, 2002).

Sorokin et al. (1996) reforçam a relação de antagonismo entre o rural e o urbano ao delinear suas diferenças a partir de variáveis típicas não de uma ou outra cidade em particular, mas da cidade e do campo em geral, descrevendo tais diferenças baseados em características diversificadas, na composição de uma definição composta, que pode ser sintetizada no quadro a seguir.

Quadro 1: Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano

DIFERENÇAS	RURAL	URBANO
1) Ocupacionais	Coleta e cultivo de animais e plantas.	Atividades ocupacionais diferentes.
2) Ambientais	Trabalho ao ar livre, sujeito a condições climáticas.	Relação indireta com a natureza.
3) Tamanho das comunidades	Poucos habitantes, dispersão.	Muitos habitantes, concentração.
4) Densidade populacional	Baixa.	Alta.
5) Padrões de comportamento	Homogêneos.	Heterogêneos.
6) Estratificação social	População mais pobre.	Multimilionários menos raros.
7) Mobilidade social	Menor mobilidade horizontal e vertical.	Maior mobilidade horizontal e vertical.
8) Mobilidade territorial	Menor.	Maior.
9) Migração	Maior do campo para a cidade.	Menor da cidade para o campo.
10) Integração Social	Menor (o agricultor trabalha sozinho).	Maior (não existe lugar para a solidão).

Na Sociologia Rural da França também há contribuições relevantes nas discussões sobre o rural, em função de este país apresentar uma cultura camponesa original, já que nele a agricultura precedeu a indústria e a cidade desenvolveu-se no meio camponês. Entre os autores franceses, destaca-se Mendras (1969), que reitera a importância histórica na formulação dos conceitos de camponês, lembrando que tais conceitos só surgiram com o

nascimento das cidades. Considera o êxodo para as cidades problemático e reitera o poder dos modelos urbanos assimilados/copiados pelos camponeses, propondo o fim do campesinato exatamente porque a cidade “tentacular” vai envolvendo o mundo rural e unificando as culturas, provocando uma urbanização do campo. Apesar disso, o autor não descarta uma ruralização das cidades, antevendo um dos aspectos da nova ruralidade, típica dos anos 1970/1990.

Nessa transição do rural antagônico para o rural complementar ao urbano, peculiar das sociedades ditas pós-modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá não apenas do seu dinamismo agrícola, porém, cada vez mais, de sua capacidade de atrair outras atividades econômicas, como indústria, comércio e serviços em geral. O desenvolvimento crescente das facilidades de transportes e comunicações propiciou uma maior interação entre rurais e urbanos, criando uma uniformização destes modos de vida. A modernização das atividades agrícolas proporcionou uma redução da população ocupada na agricultura, que passou a se dedicar a outras atividades sem vínculo com o rural, confirmando uma previsão de Mendras de que o povo do campo passará a ser formado por não-agricultores (WANDERLEY, 2000).

Diante destas transformações, a nova agricultura camponesa passa a ter uma dimensão cultural, prevendo atitudes de solidariedade e respeito à natureza. Os agricultores do rural ressignificado devem ser polivalentes e pluriativos, capazes de ampliar a sua renda com atividades não agrícolas, o que muda de integral para parcial o tempo da atividade agrícola, sem que isso signifique, como interpretaria Marx (1998), um indício de uma situação precária do mercado de trabalho.

A inserção do Brasil nessa conceituação de rural revela uma situação histórica inicial de estruturação sócio-política e econômica fora dos meios urbanos, com base latifundiária, formas pré-capitalistas de exploração, intervenção do Estado e pouca preocupação ecológica. É irrefutável a herança rural deixada pela colonização portuguesa, que proporcionou uma hegemonia da vocação agrária brasileira até aproximadamente os anos 1930.

Deste período em diante, o país foi marcado por políticas de integração e homogeneização do homem rural, num movimento chamado por alguns de “marcha para o oeste” (PRADO JÚNIOR, 2007), em que a agricultura familiar deveria ser valorizada numa tentativa de tornar a população rural menos dispersa e móvel e mais densa e estável.

No período de 1965 a 1979, o Estado patrocinou uma modernização no campo brasileiro, a chamada Revolução Verde, por meio de pesados custos sociais, uma vez que a ação estatal privilegiava as médias e grandes propriedades. O atraso no mundo rural brasileiro

não foi erradicado, mas sim se tornou um dos sustentáculos do capitalismo. Com a redemocratização no âmbito da política, os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo surgimento de movimentos sociais que visavam ao combate da existência paradoxal de um mundo rural ao mesmo tempo atrasado e modernizado.

Uma das reivindicações de tais movimentos não seria a reforma agrária distributivista, mas, sintonizada com os processos de modificação do mundo rural, uma reforma agrária sem um caráter estritamente agrícola, que equacionaria o excedente populacional resultante do impacto das novas tecnologias no campo, permitindo uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, sem a necessidade de uso de grandes extensões de terra (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Os conceitos de rural aqui citados são apenas alguns dos inúmeros que existem sobre o tema das relações antagônicas e complementares entre rural e urbano. Trata-se de um apanhado geral de autores que formularam dois conceitos básicos de rural a serem utilizados como parâmetro nas etapas seguintes deste estudo: o rural tradicional-agrícola antagônico ao urbano e o rural ressignificado e multidimensional complementar ao urbano.

3. A identidade rural da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)²

Quando foi transferida para o km. 47 da Estrada Rio-São Paulo, região da Baixada Fluminense (Seropédica), em 1947, quatro anos após ter sido transformada em universidade (antes era Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária), um dos principais objetivos da então Universidade Rural (UR) era preparar técnicos capazes de impulsionar a lavoura e a pecuária no país, que viviam uma situação de atraso histórico.

Marcada por uma trajetória de mudanças constantes nos locais de funcionamento de sua sede (Maracanã, Niterói, Pinheiral e Praia Vermelha), a instalação de seu campus em Seropédica marcou uma era de estabilidade física na instituição, que perdura até os dias atuais.

Desde a sua criação, quando ainda funcionava como ESAMV, até o final dos anos 1960, esta instituição se manteve como referência no ensino agrônomo brasileiro, sendo destino de seus diplomados a ocupação de cargos nos altos e médios escalões da burocracia estatal. Colocava-se, assim, à porta do trabalhador rural brasileiro, uma agricultura de técnicos

² As informações históricas presentes neste item do estudo foram obtidas no Decanato de Graduação da UFRRJ, nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de Reestruturação e Expansão (PRE) e na tese de Otranto (2003).

e professores, com o objetivo de reter o aluno à terra e evitar o fenômeno do urbanismo. As instituições de ensino rural, como a ESAMV e, posteriormente, a UR, URB e UFRRJ³ concretizavam a intenção do governo brasileiro de tornar o ensino um instrumento regenerador da agricultura brasileira e de tirar da agronomia a condição de desvantagem em que se encontrava frente às demais profissões urbanas, sempre mais atraentes. (MENDONÇA, 1998).

Observa-se que o contexto de criação e funcionamento da UFRRJ retrata uma visão ligada ao rural tradicional agrícola, antagônico ao urbano, fadado ao desaparecimento não fossem as políticas públicas de salvação deste rural atrasado, entre as quais se destacava a criação de instituições de ensino rurais. Esta ação serviria também para dissipar o preconceito presente nesta visão mais tradicional de associar o trabalho rural a atividades manuais, consideradas menos nobres que as intelectuais.

A escolha de Seropédica para a instalação definitiva da UFRRJ ratifica relações com o rural antagônico ao urbano, pelo fato de a região, chamada de “sertão carioca” à época da transferência, apresentar diversos problemas de doenças (como a malária), possuir solos arenosos e inférteis, além de ser alvo de disputas de grileiros. A intenção do então governo de Getúlio Vargas na escolha do novo lugar para sediar a instituição era saneá-lo, povoá-lo e transformá-lo num pólo de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros para a capital do país naquela época. Fora isso, os técnicos nela formados cumpririam a já citada missão de levar tecnologia ao historicamente atrasado mundo rural brasileiro, ajudando a nele reter a sua população, evitando o seu esvaziamento completo e o conseqüente o inchaço urbano. Soerguer o rural “via” Universidade Rural representava ainda, de acordo com o contexto histórico da época, uma necessidade de contornar a crise na produção agrícola desencadeada pela Segunda Guerra Mundial.

Com o tempo, a instituição, por oferecer apenas dois cursos, começou a apresentar problemas para manter sua denominação de “universidade” e, no decorrer desses mais de sessenta anos desde a sua transferência para Seropédica, viveu basicamente três momentos distintos de ampliação na oferta de cursos: nos anos 1960 (de 2 para 8 cursos), nos anos 1970 (de 8 para 17 cursos) e nos anos 2000 (de 17 para 31 cursos). Em cada um desses momentos, foram criados tanto cursos vinculados ao conceito do rural-agrícola, como cursos distantes deste vínculo.

³ Alguns dos nomes que a instituição adotou no decorrer de sua existência.

No primeiro momento, de 1963 a 1969, foram criados os cursos de Educação Familiar (1962, posteriormente chamado de Economia Doméstica), Engenharia Florestal (1963), Educação Técnica (1963, posteriormente chamado de Licenciatura em Ciências Agrícolas), Engenharia Química (1966), Ciências Biológicas (1969) e Química (1969). Dos seis cursos criados, três deles se somavam aos cursos já tradicionais de Agronomia e Medicina Veterinária no vínculo rural-agrícola, sendo este rural ainda hegemônico na constituição dos cursos oferecidos pela UFRRJ.

O segundo momento contempla o período de 1970 a 1976, quando, só no ano de 1970, foram criados cinco cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geologia e Zootecnia). Em 1973, por imposição do MEC, foi criado o curso de Educação Física. E, em 1976, criaram-se os cursos de Licenciatura em Física e de Matemática. Exceto pelo curso de Zootecnia, os demais cursos criados distanciavam-se do já traçado vínculo rural-agrícola, presente, naquela época, em 6 dos 17 cursos oferecidos pela UFRRJ.

Apesar de não pertencer a nenhum dos momentos delimitados, os anos 1990 foram marcados pela criação do curso de Engenharia de Alimentos (1991) e dos cursos de Administração e Ciências Econômicas em outros municípios, como Paracambi (1997) e Três Rios (1998). Os anos 1990 também marcam o início do funcionamento dos cursos noturnos, não só em Seropédica, como nos demais municípios onde a UFRRJ oferecia cursos, fato este relevante no que tange à ruptura de um padrão de horário diurno e integral, que vinha norteando a organização e oferta das disciplinas desde a criação da Universidade. A oferta do horário noturno certamente contribuiu para diversificar o perfil do seu alunado e para comprovar modificações nos aspectos físicos da instituição, relativas a iluminação, transporte e segurança, condizentes, nestas circunstâncias, com um espaço menos isolado, atrasado e rústico.

O terceiro momento delimitado compreende os anos 2000, quando foram criados os cursos de Engenharia de Agrimensura e Engenharia Agrícola (2000), Arquitetura e História (2001) e Pedagogia (2007). Foi inaugurado, ainda, o Instituto Multidisciplinar, que funciona desde 2006 no município vizinho de Nova Iguaçu com seis cursos: Administração, Ciências Econômicas, História, Matemática, Pedagogia e Turismo/Hotelaria. Nesse tempo mais recente, dos 31 cursos oferecidos, menos de um terço apresenta o vínculo rural-agrícola mais estreito. Entre os cursos noturnos e os oferecidos fora do campus de Seropédica, nenhum deles apresenta tal vínculo.

A década atual também foi marcada pelo início, em 2006, do funcionamento do curso de Administração à distância, por meio de um consórcio não só da UFRRJ, como também de

outras universidades públicas, com o Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj). Os pólos de oferta inicial deste curso foram os municípios de Angra dos Reis, Itaperuna, Piraí, Saquarema e São Fidélis. Em 2008, os municípios de Magé e Resende se somaram aos pólos já existentes.

Transitando em paralelo a esses momentos de ampliação institucional na UFRRJ, o mundo rural brasileiro, conforme já afirmado anteriormente, também passou por modificações que igualmente o ampliaram. No que tange ao aumento da oferta de seus cursos, há consenso de que as motivações principais que justificaram esse aumento decorreram, como já citado, da sobrevivência da instituição como universidade. Houve, ainda, pressão generalizada dos governos militares (anos 1960 e 1970) e, mais tarde, dos neoliberais (final dos anos 1990 e anos 2000) para a expansão do ensino superior.

A UFRRJ construía, então, sua trajetória, num movimento de ampliação institucional que, se em alguns momentos questionou o “rural” que a identificava, também não optou por extinguir tal identidade. Embora com o predomínio de cursos não mais diretamente vinculados às ciências ditas agrárias nas suas políticas de ampliação, o termo rural permeou a sua trajetória, configurado em exemplos como a “Lei do Boi”, que vigorou de 1968 a 1985, estabelecendo reserva de vagas em cursos de Agronomia e Veterinária para agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem na zona rural. Ou ainda em outros exemplos como a reserva de uma cadeira no Conselho Universitário para um representante da Confederação Nacional de Agricultura ⁴, estabelecida com o Estatuto de 1975 e mantida até os dias atuais, uma vez ser ainda este Estatuto o que rege a Universidade. Ou em alguns princípios traçados pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI: 2006/2011), como o terceiro deles, na ordem de importância: “respeito à tradição agrária na interface com os diversos campos de saber”.

Quanto à oferta de vagas, alguns cursos ligados ao rural-agrícola, apesar de não serem quantitativamente majoritários nesse terceiro momento, encabeçam a lista dos que mais ofereceram vagas por ano: Agronomia (150), Medicina Veterinária (140), Educação Física (120) e Zootecnia (110). O Curso de Agronomia, por exemplo, tem apresentado uma relação candidato-vaga nos últimos Vestibulares que, isoladamente, pode até ser considerada baixa (em torno de 3 ou 4 candidatos por vaga). No entanto, levando-se em conta ser o curso que mais oferece vagas, a procura pelo curso, no todo, torna-se bem mais expressiva.

⁴ Atualmente essa vaga é ocupada por Adriano Lúcio Peracchi, ex-Reitor da UFRRJ e professor aposentado, que comparece assiduamente às reuniões, com direito a voz e voto.

Quanto à oferta de cursos de pós-graduação *strictu senso*, observa-se que os mesmos aparecem em maior quantidade (mestrado e doutorado) nos departamentos mais antigos e tradicionais, que oferecem cursos com o vínculo rural-agrícola, bem como são dos cursos de pós-graduação que têm esse vínculo os melhores conceitos atribuídos nas avaliações feitas pela Capes. É o caso do Mestrado e Doutorado em Ciência do Solo, vinculado ao Instituto de Agronomia (conceito 6); do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, cujo objeto de estudo é, em linhas gerais, o mundo rural (conceito 5); do Mestrado e Doutorado em Parasitologia e Sanidade Animal, ligado ao Instituto de Veterinária (conceito 5); e do Mestrado e Doutorado em Fitotecnia, também ligado ao Instituto de Agronomia (conceito 5). Cursos com conceito 4: Biologia Animal (ME e DO), Ciências Ambientais e Florestas (ME e DO), Ciência e Tecnologia de Alimentos (ME e DO), Química (ME e DO) e Zootecnia (ME).

As relações candidato/vaga nos últimos concursos vestibulares traduzem mais visivelmente influências do mercado de trabalho na procura pelos cursos. A maior oferta de empregos nas áreas ligadas à conservação ambiental (tema do rural ressignificado) e extração de combustíveis justifica relações mais altas nos cursos de Biologia, Engenharia Química e Geologia. O curso de Medicina Veterinária vem seguindo a tradição de ser sempre um dos mais procurados. Já os recentes cursos de História e Arquitetura revelaram uma demanda reprimida para carreiras sem o vínculo rural-agrícola na UFRRJ, ao se manterem, desde a sua criação, como dois dos mais procurados. Por outro lado, tanto cursos mais tradicionais do vínculo rural-agrícola como outros com perfil diverso têm apresentado uma baixa procura, sendo este o caso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Física, Matemática e Pedagogia, entre outros.

O cenário aqui traçado revela muitas complexidades nos desdobramentos das políticas de ampliação de cursos na UFRRJ. Não existem regras gerais que justifiquem como o rural-agrícola tradicional e os rurais ressignificados podem estar gravitando, ora mais evidentemente, ora menos, nos movimentos de oferta de novos cursos, de oferta de vagas nos cursos já existentes, de oferta e excelência de cursos de pós-graduação *strictu senso* e de interesse na procura nos concursos de acesso à UFRRJ.

Ciente destas complexidades, o estudo apresentará, no item seguinte, dois exemplos de cursos ligados ao mundo rural que, em suas trajetórias, apresentaram interfaces com o rural ressignificado, como respeito à natureza e modernização tecnológica. A intenção da exemplificação é ratificar a hipótese de que, não obstante a política de ampliação dos cursos da UFRRJ privilegiar cursos que não possuem o vínculo rural-agrícola, ou que dele se

distanciam, esta instituição apresenta, em sua história, configurações de rural que alimentam várias identidades suas de rural, quer sejam as de antagonismo com o urbano, típicas do período inicial em que se instalou em Seropédica, quer sejam as complementares ao urbano e multidimensionais, peculiares à contemporaneidade. A hipótese de não considerar tímidas ou inexpressivas as configurações de rural que identificam a UFRRJ vem norteando a pesquisa de doutorado em andamento em cujos resultados preliminares este estudo está se apoiando.

4. Exemplos do rural ressignificado nos cursos de Engenharia Florestal e Engenharia de Agrimensura

Foram escolhidos os cursos de Engenharia Florestal e de Agrimensura por apresentarem um perfil intermediário entre as áreas tecnológica e agrária. Os cursos direcionados unicamente para uma área ou outra, ou evidenciariam, de forma mais nítida, configurações de rural (área agrária), ou mostrariam tais evidências de maneira muito subliminar (área tecnológica e outras).

Segundo consta nas atas das reuniões do Conselho Universitário da UFRRJ, o curso de Engenharia Florestal foi criado em 1963 como um desdobramento do curso de Agronomia, tendo estes cursos, nos dois primeiros anos da graduação, o mesmo programa curricular. No primeiro ano de funcionamento do curso (1964), cogitou-se a oferta de suas vagas junto com as de Agronomia, sendo a opção por Agronomia ou Engenharia Florestal realizada pelo aluno no decorrer da graduação. Mas tal decisão não vigorou, e o curso de Engenharia Florestal amargou, em seu primeiro Vestibular, um baixo número de candidatos interessados. Deste pequeno grupo, muitos ainda foram reprovados, por não terem atingido a média mínima, fato que representou um difícil início para o funcionamento deste curso. No Vestibular de 1967, o curso recém-criado apresentava uma oferta tímida de vagas (20), ao passo que o de Agronomia oferecia 120. Mesmo com menor oferta se comparado à Agronomia, o curso de Engenharia Florestal mal conseguia preencher suas vagas e, muitas vezes, para formar suas turmas, matriculava candidatos aprovados mas não classificados para o concorrido curso de Agronomia.

Da fraca procura para o curso de Engenharia Florestal nos primeiros anos após sua criação pode-se inferir uma relação com um rural ainda antagônico ao urbano, no qual a preocupação ecológica resultante de um maior respeito à natureza ainda não se manifestava no mercado de trabalho, um dos principais termômetros para um maior ou menor interesse por uma determinada carreira.

O curso de Engenharia Florestal foi se consolidando com o passar dos anos, em virtude, entre outros fatores, de modificações ocorridas nas concepções do rural, que incentivavam as pessoas, em especial os segmentos urbanos da população, a se transformarem em “guardiões da natureza”, postura compatível com uma visão estética do rural (FIGUEIREDO, 2001, p.5-6). Nos vestibulares dos anos 2000, a relação candidato/vaga dos vestibulares para este curso têm mantido a média de 5 para 1, havendo previsão de aumento de vagas para este curso no projeto de ampliação de cursos e vagas da UFRRJ previsto para o período de 2009 a 2012.

A associação entre o perfil do curso de Engenharia Florestal e a dimensão ecológica do rural ressignificado se manifesta, entre outras ações, com o lançamento, em 1994, da Revista *Floresta e Ambiente*, que em suas edições iniciais divulgava programas e ações colocados em risco pela degradação florestal provocada pelo consumo, além de resultados de estudos realizados para evitar o impacto ambiental resultante da perda da biodiversidade com a modificação dos ecossistemas. O Reitor, no editorial da edição de 1998, considerou a Revista um dos instrumentos para consolidar a posição da UFRRJ na defesa da conservação florestal e proteção da biodiversidade. Já o Decano de Graduação, no texto de apresentação da edição de 2000, afirmou ser a Revista o resultado de um esforço coletivo que a UFRRJ, através do Instituto de Florestas, realizava em prol da humanidade, por ter como dever cuidar do ambiente e estar envolvida neste tema.

Quanto ao curso de Engenharia de Agrimensura, este foi criado em 1999 e ofereceu 20 vagas em seu primeiro vestibular, realizado no ano 2000. A procura pelo curso tem se mantido instável, com picos ascendentes de 7,48 candidatos por vaga (vestibular de 2005), mas também descendentes: 1,76 candidatos por vaga (vestibular de 2002).

Segundo consta no processo administrativo de criação deste curso, a necessidade de oferecê-lo advinha de tecnologias de ponta que começaram a ser utilizadas nos anos 1980 e revolucionaram os processos de medição da superfície terrestre. Tais tecnologias em muito facilitaram os processos de criação de infra-estrutura básica em regiões que se urbanizavam cada vez mais e que necessitavam de investimentos em saneamento básico, asfaltamento de vias públicas, cadastro imobiliário, medição e execução de loteamentos, entre outros.

Entendem-se, dessa forma, as relações deste curso com um rural sem características de atraso. A origem da profissão de engenheiro de agrimensura representa um desdobramento das inovações tecnológicas do pacote da Revolução Verde. A aplicação de seus conhecimentos se dá em regiões que adquirem perfis mais urbanos. Fora isso, as ações de

medição territorial em muito contribuem nas políticas de reforma agrária com redistribuição territorial típicas das demandas dos movimentos sociais iniciados nos anos 1980.

5. Considerações finais

A intenção deste estudo foi, a partir de conceitos de rural elaborados por alguns dos vários autores que tratam do assunto, delimitar a existência de dois conceitos básicos: o rural antagônico e o rural complementar ao urbano. Observando a concretização destes conceitos em uma instituição de ensino com identidade rural, no caso a UFRRJ, verificou-se que ela tem acompanhado, no caso do estudo aqui apresentado que se refere mais especificamente aos processos de ampliação de seus cursos, a transição do rural antagônico para um rural complementar ao urbano.

Os que vêm neste processo de ampliação um enfraquecimento da identidade rural da instituição provavelmente alimentam a visão saudosista do rural que permeou a transferência da universidade para Seropédica em 1947. Estas pessoas crêem que o rural da UFRRJ não se justifica mais, pois o espaço em que está inserida se urbanizou, com aumento de população e, conseqüentemente, dos serviços de transportes, comunicação e serviços. Alguns hectares das áreas outrora cultivadas com culturas agrícolas foram utilizados na construção de novos institutos para abrigar os cursos criados, a maioria sem apresentar o vínculo estreito com o rural-agrícola. Entre eles, há atualmente até cursos à distância, que dependem de recursos virtuais para funcionar e pouca relação possuem com as características rurais ou urbanas da instituição que os oferece.

O funcionamento dos cursos noturnos, a criação de unidades descentralizadas em municípios de porte maior (como Nova Iguaçu), a maior preocupação com as questões ambientais e a necessidade de oferecer cursos compatíveis com a revolução tecnológica são outros exemplos que, dependendo do conceito de rural utilizado nas análises, podem enfraquecer ou fortalecer a identidade rural desta universidade.

6. Referências bibliográficas

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*: CPDA/Mauad, n.18, p.28-45, abril 2002.

FIGUEIREDO, Elisabete. O rural como reserva ambiental – O lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal. *IV Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. A multifuncionalidade dos espaços rurais na Península Ibérica*. 2001.

- GRAZIANO SILVA. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola (1996). In: SANTOS, R e COSTA, L.F.C. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura, 1998.
- MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*: CPDA/Mauad, n.20, p.113-143, abril 2003.
- MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M.I.P. (org.) *Sociologia Rural*. RJ: Zahar, 1969.
- PRADO JR., Caio. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural (1946). In: SANTOS, Raimundo (ORG.). *Caio Prado Jr. - Dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- OTRANTO, Célia Regina. *A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a construção de sua autonomia*. Seropédica/RJ: UFRuralRJ. Tese de doutorado, 2003.
- SOROKIN, Pitirim A., ZIMMERMAM, Carlo C. e GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Número 15, outubro/2000.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**SABERES TRADICIONAIS: DEFININDO TEMPO E ESPAÇO E INTEGRANDO
GERAÇÕES NO MEIO RURAL.**

Maria de Assunção Lima de Paulo¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a importância das experiências sobre o tempo como expressão dos saberes sobre o tempo construídos pelos camponeses, com base na tradição e na relação com a natureza, como elementos eficazes para a continuação de seu modo de vida. A pesquisa foi realizada na comunidade camponesa do Jucá no cariri da Paraíba. Os métodos utilizados foram: a etnografia (GEERTZ, 1978) através da qual se registrou as experiências, e a história oral (MONTENEGRO, 2001) através da qual registrou-se os relatos sobre as experiências e outras experiências e se fez uma tipologia das mesmas. Considerou-se que a tradição não é algo estático, mas é inventada e reinventada social e culturalmente (HOBSBAWN & RANGER, 1997) através das gerações (MANNHEIM, 1989). Concluiu-se que as experiências sobre o tempo são saberes culturais importantes para acessar as representações de tempo e espaço entre os camponeses e afirmar sua identidade que é construída e reconstruída através das gerações.

Palavras-chave: Saber; Tradição; Camponês

1. Introdução

Desde os estudos mais clássicos sobre o campesinato, (WOLF, 1970; MENDRAS, 1978; SHANIN, 1987) até os que discutem a pertinência desse conceito na atualidade, (LAMARCHE, 1993) os autores concordam no que se refere a existência de uma especificidade no modo de vida camponês, definidor das relações com a família, a propriedade, a natureza, a vizinhança e também com a sociedade mais geral.

Nesse sentido, é possível afirmar que os camponeses possuem representações sociais² específicas sobre o tempo e o espaço que, em última instância, culminam na produção de práticas necessárias para a organização da sua vida no meio em que vivem. Fruto dessas representações, as “**experiências**” são saberes construídos através da tradição, que permitem aqueles homens organizar suas ações em relação ao tempo e ao espaço.

¹ Curso de Doutorado em Sociologia – PPGS- UFPE.

² Com base na categoria das representações sociais, como entendida por Moscovici, (1978...) o tempo e o espaço foram estudados como construções sociais do grupo, que por meio do ato de representar atribui significados a uma realidade que é vivenciada no cotidiano, visto que é através da rotina impressa neste que a vida social é recriada.

As categorias de tempo e espaço só podem ser compreendidas a partir da interpretação³ dos significados que lhes são atribuídos, sendo estes significados produzidos social e culturalmente. Portanto, são categorias sócio-culturais e em consequência, dinâmicas, que dão sentido ao mundo em que os homens vivem. (BRANDÃO, 2006)

Apoiando-me na concepção de espaço de Certeau (1994). Considero que o espaço só existe a partir das práticas dotadas de significado, assim, nem tudo pode ser encarado como espaço, que, na sua concepção, é diferente de lugar. Neste sentido, o autor trata do problema da definição de “*espaços*” e “*lugares*”, enfatizando que o primeiro se caracteriza pela necessidade de ser vivenciado para ser considerado como tal, enquanto que o segundo é a ordem estável em que estas vivências acontecem, ou seja, um lugar (roçado, por exemplo) se torna espaço na medida em que, dentro deste as pessoas estabelecem relações e vivências. Em suma, para Certeau “o espaço é um lugar praticado”.

Compreendo também a partir de Leach (1974) que o tempo é uma categoria social. Este autor o conceituou como “intervalos que o homem criou na vida social para melhor organizá-la”. Segundo ele, a noção de tempo é tão necessária na sociedade quanto o é a noção de Deus. Ele enfatiza que o tempo é marcado em toda a parte do mundo através de calendários e festivais, a partir dos quais se forma um período. Sem os festivais tais períodos não existiriam e toda a ordem sairia da vida social.

Quando o homem se apropria do tempo dentro do seu espaço, ele passa a representá-lo de acordo com os umbrais de sua cultura. O tempo é então, uma noção fabricada pelo homem que se projeta em seu ambiente para seus objetivos particulares, mudando seu significado de cultura para cultura⁴.

Assim, dentro de um tempo e de um espaço específicos os camponeses constroem saberes que lhes ajuda a viver e interpretar seu próprio espaço e o tempo. Estou denominando de “**experiências**” aqueles saberes culturais que servem para os camponeses como previsão do tempo e que eles denominam experiências, demonstrando assim, o seu caráter de repetição e de tradição passada de geração à geração através das narrativas orais.

Considero, no entanto, que a tradição não é fixa, podendo ser inventada e reinventada(HOBSBAWN & RANGER, 1997) reinterpretada e reutilizada com novos

3 Apoei-me em Geertz (1978) para a realização desta pesquisa, entendendo a cultura como uma teia de significados construída pelos próprios homens. Geertz percebe a pesquisa antropológica como uma atividade interpretativa. Neste sentido, o meu trabalho é construído como um texto antropológico, no qual inscrevo minhas interpretações.

4 Estou partindo do conceito de cultura de Geertz(1978) que a entende como uma teia de significados construída pelos homens.

sentidos e novos usos, sem no entanto, perder sua importância como definidora da identidade de um povo.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1997: p. 9).

Diante do exposto, buscarei interpretar aqui a importância das experiências sobre o tempo na vida dos camponeses da comunidade do Jucá- Cariri da Paraíba.

2. As experiências e sua importância na vida social dos camponeses do Jucá.

No processo de pesquisa, era freqüente nas tardes, passar sempre pela casa de seu Mariano para conversar sobre o Jucá, e ouvir os “causos” que ele sempre tinha para contar, sobre suas aventuras quando trabalhou nos engenhos de cana de açúcar e de quando resolveu botar a vendinha que ainda hoje ele tem, e também como era a vida nos tempos passados, de sua juventude, por sinal, bastante diferente de hoje, faz ele questão de frisar. Mas numa dessas tardes, o calor estava medonho e ele estava ali, no lugar de todos os dias, sentado na calçada em frente à sua casa e a venda ao mesmo tempo, já que as duas são unidas pela mesma parede, lá ele “*tomava uma fresca*” enquanto vislumbrava o mundo e refletia sobre o verão “*sisudo*” que estava “*pegado*”, logo quando a lavoura, plantada pela segunda vez, estava “bonitinha”. Ele então diz, que quem sabe é Deus, mas que ainda choverá e choverá logo, porque suas experiências não lhe enganam e elas já o haviam avisado que a chuva viria por ali, embora o tempo não demonstrasse nenhum sinal de que iria chover por aqueles dias. Percebe-se isto na fala dele:

(...) Pronto, a gente tamo, a gente tamo já no fim? Pronto! Hoje é derradeiro de maio mai agora em São João ainda cai chuva pesada nesse Cariri, esse Nordeste da gente, a gente temo chuva pesada, chuva de fazer água, taivei as gruta ainda bote chea, num é difiço riacho botar água ainda esse ano, viu! A experiência é um bisouro, a gente chama ele aqui vaca lora, ... quando ta perto de pegar o verão, ela começa a serrar pau fino, bem finim, aqueles talim fino, aqueles gaim de pau, ela começa cortano e o pau arriano, quando ta perto de pegar o verão e quando ta pro inverno puxano pra frente e vai chover chuva pesada, ela começa a serrar o pau grosso aqui assim olhe (mostra um circulo com os dedos) da grossura de um cabo de enxada...pronto, quando a gente anda no mato que a gente vê aqueles pau grosso cair a gente espera chuvada pesada. E ela tá botano, tá botano, já ontem eu passei numa tolcera de aroeira e tinha duas veigonça derrubada,... eu digo, vai chover pesado.”

Continuou-se a conversa que tomou o rumo das suas aventuras juvenis, e enquanto tomávamos um refrigerante com biscoito já na sua sala, percebeu-se que a chuva começava a cair repentinamente e com força, e ele surpreso, mas com a determinação de quem tinha uma certeza, mostrou, com um sorriso aberto no rosto e os olhos brilhando, a chuva que caía em sua calçada, trazendo a vida para suas lavouras e a veracidade para suas “experiências”, e então, olhando a chuva através da porta ele exclama: “E num tá chovendo! é as experiência nossa são essa, e são as experiência mais certa que nós temo viu!”

Sua alegria transparecida no sorriso e no pulo que deu da poltrona para olhar a chuva, demonstrava uma satisfação não apenas pelo fato da chuva cair e molhar a terra para que a lavoura ainda pequena não morresse, mas por poder demonstrar que sua “experiência” se confirmara, que sua crença era verdadeira. Para ele, não era coincidência que a chuva caísse naquele momento, pois há no seu universo simbólico a certeza na previsão da “*vaca loura*” que não avisava o dia, nem a hora, mas que lhe garantia que a chuva estava por vir.

Evans-Pritchard (1978) ao estudar sociedade zande percebe, que a bruxaria, idioma pelo qual os Azande falam sobre si, não vem a explicar a existência de fenômenos ou a ação destes, mas as condições particulares que ligavam um indivíduo a acontecimentos naturais de maneira que eles sofressem danos. De maneira particular, a chuva poderia ter caído se Mariano não tivesse observado o que o inseto “*vaca loura*” fez no pau, mas ela veio a confirmar suas “experiências”, sendo o momento em que ela caiu, que o faz ser uma espécie de sábio do tempo, que com seus conhecimentos, possui o poder de prever chuva ou sol.

As experiências que as pessoas como Mariano possuem no Jucá, são criadas e desenvolvidas através de conhecimentos, passados pelas narrativas orais, que já estiveram muito presentes na vida dos jucaenses, principalmente os mais velhos, que levavam tempo ouvindo e aprendendo com as experiências dos pais e avós. Elas também são produto das relações do homem com a natureza dentro do seu espaço, assim o conhecimento do espaço leva ao conhecimento das condições do tempo.

O tempo desejado é então antecipado pelas experiências como acontece com os Azande, ao prever seu futuro pelos oráculos. Assim, na sociedade zande, quando os oráculos indicam que uma pessoa cairá doente num futuro próximo, seu estado já é mau, uma vez que seu futuro já é parte do presente. Da mesma forma, para os Jucaenses que acreditam e se guiam por experiências, o futuro se superpõe ao presente, de forma que a felicidade do bom inverno ou a tristeza do mau, depende das condições encontradas num tempo presente.

As experiências não se resumem à ação da “*vaca loura*”, se desenvolve em determinados fenômenos, como o florescer de algumas árvores, o cantar de um pássaro, a cor céu, a direção dos ventos, o tempo da lua, enfim, inúmeros fenômenos observados por muitas gerações e deixado como um legado de conhecimentos que necessitava ser repassado e reconstruído pelos que recebiam a responsabilidade de apreendê-los. Estas experiências, segundo Mariano foram aprendidas com os seus pais, que já aprenderam com seus avós, mas que todos os anos se renovam ao observarem na sua relação com a natureza, esses fenômenos que os orientam a prever o tempo, necessário para organizar suas vidas naquele lugar. É através delas que preparam a terra para o roçado, que arrumam a casa dos bichos, que ajeitam goteira da sua casa e que, mais importante que tudo, se enchem de esperança para enfrentar o novo ano.

Existem dois tipos de “experiências” no Jucá: aquelas que provém de fenômenos da natureza e que os homens buscam compreendê-los, lendo as mensagens que são nelas passadas; e aquelas que são realizadas pelos homens a fim de prever o futuro. Estas últimas são realizadas através de rituais que são feitos em dias especiais: dias sagrados, de santos como Santo Antonio, São José, São João e São Pedro que são considerados os protetores da boa colheita na cultura religiosa popular⁵ nordestina.

Este tipo de experiências é assim realizado: (Mariano)

No dia de Santo Ontonhe, pega uma peda de sal e bota debaixo de um pé de pau, bota logo de noite, ai reza a ladainha até mostrai e volta pa casa, no oto dia bem cedim vai lá olhar, se a peda de sal tiver inteira é poque o ano da frente vai ser seco e se tiver dermanchado, é porque não vai ter um inverno bom, se Deus consentir, poque tudo é se Deus consentir.

Nestes casos, os rituais são realizados, como forma de sacralizar o momento, o ator e a ação para que o poder de adivinhar o futuro seja evocado naquela ação. Mary Douglas(1976), percebe que o ritual não apenas exterioriza a experiência trazendo-a para a luz do dia, mas modifica a experiência⁶ expressando-a. Para ela o ritual anima a memória e liga o presente com o passado. É neste sentido, que se pode dizer que através destas “experiências” - que dependem de uma ativação da memória - o passado se torna presente, no sentido de

5 Segundo Montenegro,(2001) a cultura popular se caracteriza por um ‘conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciências que possuem uma lógica própria, (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência’. (2001, p. 12)

6 Experiência aqui, já se refere ao conjunto de conhecimentos que são levados pelos indivíduos no decorrer da vida através da memória.

projetar o futuro. As “experiências” dizem respeito, então a um “saber fazer” e um “saber compreender” criados e cultivados culturalmente.

Os fenômenos que são vistos por aquelas pessoas como experiências, não são visíveis por quem não tem olhos culturalmente instigados a vê-los, por isso, além da incompreensão por parte da pesquisadora com relação à possibilidade de um inseto ao roer um pau, querer indicar a presença da chuva, houve a tentativa de perceber as lágrimas caindo do Mari⁷ depois que uma senhora que vinha no mesmo carro, ao passar pela árvore falou que o ano seguinte não iria ser bom de inverno. Depois de ir até a árvore várias vezes tentando enxergar tal fenômeno, a pesquisadora percebeu que seus olhos não podem ver o que sua cultura não lhe deixa enxergar, pois não foi o sentido da visão que fez aquela senhora ver as lágrimas na árvore, mas o fato de ela ter olhado com os olhos de sua cultura.

A chuva ou a seca para os Jucaenses não acontece como um simples movimento da natureza, mas possui relações diretas com o sobrenatural, sendo Deus que comanda este movimento que, é mais do que chover ou fazer sol para aquelas pessoas, mas é aumentar ou diminuir a possibilidade de viver em seu espaço, já que a água é o principal problema para as pessoas do Sítio. Por ser Deus quem domina a chuva, o sol e toda a natureza, existe também a necessidade de que se chova em dias considerados por eles sagrados, como a quarta feira santa, a semana santa e os dias de São José e Santo Antônio, para que o ano seja bom de inverno.

Brandão (1986), ao estudar o sincretismo religioso na religiosidade popular, conclui que esta está perpassada por sincretismos, e por está aberta às fronteiras do mágico, manifesta suas diferenças, expressa numa linguagem própria do povo e por essa razão, pode ser conhecida como um tipo de comportamento diferente e autônomo.

As experiências, ao necessitarem serem permitidas por Deus - já que é por intermédio dele que as pessoas aprendem a observar e entender o tempo, sendo necessário então, que se diga sempre que “quem sabe é Deus, mas que as experiências indicam isto” - fazem parte do universo de crenças do Jucá, estando unidas aos rituais religiosos num sincretismo que traz o conhecimento mítico, mágico e religioso formando a religiosidade popular, que reúne homem, natureza e sobrenatural.

⁷ Árvore muito encontrada no Jucá e que serve como indicadora para a experiência de saber ou não se o ano vai ser bom de inverno.

Todavia, de acordo com as pessoas do Jucá, o homem moderno⁸ esquece do “poder de Deus”, e ao prever o tempo através de seus estudos, querem saber mais do que ele, não lembrando que é ele que comanda tudo, por isto as “experiências” hoje já não dão mais certo como antes, porque, foi Deus que disse que “*quando os home quisere saber mais do que eu, eu mudo os tempo*”. Por causa destas mudanças, as experiências atualmente nem sempre dão certo, estando com sua credibilidade enfraquecida e por este motivo pouco difundida no Jucá, sendo mais realizadas pelas pessoas idosas.

A modernidade além de trazer a pouca temerosidade dos homens a Deus, também faz com que as pessoas substituam as horas de ouvir as narrativas dos mais velhos, pelos programas de televisão, estando por este motivo, a passagem das experiências dos narradores – geralmente pessoas mais velhas - comprometidas. Com relação a isto, Benjamim (1987) enfatiza, que a modernidade substitui as experiências mais duradouras, passadas pelo narrador, por vivências passageiras, transmitidas pelos meios de comunicação.

A narrativa segundo Benjamim(1987), durante muito tempo floresceu num meio de artesãos, no campo, no mar, na cidade e é, ela própria uma forma artesanal de comunicação e por assim ser, não tem mais lugar entre as formas modernas. Neste contexto, o narrador, que tinha como base suas experiências as quais agregava suas fantasias, não serve mais como aconselhador, porque os conhecimentos da vida moderna são imediatos, pautados na rapidez e na mudança. O narrador, no Jucá, perdeu muito de sua importância, ficando em seu lugar as histórias e fantasias passadas pela televisão. Com eles, também se perdem as experiências, ficando as previsões científicas do tempo, que são passadas pelas notícias através do serviço de meteorologia. Segundo Mariano, “*a ciência, que não é mandada por Deus, é mentirosa, ruim. As experiências acabaram por causa da ciência e do desenvolvimento dos homens*”. Com a perda da dimensão lírica e criativa passada nas narrativas, que são versões sobre fatos, rompe-se uma relação de troca de saberes de homens entre si e destes com a natureza, com a qual era estabelecida uma relação em que o homem fazia parte dela, ao invés de ser seu dominador.

As experiências antes eram passadas nas relações entre pais e filhos trabalhando juntos nos roçados⁹, através das narrativas disseminadas nas relações de trabalho familiar. Atualmente, o aumento da migração, a maior integração de conhecimentos veiculados pelos

8 Me refiro a forma como os homens do jucá denominam os que acreditam mais na ciência, que na concepção deles têm pouca crença em deus e são mais jovens.

9 Segundo Herédia, (1979) entre famílias camponesas o trabalho com os pais ocorre ainda na infância e tem como objetivo a inserção das crianças na vida produtiva.

meios de comunicação de massa e o maior acesso aos conhecimentos científicos, têm sido responsáveis pela diminuição dessa relação, e das narrativas que as transmite. Todavia, é possível perceber que os jovens filhos de camponeses, apesar não conhecerem da mesma forma as experiências e afirmam serem coisa dos mais velhos, ainda as praticam com fins variados, (arranjar namorado, casar e saber se o não será bom). Essas tradições são, portanto reinventadas por esses jovens, no sentido em que enfatiza (HOBBSAWN, 1997: p. 9).

É importante considerar que a geração é um grupo que, apesar de ter uma experiência histórico-social comum pela sua condição de contemporaneidade, constrói sua identidade compartilhando experiências parecidas no meio sócio-cultural em que vivem.

Manheim, (1989, p. 153) afirma que “os indivíduos da mesma idade só estavam e estão ligados a uma geração real se participam nas correntes sociais e intelectuais características de sua sociedade e período e se têm uma comum experiência activa ou passiva das interações de forças que construiu a situação”.

Nesse sentido, apesar de os jovens filhos de camponeses estarem inseridos no processo de transformação social, cultural e tecnológica atual, não esquecem totalmente os saberes responsáveis pela sua identidade de camponês. Evidentemente, assim como essa identidade camponesa não é a mesma da geração de seu Mariano, as experiências aparecem de outra forma, com outras funções, mas seus significados são compartilhados através das gerações.

Assim sendo, as “experiências” aprendidas por seu Mariano, não podem ser entendidas como experiências individuais, mas como constituidoras da identidade do povo ao qual ele faz parte. Pois, segundo Pollak (1992, p. 5).

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Nesse sentido é que podemos concluir, que as experiências sobre o tempo, aprendidas e passadas por gerações através da memória, estando ou não sendo utilizadas pelos mais novos, ou utilizadas de outra forma, podem ser consideradas importantes elementos de identificação do povo do Jucá o inserindo em uma sociedade camponesa que, por ter construído e compartilhado experiências como estas, construiu também uma identidade específica.

3. Referências bibliográficas

- BENJAMIM, Walter. **Magia e Técnica arte e Política**; Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987
- CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço. In: **A Invenção do Cotidiano: 1- Artes de Fazer**. Rio de Janeiro- Petrópolis: Vozes, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo:Perspectiva, 1976.
- EVANS-Pritchard, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HERÉDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das Tradições**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- LEACH, Edmund. **A Ordenação Simbólica de um Mundo criada pelo Homem: limites do tempo e espaço social**. In: Cultura e Comunicação- A Lógica pela qual os símbolos estão Ligados. Uma Introdução ao uso da Análise Estruturalista em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1978.
- LÊ GOFF< Jaques. **Ensaio de Ego-história**. Lisboa: edições 70, 1989. p. 172.
- MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Editores Moura, M.M (1986).
- MENEZES, Maria Aparecida de. **Homens que Migram, Mulheres que ficam: noções de tempo e memória**, LPH Revista de História, N. 8, 1998/99.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória. A cultura popular revistada**. Editora contexto: São Paulo, 2001.
- MOSCOVICCI, Serge, **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PAULO. Maria de Assunção Lima de. **Um Olhar sobre o espaço no tempo. Um estudo sobre as representações sociais de tempo e espaço na comunidade camponesa do Jucá no cariri Paraibano**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPB: Campina Grande, 2001
- POLLAK, Michael **Memória e Identidade Social**, Estudos Históricos, volume 5, Rio de Janeiro, 1992.
- RAMOS, Alcida Rita. **Memória Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami**. Brasília: editora UNB, 1990
- SHANIN, T. **Definição de Camponês: Conceitos e Desconstruções**. Estudos CEBRAP, 26, 1980.
- WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1970.

SABER E PODER NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Gutemberg Armando Diniz Guerra
Joel Orlando Bevilaqua Marin
Osvaldo Heller da Silva¹

1. Introdução

No Grupo de Trabalho Saber e Poder no Campo, foram aprovadas 31 pesquisas, as quais enfocam as práticas de caráter pedagógico e/ou cultural, orientadas para o campo, em distintos contextos históricos e espaços geográficos. Os trabalhos analisam questões ligadas a instituições de ensino escolar, de pesquisa e de extensão rural, envolvidas em práticas relativas à construção, redefinição e institucionalização de saberes específicos, destinados ao espaço agrário e interligados à questão do desenvolvimento do capitalismo no país. As pesquisas também analisam as repercussões dos saberes, as relações de poder e as tensões sociais que emergem das práticas pedagógicas e culturais.

A partir da delimitação dos problemas e objetivos de cada pesquisa, os coordenadores deste grupo de trabalho dividiram-nos em três conjuntos temáticos. Os trabalhos agrupados no primeiro conjunto analisam os desafios de diversos organismos internacionais, instituições governamentais, não-governamentais e movimentos sociais envolvidos com as políticas públicas de extensão rural e de educação das populações rurais. Em linhas gerais, as pesquisas analisam pressupostos teóricos, metodologias das práticas educativas e experiências para a construção do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial rural, interação de saberes, participação social e protagonismo dos agricultores, como contraponto ao modelo de extensão rural difusionista e produtivista. Os textos destacam as possibilidades, limitações e conflitos que emergem dos processos de construção de práticas educativas para a extensão rural, valorizando a participação social e a interação de saberes de agricultores e técnicos, como condição para se atingir o desenvolvimento sustentável. Os trabalhos de pesquisa incluídos no segundo conjunto tratam dos processos de institucionalização das escolas rurais, o saber nas interfaces com o poder, as transformações e especificidades sociais do mundo rural e o reconhecimento das desigualdades e a participação social nas questões da educação.

¹ Respectivamente, Professor da Universidade Federal do Pará (e-mail: gguerra@ufpa.br), Professor da Universidade Federal de Goiás (e-mail: marin@agro.ufg.br), Professor da Universidade Federal do Paraná (e-mail: osvaldo@ufpr.br), Coordenadores do Grupo de Trabalho 06 – Saber e Poder no Campo. II Encontro da

No terceiro conjunto, destacam-se, como temáticas centrais dos artigos, as práticas da extensão universitária e a construção de saberes, bem como as políticas de organização territorial e suas relações de poder.

2 Extensão rural: os desafios da construção de novas referências e práticas²

Para efeitos didáticos e para facilitar o debate do Grupo de Trabalho Saber e Poder no Campo, os onze artigos de pesquisa que abordam os referenciais teórico-metodológicos e experiências no âmbito da extensão rural foram divididos em dois blocos. No primeiro bloco, foram agrupados dois artigos, que remetem a uma discussão das primeiras reflexões e experiências sobre a necessidade de se modernizar a agricultura e adequar os agricultores familiares ao uso das novas tecnologias. No segundo bloco, incluem-se artigos que enfocam diversos aspectos das relações entre as instituições de extensão rural, profissionais e agricultores familiares para a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos pressupostos pedagógicos construtivistas.

A formação profissional dos produtores rurais sempre esteve associada aos projetos de desenvolvimento do país. As primeiras preocupações com a qualificação da população rural remontam à abolição da escravatura, num contexto de estabelecimento de alianças contraditórias e indissolúveis entre proprietários e sociedade política. O Ministério da Agricultura assumiu o papel de implementar propostas modernizantes, no sentido de construir e fixar o trabalhador nacional, materializadas, especialmente, na criação das escolas de Aprendizes Agrícolas e de Patronatos Agrícolas. Essas instituições tornaram-se, então, responsáveis pela preparação de trabalhadores para o manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, bem como para o ensino de seu valor econômico. Nos anos de 1930, com a industrialização do país, a educação rural tornou-se uma questão de debate nacional, com vistas a incorporar o homem rural ao processo de crescimento econômico e urbanização do país. Na década seguinte, a extensão rural foi instituída com o propósito de formar, técnica e intelectualmente, as populações rurais para a utilização de novas tecnologias na agricultura. As visões dominantes percebiam o homem rural pelo atraso, pobreza, ignorância e doença, daí sua inadequação e resistência ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Se a população rural era ignorante, pobre e atrasada, cabia aos profissionais de extensão rural difundir novos conhecimentos e novas tecnologias.

Rede de Estudos Rurais, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 11 a 14 de setembro de 2007.

² Texto sistematizado pelo professor Joel Orlando Bevilaqua Marin.

A pesquisa de Gabriela Carames Beskow, intitulada *A educação rural e as propostas para a formação de um “novo” homem do campo durante o primeiro governo de Vargas (1930 - 1940)*, e a de Diane Viana Vasconcelos, *Jecatatuásia: o Brasil Jeca Tatu: Uma reflexão sobre a relação entre a cidade e o campo brasileiros*, remetem a uma análise sobre as primeiras discussões e experiências para integrar o camponês no processo de desenvolvimento econômico do país, mediante a sua mudança de mentalidade e incorporação de novos conhecimentos e novas tecnologias.

A pesquisa de Beskow propõe uma análise sobre os nexos entre as propostas de educação do homem rural e o papel atribuído a esse homem pelo Estado, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1940). Num contexto internacional e nacional de profundas transformações, decorrente da crise política e econômica do liberalismo, o governo de Vargas consolidou um modelo de organização do Estado, marcado pelo seu caráter autoritário, centralizador e intervencionista na sociedade, no intuito de promover o desenvolvimento do país. O trabalho e o nacionalismo, como questões centrais do Estado, implicaram na regulamentação das leis trabalhistas, na disciplinarização dos trabalhadores e na valorização ideológica do povo brasileiro e da nacionalidade. No plano econômico, o governo de Vargas implantou o modelo de substituição das importações, cuja efetivação se deu mediante a estruturação de um parque industrial, ampliação e diversificação da produção agrícola, bem como expansão e consolidação de um mercado consumidor interno.

A educação rural, de acordo com Beskow (2007), tinha importância central na formação do homem rural “ideal”. Acreditava-se que a educação conseguiria forjar o novo trabalhador nacional, transformando-o, em seus aspectos morais e materiais, preparando-o para desempenhar seu papel no projeto de desenvolvimento do país. O modelo de educação estava fundamentado nos discursos da valorização do homem e do trabalho, apontando para uma educação profissional e técnica, em contraposição à instrução convencional, que falhava por não preparar o homem para a vida e para agir em sociedade. O VIII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia, em 1942, colocou em debate as diversas correntes do ruralismo pedagógico, embora predominasse a perspectiva identificada com os ideais do governo. O Congresso reflete, portanto, sobre as propostas e concepções hegemônicas acerca da educação do homem rural. No conjunto das discussões realizadas no Congresso, Beskow (2007) destacou as idéias de Mário Augusto Teixeira de Freitas, intelectual que propôs as colônias-escolas como modelo de educação rural. Teixeira de Freitas sustentava que o homem do campo era incapaz de zelar pela sua saúde, de orientar, produtivamente, o seu trabalho e dar à vida os valores de civilização. A escola teria a função de proporcionar a socialização do

homem rural, no sentido de promover a integração à vida nacional, a assistência técnica e sanitária e o desenvolvimento econômico. Desta forma, o modelo de colônia-escola deveria abranger não apenas a educação das crianças que viviam no meio rural, mas também o seu grupo familiar. Além de um lote de terra e uma moradia, essas famílias contariam com orientação técnica e educativa, oferecidas pela escola.

A autora conclui que a educação rural, durante o primeiro governo Vargas, era pensada em conexão com outras políticas, que permitiriam ao homem rural assumir o papel que lhe foi atribuído no desenvolvimento proposto pelo Estado. Tanto no plano das políticas reais, quanto das políticas imaginárias, a formação do novo homem rural, como produtor e consumidor de riquezas, passava pela ocupação dos espaços vazios, impulsionada pela ampliação da educação rural, do saneamento no campo e da melhoria das vias de comunicação. Assim, o Governo procurou construir um imaginário e instituir programas para valorizar o campo e o homem rural, especialmente através da abertura da fronteira agrícola e da educação rural.

O texto de Vasconcelos (2007) propõe uma análise da produção de diferentes intelectuais sobre a relação entre a cidade e o campo, a partir da trajetória da personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. A abordagem parte da produção de alguns autores de tradição ensaística, da geração de 1930, e de intelectuais das Ciências Sociais. O Jeca Tatu simbolizou, inicialmente, o segmento de trabalhadores rurais e, no final de sua trajetória, como Zé do Brasil, representou o povo brasileiro. Como personagem símbolo da identidade nacional, o Jeca Tatu possibilitaria a compreensão das transformações nas relações entre a cidade e o campo.

Vasconcelos (2007) considera que a identidade é uma construção simbólica e relacional, que representa interesses sociais específicos, reforçando a idéia de que uma identidade nacional não comporta os aspectos ontológicos do homem brasileiro em geral, nem os interesses gerais da sociedade. Todavia, a intenção de se construir uma identidade busca garantir a unidade, a coerência e o sentido, diante de uma realidade múltipla.

Para efeito deste debate, vale ressaltar a análise do Jeca Tatu, como uma ideologia urbana da dominação da cidade sobre o campo, na medida em que essa personagem contribuiu para formular, por meio da oposição aos modos e meios de vida tradicionais, valores típicos das sociedades urbanas, como o individualismo e o livre mercado. Os estabelecimentos agrícolas tradicionais, organizados pelo trabalho familiar camponês, também deveriam ser incorporados ao mundo capitalista e urbano do país, mediante a modernização da agricultura. O estreitamento das relações econômicas, técnicas e sociais,

decorrentes da modernização, implicou na ampliação da dependência do rural ao urbano, posto que o mundo rural se tornou mercado consumidor e comprador de mercadorias urbanas e produtor de alimentos e matérias-primas para os centros urbanos. O Jeca Tatu, como representação do camponês brasileiro, é uma construção ideológica, a partir do mundo urbano sobre o mundo rural, que remete ao atraso e à baixa produtividade, como justificativa para a imposição das regras de mercado, da modernização tecnológica e dos novos estilos de vida urbana. Assim, o Jeca Tatu, considerado preguiçoso, doente, pouco empreendedor e avesso à civilização, deveria ser educado, para transformar-se no Zé do Brasil, sujeito empreendedor, integrado à vida nacional e responsável pelas mudanças sociais.

Neste sentido, pode-se entender a força de legitimação da ideologia presente na personagem Jeca Tatu, nos projetos de educação para a modernização tecnológica instituídos pelo Estado, desde a década de 1940. Vale ressaltar que os programas de extensão rural e assistência técnica partiam de construções sociais sobre os camponeses presentes na obra de Monteiro Lobato. Assim, a missão desses programas era mudar a mentalidade da população rural, especialmente dos camponeses, para que adotassem novas tecnologias, novos hábitos e novas idéias, visando a sua integração na sociedade de mercado. Os camponeses, como público alvo da extensão rural deste período, deveriam ser orientados, técnica e ideologicamente, a adotar as novas tecnologias e as novas visões de mundo, produzidas e disponibilizadas pelos setores ligados ao capital urbano e industrial. Com esses novos referenciais, os camponeses resolveriam seus problemas de atraso técnico, saúde e insulamento cultural, integrando-se, definitivamente, ao processo de modernização do país. Assim, pode-se afirmar que os programas de extensão rural desejavam transformar o Jeca Tatu em Zé do Brasil, como forma de resolver a questão agrária brasileira e modernizar as bases produtivas, interligando e estreitando as relações entre o campo e a cidade.

No segundo bloco, os trabalhos de pesquisa enfocam as referências teóricas e as práticas educativas vinculadas ao extensionismo, no contexto atual, em diferentes espaços geográficos do país. São trabalhos que analisam os desafios, potencialidades, limites e conflitos que emergem das práticas da extensão rural, fundamentadas em propostas pedagógicas e em concepções de desenvolvimento tecnológico, que valorizam a participação social, a interação de saberes de agricultores e técnicos e o desenvolvimento de tecnologias adequadas aos diversos contextos sociais e ambientais. Estão presentes questões relacionadas ao esforço de superação das orientações difusionistas e produtivistas, no sentido de construir novas práticas educativas e culturais, para atingir o desenvolvimento sustentável.

Até o final da década de 1970, a questão da educação das populações rurais estava dirigida para o crescimento econômico, pela intensificação do capital no espaço agrário, sem a realização da reforma agrária. A educação extensionista tratava de instruir as populações para a adoção de novas tecnologias, organizadas nos pacotes tecnológicos, bem como estimular o uso de processos “racionais” de administração das unidades produtivas. As ações educativas não estavam organizadas em torno do diálogo entre os saberes, mas nos cumprimentos de tarefas previamente definidas pelos técnicos e pelas instituições. O modelo de desenvolvimento implantado na agricultura brasileira agravou os índices de concentração da terra e do capital, produzindo grandes contingentes populacionais de excluídos. Ademais, a modernização da agricultura aumentou a dependência dos agricultores, dissociou a produção da conservação dos recursos naturais, agravou os desequilíbrios ambientais e aprofundou os processos de exclusão social. Além disso, a imposição de uma lógica produtivista fragmentou o conhecimento das populações nativas sem, no entanto, incorporá-los, plenamente, ao novo padrão de desenvolvimento tecnológico, devido à falta de recursos financeiros e à inadequação da orientação técnica às condições dos agricultores familiares.

Com a democratização brasileira, diversos agentes sociais, filiados a instituições estatais e organizações não-governamentais, passaram a repensar a prática extensionista, o que resultou na inclusão da participação social, como condição necessária para assegurar a efetividade e legitimidade das políticas públicas orientadas aos agricultores familiares. A partir da década de 1980, foi desencadeado um processo de construção de conceitos, práticas e discursos ideológicos sobre desenvolvimento sustentável e participação social, como contraponto ao modelo de desenvolvimento produtivista, autoritário e excludente, implantado em diversos países latino-americanos. As noções de “sujeitos sociais”, “local”, “participação social” e “desenvolvimento territorial rural” tornaram-se condicionantes na formulação e execução de políticas públicas e na perspectiva da construção do desenvolvimento sustentável.

No contexto atual, as particularidades sociais e culturais e as expectativas e demandas dos grupos sociais excluídos nas comunidades rurais tornaram-se presentes nos discursos, nas agendas e nos projetos de organizações não-governamentais, instituições de pesquisa e extensão e, até mesmo, de agências internacionais. Os debates e ações destas instituições enfatizam o caráter familiar dos empreendimentos agrícolas e sua importância para garantir a segurança alimentar, saldar a dívida ambiental e preservar a fertilidade dos solos, os recursos hídricos e os ecossistemas.

Vale ressaltar que o reconhecimento da importância da categoria “agricultura familiar” é resultado de diversas iniciativas e mobilizações, empreendidas por movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais. Em contrapartida, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural instituiu uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, pautada no fortalecimento da agricultura familiar, em todo o território nacional, categoria marcada pela diversidade e heterogeneidade, bem como pela inclusão de assentados rurais, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquícultores, povos da floresta e seringueiros, dentre outros. Esta iniciativa de renovação da política de extensão rural propugna a inclusão social, o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que remete à necessidade de se incluir o enfoque de gênero, geração, raça e etnia nas orientações de projetos e ações de desenvolvimento. As metodologias da ação extensionista estão fundamentadas nas perspectivas construtivistas e nos processos participativos, visando ao empoderamento e protagonismo das populações envolvidas.

Sob esta perspectiva, as intenções, proposições e projetos de inclusão social constituem-se grandes desafios para entidades e profissionais que atuam junto aos grupos sociais reconhecidos como excluídos. Para tanto, a atuação de técnicos do Estado deve estar embasada nos pressupostos das escolas pedagógicas construtivistas, na busca da construção de novos conhecimentos, a partir da interação entre os saberes técnicos e os saberes das comunidades rurais. A formação profissional enfatiza os processos participativos e organizacionais, nos quais os técnicos são responsáveis pela constituição de vínculos entre as comunidades e as instituições de pesquisa e extensão. Então, os técnicos deveriam ser formados para desenvolver uma rede social, criar e se apropriar de tecnologias para uma agricultura sustentável, bem como divulgar informações sobre as políticas públicas para a agricultura.

De fato, as políticas públicas de extensão rural têm demonstrado preocupação em distribuir o poder de decisão, a fim de superar o distanciamento entre o poder público e a sociedade, na busca de soluções para a popularização da ciência e para a inclusão social. Neste sentido, está em curso a estruturação de uma rede de arranjos organizacionais e interinstitucionais, interligando agentes públicos e privados, com a predisposição de democratizar os poderes e os protagonismos dos sujeitos sociais, dividir responsabilidades e aperfeiçoar resultados. As redes de instituições assumem o desafio de constituir um meio de atuação na realidade social, que possibilite processos participativos de construção coletiva e

solidária e, ao mesmo tempo, integre políticas sociais que respondam aos direitos e necessidades dos cidadãos.

Vale notar que a rede de cooperação para promover o desenvolvimento territorial rural também está na pauta de diversas organizações internacionais. A coordenação integrada de agências internacionais procura reduzir a pobreza rural no continente latino-americano, com a incorporação da concepção de desenvolvimento territorial rural e do manejo sustentável de recursos naturais, em escala nacional, regional e local. O poder da marca das instituições internacionais consegue assegurar a estratégia do desenvolvimento territorial rural, mediante o estabelecimento de uma agenda de intervenções, que reflete certo consenso entre os programas de ação de cada instituição. Esse programa de consenso busca coordenar esforços, elevar a eficiência das intervenções e homogeneizar discursos e práticas, por meio de propostas respaldadas pelos organismos internacionais, que conseguem controlar os aparelhos institucionais de desenvolvimento, em âmbito nacional, regional e local.

Enfim, o conjunto dos trabalhos evidencia as contradições que emergem das práticas educativas e culturais da extensão rural. Embora haja uma intenção de redefinir e institucionalizar a participação social na produção de novos saberes, com vistas a construir o desenvolvimento sustentável, as práticas sociais ainda reproduzem diferentes papéis e posições para os técnicos e para os agricultores, em decorrência dos diferentes campos de poder em que esses agentes atuam.

A partir de uma revisão bibliográfica, o artigo de Zenio Ferreira Eisenlohr e Álvaro da Silva Couto, intitulado *Extensão e participação: uma prática-educativa*, remete à reflexão da extensão rural como prática educativa e participativa, fundamentada no diálogo e na partilha de conhecimentos, conforme a perspectiva de Paulo Freire. A partir de uma revisão bibliográfica, os autores notaram que a extensão rural mudou seus referenciais teórico-metodológicos, passando de uma visão tutorial, com ênfase na difusão e adoção de pacotes tecnológicos, para uma concepção construtivista, fundamentada nas abordagens da educação participativa, na distribuição do poder decisório e na troca de conhecimentos. Sob este prisma, os novos conhecimentos surgem do processo de construção social, como resultado da integração dos saberes do cotidiano dos agricultores com os saberes técnico-científicos dos profissionais. Embora distintos, esses saberes não são, necessariamente, divergentes, daí que o técnico deve atuar como mediador, que desencadeia novas formas de participação social “de baixo para cima”. Neste processo, as relações de poder socialmente instituídas nas relações de gênero, ou entre as gerações, ou, ainda, entre as classes sociais devem ser consideradas, quando se deseja o protagonismo dos sujeitos sociais. A preservação ambiental, como um

condicionante do desenvolvimento sustentável, também torna-se um tema transversal, no processo da educação participativa.

Por estas razões, Eisenlohr e Couto (2007) destacam que o enfoque participativo da extensão rural não pode se resumir a um conjunto de métodos, mas, antes, deve contribuir para o enfrentamento dos problemas vividos pelos agricultores e criar condições para o seu empoderamento. Isso exige, das novas gerações de extensionistas, conhecimentos e disponibilidades para lidar com as complexidades tecnológicas, políticas e culturais da realidade em que os agricultores vivem e trabalham. Exige, necessariamente, o comprometimento com a mudança social. Em referência a Paulo Freire, os autores concluem que a participação, como “praxis da ação e reflexão” dos técnicos e agricultores, deve ser pautada no diálogo, quando se deseja o envolvimento em projetos de educação para a libertação, no interesse maior de “humanizar o homem na ação consciente que deve fazer para transformar o mundo que o cerca”.

A produção de conhecimentos adequados às realidades específicas dos agricultores familiares, mediante a combinação de ensinamentos teóricos e práticos e a participação social, tem sido indicada como um caminho, não somente para a construção da autonomia dos agentes sociais, mas também para a construção do desenvolvimento sustentável. O trabalho de Luiz Cláudio Antônio Nogueira, intitulado *Unidade de demonstração em Escola Técnica de Agricultura Familiar: práticas de extensão rural e agroecologia*, relata a experiência de um curso de olericultura orgânica, como um método de capacitação técnica em extensão rural e agroecologia, desenvolvido junto aos jovens filhos de agricultores familiares e de assentados rurais dos municípios de Itaberá e Itapeva, no Estado de São Paulo. A Escola Técnica de Agricultura Familiar, resultado de parcerias entre várias instituições e a comunidade de agricultores e assentados rurais, tem como objetivo formar técnicos qualificados para atuar segundo as mais diversas necessidades específicas da agricultura familiar, com um conteúdo pedagógico direcionado ao ensino de métodos e tecnologias adaptadas à realidade dos agricultores familiares. O curso de olericultura orgânica, objeto de análise do autor, resultou de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e sua efetivação se deu através da criação de uma Unidade Demonstrativa, instalada na propriedade da Escola Técnica. A experiência do curso de olericultura orgânica teve uma duração de 7 meses, envolvendo 9 etapas programáticas: 1) palestra de sensibilização; 2) preparo do solo; 3) compostagem; 4) produção de mudas; 5) plantio; 6) manejo; 7) pragas e doenças; 8) colheita e beneficiamento; e 9) custo de produção e comercialização.

O autor conclui que o curso desenvolvido na Escola Técnica em Agricultura possibilitou aos alunos a participação em todo o processo, a observação e análise dos procedimentos das técnicas agroecológicas utilizadas na agroecologia e a reflexão de que poderiam adotá-los em suas unidades de produção familiar. Assim, a combinação de conhecimentos teóricos e práticos estimulou a participação dos alunos e seus familiares em todo o processo de desenvolvimento, bem como despertou o interesse e a curiosidade dos alunos em cada etapa de desenvolvimento do curso em agroecologia e nas atividades subsequentes. Outro aprendizado, que remete à autonomia dos estudantes, foi o compromisso com a continuidade da horta orgânica, como forma de aprimorar os conhecimentos adquiridos e transmiti-los às novas turmas. Assim, a conjunção do ensino teórico-prático com a participação social foi decisiva na apreensão dos conhecimentos transmitidos e no protagonismo dos estudantes da Escola Técnica de Agricultura Familiar.

A proposta de uma educação participativa, preconizada por Paulo Freire, está em experimentação em escolas técnicas dirigidas para agricultores familiares. O artigo de Francisco Feitosa e Maria Fagnani analisa a experiência da Escola Técnica de Agricultura Familiar (ETAF), constituída a partir de uma parceria entre a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo 'José Gomes da Silva' e o Centro Estadual de Educação Tecnológica 'Paula Souza'. A proposta da ETAF pretende ser uma outra forma de fazer extensão rural e assistência técnica, cujos pressupostos estão fundamentados na educação, na participação social e na agroecologia, com vistas a qualificar os filhos de assentados rurais e agricultores familiares.

A assistência técnica e a extensão rural (ATER), desenvolvida pelo ITESP, passou por alterações, conforme as mudanças das políticas de reforma agrária instituídas no governo do Estado. No início dos anos de 1980, adotou uma ação militante, com o objetivo de preparar, capacitar e adaptar os trabalhadores rurais para a exploração racional e econômica da terra. Posteriormente, as reflexões sobre as práticas educativas e a interação com as comunidades de assentados se encaminharam para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem, organizados em torno do desenvolvimento sustentável e da incorporação da questão agroecológica, em consonância com a nova política de ATER, instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ETAF foi instituída em 2002, a partir de uma demanda dos filhos dos assentados rurais dos municípios de Itaberá e Itapeva, na região sudoeste do Estado de São Paulo. A escola oferece um curso de Habilitação em Agricultura Familiar, com carga de 1.840 horas/aula, distribuídas entre os módulos de processamento de produtos agropecuários, produção vegetal e produção animal. O curso também complementa

disciplinas para a formação dos alunos, como ética e cidadania leitura e produção de texto, informática, gestão e qualidade, tecnologia e meio ambiente. O ensino da ETAF está fundamentado na pedagogia da problematização da realidade dos estudantes, para que desenvolvam a capacidade de observação imediata ou circundante, na identificação de problemas, localização ou invenção de alternativas tecnológicas, organização do trabalho e na construção de ações coletivas. Para os atores, o grande mérito dessa pedagogia é proporcionar ao aluno o conhecimento da realidade em que vive, para transformá-la e, ao mesmo tempo, desenvolver o censo crítico e o protagonismo social. No entanto, a proposta da escola não exclui, necessariamente, a transmissão de conhecimentos e informações, ou mesmo a execução das seqüências operativas. Por princípio, a ETAF deve situar-se, física e culturalmente, no seio da comunidade, para que os estudantes e suas famílias ensinem e aprendam novos conhecimentos, considerando o saber local e individual nas práticas educativas. Ademais, ela deve desenvolver competências e habilidades, como possibilidades de reprodução dos conhecimentos socialmente produzidos, e a capacidade de reelaborá-los e utilizá-los em outras situações. Os autores concluem que a ETAF pode se constituir num espaço para debate e reflexão dos problemas sociais da comunidade e exercer um papel de mediadora entre os agricultores e as políticas públicas, nas diferentes esferas de poder. Além disso, a escola se apresenta como uma alternativa à prática extensionista de acompanhamento das famílias dos assentados, ou dos agricultores familiares. O técnico-professor e o aluno-agricultor estão envolvidos em processos participativos, para levantamento das necessidades sociais e proposição de alternativas para a construção do desenvolvimento sustentável.

A democratização do conhecimento científico, especialmente junto aos grupos sociais excluídos, como condicionante para a construção do desenvolvimento sustentável, também é pressuposto de Pereira e Beltrão (2007). Em *Democratização da ciência: uma política pública necessária para o desenvolvimento sustentável*, os autores analisam a experiência de dois projetos executados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o programa de rádio Prosa Rural e o projeto Minibiblioteca da Embrapa, os quais buscam incorporar os conceitos de acesso ao conhecimento, democratização dos meios de comunicação e popularização do conhecimento técnico-científico produzido pela instituição. O ponto de partida é que o acesso às tecnologias é uma estratégia para a superação da pobreza. Porém, torna-se necessário romper as barreiras existentes entre os processos de produção do conhecimento e a disponibilização da informação para os agentes sociais que dela necessitam. O acesso ao conhecimento conduz o indivíduo à conquista da autonomia, na medida em que oferece

condições para a satisfação de suas próprias necessidades e amplia sua capacidade de criar e inovar.

Os autores afirmam que, nos últimos anos, a Embrapa desenvolveu soluções sustentáveis para a agricultura familiar e, neste sentido, instituiu programas e projetos que visam ao crescimento tecnológico, inclusão social, segurança alimentar e conservação do meio ambiente, em consonância com o Plano Diretor 2004–2007. Desta forma, a Embrapa está buscando transformar os conhecimentos gerados em produtos, processos e serviços, que possam ser utilizados pela sociedade e, de maneira especial, pelos agricultores familiares. No entanto, as políticas institucionais de difusão do conhecimento exigem a utilização adequada dos meios de comunicação existentes, a decodificação do conhecimento acadêmico e estabelecimento de diálogo entre o saber científico e o saber local. A construção do desenvolvimento sustentável, por meio da disseminação do conhecimento, remete à necessidade de uma maior flexibilidade da administração pública, a partir de seu acoplamento à sociedade, para articular projetos inseridos nos diversos contextos sociais e, ao mesmo tempo, romper com o insulamento burocrático dos poderes públicos. O programa de rádio Prosa Rural e as Minibibliotecas da Embrapa, objetos de estudo de Pereira e Beltrão (2007), são entendidos como meios de difusão dos conhecimentos produzidos pela Embrapa, que buscam, por meio de ações articuladas em rede, democratizar o acesso ao conhecimento, utilizando a mídia impressa e eletrônica. Essas atividades, implementadas pela Embrapa, são constituídas por uma rede de esforços internos, das mais diversas Unidades de Pesquisa, para reunir pesquisadores, técnicos em transferência de tecnologia, comunicadores e bibliotecários, bem como de esforços externos, envolvendo emissoras de rádio, escolas públicas, organizações não-governamentais e órgãos governamentais.

Pereira e Beltrão (2007) concluem que o programa Prosa Rural já faz parte do cotidiano de ouvintes, em várias regiões do Brasil, embora seja necessária maior divulgação do programa para a população e ampliação do número de emissoras que possam transmitir os programas. As Minibibliotecas da Embrapa, da mesma forma, estão incorporadas ao dia-a-dia dos alunos de instituições públicas, das famílias, das comunidades e suas instituições de representação. No entanto, as instituições públicas precisam reforçar a formação de redes interinstitucionais, que coloquem no horizonte a superação da pobreza e exclusão social, por meio da democratização do conhecimento socialmente produzido.

Os projetos de planejamento participativo, dos territórios onde os agricultores vivem e trabalham, tornam-se, no contexto atual, condicionante da construção do desenvolvimento sustentável, mediante práticas educativas, pautadas na participação social, na interação de

saberes e no resgate e sistematização de tecnologias adequadas. No artigo *Planejando o uso da terra a partir de saberes construídos por agricultores e pesquisadores*, Correia et al analisam os desafios da preservação da biodiversidade do cerrado e da caatinga do norte do Estado de Minas Gerais, a partir de postura metodológica participativa, que valoriza os processos de integração dos saberes dos agricultores e dos pesquisadores, visando à construção de novos saberes. As relações entre agricultores e técnicos-pesquisadores buscam criar espaços e situações para a construção coletiva de um novo paradigma de desenvolvimento, fundamentado na maior racionalização econômica, no conhecimento das especificidades biofísicas de cada agroecossistema e na mudança das atitudes e dos valores dos atores sociais, em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Para os autores, o norte de Minas é, do ponto de vista ecológico, uma região estratégica, devido à riqueza dos recursos hídricos e formações vegetais. Nessa região, vivem famílias de agricultores, indígenas e quilombolas que, por sucessivas gerações, utilizaram a diversidade de ambientes e a riqueza das nascentes dos rios, gerando um acúmulo de conhecimentos sobre os recursos naturais, com vistas a assegurar a sobrevivência. Contudo, a diversidade sócio-cultural e ambiental da Região do Norte de Minas está sob ameaça, desde a década de 1970, devido à expansão da monocultura de eucalipto, utilizado na produção de carvão vegetal, para abastecer as usinas siderúrgicas, e de celulose, para as indústrias de papel, transformando a região em uma das maiores plantações em terras contínuas.

Diante desta situação, agentes filiados a instituições públicas e organizações não-governamentais incumbiram-se de realizar um levantamento dos conhecimentos sobre os usos sustentáveis do cerrado, acumulados pelas experiências dos agricultores familiares, quilombolas e indígenas da região do Norte de Minas. A equipe do projeto procura conhecer tais formas alternativas de produção, consideradas auto-sustentáveis, as quais, na seqüência, são sistematizadas e aprimoradas, visando a fortalecer a relação entre homem e meio ambiente, para a disposição de alimentos e demais recursos naturais, geração de renda e sustento das famílias e construção de uma visão diferenciada do meio ambiente. Um instrumento fundamental para o atendimento dos princípios da sustentabilidade dos agroecossistemas é o estudo da aptidão das terras, aplicada a partir do conhecimento das características do ambiente e dos grupos sociais. Assim, a identificação das potencialidades e dos limites do ambiente, em conjunto com os agricultores, a partir de sua realidade sócio-cultural, constitui-se em um instrumental que contribui para o estabelecimento de relações de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente. Isto exige o compartilhar dos saberes dos agricultores, produzidos ao longo de suas vivências e transmitidos entre as gerações, com os

conhecimentos dos cientistas, acumulados pela academia, sobre biodiversidade e uso dos recursos naturais. Por meio das técnicas da observação participante e dos diagnósticos participativos, a equipe de pesquisadores procura registrar e caracterizar as diferentes experiências do uso da terra pelos agricultores, bem como as potencialidades ou limitações dos ecossistemas locais, com vistas a identificar, sistematizar e multiplicar as práticas que possibilitam a utilização dos sistemas de produção de base ecológica. Os autores indicam que os avanços da experiência podem ser avaliados na replicagem dos conhecimentos, entre agricultores familiares de diferentes comunidades, e no aprendizado proporcionado ao coletivo de pesquisadores, que estavam habituados a trabalhar somente com recursos naturais. O projeto, embora não finalizado, também facilitou as trocas de saberes e o respeito aos diferentes tempos e visões, possibilitando espaços e situações educativas para a superação das práticas de difusão de tecnologias prontas e acabadas.

No artigo *Desenvolvimento rural para quem? Os desafios para a inclusão dos excluídos na ação extensionista*, Sptropasolas problematiza as propostas de desenvolvimento que visam à inclusão social de segmentos populacionais rurais, empobrecidos e historicamente excluídos das políticas públicas de pesquisa e extensão, a partir do estudo de caso do Projeto Microbacias 2, implantado em Santa Catarina. Este projeto, cuja elaboração envolveu diversos agentes sociais, prevê a gestão participativa e a distribuição do poder decisório, com garantia da participação paritária dos beneficiários (agricultores familiares e pescadores artesanais), os quais tiveram, inclusive, a oportunidade de selecionar 440 técnicos facilitadores, com atribuição de assessorar a implementação dos planos de desenvolvimento das microbacias. Seguindo uma pedagogia construtivista, os profissionais devem atuar como mediadores dos processos de mobilização e organização dos diferentes grupos sociais e não como condutores desses processos.

Embora haja avanços na gestão comunitária, Stropasolas (2007) afirma que persistem dificuldades na experiência do Projeto Microbacias 2, no que se refere ao estabelecimento de parcerias, tanto entre as instituições executoras e parceiras do projeto, quanto entre as instituições de representação dos agricultores e as instituições governamentais e não-governamentais. A inclusão social de públicos diferenciados encontra dificuldades para se efetivar, em decorrência da cultura institucional, que contribuiu para a formação do perfil dos extensionistas, fundamentada em uma racionalidade instrumental, que organiza as ações pautadas em metas e etapas pré-definidas, em consonância com uma lógica cartesina. Em conseqüência, algumas iniciativas repetem as experiências de intervenções anteriores, em que o poder decisório estava centrado nas mãos dos técnicos e as populações rurais eram

envolvidas apenas para validar as ações governamentais, sem contemplar as suas expectativas produtivas, seus sistemas de produção ou suas práticas tradicionais.

Sem desconsiderar o caráter inovador do projeto no envolvimento de famílias empobrecidas, Stropasolas (2007) chama atenção para a necessidade de se avaliar em que medida os recursos contemplam as expectativas diferenciadas de mulheres, velhos e jovens, integrantes da agricultura familiar. O autor também observa que as instituições e as práticas extensionistas reproduzem o (pré)conceito, de que as populações rurais empobrecidas são incapazes de, por si mesmas, empreender processos de mudanças econômicas e sociais. Porém, várias experiências nas microbacias trabalhadas demonstraram que as populações são capazes de assumir o protagonismo dos processos de desenvolvimento e de romper com os padrões arraigados na cultura institucional e na ação extensionista. Há de se notar que, em determinados casos, os técnicos não estão preparados, suficientemente, para atuar como animadores e facilitadores do processo de desenvolvimento, especialmente para interagir na heterogeneidade social e na mediação dos conflitos que emergem das relações entre os diferentes agentes sociais. Outro entrave desses projetos diz respeito às diferenças existentes entre o tempo das comunidades e o tempo dos projetos. Não raro, o ritmo das populações rurais, cadenciado pelos valores culturais e pela relação com a natureza, choca-se com o curto lapso de tempo estabelecido pelos projetos governamentais, comprometendo os processos participativos e o protagonismo social, em virtude do cumprimento das metas e dos prazos para aplicação dos recursos alocados.

No que tange à organização social, Stropasolas (2007) admite que os melhores resultados qualitativos foram alcançados naquelas comunidades em que houve respeito e observação dos momentos e das fases de mobilização comunitária, organização, planejamento e capacitação. Nas comunidades em que o processo foi acelerado, sem respeitar o ritmo, o tempo e as aspirações dos diferentes agentes sociais, os resultados deixaram a desejar e a autogestão foi inibida. Na avaliação do autor, a organização social é um processo complexo, especialmente quando envolve questões econômicas e mudanças sociais. Além do tempo para amadurecimento dessas questões, a metodologia de abordagem e interação com os diferentes grupos sociais demanda a incorporação de conteúdos da Sociologia, Antropologia, Educação, Psicologia e História, entre outras. O aprendizado destes conteúdos poderá auxiliar os animadores e facilitadores a interagir, de forma adequada, com grupos sociais empobrecidos, sem cair na fragilidade das metodologias que se limitam a concepções sócio-técnicas e que não incorporam a complexidade da realidade social. Por fim, o enfrentamento dos novos desafios de inclusão dos segmentos sociais excluídos nas comunidades rurais gera um debate

nas instituições oficiais de extensão rural, que coloca em questionamento as tradicionais estratégias de intervenção dos projetos e programas governamentais nas comunidades rurais e colabora para a redefinição dos agentes sociais prioritários para o desenvolvimento rural.

Saberes para o desenvolvimento do rural ou dos sujeitos rurais? (1970–2000) é a questão central da pesquisa de Cristina Maria Macedo Alencar, para compreender como a dimensão social da realidade tem redirecionado os conteúdos e os processos de difusão do conhecimento científico, desde a capacitação dos técnicos do Estado até os agricultores familiares. Com base em pesquisa realizada na Região Metropolitana de Salvador, Bahia, com profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas, a autora observou que, entre as décadas de 1970 e 1990, a formação na área das ciências rurais estava dirigida para a difusão de tecnologias, com vistas ao aumento da produtividade, posto que a atuação profissional no espaço rural estava fundamentada na teoria da difusão de inovações de Everett Rogers. Daí que os profissionais formados nesse período acreditavam que a difusão de tecnologias era a melhor maneira de contribuir com a qualidade de vida no meio rural. Atualmente, em decorrência do agravamento das questões ambientais e sociais, os profissionais que atuam na extensão fazem proposições decorrentes da revisão de suas práticas profissionais, requalificando as intervenções. A contribuição dos profissionais para a melhoria da qualidade do mundo rural deveria considerar a realidade como um todo psicológico, espiritual, social e político, promover a capacitação requalificada pelas artes, respeito humano e cultural e interligar teoria e prática. Essas proposições reafirmam uma preocupação com o respeito humano e cultural e com o compromisso em relação às pessoas. A cidadania e o desenvolvimento, privilegiando a condição humana, estão no cerne da construção de melhores condições de vida, as quais exigem a cidadania política dos agentes do Estado, como expressão de comprometimento público.

Alencar (2007) destaca que a educação das populações rurais assumiu importância na pauta de discussões das instituições nacionais e internacionais, especialmente a partir da década de 1990, com a constatação do crescimento da pobreza, da exclusão social e dos movimentos sociais. Para enfrentar esses problemas, foi criado, em 2005, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que propugna o enfoque territorial do desenvolvimento sustentável. As estratégias e ações do PRONAT estão direcionadas à mobilização dos “atores” do território, para o reconhecimento dos limites dos seus territórios, para a formação das Comissões de Instalação das Ações Territoriais e para a construção dos planos de desenvolvimento territorial. A noção de território traz uma

compreensão atualizada do rural, como novo campo de debate e de práticas políticas e como forma de descentralização político-administrativa.

Neste sentido, a autora destaca que agentes sociais desiguais (assentados rurais, quilombolas, agricultores familiares, representantes de instituições financeiras, técnicos dos órgãos de pesquisa e extensão, prefeitos e vereadores, dentre outros) são considerados como iguais, na concepção de planejamento, e desconsidera as relações de poder e prestígio entre os diferentes agentes. Desta forma, o processo pedagógico para o “empoderamento” envolve o desafio e a necessidade de se capacitar diferentes agentes sociais, representantes de segmentos sociais diversificados, principalmente os marginalizados e, supostamente, com baixos recursos técnicos, para implantar, executar e acompanhar as políticas públicas estabelecidas nos planos de desenvolvimento territorial. Porém, a autora faz o seguinte alerta: “o fato de esses projetos reproduzirem comprometidos com o desenvolvimento com o capitalismo enquanto condição hegemônica, (...) nos leva a crer que as relações de poder e saber no campo brasileiro apenas começam a ser oxigenadas, em subalternidade”.

O controle social, como uma questão das políticas de desenvolvimento territorial rural, também entrou na pauta das instituições internacionais. Jorge Montenegro Gómez, no artigo *A ancoragem institucional do desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma rede de saberes, práticas e poderes para o controle social*, se propôs a analisar a estrutura que sustenta a consolidação e divulgação do paradigma do desenvolvimento rural territorial no continente latino-americano, a partir de um levantamento bibliográfico e documental.

Montenegro Gómez (2007) constatou que a questão do desenvolvimento rural territorial ganhou relevância na década de 1990 e se ampliou, sobretudo, a partir de 2000. As instituições internacionais se reuniram para formar o Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe, com os objetivos de coordenar esforços para facilitar a implementação e acompanhamento das ações das agendas nacionais e regionais de desenvolvimento, bem como gerir o conhecimento, mediante capacitações, assistência técnica e difusão de experiências³.

³ De acordo com o autor, as principais instituições envolvidas com a questão do desenvolvimento territorial na América Latina são: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL); Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID); Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ); Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); Banco Mundial (BM); Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Rede de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMPISP); e Projeto de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina (FODEPAL).

Em linhas gerais, as ações das instituições que integram o Grupo Interagencial orientam-se para a formação, capacitação e treinamento de multiplicadores, com vistas à gestão do conhecimento, criação e difusão de saberes entre as pessoas que atuam em locais estratégicos, tais como: ministérios, universidades, organizações não-governamentais e movimentos sociais, dentre outros. As ações para o desenvolvimento das instituições interagenciais convergem para as reformas institucionais, o aprofundamento dos mecanismos de mercado, o combate à pobreza, à fome e ao analfabetismo, com base em uma “parafernália politicamente correta”, construída em torno das discussões de sustentabilidade, participação social, relações de gênero, diferenças étnicas, etc. Na visão de Montenegro Gómez (2007), as propostas de desenvolvimento dessas instituições são uma versão atualizada das contradições, erros e problemas que acompanharam os programas de desenvolvimento, uma vez que, nas subjacências, tratam de evitar qualquer mudança estrutural do capitalismo, aumentar a dívida e a dependência dos países que recebem os empréstimos dos projetos de desenvolvimento e manter os índices de pobreza e desigualdade no meio rural. Assim, antes de melhorar suas condições de vida, as populações rurais tornam-se álibis para os novos enfoques, novas estratégias e novas ações, organizadas em torno do desenvolvimento territorial rural, flexíveis apenas para mudanças superficiais e rígidas em torno da reprodução da hegemonia.

A partir do estudo dos trabalhos aprovados em 2002, cujo tema foi o desenvolvimento territorial rural, o autor constatou que as linhas privilegiadas pelo Grupo Interagencial foram: promoção de negócios supra-municipais; consolidação de iniciativas empresariais, imbuídas com a preservação ambiental; promoção das economias locais, para melhoria da qualidade de vida e da participação social; fortalecimento dos arranjos institucionais; difusão de “boas práticas”; e capacitação dos recursos humanos. Todavia, o autor destaca que problemas cruciais da América Latina e do Caribe (pobreza, fome, conflitos agrários, disputas pelos recursos naturais, violência e expropriação dos camponeses, defesa dos territórios das populações indígenas e tradicionais) não foram plenamente contemplados nos projetos premiados. Ou seja, o conjunto dos projetos “não enfrenta os problemas essenciais, nem os tem em conta, para construir propostas realmente transformadoras. O resultado de um desenvolvimento territorial, cujo território está desativado de conflitos, é um desenvolvimento de via única capitalista, temperado de consensos reificados.” Assim, as instituições que se proclamam “proprietárias” do paradigma do desenvolvimento territorial rural não enfrentam os problemas emergenciais das populações empobrecidas, porque não abordam as raízes dos seus problemas e nem enfrentam os conflitos mais tensos.

Em *A produção “pro gasto”: o autoconsumo como estratégia de diversificação*, Cátia Grisa e Sérgio Schneider colocam em evidência uma questão de extrema importância para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares, mas que foi pouco estudada pelos pesquisadores e desconsiderada pelos programas de desenvolvimento rural. O pouco interesse pela produção para o autoconsumo familiar deve-se não somente à crença de que estaria fadada ao desaparecimento como, também, a certos preconceitos. Em diversos ambientes institucionais, tornou-se usual a compreensão de que a produção para autoconsumo simboliza o atraso, a tradição ou uma cultura avessa à modernização. Esta visão, em parte, está associada à ideologia da modernização da agricultura, que repercutiu nas políticas públicas de desenvolvimento rural. A discussão do autoconsumo, que na obra de Chayanov, assumiu uma dimensão importante no processo organizativo, também foi tema de alguns pesquisadores que entendiam que as lógicas sociais dos camponeses eram orientadas segundo suas necessidades de subsistência. No contexto atual, o tema da produção para o autoconsumo voltou a ser pesquisado, no âmbito das preocupações com a segurança alimentar e com o combate à fome e à pobreza.

Com o objetivo de analisar como o autoconsumo contribui para a autonomia da agricultura familiar, Grisa e Schneider (2007) buscam comparar a produção para o consumo familiar, em quatro regiões do Rio Grande do Sul, que apresentam características socioeconômicas distintas: Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai. Com base nos referenciais de Poeg (1990; 1992), os autores admitem que a mercantilização da agricultura, entendida como o processo de crescente incorporação da agricultura aos mercados, induz os agricultores a se relacionarem, progressivamente, com os mercados, tanto para vender parte da produção, como para adquirir os produtos não produzidos diretamente na unidade familiar. Os mercados tornam-se, desta maneira, as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com as mercadorias e meios de trabalho, bem como entre eles próprios e outros atores sociais. A produção é destinada à comercialização, para obtenção dos recursos necessários à aquisição dos fatores e meios utilizados no próximo cultivo, criando um ciclo da dependência. Neste sentido, a especialização dos processos produtivos aumenta a vulnerabilidade dos agricultores, ameaçando sua reprodução social. No entanto, para garantir a autonomia, as unidades familiares destinam parte da produção aos mercados e parte à reprodução dos fatores de produção e insumos necessários para o ciclo precedente, com o propósito de assegurar uma base de recursos autocontrolada. A produção para o autoconsumo também é considerada uma estratégia da reprodução autônoma e

autocontrolada dos agricultores familiares, na medida em que garante os próprios alimentos e propicia a diversificação dos modos de vida.

A partir da aplicação de 238 questionários e 35 entrevistas, estabelecida na metodologia do estudo comparativo do cálculo do autoconsumo da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, Grisa e Schneider (2007) constataram que a produção para o autoconsumo constitui-se uma estratégia importante para a reprodução da agricultura familiar. Em valores monetários, a produção “pro gasto” alcançou o valor bruto anual de R\$ 4.308,08, em Veranópolis; R\$ 2.161,05, em Morro Redondo; R\$ 4.223,08, em Salvador das Missões; e R\$ 3.026,02, em Três Palmeiras. Assim, essa produção garante o acesso a uma parte considerável dos alimentos necessários ao consumo familiar, reduz as despesas monetárias, bem como fortalece a autonomia da agricultura familiar, por se tratar de uma estratégia de diversificação dos modos de vida. Nos contextos de instabilidade nos mercados dos produtos especializados, ou diante das adversidades climáticas, a diversificação e a produção para o autoconsumo surgem como respostas a essas situações de instabilidade, crise e insegurança.

Em suma, para os autores, a produção de autoconsumo não somente contribui para a estabilidade socioeconômica e manutenção das unidades familiares, como também permite melhorias na qualidade de vida e na infra-estrutura e, em alguns casos, possibilita a ascensão social. O auto-abastecimento alimentar é uma fonte de renda não monetária, que proporciona estabilidade à renda familiar, reduz as vulnerabilidades do mercado e do meio ambiente, diminui os custos com a alimentação e fortalece os modos de vida dos agricultores familiares. Por estas razões, os autores frisam que, longe de representar o atraso, ou algo fadado ao desaparecimento, a produção para o autoconsumo deve ser notada pelos pesquisadores, mediadores sociais e formuladores de políticas públicas como algo de extrema relevância, tanto para a reprodução social da agricultura familiar, quanto para a identidade social, a cultura e as relações de sociabilidade e reciprocidade dos agricultores.

Após a apresentação dos artigos, lanço algumas questões, com o propósito de provocar e estimular o debate: as idéias presentes nas propostas iniciais do extensionismo, que percebiam os camponeses como incapazes de usar técnicas modernas e avessos ao desenvolvimento, foram superadas? As visões produtivistas e difusionistas foram superadas? Por que questões importantes, como a produção de autoconsumo, não entraram na pauta dos agentes de desenvolvimento rural e pesquisadores? A participação, como prática social, é efetiva ou ocorre apenas formalmente? Quais os desafios para a inclusão dos segmentos sociais que historicamente foram excluídos dos programas de desenvolvimento? Quais os desafios para democratizar o conhecimento socialmente produzido pelas instituições de

desenvolvimento? Quais os impasses do trabalho de educação que envolve uma diversidade de agentes sociais?

3. Educação e poder⁴

Neste subgrupo, foi apresentado um total de 11 trabalhos, versando sobre temas variados, destacando-se um núcleo comum de questões atinentes a boa parte dos textos apresentados. As temáticas abordadas foram da ação dos mediadores sociais, a necessidade de um diálogo de saberes enfocando sobretudo o saber camponês, os efeitos da escrita no processo de alfabetização, até o papel histórico dos escrivães e tabeliães como letrados.

Como problemáticas comuns a vários autores emergiram, antes de mais nada, as relações entre saberes e o poder em diferentes níveis, do global ao local, dando destaque ao lugar social da juventude camponesa, visando combater a exclusão social e o papel historicamente subalterno reservado à educação rural nas políticas públicas, no intuito de conquistar a cidadania, através dos atos educativos, em especial a escolarização. Esta entendida com um direito, sendo exercida através de diferentes práticas educativas que vão do método de Paulo Freire à Pedagogia da Alternância, passando por Metodologias Participativas, ensaiadas em experiências alternativas de educação, como o Movimento Por Uma Educação do Campo, protagonizado por atores sociais, entre eles o MST.

Em seu texto, “*A formação da juventude rural e pesqueira com base na Pedagogia da Alternância no Contexto do Sul Catarinense*”, os autores Dimas de Oliveira Estevam e Ricardo Henrique da Silva apresentam os resultados preliminares de uma pesquisa realizada nos municípios de Armazém, Laguna e Sombrio, no Estado de Santa Catarina, onde acompanharam os projetos de Casas Familiares a partir da ótica dos jovens estudantes. A proposta, originária da França, pretende formar jovens filhos de agricultores e pescadores através da chamada Pedagogia da Alternância, quando o jovem passa uma semana na instituição educadora e duas semanas na propriedade, pondo em prática o aprendizado adquirido na instituição. Mantendo o jovem junto de sua família e sua comunidade, ao mesmo tempo em que permite o acesso a novos conhecimentos profissionais, esta proposta pedagógica visa resgatar a cidadania.

Privilegiando a percepção dos jovens envolvidos no projeto, por meio de um questionário, percebeu-se que os resultados foram “considerados positivos em relação à coerência em diversos aspectos da proposta na CFR de Armazém e na CFM de Laguna”. Já no projeto do CFR de Sombrio “foi verificado um distanciamento de seus objetivos em

relação à visão dos jovens”. O principal obstáculo apontado foi de ordem financeira. Os conhecimentos adquiridos têm estimulado o desejo de exercer a profissão e a grande maioria dos entrevistados do meio rural pretende continuar na atividade.

A pesquisa indica que estas Casas Familiares estão contribuindo para o desenvolvimento local, na melhoria da qualidade de vida, na manutenção de valores culturais e no incentivo a atividades como agro-ecologia, turismo, artesanato e comércio. Uma questão que fica para a discussão: por que uma proposta pedagógica européia iniciada na década de 30 e aparentemente promissora, só agora parece desenvolver-se entre nós?

Em “*Educação e organização familiar no meio rural – algumas reflexões*”, Catarina Malheiros da Silva e Domingos Rodrigues da Trindade fazem uma discussão teórica acerca do lugar da educação no campo num mundo globalizado dominado pela racionalidade técnico-científica, que teria resultado no “desmantelamento e enfraquecimento das bases político-sócio-culturais das comunidades do meio rural”.

É preciso dizer que, embora este processo ocorra no mundo contemporâneo, também estão ocorrendo outros processos que vão na direção contrária, onde novas ruralidades estão sendo construídas, tendo como sujeitos estas comunidades rurais que buscam afirmar suas identidades sociais.

O texto pretende apontar a relevância da instituição escola para a superação das desigualdades presentes no meio rural, numa situação adversa onde a política de modernização do campo introduz uma racionalidade técnica crescente, que nega “os elementos naturais da forma de produzir” do camponês. Na zona rural, os alunos mantêm uma relação com a escola, marcada pela repetição e pelo fracasso, “já que esta permanece estruturada para o atendimento de crianças burguesas”. Esta concepção pedagógica, que mercantiliza a instituição escolar, desrespeita e marginaliza aqueles que vivem no mundo iletrado, mantendo a supremacia do suposto “homem civilizado” sobre o dito “homem atrasado e primitivo”. Cabe salientar porém, que a escola pode tanto contribuir para reproduzir estas relações (como lembra Bourdieu) com pode ser um instrumento de inclusão social.

Discutindo aspectos importantes da modernidade e a sua relação com a educação no espaço rural, é importante contextualizar a situação que está em tela.

No artigo “*Práticas educativas no mundo rural: aproximação diagnóstica em Viçosa/MG*”, Cristiane Moraes Marinho e France Maria Gontijo Coelho partindo de uma

⁴ Texto elaborado pelo professor Osvaldo Heller da Silva.

avaliação crítica da situação educacional da população rural brasileira, fazem um balanço de algumas iniciativas inovadoras neste campo.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 2007 revelam graves carências na infra-estrutura escolar e nas condições de oferta educacional no meio rural, que “historicamente têm legitimado um lugar subalterno à educação rural, consolidando diferenças e estereótipos que permeiam ainda hoje a relação campo e cidade”. Há hoje um significativo debate no país a respeito desta relação, onde se evidencia que “o Brasil é muito menos urbano do que se calcula”, nas palavras de José Eli da Veiga. Estas carências se materializam na precariedade da estrutura física e pedagógica, na falta de condições adequadas para o trabalho na baixa remuneração dos professores, na multisseriação, no isolamento e dificuldades com o transporte e a nucleação.

As autoras explicam o desinteresse generalizado pela temática da educação rural por uma série de motivos, indo da crença de que “a evolução natural do capitalismo” levaria a extinção do rural, passando pelos problemas de financiamento da pesquisa até “o valor relativo do rural ou dos valores culturais e ideológicos atribuídos ao rural e seus atores”. Assim, discute-se o papel da educação rural na propagação e perpetuação de “velhos mitos” que relacionam o rural como sinônimo de atraso e o trabalhador rural com a figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

Nesta perspectiva, práticas pedagógicas da educação rural deverão contribuir para “civilizar o selvagem”, desenvolver o atrasado a partir da “monocultura do saber urbano”, que desqualifica os saberes do campo, suas tradições e seus valores, “impondo a lógica do urbano e seus interesses”.

O modelo da escola rural representa apenas uma extensão da urbana, com calendários escolares extremamente rígidos e conteúdos “pensados pelo e para o urbano”, inculcando nos alunos uma imagem negativa do campo. Tudo isto contribuindo para a expropriação dos agricultores familiares e para a expansão do êxodo rural. Deste processo, a partir dos movimentos sociais, nasce o Movimento Por Uma Educação do Campo. A partir daí a Universidade Federal de Viçosa ensaia uma aproximação com as escolas rurais, implementando o projeto Universidade no Paiol.

Florencia Stubrin no trabalho intitulado “*Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Una experiencia alternativa de educación estatal*” faz uma abordagem teórica das ações educativas impulsionadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como práticas alternativas enquadradas no sistema de educação estatal.

Discutindo teoricamente esta problemática, a autora explora as tensões entre concessão e conquista, procurando evidenciar em que medida as mobilizações em defesa do direito à educação têm contribuído para a “conformación del mapa político de la educación del campo”.

O programa de reforma educacional implementado no Brasil a partir dos anos 90, se refletiu na educação do campo, com uma precarização das condições de escolarização das crianças, jovens e adultos. Num processo de transferência e descentralização administrativa, as responsabilidades financeiras, pedagógicas e de gestão das escolas foram deslocadas para a esfera local, acentuando a segmentação e a desigualdade no sistema educacional. Como resultado disto, os índices de analfabetismo rural continuam altos e o direito a uma educação de qualidade é negado a seus habitantes. Entre a população do campo desenvolve-se uma espécie de processo de “estranhamento”, que dificulta a construção de uma identidade autônoma.

Partindo-se da visão de que o campo é lugar de vida e não apenas de produção, busca-se construir o conceito de “educação do campo”, entendendo-a como um direito humano universal, que reivindica uma educação no e do campo. Ela supõe que os sujeitos têm direito de serem educados no lugar onde vivem; a educação deve ser pensada a partir de sua realidade e de sua cultura, contando com a sua participação ativa.

Este paradigma da educação do campo está estreitamente vinculado às mobilizações na luta pela terra e pela Reforma Agrária, protagonizadas pelos sujeitos que têm sido “históricamente víctimas de la opresión y la discriminación política, económica y cultural”. Neste sentido, o texto foca as ações educativas impulsionadas pelo MST, fundadas nas concepções e práticas de Paulo Freire e afinadas com os princípios políticos do Movimento, como a promoção do trabalho cooperativo e a luta pela transformação social. Visa-se construir uma pedagogia diferente para uma sociedade diferente, onde a prática pedagógica suponha uma crítica radical ao modelo tradicional baseado na assimetria, na competência e no mérito. Estas experiências educacionais remetem a uma discussão a respeito dos espaços de intersessão, cada vez mais difusos, entre Estado e sociedade civil, estes interstícios onde se realiza o espaço público.

Em “*Dimensões mediadoras das Metodologias Participativas enquanto instrumento de intervenção social no campo*”, Helder Ribeiro Freitas, Cristiane Moraes Marinho e France Maria Gontijo Coelho discutem os processos de mediação no campo, enfocando as Metodologias Participativas (MP's).

A problemática da mediação no campo brasileiro engloba uma diversidade de sujeitos constituindo o que BOURDIEU chamaria de campo, no qual se operam disputas sociais e são gestados diferentes habitus.

NOVAES classifica os mediadores em externos, os de "cima" e os de "dentro". Discute-se a necessidade de constituição das equipes de mediadores de forma transdisciplinar, de sorte que elas consigam compreender as práticas e valores culturais das comunidades e respeitar as suas formas de organização.

É preciso problematizar este papel de “mediação” no embate dos grupos sociais, primeiro distinguindo o lugar dos mediadores do lugar dos representantes ou porta-vozes. Segundo, se perguntando em que medida a mediação, significa o “justo meio”, equilíbrio, equidistância, imparcialidade e neutralidade.

As autoras Jacqueline Cunha da Serra Freire e Edna Ramos Castro, no trabalho *“Juventude camponesa na Amazônia Paraense: diálogo de saberes e a educação no cotidiano e projetos de vida de jovens assentados da reforma agrária”* fazem uma reflexão sobre a juventude camponesa, abordando o diálogo de saberes, a educação no cotidiano e os projetos de futuro destes jovens.

Com este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa combinada com análise documental e observação participante junto a jovens do Curso de Magistério da Terra.

Ouvindo 165 jovens de 15 a 29 anos, procurou-se romper com a “histórica invisibilidade dos jovens amazônicos e o silenciamento de suas vozes na pesquisa acadêmica”. Verifica-se que o cotidiano deles é marcado por conflitos sócio-ambientais, que ocorrem na Transamazônica e na Br 163 e, no plano educacional, por políticas públicas de exclusão social, que submete estas populações a processos de escolarização precarizados. A 1ª Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/PNERA, de 2004, revela o agravamento da problemática educacional no campo.

Através de desenhos, os jovens assentados expressaram as suas representações do vivido, onde a natureza aparece como um lugar exuberante, de vida harmônica e tranquila. Embora admitam a penosidade do trabalho agrícola, concebem o campo como um lugar bom de se viver. O estudo tradicional é percebido como elemento desagregador da família, devido ao deslocamento para a cidade. Já o Curso de Magistério da Terra é destacado como “elemento vivificador de suas culturas e práticas no campo”.

Apesar das representações positivas do rural, curiosamente para estes jovens, “ser alguém na vida” significa se formar em outra profissão para não ser inexoravelmente agricultor, o que poderia comprometer a reprodução social do campesinato na região. Ficam

algumas indagações: Esta atividade não-agrícola é necessariamente pensada fora do rural? Mas se esta ocupação não-agrícola for concebida como estratégia “externa”, justamente visando a manutenção da unidade de produção camponesa a chamada pluriatividade pode ser encarada como uma alternativa de reprodução social da unidade de produção camponesa?

A proposta desenvolvida na linha da Educação do Campo, fundada no diálogo entre movimentos sociais do campo e Estado, busca transcender “a concepção dominante do campo como lugar de produção agrícola ou agropecuária, situando-o como o lugar de produção de vida, de valores, de projetos de vida”. Não obstante, é importante frisar que, apesar disto, a agricultura continua sendo a atividade central do rural brasileiro. E na Amazônia, qual é o significado da atividade agropecuária para as populações locais?

Objetivando discutir o Projeto de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamentos Rurais, desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Lia Pinheiro Barbosa e Sandra Maria Gadelha de Carvalho apresentaram o trabalho “*A Escolarização dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Áreas de Assentamentos Rurais no Ceará*”.

O referido Projeto pretende escolarizar até a 4ª série 4.600 jovens e adultos nas áreas de Reforma Agrária, com base na Pedagogia Freiriana, numa parceria entre o INCRA, Secretaria de Educação, Centros de Educação de Jovens e Adultos e o MST.

Evidenciou-se que há muitas dificuldades dos professores em concretizar os projetos idealizados pelos movimentos sociais e a Universidade, porém, a educação “adquiriu um significado de conquista de direitos e de realização da Reforma Agrária”.

No cenário político contemporâneo é preciso repensar os marcos conceituais do Estado e da sociedade civil, uma vez que há uma maior flexibilização da esfera pública, como locus de encontro entre as duas instâncias. Neste contexto, a parceria passa a ser uma terminologia utilizada tanto pelos movimentos sociais quanto pelas instâncias governamentais. No entanto, as parcerias podem restringir a ação dos movimentos sociais e organizações não-governamentais à simples execução de programas ou projetos. Exemplo disto, é o papel desempenhado pelo sindicalismo rural funcionando como agência de operacionalização de políticas públicas.

Depois de enumerar algumas dificuldades que aparecem no próprio PRONERA, onde paira um estado de descrença, o estudo conclui que a “estrutura do Estado não se reorganizou para a relação de parcerias com os movimentos sociais”.

Lorena Cândido Fleury em “*O eco-poder: saberes científicos, disputas de poder e desenvolvimento rural*” apresenta o meio rural como palco de confronto entre diferentes

formas de saberes. Na atualidade, este rural é percebido como o lócus da maioria dos problemas ambientais.

Os embates entre diferentes usos sociais dos espaços naturais têm levado a uma crescente valorização dos saberes técnico-científicos sobre o meio ambiente, “como balizadores do debate e determinantes nas tomadas de decisão”. Nisto, ocorre a produção de um saber ecológico restrito aos especialistas. Estes saberes podem ser pensados em termos de um eco-poder. Michel Foucault entendia que o poder não é um objeto natural, uma coisa, mas ele é uma prática social constituída historicamente. Há uma estreita relação entre saber e poder, onde este, longe de impedir o saber, o produz.

Isto nos ajuda a pensar a ação de Organizações Não-Governamentais internacionais, que intervém diretamente nas formas de utilização do espaço natural, através da implementação de parques e reservas, quando muitas vezes há o exercício de um poder autoritário e dominador, que exclui os interesses das populações envolvidas.

O texto “*Donos das letras, donos do poder: o papel dos tabeliães na sociedade colonial brasileira*” de Maria Sarita Mota desenvolve uma recuperação histórica acerca da relação dos homens versados nas leis e o poder, naquele período do passado do nosso país. Este grupo seletivo de letrados formavam uma rede social de poder que institucionalizou-se como os “donos das letras”, conquistando, aos poucos, “certa autonomia dentro das instituições de poder”. Entre eles, a autora focalizou particularmente os tabeliães que exerciam uma atividade de tradição secular e detinham o domínio da linguagem simbólica. Isto lhes garantia um poder específico que lhes conferia uma capacidade de persuasão e decisão frente aos conflitos de terra no Brasil. Eram estes funcionários intelectuais, como advogados, escrivães e juizes, que decidiam sobre o destino de documentos legais que concediam ou criavam legitimidade à propriedade ou à conservação dos bens.

Criada em Portugal na Idade Média, a instituição notarial permitia aos tabeliães agirem como funcionários públicos em nome do rei, consolidando o direito estatal. Eles eram investidos no cargo por nomeação real e a função era vitalícia e transmitida de pai para filho. Como diz a autora, “alguns membros dessa honrosa classe profissional foram pactuantes na criação de “direitos” onde não havia nenhuma razão de ser; no registro de atos ilícitos tornados legais e diversas fraudes que denegriram a imagem pública desses profissionais”, muitas vezes ligadas a situações de grilagem de terras. Assim, no imaginário social ainda pesa o estigma da profissão devido à conotação pejorativa do termo “cartório”.

A pesquisa da história fundiária nas antigas freguesias rurais do Rio de Janeiro demonstra um forte processo de concentração de terras na região, dos séculos XVII ao XIX. E

a estrutura fundiária desigual contribuiu para que os donos do poder, estes senhores de terras, fossem também os senhores das leis.

Somente a Constituição Federal de 1988, regulamentada em lei federal de 1994, propôs alguma alteração neste quadro, instituindo o concurso público para obter-se a delegação do Poder Público como tabelião.

Ney Cristina Monteiro de Oliveira, em *“Educação do campo e poder local na Amazônia”*, propõe uma reflexão sobre a construção de espaços públicos, por meio de estratégias alternativas que coloquem novos desafios ao espectro democrático atual. Pensa-se na edificação de uma democracia substantiva, que pressuponha a combinação da democracia representativa com a participativa, sendo assim, mais ampla que uma democracia liberal.

A Amazônia apresenta um importante aspecto que deve ser levado em conta que é o fato de que grande parte dos municípios que compõem seu território tem características predominantemente rurais. Ali, é mister ressaltar o papel da educação, como resposta concreta às carências sociais “através de políticas sociais aderentes a um projeto de desenvolvimento do campo”.

Considerando valores presentes no modo de vida camponês, é preciso pensar políticas públicas educacionais que transformem os “silêncios históricos e sussurros de segmentos excluídos dos projetos de desenvolvimento do campo, em preciosos sinais de orientação”.

A autora vislumbra potencialidades enormes que podem brotar no trabalho de governos municipais, em propostas de descentralização, orçamento participativo, funcionamento de Conselhos, Cooperativas, etc. Uma nova cidadania estaria em construção.

O rural sempre foi visto como o lugar que não precisa de grandes investimentos, então a educação pode ser precária, trata-se de “oferecer uma educação pobre para os pobres do campo”. A chamada Educação do Campo propõe uma ruptura com este paradigma. No Pará, desde o início dos anos 1990, instalaram-se as primeiras experiências de Pedagogia da Alternância, em Medicilândia e em Marabá e os processos educativos alternativos do MST.

A pesquisa de Raquel da Silva Lopes, intitulada *“Conhecimento, escrita e poder: uma reflexão sócio-antropológica sobre alfabetização de trabalhadores rurais assentados na região da Transamazônica”*, a partir de um trabalho de campo, exercita uma reflexão “sobre ‘os efeitos da escrita’ em uma comunidade camponesa de tradição predominantemente oral e as implicações daí resultantes para o triplo processo de constituição/reconhecimento de um saber camponês, considerado ‘prático’, ‘empírico’; de apropriação de um saber considerado ‘teórico’, ‘científico’; e de empowerment dos envolvidos neste processo”. Ainda que

preliminarmente, a análise exploratória aponta para a artificialidade da suposta dicotomia entre os dois tipos de saberes mencionados, que deverá contribuir para uma resposta à equação saber>poder no campo.

A pesquisa tem origem num Projeto de Escolarização de trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica, através de uma ação de extensão universitária (convênio Universidade Federal do Pará/UFPA - INCRA, via PRONERA).

No seu conjunto, a sociedade brasileira pode ser considerada como grafocêntrica. No entanto, há diferenças, em alguns casos extremas, entre os modos como diferentes grupos sociais se relacionam com a escrita. E as diferenças nos usos da língua podem refletir desigualdades sociais. Como escreve a autora, “o problema é quem pode fazer uso e em que condições esse uso é socialmente rentável, pois a essas diferenças de usos lingüísticos, aparentemente habituais e corriqueiras, estão associadas profundas desigualdades sociais”. E ela se coloca a pergunta: o que significa o acesso à escrita para uma comunidade de camponeses, cuja experiência histórica é predominantemente oral?

As respostas da entrevistada Maria Aparecida de S. Braga, do município de Anapu, são contundentes e carregadas de significados.

Os ‘sem escrita’, os ‘iletrados’ do campo, possuem uma “cosmologia camponesa” ancorada na tradição oral, que os mantém como tais. Esta cosmologia faz parte de um ‘saber local’, “que é diferente do saber reconhecido e legitimado socialmente”. E há uma “escandalosa assimetria” entre estas duas esferas de conhecimento, em função de uma escala valorativa onde os conhecimentos da tradição oral quando não são simplesmente ignorados, são deslegitimados. Com o domínio da escrita ocorre a apropriação de um saber considerado científico e autorizado. Ao “se apropriar do código escrito no qual uma parte considerável do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade está codificado”, o sujeito vivencia um processo de empowerment. Nesta apropriação do sistema de escrita do saber socialmente legitimado, o ‘ex-sem escrita’ “realiza muito mais do que uma mera aprendizagem mecânica do código alfabético: ele se empodera”.

Como salientaram Bourdieu e Boltanski, a escrita se transforma de meio/modo de comunicação *em símbolo de distinção*. Assim, a alfabetização/escolarização é um poderoso rito de iniciação ao franquear “uma espécie de *senha* de entrada no mundo da escrita e, potencialmente, a participação nesse mundo”. Mas isto não nos autoriza a estabelecer uma relação causal entre domínio da escrita e cidadania.

4. Extensão universitária. Militância ou exercício científico?⁵

A extensão universitária, como toda extensão, é vulnerável à crítica da concepção que separa produtores e consumidores de conhecimento em dois pólos distintos. Mas nem tudo deve ser considerado uniforme e, nesta área, certamente que se poderá identificar diferenças nas formas de praticar a socialização do conhecimento produzido nas universidades, seja ele acabado, seja ele em processo de construção como parte do procedimento de inclusão. A virtude deste debate é que ele se centra na prática de socialização do conhecimento pelos dois lados: o da via da distribuição do que se encontra acumulado nas universidades e universitários, e o partilhar as experiências de conhecimentos construídos ou em construção, de formas diferenciadas no conjunto da sociedade. O reconhecimento gramsciano de todo ser humano como capaz de produzir idéias, por mais mecânico que seja o seu gesto, pode ser interpretado como populismo científico, ou epistemológico, mas pode igualmente ser entendido como um caminho para a apropriação direta do abstrato, ou dialeticamente, a apropriação concreta do abstrato pelos envolvidos no processo de sua produção. É este viés que tentaremos utilizar como balizador deste debate oportunizado por nove textos enviados e aprovados como referencia para o Grupo de Trabalho Saber e Poder, do II Encontro da Rede de Estudos Rurais.

Depois de publicado *Extensão ou Comunicação* de Paulo Freire (1975), o conceito de extensão ficou sob a tensão da crítica permanente dos que precisam enquadrar a atividade nos estatutos universitários. Não houve tempo para que um novo termo pudesse substituir o que se chama a construção do conhecimento em processo de interação entre técnicos e consumidores, ainda que tentativas tenham sido feitas, como a do próprio Paulo Freire que propunha a nomenclatura conceitual de comunicação, ou outros que vem denominando de intervenção de desenvolvimento, a este processo. Na prática, é a percepção de que os procedimentos de construção, validação e apropriação ou difusão do conhecimento são imbricados e mais complexos do que se apresenta nos manuais, como se fossem três processos distintos.

Inclui-se como extensão universitária, no contexto deste debate, o aprendizado profissional feito pelos estudantes, em estágios de vivência e interação com o público que deverá se beneficiar diretamente com a sua formação. O conceito abarca formas e utiliza veículos diversos, que vão desde manifestações artísticas como o teatro, a música, o cinema, o desenho, a pintura, a escultura, as artes plásticas até a prática das profissões liberais como a

⁵ Texto sistematizado pelo Professor Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

advocacia, as engenharias (agrícola, florestal, civil, elétrica, química, da produção), a economia e a sociologia. O fundamental do processo de extensão, no espírito deste debate, é a apropriação do conhecimento pela sociedade, representada pelos seus diversos e diferenciados atores.

O primeiro artigo submetido à análise em breve síntese, intitulado *O Teatro Rural do Estudante: uma análise sociológica* de Marta Gomes Lucena de Lima tem como foco o Teatro Rural do Estudante – TRE, fundado em 1952 no Rio de Janeiro. É interpretado como elemento de modernidade sob o argumento de que se pauta na transição de uma sociedade rural que gradativamente se urbaniza. O conceito de modernidade introduzido no texto se justifica pela transição do rural para o urbano e, por isso, soa como provocação em si mesmo. Toma por base a análise de uma peça teatral intitulada *Zé do Pato*, de Elza Osborne, declinando de ser uma análise da estrutura teatral; pretende ter como foco as transformações sociológicas na sociedade carioca, reveladas na peça. O texto prima pelo desenvolvimento do conceito de modernidade fundado na fragilização da atividade agrícola, e na urbanização, entendida esta última como a ampliação da rede de transporte e serviços, refletidos na organização do espaço, no traçado da cidade. A comparação dicotômica entre moderno (cidade) e antigo (campo) vai se delineando no texto demonstrando uma estrutura de interpretação nitidamente dual. O cenário apresentado é o bairro de Campo Grande ao qual se atribui característica contraditória, ora de centralidade (a "capital" da zona oeste), ora de periferia, distante do centro comercial e administrativo da capital federal. A presença de engenheiros e a admissão de homens e mulheres nas atividades urbanas são lidas como sinal de modernidade, assim como a passagem de uma sociedade agrícola e escravocrata para a industrialização e liberdade da mão-de-obra para inserção no assalariamento. Descreve a formação do grupo Teatro Rural do Estudante, o contexto em que ele se forma, seus componentes e a repercussão temporal e espacial do grupo. Analisa as personagens e o significado da peça teatral *Zé do Pato*, baseada na vida de José do Patrocínio, abolicionista cuja trajetória pessoal é demonstrada como sinal de possibilidade de emancipação da população negra. Apresenta contradições na explicitação dos objetivos do grupo, ora voltado para "fomentar a cultura na região incentivando a participação da população local no mundo das artes cênicas, para garantir ao grande público acesso à cultura", ora apresentado como atividade diletante:

A necessidade de fazer teatro era a motivação básica do grupo. E assim, os jovens de Campo Grande, após seu expediente de trabalho, praticavam a arte do teatro. Como relata Fróes: 'Eu trabalhava em um banco em Campo Grande e fazia teatro nas horas

livres. Era um grupo amador, eu não recebia pelo trabalho. Só quem recebia era o diretor'.

Sente-se falta da explicitação da ligação do tema com a proposta do Grupo de Trabalho, supondo-se que havia uma intenção de transmitir uma mensagem de reflexão sobre a cidadania, naquele caso centrada para a libertação dos escravos e da condição do negro, problema recorrente na sociedade brasileira.

Relata a formação de um grupo que se preocupava em fazer teatro preocupado com um conteúdo cultural voltado para população periurbana e rural, como explicitado acima, e demonstra que a atividade de extensão não se restringe apenas a profissionais oriundos das universidades, mas pode ser partilhado por agentes de qualquer grupo social, em ações de intercâmbio e solidariedade.

Ainda no campo das expressões artísticas mobilizadas como recurso de interação técnico x camponês, o que nos oferecem Dayana Gonzaga Souza e Freitas, Michelle Aparecida Gabrielli, Laura Pronsato e Willer Araújo Barbosa em *Arte-educação e educação ambiental popular do campo - um programa de extensão universitária?* Com uma linguagem fluente e agradável, em texto enxuto (8 páginas) descreve e analisa a atividade do grupo *Cuidação* da Universidade Federal de Viçosa, do qual fazem parte, em que se desenvolvem projetos com denominações sugestivas como Ecopedagogia, Corpo Brinca-Corpo Dança, Etnia Negra e Educação em Solos e Meio Ambiente-Sala Verde. Auto-define-se como "experiência híbrida entre Arte-educação, Educação Ambiental e Educação Popular do Campo". Inova na linguagem textual com a inserção do signo arroba (@) quando trata de gênero, relativizando o peso gramatical que prioriza o masculino. O @ sinaliza visualmente para uma expressão diferenciada para se referir a ambos, o que é apropriado de Azibeiro (2002), segundo o texto. Demonstra preocupação em uma abordagem que investe na auto-estima e formas de expressão pela percepção dos diversos atores envolvidos no processo de ensino, aprendizagem e cuidados que levem a valorização da auto-estima. Reporta-se a uma literatura embasada na transdisciplinaridade e na multidisciplinaridade, apresentando críticas a visões e práticas fragmentadas. Enquadra-se na linha das reflexões sobre o pensamento complexo, com apropriações e experiências na Agroecologia, no contexto da agricultura familiar.

O trabalho de Adriano de Sousa Barros e Maria do Socorro de Lima Oliveira, do Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal de Campina Grande (GPAF), é intitulado *Saber Técnico e Poder de Intervenção: alcances e limites da extensão universitária nas comunidades rurais*.

Tendo como lócus de atuação parte do Nordeste Brasileiro, em particular o Estado da Paraíba, o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA), criado em 1994 como programa de extensão da Universidade Federal de Campina Grande é identificado pela inserção no contexto do "processo de mudança discursiva do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido” que envolve a elaboração e implementação de políticas e projetos voltados [para] a modernização/desenvolvimento do Nordeste rural semi-árido." Tem como referencial o "modelo de intervenção, atrelado à perspectiva dos Sistemas Produtivos Locais (SPL's)" e "propõe, por meio do *agribusiness*, a criação de empreendimentos comunitários em forma de agroindústrias, nas quais os produtos das vocações locais receberiam um tratamento logístico dentro de um amplo processo de racionalização da produção."

Modernização é igualmente um conceito que aflora e dá o tom da reflexão feita pelos o seguinte título: *2 A Legitimação Discursiva da “Convivência com o Semi-Árido”: uma proposta de modernização.* O conceito de modernização se encorpa no item seguinte: *3 O empreendedorismo comunitário: uma perspectiva de intervenção de um saber técnico no semi-árido,* com a introdução dos termos empreendedorismo e saber técnico. No item *4 O saber técnico e o poder de intervenção* o caráter de modernização se consolida pela natureza ativa dos técnicos, manifestada pelo assumir do caráter intervencionista, revelando as contradições de propostas homogeneizadoras chocando-se com a diversidade comum ao modelo de produção camponês.

O que se encontra no centro do debate são modelos de intervenção capitaneados por grupos universitários, no contexto do semi-árido paraibano em que o conceito de convivência substitui o de combate a seca. Introduzem-se conceitos associados à idéia de sustentabilidade, desenvolvimento territorial, vulnerabilidade, multifuncionalidade, pluriatividade, expressando acompanhamento, inserção e atualização no debate que se dá no mundo acadêmico e científico sobre mudanças técnicas, sociais, econômicas e culturais, mas incorre em procedimentos clássicos de repasse de tecnologias homogeneizantes e descoladas dos referenciais camponeses. Ainda assim, reconhece-se que o processo de interação promove mudanças no ethos camponês e nas relações entre estes e a comunidade técnico-científica.

Do ponto de vista teórico o que muda é a percepção de que os efeitos climáticos atuando sobre a sociedade não são causa, em si mesmos, das desigualdades, mas são elementos que potencializam as desigualdades sociais materializadas na concentração de terras, recursos e tecnologias. Sua solução não se resumiria ao uso puro e simples de tecnologias, mas na promoção do capital humano ali existente, o que justifica a prática extensionista. Embutidos na prática de extensão universitária, vêm reflexões e intervenções

que possibilitam o crédito para apropriação de tecnologias existentes no mundo camponês, produzidas pelo campo científico e tecnológico através de centros e instituições de pesquisa, ou na interação destes com os agricultores.

Projetos, programas e fóruns se formam como lócus em que se afinam as perspectivas de forjar modelo de desenvolvimento ajustado às condições regionais, destacando-se o **Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA)**, o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – PATAC e a Articulação para o Semi-árido paraibano (ASA/PB). Reconhecendo virtudes e contradições nos projetos, programas e fóruns analisados, o artigo é crítico em relação aos efeitos deletérios e limites da prática extensionista, o que se explicita na conclusão com o seguinte trecho:

Pensar em intervenção técnica para as comunidades rurais do semi-árido nordestino é pensar num tipo de extensão que respeite a lógica e o saber do camponês. Lógica esta, baseada na ênfase da família e da cultura tradicional, como responsáveis por um modo de vida específico. E não num tipo de extensão que usa o poder do discurso e do saber técnico, cientificamente estabelecido, para impor um modelo de desenvolvimento baseado unicamente em perspectivas técnicas que muitas vezes estão aquém da realidade das comunidades rurais.

De fato, estamos diante de um conceito que não responde apenas pela extensão universitária, mas por todas as modalidades e amplitudes que a prática permeia.

Turma Especial em Direito para beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar: justiça desta ação afirmativa? Desafios para o acesso ao ensino superior dos (as) camponeses (as) é o longo título dado ao artigo apresentado por Cleuton Cesar Ripol de Freitas. Trata-se de justificativa e análise de ação afirmativa representada pela criação de uma Turma Especial no Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás, em que os alunos são oriundos de assentamentos de reforma agrária e de organizações militantes como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Pastoral da Juventude do Meio Rural – PJR. Consiste em texto que embasa juridicamente esta prática nos cursos universitários, acrescido de relato sobre as reações da sociedade, tanto a favor quanto contrárias, demonstrando a natureza polêmica do curso, principalmente quando se trata de conteúdos cobijados pelas categorias hegemônicas. O que poderia gerar incompreensão no enquadramento deste curso como atividade de extensão em si mesmo é dirimido quando o texto trata dos estágios de convivência como procedimento de aprendizado e formação, ao mesmo tempo em que presta serviço às comunidades em que os estudantes se inserem para práticas jurídicas sob acompanhamento pedagógico. Permite

levantar a pergunta sobre em que medida, nas atividades pedagógicas em que interagem estudantes, professores e integrantes de organizações da sociedade civil, estariam ocorrendo procedimentos de extensão, uma vez que todos estão envolvidos no reposicionamento epistemológico em que o fundamento é a produção e apreensão do conhecimento no sentido mais pleno? É uma pergunta que checa a natureza das abordagens fragmentadas, descoladas do caráter integrado da ação humana.

O que terá pensado Claudia Aresi quando submeteu seu instigante texto intitulado *O Território como suporte identitário para a cultura Kaingang* a este Grupo de Trabalho? O foco de sua reflexão, construída no âmbito do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é o conceito de território e suas implicações na produção e reprodução das comunidades indígenas. Mobiliza, por um lado, autores como Haesbert (1988), Rafestin (1993) e Milton Santos (1995) trazendo o debate para o campo da geografia que incorpora elementos culturais na análise do território. Por outro lado, o da antropologia, abre caminho para demonstrar como território, identidade e cultura se expressam através de atividades materiais no cotidiano Kaingang, demonstrando uma concepção de mundo que se constrói na relação de domínio do espaço. Recorre à explicitação da dualidade na cultura deste agrupamento indígena, e como ela se reflete na elaboração dos objetos que ultrapassam a funcionalidade, ganhando significados simbólicos que entrelaçam religiosidade e sociabilidade na produção material desta sociedade. Provocativo, o texto de Claudia Aresi sugere reflexões sobre a construção e/ou re-elaboração de identidades que se ancoram em territórios modificados pela fricção ou pelo domínio de grupos diferentes. Neste sentido, a re-territorialização implica uma re-apropriação de elementos diferentes dos ancestrais, modificados naquele mesmo espaço. Os Kaingang tiveram que se re-territorializar em campos de monoculturas como a soja que antes eram as florestas por eles habitadas. Poderíamos pensar nas tentativas de re-territorialização pelos camponeses sem terra depois das profundas transformações do campo brasileiro movidas pela modernização da agricultura do pós-guerra? Esta é uma das indagações que cabe ser feita e refletida, além daquela, fundamental no texto comentado, que se remete à reconstrução e re-territorialização das comunidades indígenas do país.

Ariane Cristina Brughnara, Bruna Patrício Bastos dos Santos, Camila de Castro Dias, Priscila de Souza Oliveira, Qelli Viviane Dias Rocha e Raquel Santos Sant'Ana, do Núcleo Agrário Terra e Raiz - NATRA, da Universidade do Estado de São Paulo, UNESP-Franca, trazem para o Grupo de Trabalho Saber e Poder no campo, texto sob título: *O Acampamento "Mário Lago" de Ribeirão Preto/SP: análise*

parcial do cadastramento realizado no ano de 2006. Caracteriza o grupo NATRA como interdisciplinar, envolvendo estudantes dos cursos de Relações Internacionais, Direito, História e Serviço Social, com prática de apoio e atuação junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 1998, na região de Ribeirão Preto e Batatais, em São Paulo.

Para efeito deste artigo, descreve as atividades no pré-assentamento Mário Lago, desde 2003, em frentes de trabalho identificadas como coletivos denominados de 1 Ciranda, 2 Educação, 3 Esporte, cultura e lazer e 4 Gênero. Constituído sobre as terras da Fazenda Barra, disputada litigiosamente mediante ocupações e reintegrações de posse, o NATRA foi solicitado pelo MST e INCRA para proceder ao cadastramento de 450 famílias que pleiteavam as terras. O instrumento utilizado neste processo foi um questionário que levantava dados estruturais sobre as pessoas, documentos exigidos para o enquadramento como público de reforma agrária, e dados sobre a safra 2005/2006. O NATRA incluiu no questionário original utilizado para o cadastramento do INCRA, dados considerados importantes para a sua reflexão e atividade de extensão, quais sejam o nível de escolaridade, naturalidade, faixa etária e local de origem.

O texto do NATRA é uma análise preliminar destes dados, em que se reconhece a dificuldade de atualização por conta da dinâmica no processo de disputa, com mudanças significativas no posicionamento do proprietário e dos camponeses durante a batalha jurídica.

Chama a atenção o volume e diversidade da produção agrícola levantada pelo cadastro:

o questionário evidenciou, na safra de 2.005/2.006, que os acampados produziram 42 tipos de produtos entre legumes, grãos, frutas e hortaliças totalizando mais de 30 mil toneladas de alimentos. Vale destacar a quantidade da produção de mandioca que ultrapassa 2 mil toneladas; a produção de abóbora que se aproxima de mil toneladas; de milho que ultrapassa 500 toneladas; e a produção de feijão que totaliza, dentre as suas variedades – Feijão guandu, carioca, baiano, de corda, catado, jaló e preto, 47 toneladas.

confirmando a aptidão dos assentados para a atividade agrícola e acenando com a perspectiva de sucesso, caso se concretize a cessão das terras. Estes dados permitem visualizar dois aspectos importantes da agricultura familiar e que devem ser colocados em relevo. O primeiro é a variedade de produtos, verificada como 42 tipos, demonstrando a riqueza da contribuição desta categoria social em termos de manejo e manutenção do banco de germoplasma de cereais, legumes, frutas e hortaliças. Outro aspecto é o do volume da

produção, superior a 30 mil toneladas, servindo como substrato de soberania alimentar e base de troca com a sociedade. O papel de recuperação social deste tipo de prática se materializa nos aspectos produtivos e econômicos aqui relatados.

O perfil dos assentados fica evidenciado pelos dados estruturais coletados e analisados. Sente-se falta de dados de área das terras pleiteadas e cultivadas, e de uma descrição das práticas dos assentados no que concerne à organização para o uso produtivo do território, ainda que esteja explícito no texto o objetivo meramente descritivo do perfil dos assentados. A relação área-volume de produção poderia ser um indicador esclarecedor do tipo de tecnologia e sua performance, que se não comparável à do agronegócio, permitiria outro nível de reflexão sobre o saber técnico dos camponeses.

A experiência de um estágio na região de Ribeirão Preto é o título do texto apresentado por Amaranta Ursula Fiess Leandro, Antonio Sérgio Escrivão Filho, Ariane Cristina Brugnhara, Juliana Lemes Avanci, Raoni Manoel Spetic da Selva, Suellen Cristina Pinheiro Bastos de Sousa, pertencentes ao NATRA, descrito anteriormente. Relata o relacionamento entre a UNESP, MST e INCRA no processo de formalização e práticas dos estágios de extensão dos alunos da UNESP no âmbito dos assentamentos de reforma agrária nesta região do Estado de São Paulo. Tem caráter relatorial e descritivo sobre o desenvolvimento das atividades do NATRA na consolidação dos estágios através dos convênios. Oferece reflexão crítica sobre as práticas realizadas pelos alunos em suas respectivas áreas, quais sejam a do Direito, da História, das Relações internacionais e do Serviço Social. Prima pela valorização desta prática como fundamental ao posicionamento ético e epistemológico dos futuros profissionais, no que concerne à percepção e possibilidades de diálogo pela experiência da proximidade no processo de formação acadêmica.

Luciano da Silva Alonso, Rodrigo da Silva Alonso e Marcela Vieira Duboc contribuem com o texto reflexivo intitulado *Algumas questões para o debate sobre a extensão universitária no espaço rural*. É marcado pela crítica à formação universitária baseada na valorização da retórica sem que esta se converta em transformações efetivas. Convoca autores conhecidos sobre a temática e se constitui em uma reflexão sobre as dificuldades e distância entre o conhecimento que se produz nas universidades e a demanda social. Pretende como abertas questões que levanta para debate, quais sejam: *Por que a incapacidade em atuarem [as universidades] no diagnóstico de problemas, no planejamento de estratégias e na execução de ações efetivamente capazes de transformar a realidade? Na condição de profissionais egressos, que tipo de contribuição poderão prestar para a evolução da*

sociedade neste campo do saber? Quantas instituições de ensino superior em nosso país concentram esforços e embasam seus projetos pedagógicos atendendo as particularidades do meio rural? A crítica assume caráter ácido apontando problemas na formação teórica descolada e distante da realidade, o que poderia ser interpretado como produto da dicotomia entre pesquisa, formação e apropriação do conhecimento pelos segmentos demandantes deste produto.

Kátia Regina Pichelli contribui com um artigo que se presta ao desfecho desta síntese. Sob o título *Comunicação e mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais – os papéis da comunicação*, fundamenta sua proposição no diálogo necessário entre a Teoria da Mobilização Social, de Toro e Werneck, e observações diretas e entrevistas realizadas com extensionistas e assentados no Município de Bituruna, no Estado do Paraná. É baseado em dissertação de mestrado defendida em 2007, na Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil, em que esclarece:

A pesquisa caminhou no sentido de: 1) examinar como funcionam os processos de comunicação para transferência de tecnologias rurais no Brasil, em específico para questões florestais e ambientais, observando como tais processos podem ser utilizados como estratégia de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais; 2) verificar como se dá a comunicação para transferência de tecnologia para os assentamentos rurais no Município de Bituruna, Paraná; 3) identificar como acontece o processo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico pelos assentados rurais, nos níveis de comunicação micro (pessoal), macro (cursos, reuniões) e massa (jornal, rádio, vídeo); 4) analisar como os veículos de comunicação podem ser utilizados para a transferência de tecnologia.

Concluiu que há efetivos problemas de mobilização baseados na falta de construção de sentidos pertinentes ao que vem sendo praticado, na falta de alcance das medidas de coletivização e deficiência no processo de comunicação, domínios em que deverão ser feitos investimentos para que seja eficaz o desenvolvimento dos assentamentos na área priorizada para o estudo.

Fechando as sínteses para abrir o debate

Os textos agrupados neste bloco nos permitem refletir sobre as mudanças no posicionamento dos agentes de desenvolvimento, sejam eles discentes, docentes ou integrantes de equipes de intervenção no meio rural, em relação aos objetos escolhidos para tratamento, principalmente no que concerne ao reconhecimento dos atores sociais como capazes de interferir na percepção dos pesquisadores e extensionistas, moldando as demandas e o encaminhamento do processo de elaboração dos conteúdos da intervenção. Permite verificar os pesquisadores questionando o caráter supostamente neutro da ciência ao assumir

posições nitidamente engajadas e associadas a categorias sociais como parceiras no processo de construção do conhecimento científico, reconhecendo a validade do conhecimento popular, leigo, não-científico, como dado importante no processo de observação, elaboração, negociação, validação e apropriação dos processos e produtos da pesquisa, da formação e das ações de intervenção na perspectiva do desenvolvimento.

Estão subjacentes aos textos noções de modernidade que se associam ao conceito de desenvolvimento, seja ele substantivo ou adjetivado como sustentável, durável, local, regional, o que merece ser ressaltado como pano de fundo para o debate. Continuam existindo contradições subjacentes aos discursos e às práticas, uma vez que o ensino continua sendo disciplinar e fragmentado. O esforço de ação interdisciplinar permite ajustes no processo, exercita a capacidade de captação, registro e análise dos dados e informações no calor do engajamento e da proximidade com os indivíduos e coletividades, exigindo maturidade e vivência dos extensionistas.

Um dos elementos fundamentais deste processo, dito de extensão, é que se confrontam tipos de conhecimentos produzidos de formas diferenciadas, em diferentes campos temáticos, em espaços temporais distintos, com premissas diversas, e para usos vários, no mesmo espaço físico e contextual, sem que se tenham elementos de reflexão capazes de dar conta de todas estas variáveis e suas conseqüências interativas. A extensão pensada como intervenção de agente sobre outros, pressupondo passividade destes últimos, ou como processo de comunicação concebido como relacional entre emissor e receptor de mensagens, vem sendo superado e transformado com a incorporação de novos paradigmas em que a complexidade da elaboração, produção, adaptação, validação, absorção, incorporação se entremeiam, mobilizando a compreensão de aspectos produtivos, econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais, demandando outras formas de pensar e agir enquanto intelectuais e agentes de desenvolvimento.

O perigo de assumir o papel do outro para evitar ou administrar os conflitos é iminente. Deve ser evitado com o reconhecimento das diferenças e a construção de um processo em que cada um, sem perder sua identidade, possa contribuir para usufruir o produto das sinergias inerentes a este processo.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 6 – Saber e poder no campo

**SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA**

Cidônea Machado Deponti¹
Jalcione Almeida²

Resumo

A mediação social é um tema que nos últimos anos vem ganhando espaço nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente, nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento. Este processo compreende uma relação que se apresenta como uma “via de mão dupla”, ou seja, a via representa a relação, uma das mãos é os mediadores, e a outra é os mediados. Portanto, no processo de mediação há reflexos para todos os lados, tanto mediadores como mediados afetam e são afetados pelo processo. A mediação pode ser compreendida como um conjunto de saberes, idéias, valores, crenças, conhecimentos, modos de comportamento e visões de mundo que são transmitidas com o objetivo de construção de novas posições e identidades. A mediação se ancora no reconhecimento de um saber-fazer por parte dos mediados e na troca de conhecimentos ou saberes técnicos e científicos com mediadores. Este artigo objetiva compreender a mediação social, justamente porque se tem dado pouca importância a este tema e à reflexão crítica sobre o trabalho realizado por profissionais especializados na mediação relacionada à extensão e ao desenvolvimento rural. Para isso, primeiramente, será feita uma breve exposição sobre o tema da mediação social, destacando seu conceito, objetivo e composição. Num segundo momento, apresenta-se três abordagens teóricas³ e se estabelece uma análise comparativa das mesmas, identificando-se as potencialidades e os possíveis usos de tais concepções. A compreensão da mediação realizada por técnicos vinculados a instituições através da análise da intervenção social poderá permitir o desvelar dessas ações e evitar simplificações sobre a própria mediação.

Palavras-chave: Mediação Social; Projetos de Desenvolvimento; Desenvolvimento Rural

1. Mediação social

Apesar de este processo ter sido pouco estudado, o tema da mediação, nos últimos anos, vem ganhando espaço nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento.

Conforme Sardan (1995), não faltam escritos normativos descrevendo a missão dos agentes de desenvolvimento ou elogiando os méritos de determinado método aplicado. No entanto, apesar da imensa literatura sobre esse tema, há carência de discussões sobre os

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Professor dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia, ambos da UFRGS. Pesquisador CNPq.

³ Trata-se das abordagens da sociologia crítica de Pierre Bourdieu, da teoria do Ator-Rede (ANT) e da perspectiva voltada ao ator (van der Ploeg e Long).

agentes de desenvolvimento no tocante à análise de suas práticas, de suas dificuldades e de sua “real” inserção no meio rural. Para este autor, é legítimo conhecer, inquirir e avaliar suas estratégias pessoais, seus malogros e as contradições às quais a sua posição se expõe.

A idéia de desenvolvimento rural requer um repensar ou redefinir da atuação dos agentes que promovem ou buscam o desenvolvimento rural. Esses agentes constituem-se em mediadores sociais⁴ e estabelecem relações com os agricultores que se configuram num processo de mediação.

A mediação é uma relação que apresenta uma dupla imbricação. Segundo Neves (1998, p. 151-152), ela “alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso”. A mediação é a institucionalização de um sistema de regras que mobilizam a mudança de comportamento e que visam a reduzir a desarmonia entre visões de mundo e a promover um diálogo entre elas.

O exercício da mediação apresenta instrumentos de aplicação e formas de objetivação muito diversas. Essas múltiplas formas de mediação permitem a interligação de mundos diferenciados e pressupõem a ruptura com o modo de pensar e se comportar tanto de mediadores quanto de mediados.

O mediador reporta-se àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar conflitos e obter a conciliação entre os distintos grupos com diversos interesses. O mediador é um agente externo ao grupo mediado, raramente dominando, de forma integral, os códigos estabelecidos pelos mediados em suas ações. O mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhes confere tal status (OLIVEIRA, 2004).

O mediador possui, portanto, uma “aura de legitimidade” que está associada aos capitais simbólico, cultural, político, social e ao poder instituído por uma determinada organização que lhe permitem solucionar conflitos com vistas a uma conciliação entre grupos com diferentes interesses (OLIVEIRA, 2004, p. 37).

A mediação configura-se na atuação daquele agente que, detentor de um poder institucionalizado por uma organização, assume o papel de aproximar grupos diferentes com interesses distintos. O mediador estabelece uma aliança entre esses dois mundos olhando em duas direções ao mesmo tempo.

⁴ Há vários agentes sociais que se configuram em mediadores sociais, tais como: organizações não-governamentais (ONGs), associações de agricultores, instituições de extensão rural e pesquisa tecnológica, empresas, universidades, igreja, Emater, Embrapa, sindicatos, líderes comunitários, etc..

1.1 Mediação e desenvolvimento rural

Segundo Sardan (1995), o desenvolvimento sob a sua forma operacional (serviços técnicos ou projetos) transita “inelutavelmente” por agentes de desenvolvimento, que constituem a interface incontornável entre um projeto e os seus destinatários.

O nome destes agentes de desenvolvimento varia de acordo com os seus domínios de intervenção e as suas competências. Os agentes de desenvolvimento podem ser representados por técnicos agrícolas, extensionistas, agrônomos, veterinários, agentes de saúde, enfermeiros, agentes de alfabetização, assistentes sociais e educadores.

É através dos mediadores ou agentes de desenvolvimento que as instituições de desenvolvimento passam a se dirigir aos destinatários ou público-meta. Os mediadores devem passar as mensagens técnicas, sensibilizar e conscientizar os agricultores, tudo ocorrendo como se estes agentes de desenvolvimento fossem ou devessem ser transparentes realizando uma transmissão de conhecimentos (SARDAN,1995).

Através dos agentes de desenvolvimento ou mediadores entram em interação dois mundos, ou melhor, duas visões de mundo, dois sistemas de sentido. O exercício da mediação é constituído pela difusão e construção de saberes, comportamentos, idéias e valores que serão transmitidos e irão propiciar a incorporação de novos comportamentos, identidades e visões de mundo.

Os agentes de desenvolvimento rural geralmente estão vinculados a um projeto de desenvolvimento em que as idéias, as previsibilidades e as intenções dos mediados se expressam por um exercício de encontro e de confronto com os objetivos institucionais que os mediadores representam. Forma-se assim uma arena, que é um lugar de confrontações concretas de agentes sociais em interação. Logo, um projeto de desenvolvimento é uma arena que não é neutra, porque apresenta conflitos entre os grupos estratégicos⁵.

Para análise da intervenção através de projetos de desenvolvimento, a utilização do conceito de arena, ao invés do conceito de campo de Bourdieu, apresenta um poder descritivo mais forte. O conceito de campo reporta a um mercado, no sentido metafórico, onde os atores dotados de capitais diversos (econômico, simbólico, cultural, social) estão em concorrência. O campo é certo tipo de estrutura atomizada composto de instituições e de

⁵ Grupos estratégicos aparecem como agregados sociais mais empíricos que defendem interesses comuns. Esta noção é essencialmente de ordem empírica e metodológica, ela supõe que numa coletividade dada, todos os atores não têm nem os mesmos interesses, nem as mesmas representações e que, segundo os problemas, seus interesses e suas representações agregam-se diferentemente, mas não importa como (SARDAN, 1995).

agentes especializados. Essas estruturas são interiorizadas por esses agentes através de um *habitus* que gera suas práticas.

A opção pelo conceito de arena não exclui o conceito de campo, pois a abordagem teórica de Bourdieu considera o *habitus*, os campos e os capitais como elementos centrais. A noção de arena é de ordem mais interacionista e política, aproximando-se mais da realidade empírica da intervenção, porque não seria possível definir um único campo de atuação dos mediadores, já que eles incorporam os capitais que se formam em vários campos, por exemplo, os mediadores utilizam um jargão baseado no campo técnico-científico, mas sua atuação é no espaço social da extensão. Por isso a idéia de arena torna-se mais precisa, colocando em jogo duas acepções de poder; grupos estratégicos heterogêneos se afrontam, movidos por interesses (materiais e simbólicos) mais ou menos compatíveis, dotados de poderes relacionais distribuídos de forma desigual.

Conforme Neves (1998), os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação.

Os tipos de mediação que são realizados pelos agentes de desenvolvimento são múltiplos. Dentre eles, Sardan destaca que o agente de desenvolvimento tem uma dupla função: a) de "porta-voz" dos conhecimentos técnico-científicos e b) de mediador entre estes conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares.

Este duplo papel não existe sem assinalar a "injunção contraditória", que se manifesta, de um lado, pelo fato de o agente de desenvolvimento exaltar os conhecimentos técnico-científicos contra os conhecimentos populares, e, de outro, unir um com o outro (SARDAN, 1995).

Para Sardan, esta contradição "real" é mascarada na medida em que as instituições de desenvolvimento atribuem oficialmente ao agente de desenvolvimento só um destes dois papéis. Consideram-no, sobretudo, como um porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, e o formam para essa missão. Não há um ensinamento sobre seu papel de mediador entre diferentes conhecimentos, e assim ele deve ser, simultaneamente, o divulgador, o missionário, o propagandista, o animador, o técnico, o retransmissor.

De acordo com esse autor, o papel esquecido ou ocultado de mediador parece extremamente adequado à sua função real, já que o agente de desenvolvimento deve operar a "transplantação" de uma mensagem técnica (procedente do discurso científico) num sistema de significações próprias a uma população rural específica.

Conforme Neves (1998), os mediadores tendem a atribuir a si um papel de salvador ou emancipador, principalmente por dois motivos: pela transmissão de outras visões de mundo aos mediados; e, pela incorporação de saberes diversos (capitais) daqueles apresentados pelo grupo mediado. A experiência de vida acumulada pelo mediado é, muitas vezes, desqualificada e negada. Os agricultores são vistos, simplesmente, como destinatários passivos, não como ativos na elaboração de estratégias referentes a seus próprios projetos (LONG, 2001).

Sardan (1995) afirma que os agentes de desenvolvimento não são necessariamente conscientes de seu papel de mediador, na medida em que é precisamente o seu papel de porta-voz que sempre é posto em evidência, sendo definido e legitimado por uma "competência técnica" (no campo do saber técnico-científico).

Sardan, ainda, destaca a necessidade de constatar outra competência, que não lhes é fornecida. Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma denegação e uma rejeição dos conhecimentos populares. A capacidade de conhecer e de compreender os conhecimentos populares está no centro da função de mediador que deve também ser a função do agente de desenvolvimento, pois este se configura como um mediador.

Neves salienta que os mediadores se apresentam como quem sabe o que deve ser produzido, a direção que deve ser impressa ao processo e o que vai acontecer. Entretanto, os mediadores não têm controle sobre este processo, eles próprios desconhecem o tipo e a prática de mediação que encarnarão nesta relação. Lidam com as resistências derivadas dos desacordos, dos desencontros de significados e de valores atribuídos a recursos materiais e simbólicos. Mesmo na aceitação lidam com reinterpretações e reapropriações (NEVES, 1998).

De acordo com a autora acima mencionada, não dispondo das competências necessárias à mediação entre conhecimentos, os agentes de desenvolvimento asseguram esta mediação de maneira imprópria ou unilateral. No entanto, de qualquer modo, a mediação ocorrerá, em boas ou más condições, com os seus equívocos e seus deslizes ou desvios de sentidos. As citações do discurso técnico-científico passadas pelos mediadores serão inelutavelmente reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

O papel de mediador tem, ainda, outras facetas, de acordo com Sardan (1995). No processo de mediação não são simplesmente conhecimentos que se confrontam ao redor de

uma operação de desenvolvimento, mas também comportamentos, práticas, interesses, lógicas e estratégias respectivas, múltiplas, diversificadas, ambíguas e flutuantes.

Os agentes de desenvolvimento situam-se no lugar de encontro destas táticas e destas estratégias. Estes agentes têm de assumir uma função de mediação, à qual são pouco ou mal preparados. Compreender as lógicas de ação do grupo, conhecer as diversas forças presentes numa localidade, analisar as capacidades do grupo, apreciar os desafios políticos, económicos e simbólicos locais demandam uma escuta e um saber-fazer (SARDAN, 1995).

A aplicação local de um projeto de desenvolvimento coloca o agente de desenvolvimento, necessariamente, como um gestor, bem ou mal preparado, consciente ou não, com ou sem controle, das relações de força e dos compromissos.

A esse respeito, segundo Sardan (1995), os agentes de desenvolvimento têm de assumir uma tripla função permeada de contradições e de ambigüidades, quais sejam: a defesa dos seus próprios interesses pessoais; a defesa dos interesses de sua instituição; e a mediação entre os diversos interesses dos outros atores e das facções locais. Através desta "missão impossível", o agente de desenvolvimento aparece como um ator bastante específico da arena local.

Para Neves (1998), o papel social dos mediadores não pode ser entendido se não se considera o carácter extremamente contraditório no que se constitui. O exercício de mediação apresenta frutos de sua dinâmica que são os conflitos. A contradição inerente ao processo de mediação não pode ser superada, mas deve ser constantemente gerida e questionada.

Para Sardan, em torno das ações de desenvolvimento, dois mundos entram em contato. Poder-se-ia falar de duas culturas, dois universos de significações, dois sistemas de sentido. De um lado, há a configuração de representações dos destinatários, dos desenvolvedores, dos recipientes, dos mediados. De outro, há a configuração de representações das instituições de desenvolvimento e seus operadores, dos agentes de desenvolvimento, dos desenvolvidos, dos mediadores. É em torno de tentativas de transferência de saber-fazer que estes dois conjuntos de saberes e de significações entram em relação (SARDAN, 1995).

2. As abordagens teóricas sobre a mediação social: limites e potencialidades

Primeiramente, discute-se as limitações das três abordagens teóricas propostas para a mediação social.

2.1 A perspectiva orientada ao ator

A abordagem orientada ao ator é acusada de negligenciar as relações sociais e/ou o amplo cenário estrutural e centrar suas explicações de forma demasiada na agência e na racionalidade instrumental dos indivíduos. Em outras palavras, na perspectiva do ator, como o próprio nome já ressalta, os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Então, pergunta-se: qual o peso da estrutura nestas ações? Se a noção de agência visa a conciliar a estrutura e a ação, será que esta noção consegue realizar esta conciliação? Embora esta abordagem não exclua a idéia de estrutura, talvez se fixe demasiado na capacidade dos atores. Os atores podem tudo.

Long e Ploeg (1994) respondem a esta crítica destacando que não negam o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise.

Os autores destacam que a abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições; permite explorar os valores locais e conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos mundos da gente”. De acordo com Long (2001), esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e como um novo modo de conceituar as complexidades e dinâmicas da vida social.

Long e Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e desconsideram a heterogeneidade como traço estrutural e não casual do desenvolvimento rural.

Outro ponto que deve ser esclarecido é que a perspectiva do ator é, muitas vezes, confundida com a abordagem do planejamento participativo. É necessário deixar claro que os autores consideram esta última abordagem insuficiente, porque suas propostas representam interesses específicos, na maioria das vezes, diversos das expectativas e dos projetos dos atores envolvidos. Além disso, alguns grupos são selecionados para serem empoderados, sem uma análise cuidadosa do conhecimento da dinâmica de implicação do poder nos projetos dos

atores envolvidos. O empoderamento não depende, no primeiro momento, de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de *experts* que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface e de negociação (LONG, 1994;1995).

Long ainda destaca que a imagem que se transmite na proposta participativa é a de agentes de desenvolvimento externos dotados de poder, que o transmitem a agricultores despossuídos do mesmo até o momento em que se inicia a intervenção.

A abordagem participativa também apresentaria limitações de caráter analítico que acabam gerando uma compreensão restrita das complexas forças sociais e políticas que estão em ação nas relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento (GUIVANT,1997).

Segundo Long (1995), ainda que se convoquem os agentes de desenvolvimento a “escutar” o conhecimento local dos agricultores e a desenvolver estratégias alternativas desde baixo, ainda continuará existindo a contradição de que são agentes externos que têm a tarefa de fortalecer o balanço de forças na direção dos interesses locais.

Não desmerecendo o exaustivo trabalho realizado pelos autores na tentativa de entender a intervenção para o desenvolvimento a partir de uma análise construtivista e observar as possibilidade de conciliação entre a estrutura e ação, destaca-se que a essa abordagem não considera a relação entre sociedade e natureza que configuram os contextos de desenvolvimento rural, considerando apenas os elementos naturais.

Com relação ao processo de mediação, analisado pela perspectiva do ator como intervenção para o desenvolvimento, os autores discutem a formação do conhecimento, ou seja, do processo cognitivo, a legitimação e os conflitos sociais com base na teoria de Giddens e Foucault. Embora tais teorias apresentem ampla repercussão teórico-prática, manifesta-se nítida preferência pela análise da capacidade dos atores sociais em detrimento da relação estabelecida no processo de intervenção.

2.2 A abordagem teórica da sociologia crítica

O trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu tem ampla influência nos estudos recentes sobre a mediação social, mas esta irradiação não oculta algumas críticas de que esta abordagem teórica é objeto.

A concepção de classes sociais desenvolvida por Bourdieu é considerada alvo de crítica por alguns autores como, por exemplo, Mendras e Touraine⁶.

Mendras propõe uma visão cosmográfica da sociedade, como um céu onde as estrelas se ordenam em constelações diversas. Para esse autor, seria errôneo considerar que ainda existam classes sociais, no sentido entendido por Bourdieu. A noção de estrato social liga-se a uma abordagem empírica, enquanto a noção de classe social é uma noção teórica. Utilizar o termo estrato significa que os indivíduos que o compõem foram classificados segundo um critério qualquer que permite ordená-los.

Segundo Touraine a luta de classes é um conceito obsoleto e caduco, pois a passagem da sociedade industrial para pós-industrial se traduz por uma modificação dos conflitos, tanto dos móveis quanto dos atores. Os atores não são mais redutíveis a uma oposição entre duas classes, em contrapartida, diferentes movimentos sociais emergem. Os grupos sociais têm uma identidade própria e não se definem simplesmente por oposição às classes dominantes. Para Touraine, ao contrário do que afirma Bourdieu, as relações de dominação não bastam para explicar as diferenças sociais e culturais.

As críticas de Mendras e Touraine, no entanto, parecem um tanto obsoletas, focando maior preocupação com o conceito de classes sociais, definições que não prejudicam a análise das relações sociais permitida pelo enfoque teórico de Bourdieu, principalmente no que tange à mediação. Além disso, Bourdieu utiliza diversas categorias⁷ para explicar a dominação.

A sociologia de Bourdieu também é acusada de não fornecer uma análise pertinente da mudança social, porque estaria centrada nos mecanismos e estratégias de reprodução, sendo a análise da mudança social excessivamente estática e negligenciadora da história.

Conforme Boudon, a teoria da reprodução negligencia o papel dos atores, adotando uma concepção passiva dos indivíduos. A teoria faz do indivíduo um simples produto da sociedade, uma espécie de fantoche animado por uma lógica social maior do que ele, ou seja, a estrutura. Mesmo que o conceito de *habitus* tente superar a oposição entre ator e sistema e conceda certa autonomia aos agentes sociais, o sentido da causalidade vai das estruturas para os indivíduos (BONNEWITZ, 2003).

⁶ As críticas sobre classe social feitas por Mendras e Touraine foram obtidas em BONNEWITZ (2003).

⁷ São utilizadas as seguintes categorias: campo, *habitus*, capitais, violência simbólica, legitimidade, conflitos sociais, representação.

Ainda sobre esta perspectiva teórica, alguns autores destacam que seu arcabouço teórico adotado é matizado de estruturalismo e de referências marxistas, além do uso de forma emblemática do conceito de *habitus*. O *habitus* seria onipresente e onipotente, estando ao mesmo tempo em toda e em nenhuma parte e não se sabe como ele é transmitido.

Definir a noção de *habitus* como onipotente e onipresente, além de mencionar a impossibilidade de compreensão de sua transmissão talvez tenha sido uma crítica demasiada, e também fundada na incompreensão da relação dialética estabelecida entre a estrutura e ação.

Considerar que a análise social é estática e negligencia a história é desconsiderar a existência da trajetória social e todos os mecanismos de dominação, violência simbólica e conflitos sociais amplamente discutidos pelo autor.

No entanto, destacar que o sentido da causalidade vai das estruturas para os indivíduos, talvez seja uma crítica pertinente, porque embora Bourdieu considere as estratégias dos agentes e suas diferentes formas de materialização, elas são orientadas pelo *habitus*.

2.3 A teoria do Ator-Rede (ANT)

A abordagem do ator-rede recebe várias críticas por diversos motivos, pois além de representar o “novo”, propõe uma ruptura epistemológica.

Latour é acusado de eliminar as estruturas materiais e ideais que configuram a ação e fixar-se nas práticas que performam o mundo, associando humanos e não-humanos em um tecido sem costura e sem fim que cobre o mundo. Para Latour (1984, p. 177) “nada se reduz a nada, nada se deduz de nada do outro, tudo pode se aliar a tudo”. Portanto, na ANT nada é dado, pois tudo pode ser desconstruído, o mundo não é uma totalidade de fatos, mas uma concatenação infinita, concreta e quase viva de humanos e não-humanos, que se co-constituem, construindo um mundo em comum. Dessa forma, a ANT, desconhecendo a diferença e a alteridade, reduz tudo à unidade e à identidade (VANDERBERGE, 2007).

O universo científico aparece como os outros universos, talvez demasiado como os outros. A posição relativista da noção de verdade científica suscita críticas ferrenhas e se coloca como o ponto mais frágil dos trabalhos da ANT, desde o ponto de vista metodológico, conforme Hernández. Para alguns sociólogos o problema consiste em eliminar as rupturas sobre o mundo que eles mesmos criaram. Os métodos de hibridação (Latour) e tradução (Serres) seguem sendo dualistas e parecem que serão necessários novos esforços para elaborar

um método de trabalho mais de acordo com a teoria que não seja “cautiva” das rupturas epistemológicas tradicionais (HERNÁNDEZ, 2003).

Antropomorfizando os objetos a todo custo, Latour não comete somente um erro de categorias, para não dizer um erro ontológico, arriscando-se a ofender humanos e humanistas em particular, mas ele reduz também os objetos a simples coisas utilitárias e instrumentais (VANDERBERGE, 2007). A indistinção operada entre humanos e não-humanos e objetos e sujeitos não permite dar conta das especificidades dos comportamentos humanos.

Vanderberge ainda prossegue na crítica destacando que o A de ANT indica correspondência com uma teoria da ação. Contudo, devido a insistência dos autores na interobjetividade, assim como na dessimbolização da realidade, descentram a tal ponto o sujeito que se pode perguntar se esta abordagem ainda permanece no âmbito da teoria da ação pragmática na qual ela se inspira, pois extirpa os resíduos humanista até a raiz.

2.4 As potencialidades das abordagens teóricas propostas

O enfoque orientado ao ator objetiva explicar e entender as respostas diferenciais e as experiências vividas pelos atores sociais diversamente localizados e afetados a circunstâncias estruturais similares e a condições que pareçam relativamente homogêneas, e compreender os projetos de desenvolvimento, desde sua concepção até sua realização.

A perspectiva do ator desenvolve conceitos básicos e apresenta pedras angulares que permitem uma compreensão mais ampla e completa do enfoque. Além disso, Long faz esforço para tornar mais concreta à discussão teórica, demonstrando análises empíricas baseadas em estudos que procuram conciliar a teoria e a prática, principalmente, em contextos latino-americanos. O objetivo do autor é apresentar um telão de fundo reflexivo útil para compreensão de seus argumentos teóricos.

Long e Ploeg apresentam críticas aos modelos de intervenção que são aplicados de cima para baixo, através de projetos desenvolvidos por agências de desenvolvimento com objetivos definidos e esperados e aplicados por agentes de desenvolvimento, como por exemplo extensionistas.

É necessário esclarecer dois pontos. Primeiro, os autores criticam as formas de intervenção mais do que a própria intervenção. Segundo, defendem que o desenvolvimento, sendo um processo multifacetado, multi-ator, multi-nível, multidimensional, multissetorial permite ampla forma de objetivação, pois sua heterogeneidade e diversidade admitem

diversas possibilidades, não excluindo e sim valorizando novos diálogos, redes, produtos, instituições, capitais ecológicos, sociais e culturais.

Long e Ploeg são a favor da compreensão da sociedade desde baixo, da documentação da situação cotidiana micro e prática social. Eles não aconselham o esquecimento ou negligência das questões macro, mas o cuidado de verificar que muitas situações macro dependeram de escolhas, estratégias e ações micro. Eles salientam que não há uma predefinição dos acontecimentos, determinismo histórico, mas que a história é construída a partir dos conflitos de interesses entre os diversos mundos de vida.

Conforme os autores, a compreensão da intervenção como um plano ou projeto com limites claros no tempo e no espaço, com objetivos pré-definidos por instituições e aplicados por agentes de desenvolvimento limita o desenvolvimento rural, porque a sua gênese está dentro das próprias comunidades, dentro dos grupos e das redes rurais. O desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza através de projetos. Os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades, motivações. A importância está em entender o mundo de vida dos locais, as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida, formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação.

Portanto, não se trata de substituir políticas *top down* por políticas *bottom up*, mas redefinir e reorientar o olhar sobre o rural, considerando as interfaces, os jogos de poder, as arenas, os domínios, as redes, etc.

Há necessidade de compreensão do tema do desenvolvimento rural. É urgente que se quebrem *tabus*. Somente o entendimento do processo multifacetado, a percepção dos elementos de continuidade e de mudança e da multitude de estilos de agricultura permitirá a valorização da arte da agricultura. Conforme as palavras de Ploeg et al. (2000, p. 40): “*It can be fully explored and elaborated or it can be neglected and ignored. There is a world to win, but also a world to lose*”⁸. Tudo depende da atitude tomada frente ao processo que se delineia.

Na sociologia crítica, Bourdieu desenvolveu uma teoria construtivista das práticas de reprodução social, uma teoria total sobre o mundo social, capaz de superar, ou melhor, de eliminar a antinomia da ação e da estrutura, integrando dialeticamente a ação e a estrutura, o *habitus* e o campo, em um mesmo sistema de reprodução, superando, assim, a oposição entre o subjetivismo e objetivismo.

⁸ Isso pode ser explorado e elaborado ou pode ser negligenciado e ignorado. Há um mundo a ser ganho, mas também um mundo a ser perdido (livre tradução).

A abordagem teórica bourdiana pode ser denominada de estruturacionista⁹, porque mostra o modo como a sociedade constitui o indivíduo, ao mesmo tempo em que o indivíduo constitui a sociedade. Bourdieu critica e reformula o estruturalismo, acusa-o de ignorar o sentido que os agentes conferem às suas ações, sentido este que orienta as suas práticas. Além disso, Bourdieu acrescenta a noção de estratégia, considerando que os agentes sociais têm capacidade de enfrentar situações imprevistas e constantemente renovadas e estabelecer relações entre os meios e os fins, adquirindo bens raros nos diversos campos sociais.

Na abordagem do autor é possível verificar os mecanismos que estão por trás das relações sociais, assim como a dominação, vista como natural, ou seja, naturalizada pelos próprios dominantes. Retirar o véu (desvelar) e entender como essas relações se estabelecem não pode ser considerado como algo determinista, nem como recusa a consideração da liberdade dos agentes sociais.

Se Bourdieu desconsiderasse a capacidade dos agentes ele não os representaria dentro de um campo com dois pólos: dominantes e dominados. Não se pode considerar agentes vazios, aqueles aos quais se pode exercer a violência simbólica. E também, não se restringe aos dominantes esta capacidade de exercer a violência simbólica; o que ocorre é que em determinados campos e possuidores de *habitus* específicos, as estratégias e as ações dos agentes se diferenciam; aquilo que é interessante dentro de um jogo para alguns pode não ser para outros, dependendo do sentido do jogo.

É justamente a compreensão da dialética entre o *habitus* e o campo que permite o entendimento das ações dos agentes. Considerar a existência de um *habitus* não congela, nem determina como os agentes agirão, apenas orienta, e às vezes, condiciona determinadas ações.

Contudo, há limites para a ação dos agentes, tais como: limites objetivos, como a estrutura e o volume de capitais e limites subjetivos como a história incorporada. Por isso, o conceito de trajetória está no centro do pensamento de Bourdieu, pois reconstrói a cadeia de causa e efeito: “a história nos faz como sujeitos”. Os agentes sociais são basicamente lógicos. A lógica só é lógica enquanto a lógica for prática. Lógica incorporada é a reação prática adequada (*habitus*).

A multiplicidade e a heterogeneidade da relação entre agentes de desenvolvimento e agricultores são construídas a partir de relações personalizadas, do contato face a face, de

⁹ Os princípios fundamentais do enfoque estruturacionista são: a substituição do determinismo estrutural tanto quanto do voluntarismo individualista através de uma síntese dialética que considere os agentes sociais não só procurando reconstituir a estrutura, mas também a transformando; a construção de uma série de conceitos que mediam as relações entre a estrutura e a ação; a análise da consciência prática dos atores, isto é, do conhecimento tácito que o ator pode utilizar, mas que não é capaz de formular no discurso; e a consideração do tempo e do espaço como elementos centrais de toda interação social (FLORIT, 1998).

relações de reciprocidade, de expectativas mútuas, de relações amistosas e hostis, de confianças e desconfianças, de sonhos, de projeções e de decepções. O conhecimento e a compreensão da mediação permite o descortinar de relações que precisam ser entendidas caso se deseje um processo de verdadeira interação e interface entre extensionistas e agricultores. Através da concepção teórica bourdiana é possível verificar o processo de mediação e entender os discursos e práticas que os legitimam.

Já a abordagem teórica de Latour e colaboradores apresenta várias contribuições para o estudo da ciência: a introdução dos objetos no interior do nosso campo de investigação e a recusa às fronteiras rigidamente construídas pela modernidade entre as ciências naturais e humanas.

Latour redefine o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências que, ao invés de ser a construção social, passa a ser a sócio-natureza. Não existe, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas naturezas-culturas, assim este enfoque teórico promove uma modificação epistemo-ontológica da ciência, desafiando o mundo científico, pois ao mesmo tempo que a sociedade constrói o conhecimento científico, a sociedade é construída pelo conhecimento científico. Portanto, a ANT revela os meios para compreender como são tecidas as redes que performam este mundo, além de promover rupturas com pilares de sustentação do Projeto Moderno, no qual a ciência bebe e fundamenta-se há tantos anos. Por isso, não poderia se esperar reação distinta para tamanha mudança.

A ANT permite o reconciliamento entre modernização e tradição o que torna compatível a ação individual e coletiva, permitindo a convivência pacífica entre humanos e as coisas criadas pelos humanos.

A proposta ligada a sociologia da tradução latouriana permite pensar a articulação entre a ciência, a técnica e a sociedade a partir do enfoque da redes sócio-técnicas, que além de original, permitem acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes, não reduzindo-a à idéia de vínculo. O enfoque das redes sócio-técnicas pode ser uma importante ferramenta de análise, porque permite entender como complexas e heterogêneas relações sociais, diferentes interesses e concepções estão em disputa, além de permitir uma análise unificada entre o social e o natural.

2.5 Uma análise comparativa dos enfoques teóricos

As três abordagens teóricas permitem capturar as complexas dimensões envolvidas na transformação do conhecimento nos processos de desenvolvimento rural. A

perspectiva do ator e a abordagem teórica de Bourdieu permitem desmistificar os pressupostos que permeiam as propostas de desenvolvimento rural e os discursos que as legitimam, enquanto que a ANT apresenta uma nova abordagem da relação sociedade/natureza, permitindo a quebra das dicotomias, considerando a proliferação de híbridos e a existência de redes sócio-técnicas, características que levam a pensar o desenvolvimento rural sob uma nova epistemo-ontologia.

As abordagens teóricas apresentadas baseiam-se em pressupostos teóricos distintos. A perspectiva voltada ao ator tem seu foco no indivíduo, mas considera o plano macro estrutural; o marco teórico de Bourdieu tem como “pano de fundo” a estrutura, mas considera as estratégias dos agentes; e a teoria do ator-rede, a partir da Sociologia da Tradução, segue os atores na construção de seus mundos, explicando todos os pontos de vista conflitivos envolvidos nas negociações da configuração das redes. Contudo, uma análise pormenorizada através de um exercício comparativo permite verificar que elas aproximam-se muito mais do que aparentemente demonstram, considerando que muitos conceitos são usados para designar o mesmo fato, apenas utilizado com nomes distintos.

Um contraponto interessante pode ser verificado na diferença básica entre a concepção teórica bourdiana e a perspectiva do ator é que nesta última os atores refletem sobre as ações, são capazes de ter consciência sobre o que fazem. Em Bourdieu, os atos devem ser explicados, eles não se explicam por si só, não há consciência do que de fato move os atores.

As três teorias concordam que o conhecimento é construído socialmente, não sendo considerado como uma simples acumulação de fatos, mas abrangendo diversas formas de construir o mundo, podendo, assim, serem definidas como abordagens construtivistas. O conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam e imputam significados a suas experiências, o que vale tanto para o que usualmente se entende por conhecimento científico e leigo (conhecimento local), ainda que com diferenças nos procedimentos de validação. A dicotomização entre conhecimento científico e local é uma visão simplificada, pois este último é um híbrido que apresenta uma heterogeneidade de manifestações, uma combinação de elementos naturais, sociais e técnicos. O conhecimento, pois, é construído heterogeneamente.

A concepção teórica da sociologia crítica de Bourdieu foca a análise nas relações de poder e na dominação (violência simbólica), enquanto a ANT destaca as alianças e conflitos na configuração das redes e a perspectiva voltada ao ator privilegia as situações de interface e as situações de confronto.

As três teorias quebram com as análises dicotômicas, tais como: micro *versus* macro, ator *versus* estrutura, global *versus* local, procurando integrar estes planos analíticos. A ANT vai ainda mais longe quando lança a interligação sociedade/natureza e a simetria generalizada para análise de humanos e não-humanos e demais dicotomias.

No que tange à relação sociedade/natureza, a perspectiva voltada ao ator e a concepção teórica bourdiana não tratam especificamente do tema.

A perspectiva do ator utiliza o conceito de agência, não havendo espaço para ação ou negociação coletiva entre a natureza e a vida social. A natureza é meramente um “cipher” da intencionalidade e prática humana. Em resumo, neste domínio do discurso, somente uma voz é ouvida.

A formulação de Van der Ploeg está fundada na especificidade do processo de trabalho agrícola, na diversidade e na heterogeneidade dos modelos de organização agrícola ou estilos de agricultura. Não há lugar para uma natureza agrícola nem para outros não-humanos nesta (re)negociação. Assim, Ploeg considera a produção agrícola como uma forma específica de práticas sociais, onde o ecossistema local entra meramente como uma categoria descritiva ou uma dimensão morfológica dos estilos agrícolas (GOODMAN, 1999).

A natureza, nesta perspectiva, o ecossistema é simplesmente a *mise en scène* para o teatro humano em que projetos são autonomamente planejados e contestados. Com esta preocupação exclusiva com a categoria social, a sociologia rural da perspectiva orientada ao ator é profundamente enraizada na separação ontológica da natureza e sociedade.

Na abordagem bourdiana não há referências sobre a relação sociedade/natureza, pois o quadro desenvolvido pelo autor concentra-se nas relações sociais, desenvolvendo uma teoria para o mundo social e analisando as situações de dominação simbólica.

Um possível caminho para o impasse dessa polaridade ontológica é oferecida pela ANT, que rejeita a noção de categoria da natureza e da sociedade e propõe de fato uma estrutura em que esta interação é contextualizada em termos heterogêneos de associações coletivas de elementos na natureza e do mundo social.

Essas entidades produzidas pela interação são denominadas híbridos de natureza e de cultura ou quase-objetos, quase-sujeitos que são reunidos no ator-rede. As redes diferem em tamanhos, escopo e poder, mas todas obedecem ao princípio de simetria que significa ser co-produzido na natureza e na sociedade. A ANT cria uma perspectiva analítica e ética da interação sociedade/natureza.

Apesar da ausência de discussões sobre a relação sociedade/natureza na perspectiva do ator e na abordagem bourdiana, a primeira distinguiu-se da última uma vez que

os autores (Long e Ploeg 1992) assumem uma posição que reconhece que o ambiente não é somente uma representação simbólica e lingüisticamente mediada, mas também a criação da atividade humana¹⁰. As condutas humanas afetam o ambiente, obrigando-nos a considerar não só os problemas socialmente construídos, mas também a transformação material da natureza.

A natureza se apresenta como uma condição objetiva na medida em que preexiste aos sujeitos, e estes precisam se adequar a ela para a realização de suas atividades vitais. A natureza mostra seu caráter estruturador dos sujeitos, já que estes são coagidos à adequar-se a ela e, ao fazê-lo, se adaptam também ao conjunto de condições que impõem um ambiente natural. A relação entre os agentes sociais e a natureza é uma relação sem determinismos, porém, de mútua imbricação.

Para Long e Long (1992), os atores deixam de ser considerado “recipientes vazios”, passando a considerá-los ativos participantes do desenvolvimento, que processam informação, constroem estratégias e negociam tanto com atores locais quanto com instituições externas. Os diferentes agricultores ou categorias de agricultores orientam-se por diversos interesses, objetivos e experiências. O resultado de todo este mosaico de práticas se refletiria na heterogeneidade da agricultura.

3. Considerações finais

Para analisar o processo de mediação há que se considerar a heterogeneidade do conhecimento e os problemas relativos ao poder que permeiam as relações entre agricultores e mediadores.

A análise da mediação social sem a utilização da teoria bourdiana ficaria incompleta, pois este é o autor que melhor explica essa relação, tratando da dominação, da violência simbólica, da representação, da legitimação, dos conflitos sociais. Bourdieu constrói uma teoria para dar conta das relações sociais e da reprodução.

No que tange à mediação social, o enfoque da sociologia crítica demonstra-se adequado, apresentando categorias e conceitos para análise deste tema. No entanto, destaca-se que o conceito de campo poderia ser substituído com melhor aproveitamento analítico pelo de arena para o estudo da intervenção social para o desenvolvimento.

A perspectiva do ator, apesar de apresentar-se em distinta corrente sociológica, se comparada com a perspectiva bourdiana aproxima-se muito mais do que aparentemente

¹⁰ A construção social do ambiente possui dois elementos claramente distinguíveis, um físico e outro cognitivo, isto é, redesenhamos nossos ambientes tanto física quanto cognitivamente.

demonstra. No fundo, ambas as teorias analisam as relações sociais de forma similar, mas utilizando correntes distintas e, portanto, categorias e conceitos distintos, o que as afasta e dificulta o diálogo entre elas, pois a forma metodológica de observar o objeto é diferente.

Contudo, acredita-se que seja possível uma aproximação dessas abordagens, sem maiores rupturas, no tocante às práticas e estratégias dos agricultores. Questões discutidas de forma pormenorizada pela perspectiva voltada ao ator e que poderiam ser incorporadas à concepção teórica bourdiana sem prejuízos analíticos.

Quanto à concepção de natureza e a relação sociedade/natureza, a ANT é a teoria que se destina a explicação desta relação, mas apresenta uma quebra, uma ruptura epistemológica com as demais concepções aqui analisadas, não sendo possível sua utilização de forma total ou conjuntamente com as demais abordagens.

A análise da mediação, a partir da sociologia da tradução foca-se na mediação técnica, o que talvez para análise da mediação social deixe a desejar, enquanto o enfoque crítico explora estes aspectos de maneira exaustiva.

Portanto, destaca-se que as três concepções teóricas se prestam para a análise da mediação. A utilização conjunta das teorias permitiria completar a análise na medida em que a deficiência de uma teoria seria superada pela introdução de outra. No entanto, tal união, talvez não seja possível. O problema maior estaria na utilização de abordagens com pressupostos metodológicos distintos e até contraditórios, que levam à observação do problema de forma distinta, tornando incompatível o olhar sobre o objeto.

Por fim, é importante salientar algo que já parece lugar-comum: não existe teoria perfeita, as teorias vão sendo substituídas e/ou qualificadas para explicar os fatos. Um novo fato pode promover a rejeição ou reformulação das teorias existentes, ou, ainda, pode provocar o surgimento de novas teorias. Em outras palavras, não há uma perspectiva que esgote o tema da mediação, existindo vários enfoques que, em complementaridade, poderão ser utilizados para a compreensão deste tema e, talvez, a construção de um arcabouço teórico-metodológico que encerre categorias e conceitos das diversas abordagens de forma coerente e lógica permita o descortinar das relações que permeiam o processo de mediação. O momento é intrigante, crítico e excitante, porque há espaço para novas formas de pensar que poderão colaborar e engrandecer o debate, mas que exigem uma postura aberta à compreensão de diferentes aspectos.

4. Referências bibliográficas

- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 149 p.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1998 (pp 81-128)
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996. 223 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Bertrand, 1998. 309 p.
- BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, SP: Papirus, 2000. 119 p.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 158 p.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361 p.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 747 p.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 431 p.
- GOODMAN, David. Agro-Food Studies in the 'Age of Ecology': nature, corporeality, bio-Politics. **Sociologia Ruralis**, vol 39, n1, 1999, p. 17-36.
- GUIDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Embrapa, Brasília, v.14, n. 3, set/dez, 1997, p. 411-448.
- GUIVANT, J. S. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL - ALASRU, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: ALASRU, 2002. p. 01 - 13.
- HERNÁNDEZ, A. A. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour e Michel Callon. **Cuadernos Digitales: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales**, Universidad de Costa Rica, v. 8, n. 23, p.01-12, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c-23his.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2007.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na natureza**. Traduzido por Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412 p. (Coleção Ciências Sociais).
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p. (Coleção Filosofia e Política).
- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora**. Traduzido por Ivone C. Benedetti; revisão de tradução por Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438 p. (Biblioteca básica).
- LATOUR, B. **A profissão de pesquisador: olhar de um antropólogo**. Traduzido por Pedro Vieira Abramovay. Paris: INRA, 1995. 43 p. (Coleção "Sciences en questions").
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 152 p. (Coleção TRANS).
- LATOUR, B. **Dadme un laboratorio y levantaré el mundo**. Traduzido por Marta I. González García. In: KNOOR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Eds.). **Science Observed: Perspectives on the Social Study of Science**. London: Sage, 1983. p. 141-170. Tradução de Give Me a

Laboratory and I will Raise the World. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/latour.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2007.

LATOURE, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H. R. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LATOURE, Bruno. Réponse aux objections. **Revue du MAUSS**. 17. Chassez l'ê naturel...: écologisme, naturalism et constructivisme. Paris: La Découverte, 2001. 439 p. p. 137-152.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

LONG, N. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. RJ: Zahar, 1982. 237 p.

LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociologia del desarrollo. **Tiempos de Ciência. Revista de Difusión científica de la Universidade de Guadalajara**. 1988, (abril- junio), p. 1-10.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In LONG, N. & LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London and New York, 1992, 300 p., p. 16-45.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England, Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, Vol XXIX, 1989, p. 226-249.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Reflections on Agency, ordering the future and planning. In FLERKS, G. & OUDEN, J. (ed). **In search of the middle Ground: essays on the Sociology of planned development**. Wageningen Agriculture University, 1995, 238 p.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói: EDFF, 1997, 436 p.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In. Damasceno, A . D. & Brandenburg, A . (org). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Ed UFPR, 1998. 275 p.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana**. Niterói: EDFF, 1997, 383 p.

NEVES, C.E.B. & CORRÊA, M.B. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS. v 9, 1998. 200 p.

NEVES, C. E. B. e CORRÊA, M. B. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 9. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.199 p.

OLIVEIRA, V, L. **A impossível simetria: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. PPGDR. UFRGS, 2004. 207 p.

PLOEG, J. D. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J. D., LONG, N., BANKS, J. (ed) **Living countrysides: rural development processes in Europe the state of the art**. Elsevier: Netherlands, 2002, p. 8-17.

PLOEG, J. D. **Markets and agricultural production**. Boulder: Westview, 1990.

PLOEG, J. D. and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

SARDAN, J. P. O. de. **Anthropologie e développement: essai en socio-anthropologie du changement social**. Paris, APAD- Karthala, 1995. 221 p.

3^o Encontro da Rede de Estudos Rurais



TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVAS
DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

09 a 12 de setembro de 2008.



GT7

COMUNICAÇÃO, ARTE,
LINGUAGENS E CULTURAS
NO MUNDO RURAL

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

**A “RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS” NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO DE PEDRO CUBAS**

Gabriela Segarra Martins Paes¹

Resumo

Pesquisa sobre uma tradição católica denominada “Recomendação das Almas”, na qual são entoados cânticos em homenagem aos ancestrais. Esta tradição incorporou elementos africanos e europeus numa nova formação cultural em solo americano. Pensando nos primeiros agrupamentos de escravos, estes tiveram que encontrar novos laços sobre os quais tecer uma nova organização social e criar uma nova cultura. Apesar da heterogeneidade destes grupos iniciais, apresentavam pressupostos básicos amplamente compartilhados, ou seja, uma herança africana generalizada. Como eram majoritariamente bantos os primeiros africanos que aportaram na região, compartilhavam os mesmos pressupostos básicos quanto ao culto aos ancestrais. Desta forma, a “Recomendação das Almas”, além de estar de acordo com o catolicismo vigente, também era coerente com crenças africanas.

Palavras-chaves: Quilombo; Vale do Ribeira, Catolicismo Popular

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas localiza-se no sul do Estado de São Paulo, na região cortada pelo Rio Ribeira de Iguape (Vale do Ribeira), e mais precisamente na zona rural do município de Eldorado.

A origem desta comunidade está relacionada com a atividade mineradora verificada nos séculos XVII e XVIII, sendo um dos vários núcleos mineradores formados ao longo do rio Ribeira de Iguape, atividade que gerou os recursos necessários para a importação de mão-de-obra africana.

A segunda metade do século XVIII testemunhou o processo de decadência e esgotamento da mineração, e a emergência da rizicultura como principal atividade econômica na região de Pedro Cubas, a qual foi menos dependente do tráfico negreiro.

Desta forma, na região de Pedro Cubas, no século XIX, coexistiam unidades agrícolas escravistas e não-escravistas, muitas destas últimas formadas pelos descendentes dos africanos importados para a exploração aurífera, os quais fugiram, conseguiram a alforria ou foram abandonados com a decadência da mineração, e assim aumentava o número de camponeses negros e livres que ocupavam a região.

¹ Gabriela Segarra Martins Paes. *A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas*. (Instituição: Fundação ITESP) - dissertação de mestrado elaborada na FFLCH-USP.

Estes lavradores negros participavam da economia local, produzindo o gênero que se destacava na região de Eldorado e Iguape, o arroz, e comercializavam o excedente. E não escaparam da grave crise da rizicultura ocorrida no final do século XIX, quando a retração da demanda acarretou na diminuição da produção do arroz. Com a ausência de um novo produto voltado para a agricultura comercial, o trabalho na lavoura foi canalizado para as roças de subsistência.

E assim, com população camponesa, majoritariamente negra, e dedicada ao cultivo de gêneros de subsistência, que o sertão de Pedro Cubas permaneceu ao longo do século XX.

No entanto, a partir dos anos 50, a população desta região deparou-se com novos problemas, como a invasão de grileiros, a proibição de suas práticas agrícolas devido à criação de áreas de proteção ambiental, e também a ameaça de ser impactada com a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape.

Mobilizando-se conjuntamente contra as adversidades, os habitantes de Pedro Cubas organizaram-se e se auto-identificaram como membros de uma comunidade remanescente de quilombo, lutando assim para garantir a propriedade definitiva de suas terras, conforme assegura a Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, segundo o qual “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Desta forma, a discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombos vem adquirindo uma importância crescente no cenário nacional, sendo as mesmas entendidas não apenas como originárias de núcleos de escravos fugidos, mas também podendo estar relacionadas com processos de abandono de terras, heranças e doações. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresenta a seguinte definição para comunidade remanescente de quilombo: “Toda comunidade rural negra que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Quanto à Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas, a “Recomendação das Almas” é justamente um exemplo de uma destas manifestações culturais com forte vínculo com o passado, e pode ser descrita como uma tradição religiosa em homenagem aos ancestrais.

Nesta comunidade, nos dias atuais, a “Recomendação das Almas” acontece durante a quaresma, em um número ímpar de noites, mas a noite mais importante é a da Sexta-feira Santa, na qual o grupo deve ir ao cemitério. Nesta noite, os devotos reúnem-se na casa de um

dos participantes, devendo estar todos reunidos e em frente desta casa às 22 horas. Neste momento, vários cânticos são entoados em louvor aos parentes e amigos falecidos. Logo após, inicia-se uma caminhada de 9 km rumo ao cemitério, na qual o grupo deve permanecer em silêncio. À meia-noite, o grupo deve chegar ao cemitério, ponto alto da procissão, e o horário que os mortos chegam ao mundo dos vivos. Neste local, velas são acesas e outros cânticos são entoados. Na volta, devendo ser percorrido mais 9 km, o grupo deve parar em cinco, sete, nove ou onze (um número ímpar determinado pelo capelão) pontos significativos para a comunidade, como casas de conhecidos ou casas existentes no passado, taperas, cruzeiros e encruzilhadas, onde novamente cânticos são entoados. O grupo deve andar nas laterais da estrada para que o caminho fique livre para as almas, e também para não serem levados por elas, e o capelão, acompanhado de uma matraca, deve estar à frente do grupo.

Os cânticos são oferecidos para as seguintes almas: do purgatório, do cemitério, dos necessitados, de pai e mãe, dos afogados, da encruzilhada, dos ofendidos (mortos devido à picada de cobra), do sertão, dos atirados (mortos à bala), e da tapera (casas habitadas no passado).

Existente em várias regiões do Brasil, como em Minas Gerais, Alagoas, Bahia, entre outras, a “Recomendação das Almas” ou “Encomendação das Almas” recebeu a atenção de alguns especialistas em cultura popular, como Câmara Cascudo, Mello Moraes Filho e Alceu Maynard Araújo.

Com algumas variações locais, toda “Recomendação das Almas” envolve uma procissão noturna, com cânticos em louvor às almas do purgatório, acompanhada de uma matraca, e na quaresma.

Estes mesmos elementos também são verificados na “Encomendação das Almas”, como é chamada em Portugal. Assim como no Brasil, esta tradição foi bem popular até o final do século XIX, e aos poucos foi se esmorecendo, existindo, atualmente, apenas em algumas localidades em ambos os países.

Segundo os pesquisadores portugueses Margot Dias e Jorge Dias, a “Encomendação das Almas”, em Portugal, é realizada desde a Alta Idade Média, com a mistura de elementos mágico-pagãos com uma prática medieval católica²

Não é possível sermos precisos quanto à época da introdução da “Recomendação das Almas” em Pedro Cubas, mas documentos do início do século XIX indicam a existência de um Caderno da Procissão das Almas entre os bens da paróquia local. Provavelmente, esta

² DIAS, Margot; DIAS Jorge. *A Encomendação das Almas*. Sep. Douro-Litoral, III-IV da 4ª série, Porto, 1951.

prática foi inserida num período ainda anterior, possivelmente com a participação dos jesuítas, os quais defenderam esta prática como forma de auxiliar o trabalho de evangelização. Alguns trechos das cartas dos jesuítas indicam a realização desta prática já no século XVI em São Vicente e na Bahia³

Os jesuítas atuaram também no Vale do Ribeira, realizando missões entre os séculos XVI e XVIII, ocorrendo em 1759, ano de expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, a última missão na região.

Nesta região de Pedro Cubas, entre os séculos XVIII e XIX, existiu uma irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a qual organizava festejos em louvor ao seu orago e também realizava eleição de juizados e reinados. Possuidora de terras, e influente na vida religiosa dos negros, essa irmandade também deve ter se envolvido na realização da “Recomendação das Almas”.

Então, temos uma tradição religiosa com nítidas raízes portuguesas, introduzida desde o período colonial, e praticada até os dias atuais em uma comunidade majoritariamente negra. Desta forma, a “Recomendação das Almas” pode ser compreendida como uma instituição cultural recriada em solo americano por africanos.

Segundo Mintz e Price, a tarefa dos africanos escravizados e enviados para o continente americano foi a de criar instituições, entendendo este termo como um padrão recorrente criado para atender necessidades da vida cotidiana em uma sociedade escravista, portanto, marcada por relações assimétricas de poder⁴

Segundo os mesmo autores, os africanos que aportaram no continente americano não compuseram grupos automaticamente, e no início pode-se dizer que eram aglomerados, multidões, e as primeiras comunidades só se tornaram comunidades de fato através do estabelecimento de novos laços, sobre os quais teceram uma nova organização social e uma nova cultura.

Conforme Mintz e Price, apesar da heterogeneidade dos grupos iniciais, estes apresentavam princípios básicos amplamente compartilhados, existindo uma herança africana generalizada, a qual foi fundamental na criação de uma nova cultura na América. Ou seja, eram aspectos mais abstratos, modos de compreensão cultural de nível profundo, como pressupostos comuns sobre as relações sociais e o funcionamento do universo, compartilhados

³ LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Coimbra: Atlântida, 1956. Edição para a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, p. 131, 363, 207.

⁴ MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas; UCAM, 2003

pelos africanos recém-chegados. Estes recursos, apesar de limitados, foram cruciais no processo de criação de novas instituições.

Desta forma, estes autores propuseram a substituição do estudo das continuidades formais entre a África e a América pela comparação de pressupostos mais gerais, ou seja, pela busca dos princípios “gramaticais” implícitos que geraram essas formas.

E que princípios seriam esses que nos ajudariam a entender a “Recomendação das Almas”?

Conforme Mintz e Price, a maioria dos africanos oriundos da África ocidental e central possuía certos pressupostos fundamentais sobre o papel ativo dos mortos na vida dos vivos, daí advindo o culto aos ancestrais, e também sobre a importância do parentesco na definição do lugar de um dado indivíduo na sociedade.

Quanto ao parentesco, a “Recomendação das Almas” parece ter forjado uma ancestralidade comum para os seus praticantes, possibilitando o papel regulador do parentesco nas relações sociais.

Além disso, esta tradição é um exemplo de instituição criada para dar conta de necessidades da vida cotidiana, como a padronização social para lidar com os mortos, utilizando materiais culturais pré-existentes, como o culto aos ancestrais, e possibilitando um certo grau de autonomia e coerência à comunidade escrava.

No entanto, segundo Mintz e Price, a criação destas instituições ocorreu num ambiente extremamente desfavorável para as pessoas escravizadas, o qual era marcado pelo poder opressivo dos senhores, e pela heterogeneidade cultural dos escravos. Estes fatos contribuíram para o deslocamento do compromisso social e cultural do Velho para o Novo Mundo, e para a criação de uma cultura afro-americana caracterizada por um dinamismo intrínseco, e uma acentuada capacidade de adaptação a condições sociais mutáveis.

Desta forma, Mintz e Price assinalaram que qualquer subsistema de uma cultura afro-americana é altamente sincrético em termos de suas variadas origens africanas, e também em relação às contribuições das fontes europeias.

Portanto, a “Recomendação das Almas”, manifestação cultural com nítidas raízes portuguesas, mas também coerente com o culto aos ancestrais praticado pelos povos africanos, foi apropriada por estes últimos, não se tratando de uma imposição europeia a receptores africanos, e sim de um processo dinâmico de recriação.

E por fim ressaltamos, conforme Mintz e Price, que nenhuma cultura, nem europeia nem africana, sobreviveu intacta e inalterada à travessia do Atlântico.

Discordando das afirmações de Mintz e Price quanto à heterogeneidade cultural dos africanos que aportaram na América, Thornton dividiu as regiões de procedência dos escravos que abasteceram o tráfico transatlântico em apenas três zonas culturais: a Alta Guiné (estendia-se do rio Senegal até a área ao sul de Cabo Mount, na atual Libéria), a Baixa Guiné (estendia-se das lagoas da região ocidental da Costa do Marfim até Camarões) e a Costa de Angola (estendia-se até o Império Lunda da província de Shaba, no atual Zaire)⁵.

Esta última zona cultural citada, a qual abarca a África Centro-Occidental, abriga um grande grupo lingüístico, conhecido como banto. Desta forma, podemos afirmar que escravos procedentes da África Centro-Occidental tinham origem banto, sendo este termo o nome genérico de um grande grupo lingüístico, composto de várias línguas faladas por diferentes povos, aldeias, confederações e reinos da África Centro-occidental. E, como destaca Slenes, a afinidade que unia estes povos extrapolava a questão lingüística, os quais compartilhavam também pressupostos culturais básicos⁶.

Levando-se em consideração a grande quantidade de africanos procedentes dessa última zona cultural que vieram para o Brasil e, especialmente, para o sudeste, e que também os Maços de População de Xiririca (antigo nome de Eldorado) do ano de 1806 também confirmam esse predomínio de escravos da África Centro-Occidental, conhecer os pressupostos culturais dessa zona cultural pode ajudar a compreender a recriação da “Recomendação das Almas” no sertão de Pedro Cubas a partir da visão de mundo de seus participantes.

Segundo Marina de Mello e Souza, baseando-se em Fox, Craemer e Vansina, as sociedades da África Centro-Occidental são orientadas pelo “complexo ventura-desventura”, segundo o qual o universo em seu estado normal é harmônico, e o desequilíbrio, a doença e o infortúnio são causados por forças malévolas exercidas por pessoas ou espíritos⁷.

Outro pressuposto cultural básico dos bantos é a existência de dois mundos diferenciados: “este mundo”, habitado pelos vivos, e o “outro mundo”, habitados por mortos e espíritos diversos.

Nessa mesma direção, Sweet afirmou que os centro-africanos possuíam uma visão de mundo baseada na divisão entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, destacando-se os espíritos ancestrais, os quais podiam intervir no dia-a-dia da comunidade, protegendo seus

⁵ Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Trad. Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Ed. Campus; Elsevier, 2000, p.253-254.

⁶ SLENES, Robert W. ‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92.

⁷ SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa da Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. EFMG, 2002, p.70.

descendentes do mal, da desventura, e em contrapartida esperavam ser lembrados e amados pelos vivos, pois assim como ajudavam, também poderiam prejudicar quem não os tratassem apropriadamente⁸

E uma forma similar de pensar na relação entre vivos e mortos, acreditando na interferência dos mortos e na necessidade de reverenciá-los, também está presente na “Encomendação das Almas” portuguesa.

Desta forma, elementos da “Recomendação das Almas”, destacando-se a importância dos mortos no mundo dos vivos, apresentavam pontos de contato entre a cultura portuguesa e a cultura dos centro-africanos, contribuindo para a recriação desta prática em solo americano, a qual agrega, de uma forma dinâmica, elementos africanos e europeus numa nova formação cultural.

A cultura “kongo” também pode ajudar na compreensão da “Recomendação das Almas”. Considerando-se que grande parte dos centro-africanos que aportaram no continente americano foram socializados na cultura kongo ou em culturas relacionadas, e que “kongos” e “angolas” que vieram para a América compartilhavam muitas crenças e línguas, ao abordarmos a cultura “kongo”, estaremos tratando-a como paradigmática para uma extensa região da África Centro-Occidental.

Conforme Thompson, o mundo, na cultura kongo, é apreendido segundo um cosmograma – o “cosmograma kongo”⁹. Slenes, baseando-se em Thompson, descreve este cosmograma como “um traçado oval contendo uma cruz grega [+], cuja barra horizontal simboliza kalunga e cujas pontas – cada uma terminando num pequeno círculo – representam os quatro momentos do sol”¹⁰. O ponto localizado na extremidade horizontal, à direita, representa o Leste e, portanto, a madrugada, e o nascer do dia, quando o sol rompe a barreira da kalunga e percorre o mundo dos vivos. O ponto mais alto da cruz, na extremidade vertical, representa o norte e também o meio-dia, a masculinidade, e o apogeu da força de uma pessoa na terra. O ponto localizado na extremidade horizontal à esquerda simboliza o Oeste e o pôr-do-sol, e é também o momento que o sol rompe novamente a kalunga e começa o seu percurso pelo mundo dos mortos. O ponto mais baixo da cruz, na extremidade vertical, representa a meia-noite, a feminilidade, e o apogeu da força de um ser do outro mundo. O sol,

⁸ SWEET, J. *Recreating Africa. Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*, p.103

⁹ THOMPSON, Robert Farris. The sign of the four moments of the sun.

¹⁰ SLENES, R. W. ‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, 12, 1991/92., p.218

ao percorrer estes quatro pontos do cosmograma, passa pelos reinos dos vivos e dos mortos, existindo um eterno retorno entre noite/dia, e morte/vida.

Portanto, esse cosmograma representa a existência de dois mundo especulares – o mundo dos vivos (metade superior), e o mundo dos mortos (metade inferior), e a fronteira entre ambos, a linha horizontal, que é a kalunga, representada pelas águas do rio ou do mar, ou qualquer superfície reflexiva como, por exemplo, um espelho.

O “cosmograma kongo” também pode lançar luz na questão da recriação da “Recomendação das Almas” em Pedro Cubas. A ênfase na meia-noite, ponto alto da procissão, e horário dos mortos, corresponde à extremidade inferior da linha vertical, que representa a meia-noite, o Sul, e o apogeu da força do mundo dos mortos. Desta forma, o ápice do rito acontece no momento em que os homenageados, os mortos, encontram-se no auge de sua força.

A crença que os mortos estão acompanhando a procissão também parece coerente com o cosmograma, pois a noite é o momento dos mortos. Além disso, o percurso da procissão, com paradas para cânticos em locais onde existe um cruzeiro, pode revelar relação com o “cosmograma kongo”, pois a cruz talvez tenha sido vista como a representação do próprio cosmograma.

Outra possível relação entre a “Recomendação das Almas” e os pressupostos culturais da África Centro-Occidental é o destaque para as encruzilhadas, as quais recebem cânticos e rezas. Segundo Thompson, a encruzilhada é um importante símbolo da comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos¹¹

Outro aspecto que precisa ser destacado é a associação entre a “Recomendação das Almas” de Pedro Cubas e uma bebida conhecida como “Guiné”. Podendo ser preparada apenas na quaresma, e contendo pinga, alho, raiz da planta guiné e raspagens de chifre de boi ou chifre de veado, esta bebida é consumida na Sexta-feira Santa, no final da “Recomendação das Almas”, quando o grupo retorna ao ponto inicial da procissão. A “Guiné” consumida nessa noite é preparada na noite anterior, quinta-feira, à meia-noite, e é enterrada. Segundo os participantes da “Recomendação das Almas”, beber “Guiné” serve para “fechar o corpo”, ou seja, para obter proteção e espantar o mau-olhado.

O fato de esta bebida ser preparada na noite anterior à realização da “Recomendação das Almas”, à meia-noite, e ser enterrada sugere a influência do “cosmograma kongo”. A bebida fica enterrada por um dia e uma noite, que é a duração de um ciclo, remetendo-nos a

¹¹ THOMPSON, Robert Farris. *The sign of the four moments of the sun*, p.109.

noção do movimento circular do espírito, contida no cosmograma. Ao ser preparada à meia-noite, revela-se sua ligação com o mundo dos mortos. O fato de ficar enterrada reforça este vínculo com o mundo dos mortos, que é o mundo de baixo, representado pela metade inferior do cosmograma. E ainda, é consumida na “Recomendação das Almas”, ou seja, quando os mortos estão presentes e estão sendo homenageados. Desta forma, ao consumi-la, os vivos estão compartilhando os poderes do mundo dos mortos, fonte de toda ventura, conhecimento e visão, e protegendo-se da desventura.

Além disso, o próprio nome (Guiné) é uma referência direta a África, pois era o nome geral para este continente até o século XVIII.

Para finalizar, temos o fundador mítico da comunidade de Pedro Cubas, o qual era um pequeno negro que habitava as profundezas do rio, e que ao ser capturado por uma escrava, desposou-a. Essa união gerou muitos filhos, sendo que os atuais moradores são seus descendentes.

Na África Central, acredita-se que as águas sejam um dos principais meios de comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos. Esta forma de apreensão está presente no “cosmograma kongo”, com as águas (kalunga), representada pela linha horizontal, separando o mundo de cima (vivos) e o mundo de baixo (mortos).

Desta forma, ao descrever o seu ancestral fundador como um habitante do mundo de baixo que cruzou a fronteira das águas e chegou ao mundo de cima, os moradores da localidade revelam ecos da cultura centro-africana, e inscrevem este mito dentro de um sistema de referências culturais centrados no conceito de kalunga.

Este também parece ser o caso da “Recomendação das Almas”, pois na noite de sua realização, as fronteiras entre o mundo de cima e o mundo de baixo são cruzadas, e os vivos e mortos encontram-se, e caminham lado-a-lado na procissão.

Desta forma, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas, a travessia da kalunga é vivenciada todos os anos.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

**A MÍDIA E OS SENTIDOS CULTURAIS DOS JOVENS DO MST: O CASO DO
ASSENTAMENTO JOSÉ ANTONIO EUFROSINO (PB)**

Goretti Maria Sampaio de Freitas¹

Resumo

Atualmente a sociedade e a cultura se caracterizam por uma contínua e forte presença dos meios de comunicação, *mass media*, a imprimir e a oferecer novos sentidos e significados à vida societária e as práticas de sociabilidade. O que se observa, em outras palavras, é uma realidade globalizada e internacionalizada na qual a sociedade e a cultura passam a conviver num espaço de interações midiáticas, marcadas por um processo identitário, múltiplo e híbrido. Este artigo busca analisar como os jovens rurais convivem com essa nova conjuntura, cujo intercâmbio entre as diversas formas de cultura se ampliam ao extremo, permitindo assim, que os “estilos” culturais passem a estar à disposição de qualquer indivíduo, em qualquer espaço, seja ele urbano, seja ele rural. O locus da pesquisa é o assentamento do MST denominado José Antonio Eufrosino, localizado no estado da Paraíba. Buscamos analisar, junto aos jovens assentados, as dimensões sociais e culturais difundidas pela mídia, observando-se as novas formas de sociabilidade presentes na contemporaneidade em relação ao processo de construção das suas identidades culturais. O artigo objetiva ainda tentar compreender os meios e modos como se processam as construções de identidades culturais influenciados pela globalização, através de uma nova ordem social imposta pela mídia, que faz emergir novas formas de interação, principalmente, junto aos jovens, mais especificamente, os jovens rurais, que organizam as suas condutas, princípios culturais e sociais num contexto de uma heterogeneidade cultural, podendo adotar simultaneamente vários pontos de vista. O artigo se apóia, por fim, na idéia de que a categoria juventude é relacional, não portanto uma definição precisa e imutável e parte da premissa que o processo de socialização dos jovens na contemporaneidade é desenvolvido através de um espaço plural marcado por múltiplas referências identitárias, instituídas por uma nova ordem social que é regulada por um universo cultural amplo e diversificado, embora fragmentado.

Palavras-chave: Mídia, Identidades culturais, Jovens rurais

1. Introdução

É inegável o papel que os meios de comunicação desempenham no mundo contemporâneo, somos literalmente atravessados por instrumentos midiáticos que nos plugam, conectam e nos faz interagir com o mundo ao nosso redor. Nesse mundo de interações midiáticas os jovens vão abrindo espaços de organizações e relações interativas e passam a ter acesso a múltiplas referências culturais, constituindo assim, um conjunto heterogêneo de redes de significados, que permitem a sua construção social através desses múltiplos processos de

¹ Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

pertencimento, nos quais as ações cotidianas adquirem sentidos através das suas escolhas culturais.

Este artigo busca problematizar e analisar como os jovens rurais constroem suas identidades culturais através da interface com a mídia. Parte da premissa de que o processo de socialização das formações sociais dos jovens na contemporaneidade é desenvolvido através de um espaço plural, instituído por múltiplas referências identitárias, marcada por uma nova ordem social que é regulada por um universo cultural amplo e diversificado, embora fragmentado. Propõe ainda realizar algumas análises sobre o processo de socialização e de construção das identidades dos jovens residentes no assentamento do MST, José Antonio Eufrosino, localizado no município de Campina Grande, Paraíba, tentando entender qual o processo de participação e que significados os jovens integrantes do MST dão às aspirações simbólicas construídas a partir de estímulos do modelo de cultura hegemônica, instituídos pela mídia.

A amostra da pesquisa foi composta por 42 jovens na faixa etária entre 14 e 28 anos que residem no assentamento. Entrevistas de aproximação e um questionário com perguntas semi abertas foram aplicados junto a esse grupo, como meio de diagnosticar as relações sociais desses jovens a partir dos seguintes aspectos: convivência familiar, redes de sociabilidade com o movimento; convivência fora do assentamento; a interface com a mídia e perspectivas para o futuro.

O recorte metodológico para este artigo foi construído a partir das relações dos jovens pesquisados e suas escolhas midiáticas. O nosso esforço inicialmente foi o de identificarmos quais os meios de comunicação utilizados por esse grupo juvenil e que sentido cultural atribuíram a partir de suas escolhas e que permitiram a construção de suas identidades culturais.

A nossa compreensão encontra-se apoiada nos preceitos teóricos de Stuart Hall (2003) que trata as construções identitárias a partir de uma fluidez, já que não há como desvincular a discussão da construção das identidades culturais do processo de globalização, que gera um efeito pluralizante sobre as mesmas, produzindo uma série de alternativas e de novas posições de identificações. No tocante à identificação do termo juventude, esta é uma abordagem emblemática, tendo em vista que várias definições são apontadas por correntes teóricas diversas. Dessa maneira nos apoiamos em autores como Karl Mannheim (1968), Pierre Bourdieu (1983) e Gilberto Velho (2006) que tratam sobre a temática da juventude, além de Maria José Carneiro (2005) que aborda especificamente a juventude rural.

O ponto de partida, portanto, para as discussões propostas aqui foi compreendermos como se constitui a juventude, para em seguida identificarmos essas novas formas de socialização desse grupo juvenil através da interface com a mídia e a construção de suas identidades.

2. Considerações conceituais sobre juventude

As discussões implementadas sobre as concepções que são oferecidas ao termo juventude são marcadas por tensões, tendo em vista as diferentes posições adotadas por teóricos que se debruçam sobre o termo.

São concepções dicotômicas que de um lado defendem a juventude como um processo homogêneo, e do outro, que buscam valorizar a diversidade das experiências juvenis.² Neste ínterim, a definição de juventude vai da discussão sobre um marco etário até uma abordagem por meio de uma construção social.

Na realidade esta é uma questão emblemática, porque ao mesmo tempo em que se define a juventude através de uma faixa etária³, pode-se perder uma grande faixa de pessoas que embora não estejam dentro dos limites pré-determinados, também se consideram jovens. Este é um fator que passa pela própria conjuntura do momento histórico que nós estamos vivendo, no qual há uma hiper-valorização das práticas e representações que são imputadas aos jovens. Entretanto, não podemos desconsiderar o recorte geracional, pois embora seja arbitrário, temos que delimitar o que entendemos por ser jovem, sem perder de vista que os problemas vivenciados se darão de formas diferenciadas.

Afinal de contas até onde vai à juventude? Não há uma resposta chave, não há como definir esta fronteira. Dentro de sua polissemia o termo se reveste de uma série de significados, mas três adjetivações estão associadas: Um período etário, um estado de espírito e um estilo de vida (SCHIMIDT, 2001). O citado autor parte do pressuposto de que a idade é um fenômeno social e não apenas biológico, pois historicamente nem sempre houve crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Ou seja, é a partir da modificação na estrutura social que tais divisões são implementadas.

² Os estudos sobre juventude emergem a partir da década de 20, com a obra clássica de Karl Mannheim, Margaret Mead e posteriormente, com a Escola de Chicago, que aponta uma visão bastante limitada ao que viria a ser juventude, defendendo a idéia de que esta deveria ser compreendida como um momento da vida entre a infância e a vida adulta.

³ Para o IBGE a faixa etária do ser jovem é de 14 a 24 anos. O governo, através de suas políticas públicas, ampliou a faixa etária do ser jovem até os 29 anos, tal fato se deu pelas pressões dos movimentos sociais do campo.

Na perspectiva das Ciências Sociais, os estudos sobre juventude apontam para um caminho no qual devemos percebê-lo como uma construção social, cultural e histórica, que está intimamente ligada às transformações do mundo moderno. Esta concepção vem dos primeiros estudos desenvolvidos por Áries (1978) que apresentou as mudanças ocorridas na organização familiar a partir do Séc. XII, no qual a família passa a se organizar em torno da criança. No entanto, a constituição da juventude enquanto grupo social se deu na Europa, no séc. XVIII, a partir da estruturação do sistema escolar.⁴

Para além de considerar a juventude como um marco etário, as Ciências Sociais defendem que a juventude não pode ser definida homogeneamente, tomando-a como um processo sócio-cultural. Diante deste ponto de vista, a cultura ocidental contemporânea apresenta um atributo que vai além dos limites de uma determinada faixa etária, pois se jovem é, sobretudo, uma forma de identidade que está atrelada a um estilo de vida marcado por uma independência e uma autonomia.

Para a Sociologia, o que interessa primordialmente são os critérios que definem os papéis sociais específicos, assim como o processo de pertencimento a um determinado grupo de idade, se tornando dessa forma totalmente arbitrária a definição dos limites etários.

Bourdieu (1983) é um dos autores que integram essa corrente de pensamento, afirmando que as divisões entre idades são arbitrárias, pois a fronteira que separa a juventude da maturidade está atrelada a um jogo de manipulações que se faz presente em todas as sociedades e como tal, faz parte de um processo de classificação no qual as fronteiras passam a ser socialmente construídas:

Utilizar o termo juventude para falar dos jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e relacionar esses interesses a unidade definida biologicamente, é uma manipulação evidente e um formidável abuso de linguagem. (BOURDIEU, 1983, p.144)

O autor acima citado nos chama a atenção para o fato de que a “juventude é apenas uma palavra”, tendo em vista que não se pode atribuir o termo juventude de forma genérica, diante das diferentes realidades. Assim, mais do que uma palavra, a juventude pode ser caracterizada por uma experiência de vida que é construída através de diversas formas de classificação, resultante das relações estabelecidas entre pessoas, classes sociais, relações familiares e relações de poder. Enfim, a juventude é também uma experiência de vida.

De acordo com Dubet (2005):

⁴ A sociologia e a Psicologia começam a investigar as características básicas que se configuram como jovens. Em 1920.

A categoria juventude pode ser considerada como portadora de uma ambigüidade intrínseca, pois seria ao mesmo tempo momento do ciclo vida, exprimindo assim as características socioculturais de uma determinada temporalidade histórica, como também um processo de inserção ou uma experiência delimitada pela estrutura social. (DUBET apud SPOSITO, 2005, p.89)

O estudo clássico desenvolvido por Mannheim (1968) defende que a juventude deve ser compreendida enquanto uma categoria de sujeitos que estão ordenadas a partir de interações sócio-geracionais. Para este autor, uma geração se define através da relação de indivíduos estabelecida em uma posição comum na dimensão histórica do processo social, estando, portanto, atrelados a um modo característico de pensamento, experiência e ação. Nesta perspectiva, a geração se constitui em uma condição objetiva na vida dos indivíduos, marcada por uma similaridade de situações emergentes na sociedade contemporânea.

Mannheim (1968) alerta ainda para o fato de que embora surjam novas gerações em função de grupos de menor idade, tal fato dependerá da natureza própria que cada sociedade faz uso. Dessa maneira, a acepção ao termo juventude não está apenas vinculado ao ser moço ou ao ser velho, mas também quanto à forma de integração de grupos de jovens em uma determinada sociedade.

Assim, através de uma condição histórica e social, o termo juventude representa um conjunto de relações sociais que são vividas por uma determinada sociedade, que passa a ser constituída a partir de uma relação de reciprocidade. Mannheim (1968, p. 70) explica como ocorre esta reciprocidade: “ao tornarmo-nos cômicos da sociedade, não mais formulamos as necessidades da juventude de modo abstrato, mas sempre com relação às necessidades de uma dada sociedade”. Visto sob este paradigma o significado de juventude na sociedade passa a ter diferentes sentidos, uma vez que designa um conjunto variado de relações sociais, que são vividas em diferentes contextos sociais.

Mannheim (1968) defende a assertiva de que uma geração abriga formas variadas de respostas, inclusive antagônicas, estando em diferentes grupos e em contextos diversificados. Para este autor, esses grupos são as unidades de geração, caracterizadas por uma identidade de reações marcada por uma certa afinidade, através da forma como se relaciona com as experiências comuns.

Diante das múltiplas diferenças existentes entre os jovens não se pode mais falar em geração, no máximo em “expressões geracionais”. Assim, o conceito de geração deve estar relacionado ao sentido de um “recorte temporal” que atualmente está sendo designado por

“*cohort*” ou “*birth cohort*” (refere-se a um subgrupo etário abrangendo os indivíduos nascidos dentro de um faixa de tempo) (SCHIMIDT, 2001).

De acordo com Dayrell (2003) um jovem pode ser igual aos demais enquanto categoria abstrata, mas pode ser diferente de todos enquanto ser singular. Dessa forma, a constituição sociológica da juventude nos permite entender esse grupo através de uma condição social fundada em representações e processos de socialização, onde não necessariamente os jovens se enquadram nessas culturas prescritivas impostas pela sociedade.

Esta reciprocidade existente entre juventude e sociedade nos tem permitido compreendê-la enquanto categoria plural e heterogênea tendo em vista que os multipertencimentos não são exclusivos, pois ocorrem em múltiplos contextos socioculturais e níveis de realidade. Ou seja, os pertencimentos culturais não são comuns a todos, vai depender do lugar no qual o sujeito está inserido e da posição que ocupa naquele campo social, com a construção de seus pertencimentos.

Sob este olhar, o modelo de ser jovem deve ser construído a partir de uma pluralidade, porque esse modelo está atrelado a contextos culturais diversificados, que são localizados em um tempo, em uma territorialidade.

Novaes (2006) argumenta que o conceito “ser jovem” passa por constantes mudanças que estão circunscritas no tempo e nas mais distintas culturas e espaços sociais. A autora questiona: quem e até quando pode ser jovem?

Jovens são aqueles nascidos há 14 ou 24 anos- seria uma resposta. No entanto, esses limites de idade também não são fixos. Para os que não têm direito a infância, a juventude começa cedo. [...] Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais. (NOVAES, 2006, p.105).

As discussões teóricas acima demonstram que não há um modelo único de juventude, a forma como vai se representar diz respeito às particularidades culturais dentro de um contexto social e cultural. Convém ressaltar, entretanto, que esses modelos culturais são distintos e ocorrem a partir de experiências e situações diversas, que passam pela questão etária, cultural, da prática de sociabilidade e, sobretudo, pela questão familiar. Diante disso não podemos tratar o termo juventude como algo unitário.

Para Velho (2006, p.194) “a permanente e complexa negociação da realidade que envolve variáveis dos mais diversos tipos, econômicos, políticos, de organização social e simbólica, vai estabelecer fronteiras e classificações etário-geracionais”. Para este autor, há

várias maneiras de “ser velho” como também de “ser jovem”, sendo que este fator está atrelado a fenômenos sócio-culturais.

Velho (2006) reforça a concepção de que a juventude deve ser compreendida no plural. “Colocar juventude no plural, expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea” (VELHO, 2006, p.192). Este autor no entanto, nos coloca em alerta, quando aponta as dificuldades para uma compreensão das diferenças de ordem cultural das mais diversas sociedades.

À luz da sociologia, ao entrar na fase da adolescência o jovem passa a conviver em um mundo externo, cujos hábitos, costumes e sistemas de valores são totalmente diferentes daqueles aos quais estavam habituados em outra fase da vida. De acordo com Mannheim (1968, p.78) “esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos”. Este é o caso das novas tecnologias da comunicação que por ser diferente tem atraído sistematicamente essa categoria.

Definir os aspectos da condição juvenil é um exercício por demais difícil, tendo em vista os diferentes recortes que são estabelecidos, principalmente os relacionados à faixa etária. Entretanto, compreendemos que a juventude constitui uma realidade social inegável, contudo é preciso que seja entendida a partir de um processo coletivo, como um espaço de relações sociais que ocorrem tanto entre si, como com os outros. Ou seja, o termo juventude assume características específicas a partir de cada campo e conseqüentemente, da posição que este campo assume.

Se considerarmos esta visão urbana sobre juventude, como devemos, definir então a juventude rural.? Apesar das pesquisas sobre juventude rural estarem ganhando espaço no âmbito da academia, a abordagem ainda é insuficiente, principalmente se levarmos em consideração que as discussões sobre juventude são marcadamente voltadas para o urbano, tornando a juventude rural menos visível.

Como não existe um denominador comum para definir juventude camponesa, preferimos atribuir à categoria juvenil através de uma abordagem que os tornam enquanto atores sociais específicos, que são compreendidos através de um processo social e histórico a partir da constituição de uma territorialidade, ou seja de seus aspectos locais.

O mais sensato, ao que parece, é identificar a juventude rural enquanto uma categoria fluida e heterogênea. Para Carneiro (2008, p. 245) a juventude rural pode ser designada como “categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital”. Segundo a autora esta definição se sustenta se levarmos em consideração as imprecisões que se colocam ao entendimento do “rural”, como

uma questão que se acentua com a intensificação da comunicação que se estabelece entre os universos cultural e social do campo e da cidade. O IBGE, por exemplo, adota como parâmetro, o “rural” como sendo toda área externa ao perímetro urbano, sendo definido através de lei municipal., ou seja, o “rural” seria tudo que fica fora do contexto urbano⁵.

Para alguns autores esta é uma definição insuficiente. Nesse sentido, é preciso que se analise o rural para além do setor agrícola, o que muitos vão denominar de “novo rural”, em decorrência de suas heterogeneidades e diversificações, que nada mais são do que o estreitamento das fronteiras culturais entre campo e cidade, o que tem permitido uma ampliação de novas referências culturais.

De acordo com Wanderley (1999) o meio rural no Brasil foi historicamente constituído através de “espaços diferenciados”, com formas sociais distintas, distribuindo-se entre propriedades de grande porte e pequenos agrupamentos que se denominaram de povoados, bairros rurais, colônias, etc

Nesta linha de raciocínio podemos caracterizar a juventude rural, respeitando as suas especificidades, como um momento de diversas fases que são semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos. Não podemos construir uma visão idealizada e homogênea da categoria juvenil, pois como alerta Carneiro, “as variáveis são múltiplas, o que torna impossível traçar um padrão de estratégia individual ou familiar, levando em conta somente às condições de renda e de produção familiar”. (CARNEIRO, 2005, p.258)

Essa assertiva se valida se levarmos em consideração que os jovens rurais, através de seus projetos individuais, incorporam novos valores sociais, diferentemente de seus pais, isso em busca de novas alternativas de vida, sendo uma delas a independência. Não podemos, entretanto, desconsiderar que esses novos contratos sociais se desvinculam de seus *habitus* incorporados, pois ao mesmo tempo em que utilizam de um universo simbólico tradicional, referendado pela família, também adquirem laços de sociabilidade urbano, incorporando novos sentidos culturais. Dito de outra forma, os valores culturais dos jovens rurais são estabelecidos de forma ambígua, pois ao mesmo tempo que expressam o desejo de permanecerem na zona rural em decorrência de seu apego à família, por outro lado, a falta de lazer, perspectivas de trabalho são elementos que se tornam motivadores para migrarem da zona rural, ou mesmo incorporem estilos culturais “típicos” da zona urbana.

⁵ Para alguns pesquisadores o setor urbano deve ser considerado a partir de suas aglomerações, que são demarcadas pelo número de habitantes que se constituem em torno de valores, padrões e formas de organização (LOPES apud WANDERLEY, 1999)

Estes aspectos resultam numa diluição das fronteiras culturais entre o rural e o urbano, pois como Carneiro (2005, p.260) ressalta, “tanto a juventude rural como a urbana estaria sendo afetada pela mesma ordem de problemas próprios de uma sociedade que é ao mesmo tempo globalizada e subdesenvolvida”. O que diferencia, portanto, os jovens urbanos dos rurais são os diversos e variados contextos sociais, econômicos e culturais, e não especificamente a territorialidade, até porque a territorialidade é uma construção simbólica e não uma construção de espaço.

Diante destes fatores, é preciso repensar que a idéia de ser jovem não passa necessariamente pela questão biológica, pois embora formem vínculos concretos através das unidades de geração, ser jovem é uma construção cultural como o indivíduo se coloca na sua forma cultural, assim como a sociedade encara e vê a idade.

É preciso compreender a juventude para além de uma coletividade geracionalmente localizada no seu tempo social específico, porque os jovens hoje expressam visões de mundo que são marcadas por fronteiras simbólicas. É pensar como esse jovem se coloca diante das múltiplas práticas culturais que lhes são ofertadas.

A juventude pode enfim, ser compreendida como uma categoria de sujeitos que estão inseridas sempre em uma dimensão histórica e que vive uma similaridade de situação por estarem em um contexto histórico.

Portanto, devemos pensar a temática juvenil a partir de aportes que se inter-relacionam, compreendendo a juventude a partir de sua pluralidade, pois não há um jovem, mas categorias de jovens que ressignificam uma realidade sócio-histórica contemporânea. Devemos falar não em juventude, mas em juventudes, pois há uma diversidade muito grande ao se experimentar um momento da vida que realmente é diferente de todos os outros.

A partir desta compreensão, as discussões que se seguem no corpo deste artigo buscam agora identificar quais as escolhas midiáticas dos jovens residentes no assentamento José Antonio Eufrosino. O nosso esforço é mapear qual a mídia mais acessada e que uso eles fazem dos conteúdos difundidos.

3. A paisagem do locus da pesquisa

Antes de explicitarmos os dados levantados para pesquisa de nosso doutorado, que ainda se encontra em fase de elaboração, é necessário que descrevamos o contexto social em que esses jovens estão inseridos e qual o perfil de cada um deles.

O assentamento José Antonio Eufrosino está localizado na microrregião do Agreste da Borborema no Município de Campina Grande- PB. Ocupa uma área de 3.104 ha e foi criado no ano de 2001. Trata-se de um assentamento ligado ao MST, no qual estão assentadas 100 famílias, divididas em quatro áreas (Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro). O espaço é dividido entre as famílias que ocupam uma área de 18 ha distribuídos em lote.

A ausência de um posto médico, escolas, igreja e áreas de lazer ressalta as precárias condições de sobrevivência na citada localidade, o que leva seus habitantes a constituírem uma relação intrínseca com a zona urbana.

A faixa etária dos assentados é significativamente adulta, sendo que o percentual de jovens entre 0 e 22 anos, que residem literalmente no assentamento chega a uma média de 17%. Outros jovens filhos de assentados freqüentam o assentamento apenas aos finais de semana, tendo em vista estarem trabalhando em outras localidades, uns em fazendas vizinhas e outros, na cidade de Campina Grande em atividades diversificadas.

O grau de escolarização entre os jovens varia do ensino fundamental ao ensino médio incompleto. Atualmente um jovem se encontra em Cuba, cursando Medicina, isso através de intercâmbio com o próprio Movimento.

Todos sobrevivem da agricultura. O pai na sua maioria é o provedor da unidade familiar e vive da renda que varia de meio a um salário mínimo. As alternativas de lazer desses jovens se reduzem na sua grande maioria a encontros de amigos e familiares e aos jogos de futebol que normalmente são realizados aos domingos. Estes fatores têm sido alvo de críticas por parte dos jovens assentados, o que resulta numa avaliação negativa desses em relação à sua permanência na zona rural, já que expressam o desejo de vivenciar outras formas de lazer e de entretenimento ofertadas na zona urbana, como participação em *shows* musicais que são amplamente divulgados pela mídia. Na impossibilidade de conviver com esta realidade cultural, a alternativa de lazer para esses sujeitos, comumente tem sido a televisão. É a partir deste contexto que pretendemos focar nossa discussão, mapeando e identificando como os jovens do assentamento José Antonio Eufrosino se relacionam com a mídia. Qual o meio de comunicação mais utilizado pelos mesmos e que sentidos culturais eles constroem a partir dos conteúdos absorvidos.

Partimos do pressuposto que os meios de comunicação de massa são um dos importantes canais de saber a ofertar sobre modelos de conduta na sociedade contemporânea, possibilitando um processo de comunicação entre os diferentes estratos da sociedade, estabelecendo uma ressignificação da vida cultural, através de um processo de imbricamento entre o uno e o múltiplo, o local e o global.

A amostra desta pesquisa é composta por 42 jovens residentes no assentamento na faixa etária que varia dos 14 aos 28 anos. Sendo 21 do gênero feminino e 21 do masculino. Embora este artigo não privilegie um estudo de gênero, é pertinente destacar que das mulheres, 8 são solteiras e 13 casadas. Já os homens, 18 são solteiros e 3 são casados.

O nível de escolaridade dos jovens pesquisados varia do ensino fundamental ao médio, estando assim distribuído: ensino médio 3, sendo 1 supletivo; 12 do ensino secundário; 2 são analfabetos e 22 pararam de estudar⁶.

Dos 42 jovens pesquisados apenas 7 são militantes do MST, o restante compõem a massa do Movimento. Destaque para dois jovens que assumem posições contrárias à ideologia do Movimento.

Em sua totalidade a televisão é o meio de informação e de entretenimento mais utilizado pelos jovens pesquisados, 100% deles assistem TV diariamente, vindo o rádio em segundo lugar. É a partir destas escolhas que apresentamos os seguintes dados. A Rede Globo de Televisão desponta na preferência de audiência com 99%, vindo em seguida o SBT. Embora a Globo seja a líder de audiência junto à sociedade brasileira, tanto rural como urbana, no caso específico do assentamento tal fato se verifica também em decorrência de na localidade não captar outro sinal de televisão. Eles assistem televisão diariamente com preferência para o horário noturno, numa média que varia de 1 a 8 horas diárias.

O processo da recepção acontece através da reunião em família, tendo em vista que a maioria das residências visitadas dispõe apenas de um aparelho de TV. Embora o grupo pesquisado esteja inserido em um mesmo contexto social, as opções por programas são diversificadas, ficando em primeiro lugar o gênero telenovela, seguido do Programa Malhação e numa terceira opção o Jornal Nacional. Estas escolhas são justificadas a partir das dicas de lazer e das informações que são oferecidas pelos citados programas. Uma minoria destacou que a educação e os anúncios publicitários são os itens que mais chamam a atenção.

No que diz respeito às informações os nossos depoentes destacaram as temáticas: violência, nas suas mais variadas formas, educação, saúde e política.

De acordo com os resultados da pesquisa, a televisão não gera muita influência no que diz respeito às escolhas musicais, os pesquisados afirmam que tais escolhas são mais utilizadas por meio do rádio, mesmo assim, suas opções musicais são identificadas de forma bastante diversificada, sendo o forró, axé, *rock* nacional, *funk* e regue, os principais gêneros musicais apontados pelo grupo pesquisado. Por outro lado, admitem que a audiência

⁶ Segundo a maioria dos jovens entrevistados, os dois principais motivos da desistência escolar são: deslocamento e priorizar a ajuda aos pais junto à agricultura.

televisiva gera uma certa influência em suas vidas, atuando enquanto meio de orientação em assuntos relacionados à droga, saúde, violência contra a mulher, assim como a preservação do meio ambiente. Ressaltam que já se beneficiaram de alguma maneira pelas informações veiculadas, seja através de informes sobre cursos, ou beneficiamento do bolsa família.

Para alguns jovens, a mídia televisiva é um meio que lhes proporciona mais cultura. Dessa maneira, não é só no lazer que a cultura atua, ela age enfaticamente no setor da informação, fazendo triunfar o imaginário, principalmente quando os fatos transitam pela esfera do cotidiano, indo desde o mais elementar ao mais profundo. Informações romanescas, sensacionalistas e até mesmo vedetizadas, são aspectos que fornecem uma matéria real, mas que afetam o imaginário, fazendo o indivíduo projetar-se naquele mundo, identificando-se com as mais variadas situações.

Embora o processo de audiência desperte necessariamente o sentido da visão, a maioria dos jovens pesquisados admite realizar outras atividades no ato da audiência. Uns dizem que costumam escrever, outros pintar, fazer crochê e até mesmo estudar, e ainda atividades domésticas. Mas, alertam: “isso só na hora dos comerciais.”

Admitem ainda, os jovens pesquisados, que os comerciais despertam entre os mesmos o desejo pelo consumo, principalmente os relacionados a aquisição de produtos tais como: celular, computador, aparelho de CD e acessórios femininos. O que nem sempre pode ser concretizado, ou seja, estar estimulado a uma oferta midiática não significa consumir mercantilisticamente. O consumo pode se verificar através de um processo de identificação com o produto anunciado.

A audiência televisiva gera entre os jovens um processo de interatividade na medida em que costumam discutir aspectos difundidos. Entre os mais citados estão as cenas de novela, as informações na área da política, saúde e educação. Apenas 1 jovem apontou como pauta de discussão os assuntos relacionados ao MST. “A comunicação não é eficaz se não inclui também interação de colaboração e transação entre uns e outros” (CANCLINI, 2001, P. 76).

Embora os sentidos culturais dos jovens pesquisados sejam construídos pelo viés da mídia televisiva de forma heterogênea, em um aspecto eles são unânimes: no que tange à credibilidade, eles não acreditam em tudo que é veiculado. Destaque para a política. E são incisivos quando ressaltam que a televisão não atende às suas necessidades enquanto cidadãos, faltando mais educação e autocrítica.

Diante do exposto os sujeitos pesquisados podem ser reconhecidos como receptores ativos, capazes de selecionar os conteúdos culturais, dando sentido ao que consomem, através

de um processo de reinterpretação ao entendimento que é dado junto às análises dos efeitos sociais difundidos pela televisão.

Estes resultados também foram encontrados nos efeitos culturais mediados pelo rádio, que segundo a pesquisa é o segundo veículo de comunicação mais usado pelos jovens rurais, sendo o FM o meio preferencial.⁷ As rádios Campina Grande FM, Panorâmica e Correio foram as principais emissoras destacadas .

Com uma audiência preferencial no horário da manhã, os jovens assentados escutam rádio diariamente atingindo uma média de até 4 horas diárias. Todos os jovens pesquisados escutam rádio de suas residências, utilizando-se do aparelho microsystem. Apenas dois usam o rádio transistorizado e um utiliza o celular. A maioria escuta rádio coletivamente, pois além de usarem o microsystem, a família também integra o processo da audiência. Este é mais um fator relevante da cultura familiar da zona rural.

Por ser um meio móvel e intimista, os jovens escutam o rádio paralelamente a outras atividades que estão relacionadas aos afazeres domésticos. Em alguns casos a atividade na agricultura também é acompanhada pela audiência radiofônica. A música é o elemento motivador junto ao processo de audiência, ficando como segunda opção o jornalismo, que se diversifica entre os fatos políticos, esportivos e policiais. Os jovens justificam suas escolhas musicais a partir da diversificação de gêneros como o forró (banda), músicas românticas, brega, MPB, e *rock* nacional.

Assim como a televisão, o rádio também exerce uma forte influência cultural junto aos jovens pesquisados na medida em que os mesmos estabelecem um censo crítico quando discutem sobre os produtos midiáticos ofertados, seja no âmbito da música, ou através de alguma informação que lhes despertou particular interesse. Isso pode ser atestado através dos depoimentos colhidos junto aos pesquisados quando admitem que tanto o rádio quanto a televisão despertam o gosto pela música , assim como alerta para fatos relacionados a drogas, saúde e educação, exercendo assim uma mudança de comportamento. “A mídia me faz ver o mundo de outra maneira”⁸.

Embora apontem essa influência midiática de forma benéfica, por outro lado atestam sua criticidade quando questionam a credibilidade dos fatos difundidos, principalmente os do cenário político. Eles afirmam que muitas vezes a notícia chega de forma destorcida, e como

⁷ Esse dado se justifica pois desde o surgimento do Fm no Brasil nos anos 70 o rádio se estabilizou com esta perspectiva em atender a um público jovem.

⁸ Esta frase é de um jovem entrevistado.

exemplo, citam os fatos que envolvem o MST que são explicitados de forma totalmente deturpada⁹.

3. Esboçando algumas considerações

Os dados acima apontados demonstram que não há fronteiras midiáticas entre o meio rural e o urbano. Os princípios culturais e sociais que organizam as condutas ocorrem de forma heterogênea, com os atores podendo adotar simultaneamente vários pontos de vista. Isto é resultado de um mundo globalizado, marcado pela influência das novas tecnologias da comunicação e a convergência das mídias, que continuam exercendo forte influência na sociedade.

Embora a televisão atinja 93% dos domicílios brasileiros sejam eles rurais ou urbanos, o meio radiofônico ainda ocupa significativa relevância pela audiência entre os mais modernos veículos de comunicação. Tal fato se justifica pela forte tendência oral que o rádio exerce, crescendo em intimidade e credibilidade junto ao público-ouvinte jovem.

Em tempos de globalização, os jovens adotam múltiplos posicionamentos sociais e culturais a partir de escolhas que estão fortemente condicionadas a fatores estruturais e conjunturais, entretanto, as diferenças sociais e culturais explícitas entre o meio rural e o urbano parece que se fragilizam se olharmos as relações sociais pelo viés da mídia, que não estabelece fronteiras para a difusão de seus conteúdos culturais. Se os jovens se privam de acesso a contatos sociais disponíveis na zona urbana, a mídia se encarrega de retirá-los desse isolamento cultural.

Para Dubet, (1994) os atores e as instituições não são mais redutíveis a uma lógica única, a um papel e a uma programação cultural de condutas, como era pensada a socialização na sociedade industrial. Isso se verifica a partir do momento em que os jovens vão abrindo espaços de organização e relações interativas onde através do consumo dos meios de comunicação de massa, principalmente os eletrônicos, passam a ter acesso a múltiplas referências culturais, constituindo assim, um conjunto heterogêneo de redes de significados, que permitem a sua construção social através desses múltiplos processos de pertencimento, nas quais a ação cotidiana adquire sentido através das suas escolhas culturais.

Partindo da premissa de que as estruturas sociais são cada vez mais fluídas e que a vida dos jovens é marcada por inconstâncias, incertezas e descontinuidades, podemos arriscar

⁹ Em todo o percurso da aplicação do questionário este foi o único momento que alguns jovens se relacionaram ao MST.

a dizer que os contornos da construção analítica dos jovens junto às novas formas de socialização pelo viés da mídia, são definidos por diferentes realidades nas quais os grupos juvenis vivenciam essas práticas de formas diversificadas, formas estas que estão diretamente relacionadas a contextos específicos de suas posições junto aos espaços sociais que ocupam através de culturas específicas.

Essa assertiva se justifica se levarmos em consideração as dicotomias e falta de consenso existentes para uma definição da juventude, pois embora seja analisada como sendo fenômeno histórico e social, ela não existe do mesmo modo em todas as épocas históricas, apresentando-se inclusive com diversidades internas, pois dentro de uma mesma geração podem existir diferenças, mesmo que os componentes compartilhem de elementos culturais e atitudes comuns próprios da sua geração. Este aspecto foi visivelmente detectado junto aos jovens pesquisados na medida que apontam suas escolhas culturais de forma bastante diversificada.

Diante do exposto devemos alertar que as práticas juvenis têm que ser compreendidas em sua historicidade, a partir da vivência social a qual ela responde, pois não se pode entender juventude falando da própria juventude, seja ela rural ou urbana, tem que se olhar sempre a partir de um contexto no qual a juventude está inserida, compreendendo-a, assim como um fenômeno que não é universal.

Neste estudo específico cremos ser possível deduzir que as identidades culturais dos jovens pesquisados se formam através de uma dupla referência que se inter-relaciona entre a cultura dita rural e os imperativos culturais da zona urbana difundidos pelos meios de comunicação de massa. Os dados revelam uma dupla face cultural dos jovens do assentamento na medida em que ao mesmo tempo que incorporam seus valores culturais atrelados a uma tradição peculiar ao meio rural, por outro lado, assumem outras posições culturais pelo viés da mídia, dinamizando assim seus sentidos culturais sem, contudo, se desagregarem do seu contexto social.

5. Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). *Retratos da Juventude Brasileira*. Instituto Cidadania, Porto Alegre, 2005.

ARIÉS, Phillipe. *História Social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1986.

BOURDIEU, Pierri. *A Juventude é apenas uma palavra*. In Bourideu, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Ltda., 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CARNEIRO, Maria José. *Juventude Rural, projetos e valores*. In; ABRAMO, Helena Wendel; BRACO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma pesquisa nacional*. Editora: Fundação Perseu Abramo, Instituto Cidadania; São Paulo, 2005.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In sociologia da Juventude. Org. de Sulamita de Brito. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, FERNANDA (orgs.). *Culturas jovens; novos mapas do afeto*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.

SCHIMIDT, João Pedro. *Juventude e Política no Brasil: A socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Cultura*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre relações entre juventude e escola no Brasil*. In. *Retratos da Juventude Brasileira*: Instituto Cidadania, Porto Alegre, 2005.

WNADERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o “Rural” Brasileiro. *Revista Raízes*. Vol.23, n°s 1,2- 2004.

VELHO, Gilberto. *Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea*, In Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugênio (orgs) *Culturas jovens: novos mapas do afeto*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Acesso à internet: < [http://www. Ibge.org](http://www.Ibge.org)>. Acesso em 30 de julho de 2007.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

**APERFEIÇOANDO A COMUNICAÇÃO NO FÓRUM ONLINE DE
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Maria Suzana Marc Amoretti¹

Resumo

O objetivo do artigo é aperfeiçoar o uso da ferramenta comunicativa assíncrona fórum de discussão para formar pessoas capazes de definir políticas e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável através de cursos à distância. O estudo traz elementos de reflexão sobre os fundamentos semióticos das práticas discursivas escritas dos atores da educação à distância no uso da ferramenta assíncrona fórum sobre os domínios temáticos do desenvolvimento rural. Práticas discursivas são definidas como sendo estratégias adotadas por atores do curso à distância para expressar e dar significado ao texto, com processos de produção e escolhas próprias aos campos de expressão de determinada profissão, comunidade acadêmica/laboral, bem como à recepção, leitura e interpretação dos discursos. Três práticas discursivas foram priorizadas. A metodologia é híbrida – qualitativa e quantitativa – porém, predominantemente qualitativa, fundamentada na semiótica francesa.

Palavras chave:

desenvolvimento rural, educação à distância, semiótica, fórum de discussão

1. Introdução

O presente estudo faz parte de um projeto maior de investigação das interações verbais no âmbito do Curso de Graduação Tecnológico à distância em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Esse curso visa capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural tanto em nível local quanto em regional, proporcionando uma visão ampla e crítica do aspecto ambiental e suas articulações com o desenvolvimento, a gestão e o planejamento rural. A importância social desse curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural é indiscutível tendo em vista que o desenvolvimento rural é uma questão planetária e que exige profissionais com uma sólida formação teórica e aplicada para a concepção e gestão de projetos sociais e que estejam também envolvidos com a temática do desenvolvimento rural. O corpus inicial dessa pesquisa será constituído pelos enunciados coletados na Ferramenta Fórum, uma das funcionalidades presentes na plataforma Moodle que acolhe o Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

¹ Maria Suzana Marc Amoretti, Doutora em Semiótica pela Universidade de Limoges, França, Coordenadora do Leadsemiótica (www.leadsemiotica.net), Coordenadora da Pesquisa sobre Interação Digital no Fórum de Discussão do curso PLAGEDER, IEPE, UFRGS. E-mail: suzana.amoretti@leadsemiotica.net

O PLAGEDER, criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PPGDR) do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, contando com a parceria dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET/BG) e de São Vicente do Sul (CEFET/SVS). Desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto do Ministério da Educação (MEC), tem como proposta formar agentes locais de desenvolvimento rural capacitados para contribuir na formulação e assessoramento de políticas públicas bem como elaborar projetos compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos espaços regionais. É um curso com duração de três anos, gratuito, oferecendo 610 vagas divididas entre os pólos dos municípios gaúchos de Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Constantina, Hulha Negra, Itaqui, Picada Café, Quarai, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos. O sistema Moodle de gerenciamento de aprendizagem (LMS – Learning Management System) é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, livre e gratuito. O Moodle /UFRGS, utilizado no curso, está integrado com a base de dados acadêmicos e outras configurações institucionais da UFRGS, facilitando a inserção do curso na universidade como um todo.

A abordagem semiótica para a realização dessa pesquisa cumpre o seu papel na descrição dos sistemas de significação relativos à argumentação e seus atores, no caso específico da Educação à Distância. Na ferramenta fórum, por exemplo, caracterizada pela comunicação argumentativa, constata-se que freqüentemente as interações não surgem espontaneamente como seria no caso da discussão em um fórum presencial. Na formação em EAD há a necessidade de se explicitar os programas actanciais dos atores, interpretando os marcadores conversacionais às formas de interação pretendidas.

Os enunciados coletados na ferramenta fórum do Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, cuja temática é o desenvolvimento rural, serão objeto de observação e de análise. Assim, o corpus será constituído pelas práticas discursivas que são potencialmente configurações coletivas e passíveis de serem compartilhadas e reproduzidas no processo discursivo da linguagem verbal. Três práticas discursivas foram aqui priorizadas: 1) a argumentação que parte do mecanismo de antecipação no qual o sujeito experimenta as representações do seu leitor a partir do seu próprio lugar na situação enunciativa e constrói a sua contribuição sob a forma de réplica, 2) as réplicas do discurso ou tomadas da palavra pelo sujeito através do critério de reversibilidade que determina a dinâmica do diálogo, e 3) o engajamento dos atores com a

temática proposta no fórum, ou seja, a relação dos atores do diálogo com o objeto do discurso discutido na ferramenta fórum.

2. O Discurso Pedagógico na Educação à Distância

Moore (1993) desenvolveu o conceito de “distância transacional e explicou a natureza do diálogo entre os atores da educação à distância, bem como identificou quais os fatores determinantes da interatividade no processo educativo e a maneira de diminuir a distância comunicativa. Para ele há três tipos de interação na aprendizagem à distância: interação estudante-conteúdo, estudante-professor e estudante-estudante. Esse artigo compreende os três tipos de interação citados por Moore, dando-se prioridade em uma primeira etapa, aos aspectos intersubjetivos do discurso (interação estudante-professor e interação estudante-estudante).

Acreditando na premissa de que um dos fatores mais importantes para haver uma educação de qualidade é a interação, apresentamos um estudo teórico das características discursivas principais previstas para a ferramenta fórum de discussão – argumentação, engajamento e réplica - e alternativas para a superação dos problemas detectados no discurso pedagógico brasileiro [Orlandi 1987], como a análise semiótica do esquema actancial dos atores – professores, alunos, tutores –, a aplicação das meta-regras da coerência de Charolles [Charolles, 1978] e as propostas para um discurso crítico por meio da argumentação, da tomada da palavra e do engajamento com o objeto do fórum, que no âmbito dessa pesquisa é o desenvolvimento rural.

A proposta de Orlandi sobre uma tipologia do discurso prevê três tipos gerais: o discurso, lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. Essas modalidades foram estabelecidas através dos critérios de interação (refere-se ao modo como os interlocutores se consideram, caracterizando a reversibilidade que determinará a dinâmica do diálogo) e de polissemia (refere-se à forma de relação dos interlocutores com o objeto do discurso).

Além disso, essa tipologia deve dar conta da relação da linguagem com suas condições de produção. A partir desses critérios a autora define os três tipos de discurso:

Discurso lúdico: é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o non sense. Discurso polêmico: é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que

procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria. Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando. [Orlandi 1987:p.154]

A hipótese fundadora dessa investigação é a de que o discurso da ferramenta fórum nos cursos de educação à distância em geral e no curso em questão é do tipo discurso autoritário, correspondendo à análise feita por Orlandi do discurso pedagógico. O discurso do fórum instaura uma forma de interação, equivalente a um ato de linguagem, que procura estancar a reversibilidade, havendo uma contenção da polissemia, em que o agente do discurso se pretende único e oculta o referente através do que é dito.

Acrescenta-se ainda ao discurso do fórum online o que Orlandi escreveu sobre o discurso pedagógico: o discurso pedagógico em uma formação social como a nossa apresenta-se como um discurso autoritário e sem nenhuma neutralidade. É um discurso circular que se origina e que tende para a instituição [Orlandi 1987].

3. Fórum de Discussão: Ferramenta Cognitiva de Comunicação

As ferramentas cognitivas comunicativas online favorecem a mediação da comunicação entre os atores além de seduzir, prever, significar e antecipar, buscando explicitar os elementos que estão explícitos em uma classe presencial, favorecendo comunicações e interações entre atores de natureza igual, possuindo as mesmas funções daquelas descritas por Vygotski (1985). A natureza igual dos atores refere-se à atuação do emissor e do receptor na cadeia comunicativa, ambos têm papéis ativos [Kerbrat-Orecchioni, 1990]. A estrutura da ferramenta deve obedecer simultaneamente a critérios de coerência (metaregras de Charolles), adequação aos objetivos propostos pelo curso, respeito aos critérios de lisibilidade e interação com relação aos atores. O planejamento da ferramenta compreende também a colocação em situação, as modalidades de aplicação, a relação dos conhecimentos a serem adquiridos e a sua transposição didática, as atividades de avaliação e as modalidades de generalização.

A atividade de construção do conhecimento do estudante em processos e aprendizagem à distância funda-se no sistema de interações que ele mantém com o professor, tutor, conteúdos, demais estudantes e com o próprio contexto sociocultural no qual a atividade se produz. Assim, ao professor de educação à distância cabe um novo papel que é o de planejar e antecipar onde e como as interações poderão ocorrer. Neste âmbito, as ferramentas cognitivas revelam-se como sendo o lugar no qual a comunicação acontece e também onde ocorre a socialização das competências dos diferentes atores da educação à distância, respeitando e dando voz às diferenças culturais e institucionais, favorecendo a aprendizagem do aluno. As identidades culturais forjadas historicamente a partir dos

condicionamentos da terra, costumes, tecnologia e evolução humana emergem através das interações. [Amoretti 2008]

O fórum é uma ferramenta utilizada em ambientes virtuais de aprendizagem para troca de informações assíncronas, em que um dos usuários sugere um assunto, e os demais, juntamente com este, discutem os temas sugeridos buscando aprofundar a temática escolhida. No plano metodológico as mensagens do fórum serão observadas a partir de um corpus de mensagens reativas que indicam que ao tomar a palavra o sujeito está levando em conta o co-enunciador. Também a natureza da intervenção será avaliada (acesso simples ou qualificado) e a qualidade da argumentação serão verificadas através do recurso das respostas agrupadas por temas (ou respostas aninhadas).

Segundo a tipologia de Vanderveken [Vanderveken 2000], dentre as conversações com objetivo discursivo pode-se fazer uma classificação a partir de quatro objetivos possíveis: 1) conversações com objetivo descritivo, 2) conversações com objetivo deliberativo, 3) conversações com objetivo discursivo e declaratório, 4) conversações com objetivo discursivo expressivo. A análise das intervenções do fórum situam-se dentro da conversação com objetivo descritivo na qual as conversações com a direção de ajustamento das palavras às coisas servem para descrever o que se passa no mundo como as descrições, as notícias, as reportagens, os processos, as expertises, os relatórios e, o exemplo do fórum, as argumentações. [Amoretti, 2004]

Através da análise do “fio da discussão” do fórum, referindo-se a um sujeito de discussão particular (o desenvolvimento rural, no caso), em que uma primeira mensagem é seguida de suas respostas, busca-se verificar a natureza das interações que se desenrolam nesse contexto.

4. Escolhas Teóricas para a Análise do Discurso do Fórum

Dentre os conceitos empregados para a caracterização da região e análise da realidade agrária em cada pólo do curso de educação à distância destacamos os seguintes:

- sistema agrário: é a associação de atividades produtivas e de técnicas utilizadas por uma sociedade visando satisfazer suas necessidades. Exprime em particular a interação entre um sistema bio-ecológico representado pelo meio natural e um sistema sócio cultural através de práticas resultantes do progresso técnico (Mazoyer & Roudart 1997).
- sistema de produção: é a combinação mais ou menos coerente, no espaço e no tempo, de certas quantidades de força de trabalho (familiar, assalariado, etc.) e de distintos meios de produção (terra, máquinas, instrumentos, sementes, etc.) com a intenção de obter diferentes produções agrícolas, vegetais ou animais (Dufumier, 1996).

- sistema de cultivo: é a combinação da força de trabalho e dos meios de produção utilizados para obter uma ou mais produções vegetais (Sebillotte, 1990).
- sistema de criação: é definido como sendo um conjunto de elementos em interação dinâmica organizados pelo homem com a finalidade de transformar, por intermédio dos animais domésticos, determinados recursos em produtos, como leite, ovos, couro, etc. ou para responder a determinadas necessidades, como tração, lazer, etc. (Landais et al, 1987).

A escolha da semiótica para a análise do discurso justifica-se por seu caráter mais abrangente que vai além da análise lingüística dos enunciados. Entretanto, essa escolha não exclui as outras disciplinas que tratam do discurso atuando de forma interdisciplinar tais como a teoria da situação de comunicação, a retórica ou as estratégias do discurso, teoria dos gêneros discursivos, a teoria semiótica da ação e das formas de interação do nível semi-narrativo anteriores a toda manifestação específica.

A análise semiótica da interação discursiva leva em consideração tudo o que torna possível a competência cognitiva dos sujeitos da interação, isto é, antes do /fazer/, os sujeitos devem possuir as modalidades do /querer-fazer/ e/ou do /poder-fazer e/ou do /saber-fazer/. Isto quer dizer que a interação ocorre a partir de uma sintaxe modal. Assim, consideram-se os sujeitos da interação como sujeitos modalizados, visando objetos também modalizados, realizando operações cognitivas particulares e também um fazer persuasivo e um fazer interpretativo. O fazer persuasivo está inscrito nas estruturas da manipulação.

A interação pode ser definida então como uma troca regida pelas modalidades factitivas (fazer-ser, fazer-crer, fazer-fazer) entre dois sujeitos dotados cada um de um percurso narrativo próprio. Ainda na teoria semiótica da ação, a interação é definida pelo agir de dois sujeitos distintos (autônomos ou independentes), porém interdependentes quanto às suas intencionalidades, podendo a interação designar uma relação hierárquica entre dois sujeitos em que um depende do outro, mas onde o contrário não é verdadeiro.

A estrutura do fenômeno social da comunicação corresponde às características da situação – fórum virtual – na qual é produzida a troca discursiva. O fórum online determina a priori os lugares que os interlocutores devem ocupar e seus papéis como sujeitos falantes bem como as instruções discursivas que eles devem obedecer. Estes lugares, papéis e instruções fazem parte do que Charaudeau denomina de “contrato de reconhecimento” entre os atores do discurso. [Charaudeau 2007]

A abordagem da noção da comunicação neste artigo é a da comunicação interativa, que se afasta da concepção tradicional lingüística que baseia-se em uma perspectiva unilateral

e linear. Na concepção interativa da comunicação, dialógica por excelência, podemos destacar os seguintes aspectos, segundo Kerbrat-Orecchioni:

1. as fases de emissão e de recepção estão em relação de determinação mútua.
2. essas determinações mútuas se exercem tanto de maneira sucessiva quanto simultânea.
3. o receptor deve, assim como o emissor, ser considerado como ativo: o receptor produz uma atividade cognitiva que consiste no trabalho interpretativo, mas também há o trabalho somático, como a linguagem corporal, gestual.
4. a chave que dá sentido às trocas comunicativas, colocando em correspondência significantes e significados é, em parte, construída ao longo de desenvolvimento da interação, atualizando o sentido dos enunciados que as regras lingüísticas não poderiam dar conta. [Kerbrat-Orecchioni 1990]

Para essa autora, o que caracteriza a abordagem interacionista da comunicação consiste em “considerar que o sentido de um enunciado é o produto de um “trabalho colaborativo”, que esse sentido é construído em comum pelas diferentes partes em presença – a interação podendo então ser definida como o lugar de uma atividade coletiva de produção de sentido, atividade que implica na realização de negociações explícitas ou implícitas, que podem ter sucesso ou fracassar (é o mal entendido)”. [Kerbrat-Orecchioni 1990, p.28-29]

A modelização cognitiva das interações pode ser realizada através da noção de isotopia de Greimas (sistema de redundância) que possibilita a uniformidade textual, solucionando as ambigüidades que possam surgir. O estudo semiótico das isotopias será complementado pela aplicação das meta-regras de Charolles que dizem respeito à coerência textual no seu caráter lingüístico, pragmático e semiótico.

Na etapa de planejamento do uso pedagógico da ferramenta cognitiva fórum busca-se delinear todas as modalidades de intervenções dos atores, identificando seus percursos narrativos. Uma das formas de análise das interações é verificar se elas estão de acordo com as quatro meta-regras preconizadas por Charolles, ou seja: repetição (références), progressão (progression), não-contradição (non-contradiction) e relação (relation):

1. “Meta-regra da repetição: Para que um texto seja coerente, do ponto de vista microestrutural (coesão) ou macroestrutural (unidade temática), é preciso que o texto comporte no seu desenvolvimento linear, elementos com recorrência estrita” [Charolles 1978:14)]. Esta meta-regra é expressa através das propriedades da língua.
2. “Meta-regra de progressão: Para que um texto seja microestruturalmente ou macroestruturalmente coerente, é preciso que o seu desenvolvimento seja acompanhado de

um aporte semântico constantemente renovado” [Charolles 1978:.20]. Esta meta-regra leva em conta os conhecimentos de mundo do sujeito.

3. “Meta-regra da não-contradição: Para que um texto seja microestruturalmente (regime enunciativo e modalidades) ou macroestruturalmente coerente, é preciso que seu desenvolvimento não introduza nenhum elemento semântico contradizendo um conteúdo proposto ou pressuposto em uma ocorrência anterior ou deduzível daquela por inferência.” [Charolles 1978:.22] Esta meta-regra leva em conta os conhecimentos de mundo do sujeito e conseqüentemente a subjetividade.

4. “Meta-regra de relação: Para que uma seqüência ou um texto sejam coerentes, é preciso que os fatos que eles denotem no mundo representado estejam diretamente ligados”. [Charolles 1978:.32]. Charolles trata aqui de relações como causa, conseqüência que se estabelecem entre segmentos sucessivos de discurso. Esta meta-regra leva em conta os conhecimentos de mundo do sujeito e refere-se à lógica interna do texto. No plano microestrutural essa regra concretiza-se no uso dos conetivos e articuladores em função da tipologia textual, do gênero e do objetivo semiótico do autor.

Charolles salienta ainda a importância das meta-regras da repetição e da progressão andarem juntas, devendo haver um equilíbrio entre elas. Diz ele:

A produção de um texto coerente supõe que este seja realizado em delicado equilíbrio (cuja natureza é difícil de avaliar exatamente) entre continuidade temática e progressão semântica, ou remática. Um tal desempenho exige que sejam conjuntamente dominadas as meta-regras I e II. [Charolles 1978: 58]

A opção pela aplicação de regras de coerência textual deve-se ao fato de que a coerência não é somente uma característica ou propriedade textual mas ela é a resultante dos processos cognitivos dos usuários do texto, ou seja dos atores da educação à distância. As interações verbais vão sendo construídas no fórum a partir de múltiplas operações cognitivas de inferência dos atores. Os enunciados vão ganhando significado através das interações que, na verdade, ocorrem com o conhecimento de mundo de cada um, com seus esquemas e modelos mentais. Daí a importância da coerência como elemento de análise semiótica. Aliás, as meta-regras de Charolles não têm caráter normativo, prescrevendo como um texto deve ser construído. A atualidade e aplicabilidade da proposta de Charolles encontra-se na busca de explicitar o sistema implícito de regras de coerência que os sujeitos usam para produzir, interpretar e avaliar textos, sem separar artificialmente o campo semântico do pragmático.” [Amoretti 2008]

Essa análise teórica possibilitará a identificação e a compreensão de padrões de interação nas seqüências de mensagens-resposta do fórum tais como enunciados de argumentos, evidências, desafios, críticas e explanações ou comentários.

5. Perspectivas

A análise de um fenômeno social – a argumentação sobre o desenvolvimento rural através do discurso utilizado no fórum de discussão nos cursos de educação à distância – possibilita que a população rural reflita criticamente sobre as melhores estratégias para cada região reduzir o grau de indigência e pobreza rural, vislumbrando propostas inovadoras que respeitem as particularidades locais através de um planejamento que conte com a participação de toda a comunidade. A aplicação desse referencial teórico permitirá a validação da pesquisa na sua etapa seguinte, na busca de subsidiar o trabalho dos professores, tutores e alunos no sentido de aperfeiçoar a interação na Educação à Distância, auxiliando-os a desenvolver estratégias discursivas de instauração do discurso polêmico no fórum, deixando espaço para outros efeitos de sentido possíveis, permitindo a reversibilidade entre os sujeitos falante e ouvinte, garantindo a tão desejável dinâmica discursiva sem que os participantes necessitem sair de sua região.

Na educação à distância o conhecimento compartilhado é crucial para a aprendizagem entre estudantes. A compreensão compartilhada pode estimular então a imaginação social do estudante e encorajá-lo a buscar o conhecimento tentando atingir uma visão compartilhada baseada em informações relevantes [Christiansen and Dirckinck- Holmfeld 1995]. Através da compreensão compartilhada os alunos de comunidades de aprendizagem online podem desenvolver suas habilidades para comunicar e participar de um trabalho colaborativo. Daí a importância da comunicação nas ferramentas cognitivas utilizadas em educação à distância como significativo elemento da gestão do conhecimento e de possibilidades de crescimento pessoal e desenvolvimento comunitário.

6. Referências

- Amoretti, Maria Suzana Marc (2008). “Ferramentas Cognitivas e Interação Verbal na EAD. Uma estratégia semiótica de gestão e docência.”, In: Universidade Aberta do Brasil (UAB), Brasil.
- Amoretti, Maria Suzana Marc (2004). “Análise do discurso nas ferramentas de EAD. Qualificando a comunicação e a interação em ambiente virtual. II Congresso de Enseñanza en Facultad de Ingeniería, Universidad de la República, Uruguai.
- Amoretti, Maria Suzana Marc (1995). “Le mode d’emploi ergonomique: discours d’instruction.” Tese de Doutorado, Universidade de Limoges, França.
- Bakhtine, Mikhail. (1995) [1953]. “Estética da criação verbal”, Martins Fontes, São Paulo, Brasil.
- Charolles, Michel. (1978). Introduction aux problèmes de la coherence textuelle. Langue Française, 38, pp.7-42, 1978, Paris, França.

Charaudeau, Patrick. (2007). "Analyse du discours et communication. L'un dans l'autre ou l'autre dans l'un ?" Semen, 23, Sémiotique et communication. État des lieux et perspectives d'un dialogue. [online], colocado online em 22 de agosto de 2007.

Consultado em 25 de fevereiro de 2008.

Christiansen, E. and Dirckinck-Holmfeld, L. (1995). Making Distance Learning Collaborative. In: Schnase & Cunius (eds): CSCL'95. Computer Support for Collaborative Learning, Proceedings from CSCL'95, Bloomington Indiana: Indiana University & ACM SIGCHI.

Davenport, Thomas H. and Prusak, Lawrence (1998). Working Knowledge: How Organizations Manage What They Know. Cambridge, MA: Harvard Business School Press.

Dufumier, M. (1996) Les Projets de Développement Agricole. Éditions Karthala - CTA, Paris.

Gabriel, Martha (2000). Learning together: exploring group interactions online. Journal of Distance Education, vol.19, nº1.54-72.

Gant, Camilla (2005). Assessing Asynchronous Discussions: an exploratory hybrid model. Mass Communications. Georgia University.

Greimas, Algirdas Julien (1976). Sémiotique et sciences sociales. Paris:Seuil, França.

Keegan, D. (1999). Theoretical principles of distance education. Londres:Routledge,

Kerbrat-Orecchioni, Catherine. (1990). Les interactions verbales. Paris:Armand Colin, França.

Landais, É.; Lhoste, Ph. & Milleville, P. (1987) Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. Cahiers des Sciences Humaines, vol. 23, nº3-4. Lave, Jean and Wenger, Etienne.(1991). Situated Learning. Legitimate peripheral participation. Cambridge: University of Cambridge.

Mazoyer, M. & Roudart, (1997). L. Histoire des Agriculteurs du Monde. Éditions du Seuil.

Moore, M.G. (1996). Theory of transactional distance. In: D. Keegan (ed), New York.

Orlandi, E.P. (1987). A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso. Campinas: Pontes, Brasil.

Peraya, Daniel&Charlier, Bernadette&Deschrive, Nathalie.(2001) Université de Genève, Université de Freiburg. Articuler présence et distance: Une autre manière de penser l'apprentissage universitaire, Suíça.

Peters, Otto (2001). Didática do Ensino à Distância. São Leopoldo: Unisinos, Brasil.

Rumble, G. (1997). Labour market theories and distance education. In: Open Learning.

Sebillotte, M. (1990) Système de culture, un concept opératoire pour les agronomes. IN:

Combe, L. & Piccard, D. (Ed.). Les systèmes de culture. Paris, INRA.

Vanderveken, D. & Kubo, S. (2000). Essays in Speech Act Theory. Benjamins.

Vygotsky, Lev. (1985) Pensée et Langage. Paris: Editions Sociales, França.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

ARTISTAS CAMPONESES E A SUPREMACIA DE DESEJOS COLETIVOS

Gilvan Sousa dos Santos¹

Resumo

Este ensaio tem como objetivo apontar reflexões sobre a arte desenvolvida pelos camponeses e a sua perspectiva enquanto atender as necessidades coletivas, tendo como ponto de partida a festa do bumba-meu-boi realizada no Assentamento Palmares, no município de Luzilândia – PI. Apresenta as contribuições de Cliford Geertz e Denys Cuhe sobre o papel das culturas; Klaas Woortmann em relação a elementos de uma capesinidade; Nestor Canclini e Regina Prado no que diz respeito à arte e à festa do bumba-meu boi respectivamente. Dividido em três partes, o tema aborda considerações sobre as culturas, bem como aponta alguns entendimentos especificamente sobre culturas populares; enfoca o campesinato como a subjetividade camponesa em que a terra é vista como objeto de trabalho de um grupo doméstico, expressão de uma moralidade que se opõe à forma mercadoria; bem assim caracteriza a arte e a festa camponesa como formas de produções coletiva voltadas para as necessidades dos próprios camponeses, processos de reatualização de tradições construídas num contexto de criatividade imaginativa que apontam possibilidades.

Palavras-chave: Cultura; Arte; Festa

1. Introdução.

Na sociedade de classes, as obras de arte como, como todos os bens, são mercadorias, prevalecendo, desta forma, o valor de troca em detrimento do valor de uso. O artista passa a ter a função de responder às exigências do sistema capitalista e não às necessidades reais da coletividade. Como para o empresário da agricultura não interessa a segurança alimentar, mas produzir em busca de mercados lucrativos, não importando a distância, nem a localização geográfica.

Por outro lado, encontramos nas sociedades camponesas elementos de um campesinato cujo modo de vida está centrado num contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor, enquanto uma ética (WOORTMAN, 1990). Em que “o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor”. Desta forma os camponeses resistem à ofensiva burguesa apegando-se a elementos de suas tradições, em busca da reprodução do grupo familiar.

O presente ensaio tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a arte desenvolvida pelos camponeses e a sua perspectiva enquanto atender as necessidades coletivas, tendo como ponto de partida a festa do bumba-meu-boi realizada no Assentamento Palmares, no

¹ Instituição: uFPI/Política Públicas/Mestrando.

município de Luzilândia – PI. Significa perguntar qual o papel da produção artística e dos sujeitos envolvidos na arte camponesa e que implicações resultam deste fazer cultural para o conjunto da sociedade.

Colocando minha própria ligação com o assunto, como artista popular, compositor, cantador, venho há vinte anos interagindo com os movimentos sociais do campo, contribuindo com o processo de formação e discussão em que cultura, arte e tradições populares ocupam o foco da questão. O tema é assunto da pesquisa de campo que desenvolvo na condição de estudante do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Trata-se, portanto, de um estudo de caso sobre o bumba-meu-boi, identidades camponesas e políticas públicas.

Para a consecução deste texto, apresentamos as contribuições de Clifford Geertz e Denys Cuhe sobre o papel das culturas; Klaas Woortmann em relação a elementos de uma capesinidade; Nestor Canclini e Regina Prado no que diz respeito à arte e à festa do bumba-meu boi respectivamente. Autores como Câmara Cascudo e Ester Marques também foram consultados à guisa de outros esclarecimentos sobre o assunto.

O tema foi dividido em três partes: a primeira apresenta considerações sobre as culturas, bem como aponta alguns entendimentos especificamente sobre culturas populares; a segunda, aborda elementos do campesinato como a subjetividade camponesa em que a terra é vista como objeto de trabalho de um grupo doméstico, expressão de uma moralidade que se opõe à forma mercadoria; a terceira enfoca a arte e a festa camponesa como produções coletiva voltadas para as necessidades dos próprios camponeses, processos de reatualização de tradições construídos num contexto de criatividade imaginativa que aponta possibilidades.

2. Culturas, culturas populares e culturas camponesas.

Pensar cultura camponesa requer que se reflita teoricamente sobre conceito de cultura. A propósito, convém lembrar que as compreensões sobre cultura, historicamente, circularam em torno “dos paradigmas racionalista, estrutural-funcionalista e culturalista, orientadores, respectivamente, da *École française de sociologie*, da *British School of Social Antropology* e da *American Historical School of Antropology*” (OLIVEIRA, 1995) caracterizadas por trafegarem nos caminhos de uma determinada ordem, cuja primazia é a domesticação eficaz dos elementos: a subjetividade, o indivíduo e a história; por outro lado, fazendo a crítica a esses três modelos, e situada no campo oposto, ou seja, na “desordem”, surge a antropologia

interpretativa, que dá forma ao paradigma hermenêutico, cuja base de sustentação está na intersubjetividade, individualidade e historicidade.

Conforme Clifford Geertz, teórico da antropologia interpretativa, cultura está na confluência daquilo que o ser humano construiu ao longo da história e os significados que atribui a estas construções:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado... (GEERTZ, 1989, p. 4).

Assumimos, portanto, neste trabalho, a concepção de cultura fincada na intersubjetividade, individualidade e historicidade e, que, por isso mesmo, busca a dimensão simbólica, ou seja, o significado das ações, o que o outro quer dizer, o que o sujeito quer comunicar, abrindo espaço para interpretação do fato dentro do contexto em que ocorre. Tal conceito de cultura é importante porque permite encontrar sujeitos com voz, emoções, opiniões, sonhos, pensamentos imaginação, utopias. Pois o animal se fez humano dando significados aos seus feitos. O ser humano, ao produzir cultura, é produto desta cultura. E como o ser humano é, em sua existência concreta, múltiplo, várias são as culturas, variadas são as formas de os seres humanos viverem e simbolizarem.

Isto permite pensar a própria cultura camponesa, que no caso específico da festa do bumba-meu-boi pode ser também entendida como cultura popular² do campo. Nesse sentido, pensar a cultura camponesa em sua especificidade supõe pensar uma particularidade que se expressa em ciclos, rituais, trabalho, dentre outros aspectos culturais, com as peculiaridades de um modo de vida de camponeses e camponesas (MORAES, 2005).

Nessa sentido, Denys Cuche lembra que cultura é uma produção histórica inserida na história das relações sociais dos grupos entre si, e que a hierarquia aparente entre as culturas resulta de fato das hierarquias sociais. Cultura, portanto, é concebida como resultado das relações de dominação. Nesse sentido, afasta-se das teses unilaterais, seja a minimalista, seja a maximalista. A primeira delas nega qualquer criatividade e autonomia às culturas populares. Estas seriam apenas culturas marginais. A segunda pensa as culturas populares como iguais e mesmo superiores às culturas das elites: culturas autênticas, autônomas, sem nada dever à

² O Que Traduz Uma Ambigüidade Semântica, Uma Vez Que Cada Um Dos Termos (Cultura, Popular) É Polissêmico, Como Se Verá, Adiante, Com Base Em Cuche (2002). Nem Todos Os Autores Que Recorrem A Esta Expressão Dão Ao Termo “Cultura” E Ao Termo “Popular” A Mesma Definição, O Que Torna O Debate Bastante Polêmico.

cultura das classes dominantes (CUCHE, 2002). Longe dessas duas posições, o autor lembra que as culturas populares são, por definição, cultura de grupo subalternos, constituídas em situação de dominação, mas isto não significa que estão permanentemente, numa atitude de defesa militante. Funcionam também em repouso podendo, inclusive, assumir funções integradoras. E, “sem esquecer a situação de dominação, é talvez mais correto considerar a cultura popular como um conjunto de “maneiras de viver com” esta dominação, ou, mais ainda como um modo de resistência sistemática à dominação” (CUCHE, 2002, p. 150). Este pensador ajuda a entender que a lógica no âmbito dos símbolos é diferente da que ocorre nas relações sociais. Ou seja, conviver com a dominação não quer dizer aceitá-la. Seu pensamento favorece o entendimento das culturas populares como processos de ambivalência, resistência, relativa autonomia, reelaboração e autoria dessas culturas.

3. Campesinidade e modo de vida: o uso enquanto valor

Compreender o campesinato brasileiro, nordestino, em especial, piauiense, é imperioso para o processo dessa análise de construção das identidades. Portanto, na linha de pensamento de Woortman (1990), entendemos que a interpretação da subjetividade camponesa pressupõe não enxergarmos o/a camponês/a somente como pequeno/a produtor/a, “produzido-reproduzido” pela lógica do capital ao qual se subordina. Necessário se faz percebê-lo/a num contexto de um contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor, enquanto uma ética. Pois “o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor”:

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p.12).

Aqui, o importante, mais do que a produção econômica de per si, é a reprodução da família como valor. Ao invés de relações sociais econômicas em sentido estrito, a abordagem recai sobre a campesinidade, “uma qualidade presente, em maior ou menor grau, em distintos grupo específicos” (WOORTMANN, 1990, p.13). Para ele, a campesinidade possui caráter histórico, uma vez que “todo colono, sitiante, posseiro, etc. de carne e osso é ao mesmo

tempo, construtor da história e construído por ela e, portanto, um ser em contínua transformação” (WOORTMANN, 1990, p. 6).

Entende-se que o caminho do camponês no tempo não é linear, como não o é a história. São vários os movimentos: um que segue à modernidade, outro que reconstrói a tradição. O apego à modernidade pode desembocar em mares de reinvenção tradicional, do trabalho honrado, bem como o apego à tradição pode evitar a proletarização ou empobrecimento de camponês/as.

A contribuição de Klaas Woortmann se dá no sentido de percebemos essa qualidade, isto é, a campesinidade, que são nuances, relações impregnadas de uma ética, valores que corroboram para sobrevivência de elementos de um modo de vida camponês (MORAES, 2005). Comportamentos que parecem ambíguos, mas que, no entanto favorecem, no tempo moderno, as reconstruções de um tempo tradicional.

A campesinidade encontra-se nas simbologias, nos significado das coisas. Por exemplo, em um dos casos referidos por Woortmann (1990), o termo “dono” se opõe ao termo “proprietário”. Dono é aquele cuja relação com a terra é de patrimônio, sendo a terra transmitida, de geração em geração, como tal; proprietário representa uma ordem econômica na qual a terra é tida como mercadoria. São, portanto, duas identidades distintas. Dono significa o que trabalhou a terra. Proprietário – aquele que não trabalha, mas vive do trabalho do outro. O significado de “sítio”, que também contrasta com o de grande propriedade, obedece a três simbolismos:

Sítio é um território de parentesco, definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais, como domínio quase-corporativo do conjunto de suas terras. ...Sítio significa uma área de terras trabalhadas por uma família, idealmente localizada no interior do sítio em sentido amplo...Num terceiro sentido, ...designa o conjunto casa-quintal, aproximando-se seu significado do de chão de morada (WOORTMANN, 1990, p. 30).

Dentro do sítio o trabalho é feito também através de troca de tempo, que quer dizer ajuda entre iguais, que significa não apenas a produção de uma lavoura, mas uma comunidade.

No mesmo estudo referido por Woortmann (1990), as categorias comida, trabalho e terra são centrais no discurso camponês. O significado da troca entre os agricultores e agricultoras “é continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral” (WOOTMANN, 1990, p. 38). O negócio

também aparece como uma oposição ao trabalho e é a negação da reciprocidade, embora o sitiante realize “negócios” nas feiras e no próprio sítio.

Encontramos em Palmares elementos dessa campesinidade. Ali a terra foi conquistada na luta, de forma coletiva, o trabalho é feito através da família, laços são construídos na história da luta, da memória que está sempre em processo. A organização do assentamento está pautada na reciprocidade, no coletivismo, na troca de tempo, enfim, num novo contrato social:

(...) E o Assentamento, ele é organizado da seguinte forma: tem os núcleos de famílias, que são compostos por dez famílias, agora ta menos, devido a esse racha³. Mas tem o núcleo de família, que tem um representante na coordenação. Então são nove núcleos, esses nove núcleos têm dezoito coordenadores, que é um casal por grupo. Aí essas reuniões dos grupos elas acontecem, agora não estão acontecendo, mas acontecia uma vez por semana. Todo sábado tem reunião da coordenação, duas horas da tarde, que é para discutir os problemas e tirar os encaminhamentos, e as assembléias no domingo, que é para aprovar o que a coordenação discutiu...⁴

O espaço-campo instituído via política de “reforma agrária”, é o espaço da modernidade, mas ao mesmo tempo de tradições reinventadas no cotidiano. Tradições que querem dizer passado que, no presente, constroem as possibilidades de futuro.

4. A arte da festa de brincar boi.

A festa do bumba-meu-boi é apresentada em Palmares durante o período junino, suspensas as apresentações nos meses de agosto e setembro e outubro, com o ritual da matança do boi encenado em novembro, como foi o caso do ano de 2007, em que a morte do boi realizou-se no dia 27 do citado mês, coincidindo com a festa de aniversário do Assentamento, que acontece em data fixa⁵.

Os brincantes, todos homens, fantasiados de roupas coloridas, enfeitadas com miçangas, lantejoulas e outras variedades de adereços, ao som de pequenos tambores, cobertos com couro, maracás (vasilha de metal onde se introduzem esferas de eixo de bicicleta) e tambor-onça, entoam cantigas de letras rimadas e de variados temas.

³ A Fundação De Outra Associação Em Palmares, Que Já Congrega 24 Famílias Filiadas.

⁴ Hildener Pereira De Carvalho. Assentada De Palmares. Entrevista Concedida A Gilvan Santos Em 01.09.2007. (Relatório De Pesquisa, 2008).

⁵ Classifica-Se Também As Festas Como Aquelas De “Data Fixa” E As “Sem Data Fixa”. As Primeiras São As Que Ocorrem Numa Data Determinada Do Calendário Anual (Mesmo Que Possa Ocorrer Antecipação Ou Adiamento); As Segundas, São Aquelas Que Ocorrem Em Um Período De Dois, Três Ou Quatro Meses (Prado, 2007).

Apresenta como enredo a história de Catirina, esposa de Nego Chico, que, se encontrando grávida, deseja comer língua de boi. Não tendo outro apelo, Nego Chico, conhecido também como Pai Francisco, corta a língua do boi do Patrão. Catirina pode perder o filho se não for satisfeito o seu desejo.

A categoria “festa”, como assevera PRADO (2007), é compreendida pelos camponeses, de forma específica, como um espaço destinado a encontros sociais organizados pelo povo da região com o fito de “comemorar um santo do hagiológico católico romano, independente da magnitude ou das várias formas que elas possam assumir”. Podendo ser de promesseiro ou de festeiro, com a inclusão de um “folgado” ou mesmo do ‘baile’, e a exigência de que a reunião aconteça em razão do santo, é considerada festa.

A festa é, portanto, um momento oposto aos afazeres do dia-a-dia, que se caracteriza como diversão e que se afasta do cotidiano, configurando-se num “lugar momento, o onde ocorre, de modo enfático, o que aquela sociedade entende por “divertimento”: um contexto de não-trabalho, em que a transcendência do ordinário se apresenta como o princípio estruturador” (PRADO, 2007, pg. 116).

Seguindo essa mesma linha de argumento, festa significa também um alargamento espacial do lugar, pois é a ocasião em que outras pessoas de outras localidades se aproximam, inclusive parentes aproveitam o momento para visitar, rever familiares. Cria-se uma aproximação com outros povoados, com gente das cidades mais próximas, é tempo de construção de novos laços, inclusive namoros, sexos, casamentos, tendo a dança como elemento “que está na base desta operação” (PRADO, 2007).

Dança e festa permitem o aparecimento de novos vínculos que ultrapassam o grupo familiar, possibilitando a constituição de outro núcleo, garantindo a reprodução do grupo social. A festa envolve também a partilha abundante de alimentação, o que significa a “ampliação do convívio humano...”. Daí por que o termo pode ser empregado também para “toda ocasião em que a distração e o alargamento das fronteiras estejam presentes” e não somente para os eventos associados aos festejos de santos católicos (PRADO, 2007). Até porque há festas associadas a outras religiões em que se comemoram o dia, por exemplo, de Iemanjá, dentre outras; as festas de aniversários das pessoas da família; as festas populares de caráter profano e, ainda, as festas cívicas.

Outra classificação importante para este trabalho, no que diz respeito à categoria festa, é a distinção em “de batucada” e “só de baile”. Acompanhando o raciocínio de PRADO (2007), as festas de batucadas são aquelas que envolvem instrumentos de percussão e também coreografias tradicionais executadas por pessoas do povo; por outro lado, as de baile são

aquelas para as quais se contrata uma orquestra, um grupo musical, uma banda. O bumba-meu-boi, portanto, é uma festa que está entre as primeiras.

Como relata Cascudo (2006), a primeira notícia que aparece, no Brasil, sobre o bumba-meu-boi é no jornal “O Carapuceiro”, do Pe. pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama. Dando-lhe estatuto de acontecimento, o fato ocorre em 11 de janeiro de 1840. Depois de assistir a uma apresentação, o Padre Lopes Gama apresenta sua revolta com um discurso preconceituoso e parcial, uma vez que durante a apresentação um padre é satirizado. O discurso segue com descrição dos personagens que fazem parte do enredo do folguedo, dançado nas proximidades da festa de Reis:

De quantos recreios, folganças e desenfados populares há neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo, tão estúpido e destituído de graça como, aliás, bem conhecido bumba-meu-boi. Em tal brinco não se encontra um enredo nem verossimilhança, nem ligação: é um agregado de disparates.

Um negro metido debaixo de uma baieta é o boi; um capadócio, enfiado pelo fundo de um panacu velho chama-se cavalo marinho; outro, alapardo, sob lençóis, denomina-se burrinha; um menino com duas saias, uma da cintura para baixo, outra da cintura para cima, terminando para a cabeça com um urupema, é o que se chama caipora; há além disto outro capadócio que se chama Mateus. O sujeito do cavalo marinho é o senhor do boi, da burrinha, do caipora e do Mateus.

Todo o divertimento cifra-se em o dono de toda esta súcia fazer dançar ao som de violas, pandeiros e de uma infernal berraria, o tal bêbado Mateus, a burrinha, a caipora e o boi que com efeito é animal muito ligeirinho, trêfego e bailarino. Além disso, o boi morre sem que nem para que, e ressuscita por virtude de um clister que pespega-lhe o Mateus, coisa mui grave e divertida para os judiciosos espediadores.

Até aqui não passa o tal divertimento de um brinco popular e grandemente desengraçado, mas de certos anos para cá não há bumba-meu-boi que preste, se nele não aparece um sujeito vestido de clérigo, e algumas vezes de roquete e estola, para servir de bobo da função. Quem faz ordinariamente o papel de sacerdote bufo é um brejeirote despejado e escolhido para desempenhar a tarefa até o mais nojento ridículo; e para o complemento do escárnio, esse padre ouve de confissão ao Mateus, o qual, negro cativo, faz cair de pernas ao ar o seu confessor e acaba, como é natural, dando muita chicotada no sacerdote (CASCUDO, 2006, p. 471).

Se desta forma o bumba-meu-boi aparece pela primeira vez como notícia, seu surgimento provável dá-se nas últimas décadas do século XVII, no litoral do Nordeste, nos engenhos de açúcar e fazendas de gado, de onde se espalha pelos demais estados através da trilha do gado, modificando-se conforme a dinâmica cultural. A dança lúdica, que congrega índios, escravos, crioulos, mamelucos e mestiços, tem um tom reivindicativo e de crítica social. Sob forte inspiração nas lendas de São João Batista⁶ e Dom Sebastião (MARQUES,

⁶ São João Tinha Um Boi. Pequeno Galheiro De Couro Enfeitado. Um Rico Boi Preto De Raro Saber: A Dança. Se Posto Na Roda, Em Noite De Festa, Girava Em Sustos De Brilhos E Fitas. E João O Amava. E João O Guardava. E João Só O Mostrava Nos Dias De Aniversário. E Gente Chegava E Juntava Para Ver O Boizinho De Couro Enfeitado Girando No Aniversário Do Santo: O Instante Mais Rico Da Festa. O Momento Esperado. O Momento Guardado Na Saudade Do Santo.

1999). Lembramos que Queiroz (1973), apesar de definir o bumba-meu-boi como um auto popular de controle social de uma sociedade tradicional, admite a existência de elementos de subversão da ordem na referida dança.

No bumba-meu-boi podemos encontrar, um ritual de inversão, pois, no boi de Palmares, o personagem Catirina é representado por um homem travestido de mulher. Também encontramos na brincadeira do boi o ritual do reforço à ordem estabelecida. A figura do amo num papel de comando, representando o patrão, o fazendeiro, o latifundiário, o dono do boi, aquele que exhibe a melhor fantasia, que reclama e exige o pagamento do seu boi, é sempre destacada e, portanto, seguida de uma disposição hierárquica onde aparecem os vaqueiros, os caboclos reais, os caboclos guerreiros e os palhaços Catirina e Pai Francisco.

O auto traz à tona um conflito social dramatizado na história de Catirina e Pai Francisco, quando este mata o boi para que sua esposa, grávida, possa comer a língua. Porém, apresenta a solução encenando um ritual de ressurreição do animal, que é devolvido ao seu dono, voltando tudo ao normal. Isso também demonstra (PRADO, 2007) um sistema de oposição, tensão, em que, de um lado, os mandantes, afigurados, principalmente pelos personagens amo, vaqueiros e os brincantes dos cordões representam os grandes proprietários, os donos dos meios de produção, o poder econômico, a ordem estabelecida, o direito punitivo, as classes dominantes; de outro, os sem terra, os despossuídos, os excluídos, os trabalhadores submetidos a um mundo desumano, representados pelos palhaços (Pai Francisco e Catirina), que correspondem “aos escravos trapaceiros Mateu, Bastião e Catirina das versões pernambucanas” (PRADO, 2006, p. 193).

–Até Para O Ano! O Boi Ensaia De 13 A 23 Na Casa De Antônio, Santo Amigo De João. E Vinha Lá, Dançando Na Roda. E Cantavam A Licença.

– Pra Que A Licença? Entra Meu Boi. Dança, Meu Boi, Ao Som Do Bumbo. Bumba, Meu Boi!
E O Boi Alegrou A Noite Do Santo.

- João, Me empresta Teu Boi? Meu Aniversário Tem Festa, Tem Fogo E Fogueira, Tem Foguete E Sorriso, Mas Onde O Boi De Couro Enfeitado? Onde O Boi De Raro Dançar? empresta, João, Teu Boi.

E O Rico Boizinho Envolto Em Cuidados, Foi Levado A Dançar, A Vinte E Nove De Junho, Na Casa De Pedro.

-Pedro, Me empresta O Boi De João? Ele Nem Precisa Saber. Na Alvorada Eu Devolvo.

E Envolto Em Segredos, O Boi Foi Levado A Dançar Na Casa De São Marçal.

Ah, Marçal! Ah, Marçal! Por Que Não Previste Quantos Convidados Terias? Por Que Não Fizeram As Comidas Precisas? Por Que Não Avisaste Aos Teus Cozinheiros Que O Boizinho De Couro Enfeitado Só Veio Dançar?

Uma Faca, Um Instante E O Couro Enfeitado Esticado Nas Varas.

João Muito Triste. João Coitadinho. João Sem Seu Rico Boi Preto De Couro Enfeitado E De Raro Saber: A Dança.

- Não Quero Outro Boi!

Antonio – E Muitas Pessoas – Preparam Novos Bois E Levam Até A Casa Do Triste João. Mas João -Bom Santo- Apenas Assiste, Apenas Sorri.

- Não Quero Mais Boi.

E Levam Os Outros Boizinhos Até O Velho Pedro E São Marçal. Só Para Que Eles Vejam Que Foi Feito Um Boi Bonito, Mas Que O Triste João Ainda Não Quis.

São João Não Quer Outro Boi. Só Haveria De Querer Se Fosse Seu Rico Boi Preto De Couro Enfeitado E De Raro Saber (Azevedo Neto Apud Marques, 1999, Pp. 117/18).

A festa do bumba-meu-boi em Palmares destaca certamente a dimensão da arte presente no modo de vida camponesa. O que pudemos perceber é a forte presença da arte no assentamento. Primeiro, é um espaço onde circulam oralidades, brincadeiras de esconde-esconde, adivinhas, recitação de versos, cantigas de rodas (SANTOS, 2005); segundo, botar boi implica em várias habilidades artísticas dos sujeitos envolvidos com a brincadeira: dançar, cantar, tocar tambor, maracá, pintar, bordar, enfeitar, confeccionar o boi enquanto boneco brincante, dentre outras. Trata-se de artistas camponeses, produtores, receptores e transmissores da arte de brincar de boi e de outras brincadeiras mencionadas pelos assentados como é o caso do tambor de crioula, o reisado, as quadrilhas, uma vez que as culturas populares englobam todo um arsenal complexo do saber fazer artístico camponês.

Em CANCLINI (1980) podemos colher contribuições essenciais sobre as concepções a respeito do que é arte. A primeira delas é que a estética é uma forma do ser humano se relacionar com os objetos, “cujas características variam segundo as culturas, os modos de produção e as classes sociais” (CANCLINI, 1980, p. 11). O que separa a obra de arte dos outros objetos, o que vai dizer o que é o artístico são convenções arbitrárias impostas, próprias do sistema de produção. Se é na sociedade que o gosto pela arte se produz, são os condicionamentos sociais que irão definir o padrão estético. Portanto, a arte sofre determinações do campo social e econômico que atuam sobre o fazer artístico, como a produção, a distribuição e o consumo. A arte então não é uma forma de fazer dissociada do mundo real, da cultura, das relações sociais estabelecidas no contexto existencial de um dado grupo social. Não é só espírito, só ideologia, não é só conteúdo nem tampouco só a forma.

Em nossa sociedade a arte, como vivenciamos, é encarada como algo para vender, para obtenção de lucro, dada a forma mercadoria que se estabelece na raiz do mundo mercadológico, em consonância com a reflexão de CANCLINI (1980):

No sistema capitalista, as obras de arte, como todos os bens, são mercadorias, razão pela qual o valor de troca prevalece sobre o valor de uso. As qualidades concretas – que importam na seleção inicial das obras e são exaltadas em nível ideológico pela estética da originalidade – acabam anuladas pelo mercado. Aqueles que produzem vêem destruído o sentido pessoal do seu trabalho, e os que compram, em vez do sentido original, recebem aquilo que a concorrência econômica com outras adjudicou às obras. Essa distância entre autor e espectador não suprime apenas o sentido pessoal dos objetos; adjudica-lhe outro sentido, o que possuem como mercadorias: para indicar a importância artística de uma escultura asteca ou de um quadro de Lê Parc, dizem-nos que valem tantos mil dólares...” (CANCLINI, 1980, p. 24).

Daí por que na sociedade em que vivemos a função do produtor artístico é responder às exigências do mercado e não às necessidades reais da coletividade. Isso acontece com todo

tipo de produção. Para o empresário da agricultura não interessa a segurança alimentar, mas produzir em busca de mercados lucrativos, não importando a distância, nem a localização geográfica destes. Aliás, a colonização brasileira dá-se nessa base de produção para exportação de uma monocultura, como já exposto neste trabalho. Desta forma o papel do artista não é mais produzir em função das dimensões da sensibilidade e da imaginação das pessoas, mas viabilizar as ilusões coletivas, exigidas para reprodução, manutenção e expansão do sistema (CANCLINI, 1980). Por exemplo, no que diz respeito às artes de massa o artista:

deve criar os símbolos e as formas que, associados aos produtos que se desejam vender, gerem simultaneamente a ilusão de sua necessidade e a satisfação substitutiva daquelas carências básicas, cobertas insuficientemente pelo sistema (segurança, prosperidade, prazer sexual, etc) (CANCLINI, 1980, p.25).

Essas considerações a respeito da arte, evidentemente acontecem à guisa de estabelecermos um diálogo com os autores em relação a arte do bumba-meu-boi realizada em Palmares. Nessa direção, o enfoque dado por CANCLINI (1980) sobre arte nos parece conveniente para essa abordagem à medida que nos ajuda a entender o fenômeno ritualístico, artístico e festivo da comunidade camponesa em estudo.

Para o autor em discussão a arte não é apenas o produtos dos seus condicionamentos. Pois carrega consigo potencial de transformação, de inventividade e de iniciativa social. Ao citar Breton e Benjamim, Canclini enxerga a arte como uma possibilidade de futuro que se exercita no presente:

Artistas e teóricos disseram-no infinitas vezes. Breton: “Só tem valor a obra de arte quando se anima de reflexos do futuro”. Benjamim: “tem sido sempre uma das incumbências mais importantes da arte provocar uma indagação uma vez que não soou ainda a hora de sua plena satisfação” (CANCLINI, 1980, p. 32).

Ademais, a arte, apesar de condicionada pela necessidade, abre brechas além das leis, pra lá dos engessamentos sociais, abrindo caminhos para o possível, viabilizando o prazer da invenção, “o gozo de jogar com o possível” (CANCLINI, 1980). Diversão e entretenimento não podem permanecer nas mãos dos meios de comunicação de massa, de manipulação, é necessário fazer da arte um instrumento de recriação das experiências sensíveis e imaginativas do povo, como é a festa do bumba-meu boi. Por sinal, dando continuidade a esse raciocínio, transformação e prazer estão associados à arte de festejar:

Para que toda a arte de nossas obras de arte, se perdemos essa arte superior que é a arte das festas?” – perguntava Nietzsche.
A festa consiste não só em representar, mas também imaginar como poderia ser de outra maneira; não só conhecer, mas transformar; não só transformar, mas sentir o prazer de estar transformando (CANCLINI. 1980, p. 34).

Ao se tratar de festa e, portanto, de uma arte popular como dissemos neste estudo de caso, Nestor Canclini compreende a arte sob três vertentes: a arte elitista, arte para as massas e arte popular. Estabelece como eixo gerador desta divisão sua própria concepção de análise do processo artístico em que é aplicado o modelo sócio-econômico, que, por sua vez identifica os momentos da produção, distribuição e consumo. (CANCLINI, 1980):

A arte elitista, originada da burguesia, mas que inclui também setores intelectuais da pequena burguesia, privilegia o momento da **produção**, entendida como criação individual: supõe que o artístico se realiza, inapreensivelmente, no gesto criador, e substancializa-se na obra de arte, que, por isso, é fetichizada. A distribuição é ignorada pela estética das “belas-artes” ou julgada um acessório posterior à obra, que não modifica sua essência; o consumo carece de uma problemática específica, pois a única função de espectador é “recolher-se”, “elevar-se”, “colocar-se em atitude de contemplação” para receber a visão revelada pelo criador. Seu valor supremo é a **originalidade**.

A arte para as massas, produzida pela classe dominante, ou por especialista a seu serviço, tem por objetivo transmitir, ao proletariado e às camadas médias, a ideologia burguesa, e proporcionar lucros aos donos dos meios de difusão. Tem como centro o segundo momento do processo artístico, a **distribuição**, tanto por razões ideológicas como econômicas: interessa-lhe mais a amplitude da público e a eficácia na transmissão da mensagem do que a originalidade da produção ou a satisfação de reais necessidades de consumidores, Seu valor supremo é a **sujeição feliz**.

A arte popular, produzida pela classe trabalhadora ou por artistas que representam seus interesses e objetivos, põe toda a sua tônica no **consumo** não mercantil, na utilidade prazerosa e produtiva dos objetos que cria, não em sua originalidade ou no lucro que resulte da venda; a qualidade da produção e a amplitude de sua difusão estão subordinadas ao uso, à satisfação de necessidades do conjunto do povo. Seu valor supremo é a **representação** e a **satisfação solidária de desejos coletivos...** (CANCLINI, 1980, pp. 49/50).

Esses três momentos da arte, como explica o autor, não acontecem de forma isolada. Estão interligados na sociedade moderna pelo relativo processo de intercomunicação que existe entre as classes sociais. Não só na idéia de circularidade cultural entre as classes sociais expressa em GINZBURG (1987) –que ver uma troca de informações, saberes que transitam de uma classe para outra, adquiridos no campo da oralidade e, principalmente, da leitura–, mas pelo fato de a arte para as massas, como arte de elite pertencerem a uma mesma indústria

cultural (CANCLINI, 1978).

5. Conclusão

Como dissemos em momento anterior, em Palmares há elementos de uma campesinidade, cuja a terra é vista como lugar de trabalho, de meio de vida. Ali a terra foi conquistada na luta, de forma coletiva, o trabalho é feito através da família, laços são construídos na história da luta, da memória que está sempre em processo. A organização do assentamento está pautada na reciprocidade, no coletivismo, na troca de tempo, enfim, num novo contrato social em que “o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor”. Um modo de vida que, embora subordinado à sociedade capitalista, se contrapõe a esta enquanto resistência e na tentativa de reproduzir-se.

Como um grupo camponês, a festa do bumba-meu-boi em Palmares é o exercício da arte popular que resiste às formas padronizadoras e mercantilizantes, nun adjunto de artista camponeses, cuja arte se constitui em ação prazerosa em cuja supremacia está a representação, a satisfação solidária de desejos coletivos.

De fato, a arte do campo, produzida nesta espacialidade física em que se reproduz o modo de vida camponês, quer comunicar a necessidade de transformação, de reinvenção do mundo, da relações entre as pessoas, e ao mesmo tempo a preservação de valores em que a prática artística aponta para novas possibilidades, como a solidariedade, a satisfação das necessidades da população, as formas prazerosas de divertimento, o uso da terra enquanto lugar, chão de morada, local de trabalho. Como enfatiza CANCLINI, (1978):

Levada a suas últimas consequências, a arte popular é uma arte de libertação. Para isso, deve apelar não só à sensibilidade e à imaginação, mas também à capacidade de conhecimento e ação. Sua criatividade e seu prazer consistem nesse trabalho sobre a linguagem que a potencia até convertê-la numa forma de práxis (CANCLINI, 1978, p. 50).

Finalizando, a arte tem em si a capacidade de ajudar a construir o futuro, de apontar o mundo como possível de ser transformado. A arte popular, resultado do fazer artístico de trabalhadores e trabalhadoras, tem essa função de dizer que ainda é tempo de refundação da comunidade que respeita a vida de todos, inclusive do planeta terra.

6. Referências bibliográficas.

CANCLINI, Nestor G. A socialização da arte. Teoria e prática na América Latina. São Paulo. Cultrix. 1980.

CASCUDO, Luís da C. Literatura oral no Brasil. Global Editora. São Paulo, 2006.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc,2002.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas.Rio de Janeiro: LTC, 1989

MARQUES, Francisca E. de Sá. Mídia e experiência estética na cultura popular. O caso do bumba-meu-boi. São Luis. Imprensa Universitária. 1999.

PRADO, Regina de P. S. Todo ano tem. As festas na estrutura social camponesa. São Luis. EDUFMA, 2007.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negoceia” o campesinato como uma ordem moral. Anuário Antropológico 87. Editora Universidade de Brasília. DF. 1990.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

COMUNICAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
AGROECOLÓGICO: ENGENDRANDO REDES DE EXPERIMENTAÇÃO

Adriana Galvão Freire²
Luciano Silveira³
Roberval da Silva⁴
Paulo Petersen⁵

Resumo

A existência de estruturas em rede socialmente organizadas para transmitir conhecimentos de uma geração para outra ou entre pessoas e grupos de uma mesma geração é marca característica do mundo rural. Essas redes se expressam com maior vitalidade em comunidades nas quais o saber-fazer é fruto do patrimônio cultural local. Com o objetivo de reconhecer, revigorar e redinamizar essas redes e os mecanismos horizontais de troca de conhecimentos, a AS-PTA vem, em seus programas de desenvolvimento local, forjando métodos de ação na disseminação das práticas de experimentação agroecológica e no estímulo a interação dos(as) agricultores(as). Diversos instrumentos portadores dos conhecimentos adquiridos localmente na prática experimentada vêm sendo desenvolvidos para facilitar, potencializar e qualificar a comunicação e o intercâmbio dos agricultores. A sistematização cumpre nesse processo papel essencial na mediação da cadeia de geração e partilha de conhecimentos agroecológicos. Observa-se no Brasil um movimento crescente de reflexão coletiva sobre abordagens metodológicas inovadoras para a construção do conhecimento agroecológico. Diferentes metodologias e instrumentos vêm sendo desenvolvidos e/ou adaptados pelo movimento agroecológico para qualificar a comunicação horizontal nas redes de interação presencial. A multiplicação dessas práticas em redes de inovação agroecológica organizadas em todo país é responsável pela configuração de um já considerável acervo de materiais de comunicação sobre experiências registrados e transmitidos pelos próprios agricultores e agricultoras experimentadores.

Palavras-chave: Comunicação; Agricultura Familiar; Agroecologia

1. Introdução

A existência de estruturas em rede socialmente organizadas para transmitir conhecimentos de uma geração para outra ou entre pessoas e grupos de uma mesma geração é marca característica do mundo rural. Essas redes se expressam com maior vitalidade em comunidades nas quais o saber-fazer é fruto do patrimônio cultural local.

² Assessora técnica da AS-PTA - adriana@aspta.org.br.

³ Coordenador do Programa Local do Agreste da Paraíba - luciano@aspta.org.br.

⁴ Assessor técnico da AS-PTA - roberval@aspta.org.br.

⁵ Diretor executivo da AS-PTA - paulo@aspta.org.br.

No entanto, a influência dos valores associados aos pacotes tecnológicos da “modernização agrícola” promovido pelos programas convencionais de “desenvolvimento rural” tem sido um dos principais fatores responsáveis pela fragilização dessas redes locais de conhecimento. Em substituição aos circuitos horizontais de produção e transmissão de saber, esses programas estabelecem com as famílias agricultoras relações verticalizadas, fundamentadas na lógica da “transferência de tecnologia”. Seus sistemas de comunicação são delineados de forma a sublimar as iniciativas das comunidades de impulsionarem e manterem processos autônomos de gestão do conhecimento, conduzindo-as a caminhos que as levam a níveis de dependência técnica e cultural crescentes.

Com o objetivo de reconhecer, revigorar e redinamizar as redes locais e os mecanismos horizontais de troca de conhecimento, a AS-PTA⁶ vem forjando seu método de ação na disseminação das práticas de experimentação agroecológica e no estímulo à interação dos(as) agricultores(as) em seus programas de desenvolvimento local.

Diversos instrumentos vêm sendo desenvolvidos para facilitar, potencializar e qualificar a comunicação e o intercâmbio entre agricultores(as), favorecendo a criação de verdadeiras redes locais de inovação agroecológica. Vídeos, cartilhas, boletins informativos, painéis fotográficos, peças teatrais e outros meios são empregados para a socialização das informações. Todos

operam como instrumentos portadores dos conhecimentos adquiridos na prática localmente experimentada e vivenciada. E é assim que a sistematização passa a cumprir um papel fundamental na valorização e na reorganização do saber construído e acumulado, além de qualificar a troca e a geração de novos conhecimentos.



Foto 01 – Troca de experiências entre grupos de mulheres durante encontro nacional

⁶ Criada em 1983, a AS-PTA é uma organização não governamental que se constituiu com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentado no Brasil, com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar. Possui dois programas de desenvolvimento local, um no Paraná e outro na Paraíba, além de executar no município do Rio de Janeiro o Projeto de Agricultura Urbana.

2. O boletim informativo

Um simples mais eficiente instrumento de sistematização que vem sendo amplamente utilizado junto às dinâmicas do Agreste da Paraíba é o *Informativo da Agricultura Familiar*. Produzido com recursos simples de diagramação e reproduzido muitas vezes dentro do próprio escritório local, o boletim informativo busca traduzir em palavras e imagens o depoimento e a interpretação dos agricultores e agricultoras a respeito de suas experiências.

Além de apresentar suas inovações, esses instrumentos dão visibilidade às histórias de vida das famílias agricultoras ou à trajetória de um determinado grupo, sinalizando seus problemas e dificuldades práticas, as soluções encontradas e, sobretudo, os caminhos percorridos para o desenvolvimento da inovação focalizada. Assim concebidos, esses instrumentos procuram evidenciar as capacidades criativas dos indivíduos e grupos locais no enfrentamento dos obstáculos do cotidiano.

Para que os(as) agricultores(as) experimentadores(as) se apropriem efetivamente do material produzido é necessário que a edição final seja fiel às suas idéias, falas e pensamentos e que sua cultura e valores sejam respeitados. Quando finalizada a primeira versão do boletim informativo, ela retorna aos agricultores e agricultoras para que possam conhecer e ajustar o conteúdo. Esse procedimento é importante para que os(as) experimentadores(as) se apropriem da sistematização de sua experiência, pois serão eles próprios que farão a sua distribuição. Todo material sistematizado sempre está intimamente vinculado às relações pessoais, o que lhe confere maior significado e apropriação também por parte de quem recebe as informações.

O destaque às trajetórias das pessoas e/ou grupos em seus processos de inovação é um aspecto determinante do método empregado. Em muitas situações, as inovações apresentam baixa aplicabilidade em contextos distintos das quais foram desenvolvidas. No entanto, ao explicar os princípios e fundamentos associados à inovação, estimula-se que outros grupos ou indivíduos a ajustem para as suas realidades específicas ao conduzirem suas próprias experimentações. Ao apresentar a inovação sistematizada no contexto no qual ela foi desenvolvida e experimentada, o material realça o potencial criativo e as formas de experimentação e organização adotadas. Esse realce joga um papel importante ao elevar a auto-estima dos inovadores e ao motivar outras pessoas e grupos a também ingressarem nas redes de inovação local.

3. Geração e disseminação de conhecimentos



Foto 02 – Troca de experiências durante seminário de Saúde e Alimentação do Pólo da Borborema

A experiência da AS-PTA no Agreste da Paraíba tem mostrado que o emprego dos boletins informativos nos momentos presenciais de intercâmbio contribuem efetivamente para o intercâmbio e a construção de novos conhecimentos. Foi, por exemplo, no momento da constituição da Comissão de Saúde e Alimentação do Pólo Sindical da Borborema⁷ que um grupo de agricultoras

experimentadoras discutiu a importância de se realizar um encontro regional que pudesse valorizar e dar visibilidade às experiências desenvolvidas no “arredor de casa”.

Com o objetivo de melhor conhecer e entender esse espaço tão complexo, deu-se início a um processo de sistematização a partir do qual as agricultoras que participam da comissão buscaram olhar criticamente para o espaço para compreender quais eram as partes que o compunham, suas funções, seus principais problemas e, principalmente, procuraram identificar as experiências que vinham sendo desenvolvidas para solucionar dificuldades coletivamente vivenciadas.

Durante os três meses que antecederam o encontro, a comissão promoveu várias visitas de intercâmbio e identificou nas comunidades iniciativas significativas que iluminariam os debates no evento. Após essas rodadas de resgate de práticas locais inovadoras, foram escolhidas sete experiências que ajudariam o grupo a interpretar esse subsistema durante o encontro: a horta de plantas medicinais e o uso da água servida; a reciclagem de lixo; a criação de animais de terreiro; o uso da cerca viva ou de tela para divisão do espaço; o uso da multimistura e a fabricação de remédios caseiros; o beneficiamento de frutas nativas; e a organização do espaço do “arredor de casa”.

A fim de auxiliar a socialização dos conhecimentos acumulados no decorrer do processo preparatório e fomentar as capacidades interativas das agricultoras durante o evento,

⁷⁷ O Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema é uma articulação de organizações formais e informais presentes em 16 municípios do Agreste da Paraíba. Tem como objetivo promover um projeto de desenvolvimento rural sustentado para a região fundamentado na produção de base familiar e na agroecologia. Organiza-se em cinco comissões temáticas que são responsáveis por planejar, conduzir e monitorar redes de inovação agroecológica que se estruturam e capilarizam nos municípios e comunidades da região por meio do engajamento espontâneo de agricultores(as)-experimentadores.

foi elaborado um conjunto de instrumentos de comunicação. As experimentadoras, as famílias ou mesmo um grupo de agricultores(as) que têm suas inovações sistematizadas são levadas a descrever e interpretar suas realidades por meio de uma conversa informal articulada pela assessoria ou pelas lideranças do Pólo que integram as comissões temáticas. Essas conversas auxiliam a preparação das pessoas que apresentarão suas experiências no encontro e fornecem as informações necessárias para que uma primeira versão do informativo seja elaborada.

No evento foi estruturado um cenário que reproduzia o “arredor de casa”. Nele as agricultoras se situavam ao apresentar suas experiências. Preparadas para partilhar os ensinamentos aprendidos com suas próprias práticas, as agricultoras levaram espontaneamente para o encontro porções de multimistura, remédios caseiros, amostras de vários tipos de plantas utilizadas como cerca viva, diversas mudas de plantas medicinais, de frutas nativas e os doces beneficiados. Ao final de suas apresentações, as agricultoras distribuíram ao público, formado por quase 100 mulheres, os boletins informativos que relatavam a trajetória de sua experiência. Alguns desses boletins foram elaborados diretamente pela própria experimentadora.

4. Aprender com as práticas

O fortalecimento de um sistema compartilhado de comunicação social no Pólo da Borborema permitiu a apropriação não só dos instrumentos, mas também da abordagem metodológica. Diante de um intenso processo de experimentação, os agricultores e agricultoras acreditam ser necessário promover reajustes nos conteúdos dos boletins informativos, sistematizam suas experiências ou até solicitam novas sistematizações, imprimindo o mesmo dinamismo da experimentação ao processo de comunicação. A sistematização cumpre assim um papel essencial na mediação da cadeia de geração e partilha de conhecimentos agroecológicos.

Testemunha-se hoje a afirmação de um movimento social de inovação com base no intercâmbio, na troca horizontal de saberes e na constituição e estímulo às redes de conhecimento. Na Paraíba, esse movimento social já rompeu as fronteiras do Pólo da Borborema e irradia-se para diversas regiões do estado onde atua a Articulação do Semi-árido Paraibano (ASA-PB), um fórum de organizações e pessoas para a promoção da convivência com o semi-árido. Já são mais de 210 boletins informativos sistematizados em todo o estado, animando as várias redes de inovação de âmbitos local e estadual. São centenas de

agricultores e agricultoras que compartilham seus conhecimentos para muito além de seus círculos de influência presencial.

Observa-se no Brasil um movimento crescente de reflexão coletiva sobre abordagens metodológicas inovadoras para a construção do conhecimento agroecológico. Um número já expressivo de entidades vem utilizando instrumentos como o boletim informativo como ferramenta estimuladora da construção e circulação de conhecimentos sistematizados das próprias experiências vivenciadas localmente.



Foto 03 - Oficina de sistematização do P1+2 em Juazeiro-BA

Mais recentemente, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) desenvolvido pela Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA Brasil) ao colocar as experiências no centro do processo de construção de um projeto de convivência com o semi-árido, fundamenta-se no intercâmbio de conhecimentos e traz como componentes essenciais dentro da dinâmica a sistematização prévia da experiência a ser

visitada e a comunicação como condição determinante ao dinamismo da experimentação e da estratégia de formação técnica. Só na primeira fase do projeto, foram publicados mais de 70 diferentes títulos e o Programa ainda tem como meta para sua segunda etapa a publicação de mais 180 novos boletins.

Aprendendo com a prática é que diferentes metodologias e instrumentos de sistematização vêm sendo desenvolvidos e/ou adaptados para qualificar a comunicação horizontal nas redes de interação presencial. A multiplicação dessas práticas em redes de inovação agroecológica organizadas em todo país é responsável pela configuração de um já considerável acervo de materiais de comunicação sobre experiências agroecológicas registrados e transmitidos pelos próprios agricultores e agricultoras experimentadores.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

**ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: TRADIÇÃO E POESIA ORAL NA
CONTEMPORANEIDADE**

Karlla Christine Araújo Souza¹

Resumo

Na cidade de Itapetim - PE, os Congressos de Violeiros Amadores, organizados pela comunidade poética local, assumem algumas especificidades graças à criatividade dos seus poetas e à combinação de elementos urbanos e rurais, modernos e tradicionais, novos e antigos. A configuração da apresentação é praticamente a mesma dos Congressos enfrentados pelos violeiros profissionais nas grandes cidades. Porém, os significados que lhes são atribuídos dizem respeito à relação que o Itapetinense tem com a Cantoria, tradição dos antigos, e o valor de sua herança cultural, estratégias que irão definir sua Identidade a partir do peso do local e da origem. Proponho-me a analisar quais são os mecanismos e instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade local itapetinense e as contradições imbricadas entre a formação da identidade da poesia popular de improviso e os fenômenos marcados pela globalização.

Palavras-chave: Poesia de Improviso; Congresso; Cantoria; Identidade; Globalização

1. Introdução

É comum entre os cientistas sociais considerarem como um agravante das mudanças econômicas e sociais contemporâneas, conseqüências que perturbam algumas populações e culturas locais, alterando seu caráter de relativa estabilidade e isolamento. Diante dessas influências, questiona-se se terá emergido ou não uma cultura global, homogênea e universal. Não pretendo discutir se a dimensão da cultura desempenha uma influência primária ou secundária em relação aos processos econômicos da globalização. Devo considerar, como sugere Renato Ortiz (1994) que é necessário distinguir os processos econômicos e tecnológicos, do domínio específico da cultura. Para a economia e a tecnologia há vários sinais de desterritorialização, é o caso dos sistemas de deslocalização na produção de bens econômicos e das tecnologias de comunicação, tais como o rádio, a televisão, o cinema, a informática, a telefonia, os transportes aéreos, os satélites, enfim, equipamentos que facilitam a mobilidade cultural (ORTIZ, 1994). Entretanto, no âmbito específico da cultura, não significa dizer que o mundo se homogeneizou. Pelo contrário, quando paramos para visualizar essa totalidade integrada, vemos que a sua complexidade se sustenta na idéia de diferença. (GEERTZ, 2001)

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/UFCG.

A ocupação de novos espaços pela Cantoria de viola coloca em evidência o confronto decorrente de uma convivência entre elementos tradicionais e modernos, rurais e urbanos, antigos e novos. A partir da experiência do Congresso de Violeiros Amadores de Itapetim, pretendemos notificar a construção da Identidade da poesia popular num espaço e num tempo regido pelas forças sociais contraditórias da globalização.

Ao analisar o **Congresso** de Violeiros de Itapetim², iremos constatar que ele está inteiramente condicionado pelas lógicas da permanência e da mudança. Percebe-se, em primeiro lugar, uma apropriação de uma produção sócio-cultural, a **Cantoria** e a tradição dos ancestrais, que atuam como dados diferenciadores e característicos de elementos que permaneceram constantes, apesar das mudanças. Dessa feita, a referência aos grandes nomes do repente que nasceram no *Berço da Poesia*³ e ao caráter “original” de sua poesia são suficientes para reconstruir esse elo plausível entre o passado e o presente, de modo que, as coisas antigas passam a ser consideradas muito importantes. Só assim é que a Tradição viabiliza a utilização de um modelo atual de apresentação artística, adaptado de acordo com o perfil e os desejos dos atores atuais. O objetivo deste trabalho é investigar como a adoção do Congresso, modelo híbrido, importado da capital, estaria se cruzando com a afirmação de uma identidade local. Até que ponto é possível unir as lógicas da tradição com as demandas da inovação? Tradição e modernidade, rural e urbano, antigo e novo, global e local. Como esses pólos culturais, aparentemente contrastantes, se completam e se unem na malha do social? Essa questões estão interligadas e serão desenvolvidas ao longo do texto.

2. A Cantoria de Pé-de-Parede e o Congresso de Violeiros

A cantoria de viola, propriamente chamada de cantoria de pé-de-parede⁴, é a luta poética versejada entre dois cantadores que se alternam, provocando ou completando um ao outro. O ápice desse estilo artístico-poético é o desafio, o mais conhecido do improvisado, que testa a criatividade do poeta em dar respostas incisivas à provocação do parceiro. Neste

²Itapetim é um pequeno município situado no Estado de Pernambuco, com população de 15.273 habitantes, sendo que a maioria vive na zona rural. No total, o município possui uma área de 409,8 Km dividida entre a zona urbana e os sítios, como são chamadas as comunidades rurais circunvizinhas, tais como Bonita, Goiabeira, Mocambo, Clarinha, Cacimbas, Logradouro, Cacimba de Dentro, Olho d'água, as quais estabelecem um intenso intercâmbio com a zona urbana. Um exemplo é o sítio Prazeres, que realiza eventualmente um Congresso de Violeiros Amadores, dando prosseguimento ao Congresso realizado na Praça Central de Itapetim.

³ Itapetim é carinhosamente chamada de Berço da Poesia pelos poetas repentistas . Ao longo do texto veremos as implicações culturais que este termo possibilita.

⁴ O termo “pé-de-parede” refere-se à forma com que os artistas se apresentavam, sentados num tamborete encostados na parede do estabelecimento, geralmente ao casa de algum apologista que convidou o poeta por ocasião da comemoração de festas de aniversário ou batizado. Esta é tida como a forma mais antiga da cantoria de viola e tinha como *locus* o ambiente rural.

momento, o público julga a capacidade do poeta através da mordacidade das respostas dadas às perguntas ou insultos instigadores do seu companheiro de viola.

No estilo pé-de-parede, a cantoria é acertada com o dono da casa, ou estabelecimento que pode bancar o cachê dos poetas. Porém, a cantoria de bandeja⁵ é mais comum, ela chega a ser um motivo de improvisação para os cantadores. São muito divulgados os versos em que o poeta faz elogios ou críticas ao público presente, para chamar os ouvintes que têm maior poder aquisitivo a ofertar sua quantia na bandeja. O poeta cria facilmente situações para interpelar o ouvinte e persuadi-lo a deixar uma boa quantia. Convencionalmente, os cantadores colocam a bandeja a seus pés, pois ela não pode circular entre os presentes para não desvalorizar o cantador. Um apologista verdadeiro paga ao poeta com prazer, ele vai para o ambiente já preparado para isso e nunca oferece sua “paga” por caridade ou esmola: quando o verso é bom, o dinheiro sai.

A cantoria de pé-de-parede pode acontecer em uma residência no campo, por ocasião de festas de casamento, batizados ou outras ocasiões. Ocorre também em bares ou engenhos, por convite de seus proprietários. Atualmente, ela vem ocorrendo em ambientes coletivos como casas de farinha e associações comunitárias.

Na cantoria, a dupla de violeiros repentistas se acerca proximamente de seu público atento e assíduo, que envia motes para os cantadores arrebatarem ou faz pedidos de canções de sua preferência. Com uma postura rígida e um olhar em direção ao infinito, os poetas começam o baião-de-viola e introduzem o clima da poesia que vão realizar encorajados pelo som da viola e a postura penetrante. A cada estrofe uma batalha, a cada tema uma guerrilha, a cada cantoria uma vitória.

A Cantoria de viola é ainda uma expressão artística que envolve um número significativo de profissionais da poesia. No entanto, os Congressos de Violeiros passaram a ter uma grande importância para os cantadores, principalmente no meio urbano, nas grandes cidades e capitais do Nordeste. O Congresso de Violeiros, ao passo que conserva certas características da Cantoria, apropria-se de outras, quebrando a monotonia das formas, desenvolvendo-as, refundido-as. Quanto aos seus poetas, estes saíram da unidade obsoleta da

⁵ Conforme Ayala (1988), a cantoria pode ser ingressada (quando é cobrado ingresso), pode ser de ‘justa’ ou de ‘paga’ (quando a quantia a ser recebida é previamente estabelecida) ou de bandeja (quando o pagamento depende da contribuição voluntária do público). Segundo a autora, mesmo que a cantoria seja justa ou ingressada a bandeja não é dispensada, tornando-se um traço característico da cantoria.

experiência ultrapassada para a pluralidade “modernizada”, dentro da regra geral de renovação da tradição⁶.

As competições nos Congresso dispõem de condições distintas das Cantorias. Existe um julgamento mais rigoroso, quanto ao cumprimento dos critérios de avaliação. Quem julga não é o público, mas sim uma comissão julgadora que irá nortear-se pelo critério da rima correta, não aceitando a desconformidade entre a palavra falada e a escrita. Por exemplo, inocência rima com paciência, pois possuem a mesma terminação escrita. Mas a palavra capricho, não rimaria com lixo, mesmo tendo a mesma terminação sonora. Numa cantoria um incongruente deste tipo pode passar despercebido, pois o que vale é a emoção que o poeta conseguiu transmitir. Contudo, num congresso, ele precisa obedecer a essa regra formal da gramática, sob julgo de perder pontos na classificação da mesa julgadora.

Além deste critério, o cantor irá se deparar com a afronta do tempo. As duplas de violeiros são solicitadas a cumprir suas tarefas poéticas em um curto período de tempo, já cronometrado, que é de sete a dez minutos para cada gênero de composição. Os temas a serem desenvolvidos são entregues em um envelope, sorteado pela dupla no momento da apresentação. De modo que, uma comissão prévia já havia preparado os motes antes da apresentação. Cada envelope contém três motes, que serão assunto dos três gêneros obrigatórios: a sextilha, o mote em setessílabas e o mote em decassílabas. Vale salientar que os cantadores precisam cantar cinco temas diferentes. Os três primeiros temas obrigatórios conservam os gêneros mais usados da cantoria, já os dois últimos temas são cantados livremente conforme a escolha da dupla. Nesse espaço, os cantadores aproveitam para cantar gêneros novos, como o Martelo Alagoano e o Galope à Beira-Mar.

Comparando a configuração de um Congresso com a de uma Cantoria, há alguns elementos problemáticos que comportam a organização do primeiro. Na cantoria, além do tempo disponível para a elaboração do improviso, a participação do público é mais direta, já que os motes não são recebidos através de envelopes pré-elaborados. Outro fator de controvérsia está relacionado à comissão julgadora. Em entrevista aos seus informantes, Nadja de Moura Carvalho (1991) constata como principal reclamo dos poetas as contingências reservadas ao papel da comissão julgadora. Os poetas-cantadores por ela

⁶ Em dissertação de mestrado Souza defende que “(...) a tradição não implica uma recusa à mudança. A tradição não é atrasada ou imutável como se acreditou, ela recria o passado para fundamentar, de acordo com a experiência, as práticas estabelecidas no presente” (SOUZA, 2004, p.42). Explica ainda que na poesia oral de improviso, podemos compreender a tradição como o conjunto de fórmulas e táticas do poeta, porém, o ato de improvisar produz sempre uma nova obra enriquecida. Cada evento é um ato criativo, apesar das normas métricas, dos padrões da rima, dos modelos de apresentação veiculados pela memória e os costumes coletivos.

entrevistados apontam que é muito difícil selecionar uma comissão julgadora competente e neutra.

O repente possui uma dinâmica ousada, cadenciada, o repentista, um raciocínio veloz. Os juízes devem estar atentos e precisam observar minuciosamente a construção dos versos que vão se acumulando. Para que uma boa comissão seja sugerida, os juízes devem acompanhar de perto a dinâmica do repente, conhecendo seus detalhes e recursos. Nesse sentido, um bom apologista seria um bom candidato a julgador. Mas nem sempre isso que acontece. Habitualmente, são convidadas para compor a mesa julgadora, personalidades ilustres da comunidade envolvida, tais como, políticos, escritores e jornalistas, que são consideradas personalidades influentes ou eruditas, mas nem sempre familiarizadas com as regras de composição do improviso.

Conseqüentemente, esta crítica atinge a comissão organizadora⁷, responsável pelo convite à comissão julgadora, bem como pela fabricação dos motes e temas. A esta, segue o desafio de encontrar uma comissão julgadora afinada com os acasos do repente e sua subjetividade, para que os resultados dos congressos não se tornem um ciclo vicioso, a privilegiar repetidamente os mesmos vencedores. Cabe também elaborar motes que estejam de acordo com o repertório dos repentistas.

Num Congresso, a quantidade de cantadores a se apresentar é superior à de uma cantoria, em que o compromisso maior de sustentar a jornada requer o labor de uma dupla principal. Um congresso de violeiros profissionais reúne poetas de todos os cantos, os mais aclamados pela comunidade repentista. Em uma ou duas noites chegam a se apresentar de seis a oito duplas que serão classificadas de último a primeiro lugar, variando também o cachê, conforme a classificação.

Numa visão conservadora, os Congressos como campos de consagração poética implicam em uma forma de competição ríspida e degradante. Além disso, reflete um tipo de adequação ao espetáculo, a uma espécie de *show* que escamoteia o repente como fragmento de um folclore nacional. Por outro lado, Nadja de Moura Carvalho (1991) observa que os Congressos tornaram-se um importante teste para os profissionais do repente e reforça a idéia de que representam uma estratégia de sobrevivência para o cantador no meio urbano. Ela acredita que, por sua hibridez, o congresso congrega um modelo que se apropria das

⁷ Em Itapetim, toda a organização do Congresso fica por conta dos apologistas, poetas, e ex-cantadores. Dentre as várias atividades de preparação e produção estão as obrigações de criarem os motes dos envelopes sorteados no momento do evento, convidar os repentistas e ajustar os detalhes com os patrocinadores. Em outras palavras, mesmo que exista um patrocinador, a fomentação do evento fica por conta de agentes já envolvidos com a poesia.

configurações de apresentações em rádio e tv e ao mesmo tempo, insere algumas modalidades das cantorias, uma estratégia que os cantadores encontraram para adaptar e impor o seu produto às expectativas do público urbano.

Percebe-se que o movimento de “urbanização” do repente ocorre concomitante à mudança de estratégias dos cantadores, isto é, os congressos surgem juntamente com a poesia que migra para as cidades, dá-se então, em referências distintas do contexto principal em que foi construída a cantoria, diferenciando-se também do conjunto de estratégias utilizadas pelos cantadores até a década de sessenta. Nesse sentido, fazem parte dessas novas estratégias as gravações de rádio, tv e cd, além das primeiras formulações de Congressos. Elas fornecem uma projeção profissional ao repentista que busca seu reconhecimento.

É interessante perceber o caráter ambíguo do Congresso como campo consagrador do repentista. Por um lado, ele propicia uma boa divulgação do seu trabalho, atraindo espectadores diversos. Por outro, reforça a formação de uma fenda que separa os grupos de cantadores renomados, daqueles que não conseguiram incluir-se nos meios de projeção profissional, tal qual acontece com os poetas itapetineses, como iremos constatar a seguir.

3. Itapetim, berço imortal da poesia

Inseridos num contexto de densa formação cultural da poesia de repente, os poetas cantadores itapetineses orgulham-se por serem os únicos que realizam um evento de cantadores repentistas apenas com os poetas locais. O anual Congresso de Violeiros Amadores de Itapetim é o único na região realizado somente com os poetas nascidos e vividos no lugar, dando margem à realização de uma poesia “autêntica”. Nesse sentido, a expressão *Berço da Poesia* carrega também o código de uma identidade contrastiva que é acionada em relação às cidades fronteiriças que disputam com Itapetim a fama de terra natal do repente. Eles empregam o termo *Berço da Poesia* para afirmar que são os únicos, no seu contexto, a darem continuidade a poesia que se originou em seu leito, sendo fiéis às suas raízes culturais e ao dom que em sua terra brotou.

Itapetim tem como seus poetas precursores os famosos poetas Dimas Batista, Lourival Batista e Otacílio Batista (os irmãos Batista)⁸, Job Patriota, Rogaciano Leite, Pedro Amorim e outros menos famosos como Vital Leite, Antônio Pereira, Vicente Preto, Júlio Jordão, entre

⁸ Os irmãos Batista (Dimas Batista, Lourival Batista e Otacílio Batista) que nasceram e viveram parte de suas vidas em Itapetim vêm de família de poetas cantadores que é considerada a fundadora da poesia repentista no sertão. Eles eram sobrinhos de Nicandro Nunes da Costa e Agostinho Nunes da Costa, que nasceram na serra do Teixeira.

tantos. É através desta continuidade ancestral que a cidade e seus poetas consagram para si o título de *Berço da Poesia*, berço dos mais renomados repentistas, considerados mitos fundadores primordiais na formação desta identidade. Atualmente, destacam-se os nomes dos poetas Zequinha Rangel, Zé Adalberto, João Cordeiro, Inácio Alves, Valdir Correia, Mário Lopes, Fernando Emídio, Dorgival Ferreira, Sebastião Paes, Ponto Paes, Lourival Batista⁹, Jotinha Rangel, João Cupira, Marcos Nicandro, além dos filhos de Vital Leite: João de Vital, Adalberto de Vital, Jacinto de Vital, Zezito de Vital e Antônio de Vital (falecido recentemente), dos quais a maioria foi entrevistada por mim¹⁰.

Territorialmente o município faz fronteira com as seguintes cidades do Estado de Pernambuco: São José do Egito e Brejinho; e na Paraíba: Teixeira, Desterro e Livramento. Mas suas fronteiras vão além das demarcações políticas, elas se definem no cotidiano a partir da referência poética. Toda essa região — e algumas extensões — é profundamente marcada pela identidade com a poesia improvisada do repente. Itapetim (PE), juntamente com Tuparetama (PE), São José do Egito (PE) e Afogados da Ingazeira (PE) formam o trecho conhecido pelo título de “Cabeça do Pajeú”. O rio que tem sua nascente nestas terras serve como emblema natural para destacar um nicho da identidade da poesia popular repentista. Foi neste epicentro cultural que emergiram alguns dos principais poetas improvisadores do nordeste e com eles uma tradição que insiste em banhar presente, passado e futuro. A fonte do rio simboliza o batismo sagrado desta sabedoria; suas águas, a bondade divina que banha com abundância a inspiração.

Nas redondezas de Itapetim, notamos a abrangência das fontes originárias do repente. Ainda em seus arredores encontramos as cidades de Teixeira (PB), Monteiro (PB), Sumé (PB), Tuparetama (PE), Arcoverde (PE). Todas elas, de um modo ou de outro, também recorrem à identidade da poesia de improviso e contam sua história a seu modo, a partir de seus ancestrais.

⁹ Lourival Batista é um poeta da nova geração que coincidentemente carrega o mesmo nome de Lourival dos irmãos Batista.

¹⁰ Em abril de 2002 estive pela primeira vez na cidade de Itapetim-PE, com o intuito de coletar material em versos. Foi quando da realização do Congresso de Violeiros Amadores no Dance Bar Armando Leite. Em Dezembro de 2003 retornei a Itapetim a fim de participar da realização do Congresso de Amadores, evento que ocorreu em praça pública e contou, dessa feita, com a participação de violeiros profissionais. Em Janeiro de 2004 estive de volta para realizar entrevistas ao longo de duas semanas de estadia, no total de quinze entrevistados, sendo nove poetas cantadores e seis organizadores/julgadores. As entrevistas foram semi-estruturadas, havendo espaço para que eu retornasse à casa dos informantes conforme minhas necessidades. Afora estas entrevistas, sempre obtive informação por meio de conversas informais e encontros casuais. Além disso, parte do material que coletei foi cedida pelos poetas e apologistas, como fotografias de eventos anteriores e fitas cassetes contendo a gravação de Congressos. Retornei ainda à pesquisa empírica em Janeiro e Outubro de 2005.

O Congresso de Violeiros de Itapetim não está no roteiro dos grandes festivais da poesia de viola, mas aparece como a única cidade do sertão do Pajeú a privilegiar os repentistas locais, os quais não obtiveram a oportunidade de viverem da poesia e viajarem pelo país afora, como ocorre com os profissionais. Itapetim, não é um grande centro urbano. Todavia, foi lá onde nasceram os grandes poetas. Essas e outras lógicas irrompem nos discursos dos poetas como forma de sustentação de suas escolhas e acabam sendo marcos importantes para a construção de uma identidade local e fundamento para um tesouro da localidade. Logo, é mister observar como esta idéia de pertencimento pode ser inserida para além da questão das fronteiras. Desde que se fale em globalização das forças culturais, cabe verificar a idéia de hibridação¹¹ dos processos de identidade. Como isto acontece com a poesia oral itapetinense? Como uma cidade do “sertão” resolve importar modelo gestado nas grandes cidades? O que possibilita o discurso da tradição independente da transição Cantoria e Congresso? Questões estas que apenas desdobram nossas indagações iniciais.

O primeiro Congresso de violeiros realizado foi uma apresentação no Teatro de Santa Izabel, na noite de 5 de Setembro de 1948, disputada pelos irmãos Batista - Dimas, Lourival e Otacílio - que saíram vitoriosos. Disputaram também os repentistas Domingos Martins da Fonseca e Severino Lourenço da Silva Pinto (Pinto do Monteiro). Este primeiro Congresso não teve caráter competitivo. Um ano depois, o poeta Rogaciano Leite¹² instaura em Fortaleza, cidade onde residiu e exerceu a profissão de jornalista, o Congresso como competição paga em cachê referente à colocação, modelo que valorizou a profissão de repentista em centros urbanos importantes e perpetua-se até os nossos dias.

Em 1988 foi realizado o primeiro Congresso de Poetas Amadores de Itapetim, quarenta anos depois do primeiro Congresso idealizado por Rogaciano Leite. O evento local foi patrocinado pelo Sindicato dos Trabalhadores e organizado pelo cantador, escritor e organizador Zé Adalberto. Segundo relato dos poetas, este evento foi o único que se expandiu por três noites de apresentação, saindo vencedora a dupla de cantadores Zequinha Rangel e Sebastião Paes. Até hoje, estes poetas concorrem em Congressos, assim com outros que também participaram, tais como Inácio Alves e João Cordeiro.

¹¹ Garcia Canclini (2000) propõe o termo hibridação para falar de uma situação intercultural, marcada pelas estratégias de entrada e saída da modernidade. Ele prefere a designação de hibridação, ao invés de sincretismo ou mestiçagem, pois a mestiçagem limitar-se-ia às questões raciais e o termo sincretismo, às fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais, enquanto hibridação abrangeria diversas mesclas interculturais.

¹² Tanto os irmãos Batista, quanto Rogaciano Leite são hoje símbolos maiores para os cantadores de Itapetim, pois, além de serem filhos daquela terra, foram repentistas temidos e respeitados por toda a comunidade poética nacional.

A organização do Congresso ordena um saber-fazer que não se iniciou com a cantoria, mas faz referência a ela. É assim que o Congresso de Violeiros abre para o itapetinese a possibilidade de viver suas práticas de acordo com a mobilidade de interesses e experiências particulares. A combinação entre Cantoria e Congresso é um modo de instaurar uma confiabilidade nas situações vividas.

A partir deste momento, será detalhada a opinião dos agentes internos sobre o evento em foco: O Congresso de Violeiros amadores de Itapetim, para então compreender quais os motivos dessa hibridização. Em seguida, iremos perceber que é por meio do discurso do enraizamento que o Congresso vem sendo apropriado em Itapetim.

Os poetas Fernando Emídio e Zequinha Rangel são os primeiros a nos explicar os motivos que os fazem admitir o Congresso como boa opção:

Pra quem não escreve e não declama o que tem de fazer é cantar, se não fica no anonimato. A gente que gosta de cantar e que gosta do improviso, bom é se apresentar mesmo. E se não fosse o Congresso era mais difícil. (Fernando Emídio /cantador).

No meu ver acho que o Festival valoriza a poesia, pelo menos para os poetas amadores é um meio de cantar, porque o poeta amador vai fazer uma cantoria aí tem quatro ou cinco pessoas. Aí um festival a multidão vem, então saiu do anonimato, de outra vez já chama o caba pra cantar, aí já vai aquele monte de gente pra cantoria. (Zequinha Rangel/cantador).

O cantador Zezito de Vital confirma essa necessidade de dar visibilidade à poesia e tornar os repentistas mais reconhecidos pela população:

Isso não pode nunca acabar porque é cultura viva, pura, nata. O Festival não pode morrer porque é um incentivo, ajuda a divulgar. A base fundamental é o apoio dos governantes. E depois de tudo vem a prática. Hoje a poesia deveria estar nas escolas, os professores deveriam dizer versos, ensinar a criança que a poesia é uma coisa linda e pode começar incentivando. Não deixar que a pessoa fique adulta para ouvir uma cantoria. Por isso que muita gente diz, rapaz eu não gosto de cantoria de viola, é porque nunca viu. Por isso tem que haver o incentivo, se ele parar para ouvir, se ele for inteligente começa a gostar. (Zezito de Vital /cantador).

O poeta e cantador João Cordeiro diz que “o festival incentivou a poesia”. Para alguns poetas amadores, como Lourival Batista, Fernando Emídio, Zezito de Vital e Zequinha Rangel, foi a realização do congresso que trouxe a oportunidade de tornarem-se repentistas cantadores. João Cordeiro observa que depois dos Congressos eles começaram a ser chamados pra cantar em Cantorias. Logo, acredito que os poetas dessa geração de itapetineses fizeram seus testes de iniciação no Congresso e não na Cantoria. É o que sugere o poeta e cantador Mário Lopes:

Pra o poeta amador, às vezes é mais fácil tirar no Congresso, porque ele só tem aquele tempo ali. O poeta amador ele só tem um nível de conhecimento, fica difícil puxar num assunto. Desenvolver um assunto só muito tempo. E no Congresso a gente vai desinibido, vai cantando e vai pegando a prática, aí já começa a tirar cantorias. Eu mesmo tive uma cantoria. Eu e muitos aqui. (Mário Lopes /cantador).

No entanto, ao tratar da relação de continuidade e descontinuidades entre Cantoria e Congresso, nota-se que as diferenças são julgadas a partir das permanências. Portanto, as permanências continuam sendo fundamentais na construção das diferenças. É por meio do discurso do enraizamento que o Congresso vem sendo apropriado. Apesar de todas as justificativas para a utilização do Congresso como modelo de competição, ainda há uma resistência em nome da tradição, pois ao comparar o Congresso e a Cantoria muitos poetas são enfáticos em apontar as vantagens da Cantoria:

O Congresso às vezes o caba diz tudo cantou bem demais agora teu parceiro num te ajudou. Na cantoria não tem isso não um poeta ajuda o outro, quando ele começa cantando começa aquele desafio aí inspira, chega dá vontade de cantar. (Mário Lopes/cantador).

Os poetas Fernando Emídio e Valdir Correia reforçam esta idéia de que na cantoria um poeta acaba ajudando o outro para cantar.

Admiro tudo que faz parte da cantoria, admiro demais, um poeta ajuda o outro e a viola ajuda os dois. É tanto que se a gente for cantar sem viola não sai. Quando senta os dois com as duas violas, a poesia chega (Fernando Emídio / cantador).

Quando um poeta chega numa cantoria escutando os outros cantadores ele já sente vontade de cantar, se ele for iniciar fica nervoso, mas quando ele escuta os outros e a viola ele se inspira. (Valdir Correia/ cantador).

Como ex-cantador do Congresso, poeta repentista e escritor, Zezé da Loteria compara a cantoria com o Congresso e é muito claro ao demonstrar preferência pela segunda:

Eu sou mais fã da cantoria, de um trabalho bom que o poeta fez¹³ ou escreveu e a gente vê mais a grandeza. A cantoria de pé-de-parede, como se chama, é uma dupla de poetas. Ali sou mais admirador da criatividade daqueles poetas que desenvolvem dentro de uma cantoria. (Zezé da Loteria, ex-cantador/julgador).

¹³ A expressão trabalho feito, deixa transparecer um dado problemático na poesia de improviso. Apesar de não admitir, o poeta popular prepara-se para Congressos e Cantorias com versos já traçados de antemão. Mesmo que não verseje tal qual havia escrito, sabe-se que o poeta constrói com antecedência um esboço dos versos que poderá arrebatar no momento crucial. Essa prática é utilizada tanto por profissionais, quanto amadores, mas não afasta a presença do improviso.

Notamos que mesmo os repentistas que defendem as renovações são tomados por certo sentimento de continuidade, tal fato é um dado da coexistência de elementos modernizadores com elementos tradicionais e esclarece como a cantoria vem conseguindo sobreviver frente às mudanças da sociedade atual.

4. Identidade local

No processo de cruzamento das relações entre Cantoria e Congresso, a noção de enraizamento cultural se sobressai e é percebida pelo “senso de pertencimento”, que reforça a construção da identidade e reafirma a pertença à terra *Berço da Poesia*, origem dos primeiros cantadores. Assim, a territorialidade e a originalidade vão fornecendo os substratos da identidade local.

Nesta terra, o passado aparece como relevo de um fundamento da memória, o presente testemunha de uma origem e uma linguagem comum, trazendo para o sentido de herança um valor intransferível e um trajeto particular, que faz o poeta se sentir criativo em sua continuidade e legitimar seu pertencimento:

Os daqui são poetas porque nasceram para ser poeta. A terra dos mais poeta é aqui. Terra dos mais poeta é Itapetim, porque você veja (fazendo o gesto de contar nos dedos): Dimas Batista nasceu aqui, Lourival Batista nasceu aqui, Otacílio Batista nasceu, Rogaciano Leite, Jô Patriota nasceu aqui, Vital leite nasceu aqui, Severino Ferreira do Mocambo nasceu aqui, Zé Ferreira do Mocambo nasceu aqui, esses poeta tudo nasceu aqui. Esses homens enfrentaram Zé Soares, que vinha de Caruaru pr' aqui, um dos maiores poetas que já teve. (Inácio Alves, poeta/cantador)

Constatamos ainda o sentimento de continuidade na poética proposta pelos repentistas, em que vão atualizando origem e recriando valores, conforme podemos apreciar nestes versos cantados por Fernando Emídio e Zequinha Rangel no Congresso de Violeiro Amadores de Itapetim em Abril de 2004.

**É NO BERÇO IMORTAL DA POESIA / QUE A VIOLA SOLUÇA SEM
PARAR**

(1) FE (Fernando Emídio)

Tem Fernando e tem Adalberto
Tem Zequinha e nosso Bastião
Amorim que daqui é campeão
Que parou de cantar mas já fez certo
Só que o livro da rima está aberto
Da cultura autêntica e popular
Quando eu quero uma estrofe pra cantar
Eu me encontro dizendo todo dia
É no berço imortal da poesia
Que a viola soluça sem parar

Que a viola soluça sem parar

(2) ZR (Zequinha Rangel)

Nesse berço tem mais de um repente
De Antônio Pereira de Moraes
De Vicente, seu Zezo e outros mais
Que escreveram a história dessa gente
Pra poder conservar essa semente
Um encerra pra outro começar
No momento que a morte me levar
Outro louco cantando Deus envia
É no berço imortal da poesia
Que a viola soluça sem parar

(3) FE

Quem não lembra do poeta da saudade
Que cantou sobre as folhas da roseira
Quem não sente saudade de Pereira
Da poesia não gosta da metade
Ta faltando poeta na cidade
Mas pra Cristo eu vou telefonar
E se Vital de volta ele mandar
To pensando que João lhe recebia
É no berço imortal da poesia
Que a viola soluça sem parar

(4)ZR

Nessa terra poética e tão fagueira
Poesia é anúncio principal
Cantador é destaque de jornal
E o poema é o símbolo da bandeira
A viola é a arma pioneira
Que esse povo sofrido sabe usar
Em barraca, na praça, clube e bar
Ela toca tão alto chega pia
É no berço imortal da poesia

A identidade poética itapetinese aparece como um construto de enraizamentos complexos. O passado que afirma uma origem se sucede pelo desejo de manter a herança e renová-la, acionando mecanismos de pertencimento comum e ao mesmo tempo permitindo o esforço da criação. Como vimos nas palavras poéticas, a obrigação de renovar a herança é uma dádiva que mantém o itapetinese sempre ativo.

Portanto, para compreendermos o caráter tradicional da identidade poética popular precisamos partir de uma ruptura temporal que se firma no momento da própria narrativa, pois ao evocar um passado, o informante remete-lhe um valor que está simultaneamente contido no presente. A reconstrução pelo passado é feita a partir de informações que o presente projeta sobre ele. Nesse sentido, Kathryn Woodward (2004) considera ao que “parece um argumento sobre o passado e a reafirmação de uma verdade histórica, [que] pode nos dizer muito sobre (...) o processo de construção da identidade que está ocorrendo neste momento” (WOODWARD, 2004, p.12). Para a autora, a criação de novas identidades, evocando origens, mitologias e fronteiras do passado são uma justificativa para a reformulação do presente, engendrada no contexto social circundante. Nesse sentido, Marc Augé (1997) complementa ao observar que é preciso considerar os efeitos mais amplos de um fenômeno atual que tem admitido “o gosto pela história, pela terra e pelos ancestrais” (AUGÉ, 1997, p. 117).

Os poetas identificam-se a partir da vivência presente e da história contada de um mesmo espaço geográfico. Uma identidade que tem como referente uma cidade, uma localização espacial. Tal identidade, curiosamente, entra em contradição - uma contradição apenas aparente - com o processo das mudanças socioculturais que ocorrem com a globalização, notadamente marcado por um panorama de fronteiras fluídas. Em seguida, iremos compreender como esta contradição se resolve.

5. O global e o local

Apesar da desterritorialização das fronteiras atuais, permitida pelo fenômeno das migrações, dos transportes e das telecomunicações, as políticas de identidade estão cada vez mais localizadas e afetivas¹⁴ e vêm explodindo no planeta de forma ainda um tanto inexplicadas¹⁵. Todavia, o que os estudos culturais vêm apontando é que neste novo mundo, o

¹⁴Appadurai (1994) vai descrever este fenômeno, como uma reação aos fenômenos de desterritorialização dos valores. Quanto mais percorre-se a distância global do mundo, mas a afetividade parece dispersa, por isso o espaço local deixa-se afetar por uma forte afetividade.

¹⁵Geertz (2001), desconstrói a definição estética da imagem de aldeia global. Visualiza, ao contrário, um catálogo pontilhado de identidades culturais, porém pontos ainda mal definidos. Seguindo a sugestão de Clifford Geertz, diríamos que é necessário fazer uma topografia do surgimento de etnicidades, comunidades de pertencimento e identidades prospectivas e buscar através de representações etnográficas suas tradições e visões

universal é compatível com o nacional e o local. Ao mesmo tempo em que transgride suas fronteiras, faz emergir tipos mais sólidos de identidade

O deslocamento para um novo ambiente, marcado pelo fenômeno da globalização, reestrutura as relações do local e do nacional. É preciso, então, um esforço maior no sentido de superar o esquema de dicotomias estabelecido na leitura tradicional dos conflitos de ordem global/local, moderno/tradicional, urbano/rural, elite/povo, nacional/popular. Em seu lugar deve haver uma nova leitura, baseada na idéia de hibridação, um conceito onde as fronteiras são mais fluídas e mais problemáticas.

Bhabha (2001) propõe que o esquema de oposições binárias é instituído pelas classes dominantes, com o objetivo de manter as formas instituídas pelas colônias e a sobredeterminação do elemento dominador na forma de estudar as sociedades dominadas. García Canclini (2000) concorda que o cruzamento entre o erudito e o popular, o antigo e o novo, o rural e o urbano são paradigmas “modernizadores” dentro das ciências sociais. Em contraposição, o autor aborda três processos considerados fundamentais para o estudo do fenômeno do hibridismo: a quebra das coleções que antes organizavam os estudos sobre sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros. Lembra ainda que o fenômeno da urbanização é o principal responsável pela intensificação da heterogeneidade cultural. É na cidade que se processa uma constante interação entre o local e as redes transnacionais de comunicação.

Analisando o Congresso de Violeiros de Itapetim, observa-se como a migração do modelo obedece ao percurso indicado por Canclini, em relação à influência da expansão urbana. Neste caso, a prática importada do Congresso é justificada pelo discurso da originalidade e do enraizamento, desestabilizando as fronteiras entre rural e urbano, passado e presente e complexificando estas relações.

A identidade construída a partir da cidade de Itapetim começa com uma referência territorial, mas vai além e permite reconstituir uma percepção histórica constitutiva da forma cultural, recuperando pedaços do passado que são montados como material espiritual e mítico. Assim, os elementos da “tradição” são reorganizados para se articularem a diferentes práticas e adquirirem um novo significado e relevância. Este movimento lembra a perspectiva de Hall, ao afirmar que a tradição é um elemento vital da cultura, sendo um engano imaginar que o seu valor compreenda a persistência de velhas formas:

A relação entre posição histórica e valor estético é uma questão difícil e importante na cultura popular universal. Mas a tentativa de elaborar uma estética popular

de mundo, bem como denunciar apropriações indevidas que resultam em reduções neocolonialistas. (GEERTZ, 2001).

universal, fundada no momento de origem das formas e práticas culturais é quase sempre equivocada. (HALL, 2003, p261).

O certo é que, a tradição, tal qual vivida no *locus* do cotidiano, no espaço específico, está sendo cada vez mais foco de interesse do espaço globalizado. Appadurai (1994) nota que por causa da interação disjunta e instável do comércio, da mídia, da política nacional e das fantasias do consumidor, “a etnicidade, outrora gênio incutido numa espécie de localidade, agora se tornou uma força global”. Em outras palavras, a localidade se torna um fetiche que encobre as forças globalmente dispersas. Para Giddens (1991) a era da globalização impõe transformações universalizantes que reconfiguram a tradição. O local encontra-se de tal forma conectado com o global que influencia e é influenciado por este.

De acordo com Hall (2003) as relações de poder que caracterizam a modernidade e a pós-modernidade produzem efeitos concretos na luta cultural de diversas tradições. Desse modo, não podemos imaginar a poesia popular fora dessa regra, pois equivaleria a dizer que a cultura “do povo” existiria como um enclave isolado, fora das relações culturais e de poder, o que de fato não existe, já que constantemente mexe-se no conceito de popular, organizando-o, desorganizando-o e inserido novos valores de poder a cada época.

6. Considerações finais

A recriação por parte dos amadores articula o antigo e o novo, o rural e o urbano, mantendo certas estruturas e transformando outras, com o intuito de propiciar os melhores resultados, tendo em vista o momento histórico em que está inserida no processo de globalização. Ao longo do texto, os elementos de identidade aparecem como definidores de pertencimentos que justificam, não apenas aptidões, mas a própria realização de um evento que anuncia a reafirmação da tradição, enquanto elemento cultural constante e inovador, do passado e do presente. O Congresso de Violeiros Amadores de Itapetim demonstra como suas formas vêm adquirindo plasticidade e tomando feição em uma cultura em pleno movimento. A adoção do Congresso responde a necessidade da tradição em se atualizar, em dialogar com seu tempo histórico. Esta estratégia representa também uma flexibilidade diante das mudanças ocorridas na sociedade e que lhes afeta diretamente.

Em Itapetim, a convivência criativa entre a Cantoria e o Congresso é determinada pela convivência entre permanências e discontinuidades. “O antigo” funciona como fonte de práticas e memórias, que permite ao poeta se reconhecer como parte de um universo simbólico, mítico e singular. “O novo” é definido pela criação estética, a produção criativa do Congresso, substituindo o valor da tradição pelo valor da inovação na maneira de exposição e apresentação. O que está na base da convivência entre um estilo e outro, a Cantoria e o

Congresso, para além de uma relação aporética e dicotômica, é uma troca criativa de formas nas quais o antigo atualiza seu sentido no novo, enquanto o novo legitima sua dinâmica no antigo como um estoque de reminiscências e valores.

Quanto à identidade local, percebe-se como num contexto transcultural, a identidade enraizada convive no mesmo espaço com a experiência de fronteiras fluídas, principalmente a partir da influência dos Congressos de Violeiros difundidos nas metrópoles brasileiras. Considerando este fato, devemos repensar também a tradição apenas como manifestação cultural com traços inalteráveis, pois o ato que gera a cultura é a criação, a invenção, a transformação. Ou seja, precisamos modificar nossa concepção de temporalidade e incorporar ao nosso modelo de tradição e identidade, uma visão dinâmica da criatividade dos atores para vencer a resistência do mundo. O Congresso de Violeiros Amadores atesta que a criação da identidade (e da tradição) não ocorre em museus, mas pelos apelos de uma continuidade em relação ao passado. Todavia, tal continuidade não depende de um saber imutável, mas da capacidade de improvisação. Ao contrário do que se possa imaginar, o passado não pode ser preservado, mas reconstruído, tendo como base o tempo presente. Neste caso, a poesia oral improvisada é uma fonte de saber incessantemente renovadora.

7. Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. *Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

APPADURAI A. *Disjunção e Diferença na Economia Cultural Global*. In: FEATHERSTONE, M. (org), *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

AYALA, Maria Ignez Novais. *No Arranco do Grito – Aspectos da Cantoria Nordestina*. São Paulo: Atica, 1988.

BHABHA, H. *O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A questão da Agência*. In: *Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 239-27

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2000 (Ensaio Latino-americanos 1)

_____. *Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. 5 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARVALHO, Nadja de Moura. *Cantoria Continua de Pé (de Parede): Estudo sobre as formas de produção da poesia repentista nordestina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFPB: Campina Grande, 1991.

GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony; BECK Ulrich; LASH Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

_____. *Notas sobre a Desconstrução do “Popular”*. In: Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik(org). Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264

_____. *Quem Precisa de Identidade?* In: SILVA, T. T. (org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.103-133.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Karlla C. A. *A Cantoria de Repente Volta para Casa: Itapetim no Circuito dos Congressos de Violeiros*. Dissertação de Mestrado. UFPB, Campina Grande, 2004.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T. T. (org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-72.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

FOTO-HISTÓRIAS: BUSCANDO O OLHAR DO SUJEITO NAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Mônica Cavalcanti Lepri¹

Resumo

Apresentação e reflexão sobre a incorporação da percepção estética (as questões de “beleza e feiúra”) e da narratividade constitutiva do discurso formulador de sentidos dos sujeitos humanos em metodologias participativas utilizadas por projetos de desenvolvimento local sócio-ambientalmente sustentáveis em comunidades rurais através do instrumento de trabalho de campo interativo denominado “Foto-História”.

Palavras-chaves: Metodologia Participativa; Estética; Autonomia do Sujeito Humano

1. O contexto da abordagem

Este texto procura retomar indagações teóricas e metodológicas recorrentes em minha práxis no campo das chamadas “metodologias participativas” utilizadas em projetos de desenvolvimento local sócio-ambientalmente sustentáveis, principalmente na área rural. Quase cinco anos depois de ter qualificado meu projeto de tese de doutorado no CPDA/UFRRJ² (que até hoje não consegui concluir), aproveito a abertura para as questões da estética e da subjetividade presentes na chamada do GT 7 do III Encontro da Rede de Estudos Rurais para me reapropriar de questões que continuam a me mobilizar:

- em um país com a perversa desigualdade do Brasil, no qual o analfabetismo funcional atinge, em algumas regiões e principalmente entre a população rural, a quase totalidade da população, como ensejar contextos de comunicação capazes de criar as condições necessárias de “interação” – ativa e autônoma – dos sujeitos-alvo de tais projetos de desenvolvimento sustentável com a equipe técnica?

- como evitar que nossa práxis de inspiração libertária, em sua ânsia de ajudar a transformar esta secular desigualdade, acabe por substituir o discurso - às vezes contraditório

¹ Analista da Reforma e Desenvolvimento Agrário – Antropologia. INCRA – SR-22 – Alagoas. E-mail: monica.lepri@mco.incra.gov.br.

² Chamado “*Foto-Histórias: incorporando o olhar do sujeito nas Metodologias Participativas*”. Banca de Qualificação: Prof. Roberto Moreira (orientador) e Luís Flávio de Carvalho, do CPDA/UFRRJ e Prof. Otávio Velho (Museu Nacional, PPGAS/UFRRJ).

e perturbador - dos sujeitos reais, por projeções idealizadas de como eles são e merecem viver?

- como “instrumentalizar” (no bom sentido e no sentido do bem) a crença na sabedoria e inteligência ecológica, social e estética dos sujeitos que nos alimentam desde esse desvalorizado, mas insubstituível, mundo rural, sem cair em maniqueísmos que neguem suas também humanas limitações e imperfeições, sem as quais eles não seriam nunca “como nós”, imperfeitos e limitados pesquisadores-pedagogos?

Estas questões que me mobilizam – sem me imobilizar – às vezes me colocam em um espaço um tanto solitário de reflexão. Por razões que mesclam experiências pessoais e acadêmico-científicas, cheguei à conclusão que o lugar mais próximo do real humano do qual podemos almejar falar, ouvir e sermos ouvidos é aquele que só hoje posso nomear como o do “*desamparo do sujeito*”, que a psicanalista (e petista) Maria Rita Kehl tão bem mapeou em seu livro *Sobre Ética e Psicanálise*. Para os propósitos deste texto, lidar com a noção de desamparo como constituinte de todos os sujeitos humanos é uma tentativa de encontrar a medida exata de nossa potência, evitando as armadilhas inconscientes de uma postura onipotente que, ao negar nosso desamparo comum, acaba também negando o outro e sua autonomia, mesmo quando nosso objetivo manifesto é a “libertação” do outro de suas cadeias de submissão.

Embora em aparente contradição, essa concepção do sujeito humano que carrega em si um desamparo essencial sustenta uma investigação na área das metodologias participativas/interativas cujo foco é uma relação entre sujeitos que não se coloquem como “vítimas” de suas histórias, que realce as possibilidades cotidianas de superação da passividade, que traga para a esfera da expressão e da comunicação também a beleza, o sonho e a alegria³ de que todos somos capazes. Como o grande educador brasileiro, Paulo Freire, sugere: em qualquer pedagogia voltada para a transformação das condições sociais, culturais e ambientais da realidade brasileira é necessária, ao lado da atitude crítica e da denúncia, a presença do sonho, do desejo e da imaginação:

Vi pela televisão uma jornalista perguntar ao adolescente bóia-fria: ‘Você sonha?’ E o menino respondeu: ‘Não, eu só tenho pesadelo.’ No fundo, essa é uma infância que vem sendo proibida de sonhar. E o sonho, a arquitetura de hipóteses, o lúdico, a beleza, a seriedade, o rigor fazem parte da experiência humana (...) a ética está realmente casada com a estética e para mim, cada vez mais, é difícil vê-las separadas. (Folha de São Paulo - 13/9/1996: 3-7).

³ Como definiu Oswald de Andrade, em seu *Manifesto Antropofágico*: “A alegria é a prova dos nove.”

Do ponto de vista teórico, a incorporação das questões estéticas e afetivas como constitutivas da reflexão e da práxis científica se baseia nos trabalhos do biólogo e antropólogo Gregory Bateson (1908-1980). Para Bateson, *percepção estética e conhecimento científico* são processos solidários e não excludentes nas relações de nossa espécie com a natureza que nos precedeu, nos engendrou e até hoje nos sustém. *Estética* é como se define uma certa sensibilidade em relação ao “*padrão que liga*” todos os seres vivos, já que as questões de beleza e feiúra não são um privilégio apenas da evoluída espécie dos humanos, mas um fato da natureza:

... enquanto eu escrevia [o livro *Mente e Natureza: a unidade necessária*], a mente tornou-se para mim um reflexo de grandes e muitas partes do mundo natural do lado externo do pensador. De modo geral, não foram os aspectos mais rudes, mais animais e primitivos da espécie humana que refletiram o fenômeno natural. Foram, pelo contrário, os aspectos mais complexos, estéticos, complicados e elegantes que refletiram a natureza. Não foram meus assim chamados “instintos” e assim por diante que eu estava reconhecendo no outro lado daquele espelho, lá na “natureza”. Mais exatamente, eu estava vendo ali as raízes da simetria humana; beleza e feiúra, estética e vivacidade e um pouco da sabedoria do ser humano. Sua sapiência, seu encanto corporal e mesmo seu hábito de fazer objetos bonitos são tão “animais” quanto sua crueldade. Afinal de contas, a própria palavra “animal” significa “contemplado com mente ou espírito (animus)” (Bateson 1986: 13).

Na epistemologia anti-darwinista e anti-cartesiana de Bateson⁴, a *mente* – a capacidade de aprender e de fazer escolhas – não é um atributo exclusivo do *homo sapiens sapiens*, e nós só podemos compreender a natureza e nossa natureza humana quando percebemos que os seres com vida, além de não serem *máquinas*, “*pensam* em termos de histórias”:

Existe uma história que já usei antes e usarei novamente. Um homem desejava saber sobre a mente e perguntou a seu computador: "Você computa que você algum dia pensará como um ser humano?" O computador começou então a trabalhar para analisar seus próprios hábitos computacionais. Finalmente, a máquina imprimiu a sua resposta numa folha de papel: "**Isto me lembra uma história.**" Agora quero lhes mostrar que seja qual for o significado da palavra história na história que lhes contei, o fato de pensar em termos de histórias **não isola** os seres humanos como alguma coisa separada das estrelas e anêmonas-do-mar, dos coqueiros e das primulas. Na verdade, **se o mundo é ligado**, se estou fundamentalmente correto no que estou dizendo, então o "**pensar em termos de histórias**" deverá ser repartido por toda mente ou mentes, sejam as nossas ou aquelas das florestas de sequóias e das anêmonas-do-mar (Bateson 1986: 21).

⁴ Para uma explanação mais detalhada desta filiação anti-darwinista e anti-cartesiana de Bateson e sobre sua concepção de que as questões de “beleza e feiúra” fazem parte do universo de estudo das Ciências Naturais e Humanas, ver meu artigo “Semeando Interdisciplinaridade: as ‘idéias-vivas’ de Gregory Bateson”, *Revista Ciência Hoje*, nº 228, Vol. 38, julho de 2006, págs. 16-21.

Foi um acaso feliz ter encontrado, em primeiro lugar, os trabalhos de Bateson quando sofri minha “conversão ecológica”⁵ e busquei incorporar em minha agenda de estudos todo o mundo natural do qual fazemos parte e que é parte de nós, um mundo vivo e real além e aquém de nossas artificiais fronteiras disciplinares, que a formação em Ciências Sociais na década de setenta - tempo no qual as questões principais eram, sem dúvida, de uma “outra” ordem - havia subtraído do universo de preocupações e reflexões acadêmico-científicas de sua “propriedade”.

Assim, ao começar a trabalhar dentro do universo tal qual visto quando a ele se incorporam as questões da natureza (natureza humana incluída), minha intuição foi alimentada pelas “idéias-vivas” de Bateson. Guiada por estas duas suas idéias (a importância da percepção estética, das questões de “beleza e feiúra”, na construção do conhecimento e o fato de que pensamos, sempre, “através de histórias”) comecei a trabalhar em projetos de desenvolvimento local sustentável propondo a produção de “Foto-Histórias” pelos sujeitos-alvos destes projetos.

Na verdade, uma Foto-História nada mais é do que uma espécie de “foto-novela”, gênero de grande sucesso até algumas décadas atrás e hoje, com a internet, em franca extinção. Mas uma “foto-novela” com o sinal invertido, na qual o “sujeito-alvo” não é um mero consumidor (em geral, diga-se a verdade, consumidora), mas o autor das fotos e da narrativa, tendo como enredo as pessoas, os lugares e os sentidos que ele/ela confere à sua própria vida.

2. Foto-Histórias

O que é uma “Foto-História”? Em primeiro lugar é um instrumento de investigação de campo visando a descrição/avaliação de um determinado ambiente, procurando apreendê-lo não apenas do prisma do conhecimento de seus aspectos físicos, ecológicos e sociológicos, mas também em seus aspectos estéticos/afetivos, revelando o *olhar* do sujeito que nele vive ou trabalha. Em segundo lugar, é um instrumento que busca oferecer um contexto dialógico de aprendizado que acolha a sempre sutil comunicação entre diferentes formações culturais (cientistas da equipe técnica X população alvo, em geral sofrendo do que certos especialistas

⁵ Esta “conversão” se deu quando da mudança da família – meu filho ainda bebê incluído – das margens da Baía de Guanabara (onde vivi desde os dois anos de idade) para o centro da megalópole de São Paulo, por motivos exclusivamente profissionais de meu marido. Para processar o “choque” de ambientes – onde as questões de beleza e feiúra foram protagonistas – a releitura de *O Capital*, de Marx, com o novo olhar “ecológico”, foi profundamente fértil de sentidos, fazendo-me resgatar intuições sobre a importância da natureza e dos processos naturais na subjetividade humana que a primeira leitura, ainda na década de 70, não foi capaz de aprofundar.

diagnosticam como “analfabetismo funcional”) através da expressão do que cada sujeito vê/sente/pensa do ambiente, facilitando a interação entre os também multi-facetados olhares humanos que se põem em relação nos projetos de desenvolvimento local sustentável.

Do ponto de vista teórico, as Foto-Histórias foram pensadas como um recurso útil visando amenizar o problema que é esta baixa escolaridade encontrada entre a população trabalhadora brasileira envolvida em projetos de desenvolvimento local sustentável, principalmente na área rural. Essa metodologia interativa parte do pressuposto de que, apesar desse “déficit” em termos de educação formal, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros possuem uma cultura, uma inteligência sensível e um conhecimento técnico a respeito do ambiente em que vivem e trabalham - ao mesmo tempo muito refinados e concretos - que não são em geral investigados, ouvidos e aproveitados, como realçado pelo grande (e pouco utilizado) mestre Paulo Freire.

Do ponto de vista prático, as Foto-Histórias são feitas colocando câmeras descartáveis nas mãos dos sujeitos-alvos do projeto em questão e pedindo-lhes que fotografem/comentem “o feio e o bonito” dos ambientes onde vivem e/ou trabalham. Além da foto em si, procura-se sempre recolher um comentário/história (dependendo das possibilidades que o escopo do projeto autoriza) que registre os sentidos atribuídos a cada escolha feita, usando as fotos como substrato sensível para a construção de narrativas (individuais e de grupo) ilustradas com os seres e paisagens locais. Assim, não só uma imagem é requerida, mas também uma história – um contexto de sentidos, que incorpore a fala do sujeito sobre o seu próprio *olhar*.

Utilizo essa metodologia das Foto-Histórias desde 1996, quando realizei um trabalho na área de Educação Ambiental com professoras e alunos da rede pública de Ensino Fundamental, que resultou na publicação “artesanal” (50 exemplares) “Escolas contam histórias sobre Niterói”. A mesma metodologia foi aplicada com a população das cidades fluminenses e capixabas que vivem às margens do rio que separa/une o Estado do Rio do Estado do Espírito Santo, para o Projeto Managé de Recuperação da Bacia do Rio Itabapoana (UFF/1998)⁶; com pescadores e marisqueiros que vivem no último manguezal vivo da Baía de Guanabara, para o Plano de Gestão Participativa da APA de Guapi-Mirim/RJ (IBAMA/2000-2001), com índios Tupinikim e Guarani de Aracruz, para o Estudo Etnoecológico das Terras Indígenas do Espírito Santo (FUNAI-PETROBRAS/2005) e com quilombolas do agreste alagoano, para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Povoado Tabacaria (INCRA/2007).

⁶ Estes dois trabalhos foram analisados em minha dissertação de Mestrado, *Em busca do ‘padrão que liga’: histórias de uma Educação pelo Ambiente*. UFF, 2000.

Em todos estes trabalhos, uma cópia do resultado final editado das Foto-Histórias foi entregue às comunidades que as fizeram.

Do lado da equipe técnica, a idéia de construir foto-histórias pode proporcionar um instrumento valioso para o pesquisador, que seleciona e edita imagens especiais do “local” estudado - como fotos aéreas e de satélite, fotos antigas, mapas, gráficos e outras -, ajudando-o assim a construir suas versões para o mesmo ambiente. Versões produzidas por um olhar diferente, mas complementar ao olhar do “filho da terra”, que auxilia os “locais” a se situarem no contexto socio-ambiental global, como no caso que apresentaremos a seguir, no trabalho com os agricultores urbanos da comunidade de Rio da Prata, que vivem nas íngremes encostas do Parque Estadual da Pedra Branca, a maior floresta urbana do mundo, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

3. De carvoeiros a produtores orgânicos: a “conversão” ecológica dos agricultores do Rio da Prata

Esta foi uma experiência de oito meses de trabalho com várias Metodologias Interativas – entre as quais as “Foto-Histórias” - durante o processo de conversão agroecológica de grupo de famílias agricultoras do Rio da Prata/RJ em um projeto que congregou seus esforços e conhecimentos com os de uma equipe de profissionais com formação acadêmica nas Ciências Naturais e Humanas (dois agrônomos, um historiador-pedagogo e esta antropóloga). Os dois agrônomos, Ronaldo Salek e André Correia, trabalham por mais de dois anos com a comunidade, em um projeto chamado “Desenvolvimento Sustentável da comunidade rural do Rio da Prata”, cujo subtítulo é “Conservar, desenvolvendo”. Este projeto foi financiado pela Comunidade Econômica Européia e implementado pela ong carioca “Roda Viva”.

Eu e o historiador Marcos Barreto fomos chamados em um momento politicamente delicado do trabalho, no qual a comunidade, já decidida a construir sua Associação de Produtores Orgânicos, foi “assedida” por lideranças políticas locais, que ofereciam “apoio” em troca da Presidência de tal associação. Nossa tarefa era tentar trabalhar a coesão e a consciência política da comunidade, visando fortalecer sua autonomia interna, única forma de fazer frente às demandas clientelistas assediava seus participantes.

No Projeto do Rio da Prata, o formato das Foto-Histórias incluiu não apenas o que se achava “feito e bonito” no ambiente, mas foi pedido que cada participante fotografasse: a si mesmo (com a ajuda de outra pessoa), sua casa, sua família, seu sítio, seus caminhos

cotidianos, sua comunidade, sua feira e fotos “livres”, com temas de sua própria escolha. Ao final, foi pedido que cada um confeccionasse um cartaz usando cerca de 9 de suas fotos e que escrevesse (ou ditasse) “legendas” para cada imagem dos ambientes e sujeitos importantes em suas vidas, de acordo com o seguinte modelo (editado em papel tamanho A3):

Foto 1 A Casa	Foto 4 Foto Antiga	Foto 7 O Caminho
Foto 2 O Sítio/A Plantação	Foto 5 Foto do Fotógrafo/a	Foto 8 A Comunidade
Foto 3 O Sítio/A Plantação	Foto 6 Tema Livre	Foto 9 A Feira

Participaram dos 15 encontros quinzenais, ao todo, cerca de 18 agricultores da comunidade. Neste texto apresento cerca de quatro Foto-Histórias (Seu Antídio, Dona Antonia, Madalena e Claudinho-Bichinho), para ilustrar o resultado possível de ser obtido. Uma observação importante é a qualidade estética das imagens, feitas por pessoas que muitas vezes manusearam pela primeira vez uma máquina fotográfica.

A hipótese é que o contexto dialógico “horizontal” estabelecido entre a equipe e a comunidade e os laços de afeto e o profundo conhecimento ecológico dos agricultores são os fatores principais de onde emanam a beleza e a precisão narrativa dos trabalhos.

Os “Mapas das Conexões Ativas”, metodologia participativa proposta por Marcos Barreto, apresentados logo a seguir, ajudam a mapear os efeitos subjetivos – com efeitos políticos internos bem delineados – do trabalho com a comunidade.

O Mapa Inicial, feito no primeiro encontro, engloba as relações de parentesco, amizade e trabalho, ditadas pelos presentes (Seu Antidio e Seu Arnaldo não estavam presentes). O Mapa da Amizade Final, feito no penúltimo encontro da equipe – em um momento em que o “líder oculto” da comunidade já havia se incorporado ao trabalho (esta incorporação tardia de Seu Antidio, inclusive, não permitiu que suas “legendas” fossem adicionadas à Foto-História) - mostra, para nós da equipe, como as metodologias e a comunicação dialógica usadas no trabalho foram capazes de permitir que a comunidade ganhasse confiança em nós e em si mesma.

Entre outros, o resultado desse trabalho foram cerca de 15 Foto-Histórias individuais. Cada autor/fotógrafo recebeu uma cópia completa das fotos que realizou e uma xérox colorida (tamanho A3, papel especial) com a sua própria Foto-História. Com as fotos não utilizadas, o

grupo “inventou” cerca de duas Foto-Histórias coletivas, procurando contar um pouco sobre o Rio da Prata e sua gente para todos.

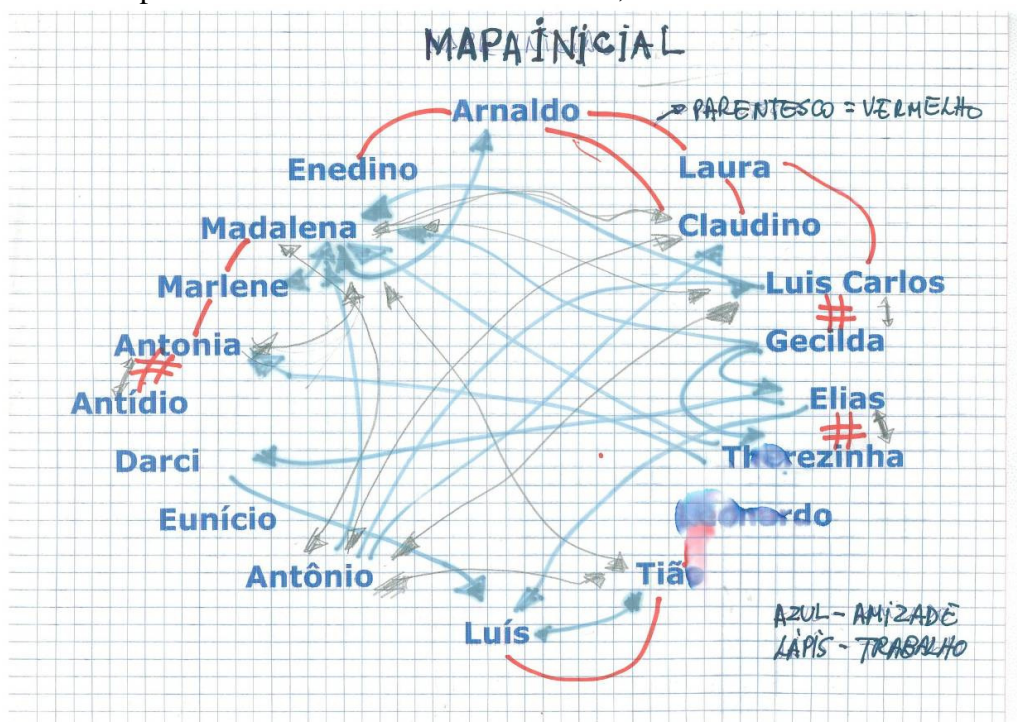
As Foto-Histórias foram expostas, junto com os produtos orgânicos da comunidade, em um evento realizado na praça da igreja do Rio da Prata no dia 30 de outubro de 2002, quando eu e Marcos nos “despedimos” desse estimulante trabalho.

Fotos: Mônica Lepri

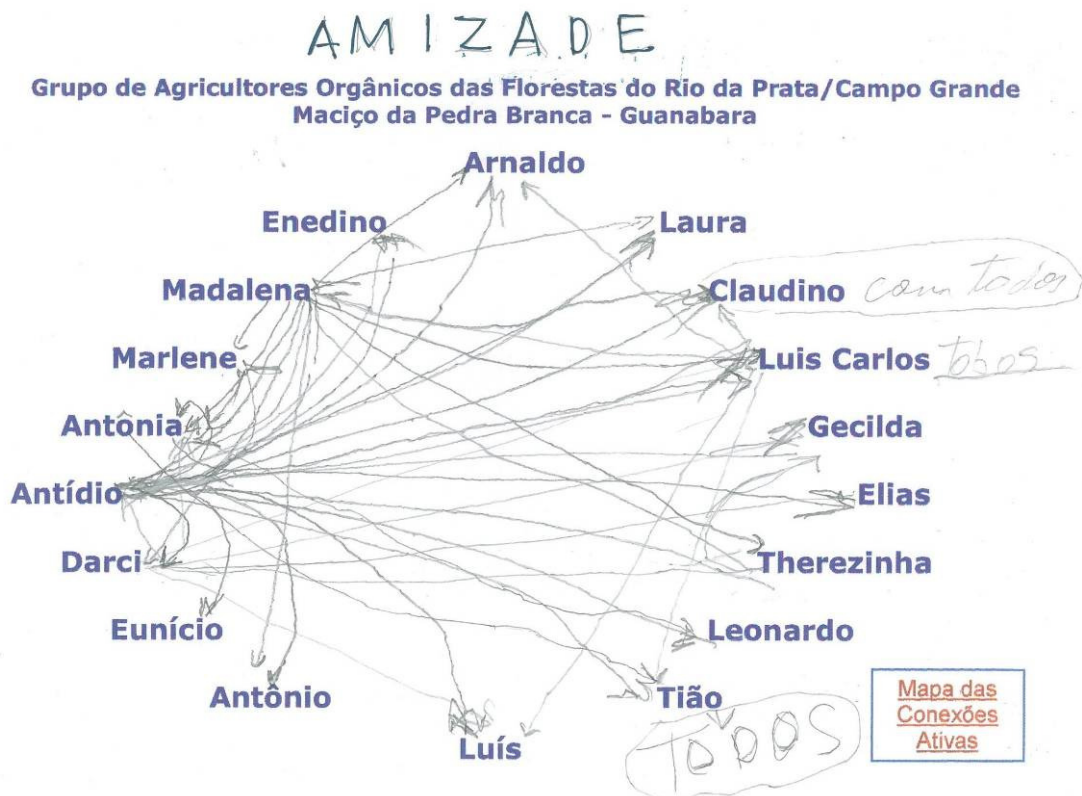


Depois disso, mais de dois anos se passaram até que eu tivesse novamente notícia do pessoal do Rio da Prata. Foi quando a antropóloga e amiga Delma Pessanha me telefonou chamando para a defesa da dissertação de mestrado de seu orientando Pedro Leal (2005), sobre o Rio da Prata, com o qual eu havia conversado tempos atrás, passando dicas e informações sobre essa interessante comunidade. O trabalho de Pedro é uma ótima etnografia do grupo que, como agora pude saber, já se constituiu formalmente na Associação de Produtores Orgânicos da Pedra Branca, com a ativa Madalena na Presidência.

Mapa das Conexões Ativas – Parentesco, Trabalho e Amizade – 1º Encontro



Mapa das Conexões Ativas – Amizade – Penúltimo Encontro



FOTÓGRAFO: ANTÍDIO



RIO DA PRATA





RIO DA PRATA

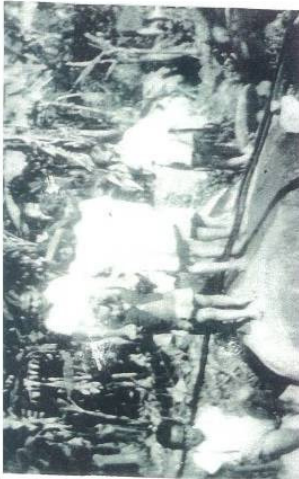
EU GOSTO DE MINHA CASA.



BANANEIRAS: AMIGAS DO ANO TODO.



A BELEZA DO CAQUIZEIRO CARREGADO.



AS PEDRAS DO RIO DA PRATA ONDE EU E MEUS IRMÃOS BRINÇÁVAMOS ENQUANTO MAMÃE LAVAVA ROUPA NA BICA.



EU, ANTONIA, COLHENDO MINHAS FLORES.



MINHA NETA TAMBÉM GOSTA DE BRINCAR NAS PEDRAS DO RIO DA PRATA.



O CAMINHO DO MEU SÍTIO, ONDE RUEBEI DUAS VÊZES A PERNA.



A IGREJA DA COMUNIDADE.



NA FEIRA EU OPEREÇO OS FRUTOS DO MEU TRABALHO.

FOTOGRAFIA: D. ANTONIA

Foto-História de Dona Antonia, esposa de Seu Antídio, Rio da Prata/RJ – 2002

RIO DA PRATA



MINHA CASA



MEU FALECIDO PAI
NA PEDRA BRANCA

FOTÓGRAFA: MADALENA



O CAMINHO DA ROÇA



A PLANTAÇÃO DE CHUCHU e VAGEM

EU,
MADALENA
A
FOTÓGRAFA



A COMUNIDADE DO RIO DA PRATA



MINHA CRIAÇÃO DE GALINHAS



A ANTIGA SENZALA e ANOS DEPOIS
A ESCOLA



A FEIRINHA ORGÂNICA aos SÁBADOS

Foto-História de Madalena, Rio da Prata/RJ – 2002

RIO DA PRATA



A CASA ONDE MORO.



A CASA MAIS ANTIGA DE "VIRGEN MARIA", ONDE MINHA MÃE, TIAS E TODOS DA FAMÍLIA NASCE RAM.

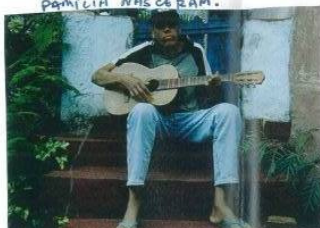
FOTÓGRAFO: CLAUDINO



NESTE CAMINHO TEM UMA FONTE D'ÁGUA QUE CONSIDERO SAGRADA: QUANDO ESTOU CHATEADO, BEBO SUA ÁGUA E ME SINTO BEM.



NESTE BANANAL, HÁ COQUEIROS COM MAIS DE 400 ANOS.



EU, CLAUDINO, COM MEU VIOLÃO.



O POVO DA SERRA DESCIA, ANTIGAMENTE, PARA A FESTA DE N.S. DAS DORES.



APARELHEIRA DE MARAÚJA ORGÂNICO.



EU, MEU PAI, MINHA MÃE E MEUS IRMÃOS.



PRECISAMOS DE DIVULGAÇÃO PARA NOSSA FEIRA ORGÂNICA NA EMATER/CAMPO GRANDE.

Foto-História de Claudino ("Bichinho"), Rio da Prata/RJ - 2002

4. Bibliografia

BATESON, Gregory - *Steps to an Ecology of Mind*. London, Paladium, 1973.

_____, *Une Unité Sacrée - Quelques pas de plus vers une écologie de l'esprit*. Paris, Seuil, 1996.

_____, *Mente e Natureza: A Unidade Necessária*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1986.

_____, *Metadiálogos*. Lisboa, Gradiva, 1989a.

_____, e BATESON, Mary Catherine - *La Peur des Anges*. Paris, Seuil, 1989b.

_____, e RUESCH, Jurgen - *Communication e Societé*. Paris, Seuil, 1988.

FREIRE, Paulo - *Pedagogia da Esperança - um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____, *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KEHL, Maria Rita - *Sobre Ética e Psicanálise*. Cia. das Letras, 2002.

LEPRI, Mônica - "Semeando Interdisciplinaridade: as 'idéias-vivas' de Gregory Bateson", *Revista Ciência Hoje*, nº 228, Vol. 38, julho de 2006, págs. 16-21.

_____, *Em busca do 'padrão que liga': histórias de uma Educação pelo Ambiente*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 196 págs., março de 2000.

MARX, Karl - *O Capital - Livro I*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____, - *O Capital - Livro III*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

VELHO, Otávio – *Ensaio Bibliográfico: De Bateson a Ingold, passos na constituição de um paradigma ecológico*. Rio de Janeiro, Revista Mana, Volume 7, n ° 2, out/2001, PPGAS-Museu Nacional/UFRJ.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

O BELO COMO *PERFEIÇÃO E LIBERDADE* NA PESCA ARTESANAL¹

Cristiano Ramalho²

Resumo

O que é o trabalho como belo? quais são as questões societárias no mundo da pesca artesanal que permitem essa junção? O belo, para os pescadores, é a perfeição do ato da pescaria, sua engenhosidade, que se traduz na capacidade de lidar com o mar e, especialmente, na arte de capturar pescados. Ademais, liga-se a noção de autonomia possível, liberdade em poder exercer seu saber-fazer produtivo não o subordinando diretamente às empresas de pescados.

Palavras-chave: Estética Marítima; Trabalho e Beleza; Arte Pesqueira

1. Apresentação

Um pescador da praia de Suape³, litoral sul de Pernambuco, certa vez, definiu seu trabalho como belo e prazeroso. O que poderia parecer tema episódico mostrou-se corriqueiro e, portanto, passou a convidar-me a um desafio do qual eu não poderia mais deixar de realizar: um mergulho analítico sobre as razões societárias que justificavam e conferiam sustentação representacional e, acima de tudo, objetiva a idéia de trabalho como belo e aspecto aprazível da vida.

Fui percebendo, pouco a pouco, que no cotidiano dos pescadores suapenses, independentemente deles serem proeiros⁴ ou mestres⁵ de pescaria, o trabalho colocava-se no

¹ O presente escrito é parte do IV capítulo de minha tese de doutorado: RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, UNICAMP, 2007. Trabalho esse que foi orientado pelo Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Unicamp).

² Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: cristianownramalho@gmail.com. Pesquisador Fundaj (bolsista DCR – CNPq/Facepe).

³ Em estudo anterior (RAMALHO, 2006), focalizei essencialmente *as respostas construídas* pelos pescadores artesanais da praia de Suape e da região estuarina do Canal de Santa Cruz em Itapissuma – litoral norte pernambucano - frente aos impactos ambientais negativos (complexo portuário, *resort*, poluição, etc.). Nesse sentido, não abordarei aqui essa questão, por já tê-la feito de modo mais detalhado, por meio do mencionado estudo.

⁴ O pescador proeiro é aquele que trabalha na proa da embarcação, ficando responsável pelo ato de pesca e de despesca sob o comando do pescador mestre.

⁵ Mestre é o pescador que congrega dois atributos essenciais: é o mais talentoso na arte da pescaria e é aquele que possui, também, a capacidade de comandar os homens no mar. O termo mestre é originário de duas palavras latinas *magisterium* e *magister*, cujos significados são: o que ensina, aconselha, conduz e/ou guia na elaboração de uma obra. A origem da prática da mestrança está presente desde a idade média, visto que “é na antiga organização dos mesteres que o termo *mestre* assume o seu significado. O mestre dirige a *oficina*, mas, ao dirigi-la, *ensina* e simultaneamente, cria uma *obra* [grifos do autor]” (SERRÃO, vol. III, 1971, p. 48). Só existe mestre porque há uma arte a ser aprendida, produzida e repassada.

plano da própria estetização da vida, um embelezamento no mundo por meio de um trabalho ao qual eles categorizam como arte, de um fazer-se homem marítimo. Nesses termos, o trabalho é experienciado pelos pescadores como concretização do que eles chamam de “coisa bonita”, de algo “gostoso”, de “liberdade” e para se “ter orgulho mesmo”. Mas por que isso acontece? quais os elementos societários que justificam isso para esses pescadores artesanais? se o trabalho é sentido pela maioria da classe trabalhadora no mundo como exploração, degradação e sofrimento, quais os motivos que fazem com que os pescadores sintam seu fazer produtivo como “coisa bonita”, “pra se ter prazer”?

São essas as questões que buscarei discutir e responder ao longo deste texto.

2. O valor estético marítimo: resistência e engenhosidade do trabalho pesqueiro

Antes de qualquer coisa, para os pescadores, a estética marítima é a *perfeição* em manejar os instrumentos de trabalho e o próprio corpo em pleno ato da pescaria, o que justifica também a própria definição que esses homens marítimos fazem de seu saber-fazer (trabalho) pesqueiro como arte. A beleza inexistiria se não se traduzisse em perícia técnica, no uso preciso dos sentidos humanos, na compreensão do tempo certo para dar o lanço, na objetivação de ser artista das águas. Atributos esses que compõem o patrimônio da cultura produtiva pesqueira local e que se avivam diariamente na concretização do saber-fazer marítimo, afirmando a estetização do existir da pesca. Assim como é empregada pelos pescadores no intuito de caracterizar o que vem a ser *arte*, a noção de *perfeição* acaba sendo recorrente para definir a representação de *beleza* da mesma forma.

Conseguir pescar com qualidade, com perfeição e... é aí que tá o belo. O artista com seu talento, com a perfeição mesmo é aí onde mora a beleza na pesca da gente. Acredito que é isso.

Entrevistador: *Me explica mais sobre essa coisa da beleza ser talento e perfeição ao mesmo tempo, na pesca de vocês?*

Acho que talento e perfeição são a mesma coisa, é uma coisa somente, vivem ajuntados, pra mim, porque é arte, e se é arte, coisa de artista, então é também perfeição e é em tudo bonito, né. Aqui, por exemplo... assim... a beleza é utilizar direitinho a rede pra capturar os peixes, saber aproveitar a força do vento e da maré, trabalhar bem com o corpo quando vai tirar a rede ou quando vai pôr ela lá dentro [em alto-mar], aí tão as capacidades do artista, de sua perfeição naquilo que se empenhou e da beleza de seu trabalho, no talento do cara, do caboclo (Jorge, proeiro, 23 anos).

O bonito é saber pescar bem, dominando tudo que tem na pescaria: saber qual é o vento quando ele bate na gente; ver a cor da água e a batida no mar pra saber que peixe vem; dar o laço com a rede certa; ter o traquejo. Por isso que eu digo que o trabalho do mestre é a beleza maior da pesca, porque ele é perfeito, o cara sabe fazer de tudo (seu Macau, proeiro, 66 anos).

Beleza é o cabra, que é pescador, fazer tudo na base da perfeição no barco (Marco, mestre, 32 anos).

Se a pesca é *perfeição* do método e a *perfeição* é sinônimo de *arte*, o trabalho do pescador, no entender do jovem proeiro Joaquim, “é em tudo bonito”, porque é na *perfeição* “onde mora a beleza na pesca da gente”. Por isso, a objetivação da estética marítima encontra-se em “fazer tudo na base da perfeição no barco” (Marco), em “trabalhar bem com o corpo” (Joaquim), tendo por finalidade realizar boas pescarias. Diante disso, pode-se concluir “que o trabalho do mestre é a beleza maior da pesca, porque ele é perfeito” (seu Macau), é o talento maior do mundo aquático.

Assim, o valor moral da *perfeição* contida na arte do trabalho é componente de forte peso na esfera do ato produtivo da pesca artesanal suapense. Todavia, tal categorização não é algo que se restrinja ao mundo dos pescadores, visto que inúmeros artesãos (ou artistas populares) a levam em sua arte, na qualidade de um critério valioso, como foi revelado pelo estudo de Sylvia Porto Alegre (1994, p. 110-112).

A ética do trabalho, quando orientada pelo “espírito da arte”⁶, envolve três aspectos particularmente importantes. Em primeiro lugar, o trabalho torna-se o centro de toda a vida do indivíduo [...] Em segundo lugar, o artista sente orgulho da profissão e da sua condição de autonomia. Finalmente, os diferentes valores convergem para uma síntese de relação com o trabalho e a obra produzida, que se expressa na *reputação* do mestre.

O aprendizado pode ser longo, a feitura do objeto pode requerer um domínio de técnicas e linguagem de materiais impossíveis de ser adquirido por meio de um conhecimento rápido e superficial. No domínio progressivo da arte está embutida toda habilidade e toda a criatividade do artista. O reconhecimento desse difícil processo por parte dos outros se reveste por isso de fundamental importância para o artista, pois do que o *valor de troca*, mais do que *valor de uso*, o objeto encerra e contém um *valor moral* do trabalho realizado [grifos da autora].

Acredito que, além desse significativo valor moral explicitado enquanto *perfeição* do trabalho pesqueiro, há outro ingrediente valorativo que resguarda, se soma e que é essencial para definição do que é belo, livre e artístico para os marítimos suapenses: *a estetização do existir como valor de vida não cativa do trabalho pesqueiro*. Tal aspecto é uma mediação social prioritária para justificar o trabalho como território da arte e construtor do sentimento de homens *libertos*, opondo-se aos espaços esterilizadores de uma estética da existência que inibem o caráter do aprazível, do belo e da autonomia irmanados à esfera produtiva. De acordo com a história de Suape, tornar-se cativo é incompatível com a arte de ser pescador e, principalmente, com o valor de vida estético que atua e alimenta as aspirações dos projetos

⁶ A presente autora definiu “Espírito da Arte” como o instante em que o artista se “sente inclinado por determinado ofício ou julga ter aquilo que denomina o “espírito da arte”, o que pode levá-lo à busca deliberada de uma especialidade, até encontrar aquela com a qual se sinta identificado” (PORTO ALEGRE, op. cit., p. 109).

cotidianos e não permite a inegociável situação de dispor diretamente do seu trabalho, do seu viver e de parte considerável do seu tempo.

O valor moral, de modo geral, explicita que “- no ser social – o econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa ineliminável relação recíproca” (LUKÁCS, 1979, p. 44), cuja riqueza de componentes clarifica a íntima e insuperável vinculação entre simbologias e materialidades em nosso cotidiano, nas suas mais diversas implicações, no dever-ser, do aqui e agora e das determinações sociais.

Nos sentimentos dos trabalhadores do mar de Suape, a *coisa bonita* [o estético], não é mero instrumento das vontades do capital, de suas restrições totalitárias e possibilidades de domínio direto, que são a antítese, para os marítimos, da vida estetizada e aprazível tão inerentes à própria condição de artista do mar.

A gente no trabalho de pescaria não faz o que os outros querem e tal, no nosso fazer profissional. Eu já trabalhei em outro lugar e não tinha liberdade, era cativo, obrigado, manobrado, porque trabalhava pros outros e tinha lá meu salário. Já o pescador é dono dele mesmo, de sua arte. A coisa bonita é isso: é ser liberto, é ter sua arte. Tá preso a outros não é bonito, não (Jorge, proeiro, 23 anos).

O pescador ele é cabra liberto, com seu saber de pescaria, seu jeito de viver no mar. Ter beleza é isso, e isso é muito gostoso (seu Milton, mestre, 67 anos).

O produtivo, então, confunde-se com o imaterial e o imaterial faz-se material na orquestração de uma sociabilidade que se projeta tendo como característica a inegociabilidade do controle direto do trabalho pesqueiro, da coisa bonita, do valor da arte de fazer-se pescador e do dever-ser que busca sempre a autonomia. Perder isso “não é bonito, não”, porque a experiência passada mostrou, para o pescador Jorge, que quando ele vendeu sua força de trabalho “não tinha liberdade, era cativo, obrigado, manobrado”. Ser cativo é oposto ao estético, ao sentimento do belo, à estetização moral do ofício. Em síntese, “a coisa bonita é isso: é ser liberto, é ter sua arte” (Jorge), é ter opções maiores de escolhas, de efetivar alternativas em horizontes mais amplos, de criar em termos produtivos e estéticos, de dispor do “seu saber de pescaria” e de “seu jeito de viver no mar” (seu Milton), clarificando que o belo atua objetivamente na qualidade de barreira maior ao avanço pleno do capital e da sua razão instrumental sobre o mundo do trabalho pesqueiro.

Na realidade, em Suape, a medida da beleza é a medida de não estar sujeito a outrem; é portar uma economia moral da pesca que não permita a seu modo de vida sufocar-se pela instrumentalidade utilitarista do capital, ao afirmar-se cotidianamente enquanto “cabra liberto”, portador de uma estética que é a resistência societária pela arte de viver da pescaria, “e isso é muito gostoso” (seu Milton).

Definir seu trabalho como algo “muito gostoso” o coloca em um patamar de também realização existencial, no qual o aprazível assume característica de insurgência, funcionando, de um lado, enquanto linha que jamais poderá retroceder em prejuízo da coisa bonita e, de outro, na qualidade de território para avanços mais concretos em direção às possibilidades tão sonhadas de emancipações futuras.

O aprazível, aqui, não se confunde, em momento algum, com o gozo desprezioso ou individualista desabonadores de sentimentos e sentidos comunitários, de um código moral, bem como não é o resultado de alienações que subverteriam processos humanizantes e, com isso, a riqueza do trabalho e sua contribuição essencial para o fazer-se livre. Assim, o *muito gostoso* é o sentir compartilhado, é o avivamento de realizações autônomas possíveis e inegociáveis, é a satisfação de não se submeter ao que quer o valor de troca, de modo completo. O belo constituído e alimentador de uma moral dos costumes, de sua reprodução e resistência, que se projetam e emergem como faces de uma única moeda, de um modo de vida e de uma sociedade do trabalho da pesca.

O valor estético pesqueiro é a vida vivida como “fuga” inscrita na autonomia possível de fazer-se sujeito que não se rende ao domínio e a moral integral capitalista na esfera da produção; cuja coisa bonita surge negando o trabalho como sofrimento, uma quase escravidão, desterro da beleza e da alegria, ao enunciá-lo enquanto território do sentir-se mais humano e, por isso, local da feitura de homens que têm como critérios produtivos a moral de também serem felizes em sua condição de artífices das águas, como um fim em si mesmo, como fruição sensível do belo humanizado no experienciar cotidiano daquilo que é “muito gostoso”: o viver sendo pescador e, assim, artista do oceano.

Esse valor estético responde a padrões e objetivos próprios da sociabilidade pesqueira artesanal, de acordo com sua racionalidade que tem como primazia a permanência e a reprodução da comunidade do trabalho pesqueira e cujos ingredientes moldam e estruturam a relação dos marítimos com a totalidade social e, dessa maneira, com o próprio mercado.

Essa questão permite chegar ao valor do belo enquanto uma categoria de base ontológica, que se liga ao plano imediato da materialidade e da natureza inorgânica e as recria de acordo com representações e atos valorativos para além delas, ao se elaborar uma natureza mais social, mas sem nunca desafirmar à esfera inorgânica e de organização produtiva da vida em seus movimentos sociohistóricos. Assim sendo, o valor estético é também uma categoria ontológica do próprio trabalho⁷.

⁷ Sobre isso recorro a seguinte passagem escrita pelo filósofo húngaro Lukács (1979, p. 47-48): “Antes de mais nada, aparece no valor, enquanto categoria social, a base elementar do ser social: o trabalho. A ligação deste com

Concernente aos pescadores artesanais - embora seu dia a dia não passe incólume às influências do valor de troca, fato impossível de acontecer a qualquer grupo na ordem do capital -, o ato valorativo estético tem a capacidade de externar seus próprios critérios oriundos de uma identidade de classe e da maneira do marítimo de fazer-se sujeito de suas vontades, sonhos e desejos, efetivando uma verdadeira dialética entre os aludidos valores, no qual o estético busca resignificar o da troca incorporando-o ao seu cotidiano produtivo em prol da sociedade do trabalho pesqueira, no que for possível fazê-lo, dando-lhe sustentação simbólica e prática⁸. Nesses termos, o estético, no mundo dos pescadores, não deixa de ter em si a necessidade do comércio, da venda e do consumo, situação que permite a subalternidade social dos trabalhadores do mar frente ao lucro e o acúmulo capitalista efetivado por atravessadores, porém isso não representa que os pescadores suapenses coloquem-se apenas passivamente nesse processo sem qualquer marca de resistência, sucumbindo totalmente aos imperativos do capital. Na realidade, os marítimos integram o capitalismo construindo sua inserção balizada em práticas sociais próprias de valorização do trabalho, que se apóiam em suas tradições, na sua cultura do trabalho, nas mediações societárias específicas e nos projetos particulares de vida, que se relaciona e se confronta com o capital, perde e também se afirma, avança e recua, integrando-se, dessa maneira, ao processo sociometabólico capitalista, porém sem negar a linha fronteira que se ultrapassada colocaria em xeque a *coisa bonita* e/ou aquilo que é *muito gostoso*.

Tais questões desnudam que as práticas societárias pesqueiras respondem a interesses de uma racionalidade particular oriunda dos desejos de vida dos pescadores artesanais

as funções sociais do valor revela os princípios estruturadores fundamentais do ser social, que derivam do ser natural do homem e, ao mesmo tempo, do seu intercâmbio orgânico com a natureza, um processo no qual cada momento – a conexão ontológica ineliminável entre a insuperabilidade última dessa base material e sua constante e crescente superação (tanto extensiva quanto intensiva), ou seja, sua transformação no sentido da socialidade pura – revela tratar-se de um processo que culmina em categorias que, como é o caso do próprio valor, já se separaram inteiramente da materialidade natural. Por conseguinte, uma ontologia do ser social deve sempre levar em conta dois pólos – tanto os objetos que imediatamente parecem pertencer apenas ao mundo da natureza (árvores frutíferas, animais domesticados, etc.), mas que são, em última instância, produtos do trabalho social dos homens, quanto as categorias sociais (sobretudo o próprio valor), das quais já desapareceu toda materialidade natural – devem permanecer, na dialética do valor, indissolúvelmente ligados entre si. Precisamente a inseparabilidade (que se expressa como contradição do valor-de-uso e do valor-de-troca) revela em sua ligação – que se apresenta como antitética mas que é também indissolúvel – essa prioridade ontológica do ser social”.

⁸ Eric Wolf elaborou algo significativo no que concerne a esse problema, quando analisou a cultura camponesa: “[...] o camponês tem por objetivo sua subsistência, não o reinvestimento. Seu ponto de partida são as necessidades definidas por sua cultura. Sua resposta, a produção de produtos para o mercado, é provocada, em larga medida, por sua incapacidade de satisfazer essas necessidades dentro do segmento sócio-cultural a que pertence. Ele vende a colheita para obter dinheiro, mas esse dinheiro, por sua vez, é usado para comprar bens e serviços que ele precisa para subsistir e manter seu *status* social, em vez de ampliar sua escala de operações. Devemos, então, separar o camponês de outro tipo agrícola chamado de “fazendeiro””[grifo do autor] (WOLF, 2003, p. 120).

suapenses, de sua economia moral e que devido a isso produzem, dialeticamente, uma identidade sociocultural específica da comunidade marítima suapense e uma forma singular de reprodução do próprio capitalismo.

Sahlins (1997, p. 56) ao estudar a capacidade adaptativa e a força na defesa das tradições em povos aborígenes (Nova Guiné e África do Sul) que integram à sociedade plenamente globalizada, identificou que “eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema mundo”⁹.

O diálogo e as conexões estabelecidas pelos pescadores com as empresas de pesca e/ou seus comerciantes, se não têm a capacidade de desarfimarem o lucro e os vários interesses capitalista pertencentes a tais empreendimentos, não faz com que o “sistema mundo” ou a totalidade parcial dos pescadores deixem de se beneficiar, em alguma medida, do intercâmbio mercantil com a totalidade do sistema, ao utilizarem algumas dinâmicas dessa relação em favor de sua sociedade do trabalho e de sua inserção nesse jogo social, negando, inclusive, a aplicabilidade de todos os interesses do capital.

As acomodações e tensões encontradas nesse intercâmbio do pescador com empresas e/ou atravessadores de pesca detêm a mediação estética como espaço de resistência e termômetro que indica até onde essa situação pode ser levada, tendo em vista que se houver a ultrapassagem dessa fronteira ela se fará em prejuízo da própria beleza, quando o pescador torna-se cativo e abdica, assim, do atributo de ser artista do mar, na compreensão dos pescadores. Valor do belo que passa, necessariamente, pelo contexto do pescador dispor diretamente de seu trabalho, de parcela expressiva de seu tempo e da grande parte das escolhas operadas em seu pôr teleológico, na qual o lucro financeiro não é sua meta central, mas o é o recriar da companhia e das formas de organização social do trabalho pesqueiro nos barcos. O depoimento abaixo é bastante ilustrativo nesse sentido:

Eu pego e ele [o atravessador vinculado a uma empresa de pescados] desconta o valor do gelo na venda do pescado. O gelo eu topo porque é difícil de comprar em Suape e com ele fica mais facilitado. Vendo a ele lagosta, porque ele me paga legal, direitinho mesmo. Ele já insistiu muito pra pegar mais coisa fora o gelo, dizendo assim: “quer rede? quer combustível? tá necessitando de grana? Eu passo essas coisas sem bronca e depois a gente se acerta”. Aí eu falo: “Não, obrigado”. Não quero perder minha liberdade, minha arte, pra minha vida não ser mais de mim,

⁹ Anos antes, quando estudava populações camponesas e de pescadores, o antropólogo Raymond Firth constatou: “Pode não ser inteiramente verdadeiro dizer que o efeito do contato com o sistema industrial é a criação de situações irreversíveis” (FIRTH, 1974, p. 108), isto é, em muitas situações, “alguns desses novos bens materiais são incorporados na organização tecnológica e econômica existente. Outros podem provocar mudanças radicais no sistema econômico e social” (Idem, p. 109); aspectos que explicitam o próprio caráter multifacetado que envolve as formas de inserção e de respostas dadas por processos de sociabilidades locais em suas conexões aos movimentos mais globais e mercantis de vida, ou seja, surgem peculiaridades em cada forma de integração entre mediações sociais parciais e a mediação social totalizante.

porque aí a coisa fica feia pra mim, fica feio pra eu viver. A beleza, rapaz, é não ser dos outros (Genildo, mestre de pescaria, 35 anos).

O estético ganha utilidade humana de resistência, de irredentismo, de insurgência cotidiana frente à vida aprisionada à utilidade utilitarista do capital, que tenta impor a todo tempo uma situação aonde, no entender do pescador Genildo, ficaria “feio pra eu viver”, principalmente pelo fato de “a beleza, rapaz, é não ser dos outros”, é de ser sujeito sociohistórico capaz de forjar liberdades possíveis que permitam o encantamento no mundo com o belo sobrevivendo e referendando passos de insubmissões contínuas e renovadas.

A presença da feiúra situa-se no ditame direto do capital, na impossibilidade do pescador em ser portador da estética moral pesqueira inscrita na arte marítima e no uso não tolhido dos desejos desses trabalhadores, pois o êxito pleno das empresas de pesca no local faria soçobrar o belo e a arte da pesca¹⁰.

Embora tenha um caráter mais político, a economia moral, que serviu de base a inúmeras resistências populares ocorridas na Inglaterra no século XVIII, oferece elementos valiosos que podem ser relacionados à categoria da estética marítima, visto conter em si o caráter do qual as ações de resistências populares partiam das tradições e dos costumes em comum do povo, de seus valores econômicos de vida, de sua cultura do trabalho.

[...] tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres (THOMPSON, 1998, p. 152).

No caso da estetização moral da pesca artesanal, o estético é a obra do existir, uma economia moral, a constante busca pela manutenção da autonomia e o sentir compartilhado resultantes de um modo de vida organizado a partir da produção de uma arte [a de ser pescador] externadora de ricas e singulares potencialidades humanas, de valores de vida (beleza do trabalho - fabrico de redes, uso preciso das embarcações e elaboração de técnicas

¹⁰ Tomando por inspiração o estudo de Gilroy (2001, p. 128-129) sobre a cultura negra norte-americana, a vida dos pescadores pode ser entendida também em oposição à “separação fundamental entre arte e vida, essas formas expressivas reiteram a continuidade entre a arte e a vida. Elas celebram o enraizamento do estético em outras dimensões da vida social”. Este enraizamento do estético, no caso dos pescadores artesanais de Suape, insere-se no seu processo produtivo e, portanto, na constituição de sua arte de pesca fundada em pequenas e contundentes rebeldias diárias frente à jaula de ferro da razão instrumental mercantilista. Nesse sentido, o estético é “o fato de experimentar emoções, sentimentos, paixões comuns” (MAFFESOLI, 1997, p. 243), experienciando coletivamente algo que é essencial à vida e ao estar junto, e - subvertendo a noção de pós-modernidade e suas formas de sociabilidades defendidas por Maffesoli -, assim, constitui um sólido projeto existencial entre os pescadores, que se condenado exilaria o belo e o apazível da vida desses homens. A resistência de uma companhia, de um grupo de pescaria, é a resistência para si, para todos aqueles que se escudam e se sentem na qualidade de participantes da estetização existencial pesqueira, cuja ancoragem assenta-se no sentimento comunitário de rebeldias sutis e contundentes do belo, ao buscar irradiar seus valores de mundo, um código moral de homens que acreditam em seus costumes oriundos da sociabilidade do trabalho.

de pescar - e bem comum - arte de pesca como patrimônio coletivo). Portanto, as forças essenciais da natureza do indivíduo são educadas e socializadas para que o exercício da atividade pesqueira aconteça, possibilitando a si e aos seus companheiros de trabalho a continuidade da condição de artífices marítimos e portadores do belo.

Tudo isso, sem dúvida, são confirmações ontológicas do ser, do seu existir¹¹, que se desdobram fenomenicamente nas representações sociais e na esfera da sociabilidade, nas objetivações do ser e nas determinações do seu existir.

O que chama atenção, por ser elemento mais expressivo nisso tudo, é a importância conferida ao universo produtivo, esteio e base essencial justificadora do estético, seja pela situação de se afirmarem na qualidade de *libertos*, seja pela grande capacidade criativa que os permitem ter êxito nas pescarias.

Belo é o cabra cercar um peixe e vê ele [o peixe] dentro... dentro da armadilha. Você passa aqui e vê um cardume de peixe. Você vai cercar aquele peixe todinho e aí diz: “que coisa bonita vai ali”. Aí o cabra cercou ali. Aí depende dele saber pegar aquele peixe e ele pega o peixe. Esse acontecido é belo e não é pra todos, não. Quando ele chega na praia, trazendo aquele peixe, todo mundo fica olhando o que você fez (seu Neneu, mestre de pescaria, 67 anos).

Coisa bonita é entender de capturar peixe, e capturar muito peixe. Um peixão também é muito bonito (seu Gidinha, mestre, 70 anos).

Saber viver do trabalho pesqueiro é estar investido do belo por possuir os ingredientes que o abonariam, de acordo com os marítimos. Assim, nas representações e sentimentos de mundo dos homens pesqueiros, “coisa bonita é entender de capturar peixe” (seu Gidinha), de externar uma singularidade incomum e de aguda exigência humana, visto que “esse acontecido é belo e não é pra todos, não” (seu Neneu), restringindo-se somente àqueles que se dedicaram com maestria ao fazer pesqueiro em suas vidas e, portanto, sabem sentir o que é isso, ao trazer o “espírito da arte” consigo: a beleza de decifrar as potencialidades da natureza

¹¹ As sensações, então, do belo - para os pescadores - têm suas manifestações cotidianas, sua fruição sensível, em várias peculiaridades que se encontram e formam a identidade deste grupo societário, vale dizer mais uma vez, a habilidade e a profunda criatividade produtiva no desenvolver do seu trabalho, a maior autonomia relativa em exercê-lo e o sentimento comum de não serem cativos de outrem, que se revelam nos modos de ser, estar e sentir o mundo pelos marítimos suapenses. Em trecho escrito nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx mencionou que: “Se as *sensações*, paixões etc. do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido próprio, mas sim verdadeiramente afirmações *ontológicas* do ser (natureza) - e se elas só se afirmam efetivamente pelo fato de seu *objeto* ser para eles *sensivelmente*, então é evidente: 1) que o modo de afirmação não é inteiramente um e o mesmo, mas, ao contrário, que o modo distinto da afirmação forma a peculiaridade (*Eigentümlichkeit*) da sua existência, de sua vida; o modo como o objeto é para elas, é o modo peculiar de sua *fruição*; 2) aí, onde a afirmação sensível é o supra-sumir imediatamente do objeto na sua forma independente (comer, beber, elaborar o objeto etc.), isto é a afirmação do objeto; 3) na medida em que o homem é *humano*, portanto também sua sensação etc., é *humana*, a afirmação do objetivo por um outro é, igualmente, sua própria fruição [...]” [grifos do autor] (MARX, 2004, p. 157).

marinha, dando rico sentido sociocultural e econômico a mesma, a partir da habilidade e da técnica refinadas.

O trabalho sinônimo de coisa bonita dialoga também com a forte beleza própria do corpo inorgânico das águas oceânicas, os cardumes e os peixes ardis e/ou de portes avantajados. Dessa maneira, as características da natureza do mar emitem sua luz sobre a arte de ser pescador, conferindo uma estética ainda maior ao trabalho dos embarcados (proeiros e mestre) pela capacidade de conseguir lidar com o mundo aquático, na engenhosidade de lançar a rede, equilibrar-se no barco, saber sentir o peixe e os ventos.

Segundo o pescador Neneu, “você vai cercar aquele peixe todinho e aí diz: “que coisa bonita vai ali””, desnudando o belo que não deixa, ao mesmo instante, de ser contemplação pela força da vida inorgânica e de ser o objeto onde se externalizará a ação humana do trabalho, através da hábil arte pesqueira de atribuir ao cardume outra e contundente forma cheia de humanização, o de responder as necessidades objetivas de sobrevivência. Ademais, se “um peixão também é muito bonito”, a tradução dessa beleza verifica-se no ato de saber “capturar muito peixe” (seu Gidinha), os muitos peixões criados nos caminhos do mar e que impõem - por seus tamanhos - dificuldades mais intensas aos artistas da pesca num duelo que é puro sinônimo de vivificação do saber-fazer pesqueiro, isto é, o estético “aí depende dele saber pegar aquele peixe e ele pega o peixe” (seu Neneu), confirmando-o em seu existir de trabalhador marítimo ao dotá-lo de beleza. Tudo isso banhado pelo orgulho e pelo reconhecimento expresso nos olhares daqueles que ficam na praia, quando da chegada dos pescadores em um dia de êxito, porque o pescador “quando ele chega na praia, trazendo aquele peixe todo mundo fica olhando o que você fez” (seu Neneu), admirando a beleza revelada na confirmação de seu pôr teleológico.

Beleza que se clarifica no prazer de satisfazer-se com o que se faz e permitir-se, a partir daí, colher os frutos do trabalho enquanto parte central de seu projeto de existência: no mínimo, viver o melhor possível, o mais feliz. A pesca tem que desdobrar-se em alegria, satisfação, porque o aprazível é também um legitimador do belo exemplificado no sucesso do seu pôr teleológico, na sua precisão de externalizar-se pela captura dos pescados, que não deixa de passar pelo mercado. Ter peixe é transformá-lo em alimento para casa e, principalmente, produto para venda, obtendo ganhos necessários para viver, no ato de produzir e de reproduzir-se socialmente.

Alegrar-se é vê sua arte objetivada em *perfeição*, vendo nela a suprema realização do belo na vida da pesca e sem a qual se negaria a presença do contentamento. Por isso,

Belo é você ir pra maré e voltar satisfeito, com alegria, porque trouxe peixe, né. Agora o cara ir pra maré e voltar sem nada... o cara fica meio tristonho, cabeça baixa (Marco, mestre, 32 anos).

Belo é quando a gente puxa a rede e o peixe vem. A rede quando vem com peixe a gente se alegra e fica contente. Quando você põe uma isca e pega um peixe você fica contente. Isso é bonito e isso é arte (seu Milton, mestre, 67 anos).

Sabe, quando eu tava começando a pescar e... o bom é quando a gente tava ancorado – eu mais pai - na pedra e encontrava muito peixe, porque arriar a linha e pegar dois peixes grande numa ferrada só aí a gente achava bonito e ficava animado, né. Aí eu dizia: “É bom demais uma coisa dessa!”.

Entrevistador: E por que você achava bonito?

Por que viam três, quatro peixes arengando no anzol, querendo soltar um e sem poder. O náilon corria da mão e você segura e corria da mão de novo. Queimava as mãos e os dedos: “Virgem Maria”. Aí papai dizia: “Segura, segura, heim!”. E a gente ficava animado nesse negócio. Às vezes, quando a gente tava menos pensando na vida, o samburazinho já estava meio, mais de meio de peixe, e a gente ficava contente e vinha contente pra praia. Era bonito e gostoso, como o pessoal diz aqui: “muito gostoso” (Gildo, proeiro, 45 anos).

O prazer no trabalho ou o trabalhado gerador do aprazível acompanham a vida *não cativa* do pescador. O belo é a satisfação pela arte, que é a própria realização das objetivações concretas que permitem ao pescador reproduzir-se, ao ter um dia exitoso nas águas marinhas, vale frisar, o “belo é você ir pra maré e voltar satisfeito, com alegria, porque trouxe peixe” (Marco, pescador), porque respondeu também às condições imediatas e práticas de sobrevivência. De fato, “isso é bonito e isso é arte” (seu Milton), sendo também, “como o pessoal diz aqui: “muito gostoso” (Gildo, pescador), uma esfera de efetivação aprazível do sentir compartilhado, do estar junto e ver cumprida sua destreza de artista, compreendendo a esfera produtiva como momento criativo e positivo de realização da vida e da sua autonomia possível, de reinvenção de resistências.

Além disso, a amizade e as relações sociais pautadas no respeito e na alegria devem ser o imperativo do trabalho diário dos que embarcam, para o pescador Alberis:

Pescaria tem que ser na base do companheirismo, de tá contente com que se faz, de ser gostoso aquilo, sabe!?. Ôxente, não dá sorte não fazer com mau gosto ou fazer o serviço com intriga na pescaria, na base da esculhambação, do aperreio (Alberis, proeiro, 52 anos).

O prazer do trabalho reproduz-se no trato humanizado, no gesto respeitoso, nos atos solidários no barco, que reforçam os desafios para se enfrentar a vida marinha, as adversidades diárias, as incertezas e inseguranças do oceano. O desprazer de trabalhar “não dá sorte não”, visto que ele passa a ser adversário “de ser gostoso aquilo” (Alberis), do próprio desenvolvimento da arte da pesca, podendo condenar não só o sucesso produtivo, mas a vida da tripulação embarcada. Ademais, o bonito é poder desenvolver um trabalho que, segundo o

olhar e a interpretação relacional efetivadas pelos pescadores acerca das demais profissões conhecidas na região (canaveiros, caseiros, funcionários do hotel, profissionais do setor de construção), seja antônimo da intensa exploração capitalista e das injustiças daí decorrentes e praticadas sobre aqueles que não podem dispor dos seus meios diretos de vida e que, por isso, não contam com uma margem maior de escolhas na zona da mata pernambucana.

No entender do pescador Neneu, a arte pesqueira é bela por ser uma atividade produtiva decente, no qual o pescador não sofreria os percalços mais agudos do capital e ainda desfrutaria dos atrativos da natureza marinha.

O trabalho do pescador é mais bonito porque é mais decente do que os serviços lá da rua, no serviço que um profissional vai fazer em terra pros outros. E também a gente ver a voga do mar, os peixes, tudo passando, e diz: “aí que coisa bonita vai ali”. Também na pesca não tem injustiça. O pescador fica do jeito que quer (seu Neneu, mestre, 67 anos).

Concluir que “o trabalhado do pescador é mais bonito porque é mais decente” (seu Neneu) reforça e alicerça o papel moral do belo e seu compromisso de tentar navegar contracorrente da expansão absoluta e totalitária do capitalismo sobre a vida dos homens das águas suapenses. É claro e evidente que a pesca artesanal não é o lugar da plena justiça ou tampouco da forte negação ao mundo mercantilizado, bem como não é também o espaço da ênfase na resistência política fruto de uma madura consciência de classe ou território onde o capital não imporia limites à vida, porém seria equivocado recusar que a pesca seja, no mínimo, para esses trabalhadores pesqueiros, o espaço societário no qual as injustiças advindas da exploração da força de trabalho têm bloqueios mais contundentes de serem sentidas de maneira direta, devido à sua cultura produtiva e do seu convívio fraterno, de irmandade, do sentimento de corporação, de solidariedade entre os homens embarcados. Formas de sociabilidades essas que são comuns nos barcos e que em outras atividades conhecidas cotidianamente pelos pescadores – por meio de experiências vividas e relatadas por parentes, vizinhos, compadres e/ou amigos – têm-se em menor grau ou chegam até a não possuir tal atributo em decorrência do espírito de intensa competição ou rotatividade que há nos serviços “em terra”, levando estes a serem vistos negativamente, como são os trabalhos, por exemplo, do setor da construção civil, do comércio, de volante no corte da cana, de funcionários de bares e restaurantes em praias próximas.

As falas acima possuem fortes semelhanças com o trecho escrito por Joanna Overing sobre os índios Piaroa, particularmente quando esta antropóloga elabora a categoria *conhecimento estético* que se apóia na *capacidade criativa e nas relações tranqüilas de trabalho e de vida*:

Pelo contrário, a criação da comunidade e sua socialidade poderia ser apenas realizada por meio das capacidades e da autonomia pessoal dos indivíduos. Este trabalho cotidiano de criação da ação da comunidade torna-se possível através do que referi anteriormente por “*conhecimento estético*”, *uma área de conhecimento que, para os Piaroa, compreendia: 1) as capacidades criativas de produção (ou seja, aqueles poderes que possibilitavam transformar os recursos de terra para uso); e 2) as capacidades que levavam à criação de relações tranqüilas com aqueles com que se vivia e trabalhava* [grifos meus] (OVERING, 1991, p. 20).

Pode-se dizer, de acordo com as falas dos marítimos, que o estético pescador conjuga os aspectos do aprazível (aquilo que é gostoso), da criação (a arte de ser pescador) e o fato de ser *liberto* (controle sobre o trabalho e sua arte diretamente), transformando-os em manifestações ontológicas do ser, em categorias da efetividade humana¹².

Entre os pescadores, o aprazível e o belo não são momentos negadores do plano prático da existência, visto que é nele que o estético afirma-se e se apresenta aos seus olhos, na qualidade de alimento necessário ao seu mundo material e simbólico. Sendo assim, este prático encontra-se iluminado por um projeto existencial respaldado no valor de vida estetizada, que é o de fazer-se pescador, artista do mar, ser engenhoso, sujeito *não cativo* e capaz de viver e de criar a si e a seus entes em condições mais humanizadas, mais possíveis de não sucumbir ao mando pleno e explorador da ordem capitalista, ao se estabelecer uma relação indissociável com aquilo que é belo.

Dessa maneira, o elemento prático desafia os aspectos que o entenderiam como universo limitante em termos societários, principalmente por ganhar, no cotidiano dos marítimos, conteúdos legítimos de externalização de sonhos, de desejos de mundo, de estetização do existir, da medida de uma vida que busca o tempo todo forjar situações *libertas* e, por isso, de beleza. Portanto, o imediato não atua entre os pescadores como se fora uma algema capaz de aprisionar ricos sonhos, mas, ao contrário, os legitima como base necessária do estético, ao dar vida e concretude ricas por ungi-los com valores existenciais que vão além do agora e que, por isso, tensionam o presente ao apontarem para utopias de vida, levando o cotidiano para direções ignoradas pelos próprios pescadores nesses conflitos silenciosos ou não (dentro e) frente à ordem do capital. Contudo, apesar das contingências, o único solo seguro ao qual os pescadores não querem abdicar é o de nunca abrirem mão da *coisa bonita* no hoje. Por isso, para seu Gidinha, que é pescador de Suape:

¹² Isso tem a ver também com os laços de pertencimento desta fração de classe social, os pescadores artesanais, discutidos por mim em trabalho anterior (RAMALHO, 2006).

A coisa bonita da gente é... artista da pesca não tá obrigado a ninguém e nem pode tá, não. Tem que tá liberto e querer sair mais pra fora ainda de ser cativo (seu Gidinha, mestre, 70 anos).

Como se percebe pelo depoimento, o pescador “tem que tá liberto e querer” sempre alcançar o território da autonomia plena, vale salientar, o chão emancipatório que é o próprio “sair mais pra fora ainda de ser cativo” (seu Gidinha) na busca das utopias existenciais que colocam em processo (movimento) a vida e cuja força serve também para responder e negar, no tempo presente, o silenciar do estético pelas práticas utilitárias da razão instrumental e limitante da sociedade do consumo e do controle do capital em relação ao cotidiano dos marítimos em plenitude, numa inesgotável dialética que é pura reinvenção de resistências¹³.

Por isso, quando um pescador torna inegociável seu controle direto sobre o trabalho, constrói suas estratégias de reprodução social, edifica alternativas de sobrevivência, tenta manter condições não cativas de trabalho, ele está elaborando seu projeto de existência, dentro do universo que busca sustentar, ao menos, uma autonomia possível e sem perder como horizonte a concretização da *coisa bonita* e daquilo que é *muito gostoso*: a liberdade possível pela realização da sociedade do trabalho e, com isso, a feitura do trabalho pesqueiro como engenhosidade, uma arte.

O campo dos possíveis traduz-se, no caso da pesca artesanal, no ir sempre em direção ao estético, de sua ampliação, de sua manutenção e da total negação diante de qualquer possibilidade de um dia tornar-se homem e trabalhador cativo, e do seu trabalho sofrer com o exílio da inventividade. A condição da autonomia possível alicerça-se umbilicalmente na arte da pescaria, no seu domínio, porque sem ela o estético não se objetivaria e seria um mero não ser, apenas uma eterna possibilidade e só.

A arte pesqueira assume a centralidade por onde passa e se encontra a caracterização do estético e de sua capacidade valorativa, o próprio código moral da pesca. Entrementes, antes de qualquer aspecto, o belo é a engenhosidade do saber-fazer pesqueiro, que é sua

¹³ Nesse sentido, pode-se dizer que o valor estético existencial dos pescadores alimenta e é alimentado pelo o que é crível ou, apoiando-me na leitura do filósofo Jean-Paul Sartre, pelo *campo dos possíveis*, pelo dever-ser, na medida em que “as condições materiais de sua existência circunscrevem o campo de suas possibilidades” (SARTRE, 2002, p. 78) humanas e, portanto, de suas prováveis condições de superarem momentos desfavoráveis encontrados, confrontando-os com seus sonhos. Segundo Sartre:

É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma das possibilidades que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: nesse caso, seu projeto assume uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e engendra, influencia o curso dos acontecimentos.

Portanto, deve-se conceber a possibilidade como duplamente determinada: por um lado, no próprio âmago da ação singular, é a presença do futuro como *o que falta* e o que desvela a realidade por essa ausência. Por outro, é o futuro real e permanente que mantém e transforma incessantemente, a coletividade [...] [grifos do autor] (Idem, p. 78).

própria comprovação empírica clarificadora do talento produtivo e da defesa intransigente da sociedade do trabalho em realizá-lo.

Sem dúvida, o belo é pura inventividade pelo fato de ser arte, de ser ação criativa no mar, *perfeição metódica*, controle do saber-fazer e construção em longo prazo de habilidades náuticas e pesqueiras, explicitando-as na variedade de recursos técnicos e nas formas mais diversas de destreza que exemplificam o que é ser pescador artesanal.

A arte traz consigo a oposição ao trabalho especializado no mar, na medida em que este representa o trabalho como condição extrínseca, a quebra da diversidade de captura de espécies e, concomitantemente, o empobrecimento do ato criativo das técnicas pesqueiras por diminuí-la com vistas a extrair do mar, muitas vezes, um único tipo de pescado na direção prioritária do lucro. A engenhosidade do marítimo artista tem que espelhar a pluralidade de conhecimentos pesqueiros, de saberes, de fazeres, para que possa receber o atributo de estético, tendo em vista que “é bonito de ver” (Joaquim, proeiro) alguém que dispõe de um acervo amplo de ações produtivas. Atributo estético que é negado, pelos pescadores, aos homens pesqueiros que assalariam seu trabalho nas embarcações de empresas do setor ou que mesmo detendo seus meios de produção encontram-se aprisionados pela ação dos atravessadores, justamente por limitar suas habilidades e pôr-se enquanto um ser ordenado e com sua produção direcionada para o benefício direto de outro e não de si próprio.

A transcrição do colóquio abaixo anuncia e sintetiza o que a pouco foi exposto:

O cara que é artista é o cara que pesca de linha, de rede, de tarrafa, de covo. Ele pesca com todas as pescarias, todinha as armadilhas, tudo. O cara sabido disso é bom e é *bonito* ver ele trabalhar. É aí que vê se o cabra é desenrolado, sabe das coisas, do riscado, se entende, né. Não é com conversa fiada que ele... que o cabra mostra que é artista mesmo. Um cabra que é pescador, que é da arte é diferente do que vai lá, no barco de uma empresa ou no barco que é até é seu mesmo, mas ele... ele tá na mão do pombeiro, da empresa. O cativo não precisa saber das coisas sortidas, não, e ele fica recebendo ordem: “ô fulano, é ali e pega peixe tal”. E tem que fazer, porque aí é bronca (Joaquim, proeiro, 25 anos)¹⁴.

A engenhosidade presente no trabalho artístico pesqueiro deve ser uma ação que conjugue domínio complexo de inúmeras pescarias e, acima de tudo, perfeição em

¹⁴ A autonomia também se reflete no manejo plural dos diversos pescados pelo fato de que o mesmo acaba dando aos pescadores margem maior de manobra diante do capital e, com isso, situação de menor fragilidade, quando comparada àqueles pescadores, inclusive artesanais, que se especializaram na captura de produtos destinados ao repasse às empresas de pesca e/ou atravessadores, fato similar ao que acontece com o campesinato (LAMARCHE, 1993; MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 2003). Por exemplo, em Pernambuco, a pesca da lagosta praticada pelos pescadores artesanais é repassada, em sua grande maioria, para empresas como a Qualimar, que a exporta. Tal questão, a total dependência frente à especialização do trabalho e ao mercado, é entendida como cativo, como algo que sufoca a arte e, por isso, elimina sua riqueza e seu papel ético de conduzir os marítimos a situações de não aprisionamento do trabalho, por completo.

desenvolvê-las. Para o pescador Joaquim, aquele que detém a arte pesqueira “ele pesca com todas as pescarias, todinha as armadilhas, tudo. O cara sabido disso é bom e é bonito ver ele trabalhar”, observá-lo em plena externalização criativa no seu trabalho, no uso plural e sofisticados das técnicas e de seu próprio sentidos corporais.

O controle da técnica é fundamental para os desafios que estão sempre presentes em alto-mar e cuja legitimidade apresenta-se na batalha a ser travada com os peixes em condições justas, tendo em vista que, por existir uma margem considerável de possibilidade do pescado escapar diante das armadilhas elaboradas pelos pescadores, o talento do marítimo em vencer o peixe vivifica-se ainda mais. Na pesca artesanal - diferentemente da industrial que diminui as margens do peixe escapar e não ressalta a riqueza do trabalho vivo -, há o jogo, há o improviso do saber-fazer, há o manejo complexo dos sentidos humanos e há, acima de tudo, a luta entre o homem e o peixe pela sobrevivência, que enobrece a arte de ser pescador graças ao estado eqüitativo e ético em que se opera e ocorre tal desafio marinho, recheando-o de beleza, de maestria, de orgulho e de humanidade o mar.

Uma coisa bonita é você ferrando um peixe e trabalhando com ele. É saber levar. Quando ele puxa, você solta um pouquinho de linha. Quando ele folga um pouco, só é puxar. Não pode é deixar ele levar de vez. Se ele levar... é essa luta entre o peixe com o ser humano. Se não tiver o jogo, se puxar demais, se o anzol tiver no setor que rasgue, aí ele vai embora. É ele puxando e a pessoa devagarzinho. Tem que saber trabalhar. Isso tem a ver com arte. Tem gente quando pesca um peixe quer puxar como se o peixe fosse um touro brabo. Eu me dediquei mesmo à pesca. Tem que ter habilidade. Isso é bonito (Conrado, mestre, 39 anos).

O pescador do barco grande ele tem seu GPS, tem seu sonar, usa bússola, usa as modernagens pra indicar as rotas e onde tã os peixes. O caso da gente é na cabeça, é na capacidade. Além de ser bonito, de fazer e de saber, eu sinto um orgulho danado (Marco, mestre, 32 anos).

Um peixe dificultoso de pegar exige muito do pescador, e se não for artista mesmo o peixe dá um nó na gente (seu Macau, proeiro, 66 anos).

A arte é a virtuosidade de quem a prática e a expressão das habilidades efetivadas por quem a desenvolve em agudo esmero metodológico durante a pescaria. Nunca é demais lembrar que os pescados e o mar são matérias vivas e que, assim, exigem muito mais da arte e do artista pesqueiro. Por isso, na visão dos marítimos, pescar é confrontar habilidades humanas com as dos animais, no intuito de subjugar o peixe em pleno campo de batalha que é o mar. Na compreensão do pescador Conrado, “é essa luta entre o peixe com o ser humano”, o enfrentamento justo e necessário referendadores da arte, porque “se não tiver o jogo, se puxar demais, se o anzol tiver no setor que rasgue, aí ele vai embora. É ele puxando e a pessoa devagarzinho. Tem que saber trabalhar. Isso tem a ver com arte” (Conrado), com *perfeição*

metodológica, com destreza, com mérito, com a construção de um trabalho esculpido ao longo dos anos dentro da oficina marítima, que é o barco, e nas conversas socializadoras existentes na *caiçara*, e sem nunca deixar de estar junto aos ventos, ao sabor das ondas, das rotas, dos pescueiros e sob o sol e a chuva, sob as intempéries naturais e sociais, desnudando capacidades de enfrentamento e de superação do dado. Então, “tem que ter habilidade” no trabalho e “isso é bonito” (Conrado), pelo fato de ser a humanização dos mares, dos ventos, dos sons e das cores das águas, dos pescados.

Entre os pescadores, ter seu trabalho exigido, ao extremo, por um peixe lutador molda seu talento e o confirma aos olhos dos outros, pois “um peixe dificultoso de pegar exige muito do pescador, e se não for artista mesmo o peixe dá um nó na gente” (seu Macau, pescador). Assim, a justeza da luta e do jogo entre o pescador e o peixe não deve ter como mediador o maquinário, já que isso transforma o homem embarcado em apenas um apêndice e faz com que os pescados vejam diminuídas suas chances de luta, ao excluir-se a existência do jogo, que é puro controle refinado dos sentidos e da consciência humana que se defronta e confronta com os ardis movimentos dos peixes, das águas, dos ventos, do imprevisível¹⁵.

Na contramão da engenhosidade do saber-fazer artesanal, “o pescador do barco grande ele tem seu GPS, tem seu sonar, usa bússola, usa as modernagens pra indicar as rotas e onde tão os peixes” (Marco, pescador) e, assim, trabalha sem a mesma riqueza de conhecimentos náuticos e pesqueiros. Nesse sentido, a beleza é viver o jogo, é o estabelecer da luta, são condições corretas da disputa, cujas objetivações anunciam o fazer-se artista, porque, “além de ser bonito, de fazer e de saber, eu sinto um orgulho danado” (Marco, pescador), por compreender-se como portador da *coisa bonita*, do que é *muito gostoso*, da arte dos mares.

O trabalho pesqueiro, nesses termos, é moldado pelo fundamento estético, que é a medida da ética na vida e no trabalho, ao mesmo tempo em que funda e recria cotidianamente seu existir num eterno fazer-se homem, trabalhador, conhecedor das águas, pai, filho, irmão, esposo, companheiro de embarcação e de sonhos, que é puro processo e movimento em busca do dever-ser, do campo dos possíveis, como escreveu Jean-Paul Sartre (2002)¹⁶.

¹⁵ No livro *O velho e o mar*, de 1952, Ernest Hemingway retratou bem isso na luta estabelecida entre o personagem Santiago, um velho pescador cubano, com um peixe espadarte, a partir de uma profunda humanização desse confronto. Em um dos momentos do duelo, após ter em sua linha o grande espadarte, Santiago expressa: “Peixe, disse o velho, eu gosto muito de você e o respeito muito. Mas vou matá-lo antes do fim do dia” (HEMINGWAY, 1982, p. 57). Mais adiante prossegue Santiago, quando tenta repor suas energias durante a disputa: “Trabalhe você agora, meu peixe. Eu trabalho depois” (Idem, p. 93). Ou, em seguida ao encerramento da luta, quando Santiago diz: “[...] matei este peixe que era meu irmão [...]” (Ibidem, p. 99-100).

¹⁶ Diante do exposto, pode-se dizer que: “A prática, enquanto fundamento do homem como ser histórico-social, capaz de transformar a natureza e criar assim um mundo à sua medida humana, é também o fundamento de sua relação estética com a realidade” [grifo meu] (VÁZQUEZ, 1978, p. 53).

No entendimento dos artesãos do mar, a ausência do estético, que haveria na atividade pesqueira patronal, pode ser encontrada também em ações desfechadas por pescadores artesanais em relação ao seu meio ambiente de trabalho, principalmente quando tal ato não reflete o talento de pescar, burlando-o ao dissimular o próprio jogo e a luta a ser enfrentada na tentativa de vencer os peixes. Com isso, algumas técnicas tidas como espúrias, para capturar os pescados, são consideradas antagônicas ao estético e à própria definição do que vem a ser qualificado de arte, pelos profissionais do mar. Nesse sentido, a pesca praticada com bomba, a utilização do compressor na captura de lagostas, as redes de malha fina e de arrastos negam, na representação classificatória dos homens marítimos, a própria essência do trabalho pesqueiro artesanal e do seu saber-fazer refinado, ao se desenvolver artifícios e manobras ilegítimas durante a luta e o jogo a ser travado frente aos peixes, lagosta, camarão e outros.

Aqueles pescadores que estabelecem seu sócio-metabolismo com a natureza marinha tendo como base a não justeza das técnicas, ao manifestar formas de manejos que abolem ou tolhem o improvisado inventivo do trabalho (o ato da *perfeição*) em favor de se alcançar a extração do pescado a qualquer custo, acabam não sendo conceituados de verdadeiros artistas do Oceano, pelos seus próprios pares em Suape. Aliás, a engenhosidade da arte de fazer-se pescador deve ser o *modus operandi* central da objetivação do trabalho humanizado e que, por isso, se encontra a serviço do belo e da honraria do talento, que tem seu esteio no primado da genuína criação edificada na batalha e desafios colocados pelos peixes.

Os relatos abaixo são extremamente ricos nestes aspectos:

A rede de arrasto, as armadilhas ruins acabam com toda criação. Quem faz isso não pode ser um bom pescador e ter o seu serviço chamado de bonito não, né. Não é pescador pra mim, não. Ele tá acabando com a criação (Gildo, proeiro, 45 anos).

O bom pescador, rapaz, aquele que é o verdadeiro pescador, é o cara que pesca de rede; pesca de linha; pesca de tarrafa; pesca de todas as pescas; indo pescar sempre direitinho (seu Luiz Augusto, mestre, 66 anos).

Se a gente tiver pescando lagosta de maneira certa, de covó ou rede, e vem um mergulhador com compressor e mergulha em cima. Não é certo e da até briga, barulho e se deixar morte. É feio fazer isso. Não é a beleza da arte. Veja só o cara tá pegando a lagosta apulso, porque ela não está indo atrás de uma isca ou se enganchando numa rede que você tá trabalhando pra pegar ela. Ele, no compressor, tá pegando apulso e a lagosta tem que ir, e não tem chance. Aí você tá ali com seu covó esperando a lagosta e o cara vem e pega todas elas apulso, na tora (Genildo, mestre, 35 anos).

A defesa feita pelos pescadores da sua arte e da justeza do princípio da luta (do jogo) a ser travada junto aos pescados é, diretamente, uma defesa das práticas sustentáveis de pescaria, porque a condição de artífice das águas não pode violentar, além das regras do

convívio comunitário saudáveis, o “direito” do seu oponente (lagosta ou peixes) de ter chances de batalhar pela sobrevivência, tentando fugir do pôr teleológico dos pescadores.

Desrespeitar o espírito da arte de fazer-se pescador também soará em ataque ao meio ambiente e vice-versa. Nesse sentido, a *coisa bonita* é não “tá pegando a lagosta apulso”, porque isso “não é a beleza da arte” (Genildo, pescador); beleza essa que é o “pescar sempre direitinho” (seu Luiz Augusto, pescador), apoiando-se em princípios éticos balizadores do estético. Quem utiliza artifícios arbitrários na pesca, “ele tá acabando com a criação” (Gildo, pescador), com a vida marinha e com as possibilidades de reprodução da própria arte de ser pescador, da comunidade pesqueira continuar existindo em Suape. Por isso, um trabalhador das águas que faz isso “não é pescador pra mim” (Gildo, pescador), por não responder aos critérios ético-estéticos da arte pesqueira artesanal, de não permitir que o belo possa reverberar sempre ao longo dos anos, em legítima inventividade.

Portanto, o que também está explícito nos relatos é a existência de práticas depredadoras ecologicamente entre os próprios pescadores artesanais, fato que quebra com a percepção romântica de que isso inexistente no setor. Todavia, a existência desse fenômeno não sinaliza que tais técnicas insustentáveis sejam aceitas e reconhecidas como algo pertencente ao que se poder classificar e ter-se como a verdadeira arte do pescador, seu trabalho experienciador do belo.

A presença das práticas predatórias, além de mostrar que a pesca artesanal não é corpo monolítico, explícita formas de estranhamentos impostas pelo capital no cotidiano dos pescadores, fundamentalmente na relação do corpo orgânico do marítimo com o seu corpo inorgânico. Tal fato é suficientemente bem ilustrado pela própria captura da lagosta – questão exemplificada pela transcrição da fala do pescador Genildo -, que das pescarias existentes é a que tem seu circuito de comercialização articulado, em grande medida em Pernambuco, por empresas de pesca e comerciantes do setor, sofrendo, assim, os percalços e contradições da esfera do capital.

Todavia, os impasses que ocorrem no mar-alto são contendas estabelecidas, em grande medida, frente aos pescadores de outras localidades (Pina, Brasília Teimosa, Piedade, Gaibu) e, em grau bem inferior (constatei apenas 2 casos), diante daqueles pescadores suapenses que perderam sua arte, como eles próprios dizem, ao se deixarem enredar pelos atravessadores das empresas de pescados.

O que quero, portanto, afirmar – assentando-me para isso na pesquisa de campo - é que quando o pôr teleológico é resultante do puro valor instrumental do capital, seja na pesca patronal, seja na pesca artesanal, a *coisa bonita* e o *muito gostoso* cedem lugar, na simbologia

e nos sentimentos desses homens, para iniciativas condenatórias de existências forjadas em autonomias possíveis, em atos verdadeiramente criativos, de valores estéticos e aprazíveis do trabalho pesqueiro, reduzindo possibilidades de “fuga” e de insubmissões através do belo como resistência sutil, passiva e de irredentismo ao controle pleno e direto do capital sobre seus principais meios de vida. Assim, a engenhosidade do fazer-se pescador artesanal inscreve-se na perícia produtiva e na própria engenhosidade que é a ação de construir caminhos de reinvenção de resistências e, com isso, de uma vida vivida dentro dos valores estéticos, do experienciar do aprazível, de uma estetização moral.

Definir que a pesca é o experienciar do aprazível não exclui, mecanicamente, a idéia de que o trabalho no mar também tenha sua dureza, suas agruras, para os pescadores. Aliás, a dureza clarifica que não existe qualquer facilidade em ser e fazer-se pescador por cobrar grandes exigências cognitivas e físicas dos homens pesqueiros, ao mesmo tempo em que representa vicissitudes e situações desfavoráveis de vida, no plano socioeconômico que precisam ser enfrentadas cotidianamente por esta fração de classe social. Contudo, essas dificuldades - incrustadas na dureza de ser trabalhador marítimo – também servem de contraponto e momento de superação indispensável para aqueles que se tornam (ou tornar-se-ão) artistas das águas, como ponto de chegada à condição de artífices marinhos, ao campo dos possíveis, instante de confirmação de alternativas, do pôr teleológico, do existir sem ser trabalhador *cativo*, que se traduz na satisfação de viver no mar.

Assim, é a própria humanização do mar que se explicita por meio de concretizações existenciais para aqueles que o buscaram enquanto local de existir, onde trabalho e vida formam um único elemento e excluem falsas dicotomias que antagonizariam a ambos, isto é, a vida faz-se resplandecer na riqueza do ato produtivo e o trabalho, por outro lado, congrega em si um modo de ser, estar e sentir o mundo. Segundo o pescador seu Gidinha,

O trabalhar no mar representa a minha vida, sabe. O mar é minha vida. Minha vida foi toda no mar. É meu paraíso. Eu vivi dele. Dele eu tirei meu sustento todinho. O mar me dá prazer e alegria.

Entrevistador: Mas o trabalho no mar não é dureza, dificuldade? E como é isso?

Tem trabalho que é dureza e só. Eu mesmo tenho dureza nas minhas pescas, nas pescarias que eu faço. O meu trabalho tem dureza sim, mas eu gosto, porque ele tem mais coisa bonita. Por isso, eu gosto. O mar é meu paraíso e é minha confiança (seu Gidinha, mestre, 70 anos)¹⁷.

Assim como o seu próprio trabalho, o mar, para o pescador, não se resume ao universo puramente econômico, porque ele é, acima de tudo, espaço de vida, fonte de sólidos laços

¹⁷ Muito parecido com esse depoimento, Jorge Amado, em seu romance *Mar morto*, no qual o grande escritor baiano narra a história do pescador Guma, escreveu: “O mar é amigo, o mar é doce amigo para todos aqueles que vivem nele” (AMADO, 1978, p. 26).

afetivos, irmão de projetos não cativos e, antes de qualquer coisa, segundo seu Gidinha, lugar em que o trabalhar tem “dureza sim, mas eu gosto porque ele tem mais coisa bonita”, mais arte, mais engenhosidade, ao permitir aos marítimos não submeter a sua força de trabalho aos desígnios alheios, a “dureza e só” de trabalhar e viver.

O mar recebe feição de companheiro, que “dá prazer e alegria”, visto que “trabalhar no mar representa a minha vida”, parte insofismável de uma identidade cultural, de um sentimento corporativo, de uma situação não *cativa*. Por isso, “o mar é meu paraíso e é a minha confiança” (seu Gidinha), espaço onde o pescador encontra e se realiza na qualidade de homem *liberto*, resistindo e reinventando micro e perspicazes sublevações cotidianamente, que são o tempo todo o próprio modo de vida do pescador, determinações do seu existir e que só tem razão de ser por encontrarem no território aquático elemento não submetido ao controle direto e privatista do capital.

Micros sublevações que, senão têm a capacidade de colocar em xeque o capitalismo, reinventam existências pautadas em valores de estetização da vida, que se projetam e se legitimam no encantamento no mundo pelo saber-fazer da pesca, no método engenhoso de pescar, em sua autonomia possível e na insubordinação da sociedade do trabalho pesqueira frente à possibilidade de reduzi-la aos plenos desejos do valor de troca, fato que levaria ao fim o sentimento do belo.

3. Conclusão

De fato, o belo não é uma adjetivação da qual o trabalho e o modo de vida estejam em caminhos distintos e longitudinais, mas ao contrário. A estética, então, projeta-se no trabalho como um ente que o constitui, que nele se objetiva, integra-lhe e lhe dá fundamento existencial, algo pertencente a um projeto de classe. Com isso, o belo faz-se costume, componente de um modo de vida, tradição de um ofício, uma forma de ser, agir e sentir o mundo, de opor-se e afirmar-se numa sociedade de classes. Assim, o belo assenta-se numa ética produtiva, num código moral do trabalho, que lhe permite existir e que fundamenta sua razão de ser; ética essa que se encarna no belo, objetiva-se na estética pesqueira e, portanto, na sociedade do trabalho da pesca, para poder ser. Dessa maneira, ambas se mesclam e se projetam como entes constituídos e constitutivos do mundo do trabalho dos pescadores suapenses, recheando-o de umbilicais e insuperáveis reciprocidades.

O estético não se afasta da vida e do trabalho dos marítimos um só momento, visto que o exílio da “coisa bonita” seria o fim da arte de ser pescador, do saber-fazer no mar, do jeito

de ser e de sentir desses homens dentro de uma autonomia possível, de um código moral vinculado a uma fração de classe social e seu sentimento de corporação.

A estetização da vida não elimina a compreensão, que esses profissionais do Oceano Atlântico, têm dos muitos e variáveis aspectos adversos que cercam as suas existências (atravessadores, renda baixa, complexo portuário, impactos negativos ao ambiente costeiro, negligenciamento dos poderes públicos e outros) e da lida dura que enfrentam para manterem a si e aos seus entes. Mesmo possuindo tal leitura, isso não foi capaz de impedir a força discursiva e prática de ligar trabalho pesqueiro à beleza, a uma moral-estética, ao aprazível, ao orgulho de ser homem do mar e de resistir ao domínio pleno do capital sobre suas vidas; aliás, o fato de serem trabalhadores marítimos reforça, confirma e fundamenta a noção de arte, do saber-fazer e do próprio modo de vida na busca do dever-ser emancipado ou, no mínimo, de manter uma autonomia possível.

Há representações sociais que inserem os pescadores em dois marcos: por um lado, são simples trabalhadores braçais, sem educação formal, homens de lida rude e que, por isso, estariam distantes de qualquer qualificativo de beleza; e, por outro, quando o relacionam ao belo, os enquadram como meros componentes da paisagem natural litorânea, assim como os coqueiros, o oceano, a areia, a brisa, o som das ondas, a tranqüilidade praiana, isto é, os marítimos seriam partes de um quadro impressionista e, dessa maneira, personagens a-social, a-histórico, apenas natureza da natureza inorgânica.

O estético não é apenas uma esfera meramente contemplativa ou passiva, mas tem implicações concretas, práticas, existenciais, sendo uma mediação significativa do que vem ser compreendido como livre, prazeroso, educativo, de domínio e gestão do território aquático, dotado de alternativas de insubmissão do trabalho ao controle pleno do capital e sua utilidade instrumental, na qualidade uma economia moral. Dessa forma, o estético enraíza-se na vida, para que a mesma surja como embelezamento e encantamento no mundo ao encontrar na arte de ser pescador o lócus essencial de sua realização e da efetivação da utilidade humana, de uma ética existencial.

4. Referências bibliográficas

AMADO, Jorge. *Mar morto*. 47ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1978.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

GIROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo, Ed. 34; Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo, Nova Cultura, 1986.
- LAMARCHE, Hugues. *Agricultura familiar*. Vol. I. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- _____. *Agricultura familiar*. Vol. II. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1997.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- OVERING, Joana. *A estética da produção: o senso da comunidade entre os cubeo e os piaroa*. In: Revista de Antropologia, p. 7-34, 1991 (1989).
- PORTO ALEGRE, Sylvia. *Mãos de mestres: itinerários da arte e da tradição*. São Paulo, Maltese, 1994.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo, Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.
- SAHLINS, Marshall. *O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção*. In: Revista Mana – Estudos de Antropologia Social, vol. 3, n. 1, p. 41-73, Rio de Janeiro, abril/1997.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro, DP & A, 2002.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Vol. III. Porto, Iniciativas Editoriais, 1971.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. *As idéias estéticas de Marx*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel.. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, UFRRJ, nº 21, p. 42-62, Rio de Janeiro, out/2003.
- WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *Antropologia e poder*. Campinas, Unicamp; Brasília, DF, UnB, 2003

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

OS “SENTIDOS” DA AGRICULTURA FAMILIAR: GLOBO RURAL E IDENTIDADES EM DOIS VIZINHOS-PR

Fagner Carniel¹

Resumo

Entendendo que o discurso hegemônico do telejornalismo rural, especificamente na figura do *Globo Rural*, atua na promoção da modernização agrícola, procuro refletir neste trabalho sobre o papel da televisão nos processos de (re)construção do meio rural em Dois Vizinhos (PR). Ativada para designar uma identidade aberta às tensões estabelecidas entre o que se vê na televisão e o que se vive nas comunidades, a agricultura familiar marca a própria diversidade do rural na região, tanto na (re)produção como na representação da vida familiar. Abrigando, desse modo, uma polissemia de perspectivas e estratégias identitárias que disputam espaço e legitimidade nos contextos locais de Dois Vizinhos.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Identidade e Telejornalismo Rural

(...) o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa,
Grande sertão: veredas, 1978.

A indeterminação da vida, essa impossibilidade da linguagem em acessar as distintas dimensões do real, de fato põe em xeque qualquer esforço em se buscar e narrar o sentido das relações e percepções cotidianas – “as coisas acabam com menos formato, nem acabam”, diz Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas* (1978). Constituídos como momentos “separados”, o campo e o texto operam lógicas diversas num processo em que o que se “vê” progressivamente distancia-se do que se “escreve”. Geralmente culpamos a língua pela falta de precisão, ou a nós mesmos por seu emprego incorreto; no entanto, como já apontou Geertz (1978), a interpretação envolvida na descrição consiste em tentar salvar o que foi “dito” num discurso social (conteúdos da fala) de sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis. No intento de contribuir para o debate sobre as ruralidades no Brasil busquei “traduzir” nesta comunicação algumas percepções sobre as dinâmicas sociais que incidem “nos interiores” do município de Dois Vizinhos, ao sudoeste do Paraná, e constituem o rural e a agricultura familiar a partir de identidades híbridas, forjadas no entrelaçar da vida local com a sociedade envolvente.

¹ Universidade Federal do Paraná. Contato: fagner_carniel@hotmail.com.

Uma vez que a televisão configura um importante “espaço” de intermediação entre o nacional e o local na cultura brasileira – mesmo produzindo uma representação mitificada da “realidade nacional” –, a proposta de estudar um “pequeno” município do “interior” do Paraná permite vislumbrar alguns modos de se conceber o país às margens da nação. Isto porque na articulação entre um “lá”, onde se produz a notícia e a informação, e um “aqui”, distante social e culturalmente da televisão, reside um universo social que interpreta o país a partir dos interesses e expectativas geradas pelo consumo das mais variadas representações (valores) veiculadas. Partindo da pergunta pelo “lugar” da televisão no cotidiano rural e sua relação com as dinâmicas sociais no “interior” do município de Dois Vizinhos-PR, procuro apresentar um breve relato sobre este universo híbrido de práticas, saberes e poderes que vêm ressignificando a identidade familiar agrícola local a partir do contato com os diversos discursos da modernização. Afinal, é na penetração e legitimação de perspectivas “modernas” para o campo que o telejornalismo rural se faz presente, interferindo nos modos como estes sujeitos se identificam e reconhecem seu espaço de vida. Trata-se, portanto, de um exame dos momentos de revisão e reflexão pelos quais as pessoas revêem e reforçam seus pontos de vista face aos conteúdos midiáticos.

Meu argumento é que a recepção (decodificação) destas mensagens impõe aos moradores de Dois Vizinhos o (re)pensar de suas atividades e condições de vida no contato com experiências e estilos de vida altamente inseridos no mercado e no consumo. Portanto, de modo geral, este telejornal acaba familiarizando os agricultores locais (gostem eles ou não) com perspectivas e valores advindos de contextos tecnificados ou industrializados de vida e interação. A experiência do trabalho de campo foi central para perceber o “lugar” da televisão no cotidiano rural e na legitimação de saberes, práticas e representações em Dois Vizinhos, pois revelou um processo ativo e criativo pelo qual agricultores refletem e dialogam com as mensagens da televisão. Produzindo, desse modo, uma percepção híbrida acerca do rural e da agricultura a partir da ressignificação de seus modos de conhecer e reconhecer a vida nos interiores duovizinhenses. Portanto, a vida rural revela dinâmicas societárias que produzem novas escalas de representação, servindo inclusive de reação às tentativas de homogeneização – isto já ocorre mesmo dentro da televisão. Trata-se de núcleos identitários que resistem estrategicamente às leituras radicais e simplistas do mundo promovendo a reinvenção de suas tradições, ampliando, desse modo, o potencial semântico do campo e da vida rural e suscitando concepções mais dinâmicas da agricultura e da família².

² Entendendo que tal reinvenção das tradições remete a uma busca de “essências”, e esta também é uma forma de fixação da verdade, portanto, também um modo de fundamentalismo. Cabe lembrar que é na articulação destas

* * *

No bojo deste processo de criação e recriação de sentidos para a vida no interior e para a própria atividade agrícola, o Globo Rural serviu de instrumento privilegiado para investigação dos projetos identitários no meio rural duovizinhense. Não foi exatamente a análise dos conteúdos das mensagens veiculadas pelo programa, mas sua apropriação (decodificação) local na produção de (auto)representações que permitiu acessar as continuidades e descontinuidades inerentes à constituição da agricultura familiar como uma categoria (identidade) decisiva tanto na (re)produção como na representação da vida no “interior”. Decisiva porque trouxe à tona uma polissemia de perspectivas e interpretações acerca dos espaços, saberes e práticas locais que abrigam sentidos distintos para a vida, compondo diferentes estratégias identitárias que disputam espaço e legitimidade nos contextos locais de Dois Vizinhos. Como me informou um técnico agrícola e professor da Casa do Agricultor Familiar (colégio profissionalizante para filhos de agricultores familiares): “agricultor familiar aqui todo mundo diz que é, mas tem tantas diferenças que fica difícil de separar um do outro”. São essas “diferenças”, que não dizem respeito apenas às técnicas produtivas, mas aos próprios modos de conceber, planejar e atribuir sentido à agricultura e à vida no interior de Dois Vizinhos, que marcam a própria diversidade do rural e da agricultura na região.

De fato, a agricultura familiar frequentemente foi ativada por diferentes atores e agentes durante o curso desta pesquisa para expressar a própria paisagem rural da região. Em conversas com agricultores de Dois Vizinhos, muitas vezes fui informado de que “tudo é muito pequeno” no município, “as terras são muito caras” e as localidades estão “longe de tudo”, o que não favoreceria uma agricultura extensiva. Embora possamos duvidar da veracidade de tais informações – que ignoram, por exemplo, o fato de que a agricultura local, mesmo podendo estar concentrada em “pequenas propriedades”, não deixa de sofrer a colonização do agronegócio via cooperativas ou mesmo na figura de agroindústrias (a Sadia talvez seja o caso mais exemplar deste movimento) –, parece relevante observar a representação da agricultura familiar na conformação do espaço rural local. Afinal, como me disse outro técnico agrícola de Dois Vizinhos: “aqui [na região] a própria geografia acidentada inviabiliza o desenvolvimento de qualquer outro tipo de agricultura”. Opiniões locais que se coadunam a outras de “fora”, como as dos próprios profissionais da comunicação com os quais conversei em Curitiba e em Foz do Iguaçu, e parecem explicar, ao

resistências (identitárias) locais como modelos mais universais de identificação que reside o ponto nodal da contemporânea questão das identidades sociais.

menos em parte, a reprodução de uma representação estereotipada da agricultura familiar ligada aos “pequenos” municípios do Estado³.

Paradoxalmente, estas referências à agricultura familiar como um elemento definidor da “realidade rural” de Dois Vizinhos – associadas às representações de “pequenas propriedades rurais” amplamente veiculadas pelo Globo Rural, por exemplo –, estão em desajuste com as próprias representações locais sobre a agricultura e da vida no “interior”, uma vez que seu uso transitou indistintamente durante a pesquisa pelos diversos contextos rurais de Dois Vizinhos. Enquanto a representação do “interior”, como discutido anteriormente, está relacionada à idéia de um espaço social vinculado a um modo de vida distinto das idealizações sobre a vida urbana e moderna, a agricultura familiar sempre esteve associada a uma perspectiva sobre saberes e fazeres agrícolas que transitam entre o moderno e o tradicional. Seu uso cotidiano, neste sentido, foi empreendido para designar mais um movimento identitário em direção à modernização agrícola (nos modos de fazer e viver) do que de resgate de tradições “de antigamente”, conferindo certo “dinamismo” e “fluidez” a esta categoria que a contrapõe, em certa medida, às noções locais de “interior” e “tradição”⁴. Portanto, a agricultura familiar, entendida como uma categoria identitária amplamente utilizada na região, parece estar configurando lógicas, práticas e conhecimentos sobre a agricultura e a própria vida no interior que complexificam seus sentidos a partir da “ampliação” do potencial semântico (de significar) da própria vida local.

Duas falas que sintetizam esta pluralidade de sentidos atribuídos à agricultura familiar local obtive em março de 2006, quando estive na comunidade Santa Lúcia para visitar as propriedades de Seu Airton e Seu Tales⁵. Seu Tales, que me recebeu pela manhã, disse gostar “muito de trabalhar na roça, mesmo sabendo das dificuldades dos pequenos”, por isso mesmo espera que seus filhos sigam o mesmo caminho do pai porque imagina que terão uma vida melhor no campo; em sua opinião, “apesar de tudo, [viver no campo] é melhor que na

³ Em Curitiba fui informado que a reduzida quantidade de notícias e informações sobre o sudoeste do Paraná no *Globo Rural* seria resultado da própria ênfase do programa no tema do agronegócio; segundo um editor regional da *TV Paranaense* “as reportagens sobre o sudoeste interessam menos ao programa porque não contribuem para mostrar os avanços mais importantes da agricultura no Estado”, estes “avanços” em sua opinião estão relacionados ao agronegócio e “se concentram mais no norte e no oeste do Estado, tanto é que as principais reportagens são veiculadas pela *TV Cultura* [em Maringá] e da *TV Oeste* [em Cascavel]”. Esta representação estereotipada dos espaços rurais no Paraná foi reforçada, ainda que com perspectiva diversa, por uma repórter ligada à *TV Cataratas* (em Foz do Iguaçu) que realiza eventuais trabalhos para a equipe do *Globo Rural* e cobre a região do sudoeste que inclui Dois Vizinhos. Contrariamente ao que escutei em Curitiba, ela disse-me que “tem um público para essas notícias [referindo-se à agricultura familiar] e também temos a preocupação de trazer essas informações”; embora o espaço de tais reportagens seja reduzido no interior do programa, sempre que “pedem” procura “trazer um pouco da realidade dos pequenos, que são maioria na região”.

⁴ Sobre estas relações ver: (CARNIEL, 2007).

⁵ Todos os nomes, bem como das próprias comunidades, foram alterados para preservar a identidade de entrevistados e evitar qualquer constrangimento.

cidade”. Para ele “a agricultura se desenvolveu muito na região, hoje não tem mais tanta gente passando necessidade” como na época em que vivia com seu pai no Rio Grande do Sul, mas isso se deve a um fato: “progrei muito nestes anos, agora já acho que sou um verdadeiro agricultor familiar”; conforme Tales, a identidade de agricultor familiar descreve um “jeito certo de produzir” – como viu certa vez “na televisão” (não soube informar o programa), “agricultor familiar é aquele que aprende a fazer muito com pouco”⁶. Com Seu Tales aprendi a observar mais cuidadosamente como a agricultura familiar também poderia estar sendo ativada por muitos agricultores para representar lógicas profissionalizantes (também burocratizante), que os afastariam de estereótipos de atraso e imobilidade – na experiência deste agricultor “antes não tinha agricultura familiar; hoje tem crédito para os pequenos também, a gente conseguiu até comprar um tratorzinho”.

Neste mesmo dia, mas pela parte da tarde, conversei com a família de Seu Airton, com a inquietação de qual a interpretação que estes agricultores estariam dando para a noção de agricultura familiar. Embora vizinhos, as opiniões de Airton eram um tanto diversas das de Tales. Para Seu Airton, como o próprio nome o informa, a agricultura familiar está associada aos “pequenos produtores do interior” que organizam o trabalho a partir de lógicas familiares, e não a partir de lógicas mais racionalizadas que criam expectativas de crescimento e planejamento para a produção. Segundo ele, “aqui na comunidade muitos que conheço trabalham como agricultores familiares”, o que significa trabalhar “com a família e para a família”. Na opinião de Seu Airton, na agricultura familiar “não tem essa coisa de contratar gente de fora, a gente ensina os filhos e os parentes e todo mundo ajuda quando precisa”, dando a entender que esta categoria identitária não está ligada apenas a um modo de produzir, mas também, ou principalmente, a um conjunto de valores que constituem os modos de planejar e (re)produzir a existência familiar; perspectiva reforçada por sua mulher, Dona Bia: “é bom levar as crianças para a lida porque elas dão mais valor para o trabalho e para as coisas importantes da vida”. Mais interessante, contudo, foi descobrir que Seu Airton considera Seu Tales igualmente um agricultor familiar, enquanto Tales, por outro lado, mostrou-se relutante em identificar Airton do mesmo modo (“ele até pode ser, mas parece que não consegue produzir direito, acho que não dá pra dizer isso não”) – nesta ocasião fiquei me perguntando como os profissionais do Globo Rural, com quem conversei, teriam identificado estes agricultores.

⁶ A noção de “circularidade” pode auxiliar a compreender como estes discursos midiáticos circulam entre os meios e os agricultores. Trata-se daquilo que Eliseo Verón (1997) tem chamado de uma “história social dos textos”, ou melhor, a percepção de que o processo comunicativo encerra diversos tempos: o tempo da produção do discurso e o tempo da recepção do discurso.

Estes discursos locais são exemplos da pluralidade das interpretações possíveis que os agricultores de Dois Vizinhos realizam de sua atividade, ou seja, dos modos como a agricultura familiar pode ser percebida e vivida na região. Trata-se de falas “leigas”⁷ sobre uma categoria identitária que certamente teve uma origem “fora” das comunidades, mas que corriqueiramente é reinterpretada no contato com discursos especializados – como os dos técnicos agrícolas ou dos agentes privados (como da Sadia ou Monsanto) – que perpassam as políticas públicas (nacionais ou locais) e são, em grande medida, reforçados pelas narrativas dos telejornais rurais. Uma roupagem (representação) que lhes é cotidianamente atribuída e obriga certo (re)posicionamento dos agricultores sobre seus próprios saberes e práticas. Ocorre que tais discursos não são isentos de interesses, antes são interpretações que conjugam juízos e valores a partir de perspectivas sobre a própria dinâmica social, econômica e política da região – ou seja, não estão destituídos dos jogos locais e regionais de poder.

Duas experiências foram exemplares nesse sentido. A primeira se deu em setembro de 2005, quando assisti ao Globo Rural com Ney, um morador bastante politizado da sede urbana de Dois Vizinhos que divide seus esforços entre o trabalho de eletricitista na cidade e o de agricultor em uma propriedade na comunidade Mazurana. Uma das reportagens daquele programa trazia a trajetória de agricultores familiares do Rio Grande do Sul que migraram para o estado de Sergipe fundando uma cooperativa agrícola e levando suas técnicas de produção de uvas para fabricação de vinhos. Nessa reportagem a ênfase era atribuída ao “empreendedorismo” e “originalidade” daqueles agricultores familiares que apostaram em uma estratégia de “sucesso” para sobreviver e garantir a permanência de sua produção, “diversificando a própria vinicultura no Brasil!”, conforme veiculou o programa. Naquela ocasião Ney chamou minha atenção para o fato de que tais cooperativas, inclusive as de Dois Vizinhos, majoritariamente eram compostas por agricultores familiares – interpretação que, como sugeria o próprio programa, associava a agricultura familiar a um modelo empresarial de cooperativismo. Segundo ele, “você tem que ser agricultor familiar para ter facilidades e conseguir fazer esse tipo de trabalho” – facilidades que Ney aproveitava, por exemplo, com o

⁷ A idéia de “saberes especializados” que se contrapõe a “saberes leigos” é (re)trabalhada de modo interessante por Anthony Giddens a partir da noção de “sistemas peritos” que se opõe ao comportamento “leigo”, tanto no nível do discurso, quanto das práticas ou dos saberes. Conforme o autor, os sistemas peritos se referem à questão da divisão do trabalho e da especialização; são relativos a sistemas de excelência técnica, ou competência profissional, cujas pessoas “leigas” assumem um “compromisso sem rosto”. Desse modo, tais mecanismos (também denominados de “mecanismos de desencaixe”) removem as relações sociais das imediações do contexto com a promessa de “reencaixá-las” a partir da garantia de maior segurança para a vida cotidiana. Reconstruindo, portanto, saberes locais (ou mesmo tradicionais) a partir da reedição de práticas sociais e identidades culturais “deslocadas” no espaço e “recolocadas” no tempo, ou seja, a reconstrução do cotidiano enquanto espaço-tempo da vida (GIDDENS, 1991).

financiamento que obteve para comprar um carro, negociado entre a concessionária e a cooperativa da qual é membro. Entretanto, da perspectiva destes agricultores não bastava identificar-se como agricultor familiar, “você tem de ser de verdade”, e para isso “é preciso ter certa produtividade”. Como me contou um cooperado da região: “antes eu tinha só umas oito vaquinhas que não davam pra nada, agora tenho mais de trinta, foi por isso que me aceitaram”. Nesta ocasião deparei-me com um determinado uso da identidade de agricultor familiar que estava sendo ativado a partir de lógicas produtivas muito distantes das utilizadas por Seu Airton e Seu Tales, ou mesmo outros agricultores com que conversei. Cheguei a imaginar como poderia ser difícil para muitas das famílias que conheci (e que “sobreviviam” do leite e seus derivados) tornarem-se agricultores familiares “de verdade”.

A outra experiência ocorreu em janeiro de 2006, quando estive em uma reunião realizada pela prefeitura municipal e uma associação de moradores do Bairro da Luz para registrar “a história da formação da cidade de Dois Vizinhos”, ou melhor, de sua sede urbana⁸. Para além da interessante negociação da memória coletiva local que fora empreendida em um caloroso debate acerca de datas, nomes e escalas de importância para momentos que deveriam ser registrados, naquela reunião conheci uma interessante utilização local para os termos interior, cidade, colono e agricultor familiar. Para os moradores presentes naquela reunião a década de oitenta marcou um divisor de águas entre o passado e o presente, entre o “interior” e “desenvolvimento”. Foi na passagem da década de oitenta para os dias de hoje que, conforme um morador do bairro, “tudo foi se urbanizando, chegou luz, saneamento, coleta de lixo, depois [a prefeitura] fez calçamento e o bairro foi ficando mais com a cara da cidade”. Conforme sintetizou uma senhora, “antigamente [antes dos anos 70] era tudo mato”, e prosseguiu: “tinha três colonos: o Ezequiel, o Ermínio e o Nelson; mas quase tudo aqui era do Ermínio, ele foi loteando o terreno e vendendo até que não ficou com quase nada, só sobrou aquele terreninho onde o filho dele [Lucas] trabalhou até 86 ou 87”. Adiante outro senhor completou a história: “antes de ir para o município de Pato Branco”, Lucas “ajudou a construir a Igreja e a fundar a associação”, justificando que “ele era devoto do padre e comprometido com a comunidade”; na opinião do senhor Lucas foi “um bom homem” porque “tinha bastante dinheiro e saiu financiando todo o material que a gente usou” para construir a Igreja e a sede da associação, “até hoje ele deixa saudades, ajudava todos os agricultores da

⁸ Durante o final de 2006 e meados de 2007 a prefeitura municipal de Dois Vizinhos realizou um projeto de cadastramento de depoimentos e relatórios dos “pioneiros” que ajudaram a “erguer a cidade” e “fazer a história do município”. Tal projeto municipal consiste em uma reunião das associações de moradores de todos os bairros da “sede urbana” de Dois Vizinhos com um funcionário da prefeitura que registrava a memória da cidade. Este material deveria ser compilado em um livro e exposto no *Centro de Exposições* local até maio de 2007. Contudo, ainda não tenho informações sobre o resultado destes registros.

região”. Quando perguntei o que ele fazia atualmente me informaram que tinha comprado umas terras para os filhos em Pato Branco-PR e “se tornou agricultor familiar por lá”. O que me chamou a atenção nesta reunião, mais do que a referência ao interior como um tempo antigo e à cidade como o tempo presente, foi a identidade estabelecida por aqueles moradores entre o “interior” e os “colonos” como um tempo de antigamente e a cidade e a agricultura como um tempo presente. Este fato muito provavelmente passou despercebido pelo registro oficial da prefeitura, mas a transposição linear entre colonos, agricultores e agricultores familiares denota traço relevante do imaginário local e informa muito sobre os modos como estes moradores atribuem sentidos ao rural, à agricultura e ao seu próprio bairro.

Quando iniciei esta investigação parti da suposição de que a agricultura familiar não é um fato inerte da natureza; ela não está meramente ali, assim como o próprio rural tampouco está logo “além” do que se convencionou chamar de urbano⁹. Nesse sentido, a valorização da agricultura familiar como uma atividade (modo de fazer e viver) “presente” e vinculada a algum tipo de desenvolvimento ou progresso local se refere a interpretações (não constatações) que nunca apareceram de modo homogêneo, nem único no curso desta pesquisa – não foram nos discursos técnicos ou administrativos locais, nem mesmo nas narrativas mediatizadas do Globo Rural –, mas fazem parte do discurso “normal” (hegemônico) da modernização (urbanização) de Dois Vizinhos (WANDERLEY, 1997, 1999, 2001; VEIGA, 2002). Trata-se de uma categoria identitária que se sobrepõe (na ordem do discurso) às próprias identidades culturais ou étnicas no interior de Dois Vizinhos – como a de colono, que está vinculada à imigração de descendentes de italianos na região, por exemplo –, compondo um cenário em que a agricultura passa a ser definida e estruturada a partir da identidade profissional, ou melhor, de certo “grau de profissionalização” dos agricultores da região.

Esta identidade estabelecida entre agricultura familiar e “profissionalização” dos agricultores perpassou também a fala “especializada” de técnicos e professores agrícolas locais, mesmo em suas versões mais concorrentes. Na fala comum dos técnicos da Secretaria da Agricultura municipal – com os quais circulei por grande parte das comunidades de Dois Vizinhos, acompanhando suas “visitas” (seu trabalho de assistência técnica aos “pequenos agricultores”) – a agricultura familiar sempre foi utilizada para designar exatamente isto: “um tipo de agricultor mais racional, diferente daquele colono que ainda está por aí e usa técnicas já ultrapassadas” (como me disse um deles em visita que fizemos à comunidade São Pedro dos Poloneses). Este agricultor “mais racional”, na opinião destes técnicos, parece ser aquele

⁹ Para mencionar apenas algumas referências relevantes para este trabalho, ver: (BRANDEMBURG, 1999; FERREIRA, 2002; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1997, 2000).

que emprega um “saber técnico mais adequado” à sua realidade, que aprende a planejar e otimizar sua produção a partir “dos mais modernos conhecimentos” (saberes), entretanto, acima de tudo, é aquele que “faz o que a gente pede para ser feito”. Ora, uma vez que o ideal da modernização agrícola orienta os saberes “especializados” destes técnicos, o próprio serviço de “extensão agrícola” (“o que a gente pede para ser feito”) não poderia configurar outra coisa senão um ideal de produção e produtividade que visa a inserção deste agricultor no mercado (agronegócio) via profissionalização de sua atividade¹⁰.

Esta ênfase no incremento da produção e da produtividade na agricultura familiar encontra, talvez, sua maior reação local na experiência de ensino agrícola como uma atividade voltada à garantia da reprodução das lógicas familiares (tradições, hábitos, práticas e saberes que não necessariamente estão voltados para o mercado) e à valorização da (auto)estima do agricultor. Conheci o trabalho realizado na Casa do Agricultor Familiar ainda em meados de 2005, no início desta pesquisa; trata-se de uma proposta metodológica “para levar a escola até o cotidiano do agricultor”, conforme me informou o responsável pela escola¹¹. Segundo este técnico e professor, a Casa é um projeto de educação profissionalizante para filhos de agricultores familiares que tem como objetivo “desenvolver a agricultura familiar na região a partir da valorização das famílias rurais”; como argumenta ele, “para a gente a agricultura familiar é um modo de garantir que estes agricultores permaneçam no campo, que consigam continuar produzindo para sobreviver e para ajudar a manter o município”. Estas falas, não menos especializadas, constroem uma perspectiva diferente, ao menos da que obtive junto à Secretaria da Agricultura local, sobre a agricultura familiar, seu espaço e função na configuração da agricultura e da própria paisagem rural local; uma representação da agricultura familiar que é dissociada do modelo empresarial de agronegócio através da revalorização de “tradições” locais que são conformadas dentro de saberes e técnicas que as “modernizam sem anular a história do agricultor” (como pontuou um outro professor da

¹⁰ Um contraponto necessário a esta fala foi realizado por Paulo Freire ainda em 1977 quando pontua: “na medida em que os camponeses substituem formas empíricas de tratar a terra por outras (as da ciência aplicada, que são as formas técnicas) necessariamente esta mudança de qualidade no processo de enfrentamento com a realidade provocará a mudança, igualmente, de seus resultados (...) a extensão agrícola aparece, então, como um campo especializado de cujo que fazer se espera o sucesso destas mudanças”. Por isso, como alerta o autor, “a expressão ‘extensão educativa’ só tem sentido se se toma a educação como prática de ‘domesticação’” (FREIRE, 1977:24-25).

¹¹ A *Casa do Agricultor Familiar* é uma experiência de educação rural em teste na região; atualmente ela conta com apenas quatro profissionais (três professores e uma secretária). Segundo o diretor da *Casa*: “é uma proposta político-pedagógica diferente, que se opõe ao modelo radical de politização da agricultura, mas também se afasta da idéia de modernização agrícola”. Sua organização consiste em “unir o ensino da técnica com a prática agrícola”, para isso “os alunos ficam uma semana na escola e outra em casa, aplicando seus conhecimentos” – o que, de fato, parece favorecer o próprio contexto de trabalhos domésticos e agrícolas em que estas crianças estão inseridas.

escola). Contudo, mesmo enfatizando aspectos distintos na educação rural (ainda em fase de experiência), a identidade entre agricultura e profissão na definição da agricultura familiar permanece como tônica tanto nos discursos destes professores como nos dos técnicos agrícolas da Secretaria da Agricultura – por um lado, uma identidade familiar que deve ser “profissionalizada” a partir de saberes e técnicas “modernas”; por outro, uma identidade profissional que deve ser “aperfeiçoada”, aproximando-se de um modelo de agronegócio.

Nestas experiências, acima mencionadas, a atividade agrícola é apresentada aos agricultores a partir de modelos de “extensão rural” que sugerem (entre o abandono e o reinventar de suas tradições) uma posição intermediária entre práticas “tradicionais” e “modernas”, posicionando-os igualmente em relação a seus saberes e modos de planejar (interpretar) a vida familiar. Tal roupagem (identidade) que os é atribuída de “fora”, sobretudo a partir da representação da agricultura familiar como uma categoria técnica e profissional, impõe estratégias discursivas e posicionamentos práticos (em seu fazer profissional) que, muitas vezes, colocam o agricultor em relações complexas de descontinuidade em relação a suas identidades étnicas ou culturais. Um agricultor da região, chamado Hélio, expressou tal descompasso durante “visita” realizada por um técnico da Secretaria da Agricultura que acompanhei: “a gente que está na lida há tanto tempo sempre soube mais ou menos o que tinha de ser feito, era meio que intuição”, referindo-se aos anos 70, quando acabara de migrar para Dois Vizinhos; “mas com esses avanços todos surgiram tantos problemas [pragas e doenças] que não dá mais para controlar direito a lavoura nem os animais, por isso eles [os técnicos] vêm para ajudar nessas coisas mais modernas”. A prática (técnica) profissional, assim, aparece na fala deste agricultor como um elemento definidor dos “modernos” saberes e fazeres no interior de Dois Vizinhos – que se sobrepõe ao que chama de “intuição”, ou melhor, aos saberes agrícolas culturalmente transmitidos pelo convívio familiar. Como me disse Seu Hélio: “como o que a gente sabe adianta muito pouco hoje, tento seguir os conselhos dos técnicos para se manter na agricultura”.

Tais referências à agricultura familiar como uma representação “intermediária”, que transita entre os saberes “tradicionais” do interior e pelas modernas práticas do agronegócio, circulam não apenas pelas bocas de técnicos agrícolas ou professores locais, mas surgiram também nas falas dos moradores de Dois Vizinhos. Nestes jogos de interpretações locais acerca dos rumos da agricultura e das “melhores” perspectivas de vida na região, o telejornalismo corriqueiramente emergiu em meio às conversas como um conhecimento sobre a agricultura que vem de “fora” – uma instância que “traz muitas informações para os agricultores, mas nenhuma delas é produzida aqui”, conforme um técnico agrícola local –,

mas que detêm enorme potencial para legitimar determinadas perspectivas sobre os modos de (re)produzir a vida e produzir sentido para a agricultura; sempre veiculando imagens e mensagens que conformam a agricultura familiar a partir de representações (interpretações), que dialogam (reforçando ou negando) com as perspectivas locais que venho apresentando¹². Seguidas vezes, particularmente pelo Globo Rural, os saberes veiculados pela televisão acionaram a construção local de sentidos e significados ambíguos, por vezes ambivalentes, para a agricultura familiar. Por isso mesmo, não me parece “ousado” afirmar que os discursos e narrativas televisivas sobre a agricultura familiar – do mesmo modo como as representações de rural e urbano, moderno e tradicional – ajudam a conformar uma categoria identitária extremamente fluida e dinâmica a partir de concepções mitificadas desta prática social (CANCLINI, 2006:XXII).

Sabidamente, o Globo Rural é um programa que propõe apresentar notícias e informações úteis ao telespectador interessado na temática rural; ele é caracterizado por seu forte apelo ao campo e às questões que o envolvem¹³. Quando comecei a assistir sistematicamente ao programa, muitas vezes acompanhado por espectadores mais experientes (como foi o caso de muitos dos entrevistados), tive clara impressão da “dificuldade” que ele transmite ao dirigir-se às questões da agricultura familiar. Como se a agricultura familiar designasse tudo aquilo que não está alinhado ao agronegócio e que, talvez por isso mesmo, não detêm forma precisa – além, é claro, de ser o “primo pobre” da modernização agrícola. De um lado, o programa apresenta de forma hegemônica o tema do agronegócio, o que reduz em quantidade e importância as notícias sobre a agricultura familiar. De outro, quando noticia um “rural” agrícola e familiar, frequentemente apresentado pelo Globo Rural na figura dos “pequenos” ou “tradicionais” agricultores, este diariamente se pluraliza em uma miscelânea interminável de diferentes escalas de sujeitos e atores, que são mesclados em diversas culturas e “tradições”, trazidas em contextos que circulavam indiscriminadamente do familiar ao

¹² Esta escolha decididamente me afastou de concepções mais tradicionais da cultura e me fez a encará-la como um “sistema de significados”, ou seja, deslocando a problemática da produção cultural para a do consumo ou interpretação daquilo que é produzido pelos meios de comunicação. Desse modo, ao privilegiar os processos de leitura do *Globo Rural*, deparei-me com uma concepção de cultura que privilegia a negociação e a estruturação do significado; entendendo que a mensagem em si não carrega todo o conteúdo do enunciado, pois os símbolos só existem enquanto significados no momento em que são “codificados” e “decodificados” pelas pessoas, isto é, “comunicados” (HALL, 2004).

¹³ Criado em seis de janeiro de 1980, o *Globo Rural* foi planejado desde fins dos anos de 1970 – quando as fronteiras agrícolas e a própria eletrificação rural se expandem – e é desenvolvido como estratégia de segmentação de mercado pela *Rede Globo* para “abocanhar” uma parcela significativa da audiência nacional da televisão aberta¹³. Conforme o professor Valério Cruz Brittos (2000), é conhecido o processo de adequação das Organizações Globo ao capitalismo contemporâneo através da segmentação de mercado e da abertura de outras frentes de negócio, que desde os anos oitenta têm procurado diversificar sua programação para atender aos interesses do grande público e se tornar uma televisão generalista – como já sugerido por Dominique Wolton (1990).

empresarial. Seguidas vezes fiquei perdido em meio a anotações desconexas sobre agricultores familiares do sertão da Paraíba, Maranhão ou Sergipe, após uma reportagem curta sobre algum movimento sem-terra em algum lugar do Brasil, intercalada por outra entrevista com um representante de uma cooperativa qualquer no interior de São Paulo que, por exemplo, poderia estar afirmando ter desenvolvido um “ovoduto” para facilitar o transporte de ovos pela indústria. Cheguei mesmo a crer que a tônica do Globo Rural, pelo menos em seus informes diários, era unicamente enfatizar a “diversidade” do mundo rural, em que a agricultura familiar surge apenas como um de seus capítulos – não uma simples exaltação da diversidade, mas a exotização destes “outros” da vida urbana, ou melhor, a exploração “espetacular” do rural como o diferente e diverso do urbano¹⁴.

Com um pouco mais de tempo, entretanto, acabei percebendo que esta era apenas uma das possíveis leituras, de modo algum absoluta; ela conta mais sobre a minha história enquanto sujeito da cidade que se “dispõe” a observar temas rurais do que propriamente uma leitura majoritária no universo social de Dois Vizinhos. Conforme cotidianamente me informavam as pessoas entrevistadas, as temáticas veiculadas pelo Globo Rural estão sim relacionadas ao seu universo agrícola e social. Afinal, como observou Baltazar, “é um programa para as pessoas do campo, então ele acaba falando dos pequenos também”; escutei o mesmo de Seu Airton: “a gente assiste porque é um programa que fala das coisas do campo, que fala da agricultura; aí sempre dá para aproveitar alguma coisa aqui”. São leituras e interpretações (decodificações) locais sobre imagens e mensagens (discursos) que, mesmo quando “não gostam”, quando dizem não falar “para a gente” ou mesmo rejeitam estereótipos de precariedade ou produtividade que exotizam a agricultura familiar, de modo geral identificam traços em comum entre seu cotidiano agrícola em Dois Vizinhos e o que vêm pelo Globo Rural; Dona Bia sintetizou isto afirmando que “se sente bem vendo as coisas do campo na televisão”. Estas “coisas do campo”, quando representadas por imagens, sons e falas diariamente construídas (fabricadas) pelo Globo Rural a partir das “melhores” (ou “piores”) técnicas de produção e da “maior” (ou “menor”) produtividade, certamente reforçam e valorizam uma agricultura empresarial muito diferente da que estes agricultores duovizinhenses conhecem e convivem; mas também permitem, a partir da construção de identidades profissionais, a construção de certa referência identitária rural ou de “interior” como um lugar de vida, e não apenas de produção.

¹⁴ Este processo de “espetacularização” da vida no campo, característico da linguagem da *Rede Globo*, poderia ser interpretado de modo análogo ao que Thales de Andrade definiu como “a estetização do cotidiano” na televisão, investigando os formatos do telejornalismo “ecológico” na televisão – embora este não seja o foco central deste trabalho (ANDRADE, 2003).

Como esclarece Ney, o Globo Rural “é um telejornal rural; é importante de se ver, mesmo quando não fala nada da agricultura da região, fala de outras coisas importantes também”, ou seja, em maior ou menor grau, os agricultores também se reconhecem no “rural” trazido pelo Globo Rural, mesmo quando não concordam ou observam a parcialidade do que está sendo dito. Seu Baltazar é um dos que enfatiza tal parcialidade: “o Globo Rural só faz reportagens sobre abóbora de dois metros de altura, de tomates gigantes, de galinhas que botam uma quantidade absurda de ovos; aqui a gente não tem isso não! O pessoal que assiste não assiste porque a programação realmente interessa, assiste porque gostam de ver essas coisas”, e completa: “eu não gosto!”. Mesmo ele, entretanto, reconhece a capacidade do Globo Rural, e da própria televisão, em atrair a atenção de seus espectadores, em “dizer algo” (colocar temas na agenda de conversas) sobre a vida destes agricultores que lhes interessa. Nesse sentido, por mais que o Globo Rural seja um programa relativamente curto e suas notícias sejam demasiado abrangentes, principalmente no que diz respeito à atividade agrícola que está fora dos “grandes centros” do agronegócio, ainda sim é possível operar leituras que aproximem os agricultores a suas notícias – decodificando seus excessos¹⁵. Evidentemente isto não deve sugerir que muitas das interpretações que entrei em contato em Dois Vizinhos não tenham sido bastante otimistas e, frequentemente, desconsiderado aspectos mais “negativos” do programa – sobretudo aqueles obscurecidos por um simples “não entendi direito”. Contudo, ainda sim parece necessário observar que, mesmo entre aqueles que o percebem com maior desconfiança e certo descrédito, o telejornalismo rural permanece como um espaço (mediação) de debate e diálogo em torno de questões que, direta ou indiretamente, acionam saberes, práticas e identidades sociais presentes em seu cotidiano rural.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Thales. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2003.

BRANDENBUG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR. 1999.

BRITTOS, Valério Cruz. As Organizações Globo e a reordenação das comunicações. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. XXIII, nº 1. 2000.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. 1ª reimp. São Paulo: USP. 2006.

¹⁵ Como já apontou Jesús Martín-Barbeiro, a comunicação configura um processo múltiplo e interdependente, em que as “culturas populares” não são anuladas pela “cultura de massa”, mas subsistem em meio aos “formatos industriais” como “matrizes culturais” (2000).

- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1979.
- CARNIEL, Fagner. *O Telejornal que fala pra gente, mas não fala da gente: Globo Rural e Identidade em Dois Vizinhos*. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processo e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N° 18. 2002.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1991.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003.
- LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas. UNICAMP. 1993.
- _____. *A agricultura familiar: do mito à realidade (vol. II)*. Campinas: UNICAMP. 1998.
- MACHADO, Arlindo. *A Televisão Levada a Sério*. 1. ed. São Paulo: Senac. 2000.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2001.
- MÍDIA DADOS. *Anuário de Mídia*. São Paulo. 2005.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1978.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias*. Campinas: Ed. Autores Associados. 2002.
- VERÓN, Eliseo. *Semiose do Ideológico e do Poder: La mediatización*. Buenos Aires. CBC-UBA. 1997.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Recife: UFPE, 2000.
- _____. *O lugar dos rurais*. Caxambu: Anpocs. 1997.
- _____. *Raízes históricas do campesinato*. Caxambu. XX Encontro Nacional da ANPOCS. 1996.
- _____. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: GIARRACA, Norma. *Uma nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clacso. 2001.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. São Paulo: Ática. 1990.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL
PROJETO PETECA

Ana Eliza Baccarin Leonardo
Gabriela Segarra Martins Paes
Iara Rossi
Marta Organo Negrão
Tiago Marques de Oliveira

Resumo

O Projeto Peteca foi elaborado e executado pela Fundação Itesp em conjunto com a direção e corpo docente da Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, a primeira escola quilombola do Estado de São Paulo. Pretendia-se construir com as crianças e adolescentes o reconhecimento da sua identidade étnica, trabalhando sua auto-estima e a valorização de sua origem, da cultura de sua comunidade e do meio ambiente, provocando diálogos e percepções do seu cotidiano. De março a novembro de 2007 foram realizadas 48 atividades com 213 crianças e 125 adolescentes, alunos da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental e 1º e 2º anos do ensino médio. Tais atividades despertaram nas crianças e adolescentes o interesse pelos aspectos históricos, pelos costumes da comunidade e pelas questões ambientais, possibilitadas por uma metodologia que valorizou o lúdico, as expressões artísticas e culturais (desenhos, dança, música, poesia e fotografia) e a da interação com os alunos.

Palavras-chave: Diálogo; expressão; linguagem; tradição; Criança e Adolescente e Educação Ambiental

1. Considerações

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, órgão estadual responsável pela execução da política agrária e fundiária no Estado de São Paulo, desenvolve atividades junto à população quilombola desde 1997. A maior concentração de comunidades está na região sul do Estado, conhecida como Vale do Ribeira, onde 16 comunidades (cerca de 868 famílias) foram reconhecidas oficialmente e 5 receberam o título da terra. Tal região ainda concentra uma extensão considerável de Mata Atlântica, com rígidas leis de proteção ambiental, dificuldade de acesso tanto geográfico quanto de informações, bem como na obtenção de bens e serviços sociais, como educação, direitos previdenciários e saúde.

Na elaboração e execução deste projeto de extensão rural consideramos os conceitos de comunidades quilombolas e de extensão rural/comunicação como norteadoras. Assim, acreditamos ser importante pontuar algumas de nossas reflexões.

Segundo Joel Rufino dos Santos, o termo comunidade quilombola remete à “*toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado*”. A partir de tal definição, destacamos dois pontos de relevância, que dialogam entre si e forma uma das bases conceituais do projeto, a questão da territorialidade e da identidade étnica. Entendemos a territorialidade como um fator fundamental para a construção da própria identidade do grupo.

A trajetória de vida dessas comunidades quilombolas, considerando a adaptabilidade ao meio circundante e às formas de ocupação e de uso dos espaços, as oportunidades econômicas e de subsistência, os hábitos e costumes baseados nos laços de parentesco e vizinhança, caracterizam um grupo étnico específico. Quando pensamos em grupo étnico, devemos considerar a memória coletiva (experiências partilhadas), a origem e cultura comuns, a rede de relações sociais e não necessariamente consangüínea e o sentimento de pertencer (pertencimento) a uma rede de parentes e a um território. Ressaltando que a memória coletiva é revivida pela narrativa oral e pelas festas religiosas.

Outro ponto fundamental é que a Fundação Itesp, desde 2000, vem discutindo a construção de uma ATER (assistência técnica e extensão rural) baseada no diálogo, nas relações democráticas, na participação e na sustentabilidade, na qual o técnico é um facilitador, um educador. Diante da complexidade de conceitos a considerar dentro de tal discussão, destacamos um ponto que nos faz refletir e incide diretamente no propósito deste projeto. Quando falamos em diálogo, devemos considerar que tais comunidades estão inseridas e, portanto, condicionadas, em uma estrutura social rígida e vertical, que vem construindo historicamente uma consciência oprimida, sem experiência dialógica e de participação, e em grande parte resulta na insegurança em si mesmos. Segundo Paulo Freire, é natural, então, que tais pessoas apresentem uma atitude desconfiada diante de quem quer dialogar com eles. Durante a execução do projeto observamos tais posturas principalmente com relação aos jovens. Também, devemos registrar que a maioria dos professores e alguns técnicos ainda reproduzem um ensino unilateral.

2. Contexto

Durante a realização de atividades nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, por diversas vezes, principalmente os “mais velhos” mencionaram a não continuidade das

tradições e o seu esquecimento pelos jovens e crianças. Lembram de danças, do mutirão, das festas e das histórias que os pais contavam.

A cultura quilombola destas comunidades apresenta características próprias e semelhantes a outros grupos tradicionais da região do Vale do Ribeira. Essa cultura é conhecida como “caipira”, centradas no catolicismo popular, cujas principais manifestações são: Recomendação das Almas, folias, dança de São Gonçalo, dança de Fandangos, entre outros. Na dissertação de mestrado da funcionária Gabriela Paes sobre “A Recomendação das Almas na Comunidade Remanescente de Quilombos de Pedro Cubas”, podemos observar as semelhanças do mesmo rito na África-centro-ocidental e como no Brasil foi incorporada e recriada na região e pelas comunidades quilombolas. Uma mistura de elementos africanos, europeus e indígenas. Também, observamos como as transformações do século XX, quando políticas públicas, como as leis de preservação ambiental, as estradas, a cultura da banana, as colônias de estrangeiros e a criação de escolas rurais, foram implantadas na região juntamente com a chegada da eletricidade, do rádio e da televisão. Com uma conseqüente interferência nos hábitos e crenças dessas comunidades, abalando seu modo de vida de tal forma que levou a uma transformação da tradição. Muitas pessoas dessas comunidades acreditam que a causa dessa transformação foi “por que os antigos foram se acabando”, desconhecendo todo o processo histórico de interferência que faz com que os laços que os uniam fossem resignificados. As antigas tradições estavam diretamente relacionadas à necessidade de ajuda nos plantios das roças, quando aconteciam os mutirões, e estavam vinculadas às práticas religiosas que reforçavam os laços de solidariedade entre vizinhos autônomos. Assim, como essas práticas não faziam mais sentido no mundo que surgiu desde meados do século XX, não tinha por que mantê-las. Com a ameaça das barragens houve a necessidade de se juntar em associações para garantir as terras como patrimônio cultural e desde então, tentam lembrar e valorizar essas tradições. Pedro Cubas, por vários motivos apontados em tal dissertação de mestrado, não perdeu a tradição da Recomendação das Almas, que é realizada todos os anos, mas, na maioria das comunidades algumas tradições continuam apenas nos “causos” contados pelos “mais velhos”.

A Escola Estadual Maria Chules Princesa foi inaugurada há poucos anos e sua proposta é oferecer uma educação que valorize a história e a cultura dos quilombolas e atende, unicamente, as comunidades de Nhunguara, São Pedro, Galvão, Sapatú, Ivaporunduva e André Lopes no ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e no ensino médio. As crianças de 1ª a 4ª séries são atendidas nas comunidades em escolas vinculadas. A direção da escola propôs uma parceria com Fundação Itesp para promover atividades extra-curriculares que valorizassem a

cultura quilombola. Assim, surgiu, após reuniões com os professores da Chules e das escolas vinculadas, o Projeto Peteca, cujo nome remete ao brinquedo preferido pelos “mais velhos” quando eram crianças.

Revivificar as tradições culturais quilombolas desde a infância ajudará as futuras gerações a compreenderem sua identidade étnica e a aprenderem a dialogar com suas especificidades e com as relações sociais nas quais estão inseridas, mantendo suas fronteiras enquanto grupo étnico. Isso só será possível por meio da comunicação, aqui entendido não somente como formas ou meios, mas no seu sentido mais amplo de significação e entendimento entre os envolvidos no projeto.

3. Descrição da Experiência

Objetivo Geral

Construir com as crianças e adolescentes o reconhecimento da sua identidade étnica, trabalhando sua auto-estima e a valorização de sua origem e da cultura de sua comunidade.

Objetivos Específicos

- . Proporcionar a comunicação entre faixas etárias diferentes na comunidade e entre educadores e educandos para a construção de relações transformadoras.
- . Valorização da identidade e cultura quilombola
- . Proporcionar momentos que elevem a auto-estima.
- . Proporcionar espaços de expressão cultural pelas crianças e adolescentes.
- . Valorização do conhecimento dos “mais velhos”.
- . Auxiliar na integração da cultura e da educação.

Metodologia

A metodologia utilizada em todas as atividades é da educação popular, que configura-se num método vivencial – reflexivo que articula a teoria com a experiência concreta dos sujeitos - o pensar, sentir e agir -, possibilitando a elaboração, coletiva e articulada, de novos conhecimentos.

As dinâmicas vêm sendo aplicadas com o objetivo de facilitar o processo de incorporação do conteúdo exposto e a obtenção dos objetivos propostos, explorando o potencial lúdico do grupo, para que a aprendizagem seja consequência de um conhecimento que foi internalizado, apreendido.

Nesse processo de aprendizagem, tanto o conhecimento quanto a metodologia são apropriados por seus integrantes para que possam sair instrumentalizados de maneira crítica e criativa, para uma ação multiplicadora. Considerando que tal ação educativa é um processo que não se inicia e nem se encerra em uma atividade específica.

Portanto, é uma metodologia participativa que não se resume à presença de indivíduos nas atividades do projeto, mas num esforço organizado de pessoas que buscam trabalhar o seu fortalecimento através do compartilhamento do poder e saber. Destacando em todas as fases que todos os envolvidos têm saberes com valor para compor conhecimento, sem hierarquizar os saberes. Cada um tem o seu papel. Assim, o processo de facilitar uma construção de conhecimento tem implicado em valorizar e articular esses diferentes saberes, estabelecendo um processo de troca e sinergia entre teoria e prática. Partindo do conhecimento da realidade quilombola, analisando e compreendendo o contexto em que se inserem para poder sugerir propostas que envolvam participação e capacitação. Ressaltando que a participação é uma conquista e um exercício de cidadania, cujas diretrizes devem ser observadas e tratadas como orientadoras da ação, para que o papel dos envolvidos não seja apenas o de executar, mas sim de refletir, opinar e decidir: VER, JULGAR E AGIR.

O conhecimento é construído através do processo de aprendizagem que exige um ponto de partida conhecido, para tanto buscamos sempre visualizá-lo, enfatizando a exposição da realidade deles, por eles mesmos. Para tanto, tem havido diálogos, onde são respeitados tanto os saberes teóricos como aqueles gerados pela experiência e vivência dos participantes. Buscando nas oficinas, palestras e confraternizações uma relação de troca entre realidades diferentes, num processo de ação-reflexão em que tanto o facilitador como os participantes se situam, ao mesmo tempo, como educadores e educandos, ou seja, aprende-se em reciprocidade. Assim, os facilitadores têm por função propiciar condições favoráveis à dinâmica de aprendizagem, sendo animador, incentivador e orientador.

Ao realizar oficinas, pensamos em um espaço onde se cria, a partir de conhecimentos e aptidões diferentes que se complementam e o uso de ferramentas e instrumentos (as dinâmicas, as narrativas orais, expressões escritas, as apresentações culturais, a fotografia, o áudio-visual e o lúdico), algo que vai beneficiar ou melhorar a qualidade de vida de indivíduos ou grupos. Onde os participantes pudessem se identificar e relacionar o seu passado e o seu presente.

Atividades Realizadas

Etapa 1 – Crianças

Período: de 20/03 a 15/06/2007

Público: 213 crianças e 11 professores, 6 técnicos e 2 estagiários, sendo que na maioria das escolas a sala tem alunos de 1ª a 4ª séries (multiseriada), com exceção da 5ª série que é composta por crianças das seis comunidades.

Local: Escolas e Centros Comunitários das Comunidades Quilombolas de Ivaporunduva, Nhunguara, São Pedro, Galvão e Sapatu e na Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, município de Eldorado, São Paulo.

Esta etapa do projeto foi composta por 7 (sete) atividades interligadas, para melhor compreensão da proposta. Num primeiro momento, foi elaborado um questionário que as crianças levaram para responder em casa sobre aspectos da cultura quilombola. Despertadas para a questão, foi realizado o “Dia dos Avós”. Dois avôs e duas avós foram convidados a vir à escola para contar histórias.

A seguir foi realizada a atividade “Caça ao Tesouro”. Nesta atividade, o aluno foi levado a redescobrir a sua história e cultura e a entender que esse é o seu grande tesouro. Os alunos formaram grupos para percorrer as “pistas” retiradas de um baú, que correspondem à execução de tarefas, que sempre apontaram para aspectos da história ou costumes da comunidade e do meio ambiente que as comunidades estão inseridas, de forma cooperativa. A Oficina de Encerramento finalizou as atividades de valorização cultural, amarrando todos os temas trabalhados.

- Questionário

O questionário, com perguntas abertas, abordou as festas, danças, artesanato, lendas, os conhecimentos dos “mais velhos”, a interferência da televisão, o significado do nome da comunidade e o meio ambiente da época dos avós. Os dados foram sistematizados e devolvidos para as professoras, que puderam trabalhar as respostas em sala de aula, utilizando painéis. Tais dados também subsidiaram a elaboração das atividades seguintes.

- Dia dos Avós

Foram convidadas “avós”, pessoas “mais velhas” da própria comunidade, para contar histórias e lendas na escola, em uma roda de conversação livre, como usualmente acontece e/ou acontecia nas comunidades. Essas conversas foram filmadas.

– “Caça ao tesouro”

Organizados em grupos, os alunos/as crianças cumpriram as tarefas propostas em quatro fases/pistas, identificadas por cores e fotos.

A primeira pista implicava no levantamento das cinco pessoas mais velhas da comunidade e os brinquedos que eles gostavam de fazer e brincar, e em trazer um desses brinquedos (reconstruídos com seus parentes). Na segunda pista as crianças desenharam uma história ou lenda contada no Dia dos Avós. Na terceira, eles trouxeram um recipiente com água de um córrego, rio ou nascente da comunidade, um produto da roça e uma erva usada como remédio, que foram relacionados com as tradições culturais e o ambiente natural onde as comunidades estão inseridas. Também pintaram, em um pedaço de tecido, as suas percepções sobre a cultura tradicional de sua comunidade, resultando em uma bandeira, como um símbolo a ser exposto na escola. Para cumprir a tarefa da última pista, a classe toda precisou se unir e tinham como missão preparar uma apresentação cultural.

Vale destacar que na terceira fase, durante a qual realizamos uma oficina de educação ambiental, utilizamos o diálogo, a partir das plantas, águas e produtos da roça trazidos, na construção de uma percepção de como o quilombo sempre viveu junto com a natureza e de como a sua cultura e a tradição permitiram que as matas ainda estivessem preservadas, uma forma recíproca de resistência e subsistência. Foi impressionante observar o conhecimento que tinham sobre plantas medicinais.

– Oficina de Encerramento

Os alunos apresentaram dança tradicional como a Dança da Mão Esquerda, música e poesia, com o envolvimento de pais e professores. Foi exibida a filmagem do “Dia dos Avós” e feita uma exposição com todo o material produzido durante o projeto (questionários, pistas das oficinas e bandeira). Foi servida uma merenda com comidas tradicionais, como paçoca, bolo de fubá e bolo de roda.

Etapa 2 – Adolescentes

Período: de 16/10 a 30/11/2007

Público: 125 jovens, 3 professores, 5 técnicos e 1 estagiário; de 6ª série do fundamental ao 2º ano do ensino médio das Comunidades Quilombolas de Ivaporunduva, Nhunguara, São Pedro, Galvão, André Lopes e Sapatú.

Local: Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, município de Eldorado, São Paulo.

Conhecendo uns aos outros – Visita às comunidades

Representantes da associação da comunidade de quilombo receberam os visitantes e fizeram uma exposição sobre a realidade da comunidade em seus diversos aspectos: social, educação, saúde, econômico, histórico e cultural. Os professores prepararam um roteiro com questões para facilitar a investigação por parte dos alunos durante a visitação. Após a exposição inicial os alunos percorreram a comunidade para conhecer locais e projetos relevantes.

Conhecendo a nós mesmos – caminhada fotográfica

Os alunos de uma comunidade, independente da série, no período de aula, realizaram uma caminhada com o objetivo de registrar o que representava a sua comunidade, por meio da fotografia. Foram divididos em três grupos, cada qual com uma máquina fotográfica digital, podendo tirar quantas fotos fossem necessárias. Após a caminhada, o grupo escolheu 5 fotos para serem reveladas, sendo, no total, 15 que descreveriam a comunidade. Não houve interferência de técnicos e professores.

Construindo nosso mapa

Os alunos montaram um grande mapa de suas comunidades, utilizando as fotos tiradas (reveladas) na atividade anterior e os conhecimentos construídos durante o projeto. Além das fotos, os alunos colocaram no mapa desenhos, pequenos textos e colagens. Dessa maneira coletiva, puderam construir e representar a visão que possuem sobre a comunidade onde vivem.

4. Resultados

O projeto trabalhou com 213 crianças e 125 adolescentes, sendo realizadas 48 atividades. Um desafio para um corpo técnico pequeno, que ainda realiza várias atividades em outras áreas e em outras comunidades. Contornamos outros desafios, como envolver o professor em metodologias de trabalho diferenciadas do seu cotidiano e criar maneiras de envolver crianças e adolescentes em numa discussão sobre algo comum para eles. Assim, a estratégia de trabalhar com o lúdico infantil e com a facilidade de envolvimento que a fotografia causa nos jovens foi o que nos levou a atingir os objetivos do projeto.

Os técnicos do ITESP, direção e professores da Escola Chules se mostraram satisfeitos com o trabalho. Os professores relataram o entusiasmo com que os alunos participaram do projeto e a repercussão positiva que foi para os pais, mães e comunidade.

Não foi objeto deste trabalho a análise de tais fotografias, mas percebemos a valorização, pela maioria, da natureza abundante da região (mata, cachoeira, rios, árvores centenárias), pelo novo (fábrica de doce de banana e pousada), por traços culturais (antiga moenda para fazer farinha de mandioca e igreja do século XVII) e de si mesmos. Algumas fotos nos causaram surpresa pela leitura poética do ambiente.

Como produtos do projeto tem-se a sistematização dos questionários apresentada em painéis (preparados pelas professoras e professores), os brinquedos, desenhos das histórias e lendas, as bandeiras, o vídeo com as histórias contadas pelos Avós, os registros das apresentações culturais, 340 fotografias produzidas pelos jovens e seis mapas da comunidade.

5. Potencialidades e Limites

Um dos principais potenciais é a receptividade da Escola Chules para o trabalho em conjunto com o ITESP e a abertura por parte das crianças, dos adolescentes e da comunidade, uma vez que os objetivos do projeto atendem a interesses de todas as partes, assim como nossa presença com outras atividades há mais de sete anos, garantindo uma confiabilidade maior e proporcionando a continuação do projeto em 2008.

As maiores dificuldades encontradas foram a distribuição das equipes de trabalho e a ausência de equipamentos apropriados para registro das atividades (filmadora, leitor de CD, memória de câmera fotográfica), gerando produtos de baixa qualidade técnica.

AUTORES E COLABORADORES

Autores pela Fundação Itesp: Ana Eliza Baccharin Leonardo -Analista de Desenvolvimento Agrário, Gabriela Segarra Martins Paes - Analista de Desenvolvimento Agrário, Iara Rossi – Analista de Gestão Organizacional, Marta Organo Negrão - Analista de Desenvolvimento Agrário e Tiago Marques de Oliveira – Analista de Desenvolvimento Agrário

Autores pela Escola Estadual M. A Chules Princesa: Luiza de Alcantara Sátiro, Maria da Graça Pereira Balbino, Maria Tereza de Paula Pontes, Marilucia Aparecida dos Santos, Ronaldo de Oliveira da Conceição (professores) e Rosely Dias da Silva (vice-diretora).

Colaboradores pela Fundação Itesp: Vagner da Cruz Martins – Técnico em Gestão Organizacional, Juliana Dias dos Santos – Estagiária GTC Eldorado – Desenvolvimento, Celiane de Lima Formes – Estagiaria GTC-Formação-Pariquera-Açu, Elizete de Oliveira – Auxiliar Administrativo.

Colaboradores pela Escola Estadual M. A Chules Princesa: Conceição Diva de Oliveira Ferreira, João Roberto Mâncio, Josmara Benedita da Silva Araújo, Lorimal Silva Pontes Giani, Pedro Francisco de Azevedo e Rita das Graças de Oliveira Torres (professores).

6. Referências Bibliográficas

PAES, Gabriela Segarra Martins. A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

CANTANHEDE FILHO, Aniceto et al. A Pesquisa Antropológica nos quilombos: uma experiência in Incra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas. Brasília, MDA/Incra, 2006.

PEREIRA, Carlos Alberto Claro et al (editores). Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo, Itesp; Páginas & Letras – Editora Gráfica, 2000. (Cadernos do Itesp 3; 2 ed.).

MEDEIROS, Carlos Fernando da Rocha et al (editores). Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo, Itesp; Páginas & Letras – Editora Gráfica, 2000. (Cadernos do Itesp 7; 2 ed.).

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte, EMATER-MG, 2006.

BRANDÃO, C.R. O que é método Paulo Freire. São Paulo, Brasiliense, 2003.

Freire. P. Educação “bancária” e educação libertadora. In: Patto, M.H.S. Introdução à psicologia escolar. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

TECENDO SOCIABILIDADES: AS FESTAS DE SANTO NOS BAIROS RURAIS
DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG¹

Regina Aparecida Leite de Camargo²
Julieta Teresa Aier de Oliveira³

Resumo

Esse trabalho deriva da pesquisa de campo para a tese de doutorado intitulada: “Um pé na roça outro na cidade. A agricultura familiar no município de Ouro Fino – Minas Gerais”, e tem como argumento central a idéia de que a estrutura fundiária do município de Ouro Fino, marcada por pequenos estabelecimentos de exploração familiar, favorece a criação de um tipo de *sociabilidade* que ao mesmo tempo em que fortalece o sentimento de pertencimento entre os moradores dos muitos bairros rurais, fomenta um maior intercâmbio entre os diferentes bairros e entre os que moram na cidade e os que habitam o campo, gerando o que denominamos de uma “cultura da roça”. As inúmeras festas de santo que se sucedem ao longo do ano nas áreas rurais, e são atendidas tanto por seus moradores como pela população urbana, é um dos aspectos dessa “cultura”.

Palavras chaves: Sociabilidade; Cultura; Agricultura Familiar

1. Introdução

Um dos quesitos para a desapropriação de uma propriedade improdutiva é o não cumprimento de sua *função social*, entendida como uma produção de alimentos para a população de forma coerente com seu tamanho e potencial agrícola e a criação de emprego para a mão-de-obra que vive no campo. Essa *função social* tem, portanto, um marcado caráter econômico. Também as noções de *redes sociais*, *relações de reciprocidade* e *capital social* amplamente presentes no discurso atual sobre o meio rural, e didaticamente resumidas por Sabourin (2006), tem por base o acesso, usufruto ou conquista de benefícios econômicos, podendo, no limite, não passar de mais uma forma de intercâmbio capitalista. Ainda que se argumente que toda atividade econômica implica em algum tipo de relação social, e vice-versa, nos parece interessante observar como o social nos casos mencionados tem uma conotação fundamentalmente econômica.

¹ Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora sob a orientação da segunda, e conta com apoio financeiro da CAPES.

² Eng. Agr., Doutoranda da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP – (caprilbeijaflor@yahoo.com.br) – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – caixa postal 6011 – cep. 13083-970 – Campinas, São Paulo, Bolsista CAPES. Tel. (19) 35211067.

³ Eng. Agr., Doutora, Profissional de Pesquisa da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP – (julieta@agr.unicamp.br) – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – caixa postal 6011 – cep. 13083-970 – Campinas, São Paulo. Tel.(19) 35211067

Inúmeros trabalhos, elaborados a partir dos dados dos últimos censos agropecuários atestam a importância da agricultura familiar para a produção agrícola – em torno de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira e geração de empregos no campo – responsável por 77% do pessoal ocupado (ABRAMOVAY, et al, 1995; BERGAMASCO, 1995; GUANZIROLI, et al, 1996). Por outro lado, proliferam as iniciativas como bancos de sementes, associações e cooperativas entre produtores familiares que, sem deixar de visar o ganho econômico, assentam-se ou mesmo derivam de laços de solidariedade ou resquícios de relações não capitalistas, ainda presentes no meio rural, em particular nas áreas de predominância da agricultura familiar.

Acreditamos, no entanto, que uma estrutura agrária onde predominam os pequenos e médios estabelecimentos de exploração prioritariamente familiar, além de cumprir a função social de geração de produção e emprego, cria e mantém tipos de *sociabilidades* que não sobrevivem em regiões onde o grande monocultivo monopoliza o espaço rural.

Esse argumento pode ser tomado como uma variante da idéia da agricultura familiar como guardião de tradições no meio rural. O que de certa forma é verdade. Mas o conceito de tradição – como aquilo que é transmitido de geração para geração – pode passar a idéia de algo imutável, que se perpetua no tempo mantendo mais ou menos as mesmas características. No entanto, o espaço rural, assim como o urbano, está em permanente processo de transformação e as sociabilidades a que nos referimos são recriadas a partir da assimilação dessas transformações. Como coloca Wanderley (2000, p.97) *“Nas sociedades modernas o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “resignificação” de suas próprias funções sociais”*.

É interessante notar como os bairros rurais de Ouro Fino têm atraído um número cada vez maior de pessoas oriundas de grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas e a região do ABC paulista. Parte dessa população guarda algum laço de parentesco com alguém do bairro, ou é originalmente daquele local. Outros vêm atraídos pela possibilidade de uma aposentadoria tranqüila ou da realização do sonho de “lidar com a terra”. Como veremos adiante, essa população mais recentemente incorporada a vida social e produtiva do bairro, participa ativamente das festas do santo padroeiro, contribuindo com muitas das prendas de maior valor.

Uma das fontes inspiradoras de nossa pesquisa no município de Ouro Fino advém da observação de um constante fluxo de mercadorias e gentes entre seu centro urbano e o grande

entorno rural. Esse fluxo se dá não apenas pelas questões práticas do dia a dia, mas também pelo patente prazer dos cidadãos em freqüentar as propriedades e as muitas festas “na roça”.

Em municípios como Ouro Fino o rural e o urbano não aparecem como espaços dicotômicos, mas sim complementares. Tanto a proximidade física permite um permanente fluxo entre os que moram na cidade e os que habitam no campo, como a própria distribuição fundiária, com predominância de pequenos estabelecimentos de exploração familiar, permite a proliferação e dinamismo dos bairros rurais. O município tem dois distritos e 57 bairros rurais, alguns dos quais com presença de um comércio local básico, alguma infraestrutura como luz elétrica e telefone e serviços na forma de escolas e postos de saúde. Entre os que vivem na cidade é difícil encontrar quem tenha uma trajetória que não passe por ter morado, ou ter alguém da família morando, “na roça”. O próprio termo “roça” tem um significado local peculiar e designa qualquer propriedade que se encontre minimamente afastada da aglomeração urbana. Quando alguém diz que passou o final de semana “na roça” pode estar se referindo a uma chácara de lazer, sítio ou mesmo fazenda.

Embora pequeno em população, o município está dividido em três paróquias, cada qual responsável por um número de bairros no perímetro urbano e na zona rural. As festas de santo acontecem de forma praticamente ininterrupta nos meses de menor probabilidade de chuva – de abril a outubro – operando uma mistura entre gentes “urbanas” e “rurais” e entre os “locais” e os “de fora” e criando uma sociabilidade que rompe com a noção do espaço dicotômico campo e cidade.

2. A serra de pouco ouro e muitas festas

2.1 O Município de Ouro Fino

Quando em 1749, bandeirantes vindos de São Paulo aportaram na região do Vale do Sapucaí a procura de ouro, deparam com um conjunto de montanhas que formam um divisor de águas de onde, por um lado, se originam os primeiros córregos do rio Mogi Guaçu e por outro, algumas nascentes do rio Sapucaí, como o Mandú. A dificuldade de prosseguir adiante levou com que a região fosse inicialmente denominada “Beco sem Saída”. (ROMERO, 2000, p. 8).

Para Porto (1982, p.9): “...As montanhas e serras, isolando as diversas áreas geográficas e dificultando a integração espacial, fizeram do mineiro, e particularmente do

sul-mineiro, um tipo eminentemente “municipal”. Assim sendo, a cultura popular se recente disso, mas, ao mesmo tempo, se enriquece com particularidades interessantes”.

Atribui-se a Francisco Martins Lustosa – o Guarda Mor Lustosa, a fundação de todas as primeiras freguesias do Sul de Minas. A descoberta de ouro no córrego Santa Isabel em 1749 deu início ao povoado de Ouro Fino e de uma disputa pela região entre a Capitania de São Paulo e a da Minas Gerais que só seria resolvida definitivamente em 1937.

Findo em pouco tempo o escasso e fino ouro, a economia da região voltou-se para a agropecuária, caracterizada no começo do século XIX pela presença de gado, trigo, cana de açúcar e chá. Segundo Rossi (1981, p.132), “Em 1860 a zona rural da Freguesia de São Francisco de Paula de Ouro Fino já se apresentava, mais ou menos povoada, com fazendas de lavoura mista e criação bem montadas”.

Mas foi a cultura do café, introduzida por volta de 1874, que propiciaria o desenvolvimento econômico da região. Na mesma época começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos, embora a liberação da imigração para Minas Gerais só tenha se dado em 1895. Estima-se que vieram para a região 450 famílias, aqui instaladas principalmente entre 1895 à 1913. Atualmente o Círculo Italiano do município calcula que em torno de 60% da população ourofinense tem alguma descendência italiana. Rossi (1981, p. 170) atesta que entre 1907 e 1917, Ouro Fino foi a cidade que mais progrediu no Sul de Minas e o centro cultural e comercial mais importante da região. Progresso esse derivado principalmente da cultura do café.

A partir de 1930, com a queda do café, as grandes fazendas foram sendo paulatinamente desmembradas, até formar a estrutura fundiária atual. É interessante notar que apesar do café ter readquirido sua importância econômica nas últimas décadas, e da recente entrada da cana de açúcar na região, não há ainda um movimento de reconcentração fundiária. Ouro Fino é um dos maiores municípios da região Sul do Estado de Minas Gerais, com uma área de aproximadamente 590 quilômetros quadrados. Em torno de 45% de sua população de cerca de 30.000 habitantes vive na área rural, distribuída entre 57 bairros e dois distritos que funcionam como pequenos pólos produtivos.

A tabela a seguir demonstra a importância dos pequenos e médios estabelecimentos na configuração fundiária local. Pelo reduzido número de estabelecimentos com mais de 100 ha e a presença de apenas 3 estabelecimentos com área entre 500 e 1000 ha, é possível deduzir que os pequenos e médios estabelecimentos não apenas aparecem em maior número, como ocupam a maior porcentagem da área municipal.

Tabela 1. Estrutura Fundiária do Município de Ouro Fino-MG, 1995/1996.

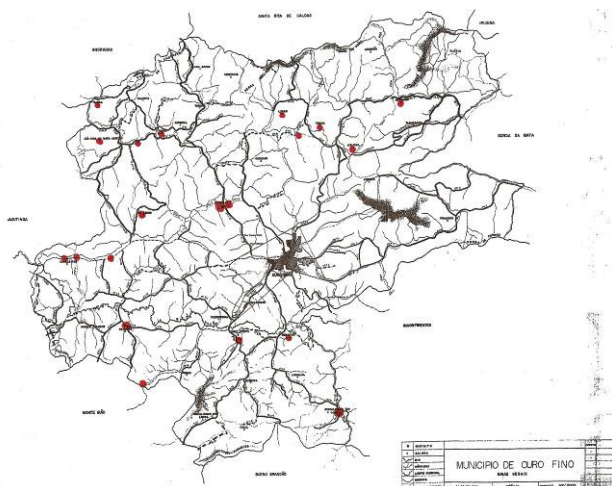
Área Total (há)	Estabelecimentos	
	Nº	%
Menos de 1	95	5,29
De 1 a 10	839	46,71
De 10 a 50	623	34,69
De 50 a 100	143	7,96
De 100 a 200	64	3,56
De 200 a 500	29	1,61
De 500 a 1000	3	0,17

Fonte: Censo agropecuário de 1995/96.

Pelas observações da pesquisa de campo e os cadastros do escritório local da Secretaria de Estado da Fazenda é possível afirmar que a grande maioria desses estabelecimentos é administrada diretamente pela família que nele habita e trabalha. Muito embora a contratação de mão-de-obra não familiar e os acordos de parceria sejam freqüentes, sobretudo no que tange às atividades relacionadas com a cultura do café, a agricultura ourofinense é predominantemente familiar.

2.2 Festas a perder de vista

É possível contabilizar pelo menos 30 festas em louvor à santos padroeiros no município de Ouro Fino. O excesso e comum conjunção de festas no período mais seco do ano, que vai de abril a maio, gera uma divisão do público que acaba prejudicando o atendimento de algumas celebrações.



Pelo menos 20 dessas festas ocorrem em bairros rurais. As mais famosas chegam a reunir várias mil pessoas nos finais de semana, atraindo grande número de visitantes do próprio município, de municípios vizinhos e de centros urbanos distantes, como Jundiá (SP), Campinas (SP) e a região do ABC paulista.

Fig. 1 – Distribuição de festas nos bairros rurais de Ouro Fino
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

A origem da festa está relacionada à edificação de uma capela ou igreja, em torno da qual o bairro se desenvolve. Embora possa haver capela sem festa, não há festa sem capela ou igreja. Como também dificilmente se encontra um bairro sem pelo menos uma capela. O bairro é a unidade de referência para a realização da festa. O santo padroeiro é a justificativa “oficial” para a celebração. Nomes como “Bairro dos Tavares”, “Pinhalzinho dos Góes” e assim por diante, demonstram a permeação das relações de parentesco na configuração dos bairros rurais. Para António Cândido (1987), “...*O bairro é o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira*”.

Faremos a seguir uma brevíssima etnografia das festas de santo nos bairros rurais de Ouro Fino.

3. Tecendo sociabilidades entre o sagrado e o profano

3.1 Os significados da festa

Ao entrevistar simultaneamente a Dana Lazineira, senhora de 77 anos, doceira renomada, atualmente aposentada, mas que continua muito ativa na preparação de quitutes para a festa de maio do distrito de Crisólia, e a jovem Silvana do mesmo local, nos deparamos com respostas sobre a importância da festa, que servem de ilustração para a diferença de peso entre o lado festivo/profano e o lado religioso/sagrado que têm a festa para as distintas gerações. Enquanto a primeira respondeu que a importância da festa para o bairro era” *Para a Igreja. Por que o dinheiro....Se nós não fizer festa não tem jeito de nós sustentar um padre aqui para nós.. Uma Igreja dá muito gasto. A festa é que sustenta. E agora fez uma reforma muito grande na igreja. A igreja ficou muito bonita*”, a outra alegou que a festa ...” *É uma animação. O lugar é muito parado, principalmente para os jovens, não têm nada. É uma motivação para o bairro. Têm aonde sair...Têm a barraca....Têm bingo para jogar...O pessoal vai tudo para a praça...*”.

O cartaz abaixo, da festa de maio do distrito de Crisólia (o mesmo local faz uma segunda e muito mais concorrida festa em setembro em louvor à padroeira Nossa Senhora da Piedade) exemplifica a divisão entre o componente religioso e o festivo nas festas de santo.

Tradicional festa em louvor ao
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
E SÃO SEBASTIÃO
DE 22 DE MAIO A 01 DE JUNHO DE 2008
Crisólia - MG



Parte Religiosa

Dia 22/05 - Quinta-feira - Corpus Christi
 16h00: Missa em seguida Procissão com as imagens
 Participação: Todas as Comunidades

Dia 23/05 - Sexta-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Comunidades Caneleiras, Escalinha, Serragem e São Pedro

Dia 24/05 - Sábado
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Comunidades São José e Barra

Dia 25/05 - Domingo
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Comunidades Conquista, Batalha e Cariocas

Dia 26/05 - Segunda-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Movimento Mãe Rainha

Dia 27/05 - Terça-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Movimento RCC

Dia 28/05 - Quarta-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Pastoral da Criança

Dia 29/05 - Quinta-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Pastoral Catequese e Batismo

Dia 30/05 - Sexta-feira
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Comunidades Taguá, Calixto, Usina e Movimento Apostolado da Oração

Dia 31/05 - Sábado
 18h00: Novena do Terço
 19h00: Missa
 Participação: Comunidades Taboão, Vira-Copos, Capinzal I e II

Dia 01/06 - Domingo
 16h00: Missa e Procissão de encerramento da Festa

Parte Festiva

Quermesse nos dias 22, 23, 24, 25 e 30, 31/05 e 01/06 com funcionamento da Barraca-bar com sorteio de prendas, salgados, bebidas, comidas típicas e música ambiente

Dia 24/05 - Sábado
 Baile no Salão Paroquial

Dia 31/05 - Sábado
 Baile no Salão Paroquial

FESTEIROS: Comissão da Festa da Comunidade
VISTO: Pe. José Francisco Ribeiro

Você e sua família são nossos convidados especiais. Que o Sagrado Coração de Jesus e São Sebastião os abençoe.

SERRALHERIA N.ª PIEDADE Atendimento Total Nível Rua 25 de Novembro, 400 Fone: 3446-5343 - Crisólia	N&A Modas Moda Masculina, Feminina e Juvenil Rua Nova Colônia, 502 Fone: 3446-5209 - Crisólia	ACOGUÊ NOSSA SENHORA DA PIEDADE Rua Nova Esperança, 200 Fone: 3446-5224 - Crisólia	SUPERMERCADO DELMORA Rua Oliveira, 208 Fone: 3446-5176 - Crisólia	Tapacaria Vilela (at) Rua 25 de Novembro, 383 Crisólia	Plano Contábil Serviço de Contabilidade Rua Roberto Mendes, 62 Fone: 3443-6439 - Ouro Fino	BAR DO POPULAR TIAO NAIA Rua Nova Esperança, 100 Fone: 3446-5275 - Crisólia	SUPERMERCADO DO PEDRAO Rua 25 de Maio, 12 Fone: 3446-5231 - Crisólia	Crisólia - Cartório de Registro Civil e Tabelionato Público Rua 25 de Maio, 190 Fone: 3446-5187 - Crisólia	Borboletas 2 IRMAOS Rua Nova Esperança, 274 Crisólia	Mãe e Bebês PIVO XII Rua Nova Esperança, 302 Fone: 3446-5261 - Crisólia
Lanchonete Soratini Pizzas e Pastas Rua Nova Colônia - Crisólia Em frente a Igreja Mater	CRISÓLIA Rua Otoni, 21 Fone: 3446-5382 - Crisólia	Agro Pet Rações Brasil Minas Rua Dr. Góes, 333 - Crisólia Fone: (35) 3446-5214 / 9690-2040	FESTA FELIZ Rações Brasil Minas Rua Nova Esperança, 209 Fone: 3446-5236 - Crisólia	MALHAS LINDAS Rua Maria Augusta, 320-A Fone: 3446-5248 - Crisólia	Dois Laps Rua Benedito A. Siqueira, 170 Fone: 3446-5225 - Crisólia	NS.ª da Piedade Antônio Garcia e Filhos Rua Sebastião, 250 Fone: 3446-5247 - Crisólia	Crisólia Turismo Rua 25 de Maio, 1824 Fone: 3443-5085 - Ouro Fino	OURA GALINHAS CANELA - BOM - PRODUÇÃO - CRIAR DE BOM Rua Benedito Siqueira, 24 Fone: 3446-5202 - Crisólia	COMILÃO HIPPER LANCHES Rua Nova Esperança, 274 Fone: 3446-5261 - Crisólia	

Fig. 2: Cartaz da festa de Crisólia
Fonte: Gráfica Popular – Ouro Fino – MG

Para Brandão (1981, p. 147), “...Acontecendo de uma só vez, ou repetindo eventos ao longo de vários dias, as festas de santo...produzem uma seqüência de situações alternantes entre o religioso e o secular ou, se quisermos, entre o sagrado e o profano. Por sua vez, cada um desses rituais do catolicismo popular conduz os seus participantes regulares entre situações, dentro dele, de iguais alternâncias entre o devocional e o festivo-profano.”

Nas festas da região de Ouro Fino o secular/profano apresenta-se na forma do barracão da festa onde se come, se bebe, se joga bingo e ocasionalmente se dança e as múltiplas barracas de comércio variados que se aglomeram ao redor do local da festa. Já o religioso/sagrado acontece dentro da Igreja e no pequeno caminho a sua volta que é percorrido pela procissão. As celebrações religiosas das festas duram geralmente uma novena ou uma trezena e compreendem tanto as missas como as celebrações conduzidas pelos leigos da própria comunidade ou de comunidades vizinhas. Seguem, portanto, o mesmo itinerário registrado por Brandão (1981, p. 147), que afirma que “...Oficialmente a”parte religiosa” incorpora os ritos de igreja, onde todo controle cerimonial é de um agente eclesiástico. Oficialmente, também, a”parte profana” compreende barracas de venda de diversão ou de “bens de festa”, leilões, apresentação de espetáculos públicos (duplas sertanejas, conjuntos musicais) e espetáculos folclóricos.”

É interessante notar que a “correlação de forças” entre essas duas dimensões da festa pode variar ao longo do tempo. Vários de nossos entrevistados referiram-se a reformas no barracão da festa, que deixou de ser uma construção menor, geralmente atrás da igreja, para se mudar, ampliado e reformulado para uma posição de destaque em frente ou ao lado da igreja. Seguindo na mesma linha, é comum encontrar, nessas situações, toda uma estrutura de apoio à parte culinária da festa. São as “casa da festa” onde se fazem os doces e são assados os frangos e leitões em enormes fornos a lenha. Contrapondo-se à tendência geral, no vizinho município de Monte Sião, a paróquia está proibindo a venda de bebidas alcoólicas nas festas religiosas por considerar tratar-se de uma contradição inconciliável.

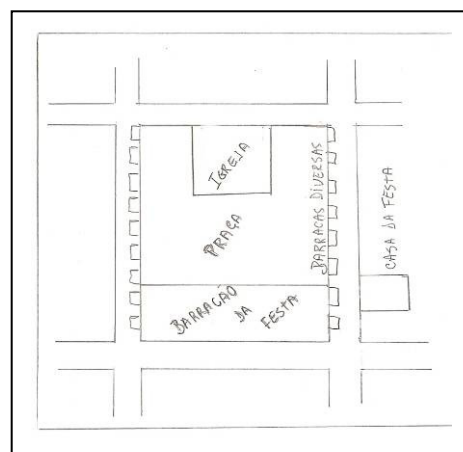


Fig. 3 – Barracas na festa e distribuição física do espaço da festa.

Fonte: Pesquisa de campo

Mas além de fonte de diversão e recursos para a igreja, que outros significados sociais teriam essas festas rurais? Acreditamos ser possível apontar dois atributos distintos, porém complementares, nesses eventos onde o secular e o sagrado imbricam-se mutuamente e concluem para gerar sociabilidades.

Em primeiro lugar não podemos esquecer que a festa é um momento de ruptura com os ditames da vida cotidiana. Um período de inversão da ordem, uma “*transgressão das interdições e das barreiras sociais usuais. Ela promove uma imensa fusão comunal, por oposição a vida ordinária, que classifica e separa, que desgasta as energias da sociedade.*” (PEREZ, 2002). A festa seria dessa forma a desordem que mantém a ordem.

E por outro lado a festa é um dos elementos estruturantes do convívio social. O rompimento das diferenças no seio da efervescência coletiva. Para Passos (2002), “... *A festa constrói modelos de humanidade. Além do aspecto religioso é uma troca de convivências.*

Relicário de sentimentos e partilhas. Experiência híbrida do sagrado, dos múltiplos sagrados que compõe o imaginário”.

Nas festas que observamos é possível identificar três dimensões desse potencial de solidificação social que a festa pode operar. O primeiro é entre os membros da própria comunidade, que se unem nos seus preparativos, trabalhando de graça apenas quando se trata da festa do próprio bairro ou do “pagamento de favores” à um festeiro de outro bairro. “... *a religiosidade popular guarda um vivido em união, partilhado com os vizinhos, os amigos, a família. Esse intercâmbio de favores constitui uma de suas características*”. PASSOS (2002)

A doação de prendas para a festa é uma das formas de expressão de um sentimento de obrigação e pertencimento para com o bairro próprio ou visinho, ou para com a paróquia.

Só eu arrecadei 90 kg de açúcar. Mas têm mais gente conseguindo mais. Foi tudo dividido. Eu fiz tudo aqui em volta. Já outra turma foi para baixo. Outra turma foi para o Taguá. Outra para o Taboão. Outra turma para o São Pedro. Outra foi para o São José. É tudo divididinho as tarefas. A prenda mais comum é frango. Eu ouvi dizer que não vai precisar comprar nenhum esse ano. Tem mais de 500 frangos. Eu também ganhei uma bicicleta. Prenda miúda como farinha, açúcar, óleo, ganha bastante. Quase não precisa comprar nada.As lojas dão muitas prenda... jogo de quarto...bicicleta...Sem as prendas não tem a festa. Então as pessoas dão as prendas para a gente fazer a festa. Dna Lazineira, Crisólia, 2008

Em seu papel de atenuar diferenças, a festa católica atrai visitantes também de outras crenças:

O pessoal que não é católico não participa com prendas. A gente não pede nas casas. Mas eles vão lá comer docinho e participa da festa a mesma coisa. Dna Lazineira, Crisólia, 2008

A segunda dimensão abarca a participação de outras comunidades nas celebrações religiosas que ocorrem durante a festa. Somente as festas maiores podem se dar ao luxo da celebração da uma missa todos os nove ou treze dias de sua duração. Nas menores a celebração é realizada pela comunidade formada por leigos. Brandão (1986) define o leigo como “... *afiliados incorporados legitimamente à igreja, através de um ou de uma seqüência de ritos de ingresso e de demarcação de carreira confessional. O envolvimento pessoal do leigo pressupõe uma presença rotineira nas práticas sacramentais coletivas...*”. Ou como coloca Passos (2002): “... *esse leigo ativo do catolicismo popular dinamiza as rezas, as devoções, a festa*”.

A fala de José Adelcio, organizador da festa do bairro Peitudo no ano passado exemplifica a comunhão eclesial durante a festa:

Na parte religiosa conseguimos que houvesse missa todos os dias. Com padres que vieram de vários lugares. Andradas, Monte Sião, Jacutinga, Carmo do Paraíba, Inconfidentes. E as comunidades também vieram para tocar os cantos a liturgia”.

E a terceira dimensão agregadora da festa diz respeito a massiva participação, por motivos variados, de pessoas nativas e “de fora” nesses eventos. Entre os moradores de Ouro Fino e dos bairros vizinhos o atrativo da festa consiste na sua fonte saudável, familiar, de entretenimento:

O pessoal de Ouro Fino vem porque gosta. Porque gosta da festa. É gostosa a festa nossa. É uma festa sossegada, não tem briga. É uma festa familiar. Silvana, Crisólia, 2008

Ou, em meio a concorrência de tantas festas, um chamariz importante pode ser a fama de sua gastronomia:

Vem muita gente de Ouro Fino. O povo adora vir. Por que aqui, sabe? É famoso o virado de frango daqui. O povo fala que pode ir na festa que for, viradinho de frango e arroz de carreteiro igual o de Crisólia não existe. Dna Lazineha, Crisólia, 2008

Já a presença dos “de fora”, segue, além das lógicas já mencionadas, uma ligação física e afetiva com o pacato bairro rural mineiro. Ligação essa, da qual se aproveitam seus organizadores na hora de decidir a data da festa:

Nós procura...quando a gente vê que vai dar um feriado que nós vamos pôr a festa. Quando é um feriado que emenda. A gente vai pegar esse feriado, de Corpus Christi, você precisa ver a quantidade de gente de São Paulo que vêm. Por que eles têm casa aqui, tem parente. Eles sabem dessa festa. Eles já estão acostumados com essa festa, então eles vêm. E depois vão tudo lá para a barraca. Comer na barraca. Eles compram, comem e compram para levar. Tem gente que compra 15 cartuchos (de doce) para levar. ...Até o padre de Mauá vêm. Dna Lazineha, Crisólia, 2008



Estrutura montada ao lado da igreja especialmente para o atendimento da festa

Fig. 4 – Festa em Pinhalzinho dos Goes

O sucesso de uma festa depende, sobretudo, do bom desempenho do festeiro. Figura tradicional no folclore festivo nacional cabe, ao geralmente mais de um, festeiro arrecadar as prendas, contratar apresentações artísticas e cuidar de todos os pormenores da festa. A paróquia possui um “manual de instruções” para auxiliar marisqueiros de primeira viagem na desafiante tarefa de organizar festas que estão se tornando cada vez maiores. Festeiros são “escolhidos voluntariamente” por sua capacidade administrativa ou por sua ligação com o bairro, caso não habitem no local. Há quem assuma a tarefa de festeiro para o cumprimento de uma promessa:

A minha festa foi para pagar uma promessa para Nossa Senhora da Piedade, em setembro, mas como o padre disse que valia a mesma coisa acabei fazendo a festa do Sagrado Coração, em maio” Dona Zezé, Crisólia, 2008

Na falta de um festeiro, a festa pode também ser organizada por um grupo de leigos como a Comissão da Festa da Comunidade, em Crisólia. É considerada uma boa festa aquela que consegue arrecadar um montante significativo de recursos.

Uma etnografia satisfatória dessas festas demandaria uma descrição detalhada de seus pormenores organizacionais, que não cabe nesse trabalho. Nosso objetivo limitou-se a apontar uma visão do mundo rural que passa por esferas outras que a mera produção agrícola.

4. Conclusão

É possível defender a importância e pertinência da agricultura familiar reunindo argumentos de diferentes naturezas. Geralmente enfatizando sua eficiência produtiva. Não menos importante, nos parece, é explorar as possibilidades que oferece uma determinada estrutura fundiária para a criação de sociabilidades que, em última instância, podem refletir positivamente naquilo que é amplamente conceituado como qualidade de vida, para um amplo leque de pessoas tanto do campo como da cidade. Possibilidades estas facilmente encontradas nas diversificadas paisagens rurais onde predominam os pequenos e médios estabelecimentos familiares, mas que facilmente desaparece quando o campo se transforma num monótono e infundável canavial.

Concordamos com Abramovay (2003,p.51), quando este diz que “.... *A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno desse valor – e não somente das suas atividades econômicas setoriais – que se*

procuram as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas”.

5. Bibliografia

- ABRAMOVAY,R.;VICENTI, M.C.M.; BAPTISTELA,C. da S.L. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Reforma Agrária** . v.25, n.2/3, p.142-166, mai/dez, 1995
- ABRAMOVAY,R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2003.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados PNAD. **Reforma Agrária** . v.25, n.2/3, p.167-177, mai/dez, 1995.
- BRANDÃO.C.R. **Os Deuses do Povo. Um estudo sobre religião popular**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO.C.R. **Sacerdotes de Viola. Rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1981
- CANDIDO,A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo. Livraria Duas Cidades, 7 Edição, 1987.
- GUANZIROLI, C.E. ET AL **Perfil da agricultura familiar no Brasil: Uma análise a partir do censo agropecuário de 1996 do IBGE**. In: Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro:Brasília:Garamond, 2001. p.46-77.
- LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro Fino**. Rio de Janeiro. Gráfica Sauer. 1994.
- MAURO,P. (org.) **A Festa na Vida. Significado e Imagens**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002
- MAURO,P. O catolicismo Popular. In: MAURO,P. (org.) **A Festa na Vida. Significado e Imagens**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.
- MORAES FILHO,M. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Belo Horizonte-Rio de Janeiro. Ed. Itatiaia, 1999.
- PEREZ, L.F. Antropologia das efervescências coletivas. In: MAURO,P. (org.) **A Festa na Vida. Significado e Imagens**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.
- PORTO,G. **As Folias de reis no Sul de Minas**. Rio de Janeiro. Edições FUNARTE/INF, 1982.
- PRIORY,M.del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2000
- ROMEIRO, José Peres. **O café em Ouro Fino (MG)**. São Paulo. Ed. Ceres. 2000.
- ROSSI, Pompeu. **História de Ouro Fino**. Belo Horizonte, 1981.
- SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2006, p. 215-239.
- SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**.Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2006, p. 7 -12.
- TINHORÃO, J. R. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo. Ed.34, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos – Sociedade e Agricultura. Outubro, 2000, no.15, p. 87-145.

WOORTMANN, H. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste.** São Paulo-Brasília. Hucitec/Edunb, 1995.

3º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS
09 a 12 de setembro de 2008, UFCG, Campina Grande (PB)
GT 7 – Comunicação, arte, linguagens e culturas no mundo rural

**TECNOLOGIAS DIGITAIS DE EDIÇÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO AUDIOVISUAL NA
COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA**

Antonio Francisco Maia de Oliveira¹

Resumo

Os grupos de vídeo popular têm contribuído com a produção de imagens de um sujeito coletivo, que não aparece nas imagens da mídia de massa. Estes grupos estão registrando pedaços do Brasil de hoje e recuperando nossa história. Neste sentido, as novas tecnologias de edição não-linear têm possibilitado a utilização de um ferramental enorme, além de toda a possibilidade de simulação em tempo real que os softwares e hardwares têm proporcionado para que os grupos de realizadores possam experimentar e ousar na produção audiovisual.

Palavras-Chaves: Comunicação Popular. Vídeo Digital. Sociedade.

1. Introdução

É um dado incontestável que a televisão, praticamente desde o seu aparecimento, tem se revestido de um poder comunicacional muito grande. Esta importância comunicacional é reforçada por fatores como: a crescente expansão das emissoras de televisão, cada vez mais facilitada pelas tecnologias de telecomunicações e informática; o crescente número de domicílios com aparelhos de televisão e a presença que ela tem na vida das pessoas como entretenimento e lazer acessível.

O crescimento da difusão industrial da informação, a partir do século XIX, transformou os meios de comunicação de massa em empresas que buscam o lucro, como as demais que atuam na iniciativa privada. O perigo da questão é que a informação não pode - pelo menos não deveria - ser tratada como um mero produto de consumo, visto que pode influenciar decisivamente no modo de agir e pensar das pessoas, sobretudo, em culturas tão frágeis quanto às nossas nos países em processo de desenvolvimento.

Todavia, para fazer frente à idéia da informação como um mero bem de consumo, surgiram alternativas dentro de alguns segmentos organizados da sociedade, que buscam

¹ Filiação Institucional: Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC-Unesp-Bauru), nos cursos de Jornalismo e Relações Públicas. É pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (LECOTEC). Membro da ONG Proter (Programa da Terra, Assessoria e Pesquisa em Educação Popular no Meio Rural) e do Instituto Aiuê.

reverter ou ao menos amenizar esta situação. Uma das saídas foi o vídeo popular; visto que procura tratar a informação, de maneira a torná-la livre e de interesse da coletividade, sem ser tendenciosa ou ficar submissa e dependente de verbas publicitárias, ou “à busca de lucros, ou ainda com interesses particulares. Esta é uma realidade existente e em funcionamento nas TV’s comunitárias.

Entre as experiências mais significativas de TV comunitárias estão a da TV Viva (Recife-Olinda), TV Mocaronga (Santarém-PA), TV Maxambomba (Rio de Janeiro-RJ), Bem TV (Niterói-RJ) e a TV Pinel (Rio de Janeiro-RJ). No âmbito de experiências exitosas em formação audiovisual estão as Oficinas Kinofórum e o projeto Vídeo nas Aldeias, para ficar apenas em dois exemplos.

São experimentos que objetivam exercitar a liberdade de expressão e contestar o sistema de concessão de canais de televisão no país, bem como sua programação essencialmente marcada por interesses mercadológicos. Em casos específicos, objetivam democratizar técnicas de produção e transmissão televisiva junto a grupos populares. Em última instância, o que se pretende é forçar mudanças na legislação dos meios de comunicação de massa no país.

O vídeo popular, isto é, as produções de mensagens nas mãos de moradores de determinadas regiões, continua a ser um enigma para a ciência da comunicação na América Latina. Estamos diante do fenômeno da apropriação de linguagens técnicas de audiovisual e adaptações destas técnicas à oralidade latina, recuperando processos de comunicação fortalecedores do sentido público do espaço local. A importância da valorização regional destas produções, o fato de serem produzidos por grupos das comunidades e permitirem a participação coletiva, plural e democrática, as distingue de qualquer reprise dos 50 anos de televisão no Brasil, ou seja, difere dos meios eletrônicos de produção audiovisual abertos ou mesmo do esclerosado meio segmentado de televisão por assinatura. Muitos pesquisadores não poupam nas iniciativas de negar o fenômeno da comunicação popular e compará-la com reproduções do sistema, insistindo no apocalíptico, e considerando a mensagem audiovisual “ópio neoliberal” para crianças, jovens e velhos. O fato de grupos populares realizarem produção de mensagens audiovisuais, ou mesmo os muitos canais de TVs comunitárias no sistema de cabodifusão veiculando o que chamam de vídeos comunitários, não tem, na maioria das vezes o significado alternativo que apresentam ou afirmam em suas representações.

2. As Tecnologias de Edição

O acesso às tecnologias, como a edição não-linear digital, tem permitido o aumento das produções com qualidade. O uso dessas tecnologias têm permitido que os grupos de televisão ou vídeo popular se atualizem e entendam, que hoje é possível a realização de produções que há alguns anos eram inviáveis, em virtude do alto custo dos equipamentos de TV.

Toda essa mudança tem a ver com tecnologia e, nesse caso específico, com a digitalização da imagem. Está sendo possível, enfim, o entendimento técnico para nosso uso enquanto jornalistas. Não é a técnica apenas pela técnica, mas sua aplicação para um fim específico. O domínio desse conhecimento se torna fundamental. A internet tem mostrado que pessoas, das mais diversas formações, estão dominando conteúdos das mais diferentes áreas. Precisamos aproveitar o que as tecnologias oferecem para a nossa de produção audiovisual. O nosso diferencial será uma qualidade melhor na produção de jornalismo e documentários, populares e comunitários com a “cara” da nossa gente simples, que vive nesse país.

Hoje o acesso à edição de vídeo pelo computador está cada dia mais democratizado. Existem até programas de graça na Internet. Devemos somar a isso o uso de câmeras compactas, digitais, com preços acessíveis e boa qualidade de imagem. Se essas facilidades vão resultar em bons vídeos, é outra questão. No nosso caso as chances são maiores. Se pensarmos nos cursos como um todo, com a formação em várias áreas, temos chances de ampliar a produção com melhoria crescente de qualidade.

Terminada essa introdução vale a pena explicar as noções de edição linear e não-linear. O uso de computadores para a edição e porque os equipamentos digitais estão revolucionando a produção em vídeo e começam a provocar mudanças no telejornalismo e explicam o sucesso de sites como o Youtube.

3. A Edição Não-Linear

Para se entender o que é edição não-linear, é preciso antes conhecer a edição linear. Tomemos como exemplo a edição convencional de TV:

- Na ilha de edição convencional, composta por dois videoteipes, cada imagem selecionada numa máquina - chamada de player, porque apenas reproduz as cenas que queremos - é gravada em outra máquina - chamada de recorder. Um sistema de controle remoto, o remote, permite à máquina recorder comandar a player. Dessa forma, alternam-se os períodos de tempo em que são selecionadas as cenas na

máquina que reproduz – onde são marcados os pontos de entrada (in) e de saída (out), ou melhor, a numeração que indica onde começa e onde termina o trecho escolhido – e a gravação no outro videoteipe. Como as cenas são gravadas em seqüência, dizemos que a edição obedece a uma linearidade.

- Tal linearidade passou a existir com a edição eletrônica. A primeira experiência com edição a partir de fitas magnéticas seguia o mesmo princípio que a montagem de filmes na moviola: pedaços de fita eram cortados e emendados – trabalho penoso e impreciso.
- A invenção da edição eletrônica permitiu a seleção dos pontos de entrada e de saída sem corte físico da fita e com a possibilidade de se ver as imagens nos monitores de vídeo, tanto da player (as tomadas ou takes), quanto da recorder, que mostra o resultado da edição. Garantiu, assim, precisão, mas impôs a linearidade, que não existia na montagem de filmes. Vamos imaginar três cenas: uma do sol, outra da lua e outra de uma estrela. Na edição através dos videoteipes, é preciso escolher qual vai primeiro, se a lua, a estrela ou o sol. A menos que seja substituída uma das cenas por outra com exatamente o mesmo tempo de duração (a nuvem no lugar da estrela, por exemplo), não é possível fazer uma inserção abrindo espaço, ou seja, colocar a nuvem entre a lua e a estrela. Qualquer alteração ou inversão de ordem significará nova edição. Com o formato de edição não-linear, isso não acontece: os “pedaços de vídeo” que representam as cenas podem ser simplesmente deslocados de um lugar para outro, de maneira não-linear.

4. A não-linearidade

Quando se usa o termo edição não-linear, isto significa que a edição de vídeo é feita a partir de disco rígido. A edição não linear requer duas coisas: um software de edição de vídeo e uma placa de captura de vídeo, para colocarmos o vídeo dentro do computador. Uma vez os clipes de vídeo digitalizados e no disco rígido, estes podem ser editados em qualquer ordem, com um simples arrastar do mouse.

Uma das melhores aquisições com a edição não-linear é a possibilidade de manipulação de imagem que se tem. A quantidade e a qualidade dos efeitos está apenas dependente da criatividade do utilizador e do software que se está usando, podendo criar as mais variadas transições entre cenas, como virar de página, rolls, flips e também adicionar filtros especiais para tentar limpar ou restaurar a qualidade da imagem. No que diz respeito ao grafismo e à

titulação, pode-se utilizar todas as fontes True Type do Windows e, se quisermos adicionar um logo ou uma animação, quase todos os formatos de arquivos gráficos são compatíveis com os softwares de edição de vídeo.

Um exemplo que está se tornando clássico mostra a diferença entre a linearidade e a não-linearidade: é a transição da máquina de escrever para programas de edição de texto em computador. Com a máquina de escrever, uma palavra vem na seqüência da outra, de maneira linear. Não é possível fazer substituição, a menos que se use um corretivo – e, mesmo assim, o novo segmento precisará ter o mesmo número de letras do anterior.

Os processadores de texto trouxeram opções de fontes, margens, cores, etc, para uso na redação de texto. Mas, em meio a tanta novidade, o que realmente significou a grande diferença foi essa possibilidade de reescrever palavras, de inseri-las e trocá-las. Com o uso difundido dos processadores, muitas crianças e adolescentes educaram-se na não-linearidade dos textos escritos no computador porque jamais tiveram contato com a máquina de escrever.

Para as futuras gerações de editores de imagens – ou de usuários de computadores em geral interessados pela produção de vídeos – a compreensão da não-linearidade será certamente automática. Neste momento, a explicação ainda é necessária porque vivemos um período de dupla transição – do linear para o não-linear e do analógico para o digital. Tomando como exemplo o uso de processadores de texto para explicar a edição não-linear, Ohanian diz o seguinte: “Essa tecnologia tem feito diferença no que e como as pessoas escrevem? O estudante está escrevendo melhor porque tem a oportunidade de voltar e reescrever um parágrafo? Um autor com obras conhecidas escreve diferente porque tem a oportunidade de tentar escrever de várias formas? O roteirista escreve melhor um filme porque tem a oportunidade de escrever vários finais diferentes para o diretor? Em todos os casos a resposta para estas questões é um sim! Os escritores mencionaram os benefícios por serem capazes de desenvolver a idéia inicial. Benefícios semelhantes são realizados quando o sistema de edição não-linear de imagens é utilizado”. A não-linearidade pode ser entendida também como o rápido acesso ao ponto onde é preciso fazer uma alteração. Uma questão muito importante que não podemos esquecer é que enquanto o software de edição de vídeo nos deixa criar e editar vídeo, é a placa de captura que determina a qualidade do nosso vídeo.

O que realmente vai consolidar a edição não-linear eletrônica é a possibilidade de transformar a imagem analógica em imagem digital: a digitalização, que surgiu em 1988 (Ohanian, 1993). Para transformar a imagem analógica em digital são utilizados os conversores AD (analógico-digital). Existem também os conversores DA (digital-analógico). Através desses circuitos eletrônicos, os sinais gravados em fitas, correspondentes a som e

imagem, são reproduzidos no videocassete, passam pela placa AD e são transformados em informação digital, ou seja, em números binários ou bytes, a linguagem que o computador reconhece. Com a evolução dos computadores e dos discos rígidos onde são armazenados os dados, a leitura dessas informações digitais é não-linear e cada vez mais rápida.

É preciso deixar claro que existem equipamentos eletrônicos, entre eles câmeras de vídeo, que possuem componentes digitais, mas com gravação analógica das informações. Existem também câmeras que gravam informações digitais em fitas, de modo que, mesmo com o registro em bytes, o acesso a estas informações é linear: para encontrar determinada cena, é preciso bobinar a fita para frente ou para trás em busca da imagem. A edição não-linear digital tem como características principais a gravação digital propriamente dita e o acesso imediato a cada ponto desejado do disco rígido ou de outro suporte que venha a ser desenvolvido.

A maioria das estações não-lineares digitais trabalha quase exclusivamente com placas que, num primeiro momento, convertem as imagens analógicas em digitais (AD). As imagens digitalizadas são salvas no disco rígido do computador como arquivo, da mesma forma que um texto, por exemplo. Esses arquivos serão utilizados para a realização do vídeo por meio dos programas de edição não-linear. O vídeo pronto, digital, é reproduzido; se for o caso, passa pela placa conversora DA e sai do computador na forma analógica, para gravação no videocassete.

Mas existem placas que admitem também a possibilidade de o computador capturar uma imagem já gravada digitalmente pela câmera. Nesse caso, os sinais de áudio e vídeo não utilizam as entradas comuns dos videocassetes. Tanto para a entrada, como para a saída de sons e imagens é utilizada uma interface específica. O uso dessa interface garante a manutenção da qualidade: as imagens e sons gravados originalmente em qualidade digital vão para o computador da mesma forma, sem nenhuma degradação. Depois da edição, o material pode ser gravado em dispositivo digital, seja fita, CD-ROM ou DVD. É possível manter a mesma qualidade do momento em que a imagem foi registrada pela câmera, até a saída do material editado, desde que gravado em equipamento digital.

O processo de transformar as imagens analógicas em digitais significa perda de qualidade equivalente a uma cópia – ou seja, para a digitalização propriamente dita. A vantagem da captura pelo computador de imagens já gravadas pela câmera em formato digital é maior quando se compara o resultado com aquele que se obtém pelos equipamentos analógicos mais baratos, em formato Super VHS; e quase imperceptível quando se compara com equipamentos profissionais como o sistema Betacam, da Sony.

Outra vantagem dessa interface é que, através dela, o computador pode comandar o videocassete e até mesmo uma câmera digital, ainda que amadora.

5. A edição não-linear digital

Independente de a imagem que vai para a memória do computador ser originalmente analógica e depois digitalizada ou já ter sido obtida por câmera digital, o sistema de edição não-linear digital apresenta vantagens significativas em relação ao processo de edição máquina-a-máquina. O principal talvez seja a inexistência de perda visível de qualidade quando se tiram cópias de cópias, eventualmente para reedição: o que é copiado é um conjunto de valores numéricos binários, não algo similar ao som e à imagem. Logo em seguida, vem a maior rapidez na edição, já que não é necessário esperar cada locação da fita, como acontece nos sistemas analógicos.

Mas existem vantagens não só em relação às ilhas analógicas. A edição não-linear digital supera também a edição em película. Ohanian escreve o seguinte: “A edição de filmes, como sabemos, é um processo não-linear. Nós somos capazes de tentar muitas variações em torno de um tema de acordo com nossa necessidade, desde que tenhamos a habilidade de reordenar fisicamente os pedaços de filme. Mas a edição de filme é também um processo destrutivo. Nós não somos capazes de tentar algo sem fisicamente cortar o filme, dividindo-o em partes e analisando os resultados. Da mesma forma, se continuarmos experimentando com os mesmos frames, nós precisaremos mandar duplicar aquele pedaço de filme; não existem muitas condições para esse uso efetivo. A edição através do videoteipe é um processo não destrutivo. Nós estamos capacitados a trabalhar com o material original sem danificá-lo fisicamente e, desde que tenhamos habilidade para gravar o material de novo, nós poderemos prever uma edição... Mas o videoteipe é um processo linear. Uma hora temos que tomar a decisão e editar cena por cena. Quando tomamos a decisão, isso consome tempo e esforço para revisão e para mudanças”.

Para Ohanian, a diferença principal entre o método de edição não-linear digital e os outros é a forma de armazenar e acessar o material. É isso que torna viável a utilização de uma infinidade de ferramentas que vão dar agilidade e permitir que o editor faça uma série de experimentos impossíveis nas ilhas com videoteipes: com relação ao cinema não há o risco de se estragar a película por excesso de cortes ou manuseio excessivo do filme. Os programas de edição não-linear acrescentam às tecnologias anteriores de edição estas vantagens:

- armazenagem digital, que permite preservação ao longo do tempo;

- rápido acesso, sem corte físico;
- não-linearidade, tal como acontece com a montagem do filme cinematográfico em moviola.
- recursos das ilhas analógicas, com a simulação em tela das máquinas player e recorder e a incorporação de grande variedade de efeitos sem necessidade de equipamentos suplementares;
- copiar de cópias, sem perda de qualidade.

Existem hoje vários programas para edição de imagens em computador. Todos utilizam os recursos descritos acima. As diferenças estão nas ferramentas utilizadas para os efeitos e transições de uma cena para outra, diferenças de velocidade para tornar os efeitos reais e também de comandos a partir do teclado ou através do mouse. A seguir, são descritas etapas básicas e semelhantes no trabalho de edição com esses programas:

- Captura de imagens e armazenamento – Depois que as imagens são capturadas a partir de um videocassete ou de uma câmera digital são criados arquivos digitais de imagens no computador. O mais comum em estações não-lineares digitais é o armazenamento em discos rígidos SCSI, que permitem o acesso às informações gravadas em velocidade mais rápida. Nesses discos, a velocidade de acesso chega a 160 Mbytes/segundo (Adaptec, 2001a). Outra opção é o uso dos discos FireWire, com velocidade de acesso que pode chegar a 400 Mbytes/segundo (Adaptec, 2001b).
- Importação de arquivos – dentre os arquivos de imagens no disco rígido do computador é preciso selecionar quais trechos vão ser utilizados no vídeo que se está editando. As imagens podem ser manipuladas no computador através das telas player, à esquerda, e recorder, à direita. As duas compõem a “janela monitor” (Adobe, 1999, p. 26). Basta arrastar o arquivo para a tela player. O material “bruto”, contendo as imagens tais como foram gravadas, será agora selecionado com o uso de comandos que permitem localizar o início e o final do trecho escolhido. Feitas as marcações, bastar apertar um comando ou arrastar com o mouse (depende de cada programa) para a tela recorder. Assim, sucessivamente, vai sendo montado o vídeo.
- A linha do tempo – um recurso que existe em quase todos os programas de edição não-linear é a timeline. Ao mesmo tempo em que o vídeo vai sendo realizado na recorder, a timeline, que fica logo abaixo, mostra os pedaços selecionados, um ao lado do outro. Recuperam-se recursos da edição, com a visualização do “filme”.

- Alterações e substituições de imagens – é através desses recursos que a edição não-linear digital supera a edição tradicional em película e a edição em videoteipe. As cenas podem ser alteradas e trocadas tanto na timeline como na janela monitor. Vamos imaginar uma cena já selecionada em que um jogador de futebol recebe um passe e faz o gol. A bola dentro da rede é a imagem final. Mas o editor decide acrescentar a comemoração do gol, gravada no material bruto. Em película seria necessário colar esse trecho; nas máquinas de videoteipe a edição precisaria ser refeita. Na edição através do computador, basta pegar o mouse e, na timeline, puxar para a direita a partir do último frame. A comemoração aparecerá imediatamente. Todas as cenas que existem no arquivo bruto, antes ou depois do trecho final escolhido, podem ser recuperadas desta forma. E esta é apenas uma das maneiras para repor cenas. Cada programa oferece opções diferentes.
- As transições e efeitos – Outra característica da edição não-linear digital é a possibilidade de criar efeitos e transições que permitem a passagem de uma cena para outra não só através da justaposição de imagens, o corte seco. A transição mais comum é a fusão, conhecida em inglês como dissolve: uma cena vai sumindo enquanto a outra vai aparecendo. Em edição analógica com fitas, pode-se fazer isso com uma mesa de pós-produção. Um videoteipe reproduz a cena um, outro reproduz a cena dois e o terceiro grava o resultado. Através da mesa de efeitos, uma alavanca permite sair de uma cena e entrar em outra, num intervalo de tempo de, usualmente, dois segundos. Já na timeline da edição não linear basta aplicar o dissolve (encontrado numa pasta com as várias opções oferecidas pelos programas) entre as cenas: algumas estações de edição não-linear fazem a transição imediatamente; outras precisam alguns segundos para renderizar o efeito, ou seja, torná-lo real. As imagens podem ser colocadas em várias bandas de vídeo, onde são sobrepostos o final de uma cena e o início de outra para que seja aplicada a transição ou outro aplicativo desejado. A inserção de palavras (caracteres) numa banda de vídeo é outro recurso.
- Fast, slow, freeze – para acelerar (fast motion), rodar em câmera lenta (slow motion) ou parar (congelar, freeze) uma cena basta selecionar o trecho desejado e aplicar o efeito. É possível também determinar a velocidade. O método é muito mais simples e prático do que na edição em videoteipe. Somente ilhas analógicas relativamente sofisticadas podem fazer isso. Através da player, o editor de imagens determina a

velocidade. Reproduzido o trecho (em fast, slow motion, ou freeze), a cena é gravada na recorder.

- O áudio – assim como podem ser criadas várias bandas de vídeo, também podem ser colocadas várias bandas de áudio. O som de todas é misturado. Existem recursos que permitem deixar um som mais alto que o outro. A gravação de um texto, por exemplo, pode ficar mais alta com a manutenção do som ambiente (das externas) em BG (back ground, som de fundo), a inserção de músicas ou de outro efeito sonoro desejado.

6. Considerações finais

A comunicação comunitária e popular no Brasil, durante muitos anos ficou restrita a meios elementares e até artesanais de comunicação. O desenvolvimento tecnológico, a democratização da sociedade e a articulação civil vão ajudando a configurar novas manifestações comunicacionais. Com as devidas diferenças, em poucos anos o que era possível se concretizar apenas de forma ilegal e idealista, atualmente passa a ser quase “obrigação” em fazê-lo: a transmissão de imagens e sons através de canais de televisão por parte de organizações sociais sem fins lucrativos. Em tempos de globalização a mídia comunitária vai mostrando sua força e grande diversidade de estratégias e conteúdos, mas pautando-se pela legalidade, valorização da cultura brasileira e privilegiando o cotidiano local e regional, tanto na questão jornalística, como artística e cultural.

Neste contexto o vídeo popular promove a comunicação usando o mesmo instrumental (guardadas as proporções técnicas) dos meios de comunicação de massa, a TV, mas com princípios que promovem o que é dito e ouvido na comunidade, dando sentido à organização comunitária a partir das vivências e culturas locais. O cotidiano é trazido para o produto vídeo e devolvido ao sujeito para que perceba o mundo coletivo que cria e recria nos becos, ruelas, bares, casas, praças, jogos e nas tantas práticas que os prendem ao seu dia-a-dia. Esta é uma nova percepção da comunicação, que precisa ser disseminada e apropriada pela academia. Considero que a aproximação do vídeo popular com as tecnologias será responsável por grandes mudanças no campo de comunicação popular. No entanto, as informações reunidas aqui podem abrir caminho para um aprofundamento e outras interações que se estabelecem entre a comunidade, a televisão e as novas tecnologias que convergirão, principalmente a internet.

Como disse Pierre Lévy, “O uso crescente das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativa está acompanhando e ampliando uma profunda mutação da relação

com o saber. Ao prolongar certas capacidades cognitivas humanas (memória, imaginação percepção) as tecnologias intelectuais com suporte digital estão redefinindo seu alcance, seu significado, às vezes até sua natureza. As novas possibilidades de criação coletiva distribuída, de aprendizado cooperativo e de colaboração em rede pelo ciberespaço estão questionando o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho”. Para isto, necessita-se de um processo de educação. Educação para uma nova produção, que fortaleça o “sentimento” de pertencer a uma comunidade, mesmo que seja global.

Os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática. Por exemplo, a seleção de notícias que a pessoa se vê obrigada a fazer na hora de montar o noticiário na rádio comunitária, bem como os demais mecanismos que condicionam o processo de produzir e transmitir mensagens com os quais se depara cotidianamente, lhe tiram a ingenuidade sobre as estratégias e as possibilidades de manipulação de mensagens pelos grandes meios de comunicação de massa. Ela passa a conhecer as possibilidades de seleção das mensagens, os conflitos de interesses que condicionam a informação ou a programação, a dinâmica do mercado publicitário, além da força que tem um veículo de comunicação, tal como o rádio, o jornal, a televisão etc.

Quanto ao envolvimento em atividades sociais mais amplas, trata-se do engajamento em movimentos e organizações de interesse público, para, por exemplo, mutirões de limpeza da área verde, atuação no centro comunitário do bairro, serviço de atendimento à criança carente, cursos de preparação profissional etc.

As dimensões da inserção na dinâmica local, no conteúdo das mensagens e na participação em todas as fases do processo comunicativo, em geral, acontecem interligadas e se configuram como o ideal em termos de ação comunicativa no âmbito dos movimentos comunitários. No entanto, é sabido que a questão da participação ativa das pessoas nas várias fases de um processo de comunicação comunitária é algo ainda restrito a um número limitado de experiências. Não obstante, aquelas onde nem todos os três elementos se realizam interligados também têm o seu valor. A dimensão do conteúdo, mesmo que isolada, lhe

assegura certo grau de potencialidade educativa. Um programa de televisão ou de rádio, por exemplo, mesmo que não seja produzido com o envolvimento ativo da própria população, através de seus representantes, mas por uma equipe local de moradores ou até pelos funcionários de uma ONG ou de um sindicato têm o potencial de contribuir na formação da consciência crítica e ampliação do nível de conhecimento dos emissores e dos receptores.

As classes populares foram criando seus próprios canais de expressão, como também conquistando espaço nos canais tradicionais de informação para divulgar suas mensagens. Participam, assim, do debate sobre os problemas nacionais e da reelaboração de ideologias, valores e modos de ver o mundo, contribuindo na educação para a cidadania. Nessa empreitada contam com a colaboração ou mediação, direta ou indireta, ocasional ou duradoura, de ONGs, igrejas, universidades, fundações, educadores sociais autônomos etc.

Os meios de comunicação, implementados no contexto das organizações progressistas da sociedade civil, assumem mais claramente um papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens, quanto pelo processo de participação popular que podem arregimentar na produção, no planejamento e na gestão da própria comunicação. A participação popular é algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a mexer com a cultura, a construir e reconstruir valores, contribuir para maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação de massa. Revelam-se assim como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e a ampliação da cidadania.

Com a chegada do YouTube, as perspectivas de uma possível aldeia global passaram a ganhar força. Através dele, a classe subalterna ganha força como agente emissor de sua cultura popular. O líder de grupo continua a ser aquele que se encontra em destaque entre os participantes. Mas nesta nova condição, o mesmo sabe produzir imagens audiovisuais e também possui intimidade com a Internet e suas ferramentas.

Através do YouTube, os grupos sociais passaram a difundir suas idéias, crenças e costumes. Com o YouTube, a cultura popular ganhou um novo agente mediador nos processos comunicacionais, mesmo que existente somente no campo virtual. E com ele, novas vozes ganharam força nestes processos.

7. Referências Bibliográficas

ADOBE. Premiere 5.0: *Guia autorizado*.. Rio de Janeiro: Campus, 1999. _____.

- Premiere 5.0: User guide*. USA, 1998.
- AD VIDEO TECH. *Manual de operação Adobe Premiere*.. 1998.
- ALMAS, Almir. Canal Comunitário. *Boletim da ABVP*. São Paulo: ABVP, 1995. n° 29.
- ALMEIDA, Cândido José M. de. *Uma nova ordem audiovisual*. São Paulo, SP: Summus Editorial, 1988. AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas. São Paulo, SP: Papyrus, 1993.
- BOTÃO, Paulo R., ZACCARIA, Rosana B. TVs comunitárias: limites e possibilidades. GT Comunicação e Cultura Popular. *Congresso Intercom*. Piracicaba: INTERCOM/UNIMEP, 1996.
- CASTRO, Márcia Correia e. Castro Alves: uma comunidade em vídeo. *Revista Comunicação e Comunidade*. Rio de Janeiro: FACHA, 1999.
- ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo, SP: *Perspectiva*, 1970.
- MELLO, José Marques. *Para uma leitura crítica da comunicação*.. São Paulo, SP: Paulinas, 1985.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PERUZZO, Cicilia M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos meios e mensagens*.. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- MACHADO, Arlindo. *A Televisão levada a sério*. São Paulo: SENAC, 2000. 244 p. Maia.
- Nailton de Agostinho. *O Vídeo Popular como Instrumento de Educação Comunitária*.
- OHANIAN, Thomas A. *Digital nonlinear editing: new approaches to editing film and video*. Boston: Focal Press, 1993.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. *O Texto na TV: Manual de telejornalismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PERUZZO, Cicilia M.K. Mídia comunitária. *Revista Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: UMEP, 1998. n° 30.
- QUEIROZ, Adolpho. Televisão comunitária: a trajetória da TV Cultura de Santa Bárbara D'Oeste. GT Comunicação e Cultura Popular. *XXII Congresso Intercom*. Rio de Janeiro: Intercom/UGF, 1999.
- SANTORO, Luiz Fernando. *A Imagem nas mãos – o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989.
- SQUIRRA, Sebastião. *O século dourado – a comunicação eletrônica nos Estados Unidos*. São Paulo: Summus, 1995.
- XAVIER, Ricardo; SACCHI, Rogério. *Almanaque da TV: 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. 284 p.
- WAINER, Júlio. *A TV comunitária de baixa potência: recado ao Ministério das Comunicações*. São Paulo: 1995.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

